00100.092068/2017-35

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII SUP. B AO Nº 74, SEXTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2017

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)
1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)
4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – **COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2017 6

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2017 17

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 48

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017 75

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2017 99

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2017 132

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2017 160

1.2 – **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de abril de 2017 184

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2017 252

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de maio de 2017 321

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2017 405

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2017 464

1.3 – **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de abril de 2017 550

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2017 560

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de abril de 2017 588

1.4 – **COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2017 637

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2017 655

1.5 – **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2017 724

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2017 725

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017 767

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2017 786

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2017 787

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2017 789

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2017 790

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2017 811

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2017 813

1.6 – **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2017 814

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2017 846

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2017 871

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2017 905

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2017 932

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017 966

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2017 1005

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2017 1039

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2017 1075

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2017 1103

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2017 1127

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2017 1155

1.7 – **COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2017 1190

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2017 1234

1.8 – **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2017 1281

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2017 1285

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 1304

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017 1331

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2017 1387

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2017 1406

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2017 1429

1.9 – **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2017 1443

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2017 1445

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2017 1446

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2017 1465

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2017 1467

1.10 – **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 1493

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2017 1534

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2017 1554

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2017 1604

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2017 1649

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2017 1698

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2017 1734

1.11 – **COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2017 1763

1.12 – **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE**

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2017 1773

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2017 1819

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2017 1848

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 e 23 de maio de 2017 1858

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos, do dia quinze de março de dois mil e dezessete, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Maria do Carmo Alves reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Marta Suplicy, Rose de Freitas, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Edison Lobão, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Ana Amélia, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição da Presidência e da Vice-Presidência desta Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2017/2018. São eleitos por aclamação a Senadora Marta Suplicy e o Senador Ronaldo Caiado para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Às nove horas e vinte e oito minutos assume a Presidência a Senadora Marta Suplicy. Usam da palavra os Senadores, Romero Jucá, Edison Lobão, Ronaldo Caiado, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Dalirio Beber e as Senadoras, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Rose de Freitas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e dez minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Maria do Carmo Alves, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais
(Art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão para o biênio de 2017/2018.

Convido o Senador Edison Lobão, Presidente da Mesa anterior, para tomar assento à mesa dos trabalhos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Sim, eu já registrei ali. (*Pausa.*)

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senadora Marta Suplicy; para Vice-Presidente, Senador Ronaldo Caiado.

Tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação, a exemplo do ocorrido em outras Comissões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, só quero registrar que nós todos concordamos. Aqui, em nome da Liderança do Governo, quero registrar que o Senador Edison Lobão fez um grande trabalho na Comissão de Assuntos Sociais, que é uma Comissão que, cada vez mais, neste momento, ganha relevância, por conta dos temas sociais e de mudanças estruturais que, de certa forma, têm correlação com a vida dos brasileiros.

A indicação, pelo PMDB, da Senadora Marta Suplicy é, sem dúvida alguma, um ponto alto na formação desta Comissão, por toda a história de vida dela, por toda a experiência, por toda a bagagem, por todo o compromisso.

Então, quero dizer, em meu nome e em nome do PMDB, que todos nós concordamos que a eleição seja feita por aclamação, tendo em vista a indicação que preenche, de sobra, todas as qualidades necessárias para que, nestes dois anos, possamos fazer uma discussão séria, equilibrada e sustentável, mas que proteja a sociedade brasileira, principalmente os mais carentes.

Portanto, a posição do PMDB é a de aprovar a votação por aclamação.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Social Democrata/DEM - SE) – Portanto, declaro eleitos, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, a Senadora Marta Suplicy e, para a Vice-Presidência, o Senador Ronaldo Caiado, no biênio 2017/2018.

Passo a Presidência à Srª Marta Suplicy. Passo-lhe a palavra. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bom dia!

Agradeço ao meu Partido, o PMDB, pela indicação. Agradeço as palavras do Senador Romero Jucá e também a indicação dos colegas que referendaram meu nome para a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais.

O compromisso é manter um bom trabalho e avançar no protagonismo que a CAS teve sob a direção do Senador Moka, do Senador Lobão e do Senador Jayme Campos.

Esta vai ser uma Comissão muito aberta a todos, com muito diálogo, com muita abertura para o que os membros acharem por bem discutir.

É uma satisfação também dividir a condução dos trabalhos com o Senador Caiado.

Voltando aos temas da nossa Comissão, quero dizer que temos aqui a oportunidade ímpar de discutir os temas essenciais para o povo brasileiro no século XXI. Nós vamos discutir aqui, apesar de não tramitar nesta Comissão nem a questão da previdência nem a dos direitos trabalhistas, matérias legislativas infraconstitucionais que são do cotidiano nosso. Então, esta é uma Comissão que, por estarmos num momento no País em que a previdência e os direitos trabalhistas estão em pauta, discutirá esses direitos, mesmo que não venhamos a votá-los nesta Comissão.

Em relação à previdência, temos ainda um privilégio: temos como membros dois ex-Ministros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quem é o terceiro?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Eu também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você também o foi? Mas eu não sabia, Jucá! O que o Jucá não foi? A Ana Amélia está certa: o que você não foi?

Temos três ex-Ministros da Previdência, o que é um privilégio: Senador Romero Jucá, Senador Pimentel e Senador Garibaldi Alves.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – O mais habilidoso de todos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Olha, Jucá, pela primeira vez, talvez, você esteja perdendo, porque estes dois, o Pimentel e o Garibaldi, eu os acompanho muito. Eles conhecem também.

Então, acho que aqui nós temos uma oportunidade única de aprofundarmos o tema e de trazermos tudo o que se discute, a favor e contra, sobre cada item. Podemos, por isso, propor a melhor previdência possível, porque necessária ela é. Aqui todos nós temos em comunhão o desejo de ela ser a menos onerosa possível e o de conseguirmos sair da crise em que estamos mergulhados na previdência. Então, tendo isso em mente, para proteger o trabalhador da melhor maneira possível, mesmo fazendo todos os cortes necessários, espero que a gente também consiga chegar à melhor forma de sairmos deste buraco em que a gente se encontra.

Em relação à reforma da legislação trabalhista, quero dizer que ela precisa ser atualizada. É uma legislação que existe há décadas. Realmente, ela não corresponde mais ao mundo moderno. Isso vai ter de ser discutido, porque temos posições diversas aqui e na sociedade, mas nada melhor do que um lugar onde nós não iremos ter o voto, mas onde iremos ter a reflexão. É muito importante, no Senado da República, termos um espaço para podermos debater sem querer ganhar naquele minuto, mas simplesmente para podermos entender melhor o que se trata, para podermos abrir a cabeça e ouvir o argumento do outro. Muitas vezes, a gente não consegue ouvi-lo porque quer votar de determinada forma, porque o Partido fez tal indicação, e a gente fica embaralhado. Acho que temos de abrir a cabeça e de tentar fazer a melhor legislação, de acordo com este século novamente e de acordo com o trabalhador também. Por mais que o século tenha mudado, que as necessidades tenham mudado, temos ainda um Brasil que ainda não é igual a muitos países desenvolvidos e onde o trabalhador também não tem nenhuma proteção. Levando tudo isso em conta, acho que chegaremos a um bom termo.

Por fim, esta Comissão tem o importante papel de contribuir para a melhoria de programas e políticas públicas de saúde. Aqui – pertenço a esta Comissão há bastante tempo –, temos acompanhado o empenho e a determinação para se garantir a saúde como ação prioritária, mas agora estamos num contexto muito mais difícil, porque, com a PEC 95, a chamada PEC do Teto, nós vamos ter de acompanhar, de muito perto – e esta é função desta Comissão –, o que vai ser diminuído, como as coisas vão ser encaminhadas.

Também vamos ter de agir com o Ministério da Saúde e de intensificar o diálogo com a Anvisa e com a ANS, que são agências importantíssimas ligadas ao nosso campo e cujos diretores são sabatinados nesta Comissão. Relativamente a esse assunto, nós vamos sabatinar o candidato à reeleição Fernando Mendes. Aliás, quero já designar como Relator o Senador Eduardo Amorim. Na próxima reunião, nós vamos já ler o relatório dele, uma vez que temos prazo até o dia 31. Sendo assim, isso precisa ser, realmente, agilizado.

Muito sucesso para todos nós nesses desafios!

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Srª Presidente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, para falar depois do nosso Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, ex-Presidente Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Srª Presidente Marta Suplicy, Srªs e Srs. Senadores, eu me despeço desta Comissão – já o fiz antes –, de sua Presidência, levando comigo saudades. Ela é essencial. V. Exª enumerou, dissertou, deduziu sobre as funções essenciais da Comissão de Assuntos Sociais.

Durante dois anos, nós votamos aqui projetos em caráter terminativo, muitos deles, outros não, mas que diziam respeito ao interesse social fundamental. Quando, na intimidade da Bancada do PMDB, levantamos a hipótese de vir para a Presidência desta Comissão o nome de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Exª, confesso que fiquei contente, em razão da afinidade da Senadora Marta Suplicy com as questões que aqui são abordadas. É claro que todos os Srs. Senadores – e temos aqui três ex-Ministros da Previdência – estão em condições de exercer a liderança desta Comissão, mas V. Exª tem um longo histórico de lutas pelo social, assim como tem a Senadora do Rio Grande do Sul, assim com têm os demais Senadores, entre os quais a que presidiu a reunião de eleição de V. Exª.

Senadora Marta, V. Exª vai encontrar um corpo funcional da melhor qualidade, que é dirigido pela nossa Secretária, que aqui se encontra, a Patrícia. Com longa experiência, ela dá suporte, sustentação e serenidade para as decisões regimentais da Presidência. Tudo isso permitirá que o desempenho de V. Exª, com suas condições intrínsecas de inteligência, de talento pessoal e de experiência, ajude a conduzir esta Comissão ao seu grande destino.

V. Exª terá aqui, como eu tenho na Comissão de Constituição e Justiça hoje, um Vice-Presidente, que é o Senador Ronaldo Caiado, que já fazia parte desta Comissão – Líder, veio para cá –, exatamente com a consciência da importância dela. Aqui está outro ex-Presidente, o Senador Moka, que também nos ajudou muito e que muito bem presidiu a Comissão.

Desejo, portanto, a V. Exª todo o êxito, o triunfo que está destinado ao exercício da sua Presidência, junto com o Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Senador Lobão, pelas palavras.

Agora, nós vamos ouvir as palavras do nosso Vice, que acabou de chegar, Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero agradecer o apoio recebido na chapa e, ao mesmo tempo, pedir desculpas. É que o engarrafamento hoje foi uma coisa impressionante. Realmente, não dava para transitar, com o total isolamento do Congresso.

De toda maneira, quero dizer que é com muita honra que assumo aqui a Vice-Presidência de uma Senadora experiente, que tem uma história e uma trajetória de luta nessa área, principalmente, na área social, que tem tudo a ver também com a minha trajetória de vida na área da saúde. Como médico que sou – exerço a profissão até os dias de hoje –, sei da importância desta Comissão e da sua relevância em matérias que precisam ser mais bem debatidas. Sei que precisamos avançar nos ganhos, para que a sociedade seja atendida nas suas reivindicações mínimas de cidadania, para que esta Casa dê respostas a toda a população. É uma honra enorme.

Quero dizer que a Presidente vai definir uma pauta e, ao mesmo tempo, criar as comissões necessárias. Assim, estaremos aqui não só apresentando pareceres ou participando de relatorias, mas também debatendo cada tema, trazendo encontros relevantes. Temas polêmicos virão nos próximos dias a esta Comissão, em que nós precisamos ter a coragem de assumir o debate.

Quero dizer, Presidente, que, na posição de Vice e como membro desta Comissão, estarei sempre atento para poder contribuir o máximo possível para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

Agradeço a confiança de todos os colegas em poder participar agora da Mesa da Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Caiado. Fico muito satisfeita por podermos dividir esta Comissão, exatamente por sua experiência na saúde, que tenho podido observar em todas as suas interações. Acho que vamos ter uma Comissão bastante produtiva.

Estão aqui inscritos Ana Amélia, Hélio, Amorim e Moka.

Vamos conceder a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta Suplicy e caro Senador Caiado, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – esta é uma das mais importantes comissões, porque trata das coisas mais sensíveis à população brasileira, área de saúde, área do trabalho, área da previdência, apenas para citar três das mais importantes –, eu queria desejar boa sorte, com a nossa colaboração. Uma andorinha só não faz verão, e nós estaremos juntos para contribuir para o trabalho.

Mas eu queria agradecer ao Senador Edison Lobão, que presidiu a Comissão anteriormente, antes da gestão atual, por ter dado uma contribuição valiosíssima na Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Assuntos Sociais. No meu caso, pelo menos, todas as audiências públicas solicitadas foram realizadas, e foi finalizada a votação do PLS 200, na Relatoria brilhante do Senador Otto Alencar.

Então, eu queria, com isso, reconhecer o seu esforço, o seu trabalho e o seu empenho pessoal nessas questões, porque o senhor também tem, como todos nós aqui, uma preocupação com a saúde dos brasileiros.

Também quero agradecer ao Senador Moka, seu antecessor, e ao Senador Jayme Campos, que não está mais nesta Casa, mas que também foi um excelente Presidente.

Dito isso, Presidente Marta Suplicy, eu queria dizer de antemão a esta Comissão que há um projeto de lei da Câmara dos Deputados que já está na Casa, na CAS precisamente, o PLC 21, de autoria da Deputada Maria do Rosário. De que trata especificamente essa matéria? Trata do depoimento de menor que foi violentada, como testemunha ou como vítima, em casos de violência sexual de modo mais específico. Esse projeto foi amplamente discutido na Câmara Federal.

No dia 4 de abril, em São Paulo, seu Estado, será realizado um fórum global sobre a infância, com a presença da Rainha Sílvia, da Suécia, e do Rei Carlos Gustavo, da Suécia também, marido da Rainha. Ela, precisamente, preside o Fórum Global de Proteção à Infância, que é um organismo das Nações Unidas. Penso que, se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça, que também vai apreciar a matéria, fizerem isso com a brevidade possível, resguardados todos os direitos que temos de aperfeiçoar essa matéria, nós daremos uma boa contribuição à redução da violência e à proteção dos menores vítimas de violência nos depoimentos que forem feitos.

Eu conversei com a Deputada autora desse projeto e também com o Desembargador José Antônio Daltoé, que é da 7ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ele me disse que o projeto que veio da Câmara foi negociado, tratado, discutido e examinado em todas as esferas, não só do ponto de vista do direito das crianças, mas também do ponto de vista da compreensão jurídica sobre esse tema. Falei também com a autora, a Deputada Maria do Rosário, sobre a relevância dessa matéria.

Então, eu queria propor que V. Exª avocasse a si a relatoria dessa matéria, por sua relevância e por estar muito voltada às questões sociais. Então, esse seria o meu primeiro pedido.

Este é o segundo, Presidente Marta Suplicy: tenho já um requerimento para a realização de uma audiência pública sobre prevenção de câncer do intestino.

São essas duas colocações.

Desejo sucesso a V. Exª e ao Senador Ronaldo Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Ana Amélia, vou avocar a relatoria.

Lembrei – como a gente esquece as coisas! – que, quando a Rainha Sílvia criou esse fórum, eu, como Deputada, estive presente. Faz muito tempo!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora vai estar presente de novo!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai ser muito bom fazer essa volta, essa imersão num projeto de tal importância. Eu lhe agradeço por essa lembrança. Obrigada.

Agora, com a palavra o Senador Hélio. (*Pausa.*)

Acho que ele saiu por um minuto.

Então, com a palavra o Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente Senadora Marta Suplicy, Sr. Vice-Presidente Senador Ronaldo Caiado, antes de tudo, quero aqui parabenizar o nosso ex-Presidente Senador Edison Lobão, pelo trabalho feito, pelos desafios enfrentados com muito equilíbrio. Vi, algumas vezes, momentos tensos nesta Comissão, mas o Senador Lobão teve o equilíbrio necessário para conduzir os trabalhos, para dar continuidade aos trabalhos, pela importância desta Comissão.

Senadora Marta e Senador Caiado, vejo com muito ânimo a presença de vocês conduzindo esta Comissão. O momento é difícil, é de conflitos, é de reformas e, portanto, de desafios. Vejo isso com muito ânimo porque só vencemos os desafios com atitudes e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

equilíbrio. Vejo o histórico da vida de V. Exªs. São históricos de atitudes, de quem soube realmente enfrentar muitos desafios ao longo da vida sem abrir mão da coerência. Então, desejo-lhes boa sorte.

Esta é a Comissão que escolhi, que escalei para realmente me dedicar nos próximos dois anos. Afinal de contas, sou profissional da saúde, a minha profissão é a medicina, e o mandato, não diferentemente de vocês, tenho certeza, é a nossa missão.

Contem conosco. Eu os parabenizo. Tomara que possamos contribuir fortemente neste momento tão difícil, em que o País precisa, sobretudo, de nossas atitudes, mantendo a coerência e pensando sobretudo nos mais necessitados.

Na semana passada, comemoramos aqui, no plenário do Senado Federal – não havia muito a comemorar, mas, sim, a chamar a atenção –, o Dia Mundial do Rim. O País tem quase 150 mil pacientes na fila da hemodiálise, Senador Caiado. V. Exª sabe disso. E as mazelas são muitas. O que o SUS paga realmente não cobre os custos de uma hemodiálise, obrigando muitas vezes, porque não há outro caminho, essas clínicas a reutilizar aquilo que não deveria ser reutilizado. Trata-se de reutilizar o descartável. Imaginem o risco! E fica aqui até uma sugestão para que possamos, em algum momento, fazer um debate como esse, sobre a hemodiálise, sobre as clínicas, sobre os transplantes, sobre aquilo que está realmente acontecendo em nosso País. Isso é um absurdo e obriga essas clínicas a buscar meios e alternativas para cobrir aquilo que o Governo não cobre.

Por isso, vejo, com muito ânimo e com muita diferença, a presença de V. Exªs nessa condição. Tomara que tudo isso venha a se concretizar, que a esperança que estamos depositando venha a se materializar!

Obrigado pela relatoria. Digo, mais uma vez, que estamos inteiramente à disposição, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pelas palavras. Acho que vamos, realmente, ter muito trabalho, estamos muito animadas para fazê-lo. Contamos com V. Exª para, na quarta-feira próxima, trazer a relatoria necessária sobre a Presidência da Anvisa. Obrigada.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Senadora Marta Suplicy, Presidente desta Comissão; meu querido amigo Ronaldo Caiado, Vice-Presidente desta Comissão; nosso ex-Presidente, meu amigo Lobão, que, aliás, fez um grande trabalho nos últimos dois anos, presidindo esta Comissão, vou dizer uma coisa que V. Exªs vão constatar: todas as Comissões são importantes. Acabei de vir da Comissão de Ciência e Tecnologia, onde fui – não é que eu quisesse – colocado como Vice-Presidente, com a Presidência do Senador Otto Alencar, o que me honrou muito, pelo trabalho, pelo dinamismo, pela determinação do Senador e pela importância da Comissão.

Mas esta Comissão é, sem dúvida, a Comissão mais plural que existe. Nós, aqui, vamos tratar de saúde, vamos tratar de toda a área social, vamos tratar dos trabalhos, da Previdência. Então, é, sem dúvida alguma, uma comissão que, eu diria, está diretamente ligada à vida das pessoas. Aqui, nós vamos tratar diretamente da vida das pessoas; daí a importância desta Comissão.

Eu diria ainda – não tenho dúvida do que vou dizer – que a Senadora Marta Suplicy e o Senador Ronaldo Caiado vão pegar um momento extremamente difícil, mas, talvez, também, não tivéssemos entre nós pessoas com esta experiência: a Marta na área social e o Ronaldo, como médico experiente que é, Líder de um partido.

Enfim, a meu ver, o que a Comissão vai ter de fazer é um grande debate. Vamos alcançar aquilo que possa se tornar convergente, porque nós vamos tratar da vida das pessoas, e a vida das pessoas é a coisa mais importante que existe. Tenho certeza de que V. Exªs pensam assim.

Parabéns, Senadora Marta Suplicy!

Parabéns, Senador Ronaldo Caiado!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka, principalmente por ser V. Exª um dos Senadores mais atuantes nesta Comissão, se não for o mais atuante,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

competindo com a Senadora Ana Amélia aqui. V. Exªs são os mais assíduos membros aqui, pelo menos durante todo o tempo que frequentei esta Comissão.

Fico muito contente com o seu entusiasmo, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Qual?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que, aqui, nós vamos ser palco de decisões importantes e colaboraremos muito com as reformas que virão.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia, o Senador Moka não briga com V. Exª. Os dois, que são os mais assíduos, é que brigam comigo. Então, não há nem como competir com eles. Mas concordo com V. Exª: tanto o Senador Moka como a Senadora Ana Amélia, talvez, sejam os mais assíduos, não na presença, mas nos trabalhos desta Comissão.

Eu quero começar cumprimentando o nosso querido Senador Lobão, que, durante os últimos dois anos, presidiu esta Comissão com muita competência e de forma extremamente democrática e que, agora, passa a presidir uma comissão também muito difícil, a Comissão de Constituição e Justiça.

Cumprimento o Vice-Presidente, eleito aqui por aclamação. Demorou um pouco nós instalarmos as Comissões, mas estamos elegendo todas as Mesas por aclamação. Eu acho que é este o caminho que nós temos de trilhar: independentemente das nossas disputas políticas, nós compomos uma instituição, e é ela que nós temos o dever de preservar. Assim, cumprimento também o Senador Ronaldo Caiado.

E, quanto a V. Exª, Senadora Marta, eu gostaria de dizer da minha alegria ao ver que, neste ano, nós, mulheres, Senadora Ana Amélia, estamos avançando bastante. Aqui, V. Exª se elege Presidente; possivelmente, a Senadora Rose de Freitas deverá presidir a Comissão Mista de Orçamente, importantíssima; a Senadora Kátia, como foi comunicado ontem em plenário, presidirá também uma comissão mista de extrema importância; as Comissões de Direitos Humanos e de Desenvolvimento Rural e Turismo também serão comandadas por duas outras mulheres. Eu espero, Senadora Marta, como V. Exª e todas as mulheres aqui, que este seja o prenúncio de um avanço mais importante de que nós precisamos.

Aqui todos falaram, sem nenhuma exceção, da dificuldade do momento por que passamos. Ou entendemos que estamos perdendo uma batalha – e estamos perdendo a batalha –, ou entendemos isso e neste momento promovemos mudanças profundas no sistema político, partidário e representativo do nosso País, ou, então, não sei o que será de nosso futuro. Certamente, Senadora Marta, nós mulheres precisamos muito refletir essa falta de representatividade, essa sub-representação que nós temos no Parlamento brasileiro. Não é verdade, como alguns dizem, que isso se dá porque nós não temos interesse. Não, nós não temos é espaço. Sei que V. Exª aqui, nesta Comissão, ajudará, contribuirá significativamente com essa luta das mulheres principalmente. Está certo?

Então, parabéns, Senadora Marta! Desejo-lhe muito sucesso. Conte aqui com uma grande colaboradora sua.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Vanessa. Não há nenhuma dúvida de que estão muito boas essas presidências femininas.

Hoje de manhã... Tenho de compartilhar isto com vocês, porque é realmente revoltante. Não sei se vocês tiveram ocasião de olhar a primeira página do jornal *O Estado de S.Paulo*. E a culpa não é do jornal. Aliás, gostei do fato de ele ter feito isso, para podermos saber disso. Há a imagem de vários meninos jovens, de oito ou nove anos, fotografando o goleiro Bruno como grande ídolo. Uma pessoa que foi condenada pelo assassinato de uma mulher se transforma em ídolo infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pensei muito no que fazer, no que dizer. Estou aberta a sugestões, porque é uma coisa... Eu a mostrei no meu gabinete e falei: "Vocês têm filhos?" Vários tinham filhos de sete anos, de oito anos, de quinze anos. "O que vocês acham disso?" Todos ficaram escandalizados, porque você vai transformar... Aí muitos refletiam: "Mas a criança não junta uma coisa com a outra." Gente, é a banalização total da vida!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não há uma menina na foto, só meninos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – No futebol, ainda é assim, é o time do Bolinha. Ainda o é.

Mas, de qualquer jeito, temos de fazer uma reflexão profunda sobre isso. Não podemos proibir a pessoa de retomar a vida, mas, ao mesmo tempo, é uma pessoa que não disse uma frase de arrependimento. Ele saiu da prisão e não disse nada. É como se aquela mulher não tivesse existido na vida.

Eu gostaria que, nesta Comissão, a gente pudesse pensar algumas coisas a esse respeito.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Depois, falará a Senadora Rose.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Marta Suplicy; nosso Vice-Presidente, Senador Ronaldo Caiado; Senador Lobão, que passou o bastão agora à Senadora Marta na Presidência da CAS, quero fazer minhas as palavras dos que me antecederam, em especial as do Senador Moka, quando colocou com muita propriedade a importância desta Comissão.

Todas as Comissões Permanentes do Senado Federal têm a sua importância, cada uma, é evidente, dentro da sua temática, mas, no caso da CAS, evidentemente, como disse o Senador Moka, estamos tratando da pessoa, daquilo que diz respeito à qualidade de vida e à proteção que todo cidadão brasileiro deve ter do Estado. Acho que temos aqui, como tem sido feito ao longo do tempo por todos os Presidentes desta Comissão, de abrir o debate, para que possamos levantar todas essas questões que vêm em apoio à melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

O Senador Eduardo Amorim levantou a questão do problema renal. O Senador Caiado, o Senador Moka e ele também, como médicos, têm bem consciência disso. Ainda na semana passada, ele convocou, com requerimento seu, aprovado no plenário, uma sessão especial para tratar da questão renal, no Dia Mundial do Rim, parece-me. Essa é uma doença que é silenciosa, como também o é a hipertensão, mas as duas, se não forem tratadas preventivamente, levam a pessoa a doenças gravíssimas, de alta complexidade. A doença renal leva à hemodiálise, e aí só há dois caminhos: o transplante ou o óbito. E, na questão da hipertensão, você pode ter um AVC.

São ações, Senadora Marta e Senador Ronaldo, sobre as quais, como disse o Senador Amorim, vamos ter de nos debruçar, de tal forma que possamos dar a todos os brasileiros essa assistência preventiva na saúde. Se houver uma ação preventiva eficaz, vamos poupar não só vidas como também recursos, porque não deixaremos o cidadão chegar à necessidade de atendimento de alta complexidade.

Quero desejar sucesso à Senadora Marta e ao Senador Ronaldo ao longo desses dois anos em que vamos ter o privilégio de sermos liderados por V. Exªs.

Que Deus abençoe todos! Que possamos, nesta Comissão, ajudar o Brasil a dar melhores condições de vida aos seus cidadãos!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Flexa, pela contribuição.

Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Quero, primeiro, parabenizá-los. Acho que este é um momento muito feliz, por termos alguém com sua experiência à frente desta Comissão, ao lado do Caiado, que é um Senador que tem sensibilidade para os problemas de que nós vamos tratar, e são vários nesta Comissão.

Gosto mais do que vejo hoje, quero ser sincera. Muitas vezes, nós nos esfaqueamos aqui pelos espaços dentro desta Casa. E, hoje, vejo que a condução está sendo feita muito mais pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mérito, pela capacidade e pela sensibilidade do que praticamente por um grande acordo que se faça em relação aos espaços das mulheres.

Ontem, nós debatíamos, Presidente Marta, a questão dos medicamentos para as pessoas com doenças raras, que é um assunto... É incrível como o Brasil parece não ter sensibilidade para encarar problemas que se perpetuam! Vamos falando, reincidentemente, sobre eles, a imprensa os traz à tona, mas os assuntos não se resolvem. Então, quando vejo duas pessoas com essa postura sensível socialmente à frente desta Comissão, fico muito satisfeita. Digo à senhora que já tenho vários projetos apresentados, inclusive sobre o assunto de que tratei aqui nesta Comissão.

Quero me colocar à disposição para trabalhar. Neste momento em que estamos falando de todas as reformas importantes para o Brasil, que a gente saiba o que é importante para o País organicamente e o que é importante para o povo brasileiro.

Não há de se colocar o País distante dos problemas que o povo brasileiro vive, das expectativas que ele vive e da necessidade de adotar posturas firmes e não justificar. Tudo no País hoje se justifica pela crise: "A crise é imensa, e temos de fazer isso, doa em que doer." Não pode ser doa em quem doer. Infelizmente, não pode ser assim.

Por isso, tenho plena confiança de que V. Exª, a Comissão que aqui está, com os membros que aqui estão... Notei que os membros que aqui vieram para a condução dos trabalhos por V. Exª e pelo Senador Ronaldo Caiado são pessoas voltadas e atentas para o momento pelo qual o País passa.

Torno a dizer: o País, as propostas e o povo brasileiro não podem ter uma distância tão grande a ponto de se dizer que qualquer proposta que o Governo faça – e eu sou Governo também – tenha de passar a despeito do que sente o povo, a despeito da história do povo brasileiro e de suas necessidades.

Portanto, conto com o apoio de V. Exª. E pode contar com o meu sempre, para trabalhar aqui a qualquer dia e a qualquer hora sob a sua égide.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Rose.

Eu adorei isso que V. Exª falou, porque é exatamente isso. Não há crise que possa ser mais forte que o trabalhador. Ao mesmo tempo, a gente tem de pensar que vai reverter para o trabalhador o melhor possível que a gente conseguir fazer em relação à Presidência. São duas coisas que caminham juntas. Mas essa sua frase é maravilhosa. A crise não pode estar distante do trabalhador, senão vai dar errado.

Vamos nesta Comissão nos empenhar para fazermos discussões profundas com os três ex-Ministros que estão aqui, que foram Ministros da Previdência, e com todos os colaboradores.

Estou vendo que chegaram agora dois novos Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E já estou pedindo a palavra, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vi.

Eles vão poder contribuir muito.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Presidente, quero só fazer um aparte.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Lembro que hoje nosso querido Paim, muito querido, aniversaria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Parabéns, Paim! (*Palmas.*)

Muitas felicidades!

O Paim vai falar também? Então, é melhor deixar o aniversariante falar, primeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O aniversariante fala na frente, por favor!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aniversariante tem preferência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É claro, é claro!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vá lá, aniversariante!

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Serei muito rápido. Esta é só uma mensagem, querida Marta Suplicy, Senadora e Presidente da CAS, e nosso amigo e Senador Ronaldo Caiado, que foi um dos primeiros a me ligar hoje de manhã.

Eu só queria dizer que considero esta Comissão uma das importantes do Congresso Nacional, para não dizer que é a mais importante, porque é a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu presidi, nesses meus longos anos entre Câmara e Senado – e a idade é que me deixa dizer isso; completo hoje 67 anos! –, algumas Comissões, mas nunca presidi esta. Eu quero um dia presidir esta Comissão, porque acho que ela é uma das mais importantes. Como Presidente ou como Vice, eu me sentiria muito contemplado. É claro que fui escolhido para ser Vice da CDH e agradeço muito. Mas quero dizer que sou parceiro, estou aqui para trabalhar, para dialogar, para conversar. Todo mundo sabe que todos nós somos duros nas nossas posições, mas também sabemos dialogar, sabemos construir caminhos, para que seja sempre a melhor proposta para o nosso querido povo brasileiro.

Lembro-me aqui do Florenciano Paixão, que já faleceu. Logo que cheguei ao Congresso, ele me disse a seguinte frase: "Paim, o bom projeto não é aquele que a gente apresenta para marcar posição. O bom projeto é aquele que é aprovado e que atende, em parte pelo menos, o interesse do povo, da nossa gente."

Sei que esta Comissão fará isso. Sou aqui companheiro, sou militante nesta Comissão, para construir o melhor para toda a nossa gente.

Parabéns a ambos, o Senador Ronaldo Caiado e a Presidenta Marta Suplicy!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Que bom ouvir suas palavras, Senador Paim! Acho que V. Exª vai poder contribuir muito para as discussões. Esse espírito é o espírito que vai exatamente fazer com que consigamos ter boas propostas. Como eu disse, anteriormente, aqui, como não vamos votar nem a legislação trabalhista nem a previdência, terá de ser o lugar onde nós possamos refletir e aprofundar as nossas posições, exatamente nesse espírito que V. Exª levantou e que a Senadora Rose também acentuou.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora Marta, primeiramente, eu queria pedir desculpas. Eu queria ter chegado aqui a tempo de votar, porque, nessa chapa, na senhora e no Senador Caiado, eu votaria com todo o louvor. Eu faria questão de registrar o voto. Os engarrafamentos, que alguns colegas também pegaram, impossibilitaram-me de chegar aqui a tempo.

Mas eu queria registrar meu apoio à chapa que foi votada. Posso dizer isso, porque, como V. Exªs já sabem, já houve comissão aqui em que não votei favoravelmente a quem assumiu a Presidência, mesmo com acordo entre partidos, mesmo com princípio regimental. Nesta chapa aqui eu votaria. Posso até ter alguma divergência de mérito político com o Senador Ronaldo Caiado, mas quero registrar aqui que é uma das pessoas que eu mais admiro neste Congresso Nacional, pela coerência de suas posições, por ter coerência e firmeza em suas posições. Em alguns momentos, em várias agendas, estamos juntos, como a PEC do fim do foro, que é um dos temas nos quais tenho a honra de estar junto ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...que a CPI da Previdência ambos assinaram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito! Perfeitamente! Faz aqui um registro adequado o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram os primeiros a assinarem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, há temas em que nós coincidimos.

Minha querida Marta – permita-me que eu a chame assim, pela relação de proximidade que com a senhora e com a sua família tenho –, V. Exª é um quadro da política brasileira, porque, por onde passou, fez bem feito. Foi assim na Prefeitura de São Paulo, foi assim no Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cultura. A mais importante conquista dos artistas brasileiros no Ministério da Cultura se deu sob a sua liderança à frente do Ministério da Cultura. Tenho a honra de ter acompanhado e de ter apoiado a liderança e a condução que V. Exª deu naquele momento em relação à modificação da lei de direito autoral. Tenho certeza de que não será diferente nessa função que V. Exª vai exercer aqui, à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

Assunto social é a alma da Constituição de 1988. A Constituição de 1988 fundou, em nosso País, o Estado de bem-estar social, o modelo de *welfare state*, não é, Senador Paulo Paim? Quanto a esse modelo de *welfare state*, sou daqueles que acham que o Estado adequado é aquele que assegura e garante os direitos individuais fundamentais, que, na nossa Constituição, estão no art. 5º – e temos instrumentos para assegurar isso –, e que garante o bem-estar social aos seus cidadãos. O tema do bem-estar social é o tema central de debate desta Comissão.

Fico tranquilo. Repito, reitero: votaria com todo o louvor nessa chapa que hoje está à frente da Comissão de Assuntos Sociais. Quero registrar aqui o apoio a essa chapa. Não tenho dúvida de que, seja pela Senadora Marta, seja pelo querido Senador Ronaldo Caiado, esta Comissão, por ambos, será muito bem dirigida.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito, declaro...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Marta, eu gostaria também de cumprimentar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – ...a Senadora Marta, por assumir a condução desta importante Comissão.

Há menos de dois anos, eu estou aqui no Senado e tive o privilégio de participar desta Comissão e de ver a forma como a senhora discutiu as questões que aqui foram trazidas. Tenho certeza de que a senhora e o Senador Ronaldo Caiado farão um grande trabalho. De fato, dado o momento crítico que toda a sociedade brasileira vive, os assuntos que por aqui forem transitar terão de ser debatidos com muita responsabilidade, e será preciso tentar extrair deles aquilo que de melhor a Comissão puder extrair para fazer o encaminhamento ao Plenário e tornar leis aquilo que, de fato, diz respeito à mudança de vida dos brasileiros. Ou seja, a sensibilidade da senhora e do Senador Ronaldo Caiado vai produzir justiça social no Brasil, tenho certeza disso.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quero fazer um agradecimento ao Senador Dalirio.

Quero agradecer-lhe a referência que fez à abordagem relativa ao goleiro Bruno. Essa é uma reflexão que realmente precisamos aprofundar.

Quero também, por questão de justiça, lembrar que fui demandada nessa matéria do PLC 21, da Câmara dos Deputados, pela ex-Embaixadora do Brasil na Suécia Leda Lúcia Camargo, para minha felicidade, conterrânea, gaúcha de Dom Pedrito. Ela foi a impulsionadora, foi quem me provocou a cuidar desse assunto, pela relevância e pela relação pessoal que tem com a Rainha Sílvia ao tempo em que foi Embaixadora do Brasil na Suécia.

Então, muito obrigada pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos, do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Otto Alencar, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro, Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 49, de 2017, que encaminha o Acórdão nº 29, de 2017, do Tribunal de Contas da União, contendo a apreciação do processo de monitoramento que trata da implantação do sistema de controle de ponto eletrônico nas unidades hospitalares federais do Rio de Janeiro, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo. Informa que o referido documento ficará à disposição dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Moção de Apelo 136, de 2016, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, para que a Anvisa acelere a aprovação de medicamentos que se encontram na fase 3 de pesquisa, para pacientes terminais e com enfermidades degenerativas progressivas e sem cura; Ofício 224-8, de 2016, com Moção de Repúdio nº 96, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que se manifesta contra a precariedade, segundo aquela Casa Legislativa, do estado da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde, o Sistema Cross, implantado no Estado de São Paulo; Ofício nº 842, de 2016, da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal, a Fenale, que manifesta-se por meio de moção de repúdio às tentativas de supressão de direitos de servidores públicos; Ofício nº 347, de 2016, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, com a indicação nº 809, de 2016, para que os Senadores do Estado do Mato Grosso intensifiquem esforços junto ao Governo Federal pela designação de um fiscal do trabalho para o município de Tangará da Serra ou consolidar a abertura de concurso público para referida função; Carta 225, de 2016, da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, de Minas Gerais, que encaminha, para conhecimento e divulgação, a Carta de João Pessoa, elaborada durante o Vigésimo Congresso Federativo Interestadual Sindical da Federação; Ofício nº 2.941, de 2016, com moção de apelo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe; Ofício nº 1.299, de 2016, com moção de Repúdio nº 39, de 2016, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul; Ofício nº 208, de 2016, com manifestação de repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social, Paraná; Ofício nº 116, 2017, que encaminha moção de apelo da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul. Todos os citados documentos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

manifestação contrária à Reforma Previdenciária. Os referidos documentos ficam à disposição dos Senhores Senadores desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 - Mensagem (SF) nº 14, de 2017- Não Terminativo - Autoria: Presidência da República. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor Fernando Mendes Garcia Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Lido Relatório, a Presidência concede, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão nos termos do artigo 383, II, b, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria retorna à Pauta da próxima Reunião Deliberativa para arguição pública do indicado e posterior votação procedida por escrutínio secreto. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini. Torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grandes aglomerações de pessoas. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Estabelece regras para rotulagem de produto de origem animal embalado e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Reabre o prazo previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para permitir às entidades de saúde privadas filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos renegociar suas dívidas decorrentes de contribuições sociais em atraso, não pagas ou não repassadas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia. Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para estabelecer validade nacional para a receita de medicamentos manipulados. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Durante a discussão, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, modifica seu voto concluindo pela aprovação do Projeto. Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Determina que, no atendimento à saúde de urgência e emergência, a triagem classificatória de risco seja realizada em tempo hábil, segundo os protocolos clínicos pré-estabelecidos, e conduzida por profissional de saúde com nível superior e treinamento baseado nesses protocolos. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Romário. Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (Prouni). Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária. Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Resultado: Aprovado o Projeto. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 751, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Zeze Perrella. Acrescenta o art. 60-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, para dispor sobre a concessão e cessação do benefício de auxílio-doença, inclusive o acidentário. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senadora Regina Sousa. Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o percentual mínimo de empregadas mulheres, nas atividades-fim das empresas com mais de dez empregados. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Romero Jucá. Extrapauta. Item 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 1, de 2017. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas para debater a Proposta de Reforma Trabalhista apresentada pelo Governo Federal, com os pontos mais controversos e polêmicos. É importante nossa comissão ter, desde já, um acúmulo sobre o tema, permitindo um maior aprofundamento da matéria quando estiver em tramitação no Senado Federal. Para isso, o Ciclo de Audiências Públicas proposto contemplaria os temas abaixo listados: Legislado versus Negociado; Representação dos trabalhadores e representação sindical; Contrato de Trabalho Temporário. Item 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, com vistas a informar e explicar sobre os impactos para a saúde da população decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o país. Resultado: Lido. Item 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 3, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o país. Resultado: Lido. Item 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 4, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o país. Resultado: Lido. Item 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 5, de 2017. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, durante o mês de março, para debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do Câncer Colorretal. Para tanto sugiro que sejam convidados: Doutor Sandro Martins, Coordenador da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Doutora Angelita Gama, Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino - Abrapreci; Doutor André Sasse, Oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp; Doutora Marlise Mello Cerato Michaelsen, Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP. Resultado: Lido. Item 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 6, de 2017. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o tema "Tecnologia e saúde", para debater a importância do uso de novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, para atendimento nos serviços de saúde. Para tanto sugiro que sejam convidados: Doutor Marcelo Rodrigues Gonçalves, Doutor em Epidemiologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutora Beatriz Alckmin, Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(UFMG), com atuação em Telemedicina e Telessaúde; Doutora Alexandra Monteiro, Coordenadora Geral do Laboratório de Telessaúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Doutor Aldo Von Wangenheim, Coordenador do Instituto Nacional de Convergência Digital do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde; Representante do Ministério da Saúde. Resultado: Lido. Item 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2017. Autoria: Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 30, de 2015 - CAS, de minha autoria. Resultado: Lido. Item 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 8, de 2017. Autoria: Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, Ciclo de Audiências Públicas, para debater a PEC 287, de 2016, que trata da Reforma da Previdência. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente. Resultado: Lido. Item 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 9, de 2017. Autoria: Ana Amélia. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise, com a participação dos convidados abaixo relacionados: Marco Antônio de Araújo Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), do Ministério da Saúde; Clarice Alegre Petramale, Presidente da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec); Denizar Vianna de Araújo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Marcelo Queiroga, Diretor de Avaliação de Tecnologias em Saúde - Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista (SBHCI); Áquila Mendes, Professor Livre-Docente de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); Carísi Anne Polanczyk, Pesquisadora do Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS), Professora Adjunta do Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Resultado: Lido. É aprovado o ato nº 1, de 2017 – CAS, que disciplina o processo de apresentação e votação de Requerimentos no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. A Presidência comunica que, nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, cada Comissão Permanente deverá selecionar, anualmente, e na área de sua competência, Políticas Públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para que sejam avaliadas e solicita aos Senhores Senadores que enviem por email à Secretaria da Comissão sugestões de Políticas Públicas em vigor para que possam decidir, de forma colegiada, quais serão avaliadas durante este ano de 2017. Às nove horas e trinta e oito minutos, assume a Presidência o Senador Ronaldo Caiado, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Usam da palavra os Senadores

Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Ronaldo Caiado, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador RONALDO CAIADO
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 2ª reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a Mesa que passo a ler neste momento.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 49, de 2017, que encaminha o Acórdão nº 29, de 2017, do Tribunal de Contas da União, contendo a apreciação do processo de monitoramento que trata da implantação do sistema de controle de ponto eletrônico nas unidades hospitalares federais do Rio de Janeiro, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo.

Informo que o referido documento ficará à disposição dos senhores e das senhoras na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações:

Moção de Apelo 136, de 2016, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, para que a Anvisa acelere a aprovação de medicamentos que se encontram na fase 3 de pesquisa para pacientes terminais e com enfermidades degenerativas progressivas e sem cura;

Ofício 224/8, de 2016, com a Moção de Repúdio nº 96, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, que se manifesta contra a precariedade, segundo aquela Casa Legislativa, do estado da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde, o Sistema CROSS, implantado no Estado de São Paulo;

Ofício nº 842, de 2016, da Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal e Estadual e do Distrito Federal, (Fenale), que se manifesta por meio de moção de repúdio às tentativas de supressão de direitos de servidores públicos;

Ofício 347, de 2016, da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Mato Grosso, com a indicação nº 809, de 2016, para que os Senadores do Estado do Mato Grosso intensifiquem esforços junto ao Governo Federal pela designação de um fiscal do trabalho para o Município de Tangará da Serra ou consolidar a abertura de concurso público para referida função;

Carta 225, de 2016, da Federação Sindical dos Servidores dos Departamentos de Estradas de Rodagem do Brasil, de Minas Gerais, que encaminha, para conhecimento e divulgação, a Carta de João Pessoa, elaborada durante o 20º Congresso Federativo Interestadual Sindical da Federação;

Ofício nº 2.941, de 2016, com moção de apelo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe.

Ofício nº 1.299, de 2016, com moção de Repúdio nº 39, de 2016, da Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul.

Ofício nº 208, com manifestação de repúdio do Conselho Municipal de Assistência Social do Paraná.

Ofício nº 116, 2017, que encaminha moção de apelo da Câmara Municipal de Vereadores de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul.

Todos os citados documentos com manifestação contrária à reforma previdenciária.

Os referidos documentos ficarão à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se à apreciação de quatro itens não terminativos e seis itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Informo que, nos termos do art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou por meio do Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir a leitura do seu relatório. Com a palavra o Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Bom dia a todos. Obrigado, Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy. Irei direto, Srª Presidente, ao nosso relatório.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o Presidente da República, mediante a Mensagem nº 14, de 2017, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O Sr. Fernando Mendes Garcia Neto é brasileiro, natural de Ribeirão Preto, São Paulo, e tem 57 anos. Graduou-se em Odontologia, em 1980, pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro.

Ocupa, desde 23 de fevereiro de 2017, o cargo de Diretor da Diretoria de Autorização e Registro Sanitários. Antes disso, a partir de dezembro de 2011, atuou em diversos órgãos da Anvisa, exercendo as seguintes funções:

Diretor da Diretoria de Regulação Sanitária; Diretor Interino da Diretoria de Autorização e Registro Sanitária; Adjunto de Diretor da Diretoria de Coordenação e Articulação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária; e Gerente da Gerência de Sistemas de Informação, órgão da Gerência-Geral de Gestão de Tecnologia da Informação.

Anteriormente a sua atuação na Anvisa, ele exerceu, no Ministério da Agricultura, os cargos de Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, de 14 de janeiro de 2011 a 28 de setembro de 2011, e de Secretário-Executivo Substituto, de 16 de março a 28 de setembro de 2011, além de ser, durante todo o tempo em que esteve naquele Ministério, membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

No período de 14 de maio de 2010 a 14 de janeiro de 2011, o indicado foi Coordenador-Geral de Gestão de Projetos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), no Ministério da Saúde, tendo sido, também no Datasus, Coordenador-Geral de Fomento e Cooperação Técnica e Diretor Substituto, de janeiro de 2007 a 31 de julho de 2009. Entre março e dezembro de 2003, o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto foi Coordenador do Cartão Nacional de Saúde, que é um projeto do Ministério da Saúde.

Na esfera municipal, o indicado atuou em diferentes cargos na Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto, tendo sido: Secretário Municipal Adjunto de Saúde, de janeiro de 2000 a janeiro de 2002; Assistente Técnico do Secretário Municipal de Saúde, de janeiro de 1992 a dezembro de 1996; Secretário Municipal de Saúde, de agosto a dezembro de 1988; e Diretor do Departamento de Odontologia, de maio de 1984 a agosto de 1988.

Na vertente acadêmica, ele foi docente do Departamento de Materiais Dentários e Prótese da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, entre junho de 1985 e junho de 1995.

Além dos cargos enumerados, o *curriculum vitae* elenca inúmeras participações em congressos, jornadas e encontros, além das atuações do indicado em monitorias e estágios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dessa forma, depreende-se que o histórico profissional do indicado atende ao disposto no item 1, da alínea "a", do inciso I, do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em complementação ao *curriculum vita*e, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre requisitos a serem avaliados pelos Senadores, listados nos cinco itens da alínea "b", do inciso I, do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Nesse sentido, o indicado encaminhou aos Senadores argumentação escrita em que destaca a sua formação profissional na área da saúde e o contínuo processo de aperfeiçoamento técnico a que se dedicou, por meio da participação em cursos, seminários, oficinas e congressos.

Argumenta que esse processo de aprimoramento técnico contribuiu para a sua formação científica e para prepará-lo para as atividades de gestão, conforme as que tem desempenhado, preponderantemente, no setor público.

Também anexou todas as declarações exigidas pelos itens 1 a 5, da alínea "b", do inciso I, do art. 383, do referido Regimento:

– declaração de que não possui parentes que exercem ou exerçam atividades, públicas ou privadas, vinculadas a atividade profissional;

– declaração quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos. Relativamente a essa declaração, ele informa que, de 1997 a 1998, foi sócio da empresa Instituto Mais Saúde, extinta em 16 de outubro de 1998, conforme indica cópia da certidão de baixa de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitida pelo *site* da Receita Federal em 27 de abril de 2015.

– declaração de que não possui pendências fiscais no âmbito federal, estadual, municipal e distrital, conforme documentação em anexo.

– declaração de que não figura como autor ou réu em ações judiciais, conforme cópias de documentos legais comprobatórios.

– declaração quanto à sua atuação, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Foram declarados a participação como Membro do Conselho Fiscal da Embrapa, de 14 de janeiro de 2011 a 28 de setembro de 2012, e os cargos de direção assumidos dentro da própria Anvisa.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

É o nosso relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pelo competente relatório, Senador Eduardo Amorim.

Nos termos do art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência concede, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

A matéria retornará à pauta no dia 29 de março, quarta-feira, para arguição e posterior votação, em escrutínio secreto, da indicação do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, de 2016
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Reabre o prazo previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, para permitir às entidades de saúde privadas filantrópicas e entidades de saúde sem fins lucrativos renegociar suas dívidas decorrentes de contribuições sociais em atraso, não pagas ou não repassadas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Amorim, para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, como o relatório já foi distribuído com muita antecedência, vou direto, portanto, à análise, para que possamos ganhar tempo.

Compete à CAS, com base no art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde (SUS).

Assim, sob o ponto de vista da relevância sanitária, é elevadíssimo o mérito do projeto em análise, pois não haveria o SUS, hoje, no País, se não existissem hospitais filantrópicos.

Segundo dados de julho de 2016, fornecidos pelo Ministério da Saúde, a rede hospitalar beneficente era responsável por mais de 37,98% dos leitos disponíveis no SUS, distribuídos em 6,3 mil estabelecimentos em todo o Brasil. Desse total, cerca de 1,7 mil eram hospitais beneficentes que prestavam os serviços. Nesse levantamento, em aproximadamente mil Municípios brasileiros, a assistência hospitalar era oferecida exclusivamente por Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Ainda em julho de 2016, a distribuição das entidades beneficentes pelo Brasil era a seguinte: 63 estão na região Norte; 512, no Nordeste; 161, no Centro-Oeste; 1.406, no Sudeste, região mais populosa do País, e 1.169, no Sul.

Além de ter grande participação no âmbito do complexo hospitalar do SUS, as entidades sem fins lucrativos são responsáveis por percentual significativo de internações. Segundo o Ministério da Saúde, as entidades beneficentes desempenham papel relevante para o funcionamento do sistema público e suplementar de saúde no Brasil, correspondendo a quase cerca de 60% das internações de média e alta complexidades.

A Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB) confirma a grave situação econômica e financeira das entidades a ela filiadas, cujo volume das dívidas aumentou cerca de R$6 bilhões em um ano. A entidade aponta que, apenas em 2015, em todo País, 218 hospitais sem fins lucrativos, cerca 11 mil leitos e mais de 39 mil postos de trabalho foram fechados.

Não obstante, diante da relevância que o segmento tem para o SUS, o Ministério da Saúde vem priorizando o processo de credenciamento de hospitais beneficentes, tendo anunciado, em julho de 2016, a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de saúde, a cerca de 104 Santas Casas e hospitais filantrópicos em 13 Estados de diferentes regiões do Brasil.

No início de novembro de 2016, a CMB comemorou a habilitação, pelo Ministério da Saúde, de 1.401 serviços de saúde, em 216 entidades filantrópicas, Santas Casas e hospitais, que já prestavam serviço, mas que ainda não estavam recebendo por isso. A entidade salientou que os hospitais começaram a ser pagos na primeira semana de novembro, o que propiciou novo aumento no número de leitos do SUS, incluindo aqueles destinados às Unidades de Terapia Intensiva.

Segundo a CMB, o Ministério da Saúde está executando uma força-tarefa para a regularização do certificado de filantropia, que garante incentivos fiscais para os hospitais, já tendo analisado cerca de 470 processos e prometido a avaliação de outros 1.900 até dezembro de 2016.

Como se vê, o segmento das entidades de saúde filantrópicas e sem fins lucrativos é essencial para o SUS. No entanto, não basta certificar novas entidades: é preciso garantir-lhes a subsistência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também não adianta integrar novas entidades ao sistema e relegar à insolvência aquelas que vêm prestando, há algum tempo, seus relevantes serviços à população brasileira, mesmo diante da baixa remuneração que o SUS oferece.

Assim, entendo que é obrigação desta Casa, como órgão fiscalizador das políticas públicas de saúde, aprovar todas as propostas que possam trazer alívio e oferecer solução para os graves problemas de insolvência econômico-financeira das entidades beneficentes da área de saúde.

Nesse sentido, do ponto de vista social, o mérito do projeto em análise é relevante para a saúde pública brasileira. Caberá à CAE, de qualquer forma, avaliar os impactos financeiros de suas medidas e a sua adequação para proporcionar o objetivo almejado de garantir a solvência dos hospitais filantrópicos e beneficentes.

Portanto, nossos hospitais filantrópicos pedem socorro, e este é um projeto que vem, com certeza, trazer um alívio, trazer um analgésico; não a cura, não o tratamento definitivo, mas, com certeza, um importante analgésico numa hora como essa.

Diante do exposto, e não poderia ser diferente, nosso voto é pela aprovação do PLS nº 290, de 2016, de autoria do colega Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador.

Em discussão, a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o relatório.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, ao projeto de lei 290, de 2016.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

Esta Presidência submete ao Colegiado a apreciação do Ato nº 1, relativo a procedimento de deliberação dos requerimentos apresentados na Comissão de Assuntos Sociais.

Em votação, o Ato nº 1. (*Pausa.*)

Eu vou explicar um pouco porque está sendo feito esse Ato nº 1. É porque estamos recebendo vários requerimentos e, às vezes, a gente lê e aprova o requerimento com duas, três pessoas. Nós vamos fazer com que os requerimentos que cheguem sejam lidos e votados na nossa próxima reunião. Assim, sempre estarão na pauta, porque assim todos interessados poderão estar presentes.

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal resolve:

"Ato 1º Este ato disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais." [Isso não é uma invenção daqui, não. Isso está acontecendo em outras Comissões exatamente para evitar aprovações sem a participação de várias pessoas].

Art. 2º Perante a Comissão, a apresentação de requerimento poderá ser feita apenas por seus membros.

Art. 3º O requerimento será lido pelo Presidente da Comissão:

I - na reunião em que for apresentado;

II – na reunião seguinte, quando a apresentação se der na Secretaria da Comissão.

§ 1º O requerimento só será lido com a presença do autor.

§ 2º Após a leitura do requerimento, a Secretaria da Comissão providenciará sua divulgação e inclusão na pauta da próxima reunião deliberativa ordinária.

Art. 4º A votação do requerimento ocorrerá a partir da reunião seguinte àquela em que foi dada a leitura.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Em votação o Ato nº 1.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou ler um primeiro requerimento de 2017, que não será votado hoje, como acabei de explicar, mas na próxima reunião.

> Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de realizar um ciclo de audiências públicas para debater a proposta de reforma trabalhista apresentada pelo Governo Federal, com os pontos mais controversos e polêmicos.
>
> É importante nossa Comissão ter, desde já, um acúmulo sobre o tema, permitindo maior aprofundamento da matéria quando estiver em tramitação no Senado Federal.
>
> Para isso, o ciclo de audiências públicas proposto contemplaria os temas abaixo listados:
>
> 1º - legislado *versus* negociado;
>
> 2º - representação dos trabalhadores e representação sindical;
>
> 3º - contratos de trabalho temporário;

É da minha autoria esse requerimento.

Concedo a palavra ao Senador que queira comentar. (*Pausa.*)

Nós não temos ainda nenhuma indicação, e peço aos membros da Comissão que façam suas indicações, dois favoráveis e dois contrários.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveitando a palavra comentar, é só para elogiar a inciativa importante de esta Comissão debater tanto a reforma trabalhista como a reforma previdenciária, nos moldes que V. Exª colocou aí muito bem, o que nos dá mais instrumentos, mais subsídios para o debate quando as propostas chegarem a esta Casa.

Concordo plenamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Paim. Nós vamos começar pela trabalhista, porque parece que essa vai chegar primeiro. Então, é bom que a gente já tenha um acúmulo de informações quando ela chegar, quando a Câmara a aprovar, e nós já estejamos aqui mais subsidiados para a nossa discussão.

Agora passo a Presidência ao Senador Ronaldo Caiado, porque temos uma audiência com o Senhor Presidente da República. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Bom dia, senhores e senhoras.

Vamos dar continuidade, então, à reunião da CAS.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, de 2015

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senador Romário
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
- Votação nominal.

Como é terminativo e nós vamos precisar de um quórum, eu concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, para que possa proferir a leitura do seu relatório. Aí sim, possamos talvez discutir para que a votação seja na próxima reunião, com quórum já para deliberar.

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos à leitura do relatório.

Vem para o exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015, de autoria do Senador Romário, que visa a instituir a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico, além de conceder diversos benefícios aos portadores de lúpus eritematoso sistêmico (LES), mediante a alteração das leis que os regem.

Vou passar para a análise do projeto.

De acordo com o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, incumbe à CAS analisar o mérito de proposições que tratam da proteção e defesa da saúde e das competências do Sistema Único de Saúde. Ademais, em face da decisão exclusiva e terminativa deste Colegiado sobre a matéria, cabe também a análise dos aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição.

Com relação ao mérito, em que pese reconhecermos a nobre intenção do autor de conferir especial proteção às pessoas acometidas por LES, julgamos que as propostas contidas no projeto de lei em comento não constituem a melhor maneira de alcançar esse objetivo.

No caso em tela, consideramos que a função fiscalizadora do Parlamento tem ampla precedência sobre a sua função legislativa, pois as bases legais da matéria já estão adequadamente providas, não sendo necessária a edição de nova norma, como exposto a seguir. Trata-se tão somente de verificar e acompanhar o seu cumprimento.

A Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico, que o projeto pretende instituir, não inova em relação aos direitos da pessoa com LES, isso porque o SUS já tem a obrigação constitucional e legal de prover assistência integral, universal e gratuita à saúde dessas pessoas, bem como de toda a população, conforme rezam o art. 196 da Constituição Federal e os arts. 5º, 6º e 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).

Especificamente com relação às pessoas com LES, em cumprimento ao seu dever constitucional de orientar e organizar os serviços de saúde para atender as demandas existentes, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 100, de 7 de fevereiro de 2013, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Lúpus Eritematoso Sistêmico, norma que conceitua a doença e estabelece diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes.

Portanto, diante das amplas garantias constitucionais existentes em relação à promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como das normas legais e infralegais vigentes, não é pertinente editar uma lei específica para assegurar ações voltadas apenas ao atendimento de pessoas com LES, assim como isso não é cabível para nenhuma das outras milhares de doenças existentes. Leis com esse objetivo apenas serviriam para enfraquecer o SUS, pois partem do falso pressuposto de que, na falta de uma lei específica sobre determinada doença, o sistema público de saúde estaria desobrigado de prestar a devida assistência às pessoas por ela acometidas.

Além de desnecessária, a medida que se pretende instituir cria grave precedente: obrigar o SUS a ressarcir a pessoa acometida por LES que adquirir com seus próprios recursos medicamentos ou protetores solares. Ora, essa previsão não encontra lastro no ordenamento jurídico que disciplina os serviços públicos de saúde. Ao contrário, de acordo com a Constituição Federal e a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Orgânica de Saúde, cabe ao SUS prover assistência integral à saúde, inclusive farmacêutica, de forma universal e gratuita.

Em verdade, o ressarcimento é uma característica da prestação de serviços no âmbito da saúde suplementar e não encontra amparo na forma de organização e operacionalização do sistema público de saúde. Inserir a figura do ressarcimento no âmbito do SUS significa instituir uma modalidade excepcional de atendimento público, destinada para um único e exclusivo grupo de pacientes – as pessoas acometidas por LES –, o que afronta, mais uma vez, o princípio da isonomia e da igualdade que caracterizam o SUS.

Tal falta de isonomia fica ainda mais evidente pelo disposto no §2º do art. 1º do projeto, que exclui da incidência das disposições da lei outras formas clínicas do lúpus, que não o LES.

Assim, entendemos que o projeto viola os princípios da gratuidade, da integralidade da assistência, da universalidade, da isonomia e da igualdade, que são pilares constitutivos do SUS.

Com relação aos benefícios financeiros que o projeto pretende conceder, as pessoas acometidas pelas formas graves do LES, em grande parte, já fazem jus a eles, uma vez que, em face das sequelas e da incapacidade gerada pela doença, elas podem ser consideradas pessoas com deficiência.

É o caso dos direitos à isenção do IPI na compra de automóveis e à bolsa do Prouni, ambos concedidos a pessoas com deficiência, independentemente da causa que originou a deficiência.

Da mesma forma, o inciso XVIII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, prevê como uma das situações que ensejam o direito de o trabalhador movimentar a sua conta a seguinte: "quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social". Essa situação também contempla as pessoas acometidas com LES que apresentam formas incapacitantes da doença.

Por conseguinte, incluir nas mencionadas leis os acometidos por determinada doença é uma medida não isonômica, que contraria preceitos constitucionais. Nesse sentido o projeto não se coaduna com os mandamentos constitucionais fundamentais de igualdade e de isonomia, além de padecer de injuridicidade, por não inovar o ordenamento jurídico no que tange ao direito de acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, bem como aos demais benefícios pretendidos.

Por derradeiro, conforme os argumentos exarados neste parecer e em virtude da conclusão a que chegamos – pela rejeição da matéria quanto ao mérito –, sentimo-nos dispensados de manifestação sobre os demais aspectos previstos na competência terminativa desta Comissão.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A orientação aqui, dada a falta de quórum, é no sentido de que suspender a discussão desse item específico, mas acho que poderíamos avançar na discussão para que, na próxima reunião, já pudéssemos colocar o projeto imediatamente em votação, encerrando a discussão na data de hoje.

Se algum dos inscritos tiverem interesse em debater a matéria, nós esgotaríamos a fase de discussão e entraríamos, na próxima reunião, na fase de votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, só para ajudar no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu respeito muito a Senador Ângela Portela, que sabe do carinho que eu tenho por ela, como nós todos temos, mas, como o Senador Romário não está presente, seria interessante deixar para a próxima reunião, com a presença dele. Quem sabe ele pudesse justificar melhor o objetivo do projeto, ajudando tanto a Relatora como nós também.

Por isso, embora eu saiba que é uma decisão de V. Exª, sugiro que a discussão nós pudéssemos jogar também para a próxima reunião e, daí, votar a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A minha tendência – é claro – é votar com a Relatora, mas, assim mesmo, faço essa pequena consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu acho que nós poderíamos ler os requerimentos e, na próxima reunião, pelo menos eles já estariam lidos. Digo isso porque nós estamos com muita dificuldade em alcançar quórum em quase todas as Comissões. Então, se nós adiantássemos a leitura dos requerimentos... Eu mesmo tenho um sobre a mesa que requer a realização de debate sobre a reforma da Previdência.

Nós leríamos os requerimentos para ver se ganhamos tempo na próxima reunião e, assim, conseguiríamos votar mais coisas.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito bem.

Eu acho que nós precisamos avançar em alguns acordos e entendimentos. O que está acontecendo? Nós fazemos a reunião de Líderes e não temos matérias para serem pautadas. Com a sobrecarga de todos nós, com dezenas de compromissos na terça e na quarta-feira, essa necessidade da presença do autor para que a gente possa avançar numa votação sobre o tema está criando situações como a da pauta de ontem – e todos nós assistimos –, em que não havia matérias para serem debatidas em plenário.

Então, eu não vejo a obrigatoriedade da presença do autor do projeto. Eu vejo que o quórum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu me referi à votação. Se tiver quórum, votamos hoje. Não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendi a colocação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu acho que esse é o ponto, e nós precisamos avançar na Comissão, que não pode ficar, a todo momento, procrastinando o exame de uma matéria.

Se o parecer foi pela rejeição... Lógico que, infelizmente, nós não temos aqui o quórum suficiente para que essa matéria seja votada. Já seria um ponto a mais para avançarmos hoje na pauta e já seria um ponto a ser decidido pela CAS.

Entretanto, não havendo quórum e não havendo nenhum para discutir, nós vamos agora passar a outro projeto, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, relatado pela Senadora Vanessa Grazziotin, que acaba de chegar. Com isso, damos continuidade aos trabalhos da Comissão.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece regras para rotulagem de produto de origem animal embalado e dá outras providências.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Conforme V. Exª já indicou, a proposição tem como objetivo estabelecer regras para rotulagem de produtos de origem animal embalados, conforme define o art. 1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O art. 2º do projeto fixa as definições dos seguintes itens: produto de origem animal (embalado ou não), alimento, embalagem, rótulo, ingrediente e aditivo alimentar.

O art. 3º indica quais documentos legais devem ser observados quando da rotulagem dos produtos de origem animal.

O art. 5º determina que sejam estampadas no rótulo as seguintes frases, conforme o caso: "sem uso de hormônio" ou "contém hormônio".

O próximo artigo concede prazo de 90 dias para que as empresas cumpram essa determinação.

O último artigo da proposição, equivocadamente numerado como art. 3º, determina que a lei eventualmente originada pelo Projeto de Lei do Senado 119, de 2014, entre em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído à análise desta CAS e também da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

A proposição, Sr. Presidente, não foi objeto de emendas.

Eu quero, partindo agora para a análise, dizer que nos cumpre ressaltar, adicionalmente, que a Instrução Normativa nº 22, de 24 de novembro de 2005, que aprova o Regulamento Técnico para Rotulagem de Produto de Origem Animal embalado, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dispõe sobre o tema de forma ampla e pormenorizada.

Cabe esclarecer, também, que pode constar do rótulo qualquer informação ou representação gráfica, assim como matéria escrita, impressa ou gravada, que não esteja em contradição com os requisitos obrigatórios do mencionado regulamento, incluídos os referentes à declaração de propriedades e às informações enganosas, estabelecidos nos princípios gerais do regulamento técnico da citada instrução normativa.

Ademais, recentemente, o Mapa autorizou as empresas do setor avícola a utilizarem em seus rótulos a mensagem "sem uso de hormônio, como estabelece a legislação brasileira". A utilização da mensagem é facultativa e se estende a todas as empresas fiscalizadas pelo Serviço de Inspeção Federal.

Com a aprovação do projeto sob análise, a informação sobre a presença ou ausência de hormônio no produto de origem animal será obrigatoriamente estampada na embalagem.

Ressalte-se que a administração de hormônios aos animais já é proibida no Brasil.

Com efeito, o País dispõe de um Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, que monitora continuamente a presença de resíduos de medicamentos veterinários de uso proibido no Brasil, incluindo hormônios, em carnes destinadas ao consumo. Os resultados das análises realizadas mostram que não há indícios da utilização dessas substâncias nas carnes de aves consumidas pela população brasileira e exportadas para mais de uma centena de países.

Portanto, nosso entendimento é o de que a matéria já se encontra amplamente regulada no País.

Outro aspecto do Projeto 119 que desaconselha sua aprovação é a fórmula adotada pelo autor para informar sobre o uso de hormônio na criação de animais usados como matéria-prima dos produtos, já que o projeto determina a inscrição da frase "contém hormônio", art. 5º, conforme o caso. Cabe salientar que, em princípio, mesmo que os produtores não apliquem hormônios nas reses, o produto de origem animal conterá os hormônios naturalmente produzidos pelo próprio sistema endócrino dos animais.

Note-se que hormônios são substâncias químicas que têm efeito específico sobre a atividade de certo órgão ou tecido. São secretados em quantidades muito pequenas na corrente sanguínea e transportados pelo sangue para órgãos distantes que exercem a função parácrina no próprio tecido em que são secretados.

Dessa forma, qualquer carne de frango necessariamente contém hormônios produzidos pelas glândulas endócrinas do animal. Salvo melhor juízo, não é concebível a existência de aves ou outras espécies animais 100% isentas de hormônio, ou seja, dos seus próprios hormônios naturais. A nosso ver, o dispositivo legal pode gerar ainda mais confusão do que informação ao consumidor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pois o animal criado sem a administração de hormônio exógeno conterá hormônios endógenos em seus organismos e tecidos, fato que deverá ser informado na embalagem.

Caso se interprete que o uso da expressão "contém hormônio" se dará apenas quando houver administração deliberada de hormônios às aves, desconsiderando os hormônios secretados pelo próprio animal, teríamos uma situação no mínimo constrangedora para o produtor, pois ele estaria estampando na embalagem a confissão de ter cometido ato ilícito decorrente da violação da Instrução Normativa nº 17.

Alternativamente poder-se-ia argumentar que o Projeto 119, de 2014, propõe, por via oblíqua, legalizar o uso de hormônios na criação de animais, visto que prevê explicitamente o seu uso, o qual deve ser anunciado na embalagem do produto destinado ao consumo. Afinal, qual o sentido de a lei obrigar a estampar na embalagem a utilização de determinada substância se seu uso for ilícito? Em qualquer hipótese, o texto carece de clareza.

Por fim, há que apontar falha de técnica legislativa na numeração do derradeiro – isso é bobagem – art. 3º, quando deveria ser o art. 7º.

O voto, portanto, em vista do exposto, é pela rejeição do projeto de lei do Senado, apenas destacando, Sr. Presidente, que a possibilidade de esse projeto gerar uma confusão ainda maior e vir a abrir espaço para legalizar o que não é permitido, no meu entendimento, foi o que me levou a dar o parecer contrário, apesar de ser de um querido Senador do meu querido Estado do Amazonas.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu quero cumprimentar a nobre Relatora.

Nós não podemos mais criar confusão naquilo que já está hoje muito bem deliberado, normatizado, dentro de regras internacionais, como referência à Organização Internacional de Epizootias. O Brasil é referência, é um dos poucos países que têm a não utilização de hormônio, aplicação de hormônio, é um país que tem a preocupação de nunca ter, na alimentação de seus animais, resíduos animais, como nós vemos em muitos países da União Europeia.

No Brasil, neste ponto, apesar de todo esse alvoroço feito nessas últimas horas, nós temos a garantia de que toda aquela legislação aqui acrescida pela nobre Relatora ao projeto de lei mostra exatamente os itens todos que já são cumpridos pelo Ministério da Agricultura e também pelo Serviço de Inspeção Federal. É a garantia que nós temos. E não teria o menor cabimento a pessoa colocar na embalagem "conteúdo com hormônio"; seria colocar no rótulo que está praticando o crime, porque não é aceita a utilização, a aplicação de hormônio exógeno em qualquer animal, seja ele o frango, seja ele suíno ou bovino.

Então, eu parabenizo o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin. E meu voto será também pela rejeição.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, V. Exª já disse muito bem: hormônios exógenos, porque endógenos, como disse Vanessa, todos nós precisamos produzir – e aí daquele que não produzir em quantidade suficiente. Talvez faltou aí, se ele quisesse ser mais redundante, a palavra exógeno. Mas, como já foi dito, já tem...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas é proibido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – É proibido, então... Como já há norma sobre isso, o relatório está completo, está perfeito. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário, ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2014.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento da tramitação.

Projeto de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 583, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, para garantir a realização de ultrassonografia mamária.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, busca assegurar a realização de ultrassonografia mamária, no âmbito do Sistema Único de Saúde, mediante avaliação do médico assistente, nas seguintes hipóteses: para mulheres jovens com elevado risco de câncer de mama ou que não possam ser expostas à radiação; e como complementação ao exame mamográfico, para mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos de idade ou com alta densidade mamária.

Na justificação, a autora argumenta que a ultrassonografia deve ser utilizada como método diagnóstico complementar à mamografia – principal recurso para o diagnóstico precoce do câncer de mama –, porque é um "exame capaz de diagnosticar casos de câncer de mama assintomáticos, mas não identificados por meio de mamografia em mulheres jovens, com alta densidade mamária e com história familiar da doença".

Análise do projeto.

Inicialmente, cabe salientar que não se vislumbram óbices quanto à constitucionalidade da proposta, que trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme dispõe o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal.

Também não se verifica vício de injuridicidade e, quanto à regimentalidade, constata-se que o trâmite da matéria observou o disposto no Regimento Interno do Senado Federal.

Passemos, agora, à análise do mérito da proposição.

A ultrassonografia mamária é um exame realizado com um aparelho que emite ondas de ultrassom e, através do registro do eco, fornece informações sobre a textura e o conteúdo de nódulos mamários. É um método diagnóstico seguro, não invasivo, virtualmente sem contraindicações, razoavelmente rápido, indolor, recomendado para pacientes de qualquer idade e que não utiliza radiação ionizante, raios-X, cuja exposição excessiva também aumenta o risco de câncer de mama, nem demanda a aplicação de contraste, substância que pode causar reações alérgicas.

No campo da mastologia, o exame ganhou maior destaque com o desenvolvimento tecnológico dos aparelhos, ocorrido após a década de 1990, o que permitiu, entre outros ganhos, uma melhor qualidade de imagem.

Atualmente, seu uso é difundido principalmente como método diagnóstico complementar no caso de mamografias inconclusivas em mulheres com mamas densas ou com importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fatores de risco para câncer de mama. Também se usa a ultrassonografia para orientar as punções de nódulos mamários.

O uso da ultrassonografia também tem sustentação no fato de que a sensibilidade da mamografia no diagnóstico do câncer de mama sofre influência de determinados fatores, tais como idade, densidade do tecido mamário e história familiar de câncer de mama, entre outros. A densidade da mama da mulher jovem, por exemplo, não permite, às vezes, visualizar a presença de nódulo na mama por meio da mamografia. Assim, é necessário um método complementar para avaliação do tecido mamário denso, razão pela qual a ultrassonografia se tornou o procedimento de escolha para o auxílio na prevenção secundária do câncer de mama.

Nesse sentido, a diretriz "Câncer de Mama: Prevenção Secundária", de autoria da Sociedade Brasileira de Mastologia, Sociedade Brasileira de Cancerologia, Colégio Brasileiro de Cirurgiões e Colégio Brasileiro de Radiologia, publicada em 2011, reconhece o papel desempenhado pela ultrassonografia mamária como método complementar na prevenção secundária do câncer de mama em mulheres assintomáticas que apresentam padrão mamográfico denso.

A mamografia realizada com qualidade – imagens radiográficas de alto padrão, com doses mínimas de radiação – e com periodicidade anual ainda é a medida de rastreamento mais adequada e capaz de reduzir a mortalidade por câncer de mama. Por isso, o SUS já garante o acesso gratuito à mamografia.

Agora, com a medida proposta pelo PLS nº 583, de 2015, passa a assegurar também a realização gratuita de ultrassonografia mamária, sempre que necessária.

Cumpre ressaltar, contudo, que esse exame, como qualquer outro realizado pela rede pública de saúde ou no âmbito do setor de saúde suplementar, depende de indicação médica, o que não foi alterado pela proposição.

De fato, é o profissional médico que indica à paciente se ela deve ou não fazer o exame, de acordo com seu histórico familiar, sua idade, suas condições de saúde ou, diante da suspeita de alguma alteração, em função de dados clínicos ou de parâmetros próprios de cada caso.

Por essas razões, concordamos com a autora do projeto de lei em comento e consideramos pertinente aperfeiçoar a Lei nº 11.664, de 2008, para incluir a ultrassonografia entre os exames a serem garantidos, de acordo com avaliação médica, para fins de detecção precoce do câncer de mama.

Afinal, o controle do câncer de mama é prioridade da agenda de saúde no Brasil. Detectá-lo precocemente significa aumentar a sobrevida e as chances da cura.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 583, de 2015, da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Terminada a leitura, a matéria está em discussão.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, Srª Relatora, Senadora Ângela Portela, esse é um projeto que reforça mais um exame dentro do nosso SUS, mas eu acho que todo bom profissional sabe que, se uma mamografia não resolve, ele tem que buscar outros meios. Ele não pode ser é omisso diante de uma situação principalmente que leva à suspeita de haver ali um câncer que pode, mais adiante, realmente, tirar aquela vida.

O reforço nunca é demais, mas acho que isso também poderia ser resolvido com o próprio Ministério. O Ministério é que vai ter que disponibilizar. Tornando-se lei, vai ser obrigado agora o Ministério a disponibilizar, Senadora Ângela, esses ultrassons, esses equipamentos e esses profissionais.

Eu entendo que é mais um reforço naquilo realmente que a nossa Constituição já garante, que é a saúde para todos.

Volto a dizer: todo bom profissional sabe que, quando um exame não é capaz de ajudá-lo no diagnóstico, ele tem que buscar outro meio mais eficaz. Não é isso, Senador Caiado? Mas não deixa de ser um reforço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Aberta a discussão para quem queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu gostaria apenas de fazer um comentário também dentro da linha de raciocínio levantada aqui pelo Senador Eduardo Amorim.

Nós, ainda como Deputado, trabalhamos para que pudéssemos antecipar a mamografia no Brasil a partir dos 40 anos de idade. São estudos que mostram que existem casos, num percentual muito grande, em que as mulheres, numa idade ainda fora daquela faixa maior da incidência do câncer de mama, poderiam ser diagnosticadas precocemente. Como tal, teríamos aí uma capacidade de atacar o problema sem que houvesse ainda a disseminação de linfonódulos ou de metástases. Tudo isso foi trabalhado dentro da Câmara.

Essa matéria foi aprovada. Infelizmente, esse texto foi revogado por uma portaria; uma lei foi revogada por uma portaria no governo anterior, que preestabeleceu que a mamografia seria feita somente a partir dos 50 anos.

Então, aqui, como foi relatado pela Senadora Ângela Portela e colocado pela minha colega, Senadora Lúcia Vânia, existem vários casos familiares em que sabemos da necessidade e que não se pode esperar os 50 anos. São urgências que devem ser priorizadas.

O outro fato é que houve uma distribuição também de que o SUS pagaria... Acho que esse é um movimento importante para que seja feito principalmente, também, pela Bancada das mulheres, tendo também a nossa participação. Apenas o exame da mamografia de uma mama seria pago pelo SUS. A outra mama seria paga pelo Município. É uma complexidade que eu não consigo entender qual é a mama em que a paciente vai dizer que a mamografia deve ser feita.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – E o Município não é SUS?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É algo que eu acho que beira o ridículo.

Então, são ações em que nós precisamos rapidamente atuar. Entendo que a sugestão aqui da nossa Senadora Lúcia Vânia, como também relatado pela Senadora Ângela Portela, procede, sabedores de que temos situações – como aqui foi muito bem citado – de pessoas mais jovens, que têm realmente a mama mais densa e às vezes a mamografia tem dificuldade de identificar. A ultrassonografia terá, assim, uma ação positiva. Eu acho que todos os métodos não invasivos para se tentar um diagnóstico são extremamente positivos, sendo que, ao final, na dúvida mesmo, temos de fazer a biópsia, seja do colo do útero, seja do nódulo da mama. E aí vamos avaliar a extensão e a gravidade e se há ou não a necessidade de tratamento cirúrgico.

Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, também voto pela aprovação, acompanhando o voto da Relatora e cumprimentando-a por toda argumentação relatada por ela.

Em votação. (*Pausa.*)

Essa matéria é terminativa. Não posso colocá-la em votação.

Não tem quórum ainda não? Estamos em oito. Falta só um? (*Pausa.*)

Acho que deu quórum. São dez. (*Pausa.*)

Está faltando só um.

Aí, pelo menos, nós já...porque senão fica uma coisa – não é, Paim? – que não avança em matéria alguma. Fazemos só a leitura, e a matéria volta para a pauta.

O Randolfe salvou o quórum. Vamos para a votação de uma matéria que, aqui, é unanimidade.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Foi encerrada a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Prepare a votação do projeto. Solicito à Secretaria da Comissão, então, que prepare a votação do projeto.

Essa votação tem que ser nominal ou é simbólica? (*Pausa.*)

Nominal. Tudo bem, mas vota-se diretamente aí na tela.

Então, em votação o projeto. Vamos iniciar a votação. (*Pausa.*)

Está aberto o painel, para que todos os Senadores e Senadoras possam votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Se não tiver mais ninguém para votar, já deu o quórum. Posso encerrar, então, a votação.

Encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O Presidente só vota em caso de desempate, mas conta para o quórum.

SIM, 10; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Quórum: 11.

Matéria, então, aprovada, o Projeto de Lei do Senado nº 583, de 2015.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Uma matéria a mais para a pauta do Plenário do Senado Federal.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Como Relatora, eu queria agradecer a V. Exª e ao Colegiado pela aprovação do Projeto de Lei da nossa Senadora Lúcia Vânia.

Sem dúvida nenhuma, o câncer de mama é a doença com maior incidência de morte no nosso País. Na Região Norte, é campeã. A gente precisa aprovar projetos que possam estar detectando com maior rapidez essa doença tão grave que acomete as mulheres brasileiras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Meus parabéns à nobre Relatora e à autora do projeto de lei, a Senadora Lúcia Vânia, minha colega de Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu estava relatando projetos na CCT e cheguei agora. E já se encerrou a votação nominal para o PLS nº 583, de 2015, da Senadora Lúcia Vânia, como autora, e da Senadora Ângela Portela, como Relatora.

Quero só registrar meu voto favorável e parabenizar tanto a autora como a Relatora. É importantíssimo o Sistema Único de Saúde garantir a realização de ultrassonografia mamária para todos os que necessitam disso, até preventivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Incluo no voto a fala do Sr. Senador Flexa Ribeiro, o voto "sim", pela aprovação do projeto de lei da utilização da ultrassonografia para diagnóstico do câncer de mama e colo de útero.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2013

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para estabelecer validade nacional para a receita de medicamentos manipulados.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório pela declaração de prejudicialidade do projeto.

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2013, p. 121.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu, antes, quero informar que mudei o voto. Eu analisei o que havia sido considerado prejudicialidade e acho que os argumentos postos para considerar o projeto prejudicado na sua tramitação não são fortes. Então, quero dizer que há uma mudança. Eu estou opinando favoravelmente à aprovação do projeto da Senadora Ana Amélia.

E pergunto a V. Exª se é possível continuarmos mesmo assim, porque o relatório continua o mesmo. Eu apenas mudo o voto. Mesmo levantando uma série de questões, eu mudo o voto a favor do projeto, porque não há nenhum argumento contrário – apenas de prejudicialidade, que, no meu entendimento, não são razões fortes para prejudicá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª concorda com o texto do projeto apresentado pela Senadora Ana Amélia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sendo assim, o voto de V. Exª é favorável ao projeto.

Como tal, gostaria, então... A burocracia manda formalizar novo relatório, sendo que a Relatora mesmo já atestou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu formalizo. Não há problema, Sr. Presidente. Eu posso formalizar. Na semana que vem, voltará à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tudo bem. Eu tenho pedido aos colegas Senadores e Senadoras...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... o máximo possível de agilidade nos projetos, até porque nós estamos sem matéria para pautar na Ordem do Dia. Hoje nós já conseguimos pelo menos aprovar um projeto aqui. A maior celeridade que pudermos dar... Porque a Senadora Vanessa Grazziotin, realmente, levanta a prejudicialidade ao projeto de V. Exª, Senadora Ana Amélia, e, como tal, concorda com o texto do projeto. Assim, se pudéssemos economizar tempo, e ela formalizando isso rapidamente, nós já poderemos colocar em votação o projeto logo a seguir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Tudo bem, vamos lá. Conseguimos quebrar a burocracia mais uma vez. Vamos adiante. Então...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... ela encaminhará essa formalização, alterando o seu voto e dando o voto pela aprovação do projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há quórum?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Está faltando um para o quórum?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não, Senadora Ana Amélia, com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de dar celeridade à produção legislativa da CAS. Peço que V. Exª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conste em ata o meu voto favorável ao item anterior, o item 8, porque não consegui chegar antes da finalização da votação. O meu voto é favorável ao item 8, apreciado pela Comissão.

Agradeço à Senadora Vanessa Grazziotin, Relatora desse projeto de minha autoria, pela compreensão e sensibilidade acerca desse tema. Fico muito grata, mas respeitaria mesmo que V. Exª tivesse mantido o voto da prejudicialidade, porque aqui também é responsabilidade nossa produzir leis que tenham exequibilidade e que não firam nenhum princípio constitucional e legal. Por isso, agradeço a V. Exª.

Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para estabelecer validade nacional para a receita de medicamentos manipulados.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Eu pediria à nobre Senadora Vanessa Grazziotin que pudesse...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Resumir a leitura, Sr. Presidente. Vou resumir bastante...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ... resumisse a leitura para avançarmos na discussão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Enquanto isso, poderíamos chamar aqui, ao lado, na Comissão de Ciência e Tecnologia, porque há vários Senadores lá.

O projeto de lei apresentado pela Senadora Ana Amélia tem o objetivo de estabelecer a validade nacional para a receita de medicamentos manipulados.

O art. 1º acrescenta o §3º ao art. 36 da Lei nº 5.991, de 1973, que diz que poderá ser aviada em todo o Território nacional, independentemente do local de sua emissão, nos termos do regulamento.

De acordo com a autora do projeto, a melhoria das condições socioeconômicas ocorridas à época da apresentação da proposta acarretou um fluxo intenso de pessoas trafegando entre as várias localidades de nosso País. E também deve-se levar em conta que existem alguns casos em que a legislação impõe procedimentos e rotinas de controle sanitário que impedem a aquisição de medicamentos manipulados em unidade federativa diferente daquela em que eles foram prescritos.

Acerca do mérito, Sr. Presidente, ressaltamos que as disposições sobre o receituário de medicamentos são apresentadas na Lei nº 5.991, que trata do Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, que é exatamente a lei que S. Exª pretende modificar com o presente projeto.

A restrição à validade territorial das receitas é imposta por meio de regulamentação infralegal e abrange somente aquelas referentes às substâncias e aos medicamentos sujeitos a controle especial, isto é, os medicamentos controlados.

Conforme orientação fornecida pela Assessoria de Imprensa da Anvisa, no sítio eletrônico da Agência, a possibilidade de dispensação de medicamentos controlados com receitas prescritas em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

outras unidades federativas dependerá do enquadramento das substâncias (ou medicamentos que as contenham) nas listas da Portaria SVS/MS nº 344, de 1998, e suas atualizações.

Assim, são válidas em todo o Território nacional, já hoje:

1) as notificações de receita (na cor amarela); e

2) as receitas de controle especial (normalmente na cor branca).

Entretanto, não têm validade em todo o Território nacional aquelas que têm um grau maior de controle, tais como – e são três:

1) as notificações de receita B (normalmente na cor azul), que são os psicotrópicos;

2) as notificações de receita B2 (normalmente na cor azul), que são psicotrópicos anorexígenos; e

3) as notificações de receita especial (na cor branca) que geralmente são a talidomida e retinoides de uso sistêmico.

Entretanto, Sr. Presidente, a tecnologia avançou tanto que, também em relação a essa, não há mais a necessidade dessa restrição, que causa muito incômodo.

O meu relatório destaca também a existência e tramitação, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012. Este projeto já foi aprovado pelo Senado e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. E a razão, Srªs e Srs. Senadores, para uma manifestação inicial de prejudicialidade foi somente por conta da existência não de uma norma jurídica, isto é, de uma lei, mas de um projeto que está mais adiantado em sua tramitação na Câmara dos Deputados.

Assim, se este for aprovado – e há algumas diferenças, mas poucas –, certamente, chegando lá, será apensado. Então, não há que se falar em prejudicialidade, Sr. Presidente.

Portanto, baseada nessa análise é que eu apresento voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A Senadora Vanessa Grazziotin muito bem expôs, dentro da concordância com o projeto, que há sobreposição de temas com um projeto que já havia tramitado aqui e que, hoje, está na Câmara dos Deputados.

Dito isso, coloco em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para agradecer e dizer que lembro perfeitamente que eu estava na CAS quando o Senador Jayme Campos apresentou a proposta aqui a esta Comissão, mas a proposta de S. Exª tinha a validade de uma receita, médica ou odontológica, em todo o Território nacional.

Pela legislação em vigor no Brasil, a receita médica emitida em Porto Alegre só vale para o Rio Grande do Sul; em Goiânia, só para Goiás; ou lá em Manaus, só no Estado do Amazonas. Eu diria que é uma coisa absolutamente incompreensível dado o tamanho do nosso território.

E, neste projeto, ele fala também de outro tema sensível: as farmácias de manipulação. São aqueles produtos específicos que são receitados e cujas formulações são tão, digamos, sérias do ponto de vista da sua composição que é preciso não só deixar a receita lá, como é preciso deixar toda a documentação do paciente que fará uso dela. Desse modo, o médico precisa ter um cuidado maior. Assim, a manipulação é um detalhe a mais.

Se, como disse a Senadora, houver na Câmara um apensamento, será melhor, porque teremos uma lei única para valer para todas as instâncias, para a receita convencional ou para a receita de manipulação em farmácias especializadas.

Então, quero, de novo, agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Presidente Ronaldo Caiado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Está aberta a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos colocar em votação...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Está chegando o quórum.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Faltam dois.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Enquanto aguardo o quórum, decisão terminativa, item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 751, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta o art. 60-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, para dispor sobre a concessão e cessação do benefício de auxílio-doença, inclusive o acidentário.

Autoria: Senador Zeze Perrella
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
- *Votação nominal.*
Matéria retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame do relatório.
Item 2, decisão não terminativa.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2014
- Não terminativo -

Torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grandes aglomerações de pessoas.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Otto Alencar.
A matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator.
Já chegou o Senador Otto Alencar.
Com isso, eu consulto o Senador Otto Alencar se ele realmente mantém a retirada de pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 120, que diz respeito à permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares de grandes aglomerações.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu estava na Comissão de Ciência e Tecnologia e não achava que poderia chegar a tempo. Por isso, pedi para retirar de pauta. Já que estou aqui, pediria a compreensão de V. Exª para poder relatar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – V. Exª vai relatar o projeto? Tudo bem. Ótimo. Vamos lá.
Item 2, decisão não terminativa.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2014
- Não terminativo -

Torna obrigatória a permanência de ambulância de resgate e de profissional da área da saúde em lugares com grandes aglomerações de pessoas.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini
Relatoria: Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2014, cujo art. 1º explicita a finalidade da proposição, que é tornar obrigatória a presença de ambulância de resgate em lugares de grandes aglomerações de pessoas, para socorro imediato de pessoas que venham a sofrer qualquer problema de saúde.

Conforme o art. 2º, é obrigatória a permanência de uma ambulância de resgate com um condutor e um profissional da área de saúde em lugares de grandes aglomerações de pessoas, tais como aeroportos (inciso I), estações (inciso II), estádios (inciso III) e rodoviárias (inciso IV).

O art. 3º estende a obrigatoriedade constante do *caput* do art. 2º aos locais onde ocorram grandes eventos.

A cláusula de vigência, prevista no art. 4º, determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído exclusivamente à CAS e não recebeu nenhuma emenda.

Análise.

Com base no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CAS analisar as proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e às competências do Sistema Único de Saúde.

Acerca do mérito do PLC 120, de 2014, o primeiro ponto a analisar é que o projeto invade a competência do Poder Executivo nas três esferas federativas. Especificamente, a proposta exorbita das atribuições dos gestores do Sistema Único de Saúde, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que são os responsáveis por dispor sobre o funcionamento do sistema, a contratação e distribuição dos profissionais e a oferta de serviços e equipamentos de saúde. A esse respeito, lembramos que a Constituição Federal é bem clara quando garante a autonomia dos entes federativos e a independência entre os Poderes da República.

O segundo ponto que merece destaque é que, no âmbito do SUS, já se encontra em plena e extensa atividade o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192. No sítio do Ministério da Saúde da internet, o serviço é apresentado nos seguintes termos:

> O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência de natureza clínica, cirúrgica, traumática, obstétrica, pediátrica, psiquiátrica, entre outras, que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte. Trata-se de um serviço pré-hospitalar, que visa conectar as vítimas aos recursos que elas necessitam e com a maior brevidade possível.
>
> O SAMU 192 é um serviço gratuito, que funciona 24 horas, por meio da prestação de orientações e do envio de veículos tripulados por equipe capacitada, acessado pelo número "192" e acionado por uma Central de Regulação das Urgências. O SAMU realiza os atendimentos em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas, e conta com equipes que reúne médicos, enfermeiros, auxiliares [...] [e profissionais de saúde de alta competência].
>
> O Ministério da Saúde vem concentrando esforços no sentido de implementar a Política Nacional de Atenção às Urgências, da qual o SAMU 192 é componente fundamental. Tal Política prioriza os princípios do SUS, com ênfase na construção de redes de atenção integral às urgências regionalizadas e hierarquizadas que permitam a organização da atenção, com o objetivo de garantir a universalidade do acesso, a equidade na alocação de recursos e a integralidade na atenção prestada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os dados disponíveis no sítio eletrônico Sala de Apoio à Gestão Estratégica (Sage), do Ministério da Saúde, confirmam que, atualmente, o Samu 192 está presente em 3.049 Municípios, contando com 2.525 ambulâncias básicas, 583 ambulâncias avançadas, 226 motolâncias e 13 embarcações. Ao fim de 2015, a população coberta por esse serviço atingiu quase 156 milhões de pessoas, ou seja, 78% dos brasileiros.

Faz-se necessário analisar o conteúdo do projeto no contexto descrito. Nos Municípios onde o Samu 192 se encontra em atividade, não faz sentido alocar uma ambulância nos locais e eventos enumerados no projeto e desvincular esse equipamento do restante do sistema. Fazer isso significaria manter ociosos, na maior parte do tempo, os equipamentos estacionários e suas tripulações, enquanto as ambulâncias e equipes restantes estariam sobrecarregadas com o atendimento da quase totalidade da população. No caso dos Municípios de maior porte, a população dos bairros e regiões mais remotas, que normalmente já sofre com a demora ou a insuficiência de atendimento, ficaria ainda mais prejudicada, tendo em vista que os lugares com grandes aglomerações de pessoas se encontram, de forma geral, mais próximos e mais conectados com a região central do Município, onde também se encontram os grandes hospitais e os estabelecimentos para o pronto-atendimento.

No caso dos Municípios de menor porte, a exigência estabelecida no projeto pode acarretar a situação de obrigar a única ambulância da cidade a ficar estacionada na rodoviária do Município e, portanto, impossibilitada de atender às demandas da população.

Outro ponto a mencionar são os equívocos existentes no PLC 120, de 2014. O projeto é redundante quando especifica a necessidade de a ambulância ter um condutor e insuficiente quando estabelece a obrigatoriedade de o equipamento contar com um profissional de saúde. Na verdade, dependendo do tipo de ambulância (existem quatro tipos diferentes), a equipe requerida é maior e, em muitos casos, o motorista também atua como socorrista.

O projeto também é equivocado ao incluir os estádios como pontos em que é obrigatório disponibilizar uma ambulância. Na verdade, esse tipo de instalação permanece ociosa a maior parte do tempo; então, os estádios não deveriam ser elencados entre os lugares com grandes aglomerações, tendo em vista que o disposto no art. 3º já estende a obrigatoriedade prevista nos locais onde ocorram grandes eventos.

Há que se ressaltar também que os grandes centros urbanos, aeroportos, estações e rodoviárias já costumam contar com equipes de socorristas e instalações de emergência.

Os aeroportos também já dispõem de serviços móveis para prestar assistência de urgência ou emergência aos envolvidos em acidentes aéreos e para remover pacientes, tanto aqueles que sofram algum tipo de mal súbito dentro dos limites dos terminais quanto os passageiros que sejam acometidos por doenças durante os voos e requeiram remoção imediata.

Em relação aos grandes eventos, também já existem normas que tornam obrigatória a disponibilização de ambulâncias e instalações para oferecer o pronto atendimento ao público.

No caso específico, esta Casa já se debruçou sobre o tema quando aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 640, de 2011, que altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de disponibilização de unidade de tratamento intensivo móvel durante as competições. Então, já existe uma legislação que atende a essa necessidade. Em 20 de novembro de 2011, o projeto foi remetido à Câmara dos Deputados, onde tramita como Projeto de Lei nº 4.743, de 2012.

Assim, ainda que reconheçamos as boas intenções de seu autor, o PLC 120, de 2014, além de incorrer em inconstitucionalidade formal por invadir a competência do Presidente da República e ferir a autonomia dos entes federativos, é contrário aos interesses da população dos Municípios e às necessidades de melhor estruturação e funcionamento do SUS. Por essas razões, entendemos que o projeto não merece prosperar. E o nosso voto é pela rejeição do PLC 120, de 2014, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu peço, antes de iniciarmos a discussão, aos nobres pares: está faltando apenas um Senador, e nós votaríamos imediatamente dois projetos que já estão lidos. E agora entra em discussão o segundo projeto relatado pelo Senador Otto Alencar, que apresenta o relatório pela rejeição do projeto. O projeto é meritório, mas ele é inviável, como V. Exª muito bem colocou.

Pergunto....

A matéria vai para outra Comissão, é não terminativa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

É não terminativa.

Em votação o relatório.

As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2014.

A matéria vai ao plenário do Senado para prosseguimento da tramitação.

Ótimo. É não terminativa. Tudo bem. Matéria já aprovada, mais uma matéria para a pauta.

Restaria agora apenas um voto para nós concluirmos esse projeto anterior.

Tem outro não terminativo aí?

Requerimentos extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, com vistas a informar e explicar sobre os impactos para a saúde da população decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann, Paulo Paim e Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, com orientação da Presidenta, e entendo também de V. Exª, os requerimentos seriam lidos hoje. É isso mesmo? E votados na próxima reunião.

Esse tema V. Exª conhece como ninguém, é o tema que hoje está em debate em todo o País, com a Operação Carne Fraca. No caso aqui, a Senadora Gleisi, que está na CCJ – ela pediu que eu também assinasse –, com objetivo de que a gente, na próxima reunião, possa então votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito.

Leitura do segundo requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadores Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É a mesma justificativa do primeiro, Sr. Presidente. Apreciaríamos na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) –

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A justificativa é a mesma, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, a Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador Paulo Paim e a Senadora Vanessa Grazziotin estão apresentando requerimentos em praticamente todas as comissões, convidando o Ministro da Indústria e Comércio, o Ministro da Agricultura, o Ministro da Justiça. Eu quero sugerir aqui aos autores que possamos fazer uma audiência conjunta que abranja todos esses requerimentos, senão os Ministros não vão ter tempo hábil de atender todos esses requerimentos, e a medida precisa de urgência.

Ainda agora essa ação da Polícia Federal, carne fresca...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Carne Fraca.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Carne Fraca. Não é fresca, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – A fresca é a segunda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não, não é a segunda, é porque já estou, Senador Caiado, com a ação que começou ontem no Estado do Pará. Estão fechando todos os frigoríficos do Estado, da Região Sul, com a Operação Carne Fria. Por isso, eu confundi com a fresca na anterior. Carne Fria.

Isso vai ter desdobramento. Nós vamos ter de fazer uma ação emergencial. Então, minha sugestão é que se faça uma reunião conjunta de todas as comissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está acatada, Sr. Presidente. De minha parte, está acatada já a sugestão do Senador Flexa, de V. Exª e tantos outros que são especialistas nessa área, e faremos uma audiência pública conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Concordo, prevalece o bom senso. Não é possível Ministro de Estado todo dia em cada uma das comissões, diante desse quadro grave por que o País passa, sem precedentes. Depois de anos e anos de luta, quando nós passamos a ser referência mundial, segundo maior exportador de carne, com uma balança de mais de US$14 bilhões, de repente, a generalização nos preocupa enormemente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Um fato específico, um erro, uma atitude que deveria ser focada, identificada, punida, mas não levada a essa situação de pânico à sociedade brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente, sobre o mesmo tema, quero cumprimentar o Senador Paim pela compreensão, pela rapidez com que esse tema deve ser apreciado, e informar que hoje, às 14h30, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde um grupo de Senadores fez um requerimento igual, estará o Ministro Blairo Maggi presente para tratar desse assunto – na Comissão de Agricultura hoje, aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito bem. Às 14h30 teremos a presença do Senador Blairo Maggi na Comissão de Agricultura.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu também quero parabenizar o bom senso do Senador Paim e do Senador Flexa por tentar realmente juntar essas pessoas num ambiente só, numa comissão só, para dar as devidas explicações e justificativas, e aproveitar, Senador Paim, num momento como este, e nos preocuparmos não só com as carnes exportadas, mas com aquelas que consumimos também. Não existe nada mais medieval, antigo, anterior até à própria escrita do que aquela cena que a gente vê em muitos cantos Brasil afora da carne pendurada na feira, no cepo, e o machado do lado. Era a hora também de se discutir esse tipo de condução, de higienização, de abate, enfim. Eu acho que o momento é propício para tudo isso. Não sei se isso ainda ocorre no seu Estado, mas no meu isso é frequente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o abate clandestino, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Quando eu vejo aquela cena, aquilo é anterior à escrita, aquilo é anterior a qualquer cultura, qualquer arte. É extremamente, não digo nem medieval, anterior até ao surgimento da cultura, da escrita mundo afora. Carne pendurada, exposta de qualquer jeito, abatida de qualquer jeito, mas muito frequente, e todos nós consumimos isso aí. Não queremos desempregar ninguém, mas queremos consumir realmente algo realmente produzido com o devido cuidado e respeito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E os meus requerimentos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Caiado. Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu gostaria de fazer a leitura de requerimentos para serem incluídos na pauta da próxima reunião.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, durante o mês de março, para debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do Câncer Colorretal. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Dr. Sandro Martins – Coordenador da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde;

- Dra. Angelita Gama – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino - ABRAPRECI;

- Dr. André Sasse – Oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Dra. Marlise Mello Cerato Michaelsen – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Na pauta para a próxima reunião.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o tema "Tecnologia e saúde", para debater a importância do uso de novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, para atendimento nos serviços de saúde. Para tanto sugiro que sejam convidados:

• Dr. Marcelo Rodrigues Gonçalves – Doutor em Epidemiologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

• Dra. Beatriz Alckmin - Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com atuação em Telemedicina e Telessaúde;

• Dra. Alexandra Monteiro – Coordenadora Geral do Laboratório de Telessaúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

• Dr. Aldo Von Wangenheim – Coordenador do Instituto Nacional de Convergência Digital do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde;

• Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Na pauta para a próxima reunião.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO Nº , de

Requeiro, nos termos no inciso II do §2º do art. 58 da Constituição, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição, regulamentação e divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise, com a participação dos convidados abaixo relacionados: Marco Antônio de Araújo Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Clarice Petramale, Presidente da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde; Denizar Vianna Araujo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Marcelo Queiroga, Diretor de Avaliação de Tecnologia em Saúde da Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista; Áquilas Mendes, Professor de livre-docência de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; Carísi Anne Polanczyk, pesquisadora do Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS) e Professora Adjunta do Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, Ciclo de Audiências Públicas, para debater a PEC 287, de 2016, que trata da Reforma da Previdência. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 30, de 2015 - CAS, de minha autoria.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

A Presidência comunica que, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, cada comissão permanente deverá selecionar anualmente, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para que sejam avaliadas. Solicito a V. Exªs que enviem por *e-mail* à Secretaria desta Comissão sugestões de políticas públicas em vigor para que possamos decidir, de forma colegiada, quais serão avaliadas durante este ano de 2017. Fica previamente agendada para a próxima reunião a escolha das duas políticas públicas a serem avaliadas pela CAS e suas respectivas designações de relatoria.

Eu quero pedir também a atenção da Mesa, para que entre em contato imediatamente com o Senador Otto Alencar, que relatou a matéria; fui informado de que ele não registrou a presença no painel. É importante que ele... Como ele votou, eu não posso encerrar a reunião sem que ele volte aqui e dê a presença para que a matéria relatada por ele não caia. Eu pediria à Secretaria da Mesa que entrasse em contato com o gabinete do Senador Otto Alencar, como também pelo seu telefone celular direto, para que ele, imediatamente, venha, já que nós o estamos aguardando para o encerramento da reunião. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos, do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Jorge Viana, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão, Ana Amélia, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Armando Monteiro, Eduardo Lopes. Registram presença os Senadores Senador Ivo Cassol, Wellington Fagundes e Thieres Pinto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Inicia-se a primeira parte da Reunião com a sabatina do indicado da Presidência da República à recondução do cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Item 1 - Mensagem (SF) nº 14, de 2017 - Não Terminativo - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor Fernando Mendes Garcia Neto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Aprovado Parecer favorável à indicação do Senhor Fernando Mendes Garcia Neto para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por unanimidade, com dezesseis votos sim. Item 2 extrapauta - Minuta de Requerimento nº, de 2017. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para a Mensagem (SF). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado Federal. Inicia-se a 2ª parte da Pauta: Item 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 1, de 2017. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas para debater a Proposta de Reforma Trabalhista apresentada pelo Governo Federal, com os pontos mais controversos e polêmicos. É importante nossa comissão ter, desde já, um acúmulo sobre o tema, permitindo um maior aprofundamento da matéria quando estiver em tramitação no Senado Federal. Para isso, o Ciclo de Audiências Públicas proposto contemplaria os temas abaixo listados: Legislado versus Negociado; Representação dos trabalhadores e representação sindical; Contrato de Trabalho Temporário. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. Item 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, com vistas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informar e explicar sobre os impactos para a saúde da população decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais. Resultado: a Comissão decide modificar a convocação para convite à autoridade. Aprovado. Item 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 3, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais. Resultado: a Comissão decide modificar a convocação para convite à autoridade. Aprovado. Item 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 4, de 2017. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros. Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais. Resultado: Retirado pela Comissão. Item 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 5, de 2017. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, durante o mês de março, para debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do Câncer Colorretal. Para tanto sugiro que sejam convidados: Doutor Sandro Martins, Coordenador da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; Doutora Angelita Gama, Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino - Abrapreci; Doutor André Sasse, Oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp. Doutora. Marlise Mello Cerato Michaelsen, Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP. Resultado: Aprovado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 6, de 2017. Autoria: Senadora Ana Amélia. Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o tema "Tecnologia e saúde", para debater a importância do uso de novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, para atendimento nos serviços de saúde. Para tanto sugiro que sejam convidados: Doutor Marcelo Rodrigues Gonçalves, Doutor em Epidemiologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutora Beatriz Alckmin, Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com atuação em Telemedicina e Telessaúde; Doutora. Alexandra Monteiro, Coordenadora Geral do Laboratório de Telessaúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Doutor Aldo Von Wangenheim, Coordenador do Instituto Nacional de Convergência Digital do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde; Representante do Ministério da Saúde. Resultado: Aprovado. Item 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2017. Autoria: Senadora Regina Sousa. Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 30, de 2015 - CAS, de minha autoria. Resultado: Aprovado. Item 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 8, de 2017. Autoria: Senadora Regina Sousa e outros. Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, Ciclo de Audiências Públicas, para debater a PEC 287, de 2016, que trata da Reforma da Previdência. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente. Observação: Requerimento subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Aprovado. Item 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 9, de 2017. Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise, com a participação dos convidados abaixo relacionados: Marco Antônio de Araújo Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), do Ministério da Saúde; Clarice Alegre Petramale, Presidente da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec); Denizar Vianna de Araújo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Marcelo Queiroga, Diretor de Avaliação de Tecnologias em Saúde da Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista (SBHCI); Áquila Mendes, Professor Livre-Docente de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP); Carísi Anne Polanczyk, Pesquisadora do Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS) e Professora Adjunta do Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. Extrapauta - Item 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 10, de 2017. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que no Ciclo de Audiências Públicas objeto do RAS 8/2017, sejam debatidos os seguintes temas: Reforma da Previdência e questões de gênero; Especificidades da aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos; Critérios para concessão de aposentadoria: a exigência de idade mínima e as regras de transição. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Eduardo Lopes e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Peço à Senadora Vanessa Grazziotin e ao Senador Airton Sandoval que conduzam até aqui o Dr. Fernando Mendes. (*Pausa.*)

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 14, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor FERNANDO MENDES GARCIA NETO, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observações:

- Em 22.03.2017, lido o Relatório, a Presidente concedeu, automaticamente, Vista Coletiva aos membros da Comissão (art. 383, II, b, RISF).

- Votação procedida por escrutínio secreto (art. 383, VI, RISF).

Já tendo tomado assento à mesa o indicado, o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, concedo-lhe a palavra para sua exposição, por 20 minutos.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Bom dia a todos.

Exma Srª Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy. Exmo Sr. Relator, Senador Eduardo Alves Amorim; Exmas Srªs Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, compareço a essa digna Comissão na condição de indicado à recondução, como diretor, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, submetendo-me ao crivo constitucional desta instituição com as mesmas consciência, satisfação e motivação que estiveram presentes em minha primeira passagem pela agência.

Ao apresentar-me a esta Comissão, por primeiro, expresso minha profunda gratidão ao Presidente Michel Temer pela confiança em mim depositada ao indicar minha recondução à apreciação deste Senado Federal, confiança que me consente entender como um reconhecimento formal de que exerci com dignidade e proficiência o meu primeiro mandato.

Sou cirurgião-dentista, profissional da área da saúde por vocação e formação. De há muito, elegi o serviço público como área de atuação profissional, por perceber que a minha atuação como profissional de saúde seria mais proveitosa se dirigida à coletividade para, além de ser o direito à saúde, por determinação constitucional, direito de todos e dever do Estado.

Tenho em mim que não errei de ideal. São mais de 30 anos de atividade pública, nos quais empreendi esforços em vários níveis de atuação profissional, desde serviços prestados à municipalidade, onde iniciei essa saga civilista, até a dedicação aos mais variados setores da esfera federal, destacando-se minha atuação no Ministério da Saúde, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, mais recentemente, como diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Nessa condição, pude servir, e ainda sirvo, à coletividade em amplitude nacional, permanecendo em minha área de atuação científica e profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se a mim for dada a honra de novamente merecer a confiança de V. Exªs, com a aprovação de minha recondução inicialmente nesta Comissão e, posteriormente, no Plenário deste Senado, estejam certos da continuidade do meu compromisso em desempenhar minhas atribuições com motivação e determinação, permanecendo a dedicação de todo o meu cabedal acadêmico, experiência profissional especificamente reforçada por minha primeira passagem, em função diretiva, na Anvisa.

Tenho como meta a concretização definitiva da missão legal e institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Tenho plena ciência da responsabilidade de V. Exªs no assentimento aos profissionais indicados à direção das agências reguladoras, incumbência constitucionalmente atribuída a esta Casa Legislativa.

E cabe-me trazer informações objetivas que, efetivamente, agreguem subsídios materiais que auxiliem na fundamentação da decisão que será aqui proferida.

Para tanto, devo dizer, sem que isso importe no amanho da responsabilidade do encargo constitucional desta Casa, que conheço e entendo os mecanismos e as ações de vigilância sanitária, seus propósitos embrionários, suas evoluções normativas no Brasil e suas realidades e desafios, especialmente agora, depois de já ter servido como diretor da mesma Anvisa.

Desse aprendizado de pouco mais de um ano, pude concluir que nunca houve e ainda não estamos em momento confortável na agência. Isso porque não nos é permitida a acomodação na direção de uma autarquia cujo escopo de regulação e controle alcança – estima-se – cerca de 25% dos setores que compõem o Produto Interno Bruto do Brasil. Dimensão que, por si só, revela a importância e a influência da atuação da Anvisa e a sua repercussão na economia brasileira.

Todavia, devo ressaltar a indiscutível alta qualificação técnica do quadro funcional da Anvisa, que sempre serviu de alicerce operativo ao imenso campo de atuação regulatória da agência.

Nesse contexto, tive como fundamento, para além do conceito, viver a operosidade em busca de um elevado e preciso nível de resolutividade, com vistas a promover a necessária agilidade na regulação dos produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Estou aqui em avaliação e, por isso, obrigo-me a afastar-me momentaneamente da minha costumeira singeleza para reportar, sucintamente, as ações que empreendi como diretor da agência.

Ainda que tenha atuado apenas por mais de um ano, ressalto, todavia, que sempre contei com a efetiva colaboração dos meus colegas diretores na condução das minhas proposições e realizações, sem a qual, certamente, não conseguiria a efetividade nas ações que promovi.

Iniciei a minha trajetória atuando na Diretoria de Regulação, unidade que cuida do processo de regulamentação. Lá, pude compreender e empreender na simplificação e efetividade do processo regulatório da Anvisa. Procurei mapear os macroprocessos de regulação e atuei na compilação de normas com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de integração, transparência, compreensão e participação dos diversos setores da sociedade envolvidos no cotidiano regulatório, sempre na mesma intenção de contribuir decisivamente, para a coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, para propiciar um ambiente seguro para a população e, ao mesmo tempo, favorável ao desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Procurei atuar com firmeza em todo o processo, nos níveis intermediários e finalístico, com a triagem funcional das diversas iniciativas demandadas, especialmente pela análise mais aprofundada dos impactos da regulação proposta, com vistas ao consequente aumento da objetividade e da previsibilidade normativa, tendo como regra a inclusão de ditames para prever e reger períodos definidos de transitoriedade normativa.

Nessa conduta em busca da simplificação normativa, pude empreender decisivamente na melhoria da construção da nova agenda regulatória da agência, restringindo seus itens àqueles que são efetivamente factíveis de execução no período proposto, porque sempre entendi que os itens de uma agenda representam o rol de compromissos que devem ser cumpridos.

Enfim, nessa curta passagem de coordenação do processo regulatório da Anvisa, tive a oportunidade de iniciar a otimização dos trâmites e da efetividade de toda a ação regulatória da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agência, ritos e efetividade que me proponho a continuar a contribuir para a sua melhoria, fazendo com que permaneçam em constante evolução.

Relembro que estou em avaliação, e o que relatei agora e continuarei a narrar representam as ações que empreendi quando da minha primeira passagem na Anvisa. Sinceramente, espero que isso não indique às Srªs e aos Srs. Senadores qualquer intenção de vanglória. É que nesta avaliação eu preciso continuar a relatar.

Pois bem, após a minha estada na Diretoria de Regulação, fui estimulado a assumir, concomitantemente, a coordenação da Diretoria de Registro, em vista do término do mandato do diretor que exercia o comando da área. Coordenei a Diretoria de Registro por período mais curto ainda, apenas seis meses. Lá, ciente da minha situação de interinidade e consequente brevidade de coordenação, procurei ser incisivo e propus-me a focar, aquém da promoção, no incentivo na melhoria da regulação, na melhor interpretação das normas postas que cuidam da sistemática de registro e pós-registro – marcadamente no tocante a medicamentos, produtos para saúde e alimentos –, bem como da avaliação toxicológica de agrotóxicos, não descuidando também do registro de produtos fumígenos.

Foram muitas as ações, e não pretendo me alongar na narrativa de todas elas, mas devo dizer que, mesmo decisiva e impassivelmente apreensivo com os riscos sanitários envolvidos no processo de registros de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária, preocupei-me em apoiar o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde, por meio de um relacionamento institucional de benefícios recíprocos, promovendo a melhor interpretação da normatização posta e também atuando na melhoria dela, além da identificação das possibilidades de alianças ou parcerias, baseadas no respeito mútuo, que propiciassem o trabalho conjunto, com agregação de valores ao desenvolvimento institucional de todos os envolvidos no processo de produção de produtos e serviços ligados à saúde.

Toda minha atuação pautou-se, principalmente, no aperfeiçoamento dos procedimentos de registro e pós-registro dos produtos e serviços, dando mais celeridade aos processos, sem qualquer comprometimento ao controle dos riscos sanitários envolvidos.

Nesse sentido, destaco, sucintamente, algumas das ações que empreendi na coordenação da Diretoria de Registro: sistematização das ações com vistas ao integral cumprimento da Lei 13.411, de 2016, que altera significativamente o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, especialmente para dar maior transparência e previsibilidade aos processos de concessão e renovação de registros de medicamentos, lei que vige a partir de hoje; ações objetivas para favorecer o combate ao vírus da zika, relativamente ao controle de bancos de sangue, avaliação de *kits* de diagnóstico, autorizações para rápida comercialização de repelentes e definição de requisitos para controle da transmissão do vírus por transfusão de sangue ou transplantes de célula, órgãos e tecidos; aprimoramento da regulação relativa à realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil, com foco na harmonização com as melhores referências internacionais; implementação de critérios baseados em risco e no aperfeiçoamento do fluxo de trabalho, com a consequente redução de prazos para aprovação dos ensaios; revisão do modelo de validação de inovadores, com a consequente diminuição de prazo para registro de produtos inovadores; início da proposta de regulamentação para o registro célere de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras, tema que também está sob análise deste Senado; favorecimento ao registro de medicamentos genéricos, especialmente pela otimização de processo de registro e pela ampliação da lista de medicamentos de referência; implementação de projeto piloto para instituição do teletrabalho ao serviço de registro e pós-registro de medicamentos.

Ações objetivas ao aumento do controle do fabrico e da distribuição de órteses e próteses; regulamentação definitiva da obrigatoriedade da rotulagem que indica a presença de lactose nos alimentos em variados níveis; publicação da cartilha *O que é preciso saber*, sobre células-tronco, terapias celulares e bancos de células, que tem por objetivo esclarecer à sociedade os conceitos e os tipos de terapias celulares disponíveis no Brasil, reconhecidas pelas comunidades científicas e reguladas pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Publicação do relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que contém avaliações que visam a minimizar os riscos decorrentes da exposição aos resíduos de agrotóxicos, inaugurando uma nova estratégia de comunicação de riscos, em claro benefício da segurança da população no consumo de vegetais. A proposição de normativo para aprimorar o processo de reavaliação toxicológica periódica dos agrotóxicos. Foram essas, entre outras de equivalente importância, as ações empreendidas em minha gestão.

Enfim, são alguns exemplos de minha atuação na função diretiva da Anvisa e representam, em síntese, que conheço, estudo e participo da vigilância sanitária do Brasil. E, por isso, sem querer conotar qualquer forma de presunção, posso permitir-me considerar que estou hoje melhor credenciado a continuar por mais um mandato na diretoria da Anvisa, especialmente porque sei como proceder no intento de continuar a contribuir para que a agência atinja a plenitude regulatória, de forma a incentivar decisivamente o desenvolvimento econômico do Brasil, sem impor qualquer risco sanitário à saúde da população.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à inteira disposição de V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço a exposição do Sr. Fernando Mendes Garcia Neto.

Passamos, agora, à arguição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

A primeira inscrita é a Senadora Ana Amélia; depois, o Senador Caiado e, em seguida, a Senadora Vanessa.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente Marta Suplicy, Sr. Vice-Presidente, Senador Ronaldo Caiado; caro Dr. Fernando Mendes Garcia Neto, que é agora sabatinado, eu queria, antes de tudo, repassar, na pessoa de V. Sª ao presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, os cumprimentos porque, sempre que nós requeremos ou pedimos a presença da Anvisa ou de seu representante a esta Casa, em audiências públicas e também em demandas que a sociedade faz a nós, temos sido atendidos prontamente. A agência, sob esse aspecto, mesmo às vezes dizendo "não conseguimos resolver o problema", a relação é muito respeitosa e institucional. Então, faço esse registro na sua pessoa.

A Lei 13.411, de dezembro do ano passado, veio criar novas regras para a liberação de novos medicamentos, por parte da Anvisa, sobre registro e alteração pós-registro de medicamentos. Segundo essa lei, no caso do registro, os medicamentos qualificados como prioritários deverão ter análise em no máximo 120 dias, contados a partir do protocolo do registro.

Eu queria saber do senhor se a Anvisa está pronta e dispõe de recursos para implementar essas novas regras estabelecidas e se isso vai realmente melhorar a atuação da agência, porque uma das queixas maiores dos demandantes, no caso de registros, é exatamente a demora na resolução.

Quais são os principais desafios da regulação sanitária no Brasil, na sua opinião? O senhor, já como um diretor da agência, que dificuldades encontrou e que prioridades agora, nesta nova gestão, se aprovado por esta Comissão, demandará?

E, finalmente, no domingo, o Fantástico apresentou uma matéria que preocupou muito pacientes de leucemia em relação ao princípio ativo chamado Asparaginase, que é um medicamento para conter o avanço da doença. Esse medicamento era usado no Brasil, produzido desde a década de 70, como informou a matéria, por laboratórios dos Estados Unidos e da Alemanha e, segundo as informações, teria uma eficácia de até 90%, segundo oncologistas. Mas, neste ano, o Ministério da Saúde comprou um outro medicamento de origem chinesa, a Asparaginase produzida na China através de uma empresa, de um laboratório com sede no Uruguai.

Então, eu queria uma informação da Anvisa a respeito da eficácia desse medicamento, desse princípio ativo, se de fato ele tem impacto sobre o tratamento, no caso da leucemia.

São as minhas questões, Dr. Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Srª Senadora, bom dia mais uma vez. Gostaria de dizer que a Anvisa vem se preparando ao longo do tempo da construção da Lei nº 13.411 e já tem algumas estratégias para a gente poder atacar a lei – se pudesse falar isso –, para poder passar do outro lado e continuar tendo celeridade, sem perder de vista a segurança e a eficácia.

A área de medicamentos elencou seis propostas para conseguir atender aos requisitos da lei. A primeira, a simplificação da análise de processos baseados na avaliação de risco; a segunda, mapeamento das petições que aguardam análise para classificação por complexidade; terceira, diminuição do número de exigências; quarta, a otimização da análise de estudos de bioequivalência; a quinta, o aumento da produtividade da área – e aí vem a implementação do teletrabalho, uma proposta muito interessante que a agência está avaliando –;e a sexta é realocar a força de trabalho dentro da própria de registro.

A Anvisa tem hoje um problema sério, que é o número de servidores na agência. Só a título de curiosidade, é importante, a agência americana (FDA) possui 4.677 técnicos especialistas para o registro de medicamentos; a agência europeia possui 890 pessoas que atuam no registro de medicamentos.

E a GGMED, a nossa área, possui 232 pessoas. Então, o cobertor é sempre o mesmo, Senadora, a gente vai tentar para cá, mas sempre terá uma dificuldade para conseguir resolver a contento tudo o que a gente precisa.

Na realidade, precisamos de um incremento de pessoas, de contratação. Mas, independentemente disso, e sabedores de que não é uma coisa que teremos imediatamente, a Anvisa propôs essas... A área propôs essas seis estratégias, para darmos conta da Lei nº 13.411.

A senhora fez uma pergunta sobre os desafios da vigilância sanitária no País. Eles não são poucos. Temos de trabalhar diuturnamente. É uma agência que tem... Como eu disse, no meu discurso, em torno de 25% do Produto Interno Bruto nacional a agência regula. As coisas mudaram, ao longo dos anos, e a gente precisa se modernizar. Temos que conversar mais com o setor e procurar saídas em conjunto.

Eu advogo – e sempre digo isso nas minhas reuniões – que a gente deve conversar, conversar, conversar. E quando estamos cansados de conversar, a gente conversa mais um pouquinho, para sairmos do outro lado. Então, eu pretendo, se V. Exªs me brindarem com um novo mandato, fazer isso diuturnamente, para que aumentemos, para a população brasileira, maior acesso a medicamentos da mais alta atividade, produtos para saúde mais novos, sem distinção de classe social.

A respeito da Asparaginase, é importante... A Anvisa foi motivada, pelo Ministério da Saúde, a fazer uma excepcionalidade, porque esse medicamento, que é para a leucemia lifoblástica aguda, não tem produto registrado no Brasil. Já teve, mas hoje não tem. A Elspar – que é o produto – teve sua produção descontinuada. Ele é o único medicamento disponível para leucemia lifoblástica aguda.

O Ministério da Saúde fez os seus procedimentos internos – não é um procedimento da Anvisa –, uma licitação, eu não sei como foi o procedimento, e três empresas participaram. A empresa que menor preço ofertou foi uma da China, a Beijing – se não me engano com o nome –, e o Ministério da Saúde solicitou, então, à Anvisa – esse é um procedimento normal – que fizesse uma excepcionalidade por 180 dias, para adquirir... Eu não vou lembrar a quantidade.

O que a Anvisa checou? Essa empresa tem certificado da agência reguladora da China, certificado de boas práticas, e o produto é registrado na China. Essa foi a única participação da Agência nesse caso específico.

É isso, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Sr. Fernando Mendes.

Eu vou passar a palavra, agora, ao Relator, Senador Eduardo Amorim, para fazer suas considerações e também para tratar das questões que lhe aprouverem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bom dia, Presidente, Senadora Marta Suplicy, e nosso Vice-Presidente, Senador Ronaldo Caiado, que é médico também!

Bom dia, colegas!

Bom dia, Dr. Fernando!

Bom dia a todos que nos acompanham pelas redes sociais!

Dr. Fernando, o currículo do senhor, por si só, demonstra a sua preparação e a sua capacidade para assumir uma missão como essa, que não é qualquer missão, pois é extremamente complexa, especialmente no momento em que o País está vivendo inúmeras crises.

Então, eu gostaria de fazer apenas duas ou três perguntas. Tentarei ser objetivo. A primeira delas é a seguinte.

Recentemente, foi aprovado no âmbito desta Casa Legislativa, o Senado, e encaminhado para a revisão da Câmara dos Deputados, um projeto de autoria também da nossa nobre colega Senadora Ana Amélia, o PLS 200, de 2015, que tive o privilégio de relatar na CCJ e que regulamenta as pesquisas clínicas no nosso País. Esse projeto busca suprir lacunas legalmente existentes em nosso ordenamento jurídico, uma vez que a realização de pesquisas clínicas é regulamentada apenas por normas infralegais. Ademais, a comunidade de pesquisadores nacionais tem relatado graves problemas no atual sistema de controle ético das pesquisas clínicas, que é lento, que é burocrático, o que dificulta ou até mesmo inviabiliza a realização dessas pesquisas no nosso País. Esta é a pergunta que faço sobre isso: na opinião do senhor, o que é preciso ser alterado ou aperfeiçoado na regulamentação das pesquisas clínicas no nosso País?

Faço a segunda pergunta. A Câmara Americana de Comércio para o Brasil, que congrega parte do empresariado brasileiro, realiza anualmente estudo com o objetivo de avaliar as ações regulatórias da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que mostra a percepção do setor regulado sobre a atuação da Anvisa. Os resultados da edição de 2016 apontam que, apesar de ter apresentado melhoras, o setor regulado ainda avalia como excessivos os tempos médios que a agência leva para concluir os processos de registros de medicamentos e de produtos para a saúde. Também foram apontados os seguintes problemas: primeiro, a falta de previsibilidade do prazo de finalização das análises; segundo, a incapacidade da Anvisa de realizar inspeções em um período de tempo razoável; terceiro, a falta de harmonização da legislação nacional com a internacional; quarto, exigências não condizentes com a legislação nos processos de registro. A pergunta que faço sobre isso é a seguinte: que soluções o senhor vislumbra para combater os problemas apontados pelo setor regulado no estudo realizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil?

Finalmente, faço a última pergunta em relação a um problema que nós brasileiros estamos vivendo quanto às denúncias de alguns frigoríficos: como a Anvisa tem ajudado em tudo isso? Qual é o papel da Anvisa em toda essa fiscalização com relação ao ocorrido, às denúncias relativas à comercialização de carne em nosso País?

Ademais, quero só agradecer à Presidente pela relatoria.

Volto a dizer: preparo e capacidade o senhor, realmente, demonstrou ao longo da sua história, ao longo da sua vida. Mas o sentimento do brasileiro hoje é de que a segurança de todos nós, brasileiros, especialmente na saúde, depende muito de uma agência forte, de uma Anvisa forte.

Não podemos abrir mão disso. Mas é verdade, ou pelo menos passa-se esse sentimento para a população, de que ainda vivemos um processo burocrático muito grande, o que chega a inviabilizar muitos processos e, como eu disse, até pesquisas clínicas e a entrada de novos medicamentos no nosso País.

No mais, obrigado e boa sorte.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Muito obrigado, Senador, pelas palavras.

Eu queria dizer que a Anvisa participou ativamente no projeto do PLS 200, de autoria da Senadora Ana Amélia. Temos trabalhado muito sobre a história da pesquisa clínica, e é interessante, eu estava conversando com a gerente da área, e ela acabou levantando para mim algumas coisas em que nós vamos atuar para tentar minimizar, é um dado interessantíssimo: depois que a Anvisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

autoriza que a pesquisa clínica seja iniciada, a maioria das empresas demora em torno – é uma mediana – de 163 dias para iniciar a pesquisa. Nós temos parâmetros muito rígidos para autorizar uma pesquisa clínica, e eles são cumpridos à risca. Nós não temos nenhum atraso sob esse aspecto, mas, depois de autorizada, as empresas demoram em torno de 163 dias – é mediano isso – para iniciar uma pesquisa clínica. Então, além dos prazos que a Anvisa tem, mais 163 dias. Isso dá uma... Talvez porque tenham que solicitar, achar gente, porque na maioria das vezes são doenças raras, é difícil, mas isso é um problema que, conversando com a gerente da área, nós vamos discutir, vamos atacar – claro, se V. Exªs me brindarem com mais um mandato.

A respeito da sua segunda questão, a Anvisa é uma agência jovem, muito jovem. Ela está se reaprendendo, ela está se reinventando. O mundo mudou muito. Se a gente olhar para todas as outras agências regulatórias, o nosso tempo de avaliação não é muito diferente. Eu estou dizendo de gente que tem 4.677 técnicos e de gente que tem 890, e a gente tem 232. O pessoal da Anvisa é altamente qualificado. Altamente qualificado! E eles têm uma preocupação – e eu teria como técnico, como profissional de saúde – de, quando eu dou a minha chancela para um medicamento, que ele seja um medicamento que tenha toda a segurança e toda a eficácia de que o cidadão precisa.

A despeito disso, a gente está discutindo muito o que é que a gente pode fazer dentro da agência para minimizar esses tempos. Talvez classificar como risco, o que é risco maior, o que é risco menor; talvez reinventar um registro simplificado, mas isso são coisas incipientes e que a gente está estudando muito. A preocupação que todos têm é também uma preocupação dos técnicos da Anvisa, tenha plena ciência disso.

Acho que só tendo uma palavra... É muito importante, e também tenho dito muito isto lá: a gente tem que que sonhar e ter ousadia. A ousadia significa errar, mas, se a gente não tiver ousadia de enfrentar o problema e tentar resolvê-lo, de não ser sempre a pessoa do "não", a pessoa cuja primeira resposta, quando é questionada, é "não", acho que a gente sai do outro lado. E, mais uma vez, se eu for brindado com um novo mandato, perseguirei isso do primeiro dia da validade até o último dia, quando eu sair.

A respeito da Carne Fraca. Sr. Senador, quero dizer a V. Exª que o controle e a fiscalização de alimentos no Brasil é uma responsabilidade compartilhada entre órgãos e entidades da Administração Púbica, com destaque aos órgãos da agricultura, pecuária e do Sistema Único de Saúde, com responsabilidades e atribuições distintas.

À Anvisa compete o estabelecimento das normas relativas aos aditivos permitidos a serem utilizados em alimentos, em consonância com mecanismos internacionais de harmonização, como o Codex Alimentarius, que é um mecanismo da Organização Mundial da Saúde e da FAO, aos padrões de embalagem, incluindo a rotulagem para alimentos, e aos limites para resíduos de medicamentos veterinários.

A Anvisa também atua, de forma complementar à fiscalização dos órgãos da agricultura, no controle dos estabelecimentos comerciais: serviços de alimentação, supermercados e açougues, dentre outros – lá na ponta, pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

A Anvisa solicitou ao MAPA e à Policia Federal que fossem fornecidos os dados, e, ontem, saiu uma RE de interdição cautelar de produtos de três frigoríficos, produtos finalísticos de supermercados, para análise. Então, essa é a atuação da Anvisa nessa ação específica da Carne Fraca.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Agora, com a palavra o Senador Caiado, para fazer suas questões.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Quero cumprimentar o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto, que está sendo sabatinado aqui, na Comissão, ao mesmo tempo em que cumprimento meus colegas, a nossa Presidente e os demais Parlamentares.

Dr. Fernando, especificamente a Anvisa tem uma função, porque ela não pode ser, como V. Sª colocou, nem a agência do "não" e nem a agência também totalmente flexível a todas as demandas que ali chegam. Tem que cumprir normas técnicas, principalmente com base científica. Acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse é o ponto principal até porque está embasado dentro da nossa profissão: eu na área médica e V. Sª na área da Odontologia.

Precisamos, hoje, é de nos preocuparmos um pouco com aquilo que vem sendo denunciado com muita frequência. Ou seja: ninguém mais do que esta Casa apoiou, e todos estamos de acordo em que, quebrada a patente, devemos achar alternativas para os medicamentos genéricos, com os princípios ativos que já tiveram aquele período pós-pesquisa de monopólio daquela empresa.

Mas, hoje, a grande preocupação da sociedade brasileira é exatamente sobre a eficiência do genérico. E nós não podemos colocar isso em risco. A discussão, hoje, é mais em torno daquilo que seria a prática da pesquisa feita, do teste de equivalência, ou seja, aquele princípio ativo que está sendo ali rotulado naquele medicamento específico, que tem toda uma bula autorizada pela Anvisa, em alguns desses medicamentos, detectou-se que não eram eficientes ou, também, como não cumprindo aquelas regras necessárias para que o paciente, ao tomar o medicamento, estivesse utilizando a dose adequada e, ao mesmo tempo, suficiente para debelar o processo.

Eu acho que este é um ponto fundamental, e a Anvisa tem aí uma ação direta e não pode, hora alguma, impedir, ou melhor, inviabilizar a credibilidade dos medicamentos genéricos no País.

Em relação à vigilância sanitária, é lógico que nós precisamos também ter aqui uma Anvisa um pouco mais ágil, para que, sobretudo com relação àqueles produtos que hoje já são utilizados principalmente nos países mais desenvolvidos, a Anvisa tenha a oportunidade de promover uma análise desses produtos, a fim de que eles sejam rapidamente também autorizados aqui em nosso País.

Nós não podemos ficar com essa defasagem entre aquilo que está evoluindo, com base em pesquisas, e em relação ao que, hoje, infelizmente, nós ainda não conseguimos competir com esses países todos, embora precisemos avaliar se, realmente, aquilo que se propõe no medicamente está sendo atendido.

Falo isso porque vejo a quantidade enorme de medicamentos, em várias áreas da saúde, que, muitas vezes, são prescritos por colegas médicos, e aquilo não existe dentro dos medicamentos catalogados pela Anvisa. Esses, normalmente, são medicamentos de alto custo. E, a par disso, nós precisamos dar uma resposta à sociedade, porque é muito comum o prefeito dizer que não tem como arcar com aquela despesa – e nós temos que entender que ele tem as suas limitações orçamentárias –, mas, muitas vezes, ele está impedido de poder atender aquela solicitação, aquela prescrição médica. No entanto, por outro lado, é inaceitável para o cidadão imaginar que ele está sendo privado de uma chance de salvar a sua própria vida ou a de um familiar.

Então, eu acho que esse é outro desafio que esta Casa tem, como também a Anvisa, de procurarmos, mais do que nunca, responder a essa demanda, a essa pesquisa que cresce cada vez mais no mundo todo. E o Brasil precisa, por intermédio da Anvisa, fazer com que essas empresas possam também avançar nas provas que são exigidas para que uma medicação possa ser aceita no Brasil, para não ficarmos eternamente nessa defasagem com relação àquilo que é aplicado.

São essas as minhas ponderações e, ao mesmo tempo, quero cumprimentar o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto. Tive oportunidade de conhecê-lo ontem. No entanto, informei a ele que, numa reunião que nós tivemos na Confederação Nacional da Agricultura, eram vários os colegas que sinalizaram ou se colocaram extremamente simpáticos à sua atuação à frente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pela atuação ágil, rápida, aberta, institucional e republicana que tem praticado lá nesse período.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Sr. Fernando Mendes Garcia Neto.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Quero agradecer ao Senador Caiado pelas palavras e salientar e reiterar que o programa de genéricos do Brasil é um programa vencedor, é um programa muito importante para o País e todos, sem exceção, todos os medicamentos genéricos comercializados no Brasil têm exatamente, exatamente o mesmo tratamento que um medicamento inovador ou um medicamento de referência, conhecido como medicamento de marca. Então, para todos eles, é necessário, para que tenham um registro, que se submetam a três testes. Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um teste só – acho, não, tenho certeza – de *per si* não é um teste que desqualifica um medicamento genérico. Acho e tenho convicção ... Eu sou um tomador, eu sou um hipertenso crônico, além de hipertenso crônico – coisas de DNA –, tenho um *stent* medicamentoso. Portanto, também sou um tomador de um antiagregante plaquetário. E mais no final da vida, tenho refluxo. Então, também tenho que tomar um Prazol. (*Risos.*)

Portanto, uso e uso e uso medicamento genérico. É importante que as pessoas tenham em mente que o medicamento genérico autorizado, registrado na Anvisa, é um medicamente genérico seguro e eficaz. Nós não podemos, não podemos desmerecer isso.

Isso é muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – A fiscalização é constante?

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Sim. A fiscalização é constante. Não há nenhum ... Olha, os técnicos da Anvisa são extremamente rigorosos nesse sentido. Eu não tenho nenhum problema, tanto que sou um usuário de medicamento genérico. Nada contra o medicamento de referência, mas sou um usuário de medicamento genérico.

Perdão, eu me perdi com relação à outra pergunta.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Eu me dou por satisfeito.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Está bem, Senador.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Sr. Fernando.

Agora, vamos à Senadora Vanessa Grazziotin.

Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Srª Presidente.

Quero cumprimentar o Dr. Fernando, que aqui está, indicado que foi para a recondução.

Portanto, é alguém que já conhece a matéria com profundidade, e a gente percebe isso não só pela apresentação inicial, mas, sobretudo, pelas respostas aqui dadas.

Eu farei, Dr. Fernando, algumas perguntas a V. Sª. Primeiro, em relação a esse problema a que o Brasil está assistindo, relacionado à produção de carne e não só de carne, mas de embutidos e tudo o mais. Ontem ou num desses dias próximos, o Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, disse que, apesar de tantos problemas...De fato, há problemas graves de corrupção, desvio de condutas que envolvem inclusive ministros e que precisam ser apuradas. Mas, independentemente dessa questão, há a questão da saúde pública, e ontem o Ministro Blairo Maggi disse que, dos testes feitos até agora, nenhum dá qualquer sinalização de que a saúde pública esteja em risco.

Eu pergunto de V. Sª como o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária pode atuar na questão, visto que é um sistema nacional. Como pode atuar na questão, garantindo e impedindo a comercialização desses produtos de tal forma a evitar qualquer risco aos consumidores e, portanto, à população? Essa é a pergunta 1.

A outra pergunta diz respeito à Medida Provisória nº 754, que está tramitando aqui no Congresso. O Relator é um Deputado, que eu não lembro quem é; o Relator-revisor é o Senador Amorim. Mas, pela falta de presidente, ela ainda não foi instalada. E a Medida 754 modifica a forma de reajuste dos medicamentos, que, todos nós sabemos, é um reajuste assistido e autorizado pelo Poder Público, feito anualmente. A medida provisória faz alterações, porque pode haver um reajuste a qualquer tempo. Queria ver a sua opinião em relação a essa questão.

Também faço mais uma pergunta a V. Sª, pois há uma reclamação muito grande por parte dos produtores. Infelizmente, grande parte da matéria-prima e dos princípios ativos hoje não são fabricados localmente; eles são importados. Então, há uma reclamação muito grande dos produtores pela demora na liberação das mercadorias nos portos e aeroportos.

Há um prejuízo que foi estimado pela associação dos fabricantes em torno de R$620 milhões com esses atrasos. Nós sabemos que é preciso passar pela inspeção da Anvisa antes de ser liberado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e tudo o mais. Como a Anvisa trabalha para aperfeiçoar também essa questão, porque já temos inúmeros problemas e não podemos continuar convivendo com mais esse.

Em relação ao registro e à comercialização do medicamento fosfoetanolamina, que foi aquela grande polêmica, o Congresso Nacional acabou aprovando uma lei liberando um medicamento para comercialização. Eu dei a minha opinião à época. O que o Congresso fez poderia ter feito fechando a Agência de Vigilância Sanitária, que é o órgão competente e capaz tecnicamente para liberar ou proibir a comercialização de qualquer produto que esteja diretamente vinculado à saúde das pessoas. Eu quero ouvir sua opinião sobre isso.

E, em relação aos recursos da Anvisa... Porque a Anvisa, como qualquer outra agência, sofre um forte grau de contingenciamento. Eu até acho que a Anvisa é uma das que menos sofre. Mas, na sua opinião, esses contingenciamentos prejudicam o trabalho de uma agência que se quer independente ou não?

É isso, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra o Sr. Fernando Mendes.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Muito obrigado, Senadora Vanessa. A respeito especificamente da carne, eu gostaria de dizer que a agência já agiu, já agiu. A agência solicitou ao MAPA e à Polícia Federal as informações necessárias e, imediatamente – saiu ontem – , fez uma resolução interditando cautelarmente produtos de três frigoríficos para uma análise. Interditou por 90 dias para análise. Então, essa foi a atuação da Anvisa junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que é a atuação que nos compete.

A medida provisória, lembrando que a Anvisa... A CMED (Câmara de Medicamentos), que é quem cuida dessa área, é composta de cinco Ministros, e a Anvisa só tem a Secretaria Executiva. Eu posso dizer que o pessoal está numa discussão muito grande sobre essa MP. Confesso a V. Exª, Senadora, que eu não sei o produto, não sei o produto. É bem verdade. Não sei o produto, mas sei que isso está sendo discutido a fundo. É claro, aumento de medicamento é sempre muito complicado.

A respeito da PAF, que são portos, aeroportos e fronteiras, que foi a pergunta que a senhora me fez, eu quero dizer que a área preocupada com esse problema, porque a área também sofre de um problema... Todo quadro específico da agência, que é aquele quadro que não tem reposição, todo esse quadro está dentro da PAF. Então, quando se aposenta alguém, a gente não tem como repor, porque é um quadro específico, é um quadro em extinção. Mas, pensando nisso, a Diretoria, junto com os servidores da PAF, tomou algumas medidas interessantes. A primeira é o incremento da força de trabalho por meio de remoção de servidores nos postos com maior contingenciamento de cargas – destacadamente: São Paulo, Porto de Santos e Guarulhos; Santa Catarina, Porto de Itajaí; e Rio de Janeiro, Galeão e Porto do Rio. E fez um projeto que vai entrar em teste, vai entrar em produção, como diz na área de TI, a partir do segundo semestre de 2017, que é um projeto que une dois sistemas – o sistema da Anvisa e o Siscomex –, criando uma parametrização por canais, por risco. Então, o canal verde são produtos de baixo risco, que seriam deferidos automaticamente pelo sistema; o canal amarelo são produtos de médio risco, lembrando que há uma matriz de risco que é uma construção ao longo dos anos das empresas de tudo o que elas importam.

Então, o canal amarelo, produtos de médio risco, em que é feita uma análise documental; e o canal vermelho, com produtos de alto risco, em que são feitas uma análise documental e uma inspeção física e, se necessário, uma coleta de amostra. A gente acha que, com isso, a gente resolve o problema da dificuldade da liberação de cargas. É claro que, mais uma vez, o cobertor é o mesmo. Então, mais uma vez, a gente volta na história de que a gente tem necessidade de um concurso público.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Sr. Fernando Mendes.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Há duas coisas que eu não respondi.

Quanto à fosfoetanolamina, a fosfoetanolamina foi um *boom* que aconteceu. A exemplo do ipê roxo e de outros mais que apareceram no Brasil, tudo curava, não é? Curava tudo. Na realidade, eu tenho uma lógica de que as ciências sociais salvam mais do que as ciências médicas. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cabeça, quando precisando resolver o problema, acaba se auxiliando. E muita gente, muito charlatão se utilizou disso, o que é muito triste. A gente viu proliferar várias pessoas vendendo fosfoetanolamina como a "pílula do câncer".

As pesquisas foram desanimadoras. Infelizmente, não é? Eu adoraria que todo mundo, seria razoável acreditar que qualquer pessoa gostaria de ter uma pílula que curasse o câncer. Mas, infelizmente, a pesquisa foi desanimadora. E caiu no esquecimento. O pessoal tem tentado. Acho que não há nenhum pedido de registro de medicamento com fosfoetanolamina, até porque ele teria de comprovar a segurança e eficácia e, com certeza, ela não o faria. Então, acho que nem como alimento...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É registrado como complemento alimentar, não é?

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Fora, não é? Desde que ele comprove as qualidades de segurança e eficácia, não há nenhum problema.

De novo, quanto aos recursos, a gente está falando de recursos pessoas, não é? Ah, não, de recursos financeiros. Olha, a gente dizer que recurso... A agência, se ela precisa, se ela cresce, se ela investe em inspeção, se ela investe em uma série de coisas, obviamente que a crescente necessidade de recursos é sempre imperiosa. Mas isso é uma briga. No Governo, acho que todos têm essa mesma dificuldade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Dalirio.

É o último inscrito.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Gostaria de cumprimentar a Senadora Marta, que preside esta reunião.

O sabatinado da manhã de hoje, Fernando, tive o prazer de conhecer ontem. E, acompanhando o relatório produzido pelo Senador Eduardo Amorim, verifica-se claramente que se trata de uma pessoa qualificada para estar onde está. E, com certeza, digamos, quero crer que a decisão dos demais Senadores é no sentido de oferecer mais um mandato, para que permaneça na diretoria de uma agência que tem tanta importância.

A bem da verdade, vários Senadores que me antecederam abordaram alguns aspectos que eu tinha anotado para tratar.

Com relação à questão da Carne Fraca, em que houve uma atuação da Anvisa no sentido de interditar alguns produtos de três frigoríficos. Eu pergunto: os 90 dias não é muito tempo para dar uma resposta para voltarmos a ter, nesse segmento tão importante para a economia brasileira, o reconhecimento de que, no caso, os eventuais componentes, ingredientes químicos, que dependem da autorização da Anvisa para serem adicionados à carne, não houve nenhum comprometimento a qualidade da carne que é consumida tanto internamente, quanto produzindo divisas para o Brasil?

A outra questão é com relação ao quadro de pessoal. Se nós temos hoje 200 profissionais altamente qualificados como V. Sª afirmou, a agência americana tem 800, a agência europeia tem um número muito parecido, existem parcerias estabelecidas entre as agências, agência brasileira, agência americana, agência europeia, no sentido de que todo o estudo desses profissionais das agências americana e europeia possam ajudar a simplificar, ou seja, a maximizar a velocidade de aprovação dos produtos no Brasil, especialmente aqueles que querem vir a atender às necessidades de saúde aqui? E, por outro lado, também quando lá já existe o reconhecimento que determinado medicamento, que fora licenciado outrora, já não mais deveria ser disponibilizado para o consumo, para a venda? Que isso também seja simplificado.

E outra questão é sobre uma coisa que tem atingido as demais agências: a arrecadação dos serviços que a Anvisa presta. Todos esses recursos são disponibilizados para a agência ou estão, no caso, no Tesouro. E aí fica aquela briga entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda no sentido de fazer com esses recursos de fato sejam disponibilizados à agência, para que ela possa cumprir verdadeiramente a sua atividade de fiscalização e de regulação. Ou seja, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agências têm que ser fortes. Nós temos, no Brasil, nove ou dez agências e cada uma tem a sua importância. Mas se elas foram instituídas, criadas, é porque têm que cumprir essa função de fiscalizar e regular o funcionamento das atividades para garantir serviços de qualidade à população brasileira.

O não é fácil de ser construído, não é, Fernando? O difícil, digamos, é termos a disposição e a vontade de construir o sim, porque as demandas só podem ser atendidas se o sim for viabilizado. Então, queria saber se esses recursos arrecadados, se fossem disponibilizados, seriam suficientes para aumentarmos o quadro de técnicos para permitir mais velocidade na análise dos processos de autorização de medicamentos.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Muito obrigado, Sr. Senador. Eu gostaria de dizer a V. Exª que a Anvisa já tinha tomado a atitude do *recall,* de *recall*, não, de interdição cautelar dos três produtos em até 90 dias, até que as análises estejam concluídas. Nesse momento, o fiel da balança é muito complicado. A gente tem que ter muito cuidado para que não se destrua mais um setor produtivo que a duras penas foi construído no Brasil.

Existe um intercâmbio entre as agências, e isso está se consolidando. É uma coisa nova, mas está se consolidando. Acredito que, num futuro muito próximo, a gente consiga, nessa troca de informações de outros medicamentos já registrados em outras agências, a gente tenha mais celeridade nesse assunto.

Lembrando que as regras regulatórias dos países são diferentes, e isso é um empecilho. A gente tem que harmonizar. Mas o pessoal está trabalhando muito nisso, e está muito preocupado com essa colocação.

A respeito da arrecadação. O orçamento da Anvisa é um orçamento de 869 milhões/ano. Há um contingenciamento de 4,4% do orçamento total. Excluindo-se o pagamento de pessoal, o orçamento é de apenas 304 milhões.

É óbvio que para a gente aumentar, não há conta, não há almoço grátis, não há conta, para a gente aumentar, a gente tem que aumentar o orçamento, não há outra possibilidade.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Da arrecadação da Anvisa?

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – O orçamento com a arrecadação é esse.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Sr. Fernando.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu queria pedir e sugerir à senhora e aos demais colegas, já que faltam poucos ainda para questionar, se é que falta, que pudéssemos começar a votação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Exatamente isso agora. Vamos abrir para votação enquanto eu vou fazer mais uma pergunta.

Então, não há nenhum problema, a votação está aberta. E, depois da votação, nós vamos ter que continuar nossa reunião deliberativa porque temos vários requerimentos para votar a aprovação, porque foram pedidos na reunião anterior.

Sr. Fernando, eu gostaria de saber, porque o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2016, da autoria do Deputado Marçal Filho, que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde, será avaliado em breve pela Comissão de Assuntos Sociais. Essa proposição institui mecanismos diferenciados para o registro sanitário e a incorporação de medicamentos órfãos no SUS.

Em sua opinião, os procedimentos... Eu vou explicar o que é doença rara, porque muitas pessoas não estão entendendo que a cada 100 mil pessoas, 65 pessoas têm essa doença, que, então, é chamada de doença rara, e medicamento órfão é definido como aquele destinado ao diagnóstico, prevenção e tratamento da doença rara.

Em sua opinião, os procedimentos de registro de medicamentos órfãos devem ser alterados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo: tais medicamentos devem receber atenção prioritária na análise e concessão de registro sanitário?

Terceiro: é papel do Congresso Nacional determinar quais são os procedimentos que devem ser seguidos pela Anvisa no desempenho de suas atribuições precípuas? Essa é mais difícil. Essa passa se for muito complicado, mas aqui nós todos torcemos pela Anvisa.

Que contribuições o Congresso Nacional pode dar para aprimorar a regulação sanitária no Brasil e aperfeiçoar a atuação da Anvisa?

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Muito obrigado, Srª Senadora e Presidente da Comissão.

Eu gostaria de dizer que a minha preocupação com a história das doenças raras é muito grande – muito grande. E por isso nós já nos antecipamos e fizemos o primeiro passo do processo de regulamentação da Anvisa, que foi uma proposta de iniciativa que trata especificamente de doenças raras e medicamentos órfãos, que vai mudar substancialmente a rapidez do registro desse medicamento, claro, sem perder de vista a segurança e a eficácia que são muito importantes. Então, quanto a isso, Senadora, eu acho que, nos próximos dias, isso já deve estar como regulamento da agência, antes mesmo da aprovação da lei, aqui no Congresso.

Quanto ao último quesito, eu acho que o Congresso é parceiro, tem que caminhar em conjunto com a Agência para nos ajudar, sempre sendo o ouvido, sempre sendo aquele que nos indica e nos ajuda nas questões mais cruciais e nas questões de mais apelo da população brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada. Estou satisfeita. Temos que esperar um pouquinho ainda, a votação ainda está em aberto. Vamos aguardar.

Os Senadores estão chegando. (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Presidente, já temos quórum para apurar? (*Pausa.*)

Já temos quórum para apurar a votação?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós já temos quórum, e o... (*Pausa.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Senadora Marta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – De acordo...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não, não, mas...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, eu ia encerrar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Vai anunciar o resultado, o.k. Eu falo pela ordem depois.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bom. Então vamos anunciar o resultado, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

Que beleza.

Por unanimidade. (*Palmas.*)

A recondução do Sr. Fernando Mendes foi aprovada por unanimidade, dezesseis votos. Zero NÃO e zero abstenção.

A Comissão de Assuntos Sociais aprova o parecer favorável à indicação do nome do Sr. Fernando Mendes Garcia para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Queria pedir urgência, Presidente, para o plenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Podemos votar a urgência.

De acordo com o art. 165 do Regimento Interno, o parecer sobre escolha de autoridades será incluído em série no final da Ordem do Dia. Nós ainda vamos votar vários requerimentos. Então, vou pedir para V. Exªs ficarem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Queria pedir urgência para o plenário.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

Então vamos fazer já, votamos. Se todos estiverem de acordo, vamos pedir urgência da votação da aprovação da recondução do Sr. Fernando Mendes no plenário do Senado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – De acordo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Todos de acordo. Está aprovada a moção de urgência.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Srª Presidente, existem vários requerimentos sobre a mesa convocando alguns ministros para discutir a questão da carne e todo esse tipo de operação. Em outras comissões, como a CCJ, também existem requerimentos similares.

Eu queria propor aqui, o Governo tem todo o interesse de esclarecer essa questão, aliás, a sociedade foi vítima desse processo, as empresas foram, na maioria, vítimas, os trabalhadores, vítimas, e o próprio Governo foi vítima desse processo.

O Governo não quer obstaculizar nenhum tipo de discussão. Agora, eu acho que seria mais producente se nós fizéssemos um convite – e não é necessário ser convocação – conjunto da CAS com a CCJ, ou seja, que numa audiência única nós pudéssemos ouvir os ministros que fossem de interesse das comissões. É apenas uma questão de economia processual, senão nós teremos a mesma reunião aqui na CAS, outra na CCJ, outra na CDR, e, aí, nós teríamos uma repetição que não seria construtiva, na minha opinião.

Então, eu queria propor esse entendimento. Nós aprovaríamos os convites e V. Exª ficava autorizada a negociar com os Presidentes de outras comissões o dia, o prazo, enfim como seria a condução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Jucá, eu tinha pensado nisso, porque todas as comissões convocaram alguns ministros em comum, outros que são só da nossa Comissão. Os que forem em comum, que, se não me engano, é só na CCJ que nós temos um em comum, eu proporei ao presidente para fazer essa em conjunto, que eu acho que não haverá problema.

Em relação a convite em vez de convocação, eu tenho que pôr em votação. Ponho neste instante...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sim, Senadora, eu quero dizer que – quero até cumprimentar o Senador Jucá pela proposta – o objetivo é trazer os ministros para debater o assunto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Podemos fazer conjuntamente, obviamente.

Então, acho que poderíamos votar, sim, transformar em convite. Que façamos audiências...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se todos permanecerem como estão está aprovado. (*Pausa.*)

Antes, o reconduzido, o Sr. Fernando Mendes, gostaria de dar uma palavra.

Então, com ele a palavra.

O SR. FERNANDO MENDES GARCIA NETO – Eu só gostaria de agradecer aos Srs. e Srªs Senadoras, agradecer imensamente aos meus colegas diretores, meus pares, Dr. Jarbas, Dr. Moutinho, Dr. Renato Porto, Dr. Dib, a todos os meus colegas da Anvisa que vibraram positivamente hoje e aos meus outros colegas que estão aqui, aos meus outros amigos.

Era isso, Senadora, e muito obrigado pela aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu é que agradeço a você e gostaria de fazer uma consideração. Nós já o sabatinamos aqui há alguns anos atrás e os problemas continuam exatamente os mesmos.

Eu gostaria, como Presidente da Comissão, que nós fizéssemos uma reflexão. O déficit, hoje, de funcionários necessários para a Anvisa funcionar, como uma agência desse porte tem que funcionar, seria de 697 pessoas, Senador Jucá.

Eu penso o seguinte, nós estamos vivendo um momento no País em que a insegurança está muito grande em relação a tudo. O povo brasileiro sente-se inseguro, ele não se sente protegido pelo Estado. A Anvisa é a instituição que nós todos temos e confiamos que nos protege em relação aos remédios. Não é à toa que foi perguntado – remédio, comida, tudo –, não é à toa que o senhor foi perguntado sobre a questão da carne e foi perguntado sobre outras questões, dos genéricos, teve que abrir o coração para dizer que toma genérico. É isso, por que fez isso? Porque a população está muito angustiada.

Eu pediria, Senador Jucá, com a sua influência, e a determinação aqui da nossa Comissão de Assuntos Sociais, fazermos um documento e levarmos ao Planejamento para que lá nós possamos – eu sei que seria uma exceção enorme para... (*Palmas.*)

Eu fui Ministra da Cultura, Ministra do Turismo, eu sei que a gente trabalha, todos os Ministérios, com um déficit gigantesco de pessoal, mas, aqui, eu acho que estamos tratando de saúde pública, uma demanda do povo brasileiro.

Então, nós vamos fazer esse documento, vamos pedir o seu acompanhamento conosco, lá no Ministério do Planejamento, sabemos da sua influência como Líder, nosso Líder aqui, Líder do Governo, e creio que todos aqui iremos juntos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Todos apoiam. Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e apoiaremos essa...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu queria só, acerca do que falou a Presidente Marta, dizer que eu defendo o fortalecimento das agências, eu defendo que os recursos arrecadados pela agência fiquem nas agências, não vão compor superávit fiscal, porque a agência é um instrumento de controle da sociedade e do Governo.

Então, acho que é possível, não só no caso da Anvisa, mas de outras agências, nós reestruturarmos, melhorarmos as condições de trabalho e as agências arrecadarem recursos que financiem esse tipo de ação, porque têm arrecadação própria.

Contem comigo, serei signatário do documento também da Comissão de Assuntos Sociais. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora, começaremos pela Anvisa. Ela é a primeira.

Muito obrigada.

Agora, começaremos com a questão dos requerimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

Então, acho que com o acordo mais ou menos feito, Senador Jucá, vamos apenas votar os requerimentos.

Eu só queria dizer aqui que um dos requerimentos, que agora foi transformado em convite, trata do Ministro da Indústria e Comércio. Então, na lógica do que nós estamos acertando, poderíamos excluir esse requerimento.

A Senadora Gleisi já deu aval e eu subscrevo o requerimento, Senadora Marta. Ao Ministro de Indústria e Comércio, nós estamos pedindo a exclusão.

Senador, estamos pedindo a exclusão, a retirada do requerimento de convite ao Ministro da Indústria e Comércio, vez que ele já veio na semana passada. Então, o objetivo é debater com todos...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... Agricultura e Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas aí fica o Ministro da Justiça e o Ministro da Saúde. Ficariam esses dois Ministros.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Temos que votar.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós temos o requerimento, mas nós temos também que votar um requerimento novo também, que entrou.

Está bem. Então, vamos ao primeiro.

Esse já foi lido e nós vamos votar.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Osmar José Serraglio, Ministro de Estado da Justiça, com vistas a informar e explicar a respeito da sua participação nos eventos que resultaram na operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Paim, Senadora Lídice e Senadora Vanessa.

- Lido em 22.03.2017.

Esse é o mesmo que está na CCJ. Então, nós vamos pedir que seja em conjunto.

Falarei com o Senador Lobão.

O segundo é:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Ricardo Barros, Ministro de Estado da Saúde, com vistas a informar e explicar sobre os impactos para a saúde da população decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Paim e Senadora Vanessa.

- Lido em 22.03.2017.

Ele não foi convocado por nenhuma outra comissão.

(*Interrupção do som.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpa. Ele foi. Então, será convidado a vir à CAS.

Depois há um novo que a Senadora queria fazer.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É o da Indústria e Comércio, que nós estamos solicitando a retirada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

RETIRADO PELA COMISSÃO EM 29.03.2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requeiro, nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Senhor Marcos Antonio Pereira, Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com vistas a informar e explicar sobre os impactos para o comércio exterior decorrentes da operação "carne fraca" desencadeada pela Polícia Federal na sexta-feira (17/03) em todo o pais.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e outros

Observações:

- Lido em 22.03.2017.) (*Pausa.*)

Estão aprovados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu só faria um apelo a V. Exª para, se pudesse, conversar com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para realizarmos já, na semana que vem, essa audiência pública, que é importante.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou falar com ele. Não depende de mim, depende da agenda...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Eu só peço a V. Exª esse empenho, que eu sei que terá.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou conversar com ele e falo depois.

Esse é sobre a realização de uma audiência pública.

Essa é só uma leitura, porque ela vai ser votada na próxima, então.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, esse já vai ser votado.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas para debater a Proposta de Reforma Trabalhista apresentada pelo Governo Federal, com os pontos mais controversos e polêmicos. É importante nossa comissão ter, desde já, um acúmulo sobre o tema, permitindo um maior aprofundamento da matéria quando estiver em tramitação no Senado Federal. Para isso, o Ciclo de Audiências Públicas proposto contemplaria os temas abaixo listados:

1ª Audiência: *Legislado versus Negociado;*

2ª Audiência: *Representação dos trabalhadores e representação sindical;*

3ª Audiência: *Contrato de Trabalho Temporário.*

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Lido em 22.03.2017.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Srª Presidente, eu queria dar uma sugestão aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Há vários nomes que seriam aqui chamados, e a senhora não nominou as pessoas. Ou só vamos votar? Quem seriam os convidados?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nessa primeira, como foi feito para hoje, eu já estou propondo os nomes. Para a segunda e a terceira, que são trabalhadores e representação sindical, e a terceira que é contrato de trabalho e temporário, eu não tenho nenhuma sugestão ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A primeira sugestão que é do Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, ele não poderá vir porque é feriado no Judiciário. Então, temos uma brecha para quem quiser indicar que componha. Porque a tentativa foi de compor, mas está em aberto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu queria sugerir que, nada melhor, mais justo e engrandecedor, houvesse representante do Ministério Público do Trabalho em alguns desses momentos aí.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há, ele é o Ronaldo Curado. Exatamente pela demanda do Ministério Público para estar nas comissões, nós vamos atendê-los na primeira e na terceira. Na segunda, parece que não vamos conseguir. Mas aqui está aberto para V. Exªs poderem convidar.

Em relação à primeira, que tínhamos que fazer com mais presteza, porque já está marcada, vêm: o Sr. Ronaldo Fleury, que é o Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; o Sr. Alencar Burti, Presidente da Associação Comercial de São Paulo; o Sr. Vagner Moraes, Presidente da CUT; o Sr. Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical, e um representante do Ministério do Trabalho. Sendo aprovados, serão convidados. Mandarão representantes ou indicados – também estamos abertos a isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria, Senadora, se me permite, de subscrever o item 7, o requerimento da...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Só um pouquinho, porque tenho que votar esse requerimento que acabei de ler.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Vanessa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senadora.

A senhora estava lendo os requerimentos. Tenho três requerimentos também.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu não pus em votação o requerimento que foi lido da Senadora Gleisi Hoffmann, do Senador Paulo Paim e da Senadora Vanessa Grazziotin, que é do convite ao Sr. Ricardo Barros.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora a conjunta, convidando o Ministro Osmar Serraglio.

Os que estão em acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 4 foi retirado, que era da Senadora Gleisi Hoffmann e da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, durante o mês de março, para debater os desafios do diagnóstico e do tratamento do Câncer Colorretal. Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Dr. Sandro Martins – Coordenador da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Dra. Angelita Gama – Presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino - ABRAPRECI;

- Dr. André Sasse – Oncologista do Hospital das Clínicas da Unicamp;

- Dra. Marlise Mello Cerato Michaelsen – Presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia – AGCP.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

- Lido em 22.03.2017.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para encaminhar, porque é um tema relevante. Não teremos, claro, condições, pois março já termina nesta semana, mas, assim que possível, o agendamento dessa audiência pública é mais no caráter preventivo, para examinar as questões de proteção ao câncer do cólon, ou colorretal, como é o nome técnico. Então, V. Exª já leu os nomes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Relatora, não tem que ser agora. (*Fora do microfone.*)

Não sei se depois poderíamos conversar. Como nós temos três audiências públicas da reforma trabalhista, que está para chegar aqui, ou nós a colocamos depois, ou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, não há problema, na hora em que for posta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não tem problema. Está bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na hora em que for colocar. A prioridade agora é a reforma trabalhista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está bem. Então, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 6, de audiência pública.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com o tema "Tecnologia e saúde", para debater a importância do uso de novas ferramentas de tecnologia da informação e comunicação, para atendimento nos serviços de saúde. Para tanto sugiro que sejam convidados:

• Dr. Marcelo Rodrigues Gonçalves – Doutor em Epidemiologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

• Dra. Beatriz Alckmin - Médica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com atuação em Telemedicina e Telessaúde;

• Dra. Alexandra Monteiro – Coordenadora Geral do Laboratório de Telessaúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

• Dr. Aldo Von Wangenheim – Coordenador do Instituto Nacional de Convergência Digital do Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde;

• Representante do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

Deve ser interessantíssimo!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, que bom! É exatamente isso. Inclusive, se a senhora tiver conhecimento, no Estado de São Paulo, a Senadora Vanessa... Eu fui visitar o chamado telemedicina ou telessaúde na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É um sistema que veio revolucionar. Vi, lá, o teleatendimento, Senadora Marta. Então, não só reduz a saída do paciente de sua casa para ir até o médico, ela diz o que há, há uma equipe multidisciplinar, de médicos da universidade que ficam prestando as informações para aquele paciente ou para aquele médico de medicina da saúde, de atendimento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora, isso é maravilhoso, porque, com a dimensão do Brasil...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso, exatamente por isso.

Então, imagine o Rio Grande do Sul. Então, acaba-se com a ambulancioterapia. Ele tem resultados extraordinários. Esses aqui que eu mencionei são os que existem em funcionamento. Eu fiquei impressionada, realmente, com os resultados e com o que estão fazendo. Aí, atende também, quando é alta complexidade – cardiologia ou oncologia –, o próprio telessaúde faz um direcionamento direto com a área específica. Então, fiquei impressionada com o trabalho de telessaúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Perguntei a eles se sabiam de outros exemplos no Brasil, e essas relações me foram dadas por eles próprios...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Estou impressionada. Não há ninguém do Estado de São Paulo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois é, exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eles não indicaram ninguém?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não indicaram.

Então, é telemedicina em tecnologia e saúde. Então, como você pode fazer isso?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu vou ver se há.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se houver, eu acrescento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Mas eu penso que isso é muito bom para a Senadora Vanessa, que é do Amazonas. Também, isso é uma coisa importante...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Claro!

Isso aqui é interessantíssimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O próprio Estado tem uma linha direta de internet, aluga o satélite, porque, se é importante para o Rio Grande do Sul, para nós, muito mais. Isso é fundamental. Então, a assistência especializada na Medicina se dá invariavelmente através da telemedicina.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu não sei.

Bem, você ia abrir uma exceção, não é? Mas eventualmente nós poderíamos pôr algumas audiências que estão chegando... Nós vamos ter que também fazer as audiências que foram aprovadas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro. Sim, sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Para não atrasar muito, a gente poderia fazer, talvez, em alguma quinta-feira de manhã, alguma coisa assim, se consultássemos... Quem quiser vem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito. No início da tarde, às 14 horas?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Às 14 horas. Dá para fazer. Gostei.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou avaliar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A ideia é boa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vou avaliar com a maioria dos membros.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Menos na quarta-feira, porque, às quartas-feiras, há a CRA, de que faço parte.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos avaliar com os outros membros da Comissão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Claro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... porque estamos com um encavalamento aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, mas eu acho...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há uma às 7h30, hoje, depois começamos às 9h, depois há às 10h, na CCJ, e há mais outras duas, que não lembro, no mesmo período. Então, isso está realmente causando um problema, aliás, em todas as comissões.

E ainda há mais um. Qual é esse? Ah, para aprovar.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento da Senadora Ana Amélia.

Agora, há um...

Requeiro, nos termos do 93...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o item 7?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 30, de 2015 - CAS, de minha autoria.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Observações:

- Lido em 22.03.2017.

Em votação o requerimento de dispensa.

Se todos concordarem... (*Pausa.*)

Está aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, Ciclo de Audiências Públicas, para debater a PEC 287, de 2016, que trata da Reforma da Previdência. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros

Observações:

- Lido em 22.03.2017.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – Da mesma forma, também, como do trabalhista...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Senadora subscreveu o requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desse.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Da Previdência...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não subscreveu. Aqui só estava...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas eu pedi para subscrever. Então, já estou atendida, porque foi o próprio gabinete da Senadora que me pediu que subscrevesse.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, V. Exª está inclusa. Faremos formalmente, depois.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Este aqui é para instruir um projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) –

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 415, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e tornar obrigatório o respeito aos requisitos de aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise, com a participação dos convidados abaixo relacionados:

• Marco Antônio de Araújo Fireman, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE), do Ministério da Saúde;

• Clarice Alegre Petramale, Presidente da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (CONITEC);

• Denizar Vianna de Araújo, Professor Associado do Departamento de Clínica Médica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ);

• Marcelo Queiroga, Diretor de Avaliação de Tecnologias em Saúde- Sociedade Brasileira de Cardiologia Intervencionista (SBHCI)

• Áquila Mendes, Professor Livre-Docente de Economia da Saúde da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP);

• Carísi Anne Polanczyk, Pesquisadora do Instituto de Avaliação de Tecnologia em Saúde (IATS), Professora Adjunta do Departamento de Medicina Interna da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Observações:

- Autoria: Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Lido em 22.03.2017.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É simples, como é um projeto do Senador Cássio Cunha Lima, que trata da matéria. Eu sou a Relatora, então, eu solicitei essa audiência para ter um grau de informação maior sobre o projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esses aqui não vão ser votados, porque, conforme tínhamos deliberado, serão lidos para serem votados na semana seguinte.

> REQUERIMENTO
> Nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja realizada no âmbito da Casa audiência pública para debater o alcance e os impactos da ampla e irrestrita terceirização do trabalho no País e a precarização das relações de trabalho decorrentes dela.

Aí há uma série de convidados da Senadora Vanessa Grazziotin.

Senadora, nós já aprovamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Primeiro, vamos votar o da Senadora Ana Amélia. Vamos votar o item 9, da Senadora Ana Amélia.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora há o requerimento que é esse da audiência pública. Mas essa audiência pública é a que a gente acabou aprovar, que é sobre a terceirização, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Hoje nós vamos ler, Senadora Marta, mas a ideia é que, inclusive, seja agregado como complementar ao que acabamos de aprovar da Senadora Ana Amélia, que pede para discutir a reforma trabalhista.

A questão da terceirização foi apartada, tanto que já foi votado, está para a sanção presidencial. Há um grupo forte que entende que é preciso que o projeto seja vetado para que o Senado discuta esse projeto mais atualizado.

Inclusive aproveito a oportunidade para cumprimentar V. Exª, Senadora, que estava ao lado de outros Senadores e Senadoras do PMDB, que fizeram, ontem, um belíssimo documento solicitando também o veto da matéria por parte do Presidente Michel Temer.

Então, se aprovarmos semana que vem, Senadora Marta, ele apenas entraria agregando à proposta já aprovada hoje da Senadora Ana Amélia, entretanto com o foco específico de trazermos alguns convidados para debatermos a terceirização.

Na semana que vem, a gente vê a possibilidade de reduzir...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, porque há acho que 15 convidados. É muita gente.

Está bem, na semana que vem, a gente vota e delibera o enxugamento dessa pauta de tantos convidados. Aliás, seria bom se V. Exª já pudesse tentar ver quais as principais pessoas para virem aqui.

Muito obrigada. Está encerrada a nossa reunião.

Ah, não está encerrada. Há mais um meu.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que No Ciclo de Audiências Públicas objeto do RAS 8/2017, sejam debatidos os seguintes temas:

1. Reforma da Previdência e questões de gênero;

2. Especificidades da aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos;

3. Critérios para concessão de aposentadoria: a exigência de idade mínima e as regras de transição.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Esse projeto é de minha autoria, porque, quando tomamos posse, já tínhamos colocado que nós acreditamos que, apesar de a reforma da previdência não vir aqui para votação, aqui na nossa Comissão, nós devemos nos preparar e ter um acúmulo de informações para quando ela for à votação no plenário.

Por isso que estou agregando esse requerimento já ao requerimento da Senadora Regina, também que eu acabei de ler.

Lido o requerimento, a matéria agora vai retornar à pauta para votação.

Nós temos sugestões, pois foram pedidas sugestões aos Srs. Senadores e Senadoras para as políticas públicas, é aquela questão de que um Senador é o relator e tem um ano para apresentar os seus estudos sobre a política que for aprovada aqui pela CAS. Nós recebemos quatro sugestões, nós não vamos votar agora, mas já fica colocado que na próxima reunião nós iremos deliberar.

Duas são muito parecidas, então, talvez fosse interessante o Senador Humberto Costa e o Senador Caiado conversarem, que é sobre o Programa Mais Médicos, os dois estão pedindo exatamente essa pauta e ações na área da... O Senador Humberto é um pouco mais amplo, ele diz: "Programa Mais Médicos e ações na área da saúde suplementar, notadamente no que se refere à implantação do plano de saúde popular", é mais focado nisso. O do Senador Caiado é mais focado no Programa Mais Médicos. Há uma diferença importante aí, acho que é melhor votar depois individualmente, a não ser que eles conversem e cheguem a uma conclusão.

A segunda é da minha parte, o tema é a política regulatória vinculada aos registros de medicamentos pela Anvisa e sua repercussão sobre a judicialização quanto à obtenção de medicamentos não dispensados pelo SUS.

E a outra e quarta sugestão que veio também do Senador Caiado, é o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, o Provab, que também é interessante. Os quatro são superinteressantes.

Então, semana que vem a CAS vai deliberar qual deles fica como política pública a ser estudada, investigada e apresentada no relatório no final do ano.

Muito obrigada.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e três minutos, do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Airton Sandoval, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações: Ofício nº 1064, de 2016, da Câmara Municipal de Mococa, São Paulo, que encaminha para conhecimento o Requerimento nº 168/16, para que os Senadores realizem novos estudos com relação à reforma previdenciária, através de debates com especialistas da área e efetiva participação popular; Ofício 138, de 2016, da Câmara Municipal de Guaíba, Rio Grande do Sul, que encaminha Moção de Apoio 686, de 2016, à Frente de Defesa dos Regimes Próprios de Previdência e dos Direitos dos Trabalhadores da Iniciativa Pública e Privada; Ofício 6103, de 2016, com Moção de Apelo nº 54 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para que sejam tomadas as providências necessárias à regulamentação da profissão ufólogo; Ofício 2.635, de 2016, da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, alerta sobre a indisponibilidade do produto sulfato de magnésio 10% e 50% usado em pacientes com edema cerebral, eclâmpsia e pré-eclâmpsia grave; Ofício nº 12, de 2017, da Câmara Municipal de Sousa, Paraíba, com requerimento solicitando empenho dos Parlamentares para que os empregados domésticos sejam incluídos no rol das pessoas que têm direito ao abono do Programa de Integração Social – PIS. Os referidos documentos ficam à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Inácio Arruda. Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Item 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modificações propostas pela Relatora. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2016 – Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Regulamenta Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Otto Alencar Item 4 - Projeto de Lei do Senado Nº 214, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Item 5 - Tramitação Conjunta - Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011 - Terminativo - Acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Tramita em Conjunto Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Benedito de Lira. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Relatório: Pela rejeição dos Projetos. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Paulo Paim. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Jorge Afonso Argello. Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia. Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para estabelecer validade nacional para a receita de medicamentos manipulados. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Romário. Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (Prouni). Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. Relatoria: Senador Armando Monteiro. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Deca. Altera o art. 134 e acrescenta art. 134-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o fracionamento de férias, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Wilder Morais. Item 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 10, de 2017. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que no Ciclo de Audiências Públicas objeto do RAS 8/2017, sejam debatidos os seguintes temas: Reforma da Previdência e questões de gênero; Especificidades da aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos; Critérios para concessão de aposentadoria: a exigência de idade mínima e as regras de transição. Resultado: Aprovado. Item 12 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 11, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa. Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde, com representantes dos seguintes órgãos e entidades: Conselho Nacional de Saúde – CNS; Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; Ministério da Educação – MEC; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP; Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Associação Brasileira de Municípios – ABM. Resultado: Lido. Item 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 12, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa. Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde. Resultado: Lido. Item 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 13, de 2017. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, com o objetivo de instruir o PLC 77/2016, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, sejam incluídos os seguintes convidados: Sonia Corazza, Engenheira Química, Especialista em Cosmetologia com experiência de 40 anos na área de Cosmética, em departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento de Novos Produtos; e Mônica Miriam da Silva Custódio, Docente e Palestrante, Especialista em Estética e Pós-graduada em Cosmetologia com experiência de 29 anos na área. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Humberto Costa, Paulo Paim, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Otto Alencar, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, e a Senadora Marta Suplicy, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações.

1º) Ofício 1.064, de 2016, da Câmara Municipal de Mococa, São Paulo, que encaminha para conhecimento o Requerimento nº 168/16, para que os Senadores realizem novos estudos com relação à reforma previdenciária, através de debates com especialistas da área e efetiva participação popular.

Isso já está... Nós vamos ter várias audiências públicas referentes à reforma previdenciária.

2º) Ofício 138, de 2016, da Câmara Municipal de Guaíba, Rio Grande do Sul, que encaminha a Moção de Apoio 686, de 2016, à Frente de Defesa dos Regimes Próprios de Previdência e dos Direitos dos Trabalhadores da Iniciativa Pública e Privada.

3º) Ofício 6.103, de 2016, com Moção de Apelo nº 54, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para que sejam tomadas as providências necessárias à regulamentação da profissão ufólogo.

4º) Ofício 2.635, de 2016, da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, alerta sobre a indisponibilidade do produto sulfato de magnésio 10% e 50% usado em pacientes com edema cerebral, eclampsia e pré-eclâmpsia grave.

5º) Ofício nº 12, de 2017, da Câmara Municipal de Sousa, Paraíba, com requerimento solicitando empenho dos Parlamentares para que os empregados domésticos sejam incluídos no rol das pessoas que têm direito ao abono do PIS (Programa de Integração Social). Os referidos documentos ficarão à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

Vamos para o Item 1 da pauta.

Senador Paim! O que aconteceu? Bem-vindo!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos pedir uma reversão de pauta, então, para o projeto ser antecipado.

Senador Ferraço e Senador Paim, não há quórum para votarmos. Não há quórum. Não podemos votar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se houvesse quórum, nós iríamos à votação. Não há quórum.

Senador Paim, o que V. Exª também sugere?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, eu vim aqui pronto, trouxe o meu voto em separado para fazer meu relatório. Fui ao posto médico e comecei a vomitar lá dentro. O médico disse para eu me deitar e fazer um *check-up*. Eu disse que não o faria agora porque há um projeto importante de cuja discussão eu quero participar. E vim para cá para ver...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, vamos fazer o seguinte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Senadora Marta Suplicy...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere um pouquinho, Ferraço. Não há quórum. Não adianta porque não vamos fazer agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, eu vou tentar encaminhar uma solução.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em que pese sobre este projeto já termos tido audiência pública, termos discutido, ele tramita nesta Comissão há muitos meses, o Senador Paulo Paim é um querido, dileto e respeitado Senador. Diante de uma circunstância como essa, de fato, é preciso retirar o projeto para que ele possa fazer os exames dele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, agradeço a sua boa vontade e acho que, realmente...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É a minha solidariedade humana.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Paim, vá fazer o seu *check-up*, não há quórum, e, se você ficar bem, você volta. Não há problema nenhum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pronto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Daqui a meia hora, uma hora, você está de volta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Fazemos o seguinte: não votaremos o projeto sem que V. Exª esteja aqui conosco.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pronto. Resolvido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vanessa, fique porque o seu é o primeiro.

O primeiro projeto agora é o da Senadora Vanessa, que se encontra presente.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, de 2013

- Não terminativo -

Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que agora a Senadora apresenta.

Observações:

- Em 29.04.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O relatório é pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que agora a Senadora apresenta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Marta.

E agora, ao microfone, portanto, formalmente, eu quero registrar a compreensão de todos os membros desta Comissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu preciso colocar a história do projeto.

Em 29/04/2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer contrário ao projeto. A matéria também vai ainda à Comissão de Assuntos Econômicos. Aí será em decisão terminativa. A votação será simbólica.

Concedo, agora, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para a leitura do seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senadora Marta.

Antes, eu quero abrir um parêntese para registrar a compreensão de todos aqui – de V. Exª, Presidente, do autor do projeto que estava na pauta e de todos – em relação ao Senador Paim.

Eu estive com o Senador Paim logo cedo, Senadora Marta, e o Senador estava recebendo, como sempre, pessoas no cafezinho do plenário. Estava bem de saúde. Quando ele adentrou aqui, junto com a enfermeira, é que ficamos sabendo que ele passou muito mal. E, segundo a enfermeira me relatou, o caso é gravíssimo. Então, eu não sei nem se ele fará... Ele irá para o hospital para fazer os exames.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos aguardar, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro! Claro!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tem a palavra para o seu relatório.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E ele vai tranquilo. Isso é que é bom. Pelo menos vai tranquilo, porque o projeto não será analisado hoje. Isso é que é muito bom.

Relatório.

Vem à análise, como V. Exª já identificou, o Projeto de Lei do Senado 254, de 2013, cuja autoria é do Senador Inácio Arruda. Ele trata de destinar a totalidade dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM para as áreas de educação e saúde.

O projeto foi despachado, também como V. Exª falou, às Comissões de Educação, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Na Comissão de Educação, ele foi votado no dia 29 de abril, e o parecer do Relator Flexa Ribeiro foi pela rejeição da matéria. Aqui, nesta Comissão, eu sou a Relatora, Srª Presidente. E o projeto, como já disse, será analisado terminativamente na Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto determina que o total dos recursos – o total! – recebidos pela União, Distrito Federal e Municípios, a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, deverá ser destinado exclusivamente para a educação e a saúde públicas, na proporção de 75% e 25%, respectivamente. O objetivo é cumprir as metas previstas nos arts. 214, inciso VI, e 196 da Constituição Federal. Os recursos destinados à educação e à saúde serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório na Constituição Federal.

O autor do projeto deseja incluir a Compensação Financeira pela Exploração Mineral como fonte de ampliação dos investimentos em educação, à semelhança do que foi feito em relação aos *royalties* do petróleo.

À proposição não foram oferecidas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão analisar esta matéria.

É consenso que somente a educação e a saúde de qualidade melhor para toda a população podem elevar a produtividade brasileira, além de amenizar as desigualdades socioeconômicas e inter-regionais, e promover o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a iniciativa prevista no projeto de lei é amplamente apoiada.

É preciso, contudo, tomar alguns cuidados.

Como bem ressaltado no parecer da Comissão de Educação, os recursos originados da Compensação Financeira pela Exploração Mineral devem ser aplicados de forma a melhorar a vida da população em geral e promover o desenvolvimento do País. E é claro que as necessidades da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população vão muito além da educação e da saúde: é preciso investir em transporte, habitação, saneamento, segurança, assistência social, meio ambiente e tantas outras áreas.

Por essa razão, é importante que haja certa flexibilidade na aplicação dos recursos públicos, para permitir uma gestão eficaz, conforme as necessidades de cada setor e as prioridades de cada administração ao longo do tempo. Essa é uma das razões que desaconselham a destinação de todas as receitas da CFEM exclusivamente para a área de saúde e educação.

Outra razão é que a Compensação Financeira pela Exploração Mineral foi criada, inclusive, para financiar investimentos destinados a enfrentar os vários prejuízos ou danos trazidos pela mineração, sobretudo no meio ambiente, em relação à agricultura e tudo mais. A compensação dos recursos, portanto, deve servir para fazer frente a esses desafios relacionados à produção agrícola, relacionados à agricultura.

Além disso, como as jazidas minerais são, por natureza, finitas, é imprescindível que os Municípios e os Estados procurem diversificar a sua economia para permitir a continuação do desenvolvimento econômico após o esgotamento das jazidas. A CFEM é importante instrumento de estímulo à criação e ao fortalecimento de novos setores econômicos.

O Projeto de Lei do Senado 254, de 2013, inspirou-se na Lei 12.858, que destinou, para a educação e saúde, parcela significativa das receitas de *royalties* e participação especial para o petróleo, na área de gás natural e outros hidrocarbonetos, para a área da educação e da saúde.

Vale ressaltar também que, apesar de a Lei 12.858 obrigar Estados e Municípios a destinarem parcela de suas receitas de *royalties* para educação e saúde, tal imposição não está livre de contestações de ordem constitucional. Há, por parte de muitos, inclusive do Supremo Tribunal Federal, o entendimento de que a compensação financeira prevista no art. 20, §1º, da Constituição Federal, constitui reparação por um dano causado e, nesse sentido, sua natureza é vista como receita ordinária. Sendo assim, as compensações financeiras devidas a Estados e Municípios seriam receitas originárias desses entes e, portanto, fora do alcance da ingerência de leis federais.

Por todas essas razões, acreditamos que não seria conveniente destinar a totalidade da arrecadação desses recursos de compensação por exploração mineral para a educação e a saúde, por mais meritórias que sejam essas destinações. Hoje, por exemplo, as receitas da CFEM têm a seguinte distribuição, definida pelo art. 2º da Lei 8.001, de 1990:

> Art. 2º .....
> .....
> § 2º A distribuição [...] [será]:
> I - 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;
> II - 65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios;
> II-A 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [...];
> III - 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem [...] repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral [...].

Deixar de destinar recursos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico significa, no nosso entendimento, deixar descobertas necessidades relevantes do setor mineral sem que o impacto na educação e na saúde fosse ao menos significativo.

Em vista do exposto, recomendamos que esses recursos da CFEM não sejam destinados, em sua totalidade, a investimentos em educação e saúde. No mérito, julgamos que a proposição pode constituir valioso suporte à educação e à saúde, desde que não prive Estados e Municípios de um mínimo de recursos para fazer frente aos desafios impostos pela mineração.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acreditamos que a proposição é justa e importante, mas que pode ser aperfeiçoada, conforme já relatamos aqui. Por essa razão, opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013, nos termos do substitutivo.

O Substitutivo eu vou ler porque é pequeno, Senadora. Apenas com relação à distribuição dos recursos, como nós estamos propondo? Que 37,5% dos recursos vão para a educação pública; 12,5%, para a saúde; e o restante dos recursos, portanto 50%, mantidos conforme a legislação atual. Essa lei dispõe sobre a destinação. Nós só estamos mexendo, portanto, na metade dos recursos.

É esse o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço vista, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Vista concedida.

Convido o Senador Dalirio Beber para assumir a Presidência, para que eu relate o item 2, conforme preceitua o art. 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Assumo temporariamente a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais para que a Senadora Marta Suplicy possa proferir o seu relatório ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- 03.08.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para suas considerações acerca do seu relatório, lido anteriormente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio.

O meu parecer foi lido na reunião do dia 3, conforme mencionado, e teve sua votação adiada em face de alguns questionamentos levantados naquela ocasião.

Para que fossem alcançados os devidos esclarecimentos, solicitei a elaboração de uma nota técnica, para sinteticamente tecer as seguintes considerações sobre o mérito do meu substitutivo e como ele vem assegurar e avançar na legislação que garante às mulheres a reconstrução mamária nos casos de mutilação decorrente do tratamento de câncer.

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016. O PLC nº 5, de 2016, de autoria do Deputado Bezerra, altera a Lei nº 9.797, de 1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer.

O substitutivo ao PLC nº 5, de 2016, que submeto a esta Comissão, promove inicialmente quatro alterações no texto original da proposição que considero relevantes:

1º - Aprimora a terminologia utilizada, substituindo a palavra "reconstrução" por "simetrização". Isso porque apenas a mama afetada pelo câncer é que será reconstruída. Já o processo de equalização com a mama contralateral, por sua vez, é denominado simetrização.

2º - Amplia a abrangência das disposições do projeto de lei para alcançar – isso é bastante importante – as mulheres atendidas por planos privados de saúde, e não somente as usuárias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SUS. Para tanto, fez-se necessário alterar também a Lei 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

3º – Aperfeiçoa o texto do projeto incorporando as disposições constantes do art. 3º da Resolução 1.483, de 1997, do Conselho Federal de Medicina, que dispõe dos procedimentos médicos para reconstrução mamária, que explicita que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo areolomamilar são também parte integrante do tratamento da doença para a qual houve indicação de mastectomia, para determinar que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do complexo areolomamilar constituam parte integrante do tratamento.

E o último corrige a emenda do PLC para adequá-la ao disposto no art. 5º da Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, que determina que emenda na forma deve explicitar o seu objeto.

Prezados colegas, após a apresentação do meu substitutivo, eu fui procurada pela Liderança do Governo, que me trouxe uma sugestão de redação do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde sugere que a redação do §1º do art. 10º da Lei 9.656, proposto pelo meu substitutivo, acrescente como condicionante à realização da reconstrução mamária, além da condição técnica, a indicação médica e a anuência da paciente em seu texto. Nem a minha assessoria, nem a Consultoria Legislativa do Senado verificaram qualquer óbice em atender à sugestão do Ministério da Saúde. Acho bastante razoável, uma vez que ela apenas deixa por óbvio, registrado no texto legal, aquilo que, de fato, já se verifica na prática médica. Mas, na verdade, isso protege o médico e protege a paciente, para não haver uma intervenção com a qual ela possa não ter concordado.

Dessa forma, faço, por meio de complementação oral, a incorporação da sugestão do Ministério da Saúde em meu substitutivo. Da mesma sorte, para manter o espírito do substitutivo que apresento, proponho alterar a redação do atual §1º do art. 2º da Lei 9.797 para universalizar os direitos assegurados às mulheres brasileiras com câncer de mama tanto no âmbito do SUS quanto no setor de saúde suplementar.

Assim fica a redação do §1º do art. 10 da Lei 9.656 – aspas: "Quando existirem condições técnicas, indicação médica e anuência da paciente, a reconstrução será efetuada no mesmo tempo cirúrgico."

Da mesma forma, o §1º do art. 2º da Lei 9.797, de maio de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação: "Quando existirem condições técnicas, indicação médica e anuência da paciente, a reconstrução será efetuada no mesmo tempo cirúrgico."

Mantenho as demais modificações propostas pelo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – A matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O texto foi aprovado, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2016, na forma da Emenda nº 1, CAS, Substitutivo, e com as modificações propostas pela relatora.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Devolvo a Presidência da Comissão à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio.

Vamos para o Item 3. O relator acabou de chegar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Regulamenta Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- *Votação simbólica*.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Exª, Presidente Marta Suplicy.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 90, de 2016 – Complementar, do Senador Donizeti Nogueira, que regulamenta o art. 7º, I, da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de progressividade, em função da duração do pacto laboral, da indenização devida ao empregado dispensado sem justo motivo.

A proposição estabelece que referida parcela será paga no montante de 40%, nos casos de pactos com até dez anos de duração; 45%, para vínculos cuja existência variar entre dez e vinte anos; 50%, para liames de vinte a trinta anos; e 55%, para contratos superiores a trinta anos.

Além disso, o projeto estabelece que, em caso de culpa recíproca, fará jus o empregado à metade da indenização devida, caso o rompimento do pacto laboral fosse sem justo motivo, sem justa causa.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se criar um mecanismo eficaz de proteção contra a dispensa sem justa causa do trabalhador brasileiro.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Até o momento, não houve a apresentação de emendas.

Análise.

Sob o aspecto formal, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da Carta Magna).

Além disso, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre projetos de lei que versem sobre direito do trabalho.

Não se trata, ainda, de questão cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos Tribunais Superiores, motivo pelo qual aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Em relação ao mérito, não se recomenda a aprovação do projeto de lei em foco. Isso porque o art. 7º, I, da Constituição Federal, dispõe que é direito do trabalhador ter a sua relação de emprego protegida contra a dispensa sem justo motivo, nos termos da lei complementar.

Tal proteção consubstancia-se em mecanismos que vedem a dispensa infundada do empregado, ou seja, aquela que não se finque em motivo econômico, técnico ou disciplinar. A estabilidade decenal prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da época getuliana, e não recepcionada pela Carta Magna de 1988, foi exemplo de mecanismo deste jaez.

Sucede que o Constituinte originário, ciente da dificuldade de se estabelecer um consenso democrático entre empregados e empregadores acerca do assunto, delegou ao legislador infraconstitucional a tarefa de dirimir tal importante questão.

Até que isso seja feito, a referida proteção, nos termos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, consiste, apenas, no pagamento de uma indenização sobre os valores depositados na conta vinculada do empregado (atualmente, em 40% sobre os aludidos depósitos).

O referido mecanismo não obsta a dispensa sem justo motivo do trabalhador subordinado, tampouco condiciona o rompimento do pacto laboral à existência de causas de ordem econômica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

disciplinar ou técnica. Ao contrário, o término sem causa do pacto laboral é permitido no ordenamento jurídico nacional, desde que haja o pagamento da indenização prevista em lei.

O aumento do percentual de tal indenização não muda o quadro acima descrito. A dispensa sem justo motivo continuará a ser lícita, sendo somente mais onerosa.

Por isso, não se está a regulamentar o art. 7º, I, da Constituição Federal, pois ela (a regulamentação) demandaria necessariamente a criação de mecanismos que impedissem que o término da relação de emprego fosse um direito potestativo do empregador, o que não ocorre na espécie.

A proposição, então, não se afigura apta a alcançar a finalidade à qual se destina.

Ao contrário, reforça a tão indesejada noção de que o direito de rescindir o contrato de trabalho encontra-se na esfera potestativa do empregador, que poderá dispensar o seu trabalhador quando lhe for conveniente, desde que pague a indenização prevista na atual legislação. Mercantiliza-se, pois, o trabalho humano, em notório atentado ao postulado da dignidade da pessoa humana, positivado no art. 1º, III, da Constituição Federal.

Assim sendo, Srª Presidente, depois dessa apreciação, nosso parecer é pela rejeição do PLS nº 90, de 2016 – Complementar. É medida que se impõe.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2016.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Peço vista, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista concedida, Senadora Regina Sousa.

Há mais algum Senador que gostaria de pedir vista do projeto? (*Pausa.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Calma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque, no projeto anterior... V. Exª chamou atenção agora e não chamou no anterior. Então, tudo bem, eu só peço que seja dado o mesmo direito ao projeto anterior, quando foi pedido vista, o projeto que eu relatei, para que a gente peça vista coletiva também. Porque V. Exª fez agora e não fez antes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – No anterior não cabe vista coletiva, processo encerrado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª fez agora como não fez antes, chamando atenção se mais algum Senador gostaria de pedir vista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tem razão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Porque eu não falei exatamente isso. Então, está concedida vista coletiva no primeiro e está concedida vista coletiva neste.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para os dois. Muito obrigada. Perfeito!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mas, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu aprendi a fazer essa segunda parte, que é pedir se mais alguém quer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em que pese V. Exª fazer justiça – isso é sempre muito bom –, no processo anterior, V. Exª consultou, eu pedi vista e ninguém mais pediu vista. Portanto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu estou me dirigindo à Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Ferraço, eu deveria ter feito a pergunta. Eu não a fiz. E agora a fiz. Então, peço vênia a V. Exª. Está resolvido.

Passamos agora...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Posso concluir meu pensamento, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pode completar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em que pese eu conceder vênia a V. Exª, com muita alegria e com muito prazer, nós só precisamos estabelecer qual é o procedimento que vamos adotar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O procedimento é o que não fiz antes. Agora, pedi desculpa e fiz certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, mas não é isso a que me refiro, Presidente. Quando qualquer um de nós relata um projeto, é facultado a qualquer Senadora ou Senador solicitar vista. Se, naquele momento, alguém solicita vista... Isso é o Regimento. O Regimento se sobrepõe às nossas opiniões. Naquele momento, se um Senador pede vista e nenhum Senador pede vista, o processo está encerrado. É apenas por uma questão de regra que faço essa observação a V. Exª, mas não tenho divergência em relação à vista coletiva. Apenas é preciso haver regra para que, em função da regra, nós tenhamos uma previsibilidade. Então, a regra que V. Exª está estabelecendo é que V. Exª, além de abrir vista, vai perguntar se o Senador quer pedir vista coletiva ou não, é isso?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque esse agora também ia passar sem vista coletiva. Ela chamou atenção, e alguém pediu.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Parece que não é regimental, mas era de praxe. E eu acho de bom alvitre, porque, às vezes, a pessoa pode estar distraída...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu também acho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... e é importante fazê-lo. Então, vamos deixar assim nesta Comissão, enquanto eu estiver na Presidência: sempre perguntarei se mais alguém deseja.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu acho isso. É só estabelecer um procedimento para que tenhamos uma previsibilidade de como nos conduzir. Mais nada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está ótimo. Obrigada, Senador Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, V. Exª, como disse o Senador Ferraço, pode propor ao Plenário da Comissão que possa rever aquilo que já transitou em julgado. O item anterior já tinha sido concluído sem pedido de vista coletiva. Não tenho nada contra V. Exª retroagir para conceder vista coletiva a outro item. Não é isso. Mas era bom... Senadora Marta, V. Exª, como Presidente, pode muito, mas não pode tudo. Então, seria bom consultar o Plenário quando houver esse tipo de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim. De dúvida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não é dúvida, mas tratar de um assunto que já foi julgado. Então, é só para uma questão de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª tem razão, mas a Senadora que pediu vista solitariamente – acho que foi a Senadora Vanessa – acatou... Não, ela até reclamou, acho...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A Senadora Vanessa está muito nervosa. V. Exª podia passar a Presidência para ela.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não, não. Aí eu não admito essa história de nervosa não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Marta, muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu não admito nesta Comissão nenhuma insinuação deste tipo: nervosinha, nervosa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Eu não disse nervosinha não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nervosinha nós ouvimos no plenário outro dia. E é inadmissível nesta Comissão. A Senadora reclamou e tinha razão. Agora, V. Exª levantou um ponto em que o senhor também tem razão. Eu deveria ter consultado o Plenário. A gente vai aprendendo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Marta, se V. Exª me permite...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Marta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... quero dizer que nós temos que acabar com isso de uma vez por todas aqui. O homem, quando reclama...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vanessa, chega! Eu já falei.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... está no seu direito. Mulher, não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não vamos estender além do que tem que... Vamos lá! Um, dois, três...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu quero saber se há quórum. Há seis terminativos e não dá para votar. Um, dois, três quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze. Já deu quórum? (*Pausa.*)

Ótimo. Então, vamos aproveitar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Marta, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria só deixar claro aos colegas, aos Senadores e às Senadoras que, no meu parecer pela rejeição, eu louvo até a iniciativa do Senador Donizeti Nogueira. É que já existe uma legislação sobre isso, uma legislação consolidada, e aumentar essa demissão por justa causa ou por justo motivo vai incidir em mais quase 20% da indenização num empresariado que já não suporta mais carga tributária, que não tem mais como pagar, porque isso já levou, essa carga tributária, a 13 milhões de desempregados. Quanto mais aumentam a carga tributária e os deveres do empresário, mais ele diminui a sua folha e demite mais pessoas. Essa é a realidade do Brasil hoje, e não estão entendendo. Parece que não estão entendendo e que não há crise neste País e desemprego.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada pela sua explicação. Acho que ficou mais claro.

Vamos agora ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2008

- Terminativo -

Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
- Em 06.03.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação nominal.

Agora, concedo a palavra ao Senador Armando Monteiro para proferir a leitura do seu Relatório.

Senador, V. Exª está com a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, como já é sabido, dispõe sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

A matéria que se pretende regular, objeto do art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, foi mantida nos mesmos moldes pelo art. 37 da Lei nº 12.815, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

Contudo, embora verificando que não há óbice algum de natureza jurídica e constitucional ao projeto, mas numa análise de mérito já, consideramos que os argumentos e a justificativa apresentada no projeto em tela nos apontam um equívoco da proposta, uma vez que, na composição do órgão gestor de mão de obra, não se constata a aludida distorção de representação, onde os trabalhadores seriam minoria.

O órgão gestor de mão de obra não representa os empregadores e os trabalhadores, e, portanto, se deve separar as atribuições das comissões paritárias das atribuições negociais dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas.

Com efeito, à Comissão Paritária cabe tão somente dirimir conflitos oriundos da administração do fornecimento da força de trabalho portuária aos seus tomadores, ou seja, os operadores portuários.

O art. 37 da Lei nº 12.815, é bastante claro ao delimitar a atuação do órgão gestor de mão de obra, aquelas atribuições eminentemente voltadas para a administração do fornecimento da mão de obra e para a solução dos litígios decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 32, 33 e 35.

Ainda quanto ao mérito da proposta, alinhamo-nos aos argumentos apresentados pelo Relator da matéria na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que, com muita propriedade, afirma:

> Em relação ao projeto original, podemos dizer que, realmente, a definição da paridade já está explícita na identificação da Comissão "Paritária". Em nosso entendimento, se ocorrem abusos e distorções na prática, o instrumento legal mais apropriado para correção deve ser a demanda judicial, pois a intervenção mediante norma legislativa só viria tumultuar ainda mais os conflitos internos e ocupar o espaço das negociações. Ademais, a competência desta Comissão é restrita e não exclui a possibilidade de arbitragem. Em última instância, o que se busca é um consenso que independe de uma composição paritária e ficaria mais difícil com a inclusão de novos membros.

E conclui o eminente Relator da matéria na Comissão de Serviços:

> [A Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, é] um colegiado tripartite e a concessão de um voto qualificado ao representante dos trabalhadores acabaria gerando uma supervalorização de um Bloco [...] em decisões que não envolvem necessariamente matéria trabalhista ou interesse sindical (sobre fiscalização de gestão, por exemplo). Não se busca, ademais, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

instância, um equilíbrio de forças, até porque estão em discussão interesses diversificados: do Bloco dos operadores portuários; do Bloco dos trabalhadores portuários e do Bloco dos usuários dos serviços portuários.

Ressalte-se, ainda, que a Lei nº 12.815, de 2013, originária da Medida Provisória nº 595, foi fruto de consenso entre as partes interessadas, após amplos debates. Durante sua tramitação, sequer foi apresentada emenda contemplando a pretensão presente no projeto sob análise, o que significa que o consenso sobre a matéria não previa a mudança proposta pelo presente projeto.

Portanto, Srªs Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em face do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 214.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A matéria está em discussão.

Obrigada, Senador Armando Monteiro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Peço vista, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva concedida à Senadora Vanessa e ao Senador Ferraço.

O próximo projeto vai ser o item 7, da Senadora Vanessa, de autoria da Senadora Ana Amélia.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 367, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências, para estabelecer validade nacional para a receita de medicamentos manipulados.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 22.03.2017, lido o novo Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para suas considerações acerca do relatório lido anteriormente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Os Itens 5 e 6 ficaram sobrepostos, Srª Presidente? Nós passamos direto do 4 para o 7?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É porque a Relatora do item 6 é a Senadora Lídice, que não está presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – V. Exª pode, se desejar, designar um relator *ad hoc*. Se desejar, evidentemente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu achei melhor esperar, por enquanto, a Senadora Lídice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E o outro é o do Senador Paim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Que está ausente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E também não vou designar *ad hoc* agora. Vou esperar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Srª Presidente, eu já li o relatório, um relatório longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero apenas lembrar às Senadoras e aos Senadores, e V. Exª me dá essa oportunidade, de que o projeto trata da validade das receitas de produtos manipulados, de medicamentos manipulados, em todo o Território nacional. É somente isso, Presidente.

Então, eu refiz. Esse projeto é da Senadora Ana Amélia. Eu o considerei um projeto importante e, portanto, o parecer é favorável, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Senadora Marta.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Ana Amélia. A matéria está em discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente, eu queria apenas agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin, que é da área farmacêutica de formação e entendeu. Na verdade, nós tínhamos aprovado nesta Comissão de Assuntos Sociais uma iniciativa do ex-Senador Jayme Campos que tratava de dar validade a uma receita médica emitida em Porto Alegre para valer lá em Manaus, na cidade da Senadora Vanessa Grazziotin, e vice-versa.

Não havia sentido, porque todos os Conselhos Regionais de Medicina e o Conselho Federal regulam o exercício profissional dos responsáveis pela emissão das receitas médicas na compra de medicamentos. Alguns que são de tarja preta exigem, inclusive, que essa receita fique na farmácia, e tem o comprador que apresentar documentação específica.

Este meu projeto amplia para receitas de manipulação, que não são os medicamentos convencionais da indústria farmacêutica, mas são manipulados conforme uma composição específica dada pelo médico, seja por um dermatologista, por um médico nutricionista, enfim, por um médico de todas as áreas das especialidades.

Então, eu agradeço muito à Senadora Vanessa por ter alterado e dado prosseguimento e aprovado o relatório, com parecer favorável, porque isso vai beneficiar milhares de brasileiros que andam hoje... Com a mobilidade urbana isso tem todo o sentido.

Então, muito obrigada à senhora e obrigada por ter feito constar da pauta da reunião anterior e nesta.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Quem mais gostaria de discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir o projeto, encerro a discussão e solicito à secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

A votação é nominal. (*Pausa.*)

Em votação o projeto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É a senha completa, a senha do plenário, que é utilizada para a votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Enquanto se procede à votação, eu quero apenas dizer da importância desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Senador Jayme Campos, que já presidiu esta Comissão, na verdade, ampliou... Ora, um paciente do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, vai para São Paulo; de repente, acaba o remédio que ele tinha, mas ele tem a receita do médico dele. Antigamente, se não fosse do Estado, você não poderia adquirir essa medicação. Claro, estamos falando de remédios para os quais se exige a prescrição médica.

Agora, a Senadora Ana Amélia ampliou isso, e a Senadora Vanessa Grazziotin, que é farmacêutica e bioquímica, entende. Essa ampliação é muito importante, porque muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acaba aquele remédio, mas o paciente tem a prescrição. Bastará procurar uma farmácia que manipula, e ele terá o remédio. É muito importante isso.

Então, quero parabenizar a autora, Senadora Ana Amélia, ao tempo em que parabenizo também a Senadora Vanessa Grazziotin pelo brilhante parecer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito bem colocado e explicado, de forma bem concreta, porque é exatamente isso. Parece uma coisa simples, mas a pessoa se vê desesperada, tendo que procurar um médico para obter a receita.

Realmente, parabenizo as duas pela autoria e pelo relatório.

Não havendo mais quem queira votar... Há mais algum Senador que ainda não votou? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Será comunicado o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

Aprovado com 10 SIM e zero NÃO.

Abstenção zero.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Onze? Bom, eu li errado.

Foram 11 SIM – que é o quórum, claro.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2013.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação do *Diário do Senado Federal*.

Está aprovado.

Agora nós vamos ler os próximos itens.

Como estamos aguardando os relatores, vou ler alguns requerimentos.

O item 11 da pauta é um requerimento meu referente ao Ciclo de Audiências Públicas objeto do RAS 8/2017. Esse foi um pedido de audiência pública da Senadora Regina e eu estou sugerindo três temas que eu gostaria que fossem aqui aprovados.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que No Ciclo de Audiências Públicas objeto do RAS 8/2017, sejam debatidos os seguintes temas:

1. Reforma da Previdência e questões de gênero;

2. Especificidades da aposentadoria para trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos;

3. Critérios para concessão de aposentadoria: a exigência de idade mínima e as regras de transição.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Observações:

- Lido em 29.03.2017.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Também está aberto, se os Senadores quiserem... A autora está presente. Se ela quiser também pode fazer uma sugestão de outro tema.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente, quando for possível.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A ideia é exatamente debater exaustivamente o tema. Então, em todas as Comissões, acho importante debater, mas, se alguém quiser acrescentar convidados, não há problema.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acredito que esses temas são temas que interessam bastante a todos, e teremos possibilidade de fazer as indicações.

Os Senadores e as Senadoras que quiserem fazer as indicações para os debates dos temas, estamos abertos.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Rapidamente, apenas para cumprimentá-la, Senadora Marta.

Eu acho que, quando a gente especifica a abordagem, a audiência pública se torna muito mais produtiva e que, depois dessas Comissões, V. Exª, como Presidente, pode pensar numa publicação, visto que...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós vamos fazer isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós já temos um consultor do Senado que vai anotar todas. A primeira vai ser na próxima semana, no dia 12 – acho que a gente antecipou a da quarta para terça. E, para que depois nós todos tenhamos a discussão que foi feita aqui, que possa haver um livretinho. Todos teremos o livretinho e poderemos também encaminhar para quem for o Relator as conclusões... Não as conclusões, mas será muito forte se pela Comissão nós chegarmos a alguma conclusão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vai ser muito bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Parabéns, Senadora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Cumprimentando V. Exª pela tempestiva iniciativa, eu queria solicitar algo a V. Exª, em razão da ausência do Senador Paim, com relação ao item 9. Este tema, por mais maduro que esteja, consta da pauta desta Comissão já há quase um ano e meio, mas, em razão do incidente do Senador Paulo Paim, eu acho que nós devemos essa consideração e essa solidariedade humana a S. Exª.

Entretanto, o apelo que faço a V. Exª, se assim entender, é que esse item pudesse merecer prioridade na próxima pauta e que ele pudesse ser cabeça de pauta para que nós pudéssemos, quem sabe, iniciar os nossos debates com ele, porque se trata de um projeto, pelo menos a meu juízo e convencimento, muito importante.

É o apelo que faço a V. Exª: que nós pudéssemos dar, na próxima reunião e na seguinte, prioridade para deliberarmos sobre ele.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Será dada, Senador. Será o primeiro item da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado o requerimento do item 11.

É praxe da Comissão ter uma seleção de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Casa em 2017. Ano passado, nós tivemos, e o responsável foi o Senador Moka. Este ano, nós pedimos a todos os Senadores e às Senadoras que enviassem os temas formalmente para que nós pudéssemos aqui deliberar o tema que seria escolhido.

Nós tivemos quatro sugestões, e duas são iguais uma à outra.

Vou ler as sugestões.

A primeira trata do Programa Mais Médicos e das ações na área da saúde suplementar, notadamente no que se refere à implantação do Plano de Saúde Popular – Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A outra é relativa à política regulatória vinculada aos registros de medicamento pela Anvisa e sua repercussão sobre a judicialização quanto à obtenção de medicamentos não dispensados pelo SUS. Essa é de minha autoria.

A terceira é referente novamente ao Programa Mais Médicos, do Senador Caiado.

E a quarta trata do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), também do Senador Caiado.

Como duas sugestões foram as mesmas, que são as referentes ao Mais Médicos, uma do Senador Humberto e outra do Senador Caiado, eu acredito que eu possa abrir mão, e o Senador Caiado também, para ser uma das escolhas dele.

Então, vamos escolher quanto ao Programa Mais Médicos. Nós temos de escolher entre a sugestão do Senador Humberto, que é mais ampla, e a do Senador Caiado. O Senador Caiado coloca simplesmente: Programa Mais Médicos. E o Senador Humberto Costa: Programa Mais Médicos e as ações na área da saúde suplementar, notadamente no que se refere à implantação do Plano de Saúde Popular.

Senador Humberto Costa, V. Exª gostaria de explicar a amplitude da sua proposta para a política pública?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, na verdade, a nossa proposição vem no sentido de que esse programa, sem dúvida, tem feito uma diferença significativa no que diz respeito à atenção à saúde da população brasileira, não somente pela cobertura que permitiu, mas especialmente pela população que foi e que está sendo atingida.

Esse programa tem passado por algumas mudanças que eu, pessoalmente, e muita gente consideramos polêmicas: em primeiro lugar, o fato de, em alguns casos, não ter havido a renovação dos contratos de médicos cubanos que aqui estavam; em segundo lugar, o atraso no pagamento já de vários meses de médicos do programa, a maior parte deles, inclusive, médicos brasileiros. Em terceiro lugar, um dos incentivos que era dado para que os médicos brasileiros pudessem aderir ao programa era uma pontuação diferenciada nos concursos de residência médica. E agora o Governo alega que, como o Provab não existe mais, esse estímulo, esse diferencial de contagem de pontos para os concursos de residência médica não faria sentido. No entanto, a lei do Mais Médicos prevê isso.

Acho que é importante, inclusive, fazer a discussão sobre essa política, porque alguns adversários tradicionais do Mais Médicos hoje reconhecem a relevância, a importância dele. E também todos os temores que havia de que isso ia interferir no mercado de trabalho, de que a qualidade do serviço era ruim, etc., tudo isso foi desfeito. Aliás, a revista *Veja*, que foi radical oponente do programa, fez uma matéria esta semana exatamente mostrando a relevância que o programa tem.

Por essa razão nós apresentamos esse requerimento, para trabalharmos no sentido de aperfeiçoar esse programa, que eu acho que na prática deu certo. Na prática, inclusive, ele tem despertado o interesse dos médicos brasileiros e é um caminho para nós resolvermos a ausência de assistência em vários locais, principalmente em locais remotos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Eu gostaria de encaminhar que ficou o Mais Médicos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – ... mas nós temos duas propostas diferentes, e o Senador Caiado não se encontra aqui.

Então, na próxima reunião, nós daremos a palavra ao Senador Caiado e votaremos em um dos dois requerimentos – um é mais amplo e outro um pouco menos, mais geral – e em qual dos dois será o relator.

Talvez, Senador Humberto Costa, se V. Exª pudesse também conversar com o Senador Caiado e já trazer isso mais ou menos...

Senador Humberto Costa... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Humberto Costa, se V. Exª pudesse conversar como Senador Caiado...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Qual foi a proposta que ele apresentou?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A dele é mais simples, é mais geral: Programa Mais Médicos. E a de V. Exª coloca exatamente os itens que V. Exª deseja que sejam aprofundados.

Então, poderiam... Não sei como V. Exª...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acho que se pode fechar em uma visão mais geral, e aqui a gente...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E aí quem for o Relator é que vai aprofundar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Talvez, Senador Humberto, seja bom V. Exª conversar com o Senador Caiado para ver se chegam a um consenso sobre quem será o relator. Se não, na próxima reunião, a gente vota quem será o relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu, inclusive, apresentei mais dois requerimentos...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não chegaram...

Chegaram agora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Um trata do Mais Médicos, solicitando a presença do Ministro da Saúde exatamente para discutirmos a mudança que houve em termos de ação orçamentária que transformou os recursos destinados ao Mais Médicos de despesa primária obrigatória para despesa primária discricionária. Ou seja, passa a haver a possibilidade de remanejamento desses recursos para outras áreas ou de não cumprimento daquilo que o Orçamento apregoa.

E, ao lado disso, também um requerimento para se fazer uma audiência pública – aí não mais, necessariamente, com a presença do Ministro –, que envolva várias entidades, exatamente para discutir o mesmo ponto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Humberto, há um requerimento...

Já foi votado o requerimento do Ministro da Saúde?

Já foi votado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já foi marcado o dia?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não está marcado o dia, mas S. Exª estava sendo chamado mais direcionado à questão da carne fraca.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não seria melhor fazer essa outra? Ela me parece muito mais relevante do que ficar discutindo...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desde que seja marcada logo, a gente pode abordar vários temas.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas as pessoas que a gente convida... Não! Com Ministro não se convida ninguém; é ele sozinho.

Então, vamos votar esta aqui. Fazemos uma só e vemos, depois, se há necessidade de voltar.

Eu gostaria, Senador, de trocar "convocado" para "convidado". E vamos marcar o mais breve possível para que ele compareça à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E essa audiência pública sem a presença dele, mas que envolve Ministérios e outras entidades vinculadas à área de saúde, seria em outra data.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aqui também?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se V. Exª puder submeter também à votação?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então vamos fazer o seguinte: conforme foi combinado, hoje a gente lê e, na próxima, a gente vota.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Considero lido o seguinte requerimento do Senador Humberto Costa:

EXTRAPAUTA
ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2017
- Não terminativo -

Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, RICARDO BARROS, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde

Autoria: Senador Humberto Costa

Há outro requerimento, também do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde, com representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- *Conselho Nacional de Saúde – CNS*
- *Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS*
- *Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS*
- *Ministério da Educação – MEC*
- *Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP*
- *Confederação Nacional dos Municípios – CNM*
- *Associação Brasileira de Municípios – ABM*

Autoria: Senador Humberto Costa

É o mesmo tema sobre o qual V. Exª deseja ouvir o Ministro, mas com especialistas de diferentes áreas.

Concedo a palavra ao autor. (*Pausa.*)

Já está mais ou menos encaminhado.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta da semana que vem.

Há outro requerimento, da Senadora Vanessa, para realização de audiência pública para debater o alcance e os impactos da ampla e irrestrita terceirização do trabalho no País e a precarização das relações de trabalho decorrentes dela. Para tanto, sejam convidados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho e representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Exª leu um requerimento na reunião passada e, como já havíamos aprovado anteriormente um cujo objetivo era debater a reforma trabalhista, e o meu requerimento inicialmente era longo, com muitos convidados, eu o restringi em dois para também debatermos o tema terceirização no âmbito dos debates da reforma trabalhista.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora, nós já teremos três audiências para debater a reforma trabalhista e, para a previdência, mais três. E pode ser que mais algum Senador resolva...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quais são os temas da reforma trabalhista que serão debatidos?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Essa sugestão de V. Exª... É que eu não li ainda os representantes da segunda audiência e da terceira, e esses já estão inclusos. É verdade.

Os temas – como V. Exª perguntou – são: legislado *versus* negociado; representação dos trabalhadores e representação sindical; e contrato de trabalho temporário. E, entre as pessoas que nós já estamos no processo de convidar, estão esses dois que V. Exª citou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Acho que no tema contrato de trabalho temporário, a gente poderia colocar, Senadora, terceirização e contrato temporário, porque o projeto que foi aprovado e sancionado não só trata da terceirização; ele trata da ampliação do trabalho temporário para nove meses. Aí a gente só incluiria.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sem problema. Nós podemos ampliar.

Então, fica: contrato de trabalho temporário e terceirização.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – E esses nomes aqui já estão inclusos. São aqueles que a gente já sugeriu.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidenta, há um do Senador Paim sobre o trabalho intermitente. Eu gostaria de subscrevê-lo porque ele não está aqui. Mas está na mesa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esse não é o que não pôde ser falado hoje porque o Senador está doente?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Era requerimento?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Lá era um projeto.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Lá era um projeto; eu estou falando de um requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não há um do Senador Paim?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há um requerimento do Senador Paim?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – No requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin, eu gostaria, se for possível ainda e se a Senadora concordar, que, durante essa audiência pública, a gente tivesse a presença também do Ministro, no caso, o Secretário do Trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador, as duas pessoas que ela sugeriu já estavam incluídas nos convidados, e o Ministro do Trabalho também. Talvez valesse a pena nós lermos...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Já está?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Ministro do Trabalho está convidado para a próxima.

Talvez valesse a pena ler as pessoas convidadas para que nós possamos ter clareza.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que o debate...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, não! Mas estão! Estão todos, pode ficar tranquilo. Há cinco convidados. Ela estava acrescentando dois porque ela não sabia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Seria mais proveitoso com a presença do...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela não sabia que ele estava incluído.

Para a segunda audiência pública, que é com a representação dos trabalhadores e a representação sindical, foram convidados – ainda não responderam –: o Ministro Ives Gandra Filho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; a Confederação Nacional das Instituições Financeiras; a Organização Internacional do Trabalho (OIT); Germano Silveira de Siqueira, presidente da Associação Nacional dos Magistrados de Justiça do Trabalho (Anamatra); e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

E para a terceira foram convidados: a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) – essa é para contrato temporário e agora, também, terceirização –; Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); Ministério Público do Trabalho; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); e Embaixada da Inglaterra.

Eu pensei que seria muito interessante que viesse alguém da Embaixada que pudesse contar como é o trabalho temporário, os ônus e bônus que vive o povo que já tem essa experiência há alguns anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acho que a Espanha também tem uma boa experiência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas agora, Senadora, a gente vai ter que inventar, porque já há seis. Se algum não vier, talvez a gente possa... Eu pensei, fiquei na dúvida entre Espanha e Inglaterra. Resolvi pela Inglaterra, porque é mais antigo o processo lá. Ele pode dizer como está a situação e o que os trabalhadores ganharam e perderam com a instituição da terceirização. Vai ser uma inovação na nossa Comissão, porque será algo diferente.

Requerimento para audiência pública sobre a regulamentação das profissões de esteticista, que compreende esteticista e cosmetólogo, e de técnico em estética.

EXTRAPAUTA
ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, com o objetivo de instruir o PLC 77/2016, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. SONIA CORAZZA, Engenheira Química, Especialista em Cosmetologia com experiência de 40 anos na área de Cosmética, em departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento de Novos Produtos;

2. MÔNICA MIRIAM DA SILVA CUSTÓDIO, Docente e Palestrante, Especialista em Estética e Pós-graduada em Cosmetologia com experiência de 29 anos na área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Acredito que essas duas convidadas podem complementar os convidados que já tinham sido indicados pela Senadora Ana Amélia.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na reunião seguinte.

Nada mais havendo a discutir, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezesseis minutos, do dia doze de abril de dois mil e dezessete, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos seguintes Senadores e Senadoras: Waldemir Moka, Airton Sandoval, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Jorge Viana, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Cidinho Santos, Armando Monteiro. Registra presença o Senador Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à primeira parte da Reunião: primeira Audiência Pública do Ciclo de Debates sobre a Proposta de Reforma Trabalhista. Tema: Legislado versus Negociado. Requerimento nº 1/2017-CAS, de autoria da Senadora Marta Suplicy. Participantes: Admilson Moreira dos Santos, Assessor Especial do Ministério do Trabalho; Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, do Ministério Público do Trabalho, MPT; Pablo Rolim Carneiro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria, representante de Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, Gerente Executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Maria das Graças Costa, Secretária Nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Resultado: Audiência Pública realizada. Passa-se à segunda parte da Reunião, com a apreciação da Pauta: Item 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 11, de 2017. Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde, com representantes dos seguintes órgãos e entidades: Conselho Nacional de Saúde, CNS; Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conass; Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems; Ministério da Educação – MEC; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP; Confederação Nacional dos Municípios – CNM; Associação Brasileira de Municípios – ABM. Resultado: Aprovado. Item 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 12, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa. Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde Resultado: Aprovado. Item 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 13, de 2017. Autoria: Senadora Marta Suplicy. Requeiro, nos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, com o objetivo de instruir o PLC 77/2016, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, sejam incluídos as seguintes convidadas: Sonia Corazza, Engenheira Química, Especialista em Cosmetologia com experiência de 40 anos na área de Cosmética, em departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento de Novos Produtos; Mônica Miriam da Silva Custódio, Docente e Palestrante, Especialista em Estética e Pós-graduada em Cosmetologia com experiência de 29 anos na área. Resultado: Aprovado. Extrapauta - Item 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 14 de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 10, de 2016, que requereu a "realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991." Resultado: Lido. Item 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 15, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 23, de 2015, que requereu em aditamento ao RAS 19, de 2015, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convidasse a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar, para a referida audiência. Resultado: Lido. Item 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 16, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Em aditamento ao RAS nº 11, de 2017, requeiro, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, para a referida audiência. Resultado: Lido. Item 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 17, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Em aditamento ao RAS nº 12, de 2017, requeiro, nos termos regimentais, que o Ministro de Estado da Saúde, Ricardo Barros, preste esclarecimentos também sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás, bem como acerca do fechamento das Farmácias Populares, além do tema constante do requerimento inicial. Resultado: Lido. Item 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18, de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, que visa a instruir o PLC 77/2016, regulamentador das profissões de Esteticista, aí compreendendo o Esteticista, o Cosmetólogo, e o Técnico em Estética; sejam inclusas as seguintes convidadas: Themis Maria Milan Brochado, Professora Doutora em Saúde e Tecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Ciências da Saúde pela Unidade de Brasília e Presidente da Associação Brasileira de Fisoterapia Dermatofuncional, docente de pós-graduação e com vinte anos de atuação clínica; Bernadete de Morais Coutinho Pita, Especialista em Fisioterapia Dermatofuncional, docente da Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora da pós-graduação em Fisioterapia Dermatofuncional da Faculdade Integrada do Recife, com vinte anos de atuação clínica na área. Resultado: Lido. Usam da palavra os Senadores e Senadoras: Regina Sousa, Waldemir Moka, Paulo Rocha, Jorge Viana, Ronaldo Caiado e Armando Monteiro, e a Senadora Marta Suplicy Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Texto com revisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa, com três requerimentos lidos na reunião anterior. A segunda parte destina-se à realização da primeira audiência pública do ciclo de debates sobre a proposta da reforma trabalhista, com o tema "Legislado *versus* Negociado", em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2017, da Comissão de Assuntos Sociais e de iniciativa desta Presidência.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde, com representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- *Conselho Nacional de Saúde – CNS*
- *Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS*
- *Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS*
- *Ministério da Educação – MEC*
- *Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP*
- *Confederação Nacional dos Municípios – CNM*
- *Associação Brasileira de Municípios – ABM*

Autoria: Senador Humberto Costa

O Autor, não estando presente, não vai poder encaminhar, mas eu coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Querem o quórum de 11, para apreciar os requerimentos. Então, nós vamos começar a audiência pública.

Convido, para compor a Mesa, os ilustres oradores: Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, do Ministério Público do Trabalho (MPT); Admilson Moreira dos Santos, Assessor Especial do Ministério do Trabalho; Paulo Pereira da Silva, Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; Pablo Rolim Carneiro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representando Sylvia Lorena Teixeira de Sousa, Gerente Executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e Maria das Graças Costa, Secretária Nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Bem-vindos! (*Pausa.*)

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos.

Com a palavra, Renan Bernardi Kalil, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, do Ministério Público do Trabalho (MPT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Desculpem. Antes de iniciar, eu gostaria de dizer que essas audiências públicas estão sendo acompanhadas por Roberto Assis, da Consultoria do Senado, para uma posterior publicação.

É possível assistir ao debate sobre a reforma trabalhista pela internet, na página da TV Senado, www.senado.leg.br/notícias/tv/. Para participar, as perguntas podem ser enviadas para o endereço www.senado.leg.br/ecidadania e também pelo telefone 0800-612211.

Já temos várias perguntas que serão encaminhadas para que nos debates nós possamos fazer uma interatividade.

Também quero lembrar a todos que esses debates que estão sendo iniciados na CAS têm uma finalidade, que é aprofundar as convicções, as ideias todas dos Senadores, que estão se posicionando sobre tema tão importante quanto a reforma trabalhista. Primeiro é "Legislado *versus* Negociado", depois teremos audiência sobre a representação dos trabalhadores e representação sindical, que será no dia 26 de abril, e depois, sobre contrato de trabalho e terceirização, que será no dia 10 de maio.

Não temos intenção de reforçar nenhuma posição. Vocês veem que é uma mesa bastante heterogênea de representação, exatamente para que cada um possa aprofundar as suas ideias.

Estamos diante da reforma trabalhista e da previdência. São dois temas que afetam a vida de todos os trabalhadores e cidadãos, por isso têm que ser encarados com toda a seriedade. E a CAS se propõe a fazer esse debate sobre a reforma e, depois, também sobre a reforma trabalhista.

Vamos dar a palavra ao Sr. Renan Bernardi Kalil, que tem dez minutos. Por favor.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Bom dia a todos os presentes!

Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Senadora Marta Suplicy, a quem agradeço, em nome do Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, o convite feito e a oportunidade de expor a visão institucional do Ministério Público do Trabalho a respeito da reforma trabalhista, um tema que, como a Senadora apontou, é tão importante para a sociedade brasileira.

Nós, do Ministério Público do Trabalho, temos procurado apresentar as nossas contribuições. Assim que o Governo Federal apresentou a proposta, no final do ano passado, elaboramos algumas notas técnicas, as quais eu me comprometo inclusive a trazer para a Comissão, para auxiliar nos debates e apresentar o nosso posicionamento em relação à matéria.

Para me ater ao tema que foi colocado, um dos tópicos que a reforma trabalhista apresenta, que é o negociado sobre o legislado, o objetivo é tratar disso. Para iniciar o debate, é importante partir dos pressupostos que o Poder Executivo coloca como objetivos para se efetuar a reforma trabalhista. Os dois grandes argumentos em relação ao negociado sobre o legislado especificamente tocam a geração de emprego e a valorização da negociação coletiva.

Do ponto de vista do Ministério Público do Trabalho, medidas que levem ao negociado sobre o legislado nos moldes colocados não conseguem dar conta desses objetivos. Portanto, seriam premissas equivocadas, tanto do ponto de vista econômico e social, como do ponto de vista jurídico.

Em relação à geração de empregos – para iniciar a exposição –, é importante colocar que a aprovação de medidas nesse sentido não é novidade no mundo, principalmente em relação aos ordenamentos jurídicos que são muito próximos do brasileiro. A Espanha e Portugal passaram por situações de dificuldades econômicas entre 2008 e 2015, e foram aprovadas medidas que levaram ao negociado sobre o legislado, com a possibilidade de os sindicatos pactuarem condições abaixo das previstas em lei. Em ambos os casos, um ano antes e um ano depois da aprovação dessas medidas, ainda não é possível verificar um impacto positivo na geração de empregos. Então, acho importante colocar esses dados para justamente desmistificar essa ideia de que uma aprovação nesse sentido contribui para o crescimento de empregos no País.

Em relação à valorização da negociação coletiva – eu vou me ater um pouco mais sobre isso –, eu acho que é importante ter como ponto de partida que qualquer proposta que venha a permitir que as condições dos trabalhadores sejam pioradas é inconstitucional. Não é possível a gente conceber qualquer reforma trabalhista que contrarie o *caput* do art. 7º da Constituição, que prevê que todas as modificações, qualquer direito trabalhista que for criado deve na verdade melhorar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condição social do trabalhador. E a própria inclusão do inciso XXVI do art. 7º da Constituição já prevê a valorização da negociação coletiva.

No Brasil, já está em vigência, já existe a prevalência do negociado sobre o legislado, desde que o negociado seja superior ao que prevê a lei, desde que se estabeleçam patamares mais elevados do que aqueles que a lei prevê. Então, o negociado sobre o legislado nesses termos já é possível. O que não é possível é piorar as condições de trabalho por meio de uma negociação coletiva.

Outro elemento que eu acho importante mencionar é que todos os ramos jurídicos, todos os ramos do Direito existem por alguma razão. O Direito Civil tem os seus princípios. O Direito Penal tem os seus princípios. O Direito Tributário tem os seus princípios. E o Direito do Trabalho também tem os seus princípios. Por isso é que ele é um ramo autônomo no Direito.

Um dos princípios chaves, de acordo com o meu ponto de vista, o princípio central do Direito do Trabalho, aquele que é a sua razão de ser, é o princípio da norma mais favorável, levando em consideração que o Direito do Trabalho tem o objetivo de estabelecer determinadas condições jurídicas para compensar um desequilíbrio econômico inerente à relação de emprego. A partir do momento em que a gente enfraquece um princípio da norma mais favorável, eu me arrisco a dizer, a gente tira-o das relações jurídico-trabalhistas, a gente está atingindo de modo fulcral o próprio Direito do Trabalho aprovando qualquer norma nesse sentido.

Outro aspecto que eu acho importante mencionar, até para usar uma linguagem de que o empresariado gosta muito, é que os empresários gostam de colocar que o ambiente negocial é importante para que as atividades econômicas se desenvolvam de forma adequada. Hoje, no Brasil, o ambiente para a negociação coletiva está muito aquém do necessário. E acho importante pontuar aqui que, enfim, no curso de uma negociação, no curso dos conflitos coletivos de trabalho, que são inerentes à essa própria relação, uma série de condutas antissindicais são praticadas no Brasil, e a gente não tem, o Brasil não dispõe de um arcabouço jurídico adequado para dar conta da sanção e da repressão dessas condutas antissindicais. E quem diz isso não é só o Ministério Público do Trabalho. A OIT, o Comitê de Peritos, em relatório divulgado em fevereiro deste ano, cobrou do Estado brasileiro a elaboração de uma lei que tenha condição de reprimir essas condutas antissindicais. Então, eu acho importante colocar aqui que o ambiente da negociação coletiva no Brasil é muito prejudicado.

Outro elemento que eu acho que é importante pontuar é que, quando a gente fala das entidades sindicais, a principal função que a gente concebe, imagina de imediato é a função negocial dessas entidades. E a gente tem no Brasil, com números que a OIT, o IBGE e o próprio Ministério do Trabalho pontuam, que não só as negociações coletivas cobrem um número muito pequeno de trabalhadores, como há uma quantidade considerável de sindicatos que não realiza a negociação coletiva. Então, a gente tem um problema de estrutura sindical que cria dificuldades para o próprio desenvolvimento da negociação coletiva no País.

E aqui, para pontuar rapidamente alguns problemas que nós identificamos no PL 6.787, são essencialmente três os mais graves. O primeiro é a ausência de qualquer tipo de limitação, tanto diária, como semanal da jornada de trabalho. O PL apenas estabelece uma limitação de 220 horas. Então, jornadas extremamente extensas vão ser possíveis, desde que pactuadas em negociação coletiva, pelo que está disposto no PL. A limitação de 220 horas semanais acaba desconsiderando o descanso semanal remunerado e acaba aumentando a jornada de trabalho em até 25 horas mensais e 300 horas anuais. A diminuição do intervalo intrajornada, por meio de negociação coletiva, em 30 minutos é um tema que causa muita preocupação para o MPT, porque é uma norma essencialmente de saúde e segurança do trabalho, e esse período é essencial para a recuperação do trabalhador no curso da jornada. E a possibilidade de afastar o registro da jornada de trabalho contribui apenas para que os maus empregadores consigam se impor em relação aos trabalhadores.

Não é de interesse de ninguém que um dos grandes instrumentos de prova dentro do processo do trabalho, que é o controle da jornada, porque desde que a empresa faça de forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fidedigna é um elemento de prova que não demanda a prova testemunhal, porque é enfim um reclame inclusive grande em relação ao processo do trabalho, não é de interesse de ninguém que isso seja retirado. Então, isso causa preocupação ao MPT também.

E, para finalizar a minha fala, já que o tempo está se encerrando, eu acho importante colocar que, apesar da fundamentação do projeto evocar a Convenção 98 da OIT, a Convenção 158 da OIT, que medidas no sentido proposto pelo Governo Federal teriam um condão de valorizar a negociação coletiva, a própria OIT, o próprio Comitê de Peritos em Aplicações de Normas, no relatório que eu mencionei, já que eles tratam das condutas antissindicais, que foi divulgado agora, em fevereiro deste ano, eles colocam que qualquer medida, qualquer disposição, dentro do ordenamento jurídico nacional, que permita, por meio de negociação coletiva, estabelecer condições de trabalho abaixo das que estão previstas em lei contraria o espírito das Convenções nº 98 e 154. E, para além de não valorizar a negociação coletiva, há a possibilidade de fazer com que os trabalhadores queiram se afastar desse instrumento e também com que minem a legitimidade desse importante instrumento, que leva, no final das contas, a ser um grande objetivo a pacificação das relações coletivas de trabalho.

Então, o que eu tinha preparado para falar, nesses dez minutos, era isso.

Quero agradecer a atenção de todos os presentes e colocar o Ministério Público do Trabalho à disposição para todos os debates em relação a essa matéria.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu que agradeço, Sr. Renan Kalil, ter cumprido o horário e ter sido bastante objetivo.

Passo a palavra ao Sr. Admilson Moreira dos Santos, Assessor Especial do Ministério do Trabalho.

O SR. ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS – Exmª Srª Senadora Marta Suplicy, em nome de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras presentes e os demais presentes a esta audiência pública, inicialmente gostaria de começar falando sobre as premissas da proposta encaminhada pelo Executivo, quais sejam, primeiro, garantir segurança jurídica à negociação coletiva e, segundo, consolidar direitos. A orientação passada pelo Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e pelo Presidente Temer é no sentido de que, ao tempo em que se valorize a negociação coletiva, também se preservem os direitos dos trabalhadores. Então, a proposta encaminhada pelo Governo, no PLS 107, ao Congresso preserva direitos e, em algumas situações, até amplia direitos, como, por exemplo, na questão do trabalho temporário, em que deixa claramente explícito que ao trabalhador temporário estão abrangidos todos os direitos do contrato a prazo determinado da CLT. Também, no contrato a tempo parcial, fica claro que, por exemplo, as férias que, hoje, para esses trabalhadores estão limitadas a 18 dias passarão a ser de 30 dias, como as dos demais trabalhadores da CLT. Então, são pontos que destacam justamente esta posição do Governo de buscar a valorização da negociação, juntamente com a segurança jurídica.

Mas, quando falamos da questão da negociação coletiva, da valorização, temos que trabalhar, um pouco mais, a questão da premissa subjacente de quem conduz essa negociação, que são os sindicatos. No Brasil, um debate já vinha colocado, há algum tempo, e neste momento aflorou novamente. Volta-se à discussão de que precederia a questão da valorização da negociação uma reforma sindical. Nesse sentido, uma das propostas seria que o Brasil viesse a ratificar a Convenção nº 87 da OIT, que estabelece a liberdade e a autonomia sindical.

Nesse ponto, acho que é importante destacar a taxa de sindicalização que ocorre nos países da OCDE, que, na média, segundo dados de 2012, é em torno de 17%, enquanto, no Brasil, dados também medidos pelo Ipea para 2014 dizem que a nossa taxa é de 16,2%. Essa média da OCDE, cabe destacar, é puxada para cima em função dos países da Europa nórdica, que são cobertos pelo chamado Sistema de Ghent, em que as entidades sindicais laborais participam ativamente na política de Estado, na concessão do seguro-desemprego. Eles também gerenciam o fundo-desemprego. Então, isso gera um atrativo muito grande para a sindicalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando você sai desses países do Sistema de Ghent e chega a situações em que o patamar é igual ao do Brasil, verifica que o nível de sindicalização é mais ou menos igual ao do Brasil. À exceção da Itália, que está com uma taxa de mais ou menos 36%, na Alemanha, em Portugal e na Espanha, a taxa é de 18%, 17%, chegando até a uma situação limite, como na França, onde historicamente a taxa de sindicalização é muito baixa – em 2012, foi de 7,7%.

Então, na nossa avaliação, do ponto de vista da organização sindical do Brasil, que renasceu, basicamente, no final dos anos 70 e se consolidou durante os anos 80 e com a Constituição de 1988, nós temos as condições colocadas para que possamos dar espaço adiante, reconhecendo as entidades sindicais do Brasil.

Existe essa capacidade de seguir aquilo que é falado pelo Ministro Barroso no RE 590.415, reconhecendo que não há hipossuficiência quando se fala de negociação coletiva. A hipossuficiência se coloca na questão da negociação direta do trabalhador com a empresa, mas, na negociação do sindicato dos trabalhadores com a empresa, não há que se falar de hipossuficiência.

Só que, ao mesmo tempo em que o Ministro Barroso coloca esse avanço no seu RE, ele também nos coloca algumas preocupações que nos fazem pensar a questão da segurança jurídica. Ele assume uma posição, uma tese do Ministro Mauricio Godinho, do TST, sobre a questão de que existiria um patamar civilizatório mínimo que deveria ser observado e, no seu voto, ele não é exaustivo e diz o que seria esse patamar civilizatório mínimo.

Então, isso nos reporta a uma proposta de modernização trabalhista que deve estabelecer, claramente, em quais situações a negociação coletiva terá força de lei. É nesse sentido que eu insisto um pouco mais.

A proposta que o Governo trouxe à discussão não coloca especificamente o negociado prevalecendo em relação ao legislado. Muito pelo contrário, coloca que o negociado terá força de lei naqueles 13 pontos ali colocados. Por quê? A leitura que nós fazemos é que o inciso XXVI da Constituição não tem se mostrado suficiente, do ponto de vista das demandas judiciais, para dar essa amplitude da visão da negociação coletiva. De forma reiterada, tanto o Ministério Público do Trabalho quanto a Justiça do Trabalho têm tido uma interpretação muito restritiva dessa autonomia da negociação coletiva.

Então, nós entendemos que, na proposta colocada, ao se trazerem ao patamar de lei esses 13 pontos negociados e ao se colocar no §1º que, nas situações em que a Justiça vier a analisar a legalidade de qualquer cláusula de convenção ou acordo, ela deverá observar o princípio da intervenção mínima, isso resguarda e estabelece um grau de segurança jurídica muito maior para o que é negociado pelas partes, pela empresa e pelo trabalhador.

Portanto, ao colocar isso e ao tentar resolver esses problemas, o Governo busca especificamente deixar claro que há uma coordenação entre o que for negociado com força de lei e a legislação posta – no caso, a CLT. Aí eu pego um pouco a questão da jornada de trabalho que nós colocamos, porque esse é um dos 13 pontos tratados na proposta de projeto de lei.

Ao se estabelecer e ao se reconhecer essa coordenação do acordo coletivo com a CLT e ao se estabelecer que o sindicato vai pactuar a forma de cumprimento da jornada de trabalho, nós já colocamos que – quando se fala em 220 horas no Brasil – está subjacente o entendimento de que os DSRs estão incluídos. Está subjacente também o entendimento, de acordo com o art. 61 da CLT, sobre os limites de jornada de trabalho de 12 horas. Então, a pactuação vai ter que observar esses princípios e também a questão do intervalo entre a jornada, de 11 horas entre turnos.

Ao tempo em que se garante essa flexibilidade e em que se reconhecem situações já postas, como, por exemplo, jornada de 12 por 36, simulada pelo TST, ou mesmo a semana espanhola, que é uma situação bastante particular que reconhece ao trabalhador poder pactuar trabalhar 48 horas numa semana e 40 na seguinte, de forma que em duas semanas faça as 88 constitucionais, dando um grau de flexibilidade. Então, a gente pretende que, com isso, dentro desses princípios colocados, se possa também avançar na busca dessa pactuação que interesse tanto ao trabalhador quanto aos empregadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à nossa questão interna, falando da questão sindical no Brasil, o fato é que, se o modelo sindical da 87 tem as suas deficiências, o nosso também tem os seus problemas. E aí nós temos uma questão clara colocada, que veio em boa hora em 1988, quando a Constituição acabou com a interventora Comissão de Enquadramento Sindical que existia no Ministério. Mas, ao acabar com essa interferência na organização sindical, faltou estabelecer uma lei que desse parâmetros para evitar a pulverização sindical que existe hoje, a fragmentação que hoje está posta.

Então, nós temos aí uma lacuna que resta ao Ministério do Trabalho hoje, do ponto de vista de tentar resguardar a honestidade, meramente princípios conceituais estabelecidos no art. 511 da CLT, no 570 e no 571, que não têm se mostrado suficientes para poder garantir um grau mínimo de organização sindical.

Então, na nossa visão, como Ministério, para poder inclusive melhorar essa questão da representação juntamente com a questão da regulamentação do art. 11 da Constituição que estamos fazendo no projeto, que é a representação dos trabalhadores no local de trabalho, precisamos também ter uma revisão no marco regulatório das instituições sindicais, estabelecendo critérios e, de preferência, estabelecendo quais são as categorias possíveis na organização sindical. Essa é uma proposta que o Ministério pretende tocar mais a frente, com a implementação do Conselho Nacional do Trabalho, que achamos que também é um ponto importante para a questão da modernização trabalhista.

Então, Senadora, eu paro por aqui, em respeito ao tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Sr. Admilson Moreira dos Santos, representando o Ministério do Trabalho, pelos esclarecimentos que trouxe da sua pasta.

Passo a palavra ao Sr. Pablo Rolim Carneiro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – Bom dia, Senadora!

Bom dia a todos!

Bom dia Senadores!

O tema da modernização trabalhista, da reforma trabalhista é muito importante para o setor empresarial. Nós entendemos que a negociação coletiva é o principal instrumento para buscarmos essa modernização trabalhista. Por quê? Antes de mais nada, vou começar aqui falando um pouco do nosso ambiente.

Hoje, temos um ambiente em que a nossa legislação trabalhista, uma legislação extremamente importante, fundada na década de 40, que passou por algumas atualizações, mas é uma legislação trabalhista de tamanho único, é uma legislação trabalhista que cobre todo o Brasil de 200 milhões de habitantes, com diversidade de setores produtivos, diversidade de realidades trabalhistas, seja por setores econômicos, seja por regiões do Brasil. Essa legislação trabalhista tamanho único, portanto, tenta dar um enquadramento para um Brasil extremamente heterogêneo, muito, muito heterogêneo.

Ao termos essa realidade, temos uma normatização que tenta abarcar na mesma base médicos em hospitais, técnicos industriais nas indústrias, profissionais do comércio no comércio, diversas realidades. É claro que isso faz com que nós tenhamos, então, alguns descompassos em nossa adequação dessa legislação.

E qual é a importância da negociação coletiva, então, que seria o principal mote dessa modernização trabalhista? A principal importância dessa negociação coletiva é justamente isso, é um instrumento que já existe, que é feito costumeiramente no Brasil, faz muito tempo, e que permitiria o quê? Permitiria que, nas diversas realidades positivas, nos diversos setores econômicos, empresas e trabalhadores, representados por seus sindicatos, pudessem ajustar na ponta, naquela sua realidade específica, o que eles entendem que é mais adequado para aquilo ali.

Não se trata, é claro – acho que o Admilson aqui trouxe bem –, de dizer que vamos revogar, vamos acabar com a CLT. Não, de forma nenhuma. A proposta que tem sido discutida é uma proposta que basicamente reconhece e fortalece um instrumento que já existe. Ele já existe e, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pontos em que foram ali listados no projeto, esses pontos todos já são costumeiramente negociados por empresas e trabalhadores em todo o Brasil.

Hoje nós temos um Brasil em que, por dados que a gente conseguiu extrair do Sistema Mediador do Ministério do Trabalho, a gente tem mais de 1 milhão de cláusulas negociadas por ano no Brasil. Cerca de 45 mil instrumentos coletivos, entre acordos coletivos e convenções coletivas, por ano, negociados. Fazendo um paralelo e fazendo uma verificação em termos de números de sindicatos, isso equivale a mais de 60% dos sindicatos no Brasil, seja de empregadores trabalhadores, fazendo negociação coletiva anualmente no Brasil. Ou seja, não é nenhuma novidade. A novidade é o quê? É só explicitar na lei dizendo que durante o momento, durante o prazo de vigência daquela negociação coletiva, que em nossa lei é de dois anos, você vai dizer, vai reconhecer, a importância daquele instrumento dizendo que aquilo ali tem força de lei, durante aquele período.

Por que isso é importante? Porque isso atrai uma segurança para empresas e trabalhadores de que o que eles estão dizendo, que o dia a dia deles, de que aquilo vai valer, o que hoje não acontece. As empresas, os trabalhadores e os sindicatos negociam e muitas vezes são surpreendidos por decisões que resolvem tirar, pontuar algum item de uma negociação que é válida, que não teve apontado nenhum vício na sua realização, ou seja, as empresas e os trabalhadores efetivamente negociaram, foram feitos todos os processos previstos na legislação para que aquela negociação valesse, o acordo ou a convenção coletiva foi registrada no Sistema Mediador, foi tornado público a todos, foi tornado público aos trabalhadores, foi tornado público para as empresas, e, mesmo assim, apesar de tudo isso, você pinça uma cláusula, às vezes desestruturando todo aquela negociação, que é um conjunto de ajustes, ou seja, você desajusta a negociação.

Vou dar um exemplo aqui. Muito se fala, é claro, na importância da negociação para esses ajustes, por quê? Vamos pegar aqui um exemplo muito comum, no qual costumeiramente é afastada a validade da negociação no Judiciário.

E a questão da redução do intervalo de almoço. Essa redução do intervalo para o almoço geralmente é feita com empresas e sindicatos, em que a própria empresa tem um refeitório que serve ao trabalhador. Ele almoça rápido por escolha própria, não há imposição nenhuma. E nessa realidade se entende que, uma vez que a gente está almoçando rápido, a gente consegue almoçar em 40, 45 minutos, a gente poderia reduzir em 15 minutos o intervalo. Para quê? Para sair mais cedo ao final do dia, às vezes evitando um trânsito de uma hora, uma hora e meia, duas horas. Essa é a importância desse ajuste.

Para a empresa, isso representa também, muitas vezes, uma melhor gestão das suas turmas de trabalho. Você consegue ajustar melhor, dentro da própria empresa, por causa desses quinze minutos e por causa dos quinze minutos que você saiu mais cedo ao final, os turnos e turmas de trabalho, tornando mais produtivo e mais adequado aquele trabalho. Essa é a importância na ponta.

Já foi falado aqui, e eu acho que vale a gente lembrar. É claro, não é novidade. Por quê? Porque está na nossa Constituição. Temos lá, no art. 7º, XXVI, como um dos direitos principais da relação de trabalho, o reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos. Está na nossa CLT, também reconhecendo, dizendo, estabelecendo todos os requisitos para a negociação coletiva, todos os requisitos para o registro dos acordos e das convenções coletivas. A própria OIT, foi citado, reconhece, tem duas convenções internacionais que focam justamente na negociação coletiva como instrumento essencial para empresas e trabalhadores em suas realidades trabalhistas. Por que tudo isso? Justamente por isto, porque permite na ponta o ajuste daquela legislação tamanho único para a realidade produtiva.

É claro que todos os direitos previstos na Constituição são mantidos. Essa é a importância desse reconhecimento. Os direitos da CLT também são mantidos; permite-se só o ajuste durante aquele prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao falarmos da existência desse número de instrumentos coletivos, de convenções e de acordos, a gente só quer levantar aqui, reconhecer e esclarecer que não é uma novidade. Vale a gente frisar isso aí. Não é uma novidade, já é feito. O que importa, principalmente, é estimular que se faça na ponta, porque isso vai reduzir a insegurança jurídica, vai reduzir conflitos e permitirá ajustes visando tanto a maior proteção quanto o aumento de produtividade para as empresas.

Eu vou só encerrar esta minha fala inicial, Presidente, trazendo aqui justamente o que já foi citado: o Supremo Tribunal Federal, dois anos atrás, em 2015, analisou um recurso extraordinário que debatia justamente isto: a negociação coletiva deve ou não ser respeitada nos termos que ela traz? Já foi prestado um esclarecimento, mas vale repisar aqui. A decisão do Supremo foi justamente no sentido de que acordo de sindicatos, ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – ...se negociaram adequadamente durante todo esse período, se não houve nenhum apontamento de vício da negociação, deve ser respeitado, desde que não contrarie princípios constitucionais, desde que não contrarie normas de segurança e saúde do trabalho, o que não é o que se pretende, em momento algum.

Então, só para fechar, Presidente, vou só citar aqui um trecho desse acórdão, do RE 590415, em que o Ministro Relator Luís Roberto Barroso fala que "através do respeito

Então, só para fechar, Presidente, vou só citar aqui um trecho desse acórdão, do RE 590415, em que o Ministro Relator Luís Roberto Barroso fala que através do respeito aos acordos coletivos, aos acordos negociados coletivamente, os trabalhadores poderão compreender e aperfeiçoar a sua capacidade de mobilização e de conquista, inclusive de forma a defender a plena liberdade sindical. Para isso, é preciso, antes de tudo, respeitar a sua voz. É essa a importante negociação coletiva.

Agradeço aqui a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigado, Sr. Pablo Rolim Carneiro, que representa a CNI e trouxe os seus pontos de vista.

Agora, Srª Maria das Graças Costa, Secretária Nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com a palavra.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Bom dia a todos e todas. Bom dia, Marta. Cumprimento todos e todas.

Quero parabenizar a iniciativa da Comissão e da Presidenta em começar a fazer este ciclo de debates sobre a reforma trabalhista, sabendo que, com o relatório hoje, que já está sendo apresentado – pelo menos estava combinado para 10 horas a apresentação do relatório da reforma na Comissão Especial na Câmara –, há uma ampliação significativa no escopo do que veio do Governo para o relatório que vai ser apresentado. Portanto, acredito que vai ter que ser ampliado aqui, com mais audiências, porque vêm outros assuntos aí. A promessa que foi divulgada ontem pelo Relator é de que vai mexer em 100 artigos da CLT nesse relatório que ele vai apresentar hoje. Então, há muita coisa, muito debate para ser feito nesse próximo período. E eu acredito que esta Casa vai se debruçar e vai, com muita responsabilidade, discutir todos esses assuntos.

Já quero colocar que a nossa posição é de que não deva ser aprovado na Comissão Especial na Câmara e vir direto para cá, para a Comissão. Acredito que, principalmente, depois do relatório, com acréscimo de tantos itens, seja preciso um debate maior, seja preciso ir para o plenário da Câmara e vir para o plenário do Senado também, se é um processo de negociação.

Pelo amor de Deus, gente, em dois meses, mudar a vida da gente!

Nos 70 anos da CLT, foram modificados mais de 200 artigos aqui. Beleza! Então, não há essa questão da velhice da CLT, porque ela já está no caminho da modernização. Mas nós, em um único projeto agora, modificarmos mais de 100 artigos de uma lapada... Eu acredito que temos que ter muita responsabilidade e fazer esse debate, porque, senão, não há negociação coletiva. Se o processo é para a gente negociar, não dá para fazer um se sobrepondo ao outro. Tudo bem. Há uma maioria expressiva aqui no Congresso Nacional. Nós, a classe trabalhadora, estamos na defensiva. E o que a maioria aqui decidir, então, vai ser uma imposição para nós? Então, eu diria que, para valer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o discurso e para valer o direito que nós temos sobre a negociação coletiva, é preciso começar a negociar. Não é na imposição. Não é dessa forma.

Eu sei que aqui é um espaço de disputa. Mas, se há tanta negociação, por que não conseguimos avançar entre patrão e empregado e, depois, trazer para o âmbito do Congresso Nacional? Por que colocar na mão dos Parlamentares essa responsabilidade agora, se essa é uma disputa entre capital e trabalho? Então, vai gerar emprego, como está sendo dito? Eu não acredito, pessoal. Não sei como, porque, se for para diminuir o tempo de trabalho, e a pessoa sair mais cedo, porque vem um outro trabalhador ocupar aquele espaço naquele tempo que sobra do dia, aí beleza. Não é isso que está em curso.

E eu acho que precisamos olhar o trabalhador e o contrato de trabalho olhando o trabalhador como pessoa humana, como cidadão, como a Constituição Federal vê, e não simplesmente como um empregado de uma empresa X, porque dizem que vamos negociar, ter a oportunidade de negociar: um dia, eu trabalho oito horas; no outro, eu posso trabalhar 12; no outro, eu posso trabalhar dez. O importante é que, no final, nós façamos um número X de horas trabalhadas. Gente, nós temos uma organização familiar, de estudo, de vida. Como é que não temos uma coisa regulamentada?

Hoje temos que trabalhar oito horas por dia. Beleza. Se você consegue fazer algum tipo de negociação para diminuir algum horário etc., fazer alguma compensação, tudo bem. Por que tem de estar na lei agora, se já se conseguem algumas negociações individuais, dependendo de como está-se dando o processo naquele local de trabalho?

Está bom. Se for como está sendo dito, que não vai mudar nada, não vai tirar direito nenhum nosso, vai-se só fazer uma nova roupagem, uma nova modificação do horário de trabalho, do horário do almoço, tira um pouquinho ali, bota um pouquinho ali, então nós vamos ter esse trabalho todo para botar na lei que nós vamos renegociar o nosso direito, o que já está na lei? Porque não vai tirar. Vai ser só para organizar um horário aqui, um horário ali. Não sei por que nós vamos perder tempo, com tanta responsabilidade que nós temos, para poder só fazer uma renegociação daquilo que já está no direito, do que já está na lei. Não é isso que está em curso, pessoal. Nós temos uma disputa.

E é preciso que os Parlamentares tenham muito cuidado com as decisões que serão tomadas, porque vai modificar nossa vida, vai modificar o mercado de trabalho, vão modificar as relações de trabalho. Se se somar o que está na reforma trabalhista com o que está na terceirização e com o que está na reforma da previdência, se for tudo aprovado, ninguém vai se aposentar daqui para frente. Vai ser muito difícil uma pessoa ter o direito à aposentadoria, inclusive à aposentadoria integral. Nós vamos ter um mercado de trabalho agora com várias modalidades de contrato de trabalho. Não vai mais só esse da CLT, que está colocado, de oito horas. E, entre nós e o patrão, há aqui a CLT, a Constituição Federal e um monte de acordos.

O que nós vamos ter é uma precarização muito grande. Há o trabalho intermitente, que está em discussão aqui, mas está no texto também da reforma trabalhista. Há a terceirização que libera; e a gente já sabe como é a terceirização aqui no Brasil, que é sinônimo de precarização. Então, nós vamos ter um contrato temporário, que, agora, pode ser empresa de contrato temporário, conforme o projeto da terceirização. A terceirização vai poder ser feita por uma empresa de contrato temporário, e o trabalhador que era de contrato temporário, de uma empresa de contrato temporário, vai poder também ser terceirizado, ser trocado.

Aqui, na reforma trabalhista, o contrato temporário pode aumentar de 90 dias para 180 e aumentar mais 90, mas também pode repetir o trabalhador. Isso significa que não vamos ter mais a oportunidade de existir como um trabalhador permanente, com carteira assinada, aquela coisa toda, que está prevista na CLT, que está prevista na Constituição Federal, porque não convém para o empresário manter um trabalhador permanente, se ele tem todas essas oportunidades de contrato de trabalho, por hora, por meses. É uma coisa que vai realmente precarizar bastante as relações de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, devemos olhar para o trabalhador como um todo. Diminuir o horário de almoço pode ser uma boa para a pessoa chegar mais cedo em casa e evitar o trânsito. É verdade. Pode até ser. Qual a consequência disso para a saúde da pessoa em cinco anos, em dez anos? Qual a consequência disso para o aumento dos acidentes de trabalho que podem acontecer quando a pessoa não tem o seu horário normal de descanso? Qual a consequência tem para o trabalhador que não terá mais os 30 dias de férias e agora pode gozar férias em três etapas?

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Qual a consequência disso, gente?

Nós precisamos trabalhar. Eu acho que, para a negociação ser realmente limpa, aquilo em que avançamos nos processos de negociação deveria vir para cá para se transformar em lei, e não o contrário.

Nós, municipais, Marta, fizemos uma grande campanha, nós mulheres, e conseguimos aprovar em dezenas e dezenas de prefeituras deste País – e na minha cidade, que é Quixadá – uma negociação em que a licença-maternidade é de seis meses na lei. Nós gostaríamos que aquilo em que avançamos no processo de negociação, tanto no serviço público quanto no setor privado, viesse para cá e se transformasse em lei. E não o contrário, colocando-nos nessa situação.

Por fim, quero dizer que nós precisamos é da negociação coletiva no serviço público, porque nós não temos direito. No setor privado, há, mas nós, do setor público, ainda não temos.

A Convenção 151 foi apresentada aqui pelo governo Lula e até hoje não foi regulamentada. Nós queremos é discutir o direito de greve, mas discutir o direito de greve e não o tirar. Então, há uma série de direitos em que nós precisamos avançar e não, diminuir.

Então, quero deixar aqui muito claro: é por isso que a CUT tem tido uma posição muito forte de não querer fazer negociação, porque a gente não quer negociar retirada de direitos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Maria das Graças Costa, que representa aqui a CUT e que colocou a visão do sindicato.

Temos agora os inscritos.

Primeiramente, tenho que avisar que o Deputado Paulo da Silva, da Força Sindical, está na Comissão Especial da Reforma Trabalhista, que, como foi mencionado, está acontecendo agora. Então, ele não pôde estar nos dois lugares ao mesmo tempo e pede desculpas.

Nós vamos agora dar o uso da palavra à Senadora Regina Sousa, que pediu porque terá que se retirar. Em seguida, o Senador Moka, o Senador Armando Monteiro e o Senador Paulo Rocha.

Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Presidenta. Quero cumprimentar a todos os convidados e convidadas.

Eu queria tratar de um assunto, analisar um pouquinho essas questões.

Na verdade, o trabalhador tem direito de desconfiar. Nós estamos vivendo um período de desemprego. Imagina uma negociação coletiva numa empresa, num período de desemprego. Só negocia por baixo, não há como. Depois da ditadura, a gente avançou muito nas negociações, porque os sindicatos foram ficando fortes e conquistando além da lei. E, a cada negociação – eu fui sindicalista do Sindicato dos Bancários –, a gente avançava. Há a data-base exatamente para a gente avançar, tentar avançar em algumas coisas. Agora, na situação em que o Brasil está, já é um problema seriíssimo essa história de dizer que vai avançar, porque não vai.

Na verdade, está entrando em minúcias, entrando na autonomia do sindicato, dizendo até a representação do sindicato, quantos funcionários. Nós já conquistamos um para 100. Em algumas categorias, a representação na empresa é um para 100. Aqui está botando um para 200! Quer dizer, isso é da autonomia do sindicato, da organização de base. Está-se ferindo isso.

E também toda vez que se quer mudar alguma coisa, tirar algum direito, se compara com outros países, dizendo-se que em tal lugar é assim. Eu queria ver também comparar os salários que se paga para as pessoas desses países. Deveriam também incorporar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na verdade, é uma tentativa de esvaziamento dos sindicatos, porque em algum lugar diz que a pessoa que vai representar nem precisa ser filiado ao sindicato. Imagina a quantidade de pelego que se vai produzir neste País, de puxa-saco de patrão! A gente conhece isso de perto. Eu bem conheço da minha vida sindical – fui do sindicato de professores e, depois, do sindicato de bancários – e sei o que é isso. Então, é um esvaziamento de novo, é uma tentativa de esvaziar o sindicato; aquilo que a ditadura fez com o cacete, está se querendo fazer com a caneta agora.

Então, isso é totalmente inconcebível. A CLT é o mínimo! Nunca foi nossa paixão, nós nunca fomos apaixonados pela CLT, não. A CLT era um mínimo sempre. A gente tem que garantir o mínimo daquelas categorias que não conseguem negociar nada, que não consegue organizar, porque os patrões dificultam inclusive a organização. Então, está garantido esse mínimo na CLT, e você vai flexibilizar?

Cada negociação tem que ser uma. Não pode dizer que por estar negociado tem força de lei. Quer dizer que não mexe nunca mais? Uma vez negociado, não mexe nunca mais? Não. A gente negociava o auxílio-alimentação de um valor e, no ano seguinte, ele voltava para a pauta para aumentar esse valor. Sinceramente, eu acho que foi uma infeliz ideia essa história dessa flexibilização.

Também esvazia um pouco a Justiça do Trabalho. Eu fui à votação na Câmara e vi a vontade que alguns Deputados têm, o ódio que alguns Deputados têm da Justiça do Trabalho. Dizem que a Justiça do Trabalho é quem acumula mais processos, e não é! Está lá a estatística: não é a Justiça do Trabalho a Justiça que acumula mais processos. Então, a gente percebe essas coisas e fica na desconfiança.

E sem falar que os patrões brasileiros não são modernos. Uma boa parte deles – com algumas exceções – não são modernos, porque quem ainda pratica trabalho escravo neste País não é moderno e está lá na lista. E alguns ainda se arvoram de ir para a Justiça para tirar o nome da lista, mesmo tendo sido constatado o trabalho escravo.

Que modernidade é essa? E ainda misturam coisa na carne que a gente come, no leite que a gente bebe, na gasolina que a gente consome e outras coisas mais. Que modernidade é essa? Se pratica trabalho escravo sem ter essa abertura toda na lei, imagina com essa abertura de jornada!

Ah, dizer que meia hora dá para almoçar. E onde fica a saúde da gente, das pessoas, dos trabalhadores? Em meia hora ele almoça, sim, mas ele tem que ter um descanso do almoço, se não vai ter muita gente doente depois, e as próprias empresas vão ter que investir, porque a gente vai atrás, com certeza, na saúde. Então, não vejo vantagem nessa lei, nenhuma vantagem para os trabalhadores. Acho que há uma intenção de esvaziamento dos sindicatos, de interferir na autonomia.

Nós temos patrões – eu me lembro de que fiz parte de mesa de negociação na DRT, antiga DRT no Ministério do Trabalho – cujo trabalhador dizia que lá na empresa dele o patrão pagava hora extra – ainda hoje tem patrão que não usa conta bancária, paga num envelope o dinheiro. Tudo bem. Ele assinava o holerite, mas depois ele tinha que passar na secretaria para devolver a hora extra. O cara disse na mesa de negociação. É esse o patrão moderno que a gente tem.

O desemprego está em alta, e os patrões brasileiros têm essa mentalidade de trabalho escravo ainda. E aí a gente vai impor isso e chama isso de livre negociação?! Não. Negociação coletiva tem de se estar com a representação dos trabalhadores eleita por eles, mas representação coletiva também e não individual, com o que a gente vai trazer de volta um personagem que tinha sumido e que a gente chamava de pelego no movimento sindical.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Regina Sousa, que colocou a sua experiência para o nosso conhecimento e enriqueceu todos nós com a sua posição.

Agora, com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Cumprimento a Srª Presidente, Senadora Marta Suplicy; Dr. Renan Kalil, que representa aqui o Ministério Público do Trabalho como Procurador do Trabalho; Maria das Graças Costa, que sempre está nos debates aqui, não é a primeira vez que ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

representa aqui a CUT, essa questão da representatividade trabalhista; Dr. Admilson Moreira dos Santos, Assessor Especial do Ministério do Trabalho; e Dr. Pablo Rolim Carneiro, especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria, CNI.

Eu penso, Senadora Marta Suplicy, que neste debate é claro que é muito difícil separar ponto de vista, mas eu acho que ele não deveria entrar por esse viés ideológico. Ah, tem tanta raiva da Justiça do Trabalho, e às vezes tem tanta raiva do patrão, como se o patrão também fosse alguma coisa de... Essa generalização é muito ruim.

O que eu penso? Eu acho que nós temos que ter o sindicato e, se o sindicato negociar com a empresa dele em conjunto, o sindicato em condições normais, quem vai decidir o que é melhor para aquele trabalhador é ele.

Se ele aceitar realmente diminuir a hora do almoço dele porque para ele é melhor ir mais cedo para casa, se isso for decidido pela maioria daquele sindicato e se fizer um acordo com a empresa, se essa coisa for algo em que todo mundo que está ali, os empresários e os trabalhadores, está de acordo, se está gerando emprego e se todo mundo está bem, não vejo por que isso ser condenado.

Agora, evidentemente, se for algo em que o empresário use a força para impor condições – ou vocês aceitam isso, ou vou demitir vocês –, aí realmente não é negociação. Aí, realmente, dá para a gente ficar preocupado. O País passa realmente por um momento difícil. São milhões e milhões de trabalhadores, e, muitas vezes, as pessoas acabam aceitando até com o receio de perder o emprego.

Então, o que precisa haver, nessa legislação, são essas garantias. Precisa haver a garantia, para que essa legislação seja respeitada, de que os sindicatos sejam realmente fortes. Não sei seriam fortes, mas respeitados realmente pelo empresário, porque hoje o empresário necessita tanto de que este trabalhador esteja realmente feliz, contente e bem remunerado, pois isso aumenta a produtividade dele. Já estamos hoje com um empresariado que considera isso importante.

Há aquilo também: o sujeito acaba de sair, já vem um advogado, sugerindo que ele entre com uma ação contra tal empresa. O advogado já até acerta que 50% seriam para ele e 50% para o trabalhador. Não é segredo para ninguém que isso acontece.

Então, é preciso avançar. Quero avançar nisso, ao mesmo tempo em que não quero aqui – não tenho essa posição – fazer com que o trabalhador seja obrigado, goela abaixo, espremido, a aceitar todas as condições, mas é preciso ter um limite para essas coisas.

Conforme disse aqui o Dr. Pablo, o País é um continente, e existem especificações que são importantes. Muitas vezes, precisamos de levar em consideração essas especificações. A realidade da mão de obra é diferente, e o trabalhador tem realidade diferente de um outro setor. É por isso que entendo quando ele fala de uma legislação "tamanho único", mas isso não pode ser um pretexto para se acabar também com as garantias dos trabalhadores, porque ele é o elo fraco. Não tenho a menor dúvida disso.

Então, ao mesmo tempo que quero que essa legislação avance, não quero ser aquele que vai também usar essa legislação para enfraquecer sindicato, acabar com a força da mão de obra e com as garantias que os trabalhadores precisam ter, até porque não tenho por que fazer isso. Não tenho esse vínculo. Não tenho esse viés ideológico, nem de um lado, nem de outro.

Então, eu tenho realmente uma posição de independência. E gostaria que vocês vissem nas minhas palavras a sinceridade, de alguém que quer ajudar, mas que quer ouvir esses debates – daí a importância, e parabenizo a Presidente Marta Suplicy –, para que a gente possa ouvir e, aí, ter um raio X de corpo inteiro de como é isso.

E, claro, vamos ver também qual o texto final que chegará para votarmos, porque, às vezes, nós estamos discutindo, discutindo, mas, ao passar pelo Plenário da Câmara, chega aqui um texto convergente. Eu já vi isso acontecer várias vezes.

E aqui hoje não está um Senador que está sempre presente – parece que não está bem de saúde –, o Senador Paim. E o Senador Paim e eu, por várias e várias vezes, já acertamos textos aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que pareciam que não dariam certo nunca. Daqui a pouco, conversando, dialogando, acha-se um texto convergente.

Então, eu agradeço.

Não tenho perguntas, apenas fica aqui a minha contribuição de que eu acho o debate importante, eu acho os argumentos válidos, e a gente tem que os ouvir para que a gente possa ter realmente um juízo na hora do voto, para que cada um possa exercer esse voto da forma mais consciente possível.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka, que sempre vem com bom senso, com ponderações, com sua vontade de contribuir para um bom debate, enfatizando a necessidade de garantias para a negociação.

Eu vou aqui colocar que nós estamos "bombando" na internet. E, pelo e-Cidadania, foram enviados comentários. Eu vou mencionar só alguns, porque é muita gente: Mateus Monteiro Saraiva, Antonio Carlos Moyses, Marco Antonio Barbosa Silva, Ulisses Rondove, todos do Rio de Janeiro; Carlos Foto Esquenta, da Paraíba; Mauro Guimaraes de Souza, do Rio Grande do Sul; Vladimir Dias Alves, do Distrito Federal... Depois, na hora dos questionamentos, eu vou colocar algumas das perguntas que a assessoria selecionou das que já chegaram.

Com a palavra agora, o Senador Armando Monteiro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria fazer um diálogo aqui aberto e, como meu amigo Armando... Eu queria antecipar-me, pois eu sou depois dele. Como eu vou provocar... Vou provocar não; vou dirigir minha fala para ele, queria que ele tivesse oportunidade de falar depois.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se ele concordar, não há problema. (*Pausa.*)

Pois não.

Então, Senador Paulo Rocha, do PT.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Aceito ser provocado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi boa a resposta.

Vamos lá.

Eu acho que é muito mais rico, Paulo, quando fazemos...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Armando é meu amigo, mas ele representa aqui um setor muito importante, que é a CNI, é um dirigente sindical, é um representante produtivo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – O voto é universal. Eu represento o meu Estado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como eu me arvoro...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Fui eleito com 3 milhões de votos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não... Eu estou dizendo na sua luta sindical, mas é para dizer o seguinte... E você vai ver que você vai fazer uma aliança comigo agora.

Eu sou de origem sindical também, da época ainda da ditadura militar, e venho de um Estado onde o processo da terra é muito forte, tanto que, quando cheguei aqui, como Deputado Federal, eu fui um dos autores da Lei do Combate ao Trabalho Escravo. Naquela época, fiz lei de anistias a dirigentes sindicais demitidos, projetos de leis de anistias de grevistas. Fui um dos autores das leis que negociavam a questão dos chamados "demitidos do Collor". Então, tenho muita participação nesse processo.

Sou do Partido dos Trabalhadores e vejo, meu caro Armando, que os setores mais radicais do lado dos trabalhadores são a CUT, que é tida como radical, e os sem-terra. Mas, ao longo do tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da luta, e do processo de conquistar direitos, pelo que sei – e fui Presidente da CUT –, nunca propusemos acabar com o capital, muito menos acabar com o patrão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – E não conseguiriam. (*Risos.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Qual é o centro da questão que está em debate? Acho que, toda vez em que um país como o nosso entra em dificuldade financeira ou coloca em cheque ou tem problema no desenvolvimento, sempre colocam a culpa nos direitos dos trabalhadores, nas conquistas dos trabalhadores, entendeu?

Eu me lembro de que, quando trabalhava numa gráfica e lutava por mais direitos, o cara dizia: "Mas vocês querem acabar com a galinha dos ovos de ouro?" Não há proposta de acabar com o capital. O que eu acho, meu caro Armando, é que o grande problema do Brasil e o grande problema que estamos vivendo do desenvolvimento, com a ilegitimidade do Governo que se implantou através do golpe parlamentar, é o retorno ao Brasil de uma visão de desenvolvimento a partir do capital financeiro.

Não se incomode não, Moka.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Foi. Era uma maioria parlamentar e processaram um golpe parlamentar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Golpe foi o que vocês fizeram nos últimos 13 anos e deixaram este País no caos em que está.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Há divergências.

Não estou te chamando de golpista, viu? Estou dizendo que houve uma maioria parlamentar, e golpearam.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Você não teria coragem, porque você me conhece e sabe disso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu não sei por que você está se ofendendo. Você está assumindo a carapuça?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vocês começam um debate e entram em um viés...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu acho que não é o caso de continuar.

Paulo e Moka, acho que não é o caso. Já se colocaram. Volte ao assunto, Paulo. Faça o favor de interromper...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso, eu me dirigi a ele, porque ele sabe o debate que vou levantar aqui. Moka, não se irrite. Você sabe que eu não sou de irritar ninguém...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Calma.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... e nem de agredir ninguém. Admita aqui o debate franco e aberto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, é o seguinte. O que eu acho, meu companheiro Armando? É que está voltando ao Brasil uma forma de resolver o problema da nossa dificuldade econômica e dos problemas que houve...

Eu sei quais foram os problemas que tivemos: aumentamos políticas públicas, criamos um conjunto de políticas públicas, universidades, etc., e não demos conta de resolver o problema do desenvolvimento capaz de gerar mais arrecadação para o Estado para poder bancar as políticas públicas, etc.

Agora querem resolver o problema de novo pelo projeto neoliberal e pelo capital financeiro. O que acontece hoje – tanto é, meu caro Armando, que está aí o resultado das pesquisas: o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos, enquanto há dificuldade e problema nas mãos de muitos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quer dizer, oito cidadãos brasileiros detêm a maioria das riquezas correspondentes aos 100 milhões de brasileiros. Essa é uma estrutura econômica perversa, que não é culpa de direitos dos trabalhadores, porque têm muitos direitos conquistados.

Qual é a aliança que eu quero fazer com V. Exª? É dizer o seguinte: que a busca para a solução do País é fortalecer o capital produtivo, resolver o problema do desenvolvimento, geração de emprego. Como vamos gerar emprego no campo, por exemplo? Ou gerar na cidade? Isso o Lula fez muito bem, viu, Moka?

Então, o que acontece? Digamos assim, é um modelo que acumula mais no capital financeiro, que não precisa de produzir, é na especulação. E mais – está aqui o nosso amigo Caiado –, o capital financeiro passa a ser um capital monopolista que vai tomando conta: é dono do setor produtivo, é dono das grandes fazendas no campo. Lá na minha terra, havia a Fazenda Bamerindus, a Fazenda Bradesco...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – A Fazenda Lulinha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – A Fazenda Lulinha é a maior do Brasil.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não. Disseram que era do Lula...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Paulo Rocha, eu acho que nós aproveitaríamos mais se entrássemos na discussão que está sendo proposta aqui.

A discussão aqui é negociado *versus* legislado.

Eu acho que, claro, tem que se fazer uma análise maior...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas é uma reforma trabalhista que está mexendo com tudo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu sei, mas eu acho que pequenas provocações acabam dando uma confusão que não favorece nossos trabalhos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu estou dizendo exatamente qual é o centro da questão: é o capital financeiro, que eles não enfrentam, e eu estou propondo que nos juntemos para enfrentar o capital financeiro. É isso que eu estou propondo. Eu estou propondo, Caiado, que nos juntemos, nós dois, para enfrentar o capital financeiro. Eu estou propondo isso para o nosso companheiro, representante do setor produtivo aqui, façamos isso, porque esse é o grande problema do nosso País. Aí, um Governo fraco vem impondo reforma trabalhista, reforma da previdência, etc.

Por que a reforma da previdência? É para reduzir, para haver uma previdência básica, para poder entrar o quê? A previdência privada, que está nas mãos de quem? Dos bancos: do Bradesco, do Itaú. Se você não quiser enxergar isso...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Encerrou, Senador Paulo Rocha?

Bem, então, vamos passar ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria cumprimentar os expositores. Acho que tivemos aqui um painel interessante sobre as diferentes visões.

Já que o meu amigo Paulo Rocha fez essa pequena provocação, eu diria a ele o seguinte: Paulo quer fazer uma discussão sobre o capitalismo internacional, sobre o processo de financeirização, em suma, Paulo quer discutir questões planetárias que desafiam hoje a ordem econômica internacional, e o meu foco é bem mais consentâneo com a razão desta reunião. Nós estamos aqui para discutir as instituições do mundo do trabalho.

Como tudo, todas as instituições são plasmadas em função da dinâmica do próprio processo social e socioeconômico. Não há nada no mundo que se cristalize inteiramente, porque o mundo vai mudando e vai mudando aceleradamente. Vejam, por exemplo, o impacto no mundo do trabalho que nós temos tido em decorrência das novas tecnologias, Senador Caiado. Quantos e quantas profissões desaparecem, aparecem e se transformam! Como os modos de contratação e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

remuneração se modificam ao longo do tempo! Há atividades que são exercidas de maneira convencional e que estão muito associadas a essa relação emprego e salário fixo; outras requerem trabalhos por objeto, por projeto ou remuneração atrelada à produção. Há contratos de emprego por prazo indeterminado em que os profissionais trabalham em várias empresas. Em suma, o mundo mudou, e a fonte do direito do trabalho tem se deslocado crescentemente – esta é uma tendência universal – da lei que não acompanha a dinâmica do processo social para o contrato, evidentemente, com o contrato adquirindo força de lei. O contrato nada mais é que um instrumento de autocomposição, é o reconhecimento de que há atores legítimos que podem, no seu próprio interesse, pactuar.

O Brasil ainda é herdeiro de uma tradição paternalista em que se coloca no plano das relações do trabalho a ideia de que a Justiça do Trabalho tem que tutelar eternamente as relações e que, portanto, esses atores não se emancipam em nenhum momento. É o poder normativo da Justiça do Trabalho, que é algo absolutamente anacrônico.

Temos feito no Brasil um debate enviesado: quem quer discutir a atualização das instituições do mundo do trabalho é rotulado frequentemente como alguém que quer precarizar as relações, como alguém que é contra o trabalhador. E aí alguém já disse com muita propriedade que é mais fácil desintegrar o átomo do que quebrar um preconceito. Essa ideia de que a relação entre capital e trabalho é uma relação adversa, antagônica... Paulo chegou a dizer que não está propondo acabar com o capital. Paulo, se alguém conseguisse acabar com o capital, se fosse possível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu acho que essa visão que opõe o capital ao trabalho é falsa. Nós somos partes de uma mesma equação. Não é possível ter emprego sem empresa. Não é possível gerar emprego sem dinamismo no ambiente econômico.

Aí cumpre, sim, olhar a experiência internacional. Por que não? O Brasil não pode ser uma sociedade autárquica.

Vamos olhar o que está acontecendo no mundo e, aí, vamos desideologizar a discussão. Por exemplo: quando verificamos, 17 anos atrás, 20 anos atrás, a renda média do alemão era equivalente à do francês. Eram rendas absolutamente equivalentes. Um governante, de filiação social-democrática, de esquerda, entendeu que a Alemanha deveria promover mudanças e reformas no seu ambiente. Refiro-me ao ex-Primeiro-Ministro Schröder. A França, então presidida por Jacques Chirac, que era um homem conservador, não quis enfrentar essa agenda, a agenda das reformas. Como resultado de tudo isso, Senadora Marta, 17 anos depois o alemão tem uma renda 20% superior à do francês. E a taxa de desemprego, na Alemanha, corresponde à metade da taxa de desemprego da França.

Então, eu pergunto: vamos olhar a experiência... Eu não estou falando de países de cultura anglo-saxônica. Eu não estou querendo trazer o modelo inglês, o modelo americano... Países que não são de cultura anglo-saxônica estão mudando, crescentemente, as suas instituições. Isso é algo que está posto. Então, por que é que no Brasil não se pode discutir de forma equilibrada, amadurecida, nesse espaço que é o Congresso Nacional, que é o espaço legítimo, como é que vamos poder produzir uma modernização dessas relações?

Digo isso, até porque, convenhamos: nós não temos hoje, no Brasil, um bom ambiente, Senador Moka. Às vezes falam na manutenção do *status quo*, a qualquer preço... Parece uma posição quase reacionária. E aí eu me pergunto: a realidade do mercado de trabalho, no Brasil, é algo edificante? Imaginar um país que tem um contingente imenso de trabalhadores na informalidade, num modelo em que se tributa fortemente o emprego formal... Então, nós não temos um ambiente perfeito e, portanto, temos que estar abertos à discussão da atualização, da modernização dessas instituições.

Eu quero louvar a iniciativa do Governo, Governo que não nasceu pelo meu voto. Eu fui ministro do governo anterior. E sou testemunha de que, no governo anterior, havia, em muitos setores, uma preocupação de enfrentar essa questão também. Portanto, essa não é uma agenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que surge de um governo que tem a preocupação de ferir direitos ou que é contra o trabalhador. Não vamos fazer uma discussão enviesada e reducionista.

Não há governo que tenha verdadeiramente esse propósito, embora possa estar equivocado nas suas iniciativas. Agora, o que não podemos é bancar o avestruz e nos furtarmos de fazer uma discussão equilibrada sobre essa questão, sem admitir, em nenhum momento, que se possa precarizar, e sim moldar instituições que ajudem o Brasil a ter uma economia dinâmica, que gere empregos. Que o Brasil possa se transformar, de um país que está na armadilha da renda média, para um país que possa alçar uma condição de maior desenvolvimento e de maior prosperidade.

Portanto, sem querer endereçar perguntas específicas, eu queria dizer que nós não podemos, de forma nenhuma, deixar de discutir um marco novo, um marco adequado, que possa consagrar a ideia de que precisamos de mais negociação, mas negociação que adquira a força de lei para termos a segurança jurídica de que hoje o Brasil reclama – segurança jurídica.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Armando Monteiro, que trouxe também a sua experiência, lembrando que nada se cristaliza, que há um deslocamento da lei para o contrato, e a desideologização. É muito importante entrar nesse debate.

Foi interessante também, porque o Procurador do Trabalho trouxe a experiência da Espanha e de Portugal, onde havia índices bem ruins de desemprego, etc. V. Exª lembrou agora a experiência da Alemanha com a França, o que foi muito bem colocado. E são experiências diferentes. Talvez pudéssemos comentar isso, porque Portugal e Espanha são países diferentes da Alemanha e da França. Poderíamos comentar a posição e o que pode acontecer com essas diferenças também.

Está muito interessante o debate e as observações dos Senadores, trazendo experiências diversas.

Agora passo ao último inscrito, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Srª Presidente, convidados que participaram desta audiência pública, nobres colegas, nada mais oportuno, como foi dito pelos que me antecederam, do que este debate. Agora, este debate precisa sair dessa lógica maniqueísta. Como colocou muito bem o Senador Armando Monteiro, ao se propor qualquer mudança e qualquer atualização de método, isso é satanizado como se quisessem retirar ou precarizar direitos trabalhistas. Como cirurgião que sou, se eu mantivesse rígidas as minhas técnicas cirúrgicas de 1974 até 2017, eu seria um médico num processo total de retrocesso. Se eu dissesse que o que fiz quando me formei é agora a mesma técnica que aplico...

Por que essa dificuldade em se avançar? Por que essa dificuldade em abrir o diálogo? Vamos para outro setor hoje, como o Ministro acaba de colocar – o Senador Armando Monteiro, que chamo de Ministro, porque realmente é uma pessoa respeitada e muito querida por todos nós.

Hoje, os tratores não terão mais tratorista. Senadora, os tratores que estão sendo produzidos não têm nem lugar para o tratorista subir mais. Serão todos teleguiados por satélite. Esse é um avanço da tecnologia. Agora, como combater isso? A capacidade hoje é toda controlada por GPS. Então, para os resultados, de acordo com o momento que nós estamos vivendo, com o avanço da tecnologia, nós teremos que adequar regras. Não temos a obrigatoriedade de ter aquele cidadão que peça o trabalho com vínculo, como se ele fosse um trabalhador vinculado à propriedade, porque a sua ação será sazonal, será de acordo com aqueles momentos em que você vai ter uma colheita, em que você vai ter o problema do plantio. São áreas que precisam ser modernizadas, porque senão nós não vamos avançar e não vamos ser competitivos. E vai-se criar sempre essa cizânia entre um segmento e outro.

Eu acho que é isso que nós precisamos demover no Brasil: essa cultura do ódio. Essa cultura que me preocupa, não pode continuar sendo um contra o outro, sendo que todos estão interligados numa mesma situação. A sobrecarga sobre uma folha de trabalho hoje faz com que o cidadão, as empresas do meu Estado de Goiás... As pessoas vão dizer: "Olha, não é possível, estão indo para o Paraguai." Goiás hoje está perdendo emprego, porque a carga tributária e a relação trabalhista são mais fáceis e, ao mesmo tempo, causam mais tranquilidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero formular uma pergunta ao representante aqui da Justiça do Trabalho. Falaram-me, esses dias, que existe uma vinculação ao CPF de alguém que tenha empresas. Se ele for sócio de uma empresa e essa empresa requerer falência ou tiver algum bloqueio pela legislação trabalhista, para quitar essa dívida trabalhista, só porque a pessoa é sócia de uma empresa, mesmo ela tendo outras empresas, todas as outras empresas ficam bloqueadas em decorrência daquela empresa A. E se ele tem outra sociedade, onde ele estiver, toda aquela dívida trabalhista é repassada a todas as outras empresas.

Então, eu realmente tive a oportunidade de ir até o Tribunal do Trabalho e dizer: quer dizer que, a partir daí, nós hoje não sabemos qual é o passivo trabalhista das empresas brasileiras. As empresas brasileiras hoje que absorvem mão de obra intensiva, qual é o seu passivo? Como chegar a esse cálculo? Os empresários me disseram, Presidente, que não tem como calcular isso. É impossível calcular isso, porque, depois de cinco anos, todo o acordo que foi feito no sindicato não vale, e o cidadão, depois de cinco anos, vai requerer novamente outras prerrogativas e outros direitos. Com isso, o cidadão não tem como fechar a sua contabilidade.

Nós estamos vivendo algo que é inimaginável. Ou seja, ou nós vamos, com inteligência, com preparo, com argumentos, avançar nessa reforma, que, pelo que sei, está bem avançada, com o Relator na Câmara dos Deputados. Parece que essa matéria será a primeira a ser votada, apresentada pelo Deputado Rogério Marinho, está na pauta como sendo a primeira, e virá imediatamente para cá.

Parabenizo V. Exª por antecipar esse debate aqui no Senado Federal.

Agora, são mudanças substantivas. Veja bem a informação que me passaram, Sr. Presidente, principalmente a senhora, ouvindo uma coisa dessa, vai chocar os seus ouvidos: a CLT tem regra hoje ainda vigente de que a mulher só pode trabalhar com autorização do marido. Então, imagino bem a Senadora Marta Suplicy convivendo com essa CLT.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos deixar essa resposta para a Maria das Graças, porque eu não sei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois é.

Eu quero deixar claro que nós precisamos avançar nesse diálogo, nesse debate, e não podemos criar essa tese. Essa tese como se o apresentado agora pelo Governo fosse desmontar todas as prerrogativas e todos os direitos trabalhistas. Quantos de nós fomos vítimas desse jogo feito contra nós, principalmente pela CUT, que está aqui representada?

Lembro-me bem, a panfletagem era feita: "Vocês tiraram direito à licença-maternidade, vocês tiraram direito ao décimo terceiro, vocês tiraram direito ao salário, à aposentadoria." Tudo isso era panfletado. Quantos Deputados Federais não perderam as eleições, em 1998, em decorrência disso? Então, eu acho que a discussão não pode ser nessa linha.

Vemos, por exemplo, o Senador Paulo Rocha dizer sobre os monopólios. Nunca se criou tanto monopólio quando vocês... O monopólio da terra que ficou com o Lulinha, o monopólio dos frigoríficos, o monopólio das...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – A unicidade sindical geográfica não é um monopólio?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É um monopólio, exatamente.

O que eu entendo é que agora nós precisamos avançar nessa discussão, e não irmos para essas discussões que são polêmicas e que nós não chegaremos aqui a um entendimento.

Como é que você fala hoje em Direito Trabalhista hoje? Eu pergunto ao Senador Paulo Rocha: como é que você fala em Direito Trabalhista hoje, se você tem 13,5 milhões brasileiros na rua, sem emprego? Eu não estou dando emprego ao cidadão, ele não tem direito a emprego! A se considerar as prerrogativas que existem de prioridade do cidadão, saúde, educação, condições de segurança e de ter o próprio emprego, a conquista maior do cidadão é o emprego. Agora, como é que alguém que esteve 13 anos no governo entrega um país com 13,5 milhões de desempregados, fala que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quer cuidar da legislação trabalhista? Que incoerência, minha Nossa Senhora! "Eu, com o meu governo, botei 13,5 milhões na rua. Agora eu vou pousar de defensor da legislação trabalhista"?

A legislação é secundária, a legislação é acessória, a legislação regulamenta o trabalho. Se você acaba com o trabalho, você não tem como implantar a legislação. Esses são os passos que nós precisamos entender para debater. Então, não se pode extirpar aquilo que é o patrimônio maior do cidadão, que é o trabalho, e depois dizer: "Olha, quanto às regras trabalhistas, eu estou lhe defendendo." "Mas como você está me defendendo? Eu estou na rua, eu não tenho emprego, eu não tenho salário."

Vamos começar, primeiro, reorganizando as regras trabalhistas para que possamos ter, aí sim, um relacionamento de sobrevivência entre o trabalhador e o empresário, com regras claras, não situações intermináveis. O cidadão fecha uma empresa hoje, daqui a cinco anos ele está sendo processado pela legislação trabalhista de um passivo que ele não sabe. Então, vamos modernizar, vamos trazer as coisas para a realidade, vamos abrir emprego, vamos trazer 13 milhões que estão desempregados para dentro do emprego e, aí, vamos fazer o avanço chamado renda *per capita.* Aí, sim, é a reforma que... Países que tiveram coragem hoje têm uma renda *per capita* digna.

Vamos avançar não na tese de que um Governo paternalista poderá, amanhã, suportar 13,5 milhões de desempregados – que vai aumentar para 14 milhões e, daí, sucessivamente. Então, nesse debate, temos que saber o que é o principal e o que é o acessório. O principal é ter emprego. Agora, discutir legislação trabalhista em cima do cidadão que está desempregado... Ele vai ficar rindo na nossa cara.

Ah, eu vou discutir legislação trabalhista de um Brasil desempregado. Então, eu vou ter que modernizar a legislação trabalhista para reconhecer os erros que nós praticamos, para que nós possamos recuperar a economia e o emprego e, a partir daí, modernizar a nossa legislação trabalhista e trazer uma convivência e não essas dicotomias trabalhador/empregado, produtor/empresário rural, empresário urbano. Eu acho que isso aí, é o Brasil que nós precisamos de dar um ponto final nele. Esse é o caminho do populismo que não dá certo.

Nós temos que buscar hoje a discussão moderna da política. A política não se faz em cizânia. Um líder, um Presidente da República não governa instigando um lado contra o outro. O líder é como o pai: tem que controlar aquilo dentro da família e botar ordem; não é fomentar a briga de um filho com outro. Então, é esse o sentimento que eu vejo num tema tão polêmico quanto esse.

Muito obrigado, Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Caiado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espera aí, Paulinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Senador Caiado trouxe com muita clareza as suas posições e as suas convicções, e agora dou a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Presidente.

Eu queria cumprimentar nossos convidados e V. Exª também por esta audiência.

O bom do Parlamento e de uma audiência pública como esta é que cada um pode expressar a sua opinião usando seus argumentos, como o colega Caiado acabou de fazer, fazendo prevalecer na condução dos argumentos as suas convicções. Mas o bom é que a gente também tem a oportunidade de, cada um no seu quadrado, poder expressar as opiniões próprias. As minhas opiniões são absolutamente divergentes das que acabamos de ouvir do colega. Com todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

respeito, o Parlamento nos permite isso. Nós já tivemos bons debates, e esse é um debate importante.

Eu, particularmente, sobre a legislação trabalhista, discordo radicalmente da leitura que o colega faz e também da solução que devemos apontar, com todo o respeito. A leitura, por exemplo, em relação ao fato de que temos 13,5 milhões de desempregados no Brasil. Temos aqui o ex-Ministro do Desenvolvimento, ex-Presidente da CNI, e todos nós sabemos – todos nós sabemos – que, num país com 200 milhões de habitantes, quando você tem 6 milhões de desempregados – vivendo a prosperidade econômica –, você tem pleno emprego, porque esse é o número de pessoas que estão saindo de um posto para outro – 5, 6 milhões é o número.

Quando deram o golpe parlamentar, a situação não era de 13 milhões de desempregados. Nós tínhamos perto de 3 ou 4 milhões de pessoas desempregadas fora dessa margem. Agravou-se a situação econômica do País, agravou-se o desemprego. Essa conta de 13 milhões de desempregados não é do Governo do Presidente Lula, muito menos do Governo da Presidente Dilma. A conta que temos é de 20 milhões de empregos com carteira assinada durante os nossos governos. Essa é a conta de que temos orgulho de contar.

Agora, a intolerância com o resultado das eleições de 2014 e essa visão equivocada – e vou me prender a isso, a audiência pública é interessante... Nós não podemos querer agora colocar na conta do Presidente Lula qualquer política contra a classe trabalhadora e contra empresários, porque ninguém trabalhou tanto como ele para fazer com que o Brasil se reencontrasse consigo mesmo. Chamou a atenção do mundo inteiro: crescemos como uma economia importante, geramos emprego, quem era rico ficou milionário, quem era milionário ficou bilionário, quem não tinha emprego passou a ter. Talvez tenhamos errado na dose, porque a ingratidão dos que mais se beneficiaram com o nosso governo, dessa elite que não tolera governos com as características dos que estávamos tendo no Brasil, sem tirar os erros do nosso Governo, que não foram poucos...

Então, vou direto ao ponto, Sr. Presidente, para não me alongar. O que temos de fazer hoje? O atual Governo, com a base que o sustenta, tem uma proposta de reforma das leis do trabalho: levar para a era pré-Vargas – pré-Vargas! Ora, minha tese nunca foi a de querer ficar, também no século XXI, defendendo a base que construímos no século passado. Sou amplamente favorável... Outro dia fiz um discurso no sentido de modernizarmos as relações de trabalho, modernizarmos fortemente a legislação trabalhista no Brasil. Não tem como não ser assim, num país continental como o nosso, com as características que tem. Este é o debate que deveríamos fazer: como trazer a estrutura que temos hoje, de garantias aos trabalhadores, as regras na relação capital/trabalho, para o século XXI. Esse é o desafio que devemos enfrentar, até porque, no caso de 30%, 40% dos empregos que nós vamos gerar nos próximos anos – não estou falando em mais de dez anos não –, nós nem conhecemos as atividades, porque elas vão vir em cima de uma revolução tecnológica que estamos vivendo, que vai desmontar...

Quem acompanha o que está ocorrendo com a vinda do 5G, que começa a ser implementado a partir de 2020 – concluindo, Sr. Presidente –, sabe que vamos ter uma mudança muito radical na atividade industrial, nos serviços, na qualificação, nas profissões. Muitas profissões simplesmente vão desaparecer nos próximos dez anos. Acho que o Senado da República podia fazer esse debate a partir dessa premissa, sem querer buscar convergência na leitura do passado, porque não vamos ter – respeito a posição do colega, mas tenho uma completamente diferente. Olhar para o passado às vezes serve somente para tirarmos lições dos erros que cometemos, porque nem os acertos cabem no futuro, porque o futuro será outro ambiente.

Então, pensando no futuro, acho que temos oportunidade de, primeiro, não aceitar que se faça algo levando todo um aparato de garantias para quem trabalha para o século passado e, pior, levando para a era pré-Vargas. Segundo: fazer algo que realmente não nos deixe na situação em que estamos. Com as regras que temos hoje fica, no fundo, ruim para todo mundo. Como é que damos um passo adiante? Como é que podemos modernizar? Como é que podemos trazer as regras de relação de trabalho para o século XXI?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu sou muito crítico com a Justiça do Trabalho. Respeito, mas sou crítico, porque acho que ela está engessada, ficando às vezes a ler as entrelinhas das regras. Isso não é bom nem para o trabalhador nem para quem emprega. Esse é um debate que temos de fazer. Eu sou muito crítico em relação a isso.

V. Exª está presidindo uma primeira audiência pública que pode dar esta luz: a luz, primeiro, da tolerância, porque o Brasil está perdendo muito com essa intolerância, com esse denuncismo sem fundamentação. A segunda é um desafio para nós: como fazer regras novas para as relações de trabalho em um país continental como o nosso, que é tão cheio de possibilidades e que tem um povo tão generoso e tão bom, nesse mundo tão mudado e que segue mudando atualmente?

Então, é bom a gente estar no Parlamento: ouvimos o colega com muito respeito, e eu posso dar uma opinião completamente divergente da dele. Espero que os convidados possam nos ajudar a apontar caminhos para vermos como é que vamos pôr os dois pés no século XXI, como é que a gente evita esse retrocesso que o Governo Temer quer fazer, de nos levar para a era pré-Vargas, para o século passado.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Jorge Viana.

Está muito instigante este debate, principalmente pelas opiniões divergentes dos próprios Senadores. E como vai ser uma tarefa hercúlea para nós conseguirmos... Porque todos estão na mesma direção: como é que nós vamos fazer a modernização? Mesmo o Senador Jorge Viana, quando diz que não quer voltar a Getúlio Vargas, que não quer que este Governo volte a algo pré-Getúlio Vargas... Mas há algo que V. Exª levantou com que eu concordo muito, que é o futuro. Nós parecemos não estar lembrando que daqui a dez anos o mundo será outro, completamente diferente. E, quanto mais a gente enrijecer tudo, mais difícil fica. Talvez a gente tenha que pensar... Até há aqui no Senado uma comissão, que é a Comissão do Futuro, mas não sei o que ela está pensando. Não está pensando nisso, mas talvez tenham um *think tank*, que eu acho uma coisa muito boa que os americanos fazem fora do governo e depois levam ao governo, que são grupos pensantes. Pensam no que vai acontecer; não têm que decidir porque estão no Legislativo, tendo que votar lei toda semana, e nem no Executivo, tendo que trabalhar com muita pressão.

Nós teríamos que pensar algo nesse sentido para o Brasil. Nosso Brasil é muito heterogêneo, como foi colocado aqui, e tem muitas leis que são arcaicas, outras que precisam ser mexidas. O desafio nesta Casa, como Casa revisora, vai ser gigantesco.

Trouxeram-me aqui participação de duas pessoas. São perguntas para os palestrantes, mas não vou colocá-las para nenhum especificamente.

Mateus Saraiva, do Rio de Janeiro: "A nossa CLT, apesar de datar de 1940, é uma entidade muito atual e realística, ela tem como parâmetro diversos países da América Latina e da Europa. Essa alegação de que é de fadada é mentirosa, os reais interesses são outros que não são mencionados." Quem se sentir à vontade pode comentá-la.

A outra participação é de Vladimir Alves, do Distrito Federal: "Como contribuição, vejo necessidade de maior competitividade: redução em impostos para empresas, plano de aposentadoria alternativo ao INSS, fim dos planos saúde, odonto e vales ticket com salário direto em dinheiro. Finalmente, gestão de empresas restrita a administradores(as)."

São duas opiniões de ouvintes nossos.

Vou passar a palavra por cinco minutos para cada palestrante. Vamos começar com a Srª Maria das Graças Costa, que terá 5 minutos para fazer suas considerações finais.

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Obrigada, Presidenta.

Pena que o Senador Moka saiu, porque seria bom a gente fazer essa reflexão sobre o debate. O debate é ideológico sim, não é só técnico, e isso aqui ficou provado. Todas as falas que nós colocamos e que foram colocadas aqui neste período de uma hora, duas horas, foram posições políticas. Então, não tem essa de a gente pensar "Ah, porque tem ódio, porque a gente vê assim, vê assado", e, daí, se está de um lado, pensa de um jeito, se está do outro, pensa de outro. Mas há, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posição ideológica. Inclusive, para os Parlamentares, é muito importante a gente fazer uma reflexão, e o meu recado final vai ser para o Senador Caiado, também sobre essa questão.

Quando foram pedir votos a nós lá no Distrito de Pirangi, que é onde a minha mãe mora e onde eu nasci... Os Deputados e Senadores que pediram voto a mim, à minha família e às pessoas que eu conheço vieram para cá representar os nossos interesses, do meu voto. É uma democracia representativa. Se nós estamos mudando a lei e a estamos mudando dessa forma, de forma tão profunda que vai atingir a vida de todos e todas, no meu entendimento nós deveríamos ter que voltar para as nossas bases para perguntar se quem votou na gente, quem votou nos Parlamentares realmente concorda com essas mudanças. Se as mudanças são radicais, se estão mudando a Constituição brasileira da forma como estão, no mínimo, tinha que haver alguma coisa de iniciativa popular para que a gente pudesse realmente ter igualdade aqui.

Agora eu vou escolher algumas coisas. É verdade que o debate foi bom, surgiram muitas questões, mas o tempo não dá para a gente se aprofundar. No debate aqui se discutiu como é que anda o capitalismo, como é que anda a crise e quem vai pagar a conta no final.

Se vamos realmente fazer um processo de negociação, minha proposta seria retirar as duas reformas que estão em tramitação e irmos para a mesa de negociação. Vamos colocar as coisas neste momento, porque, com a faca no peito do jeito que está, com o tempo limitado, com urgência, derrubando inclusive a tramitação normal de um projeto, tendo que aprovar tudo isso, está desigual. Isso não é negociação.

Da mesma forma, o grande medo que nós temos aqui, que nós colocamos, não é medo fictício não, é sobre a realidade que nós vivemos. Se nós temos medo de que o negociado sobre o legislado leve o trabalhador a ter a faca no peito para decidir sobre qualquer tipo de negociação, com a garantia de que, se ele não negociar, ele pode perder o emprego, isso não é negociação. Na crise em que nós estamos – foi falado aqui muito claramente –, com mais de 13 milhões de desempregados, num processo de negociação entre patrão e empregado, o empregado sendo a parte mais fragilizada, vai haver igualdade, gente? A pessoa vai ter liberdade, vai ter autonomia para decidir? "Não, eu não aceito. Eu quero o meu emprego do jeito que está. Eu quero o meu horário do jeito que está etc., de forma a garantir o que está na lei."

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – É desigual isso, gente, é desigual. Agora, há problemas... Do mesmo jeito que existe patrão ruim, também existe empregado ruim. Há gente que vai fazer alguma coisa ruim, mas isso são exceções. A gente não pode fazer lei para exceções não. As exceções têm que ter punição, têm que ter resolução. Concordo que há muitas profissões novas. O trabalho remoto, por exemplo, nós precisamos regulamentar. Mas regulamentá-lo com base naquilo que a gente já tem, naquilo que a gente já conquistou, e não para retroagir, e não para tirar oportunidades. Então, flexibilizar, para nós... A maioria das ações que estão na Justiça do Trabalho decorrem do fato de que os empresários não cumpriram a lei, a maioria. Então, nós não estamos brincando aqui de fazer panfletagem e proferir palavras de ordem não, é a realidade brasileira. Diante disso, é muito complicado.

Agora, vai precisar de muito debate, porque, por exemplo, na terceirização, Marta, um dos grandes debates que nós fizemos é que um dos princípios que tinham que estar na regulamentação... Nós concordamos com a regulamentação, mas não concordamos da forma como está aqui, tramitando como foi aprovado. Sugerimos a igualdade de direitos entre quem é terceirizado e quem é permanente, mas os empresários não aceitam essa proposta. Então, nós estamos trabalhando. À medida que você aprova uma lei aqui, você está assinando embaixo que você está criando um novo tipo de trabalhador. O trabalhador que é permanente tem esses direitos; o trabalhador que é terceirizado tem menos direitos, não tem igualdade. Então, se é isso que está colocado, nós mesmos estamos sendo responsáveis, o Parlamento está sendo responsável. Então, é preciso ter muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a agenda não é nova – realmente, foi colocado aqui. A CNI tem uma agenda legislativa há muitos anos. Todos esses projetos que estão aí agora não são culpa... Concordo que não foi este Governo que mandou isso agora. Aqui a agenda do empresariado já é esta: já há o negociado sobre o legislado, já há o trabalho intermitente. Há um monte de projetos que ontem o Diap lançou – 74 projetos – que são mais prejudiciais a nós, à classe trabalhadora, que estão tramitando aqui.

Tudo isso já estava aqui. Agora, tem as condições colocadas. O Governo mandou agora porque o empresariado tem maioria aqui, tem condição de aprovar tudo o que ele quiser. Só não aprova se ouvir as ruas, se ouvir o que nós estamos dizendo, se ouvir o que os trabalhadores e as trabalhadoras estão dizendo. Então, modernizar para nós significa segurança jurídica para o patrão, mas principalmente para nós, que somos força de trabalho. Se não há emprego sem empresa, também não há empresa sem empregado, não há empresa sem a nossa força de trabalho, sem a nossa dedicação, sem a nossa vida – muitos trabalhadores até já morrem no trabalho, como é o caso dos terceirizados: de cada cinco que morrem no trabalho, quatro são terceirizados.

Então, é muita responsabilidade, gente. Pena que é pouco tempo para que a gente possa formular e debater. O que foi discutido aqui é a essência do capitalismo, é a essência de tudo, é uma crise mundial. Como que nós vamos nos posicionar jogando pimenta numa coisa ou noutra? Para mim, Armando, colocar a representação sindical e o imposto sindical dentro desse projeto, discutir reforma sindical dentro de um projeto de reforma trabalhista é querer botar o bode na sala, é querer colocar a discussão de uma questão nossa, sindical, para colocar o movimento sindical de cócoras, ou de joelhos, diante da questão principal.

O que está na reforma trabalhista é muito forte, é muito grave; o que está na terceirização, mais ainda: vai desregulamentar muito o mercado de trabalho e atinge o desenvolvimento do País. A gente sabe disso, todo mundo que está aqui sabe disso. Agora, não é a questão politiqueira, pessoal; nem é quem está lá nem quem saiu: é o destino do nosso País. Agora, a gente tem que ter lado, e o lado tem que ser de quem votou em vocês. E eu vou dizer – nós vamos continuar fazendo, viu, Caiado? –, a campanha está forte, nós estamos fazendo audiências públicas em todas as câmaras municipais. Nós estamos conversando com os vereadores e com as vereadoras e com os prefeitos sobre qual vai ser o impacto das reformas se forem votadas.

Nós estamos chamando greve geral para o dia 28 e nós vamos continuar batendo. Contra quem votar contra os nossos direitos nós vamos fazer campanha sim, até 2018. E a nossa ideia é a seguinte: "Se votar não volta".

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Foi muito clara a colocação da Srª Maria das Graças. Agradeço.

A CUT mandou uma representante bem...

A SRª MARIA DAS GRAÇAS COSTA – Se vamos conseguir, Marta, não sei, mas a campanha é essa – viu, Caiado?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agora eu vou passar a palavra para o representante das indústrias.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Presidente, é demais a pretensão da CUT de se colocar como porta-voz da opinião pública brasileira! Pelo amor de Deus! Olha, os meus eleitores de Goiás estão vacinados contra isso. Realmente, a CUT serviu a um momento, e foi muito bem domesticada no período do PT, certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nós não víamos essa atitude toda; não víamos essa reação toda nas atitudes tomadas na época do PT. Então, não tem o direito agora de vir posar de vestal e dizer que o que está errado é o que começou há seis meses, agora.

Então, vamos com moderação, com equilíbrio. V. Sª tem o direito de se colocar como eleitora do seu Município, fazer seu trabalho. Agora, que relate a verdade, porque os panfletos eram inverídicos, os panfletos não traduziam a verdade. Ninguém aqui desta Casa retirou o direito de paternidade, ninguém retirou a licença-maternidade, ninguém retirou o décimo terceiro, ninguém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

retirou salário. Então, essas coisas, quando redigidas com o timbre daquilo que V. Sª representa, aquilo, sim, é crime. Então, que relate a verdade, o que o trabalhador tem.

Eu pergunto: V. Sª sabe que hoje nós temos 12 milhões de terceirizados no Brasil? V. Sª sabe que nós temos hoje 10 milhões na informalidade no Brasil? Essas pessoas não merecem ser representadas? Essas pessoas não merecem uma legislação? Apenas aqueles que estão sob a tutela do sindicato é que merecem? E os outros brasileiros não são brasileiros? Então, acho que este momento é de reflexão, e nós precisamos manter um nível alto aqui nos debates, jamais com ameaça, jamais com ameaça. Eu tenho cinco mandatos como Deputado Federal e um como Senador da República. Não é essa tese aí que vai impedir que eu defenda o direito às minhas convicções e o direito de defender as minhas ideias.

Aceito o contraponto colocado pelo colega aqui de uma maneira delicada, inteligente, articulada, mas sem provocação de nenhum dos dois lados, por favor, e nem ameaça.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vamos passar a palavra agora, Senador Caiado, ao Pablo Carneiro, que é representante da indústria, da CNI.

O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO – Obrigado, Senadora.

Nestes últimos cinco minutos vou tentar me ater ao tema da audiência, a negociação coletiva.

Eu tenho acompanhado nos últimos meses, nos últimos anos até, um tema que virou moda, a questão do futurismo, do futurismo no trabalho. Em uma dessas discussões que eu acompanhei, foi falado – até em adição ao que foi já comentado aqui –que 50% dos empregos que vão existir daqui a 20 ou 30 anos ainda não foram criados, em atividades que hoje em dia ainda nem se preveem.

Isso me serve para pensar no que a gente está discutindo. A nossa CLT – volto a falar – é uma legislação importante, mas é tamanho único, e ela tem sido adaptada pontualmente para tentar abarcar as realidades diferentes de produção e de trabalho que, cada vez mais, vão se diversificando e vão se fragmentando. Essas adaptações pontuais não estão partindo dos que são mais interessados, dos que têm mais conhecimento da própria realidade de trabalho, que são as empresas e os trabalhadores, por meio dos seus sindicatos. Por isso é de fundamental importância o reconhecimento do fortalecimento da negociação coletiva. Trata-se de dizer que, na ponta, como falei, quem vai dizer o que é a sua realidade específica ou como ela deve ser melhor tratada são justamente os atores sociais.

Só para encerrar, Senadora: a gente tem falado muito, e é importante – a Graça até comentou aqui –, que realmente a CNI vem colocando, de forma muito clara, ao longo de todos esses últimos anos, mais de décadas, para todos, que a gente entende que é importante uma modernização trabalhista. Essa não é uma agenda que foi criada por causa de crise ou uma agenda dos últimos anos. Não. A gente tem falado, tem mostrado, tem dito: o mundo está mudando, o trabalho está mudando, a produção está mudando, precisamos fazer uma modernização para nos adequar a isso.

Para encerrar realmente, vou trazer aqui um momento alto desta discussão, que infelizmente não avançou na época, mas que está lá no relatório do Fórum Nacional de Trabalho, salvo engano lá em 2003, bem claramente: as negociações coletivas voluntárias devem ser incentivadas sem qualquer restrição. E é disso que estamos falando. É isso que estamos propondo e é isso que vamos continuar defendendo como solução não só para as empresas, mas também para os trabalhadores, especialmente para o Brasil.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Pablo Carneiro, pela sucinta apresentação do seu ponto de vista e do que aconteceu.

Passo a palavra ao Sr. Renan Kalil, Procurador do Trabalho e Vice-Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Obrigado, Senadora.

Vou tentar abordar todos os pontos que foram tratados aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Inicialmente quero colocar, nesse debate em relação à ideologia, que o ponto de vista que o Ministério Público traz aqui está dentro da nossa perspectiva de defesa da Constituição. Esse é o mandato que o art. 127 da Constituição dá para a gente, e nossas manifestações, nossos posicionamentos e nossas notas técnicas vêm pautadas por isso.

Posto isso, acho que é importante... O Senador Caiado mencionou aquela questão da falência. Acho que os casos concretos sempre têm suas próprias nuances. A gente tem uma lei de recuperação de empresas no Brasil, de 2005, que regulamenta essa situação. Evidentemente que a aplicação num caso concreto depende de já ter havido ou não desconsideração da personalidade jurídica. Não sei se consigo dar uma resposta muito incisiva sem conhecer o caso concreto.

Em relação ao exemplo que foi dado, de que a mulher, em tese, não pode trabalhar sem autorização do marido: isso não está na CLT, Senador, posso atestar para o senhor com tranquilidade. O que a gente tem na CLT, e talvez tenha sido um exemplo infeliz que foi usado em alguma reportagem, é o art. 792 da CLT. Mas o art. 792 da CLT diz que a mulher pode entrar com uma reclamação trabalhista sem autorização do marido, o que é diferente – tínhamos um CPC que exigia isso, que colocava a mulher sob a tutela do marido. A CLT já estava avançada em relação ao processo do trabalho, em relação a isso.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Salvo se o marido for o próprio empregador.

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – Sim, mas há essa diferenciação.

Em relação à Justiça do Trabalho, à legislação trabalhista – bateu-se muito nessa questão do paternalismo –, eu não gosto muito de olhar por esse viés. Eu acho que o Direito do Trabalho existe porque a gente tem que ter empresa, a gente tem que ter o trabalhador. Sem essas duas figuras essenciais da relação de trabalho não tem por que estarmos discutindo o direito do trabalho aqui. Mas acho que é importante – a gente está falando bastante de experiência internacional aqui – observar ao redor do mundo em que sentido as coisas apontam. A gente tem justiça do trabalho e tem legislação trabalhista em países que a gente não vai apontar como exemplos de paternalismo ou coisa do gênero, como as já citadas Alemanha, França, a Bélgica, a Argentina. Enfim, ter legislação trabalhista e ter justiça do trabalho não implica necessariamente paternalismo ou qualquer coisa do gênero.

Em relação ao tema exposto aqui – e daí me encaminho já para a finalização da minha fala –, eu gostaria de pontuar o seguinte. Hoje no Brasil a negociação coletiva já tem força de lei. A aprovação da reforma trabalhista, do jeito que ela está sendo proposta, não altera isso. O que vale hoje e que eu já pontuei no início da minha fala é que a legislação trabalhista tem que estabelecer condições acima do que a lei prevê. A proposta aqui, que está sendo encaminhada, é que a negociação coletiva possa ter força de lei, mesmo que determinadas condições que forem estabelecidas estejam abaixo do que a lei estabelece em seus limites. É importante a gente dizer isso.

E eu fiquei muito contente aqui quando a gente entrou no debate em relação ao futuro do trabalho. Um dos grandes articuladores...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RENAN BERNARDI KALIL – ...do Fórum Econômico Mundial, o Klaus Schwab, diz que a gente está vivendo uma quarta revolução industrial hoje, em relação especificamente a todas essas tecnologias de informação, o ciberdireito, enfim, inteligência artificial e todas essas evoluções tecnológicas que estão sendo inseridas em um processo produtivo, como os Senadores bem apontaram nas suas manifestações.

Acontece que o negociado sobre o legislado não muda isso. O negociado sobre o legislado não tem o condão de adaptar o mercado de trabalho a essas novas realidades, que estão muito além de meras negociações em relação ao intervalo entre a jornada, em relação ao tamanho da jornada de trabalho e em relação aos 13 pontos que estão no 611-A, que estão sendo propostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tive a oportunidade de participar no ano passado, na Itália, de uma conferência sobre o futuro do trabalho. Vários debates são travados nos ambientes universitários, e nenhum é do negociado sobre o legislado. Eu vou ter oportunidade também agora, no mês de julho, de participar de uma conferência da OIT, em Genebra, sobre o futuro do trabalho, e também lá, em nenhum momento, está sendo debatido o negociado sobre o legislado como forma de colocar o arcabouço jurídico trabalhista internacional dentro do século XXI.

O Ministério Público do Trabalho está longe de ser contra a modernização do trabalho. A grande questão que está por trás disso é qual o conteúdo dessa modernização. Do nosso ponto de vista, o negociado sobre o legislado, nos termos em que foi colocado, não representa isso.

Obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada por suas colocações.

Agora passo a palavra ao Admilson Moreira dos Santos, Assessor Especial do Ministério do Trabalho, para fazer suas considerações finais.

O SR. ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS – Obrigado, Senadora.

Eu inicio a minha fala destacando que a proposta encaminhada pelo Executivo ao Parlamento trata especificamente de cinco pontos: a questão da representação dos trabalhadores no local de trabalho, que é o art. 11 da Constituição Federal; a valorização da negociação coletiva; a questão do trabalho temporário; trabalho a tempo parcial; e a questão do combate à informalidade. Então, outras matérias aqui comentadas, como a questão do trabalho intermitente, por exemplo, não fazem parte da matéria encaminhada pelo Executivo ao Parlamento. É certo que o Parlamento tem soberania para fazer os ajustes que achar necessários, mas eu quero ressaltar que o que saiu do Executivo trata apenas desses cinco pontos.

Quero destacar também que o art. 611-A, que estamos propondo, dá força de lei ao que está sendo negociado, coisa que hoje não acontece. A leitura que é feita hoje pelo Judiciário em relação ao inciso XXVI do art. 7 da Constituição, reconhecimento dos acordos e das convenções coletivas, não garante essa força de lei que estamos colocando. Então, quando a gente trata, no 611-A, desse ponto, e no §1º do 611, dando balizas para quando o Judiciário deve intervir, quais os limites dessa intervenção, colocando especificamente que a atuação dele tem que ser balizada no princípio da intervenção mínima na vontade coletiva, isso aumenta a segurança jurídica da negociação coletiva. Quero ressaltar esse ponto especificamente.

Quanto à questão levantada pela Senadora Regina Sousa e pelo Senador Armando Monteiro. Pensando no futuro e no aprimoramento das relações de trabalho no Brasil, é importante olhar um pouco para fora também, ver o que acontece, por exemplo, na Alemanha na questão das parcerias que existem. Trata-se de procurar distensionar essa visão de polarização, em tese, entre capital e trabalho. Se olharmos na Alemanha, por exemplo, e pensarmos no que estamos propondo aqui, veremos que a intenção é justamente aproximar a relação da empresa com seu trabalhador.

Nesse sentido, quando nós estamos regulamentando aqui um artigo da Constituição que está pendente desde 1988, há quase 30 anos, que é a representação dos trabalhadores no local de trabalho, a gente procura fazer isto: avançar no aprimoramento das relações de trabalho. Isso é importante, porque nós já temos na nossa legislação uma lei que trata da participação nos lucros. O que precisamos fazer é justamente melhorar esse ambiente interno da empresa. Aí a visão é que precisamos ter essa discussão no âmbito do estabelecimento.

Conseguimos, nessa proposta, resgatar essa discussão. O Executivo conseguiu ir até certo ponto. Agora cabe ao Parlamento tentar dar esse passo além. Na nossa regulamentação, nós conseguimos fazer valer estritamente o que está na Constituição, ou seja, um representante por empresa com mais de 200 trabalhadores. Agora cabe ao Parlamento, com a sua capacidade de negociação, tentar ampliar para fazer com que isso chegue ao ambiente do estabelecimento, porque as coisas acontecem ali no estabelecimento. A melhoria das relações, a redução de perdas e a produtividade acontecem no estabelecimento. Às vezes, ao trazer para o nível da empresa, você perde essa visão da capacidade de melhoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, acho que esse é o desafio que se coloca para o Parlamento: tentar avançar nessa questão. Porque é um ponto importante para a melhoria das relações de trabalho, principalmente quando a gente pensa que no nível de emprego que temos nas nossas empresas nacionais. Por exemplo, estima-se que, na construção civil, a perda é da ordem de 30%. Se o ambiente do estabelecimento for de colaboração entre o trabalhador e o empregador, você consegue melhorar essas situações.

Então, eu acho que, quando a gente pensa nessa questão do futuro, é importante a gente pensar que o Brasil, com essa proposta, está apenas chegando ao nível que hoje há na Europa. A Europa já pratica essa questão da...

(*Soa a campainha.*)

... representação desde os anos 60 e 70, e precisamos avançar nesse sentido.

Acho que é esse o debate que o Parlamento tem que enfrentar. E nós, como sociedade, temos que avançar nesse sentido de buscar cada vez mais estreitar essa relação entre a empresa e seus trabalhadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada.

Eu vou tentar...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente Marta, gostaria de fazer só um registro.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu fiz referência aqui ao monopólio que decorre do princípio da unicidade em termos geográficos. Eu quero lembrar que isso vale para o setor patronal. O modelo é simétrico, ou seja, a estrutura tanto se coloca para os sindicatos laborais quanto para os sindicatos empresariais, patronais. Essa é uma discussão que a sociedade também tem que fazer, lembrando o princípio da pluralidade sindical.

Portanto, eu acho que todos temos que discutir isso sem que pareça que essa discussão se destina a atingir uma área especificamente, ou seja, a discussão da unicidade da contribuição sindical compulsória, que vincula inclusive não sindicalizados. O problema de como há a questão do controle e da transparência sobre as entidades sindicais e os órgãos de controle.

Em suma, essa é uma agenda que pertence à sociedade, e não a grupos isoladamente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Armando Monteiro, por essa valiosa contribuição para refletirmos.

Vou fazer algumas considerações em relação à fala do Sr. Renan Kalil, representando a posição do Ministério Público. Há uma preocupação maior com a guarda da Constituição. E também fez algumas considerações sobre o mundo do futuro, de que o negociado e o legislado não mudam.

Olha, eu acho que tudo muda se nós formos pensar. Eu gosto muito de uma área à qual me dedico há muito tempo, que é a área do comportamento, e vejo como tudo muda, gente. Há 40, 50 anos, não tínhamos o divórcio. Há 20 anos, a família era o homem, a mulher e a criança; o casamento homoafetivo não existia. Tudo muda. E tudo vai mudar muito mais rápido do que a experiência ou a previsibilidade que temos, porque não temos a mais leve ideia de como vão mudar essas coisas.

Por isso, acho que o que estamos discutindo é alguma coisa da nossa experiência agora, de até onde a gente consegue ver. Mas, quanto mais nós conseguirmos ficar abertos para o que pode vir a ser, maior será a ajuda, porque será em muito pouco tempo o que hoje estamos vivendo.

Em relação à CNI, Pablo Carneiro, que é aqui o seu representante, foi interessante como foi depois muito bem completada a sua pelo Senador Armando Monteiro no sentido de que o Brasil é heterogêneo regionalmente, as áreas são diferentes, sobre as quais temos de legislar, o que acaba propondo um descompasso. É também interessante a sua posição de que nós temos de fortalecer o que hoje já existe na prática e que acaba ensejando consequências nefastas quando não há uma regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A representante da CUT, Srª Maria da Graça Costa, disse, no final da sua fala, que ela acredita que devíamos estar negociando, e não fazendo mais leis. E me deixou uma questão não referente a isso, mas a algo sobre o que já tinha pensado, mas sem encontrar resposta, que é essa história... E também serve como reflexão. Acredito que para um trabalhador possa ser mais interessante reduzir o seu almoço de 1 hora para meia hora, para chegar 15 minutos antes em casa, ou alguma coisa desse gênero. Mas foi levantado se isso seria bom, no final das contas, para a saúde dele. Eu também não sei. Eu acho que talvez não seja. Estou falando até como psicóloga. Essa questão do descanso, do *break* que tem de haver no meio das ações, é uma pergunta que eu me faço. Às vezes a pessoa pensa: mas aí nós estamos vendo o outro lado também. E o livre arbítrio? E se aquela pessoa decidir que para ela é melhor isso?

Eu não tenho essa resposta, Maria das Graças. Do mesmo modo, na questão das férias, eu vejo com muito mais clareza que as pessoas hoje não preferem tirar 30 dias de férias, preferem tirar 10 ou 15 dias, pelas condições de vida, de recursos, de dinheiro, de família. O mundo mudou. Um quer ficar com a primeira mulher, o outro filho quer ficar com a segunda, uma verdadeira confusão.

Então, quando forem fazer essas avaliações, têm de levar isso em consideração, porque as pessoas têm o livre arbítrio, mas todos têm de pensar muito bem nas consequências. E, aí, tanto as Centrais como a CNI podem fazer, além do contra e a favor, grupos de reflexão. Isso existe, há *workshops*, já há instrumentos para pensar antes de tomar decisões. Eu posso decidir assim? E o impacto que isso terá na minha família? Eu conversei com a minha família se é bom chegar 15 minutos antes, mas estressado? Tudo tem que ser mais pensado. Nós estamos falando – e sua fala foi bonita nesse sentido – do cidadão como ser humano, que tem uma vida fora da fábrica. É verdade. É com isso que temos de nos preocupar.

Por último, o Admilson Moreira dos Santos, do Ministério do Trabalho, colocou que o negociado terá força de lei, porque resguarda o que é negociado, impedindo ações trabalhistas. Foi mais ou menos isso?

O SR. ADMILSON MOREIRA DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Reduzindo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Reduzindo. Impedir não vai nunca, mas reduzindo o que hoje existe.

Mas quero terminar falando uma coisa que não podemos deixar de avaliar, que é uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo, na periferia de São Paulo, com pessoas que recebem poucos salários mínimos ou até desempregadas. Eles não colocaram essa história de capital *versus* trabalho, não colocaram conflito entre ricos e pobres, não colocaram a questão do desemprego. Não são essas as preocupações. As pressões colocadas – e foi surpreendente, porque eram grupos de eleitores do PT – eram de que eles queriam ser empreendedores, e o inimigo do empreendimento é o Estado, que cobra, não ajuda e tem corrupção.

Então, isso também tem que servir para que nós possamos fazer nossas avaliações. Essa pesquisa caiu como uma bomba não só no PT, mas em todo mundo, porque ela mostra que está mudando muito rápido e nós não podemos continuar correndo atrás. A gente tem que ter mais pesquisas, mais possibilidades de discussão. E, por isso, eu agradeço a todos vocês que estiveram aqui, que tanto contribuíram, e aos Senadores também, que nos deram uma excelente audiência pública sobre o negociado *versus* o legislado. Muito obrigada a todos.

Continuamos a reunião com os requerimentos. Vamos ver agora os requerimentos.

Requeiro, nos termos do Regimento... Esse eu já li, era do Senador Humberto Costa. Era um requerimento para o debate do contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como a mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do FNS, do Ministério da Saúde, com representantes dos seguintes órgãos... Eu já li. É do Senador Humberto Costa.

Então, eu vou pôr em votação o requerimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, desculpe interromper.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como o Senador não está presente, eu pediria para subscrever, para que não haja risco de não entrar em apreciação. Porque normalmente se pede para...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Esses só são os aprovados ou não. Os outros é que precisam...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ah, sim. Eu queria subscrever, então. Muito obrigado, Presidente. Desculpe interromper.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não, está certo.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há outro requerimento também do Senador Humberto Costa.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja convidado o Ministro de Estado da Saúde, RICARDO BARROS, para que compareça à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca do risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde

Autoria: Senador Humberto Costa

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento desta Presidência.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, com o objetivo de instruir o PLC 77/2016, que regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. SONIA CORAZZA, Engenheira Química, especializada em Cosmetologia com experiência de 40 anos na área de Cosmética, em departamentos de Pesquisa & Desenvolvimento de Novos Produtos;

2. MÔNICA MIRIAM DA SILVA CUSTÓDIO, Docente e Palestrante, Especialista em Estética e Pós-graduada em Cosmetologia com experiência de 29 anos na área.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado. (*Pausa.*)

Pois não, o Senador Jorge Viana, então, subscreve pelo autor da matéria, Senador Humberto Costa, que não está presente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É o que solicito a V. Exª, porque aí, dessa maneira, a gente ganha tempo de poder fazer a apreciação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim, claro, pois não.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 10, de 2016, que requereu a "realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991."

Autoria: Senador Humberto Costa, subscrito pelo Senador Jorge Viana

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana se dela quiser fazer uso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 23, de 2015, que requereu em aditamento ao RAS 19, de 2015, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convidasse a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar para a referida audiência.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

O requerimento é subscrito pelo Senador Jorge Viana.

Se V. Exª quiser fazer uso da palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2017
- Não terminativo -

Em aditamento ao RAS nº 11, de 2017, requeiro, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, para a referida audiência.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

É também do Senador Humberto Costa.

Senador Jorge Viana, quer utilizar a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2017
- Não terminativo -

Em aditamento ao RAS nº 12, de 2017, requeiro, nos termos regimentais, que o Ministro de Estado da Saúde, RICARDO BARROS, preste esclarecimentos também sobre a Empresa Brasileira de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, bem como acerca do fechamento das Farmácias Populares, além do tema constante do requerimento inicial.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Senador Jorge Viana, V. Exª quer fazer uso da palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação.

Agradeço ao Senador Humberto Costa pela desistência dessas... (*Pausa.*)

Nós temos aqui a demanda do Senador Humberto Costa para chamar duas pessoas também para a audiência pública dos esteticistas. Como já temos sete pessoas confirmadas e uma que está na dependência da passagem – são oito –, acho que também não teremos o tempo hábil. Em todo caso, pode ser que alguém desista, e nós, então, chamaremos essas duas convidadas do Senador Humberto Costa.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 18, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, que visa a instruir o PLC 77/2016, regulamentador das profissões de Esteticista, aí compreendendo o Esteticista, o Cosmetólogo, e o Técnico em Estética; sejam inclusas as seguintes convidadas:

1. Themis Maria Milan Brochado, Professora Doutora em Saúde e Tecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Ciências da Saúde pela Unidade de Brasília e Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Dermatofuncional, docente de pós-graduação e com vinte anos de atuação clínica.

2. Bernadete de Morais Coutinho Pita, Especialista em Fisioterapia Dermatofuncional, docente da Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora da pós-graduação em Fisioterapia Dermatofuncional da Faculdade Integrada do Recife, com vinte anos de atuação clínica na área.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Eu fico com pena de nós não podermos chamar essas duas pessoas, que parecem tão qualificadas. Vamos conversar, talvez a gente coloque dez, mas acho que aí perde a essência da discussão, porque...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Vai ter que cortar no tempo, não é? Eu acho que dá uns cinco minutos.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É, cinco minutos. A gente acaba não aprofundando. Foi muito interessante esta de hoje. Com quatro pessoas, rendeu uma discussão muito interessante.

Bom, lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação. Acho que não haverá nem tempo hábil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 19, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte minutos, do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Hélio José, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Fátima Bezerra, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Vicentinho Alves. A Presidência registra a presença dos Senhores Deputados Federais Ricardo Izar, Mandetta e Vitor Lippi. Registram presença os Senadores Ataídes Oliveira, Acir Gurgacz e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 35, de 2016-CAS, e 13, de 2017-CAS, de iniciativa das Senadoras Ana Amélia e Marta Suplicy, respectivamente, com o objetivo de instruir o PLC 77/2016, de autoria da Deputada Soraya Santos, que "regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética" com a participação dos seguintes oradores: Themis Maria Milan Brochado , Fisioterapeuta e Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO (representante de: Roberto Mattar Cepeda, Presidente do COFFITO); Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto, Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética - Universidade Feevale; Rosaline Kelly Gomes, Presidente do Sindicato dos Empregadores e Profissionais Liberais em Estética e Cosmetologia do Estado do Rio de Janeiro – Sindesteticrj; Sérgio Palma, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia – SBD (representante de: José Antonio Sanches Júnior, Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia); José Fernando Maia Vinagre, Corregedor do Conselho Federal de Medicina – CFM (representante de: Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina); Eulina Menezes Ramos, Representante da Associação dos Tecnólogos de Estética de Brasília. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Waldemir Moka, o Deputado Federal Vitor Lippi e a Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de anunciar e conceder a palavra aos nossos convidados, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora Ana Amélia de solicitar a realização desta audiência pública para a instrução do PLC nº 77, de 2016, que regulamenta as profissões de esteticista, que compreendem o esteticista e o cosmetólogo de técnico em estética.

O Congresso Nacional é frequentemente demandado pela sociedade para regulamentar o exercício de uma nova profissão e ofícios que surgem, frutos de especializações e das transformações das relações humanas. No Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais analisar essas matérias, o que, na maioria das vezes, exige escutar a sociedade com muita atenção.

Após marcarmos a data de hoje para a realização desta audiência, recebemos inúmeras manifestações de apoio e também contrárias ao projeto. Até o momento, somente pelo Portal e-Cidadania do Senado, Senadora Ana Amélia, nós temos mais de 18 mil manifestações, o que considero um enorme interesse, dada a relevância do projeto por parte da nossa sociedade.

O PLC nº 77 é de autoria da Deputada Federal Soraya Santos, do PMDB, do Rio de Janeiro, que justificou a sua iniciativa em decorrência dos enormes avanços na área da estética e saúde corporal, atualmente disponíveis para tratamentos estéticos, que possibilitam ao profissional aportar uma gama variada de produtos e modernas técnicas de tratamento de beleza e saúde ao público, proporcionando resultados mais eficientes e satisfatórios, melhorando, sobretudo, o nível de qualidade de vida de cada cliente.

A nós cabe reconhecer que a aplicação de técnicas manuais, equipamentos, tecnologias e produtos cosméticos envolvem, entre aspas, "algum risco potencial à saúde dos clientes, devendo, portanto, atender a regras específicas".

Nós esperamos que os depoimentos que vamos escutar hoje possam contribuir para a Senadora Ana Amélia oferecer o seu relatório e para a formação de opinião dos demais Senadores e Senadoras.

Também coloco que recebemos uma moção de apoio da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, em Minas Gerais, ao Projeto 77, e uma moção de apoio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, também uma moção de apoio ao projeto da Deputada, assinado esse por Paulo Ramos, e o de São Sebastião do Paraíso, pelo Presidente Marcelo de Moraes.

Eu gostaria também de colocar que este debate pode ser assistido pela internet, na página da TV Senado: www.senado.leg.br/noticias/tv/. Para participar, as perguntas podem ser enviadas para o endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado, cujo telefone é 0800-612211.

Vamos agora convidar os ilustres presentes que vêm compor esta mesa: a Srª Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto, Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Feevale; a Srª Rosaline Kelly Gomes, Presidente do Sindicato dos Empregadores e Profissionais Liberais em Estética e Cosmetologia do Estado do Rio de Janeiro (SINDESTETICRJ); Sr. Sérgio Palma, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD), representante de José Antonio Sanches Júnior, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Sr. José Fernando Maia Vinagre, Corregedor do Conselho Federal de Medicina, representante de Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, Presidente do Conselho Federal de Medicina; Srª Themis Maria Milan Brochado, fisioterapeuta e representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito), representante de Roberto Mattar Cepeda, Presidente do Coffito; Srª Eulina Menezes Ramos, que vou pedir para tomar assento junto aos Senadores ali, não na mesa, por ter sido apresentado o seu nome ontem à noite pelo Senador Hélio José, e nós não pudemos referendar pelos membros da Comissão. Quando assim se dá, não se senta na audiência aqui, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se senta com o direito de fazer a sua exposição e também responder às questões no outro local. A Srª Eulina Menezes Ramos é da Associação dos Tecnólogos de Estética de Brasília.

Cada apresentador vai ter dez minutos para a sua apresentação.

Vamos iniciar pela Srª Katia Regina de Lima e Silva Smaniotto, Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Feevale. Com a palavra.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Boa tarde a todos. É com muita alegria que eu me encontro aqui representando os tecnólogos em estética e cosmética. Esta é a minha formação: sou tecnóloga em estética e cosmética, formada pela Universidade Ulbra, tenho Mestrado em Genética e Toxicologia e atualmente atuo como docente do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética da Universidade Feevale, o qual também coordeno.

Bem, dentro do contexto, então minha fala se refere à formação superior do tecnólogo em Estética e Cosmética e do bacharel em Estética.

Nós temos diretrizes específicas do MEC para essa formação. Então, aqui, dentro do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, existe uma diretriz específica para o curso de Estética e Cosmética, a qual, em 2016, aponta para 2 mil horas. Atualmente, temos cursos com carga horária de 3 mil horas, 2,4 mil horas, 2,6 mil horas, enfim. Mas o que é importante salientar dentro desse contexto? O perfil desse profissional. Hoje estamos aqui buscando a regulamentação da profissão e temos, então, o respaldo dessa formação.

Então, aqui diz que esse profissional indica, seleciona, executa procedimentos estéticos faciais, corporais, capilares, utilizando produtos cosméticos, técnicas e equipamentos específicos. Ele aplica técnicas de visagismo e maquiagem, ele pode utilizar equipamentos específicos para cada procedimento estético, ele tem capacidade para elaborar e aplicar programa de avaliação do cliente submetido a procedimento estético. Ele também propõe e participa de estudos científicos para o desenvolvimento de novas tecnologias na área de tratamentos estéticos inovadores bem como para a avaliação de novos produtos, procedimentos, protocolos e sua aplicabilidade. Ele também planeja, organiza, gerencia empresas de estética e cosmética e tem capacidade de avaliar e elaborar parecer técnico dentro da sua formação.

Bem, o curso superior em Estética e Cosmética demanda uma estrutura específica, uma infraestrutura. Então, as universidades, as faculdades e toda instituição de ensino superior que se propõem a ofertar um curso de Estética e Cosmética ou de Estética têm que ter uma estrutura afim. Para isso, elas precisam de laboratórios da área da saúde que contenham anatomia, fisiologia, citologia, histologia e também específicos para a formação, como laboratórios na área de estética facial, corporal, capilar, maquiagem, visagismo e demais áreas.

Bem, campo de atuação do profissional egresso desse acadêmico: vários. Dentre eles: agências de modelo, para preparar a proposta de maquiagem, cabelo, produção, alteração, bem na área de imagem pessoal; casas de repouso, no cuidado da pele, anexos cutâneos, procedimentos que têm o viés embelezador, mas também cuidador; clínicas e centros de estética, empresas de produtos cosméticos, estâncias hidrominerais – aqui cabe salientar terapias espasianas –, salões de beleza, conhecimento aprofundado do cabelo, da pele, dos anexos cutâneos – para procedimentos embelezadores –, institutos e centros de pesquisa e também instituições de ensino superior, mediante formação requerida dentro da legislação vigente.

No código brasileiro de ocupações, temos esse profissional inserido no contexto estetista e tecnólogo em estética e cosmética.

Mesmo sendo uma graduação superior em tecnologia, o que, às vezes, as pessoas confundem, ele pode, sim, seguir carreira acadêmica, fazer especialização. E cabe aqui salientar *stricto sensu* e *lato sensu*. Há algumas grades curriculares dentre os cursos que são ofertados em várias instituições de ensino superior no Brasil. Alguns têm possibilidade de acesso ao seu PPC.

Aqui estão destrinchadas algumas temáticas que compreendem o ensino desse acadêmico que vai atuar em estética e cosmética. O contexto é a área da saúde. Apesar de termos, dentro da diretriz do MEC, também a área ambiental, a maioria dos cursos se insere no contexto de área da saúde. Então, nós temos disciplinas básicas que são pré-requisitos para o conhecimento específico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em estética, que são: anatomia, fisiologia humana, histologia, citologia, microbiologia e miologia, biossegurança.

Cabe salientar que essa talvez seja a interface mais importante quando se pensa em proteger a nossa sociedade e a comunidade diante da atuação profissional, porque, dentro desse contexto, podemos ter a transmissão de doenças em virtude do risco de contaminação cruzada, decorrente de procedimentos estéticos.

Então, temos esse conhecimento, temos fundamento em dermatologia, que nos permite entender da pele e seus anexos, para então fazer os procedimentos específicos. E também uma introdução no contexto de estética, seja a questão antropológica, humanística, mas também de mercado e de atuação profissional.

Depois temos áreas específicas. Não vou citá-las todas, mas quero citar a ênfase nos procedimentos, utilizando os equipamentos de eletrotermofototerapia em todas as áreas (facial, corporal e capilar), o conhecimento aprimorado dos cosméticos, entendendo a sua composição. Aqui cabe salientar: não a sua formulação, porque quem formula é o engenheiro químico e o farmacêutico. O tecnólogo em estética e cosmética ou o bacharel em estética tem um conhecimento aprofundado do cosmético para a sua aplicabilidade. Segue o módulo de gestão ou de disciplinas de gestão introduzido nessa graduação.

Posso relatar o curso que coordeno, e tenho propriedade para falar dele, que é o curso da Universidade Feevale, constituído em módulos com o intuito de profissionalização à medida que o aluno vai avançando.

Temos essa grade curricular, depois temos um módulo da área de estética corporal, em que temos disciplinas específicas de cosméticos direcionados para a atuação em corporal (Estética Corporal I), em que o aluno aprende técnicas de massagem, recursos manuais e também drenagem linfática. Estética Corporal II, a parte de eletroterapia, associada aos procedimentos estéticos; Fundamentos em Dermatologia II, a parte de Pré e Pós-Operatório, em que o aluno aprende, tem conhecimento e aptidão para a contextualização de cirurgias plásticas e pode atuar em Pré e Pós-Operatório.

(*Soa a campainha.*)

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Deram os dez minutos?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um minuto.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Um minuto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – É porque ela toca automaticamente.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – O.k.!

Seguindo então o Módulo Corporal, Facial e Capilar e temos também o Módulo de Gestão.

Aqui, eu trouxe um pouco a nossa estrutura dos laboratórios, contextualizando. Temos SPA, laboratório de capilar, corporal, facial e o contexto nacional de oferta de cursos na área de graduação em estética. Temos um cenário bastante abrangente. Contudo, temos aproximadamente 230 cursos oferecendo a modalidade de formação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Não, não, não. Esse é o contexto de instituições. São mais de 230 presenciais autorizados. Mais de 100 instituições de ensino superior oferecem o curso de Graduação em Estética e Cosmética.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Só para pegar o gancho, eu pus mais de cem porque nós tivemos o ano passado o Enade, que é o Exame Nacional de Desempenho Escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Não, não são em EAD. É o contexto macro. Eu pus em EAD ali porque é a somatório de cursos presenciais EAD que existem disponíveis no e-MEC.

Só para pegar o gancho, eu pus mais de cem porque nós tivemos o ano passado o Enade, que é o Exame Nacional de Desempenho Escolar.

Não, não são em EAD. É o contexto macro. Eu pus em EAD ali porque é a somatório de cursos presenciais EAD que existem disponíveis no e-MEC.

Eu não saberia informar-lhe agora, mas há várias universidades que ofertam. Não são muitas que têm polo em EAD, mas não é o tecnólogo em Estética e Cosmética especificamente. É na área da beleza. Mas na área de gestão, de espaços de beleza.

Deixe-me só terminar o Enade. Então, temos o Enade. Posso finalizar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Eu não saberia informar-lhe agora, mas há várias universidades que ofertam. Não são muitas que têm polo em EAD, mas não é o tecnólogo em Estética e Cosmética especificamente. É na área da beleza. Mas na área de gestão, de espaços de beleza.

Deixe-me só terminar o Enade. Então, temos o Enade. Posso finalizar?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – O.k.!

E aqui o Código Brasileiro de Ocupações. Então, direcionando para o esteticista.

E só complementando: a estética é uma área de atuação multidisciplinar em que compreende que estamos inseridos, com atuação nesse contexto. Ela não é de domínio de x profissão, e sim é uma área de conhecimento multidisciplinar e multiprofissional.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Srª Regina Smaniotto, pela colocação do que significa o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética.

Passo a palavra Sérgio Palma, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia, por dez minutos.

O SR. SÉRGIO PALMA – Srªs e Srs. Senadores, participantes da Mesa e do auditório, fico feliz por esta audiência pública de hoje, pois é a primeira vez que este tema está sendo discutido no Congresso Nacional. Digo isso porque o presente PL 2.332, de 2015, foi apensado a uma série de outros PLs e, por intermédio de um requerimento de urgência, foi aprovado como substitutivo, sem ter passado por nenhuma comissão permanente na Câmara dos Deputados.

Sob minha ótica, esse procedimento célere sem discussões prévias, apesar de regimental, pode ser perigoso. Assim, renovo os meus votos de satisfação, por iniciar esta primeira discussão sobre um tema que tem reflexos diretos na saúde da população.

Isso posto, com essas considerações preliminares, passo a entrar no mérito de minha apresentação.

Estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Dermatologia, em nome do Presidente, José Antonio Sanches, que está em Buenos Aires, num Congresso Latino-Americano e não pode estar presente.

Nós temos mais de 8 mil associados, quase 8,5 mil associados, numa grade curricular que tem aproximadamente 8,7 mil horas de informação do método dermatologista.

A Dermatologia é uma especialidade médica. Após seis anos de conclusão do Curso de Medicina, ele ingressa num Programa de Residência ou de Especialização equivalente em um serviço credenciado da SBD e, durante esses três anos de formação de 8,7 mil horas, ele estuda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

só a estética, mas as doenças desde as imunológicas, as oncológicas, as inflamatórias, as doenças autoimunes, à cirurgia dermatológica, à oncologia.

Lembro que o nosso País é muito prevalente no câncer de pele. O câncer de pele é o câncer mais incidente na nossa população. Quanto à estética, que é a Cosmeatria, chamou-me a atenção sua apresentação ali no final. Naquele gráfico que fala da Estética, você concluiu vários profissionais que lidam com estética e eu não entendi por que o médico dermatologista não estava ali. Médico, Fisioterapeuta... Você colocou? Ah, então, peço desculpas. Eu olhei o gráfico. Então, perdão, perdão, perdão. Então, muito bem.

Então, estudamos plenamente a Cosmeatria, principalmente os procedimentos mais invasivos, desde os procedimentos mais leves, médios aos de alto complexidade.

Reforçamos também que os procedimentos estéticos, para a Dermatologia, para o médico, todos envolvem previamente um diagnóstico nosológico, que está definido também na Lei do Ato Médico, Lei 12.842, de 2013, segundo a qual o diagnóstico nosológico é a condição em que você vai definir a saúde do paciente. É um somatório de critérios que vai somar e chegar à conclusão do diagnóstico de uma doença e o diagnóstico nosológico é um ato privativo do médico.

Para você também realizar vários procedimentos estéticos, é necessário que você exclua patologias, que você exclua várias patologias em que você não pode se arriscar a fazer um procedimento, indicações, contraindicações, você saber manejar as complicações desses procedimentos. Então, tudo isso envolve o estudo das doenças.

Quando olhamos o projeto tal como está apresentado, vemos que: "compete ao técnico em Estética aplicação e procedimentos estéticos por meio de recursos terapêuticos manipulativos, energéticos, vibracionais e não farmacêuticos".

Quais são esses procedimentos? Nós ficamos aqui na dúvida. Não está claro, na verdade, nessa redação, como ela está, com está nesse projeto aqui, quais seriam esses procedimentos.

"A execução de procedimentos estéticos faciais, corporais e capilares, utilizando como recursos de trabalho produtos cosméticos, técnicas e equipamentos específicos."

Que técnicas são essas, que equipamentos específicos são esses? São equipamentos que causam algum dano à saúde? São equipamentos também que podem trazer alguma invasão de tecidos e complicações?

"Compete também ao esteticista e cosmetólogo a direção, a coordenação, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos em consideração estética ou cosmetologia."

A Estética também é uma área médica. Ela não pode ser reservada, aqui, à responsabilidade estética desse grupo.

Então, o que nós observamos é que esse projeto de lei busca regulamentar essa profissão de esteticista, que compreende, nesse conceito, o cosmetólogo e o técnico em Estética, mas ele engloba e estabelece algumas atividades que, sendo realizadas por profissionais não médicos, podem trazer também prejuízos à população brasileira.

Então, o que nós pedimos também é que esta Casa Legislativa revise minuciosamente esse projeto de lei, no intuito de ser vital e colocar em risco a saúde da população, conferindo atribuições que seriam de competência também da formação médica a profissionais não médicos.

Volto mais uma vez a frisar que, no ato médico... Você citou também, aqui na sua apresentação, nos cuidados pré-operatórios e pós-operatórios, e a Lei do Ato Médico também define atos privativos, no seu art. 4º: "São atividades privativas do médico: II – indicação e execução da intervenção cirúrgica e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios". Esse artigo também já está definido em lei.

"III – indicação da execução e execução de procedimentos invasivos, sejam diagnósticos, terapêuticos ou estéticos, incluindo os acessos vasculares profundos, as biópsias e as endoscopias". Aqui, na verdade, o que nos preocupa é o que se considera como procedimento invasivo. Às vezes um pequeno procedimento a laser, uma luz pulsada, por exemplo, que é utilizada numa depilação a laser, pode trazer enormes consequências, como queimaduras, sequelas, hipocromíase,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hipercromia, cicatrizes atróficas, e, na verdade, ela tem uma interação, sim, com os tecidos. Ela não pode invadir e atingir um órgão interno, mas ela tem toda uma conexão com o sistema externo e com órgãos internos, não só esse tipo de laser, mas várias tecnologias que são utilizadas nos procedimentos estéticos.

A injeção de substâncias, como a toxina botulínica e o preenchimento, me causou espanto também aqui. Ela não define isso, mas dá uma abertura nessa redação, como se ela pudesse estar incluída, e nós consideramos isso uma atividade privativa médica sim, porque são substâncias que estão sendo injetadas dentro da sua pele. Além de ser necessário o conhecimento profundo de anatomia, de todos os tecidos e interação dessas substâncias, estas podem também desencadear processos alérgicos, processos inflamatórios, processos infecciosos que devem ser conduzidos sempre pelo profissional médico. Isso não ficou claro aqui nessa redação e é uma preocupação sim. Nós temos inúmeras complicações relatadas não só com profissionais não médicos, mas com médicos também, porque há médicos que não são habilitados, não são treinados, não são capacitados numa especialidade que trabalha com esses procedimentos estéticos, como é o caso da dermatologia e da cirurgia plástica.

A toxina botulínica, por exemplo, paralisa musculaturas seletivas. Você pode causar assimetrias faciais, pode causar diplopia, queda de pálpebra, inúmeras complicações. Preenchedores podem causar infecções, granulomas, que são as reações a corpo estranho, deformidades, e isso não caracteriza apenas um dano estético, mas caracteriza também um dano psicossocial enorme ao paciente. Então, isso também é algo que nos preocupa muito.

Na Lei do Ato Médico também se fala que é atividade médica o diagnóstico nosológico, como eu falei, que é:

> a determinação da doença que acomete o ser humano, aqui definida como interrupção, cessação ou distúrbio da função do corpo, sistema ou órgão, caracterizada por, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes critérios:
> I - agente etiológico reconhecido;
> II - grupo identificável de sinais ou sintomas;
> III - alterações anatômicas ou psicopatológicas.

Então, sempre entendemos que um procedimento estético envolve também uma avaliação, um exame clínico do paciente, a anamnese, o exame físico, formulação de hipóteses diagnósticas... Antes você está lidando com vários procedimentos estéticos, principalmente os procedimentos invasivos, como os *peelings*, que envolvem substâncias cáusticas que podem levar a queimaduras. Você, por exemplo, tem de indicar um *peeling* com ácido – vamos dar o exemplo de um ácido tricloroacético – a um paciente que tem alguma doença autoimune, fotossensível, fotorreativa, como o lúpus, por exemplo. Ele pode desencadear o agravamento dessa patologia e trazer sérias repercussões.

O procedimento invasivo, como está na lei, se define mesmo como "invasão dos orifícios naturais do corpo, atingindo órgãos internos", mas essa classificação é extremamente vaga, já que entendemos como invasão todo o processo de interação, tanto de mecanismos físicos, como é o caso de *laser* e energéticos, como estão aqui colocados no projeto de lei, de uma forma mais ampla – nós não entendemos se isso se refere a recursos como *laser*, equipamentos, e que equipamentos seriam esses –, e equipamentos mecânicos também, como é o caso de um dermoabrasor e de um *roller*. Gostaríamos de saber se isso também estaria incluído nessa atividade de vocês, pois não está claro.

Enfim, são inúmeros pontos que nós precisamos definir, estudar, e o que nós propomos é isto, trabalhar em conjunto, para vocês aperfeiçoarem esse projeto, a fim de que nele não exista nenhuma sobreposição de competências que são de outros profissionais. No caso, aqui, eu estou falando também da profissão médica.

Entendemos, sim, que a saúde é multidisciplinar e trabalhamos sempre assim. Eu acho que todos nós, no caso da dermatologia... Também trabalhamos com fisioterapeutas, trabalhamos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esteticistas, trabalhamos com vários profissionais, tanto na saúde pública como na saúde privada, mas nós temos que saber reconhecer as competências e a formação de cada profissão, sempre pensando na preservação da saúde da nossa população.

Então, é o que nós esperamos, que esta Casa, na verdade, continue aprofundando esse debate, já que esse assunto foi muito pouco discutido quando iniciei a minha apresentação. Ele não passou pelas comissões temáticas, inclusive na Câmara – ele já foi diretamente aprovado –, e chegou a esta Casa, onde esperamos que vocês colaborem com o aperfeiçoamento desse projeto, sempre pensando no bem-estar da nossa população, na saúde desses pacientes.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia, Sr. Sérgio Palma, que colocou, de forma muito clara, a preocupação da área médica em relação ao projeto e às especificidades que não estão claras no escopo do projeto.

Pode ter certeza – e disso eu tenho convicção – de que a Senadora Ana Amélia vai cuidar com muito carinho e cuidado que tem prestado em todos os seus relatórios a essa questão, que, no fundo, é a questão fundamental.

Passo a palavra agora à Srª Rosaline Kelly Gomes, que é Presidente do Sindicato dos Empregadores e Profissionais Liberais em Estética e Cosmetologia do Estado do Rio de Janeiro.

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Obrigada.

Em primeiro lugar, agradeço a presença de todos aqui, dos Senadores e dos outros profissionais dos conselhos, e agradeço muito a oportunidade de estarmos aqui conversando um pouco sobre a minha profissão, a nossa profissão, porque realmente ficam algumas coisas sem serem esclarecidas, dando margem para que se pense de outra maneira que não a realidade.

Então, vamos lá.

Eu vou fazer um breve levantamento histórico porque a estética não surgiu ao acaso. Ela tem uma data, e coube a Anne Marie Klotz, nascida no Rio Grande do Norte, filha de um cônsul francês que estava no Brasil, no ano de 1952. Ela voltou para a França e, no ano de 1952, ela volta ao Brasil, trazendo os ensinamentos que hoje contribuem para milhares de empregos neste País.

Em 1954, em Copacabana, ela funda a Escola France-Bel. Todo o material teórico, cosméticos e equipamentos vindos da França. Criou a primeira linha de cosméticos no Brasil e criou também a linha de equipamentos chamada Vigilex, que deu origem a uma indústria muito forte.

O legado de Madame Klotz, como ela gostava de ser chamada. Ela foi responsável pela constituição de uma das profissões mais promissoras e, sem sombra de dúvida, a mais cobiçada das últimas décadas. Colaborou para que um exército de pioneiras participasse de maneira informal no orçamento de suas famílias, levando aos lares técnicas que hoje contribuem com a geração de milhares de empregos, diretos e indiretos, e com uma grande parcela do orçamento deste País.

Participou do desenvolvimento da indústria de cosméticos, hoje a quarta maior do mundo, ficando apenas atrás da China, do Japão e dos Estados Unidos, assim como a indústria de equipamentos.

Em termos de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a quarta a indústria brasileira de cosméticos?

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – É a quarta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A quarta maior do mundo?

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Do mundo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Superada apenas por aqueles países.

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Em termos de evolução, na década de 60, o Serviço Nacional de Aprendizado Comercial iniciou a oferta de cursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os cursos de nível superior, na modalidade de tecnólogo, foram através da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Educação nº 3, de 2002, fundamentada nos Pareceres 436, de 2001, e 29, de 2002, com base na Lei Federal 9.394, de 1996, regulamentada pelo Decreto 5.154, de 2004, permitindo pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Eu me graduei, em 2004, no curso de tecnólogo em estética e cosmética, lá, no Rio de Janeiro, e mestrado em ensino de ciências da saúde e do ambiente, em 2010, após algumas pós-graduações.

Em 2008, o curso de bacharel de estética começou a ser oferecido em São Paulo. Atualmente, são mais de 230 cursos registrados neste País e, no MEC, está como eixo saúde e segurança.

Na Classificação Brasileira de Ocupações, nós estamos como tecnólogos e técnicas em terapias complementares e estéticas. As atividades descritas são: identificar disfunções inestéticas, facial, corporal e capilar; selecionar técnica, tipo de terapia e recursos de trabalho; aplicar procedimentos em pré e pós-cirúrgico; aplicar técnicas de limpeza de pele; aplicar técnicas de eletroterapia pré e pós-cirúrgica, tratamento facial, corporal e capilar; encaminhar paciente a outros profissionais. Aqui a gente pode ver que, em termos das atividades, nós temos: aplicar procedimentos em pré e pós-cirúrgico.

No Enade, o nosso conteúdo da prova: ciências biológicas aplicadas à estética, química e bioquímica aplicada à estética, fisiopatologia dermatológica, eletrotermofototerapia, pré e pós-operatório de cirurgia plástica – estou pulando, porque são muitas informações –, primeiros socorros, psicologia aplicada à estética.

Tentativas de regulamentação e a Lei 12.592, de 2012. Durante 40 anos, foram 15 projetos de lei arquivados, sem dar nenhuma chance para que essa profissão fosse realmente reconhecida e, principalmente, que preservasse a saúde da população. Em 18 de janeiro de 2012, houve o reconhecimento como atividade de higiene e embelezamento, sendo que a CBO 5.161, que é de atividade de higiene e embelezamento, é a que compete aos cabeleireiros, barbeiros, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores. Em 2011, a nossa CBO não era mais a de embelezamento, mas ficamos ali com esse estigma, que, inclusive, serve até para nos desmerecer nas redes sociais.

Essa lei não traz nenhum grau de escolaridade para que esses profissionais possam atuar. Ela diz o seguinte: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer", o que impõe sério risco para a saúde da população. Hoje se fazem cursos *on-line*, fazem-se cursos nas redes sociais, no YouTube.

Prejuízos para a sociedade. Classe trabalhadora composta por 90% de mulheres, conscientes das responsabilidades e doutoras dos limites da nossa atuação. Nós temos sérios limites. Nós estudamos, sim, lesões elementares dermatológicas na faculdade, nunca para diagnosticar, nunca para tratar, mas sempre para enviar a quem de direito.

O mercado oferece uma infinidade de cursos livres com conteúdo equivocado e carga horária insuficiente, muitos através da mídia eletrônica ou diante das experiências adquiridas no dia a dia. São eminentes os riscos à sociedade, pois traz profissionais práticos, expõe a saúde da população ao laborarem usando técnicas sem o conhecimento adequado, não sendo correto deixar a prática da atividade desguarnecida de regras próprias de conduta ética e conhecimento, pois tal situação possibilita sérios riscos à saúde.

Aqui a gente observa cursos livres em estética ofertados no Google: 391 mil. A gente vê blogueiras ensinando a passar *peelings* a 70% de ácido glicólico, causando sérios danos à sociedade.

Aqui foi uma denúncia que o nosso sindicato fez à Anvisa. Tentamos entrar em contato com a pessoa, conversamos, explicamos que ela não poderia fazer isso. Essa pessoa simplesmente usava um ácido a 70%, com vídeo no YouTube. A Anvisa informa que, inclusive, houve a prisão. Foi elaborado, no último parágrafo o ato de prisão em flagrante delito. É muito sério o que estamos falando.

Anvisa. Denúncias e Serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> A categoria de Estética e Embelezamento atingiu mais uma vez o maior número de demandas, alcançando 52% das denúncias.
> Nesse contexto, cabe também observar que a categoria de estética e embelezamento engloba dois universos bem distintos, representados de um lado pelos salões de beleza, que incluem atividades como cabeleireiro, manicure, pedicure e depilação com cera, e no outro lado, pelos centros de estética, onde se realizam procedimentos especializados ou com uso de aparelhos ou equipamentos.
> A Anvisa reconhece a necessidade de tratamento segmentado. Requisitos de Segurança Sanitária para as atividades de estética e embelezamento passaram a ser trabalhados em dois segmentos e está sendo priorizado o primeiro segmento de embelezamento. E no segundo momento, os serviços de estética que requerem mais estudos sobre os riscos envolvidos nos diversos tipos de procedimentos realizados.

Aqui qual é a recomendação geral da Anvisa no item 4? Verificar se os profissionais são capacitados para a prestação do serviço. Mas como, se simplesmente a Lei nº 12.592 diz que é livre o exercício da profissão? Ali se fala em certificar-se que aparelhos e equipamentos e acessórios são regularizados pela Anvisa; conferir se os produtos utilizados são regularizados pela Anvisa.

Bom, segundo a Organização Mundial de Saúde – e a estética sempre trabalhou com a humanização – o conceito é muito amplo. É um completo bem-estar físico, mental, espiritual e social do indivíduo. A gente trata o homem como ser holístico, ser total, composto de duas forças, uma física e uma sutil. Nós trabalhamos desde sempre com a humanização. Quando a gente toca um corpo, a gente não toca só um corpo. A gente toca uma alma. É uma prática muito comum na estética a questão das terapias complementares. E nós estamos totalmente integrados na equipe multidisciplinar. Quando identificamos alguma lesão que não nos compete, não fazemos diagnósticos. Temos os médicos dermatologistas, e a gente encaminha para eles. Procure esse médico para fazer uma avaliação melhor. Cirurgia plástica, a mesma coisa. Na psicologia, é extremamente importante...

(*Interrupção do som.*)

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – ... endocrinologia, educação física, nutrição, fisioterapia, ortopedia. Eu levaria muito tempo para conversar sobre toda gama de conhecimento que a gente tem que ter para poder trabalhar nessa equipe. A gente tem que saber reconhecer ou desconfiar. Nós muitas vezes, no nosso dia a dia, identificamos, sim, câncer de pele. E simplesmente pedimos a essa pessoa que corra para um dermatologista, porque quanto mais rápido for a intervenção, melhor será.

Bom, nós percebemos hoje em dia muitas profissões com desvio de função. A estética virou um *boom*. Em 1954 Madame Klotz chega ao País e introduz a Estética. Em 1969, Waldtraud Ritter Winter traz a Drenagem Linfática Manual para o País; em 2009, a Fisioterapia Dermatofuncional foi criada; a Biomedicina, em 2011; a Farmácia Estética, em 2013; a Enfermagem Estética, em 2016; e a Biologia Estética já começou a sua mobilização desde 2014. Hoje a gente tem até estética canina. É uma palavra que virou moda.

Mas, se você comparar as grades curriculares com a nossa grade curricular, não tem nada de Estética. Estão fazendo o quê? O texto regulatório dessas profissões não fala, não trata de Estética. Eles vão fazer uma pós-graduação para se capacitar. Justifica-se a regulamentação de uma profissão quando se destaca o seu papel social e a proteção da população.

E nós solicitamos a aprovação, com mudanças, com avaliações, do PLC 77, de 2016.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Srª Rosaline Kelly Gomes, que, como Presidente do Sindicato dos Empregadores e Profissionais Liberais em Estética e Cosmetologia do Estado do Rio de Janeiro, colocou fatos importantes, principalmente o perigo de a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissão estar correndo solta. E a saúde da população, nesse caso, onde não está protegida, está muito comprometida.

E me chamou muita atenção que 52% das denúncias da Anviver sejam relacionadas a essa questão.

Agora, damos a palavra à Srª Themis Maria Milan Brochado, fisioterapeuta e representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

A SRª THEMIS MARIA MILAN BROCHADO – Boa tarde a todos. Muito obrigada pela oportunidade de poder contribuir hoje nesta discussão. Eu sou fisioterapeuta, fiz mestrado em Ciências da Saúde, doutorado em Saúde e Tecnologia, sou Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Dermatofuncional e estou representando agora o nosso Conselho Federal, que defende a nossa categoria, a nossa classe.

Eu gostaria de lembrar que nós temos 1.187 universidades com o curso de Fisioterapia. Todos esses cursos de Fisioterapia oferecem a especialidade, a matéria Fisioterapia Dermatofuncional. Para a nossa atuação poder ser efetiva, o nosso conselho hoje exige uma formação *lato sensu*, que tem mais ou menos 400 horas, além da nossa formação na graduação e, ainda, um título, que é uma prova de especialidades que precisa ser feita para que o profissional possa dizer-se Especialista em Fisioterapia Dermatofuncional.

A Fisioterapia faz um diagnóstico cinético-funcional, e a nossa preocupação, como profissionais da saúde, é justamente com relação à banalização da área da Estética. A Fisioterapia Dermatofuncional se subdivide em sete áreas. São elas: pré e pós-operatório de cirurgias plásticas; pós-operatório de cirurgias bariátricas; queimados; Linfologia e Angiologia; Dermatologia, Endocrinologia, disfunções endócrinas; e Estética e Cosmética.

Por incrível que pareça, como Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Dermatofuncional, nós percebemos que esses dados passados agora com relação às denúncias na Anvisa são altamente preocupantes. Equipamentos são lançados a cada minuto. Não se sabe, muitas vezes, a origem deles. Muitos vêm da China, muitos não têm uma calibração conforme o necessário, e a utilização disso vem sendo feita de forma indiscriminada, não só por profissionais capacitados, com regulamentação profissional, como virou um mercado de ninguém.

Então, os erros e as complicações que nós vemos são realmente o que nos traz hoje aqui a nos colocar como totalmente a favor da regulamentação, porque isso inclusive vai trazer segurança para a saúde da população, mas que sejam feitas alterações importantes no texto desse PL. Por quê?

Na forma como está, deixa livre a atuação em áreas distintas, da Fisioterapia, da Dermatologia, da Medicina, da Psicologia, e nós achamos que profissões regulamentadas já têm de se posicionar nesse sentido, primeiro, porque nós somos profissionais da saúde e temos obrigação civil de nos colocar em defesa da saúde da população. Segundo, porque percebemos a banalização, porque é uma subespecialidade da nossa área.

Dentro dessas sete subáreas que citei, a única com que temos problema é a Estética e Cosmética. Por que isso acontece? Mercado financeiro. Hoje, é o que gera maior número em montantes financeiros. Realmente, é uma coisa preocupante, porque, se você se colocar, por exemplo, numa situação de pré e pós-operatório, como fisioterapeuta, nós sabemos que uma pessoa que faz cirurgia estética recebe intervenções anestésicas, cirúrgicas e passa por alterações sistêmicas. Eu não posso enxergá-la apenas como um corte e querer tratar aquele edema. Há alterações vasculares que podem causar um tromboembolia, que pode levar à morte; há alterações respiratórias, e qualquer paciente que passe por qualquer tipo de cirurgia tem complicações respiratórias, e a Fisioterapia trata devolvendo a função.

E como devolvemos a função? Baseados nas ciências que nós estudamos no nosso curso de graduação. Nós não enxergamos um paciente em pós-operatório de cirurgia plástica apenas como Estética. Nós enxergamos o sistema como um todo. O fisioterapeuta dermatofuncional precisa ter todas essas bases – vascular, de tecido, da pele. Não podemos pensar só como pele e anexo. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito mais do que isso. Sabemos que o maior órgão do corpo é a pele, que serve para nos defender do meio ambiente, mas que está ligado a todos os nossos outros órgãos e sistemas.

Então, nós achamos pertinente que seja feita uma nova leitura. Nós sugerimos um grupo para fazer alterações importantes nesse PL e que seja regulamentado o mais rápido possível, porque realmente a saúde da população está em risco.

Eu trabalho basicamente em altas tecnologias, que foi o meu estudo de doutorado e, como presidente da associação, recebo um número muito grande também de denúncias, de várias áreas, e nós somos chamados a nos posicionar cientificamente com pareceres. "Ah, o fisioterapeuta pode fazer microagulhamento? Pode fazer botox? Pode fazer isso? Pode fazer aquilo?". E o nosso posicionamento com relação a isso é o seguinte. Qual foi a capacitação que eu recebi dentro do meu curso de graduação? Nós temos competências e habilidades. Nós recebemos nos cursos de saúde hoje, segundo direcionamento do MEC, aproximado do curso de PBL, que é uma orientação que vem de Harvard, que todas as cadeiras sejam vivenciadas, direcionando-se aquele profissional a ter competências e habilidades para desenvolver essas competências e resolver as possíveis intercorrências.

Então, saúde é uma coisa muito séria, e a gente entende que, como profissional da saúde, qual seja a área de atuação, precisa ser protegida. A forma como a gente vai proteger isso é melhorando a condução desse texto e limitando o que é possível ou não.

Outro problema que vejo muito claro na nossa profissão é com relação ao que o Dr. Sérgio falou: o que é um equipamento invasivo? Como você vai saber onde esse equipamento chega? Invasivo é tudo aquilo que ultrapassa a camada inicial da pele, a epiderme. E nós temos alterações bioquímicas e celulares que podem trazer grandes prejuízos para o organismo vivo. Um simples ultrassom, por exemplo, tem condições de levar à leucocitose. Um paciente que tenha deficiência de imunidade pode ter problemas seriíssimos. E esse é o ultrassom terapêutico que um fisioterapeuta usa. Um equipamento de luz pulsada, como o doutor bem citou, pode causar danos irreversíveis, como queimaduras de terceiro grau com sequelas como hipercromia, hipocromia.

Até tenho algumas fotos. Você pode, por favor, colocá-las para mim?

O que está muito na moda hoje é a criolipólise. O *boom* do momento...

Olha, esse tratamento, por exemplo, é para epilação definitiva com luz pulsada. Não é nem um *laser*, é luz pulsada. Ele colocou uma pessoa numa situação irreversível, uma mulher. Essas manchas vermelhas são alterações inflamatórias. A gente sabe que uma quantidade dessas manchas pode ficar como uma mancha mais escura, que é o que a gente chama de hiperpigmentação, o que pode ser resolvido até seis meses, porque é uma reação inflamatória, mas também pode ficar com manchas brancas que não têm solução, são sequelas irreversíveis. Isso atua diretamente no psicológico das pessoas.

O próximo, por favor.

Aqui é uma paciente que foi tratar vasos num consultório e teve sequelas também. Essas são momentâneas, dos males o menor. Mas acontece também em clínicas que não são habilitadas, que não respondem à vigilância sanitária, que não têm um conselho de classe para fiscalizar. Então, é muito importante que a gente faça, sim, essa regulamentação, mas com todo o cuidado para a saúde da população.

Próximo, por favor.

Aqui é o procedimento de que falei que está super na moda, a criolipólise, feito sem critério nenhum. Como diferenciar uma gordura visceral e uma gordura abdominal, uma gordura visceral e uma gordura localizada? Esse tratamento, por exemplo, tem indicações. Quando ele é feito de uma forma errada, pode trazer...

O próximo, por favor. Não, o outro. O outro.

É uma queimadura de terceiro grau que apresenta uma profundidade muito clara de que é irreversível. Acho que a foto não está aí. É uma pena!

Nossa preocupação, então, é com o avanço tecnológico, com a velocidade com que as redes sociais divulgam as coisas, como a senhora mesma falou, com a facilidade que existe hoje de acesso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a cursos *on-line*. Como que a gente vai conseguir delimitar isso e proteger a saúde da população? Essa é a nossa preocupação como profissional da saúde.

Coloco-me numa situação complicada de julgar, mas acho importante ressaltar o que foi dito aqui no sentido de que esse PL não passou pelas comissões que poderiam ter ajudado para a formação melhor desse texto. Eu acho que o momento é agora. Então, precisamos mudar esse texto para que a população tenha a sua saúde defendida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Srª Themis Brochad. Por suas considerações, vai ficando muito clara a banalização do uso dos instrumentos, dos malefícios que podem causar e de tudo sobre o qual nós vamos precisar nos debruçar para ter realmente um projeto que responda ao que estamos ouvindo aqui.

Ao mesmo tempo, quero agradecer a presença do Deputado Ricardo Izar, que teve seu projeto apensado ainda na Câmara. Quero também reafirmar a minha preocupação, Senadora Ana Amélia, com o que foi colocado aqui primeiro pelo Sr. Sérgio Palma e depois pela Srª Themis: esse projeto foi para Plenário diretamente, não passou em Comissões, não teve audiências públicas. E estamos vendo que o resultado que podemos apreciar do projeto original é extremamente preocupante, e que, realmente, vamos necessitar de um estudo com muita calma, paciência. Quanto a isso, ele está em boas mãos, porque esta é uma característica da Senadora: ouvir todos os lados.

Bom, vou dar a palavra agora para o Sr. José Fernandes Maia Vinagre, corregedor do Conselho Federal de Medicina.

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – Boa tarde a todos. Cumprimento a Senadora Marta, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da Mesa, aliás, brilhantes nas defesas das suas teses, e isso é muito bom, enriquece; cumprimento também a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, e parabenizo-a por trazer realmente essa discussão necessária desse projeto, que passou de uma forma... que não cumpriu a ritualística, realmente, na Câmara. Eu acho que essa discussão aqui no Senado é ainda mais importante devido ao número de manifestações a que a Senadora Marta se referiu na sua fala inicial – 18 mil manifestações – a respeito do processo. Isso, realmente, mostra a necessidade e a importância dessa discussão aqui.

Eu, representando aqui o Conselho Federal de Medicina, vou fazer uma abordagem um pouquinho diferente na minha fala, porque acho que a prática e o que deveria ser mostrado e mudado nesse projeto, e tal, já foi muito bem feito pelos meus antecessores.

O que é a Medicina? A Medicina é uma das muitas áreas do conhecimento ligada à manutenção e restauração da saúde. Ela trabalha, em sentido amplo, com prevenção e cura das doenças. E, no seu escopo de atuação, estão as ações de saúde pública que visam à promoção, à prevenção, ao controle, à erradicação e ao tratamento das doenças, traumas ou qualquer outro agravo à integridade e bem-estar das pessoas. Esse é o escopo do que é a prática da Medicina no nosso País.

O exercício da Medicina se dá na relação médico-paciente. Não tenham dúvida que aí é que está o escopo dessa prática. E o ato médico precisa considerar a integralidade do indivíduo: eu não posso tratar o indivíduo pontualmente; eu tenho que tratá-lo na sua integralidade. Uma consulta médica começa com uma anamnese bem-feita, um exame físico correspondente àquela anamnese, uma possível formulação de um diagnóstico, do que estou lançando mão para firmar aquele suposto diagnóstico, e a terapêutica.

Então, ela envolve; é global. Eu não posso ver um paciente entrar no consultório do médico e ele ser visto de uma forma separada de um todo. Inclusive, há a questão psicológica, o seu estado físico e mental, o ambiente no qual ele está inserido, os meios disponíveis para chegar a um diagnóstico e as suas repercussões. A medicina está ali.

Ignorar a integralidade do indivíduo, em seu diagnóstico ou tratamento, implica consequências seriíssimas para a saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse tratamento integral, esse olhar integral ao indivíduo tem, se eu não fizer isso, se o médico não fizer isso, eu trago consequências nefastas para a saúde das pessoas. Por isso, o médico é o profissional mais habilitado e preparado para o exercício da atividade, pois tem formação mais ampla e aprofundada, é capaz de avalia as diferentes dimensões da saúde do indivíduo, desenvolve a sua ação sem a expectativa ou promessas de resultado.

Esse é o escopo da medicina. A medicina é uma ciência de meios e não de fim. Eu não posso prometer um resultado para um paciente em qualquer área da minha atuação como médico. Infelizmente, o que está acontecendo hoje, na prática, é exatamente essa questão, principalmente quando ela envolve a estética e a cosmiatria. São promessas de resultados que nós não vamos poder cumprir no momento, nem o médico nem outro profissional envolvido nessa questão da estética e da cosmiatria.

Então, isso é para mostrar que eu não posso ver o meu paciente separadamente.

Além da preparação que os médicos possuem, eles integram uma das poucas categorias regidas por um Código de Ética Médica.

Estou aqui, nesta Audiência Pública, pela quarta vez, representando o Conselho Federal, não especificamente para tratar da questão da regulamentação da estética. Mas eu já vim a outras Audiências Públicas aqui, nesta mesma Casa e na Câmara, para discutir outras profissões. Eu vejo que acontece no nosso País uma inversão da cronologia. Abrem-se cursos, formam-se profissionais e eles, quando estão formados em faculdades privadas, a grande maioria, e que pagam uma fortuna para se formarem, a família se envolve nessa formação e, quando eles se formam, eles não têm inserção no mercado, porque a profissão que eles estão pretendendo fazer não tem regulamentação.

É isso o que está acontecendo exatamente aqui com essa profissão agora em debate. Formam-se os profissionais, e nós não tem uma regulamentação. E quando não se tem uma regulamentação, não tem quem fiscaliza, quem pune os profissionais que não se enquadram naquela formação e na prática adequada àquela profissão. E é isso que, infelizmente, está acontecendo.

E na medicina nós somos regulamentados por um Código de Ética Médica. Todo médico é obrigado a cumprir, na sua prática médica, o que está previsto no nosso Código de Ética Médica. Este Código de Ética está aí e está sendo revisado atualmente. Eu faço parte da comissão que está revisando o nosso Código de Ética. Ele foi revisado em 2009 e está sendo revisado novamente agora, para acompanhar a evolução da medicina brasileira e mundial. É necessária essa revisão periódica do nosso Código de Ética Médica.

Dentro do que está previsto, os princípios fundamentais são as regras gerais que regem o nosso Código de Ética. Eu selecionei alguns para mostrar as obrigações do médico com a prática da Medicina:

> I - A Medicina é uma profissão [este é o primeiro inciso dos princípios fundamentais do nosso Código de Ética] a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.
> VI - O médico guardará absoluto respeito pelo ser humano e atuará sempre em seu benefício.

Esse é o inciso mais importante, na minha opinião, do nosso Código de Ética médica.

> IX - A Medicina não pode, em nenhuma circunstância ou forma, ser exercida como comércio.
> XI - O médico guardará sigilo a respeito das informações de que detenha conhecimento no desempenho de suas funções, com exceção dos casos previstos em lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> XIX – O médico se responsabilizará, em caráter pessoal e nunca presumido, pelos seus atos profissionais, resultantes de relação particular de confiança e executados com diligência, competência e prudência.

O médico, na sua prática, tem que ter estes três paradigmas: diligência, competência e, principalmente, prudência.

Este é o último principal fundamental que eu selecionei para mostrar para vocês:

> XXI - No processo de tomada de decisões profissionais, de acordo com seus ditames de consciência e as previsões legais, o médico aceitará as escolhas de seus pacientes, relativas aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos por eles expressos, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas.

O médico, no exercício de sua profissão, só pode fazer práticas cientificamente reconhecidas. Não pode fazer nada, se não houver cientificamente o reconhecido adequado para isso, dentro das leis brasileiras. Não adianta vir com procedimentos aprovados no exterior e trazê-los para a nossa prática médica. É preciso haver a aprovação pela legislação brasileira.

Com essa exposição, o que eu quero dizer? O objetivo é chamar a atenção dos Parlamentares para a complexidade do tema em análise e, ao mesmo tempo, estimular a reflexão acerca das consequências das escolhas feitas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE – Eu acho que foram mostradas, com bastante competência, pelo Sérgio e pela nossa representante da fisioterapia, as consequências. Nós estamos vendo, na prática da Medicina no Brasil, hoje, as consequências nefastas que as práticas cosmiátricas e estéticas estão causando na população brasileira por pessoas não qualificadas que não têm conhecimento suficiente para isso.

Há uma série de dúvidas que devem ser levadas em conta, é lógico, pois a outorga legal de exercício profissional para determinado segmento pode representar também exposição ao risco para a saúde individual e coletiva.

Assim, algumas questões se impõem. Ao regulamentar as profissões de esteticista e cosmetólogo, não estará se aumentando o risco de agravos desnecessários para a população? Os indivíduos que venham a exercer essas atividades terão conhecimento técnico suficiente para o exercício da profissão? Há mecanismos para assegurar a fiscalização do bom e ético exercício dessas atividades?

Essas são perguntas e dúvidas que eu quero deixar para a discussão na plenária.

Não há espaço para dúvidas. Não se trata apenas de uma questão de exercício profissional ou de garantia de direitos de trabalhadores. Estamos falando de saúde, bem-estar, sequelas, vida e morte. Ignorar esses aspectos durante esse debate pode ter sérias consequências.

O cuidado com o ser humano é ato integral. Não se deve dividi-lo como se as partes não se conectassem, bem como suas repercussões.

Essa é a reflexão que eu quero deixar para o debate desse projeto de lei que está sendo analisado.

Reforço aqui a importância de o Senado atender ao apelo que a sociedade está fazendo. Esta Casa representa a sociedade brasileira na condução da conclusão desse projeto. Como foi dito pelos profissionais da área médica e da área fisiátrica, fisioterápica que me antecederam, não há impedimento de que se regularize a profissão que está sendo requerida neste momento, desde que as questões já levantadas se ajustem à boa prática dessa profissão.

Era isso, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Sr. José Fernando Vinagre, Corregedor do Conselho Federal de Medicina.

Quero também agradecer a presença do Deputado Mandetta, do DEM, do Mato Grosso do Sul, que é médico; e do Deputado Vitor Lippi, que também é médico. Ambos nos dão a honra de sua presença.

Eu fiquei pensando no que eu ia ponderar da sua fala, porque eu naveguei por formas muito diferentes. Num primeiro momento, o senhor falou sobre a Medicina – acho que temos todos um consenso do que significa Medicina –, e foi me dando uma sensação de que o senhor não estava propondo uma solução, mas, sim, fechando portas. Aí o senhor veio com o contraditório. O senhor disse: "Eu estou preocupado com a regulamentação." Eu pensei: "Bom, então temos uma possibilidade, segundo o discurso." Depois, o senhor terminou falando da complexidade, da necessidade de reflexão, o que é óbvio, porque esse é um assunto muito, muito sério, pelo que nós vimos demonstrado aqui em pouquíssimos minutos.

Mas eu fiquei com uma indagação em relação à última frase, quando o senhor disse que o corpo não pode ser partido, pois há um grande risco. A própria Medicina fez isso nas últimas décadas. Nós temos o urologista, o dermatologista, o ginecologista, está tudo dividido; quer dizer, há uma especificidade.

Agora, parece-me, do que eu ouvi aqui – ainda vamos ouvir a última palestrante, a Srª Eulina Menezes Ramos, da Associação de Tecnólogos em Estética de Brasília –, que nós vamos precisar ter uma preocupação com o que pode causar dano. No frigir dos ovos, é isso. O que pode causar dano não pode ser feito. Se existe um *laser* que o estetista usa, qual é a pulsão – não sei se estou usando o nome correto –, até quanto o estetista pode usar? E também qual será a punição? Aquele que usa mais do que pode tem que sofrer uma punição seriíssima, porque está entrando em uma área que não lhe é permitida. Esse me parece um dos grandes trabalhos que a Senadora Ana Amélia vai ter que aprofundar.

Entrementes, eu dou a palavra a Eulina Menezes Ramos, para fazer suas considerações. É a nossa última palestrante.

A SRª EULINA MENEZES RAMOS – Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer principalmente à Srª Senadora, que nos proporcionou este momento. A solicitação foi feita pelo Senador Hélio José, do Distrito Federal, que tem apoiado o nosso trabalho de esteticistas dentro do processo de regulamentação no Distrito Federal. Então, gostaria imensamente de agradecer pela oportunidade.

Ao longo de mais de 60 anos, a estética brasileira tem sido uma das profissões em destaque permanente.

A cada ano que passa, o Brasil consolida a sua posição no mercado. Em 2016, a primeira retração em vendas foi registrada, em mais 23 anos, o que exige mais criatividade e inovação para o setor recuperar o seu desempenho. Isso quando falamos da questão da crise que vivemos, não só da estética, mas dentro dos produtos cosméticos e de beleza.

O Brasil é o quarto mercado global de beleza, atrás de China e Estados Unidos. A Associação Brasileira de Indústria de Higiene Pessoal fez um levantamento, em 2014, e aponta que o brasileiro gasta, em média, 2% do seu orçamento em compras com higiene e beleza. O orçamento que a gente usa, em movimento, em termos de capital, é de em torno de US$43,5 bilhões por ano.

A estética brasileira é formada por vários profissionais, dentre eles o tecnólogo em estética e o técnico em estética. O tecnólogo, após concluir uma graduação, estará habilitado a trabalhar com estética facial, corporal e capilar, além de prestar consultorias em sua área e atuar em indústrias de cosmetologia. Pode ser contratado para centros de estética, além de abrir o seu próprio negócio ou inserir-se na carreira de docência, pois, durante o seu processo de aprendizagem no seu curso de tecnólogo, que tem a duração de três anos, aprendeu todas as disciplinas necessárias para suas habilidades: cosmetologia, eletrotermofototerapia, anatomia, biossegurança, dentre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O aumento da demanda tem levado os profissionais à profissionalização, quer por meio de especializações *lato sensu*, *stricto sensu*, ou cursos avançados em modernas práticas, incluindo a eletrofototerapia e o uso de cosmecêuticos de alta performance.

Como enfermeira há mais de 30 anos, controladora de infecção há mais de 12 anos e como tecnóloga em estética, formada por uma das maiores universidades aqui do Distrito Federal, o IESB, quero compartilhar dados preocupantes com as pessoas que nos assistem, em relação a uma doença silenciosa que atinge quase meio milhão de pessoas no Brasil chamada Hepatite.

Por eu ser uma profissional que trabalha com controle de infecção, é uma área que dentro da estética nós precisamos fazer algumas reflexões.

Clientes e profissionais portadores desses vírus podem realizar procedimentos em estabelecimentos de estética e ambos correm risco de transmissão, caso os devidos cuidados nos procedimentos de desinfecção e esterilização não sejam realizados.

Nesse contexto chamo a atenção dos senhores para a necessidade de esteticistas, responsáveis técnicos habilitados para elaborar protocolos, treinar equipe e implantar os procedimentos operacionais padrão baseados em evidência científica atualizada. E para tal é de suma importância a qualificação desses profissionais.

Todavia, quando buscamos avaliar a provável fonte ou o mecanismo dessas infecções, vale destacar que existe um percentual significativo de casos em que não se conhece a forma de transmissão. Nos casos da Hepatite C, nos casos notificados pelo Ministério da Saúde, verifica-se que em mais da metade, 59,1% destes casos, a informação consta como ignorada. Ou seja, profissionais e clientes da estética correm sérios riscos de serem afetados por essa doença e outras, o que implica necessidade de melhoria nas técnicas e cuidados que vão desde a assepsia do ambiente até esterilização segura de materiais, assim como a qualificação profissional para o desempenho das boas práticas na estética.

Não podemos excluir os riscos de infecção por bactérias, tendo em vista que vários trabalhos descrevem infecções por microbactérias de crescimento rápido em procedimentos como tatuagem, cirurgia de mamoplastia, mesoterapia, hidrolipoclasia. Alguns desses procedimentos citados não são realizados por esteticistas, entretanto esses pacientes podem submeter-se a procedimentos pós-cirúrgicos e serem fontes de transmissão dentro das clínicas de estética, porque assim são encaminhados por esses profissionais que realizam tais procedimentos, principalmente os médicos.

Aí nós precisamos ter boas práticas de higiene e desinfecção, inclusive a higienização básica das mãos. Se elas forem negligenciadas, nós teremos, então, comprometimento nos nossos centros de estética.

Mesmo ainda incipientes, as denúncias de usuários analisadas pelo último boletim elaborado pela Anvisa, que saiu agora em 2016, referente aos serviços de interesses para a saúde – e nós estamos lá como serviços de interesse para a saúde, que é o termo que a Anvisa usou nesse relatório –, indicam que 52% são referentes à categoria de estética e embelezamento. O que não deixa de nos preocupar. Sendo a maior concentração de problemas relacionados a falhas em procedimentos internos a menção ao uso incorreto de materiais e equipamentos, que também aparecem como os principais problemas em conjunto com a aplicação de produtos irregulares.

Não queremos ser médicos, não queremos fazer diagnósticos, isso não cabe a nós, tecnólogos em estética e o técnico em estética. Mas queremos contribuir para que a população brasileira esteja segura quando adentra os nossos consultórios, as nossas clínicas.

Portanto, senhoras e senhores, esteticistas e Senadores, há de se julgar urgente e inadiável a regulamentação da profissão de esteticista, para que a sociedade brasileira se sinta segura ao escolher um profissional para cuidar da sua saúde estética.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço ao depoimento da Srª Eulina Menezes Ramos, que colocou, com muita propriedade, a sua preocupação caso não ocorra uma regulamentação, porque, do contrário, nós não temos nem como controlar e nem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responsabilizar alguém, hoje, pelas impropriedades que são cometidas. Acho que V. Sª resumiu bastante bem.

Nós temos, como eu disse, mais de 18 mil manifestações. Trouxeram-me, agora, algumas e eu vou ler.

"Não é mais sensato regulamentar a profissão de esteticista e proteger a população das pessoas que não têm formação profissional para realizar os procedimentos estéticos?" Essa é a manifestação da Srª Elaine Massena da Silva, de Mato Grosso do Sul.

Aqui nós temos uma médica, a Drª Fabíola de Paula Pereira Takeuti, que é de São Paulo. Ela diz: "Eu, como médica, me preocupo com a regulamentação da profissão de esteticista, que compreende o esteticista, o cosmetólogo e o técnico em estética, pois o texto do projeto de lei necessita de aperfeiçoamento como forma de proteção à saúde da população brasileira, que está sendo colocada em risco por este projeto de lei. Eu, como médica, me preocupo com essa votação, pois esse projeto é uma ameaça à saúde de qualidade do brasileiro. O projeto de lei apresenta alguns equívocos e também quer conferir ao esteticista algumas competências atribuídas com exclusividade, por lei, aos médicos dermatologistas brasileiros".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

Eu gostaria de ponderar a V. Exª que às 16 horas o nosso Presidente costuma abrir a sessão, e nós temos – o Senador Moka e eu, como Relatora –que fazer algumas ponderações.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, se V. Exª assim entender, poderíamos adiar um pouco a leitura dessas perguntas, que são contribuições valiosíssima das pessoas que participam deste debate pela internet, virtualmente, porque, assim, a gente agilizaria o trabalho aqui, em respeito também às pessoas que vieram para assistir à audiência pública e estão todas aqui presentes. Foi uma tarde, uma audiência pública muito rica, que mostrou, realmente, a necessidade dessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senadora. Nós vamos deixar mais estas aqui para após o questionamento.

V. Exª tem razão, às 16 horas começa a...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mais em função da nossa agenda.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aqui nós temos um procedimento: com a abertura da Ordem do dia, teremos que interromper a audiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É mais uma questão processual.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Bem; eu acho que nós ouvimos muito bem todos os lados. Vamos deixar agora os questionamentos dos dois Senadores presentes.

Qual Senador gostaria de iniciar?

A Senadora Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sou autora do requerimento e sou a Relatora do projeto, de forma que tenho a preferência regimental, não é nem por mérito, é por determinação regimental.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senadora Ana Amélia.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Mesmo que não tivesse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero saudar todas as esteticistas, fisioterapeutas, que aqui compareceram. Faço questão aqui de saudar a Tânia Beatriz Oliveira, que é do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e a Katia, que está aqui representando também a Feevale, que é uma instituição muito respeitada em nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Queria agradecer muito ao Dr. Sérgio Palma; à Katia, que já referi; à Rosaline; ao Dr. José Fernando; à Themis Maria e também à representante do Distrito Federal, que participou deste debate aqui.

Fiquei muito mais segura, Senadora Marta Suplicy, caro Senador Moka, com a oportunidade inadiável deste debate.

Nós víamos, aqui, pela manifestação de pelo menos duas categorias muito importantes, a dos fisioterapeutas e da dermatologia, de que o debate sobre essa matéria não foi feito, visto que implica, eu diria, a intersecção de atividades profissionais.

Isso não quer dizer que eu não entenda que seja necessário que trabalhemos aqui rapidamente para termos um marco regulatório profissional para definir e para dar segurança às pessoas que são atendidas por esse serviço.

Então, a nossa preocupação não pode ser uma preocupação corporativa nem para dermatologistas, nem para fisioterapeutas, nem para esteticistas. A nossa preocupação crucial e prioritária é com a saúde da população brasileira.

Eu vou fazer perguntas bem rápidas, Katia, porque, como você foi a primeira expositora, aqui há algumas coisas que me deixaram em dúvida.

Aqui se falou em equipamentos específicos e não diz quais são esses equipamentos específicos. Por exemplo, luz pulsada é um equipamento específico?

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Luz pulsada é um equipamento específico, porém ele não é da área da estética. Nós não utilizamos luz pulsada. Não ensinamos essa prática dentro da universidade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tratamento estético inovador. O que é um tratamento estético inovador?

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Um tratamento estético inovador pode ser pensado em uma forma diferente de procedimento. Por exemplo, se eu conheço determinado cosmético e ele... Vou dar o exemplo de um *peeling* utilizado para hipercromia em estética facial. A gente utiliza os *peelings* cosméticos que são autorizados pela Anvisa, tanto em relação ao PH quanto em relação a percentual.

Então, temos um direcionamento, por exemplo, de procedimento indicado pela indústria em que o uso, digamos, se dá assim: passo 1, passo 2, passo 3. Quando se tem um conhecimento específico da área, pode-se inverter esse procedimento e dar um caráter inovador a essa prática, como eu disse, pelo conhecimento da área dos cosméticos ou da cosmetologia. A gente utiliza a expressão "cosméticos", pelo conhecimento dos cosméticos.

Poderia se dizer também que um procedimento é inovador quando se pensa... E, aqui, eu gostaria de deixar claro que a estética não trata a patologia, ela não diagnostica patologia, como já foi falado, e, sim, busca tratar a condição de saúde. Então, um procedimento inovador pode buscar um atendimento personalizado para aquele indivíduo inserido no contexto de cosméticos e práticas utilizando recursos manuais ou recursos eletroterápicos, enfim, mas de uma forma diferenciada, personalizada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, nesse caso, você disse que a indústria indica lá os passos a serem seguidos no uso de um produto determinado, como para um *peeling*, por exemplo.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Exato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, quando a indústria faz um produto, eu imagino que ela o faz para um tipo de pele que é o geral.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Exato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas existem vários tipos diferentes de pele, com pigmentações diferentes, com tipos diferentes, sensíveis ou não, alérgicas ou não; e, nesse caso, na aplicação desse produto, vocês tendo uma reação inesperada para isso, qual é o procedimento que se adota?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Neste caso, como pode acontecer? Como é de uso cosmético e a venda é livre, caso haja, em cabine, uma intercorrência, o encaminhamento seria a um médico. Esse é o procedimento padrão, que pode ocorrer também se esse indivíduo comprar esse produto de venda livre e utilizar em casa. Se ele tiver uma reação alérgica, ele vai procurar um médico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ali, na sua exposição, há também a alusão a uma prática de cosmética capilar.

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso... O capilar é implante?

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Não; ele não é implante. Implante é da área médica.

Quando a gente fala de procedimentos capilares, a gente tem uma situação de terapia complementar à prática médica, na área da saúde, dentro da tricologia, que são os tratamentos complementares utilizando os recursos estéticos, como os cosmecêuticos, cosméticos, bem como terapias alternativas, tais como argilas, óleos essenciais, para dar conta de uma alopecia, com o intuito de estimular o couro cabeludo. Não é aqui a condição de tratar a patologia, mas de melhorar o aspecto geral da pele, devolver a fisiologia da pele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há dois aspectos ali, na sua exposição, que falam em "casas de repouso" e "área corporal". Essas duas expressões me trouxeram à cabeça a questão da área da fisioterapia.

Em uma casa de repouso, a questão estética, aquela coisa da beleza, a beleza... A estética como beleza, em uma casa de recuperação, em um asilo, por exemplo, em uma casa para pessoas de idade, casa de repouso geriátrica, ela teria menos efeito estético e mais o efeito terapêutico, no sentido de, por exemplo, uma massagem ou exercícios que teriam que ser feitos para recuperação de mais mobilidade de uma pessoa de muita idade.

Então, isso me parece que entra um pouco na área da fisioterapia, no caso da casa de repouso. O que se quer dizer quando se fala em casa de repouso e também em "área corporal", quando ali se fala em massagens e em várias coisas que são da atividade também da fisioterapia?

No meu entendimento... Não sei se eu estou... Eu estou fazendo as perguntas com as dúvidas, para esclarecimento.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – O.k.

Contextualizando, então, casas de repouso. Podemos ter essa condição do indivíduo acamado... E isso a gente pensa no contexto universitário, pautado no ensino, na pesquisa e na extensão. Então, por exemplo, temos extensão em atividades em casas de repouso na nossa região, onde se cuida dos anexos cutâneos. Pode-se atuar também na melhora da condição da pele. Não seriam aqui exercícios, porque, isso, sim, é da área da fisioterapia, mas o cuidado da pele.

Por exemplo, eu participei de supervisão de um estágio na universidade em que uma aluna, em fase de pesquisa para elaboração do TCC, fez o cuidado da pele do idoso e conseguiu identificar que fatores de hidratação melhoravam a manifestação de um quadro de púrpura senil, que é a fragilidade capilar e o aparecimento de manchas arroxeadas.

Então, o fato de essa pele se manter hidratada, cuidada melhorou o aspecto geral da pele, devolvendo a fisiologia através de cuidados estéticos, do uso de cosméticos, enfim, da hidratação da pele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Kátia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; o senhor tem que falar com a Presidente, pedir permissão à Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Se os Senadores não se importarem, eu acho que a gente torna mais rápido.

Eu não me importo; acho até adequado, porque nós vamos fazendo isso mais vivo. E temos muito pouco tempo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia exatamente fazer... Antes de o doutor... Cabe à Presidente deliberar sobre como vai se proceder aqui, mas eu só queria antes, para que não passe, eu queria dizer que eu...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, Ana Amélia, vamos fazer assim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não, só...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Você faz todas as suas perguntas, o Moka faz todas as perguntas dele, e, aqui, nós vamos ver o tempo que nós vamos ter para responder. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ainda bem que ele não falou "inquisição". Ainda bem que tu não falaste "inquisição".

Eu quero dizer que estou juntando ao processado – termo técnico para dizer que estou botando junto no relatório – para a Consultoria Legislativa desta Casa e eu gostaria muito que um representante dos três segmentos que aqui estão representados – a área médica, a esteticista e a fisioterapia – estejam juntos para elaborarmos o texto, porque é o melhor caminho que temos. A democracia me impõe esse tipo de trabalho. (*Palmas.*)

Então, eu queria agradecer aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ótimo encaminhamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senadora.

Eu só quero dizer, então, que eu estou apensando, na verdade, estou juntando ao processado um documento que eu recebi da Sociedade Brasileira de Dermatologia, assinado pelo Presidente, Dr. José Antonio Sanches Junior; pelo Vice-Presidente, que está aqui presente, Dr. Sérgio Luiz Lira Palma; pelo Secretário-Geral, Flávio Barbosa Luz; pelo Primeiro Secretário, Hélio Amante Miot; e pela Maria Auxiliadora Jeunon Souza, Tesoureira; e Sílvia Maria Schmidt, Segunda Secretária.

Também recebi do Coffito – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional uma manifestação com ponderações muito bem fundamentadas, que foram encaminhadas ao Ministério da Saúde e a esta Relatora, assinados pelo Presidente do Coffito – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Dr. Roberto Mattar Cepeda.

E também recebi, que ainda estou juntando, uma moção do Deputado Paulo Ramos, que é Presidente da Assembleia Legislativa... Ele, na verdade, não é o Presidente; ele requereu à Mesa Diretora uma moção de apoio ao Projeto de Lei que veio da Câmara, nº 77, de autoria da Deputada Federal Soraya Santos. Então, ele requer que essa iniciativa seja encaminhada à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Marta Suplicy, e também a esta Relatora, a quem ele encaminhou.

Então, está lido, e essas três correspondências, que são todas relacionadas ao Projeto nº 77, da Deputada Soraya Santos, estão anexadas aqui ao processado.

Eu não vou nem ler o relatório, mas a Themis Maria falou de algumas questões que me preocuparam, como a dos aparelhos chineses que estão chegando sem controle nenhum, e sobre os riscos da banalização dessa atividade.

Então, eu queria um comentário breve para a melhor compreensão sobre os riscos desses aparelhos. Que aparelhos são esses? O que fazem?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ela poderá comentar depois que o Senador Moka fizer as suas perguntas.

A senhora faça todas as suas perguntas primeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Primeiro, a Senadora Ana Amélia vai colocar todas as suas questões, para dar um tempo, porque, senão, nós vamos interromper.

V. Exª terminou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Então, o Senador Moka faz as suas questões e aí abrimos para o senhor, que foi o primeiro a já querer colocar uma situação. Depois ela.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Depois dessa inquirição, Senadora, eu vou ser muito breve e muito objetivo.

Primeiro, agradeço à Senadora Marta Suplicy por permitir que.... Eu quero lembrar que isso que a Senadora Marta Suplicy fez não é uma coisa comum – é claro que ela consultou o Plenário –, porque, normalmente, quando você vota um requerimento, as pessoas já são previamente selecionadas, ou seja, quem vai vir e quem não vai vir. Mas a Senadora Marta Suplicy permitiu exatamente, a pedido do Senador Hélio José, que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E com a aquiescência dos Senadores aqui presentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... a Srª Eulina Menezes Ramos também fizesse parte disso. É importante.

Então, para ser objetivo, antes, respondendo à Senadora Marta Suplicy, aí eu saio em defesa do meu colega, o José Fernando Maia Vinagre. Deixe-me lhe explicar uma coisa: os médicos, hoje... Eu tenho uma filha que é nefrologista, só que, antes de fazer dois anos de nefro, depois de ter feito seis anos de medicina, ela fez dois anos de clínica médica. Então, o médico faz dois anos de clínica médica depois de formado. Aí é que ele vai fazer a especialização. Então, são nove, dez anos, dependendo. Acho que dermato são dois...

O SR. SÉRGIO PALMA (*Fora do microfone.*) – Dois anos de clínica médica ou, se ele entrou direto, faz um ano de clínica médica e dois de dermato. Eu mesmo tenho dois anos de clínica médica e mais dois de dermato.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, é disso que nós estamos falando. Então, isso é uma preocupação médica. Agora, eu concordo com uma coisa – e aí quero deixar claro aqui: nós precisamos regulamentar. Disso eu não tenho dúvida. Agora, o texto que veio é um texto que é, nó mínimo, suspeito. Desculpe-me dizer, mas ele foi votado sem debate; ele não passou por nenhuma comissão permanente da Câmara dos Deputados; ele foi direto para o plenário. E, no plenário, nós sabemos que não há tempo, e ainda com pedido de regime de urgência.

Então, com isso daí, o que vai acontecer? Nós vamos ter um texto que não vai ser bom para ninguém. Eu tenho certeza de que o encaminhamento dado pela Senadora Ana Amélia, de que um grupo de trabalho, que tenha a representação de médicos dermatologistas, que tenha a representação aqui dos terapeutas e tenha a representação também do pessoal...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Especialmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Especialmente, porque são os que pretendem a regulamentação.

Então, o que vai acontecer? Nós vamos ter um texto que vai regulamentar a profissão necessária para que não haja esse tipo de barbárie, que, eu tenho certeza, não foi cometido por ninguém que fez faculdade superior de cosmetologia. Eu tenho certeza de que não é isso.

É aquela história: como não se tem a regulamentação; qualquer um se acha no direito de ser esteticista ou ter alguma clínica alguma coisa. Isso está errado também.

Então, agora nós precisamos saber qual é o limite de cada uma dessas profissões. E, feito isso, o texto está apto a ser votado com todos vocês aqui de comum acordo. E aquilo que não tiver acordo? Bom, aquilo que não tiver acordo será votado efeito e decidido aqui: primeiro, na Comissão, no voto; e, depois, no plenário do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não é terminativo, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não é terminativo aqui, então, ele vai ser debatido aqui na Comissão.

Mas quero dizer que a iniciativa da Srª Kátia Regina, da D. Rosilene e também da Eulina de trazer o projeto e defender aqui a profissão de vocês é legítima, e é importante que isso aconteça. Agora, para acontecer isso, nós temos que ouvir realmente outros profissionais que atuam ou de forma suplementar ou, então, uma equipe multidisciplinar. É comum haver uma clínica de estética em que há um dermato, há uma pessoa na área de estética e há terapeuta. É comum, é uma equipe multidisciplinar.

Então, só acho que essa regulamentação precisa... E aí há um detalhe que quero chamar a atenção: nos últimos anos, todas as profissões, ou pelo menos a maioria delas, aprovadas no Congresso Nacional, estão sendo vetadas pelo Governo Federal com a seguinte explicação, isso já está disciplinado. Então, depois do texto, ainda há o trabalho de trabalhar a sanção da profissão regulamentada.

É só isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Moka. Foi muito clara a sua posição e acho que a de todos nós.

O Deputado Federal Vitor Lippi, que é médico, gostaria de dar uma palavra. Vou pedir para ser bastante breve para a gente poder ouvir nossos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que não terminei, Senadora. Depois que o Deputado falar... Eu não havia terminado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Ah, não! Mas eu achei que V. Exª tivesse terminado. Foi uma má compreensão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há problema, a senhora pode passar a palavra ao Deputado.

O SR. VITOR LIPPI – Muito obrigado. Eu agradeço à Senadora Marta Suplicy, cumprimento a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka. Cumprimentar a todos os participantes da mesa.

Como médico dermatologista, a preocupação aqui que acho que todos nós queremos avançar – é verdade aqui que o mercado de cosmética e estética avançou muito –, mas precisamos fazer tudo isso com duas palavras que são fundamentais: com responsabilidade e com segurança.

Quando nós falamos do dermatologista – que, às vezes, você vê um dermatologista passando um creme, fazendo alguma coisa –, é importante lembrar que esse profissional passou por um dos cursos mais difíceis – fez um curso integral de seis anos –, depois ele faz uma especialização em clínica médica integral – mais dois anos –, depois ele faz uma especialização em dermatologia – integral, e mais três anos. São dez anos de faculdade, universidade e hospitais em tempo integral. E, depois, ele faz uma prova de especialização, que é uma das mais difíceis do mundo.

Então, obviamente, que isso nos dá oportunidade de entender bem qual é a atuação dos medicamentos, quais são os riscos, como é que a gente interpreta. A gente compra um produto comercial, mas a gente sabe, conhece, até pela experiência, pela vivência, pela formação, pela habilitação que nós temos.

Então, entendo que precisa, realmente, haver um grupo de trabalho que possa nos conduzir a esse processo de respeito a uma nova atividade, que nós achamos que é importante que se conheça a segurança a biossegurança, uma série de questões, mas também...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Silêncio, por favor! Silêncio no plenário, por favor.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VITOR LIPPI – Oi? Eu não entendi.

Bom; nós não somos contrários à regulamentação, mas que isso seja feito dentro dos limites, assim como a fonoaudióloga tem a sua atividade muito clara e contribui para a Medicina e para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sociedade, assim como a Fisioterapia etc. Eu entendo que isso precisa ter uma clareza de segurança para as pessoas e com a responsabilidade desta Casa.

Eu agradeço muito a oportunidade e me coloco também à disposição para dar as contribuições possíveis, para que a gente faça isso da melhor forma.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Muito obrigada, Deputado Vitor Lippi.

Passo a palavra à Senadora Ana Amélia para a sua conclusão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria só concluir. A Rosaline, primeiro que ela... Vou fazer a pergunta para a Rosaline e para o Dr. Sérgio.

Rosaline, você falou muito sobre as escolas, que foi um tema também abordado pela Kátia – número de escolas. Uma questão: quando você fala em EAD, é o ensino à distância que é comumente usado. Penso – talvez eu esteja equivocada, mas eu queria confirmar com uma profissional como você é – que, numa área dessas, você precisa estar manipulando não só os produtos, mas estar também em contato com o paciente na hora da formação. Como isso é feito por EAD? Como é que você consegue fazer, por EAD esses procedimentos que devem ser, eu diria, presenciais? Existe um período em que, no curso EAD, é feito dessa forma?

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Senadora, a senhora vai me colocar em uma situação muito difícil no Brasil inteiro, porque eu serei obrigada a falar o que eu penso sobre os cursos EAD.

Para mim, é muito desagradável saber que há pessoas entrando no mercado de trabalho com esse tipo de informação. Às vezes, essas pessoas têm um dia por semana de curso presencial. Eu já recebi vídeo de denúncia com pessoas tendo aula deitada no chão. Elas não têm estrutura nenhuma. Só que a maioria desses cursos EAD não é na área de estética; o MEC não autorizou porque não há aquela infraestrutura adequada que é a solicitada. Os cursos não têm a carga horária. Então, essas pessoas estão se graduando em embelezamento e higiene, que não é estética.

Inclusive, no nosso projeto de lei, no art. 11, se não me engano, está lá escrito que esse projeto não regulamenta as pessoas da Classificação Brasileira de Ocupações de Embelezamento.

É isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço. Depois eu pergunto para o Dr. Sérgio então.

O SR. THEMIS MARIA MILAN BROCHADO – Então, já que foi falado que eles não estão classificados na CBO – e a gente acha muito pertinente, porque não pode se regulamentar uma profissão baseada apenas em dados de mercado e de CBO –, eu gostaria de saber onde inseri-las. Por quê? Se a Srª Kátia falou que elas não tratam patologias, como que ficaria isso? E, ao mesmo tempo, ela falou de uma patologia capilar. Então, eles atuam dentro da patologia capilar. No nosso ponto de vista, está tudo muito solto.

E aí nós temos uma complicação muito grande, porque, por exemplo, ao passar um "creminho" em um couro cabeludo que está com aquela alteração que ela falou, como a gente vai saber se vai ser certo ou não, se vai melhorar ou piorar?

E, quando ela fala no não patológico, um pós-operatório é um tecido que está com uma condição patológica inflamatória, porque ele recebeu uma incisão cirúrgica, há células inflamatórias que chegam ali para recuperar esse tecido, ele se encontra em uma condição patológica, e esse trabalho – daí estou puxando sardinha para o meu lado, sem querer corporativista – de devolver a função desse tecido é da fisioterapia e, por isso, a gente tem que entender todo um processo de reparo, de deposição de fibra celular, de deposição de células inflamatórias, quais que estão chegando do 1º ao 8º dia, do 1º ao 15º dia, como que isso acontece. Se for um estímulo que faça muito colágeno, eu vou ter uma cicatrização hipertrófica. Se for um estímulo que possa parar com o processo inflamatório, o tecido não vai ter a mesma força de tensão que ele precisa ter.

Então, o que é o não patológico? Por exemplo, pós-operatório não pode, porque é um tecido patológico. Há os médicos aqui e eles vão concordar comigo. Uma situação patológica por uma incisão cirúrgica de células inflamatórias que estão chegando para recuperar aquele tecido. É uma condição patológica, de um tecido que está patológico temporariamente e vai sofrer um processo de reparo. Então, qualquer recurso mal utilizado pode fazer com que esse processo seja alterado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não aconteça de forma que ele volte a ser funcional. Isso é importante dizer. É importante dizer que, se não é patológico, não é área da saúde, porque a gente trata.

Bom, com relação ao que a senhora me perguntou sobre os equipamentos. Como eu lhe disse, esse é um mercado que fomenta milhões, e milhões, e milhões, e milhões. Se a gente pegar na Internet, a senhora vai ver que é um mercado que está em constante ascensão. Nós temos equipamentos de laser, de luz pulsada que custam US$120 mil, US$200 mil; de criolipólise, US$300 mil; de ultrassom microfocado, que faz um rejuvenescimento, como um *lifting* facial, por exemplo, que atua em nível muscular e dérmico, que custa em torno de US$400 mil. Chama-se ultratherapy.

Bem; muitas pessoas não têm condições de comprar esses equipamentos. Então, existem poucas empresas no Brasil que locam esses equipamentos. A gente os utiliza, a partir de uma locação pela qual se pagam dois mil, três mil, cinco mil. Cada região tem um preço. Eu moro em Mato Grosso do Sul, Campo Grande; é uma fronteira. E eu sei que, por lá, passam equipamentos que vêm da China...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pelo Paraguai.

A SRª KATIA REGINA DE LIMA E SILVA SMANIOTTO – Pelo Paraguai e chegam a algumas clínicas. É de onde vêm essas denúncias para a gente.

E, como Associação Brasileira de Fisioterapia e Dermato Funcional, nós estamos fazendo acordo com as Vigilâncias Sanitárias, fazendo como se fosse um rol do que eles têm que perguntar para saber se aqueles equipamentos têm origem, se eles estão registrados pela Anvisa, se eles regulamentam a partir de todos os selos que são necessários. E isso porque existe outro problema que é pior: o que é invasivo e o que é perfurocortante? Porque todos esses equipamentos são invasivos e não tem como a gente mensurar exatamente a profundidade a que ele vai, ou seja, se ele vai só à derme – por exemplo, numa epilação, ele vai à derme; ele atinge a papila, que é o órgão nutridor do pelo –; se ele vai à gordura, se ele vai ao músculo ou se ele vai atingir um órgão, uma víscera. Esse é um problema muito preocupante. E, quando esse aparelho não tem referência, quando não tem a supervisão da Anvisa, quando não tem todos os selos que a gente sabe que precisa, é pior, porque a gente fica totalmente desprovida de qualquer qualificação.

Um laser pode chegar, a partir daqui... Ele já é invasivo por si só; ele produz alterações bioquímicas e celulares. Chegando à derme, ele já faz isso. Então, todos esses equipamentos são invasivos, inclusive o ultrassom da fisioterapia, que também promove alterações bioquímicas, celulares e pode causar queimaduras de terceiro grau.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só uma coisinha para a Rosaline.

Como a profissão ainda não está regulamentada – e eu lhe agradeço por ter feito lembrança lá quando eu fui relatora do projeto das esteticistas, cabeleireiros e maquiados, de que vocês não quiseram participar porque entendiam que eram uma atividade diferente daquela que nós estávamos regulamentando... Então, foi a partir de agora, criando o avanço do Salão Parceiro, que foi um grande avanço profissional.

Como vocês não têm um CFO, um conselho federal, porque a profissão não está regulamentada, quem é que fiscaliza o exercício dessa profissão de vocês hoje? Porque o mal profissional contamina o exercício da Katia, o seu, o da Beatriz, que está há 30 anos exercendo. Quem fiscaliza a atividade?

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – A vigilância sanitária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só a vigilância sanitária?

A SRª ROSALINE KELLY GOMES – Só a vigilância sanitária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ao Dr. Sérgio.

Dr. Sérgio, o inciso II do art. 6º do projeto de lei determina que compete ao esteticista e cosmetólogo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

II. a direção, a coordenação, a supervisão e o ensino de disciplinas relativas a cursos que compreendam estudos com concentração em estética ou cosmetologia, desde que observadas as leis e normas regulamentadoras da atividade docente.

Eu indago ao senhor se esse texto não interfere no dispositivo da Lei nº 12.842, de 2013, que diz respeito ao Ato Médico.

Essa questão é para o senhor, e ainda outra: dá para quantificar os casos eventuais de aplicações dermatológicas por esteticistas que eventualmente tenham chegado...

O SR. SÉRGIO PALMA – As complicações?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É; casos que tenham chegado, em decorrência de complicações, ao seu consultório médico ou da categoria dos dermatologistas e se há estatísticas sobre isso.

O SR. SÉRGIO PALMA – Dados estatísticos precisos não temos, mas é fato que recebemos isso semanalmente, não só oriundos de vários profissionais não médicos, mas de outras categorias da saúde a gente tem recebido.

Essa semana, particularmente, recebi uma paciente minha, que é esteticista, uma paciente minha antiga, que fez um curso técnico também. Ela fez uma depilação a laser numa paciente dela, uma estudante de direito. Foi uma depilação com laser de diodo nas pernas e com graves queimaduras em todo o terço inferior da perna. Foi bem mais sério que a dela. E ela foi ao meu consultório para me pedir para eu auxiliá-la, porque ela não sabia como conduzir aquela complicação. Eu acabei acolhendo-a. Eu acho que é o nosso papel de médico acolher o paciente que já vem fragilizado.

Mas aí eu perguntei: "como você fez o treinamento do seu laser?" Ela foi bem clara: "Dr. Sérgio, eu fiz o treinamento com o comerciante de quem eu alugo o laser. Fiz dois cursos, dois dias de treinamento com essa pessoa e achei que estava apta. Marquei alguns pacientes." Ela mesma ficou impressionada. Não sabia, inclusive, o que aquele laser teria capacidade de fazer, porque disseram que era um laser que tinha baixos riscos de complicação. De fato, isso existe.

Pegando o gancho, contextualizando as suas perguntas para a Srª Katia Regina. Sobre a cosmética capilar, por exemplo, ela citou aqui o caso de alopecias, porque eles manuseiam e lidam também com as alopecias. Alopecia é uma palavra que significa queda de cabelo. Inclusive, ela está no Código Internacional de Doenças. Ela é uma doença, mas a alopecia tem inúmeros diagnósticos diferenciais – a gente tem a alopecia androgenética, que é a calvície, a gente tem a alopecia areata, a gente tem a alopecia frontal fibrosante, a gente tem alopecia cicatricial por um lúpus eritematoso cutâneo, todos levam à queda de cabelo. Saberão reconhecer essa queda de cabelo, essas patologias?

Então, isso é muito preocupante, e é o que eu reforço aqui. A cosmética é muito séria, a estética é muito séria, ela tem que ter todo o embasamento também do estudo das doenças para a gente poder separar isso tudo, indicar, contraindicar e saber que a gente está fazendo o melhor pela saúde do paciente. Aqui, não é corporativismo, não. É sempre pensando na saúde.

Outro exemplo que a Srª Senadora citou foi sobre os *peelings*. O *peeling* é a aplicação de uma substância cáustica. Você vai remover as camadas superficiais da pele, mas elas podem ser removidas até em profundidade. O *peeling* pode ser superficial, médio ou profundo.

Se você está fazendo *peeling* num consultório estético para uma mancha de pele escura, saberão reconhecer se essa mancha escura é uma melanose causada pelo sol, um melasma, que é uma mancha mais estética e pode surgir também na gravidez, por sol ou por hormônico, ou um melanoma, um câncer de pele num país onde há tanta incidência de câncer da pele. Temos relatos de *peeling* feito em câncer de pele. Fazer um *peeling* sobre um melanoma é desastroso. Isso nos preocupa muito.

Outra pergunta que também foi feita aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O ensino à distância e as pós-graduações *lato sensu* ocorrem muito na estética e ocorrem com médicos também. Isso não é só para as outras áreas da saúde. Lutamos contra essas pós-graduações *lato sensu*, que são reconhecidas, sim, pelo MEC, mas não são reconhecidas pela Associação Médica Brasileira nem pelo CFM. São cargas horárias de 360 horas de um curso, enquanto na dermatologia nós temos 8.700 horas num curso de três anos, como o Sr. Senador frisou aqui, fazendo depois um título de especialista. Então a diferença é enorme.

Esses cursos, na verdade, não capacitam as pessoas para se intitularem especialistas ou trabalharem nessa área. São cursos de capacitação pedagógica, pode ser até acadêmica, de conhecimento, mas o que ocorre na prática é a inserção no mercado de trabalho desses profissionais, que são mal habilitados, mal treinados, não habilitados e não certificados. Inclusive o dermato, para ser registrado, tem que passar pela prova de título ou ter feito a residência médica em programa da Comissão Nacional de Residência Médica. Só assim ele pode ter o seu registro no CRM do seu Estado e divulgar. O médico pode até trabalhar, mas não pode divulgar, porque dá a entender à população que ele tem uma capacidade maior, que estudou e que ela está segura com aquele profissional, quando muitas vezes não está. Isso também ocorre no meio médico.

Outro exemplo que foi citado aqui diz respeito à Anvisa.

Também sou membro da Câmara Técnica de Dermatologia do Conselho Federal de Medicina, da qual o Dr. José Vinagre é coordenador. Ela é composta por seis profissionais dermatologistas, pelo Dr. Vinagre e pelo Conselheiro e Corregedor do CFM.

Fizemos, ao longo do ano passado, três ou quatro reuniões com a Anvisa, com gerentes de produto e gerentes de equipamento. A primeira pergunta que eu fiz foi como a Anvisa regulamenta o registro desses equipamentos, principalmente falando dos equipamentos de lazer e de tecnologias que são inúmeras. Resposta: a gente se preocupa com importação e exportação, documentação legal, se aquele aparelho veio na forma legal para dentro do País, e também com questão de segurança elétrica, se aquele aparelho dá uma descarga, se há risco de choque para o paciente. Então perguntei: mas vocês têm, dentro da Anvisa, algum grupo que estude o nível de complicação que cada aparelho desse pode ter, inclusive nas mãos de médicos não treinados, que não são especializados, e nas mãos de não médicos? Para a nossa surpresa: "Não, isso não existe. Não é feito nada".

Então nós estamos criando uma comissão para trabalhar, auxiliar essa Agência, junto com o Ministério da Saúde. Também estamos conversando com o Ministério da Saúde para tentar trabalhar da melhor forma possível para garantir a segurança e a preservação da saúde dos nossos pacientes. Então, Senador, essa é uma preocupação imensa.

Sobre a questão inicial que você me perguntou, se a direção fere o ato médico, sim, principalmente quando não se tem clareza sobre que áreas, que grades curriculares está envolvendo. Então, talvez passar por uma comissão de educação. Não sei como se pode fazer isso para conversar melhor nesse debate e entender essa grade, se ela não está ferindo competências que são, sim, da atividade profissional do médico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta, Presidente, quero agradecer a V. Exª e a todos os expositores, porque ficou clara a necessidade deste debate. Não há outro caminho para construir um bom relatório que não juntar o responsável... *(falha na gravação)* com a Eula, do meu gabinete, e um representante de cada uma das 13 instituições aqui representadas para fazer isso.

Queria cumprimentar a Rosaline, especialmente pela crítica que fez dos cursos de EAD. Essa é uma visão crítica que uma profissional como você faz para defender os profissionais corretos que trabalham no setor. Então, a formação é uma coisa muito importante na atividade.

Nós faremos isso, Senadora Marta. Vou mobilizar o gabinete para entrar em contato com cada um dos agentes, para fazer o entendimento, por e-mail, para evitar... Porque passagem aérea para vir para Brasília é cara. Sei que essa mobilidade é uma coisa complicada. As instituições que estão aqui podem nos ajudar a colaborar ou as instituições que estão relacionadas a cada uma das especialidades que tiverem representante em Brasília que possam eventualmente representar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vocês, nós vamos acolher de bom grado. Então são vocês que vão definir quem vai liderar esse processo na elaboração dos ajustes para afinar o texto.

Eu não sou especialista. Como disse, o papel da Senadora Marta, do Senador Moka e dos outros Senadores é cuidar da saúde pública. Então, fazer uma lei que seja equilibrada, sensata e responsável. Só com a participação de quem entende poderemos fazer uma lei perfeita assim.

Muito obrigada a todos e obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Quero dizer que fico bastante contemplada com esta audiência, que foi muito rica, muito diversa. Os encaminhamentos que a Senadora Ana Amélia está propondo são totalmente apoiados pela nossa Presidência. Todos podem ficar tranquilos, porque é uma Relatora de bom senso, que realmente costuma escutar, vai fazer boas ponderações. Tenho certeza de que vamos sair com uma regulamentação muito boa.

Parabéns pelo pedido de audiência e pela participação de cada um de vocês, que realmente ajudaram muito.

Obrigada a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e seis minutos, do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Marta Suplicy reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Airton Sandoval, Valdir Raupp, Romero Jucá, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa, Fátima Bezerra, José Pimentel, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Wilder Morais, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Senador Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso 176, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 630/2017, sobre os autos do relatório de auditoria realizada em cumprimento ao disposto no Acórdão 864, de 2016, com o objetivo de apurar a existência de prejuízos bilionários causados ao Instituto de Previdência Complementar Postalis relacionados a elevados déficits existentes em fundos de investimento dos quais o instituto participa. A Presidência informa que o referido documento ficará à disposição das Senhoras e Senhores Senadores na secretaria desta Comissão, para consultas que se fizerem necessárias. Passa-se à apreciação da Pauta. 1ª parte – Deliberativa. Item 1 - Tramitação Conjunta - Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Deputado Ciro Nogueira. Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a gorjeta. Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2011 - Não Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de maitre e garçom. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2013, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2011, que tramita em conjunto. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Dalírio Beber, em substituição ao Senador José Pimentel. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, é concedida Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. Relatoria: Senador José Pimentel (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Dalirio Beber. Item 2 - Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013 - Não Terminativo - Autoria: Senador Inácio Arruda. Dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do Art. 214 e no Art. 196 da Constituição Federal. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Waldemir Moka, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Waldemir Moka. Assume a Presidência a Senhora Senadora Ângela Portela. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 796, de 2015-Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Roberto Rocha. Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, para estender a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Retoma a Presidência a Senhora Senadora Marta Suplicy. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2016-Complementar - Não Terminativo - Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Regulamenta Artigo 7º, inciso I da Constituição Federal. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Otto Alencar. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Acrescenta § 4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão-de-obra do trabalho portuário, e dá outras providências. Relatório: Pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto. (Votação simbólica). Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Flexa Ribeiro, em substituição ao Senador Armando Monteiro. Durante a discussão, o Relator "ad hoc" modifica o voto concluindo pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto. Aprovado Parecer pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto. Item 6 - Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Gim Argello. Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto. Relatoria: Senadora Lídice da Mata. Item 7 - Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Item 8 - Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Determina que, no atendimento à saúde de urgência e emergência, a triagem classificatória de risco seja realizada em tempo hábil, segundo os protocolos clínicos pré-estabelecidos, e conduzida por profissional de saúde com nível superior e treinamento baseado nesses protocolos. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9 - Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Romário. Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o saque dos valores depositados na conta vinculada do trabalhador com a doença no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender aos portadores da doença a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores; e altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para incluir os pacientes no Programa Universidade para Todos (PROUNI). Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Ângela Portela. Item 10 - Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senadora Marta Suplicy. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para vedar a gordura trans em alimentos, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 4 (quatro) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Item 11- Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Romário. Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Item 12 - Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2016 - Terminativo - Autoria: Senador Deca. Altera o art. 134 e acrescenta art. 134-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o fracionamento de férias, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Wilder Morais. Item 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 14 de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 10, de 2016, que requereu a "realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991.". Resultado: Aprovado. Item 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 15 de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 23, de 2015, que requereu em aditamento ao RAS 19, de 2015, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convidasse a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar, para a referida audiência. Resultado: Aprovado. Item 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 16 de 2017. Em aditamento ao RAS nº 11, de 2017, requeiro, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, para a referida audiência. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Resultado: Aprovado. Item 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 17 de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Em aditamento ao RAS nº 12, de 2017, requeiro, nos termos regimentais, que o Ministro de Estado da Saúde, RICARDO BARROS, preste esclarecimentos também sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás, bem como acerca do fechamento das Farmácias Populares, além do tema constante do requerimento inicial. Extrapauta Item 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 18 de 2017. Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RAS 35/2016, que visa a instruir o PLC 77/2016, regulamentador das profissões de Esteticista, aí compreendendo o Esteticista, o Cosmetólogo, e o Técnico em Estética; sejam inclusas as seguintes convidadas: 1. Themis Maria Milan Brochado, Professora Doutora em Saúde e Tecnologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em Ciências da Saúde pela Unidade de Brasília e Presidente da Associação Brasileira de Fisioterapia Dermatofuncional, docente de pós-graduação e com vinte anos de atuação clínica. 2. Bernadete de Morais Coutinho Pita, Especialista em Fisioterapia Dermatofuncional, docente da Universidade Federal de Pernambuco, coordenadora da pós-graduação em Fisioterapia Dermatofuncional da Faculdade Integrada do Recife, com vinte anos de atuação clínica na área. Resultado: Prejudicado. 2ª Parte – Política Pública (art. 96-B do RISF). Finalidade: Seleção da Política Pública a ser avaliada pela Comissão de Assuntos Sociais em 2017. Resultado: Nos termos do artigo 96-B, combinado com os artigos 90, inciso IX, e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais decide selecionar a seguinte Política Pública do Poder Executivo para avaliação no ano de 2017: Programa Mais Médicos. Usam da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Ângela Portela, Paulo Paim, Regina Sousa, Dalírio Beber, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Lídice da Mata e a Senhora Senadora Marta Suplicy, Presidente da Comissão de Assuntos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Marta Suplicy, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora MARTA SUPLICY
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento do Aviso 176, do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Acórdão 630/2017, sobre os autos do relatório de auditoria realizado em cumprimento ao disposto no Acórdão 864, de 2016, com o objetivo de apurar a existência de prejuízos bilionários causados ao Instituto de Previdência Complementar Postalis relacionados a elevados déficits existentes em fundos de investimento dos quais o instituto participa.

Informo que o referido documento ficará à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão, para consultas que se fizerem necessárias.

A presente reunião destina-se: 1) apreciação de seleção de política pública – nós temos aqui alguns encaminhamentos, dois do Senador Humberto e um do Senador Caiado; 2) quatro itens não terminativos, oito itens terminativos e deliberação de requerimentos, conforme pauta previamente divulgada.

Vamos iniciar com os requerimentos.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 10, de 2016, que requereu a "realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº. 216, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, que Modifica dispositivos do art. 28, § 9º, da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991."

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

- Lido em 12.04.2017.

A autoria é do Senador Humberto Costa e Jorge Viana, que não estão presentes.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 16, de 2017

Em aditamento ao RAS nº 11, de 2017, requeiro, nos termos do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convide a Frente Nacional dos Prefeitos – FNP, para a referida audiência.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

- Lido em 12.04.2017.

Também de autoria dos Senadores Humberto Costa e Jorge Viana. Eles retiraram.

Então, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 17, de 2017

Em aditamento ao RAS nº 12, de 2017, requeiro, nos termos regimentais, que o Ministro de Estado da Saúde, RICARDO BARROS, preste esclarecimentos também sobre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás, bem como acerca do fechamento das Farmácias Populares, além do tema constante do requerimento inicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

- Lido em 12.04.2017.

Isso é de autoria de Humberto Costa e Jorge Viana. Não estando aqui nem o Senador Humberto nem o Senador Jorge Viana, nós vamos aceitar o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em virtude da realização da audiência pública na data de ontem, declaro prejudicado o presente Requerimento nº 18, de 2017, da CAS. Foi prejudicado o RAS 18/17. Eu agradeço aos Senadores que retiraram os requerimentos, porque eram requerimentos que estavam fechando pautas de projetos naquele momento e que não têm mais sentido agora.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2017

Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do RAS nº 23, de 2015, que requereu em aditamento ao RAS 19, de 2015, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que se convidasse a Associação Brasileira das Entidades da Previdência Complementar, para a referida audiência.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Observações:

- Lido em 12.04.2017.

É também do Senador Humberto e do Senador Jorge Viana.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadores e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por enquanto, o único não terminativo é um projeto da minha autoria. Precisamos de mais Senadores para chegarmos aos terminativos.

Vou pedir para a Senadora Ângela presidir enquanto eu faço a relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) –

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 796, de 2015

Altera a redação do art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, para estender a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senadora Marta Suplicy

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Marta para proceder à leitura do seu relatório.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ângela.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 796, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Roberto Rocha, que estende a estabilidade provisória no emprego para as empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção.

O art. 1º do projeto altera o art. 1º da Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014, ao garantir até cinco meses de estabilidade no emprego às empregadas adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção.

Na justificativa da proposição, o autor defende que tratamento igual deve ser concedido a filhos biológicos e a filhos adotivos, de onde resultaria a extensão da estabilidade provisória no emprego àqueles que adotam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O PLS foi distribuído apenas à CAS. Se aprovada a matéria, a lei terá vigência imediata.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias pertinentes a relações de trabalho, seguridade social e outros assuntos correlatos.

A Constituição Federal estabelece, no art. 48, que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. E, nos termos do art. 22, I, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho.

No que diz respeito à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa, não há óbices que impeçam a tramitação da proposição.

No mérito, a proposição avança no reconhecimento da igualdade de tratamento entre filhos biológicos e adotivos. O PLS vem harmonizar-se ao avanço da legislação que, desde o ano 2002, com a Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, concede a licença-maternidade e o salário maternidade à adotante. Ao se conceder tais direitos à adotante, é reconhecida a igualdade de tratamento entre filhos biológicos e adotivos.

Puxa vida, só em 2002 que concederam a licença-maternidade para a adotante. Isso é... A gente demora para aprender a importância do vínculo, não é?

Restou pendente, entretanto, a previsão da estabilidade no emprego – esqueceram –, condição da qual já usufruem as empregadas gestantes, ou seja, as mães de filhos biológicos. O instituto da estabilidade no emprego à gestante surgiu com o objetivo de proteção à maternidade, previsto no art. 6º da Constituição Federal, e ao nascituro. Nesse período, há intenso desgaste físico e emocional da genitora, de modo que a estabilidade no emprego se faz necessária para assegurar a proteção constitucional pretendida.

A garantia da estabilidade no emprego somente à empregada gestante faz com que o tratamento entre mães de filhos biológicos e de adotivos seja distinto. A Constituição Federal veda, no art. 227, essa diferenciação. De forma análoga à relação entre pais e filhos biológicos se dá a relação entre adotantes e filhos adotivos. Igualmente nesse caso, a possibilidade de desemprego durante o gozo da licença-maternidade da adotante certamente diminuiria o alcance esperado do benefício. Há que se ressaltar que tanto filhos biológicos quanto filhos adotivos necessitam de um entorno familiar com condições adequadas, nos primeiros contatos, para que possam estabelecer os laços afetivos.

Eu diria que os filhos adotivos necessitam até de mais, porque têm a necessidade de um período para formar esse vínculo com a mãe. E muitas vezes esses filhos adotivos não vêm bebezinhos, não: eles vêm já grandes, e tem de haver toda uma construção dessa relação, principalmente no caso de crianças que vêm de vitimização, abandono.

Desse modo, consideramos adequada a pretensão do PLS de assegurar a estabilidade emocional e financeira necessárias ao período, ao propor a estabilidade provisória no emprego à empregada adotante ou que venha a obter guarda judicial para fins de adoção. Não há motivações constitucionais que permitam a desequiparação da mãe gestante e da mãe adotante. Assim, entendemos que deve ser estendida a mesma proteção às adotantes ou que venham a obter a guarda judicial para fins de adoção.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 796, de 2015 – Complementar.

Eu queria fazer mais uma consideração, que foi um pouco o que eu pensei primeiro: se haveria algum impacto financeiro.

O impacto, o custo da empresa com relação àquele que adota está em conceder a licença maternidade e o salário maternidade, pois o empregador tem um custo para repor o empregado durante o período da licença. Esse custo já existe desde a Lei 10.421, de 2002, que concedeu tais benefícios aos adotantes. Desse modo, a estabilidade provisória não produz impactos financeiros às empresas ou na previdência social além dos já existentes.

O possível impacto negativo da medida é o de tornar mais rígidas as relações trabalhistas ao dificultar a demissão, porque veda a demissão. Entretanto, se analisarmos que, em 2015 – isso me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pareceu um dado importante, Senadora Ângela –, de acordo com o Cadastro Nacional de Adoção, ocorreram somente 625 adoções no Brasil, então o impacto dessa medida é para muito poucas pessoas que são empregadoras e o benefício é enorme para essas crianças que saem de orfanatos, da rua e de outras situações.

Então, peço aos meus pares a aprovação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Quero parabenizar o autor e a relatora. Isso nem deveria ser necessário. O processo legislativo é muito lento. Eu estava vendo um projeto sobre a população de rua. Desde 2006, ele está na Câmara – 2006 ou 2009. É até de autoria do Senador Paim. Então, uma lei dessa, na hora que estendeu o direito para adotante, tinha que ter logo colocado que todos os direitos da mãe biológica serão estendidos. Pronto, acabava, porque isso ainda vai demorar tanto para tramitar aqui e depois na Câmara, que é desestimulante. Mas já é um avanço as pessoas se lembrarem disso.

Então, é muito bom que a gente esteja, pouco a pouco, pautando essas questões que dizem respeito principalmente à mulher, à família, mas é a mulher principalmente que vai cuidar, que vai se relacionar com esse novo membro da família, que precisa de toda uma adaptação. Então, parabenizo o autor e a relatora.

Parabéns, Marta!

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O projeto continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Marta, eu acho que é um projeto muito importante. E eu quero crer que vai estimular a adoção. É muito pouco 625. É que, na verdade, também o processo adotivo é muito burocrático. Tem que levar isso em consideração.

Em relação à tramitação, quero lembrar à Senadora Regina que eu concordo com o que ela diz. Nós aprovamos aqui, no início do mandato, um projeto sobre cuidador de idosos. Eu era o autor e a Senadora Marta Suplicy era a relatora. Aqui no Senado, aprovamos rapidamente. Ele chegou à Câmara, e eu realmente nem sei quem é o relator ou relatora lá, mas eles se esquecem. E é uma coisa tão importante, na medida em que neste País está aumentando o número de pessoas, graças a Deus, que estão vivendo mais. Essa é uma profissão que precisa ser regulamentada, e eu não consigo fazer com que isso aconteça.

Então, eu acho que nós aqui do Senado, em algum momento, vamos ter que ter, sei lá, uma espécie de assessoria que cuide também dos projetos nossos que saem daqui, no sentido de estabelecer essa conexão e de agilizar a votação desses projetos, porque, realmente, a Senadora Regina tem razão. É muito demorado.

Eu não sei se a recíproca também é verdadeira, se os projetos que vêm da Câmara, quando chegam aqui, ao Senado, também... Se eu tenho um projeto, eu o relato e, no máximo em 15, 20 dias, eu o devolvo à Mesa Diretora.

Mas voltando ao assunto: é fundamental e é importante. Eu acho que a oneração praticamente inexiste e, mesmo que existisse, acho que o bem que está se fazendo aí compensaria. Sem dúvida nenhuma.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer um comentário sobre isso, Senador Moka.

Ontem nós fizemos a lista de projetos, desde 2015, nesta Comissão, que não foram relatados e que estão com Senadores. Então, foi muito bem colocada a lembrança da Senadora Regina, reforçada pelo Senador Moka. São mais de 19 projetos com tramitação sobrestada. E estão sobrestados porque há requerimentos de audiência pública, e essas audiências públicas não foram feitas. Então, eu pensei o seguinte: há Senadores desta Comissão que estão com projetos que necessitam de audiência pública, para poderem "desencantar". Então essas audiências – para instrução da matéria de cada um –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

teriam prioridade na marcação de agenda da CAS. Nós pegaríamos as terças-feiras e "mataríamos" todas essas audiências públicas. Assim, esses projetos seriam votados e os tiraríamos da gaveta. Digo isso porque nós estávamos exatamente reclamando, e na nossa Comissão há 19 projetos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Permita-me uma sugestão: vamos dar um prazo, porque pode ser também que esse pedido de audiência pública seja no sentido de "sentar" em cima do projeto e não apresentá-lo de volta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Também pensei isso. O que é que o senhor sugere? Estou ouvindo. Estou ouvindo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que tem que haver um prazo, não é?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Um prazo...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não tem prazo regimental.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pois é. Tem que haver um prazo regimental.

Pediram uma audiência pública, e a Comissão tem espaço para audiência pública. Vamos contactar as pessoas que o requerente quer chamar e vamos marcar, num prazo, sei lá, de dois meses, três meses, no máximo quatro meses, as audiências públicas, porque, aí, nós vamos ter que devolver o projeto. Senão, vai acontecer a mesma coisa que nós estamos reclamando da Câmara.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu vou pensar uma proposta.

Primeiro, eu estou pedindo àqueles que querem essas audiências públicas que se manifestem – nós vamos marcar todas, para que nós possamos desempatar. Se não se manifestarem num determinado prazo... Podemos dar um prazo de 15 dias ou até a semana que vem também, porque isso é muito fácil, visto que todo mundo está ouvindo. Se não está aqui presente, está no gabinete. Se não se manifestarem, aí nós vamos ver o que fazer com cada um, porque está segurando projeto.

Outra constatação: ontem nós tivemos uma audiência pública, aqui, que foi muito rica, sobre a questão das esteticistas, da regulamentação. Nós tivemos cinco pessoas na Mesa, e uma pessoa, cujo nome foi lembrado no próprio dia, não tinha mais condição, ficou ali, mas também fez o seu depoimento noutro lugar. O que eu percebi – e queria dividir essa preocupação: quando nós fizemos uma outra audiência, anterior, com quatro pessoas, foi maravilhosa, porque nós ouvimos muito e se conseguiu aprofundar. Com cinco e seis foi muito bem, porque nós tínhamos muito poucos Senadores presentes, porque era uma sessão plenária, estava atrapalhado, foi fora da nossa ordinária. Então, foi muito bem. As pessoas conseguiram manter seus prazos, os Senadores presentes conseguiram fazer as suas perguntas e a Ordem do Dia atrasou. Então nós conseguimos, mas fiquei pensando. Quero saber o que vocês acham.

Estamos ensanduichados no nosso horário, não é? Eu quero sempre começar às 9 horas, mas hoje não consegui. Vou conseguir sempre começar às 9 horas, porque às 10 horas começa a CCJ. Metade dos membros daqui também são da CCJ. Então nós temos o prazo de uma hora e meia para trabalhar, o que já é difícil para a deliberativa. Para uma audiência pública é muito curto. Se não tivermos menos pessoas, nós não aprofundaremos.

Então, o que estou propondo? Mesmo quando fazemos na terça-feira, Senadora Ângela, não dá certo, porque nós temos duas horas. Começa às duas horas, às quatro começa a Ordem do Dia e se encerra às vezes no auge da discussão. Eu ia propor que tivéssemos menos pessoas, duas a favor e duas contra. Abrir para o plenário indicar... Primeiro, os Senadores só podem indicar um, mas os quatro primeiros que indicarem dois contra e dois a favor nós aceitaremos. E menos gente. Eventualmente um quinto, mas eventualmente. Vamos tentar manter os quatro. Assim nós teremos expositores fazendo um balanço que nos permita aprofundar. Deu para perceber que quando há muitos Senadores presentes – e dependendo do tema isso acontece – nós não conseguimos fazer com que todos se coloquem. Ontem, quase que a Senadora Ana Amélia, que havia pedido a audiência, não conseguiu fazer as suas perguntas devido ao tempo.

Então eu queria votar isso, para saber se os senhores concordam que passemos a ter quatro pessoas, no limite cinco, mas tentando fazer sempre com quatro. Não mais entrar na última hora, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

véspera, sem requerimento, como foi ontem, quando alguém indica e... Não. Tem que ser com requerimento, aprovação, tudo certo. E se os Senadores e Senadoras concordam.

Os que não concordam levantem a mão.

Ninguém levantou a mão.

Está aprovado.

Passa a ser a nova regra.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – O projeto continua em discussão, projeto relatado pela Senadora Marta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 796, de 2015, Complementar.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento de tramitação.

Passo agora a Presidência à Senadora Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Ângela Portela.

Nós temos um projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que é o item 2. Já está lido o relatório, com vista coletiva. Ela não está presente. O autor é o Senador Inácio Arruda, que não se encontra mais na Casa.

Eu vou pedir ao Senador Moka para ser Relator *ad hoc*. É o item 2.

Com a palavra o Senador Moka.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Página 29.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o PLS 254, de 2013...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Senador Moka, ela está me dizendo que tem de encaminhar... Já foi lido.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Já foi lido o projeto? Mas eu penso que, talvez, Senadora Marta, a gente pudesse ler só uma parte, para que os Senadores pudessem... Não a análise, só o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas, pela burocracia, eu tenho de ler um trechinho pequeno antes. Depois eu lhe dou a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – O Projeto de Lei do Senado nº 254 dispõe sobre destinação, para as áreas de educação e saúde, do total da participação da Compensação Financeira pela Exploração Mineral, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição.

Autoria, Senador Inácio Arruda.

Relatoria, Senadora Vanessa Grazziotin.

Em 29.04.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou parecer contrário ao projeto.

Em 05.04.2017, lido o relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concedeu vista coletiva ao projeto nos termos regimentais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

A votação, lá, será simbólica.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletiva formulado anteriormente. (*Pausa.*)

Não estando presente a Relatora, concedo a palavra ao Senador Moka para discussão da matéria como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, Srª Presidente, eu, embora tenha um parecer já contrário, em função de que acho que recurso para a área de saúde e educação é sempre bem-vindo, acho que, aqui na Comissão, sobretudo, onde analisamos o mérito, o projeto tem mérito, porque destina a totalidade dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM para a saúde e para a educação.

Na Comissão de Educação, foi votado em 29 de abril deste ano. O parecer do Relator, Senador Flexa Ribeiro, foi pela rejeição da matéria.

Na CAS, foi designada Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, e eu estou aqui como Relator *ad hoc*. Após a análise desta Comissão, o projeto será apreciado terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos, que vai exatamente avaliar o mérito da implicação financeira dessa destinação.

O projeto determina que a totalidade dos recursos recebidos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), será destinada exclusivamente para a educação e a saúde públicas, na proporção de 75% e 25%, respectivamente. O objetivo é cumprir as metas previstas nos arts. 214, inciso VI, e 196 da Constituição Federal. Os recursos destinados à educação e à saúde serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório na Constituição Federal.

O autor do projeto inclui a CFEM como fonte de ampliação dos investimentos na educação, à semelhança do que foi feito em relação aos *royalties* do petróleo.

Então, eu acho que aqui nesta Comissão nós temos que analisar o mérito. E o mérito, na Comissão de Assuntos Sociais, no meu entendimento, não poderia ser diferente. Então, eu voto pela aprovação do projeto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2013, com a Emenda nº 1 da CAS, substitutivo. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

Item 1.

O item 1 é do Senador José Pimentel, que não se encontra presente, e a autoria é do Senador Ciro Nogueira. Vou pedir ao Senador Dalírio que seja relator *ad hoc*. Senador Dalírio, é o item 1 da pauta, do Senador Pimentel.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Um momento.

Olha aqui, Senadora Regina, este é de 2013.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2013

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a gorjeta.

Autoria: Deputado Ciro Nogueira

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2013, e da Emenda que apresenta; e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2011, que tramita em conjunto.

Observações:

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Dalírio para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 543, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regulamentação do exercício das profissões de *maître* e garçom, e sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2013, do Deputado Ciro Nogueira, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a gorjeta.

Relatório.

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 543, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de *maître* e garçom, e o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2013, do Deputado Ciro Nogueira, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a gorjeta.

A primeira proposição define o *maître* como o profissional responsável pela supervisão dos trabalhos dos garçons, com as atribuições de planejar rotinas de trabalho, treinar trabalhadores, coordenar equipes, atender clientes e avaliar o desempenho de funcionários, em restaurantes, hotéis, bares e similares.

Por sua vez, o garçom é definido como o profissional responsável pelo atendimento da clientela, competindo-lhe recepcionar clientes, servir refeições e bebidas, montar e desmontar a estrutura de atendimento, organizar, conferir e controlar os materiais de trabalho, bebidas e alimentos.

A proposta exige, para o exercício profissional, a conclusão de ensino fundamental e de curso profissionalizante, ressalvado o direito daqueles que estão em atividade, quando da vigência da lei que se busca aprovar. Há, ainda, normas sobre a remuneração de *maîtres* e garçons, com uma parte fixa (determinada em negociação coletiva) e uma parte variável (calculada com base nas gratificações).

O autor afirma, em defesa de sua proposição, que essa categoria precisa de constante aperfeiçoamento profissional para lidar com pessoas de várias procedências e distintos níveis de renda e idade, mormente quando o País se prepara para eventos de importância mundial. Por isso, ressalta a importância de somente pessoas com a adequada formação profissional, decorrente da conclusão de curso profissionalizante, poderem exercer as profissões ora regulamentadas.

Ele registra, também, que é necessário causar uma boa impressão nos turistas estrangeiros, para que eles retornem. Aponta, ainda, uma tendência de regulamentação dessas atividades, com o recente reconhecimento do *sommelier*, na Lei nº 12.467, de 26 de agosto de 2011.

O segundo projeto em exame estabelece um valor mínimo de 10% (dez por cento) para as gorjetas, calculadas sobre o valor pago pelo cliente ao estabelecimento comercial. Além disso, determina que o valor da parcela em comento seja rateada entre os empregados do restaurante que trabalham no mesmo horário.

Por força da aprovação do Requerimento nº 202, de 2015, as proposições em testilha passaram a tramitar conjuntamente, sendo distribuídas à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Até o momento, não foram apresentadas emendas às proposições.

Análise.

A regulamentação das profissões de *maître* e de garçom e a disciplina do pagamento das gorjetas inserem-se no campo do Direito do Trabalho, motivo pelo qual à União, nos termos do art. 22, I e XVI, da Constituição Federal, é atribuída a prerrogativa de, privativamente, legislar sobre a matéria. Normas nesse sentido estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Não há, portanto, impedimentos no que se refere a esses ditames constitucionais.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, o exame desta proposição está entre as atribuições desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Quanto ao mérito, cabem algumas considerações acerca da compatibilidade do PLS nº 543, de 2011, com a Constituição Federal.

Com efeito, a Carta Magna de 1988 consagrou o postulado da liberdade de trabalho, em seu art. 5º, XIII. Ou seja, além de garantir o direito ao trabalho, em seu art. 6º, *caput*, assegurou, via de regra, que a escolha da profissão seja livre, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trata-se, pois, de norma constitucional de eficácia contida ou restringível, ou seja, aquela que assegura plena eficácia ao direito nela positivado, abrindo, entretanto, a possibilidade de a legislação infraconstitucional restringir os efeitos fáticos do comando inserido no texto da decisão política fundamental da Nação.

Discutem-se, ante tal tipo de norma constitucional, as balizas que devem ser observadas pelo legislador infraconstitucional para a limitação de direito elencado pelo poder constituinte (no caso, o originário, já que a disposição em exame encontra-se em vigência desde a Constituição Federal de 1988.)

Sabe-se, pois, que o referido legislador não pode contrariar o espírito que norteou o poder constituinte a positivar determinado direito na Carta Magna do País. Por isso, a doutrina especializada somente admite a restrição à citada liberdade quando o interesse da sociedade o justificar.

Assim, apenas naquelas situações em que o exercício de determinada atividade profissional por pessoas sem a devida capacitação para tanto coloque em risco direitos indisponíveis da sociedade (como a vida, por exemplo) é que se admite a limitação da norma positivada no art. 5º, XIII, da Constituição Federal.

Posto de outro modo, somente será legítimo regulamentar determinada profissão, restringindo o seu acesso a pessoas que sejam titulares de determinado nível de graduação ou de conhecimentos especializados, naqueles casos em que o desempenho da atividade por pessoas inaptas a fazê-lo possa comprometer bens indisponíveis da sociedade.

No caso dos garçons e *maîtres*, suas atividades consistem, em síntese, em bem atender ao público que comparece aos estabelecimentos comerciais em busca de alimentos e bebidas.

Nesses termos, a existência de pessoas sem formação específica para o desempenho de tal atividade não coloca em risco bens indisponíveis da sociedade. Isso porque não se afetará, de forma direta, bens indisponíveis do corpo social, como a saúde ou a vida, por exemplo.

Restringir, assim, o acesso às mencionadas profissões vulnera o disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal, mormente se considerarmos que o sucesso nas referidas profissões depende de habilidades como carisma junto ao consumidor, no sentido de angariar a sua lealdade em prol de determinado estabelecimento empresarial. Tais habilidades, a toda evidência, independem de qualquer treinamento formal.

Nesses termos, o art. 4º do PLS nº 543, de 2011, por exigir curso profissionalizante como requisito para o desempenho das profissões de garçom e *maître*, não se compatibiliza com a Carta Magna, por limitar o direito ao trabalho previsto nos arts. 5º, XIII, e 6º, *caput*, da Constituição Federal, sem qualquer justificativa razoável para tanto.

Tecidas essas considerações, a rejeição do PLS nº 543, de 2011, é medida que se impõe, já que a sua principal justificativa, restringir a livre entrada de pessoas no mercado de trabalho, não se afigura consentânea com o espírito que norteou a elaboração da Carta Federal de 1988.

Quanto ao PLC nº 80, de 2013, a disciplina por ele instituída para as gorjetas representa um avanço nas relações entre o capital e o trabalho. Isso porque é de conhecimento notório que boa parte da remuneração dos trabalhadores em bares e restaurantes decorre do pagamento de valores espontaneamente efetuados por clientes do estabelecimento empresarial.

Em face disso, necessário estabelecer um patamar mínimo para os mencionados pagamentos, a fim de garantir que os obreiros em testilha recebam remuneração condigna com as suas funções, capaz de garantir o sustento próprio e o de suas famílias.

A aprovação do PLC nº 80, de 2013, então, é recomendável.

Necessário, entretanto, ajustar a referida proposição ao disposto na Lei nº 13.419, de 13 de março de 2017, que entrará em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Nela, há a determinação que a forma de rateio de verba salarial em testilha será determinada por convenção ou acordo coletivo (§ 4º do art. 457 da CLT), prestigiando-se, assim, a atuação sindical na composição do pagamento dos valores em exame.

Deve-se suprimir, então, o § 5º que o PLC nº 80, de 2013, busca inserir no art. 457 da CLT, pois a especificação da melhor forma de se distribuírem as gorjetas encontra ambiente mais propício à sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

normatização na esfera negocial. Nela, os representantes dos empregados e empregadores conjuram a solução apta a entender os interesses das categorias profissional e econômicas envolvidas no procedimento de feitura da norma coletiva.

Em relação ao § 4º, recomendável a manutenção do percentual mínimo de 10% (dez por cento) para as gorjetas, por valorizar o trabalho dos empregados que dela dependem para a sua sobrevivência digna. Por questões atinentes à técnica legislativa, o referido percentual deve ser alocado para o §3º do art. 457 da CLT, na forma da emenda apresentada ao final deste parecer.

Voto.

Em face dos argumentos expostos, opina-se pela rejeição do PLS nº 543, de 2011, e pela aprovação do PLC nº 80, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Suprima-se o § 5º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 80, de 2013, e renumere-se o §4º do referido dispositivo, na forma do art. 1º do PLC nº 80, de 2013, para §3º, dando-lhe a seguinte redação:

> "Art.457. .....
> .....
> § 3º Considera-se gorjeta, cujo valor será de, pelo menos, 10% (dez por cento) das despesas efetuadas pelo cliente:
> I - a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado; e
> II - o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.

Esse é o relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Dalirio.

Em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer um comentário antes. Quero parabenizar o Senador Pimentel pelo relatório. Realmente, a rejeição do PL 543 é corretíssima, porque qualquer pessoa que frequenta um restaurante sabe que a importância do garçom e do *maître* está absolutamente relacionada à habilidade, à gentileza. Aqui, no relatório, coloca-se até a palavra "carisma", que eu não tinha pensado, mas para muitos *maîtres* isso se enquadra. Então, exigir uma formação curricular não faz sentido nenhum; é impedir pessoas que têm talento para exercer essa profissão de entrarem.

E a proposta do Senador Pimentel está muito interessante, a quem parabenizo pelo brilhante trabalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senadora Marta, eu vou pedir vista do projeto em função de termos aprovado aqui, com a relatoria do Senador Paim – voltou à Câmara e já foi sancionada –, uma lei que levou o nº 13.419, de 13 de maio de 2017. Essa lei já define exatamente essa atividade dos garçons, inclusive a questão da gorjeta. Eu quero ver se não há prejudicialidade desse projeto em relação à lei. A lei é de agora, deste ano, de março de 2017. Faz 60 dias, se tanto.

Então, eu vou pedir vista para que, junto com o autor e o Relator, possamos pedir ajuda aqui do Paim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mais alguém quer pedir vista?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Peço vista coletiva, mas muito objetiva: contra o relatório do Senador Pimentel. Mas que não fique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nenhuma dúvida, já que essa lei, que foi promulgada ainda neste ano, foi fruto de um amplo acordo, de todo o setor empresarial e também do setor dos garçons, hotéis e similares.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Concedo vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Passemos ao próximo item. Temos quórum? (*Pausa.*)

Temos quórum para votar terminativo.

Vamos ao item 6, da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2012
- Terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamenta o exercício da profissão de taxista, e à Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário.

Autoria: Senador Jorge Afonso Argello

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

- Em 05.02.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou passar direto à análise.

Como V. Exª destacou, este projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado. Eu vou explicar um pouco essa história, mas ele foi vetado pelo Poder Executivo. Vou explicar as razões pelas quais nós compreendemos que esse projeto sofre da circunstância de prejudicialidade.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

Nos termos do art. 22, XXVII, art. 24, inciso XII, e 201 da Constituição Federal, compete à União legislar sobre normas de licitação e contratação para a Administração Pública e em relação ao regime geral da previdência social, no que concerne ao custeio e a benefícios.

Além disso, por não se tratar de matéria cuja iniciativa seja privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e dos tribunais superiores, aos Parlamentares é facultado iniciar o processo legislativo sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta Magna.

Note-se, ainda, que a proposição está em conformidade com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 1998, especialmente no que se refere ao art. 12, inciso III.

A proposta, em nosso sentir, pretende uma reapreciação da matéria, pois foi apresentada com o intuito de reafirmar a posição do Poder Legislativo sobre a regulamentação da profissão de taxista.

Nesta seara, nítida é a divisão de opinião entre o Legislativo e o Executivo, pois, enquanto para o Legislativo a matéria estava conforme a Constituição, para o Executivo foi preciso vetá-la sob o argumento que seus dispositivos, em vários aspectos, hostilizavam diretamente a Carta Magna.

Em 6 de março de 2013, o Presidente do Congresso Nacional designou Comissão Mista para analisar o Veto nº 47, de 2012, aposto parcialmente à Lei nº 12.468, de 2011, e cujo conteúdo é idêntico ao do projeto de lei.

Pelo Senado Federal, integravam a Comissão os(as) Senadores(as) Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Paulo Bauer, Jorge Afonso Argello e Randolfe Rodrigues.

A Câmara dos Deputados estava representada na Comissão Mista pelos(as) Deputados(as) Geraldo Simões, Alexandre Santos, Vanderlei Macris, Ricardo Izar e Márcio Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Até o momento não há notícia de que a Comissão tenha se manifestado, mesmo já passados mais de três anos.

No campo jurídico legislativo está evidente a prejudicialidade da matéria a teor do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que se trata de matéria já aprovada pelo Senado Federal e objeto de veto.

Não há lógica, considerados os parâmetros jurídicos e políticos, em se votar novamente uma matéria que sabidamente será vetada pelos mesmos argumentos.

O processo legislativo ainda não se esgotou em relação à proposição original, sendo que a prevalência ou não da vontade do Poder Legislativo somente poderá se aferir com a deliberação sobre o Veto nº 47, de 2012, sendo inócuo o prosseguimento, neste momento, da tramitação desta proposição, que ainda reclamaria a apreciação por parte da Câmara dos Deputados.

O correto é reiterarmos, junto ao Presidente do Congresso Nacional, a agilização de inclusão na pauta do Congresso do Veto nº 47, de 2012.

O projeto, em nosso entendimento, insiste em erros, ao procurar impor uma legislação de questionável constitucionalidade e que retira do poder local, do Município, a competência legislativa para legislar e regulamentar serviços desta natureza.

A delimitação do serviço pretendida pelo PLS engessa a atividade regulamentar dos Municípios e do Distrito Federal, que, além de disciplinar a atividade de taxista, necessita enfrentar a nova realidade dos meios de transportes derivados de aplicativos.

São realidades distintas. Grandes metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras, necessitam de uma disciplina maior dos serviços, ao contrário de pequenos Municípios. Assim, dispor em lei nacional sobre regras comuns a todas essas municipalidades não se apresenta adequado ao interesse público. A população que é diretamente interessada no serviço deve sempre poder expressar sua opinião da forma mais adequada.

Em relação ao mérito, embora o Senado já tenha fixado uma posição favorável aos aspectos da proposição, é forçoso reconhecer que os vetos apostos ao PLS anterior são condizentes com a realidade e precisam ser considerados, sob pena de novamente serem vetados os itens desta proposição.

Os vetos apostos à Lei 12.468, de 26 de agosto de 2011, alcançaram diversos dispositivos, Srª Presidente e caros Srs. Senadores, que claramente se contrapõem às competências dos Municípios de regulamentar os serviços públicos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição. A proposta também viola o art. 37.

E é com base em todas essas razões, Srª Presidente, que opinamos pela rejeição do Projeto do Senado nº 5, de 2012, em face da sua manifesta prejudicialidade, já que o mesmo se encontra sem apreciação, através de veto, e o Senado terá possibilidade de reafirmar a sua posição se derrubar o veto que se encontra aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Solicito à secretaria da Comissão que prepare a votação do projeto.

Em votação o projeto. O voto é nominal.

Iniciar a votação. (*Pausa.*)

Em votação o projeto. Está aberto. Quem vota com a Relatora vota "não".

(*Procede-se à votação.*)

Não havendo mais quem queira votar, encerro a votação.

Resultado...

Há o Senador Caiado, que ainda está brigando com a máquina. (*Pausa.*)

Todos já votaram? (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – SIM, 1; NÃO, 9.

Abstenção: zero

Foi rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Temos quórum para votar mais terminativos? (*Pausa.*)

Temos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, o item 12 é terminativo, e eu sou o Relator. Se puder colocá-lo na ordem, alterar a ordem...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

Então, vamos ao item 12, do Senador Wilder Morais. Autoria do Senador Deca.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Vamos ao Relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 411, de 2016, do Senador Deca...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Há um preâmbulo burocrata.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2016

- Terminativo -

Altera o art. 134 e acrescenta art. 134-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar o fracionamento de férias, e dá outras providências.

Autoria: Senador Deca

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em Turno Suplementar, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Este relatório, Presidente – até para ganharmos tempo, pois vejo que o Paim também tem relatoria terminativa –, trata de um projeto muito simples.

Na verdade, ele vem modernizar a questão das férias: em vez de você ter férias em que teria de tirar os 30 dias seguidos, durante o período de 12 meses, dá a liberdade para que o trabalhador, junto com o empregador, fracione as férias em, no mínimo, três etapas.

Então, eu acredito que isso é importante para o trabalhador. Isso vem modernizar. A pessoa hoje que tem família – por exemplo, quem tem três filhos – pode pegar os períodos de férias e também ficar com a família, e a empresa pode administrar melhor para que possa dar férias para o seu funcionário.

Para abreviar, o meu voto é pela aprovação dessa matéria.

Não houve emenda.

Então, o voto é para que seja aprovado o PLS 411, de 2006, nos termos da emenda substitutiva já proposta na análise do meu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Está aberta a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Srª Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não. Senador Caiado e, depois, Senador Paim.

Com a palavra o Senador Caiado, para discutir.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, esse tema é extremamente oportuno. É frequente nós ouvirmos essa queixa de que as férias caem num período em que a família não consegue aglutinar todos os seus membros. É um período de férias que vai de encontro com outra agenda da família e que realmente não traz nenhuma condição de o cidadão poder usufruir desse período em sintonia com aquilo que é fundamental num período de férias: exatamente a presença dos familiares.

Esse projeto também tem um ponto interessante, que é o §1º do art. 134, que diz: "Mediante acordo escrito, individual ou coletivo, as férias poderão ser concedidas em até 3 (três) períodos, sendo que dois dos períodos não poderão ser inferiores a 10 (dez) dias [...]". Ou seja, não seriam férias fragmentadas em um, dois dias. No mínimo, em dois desses períodos, o trabalhador terá que fazer um pedido de dez dias.

Ora, eu vejo isso como algo extremamente oportuno, condizente com o momento que nós estamos vivendo. Hoje, a agenda da família, a cada dia, é mais sobrecarregada. Poder conciliar períodos de férias não é fácil. Se houver esse sentimento por parte do trabalhador e do empresário, eu não vejo a menor dificuldade de nós votarmos favoravelmente ao projeto, acompanhando o voto do Relator.

Essa é a minha posição, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Caiado.

Com a palavra o Senador Paim, para as suas considerações sobre o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, entendo a boa intenção tanto do autor, como do Relator, mas, havendo algumas preocupações que vão na linha de que esse acordo será cumprido atendendo, de fato, aos interesses dos trabalhadores, por uma questão de precaução, respeitando a iniciativa – repito –, peço vista do projeto para poder analisá-lo com o carinho que o assunto merece.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Mais alguém deseja se pronunciar?

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço também vista, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Vista coletiva.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, só para fazer uma referência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente o Senador Paim vai estudar bastante esse projeto, que é também do interesse do turismo brasileiro.

V. Exª foi Ministra do Turismo e sabe muito bem da necessidade de fracionamento das férias por parte dos trabalhadores para justamente agregar sua família.

Eu tenho todo o respeito também pela posição do Senador Paim, que certamente vai poder analisar melhor o que diz respeito ao interesse do trabalhador e às regras que possam garantir o direito e a vontade do trabalhador, acima de tudo.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pela importância do projeto, que também vai estar na reforma trabalhista, eu espero que nós possamos discuti-lo aqui, na próxima reunião. Na próxima reunião, haverá uma audiência pública, mas, na outra, espero que tanto o Senador Paim como o Senador Cidinho tragam os seus pontos de vista para que possamos fazer a votação desse projeto.

Acho que não temos quórum mais para terminativa.

Então, vamos aos requerimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não há quórum, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Não. Temos que ter 11. Nós temos 8.

O Senador Flexa está pedindo para mudar o parecer numa decisão que seria terminativa, porque tinha um parecer, e agora ele vai mudar o parecer para prejudicialidade.

Quando é prejudicialidade, não é mais terminativo.

Então, temos quórum.

Vou passar a palavra ao Senador, mas, antes, vou ler o que burocraticamente tenho que fazer.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2008

- Terminativo -

Acrescenta §4º ao art. 23 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária, no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Armando Monteiro; *ad hoc* Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela recomendação da Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

Observações:

- Em 06.03.2013, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer contrário ao Projeto.

- Em 05.04.2017, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais.

- Votação nominal.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista coletivo que foi formulado anteriormente.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para suas considerações, se julgar necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Marta, trata-se do PLS 214, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim. Fui Relator na Comissão de Infraestrutura, e lá o meu parecer foi pela rejeição.

O Relator aqui na CAS é o Senador Armando Monteiro. E tenho a satisfação, como Relator *ad hoc*, de incorporar o seu parecer.

Serei bastante breve, porque já houve um entendimento com o autor do projeto, e, ao final, o Senador Armando Monteiro troca a rejeição – como foi o meu parecer lá na Comissão de Infraestrutura – pela prejudicialidade.

Ele diz aqui:

Ressalte-se, ainda, que a Lei nº 12.815, de 2013, originária da Medida Provisória nº 595, de 6 de dezembro de 2012, foi fruto de consenso entre as partes interessadas, após amplos debates. Durante sua tramitação, sequer foi apresentada emenda contemplando a pretensão presente no projeto sob análise, o que significa que o consenso sobre a matéria não previa a mudança proposta pelo presente projeto, repito, do Senador Paulo Paim, que é um *expert* nesse assunto.

O voto do Senador Armando Monteiro é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2008.

Esse é o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Encerrada a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, só para justificar o entendimento que fizemos. Como esse é um projeto antigo e referia-se a uma lei que já foi alterada, eu acertei com o Senador Monteiro que, em vez de votarmos, ele seria considerado prejudicado, e esse foi o entendimento com o Relator *ad hoc*.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em votação o relatório pela recomendação da declaração de prejudicialidade.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se pudesse, queria lhe fazer um pedido.

Estão presentes...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Espere um pouquinho, ainda estou terminando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado 796, de 2015, complementar.

A matéria vai ao Plenário...

Desculpa. Falei 796, mas ele mudou de número. Não é mais 796; é 214, de 2008 – antigo.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, estão presentes os profissionais da área de gerontologia, gerontólogos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Sociedade Brasileira de Geofísica: Dr. Jorge Dagoberto Hildenbrand, presidente, e também a Profª Drª Roberta Mary Vidotti, geofísica.

O Relator desse projeto, que é de minha autoria, está presente. Como não há mais quórum para deliberar, se V. Exª assim concordar, em uma homenagem à presença deles aqui, o nosso querido Elmano Férrer, que é o Relator, poderia ler o relatório, e vamos deliberar na reunião próxima.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Nós ainda temos um item na pauta que é bastante importante, depois podemos seguir a sua sugestão.

Vamos agora selecionar o tema, pois temos dois temas de políticas públicas a decidir. São aqueles temas que ficam em estudo o ano inteiro por um relator, que aprofunda esse assunto.

Conforme decidido por este Colegiado na última reunião, a Comissão de Assuntos Sociais vai avaliar o tema que foi indicado por dois Senadores, que é o Mais Médicos, sugerido pelo Senador Humberto Costa e pelo Senador Ronaldo Caiado.

Eu quero a aprovação do tema pela Comissão.

Os Senadores que se encontram e que aprovam o tema permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Depois nós vamos designar quem será o responsável, porque temos dois Senadores que apresentaram e foi sugerido, por um dos Senadores, que tenhamos um *tertius*. Então, vamos ver se conseguimos um *tertius* que seja de acordo com o Senador Humberto e com o Senador Caiado.

Nós vamos conversar e depois traremos o nome para aprovação, para não fazer isso neste momento.

Senador Paim, pode repetir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu pudesse ler o relatório... A intenção, Srª Presidenta, é porque estão presentes aqui...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Mas é um relatório sobre o quê?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou explicar agora.

Esse projeto é do Senador Romário, regula o exercício profissional de geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

O projeto que eu falei antes é o de que o Elmano Férrer é Relator. Nesse caso, eu sou o Relator. A intenção seria que eu lesse o relatório e votaríamos, claro, na oportunidade em que tivéssemos quórum, que seria semana que vem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não, Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso ler?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidenta.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2015, de autoria do...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Desculpa, desculpa. Há a parte burocrática antes.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 487, de 2015
- Terminativo -

Regula o exercício profissional de Geofísico e confere ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia a atribuição de determinar a competência profissional dos geofísicos, dos físicos, dos geólogos e dos engenheiros-geólogos.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*.

A votação será nominal, portanto não será hoje.

Concedo a palavra ao Senador Paim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou direto à análise, Srª Presidente.

Como disse, é um projeto do Senador Romário.

Consoante o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que versem sobre relações de trabalho, bem como condição para o exercício de profissões.

Além disso, a competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União, à vista do art. 22, I e XVI, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência do aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da Carta Magna.

Analisando a proposição em referência, vislumbramos, inicialmente, obstáculos constitucionais e jurídicos para sua aprovação, no que concerne ao art. 5º. Com efeito, à luz do art. 84, VI, letra "a", da Carta Magna de 1988, compete privativamente ao Presidente da República "dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos".

Nessa toada, o comando legal contido no art. 5º do projeto, que obriga o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) a determinar a competência profissional de geofísicos, físicos, geólogos e engenheiros-geólogos, acaba, de certa forma, interferindo na organização interna do Poder Executivo, o que implica grave violação ao princípio da separação dos Poderes, na medida em que os Conselhos, por terem a natureza jurídica de autarquias, integram a Administração Pública.

Conquanto assim não fosse, a redação do art. 5º revela-se inócua, já que a Constituição confere ao Confea a possibilidade de regulamentar a legislação. Deveras, muito embora a edição de regulamento para fiel execução da lei seja de competência privativa do Chefe do Executivo, é indiscutível que diversos órgãos e entes da Administração Pública (aqui incluídos os conselhos profissionais) exercem o poder normativo por meio de normas infralegais (portarias, resoluções, circulares, orientações, instruções etc.). Tais normas secundárias também têm o condão de especificar e complementar as normas primárias, donde se conclui que o referido conselho profissional pode delimitar o rol de competências das profissões por ele fiscalizadas.

Sob essa ótica, o art. 5º, por ser desnecessário, afigura-se injurídico, motivo por que propomos, ao final, a aprovação da emenda modificativa ao art. 5º para estabelecer que a competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissional dos geofísicos é aquela relacionada com o disposto no art. 1º do PLS, competindo ao Confea, se for o caso, apenas a expedição de resoluções complementares ao fiel cumprimento da lei.

Quanto à possibilidade de regulamentação da profissão de geofísico, a Carta Política de 1988 dispõe, em seu art. 5º, XIII, que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

A regra, portanto, é ampla liberdade para exercer qualquer profissão, sem a necessidade de prévia regulamentação por parte do Poder Público. Todavia, algumas profissões, mormente aquelas ligadas aos campos do direito, da saúde, da educação e da segurança, devem, em razão da sua potencialidade lesiva ao interesse público, ser regulamentadas.

Sobre o tema, já há manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo o qual:

> [...] a questão da liberdade profissional e a regulação normativa de seu exercício – parâmetros que devem conformar a ação legislativa do Estado, no plano da regulamentação profissional: (a) necessidade de grau elevado ou de conhecimento técnico ou científico para desempenho da profissão; (b) existência de risco potencial ou de dano efetivo com ocorrências que podem resultar do exercício profissional ([...] Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 13/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-030 DIVULG 10/02/2012 PUBLIC 13/02/2012).

Nesse cenário, pensamos que a função do geofísico exige, em virtude da sua especificidade, alto grau de conhecimento técnico ou científico. A par disso, a ausência da regulamentação pode ampliar danos incalculáveis à sociedade, porquanto o citado profissional atua nas áreas da sismologia, da geotermometria e da meteorologia, donde sobressai importante para evitar ou melhorar os efeitos de desastres naturais.

Demais disso, o geofísico atua em áreas estratégicas da economia nacional, a exemplo dos ramos da geofísica, do petróleo e da exploração mineral.

Assim, em razão das peculiaridades que norteiam a referida profissão, a regulamentação proposta tornará o mercado mais competitivo, não se concebendo que tão importante profissão seja exercida por trabalhador sem formação qualificada.

Se isso não bastasse, convém informar que a profissão de geofísico consta da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que retrata a realidade das profissões em âmbito nacional. Ou seja, o próprio Governo já identificou e reconheceu a aludida função profissional, restando apenas sua regulamentação pelo Parlamento.

Sob essa perspectiva, o Projeto é meritório, estando em conformidade com os valores sociais do trabalho.

De mais a mais, a regulamentação ora proposta não implica reserva de mercado em favor dos geofísicos, uma vez que não exclui o exercício de atividades desempenhadas por outros profissionais que atuam em áreas similares ou afins. É o que se infere da redação do art. 6º do projeto.

Além disso propomos – entrando para o finalmente, Srª Presidente – a alteração no art. 2º do PLS a fim de compatibilizar sua redação em vários aspectos. Um deles é o grande número de graduados em ciências exatas, como, por exemplo, os engenheiros, que concluíram a pós-graduação em geofísica, seja em nível de mestrado ou doutorado em nosso País, e é legítimo que esses profissionais sejam reconhecidos e possam atuar na geofísica, uma vez que se prepararam em universidades e contribuíram para o desenvolvimento deste ramo da ciência em nosso País, reconhecendo-se, portanto, o critério da meritocracia.

Por fim, além da emenda modificativa ao art. 5º, verificamos a necessidade de apresentação de emendas de redação no que respeita ao *caput* do art. 1º e ao inciso VII do §2º do art. 1º, com o intuito de inserir uma vírgula após a expressão "em todo o Território Nacional", a fim de isolar o adjunto adverbial, e retificar a palavra "meterologia", que, na verdade, deve ser grafada como "meteorologia".

Voto.

Posto isso, opinamos pela aprovação, com a emenda que aqui listamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É esse, Srª Presidenta, o relatório.

Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Paim.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Agradeço as presenças de Jorge Dagoberto Hildenbrand, da Sociedade Brasileira de Geofísica, e do Dr. Marcelo Peres Rocha, professor adjunto da Universidade de Brasília.

Em virtude da falta de quórum para votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Pois não, Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Só para fazer um apelo, um pedido a V. Exª, no sentido de que coloque como prioridade na pauta, na próxima reunião, essa regulamentação dos profissionais da área de gerontologia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – A relatoria é de V. Exª?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – V. Exª gostaria de ler o projeto para deixar já lido?

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu poderia, se V. Exª permitir, para ganhar tempo.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Sim.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Farei a leitura.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Pois não.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2013

- Terminativo -

Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: - Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 09.12.2015, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CDH a 5-CDH.

- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação nominal.

A votação será nominal. Portanto, o projeto será somente lido.

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Inclusive, esse projeto é de autoria do nobre Senador Paulo Paim, que temos a honra de relatar.

Peço permissão para ir diretamente à análise do nosso relatório.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão (CAS) opinar sobre projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

Sob o aspecto formal, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Carta Magna).

A gerontologia, conforme ensinam os especialistas, é a ciência que estuda o processo de envelhecimento em suas mais diversas dimensões e se constitui, na prática, na ótica atual, em uma especialidade de diferentes profissões. A gerontologia é multidisciplinar, pois reúne conceitos teóricos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

provenientes de diferentes disciplinas, em torno do seu objeto de estudo. É interdisciplinar em função da complexidade do fenômeno da velhice, que exige não apenas a união de conhecimentos existentes em diversas disciplinas, mas também a construção de um novo corpo de conhecimento científico que orienta a sua prática.

A regulamentação desse ramo de atividade se faz necessária, tendo em vista que esse profissional deve ter habilitação especializada, pois a saúde, a segurança e o bem-estar das pessoas que se utilizam de seus serviços não podem parar em mãos de amadores ou aventureiros de primeira viagem.

Com a regulamentação da profissão, cria-se uma identidade, exigindo-se dos gerontólogos uma conduta profissional e responsabilizando-os tecnicamente pela execução de seu trabalho. Ademais, dá-lhes condições para exercer suas profissões na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

Permite, ainda, ao profissional candidatar-se a cargos específicos na Administração Pública e prestar serviços a empresas, quer sejam públicas ou privadas e que exigem documentação profissional.

Assim, quanto ao mérito, não há reparos a fazer. Cumpre-nos, todavia, oferecer ao texto algumas modificações com a finalidade de aperfeiçoar a proposta.

Em relação às emendas aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), observa-se que a de nº 1 é por demais restritiva ao determinar que os atendimentos relativos à prevenção e à manutenção da saúde do idoso, a serem realizados pelo SUS, sejam prestados apenas por gerontólogos. A permanecer o teor do texto, impediria que profissionais de áreas afins pudessem atuar em conjunto com os gerontólogos. A mesma observação vale para a Emenda nº 2, que limita aos gerontólogos a prestação de atendimentos relativos à proteção de idosos no âmbito da assistência social, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Por isso, ao acatarmos as duas emendas, propomos a substituição do termo "deverão" por "poderão".

Já em relação à Emenda nº 3, que equipara os bacharéis em gerontologia aos tecnólogos em gerontologia, propomos sua rejeição, tendo em vista a diferente formação acadêmica desses profissionais. A despeito do curso de Tecnologia em Gerontologia ser de nível superior, sua duração é curta, de dois anos apenas, enquanto o bacharelado em Gerontologia, como o oferecido pela Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, é de quatro anos, em média. Entendemos, assim, que as Emendas nºs 4 e 5, que suprimem, respectivamente, o inciso II do art. 2º e o art. 4º do projeto, retirando do texto o elenco de atividades afetas ao tecnólogo em gerontologia, deverão ser acatadas, uma vez que não existe atualmente no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o curso de tecnólogo em gerontologia e desenvolvimento social. Então, não há razão para que a lei regulamente uma atividade de um profissional que não existe atualmente no mercado de trabalho, motivo pelo qual deve ser suprimida do projeto em referência.

Por essas razões e para dar maior clareza ao texto que submetemos à deliberação desta Comissão, apresentamos, ao final, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 334, de 2013, contemplando os aspectos que acabamos de mencionar.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, pela aprovação das Emendas nºs 1, 2, 4 e 5, da CDH, e pela rejeição da Emenda nº 3, da CDH, na forma da seguinte emenda substitutiva:

Emenda da CAS, substitutiva. Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013.

> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei regula o exercício da profissão de Gerontólogo em todo território nacional.
> Art. 2º As atividades da profissão de Gerontólogo serão exercidas: [...]

Srª Presidente, eu pediria permissão para não ler, porque é um pouco mais extenso.

Era este o relatório, com a devida análise ora apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Obrigada, Senador Elmano Férrer.

Esse projeto é de extrema importância, porque sabemos o que o gerontólogo tem como trabalho em relação aos mais idosos. Então, agradeço a leitura.

Na próxima semana nós vamos ter uma audiência pública, mas na outra semana nós votaremos o projeto de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, se me permite, só para complementar o comentário de V. Exª, que eu assino embaixo: essa iniciativa vai na linha de proteger mais uma vez os idosos. V. Exª é uma orientadora nessa área.

Um carinho especial e meus cumprimentos ao Relator, que só aprimorou o projeto, o Senador Elmano Férrer.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. PMDB - SP) – Em virtude, então, da falta de quórum, porque é terminativa, nós não vamos votar. Está adiada essa discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ivo Cassol, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Paulo Paim, Aécio Neves e Antonio Anastasia. Registram a presença os Senadores José Medeiros, Ataídes Oliveira e Alvaro Dias. Usam da palavra os Senadores Ataídes Oliveira e Alvaro Dias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não Terminativo, que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 – Não Terminativo, que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 – Não Terminativo, que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 – Não Terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 – Terminativo, que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 – Terminativo, que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo apresentado e pela inadmissibilidade da Emenda nº 4-S. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 –Terminativo, que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 – Não Terminativo, que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 22 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2016 – Não Terminativo, que: "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." Autoria: Senador Renan Calheiros. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2017 - Não Terminativo, que: "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Favorável ao PLS 85/2017, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicados o PLS 280/2016 e as Emendas a ele apresentadas. Resultado: A Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2013 –Terminativo, que: "Altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92, de 2015 – Não Terminativo, que: "Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional." Autoria: Senador Roberto Rocha e outros. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2015 – Não Terminativo, que: "Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 – Não Terminativo, que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 – Não Terminativo, que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2016 – Não Terminativo, que: "Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

veículos." Autoria: Deputado Beto Albuquerque e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2013 – Não Terminativo, que: "Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita (PRONIE)." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr; Presidente, pela ordem.

Conforme nós havíamos combinado lá atrás, nós votaríamos o projeto de abuso de autoridade neste dia 19. Então, peço a V. Exª que nos conceda uma inversão de pauta para que esse seja o primeiro item a ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo objeção...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, dada a importância do assunto, eu queria que V. Exª... Aqui na Comissão não tem campainha não, não é? É só no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Tem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, que V. Exª chame os Senadores dada a importância desse tema, abuso de autoridade.

Assim como o Senador Requião, que é o Relator, tem interesse em ver essa matéria discutida – e há um interesse de toda a Nação –, ele que é a favor, de outro lado, eu, que sou contra, também tenho interesse em fazer esse debate.

Porém, é importante que um debate dessa natureza conte com a presença dos Senadores aqui na Comissão, para podermos, legitimamente, responder a uma sociedade que tem interesse nesse tema, pelo momento no qual vive a Nação brasileira.

Eu concordo que haja inversão, mas peço a V. Exª que chame os Senadores para virem à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mais do que campainha, nós estamos telefonando a todos os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 31.

ITEM 24

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2016

- Não terminativo -

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2017

- Não terminativo -

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Favorável ao PLS 85/2017, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicados o PLS 280/2016 e as emendas a ele apresentadas.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para leitura do seu parecer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, sou forçado a concordar com o Senador Magno Malta. Seria muito importante que nós tivéssemos uma presença maciça de Senadores na Comissão. No entanto, Sr. Presidente, como o relatório foi distribuído inclusive por meio magnético, eu acho que nós poderíamos iniciar a sua leitura, partindo do pressuposto de que ele é do conhecimento de todos e na certeza também de que dentre alguns instantes teremos no plenário da Comissão a presença de todos os titulares e alguns suplentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião, é louvável a preocupação de V.Exª, assim como do Senador Magno Malta. Repito: estamos ligando, telefonando a todos os senhores membros desta Comissão para que compareçam e acompanhem os debates em torno dessa matéria de essencial importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Vamos ao relatório do PLS nº 280, de 2016.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 280, de 2016, define taxativamente os crimes de abuso de autoridade cometidos por agente público, em sentido amplo, abarcando servidores públicos e pessoas a eles equiparadas, além de membros do Ministério Público e dos Poderes Judiciário e Legislativo de todas as esferas da Administração Pública – federal, estadual, distrital e municipal.

Nos termos da proposição, os crimes de abuso de autoridade serão processados mediante ação pública condicionada à representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça, admitida a ação privada se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo de quinze dias, contado do recebimento do inquérito ou da representação do ofendido.

A ação penal será pública incondicionada, todavia, no caso de pluralidade...

Sumiu a segunda página. Acho que houve sabotagem de um agente público aqui, que me sumiu com a página subsequente.

Prossigo: no caso de pluralidade de vítimas ou se houver risco à vida, à integridade física ou à situação funcional do ofendido que queira exercer o direito de representação.

Eu explico, Presidente, que nós estamos querendo evitar o engavetamento das ações. Então, se a ação não anda por iniciativa do Ministério Público, há possibilidade de o ofendido, privadamente, tomar as suas providências. Acaba-se com a hipótese do engavetamento e da decisão unilateral de uma corporação qualquer.

O PLS nº 280, de 2016, estabelece, como efeito da condenação, a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Senador Ferraço, eu não estou conseguindo ler com esse barulho aqui ao meu lado. Por favor.

O PLS nº 280, de 2016, estabelece, como efeito da condenação, a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juízo criminal fixar o valor mínimo de reparação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido. No caso de reincidência, a condenação tem como efeito, ainda, a perda do cargo, mandato ou função pública, independentemente da pena aplicada.

Além da pena, o crime de abuso de autoridade tem repercussão nos âmbitos cível e administrativo, nos termos do projeto. De acordo com o art. 7º, a responsabilidade civil e administrativa independe da penal, não se podendo questionar sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões se acharem decididas no juízo criminal. Entretanto, pela interpretação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

art. 8º da proposição, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito exclui as responsabilidades civil e administrativa.

Consoante disposição do art. 39 do PLS nº 280, de 2016, o rito do processo por crime definido no PLS é o do processo comum, previsto no Código de Processo Penal.

O projeto de lei promove também diversas alterações na legislação vigente.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescenta artigo para estabelecer que, no caso dos crimes previstos naquele estatuto, praticados com abuso de autoridade, a perda do cargo, função ou mandato eletivo, prevista no art. 92, I, do Código Penal, somente incidirá no caso de reincidência, mas independerá, neste caso, da pena aplicada ao reincidente.

Como a legislação inova, nós estamos estabelecendo essa salvaguarda da reincidência, para que a pena seja aplicada. De certa forma, é mais uma medida que tomamos em defesa da possibilidade de um erro e da independência do juiz, por exemplo.

Na Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, altera a redação do art. 10, que tipifica o crime de interceptação telefônica, de fluxo de comunicação informática e telemática, ou escuta ambiental, sem autorização judicial, para (I) modificar a pena privativa de liberdade cominada, de reclusão de 2 a 4 anos para detenção de 1 a 4 anos; (II) acrescentar tipos penais equiparados, para o agente que promove quebra de sigilo bancário, de dados, fiscal, telefônico ou financeiro sem autorização judicial ou fora das hipóteses em que a lei permitir, ou que dá publicidade, antes de instaurada a ação penal, a relatórios, documentos ou papéis obtidos como resultado de interceptação telefônica, de fluxo de comunicação informática e telemática, de escuta ambiental, de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico ou financeiro regularmente autorizados; (III) sujeitar o agente ao regime de sanções previstas em legislação específica, no caso de o crime ter sido praticado com abuso de autoridade.

Na Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a prisão temporária, promove alteração do art. 2º, para prever que o mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. Decorrido o prazo, o preso deverá ser posto em liberdade pelo agente responsável pela custódia, independentemente de ordem judicial, salvo se prorrogada a prisão temporária ou decretada a prisão preventiva. Estabelece, ainda, que na contagem do prazo deve ser computado o dia do cumprimento do mandado.

No mais, o PLS nº 280, de 2016, revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade, além dos seguintes dispositivos do CP: § 2º do art. 150 (violação de domicílio cometido por funcionário público com abuso de poder); § 1º do art. 316 (excesso de exação) e arts. 322

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(violência arbitrária) e 350 (exercício arbitrário ou abuso de poder), porque contemplados, com ajustes, no texto da proposição.

Na justificação, o autor argumenta que a Lei nº 4.898, de 1965, que atualmente regula a matéria, está defasada, carecendo de atualização para melhor proteger efetivamente os direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal, no que diz respeito à sua violação ou mitigação por meio de ato praticado com abuso de autoridade.

I.2 – Das Emendas ao PLS nº 280, de 2016.

Foram apresentadas as seguintes emendas.

A Emenda nº 01-CECR, do Senador Romero Jucá, de caráter substitutivo, promove importantes modificações no PLS. No parágrafo único do art. 4º, exige, para a perda do cargo, mandato ou função, a reincidência na prática de crime por abuso de autoridade, e não a mera reincidência em qualquer tipo de crime. No art. 21, enquanto o PLS se refere a invasão de casa alheia, o substitutivo alude a imóvel alheio, conceito obviamente bem mais abrangente do que o de casa. No art. 22, o substitutivo exclui do tipo penal o atingimento de terceiros nas interceptações telefônicas. No mais, mantém a essência do PLS, apenas aprimorando sua redação e técnica legislativa.

A Emenda nº 02-CECR, do Senador Fernando Collor, modifica a redação do art. 36 do PLS, para ampliar o espectro da prevaricação nele descrita, de modo que configure crime a conduta de "deixar de determinar a instauração de procedimento investigatório para apurar a prática de infração penal ou de improbidade administrativa quando dela tiver conhecimento e competência para fazê-lo", não mais se restringindo aos crimes previstos no próprio PLS.

A Emenda nº 03-PLEN, do Senador Randolfe Rodrigues e outros, de caráter substitutivo, mantém, na essência, o texto do PLS, mas aprimora pontualmente diversos dispositivos.

A Emenda nº 04-PLEN, do Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de estabelecer ressalva para evitar o crime de hermenêutica. Assim, propõe dispositivo prevendo que "não configura crime previsto nesta lei a divergência na interpretação da lei penal ou processual penal ou na avaliação de fatos e provas".

A Emenda nº 05-PLEN, também do Senador Ricardo Ferraço, suprime o art. 30 do PLS, que tipifica a conduta de "dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, com abuso de autoridade", ao argumento de que não se pode criminalizar interpretação jurídica.

A Emenda nº 06-PLEN, do Senador Telmário Mota, é no sentido de incluir, no art. 8º do PLS, parágrafo único prevendo que "a mera divergência de entendimento ou de interpretação entre membros do Ministério Público e juízes, ou entre estes e outros órgãos jurisdicionais, não constitui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

abuso de autoridade". Também aqui a justificação diz respeito à impossibilidade de crime de hermenêutica.

As Emendas nº 07 e 08-PLEN, do Senador Ricardo Ferraço têm o mesmo teor que as já apresentadas pelo Parlamentar, designadas por Emendas nºs 04 e 05-PLEN, diferenciando-se daquelas por incidirem sobre o substitutivo que agora apresento, cujo teor foi divulgado com antecedência.

A Emenda nº 09-PLEN, do Senador Ricardo Ferraço, propõe-se a suprimir o inciso III do art. 13 do substitutivo, relativo ao constrangimento de preso para produção de provas contra si ou contra terceiros.

Por sua vez, a Emenda nº 10-PLEN, do mesmo Parlamentar, é no sentido de suprimir o art. 10 do substitutivo, que versa sobre a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.

A Emenda nº 11-PLEN, também do Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de estabelecer que os crimes de abuso de autoridade cometidos por magistrados e por membros do Ministério Público serão de iniciativa, respectivamente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República.

As Emendas nºs 12-PLEN a 25-PLEN foram apresentadas pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A Emenda nº 12-PLEN é no mesmo sentido da Emenda nº 04-PLEN, proposta pelo Senador Ricardo Ferraço.

A Emenda nº 13-PLEN propõe-se a aperfeiçoar o *caput* do art. 5º do PLS, para ressaltar que as penas restritivas de direito têm caráter substitutivo em relação às penas privativas de liberdade.

A Emenda nº 14-PLEN retira do parágrafo único do art. 6º do PLS a menção ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, posto que o próprio dispositivo já prevê que a representação do ofendido será encaminhada à autoridade competente, com vistas à apuração de falta funcional.

A Emenda nº 15-PLEN pretende alterar a redação do art. 9º do PLS, que ficaria da seguinte forma:

> Art. 9º. Decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação da liberdade, fora das hipóteses legais ou sem o cumprimento ou a observância de suas formalidades:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
> *Parágrafo único*. Incorre nas mesmas penas a autoridade judiciária que, sem justa causa, deixar de:
> I – relaxar a prisão manifestamente ilegal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

II – substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;
III – deferir liminar ou ordem de *habeas corpus*.

Ressalta o autor que a expressão “prazo razoável”, constante do Substitutivo, é demasiadamente subjetiva.

Abro um parêntese: o princípio da razoabilidade é utilizado na interpretação da Constituição e, literalmente, faz parte das leis que dizem respeito ao processo administrativo.

A Emenda nº 16-PLEN altera a redação do art. 10 do PLS, para dispor que constitui crime “decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação de comparecimento ao juízo”, argumentando que a expressão “manifestamente descabida”, constante da redação do Substitutivo, é extremamente subjetiva.

A Emenda nº 17-PLEN substitui, no inciso IV do parágrafo único do art. 12 do Substitutivo, a expressão “sem motivo justo e excepcionalíssimo” por “injustificadamente”. Argumenta o autor que a expressão “excepcionalíssimo” é muito subjetiva.

A Emenda nº 18-PLEN propõe a supressão do art. 15 do Substitutivo, que incrimina a conduta de não comunicação ao preso dos seus direitos ao silêncio e à assistência jurídica. Argumenta o autor que a conduta é desprovida de perigo social.

Do mesmo argumento se serve a Emenda nº 19-PLEN, que pugna pela supressão do art. 16 do Substitutivo, que criminaliza a conduta de não identificação e de falsa identificação do agente de segurança pública ao preso.

A Emenda nº 20-PLEN é no sentido de suprimir, no art. 27 do Substitutivo, a expressão “ou fazer uso de provas de cuja origem ilícita se tenha conhecimento”, ao argumento de que a ilegalidade da prova pode ser discutida com base na doutrina e na jurisprudência.

A Emenda nº 21-PLEN propõe a supressão do art. 45 do Substitutivo, que prevê a criminalização de condutas que violem a prerrogativa profissional do advogado, alegando que a proposta deslocará o equilíbrio processual para longe do intuito de Justiça criminal, promovendo um embate entre patronos e órgãos responsáveis pela persecução penal.

A Emenda nº 22-PLEN propõe, no art. 23 do Substitutivo, a supressão da expressão “moral”, por entender que a redação carece de objetividade. Trata-se do dispositivo que tipifica como abuso de autoridade a prática de violência física ou moral, sendo punido com detenção e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 23-PLEN é no sentido de suprimir o parágrafo único do art. 33 do Substitutivo, que versa sobre a criminalização do decreto imotivado ou ilegal de sigilo nos autos. Alega o autor que o conjuntivo "ou" da redação legal acaba por permitir situações tais que, se o sigilo não tiver ostensiva previsão legal, ainda assim poderá ser decretado, bastando, para tanto, "motivação expressa".

A Emenda nº 24-PLEN insere na redação do art. 36 o elemento normativo "sem justa causa", para que se configure o crime de deixar de instaurar procedimento investigatório, diante da prática de infração penal ou administrativa.

A Emenda nº 25-PLEN propõe a supressão do art. 39 do Substitutivo, que criminaliza o pedido de vista de processo com intuito procrastinatório, ante a dificuldade de se provar a intenção do agente e de diferenciar a conduta do pedido de vista legítimo.

A Emenda nº 26-PLEN, do Senador Randolfe Rodrigues, de caráter substitutivo, é idêntica à Emenda nº 3-PLEN do mesmo Parlamentar.

A Emenda nº 27-CCJ, do Senador Ricardo Ferraço, é no sentido de suprimir o art. 31 do Substitutivo, que incrimina a persecução criminal como forma de abuso de autoridade, por ter redação vaga e imprecisa.

A Emenda nº 28-CCJ, do Senador Lasier Martins, inspirada na proposta apresentada pelo Procurador-Geral da República, reformula o art. 1º do Substitutivo, conferindo-lhe redação praticamente idêntica à do PLS nº 85, de 2017, para evitar o crime de hermenêutica.

As Emendas 29-CCJ a 34-CCJ foram apresentadas pelo Senador Romero Jucá.

A Emenda nº 29-CCJ altera os arts. 1º e 2º do PLS nº 280, de 2016. No art. 2º, prevê um rol mais amplo dos sujeitos ativos do crime do que o previsto na redação original do PLS. No art. 1º, por sua vez, insere os seguintes parágrafos:

§ 1º Não há crime quando o sujeito ativo pratica o fato em conformidade com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores ou do Tribunal de Segunda Instância ao qual estiver vinculado funcionalmente ou ao qual esteja submetido à jurisdição no caso concreto.

§ 2º Se o fato é praticado no estrito cumprimento de ordem não manifestamente ilegal, só é punível o autor da ordem.

A Emenda nº 30-CCJ altera a redação do art. 4º do PLS nº 280, de 2016, que versa sobre os efeitos da condenação, valendo destacar o seguinte parágrafo, que remete ao valor mínimo da indenização fixada na sentença penal condenatória:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 1º O valor a que se refere o inciso I do *caput* será debitado à conta da unidade orçamentária do órgão ao qual estava vinculada a autoridade autora ao tempo do crime, observado o disposto no art. 100 da Constituição da República.

A Emenda nº 31-CCJ é no sentido de incluir no projeto duas condutas, ambas punidas com reclusão, de dois a quatro anos, e multa: uma, relacionada com a divulgação de segredo de justiça; outra, para punir o retardamento na investigação ou a não instauração desse procedimento nos casos de violação de segredo de justiça.

A Emenda nº 32-CCJ propõe inserir no projeto dispositivo para incriminar a conduta de prorrogar a investigação sem justificativa, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado, cominando pena de detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

A Emenda nº 33-CCJ é no sentido de alterar o art. 10 do Código de Processo Penal, estabelecendo prazos peremptórios para a conclusão dos inquéritos policiais e para o oferecimento da denúncia ou pedido de arquivamento do inquérito, sendo que o descumprimento injustificado desses prazos sujeita o responsável às sanções cominadas aos crimes de abuso de autoridade.

A Emenda nº 34-CCJ é idêntica à Emenda nº 31-CCJ.

As Emendas nº 35-CCJ a 39-CCJ foram apresentadas pelo Senador Ricardo Ferraço.

A Emenda nº 35-CCJ modifica o inciso II do art. 4º do Substitutivo, para prever, como efeito da condenação, "a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de função pública pelo período de um a cinco anos, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade".

A Emenda nº 36-CCJ confere ao *caput* do art. 10 do Substitutivo a seguinte redação:

"Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado em desacordo com as normas processuais vigentes sobre a matéria."

A Emenda nº 37-CCJ retira, da redação do *caput* art. 13 do Substitutivo, a expressão "ou redução de sua capacidade de resistência", ao argumento de que se poderia, de alguma forma, implicar a nulidade da colaboração, conhecida como "delação premiada". A Emenda nº 38-CCJ propõe a supressão do art. 39 do Substitutivo, ao argumento de que a conduta nele descrita, consistente no pedido de vista com intuito procrastinatório, já estaria contemplada no art. 319 do Código Penal, que descreve o crime de prevaricação.

A Emenda nº 39-CCJ é no sentido de alterar o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, na forma do art. 43 do Substitutivo, para que a seguinte redação, ficando suprimida a expressão "ou com abuso de poder", vista na parte final do dispositivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Parágrafo único. Incide nas mesmas penas a autoridade judicial que determina a execução de conduta descrita no *caput*, com objetivo não autorizado em lei."

As Emendas nº 40-CCJ a 43-CCJ são de autoria da Senadora Simone Tebet.

A Emenda nº 40-CCJ é no sentido de substituir, no art. 22, parte final, do Substitutivo, a conjunção aditiva "e" por "ou", de modo que conste "sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei", como forma de permitir que fiscais tributários tenham acesso aos livros contábeis dos estabelecimentos, para o cumprimento de seu dever legal, na forma da legislação tributária.

A Emenda nº 41-CCJ propõe nova redação para o art. 26 do Substitutivo, para deixar claro que o crime somente ocorre quando se faz uso da prova tendo conhecimento prévio da sua ilicitude. Com a redação proposta, fica claro que o agente deve ter conhecimento da ilicitude da prova no ato mesmo da sua utilização.

A Emenda nº 42-CCJ é no sentido de ressalvar, no art. 28 do Substitutivo, as investigações preliminares e as sindicâncias administrativas. Alega a autora que o Fisco recebe muitas denúncias contra contribuintes e que, em defesa do Erário, somente pode descartá-las após fazer uma investigação preliminar. Observa também que a sindicância administrativa e as investigações preliminares no âmbito criminal, que antecedem respectivamente o processo administrativo e inquérito policial, são promovidas para uma averiguação prévia e sumária, sem a qual não há como saber se é o caso ou não de se instaurar o processo ou o inquérito.

Finalmente, a Emenda nº 43-CCJ reformula a redação do art. 33 do Substitutivo, para que o *caput* fique da seguinte forma:

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

> Art. 33. Negar ao interessado, seu defensor ou a qualquer advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvadas as peças relativas a diligências em curso ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível.
> .....

Na justificação consta o seguinte:

> Esta emenda atende ao alerta feito pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), no sentido de que o dispositivo deve ressalvar também as peças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que indiquem a realização de diligências futuras, para que seus resultados não sejam frustrados.

Aproveito também para incorporar sugestões formuladas na audiência pública ocorrida no dia 04/04/2017. A primeira diz respeito à supressão da expressão “sem justa causa”, sugerida pela representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Drª Ana Cláudia Monteiro. Prevalecendo os princípios constitucionais da publicidade e da ampla defesa e do contraditório, a justa causa para negar acesso aos autos já está prevista no próprio tipo, qual seja, evitar a frustração de diligências em curso e futuras.

De sua parte, a Srª Lucieni Pereira da Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil, observou que nos processos levados a efeito nos tribunais de contas não exigem a presença de defensor ou advogado, podendo o próprio interessado promover sua defesa.

Por fim, o Dr. Fábio Tofic Simantob, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, alertou que o acesso aos autos deve ser garantido a qualquer profissional da advocacia, que muitas vezes iniciam seu trabalho ainda sem estarem munidos de procuração formal, cuja juntada pode ser requerida posteriormente. Ademais, até terem certeza do objeto de futuro contrato de honorários, ou para conhecer a dificuldade que deverão enfrentar, deve-se garantir, também por essa razão, que os advogados tenham acesso a qualquer processo.

Aliás, de acordo com o art. 7º, XIII, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), é direito do advogado ‘examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos’.

As emendas apresentadas pela Senadora Simone Tebet atendem parcialmente os pleitos da Unafisco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Vamos ver depois.

Do Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016.

Eu tenho mais três emendas aqui que vou relatar separadamente do material que está processado.

EMENDA Nº - CCJ (ao PLS nº 280, de 2016)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art.1º O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art.1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.
§1º As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade somente quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda quando praticado com fim de chantagem ou por motivo de vingança.
§2º Não configura crime de abuso de autoridade, por si só, a divergência na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas, quando devidamente fundamentadas.'
Justificação.
É inegável que o Estado Democrático de Direito não sobrevive sem a repressão ao abuso de autoridade, mas também é verdade que não há democracia nem império da lei onde a corrupção e o crime organizado possam constranger as instituições do sistema de Justiça. É preciso encontrar o equilíbrio.
Embora o relator [...] tenha melhorado bastante o projeto, seu substitutivo ainda contém pontos polêmicos, cláusulas [...] e termos indeterminados que trazem insegurança jurídica à persecução penal (enfrentamento à criminalidade).
O §1º do Art. 1º do Substitutivo apresentado pelo Senador [Roberto] Requião descreve como crime de abuso de autoridade as condutas praticadas por mero “capricho” ou “satisfação pessoal”.
Ora, não há como se determinar que uma conduta foi praticada por mero capricho ou por satisfação pessoal. Tais termos são vagos e subjetivos o bastante para que a interpretação do agente público seja criminalizada. Para responsabilizar o agente [público] por crime doloso é preciso demonstrar que o mesmo quis, desejou, agiu com a vontade demonstrada de praticar o ilícito.
Por isso, substituímos tais termos por “chantagem” e “vingança”. Um ato praticado por chantagem ou vingança é possível de ser observado, já que podem existir elementos de fato que o comprovem.
Já o §2º do mesmo artigo guarda em seu texto a expressão “necessariamente razoável”. Tal expressão também tem valor subjetivo.

É na teologia a reta razão; no julgamento comum das pessoas, o bom senso e é o princípio da razoabilidade utilizado na interpretação do Direito e do Código de Processo Penal. Mas vamos lá!

Quando da oferta de denúncia ou ação civil pelo Ministério Público, a peça processual já é munida das razões que a justificaram. Qualquer peça processual vem acompanhada das razões que as motivaram, desde o recurso interposto pelo advogado até a decisão exarada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> por um juízo. Essa é a praxe. Não obstante, não há como criminalizar tais razões só porque elas não foram acatadas por uma instancia superior.
> Além disso, não se pode, também, aceitar que seja definida como crime a oferta de denúncia ou ação civil se não for recebida pelo Judiciário, sob pena de se estar amordaçando o trabalho do [Ministério Público]. Se a ação penal fosse por si só uma condenação, o processo seria desnecessário, e a condenação ocorreria diretamente com a investigação. O processo traz a oportunidade [...].
> É elementar para a prática de qualquer um dos tipos de abuso de autoridade que o agente pretenda de fato abusar, extrapolar da autoridade que por lei lhe é [...]. Não é possível normatizar como abuso de autoridade uma conduta que não tenha sido praticada com a finalidade de exceder os limites legais.
> Ademais, a tipificação dos crimes de abuso de autoridade deve ser clara e expressa, sem conceitos jurídicos vagos, imprecisos e subjetivos, os quais ainda se vê no substitutivo apresentado.
> Conceituar abuso de autoridade com subjetivismo implica na total ausência de segurança jurídica à atuação do agente público, expondo seu trabalho a interpretações pessoais e conjecturas que podem significar cabresto e mordaça.

É de autoria do Senador Valadares.

Outra emenda do Senador Antonio Carlos Valadares estabelece os crimes previstos nessa lei são de ação penal pública incondicionada.

O projeto discorda disso porque, sendo de ação penal pública incondicionada, fica na mão, por exemplo, do Ministério Público, que pode aceitar ou não aceitar e caprichar em um prazo de prescrição para julgá-la e mandá-la, posteriormente, prescrita, por exemplo, no caso de um Parlamentar federal, ao Supremo Tribunal. Então, por esse motivo, foi rejeitada.

A terceira emenda é do Senador Ricardo Ferraço.

> Art. 13. Constranger o preso ou detento, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe ter reduzido, por qualquer meio ilícito, a capacidade de resistência, a:
> I - Exibir-se, ou ter seu corpo ou parte dele exibido, à curiosidade pública;
> II - Submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;
> III - produzir prova contra si mesmo, ou contra terceiro, fora dos casos de tortura.

Vamos examiná-las posteriormente. Eu só quis registrar a existência.

Tive a oportunidade de relatar o PLS nº 280, de 2016, antes da superveniente apresentação do PLS nº 85, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria deixar claro neste momento que o PLS 280 foi subscrito pelo Senador Renan Calheiros, mas ele é da elaboração de sete anos atrás de uma comissão que pretendia adequar a legislação da República, assim como o PLS – que eu vou considerar porque está apensado – não é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que o subscreve, nem tampouco de autoria do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. O Rodrigo Janot o subscreveu para oferecê-lo ao Congresso Nacional, o Senador Randolfe o subscreveu para que fosse incluído nesta discussão desse projeto, mas ele é de autoria de um grupo de procuradores da República. Esse grupo, inclusive, me procurou aqui para identificar-se na autoria e discutir algumas coisas comigo, que sou o Relator da matéria.

Analisei a proposição, bem como as 21 emendas que haviam sido até então apresentadas. Além disso, colhi sugestões de diversas categorias e colaboradores, especialmente as decorrentes das audiências públicas realizadas em 2016 no plenário do Senado Federal, com a presença de magistrados da estatura do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, do Juiz Federal Sergio Moro e do Juiz Federal Silvio Rocha.

Ao cabo dessa análise, apresentei um texto substitutivo, que foi lido nesta Comissão e é do conhecimento de todos.

Não obstante a ampla publicidade que foi dada ao texto, vale lembrar que o substitutivo continha dispositivo para afastar o chamado "crime de hermenêutica". Com efeito, o parágrafo único do art. 1º estabelecia que:

> Não constitui crime de abuso de autoridade o ato amparado em interpretação, precedente ou jurisprudência divergentes, bem assim o praticado de acordo com avaliação aceitável e razoável de fatos e circunstâncias determinantes, desde que, em qualquer caso, não contrarie a literalidade desta Lei.

Do PLS nº 85, de autoria dos procuradores, trazido a esta Comissão pelo Senador Randolfe e ao Congresso Nacional pelo Procurador-Geral da República Rodrigo Janot.

Por sua vez, o PLS nº 85, de 2017, também tipifica taxativamente os crimes de abuso de autoridade, tal qual o Substitutivo, estabelece ressalva para evitar o “crime de hermenêutica”.

Nesse sentido, prescreve que não configura abuso de autoridade (i) a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que fundamentada; (ii) o exercício regular das funções, pelos “agentes políticos” a que se refere, assegurada a independência funcional; (iii) o cumprimento regular de dever do ofício.

O PLS nº 85, de 2017, relaciona como sujeito ativo do crime de abuso de autoridade os agentes listados no seu art. 2º, fazendo a separação entre agentes políticos e demais servidores, a teor do que consta no incido II do parágrafo único do art. 1º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No que tange à legitimação, o projeto prevê que os crimes de abuso de autoridade são de ação pública incondicionada, admitida a ação penal privada subsidiária da pública nos termos do Código de Processo Penal.

O PLS nº 85, de 2017, estabelece, como efeito da condenação, (i) a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juízo criminal fixar o valor mínimo de reparação, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido; (ii) a perda do cargo, mandato ou função pública, desde que decidida motivadamente na sentença, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano; (iii) inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

No mais, em comparação com o Substitutivo ao PLS nº 280... O Substitutivo ao PLS nº 280 é o Substitutivo subscrito pelo Senador Renan Calheiros, que teve origem na comissão da renovação da legislação da República.

No mais, em comparação com o Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016, o projeto do Senador Randolfe não prevê como crime as seguintes condutas:

a) decretar condução coercitiva sem prévia intimação para comparecimento voluntário (art. 10 do Substitutivo);

Randolfe, Janot, Procuradores.

b) fotografar ou filmar preso sem seu consentimento (art. 14 do Substitutivo);

c) produzir provas por meios ilícitos (art. 25 do Substitutivo);

d) divulgar gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir (art. 28 do Substitutivo);

e) decretar indisponibilidade de bens em valor que extrapole exacerbadamente o dano (art. 36 do Substitutivo);

f) requerer vista de processo com o intuito de procrastinar seu julgamento (art. 37 do Substitutivo);

g) realizar interceptação telefônica ou escuta ambiental ilegal ou quebrar segredo de justiça (art. 41 do Substitutivo);

Ademais o PLS nº 85 – de Janot/Randolfe – só admite o crime de abuso de autoridade no caso de prisão quando há “intenção deliberada de constranger” o réu ou investigado (art. 9º do PLS).

Outra diferença consiste na previsão do crime de uso abusivo dos meios de comunicação ou de redes sociais pela autoridade encarregada da investigação que antecipa a atribuição de culpa antes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

concluída a investigação e formalizada a acusação (art. 35 do PLS Janot), figura que não está contemplada no PLS nº 280, de 2016, o PLS assinado pelo Senador Renan.

Na justificação, o autor faz sucinta descrição do projeto, cabendo destacar o seguinte trecho:

> O anteprojeto não proíbe a divulgação da investigação, permitindo que o seu encarregado preste contas do que foi feito e porque o foi, como mecanismo de indispensável transparência.
> Contudo, na divulgação de uma investigação pública, quem a conduz não deve fazer acusações ou adiantar conclusões sobre a culpa do suspeito, porquanto o quebra-cabeças ainda não foi montado, não se sabe qual a imagem vai aparecer ao final e é grande o risco de se cometer injustiças e leviandades e causar prejuízos, não só ao indivíduo, mas também [e fundamentalmente] ao interesse público.
> Por outro lado, o anteprojeto procurou evitar a tipificação da hermenêutica. Isso porque, não se confunde com abuso de autoridade a aplicação da lei pelo agente público e a avaliação de fatos e provas, no exercício de sua independência funcional, com as quais não se concorde ou não se conforme, desde que as faça de modo fundamentado.
> A divergência na interpretação da lei ou na avaliação dos fatos e das provas deve ser resolvida com os recursos processuais cabíveis, não com a criminalização da hermenêutica ou com atentado às garantias constitucionais próprias dos agentes políticos, que são cláusulas pétreas e pilares do Estado Democrático de Direito.
> Evitou-se engessar o juiz ou o membro do Ministério Público, desamarrando-o da necessidade de adotar interpretação de acordo com a jurisprudência atual, ainda que minoritária. Optou-se por manter a permissão para inovar. A capacidade de inovar é que evitou que ainda hoje estivéssemos aplicando os mesmos conceitos e soluções jurídicas do século XIX. [Parênteses: para mim, a inovação do sistema legal brasileiro é feita pelo Legislativo. Ela não é a *commom law*, que é feita pela jurisprudência e pelas decisões dos vários níveis do Poder Judiciário.] As garantias e os direitos que foram reconhecidos pelos tribunais ao longo das últimas décadas, e que tiveram seu início em decisões inéditas, desbravadoras ou pioneiras de juízes de primeiro grau, não existiriam se lhes fosse castrada a possibilidade de inovar.

Innovatio legis: então, nós devíamos desativar o Congresso Nacional, nós não precisamos mais dele para fixar os termos da legislação. Mas vamos lá, continua o nosso Procurador-Geral, que assina, pelo menos, este texto:

> Também evitou-se colocar camisa de força na autoridade, obrigando-a a adotar apenas a modalidade literal de interpretação da lei. A interpretação gramatical é apenas um dos métodos internacionalmente consagrados de hermenêutica. E nem é a melhor ou mais festejada. Ao seu lado temos, ainda, a interpretação lógica, a interpretação sistemática, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> interpretação histórica, a interpretação sociológica, a interpretação teleológica e a interpretação axiológica.
> Ao lado da interpretação literal, temos ainda a interpretação restritiva (em geral aplicável às exceções à norma) e a interpretação extensiva.

Este é um texto do nosso Procurador-Geral ou, pelo menos, por ele e pelo Senador Randolfe subscrito.

> Se houvéssemos adotado norma penal que punisse qualquer outra interpretação da lei que não a literal, a declaração incidental da inconstitucionalidade da lei, modalidade de controle difuso, por exemplo, estaria vedada. Voltaríamos aos tempos em que juízes eram condenados por abuso de autoridade por recusarem-se a aplicar uma lei ofensiva à Constituição, com a desvantagem de não termos mais Rui Barbosa para defendê-los, como fizera outrora.

O PLS nº 85, de 2017, do Ministério Público, assinado pelo Senador Randolfe e pelo Procurador Janot, segundo o próprio autor, reflete integralmente a proposta de projeto formulada pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, ou pelos seus assessores.

Das audiências públicas e das sugestões recebidas

Além da audiência pública realizada em 2016, já mencionada linhas atrás, houve mais duas audiências, que foram realizadas nos dias 03 e 04 de abril deste ano, em que foram debatidos diversos pontos do Substitutivo, bem como foram oferecidas diversas sugestões de aperfeiçoamento do seu texto.

Registro também que recebi em meu gabinete notas técnicas com sugestões elaboradas pela Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Unafisco) e pelo Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal do Brasil (Sindifisco).

Análise

Dos aspectos formais

Não observo nas proposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou de juridicidade, tampouco óbices de natureza regimental. Os projetos versam sobre Direito Penal, matéria cuja competência legislativa é atribuída à União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, sendo legítima, neste caso, a iniciativa parlamentar, consoante dispõe o art. 61 da nossa Carta Política.

Da oportunidade e da conveniência

Este é um assunto muito discutido hoje principalmente na mídia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Convém registrar que os projetos têm pertinência com um dos objetivos do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, qual seja, o de buscar o "aperfeiçoamento e fortalecimento das instituições de Estado para uma maior efetividade do sistema penal no combate à violência e à criminalidade, por meio de políticas de segurança pública combinadas com ações sociais e proteção à dignidade da pessoa humana", bem como com um dos compromissos a que estão obrigados os signatários do referido pacto, no sentido de "incrementar medidas tendentes a assegurar maior efetividade ao reconhecimento dos direitos".

Esse Pacto Republicano, vale frisar, foi firmado pelos Chefes dos Poderes da União em 13 de abril de 2009. A matéria do PLS, portanto, não representa nenhuma novidade, até porque, como bem registra a justificação, suas disposições refletem a convergência alcançada após ricas discussões e debates no âmbito do Comitê Interinstitucional de Gestão do mencionado Pacto Republicano, composto por representantes de Poder, inclusive do Poder Judiciário.

Ainda no que tange à oportunidade, registro que o texto do PLS nº 280, de 2016, é idêntico ao de um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados, em novembro de 2009, pelo nosso atual Ministro da Defesa, então Deputado Federal, Raul Jungmann.

Essa evidência afasta por si só as equivocadas ilações de que tem o projeto a intenção de obstruir investigações em curso. Do mesmo modo, também afasta a suspeita de que aquele projeto teria sido formulado como resposta à prisão de um banqueiro, porque esse fato ocorreu em julho de 2008, tendo o projeto sido apresentado na Câmara dos Deputados somente em novembro de 2009, muito tempo depois, portanto. Na verdade, e vale a pena repisar este ponto, aquele projeto decorreu naturalmente do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo, que foi subscrito pelos Chefes dos Poderes da União em 13 de abril de 2009. Portanto, não estamos tratando de nenhuma novidade nesta reunião da Comissão de Justiça.

No que tange à conveniência, cabe relatar que, substancialmente, tanto o PLS nº 280, de 2016, quanto o nº 85, de 2017, estabelecem taxativamente diversos tipos penais, sem falar nas figuras equiparadas, descrevendo precisamente cada uma das condutas incriminadas, o que representa nítida vantagem em relação à vaga e imprecisa definição prevista no art. 3º da Lei nº 4.898, de 1965.

Sob esse aspecto, então, os projetos conferem certeza e segurança jurídica ao sistema legal penal, o que não se verifica no texto da lei vigente.

Com efeito, o art. 3º da Lei nº 4.898, de 1965, estabelece que constitui abuso de autoridade qualquer atentado:

a) à liberdade de locomoção;

b) à inviolabilidade do domicílio;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

c) ao sigilo da correspondência;

d) à liberdade de consciência e de crença;

e) ao livre exercício do culto religioso;

f) à liberdade de associação;

g) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto;

h) ao direito de reunião;

i) à incolumidade física do indivíduo;

j) aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional. Estamos tratando também do direito de exercício dos advogados, não só dos agentes públicos.

Fica evidente que, por apresentar um rol exemplificativo, sem descrição precisa de condutas, o art. 3º dessa Lei não define crimes, posto que evidente e indiscutível o desatendimento ao princípio da legalidade em matéria penal. Apenas no art. 4º, a Lei nº 4.898, de 1965, define crimes, mas o faz somente em relação a nove condutas.

Da minha perspectiva, então, os projetos são convenientes, porque aplicam as espécies de crime de abuso de autoridade, para alcançar condutas francamente reprováveis, mas que não estão tipificadas no ordenamento jurídico.

Do conceito, Presidente, de abuso de autoridade.

Como bem descreve a justificação do PLS Janot/Randolfe, de 2017:

> Ocorre abuso de autoridade quando o agente público exerce o poder que lhe foi conferido com excesso de poder (o agente atua além de sua competência legal) ou com desvio de finalidade (atua com o objetivo distinto daquele para o qual foi conferido? É sempre ato doloso, portanto.

Veja-se, então, que, na linha do que entende o projeto apresentado pelo Senador Randolfe e pelo Procurador-Geral, o abuso de autoridade tem relação com a utilização excessiva do poder e com o desvio de finalidade.

Sem prejuízo do conceito trazido por essa douta e autorizada fonte, busquei também na jurisprudência o conceito para o abuso de autoridade, cabendo transcrever, quanto a isso, os seguintes excertos:

> O elemento subjetivo exigido pelo tipo penal previsto para o crime de abuso de autoridade é o dolo consistente na vontade de abusar do poder que detém em nome do Estado, agindo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> maneira a exceder os poderes que lhe foram conferidos pela legislação. (TJDFT, 3ª Turma Criminal, Apelação Criminal 20111010016982 DF 0001673-46.2011.8.07.0010, Rel. Des. Nilsoni de Freitas, DJ 14/05/2015).
> ... nos crimes de abuso de autoridade, o dolo do tipo deve ser apreciado com cuidado, merecendo punição somente as hipóteses em que se constata que o agente agiu com o propósito de vingança, perseguição ou capricho e não no interesse da defesa social." (TRF-4ª Região, Quarta Seção, Rel. Des. Fábio Bittencourt da Rosa, DJ 05/03/2003).

Também me socorri de ensinamentos doutrinários:

> O elemento subjetivo é o dolo. Não há abuso de autoridade culposo. É necessário observar ainda que não basta o dolo de praticar a conduta típica de abuso, sendo necessária ainda a finalidade específica de abusar, ou seja, o propósito deliberado de agir abusivamente, o que nós chamamos de elemento subjetivo do injusto penal. Em outras palavras, o dolo deve incluir também a consciência da autoridade de que esteja praticando o abuso.
> Daí que, se a autoridade, na justa intenção de cumprir seu dever e proteger o interesse público, acaba se excedendo, haverá ilegalidade do ato da autoridade, mas não haverá crime de abuso de autoridade, em face da ausência da intenção específica de abusar.

Daí que estamos penalizando a reincidência, não estamos aplicando diretamente os dispositivos desse projeto.

> Atente-se que é muito tênue a linha que divide a discricionariedade da arbitrariedade e não se tem como configurar se a conduta configura ou não abuso de autoridade. Se a autoridade agiu com a intenção específica de abusar, é abuso; se não agiu, não resta configurado o crime.

Em resumo, o abuso de autoridade ocorre quando o agente extrapola os limites do poder que detém em nome do Estado, para prejudicar outrem, para beneficiar a si próprio ou terceiro, ou até mesmo por mera satisfação pessoal.

Da necessidade de evitar o "crime de hermenêutica"

Em face do conceito de abuso de autoridade, tratado no item precedente, é óbvio que o mero uso equivocado do poder não configura o tipo penal. É preciso que esteja presente o elemento subjetivo, consistente no dolo específico de prejudicar, beneficiar ou satisfazer-se.

Daí a necessidade de fazer constar da lei dispositivo que resguarde os agentes públicos contra uma possível criminalização de mera divergência, justificável, de interpretação.

Do parágrafo único do art. 1º do Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Evitar o crime de hermenêutica foi a minha primeira preocupação após a apresentação do PLS nº 280, de 2016.

Tomando-se o exemplo da decretação de prisão fora das hipóteses legais, haveria, no limite, um crime consumado para cada *habeas corpus* concedido, de modo restaria punido o juiz apenas porque o tribunal entendeu não estarem reunidos os pressupostos para a prisão anteriormente decretada.

É um absurdo, é uma coisa irracional, que não seria palatável nesta Comissão para este Relator e para o Plenário do Senado Federal.

Ocorre que o que se quer é punir o abuso e não o erro.

Foi com essa preocupação que formulei a redação do parágrafo único do art. 1º do Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016:

> Não constitui crime de abuso de autoridade o ato amparado em interpretação, precedente ou jurisprudência divergentes, bem assim o praticado de acordo com avaliação aceitável e razoável de fatos e circunstâncias determinantes, desde que, em qualquer caso, não contrarie a literalidade desta Lei.

Vejam bem: a literalidade DESTA LEI. E Lei com letra maiúscula, para que ficasse claro que não se referia ao conjunto das leis brasileiras, inclusive seus regulamentos. Não está escrito “literalidade da lei”, mas está escrito "literalidade DESTA Lei".

E ao remeter à literalidade da própria lei de abuso de autoridade, tomei o cuidado de inserir nos diversos tipos elementos normativos como “manifestamente descabido” ou “sem justa causa”, expressões que representam a verdadeira salvaguarda para a autoridade. Procurei, com isso, evitar a punição das condutas que gravitam em torno do tênue limite da legalidade, para criminalizar apenas aquelas que escancaradamente sejam ilegais.

Infelizmente, talvez contaminados por notícias equivocadas, a maioria dos ilustres convidados a participar das audiências públicas, não compreendeu ou não fez a correta interpretação do dispositivo.

Até mesmo o douto Procurador-Geral da República fez constar da justificação da sua proposta de projeto um desagravo ao que seria uma imposição de interpretação literal do direito brasileiro. Então eu pergunto: onde está dito que o juiz está obrigado a se limitar à interpretação literal?

Tivesse o chefe do *Parquet* Federal interpretado corretamente o dispositivo – ou o dispositivo que ele escreveu e assinou, produzido por uma equipe –, teria se poupado de inserir, na justificação, as desnecessárias lições sobre as modalidades de interpretação.

Do parágrafo único do art. 1º do PLS nº 85, de 2017, que é o PLS do Senador Randolfe, do Janot e dos Procuradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para evitar o crime de hermenêutica, o PLS nº 85, de 2017, propõe a seguinte redação no parágrafo único do seu art. 1º:

> Parágrafo único. Não configura abuso de autoridade:
> I - a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que fundamentada;
> II - o exercício regular das funções, pelos agentes políticos referidos nos incisos I a V do art. 2º, assegurada a independência funcional;
> III - o cumprimento regular de dever do ofício.

Analiso primeiramente o inciso I. A expressão "desde que fundamentada" não nos parece bem colocada. Como está redigido, o dispositivo permite que uma autoridade deliberadamente cometa o abuso de autoridade, bastando, para escapar da tipicidade, apenas fundamentar seu ato. Vale dizer, esse dispositivo acaba por permitir que as autoridades pratiquem crimes de abuso quando bem quiserem, sem qualquer punição, desde que fundamentem suas decisões.

É o que fazia um oráculo como o Delfos ou de Delos e era o comportamento típico das pitonisas na antiga Grécia. Hoje, nós poderemos dizer que esse seria o comportamento de um juiz auxiliar de Deus, porque não teria os estreitos limites, com a flexibilidade necessária da interpretação jurisdicional, para estabelecer a sua conduta, o seu raciocínio e as suas decisões.

O inciso II, por sua vez, parece-me inconsistente. Ele ressalva o exercício regular das funções pelos "agentes políticos" elencados nos incisos I a V do art. 2º, deixando de fora os servidores apontados no inciso VI. É de se perguntar então: no exercício regular de suas funções apenas os "agentes políticos" não cometem abuso de autoridade? E no caso dos servidores? Poderiam eles sofrer punição ainda que no exercício regular das suas funções? Ou nós temos aí corporações que se sobrepõem às outras em privilégios e direitos?

No mais, tanto esse inciso II quanto o inciso III são dispensáveis ante o que dispõe o art. 23 do Código Penal, sabidamente aplicável às leis penais extravagantes:

> Exclusão de ilicitude
> Art. 23. Não há crime quando o agente pratica o fato:
> .....
> III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Por essas razões, tenho dificuldade em acatar a redação proposta no parágrafo único do art. 1º do PLS nº 85, de 2017.

Da redação proposta nesta oportunidade pelo Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como relatei nos itens precedentes, a fórmula prevista no Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016, não foi compreendida, o que indica que sua redação deve ser alterada. Se a intenção do Relator não foi entendida, causou confusão e divergência de interpretação, temos que refazê-la de forma mais clara. Ao passo que a fórmula disposta no PLS nº 85, de 2017, vai no sentido contrário ao espírito da própria lei, que é o de inibir o cometimento do abuso de autoridade. É a indulgência plenária, a permissão absoluta para a delinquência no exercício do cargo do agente público.

Diante dessa realidade, formulei no novo substitutivo, que nesta oportunidade apresento, tem a seguinte redação, inspirada principalmente na primeira parte do inciso I do parágrafo único do art. 1º do PLS nº 85, de 2017, trabalhei também com o texto do Procurador-Geral:

> § 1º As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.
> § 2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso de autoridade.

No texto que eu passei aos Srs. Parlamentares, aos Srs. Senadores havia uma referência a uma opinião do Sergio Moro, mas eu modifiquei, tentei melhorar o teor. Portanto, eu suprimo essa referência à concordância do Juiz Sergio Moro porque com ele eu não conversei mais sobre essa nova formulação. Eu excluí o parágrafo.

Então, está excluído o parágrafo que diz o seguinte:

"É relevante destacar que, consultado por este Relator, o Juiz Sérgio Moro aquiesceu com a redação ora proposta."

Não, eu modifiquei a redação, não é aquela redação que constou do primeiro substitutivo.

Penso que esta fórmula evita o chamado crime de hermenêutica, porque para a configuração do abuso de autoridade, no caso, não basta a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, sendo necessário que esteja presente o elemento subjetivo do tipo, consistente no dolo de prejudicar, beneficiar ou satisfazer-se pessoalmente.

Espero, com isso, colocar um ponto final nesse debate, afastando de uma vez por todas as injustas e absurdas ilações de que se tinha a intenção de punir magistrados e promotores.

Eu acho que não fica mais dúvida para qualquer pessoa que, de boa-fé e com a devida racionalidade, faça a interpretação da proposta.

Dos sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No que tange ao sujeito ativo do crime, o PLS 85 – Janot/ Randolfe – traz conceito da doutrina para distinguir "agentes políticos" dos "servidores comuns". Não me parece razoável inserir na lei essa dicotomia, como se um grupo fosse formado por nobres e outro grupo fosse formado por plebeus.

E essa distinção fica evidente no inciso II do parágrafo único do art. 1º, em que o PLS 85 estabelece ressalva para o exercício regular das funções apenas para os "agentes políticos", introduzindo, desse modo, um privilégio inaceitável. E o que é pior: privilégio em caso de aplicação de lei penal incriminadora, o que não é apenas inaceitável, mas é rigorosamente – para usar um termo bíblico – abominável.

Enfim, trata-se de uma segregação descabida, até porque todos os agentes públicos, no caso de abuso de autoridade, devem responder igualmente pelas condutas praticadas, e não pela estatura, relevância, salário do seu cargo ou da carreira que integram. Pouco importa se o agente é Senador, magistrado ou soldado.

Portanto, neste ponto, mantenho a redação prevista no substitutivo ao PLS 280, que foi inspirada na Lei de Improbidade Administrativa e que, vale notar, não sofreu nenhuma crítica durante os debates havidos nas sucessivas audiências públicas e amplíssimas consultas que fiz a promotores, juízes e juristas de todo o País.

Da inexistência de incompatibilidade com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Durante as audiências públicas, chegou-se a alegar que alguns crimes tipificados no substitutivo ao PLS 280 que tinham o magistrado como agente implicariam incompatibilidade com as disposições da Lei Complementar nº 35, março de 1979, que dispõe sobre a organização da Magistratura Nacional.

Os que se posicionaram nesse sentido sustentaram que haveria conflito com o art. 41 da Loman, que estabelece que, "salvo os casos de impropriedade ou excesso de linguagem o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir".

Entretanto, não há que se cogitar de conflito algum.

Somente a estapafúrdia interpretação no sentido de que os magistrados estariam autorizados a praticar condutas abusivas ao amparo da Loman levaria ao vislumbre do conflito entre as leis, que efetivamente não existe.

Ora, não há como se interpretar que a Loman pudesse dar guarida ao cometimento de abuso de poder por parte de magistrados, até porque nenhuma lei tolera abuso de poder. O direito brasileiro não tolera o abuso de poder.

Todos os que exercem poder em nome do Estado devem fazê-lo dentro da legalidade. Se, no exercício desse poder se excedem e cometem crime de abuso, devem ser punidos, inclusive magistrados, senadores, promotores, fiscais de renda de Municípios, de Estados e da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As disposições da Loman e da futura Lei de Abuso de Autoridade terão coexistência harmônica: o magistrado não será punido pelas suas decisões, mas responderá caso cometa crime de abuso de autoridade, como qualquer outro agente público que pratique uma conduta típica de abuso de autoridade.

Da ação penal

Relativamente ao procedimento, não vislumbro vantagem em estabelecer, como faz o PLS nº 280, de 2016, que a ação penal para o processo dos crimes de abuso de autoridade seja condicionada a representação ou a requisição do Ministro da Justiça. A propósito, vale notar que a "representação" a que alude a vigente Lei de Abuso de Autoridade não é condição de procedibilidade, mas mera comunicação ou *notitia criminis*. Trata-se, simplesmente, de o ofendido reportar o ocorrido com vistas à apuração do fato.

Nesse sentido, ensina Daniel Ferreira de Lira:

> Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada.
> A representação mencionada no art. 12 não é aquela condição de procedibilidade do Código de Processo Penal, e sim apenas o direito de petição contra o abuso de poder previsto no art. 5º, XXXIV, "a", da Constituição.

Portanto, no sistema da lei em vigor, a ação é pública incondicionada. A "representação" a que alude a Lei nº 4.898, de 1965, somente no nome se assemelha à representação prevista no Código de Processo Penal, assim considerada na acepção jurídica do termo.

Como se sabe, a representação deve servir para evitar a segunda vitimização do ofendido, como, por exemplo, no crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP). Exigir a representação como condição de procedibilidade para o processo dos crimes de abuso de autoridade, além de ser um despropósito, pode fazer com que muitos delitos dessa natureza deixem de ser processados.

Em vista disso, convém estabelecer que a ação, no caso, será pública incondicionada. Esse entendimento, aliás, acolhe sugestão contida na Nota Técnica PGR/SRI Nº 086/2016, da Secretaria de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República.

Nesse sentido, tanto o PLS nº 85, de 2017, bem assim o Substitutivo ao PLS nº 280, de 2016, preveem que os crimes de abuso de autoridade sejam processados mediante ação penal pública incondicionada.

Não obstante, sensibilizou-me a sugestão formulada pelo Dr. Fábio Tofic Simantob, Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, durante a audiência pública havida no dia 04/04/2017, no sentido de possibilitar a legitimação concorrente do ofendido, como forma de dar maior efetividade à lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com efeito, a legitimação do ofendido em concurso com a do Ministério Público labora no sentido da concretude das normas penais incriminadoras dispostas nesse projeto, justificando-se tal medida em razão das reduzidas penas nelas previstas, o que implica também prazo curto de prescritibilidade.

Dos efeitos da condenação.

Dois dos efeitos da condenação são comuns ao substitutivo e ao PLS nº 85, de 2017:

I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido;

II – a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

A diferença aparece na forma de aplicação da perda do cargo, mandato ou função pública. Enquanto o PLS nº 85, de 2017, do Janot e do Randolfe, prevê que essa sanção deverá ser decidida motivadamente na sentença, quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, o substitutivo prescreve que a perda do cargo, do mandato ou da função pública somente ocorrerá em caso de reincidência em crime de abuso de autoridade e deverá ser declarada, motivadamente, na sentença, independentemente da pena aplicada.

Portanto, nós estamos sendo mais generosos com a independência do Judiciário do que foi o Procurador Janot no substitutivo proposto, com a anuência e a assinatura do Senador Randolfe Rodrigues.

Ou seja, os dois textos exigem a expressa motivação na sentença. A diferença é que o substitutivo exige, além disso, a reincidência específica. O PLS nº 85, de 2017, exige, além da expressa motivação, que a pena privativa de liberdade seja de, no mínimo, um ano.

A meu sentir, a meu ver, a proposta do PLS nº 85, de 2017, é mais rigorosa, tendo em conta que as penas que o próprio projeto estabelece têm limite superior majoritariamente igual ou superior a dois anos de privação da liberdade. Com efeito, dos 26 crimes definidos nesse projeto, apenas cinco têm pena máxima inferior a dois anos de detenção.

Diante disso, penso que a fórmula proposta pelo PLS nº 85, de 2017, pode resultar em punição demasiadamente severa, sendo preferível que a perda do cargo, mandato ou função pública somente seja possível no caso de reincidência específica, devendo, de qualquer modo, ser declarada motivadamente na sentença. Obviamente, sendo de pouca severidade a pena aplicada por ocasião da reincidência, o sentenciante, tendo em conta o princípio da razoabilidade, não declarará a perda do cargo, mandato ou função pública.

É uma manifestação de confiança no tirocínio e na reta razão dos juízes, porque, ao fim e ao cabo, é o Ministério Público que julga todos os dispositivos desta lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por essa razão, mantenho, neste ponto, a redação do substitutivo ao PLS nº 280, de 2016.

Outra diferença entre as proposições é que o PLS nº 85, de 2017, prevê nova modalidade de efeito da condenação, consistente na inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos, proposta que acolho no novo substitutivo, que nesta oportunidade apresentamos, mas que também submetemos à exigência de ser declarada motivadamente na sentença, sendo aplicável apenas no caso de reincidência específica.

Ainda em relação aos efeitos da sentença, o PLS nº 85 – Janot/Randolfe – estabelece que, para a fixação do valor mínimo de indenização, o juiz observará o contraditório e a ampla defesa, bem como a existência de prévio requerimento a respeito. Em relação a essa disposição, considero válida a previsão de requerimento de fixação do valor mínimo de indenização, sendo dispensável frisar que essa somente se dará com observância da defesa e do contraditório.

Presidente, há alguém atrás de mim relatando algum outro projeto que não é o que está em pauta na Comissão. Isso atrapalha a leitura e a exposição do projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Solicito aos Srs. Senadores que, de fato, permitam ao Relator concluir a leitura de seu parecer. Mas não digo isso pelos Senadores. Os assessores que aqui se encontram, muitas vezes, entregam-se a longas tertúlias. Eu coloco à disposição dos assessores o meu gabinete, para que façam suas conversações e seus telefonemas. O que não é possível é o Relator ser impedido de concluir a leitura do seu parecer.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Na verdade, Sr. Presidente, isso não se constitui abuso de autoridade. Mas é uma tremenda falta de educação e de respeito com o Relator, com a Comissão e com o tema de que estamos tratando.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mas parece que há reincidência específica.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sem dúvida, a reincidência é evidente.

Sendo o crime processado mediante ação penal pública, a despeito da legitimidade concorrente que se propõe no substitutivo apresentado nesta oportunidade, o ofendido pode preferir buscar a indenização diretamente no juízo cível, dispensando o pronunciamento do juiz do crime quanto ao valor da indenização.

No mais, dispensável falar, neste ponto, sobre a óbvia necessidade de observância do direito de ampla defesa e do contraditório, até porque inerentes a qualquer procedimento judicial.

Dispositivos do texto original do PLS nº 280, de 2016, que foram suprimidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Reproduzindo o que já consta do relatório anterior, destaco que, em relação ao formato original do PLS nº 280, de 2016, suprimi os dispositivos relacionados à quebra de sigilo bancário e fiscal, à omissão de socorro, ao excesso de exação e ao favorecimento real porque já suficientemente regulados na legislação vigente, na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e no Código Penal, arts. 135, 316, 325 e 349. Suprimi também o tipo relacionado com a coação de preso para obtenção de favor ou vantagem sexual. Apesar de sua semelhança com o crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A do Código Penal, fomos alertados pelo Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República no sentido de que, devido à hipossuficiência do preso, tal conduta configura mesmo o crime de estupro, ainda que na modalidade tentada.

Com relação ao dispositivo relativo à interceptação telefônica ilegal, considero mais conveniente promover a modificação diretamente no art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que, aliás, comina pena bem mais severa do que a pretendida no PLS.

Após a realização da audiência pública havida em 04/04/2017, fiquei convencido da necessidade de suprimir também o art. 23 do PLS nº 280, de 2016, que havia sido mantido no substitutivo, tendo em vista que crime de tortura está suficientemente delineado e reprovado nos termos da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.

Análise das Emendas.

Vamos a elas.

Com relação Emenda nº 01-CECR, considero procedentes as alterações relativas aos arts. 4º, 21 e 22 do PLS.

Aproveito, do mesmo modo, a modificação proposta pela Emenda nº 02-CECR, que aperfeiçoa a redação do tipo descrito no art. 36 do projeto.

Com relação à Emenda nº 03-PLEN, de caráter substitutivo, observo que praticamente todas as suas disposições estão contempladas, com ajustes, no substitutivo que apresentamos, cabendo destacar o parágrafo único do art. 6º, o §2º do art. 25, o art. 26, o art. 34 e o *caput* do art. 37.

No que tange às Emendas nºs 04, 06, 07 e 12-PLEN, no sentido de evitar o crime de hermenêutica, observo que já estão contempladas no substitutivo que apresento nesta oportunidade.

Rejeito as Emendas nºs 05 e 08-PLEN, até porque, com a inclusão do parágrafo único no art. 1º, fizemos a ressalva para evitar a criminalização da divergência de interpretação.

Rejeito as Emendas nºs 09 e 10-PLEN, porque as condutas que pretendem suprimir configuram evidente crime de abuso de autoridade, não se podendo confundi-las com crime de hermenêutica, aliás já ressalvado nos termos do parágrafo único do art 1º do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rejeito também a Emenda nº 11-PLEN, porque, na prática, subtrai a competência de iniciativa legislativa dos membros do Parlamento em matéria penal, o que configura evidente ofensa à Constituição Federal.

Acolho as Emendas nºs 13 e 14-PLEN, que estão contempladas no Substitutivo que apresentamos.

Rejeito as Emendas nºs 15, 16 e 17-PLEN. Essas se fundam no argumento de que a redação do substitutivo contém expressões demasiadamente subjetivas. Observo, todavia, que as próprias emendas também trazem expressões carregadas de subjetivismo. Afinal o que se entende por "justa causa" ou "injustificadamente"? Não seriam essas expressões passíveis de interpretação? Aliás, não é com base na ausência de "justa causa" que muitos *habeas corpus* são concedidos para trancamento de ação penal em curso, a despeito de o juiz de primeiro grau ter vislumbrado a existência desse requisito?

De outra parte admitimos que expressões como "razoável" trazem certo grau de subjetividade ao texto legal, mas é bom que assim seja, pois de outro modo poderíamos prescindir mesmo da atividade jurisdicional. Onde não cabe interpretação, até as máquinas podem sentenciar.

Registro, ademais, que todo nosso ordenamento jurídico, inclusive o sistema penal, é orientado pelo princípio da razoabilidade, conceito que está na base do senso comum teórico do jurista e que, por isso mesmo, não lhe é estranho, tampouco lhe causa dificuldade a interpretação de textos legais expressamente orientados segundo esse princípio.

E o mais importante: esses elementos normativos constam da descrição dos tipos penais para evitar a punição de condutas praticadas em uma "zona cinzenta", na região limítrofe da legalidade, para que sejam punidas apenas as condutas manifestamente ilegais. Ou seja, aquelas em que a situação de desconformidade com a lei seja mesmo escancarada, que fique evidente aos olhos de qualquer um do senso comum ou da teológica reta razão.

Acolho a Emenda 18-PLEN, que suprime o tipo relativo à falta de comunicação ao preso sobre os direitos de ficar em silêncio e de ser assistido juridicamente. Tendo em conta que ninguém pode ser processado e julgado sem defesa técnica, entendo que essa irregularidade não tem relevância penal, nem grave repercussão no destino do indiciado ou acusado.

Rejeito as Emendas nºs 19 e 21-PLEN, porque, do nosso ponto de vista, os arts. 16 e 45 do substitutivo definem condutas que claramente caracterizam abuso de poder por parte da autoridade pública.

Se o preso tem o direito legal de ser informado sobre seu silencio, sobre a possibilidade de assistência judiciária e, ainda, da identificação do agente que executou a prisão, parece-nos fora de dúvida que a falta dolosa de qualquer dessas informações caracteriza o abuso de autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rejeito também a Emenda nº 20. Observamos que a divergência de interpretação e de avaliação de atos já está ressalvada no parágrafo único do art. 1º, de modo que não procede a preocupação, neste ponto, do autor da referida emenda. Ademais, parece-me óbvio que o tipo penal alude à utilização de prova sabidamente ilícita, o que constitui, inequivocamente, abuso de autoridade.

Tenho por prejudicada a Emenda nº 22-PLEN, tendo em conta que o novo substitutivo, apresentado nesta oportunidade, não aproveita o art. 23 do substitutivo anterior, sobre o qual incide a modificação sugerida pela emenda. Portanto, como diria o jurista, é despicienda.

Acolho a Emenda nº 23-PLEN, no sentido de suprimir o parágrafo único do art. 33 do substitutivo, que versa sobre a criminalização do decreto imotivado ou ilegal de sigilo nos autos. Com efeito, a mera decretação de sigilo não é dotada de potencial ofensivo, que somente se verifica quando é denegado o acesso aos autos. A Emenda nº 24-PLEN, que insere na redação do art. 36 o elemento normativo "sem justa causa", para que se configure o crime de deixar de instaurar procedimento investigatório, diante da prática de infração penal ou administrativa, é meritória. Entretanto, observo que a conduta descrita no dispositivo configura o crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal, que se perfaz com a presença do dolo genérico, não sendo exigido, como no crime de abuso de autoridade, o dolo específico. Em vista disso, o novo substitutivo não aproveita o art. 36 do Substitutivo anterior, restando, por isso, prejudicada a Emenda nº 24-PLEN.

A Emenda nº 25-PLEN propõe a supressão do art. 39 do Substitutivo, que criminaliza o pedido de vista de processo com intuito procrastinatório, ante a dificuldade de se provar a intenção do agente e de diferenciar a conduta do pedido de vista legítimo. Considero procedentes os argumentos do autor da emenda. Observo, ademais, que o simples pedido de vista não tem potencial ofensivo suficiente para a criminalização da conduta. O que configura abuso de autoridade, no caso, é a demora na análise do processo sob vista. Em virtude disso, reformulei a redação desse tipo penal, que passa a punir a conduta de "demorar demasiada e injustificadamente no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado, com o intuito de procrastinar seu andamento ou retardar o julgamento". Desse modo, temos por prejudicada a Emenda nº 25-PLEN.

A Emenda nº 26-PLEN, do Senador Randolfe Rodrigues, de caráter substitutivo, é idêntica à Emenda nº 3-PLEN do mesmo Parlamentar, já analisada anteriormente.

Rejeito a Emenda nº 27-CCJ, do Senador Ricardo Ferraço, que pretende suprimir o art. 31 do Substitutivo, relativo à tipificação da persecução criminal como forma de abuso de autoridade. Contudo, para evitar uma tipificação aberta, com redundância, aprimorei o dispositivo, adotando integralmente a redação do PLS Janot-Randolfe, de 2017, que reflete a proposta do Procurador-Geral da República, de modo que o tipo passa a ter a seguinte descrição: "dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, sem justa causa fundamentada ou contra quem o sabe inocente".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rejeito, pelos motivos expostos no item II.4.2 deste relatório, a Emenda nº 28-CCJ, do Senador Lasier Martins, que reproduz a do PLS nº 85, de 2017, relativa ao afastamento do crime de hermenêutica.

Rejeito a Emenda nº 29-CCJ, por considerar que a redação dos arts. 1º e 2º, tanto do Substitutivo anterior como do novo substitutivo, são mais adequadas e eficazes do que a sugerida pela emenda.

Rejeito a Emenda nº 30-CCJ, porque no caso de abuso de autoridade a indenização é devida pelo agente, sendo que eventual responsabilidade objetiva do Estado é matéria que deve ser discutida na esfera cível.

Rejeito as Emendas de 31 a 34-CCJ, posto que os tipos nelas propostos já estão contemplados na legislação vigente, na forma de violação de sigilo funcional e prevaricação, respectivamente arts. 325 e 319 do Código Penal.

Tenho por prejudicada a Emenda nº 32-CCJ, que incidia sobre o texto original do PLS nº 280, de 2016, enquanto o Substitutivo, no parágrafo único do art. 32, já incluía a conduta proposta pela emenda.

Rejeito a Emenda nº 33-CCJ, por entender que as modificações propostas são estranhas ao objeto das proposições ora analisadas. Além disso, é ineficaz a mera menção de que o descumprimento injustificado dos prazos do inquérito sujeita o responsável às sanções cominadas aos crimes de abuso de autoridade. Com efeito, o princípio da legalidade em matéria penal exige que a conduta praticada coincida com a descrita na norma penal incriminadora.

A Emenda nº 35-CCJ modifica o inciso II do art. 4º do Substitutivo, para prever, como efeito da condenação, “a perda do cargo, do mandato ou da função pública e a inabilitação para o exercício de função pública pelo período de um a cinco anos, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade”.

Rejeito a Emenda nº 36-CCJ, por considerar preferível a redação do caput do art. 10, na forma como consta do Substitutivo.

Rejeito a Emenda nº 37-CCJ, por não vislumbrar os reflexos imaginados sobre o instituto da colaboração em razão de o caput art. 13 do Substitutivo conter a expressão “ou redução de sua capacidade de resistência”.

Suprimir a expressão “ou com abuso de poder”, vista na parte final do parágrafo único do art. 10 da Lei nº 9.296, de 1996, na forma do art. 43 do Substitutivo.

Acolho, por fim, as Emendas nº 40-CCJ a 43-CCJ, de autoria da Senadora Simone Tebet, porque definitivamente aprimoram o texto da proposição e, entre outros pontos positivos, promovem ressalvas imprescindíveis para a atuação dos fiscais tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 44 está parcialmente contemplada na redação do Substitutivo que apresento nesta oportunidade, com um texto que considero melhor do que o sugerido.

Rejeito as Emendas nºs 45 e 47, esta de autoria do Senador Lasier Martins, de mesmo teor da primeira, porque considero que a legitimação concorrente do ofendido para a promoção da ação privada funciona como instrumento de controle do exercício pelas autoridades. Se não, nós deixamos a cargo de corporações o início de um processo ou a sua continuidade ou o tempo em que ele deve permanecer sob investigação – muitas vezes o tempo que garante a impunidade pela prescrição.

E rejeito a Emenda nº 46, porque considero que o art. 13 do Substitutivo que apresento não acarreta as preocupações aventadas pelo autor na justificação da emenda.

Da alteração de outros dispositivos do Substitutivo anteriormente apresentado:

Além das modificações mencionadas nos itens precedentes, reformulei a redação de alguns tipos penais, em decorrência do que ouvi durante audiência pública do dia 4/4/2017.

As alterações promovidas no novo substitutivo, em relação ao Substitutivo anterior, são as seguintes (a numeração dos dispositivos remete ao Substitutivo anterior):

a) no art. 14, inseri a especial finalidade a que se destina a conduta delituosa, de modo que a fotografia ou filmagem do preso, acusado ou vítima será punida se houver o intuito de exposição ao vexame;

b) no art. 20, fiz modificação para que seja garantida a entrevista do preso com seu advogado de forma pessoal e reservada;

c) suprimi o art. 23 do PLS nº 280, de 2016, que havia sido mantido no Substitutivo, tendo em vista que o crime de tortura está suficientemente delineado e reprovado nos termos da Lei nº 9.455, de 1997;

d) no art. 28, inseri parágrafo único para ressalvar que não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada;

e) no art. 31, adotei integralmente a redação sugerida no *caput* do art. 26 do PLS nº 85 (Janot/Randolfe), de 2017; além disso, modifiquei a pena, de reclusão de um a cinco anos para de detenção de um a quatro anos, além de multa, para guardar proporcionalidade com os demais tipos definidos no projeto;

f) suprimi o art. 36, por entender que a conduta descrita no dispositivo configura o crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal, que se perfaz com a presença do dolo genérico, não sendo exigido, como no crime de abuso de autoridade, o dolo específico;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

g) no art. 37, inseri a expressão “sem justa causa”, para bem caracterizar a conduta delituosa de impedir ou dificultar a reunião pacífica de pessoas;

h) no art. 38, reformulei a descrição do tipo, para que o crime se concretize apenas se o juiz se negar, após requerimento da parte, a corrigir a medida de constrição que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida;

i) no art. 39, reformulei a descrição da conduta, para incriminar não o mero pedido de vista, mas a demora injustificada no exame do processo de que se pediu vista.

Voto.

Embora o PLS 280, de 2016, da famosa Comissão da República, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, seja anterior ao PLS 85, subscrito pelo Senador Randolfe Rodrigues, da lavra de alguns procuradores e também assinado, quando veio a esta Casa, pelo Procurador-Geral Rodrigo Janot, tendo, por esse motivo, precedência, nos termos do art. 260, II, b, do Regimento Interno, esta proposição oferece um texto mais adequado para o tratamento da matéria – proposição a que me refiro é a do PLS 85 –, mais adequado que o do PLS 280, subscrito pelo Senador Renan.

Em face do exposto, o meu voto é pela aprovação do projeto de lei originado pelo trabalho do Ministério Público Federal e trazido a esta Casa com o apoio e o aval do Senador Randolfe Rodrigues, e a rejeição do projeto assinado pelo Senador Renan Calheiros, na forma substitutiva que apresento a seguir, restando então prejudicados o Projeto de Lei do Senado nº 280, subscrito pelo Senador Renan Calheiros, bem como as emendas a ele apresentadas.

Passo, então, à leitura do Substitutivo que ofereço ao escrutínio, ao exame e à votação desta Comissão, se é que ainda me resta fôlego para lê-lo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – V. Exª é um atleta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2017)

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

Disposições Gerais.

Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 1º As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.

§ 2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso de autoridade.

Resguardo a margem necessária para que o juiz não seja substituído por um computador.

Capítulo II

Dos Sujeitos do Crime.

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I – servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II – membros do Poder Legislativo;

III – membros do Poder Judiciário;

IV – membros do Ministério Público;

V – membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no *caput*.

Capítulo III

Da Ação Penal.

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, admitindo-se a legitimidade concorrente do ofendido para a promoção da ação penal privada.

Eu tento não estabelecer uma corporação que esteja acima dos direitos civis, dos direitos das pessoas, de outros agentes ou da cidadania.

§ 1º No caso de morte do ofendido, ou quando, por decisão judicial, for declarado ausente ou incapaz, o direito de queixa poderá ser exercido pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 2º O ofendido ou seu representante legal decairá no direito de queixa, se não o exercer no prazo de 12 meses, contado do dia em que tomar conhecimento do crime.

CAPÍTULO IV

Dos Efeitos da Condenação e das Penas Restritivas de Direitos

Seção I

Dos Efeitos da Condenação

Art. 4º São efeitos da condenação:

I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;

II – a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos;

III – a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.

Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III deverão ser declarados motivadamente na sentença, exigindo-se, em ambos os casos, a reincidência em crime de abuso de autoridade.

Seção II

Das Penas Restritivas de Direito

Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das penas privativas de liberdade previstas nesta Lei são:

I – prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;

II – suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com perda dos subsídios, remuneração ou vantagens de qualquer natureza;

III – proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no Município em que houver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único. As penas restritivas de direito podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

CAPÍTULO V

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa

Art. 6º As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa porventura cabíveis.

Parágrafo único. As notícias de crime previsto nesta lei, se descreverem eventual falta funcional, serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.

Art. 7º As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

CAPÍTULO VI

Dos Crimes e das Penas

Art. 9º Decretar prisão preventiva, busca e apreensão... Aqui eu gostaria de fazer uma observação e faço uma sugestão que me fez, no início desta reunião, a Senadora Gleisi Hoffmann.

O texto que acabou prevalecendo, na minha redação, é o seguinte: "Decretar prisão preventiva, busca e apreensão de menor ou outra medida de privação de liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais". Eu queria suprimir o "de menor", porque a prisão preventiva, busca e apreensão de liberdade criminalizada em manifesta desconformidade com as hipóteses legais deve criminar e capitular a sanção para todos e não para o menor. Então, eu queria que a Mesa e a Secretaria da Mesa suprimissem o "de menor". Ficaria: "Decretar a prisão preventiva, busca e apreensão ou outra medida de privação de liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais".

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:

I – relaxar a prisão manifestamente ilegal;

II – substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;

III – deferir liminar ou ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado, manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento em juízo.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 11. Executar a captura, prisão ou busca e apreensão de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem escrita de autoridade judiciária, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, ou de condenado ou internado fugitivo.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I – deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;

II – deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ele indicada;

III – deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;

IV – prolonga a execução de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido, ou de promover a soltura do preso, quando esgotado o prazo judicial ou legal.

Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:

I – exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;

II – submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;

III – produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada a violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 14. Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal, com o intuito de expor a pessoa a vexame ou à execração pública.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Não haverá crime se o intuito da fotografia ou filmagem for o de produzir prova em investigação criminal ou processo penal ou o de documentar as condições do estabelecimento penal.

Art. 15. Constrange a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem prossegue com o interrogatório de quem decidiu exercer o direito ao silêncio ou o de quem optou por ser assistido por advogado ou defensor público, sem a presença do seu patrono;

Art. 16. Deixar de identificar-se ao preso, por ocasião de sua captura, ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão, assim como identificar-se falsamente:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas quem:

I – como responsável por interrogatório, em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso;

II – atribui a si mesmo, sob as mesmas circunstâncias do inciso anterior, falsa identidade, cargo ou função.

Art. 17. Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do próprio preso, da autoridade ou de terceiro:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aplicada em dobro se:

I – o internado tem menos de dezoito anos de idade;

II – a presa, internada ou apreendida estiver visivelmente grávida, ou cuja gravidez tenha sido informada no momento da prisão ou apreensão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

III – o fato ocorrer em penitenciária.

Art. 18. Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 19. Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas o magistrado que, ciente do impedimento ou da demora, deixa de tomar as providências tendentes a saná-lo ou, não sendo competente para decidir sobre a prisão, deixa de enviar o pedido à autoridade judiciária que o seja.

Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso dos interrogatórios ou no caso de audiência realizada por videoconferência.

Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

Parece incrível, Presidente – e eu tomo aqui um fôlego para continuar –, e faço só uma observação: surgiu na internet um jogral dizendo que quem estiver contra essas medidas de garantia de direitos de uma menina presa com 20 homens numa cela está querendo acabar com a Lava Jato, ao mesmo tempo em que conclama o povo brasileiro a dizer "não" à regulamentação dos direitos civis e a pôr ordem na bagunça que está contida nas prisões e nos interrogatórios.

Não há aqui um único artigo que se oponha à Lava Jato ou a qualquer outro processo em andamento. Estamos na tentativa de pôr uma ordem nessa bagunça.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem mantém, na mesma cela, criança ou adolescente na companhia de maior de idade ou em ambiente inadequado, observado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso seria, segundo alguns atletas jovens e inexperientes no Ministério Público um impedimento do funcionamento da Lava Jato. Pela madrugada! Santa periquita! É muita inocência! É ignorância córnea a respeito do projeto ou uma má-fé cínica a favor de prerrogativas corporativas.

Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina, astuciosamente ou à revelia da vontade do ocupante, o imóvel alheio ou suas dependências, assim como nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem, na forma prevista no *caput*:

I – coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;

II – executa mandado de busca e apreensão em imóvel alheio ou suas dependências, mobilizando veículos, pessoal ou armamento de forma ostensiva e desproporcional, ou de qualquer modo extrapolando os limites da autorização judicial, para expor o investigado a situação de vexame;

III – cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21 horas ou antes das 5h da manhã.

§ 2º Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro, ou quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de situação de flagrante delito ou de desastre.

Art. 23. Inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade:

Pena – de um a quatro anos e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem pratica a conduta com o intuito de:

I – eximir-se de responsabilidade civil ou administrativa por excesso praticado no curso de diligência;

II – omitir dados ou informações, assim como com o de divulgar dados ou informações incompletas, para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.

Art. 24. Constranger, sob violência ou grave ameaça, o funcionário ou empregado de instituição hospitalar, pública ou particular, a admitir para tratamento pessoa cujo óbito tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração;

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa, além de pena correspondente à violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 25. Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incide quem faz uso de prova, em desfavor do investigado ou fiscalizado, tendo prévio conhecimento de sua ilicitude.

Art. 26. Induzir ou instigar pessoa a praticar infração penal com o fim de capturá-la em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

§ 1º Se a vítima é capturada em flagrante delito, a pena é de detenção, de um a quatro anos, e multa.

§ 2º Não configuram crime situações de flagrante esperado, retardado, prorrogado ou diferido [demorado].

Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de ação penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício de prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.

Art. 28. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo a honra ou a imagem do investigado ou acusado, bem como quando contiver matéria que deve ser mantida em sigilo por questões de segurança nacional:

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

Art. 29. Prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, com igual finalidade, omite dados ou informação sobre fato juridicamente relevante e não sigiloso.

Art. 30. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, sem justa causa fundamentada ou contra quem o sabe inocente:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pena – detenção, de um a quatro anos, e multa.

Art. 31. Estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, inexistindo prazo para execução ou conclusão do procedimento, o estende de forma imotivada, procrastinando-o em prejuízo do investigado ou do fiscalizado.

Art. 32. Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvadas as peças relativas a diligências em curso ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem se utiliza de cargo ou função pública ou invoca a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.

Art. 34. Deixar de corrigir, de ofício ou mediante provocação, tendo competência para fazê-lo, erro relevante que sabe existir em processo ou procedimento:

Pena – detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, e multa.

Art. 35. Coibir, dificultar ou, por qualquer meio, impedir, sem justa causa, a reunião, a associação ou o agrupamento pacífico de pessoas para fim legítimo:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 36. Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte, deixando de corrigi-lo ante a demonstração, pela parte, da excessividade da medida:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 37. Demorar demasiada e injustificadamente no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado, com o intuito de procrastinar seu andamento ou retardar o julgamento:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

CAPÍTULO VII

Do Procedimento

Art. 39. Aplicam-se ao processo e ao julgamento dos delitos previstos nesta Lei, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 40. O art. 2º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passa a viger com a seguinte redação:

> Art. 2º.....
> § 4º-A. O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no art. 2º, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.
> .....
> §7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
> §8º Para o cômputo do prazo de prisão temporária, inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão.

Art. 41. O art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei:
> Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
> *Parágrafo único*. Incide nas mesmas penas a autoridade judicial que determina a execução de conduta descrita no *caput*, com objetivo não autorizado em lei.

Art. 42. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 244-C:

> Art. 244-C. Para os crimes previstos nesta Lei, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, o efeito da condenação previsto no artigo 92, inciso I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), somente incidirá em caso de reincidência.

De novo estamos preservando a lei nova e estamos tratando de discutir e votar, preservando o agente público.

Art. 43. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a viger acrescida do seguinte art. 7º-B:

> Crime contra direito ou prerrogativa de advogado
> Art. 7º-B. Violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II a V do art. 7º:
> Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 44. O art. 69 da Lei nº 10.741, de 1º outubro de 2003, passa a viger acrescido do seguinte parágrafo:

> "*Parágrafo único*: Constitui crime o descumprimento dos prazos benéficos ao idoso previstos nesta Lei e do procedimento sumário em sua aplicação subsidiária acima prescrita.
> Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 45. Revogam-se a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, o §2º do art. 150 e o art. 350, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Discutida aqui, votada, se aprovada, irá para o Plenário do Senado. Do Plenário do Senado, irá para a Câmara Federal. Na Câmara, será distribuída por comissões designadas pela direção da Câmara Federal. Cumprirá, nessas comissões, o seu prazo. Terá seguramente vários relatores com atribuição de examiná-la, de aplicar substitutivos ou de confirmá-la.

Portanto, Presidente, era esse o relatório e, com essa consideração final, eu quero dirimir, liquidar de vez essa história do açodamento. No trâmite normal do Congresso Nacional, essa lei poderá ser aprovada ou rejeitada em um prazo de seis meses a dois anos.

Ao mesmo tempo que me desculpo do Senador Renan por ter rejeitado a sua proposta e, desta forma, mostrando ao conjunto dos mal-intencionados que, sem razão alguma, sem argumento, sem terem tido meramente a gentileza de procurador o Relator e discutir os seus argumentos com os argumentos do Relator, puseram um jogral pedindo a mobilização popular para que o arbítrio contra o povo simples do Brasil seja mantido, em nome da sacralização de uma corporação, que não por todos os seus membros, mas por um grupo de fundamentalistas, mal ou bem intencionados, se acha parecida com as atribuições cometidas aos oráculos de Delfos e de Delos ou às antigas pitonisas dos tempos gregos.

Estamos fazendo aqui o que devemos fazer e com máxima seriedade, objetividade, em análise, como vocês viram, de dezenas de emendas e consultas a juristas, advogados, promotores e juízes, apresentamos para o exame desta Comissão o relatório que eu acabo de ler.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista, Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Peço vista, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vista coletiva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vista coletiva.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu quero encaminhar contra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem. art. 403, art. 132 do Regimento do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu já concederei a V. Exª, ouvindo o encaminhamento do Relator.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – As vistas já foram pedidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu analisei nesta reunião todas as emendas que foram trazidas à Comissão. Apensado o projeto Janot/Randolfe, considerei também como proposta de emendas, fiz análise de cada um dos dispositivos e, na verdade, recusei o projeto subscrito pelo Senador Renan Calheiros e aceitei o projeto apresentado pelo Randolfe e pelo Janot.

Eu não vejo, do ponto de vista regimental, nenhum espaço para vista. Que vá para o plenário; vista novamente, não! Que apresentem e discutam no plenário as suas objeções.

O retardamento, não! Isso me parece que estão atendendo um apelo do jogral. E eu acredito que não é esse o apelo que irá mobilizar a nossa Comissão. Não há espaço regimental para pedidos de vista porque elas já foram concedidas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Questão de ordem, art. 403.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, fundamento a minha questão de ordem no art. 132 do Regimento Interno, que diz, especificamente, no seu parágrafo único, que o pedido de vista pode ser aceito.

Eu quero fundamentar aqui, Sr. Presidente, o argumento de precedência nesta própria Comissão de que, quando há mudança substancial de relatório, enseja-se um novo pedido de vista.

O precedente mais recente nesse tema ocorreu no Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2015. Nesse projeto, que dispunha sobre o inquérito civil, quando houve uma modificação do relatório, automaticamente ensejou-se um novo pedido de vista nesta Comissão.

Esse é um dos vários precedentes já existentes. Em várias outras situações, toda vez em que algum relatório é modificado substancialmente, um novo pedido de vista assim ocorre.

Além disso, Sr. Presidente, há uma situação que o próprio Relator, S. Exª o Senador Requião, aqui destaca: houve o apensamento de uma matéria nova ao PLS originário.

Ao PLS originário foi apensado o PLS 85, que resulta em um terceiro texto, o texto do Relator, Senador Roberto Requião, com modificações tanto no primeiro substitutivo quanto no segundo substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É óbvio, Sr. Presidente, que modificações tão profundas ensejam a necessidade de nova vista, e assim reza o art. 132, § 1º, do Regimento Interno.

Então, fundamento meu pedido de vista no art. 132, § 1º, do Regimento Interno, combinado com vários precedentes já ocorridos nesta Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, o argumento é o mesmo do Senador Randolfe. Acho que você perde o direito à vista, quando não tem motivos de texto.

Há uma modificação de texto, por isso, regimentalmente, cabe a vista. Por isso, pedimos vista.

Sr. Presidente, eu acho que algumas coisas na Lei de Abuso de Autoridade são filigranas que estão aí, mas no todo já há uma compreensão. A grande compreensão era na criminalização da hermenêutica, e o Senador Requião conseguiu tirar a criminalização da hermenêutica.

A mim só um ponto me chama a atenção, que é essa do cidadão que se sentiu ofendido, que vai lá e pode entrar contra um magistrado – pode entrar não só contra um magistrado, como também contra qualquer outra pessoa.

Penso que nós não teremos tribunal para tanta coisa. Penso que são coisas pequenas, que nós podemos ter ainda um tempo para discutir.

Acho que cabe, até porque a situação que estamos vivendo não está só mais de cair o queixo, está de cair até os dentes. Está aí o Senador Hélio, que não me deixa mentir. (*Risos.*)

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Caro Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente, reforçando...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... Que temos uma queda de dentes para animar o ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, Presidente, reforçando – já disse o Senador Randolfe –, cabe a vista, quando for conhecido o voto do Relator. O Relator reformulou profundamente o relatório de dias atrás, inclusive com vários subjetivismos, aqui, particularmente, já no art. 1º, quando fala...

E necessariamente me permito ler o que há de subjetivismo nesse § 1º do art. 1º:

> § 1º As condutas descritas nessa lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio [...].
> § 2º A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável [...].

A expressão "necessariamente", Presidente, é de um subjetivismo impressionante.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – É uma sutileza que não podemos admitir.

Outro fato é o art. 3º. O art. 3º, Presidente, é de um absurdo assustador.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Permita-me concluir, Senadora. Sei que a senhora tem pressa, mas me permita falar.

O art. 3º permite que o ofendido, em ação privada, acione a autoridade se ele não gostar de uma investigação. Se ele não gostar de uma sentença, ele pode entrar contra o juiz. Isso é um absurdo! Isso acaba com a autoridade, Presidente.

Estamos diante de uma lei apressada, que não pode ser aprovada aqui sem uma profunda discussão. Por isso, acho indispensável a concessão da vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pelo art. 14, já que fui citado aqui.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para contraditar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. Art. 14, fui citado. (*Risos.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Deixa ele falar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero contraditar a questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

O Senador alega...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Está difícil aqui.

O Senador alega que o relatório tem modificações relevantes e que o pedido de vista anteriormente concedido não valeria para este caso e, portanto, pede vista novamente com base no Regimento Interno. Eu queria ler o §1º do art. 132 do nosso Regimento Interno, que diz o seguinte:

> §1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.

Já foi concedida vista da matéria, a matéria foi publicada ontem. O que o Senador Requião traz aqui é, inclusive, resultado da vista concedida, que são as colaborações que os Senadores deram e que o próprio Procurador-Geral da República deu e que ele consubstanciou no seu relatório.

Eu acho que não cabe aqui dizer que nós estamos tendo pressa para votar esse projeto. Esse é um projeto de 2009 – 2009! É importante lembrar isso aqui. Foi um projeto debatido. Tivemos no plenário do Senado da República uma audiência pública; aqui tivemos audiência pública. O Senador Requião foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma das pessoas mais atenciosas. Ouviu todas as pessoas que quiseram falar com ele, teve grande diligência, estudou o projeto. Não vejo por que a gente não votar hoje.

Acho que o que estavam fazendo os Senadores que me precederam era discutir o mérito do projeto. Então, vamos abrir a discussão do mérito do projeto, cada expõe o que quer falar, fala sobre os artigos que quiser, e votamos o projeto. Não há por que isso se arrastar ainda mais. E nós temos, como disse o Senador Requião, o Plenário do Senado e a Câmara dos Deputados.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Art. 14, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, depois fazer um esclarecimento pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Depois do Senador, por favor.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, como é sabido eu, lamentavelmente, não faço parte, neste biênio 2017-2018, desta douta Comissão, hoje comandada por V. Exª, mas quero dizer, Sr. Presidente, meus colegas Senadores e Senadoras, que nós estamos vivendo um momento de extrema delicadeza no nosso País.

Ontem, os manifestantes da Polícia Civil queriam adentrar o Congresso Nacional a qualquer modo, mas, graças a Deus, foi contida aquela rebelião.

Nós estamos aqui hoje, Sr. Presidente, a discutir um projeto de abuso de autoridades. É um debate que eu acho que nós não vamos poder fugir dele. Mas este momento, Sr. Presidente, é extremamente inoportuno diante desta maldita corrupção que tomou conta do nosso País. O Legislativo está putrificado; o Executivo está putrificado; e espero que o Poder Judiciário também não esteja. Portanto, eu vejo que não é o momento adequado para a discussão desta matéria.

E este relatório do Senador Requião já sofreu a sua terceira alteração. O pedido de vista, Sr. Presidente, é regimental. Eu espero que V. Exª conceda esse pedido de vista, e eu espero também que os nossos colegas, os nossos companheiros deem vista para a gente, então, discutir um pouco mais esta matéria, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu vou me ater ao Regimento. Quanto ao resto, vamos fazer a discussão depois. O Regimento diz – gostaria de ter também, se possível, a concordância do nobre Relator –, vou repetir a leitura, para nós podermos interpretar bem o português.

> Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.
> §1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.

Pergunto ao Relator: qual é o voto? O primeiro está aqui: "Face ao exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do Projeto de Lei nº 280, de 2016, e, no mérito, por sua aprovação na forma da seguinte emenda substitutiva, restando rejeitadas as emendas [tais] [...], prejudicadas as demais." Este foi o voto dele anterior.

O voto de hoje é: "Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 85, de 2017, na forma da emenda substitutiva que apresento a seguir, restando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2016, bem como as emendas a ele apresentadas." Então, não há dúvida alguma de que houve uma mudança substantiva e como tal é o primeiro pedido de vista, porque o próprio Relator mostra claramente que é um projeto novo, não tem nada a ver com o projeto anterior que ele relatou.

Então, eu estou embasando a minha argumentação em cima do voto do Relator. Este é o atual e como tal nada tem a ver com o voto que ele proferiu anteriormente. Em relação a este aqui, estamos fazendo o primeiro pedido de vista ao projeto. Assim, eu acredito que a decisão de V. Exª, conhecedor profundo do Regimento, será exatamente acolher o pedido de vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente, permita-me agregar dois fatos – Presidente, me permita, antes, dois fatos! O relatório foi disponibilizado apenas ontem, ao fim da tarde. Portanto, sem tempo para conhecê-lo.

Segundo: o Relator refez o seu voto e chegou ao ponto, Presidente, de acolher uma sugestão que ele incorporou aqui, da Senadora Gleisi. Chegou a esse ponto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – De redação, mas nós precisamos ler isso. Nós precisamos ter tempo para rever essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª faz um aditamento faz à sua questão de ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Hélio José, pelo art. 14.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª. Agradeço a V. Exª também, Senador Magno Malta, por ter lembrado do fato constrangedor de uma prótese colocada que caiu, algo que poderia acontecer com qualquer um.

Eu estava defendendo um servidor público, como servidor público concursado que sou – e não é para dar prejuízo nem para dar lucro; é para fazer a interface entre o privado e o Estado e trabalhar de forma adequada e bem respeitada no ambiente de trabalho. Não baixei a moral ao defender o servidor público. Depois fui ao dentista e recoloquei a prótese. Então, com muita tranquilidade a prótese caiu, mas mesmo assim não perdi o direito de defender um servidor público desta Casa, que é a Casa do povo. E nós temos que estar juntos nessa.

Então, muito obrigado por ter-me dado essa oportunidade de esclarecer para todo mundo a maldade de um *blog* sensacionalista, que utilizou isso para depreciar a nossa imagem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, eu queria dizer que a fundamentação apresentada pelo Senador Randolfe, para justificar o pedido de vista, e acrescentado com elementos ainda mais convincentes pelo Senador Ronaldo Caiado para o pedido de vista, é suficientemente concreta, objetiva e tem a clareza elementar para assegurar o pedido de vista, que é uma decisão democrática desta Comissão.

Mas eu queria, de qualquer modo, agradecer ao Senador Roberto Requião e dizer que talvez esse tenha sido um dos mais longos relatórios de um tema tão complexo como esse, que mobiliza as atenções da sociedade brasileira, porque S. Exª leva mais de duas horas apenas na leitura do seu relatório.

Um dos aspectos desse relatório... E não entro no mérito. Eu não estou entrando no mérito, porque estaria contribuindo para dar prosseguimento ao trabalho de discussão do requerimento. Não é o caso, porque estamos fazendo um pedido de vista a esse assunto. Eu quero apenas registrar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

trabalho do Senador, por ter tirado de seu texto – e feito referência expressa – o nome do Juiz Sérgio Moro. Eu não tenho procuração para falar em nome de ninguém, mas apenas registro o cuidado que o Senador teve em não dizer que ali estava havendo chancela desta ou daquela autoridade em relação a uma matéria que pode, no conjunto total, não representar um item que receberia um parecer favorável ou que seria concordado pelo Poder Judiciário, no caso da interpretação aqui conhecida, no meio jurídico, como hermenêutica. Trata-se de não criminalizar a interpretação de um magistrado ou também não criminalizar um agente do Ministério Público, numa ação que lhe cabe como prerrogativa. Então, o Senador Roberto Requião teve esse cuidado.

Hoje pela manhã tive a oportunidade, no Ministério do Exército, de falar com o Juiz Sérgio Moro a respeito desse tema, mas restam ainda, remanescem, questões como o art. 3º, que é, sim, preocupante, em relação a criminalizar um agente público – no caso, o Ministério Público – ou até um juiz, para que um ofendido como o Eduardo Cunha, por exemplo, possa, simplesmente, pedir que saia da competência de Sérgio Moro para continuar, para dar prosseguimento ao seu julgamento.

Então, é isso que está escrito no art. 3º, no meu entendimento modesto a respeito dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

Lembro que a Presidência precisa decidir sobre essa questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, o pedido de vista é um mecanismo democrático previsto nos tribunais e também aceito largamente nesta Comissão. O pedido de vista não tem o objetivo de procrastinar, mas de oferecer àqueles que vão decidir a questão de mérito a oportunidade de estudar melhor o projeto. É isso que pretende, com a sua questão de ordem, o Senador Randolfe Rodrigues, coonestado com a opinião abalizada do Senador Caiado.

Por isso, Sr. Presidente, à luz do nosso Regimento Interno e da nova proposta – por sinal, muito bem elaborada pelo Senador Roberto Requião, que se deteve profundamente sobre a matéria, aceitando, inclusive, mecanismos que foram solicitados pelo próprio Ministério Público –, espero que V. Exª conceda positivamente a questão de ordem do Senador Randolfe Rodrigues.

Essa é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias. É a última questão de ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, além do Regimento, mais do que o Regimento, nesta hora deve prevalecer o bom senso e o respeito à prerrogativa que cada um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de nós deve ter de poder, numa matéria polêmica como essa, opinar, mas opinar estudando, opinar conhecendo em profundidade.

Um relatório extenso apresentado há poucos minutos deve ensejar reflexão sobre eventuais alterações a ele promovidas. É um tema polêmico. Alguns de nós nos manifestamos contrariamente à discussão dessa matéria nesta hora, por razões já conhecidas. Fomos derrotados nessa pretensão de adiar esse debate. Assumimos a condição de minoritários nessa tese, mas queremos uma matéria exposta à opinião pública, uma matéria que provoca, de certa forma, contradições, comportamentos diferenciados em relação aos seus objetivos, interpretações diferentes em relação aos objetivos.

Não é uma matéria que se dirige exclusivamente à Operação Lava Jato, longe disso. Há uma ação de procuradores e de juízes em torno do crime organizado, do tráfico de drogas, dos crimes violentos de estupro etc. E, obviamente, a análise que tem de se fazer de uma proposta dessa natureza é no sentido de não comprometer a ação daqueles que combatem o crime no País, de não reduzir as prerrogativas, o entusiamo, a energia, a competência de combater o crime organizado, sobretudo, no País. Essa deve ser uma preocupação de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, o apelo que nós formulamos é no sentido do bom senso. Não vamos discutir o Regimento agora.

Eu sei que, nesta Casa, muitos de nós ou todos nós desejamos cumprir bem a nossa missão aqui. Desejamos representar, da melhor forma possível, aqueles que nos elegeram. E temos de ter oportunidades. Ao Presidente cabe não retirar oportunidades, não retirar o espaço que pode oferecer a cada um de nós, para que a nossa atuação seja responsável e, sobretudo, esteja diante dos olhos da Nação.

Esse é o apelo que formulo a V. Exª. Discutir e interpretar o Regimento é importante, mas, nesta hora, o mais importante é o respeito a cada Senador que tem a prerrogativa de poder opinar sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ouviremos o Senador Jorge Viana e, por último, o Senador Requião, Relator da matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente os colegas e ouvi atentamente, antes, o relatório do Senador Requião, com o seu propósito de buscar levar em conta todas as recomendações, as sugestões, as emendas apresentadas.

Eu queria relembrar que esta é uma matéria da maior importância. Se não estivéssemos vivendo estes tempos que estamos vivendo no nosso País, não sei se não teríamos a unanimidade dos colegas assinando embaixo de um relatório como o que o Senador Requião apresenta hoje, sinceramente. Mas estamos vivendo tempos difíceis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entendo a preocupação de vários colegas aqui. Acho, inclusive, que precisa ser sempre considerada. Agora, faço um apelo antes de V. Exª deliberar.

Esta é uma matéria que nos faz perguntar: há alguém neste País que seja a favor de abuso de autoridade? É uma pergunta simples. As pessoas da periferia, as pessoas que moram nos rincões deste País e que sofrem o abuso de alguém que não tem mais do que uma farda, com todo o respeito ao guarda e àqueles que servem e nos ajudam a garantir a segurança – não se trata disso –, são contra haver uma lei neste País que impeça Senador e Deputado de dar carteirada ou de usar a função em benefício próprio? Alguém é contra isso? Alguém é contra que haja qualquer abuso de autoridade de qualquer Poder? Alguém é contra que não se impeça, desculpem, o abuso dessas autoridades? Não temos lei que possa estabelecer isso.

O Ministro Teori Zavascki, de saudosa memória, veio para cá, quando era do STJ, e trabalhou nesse projeto. Estou falando de 2009. O projeto está nesta Comissão desde 2009!

Faço um apelo, Senador Requião. V. Exª incorporou aqui sugestões do juiz Moro, que têm de ser levadas em conta; incorporou muito do que sugeriu o Procurador-Geral da República; levou em conta as audiências que fizemos no plenário; levou em conta as sugestões de vários colegas. E vi que mesmo alguns colegas que estão pedindo vista falam da importância do relatório hoje trazido pelo Senador Requião.

O apelo que faço, independentemente da decisão de V. Exª, Presidente da Comissão, é que se estabeleça, quem sabe, aqui, por acordo, o calendário de votação desta matéria aqui e no plenário. É o apelo que faço, para darmos satisfação ao Brasil e ao povo brasileiro.

Sinceramente, o Senador Requião, que tem muito tempo de Parlamento e que tem uma história de vida, dedicou-se a esta matéria para fazer uma lei boa para o País. Não é contra A, B, C ou D.

Eu tenho muito respeito pelo Randolfe. Mas é óbvio que ele expôs aqui hoje as contradições que havia no relatório que o Senador Randolfe trouxe. Aproveitou tudo o que tinha de proposta que pode compor uma lei como esta e nos apresentou, respeitando um colega de que ele gosta tanto, que ele admira e que considera tanto.

Agora nós não vamos ficar nesse puxa e encolhe. Eu não estou aqui acusando ninguém de estar procrastinando nada. Não sou disso. Eu só estou querendo que trabalhemos juntos, toda a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em respeito ao povo brasileiro. Para mostrar que não estamos suspeitos de votar uma lei como esta, que estabeleçamos imediatamente um calendário para decidir aqui na Comissão e levar ao plenário esta matéria tão importante para o País.

Obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros e, em seguida, ao Senador Jader.

Senador Jader...

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente, eu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Comissão pela apreciação desta matéria e de ressaltar o papel do Senador Roberto Requião. Eu quero dizer que me sinto, como Senador da República integrante desta Comissão, profundamente feliz de verificar o trabalho que o Senador Requião desenvolveu não só na data de hoje. Ele teve todo o cuidado de tratar com toda a seriedade esta questão nas audiências, nas consultas e na peça com que ele brindou hoje a Comissão.

Eu quero, Senador Requião, apresentar os meus cumprimentos e dizer que me sinto profundamente honrado de ser seu colega Senador da República e integrante desta Comissão. Os meus parabéns pelo seu trabalho!

E digo mais, Sr. Presidente: na reunião passada, fiz uma indagação, face às especulações. O País está tomado de passionalidade, e eu não quero me envolver nessa passionalidade, seja para demonstrar a coragem que não tenho, seja para demonstrar a frouxura com que eu nunca exerci a vida pública neste País, seja muito menos para me acovardar como Senador da República, votado pelo povo do meu Estado, com carreira pública, diante de manifestações que não retiram de mim a condição de ser representante do meu Estado e do povo brasileiro nesta Casa. Era só o que me faltava eu votar aqui como Senador acovardado por situações, algumas justas, outras injustas, profundamente extravagantes e montadas pela mídia! Então, vou para casa e não fico aqui!

Perguntei ao Senador Requião quem iria acompanhar essas ações na reunião passada, se o Ministério Público teria o direito de acompanhá-las. Quem iria julgar? Seria a classe política, os acusados, os envolvidos, os amedrontados que iriam julgar crime de responsabilidade? Aí o Senador Requião me esclareceu. Eu preciso, Senador, ser esclarecido sobre determinadas coisas. V. Exª disse: "Não! Quem vai julgar crime de responsabilidade é o Poder Judiciário, o Poder Judiciário! Não é a Comissão de Justiça do Senado, não é o Plenário do Senado, não é a Câmara dos Deputados!"

Então, por que o temor, por que o temor dessa lei? Será que há algum representante do Ministério Público com medo dos seus colegas? Será que há algum juiz neste País com medo dos outros juízes que irão julgá-lo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Requião me fez a gentileza de esclarecer que essas representações, quando ocorrerem violências, seja em nível federal, em nível estadual, em nível municipal, serão acompanhadas pelo Ministério Público e serão julgadas pelo Poder Judiciário. Se não fosse assim...

Senador Requião, não sou eu que tenho foro privilegiado, não! Há gente neste País que quer superforo privilegiado e que quer cometer toda a sorte de violência e não ser apanhado, não ser julgado. Não é isso?

Não sei por que o medo, porque isso vai ser acompanhado pelo Ministério Público. Se vai ser julgado pelo Poder Judiciário, de que essa gente está com medo? Está com medo de ficar impedido de cometer violência.

Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelos meus colegas Senadores, quero dizer a V. Exª que, se V. Exª conceder vista – e não estou aí para discordar de se conceder a vista –, acho que já foi chamada a atenção para se estabelecer isso. Então, que, na próxima reunião, se vote aqui! Senão, o que vai parecer para a opinião pública é que estamos numa frouxura incabível para quem tem um mandato político e parlamentar, que nós estamos com medo! E, aí, com medo, não temos nem coragem de apreciar um projeto de lei de 2009, porque isso incomoda! Isso incomoda. Apreciar já incomoda. Aí é melhor, então, nós irmos para casa. E que não apareça nenhum general de Brigada de Anápolis e resolva achar que a coisa está muito desorientada e faça como Mourão Filho, que saiu de Juiz de Fora. Ele nem era general de Exército, era general de Brigada. E os do Exército não o contiveram, porque a coisa ficou muito avacalhada.

Sr. Presidente, vou fazer um apelo a V. Exª: conceda a vista. Conceda a vista.

Senador Requião, eu vou me alinhar com os que estão pedindo vista.

Vou me alinhar, mas peço que V. Exª estabeleça, Presidente, que, na próxima reunião, na próxima semana, nós votemos isso. Vamos votar isso de vez, porque, senão, Sr. Presidente, estaremos passando um atestado público para o Brasil de que nós estamos com medo de enfrentar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em pouquíssimas palavras, eu quero comemorar a qualidade do relatório, da peça que acabou de ser lida e defendida aqui pelo Senador Roberto Requião. E falo, Sr. Presidente, com a isenção de quem subscreveu a proposta, a pedido do Supremo Tribunal Federal, de vários Ministros do Supremo Tribunal Federal, que, certamente, não querem conviver mais com os abusos que caracterizam a vida nacional. Aceito, sem ponderação nenhuma, absolutamente nenhuma, a substituição dessa proposta por um substitutivo que leva em conta, fundamentalmente, as propostas que aqui foram trazidas pelo Ministério Público Federal, exatamente pelo Procurador-Geral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Das duas, uma, Presidente: ou esse pedido de vista é novamente procrastinatório, que foi o que ocorreu exatamente nas várias vezes em que essa matéria estava pronta no plenário do Senado para ser apreciada... Aí pediram vista, tiraram-na de pauta – e eu concedi, na oportunidade, como Presidente –, depois exigiram a realização de sessões temáticas. Nós fizemos duas sessões temáticas. Quando concluímos a sessão temática, levamos a matéria para a pauta. Aí, novamente, pediram vista, pediram para trazer a matéria para esta Comissão. Nós trouxemos a matéria para esta Comissão. Aqui, impediram várias votações, pedindo novamente a realização de sessões temáticas. Foram realizadas outras sessões temáticas. Depois, o Procurador-Geral da República pede para trazer uma proposta, que foi encampada pelo Relator, Senador Roberto Requião.

Das duas, uma: ou vamos continuar as etapas dessa procrastinação sem fim, e também não sou contra V. Exª conceder vista mais uma vez – já concedemos tantos pedidos de vista –, ou a proposta – desculpem-me o Senador Randolfe e o Senador Ricardo Ferraço – do Ministério Público, do Procurador-Geral da República, não foi para valer. E ela já foi acolhida pelo Relator. O que significa o pedido de vista de uma proposta do Ministério Público já acolhida pelo Relator?

Acho que precisamos, mais uma vez, nesta quadra dificílima da vida nacional, cumprir o papel constitucional que estamos obrigados a cumprir por quem nos elegeu, independentemente de interesse de corporação, que, cada vez mais, é evidente nesta Casa, por pressões variadas, por um estilo dos meios de comunicação de informar: primeiro, criminalizam, com qualquer ardil, qualquer matéria. A última criminalização que nós tivemos no Brasil, em uma semana, foi a lista de votação, que estava sendo proposta na Câmara dos Deputados. Ora, Presidente Lobão, nós votamos essa matéria no Senado pelo menos quatro vezes. Foram quatro vezes! Essa matéria foi apresentada como uma matéria contra a Lava Jato. A lista de votação é praticamente a única modalidade de eleição proporcional no mundo todo, nos vizinhos, nos países mais desenvolvidos. É isso que não pode acontecer.

A proposta do Ministério Público foi para valer? Foi para valer ou apenas para criar mais uma etapa, para procrastinar um pouco mais essa discussão? Evidentemente, algumas pessoas não querem que se decida.

Então, Sr. Presidente, acho até que V. Exª deveria conceder a vista e marcar a reunião para quarta-feira. Esse seria o item único da pauta, para que, de uma vez por todas, a gente deliberasse sobre essa questão.

E que fique claro que a proposta do Ministério Público não é procrastinatória! Já que foi aceita pelo Relator Requião, que ela seja para valer, não é? Que ela seja para valer!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu só gostaria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – São pouquíssimas palavras, Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu só gostaria de sugerir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a palavra para V. Exª, mas a Presidência precisa decidir.

Concedo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – É muito rápido, Presidente. V. Exª a concedeu a tantos Senadores!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, vou conceder a palavra a V. Exª, mas...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu lhe agradeço.

Vai ser muito rápido, Senador Humberto Costa. Pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ...eu preciso decidir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Quero apenas dizer o seguinte, Sr. Presidente: de minha parte, fui um dos que me insurgi contra o regime de urgência, quando se tentou votar essa matéria no plenário do Senado. De lá para cá, de fato, fizemos muitos debates nesta Comissão, fizemos audiências públicas. Em que pese eu reconhecer que há, de fato, legitimidade no pedido de vista, estou pronto para votar. De minha parte, estou pronto para votar. De minha parte, não há qualquer interesse em procrastinar o enfrentamento dessa matéria. Vou votar. Se quiser votar hoje, estou pronto para votar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria que a mesma regra fosse também priorizada no fim do foro privilegiado. Que nós criássemos o mesmo procedimento. Votaríamos, em primeiro lugar, essa matéria na quarta-feira, sem problema nenhum. Depois, viria o item 2. Nós pautaríamos apenas os dois.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É esse o meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nós pautaríamos apenas os dois. Votaríamos primeiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Votaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...esse ponto específico, e o segundo item seria o foro privilegiado. Pronto, essa seria a pauta, e nós iríamos com os dois temas para o plenário no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Requião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Subscrevo o pedido do Senador Caiado.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – É para todo mundo!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – O projeto é para todo mundo, Senador Barbalho, para todo mundo, sem exceção!

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – É para todo mundo! O que querem é foro superprivilegiado, para não serem nem investigados, nem representados! É para todo mundo!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Mas o projeto é exatamente isso, para todo mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É exatamente isso.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Conte com o meu voto! É para todo mundo!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, no dia 29 de março, apresentei, na condição de Relator, uma proposta para ser discutida e aprovada, mas verifiquei uma grande oposição de companheiros Senadores, que reclamavam da celeridade – aliás, inexistente – no processo.

Se votada aqui hoje essa proposta, na próxima quarta-feira ela vai para o plenário do Senado Federal, vai para a Câmara Federal, será distribuída para as comissões, onde será discutida. Eu mesmo estabeleci um prazo de vigência para ela de 120 dias, de quatro meses. Contando com o prazo de tramitação no Congresso, teremos um longo período a percorrer.

Eu estava aqui pensando que a obrigação que nós temos é de expor a verdade. "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No dia 29 de março, eu apresentei o relatório pronto para ser votado. Questionaram a velocidade: "Não é possível que votemos agora um projeto de 2007 ou de 2009." Nem me recordo quando teve início esse processo. Hoje, inclusive, mostrei que esse projeto foi apresentado pelo Jungmann, que é Ministro da Defesa, em 2009, na Câmara. Andou por lá e deve estar engavetado em algum lugar.

Mas a oposição foi muito grande. Funcionava aqui no plenário como um jogral: "Não é oportuno, não é agora que devemos votar." E lembro claramente que propus um acordo, com a data sugerida pelo Senador Pimentel: "Vamos fazer as audiências públicas e vamos votar isso, impreterivelmente, em uma quarta-feira, 19 de abril." E é hoje. Então, todos sabiam que isso seria votado no dia 19 de abril.

Fizemos as audiências públicas. Ora, o que foi impressionante nas audiências públicas? A primeira foi complicada. Ela foi feita em um dia em que eu, por exemplo, como Relator, de inopino, estava fora de Brasília. Mas, na segunda, eu estive aqui e fiquei horas aqui. Agora, o fato curioso é que as pessoas que pediram a audiência pública, os que selecionaram os palestrantes, em sua grande maioria, não estavam presentes na sessão. Então, eles não queriam uma audiência pública esclarecedora. Eles queriam uma postergação. Eles queriam que o processo não fosse... Eu não sei por que queriam essa postergação, porque isso não será postergado, tem uma tramitação normal na Casa.

Não sei qual vai ser a decisão de V. Exª, Senador Lobão. Qualquer que ela seja, quero que fique bem claro: tenho o convencimento, tenho a mesma convicção que o Deltan Dallagnol tinha a respeito do seu PowerPoint em Curitiba, tenho a firme convicção de que estão pretendendo fazer o pedido de vista para retardar uma discussão necessária e de que, seguramente, não vão contribuir com nada, salvo o Senador Ferraço, que contribuiu até agora. Não trarão contribuição! É uma postergação para a mídia. E isso não é exatamente um comportamento digno do Senado da República.

Independentemente de qual seja a sua decisão, estou aqui hoje para sustentar o relatório. Estarei aqui na quarta-feira. Mas não nos venham, como diria Mussolini para Claretta Petacci, "de borzeguins ao leito". Não querem colaborar com nada. Os que queriam colaborar já foram ouvidos à exaustão, como o juiz Sérgio Moro e o Procurador Janot, que mandou sua colaboração, subscrita pelo Randolfe. Juízes de todo o Brasil, procuradores e associações estiveram em meu gabinete e foram ouvidos à exaustão.

Agora, o que querem com a prorrogação? Não será por muito tempo a prorrogação. O que estão querendo é aproveitar a TV Senado para fazer esse ridículo espetáculo e se somar àquele jogral que o Deltan colocou ontem na internet: "Quem estiver a favor do fim do abuso de poder está contra o juiz Moro, está contra a Lava Jato." Isso é um rigoroso absurdo!

Eu sou um sujeito que louva o trabalho desses procuradores. Sem eles, nós não tínhamos aberto essa caixa-preta. Mas eles precisam amadurecer, crescer um pouco. O corporativismo, o poder do Ministério Público acima dos outros Poderes, o poder do Judiciário e de alguns juízes a respeito e apesar das leis não nos levam a um Estado razoável de justiça social e a um Estado de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qualquer que seja a sua decisão, que fique claro o que para mim é objeto da mais completa convicção: todos os Senadores que se manifestaram contra a discussão e a votação hoje, aqui, seguramente não têm contribuição alguma a fazer para o melhoramento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Senadores, eu quero louvar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu quero louvar o parecer do Senador Requião, profundo, denso, que honra as suas tradições de grande político.

O Senador Requião conseguiu aliar a um saber do técnico em Direito a sabedoria do político. Com esse parecer, nós estamos restabelecendo as tradições de coragem e de capacidade de decidir desta Comissão. Esta Comissão tem uma tradição que não pode ser imolada em discussões superficiais, como às vezes se pretende fazer.

Quanto ao mérito do projeto, na votação hoje ou não, devo dizer, relembrando, que, de fato, não se trata de um projeto novo. Ele é antigo, restabelecido ou revivido por um projeto do Senador Renan Calheiros – S. Exª acaba de explicar que é muito mais dos Ministros do Supremo do que dele – e do Senador Randolfe. Também não é dele, mas, sim, do Procurador-Geral da República.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Nem sequer, Presidente, o meu é meu, mas é produto de uma larga discussão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É de todos.

Dizer que estamos procedendo com açodamento é uma brutal injustiça. Ao contrário, está havendo obstrução no encaminhamento dessa matéria. Ela estava em regime de urgência no plenário do Senado, e a urgência foi derrubada exatamente para que a Comissão de Justiça pudesse ser ouvida.

Houve, no plenário do Senado, audiências públicas, duas seguidas audiências públicas. Aqui, no dia 29 do mês passado, foram propostas novas audiências públicas procrastinatórias, porém realizadas.

Foram convidados 15 participantes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Foram convidados 15 participantes, dos quais 11 compareceram. Onze compareceram. E registro, Senador Requião, que aqueles que os convidaram não estavam presentes nesta Comissão. A Presidência vai decidir, então, sobre o pedido de vista.

O Regimento estabelece que a vista só é concedida uma vez. Porém, no caso presente, o projeto que estava em exame na Comissão foi devolvido ao plenário, para que houvesse a junção com outro projeto, e retornou à Comissão de Justiça já numa situação nova. Em razão disso, vou conceder vista. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

poderia ser concedida por 24 horas, por 48 horas ou por cinco dias. Concederei vista coletiva por cinco dias, marcando a próxima reunião, de quarta-feira, para discussão e votação definitiva do projeto nesta Comissão. Nós não admitiremos mais, na quarta-feira, obstrução e nenhuma outra chicana regimental.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA. *Fora do microfone*.) – Exatamente!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Com dois itens, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Aécio Neves, Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ivo Cassol, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta e Vicentinho Alves. Registram presença os Senadores Alvaro Dias e José Medeiros. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Paulo Paim, Acir Gurgacz e Wilder Morais. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, de 2016 – Não Terminativo, que: "Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências." Autoria: Senador Renan Calheiros. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, de 2017 - Não Terminativo, que: “Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências”. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Favorável ao PLS 85/2017, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicados o PLS 280/2016 e as emendas a ele apresentadas. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao PLS nº 85, de 2017 e contrário às emendas nºs 1 e 2 a ele oferecidas, nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), restando prejudicados o PLS nº 280, de 2016 e as emendas a ele apresentadas. ITEM EXTRAPAUTA 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013 que: "Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, de 2014 - Não Terminativo, que: “Acrescenta a Seção IX ao Capítulo III do Título IV da Constituição Federal para determinar que nos casos de crimes contra a administração pública, de lavagem de bens, direitos ou valores decorrentes de crime contra a administração pública e de crimes hediondos, o autor não fica sujeito ao foro especial por prerrogativa de função, e que lei ordinária poderá limitar as hipóteses de sua aplicação. ” Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à PEC nº 10, de 2013, às Emendas nºs 2, 3 e 4-CCJ, e à Emenda nº 9-PLEN, nos termos do Substitutivo que apresenta; pela prejudicialidade da PEC nº 18, de 2014; e contrário às Emendas nº 1-CCJ e nºs 7, 8, 10, 11 e 12-PLEN. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à PEC nº 10, de 2013, às emendas nºs 2, 3 e 4-CCJ, e à emenda nº 9-PLEN, nos termos da emenda nº 13-CCJ (Substitutivo); contrário à emenda nº 1-CCJ e às emendas de plenário nºs 7, 8, 10, 11 e 12 e pela prejudicialidade da PEC nº 18, de 2014.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 14 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 280, de 2016 e o PLS nº 85, de 2017, que tramitam em conjunto." Autoria: Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 15 de 2017 - Não Terminativo - que: "Senhor Presidente, requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013 e Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2014 a fim de que as matérias constem na Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas." Autoria: Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, Ordinária.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Item único, de tramitação conjunta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 2016

- Não terminativo -

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2017

- Não terminativo -

Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: favorável ao PLS 85/2017, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicados o PLS 280/2016 e as emendas a ele apresentadas.

Observações: - *Em 19/04/2017, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.*

- *Em 19/04/2017, foi apresentada a Emenda nº 48, de autoria da Senadora Simone Tebet, dependendo do relatório.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 20/04/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 49 e 50, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann.

- Em 25/04/2017, foi apresentada a Emenda nº 51, de autoria da Senadora Simone Tebet.

- Em 26/04/2017, foram apresentadas as Emendas nºs 52 a 55, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e 56, de autoria do Senador Armando Monteiro, todas pendentes de parecer.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para proferir seu relatório sobre as Emendas nºs 48 a 56.

Agora, chega aqui a Emenda nº 57, do Senador Antonio Carlos Valadares, que estou encaminhando ao Relator.

Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, na reunião de 19 de abril deste ano, relatei nesta Comissão os Projetos de Lei do Senado (PLS) nºs 280, de 2016, e 85, de 2017. Naquela oportunidade, além dos projetos individualmente considerados, analisei as 47 emendas então apresentadas ao PLS 280, de 2016. Na sequência, li o substitutivo que elaborei. A matéria, todavia, não chegou a ser votada, porque foi concedida vista coletiva pelo prazo de cinco dias.

Desta feita, Sr. Presidente, analiso as emendas que, desde então, foram apresentadas, quais sejam, as Emendas nºs 48 e 51, da CCJ, que propõem alterações no texto do substitutivo lido nesta sala.

Sendo assim, trata-se aqui de relatório complementar ao anterior, razão pela qual pouparei os ilustres Parlamentares de reler tudo o quanto já foi lido aqui na semana passada. A Emenda nº 48, da CCJ, da Senadora Simone Tebet, é no sentido de modificar o art. 3º do substitutivo de modo que prevaleça a seguinte redação:

> Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
> § 1º O Ministério Público terá o prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, contados do recebimento do inquérito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

> ... ou, tendo esse sido dispensado do recebimento da representação do ofendido, para requerer novas investigações ou seu arquivamento, ou oferecer ação penal.
> § 2º Será admitida ação privativa subsidiária dentro de 3 (três) meses após o decurso do prazo de que trata o parágrafo anterior, nos termos do artigo 29 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na justificação, a autora argumenta que o intuito seria o de corrigir uma improbidade técnica, por entender incoerente o estabelecimento de legitimidade concorrente para a propositura de ação privada pelo ofendido. Além disso, alega que essa legitimação concorrente seria inconstitucional, posto que a Carta Política confere ao Ministério Público a titularidade exclusiva para ação penal proposta.

A Emenda nº 49, da CCJ, da Senadora Gleisi Hoffmann aprimora...

Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Requião, um instante.

Os assessores... atenção!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Acho que temos alguns relatores paralelos aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu também estou achando, Senador.

Os assessores começam a tumultuar outra vez o bom funcionamento da Comissão.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – A Emenda nº 49-CCJ, da Senadora Gleisi Hoffmann aprimora a redação do *caput* do art. 9º do substitutivo, contemplando uma sugestão formulada na reunião anterior e, de pronto, acatada por este Relator, de modo que a redação proposta é a seguinte: "Art. 9º Decretar qualquer medida de privação da liberdade, em manifesta desconformidade com as hipóteses legais."

A Emenda nº 50-CCJ, da Senadora Gleisi Hoffmann, modifica a redação do Inciso II do art. 17 do substitutivo, para substituir a expressão "visivelmente grávida" por "gravidez demonstrada por evidência".

A Emenda nº 51-CCJ, da Senadora Simone Tebet, é no sentido de suprimir a expressão "razoável" do texto do §2º do art. 1º ao argumento de que confere alto grau de subjetividade ao dispositivo.

A Emenda nº 57-CCJ, do Senador Antonio Carlos Valadares, reproduz...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É 57, está errado.

O companheiro Eduardo está me corrigindo aqui, ao lado, mas a correção dele é indevida. É 57 a emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Emenda nº 57, do Senador Antonio Carlos Valadares, reproduz sugestão por mim feita pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que dá ao art. 3º do substitutivo a seguinte redação. E faço aqui um esclarecimento sobre essa emenda. Conversei com o Procurador-Geral, Rodrigo Janot.

E ele, que acompanhou a última reunião da CCJ, me fez uma única observação, que é semelhante à da Senadora Simone Tebet, de que aquela concorrência absoluta em ações privativas transformaria esse instrumento em uma espécie de ação popular, o que inviabilizaria o próprio funcionamento do Judiciário e o trabalho de autoridades como prefeitos, para quem cada decreto publicado provocaria uma enxurrada de ações de pessoas que se sentissem contrariadas.

Então, o Procurador-Geral da República, o Sr. Janot, enviou-me, por *e-mail,* uma sugestão, que é a transcrição completa do CPP acrescentada de um prazo de decadência de seis meses para o agredido pelo abuso de autoridade entrar com a ação. Então, nós viabilizamos a possibilidade da ação privada, quando o Ministério Público deixar de responder dentro dos prazos do CPP a sua obrigação e, com isso, nós não transformamos isso em uma espécie de ação popular que sobrecarregaria o Judiciário.

Foi a observação que o Procurador Janot fez sobre o projeto – a única observação que fez –, que eu acatei, e que veio para esse processo na forma da emenda do Senador Valadares, que transcreve, na íntegra, essa proposta.

Então ficaria assim:

> Art. 3º Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada.
> § 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

O querelante pode entrar, mas se ele, por algum motivo, desistir, por uma pressão, por exemplo, o Ministério Público pode retomar.

> § 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de seis meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

São os prazos do CPP: prazos curtos para réu preso e prazos mais dilatados em outras situações. É exatamente a transcrição do Código de Processo Penal.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Com relação à Emenda nº 48-CCJ, observo que não há impropriedade técnica nem inconstitucionalidade em se estabelecer o concurso entre ação penal pública e ação penal privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Reconheço, não obstante, que o dispositivo merece ser revisto, não pelos motivos declinados na emenda, mas porque o exercício exacerbado do direito de ação por parte do ofendido poderia acarretar a propositura de demandas infundadas contra agentes do Estado.

Preocupação nesse sentido me foi reportada pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que chegou a sugerir outra redação para esse art. 3º, refletida nos exatos termos da Emenda nº 57-CCJ, que acolho integralmente nesta oportunidade.

Observo que a redação do §1º do art. 3º, ofertada pelo Chefe do Ministério Público da União e reproduzida na Emenda nº 57-CCJ, é idêntica à do art. 29 do Código de Processo Penal.

Dessa forma, por entender que a redação proposta pela Emenda 57 apresenta vantagem em relação à pugnada Emenda 48 da CCJ, acolho a primeira e rejeito a segunda.

Acolho a Emenda nº 49 da CCJ, por entender desnecessários os exemplos de privação de liberdade que constam do texto do substitutivo. Suprimo, todavia, a palavra "qualquer" que consta da redação da emenda, porque desnecessária.

Acolho a Emenda 50 da CCJ, por considerar que a redação proposta é melhor do que a que consta do substitutivo.

Por fim, rejeito a Emenda 51, pois razoabilidade como princípio constitucional orienta e permeia todo o sistema jurídico brasileiro, sendo certo que sua inserção no §2º do art. 1º do substitutivo serve para evitar divergências irrazoáveis, e seria irrazoável, portanto, que eu, como Relator, abrisse mão dessa razoabilidade.

E, de resto, nós deixamos claro que só há cominação da pena capitulada no caso de dolo, de intenção clara de benefício próprio para terceiros. O erro será corrigido nos recursos passíveis e possíveis dentro da nossa legislação.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição da Emenda 48 da CCJ e 51 e pela aprovação das Emendas 49, 50 e 52 da CCJ, que são incorporadas ao substitutivo com o ajuste que mencionei. Tudo na forma da seguinte emenda substitutiva.

Posteriormente, eu recebi algumas outras propostas de emenda aqui.

Emenda do Senador Antonio Anastasia: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade." Elimina "necessariamente razoável". Pelos mesmos motivos, eu rejeito, como Relator, esta emenda. Aliás, a sugestão da razoabilidade foi acolhida depois de uma intervenção feita a mim no plenário pelo nosso jurista Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Emenda do art. 3º do Antonio Anastasia: “Art. 3° Os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública incondicionada, admitindo a ação penal privada subsidiária da pública nos termos do Código de Processo Penal.” Aceito essa emenda. Ela está contemplada já na forma proposta pelo Senador Valadares, por sugestão do Procurador Rodrigo Janot.

A Emenda 54, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Essa emenda já foi incorporada numa redação melhor da Senadora Gleisi Hoffmann. Portanto, eu rejeito a emenda, na medida em que contemplo a emenda da Senadora, no mesmo teor, com uma melhor redação, a meu juízo.

Emenda nº 56, do Senador Armando Monteiro: "Suprima-se o art. 43 do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 280 [...]". Isso já foi resolvido, está rejeitada a emenda.

A outra emenda é do Senador Armando Monteiro, no mesmo teor. Não são duas, é uma cópia. Foi rejeitada.

Emenda nº 55: suprima-se o art. 43. Pelos mesmos motivos, rejeitada.

Emenda nº 52, do Senador Randolfe Rodrigues: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade."

Ela está rejeitada, porque acrescentei "necessariamente razoável" e acolhi a fundamentação necessária por sugestão do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Rejeito a emenda.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Relator, rejeitada em parte, porque já contemplada no texto anterior.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Já contemplada, claro.

A Emenda nº 53: "Os crimes [...] são de ação penal pública incondicionada, admitindo-se a ação penal privada [...], nos termos do Código de Processo Penal." É do Senador Randolfe Rodrigues, já foi contemplada na forma da proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, formulada inicialmente por sugestão do Rodrigo Janot.

A Emenda nº 57 é a emenda do Senador Valadares, que reproduz a sugestão do Procurador-Geral e que foi contemplada na sua integralidade.

Resolvidas as emendas, Presidente, se houver o mínimo de silêncio por parte do Plenário, eu vou fazer a leitura do projeto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 85, DE 2017
Define os crimes de abuso de autoridade e dá outras providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei define os crimes de abuso de autoridade, cometidos por agente público, servidor ou não, que, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído.

§ 1º As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si próprio ou a terceiro ou ainda por mero capricho ou satisfação pessoal.

Paralelamente, faço a anotação de que estou já considerando a hipótese do dolo. Não havendo dolo, é erro que será corrigido pelos recursos.

§ 2º A divergência na interpretação da lei ou na avaliação de fatos e provas, necessariamente razoável e fundamentada, não configura, por si só, abuso de autoridade.

É novamente observada a exigência da intenção dolosa.

CAPÍTULO II

Dos Sujeitos do Crime

Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, compreendendo, mas não se limitando a:

I – servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;

II – membros do Poder Legislativo;

III – membros do Poder Judiciário;

IV– membros do Ministério Público;

V – membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Parágrafo único. Reputa-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no *caput*.

CAPÍTULO III

Da Ação Penal

Art. 3º Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.

§ 1º Será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§ 2º A ação privada subsidiária será exercida no prazo de seis meses, contado da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.

É a reprodução do CPP, do Código de Processo Penal, sugerida pelo Procurador-Geral da República, como sua observação ao projeto que apresentei na reunião anterior.

CAPÍTULO IV
Dos Efeitos da Condenação e das Penas Restritivas de Direitos
Seção I
Dos Efeitos da Condenação
Art. 4º São efeitos da condenação:
I – tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos por ele sofridos;
II – a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de 1 (um) a 5 (cinco) anos.
III – a perda do cargo, do mandato ou da função pública, no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.
Parágrafo único. Os efeitos previstos nos incisos II e III deverão ser declarados motivadamente na sentença, exigindo-se, em ambos os casos, a reincidência em crime de abuso de autoridade.

A motivação é fundamental, é universal. Ela foi sugerida no art. 1º pelo Procurador Janot e ela preside o entendimento de todo o substitutivo.

Seção II
Das Penas Restritivas de Direito
Art. 5º As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são:
I – prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas;
II – suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com perda dos vencimentos e das vantagens;
III – proibição de exercer funções de natureza policial ou militar no município em que houver sido praticado o crime e naquele em que residir e trabalhar a vítima, pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) anos.
Parágrafo único. As penas restritivas de direito podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Como nós estamos observando, Sr. Presidente, nada a ver com a Lava Jato. Nós estamos disciplinando abuso de autoridade, qualquer autoridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CAPÍTULO V

Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa

Art. 6º As penas previstas nesta Lei serão aplicadas independentemente das sanções de natureza civil ou administrativa porventura cabíveis.

Parágrafo único. As notícias de crime previsto nesta lei, se descreverem eventual falta funcional, serão informadas à autoridade competente com vistas à apuração.

Art. 7º As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato ou sobre quem seja seu autor, quando estas questões tenham sido decididas no juízo criminal.

Art. 8º Faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

São salvaguardas a autoridades públicas em situações excepcionais. Concretas salvaguardas.

CAPÍTULO VI

Dos Crimes e das Penas

Art. 9º Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de:

I – relaxar a prisão manifestamente ilegal;

II – substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível;

III – deferir liminar ou ordem de *habeas corpus*, quando manifestamente cabível.

Art. 10. Decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 11. Executar a captura, prisão ou busca e apreensão de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem escrita de autoridade judiciária, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, ou de condenado ou internado fugitivo.

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 12. Deixar injustificadamente de comunicar prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

I – deixa de comunicar, imediatamente, a execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou;
II – deixa de comunicar, imediatamente, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ele indicada;
III – deixa de entregar ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas;
IV – prolonga a execução de pena privativa de liberdade, de prisão temporária, de prisão preventiva, de medida de segurança ou de internação, deixando, sem motivo justo e excepcionalíssimo, de executar o alvará de soltura imediatamente após recebido, ou de promover a soltura do preso, quando esgotado o prazo judicial ou legal.
Art. 13. Constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência, a:
I – exibir-se ou ter seu corpo ou parte dele exibido à curiosidade pública;
II – submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei;
III – produzir prova contra si mesmo ou contra terceiro.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo da pena cominada à violência.
Art. 14. Fotografar ou filmar, permitir que fotografem ou filmem, divulgar ou publicar filme ou filmagem de preso, internado, investigado, indiciado ou vítima, sem seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal, com o intuito de expor a pessoa a vexame ou à execração pública.
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Não haverá crime se o intuito da fotografia ou filmagem for o de produzir prova em investigação criminal ou processo penal ou o de documentar as condições do estabelecimento penal.
Art. 15. Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo.
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem prossegue com o interrogatório de quem decidiu exercer o direito ao silêncio ou o de quem optou por ser assistido por advogado ou defensor público, sem a presença do seu patrono.
Art. 16. Deixar de identificar-se ao preso, por ocasião de sua captura, ou quando deva fazê-lo durante sua detenção ou prisão, assim como identificar-se falsamente:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas quem:
I – como responsável por interrogatório, em sede de procedimento investigatório de infração penal, deixa de identificar-se ao preso;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

II – atribui a si mesmo, sob as mesmas circunstâncias do inciso anterior, falsa identidade, cargo ou função.

Art. 17. Submeter o preso, internado ou apreendido ao uso de algemas ou ao de qualquer outro objeto que lhe restrinja o movimento dos membros, quando manifestamente não houver resistência à prisão, ameaça de fuga ou risco à integridade física do próprio preso, da autoridade ou de terceiro:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aplicada em dobro se:

I – o internado tem menos de dezoito anos de idade;

II – a presa, internada ou apreendida estiver grávida no momento da prisão ou apreensão, com gravidez demonstrada por evidência ou informação;

III – o fato ocorrer em penitenciária.

Art. 18. Submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, salvo se capturado em flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 19. Impedir ou retardar, injustificadamente, o envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente para a apreciação da legalidade de sua prisão ou das circunstâncias de sua custódia:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas o magistrado que, ciente do impedimento ou da demora, deixa de tomar as providências tendentes a saná-lo ou, não sendo competente para decidir sobre a prisão, deixa de enviar o pedido à autoridade judiciária que o seja.

Art. 20. Impedir, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado:

Estamos neste projeto extremamente preocupados com as prerrogativas do advogado no exercício da defesa, que não têm mais capitulação penal para os seus infratores. Estamos estabelecendo condições fáticas, precisas, para que o exercício da democracia seja respeitado em todas instâncias do Judiciário.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem impede o preso, o réu solto ou o investigado de entrevistar-se pessoal e reservadamente com seu advogado ou defensor, por prazo razoável, antes de audiência judicial, e de sentar-se ao seu lado e com ele comunicar-se durante a audiência, salvo no curso dos interrogatórios ou no caso de audiência realizada por videoconferência.

Art. 21. Manter presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> *Parágrafo único*. Incorre nas mesmas penas quem mantém, na mesma cela, criança ou adolescente na companhia de maior de idade ou em ambiente inadequado, observado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi uma inclusão fundamental, que encara de frente e de forma corajosa o ocorrido no Norte do Brasil, onde uma menina foi colocada em uma cela com 20 homens e teve de ceder o seu corpo para poder se alimentar. A juíza responsável foi afastada por um pequeno período. Não foi punida e hoje está à frente da Vara da Criança e da Juventude, por falta de uma capitulação adequada, como a que introduzimos neste projeto de abuso de poder.

> Art. 22. Invadir ou adentrar, clandestina, astuciosamente ou à revelia da vontade do ocupante, o imóvel alheio ou suas dependências, assim como nele permanecer nas mesmas condições, sem determinação judicial ou fora das condições estabelecidas em lei:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
> § 1º Incorre nas mesmas penas quem, na forma prevista no *caput*:
> I – coage alguém, mediante violência ou grave ameaça, a franquear-lhe o acesso a imóvel ou suas dependências;
> II – executa mandado de busca e apreensão em imóvel alheio ou suas dependências, mobilizando veículos, pessoal ou armamento de forma ostensiva e desproporcional, ou de qualquer modo extrapolando os limites da autorização judicial, para expor o investigado a situação de vexame;
> III – cumpre mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21 horas ou antes das 5 horas.
> §2º Não haverá crime se o ingresso for para prestar socorro ou quando houver fundados indícios que indiquem a necessidade do ingresso em razão de situação de flagrante delito ou de desastre.
> Art. 23. Inovar artificiosamente, no curso de diligência, de investigação ou de processo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de eximir-se de responsabilidade ou de responsabilizar criminalmente alguém ou agravar-lhe a responsabilidade:
> Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
> *Parágrafo único*. Incorre nas mesmas penas quem pratica a conduta com o intuito de:
> I – eximir-se de responsabilidade civil ou administrativa por excesso praticado no curso de diligência;
> II – omitir dados ou informações, assim como com o de divulgar dados ou informações incompletas, para desviar o curso da investigação, da diligência ou do processo.

Prevê a manipulação da distribuição de informações para dar um sentido diverso ao sentido da realidade concreta, dos fatos investigados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 24. Constranger, sob violência ou grave ameaça, o funcionário ou empregado de instituição hospitalar, pública ou particular, a admitir para tratamento pessoa cujo óbito tenha ocorrido, com o fim de alterar local ou momento de crime, prejudicando sua apuração:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.
Art. 25. Proceder à obtenção de prova, em procedimento de investigação ou fiscalização, por meio manifestamente ilícito:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Parágrafo único. Na mesma pena incide quem faz uso de prova, em desfavor do investigado ou fiscalizado, tendo prévio conhecimento de sua ilicitude.
Art. 26. Induzir ou instigar pessoa a praticar infração penal com o fim de capturá-lo em flagrante delito, fora das hipóteses previstas em lei:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
§ 1º Se a vítima é capturada em flagrante delito, a pena é de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
§ 2º Não configuram crime as situações de flagrante esperado, retardado, prorrogado ou diferido.
Art. 27. Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém, à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Não há crime quando se tratar de sindicância ou investigação preliminar sumária, devidamente justificada.
Art. 28. Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada, ou ferindo honra ou a imagem do investigado ou acusado:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 29. Prestar informação falsa sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo com o fim de prejudicar interesse de investigado:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, com igual finalidade, omite dado ou informação sobre fato juridicamente relevante e não sigiloso.
Art. 30. Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa, sem justa causa fundamentada ou contra quem o sabe inocente:
Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
Art. 31. Estender injustificadamente a investigação, procrastinando-a em prejuízo do investigado ou fiscalizado:
Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem, inexistindo prazo para execução ou conclusão do procedimento, o estende de forma imotivada, procrastinando-o em prejuízo do investigado ou do fiscalizado.

Art. 32. Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvadas as peças relativas a diligências em curso ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresso amparo legal:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem se utiliza de cargo ou função pública ou invoca a condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido.

Art. 34. Deixar de corrigir, de ofício ou mediante provocação, tendo competência para fazê-lo, erro relevante que sabe existir em processo ou procedimento:

Pena – detenção, de 3 (três) a 6 (seis) meses, e multa.

Art. 35. Coibir, dificultar ou, por qualquer meio, impedir, sem justa causa, a reunião, a associação ou o agrupamento pacífico de pessoas para fim legítimo:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 36. Decretar, em processo judicial, a indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapole exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida da parte, deixando de corrigi-lo ante a demonstração, pela parte, da excessividade da medida:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Art. 37. Demorar demasiada e injustificadamente no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado, com o intuito de procrastinar seu andamento ou retardar o julgamento.

É o embargo de gaveta.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

CAPÍTULO VII

Do Procedimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 39. Aplicam-se ao processo e ao julgamento dos delitos previstos nesta Lei, no que couber, as disposições do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 40. O art. 2º da Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

§ 4º-A. O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no art. 2º, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado.

.....

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

§ 8º Para o cômputo do prazo de prisão temporária, inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão." (NR)

Art. 41. O art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 10. Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, promover escuta ambiental ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei:

Pena – reclusão, de dois a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. Incide nas mesmas penas a autoridade judicial que determina a execução de conduta descrita no *caput*, com objetivo não autorizado em lei." (NR)

Art. 42. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 244-C:

"Art. 244-C. Para os crimes previstos nesta Lei, praticados por servidores públicos com abuso de autoridade, o efeito da condenação previsto no artigo 92, inciso I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), somente incidirá em caso de reincidência."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Reitero: lei nova tem que ter um espaço para ambientação. E essa exigência da reincidência é uma garantia para que autoridades públicas, em qualquer nível, não sejam atropeladas por um provável desconhecimento do texto da lei.

Art. 43. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a viger acrescida do seguinte art. 7º-B:

"Crime contra direito ou prerrogativa de advogado
Art. 7º-B Violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II a V do art. 7º:
Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa."
Art. 44. Revogam-se a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, o §2º do art. 150 e o art. 350, ambos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
Art. 45. Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Presidente, eu acabo de receber uma série de emendas. Mas deixo, após a leitura desse texto, que eu pretendo manter na sua integralidade para a apreciação da Comissão, o fato de que esta lei de abuso de autoridade remonta aos princípios da Revolução Francesa, das garantias da cidadania contra a exacerbação do direito do Estado. O Estado não pode atropelar os direitos individuais de cidadãos sem base num texto legal extraordinariamente claro. É a Revolução Francesa trazida para a Comissão de Justiça do Senado da República.

Eu tenho aqui uma emenda do Senador José Serra, a inclusão de termo no art. 1º: "As condutas descritas nesta lei constituem crime de abuso de autoridade somente quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar alguém." Já está suficientemente esclarecido. Então, a emenda é redundante e, por isso, está rejeitada, prejudicada.

Há a Emenda nº 2: "A divergência de interpretação da lei penal ou processual ou na avaliação [...] não configura por si só abuso de autoridade." Também rejeitada, porque está perfeitamente incluída, e a ressalva para o erro possível de ser corrigido nas instâncias superiores está extraordinariamente clara em todo o projeto. É do Aécio Neves esta emenda.

A Emenda nº 60: "Dê-se ao §2º do art. 1º [...] do Senado [...] a seguinte redação: 'Não configura abuso de autoridade a divergência [...] desde que fundamentada.'" Já foi incorporada. Portanto, prejudicada a emenda, rejeitada.

E a Emenda nº 61, que é da Senadora Ana Amélia: "Dê-se ao art. 33 do Substituto do Projeto de Lei do Senado [...] Exigir informação ou cumprimento de obrigação que sabe indevida, além dos limites [...], mas a pretexto de exercê-la, com a finalidade de violar direito que sabe ilegítimo ou para satisfazer interesse ou sentimento pessoal." Eu acho que está perfeitamente incluída. Portanto, rejeitada.

E a Emenda nº 62, da Senadora Ana Amélia também: "Art. 34. Deixar de corrigir erro que sabe existir em processo ou procedimento, quando provocado e tendo competência para fazê-lo, ausente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

qualquer possibilidade de ação ou recurso para impugnação, com a finalidade de violar direito que sabe ilegítimo [...]." Eu acho que também está prejudicada.

Então, Presidente, é esse o relatório.

E eu espero que a Revolução Francesa, no que tange a direitos e garantias individuais, tenha continuidade nesta reunião da CCJ.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o Relator é o coordenador, o sistematizador dos projetos que examina, das emendas e das sugestões, sem abdicar, é claro, de suas próprias ideias. O Senador Requião é avesso à intolerância, mas é firme nas suas convicções, e elaborou um trabalho consistente.

Este projeto, ou este tema, já se arrasta por muitos anos – foi e voltou, foi da Câmara, é do Senado, veio do Plenário para a Comissão de Justiça, voltou ao Plenário; houve um apensamento, vistas, duas vezes, pelo prazo máximo. Portanto, nunca se dirá que este tema não foi suficientemente debatido, examinado e apreciado.

O Senador Requião já elaborou dois relatórios anteriormente. Este não é um relatório específico. Este é apenas a aceitação, por parte de S. Exª, de sugestões, até externas, e novas emendas dos Srs. Senadores. Portanto, não configura um relatório novo.

O Senador Requião examinou, uma a uma, as Emendas nºs 48, 57, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 53, 57, e ainda outras que chegaram finalmente.

Portanto, a Presidência vai abrir para o debate – mais um debate, porque já houve vários. Há uma lista imensa de Srs. Senadores que estão inscritos. Portanto, temos que ser não intolerantes, mas rigorosos na questão do tempo que cada Senador terá.

Eu vou fixar, no máximo, de acordo com o Regimento, em dez minutos, fazendo um apelo aos Srs. Senadores para que se contenham em cinco.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Cinco minutos! Vamos fazer um acordo.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Cinco minutos, de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – De acordo. Então, cinco minutos.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Senador Ricardo Ferraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, vamos em três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Cinco minutos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pela ordem, Presidente. Peço a minha inscrição também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª já está inscrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só confirme a minha inscrição por gentileza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, o Senador Magno Malta. Eu também gostaria de ter confirmada a minha inscrição. E sei que V. Exª será tolerante para não haver abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Mago Malta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, peço a minha inscrição também, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A minha também, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a questão central que me coloca contra a proposta apresentada pelo Relator, Senador Requião, é que, para além das alterações feitas pelo Relator, ele mantém aquilo que a meu juízo é a coluna central e vertebral dessa questão. A meu juízo, a manutenção do crime de hermenêutica, a manutenção do crime de interpretação ou da criminalização por parte da magistratura torna esse projeto absolutamente inviável.

Este projeto, da forma em que foi apresentado pelo Senador Requião, possibilita, sim, a criminalização de algo que, para mim, é essencial para a atividade da magistratura, a prorrogativa dos juízes de interpretar a lei à luz dos fatos e das provas. Ressuscitar – é disso que se trata – o chamado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crime de hermenêutica, que pode condenar um juiz ou promotor apenas por sua interpretação da lei, representa, a meu juízo e convicção, um retrocesso inaceitável.

Consta no art. 1º que a divergência necessariamente razoável e fundamentada na interpretação da lei não configura, por si só, abuso de autoridade. Ora, Sr. Presidente, é absolutamente subjetivo estabelecer o que seria considerado uma divergência razoável. Aquilo que pode ser razoável para o Senador Requião, para mim talvez não o seja, e vice-versa. Todos aqui sabemos que o Direito não é uma ciência exata, e por isso abarca nuanças e avaliações as mais diversas.

Da forma como o projeto está, um agente da Justiça poderá ser condenado exclusivamente por suas decisões, o que fragiliza a essência das suas prerrogativas e os princípios da sua atividade funcional. Nenhum país civilizado e democrático, Sr. Presidente, ousou, na quadra em que estamos vivendo, ressuscitar o chamado crime de hermenêutica, o crime da interpretação da lei, violando, invadindo um espaço que, a meu juízo, é de prerrogativa natural da nossa magistratura.

Qual sinal estaremos dando nós, Senadores, ao País e ao mundo se resgatarmos o crime de hermenêutica, o crime da interpretação, da liberdade da interpretação, há mais de um século sepultado e consolidado ao longo do tempo em nossa legislação?

A mais célebre dessas defesas e desses debates foi feita por ninguém menos do que o maior advogado da República brasileira, Rui Barbosa, Senador em outro tempo.

A criminalização, portanto, da interpretação é um passo fundamental na construção de um Judiciário independente, obviamente no limite da lei, mas independente, Sr. Presidente. Além do que, é preciso considerar que talvez nós estejamos aqui enxugando gelo, cercando o vento, porque essa iniciativa me parece tão agressiva, tão pouco razoável e tão primitiva que, seguramente, o Supremo Tribunal Federal estará declarando a sua inconstitucionalidade, haja vista as manifestações já publicadas de diversos dos Ministros do Supremo Federal.

Vejamos aqui a manifestação da Presidente, Ministra Cármen Lúcia: "Juiz sem independência não é juiz; é carimbador de despachos." E acrescenta que: "Criminalizar a jurisdição é fulminar a democracia." O Ministro Celso de Mello, Decano do Supremo Tribunal Federal, assenta que "a independência judicial" exige que se dê, "ao magistrado, plena liberdade decisória no julgamento das causas a ele submetidas", de modo a lhe garantir o desempenho autônomo do seu ofício. E até mesmo o Ministro Alexandre de Moraes, que recentemente foi empossado no Supremo Tribunal Federal, consagra: "O juiz, ao proferir a sentença, condena [...] pessoas. Caso o tribunal reveja [a sentença], isso faz parte do sistema, mas obviamente não pode levar isso a uma responsabilização por parte do juiz. Seria um atentado contra a independência do Ministério Público, [...] contra a independência do [...] judiciário e, consequentemente, [...] [contra a nossa Constituição]."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Portanto, Sr. Presidente, eu acho que nós temos, ainda, uma oportunidade de corrigir esse vício que me parece central, à medida que viola, cerceia aquilo que está na essência, na natureza de quem tem a responsabilidade, e precisa continuar tendo, da interpretação da lei.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, considerando que o Relator manteve o §2º do art. 1º, insistindo na criminalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... da interpretação da lei, eu dou o meu "não" a essa proposta encaminhada pelo Relator Roberto Requião.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Os convidados não podem se manifestar.

Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, parece que temos um jogral funcionando lá atrás em apupos. Seria interessante identificar o jogral, não para retirá-lo, mas para que ele se apresentasse aqui na frente, depois da reunião, em um espetáculo privado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Gleisi. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, dar os meus mais efusivos parabéns, dar os meus cumprimentos ao Senador Roberto Requião, que fez de forma absolutamente firme, corajosa e, ao mesmo tempo, equilibrada esse relatório que nós hoje vamos votar.

Esse projeto que está sendo votado hoje não tem origem na cabeça de qualquer dos Parlamentares aqui. Ele é fruto, inclusive, de articulações que envolveram o Executivo, o Legislativo e o Judiciário no Pacto Republicano e aguarda, desde a primeira década do século XXI, votação aqui no Senado Federal e, portanto, depois na Câmara dos Deputados.

O objetivo dessa proposta, lamentavelmente, não é ser parte do maniqueísmo que foi criado no Brasil nestes últimos tempos. Qualquer coisa que aconteça no Brasil hoje é algo contra a Lava Jato ou a favor dela. Nós estamos pensando muito mais profundamente. Estamos pensando na população que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mora nas periferias e, no dia a dia, é vítima da truculência policial, é vítima do desrespeito às suas garantias e aos seus direitos individuais mais elementares. Vai contra a atitude daquelas autoridades, muitas delas parlamentares, que fazem uso do prestígio pessoal para se beneficiar, às vezes até de pequenas coisas, como as chamadas carteiradas. É algo que não está dirigido para o Ministério Público nem para o Poder Judiciário, mas para todos os servidores públicos e aqueles que falam tanto contra o Estado, o gigantismo do Estado, o papel que o Estado tem na sociedade contemporânea. E essa é uma das questões onde o Estado extrapola muitas vezes aquilo que é a sua responsabilidade e a sua obrigação no agir.

É óbvio que episódios recentes terminam por justificar ainda mais a aprovação desse projeto. Ora, é aceitável que um juiz, seja ele quem for, queira obrigar um réu ou investigado a acompanhar todos os depoimentos das testemunhas que ele propõe? É aceitável um juiz mandar conduzir coercitivamente alguém que não foi previamente intimado, até mesmo um investigado? Aí, inclusive, seria um pouco enxugar gelo, porque, se o investigado tem o direito de, em depondo, permanecer calado para não se autoincriminar, por que há a condução coercitiva desse cidadão? É justo que, ao fazer uma operação, a Polícia ou o Ministério Público leve de quebra uma estação de televisão para filmar quem quer que seja? E muitas vezes, lá na frente, no fim do processo, aquela pessoa é inocentada. Quem paga por esse prejuízo?

Então, essa proposta vem, como disse V. Exª, Senador Requião, para o resgate dos direitos mais elementares garantidos lá pela Revolução Francesa, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. E eu tenho certeza de que a grande maioria, a maioria esmagadora das autoridades, cumprirá essa lei sem a menor dificuldade. Aqueles que querem assumir responsabilidades que não são suas, querem legislar em nome do Parlamento em vez de se tornarem parlamentares, que querem executar em vez de irem buscar o voto popular para serem chefes de Executivo, esses são uma minoria. E são esses que hoje tentam transformar a discussão de uma legislação como essa, tão importante para a cidadania, em uma disputa maniqueísta.

Essa lei não é para acabar com a Lava Jato, essa lei é para dar direito a quem é diuturnamente desrespeitado pelo abuso de autoridades, sejam elas quais forem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Sr. Presidente, neste momento em que esta instituição se encontra no chão em matéria de credibilidade, certamente o ato de maior importância é a tentativa de fazer a leitura correta das prioridades estabelecidas pela população brasileira, e eu não encontro entre as prioridades do nosso povo essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Certamente há outras prioridades, como, por exemplo, a Operação Lava Jato e a sua conclusão com resultados que atendam as expectativas da Nação brasileira. Por essa razão, desde o primeiro momento combatemos essa iniciativa. Dissemos não ser ela oportuna e que, neste ambiente, nós não produziríamos uma legislação competente. Não é preciso descrever o ambiente em que nós estamos vivendo, não é preciso dizer em que circunstâncias estamos deliberando sobre matéria de tamanha complexidade, especialmente neste momento histórico e de transição vivido pelo nosso País. Não há necessidade de descrever esse cenário, mas a conclusão é que não é o ambiente adequado para a propositura de uma legislação dessa natureza. Nós poderíamos perfeitamente esperar a conclusão da Operação Lava Jato e, em uma outra fase, sim, com a inspiração recolhida nos atos praticados durante este período, no decurso desses processos, nós seríamos certamente maior inspiração para a elaboração de uma legislação adequada.

Mas esse tema foi debatido há mais de um século, no final do século XIX. O Juiz Sérgio Moro, em competente artigo veiculado ontem em alguns órgãos de imprensa do País, lembrou que Rui Barbosa, no Supremo Tribunal Federal, fez a defesa do Juiz gaúcho Alcides de Mendonça Lima. Houve uma criminalização do Juiz Alcides de Mendonça Lima, que teve como defensor, no Supremo Tribunal Federal, Rui Barbosa, o patrono desta Casa, que:

> Argumentou que um juiz não poderia ser punido por adotar uma interpretação da lei segundo a sua livre consciência [...] [E disse:] a criminalização da interpretação do Direito, o assim chamado crime de hermenêutica, "fará da toga a mais humilde das profissões servis". Argumentou que submeter o julgador à sanção criminal por conta de suas interpretações representaria a sua submissão “aos interesses dos poderosos” e substituiria “a consciência pessoal do magistrado, base de toda a confiança na judicatura”, pelo temor que “dissolve o homem em escravo”. Ressaltou que não fazia defesa unicamente do juiz processado, mas da própria independência da magistratura, “alma e nervo da Liberdade”.

O Supremo Tribunal Federal acolheu o recurso e reformou a condenação, isso ainda nos primórdios da República, no distante ano de 1897. Nós estamos retrocedendo, portanto, mais de um século na discussão desse tema, que deveria estar vencido.

É evidente que reconheço o esforço do Senador Requião para aprimorar sua proposta desde a última reunião até este momento, no entanto mantém-se a inconstitucionalidade. Há um conflito de normas. A Constituição não possibilita lei ordinária alterar lei complementar, e essa proposta relativiza a salvaguarda prevista na Loman, a Lei da Magistratura, de autoria do Supremo Tribunal Federal. Portanto, estamos diante de uma inconstitucionalidade flagrante. Essa proposta, se aprovada e sancionada, certamente chegará ao Supremo Tribunal Federal, já que o Senador Relator, Senador Requião, mantém em seu texto expressões como "por mero capricho ou satisfação pessoal" e "necessariamente razoável e fundamentada", ou seja, relativiza a salvaguarda contida, prevista na Lei Orgânica da Magistratura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Por essa razão, Sr. Presidente, embora eu não vote nesta Comissão, embora eu não esteja em nenhuma das comissões da Casa – fui excluído de todas elas –, mantenho uma postura de independência, e, certamente, o meu dever nesta hora é o de propugnar pela rejeição dessa proposta. E assim agirei no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Alvaro Dias, esta Presidência é de tal modo liberal – V. Exª só poderia falar, não sendo membro da Comissão, ao final, depois de todos os oradores – que contemplamos V. Exª com a devida inscrição.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente; Srªs Senadoras; Srs. Senadores; eminente Relator, Senador Roberto Requião, na realidade, os pares que me antecederam já demonstraram a gravidade e a complexidade desse tema. É um assunto muito denso, muito profundo.

Em razão da evolução dos debates, chegamos, na realidade, a dois pontos fulcrais mais sensíveis, tendo em vista o parecer final do Senador Requião, que teve um trabalho de fôlego, que deve ser bem reconhecido. O primeiro deles se refere ao art. 3º e é relativo a questão procedimental. O Senador Requião, no seu novo parecer, já acolhe a sugestão dada através da emenda do Senador Antonio Carlos Valadares, que coincide com uma das nossas, dando a redação ao art. 3º conforme as regras do Código de Processo Penal, o que afasta o temor que surgia com a hipótese de a ação penal privada ser apresentada em caráter concorrente, e não de forma subsidiária, como deveria ser, com a ação penal pública incondicionada. Portanto, o art. 3º está resolvido.

Permanece a dúvida quanto ao §2º do art. 1º, o dito crime de hermenêutica.

Aqui, permito-me abrir um breve parêntese, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para lembrar que as funções do Estado, basicamente, refletem-se em três processos: o processo judicial, o processo administrativo e o processo legislativo. Dos três processos, o mais aberto, o mais infenso a diversas opiniões, a audiências públicas, a participação de pessoas é, pela natureza democrática das funções do Estado, o processo legislativo, que é o mais dinâmico, tanto que o próprio relatório do eminente Relator, Senador Requião, veio evoluindo ao longo do tempo, já há alguns meses, assim como outros diversos projetos que tivemos aqui também e que teremos na Casa Legislativa. Digo isso porque esse dinamismo próprio do rito legislativo é importante para nós conversarmos sobre eventuais mudanças.

Fecho o parêntese para retornar, portanto, ao que remanesce dessa polêmica, que é a expressão "necessariamente razoável e fundamentada".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O princípio da razoabilidade – eu conversei com o Senador Requião no plenário algumas vezes – é um princípio do Direito Administrativo concebido por Gordillo, da Argentina, muito aplicado na Administração e muito propício para permitir que o chamado homem médio possa ter, no seu entendimento, o reconhecimento de uma conduta da Administração e do Judiciário. Ao se colocar a expressão "necessariamente fundamentada", como era anteriormente, sem nenhuma qualificação, permitia-se que qualquer fundamentação poderia afastar algum tipo de punição a excessos da chamada má-fé, ou do dolo, ou do erro grosseiro. Tanto assim que, recentemente, há duas semanas, Sr. Presidente, aprovamos aqui, nesta mesma CCJ, um projeto de lei de minha autoria, de que foi Relatora a Senadora Simone Tebet, o Projeto de Lei do Senado nº 349, que, em seu art. 28, diz:

> O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
> § 1º Não se considera erro grosseiro a decisão ou opinião baseada [...] em jurisprudência ou em doutrina, ainda que não pacificadas [em orientação geral ou ainda em interpretação razoável], mesmo que não venha a ser posteriormente aceita [...]

Então, é um princípio que, de fato, existe. Todavia, o que se coloca – e por isso fiz a emenda e faço esta ponderação aberta ao Senador Roberto Requião, eminente Relator – é que, da maneira como ficou o dispositivo e com a interpretação que vem sendo dada, prejudica-se, de fato, o projeto. Por quê? Porque estamos permitindo em tese a volta, que foi falada, do crime de hermenêutica. Então, me parece, sob o ponto de vista prático, com todo o respeito e sempre com muita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...vênia ao eminente Relator, que, nesse caso, o que seria feito para ajudar na verdade pode estar é prejudicando o dispositivo de um projeto que, como terminou agora, com a modificação do art. 3º, já avançou bastante.

Portanto, desse modo, a minha ponderação é no sentido – essa é a minha tendência sempre, e tem sido esse o meu papel e o meu esforço – da convergência, da possibilidade de termos aqui, de fato, uma posição que reflita a média da opinião dos Srs. Senadores – de que a retirada do texto da expressão "necessariamente razoável e fundamentada" não macula em nada, a meu juízo, o texto, e permitiria afastar de modo completo a hipótese do crime de hermenêutica.

Portanto, Sr. Presidente, a Emenda nº 58, de minha autoria, tem essa pretensão, e, é claro, sendo rejeitada, pretendo destacá-la para votação oportuna.

Agradeço e cumprimento mais uma vez o Senador Requião.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero começar também cumprimentando o Senador Requião. O Senador fez um esforço muito grande para buscar um concerto para que aprovemos essa lei sem que predomine, no âmbito da divulgação da matéria, o fato de que aqueles que estão a favor da aprovação da lei são contra ou têm como objetivo parar a Lava Jato. Pelo contrário: sou daquelas que diz que o combate à corrupção, Sr. Presidente, não é só uma ação, não é só uma bandeira da luta. O combate à corrupção é, antes de mais nada, um exercício cotidiano de vida, esteja onde estiver a cidadã, esteja onde estiver o cidadão.

E falo, Sr. Presidente, depois de mais de 40 anos de vida pública, quase 30 anos de Parlamento, com muita convicção: sempre procurei fundamentar as minhas ações no princípio da ética. Então, acho que temos que parar. Não suporto mais andar nos corredores e ouvir a seguinte frase: "Quem é a favor do projeto de lei é contra a Lava Jato." Em absoluto! O combate à corrupção tem que seguir. O que não pode é ser seletivo; o que não pode é cometer abusos...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...o que não pode é cometer abusos ou ilegalidades. É essa a questão.

Então, veja, aqui cumprimentei o Senador Requião porque, do primeiro projeto – eu o tenho aqui –, do primeiro relatório que ele apresentou até agora, foram muitos os recuos – e, no meu entendimento, recuos sinceros. Eu, por exemplo, se tivesse de votar aqui hoje, votaria, Srs. Senadores, com o texto que falava sobre a literalidade desta lei, porque isso é específico, isso é claro, isso é objetivo...

Está difícil falar, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Isso...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Insista, mas está difícil.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Está difícil. Estou insistindo, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – E o Senador Jucá é o pior!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, veja, Sr. Presidente, que a última alteração que ele fez... Eu conversei, na semana passada, com alguns Procuradores; o Senador Requião conversou com o Procurador-Geral da República. A modificação do art. 3º veio embasada na proposta encaminhada pelo Ministério Público Federal. E, aí, onde continua a polêmica? No art. 1º, ou seja, na questão do crime de hermenêutica.

Desculpe-me, Senador Anastasia – não sou jurista como V. Exª –, por levantar posição contrária àquela que V. Exª acaba de levantar, mas sabe por quê? A razoabilidade é princípio da legislação brasileira, não só no processo administrativo, mas no processo penal, na própria legislação penal; aliás, é constitucional!

O que diz aqui o inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição: "A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

Razoável! Ou seja, o princípio da razoabilidade é aceito pela Constituição! Então, não se escondam atrás dessa palavra para se dizerem contrários à lei. Não!

Em que difere o que o Procurador-Geral apresentou para esta Casa – e foi subscrito pelo Senador Randolfe – do relatório substitutivo do Senador Requião? No que o Procurador mandou, está dito o seguinte...

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – "Não configura abuso de autoridade a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que fundamentada".

Ele só acrescenta a palavra "razoabilidade". E eu repito: o princípio da razoabilidade é constitucional. Aliás, não há fundamentação se não houver razoabilidade na própria fundamentação.

Então, Sr. Presidente, tenho certeza absoluta de que se o Senador Requião retirasse essa palavra, seriam outros artigos que estariam sendo usados como justificativa para votar contra a lei. Porque se disse – e isso eu ouvi: "onde está o problema?" O Senador Requião procurou um a um. "Ministério Público, onde está o problema?" "No art. 1º". "Então, vamos mudar o art. 1º". "Ah, no art. 3º". "Então, vamos mudar o art. 3º". Agora dizem que são outros artigos. Mas que outros artigos?

Então, não se escondam atrás de algo que está, sim, previsto na Constituição, que é o cotidiano dos juristas. E vejam bem: nós estamos aqui falando de uma lei que trata de abuso de autoridade, e quem vai poder denunciar é o Ministério Público.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É ele que vai oferecer a ação e, se no prazo de seis meses ele se omitir de fazê-lo, o particular poderá intentar a ação. Isso repete o Código Penal. E quem é que vai julgar? O Poder Judiciário!

Então, quem teria que temer o abuso de autoridade são outras autoridades que não as do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Requião, que está corretíssimo, sim, o relatório que ele apresenta, e o momento é sempre propício, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, queria cumprimentar os convidados que estão aqui atrás na pessoa do Dr. Oswaldo D'Albuquerque, Procurador-Chefe do Ministério Público do Acre, juízas e juízes que estão aqui junto conosco, assim como as entidades, e dizer que talvez uma decisão como essa, independentemente do acirramento do debate, no que se está falseando esse debate, seja um dos momentos mais importantes da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Nós estamos lidando com uma lei... E lamento que as versões falseadas possam ter ganhado tanto espaço, quase transformando essas versões em verdades, e possam estar chegando à opinião pública de uma maneira completamente equivocada. Eu sou daqueles que acham que nós não devemos temer a opinião pública; devemos respeitar a opinião pública, mas me choca ver hoje a opinião pública sendo manipulada no nosso País em várias questões.

Nós estamos lidando aqui, Sr. Presidente Edison Lobão, com abuso de autoridade. Eu tenho que fazer uma pergunta. Estão dizendo, inclusive, que há apoio da população para não apreciar essa lei. Traduzindo: há gente defendendo abuso de autoridade no nosso País, assinando embaixo? Pergunto porque quem se coloca contra o País ter uma lei que estabeleça regras contra abuso autoridade parece que está defendendo que haja abuso de autoridade.

Vou mais adiante. Fala-se que não é oportuno apreciarmos essa lei agora. Então vamos ficar com a lei velha? Qual é a lei velha que nós temos? A lei velha é a Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965, lei feita pelo regime militar, pela ditadura. Essa lei foi feita na ditadura para quê? Para garantir o direito do cidadão ou para garantir o abuso de autoridade? A lei que nós temos hoje é uma lei que garante o abuso de autoridade, porque assim procedem as ditaduras. Fizeram uma lei para garantir a eles o direito de não cumprir a Constituição e as leis. Então, quando alguém diz que não devemos apreciar essa lei está dizendo que tem que ficar valendo a lei da ditadura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, eu não queria tratar dos extremos, Sr. Presidente, não queria tratar dos extremos. Acho que nós precisamos ter bom senso.

Essa lei que nós estamos fazendo é muita necessária, porque, aqui nesta Comissão, está dormindo o Código Penal brasileiro, uma lei de 1940. Está dormindo aqui porque nós não temos a capacidade de colocá-la para ser votada. E o que nós estamos vendo no nosso País é uma carnificina, com mais de 50 mil assassinatos por ano, e não votamos uma lei, o Código Penal brasileiro, que é da década de 40, porque dizem que não é oportuno, porque há muitos conflitos – e o povo se matando nas ruas sem estarmos em guerra. Nós precisamos apreciar essa lei com serenidade, com a responsabilidade que o Senado tem.

Quero elogiar o Relator, Senador Roberto Requião, que se dedicou. Ele não fez concessão não, querida Senadora Vanessa, ele fez aperfeiçoamento na proposta.

Eu estava na Presidência do Senado quando o Dr. Rodrigo Janot trouxe sua colaboração com 41 artigos, que foi encampada pelo meu colega Randolfe. Eu estava lá e vi a decisão do Chefe do Ministério Público, Dr. Rodrigo Janot, de dizer: "O Brasil precisa de uma lei de abuso de autoridade, mas que não venha com nenhum propósito que dê qualquer margem para cercear o direito e a ação livre de quem atua no Ministério Público e no Judiciário". Eu acho que esse é o princípio, o fundamento que temos que manter. E acho que é possível manter.

Eu tenho menos de um minuto, Sr. Presidente.

Eu queria dizer que essa lei tem como origem o saudoso Ministro Teori Zavascki. Ela tem aqui o Desembargador Rui Stoco na sua origem, porque era um projeto de 2009, do Deputado Raul Jungmann, depois encampado – obviamente, com algumas alterações – pelo Senador Renan Calheiros. Ela traz, também na Comissão, Everardo Maciel, da Receita Federal à época, e o advogado Luciano Fuck, hoje assessor do Ministro Gilmar.

Nós estamos aqui com a lei e queria encerrar fazendo um apelo ao Relator, Senador Requião. Eu estava lá e vi os propósitos do Ministério Público, conversei com juízes. Nós temos uma modificação aceita pelo Relator, Senador Requião.

V. Exª, Senador Requião, hoje resolveu recepcionar uma alteração fundamental, que me faz, inclusive, agora concordar plenamente com V. Exª, quando mexeu no art. 3º da lei. Mas acho que não seria demais, seria bom senso, seria adequado que nós também mexêssemos no art. 1º, com um pequeno ajuste no §2º, que eu leio. É um pequeno ajuste – só isso e tão somente – sobre a discussão em torno do crime de hermenêutica. Nós poderíamos deixar: "A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade". É uma sugestão que o Senador Anastasia apresentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conversei com vários colegas ontem e acho que a lei hoje dá uma segurança para o cidadão simples e para quem atua, para quem exerce o poder neste País, de ter seus limites estabelecidos e as garantias também estabelecidas.

Se V. Exª, Senador Requião, acatasse esse ponto, eu acho que nós poderíamos ter uma ampla maioria aqui, na Comissão, votando esta lei e levando-a ainda hoje para o Plenário do Senado, para que saiamos desse impasse e desse confronto e possamos instrumentalizar o País para trocar a lei da ditadura militar, que era para salvaguardar os abusos de autoridade, e ter uma lei que possa pacificar o País, estabelecendo regras sobre abuso de autoridade.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, como Relator, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Relator, por disposições regimentais, pode interferir no debate a qualquer momento.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, trouxeram uma série de argumentos, de certa forma, externos ao debate da Comissão. O Senador Alvaro Dias, por exemplo, leu um artigo publicado pelo Juiz Sérgio Moro, respeitável juiz de uma operação que, desde o início, recebeu meus elogios no plenário do Senado.

Mas eu quero aproveitar este espaço para enriquecer este debate com alguns argumentos a mais. O primeiro deles é que o corporativismo é a manifestação coletiva do individualismo e que, na redação desta lei, eu procurei não representar corporações jurídicas, mas o interesse claro da sociedade, do cidadão. Então, eu redigi um texto que serve até de resposta aos argumentos do Sérgio Moro e contradita essas ideias colocadas pelo Senador Jorge Viana.

O Juiz Sérgio Moro – e o Senador Alvaro Dias leu o seu artigo – publicou um arrazoado contra o projeto de lei de abuso de autoridade, citando especialmente a experiência norte-americana, complementada por Rui Barbosa. Ele pretendeu congelar no início do século passado e trazer para hoje conceitos de Direito que estão inteiramente superados pela atualidade. Ninguém é contra a independência da magistratura, do Ministério Público e das autoridades democraticamente constituídas. Mas é um retrocesso na estrutura legal de qualquer democracia possibilitar que essas autoridades, abusando de direitos do cidadão, abusem da própria dignidade de sua investidura. Não tratamos aqui apenas de juízes. Tratamos do guarda da esquina que aborda um motorista para achacá-lo. Esta lei é ampla.

O exemplo norte-americano sobre a tentativa de *impeachment* do Juiz Samuel Chase, da Suprema Corte, não tem pertinência para a discussão do projeto de abuso de autoridade. O *impeachment* de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Samuel Chase foi aprovado pela Câmara, mas rejeitado pelo Senado. O que tem isso a ver com um eventual processo por abuso de autoridade que venha a ser promovido sob os ditames do projeto de lei que nós estamos discutindo? Nada. Absolutamente nada. O projeto remete ao próprio Judiciário o julgamento do eventual processo por abuso de autoridade. Estaria acaso o Juiz Moro com medo de ser julgado por seus próprios pares no caso improvável – absolutamente improvável – de ser denunciado por abuso de autoridade? Não cuidariam esses pares de repelir qualquer denúncia improcedente contra ele? Por outro lado, se a denúncia fosse acatada, não seria forte indício de cumprimento de justiça?

Mais adiante, observa o Juiz Moro no seu artigo que o projeto "não contém salvaguardas suficientes" para o exercício da magistratura. O projeto afirma, abro aspas:

> "[...] a interpretação não constituirá crime se for 'razoável', mas ignora que a condição deixará o juiz submetido às incertezas do processo e às influências dos poderosos na definição do que vem a ser uma interpretação razoável. Direito, afinal, não admite certezas matemáticas."

A interpretação dos poderosos? A interpretação do Judiciário, onde milita como juiz Sérgio Moro.

Aqui está um ponto extremamente relevante, Presidente: o Juiz Moro, também nesse caso, não confia na interpretação dos seus pares da palavra "razoável". Além disso, sustenta que Direito, afinal, não admite certezas matemáticas. À vista disso, deveríamos temer ainda mais o abuso de autoridade, pois, entre a dúvida e a certeza matemática, o juiz poderia extravasar de forma totalmente aberrante a sua autoridade em detrimento da cidadania.

Como se não bastasse o §1º do art. 1º do substitutivo que apresentei, que traz uma indiscutível salvaguarda, deliberadamente ignorada pelo Juiz Moro e por todos os oradores que contestam o substitutivo e que me antecederam, pois exige, para a configuração do crime, a presença do dolo específico. Vale dizer, ainda que a divergência não seja considerada razoável, isso não implica o cometimento do crime, pois imprescindível o dolo de prejudicar outrem ou de obter benefício para si ou para terceiro, ou ainda para mera satisfação pessoal, nesse espetáculo em que se transformou qualquer tipo de investigação no Brasil.

Em síntese, o juiz a cujo trabalho, junto com os dos promotores da Lava Jato, não tenho pessoalmente poupado elogios não parece muito preocupado com as raízes históricas do direito. Não estou tratando de definição de prerrogativas e deveres de funcionários públicos; estou tratando exclusivamente de abuso de autoridade. A magistratura deve ter toda a liberdade na sua ação, exceto a liberdade de violar direitos da cidadania por abuso de autoridade. Essa é uma prerrogativa essencialmente civil, protegida pelo Direito Penal na relação do cidadão com o Estado. Nenhuma autoridade pública que exerça a autoridade de forma competente e responsável, sem abuso, deveria se opor ao projeto de lei em tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu apresentei esse projeto ao Procurador Rodrigo Janot, e a única observação que ele fez, pertinente e inteligente, foi acatada na mudança do art. 3º.

A alegação de que esse projeto servirá para dar cobertura aos ricos e poderosos, perdoem-me o termo, é infame! Ao contrário, esse projeto protegerá sobretudo o pequeno, aquele que só tem a lei para protegê-lo de uma autoridade opressiva; sequer dinheiro para pagar um advogado, realizar uma defesa, utilizar-se do instituto do direito de resposta em uma rede nacional de televisão.

Aos meus pares no Senado eu gostaria de perguntar, com o coração aberto, com a máxima franqueza: a quem acham que estão defendendo ao se oporem de forma tão determinada ao projeto de abuso de autoridade? Aos pobres? Aos perseguidos por autoridades que abusam do poder? Ou aos promotores e aos juízes que insistem em desobedecer ao sentido e ao espírito da lei e em interpretá-la ao seu alvitre, como quiserem, sem nenhuma sanção, sem nenhuma capitulação, como aconteceu com a juíza que botou a menina em uma cela com 20 homens no Norte; como aconteceu com o delegado de polícia que, junto com a *Veja*, infamou os donos da Escola Base em São Paulo? Não havia capitulação, não houve nenhuma condenação. É liberdade absoluta. O que são os juízes? Juízes, auxiliares de Deus? Oráculos de Delfos ou de Delos, que interpretam a vontade do Senhor, sem nenhuma observação ao texto legal?

A lei é uma estrada que permite manobras dentro dela, mas não permite a operação *off road.* Fora do leito do direito, não há possibilidade de interpretação. Se a lei diz que é preto, o juiz não pode dizer que é branco. Se a lei diz "não", não há erro: quando o juiz diz "sim", há dolo, sem sombra de dúvida. E os erros são corrigidos pelas instâncias judiciais. E eu espero que aqui, no Senado, deixando de lado a pressão, os jograis, a Globo, a Lava Jato, que tem que continuar... A despeito de muita gente estar envolvida aqui, nesta comunidade que é o Senado da República, o que ela revelou tinha, e tem, que acabar na história política do Brasil. Vai custar caro para amigos queridos talvez, mas tem que acabar. A Lava Jato tem que continuar.

Mas o que é que estão defendendo aqui alguns companheiros meus, Senadores e Senadoras? Estão defendendo o arbítrio, estão defendendo o abuso, estão defendendo a juíza do Norte, o delegado da base? Ou estão simplesmente utilizando esse espaço oferecido pela mídia para fazer pose e aproveitar uma carona na opinião pública, cavalgando os interesses da Globo, da *Veja* e de algumas revistas?

Essa lei não tem nada a ver com a Lava Jato, mas tem a ver com a decência e com a dignidade do Direito. Portanto, eu mantenho o razoável, porque retirá-lo, com o perdão dos que se colocam de forma contrária, seria absolutamente irrazoável, e o resto do texto legal estaria completa e definitivamente inutilizado, ficando a interpretação livre, sem, inclusive, como querem os companheiros, retirar o que propôs Rodrigo Janot, que é a fundamentação. Não acho razoável, e não esperem do Relator a irrazoabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O julgamento final dessa discussão será feito pela história. E, como dizia um antigo Presidente da República que foi cassado tempos atrás, o tempo é o senhor da razão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu agora concedo a palavra ao autor do projeto, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente Edison Lobão, agradeço a V. Exª.

Presidente, eu queria aqui fazer, de imediato, e tenho autoridade para fazer isso pelas divergências públicas que tenho tido com ele, um reconhecimento. É que o texto do Relator como está agora, em relação ao primeiro texto, teve significativo avanço: avanço significativo por reconhecer o primeiro texto apresentado pela Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público Federal; avanço significativo por agora, em última análise, também ter aceitado o disposto no art. 3º, cuja redação anterior, se fosse mantida, aí sim, feriria de morte qualquer tipo de ação por parte do Ministério Público.

Entretanto, Sr. Presidente, não posso deixar de aqui destacar, de reiterar, de voltar a tocar na conveniência, na oportunidade do projeto. Eu acho que há outras matérias que precisamos apreciar com urgência nesta Casa, e isso poderia acontecer primeiro. É o caso, por exemplo, da PEC 10, do Senador Alvaro Dias, que acaba com o foro por prerrogativa de função para todos, para todo mundo, o foro privilegiado. Acho que é urgente a apreciação dessa matéria.

A matéria como está – embora, repito, admita que tenha havido avanços em relação ao primeiro texto da perspectiva do que eu considero avanço –, na minha perspectiva, não deixa de colocar a nu algumas questões. Veja, nós temos, de todos os 44 tipos penais previstos no projeto, 20 que são dispostos contra a magistratura, contra juízes; outros 20 contra membros do Ministério Público; 28 contra policiais e outros agentes de segurança pública; 6 em relação a outros agentes públicos, entre eles membros do Executivo; e somente 3 em relação a Parlamentares. Será que nós Parlamentares só incorremos em três tipos penais de abuso de autoridade? Parece-me que não. Então, há abuso de autoridade – e muito – cometido por nós Parlamentares e por membros do Executivo que eu acho que falta ser apreciado nessa matéria.

Muito se falou aqui, Presidente, sobre a Revolução Francesa e sobre Rui Barbosa. Nunca é demais trazer aqui de volta o caso Rui Barbosa *versus* o então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. Este caso ficou famoso nas *Obras escolhidas de Rui Barbosa*, na célebre obra "O Júri e a Independência da Magistratura", pela tipificação do chamado, abro aspas, "crime de hermenêutica", fecho aspas. Este caso típico ocorreu contra um magistrado do Rio Grande do Sul, S. Exª o Dr. Alcides de Mendonça Filho, quando era decorrido o ano distante de 1898.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O juiz Alcides, naquele momento, Presidente, fazendo a interpretação correta da Constituição de 1891, resolveu garantir o sigilo do voto dos jurados em determinado tribunal de júri, que recebia pressão dos poderosos de então. O então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, agiu com base no dispositivo, que foi revogado, do Código Penal de 1890 que dizia:

> Art. 207. Cometerá crime de prevaricação o empregado público que, por afeição, ódio, contemplação, ou para promover interesse pessoal seu:
> 1) Julgar, ou proceder, contra literal disposição de lei;

Veja, o Código de 1890 resgatava o chamado termo "dispor contra literal disposição em lei".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, com base nisso, o presidente Júlio de Castilhos determinou que fosse processado o Magistrado Alcides de Mendonça Filho. E recomendou que fosse processado com a pena de prisão, "com a possível brevidade a responsabilidade do juiz delinquente e faccioso", dizia Júlio de Castilhos.

Foi Rui Barbosa, patrono de todos nós, pai fundador da República, patrono deste Senado, cujo busto ilustra o plenário do Senado Federal, que se dispôs a fazer a defesa do juiz Alcides de Mendonça Filho no Supremo Tribunal Federal e, com base na Constituição de 1891, dizer que ali estava tipificado o crime de hermenêutica, porque um dos princípios elementares da atuação da magistratura é assegurar a independência da interpretação da lei.

Estamos falando em Revolução Francesa, então vamos a ela. É a Revolução Francesa fundadora dos princípios dos direitos individuais lá consagrados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Concluo, Sr. Presidente.

Mas é também a Revolução Francesa fundadora do princípio da separação das leis, da independência do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. E é desde Barão de Montesquieu, inspirador da Revolução Francesa, também um princípio elementar de que cabe à magistratura, através do Judiciário, fazer a interpretação das leis.

Portanto, Sr. Presidente, o art. 1º, com a redação que está, ele fere, aí sim, a Revolução Francesa e o pai fundador da República e patrono deste Senado, Rui Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que este é um momento que se reveste de uma importância muito grande para todos nós, para a Nação brasileira, dada a discussão que nós estamos fazendo.

Se a Senadora Vanessa me conceder 30 segundos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Olhe, o Senador Malta está falando.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senadora Vanessa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela tem mania de fazer isso comigo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, este momento é muito importante. Eu sei que teorias jurídicas já foram colocadas aqui, termos jurídicos rebuscados já foram colocados. Eu nem saberia colocá-los e, se o fizesse, ia chover no molhado.

Abuso de autoridade está em todo lugar. Abuso de autoridade está no Judiciário, está no Ministério Público, está na OAB, está no CRM. Abuso de autoridade está na igreja. Abuso de autoridade, muitas vezes, está dentro da própria família. Ocorre em todos os lugares, em todas as camadas sociais o chamado abuso de autoridade. Penso que o problema desse projeto de abuso de autoridade que neste momento discutimos é ele ser oportuno ou não oportuno.

A pauta, o clamor das ruas e da sociedade brasileira, que não acredita mais, até porque politicagem e politiqueiros desmoralizaram o termo "político", e as pessoas usam a palavra "política" para dizer que abominam, que não querem saber... E, infelizmente, se bem ou mal, a água boa e a água suja, a água limpa, potável ou não, saem da política. E as pessoas vão ter que se acostumar com isso e entender que política nada tem a ver com politicagem, nem com politiqueiro. Mas nós não podemos é, neste momento, citar a exceção, porque a lei não é feita da regra para a exceção, mas... Ela é feita da regra para a exceção, e não da exceção para a regra. O que se tem citado aqui para poder justificar este momento... Eu penso que a lei deve ser discutida – já o deveria ter sido, ou em outro momento – e julgo que ela é inoportuna pelo momento que estamos vivendo. Nós não podemos citar exceção, até porque a lei é uma regra que precisa ser aplicada, e aplicada para todos.

Todos nós abominamos o abuso de autoridade. Quem de nós não conhece abuso de autoridade praticado por promotores no interior, por exemplo, em um processo eleitoral? Você chega a um Município, alguém diz: "O promotor aqui falou que não pode carro de som". Ele não faz lei? Aí você entra em outro Município, e o outro diz: "O promotor daqui deixa carro de som; ele só não deixa comício". Aí você entra em outro, e dizem: "A juíza falou que aqui não pode nem trio nem andar na rua". Como ela faz isso, se a lei diz que eu não posso é criar problema a 200m de hospital nem de escola? Quem criou essa lei para o promotor? Mas essas exceções, que existem e que arranham a instituição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitas vezes não são pelo cara vocacionado para a profissão, para o exercício da sua escolha, mas por aquele que passou em um concurso qualquer e vira o cavalo do cão quando chega ao interior: vira prefeito, confisca computador, pinta e borda. É abuso? É abuso, mas não é a regra. Há abuso na igreja? Há abuso na igreja, e eu sei disso, mas não é a regra, é exceção. Há abuso na OAB? Há abuso na OAB.

O que nós não podemos... O projeto já está tão mexido... E o grande drama dele é a chamada hermenêutica, a interpretação do juiz, que a mim incomoda; e o art. 3º, que, em um segundo momento, foi tirado, porque acho que ele é mais draconiano do que o texto que fala da hermenêutica. Aí nós não teremos Judiciário. Se o texto passa como está, ele ainda empodera um pouco mais o Ministério Público, porque o Ministério Público é que vai oferecer denúncia contra o juiz. E contra o Ministério Público?

O que eu estou vendo aqui é o drama e o dilema que estão vivendo no Uruguai depois de terem legalizado a maconha. Legalizaram, agora não sabem o que fazer com isso, estão lá criando uma autarquia agora para ver como é que lidam com esse negócio.

Mexeram tanto, num momento inoportuno, nessa lei, e meu drama é esse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Seriam duas coisas, o art. 3º e o crime de hermenêutica, mas também o momento dele. Pode ser num outro momento, porque abuso está em todo lugar e ele precisa ser coibido. Mas o meu drama é que, do jeito que está, virou uma anomalia, virou uma mula de sete cabeças, e nós não vamos dar conta dela lá adiante, quando os Poderes e o cidadão comum tentarem fazer valer essa lei no seu interesse: não vão encontram respaldo nem parede onde se encostar!

Eu quero louvar o esforço do Senador Requião de ter ouvido, de ter discutido, de ter tirado, de ter colocado, mas, por ser inoportuno o momento da discussão da lei e a maneira como ela está desenhada neste momento, eu voto contra o abuso de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, eu aproveito o ensejo para enaltecer o Relator, Senador Roberto Requião, pelo fato de ter aceitado uma sugestão, transformada em emenda de minha autoria, do Ministério Público Federal para afastar o que configurava, sem dúvida alguma, uma fragilização das ações constitucionais e das atividades do Ministério Público.

Quero agradecer a V. Exª, Senador Roberto Requião, já conquistou 50% do meu voto, mas falta ainda conquistar os 100%, uma vez que permanece inalterada no seu relatório a questão do crime de hermenêutica. Aliás, eu quero aproveitar a oportunidade – eu gosto de falar pouco, mas objetivamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tem sido assim aqui na Comissão de Justiça e no plenário – para citar um artigo que foi escrito pelo Promotor de Justiça Eudes Quintino de Oliveira Júnior, que é mestre em Direito Público. Diz mais ou menos o seguinte – é um longo artigo, mas eu vou fazer um resumo.

> [...] o crime de hermenêutica funciona como uma pressão de poderosos interesses, que visam embaraçar a atividade jurisdicional e, assim, dificultar a repressão à corrupção e demais práticas criminosas. E não há como não se questionar uma curiosa situação, já destacada por alguns eminentes juízes, que divulgam suas preciosas lições no meio jurídico.

Ele dá um exemplo, ele imagina um fato concreto:

> Imagina-se que um indivíduo seja preso em flagrante delito e o juiz de direito, ao analisar o auto de prisão em flagrante, conclua que seja o caso de converter esta prisão em preventiva, por entender estarem presentes seus requisitos.
> Pois bem.
> O acusado pede a revogação desta prisão, mas o juiz a mantém, pelo que é impetrado *habeas corpus*, cuja ordem é negada pelo Tribunal de Justiça competente. Então, novo HC é impetrado, desta vez no Superior Tribunal de Justiça, oportunidade em que, novamente, o remédio heroico é negado.
> O caso chega, então, ao Supremo Tribunal Federal, onde então se conclui que, inequivocamente, estavam presentes os requisitos da liberdade provisória [e não da prisão preventiva]. E agora? Quem cometeu o crime de abuso de autoridade previsto neste Projeto? Seria somente o juiz de primeiro grau? Mas e o relator do Tribunal de Justiça e do STJ? E os demais integrantes das Câmaras ou Turmas? E se o acórdão no Supremo não for unânime? Todos figurariam no polo passivo da relação jurídico-penal? Em concurso de agentes?

Como resolver esta questão? Só o Supremo Tribunal Federal resolveu atribuir legalidade a esse *habeas corpus*.

> Desta feita, só se pode concluir que criminalizar o magistrado pela opinião jurídica extraída do processo – que é seu dever básico – é um ato que, além de ilógico, atenta contra a moral nacional.

E ele cita Rui Barbosa, que aqui já foi citado. Entre aspas:

> Para fazer do magistrado uma impotência equivalente, criaram a novidade da doutrina, que inventou para o Juiz os crimes de hermenêutica, responsabilizando-o penalmente pelas rebeldias da sua consciência ao padrão oficial no entendimento dos textos. Esta hipérbole do absurdo [disse o nosso mestre] não tem linhagem conhecida: nasceu entre nós por geração espontânea [...] Se o julgador, cuja opinião não condiga com a dos seus julgadores na análise do direito escrito, incorrer, por essa dissidência, em sanção criminal, a hierarquia judiciária...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

> ... em vez de ser a garantia da justiça contra os erros individuais dos juízes, pelo sistema de recursos, ter-se-á convertido, a benefício...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Prossigo:

> ... dos interesses poderosos, em mecanismo de pressão, para substituir a consciência pessoal do magistrado, base de toda a confiança na judicatura, pela ação cominatória do terror, que dissolve o homem em escravo (Obras Completas de Rui Barbosa, Vol. XXIII, Tomo III, p. 2280).

Sr. Presidente, então, criminalizar o juiz por interpretar a lei é atentar contra a livre consciência do julgador. Por isso, eu pediria o mesmo que pediu o Senador Jorge Viana e que pediu também o Senador Anastasia ao nobre Relator, como já abriu mão de várias e várias alterações, que, no §2º, se retire "necessariamente razoável e fundamentada". Sem dúvida alguma, se retirar esta frase, V. Exª vai contar com 100% do meu voto.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero inicialmente cumprimentar o autor, Senador Renan, e cumprimentar especialmente o Relator, Senador Roberto Requião, que imagino quantas horas de trabalho dedicou a essa questão.

Quero cumprimentar os Senadores que aqui já se manifestaram, favoravelmente ou não, mas me permitam respeitosamente dizer que não faz sentido, não vejo nenhum sentido em ser contra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... conter o abuso, seja de autoridade ou não. Como posso ser contra inibir o assédio causado pelo poder, seja ele micro, seja macro? Essa lei será muito importante para proteger o cidadão comum, que, cotidianamente, sofre os pequenos assédios pelo micropoder.

Dito isso, quero apenas pontuar duas questões específicas que me parecem as mais polêmicas nesse projeto. Uma se refere ao art. 1º, que trata da questão colocada no relatório no art. 2º, a que há pouco fez referência o meu colega Senador Valadares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vejo que há muita semelhança entre o texto do Relator e o texto oferecido como sugestão pelo Procurador-Geral da República. A diferença básica é que, no do Relator, há a expressão "necessariamente razoável" e, no outro, apenas a expressão "fundamentada". Ora, a questão da razoabilidade é um princípio de direito dos mais usados nos nossos tribunais, nas nossas decisões judiciais, especialmente do Supremo Tribunal Federal. Há pouco, a Senadora Vanessa Grazziotin se referiu a um texto constitucional que trata do prazo razoável. O princípio da razoabilidade é mais amplo que o prazo razoável. Doutrinariamente, entende-se que o princípio da razoabilidade se compõe de dois subprincípios, o da proporcionalidade e o da necessidade, de tal modo que, salvo melhor juízo, eu vejo que o texto do Relator o contempla, sim, e deixa-me confortável para decidir o meu voto.

O segundo ponto, que é aquele que gera também grande polêmica nesse projeto, é a questão da ação privada concorrente, que as entidades que representam o Ministério Público desejam alterar para "ação privada subsidiária". Isso está no art. 3º do relatório. E o Relator, acatando sugestão do nobre Senador Valadares e de todos os Senadores aqui presentes, em boa hora acatou essa sugestão, deixando-nos, portanto, muito confortáveis para votar, sem o que eu teria muita dificuldade para votar o relatório de S. Exª.

Eu, ontem mesmo, recebi uma comissão enorme de procuradores e de promotores, todos a favor do projeto – quero deixar aqui este registro –, exceto por essa ressalva, que V. Exª acatou. Então, eu me sinto muito tranquilo para votar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – E tinham toda a razão. Nós íamos provocar um tumulto no Judiciário, que não ia conseguir digerir o número de ações. Isso ia impedir o exercício do cargo de um prefeito do interior. A observação foi correta, e a transformação foi feita a tempo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu penso que V. Exª está agindo como deve agir um Relator, expressando a média da opinião desta Comissão. Caso contrário, seria derrotado o parecer de V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, feitas essas duas observações pontuais, termino apenas deixando aqui uma sugestão e até um pedido de explicação ao Relator, Senador Requião.

Senador Requião, o art. 2º do relatório de V. Exª diz:

> Art. 2º É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, compreendendo, mas não se limitando a [aí vêm os incisos]:
> I – servidores públicos e militares ou pessoas a eles equiparadas;
> II – membros do Poder Legislativo;
> III – membros do Poder Judiciário;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

IV – membros do Ministério Público;

V – membros dos tribunais ou conselhos de contas.

Não estou enxergando aqui "do Poder Executivo". Embora o *caput* esteja claro, aqui não está escrito "membros do Poder Executivo".

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Nenhuma objeção a introduzir a sua sugestão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – O.k.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Peço que a Mesa considere, por parte do Relator, aceita a sugestão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – O.k. Eu me dou por satisfeito e agradeço a...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – É esclarecedora, embora esteja compreendido...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – É, no *caput* está bem claro. É apenas para não ficar nenhuma dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann. Em seguida, ao Senador Lasier e, em seguida, a V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria começar aqui parabenizando o Senador Requião pelo trabalho feito e pela paciência que teve durante todo esse tempo de aceitar sugestões, de ouvir as pessoas, de debater com os colegas, pelo relatório primoroso que fez. Já o havia lido nesta Comissão na sessão anterior e, agora, com os adendos que aceitou, inclusive do Ministério Público, o Senador Requião dá mostra aqui do que é um trabalho eficiente, capacitado e comprometido – postura que um Senador teve ter diante de matéria de tão grande importância como essa.

Mas eu queria fazer algumas considerações sobre a questão do abuso de autoridade, sobre o projeto que está em pauta.

A pressão que se estabelece, Sr. Presidente, sobre este Parlamento neste debate nos leva a vários questionamentos. Afinal, não é correto debatermos e decidirmos sobre os abusos de autoridades contra os cidadãos? Por que um debate como este, Sr. Presidente, que claramente deveria focar no direito das pessoas de não sofrerem com os excessos dos que detêm cargo público, ganha tamanha agressão dos meios de comunicação e das corporações do sistema de justiça? Será que uma lei que será aplicada pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério Público, que poderá representar, e julgada pelo Poder Judiciário, de fato, tem o poder de afetar ações de procuradores e juízes? É claro que não! Uma lei jamais teria como afetar as competências dos órgãos jurisdicionais das autoridades que agem dentro das normas do Estado de direito, uma lei jamais teria como afetar as competências dos órgãos jurisdicionais das autoridades que agem dentro das normas do Estado de direito.

Então, a que se deve tanta mobilização? É que, de fato, o autoritarismo contagiou todas as instâncias e esferas de atuação do Poder Judiciário. Não de todos os seus membros, claro que não, a maioria das autoridades age de acordo com o que lhes determinam as normas, mas há, dentro das corporações, agentes que não querem se submeter às leis que limitam suas atuações. Há uma espécie de universalização do arbítrio como solução de todos os males. Busca-se combater crimes sem obedecer às regras processuais, e isso sob os aplausos da mídia, para influenciar o senso comum, na velha premissa de produzir vingança ao invés de justiça, uma premissa que a humanidade já superou quando criou os parâmetros do Estado de direito, tão invocado aqui.

O projeto de abuso de autoridade recebe oposição de membros do sistema de Justiça que transformaram o processo penal em um campo de batalha, onde o direito é confundido com a política e as garantias individuais são coisas consideradas renunciáveis em nome de uma suposta eficiência.

O debate sobre a interpretação da hermenêutica alcançou um ponto em que o intérprete imagina que tem discricionariedade para interpretar a lei contra o próprio texto – repita-se, contra o próprio texto – e dizer que está interpretando. É um debate falso, forjado e repetido à exaustão para que pareça verdade.

A história sempre nos lembra de um certo propagandista europeu que criou a máxima de propaganda de repetir uma mentira tantas vezes até que se tornasse verdade. A verdade produzida por aquela autoridade alemã ceifou a vida de mais de seis milhões de judeus. Foi a verdade criada por Goebbels que sustentou a opinião pública interna, favorável ao regime nazista, o que tornava Hitler um líder popular.

O substitutivo construído pelo Senador Requião, a várias mentes e mãos, que ouviu todos os interessados, que inclusive conclui pela aprovação do texto apresentado pelo Procurador-Geral da República e apresentado como projeto pelo Senador Randolfe, não possui qualquer proposta para flexibilizar regras ou mitigar direitos fundamentais.

É importante pontuar que, nas audiências públicas realizadas, nós tivemos aqui vários representantes das corporações atacando o projeto ou parte dele, e um único representante da sociedade civil, Sr. Presidente, que não pertencia a nenhuma corporação, Sr. Fábio Tofic, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), defendeu o projeto, sua importância e necessidade. Seria esse um acaso? Ou será que, de fato, há um conflito de interesse nesse projeto, não de impedir essa ou aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investigação, mas um conflito real que opõe a sociedade de um lado e autoridades – não só jurídicas, mas políticas e administrativas – que se colocam acima das leis de outro? Essa é a real questão.

(*Soa a campainha.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Isso é o que, de fato, deve nos pautar nesse debate e nessa votação. É um projeto que trata de defesa dos direitos dos cidadãos, das cidadãs contra os arbítrios do Estado, um projeto que temos a obrigação de defender como representantes da sociedade que somos. Não estamos aqui para defender corporações.

É preciso dizer que, atualmente, pune-se o mero desacato com pena de seis meses a dois anos, enquanto os atos de abuso de autoridade, disciplinados atualmente pela Lei nº 4.898, possuem uma pena ínfima de dez dias a seis meses. A autoridade pode tudo contra o comum?

O incômodo causado, Sr. Presidente, a determinados investigadores, acusados e julgadores, diante da possibilidade de serem colocados a contragosto no lugar do outro, ou seja, de serem investigados e acusados, vítimas do autoritarismo e da persecução penal para apuração de seus eventuais abusos, mostra que é preciso debater com profundidade o que está acontecendo com o sistema, com o que a máquina da Justiça criminal causa às suas próprias engrenagens.

Nós não precisamos de heróis, Srs. Senadores. Precisamos de um Estado que funcione e respeite os direitos de seus cidadãos, inclusive contra seus arbítrios.

Entre a sociedade e as corporações, eu fico, como o Senador Requião, com a sociedade.

E queria dizer, Senador Requião, que V. Exª tem total razão a respeito da razoabilidade, assim como já disse o Senador que me precedeu. É um princípio do Direito; ser razoável é uma obrigação do juiz ao decidir. Tem de ser razoável. Tem de fundamentar. É obrigação do juiz fundamentar a sua sentença.

Mas eu queria aqui fazer um apelo ao Senador Roberto Requião, para que não fôssemos tratados como intransigentes, como gente que quer acabar com as investigações, que quer perseguir juiz ou procuradores, que muitas vezes se fazem de vítimas nesse processo.

Quero fazer um apelo, Senador Requião, para que V. Exª aceite mais esse destaque. Seu relatório está irretocável, mas, aceitando esse destaque, nós temos condições de aprovar essa matéria e olhar de cabeça erguida para qualquer procurador e para qualquer juiz, porque nós estamos fazendo aqui e decidindo aqui um projeto para o bem do povo e da sociedade, que é a nossa função e o nosso objetivo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Lasier, mas antes o Relator solicita uma ligeira intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, na verdade, esse projeto não é meu. Esse projeto é da comissão da República de juristas. Esse projeto é do Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, é das dezenas de juízes, procuradores e juristas que consultei em todo o País.

O termo "necessariamente razoável" foi introduzido por uma sugestão do Senador Anastasia, e o "fundamentado" foi uma sugestão do Procurador Rodrigo Janot.

Mas eu manteria essa redação. Mas o projeto não é o projeto do Senador Roberto Requião, tem que ser o projeto do Senado da República e, neste momento, o projeto da Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

No fundo, o princípio da razoabilidade faz parte da interpretação do Direito brasileiro. Ele não será afastado. E a fundamentação é uma exigência. É uma exigência do próprio Direito. Só havia uma reiteração aqui.

Mas, se nós conseguirmos a unanimidade – e essa unanimidade nos leva a fazer com que o Senado cumpra a sua tarefa de uma forma rápida, talvez ainda hoje no plenário –, eu, como Relator, acato essa modificação na forma da proposta do Senador Anastasia, pedido do Senador Jorge Viana, do Senador Armando Monteiro, da Senadora Ana Amélia, que está aqui do meu lado, no apelo que a Senadora Gleisi me fez também e ao nosso xará.

Eu acho que com isso se arremata o problema, e o Brasil passa a ter um projeto de abuso de autoridade para ser discutido e confirmado rapidamente no Congresso Nacional.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para dizer que, diante da posição do Relator Requião, peço para retirar minha inscrição, a fim de que a gente possa acelerar o processo de votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Cumprimentando o Senador Requião, louvando a excelência do seu trabalho e compreendendo que aquilo que ainda, de alguma forma, gerava dúvidas em todos nós acaba de ser superado, também abro mão da minha inscrição, para, solucionada essa questão em relação ao art. 1º e ao art. 3º, nós possamos rapidamente votar em Comissão e, em seguida, votar no plenário da Casa, cumprimentando o Senador Requião pelo belo trabalho que fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Acompanhando o Senador Eduardo Braga, acompanhando agora o Senador Aécio Neves, eu também, que estava preparando a minha participação, também abro mão, para que possamos dar celeridade, porque eu acho que chegamos ao consenso e creio que louvável. E parabenizo aqui o nosso Relator Roberto Requião, que fez um relatório maravilhoso. Então eu abro mão da minha inscrição.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria também, Presidente, primeiro, tributar o meu respeito e a minha admiração ao Senador Roberto Requião. Eu disse a ele há pouco e gostaria de dizer publicamente: poucas pessoas nesta Casa teriam ou reuniriam autoridade moral inquestionável, autoridade política cujo lastro é toda uma trajetória de vida pública feita no voto. E por que não reconhecer a autoridade técnica, na medida em que ele revelou, ao longo desse processo, indiscutivelmente, o conhecimento da questão de uma matéria que se reconhece como muito complexa?

Ao fazer este registro, eu quero me congratular pelo fato de ter feito não propriamente concessões, mas de poder ter entendido que um relatório desse tipo deveria ser moldado com a participação e com a opinião da média desta Comissão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Portanto, isso só reforça o conceito e a admiração que eu tenho pelo nobre Senador Roberto Requião.

Acho que chegamos a um ponto, Sr. Presidente, em que até para esta Casa fica muito claro, e para a opinião pública, que nós não estamos aqui buscando oferecer respostas menores, que possam ser fruto de conjunturas, mas sobretudo estamos querendo oferecer ao País um marco novo, um marco adequado, um marco contemporâneo para o tratamento desta questão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa, pela ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone*.) – Presidente, estou inscrito, estou inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lobão, eu quero fazer minhas as palavras dos meus pares que me antecederam. Quero aqui parabenizar o Senador Requião por ter aceitado, ao final, incorporar o destaque, a emenda do Senador Anastasia.

O projeto é importante, é salvaguarda do cidadão, mas precisava ter o aperfeiçoamento que foi aqui proposto tanto no §2º do art. 1º quanto no art. 3º. E ele atendeu quanto ao art. 3º e agora atendeu ao pedido de vários Senadores para que pudéssemos chegar a um consenso, quando atendeu a emenda destacada do Senador Anastasia.

Então eu quero deixar aqui que abro mão da minha inscrição e vou votar a favor do substitutivo do Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – A minha intervenção é rápida, em razão do gesto do Senador Requião, que já havia melhorado bastante quando retirou o art. 3º, e agora, retirando esse 1º, Presidente, que propiciaria uma grande polêmica.

E eu ia invocar aqui na minha intervenção, que seria a próxima, que se estaria repetindo aqui o que houve no processo Mãos Limpas, na Itália, quando, em um momento bastante avançado, implicados na operação Mãos Limpas foram ao Parlamento e obtiveram uma legislação contra os alegados abusos de poder. E, aí, dezenas de processos foram abertos contra os juízes. Nós estávamos sujeitos a essa situação com esses dois artigos que foram retirados.

Felizmente, são afastados, embora perdurem alguns outros pequenos defeitos, que poderão ser discutidos em plenário. De modo que valeu a pena, Presidente, nós termos prolongado a discussão. Se tivéssemos decidido na reunião anterior, não teria acontecido esse aprimoramento que o Senador Requião nos trouxe hoje. Melhorou muito essa chamada Lei de Abuso, porque os abusos, ainda persistentes, são menores. Os dois grandes abusos estavam nesses dois artigos que foram hoje retirados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Ana Amélia.

Em seguida, Senador Jader Barbalho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caros colegas Senadores e Senadoras, o Senador Requião fez um trabalho reconhecido por todos, com muita paciência – às vezes com exacerbada impaciência, porque a imprensa disse que ele estava de "saco cheio". Acho que a impaciência dele até se justifica por quem quer apresentar resultados pelo trabalho feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De fato o que aconteceu neste processo mostrou que o Senador teve até habilidade de colocar alguns "bodes na sala" deste projeto. Essa é uma habilidade de um legislador capaz de por aí coletar as ansiedades, as expectativas dos agentes envolvidos.

Nós temos a obrigação de usar o que foi usado agora, aquilo que tanto estávamos condenando: a razoabilidade. O que foi feito aqui foi um exercício de entendimento e compreensão, usando a razoabilidade bem fundamentada, diga-se de passagem. Na verdade, se fosse mantido o texto original do §2º do art. 1º, não haveria nenhuma dúvida – e o diabo se esconde sempre nos detalhes – de que haveria um risco, sim, à prerrogativa essencial do Poder Judiciário e do Ministério Público. Seria mais ou menos o que, no nosso caso...

Sr. Presidente, eu não consigo...

(*Soa a campainha.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... raciocinar corretamente com tanto barulho.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ninguém consegue, Senadora Ana Amélia.

É um abuso o que se pratica aqui na Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos, então, contribuir, porque estamos quase encerrando esta reunião, que vai marcar história da CCJ e do Senador Federal neste exercício.

Portanto, se fosse mantido o texto original do §2º, nós estaríamos atacando a coluna dorsal da prerrogativa fundamental do juiz ou do procurador ou promotor na interpretação da lei. Seria mais ou menos o equivalente a que nós tivéssemos limitação à nossa prerrogativa de expressão da palavra, que é uma imunidade própria, de que não abrimos mão; e não podemos fazê-lo porque a democracia pressupõe isso.

Então, nós estamos com essa correção.

Eu queria cumprimentar o Senador Anastasia pelo destaque feito, suprimindo "necessariamente razoável e fundamentada", no §2º do art. 1º da Lei.

Então, esse "bode", Senador Requião, realmente perturbou a todos nós e também nos impacientou muito.

E aqui também a aceitação, pelo próprio autor, Senador Renan, e por vários Senadores, da prorrogação, da vista coletiva, duas ou três vezes aqui, valeu a pena, valeu muito a pena, porque foi um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

exercício que envolveu o Poder Judiciário, os seus líderes, que aceitavam e aceitam a Lei de Abuso. Só não poderiam aceitar, em defesa da própria instituição e do equilíbrio democrático do Estado de direito que vivemos, que fosse violentado, criminalizado um ato e uma prerrogativa que é própria desse Poder. Então, nós queremos que a democracia prevaleça.

Também foi aqui citado várias vezes pelo Relator – aí não vai, Senador Requião... – que a generalização é sempre um risco. A generalização é injusta quando a gente coloca todos no mesmo saco. Não dá para estabelecer como referência uma atitude e uma decisão isolada de uma juíza, lá no norte do País, que cometeu um erro. Mas a penalidade que ela recebeu foi a maior das penalidades, que foi o julgamento público, que condenou a ação dessa magistrada ou a do delegado da Escola Base, em São Paulo.

Então, eu queria agradecer, Sr. Presidente, e dizer que esse exercício de razoabilidade aqui prevaleceu. Foi muito importante este momento para a Comissão de Constituição e Justiça e, sobretudo, para o Senado Federal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador, eu lhe concedo, pela ordem.

Em seguida, o Senador Jader Barbalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

Presidente, a partir da manifestação do Senador Requião, solicito a V. Exª a retirada dos meus destaques e de emendas, por já terem sido contempladas pelo Relator. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Nós o faremos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Igualmente também os meus destaques, Senador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os meus ele já tinha retirado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Presidente, vamos votar!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos ouvir o Senador Jader Barbalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Sr. Presidente, eu intervenho apenas para cumprimentar o Senador Roberto Requião mais uma vez. Eu o cumprimentei na reunião passada e desejo renovar os meus cumprimentos.

Fico muito honrado, Requião, de ser seu colega. Eu me sinto muito honrado. Isso não quer dizer que eu não me sinta muito honrado em relação ao geral. Mas, em relação a V. Exª, eu quero dizer que me sinto muito honrado.

Eu ouvi aqui, Sr. Presidente, muito se falar em oportunidade. E eu fiquei pensando que para alguns a oportunidade é o oportunismo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JADER BARBALHO (PMDB - PA) – Eu, como consigo distinguir oportunidade de oportunismo, quero cumprimentar o Senador Requião; cumprimentar por ele ter tido a capacidade política de acatar, inclusive, as observações do Procurador-Geral da República – e ele deixou bem claro aqui – e de agora acatar as observações do Senador Anastasia.

Senador Requião, eu acompanharia V. Exª, fosse qual fosse a atitude final que V. Exª tomasse, porque eu tenho respeito por homens públicos que fazem da vida pública o que faz V. Exª.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ronaldo Caiado.

Já vamos votar em seguida.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Relator e dizer que, graças a esse trabalho, numa rápida retrospectiva, nós construímos um ponto de concórdia.

Nas vezes em que nós obstruímos e derrubamos a votação desse projeto, isso aconteceu porque, indiscutivelmente, criaria cada vez mais uma solução de continuidade entre o povo brasileiro e o Senado Federal. A sociedade não entendia e não admitia que um texto como este pudesse ser priorizado num momento em que uma ação de combate à corrupção estava sendo levada com proporções que toda a sociedade apoiava. Como tal, nós obstruímos várias sessões.

Esta matéria veio para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde deveria ser exatamente o seu caminho correto. Aqui, a ela se apresentaram vários substitutivos, mas houve a hora em que todos os Senadores, reunidos com juízes, delegados e também promotores, souberam aqui construir um texto mínimo. Quando tive oportunidade de conversar com todos esses agentes públicos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eram todos concordantes de que os dois pontos que não poderiam ali, de maneira nenhuma, prevalecer eram exatamente quanto ao crime de hermenêutica em relação ao "razoável" e quanto à ação privada daquele parágrafo do art. 3º. Esse processo foi caminhando, avançando, e atingimos um ponto que, indiscutivelmente, é um avanço, para poder dizer claramente que ninguém concorda com abuso de autoridade.

Agora, vejam o quanto o "razoável" em que nós insistimos procede. Até porque, eu diria, Sr. Presidente, isso é muito subjetivo. Vamos dizer: ao cassarmos a Presidente Dilma, é razoável ela não ser inabilitada para o cargo público? É razoável para mim também votar, neste momento, o fim do privilégio e da prerrogativa do foro especial. Então, o razoável é muito relativo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – O razoável é muito relativo, não é verdade? Para que a gente não vote nem o processo do *impeachment* nem o processo também do foro. Então, são situações distintas.

Para que possamos concluir essa votação o mais rápido possível, cumprimento a sensibilidade do Relator para que as emendas, principalmente as apresentadas pelo Senador Anastasia, fossem acolhidas e o termo "razoável" fosse retirado.

Retiro também, Sr. Presidente, o destaque apresentado à Mesa.

Agradeço. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao último orador, que é o Senador Renan Calheiros, autor do primeiro projeto, junto depois com o Senador Randolfe.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço aos Srs. Senadores... Senador Jader...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Senador Jader, Senador Eduardo, Senador Ronaldo Caiado... (*Fora do microfone.*) Eu vou retirar a minha inscrição, porque considero que hoje nós vivemos, do ponto de vista desta Casa, e não apenas do ponto de vista desta Casa ou desta Comissão, um grande dia da democracia brasileira, por dois motivos, que precisam ser ressaltados, Senador Requião: os ardis para desqualificar a discussão de temas incômodos no Brasil são sempre recorrentes, mas eles não são inibidores; e nós chegamos hoje ao final dessa discussão, que foi manipulada em várias instâncias, sobretudo pelos meios de comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que se reverberou aqui, muitas vezes, numa falsa discussão era, na verdade, para atender pautas de meios de comunicação que insistiam, enquanto discutíamos um caminho para resolver o problema, em dizer que o abuso de autoridade estava diretamente ligado à Operação Lava Jato. É uma mentira. Ainda no final do ano que passou, no calor dessa manipulação, o Instituto Paraná fez uma pesquisa e constatou, diferentemente do que diziam, que 60% da população brasileira eram contra o abuso de autoridade.

Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srs. Senadores, já era chegado o momento de nós atualizarmos essa lei de 1965, de modernizarmos essa lei, na forma como existe em qualquer país civilizado do mundo, porque foi essa Lei de Abuso de Autoridade, por exemplo, que favoreceu Carandiru, vazamentos sigilosos, baculejos injustificados nas periferias, sérgios fleurys, Favela Naval, escutas ilegais e decisões judiciais equivocadas em abundância, conformando esse traço sistêmico do problema que hoje nós vamos resolver aqui, nesta Comissão, e que à tarde, Presidente – vamos requerer a urgência urgentíssima –, vamos votar no plenário do Senado Federal.

Eu quero cumprimentar o Senador Requião por duas coisas: pela sua determinação de ter levado esse debate, essa discussão com calma – o que não é muito a sua característica – até o último momento; e, em segundo lugar, por ter construído essa convergência, deixando claro que ninguém de bom senso neste País quer punir juiz por interpretação equivocada da lei. Nós não queremos punir juiz por interpretação equivocada da lei, por crime de hermenêutica. Este Senado quer punir juiz, e até votou uma lei nesse sentido, quando ele cometer crime – crime! –, para não poder ter a aposentadoria como prêmio pelo crime que cometeu.

Votamos em junho de 2013 essa matéria, que continua na Câmara dos Deputados, a exemplo também de outra matéria muito importante que nós votamos no final do ano que passou e sobre a qual não temos também deliberação nenhuma na Câmara dos Deputados, que é a matéria que põe fim, que proíbe o supersalário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – ... com dinheiro público, porque há juízes e representantes do Ministério Público no Brasil que chegam a ganhar R$100 mil, R$150 mil. Vimos isso com relação a alguns Estados.

Estou dizendo isso na presença dos convidados, porque é muito melhor que tratemos desses assuntos na presença do que na ausência. Eles não podem continuar ganhando isso no momento em que o Brasil se debate com uma crise brutal, com déficits financeiros que se sucedem, e não pode haver privilegiados em lugar nenhum, nem no Executivo, nem no Judiciário e nem no Ministério Público.

O Ministério Público sequer é investigado. Em outro dia, ouvimos uma declaração do Procurador-Geral da República dizendo: "Se houver uma denúncia contra mim, eu me investigo." Então, mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

o fim do foro especial, que é uma necessidade, Presidente Lobão, eu acho que devemos votá-la logo, imediatamente. Pelo que nós estamos vendo, essa matéria precisa ser votada, se possível, hoje. (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Aí, sim, nós transformaríamos este dia, porque, senão, o que vai ocorrer? Vamos ter, em função da omissão do Legislativo, uma judicialização, que, de certo modo, interfere no nosso processo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha.*) – Calma!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, por um minuto, antes da votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Coloque em votação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, eu peço a palavra por um minuto, antes da votação.

É claro que me sensibiliza o nível dos elogios que fizeram ao trabalho da relatoria, mas eu quero dividir esses elogios com a excepcional Consultoria do Senado que tive, na pessoa do Jayme Benjamin. O seu conhecimento jurídico e a sua dedicação foram rigorosa e absolutamente imprescindíveis. Que o Senado registre a qualidade desse seu consultor definitivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Vamos votar, Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Serei bem breve, Presidente.

Nós acabamos de ouvir o Líder do maior Partido da Casa, o PMDB, numa manifestação sobre a PEC 10, de 2013. Só informando V. Exª que está pronto o nosso relatório para votação, e eu acho que poderíamos, ainda hoje ou o quanto antes, trazer para a apreciação da CCJ e do Plenário, a partir da manifestação, óbvio, do Líder do meu Partido na Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, podia ser hoje, agora. Terminada a votação deste tema, Sr. Presidente, nós poderíamos votar o fim do foro privilegiado para todos os níveis. Hoje! E esta Casa, no dia de hoje, marca uma data histórica, Sr. Presidente. É uma grande oportunidade!

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos incluir esse item extrapauta, e o Senador Randolfe já está com o relatório pronto para que nós possamos deliberar, ato contínuo, sobre esse tema e essa excrescência.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, se nós não o fizermos, o Judiciário o fará; vai legislar sem poder legislar e manterá o foro do Judiciário.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – E tirará o couro de todos os outros.

Sr. Presidente, nós não vamos permitir que o Judiciário faça legislação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Srs. Senadores...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, vamos legislar!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, nós não podemos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos votar, Presidente!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O Judiciário vai fazer a lei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos votar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Eduardo Braga...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Se o Supremo fizer, vai manter o foro deles e vai tirar o dos outros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Interrupção do som.*)

(*Tumulto no recinto.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente Lobão...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Bote em votação, Presidente!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria fazer só uma ponderação. Já há um consenso aqui de votarmos essa matéria de abuso de autoridade. E está havendo um segundo consenso de votarmos a matéria do fim do foro.

Na reunião da semana passada, estabelecemos hoje como o dia de apreciarmos tão somente essa matéria. Eu gostaria de fazer um apelo para que ficasse marcada para a próxima quarta-feira a votação do foro privilegiado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Não, não! Hoje!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – É hoje! Vamos votar hoje!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, se passar de hoje é desaforo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Calma!

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, eu acabei de receber aqui pelo WhatsApp apelos das assessorias de diversos governadores do Brasil que querem a votação hoje, porque eles querem ser julgados pelo Judiciário dos seus Estados.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Srs. Senadores, nós tivemos uma reunião que demonstra a capacidade da Comissão de Justiça de chegar a consensos. A Comissão solicita a votação do outro projeto, que é o da prerrogativa de foro, o que nós vamos fazer em seguida, atendendo... (*Palmas.*) Não é comum, como ressalta o Senador Jorge Viana...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Um item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – ... mas vamos atender às ponderações da Comissão.

Eu quero dizer que o relatório do Senador Requião foi marcado não por idas e vindas, mas por um trabalho denso, competente, corajoso e que corresponde à maioria do pensamento nacional. Portanto, S. Exª merece as homenagens, os encômios do Senado Federal e desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Encerro, portanto, a discussão sobre essa matéria e a coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Requião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pedido de urgência.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Pedido de urgência coletivo para o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação, o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pedimos, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Item extrapauta. (*Palmas.*)

Desejo fazer alguns comentários sobre o item extrapauta.

Toda vez que se pretende ser contrário a qualquer medida, procura-se estigmatizar aquela medida. A prerrogativa de foro passou a ser chamada de "foro privilegiado". A expressão "foro privilegiado" não se encontra em nenhuma lei do País. Nenhuma lei! O que existe é prerrogativa de foro. E quem tem a prerrogativa de foro neste País? Trinta e oito mil agentes públicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Trinta e oito mil agentes públicos federais têm prerrogativa de foro, e há mais vinte mil agentes estaduais e municipais com prerrogativa de foro. Mas, se é isso que deseja a Comissão e até o País, vamos fazê-lo.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, de 2013

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera os arts. 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal para extinguir o foro especial por prerrogativa de função nos casos de crimes comuns.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à PEC nº 10, de 2013, às Emendas nºs 2, 3 e 4-CCJ, e à Emenda nº 9-PLEN, nos termos do Substitutivo que apresenta; pela prejudicialidade da PEC nº 18, de 2014; e contrário às Emendas nº 1-CCJ e nºs 7, 8, 10, 11 e 12-PLEN.

Observações:

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Sr. Presidente, informando aos colegas Senadores que já se encontra no sistema tanto o meu relatório como o texto de proposta de emenda à Constituição.

Trata-se, Sr. Presidente, objetivamente falando, da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, que exclui a previsão constitucional de foro por prerrogativa de função nos tribunais superiores e na Justiça Federal, para julgamento de crime comum praticado por autoridade. Essa modificação opera-se nos arts. 102, I; 105, I; e 108, I, da Constituição da República.

Além disso, a PEC veda o estabelecimento dessa regra de competência pelas leis de organização judiciária dos Estados, mediante alteração do art. 125, §1º, da Carta Política.

Na justificação, os autores argumentam que o Estado democrático de direito e o princípio republicano privilegiam a igualdade de todos perante a lei, não havendo lugar para privilégios injustificáveis como o foro especial para julgamento de crime comum praticado por autoridade.

Já passo diretamente para a análise.

A esta Comissão cabe a análise de constitucionalidade e juridicidade desta matéria.

Algumas emendas foram apresentadas.

Passo, então, diretamente para a análise das emendas.

Eu faço no relatório uma justificativa, um arrazoado de outras situações em outros Estados nacionais onde o instituto da prerrogativa de foro não existe. Nesse sentido, trouxemos aqui para o relatório o exemplo dos Estados Unidos, da França, de Portugal e da Grã-Bretanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação às emendas propostas, foram apresentadas diferentes emendas na CCJ e foram apresentadas diferentes emendas no curso da tramitação. E foi apensada a essa proposta de emenda à Constituição a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Passo, então, Sr. Presidente, ao voto, a partir da análise das emendas.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2014.

No mérito, voto pela aprovação da PEC nº 10, de 2013, e pela prejudicialidade da PEC 18, de 2014. Reiterando: a PEC 10, de 2013, de autoria inicial do Senador Alvaro Dias, acaba o instituto do foro por prerrogativa de função no Brasil, extingue o instituto.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Para todo mundo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Para todos.

Quanto às emendas...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – À exceção do Chefe de Poder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Relator, apenas para ficar claro: à exceção do Chefe do Poder Executivo, Sua Excelência o Presidente da República, que tem foro privilegiado, e dos Chefes dos Poderes, dos demais Poderes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Todos os demais Poderes.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Só e tão somente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estaduais, não!

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Estaduais, não. Apenas para os Chefes dos três Poderes da União.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mantivemos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – É o que está consagrado na Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Está consagrado na Constituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – A ponderação do Eduardo... O senhor me responda: estamos ponderando?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sim, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito. A exceção é para os Chefes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário federal.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Federal, o.k.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Fizemos essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Rocha.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perdão, Senador Eduardo Braga.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A minha assessoria está me corrigindo que, pelo relatório aqui, nós estamos extinguindo também para os Chefes dos Poderes federais.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – A sugestão que faço a V. Exª é que nós possamos manter a coerência com o Texto Constitucional em relação ao Chefe do Poder Executivo e Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário federal. Todos os demais membros dos Poderes perdem o foro privilegiado, ficando, portanto, especificamente, a condição da Constituição para os Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu pergunto ao Relator: e as emendas?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos garantir a palavra ao Relator, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, eu queria solicitar que a emenda apresentada pelo Senador Eduardo Braga fosse colocada a termo. Se houver consenso na CCJ sobre essa emenda, eu a acato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Apenas para ficar claro, eminente Senador. A nossa proposta é que apenas os Chefes dos três Poderes, no exercício dos seus mandatos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Na chefia deles.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... na chefia deles, possuam, portanto, foro privilegiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador Eduardo Braga, isso nós estamos mantendo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Entendi. Perfeito. Essa era uma emenda até do...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, a imunidade...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. *Fora do microfone*.) – Então, é acatar a emenda do Ricardo Ferraço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeito.

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Relator, V. Exª dispõe de emenda de minha autoria que mantém essa reserva constitucional para os Chefes de Poderes, na instância Federal da República. Ponto! Basta que V. Exª acate a emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, acato, então, o texto da emenda do Senador Ricardo Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pronto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... extinguindo o foro para as demais autoridades.

Então, dou sequência à leitura do voto.

Quanto às emendas apresentadas, no mérito, rejeito a Emenda nº 1-CCJ, bem como rejeito as Emendas nºs 7, 8, 10, 11 e 12, de Plenário, e mantenho acolhimento às Emendas nº 2, 3 e 4-CCJ e Emenda nº 9, de Plenário, com alterações, incorporando-as ao texto original na forma do substitutivo cuja leitura se segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Destaque e ressalva: acato a emenda... Alguém pode me informar qual é o número da emenda do Senador Ferraço?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Acato a Emenda nº 5, do Senador Ricardo Ferraço, que garante o exercício da imunidade material aos Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

Quanto ao restante do texto, segue, portanto, o texto da emenda à Constituição:

> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:
> Art. 1º Os arts. 5º, 29, 53, 86, 96, 102, 105, 108 e 125 da Constituição Federal passam a viger com a seguinte redação:
> "Art. 5º.....
> .....
> LXXIX – É vedada [no art. 5º da Constituição; colocamos isto como garantia fundamental da República] a instituição de foro por prerrogativa de função.
> ..... " (NR)

Mais adiante:

> "Art. 53. .....
> §1º (REVOGADO)
> §2º Desde a expedição de diploma, os membros do Congresso Nacional não estarão sujeitos à prisão, enquanto não sobrevier condenação em segundo grau, nas infrações comuns, salvo em flagrante de crime inafiançável.
> [...]
> ..... " (NR)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Prossigo:

> "Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento. [...]
> §1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:
> I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo juiz competente;
> II - [...] [fizemos alteração].
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

§3º Enquanto não sobrevier condenação em segundo grau, nas infrações [penais] comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

....." (NR)

"Art. 96. Compete privativamente:

.....

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral." (NR)

Portanto, ressalvada a leitura dos outros dispositivos, Sr. Presidente, e acatando a única emenda aqui ressalvada, que é a emenda proposta pelo Senador Ricardo Ferraço – Emenda nº 5 –, nós damos como lido o restante do texto, extinguindo o foro por prorrogativa de função no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Essa emenda passa a vigorar na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos a voto, Sr. Presidente. Vamos a voto!

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Em votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sr. Relator, a Emenda nº 5 foi retirada pelo autor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, fui informado também agora...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Emenda nº 11...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente. Fui informado agora pela minha assessoria.

Então, solicito ao Senador Ricardo Ferraço... Se houver emenda similar, com o mesmo texto – parece que a Emenda nº 11 contempla esse texto –, ou acato a Emenda nº 11 ou solicito ao Senador Ricardo Ferraço reapresentar a emenda dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – V. Exª pode alterar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu estou...

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL. Para uma questão de ordem. *Fora do microfone*.) – Não precisa exatamente contemplar a emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Obrigado, Presidente Renan.

Incluo a emenda anteriormente apresentada pelo Senador Ricardo Ferraço como emenda do Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos pedir celeridade, porque o Supremo vai julgar no dia 13. Vamos julgar isso rápido, mandar para a Câmara, para poder convalidar isso rapidamente em pé.

Vamos lá, Presidente. Nós temos uma agenda célere agora. Vamos aprovar isso aqui, pedir para a Câmara... Vamos botar na pauta de hoje. Votamos hoje no plenário e vamos dar celeridade a esse projeto. Vamos tomar a frente daquilo que é prerrogativa nossa, do Senado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão.

O Senador já falou.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Vamos diretamente ao voto!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, essa matéria já tramita aqui, no Senado Federal, há algum tempo, e é de autoria do Senador Alvaro Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fui designado Relator dessa matéria e substituído pelo Senador Randolfe em virtude de uma licença para tratamento de saúde que fiz no final do ano passado.

Eu apresentei uma emenda substitutiva a esse projeto, a esse relatório e gostaria de destacá-la. Não o fiz, porque essa matéria entra, agora, extrapauta. E faço questão de que a Comissão de Constituição e Justiça aprecie a minha emenda.

O que diz a minha emenda? Em primeiro lugar, estamos aqui discutindo um projeto importante para o País. É evidente que esse foro especial é visto hoje pela população brasileira como um verdadeiro privilégio odioso, utilizado apenas para a proteção da classe política, de tal modo que, como se vê aqui, hoje, estamos todos no consenso, a favor do fim do foro privilegiado para todo mundo – para todo mundo! Contudo, a minha emenda substitutiva vai além do que propõe o Relator Randolfe Rodrigues e o Senador Alvaro Dias. A minha emenda substitutiva acaba, sim, com o foro privilegiado.

Contudo, eu apresento a Emenda nº 7, que gostaria de destacar, e em breves palavras quero dizer aqui aos colegas do que se trata.

Do jeito em que está hoje colocado no parecer, qualquer denúncia a um agente público federal – por exemplo, Deputado Federal ou Senador – pode ser feita por um promotor de comarca de qualquer Município do Brasil. Esse promotor recebe uma denúncia de um Senador ou de um Deputado Federal, e essa denúncia vai para um delegado, para fazer uma investigação, e para a população. Qualquer que seja o inquérito, é igual a uma ação penal, é um processo, e passamos a ser considerados ficha suja.

Creio que é importante estarmos aqui, neste calor do debate, mas é preciso trazer luz para o debate, para a arena política, para não fazermos algo com que amanhã venhamos a ter problemas.

Eu proponho que a denúncia contra agente público federal seja feita exclusivamente pelo Procurador da República. E quem julga? Quem julga são varas especiais; não é vara especial, como propôs o Ministro Barroso. Varas especiais. Não digo o tanto, porque, creio, isso é atribuição do Poder Judiciário. Mas, se são varas, é mais de uma.

Com juiz, um mandato improrrogável de dois anos, para não haver perigo de cooptação de juízes. Esses juízes estariam ligados ao TRF, aos TRFs. Ou seja, nós seremos julgados, todos, agentes públicos federais, por juízes federais de primeira instância escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal. Caberia a esta Comissão do Senado Federal, ao Senado, ao Congresso, inclusive, discutir critérios de como o Supremo vai escolher esses juízes, se é por antiguidade, se é por produtividade ou por qualquer outro critério. Eu não trato disso na minha emenda.

Eu recentemente fiz um debate com o nobre Senador Alvaro Dias na Rádio CBN, e democraticamente colocamos nossos pontos de vista. O Senador Alvaro Dias, a quem eu respeito muito, disse que a nossa proposta é para transferir o privilégio; tirar do Supremo e levar para uma vara especializada. E cita, inclusive, o exemplo do Juiz Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu quero dizer claramente e respeitosamente que não é disso que nós tratamos. Nós achamos até que tirar daqui do Supremo e levar lá para uma vara comum, sobretudo estadual, é transferir a impunidade. Esses processos não serão julgados.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª me permite, Senador Roberto, apenas o esclarecimento de uma dúvida?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com certeza.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O que V. Exª falou em parte não foi... Abstraindo um pouco a questão congressual, que sempre nos atinge. Pelo texto, já que estamos votando isso aqui numa celeridade enorme, por mais que haja um consenso em relação à necessidade de votar essa matéria, a pergunta que eu faço a V. Exª, que apresentou um substitutivo: no caso de um governador de Estado, ele pode ser processado por qualquer juiz de primeira instância?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Evidentemente, sim.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com esse texto?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Evidentemente, sim. Qualquer Senador, qualquer governador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Permita um aparte, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Um governador poderá ser processado a partir de denúncia de qualquer promotor e por juiz de primeira instância?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – De primeira instância. Sim, claro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Permita um aparte, Senador.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Haja advogado neste País!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Permita-me um aparte, Senador, apenas para esclarecer esse ponto.

Senador Roberto Rocha, a proposta acolheu uma emenda do Senador Anastasia que esclarece essa situação. Não será em qualquer vara de primeira instância; será no domicílio próprio. Portanto, não há essa possibilidade de inúmeras ações em várias localidades, em vários Estados, em vários Municípios. Ficou estabelecido que o domicílio do acusado é o foro para o seu julgamento. Portanto, não há essa hipótese. Não é qualquer juiz de primeira instância que julgará o governador; é o juiz específico do seu domicílio. É isso que está estabelecido na proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª terminou?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não, não. Não terminei, não. Eu quero pedir mais um minuto e pedir silêncio para que a gente possa debater essa matéria, que julgo ser da maior importância.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu insisto aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, na apreciação do nosso destaque, da nossa emenda.

A nossa emenda vem como resultado de um estudo, de um trabalho em que nos debruçamos, conversando com inúmeros ministros, juízes, promotores, procuradores, advogados etc. Nós temos no País inúmeras varas especializadas. Aliás, qualquer vara tem uma especialidade.

Eu vejo aqui se falar, por exemplo, do caso da vara do Juiz Sergio Moro. Eu quero dizer que, naquele caso, administrativamente, ela é uma vara especializada. Imaginem se o Juiz Sergio Moro teria condições de julgar o Eduardo Cunha com a celeridade que julgou se, administrativamente, ele não tivesse de dar prioridade à Operação Lava Jato. Ele está designado apenas para julgar os casos da Lava Jato. Senão, ele não teria por que nem como alterar a ordem cronológica dos processos. São centenas, milhares de processos que um juiz tem na primeira instância.

Eu estou propondo varas especializadas, com mandatos de dois anos para juízes, improrrogáveis.

Se o Senador ou o Deputado Federal se vê, de algum modo, em dificuldade e quiser renunciar ao mandato, como é comum atualmente, o processo continua na vara especializada, seja ele Parlamentar ou não Parlamentar.

Então, nós estaremos dando, inclusive, o duplo grau de jurisdição, porque, dessa vara especializada você pode recorrer para o Supremo Tribunal Federal.

Creio que, dessa forma, nós teremos mais agilidade.

Eu fico pensando e quero deixar muito claro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Permite-me um aparte, Senador Roberto Rocha?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com certeza.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Apenas uma indagação a V. Exª.

Parece-me que a criação de uma vara...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não uma vara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... não nos cabe. Ou de várias varas. Cabe exatamente à magistratura; ao próprio Supremo Tribunal Federal competiria o encaminhamento de uma proposta com esse objetivo. Parece-me que não nos cabe, na nossa proposta, estabelecer a criação dessa vara especial sugerida por V. Exª.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Essa organização judiciária, Senador Alvaro, é exatamente aquilo de que eu não trato. Eu trato de varas especializadas. O Ministro Barroso sugere ao Congresso criar vara especializada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu acho que uma vara é perigoso para não transformarmos esse juiz num justiceiro, num messias. Eu penso que, quando foi criado isso, a motivação e o intuito do legislador não foi proteger o Parlamentar, mas a autonomia e a soberania do voto popular. Se ela foi deturpada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Realmente, aí, Senador, seria a transferência, como eu disse. Se fosse uma vara apenas, especializada, seria a mudança do endereço do privilégio. Seria a mudança do endereço do privilégio.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu sou contra criar uma única vara. Nós somos a favor de que sejam criadas varas especializadas.

E achamos que os processos, pura e simplesmente, do jeito que está, sendo levados para a comarca, simplesmente vão ser colocados para as "calendas gregas". E aquilo que hoje é o motivo desta discussão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Roberto Rocha, peço a V. Exª que conclua.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Estou concluindo.

E esse que seria o motivo de estarmos aqui votando hoje, que é exatamente para dar celeridade às ações, não vai acontecer na prática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Roberto, eu concordo que devemos aproveitar este momento de euforia, em que passou a Lei do Abuso, mas também temos de tomar alguns cuidados para não fazer uma votação açodada, porque temos dúvidas quanto a alguns itens. Eu pergunto: o juiz de direito, por exemplo, lotado numa comarca do interior, se comete infração, quem o julgará?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente. Vamos fazer esse debate no plenário. O Plenário é a instância decisiva.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Depois, nós vamos regulamentar a PEC. Mas vamos votar isso logo hoje! Vamos votar isso logo hoje. Depois se regulamenta a PEC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, para dar parecer à emenda.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Depois regulamentamos a PEC. Vamos votar hoje e, depois, a legislação ordinária vai regulamentar a PEC.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA. *Fazendo soar a campainha*.) – V. Exªs não querem votar. Não querem!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Vamos dar a palavra ao Relator!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, em relação à consideração do ilustre Senador Roberto Rocha, eu quero destacar o que nós incluímos no texto do art. 251, da Constituição: "A propositura da ação penal por crime comum contra agentes públicos prevenirá a jurisdição do juízo competente para todas as ações posteriormente tentadas que possuem idêntica causa de pedir e objeto."

Veja: esse dispositivo nós estamos estendendo para as 38 mil autoridades que V. Exª destacou. Todas! Do promotor de justiça ao Procurador-Geral da República; do vereador ao Senador da República; do prefeito até o governador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não são 38; são 54 mil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, diante disso, o que é que nós estamos estabelecendo? A regra que passará a valer... Se nós estabelecermos o fim do foro, logo, a regra que tem que valer para todo mundo é a regra do Código de Processo Penal. É o que eu deixo claro no art. 251. Deixamos claro.

O Código de Processo Penal determina o seguinte:

> DA COMPETÊNCIA
> Art. 69. Determinará a competência jurisdicional:
> I - o lugar da infração:
> II - o domicílio ou residência do réu;
> III - a natureza da infração;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

[...]

Ou seja, o CPP já estabelece. Nós acabamos com o foro e com qualquer alternativa de foro.

Eu acredito também que haver varas especializadas, no meu entender, *data venia*, com o devido respeito e acatamento ao Senador Roberto Rocha, seria uma transferência de foro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, eu rejeito a emenda nos termos apresentados pelo Senador Roberto Rocha e sustento o art. 251, que acaba com o foro por prerrogativa de função e transfere a responsabilidade para o art. 60 do Código de Processo Penal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, nós vamos votar em seguida. Mas eu não posso deixar de observar – e todos sabem disto – que a pressa é inimiga da perfeição.

Quanto ao destaque do Senador Roberto Rocha, embora meritório, eu tenho o dever de indeferi-lo, por conta do art. 314, do Regimento Interno, que estabelece:

> Art. 314 .....
> .....
> II - não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

Mas sugiro ao Senador Roberto Rocha, como é meritória a sua emenda, com os destaques que S. Sª solicita, que ele apresente a emenda no Plenário do Senado – terá o meu apoio –, ou, de outro modo, que isso seja examinado na Câmara dos Deputados.

Por enquanto, nós vamos, então, votar o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, urgência coletiva para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Urgência, Presidente, para Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – E calendário especial.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Calendário especial, Presidente. Como não há urgência para PEC, solicito calendário especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Calendário especial!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Calendário especial, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não há urgência para PEC.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Não, Presidente. Como não há urgência para PEC, é calendário especial.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Calendário especial, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A proposta da Comissão de Justiça, aceita, será enviada ao Presidente do Senado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dois minutos do dia três de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Antonio Anastasia e José Pimentel, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Roberto Requião, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas, Hélio José, Jorge Viana, Paulo Paim, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Wilder Morais, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Magno Malta e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz e Benedito de Lira. Registram a presença os Senadores José Medeiros, Gladson Cameli e Pedro Chaves. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015 – Não terminativo, que: "Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação." Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. ITEM 2 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017 – Não terminativo, que: "Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública." Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim (Ad hoc), substituiu Sen. Jader Barbalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável à Proposta. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo, que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo, que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo, que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo, que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 – Não terminativo, que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 – Não terminativo, que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 – Terminativo, que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 – Terminativo, que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 – Terminativo, que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1 (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 15 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, de 2011 – Terminativo, que: "Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo." Autoria: Senadora Marta Suplicy. Relatoria: Sen. Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo apresentado e pela inadmissibilidade da Emenda nº 4-S. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CCJ pela inadmissibilidade da Emenda nº 4-S. O Substitutivo é dado como definitivamente adotado. Registram-se os votos contrários dos Senadores Eduardo Lopes e Wilder Morais. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 –Terminativo, que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 –Terminativo, que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 – Não terminativo, que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 – Terminativo, que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 22 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 –Terminativo, que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2013 – Terminativo, que: "Altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92, de 2015 – Não terminativo, que: "Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional." Autoria: Senador Roberto Rocha e outros. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2015 – Não terminativo, que: "Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 – Não terminativo, que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial." Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 – Não terminativo, que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2016 – Não terminativo, que: "Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos." Autoria: Deputado Beto Albuquerque e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ. Aprovado o RQJ nº 16, de 2017-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 30 - PROJETO DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI DO SENADO Nº 189, de 2013 – Não terminativo, que: "Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita (PRONIE)." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - OFICIO "S" Nº 28, de 2017 – Não terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2016 – Não terminativo, que: "Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concedeu vista aos Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim. ITEM 33 - OFICIO "S" Nº 30, de 2017 – Não terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 34 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2017 – Não terminativo, que: "Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015 – Não terminativo, que: "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do relatório. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 – Terminativo, que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: A Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Vanessa Grazziotin. ITEM 37 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2015 – Não terminativo, que: "Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 20, de 2015. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 20, de 2015. Aprovado RQJ nº 17, de 2017-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 38 - PROPOSTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015 – Não terminativo, que: "Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 39 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 – Terminativo, que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 40 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 – Terminativo, que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 41 - OFICIO "S" Nº 32, de 2017 – Não terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM 42 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113-A, de 2015 – Não terminativo, que: "Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Favorável à Proposta, com emenda de redação, de parte de seu art. 5º e do seu art. 11, o que permitirá a promulgação dessa parte da proposição, e, na forma do art. 133, IV, do RISF, pelo destaque dos demais dispositivos para constituir proposição autônoma, conforme o texto que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 113-A, de 2015, e, no mérito, pela aprovação, com as Emendas nº 5 e 6-CCJ (de redação), de parte de seu art. 5º e do seu art. 11, o que permitirá a promulgação dessa parte da proposição, e, na forma do art. 133, IV, do RISF, pelo destaque dos demais dispositivos para constituir proposição autônoma, conforme os textos que se seguem. ITEM EXTRAPAUTA 43 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2016 – Não terminativo, que: "Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal" Autoria: CPI do Assassinato de Jovens (CPIADJ). Relatoria: Sen. Lídice da Mata. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da Comissão favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CCJ. Durante a discussão, a relatora, Senadora Lídice da Mata, reformula o seu relatório como favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Aprovado o RQJ nº 18, de 2017-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 44 - OFICIO "S" Nº 29, de 2017 – Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 45 - OFICIO "S" Nº 31, de 2017 – Não terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 46 - OFICIO "S" Nº 36, de 2017 – Não terminativo, que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 47 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 16, de 2017 – "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 47, de 2016." Autoria: Senador Roberto Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 48 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 17, de 2017 – "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 20, de 2015." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 49 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 18, de 2017 - "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS nº 239, de 2016." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Edison Lobão
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 42.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta para os itens 31 e 33. É apenas uma leitura da indicação de membros que serão submetidos a sabatina para o CNMP, Dr. Orlando Rochadel Moreira e Dr. Caixeta, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo aquiescência dos membros da Comissão, nós deferimos.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Há dois projetos. De um deles sou o Relator, o projeto que trata da união civil. O outro projeto é de minha autoria, é relatado pelo Senador Valadares (*Fora do microfone.*) e estabelece que o direito de resposta possa ser feito num meio magnético ou numa gravação de vídeo e, submetido ao juiz, colocado no ar pelas emissoras de rádio e televisão. É uma questão que causou alguma dúvida e levou a um veto da Presidente da República, quando foi para o Executivo, o projeto de direito de resposta, porque havia por parte dela a impressão de que seria pessoalmente o ofendido que falaria no rádio ou na televisão, o que poderia desencadear um número enorme de direitos de resposta. Então, eu fiz essa correção. O Senador Valadares é o autor.

Eu pediria a inversão de pauta para esses dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Requião.

Vamos dar início, então, agora, à leitura feita pelo Senador Eduardo Amorim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Serei sucinto, Sr. Presidente, já que o relatório...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu gostaria – desculpe, Senador – de fazer o anúncio, então, e de apregoar o item 31, de que V. Exª é Relator.

ITEM 31

OFICIO "S" Nº 28, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria:

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades na Comissão será feito em duas etapas: na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado; e, na segunda etapa, após apresentação e discussão do relatório, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório.

Por gentileza, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador colega Anastasia.

Como o relatório já foi distribuído previamente, e, portanto, todos os membros da Comissão já tiveram acesso, procurarei ser sucinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e ao art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado encaminhou o seu *curriculum vitae*, que atesta sua vasta e exitosa carreira profissional.

O Sr. Orlando Rochadel Moreira foi Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no biênio 2015/2017 (nomeado em 11 de agosto de 2015), e é indicado, neste momento, à recondução para o biênio 2017/2019.

Como conselheiro do CNMP, foi relator de diversos temas relevantes e presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, eleito à unanimidade por seus pares, em 2015.

No âmbito do Ministério Público estadual, foi Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe por dois biênios (2010/2012 e 2012/2014).

No exercício da função de Chefe do Ministério Público do Estado de Sergipe – meu Estado – exerceu o cargo de presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), de junho de 2013 a agosto de 2014.

Foi, ainda, membro da Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Foi Promotor de Justiça Titular da 6ª Promotoria de Justiça dos Direitos do Cidadão de Aracaju, especializado na defesa dos direitos à educação.

Nessa função, foi o coordenador do projeto de implantação da maior escola pública de 0 a 18 anos do Estado de Sergipe, o Centro Educacional Vitória de Santa Maria, que possui atualmente mais de três mil alunos matriculados, num esforço de coordenação da atuação em defesa da educação dos três níveis de governo e que contou, ainda, com a participação de diversas empresas públicas e privadas. Mereceu, por essa atuação, menção honrosa do Instituto Innovare, na categoria Ministério Público, em 2009. Como Promotor de Justiça concursado, há quase 20 anos, atuou em várias Promotorias do Estado de Sergipe.

Paralelamente à sua atuação profissional, o Sr. Orlando Rochadel Moreira dedicou-se à sua formação acadêmica, conferindo grande ênfase ao papel do Estado e da sociedade na promoção da educação para todos.

Como foi dito aqui, Sr. Presidente, o relatório estará à disposição de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado, também, de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Orlando Rochadel Moreira para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, dou aqui, mais uma vez, o meu testemunho do trabalho relevante que tem o Sr. Orlando Rochadel especialmente no nosso Estado. E, agora, ele tem contribuído para o nosso País pessoalmente no Conselho Nacional do Ministério Público.

É meritória a sua recondução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Amorim.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro concedida vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, é uma questão de informação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Estou inseguro na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por que motivo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Porque, ontem, o Presidente em exercício Cássio Cunha Lima, decidindo questões no plenário, resolveu que, quando a CCJ da Câmara votasse uma matéria, a CCJ do Senado não precisava se manifestar mais. Eu fico na dúvida se essa decisão do Presidente em exercício Cássio Cunha Lima não extinguiu a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não, acho que não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Então, nós estaríamos tendo um trabalho ocioso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria se referia à reforma trabalhista. Ele disse: "Não. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara já votou. Então, não faz sentido que votem no Senado." Como outras comissões na Câmara também votaram, tenho a impressão de que ele extinguiu não só a CCJ; ele extinguiu o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, para isso, tem de haver emenda constitucional, até por ser cláusula pétrea. Acho que não há motivo para isso.

Aproveitando o ensejo, dou a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório do item 15, conforme solicitado.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2011

- Terminativo -

Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Autoria: Senadora Marta Suplicy

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: pela aprovação do Substitutivo apresentado e pela inadmissibilidade da Emenda nº 4-S.

Observações: *- em 08/03/2017, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 612, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;*

- em 15/03/17, foi apresentada a Emenda nº 4-S, de autoria do Senador Magno Malta, que recebeu Parecer pela inadmissibilidade;

- votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para proferir relatório sobre a Emenda nº 4-S.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, o relatório foi aprovado à unanimidade na reunião anterior. Um Senador apresentou uma emenda substitutiva, mas, segundo o Regimento da Comissão do Senado, não cabe emenda substitutiva. Então, solicito que a Mesa rejeite a emenda e coloque em votação o relatório anteriormente aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão o parecer pela inadmissibilidade.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Não, temos quórum, temos 17.

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Desse modo, em votação o relatório, que conclui pela inadmissibilidade da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Tendo sido aprovado o parecer pela inadmissibilidade da emenda, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, pelo art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário Senado Federal*.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra Senador Eduardo Amorim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, tenho aqui em mão uma PEC que tramita nesta Comissão desde o ano passado e que fala sobre a proibição de reeleição que a Câmara Federal aprovou. Falta a esta Comissão decidir se continua a reeleição ou se vamos proibir a reeleição de mandatos executivos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu queria que V. Exª desse prioridade a essa matéria, vez que, ao recebê-la, eu a dividi em outras tantas, de tal modo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma delas vai para a promulgação, diretamente para o Congresso, e outra, que é da reeleição, volta para a Câmara. E há um requerimento, pedindo o desmembramento dessa PEC 113-A.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Valadares, dependendo desta Presidência, nós votaremos todos os itens da pauta, mas dependeremos sempre da permanência aqui das Srªs e Srs. Senadores. Então, está na pauta...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria que V. Exª conferisse prioridade a essa matéria,...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...vez que, já há muito tempo, está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É claro, é claro!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...sem nenhuma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente, como está na pauta, vamos tentar adiantar na data de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Antes de devolver a palavra ao Senador Amorim,...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...para a leitura do item 33, pede a palavra, pela ordem, a Senadora Marta Suplicy, que tem a palavra pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu gostaria de comemorar o que foi votado aqui hoje, porque finalmente nós temos no País uma vitória. Eu não diria uma vitória, mas um avanço extraordinário. Desde 2008, tentamos aprovar o casamento homoafetivo, primeiro na Câmara. A matéria passou pelas comissões e está até hoje no plenário. E hoje conseguimos aprovar o projeto com relatório do Senador Requião, que dá um passo muito grande em relação à situação que hoje vivem as pessoas do mesmo sexo que desejam ter uma união sacramentada, um casamento, na verdade.

Desde 2011, o Supremo Tribunal Federal deu uma resposta a esse pleito da sociedade, tornando possível a união estável entre pessoas do mesmo sexo com todos os direitos igualitários em relação às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pessoas heterossexuais. Entretanto, o Código Civil ainda colocava que o casamento era entre homem e mulher. Agora, nós temos, no Código Civil, a aprovação...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ...da mudança do texto, onde passa a constar a expressão "pessoas do mesmo sexo". Essa é uma batalha de 20 anos, e, hoje, finalmente, nós conquistamos isso.

Muito obrigada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concederei a palavra a V. Exª.

Eu só pediria um pouco de silêncio, porque já começou aquele tradicional tumulto que acontece nestas reuniões. Nunca sabemos bem a sua origem. Então, eu pediria silêncio, para se acabar com esse tumulto.

Antes de devolver a palavra ao Senadora Amorim, passo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, estranha-me muito algo que seja votado na presença de três Senadores.

Segundo, quero fazer o registro, até porque nós sabíamos o que poderia acontecer, de que há um recurso preparado ao Plenário, e nós vamos requerer, protocolando à Mesa hoje. Essas assinaturas estão prontas há dois meses – aliás, há um mês e meio mais ou menos –, e nós vamos requerer que seja levado ao Plenário do Senado, para que o conjunto dos cidadãos decida.

O Brasil conhece a minha posição sobre esse tema. Aliás, é a posição da maioria desta Casa, que conhece casamento e que reconhece família nos moldes de Deus, macho e fêmea, a família tradicional. Sr. Presidente, este é um País majoritariamente cristão.

Meu jovem, deixe-me falar aqui, querido.

Este País é majoritariamente cristão. Reconheço os valores do cristianismo. Alguns me fazem pergunta: "Ah, o senhor fala isso porque o senhor é de confissão evangélica, por causa da Bíblia." É claro! A Bíblia é minha regra de fé e de prática. E minha prática de vida e minha prática de militância política têm toda relação com a fé que eu professo. Essas perguntas só valem fora do processo eleitoral, mas, dentro do processo eleitoral, todos aqueles que não acreditam na família tradicional...

Sr. Presidente, o senhor me garante a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Já antes, Senador Magno Malta, eu pedia, por gentileza, para se manter certa calma. Mas parece que há algum tipo de vírus dentro da sala, e as pessoas querem falar demais. Mas a palavra está com V. Exª.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Nós temos a certeza de que essa aberração morrerá no plenário, até porque aqueles que criticam a família tradicional aqui, quando estão investidos do mandato, na hora de renovar o mandato ou de querer o mandato, batem às portas das igrejas e fazem compromissos, como alguns que aqui estão. Ficam até de joelhos no altar e choram. Se me apertar muito, dou o nome. Mas, quando chegam aqui, eles agem de outra maneira. Lá eles são a favor da família tradicional, lá eles acreditam nesses valores, porque eles precisam de voto para chegar aqui.

Estranha-me muito isso ser votado com três Senadores na sala, sem respeitar aqueles que são divergentes, que são maioria absoluta numa Comissão de 27. Depois, Sr. Presidente, tenho a certeza de que, com o nosso recurso no plenário, certamente, essa matéria irá para o seu lugar devido.

Há de se respeitar uma nação majoritariamente cristã, que acredita nesses valores. E há de se criticar e de se chamar a atenção daqueles, com raras exceções, que pertencem a esta Comissão – eu posso dar os nomes das exceções e posso dar os nomes dos que não são exceção – e que, fora do processo, fora do investimento do mandato e da renovação do mandato, batem à porta dos religiosos. Não estou me referindo só a evangélicos, mas a católicos, a espíritas, que acreditam na mesma forma. Mas me refiro a evangélicos também, até porque alguns aqui eu já acompanhei na igreja e os vi chorarem no altar ajoelhados, fazendo juras de amor aos valores de família tradicional.

Portanto, quero, na minha fala, desmistificar essas hipocrisias e esses hipócritas. A partir de agora, darei nome no plenário. Eu os nominarei, na votação no plenário, na hora do meu pronunciamento.

O recurso assinado por mim, pelo Senador Amorim, pelo Senador Eduardo, pelo Senador Wilder e por muitos outros, que certamente será lido hoje no plenário do Senado, nós vamos levar a cabo no plenário do Senado, onde temos maioria absoluta. Nós o faremos com todo o respeito às pessoas. Nada tenho contra os homossexuais, até porque, Sr. Presidente, a regra da boa convivência é o respeito. Eu respeito e quero respeito. Se quero respeito, tenho de dar respeito.

Digo isso com toda a tranquilidade, porque o Vice-Presidente do meu Partido, de que sou o presidente no meu Estado, é um travesti. Ele se chama Moa e, por quatro mandatos, foi o Presidente da Câmara de Nova Venécia. Aliás, o meu amigo Moa está muito doente, acamado, depois de ter um derrame. Ele está acamado. É uma pessoa que prezo, juntamente com sua família, que tem meu respeito e que também entende esse devido respeito, porque a recíproca tem de ser verdadeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada tenho contra a opção das pessoas. A opção sexual das pessoas é problema delas. Cada qual responderá por si. Eu queria responder pela minha netinha, que tem nove meses, e não consigo. Não vou responder diante de Deus nem por Magda, nem por Karla, nem por Lauriete e nem por Jaysline. Só consigo responder por mim, de forma que cada qual responderá e dará conta, diante de Deus, de si.

A dívida que temos, que eu tenho e que devemos ter todos com aqueles que fazem opção pelo homossexualismo é o respeito. E o meu respeito eles têm. Mas não sou criminoso por não aplaudir a sua prática. Não vou me tornar criminoso por isso. Devo-lhes o respeito e não sou obrigado a concordar, como aqueles que concordam não são obrigados também a fazer coro comigo. Cada um defende o que acredita. Agora, o que me assusta é a hipocrisia daqueles que, quando no processo eleitoral, fazem esse tipo de jura, aliás, na minha frente.

Por isso, Sr. Presidente, faço o registro e tenho certeza de que, lá no plenário, nós o mandaremos para o lixo, que é o lugar devido.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou conceder a palavra, Senador Eduardo, a V. Exª. Eu só pediria, por gentileza, para ser um pouco mais sucinto...

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sim, sim, quero só tirar dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...até porque o Senador Eduardo também pediu a palavra.

Pois não.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – A primeira dúvida é a seguinte: eu estava acompanhando a abertura da reunião no gabinete e vi quando o Senador Eduardo Amorim lia o relatório de recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público. Nesse tempo, eu vim do meu gabinete, que é bem próximo – inclusive, demoro três minutos, no máximo, para chegar aqui –, e, quando cheguei aqui, fui surpreendido com a votação suplementar já acontecida.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – Com três Senadores.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Com três Senadores presentes. Eu fui o quarto Senador a chegar aqui, presente, pelo menos fisicamente, não na presença do painel.

A minha pergunta, Presidente: foi pedida inversão de pauta? Como aconteceu esse processo com três Senadores aqui presentes?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Foi solicitada pelo Senador Roberto Requião a inversão da pauta, e tão logo o Senador Eduardo Amorim pediu a dele...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Mas com três Senadores presentes?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim, havia 16 ou 17 no painel.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sim, no painel. Mas aqui nós tínhamos três.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas é a regra. Nós votamos aqui, e a votação é simbólica.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Mas não se consulta o Plenário?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas cabe questionamento do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Plenário estava aqui. Eu consultei o Plenário, os que estavam aqui.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Então, eu quero aqui fazer coro...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Cabe questionamento no Plenário.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ...com o requerimento do Senador Magno Malta, que já está assinado por mim, inclusive. A minha posição também já é conhecida dentro desse tema. Registro aqui que, se estivesse aqui, eu não concordaria com a inversão de pauta e votaria contra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está bem, Senador.

Então, vamos dar sequência agora à inversão que foi aprovada anteriormente, passando ao item 33, que trata do Ofício S nº 30, de 2017, não terminativo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não. Quem falou?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, estou aqui, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Desculpe-me, Senador Wilder!

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Quero registrar o meu voto contra também na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A Ata registrará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 33

OFICIO "S" Nº 30, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs e Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Desse modo, concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, antes de ler o relatório, eu também gostaria de expressar aqui que é extremamente salutar que um projeto como o anteriormente lido pelo Senador Requião vá ao Plenário, onde haverá a participação de todos os Srs. Senadores. Então, comungo desse pensamento.

Vamos diretamente, Sr. Presidente, ao relatório da indicação do Dr. Sebastião Vieira Caixeta para membro do Conselho Nacional do Ministério Público. A indicação foi aprovada pela Procuradoria-Geral da República e encaminhada ao Senado Federal por meio de ofício assinado pelo Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Compete a esta Comissão (CCJ), de acordo com determinações regimentais, promover a sabatina do indicado bem como avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação indispensáveis para o exercício da função.

O Dr. Sebastião Vieira Caixeta formou-se em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) em 1997. Desde então, concluiu mais de uma dezena de cursos de aperfeiçoamento e extensão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

além dos cursos de especialização em Direito e Processo do Trabalho, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e em Direitos Humanos e Trabalho, pela Escola Superior do Ministério Público da União.

A experiência profissional do indicado na área jurídica teve início antes mesmo da conclusão de sua graduação em Direito, tendo exercido, em decorrência de aprovação em concursos púbicos, o cargo de Atendente Judiciário no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em 1992, e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 1993 a 1998. Após a conclusão de sua graduação em Direito, o indicado exerceu o cargo em comissão de Assessor da Diretoria-Geral de Coordenação Judiciária do TST, além do cargo de provimento efetivo de Analista Judiciário, também no TST.

O indicado tornou-se Procurador do Ministério Público do Trabalho em setembro de 1999 e foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional do Trabalho em setembro de 2016, exercendo sua função na Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região, em Belo Horizonte. No âmbito da participação em entidades associativas de classe, destaca-se o exercício da função de Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho por dois mandatos, entre 2004 e 2008.

Na área acadêmica, o indicado ministrou disciplinas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho na Universidade Paulista em 2003, no Centro de Ensino Universitário de Brasília, de 2003 a 2005, e na União Educacional do Planalto Central, de 2004 a 2006.

O *curriculum vitae* do indicado aponta, ainda, sua participação, como debatedor, palestrante ou painelista em 72 (setenta e dois) eventos da área jurídica, bem como a autoria de doze (12) artigos jurídicos e a publicação de três livros, organizados em conjunto com outros autores.

O Dr. Sebastião Vieira Caixeta apresentou declaração de que não é parente, cônjuge ou companheiro em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Ministério Público do Trabalho, tampouco do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e não detém mandato em qualquer desses Poderes. Apresentou, também, declaração de que não tem parentes que exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

O indicado declara não ter sofrido sanções criminais ou administrativo-disciplinares bem como de que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra si. Declara, também, não existirem ações judiciais em curso em que figure como réu ou autor. Para comprovar essa declaração, são apresentadas certidões de distribuição de feitos cíveis e criminais da Justiça Federal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Justiça Militar da União.

De acordo com declaração acostada ao processado do OFS nº 30, de 2017, o indicado revela ter atuado, nos últimos cinco anos, como representante do Ministério Público do Trabalho nos Tribunais Regionais do Trabalho da 10º Região, em Brasília, da 4º Região, em Porto Alegre e da 3ª Região, em Belo Horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Dr. Sebastião Vieira Caixeta assevera que não participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais. Apresenta, ainda, declaração de que se encontra em situação regular quanto aos tributos federais, estaduais e municipais, acompanhada de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa relativa aos tributos do Distrito Federal.

A argumentação escrita apresentada pelo indicado, em que é destacada sua atuação em temas relacionados à gestão administrativa e institucional do Ministério Público do Trabalho, demonstra adequado nível de experiência profissional, formação técnica e compatibilidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP. Os documentos e declarações apresentados atendem, a nosso juízo, os requisitos demandados nas normas que regulam a apreciação das indicações para composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Diante do exposto – não poderia ser diferente –, temos a convicção de que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foram adequadamente providos das informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Procurador Regional do Trabalho Dr. Sebastião Vieira Caixeta para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Apenas reforçando, Sr. Presidente, o que aqui foi lido e consta do relatório, eu gostaria de dizer que, de fato, conheço bem o Dr. Sebastião Vieira Caixeta, que, realmente, tem todas as condições morais, éticas e profissionais exigidas para ocupar um cargo como esse.

Pelo exposto, peço que os demais membros desta Comissão aprovem o nome do Dr. Sebastião Vieira Caixeta como membro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a respectiva votação.

Nós vamos agora...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, após o Senador Requião, eu também gostaria de fazer uso da palavra pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Peço-lhes um momento, por gentileza.

Então, com a palavra o Senador Roberto Requião e, em seguida, a Senadora Lídice.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Falarei rapidamente.

O projeto da Senadora Marta Suplicy, que eu relatei, sobre a união civil foi aprovado por esta Comissão à unanimidade em uma reunião anterior. O que ele não podia era ficar parado aqui. O Senado não pode se recusar a discutir e a votar matérias importantes como essa.

Então, embora eu tenha sido o Relator do projeto, acho extremamente saudável e democrático que ele seja discutido na amplitude do Plenário e quero declarar o meu apoio e a minha assinatura ao pedido de recurso ao Plenário do Senador Magno Malta. O Plenário terá condição de decidir abertamente essa evolução civilizatória que nós pretendemos para o País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Peço-lhe só um minutinho. Eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas ela pediu antes, Senador Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ela pediu antes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Ela é minha conterrânea. Minha mãe só votava nela. Dê-me a palavra!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu pedi a palavra pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Minha mãe votava em você. Deixe-me falar primeiro que você?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Magno, por gentileza...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Magno, vamos dar preferência à Senadora Lídice.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Sr. Presidente, deixe-me corroborar com o senhor e com o Senador Requião. Ele realmente havia me dito que assinaria. Algumas vezes, saiu de pauta, porque ele havia tido esse entendimento também e vem discutindo. Ele cumpriu o papel dele.

Só vou dizer uma coisa para V. Exª: eu lhe tenho o maior respeito. Eu só não posso entender como é que o Senador Amorim lê um relatório, V. Exª interrompe o relatório dele, vota mais rápido, vota imediatamente, com três Senadores, e devolve a palavra para ele. Acho que V. Exª vai ter de explicar isso na eternidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não! Foram dois relatórios, Senador Magno. Ele leu o primeiro, concluiu, e nós votamos. Não houve interrupção de relatório aqui, não. V. Exª está equivocado.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, no rastro dessas importantes deliberações que têm tomado a CCJ do nosso Senado, que, neste último período, aprovou aqui tanto o fim do foro privilegiado quanto, na semana passada, o projeto sobre abuso de autoridade, eu queria solicitar a V. Exª a inclusão extrapauta de uma matéria que está aqui na Comissão já há algum tempo por ser resultado da CPI do Assassinato de Jovens, que eu presidi. Refiro-me ao Projeto (PLS) nº 239, de 2016, que trata dos autos de resistência.

No Brasil, o Mapa da Violência revela que, no Estado do Rio, 2002 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados em 2014. Nos últimos dias 27 e 28, em menos de 24 horas, dois jovens foram mortos por policiais em serviço em pontos diferentes da cidade do Rio de Janeiro: Brendo, mototaxista de 21 anos, que era morador do Jacarezinho; e Felipe, de 16 anos, menino que cursava o ensino médio, sonhava em ser militar e morava no Complexo do Alemão. Essas histórias se repetem. As testemunhas afirmam que eles estavam apenas no lugar errado e na hora errada, e a narrativa policial é de que estavam armados e resistiram.

Em todo o País, nós vamos ouvir relatos com a mesma característica. Os autos de resistência permitem essa caracterização, permitem que, no inquérito policial, no Boletim de Ocorrência, conste como resistência, e não como homicídio. É, portanto, abarcado pela excludente de ilicitude, que lhe retira o caráter antijurídico do fato. Logo, não há investigação. Desse modo, tornou-se forma corriqueira para encobrir homicídios praticados pelo Estado brasileiro em confrontos em favelas e em comunidades carentes. Forjar flagrantes para enquadrá-los como autos de resistência chegou a limites absurdos, com cenas vazadas para as redes sociais de policiais colocando armas nas mãos de meninos já executados, coisa que ocorreu há dois ou três meses, com o conhecimento de toda a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É por conta desta situação que solicito a V. Exª que possamos incluir como extrapauta esta discussão tão importante que o Brasil não pode deixar de travar, que é o fim dos autos de resistência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lídice. Nós vamos discutir esse tema ao final da reunião, já que é extrapauta.

Nós temos quórum aqui para votação nominal. Então, vamos voltar agora...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ...ao primeiro item em que foi solicitada inversão, que é o item...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Voltando ao tema do projeto do Senador Requião, confesso que, na hora, só não entendi uma coisa. Eu gostaria até que a assessoria nos explicasse. Se era um projeto terminativo, a votação para rejeitar uma emenda não teria de ser nominal?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O parecer foi pela inadmissibilidade. Então, o parecer não justificava a votação nominal por ser pela inadmissibilidade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Então, realmente, concordando com o Senador Requião, concordando com o Senador Magno Malta, só resta ir para o Plenário, o que acho que é muito justo, com a participação de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, vamos ao item 36.

ITEM 36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Autoria: Senador Roberto Requião

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: - *nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;*

- *votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, vamos ao relatório referente ao Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2016, do Senador Roberto Requião.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 89, de 2016, de autoria do Senador Roberto Requião, que *insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.*

São dois os mencionados parágrafos a serem inseridos no art. 5º da denominada Lei do Direito de Resposta. O primeiro deles é o §3º, discriminando de que forma a resposta do ofendido poderá ser veiculada, conforme o meio onde a matéria ofensiva tenha sido divulgada.

Estabelece esse dispositivo que, se o meio for escrito, a resposta somente poderá ser feita por escrito; se for radiofônico, a resposta poderá ser feita por escrito, a fim de ser lida por agentes da empresa de rádio, como também poderá ser veiculada por meio de gravação de áudio, feita pelo próprio ofendido ou por preposto por ele estabelecido, a ser divulgada pela própria empresa; e, tratando-se de meio televisivo, tanto poderá ser veiculada a resposta por meio de texto escrito, a ser lido por agentes da empresa de televisão, como por meio de gravação de áudio ou de audiovisual feita pelo próprio ofendido ou por preposto por ele estabelecido.

Outro parágrafo a ser inserido no mencionado art. 5º da Lei do Direito de Resposta é o §4º, por meio do qual se propõe que fique definido que os textos escritos, bem como as gravações de áudio ou audiovisuais, tanto poderão ser veiculados na fase consensual, antes da judicialização, a depender de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aprovação do veículo de comunicação, como, se for negada essa veiculação pelo responsável, mediante homologação da resposta pela autoridade judiciária.

Na justificação da matéria, o seu autor, o Senador Roberto Requião, argumenta que, de forma similar ao §3º do art. 5º da Lei do Direito de Resposta, que teria sido vetado de forma equivocada pela Presidente da República, em 11 de novembro de 2015 – portanto, era a Presidenta Dilma –, as alterações ora propostas deixam claramente evidenciado que o ofendido poderá apresentar pessoalmente sua resposta, ou por interposta pessoa por ele estabelecida.

Contudo, sustenta que essa prerrogativa do ofendido não significará que ele venha poder "apresentar-se pessoalmente, em tempo real, na televisão ou no rádio, para falar de esponte próprio, sem se submeter a qualquer juízo prévio, fosse ele do próprio veículo de comunicação – na fase consensual –, fosse do Judiciário, na fase jurisdicional".

Por tais razões, explica o autor da matéria que, com o intuito de dirimir qualquer dúvida sobre os verdadeiros sentidos do texto originalmente vetado pela Presidente da República, resolveu propor o projeto em análise, explicitando detalhadamente que o ofendido deve ter o direito de submeter a resposta ao agravo mediante gravação de sua própria voz, com ou sem vídeo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Passemos à análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre direito civil – direito de resposta.

Quanto aos requisitos formais e materiais... (*Pausa.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone*.) – O pessoal tem de fazer silêncio!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu tenho de ler o relatório olhando para o Presidente, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É verdade. V. Exª tem toda a razão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Para mim, é uma visão muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Eu gostaria de solicitar, mais uma vez, aos nossos ilustres convidados que mantivessem o silêncio respeitoso e cerimonioso necessário a uma reunião da CCJ para ouvir o Relator.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 89, de 2016, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre Direito Civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal; ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto: i) possui o atributo da generalidade; ii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) se afigura dotado de potencial coercitividade; iv) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e v) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Todavia, a proposição merece reparos quanto à técnica legislativa. O projeto aproveita o §3º do art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, anteriormente vetado pela Presidente da República, o que é vedado pelo art. 12, inciso III, alínea "c", da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. As alíneas em que se desdobra o §3º devem ser transformadas em incisos, de acordo com o inciso II do art. 10 da mesma lei complementar. Ademais, o projeto carece das letras "NR" maiúsculas, entre parênteses, ao final do art. 5º a ser alterado, de conformidade com o que preceitua a alínea "d" do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 1998.

A fim de ajustar o projeto ao imperativo da alínea "c" do inciso III do art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo a qual os parágrafos devem expressar aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo, deslocamos os parágrafos que o projeto inclui no art. 5º da Lei do Direito de Resposta para o art. 4º, pois é este que disciplina a forma e a duração do direito de resposta. Atendemos, com isso, a exigência de que as disposições normativas sejam redigidas em ordem lógica.

Além disso, promovemos pequenos ajustes redacionais, visando à obtenção de clareza e precisão nas disposições normativas.

No mérito, o PLS nº 89, de 2015, revela-se digno de aprovação, pois nada mais pretende do que regular o modo como pode ser veiculada a resposta do ofendido, de maneira a evitar controvérsias quanto à prerrogativa que ele deve ter, no exercício desse direito, de optar pela gravação de áudio ou vídeo, além do texto escrito, quando for o caso, conforme o agravo tenha sido veiculado em meio televisivo, radiofônico ou escrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vale lembrar que o §3º do art. 5º da Lei nº 13.188, de 2015, aprovado pelo Congresso Nacional, mas vetado pela Presidente Dilma Rousseff, dispunha sobre a matéria objeto do presente projeto, nos seguintes termos: "§3º Tratando-se de veículo de mídia televisiva ou radiofônica, o ofendido poderá requerer o direito de dar a resposta ou fazer a retificação pessoalmente."

As razões do veto apontaram para a ausência de critérios para a participação pessoal do ofendido, o que poderia desvirtuar o exercício do direito de resposta ou retificação. Com efeito, o dispositivo vetado não foi claro o suficiente quanto ao modo de veicular a reposta do ofendido. Ele permitia entender, por exemplo, que a resposta ou retificação fosse veiculada ao vivo, a juízo exclusivo do ofendido. Por isso, o projeto em análise vem regular com clareza essa questão, estabelecendo que a resposta ou retificação poderá ser veiculada mediante gravação de áudio ou vídeo, ou texto escrito, conforme o caso, a serem oferecidos pela pessoa ofendida, e não pessoalmente, como se poderia depreender da redação anterior que foi vetada pela Presidente.

Percebe-se que o texto do projeto não se descuida de explicitar que tal prerrogativa não implicará aparições ao vivo em rádios e televisões, mas tão somente o encaminhamento de resposta por texto, áudio ou vídeo, desde que o veículo de comunicação ou o Poder Judiciário tenha a oportunidade de avaliar se a resposta é proporcional ao agravo, pois deverão essas respostas passar pelo crivo prévio do próprio veículo de comunicação que tiver divulgado a matéria ofensiva, se a veiculação da resposta for consensual, ou pelo crivo prévio do Judiciário, se já tiver havido a recusa da veiculação na fase pré-processual, na forma do disposto no *caput* do art. 5º da Lei do Direito de Resposta.

Acrescentamos, apenas, dispositivo para prever que, em se tratando de agravo praticado pela internet, a resposta ou retificação poderá ser veiculada tanto por meio de texto escrito como por meio de gravação de áudio ou de audiovisual, se esses recursos tiverem sido utilizados no agravo.

É oportuno observar que o direito de reposta decorre das liberdades e garantias fundamentais do cidadão. A Constituição Federal consagrou-o no inciso V do art. 5º, ao estabelecer que é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. O direito de resposta incide, portanto, *a posteriori*, ou seja, depois da ocorrência de um atentado à honra, intimidade, imagem ou outro direito da personalidade.

Em harmonia com o regramento constitucional, a Lei nº 13.188, de 2015, assegurou o direito de resposta ao ofendido "em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social". Em seu art. 2º, §1º, definiu “matéria” como qualquer reportagem, nota ou notícia divulgada por veículo de comunicação social, independentemente do meio ou da plataforma de distribuição, publicação ou transmissão que utilize, cujo conteúdo atente, ainda que por equívoco de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica identificada ou passível de identificação. A lei exclui, expressa e corretamente, da definição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

matéria, os comentários realizados por usuários da internet nas páginas eletrônicas dos veículos de comunicação social.

Então, é importante ressaltar a plena compatibilidade do direito de resposta com a liberdade de informação jornalística pelos veículos de comunicação social. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em dois julgamentos de grande importância e repercussão, já se debruçou sobre essa questão. Da ementa do acórdão de julgamento da ADPF 130, em que o STF concluiu pela não recepção da Lei de Imprensa, pela Constituição de 1988, extraímos o seguinte trecho:

> [...] a Lei Fundamental do Brasil veicula o mais democrático e civilizado regime da livre e plena circulação das ideias e opiniões, assim como das notícias e informações, mas sem deixar de prescrever o direito de resposta e todo um regime de responsabilidades civis, penais e administrativas. Direito de resposta e responsabilidades que, mesmo atuando *a posteriori*, infletem sobre as causas para inibir abusos no desfrute da plenitude de liberdade de imprensa. [...] Tirante, unicamente, as restrições que a Lei Fundamental de 1988 prevê para o "estado de sítio" (art. 139), o Poder Público somente pode dispor sobre matérias lateral ou reflexamente de imprensa, respeitada sempre a ideia-força de que quem quer que seja tem o direito de dizer o que quer que seja. Logo, não cabe ao Estado, por qualquer dos seus órgãos, definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas. As matérias reflexamente de imprensa, suscetíveis, portanto, de conformação legislativa, são as indicadas pela própria Constituição, tais como: direitos de resposta e de indenização, proporcionais ao agravo; proteção do sigilo da fonte ("quando necessário ao exercício profissional"); responsabilidade penal por calúnia, injúria e difamação; [...], entre outras questões. (ADPF 130, Rel. Min. Ayres Britto, em 30/4/2009, grifos nossos.)

Na ADI 4.451, o STF suspendeu a eficácia de um dispositivo inserido na legislação eleitoral que, indiretamente, impedia programas humorísticos de usarem técnicas como da trucagem, da montagem ou outros recursos de áudio e vídeo, no contexto eleitoral. A Corte reconheceu que a liberdade de imprensa contempla a possibilidade da crítica áspera, contundente, sarcástica, irônica ou irreverente, sendo que apenas os abusos podem dar ensejo ao direito de resposta e à indenização proporcionais.

> [...] 5. Programas humorísticos, charges e modo caricatural de pôr em circulação ideias, opiniões, frases e quadros espirituosos compõem as atividades de "imprensa", sinônimo perfeito de "informação jornalística" (§1º do art. 220). Nessa medida, gozam da plenitude de liberdade que é assegurada pela Constituição à imprensa. Dando-se que o exercício concreto dessa liberdade em plenitude assegura ao jornalista o direito de expender críticas a qualquer pessoa, ainda que em tom áspero, contundente, sarcástico, irônico ou irreverente, especialmente contra as autoridades e aparelhos de Estado. Respondendo, penal e civilmente, pelos abusos que cometer, e sujeitando-se ao direito de resposta a que se refere a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> Constituição em seu art. 5º, inciso V [...]. (ADI 4.451 MC-REF/DF, Rel. Min. Ayres Britto, em 2/9/2010, grifo nosso.)

Entendemos, portanto, que o modo de exercício do direito de resposta, tal como disposto no projeto em análise, tem amparo constitucional por estar a matéria entre aquelas passíveis de regulação legislativa e por não implicar censura prévia ou qualquer cerceamento à liberdade de informação. Além disso, consideramos que a oferta de gravação do ofendido, como forma de veicular a resposta ou retificação ao agravo sofrido, e ainda sob o crivo da homologação judicial de seu conteúdo, constitui meio proporcional de exercício do direito de resposta.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do PLS nº 89, de 2016, de autoria do nobre Senador Roberto Requião, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

> Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2016.
> Insere parágrafos no art. 4º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Ficam inseridos no art. 4º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, os seguintes §§5º e 6º:
> "§5º A resposta ou retificação ofertada pelo ofendido poderá ser veiculada:
> I – em se tratando de mídia impressa, exclusivamente por texto escrito;
> II – em se tratando de mídia radiofônica, tanto por meio de texto escrito, a ser lido por agentes da empresa de rádio, como por meio de gravação de áudio a ser divulgada, podendo esta ser realizada pelo próprio ofendido ou por preposto por ele estabelecido;
> III – em se tratando de mídia televisiva, tanto por meio de texto escrito, a ser lido por agentes da empresa de televisão, como por meio de gravação de áudio ou de audiovisual a ser divulgada, podendo esta ser realizada pelo próprio ofendido ou por preposto por ele estabelecido; e
> IV – em se tratando da internet, tanto por meio de texto escrito como por meio de gravação de áudio ou de audiovisual realizada pelo próprio ofendido ou por preposto por ele estabelecido, se esses recursos tiverem sido utilizados no agravo, cabendo ao ofensor o dever de publicar a resposta ou retificação.
> §6º Em qualquer das hipóteses previstas no §5º deste artigo, os textos escritos, bem como as gravações de áudio ou de audiovisual, poderão ser divulgados mediante aprovação do veículo de comunicação e, caso a divulgação seja negada, após homologação da resposta ou retificação pela autoridade judiciária, na forma dos arts. 5º e seguintes desta Lei. (NR)"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Coloco em discussão a matéria.

Já está inscrito o Senador Roberto Requião.

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pedido de vista, Presidente.

Eu quero pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Ronaldo Caiado, como já havia pedido a inscrição o Senador Roberto Requião e eu já havia deferido a palavra a S. Exª, depois cedo a palavra a V. Exª, que solicitará a vista.

Então, primeiro com a palavra...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Estou pedindo vista do texto que foi apresentado neste momento ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito, mas, como estava com a palavra o Senador Requião, ele vai falar e depois, V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – E vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos ouvir o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, o parecer erudito do Senador Valadares melhora a redação da minha proposta. E o que se coloca é uma coisa extraordinariamente simples: na verdade, o direito de resposta tinha sido, nesses termos, aprovado pelo Senado e pela Câmara Federal, mas a Presidência da República entendeu que ficava uma dúvida quanto à participação pessoal ao vivo da pessoa que iria exercer direito, sem que previamente o texto fosse examinado em juízo.

A minha proposta, melhorada pelo Senador Valadares, resolve definitivamente esse problema. O texto será examinado em juízo, quer seja em meio magnético ou em vídeo, antes de ser obrigatoriamente veiculado pelo veículo que deu origem ao direito de resposta. E, evidentemente, pode, anteriormente a isso, na forma do projeto de direito de resposta ser aceito e veiculado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

próprio veículo. Então, só esclarece a dúvida que levou a Presidência da República a vetar o artigo. Parece-me extremamente adequado, bem claro.

É evidente que eu, como Autor, elogio as medidas tomadas pelo Senador Valadares e considero que a sua redação é melhor que a redação que apresentei originalmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Requião.

Senador Ronaldo Caiado, o senhor solicitou vista. A vista é regimental.

A Senadora Vanessa solicitou vista coletiva. Portanto, está concedida vista coletiva.

Senador Caiado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Só um minutinho, após o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente, já que, na próxima quarta-feira, teremos aqui a sabatina de dois membros do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e que coube a mim a relatoria da indicação do terceiro membro, solicito a V. Exª se poderia, rapidamente, ler o relatório para que ele pudesse ser incluído na sabatina da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Caiado, a posição de V. Exª é a mesma minha e da Senadora Lídice, que tem um relatório.

Nós vamos fazer, extrapauta, ao final. Quando terminarmos a pauta, faremos a leitura, inclusive do meu, do de V. Exª e do da Senadora Lídice.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Solicito a V. Exª que o Senador Eduardo Amorim possa ler o relatório, já que estou com um evento enorme dos produtores rurais, no Auditório Petrônio Portella.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sem nenhum problema.

Como Relator *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu solicitaria que S. Exª fizesse a gentileza da leitura, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, é natural – até eu próprio já utilizei desse expediente – buscar inversão de pauta para, muitas vezes, que assuntos relevantes possam ser tratados com a devida urgência nesta Casa. Mas isso não pode virar praxe. Na verdade, o esforço que a Presidência, acredito eu, deve fazer é no sentido de manter a ordem preestabelecida dos projetos que constam da Ordem do Dia divulgada anteriormente por esta Comissão.

É exatamente nesse sentido que peço o retorno ao início da pauta, para que o terceiro item da pauta, um projeto de extrema importância e que diz respeito à segurança pública no País, de minha autoria e relatado pelo Senador Pimentel, o PLS nº 219, já amplamente discutido, modificado e, eu diria, aprimorado pelo Senador Pimentel, pudesse ter preferência para votação neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Aécio.

Esta tem sido a obsessão, enquanto exerço a Presidência, de manter exatamente a pauta, mas lembro sempre que o Plenário é soberano nessa inversão. Fizemos a inversão que foi solicitada pelo Plenário no início da reunião, mas agora voltamos exatamente à pauta. E, como temos quórum, vamos aproveitá-lo para o item 3, que é terminativo.

Desse modo, apregoo o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013

- Terminativo -

Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senador José Pimentel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para proferir seu relatório. Com a palavra o Senador Pimentel.

Peço, por gentileza, ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... o silêncio e a observância do rito para que tenhamos a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 219, de 2013, de autoria do ilustre Senador Aécio Neves, que altera o art. 244-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o Direito Penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

Por sua vez, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

Nos últimos anos, vem crescendo a utilização de menores para a prática de crimes, principalmente por organizações criminosas. Elas aproveitam da condição de inimputabilidade desses menores e os utilizam para a prática de diversos crimes, os quais, se fossem praticados por maiores de idade, sofreriam as consequências da persecução penal.

Neste sentido, o PLS nº 219, de 2013, além de propor o aumento da pena para o crime de corrupção de menores, pretende instituir um sistema de apenamento segundo a quantidade da pena privativa de liberdade mínima cominada à infração que foi praticada com o menor de 18 anos ou que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

induziram a praticar. E mais: inclui o crime de corrupção de menores no rol dos crimes hediondos (art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990).

Não obstante a relevância do PLS nº 219, de 2013, que traz para o cenário nacional uma discussão de extrema importância, entendemos que a prática de crimes por crianças e adolescentes deve ser considerada de forma ampla, não somente pelo prisma daquele que pratica ou induz o menor a cometer crimes, mas também pelo lado do menor que comete o ato infracional.

Assim, considerando que o texto do PLS pode ser aprimorado, sugerimos as seguintes modificações, na forma da emenda substitutiva apresentada ao final.

O art. 1º do PLS propõe a alteração do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, incrementando a pena do crime de corrupção de menores segundo a gravidade da infração praticada ou induzida pelo maior de 18 anos. Entendemos que a alteração do art. 244-B deve ser feita com a inclusão, ao mesmo tempo, de dois outros dispositivos (arts. 244-C e 244-D). Assim, com o objetivo de encerrar a discussão, existente na doutrina e na jurisprudência, sobre o fato do crime de corrupção de menores ser material ou formal, ou seja, necessitar ou não da comprovação da corrupção efetiva do menor, criamos duas condutas típicas. A primeira delas, prevista no art. 244-B, mais grave, necessita da comprovação da corrupção ou de sua facilitação, além da prática de crime com violência ou grave ameaça. No art. 244-C, conduta menos grave, basta a prática conjunta ou a sua indução de qualquer infração penal. Incluímos ainda a conduta do art. 244-D, consistente na promoção ou facilitação de fuga de adolescente ou jovem internado em estabelecimento de cumprimento de medida socioeducativa.

Por sua vez, excluímos o art. 2º do PLS, que insere o crime de corrupção de menores no rol dos crimes hediondos. Entendemos que o referido rol deve ser preservado para conter apenas as condutas consideradas gravíssimas, que causam repugnância social e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo, seja pelo seu modo ou meio de execução, pela finalidade que presidiu ou iluminou a ação criminosa ou, até mesmo, pela adoção de qualquer outro critério válido. O alargamento descuidado e pouco criterioso da lista de crimes classificados como hediondos jogará essa categoria no "lugar comum", retirando-lhe o caráter de excepcionalidade que justifica o rigoroso regime de cumprimento de pena a que são submetidos os agentes que cometem esse tipo de delito.

Noutro giro, para tratar da questão da prática de crimes por crianças e adolescentes de forma ampla, propomos, além das modificações supracitadas, a alteração e a inclusão de outros dispositivos, que não constam do PLS nº 219, de 2013, na forma do substitutivo apresentado ao final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Senador Pimentel, apenas um minuto.

Eu vou só pedir, mais uma vez, por gentileza, aos eminentes convidados que estão conversando como se esta fosse uma sala de estar, que fizessem silêncio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu vejo pessoas em pé. Assim, de fato, não temos condições. É uma situação de desrespeito ao Senador Pimentel, nosso decano aqui na Comissão, que está lendo o seu relatório sobre uma matéria importante, e ninguém consegue ouvi-lo.

Então, pediria, por gentileza, silêncio e atenção ao relatório.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – No Código Penal, propomos a alteração do inciso III do art. 62 do Código Penal, para agravar a pena do agente que "instiga, envolve ou determina a cometer o crime o menor de dezoito anos de idade ou alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal". Por sua vez, no art. 288, que trata do crime de associação criminosa, propomos o aumento da pena até o dobro se houver a participação de criança ou adolescente.

Na Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Lei de Organizações Criminosas), propomos a revogação do inciso I do §4º e a inclusão do §8º, com o objetivo de possibilitar o aumento da pena até o dobro quando houver a participação de criança ou adolescente.

Na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2005 (Lei de Drogas), propomos, da mesma forma, a aplicação de pena até o dobro, quando a prática dos crimes previstos nos arts. 33 a 37 do referido diploma legal envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, propomos diversas alterações que aperfeiçoam o processo de responsabilização pela prática de atos infracionais por crianças e adolescentes. A redação vigente desconsidera que a resposta à infração deve ser sempre proporcional não só às circunstâncias e à gravidade da infração, mas também às circunstâncias e às necessidades do jovem e da sociedade, prevendo, de forma genérica, a possibilidade de internação nos atos cometidos mediante violência e grave ameaça à pessoa ou reiteração no cometimento de outras infrações graves, com período máximo de três anos e liberação compulsória aos 21 anos de idade. Tal redação acaba por consolidar situações injustas na aplicação de medidas socioeducativas, além de abrigar, em um mesmo ambiente, infratores que praticaram condutas de gravidades diferentes, com efeitos deletérios para a educação e o desenvolvimento da maturidade de crianças e adolescentes.

Diante disso, propomos, inicialmente, a alteração do art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aplicar excepcionalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente às pessoas entre 18 e 26 anos de idade.

No art. 121, excepcionamos o prazo máximo de internação de três anos para a hipótese do regime especial de atendimento, previsto no §3º do art. 122, no qual a liberação compulsória somente ocorrerá aos 26 anos de idade. De qualquer modo, inserimos, no §8º, a previsão de que "em nenhuma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

hipótese, a criança ou o adolescente poderá receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto".

No art. 122, §3º, inserimos a nova modalidade de internação em regime especial de atendimento socioeducativo, com prazo de até oito anos, quando houver sido praticada, mediante violência ou grave ameaça, conduta descrita na legislação como crime hediondo.

No art. 123, alteramos a redação dada pelo PLS aos §§1º e 2º, para dispor que a internação em regime especial de atendimento socioeducativo será cumprida em estabelecimento específico ou em ala especial, assegurada a separação dos demais internos. Além disso, entre as atividades no período de internação, incluímos as de educação, de ensino fundamental, médio e profissionalizante.

No art. 124, propomos a alteração do inciso XI para assegurar o acesso ao trabalho para o adolescente privado de liberdade. Ademais, incluímos o §3º para prever a necessidade de autorização judicial para o trabalho externo do adolescente em regime especial de atendimento socioeducativo.

No que tange à apuração do ato infracional, acrescentamos o art. 190-A, que dispõe que constará da representação, da sentença e do acórdão a descrição do ato, bem como o art. 209-A, que assegura a prioridade na tramitação de inquéritos policiais e ações penais, bem como na execução de quaisquer atos e diligências policiais e judiciais em que criança ou adolescente for vítima de homicídio.

Na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), propomos a alteração do inciso VI do art. 1º, para incluir a construção de estabelecimentos ou alas específicas do regime especial de atendimento socioeducativo como obra passível de ser realizada no referido regime.

Finalmente, na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trata do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, entendemos pela necessidade de inclusão, no art. 15, de um inciso VI, para prever que é requisito específico para a inscrição de programa de regime de internação em regime especial de atendimento socioeducativo a comprovação da existência de ala específica com separação dos internos.

Ademais, acrescemos o art. 17-A, para prever que o adolescente cumprirá a medida de internação em regime especial de atendimento socioeducativo, mediante o atendimento ao disposto no inciso VI do art. 15.

Finalmente, incluímos o §9º, para prever que, "nos casos de suspensão da medida de internação, a medida socioeducativa imposta a pessoa portadora de transtorno mental será extinta aos vinte e um anos de idade, exceto no caso de cumprimento em regime especial de atendimento socioeducativo, hipótese em que a extinção se dará aos vinte e seis anos de idade, assegurando-se, em ambos os casos, o tratamento na forma da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001". Assim, deixamos expressa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

possibilidade de aplicação da medida socioeducativa da internação até os 26 anos, no caso de regime especial de atendimento, e até os 21 anos, nos demais casos.

Voto.

Pela exposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2013, nos termos da emenda substitutiva que apresentamos a seguir. Já publicada há bastante tempo, Sr. Presidente. Por isso dou como lida.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Senador José Pimentel. Agradeço essa brevidade de V. Exª e coloco em discussão a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Aécio Neves, Autor do tema.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, trata-se de tema da maior relevância, que já tramita há alguns anos nesta Comissão.

Eu devo, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Pimentel, que fez alterações significativas no texto, mas sempre na busca do seu aprimoramento. Eu as reconheço, poderia até lateralmente divergir de uma ou de outra alteração, mas, no conjunto, elas fortalecem o texto e, obviamente por isso, têm o nosso apoio.

Na verdade, essa iniciativa de minha autoria traz uma conexão com a contemporaneidade. Nós estamos vendo no Brasil inteiro, nas grandes, médias e pequenas cidades o crescimento da criminalidade de forma avassaladora. O Estado cada vez mais refém desses crimes e o crime se atualiza, o crime se sofistica, ganha tecnologia. Entre esses aprimoramentos – isso é estatístico, isso é científico, isso não é apenas uma observação aleatória –, o que temos visto de forma muito crescente, em conversa com agentes policiais e membros do próprio Ministério Público, é uma utilização quase que industrial de menores de idade para o cometimento de crimes graves: quadrilhas criminosas estabelecidas, cada vez mais, utilizam-se de jovens para o cometimento de crimes, pois, no momento em que aquele crime é combatido, é contido pela autoridade policial, na maioria das vezes, cabe ao menor de idade assumir lá a etapa mais grave, um eventual assassinato, por exemplo, em lugar daqueles que praticaram o crime.

O que buscamos fazer com essa proposta é agravar, de forma dura e clara, os crimes para aqueles que utilizam menores de idade para o cometimento dessas infrações. Hoje, de acordo com o art. 244 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a pena para a corrupção de menor varia de um a quatro anos. Nesse projeto, essa pena passa a ser de até 12 anos de reclusão, dependendo, obviamente, do crime cometido ou da forma pela qual ele foi induzido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O substitutivo do ilustre Senador Pimentel, na verdade, traz também um maior detalhamento para o que seria o crime de corrupção de crianças e de adolescentes, tanto no que diz respeito ao corruptor, que induz o menor ao crime, mas também com o agravamento da pena para o menor que comete crime grave. Esse substitutivo também mantém a classificação que havíamos sugerido de crime hediondo, proposta no art. 2º do PL original. Mas o Senador Pimentel traz aqui uma distinção com a qual concordo: ela deixa de ser aplicada de forma geral para a prática de corrupção de menores e será aplicada, na verdade, aos casos em que o ato cometido esteja configurado nas leis atuais de crimes hediondos. Portanto, na verdade, é uma simplificação do nosso processo.

Hoje, nós sabemos que o art. 122 do ECA propõe um período máximo de internação de três anos para os adolescentes que cometeram eventual crime. O substitutivo do Relator propõe alterar essa data para até oito anos de internação – era a nossa proposta –, ou seja, até os 26 anos de idade, se a conduta praticada pelo infrator, quando ele era menor de idade, obviamente, no cometimento do crime, for crime hediondo.

O substitutivo mantém também a liberação compulsória, como disse aqui o Senador Pimentel, aos 21 anos, como é hoje, exceto, como eu disse, nos casos de crime hediondo, no qual a liberação será compulsória aos 26 anos de idade. Ele também mantém a internação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... do menor em regime especial de atendimento socioeducativo, mas cria – isto é importante, eu ressalto – um adendo ao propor que a pena estendida e, portanto, as condenações, que passarão a ser superiores a três anos, sejam cumpridas em estabelecimento específico ou em área especial, assegurada a separação dos demais internos. Essa é a dúvida que foi suscitada logo no início destes debates.

Eu, aqui, faço um elogio também a uma introdução feita pelo Relator que permite que aquele tão polêmico Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) possa ser utilizado para a construção de estabelecimentos ou alas específicas para esse atendimento socioeducativo nesse regime especial.

Portanto, para que não haja uma discrepância enorme entre a intenção do projeto e a realidade do País, nós estamos também – essa proposta está no substitutivo do Relator e com ela eu concordo – permitindo que a construção dessas alas específicas para jovens infratores esteja submetida ao RDC, o que significa obviamente uma agilidade maior para viabilização desses estabelecimentos.

Diz também o substitutivo que durante o período de internação, inclusive a provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas, além de atividades de educação de ensino fundamental, médio e profissionalizante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estou aqui ao lado do Senador Magno Malta, que acompanha e trabalha muito essa questão da reinserção dos jovens infratores na vida social. Hoje, o ECA estabelece que será garantido o acesso, Senador Pimentel, à escolarização e à profissionalização.

O substitutivo de V. Exª corretamente amplia também esse benefício para o acesso à aprendizagem e ao trabalho, mais uma adequação à realidade do País hoje, autorizando, portanto, a prestação de trabalho externo para esses adolescentes, o que ainda hoje não é permitido durante a internação em regime especial de atendimento socioeducativo. Portanto, eles poderão, além do direito à escolarização e à profissionalização, trabalhar, desde que, obviamente, com acompanhamento socioeducativo.

Há também algo para que merece aqui ser chamada atenção, uma introdução, no art. 227 do ECA: há a prioridade da tramitação desses inquéritos policiais e ações penais. Na verdade se está dando uma preferência, junto à autoridade policial e aos órgãos de justiça, para que as ações que digam respeito a crimes eventualmente cometidos por crianças ou adolescentes tenham tratamento especial, tenham prioridade na sua tramitação.

Ainda, ao final o substitutivo propõe a alteração do inciso III do art. 62 – também chamo atenção para esse tema, Senador Malta –, para agravar a pena do agente que instiga, envolve ou determina cometer crime o menor de 18 anos de idade ou alguém sujeito à sua autoridade, ou não punível, em virtude de condição ou qualidade pessoal.

Esse substitutivo é estendido também à autoridade policial, ao agente público, que eventualmente tenha induzido o jovem a assumir uma responsabilidade que não é sua ou mesmo a cometer algum delito; passa ele também a ter a sua pena agravada.

Ao final, na Lei 12.850, de 2013, o substitutivo do Relator propõe a revogação do inciso IV – e eu concordo – com a inclusão do §8º, com o objetivo de pressionar o aumento da pena até o dobro, quando houver a participação de crianças e adolescentes. Nós estamos dobrando essa pena.

Por último, o Relator propõe a aplicação também de pena até o dobro quando a prática desses crimes envolver ou atingir criança e adolescente, no caso de consumo ou tráfico de drogas. Nós estamos especificamente nos atendo à questão das drogas.

Por último, como disse aqui também, o aprimoramento com a utilização do regime de contratações públicas diferenciadas.

Portanto, para não me estender, aproveitando o quórum desta reunião, cumprimento o Relator e obviamente, como Autor do projeto, conclamo os ilustres Senadores a aprovarem essa proposta, extremamente estimuladora à inibição da utilização de jovens no cometimento de crimes das mais variadas espécies no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço o Senador Aécio.

Antes de passar a palavra ao Senador Magno Malta, eu queria tão somente alertar que esta matéria em discussão tem caráter terminativo. Então, ela precisa de quórum para votação.

O Senador Armando quer fazer alguma de questão?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, quero reiterar o pedido para retirada do item 35 para reexame.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Vamos retirar o item 35 da pauta, a pedido do Senador Armando Monteiro.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 43, de 2015

- Não terminativo -

Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- Em 30/11/2016, a Presidência concedeu vista aos Senadores Paulo Paim e Aloysio Nunes Ferreira nos termos regimentais;

- Em 12/12/2016, foi apresentado Voto em Separado do Senador Paulo Paim contrário ao Projeto.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Quero cumprimentar o Senador Aécio pelo projeto e o Senador Pimentel pelo relatório.

Nessa questão que envolve homens travestidos de criança, nós divergimos em muita coisa, mas penso que o projeto é um avanço, e o relatório do Senador Pimentel é um avanço. É sabida qual é a minha posição em relação a tudo isso. Minha posição é a redução da maioridade penal. O Brasil conhece a minha posição.

Na verdade, quando se diz que há adultos usando crianças, são crianças travestidas de homem, são homens travestidos de criança que se utilizam do ECA, que não é uma bíblia e que merece e precisa de muita mudança.

Eles cometem crime de toda ordem, participando do feito. Não é que sejam usados. Dificilmente são usados. Eles se deixam utilizar porque sabem da impunidade. Eles conhecem o ECA mais do que qualquer advogado ou qualquer Ministro de Tribunal Superior. E falo aqui com a experiência de quem tem 38 anos da vida retirando da rua, devolvendo à vida e compartilhando esses assuntos com eles. Até me assusta muita quando aparecem muitos defensores que nunca colocaram a mão em nenhum deles, num gesto de misericórdia, para levar para dentro de casa.

Divirjo muito, mas penso que o projeto do Senador Aécio é um avanço. E quero participar desse avanço.

O relatório do Senador Pimentel também, dentro do que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Quieto, moço, espere aí! Comportem-se vocês dois! Estou elogiando vocês, e vocês me derrubando. (*Risos.*)

É um avanço, Sr. Presidente, até o momento de chegar o dia em que vamos entender que a violência deste País... Não é que a redução da maioridade penal seja a solução e que vai resolver, mas é parte significativa desse bolo, porque homens travestidos de criança estupram, sequestram, matam e, depois: "Tire a mão de mim, porque sou menor e conheço meus direitos!"

Não vejo o projeto do Senador Aécio como suprassumo do mundo para a necessidade que temos no Brasil, mas, de fato, é um avanço. Parabenizo-o pelo projeto.

Parabenizo também o Senador Pimentel pelo relatório. Ele sabe a minha posição e até aonde nós divergimos, mas não posso deixar de reconhecer que avançamos nesta matéria, que certamente terá o meu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço o Senador Magno Malta.

Eu gostaria de solicitar a aquiescência do Plenário para abrir o painel, enquanto acabam algumas observações.

Oriento a Secretaria a abrir o painel.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Passo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para discutir a matéria.

Os Parlamentares já podem votar.

Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero iniciar justamente ressaltando e destacando a iniciativa do Senador Aécio e parabenizando o Senador Pimentel pelo relatório detalhado e muito competente que fez. Considero que seja um avanço, embora eu tenha posição diametralmente oposta à do Senador Magno Malta. E me considero uma pessoa que tem trabalhado com essa questão, inclusive na minha gestão, atuando diretamente com os meninos que viviam nas ruas de Salvador.

Eu considero que ele avança e que, claro, complementa o Sinase, que nós já aprovamos aqui o ano passado e sem o qual não é possível a eficácia na lei...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... que hoje se examina, até porque essa avaliação e separação em unidades diferenciadas dos adolescentes que não cometem crimes graves serão asseguradas pelo Sinase.

Por isso, apoio a proposição. Voto a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Lídice.

Senador Eduardo Amorim, V. Exª pediu para discutir?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. *Fora do microfone*.) – Sim, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Parabenizo, Sr. Presidente, tanto o Autor, Senador Aécio Neves, como também o Relator, Senador Pimentel, que aprimorou o projeto, que é extremamente atual. Diria que este é um projeto que deveríamos urgentemente ter aprovado, porque chega realmente de se usarem crianças e adolescentes para a prática de crimes como os que a gente tem visto nas ruas, no dia a dia deste País. Então, o projeto não corrige tudo, mas, com certeza, avança muito, como já foi dito.

Mais uma vez, parabenizo o autor e o Relator pela proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Amorim.

Senador Wilder, para discutir.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, eu também quero parabenizar o autor do projeto e também o Relator. O projeto é oportuno, em um momento destes em que a gente vive uma violência total no País. Talvez não seja a solução, mas é um caminho em que se pode seguir rápido e avançar nessa questão da criminalidade, que tem utilizado jovens que possuem uma ficha corrente enorme, mas têm sido protegidos por questão da menoridade.

O meu voto também é "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Indago se todos os senhores já votaram. (*Pausa.*)

Portanto, declaro encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que faça a apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aprovado à unanimidade, com 15 votos favoráveis.

O substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Srªs e Srs. Senadores, como nós não temos o quórum para a votação terminativa, mas temos para votação não terminativa, vamos, como foi combinado no início, seguir a ordem dos itens não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

terminativos da pauta daqueles Relatores que se encontram presentes. Desse modo, o próximo item não terminativo com Relator presente...

Eu solicito ao Senador Pimentel a gentileza de presidir a sessão, porque do próximo item cabe a mim a relatoria, não terminativo, que é o item... É o item 37 mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o item 37.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 37.

ITEM 37

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 20, de 2015

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pimentel.

Vou passar diretamente à análise, informando que compete a esta Comissão, por força do disposto no nosso Regimento Interno, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Por sua vez, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, por força do *caput* do art. 48 da Lei Maior.

Neste caso, estamos tratando de tema que se refere ao art. 175 da Constituição Federal, que trata da prestação de serviços públicos.

Abstenho-me da leitura do dispositivo constitucional, que é do conhecimento de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por outro lado, o §3º do art. 37 determina a participação do usuário do serviço público, que é o cidadão, na forma de acompanhamento das reclamações relativas à prestação de serviços públicos.

O art. 37, §3º, portanto, prevê: "As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei."

E é exatamente este o objeto desta norma. A emenda constitucional permitiu, no prazo, que fosse feita essa regulamentação, e coube, portanto, ao Congresso elaborar a lei de defesa do usuário de serviços públicos, em que pesem os dezenove anos decorridos desde a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, sem ter sido essa lei ainda editada. Mas jamais é tarde para fazê-lo.

A competência da União para legislar sobre a matéria é clara. E, apesar de haver sempre a discussão sobre a natureza das normas gerais, nós temos, de maneira muito clara, que o objeto desse texto é exatamente colocar normas gerais como lei nacional, não limitado ao âmbito da Administração Pública Federal, tendo em vista que o mencionado art. 27 da Emenda Constitucional nº 19 estabelece o prazo para o Congresso Nacional elaborar a lei de defesa do usuário de serviços públicos, e o §3º do art. 37 da Lei Maior prevê a edição de lei para disciplinar as formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta.

Por consequência, em que pese o assunto "direito dos usuários de serviços públicos" não se encontrar elencado no art. 24 da Carta Magna entre as matérias que são de competência legislativa concorrente, a proposição em exame deve ser normatizada mediante lei nacional, em razão de abranger as três esferas da Federação e por se tratar de estabelecer normas gerais.

Também não há no substitutivo da Câmara dos Deputados em análise – que estabelece normas básicas para essa participação – restrição de iniciativa, pois não se cuida de assunto submetido à iniciativa privativa do Presidente da República.

Na tramitação inicial do projeto, pelo Senado Federal, esta CCJ acatou o relatório do Senador Romero Jucá, que constituiu o Parecer nº 426, de 2002, que já afirmava pela constitucionalidade da proposta.

A seguir disso, nós tivemos encaminhamento e aprovação na CCJ da Câmara dos Deputados, pelo então Deputado Sigmaringa Seixas, também em 2002, que conclui exatamente pelo respaldo constitucional e legal.

Posteriormente, a matéria, na CCJ da Câmara, recebeu relatório do Deputado Efraim Filho, que também reafirma pela posição positiva, concluindo, portanto, pela sua aprovação.

No que diz respeito ao mérito, superadas as questões formais, concordamos com as modificações introduzidas pela Câmara, como Casa revisora, no PLS nº 439, de 1999, dentre as quais, as mais relevantes constam dos itens “a” ao “h” da primeira parte deste relatório, haja vista ter propiciado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diversos e importantes aperfeiçoamentos à proposição aprovada pelo Senado Federal, destacando-se a que estende o alcance de *lege ferenda* para a Administração Pública de outros entes da Federação, antes, restrito tão somente à União.

Também excluiu eventuais vícios de constitucionalidade que atentavam contra o princípio da separação dos Poderes ao usurpar a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo de lei que trata das atribuições de órgãos da Administração Pública.

Incluiu, ademais, outras medidas que, sem dúvida, tornaram a proposição mais abrangente e efetiva no sentido de ir ao encontro dos preceitos constitucionais relativos à participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública.

Por derradeiro, quanto aos aspectos de juridicidade, de regimentalidade e de técnica legislativa, não temos ressalvas a fazer ao SCD nº 20, de 2015.

Desse modo, passo ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 439, de 1999, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e, também, quanto ao mérito.

Faço questão de acrescer tão somente, Sr. Presidente, se me permite, o esforço inicial do autor do projeto, Senador Lúcio Alcântara, do seu Estado, que, até recentemente, esteve comigo, empenhando-se muito pela aprovação de uma norma antiga, que, volto a dizer, é de 1999. Chegou o tempo, felizmente, de aprová-lo. E vai representar, na prática, um ponto muito favorável ao usuário do serviço público, especialmente no acompanhamento, na reclamação e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Portanto, o relatório é no sentido do voto favorável, pela aprovação do que veio da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 20, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria vai ao Plenário.

Devolvo a Presidência ao Senador Anastasia.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha e, posteriormente, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Anastasia, eu queria solicitar à Presidência desta Comissão, uma vez que estamos no mês de maio, no Maio Amarelo, que tem o objetivo de chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito, a preferência para a votação do projeto que é da minha relatoria e que é de autoria do Deputado Beto Albuquerque e que cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e de Lesões no Trânsito. Se fosse possível, eu queria pedir preferência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o próximo item da pauta, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Já é o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o próximo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Mas, antes de conceder a palavra a V. Exª para fazer a leitura do relatório, eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Também, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir para que, seguindo a lógica estabelecida por V. Exª, pudéssemos ler e, se possível, aprovar, é lógico, o projeto constante do item 42, que é não terminativo, cujo Relator, o Senador Antonio Carlos Valadares, está aqui, logo em seguida ao item do Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É a nossa pretensão. A nossa pretensão, enquanto houver aqui a discussão, é a de que os não terminativos avancem na pauta, pedindo sempre, é claro, brevidade, porque, quanto mais rápido nós formos, sem prejuízo da discussão, mais aprovaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vamos apregoar o item 29.

ITEM 29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2016

- Não terminativo -

Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS); e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos.

Autoria: Deputado Beto Albuquerque e outros

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para que possa proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, muito brevemente, vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, pronunciando-se sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, por se tratar de alteração ao Código de Trânsito Brasileiro, também acerca de seu mérito.

Em relação aos aspectos formais, encontram-se atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos que dizem respeito à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa (arts. 22, 48 e 61, todos da Constituição Federal). A técnica legislativa é adequada, segundo os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Do ponto de vista da juridicidade, a matéria veicula as alterações por lei ordinária, modificando a legislação vigente onde necessário. É ainda dotada de generalidade e exequibilidade, e inova o ordenamento jurídico. Contudo, não é cogente, uma vez que não estabelece nenhuma consequência no caso do seu descumprimento.

Para sanar esse problema, apresentamos uma emenda para fazer com que os Estados que falharem em obter a redução à metade dos índices de mortes, após dez anos, tenham que fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contribuições maiores ao Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito (Funset). O Funset, de acordo com o art. 4º da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, custeia as despesas da União relativas à operacionalização da segurança e à educação de trânsito. O fundo é custeado, principalmente, pela contribuição de 5% do valor das multas de trânsito arrecadadas pelos órgãos de trânsito.

Para estimular os órgãos de trânsito a cumprirem a meta do PNATRANS, propomos que, em caso de descumprimento após dez anos de instauração do programa, o percentual de contribuição sobre as multas passe de 5% para 10%. Se a falha persistir, no ano seguinte, a contribuição será de 20%, atingindo o limite de 40% após o terceiro ano em que as metas não sejam atingidas.

Dessa forma, as unidades da Federação que menos contribuírem para a redução do número de mortes no trânsito passarão a fornecer mais recursos financeiros para as ações de segurança e educação, o que consideramos justo.

Quanto ao mérito, todos sabemos o quanto é necessário e urgente reduzir o número de acidentes com vítimas, que causam tragédias em tantas famílias e tanto custam em recursos desperdiçados e perda de produtividade.

O Brasil perde muito com a violência no trânsito. Em 2014, o País perdeu R$56 bilhões, quando 43.780 pessoas morreram – 2% a mais que o número de vítimas fatais do ano anterior – e cerca de 600 mil ficaram com sequelas permanentes em razão dos acidentes.

O custo social dos acidentes de trânsito envolve gastos com atendimento médico (resgate, tratamento hospitalar, reabilitação), infraestrutura (conserto de equipamentos de trânsito, custos do atendimento da polícia e bombeiros) e perdas de produção (custo previdenciário e impossibilidade de o acidentado trabalhar, muitas vezes em caráter permanente).

De acordo com uma pesquisa elaborada pelo Observatório Nacional de Segurança Viária, todo o valor usado para pagar os custos com as mortes e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito corresponde ao total de repasses do Governo Federal para todos os Estados da Região Norte do País mais os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Outra pesquisa, elaborada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) apontou que 42% das pessoas que morreram em acidentes de trânsito na capital paulista tinham consumido bebidas alcoólicas horas antes da ocorrência.

Segundo os pesquisadores, o índice chega a quase 60% quando são considerados apenas motoristas e outros ocupantes dos veículos. Quando quase metade das vítimas acidentadas no trânsito tem indicativo de que havia bebido, é sinal de que algo grave está acontecendo. Mas no Brasil não existe a cultura de avaliar esses fatores de risco. Como se vê, é preciso ter dados que consigam nos dar estimativas, para que, como gestores públicos, possamos traçar estratégias de atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Feitas essas considerações, esperamos contribuir para que o programa aqui acrescido ao Código de Trânsito Brasileiro seja, de fato, exitoso.

Voto.

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2016, do nobre Deputado Beto Albuquerque, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda publicada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Roberto Rocha e coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero, primeiro, cumprimentar, pelo relatório, o Senador Roberto Rocha e também, pela iniciativa, o autor, o ex-Deputado Beto Albuquerque, que foi inclusive Secretário de Transportes do Rio Grande do Sul.

Esse tema está apresentando, a cada dia, um índice trágico de mortes, em grande parte por excesso de velocidade e também pelo consumo associado de bebida alcoólica e às vezes até de drogas.

O *Correio Braziliense* de hoje mostra uma morte provocada por motoristas embriagados, que fugiram do local sem dar assistência às vítimas. Mãe e filho morreram. Um acidente horrível aqui em Brasília.

Mas esse cenário não é exclusivo da Capital Federal, que tem um trânsito considerado civilizado, porque ainda se respeitam as faixas de segurança. O problema é que isso se alastra pelo Brasil inteiro. E, mesmo que se façam leis mais duras – e o nosso Código de Trânsito é um dos mais perfeitos do mundo – , enquanto não houver a responsabilidade e a consciência do motorista, nós vamos avançar muito pouco em relação a isso. O que fazer? Essa é a grande questão. O que fazer para que o motorista que pegue um carro não transforme o carro em uma arma e que haja vítima fatais inocentes, às vezes indo para o seu trabalho, às vezes indo visitar o pai ou a mãe, que são mortas na estrada por um motorista irresponsável embriagado?

Eu queria lembrar também, a propósito dessa iniciativa, que a Organização Mundial da Saúde fez uma meta para, até 2020, reduzir em 10% o consumo de bebida alcoólica, especialmente aquela relacionada a motoristas, mas mais ainda como comportamento social. Essa iniciativa da OMS está sendo, aqui no Brasil, trabalhada intensamente em um projeto ambicioso que tem o apoio de várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

instituições. E nós da Fundação Milton Campos estamos juntos para tentar trazer estatísticas não tão violentas quanto as que nós temos em relação à mortandade no trânsito. Nós temos uma guerra civil a cada fim de semana.

Então, quero cumprimentar pela iniciativa o Deputado Beto Albuquerque e também, pelo relatório, o Senador Roberto Rocha, nessa matéria tão atual e tão relevante, inadiável até, para o nosso País.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, também quero parabenizar o Senador Roberto Rocha pelo seu relatório e, em especial, o Deputado Beto Albuquerque, que há muitos anos luta justamente para dotar o Brasil de uma legislação correta em relação ao trânsito.

O Beto participou muito intensamente do projeto de zero consumo de álcool na Câmara dos Deputados. Eu fui sua colega e pude acompanhar o desempenho que ele teve nessa questão. Ele também foi Secretário dos Transporte do Rio Grande do Sul, mas, mesmo antes disso, ele já tinha uma atuação muito destacada na Câmara relacionada com a proteção à vida no trânsito.

É destacado também este episódio de que a Senadora Ana Amélia tratou, que, na verdade, é uma acusação, pelo que pude acompanhar da matéria hoje na televisão, de pega aqui em Brasília, que é uma prática extremamente condenável. Em diversas capitais brasileiras e cidades do interior, isso aconteceu e acontece. Nós temos de coibir isso de forma exemplar.

Acho que o projeto de Beto vem sempre na direção do fortalecimento, do equilíbrio e da defesa da vida no trânsito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senadora Lídice.

Para discutir, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu quero também parabenizar a qualidade do parecer do Senador Roberto Rocha e registrar que nós tivemos êxito na questão da prática do fumo, ou seja, a sociedade brasileira teve uma redução muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

grande de pessoas que praticavam o fumar, e, com isso, diminuiu-se a quantidade de problemas respiratórios nessa área.

Infelizmente, na área da bebida, do álcool, nós não tivemos o mesmo êxito. Esse projeto permite que a sociedade brasileira aprofunde essa discussão, com o agravante de que grande parte das pessoas que dirigem, tendo ingerido bebida alcoólica, tem instrução alta, são graduados, são pessoas que tiveram oportunidade de estudar. Portanto, não é apenas falta de educação; é muito mais falta de um acompanhamento, de um convencimento, como fizemos na prática do fumo, e esse projeto nos ajuda nesse sentido.

Precisamos também registrar que a ampla maioria das vítimas em acidente de trânsito é de pessoas jovens. É evidente que alcança todas as famílias brasileiras, mas mais particularmente as pessoas entre 15 e 50 anos de idade, em plena atividade laborativa, em pleno momento da sua capacidade de produção. E isso tem um reflexo muito grande no mundo da acidentalidade, no Ministério da Previdência Social.

Estamos agora discutindo a reforma da previdência, e eu tenho divergência em muitos pontos que ali estão, mas preciso registrar que a quantidade de acidentes de trajeto hoje é muito maior do que a quantidade de acidentes que temos no chamado chão de fábrica, ou seja, dentro da empresa, dentro da repartição. E, quando se analisa essa quantidade de acidente de trajeto, identifica-se que os motoqueiros, como nós chamamos aqueles condutores de motocicletas, são o maior número, e são pessoas entre 20 e 40 anos de idade, em plena atividade laboral. Muitas vezes, a sequela é de tal ordem que ele é aposentado por invalidez permanente, em face da sequela deixada pelo acidente. Portanto, esse projeto de lei nos ajudará em grande parte nessas questões.

Vou votar favoravelmente, juntamente com a nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Indago se alguém mais quer discutir esta matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Garibaldi.

Desculpe-me, Senador Garibaldi. O Capiberibe tinha pedido antes. Foi falha minha. Peço perdão ao Senador Capiberibe.

Depois, o Senador Garibaldi.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria manifestar a minha satisfação e também parabenizar o Relator, Senador Roberto Rocha, e o autor da proposta, Deputado Beto Albuquerque, pela iniciativa do combate à violência. Reduzir os acidentes de trânsito é fundamental num país em que isso virou uma catástrofe, uma tragédia. A violência, no nosso País, é algo de que nós estamos perdendo o controle não apenas no trânsito, mas também no campo e na cidade.

Veja, eu queria fazer um apelo a V. Exª. Eu conversei, na semana passada, com o Presidente da Comissão, Senador Lobão, para que colocasse em pauta a PEC 24, de 2012, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, ou seja, cria um orçamento para, em seguida, criar uma política nacional de segurança pública. Não é admissível que, em um país da dimensão do Brasil, com 27 Estados federados, com dimensão continental, o Governo Federal não tenha uma política de segurança pública. Isso não pode continuar. A nossa proposta, a PEC 24, propõe a criação desse fundo. Não se fazem políticas públicas sem orçamento. É um orçamento tímido inicialmente, mas que pretende sensibilizar o Estado brasileiro para que ele crie essa política e coordene a política de segurança pública.

Há duas semanas, houve o massacre de Colniza, no Mato Grosso; na sexta-feira passada, outro massacre dos indígenas, dos gamelas, no Maranhão; ontem houve um confronto entre gangues, grupos, quadrilhas, no Rio de Janeiro. E isso se reproduz, a cada dia, no País como um todo. E o Governo Federal, a União, está imobilizado. Para você ter uma ideia, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e Cidadania do Ministério da Justiça executou, no ano passado, R$6 milhões. É ridículo, não há condição, a União não garante a integridade física do cidadão e da cidadã brasileira.

Foi criada aqui uma comissão para debater políticas de segurança pública. Não houve grandes projetos, restou a PEC 24. E, na ausência de outras propostas, eu solicito que seja pautada. Ela já foi, inclusive, lida cinco vezes em plenário, está pronta para votação em plenário, mas houve uma emenda. Eu pediria a V. Exª que, na próxima reunião da CCJ, volte para a pauta, com a presença do Senador Aécio Neves, que é o Relator da proposta, para ver se avançamos, porque, na ausência de qualquer outra proposta, parece-me que esse projeto é um indício de uma política de segurança pública que cria, de fato, um orçamento permanente e não, esses orçamentos eventuais.

O Fundo Nacional de Segurança Pública chegou a executar, em alguns anos, em 2011, R$1,8 bilhão; no ano passado, caiu para R$6 milhões; neste ano, deve ser zero. Portanto, não há políticas públicas sem orçamento público.

Eu solicito e reitero esta minha solicitação para que a gente defina se nós vamos votar a favor ou contra o projeto, mas que ele vá ao Plenário e que se decida de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informa a Secretaria que foram apresentadas duas emendas, e as emendas foram encaminhadas ao Relator, Senador Aécio, que ainda não as devolveu à Secretaria. Então, tão logo devolva, a Secretaria já foi orientada pelo Presidente para pautá-la.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Garibaldi para discutir.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Relator, o Senador Roberto Rocha, pelo seu parecer de objetividade muito grande e cumprimentar o autor, o Deputado Beto Albuquerque.

E, a despeito do parecer do Senador Roberto Rocha trazer muitos dados, muitas informações estarrecedoras – como foram objeto de comentário aqui já de alguns Senadores; por exemplo, o Brasil perde muito com a violência de trânsito, e diz o Senador Roberto Rocha que, em 2014, o País perdeu R$56 bilhões, mas o que importa mais é que morreram 33.780 pessoas, 2% a mais que o número de vítimas fatais do ano anterior –, o que me chama mais atenção no parecer do Senador Roberto Rocha é que, no final da sua análise, ele diz que outra pesquisa, elaborada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, apontou que 42% das pessoas que morreram em acidentes de trânsito na capital paulista tinham consumido bebidas alcoólicas horas antes da ocorrência.

Mas o final é que me deixou preocupado, pela advertência que o Senador Roberto Rocha fez ao dizer ainda, depois de todos esses dados, que "no Brasil não existe a cultura de avaliar esses fatores de risco. Como se vê, é preciso ter dados que consigam nos dar estimativas, para que, como gestores públicos, possamos traçar estratégias de atuação". É uma advertência que precisa ser ouvida por todos os que compõe o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Congratulo-me com o Relator, o Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Não havendo mais quem queira discutir... Pois não, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o Relator.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, eu quero, claro, agradecer aqui as palavras elogiosas ao nosso relatório dos nossos colegas Senadores e alegar que a emenda que nós apresentamos busca dar maior efetividade à proposta do Deputado Beto Albuquerque. Reconheço que ela levará o projeto de volta para a Câmara, mas é o preço que nós temos que pagar para melhorar a proposta aqui, no Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos no início do mês de maio. Como disse no início, o mês em que temos, no mundo todo, a oportunidade de chamar a atenção para esse grave problema.

Eu quero aqui, desde já, deixar colocado que vou fazer o requerimento de urgência para levar essa matéria ao Plenário o quanto antes, solicitando também um apelo à Câmara dos Deputados no sentido de que faça a votação e a aprovação dessa matéria para que, durante o mês de maio ainda, possamos ver isso se transformar em lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto com uma emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto, com a Emenda nº 1, CCJ.

A matéria vai ao plenário.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em votação a urgência.

Os que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Próximo item é o item 1.

Senador Maranhão...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Não seria o 42, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É porque voltou, estamos seguindo a ordem. O Relator está presente, é não terminativo, a não ser que o Relator não queira fazer, porque já foi lido o relatório, então estaríamos só na discussão e votação do item 1.

Pode ser, Senador Maranhão, aproveitando a sua ilustre presença entre nós?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, aceito e agradeço a indicação de V. Exª. Aliás, eu ia me deslocar para situar a posição em que estava o projeto de que sou Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Então, eu vou apregoar e passar de pronto a palavra a V. Exª.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 125, de 2015

- Não terminativo -

Fixa os critérios para escolha do Advogado-Geral da União, bem como o procedimento para a sua nomeação.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 29/03/2017, foi concedida vista ao Senador Roberto Requião nos termos regimentais.

Lembro que o eminente Relator já leu o seu relatório. Desse modo, vamos à discussão.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Desculpe-me, Sr. Presidente, acabo de chegar da audiência pública da Comissão de Agricultura sobre a questão do Funrural.

Eu havia conversado ontem com o autor, Senador Ricardo Ferraço, e fiz algumas ponderações de ordem prática em relação à questão da Advocacia-Geral da União. Eu não vou entrar no mérito, na questão jurídica, gostaria apenas de colocar um item para justificar o pedido que farei.

Não podemos nos esquecer nunca da independência e harmonia entre os Poderes. Neste caso, o que estamos querendo é que a escolha do Advogado-Geral da União, além de passar pelo próprio órgão técnico, passe por uma sabatina no Senado Federal. Preocupa-me muito essa ingerência do Poder Legislativo em relação ao Executivo, e o inverso também se faz verdadeiro. Eu acho que, cada vez mais, temos que fortalecer as instituições e os Poderes e saber qual é o papel de cada qual.

Tendo em vista isso e pela experiência que já tive, por duas vezes, no Executivo municipal do meu Estado, entendo que é fundamental que o procurador do Município, o procurador do Estado, que, paralelamente, é o mesmo que o Advogado-Geral da União, seja de livre escolha do dirigente. Como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que eu posso exigir de um Governador do Estado, de um Prefeito municipal e mesmo de um Presidente da República que tenha, ao seu lado, para decidir se assina ou não questões de alta relevância nacional, estadual ou municipal, que envolve monta de recurso financeiro e que implica colocar a sua digital, a sua responsabilidade civil, portanto com seu patrimônio, sua responsabilidade administrativa, podendo perder o mandato, e a sua responsabilidade penal, criminal, podendo sofrer processo criminal por aquilo que decide, colocar ao seu lado um advogado que não coaduna com a sua ideia, com o seu pensamento ou que seja da sua mais estrita confiança.

Em função disso Relator, Senador José Maranhão, disse que estaria disposto a repensar o projeto, para que nós possamos, de repente, melhorá-lo, adaptá-lo na melhor das hipóteses ou, na pior das hipóteses, retirar essa sabatina, porque, a meu ver, eu vejo essa sabatina como uma ingerência indevida do Senado Federal EM uma atribuição que é a própria do Poder Executivo.

Por isso, assim, pedindo permissão ao Relator e aos demais membros, eu perguntaria se seria possível pelo Regimento, com a anuência do Relator, deixar essa matéria para a próxima semana, quando o autor estiver aqui e nós pudermos discutir essa questão.

Estou repetindo, porque tenho V. Exª como testemunha de que, ontem, o autor, Senador Ricardo Ferraço, concordou em discutirmos e aperfeiçoarmos esse projeto.

É o pedido que faço carinhosamente ao nosso eterno Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone.

De fato, fui testemunha da conversa de V. Exª com a minha participação e do Senador Ricardo Ferraço, mas temos que submeter a decisão ao crivo do eminente Relator, que é o soberano na condução do processo legislativo, o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Depois desse carinhoso apelo, eu não posso deixar de atender à Senadora Simone Tebet, até porque eu não sou o autor do projeto. O autor do projeto é o Senador Ferraço, que já manifestou aqui e a alguns colegas o desejo de reexaminar a matéria para aperfeiçoá-la e deixá-la conforme o entendimento da maioria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Maranhão e retiro de pauta, portanto.

Vamos ao Item 32.

ITEM 32

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2016

- Não terminativo -

Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Excelência.

Cumprimento V. Exª e os demais membros da Comissão.

Essa proposta vem em um momento muito importante. Todos devem ter acompanhado que ontem houve uma ocupação no Ministério da Justiça pelos agentes penitenciários, que estão sedentos por essa organização.

O nobre Senador Cássio Cunha Lima fez o projeto, a proposta em atendimento, há muito tempo, a esse pessoal e agora, nessa oportunidade, está em pauta para discutirmos.

O relatório.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 14, de 2016, cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital, acrescentando-as ao rol dos órgãos do sistema nacional de segurança pública disposto no art. 144, da Constituição Federal.

Às polícias penitenciárias caberia a segurança dos estabelecimentos penais e a escolta de presos, consoante o §5º-A, inserido pela PEC no art. 144, da Constituição Federal.

Outros dispositivos constitucionais são também alterados pela PEC para estabelecerem: a) que a polícia penitenciária do Distrito Federal (DF) será organizada e mantida pela União (art. 21, inciso XIV); b) que a lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do DF, da polícia penitenciária distrital (art. 32, §4º); c) que as polícias penitenciárias estaduais e distrital subordinam-se aos Governadores dos Estados e do DF (art. 144, §6º).

A justificação registra que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, havia, em 2014, cerca de 608 mil presos no Brasil, sendo 580 mil no sistema penitenciário e 28 mil sob custódia das polícias. Estimava-se, no entanto, que havia somente 65 mil agentes penitenciários no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ainda de acordo com a justificação, o objetivo da PEC é atribuir aos agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira policial e liberar os policiais civis e militares das atividades de guarda e escolta de presos.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento a esta proposta.

Análise.

Compete a esta comissão emitir parecer sobre a PEC, nos termos do *caput* do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não observamos nenhum óbice de natureza constitucional na PEC.

No mérito, a proposição é conveniente e oportuna.

A criação de órgãos com atribuição de vigilância penitenciária justifica-se pela especificidade dessa atividade, que nada tem a ver com o policiamento ostensivo, a cargo das polícias militares, ou com a apuração da autoria e materialidade de infrações penais, a cargo das polícias civis.

Além disso, a criação das polícias penitenciárias desincumbirá os policiais civis e militares das atividades de guarda de presos, fazendo com que se dediquem melhor às suas atividades-fim.

Apresento, porém, um substitutivo, com os seguintes objetivos:

a) trocar a denominação “polícia penitenciária” por “polícia penal”, conforme entendimento com todos os agentes penitenciários, porque sua atuação ocorre na execução da pena. A expressão “polícia penitenciária” limitaria seu âmbito a uma das espécies de unidade prisional e seria incompatível com a fiscalização do cumprimento da pena nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas; b) vincular cada polícia penal ao respectivo órgão administrador do sistema penal; c) reservar as atribuições diversas da segurança dos estabelecimentos penais, inclusive a escolta de presos, à lei de iniciativa do Poder Executivo; d) estabelecer que as polícias penais serão formadas pelos atuais agentes penitenciários e por novos servidores admitidos por concurso público; e) adequar a ementa da PEC a seu novo conteúdo.

Voto.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 14, de 2016, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera o inciso XIV do art. 21, o §4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. .....

.....

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

....." (NR)

Art. 2º - O §4º do art. 32 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. .....

§ 4º - Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil, penal e militar e do corpo de bombeiros militar." (NR)

Art. 3º – O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 144. .....

.....

VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.

.....

§ 5º- A - Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencerem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais, além de outras atribuições definidas em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis e penais estaduais e distritais, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

....." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Art. 4º - O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, mediante concurso público ou transformação dos cargos isolados ou de carreira dos atuais agentes penitenciários ou equivalentes.

Art. 5º – Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Então, Sr. Presidente, esse é o voto.

Ontem houve um protesto muito forte dos agentes penitenciários, que visam essa regularização. O nosso nobre Senador Cássio Cunha Lima tem mantido um recorrente debate com esses nobres servidores públicos. Eu também tenho debatido esse assunto. Estamos em consonância aqui, tanto eu quanto o Senador Cássio Cunha Lima, com as alterações aqui propostas para que a gente possa atender tanto o Ministério da Justiça quanto o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), podendo atender os governadores de Estado, que terão, realmente, suas polícias penais para cuidar do cumprimento das penas, sejam elas na penitenciária ou por meio de pagamento de pena compulsória e outras formas correlatas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Hélio José e coloco a matéria em discussão.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, peço vistas para estudar melhor a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concedida vista ao Senador José Pimentel e vista coletiva requerida pelo Senador Eduardo Amorim.

Vamos agora ao Item 42.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes mesmo da leitura do item 42 eu gostaria de pedir urgência para o item 37, para que nós pudéssemos, já que foi lido e aprovado o relatório, encaminhá-lo ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço, Senadora Lídice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

ITEM 42

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113A, de 2015

- Não terminativo -

Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável à Proposta com emenda de redação, de parte de seu art. 5º e do seu art. 11, o que permitirá a promulgação dessa parte da proposição, e, na forma do art. 133, IV, do RISF, pelo destaque dos demais dispositivos para constituir proposição autônoma, conforme o texto que apresenta.

Com a palavra, para o seu relatório, o eminente Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, essa matéria já foi amplamente discutida e debatida no âmbito desta Comissão. Ela é originária, como disse V. Exª, da Câmara dos Deputados, mas sua tramitação primeira aconteceu em 2007, aqui, no Senado Federal. Problema de reeleição, financiamento de campanha, tudo isso consta dessa matéria, inclusive a questão do policial e do bombeiro militares, da sua reentrada, por exemplo, na corporação caso ele desista de ser candidato ou venha a perder a eleição. Acho totalmente justo que essa matéria seja autônoma, enquanto que a questão da reeleição volta para a Câmara dos Deputados.

Em resumo, Sr. Presidente, apresentamos um requerimento a fim de constituir proposição autônoma conforme o seguinte texto consolidado.

Art. 1º. A Constituição Federal passa vigorar com as seguintes alterações:
"Art. 14. .....
.....
§ 3º .....
.....
VI – .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República;
b) vinte e nove anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal [...];
[...]"

E assim por diante.

"Art. 17. .....
.....
§ 5º É permitido aos partidos políticos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas. [...]"

Isso não consta da permissividade política do nosso Senado.

Em resumo, Sr. Presidente...

Art. 2º A inelegibilidade referida no § 5º do art. 14 da Constituição Federal não se aplica aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, nem a quem os suceder ou substituir nos seis meses anteriores ao pleito subsequente, exceto se já tiverem exercido os mesmos cargos no período imediatamente anterior.

Em resumo, Sr. Presidente, é uma matéria extensa, mas que já objeto de apreciação desde 2007. É preciso que ela tenha seguimento, que uma parte volte para a Câmara dos Deputados e outra parte, que é essa dos militares, constitua proposição autônoma no sentido de que seja promulgada imediatamente, se o Senado Federal resolver aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão a matéria.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Eu gostaria, não havendo quem queira discutir, somente de fazer uma observação, abusando da minha condição de Presidente, Senador Valadares. Eu já tinha mencionado a V. Exª – e nem voto, como Presidente, mas só faço uma observação – que, pessoalmente, eu tenho muita resistência, porque, pelo que vi, a proposta ficou na redução da idade para Governador, Vice-Governador e Senador para 29 anos. Não é verdade?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Foi a aprovação pela Câmara. Mas vai ser remetido para lá novamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está certo. É só uma observação, porque, como aqui nós tínhamos conversado antes, parece muito casuístico um número cabalístico de 29 – não é 30, não é 35; é 29. É uma coisa que, pelo menos a mim, me estranha muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com a proposta permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 5 – CCJ, de redação, de parte do art. 5º e do art. 11, na forma do art. 133, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, e pelo destaque dos demais dispositivos, para constituir proposição autônoma conforme o texto apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Existem três autoridades que foram indicadas. Eu sou relator de uma delas; o Eduardo Amorim, de outra; V. Exª, de outra. Eu peço a inclusão extrapauta desses três projetos porque serão somente objeto de leitura e, em seguida, abertura de vista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está deferido, eminente Senador Pimentel.

Nós temos aqui, agora, o item 2, que é um pedido do nosso Presidente, Senador Lobão. Trata-se de uma solicitação para a leitura dele. O Relator é o Senador Barbalho, mas há uma solicitação para que o Senador Eduardo Amorim, havendo aquiescência, seja o Relator *ad hoc*. Depois, nós faremos a leitura do item extrapauta da Senadora Lídice e, depois, dos três relatórios das autoridades.

O Senador Valadares parece que quer se manifestar.

Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente, é somente para um esclarecimento. Eu li rapidamente o relatório. Somente dois pontos nós aprovamos: a questão da idade mínima e a questão dos militares. Só. O restante continua aqui sendo debatido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Exatamente. O senhor destacou como autônomo. O senhor fez uma espécie de enxerto ao inverso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Como se fosse uma PEC paralela. Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

Altera o § 1º do art. 31 e o art. 75 da Constituição Federal para estabelecer os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Autoria: Senador Eunício Oliveira e outros

Relatoria: Senador Jader Barbalho

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

Estamos designando o Senador Eduardo Amorim como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela confiança.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Em se tratando de PEC, cabe a este Colegiado opinar tanto sobre a admissibilidade da proposição, quanto sobre o mérito da PEC, segundo o disposto no citado art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta foi subscrita por até mais do que o terço de Senadores exigido pelo inciso I do art. 60 da Constituição Federal, preenchendo, portanto, o requisito da iniciativa. Não atenta contra qualquer das cláusulas pétreas – muito pelo contrário, almeja justamente fortalecer a separação de Poderes, os direitos fundamentais dos administrados e os mecanismos de autocontrole de cada esfera federativa. Não incide, portanto, em qualquer das vedações ao poder de emenda constitucional, devendo ser admitida.

Quanto ao aspecto do mérito, é inegável a serventia, conveniência e oportunidade da proposta. Os tribunais de contas, como se sabe, são instituições já reconhecidas em sede doutrinária e jurisprudencial como essenciais ao exercício do controle externo das contas públicas – e, por conseguinte, indispensáveis à concretização da própria ideia de Estado de direito. Cito, apenas para exemplo, o voto do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Mandado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Segurança nº 33.340, e a doutrina de Edson Simões, em seu artigo intitulado "Os Tribunais de Contas e a Constituição de 1988: retrospectivas e prospectivas".

Não obstante esse reconhecimento, decorrente de princípios constitucionais, temos assistido a vários e vis ataques à própria existência dessas cortes de contas. Revoltados com o regular exercício da função fiscalizatória por elas exercida, alguns governantes, que mais se assemelham a caudilhos – e que não convém aqui nominar – têm buscado, e por vezes até conseguido, a extinção desses essenciais tribunais.

Nesse sentido, faz-se infelizmente necessário, para o bem do controle externo da Administração Pública e, portanto, do próprio Estado de direito, dizer o óbvio: os tribunais de contas são essenciais e permanentes, sendo vedada sua extinção.

Dessa forma, portanto, os tribunais de contas estaduais, previstos no art. 75 da nossa Constituição para fiscalizar as contas do Estado e, se for o caso, dos Municípios, são e continuarão a ser de criação e manutenção obrigatórias. Os tribunais de contas municipais, órgãos de cada Município criados para fiscalizar as contas daquela unidade específica, continuarão a ter sua criação vedada após a Constituição de 1988 – mas, onde foram criados, sua casuística extinção será proibida. Finalmente, em relação aos tribunais de contas dos Municípios – órgãos estaduais incumbidos de fiscalizar as contas de todos os Municípios do Estado, desafogando o TCE (conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 687) – sua criação continuará sendo permitida (facultativa), só que, uma vez criados, estarão submetidos à cláusula que veda sua extinção.

Como se percebe, a PEC, que também tem bastante cuidado redacional e de técnica legislativa, vem acabar com a insegurança jurídica, impedindo que governantes infensos a controles e fiscalizações venham a atentar contra essas indispensáveis instâncias de verificação.

Portanto, Sr. Presidente, o voto do nobre Senador Jader foi: por esses motivos, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2017.

Sr. Presidente, concordo plenamente com a proposta. Esse também seria e é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Eduardo Amorim a gentileza da leitura como Relator *ad-hoc* e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável à proposta.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, pela ordem. Somente para pedir a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... para apresentar um requerimento de urgência em relação ao item 42.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeito. Deixe-me só terminar de ler a aprovação deste, e nós já vamos submetê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

Está lembrando a nossa secretaria que, como é PEC, não há urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Ah, não há urgência...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É o caso daquele calendário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Talvez V. Exª submeta aos Líderes a ideia do calendário especial.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Um calendário especial para dar urgência ao andamento lá no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com toda nossa simpatia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Mas, de qualquer maneira, vai para o plenário, já que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sim. E vai para a Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Maranhão faz uma solicitação para fazer só a leitura do seu relatório do item 4, que é terminativo.

Senador Maranhão, eu quero fazê-lo, mas indago se V. Exª poderia aquiescer de nós votarmos antes alguns não terminativos. Ou V. Exª gostaria de fazer agora? Porque nós temos ainda um item da pauta, que o Senador Eduardo Braga vai ler agora, que é não terminativo. Depois, temos dois não terminativos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pode ser?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB - PB) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito a V. Exª.

Então, vamos ao item 41.

ITEM 41

OFICIO "S" Nº 32, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação se dará em duas etapas. Na primeira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como todos já sabem, o Relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações para que o indicado apresente informações, sem a presença do indicado. Após a apresentação, discussão do relatório e vista coletiva automática. Na segunda etapa, o indicado será submetido à sabatina dos membros da Comissão. Em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu serei breve na leitura do relatório, até porque teremos a oportunidade de fazer a sabatina ao Dr. Dermeval Farias Gomes Filho.

Há indicação pelo Procurador-Geral da República do Sr. Dermeval Farias Gomes Filho, Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do inciso II do art. 130-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros daquele Conselho, a quem cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados.

O Sr. Dermeval Farias Gomes Filho nasceu em...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Ibiassucê.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... Ibiassucê, no Estado da Bahia – socorre-me a Senadora Lídice, douta representante daquele Estado –, em 28 de agosto de 1976, e graduou-se em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2000.

Ainda no tocante à formação acadêmica, o indicado tem especialização em Direito Processual Civil, na Universidade Federal de Santa Catarina, concluída em 2005, e é mestrando em Direito e Política Pública, Processo e Controle Penal no Uniceub (Centro Universitário de Brasília).

Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios desde 2004, S. Exª atuou nas Promotorias do Júri, Criminal, de Execução Penal, de Educação e Fazenda Pública, bem como nos Núcleos de Controle Externo da Atividade Policial e de Combate à Tortura. Atualmente, está lotado na Promotoria de Justiça Criminal e Júri de Águas Claras e é Coordenador Administrativo da Promotoria de Justiça daquela Região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em março de 2017, o Sr. Dermeval Farias Gomes Filho foi eleito com 72% dos votos pelos membros do Ministério Público do Distrito Federal para integrar a lista tríplice que fora submetida ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, tendo este indicado S. Exª para a vaga de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

O ilustre membro do Parquet também foi membro auxiliar e colaborador do CNMP entre 2010 e 2016, tendo atuado na elaboração de projetos estratégicos daquele colegiado.

No tocante ao trabalho acadêmico, é professor de Direito Penal desde 2006, com atuação na Escola de Magistratura do Distrito Federal e na Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além de participar de grupo de pesquisa no Uniceub.

Registre-se, ainda, que o ilustre Promotor tem diversos trabalhos publicados em sua área de atuação, além de ter se dedicado à orientação de inúmeros outros trabalhos acadêmicos.

O indicado apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Na mesma direção, apresentou argumentação escrita, de forma sucinta, em que afirmou ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências regimentais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, maio de 2017.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e sua votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Apenas, Sr. Presidente, para fazer aqui uma argumentação aos colegas Senadores que já fiz a V. Exª e que, logo mais, teremos no plenário deste Senado.

Nós entendemos, Sr. Presidente, que a proposta da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho que chega a esta Casa é de importância muito relevante...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Eduardo. Por gentileza.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – ... muito relevante à economia e ao direito do trabalhador. Portanto, Sr. Presidente, a designação de ouvir apenas a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, sem ouvir a CCJ, parece-me, salvo melhor juízo, um equívoco. Tendo em vista que isso não procrastinará a tramitação, porque esta Casa poderá, como Comissão de Constituição e Justiça, promover audiências públicas conjuntas com as outras Comissões, mas dará aos membros desta Comissão, que sobejamente são aqueles que estão debruçados sobre as questões constitucionais, as questões legais e as questões jurídicas que envolvem a Consolidação das Leis do Trabalho, uma lei que é aplicada e envolve, portanto, milhares e milhares e milhares de trabalhadores neste País, eu queria fazer um apelo.

Sei que V. Exª está, neste momento, presidindo na qualidade de Vice-Presidente, mas sei não só da competência de V. Exª, do poder de influência e de argumentação de V. Exª, e queria conclamar os membros desta Comissão para que, hoje, no plenário, já que há um requerimento a ser votado sobre a CCJ ser ouvida e participar da tramitação, este tenha, portanto, o apoiamento dos membros desta Comissão, para que esta Comissão seja ouvida e possa manifestar-se concretamente, inclusive pela constitucionalidade das propostas ali apresentadas nas mudanças da Consolidação das Leis do Trabalho, sem que isso signifique procrastinar, sem que signifique que isso venha para as calendas e não seja, portanto, decidido nesta Casa.

Quero fazer esta argumentação na Comissão, e a farei no plenário, como já o fiz no dia de ontem, mas gostaria de fazer este apelo a V. Exª, porque creio que há um equívoco da Mesa Diretora de não ouvir a Comissão de Constituição e Justiça sobre uma matéria de tamanha relevância e que diz respeito à Consolidação das Leis do Trabalho em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pela sua posição, pela sua forma de condução desta matéria. É impensável que uma matéria dessa magnitude, que altera mais de 100 artigos da CLT, não passe pela Comissão de Constituição e Justiça.

Como muito bem argumenta o Senador Eduardo Braga, nós podemos construir um calendário que não implique retardar e procrastinar e que nos permita fazer, conjuntamente, audiências públicas – que vamos tê-las – e, ao mesmo tempo, que esta Comissão de Mérito possa debruçar-se sobre esse tema.

Por isso, espero que, hoje à tarde, por unanimidade, a gente aprove a tramitação também pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Pimentel. As ponderações me parecem muito razoáveis.

Vamos seguindo, conforme o combinado, ao item aprovado da Senadora Lídice da Mata.

EXTRAPAUTA

ITEM 43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 239, de 2016

- Não terminativo -

Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, tendo autoria a CPI do Assassinato de Jovens.

Autoria: CPI do Assassinato de Jovens

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, como já foi dito, trata-se de um projeto oriundo da CPI do Assassinato de Jovens.

Vou direto à análise.

Preliminarmente, registramos não existirem vícios de constitucionalidade formal ou material na proposição em exame. A matéria nela tratada está compreendida no campo da competência da União para legislar sobre direito processual, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal, bem como possuem seus autores legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, também do Texto Constitucional.

A proposição, Sr. Presidente, pretende enfrentar o tema dos chamados "autos de resistência", autorizados pelo art. 292 do Código de Processo Penal, mas que, no mau uso corrente, podem vir a representar a impunidade de agentes do Estado frente aos cidadãos.

Essa disposição legal tem conduzido à equivocada conclusão de dispensar-se o inquérito policial e, consequentemente, qualquer mínima investigação sempre que o policial afirme a ocorrência de resistência à prisão de parte do suspeito ou de terceiros.

A doutrina já buscou estabelecer a impropriedade da lavratura de autos de resistência seguidos de morte.

Guilherme de Souza Nucci, com propriedade, ensina:

> Lavra-se o auto de resistência quando o preso está vivo, a fim de se demonstrar o ocorrido, registrar as lesões e narrar os fatos para posterior apuração de eventual responsabilidade da autoridade. Entretanto, se o procurado resiste, agride os policiais e termina morto, embora em legítima defesa, deve-se lavrar o auto de prisão em flagrante em relação ao autor do homicídio, fato típico consolidado. Não existe auto de resistência com morte, visto espelhar autêntico subterfúgio para evitar o flagrante de homicídio.

Não é, entretanto, o que se verifica na prática.

A Resolução Conjunta nº 2, de 13 de outubro de 2015 parece surtir algum efeito sobre a praxe arraigada institucionalmente. Com essas considerações, tenho por assentada a necessidade de alteração do CPP, nos termos propostos pelo presente Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2016.

Com efeito, a redação proposta para o art. 292 do CPP corretamente extingue os autos de resistência e deixa explícito que os agentes do Estado poderão usar, moderadamente, dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, cristalizando a ilicitude do excesso cometido em tais casos. Se houver ofensa à vida ou à integridade corporal do resistente, será obrigatória a instauração de inquérito policial, devendo a autoridade cuidar da preservação do que possa interessar à perícia (local, armas, veículos etc.).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A alteração do art. 169 do CPP, por sua vez, atualiza a redação da lei para estabelecer que o laudo de exame de local deverá conter fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Cabe registrar, por fim, que as mudanças previstas para o art. 161 e a do §5º do art. 162, ambos do CPP, vedam o acompanhamento dos exames de corpo de delito e das autópsias por pessoas estranhas ao quadro de peritos e auxiliares com o intuito de minimizar uma possível interferência de outros policiais no trabalho da polícia técnico-científica.

São essas, em linhas gerais, as alterações propostas pelo presente PLS que, como visto, temos por indispensáveis ao enfrentamento dos assassinatos cometidos contra nossos jovens.

A aprovação deste projeto vai ao encontro do que a CPI do Assassinato de Jovens apurou, denunciou e, infelizmente, vemos todos os dias nas ruas de nossas cidades.

Casos de violência desenfreada de policiais, como um dos mais recentes, de março último: um vídeo divulgado pela internet mostra o momento em que dois policiais atiraram contra dois homens já rendidos e caídos no chão. Por consequência desta ação, a adolescente Maria Eduarda foi morta dentro da própria escola, com três tiros. E esse é apenas um dentre centenas de casos parecidos.

Por isso vou direto ao voto.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2016.

O projeto recebeu, Sr. Presidente, aqui em plenário, duas emendas da Senadora Simone Tebet, que, se não me engano, o faz em nome do Governo. Uma é ao parágrafo único do art. 161 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), constante do art. 1º do PLS nº 239, de 2016, que passa a vigorar com as seguintes alterações: ela acrescenta ao parágrafo único a expressão "ressalvada a indicação". A alteração é necessária para permitir que o ofendido ou seu representante legal indique assistente técnico ou que o próprio representante faça o acompanhamento do exame de corpo de delito. Essa disposição visa garantir transparência ao processo penal e participação do ofendido ou seu representante ao longo do processo investigativo.

A segunda emenda, também da Senadora Simone Tebet, sugere alteração do *caput* do art. 162 e do §5º para adequação técnica do termo "autópsia" por "necrópsia", tendo em vista que este possui conteúdo etimológico mais preciso.

Portanto, Sr. Presidente, eu considero que as duas emendas vêm no sentido de alterar positivamente, de melhorar o texto e as recebo, considerando que devem ser aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eminente Senadora Lídice, estou sendo informado pela Secretaria que essas emendas da Senadora não foram formalmente encaminhadas, mas parece que foram apresentadas como sugestão a V. Exª. Então, pelo que estou entendendo, V. Exª está incorporando em seu relatório...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Incorporo ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – ... como emenda de autoria de V. Exª, como seu relatório, no texto, e no teor já lido aqui agora. Não é isso?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Parece-me que, por uma necessidade objetiva, a Senadora saiu e esqueceu de entregar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Atende o objetivo. Perfeito. Não deu tempo, mas nós concordamos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu incorporo ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – V. Exª acolhe no seu relatório.

Desse modo, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário, com a introdução das emendas, conforme leitura da eminente Relatora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com nosso pedido de urgência para o Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo aquiescência de todos, está aprovada também a urgência ao Plenário.

Para o esclarecimento do nosso Plenário, nós temos agora, Srªs e Srs. Senadores, três encaminhamentos de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, que serão lidos pelos seus Relatores: o Senador Ronaldo Caiado, do primeiro; o Senador Pimentel, do segundo e do terceiro. E, depois, o Senador Maranhão fará a leitura do item 4 – tão somente a leitura. Então, somente para conhecimento de qual será agora a conclusão da reunião.

De modo objetivo, passo agora à matéria do Senador Caiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

EXTRAPAUTA

ITEM 44

OFICIO "S" Nº 29, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Já se sabe qual é a nossa tramitação.

Desse modo, concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para ler seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente e demais colegas.

De maneira sucinta, como V. Exª colocou, é exatamente a indicação do Sr. Lauro Machado Nogueira, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás Dr. Lauro Machado Nogueira, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em mandato de dois anos, nos termos do art. 103-A, *caput* e inciso III, da Constituição Federal.

A indicação de autoridades é regulamentada pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Compete a esta Comissão, de acordo com as disposições mencionadas a atribuição de efetuar a sabatina do indicado, que deve anteceder o encaminhamento da indicação para deliberação do Plenário do Senado.

O Ofício "S" (OFS) nº 29, de 2017, é instruído com documentos que apontam que o nome do Dr. Lauro Machado Nogueira foi o mais votado pelos membros ativos do Ministério Público do Estado de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Goiás para integrar o CNMP, nos termos da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, e da Resolução nº 2, de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público.

O *curriculum vitae* que acompanha a documentação que ora analisamos aponta que o indicado concluiu em 1993 o curso de Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, bem como especialização em Processo Penal pela mesma instituição em 2004. Ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás em 1993 e exerceu seu ofício nas Promotorias de Justiça de Estrela do Norte, Varjão, Mara Rosa, Trindade e Goiânia.

Foi Corregedor do Ministério Público daquele Estado no biênio 2001 e 2002, Coordenador das Promotorias Eleitorais da capital em 2003 e 2004 e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral em 2012, além de ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos, de 2013 a 2017.

O indicado exerceu atividades de destaque em associações de classe, como Tesoureiro da Associação Goiana do Ministério Público e Presidente dessa entidade por dois mandatos. Exerceu, ainda, a função de Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público entre 2010 e 2012 e de Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União em 2015 e 2016.

Em atendimento às determinações regimentais, o Dr. Lauro Machado Nogueira apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Ministério Público de Goiás, bem como não cumprir sanção criminal ou de processo administrativo disciplinar e tampouco não existirem procedimentos dessa natureza instaurados em seu desfavor. Atestou, ademais, não existirem processos judiciais em que figure como réu ou autor.

Declarou, ainda, não exercer atividade político-partidária, tampouco ser membro do Poder Legislativo de qualquer unidade federada ou possuir parente, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de nenhuma das esferas da Federação.

O indicado apresentou, ainda, declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

O Dr. Lauro Machado Nogueira declarou, também, que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido quaisquer atividades, públicas ou privadas, vinculadas às suas atividades profissionais e que não tem nem teve participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais. Afirmou, igualmente, não ter exercido, nos últimos cinco anos, função em conselho de administração de empresa estatal ou cargo de direção em agência reguladora.

O indicado informa que sua atuação profissional como Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, no período de março de 2013 a março de 2017, se deu no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, bem como junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Dr. Lauro Machado Nogueira apresentou, por fim, argumentação escrita em que demonstra sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para integrar o CNMP, que fez acompanhar de cópia do relatório de gestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás no período de 2013 a 2017, em que exerceu a chefia da Instituição.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Lauro Machado Nogueira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, este é exatamente o relatório que tenho a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Caiado.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a respectiva votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Próximo item.

EXTRAPAUTA

ITEM 46

OFICIO "S" Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já foi apregoada aqui a forma de votação. Desse modo, já concedo desde logo a palavra para o Senador Pimentel para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, chega para exame desta Comissão a indicação do Dr. Valdetário Andrade Monteiro para compor o Conselho Nacional de Justiça, em mandato referente ao biênio 2017/2019, de acordo com o disposto no art. 103-B, *caput* e inciso XII, da Constituição Federal.

Como informa a mensagem encaminhada pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a indicação foi aprovada em sessão extraordinária do Pleno daquela entidade realizada no dia 3 de abril, nos moldes preconizados pela regulamentação interna da corporação.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 383 do Regimento Interno, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e do Ato nº 1, de 2007, deste Colegiado, promover a sabatina do indicado, bem como avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação fundamentais para o exercício do cargo. Cumprida essa etapa, a indicação deve ser encaminhada para a deliberação do Plenário do Senado Federal.

O *curriculum vitae* do indicado, que integra a documentação recebida em conformidade com as disposições regimentais, aponta que o Doutor Valdetário Andrade Monteiro concluiu graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza e especialização em Direito Empresarial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e atualmente cursa mestrado na Universidade Federal do Porto, em Portugal.

O indicado publicou artigos em jornais e revistas de ampla repercussão bem como contribuiu para periódicos especializados da área jurídica, além de ter feito exposições em Congressos e seminários de Direito. É professor convidado da Escola Superior da Advocacia da OAB do Ceará e professor titular do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio, na disciplina Direito Tributário e Financeiro.

O Doutor Valdetário Andrade Monteiro exerceu extensa militância na OAB, desempenhando diversas atividades na entidade, que culminaram com o exercício da Presidência da Seccional no Estado do Ceará por dois mandatos, entre 2010 e 2015. Tem participado, ainda, de vários institutos e academias na área jurídica. O indicado tem focado sua atuação profissional na advocacia empresarial, mantendo escritório na capital do Estado do Ceará.

Em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, o indicado apresentou declaração em que informa não ter cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau membro ou servidor da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como não ter sofrido sanções criminais ou administrativo-disciplinares, nem existirem procedimentos dessa natureza instaurados contra ele.

O indicado declara, ainda, que não é membro do Poder Legislativo de qualquer unidade federativa. É de conhecimento público que o indicado é irmão do Deputado Federal Odorico Monteiro, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que, no entanto, não constitui óbice para a sua nomeação, visto que se trata de vaga no CNJ, derivada de indicação da OAB. Haveria óbice, Sr. Presidente, se fosse indicação ou da Câmara ou do Senado – a Resolução nº 7 veta essa situação –, mas, por ser indicação da OAB, não há esse impedimento.

Em respeito ao parágrafo único do art. 5º do Provimento nº 113, de 2006, do Conselho Federal da OAB, o indicado firma o compromisso de não postular nomeação ou designação para cargos em comissão e funções de confiança nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente.

O indicado apresentou, também, declaração de que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido quaisquer atividades públicas ou privadas vinculadas a suas atividades profissionais. Quanto à declaração a respeito de participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, o indicado afirma ser sócio da empresa Andrade & Goiana Advogados Associados, além de ter participado de três outras sociedades de advogados no passado, especificadas em certidão expedida pela OAB do Ceará.

De forma semelhante, o indicado atestou não ter exercido, nos últimos cinco anos, funções em conselho de administração de empresa estatal ou cargo de direção em agências reguladoras.

A declaração apresentada pelo indicado quanto a sua regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, vem acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Com respeito à declaração sobre a existência de ações em que figure como réu, demandada pelo disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 4, do Regimento Interno, o indicado atesta não ser réu em qualquer feito e aponta aqueles em que é autor, comprovando as duas condições com as devidas certidões judiciais e relatórios atualizados da tramitação processual, nos termos regulamentares.

Diante do exposto, acreditamos que o Srs. Senadores integrantes da CCJ, dispõem de informações suficientes para deliberar a respeito da indicação do advogado Dr. Valdetário Andrade Monteiro para compor o Conselho Nacional de Justiça.

É este, Sr. Presidente, o nosso relatório e o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Pimentel.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a Presidência concede vista coletiva automática, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Eu solicito ao Senador Pimentel que assuma a Presidência, por gentileza, para a leitura do meu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Item 45.

EXTRAPAUTA

ITEM 45

OFICIO "S" Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência comunica às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades, nesta Comissão, será feito em duas etapas. Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Pimentel.

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, ocupante do cargo de Subprocurador-Geral de Justiça Militar, exercendo a função de Procurador-Geral, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, para mandato de dois anos, por indicação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministério Público dos Estados, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com o inciso III, da Constituição Federal.

O indicado ingressou no Ministério Público Militar há quase 25 anos, no segundo semestre de 1992, e atuou em diversas Procuradorias do MPM: Campo Grande, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e Recife, procuradorias que detêm atuação regional e alcançam diversas localidades do País, em suas várias peculiaridades.

O eminente Dr. Marcelo Rabello de Souza ocupou a função máxima da sua carreira, Procurador-Geral da Justiça Militar, tendo sido também Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar e exercido funções de relevância na Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, na Comissão de Planejamento Estratégico do MPM e na Secretaria de Relações Institucionais.

O aprimoramento acadêmico e a produção intelectual são duas constantes na vida do indicado, que participou de diversos cursos de especialização, como o mestrado na Universidade de Coimbra, além de congressos, seminários e palestras. Marcelo Rabello de Souza tem ainda significativa produção literária em sua área de atuação.

Atendendo às determinações normativas do Senado Federal, o candidato apresentou todas as declarações de que não tem parente nem cônjuge ou afim membro ou servidor do Ministério Público Militar; de que não é cônjuge nem parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, de membro ou servidor do Senado Federal; de que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e tampouco é investigado ou foi condenado na esfera criminal. Bem assim, assevera não responder a qualquer ação judicial como autor ou réu, conforme certidões que carreia aos autos.

Ele renuncia ao direito de concorrer a qualquer promoção ou ainda a concorrer a vaga destinada a membro do Ministério Público Militar em qualquer Tribunal pelo período de até dois anos após o término do mandato como Conselheiro.

Declara ainda que não tem parentes que exerçam atividade pública ou privada relacionada à sua atividade profissional. Além disso, presta declaração no sentido de que não participa, bem como nunca participou na figura de sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais.

Afirma estar em dia com seus compromissos fiscais, o que corrobora com certidões oriundas da União e do Distrito Federal anexadas aos autos.

Quanto à atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras nos últimos cinco anos, o indicado declarou que nunca atuou.

O *curriculum vitae* é acompanhado de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Agradeço.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Devolvo a Presidência ao Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia dez de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Edison Lobão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, José Maranhão, Roberto Requião, Waldemir Moka, Hélio José, José Pimentel, Ângela Portela, Aécio Neves, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Benedito de Lira, Ana Amélia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Armando Monteiro, Eduardo Lopes, Cidinho Santos, e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marta Suplicy, Jorge Viana, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Wilder Morais e Magno Malta. Registra a presença o Senador Alvaro Dias. Passa-se à apreciação da pauta que é dividida em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 28, de 2017 – Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ORLANDO ROCHADEL MOREIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 29, de 2017 – Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria Geral da República. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis. ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 32, de 2017– Não Terminativo – que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 20 votos favoráveis. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 – Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 – Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 – Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 – Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 – Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 – Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 - Não Terminativo - que: "Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 2011 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 - Terminativo - que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1 (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 – Terminativo - que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 – Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 19 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 20 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 – Não Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional." Autoria: Senador Roberto Rocha e outros. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2013 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Escolar Básica Gratuita (PRONIE)." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - que: "Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta artigo à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, no decorrer do mesmo ano eleitoral, a prestação de serviços por parte de entidades e empresas que realizam pesquisas eleitorais a governos, partidos e meios de comunicação." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2015 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Bibliotecas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - OFICIO "S" Nº 33, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procurador Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim (Ad hoc), substituiu Sen. Romero Jucá. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM EXTRAPAUTA 38 - OFICIO "S" Nº 35, de 2017 que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM EXTRAPAUTA 39 - OFICIO "S" Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019" Autoria: Ente Jurídico. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado (Ad hoc), substituiu Sen. Jorge Viana. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM EXTRAPAUTA 40 - OFICIO "S" Nº 39, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019" Autoria: Ente Jurídico. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Concedida vista coletiva automaticamente nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 14ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira destina-se à realização de sabatinas, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 36.

Porém, antes da sabatina, como extrapauta, há uma leitura a ser feita pela Presidência.

EXTRAPAUTA

ITEM 37

OFICIO "S" Nº 33, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: pronto para deliberação.

O Senador Romero Jucá não se encontra presente. Em razão disso, indico o Senador Eduardo Amorim como Relator *ad hoc* para fazer uma leitura sucinta do relatório, já que ele será publicado e que, em seguida, concederemos vista coletiva por cinco sessões.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Irei diretamente ao relatório, mas, antes, por uma questão de ordem, quero pedir para retirar da pauta o item 32 da segunda parte da reunião, para que eu possa fazer uma revisão e melhorar ainda mais o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou diretamente ao relatório, como fui designado Relator *ad hoc*. Obrigado pelo privilégio e pela honra.

O indicado fez juntar aos autos as certidões negativas exigidas regimentalmente, tais como a de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, a de débitos estaduais e a de débitos de tributos municipais.

Nesse mesmo passo, constam do processado as certidões emitidas pelo Poder Judiciário do Estado de Roraima quanto ao processo em que figura como autor e como embargado; assim como a certidão de que nada consta contra si junto à Justiça Estadual de Roraima, quanto a ações criminais, execuções penais ou auditoria militar. Certidão semelhante se encontra nos autos quanto à Justiça Federal, seja em primeiro grau ou junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Finalmente, Fábio Barros Stica encaminhou a esta Comissão texto mediante o qual, em obediência ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a argumentação objetivando a demonstração de experiência profissional, de formação técnica adequada e de afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, em que afirma ter "aptidão técnica, intelectual e moral" para ocupar o cargo de Conselheiro do CNMP.

Em face de todo o exposto, entendo que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõe de informações suficientes e se encontra em condições de votar a indicação do Sr. Fábio Barros Stica para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em recondução.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Já atenderei V. Exª.

Feita a leitura do relatório, a Presidência concede vista coletiva por cinco sessões.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Exª a inclusão extrapauta do Ofício nº 39, que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Leonardo Accioly da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendido.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Item 38.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 38

OFICIO "S" Nº 35, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: pronto para deliberação.

O Senador Davi Alcolumbre não se encontra ainda presente.

Indico o Senador Roberto Rocha como...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele chegou.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Mas vou retirá-lo, Sr. Presidente, da pauta.

É a indicação?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas é somente a leitura.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Farei agora a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Então, faça a leitura V. Exª.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, vem à análise desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Alcolumbre, estamos adotando aqui a prática de ler resumidamente, porque já foi publicado...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Resumidamente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Resumidamente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Vou tentar fazer a prática adotada pela Comissão, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O membro indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. André Luis Guimarães Godinho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, encaminhou a documentação para esta Comissão. O processo encontra-se instruído com os documentos comprobatórios, que lastreiam o nome do Dr. André Luis Guimarães Godinho, advogado, OAB da Bahia, como um dos seus indicados para o Conselho Nacional, com o aval do Pleno para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Ainda, conforme disposto no §2º do art. 103-B da Carta Maior, os membros do Conselho Nacional de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta desta Casa Legislativa.

O *curriculum vitae* do indicado acompanha a documentação submetida à análise.

O indicado foi graduado pela Universidade Católica de Salvador. Sua militância no Direito teve início como estagiário até chegar à condição de advogado associado do Escritório de Advocacia Barachísio Lisboa, entre 1998 até 2004. Em 2008, ocupou os cargos de assessor jurídico chefe da Superintendência de Manutenção e Conservação da Cidade.

Integrou, como Presidente, a Comissão de Apoio às Sociedades de Advogados da OAB/BA; como Presidente, a Comissão da OAB/BA, nas eleições estaduais e nacionais de 2010; como Secretário-Geral Adjunto, a OAB/BA; como Representante da OAB/BA, o Comitê Gestor do Programa Pacto Pela Vida.

Destacou-se, ainda, como Conselheiro Federal da OAB, representando o Estado da Bahia, nos períodos de 2013-2015 e 2016-2018, e como palestrante, em inúmeros eventos jurídicos.

Importa registrar que o Dr. André Luis Guimarães Godinho, conforme determinações regimentais, apresentou: declaração em que afirma inexistirem restrições concernentes ao exercício das funções do cargo ao qual se habilita; declaração de que se encontra em plena regularidade fiscal nas esferas federal, estadual e municipal; declaração quanto à inexistência de ações judicias nas quais figure como réu; declaração de que não exerceu, nos últimos cinco anos, qualquer função pública.

Faz incluir, ainda, declaração em que dá ciência ser sócio da Tourinho & Godinho Advogados Associados.

Feita a análise que ora é publicizada diante desta Comissão, entendemos que V. Exªs se encontram suficientemente informados para deliberar sobre a indicação do Dr. André Luis Guimarães Godinho para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Sala das Comissões.

Relator, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – De acordo com o Regimento, esta Presidência concederá vista coletiva por cinco sessões.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, apresento questão de ordem arguindo o art. 403 do Regimento Interno, só para fazer um rápido questionamento à Mesa, que, obviamente, será enfrentada neste momento, porque estaremos entrando na fase de sabatina dos indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público.

O questionamento que faço à Mesa, Sr. Presidente, é se se encontra sobre a mesa o Recurso nº 5, de 2017, interposto por S. Exª o Senador Roberto Rocha em relação à PEC 10, sobre o fim do chamado foro privilegiado, o foro por prerrogativa de função. Em caso afirmativo, qual o momento em que V. Exª pretenderia que nós pudéssemos enfrentar essa questão aqui, no plenário?

É a pergunta que faço à Mesa e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O recurso se encontra na Comissão de Constituição e Justiça. Chegou na manhã de hoje, enviado que foi ontem pela Presidência.

Logo após a sabatina, nós trataremos dessa questão, concedendo, naturalmente, a palavra ao Senador Roberto Rocha para a sua sustentação no devido momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Passemos ao item 39.

ITEM 39

OFICIO "S" Nº 38, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Ente Jurídico Conselho Federal da Ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: pronto para deliberação.

Como o Sr. Senador Jorge Viana não se encontra aqui presente, peço ao Sr. Senador Ronaldo Caiado que o substitua como Relator *ad hoc*.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, como Relator *ad hoc*, tenho a honra de ser o Relator da indicação do Sr. Erick Venâncio Lima do Nascimento. É o primeiro acriano na história que será membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Seu pai, Armando Dantas, foi um dos fundadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Estado do Acre, dedicando sua vida à militância política. Nas administrações do PMDB, no governo do Acre e na prefeitura de Rio Branco, Armando Dantas ocupou cargos importantes no primeiro escalão.

O indicado nasceu em Rio Branco e sempre teve o sonho de ser Bacharel em Direito, apesar de ninguém da família atuar na área. Ainda jovem, mudou-se para Marília/SP junto com alguns colegas a fim de concluir o ensino médio. Depois, fez graduação na Faculdade de Direito de Marília, Fundação Eurípides Soares da Rocha, com conclusão em 2001.

Dando continuidade a seus estudos, o indicado foi morar em São Paulo a fim de fazer um curso preparatório para concursos jurídicos no renomado Complexo Educacional Damásio de Jesus. Mas, desde logo, percebeu que sua vocação estava na advocacia militante. Então, mudou-se para Brasília, onde concluiu pós-graduação *lato sensu* (especialização) em Direito Público pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), em parceria com o Instituto de Cooperação e Assistência Técnica, título obtido em 2004. Na Capital Federal, também trabalhou na assessoria jurídica de parlamentar na Câmara dos Deputados.

Em fevereiro de 2005, aos 27 anos, o indicado voltou para sua terra natal e fundou seu primeiro escritório de advocacia em Rio Branco/AC: Melo e Nascimento Advogados Associados S/S. Desde então, é advogado militante, inscrito sob o nº 3.055 na seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Acre (OAB/AC).

Em abril de 2011, as atividades do escritório foram encerradas, pois seu sócio Hilário de Castro Melo Júnior foi realizar doutorado na Universidade de Salamanca, na Espanha.

Destaque-se, por fim, que o indicado é o representante institucional do Conselho Federal da OAB perante o Conselho Nacional do Ministério Público, desde 2016, função que lhe permite compreender a dinâmica de funcionamento desse importante colegiado, no qual pretende atuar como Conselheiro.

Hoje a sociedade brasileira cobra que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público cumpram o papel constitucional que justificou sua criação pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, qual seja, o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Lamentavelmente, o que se vê é uma ação cada vez mais corporativista na condução do CNMP.

Por isso, os indicados para compor o CNMP, nas duas vagas destinadas ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, como o presente caso, têm o grande desafio de fazer com que o Conselho se reencontre com os fundamentos originais da sua criação pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Sr. Presidente, em vista de todo o exposto e do amplo currículo, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Erick Venâncio Lima do Nascimento, acriano de família simples que se dedicou a construir uma história de vida baseada na busca incessante do conhecimento, de modo a hoje contar com o apoio das 27 seccionais da OAB para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o que tenho a relatar, Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lido o relatório, concedo vista coletiva por cinco reuniões.

ITEM 40

OFICIO "S" Nº 39, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Ente Jurídico

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: pronto para deliberação.

O Relator é o Senador Armando Monteiro, a quem concedo a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, trata-se da indicação do Sr. Leonardo Accioly da Silva para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em mandato de dois anos, nos termos do art. 130-A, *caput* e inciso V, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O ofício encaminhado pelo Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) dá conta de que o Conselho Pleno daquela corporação deliberou pela indicação em sessão extraordinária realizada no último dia 3 de abril, seguindo os trâmites apropriados para a matéria.

O indicado apresentou, em conformidade com as exigências regimentais, o seu *curriculum vitae*, acompanhado de uma série de declarações e certidões, além de uma argumentação escrita em que demonstra sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

O indicado firmou, expressamente, compromisso de não postular a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, em cumprimento ao que determina o parágrafo único do art. 5º do Provimento nº 113, de 2006, do Conselho Federal da OAB.

O Dr. Leonardo Accioly da Silva apresentou declaração de que atende os requisitos de vedação ao nepotismo, não possuindo parentes que exerçam ou tenham exercido quaisquer atividades, públicas ou privadas, vinculadas às suas atividades profissionais. Declarou, também, que não tem, no momento, participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, tendo participado, ao longo de sua militância como advogado, de duas sociedades de advogados, como comprova certidão expedida pela OAB no Estado de Pernambuco.

Restam atendidas, assim, as exigências formais de instrução como determinadas pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pela Resolução nº 7, de 2005, desta Casa.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação do Dr. Leonardo Accioly da Silva pela Ordem dos Advogados do Brasil para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Era esse, Sr. Presidente, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lido o relatório, adrede já publicado, concedo vista da matéria por cinco reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por cinco dias úteis.

Passaremos agora às sabatinas.

O Ofício "S" nº 28, de 2017, compõe o item 1 da pauta desta parte da reunião.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 28, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: - *em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 29, DE 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. LAURO MACHADO NOGUEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: - *em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

ITEM 3

OFÍCIO "S" Nº 32, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Sr. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: - *em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.*

Convido os senhores aqui mencionados a comporem a Mesa. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Orlando Rochadel, para fazer sua exposição, durante o tempo de dez minutos.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Exmo Sr. Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, em seu nome, respeitosamente, cumprimentamos todas as Senadoras e os Senadores.

Exmo Sr. Senador Eduardo Alves do Amorim, Relator do nosso processo de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público, pedimos licença para fazer um agradecimento especial a V. Exª pelo relatório favorável ao nosso nome e também pela confiança em nós depositada.

Exma Srª Senadora Maria do Carmo Alves, a quem também fazemos uma saudação especial e um agradecimento pelo apoio, mais à frente vou falar das nossas parcerias na área social no Estado de Sergipe.

Exmo Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, do nosso Sergipe, cumprimentamos V. Exª de maneira especial e agradecemos pelo incentivo e estímulo.

Saudamos as Exmas Srªs Senadoras e Srs. Senadores e os membros do CNMP aqui presentes, na pessoa do nosso Corregedor Nacional, Dr. Cláudio Portela.

Saudamos também todos os membros do Ministério Público do Estado de Sergipe, na pessoa do Dr. José Rony Silva Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe – fazemos um agradecimento especial pela nossa eleição e indicação para representar Sergipe junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Conselho Nacional do Ministério Público –; a Ex^ma^ Srª Drª Norma Angélica, Presidente da Conamp; e os Ex^mos^ Srs. Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do MP da União, na pessoa do Dr. Rinaldo Reis.

Peço licença a V. Exªs para fazer uma saudação especial ao meu pai amado e aos meus amados Orlandinho, Belinha e Daniel, filhos de sangue, e Matheus, filho de coração.

Agradecemos a Deus, criador de todas as coisas, pelo dom da vida e pela graça de poder viver este momento.

Minhas senhoras e meus senhores, faremos aqui um breve relato acerca da nossa trajetória, a fim de que V. Exªs possam analisar as qualidades para a recondução a uma das cadeiras do Conselho Nacional do Ministério Público brasileiro.

Nascemos na cidade de Lages, em Santa Catarina, e escolhemos Sergipe para viver. Portanto, somos uma mistura de catarinense, Estado onde nascemos, com sergipano, Estado onde crescemos e tivemos nossos filhos. Desse modo, destacaremos alguns pontos sobre a nossa história de vida.

Ainda muito cedo, tivemos a honra e o privilégio de sermos aprovados em concurso para o Banco do Brasil. Com certeza, aprendemos muito. O Banco do Brasil foi uma das maiores escolas de nossa vida. Ocupamos praticamente todos os cargos, de caixa a gerente de negócios da superintendência, passando, inclusive, pela assessoria jurídica, onde vimos que a nossa vocação estava no mundo do Direito.

No Banco, desenvolvemos as nossas habilidades como monitor e instrutor de diversos cursos. Nosso maior aprendizado aconteceu no interior da Bahia e de Sergipe, no contato com as pessoas mais humildes e pobres, em uma época em que o financiamento agrícola era fundamental para o desenvolvimento daquelas regiões. Portanto, nossa primeira escola foi o Banco do Brasil, a quem rendemos nossas homenagens.

Da atuação no Ministério Público.

Ingressamos no Ministério Público de Sergipe no ano de 1997, onde ocupamos vários cargos. Atuamos basicamente na área de educação, onde institucionalizamos a Promotoria da Educação, e somos apaixonados pelo tema. Acreditamos que mudaremos o mundo com investimentos nessa área. Todos os países e todas as nações que se desenvolveram tiveram um olhar especial para a educação. Eis a razão pela qual somos entusiastas desse tema.

Desse modo, abordaremos dois projetos que desenvolvemos à frente da Promotoria de Educação. O primeiro é o Censo Educacional Sergipano, programa inédito de identificação de crianças e de adolescentes fora da sala de aula, reconhecido pelo Ministério da Educação como modelo, já que 100% dos domicílios são visitados. Eis os números no período de atuação, por cerca de dez anos: 257 mil domicílios visitados, 32 mil crianças e adolescentes fora da sala de aula, 1.059 crianças e adolescentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com deficiência, 1.475 crianças e adolescentes sem registro de nascimento e 16.523 analfabetos. Este foi o resultado: milhares de crianças e adolescentes retornaram para a sala de aula.

Fruto do censo, foi construído o Centro Educacional Vitória de Santa Maria. Doze anos atrás, fizemos o censo educacional no bairro de Santa Maria, antigo Terra Dura, na cidade de Aracaju. Lá localizamos duas mil crianças fora da sala de aula. Tínhamos a opção de ajuizar as ações pertinentes contra o Poder Público, mas optamos por dialogar e formalizar um Termo de Ajustamento de Conduta envolvendo o Governo Federal, o Governo estadual, o Município de Aracaju e a sociedade civil, para a construção do Centro Educacional Vitória de Santa Maria, a maior escola pública de 0 a 18 anos do nosso Estado.

Recordamo-nos, Senador Amorim, de ter ligado para o senhor pedindo seu apoio à época, quando o senhor era Secretário de Estado da Saúde. Após uma reunião prévia conosco, fomos até a Senadora Maria do Carmo, que estava na cidade de Japaratuba desenvolvendo um programa voltado para a saúde das mulheres. A Senadora Maria do Carmo contou com seu apoio desde o primeiro momento. E, graças ao apoio de V. Exª, o projeto realmente foi concretizado.

É importante registrar também o apoio que foi dado pelo então Governador João Alves Filho e pelo Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, que, embora de partidos politicamente opostos, se reuniram em torno desse projeto. Rendemos nossas homenagens ao saudoso e amado Marcelo Déda, um líder à frente do seu tempo.

Hoje, o Centro Educacional é a escola pública mais premiada do Estado. Ganhou prêmios nacionais e internacionais, e seus alunos passam em vestibulares em diversas universidades.

Falamos do Censo Educacional e do Centro Educacional Vitória de Santa Maria para dizer que sonhamos com um Ministério Público que faça parte da solução, e não do problema.

Falo da atuação na condição de Procurador-Geral de Justiça. Ocupamos o cargo, com muita honra, de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe. Fazemos três destaques do período: a construção da nova sede do Ministério Público; a criação da Coordenação de Evolução Humana, destacando o projeto Coral Vozes da Cidadania, o Projeto Bom Samaritano, o Projeto Sensibilizar, o projeto Evolução Humana e o Espaço de Evolução Humana; o terceiro projeto que eu destacaria no período em que estivemos à frente da Procuradoria-Geral foi o Ônibus da Cidadania. Adquirimos e equipamos um ônibus com sete gabinetes, sendo um para pessoas com deficiência. Esse ônibus viaja por todo o Estado de Sergipe, principalmente para os povoados mais distantes, oferecendo à população atendimento direto por promotores e servidores do Ministério Público. É o Ministério Público que sai dos seus gabinetes e vai ao encontro da população. Esse projeto, inclusive, foi premiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de registrar também a nossa atuação na condição de Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos, à frente do qual nós destacamos a instituição de três projetos: o Projeto Mobilidade Urbana e Ministério Público, o Projeto Direitos Humanos nas Manifestações Populares e o Projeto de Combate à Violência Doméstica. Houve ainda a criação da Comissão Permanente do Meio Ambiente. Além disso, integramos a Comissão Especial de Segurança Pública e Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Sobre o nosso aperfeiçoamento técnico e intelectual devo dizer que, desde muito cedo, ainda na adolescência, a paixão pela arte de ensinar tomou conta de nosso ser, primeiro ensinando banca, como nós chamamos no Nordeste o ensino de aulas particulares de reforço escolar, até o ensino na faculdade, em cursos de pós-graduação e em cursos preparatórios, onde lecionamos por vários anos.

Mesmo trabalhando muito no Banco do Brasil, nunca deixamos de estudar e concluímos o curso de Direito na Universidade Federal de Sergipe com muito sacrifício, porque trabalhávamos e estudávamos concomitantemente. Depois, fizemos concurso para o Ministro Público do Estado de Sergipe e obtivemos aprovação.

Continuamos estudando e cursamos o mestrado em Educação, na Universidade Federal de Sergipe, cujo resultado foi a publicação do livro *Políticas públicas e direito à educação*, de nossa autoria. Iniciamos o doutorado em Direito, mas o nosso coração está a nos dizer que devemos cursar o doutorado em Educação, porque nossa paixão e nossa alma estão nessa área do conhecimento.

Da atuação no Conselho Nacional do Ministro Público.

Sou candidato à recondução e, portanto, gostaria de fazer uma pequena explanação sobre nossa atuação na condição de conselheiro.

Há dois anos, fomos honrados, por sufrágio dos membros e pelos Procuradores-Gerais do Brasil, com a escolha do nosso nome para representar o Ministro Público do Estado de Sergipe e o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados. Nesse período, tivemos a oportunidade de realizar várias ações. Destacamos nossa atividade em plenário e destacamos nossa atuação na condição de Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministro Público, onde apresentamos várias proposições. Destaco aqui a 724, de 2016, que objetiva instituir a Política Nacional de Tecnologia da Informação; o aprimoramento do Banco Nacional de Projetos, um banco que contém as principais realizações dos promotores por todo o Brasil; e a realização do Prêmio CNMP, edições de 2015 e 2016, que tem representante do Senado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – ...que tem representante do Congresso na banca examinadora, iniciativa que está vinculada ao Banco Nacional de Projetos e que constitui estímulo à criação e à implantação de programas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É importante também fazer os seguintes registros da nossa atuação à frente da Comissão de Planejamento Estratégico do Conselho Nacional. Seis ações nacionais estruturantes foram viabilizadas por reuniões de membros e servidores de todo o Ministro Público das áreas de Tecnologia da Informação, de gestão administrativa, de gestão de pessoas e de gestão orçamentária.

Acreditamos, com muita humildade e serenidade, termos realizado um trabalho à altura da responsabilidade de representar o Estado de Sergipe no cenário nacional.

Por fim, agradecemos a honra e o privilégio de poder nos dirigir a cada um de V. Exªs. Esta Casa é o berço da democracia, e todas as nações que se desenvolveram sempre tiveram um parlamento forte.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Rochadel.

Concedo a palavra ao Dr. Lauro Machado Nogueira.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, quero apresentar uma questão de ordem. Eu queria pedir, já que os relatórios já foram distribuídos e lidos há mais de oito dias – portanto, todos nós já tivemos acesso a eles e sabemos da história de cada um dos sabatinados, alguns dos quais são candidatos à recondução –, se possível, já que temos de ir a outras Comissões, que se abrisse o painel para votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª será atendido.

Peço que a abertura do painel para votação.

Com a palavra o Dr. Lauro.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Ex^{mo} Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, e, na pessoa dele, quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras componentes desta Comissão.

Faço um cumprimento especial ao Senador Ronaldo Caiado, Relator da minha indicação, grande liderança política que muito honra o nosso Estado de Goiás.

Cumprimento minha esposa, Luciana, que me acompanha há 16 anos, sempre me apoiando em todas as iniciativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero cumprimentar todos os Procuradores-Gerais de Justiça presentes, na pessoa do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, Rinaldo Reis Lima, e também do Procurador-Geral de Justiça de Goiás, Dr. Benedito Torres Neto, e agradecer, mais uma vez, a confiança da indicação para representar os Ministérios Públicos estaduais no CNMP.

Eu também gostaria de cumprimentar todos os Presidentes das Associações do Ministério Público presentes, na pessoa da minha companheira de lutas institucionais, a Presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti; o ex-Presidente, meu dileto amigo, José Carlos Cosenzo; e o Presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Dr. Vinicius Jacarandá.

Cumprimento também os Conselheiros do CNMP presentes e os colegas Orlando e Dermeval, ora sabatinados.

Inicialmente, eu gostaria de fazer uma breve apresentação pessoal e profissional, a fim de que os Srs. Senadores e Senadoras possam ter um perfil da minha indicação e o caminho que trilhei até aqui chegar.

Nasci em 26 de janeiro de 1970, em um lar de classe média, pai bancário e mãe professora de Educação Física. Sou o mais novo de quatro irmãos. Desse casal, que está junto há 56 anos, tive como maior herança os valores da humildade, da ética, da honestidade e da responsabilidade.

Cresci em Goiânia, onde estudei, tendo ingressado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás em 1988 e colado grau em janeiro de 1993, no dia em que completava 23 anos. Durante o curso, fui servidor do Conselho Regional de Engenharia (Crea-GO) e também estagiário jurídico da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Na mesma faculdade, eu me especializei em Processo Penal no ano de 2004.

Já com a intenção de ingressar no Ministério Público, fiz o primeiro e único concurso que prestei, sendo aprovado em junho de 1993 em décimo lugar e tendo tomado posse no dia 3 de agosto daquele ano, com 23 anos de idade. Sou de uma geração do Ministério Público que consolidou o novo perfil constitucional da instituição, aplicando de maneira vanguardista novos instrumentos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor, a Lei de Improbidade Administrativa, a Lei 9.099, que implantou os juizados especiais e o instituto da transação penal, bem como o fortalecimento na atuação na defesa do meio ambiente. Naquela época, era muita inspiração e transpiração e quase nenhuma estrutura. Também foi uma época de organização da instituição, quando foi publicada a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a de nº 8.625, e a Lei Complementar 75 do Ministério Público da União.

Desenvolvi minha carreira no interior do Estado, passando como titular pelas Comarcas de Estrela do Norte, Varjão, Mara Rosa e Trindade, além de auxílio em várias outras comarcas, sendo promovido para Goiânia no ano 2000 para atuar no Tribunal do Júri da capital. Em 2001 e em 2002, assessorei,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como Promotor Corregedor, o Corregedor-Geral do Ministério Público. Em 2003, assumi a promotoria da qual sou titular até hoje, a 41ª Promotoria da capital, que atua perante a 9º Vara Criminal, onde correm os processos de crimes apenados com reclusão. Também nesse período, fui Coordenador das Promotorias Eleitorais da capital, de 2003 a 2005.

Em 2004, iniciei minha atuação associativa, sendo tesoureiro da Associação Goiana do Ministério Público, tendo sido, depois, em 2008, eleito Presidente da entidade associativa e reeleito em 2010, como candidato único.

Em 2010, fui eleito Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), acompanhando cotidianamente no Parlamento as matérias de interesse do Ministério Público brasileiro. Em 2012, após o término do meu mandato classista, assumi a chefia de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo, no final do ano, me candidatado a Procurador-Geral de Justiça e sendo o mais votado na lista tríplice.

Nomeado pelo Governador do Estado, assumi a Procuradoria-Geral em março de 2013, sendo reeleito em 2015, novamente como candidato único e tendo terminado meu mandato em março do corrente ano.

Em decisão coletiva dos integrantes do Ministério Público goiano, nesses dois mandatos, elegemos como bandeira de atuação e prioridade institucional o combate à corrupção. Fomos premiados no Prêmio CNMP-2015 como o melhor projeto de combate à corrupção no âmbito do Ministério Público brasileiro, com enfoque na capacitação dos membros dos grupos de atuação especial para atuação repressiva e também na atuação preventiva, com o fortalecimento do controle social e da transparência nos Municípios e Câmaras Municipais.

No Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, fui eleito Presidente para o mandato de 2015-2016 e tive a honra de representar esse colegiado na interlocução constante com o Parlamento e também de receber, em algumas de nossas reuniões, Senadores desta Comissão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – ...como o Senador Magno Malta, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Randolfe Rodrigues, para debater matérias que aqui tramitavam.

Finalmente, no último dia 6 de abril, fui eleito democraticamente pelos meus pares para representar os Ministérios Públicos estaduais no CNMP, razão pela qual estou aqui à disposição dos Senadores para me submeter ao crivo desta Comissão.

Acredito que, em quase 24 anos de experiência profissional, consegui angariar os subsídios necessários para levar ao Conselho Nacional do Ministério Público as peculiaridades da carreira e da gestão dos Ministérios Públicos estaduais bem como colaborar para que o órgão cumpra com eficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

suas graves atribuições no controle das condutas dos membros e no controle administrativo e financeiro do Ministério Público brasileiro.

Acompanho o CNMP desde sua primeira composição e vejo o quão importante esse órgão se tornou para o fortalecimento e a unidade do Ministério Público brasileiro. Sou testemunha de sua evolução como órgão constitucional, que, apesar de ter uma composição plural, demonstra, em cada um dos seus mandatos, o compromisso dos conselheiros, seja de qual for a origem, em aprimorar a instituição do Ministério Público brasileiro, para que ele possa servir à sociedade conforme preconizado na Constituição Federal de 1988.

Enfim, eu me coloco à disposição dos senhores para os questionamentos que entenderem por bem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Orlando e convido o Dr. Lauro Machado Nogueira.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dermeval Farias Gomes Filho.

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Edison Lobão, na sua pessoa, cumprimento os Senadores aqui presentes.

Cumprimento também os colegas sabatinados, Orlando Rochadel e Lauro Machado.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui diante das Srªs Senadoras e Srs. Senadores para ser sabatinado.

Agradeço e registro, de modo especial, a presença de minha esposa Suelen Hering Gomes, ali presente.

Peço ainda vênia, Sr. Presidente, para cumprimentar o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Leonardo Bessa, responsável pela minha indicação, após ter sido eleito por 72% da classe de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Cumprimento, ainda, o Sr. Cláudio Portela, Corregedor Nacional, na pessoa de quem estendo os meus cumprimentos aos demais Conselheiros do CNMP aqui presentes.

Cumprimento, ainda, o Presidente da Associação de Membros do Ministério Público do Distrito Federal, Dr. Elísio Teixeira, na pessoa de quem estendo os meus cumprimentos aos demais membros do Ministério Público do Distrito Federal aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De forma especial, agradeço também a presença da Procuradora de Justiça Eunice Carvalhedo, a quem tive a honra de assessorar por quatro anos, durante a sua gestão à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Do mesmo modo, de forma especial, quero agradecer ao Senador Eduardo Braga pela forma gentil como me recebeu em todas as vezes em que conversamos. E quero dizer que é uma honra ter o processo relatado por V. Exª.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu me chamo Dermeval Farias Gomes Filho, nasci na cidade de Ibiassucê, localizada no sudoeste da Bahia, com uma população de 11 mil habitantes, local onde ainda vivem os meus pais.

Até os 17 anos, estudei na escola pública do Município. Depois, dirigi-me para Vitória da Conquista, onde concluí o segundo grau. Em seguida, cursei a faculdade de Direito na Universidade Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. E, depois, segui para Belo Horizonte, onde, como advogado e estudante, durante três anos e meio, preparei-me para o concurso do Ministério Público.

Ingressei, em 2 de junho de 2004, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Nesta instituição, exerci e tenho exercido as funções do júri, criminal, execução penal, educação e fazenda pública. Atuei também no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e de Combate à Tortura. Atualmente, estou lotado na Promotoria de Justiça Criminal e Júri de Águas Claras, onde exerço, ainda, a função de Coordenador Administrativo.

Na Administração Superior do Ministério Público, fui assessor de políticas institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça, de outubro de 2010 a dezembro de 2014, com atuação na elaboração de projetos, na área meio e na área fim, e na interlocução do Ministério Público com a sociedade, com os cidadãos, com os representantes da classe política do Executivo e do Legislativo, bem como com outros ramos do Ministério Público e membros do Poder Judiciário.

Fui membro auxiliar do CNMP em 2010, com dedicação exclusiva, e, depois, fui membro auxiliar e colaborador do CNMP sem dedicação exclusiva, período no qual, de 2010 a 2016, atuei como membro colaborador da comissão do CNMP que elaborou o planejamento estratégico nacional; membro da comissão do CNMP que elaborou o banco de projetos nacional; membro auxiliar e colaborador em inspeções e sindicâncias da Corregedoria Nacional do Ministério Público, de 2010 a 2016; membro auxiliar da Comissão de Revista e Jurisprudência do CNMP, em 2010; membro da comissão do CNMP que elaborou estudos com sugestões de mudanças ao projeto do novo Código Penal que tramita nesta Casa Legislativa. Esta experiência me motivou a concorrer ao cargo de Conselheiro Nacional na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Na área acadêmica, sou professor de Direito Penal desde o ano de 2006. Lecionei em universidades, na Escola da Magistratura do Distrito Federal, em cursos de capacitação para servidores do STF, do STJ e do TJDFT. Atualmente, sou professor de Direito Penal na pós-graduação da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Sou especialista em Processo Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestrando em Direito e Políticas Públicas: Processo e Controle Penal pelo UniCEUB, aqui em Brasília. Sou membro ainda do Grupo de Pesquisa em Política Criminal do UniCEUB, em parceria com a UnB, e faço parte do Conselho Editorial da Revista do Ministério Público do Distrito Federal e da *Revista De Jure*, do Ministério Público de Minas Gerais.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu me sinto honrado em ser sabatinado por V. Exªs para, se aprovado, exercer o mandato de dois anos junto ao CNMP.

Ao trabalhar como membro auxiliar do CNMP, percebi o crescimento da atuação do órgão nos últimos anos. Desde a criação do órgão pela Emenda Constitucional 45, o CNMP, num primeiro momento, buscou uniformizar a sua atuação dentro do limite dado pelo Poder Legislativo, nos termos do §2º do art. 130-A da Constituição da República Federativa do Brasil, como órgão de controle administrativo, financeiro e disciplinar.

No segundo momento, o CNMP iniciou raios X do Ministério Público brasileiro, com inspeções e correições em todas as unidades da Federação, de 2010 a 2016, e prossegue em 2017. Nessa fase, o CNMP também elaborou o Planejamento Estratégico Nacional e instituiu o Fórum Anual de Gestão, em 2012, para uniformizar e difundir boas práticas de gestão de recursos, gestão de Tecnologia da Informação, gestão de pessoas, entre outros temas.

No terceiro momento, o CNMP, sem prejuízo dos avanços anteriores, com a atuação de diversas comissões, buscou fomentar o diálogo e a unidade da atuação na área-fim, promovendo encontros de membros dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro com o objetivo de se alinhar a boas práticas. A título de ilustração, temas da infância e juventude passaram a ser debatidos na Comissão da Infância e Juventude; o tema de violência doméstica passou a ser preocupação e objeto do trabalho da Comissão de Direitos Fundamentais.

Merece destacar ainda que a atuação disciplinar do CNMP cresceu nos últimos anos. Os números indicam que 35% dos PADs (Processos Administrativos Disciplinares), 51% da sindicância e 41% das correições e inspeções foram instaurados e realizados, respectivamente, nos últimos dois anos, de 2015 a 2016. Com outras palavras, 60 procedimentos administrativos e 106 sindicâncias foram instaurados de agosto de 2015 a março de 2017, enquanto, de 2005 a julho de 2015, foram instaurados 97 PADs e 101 sindicâncias. Em 2016, o CNMP aplicou 14 suspensões, sete censuras e uma demissão, cassou cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aposentadorias, aplicou 21 advertências e uma disponibilidade. O CNMP hoje faz correição não somente nas promotorias e procuradorias, mas também nas corregedorias dos ramos do Ministério Público.

A título de ilustração, o CNMP realizou 55 inspeções e correições em 2015 e em 2016, enquanto o CNJ realizou 19.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Creio, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que a crítica e a cobrança da sociedade contribuíram para o aprimoramento do CNMP no exercício de suas atribuições.

Todavia, penso que os avanços do CNMP não devem significar uma acomodação, mas entendo que o os novos conselheiros devem dar continuidade ao trabalho preventivo e repressivo, realizar e avançar em novas linhas de atuação, dentro do espaço constitucional e legal, como nas seguintes áreas: maior participação com a comissão do sistema prisional, controle externo e segurança pública nas discussões e propostas relativas à melhoria do sistema carcerário brasileiro, ciente da necessidade de um arranjo institucional entre os diversos atores, Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público e sociedade civil, com uma melhor comunicação de suas decisões e posicionamentos, principalmente no tocante à transparência dos gastos com remuneração de membros, o que é continuamente apontado pela imprensa nacional; aprimorar, cada vez mais, o diálogo com o CNJ, com a sociedade e com a classe política, buscando participar, quando chamado pelo Parlamento, das discussões de propostas legislativas relacionadas à segurança pública, ao sistema carcerário, ao novo Código Penal e ao novo Código de Processo Penal; buscar concretizar a Unidade de Capacitação, recentemente criada no âmbito no CNMP, para difundir boas práticas; e buscar uniformizar procedimento de acompanhamento do estágio probatório de membros do Ministério Público.

O CNMP deve ser um órgão moderador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – ... e deve fomentar a unidade nacional do Ministério Público, com respeito às peculiaridades locais.

Caso seja aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, prometo cumprir a função de conselheiro com responsabilidade, com equilíbrio, com respeito e com diálogo, dando continuidade às ações do Conselho Nacional do Ministério Público tanto no plano do controle administrativo e financeiro, quanto na sua atuação disciplinar, sempre dentro dos limites constitucionais e legais, estando à disposição, durante o exercício do mandato, para prestar quaisquer esclarecimentos.

Desse modo, Srªs e Srs. Senadores, eu me coloco à disposição de V. Exªs para responder as perguntas formuladas e para esclarecer eventuais dúvidas.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Dermeval Farias.

Concedo a palavra, para fazer a arguição, ao Senador Eduardo Braga.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida, concederei a palavra a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Peço que me inscreva também, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, cumprimento todos os senhores indicados aqui presentes e, de forma muito especial, o Sr. Dermeval Farias Gomes Filho, cuja indicação tive o prazer e a honra de relatar nesta reunião do dia de hoje. É desnecessário abordar novamente os termos do nosso relatório, porque é público e já está disponibilizado há mais de uma semana.

Eu gostaria de fazer apenas três perguntas a V. Exª. Primeiro, quero dizer que verifico que o senhor é professor e pesquisador na área de Direito Penal e de política criminal e que participou da comissão do CNMP que ofereceu sugestões ao projeto do Código Penal, que tramita no Senado da República. Diante disso, sabendo que vivemos uma grave crise no sistema carcerário nacional, indago-lhe o seguinte: qual é a contribuição que o CNMP pode dar na busca da solução para o grave problema do sistema carcerário brasileiro? Sem dúvida alguma, um dos grandes problemas hoje do nosso País é o do sistema carcerário. E o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), com certeza, há de ter o que contribuir num momento grave como este que estamos atravessando.

A segunda pergunta é: considerando as recentes informações divulgadas pela imprensa sobre a remuneração de teto constitucional que estaria sendo paga a membros de determinados ramos do Ministério Público brasileiro, indago-lhe sobre o que o CNMP pode fazer para combater os eventuais desvios cometidos por parte de ramos do Ministério Público no que diz respeito à folha de pagamentos.

Por fim, eu gostaria de perguntar a V. Exª: qual a opinião de V. Exª sobre o papel do CNMP no controle da disciplina dos membros do Ministério Público?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente, agradecendo desde já a atenção e cumprimentando, como sempre, a forma exitosa com que V. Exª conduz os trabalhos nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Dr. Dermeval Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Eduardo Braga, muito obrigado pelos questionamentos que foram levantados, de temas relevantes, nos quais o CNMP com certeza pode contribuir.

Com relação à primeira questão apresentada por V. Exª, o CNMP possui uma comissão sobre controle externo, sistema carcerário e segurança pública. Então, ele tem com certeza o dever de contribuir com a questão que envolve o sistema carcerário.

Acredito, Sr. Senador, que esse é um problema que tem de ser enfrentado pelos diversos atores que possuem responsabilidade constitucional e pelo CNMP também. Creio que é preciso haver mais diálogo, planejamento e concretude nas ações do Legislativo, do Executivo, do CNMP, do CNJ, em parceria com a sociedade.

Temos hoje, no nosso País, cerca de 600 mil presos, quase 600 mil presos. Há uma parte maior do que isso de condenados, mas que estão em regime aberto. Em 17 unidades da Federação não há mais a Casa do Albergado, então esses que estão no regime aberto cumprem prisão domiciliar. Desses 600 mil presos, uma boa parte é de presos provisórios.

Por outro lado, temos dificuldades no cumprimento da Lei de Execução Penal (Lei 7.210, de 1984), seja para a classificação do trabalho dos presos no regime fechado, seja para a classificação do trabalho interno e externo dos presos do regime semiaberto; dificuldade de implementar o estudo previsto na Lei de Execução Penal, uma vez que o art. 1º dessa lei diz que a função, na fase da execução da pena, é a ressocialização.

Temos aqui, no Congresso Nacional, no Senado, um projeto de lei para atualizar a Lei de Execução Penal. Temos aqui também, no Senado Federal, o exame da medida provisória do Governo Federal que busca trazer novas regras para a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Mesmo com os mutirões realizados pela CNJ e com a participação do Ministério Público, da Defensoria Pública, ainda existe muita morosidade no exame dos benefícios com relação aos presos do sistema carcerário. E, por outro lado, Senador, temos ainda um país com alto índice de criminalidade. São quase 60 mil homicídios por ano. Segundo dados divulgados ontem pela imprensa, 503 mulheres são vítimas de agressões físicas a cada hora no Brasil. Então, há necessidade de um processo penal célere, que respeite as garantias do investigado e do processado, há necessidade de melhor estrutura do Judiciário, do Ministério Público, mas acredito que com o diálogo é possível enfrentar esse problema.

Na visão do Ministério Público, publicada pelo CNMP em uma revista no ano passado, destacou-se como inciativa que tem tido sucesso no cumprimento da Lei de Execução Penal o modelo da Apac, o Senador Aécio Neves o conhece muito bem; lá no Estado de Minas Gerais esse modelo é presente. Segundo dados publicados pelo Conjur, esse modelo está presente em 43 cidades, e cerca de 70% dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presos não retornam, não reincidem – então, o índice de ressocialização é muito grande –, enquanto no modelo tradicional 90% dos presos voltam ao sistema com reincidência.

Então, é uma iniciativa boa, que deve ser replicada. Há algumas unidades da Apac onde 98% dos presos voltam ao convívio social e não retornam mais ao sistema carcerário. Iniciativas como essa devem ser replicadas.

E destaco ainda o projeto do Novo Código Penal, que tramita aqui no Senado, com o qual tive o privilégio de participar com contribuições pelo CNMP, e o projeto do Novo Código de Processo Penal, o PL 8.045, de 2010, que tramita na Câmara dos Deputados. Acredito que, com diálogo, com a participação do CNMP, do CNJ, do Legislativo e do Executivo, esse problema pode ser minimizado; talvez não solucionado de maneira imediata, mas pode ser minimizado.

É a contribuição que tenho a dar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Dr. Dermeval Farias.

Concedo a palavra...

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em seguida.

O Senador Ronaldo Caiado...

V. Exª poderá concluir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Com relação à segunda pergunta feita pelo Senador Eduardo Braga, com relação aos dados divulgados pela imprensa brasileira sobre a remuneração de membros do Ministério Público que estaria extrapolando o teto, essa questão tem sido debatida no CNMP. Algumas leis estaduais estabelecem verbas remuneratórias e também verbas com conteúdo indenizatório. O Supremo Tribunal Federal decidiu que o CNMP e o CNJ não podem fazer controle de constitucionalidade de leis, mas o CNMP tem examinado essas questões e indicado, de imediato ao Procurador-Geral da República a propositura de ADI junto ao Supremo Tribunal Federal para contestar tais leis.

Em relação às verbas que excedem o teto constitucional que são definidas em normas administrativas internas, o CNMP tem decotado e tem examinado, e tem o dever de decotar e examinar. Eu creio, Sr. Senador, que nós temos, no CNMP, de dar mais transparência e divulgação às decisões do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CNMP que tratam dessa matéria, até para que a sociedade civil possa analisar e acompanhar o trabalho realizado pelo CNMP.

A título de ilustração, o CNMP, em 31/1/2017, no Enunciado 12, estabeleceu o seguinte: "O Conselho Nacional do Ministério Público detém competência para, no exercício de suas atribuições, afastar a incidência de lei que veicule matéria já declarada inconstitucional pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal." Ou seja, o STF já fixou a tese de inconstitucionalidade em algum julgamento. Então, o CNMP pode examinar outras leis que não foram questionadas nas quais pode ser aplicada essa tese. Isso já é um avanço do órgão, eu acredito, uma vez que não é fazer o controle de constitucionalidade das leis, mas é reconhecer que essa matéria já foi decidida pelo Supremo, e o CNMP, de forma mais célere, pode já examinar.

Outro ponto. No PCA 100.934, de 2016, o CNMP entendeu que uma lei do Ministério Público do Estado do Tocantins, que estabelecia natureza indenizatória, apenas por uma expressão contida na lei, não poderia sobreviver, porque os valores a título de verba de representação pelo exercício da função ou pelo exercício cumulado de cargo possui natureza remuneratória. E não é o simples fato da rotulação legal de transformar em indenizatória para tentar ultrapassar o teto que vai transformá-la em indenizatória. O CNMP estabeleceu e determinou ao Ministério Público do Tocantins que cumprisse esse pagamento com conteúdo remuneratório, portanto, decotando em cima do teto constitucional.

Eu acredito que o Conselho deve continuar, sim, e dar mais transparência às suas decisões nessa questão do teto constitucional, acompanhado também pelo Poder Legislativo e pela crítica da sociedade para que ele possa aprimorar a sua atuação.

Em relação à última pergunta, com relação ao controle da disciplina dos membros do Ministério Público, Senador. Conforme eu divulguei na apresentação, a crítica da sociedade e o acompanhamento da classe política com certeza fizeram com que o CNMP evoluísse bastante nessa matéria. Hoje, o CNMP realiza muitas inspeções e correições, como eu coloquei. De dois anos para cá, o CNMP realizou 35% de todos os procedimentos administrativos ao longo de sua história, 51% das sindicâncias e 41% das correições, com aplicação de todas as penalidades previstas na legislação. Na sessão de ontem, do CNMP, para ilustrar, seis punições foram aplicadas.

É claro que, nessas inspeções e correições, o CNMP... Eu participei desde 2010, viajando a quase todas as unidades da Federação. O CNMP detecta que boa parte dos colegas – a grande maioria – trabalha conforme determina a lei e a Constituição, mas aqueles desvios provocados por um ou por dois acabam desgastando a imagem da instituição. Então, o CNMP tem que agir rápido nessas questões, dando o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, mas sancionando, nos termos da legislação. É como penso.

Agradeço ao senhor, mais uma vez, pelas indagações que me foram dirigidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, não só quero cumprimentar aqui ao Promotor Lauro Machado Nogueira, mas também o Procurador-Geral do Estado, Benedito Torres, que se faz presente com todos os membros do Ministério Público, para acompanhar a sabatina do Promotor Lauro Machado Nogueira.

Sr. Presidente, o Promotor Lauro é uma pessoa que tem uma trajetória que o credencia para disputar e o credencia para assumir uma vaga no Conselho Nacional do Ministério Público. Ele é de um currículo extenso e teve uma indicação, com ampla vantagem, por todos os promotores do nosso Estado de Goiás. Além disso, é um homem de uma formação acadêmica consistente. Ocupou a Procuradoria-Geral do Estado de Goiás por dois mandatos consecutivos, tem uma experiência ampla e, com isso, goza de credibilidade no meio jurídico, assim como também é reconhecido em todas as atividades no nosso Estado de Goiás.

É um promotor que tem uma atuação também nacional, junto aos promotores, e Goiás tem a honra de poder apresentar o Dr. Lauro, para que possa compor o Conselho Nacional do Ministério Público num novo momento, momento em que nós precisamos buscar que esses conselhos, cada vez mais, saiam de decisões que são muito mais classistas, para entender a realidade que nós estamos vivendo hoje, ou seja, entender a necessidade de responder à população brasileira, diante da demanda que tem sido feita, quanto ao corporativismo cada vez menos aceito, à transparência e à necessidade de que os membros sejam, como vocês estão sendo hoje, aqui sabatinados e votados e tenham a responsabilidade de – no momento correto, nas decisões difíceis, em que vocês têm que, indiscutivelmente, cortar, às vezes, na própria carne – terem essa independência. E eu tenho certeza de que o Dr. Lauro, como os demais, aqui presentes, terão essa independência moral e intelectual, para darem a esse Conselho a dimensão pela qual ele foi criado com esse objetivo.

A pergunta é simples, Dr. Lauro, até porque conheço V. Sª de muito tempo. Foi formulada uma pergunta pelo Senador Eduardo Braga, em relação ao problema carcerário, da superlotação que estamos vendo, penas, às vezes, que não são ali acompanhadas, e, com isso, pessoas que não foram nem julgadas, mas a sociedade, hoje, está diante de uma situação que é uma realidade. Qual é? É exatamente esta tendência de o Judiciário a cada vez diminuir pena.

Hoje em dia, o cidadão pratica crimes sucessivos e simplesmente é liberado, vai cumprir a pena em casa, ou, senão, pelo menos, é a tese da pena mínima. E nós estamos vendo esse processo se ampliar no País, ou seja, o Brasil é um país cuja área de segurança tem uma instabilidade ímpar. Temos o Brasil das facções, pessoas que, dentro dos presídios, têm a ousadia de dizer que têm 20 mil homens armados para fazer o combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A pergunta que faço: o Conselho Nacional do Ministério Público não pode trazer essa discussão, não pode dar um destaque a essa discussão com o Poder Judiciário para interpelar a que situação nós estamos levando a segurança pública do País? Hoje, estamos assistindo a uma luta entre as facções para saber quem toma conta do narcotráfico brasileiro, do tráfico de drogas no Brasil.

E, de repente... Há aqui o meu colega Lasier, que tem até um projeto de lei, do qual eu sou o Relator. É com este objetivo da ampliação de pena que formulo a pergunta a V. Exª, porque estamos vivendo um quadro onde a bandidagem está tendo a tranquilidade de poder transitar sem ter o menor constrangimento que seja da Justiça brasileira ou das penas que sofrerão ou das consequências pelos atos praticados.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Progressão de regime.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Para completar, já que V. Exª fez referência ao nosso projeto, que, com muita honra tem a sua relatoria – aliás, um belo relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Um dos itens importantes que estamos propondo é o agravamento das hipóteses para a progressão do regime.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Exatamente. É lógico. São reincidentes e, como tal, deverão ter...

Então, é essa a pergunta que faço a V. Exª, Dr. Lauro.

Como agora, dentro de poucos minutos, espero atingirmos o quórum para que V. Exªs sejam conduzidas à CNMP... Há necessidade de se encorajarem para esse debate e poder também trazer ao Poder Judiciário uma solução para a sociedade. Esse é o ponto.

Meus cumprimentos pela indicação de seu nome, orgulhando o CNMP e, ao mesmo tempo, o nosso Estado de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Muito obrigado, Senador Caiado. Agradeço as referências positivas à minha pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A sua pergunta é muito pertinente pelo momento que vivemos, e eu me sinto muito à vontade para debater esse assunto, primeiro, porque é o meu dia a dia – eu sou promotor de uma vara criminal na capital, em que tramitam, especialmente, os processos de crimes graves, apenados com reclusão.

Na minha trajetória como Procurador-Geral e como Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, nós tivemos uma interlocução com o Ministério da Justiça sobre essa questão carcerária, logo depois dessa crise que houve há pouco tempo tanto na penitenciária de Manaus quanto na penitenciária do Rio Grande do Norte. Eu vejo que o Brasil está diante de um desafio, e as instituições – não só o Conselho Nacional do Ministério Público e também o Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário, o Poder Executivo, porque nós estamos numa encruzilhada. Se você endurece a pena, vem o discurso de que se prende demais; se você solta, a violência explode. E as cadeias, sem comando.

Eu queria só trazer um dado para o senhor. Primeiro, na minha opinião, o caminho para a solução desse problema é uma condução por parte do Governo Federal da questão da segurança pública.

Eu dou um exemplo. Houve aquela crise no Rio Grande do Norte e, como consequência quase que imediata, houve uma liberação de recursos. Cerca de 46 milhões a cada Estado. Foi uma coisa... E foram depositados nas contas dos Estados, sem projeto, sem planejamento daquele dinheiro, de como seria aplicado nos presídios.

Em Goiás, como o Ministério Público já vinha trabalhando com o Governo do Estado, acompanhando a construção de cinco presídios aqui no Entorno de Brasília e também na cidade de Anápolis, como havia um projeto para a cidade de Planaltina, aqui no Entorno, nós conseguimos, numa reunião, numa força-tarefa junto ao Governo do Estado, para que esses recursos fossem encaminhados para lá. Eu acho que o principal é que tem de haver vaga. O déficit de vagas nos presídios é absurdo. Assim, sem vaga e sem controle dos presídios, nós vamos continuar reféns da violência.

Um outro exemplo prático. Sempre há as medidas legislativas: o mutirão carcerário; depois, veio a audiência de custódia, que é uma iniciativa interessante, mas a audiência de custódia é resultado de uma mudança no Código de Processo Penal, há cerca de alguns anos. Antes, o preso, às vezes, era preso por um crime leve e, poucos dias depois, estava sendo interrogado pelo juiz. Esse era o primeiro ato. E aí havia ali uma concessão de liberdade.

O que aconteceu? O interrogatório do preso passou a ser o último ato da instrução do processo penal, porque é preciso garantir ao preso ver a produção da prova. Nisso, estouraram todas as cadeias, porque o preso demora de três a quatro meses para chegar na frente do juiz. E aí a solução veio como a audiência de custódia.

Então, nós estamos diante do seguinte desafio: o Brasil tem que ter uma política nacional carcerária, um investimento maciço na construção de presídios, na criação de novas vagas. Nós tivemos em Goiás há pouco tempo a criação de um centro de triagem, que era para ser o local de recolhimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos presos em flagrante, para esvaziar as delegacias. Não demorou dois meses. As delegacias já estão cheias de presos, pela violência que estamos enfrentando.

Aí, lógico, não vamos discutir aqui as causas da violência, sob o aspecto social e tudo. Mas é fundamental que nós tenhamos o norte, em primeiro lugar, de defender a população quanto ao aspecto da violência com que nós todos estamos convivendo cotidianamente; quanto ao aspecto de melhorar, de equipar e estruturar o sistema carcerário, e, evidentemente, a partir daí também poder haver o endurecimento das leis e não haver aquela sensação da família da vítima que vê – vou dar um exemplo que acontece muito – um acusado por homicídio que fica preso muitos anos aguardando julgamento ser condenado, às vezes, a oito anos por um homicídio simples, sair livre, sair em liberdade e ir embora para casa pela porta do tribunal do júri.

Então, eu acho que nós, que temos responsabilidade sob o aspecto de pensar o Ministério Público, de contribuir com o fortalecimento do Ministério Público, do Poder Judiciário, na interlocução com o Parlamento, temos que ter uma grande união para enfrentar esse problema, para que a sociedade brasileira possa voltar a ter um pouco mais de tranquilidade e segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Hélio José, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Exª o Sr. Presidente Edison Lobão pela condução dos trabalhos; cumprimentar meu conterrâneo Lauro Machado Nogueira – sou de Corumbá de Goiás, uma cidade próxima a Goiânia, que é sua cidade, parabéns a você! –; cumprimentar o Orlando Moreira, lá de Sergipe, parabéns!; e cumprimentar o nosso querido Dermeval Farias Gomes Filho, que é de Brasília. Sou Senador pelo Distrito Federal e, em nome da nossa Bancada Federal do Distrito Federal – nosso colega Rogério Rosso, Izalci, Bessa, Fraga, Erika, Augusto, Senador Cristovam, Senador Reguffe e eu –, quero desejar a você muito sucesso.

Quero dizer que acompanhamos de perto os trabalhos do Ministério Público do Distrito Federal, sabemos o trabalho sério conduzido pelo nosso nobre Leonardo Bessa, por toda a sua assessoria e por vocês, das diversas varas da promotoria pública do Distrito Federal.

Temos graves problemas a ser sanados no Distrito Federal, principalmente com relação à regularização fundiária. Agora, na Medida Provisória 759, apontamos elementos e condições legais para resolver.

Esperamos, Dermeval, com a sua ida para o CNMP, que colabore conosco, porque o Ministério Público tem sido muito pouco reativo às questões e tem sido muito mais um zagueiro para não deixar as coisas se regularizarem. Não podemos conviver com isso. Aqui em Brasília 1,5 milhão de pessoas convivem sem escritura, sem seu título de cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu preciso muito da sua atuação no Ministério Público. É um servidor de carreira, igual a mim, concursado – você, o Orlando e o Lauro. Sabemos que temos que obedecer à 8.112 e aos outros preceitos todos dentro da responsabilidade do servidor público. Precisamos ter uma ação mais rente, menos política, nas questões.

Precisamos que o Ministério Público no Distrito Federal tenha uma visão mais aberta, principalmente agora, quando temos uma legislação definida nesta Casa, graças ao trabalho do Presidente Temer de enviar a Medida Provisória 759, fui o Vice-Presidente dela.

Já sabemos que o Governador do Distrito Federal, numa atitude totalmente contraditória, não quer aplicar os preceitos previstos na Medida Provisória 759 – pelo menos é isso que ele tem falado. Vamos, com certeza, acionar o Ministério Público, o Tribunal de Justiça do DF, para obrigar o Sr. Rodrigo Rollemberg a parar de perseguir as pessoas no DF, a parar de fazer derrubadas indevidas, a parar de falar inverdades, colocando que crise hídrica é problema dos condomínios, e não é. Todo mundo sabe que não é. É, sim, falta de gestão, falta de responsabilidade, falta de compromisso do gestor público que foi eleito para governar com o povo, e não governar com parcela do povo. Então, nós precisamos de você no Ministério Público para nos ajudar nessa questão.

Uma pergunta, gostaria de ver como você, Dermeval, meu querido, que tem total apoio nosso, da Bancada – não falo em meu nome; falo em nome da Bancada do Distrito Federal –, vai nos ajudar a resolver esse grave problema do Distrito Federal, agora sob a luz da Medida Provisória nº 759, que legisla sobre todas essas questões de terras no País. E o GDF, já está havendo uma rebeldia do Governador ao não colocar questões que estavam previstas na Medida Provisória nº 759, que agora se transformou em lei. Esse é um detalhe.

Outro detalhe para os três, se quiserem responder, como se vê a necessidade e a importância de realmente fazermos penitenciárias agrícolas, pôr o preso para trabalhar, para produzir, para se autossustentar e não deixar esse prejuízo para o Erário. Alguns até cometem crime para ir para a cadeia, ficar no bem-bom, fazendo malandragem lá dentro.

Precisamos realmente pôr essa turma para trabalhar. Como nós vamos pegar esse monte de presos que estão aí acumulados, um em cima da cabeça do outro, dar um tratamento mais humano, porque também sou da Comissão de Direitos Humanos, mas dar oportunidade de ressocialização e de trabalho para esse pessoal? Já que o nosso País é continental, com 8 milhões e 500 mil metros quadrados de terra, nós temos área suficiente para esse pessoal trabalhar, pagar a sua alimentação e ter condições de uma vida mais digna para todos, inclusive para a família deles.

Outra questão importante. Eu sou Relator da CPI da Previdência. Todo mundo está sabendo que nós, servidores públicos, que já tivemos, em 2003, quando da reforma da previdência, todos os castigos que acabaram com a paridade e com a questão previdenciária da integralidade a partir do Funpresp, porque todo mundo só se aposenta com complemento... Vocês estão vendo essa questão. Na visão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vocês, Judiciário, na visão de vocês, promotores públicos, quero saber como vocês estão vendo a questão da reforma trabalhista, qual é a sugestão que vocês nos dão, porque isso está em discussão aqui na Casa e é um processo que interessa a muitos. Queira ou não queira, o Ministério Público e o Conselho têm que opinar sobre tudo. Então, para mim é importante ouvir a posição de V. Sªs.

Para finalizar, meu nobre Lobão, está de parabéns o Ministério Público, o Conselho do Ministério Público, por ter uma equipe jovem, com currículo excepcional, com formação adequada e história. O Dermeval tanto tem o apoio integral de toda a nossa Bancada que obteve 72% da votação, quer dizer, quase uma unanimidade devido ao seu histórico e ao seu trabalho.

Então, Dermeval, obrigado por você estar aí, conte conosco. Vamos trabalhar juntos em prol de Brasília e do Brasil. A mesma coisa para o Orlando e para o Lauro. Sucesso para você. E, no Entorno, Lauro, você, Dermeval e nós aqui temos de fato que fazer essas penitenciárias para acolher melhor os nossos presos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Antes de ouvir os senhores membros do Conselho, passo a palavra para o Senador Lasier. As respostas serão, portanto, conjuntas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pois não. Muito obrigado, Presidente.

Eu quero fazer uma pergunta, Presidente, a cada um dos nossos sabatinados para o Conselho do Ministério Público. Por exemplo, eu quero perguntar ao Dr. Orlando sobre um tema bastante momentoso, eu classificaria assim, que diz respeito, Dr. Orlando, ao tempo razoável para a manutenção de uma prisão preventiva. É uma questão que se arrasta há algum tempo, seja para quem está preso preventivamente em fase de instrução penal, ou seja em fase de espera de julgamento em segunda instância. Que posição V. Exª tem como representante do Ministério Público?

Quero perguntar ao Dr. Dermeval sobre o agravamento da hipótese para concessão do regime da progressão de regime e se concorda que todo aquele que for candidato a uma progressão seja submetido a um exame psiquiátrico partindo de um entendimento de que nem todo condenado tem condições de voltar a sociedade? Psicopatas dificilmente se corrigirão uma vez em liberdade e têm uma tendência de voltarem a delinquir. E a hipótese para a progressão de regime em agravamento, por exemplo, para o reincidente dois terços da pena, e para o primário a metade da pena?

E para o Dr. Lauro a minha pergunta é com relação a uma decisão – ocorrida há bem pouco tempo no Supremo Tribunal Federal e que causou controvérsia e não só controvérsia, mas também indignação da população –, com relação à concessão de indenização a preso submetido à situação degradante em face da superlotação de presídio? E eu venho, Dr. Lauro, de um Estado, que é o Rio Grande do Sul, que tem o pior presídio do Brasil. V. Exª sabe, é o Presídio Central de Porto Alegre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não sei se em Pedrinhas... Pedrinhas, pelo que eu sei, é muito ruim, mas há pouca gente, então a degradação é menor, para menos gente. Agora, Porto Alegre tem mais de 4 mil presos. E é uma situação de horror o Presídio Central de Porto Alegre.

E aí o Supremo concedeu uma indenização ao preso que estava em situação degradante. Penso eu que, se isso virar moda, acaba com as finanças de um Estado do País, porque haverá uma verdadeira corrida de presos ao Judiciário. Em vez de uma indenização não seria mais elementar conceder-se um dia de remição da pena para cada três dias de prisão com bom comportamento em situação degradante? Se não seria uma melhor alternativa contemplar o bom preso com remissão de um dia a cada três ou cinco dias de prisão?

Então, são essas três perguntas, Sr. Presidente, bem objetivas, a cada um dos nossos eminentes candidatos ao Conselho do Ministério Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo inicialmente a palavra ao Dr. Dermeval.

O SR. DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Com relação aos questionamentos feitos pelo Senador Hélio, no tocante à primeira questão colocada por ele, da medida provisória, é claro que o CNMP não tem diretamente um papel nessa questão, conforme disposição do Texto Constitucional, mas acredito que tenha que estar sempre aberto para o diálogo, para a interlocução. E creio e tenho acompanhado que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, conduzido pelo Procurador de Justiça Leonardo Bessa, também está sempre aberto ao diálogo, à interlocução da classe política, da sociedade civil, junto com os promotores que atuam na respectiva área, na Prourb e também na Prodema.

O Ministério Público, com certeza, exercerá o seu papel constitucional e legal. E digo que o nosso gabinete no CNMP, se eu for aprovado por V. Exª, estará sempre aberto também a questionamentos, a indagações e à possibilidade de contribuir no diálogo para a solução do problema.

Com relação à segunda pergunta feita por ele, do trabalho do preso, a Lei de Execução Penal hoje estabelece o trabalho como um dever e um direito do preso. Mas nós sabemos que nem todas as penitenciárias conseguem classificar o preso ao trabalho.

Com relação ao trabalho, o regime semiaberto, por exemplo, pode ser feito em colônia agrícola, estabelecimento industrial ou similar, conforme estabelece o Código Penal. Eu acredito que a gente possa concretizar, desde já, o Código Penal e a Lei de Execução Penal nessa questão. Avançou, nos últimos anos, a questão do trabalho, do estudo do preso, mas ainda há muito espaço para melhorar.

Com relação à terceira questão que ele colocou, da CPI da Previdência, acredito que essa matéria está sendo muito bem discutida aqui no Congresso Nacional. E os Parlamentares, que têm ouvido a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população, também o Governo, as razões, colocando todas as questões e fundamentos na discussão, tomarão, com certeza, a melhor decisão para o País, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado. E o mesmo digo em relação à reforma trabalhista. Digo, inclusive, que hoje está havendo uma discussão em que um membro do Ministério Público, o Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, está contribuindo.

Com relação às perguntas do Senador Lasier, a que foi dirigida a mim agradeço imensamente pela possibilidade de contribuir. Esta é uma área que eu pesquiso e em que atuo. Fui Promotor de Execução Penal, hoje sou Promotor do Júri e da Criminal. Coloco-me, desde já, à disposição para futuras discussões também sobre o tema.

O senhor mencionou que a proposta seria de dois terços para o reincidente e de metade para o primário. Hoje, a legislação estabelece um sexto no crime não hediondo e metade para o reincidente. A Lei de Crimes Hediondos estabelece dois quintos para o primário e três quintos para o reincidente. Acredito que a proposta, Senador, é excelente, porque realmente esse modelo progressivo ficou muito claro numa decisão do Supremo Tribunal Federal do mês de maio do ano passado, em um recurso extraordinário julgado pelo Ministro Gilmar Mendes que dizia respeito à falta de vagas no regime semiaberto. Essa decisão estabeleceu várias orientações para o CNJ, para os juízes, deixou muito claro que, em pesquisa realizada mundo afora, esse sistema progressivo é uma característica nossa. E ele traz um alto custo, porque o sujeito entra no fechado, depois vai para o semiaberto, depois para o aberto. E nós temos, como bem mencionou o sabatinado colega Lauro, casos hoje de condenação, por homicídio simples, a seis, sete, oito anos em que o sujeito é solto.

É claro que nós temos que evoluir nessa questão, principalmente em relação aos crimes violentos. E acredito que essa proposta de dois terços e de metade é muito mais proporcional do que o modelo existente hoje.

Nos plenários do júri que faço, Senador, eu sempre explico aos jurados que aquela pena que eles ouviram na imprensa não é a pena real. Eu falo: com um sexto, ele progride; com mais um sexto, ele progride. Então, há muita gente com 15 anos de condenação por um crime violento já cumprindo no regime aberto, porque recebeu uma pena maior do que isso, foi progredindo, progredindo e chegou a essa situação.

Com relação ao exame psiquiátrico, a Lei de Execução Penal foi alterada no seu art. 112, nós sabemos, no ano de 2003, pela lei que trouxe, inclusive, o regime disciplinar diferenciado, e eliminou a obrigatoriedade do exame criminológico. Eu creio que essa questão tem que ser enfrentada, sim, pelo Parlamento. Há vários casos de crimes graves de pessoas com alto grau de reincidência, principalmente em crimes sexuais, que não demonstram, em nenhum momento, a condição de retornar ao convívio social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa questão tem que ser enfrentada, e, principalmente, nesses crimes graves, esse exame tem que ser obrigatório; não pode ficar na dependência de uma decisão motivada do juiz. Porque hoje, quando o juiz decide liberar sem esse exame, o Ministério Público entra com o agravo, que é um recurso na Lei de Execução Penal, mas, muitas vezes, não obtém a cautelar para suspender essa decisão, e o sujeito volta ao convívio social e começa a praticar novos crimes. Isso incomoda bastante a gente que atua na área de combate à criminalidade.

Muito obrigado pelas perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dr. Orlando.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Sr. Senador, agradeço as perguntas do Senador Hélio José.

Com relação à questão penitenciária, como já foi dito aqui, Senador, existe uma comissão do Conselho Nacional do Ministério Público que cuida especificamente do sistema prisional. A maioria dos conselheiros faz parte dessa comissão. E essa comissão viaja pelo Brasil fazendo diagnósticos.

E o senhor tocou no ponto crucial aqui que é a questão das penitenciárias agrícolas, do trabalho, em outras palavras, seja em penitenciária agrícola, seja em outro tipo de trabalho qualquer. No mundo todo, a ressocialização passa pelo trabalho, passa pelo fato de o indivíduo aprender alguma atividade, desenvolver alguma profissão, quem não tem a aprender e quem tem a aprender uma nova profissão; e quem já tem aperfeiçoar a sua profissão. Esse é realmente o caminho correto, é o caminho que vai resolver. Enquanto isso não for feito, nós estaremos apagando incêndio no sistema prisional.

É preciso fazer uma coisa com esse indivíduo que não está inserido na sociedade. Ele, às vezes, entra com um grau de periculosidade, e sai com um grau de periculosidade muito maior. Então, essa sua preocupação é uma preocupação muito importante.

E, ainda no sistema prisional, há algumas coisas, alguns mutirões que são feitos pelo Brasil que dão muito resultado. E o senhor perguntou: "O que o CNMP pode fazer?" Eu acredito que uma parceria com o Conselho Nacional de Justiça seria fundamental para realizar esses mutirões.

Existem realmente muitos presos que estão presos indevidamente. E é melhor que estejam soltos, é melhor que sejam ressocializados, como o senhor bem colocou. Eu acho que o caminho é este, o caminho de política de ressocialização é o caminho fundamental, e até mesmo com cursos mais simples, com cursos de computação. Uma sala com computadores numa penitenciária quanto custa? O investimento não é muito caro. E, se ele sai aprendendo a mexer no computador, aprendendo uma nova profissão, sai melhor e pode ser ressocializado.

Eu compartilho com V. Exª esse encaminhamento. E acho, sim, que o CNMP pode dar sua contribuição através desta Comissão, que fez um diagnóstico do sistema penitenciário no Brasil, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está sendo usado por todos os órgãos públicos, constatando justamente o que o senhor colocou. Afora as precárias condições penitenciárias, há falta do que fazer, há falta de uma atividade para que o indivíduo possa realmente se aperfeiçoar e sair melhor do que entrou.

Com relação à reforma trabalhista, essa questão tem sido debatida no Brasil todo e é uma questão extremamente polêmica, mas nós temos que nos modernizar. A CLT, durante um período, não foi aperfeiçoada, não foi atualizada. E, eu citaria aqui, diante da fala do senhor, três aspectos que não foram abordados por ela: o *home office*, que é o trabalho em casa. Hoje muitas empresas permitem que a pessoa trabalhe em casa. É mais barato para a empresa esse indivíduo trabalhar em casa do que ele pegar ônibus, pegar condução. É melhor para ele, que não tem o trabalho de sair de casa.

O teletrabalho. Muitas pessoas hoje trabalham com computador. Eu sei de alguns órgãos públicos, cujo servidor está fora do País, e ele trabalha com meta, com treinamento e com o computador. Nós mesmos, conselheiros do CNMP que viajamos pelo Brasil, às vezes, estamos no Rio grande do Sul e fazemos uma peça lá, para mandar para o gabinete.

V. Exª também, que é Senador, sabe que, nessas viagens, essas relações – o trabalho intermitente também – não foram abordadas, precisam ser especificadas. E a preocupação que alguns têm de que vai haver um desequilíbrio da relação do empregador com o empregado, aí é que vem a importância do Congresso brasileiro e do Ministério Público para fiscalizar. Nós temos Ministério Público do Trabalho, que tem a função específica de fiscalizar.

Então, se há algum excesso, se há algum abuso do poder econômico, caberá a esta Casa adequar a lei – porque é um projeto novo que está tramitando – e fazer os encaminhamentos pertinentes. Acho que tudo passa por modernização. É preciso, realmente, modernizar a nossa legislação.

Com relação ao Senador Lasier, eu agradeço a pergunta. O senhor fez uma colocação importantíssima que me dá a oportunidade de dizer que, nessa questão do preso que fica muito tempo encarcerado, o Ministério Público tem o dever de fiscalizar. Nós temos promotores que atuam especificamente nessa área, e eu sei a preocupação que o CNMP tem com essa área.

Não há que se confundir a atividade-fim... Nós temos um enunciado no CNMP que diz o seguinte: o promotor, na sua atividade-fim é insindicável. Se ele denuncia ou arquiva e está dentro da lei, é o convencimento dele. É como os Srs. Senadores quando votam neste ou naquele sentido. Mas há uma questão importante colocada pelo senhor que é a questão da omissão.

O promotor não tem liberdade para se omitir, para não agir, para não fiscalizar, e aí entra em ação o Conselho Nacional do Ministério Público na parte disciplinar, para verificar se aquele indivíduo está preso no tempo adequado e se o promotor tomou as medidas para que ele ficasse preso ou para que ele fosse libertado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A prisão preventiva tem pressupostos e há um regime previsto em lei que tem que ser rigorosamente cumprido. Essa sua preocupação realmente é de todo muito importante.

O Ministério Público, quando age nessa questão, e os magistrados também, existem, às vezes, críticas a magistrados com relação ao tempo de prisão ou à progressão de regime, que foi outro ponto tocado aqui, mas é a lei, é a legislação. O magistrado e os juízes ficam adstritos ao cumprimento da lei.

Entendo que o que o Conselho Nacional do Ministério Público pode fazer, nesse excesso de encarceramento que existe – aqui e acolá a imprensa o divulga, o próprio Congresso brasileiro o divulga –, é intensificar a fiscalização na atuação dos magistrados e dos promotores. O CNMP tem instrumentos para isso, tem uma comissão para isso, e o Conselho Nacional do Ministério Público atua na parte administrativa e financeira, mas, na parte disciplinar também.

Como bem colocado pelo Conselheiro, nós temos inúmeros processos administrativos disciplinares instaurados no Brasil todo para apurar a atuação de membros do Ministério Público, e há um que se encaixa exatamente no que V. Exª está dizendo que é o Riep (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo). O promotor tem que agir em períodos e prazos estipulados pela lei; se não o faz, ele pode responder a um processo disciplinar, pode ser advertido, pode ser censurado, pode ser suspenso, pode ser colocado em disponibilidade, e pode até ser demitido. Então, a sua colocação é muito correta e muito atual, Senador.

Eu agradeço a pergunta de V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Perdoe-me, mas ainda não estou satisfeito com a sua resposta.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Pois não, Excelência.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Porque não há uma fixação de prazo, não é, doutor?

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Perfeito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – E há critérios, por exemplo, quando há o temor de fuga; quando há a hipótese de, uma vez liberado, cometer a continuação do crime; quando há o perigo social. Então, o problema é complexo.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – É complexo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Mas, mesmo assim, evidentemente, o juízo, o tribunal não poderá, indefinidamente, aguardar a formação da culpa ou o julgamento do recurso de segunda instância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu lhe pergunto: é impossível estabelecer prazo – prazo de seis meses, de um ano, de dois anos? De repente, fica, por cinco anos, um preso em preventiva. Então, essa é a questão.

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Concordo com V. Exª.

É possível, sim, fixar prazos, desde que prazos flexíveis.

O que nós estamos verificando no Brasil, corroborando o que o senhor está dizendo, é que, em vários casos, juízes extrapolam os prazos, e os tribunais superiores estão dizendo que a duração do prazo razoável foi extrapolada e, como o senhor bem disse, sem que houvesse um prazo fixado anteriormente. Mas o Parlamento brasileiro pode, sim, fixar, em condições específicas... O Ministério Público, o CNMP e o Poder Judiciário são escravos do que o Parlamento decide – escravos no sentido de que têm que obedecer estritamente à lei. Então, uma vez fixado o prazo, não caberá ao juiz ou ao promotor agir de maneira diferenciada. É possível? Sim. Agora, que, em cada caso, se leve à situação concreta. Não existem duas situações idênticas.

Eu dou um exemplo ao senhor que tem acontecido muito em alguns Estados da Federação que é a questão da condução do preso para ser ouvido ou coisa que o valha. Às vezes, não há, em alguns Estados, a viatura para levar o preso. Então, é preciso adotar soluções alternativas, como as teleconferências, que estão sendo muito usadas no Brasil, principalmente nos Estados em que há uma dificuldade de pessoal muito grande.

V. Exª tocou em alguns pontos: temor de fuga, liberdade condicional, repercussão social. Por exemplo, quando ocorre um crime de violência muito forte num Estado, isso tem uma repercussão social muito forte, e o magistrado pode, então, para preservar o preso e a sociedade, deixar o indivíduo preso por mais tempo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Para arrematar e não deixar dúvida, V. Exª, então, está acentuando que não há regulamentação, não há regularização nesse particular e que caberá ao Congresso Nacional legislar sobre o assunto. É isso?

O SR. ORLANDO ROCHADEL MOREIRA – Perfeito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Dr. Lauro.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, eu só queria, primeiro, com relação às indagações do Senador Hélio José, dizer que V. Exª e eu temos essa preocupação, não só como profissionais do Direito, promotor de Justiça ou Parlamentar, mas também como cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto à questão do trabalho do preso, por exemplo, nós temos uma lei de execução penal que prevê um regime semiaberto que deveria ser cumprido em colônias agrícolas ou industriais. Isso não existe no Brasil; é algo ideário. O que há, hoje, na prática? Há o regime fechado, mas o cidadão obtém a progressão do regime e vai dormir em alguns lugares, se não for para casa, num alojamento, mediante uma proposta de emprego. Isso, muitas vezes, se torna um álibi para ele praticar um crime à tarde e dormir no presídio à noite. Então, isso entra naquela primeira...

É necessário investimento e uma prioridade de política pública sob o aspecto do sistema penitenciário.

Há um exemplo interessante no meu Estado, de um promotor no interior que mobilizou a sociedade de sua comarca – ele é um promotor muito atuante nessa área, o Dr. André – e lá construiu uma colônia agrícola para os presos do regime semiaberto. Foi uma iniciativa que muito trouxe benefício para a cidade, enfim, mas é aquela iniciativa individual, decorrente da posição pessoal do colega, do compromisso dele, e isso não vai resolver o problema, mas é uma das alternativas.

Sobre a reforma da previdência, eu dou um exemplo meu, como servidor público: ingressei em 1993, eu aposentaria com 30 anos de contribuição, depois passou para 35, e agora, com a atual proposta, eu vou precisar de 42 anos, como membro do Ministério Público, para obter a aposentadoria aos 65 anos. Eu concordo com a necessidade da reforma, mas não concordo, talvez, com o discurso de que o servidor público seja o vilão da previdência brasileira. Acho que não é bem por aí. As coisas têm que ser mais equilibradas, mais ponderadas.

Acreditamos que, com o debate, depois de concluído na Câmara e no Senado, as coisas ficarão mais claras, mais transparentes nesse debate, e nós poderemos obter um melhor caminho.

Sobre a pergunta do Senador Lasier, quanto à decisão do Supremo, concordo com o senhor plenamente.

Primeiro, "decisão do Supremo não se discute; cumpre-se", mas eu vejo essa decisão de indenização a preso como mais uma manifestação do Supremo Tribunal Federal sobre a questão de preservar o postulado constitucional da dignidade humana e um recado aos gestores públicos sobre a condição do sistema penitenciário.

No julgamento, houve um voto vencido – salvo engano do Ministro Toffoli – que sugeria essa alternativa que V. Exª citou, de, em vez de se aplicar uma indenização, fosse concedido um benefício, em relação à pena, àquele que estivesse em situação degradante. Acredito, com certeza, que seria a melhor alternativa, porque, se passarmos a indenizar os presos em situação degradante, pelo cenário do sistema carcerário brasileiro hoje, os investimentos que teriam que ser direcionados para estruturação vão ser direcionados para indenização.

Eu agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, não havendo mais quem deseje arguir os candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público, eu encerro a fase de arguição e pergunto aos Srs. Senadores se todos já votaram. Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (*Pausa.*)

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os Srs. Dermeval Gomes, Lauro Nogueira e Orlando Moreira foram aprovados por 20 votos e nenhum branco ou contrário, à unanimidade, portanto.

Cumprimento todos. (*Palmas.*)

A matéria irá ao Plenário para deliberação em votação secreta. (*Pausa.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu solicito urgência para deliberação do Plenário das três indicações.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Consulto o Plenário desta Comissão se aprova a proposta da Senadora Simone Tebet. (*Pausa.*)

Aprovada.

Assim será cumprida.

Srs. Senadores, veio a esta Comissão recurso interposto pelo Senador Roberto Rocha em questão de ordem ao Presidente do Senado a respeito de uma emenda de autoria de S. Exª no que tange ao encaminhamento à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, relativa à prerrogativa de foro por função.

Vem, portanto, a esta Comissão e eu terei que indicar um relator. Já indiquei o Senador Lasier Martins.

O Senador Randolfe Rodrigues levantou a questão no momento que ainda não era adequado – é este o momento –, e eu terei que passar a palavra por justiça, por todas as razões, regimentais inclusive, ao Senador Roberto Rocha, autor da questão de ordem e autor da emenda, que, no plenário, devo dizer, obteve, inclusive, o meu apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Roberto Rocha, mas quero adiantar, Senador Roberto Rocha, que a questão não será decidida hoje, até porque não temos mais quórum para o encaminhamento de uma questão dessa profundidade, dessa dimensão, dessa envergadura.

Mesmo assim, concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Senador Edison Lobão, Srªs e Srs. Senadores, eu quero me dirigir a V. Exªs para manifestar uma posição – o que já fiz algumas vezes – sobre essa matéria.

Desde já, quero dizer que isso não é assunto novo nem para mim nem para esta Comissão. Eu era o relator desse projeto do Senador Alvaro Dias, que em boa hora trouxe ao Congresso Nacional, a esta Casa do Congresso Nacional, o Senado da República, a eliminação desse foro extraordinário, que se constituiu, evidentemente, numa excrescência na vida política nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Silêncio! Peço silêncio aos assessores.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Portanto eu quero, desde já, Presidente, dizer que sou absolutamente favorável ao fim desse que se denominou foro privilegiado, ou seja, a retirar do foro extraordinário e jogar para o foro ordinário.

No Brasil nós temos a Justiça Estadual e a Justiça Federal. Então a discussão de que eu trato é em relação ao foro extraordinário, que, para mim, é o cerne da questão, é o objetivo do projeto, é o coração do projeto do Senador Alvaro Dias. Nós estamos todos de acordo, eu, V. Exª, todos os Senadores e a opinião pública.

Estou querendo discutir a efetividade da proposta, para que não se caia da frigideira para o fogo. Estou apenas chamando a atenção para uma proposta que fiz quando ainda Relator desta matéria aqui na CCJ, em que apresentei o meu relatório.

Por razões de saúde, tive que tirar licença no ano passado. V. Exª sabe que perdi o meu pai por problema de diabetes, veio o problema renal e ele veio a óbito. E tenho um irmão aguardando transplante renal em São Paulo. Então, eu tive que me submeter a uma cirurgia e tirei licença. Nesse período, no meu lugar como Relator, assumiu o nobre, competente e ilustre Senador Randolfe.

Muito bem, transformei o nosso relatório em uma emenda, sem mudar uma vírgula. De lá para cá, a única coisa que me parece que podemos discutir em relação a nossa proposta é quem escolhe os juízes das varas especializadas, se o Supremo Tribunal Federal ou o CNJ. Na época, propusemos que fosse o Supremo, mas creio que hoje mais adequado seria o CNJ, porque é mais plural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, antes de, na hora oportuna, ouvir o nobre Senador que vai relatar a questão que veio à CCJ, que me parece preliminar, há a questão sobre se devemos ou não enfrentar a nossa emenda. A única coisa que estou querendo, Senador Lasier, Srs. Senadores, é discutir a emenda, só isso. Eu não posso imaginar que o Senado brasileiro vai, digamos, fazer o que é comum de se ver hoje, no Brasil, que é adotar a síndrome do avestruz.

A dificuldade que o centro está enfrentando para enfrentar a realidade faz com que as pessoas do Brasil façam opção pelos extremos: extrema esquerda e extrema direita. Isso é muito ruim.

Tomei uma posição que me custou caro na época, em relação à prisão do Senador Delcídio. Eu não conheço Delcídio. Cheguei ao Senado, estou no primeiro mandato. Não tenho nada com o PT, nunca fui do PT, mas esperei todos os Senadores se manifestarem para, ao final, me manifestar sobre a prisão, e não sobre a conduta do Parlamentar, Senador Alvaro Dias. Até porque eu não o podia fazer. Como é que eu posso imaginar que alguém que é preso de manhã possa ser julgado e condenado à tarde, à noite? Nem em Nuremberg! Talvez na Inquisição.

É óbvio que, naquele momento, estava em discussão não era a conduta do Parlamentar; era o Parlamento, era o Senado, era a democracia. E a gente viu o que aconteceu depois: todos abusaram do Senado. Juiz daqui fez uma decisão para invadir o gabinete de um Senador; outro, acolá, para invadir a residência de um Senador; outro prendeu o segurança de um Senador. Até se chegar a uma decisão monocrática de destituir o Presidente do Congresso Nacional. Ou seja, por isso que tivemos que votar aqui – vamos admitir – uma nova lei de abuso de autoridade, porque abusamos de nós mesmos.

Então, quero aqui, mais uma vez, manifestar a minha posição em relação a um tema polêmico, para não restar nenhuma dúvida se estou aqui com o objetivo de procrastinar, de evitar que seja deliberado esse assunto que acho que é importante. Eu louvo, mais uma vez, a atitude, a iniciativa do Senador Alvaro Dias, com quem tenho conversado bastante. Mas, com todo o respeito que tenho pelo relatório do Senador Randolfe, eu gostaria de confrontar a posição dele, do relatório, com a minha posição. É só isso que eu gostaria de fazer, deixando claro que a única preocupação que tenho, por exemplo, com lava jato é onde meu carro é lavado. Só isso. Não tenho pretensão de criar nenhum biombo para me proteger ou para proteger quem quer que seja. Absolutamente!

Eu acho que essa questão precisa só ficar muito clara para todo mundo. Por exemplo, pelo texto atual que foi votado e que deverá ser votado, um juiz de um Município, de uma comarca lá do Rio Grande do Norte, ou do Maranhão, ou do Piauí, ou de qualquer lugar, poderá julgar o Ministro da Justiça, o Ministro do Supremo. E não é julgar em qualquer julgamento, não; é julgar a perda do cargo. E aí a gente se depara, então, com o art. 109 da Constituição Federal, que diz claramente que, quando o assunto é de interesse da União, quem julga é vara federal.

Aí me vem uma questão. Bom, então, quer dizer que, se houver uma decisão desfavorável ao Senador, ou ao Deputado, ou ao Ministro – ministro de Estado ou ministro de um tribunal –, ele pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito alegar incompetência do juízo estadual. Só para decidir sobre a competência desse juízo nós vamos demorar dez anos no Brasil. E se, por acaso, se decidir que é pela Justiça Federal, começa tudo do zero.

Então, Presidente, eu acho que o Brasil não está querendo o fim do foro pelo foro. O Brasil está querendo o fim do foro pela impunidade. Então, o privilégio é a impunidade. É exatamente em função da impunidade que a gente está querendo colocar a nossa posição para ficar bem clara.

Esse art. 53, §2º, que não é objeto da minha emenda, mas que está na Constituição Federal, com base no qual a gente discutiu sobre a prisão de um Senador ou de um Deputado Federal, ele simplesmente é revogado por essa proposta. De tal modo que, por uma decisão de segundo grau, em qualquer canto do Brasil, um Senador pode ser preso, um Deputado pode ser preso. Por uma decisão de segundo grau!

Ora, a gente tem que reconhecer que aqui não é um convento. E, ainda que fosse, lá também há disputa. Para o escolher o Papa, há disputa. A disputa é legítima: se eu quero e você quer, a gente disputa. É assim. Então, é óbvio que os governadores têm uma ascendência sobre os tribunais. É evidente.

O nosso Estado do Maranhão tem 500 decisões judiciais de reintegração de posse. Não estou falando em invasão para discutir posseiro ou posse. Isso já foi discutido na comarca pelo juiz e pelo promotor. Estou falando decisão judicial: 500. E o Governador, porque é de um partido comunista, não reconhece o direito de propriedade e não cumpre. E o que faz o Tribunal de Justiça em defesa daqueles juízes que se expuseram? Nada. Até agora, nada.

Ora, então, veja bem: aqui está para ser discutida, Senador Alvaro, a PEC 62, que é da desvinculação do Judiciário, do salário. Hoje, quem vincula? Vincula o federal. Então, o juiz lá do Amapá ou do Maranhão, o salário dele é vinculado a um juiz do supremo, mas a proposta que está aqui e que poderá prosperar desvincula. Então, quem vai decidir? É o TJ, os TJs, ou seja, os governadores, que controlam o orçamento. Então, é evidente que vamos empoderar ainda mais os governadores.

Daqui a pouco, há Senador denunciado para todo canto. Um promotor do interior do Brasil, de qualquer canto deste País, Senador Hélio, recebe uma denúncia, até anônima, – anônima! – sobre um Parlamentar, sobre um ministro. Não é sobre só Parlamentar. Fica parecendo que aqui a gente está legislando para defender o Parlamentar. Nada disso. Os cargos políticos no Brasil são estabelecidos pela nossa Constituição, inclusive, o de Senador e Deputado. Agora, ele recebe uma denúncia, o promotor que eventualmente passou no concurso anteontem. Aí ele vai mandar para onde? Para o delegado. E o delegado abre um inquérito. Para o cidadão comum um inquérito e uma ação penal são a mesma coisa, é um processo, é ficha suja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, temos que ter cuidado para não estarmos banalizando a criminalização da política. É essa a minha questão que coloco, para, com tranquilidade, sem o calor, trazendo a luz para a arena política, para o debate político, dissipando o calor, na medida do possível, podermos decidir exatamente o que está sendo votado.

Estou me antecipando aqui. Pedi a permissão de V. Exª e dos Senadores para discutir o mérito, embora a discussão inicial seja uma preliminar sobre a minha proposta, sobre se ela deve ou não ser discutida.

Eu confesso a V. Exª e aos meus colegas que até já pensei em desistir dessa proposta. Fica parecendo que estou querendo me proteger. Negativo. Absolutamente. Fica parecendo que estou querendo proteger alguém. Negativo. Absolutamente. A gente já viu muitos Deputados e muitos Senadores renunciarem ao mandato, para fugir do tal privilégio. E aí vai lá para as calendas gregas.

Só houve um caso, Senador Lobão, de que a gente tem conhecimento, na nossa Constituição, de um Parlamentar federal ser preso no exercício do mandato, antes do caso do Delcídio. Foi o caso do Deputado Remi Trinta, do Maranhão. Ele foi preso em flagrante, crime inafiançável, que foi o racismo – lá no aeroporto, em Belém, acusado de racismo contra um tripulante.

A Mesa do Senado, presidida à época pelo Deputado Michel Temer, *ad referendum* do Plenário...

V. Exª era da Mesa também?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. *Fora do microfone*.) – Não. Da Câmara.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Da Câmara. Pois é, na época o Ciro era Deputado comigo.

A Mesa relaxou a prisão, e o Plenário da Câmara confirmou. A pergunta é: em que deu aquele processo? Ele não é mais Deputado. Em que deu? Ninguém tem conhecimento, nem nós, maranhenses.

Então, para finalizar, eu vejo muito falar na questão do juiz Sérgio Moro. O Juiz Sérgio Moro está aumentando, levantando a autoestima de todos nós, brasileiros, com esse sentimento de brasilidade, pela capacidade que está tendo de julgar. Mas por que acontece isso, Senador Ciro? Será que ele é super-homem? Será que, na vara dele, só tem processo da Lava Jato? Como? Nós tivemos em 2015, no Brasil, cem milhões de processos – cem milhões! Então, não podemos comparar o Brasil com os Estados Unidos. Pelo amor de Deus! Bom, só da Justiça Estadual são 78 milhões! Aí nós vamos jogar mais esses dos Senadores e Deputados. Então, ótimo! Eles vão ser jogados para as calendas gregas. É maravilhoso! Maravilhoso!

Muito bem, o fato é que a simples erradicação do foro privilegiado na proposta que está, ela parece assim...E repito: ela é uma excrescência aristocrática, é antirrepublicana, é tudo que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sabemos aí. Mas extinguir apenas o foro sem criar mecanismos para enfrentar a questão da impunidade equivale ao velho clichê de retirar o sofá da sala para negar o problema em questão.

Bom, eu finalizo dizendo que o Juiz Sérgio Moro está tendo condições de fazer o que está fazendo na Vara Federal de Curitiba porque, por decisão administrativa, ele é designado para julgar somente os casos da Lava Jato. É por isso que rapidamente ele julga casos como, por exemplo, do Deputado Eduardo Cunha, senão ele não poderia passar à frente dos outros. Existem centenas, certamente, de processos naquela vara, como existe em qualquer vara no Brasil. Então, na prática, ele está numa vara especializada. Na prática, mas por decisão administrativa, e nós queremos colocar na lei. Só isso.

O Ministro Barroso, com quem falamos – dialogou o nosso gabinete com o Supremo, com vários Ministros, com vários juristas –, já disse claramente que é a favor de vara especializada. Para não criarmos um juiz que se confunda com justiceiro e retire um pouco da autonomia até do Parlamento, nós propusemos varas especializadas do jeito que existe vara do meio ambiente, vara agrária, vara de defesa do consumidor, e existe a justiça especializada. O que é a Justiça do Trabalho? O que é a Justiça Eleitoral? E nós dizemos que tem de haver dois anos improrrogáveis de mandato desses juízes federais de varas especializadas que seriam vinculadas aos TRFs, com mandatos de dois anos apenas, para não se chocar com a inamovibilidade. O juiz é inamovível, pela Constituição, no art. 5º, cláusula pétrea. Para não chocar com isso e dizer que ele está sendo removido, nós então até sugerimos que, ao invés de ser escolhido pelo Supremo, ele seja escolhido pelo CNJ, para exercer uma função meramente administrativa.

Então, o argumento de que a questão funciona do jeito que está, porque na vara do Sérgio Moro funciona, serve contra o projeto, contra a proposta, contra o texto que está colocado, e a favor da nossa proposta.

Finalmente, eu sugiro que – isso é com relação ao julgamento –, com relação à denúncia, que ela não seja feita por um agente público federal, porque um Ministro de Estado, um Ministro do Supremo, do STJ, um Governador; aliás, um Senador, um Deputado....

Aliás, um Senador, um Deputado Federal não pode estar sujeito a ser denunciado por um promotor lá de uma comarca. Não pode, porque senão não passará muito tempo e todos os 81 Senadores serão denunciados. Todos! E aí a gente vai caminhando para um ambiente muito difícil, aqui eu falo em relação a até a nossa democracia.

Portanto, Presidente, agradeço essa oportunidade para explicar um pouco da nossa motivação e esperar o momento adequado, que me parece não será agora, até por falta de quórum.

Eu até conversei com o Senador Alvaro há pouco, e eu concluo cumprimentando a iniciativa do Senador Álvaro, pois, por mim, não haveria problema nenhum, eu iria até retirar a proposta, mas eu acho que o debate tem que haver. A proposta pode até ser rejeitada, não tem problema nenhum. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Câmara terá oportunidade de avaliar novamente, mas eu avaliei, Senador Álvaro, e, com todo respeito, eu acho que não é adequado. Ou seja, veio do plenário ontem para cá e agora eu pego e retiro. Por que não retirou ontem? Não, não é adequado. Fica como está a proposta. Com um dia, dois dias, três dias a mais melhorar a vida das pessoas não vai melhorar por causa disso, pelo contrário. Pelo contrário, a gente pode até melhorar uma proposta que é boa. É o que eu proponho com a nossa emenda, Senador Presidente, Edison Lobão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Nós estamos, Sr. Presidente, diante de um impasse exatamente porque não há quórum para deliberação. É exatamente essa a nossa preocupação.

O tempo passa e fica aquela sensação de que estamos protelando. É inevitável que a exploração em relação a expedientes protelatórios ocorra. A população brasileira está atenta para esta questão.

O Senador Roberto Rocha, com a competência reconhecida por todos nós, traz argumentos que podem ser considerados. Obviamente não concordo com a posição do Senador no que diz respeito a criarmos varas especiais, mas a discussão do mérito já teve o seu tempo. A apresentação desta emenda já se deu anteriormente, e houve rejeição da parte do Relator Randolfe Rodrigues.

O que se discute hoje é a questão regimental, se cabe ou não cabe a apresentação de emenda de mérito na discussão no segundo turno e o nosso Regimento é claro.

O Regimento, no art. 363, diz o seguinte: "Incluída a proposta em Ordem do Dia, para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões deliberativas ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito."

Então, há clareza solar de que a emenda do Senador Roberto Rocha é uma emenda de mérito. Portanto, é descabida a sua apresentação.

E, no dia de ontem, nós cometemos um equívoco, porque o recurso à Comissão de Justiça cabe quando se trata de matéria constitucional e nós estávamos discutindo uma questão regimental.

Portanto, não caberia recurso à Comissão de Constituição e Justiça. Equívoco posto, fato consumado, estamos diante de um fato concreto que é deliberar sobre a regimentalidade da emenda apresentada pelo Senador Roberto Rocha.

Eu quero crer que o Senador teria uma contribuição notável a oferecer a esta Casa se propusesse um projeto de lei complementar, embora eu imagine, do meu ponto de vista, que não é prerrogativa nossa decidir sobre a criação de varas especiais. É competência exclusiva, no meu entendimento, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Poder Judiciário, que o fará, se achar conveniente a criação de varas especiais, através de lei complementar e não de alteração constitucional.

Portanto, essa é uma questão preliminar também em relação à matéria proposta pelo Senador Roberto Rocha, mas hoje não se discute isso. Hoje se discute se cabe a apresentação dessa emenda ou não. E o Regimento diz "não".

O próprio Senador Cássio Cunha Lima, na Presidência da sessão do dia 2, foi taxativo ao afirmar que não cabia emenda de mérito. E, ontem, o Senador Eunício Oliveira interpretou também dessa forma, não acolhendo a emenda proposta pelo Senador Roberto Rocha.

Entendo, Senador, que V. Exª está imbuído dos melhores propósitos. Longe de mim duvidar da boa-fé de V. Exª. Obviamente nós somos sujeitos a interpretações aleatórias. Interpretam da forma que desejam interpretar os nossos gestos. Eu interpreto o gesto de V. Exª como um gesto responsável, um gesto de boa-fé. Eu sei que V. Exª não está pretendendo a protelação, de forma alguma. Eu entendo que V. Exª quer aprimorar a proposta. No entanto, eu creio que passou essa oportunidade e que V. Exª poderia contribuir inclusive com sugestões à Câmara dos Deputados para o aprimoramento da proposta naquela Casa.

Evidentemente nós trabalharemos para que a proposta já aprovada em primeiro turno não seja alterada na Câmara dos Deputados, porque creio ser ela adequada. Ela está atendendo às expectativas da Nação, e imagino que não há forma mais adequada do que essa que está posta.

Se, eventualmente, na experiência que se viverá em seguida, o Poder Judiciário entender que são necessárias as varas especiais, ele próprio tomará a iniciativa de propô-las ao Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, é evidente que eu respeito qualquer que seja a decisão do Senador Roberto Rocha, mas imagino que ele seria certamente compensado com o aplauso popular se retirasse esse recurso, a fim de que já na tarde de hoje pudéssemos deliberar no plenário do Senado Federal, em segundo turno.

Acho que a Casa ganharia com isso, a instituição ganharia com isso. E, sem dúvida, V. Exª seria ainda mais respeitado. Já é um Senador respeitado, mas seria ainda mais respeitado, ficaria com esse crédito, eu não tenho dúvida nenhuma, porque seria uma decisão altruísta de V. Exª altruísta de V. Exª e contribuiria, neste momento de tanta descrença em relação a esta instituição, para recuperarmos, começarmos a recuperar a credibilidade.

Sem dúvida, o fim do foro privilegiado é uma exigência nacional. E a forma desejada pelo povo brasileiro é a da radicalidade mesmo, porque, obviamente, se eu, como Senador, não posso ser julgado em 2ª instância e sujeito a uma condenação que leva à prisão, por que um jornalista pode estar sujeito a isso? Por que um advogado, um engenheiro, um médico, um trabalhador rural pode estar sujeito a isso, se o art. 5º da nossa Constituição estabelece que somos iguais perante a lei? Por que nos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Unidos é assim e aqui não pode ser? Por que em outros países do Primeiro Mundo isso ocorre e aqui não pode ocorrer? Mas essa é uma discussão de mérito e certamente nós levaríamos muito tempo neste debate. O que importa nessa hora e o que nós gostaríamos mesmo é de merecer essa consideração do Senador Roberto Rocha com uma decisão da parte dele que ficaria certamente creditada na folha de méritos do Senador, porque certamente ele seria reconhecido pelo fato de ter cedido em determinado momento em favor da questão maior. Embora ele possa entender, ter razões de sobra para propor o que está propondo, pode adiar essa sua empreitada em nome da eficiência da tramitação dessa proposta que desperta uma expectativa nacional ímpar.

Por isso, meu apelo ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu quero aproveitar, se V. Exª permitir, Senador Lobão, para dizer algo que acho que é importante.

O Senador Alvaro Dias colocou que a discussão sobre varas especializadas não deve ser feita nesse momento porque não é o fundamental. Isso poderá ser feito até pelo próprio Poder Judiciário. Mas isso serve de argumento a favor daquilo que eu defendo. O artigo do nosso Regimento não fala, por exemplo, que tem que ser emenda de redação. Essa palavra "redação" nem está constando. Diz assim: "incluída a proposta em Ordem do Dia para o segundo turno, será aberto o prazo de três sessões deliberativas ordinárias para discussão, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito".

Ora, se essa questão não é de mérito, como o próprio Senador Alvaro Dias disse, é evidente que, então, *data venia*, poderia ser acatada a emenda para discutir a proposta. Mas, veja bem, eu quero aqui deixar claro para V. Exª, para o Relator e para os meus colegas Senadores que, da minha parte, não há nenhum problema. Eu estava até conferindo quantos Senadores há aqui. E digo a V. Exª, Presidente, se pelo menos a maioria dos que estão aqui concordarem, eu retiro a emenda agora, sem nenhum problema. Eu só quero que fique claro o que nós estamos votando. No dia em que V. Exª colocou a matéria para ser votada aqui, o Senador Aécio Neves perguntou: " Qualquer juiz pode julgar um governador, um Senador". Eu disse: "Pode". O Senador Alvaro Dias disse: "Não! É onde estiver o domicílio eleitoral". É isso?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Ok. Então, quer dizer que o meu domicílio é na cidade de Viana, no Maranhão, por exemplo. Aí eu não gosto do juiz ou o juiz não gosta de mim. Então, eu vou transferir o meu domicílio para ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senador, permita-me. Essa é a regra do CPP, art. 70 do Código do Processo Penal.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu não sou nem advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É onde ocorreu o crime.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Quer dizer, você pode escolher o juiz.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É onde ocorreu o crime e se não houver ...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Então, não é um domicílio.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É onde ocorreu o crime. Se não houver definição da localidade do crime, no domicílio. Isso é no Código de Processo Penal.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – O domicílio. Aí eu transfiro meu domicílio, eu alugo um barraco em um Município, porque o juiz é meu amigo, e meu domicílio passa a ser lá. Eu vou escolher o juiz. Então, a gente está fazendo o que em relação à impunidade?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A regra era do CPP, art. 60, começa "onde ocorreu o crime..."

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sim, mas como é que vai definir o local do crime?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Se o crime ocorreu em São Luís, é em São Luís.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Como é que define o local do crime?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Deixa eu lhe dar a redação do art. 60 do CPP. Perdão, para ser exato, art. 69 do CPP.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Mas não é com qualquer cidadão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – "Determinará a competência jurisdicional: I - o lugar da infração; II - o domicílio ou residência do réu..."

A primeira regra é onde ocorreu o crime.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Está certo, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Que é que tipificado para qualquer cidadão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Nós estamos pegando a regra de qualquer cidadão e estendendo para 36 mil autoridades que hoje têm foro privilegiado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Em diversos casos, a gente não vai identificar o local do crime, a gente vai ter que escolher pelo foro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me permita, Senador, mas é mais fácil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senador Roberto Rocha, esse raciocínio de V. Exª estabelece a desigualdade. V. Exª pode pedir a transferência do domicílio, mas qualquer cidadão também pode pedir a transferência do domicílio. Então, essa não é questão. Por que só o político poderia pedir a transferência do domicílio e não outro cidadão qualquer?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Bom, eu quero concluir. Eu falei em relação à questão de varas especializadas, que o Senador Álvaro diz que é do Judiciário. Acho que quem legisla é o Legislativo. Chega de a gente estar aqui reclamando de ativismo do Judiciário, porque a gente se omite. Daqui a pouco, eles vão decidir que só vale para os outros, para eles não vale.

Então, o seguinte: não há problema da nossa parte. Se a Presidência e os Senadores que estão aqui concordarem, eu retiro a proposta, vou também adotar a síndrome da avestruz, mas antes fiz questão aqui de deixar marcada a minha posição e aguardar que a Câmara se manifeste. Se o Senado, que representa o Estado, o Estado como unidade da Federação... Aqui há muitos ex-governadores, como o Senador Alvaro Dias; eu e o Senador Randolfe não tivemos ainda esse privilégio. Não sei nem se é privilégio nos dias de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Mas terão. Certamente, terão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Se a gente não enfrenta a realidade, se a gente não dialoga com a realidade, de repente a Câmara terá muito mais dificuldade. Mas tudo bem. Eu também não estou atrás de aplausos fáceis. Eu acho que a questão do populismo é que está levando o Brasil a essa situação, seja de esquerda ou de direita. Eu gosto do aplauso, mesmo que, muitas vezes, seja o mais difícil, até porque a Bíblia ensina que o caminho estreito leva à salvação; é o largo que leva à perdição. Eu não me importo com curtidas, com compartilhamentos ou com comentários de redes sociais, muitos deles com relação a *fakes,* a robôs. Eu, portanto, considero parte dessas opiniões publicadas. Sou refém da opinião pública.

Então, Senador Álvaro, eu queria ouvir a opinião do Senador Lobão. Viu, Senador Lobão? Se for, não há problema nenhum, eu deixo aqui mais um alerta para reflexão. Aqui foi perguntado ao Relator se os chefes de Poderes estavam incluídos nessa proposta. O Senador Randolfe teve uma dificuldade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

responder, de pronto, naquele dia, um questionamento que foi feito aqui acho que pelo Senador Ferraço. A proposta diz que, em relação aos chefes de Poderes...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É emenda do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – ... vai ser o foro adequado.

Mas qual é o foro adequado? Quem vai decidir qual é o foro adequado?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – A emenda do Senador Ferraço foi acolhida e diz respeito à preservação do foro privilegiado para os Presidentes da República, do Supremo, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no exercício da função da Presidência.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – O.k., o Presidente da República é chefe de um Poder; o Poder Legislativo, no caso, tem dois, o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara. Dois estão fora. E em relação ao Judiciário...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Não estão fora. Os dois foram ressalvados.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – São exceção dessa regra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Houve uma emenda do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Em relação ao Judiciário, está só o Presidente do Supremo?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Só o Presidente do Supremo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Vem cá, o Presidente Judiciário é Presidente do Poder e é instância. E o Presidente do STJ?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – São só os três Poderes da República.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – São só os Presidentes dos três Poderes da União.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Eu quero ouvir V. Exªs para poder saber se é esse entendimento. Eu retiro a proposta sem nenhuma dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Lasier, que foi por mim indicado relator, deseja falar também sobre essa questão?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Não, eu quero uma intervenção muito sucinta, Presidente, porque V. Exª disse, ao início, que não haveria votação hoje, até porque não há quórum, embora me pareça que o caso se sujeita ao quórum simbólico. Como simbólico, nós poderíamos votar. No caso, eu poderia ler, porque eu estou com o relatório pronto. Agora, há a questão...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senador Lasier, acho que seria interessante verificar a pergunta do Senador Roberto Rocha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Se os Senadores concordam com a retirada. Ele retiraria e facilitaria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Alvaro, é exatamente o motivo do meu pedido de intervenção. Já que o Senador Roberto Rocha, que tem todo o nosso respeito e tem o mérito de levantar questões, que seguramente serão suscitadas lá adiante, na Câmara, por fim, há poucos instantes, admitiu que, se houver a concordância dos Senadores presentes, ele retira, eu acho que seria o caso de submeter, então, essa desistência, até porque, Senador Roberto, nós estamos ficando com um único ponto para o debate, que é a admissibilidade. E o art. 363 do Regimento diz que, nessa fase, o que cabe é a admissibilidade, é a questão adjetiva, não a questão substantiva, porque a emenda de mérito já perdeu o seu tempo.

Então, já que nos abriu essa brecha, essa oportunidade o Senador Roberto, eu quero propor, Presidente Lobão, que V. Exª submeta, então, à opinião dos demais Senadores a retirada da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srs. Senadores, o que se discute neste momento aqui na Comissão e que é mais uma discussão é um recurso feito no plenário do Senado e indeferido pelo Presidente do Senado. Trata-se da questão de que a emenda, sob o entendimento do Presidente do Senado, é uma emenda de mérito. Recorreu-se à Comissão de Justiça, que é o foro próprio para deliberar sobre essa matéria.

Eu entendi perfeitamente as colocações do Senador Roberto Rocha. É preciso lembrar que o Senador Roberto Rocha votou a favor da extinção do foro aqui e no plenário, assim como todos nós votamos. Não há, portanto, que se debitar a S. Exª e nem a nenhum de nós a intenção sub-reptícia, a sorrelfa de empanar, escurecer, esconder essa matéria. A votação tanto foi unânime aqui no Plenário da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão de Justiça, naquele instante quase transformado num campo das justas, como foi unânime no Plenário do Senado.

O que fez o Senador Roberto Rocha? Anular o que votou aqui lá? Não. Ele quis fazer um ajuste processual, para que se criassem câmaras, ainda que de juízes singulares, para o exame de tais processos. Mas isso não foi adiante no Plenário e se encontra aqui.

E agora o Senador propõe, ou se dispõe, melhor dizendo, a retirar a sua própria emenda. Ou seja, retirar o seu recurso, o que não é feito aqui. S. Exª terá que retirar o recurso no Plenário do Senado.

Mas ele não precisa da nossa aprovação. Podemos aprovar o que ele está propondo, mas isso não é necessário, até porque a Comissão não está plena. Os demais não estão aqui para manifestar também a sua concordância. Mas fica, é claro, o Senador Roberto Rocha com autonomia total – e é até um gesto de S. Exª – de retirar, no Plenário do Senado. E já que não se vai votar mesmo hoje aqui, retira no Plenário do Senado o seu recurso, e está resolvido o problema.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Ele pode retirar aqui também, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não, aqui não pode. O recurso foi feito lá e terá que ser retirado lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, só para entender: o recurso foi feito ao Plenário após ouvida a CCJ; então, ainda que eu quisesse retirar aqui, não pode, porque tem que ser retirado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Entendi. Entendeu, Senador Alvaro Dias?

Bom, eu, após ouvir aqui o Relator, que foi designado por V. Exª, claro, já manifestou o posicionamento em relação ao não acatamento da nossa emenda. Em razão disso, claramente, para não parecer que estou forçando barra de ferir o Regimento, eu admiti a hipótese de retirar a emenda, o que posso fazer no Plenário hoje, sem nenhuma dificuldade.

Agora, eu faço questão de dizer no Plenário tudo o que disse aqui, chamando a atenção para o que eu considero que é um equívoco. Por exemplo, lá está dizendo que decisão de segundo grau pode levar à prisão os agentes políticos. Ministro de Estado, portanto, pode ser preso, Ministro da Justiça, um Ministro do Supremo, um Senador, um Deputado. Mas aí eu venho aqui à Constituição Federal, e diz aqui no art. 5º, cláusula pétrea, diz aqui, olha: "Ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o devido processo legal." Adiante diz assim: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória." Ou seja, me parece que isso é mais um equívoco, mais um equívoco.

E eu chamo a atenção, enquanto é tempo, para a leitura do art. 109 desta mesma Constituição, que diz que assuntos de interesse da União são em varas federais. Aqui a gente está jogando para as varas estaduais, que têm quase 80 milhões de processos, mais esses processos. Então peço o exame do art. 109, para que a gente não tenha que levar mais calor para o Plenário ainda hoje. A gente tem o tempo de hoje, de agora até a parte da tarde, para a gente poder pelo menos ter mais claro o que a gente está votando. Apenas isso.

E encerro dizendo, como V. Exª disse, que desde a Câmara, à época de Deputado, eu trato do fim do foro privilegiado, porque eu acho uma excrescência. Eu acho uma excrescência. Agora, a questão não é só acabar com o privilégio de foro no Supremo. A questão é tentar pelo menos diminuir a impunidade. Por isso que eu não concordei com o Senador Alvaro Dias quando disse que a tentativa da emenda é para transferir o endereço do privilégio. Eu já acho que é para transferir o endereço da impunidade, do jeito que está. Mas eu só tenho um caminho: Ou eu voto contra, ou eu voto a favor. Já votei a favor duas vezes, na comissão e no Plenário. E, se não tiver oportunidade de debater a nossa ideia, eu votarei a favor novamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Para V. Exª poder encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Então, brevemente, eu acho que nós chegamos aqui, mesmo que informalmente, a um entendimento.

Eu iria aqui inclusive arguir a possibilidade regimental, que já tem precedência nesta comissão, da deliberação simbólica, mas eu acho que não precisamos mais da controvérsia regimental ser trazida aqui a lume do debate na Comissão, porque me parece que chegamos a um entendimento. O Senador Roberto Rocha vai suscitar o tema lá no Plenário. V. Exª me parece que dá o encaminhamento correto, ao apresentar aqui a questão: já que o recurso ocorreu no plenário, o Senador tem que apresentar uma eventual desistência do recurso também no plenário. Eu só antecipo que, também suscitaremos, porque há um debate também em voga que não iremos resolver aqui, sobre o efeito suspensivo ou não do recurso à CCJ.

Então, em dever de lealdade a V. Exª e aos membros da CCJ, nós suscitaremos hoje à tarde no plenário o debate, e eu acho que assim, S. Exª o Senador Roberto Rocha poderá apresentar e alegar as suas razões e nós poderemos, em definitivo, travar e resolver essa controvérsia no plenário.

Antes da conclusão de V. Exª, eu me achava no dever de fazer essa consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Randolfe, para concluir também, o que nós decidimos aqui, o que falamos aqui é formal, porque está tudo gravado, de acordo com o Regimento e vale como decisão nossa.

Mas quero fazer apenas uma lembrança. Está na cabeça da opinião pública que foro privilegiado, que é uma figura inexistente... Não há o foro privilegiado em nenhuma lei deste País; existe a prerrogativa de foro por função, mas o nome foro privilegiado foi dado exatamente para estigmatizar o princípio, só por isso. Mas o que a opinião pública entende? É que o chamado foro privilegiado é para Senador e Deputado Federal.

Quantos são os Senadores e Deputados Federais? São 594 agentes públicos, portanto, políticos. E quantos são os beneficiados no Brasil todo pela prerrogativa de foro, ou seja, o chamado foro privilegiado, Senadora Simone? São 54 mil pessoas, 54 mil agentes. Todos perderão a sua prerrogativa de foro. E os Ministro do Supremo Tribunal Federal, excetuando-se o Presidente do Supremo, passarão a ser julgados por um juiz singular.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16 ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia dezessete de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy, José Maranhão, Romero Jucá, Hélio José, Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Paulo Paim, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Davi Alcolumbre, Lasier Martins, Benedito de Lira, Wilder Morais, Ana Amélia, Sérgio Petecão, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Acir Gurgacz, Aécio Neves, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Lopes e Magno Malta. Registra a presença o Senador José Medeiros. A Presidência registra a presença dos Senhores: Claudio Pacheco Prates Lamachia, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, além de autoridades do Poder Judiciário e dos demais órgãos e instituições. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 35, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO para compor o Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 30, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria Geral da República. Relatoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sen. Eduardo Amorim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procuradoria Geral da República. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 33, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019." Autoria: Procurador Geral da República. Relatoria: Sen. Eduardo Amorim (Ad hoc), substituiu Sen. Romero Jucá. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 26 votos favoráveis. ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 38, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019" Autoria: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado (Ad hoc), substituiu Sen. Jorge Viana. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. ITEM 7 - OFICIO "S" Nº 39, de 2017 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019" Autoria: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Sen. Armando Monteiro. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis e 1 voto contrário. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013 - Terminativo - que: "Incrementa a pena para a corrupção de menores, tendo por parâmetro a gravidade da infração cometida ou induzida, e dá outras providências." Autoria: Senador Aécio Neves. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de 2017 - Terminativo - que: "Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, que deu nova redação aos artigos 12, incisos V e VII, 25, incisos I e II, e 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/91, com a redação atualizada até a Lei nº 9.528/97." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Jader Barbalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - EMENDAS DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012 - Não Terminativo - que: "Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública." Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Relatoria: Sen. Aécio Neves. Relatório: Contrário às Emendas nºs 4 e 5-PLEN. Resultado: Adiado. ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para considerar o homicídio contra idoso como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o referido crime no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Sen. José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela inclusão do art. 49-A, para determinar que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que comprovar, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame, nos momentos da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento, e dá outras providências." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2013 - Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para exigir comprovação de frequência às aulas do servidor estudante." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012 - Terminativo - que: "Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero." Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Sen. Marta Suplicy (Ad hoc), substituiu Sen. Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, de 2013 - Não Terminativo - que: "Altera os art. 62 e 64 da Constituição Federal para dispor sobre o pressuposto constitucional da urgência autorizador da edição de medidas provisórias e a solicitação de urgência para apreciação de projetos." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. Relatoria: Sen. Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 35, de 2013 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Acrescenta parágrafo único ao art. 96 da Constituição Federal, para determinar a participação dos juízes de primeira instância nas eleições para os órgãos diretivos dos tribunais." Autoria: Senador Eduardo Amorim e outros. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, de 2011 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas." Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009 - Terminativo - que: "Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre legislação de trânsito e dá outras providências, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET." Autoria: Senadora Ângela Portela. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, de 2011 - Terminativo - que: "Altera os arts. 1.211-A e 1.211-B da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e modifica o inciso IV e o § 1º ao art. 69-A da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, a fim de estabelecer ordem cronológica para a solução das demandas, além da concessão do benefício da prioridade de tramitação do processo judicial e administrativo à pessoa que alegar ser portadora de doença grave." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto e da Emenda nº 1 (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2013 - Terminativo - que: "Acrescenta o art. 75-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), a fim de tornar possível a denunciação da lide à União ou Estado na demanda ajuizada contra o Município, ou à União, na demanda ajuizada contra o Distrito Federal, que tenha por objeto requerimento de medicamento ou procedimento de saúde." Autoria: Senadora Ana Amélia. Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Adiado. ITEM 16 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 91, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Constituição Federal, para estabelecer o prazo máximo de três meses para a indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal por parte do Presidente da República, sob pena de crime de responsabilidade." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, de 2013 - Terminativo - que: "Prever a destinação de no mínimo cinco por cento dos recursos do Fundo Partidário para promoção da participação política dos afrodescendentes." Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Sen. Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2011 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

providências." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Cidinho Santos. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências." Autoria: Deputado Eli Corrêa Filho. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - OFICIO "S" Nº 26, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 239.458, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 1° da Lei nº 10.905 do Município de São Paulo." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução do Senado. Resultado: Adiado. ITEM 21 - OFICIO "S" Nº 3, de 2015 - Terminativo - que: "Encaminha, para fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário n° 680.089, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do Protocolo ICMS n° 21, de 1° de abril de 2011, do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ (tributação sobre compras não presenciais)." Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 3, de 2015. Resultado: Adiado. ITEM 22 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com seis emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2013 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para determinar que a avaliação da aptidão de pessoa com deficiência aprovada em concurso para exercício de cargo ou de emprego público seja feita durante o estágio probatório." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Sen. Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 24 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 149, 150, 153, 155, 156, 158 e 161 da Constituição Federal para incluir parâmetros socioambientais no Sistema Tributário Nacional." Autoria: Senador Roberto Rocha e outros. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta a alínea "d" ao inciso III do art. 150 da Constituição Federal, tornando imunes à tributação os medicamentos destinados ao uso humano." Autoria: Senador Reguffe e outros. Relatoria: Sen. Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 2011 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial. " Autoria: Deputado Carlos Bezerra. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, de 2014 - Não Terminativo - que: "Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais." Autoria: Deputado Otavio Leite. Relatoria: Sen. Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2013 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Nacional de Incentivo à Educação Escolar Básica Gratuita (PRONIE)." Autoria: Senador Blairo Maggi. Relatoria: Sen. Ivo Cassol. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 29 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria as polícias penitenciárias federal, estaduais e distrital." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros. Relatoria: Sen. Hélio José. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 30 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 31, de 2017 - Não Terminativo - que: "Susta a Instrução Normativa nº 7, de 17 de fevereiro de 2017, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, de 2016 - Terminativo - que: "Insere parágrafos no art. 5º da Lei nº 13.188, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social." Autoria: Senador Roberto Requião. Relatoria: Sen. Antonio Carlos Valadares. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 120, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 2º ao art. 160 da Constituição Federal a fim de possibilitar a adoção de medidas de provisionamento de recursos para compensação de redução de repasses do Fundo de Participação dos Municípios." Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 33 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 686, de 2015 - Terminativo - que: "Acresce o inciso VI ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para estender a legitimidade para a propositura de ação civil pública ao Conselho Federal e aos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 34 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 545, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 35 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 28, de 2015 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Bibliotecas." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 36 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015 - Não Terminativo - que: "Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo Ibama aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica." Autoria: Deputado Jovair Arantes. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 37 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2010 - Terminativo - que: "Torna mais rigorosas as regras para a realização de competições automobilísticas em vias públicas." Autoria: Senador Cristovam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Buarque. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2-CE. Resultado: Adiado. ITEM 38 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para restabelecer o exame criminológico e aumentar os prazos para progressão de regime." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 39 – EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos." Autoria: Deputado Beto Albuquerque e outros. Relatoria: Sen. Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLEN, com duas subemendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, com as Subemendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM EXTRAPAUTA 40 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 19, de 2017 - Requeiro nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS n.º 326, de 2016, de autoria do Senador Dario Berger, que institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária, com a presença dos seguintes convidados: 1. Luis Rangel, Secretário de Defesa Agropecuário do Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2. Representante da Frente Parlamentar da Agropecuária; 3. Maurício Rodrigues Porto, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA); 4. Inácio Afonso Kroetz, Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná; 5. Gabriel Amorim, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária - ANTEFFA. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à realização de sabatinas, e a segunda parte destina-se à liberação dos itens de 1 a 38.

Vou fazer aqui, eminentes Senadores o anúncio dos ofícios que se referem àqueles que serão sabatinados.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 35, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Conselho Federal da OAB.

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

OFICIO "S" Nº 36, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-B, inciso XII, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro da Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Conselho Federal da OAB.

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 30, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Trabalho, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 31, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público Militar, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procuradoria-Geral da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 33, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor FÁBIO BASTOS STICA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público dos Estados, referente ao biênio 2017/2019.

Autoria: Procurador-Geral da República

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – O Senador Romero Jucá foi substituído pelo Senador Eduardo Amorim como Relator *ad hoc*.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 38, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Conselho Federal da OAB.

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

A Relatoria é do Senador Jorge Viana, substituído pelo Senador Ronaldo Caiado, *ad hoc.*

ITEM 7

OFICIO "S" Nº 39, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, e de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, a indicação do Senhor LEONARDO ACCIOLY DA SILVA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a Ordem dos Advogados do Brasil, referente ao biênio 2017/2019

Autoria: Conselho Federal da OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 03/10/2017 e 10/05/2017, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Convido os senhores indicados ao recinto da reunião, portanto, convido os Srs. André Luis Guimarães Godinho, Valdetário Andrade Monteiro, Sebastião Vieira Caixeta, Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Fábio Bastos Stica, Erick Venâncio Lima do Nascimento e Leonardo Accioly da Silva para a gentileza de se encaminharem à mesa para sua apresentação. (*Pausa.*)

Aproveito para cumprimentar o eminente Senador Eduardo Amorim pela data de seu aniversário natalício, felicitando-o e registrando os parabéns desta Presidência e de todos nós.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado, Presidente, pela convivência, pela amizade e pelo aprendizado do dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer aqui a sugestão, como temos sete eminentes sabatinados, de fixar a cada qual o prazo de dez minutos para sua exposição. Peço, por gentileza, que cumpram esse prazo, para que se inicie, posteriormente, o processo de sabatina.

Desse modo, concedo a palavra ao Sr. André Luis Guimarães Godinho para sua exposição, pelo prazo de dez minutos. Ele iniciará esta sabatina.

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Bom dia a todos. Gostaria de saudar, inicialmente, a presença de todos, na pessoa do Senador Antonio Anastasia, digno Presidente em exercício desta CCJ.

De modo especial, eu gostaria de dirigir um cumprimento ao Relator desse processo, Senador Davi Alcolumbre, que honra o Estado do Amapá e todo o Brasil com sua representação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Gostaria ainda de saudar de modo especial todos os Senadores que, nestas últimas semanas, foram gentis e corteses no trato com todos nós, candidatos, recebendo-nos, às vezes em seus gabinetes, às vezes nos corredores deste Congresso, nas pessoas dos Senadores Otto Alencar, Lídice da Mata e Roberto Muniz, os dignos representantes do Estado da Bahia neste Senado da República.

Eu gostaria ainda de agradecer a todos os dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil aqui presentes, na pessoa do nosso eterno Presidente Marcus Vinicius e do Presidente Claudio Lamachia, que está a caminho também.

Quero saudar os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça aqui presentes, o Conselheiro Norberto e muitos outros aqui presentes. Em seu nome, quero estender meu cumprimento, meu abraço e minha gratidão pela presença de todos vocês.

Dito isso, cumpre registrar que este processo que se inicia e que vem a esta Casa nesta data, para todos nós, certamente... Acredito que todos que aqui tiveram esta mesma trajetória sentem-se honrados e engrandecidos pela possibilidade de, nas últimas semanas, neste último mês, terem estado muito mais próximos da atividade parlamentar, debatendo em cada gabinete com cada Senador da República muitos projetos de interesse do povo brasileiro que, certamente, nos engrandecem como cidadãos e que reforçam nossa crença no Estado democrático e nos princípios republicanos.

Sou advogado, bacharel em Direito, formado pela Universidade Católica do Salvador no ano de 2002. Depois, tive a oportunidade de fazer dois cursos de pós-graduação: na Universidade Federal da Bahia, fiz o curso de Processo Civil e, pela Fundacem, fiz o curso de Direito Eleitoral.

A atividade institucional em favor da advocacia tem me permitido, ao longo dos anos, ser palestrante em diversos eventos jurídicos, em especial na Conferência Nacional da Advocacia, realizada no Rio de Janeiro, mas também em inúmeras outras palestras proferidas em diversos Estados da Federação, especialmente tratando do tema das sociedades de advogados, que é o tema da Comissão que presido honrosamente desde a gestão do Presidente Marcus Vinicius até agora, nesta gestão do Presidente Lamachia. Isso me tem dado a oportunidade de conhecer diversas realidades do Judiciário brasileiro.

Da mesma forma, no âmbito do Estado da Bahia – saúdo o Presidente Luiz Viana, aqui presente, da nossa Ordem dos Advogados –, tenho a oportunidade de correr todas as subseções do Estado e de ver as dificuldades enfrentadas num País continental, com dimensões continentais, que trazem diferenças gritantes. Há dificuldades de acesso, por exemplo, à rede de internet, o que dificulta que muitos advogados, especialmente os da região oeste do meu Estado, a Bahia, tenham acesso ao processo eletrônico.

Então, são essas adversidades e essa vivência institucional em diversos Estados e em diversas cidades do nosso Estado da Bahia que, certamente, me credenciam e que somam à minha trajetória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma experiência, que poderá, certamente, ser exitosa no Conselho Nacional de Justiça, se eu merecer a honrosa ratificação deste Congresso Nacional.

Como eu disse, sou Conselheiro Federal da OAB, estou na segunda gestão como Conselheiro Federal da OAB, onde tenho a honra de integrar a Câmara de Processos Ético-Disciplinares. Já tive, inclusive, a oportunidade de presidir dezenas, centenas, talvez, de julgamentos ético-disciplinares no Conselho Federal e de já ter relatado mais de 150 processos ético-disciplinares de colegas advogados. Fiz, inclusive, questão de anexar ao nosso processo de habilitação na CCJ a certidão desses julgamentos realizados.

Presido, como eu disse, a Comissão Nacional de Sociedade de Advogados desde o ano de 2013, onde pude, juntamente com toda a advocacia brasileira, comemorar duas grandes vitórias, que eu gostaria de registrar. A primeira foi a aprovação da Lei Complementar nº 147/2014, que estendeu às sociedades de advogados os benefícios do sistema tributário simplificado – Simples. Assim, dezenas e centenas de colegas podem, hoje, fazer uso de um sistema simplificado de tributação e, com isso, ter sua atividade muito mais regularizada.

Da mesma forma, no final de 2015, houve a aprovação da Lei 13.247, de 2016, que trata das sociedades unipessoais da advocacia, que também é uma demanda antiga da advocacia brasileira, que se equipara aos... (*Falha na gravação.*)

Faço esse registro com uma gratidão da advocacia brasileira, em nome da Comissão de Sociedade de Advogados que presido, porque foram grandes avanços que nós percebemos no nosso dia a dia, no Conselho Federal, com a grande quantidade de sociedades registradas em decorrência dessa atuação tão positiva do Congresso Nacional.

Tive a oportunidade também, por honra e designação do Conselho Federal, especialmente do Presidente Marcus Vinícius, de, na gestão do ano de 2015, representá-lo perante o Conselho Nacional de Justiça. Todos sabem que no Conselho Nacional de Justiça, além dos 15 membros, têm assento o Presidente do Conselho Federal e o Procurador-Geral da República. Então, fui, por indicação do Presidente, representante institucional da OAB no Conselho Nacional de Justiça, onde tive a oportunidade de vivenciar diversos julgamentos de processos ético-disciplinares, participar de vários eventos da rede de priorização de primeiro grau...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – ... de eventos preparatórios para as metas do Conselho Nacional de Justiça e ver diversas discussões que dão a clareza da importância do Conselho Nacional de Justiça para o ordenamento jurídico brasileiro.

Eu gostaria de destacar duas delas: primeiro, a priorização da Justiça de primeiro grau, que foi consubstanciada em três resoluções do Conselho Nacional de Justiça: a 194, a 195 e a 219, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

disciplinam... (*Falha na gravação.*) ... para que os processos no primeiro grau... (*Falha na gravação.*) ... possam ter uma celeridade muito maior e atender as demandas da população brasileira.

Da mesma forma, acompanhei o entusiasmo do então Presidente Lewandowski, que presidiu o CNJ, à época, em relação... (*Falha na gravação.*) ... diversa da prisão e, de certa forma, desafogarmos os presídios brasileiros, todos sabemos das dificuldades que vivenciam.

Ainda exerci o cargo de Secretário Adjunto da OAB Bahia, no triênio 2010/2012, onde tive a oportunidade também presidir uma turma de processos ético-disciplinares e ser corregedor, inclusive, de processos disciplinares no âmbito da seccional.

Atuei também – acho que vale a pena o registro – como membro examinador da banca de concurso de juiz substituto do último concurso do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Eu acho que é uma demonstração de apreço e de colaboração com o Poder Judiciário. E, da mesma forma, do Programa Pacto pela Vida, que é um programa de Estado. O Estado da Bahia, através de uma lei estadual, Lei nº 12.357/2011, que procura unir diversos vetores da sociedade, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, todos para pensarem em conjunto atividades em prol da ressocialização de presos, enfim, de todas as dificuldades de reinserção social daqueles que cumprem pena privativa de liberdade.

Parece-me que meu tempo está se esgotando – em torno de um minuto e meio –, dá para ainda fazer umas breves considerações sobre o Conselho Nacional de Justiça... (*Falha na gravação.*)

Instituído pela Emenda Constitucional nº 45/2004, o CNJ é um órgão do Poder Judiciário (art. 92, 1-A). Compõe a estrutura desse Poder, mas não se limita a ser um Conselho da Magistratura, é um ponto de interseção e interlocução entre todos os agentes responsáveis pela prestação jurisdicional.

Justamente por isso, caracteriza-se como um órgão de controle interno do Poder Judiciário (e não de controle externo). Essa é a posição do próprio STF, que, no julgamento da ADIN no 3.367/DF (Relator Ministro Cezar Peluso), decidiu que o CNJ é "Órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura".

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi instalado em junho de 2005 e, desde então, tem trabalhado incansavelmente•pela melhoria do controle, da racionalização e da transparência administrativa e processual. Composto por representantes da Magistratura, do Ministério Público, da advocacia e da sociedade civil, o CNJ exerce a fiscalização contábil, orçamentária, financeira, operacional, patrimonial, administrativa e disciplinar do Poder Judiciário, seus membros, servidores (serviços auxiliares) e até mesmo dos serviços delegados (notários e registradores), mas não desempenha atividade fim do Judiciário. Não resolve lides. Não exerce jurisdição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De tal forma, a atividade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça como órgão de coordenação e planejamento administrativo do Poder Judiciário é fundamental para o aperfeiçoamento do sistema judiciário brasileiro.

Por fim, vale destacar as metas do CNJ para 2017, construídas através de diversos eventos de planejamento, com ampla participação dos representantes dos diversos tribunais e aprovadas no 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que visam: julgar processos distribuídos em maior velocidade do que a entrada daqueles processos, naturalmente; priorizar os processos mais antigos, para que não haja foco apenas na produtividade e, dessa forma, não fiquem as demandas mais complexas sem serem apreciadas; aumentar os casos de conciliação, porque é uma política do Conselho Nacional de Justiça o projeto de conciliar, as semanas de conciliação; aumentar e priorizar os processos de execução, que são o grande gargalo dos processos no primeiro grau de jurisdição; priorizar o julgamento de processos de maiores litigantes e de recursos repetitivos.

Para que se tenha uma ideia, apenas no ano de 2016, o Supremo Tribunal Federal julgou 37 recursos com repercussão geral, que desafogaram cerca de 90 mil processos que tratavam desse tema. Então, percebam a importância de se priorizar esse tipo de julgamento e de tentar trazer uma solução para o cidadão brasileiro.

Como o meu tempo se esgotou, agradeço, Sr. Presidente, e fico à disposição de todos os Senadores para responder às perguntas. E agradeço a honrosa oportunidade de estar neste Senado Federal, nesta sabatina. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Dr. André Luís Guimarães Godinho.

Passo a palavra ao próximo sabatinado, Sr. Valdetário Andrade Monteiro, para a sua exposição, igualmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO – Ex^{mo} Sr. Presidente desta prestigiosa Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, Senador Antonio Anastasia; Ex^{mo} Sr. Senador José Pimentel, para minha extremada honra, Relator designado para a minha indicação, advogado e político exemplo não só para o Estado do Ceará, mas para todo o Brasil, que, com sua simplicidade e inteligência, contagia a todos nós cearenses. É um agradecimento que faço também em público, nesta oportunidade, pela Lei Complementar 147.

Eu tenho à minha frente o Senador Pimentel e, adiante, o ex-presidente e eterno presidente da Ordem Marcus Vinícius Furtado Coelho. Essa luta Senado/OAB resultou na formalização de centenas de milhares de colegas advogados que podem agora contribuir com os impostos, com os tributos de forma digna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, agradeço a cortesia com que fui recebido pelos senhores e senhoras nos gabinetes, corredores, e no plenário desta egrégia Casa Legislativa, pedindo desculpas aos que não consegui encontrar pessoalmente dadas as inúmeras atividades de V. Exªs.

Exmo Sr. Presidente do Conselho Federal, nosso timoneiro maior, advogado gaúcho de nascimento e cearense de cidadania, Claudio Lamachia; Exmos Srs. Membros da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Diretor da ENA, Beto Simonetti; Conselheiros e Conselheiras Federais, a quem agradeço muito a unanimidade de votos que me trouxe a esta Casa Legislativa; Exmo Sr. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-CE, Marcelo Mota; queridos Conselheiros e Conselheiras do Estado do Ceará; Diretores da OAB-Ceará que estão aqui presentes; nosso querido Conselheiro Nacional de Justiça Norberto Campelo, esse magnífico piauiense que tem feito um trabalho brilhante no CNJ; Diretor da AASP, Márcio Kayatt, que está aqui conosco.

Cumprimento novamente o nosso querido advogado cearense de coração e de cidadania Marcus Vinícius Furtado Coelho, nosso eterno Presidente.

Quero cumprimentar toda a minha família, as minhas filhas Isabel, Beatriz e Sara, na pessoa da minha amada e sempre esposa, Ana Karine de Oliveira Moreira, que está aqui conosco, e do meu irmão de tantas lutas o Deputado Federal Odorico Monteiro.

Demais autoridades presentes, senhoras e senhores, antes de pedir permissão ao Sr. Presidente para cumprir a obrigação normativa de apresentar um perfil da minha trajetória até aqui, quero ressaltar a importância institucional desta sabatina. Barão de Secondant, grande pensador francês Montesquieu, célebre pela sua Teoria da Separação dos Poderes, idealizou que os três Poderes que formam o Estado – Legislativo, Executivo e Judiciário – devem atuar de forma separada, independente e harmônica, mantendo, no entanto, as características de um poder uno, independente, indivisível e indelegável, um poder que atua no exercício do controle dos outros poderes de modo a evoluírem juntos, já que, segundo ele, o poder naturalmente corrompe, e o poder absoluto corromperia absolutamente.

Desta forma, a indispensabilidade deste honroso momento, que a eclética formação do CNJ, dotado de 15 membros, tenha 14 dos seus representantes sabatinados pela CCJ do Senado Federal e ainda aprovados, acaso aprovados, submetidos ao crivo do Plenário, com a necessidade de maioria absoluta da aprovação de seus nomes. É assim que disciplina o art. 103-B da Constituição Federal. A nossa passagem por aqui honra a Constituição Federal, a Emenda Constitucional 45, de 2004, e permite ao Poder Legislativo avaliar amiúde os integrantes do órgão de máximo de controle administrativo do Poder Judiciário.

Permissa venia, passo à minha apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nasci em 1971, no interiorano Município de Arneiroz, no Sertão dos Inhamuns, Estado do Ceará. Meus pais, Valdetário e Inês, passaram de agricultores a pequenos comerciantes, no intuito de oportunizar aos filhos o ensino que não lhes foi possível. Na pequena Arneiroz, onde nasci, só havia ensino até a quarta série, o que obrigava aos que queriam... (*Falha na gravação.*) ... da universidade.

Em Fortaleza, morei em república, e logo... (*Falha na gravação.*) ... da Universidade Federal do Ceará. Muito embora tenha prestado vestibular para Veterinária, Medicina e Farmácia, mesmo aprovado e cursando, abandonei a área de saúde, para realizar o sonho de ser advogado. Ao menino pobre do Sertão, só a área de saúde tem no primeiro plano a oportunidade de uma salvaguarda de dias melhores.

Desta forma estudei Direito na universidade de Fortaleza, sendo bolsista desde o primeiro semestre, vindo a me formar em 1996, tendo sido laureado pelo excelente desempenho acadêmico. Prestei exame da Ordem e me inscrevi nos quadros da gloriosa Ordem dos Advogados do Brasil em 1996, militando com especial atenção em Direito Empresarial desde lá, sem nunca ter contra mim qualquer processo ético-disciplinar. Posteriormente fui inscrito na OAB do Distrito Federal, advogando no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

Fruto dessa aguerrida militância na advocacia, apresentei em 2000 um projeto à Ordem do Advogados do Brasil para criar a Comissão de Estudos Tributários da Ordem dos Advogados. Era a primeira em todo o País. E, nesse período, aprovado o projeto – presidi a comissão por três anos –, pude apresentar diversos projetos. Destaco aqui, na Comissão de Estudos Tributários, o projeto Conhecendo os nossos Tributos. Nós editamos cerca de dez mil livros e os distribuímos em escolas públicas... (*Falha na gravação.*)

Dessa participação na Comissão de Estudos Tributários, em 2003, concorri e fui eleito para o cargo de Secretário-Geral da Ordem.

Militando na advocacia, nesse momento já lecionando em duas faculdades – sou professor de Processo Civil e de Direito Tributário –, tive a oportunidade, como Secretário-Geral da OAB, de ter uma interlocução muito maior com a causa da Justiça, com a causa da advocacia e com a causa da cidadania; ampliar os trabalhos, para o interior do Estado, da Ordem dos Advogados do Brasil. E, nesse período, fui à Pontífice Universidade Católica de São Paulo para me tornar especialista em Direito Empresarial.

Daí, ao longo da minha trajetória, sou mestrando em Direito pela Universidade Federal do Porto, em Portugal, e dessa passagem pela Secretaria-Geral fui à eleição de 2006... (*Falha na gravação.*) ... saudar o Presidente Lamachia, que já está aqui conosco, o pai de Mário.

Nós temos, a partir daquele momento, em 2006, a criação da OABPrev, junto com o Estado de São Paulo e outros Estados da Federação. Hoje tenho orgulho de dizer – é uma parte da minha história,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Pimentel, de que me orgulho muito – que nós administramos cerca de R$1 bilhão em todo o sistema de previdência da OAB. Podemos dar a possibilidade de uma dignidade, nesse momento de reforma tributária, para que os advogados possam ter uma previdência, e uma previdência privada com estímulo.

Da minha passagem pela Caixa de Assistência dos Advogados, com diversos projetos desenvolvidos, concorri, em 2009, à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil. Passei pela eleição talvez mais dura da Ordem. Os Senadores e as Senadoras que estão aqui, os senhores e as senhoras sabem bem a importância de um único voto. Pois, em uma eleição de dez mil votantes, fui eleito com 22 votos de diferença. Isso me obrigou, no exercício da Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, a ter um trabalho muito intenso para unificar a classe, reunir... (*Falha na gravação.*) ... maior fórum da capital, o Fórum Clóvis Beviláqua... (*Falha na gravação.*) ... apontando cada uma das varas... (*Falha na gravação.*) ... nós ali ocupávamos o posto de pior Poder Judiciário do Brasil – dados do CNJ.

Chamamos a atenção da sociedade. Vigílias de 24 horas, acordados na porta do fórum, na porta do tribunal, fizemos várias. Chamamos a atenção da mídia nacional. Todos os jornais nacionais destacaram esse movimento. E tenho a felicidade de dizer que, depois de seis anos, independentemente dos prédios que inauguramos, da subseccionais, que ampliamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO – ... de oito para quinze, nós levamos o Poder Judiciário a dois concursos públicos, que permitiram mais de 150 magistrados contratados e dezenas de servidores, que agora ocupam o espaço.

Essa é uma luta que nunca acaba. Ela precisa ser renovada automaticamente pela dificuldade, pela carência de recursos. Mas algo é importantíssimo: o diálogo com o Poder Legislativo, o diálogo com o Poder Executivo e, sobremaneira, o diálogo com o Poder Judiciário. Nós da advocacia precisamos ouvir no CNJ a advocacia, o advogado que está na ponta, que está no entremeio entre o cidadão e aquele que busca a Justiça.

Dessa forma, com o avanço da advocacia, procurei contribuir, e muito, no meu Estado, com o Poder Judiciário. Instalamos mais de 150 salas de apoio aos advogados. Visitamos os 184 municípios, permitindo que a advocacia se sentisse mais próxima do Poder Judiciário.

Também, num projeto social que quero destacar, levamos 80 mil cartilhas gratuitamente a escolas públicas do Estado do Ceará, municipais e estaduais, num projeto OAB vai à Escola, levando educação e cidadania a adolescentes e crianças carentes, que, muitas vezes, ouvem falar da Constituição Federal, ouvem falar de direitos, mas não sabem materializar isso.

Passados seis anos de Ordem dos Advogados do Brasil, concorri à Presidência da Ordem, sem deixar de destacar uma experiência muito salutar, Presidente Marcus Vinícius: ter coordenado o Colégio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Presidentes de Ordem. Isso me deu uma visão nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, dos problemas do Poder Judiciário, da necessidade e do enfrentamento.

Fruto dessa experiência, fui convidado, assim que eleito, para o Conselho Federal da OAB, na condição de conselheiro federal, para ocupar o cargo de representante institucional da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Nacional de Justiça.

Estou há um ano com assento no Conselho Nacional de Justiça, representando a Ordem dos Advogados do Brasil. Nos membros do Conselho Nacional de Justiça, temos a representação da Procuradoria da República, a Presidente do Supremo Tribunal Federal e a representação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, pela quantidade de tarefas que tem o Presidente da Ordem, eleito pelo Conselho Pleno da Ordem, um representante institucional.

Essa experiência no CNJ tem sido extremamente salutar. Lá, posso usar da palavra, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal. E tenho utilizado da palavra na defesa da advocacia, na defesa das prerrogativas e, principalmente, na defesa da ampla defesa e do contraditório.

Para nós, é muito importante ter a defesa e o contraditório como ferramenta do cidadão. E é toda essa experiência, Senador Anastasia, que quero trazer para o CNJ, pedindo aos senhores e às senhoras que entendam a importância de ter a representação da advocacia, pelo que me disponho aqui aos questionamentos e às avaliações de V. Exª, como disse, com essa experiência da Academia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Monteiro. Agradeço a sua exposição.

Antes de passar a palavra ao próximo sabatinado, aproveito para cumprimentar os convidados e as autoridades na pessoa do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Dr. Cláudio Lamachia, que aqui se encontra, e saudar a sua presença, que honra a nossa classe dos advogados, e o Dr. Marcus Vinícius, nosso antigo Presidente, que também se encontra aqui, e autoridades do Poder Judiciário e demais órgãos e instituições.

Passo a palavra agora ao Dr. Sebastião Vieira Caixeta para a sua apresentação igualmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Bom dia, senhoras e senhores, cumprimento inicialmente o Exmo Sr. Presidente em exercício desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Anastasia, e peço permissão para, na sua pessoa, cumprimentar aqui os meus companheiros de mesa e também a todos os conselheiros e ex-conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

presentes, especialmente os amigos Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, Sandra Lia Simon, Jefferson Luiz Pereira Coelho, que muito bem representaram o Ministério Público do Trabalho naquele Conselho.

Cumprimento e faço aqui um especial agradecimento ao Senador Eduardo Amorim, Relator da minha indicação. Manifesto toda minha gratidão e também a minha homenagem pelo seu aniversário, na data de hoje, desejando muitas felicidades, saúde, paz e realizações.

Cumprimento as Ex^{ma}s Srªs Senadoras e os Ex^{mo}s integrantes desta egrégia Comissão, aos quais procurei, para fazer, ainda que brevemente, a minha apresentação e entregar o meu currículo. Não consegui falar com todos, dadas as inúmeras tarefas e funções desempenhadas aqui no Senado Federal.

Cumprimento também os membros do Ministro Público, em especial os do Ministro Público do Trabalho, que me honraram com o primeiro lugar na lista tríplice, com mais de 76% dos votos, fazendo-o nas pessoas do Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Curado Fleury, e do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, estendendo tais cumprimentos a todos os procuradores- gerais e presidentes das associações aqui presente. Cumprimento também o Presidente Nacional da OAB, Dr. Claudio Lamachia, os magistrados, advogados, servidores. Peço permissão para, por fim, cumprimentar a minha querida esposa, Soraya, e meus filhos, Gabriel e Thiago.

Cabe-me, nesta apresentação inicial, fazer o resumo da minha trajetória profissional e acadêmica bem como ressaltar os principais pontos de uma futura atuação no Conselho Nacional do Ministério Público, se merecer aprovação dos membros desta Comissão e do Plenário do Senado Federal, o que humildemente peço a V. Exªs. E já peço a compreensão para o nervosismo natural deste ato, que, para mim, representa o coroamento de uma carreira de mais de 37 anos de trabalho, sendo o momento mais importante da minha vida profissional.

Nasci em Coromandel, Minas Gerais, Senador Anastasia, em 1966, filho de Laurinda, costureira, e de José Caixeta, frentista. Pais de pouca instrução formal, jamais deixaram de dar o exemplo de honestidade e de culto ao trabalho, bem assim do incentivo ao estudo. Permitam-me agradecer e fazer reverência eles neste momento ímpar da minha vida.

Comecei a trabalhar muito cedo, fichando minha carteira profissional aos 14 anos, como aprendiz de lanterneiro. Fui cobrador de ônibus, trabalhei em oficina mecânica, de lanternagem e de pintura, fui balconista, bancário, faxineiro, atendente judiciário, analista judiciário, assessor do TST, professor de Direito e Processo do Trabalho.

Estudei em escola pública o ensino fundamental e médio, trabalhando a partir dos 14 anos de dia e estudando à noite. Formei-me em Direito no Ceub em 1997. Fiz pós-graduação na Universidade Mackenzie e na Escola Superior do Ministério Público da União. Ingressei no Ministério Público do Trabalho em 16 de setembro de 1999. Iniciei minha carreira na Procuradoria Regional do Trabalho da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

14ª Região, que abrange Rondônia e Acre, um período muito rico profissional e pessoalmente, porque pude exercer todas as atribuições ordinárias do MPT de primeiro e segundo graus e vivenciar a realidade social distinta e extremamente gratificante no Norte do País.

Nesses 17 anos de carreira, exerci quase todas as funções no âmbito do Ministério Público do Trabalho: Procurador-Chefe Substituto, Coordenador Nacional nas áreas de Administração Pública e Combate ao Trabalho Escravo, membro do Conselho Deliberativo da nossa Escola Superior, membro auxiliar da Corregedoria-Geral do MPT, Presidente da ANPT, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho e Secretário de Relações Institucionais do MPT.

Fui promovido por merecimento a Procurador Regional do Trabalho em setembro de 2016, inicialmente atuando na Procuradoria de Porto Alegre e depois, por concurso de remoção, na de Belo Horizonte, onde atualmente exerço minhas atividades.

Por força dessas funções, acompanho o funcionamento do Conselho desde sua instalação, em 2005. Pude acompanhar sua evolução desde então, em busca por firmar-se e consolidar-se como órgão de controle e de fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público e de seus membros.

Nesse sentido, assimilando e enfrentando as críticas da sociedade e desta Casa, o Conselho Nacional estabeleceu e instaurou, nos últimos anos, vários procedimentos e sistemas de acompanhamento da gestão e do controle da conduta dos membros, como o que faz o permanente acompanhamento dos processos disciplinares, evitando, assim, a prescrição desses processos e a impunidade. A partir de então, o Plenário do Conselho passou de 12 punições no ano de 2014/2015 para 52 punições, que vão desde demissão a cassação de aposentadoria em 2016, contra seis no Conselho Nacional no mesmo ano.

Acredito que o Conselho ainda precisa avançar na atividade de planejamento do Ministério Público, trabalhando para diminuir as disparidades entre os diversos ramos e ser indutor de boas práticas na atividade fim, de modo a entregar à sociedade o melhor serviço em prol da concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Por outro lado, não se pode admitir a criminalização da atividade política por membros do Ministério Público, caminho sempre perigoso e pernicioso para a democracia. O Conselho deve zelar para que nenhuma atividade lícita, a pretexto de combater abusos ou impropriedades, seja criminalizada. Inadmissível, portanto, a criminalização da atividade da advocacia a pretexto de que existem advogados que cometem crimes, como também inaceitável, diante da revelação de delitos cometidos por determinadas pessoas, a criminalização da atividade e do sistema político como um todo.

As instituições precisam ser preservadas e depuradas com o expurgo de práticas delitivas e o aperfeiçoamento dos sistemas de controle. Os membros do Ministério Público são, sim, agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

políticos a quem a Constituição Federal atribuiu muito poder e cometeu relevantes tarefas consistentes na concretização de direitos fundamentais orientados para a realização da justiça social, mas, ao mesmo tempo, impôs-lhes grandes responsabilidades e exigiu deles a participação inerente a sua função no debate público interinstitucional em prol de políticas públicas eficientes e eficazes, ditadas pelas autoridades competentes, em respeito às determinações constitucionais e legais.

Acredito, portanto, no diálogo permanente do Ministério Público com as demais esferas e níveis de Poder. Tenho praticado isso ao longo da minha carreira em profícuos diálogos com o Executivo e com o Parlamento. Como exemplo, cito o Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2015, que susta a aplicação da NR 12.

No ano passado, num esforço que contou com a participação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – ...ativa dos Senadores Armando Monteiro, Relator da matéria, e Cássio Cunha Lima, autor da proposta, tive a oportunidade, na condição de Secretário de Relações Institucionais do MPT, de participar da construção do acordo para suspender a apreciação da matéria nesta Casa, a fim de que fosse elaborada norma mais adequada na Comissão Tripartite, o que está em fase de conclusão.

Na minha atividade profissional, sempre fiz questão de conclamar procuradores do trabalho para a prática dessa responsabilidade. E, se honrado com a aprovação dos membros desta Comissão e do Plenário do Senado, comprometo-me a ser o Conselheiro indutor desse diálogo tanto dos membros do Ministério Público quanto do próprio Conselho, que deve manter conversações mais perenes e diuturnas com o Parlamento, inclusive por meio da Comissão de Assuntos Legislativos.

Com essa breve apresentação inicial, peço, humildemente, a aprovação de meu nome para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, ficando à inteira disposição para responder a quaisquer questionamentos que V. Exªs entendam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Sebastião. Agradeço a exposição de V. Exª.

Passo a palavra ao Dr. Marcelo Rabello de Souza, que, igualmente, fará sua apresentação pelo prazo de dez minutos.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente, Ex^{mo} Sr. Antonio Anastasia, Vice-Presidente desta Comissão, hoje no exercício da Presidência. Aqui lhe faço um cumprimento, estendendo meus cumprimentos aos demais Senadores integrantes deste ilustre Colegiado, bem como aos futuros representantes dos Conselhos aqui nesta Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria também, Senador Anastasia, de lhe fazer um agradecimento especial, em razão da deferência a mim concedida, ao aceitar a relatoria da minha indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público, fato que muito me honra.

Ex^mo Sr. Procurador-Geral de Justiça Militar, Dr. Jaime de Cassio Miranda, na sua pessoa, cumprimento os colegas do Ministério Público Militar aqui presentes.

Ex^ma Drª Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), na sua pessoa, cumprimento os colegas do Ministério Público brasileiro, estendendo esses cumprimentos aos colegas Robalinho e Fabiano, Presidentes da ANPR e da ANPT, bem como à nossa queridíssima associação MPM, na figura do seu Presidente, Dr. Clauro Bortolli.

Eu não poderia deixar de fazer aqui um agradecimento a dois dignos representantes da OAB, o Dr. Claudio Lamachia e o Dr. Marcus Vinicius. Muito nos honra a presença desse órgão plural.

Bom dia a todos!

Antes de entrar na minha palavra, eu gostaria só de fazer um agradecimento especial aos colegas do Ministério Público Militar que me honraram com a expressiva votação para tão importante função, bem como aos servidores que me apoiaram nesta empreitada.

Desejo ainda fazer um agradecimento especial à servidora Mariana, que foi importantíssima nessa jornada. Além dela, eu não poderia deixar de agradecer também ao mestre Couto, ao nosso Conselheiro Antônio Pereira Duarte, à Roseli, à Mônica, ao Chicão, ao Carlão, ao Arantes Silva, à Mayara e ao Giuliano. Assim como as da Mariana, suas observações e sugestões sempre foram úteis e apreciadas. Obrigado a todos.

Faço um agradecimento também especial ao nosso decano, Dr. Mário Sérgio, pela presença.

Extremamente salutar é a oportunidade de ser sabatinado por esta Casa. Parlamento, como o nome já diz, vem de parlar, falar, o que assegura ser este um local destinado ao diálogo. Assim, quero me colocar, desde já, sempre à disposição de V. Exªs para me fazer presente quando solicitado, sempre que houver o interesse ou necessidade de algum esclarecimento ou colaboração. Eu me sentirei honrado em poder auxiliar esta Casa no que for possível.

Graduei-me pela UDF e ingressei no Ministério Público Militar em 1992 – creio que assim como o Dr. Mário Sérgio, na UDF –, portanto, logo após entrada em vigor da Constituição de 1988, quando tive oportunidade de vivenciar as modificações que a nova Carta constitucional imprimiu na formação do Ministério Público.

Nesses 26 anos de atividade no Ministério Público Militar presidi a Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e exerci o cargo de Procurador-Geral da Justiça Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O exercício dessas funções me permitiu vivenciar tanto os aspectos corporativos como institucionais. Pude, nesse período, acompanhar a evolução do Conselho Nacional do Ministério Público ao longo de sua primeira década de existência, como também foi possível desenvolver ampla interlocução com o Congresso Nacional em debates relativos ao Ministério Público Militar e à Justiça Militar, bem como em relação ao Ministério Público em geral.

Durante exercício de minha atividade profissional atuei em diversas sedes: Campo Grande, Mato Grosso do Sul, terra morena, minha primeira investidura. Depois: Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e Recife. Isso me permitiu observar e respeitar as diversas peculiaridades que cercam as várias regiões deste País, bem como também as atuações dos respectivos Ministérios Públicos.

Pude também observar a significativa transformação vivenciada pelas Forças Armadas nas últimas décadas – transformação que ainda não se finalizou – e sua dicotomia com o Código Penal e Processual Penal Militar, defasado ante as novas tarefas. O que me despertou interesse maior pelo aprofundamento do estudo do Direito Militar, ramo que talvez seja um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Gostaria de pedir, por gentileza, silêncio aos nossos convidados para poderem ouvir o nosso sabatinado.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Obrigado, Sr. Presidente.

Ramo do Direito Militar que seja um dos que mais tendam a se expandir.

Indubitáveis seus múltiplos reflexos, não só no âmbito castrense, mas perante a sociedade civil. Uma matéria riquíssima em abordagens não apenas jurídicas, mas econômicas, sociais, geopolíticas, entre outras.

Creio que com tal experiência possa contribuir, ainda que de forma discreta, com o Conselho Nacional do Ministério Público, órgão colegiado e plural, do qual participam diversos segmentos da sociedade – e aqui vejo a presença dos representantes da OAB – na busca de correção de rumos eventualmente equivocados, na orientação de uma melhor gestão e interlocução, não só com os demais ramos do Ministério Público e segmentos da sociedade ali representados, como também com o Parlamento brasileiro.

Agradeço a todos a deferência de estar aqui hoje a compartilhar este diálogo com V. Exªs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Marcelo. Cumprimento-o pela exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vou passar a palavra ao próximo sabatinado, Dr. Fábio Bastos Stica, que também fará sua apresentação pelo prazo de dez minutos.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Sr. Presidente, Senador Anastasia, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir permissão a todos os Senadores presentes para cumprimentá-los nas pessoas dos Senadores do meu Estado, primeiramente, o Senador Romero Jucá, meu Relator, que me deu a honra de ser relator nesta matéria, e a Senadora Ângela Portela, ambos do meu Estado. Peço permissão aos demais Senadores para cumprimentá-los nas suas honrosas presenças.

Eu gostaria de cumprimentar também a Procuradora-Geral de Justiça do meu Estado, Drª Elba Amarante de Moraes; o Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Ronaldo Fleury; o Procurador-Geral Militar, Dr. Jaime de Cassio; a Presidente da Conamp, Drª Norma Angélica, na pessoa de quem cumprimento os demais presidentes de associação, como o Presidente da ANPR, Dr. Robalinho, e o Presidente da ANPT, Dr. Ângelo Fabiano.

Gostaria de cumprimentar os Conselheiros presentes na pessoa do nosso decano Dr. Antonio Pereira Duarte e também cumprimentar os ex-Conselheiros que nos dão a honra de sua presença aqui, Drª Ivana, Drª Sandra Lia, Dr. Jefferson e Dr. Alessandro Tramujas.

Cumprimento também o Dr. Claudio Lamachia, Presidente da OAB, e os demais colegas que estão sendo sabatinados hoje para o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, eu gostaria de, em breves palavras, fazer um pequeno histórico da minha trajetória. Eu sou um paranaense que, aos 25 anos, se desgarrou do Paraná e foi adotado pelo Estado de Roraima por ocasião do primeiro concurso do Ministério Público para aquele Estado. Tenho a honra de integrar o Ministério Público desde o seu início, no ano de 1992, sendo hoje o mais antigo integrante da carreira do Ministério Público do Estado de Roraima.

Naquele Ministério Público, iniciei a minha carreia como Promotor de Justiça na comarca de Caracaraí – na época, tínhamos apenas duas comarcas no Estado, Boa Vista e Caracaraí –, sendo promovido para a comarca de Boa Vista em seguida, onde fui Promotor do Júri por cerca de três anos. Posteriormente, promovido ao cargo de Procurador de Justiça, exerci a Corregedoria-Geral do Ministério Público por dois anos, e, posteriormente, vim a exercer a Procuradoria-Geral de Justiça daquele Estado, onde tive a oportunidade, a possibilidade de exercer o mandato de Procurador-Geral por quatro ocasiões.

Exerci diversos outros cargos na administração do Ministério Público do meu Estado, sendo Conselheiro do Conselho Superior do Ministério Público, sendo Secretário-Geral da instituição e, por um curto período, também Vice-Presidente da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado de Roraima. E, posteriormente ao término do meu quarto mandato frente à Procuradoria-Geral, fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

escolhido pelos meus colegas e indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público e, posteriormente, eleito pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que é composto por todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, tendo a oportunidade de ser, então, Conselheiro Nacional no período de 2015 a 2017, período que finda agora em agosto de 2017.

Eu pleiteei e tive a felicidade de ser escolhido novamente pelos meus pares no Estado e pelos Procuradores-Gerais de Justiça, novamente indicado para compor o Conselho Nacional na minha recondução, e hoje me apresento aqui perante os senhores para esta sabatina.

No Conselho Nacional, como disse, exerço, desde o ano de 2015, a função de Conselheiro. Lá, tive a oportunidade de ser escolhido pelos Conselheiros Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, Comissão que presido até o presente momento.

Nós temos atravessado, Sr. Presidente, um momento extremamente turbulento no nosso País, e o Ministério Público, o Conselho Nacional do Ministério Público tem sido extremamente demandado. Não à toa esse Conselho, nos últimos dois anos, nesse período de dois anos, tem julgado inúmeros processos. Foram, nesses dois anos, quase 2 mil processos julgados, sendo que desses boa parte são processos de cunho disciplinar, e, numa atuação que diferiu em parte das composições anteriores.

E não vai aí nenhuma crítica às composições anteriores, porque o Conselho vem se consolidando. Eu costumo, Sr. Presidente, sempre dizer que as instituições, por serem formadas por seres humanos, são como os seres humanos, têm o seu período de infância, adolescência e maturidade. E o Conselho, a meu ver, está chegando à sua maturidade. Não por outro motivo, vem sendo extremamente demandado e cumprindo o seu papel.

Nesse período, como disse, foram julgados quase 2 mil processos, sendo boa parte deles de cunho disciplinar. No Ministério Público brasileiro, e aqui agrego todos os ramos em que nós temos cerca de 15 mil membros, perto de 15 mil membros, entre todos os ramos da União e dos Estados, foram aplicadas nesse período cerca de 65, 66 penas de cunho disciplinar, o que não é, a meu ver, nenhuma, poderia dizer assim, nenhuma vantagem, mas bem demonstra que, num universo de quase 15 mil membros, o Conselho, sendo demandado em milhares de processos... Lógico, esses 2 mil que citei, quase 2 mil processos, não são todos de cunho disciplinar, mas processos de controle administrativo, pedidos de providência, enfim, todas as classes processuais que temos lá foram aplicadas nesse contexto, boa parte deles foram de cunho disciplinar, e aplicadas inúmeras sanções, coisa que até alguns anos atrás nós realmente não víamos.

Não há dúvida de que, como disse, o Brasil encontra-se numa fase turbulenta, mas todas as instituições vêm trabalhando, vêm fazendo o seu papel, vêm demonstrando com esforço, com afinco aquilo que precisa ser feito para uma depuração das instituições. E o Ministério Público evidentemente que não está infenso à essa necessidade de depuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, a meu ver, o Conselho Nacional tem feito esse trabalho e tem feito esse papel de forma correta, digna, aplicando, a meu ver, com muita tranquilidade, com muita sabedoria, inclusive penas disciplinares de cunho, inclusive, bastante pesado, com aposentadorias, com perdas, determinação aos procuradores-gerais, para a propositura de ações, para perda de cargos, suspensões. Enfim, embora não seja essa a única finalidade do Conselho, vem ele cumprindo o seu papel, o papel difícil que é o papel de uma corregedoria; o Conselho vem fazendo esse papel.

E também vem cumprindo, Srs. Senadores, um papel importante no que tange à fiscalização da administração e da administração financeira dos Ministérios Públicos estaduais. Nós vemos comumente matérias jornalísticas em que se atribuem a membros do Ministério Público, bem como a membros do Judiciário, supersalários. Mas, apenas para informá-los, o Conselho Nacional agora, no final do ano de 2016, instaurou 30 PCAs (Procedimentos de Controle Administrativo), um para cada unidade do Ministério Público brasileiro, todos os ramos da União e todos os Estados, para fazer um acompanhamento, um pente fino sobre cada uma das formas de remuneração de todos os membros do Ministério Público brasileiro.

Esse trabalho vem sendo aos poucos finalizado. Aqueles Estados onde não havia nenhum tipo de irregularidade já foram julgados pelo Plenário, e alguns outros ainda aguardam algumas informações para que sejam feitos os julgamentos da forma correta.

O Conselho Nacional vem trabalhando também nessa questão, indiscutivelmente uma das mais importantes do Conselho, que é exatamente o acompanhamento administrativo e financeiro das instituições.

Então, Srs. Senadores, tentando aqui controlar o tempo e ainda sobrando algum, eu me coloco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Feitas as considerações, eu me coloco à disposição dos senhores para maiores esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Fábio, a quem cumprimento.

Passo a palavra ao Dr. Erick Venâncio Lima do Nascimento, para sua exposição, pelo prazo, igualmente, de dez minutos.

O SR. ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO – Ex^{mo} Sr. Vice-Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, no exercício da Presidência, Senador Antonio Anastasia; Ex^{mo} Senador Jorge Viana, ilustre conterrâneo que me deu a honra de ser Relator do processo de avaliação de minha indicação perante esta Comissão; Srªs e Srs. Senadores, aos quais peço licença para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cumprimentar em nome do Senador Sérgio Petecão e Gladson Cameli, do Estado do Acre; meu grande líder da advocacia, Claudio Lamachia, meu Presidente com muita honra; querido Presidente Marcus Vinícius Furtado Coelho, nosso Presidente de sempre; membros da diretoria do Conselho Federal da OAB; diretores da Escola Nacional de Advocacia; conselheiros e conselheiras federais aqui presentes; presidentes de seccionais, os quais cumprimento na pessoa do Presidente Chico Lucas, da OAB do Piauí; Diretor da AASP, Marcio Kayatt; Presidente da Anape, Marcello Terto; caríssimos conselheiros do CNMP aqui presentes, aos quais peço licença para cumprimentar em nome do decano do Conselho Nacional do Ministério Público, Antônio Pereira Duarte; caríssimos conselheiros do CNJ, que cumprimento na pessoa do ilustre Conselheiro Norberto Campelo; Procurador de Justiça do Estado do Acre, ex-Procurador-Geral, Sammy Barbosa, aqui também presente; meus companheiros sabatinados, Sebastião Caixeta, Marcelo Weitzel, Fábio Stica, e meus queridos irmãos Valdetário, Leonardo Accioly e André Godinho; senhoras e senhores, é com muita honra e sentimento de enorme responsabilidade que compareço à Câmara Alta do Parlamento brasileiro a fim de submeter-me ao escrutínio das Srªs e dos Srs. Senadores da República, uma vez que indicado fui pela Ordem dos Advogados do Brasil para compor, na condição de Conselheiro, o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sou acriano, filho de acrianos, nascido em Rio Branco há 38 anos. Venho de família sem qualquer tradição jurídica, sendo seu primeiro integrante a trilhar o estudo do Direito, no que tive a imensa alegria de ser seguido pelos meus dois irmãos, hoje meus colegas e sócios.

Possuo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil desde abril de 2002, tendo inscrição originária na seccional de São Paulo, transferida posteriormente para a seccional do Distrito Federal e, por último, para a seccional do Acre, onde regularmente exerço minha atividade profissional desde o ano de 2005.

Sou advogado, pós-graduado em Direito Público e em Direito Cooperativo, com experiência nas áreas de Direito Administrativo, Tributário e Eleitoral. Além disso, ainda no campo acadêmico, tive a grata satisfação de há poucos dias ser comunicado da minha admissão em programa de mestrado da Universidade de Lisboa, onde pretendo apresentar dissertação com o tema "Os limites do controle externo do Ministério Público e a sua evolução histórica".

Iniciei minha vida institucional na Ordem dos Advogados do Brasil como membro de comissões locais da gloriosa Seccional do Acre, da qual também fui presidente de comissões, conselheiro seccional e seu secretário-geral. Posteriormente, no Conselho Federal da OAB, em dois mandatos, tive a honra de ter sido membro de todas as câmaras de julgamento e do órgão especial; membro da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo; secretário da Comissão Nacional de Legislação e presidente da Comissão Nacional do Advogado em Início de Carreira, hoje Comissão Nacional do Jovem Advogado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fui também relator de matérias importantes e, por último, por designação do seu plenário, representante institucional da diretoria da OAB junto ao CNMP, função essa que espero eu venha desempenhando de modo a elevá-la.

Também vinculada à atividade corporativa, fui membro vogal da Junta Comercial do Estado do Acre na vaga destinada à OAB e participei de bancas de concursos públicos da Procuradoria-Geral do Estado e da Defensoria Pública do Estado do Acre. Além disso, jamais fui processado civil ou criminalmente em decorrência da minha atividade profissional ou tive instaurado contra mim qualquer procedimento administrativo ético e disciplinar no âmbito da OAB, conforme demonstram as certidões que instruem o meu processo de indicação.

Assim, Srs. Senadores, com esse rápido resumo da minha atuação profissional, espero ter cumprido com o requisito formal exigido para a avaliação de V. Exªs. Porém, a meu sentir, o que realmente encarece esse ato é a oportunidade de demonstrarmos a nossa visão acerca do Ministério Público brasileiro e o que podemos fazer para que o seu órgão constitucional de controle se insira como verdadeiro mecanismo de fiscalização da atividade ministerial, bem como instrumento de contensão de atos que extrapolam as generosas atribuições constitucionais que lhe foram outorgadas pelo Constituinte de 1988.

Em primeiro lugar, vale enaltecer que o Conselho Nacional do Ministério Público é composto por homens e mulheres de bem, que se esforçam diuturnamente para fazer com que o Ministério Público brasileiro seja mais transparente, eficiente, uno e voltado para o atingimento do interesse público. Tenho sido testemunha disso neste ano e meio no qual acompanho, da cadeira destinada à diretoria do Conselho Federal da OAB, as sessões daquele colegiado.

Digna de destaque, faço questão de mencionar, é a atuação da Corregedoria Nacional que não transigido diante de condutas funcionais desprovidas de interesse público e muitas vezes merecedoras de reprimendas exemplares.

Nesse contexto, o Conselho Nacional do Ministério Público, sem qualquer revanchismo, tem-se destacado do seu coirmão CNJ, pois que mais eficiente em sua atuação punitiva, ainda que por vezes atingido por uma pauta corporativista de somenos importância para a sociedade. Apenas para citar um único dado, enquanto no último ano o Conselho Nacional do Ministério Público puniu 52 membros, o CNJ apenas o fez em 6 oportunidades. Contudo, nessa disputa a bem do interesse público, ainda há muito a fazer. Não podemos admitir que condutas de desrespeito às prerrogativas profissionais do advogado, ainda que pontuais, não sofram exemplar contensão disciplinar. Exemplos de abusos recorrentes nesse sentido são a constante negativa de acesso aos autos de inquéritos civis e de procedimentos investigatórios criminais, buscas e apreensões abusivas em escritórios de advocacia, violação do sigilo profissional e criminalização de advogados pareceristas, estes em decorrência de uma figura contra a qual tanto se tem debatido o Ministério Público brasileiro – o crime de opinião técnica ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de hermenêutica. Tais condutas, a par de ofenderem a atividade da advocacia, dilaceram o imprescindível direito constitucional de defesa, e contra elas devemos marcar posição e firmar entendimento. Portanto, ao tempo em que deve haver o incansável trabalho de preservação da autonomia do Ministério Público, também, deve haver exaustivo esforço no sentido de preservarmos a ampla defesa e as garantias a ela inerentes.

É notório que o Conselho Nacional do Ministério Público possui instrumentos para fazê-lo seja por meio de resoluções e recomendações, seja no represamento disciplinar que lhe é incumbido constitucionalmente. A ele efetivamente cabe ser o órgão de defesa do direito de defesa.

Assim sendo, Sr. Presidente, em apertadíssima síntese, caso seja meu nome aprovado por esta Casa, este deve ser o norte da minha atuação perante o CNMP: defender a autonomia do Ministério Público brasileiro, mas, de igual modo, cobrar e lutar por uma relação mais equânime, horizontal e paritária com a advocacia, o que, via de consequência, engrandecerá o Estado de direito.

No mais, coloco-me à inteira disposição de V. Exªs para o necessário escrutínio das questões que entendam como pertinentes.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Dr. Erick Venâncio Lima do Nascimento e passo a palavra ao derradeiro sabatinado, Dr. Leonardo Accioly da Silva, por dez minutos.

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – Exmo Senador Antonio Anastasia, Vice-Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, no exercício da Presidência, na pessoa de quem saúdo os demais Senadores e Senadoras a\qui presentes. Exmo Sr. Senador Armando Monteiro, Relator do meu processo de indicação, homem público de reconhecida ética e grande liderança no Estado de Pernambuco, a quem agradeço de público a brevidade e rapidez com que trouxe o meu processo de indicação para esta CCJ. Exmo Senador Humberto Costa, que não se pôde fazer presente, mas eu gostaria de deixar de público o meu agradecimento a forma cortês e amiga com que me recebeu em seu gabinete. Eu gostaria de estender essa saudação aos demais Senadores que, durante essas semanas, nos proporcionaram, a nós todos, um contato profícuo e proveitoso. Destaco o Senador Amorim, o Senador Pimentel, o Senador Davi, o Senador Roberto Rocha, todos que nos receberam de uma maneira tão cortês e amiga.

Eu gostaria de deixar uma especial saudação ao nosso *bâtonnier*, Presidente Cláudio Lamar, que é advogado de todos os brasileiros, nosso digno representante, que tem se caracterizado por ser essa grande liderança nacional, um homem de caráter e de palavra. Quero que isso fique também registrado aqui, neste momento. Saúdo também o sempre Presidente Marcus Vinícius Furtado Coelho, um homem que soube como poucos promover a cidadania, os direitos humanos, a defesa da advocacia no nosso País, e deixou, como semente, diversos projetos e conquistas para a advocacia nacional, como a Lei do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Supersimples, como o projeto que garantiu a participação dos advogados nos processos de investigação, nos inquéritos policiais, e plantou a semente da penalização, da criminalização da violação das prerrogativas, que foi aprovada, em primeiro turno, aqui neste Senado Federal, no bojo do projeto de lei do Senado que trata de abuso de autoridade.

Eu gostaria ainda de saudar todos os representantes do Ministério Público aqui presentes na pessoa do decano Antônio Pereira Duarte, com quem tive contato recente e que me passou, que trouxe a mim diversas informações a respeito do funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo que agradeço.

Mas gostaria também, além do Dr. Antônio, de fazer uma saudação aos demais colegas sabatinados aqui para o Conselho Nacional do Ministério Púbico, revelando a minha alegria de ver o Conselheiro Antônio Pereira Duarte, na sua exposição, tratar de um tema tão caro e tão preocupante para todos nós que é a criminalização da atividade da advocacia.

Então, Conselheiro, é com muita felicidade que... Foi o Conselheiro Caixeta que trouxe essa questão que é de tamanha importância para todos nós.

Peço especial licença para saudar, aqui nesta oportunidade – não estão presentes, mas certamente estão me vendo –, os meus pais, Carlos Gilberto e Maria Zuleide, referências éticas para mim, bem como a minha esposa, Mariana, meus filhos, Beatriz e Leonardo Accioly Filho, pessoas que me trazem forças para enfrentar os importantes desafios profissionais que me são trazidos diariamente.

Minhas senhoras e meus senhores, sou advogado formado, no ano de 1997, na Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, berço da cultura jurídica nacional. E foi na Faculdade de Direito do Recife que tive o meu primeiro contato com a vida política na presidência do Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho. Foi essa oportunidade de presidir o diretório que me trouxe o primeiro contato com a vida política. Posteriormente, fui integrante do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e participei, naquela oportunidade, de diversos conclaves estudantis. Eu me pós-graduei pela mesma universidade, a Universidade Federal de Pernambuco, na disciplina de Direito Processual Civil.

Sou advogado militante há 20 anos. Eu me formei em 1997 e tive a minha inscrição na OAB em 1998. Então, vou fazer 20 anos de advocacia. Integrei, como sócio, o escritório Cordeiro, Accioly e Laranjeiras Advogados até o mês de abril deste ano, quando me desincompatibilizei em função, justamente, da eventual indicação que teria para esse Conselho Nacional do Ministério Público e eventual impedimento que teria de advogar contra a Fazenda que me remunera. E, por esta razão, desliguei-me do escritório, permanecendo, desta feita, apenas como associado e responsável pela área cível do escritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tive atividade docente. Integrei o Tribunal Administrativo Tributário da cidade do Recife entre os anos de 2014 e 2016. Sou autor de artigos e trabalhos acadêmicos, entre os quais um que me orgulha particularmente, Presidente Marcus Vinícius, que é o livro *Prerrogativas do Advogado*, de que fui organizador e autor de artigo, livro que contou com a participação de grandes nomes da advocacia nacional. Essa obra me orgulha particularmente, Presidente Marcus.

Atuei também como palestrante e conferencista em diversos eventos jurídicos no Brasil, entre os quais as duas últimas Conferências Nacionais da Advocacia, realizadas na cidade de Curitiba e na cidade do Rio de Janeiro, bem como das duas últimas Conferências Nacionais de Advogados do Sertão, realizadas, respectivamente, nas cidades de Juazeiro do Norte e Juazeiro da Bahia.

Fui integrante da banca do concurso para Juiz Federal Substituto no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde fui examinador nas disciplinas de Direito Tributário, Financeiro e Internacional Público e Privado.

Na OAB, integrei, desde o ano de 2007, a instituição, inicialmente como Conselheiro Estadual; posteriormente, fui Presidente da Comissão Estadual de Prerrogativas, função que me honrou sobremaneira; e integrei, também naquela oportunidade, a 2ª Câmara do Conselho, na condição de Presidente daquela câmara que julga processos éticos e disciplinares que são movidos contra advogados.

Fui, posteriormente, também eleito, por dois mandatos, para o Conselho Federal da OAB. Fui conselheiro federal em dois mandatos. No primeiro mandato, fui integrante, como vice-presidente, da Comissão de Relações Institucionais, presidida pelo hoje Conselheiro do CNJ, Norberto Campelo, que até há pouco estava aqui, com quem tive um contato também de muito proveito para a minha formação pessoal e profissional.

Gostaria, para não esquecer, de saudar os presidentes seccionais também aqui presentes, o Presidente Marcelo Mota, o Presidente Viana e os demais presidentes seccionais presentes.

Posteriormente, no segundo mandato de conselheiro federal, participei das Comissões de Transparência e de Honorários, Presidente Lamachia, do Conselho Federal, e, muito honrosamente, presidi a Comissão Nacional de Prerrogativas, onde pude contribuir para o combate à criminalização da atividade da advocacia.

Não se pode confundir a figura do cliente que eventualmente comete ilícitos com a figura do seu advogado. E pude, na defesa da advocacia nacional, no exercício da presidência da Comissão Nacional de Prerrogativas, defender a advocacia nacional contra esse processo crescente de criminalização da advocacia. E, também à época, existia – e, na verdade infelizmente ainda hoje existe – um movimento grande de violência contra os advogados, contra o exercício profissional dos advogados, com assassinato de colegas, com colegas ameaçados no exercício da profissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E pude também, na presidência da Comissão, viajar pelo País, com mais de quinze caravanas de prerrogativas. Estive no Estado do Pará, onde participei, como representante do Conselho Federal, da investigação dos homicídios que vitimaram os advogados Jorge Pimentel e Fábio Teles, nas cidades de Tomé-Açu e Cametá. Viajei em pequenos aviões pelo Estado do Pará, inclusive em situações de risco à integridade física nossa e dos demais colegas do Conselho Federal, mas foi uma missão que cumpri com muito orgulho e com muita satisfação.

Bom, como ainda me restam dois minutos, vou tentar resumir um pouco a minha atuação e o que pretendo fazer junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. Entendo que fui eleito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – ... pela totalidade... Eu fui eleito pela totalidade dos conselheiros federais, pela unanimidade dos conselheiros federais, e a eles prometi, evidentemente, que, na minha função, atuaria no Conselho Nacional do Ministério Público com a ideia de que ele não pode ser um órgão apenas de meros embates corporativos. Ele não tem sido assim; ele tem cumprido o seu papel exato de equilíbrio de sua obrigatória função correicional, com controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público; mas também de formulação de políticas que visem ao resguardo dos direitos fundamentais do cidadão, previstos na Carta de 1988.

Se, por um lado, o Conselho deve proteger o importante papel do Ministério Público, de defensor dos direitos difusos e coletivos e de fiscalizador da atividade policial, ele também não pode fechar os olhos para os excessos dos seus membros que cometem infrações disciplinares e também, eventualmente, vão de encontro ao Estado de direito brasileiro.

E, para isso, eu tenho como uma proposta de atuação, no primeiro plano, também destravar, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, o Código de Ética do Ministério Público, que ainda tramita naquele Conselho e era da relatoria do Ex-Conselheiro Adilson Gurgel, que ainda tramita.

Eu acho que a criação de parâmetros deontológicos por esse Código de Ética do Ministério Público protege a atuação do membro do Ministério Público, porque torna a atuação dele menos suscetível ao caráter discricionário do julgador, mas também explicita as condutas puníveis, e há uma grande variedade nas leis orgânicas, em se tratando dos Ministérios Públicos estaduais, em cada Estado da Federação. Então, acho que o Código de Ética da Magistratura dá um norte para que se possa ter uma atuação mais uniforme na correição dos membros do Ministério Público.

Também prometo atuar no sentido de que o Ministério Público seja um órgão mais transparente. O Ministério Público pugna pela transparência na Administração Pública – essa é uma importante luta que hoje é protagonizada pelo Ministério Público –, mas eu acho que também deve explicitar, escancarar seus processos internos, entre os quais os critérios de promoção e remoção. A gente sabe que isso é previsto em lei, mas, ainda assim, existem muitas dúvidas no tocante aos processos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

remoção e promoção, e creio que deva haver uma transparência, uma explicitação melhor nesse e em outros processos internos do Ministério Público.

Por fim, acredito que o Ministério Público deve atuar fortemente na questão penitenciária. Como foi dito aqui também pelos colegas que me antecederam, a gente não pode conceber que no Brasil a gente tenha estabelecimentos prisionais que tratem os seres humanos da forma como são tratados, e isso cria uma espiral de ódio e violência que, ao fim e ao cabo, se volta contra a própria sociedade brasileira.

Então, o Conselho Nacional do Ministério Público, que tem feito esse importante debate, esse importante diagnóstico do problema penitenciário no Brasil, deve também atuar junto ao Poder Judiciário para que nós tenhamos uma solução para os presídios nacionais, diminuindo os presos provisórios, porque é um grande problema a quantidade de presos provisórios no sistema prisional brasileiro. No Estado de Pernambuco, por exemplo, mais da metade dos presos provisórios...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Dr. Leonardo, eu vou pedir para o senhor, por gentileza, concluir.

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – Então, diante do final do meu tempo, só quero concluir que, quanto a essa questão penitenciária, é importante que continue o Conselho Nacional do Ministério Público atuando.

Por fim, fico à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer questionamentos a mim feitos e me comprometo a respeitar a Constituição, o Estado democrático de direito e os direitos humanos. Esse é um juramento que nós fazemos enquanto advogados, e eu o reitero e o reafirmo perante o Senado Federal da República.

Muito obrigado.

Fico à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Encerrada a fase de sabatina...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, como são sete sabatinados e nenhum disputa cargo entre si e hoje nós estamos tendo a reunião do Colégio de Líderes desde as 11h, eu pediria a V. Exª, ouvido o Plenário, que nós pudéssemos abrir já o processo de votação, e aí os Relatores e os demais pares, querendo, fazem as suas arguições.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Apoiado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador José Pimentel.

Como as manifestações do Plenário falam por si, determino à Secretaria que abra o processo de votação, que está à disposição dos eminentes Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Davi Alcolumbre, para suas indagações.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Vice-Presidente, Senador Antonio Anastasia, eu gostaria de cumprimentar todos os indicados que hoje passam por esta sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Gostaria de cumprimentar o indicado Dr. Marcelo, na vaga destinada ao Ministério Público Militar; cumprimentar o Dr. Fábio, na vaga destinada ao Ministério Público dos Estados; cumprimentar o Dr. Sebastião, na vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho; e cumprimentar os sabatinados Dr. Leonardo e Dr. Erick, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil. Os cinco de que falei ainda há pouco irão compor, se aprovados nesta Comissão e pelo Plenário do Senado, o Conselho Nacional do Ministério Público.

Gostaria também de cumprimentar as duas indicações da OAB, Dr. André e Dr. Valdetário que estão sendo indicados hoje e sabatinados pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Na verdade, Sr. Presidente, era para registrar a honrosa missão que me foi dada pelo Senador Edison Lobão, de relatar a indicação do Dr. André Luis Guimarães Godinho. Recebi o Dr. André no gabinete, e tivemos uma longa conversa a respeito dos assuntos pertinentes ao Conselho Nacional de Justiça. Tivemos uma boa impressão pelo currículo, pela história, pela trajetória, pela posição profissional adotada ao longo dos últimos anos. E, mesmo tendo conversado bastante com o Dr. André, eu gostaria de fazer dois questionamentos rápidos, breves, ao Dr. André, para que ele pudesse colocar aqui a sua opinião para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Dr. André, o que o senhor pensa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É só para pedir um pouco de ordem, porque, de fato, há momentos em que os espíritos se animam. Então, eu pediria, por gentileza, até para ouvir o nosso eminente Senador Davi e para que o Dr. André possa dar sua resposta no momento oportuno.

Senador Davi, por favor.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Dr. André, o que o senhor pensa sobre a composição do Conselho Nacional de Justiça ser majoritariamente de magistrados e de membros do Ministério Público? Isso não favorece decisões corporativas? E o fato de a pena máxima para juiz ser aposentar-se com salário integral, o que o senhor pensa a respeito? Qual é a sua opinião sobre esse questionamento?

E o segundo questionamento era que, diante, Dr. André, dos recentes acontecimentos envolvendo membros julgadores dos tribunais de contas, V. Sª pensa – gostaria que fosse exposto aqui na CCJ – que os tribunais de contas deveriam passar a ser fiscalizados pelo CNJ?

Então, fazendo um resumo, qual é a sua posição sobre a possibilidade de o CNJ passar a fiscalizar os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios, dos Municípios que têm tribunais de contas, já que são julgadores também? E a sua posição sobre a composição do CNJ ser majoritariamente feita de magistrados e membros do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Davi.

Nós adotaremos, com a aquiescência do Plenário, o procedimento de ouvir três Senadores, e, depois, aqueles sabatinados que forem indagados darão suas respostas.

O Senador Davi fez as perguntas ao Dr. André, que anotou, e, daqui a três Senadores, nós daremos a palavra a ele.

O próximo inscrito é o Senador Eduardo Amorim, que acho que está votando. Então, o Senador José Pimentel será o próximo. Voltaremos depois ao Senador Amorim.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Anastasia, quero saudar nossos pares, saudar o Claudio Lamachia, que é o nosso Presidente nacional; saudar o Marcos Vinicius, com quem trabalhamos muito na construção da Previdência complementar aqui dos advogados do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na época, tive a oportunidade de ser Ministro da Previdência Social durante esse decênio que, depois, serviu como exemplo para uma série de outros segmentos da sociedade, a exemplo dos médicos e tantos outros.

Quero saudar o Marcelo Mota, meu Presidente, que sucedeu o Valdetário, e, em seu nome, saudar os advogados presentes do nosso Estado do Ceará. Eu já relatei muitas matérias aqui na Comissão de Constituição e Justiça de indicados seja para o CNJ, seja para o Conselho Nacional do Ministério Público, diretamente para as cortes superiores, mas eu diria que o relato para indicar o Valdetário Monteiro – como sempre o chamo: Dr. Valdetário – foi um dos mais tranquilos que encontrei, pela sua forma de exercer a sua atividade seja como professor, seja como estudante que o conheci durante a sua vida na academia, seja como mestrando agora lá na cidade do Porto, em Portugal. Portanto, foi um relatório muito tranquilo.

E digo aos meus pares que podem votar sem nenhuma sombra de dúvida, porque já indicamos muitos bons nomes para o Conselho Nacional de Justiça, e o Valdetário será mais um que irá complementar esse conjunto de outros nomes que lá se encontram, a exemplo dos outros que aqui estão sendo arguidos nesta manhã de quarta-feira.

Quero registrar também que nós precisamos ter uma grande preocupação com a morosidade do Poder Judiciário. Eu diria que hoje isso é um dos problemas mais graves. Resolvemos a questão do acesso ao Poder Judiciário. Esse sistema de acesso hoje permite que o Brasil tenha mais de 100 milhões de ações, algo em torno de 105 milhões de ações. E isso tem a ver com a lentidão com que nós prestamos a prestação jurisdicional. Aqui, com o Prof. Anastasia, nós temos discutido muito sobre essas questões.

Eu indagaria aos nossos pares o que nós podemos fazer a mais para diminuir esse prazo na prestação jurisdicional. O Senado Federal, o Congresso Nacional, a Presidência da República sancionou tanto a Lei de Arbitragem, atualizada depois de dez anos, como também a Lei da Mediação. Aqui foi uma aprovação unânime, mas precisamos divulgar mais esse procedimento da prestação jurisdicional ou extrajurisdicional com as mesmas garantias, os mesmos efeitos. Tanto o Conselho Nacional do Ministério Público como o Conselho Nacional de Justiça são dois instrumentos muito fortes para que possamos trabalhar a Lei da Arbitragem e também a Lei da Mediação. O que nossos conselheiros, que vão chegar, com certeza, aos dois conselhos, poderiam ajudar, no âmbito dos conselhos, mas também junto à academia, junto à nossa própria Ordem dos Advogados do Brasil e às outras entidades sobre as quais temos influência, para que esse prazo médio para uma prestação jurisdicional, que hoje são de 12 anos, possa vir para um prazo razoável, como acontece no resto do mundo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador José Pimentel, que fez uma indagação comum a todos os sete, que, no momento oportuno, farão as suas respectivas respostas.

Com a palavra para suas indagações o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Sr. Presidente, senhores sabatinados, colegas Senadores, todos os que nos assistem aqui pela TV Senado ou que nos acompanham pelas redes sociais.

Sr. Presidente, farei uma pergunta somente a alguns membros, até para ser sucinto e dar mais possibilidade aos outros colegas. Farei pergunta ao Dr. Sebastião Caixeta, ao Dr. Erick e ao Dr. Marcelo.

A pergunta é a mesma, e faço agora: o Conselho Nacional do Ministério Público foi instituído pela Emenda constitucional nº 45, em 2004. Funciona, portanto, há mais de uma década – no meu entender, um grande avanço na nossa República.

Para os senhores, quais os mais expressivos exemplos de atividade fiscalizadora do CNMP quanto à gestão administrativa do Ministério Público? Que abusos, por exemplo, foram coibidos? Que avanços, no entender de V. Exªs, foram alcançados?

Somente isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Conforme programado...

Eu vou me permitir, já que as perguntas estão sendo menores, seguir mais um pouco nas indagações, se o Plenário estiver de acordo, porque, como são sete para responder, eles fariam mais em bloco, havendo aquiescência dos membros.

Então, vamos ao Senador Armando Monteiro e depois ao Senador Petecão.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Quero cumprimentar o Presidente desta sessão, Senador Anastasia, e todos os sabatinados que estão aqui presentes.

A pergunta é dirigida a todos, este primeiro grupo aqui de perguntas, e, na sequência, quero encaminhar alguma mais específica ao nosso companheiro e conterrâneo Leonardo Accioly da Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senado Federal recentemente instituiu uma comissão especial destinada a avaliar a questão da aplicação do teto remuneratório aos agentes públicos. Uma das distorções apresentadas no relatório final dessa comissão se refere à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, no auto do pedido de providências, de determinar aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos estaduais que adotem imediatamente o valor do subsídio do Procurador-Geral da República como referência para fins de pagamento de subsídio dos membros do Ministério Público, extensivo aos inativos e pensionistas, observado o escalonamento previsto no art. 93, X, da Constituição Federal.

No entendimento de V. Sª, o Conselho Nacional do Ministério Público extrapolou a sua competência ao tomar essa decisão? Decisões como a tomada no citado pedido de providências podem indicar que está havendo uma influência corporativa no funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público? Qual a avaliação de V. Sª sobre isso?

O que pensam de um eventual aumento do número de representantes da sociedade civil no colegiado como forma de reduzir ou mitigar essa influência corporativa? Isso poderia ferir a autonomia do Ministério Pública ou representaria, pelo contrário, seu fortalecimento, na medida em que ampliaria o acesso do cidadão a essa instância?

Ainda na linha do que foi discutido sobre a questão da remuneração e do teto, esta Casa tem, em sua pauta, uma matéria que está pronta para deliberação do Plenário, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 62, que busca vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios de agentes públicos, inclusive no Ministério Público, com o objetivo de deixar clara a proibição de aumentos automáticos da remuneração de servidores públicos e agentes de poder que vêm causando prejuízos às finanças dos diversos entes federados.

Qual é a avaliação de V. Sª sobre a atual sistemática de remuneração dos membros do Ministério Público, tanto do ponto de vista das normas em vigor, como da prática que tem sido adotada?

E, finalmente, a pergunta que, a meu ver, reflete um pouco uma preocupação...

Sr. Presidente, eu queria pedir, se fosse possível aos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fazendo soar a campainha*.) – Esse apelo é o meu permanente, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Mas é como diz V. Exª: os espíritos, às vezes, se animam.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sempre, sempre.

Mas, por gentileza, com a palavra o Senador Armando Monteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Há um fenômeno recente que tem sido, na avaliação de muitos setores da sociedade, uma tendência a certa espetacularização dos feitos judiciais. Alguns juízes e membros do Ministério Público têm frequentado, me parece que de forma excessiva, a mídia e as manchetes.

Diante disso, eu gostaria de saber, de indagar de V. Sª, qual deve ser o papel dos membros do Ministério Público e como devem se comportar frente ao assédio da imprensa, especialmente quando o tema envolve questões polêmicas.

Qual o papel que o Conselho Nacional do Ministério Público poderia ter nessa matéria?

E, finalmente, uma opinião de V. Sª sobre se os membros do Ministério Público têm recebido punições adequadas na esfera disciplinar.

Eram essas as perguntas.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Armando.

Pelo que eu entendi todas dirigidas a todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Perfeitamente.

Vamos ouvir agora as alegações do Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Ilustre Presidente, Senador Anastasia, queria saudar a todos os sabatinados que pleiteiam cargos no CNMP e também no CNJ.

É um prazer recebê-los aqui nesta comissão. E, na pessoa do Dr. Erick, que é lá do meu Estado, queria fazer uma saudação a todos.

Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas duas perguntas. A minha pergunta vai direcionada ao Dr. Erick, mas queria deixar todos os senhores à vontade se quiserem acrescentar alguma coisa a respeito da resposta do Dr. Erick.

Dr. Erick, por diversas vezes nós acompanhamos, estamos vendo aí pela imprensa, algumas condutas semelhantes de membro do Ministério Público que são punidas de forma diferente. Na minha humilde concepção, isso é utilizar dois pesos e duas medidas, quer dizer dá-se um tratamento para uns e dá-se um tratamento diferenciado para outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria lhe perguntar se isso pode ocorrer e o que é que o Conselho Nacional do Ministério Público pode fazer para acabar com esses abusos cometidos por alguns Promotores e o que o Conselho também pode fazer para que essas penalidades sejam aplicadas de forma semelhante, ou ainda, para que não haja essa diferenciação. Isso porque nós temos acompanhado e presenciado isso hoje. Essa seria uma pergunta.

E a outra pergunta, Dr. Erick seria essa: eu tenho recebido, lá no meu Estado, diversas queixas de advogados... O senhor é do Acre e sabe – e eu também – que nós moramos em um Estado pequeno, e, lá, alguns advogados humildes – eu tenho recebido diversas queixas de advogados e de prefeituras pequenas – estão sendo processados criminalmente pelo Ministério Público por terem dado parecer...

Eu queria saber qual é a sua concepção, pois, na minha concepção, não é justo condenar um advogado porque deu uma opinião técnica, porque expressou a sua opinião técnica e por isso venha, às vezes, a responder a processos criminais.

Então, essas seriam a duas perguntas.

Eu queria lhe desejar boa sorte e dizer que estou muito orgulhoso de vê-lo sentado à essa mesa, lógico, representando a OAB nacional – o senhor foi indicado pela OAB Nacional –, mas, especialmente, representando o Estado do Acre.

Conheço o seu trabalho, eu o tenho acompanhado. Sei da sua competência e tenho certeza de que, se o senhor for votado aqui nesta Comissão, vai representar, e bem, tanto a OAB como também o nosso Estado no Conselho do Ministério Público.

Parabéns e boa sorte a V. Exª e a todos os demais postulantes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Senador Petecão.

Passamos a palavra para as suas indagações ao Senador Flexa e, depois, ao Senador Hélio José.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Antonio Anastasia, Srªs Senadoras, Srs Senadores, senhores indicados ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Tenho duas questões, Senador Anastasia. A primeira, dirigida a todos, tanto aos indicados ao CNJ quanto ao CNMP. No que se refere à segurança pública, temos dados estarrecedores da pouca efetividade da investigação policial. Hoje, a questão de segurança pública é um problema nacional. Apesar de os governos dos Estados terem a responsabilidade da segurança nos Estados, hoje eles não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dão conta de combater o crime organizado, que, lamentavelmente, tem se estruturado além do que os governos conseguem combater.

De acordo com os dados que circulam na imprensa, somente por volta de 10% dos homicídios no Brasil chegam a ser esclarecidos pela Polícia. Apenas para fins de comparação, na Alemanha e no Reino Unido mais de 90% dos homicídios são esclarecidos.

Quais medidas o CNJ e o CNMP podem tomar para colaborar com a superação desta situação?

Até que ponto é possível integrar nacionalmente as atividades dos diversos ramos do Poder Judiciário, do Ministério Público e das polícias, nesse âmbito? E, ainda, Sr. Presidente: o Conselho Superior da Defensoria Pública da União editou a Resolução nº 134, de 7 de dezembro de 2016, em que fixou em R$2 mil, por núcleo familiar, o valor da presunção de necessidade econômica para fins de assistência jurídica integral e gratuita.

Pode esse órgão da Defensoria Pública criar norma jurídica estabelecendo os limites da sua atuação?

Não há uma violação ao art. 99 do Novo Código de Processo Civil, que não fixou nenhum valor nominal para presunção de insuficiência de recursos?

São as duas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passamos, agora, à indagação do Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar S. Exª o Senador Anastasia pela direção dos trabalhos e cumprimentar as colegas Senadoras e os colegas Senadores aqui presentes. Quero cumprimentar o nosso Eduardo Amorim, Senador da República, pelo aniversário hoje.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Queria cumprimentar o Sebastião Vieira Caixeta, o Marcelo Weitzel – não sei se é essa a pronúncia –, o Fábio Bastos, o Erick Venâncio, o Leonardo Accioly, o André Guimarães Godinho e o Valdetário. Deixei os quatro por último para fazer uma saudação especial aqui de Brasília do nosso Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, de Brasília, que me abordou aqui falando da ligação muito forte dos colegas do Distrito Federal aqui conosco e, no geral, de todos.

Como servidor público concursado, acho que este é o ápice: uma pessoa vir trabalhar em órgãos tão importantes como o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público também. Então, quero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cumprimentá-los, desejando-lhes muito sucesso e que consigam, de uma forma bastante eficaz, bem nos representar nesses importantes conselhos.

As minhas perguntas são rápidas e servem para todos os candidatos:

Qual a avaliação de V. Sªs acerca da atuação do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público?

V. Sªs acreditam que tais instituições e seus membros se ocupam de demandas corporativas?

Em caso afirmativo, na visão de V. Sªs, que não assumiriam o mandato no CNJ como representante do Poder, mas da sociedade civil, que medidas poderiam ser adotadas para reduzir os riscos de conversão desses conselhos em órgãos de repercussão dos interesses de magistrados e membros do Ministério Público e não da sociedade civil?

É importante ouvi-los sobre isso.

Quais os principais desafios que V. Sªs acreditam que o CNJ tem a enfrentar no sentido de promover a autonomia, a imparcialidade e o desenvolvimento do Poder Judiciário, bem como no de fiscalizar a legalidade, a celeridade e a eficiência das atividades de seus membros?

A última pergunta: temos presenciado um momento histórico em que vários magistrados, contrariando o princípio da imparcialidade que deve orientar toda a sua atuação profissional, têm divulgado as próprias opiniões nos veículos de imprensa sobre caso que estão sob sua apreciação e que por eles serão julgados. Diante disso, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Sªs sobre o que isso influenciaria nesses julgamentos.

Outro dado importante para vocês que representam Estados, que representam dois importantes conselhos: hoje, a Câmara dos Deputados vai analisar e, provavelmente, apreciar e aprovar o relatório advindo da Medida Provisória nº 759, que trata da regularização fundiária em nosso País – da Amazônia Legal, às grandes cidades, ao Distrito Federal –, pela qual 1,5 milhão de pessoas espera a possibilidade de ter seu título de escritura pública e condição de moradia digna. Então, pergunto: como, de uma forma ou outra, vocês poderão colaborar com cada Município brasileiro, com cada Estado, para que haja a efetividade de tudo aquilo que nós aqui discutimos e que foi encaminhado e se transformará em lei a partir da aprovação desse projeto de conversão de medida provisória, garantindo a cidadania para cada morador das nossas cidades que ainda não tem sua escritura pública, tanto na Reurb-E quanto na Reurb-S?

Muito obrigado, pessoal, e sucesso a todos vocês!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Hélio José.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como está encerrada a lista de inscrições dos eminentes Senadores, nós vamos, então, passar agora às respostas dos sabatinados.

Como as perguntas foram muitas e a maior parte delas foram dirigidas a todos os sabatinados, nós vamos solicitar a cada um que, no prazo de dez minutos – que me parece razoável, contando com a capacidade de síntese e com a inteligência que é presente a todos, como já vimos na sabatina –, consigam expor suas respostas e até sem repetir as que os outros forem dando. E é claro que aqueles que receberam perguntas específicas também deverão respondê-las.

Então, vamos voltar aqui a nossa ordem inicial, já que foi a ordem que demos a palavra, para solicitar inicialmente ao Dr. André que comece suas respostas, por gentileza.

Dr. André Guimarães com a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senadores da República que dirigiram questionamentos a nós sabatinados.

Inicialmente respondo ao questionamento inicial do Senador Davi Alcolumbre, meu digno Relator no processo que tramitou aqui nesta CCJ. E, nessa primeira resposta, acho que também consigo sintetizar um questionamento do Senador Hélio José sobre autonomia, independência do julgamento no âmbito do Conselho Nacional de Justiça de modo mais especial, já que para lá estou me habilitando, frente à composição majoritária de membros do Conselho Nacional de Justiça oriundos da própria magistratura.

Como V. Exªs obviamente têm conhecimento, foi opção do Legislador deste Congresso Nacional, através da Emenda Constitucional 45, de 2014, inserir o Conselho Nacional de Justiça no inciso I do art. 92 da Constituição, como órgão do Poder Judiciário, com a formação no art. 103-B da Constituição de 15 membros, sendo nove deles integrantes da magistratura nacional, dos mais dignos e mais elevados tribunais da República. O Conselho Nacional de Justiça, presidido atualmente pela Presidente do Supremo Tribunal Federal; o Corregedor Nacional de Justiça é um ministro do STJ; há representações do TST, da Justiça Federal, dos desembargadores estaduais. Então, os nove membros da magistratura são membros experientes, com a vivência e serviço à magistratura nacional, o que, com certeza, sem qualquer sombra de dúvida, lhes garante independência e capacidade de discernimento para poder fazer o julgamento com a isenção necessária. Além disso, há mais dois membros do Ministério Público, dois representantes da OAB e dois indicados representantes da sociedade civil.

Como disse, Senador Hélio José, logo no início da minha apresentação, o sonho da advocacia brasileira é que tivéssemos o controle externo da magistratura. Não foi essa a opção legislativa, o que é compreensível porque essas demandas naturalmente, vistas pelo ângulo da advocacia, são uma; tenho certeza de que, pelo ângulo da magistratura, são outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tenho certeza, inclusive, porque esta Casa recentemente sabatinou o Ministro Noronha – tive a oportunidade de acompanhar a sabatina –, e ele pensava e pensa, com razão, pelo motivo de fundamentação dele, que seria mais correto que o julgamento dos processos dos magistrados fosse exclusivamente pela magistratura. Então, naturalmente é com essa simbiose, com esses posicionamentos que o Congresso Nacional atua e entendeu que deveria ter essa composição que se encontra inserta no art. 103-B, da Constituição.

Eu não tenho dúvida de que, para efeitos de julgamento, isso não prejudica do ponto de vista de correição, independência e autonomia do CNJ para poder julgar. Digo isso porque, como também registrei, fiz parte do Conselho Nacional de Justiça, como representante institucional da OAB, e vi a seriedade dos julgamentos lá postos. Agora, continuo com o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil no sentido de que muito melhor seria se fosse um órgão paritário. É como penso, é como a advocacia brasileira pensa, sobretudo quando se pensa no Conselho Nacional de Justiça como órgão não só fiscalizador da atividade correcional da magistratura, mas como órgão de planejamento do Poder Judiciário. Então, se maior fosse a representação da sociedade civil, acredito eu que teria muito mais importância o Conselho Nacional de Justiça, sobretudo nessa função de planejar, de gerir o Poder Judiciário, com visões antagônicas de outros agentes externos à magistratura.

Então, em suma, eu penso que, do ponto de vista correcional, não há prejuízo, mas, para essas outras tão importantes funções do Conselho Nacional de Justiça, seria muito importante uma composição paritária ou, se não paritária, pelo menos majorada dos representantes da sociedade civil, indicados por este Congresso e indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

Em relação à pena de aposentadoria com vencimentos, que tantas críticas tem recebido da sociedade brasileira neste momento, infelizmente é o que temos para hoje. A nossa Lei Orgânica da Magistratura é de 1979, como V. Exªs sabem, e precisa efetivamente de uma atualização. Só há seis tipos de penas previstas, sendo que a de demissão, que era o inciso VI, justamente não foi recepcionado como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, a pena máxima a ser aplicada a um magistrado que cometeu alguma irregularidade grave, já que é a pena mais gravosa, seria a de aposentadoria com vencimentos. Isso se justifica pelo fato de o magistrado, ainda que afastado, permanecer com todos os impedimentos da magistratura, não podendo naturalmente advogar nem exercer qualquer outra atividade mesmo estando afastado. Naturalmente merece também uma crítica essa penalidade ser a mais gravosa, uma vez que, para muitos, parece um prêmio, na verdade, ter uma aposentadoria com vencimentos diante de uma constatação de uma irregularidade grave. Então, é necessário um aprofundamento, uma nova discussão, uma nova legislação que trate de uma nova Lei Orgânica da Magistratura.

O Supremo, até o final da gestão do Ministro Lewandowski, consolidou o novo projeto, que ainda não foi encaminhado a este Congresso Nacional naturalmente porque tratar de disciplinar o Poder Judiciário é iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Não nos agrada também esse projeto de Loman que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

foi esboçado no âmbito do Supremo, especialmente num dispositivo que prevê, ao nosso sentir de forma equivocada, que o magistrado não possa ser interrogado, senão por um membro da magistratura de instância igual ou superior, o que tornaria ainda mais difícil a atividade do CNJ, uma vez que teremos, nesse contexto, duas qualidades de conselheiros: aqueles que são magistrados e estão hierarquicamente superiores aos investigados, e aqueles outros que não poderiam sequer tomar depoimento desses magistrados que já têm contra si processos administrativos disciplinares instalados.

Então, parece-me equivocado esse projeto, mas, com certeza, virá à discussão desta Casa legislativa a nova Loman e, com a competência e capacidade de compreender os opostos, as forças que dialeticamente vêm a esta Casa, este Congresso trará uma legislação mais nova e adequada a essa situação.

Em relação aos tribunais de contas, Senador Davi, eu me filiei ao posicionamento do Ministro Bruno Dantas, do TCU, que também já foi advogado de valor, que representou esta Casa legislativa no CNJ. Os tribunais de contas não estão insertos no art. 92 da Constituição como órgãos do Poder Judiciário, portanto não se submetem e dificilmente, penso eu, poderiam vir a se submeter à fiscalização do Conselho Nacional de Justiça.

Parece-me mais adequado esse posicionamento que o Conselheiro Bruno Dantas, do TCU, defende doutrinariamente, inclusive, de que deveríamos ter um conselho dos tribunais de contas para poder apreciar o Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São 34 cortes de tribunais de contas, que, da mesma forma, não só do ponto de vista correicional, como eu coloquei, precisam ter unidades de planejamento, de atuação, e é nessa finalidade que os conselhos têm prestado um relevante serviço. Acredito que, se pudéssemos vir a evoluir a ter um conselho dos tribunais de contas, muito mais estaríamos atendendo aos anseios da população brasileira.

Quero, ainda, fazer referência ao questionamento do Senador José Pimentel em relação ao combate da morosidade. Não é uma decisão fácil, não se pode tirar uma solução simples para uma demanda tão complexa. Eu acredito que o CNJ tem, sim, prestado um relevante papel primeiro em diagnosticar o problema, como qualquer médico que venha atender um paciente.

O Conselho Nacional de Justiça, antes de qualquer providência, vem fazendo, inclusive por determinação regimental, relatórios anuais que avaliam o desempenho das diversas unidades da magistratura nacional e, com isso, consegue identificar os gargalos. Como eu disse na minha apresentação também, a fase de execução é um gargalo. Os processos ficam retidos no primeiro grau de uma forma muito maior do que nas outras instâncias, justamente porque existe um acúmulo de processos muito grande, um crescente número de demandas por diversos serviços – de telefonia, de televisão, enfim, demandas de massa –, que comprometem, cada vez mais, o acúmulo de processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Conselho Nacional de Justiça tem criado metas justamente para diminuir essa taxa de retenção, para que o número de processos julgados por ano seja maior, supere ao que ingresse em cada exercício. Focos, como eu disse também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO – ... nos processos mais antigos, para que não se avalie a produtividade exclusivamente com base em números de processos apreciados, mas também possa se dar vazão aos processos de maior complexidade, que não podem ficar se eternizando, aguardando decisão do Poder Judiciário.

Em relação ao questionamento também lançado pelo Senador Eduardo Amorim, do teto remuneratório, dois aspectos eu acho que se merecem pontuar, Senador Amorim. Um é que o Supremo, através da decisão do Ministro Luiz Fux, sobrestou a apreciação da questão do auxílio-moradia. Portanto, o CNJ, neste momento, não tem nem como apreciar demandas dessa natureza, uma vez que o processo encontra-se judicializado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

E posso dizer, por ter inclusive acompanhado o Presidente da OAB num julgamento recente, há 15, 20 dias atrás, no Supremo, em que se discutia a duplicidade de teto remuneratório quando há acúmulo de funções. Exemplo: um Ministro do Supremo que acumule também a função de Ministro do TSE ou uma outra função de magistratura, por exemplo, como é permitido pela Loman. E entendeu-se que, nesse caso, o teto deve ser observado por atividade, de modo que não se impeça, que não se desestimule que o magistrado venha a exercer uma outra função ou que por ela fique sem qualquer remuneração.

Então, são matérias que também precisam de uma apreciação. Naturalmente teto remuneratório da magistratura é alvo de muitas críticas e merece uma apreciação também legislativa desta Casa e desde Congresso Nacional.

Eu acredito que, em linhas gerais, foram esses os questionamentos.

Agradeço a oportunidade, Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. André, pelas respostas, pela concisão e pelo cumprimento do nosso prazo.

Dou a palavra ao Dr. Valdetário Andrade Monteiro, também pelo prazo de dez minutos, para as suas respostas.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO – Agradeço ao Senador José Pimentel pelas palavras.

Como disse na saudação, Senador Pimentel, para nós do Estado do Ceará conviver com a vossa inteligência e simplicidade é sempre um estímulo, é sempre uma renovação de energias, num País que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

precisa tanto de nós. Nós que tivemos oportunidade de cursar um curso superior e de liderar, seja na Ordem dos Advogados, seja na política partidária, nós temos uma responsabilidade com a Nação muito grande. Agradeço as palavras. Isso me encoraja também, em sendo aprovado pelos senhores e pelas senhoras, a exercer o cargo no CNJ, no interesse da República, do Estado democrático de direito e dos princípios constitucionais.

Quando falo de morosidade, nós temos de lembrar, para responder ao questionamento que o senhor nos fez, que o Poder Judiciário, durante muitos anos, ficou hermeticamente fechado e muito pouco poroso à influência do Executivo e do Legislativo. E era esse o relacionamento. E um Poder Judiciário assim tão fechado, tão hermético viveu em ilhas. Nós temos 91 tribunais sob a jurisdição do Conselho Nacional de Justiça. Quando o cidadão comum pensa no Poder Judiciário, ele pensa num sistema de Justiça, que eu creio que foi o que a Emenda Constitucional 45 quis criar.

Mas, antes da Emenda Constitucional 45, nós tínhamos um Tribunal de Justiça para o Ceará, que era um mundo; um Tribunal de Justiça para o TRF, que é outro mundo; um tribunal eleitoral, um outro universo, com políticas diferentes, com estruturas diferentes.

Uma vara federal, quando ela é formada, tem um juiz titular, um juiz substituto e 16 servidores. Passam aqui por esta Casa legislativa. Uma vara comum, no Estado do Ceará, quando ela é criada num município distante, em Parambu, em Arneiroz, em Tauá, tem um único juiz, um ou dois servidores do Poder Judiciário e cinco, seis cedidos de prefeituras e câmaras municipais. Então, a estrutura de funcionamento é totalmente diferente.

E aí nós temos hoje no Brasil 25 milhões de processos – isso está no relatório do Conselho Nacional de Justiça encaminho ao Senado Federal em 2016 – em que entram no Poder Judiciário e saem dele por ano, em média, 25 milhões de processos. Mas nós temos 72 milhões de processos para serem julgados. Quando nós imaginamos essa morosidade, pensamos que o cidadão que se casou e procurou o Judiciário para resolver os bens no momento da separação, às vezes, está no terceiro relacionamento e não conseguiu resolver o problema do primeiro. Então, o Judiciário, que se imiscui na engenharia do Legislativo, no próprio Judiciário, e no dia a dia das pessoas – nós temos demandas de massa na saúde, do consumidor –, precisa ter prioridade e ter atenção da sociedade.

Eu creio que essa formação paritária, Senador Pimentel, não seja a ideal. Se fosse paritária mesmo, seria o CNJ, talvez, até mais representativo da sociedade, mas o formato que nós concebemos lá em 2004, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, eu acredito que foi importante. Temos os três tribunais principais do País que indicam, cada um, três membros: o Supremo Tribunal Federal tem a Presidente do CNJ; o STJ indica o Corregedor; o Supremo indica um juiz da Justiça comum e um juiz de um tribunal de justiça; o STJ indica um juiz federal e um juiz de um TRF; o TST indica um membro como ministro e indica mais dois membros, um juiz do Trabalho e um desembargador do Trabalho; a OAB encaminha dois; o Congresso Nacional encaminha dois representantes, um da Câmara e um do Senado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e o Ministério Público indica dois membros, totalizando 15 membros. Além disso, o art. 103-B previu a possibilidade de a Ordem e o Ministério Público estarem ali em conjunto.

Digo tudo isso, porque o art. 5º da Constituição Federal deu, já em 1988, o livre acesso à Justiça. O art. 5º, inciso XXXV diz que todos têm acesso à Justiça, mas precisou a Emenda Constitucional 45 trazer, no inciso LXXVIII, a possibilidade de uma duração que fosse legítima para a população que postula para esse processo, ou seja, um prazo razoável de duração do processo.

Então, eu creio que o CNJ tem, como função primordial, ouvir a advocacia, ouvir o Ministério Público, ouvir a magistratura, ou seja, os elementos que compõem o sistema de Justiça e fazer a interlocução com o Poder Legislativo. E esta Casa pode contribuir muito. A Lei de Execução Penal é um exemplo disso. Ela está tramitando na Casa e precisa urgentemente tramitar para facilitar a ação do Poder Judiciário, a atuação do Ministério Público, e para que a advocacia melhore a logística dos presos.

O Ministério Público tem também avançado no CNMP, mas o CNJ precisa aumentar essa interlocução com o Poder Executivo e com o Poder Legislativo, porque as questões são muito umbilicalmente ligadas, a exemplo do sistema penitenciário. O Executivo administra as cadeias, os presídios; o Poder Judiciário manda os presos para lá, e o Ministério Público fiscaliza. Essa conotação de permanente diálogo deve ser fundamental.

Respondendo ao Senador Armando Monteiro, em relação ao teto remuneratório, nós temos uma diferenciação muito grande hoje e que traz um prejuízo a essa transparência dos salários no que diz respeito ao que é verba remuneratória e ao que é verba indenizatória. Temos uma discussão. O Ministro Fux é Relator no Supremo Tribunal Federal, mas eu acredito que o Congresso Nacional deveria, de logo, também imaginar algo, legislativo, normativo a permitir uma transparência maior nessa remuneração.

Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só para ajudar. O Senado Federal aprovou um projeto de lei, por unanimidade, sobre isso, separando o que é indenizatório, no nosso entendimento, e o que compõe subsídio. Está na Câmara Federal.

O SR. VALDETÁRIO ANDRADE MONTEIRO – Isso traz um constrangimento para o próprio Poder Judiciário. O auxílio-moradia é constrangimento para o Ministério Público e para o Poder Judiciário, porque vem como aumento de remuneração. Como não pode, por conta do teto, ser remuneração, vem na forma de auxílio-moradia. E o cidadão comum diz: "Eu sou operário. Eu sou advogado. Eu sou professor e não recebo auxílio-moradia. O magistrado, o membro do Ministério Público o recebem". Recebem porque precisam aumentar a sua remuneração, mas todos sabem – e daí o constrangimento – que há essa discussão sobre indenização, sobre remuneração, essa teratologia sobre o salário. Acredito que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público podem contribuir, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ministro Fux pautar esse processo e o Supremo Tribunal Federal trazer à tona uma solução mais justa para o Ministério Público e para a Magistratura.

Senador Armando Monteiro, em relação ainda à espetacularização dos atos judiciais, a partir da Constituição de 1988, quando cláusulas pétreas vêm à tona e a população passa a perceber o Poder Judiciário como um foco de atuação de demandas – e o Poder Judiciário não pode ser visto como um ato de poder. O Poder Judiciário é serviço público, está para atender a população. Mas, como a população, a partir de 1988, socorreu-se do Poder Judiciário na solução de suas demandas, passou a existir algo chamado ativismo judicial. Esse ativismo judicial faz com que as soluções de demanda dentro do processo – e nós que estudamos Direito, sabemos que o que não está nos autos não está no mundo e que o magistrado, pela própria Loman, apesar de a Loman ser anterior à Constituição de 1988, tem que ter um comportamento diferenciado da população, porque ele é julgador, ele se imiscui na vida de todos –, esse ativismo judicial leva, muitas vezes, a um excesso de comunicação, o que traz para as partes um sofrimento, o que traz para a população a sensação, às vezes, de que o Poder Judiciário passa a ser Executivo em determinados momentos e passa a ser Poder Legislativo.

Ouvi aqui um dos colegas que está sendo sabatinado tratando da maturidade dos Conselhos. Nós ainda estamos caminhando. O CNJ tem pouco mais de dez anos; o CNMP da mesma forma. Eu acredito que, com o passar dos anos, essa maturidade vai trazer um comportamento melhor. E o Supremo precisa mandar para esta Casa Legislativa o projeto da nova Loman, algo que se discute há tanto tempo, para que a gente possa amadurecer e diminuir esse ativismo judicial.

Em relação ao que disse o Senador Sérgio Petecão, eu acredito que nós não podemos jamais criminalizar o pensamento. O advogado, quando emite o parecer, ele o faz, partindo de uma premissa que é jurídica do *narra mihi factum dabo tibi jus*, que é nada mais do que me narra um fato, dar-te-ei o direito. O Ministério Público faz isso quando faz o parecer. O Senador, quando presta um relatório de um indicado, ele emite uma vontade, um pensamento, e ninguém pode ser criminalizado por isso. Portanto, eu acredito que as manifestações tanto do Poder Judiciário como do Ministério Público, mas também da advocacia não podem jamais ser criminalizadas. E o Senado deixou bem claro, quando aprovou há pouco tempo a Lei de Abuso de Autoridade aqui na Comissão de Justiça, que não quer jamais criminalizar a emissão de vontade, pelo que parabenizo os Senadores nesse contexto, em respeito à Constituição.

O Senador Flexa Ribeiro falou um pouco sobre a atuação do CNJ em relação à segurança pública. Eu acredito que, para encerrar, Senador, nós podemos dar uma grande contribuição na área de segurança pública. O Cadastro Único de Presos no Brasil é algo fundamental. Minas Gerais tem um exemplo que é para todo o Brasil. A Ministra Carmen Lúcia esteve esta semana no Estado do Ceará, Senador Pimentel, visitando o Tribunal de Justiça para tentar implantar no Ceará, as APACs, porque é algo que tem funcionado no Brasil e precisa ser expandido: humanizar o cumprimento da pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Enquanto nós, advogados, magistrados, membros do Ministério Público e Senadores, pensarmos que alguém será retirado da sociedade, que será marginalizado e que esse marginalizado, sem ressocialização, sem educação, voltará para a sociedade melhor... Esse é um pensamento de que nós já temos a comprovação, em vários Estados, de que não funciona.

Então, estarei lá no CNJ, se aprovado pelos senhores, a serviço da democracia, do Estado democrático de direito, e espero ser convocado aqui mais uma vez para prestar contas do que lá fiz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço ao Dr. Valdetário.

Antes de passar ao Dr. Sebastião, eu vou dar a palavra a eminente Senadora Simone Tebet, pois ela gostaria também de falar aos remanescentes alguma indagação.

Havendo aquiescência de todos, com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, justificando, eu achei que seria por blocos, por isso não fiz minha inscrição, e acabou sendo um bloco único. Eu peço desculpas por interromper os trabalhos.

Mas me veio algo à mente, e eu não ia fazer pergunta, mas gostaria de ouvir a opinião dos ilustres sabatinados sobre isto – e, neste momento, dou as boas-vindas a todos. Já depositei o meu voto, portanto as respostas não irão modificar o voto que já dei. É importante, porque hoje está em pauta, no Senado Federal, para ser votado provavelmente hoje – ou senão será a última discussão para votação amanhã ou na próxima terça-feira –, um tema que mobilizou a sociedade e a mídia nos últimos tempos, em relação ao fim do foro privilegiado. Aliás, é um termo muito simplista, um termo mais popular para algo, para um instituto que existe há muito tempo no Brasil e também no mundo, que é o chamado, oficialmente pelo menos, como prerrogativa de função – prerrogativa, não privilégio; prerrogativa de função, não de pessoa. E não é à toa que esse instituto existe desde os primórdios; é para se garantir àquele que detém responsabilidade e poder um mínimo de segurança de fazer aquilo que precisa ser feito, sem uma preocupação maior de uma constante judicialização e possível processo em relação às suas ações.

É claro que no Brasil nós temos uma aberração jurídica: mais de 40 mil pessoas, portanto independente da função que ocupam, possuem essa prerrogativa. Aí, sim, não é uma prerrogativa; é um privilégio, porque não é possível 40 mil pessoas terem aí, por exercício da sua função, a prerrogativa, violando um princípio básico que é o princípio da igualdade: todos são iguais perante a lei e não há exceção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na realidade, o princípio da igualdade nada mais é do que tratar desigualmente os desiguais naquilo em que se desigualam. Portanto, sim, um Presidente da República é desigual em relação ao cidadão quando no exercício da sua atividade; da mesma forma o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral de Justiça, o Presidente do Senado ou o Presidente da Câmara.

Tendo em vista isso e esse clamor público que tomou conta da sociedade, infelizmente eu vejo aqui no Legislativo que estamos tentando simplificar questões muitas vezes complexas, tendo que resolver num momento atípico, pensando no presente e se esquecendo do futuro. Eu sou a favor do fim da prerrogativa de função, garantindo-se, como está no projeto – depois de duras penas convencemos o Relator, numa emenda, salvo engano, do Senador Antonio Anastasia –, aos chefes dos Poderes essa prerrogativa de função. Portanto, sairíamos de 40 mil pessoas para quatro ou cinco detentores do foro privilegiado.

Tendo em vista este momento atípico, um instituto tão complexo, tendo em vista que temos que legislar no presente, mas com os olhos para o futuro, eu faria duas perguntas e apenas um ou dois podem responder – não preciso de que todos respondam. A pergunta é: não teríamos que pensar numa extensão dessa prerrogativa pelo menos para aqueles que são gestores, no que se refere, por exemplo, ao Procurador-Geral, a um Governador de Estado? Eu vou mais longe: ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central?

Como eu disse, somos iguais perante a lei. O cidadão, minha vizinha é igual à Simone, mas uma decisão dela, mesmo que seja na sua atividade comercial, é muito diferente do impacto que vai gerar a minha decisão, o meu voto como Senadora. Mesmo o impacto da decisão de um comerciante, numa cidade pequena, que resolve demitir ou fechar as portas do seu estabelecimento, ou tomar uma decisão de contribuir com o Fisco ou sonegar é muito diferente do impacto da decisão, por exemplo, do Presidente do Banco Central ou da decisão da linha econômica do Ministro da Fazenda.

Eu sei que é um discurso que não agrada àqueles que estão nos ouvindo, mas não posso aqui legislar pensando no senso comum: eu tenho que pensar naquilo que é sensato e naquilo que é melhor.

Então, a pergunta que eu deixo é esta: saímos de 40 mil para três ou quatro autoridades. Temos que repensar numa extensão para todos aqueles gestores que detêm realmente a responsabilidade e consequentemente qualquer ação criminal, e quando falamos em ação criminal – desculpem-me eu estar me alongando, mas eu sei que há muitas pessoas nos assistindo. Eu volto a falar: eu sou a favor e vou votar pelo fim do foro por prerrogativa de função – não podemos nos esquecer de que não estamos falando do crime comum que um Governador, ou um Presidente, ou um secretário vão cometer; eu estou falando que ele vai estar sujeito a inúmeras ações na Justiça de primeira instância de atos que ele, normalmente, a toda hora, decide, em relação a suposta ou a denúncia de fraude de licitação, de improbidade administrativa, não só de corrupção, como as pessoas acham que significa o fim do foro privilegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é essa a pergunta que eu faria e a segunda e mais importante – e eu não quero aqui reinstalar a discussão ou reinstalar o foro privilegiado para algumas autoridades: uma vez que prefeitos, governadores, como estão hoje, ou mesmo secretários municipais, estaduais, como está no projeto a ser aprovado hoje pelo Senado, vão ser julgados na Justiça de primeira instância, não seria o caso, para não atrapalharmos o projeto e a aprovação de mudança no Código de Processo, estabelecendo, por exemplo, como comarcas competentes pelo menos as comarcas de capitais, para evitar o que acabou o Dr. Valdetário comentando do ativismo do Judiciário não por vontade própria, mas por provocação político-eleitoral daqueles adversários que, em todo período eleitoral, entram com uma ação contra um candidato que já é prefeito à reeleição? Ele vai criar um fato ou factoide para judicializar essa questão para poder estampar em tabloides, em mídias uma possível ação criminal contra esse prefeito e, com isso, contaminar o processo eleitoral, consequentemente a vontade popular e aquilo que é mais sagrado para todos nós que é a soberania popular. Então, desculpem-me por ter me alongado, mas eu acho que é uma questão que está, realmente, me angustiando. Eu sou a favor do fim, mas o que nós estamos vendo é que o clamor popular está compelindo, muitas vezes, o Congresso Nacional a votar medidas diante de um censo comum sem a devida sensatez. Resumindo: olhando o presente sem projetar o futuro. Então, eu deixo essas duas colocações aqui, porque estamos na iminência de modificar um instituto quase que secular.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet, pelas elucidativas indagações, muito pertinentes.

Dando sequência às respostas, passamos a palavra ao Dr. Sebastião Caixeta.

O SR. SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer os questionamentos dos eminentes Senadores e Senadoras. E eu vou tentar responder de maneira objetiva e concatenada todas as perguntas, iniciando por essa constatação de que o Brasil, de fato, tem um grande número de processos, e que o sistema de Justiça... E, aí, importante, destacaria que, neste momento em que estamos sendo sabatinados e indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público, como também indicados ao Conselho Nacional de Justiça, que esses dois Conselhos atuem de maneira mais próxima e concatenada em ações que venham em proveito desse sistema de Justiça.

Questões como essa da situação de paralisia mesmo – muitas vezes – das ações no Poder Judiciário devem envolver soluções que acho que serão mais bem estruturadas a partir da atuação conjunta desses dois conselhos. Acho que cabe a nós, uma vez e se aprovados aqui pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Senado Federal, poder trabalhar em conjunto nesse sentido, tendo presente que nós temos muitas ações porque o Brasil é um País em que a sua população, efetivamente, demanda muito. Acho que é um trabalho – e aí aos conselhos cabe atuar e ajudar – na instituição dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

política, até educacional, no sentido de que, cada vez mais, a população possa buscar outras soluções que não sejam somente a do Poder Judiciário para as suas demandas e também para as suas contendas. E isso passa, de fato, pela lei que foi aprovada aqui de arbitragem, de conciliação. Acho que esse é um caminho importante. E, nesse sentido, os dois conselhos devem trabalhar em conjunto.

O Senador Amorim traz aqui um questionamento, que eu agradeço mais uma vez, que trata de o que esses conselhos – e aqui vou falar do Conselho Nacional do Ministério Público, que acompanho desde a sua instalação – têm feito desde a instituição pela Emenda Constitucional nº 45; o que avançou e o que ainda falta avançar. Como já foi destacado aqui, os dois conselhos ainda são instituições, órgãos que ainda têm uma história bem curta. Nós estamos aí para 12 anos e isso, em nível de instituição, me parece um período ainda curto para uma efetiva consolidação que ainda está se buscando. É natural que assim se faça.

As composições anteriores desses conselhos deram boas contribuições para avançarmos. E eu acredito que avançamos no âmbito do Conselho Nacional, por exemplo, em relação – e aí fazendo já incursões em outras perguntas – aos pleitos corporativos e mesmo ao necessário acompanhamento e repressão de condutas faltosas dos membros do Ministério Público. Nesse sentido, principalmente, creio que a última gestão – e aqui homenageio essa última gestão pelo trabalho feito – avançou bastante. Quero aqui cumprimentar o nosso decano, nosso Conselheiro Antônio Duarte, por esse trabalho que é de todo o Plenário, mas, na pessoa de V. Exª, faço esse registro.

Em relação à questão das punições, pergunta-se se é adequado. Acho que o conselho, ainda nessa linha de evolução da sua conduta e da sua atuação, precisa, cada vez mais, modernizar-se. Essa composição trouxe um componente importante, que foi a instituição do Sistema Nacional de Acompanhamento dos Processos Disciplinares. Essa é uma contribuição que eu reputo da mais alta significância, mais até do que os 52 processos que foram julgados e que resultaram em aplicação de punições no ano passado, porque isso é a modificação de um sistema, isso é um acompanhamento que impede que os processos efetivamente caiam na prescrição e na impunidade. Então, esse é um dado importante que eu quero ressaltar aqui e que, de fato, acho que vai nessa linha necessária de o conselho enfrentar essa crítica, que em algum momento foi justa, de fato, de que ele era bastante corporativo. Isso também tem a ver com a situação da remuneração e das atribuições do conselho.

Eu não vejo o conselho – trabalhei muito isso quando me apresentei como candidato a representante do Ministério Público na eleição para a lista tríplice – como uma instituição que possa substituir, por exemplo, o Congresso Nacional, a quem cabe, de fato, aprovar as leis em sentido formal e material, para dispor sobre prerrogativas e vantagens de membros. O conselho evidentemente tem, dentro dos parâmetros da Constituição Federal, no art. 130-A, a competência para interpretar a legislação e para controlar os atos de gestão administrativa. Nesse sentido, deve fazê-lo de maneira bastante contundente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O nosso Conselheiro Fábio Stica deu aqui a notícia de que o Plenário instaurou procedimento de controle administrativo em face de todos os 30 ramos do Ministério Público brasileiro, justamente para apurar eventuais abusos em relação ao pagamento de vantagens e, mais que isso, ao respeito ao teto, que precisa efetivamente – nós estamos com a Constituição de 1988, que já vai para 30 anos – se fazer valer em respeito à sociedade, que exige essa observância.

Então, em relação a essas questões, que foram também questões do Armando Monteiro, respondo dessa maneira no sentido de que o conselho precisa perseverar nessa linha de respeito desses limites, tanto em questões disciplinares como em situação de remuneração e teto. Neste sentido comprometo-me a fazer, se aprovado aqui por esta Comissão e pelo Plenário. Em relação à questão da espetacularização das condutas de magistrados e membros do Ministério Público, sempre defendi que os membros do Ministério Público precisam ter muita cautela quando se manifestam publicamente. Não devem furtar-se de fazê-lo, porque é dever fundamental do Ministério Público observar o princípio da publicidade. Muitos dos fatos da atuação do Ministério Público são de interesse social, assim como também da magistratura, mas há que se buscar um equilíbrio no sentido de informar somente questões que já estão efetivamente investigadas e colocadas, e não fazer cogitações logo no início das investigações. É conveniente que o façam ao final e já, no caso do Ministério Público, com medidas judiciais encaminhadas. Nesse sentido, acho que o Conselho Nacional tem que fazer esse acompanhamento.

Acho que é preciso avançar mais, finalizando a resposta do Senador Amorim, em relação à questão do planejamento do próprio Ministério Público, como fiz referência na minha manifestação inicial, na replicação de boas práticas. Nesse sentido, acho que fiz aqui um apanhado da maior parte dessas manifestações.

Em relação ao questionamento da Senador Simone Tebet, a quem agradeço, acho que, de fato, a sociedade exige uma revisão do foro por prerrogativa de função, porque é um absurdo, aliás, é impraticável o sistema de Justiça dar conta desse sistema com 40 mil pessoas que têm esse privilégio. É importante que não façamos um movimento – e no Brasil, às vezes, fazemos muito isso – de irmos de um extremo a outro. De fato, existem algumas funções que necessitam de preservação, e, nesses casos, altos dignitários do País precisam, sim, de alguma ressalva, de algum resguardo dos seus atos de gestão, e devem ser sempre tidos como um tipo de responsabilização especial dada a atividade política inerente a eles. Nesse sentido, volto ao que disse na minha apresentação inicial: não podemos criminalizar essas atividades.

É isso que, resumindo, gostaria de fazer como manifestação, Excelências, ficando ainda à disposição e agradecendo essa oportunidade de me manifestar a respeito desses temas nesta Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Reitero o pedido para que aprovem o meu nome para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, aqui e no Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Sebastião.

Dando sequência, Dr. Marcelo Rabello de Souza.

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – Mais uma vez, bora tarde.

Agradeço a oportunidade que me foi dada com as perguntas, todas elas bastante relevantes, muito interessantes, algumas até mereceriam talvez um debate mais longo, quem sabe um seminário, uma audiência pública.

Aproveitando aqui e invertendo um pouco a ordem, em homenagem às damas, começaria pela Senadora Simone Tebet. Uma posição que externo, como a senhora falou bem, é acerca do foro por prerrogativa de função. Acabam falando foro privilegiado, e privilegiado vai ficando, mas se esquecem de que a natureza daquilo que vai motivar isso é a função que está sendo exercida.

Eu, particularmente, acho que está liberal, está muito liberado, muito liberal a resolução que foi colocada. Eu entendo – estávamos até conversando, eu e o Dr. Stica – que seria por gestor; certo? Ao invés de ter chefe de poder, acho que seria um gestor. Nós não temos os procuradores-gerais ali; nós não temos prefeitos e tal. E, por outro lado, eu acho até que alguns agentes políticos também, para que eles possam ter a segurança no atuar. Este é um ponto. Acredito que algumas atividades realmente exigem isso.

Quanto ao regramento de ser na capital ou não, também acho fundamental. E eu diria que o foro por prerrogativa de função chama mais a atenção. Às vezes, a gente vê comparações com Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, mas são culturas e realidades totalmente diferentes. E nós temos que ter um regramento muito claro e específico para isso, porque, senão, você pode inviabilizar uma administração. Imaginem um governador de Estado que executa obras aqui e acolá, e aí todo mundo começa a entrar com ação. Em vez de eu entrar com uma ação num local só, eu entro nessa cidade, você entra naquela outra... Daqui a pouco, você vai ter, inclusive, não só um custo enorme para o Poder Judiciário, como um custo enorme para a Administração Pública, que vai ter que custear isso. Então, eu creio que isso poderia ser resolvido, talvez pela Câmara, talvez por uma legislação infraconstitucional que seja mais adequada e não limitada à figura do chefe do poder.

Eu fico pensando, por exemplo, no Presidente do Supremo. O Presidente do Supremo está lá há um ano; ele muda. E os outros Ministros? Eles também não deveriam ter essa mesma segurança caso viessem a praticar algum ato? Ou nós vamos inviabilizar até mesmo a atividade judicante a toda hora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

entrando com ações contra determinados ministros porque não gostarmos deles? Então, esse é um outro ponto.

Eu vou aqui, agora.

Retornando, o Senador Pimentel falou do excesso de casos, do número de casos. Bom, eu somaria isso à questão que já foi indagada pelo Senador Flexa Ribeiro, ou seja, a questão da segurança pública, e vou tentar fazer um pacote.

Realmente, nós temos um excesso de demandas no Judiciário e temos um Judiciário – isso é fato público e notório – que é moroso. É moroso por uma série de problemas de ordem processual e tal, porém também há o excesso de demandas. E como reduzir essas demandas? Eu acho que nós temos que fazer um trabalho preventivo, o primeiro deles não atende ao CNMP, mas precisávamos ter uma sociedade um pouco mais tolerante, menos belicosa. Agora, isso envolve cultura, educação, evolução de uma sociedade; é não achar que tudo se resolverá na base do conflito.

O Conselho Nacional, tenho visto já, tem evoluído nos últimos 10 anos no sentido de praticar algumas mediações, em algumas situações em que se traz o Ministério Público, em que se trazem as partes e se dialoga, com a OAB ali presente, e se tenta resolver isso. Mas eu creio que esse é um papel diminuto por parte do Conselho. Ele pode contribuir com notas técnicas para uma racionalização do Poder Judiciário ou para uma melhor racionalização da atividade do Ministério Público. Em alguns casos ele tem feito isso. Há uma série de resoluções sobre a atuação em investigações etc., procurando uma racionalidade.

Agora, esse tema, Senador Pimentel, realmente, é fascinante, porque é algo que, há um certo tempo, vem me angustiando, ou seja, essa situação conflituosa, essa incapacidade, se me permitem, do Estado – e não estou falando do governo A, B ou C, ou do Estado, ou do Município, não, não – mas a incapacidade de o Estado, por vários fatores – legislação, preparo até – de negociar, de fazer política. A criminalização da política prejudica um pouco isso; a política envolve o diálogo e o consenso. Contudo, há essa incapacidade de o Estado de negociar. Não sei se câmaras setoriais poderiam fazer isso. Cito um exemplo aqui, barato, banal, sem entrar no mérito de quem está ou não com a razão: em Mato Grosso do Sul – falo isso por causa das Forças Armadas –, volta e meia, todo ano, as Forças Armadas são chamadas para resolver um conflito envolvendo índio e agricultores em uma determinada região.

Chega o fazendeiro e fala: "Minha família está aqui há 200 anos" e o índio fala que está lá há 200 anos. Não vou entrar nesse mérito, mas se chamam as Forças Armadas, que ficam lá 15, 20 dias e saem. É conflito, é tensão, e há essa incapacidade do Estado – e não estou aqui botando lenha, pode ser Judiciário, pode ser Executivo – de negociar uma solução. Ora, a tendência é esse atrito só piorar: além de ser um atrito fundiário, civil, acaba virando um atrito criminal, porque morre gente, machuca etc. Daqui a pouco, ele vira um atrito administrativo, porque alguém vai querer questionar o que as Forças Armadas estão fazendo lá ou o gasto das Forças Armadas ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, há situações em que, como uma socióloga portuguesa falou, dos pequenos conflitos nascem as grandes guerras. São os pequenos atritos que, se não forem corrigidos a tempo...

Fico sensibilizado com esse tipo de questionamento, porque acho que é realmente relevante começarmos a debater isso e procurarmos soluções. Algumas o Conselho poderá fazer, em outras ele poderá colaborar, mas creio que o fórum mais adequado para debatermos é este aqui, o Parlamento, o Senado Federal, na busca de solução, legislação, preparo de recursos humanos para isso. Nem sempre estamos preparados. Vemos isso no Ministério Público; o pessoal adora brigar, mas nem sempre está preparado para uma negociação ou para o respeito a outras agências, interagências etc.

Correndo aqui com relação ao teto, essa questão financeira que assola todos nós: o Conselho Nacional tem procurado apurar. São mais de 30 procedimentos – o Dr. Fabio Stica falou isso – em cima do que que temos de legislação. O que posso dizer, até complementando, que Ministério Público Militar está adequado. Inclusive, já foi, por parte do Conselho Nacional do Ministério Público, decidido que está dentro das normas e – procurei apurar e levantar antes desta sessão – todo o MPU. Agora, há questões que realmente ensejam interpretação, e não podemos nos esquecer de que vivemos em uma Federação em que as Assembleias podem atuar e legislar ouvindo os Ministérios Públicos estaduais.

Acerca da questão de segurança pública, levantada pelo Flexa Ribeiro, vivemos realmente uma crise imensa na segurança pública, que vai requerer um esforço de todos. Aí, temos um problema muito sério para resolver, que é a questão corporativa: polícia que não fala com a outra polícia, é Ministério Público com a polícia, é advocacia com Ministério Público, ramos que não se falam. Temos que tentar superar isso. Na minha concepção, isso se daria somente através de um pacto. Acho que precisamos fazer um pacto, porque, enquanto ficamos nessa questão corporativa, esquecemos da ponte. É o agente que está lá atuando, é a vítima etc. Não é uma ideia utópica; é uma ideia que dá trabalho, mas não é utópica. Temos um país na América Latina, na América do Sul, que fez um laboratório imenso na área da violência, e resolveu: Colômbia. Hoje se vai a Bogotá e se trafega. Se você anda a pé de madrugada em Bogotá, você não terá problemas. É a capital com o menor índice de violência em toda a América do Sul. E lá tivemos Farc, explosão de parlamento, tivemos tudo.

Então, é possível, mas requer um esforço muito grande e uma conscientização de fazer uma negociação dessas, um pacto em nome da sociedade porque realmente estamos vivendo um estado de insegurança que gera custos absurdos, e temos uma perda de massa de recursos humanos violenta. O pessoal, no auge da sua força, seja por violência contra a mulher, seja por violência contra a infância, como é o caso daqueles não estudam etc. Nós vemos escolas fechadas! Isso gera uma perda de massa de recursos humanos muito grande.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – O senhor tem razão: nós fazemos um esforço muito grande para superar a mortalidade infantil até cinco anos, mas, de 12 a 30 anos, matamos essa mesma criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA – É um investimento perdido – não é? – em recursos humanos.

E tentarei aqui falar sobre a questão da espetacularização do Judiciário. Eu também concordo. Eu acho que o conselho tem uma recomendação sobre isso e tem agido em cima dessas situações; tem analisado esses casos e tomado providências. É claro que a liberdade de expressão é assegurada; mas temos que atuar sobre o excesso, com o que concordo.

Só para encerrar, quero falar sobre uma questão que tenho visto ser debatida aqui: a ampliação do Conselho para ser menos corporativo. Demandas corporativas ocorrem e, em alguns casos, são até válidas; em outros, não. O conselho não pode se furtar a isso. O que o conselho não pode fazer é se submeter às demandas corporativas. Mas elas existem, certo? Agora, quanto a achar que o conselho deve ser ampliado, que o número de membros deve ser fragmentado, porque, com isso, você diminuiria... Eu creio que não. Acho que o conselho já exerce bem o seu papel e tem um número adequado.

Essa questão de paridade me preocupa um pouco, porque qual seria o critério? É paridade com quem? Com advogados? Paridade com os juízes? Paridade com órgãos, ONGs etc.? É uma coisa meio complicada. E o grande controle que se deve fazer, em termos da atuação do Ministério Público, das instituições públicas, seja o Ministério Público, o Judiciário, o Executivo, ou o que for, está aqui. O poder desse grande controle está aqui, no Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado ao Dr. Marcelo.

Antes de dar sequência com o Dr. Fábio, eu passo a palavra ao eminente Senador Roberto Rocha, que gostaria também de fazer uma indagação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustres sabatinados, eu quero apenas cumprimentá-los.

Eu não pude acompanhar fisicamente todas as falas, mas eu as acompanhei do gabinete, onde, ainda agora, tive o prazer de receber o ex-senador, ex-governador e hoje Prefeito Mão Santa. Estávamos discutindo assuntos de interesse dos dois Estados – Maranhão e Piauí. Contudo, quero aqui revelar a minha confiança nos senhores.

Acho até, Presidente, que, quando se tratar de recondução, a sabatina deveria ser repensada, porque não tem sentido sabatinar duas vezes, a menos que haja um motivo justificado.

Eu apenas, neste momento, ao cumprimentar o Leonardo e o Fábio, cumprimentando todos vocês, faço um único questionamento breve ao Dr. Leonardo, pedindo a sua opinião em relação às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conduções coercitivas, sem prévia intimação, para que o investigado ou testemunha compareça. E quero saber também, em breves palavras, o que pensa sobre o instituto da delação premiada.

É essa a minha participação, revelando aqui publicamente o meu voto de confiança em todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Dando sequência, passamos agora a palavra ao Dr. Fábio Bastos Stica, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Sr. Presidente, eu acho que todos que são convidados e têm a oportunidade de comparecer a uma sabatina no Senado, antes deste momento, vêm com um alto grau de nervosismo, um alto grau de estresse, mas, quando se está aqui, a vontade é que esse tempo seja muito maior do que apenas os 10 minutos que são concedidos, tendo em vista os temas que são propostos.

Falo isso pedindo também vênia aos demais Senadores para começar pela colocação feita pela Senadora Simone Tebet, que eu acho que é um tema realmente de uma importância imensa nesse momento que estamos vivendo. Concordo com o que V. Exª disse, ou seja, que muitas vezes isso ocorre em todas as instituições. O Parlamento não é diferente, pois decide, julga ou vota de uma maneira talvez até um pouco precipitada em razão da situação que está atravessando. Concordo com tudo que V. Exª disse e acho que deveria haver talvez uma discussão um pouco mais aprofundada, porque fico imaginando a situação, como já foi colocado aqui também pelo Dr. Marcelo, do governador do Estado, do prefeito municipal, que será alvo de ações de qualquer promotor de Justiça, julgado por qualquer lugar, em qualquer Município. A mesma coisa dentro das instituições. O presidente do tribunal pode ser denunciado por um promotor do interior, o procurador-geral também e ser julgado por juiz de qualquer Município, tanto o procurador-geral como o presidente do tribunal. Quer dizer, da forma como foi votada em primeiro turno a prerrogativa de foro ou assim chamada prerrogativa de função ou foro privilegiado, o que na verdade é um nome equivocado, porque de privilégio não tem nada... Os Srs. Senadores, por exemplo, têm algo que lhes prejudica, que é a impossibilidade de recurso. Os senhores já são julgados em última instância. Quer dizer, os membros do Conselho Nacional também são julgados diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; portanto, não têm sequer o duplo grau de jurisdição. Ao dizer que isso é um privilégio, eu tenho algumas restrições a essa colocação.

Então, eu acredito, Senadora, que realmente esse é um tema de extrema importância, mas é também um discurso difícil de passar hoje para a população. Mas o que a senhora colocou, indiscutivelmente, foi um discurso extremamente corajoso, porque o momento é delicado, a população cobra dos senhores uma postura sobre esse tema, postura que talvez, lá no futuro, realmente não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mostre a mais adequada. Eu acredito sinceramente que algumas imperfeições, em razão dessa postura, vão ser apontadas no futuro. Mas, veja, isso evidentemente está dentro da esfera de poder do Parlamento. Eu estou apenas emitindo uma opinião pessoal aqui em razão da sua colocação, que eu acho de extrema importância e de extrema relevância nesse momento.

Tentando sintetizar algumas perguntas que foram colocadas, todas extremamente oportunas, tento iniciar pela colocação do Senador Amorim, no que tange à morosidade e às questões de arbitragem e mediação. Só para noticiar, na data de hoje, se os senhores acessarem o site do Conselho Nacional do Ministério Público, verão que esse órgão está promovendo um curso, através da sua unidade de capacitação, exatamente sobre técnicas de mediação, voltado para os Ministérios Públicos, curso que terá início no Estado do Pará, depois no Espírito Santo e em Santa Catarina. Quer dizer, o Conselho Nacional do Ministério Público já vem se ocupando desse tema. Isso é uma mudança de cultura, isso é uma mudança de cultura que leva algum tempo até ser implantada.

O povo brasileiro é um povo, como já foi dito até pelo Marcelo, extremamente demandista. O número de ações bem demonstra isso. Quer dizer, nós tentamos resolver todas as nossas frustrações no Poder Judiciário muitas vezes. Então, esse volume exagerado e, consequentemente, a morosidade que ocorre não se dão por outro motivo, mas exatamente em razão desse número muito grande de demandas.

Eu cito um exemplo do Estado de Roraima, Estado do meu Ministério Público, eu sempre brinco dizendo que é o Estado que talvez tenha o maior acesso à Justiça que se possa imaginar, porque o número de demandas... Meu Estado tem a menor do Brasil, mas, proporcionalmente, o número de demandas talvez seja um dos maiores, porque existe uma facilidade no acesso à Justiça.

Preocupa-me a colocação feita pelo Senador Flexa quanto a esse limite, esse teto que teria sido apresentado pela Defensoria Pública. Evidentemente, isso também é uma colocação meramente pessoal. Não incumbe aqui ao Conselho Nacional do Ministério Público, mas meramente pessoal. Preocupa-me que uma instituição como a Defensoria Pública, que foi criada com a finalidade de atender o hipossuficiente, fixe um teto, no caso, de R$2 mil, valor que, num primeiro momento, pode parecer muito, mas que, quando se tem uma família com inúmeros filhos, muitas vezes pagando pensão alimentícia, não é nada. Ou seja, a pessoa que ganha esse valor não vai ter condições de arcar com um advogado e ficará desassistida. Então, é muito preocupante. Acho que a Defensoria Pública – só faço esta colocação porque foi feita a pergunta pelo Senador Flexa – teria que se ocupar, talvez, da questão para a qual foi criada, que é exatamente o atendimento dos hipossuficientes, e não, muitas vezes, se atentar ou procurar voltar seu foco, sua força de trabalho para áreas que não são propriamente da Defensoria Pública.

Quanto a uma das questões colocadas pelo Senador Armando Monteiro, de que eu também havia falado na minha primeira fala, e o Marcelo reforçou agora, já foram instaurados 30 PCAs, Procedimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Controle Administrativo, no Conselho Nacional para apurar exatamente as folhas de pagamento de todos os ramos do Ministério Público brasileiro, de todos os Estados, de todos os ramos da União, e vem, à medida que os Relatores estão terminando os relatórios, levando a plenário e sendo aprovadas aquelas em que não houve nenhuma ressalva.

Então, esse controle, Senador Anastasia, vem sendo feito pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Nós temos tido esse cuidado de analisar, uma a uma, todas as verbas remuneratórias, verbas indenizatórias que são pagas pelos Ministérios Públicos brasileiros. Todos os ramos. Independentemente, União, Estados, em todos tem sido feito esse controle, esse pente-fino. Em cada Estado, cada ramo teve um procedimento instaurado.

Quanto à colocação feita sobre um certo corporativismo, eu, particularmente, não consigo vislumbrar esse corporativismo dentro do Conselho Nacional do Ministério Público. Nós temos uma composição heterogênea, nós temos membros de cada um dos ramos dos Ministérios Públicos, membros dos Estados, membros indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, membros indicados pelo Senado e pela Câmara, membros indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, e cada um desses atores, cada um desses integrantes do Conselho Nacional traz a sua visão de fora da instituição. Então, não há que se falar em visão corporativista, porque as decisões são tomadas por inúmeros atores, por inúmeros componentes que não são de dentro da própria instituição.

É óbvio que não haveria possibilidade – e aí perderia completamente o sentido do conselho – de haver, dentro de um Conselho Nacional, seja do Ministério Público, seja do Judiciário, um conselho composto por 30, 40 ou 50 integrantes, que seria, então, a forma de se ter um integrante de cada categoria. Aliás, nem assim haveria um integrante de cada categoria. Então, me parece que os conselhos vêm desempenhando seu papel. Erros existem, erros existem; mas o Supremo Tribunal Federal, que é o competente para examinar algumas questões que são decididas pelo Conselho Nacional, tem feito seu papel, tem cumprido seu papel controlando.

Outro tema também colocado aqui pelo Senador Armando Monteiro eu acho de extrema relevância, especialmente no momento que estamos atravessando. É o tema exposição na mídia. Eu acho que esse é um tema que incomoda a todos os membros do Ministério Público. Como disse no início, eu tive oportunidade de ser Procurador-Geral de Justiça do meu Estado por quatro vezes e o que eu mais recebia de pedidos e muitas vezes até de reclamações era exatamente por exposição na mídia por parte de alguns colegas.

Agora, eu, se pudesse, devolveria essa pergunta aos Srs. Senadores com um simples questionamento: nos seus Estados, com o número de membros que o Ministério Público tem, quantos membros desse Ministério Público podem ser citados como pessoas que se expõem excessivamente à mídia ou que expõem excessivamente qualquer cidadão daquele Estado? Seguramente – e eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muita tranquilidade em dizer isso – talvez nenhum dos Srs. Senadores pudessem me citar, dos seus Estados de origem, dez membros. Em Ministérios Públicos, por exemplo, Senador Anastasia, como o do seu Estado: o Ministério Público de Minas Gerais tem mil e tantos membros. Penso eu que talvez o senhor não conseguisse lembrar dez nomes de pessoas que se enquadrariam nessa categoria de membros que se expõem ou que expõem algumas autoridades no seu Estado.

Significa dizer o quê? Que num contexto de Ministério Público brasileiro com quase 15 mil membros na totalidade, nós citamos pouco mais de uma dezena no País todo. Vamos até exagerar: com certeza menos de 50 nomes no Brasil todo. E esses nomes, esses que se expõem ou expõem os demais, esses nomes, em chegando ao Conselho Nacional do Ministério Público, estão sendo responsabilizados; podem vir a ser responsabilizados por essa exposição. É um tema preocupante. O Conselho Nacional editou já recomendações, tanto o Plenário, bem como a Corregedoria Nacional; recomendações no sentido de evitar essa exposição e prevendo a possibilidade de até mesmo responsabilização no futuro.

Senador, eu teria aqui inúmeras outras perguntas, mas eu peço perdão aos Senadores cujas perguntas não pude responder.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Fábio. De fato, nós também lamentamos, o prazo é exíguo, e os temas são muitos. Mas V. Exª, como todos os colegas, conseguiu, de fato, com a síntese que lhe é própria, apresentar os pontos mais importantes.

Eu aproveito para dar sequência, solicitando aos nossos convidados atenção ao que estar sendo dito aqui, para passar a palavra ao nosso Dr. Erick Venâncio Lima do Nascimento para também suas respostas pelo prazo de dez minutos.

O SR. ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria também de agradecer-lhes as perguntas.

É difícil falar depois de cinco capacitados colegas que já responderam a todas as perguntas que nós vamos ter que renovar. Vou tentar ser bastante breve, até pelo adiantado da hora, mas tratar de todas as que foram feitas.

Inicialmente, em relação ao questionamento feito pelo Senador Pimentel, de como o CNMP pode auxiliar na questão de mediação e arbitragem, na solução de conflitos sem a sua judicialização. Eu lembrei, na hora em que o senhor formulou essa pergunta, de uma atuação do Ministério Público, que o CNMP pode estimular para todos os Ministérios Públicos do Brasil, que é a questão dos acidentes de trânsito, do recebimento de seguros DPVAT. O Ministério Público tem feito esse trabalho de chamamento do cidadão para que, através do Ministério Público, seja feita essa mediação. É óbvio que nós temos que estudar em relação a isso a questão também de você tirar isso da atividade da advocacia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a quem caberia esse tipo de trabalho, mas é uma importante iniciativa que pode ser implementada nos demais Ministérios Públicos.

Quanto às perguntas do Senador Eduardo Amorim, inicialmente em relação à atuação administrativa e financeira do CNMP, o CNMP tem implementado instrumentos de transparência e também de uniformização de critérios de gestão. Isso tem sido muito importante na atuação do Ministério Público, e nós cremos que deva ser ampliado, deva ser muito mais voltado para essa uniformização de critérios.

O Senador Armando Monteiro tratou acerca do teto remuneratório. Isso já foi respondido por todos os que me atenderam. Realmente aqui nós temos um grande problema que é a reserva de lei. Nós já temos aí a PEC 449, de 2016, da qual foi Relatora, salvo engano, a Senadora Kátia Abreu, que trata dessa questão do teto, separa o que é indenizatório e o que é remuneratório. E nós temos que avançar nisso na Câmara dos Deputados, para definir de uma vez por todas. O CNMP não pode simplesmente editar uma resolução e tratar disso, achar que está resolvendo esse problema definitivamente, porque não vai.

Nós precisamos dar inovação legislativa, porque, senão, nós vamos acabar caindo em situações como temos hoje do auxílio-moradia. Nós temos o auxílio-moradia que está regulamentado pela Resolução 117 do CNMP, mas que foi regulamentado com base na decisão liminar de uma ação civil originária da qual é relator o Ministro Luiz Fux e que não foi julgada ainda. Então nós ficamos nesse limbo. Até acho que injustamente essa resolução do CNMP é criticada, mas ela foi feita com base nos critérios estabelecidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que por enquanto vigora. Então acho que a solução realmente é a solução legislativa.

No que diz respeito à excessiva exposição, obviamente são casos pontuais. O Ministério Público há que atuar, como tem atuado, do ponto de vista disciplinar. A Corregedoria ditou resolução nesse sentido e o próprio Plenário já editou resolução nesse sentido também. Ainda que pontuais devem ser punidas. A comunicação do Ministério Público deve ser institucional. Existe o princípio da publicidade, mas o princípio da publicidade para a comunicação institucional, não para a exposição pessoal. Então temos que conter essas iniciativas.

Em relação aos questionamentos feitos pelo Senador Sérgio Petecão, inicialmente o primeiro questionamento do regime disciplinar diferenciado que não é o prisional obviamente, mas o que acontece é que o Ministério Público... Há a Lei Orgânica do Ministério Público dos Estados e há a Lei Orgânica do MPU. E nós temos, em relação a regime disciplinar, mais 26 legislações estaduais. Então, é extremamente difícil você estabelecer critérios únicos. Isso já foi tentado, inclusive, via uma resolução do CNMP, mas o Plenário do CNMP entendeu que isso também é reserva legal. Há, inclusive, a PEC 291, de 2013, que trata dessa questão da unificação do regime disciplinar do Ministério Público. Nós entendemos que isso resolva a questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O outro questionamento formulado pelo Senador Sérgio Petecão foi em relação à criminalização de pareceres. E aqui eu vou para a mesma resposta que já foi dada anteriormente, de que efetivamente, no momento em que nós e, em especial, o Senado rejeitamos a questão do crime de hermenêutica, você não pode responsabilizar o advogado simplesmente por ter formulado um parecer, dado uma opinião técnica num determinado processo. Eu não estou querendo dizer que não há casos obviamente pontuais, em que há conluio, há o parecer que é encomendado para a obtenção de proveitos ilícitos. Isso deve efetivamente ser punido. Agora, não há como generalizar essa questão.

Avançando aqui, em relação às questões do Senador Flexa Ribeiro, dos limites atuais da Defensoria, obviamente não pode ser aceito que um valor absoluto, um valor financeiro absoluto seja tido como representativo da necessidade de a pessoa ser ou não socorrida pela Defensoria Pública.

Dos questionamentos do Senador Hélio José em relação a demandas corporativas, tratei disso na minha manifestação. É impossível que o Conselho Nacional do Ministério Público não tenha pautas corporativas. Agora, o que nós temos que lutar é para que essas pautas não dominem a pauta do Conselho Nacional do Ministério Público. Efetivamente nós temos que trabalhar para a melhoria da atividade administrativa e financeira, da melhoria da apuração disciplinar do Ministério Público brasileiro. E a pauta corporativa realmente deve ficar num segundo plano.

Em relação à exposição, a mesma pergunta feita pelo Senador Armando Monteiro.

E, finalmente, a questão de vital importância que foi trazida pela Senadora Simone Tebet em relação ao foro por prerrogativa de função: Senadora, eu sou advogado e me fiz na advocacia eleitoral, que tem dessas nuances de uma constante modificação. Em todo período pré-eleitoral, na véspera de eleição, nós temos uma nova estrutura legislativa, à qual nós temos que nos adaptar. É um problema terrível você legislar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu gostaria de solicitar, por gentileza, aos senhores que estão em pé, atrás, conversando, que, por favor – nós já nos encaminhando para o final da reunião –, mantenham a ordem e o silêncio protocolar de uma reunião do Senado da República. Por favor, silêncio e ordem.

Com a palavra, para conclusão, o nosso eminente sabatinado.

O SR. ERICK VENÂNCIO LIMA DO NASCIMENTO – Um problema é você legislar tomando por base uma fotografia e não um filme, como deveria ser. É impossível você legislar com base num momento, numa pressão da opinião pública, mas é um assunto que deve ser demandado pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, mas que provoca bastante preocupação. Infelizmente, o CNMP não tem como avançar nessa questão, a não ser opinando do que entende como razoável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Sr. Presidente, com essas considerações, era o que eu tinha a responder das perguntas que foram formuladas.

Gostaria de agradecer o espaço e me colocar à inteira disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dr. Erick.

Antes de passar a palavra ao Dr. Leonardo Accioly, o Senador Randolfe solicita a palavra, que está concedida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Serei breve, Sr. Presidente.

Na verdade, eu estava na reunião de Líderes. Lamentavelmente, ainda não foi resolvido o problema da onipresença e da onisciência. Não podemos estar em dois locais ao mesmo tempo. Da reunião de Líderes, tive que vir para cá.

Inclusive, achei muito pertinente a pergunta da Senadora Simone Tebet sobre o foro por prerrogativa de função, porque foi confirmado agora, Senadora, na reunião de Líderes, que finalmente votaremos a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013, de autoria do Senador Alvaro Dias e de que tenho a honra de ser Relator, que, em nosso relatório, põe fim ao foro por prerrogativa de função no Brasil como ele existe atualmente, remanescendo apenas a existência do foro para Presidente da República, Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A Senadora Simone... Já sei estamos na fase final das perguntas, já estamos no derradeiro minuto e hora, mas a Senadora Simone fez uma provocação importante que eu quero reiterar, na verdade, nos mesmos termos da provocação.

Gostaria de ouvir a opinião dos que ainda não responderam e vão responder em relação à Proposta de Emenda à Constituição 10, de 2013, levando em consideração que, reitero, nós temos hoje 37 mil autoridades no Brasil que possuem o foro por prerrogativa de função, inclusive os senhores – inclusive os senhores.

Nessa proposta, nós extinguiremos o foro como existe atualmente. Notadamente, alguns dos senhores que estão nesta Mesa estão aqui em nome da advocacia. Nunca é demais destacar a recente visita que tive com o Sr. Lamachia, Presidente da OAB, que, em sua opinião particular – que, obviamente, não é a opinião da OAB –, manifestou pensamento sobre essa proposta de emenda à Constituição nessa versão.

Eu não acho adequado. Repito: eu não acho adequado. Acho que não existe, em primeiro lugar – é a minha convicção –, um foro e um meio foro. Eu não acho adequado também haver o fim do foro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para os membros do Congresso Nacional e não haver o fim do foro para todas as outras demais milhares de autoridades. Acho que não pode existir distinção. Isso seria uma distinção indevida que criaríamos diante da lei, principalmente e notadamente conforme preceitua o art. 5º.

O fato é esse. Essa é a versão apresentada. Essa é a versão que o Senado amadureceu dessa proposta de emenda à Constituição. É uma versão, inclusive, que tem, claramente, apoio popular, e eu acharia de bom-tom e importante ouvir a opinião remanescente dos que ainda não se manifestaram sobre este tema.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Simone Tebet. Depois, darei a palavra ao Senador Eduardo Braga.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Apenas para deixar muito clara, novamente, a minha posição – o próprio Senador Randolfe disse que estava numa reunião de Líderes e deve ter visto parte da minha provocação –, sem querer polarizar com o Senador Randolfe, até porque não há polarização.

Nós pensamos de forma similar em relação à questão de que chegou o momento de se rediscutir e, realmente, colocar o fim numa prerrogativa de função nos moldes do que existe hoje, mas apenas para fazer aqui, no bom debate, uma pequena consideração e, nesse ponto, divergir do Senador Randolfe.

Eu acho justo o fim do foro privilegiado para os Senadores da República, para os Deputados Federais, para os Deputados Estaduais e até para os vereadores naqueles Estados onde, porventura, eles tenham prerrogativa de função pela sua lei orgânica municipal ou, às vezes, pela Constituição do Estado, estendendo a todos os vereadores de um determinado Estado, porque nós não somos gestores públicos. Nós não mexemos e não somos ordenadores de despesa. Dificilmente, alguém vai entrar com uma provocação, com uma ação criminal contra o legislador, a não ser pelo crime comum: dirigiu embriagado, um homicídio. Isso tem que ser tratado igualmente porque o que está sendo colocado aí é uma ação criminal como cidadã, como cidadão. Agora, dizer que um Deputado ou um Senador é igual a um governador ou mesmo Presidente da República no exercício da sua função não é atender ao princípio da igualdade, porque o que acontece na prática? E eu trago essa questão corajosa, como foi colocado aqui – é preciso enfrentar a questão –, porque é muito fácil, passionalmente, se legislar para o presente, mas pode ser desastroso para o futuro. Eu pergunto: hoje quantas pessoas de bem – advogados, comerciantes, professores, servidores públicos, líderes comunitários – vão querer largar a sua atividade, ser prefeitos nos seus Municípios ou governadores de Estado e estar sujeitos, a qualquer momento... Porque não é o cidadão comum de bem que entra e pede uma representação junto ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

promotor. Quem entra com uma ação contra o prefeito do seu Município, quem entra com uma ação contra o governador do Estado em período eleitoral é o adversário, para querer ganhar no tapetão.

E mais grave do que isso: quem entra com uma ação todo dia e fica fazendo da porta do gabinete do Promotor de Justiça uma arena política eleitoral é aquele que perdeu no processo licitatório – e são centenas, quase milhares, que o governador autoriza por ano –, que vai ali querer fazer daquela arena uma arena eleitoral e não judicial. Aí eu fico perguntando. Você imagine... Eu mesmo não vou querer ser Executivo nunca mais na minha vida, porque vou estar, num único ato, autorizando um processo licitatório, adjudicando, homologando o processo licitatório, estar sujeita a que, a qualquer momento, aqueles que perderam o processo entrem com uma ação, não na capital. Por isso que eu coloquei, Senador Randolfe, que vamos ter que debater daqui para a frente a alteração do Código de Processo, estabelecendo, pelo menos, como um filtro, que a comarca competente é da capital. Senão, nós teremos governadores do Estado respondendo ações nos... São quantos Municípios de Minas Gerais, por exemplo? Porque o meu só tem 79.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Em 853 Municípios, respondendo ações. Ou seja, colocando o seu patrimônio, o pouco que tem, colocando o seu tempo, envolvendo, muitas vezes, até a família, que fica exposta.

Então, no momento em que estamos vivendo, é simplista você dizer que, diante do clamor popular, vamos fazer aquilo que a população quer. Temos, mas temos que ter a responsabilidade de, junto do senso comum, ter sensatez e equilíbrio naquilo que estaremos votando.

Estamos votando uma emenda constitucional. Nós vamos hoje extinguir o foro privilegiado. Agora, imediatamente após, nós teremos que alterar o Código de Processo para estabelecer regramentos, sob pena de estarmos excluindo da sociedade, da classe política, da política brasileira, pessoas de bem, honestas, idôneas, que não vão querer sair da sua atividade para exercer gestão pública.

Repito: nós somos desiguais, sim, legislador e Executivo. Sou a favor de que acabe o foro privilegiado em relação ao Poder Legislativo: Senadores, Deputados, vereadores. Em relação aos chefes do Poder Executivo, tenho minhas dúvidas em relação a quão desastrosa será a situação daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Bom, Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer a V. Exª, cumprimentar todos os nossos sabatinados e indicados no dia de hoje. Sinceramente, acho que foi uma reunião importantíssima, em que tivemos sete indicados, entre sabatinados do CNJ e do CNMP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de fazer um breve comentário com relação não a perguntas, mas a posicionamentos, que gostaríamos de fazer, tanto ao CNJ quanto ao CNMP, eu me permitiria fazer um comentário, Senador Randolfe e Senadora Simone Tebet, a respeito dessa questão do fim do foro.

Eu sou a favor do fim do foro privilegiado ou especial, como queiram chamar, para todos os níveis, porque acho que a regra precisa ter a exceção, e não a regra ser uma exceção que generaliza a todas as autoridades as exceções necessárias. Trocando em miúdos, acho que hoje, no plenário, na votação em segundo turno, faremos um esforço ainda, numa emenda de redação, de aprimorarmos aquilo que foi aprovado no primeiro turno pelo Senado da República, e que é um caminho.

Isso não significa dizer, e aí a Senadora Simone Tebet tem toda razão, que não tenhamos de fazer adequações para fazer a graduação necessária do que significa o fim do foro privilegiado, ou especial. E é preciso estabelecer como esse regramento deverá ser estabelecido para todos, não apenas para os Parlamentares, não apenas para os políticos, mas para todas aquelas autoridades que exercem funções públicas e que podem, a partir das suas funções públicas, de alguma forma influenciar naquilo a que estamos assistindo o País enfrentar de uma forma, diria eu, altamente democrática. O Brasil tem dado demonstrações de que cresceu numa democracia madura, pois já vivemos situações extremadas, passamos por dois processos de *impeachment,* nossa democracia permanece de pé, mas é preciso compreender que, talvez, o pior de todos os regimes seria termos um regime de exceção cujo Judiciário seja o órgão judicante, o órgão legislador, o órgão executor e que funcione como o único poder existente na nossa democracia.

Isso não pode acontecer, porque esse tipo de ditadura também não pode ser defendido pelo povo brasileiro, e não será defendida pelo povo brasileiro. O que o povo brasileiro quer é uma democracia transparente, em que todos tenhamos os deveres e as obrigações para com a Nação brasileira, para com o cidadão brasileiro. E que todos possamos ser transparentemente julgados, com regras, com condições claras e com amplo direito de defesa, para que todos possamos exercer esse amplo direito de defesa.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar, porque acho que, tanto o Conselho Nacional do Ministério Público quanto o Conselho Nacional de Justiça foram criados exatamente como órgãos externos para o controle da magistratura e para o controle, o funcionamento e o aprimoramento, em nome da sociedade, sobre o Ministério Público.

E aí existem questões que estão permeando a sociedade brasileira de uma forma dramática. A questão do sistema prisional, por exemplo, é uma delas. E acho que tanto o CNMP quanto o CNJ precisam ter posicionamentos cada vez mais ativistas com relação a esta questão, porque estão exatamente na execução da lei penal muitos dos busílis dos problemas que avolumam uma superpopulação carcerária. E eu lia recentemente um dado estrondoso: a explosão da população prisional brasileira *versus* os indicadores que nós passamos a ter na segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E ainda ouvi, de forma mais estarrecida ainda, a entrevista de um grande brasileiro, Drauzio Varella, onde ele diz que a hegemonia de uma facção criminal dentro de um sistema prisional trouxe regramento e segurança para o sistema prisional.

Ora, isso é a demonstração inequívoca da falência do Estado; essa é a demonstração inequívoca da falência do Estado como aparato de segurança, a partir do momento em que o preso, para se sentir mais seguro, precise estar debaixo da hegemonia de uma facção criminosa; onde a opção sexual é, inclusive, mais respeitada em função do comando ali dentro. E quem disse isso não é o Senador Eduardo Braga, quem disse isso em rede nacional foi um brasileiro que eu respeito – já li várias obras dele – como um dos maiores conhecedores do sistema prisional brasileiro. Ora, algo há de podre, de errado nisso, e o CNMP e o CNJ não podem ficar como parte isolada ou alheia a essa questão com tamanha gravidade.

Outra questão que me parece, Sr. Presidente, que precisa ser colocada, quando temos uma reunião na CCJ com tamanha magnitude, porque, aqui, se analisarmos, estamos aprovando o nome de sete novas autoridades que vão para dois conselhos que têm um papel fundamental.

E aí eu me refiro, Sr. Presidente, a uma outra questão jurisdicional, que diz respeito à questão, por exemplo, das áreas isoladas num país de dimensão continental.

Ora, o Brasil não tem reputação, informação ou informações públicas de que sejamos grandes produtores de droga. No entanto, as nossas fronteiras são, talvez, os maiores corredores de entradas de droga, e nós passamos a ser uma rota internacional de drogas. Lamentavelmente, isso acontece em várias Regiões do Brasil, mas notadamente na região do meu próprio Estado.

Ora, quando analisamos a fronteira do nosso Estado, do Estado do Amazonas, uma fronteira isolada, onde a presença das Forças Armadas é essencial, ficamos assustados com determinadas decisões.

Por exemplo, nós temos uma BR, que é uma BR fundamental para a integração da nossa região de fronteira, conhecida como BR-307, mas mais conhecida como Perimetral Norte, que interliga determinadas áreas. E, há oito anos, Sr. Presidente, há oito anos, há a autorização para que o Exército possa fazer a recuperação viária dessa estrada, que está impedida por uma ação do Ministério Público Federal – há oito anos.

E o Conselho Nacional do Ministério Público precisa trazer isso a lume de um debate de um Conselho que representa um órgão de controle externo de doutrina, porque, nessa questão, o que estamos falando é que todo o aparato do Estado... E aí volto ao Drauzio Varella: da mesma forma em que perdemos a competência de exercer a função do Estado dentro do sistema prisional, estamos perdendo a função do Estado em nossas fronteiras por absoluta inexistência de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ora, essa é uma questão em que os Conselhos precisam atuar, para que nós possamos ter respostas a dar à nossa população. E essas questões, Sr. Presidente, me parece que podem, sim, sofrer grandes contribuições, seja do CNJ, seja do CNMP.

Creio que, com relação às outras perguntas que gostaria de colocar. Muitas delas – pude acompanhar uma parte desta audiência, que foi, como sempre, brilhantemente conduzida por V. Exª, com a participação dos nossos colegas Senadores e Senadoras – foram amplamente debatidas, mas fica aqui uma questão que tenho visto com algum pesar: o fechamento de comarcas no interior do nosso País por decisões que estão sendo feitas em que os tribunais fecham comarcas, agrupam comarcas, muitas vezes com distâncias continentais, porque, no meu Estado, cabem nove países da Europa.

Então, Senador Pimentel, extinguir 14, 15, 16 comarcas no Estado do Amazonas é obrigar que um juiz tenha jurisdição sobre área equivalente à França.

Como fazer com que aquele cidadão consiga ter acesso à Justiça? Nós estamos tratando de uma outra coisa a que o Conselho de controle externo da magistratura precisa também estar atento, porque, no afã de fazermos economias em nome de reforços de determinadas estruturas, nós estamos acabando tomando decisões que, a meu juízo, estão trazendo grave precariedade...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Isso é em todo o Território nacional.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM) – Isso é em todo o Território nacional. Eu falo em nome do Amazonas, mas eu sei que isso está acontecendo no Ceará, eu sei que isso deve estar acontecendo em outros Estados, e isso está trazendo um retrocesso. E mais: em algumas regiões, nós sequer podemos fazer aquilo que chamamos de processo eletrônico, porque, em algumas regiões da Amazônia, a internet ainda está na era dos megabytes. Nós não temos nem meio G, quanto mais 1G. Então, fazer um processo digitalizado, um processo digital, etc., isso não existe na nossa região. Não é no meu Estado não. Estou falando de Roraima, eu estou falando do Amapá, eu estou falando do Acre, eu estou falando do Pará, eu estou falando do Amazonas, eu estou falando da Região Norte, e, com certeza, nos grotões do Brasil, não é diferente.

No mais, eu quero cumprimentar todos os indicados e sabatinados pela qualidade do debate. Pude observá-los, pude acompanhar, recebi um resumo da nossa assessoria sobre a *performance* de cada um durante esse debate e essa sabatina, e queria cumprimentá-los individualmente e publicamente.

Já exerci meu direito de voto na Comissão e o farei posteriormente no plenário, mas faço questão de deixar aqui o meu registro pela qualidade e, mais uma vez, cumprimentar o Senador Anastasia pela forma brilhante com que conduziu esta reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, que, como V. Exªs perceberam, se manifestou de maneira muito veemente e correta sobre temas que serão de apreciação dos senhores. Caso sejam aprovados, certamente levarão em consideração especialmente a questão penitenciária.

O último sabatinado a responder será o Dr. Leonardo Accioly da Silva, para o qual eu peço, por gentileza, atenção especial ao que foi acrescido pelo Senador Randolfe. Também, se V. Exª pudesse fazer algum comentário sobre o que disse o Senador Eduardo, seria muito conveniente.

E, abusando da condição de Presidente – como nós temos advogados, procuradores e membros do Ministério Público à Mesa, e V. Exª é advogado –, eu vou pedir, na questão do Senador Randolfe, que acresça à resposta o Dr. Fábio Stica, que é Procurador de Justiça e foi Procurador-Geral do seu Estado, chefe do Ministério Público por várias vezes, para comentar a questão do foro mais um pouquinho para atender à indagação do Senador Randolfe, já que V. Exª já se manifestou sobre isso, mas para ter também uma resposta para o Senador Randolfe.

Então, em primeiro lugar, para sua conclusão, Dr. Leonardo Accioly; depois, Dr. Fábio, antes de encerrarmos essa fase da reunião.

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – Senador Anastasia, eu responderia inicialmente às indagações e às considerações feitas pelo Senador Eduardo Braga, que eu acho que se coadunam com o que foi dito e com o que foi indagado também pelo Senador Pimentel, que foi o primeiro a se pronunciar.

Creio, efetivamente, no tocante à questão do fechamento das comarcas e da administração do Judiciário, que o que falta no Judiciário brasileiro, a meu ver, é gestão e comunicação; gestão, no sentido de aplicação de boas práticas, e comunicação no sentido de convocar a sociedade civil para opinar no tocante a questões importantes do Judiciário. V. Exª comentou o fechamento de comarcas, mas eu posso citar um exemplo no meu Estado de Pernambuco. Não é tão grande quanto o Estado do Amazonas, mas tem problemas semelhantes aos que existem no Estado do Amazonas. E lá, no Estado de Pernambuco, foi criada uma câmara regional para atender às demandas das diversas comarcas do sertão e agreste do interior de Pernambuco. Essa comarca se localiza na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco, e, a partir desse momento, todas as comarcas do Sertão – Caruaru é no Agreste, mas de lá para o Sertão – seriam atendidas por essa câmara regional.

Isso foi um verdadeiro desastre para muitos advogados. Por quê? Porque, antes, aqueles que podiam e tinham condições iam a Recife de avião para protocolar seus processos, para praticar seus atos judiciais, e agora têm que andar 400km para fazer esse mesmo protocolo porque a câmara regional de Caruaru fica a 400km de Petrolina ou de Araripina, por exemplo. E por que isso foi feito dessa forma? Faltou interlocução com a sociedade, interlocução com a advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Da mesma forma, aconteceu com o PJE, Processo Judicial Eletrônico. Entendo, acredito, creio – a OAB também entende, de maneira geral, isso – que é um meio importante para o acesso ao Judiciário. De fato, é, mas a implantação do Processo Judicial Eletrônico, da forma açodada como foi feita, não observando a questão regional, porque muitos têm dificuldade de acesso à internet, à banda larga, foi, de fato impeditivo e um dificultador do acesso à Justiça. Então, eu responderia a essa primeira ordem de questionamento nesse sentido e creio que também estou respondendo ao Senador Pimentel.

Com relação ao sistema prisional – foi colocado por mim brevemente na minha exposição, mas posso aprofundar na resposta agora –, entendo que o CNMP tem que ter uma condição, uma atitude ativa diante disso, promovendo o diagnóstico, que já faz com muita competência hoje. Tive a oportunidade de, antes da sabatina, estudar os números e vi que, de fato, o CNMP se debruça diante dessa condição, mas creio que deva haver também um incremento da implantação de políticas no sentido de resolver a questão penitenciária, sobretudo no que se refere ao número de presos provisórios que existe no Brasil: em grande número, em número desproporcional àqueles presos que já estão condenados. Nesse sentido, acho que o CNMP pode e deve continuar a atuar, e essa atuação deve ser evidentemente feita de maneira a se comunicar também com a sociedade civil.

Respondendo à indagação sobre a questão do foro, feita pela Senadora Simone Tebet e, depois, secundada pelo Senador Randolfe, minha posição com relação a isso é a mesma posição da OAB: defendo o fim do foro por prerrogativa de função para todas as esferas, com exceção do que foi excepcionado no próprio projeto de emenda à Constituição, mas concordo com a Senadora em que deve haver um aprimoramento da legislação processual para que se evite justamente a criminalização da atividade política no Brasil.

Tenho advocacia em vários Estados da Federação e no interior desses Estados, e posso testemunhar que, muitas vezes, a Administração Pública fica engessada em razão de uma fiscalização, que é necessária, obviamente, que deve ser feita com rigor, mas que muitas vezes promove casos, por exemplo, de um prefeito que tem que acompanhar um termo de ajustamento de conduta para a realização de uma obra pública e o faz, às vezes, sem ter orçamento para essa obra. Posteriormente, o Ministério Público vai e processa aquele prefeito porque não havia previsão orçamentária para fazer aquela obra. E aquilo, sendo feito na comarca onde ele exerce a sua atividade política, obviamente, terá um reflexo eleitoral negativo para aquele gestor municipal.

Concordo, a minha posição é a mesma posição da OAB: apoio o projeto de emenda à Constituição, que deve ser aprovado, segundo foi dito aqui, através de um acordo de Líderes. Eu acho que é um grande avanço para o Brasil, e os Senadores da República Federativa do Brasil estão de parabéns por terem o amadurecimento de trazer essa discussão. Mas eu creio que, secundada essa discussão, deve haver uma adaptação da legislação processual para que se corrijam algumas distorções, tal como essa que a Senadora Simone Tebet colocou, isto é, talvez a criação de um foro estadual ou algo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dessa natureza para que, de fato, minorem-se as consequências políticas de ações que possam ter correlação com uma eventual perseguição política de alguém que vise a perseguir aquele gestor público.

Seguindo o roteiro de indagações, vou responder ao Senador Roberto Rocha com relação à minha opinião sobre as conduções coercitivas e à delação premiada. Vou tentar ser breve, porque há várias outras questões aqui a serem discutidas.

A condução coercitiva é um meio existente na legislação processual penal brasileira. É um meio existente e válido de ser utilizado quando existe necessidade de ser aplicado. Para mim, a legislação processual é clara, límpida e macroscópica no sentido de se entender que essa condução só pode ser efetuada quando o depoente, a testemunha ou quando o próprio acusado ou réu no processo penal se nega a prestar o depoimento. Fora dessas hipóteses, eu entendo que não é possível.

O Judiciário tem entendido que, excepcionalmente, pode ser feita a condução coercitiva pelo seu poder geral de cautela, mas eu creio que esse poder não pode superar a límpida prescrição normativa no sentido de se condicionar à negativa do depoente. E eu creio que a OAB, em boa hora, ingressou com uma ADPF justamente para atacar os excessos que ocorrem com as conduções coercitivas.

Com relação à delação premiada, da mesma forma, é um mecanismo, um meio que existe na legislação brasileira. Não é novidade na legislação internacional, ou seja, no direito comparado existem exemplos, como no direito americano, onde, ao que me parece – e antes de vir aqui procurei me inteirar sobre esse assunto –, quase que 90% das causas são resolvidas em acordos do Ministério Público com as partes. Só não acho que o instrumento da delação premiada deva ser utilizado de forma abusiva como, infelizmente, hoje, a gente pode observar que, em algumas situações, é utilizado. Existem processos onde a grande maioria dos réus são delatores; e, aí, não sobra ninguém para se delatar no final das contas.

E creio que existe também uma antinomia legal – é uma opinião pessoal, mas eu acho que os colegas da Ordem compartilham dela – com a legislação que foi aprovada recentemente, no bojo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que garante a participação dos advogados nos processos de investigação de uma maneira geral, não só nos inquéritos policiais, mas também nos processos de colaboração premiada e nos processos investigatórios criminais, ambos procedimentos que não são inquéritos *stricto sensu*, mas são processos de investigação.

Creio que o sigilo que é imposto ao acusado – e, no caso da colaboração premiada, até a data da denúncia – viola essa prescrição legal que garante a participação do advogado no inquérito policial, aquele advogado que tenha procuração constituída nos autos.

Voltando só um ponto, com relação à condução coercitiva, que eu não coloquei, também entendo que em boa hora este Senado Federal, por meio da aprovação da Lei de Abuso de Autoridade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

relacionou entre as hipóteses a condução coercitiva fora das hipóteses legais, e na verdade justamente é dito isso *ipsis litteris* no projeto aprovado aqui pelo Senado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – É dito *ipsis litteris:* fora das hipóteses legais – e a hipótese legal é: a testemunha, o acusado deve efetivamente se negar a depor para que possa ser feita a condução coercitiva.

Rapidamente, com relação a... São várias outras questões, acho que não vai haver tempo de responder a todas, mas rapidamente eu peço, como foram feitos outros questionamentos, uma pequena tolerância.

Com relação aos advogados pareceristas – foi uma pergunta feita –, acompanho o entendimento externado anteriormente pelos meus colegas. Acrescento apenas que, no caso do advogado, a opinião que o advogado dá, enquanto parecerista num processo licitatório, faz parte de uma das características da sua profissão como advogado, que é a imunidade profissional. Então ele não pode... Derrubou-se o crime de hermenêutica no projeto que discute o abuso de autoridade. Da mesma forma, um advogado não pode ser penalizado por opinião – e num parecer licitatório, que por definição não tem natureza vinculativa, o administrador não é obrigado a seguir aquele parecer. Então você entender e criminalizar, como disse o Erick anteriormente...

Concordo que nem todos os casos dizem respeito efetivamente a uma atuação lícita do advogado parecerista. Mas em grande parte dos casos – eu sou advogado em ações que discutem essa matéria –, em grande parte, isso de fato faz parte da característica da imunidade profissional que o advogado está a exercer quando profere um parecer.

São várias outras questões, Presidente. Com relação à questão dos subsídios, acompanho o entendimento dos colegas. Eu acho que a reserva legal de fato impede que se possa efetivamente andar com isso nos conselhos, mas eu acho que isso é um debate necessário à sociedade civil, e nós, como operadores do Direito e membros que temos hoje um papel diante do plano político nacional, devemos externar a nossa opinião no sentido de que devemos efetivamente limitar os salários dos agentes públicos ao subsídio e de que verba indenizatória é o que realmente seja de natureza indenizatória, ou que seja comprovada ou que seja ligada a alguma atividade extraordinária que se configure efetivamente como de indenização.

Tenho outras questões. Efetivamente o tempo se encerrou, mas...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – É, o tempo encerrou-se.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LEONARDO ACCIOLY DA SILVA – É, há algum tempo. Agradeço a todos a atenção a mim dispensada e fico à disposição para quaisquer outros questionamentos que possam ser feitos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Dr. Leonardo. V. Exª ficou por último, então naturalmente acabou que teve perguntas adicionais. Por isso fomos mais tolerantes. Mas agradeço muito a sua gentileza e a sua disponibilidade.

E agora, atendendo por final à indagação do Senador Randolfe, eu volto ao Procurador-Geral, Dr. Fábio Stica, para que se pronuncie sobre a questão do foro, sendo a última indagação a ser respondida.

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – Senador Antonio Anastasia, como disse, todo promotor de justiça, especialmente quem passou pelo júri, tem certa dificuldade, quando está à frente de um microfone, de falar pouco. Mas eu vou realmente fazer um esforço hercúleo aqui, para rapidamente tentar novamente falar sobre esse tema muito brevemente.

Minha preocupação, e por isso comunguei do entendimento da Senadora Simone Tebet, é que, em primeiro lugar é indiscutível que o foro, da forma como está hoje, quer dizer, com 37 mil autoridades no País, é algo inaceitável.

Não por outro motivo, muitas vezes há um congestionamento no Supremo Tribunal Federal, no próprio STJ, nos Tribunais de Justiça por conta exatamente dessa inflação que houve no número de autoridades que teriam direito a foro. No meu Estado mesmo os vereadores, todos do Estado, têm direito a prerrogativa de foro. Quer dizer, é algo que torna muito difícil exigir dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Superiores uma agilidade necessária.

Agora, também creio eu, comungando do pensamento da Senadora Simone Tebet, que não pode ser algo assim 8 ou 80, quer dizer, de repente nós – nós que eu digo o País, os Srs. Senadores, o Congresso Nacional de forma geral – reduzirmos de forma drástica a prerrogativa, que não é uma prerrogativa da autoridade, é uma privativa do cargo que ela exerce, impedindo muitas vezes, ou criando uma certa dificuldade, ou até mesmo tolhendo o interesse de algumas pessoas a realmente ocuparem qualquer cargo de destaque por conta dessa dificuldade.

E aqui uso a expressão até trazida pelo Senador Randolfe, de que não terão sequer o dom da onipresença muitas vezes para responder ou para participar de todas as audiências que poderão ocorrer simultaneamente num Estado grande como o Estado do Senador Anastasia num caso, por exemplo, do Governador do Estado, do Procurador-Geral de Justiça, do Presidente do Tribunal.

Com essa situação, acho que dentro da própria instituição Ministério Público, dentro do próprio Tribunal de Justiça, haverá, inclusive, um recrudescimento do interesse de membros a se candidatarem a cargos de gestão, tendo em vista não o privilégio, que, como disse no início, não considero privilégio algum, como dos Senadores, como os membros do Conselho Nacional, que hoje são julgados exclusivamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO BASTOS STICA – ... pelo Supremo Tribunal Federal, quer dizer, que não tem sequer um duplo grau de jurisdição, a meu ver isso não é privilégio. Foro privilegiado para mim não seria a palavra mais adequada, mas uma prerrogativa em razão daquele tipo de atividade que exerce.

Então, Senador Randolfe, eu, em apertada síntese, penso que essa discussão realmente é importante, o Brasil precisa, o Congresso Nacional precisa, sim, rever essa posição que hoje está posta, com 37 mil detentores de foro por prerrogativa de função, mas também, a meu ver, não poderia ser, não deveria ser uma extinção por completo, a exemplo do Procurador-Geral da República, que ficou fora dessa proposta de emenda à Constituição que está colocada, os governadores, os prefeitos municipais, os procuradores-gerais de Justiça e os presidentes de tribunal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Agradeço muito ao Dr. Fábio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois, não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Rapidamente.

Na verdade, não uma ponderação nem aparte, muito menos me contrapor, muito menos uma contra-argumentação, digamos assim. Só para deixar claro o que nós votamos aqui – Senadora Simone sabe muito bem –, nós extinguimos o foro por prerrogativa de função, e há uma regra que passa a valer, que é a regra que vale hoje para todo o cidadão: art. 69 do Código de Processo Penal. Ou seja, a regra passa a ser o local onde ocorreu o crime, como todos aqui sabem muito bem, ou a regra de continência, do juiz natural, do juiz prevento, juiz natural para aquele caso.

Então, o que aprovamos aqui foi o fim e restaurar para todas as autoridades a mesma condição em que todo cidadão é julgado atualmente.

Eu concordo – e por isso eu concordei com o que minha querida colega Simone ponderou – que o ajuste talvez tenhamos que fazer no Código Processo Penal, posteriormente.

Mas quero só deixar claro que não existe esse risco de haver um processo contra um Senador em vários lugares do País; um processo contra um governador em vários Municípios do Estado federado. Esse risco não existe porque a regra é a do art. 69 do Código de Processo Penal, a regra do local onde o crime foi cometido.

Eu reitero: temos que fazer ajustes no CPP para a nova realidade, notadamente na mesma situação, em especial, que a minha colega Simone aqui destacou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas, só deixando claro, a regra que vale para todo cidadão eu espero que, dentro em pouco, seja a regra que o Congresso Nacional vai aprovar para todas as autoridades hoje que tenham o dito foro por prerrogativa de função.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, só para aproveitar a oportunidade, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Permita-me. Quero recolher as luzes dos sabatinados e consultar aqui o Relator, Senador Randolfe, especificamente em relação ao que ele acaba de fazer.

Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Senador Randolfe, o Senador Roberto está lhe fazendo uma indagação direta. Estamos aqui antecipando, na verdade, o debate da tarde.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Exatamente, não é o momento, aqui estamos na sabatina, mas quero apenas aproveitar a oportunidade.

Quando o crime for cibernético, onde é definido o foro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente.

E há um outro detalhe aí. A lei sobre o crime cibernético já está em debate no Congresso Nacional.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Tudo bem. Estou dizendo o seguinte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – E o local hoje é o art. 69 do CPP.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Onde ocorreu o crime.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Está bem. Então, quando tiver a ocorrência do crime e definido o local, tudo bem, claro, a primeira regra é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segunda regra é onde está o domicílio eleitoral, correto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não. A regra do CPP. Repito: Código de Processo Penal, art. 69.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O local do crime.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sim, em primeiro lugar. Segundo, área conurbada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Segundo, do domicílio do cidadão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Área conurbada. A gente não sabe onde começa uma cidade e termina outra na região metropolitana. Aí, há dúvida de onde é o crime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – O juiz prevento, o juiz natural e, terceiro, o domicílio do réu.

(*Soa a campainha.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu vou lamentavelmente, com muito pesar no coração – porque esse debate será travado hoje à tarde no plenário, e estamos aqui no meio de uma sabatina –, pedir a compreensão e a vênia dos colegas para concluirmos aqui a votação.

Aliás, a votação já foi feita. Indago se algum dos Srs. Senadores não votou. Senão, vou determinar à Secretaria que imediatamente abra a votação para concluirmos. Nós teremos depois, na segunda etapa, somente dois assuntos muito rápidos antes de encerrarmos.

Senadora Simone, V. Exª quer se manifestar?

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não, Sr. Presidente. Como autora da celeuma, eu quero justificar que esse debate é um debate que pertence aos Senadores, não constrangendo nem ocupando mais o tempo dos ilustres sabatinados.

Eu não quis – e peço desculpas – trazer para essa sabatina uma questão que é nossa, a ser resolvida posteriormente, após a aprovação da emenda constitucional do Senador Alvaro Dias.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senadora Simone Tebet.

Está encerrada a votação.

Vamos fazer agora a apuração.

Determino à Secretaria que faça a apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Temos ali, portanto, a aprovação.

Vou fazer aqui a proclamação formal do resultado para determinar o encaminhamento a Plenário.

Resultado.

Em relação ao indicado André Luis Guimarães Godinho: 26 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Está aprovado. Vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Valdetário Andrade Monteiro: 26 votos SIM; nenhum NÃO.

Está aprovado pela Comissão.

A matéria vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Sebastião Vieira Caixeta: 26 votos SIM; nenhum NÃO.

Está aprovado.

A matéria vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Marcelo Rabello de Souza: 26 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Está aprovada a sua indicação.

A matéria vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Fábio Bastos Stica: 26 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Está aprovada a indicação.

A matéria vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Erick Venâncio Lima do Nascimento: 25 votos SIM; um voto NÃO.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está aprovada a sua indicação.

A matéria vai a Plenário. (*Palmas.*)

Dr. Leonardo Accioly: 25 votos SIM; um voto NÃO.

A matéria foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai a Plenário para votação final.

Proclamo assim o resultado. (*Palmas.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pois não, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria será encaminhada a Plenário ou posso pedir urgência?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pode pedir urgência.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, eu peço urgência, para que a matéria seja encaminhada a Plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Está bem.

Coloco em votação.

Aqueles que estejam de acordo com o requerimento de urgência... (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria que tome as medidas.

Agradeço a presença e cumprimento todos os indicados, desejando felicidades.

Vamos dar continuidade à segunda fase da reunião.

Item extrapauta.

Vou suspender por 30 segundos para uma foto, para dar continuidade à reunião.

(*Suspensa às 13 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 46 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Srªs e Srs. Senadores, estão reabertos os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu peço, por gentileza, a atenção de todos, pois vamos agora ao item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 39

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2016

- Não terminativo -

Ementa do Projeto*: Cria o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – PNATRANS; e acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos.*

Autoria do Projeto: Deputado Beto Albuquerque e outros

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Roberto Rocha

Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLEN, com duas subemendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito breve.

Este projeto, cuja votação é muito oportuna...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Eu pediria agora às senhoras e aos senhores, por gentileza, que permitam a continuidade da reunião, porque estamos em processo de deliberação.

Pois não, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Este projeto, que é de autoria do nobre Deputado Beto Albuquerque, que nasceu na Câmara dos Deputados e veio para esta Casa, foi votado há poucos dias nesta Comissão. E retorna, em virtude de uma emenda do Senador Medeiros, que propõe apenas a inclusão da Polícia Rodoviária Federal. E eu concordo com a proposta do Senador Medeiros. E permito-me o direito de dispensar a leitura deste relatório, que já foi feita na votação passada, do mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Faço apenas uma subemenda de redação para corrigir a emenda do Senador Medeiros, para que a gente tenha subemendas à Emenda nº 2, duas subemendas, que estão na Secretaria da Mesa, e pedindo a V. Exª que ainda hoje a gente tenha a oportunidade, no Plenário do Senado, de votar essa matéria em homenagem ao Maio Amarelo, para que imediatamente seja enviado à Câmara dos Deputados, para também, se possível em regime de urgência, poder voltar para que o Presidente da República tenha a oportunidade, se possível, de sancionar essa importante lei ainda neste mês de Maio Amarelo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à Emenda nº 2 de Plenário, com as Subemendas nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria vai a Plenário. Ela já tem urgência, Senador Roberto Rocha, nesta Comissão e deverá, portanto, ser encaminhada à Mesa nessa condição.

Nós vamos apreciar agora, por fim, o Requerimento nº 2017, encaminhado pelo Senador Ronaldo Caiado, que tem o seguinte teor.

EXTRAPAUTA

ITEM 40

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão para debater o PLS n.º 326, de 2016, de autoria do Senador Dario Berger, que institui a Política Nacional de Defesa Agropecuária, com a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1. Luis Rangel, Secretário de Defesa Agropecuário do Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2. Representante da Frente Parlamentar da Agropecuária;

3. Maurício Rodrigues Porto, Presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA);

4. Inácio Afonso Kroetz, Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná;

5. Gabriel Amorim, Presidente da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária - ANTEFFA.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, não só agradeço a leitura de V. Exª do nosso requerimento de audiência pública, como também quero focar na importância desse debate neste momento onde o setor, principalmente da pecuária, vem sofrendo, nessas últimas operações feitas pela Polícia Federal, uma interpretação, como se o processo fosse junto ao setor produtivo primário, o que não é; na verdade é em relação às plantas frigoríficas e funcionários do Ministério da Educação responsáveis pela área sanitária como também pela área de fiscalização, auditoria e inspeção.

Com isso, nós queremos expandir e dar maior controle para que tenhamos uma fiscalização capaz de atender essa demanda de um setor que hoje, sozinho, é responsável pela exportação de mais de US$14 bilhões e um dos maiores responsáveis pelo nosso superávit na balança comercial.

Como tal, nós teremos a oportunidade de ouvir tanto a área da vigilância, como também a área da auditoria do Ministério da Agricultura, e o Senador Dário Berger propõe nós trazermos aqui também pessoas qualificadas para podermos terceirizar a fiscalização.

Como tal, Sr. Presidente, eu agradeço e peço a V. Exª que, num curto espaço de tempo, possamos aí já marcar a data da audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Ronaldo Caiado.

O Presidente, Senador Lobão, marcará a data o mais breve possível.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senador Anastasia, eu só solicito que na próxima reunião deliberativa seja incluído na pauta o Projeto nº 366, de minha autoria, cujo Relator é o Senador Capiberibe, que altera o Decreto de Lei nº 3.689, de 1941.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Vamos encaminhar à Secretaria e ao Senador Lobão a sua solicitação.

Está encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 13 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e três minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia e José Medeiros**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Hélio José, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Wellington Fagundes e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Antonio Anastasia, José Agripino, Ciro Nogueira e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2016** que: "Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2007** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 466, de 2009; 454 e 715, de 2015; e 186, de 2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, de 2015** que: "Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009** que: "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. ," **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016 que: "Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016** que: "Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para mitigar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2015** que: "Cria o Estatuto do Cigano." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2016** que: "Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância." **Autoria:** Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2016** que: "Inscreve o nome do maestro Antônio Carlos Gomes no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Paulo Freire. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", conforme já solicitado pelo Senador José Medeiros em Requerimento de nº 100/2016 apresentado e aprovado na Comissão de Direitos Humanos - CDH." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 7 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre a situação da educação de filhos de brasileiros no Japão, com a presença dos seguintes convidados: Filipe Girardi – Coordenador de África, Língua Portuguesa, Ásia, Oriente Médio e Oceania da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Educação – MEC; Maria Auriana Diniz – Coordenadora de Temas Transversais da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação – MEC; Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto – Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; Maria Luíza Lopes da Silva – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 8 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao RCE nº 56/2015, que aprovou a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 168/2012 - Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas - a inclusão dos seguintes convidados: Dioclécio Campos Junior – Sociedade Brasileira de Pediatria; Representante do Conselho Federal de Medicina; Ricardo Chaves de Rezende Martins - Consultor Legislativo da Câmara Federal; Representante do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realização de uma audiência pública para debater o processo de implantação da Reforma do Ensino Médio nos Estados. Deverão ser convidados:" **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 11 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com base nos termos do artigo 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro de Estado da Educação, MENDONÇA FILHO, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar os devidos esclarecimentos acerca da decisão do Governo Federal de suspender a oferta do Programa Ciências Sem Fronteira para alunos de graduação." **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 12 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater sobre a certificação do Hospital Regional de Rondonópolis como Hospital de Ensino. Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento, bem como indico os seguintes representantes das entidades que deverão ser convidadas para participar das atividades, sem o prejuízo de futuras indicações a serem enviadas para a Comissão: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (MT); Presidente da Empresa Brasileira de Serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hospitalares (Ebserh); Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis; Representante do Hospital Regional de Rondonópolis; Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso; Representante do curso de Medicina do campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)." **Autoria:** Senador José Medeiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, com fundamento no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da Subcomissão Temporária para o acompanhamento, análise e avaliação da construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, bem como o monitoramento e avaliação da implantação e desenvolvimento do Novo Ensino Médio, pelo prazo necessário para a conclusão dessa tarefa, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes." **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 14 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 56/2015-CE, indico o Sr. GERALDO ADÃO SANTOS para fazer ser ouvido por essa Comissão na Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 19 de abril de 2017." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à execução do Programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que organismos da imprensa nacional noticiaram o fim da mencionada política pública, e que o próprio Ministério da Educação verbalizou a intenção de eliminar uma determinada modalidade do Programa Ciência sem Fronteiras, destinada aos estudantes de graduação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, ainda neste primeiro semestre de 2017, para debater os aspectos organizativos da Conae 2018, evento fundamental para promover a participação social na definição das políticas públicas educacionais." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Resultado:** Adiado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, de acordo com manifestações da Senadora Lídice da Mata e dos Senadores Dário Berger, Romário e Paulo Paim dirigidas a esta Presidência, a retirada das solicitações para realização de audiência pública contidas nos seguintes requerimentos: RCE nºs 25, 50, 51, 83, 91, 106, 142 e 144, de 2015; 14, 19, 20, 26, 39, 72 e 81, de 2016." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 18 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja realizada no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o lançamento da Cartilha da Merenda Escolar, evento este com a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, e o Presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE." **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 29.

Uma vez que grande parte dos membros desta Comissão se encontram numa reunião no Palácio, vou começar com os requerimentos, que são mais rápidos, e poderei dispensar aqueles que têm compromisso hoje no Palácio.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais e em aditamento ao RCE nº 56/2015, que aprovou a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 168/2012 - Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas - a inclusão dos seguintes convidados: Dioclécio Campos Junior – Sociedade Brasileira de Pediatria; Representante do Conselho Federal de Medicina; Ricardo Chaves de Rezende Martins - Consultor Legislativo da Câmara Federal; Representante do Programa Mais Médicos do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

Pergunto aos Srs. Senadores se alguém quer discutir o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 12, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater sobre a certificação do Hospital Regional de Rondonópolis como Hospital de Ensino.

Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento, bem como indico os seguintes representantes das entidades que deverão ser convidadas para participar das atividades, sem o prejuízo de futuras indicações a serem enviadas para a Comissão: Representante do Ministério da Saúde; Representante da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (MT); Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh); Representante da Secretaria Municipal de Saúde de Rondonópolis; Representante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hospital Regional de Rondonópolis; Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso; Representante do curso de Medicina do campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Autoria: Senador José Medeiros.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para discutir o requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, muito obrigado pelas palavras. Cumprimento os Srs. Senadores e todos que nos acompanham.

Senadora, eu fiz esse requerimento pela necessidade que os alunos do curso de Medicina de Rondonópolis têm de contarem com um hospital-escola.

Quando o curso foi aberto, já estava combinado no edital que os Estados e os Municípios adotariam o curso de Medicina com espaços para que esses alunos pudessem fazer a prática. Na verdade, os alunos – tive reunião com eles – estão tendo dificuldade. Eles estão fazendo o curso de Medicina no papel e no giz. Aí não dá, não é? E os professores têm de ficar batendo de porta em porta para poderem fazer essas aulas práticas.

Nós temos um hospital regional, e o Estado não está dando conta de obter subsídios financeiros para tocar o hospital. A instituição, a Oscip que cuidava desse hospital, está deixando essa função. Nós sabemos que existe a EBSERH, uma empresa do Governo que faz a gestão desses hospitais-escolas. Como tudo está pronto lá, como há espaço físico, como, enfim, o hospital está funcionando, poderia muito bem a EBSERH açambarcar esse hospital, ficar com esse hospital e dotar a universidade federal de um hospital-escola. Lá é um polo que abriga em torno de 500 mil habitantes. Isso, com certeza, traria qualidade e prática aos alunos.

Esse é o assunto objeto do requerimento para o qual peço a aprovação.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 24
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 13, DE 2017
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da Subcomissão Temporária para o acompanhamento, análise e avaliação da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como o monitoramento e avaliação da implantação e desenvolvimento do Novo Ensino Médio, pelo prazo necessário para a conclusão dessa tarefa, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para fazer a leitura do requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, requeiro, com fundamento no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da Subcomissão Temporária para acompanhamento, análise e avaliação da construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

o monitoramento e a avaliação da implantação e desenvolvimento do Novo Ensino Médio, pelo prazo necessário para a conclusão dessa tarefa, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, companheiros, a ideia seria a de que, a partir daqui, após aprovado o projeto da reforma do Novo Ensino Médio, assim como estamos tendo a prioridade para acompanhar o Plano Nacional de Educação aqui na Comissão, pudéssemos formar um grupo de trabalho que atuasse mais diretamente no acompanhamento da implantação do projeto do Novo Ensino Médio. Era essa a intenção.

Quero chamar a atenção de alguns companheiros para a dificuldade de quórum que poderia trazer uma subcomissão. Inclusive, conversei com V. Exª. Acho que nós deveríamos aprovar a ideia e verificar qual a melhor forma de viabilizá-la, ou numa subcomissão formalizada ou num grupo de trabalho de Senadores que se dispusessem a participar desse grupo, para que pudéssemos acompanhar de perto a implantação da reforma do Novo Ensino Médio, aprovada por este Senado e pelo Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata e a cumprimento.

Acredito, Senadora, que é uma iniciativa louvável, uma vez que nós temos uma diversidade enorme de temas a serem tratados aqui. Acredito que esse grupo de estudos para fazer esse acompanhamento é de fundamental importância.

Coloco em discussão o requerimento da Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 25. Requerimento da Comissão de Educação nº 14, de 2017, de autoria do Senador Paulo Paim, subscrito por mim.

ITEM 25
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 14, de 2017
- Não terminativo -

Com fundamento regimental, em aditamento ao requerimento n° 56/2015-CE, indico o Sr. GERALDO ADÃO SANTOS para fazer ser ouvido por essa Comissão na Audiência Pública a ser realizada no próximo dia 19 de abril de 2017.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

O requerimento é subscrito por mim.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 28. O requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 28
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 17, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, de acordo com manifestações da Senadora Lídice da Mata e dos Senadores Dário Berger, Romário e Paulo Paim dirigidas a esta Presidência, a retirada das solicitações para realização de audiência pública contidas nos seguintes requerimentos: RCE nºs 25, 50, 51, 83, 91, 106, 142 e 144, de 2015; 14, 19, 20, 26, 39, 72 e 81, de 2016.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Coloco em discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 29 da pauta. Requerimento da Comissão de Educação, de minha autoria.

ITEM 29
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 18, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja realizada, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o lançamento da Cartilha da Merenda Escolar, evento este com a participação do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Raimundo Carreiro, e do Presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia Recebi agora um comunicado de que o Ministro da Educação gostaria de participar desse lançamento. Como o Ministro da Educação já tem sua vinda prevista aqui no dia 16, nós vamos entrar em contato com o Tribunal de Contas para ver a possibilidade de fazer coincidir a data da vinda do Ministro com o lançamento da cartilha pelo Tribunal de Contas.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado, dependendo da articulação da data.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Existe um requerimento aqui, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, convocando o Ministro para estar aqui para falar sobre o Ciência sem Fronteiras. Como a vinda do Ministro já está marcada para o dia 13, eu perguntaria aos Srs. Senadores se concordam que façamos tudo junto no dia 13, uma vez que o Ministro tem agenda superapertada. Além disso, não é justo que ele, primeiro, seja convocado.

Nós já fizemos o convite e já houve a aquiescência do Ministro. Então, eu subscrevo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ele virá como convidado, não é?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Como convidado. Já está marcada a vinda dele no dia 13.

Eu perguntaria à Senadora Lídice da Mata...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Concordo com a incorporação de todos os temas na vinda do Ministro. Apenas recebi a informação de que o requerimento seria do Senador Humberto Costa. É isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas há uma concordância, a assessoria dele me comunicou que há concordância em relação a proceder dessa maneira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço à Senadora Lídice.

Então será convidado o Ministro a estar aqui no dia 16 de maio, para falar não só das diretrizes de sua pasta, mas também, especificamente, atendendo o requerimento, sobre o Ciência sem Fronteiras, que é de autoria do Senador Humberto Costa.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Ministro está convidado a estar aqui no dia 13 de maio.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pediria ao Senador Medeiros...

Eu vou fazer só este porque estou muito rouca, e os Senadores têm um compromisso no Palácio. (*Pausa.*)

Apenas quero esclarecer que está convocada para amanhã, dia 19 de abril, às 10 horas, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir...

Pediria ao Senador Medeiros para me substituir na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Convoco para amanhã, dia 19 de abril, as 10h, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, que instituiu o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas, em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2015, da Comissão de Educação, e o Requerimento 08, de 2017, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque,

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Romero Jucá. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Antonio Anastasia, Roberto Muniz, Ciro Nogueira, Lúcia Vânia, Lídice da Mata, Pedro Chaves e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos PLS 168/2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, RCE 56/2015, de autoria do Senador Paulo Paim, RCE 8/2017, de autoria do Senador Cristovam Buarque e outros e do Senador Cristovam Buarque e outros, e RCE 14/2017, de autoria do Senador Paulo Paim e outros. **Finalidade:** Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas. **Participantes:** Geraldo Adão Santos, Membro do Conselho Nacional de Saúde; Ricardo Chaves de Rezende Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Lúcio Flávio Gonzaga Filho, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada um e a cada uma!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião atende ao Requerimento nº 56, de 2015, desta Comissão, e aos Requerimentos nºs 8 e 14, de 2017, também desta Comissão, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Lúcia Vânia e Cristovam Buarque, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012, que institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em Medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados, para que tomem assento à mesa. (*Pausa.*)

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão no Alô Senado, através do telefone 0800-612211 – vou repetir: 0800-612211 –, e no e-Cidadania, por meio do portal www.senado.gov.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e que possibilitará o recebimento de perguntas e de comentários aos expositores via internet.

Aqui estão os nossos convidados. É muito bom tê-los aqui! (*Pausa.*)

Três deles vão fazer uma exposição sobre o assunto, para debatermos: o Dr. Lúcio Flávio Gonzaga Filho, que é Conselheiro do Conselho Federal de Medicina; o Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins, que é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; e o Dr. Geraldo Adão Santos, que é membro do Conselho Nacional de Saúde.

Inicialmente, quero falar que o projeto que deu razão a esta reunião é de minha autoria, o que não compromete nem os senhores nem as perguntas a estarem de acordo. Isto aqui serve para esclarecer melhor a ideia. Aqui, procuramos ouvir pessoas que sejam favoráveis ou não. O importante aqui nem é convencer os Senadores e, depois, os Deputados, se, sendo aprovado aqui, o projeto chegar à Câmara dos Deputados; o importante é esclarecer a população, os alunos de Medicina do Brasil e os que necessitam de médicos no interior, apesar de eu considerar um sucesso o Programa Mais Médicos. É preciso esclarecer a população sobre o papel mesmo da universidade, sobre como a universidade pode melhorar não apenas a formação dos seus alunos, mas também a relação com a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma reportagem de uma revista de abril deste ano – é muito recente, portanto – dizia que o Mais Médicos trouxe à tona o quão desigual é a distribuição de médicos pelo País. As capitais concentram 25% da população e 55% dos médicos, ou seja, é mais do que duas vezes o número de médicos por pessoa. O interior, onde está o grosso da população, 75%, dispõe apenas, portanto, de 45% dos médicos. Quando aqui se diz do interior, estão sendo incluídas as grandes cidades do interior. Não se trata apenas do interior no sentido das cidades pequenas, mas as grandes cidades entram aqui. Nas Regiões Sudeste e Sul, a proporção de médicos por habitante é o dobro da observada no Norte e no Nordeste. Se a gente fosse considerar o número de médicos por cidade pequena do interior do Nordeste, aí a distribuição seria ainda pior.

Diante desse alarmante quadro de distribuição de médicos no nosso País, veio o Programa Mais Médicos, que, temos que reconhecer – eu fico à vontade, porque, desde o primeiro momento eu o apoiei –, deu certo. Eu considero o grande programa do Governo Dilma o Programa Mais Médicos. Naquela época, havia uma grande discussão sobre como é que mandaríamos médicos sem equipamentos. Eu digo: o pior é deixar sem médicos nem equipamentos, ou com equipamentos sem médicos, como os prédios prontos para UPAs, mas sem médicos para atender.

Essa é uma das razões pelas quais me veio a ideia de colocar esse projeto em discussão, para fazer com que os nossos jovens recém-formados que receberam, ao longo dos anos, o apoio da sociedade brasileira, inclusive dos habitantes dessas cidades mais pobres, que também pagam imposto, para que os nossos médicos pudessem trabalhar lá. Mas não foi só essa razão a razão, não. Eu tenho uma razão de professor, eu tenho uma razão educadora: a de que esses jovens serão melhores médicos depois, serão melhores médicos e serão melhores cidadãos e cidadãs.

E não quer dizer que aqueles que não tenham passado por isso não sejam grandes médicos. Claro que a pessoa pode ser um grande médico sem nunca ter saído da cidade; claro que é um grande médico quem, ao invés de ir para o interior de uma cidade brasileira tenha ido para Harvard fazer uma pós-graduação. Mas, na média, o aluno – e aí eu nem falo só de Medicina – que teve esse contato, essa relação com a realidade do País vira um cidadão melhor, ele vira um médico melhor, especialmente.

Então, buscando melhorar a formação do médico e melhorar o atendimento médico à população, eu coloquei esse projeto, que eu, reconheço, merece audiências como essas e debates, para que as coisas fiquem bem esclarecidas, inclusive quanto ao fato de como seria realizado o projeto na prática.

Mas hoje nós viemos ouvir os três que eu vou chamar na ordem em que eu falei. Inicialmente o Dr. Lúcio Flávio Gonzaga Filho, Conselheiro do Conselho Federal de Medicina.

Por favor, Dr. Lúcio Flávio.

O SR. LÚCIO FLÁVIO GONZAGA FILHO – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Represento aqui o Conselho Federal de Medicina. O meu nome é Lúcio Flávio Gonzaga Silva. Trago o abraço fraterno do Presidente do Conselho Federal de Medicina, Dr. Carlos Vital, de sua Diretoria, de todos quantos fazem aquela instituição e o meu próprio a todos os presentes.

Trago também, nobre Presidente da Mesa, o agradecimento do Conselho Federal de Medicina pelo convite para participar desta audiência pública, que discute o PLS 168/2012, do digno e nobre Senador da República, educador e professor Cristovam Buarque.

O PLS 168, de 2012, intenta instituir o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço de saúde dos graduados em Medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos.

O Conselho Federal de Medicina, com todo o respeito e solicitando a máxima vênia ao seu proponente e aos defensores dessa ideia, posiciona-se, Sr. Presidente, contra a aprovação deste PLS. Faço, a seguir, as necessárias fundamentações. São dois pontos do PLS que merecem uma reflexão verticalizada neste momento: um deles diz respeito à assistência médica às nossas populações, e o outro ponto, à formação do médico brasileiro, principalmente do especialista brasileiro.

Primeiro ponto, a assistência médica no setor público à população brasileira. O atendimento às demandas de saúde nos chamados vazios assistenciais, ou seja, a periferia dos grandes centros urbanos, o interior dos Estados, o grande interior, compreendendo as zonas rurais recuadas dos Estados do Norte e Nordeste – tudo a ver com a má distribuição geográfica de médicos no Brasil, já identificada e analisada em todos os seus matizes, Sr. Presidente, e publicizada pelo CFM nas edições do nosso *Demografia Médica*. Nossos dados apontam – e o senhor já citou esse fato – uma razão nacional de 2,1 médicos por mil habitantes no Brasil, hoje. E isso é bem próximo dos Estados Unidos, que têm 2,5 por mil habitantes; Canadá, 2,4; e Japão, 2,2. Porém – e aí já enfatizado por V. Exª –, o Norte e o Nordeste brasileiros apresentam muito menor razão: 1,09 no Norte e 1,3 médicos por mil habitantes no Nordeste. A situação é pior nos interiores dessas duas regiões, Norte e Nordeste, onde a proporção de médicos por mil habitantes é, na sequência, Norte, 0,42 médicos por mil habitantes, e, Nordeste, 0,46 por mil habitantes, lá no interior dessas regiões.

Quanto a este ponto que estamos analisando, da assistência médica, já temos dois programas públicos em nosso País: o Provab e o Programa Mais Médicos, já citado. O Provab (Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica) foi criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de levar assistência médica aos locais afastados. O Provab está se encerrando neste final de 2018. Os médicos que ainda trabalham no Provab migrarão para o Mais Médicos a partir dessa data.

O segundo é o Programa Mais Médicos, criado pela Lei 12.871, que tem a finalidade de formar recursos na área médica para o SUS. O Programa Mais Médicos objetiva diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde. Assim está concebido. O Mais Médicos conta, de acordo com os dados Ministério da Saúde atualizados em 20/9/2016 – não temos dados de hoje com precisão –, em setembro de 2016,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contava o Mais Médicos com 18.240 médicos trabalhando no programa. Destes, 29%, 5.274 são médicos formados no Brasil; 1.537, portanto, 8,4%, médicos brasileiros, mas formados no exterior; e 11.429, ou seja, 62,6%, com diplomas no exterior, por cooperação com a Opas.

O CFM, Sr. Presidente, entende que o PLS 168, de 2012, perdeu o seu objeto, e também entende que ele nada acrescenta a esse tópico da prestação de serviço de saúde aos vazios assistenciais. Sobre esse tópico da prestação de serviços aos vazios assistenciais, o Conselho Federal de Medicina defende, tem defendido a criação da carreira de Estado para profissionais de saúde para o SUS, ao mesmo tempo em que luta por seu maior financiamento, que haja maior aporte de recursos públicos, a fim de criar estruturas de trabalho minimamente adequadas para o serviço de saúde, unidades básicas de saúde, hospitais, laboratórios clínicos, bancos de sangue, clínicas de imagem.

Entende o Conselho Federal de Medicina que só uma carreira de Estado, com todos os direitos trabalhistas garantidos por lei e boas condições de trabalho, teria melhores possibilidades de fixar os profissionais de saúde nas recuadas regiões de nosso País. Enfatiza também que essas recuadas regiões, esses vazios assistenciais não só não têm médicos; essas regiões também não têm enfermeiros, não têm psicólogos, não têm dentistas, não têm engenheiros, arquitetos, educadores, filósofos, assistentes sociais. Há que haver também melhores condições de vida nesses locais, para que, ao lado de ter uma carreira segura e boas condições de trabalho, o profissional possa morar, criar sua família, educar seus filhos. Há, nesta Casa, para votação a PEC 454, de 2009, que trata desta matéria, carreira de Estado para serviço de saúde no SUS. Essa é a nossa luta.

O outro ponto que suscita uma reflexão verticalizada do PL 168, de 2012, de V. Exª, diz respeito ao tempo de formação do médico brasileiro, principalmente para aquele que pretende fazer uma especialidade médica. A Lei 12.871, de 2013, a conhecida Lei do Mais Médicos, criou o Programa de Residência Médica em Medicina Geral de Família e Comunidade, com duração mínima de dois anos; introduziu a realização de um a dois anos desse programa na Medicina Geral de Família e Comunidade na Residência Médica da Medicina Interna (da Clínica Médica), da Pediatria, da Ginecologia e Obstetrícia, da Cirurgia Geral, da Psiquiatria, da Medicina Preventiva e Social. Ou seja, a lei citada já aumenta em um ou dois anos a formação de um especialista no Brasil nessas áreas.

Cito o exemplo da formação de um urologista. Eu sou urologista, e vou citar o exemplo da formação de um urologista no nosso País. Além de seis anos de faculdade de Medicina – seis anos! –, há mais um ano ou dois do programa criado pela Lei dos Mais Médicos, o Programa de Medicina Geral de Família e Comunidade; mais dois anos de Cirurgia Geral; mais três anos de Urologia. Com a aprovação deste projeto de lei, do PLS em questão, seriam mais dois anos de serviço social obrigatório, perfazendo um total de 14 anos para a formação de um urologista – tempo demasiado longo para a formação de um especialista para um país como o nosso, carente de profissionais especializados, extremamente necessários para tratar os agravos complexos da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em suma, Sr. Presidente, o Conselho Federal de Medicina se posiciona contra a aprovação do PLS 168, de 2012, por entender que ele não atenderia as necessidades da população no tocante à prestação de serviço de saúde e alongaria mais ainda um já longo período de formação de nossos especialistas, uma necessidade vital da sociedade brasileira. Contrapõe o Conselho Federal – e, aí, eu gostaria de enfatizar – a criação de uma carreira de Estado para profissionais de saúde a prestar assistência ao Sistema Único de Saúde e luta pelo aumento dos investimentos públicos na área da infraestrutura básica do setor como única forma de preencher os vazios assistenciais com prestação de serviço de qualidade à nossa popular e ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade e pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Dr. Lúcio Flávio.

Eu quero dizer que não precisa pedir desculpas por ser contra. Nós chamamos exatamente por isso o Conselho Federal de Medicina. É preciso que a população ouça o que o conselho pensa, como ouviu como pensava, na hora do Mais Médicos, já que foi o grande combatente contra o Programa Mais Médicos. Então, o seu papel está correto. E eu vou guardar as perguntas para fazer a todos depois.

Antes disso, eu passo a palavra ao Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Obrigado, Senador Cristovam, Presidente desta Comissão. Quero agradecer o convite para participar desta audiência pública. Eu credito o convite ao fato de que, em algum momento, lá na Câmara dos Deputados, andei estudando o tema não só na questão brasileira, mas procurando ter uma visão comparada do que acontece em outros países da América Latina. Então, espero que a minha contribuição hoje tenha alguma utilidade. Eu vou trazer um pouco dessa visão comparada e também como a matéria, que é apaixonante e ao mesmo tempo polêmica, ao longo do tempo, vem sendo discutida na Câmara dos Deputados, já que será decidida pelas duas Casas do Congresso, uma após a outra.

O projeto de lei, como o doutor que me antecedeu já colocou na leitura que fez em sua exposição, coloca-se no contexto do que se chama genericamente serviço social obrigatório. E é dentro dessa ótica que eu vou apresentar inicialmente o panorama na América Latina e, em seguida, as iniciativas e pareceres na Câmara dos Deputados. É uma matéria que vem sendo discutida há muito tempo e, portanto, tem argumentos que lhe são favoráveis e argumentos que lhe são contrários. É isso que vou buscar apresentar em relação a esse debate que vem acontecendo ao longo do tempo.

No México, existe uma previsão de serviço social obrigatório para aqueles que concluem a educação superior. Essa previsão é constitucional e consta também de uma lei que regulamenta a matéria, que nós chamaríamos de uma lei complementar. Só que ela obrigada a isso todos os formandos de instituições públicas e particulares de todas as profissões, não é específica a uma única área ou a uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

única profissão. Essa obrigação é, geralmente, de um a dois anos, e a sua operacionalização eu vou comentar mais a seguir.

A Colômbia tem dois tipos de serviço social obrigatório previstos: um para os estudantes do ensino médio, que deve ocorrer durante o curso, e outro para aqueles que se formam em cursos superiores, tecnológicos ou universitários, como é a denominação deles, mas é o curso geral, que é o requisito para registro, emprego público e exercício profissional. Essa matéria não tem previsão constitucional como tem no México, no entanto ela foi debatida no âmbito da Supremo Corte colombiana e foi reconhecida a sua constitucionalidade em função de outros dispositivos da Constituição.

A Venezuela também prevê, na sua Constituição, o serviço comunitário para o estudante de educação superior. Só que, na Venezuela, esse serviço é dentro do curso de formação do médico, obrigatório para formandos, e não para formados; é para aqueles que estão fazendo o curso. É um serviço que varia de 120 horas a três meses, conforme o currículo, conforme a área, conforme o que estiver sendo colocado.

A Costa Rica tem um serviço obrigatório para profissionais só da área da saúde, com duração de um ano, como requisito para o exercício profissional.

A Bolívia tinha previsão, anteriormente, de um serviço para áreas mais distantes, o chamado Serviço Social de Saúde Rural Obrigatório, que tinha duração inicial de um ano. Já há algum tempo, desde 2001, eles transformaram essa obrigação em uma etapa dentro do próprio curso, na etapa do internato, com duração de três meses.

E o Equador, que foi o que adotou providências mais recentes com relação a isso, possui o serviço social obrigatório, com duração de um ano, na área da saúde, no meio rural e periferias, como condição para habilitação ao exercício e registro profissionais.

Este é o quadro dos países que estão aqui no entorno do Brasil e que adotaram a medida. O Uruguai discutiu isso em 2011, mas não implementou, pela informação que eu tenho.

Na maioria dos países em que o serviço social obrigatório está instituído há dificuldades para a sua efetiva implementação – são os dados que temos –, sobretudo em função da discrepância entre o número de postos de trabalho abertos e o número de formando a cada ano. Então, naqueles que são mais sistemáticos e que divulgam informações a esse respeito – por exemplo, a Colômbia é um dos que divulgam –, ocorre sorteio entre os que estariam obrigados a prestar o serviço, para que possa haver algum tipo de aproveitamento. Não existem condições de alocar todos os formandos ao mesmo tempo.

Eu estudei o que há no Brasil e estou trazendo aquilo que está tramitando na Câmara.

Antes disso, deixe-me colocar uma questão que também vai ser relevante para a discussão no Brasil, que é a questão da gratuidade do ensino nesses países. Em todos os países, o ensino é gratuito. À

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

exceção da Costa Rica, em que vai só até a educação básica, em todos os demais existe gratuidade em todos os níveis da educação pública, da educação oferecida pelo Estado pelo menos até o nível da graduação.

Na Câmara, existem cinco propostas de emenda constitucional tramitando, inclusive há longo tempo algumas – há uma que tramita desde 1995. O objetivo delas todas é colocar no texto da Constituição Federal a previsão da prestação de serviço social obrigatório remunerado como condição para a obtenção do diploma ou como contrapartida ao investimento público daqueles que fizeram seus cursos nas instituições públicas. Existem três que estão aguardando a instalação de comissão especial e duas que estão aguardando o parecer de admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Existem três ou quatro que são genéricas e existe uma apenas específica para a área da saúde ou para a área da Medicina, que é a PEC 253, de 2008.

Vinte e quatro projetos de lei sobre essa matéria tramitam na Câmara dos Deputados. Desses 24, os que estão sublinhados já foram apreciados em algumas comissões. Os demais são posteriores à época da apreciação, mas também estão apensados, portanto estão tramitando em conjunto. A primeira apreciação foi feita pela Comissão de Seguridade Social e Família, em 2013, embora o primeiro projeto – o projeto principal – seja o último da lista, de 2007. Ele foi aprovado pela Comissão de Seguridade Social na forma de substitutivo que obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem e Farmácia que concluíram a graduação a prestarem serviço remunerado em comunidades carentes. A temática é mais ou menos a mesma. O teor do substitutivo aprovado é um pouco distinto do teor do projeto, mas vai na mesma direção.

A Comissão de Educação aprovou esse substitutivo da Comissão de Seguridade, no entanto com uma subemenda, apenas para evitar que houvesse algum tipo de conflito com o Serviço Militar Obrigatório.

Nem a Comissão de Constituição e Justiça nem a Comissão de Finanças e Tributação chegou a apreciar os projetos, mas pareceres foram apresentados. Na Comissão de Constituição e Justiça, o parecer apresentado foi favorável, com o argumento da competência do Poder Público de regulamentar, fiscalizar e controlar as ações e políticas da área da saúde. Então, foi um parecer voltado para o papel do Poder Público no atendimento à saúde da população. E a Comissão de Finanças e Tributação também não votou, mas nela foi apresentado um parecer contrário, pela inadequação financeira e orçamentária, pelo fato de que o projeto criava despesa sem que houvesse previsão orçamentária. Portanto, haveria uma contrariedade aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa é a situação atual, mas existe uma situação pregressa. Na situação pregressa, três argumentos contrários foram apresentados a proposições dessa natureza. Este é o debate que se está colocando na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Primeiro, a Constituição assegura o princípio da gratuidade para todo o ensino público. O princípio da gratuidade para todo o ensino público não supõe a cobrança de qualquer tipo de contraprestação, seja de natureza pecuniária, seja em forma de serviço social.

Com relação ao exercício profissional, diferentemente do que ocorre em outros países que mencionam o Poder Público definindo as condições para o exercício profissional, no Brasil a Constituição fala nas qualificações profissionais que a lei estabelecer, ao argumento de que essas expressões têm teor distinto e, portanto, não caberia estabelecer esse tipo de condição para o exercício profissional.

E o terceiro argumento colocado é que a instituição de serviço social obrigatório apenas para algumas profissões, como seria o caso para a área da Medicina ou apenas para as áreas da saúde, contraria o princípio constitucional da isonomia. Por que obrigar a isso alguns e não outros formados nas instituições públicas?

Com base nisso, por exemplo, proposições anteriormente examinadas na Câmara foram rejeitadas. Em 2007, houve parecer contrário com base nessa questão. Havia projetos que queriam instituir o serviço social remunerado para todas as áreas e outros que queriam apenas para a área médica ou para a área da saúde. A matéria recebeu rejeição na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público com base nos seguintes argumentos: custo da remuneração do serviço pelo Poder Público, dificuldade de absorver o número crescente de egressos, variedade de profissionais e tratamento desigual para os recém-formados, a quebra da isonomia. Já a Comissão de Educação e Cultura, em relação a essa mesma matéria, foi favorável, falando do significado da inserção em responsabilidade social da iniciativa e das possibilidades de atendimento e carência de profissionais em diferentes regiões do País.

A Comissão de Constituição e Justiça, naquela matéria, naquela época, pronunciou-se contrariamente – e isso determinou o arquivamento desses projetos –, pela inconstitucionalidade de estabelecer em lei ordinária o serviço civil profissional como...

A Comissão de Constituição e Justiça, naquela matéria, naquela época, pronunciou-se contrariamente – e isso determinou o arquivamento desses projetos –, pela inconstitucionalidade de estabelecer em lei ordinária o serviço civil profissional como alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, a injuridicidade de definir a prestação de serviço como requisito para o registro profissional e a inconstitucionalidade de um projeto que trata apenas da área da saúde, violando o princípio da isonomia. E, ainda, a inconstitucionalidade por colidir com o art. 205 da Constituição. Não é possível exigir do profissional formado o desempenho ou o suprimento de uma carência que compete ao Poder Público realizar ou suprir.

Outros projetos que tornavam obrigatório o serviço de professor do ensino público fundamental e médio tiveram conclusão semelhante. A prestação de serviço, em 2001, foi rejeitada na Comissão de Educação e Cultura, com base, digamos, em que retribuir o privilégio que tiveram seria inverter as prioridades. O PL nº 5.427, que dispunha sobre a prestação de serviços gratuitos como professor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ensino público, também foi arquivado pela mesma razão. Há outros projetos de lei também relativos a essa questão profissional civil obrigatória, outros para Medicina. Enfim, a questão, em geral, foi rejeitada na Comissão de Educação em função também da exigência da contrapartida do princípio constitucional.

Em resumo, o debate, ao longo do tempo, tem dois polos. O polo favorável defende a competência do Poder Público em estabelecer normas no escopo da regulamentação, da fiscalização e do controle das ações e políticas de saúde no Brasil. Aqueles que são contrários têm como argumento a questão de que, para que esse serviço social pudesse ser previsto, nesta área ou em qualquer outra, teria que haver uma previsão constitucional em função do princípio da gratuidade do ensino público, que está previsto no art. 206 da Constituição, e do exercício profissional, porque a forma como a Constituição prevê a competência do Poder Público, especialmente da União, não daria margem a isso.

Com relação ao tema propriamente dito, a amplidão geográfica com que o tema é tratado nos países da América Latina e o longo tempo em que vem sendo debatido no Brasil demonstram o seu significado social. A experiência colhida em outros países revela dificuldades de implementação, custos significativos para o Poder Público e reduzida capacidade de aproveitamento dos egressos das instituições.

Nos países onde ele é implementado de uma forma regular, ele cumpre o papel de inserção no mercado de trabalho, de alguma forma, para recém-formados, ainda que em número reduzido. Não há, porém, dados confiáveis – pelo menos eu não encontrei, é possível que alguém os tenha – que afirmem que esse instituto seja um eficaz instrumento de política pública para alocação de profissionais em regiões deles carentes em diferentes áreas de formação. Tanto assim que os diversos países que buscam aumentar a eficiência na alocação dessas pessoas criam programas próprios, específicos, como é o caso, por exemplo, dos programas brasileiros – o mais recente é o Mais Médicos.

Era esta a minha contribuição, que espero que seja útil, em termos de informação, para o debate, porque coloca os argumentos de um lado e do outro.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado. Agradeço muito ao senhor por trazer essa história toda.

Passo a palavra ao Dr. Geraldo Adão Santos.

Quero dizer que tivemos uma posição contrária e outra que analisa o assunto, dando os argumentos, a favor e contra, dos outros.

Dr. Geraldo, membro do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Em primeiro lugar, a nossa saudação ao Senador Cristovam Buarque, coordenador desta Mesa, ao Dr. Ricardo Chaves e ao Dr. Lúcio Flávio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Meu nome é Geraldo Adão Santos e eu sou membro do Conselho Municipal de Saúde da minha cidade, Nova Lima, sou membro do Conselho Nacional de Saúde e, neste conselho, no momento, sou representante da Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos. Nós temos hoje a responsabilidade da coordenação de duas comissões de trabalho do Conselho Nacional: a Comissão de Saúde dos Ciclos de Vida e a Comissão de Saúde Bucal. E nós temos uma posição um pouco mais abrangente com relação a essa questão da formação profissional no Brasil, exatamente porque a nossa visão é a do lado do usuário; nós somos representantes dos usuários. E eu pediria a atenção de todos aqui presentes para esta proposta, que é a base deste debate – inclusive, o Senador Cristovam Buarque é autor de uma das propostas sobre o que nós vamos defender aqui –, que é realmente o serviço civil obrigatório.

Em primeiro lugar, fazendo esta apresentação, nós agradecemos a oportunidade de um representante do segmento dos usuários estar aqui participando desta honrosa Mesa.

Eu gostaria de dizer que nós promovemos, em 2012, uma Caravana da Saúde, percorrendo todas as capitais brasileiras, um trabalho integrado com os conselhos estaduais, com os conselhos municipais, e desse trabalho foram aprovadas sete propostas, todas elas muito importantes – vou lê-las todas aqui. Para nossa satisfação, o serviço civil obrigatório foi uma proposta nossa aprovada entre as sete dessa caravana, e essa nossa é a terceira. E muito nos honra ver três Senadores da República com projetos de lei relacionados a esse assunto – um é do senhor, outro é do ex-Senador Jayme Campos, e o outro é do Senador Humberto Costa. Dessas três propostas, duas são PLSs e uma é PEC – a do Senador Humberto Costa é uma PEC.

É claro que o Conselho Nacional, tendo aprovado essa proposta, designou-me para estar aqui, com muita honra, em defesa dessa proposta, que é o serviço civil obrigatório. Agora, na explicação que nós vamos dar aqui, eu gostaria de pedir muita atenção para vermos a compatibilidade dela com o nosso sistema de saúde. O Brasil tem o maior sistema público de saúde, que é o Sistema Único de Saúde, público e universal. Mas está nos capítulos da Constituição. Então, nós queremos debater essa questão da falta de profissionais. Aqui também nós não defendemos só a questão do médico, nós defendemos a questão das 14 profissões da saúde. É o que nós vamos dizer aqui. Porque não adianta haver só médico. Já não há o suficiente, mas não adianta haver só médico. E os outros profissionais da saúde? Então, nós temos que pensar na equipe completa que possa dar atenção a toda a assistência à saúde.

Então, eu pediria em primeiro lugar, se o Senador me permitir aqui... Eu já tenho uma militância no Conselho Municipal de Saúde – posso, Senador, fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – Claro!

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Eu sou da cidade de Nova Lima, sou aposentado da Companhia Energética de Minas Gerais e, desde que me aposentei, a partir de 1992, eu me dediquei ao SUS. Eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

formado em Administração de Empresas, sou formado em Ciências Sociais e, uma vez aposentado, tomei uma decisão, de comum acordo com a minha família, de que eu iria dedicar toda a minha capacidade, toda a minha vontade em defesa do SUS, porque nunca houve neste Brasil uma assistência à saúde tão abrangente como nós temos agora. Os sistemas anteriores eram exclusivos; esse é inclusivo. E não há brasileiro que vá dizer "eu não preciso do SUS". Todo mundo precisa do SUS e todo mundo usa o SUS. É bom refletir com essa dimensão de entendimento.

Então, eu comecei, aposentado, a trabalhar em Nova Lima, junto com o prefeito, junto com a Câmara, e nós conseguimos, em 10 de junho de 1993, constituir o nosso Conselho Municipal de Saúde e criar o SUS no nosso Município. A partir daí, em um período eu estou fora, em outro, participando, mas nós estamos trabalhando no Conselho Municipal de Saúde até hoje. Eu gostaria de deixar mencionado aqui que o trabalho que nós fizemos foi como se fosse uma iniciação nessa carreira do SUS, e nós temos Nova Lima como ponto de partida. Daí nós chegamos ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, chegamos ao Conselho Nacional de Saúde, já fomos coordenadores de diversas outras comissões, sendo hoje destas duas: a dos Ciclos de Vida e a da Saúde Bucal.

Senador, agora, eu gostaria de mencionar que V. Exª, o ex-Senador Jayme Campos e o Senador Humberto Costa têm três projetos sobre esse assunto. Conversando com o Senador Paulo Paim – nós temos uma ligação muito grande com ele por causa da Cobap, dos aposentados, dos idosos – mais detalhadamente sobre essa proposta do serviço civil obrigatório, ele disse para mim o seguinte: "o que você está completando em função da proposta nós não conhecemos, então seria conveniente marcar uma audiência para a gente conversar sobre esses três projetos e, quem sabe até, trabalhar na unificação deles". Agora, um é diferente, porque é PLS, o outro é PEC. E trabalhar com PEC hoje, mudança por emenda à Constituição, é de uma dificuldade muito grande. Mas, com esses três – incluindo o do ex-Senador Jayme Campos e o do Senador Cristovam, a quem temos muita honra de ver com uma dessas proposições –, vamos pensar na possibilidade de trabalhar essa proposta.

Agora, vou fazer uma sequência aqui do que nós gostaríamos de refletir profundamente para chegar a reconhecer a importância dessa proposta que nós fazemos no sentido de realmente complementar o SUS. Vamos pelo histórico.

Primeiro, nós temos um histórico de ações relevantes relativas ao SUS, e, quando eu cheguei ao Conselho Nacional de Saúde, em 2010, a primeira delas foi a seguinte: o SUS já tem quase dez anos de existência, e esse sistema ainda não conseguiu o principal, que é fazer o acolhimento dos seus pacientes, que hoje são todas as pessoas deste País, inclusive estrangeiros que estejam aqui participando de algo ou em viagem. O SUS visa atender a todos os brasileiros e estrangeiros que estejam aqui, temporária ou definitivamente. Então, esse sistema não aprendeu o principal, o ponto número um: o acolhimento. É um sistema novo, é de acolhimento universal. Essa situação é nova para nós, mas o sistema exigia que se fizesse isso, e nós não sabíamos ainda fazer o acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Dr. Nelson Rodrigues, Presidente do Conselho à época, disse: "Adão, você levantou uma questão importante, que é a do acolhimento; tudo começa pelo acolhimento". Então, foi constituído um GT para trabalhar uma política nacional de acolhimento e humanização no atendimento aos pacientes do SUS. Hoje essa é uma política com mais de dez anos de existência e que está implementada não só no âmbito do SUS, mas também no âmbito da assistência particular. Então, eu gostaria de mencionar isso para a gente começar a pensar sobre a grandeza do SUS e, ainda, o que está faltando no SUS.

Agora, nós fizemos também uma proposta, que é essa da Caravana, a de nº 3, que se chama – os nomes estão divergindo um pouco –, conforme a nossa proposta, Serviço Civil Obrigatório. Agora, esse serviço civil obrigatório é para ter a dimensão do SUS, afinal de contas as nossas universidades até hoje não cumprem o art. 200 da Constituição, em cujo inciso III está escrito que compete ao SUS "ordenar a formação de recursos humanos" para o sistema. O SUS está completando já 27 anos e não trabalhou a formação profissional para um sistema que é público e universal. E foi nessa linha que nós fizemos essa proposta.

Está escrito aqui:

> Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:
> .....
> III – ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde;
> .....

Pelo menos em nível das universidades públicas e em nível das pessoas que estudam, mesmo que em universidades particulares, mas com bolsas do Governo, acho que o SUS tem que cumprir esse papel de ordenar a formação. E aí nós teríamos não só médicos, mas pessoas das 14 profissões de saúde. É uma equipe. Então, é preciso que todos eles tenham a oportunidade de acesso à formação adequada para um atendimento adequado, completo e de qualidade no SUS.

Qual é a proposta, Senador, que nós apresentamos? Infelizmente, a de V. Exª, como as demais, trata de uma base de proposta, mas essa proposta tem desdobramentos maiores, e é isso que eu gostaria de confirmar aqui.

A nossa proposta tem o seguinte formato: graduação normal concluída implicaria a obrigatoriedade de prestação de serviços no SUS para as 14 profissões da saúde. Item seguinte: será definido o tempo tecnicamente necessário para o curso dessa formação. Sugerimos que o curso seja enquadrado na categoria de pós-graduação em Saúde Pública na respectiva área de formação. O profissional será admitido no campo da sua formação, com prioridade para atuar no seu Município de origem ou no seu Estado. O curso proposto deverá remunerar o profissional formado com valores e critérios a serem estabelecidos.

Não é uma extensão de curso obrigatória; é uma oportunidade de fazer um curso complementar – nós, naturalmente, vamos precisar do Ministério da Educação para nos dar a dimensão disso. É um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

curso de pós-graduação em Saúde Pública, promovido pelo Ministério da Educação, e, na prática, com a participação desse profissional, que já é profissional, fazendo um curso de pós-graduação.

O tempo, eu não tenho condição de estabelecer se seria conveniente um ano, um ano e meio. Eu acredito que entre um ano e um ano e meio seria suficiente, mas o Ministério da Educação certamente trabalhará essa questão. É o que nós esperamos.

Ao concluir o curso de pós-graduação, o profissional poderá ser admitido no SUS mediante concurso público. Para isso, na condição de pós-graduado, nas 14 profissões, ele já teria uma pontuação favorável de 10 pontos. Então, em termos de concurso, em termos de concorrência com outro, ele já teria 10 pontos positivos, porque já teve o curso de pós-graduação.

Enquanto estiver fazendo esse curso, ele não é um estagiário; é um profissional formado, fazendo um curso de pós-graduação e com salário. Não é o salário, talvez, do profissional concursado, porque cada prefeitura, de acordo com os seus recursos, tem um padrão de salário, tem um nível. Mas vamos supor que a média de salário seja de 10 mil. Ele – não como estagiário –, fazendo um curso de pós-graduação e trabalhando no SUS na sua profissão, poderia ser remunerado. Então, ele já sai da faculdade, da formação básica, e vai fazer um curso de pós-graduação, atuando no SUS, mas com salário, que seja de um ano ou um ano e meio. Uma parte é teórica, e outra parte é prática. Saindo do curso, ele tem uma graduação de 10 pontos para, depois, se for fazer um concurso para entrar no SUS... Imaginaram profissionais das 14 profissões de pós-graduação fazendo concurso para entrar no SUS?

Prossigo: ao concluir essa pós-graduação, o profissional poderá ser admitido no SUS, mediante concurso público, como pós-graduado, contando com 10 pontos nessa avaliação.

Os profissionais admitidos nessa possível modalidade poderão também optar por fazer o curso de pós-graduação. Ou seja, para aqueles que já trabalham no SUS, mediante concurso ou mesmo contratados, se quiserem fazer esse curso, seria aberta essa oportunidade. Porque, senão, seria criado um desequilíbrio entre os que já estão e, depois, os outros com nível de pós-graduação. Por que não dar para os que já são contratados hoje essa oportunidade também?

Para as áreas mais carentes – esse é o grande problema do Brasil, e não é só no interior remoto, não; é nas próprias periferias que está a maior dificuldade hoje de atendimento, inclusive nas UPAs, no serviço de urgência, porque os profissionais não têm segurança sequer de condições de trabalho. Então, para as áreas mais carentes serão, naturalmente, criados critérios específicos de condições de trabalho, de segurança e de incentivo.

No nosso entender, essa modalidade do curso preencherá as demandas de profissionais e especialidades no SUS, e o esforço conjunto viável entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde dará ao SUS outro *status*, por ter um quadro de profissionais pós-graduados em Saúde Pública. Quer dizer, nada mais lógico do que o Ministério da Educação e o SUS se unindo e dando a esses profissionais da saúde a formação em nível de pós-graduação para todas as profissões. Naturalmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nós teremos um SUS muito mais abrangente, muito mais competente, com pessoas formadas de acordo com a sua responsabilidade, que é o atendimento universal a todos os brasileiros e estrangeiros que aqui estejam.

Essa é uma proposta simplificada, naturalmente, mas a sua abrangência vai além dos três projetos.

Qual seria nossa proposta, que ensejou que o Senador Paulo Paim pediu que realizasse esta reunião, colaborando com isso? A ideia, Senador, é que V. Exª, sendo um dos autores, pedimos também a compreensão de V. Exª, juntamente com os demais, e vamos trabalhar essa proposta, vamos completar esse SUS, que é o maior sistema do Brasil e, talvez, do mundo. Mas se completará realmente formando seus próprios profissionais e dando garantia de um atendimento qualificado a todos os brasileiros. Esse é o nosso sonho, essa é a nossa esperança, e acreditamos que isso é possível se quisermos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Dr. Geraldo.

Eu vou fazer umas perguntas e algumas considerações, mas vou fazer logo aos três, embora eu tenha personalizado, mas qualquer um pode responder sobre o que eu falar para o outro, e, depois, todos responderão.

Ao Dr. Lúcio, quero agradecer muito a presença dele, acho que a opinião dele é fundamental, temos de ouvi-lo. Confesso até, Dr. Lúcio, que eu me pergunto se não vale a pena eu fazer uma consulta às pessoas aí fora, antes de decidir retirar o projeto, de certa maneira, a pedido do Conselho. Vou pensar se devo fazer essa consulta. No Senado, nós temos sistema de consulta pela internet, que às vezes chega a milhares. Eu vou pensar se há condições de fazer uma pergunta: "Devo retirar esse projeto em função de uma sugestão do Conselho Federal de Medicina, pelo qual eu tenho tanto respeito?"

Mas eu quero dizer que eu apresentei não só pensando na saúde; eu apresentei como professor. Porque eu imagino, e ouvi isso de um médico, que o doente é um professor do médico, muito pouquinho, mas o doente, quando ele diz que o remédio o ajudou a melhorar, está ensinando ao médico que o remédio é bom. Quando ele participa nessa interação, ele é também um pouco professor.

Então, expor o aluno, ex-aluno formado, a essa comunidade, não apenas vai beneficiar essa comunidade, vai também beneficiar o aluno, ex-aluno, o jovem médico. Sem falar que, a meu ver, ao ir para esses lugares, a cabeça deles muda completamente. Descobrem o Brasil, que muitos de nós, alunos universitários urbanos, não conhecemos. Daí aquele programa, com que eu tive a ver naquela época, ainda como estudante, chamado Projeto Rondon, que era uma tentativa de levar jovens universitários a verem a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre as considerações de que perdeu o objeto devido ao Mais Médicos. Mas não seria bom substituir os médicos cubanos por brasileiros? Eu sempre ouvi dizer que essa deveria ser uma tendência por causa do idioma, até. Então, nós não vamos fechar o Mais Médicos, espero que não, seria uma tragédia neste momento, mas será uma tragédia se daqui a dez anos o Brasil ainda precisar de argentino, cubano, paraguaio. É como a Bolsa Família, acabar com ela é uma tragédia social, mas ela continuar sendo necessária daqui a dez anos é uma tragédia histórica, o Brasil continuar com sua população necessitando dessa ajuda.

Então, minha pergunta: perdeu o objeto graças ao Mais Médicos? O Mais Médicos é temporário e seria uma maneira de ir substituindo. Segundo, o objeto... A minha pergunta é se prejudicam a formação ou beneficiam a formação esses estágios para já formados – remunerados, obviamente. Prejudicam ou beneficiam a formação? É uma pergunta.

Outra pergunta: na ideia de que, como o senhor disse, não faltam apenas médicos – isso daí é realmente verdade? O Dr. Geraldo também falou. Então, a pergunta não seria que esse projeto de lei deve ser para todas as profissões? Talvez até começando pelas profissões relacionadas à saúde? Mas será que... O senhor citou aí: por que médicos e não filósofos? Eu poderia responder: porque médico é mais urgente do que filósofo. Mas eu prefiro dizer: e se a gente botar filósofo também? O Conselho ficaria favorável? É uma pergunta que eu quero fazer.

Outra é que há falta de enfermeiros; então, não seria o caso de a gente colocar uma emenda, ampliando para as outras áreas da saúde, como o Dr. Geraldo sugeriu? E eu estou pronto para fazer essa emenda, no meu próprio projeto.

Então, essas são as perguntas ao Dr. Lúcio.

Ao Dr. Ricardo. Aqui tenho uma pergunta que é mais ampla, mas o senhor, como consultor, pode ajudar: por que, no Brasil, é tão difícil adotar a ideia de serviço social, enquanto em outros países, como o senhor mostrou, já existe? E aí eu não falo só para a saúde, não – eu falo para tudo.

Eu fui reitor – faz tanto tempo que muitos não sabem – e houve uma crise de inundações no Acre. Eu reuni a associação dos alunos e disse: "Eu quero mandar um grupo de estudantes para irem ajudar lá." E eles me perguntaram quanto iriam ganhar. Eu aí suspendi a minha preocupação, a minha intenção e fui para casa chorar um pouquinho com meu desânimo, porque, na minha época de estudante, se alguém oferecesse ir para o Acre para ajudar numa inundação, haveria fila de gente. Perguntariam quanto teriam de pagar, quem tivesse dinheiro. Então, é uma pergunta: o que faz com que, no Brasil, haja tanta resistência à ideia de que você tem de fazer alguma coisa, obrigatoriamente, para os outros? Mas é uma característica do Brasil; deve ser de outros países também, mas por que naqueles não é assim – México, Costa Rica, que o senhor citou? Por que existe mais aceitação do trabalho voluntário, que nem precisaria ser obrigatório?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aí eu quero adiantar uma coisa que eu acho que tem a ver com o argumento constitucional: por que a Constituição do Brasil tem tantos direitos e não tem deveres? Vou arriscar uma explicação, o senhor analisa. Eu creio que a nossa Constituição de 1988 surge para enterrar o regime autoritário dos militares, e a melhor maneira de enterrar um regime autoritário é garantir direitos – e aí nos esquecemos dos deveres. Serviço militar, em qualquer lugar que tenha pretensões como o Brasil, é obrigatório mesmo, porque faz parte da formação de um jovem servir às Forças Armadas; faz parte. E o país cresce, melhora com isso. No Brasil não é.

Aí eu vou avançar na ideia de que na Constituição todos têm direitos iguais, então não se pode exigir nada para uns que não se exija para os outros. Mas, na verdade, são formas diferentes, porque se exige diferentemente também. Para ser médico tem de ter feito seis anos de curso. Ninguém dá um diploma, com base na Constituição, a quem não estudou para ser médico; seria um caos. Além disso, eu pergunto ao senhor que tal uma emenda em que eu diga o seguinte: cria-se esse serviço; agora, quem quiser, pode não cumprir – basta pagar o dinheiro que recebeu, os R$400 mil que custa a formação de um médico. Pode ser uma solução, por causa da ideia de que é gratuito e, se é gratuito, não se pode exigir nada. Eu sei...

Às pessoas que estão assistindo, eu quero dizer o seguinte: eu não vou pagar nada para beber esta água. Mas vocês pensam que isto é gratuito? Você pagou para que esta água chegasse aqui! Inclusive o salário do nosso garçom, que a trouxe aqui. Isto aqui não é gratuito! Eu é que não vou pagar. É gratuito para nós, mas o povo paga. Não existe ensino gratuito, existe ensino em que o aluno não paga – mas alguém está pagando. Custa R$400 mil a formação de um médico, e é você que está pagando, e eu e nós aqui. Mesmo que não seja filho nosso. Por que a gente faz isso? Porque o Brasil precisa de médicos; não só os 220 milhões de brasileiros – a entidade Brasil também precisa. Mas é falsa essa ideia de gratuidade. É gratuito para quem recebe, não é gratuito para quem paga. E não é só água não, hein? Este frio que a gente está sentindo aqui por causa do ar-condicionado – é você que está pagando a conta da luz! Alguém limpou esta sala aqui – você pagou. É gratuito para nós que estamos aqui. Mas não são gratuitas para o povo a universidade e a educação de base. As pessoas se esquecem disso.

Eu já vi alguém defendendo que deveria ser pago o ensino, para as pessoas, o aluno e o pai, poderem descobrir a importância dele, da educação de base. Eu já ouvi alguém dizendo que se cada pai pagasse R$5 por mês ele trataria melhor a escola do que não pagando nada, porque, com o conceito de gratuidade, ele termina não dando valor àquilo. Eu prefiro tentar mudar a consciência para se dar valor do que usar o instrumento do pagamento para que as pessoas deem valor. Mas vale a pena a gente pensar: se cada pai neste País pagasse R$5 por mês pelo filho – o que seria um valor pequenininho, é possível que todos possam pagar; e ainda diria: desempregados não pagam –, será que ele não daria mais valor? Será que ele não iria ver que o professor é pago por ele? Que a limpeza é paga por ele, e por isso tem de puxar a orelha do menino se o menino suja? Hoje, não. Até se incentiva neste País a depredar as coisas do Estado, porque não é a gente que paga. Isso é um erro! Nós que pagamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, fica aqui a pergunta: e se a gente colocasse uma emenda dizendo: "Quem não quiser cumprir o serviço pague os R$400 mil que custou o seu curso"? E eu fiz as contas aqui. Pagando R$15 mil a um médico, daria para pagar 34 meses: 50% a mais do que o serviço que eu estou propondo, que é de dois anos apenas.

É claro que aí a gente criaria uma desigualdade, mas, pelo visto, ela seria mais respeitada pela Constituição do que a igualdade. A Constituição respeita mais a desigualdade do que a igualdade – a desigualdade, ou seja, se eu pago e não preciso fazer o serviço para o meu País, a Constituição aceita, mas, se se diz "Você tem que prestar um serviço 'gratuito' (entre aspas) para o seu País", a Constituição não permite.

Então, fica aqui esta pergunta: poderíamos excluir quem pagasse o seu curso e, com isso, poderíamos fazer um fundo para o SUS, para pagar a médicos que fossem, com o dinheiro dos alunos que não quiseram ir.

Outra colocação é a ideia de colocar todas as profissões. Eu queria saber se, nesses países que o senhor citou, isso é concentrado apenas em saúde ou todas as profissões. Eu vi que, em alguns lugares, são todas e, em alguns, até no ensino médio. Mas gostaria de ver a sua resposta.

E, finalmente, Dr. Geraldo, quero dizer: estou de acordo – isto também o Dr. Lúcio falou –, não adianta só médico. São 14 profissões que o senhor citou. Eu confesso que nem lembrava. Eu vou trabalhar, ver como a gente amplia, então.

Além disso, o senhor me trouxe uma ideia boa. Vou ver como trabalho esse projeto como parte do SUS, e não como parte da educação, está entendendo?

Não sei como faço. Mas fica aqui esta pergunta para o senhor, fica a pergunta: como faço com que esse projeto se transforme em uma coisa parte do SUS?

Vou passar a palavra.

Primeiro, o Dr. Lúcio.

O SR. LÚCIO FLÁVIO GONZAGA FILHO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Agora vou tomar a minha água, que vocês que estão assistindo estão pagando para mim.

O SR. LÚCIO FLÁVIO GONZAGA FILHO – Muito obrigado, Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Mesa.

Em princípio, gostaria de parabenizar a todos, os dois apresentadores e o senhor também, pelas ideias, as inteligências que foram postas aqui e de dizer, Sr. Senador Cristovam, que temos o maior respeito e admiração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se formos fazer uma análise do foco de nossas atenções, como foi posto aqui, todos temos um interesse comum, que é uma assistência digna, de qualidade ao nosso povo, principalmente aquele mais distante, mais necessitado.

Penso e tenho a convicção de que esse foi o fulcro, esse foi o foco, a razão por que o senhor craniou esse projeto de lei, no sentido de atender àquela pessoa que está distante dos centros urbanos, que está distante, vamos supor, dos avanços da medicina, ao nosso brasileiro mais sofrido, que é o alvo de toda a nossa preocupação, da nossa atenção.

Então, é nesse sentido que acho que as ideias convergem. Podemos ter diferenças no entendimento de como operacionalizar essa assistência àquela pessoa mais carente, necessitada.

Mas o pensamento é de benefício humanitário, é de fazer o bem, de levar saúde a essas pessoas. O senhor perguntou, Senador, e aí eu fiquei extremamente feliz em ouvir do senhor que o senhor entendeu a nossa ideia central, de que nós não somos absolutamente contra a ideia de levar médico para as pessoas. Não somos. Nós gostaríamos de levar médicos para as pessoas e levar também as condições de trabalho. E levar também compromisso, porque se o médico não tem uma segurança de seu trabalho, não tem uma boa condição de trabalho – e aí não é só o médico, é qualquer profissional. Se qualquer pessoa não tem uma boa condição de trabalho, se não tem a segurança de receber seu salário no fim do mês, de, se adoecer, ter seus direitos garantidos, se a médica engravidar, ter seus direitos garantidos, se tiver condição de trabalhar bem, de ter um laboratório para solicitar um exame, de ter raios X, quer dizer, de ter um local de trabalho adequado, ele terá, sem dúvida, um compromisso com aquela comunidade.

Diferentemente de você colocar um médico lá sozinho, sem outros profissionais, sem estrutura, sem condições de infraestrutura nenhuma, adequada para o seu trabalho, sem garantia de receber seu salário, sem garantia trabalhista nenhuma, e sem compromisso com a comunidade, porque ele está ali doido para ir embora. Ele não tem como se fixar.

Então, nobre Senador, gostaríamos e ficaríamos imensamente felizes se o senhor abraçasse a nossa causa pela luta por uma carreira de Estado para os profissionais de saúde, para o SUS. O Conselho Federal de Medicina tem lutado e tem levado essa ideia para as autoridades da saúde, mostrando que seria a forma mais adequada – estamos convictos disso – de fixar o profissional da saúde lá naquele interior, lá do Norte, lá do Nordeste, para atender bem a população, para ter compromisso com a comunidade, Sr. Senador.

Nós conhecemos essa realidade do nosso Sertão. Hoje o doutor está lá, o prefeito paga o salário dele hoje no mês, no segundo mês não paga, no terceiro, ele vai aos conselhos regionais pedir socorro, ao presidente do Conselho, à diretoria do Conselho, porque trabalhou três meses e não recebeu o seu salário. O presidente do Conselho, se o secretário de saúde for um médico, a gente conhece o médico lá, e ainda facilita um pouco pedir àquele secretário de saúde para pagar o salário do médico. Esse médico, eu perguntaria ao senhor, nessa situação, tem compromisso com a comunidade? Ele tem realmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa vontade de ficar lá na comunidade assistindo esse povo, o nosso povo sofrido? Acreditamos que não.

Então a nossa luta, Sr. Senador, o que eu gostaria é que o senhor abraçasse a nossa causa de defesa de uma substituição do projeto de lei que foi craniado no sentido de beneficiar a nossa população mais sofrida, que seja substituído por uma luta desta Casa, deste Congresso Nacional, das pessoas importantes da área e também das lideranças da saúde para substituir o seu projeto por uma luta por uma carreira de Estado para os profissionais de saúde no SUS. Nós não queremos carreira de Estado para a medicina privada, nós queremos carreira de Estado para os profissionais do SUS – o nosso SUS, que o Dr. Geraldo Adão aqui tanto defendeu na sua fala, que é universal e precisa de recurso, precisa de profissionais, precisa atender às pessoas na sua amplitude.

Se você fizer uma pesquisa com as pessoas que são atendidas pelo SUS, que conseguem ser atendidas, elas vão dizer que o SUS foi maravilhoso para elas. O problema do SUS é o acesso, Senador. As pessoas não conseguem chegar, porque a demanda é muito grande, mas aquele que é atendido pelo SUS, que é operado da sua neoplasia, que é operado da sua vesícula, que trata a sua pneumonia nos hospitais – essas pessoas saem satisfeitas. Então, a ideia que nós temos no Conselho Federal de Medicina é fortalecer o SUS e lutar por uma carreira de Estado, por mais financiamento para que ele tenha condições de atender bem à população.

Quanto à pergunta, nobre Senador Cristovam Buarque, sobre se levar o jovem médico para um estágio, para um trabalho, como propõe o seu projeto de lei, prejudicaria a sua formação: não prejudicaria a formação. Não prejudicaria. O que nós falamos é que levar o médico para um ou dois anos de serviço civil obrigatório, além dos pontos já colocados aqui, como a questão da isonomia e outras que foram colocadas aqui pelo Dr. Ricardo Chaves – muito bem, achei fantástica a sua apresentação; parabéns –, nós entendemos que não atende a esse princípio do compromisso do profissional lá no interior, onde mais precisa, porque ele precisa de condições de trabalho, de outros profissionais – o médico sozinho não consegue fazer uma prestação de serviço adequada.

Eu coloquei – o Sr. Senador me desculpe – o filósofo no meio da minha relação de pessoas, de profissionais, porque se diz assim: "Ah, temos de levar o médico para o interior." Eu me formei em 1977; desde essa época já diziam: "Temos de levar o médico para o interior." Eu dizia: "Precisamos levar a Medicina para o interior." Mas não só a Medicina: precisamos levar educação, precisamos levar avanços, precisamos levar estruturas, precisamos levar esgoto, precisamos levar saneamento básico. Precisamos levar tanta coisa, Sr. Senador! E aí, sim, poderíamos levar os profissionais – os médicos, os enfermeiros, os odontólogos, os psicólogos, os educadores, os filósofos, os arquitetos, os engenheiros – para o nosso interior, para que as pessoas pudessem ter uma condição de vida melhor.

Aí eu coloquei: o profissional médico, o profissional de saúde com uma carreira de Estado e com seus direitos garantidos em lei, um profissional concursado, com todas as garantias trabalhistas, com boas condições de trabalho, lá no interior, ele vai se fixar. Ele se fixa lá. Vai melhorar a situação daquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunidade, mas ele precisa também, Senador... É aí que chamo a atenção: precisamos levar, também, para as nossas comunidades distantes os benefícios sociais que nós temos nas cidades.

Então, é transformar o nosso País para que a gente possa levar não só o médico, o engenheiro, o odontólogo, o filósofo, o professor, mas boas condições para a população, para que o profissional, lá no interior, possa educar seu filho.

Quem de nós aqui gostaria de ir para uma cidade do interior que não tivesse uma escola para colocar seu filho para estudar, que não tivesse uma condição razoável de vida? Nenhum profissional, nenhuma pessoa gostaria de ir, não só o médico.

Sr. Senador, concluindo, gostaria de enfatizar, mais uma vez, que nós não somos contra... O Conselho Federal de Medicina não foi contra, em essência, o Mais Médico, não foi contra levar médico para a população. Nós não somos contra isso. Não somos contra levar saúde para a população. Nós achamos que o meio como foi feito é que não foi adequado – não foi adequado.

Obviamente, se você levar, com a carreira de Estado... O Conselho defendeu a carreira de Estado, é o que nós defendemos. Tem-se muito mais condição de levar o benefício de saúde para a população com isso do que com outras formas, como estão sendo colocadas, incluindo-se o Mais Médicos.

Finalmente, eu queria dizer, Sr. Senador, que há pesquisas feitas, pesquisas com bons institutos de pesquisa comprovando alguns dados, incluindo... Eu queria mostrar um.

Entre os médicos brasileiros, foi feita uma consulta sobre se ele aceitaria trabalhar para o SUS, se tivesse boas condições de trabalho, condições de garantia de trabalho e condições de trabalho. Sessenta por cento dos médicos brasileiros afirmaram que sim. Se tivessem um salário adequado, não só o salário, mas também segurança no seu trabalho, condições de trabalho para que pudessem oferecer saúde à população de uma forma mais segura, mais eficaz, mais eficiente, 60% dos médicos brasileiros disseram que gostariam de trabalhar para o SUS.

Muito obrigado, Sr. Senador. Estou às ordens para qualquer outra interrogação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu que agradeço. Depois continuamos a conversa.

Agora passo a palavra ao Dr. Ricardo, que foi o segundo.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Obrigado, Senador.

Primeiro, quero dizer que foi uma satisfação ouvir todos que fazem parte desta Mesa. Tenho o privilégio de estar junto aos senhores.

Por que a resistência à prestação de serviços comunitários, etc.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu nunca estudei a história da educação brasileira sob essa perspectiva, mas, já que o senhor me leva a comentar essa questão, penso que é uma hipótese instigante, que tem a ver com a própria origem da educação superior brasileira, que sempre, desde lá do início do século XIX, foi criada e apropriada pelas camadas superiores da sociedade. E aí eu penso que isso tem uma origem, uma gênese histórica. Uma gênese histórica. E até pouco tempo atrás ela continuava sendo, a rede pública continuava sendo majoritariamente apropriada por aqueles egressos dessas camadas superiores. Então penso que isso deve estar na gênese dessa resistência.

A questão dos seis países que eu comentei. Três países preveem serviço social para todas as profissões: México, Colômbia e Venezuela. E os outros três, a Costa Rica, a Bolívia e o Equador, preveem apenas para os profissionais da saúde, da área de saúde.

A questão da gratuidade da educação superior, me parece que o argumento é o óbice constitucional mais sério com relação a iniciativas nessa direção. Aos Parlamentares que têm, ao longo desse tempo, me consultado ou solicitado o meu pronunciamento a esse respeito, eu tenho dito que me parece que, para a instituição de serviço social comunitário, o caminho jurídico mais adequado seria fazer um ajuste no artigo da Constituição, prevendo a possibilidade ou prevendo a existência desse tipo de serviço social, e que não necessariamente precisaria implicar ressarcimento. Basta ser obrigatoriedade constitucional, e isso poderia ser inclusive colocado de forma que fosse adotado de acordo com as prioridades das políticas públicas e as necessidades da sociedade. Então, essa solução constitucional seria, me parece, aquela que daria o abrigo à iniciativa e possibilitaria ao Poder Público implementar esse tipo de iniciativa, sem nenhum tipo de questionamento.

No Brasil, por exemplo, nos Estados, nós temos dois Estados que estão caminhando nessa direção, mas onde a questão da constitucionalidade está sendo questionada. Em São Paulo, foi aprovada uma lei em 2015, instituindo o serviço obrigatório para os profissionais da Medicina formados nas universidades públicas paulistas. Essa lei foi aprovada. Não foi regulamentada, não tenho notícia da sua implementação, mas ela está lá. Eu até a tenho aqui.

E no Paraná existe um projeto de lei na mesma direção, que está na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa.

Depois eu posso passar a informação, mas ela está aqui, de 2015, em São Paulo. Está aqui. A Lei 15.660, de janeiro de 2015, que dispõe sobre o serviço comunitário obrigatório para os formandos em Medicina nas universidades públicas do Estado de São Paulo.

Enfim, na verdade, penso, sob o ponto de vista legislativo... Essa lei também não me parece que esteja sendo implementada, mas é uma evidência.

Me parece que a solução jurídica mais adequada seria, digamos, o ajuste do Texto Constitucional com relação a essa questão, sem, necessariamente... poderia ser, mas sem, necessariamente, cobrir a obrigatoriedade do ressarcimento, porque aí já teríamos um outro tipo de debate, que é o debate de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ensino superior público ser ou não pago, de acordo com a capacidade de pagamento de cada família, etc. e tal.

Bom, são essas as questões.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Dr. Geraldo.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Senador – e ao consultor também –, eu perguntaria ao senhor, porque aqui no art. 200 está escrito assim: "Ao [SUS] sistema único de saúde, além de outras atribuições", há esta aqui, inscrita aqui: "ordenar a formação dos recursos humanos" para o sistema.

Isso depende de alguma lei complementar ou isso aqui é automaticamente cumprido, deve ser cumprido?

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Não sei se, Presidente... Não, na questão, veja bem: estamos tratando da formação. O serviço social obrigatório é para aquele que é egresso, ele já passou do período da formação, essa é a discussão que é colocada.

A ordenação da formação de recursos humanos da saúde, que faz a interação entre o Ministério da Saúde e Ministério da Educação na formação dos médicos, vai dentro de todas as etapas do que seria efetivamente a formação. Então, é o curso de graduação, a elaboração das diretrizes curriculares nacionais, autorização, reconhecimento dos cursos, credenciamento das instituições, e vai até os programas de formação, em última instância, a residência médica. O mestrado e o doutorado já estão fora porque já têm um outro tipo de caráter.

Então, o argumento constitucional que se coloca é este: a formação tem o cunho de obter graus e diplomas para o exercício profissional; o serviço social obrigatório já não seria mais uma etapa formativa, porque ele já estaria formado. Então, nesta questão, recairia naquele argumento constitucional da gratuidade do ensino público.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Mas sendo um curso novo, é um curso de pós-graduação em saúde pública. Criar esse curso...

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Sim, mas seria...

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – ... tem impedimento legal?

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Criar o curso, não. A questão é a compulsoriedade.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Certo, mas só para quem estuda em universidade pública ou com bolsa de estudos que o Governo custeou.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Exatamente. Então, novamente, a discussão recai na questão da gratuidade, veja bem, porque, se para esses a formação desse curso de saúde é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

necessária, porque para aqueles que fizeram na instituição particular não é necessária, já que é uma etapa de formação obrigatória?

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Mas ele pode fazer se ele quiser também. Não é obrigatório.

O SR. RICARDO CHAVES DE REZENDE MARTINS – Sim, mas para quem é público passa a ser compulsório e para quem é privado é alternativo. A discussão é essa.

Essa é uma questão que precisa ser dirimida. Parece-me que a solução mais fácil seria ajustar ali no art. 206, embora, obviamente, uma emenda constitucional a gente sabe que tem uma tramitação política complexa.

O SR. GERALDO ADÃO SANTOS – Agora, Senador, V. Exª, como é autor de um desses projetos, e se ele despertou a atenção de três Senadores da República, com projetos próprios, inclusive o do Senador Humberto Costa é PEC, é emenda constitucional, e o de V. Exª e do Jaime Campos é um projeto de lei normal. Bem, eu acredito na possibilidade, se três Senadores entenderam que existe o caminho para alcançar esse objetivo, eu faria aqui um apelo, como Conselheiro Nacional de Saúde, e em nome do povo brasileiro, que precisa do SUS, e o SUS é para atender a todos os brasileiros, o SUS deixou de cumprir um papel importante, que é ordenar a formação dos recursos humanos. Todo mundo fala: "Ah, médico, médicos estrangeiros..." Não. O SUS tem 14 profissões, e todas elas são importantes para o sistema. Acho que se tem que equacionar essa solução de demanda exatamente possibilitando a quem já é formado fazer um curso de pós-graduação. Ele vai ganhar um curso de pós-graduação, quer dizer, ele vai ampliar a capacidade de atendimento, ele vai receber durante o prazo que ele estiver fazendo. Nós não estamos fazendo obrigatoriedade, é mais uma oportunidade de sair da faculdade e já ter um emprego, que seja para um ano ou um ano e meio, e, nesse período, com essas pessoas, vai haver uma rotatividade possível, de modo que não vai faltar nenhum dos profissionais para o SUS em lugar nenhum.

Então, eu acho que isso é de uma importância do tamanho do Sistema Único de Saúde. Nós temos que pensar no SUS não como sistema feito para atender pobres; é sistema para atender a Nação brasileira, a todos os brasileiros.

Então, pensando nessa linha, já que há três projetos de Senadores nessa linha, quem sabe, Senador, pudessem ser trabalhados juntos esses projetos, fazendo um projeto unificado, é claro, equacionando algumas barreiras que existem pela frente. Mas eu acho que o SUS tem condição para isso, o Ministério da Educação é o formador do profissional. E eu acho que um entendimento entre o Ministério da Saúde, um entendimento entre o Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde e o Ministério da Educação viabiliza a possibilidade disso, superando as dificuldades existentes.

E a nossa esperança é que o SUS realmente possa criar mais uma oportunidade de graduação, de pós-graduação em saúde pública. O maior sistema de saúde do mundo dando para os seus próprios profissionais a condição e a oportunidade de ter um curso de pós-graduação, e recebendo durante o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

tempo que ele estiver prestando esse serviço, eu acho que é um passo muito grande, muito importante e que o Brasil tem que fazer o esforço para dar esse passo.

Esse é o apelo que nós fazemos. Vamos ver se conseguimos... Na Câmara, há diversos projetos também. Os que forem coincidentes com essa proposta de formação de um curso de pós-graduação, vamos juntar esses projetos, Câmara e Senado trabalhando juntos, porque, se Câmara e Senado trabalharem juntos, podem ter certeza de que o SUS e o Ministério da Saúde vão ganhar com isso. E quem vai ganhar? É a população brasileira. E não é ganhar, é ter acesso a esse direito de ter todos os profissionais disponíveis no momento certo, na hora que ele precisa. E um curso de pós-graduação dará esse grau maior de confiabilidade, de assistência, e, para o profissional, é uma oportunidade também de ganhar um curso de pós-graduação.

É esse apelo que nós fazemos, esperando que realmente não desistam desses projetos, vamos tentar unificar esses projetos. Eu acredito que isso é viável. E, em nome de todos os brasileiros usuários do SUS, que esse esforço seja feito e essa meta seja alcançada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bem, eu quero agradecer muito a participação dos três e dizer ao Dr. Lúcio que eu abraço há muitos anos a causa da saúde de qualidade para todos, mas, quando não dá para ser uma saúde da máxima qualidade, eu quero uma saúde. Um dia desses eu estava saindo do Ceub, faz uns dois anos, e houve um acidente, eu fui jogado no chão. De repente, estavam três pessoas ali cuidando de mim. Eu não pedi diploma de médico para ver. Um botou álcool aqui na minha testa, outro me levantou. Naquela hora, era o melhor que eu tinha. Não tinha balão de oxigênio, não tinha nada.

Então, o Mais Médicos levou isso para onde se precisava. E, no Brasil de hoje, enquanto não houver o sistema ideal de saúde, vamos levar o que for possível, mas estou na sua causa. E, como governador, mostrei isso. A saúde funcionou aqui. E funcionou, sobretudo, com um programa chamado Saúde em Casa, em que a gente levou médico para onde estavam as pessoas, em pequenas casas, com estetoscópio, com um pequeno equipamento ali, e, aí, quando precisava, mandava para um hospital. Então, eu estou na causa e acho que a gente tem que fazer.

Eu fiquei preocupado quando o senhor falou que esses médicos estariam lá sem compromisso. Eu não imagino um médico se formando, jurando, fazendo juramento, e não ter compromisso. Ele pode até estar contando os dias para ir embora, como quem faz o serviço militar sem vocação de ser militar, você conta os dias – eu sei como é isso –, mas você está ali cumprindo as ordens que o sargento manda.

Quanto ao Dr. Ricardo, o ensino superior ser pago ou não. Essa pergunta, a gente tem que mudar. O ensino superior é pago; a pergunta é por quem. A gente tem que discutir quem tem que pagar o curso superior, é quem estuda ou é o Estado? Essa é a pergunta. E eu respondo: todo curso de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sociedade precisa, é o Estado. Por isso sou favorável ao ensino pago pelo Estado. Não usei a palavra "gratuito".

Agora, quando o Estado não precisa de certos profissionais, eu sinceramente não vejo por que tirar dinheiro, por exemplo, da educação de base, para colocar em certos ensinos, cursos superiores que não atendem a uma necessidade do País, mas, sim, da pessoa. Aí não vejo por quê. A gente tem que descobrir como é que se faz para que o curso de interesse apenas da pessoa – que é um direito que ela tem, e a democracia tem que respeitar –, a gente não tenha que tirar dinheiro de todo mundo para pagar.

E aí a ideia traz uma proposta. Por exemplo... Primeiro, chegou aqui uma sugestão de uma pessoa chamada Rafael Fulte Moreira, de Santa Catarina: "Por que só da medicina? Então todos os cursos [...] com recursos públicos devem receber o mesmo tratamento." Faz sentido. Eu gostei da sugestão dele.

E aí eu tenho uma ideia. Por que é que a gente não faz o seguinte: toda vez que um aluno termina um curso universitário, o Governo diz quantos precisa daqueles; e aí diz: "Cara, você fez esse curso, o Estado pagou. Você vai para tal lugar. Agora, se você não quiser ir, não há problema. Pague o curso." Você reembolsa o Governo. Pode até fazer em módicas prestações. Pode fazer um Fies ao contrário. Se você quiser ir para o setor público, você fica sem ter que pagar de volta; se você não vai, você paga de volta. Pode ser uma saída.

Quando um jovem termina a academia militar, que ele não paga, ele vai para onde o Estado manda. Ele não vai para onde ele quer. Ele vai para onde a Nação precisa.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – E nem pode desistir.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Como?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – E nem pode desistir por um período de cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E nem pode desistir por um período de cinco anos, é. Nem pode dar de volta o dinheiro.

Diplomata, também. O diplomata vai para a África, ou vai para a Ásia, ou vai para longe dos pais. Mas entrou ali, é a mesma coisa. Ou seja, são carreiras do Estado.

Eu não tenho a menor dúvida de que essas têm que ser pagas pelo Estado, porque vão servir ao Estado. Eu não tenho a menor dúvida de que médico tem que estudar sem ter que pagar. Agora, se depois ele já sai para uma clínica que nada tem a ver com as necessidades do País, mas só de alguns que podem pagar, que são brasileiros também, mas podem pagar, eu acho que eles deveriam ter uma alíquota no imposto de renda, para devolver, talvez, até dirigida diretamente para a universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então a pergunta não é ser pago ou não; é quem paga. Agora veja como...

Dr. Lúcio, o senhor talvez tenha razão. Eu disse que ia fazer uma pesquisa, porque o Senado faz pesquisas. O que a gente está discutindo aqui, Senador, é a ideia, é um projeto meu em que os alunos de Medicina ficariam, dois anos depois de formados, numa cidade pequena, dentro do sistema do SUS. E eu vi aqui, depois das colocações do Dr. Lúcio, que valeria a pena eu fazer uma pesquisa. O Senado faz isso muito bem. O que é que as pessoas pensam? Já temos uma prévia. Olha, a prévia é pegar o chapéu e ir embora. Só 18% dos que falaram estão a favor da minha proposta. Aí se diz: "Mas só foram 4.509." É muito 4.509. Desses, 834, a favor, e 3.675, não; não a esse negócio de ter que trabalhar dois anos, ganhando onde o povo precisa – não vamos cair na demagogia –, onde o Estado acha que o povo precisa, porque não se vai fazer um plebiscito. Ou seja, o desejo de voluntariedade – e não de gratuidade –, de querer colaborar é muito pequeno no Brasil. O Dr. Ricardo mostrou que, em diversos países, existe isso, até no ensino médio – no México, em Costa Rica, no Equador agora. E aí eu fiz uma pergunta: por que, no Brasil, há essa reação tão grande a ter que devolver à sociedade aquilo que a sociedade deu? Mas é uma coisa que está na mente brasileira. Algo aconteceu na formação do ente intelectual brasileiro, da mente, que nós não temos compromisso com a coletividade. Nós somos um país que tem duas deformações grandes em nossa mente: não temos compromisso com o coletivo, e, sim, com a corporação da qual pertencemos; e não olhamos o longo prazo, mas sempre o curto prazo.

Por que todo mundo diz que a China está indo, fazendo, etc.? Eles têm duas coisas que nós não temos: coesão nacional e rumo de longo prazo – duas coisas que nós não temos. O País foi repartido nos indivíduos e nos grupos, cada um querendo o máximo para si. E não tem que acusar um grupo ou outro, não. Somos todos assim. Não vamos criticar os outros, não. Nós fazemos parte desse mundo de grupos e de imediatismo.

Para eu não pegar o chapéu e ir embora, porque minha ideia foi repudiada, talvez esses que responderam aqui são os que têm acesso à internet, são os que estão ligados no assunto – pode ser que sejam os estudantes de Medicina das universidades estatais. Então, eles talvez não representem a coletividade brasileira inteira. Agora, se for a coletividade, eu teria 40 milhões a favor e 160 milhões contra. É grave isso. Não vou fazer essa projeção, porque acho que, de fato, é um grupo diferente, mas é um grupo respeitável. Eu o respeito, pois, num universo mesmo pequeno de 4,5 mil – que também não é pequeno, porque se chegou a esse número em poucos minutos aqui –, é um grupo razoável. É forte a expressão contrária, só que eu acho que há momentos em que você não deve se submeter a isso. Você tem é que tentar convencê-los de que está certo. E, se não os convencer, aí pega o chapéu; aí tem que ter a lucidez de pegar o chapéu e dizer: "Não é o meu tempo."

Talvez não seja ainda o tempo de o Brasil ter um projeto desses, mas eu vou continuar insistindo. E essa insistência eu vou tentar fazer junto com os outros, sim; foi até uma falha não ter feito em conjunto com o Humberto Costa, porque é PEC. Eu disse: "O meu é projeto de lei." Mas vale a pena, sim, ter um diálogo com eles. Nesse diálogo, eu vou levar o que foi discutido aqui e vou levar a sugestão do Rafael Fulte Moreira, que também surgiu aqui: por que só a Medicina? O primeiro passo é: por que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

todas as 14 áreas da saúde? E, depois, por que não todas as áreas? Acho que é bom ter um filósofo de plantão, como o senhor citou, em cada cidade – é bom. Melhora o papo no botequim. Então, eu acho que a gente tem que espalhar profissionais em todas as partes do Brasil, e não só médicos.

Agora, como eu falei, médico é mais urgente. Esta é a diferença entre vocês, médicos, e nós, simples mortais: vocês são muito mais urgentes – eu não digo importantes. Para mim, o professor é ainda mais importante, porque foi quem fez o médico, mas o professor não é tão urgente, tanto que há meses de greve aqui, e não acontece nada neste País. Vai acontecer daqui a 20 anos, quando tivermos uma geração formada a partir de cursos intermitentes, que tem que começar a aprender as quatro operações, passar dois meses em casa e, depois, voltar no sábado, nesta coisa que se inventou, chamada reposição de aula. Daqui a 20 anos, a gente vai ver o efeito desses períodos de educação intermitente. Mas, no imediato, não. Agora, o médico não estando na hora, é uma vida que se perde. Daí, vocês são mais urgentes; daí, a gente não pode prescindir de vocês. Eu digo médico, mas também tem que ter as outras profissões. Mas é o médico, sobretudo; os outros são seus auxiliares.

Agradeço muito o debate. Acho que foi positivo. Vou trabalhar isso, vou procurar os outros que trabalham com isso e vou tentar me aprofundar – talvez eu o procure mais uma vez – sobre os outros países.

Convoco, para o dia 25 de abril, terça-feira, às 11h, reunião ordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições em geral.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião, que, para mim, foi muito produtiva.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Lúcia Vânia, Pedro Chaves, Regina Sousa e Antonio Anastasia**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Simone Tebet, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Hélio José, Ângela Portela, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, Ana Amélia, Lídice da Mata, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira, Fátima Bezerra, José Medeiros, Ciro Nogueira, Cristovam Buarque e Eduardo Lopes. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016** que: "Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CE. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2016** que: "Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Agripino. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE a 5-CE. **ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2007** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Sen. Ana Amélia. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 466, de 2009; 454 e 715, de 2015; e 186, de 2016. **Resultado:** Adiada a discussão para o dia 23/05/2017, nos termos regimentais. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, de 2015** que: "Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, de 2009** que: "Institui as condições mínimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Sen. Ângela Portela. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016** que: "Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016** que: "Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau." **Autoria:** Senador Dalirio Beber. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294, de 2014** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública." **Autoria:** Senador Wilson Matos. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, de 2016** que: "Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, a fim de vedar a outorga do título de patrono para pessoas vivas." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2016** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para mitigar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata (*Ad hoc*), substituiu Sen. Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 14 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, de 2016** que: "Institui o dia 27 de novembro como Dia Nacional de Educação a Distância." **Autoria:** Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, de 2016** que: "Inscreve o nome do maestro Antônio Carlos Gomes no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Deputado Paulo Freire. **Relatoria:** Sen. Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Sen. Marta Suplicy. **Relatório:** Favorável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", conforme já solicitado pelo Senador José Medeiros em Requerimento de nº 100/2016 apresentado e aprovado na Comissão de Direitos Humanos - CDH." **Autoria:** Senador Pedro Chaves e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 7 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre a situação da educação de filhos de brasileiros no Japão, com a presença dos seguintes convidados: Filipe Girardi – Coordenador de África, Língua Portuguesa, Ásia, Oriente Médio e Oceania da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação – MEC; Maria Auriana Diniz – Coordenadora de Temas Transversais da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Educação – MEC; Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto – Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; Maria Luíza Lopes da Silva – Diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de “despesa primária obrigatória” para “despesa primária discricionária”, contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realização de uma audiência pública para debater o processo de implantação da Reforma do Ensino Médio nos Estados. Deverão ser convidados:" **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à execução do Programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que organismos da imprensa nacional noticiaram o fim da mencionada política pública, e que o próprio Ministério da Educação verbalizou a intenção de eliminar uma determinada modalidade do Programa Ciência sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fronteiras, destinada aos estudantes de graduação." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, ainda neste primeiro semestre de 2017, para debater os aspectos organizativos da Conae 2018, evento fundamental para promover a participação social na definição das políticas públicas educacionais." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 19 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de uma Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2015. Os convidados serão indicados posteriormente." **Autoria:** Senadora Regina Sousa e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Lúcia Vânia

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(*Texto com revisão.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas

As atas serão publicadas no *Diário do Senado Federa*l.

Comunico às Srªs e Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Moção nº 146, de 2016, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, contra a alegada posição do Brasil em apoiar a resolução da Unesco que negaria a ligação histórica do povo judeu sobre o Monte do Templo em Jerusalém.

Ofício nº 251/2016, da Câmara Municipal de Mafra, Santa Catarina, a qual encaminha cópia de moção de apelo à Universidade do Contestado para que o curso de Medicina da universidade seja ofertado no *campus* local.

Ofício nº 4.523, de 2016, da Câmara de Vereadores de Piracicaba, São Paulo, a qual encaminha cópia de moção de apelo ao Governo de São Paulo para que a disciplina Libras seja inserida em todas as escolas do Estado.

Ofício nº 77, de 2016, da Fundação Museu Mariano Procópio, localizada em Juiz de Fora, Minas Gerais, a qual encaminha cópia de moção de solidariedade ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), relativa ao posicionamento contrário do órgão à construção de empreendimento no Porto da Barra, Salvador.

Ofício nº 695, de 2017, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o qual manifesta posição favorável ao PLS 550, de 2011, que dispõe sobre o piso salarial dos empregados com diplomas de educação superior. O projeto encontra-se atualmente...

Pediria ao Senador Anastasia para assumir a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Ofício nº 17, nº 1277, 2016, da Câmara Municipal de Araraquara, São Paulo, a qual encaminha cópia de moção de repúdio às proposições que visem elevar rodeios e vaquejadas à condição do patrimônio cultural e imaterial do Brasil ou legalizar e permitir a realização dessas práticas.

Ofício nº 18.945, de 2017, do Comitê Brasileiro de Clubes, o qual encaminha relatório de gestão, prestação de contas e uma síntese do trabalho desenvolvido pelo Comitê em 2013 e 2016.

O expediente encontra-se à disposição da Secretaria dessa Comissão aos Senadores que desejarem acesso ao seu conteúdo.

Informo que a reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 a 22. (*Pausa.*)

Eu solicito à Senadora Regina que, por gentileza, assuma a Presidência, tendo em vista que tenho um voto em separado em relação ao item 3, que é o primeiro item de nossa pauta.

Então, por gentileza, solicito à eminente Senadora que assuma a Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) –

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 581, de 2007

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências".

Autoria: Senador Paulo Paim.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2009

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, para autorizar os titulares de contas a aplicarem até 10% (dez por cento)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de seu saldo em fundos de investimento que aplicam seus recursos em projetos de exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos situados na área do pré-sal.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir a utilização do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do ensino superior do trabalhador, de seu cônjuge e de seus dependentes.

Autoria: Senadora Simone Tebet

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o custeio de despesas com educação e qualificação profissional.

Autoria: Senador Reguffe

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2016

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a movimentação de recursos do Fundo para fins de pagamento de saldo devedor de financiamento concedido no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007, com uma emenda que apresenta, e contrário aos Projetos de Lei do Senado nº 466, de 2009; 454 e 715, de 2015; e 186, de 2016.

Observações:

1- Em 28/03/2017, foi concedida vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, e pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para leitura do voto em separado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Regina, senhoras e senhores, doutos colegas, antes da leitura do voto em separado, gostaria tão somente de lembrar que se trata, como se vê aqui dos documentos e dos processos que compõem esse procedimento legislativo, de uma matéria muito densa na medida em que altera, em vários projetos apensados e apresentados, a legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, basicamente para permitir que o Fundo também lastreie, com seus recursos, diversas outras atividades que não aquelas originalmente previstas quando de sua constituição, no que se refere à construção e saneamento.

Desse modo, Srª Presidente, no meu voto em separado, faço um relatório para cuja leitura vou pedir dispensa porque, na verdade, relata o que V. Exª há pouco já leu – o grande número de projetos colocados – e lembra, ao final dessa parte introdutória, que os projetos começam a ser discutidos por aqui, mas que ainda irão à Comissão de Assuntos Sociais, Infraestrutura e, aí sim, à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a decisão terminativa a esta. Ou seja, ainda haverá uma longa estrada a percorrer nessa matéria.

Então, passarei à leitura do meu voto só na parte da análise, que é bem mais breve.

Em se tratando da constitucionalidade, da juridicidade e dos aspectos regimentais, não foram identificados vícios capazes de prejudicar o projeto. A disciplina da matéria é da competência legislativa da União que se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Adentrando-se no mérito, sabe-se que o recurso de Fundo de Garantia, além de configurar uma poupança para o trabalhador, constitui os pilares bases da política habitacional, de saneamento da infraestrutura urbana do Estado brasileiro e, em especial, da habitação popular.

O atual problema que se vislumbra sobre o Fundo de Garantia é o baixo rendimento de seus depósitos. A remuneração das contas vinculadas ao Fundo fica inferior à inflação. Isso torna o Fundo de Garantia um dos investimentos com a mais baixa remuneração do mercado financeiro brasileiro.

Parte da dificuldade foi resolvida com a MPV 763, de 22 de dezembro de 2016, que estabeleceu o Conselho Curador do Fundo de Garantia, que cuidará da desobstrução de 50% do resultado positivo auferido pelo fundo, mediante crédito nas contas vinculadas que apresentarem saldo positivo em 31 de dezembro do respectivo exercício.

Mas ainda assim, acreditamos que há espaço para melhorar a situação do trabalhador. Nesse sentido, entendemos que o único ponto em que a legislação merece ser alterada é que aumenta a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia, propondo-se que se utilize a taxa Selic, pois se trata do índice básico dos juros da economia brasileira, utilizada como referência para o cálculo das demais taxas cobradas pelo mercado.

Também conforme o exposto, discordamos de se criarem novas possibilidades de saque, pois isso descapitalizaria o Fundo e dificultaria os investimentos da política habitacional, do saneamento básico e da infraestrutura urbana.

Voto.

Em face das considerações apresentadas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 581/2007, na forma da Emenda Substitutiva abaixo e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 466, 454, 715 e 186.

A emenda substitutiva tem o seguinte teor: altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

art. 1º – O art. 13, da Lei 8.036, de 11 de maio de 90, passa a vigorar com a seguinte redação: "art 13 - os depósitos efetuados nas contas vinculados serão remunerados pela taxa referencial do sistema especial de tributação e de custódia – Selic ou outra que vier a substituí-la".

E a nova redação.

Art 2º – Essa lei entra em vigor na data da sua publicação.

Srª Presidente, é este o voto em separado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Permita-me tão somente, em apertada síntese, reafirmar que se trata, portanto, de uma posição pessoal minha no sentido de que discordo que o fundo possa ser descapitalizado, ou seja, que haja saques novos com outros motivos, ainda que meritórios.

A todos eu aplaudo, mas parece-me que o fundo não foi criado com esse propósito, mas, por outro lado, aproveitando o ensejo para remunerá-lo de modo condigno. Aliás, como são as taxas do mercado financeiro pela Selic.

Então, é esse o propósito do meu voto em separado. Agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigado, Senador Anastasia. Concedo a palavra a palavra à Senadora Ana Amélia, para suas considerações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Srª Presidente interina desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte; caro colega Senadora Antonio Anastasia.

Penso que respeito e acolho de bom grado o seu voto em separado. Essa é uma matéria que vem de bastante tempo e há uma expectativa muito grande acerca de sua tramitação. Discuti muito, quando da apresentação desse relatório, que vou fazer, e quero ponderar a V. Exª que não haja mais delongas, porque a matéria que será submetida não é terminativa aqui – primeiro. Ela vai à Comissão de Assuntos Econômicos, que, creio, que pela natureza da instituição fundo de garantia, é a Comissão mais adequada e pertinente para o exame dessa matéria.

No momento em que vivemos uma crise na previdência social, que está mostrando a gravidade da falta de planejamento, de cálculos atuariais adequados, de uma série de outros aspectos relacionados à previdência social, não termos em relação ao Fundo de Garantia as preocupações e também, repetindo a palavra, "garantia" para assegurar esse recurso como direito do trabalhador, em um momento de crise e de desemprego como o que estamos vivendo, poderemos estar, em vez de contribuindo decisivamente para auxiliar os estudantes que querem estudar, mas que estão fora do Fies ou que estão fora do ProUni – e é um número importante de jovens – estaremos, por outro lado, fragilizando esse instrumento, que data dos anos 60, o Fundo de Garantia.

Ao meu ver, fui beneficiada, porque, ao ser demitida, depois de 33 anos, de uma empresa em que trabalhei, este fundo foi, digamos, uma poupança significativa para minha vida.

Então, usando a experiência, eu poderia ter, se tivesse valido isso, usado para pagar a faculdade. Consegui uma bolsa de estudos, e não comprometi aquilo que, depois, muito depois, seria uma reserva de emergências que se tem para aplicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a minha preocupação tem um cunho social, o cunho de preocupação com o direito dos trabalhadores a esse recurso. Vimos agora o déficit dos fundos de pensão, de aposentadoria complementar das estatais, que é uma coisa grave e séria.

Então, temos que ter um zelo com o Fundo de Garantia. Acolho as ponderações de V. Exª, que tratam mais da questão da remuneração do recurso, mas penso que, como ela não é definitiva, peço o respeito de V. Exª de não aceitar o voto em separado, porque ele terá que ser submetido, de qualquer maneira, aos colegas Senadores. Assim, pelo que aprovemos o projeto, o relatório e apreciemos, inclusive com o voto em separado seu, na Comissão de Assuntos Econômicos. Penso que talvez possamos fazer isso, a menos que a Presidente tenha uma sugestão ou uma ideia diferente dessa, que nós, dentro do Regimento, podemos acolher.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós estamos discutindo o voto em separado do Senador Anastasia...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Srª Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª a suspensão desse voto em separado, porque no dia 14, Senador Anastasia, o Ministro da Educação deverá estar presente aqui exatamente para falar para esta Comissão o que o MEC está fazendo no sentido de solucionar o problema do Fies. Então, acho que seria oportuno ouvirmos primeiro o que o Ministério propõe para depois colocarmos esse projeto em votação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Lúcia Vânia está propondo um requerimento, formula um requerimento, de adiamento de discussão. E qual a data para discussão, a próxima?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Será feito o requerimento e encaminhado à Secretaria da Comissão, para que adiemos a votação desse projeto, aguardando a presença do Ministro, com a solução apresentada pelo MEC em relação ao Fies.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Anastasia de acordo. Senadora Ana Amélia está de acordo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na verdade, como eu havia ponderado, o MEC tem uma posição relativa a respeito da matéria.

A Caixa Econômica Federal é a gestora, o Conselho Curador do FGTS. Ela está mais na área econômica do que propriamente no MEC, Senadora Lúcia Vânia, mas acolho a sugestão de V. Exª em respeito à nossa Presidente aqui, da Comissão, e acho que é melhor que façamos esse debate, mesmo que eu entenda que a matéria está mais voltada aos aspectos econômico-financeiros do Fundo de Garantia administrado pela Caixa, gerido pela Caixa, já que há fundo, o Conselho Curador, que trata exatamente da gestão desses recursos, que são dos trabalhadores. Por eles, temos que zelar com todo o respeito e carinho para evitar problemas que tivemos em outros setores da economia de nosso País, especialmente agora que temos 13 milhões de desempregados, e ele é, entre outras coisas, usado para o seguro-desemprego.

Então, acolho a sugestão da senhora para que também votemos, após essa reunião, independentemente do fato de não haver uma correlação direta entre os planos do MEC para resolver o problema de oferecer vagas suficientes para atender à demanda e o uso do benefício para aqueles que estão devendo o Fies. Há muitos jovens devendo o Fies, famílias que estão devendo o Fies e que não têm recurso, mas querem pagar, não querem ser caloteiros, que seria o caso do projeto.

Independentemente disso, e como ele não é terminativo aqui, acolho a sugestão da Senadora Lúcia Vânia e também respeito muito o voto do Senador Antonio Anastasia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Agradeço, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, havendo acordo entre a Senadora Ana Amélia e o Senador Anastasia, submetemos o requerimento da Senadora Lúcia Vânia, de adiamento da discussão para o dia 23.

Então, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu devolvo a Presidência ao Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Para os eminentes Senadores que acabam de adentrar o plenário desta Comissão, a nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia está um pouco afônica e, por isso mesmo, me pediu que...

A Senadora Lúcia Vânia está um pouco afônica e por isso mesmo...É disfônica, porque afônica seria sem voz, e ela pouco se manifestou. Então é disfônica. É melhor... Começa e para,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

então é uma disfonia gradativa ou gradual. E a Senadora Ana Amélia conhece bem o tema, por ter sido durante tantos anos jornalista e com o domínio pleno da voz.

Então, sendo assim, vamos ao item...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fui alertada, Senador –eu me lembro – por pessoa por quem tenho muito carinho, Armindo Antônio Ranzolin, que convalesce, está bastante debilitado de saúde e foi um grande, um dos melhores narradores de futebol do meu Estado. Inclusive o Senador Caiado foi entrevistado no programa gaúcho Atualidade, por Ranzolin. Uma vez eu cheguei e disse: "Olha, eu não posso hoje fazer o programa porque eu estou afônica." Ele disse: "Não, afônica não, você está falando comigo. Você está disfônica."

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Alguma coisa sai.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, aprendi nesse dia com o grande especialista a quem eu aproveito para fazer uma homenagem: Armindo Antônio Ranzolin.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Passo a Presidência ao Senador Pedro Chaves que é o vice-Presidente da Comissão e que acaba de chegar.

Então o eminente vice-Presidente assume as suas funções tendo em vista a impossibilidade temporária da nossa Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos agora para o item 16,

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 6, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", conforme já solicitado pelo Senador José Medeiros em Requerimento de nº 100/2016 apresentado e aprovado na Comissão de Direitos Humanos - CDH.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Pedro Chaves e outros

Relatoria:

Relatório:

Eu gostaria apenas de fazer algumas colocações.

Está ocorrendo neste País uma proliferação muito grande de educação a distância. É óbvio que é um instrumento importante, a tecnologia está aí para atender realmente a educação. No entretanto, está havendo exagero. Alguns cursos que são eminentemente práticos, como o curso de Medicina Veterinária, curso de Enfermagem, curso de Engenharias, todos eles têm oferta até com o apoio do MEC, em relação à aprovação e à autorização desses cursos o que compromete a qualidade e traz um transtorno e uma angústia por parte dos conselhos regionais profissionais E é muito grave a situação. Então, a ideia é criar uma audiência pública.

Com a palavra a nossa eminente Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apenas para confirmar com V. Exª a abordagem deste tema preocupante. O Ministério da Educação acabou ontem de, por portaria, suspendeu anúncios de matrículas de uma instituição que se dizia credenciada, Fancinepe, com sede no Paraná, que operava basicamente com EaD, educação a distância.

Como disse V. Exª, eles, para lugares longínquos com acesso aos centros de qualidade tecnológica no ensino superior, precisam ser estimulados e preservados. Mas não podemos aceitar que instituições que atuem de modo absolutamente inadequado, para dizer o mínimo, Senador Pedro Chaves, comprometam o dinheiro dos alunos e também a qualidade do ensino transmitido ali. Na verdade, não é nem ensino. É apenas um faz de conta.

Então, há muita irregularidade e fraude num sistema que, no sul do País, é extremamente qualificado.

Nós tivemos aqui, recentemente, na Comissão de Assuntos Sociais, um debate sobre um projeto de lei vindo da Câmara – o Senador Caiado estava presente – que trata da regulamentação da profissão de esteticista. E uma das convidadas para falar naquela audiência, representante das esteticistas do Rio de Janeiro, falou muito da EaD de cursos para Estética.

E aí perguntei, porque a mim, Senador, ocorreu algo, tal como ao senhor quando falou de Veterinária: imagine fazer, Senador Caiado, num Curso de Veterinária uma inseminação artificial a distância, sem enxergar, sem manipular. Como é que ele vai ter a sensibilidade de realizar uma inseminação artificial por EaD. Da mesma forma, acontece com a aplicação de um determinado medicamento ou algum tipo de tratamento que envolva o contato das mãos do esteticista com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

paciente. Como isso vai ser feito de forma virtual sem haver a prática? O reconhecimento de estar a pessoa habilitada vai acabar, em vez de ajudar, piorando a situação do paciente.

Então, louvo a iniciativa de V. Exª em relação ao trato deste assunto para evitar prejuízos maiores não só à educação no País, mas ao bolso de estudantes em todo o nosso Território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Senadora Simone, por favor.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Pedro Chaves.

V. Exª, mais do que ninguém, conhece bem essa realidade, reitor a vida inteira de universidades do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Acho que é importante deixarmos muito claro que ninguém é contra o Ensino a Distância no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Exato.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas o que tem acontecido é uma proliferação muito grande, às vezes, até excessiva de cursos *on-line* não regulamentados ainda pelo MEC. A informação do censo, acho, de dois ou três anos atrás – portanto, um pouco defasada – é de que havia algo em torno de 1,8 mil cursos on-line ou seja, a distância regulamentados no Brasil, 500 mil alunos, portanto, fazendo cursos *on-line,* e isso corresponde a apenas 25% do total dos cursos *on-line.*

O que eu quero dizer, de forma objetiva: 75% dos cursos *on-line* fornecidos, dos cursos a distância, não são regulamentados, são cursos livres, não reconhecidos pelo MEC. Abre-se, portanto, um novo questionamento: será que esses jovens, esses alunos adultos, homens e mulheres, têm consciência de que curso estão fazendo, quais cursos são regulamentados e quais não são? E esses cursos livres, qual a qualidade desses cursos? Fala-se algo em torno de 3,5 milhões de pessoas fazendo cursos *on-line* não regulamentados pelo MEC. Acho que é um tema sobre o qual esta Comissão precisa se debruçar, de fundamental importância, não só porque tem dinheiro público envolvido, mas também porque temos que prezar, acima de tudo, pela qualidade do ensino universitário no País.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

Em discussão.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, realmente me preocupa enormemente essa ampliação que tem sido feita. A Senadora Ana Amélia acaba de citar um fato sobre esteticistas; eu tive oportunidade de receber vários colegas na área da dermatologia que trouxeram aqui as maiores iatrogenias praticadas por pessoas que não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

formação qualificada para fazer uso e manipulação de medicamentos, sem saber a abrangência do que ele está tratando. É muito comum a pessoa ter uma mancha no rosto e, se não for um especialista, não sabe se é um melanoma ou se é apenas uma hiperpigmentação.

É o caso, vamos imaginar, então, numa graduação na área de enfermagem – uma área extremamente especializada na aplicação não só de remédios, mas também na importância de fazer um curativo de uma cirurgia delicada –, os momentos de manipulação do paciente; as posições que podem assumir num pós-operatório; até de acesso aos atendimentos iniciais, no caso de agravamento do paciente, até que o médico chegue.

Presidente, acho que essa tese de educação a distância, sinceramente, precisa ser revista hoje, porque, senão, vamos criar uma geração de pessoas, principalmente na área da medicina, da saúde, como é o caso específico aqui, em que o primeiro contato que o formando vai ter ou o graduado vai ter será no dia em que for atender o seu primeiro paciente. Isso é realmente preocupante. Eu me coloco contrário a qualquer ampliação nesse sentido. Eu vejo que, mesmo as faculdades de Medicina, só poderiam ser autorizadas se tivessem um hospital com ambulatório, com centro cirúrgico, para que se pudesse ali ter condições para o preparo, no sexto ano de faculdade, nas residências médicas, ter contato com o paciente.

Nós estamos formando hoje médicos que nunca tiveram acesso ao paciente, médicos que, ao terem que atender um paciente politraumatizado, entram em estado de choque, nunca viram tantas fraturas expostas, sangramento, não sabem o que fazer, ficam inibidos, não têm a iniciativa de como realmente atender àquele paciente.

Ficou tudo na teoria e, principalmente nessa área da saúde, é fundamental que tenhamos cada vez mais preparo junto ao paciente, com orientação, com monitores podendo exatamente dizer quais são os primeiros passos, contatos, como devem ser feitos, para que preparemos a pessoa para ir para o interior e poder socorrer.

Eu posso dizer a V. Exª, Senador, que, certa vez eu estava no interior, numa dessas festas de rodeio, e de repente caiu um daqueles rapazes que fazia montaria; foi levado para o hospital, e de lá eles o puseram na ambulância. Eu o tirei da ambulância e falei: "Olha, por favor, vamos pelo menos aliviar toda a parte respiratória dele..." – ele fez várias fraturas de face, de nariz, de ossos da face – "para que ele possa respirar, porque senão vão colocá-lo na ambulância e ele vai morrer antes de chegar à primeira cidade." Ou seja, hoje em dia, por falta de acesso na formação e na qualificação de muitos médicos, eles, ao verem um paciente em estado grave, se apavoram. Eles não têm o cuidado de fazer sequer aquele primeiro atendimento para dar condições de deslocamento do paciente. Não é simplesmente pegar o paciente ali, como ele estava, botar numa ambulância e deslocar para uma cidade. Ele não vai chegar. Ele estava sangrando e inconsciente. Indiscutivelmente ele ia fazer uma parada respiratória. Ele ia morrer afogado pelo próprio sangramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Presidente, são situações para as quais cada vez mais temos de chamar a atenção. Sobre essas especialidades, esses cursos da área médica – seja na enfermagem, na fisioterapia, em todas as áreas técnicas também –, precisamos exigir que haja maior qualificação e precisamos testar essas pessoas para sabermos se elas realmente têm condições de exercitar a função. Quantas pessoas hoje vão a um hospital para ter acesso a uma veia? A pessoa... A enfermeira foi me pegar a veia, foram várias picadas e não houve condição. Muitas vezes existe dificuldade, mesmo. Ora, às vezes você tem de dissecar uma veia. Mas há que se ter noções mínimas, necessárias para que não se comprometa o paciente, que já chega debilitado, que já chega precisando de uma pessoa que saiba pelo menos fazer um pronto atendimento e dar melhoria de condições a ele.

Então, a minha posição é coincidente. Sobre essa tese, essa modalidade de educação à distância na área da saúde, eu me posiciono 100% contrário. Acho que isso realmente vai baixar enormemente a qualidade de atendimento na área da saúde em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço ao Senador Caiado.

Eu vou colocar em votação.

Em votação, então, o Requerimento nº 6, de 2017. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado.

Item 1, agora.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2016

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 14/12/2016, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para as suas considerações, ressalvando que o relatório já foi lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, considerando que o relatório já foi lido e a Senadora Fátima Bezerra, inclusive, falou comigo para que o Senador Dário Berger fosse o Relator *ad hoc,* e eu concordei, ratifico o relatório apresentado e peço a V. Exª que o submeta à votação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não. Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria dar razão. Só que o Senador Paim é sempre muito zeloso, peço que ele faça um resuminho de quatro linhas para avivar a memória do projeto, Senador, só para facilitar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou direto à análise.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É. Podia até ser o resumo que V. Exª sempre faz com muita competência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos lá. Nesse sentido, então, exatamente na proposta da autora, esse projeto de lei tem como uma das suas principais orientações garantir as bases institucionais para aperfeiçoar a implementação das políticas programadas e iniciativas conduzidas por diferentes atores, sempre se orientando pela necessária parceria, complementariedade e sinergia entre a iniciativa e seus responsáveis. Esse conjunto de iniciativas já existe em consonância com diretrizes de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Envolve diversas entidades da sociedade civil em uma rede que articula ricas experiências de participação social. Destarte, é muito bem-vinda uma proposição que vise fortalecer a sinergia entre as várias ações governamentais relacionadas com o tema. Portanto – está no relatório –, o projeto é meritório.

Esse é o resumo do projeto, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Bom, coloquei a matéria em discussão. Não havendo mais quem queira discutir...

Regina Sousa, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Sr. Presidente.

Só para reforçar a importância desse projeto, tendo em vista que a gente percebe nos exames, nas avaliações, a dificuldade de leitura e escrita das crianças, principalmente no ensino fundamental. Então, é um projeto que visa exatamente resolver esse problema, colocar o livro mais perto da criança, porque aquelas bibliotecas que são obrigatórias não têm resolvido, porque elas são formadas por obrigação. Você reserva uma sala na escola, geralmente lá no fundo, bota uns livros que geralmente não têm nada a ver com os meninos e as meninas, e eles não vão lá fazer leitura.

Então, esse projeto tem a intenção de aproximar mais os alunos, os estudantes do livro. E, para isso, têm de haver outras atitudes, como por exemplo o barateamento, porque livro é uma coisa cara neste País. Então, têm de haver outras consequências. Depois, gente vai poder ver, depois de aprovado o projeto. Há necessidade de elaborar o plano da leitura e da escrita, porque lendo e escrevendo é que os meninos deslancham. Se não souber ler e escrever não aprende mais nada. Não adianta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu vou passar a palavra ao Senador Anastasia, só lembrando que agora nós temos quórum. Então, se a gente puder...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Por isso mesmo, eu vou falar muito rápido, Presidente, mas eu não podia deixar, numa matéria como essa, de fazer um cumprimento à autora, a Senadora Fátima Bezerra, e ao Relator, o Senador Paim, pela beleza da iniciativa do projeto, porque um projeto que estimula a leitura e apoia os livros tem que receber os nossos aplausos veementes. E partiremos imediatamente para a votação, como V. Exª acaba de manifestar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, muito obrigado.

Para a votação.

Nós colocamos em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

V. Exªs já podem iniciar a votação.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto os colegas votam, na mesma linha do Senador Anastasia: acho que existe matéria que merece os nossos aplausos, e essa é uma delas. Eu gostaria de parabenizar a autora da proposição.

Num País onde a maioria das nossas crianças chegam ao quarto ano do ensino fundamental sem saber ler e/ou escrever, ou muitas vezes sabem ler e escrever, mas não conseguem entender ou compreender aquilo que leram – os chamados analfabetos funcionais –, esse projeto tem um alcance, uma grande relevância.

É importante lembrar que ele apenas estabelece diretrizes de uma política nacional de leitura e mesmo de escrita, mas tem, a meu ver, um inciso aqui, no art. 2º, que merece ser até lido, que é o reconhecimento da leitura e da escrita não como um dever do Estado, mas como um direito da criança, do adolescente, inclusive propiciando a condição mesma para o exercício pleno da cidadania. Não é cidadão um analfabeto, não é cidadão quem não sabe ler e escrever. E quando eu digo "não é cidadão", refiro-me ao sentido macro, ao sentido de poder exercer efetivamente os seus direitos. Daí a importância desse projeto.

Lamento pelo fato de a Senadora Fátima estar em outra comissão e, assim, não poder receber aqui, pessoalmente, os nossos aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos aproveitar, enquanto estamos, para fazer uns comentários, porque eu acho que eles robustecem e enriquecem, na verdade.

Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar tanto a autora do projeto quanto o relator.

Sem nenhuma dúvida, esse projeto é da maior importância. Acho que tudo que diz respeito à leitura, à educação, só fortalece a nossa juventude, muda comportamento, estabelece um novo paradigma. E são matérias como essa que deixam esta Casa, com certeza, bem maior, Presidente.

Eu até queria ter chegado em tempo, para colocar aqui, num parágrafo que inclui as pessoas que têm deficiências, os companheiros indígenas, mas cheguei atrasado. E aí, Sr. Presidente, eu queria aproveitar, embora não seja o momento, não seja o local, para dizer que nós estamos vindo de um compromisso externo, Senadora Ângela Portela, da maior importância para o nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

No Brasil, Presidente Pedro, só havia três Estados que ainda tinham a febre aftosa: Macapá, Amazonas e Roraima.

E Roraima, graças ao empenho do Governo Federal, do Governo estadual, dos técnicos, da iniciativa privada, a partir de hoje, está livre com a vacinação. Então, isso abre uma porta, tira um grande gargalo que atrapalhava muito o desenvolvimento do nosso Estado. Era triste a gente ver, por exemplo, o seu Mato Grosso, o Pará, Rondônia exportando gado para a Venezuela e a gente só ser um corredor. Agora Roraima pode, sim, produzir muito e exportar muito.

Então, eu quero parabenizar todos os que contribuíram para tirar Roraima dessa situação que realmente deixava o Estado, cada dia mais, na mão do contracheque. Eu quero parabenizar todos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Presidente.

Eu também vou na mesma direção dos demais Senadores e Senadoras que elogiaram a iniciativa da Senadora Fátima, que participou, neste fim de semana, melhor dizendo, ontem e hoje, da reunião do Mercosul, do Parlasul, quando ela defendeu, aprovou e foi para a organização do seminário que acontecerá em junho justamente para discutir a educação nos países integrantes do Parlasul e do Mercosul.

É uma Senadora que tem uma dedicação reconhecida à causa da educação e também tem uma proposta muito interessante, que é o preço único do livro no Brasil. Esse é um debate em que nós tivemos oportunidade de participar, na Feira Internacional do Livro em Paris, onde, numa mesa, ela apresentou essa discussão. Eu creio que agora, com essa iniciativa de instituir a Política Nacional de Leitura e Escrita, ela dá uma contribuição particular ao debate para o estímulo da leitura e da escrita em nosso País.

Então, eu quero parabenizar a Senadora e todos os Srs. Senadores, Relatores, os Srs. Senadores e Senadoras desta Comissão pela aprovação desse projeto – aliás, é uma comissão que tem uma presença feminina muito destacada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A educação em geral realmente tem.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço a Senadora Lídice e passo a palavra...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Eu gostaria de elogiar a nossa Senadora Fátima Bezerra pela aprovação desse importante projeto, e o Relator, Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de pedir a V. Exª para aproveitar que há quórum e votar o item 7. Eu já fiz a leitura do relatório, foram adiadas discussão e votação. Eu gostaria de colocar para que a gente pudesse votar o item 7, que é um projeto do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está ótimo.

Eu quero agradecer...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Há quórum agora. Eu vou só encerrar a votação aqui e, em seguida...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, projeto aprovado.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, CE.

Será encaminhado à Mesa para as providências cabíveis.

Item 2.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

É que eu estou aproveitando, meu caro Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu pedi a inscrição e preciso falar. O senhor falou que iria passar para mim em seguida à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu estou com receio de não haver quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Fazer o quê? Eu tenho o projeto terminativo PL 04, que está aí, que eu queria que o senhor colocasse em pauta...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... mas antes eu gostaria de saudar o nobre Senador Paulo Paim e a nobre Senadora Fátima Bezerra por essa importante iniciativa da Política Nacional de Leitura e Escrita.

Então, hoje eu acho que demos um grande passo aqui aprovando por unanimidade esse importante PLS.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Item 2. Já foi lido o relatório

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2016

- Terminativo -

Institui o Selo de Desburocratização e Simplificação e dá outras providências.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 28/03/2017, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

Eu concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para as suas considerações, ressalvando que o relatório já foi lido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

A matéria é muito singela e o relatório já foi lido. É um projeto de iniciativa do Senador José Agripino, que cria um selo a favor da desburocratização de determinadas empresas. É um projeto, como eu disse, singelo, muito objetivo, não vou repetir o que já foi lido, e as nossas emendas visam tão somente aprimorar a redação, não há nada de mérito.

Portanto, a nossa conclusão é pela sua aprovação em caráter terminativo, tendo em vista que o projeto não cria despesa, é totalmente jurídico e estimula as empresas a adotarem políticas de desburocratização e de simplificação da vida do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado, Senador Anastasia.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas, nos termos do relatório apresentado, votação nominal.

Nós estamos em votação.

(*Procede-se à votação.*)

Os Senadores ainda estão votando. Se alguém quiser fazer uso da palavra...

Senador Wellington Fagundes, seja bem-vindo, Senador.

Já temos quórum.

Vamos encerrar a votação... Ele quer votar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos encerrar agora a votação.

Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quinze votos favoráveis.

Então, aprovado o projeto e as emendas de nºs 1-CE a 5-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Só para agradecer a unanimidade dos votos ao projeto, que foi tão bem relatado pelo Senador Anastasia e que carrega a iniciativa de premiar o princípio da desburocratização, de modo a tornar o Estado brasileiro mais ágil.

Agradeço aos membros da Comissão e em especial ao Relator, Senador Anastasia, que se debruçou e fez um soberbo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Meus queridos Senadores, eu estou primeiro colocando em votação aqueles que já foram lidos. Então, vou partir para o item nº 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação de programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- Em 16/08/2016, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para suas considerações, ressaltando que o relatório já foi lido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como o relatório foi lido, eu só vou fazer a leitura da emenda que apresentei, que é uma síntese do relatório, e tem quatro, cinco linhas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os sistemas de ensino deverão desenvolver e implementar programas, projetos e ações de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência – deverão, primeiro, então não é nada de mais grave –, em parceria com as famílias e por meio da articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos.

Acho que é uma justa homenagem ao Senador Romário. É dele todo o projeto; eu apenas fiz um ajuste de redação dessa bela iniciativa. Ele tem um trabalho longo a favor das pessoas com deficiência e, por motivo de força maior, não está no momento nesta sala.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Coloco em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Presidente.

Eu só tenho uma dúvida, Senador Paim. Por exemplo, a Apae está coberta por esse projeto?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza absoluta, até porque o Romário é um dos mais adeptos e fã da Apae.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, ótimo! Então, o voto está garantido.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação do projeto e das emendas, nos termos do relatório apresentado, será nominal.

Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, se puder, em seguida, após a votação, chamar o item 7, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pode, sim. Já foi lido, não é?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Já. Já foi lido.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Como está faltando um Senador, se os Srs. Senadores quiserem usar da palavra, estejam à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar, então, este período. Não é nada polêmico, até porque eu não gosto de usar este espaço para temas polêmica. Mas só quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras pela indicação dos membros da CPI da Previdência, que já, conforme o Presidente da Casa, será instalada amanhã, às 15 horas, na sala 15.

Então, eu faço um convite a todos os Senadores e Senadoras que puderem estar presentes, é claro, naturalmente, principalmente os titulares e suplentes.

Perguntam-me muito, Sr. Presidente, quanto à Presidência e à Relatoria. Eu digo que é praxe na Casa – e eu tenho certeza de que não será rompida – que a Presidência seja destinada a quem apresentou a proposta, quando são temas relevantes como esse; e a Relatoria, claro, que é mais importante que a Presidência – e faço esse registro de passagem de que eu considero a Relatoria mais importante –, é indicada, naturalmente, pela maioria.

Então, eu queria convidar a todos. O Senador Lasier Martins, que é o mais antigo – eu digo o mais sábio, em razão da idade –, o mais experiente, é quem vai abrir os trabalhos para indicar ao Plenário, então, a composição tanto do Presidente como do Vice.

Mas, se já deu quórum, já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Já deu quórum. Vamos abrir, então, o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Aprovado. O.k.

Então, resultado: aprovado o projeto e as Emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Vamos ao item 7 agora.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2012

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 12/07/2016, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

Observo que a votação é nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela para suas considerações, lembrando que o relatório já foi lido.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido na reunião anterior. Só para lembrar aqui que a Lei Pelé já estabelece que as entidades de práticas desportivas ofereçam aos atletas assistência educacional, psicológica, mas o que estava faltando era em relação à saúde mental. O atendimento psicológico é muito necessário, e as entidades desportivas devem oferecê-lo aos atletas.

Não são poucas as situações em que atletas brasileiros de ponta acabam tendo o seu desempenho prejudicado por falta dessa assistência psicológica. Por isso, nós pedimos a aprovação desse projeto do Senador Marcelo Crivella.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, lembrando que a votação é nominal.

(*Procede-se à votação.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Enquanto os colegas votam, aproveito para registrar que o próximo item da pauta é um projeto de minha autoria cujo relatório já foi lido, também terminativo. Assim, se V. Exª pudesse incluir na pauta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não vejo esse projeto como polêmico. Ele simplesmente transforma a minha cidade natal, cidade em que fui prefeita, na Capital Nacional da Celulose.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vou abrir o painel, encerrando a votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Passemos agora ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 646, de 2015

- Não terminativo -

Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta das Reuniões de 28/03/2017 e 18/04/2017.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, vou ser ágil.

Esse projeto de lei é fruto da discussão dos Jovens Senadores Juliana Prudêncio de Souza, Raquel Iara Lavareda Jamacarú, Maria Jéssica Silva de Almeida, Leiliane Gomes da Silva e Gabriel de Paula Campos. Trata-se de um projeto de lei do Senado que cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.

Vou direto para a análise.

O PLS nº 646, de 2015, envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, encontra-se sujeito ao exame da CE, consoante disposto no art. 102 do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não há reparos a fazer sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa do projeto em tela.

Em relação ao mérito, ressaltamos que a proposição se articula às disposições da Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que prevê, até 2016, a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos.

Trata-se de uma meta ousada, que demanda articulada conjunção de esforços, tais como o apresentado na matéria em análise, pois o ensino médio é a etapa da educação básica em que mais se manifestam problemas relacionados à permanência e ao desempenho acadêmico. Segundo dados divulgados pelo Movimento Todos pela Educação, calculados com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), apenas 54,3% dos jovens conseguiram concluir o ensino médio, em 2013, na idade considerada adequada, ou seja, o fluxo escolar nessa etapa da educação básica passa longe do desejável.

Diante de uma situação como essa, torna-se necessário tomar providências, tais como a do projeto em tela, a fim de que a meta da universalização da escolarização de 15 a 17 anos se torne exequível, ainda que já fora do prazo, especialmente porque os jovens mais atingidos pela evasão e pela repetência geralmente vêm de famílias com pouca escolarização, de baixa renda, e precisam trabalhar. Em outras palavras, não dispõem de condições para priorizar os estudos, tornando-se vulneráveis às reprovações sucessivas e ao abandono da escola.

Pode-se dizer, assim, que a proposição atinge o alvo, ao apresentar a ideia de um benefício pecuniário como mecanismo indutor da permanência dos estudantes e da qualidade da aprendizagem no ensino médio, pois, a partir desse apoio, os estudantes poderão se dedicar com mais tranquilidade aos estudos, avançando e progredindo, sem os limites impostos pelas dificuldades financeiras.

Vale acrescentar, além disso, que medida de tal natureza estimula o aproveitamento dos talentos e a valorização do esforço acadêmico, que podem impactar positivamente o País, na medida em que tem potencial para incrementar a produtividade e propiciar avanços consistentes e sustentáveis no campo do desenvolvimento nacional.

Relativamente à adequação financeira e orçamentária, o art. 14 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e o art. 114 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015, a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, para 2016, exigem que o projeto de lei esteja acompanhado de estimativa da renúncia de receita no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes. Essa estimativa não foi realizada na ocasião em que o projeto foi apresentado.

A fim de sanar a lacuna, informamos, com base na anexa Nota Técnica nº 227, de 2016, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que o impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

orçamentário e financeiro total estimado relativo à despesa decorrente desta proposição para todo o ano de 2016 seria da ordem de 16,5 bilhões; para 2017, de 17,2 bilhões; e, para 2018, de 18,3 bilhões.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 646, de 2015, dos Jovens Senadores.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de passar a Presidência ao Senadora Anastasia, por favor, pois eu gostaria de apresentar o meu voto aqui. **O SR. PRESIDENTE** (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Concedida a vista.

Devolvo a Presidência ao Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de vista coletiva, Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu me somo à vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos agora ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2016

- Terminativo -

Confere à cidade de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, o título de Capital Nacional da Celulose.

Autoria: Senadora Simone Tebet.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Observações:

Em 28/03/2017, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação.

A relatoria vai ficar a cargo do Senador Antonio Anastasia, *ad hoc*, porque o Relator oficial, Dário Berger, não se encontra.

Então, concedo a palavra ao Senador Anastasia para suas considerações, lembrando que o relatório já foi lido.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O projeto já teve o seu relatório lido. É um projeto singelo, mas de alta significação, pois dá à cidade de Três Lagoas o título de Capital Nacional da Celulose, por sediar empresas dessa natureza e pelo fato de ser uma vocação econômica da região.

A Senadora Simone, autora da proposição e que foi prefeita daquele Município, relatava-nos aqui que, no ano passado, foi o Município que teve o maior saldo positivo no Brasil, em números nominais de criação de emprego.

Então, é um projeto meritório, que recebe o parecer favorável do Senador Dário e o nosso aplauso à autora e ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Quero agradecer ao nosso Senador Anastasia, Relator *ad hoc.*

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Continua em votação.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Enquanto se vota, eu queria só fazer um adendo. Informa a Senadora Simone, que é filha da terra, muito querida, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

curiosidade: as duas maiores fábricas de celulose do mundo, ambas, estão em Três Lagoas. Nada mais justo do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Com certeza.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Na verdade, nós podemos até imaginar a capital internacional da celulose, em um segundo momento. Mas, como estamos no Senado brasileiro, por ora, nacional. **A SRª PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu pensei nisso, Senador Antonio Anastasia, mas não quis deixar a soberba tomar conta, pelo orgulho que tenho de ser três-lagoense, sul-mato-grossense. Mas o Senador Antonio Anastasia abre uma brecha para que, enquanto os colegas votam, eu possa apresentar aqui a importância do desenvolvimento regional para um país de dimensões continentais como o Brasil.

Não há como fugirmos dessa crise social e econômica sem olharmos para o interior do País. O interior é sedento de desenvolvimento, ele tem sede de desenvolvimento, e nós só conseguiremos avançar nesta questão se levarmos para lá a industrialização. A indústria é a que mais gera emprego, e com maior valor agregado. Um exemplo é Três Lagoas.

O Senador Antonio Anastasia lembrou muito bem: nós temos as duas maiores fábricas do mundo de celulose. Tive orgulho de, enquanto prefeita, levar a Fibria, do grupo Votorantim, que iniciou as atividades no nosso município. Só para ter uma noção da importância não só tributária, mas social desses empreendimentos: em cinco anos, de 2009 a 2014, houve um incremento, um aumento de receita de IPTU da ordem de 149%; de ISS, de 127%.

E aí vamos aos números que mais interessam, que são os números sociais, que são os números do emprego e da renda *per capita* do cidadão três-lagoense, graças a essas indústrias: o PIB de Três Lagoas, em um momento de recessão mundial e, depois, no começo da recessão de 2014 no Brasil, nesses cinco anos, teve um incremento de 39% – um crescimento acima da média chinesa. E mais, o PIB *per capita*, que é a riqueza do indivíduo, do cidadão, teve um aumento de 48% em cinco anos, aliado ao fato – muito bem lembrado pelo Senador Antonio Anastasia – de que o ano de 2016 foi um ano de fechamento de postos de trabalho nas grandes e médias cidades brasileiras. E Três Lagoas despontou como a cidade que mais gerou emprego nominal, portanto, absoluto, em todo o País. Foram 3,5 mil; mais de 3,5 mil empregos gerados, saldo positivo, no ano de 2016.

Só por isso já merece a cidade esse título...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Tem razão.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – ... de Capital Nacional da Celulose.

Eu agradeço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – ... a gentileza e os votos dos colegas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente... Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos só encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não tem problema.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminha à Mesa para providências cabíveis.

Parabéns à Senadora Simone pelo projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Tem um último aqui...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Apenas para fazer minha fala, pela ordem.

Quero elogiar nossa nobre Senadora Simone Tebet. Sou conhecedor de Três Lagoas, uma cidade maravilhosa e desenvolvida, que está o lado de Jupiá, uma grande usina hidrelétrica.

Eu acho que essa questão da produção de celulose de Três Lagoas se destaca. Esse projeto realmente é altamente meritoso. Então, como a nossa nobre Senadora foi prefeita da cidade, realmente viveu lá a sua infância, nada mais justo do que manifestar esse reconhecimento, ainda porque é muito pomposa a sua cidade.

Portanto, parabéns Senadora Simone Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Muito obrigado ao Senador Hélio.

Passemos agora ao item 9.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a denominação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Blumenau.

Autoria: Senador Dalirio Beber.

Relatoria: Senador Dário Berger.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 28/03/2017, foi lido o Relatório, e foram adiadas a discussão e a votação. Designo como Relator *ad hoc* o Senador Anastasia, no lugar do Dário Berger.

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para suas considerações, lembrando que o relatório já foi lido.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como já foi lido o relatório, registro apenas que se trata de matéria muito singela igualmente: dá ao *Campus* da Universidade Federal de Santa Catarina a denominação de *Campus* Universitário Senador Evelásio Vieira, eminente educador, homem público de renome e destaque no Estado de Santa Catarina.

O relatório já é bem detalhado nessa homenagem, que é muito justa, tendo recebido este belo relatório do Senador Dário, que conta também o nosso aplauso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, sim.

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu vou votar com o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na verdade, eu iria pedir a V. Exª, antes de encerrar a votação, que eu pudesse ler o parecer ao projeto do Senador Romário, que é o Item 12, porque já há duas reuniões ele vem ficando, sem que possamos...

Eu não sei se teremos quórum para votar, mas pelo menos leremos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O Hélio José tem mais um projeto aqui, terminativo. Depois nós vamos... Na próxima.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos agora abrir o painel para votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Resultado: aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para providências cabíveis.

Nós temos aqui o projeto 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para mitigar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2- A matéria constou da pauta das Reuniões de 28/03/2017 e 18/04/2017.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mara, como Relatora *ad hoc*, para proferir o seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Como V. Exª já destacou, Sr. Presidente, trata-se de um projeto que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para mitigar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

É um projeto, portanto, que trata de um assunto complexo, mas, em si, é um projeto simples.

Da escola segregacionista do passado, caminhamos cada vez mais para uma escola inclusiva, em que a todos os educandos são oferecidas as mesmas oportunidades de sucesso e garantidos os mesmos direitos. Para que isso ocorra, é necessário que todas as barreiras sejam removidas, de forma que o educando com deficiência ou TGD seja tratado em igualdade de condições. E isso deve ocorrer levando-se em consideração cada caso, a partir das limitações enfrentadas por cada estudante, conforme propõe o PLS em análise.

Imagine-se, por exemplo, Sr. Presidente, uma criança com dificuldades de locomoção que eventualmente chega mais tarde à escola ou uma criança que não consegue chegar até a escola por falta de transporte acessível ou apoio profissional ou financeiro, recebendo falta em determinada disciplina. Não é razoável que a ela seja aplicada a mesma exigência de frequência da regra geral. Em outras palavras, a proposição visa a permitir que sejam analisadas individualmente as possíveis faltas.

Observe-se que o PLS não propõe liberar o aluno com deficiência das aulas presenciais, ou seja, não impede que se continue a computar as ausências desses educandos, mas apenas que elas sejam consideradas diferentemente, de acordo com a situação, no cálculo para efeito de aprovação em cada período do ensino fundamental e do ensino médio. Em outras palavras, cada indivíduo será tratado com o devido respeito a suas diferenças e especificidades.

Sob o ângulo constitucional, a proposição não apresenta qualquer problema a obstar-lhe a tramitação. De fato, trata-se de tema de diretrizes e bases da educação, matéria de competência privativa da União, a par do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal. Ademais, é justamente na LDB que é feita a definição da frequência mínima exigida na educação básica, nos termos do art. 24, inciso VI. Essa lei estabelece ainda, em seu art. 59, inciso I, que as instituições de ensino assegurarão aos educandos com deficiência “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Dessa maneira, tampouco há de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

falar em qualquer incompatibilidade da proposição com aspectos substantivos da legislação da educação brasileira.

Sob o ponto de vista da técnica legislativa, julgamos conveniente propor a alteração do termo “mitigar” através de emenda, para que seja utilizada uma expressão de fácil compreensão, esclarecendo, ainda, que o projeto de lei não visa à diminuição ou isenção da frequência, mas, acima de tudo, à análise particularizada a partir das características e necessidades de cada indivíduo.

Por fim, proponho mudança no número do dispositivo acrescentado à LDB, tendo em vista que o art. 24 dessa lei sofreu alteração por meio da Medida Provisória nº 746, de 22 setembro de 2016.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2016, com as seguintes emendas:

EMENDA nº -CE
Dê-se à ementa do PLS nº 311, de 2016, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para atenuar a frequência mínima exigida na educação básica, nos níveis fundamental e médio, dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

EMENDA Nº 2-CE
Nos termos do art. 1º do PLS nº 311, de 2016, acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, numerando-se o atual parágrafo único do dispositivo como § 1º.

O § 2º fica:

§ 2º A aferição da frequência mínima para aprovação de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo poderá, a critério da escola, considerar as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante do exposto, conto com a valiosa colaboração dos meus pares para a aprovação do relatório.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e as emendas nos termos do relatório apresentado.

Votação nominal.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Só gostaria, Sr. Presidente, de fazer um comentário, porque este projeto de lei de minha autoria se deu em função de uma sugestão da Professora Jancilea Francisca Nogueira, que colocava as necessidades dos alunos com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento. Ela dizia na sua carta que numa escola especializada estadual, chamada Professora Ana Tereza Albernaz, na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, um aluno apresentou um exemplo... Ela colocou como exemplo a aluna com deficiência que obteve rendimento satisfatório nas matérias, mas no final do ano ficou retida devido à quantidade de faltas ser maior do que o previsto na LDB.

Dessa forma, sensível à realidade e às limitações de alunos com deficiência ou com transtornos globais de desenvolvimento, essa proposição busca mitigar – e esta palavra está sendo trocada, o que, da minha parte, não há nenhum – a frequência mínima exigida desses estudantes nos níveis fundamental e médio da educação básica. Assim cada escola poderá se organizar e desenvolver estratégias para sanar eventuais prejuízos causados por faltas, por meio de mecanismos para incluir e promover o aprendizado.

Feitos esses apontamentos, considerando a relevância social e educacional deste projeto, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Então, mais uma vez eu quero com isso, e tenho certeza, até pela manifestação dos nobres pares, parabenizar. Tendo certeza da aprovação, quero mais uma vez parabenizar a Professora Jancilea Francisca Nogueira, da escola estadual Professora Ana Tereza Albernaz, na Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, por mandar essa sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sr. Presidente, nada melhor do que quem vive o dia a dia, a realidade lá na ponta, para fazer com que nós, os Congressistas, possamos apresentar projetos de acordo com a realidade e a vivência das pessoas.

Portanto, agradeço a todos o apoiamento, mas principalmente parabenizando essa professora por essa iniciativa. E aqui, é claro, através de todos os programas, como o Alô Senado, o e-Cidadania e tantos em que nós temos hoje a participação muito grande da população brasileira.

Gostaria que esse exemplo fosse um estímulo para que outros brasileiros, independentemente da idade, possam sugerir para nós, Senadores, para elaborarmos projetos com base nesse conhecimento do dia a dia da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agradeço ao Senador Wellington pelos esclarecimentos.

É muito feliz conseguirmos fazer projetos a partir da base. É importante para realmente atender aos anseios da comunidade e da sociedade.

Vamos aguardar apenas o voto do Senador João Alberto.

(*Continua em processo de votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vou agora abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Resultado: aprovado o projeto e as Emendas 1-CE e 2-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns, Senador Wellington, pela iniciativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, para a leitura do 13, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Terminativo -

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Autoria: Senador Dário Berger.

Relatoria: Senador Hélio José.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

– Votação nominal;

- A matéria constou da pauta das Reuniões de 28/03/2017 e 18/04/2017.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para proferir o seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 389, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, que dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Direto à análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação Cultura e Esporte (CE) opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre datas comemorativas e homenagens cívicas.

Por outro ângulo, conforme previsto no inciso I do art. 91 dessa norma, foi confiada a este Colegiado a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito, à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Registre-se, em adição, que, no que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Passemos, pois, à análise do mérito da proposição.

A atual regulamentação dos feriados se dá...

Passarei para este ponto: a possibilidade de antecipação da comemoração de feriados para as segundas-feiras já havia sido tratada com a publicação da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que excepcionava apenas os dias de Confraternização Universal, 1º de janeiro, o Dia da Independência, do Natal e Sexta-Feira Santa.

Previa, ainda, que em caso de existência de mais de um feriado na mesma semana, esses seriam comemorados a partir da segunda-feira seguinte, de maneira subsequente.

Posteriormente, por meio da Lei nº 7.466, de 23 de abril de 1986, acrescentou-se a exceção do dia 1º de maio, o Dia do Trabalho, que também deveria ser comemorado na própria data.

Com a edição da Lei nº 7.765, de 11 de maio de 1989, reformulou-se o texto original, com o acréscimo da exceção referente à comemoração do feriado de *Corpus Christi*.

Entretanto, com a publicação da Lei nº 8.087, de 29 de outubro de 1990, houve a revogação da legislação que dispunha sobre a antecipação da comemoração de feriados. Atualmente, inexiste lei federal que disponha sobre o tema.

A proposição ora em exame tem o intuito de alterar a regulamentação das comemorações dos feriados nacionais, determinando a antecipação para a segunda-feira daqueles que ocorrerem entre terça e sexta-feira, com exceção dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalho), *Corpus Christi*, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

O objetivo do autor da proposta é evitar a redução do número de dias úteis em razão da quantidade excessiva de feriados, situação essa agravada, quando as efemérides ocorrem entre as terças e sextas-feiras, pelo popularmente conhecido “enforcamento dos dias úteis”.

É, de fato, significativa a desvantagem acarretada por tal costume. Os feriados prolongados não geram apenas prejuízos econômicos para o País, mas também educacionais, com a perda de preciosos dias letivos em razão da extensão do feriado aos dias que o antecedem ou que a ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

seguem. Além de gerar graves problemas administrativos, essa prática prejudica o ritmo e a continuidade do processo de aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino.

A opção pela antecipação da comemoração dos feriados nas segundas-feiras decorre do fato de que seu eventual adiamento para as sextas-feiras acabaria por prejudicar o comércio, pois comprovadamente é o sábado o melhor dia de vendas para o comércio em geral.

Por outro lado, a possibilidade de se emendar feriados com o fim de semana fomentará as pequenas viagens e a prática de atividades culturais, desportivas e de lazer. E o estímulo às indústrias do turismo e da cultura – reconhecidas entre as mais importantes geradoras de emprego e renda nas economias atuais – também será capaz de garantir relevantes benefícios sociais e econômicos para o País.

Quanto ao aspecto cultural, em que pese o fato de a comemoração dos feriados envolver facetas complexas do âmbito da tradição, da fé e dos significados cívicos populares, a proposta em estudo teve o cuidado de preservar, na data original, as efemérides mais significativas do calendário nacional: 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro e 25 de dezembro. É importante assinalar que a regulamentação dos feriados religiosos – com exceção daqueles considerados feriados nacionais – é feita pelos Municípios, cabendo a eles resguardar o interesse local na escolha das datas. Isso ocorre, por exemplo, em cidades onde há grande fluxo de turismo, como Trindade, no Estado de Goiás, Dia do Divino Pai Eterno, para homenagear minha Senadora Lúcia Vânia, que está ali no canto esquerdo.

Assim, a comemoração de parte dos feriados nacionais próxima aos finais de semana se mostra medida meritória e oportuna, capaz de garantir maior regularidade ao trabalho pedagógico e de permitir que, ao mesmo tempo em que se preservam os feriados e datas comemorativas nacionais, mantenha-se aquecida a atividade econômica, providência especialmente relevante em situações de grave crise econômica como a que ora enfrentamos em nosso País.

O voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2016, do Senador Dário Berger.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O relatório é dado como lido.

Por falta de quórum, ficam adiadas a discussão e a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pois não; será concedida vista.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Agora eu vou ler dois requerimentos que constam da pauta.

Antes, porém, concedo a palavra à Senadora.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de subscrever os requerimentos constantes dos itens 18, 19, 20 e 21, que são da Senadora Fátima Bezerra.

O item 18 é sobre o Programa Mais Médicos, para que a gente possa debater aqui na Comissão – já foi aprovado, inclusive, na Comissão de Assuntos Sociais. O item 19 é para nos debatermos aqui o processo de implantação da reforma do ensino médio nos Estados, que foi relatado por V. Exª. O item 20 é para debater aqui sobre política pública importante para o nosso País, que é o programa Ciência sem Fronteiras, destinado a estudantes de graduação. O item 21, os aspectos organizativos da Conae 2018, que é fundamental para promover a participação social na definição dessas políticas públicas. Esses são os quatro requerimentos da Senadora Fátima Bezerra que eu gostaria de subscrever.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Está ótimo.

Nós temos o item 18?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Então, vamos ao item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Sociais; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o risco de contingenciamento, pelo Governo Federal, dos recursos do Programa Mais Médicos, bem como da mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na unidade orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Concedo a palavra à Senadora Bezerra...

Como não está presente, poderia falar por ela?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

Eu gostaria de pedir vista coletiva, somando-me ao pedido de vista da Senadora Regina no item anterior.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ao requerimento?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, sim; ao projeto.

Então, vamos ao item 18, da Senadora Fátima Bezerra, que foi subscrito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A Regina pode?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pode votar em bloco os...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos votar em bloco então o 18, o 19, o 20 e o 21.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não tem convocação, é só pedindo audiência. Não está convocando ninguém; é só um pedido de informação. Eu acho que a gente podia votar em globo, já que o horário está bem avançado. Há os da Senadora Fátima e, depois, há um meu, individual, aí só.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – O.k. então.

Em votação o item 18.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realização de uma audiência pública para debater o processo de implantação da Reforma do Ensino Médio nos Estados. Deverão ser convidados:

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Concedo a palavra à Senadora Regina para a leitura do requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O requerimento, Senador... Inclusive, o Paulo Paim não está mais aqui. É sobre o Projeto nº 248, de 2015...

É o 22 esse aí, não é?

Nós votamos os da Fátima em bloco, não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Não pode?! Então tudo bem.

É o 19 então, sobre a reforma do ensino médio.

A reforma já foi aprovada. Então é importante que a gente saiba, discuta como é que ela vai ser implementada. Parece-me que, a partir do ano que vem, já vai começar. Vejo que as escolas se queixam muito, dizem que o debate não está acontecendo lá embaixo. Então é só para discutir como é que vai ser a implementação da reforma do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – A Senadora Ângela o subscreve também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado.

O item 20, da Senadora Fátima Bezerra.

A Senadora Ângela também subscreveu este aqui.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação informações relativas à execução do Programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que organismos da imprensa nacional noticiaram o fim da mencionada política pública, e que o próprio Ministério da Educação verbalizou a intenção de eliminar uma determinada modalidade do Programa Ciência sem Fronteiras, destinada aos estudantes de graduação.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Este é o requerimento da Comissão de Educação nº 15.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É só um pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Pedido de informação, não é?

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também.

Passemos ao último, que é o item 21.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 16, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, ainda neste primeiro semestre de 2017, para debater os aspectos organizativos da Conae 2018, evento fundamental para promover a participação social na definição das políticas públicas educacionais.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

Este é o Requerimento da Comissão de Educação nº 16, de 2017, também de autoria da Senadora Fátima Bezerra, subscrito pela Senadora Ângela Portela.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado também.

Ainda há o item 22.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Há o item 22, que é o meu. Por isso estou aqui até agora.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Vamos ao item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de uma Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2015. Os convidados serão indicados posteriormente.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros.

O requerimento foi subscrito pela Senadora Ângela Portela.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, temos o Projeto de Lei nº 248, de 2015, que trata do Estatuto do Cigano, de autoria do Senador Paim. Então, recebemos várias entidades ligadas aos ciganos, que pediram só para realizarmos uma conversa com ele, uma audiência, antes de votarmos o projeto. Não é nada contra, é só para esclarecer algumas coisas do projeto, que trata de uma categoria que não é muito discutida, os ciganos, mas é uma população que existe neste País.

Então, é só para pedir uma audiência pública para isso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. Bloco Moderador/PSC - MS) – Perfeito.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encerramento.

Comunico que, no dia 2 de maio, terça-feira, às 11 horas, será realizada a reunião ordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Antes de encerrar, eu gostaria só de dizer que fiquei um pouco preocupado com o projeto que o Senador Hélio José leu sobre a antecipação do feriado para as segundas-feiras. Nós já tivemos essa experiência, e eu, como reitor de universidade, notava que todos os feriados caíam na segunda-feira e todas as aulas da segunda-feira eram prejudicadas. Então, devemos refletir sobre isso, porque era muito grave, eu não conseguia repor essas aulas. Sistematicamente, quase toda segunda era feriado, o que comprometia totalmente universidades, escolas etc. Enfim, era só para refletirmos a respeito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos aqui.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa, Humberto Costa, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Acir Gurgacz, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Gladson Cameli, João Capiberibe e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª e 2ª reuniões da comissão. As atas foram aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos: MSF 18, de 2017; Acórdão do TCU nº 460, de 2017; Ofício do TCU 86, de 2017; Ofício PR/DL 609, de 2016; Avisos 10/17; Ofício 263/17; Ofício "S" nº 89, de 2015; AVS 49, de 2016; AVS 12, de 2017; Aviso TCU 190, de 2017; Aviso TCU 270, de 2017. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão fiscalizador, sobre a situação econômica dos entes que administram Regimes Próprios de Previdência Social, nos níveis federal, estadual, municipal e Distrital." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 09, de 2017, desta Comissão, que tem como objetivo discutir a situação administrativa e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, de forma a convidar para participar da audiência pública o senhor: - José Aparecido Gimenes Gandara, presidente da Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - FINDECT;" **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a atuação do Conselho Administrativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Recursos Fiscais – CARF, e demais órgãos fiscalizadores. Com a participação dos seguintes convidados: - Carlos Alberto Freitas Barreto, presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF; - Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal; - Moisés de Sousa Carvalho Pereira, coordenador do Contencioso Administrativo Tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; - Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; - Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo; presidente interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado com aditamento para que se inclua um representante do Ministério Público no rol de convidados. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição do RTG nº 16, de 2017, para realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir o modelo de fiscalização de movimentações financeiras no Brasil, tendo em vista o grande montante de recursos circulando à revelia dos órgãos fiscalizadores, revelado pela Operação Lava Jato. Com a participação dos seguintes convidados: Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central do Brasil; Antonio Gustavo Rodrigues, presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF; Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Raimundo Carreiro, presidente do Tribunal de Contas da União - TCU; Torquato Jardim, Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDFISCO; Jorge Antonio Deher Rachid, secretário da Receita Federal; Eduardo Capobianco, presidente da Transparência Brasil." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Assume a Presidência da reunião o Senador Airton Sandoval. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2014** que: "Determina que os chips de telefonia móvel sejam fornecidos ao usuário com a memória previamente programada com os números telefônicos de acesso a serviços de emergência e ao serviço de atendimento ao usuário." **Autoria:** Deputado Acelino Popó. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2015** que: "Restringe as cláusulas de fidelidade nos contratos de serviços de telefonia, internet e de acesso condicionado e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho 1997." **Autoria:** Deputado Márcio Marinho. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela rejeição do projeto. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, de 2011** que: "Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e dá outras providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela prejudicialidade dos PLS nºs 170/2011, 349/2011 e 298/2015. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela prejudicialidade dos PLS nºs 170/2011, 349/2011 e 298/2015. É devolvida a Presidência da reunião ao Senador Ataídes Oliveira. **ITEM 8 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2014 que: "Acrescenta o art. 39-A à Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que "dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências", e o art. 62-A à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que "institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências" a fim de regular a validade das certidões exigidas para a concessão de financiamento imobiliário." **Autoria:** Senador Jorge Afonso Argello. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2015** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 759, de 2015** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para acrescentar o inciso XIV ao art. 39, e vedar desconto para pagamento em dinheiro ou cheque em detrimento do pagamento em cartão de crédito ou débito." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 674, de 2015** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para inserir como direito do usuário de serviços públicos a informação dos subsídios presentes nas tarifas cobradas pelas prestadoras de serviço público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento o Senador Dário Berger, que está aqui conosco; o Senador Vice-Presidente desta Comissão, Airton Sandoval.

Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões da Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: MSF 18, de 2017; Acórdão do TCU nº 460, de 2017; Ofício do TCU 86, de 2017; Ofício PR/DL 609, de 2016; Avisos 10/17; Ofício 263/17; Ofício "S" nº 89, de 2015; AVS 49, de 2016; AVS 12, de 2017; Aviso TCU 190, de 2017; Aviso TCU 270, de 2017.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *links* para o acesso aos seus conteúdos. De forma que os Srs. Senadores possam se manifestar ou requeiram as providências que entenderem necessárias, caso assim desejarem.

Comunico, também, que encaminho a Indicação nº 2, de 2015, que trata de solicitação de providência pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, a CMA, a implantação de sítio eletrônico para acompanhamento das obras dos Jogos Rio 2016, conforme o Ato nº 1/2009, da CMA, que cria o Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, para a Presidência do Senado, para a declaração de prejudicialidade, nos termos do inciso I do art. 334, tendo em vista a perda de objeto para a referida indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informo, ainda, que, nos termos do art.1º, §2º da Resolução 42/2016, estou apresentando à deliberação desta Comissão o nome do Sr. Rodrigo Octávio Orair, para ocupar o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente, o IFI, órgão do Senado Federal.

Para relatar a matéria, designo o Senador Paulo Paim.

Quero esclarecer também que recebemos grande quantidade de matérias da antiga CMA, cujas competências, em sua maioria, foram atribuídas a esta Comissão. Estou, então, mantendo os relatores originais, designado ainda pelo Presidente daquela Comissão, de forma a aproveitar os relatórios já constantes dos processados. Tal providência tem, por finalidade, não atrasar os trabalhos, já que iniciamos o nosso calendário com defasagem em relação às outras Comissões.

Passamos, então, à pauta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 102-A e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Secretaria da Previdência, do Ministério da Fazenda, na qualidade de órgão fiscalizador, sobre a situação econômica dos entes que administram Regimes Próprios de Previdência Social, nos níveis federal, estadual, municipal e Distrital.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O famoso RPPS, Senador Dário, de que nós estávamos falando. Vamos buscar informações sobre o RPPS junto à Secretaria da Previdência Social nos níveis federal, estadual, municipal e também do Distrito Federal. Vamos buscar informações. Agora é hora de jogar luz em tudo que é público neste País.

Pois bem, o requerimento é de minha autoria e está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 09, de 2017, desta Comissão, que tem como objetivo discutir a situação administrativa e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, de forma a convidar para participar da audiência pública o senhor:

- José Aparecido Gimenes Gandara, presidente da Federação Interestadual dos Empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - FINDECT;

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O requerimento é de minha autoria e está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a atuação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, e demais órgãos fiscalizadores.

Com a participação dos seguintes convidados:

- Carlos Alberto Freitas Barreto, presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;

- Jorge Antonio Deher Rachid, Secretário da Receita Federal;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Moisés de Sousa Carvalho Pereira, coordenador do Contencioso Administrativo Tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

- Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

- Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo; presidente interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira.

Senador Dário e Senador Airton, aqui também há outro problema seriíssimo do nosso País, o qual está precisando de caixa. Eu fui presidente da CPI do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais). É o conselho superior que julga os processos.

E lá, realmente, há um problema gravíssimo. Lamentavelmente, eu não pude contribuir como presidente dessa CPI como eu gostaria de ter contribuído. Nós tivemos muitos percalços nos trabalhos dessa CPI.

No Brasil, de 2009 a 2015, esse conselho julgou R$1,3 trilhão. Esse conselho era composto por 240 conselheiros, sendo a metade, 120, representada por empresas, e os outros 120 representados por auditores fiscais. Imaginem a farra que foi isso. Aí, então, deflagrou-se a Operação Zelotes, que ainda está em curso.

Eu me deparei com um débito de 4,5 bilhões, que foi quitado por R$26 milhões. Então, vejam o que está acontecendo com o dinheiro do povo! E ainda há um estoque a ser julgado, lá dentro, de mais de R$600 bilhões. E ainda continua o sistema de paridade. Um exemplo, o cidadão, de manhã, defende o Bradesco lá dentro da empresa, e, quando é à tarde, defende uma grande ação dessa própria empresa lá dentro do Carf.

Na época, juntamente com os membros, nós criamos um projeto de lei que acaba com essa paridade e deixa tão somente funcionário de carreira ou concursados. Lamentavelmente, o projeto não andou um centímetro! Mas nós temos que voltar a falar sobre isso.

Eu estou aqui, então, convidando para voltarmos a conversar. Esta semana, agora, houve várias decisões. Parece-me que houve uma decisão do Itaú de R$26 bilhões que foi inocentada. De R$26 bilhões! É um assunto gravíssimo.

As atribuições desta Comissão aqui são tamanhas! Governança, transparência, fiscalização, controle, defesa do consumidor. Então, a nossa responsabilidade é muito grande. Eu espero contribuir juntamente com os meus colegas.

Portanto, eu peço, então, a convocação, a participação dos seguintes convidados: Carlos Alberto Freitas Barreto, Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – eu já estive com ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

algumas vezes, é o Presidente do Conselho –; Jorge Antonio Deher Rachid, que é o Secretário da Receita Federal; Moisés de Sousa Carvalho Pereira, Coordenador do Contencioso Administrativo Tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o coordenador; o Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, que é o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, que é o Presidente Interino do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Eu também gostaria de convidar o Ministério Público. Vamos acrescentar aqui, se os colegas concordarem, a convocação também do Ministério Público, que atua dentro do Carf. Não está aqui no requerimento, mas eu estou colocando, aproveitando para fazer esse aditamento, convocando também esse Procurador.

Se os colegas não quiserem se manifestar, eu coloco, então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém a discutir, eu considero, então, aprovado o requerimento com essa inclusão, Raimundo, do nome do Procurador, por favor.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição do RTG nº 16, de 2017, para realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir o modelo de fiscalização de movimentações financeiras no Brasil, tendo em vista o grande montante de recursos circulando à revelia dos órgãos fiscalizadores, revelado pela Operação Lava Jato. Com a participação dos seguintes convidados: Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central do Brasil; Antonio Gustavo Rodrigues, presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF; Leonardo Porciúncula Gomes Pereira; presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Raimundo Carreiro, presidente do Tribunal de Contas da União - TCU; Torquato Jardim, Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU); Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - SINDFISCO; Jorge Antonio Deher Rachid, secretário da Receita Federal; Eduardo Capobianco, presidente da Transparência Brasil.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Permitam-me fazer um breve esclarecimento aqui, este requerimento também é de minha autoria. Eu disse, Senador Dário e Senador Airton, que a corrupção no Brasil tem um tripé, que é o corrupto, o corruptor e o corrompido. Mas eu vejo que há alguma coisa sustentando esse tripé. Esses bilhões – quase trilhão – de reais devem ter passado pela rede bancária, eles não guardaram esse rio de dinheiro debaixo do colchão, como se fazia antigamente, em que se botavam ali alguns cruzeiros debaixo do colchão. Não dá para colocar bilhão debaixo dos colchões. Então, passou pelos bancos, e eu duvido que esses banqueiros não sabiam da origem desse dinheiro. Então, eu estou chamando para a gente bater um papo com eles aqui, perguntar se eles tinham ou se não tinham conhecimento. Então, é o objetivo deste requerimento que, a meu ver, é de muita importância. Estou chamando aqui o Presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn; o Antonio Gustavo Rodrigues, que é o Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Nós não estamos aqui a botar alguém na parede, até porque sou um admirador do Dr. Ilan, Presidente do Banco Central. Ele é de uma competência extraordinária, um homem extremamente correto. Mas hoje, como o Presidente do Banco, ele pode nos prestar informações valiosas, como também o Sr. Antonio Gustavo Rodrigues, que é Presidente do Conselho de Controle (Coaf); também Leonardo Porciúncula Gomes Pereira, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); o Sr. Raimundo Carreiro, que é o atual Presidente do Tribunal de Contas da União; o Sr. Torquato Jardim, que é o nosso Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, antiga CGU; também o Sr. Cláudio Márcio Oliveira Damasceno, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindfisco); Jorge Antonio Deher Rachid, que é o Secretário da Receita Federal; e por último Sr. Eduardo Capobianco, Presidente da Transparência Brasil.

Ou seja, eu gostaria muito de trazer esses convidados aqui para a gente conversar sobre esse rio de dinheiro, se alguém tinha informação de esse dinheiro circulando nas instituições financeiras e se eles desconfiaram algum dia da ilegalidade dessa grana toda.

Pois bem, o requerimento é de minha autoria e está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora Presidência desta Comissão ao nosso Vice-Presidente, Senador Airton Sandoval.

Há alguns – o item 5 da pauta – projetos não terminativos, e o Senador Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Otto Alencar, anteriormente nos designou como Relator em vários projetos, eu não avoquei nenhum desses projetos para mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, eu passo a Presidência para o Senador Airton Sandoval, para que ele, então, conduza os trabalhos. Por favor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – O item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2014

- Não terminativo -

Determina que os chips de telefonia móvel sejam fornecidos ao usuário com a memória previamente programada com os números telefônicos de acesso a serviços de emergência e ao serviço de atendimento ao usuário.

Autoria: Deputado Acelino Popó

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.

-O relatório atual foi apresentado pelo Senador Ataídes Oliveira na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.

O Relator, nosso Senador Ataídes Oliveira, tem a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Vamos fazer o seguinte: eu vou diretamente à análise do projeto, e vamos deixar o relatório. Vamos direto à análise do projeto.

Compete a este colegiado deliberar a respeito do mérito de temas relativos à defesa do consumidor, conforme preceitua o art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Observe-se que, nos termos do inciso X do art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, a LGT. Além de outras atribuições compete à Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, como órgão regulador das telecomunicações, expedir normas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sobre prestação de serviços de telecomunicações, expedir normas sobre prestação de serviço de telecomunicações no serviço privado, como é o caso do Serviço Móvel Pessoal, o SMP.

Nesse sentido, a Anatel já regulamentou a matéria, assegurando a gratuidade de acesso dos usuários do SMP aos serviços públicos de emergência, de forma ampla, mediante o encaminhamento de mensagens de texto ou por meio de chamadas telefônicas. A regulamentação, ainda, prevê a disponibilização das informações sobre a localização dos aparelhos celulares aos órgãos competentes. É o que se depreende do art. 19 da Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, com a redação dada pela Resolução nº 627, de 28 de novembro de 2013:

> Art. 19. A prestadora deve assegurar o acesso gratuito de todos os seus Usuários aos serviços públicos de emergência fixados em regulamentação editada pela Anatel.
> §1º A gratuidade se estende aos valores associados à condição de Usuário Visitante.
> §2º A prestadora, em conjunto com as demais envolvidas na chamada, deve encaminhar as chamadas de emergência ao respectivo serviço público de emergência.
> §3º A prestadora deve, após solicitação dos responsáveis pelos serviços públicos de emergência, encaminhar, respeitadas as limitações tecnológicas, as mensagens de texto de seus usuários destinadas ao respectivo serviço público de emergência.
> §4º A prestadora de SMP deve disponibilizar, aos responsáveis pelos serviços públicos de emergência, o acesso à informação sobre a localização das Estações Móveis originadoras das chamadas ou das mensagens de texto destinadas ao respectivo serviço público de emergência.
> §5º Os aspectos técnicos e operacionais relacionados aos §§3º e 4º serão propostos e revistos periodicamente por grupo de trabalho, sob a coordenação da Agência, com participação dos prestadores de SMP e dos responsáveis pelos serviços públicos de emergência que manifestarem interesse, cabendo à Anatel aprovar tais aspectos por meio de ato do superintendente responsável.
> §6º Entre os aspectos técnicos e operacionais a que se refere o parágrafo anterior, poderão constar, entre outros, cronograma de implementação, topologia de rede, formas de conexão, requisitos mínimos de qualidade, parâmetros de localização da Estação Móvel do usuário originador da chamada ou da mensagem e granularidade dos locais de entrega.
> §7º Quando marcado o código 112 ou o código 911, as chamadas devem ser redirecionadas e encaminhadas ao respectivo serviço público de emergência brasileiro.
> §8º Não será devido qualquer tipo de remuneração às prestadoras envolvidas nas chamadas ou nas mensagens destinadas aos serviços públicos de emergência.

Assim, tendo presente a opção legislativa de atribuir poder normativo à Anatel, a lei deve se limitar a estabelecer os princípios e as normas gerais que regem o setor de telecomunicações,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

cabendo ao órgão regulador a tarefa de dar concretude e eficácia a esses preceitos mediante a edição de normas de conteúdo específico.

Ademais, é de realçar que a efemeridade da evolução tecnológica parece desaconselhar a regulação desse tema mediante lei, pois, se efetuada, poderia originar um engessamento na abordagem da matéria.

Como se depreende, o disciplinamento legal da matéria objeto do PLC nº 26, de 2014, insere-se nos temas de competência normativa da Anatel, mediante a edição de resolução, e não por lei federal. Portanto, a matéria em apreciação deve ser tratada em norma infralegal. Logo, ao Congresso Nacional não cabe a iniciativa de lei para a sua regulação.

A nosso ver, o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2014, não merece prosperar.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2015

- Não terminativo -

Restringe as cláusulas de fidelidade nos contratos de serviços de telefonia, internet e de acesso condicionado e altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho 1997.

Autoria: Deputado Márcio Marinho

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

-Matéria apreciada pela CCT, com parecer pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

-O relatório atual foi apresentado pelo Senador Ataídes Oliveira na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.

Com a palavra o Relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou resumir um pouco mais, porque já começaram os trabalhos da nossa CCJ, e hoje há um projeto de extrema importância na pauta que trata do abuso de autoridade, e eu gostaria de participar também da CCJ. Então, vamos fazer aqui um resumo do resumo. Vamos direto à Análise.

Análise.

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito de assuntos referentes à defesa do consumidor, conforme preceitua o art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, devendo, ainda, emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela não será examinada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o exame da constitucionalidade da proposta, mencionem-se algumas disposições constitucionais, legais e infralegais atinentes ao tema.

Recorde-se, inicialmente, que o PLC nº 60, de 2015, altera a Lei Geral de Telecomunicações para dispor que a Anatel regulamentará a possibilidade de aplicação de prazo de permanência pelas prestadoras de serviços de telecomunicações ao usuário (consumidor), de modo a lhe assegurar a liberdade de escolha, o conhecimento das condições, inclusive o benefício concedido, o prazo máximo de permanência e o valor da multa e, ainda, a possibilidade de rescisão sem multa em caso de descumprimento contratual ou legal por parte da prestadora.

É de realçar que a normatização do funcionamento da Anatel, como órgão público do Poder Executivo na esfera federal, não se insere na competência que a Constituição atribui ao Congresso Nacional, considerando que é da competência privativa do Presidente da República dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, de acordo com o disposto no art. 84, inciso VI, alínea "a", da nossa Carta Maior.

Portanto, a proposição sob comento incorre em vício de iniciativa. Assim, o PLC nº 60, de 2015, padece de vício de inconstitucionalidade formal, o que se nos afigura insanável.

Ademais, consideramos que a regulação do assunto em norma infralegal se adapta melhor à sua natureza, pois devem ser consideradas as especificidades da matéria, e somente o regulamento poderia ser tão minucioso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2015, e, no mérito, pela sua rejeição.

Sr. Presidente, é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, de 2011

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 32 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dá outras providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, de 2011

– Não Terminativo –

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, que altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências, para prorrogar, até 31 de dezembro de 2073, os prazos previstos nos arts. 1º e 3º.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2015

– Não Terminativo –

Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT de bens não declarados, de origem lícita, mantidos no exterior por residentes e domiciliados no País e dá outras providências.

Autoria: Senador Ranfolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela prejudicialidade dos PLS nºs 170/2011, 349/2011 e 298/2015.

Tem a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos diretamente à análise do projeto.

Sobre a constitucionalidade, as proposições em análise estão de acordo com os dispositivos constitucionais aplicáveis, tanto no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo (art. 61, *caput*, da Constituição Federal – CF), quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre o tema (arts. 24, inciso I; 48, *caput* e inciso I; da CF).

Com relação à juridicidade, não há óbices às proposições.

A respeito do mérito dos Projetos de Lei do Senado nºs 170 e 349, de 2011, ainda é necessário que sejam oferecidos incentivos à instalação de empresas nas Regiões Norte e Nordeste, tendo em vista o grande diferencial de desenvolvimento econômico dessas regiões em comparação com o restante do País e as dificuldades decorrentes da distância dessas regiões aos grandes centros produtores e consumidores. Assim, parece razoável que os incentivos sejam mantidos por um prazo maior, contribuindo para a manutenção dos investimentos produtivos nas Regiões Norte e Nordeste.

O fato de que as alterações propostas por essas proposições acabaram sendo incluídas na legislação vigente comprova o seu mérito.

As modificações propostas no PLS nº 349, de 2011, foram atendidas pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, ainda que com o prazo limitado a 31 de dezembro de 2018, em vez de 31 de dezembro de 2073, como pretendido. A justificativa para essa limitação do prazo está no fato de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece que os projetos de lei que gerem renúncia de receita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da União devem conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos. Assim sendo, os incentivos constantes nos arts. 1º e 3º da MPV nº 2.199-14, de 2011, poderiam ser prorrogados até 31 de dezembro de 2018.

A proposta adicional contida no PLS nº 170, de 2011, de estabelecer em 10 (dez) anos o prazo de fruição do benefício fiscal, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição, foi incorporada à Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

Assim, fica evidente que as duas proposições são meritórias, mas perderam a oportunidade em função da edição das Leis nºs 12.715, de 2012, e 12.995, de 2014.

Com relação ao PLS nº 298, de 2015, de modo análogo às proposições anteriormente analisadas, o seu mérito foi reconhecido quando da edição da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. A matéria regulada pela Lei nº 13.254, de 2016, é a mesma de que trata o PLS nº 298, de 2015. Desse modo, também essa proposição perdeu o seu objeto.

Em suma, ainda que os projetos de lei em análise sejam meritórios e atendam aos requisitos necessários à sua apreciação, as matérias sobre as quais pretendem legislar encontram-se contempladas em leis que foram editadas no decurso de sua tramitação e que, portanto, levaram à perda de sua oportunidade.

Assim, Sr. Presidente, o meu voto é pela declaração de prejudicialidade pelos fatos que acabei de narrar do PLS nº 170, de 2011, do PLS nº 349, de 2011, e do PLS nº 298, de 2015.

O voto é pela prejudicialidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Airton Sandoval. PMDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Posteriormente, as matérias serão apreciadas pela CDR.

Devolvo, então, a Presidência ao Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Muito obrigado, Senador Airton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Com a palavra o Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para informar a V. Exª que a Senadora Vanessa estava presente na Comissão e oportunamente se dirigiu à CCJ, onde há o projeto de abuso de autoridade, talvez um dos projetos mais importantes em pauta neste momento, e me pediu que solicitasse a V. Exª que sobrestivesse o projeto de que a Senadora Vanessa Grazziotin é Relatora para a próxima reunião desta Comissão, momento em que eu, em nome dela, faço este pedido a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É o item 9 ou o item 8?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O item 9.

Acatada, sem sombra de dúvida, a sugestão da Senadora Vanessa colocada por V. Exª, Senador Dário.

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013

- Não terminativo -

Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

-O relatório atual foi apresentado pela Senadora Vanessa Grazziotin na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cuja competência foi atribuída à CTFC.)

Não havendo mais nada a tratar, encerro a aludida reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia três de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Airton Sandoval, Dário Berger, Paulo Paim, Jorge Viana, Dalirio Beber, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin, Randolfe Rodrigues, Pedro Chaves, José Medeiros, Magno Malta, Paulo Rocha, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, João Capiberibe, Cidinho Santos e Armando Monteiro. A Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta, a qual é dividida em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RTG 4/2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira. **Finalidade:** Discutir as altas taxas de juros cobradas pelas principais bandeiras de cartões de crédito. **Participantes:** Ricardo de Barros Vieira, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços - ABECS; Kleber José Trinta Moreira e Lopes, Coordenador Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos do Ministério da Justiça. Sonia Amaro, Advogada de Relações Institucionais da PROTESTE Associação de Consumidores. **Resultado:** Reunião realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 18 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater o papel dos bancos e das empresas transportadoras de valores do país nos casos de corrupção apurados na operação Lava Jato. Com a participação dos seguintes convidados: Ilan Goldajn, Presidente do Banco Central do Brasil; Pedro Moreira Salles, do Itaú Unibanco S.A., Presidente do Conselho Diretor da FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos); Marcos Emanuel Torres de Paiva, Diretor Presidente da ABTV (Associação Brasileira de Transportadores de Valores); Antonio Gustavo Rodrigues, Presidente do COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 19 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a operação "Conclave" realizada pela Polícia Federal para apurar se houve fraude na aquisição de ações do banco Panamericano pela Caixa. Com a participação dos seguintes convidados: Osvaldo Garcia, presidente da Caixa PAR; Carlos Alberto Rosa, diretor executivo da Caixa PAR de novas aquisições; Arno Meyer, vice-presidente finanças e controladoria da Caixa Econômica Federal; Ronaldo Nogueira de Oliveira, Presidente do Conselho Curador do FGTS; Virgílio Nelson da Silva Carvalho, Presidente do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT; Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante, Diretoria de Organização e Estratégia e do Fundo de Investimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FI-FGTS; Henrique Abravanel, ex-conselheiro do banco Panamericano." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Retirado de pauta pelo autor. **ITEM 3 - OFÍCIO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, de 2017** que: "Indicação do senhor Rodrigo Octávio Orair, para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva automática nos termos do Art. 383, inciso II, alínea "b" do RISF. **ITEM 4 - AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2014** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 1608/2014 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente as fiscalizações dos estágios dos financiamentos federais, a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos prevista na Matriz de Responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa do Mundo de 2014. (TC 009.205/2013-6)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, de 2013** que: "Cria a Tarifa Social de Água e Esgoto e dá outras Providências." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Sen. Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, de 2014** que: "Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para determinar que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica." **Autoria:** Senador Ruben Figueiró. **Relatoria:** Sen. Romero Jucá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 180, de 2015** que: "Modifica a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para exigir que utensílios para o acondicionamento de compras, como carrinhos e cestas, oferecidos pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores sejam higienizados com regularidade." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Sen. João Capiberibe. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 464, de 2012** que: "Acrescenta o § 4º no art.53 da Lei 8078 de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva e consequentemente nula cláusula contratual que prevê cobrança de taxa de cadastro em contratos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

financiamento." **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2015** que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para instituir como direito da população o acesso a relatórios periódicos sobre o nível dos reservatórios de água para abastecimento público e outros dados relativos à segurança hídrica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Relatoria:** Sen. Ataídes Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 636, de 2015** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de produtos dietéticos em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 674, de 2015** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para inserir como direito do usuário de serviços públicos a informação dos subsídios presentes nas tarifas cobradas pelas prestadoras de serviço público." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 20 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Com fulcro no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se ao Tribunal de Contas da União a realização de auditorias nas entidades componentes do denominado "Sistema S", no que atine às gestões dos exercícios de 2015 e 2016. Fazem parte do "Sistema S" as seguintes entidades: Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento (APEX); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). As auditorias devem abranger análises dos(as): 1. Balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional; 2. Disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3. Receitas efetivamente arrecadadas nos anos auditados: - Via Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria da Receita Federal do Brasil, comparando as informações com o informado pelas entidades em seus balanços patrimoniais; - Arrecadação direta e respectivos repasses dos SESI e SENAI regionais feitos via SIAFI às entidades nacionais congêneres; - Outras receitas, tais como: *Aplicações financeiras; *Alugueis, exploração de restaurantes e cursos cobrados. 4. Despesas, principalmente as classificadas nas rubricas publicidade, patrocínios, eventos, comunicação social e similares, como: jornalismo, relações públicas, marketing etc; 5. Transferências de recursos às federações e confederações a título de participação na aquisição de imóveis de uso comum; 6. Folhas de pagamento de pessoal; 7. Percentual de gratuidade na oferta de cursos e treinamentos; 8. Transparência do Sistema; 9. Investimentos em áreas que não dizem respeito à natureza das atribuições originais dessas instituições." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM EXTRAPAUTA 13 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21 de 2017 - Não Terminativo - que: "Com fulcro no art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, e nos termos do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita-se ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União – CGU, a realização de auditorias nas entidades componentes do denominado "Sistema S", no que atine às gestões dos exercícios de 2015 e 2016. Fazem parte do "Sistema S" as seguintes entidades: Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social do Transporte (SEST); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte SENAT); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento (APEX); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). As auditorias devem abranger análises dos(as): 1. Balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional; 2. Disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3. Receitas efetivamente arrecadadas nos anos auditados: - Via Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria da Receita Federal do Brasil, comparando as informações com o informado pelas entidades em seus balanços patrimoniais; - Arrecadação direta e respectivos repasses dos SESI e SENAI regionais feitos via SIAFI às entidades nacionais congêneres; - Outras receitas, tais como: *Aplicações financeiras; *Alugueis, exploração de restaurantes e cursos cobrados. 4. Despesas, principalmente as classificadas nas rubricas publicidade, patrocínios, eventos, comunicação social e similares, como: jornalismo, relações públicas, marketing etc; 5. Transferências de recursos às federações e confederações a título de participação na aquisição de imóveis de uso comum; 6. Folhas de pagamento de pessoal; 7. Percentual de gratuidade na oferta de cursos e treinamentos; 8. Transparência do Sistema; 9. Investimentos em áreas que não dizem respeito à natureza das atribuições originais dessas instituições." **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Ataídes Oliveira

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Airton Sandoval, Senador pelo Estado de São Paulo, Vice-Presidente desta douta Comissão. Cumprimento V. Exª e agradeço a sua participação nesta audiência de hoje, Senador Airton.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto aos Senadores a Senadoras a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião... Na pauta de hoje, Senador Airton, nós teremos primeiro uma audiência pública com os representantes de cartões de crédito, como também representantes de defesa do consumidor e do Ministério da Justiça, e, na segunda etapa da nossa sessão de hoje, nós temos alguns projetos não terminativos e parece-me que alguns requerimentos também. Isso nós vamos fazer na segunda etapa desta sessão.

A presente reunião está dividida – e eu estou até dizendo aqui – em duas partes. A primeira será uma audiência pública e interativa destinada a discutir as altas taxas de juros cobradas pelas principais bandeiras de cartões de crédito, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2017, de minha autoria, Senador Ataídes Oliveira. Após a audiência pública, passaremos então à segunda parte da reunião, destinada à deliberação de requerimentos e alguns projetos.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o Alô Senado, pelo número 0800-61-2211. Portanto, eu peço ao povo que está nos ouvindo neste momento pela Rádio Senado, ao vivo, que participe desta reunião, que, não tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dúvida, será de extrema valia não só para nós aqui no Senado Federal como também para todos os milhões de usuários de cartões de crédito em todo o nosso País.

Portanto, convido... Quer fazer uso da palavra, Senador Airton, *a priori*? Não.

Convido para compor a Mesa o Sr. Ricardo de Barros Vieira, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Seja bem-vindo, Dr. Ricardo.

Convido também o Sr. Kleber José Trinta Moreira e Lopes, Coordenador Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos do Ministério da Justiça. Seja bem-vindo, Dr. Kleber.

Convido também a Srª Sonia Amaro, Advogada de Relações Institucionais da Proteste Associação de Consumidores.

Vou conceder a palavra a cada convidado para fazer sua exposição inicial pelo tempo de até dez minutos, mas, se julgarem necessário, não há problema em esticarmos um pouco mais.

Antes, permitam-me fazer uma ligeira introdução. Nós temos aqui, Dr. Ricardo... Eu, particularmente, tenho aqui diversas perguntas que já elaborei para fazer a V.Sª. Eu aproveito, inclusive, para passá-las por escrito, para facilitar a resposta de V. Sª. Essas mesmas perguntas eu vou deixar com os nossos outros dois convidados, para que eles possam acompanhar.

Pois bem. O objetivo principal desta nossa audiência de hoje é discutir, em síntese, por que e como se cobram 494% – bateu agora neste último mês, Senador Airton – de juros dos cartões de crédito, o famoso rotativo. Isso se aproxima de uma taxa mensal muito próxima de 50%, para uma taxa Selic que hoje está em 11,25%, e que estava anteriormente em 14,25%, conforme é de conhecimento de todos nós. Como? Como se cobram quase 50% de juros ao mês? Esta é a pergunta que o consumidor brasileiro nos tem feito no dia a dia aqui no Senado Federal, e eu acredito que hoje, ao final desta audiência, o Dr. Ricardo irá explicar o porquê desses 494% ao ano, para que o nosso consumidor tenha esse conhecimento.

Eu fiz aqui um organograma de como é que funciona a cadeia do cartão de crédito. Então, há as bandeiras, os bancos emissores, os consumidores, os credenciadores e os lojistas. Esses 494% cobrados nesses cartões rotativos... Só para fazer um comparativo, o cheque especial está em torno de 328% ao ano – outro assunto que nós devemos procurar debater aqui

procurar debater aqui, Senador, o mais breve possível –, enquanto os empréstimos para pessoa física giram em torno de 72,7% e a taxa Selic, repito, de 11,25%.

Antes de passar a palavra, eu queria só fazer aqui uma exposição do que é o cartão de crédito no mundo, comparado com o nosso Brasil. No Brasil, 494% de taxa de juros no rotativo – 494% no rotativo –; no Peru, 43,7% ao ano; na Argentina, 43,29% ao ano; na Colômbia, 30,45% ao ano; na Venezuela, 29% ao ano; no Chile, 24,90% ao ano; no México, 23% ao ano. Ou seja, nada aqui se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aproxima dos três dígitos do nosso País. Isto aqui foi levantado pela nossa assessoria, e acredito que esteja correto, mas, se não estiver correto, alguém queira me corrigir, sem problema nenhum. Um outro dado comparativo interessante aqui é que o Visa, o MasterCard e o American Express cobram em média uma tarifa de R$80 pelo cartão – R$80 pelo cartão, tarifa anual –; o Diners, R$155; a Elo, R$66; o Hipercard, R$113. Por que essa diferença de preço tão elevada? Um cobra R$155, o outro R$80. Aluguel de máquina, R$70. Um percentual sobre as vendas de 6%, que nós vamos perguntar depois ao Dr. Ricardo. Eu só queria fazer esse pequeno esclarecimento no início desta nossa Comissão.

Passo a palavra para o Dr. Ricardo de Barros Vieira, Diretor Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

Mas eu queria também esclarecer que nós convidamos todos os representantes, diretamente, de todas as bandeiras; de todas as bandeiras – do Visa, do MasterCard, do American Express, do Bradesco, do Itaú, do Santander. Convidamos todos, mas eles disseram, Senador Airton, que não viriam, e que viria, então o Diretor Executivo da Abecs, que aqui se encontra. Eu agradeço a presença do Dr. Ricardo. Eles nos disseram que o Dr. Ricardo está apto e preparado para responder a todas as nossas indagações. Portanto, agradeço a presença do Dr. Ricardo, mas lamento a não vinda dos representantes, por exemplo, o João Pedro Paro, do MasterCard S.A. – fizemos o convite a ele –; Rômulo Dias, do Banco Bradesco Cartões/American Express; Eduardo Gouveia, da Cielo S.A.; o Fernando Teles, da Visa Administradora de Cartões de Crédito; Rodrigo Cury, Superintendente Executivo de Cartões do Banco Santander; Cesário Nakamura, Diretor do Bradesco Cartões; Marcos Antônio Vaz de Magalhães, Diretor de Cartões do Itaú. Infelizmente, nenhum aceitou vir nenhum aceitou vir a esta audiência, mas eu espero que o Dr. Ricardo atenda às nossas necessidades e atenda à atribuição desta Comissão.

Portanto, passo a palavra para o Dr. Ricardo de Barros fazer, se assim julgar necessário, a sua apresentação preliminar por até dez minutos. Se necessário for, podemos alongar um pouco mais.

Com a palavra, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Bom dia a todos.

Presidente, muito obrigado pelo convite. Eu recebi a incumbência do Presidente da Abecs, o Dr. Fernando Chacon, de representar a indústria de meios eletrônicos de pagamento nesta audiência.

Eu havia preparado uma extensa apresentação, que vou passar bem rapidamente para que a gente tenha mais tempo, se for necessário, para discutir e, eventualmente, tentar responder a todos os itens da pauta de perguntas que o senhor apresentou, que é bastante extensa.

Vamos lá. Eu vou tentar passar bem rapidamente.

(*Procede-se à exibição de eslaides*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – A agenda que a gente vai percorrer é esta.

Vou falar um bocadinho da Abecs, do setor. Então, só uma informação: a Abecs foi criada em 1971, para representar as empresas de meios de pagamento, e ela busca atuar em prol do desenvolvimento do setor e da sociedade, defendendo o mercado livre e a livre concorrência.

Nós temos mais de 70 associados, e temos a pretensão de achar que representamos mais de 96% da indústria de meios eletrônicos de pagamento, em todos os seus pilares. Nós temos as bandeiras, responsáveis pelas regras de funcionamento do cartão; nós temos as maiores credenciadoras, se não todas, responsáveis tão somente pela captura das transações; e nós temos os maiores emissores, ou quase todos os emissores do Brasil – esses, sim, responsáveis pela emissão de cartão, e, portanto, afetos à matéria objeto de hoje, que é a discussão da taxa do crédito rotativo.

Avançando mais rapidamente, alguns números de evolução da indústria. Esses números são públicos. A indústria de cartão, o valor transacionado por meio cartão de crédito em 2005 superou R$1 trilhão. Em 2016, foi a R$1,144 trilhão – um crescimento de 6,3%. Mantemos uma expectativa de crescimento para 2017 e esperamos superar a casa de R$1,2 trilhão em transações de crédito e débito para todo o comércio, com transações de compra e venda.

A importância da indústria: ela atingiu, no quarto trimestre – a fonte disso é o Banco Central e o IBGE – 30% do consumo das famílias. Isso significa que, em média, o brasileiro consome, utilizando os cartões de débito e crédito, 30% do total de seu consumo.

Esta apresentação ficará disponível aqui para todos.

Só um dado para acompanhar: no primeiro semestre de 2008 – estamos comparando oito anos –, o valor transacionado com cheque representava 77% do total de transações de compra, e o cartão de crédito, 23%. A substituição de meio de pagamento ocorreu, e hoje 56% do total são representados por cartão, contra apenas 44% de cheques. Ou seja, houve uma involução em valores nominais de cheque e um crescimento do cartão. A gente crê que isso é em função de a gente acreditar que o produto, o modelo brasileiro é bom para ambas as partes.

O modelo brasileiro é bom para todas as partes. Se fosse bom só para uma parte, não teríamos essa expansão, esse aumento de utilização pelo brasileiro, esse aumento de recebimento pelos comerciantes e prestadores de serviços do País.

Só para se ter uma ideia, o volume de cheques devolvidos foi de R$15,7 bilhões. É o volume de cheques devolvidos, informação do Banco Central do Brasil, segunda devolução. Ou seja, quase inadimplência, só em cheque, porque 100% das transações no cartão de crédito no Brasil são risco do banco, não há qualquer risco de prejuízo ou inadimplência para o comerciante no Brasil. Essa, Senador, é uma primeira diferença do modelo brasileiro em relação ao modelo de vários países. Por exemplo, nos Estados Unidos, muito citado como *benchmark*, nós temos 30% do risco de transações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com cartões por conta do comércio americano. No Brasil 100% do risco é assumido pelos bancos. Apenas para a gente ter uma ideia, se não tivesse havido essa substituição de meios de pagamento, se a gente tivesse a mesma proporção que havia em 2008, nós estaríamos falando de um prejuízo para o comércio da ordem de R$27,5 bilhões por ano. Esse é um dos benefícios que a gente acredita que a indústria trouxe ao País e à sociedade.

Deixe-me só passar.

A evolução das taxas cobradas pela indústria aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços tem decrescido de 2009 para 2016, tendo atingido, no quarto trimestre de 2016, 2,55%. Isso é informação do Banco Central do Brasil, não é informação da Abecs, é informação do Banco Central do Brasil. Então se cobra 2,55 em média. E a gente tem um índice de devolução de cheque, segunda devolução, ou seja, perda para os comércios, da ordem de 3,57%. Ou seja, o comércio, há uma transferência de risco clara do comércio para a indústria de meios de pagamentos, e por conta disso ele paga uma taxa média de 2,55, contra uma taxa de devolução de cheques, segunda devolução, calculada pelo Banco Central do Brasil, de 3,57, 50% maior. Isso é no crédito. No débito a taxa média está em 1,51%, é o que é cobrado dos estabelecimentos comerciais pela indústria. Novamente a fonte é Banco Central do Brasil.

Se estiver muito rápido, Senador, me perdoe. Estou tentando cumprir o prazo.

Alguns dados sobre a importância do cartão para o consumo no Brasil. Isso aí é concessão de crédito. Cartão de crédito, só a parte sem juros – e recentemente o Presidente do Banco Central, o Presidente Ilan, falou de subsídios cruzados na indústria –, só a parte sem juros, ou seja, aquele parcelado emissor, aquele parcelado do lojista e a parte do período de graça, que as pessoas têm em média 25, 30 dias para pagar a sua fatura, representam 54% de todo o volume de crédito concedido no Brasil para consumo de bens e serviços. Entendido que consignado, que está ali, com 18,6%, nem toda operação de crédito consignado vai para consumo; pode ir para pagar dívidas. E necessariamente toda transação com cartão de crédito e débito vai para consumo. Não se paga dívida com cartão de crédito e consumo. Então, se a gente... Perdão, era só o parcelado lojista, os 54; se a gente acrescentar o período de graça, nós vamos chegar a 71%. Então, Senador, enquanto nos Estados Unidos 75% das transações com cartão tem cobrança de juros para os portadores do cartão, no Brasil em 71%, quase o mesmo percentual, não há nenhuma cobrança de juros para o cidadão brasileiro. Esse risco, esse

brasileiro. Esse risco, esse custo é assumido pela indústria.

Agora comparando carteira. A carteira de cartão de crédito é a terceira maior carteira do País, pessoa física, estou me referindo a pessoas físicas. Se a gente decompuser aqueles 184 bilhões, nós teremos cartão de crédito, período à vista – conceito do Banco Central, o Banco Central considera período à vista, ou gratuito, período grátis, como carteira –, ele apresenta 135 bilhões. O crédito rotativo, que é objeto de discussão nesta Comissão, é 38 bilhões, e o parcelamento das faturas, 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

bilhões. Então, detalhando um pouco mais a importância do rotativo no volume da carteira, ele representa 2,4% do total de crédito à pessoa física no Brasil. Essa é a importância relativa do cartão de crédito. Se a gente...

Olha, normalmente dá defeito quando eu... Foi? Eu acho que pulei algumas. Eu não sei se eu vou só passar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Fique à vontade, Dr. Vieira.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – É que eu estou tentando cumprir seu prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não, mas não se preocupe. Esse tema é de muita relevância para o nosso povo e também para o nosso Senado Federal. Fique à vontade.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Ele não quer, a lâmina 19 não está mostrando, mas seria importante, só para destacar, que a inadimplência da indústria de cartão de crédito é de 7,7%. E a de pessoa física, de 6%. Isso da indústria como um todo.

Vamos olhar um bocadinho. Quando a gente pega os dados do...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Tire essa campainha, por favor.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Já esgotei meu prazo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO. *Fora do microfone*.) – Não, não, fique à vontade, fique à vontade. Fique à vontade.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Quando a gente pega os dados do Banco Central, em que ele analisa só a inadimplência no rotativo, a gente chega a 37,2%, a taxa de inadimplência calculada pelo Banco Central do Brasil para as operações de rotativo.

Um outro ponto que sempre é colocado é a questão do superendividamento do brasileiro em função do crédito rotativo. Então a gente tem, todos com fonte no Banco Central, a gente analisa o endividamento de todos e o comprometimento de renda de toda pessoa física. Estava o endividamento na ordem de 42% em 2011. Em 2016, nos mesmos 42%. O comprometimento de renda estava em 44% em 2011. Deculpa, em 22,5, quase 23% em 2011, para 21,5 em 2016. Se a gente avança agora, e vamos analisar agora, retirar do endividamento do brasileiro todas as operações de cartão de crédito, todo o rotativo, nós estamos falando que o endividamento do brasileiro sairá de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma faixa de 42 e alguma coisa em 2011 e continuará nos mesmos 42 em 2016. E ficará no mesmo patamar de 2011 a 2016.

Quer dizer, com isso a gente está procurando demonstrar que se existe endividamento – a gente não acredita que exista um endividamento do brasileiro –, com certeza ele não é resultado das taxas ou do volume de crédito rotativo, justamente pela pouca relevância do rotativo, 2,4%, no total de crédito tomado pelas pessoas físicas.

Agora só um exemplo: se a gente por acaso tirar o crédito imobiliário, o endividamento ficaria no patamar de 30% em 2011 para 23,6% em 2016. Então, se o brasileiro está endividado – novamente a gente acredita que não está endividado –, com certeza não é resultado do volume de crédito rotativo, porque ele é muito pequeno perto do volume de crédito à pessoa física. Pesquisas que a gente tem há mais de cinco anos junto com o Datafolha mostram que

junto com o Datafolha mostram que só um em cada dez usuários de cartão utiliza o rotativo. Essa mesma pesquisa, nos últimos três anos, mostra que no mínimo 86, 85% de todos os portadores de cartão liquidam suas faturas no vencimento; outros 5% faturam; 3% pagam o mínimo, e portanto usam o rotativo; 0,4 não pagam nada, portanto ficam inadimplentes; e outros 5% pagam entre o mínimo e o valor total da fatura.

Tentando avançar mais rapidamente e já chegando ao final, para tentar concluir, a indústria nunca teve orgulho da taxa de juros cobrados do rotativo. Mas a indústria entende que essa taxa é resultado de uma série de coisas. O Senador muito bem comparou taxas de outros países, ele citou diversos outros países. A gente tem pesquisas na Abecs, feitas inclusive para subsidiar discussões com o regulador, que mostram essas taxas e a indústria como um todo, em quase todo o mundo. É que analisar um setor, um único item de um conjunto de variáveis que tornam esse modelo, esse sistema brasileiro em equilíbrio, pode permitir conclusões não muito precisas. Por exemplo, nós falamos dos Estados Unidos, onde a taxa é menor, mas em compensação, o risco não é distribuído da forma que é distribuído no Brasil, 100% assumido pelos bancos. Mais ainda, há uma cobrança de inúmeras outras tarifas do comércio que não são cobradas aqui no Brasil hoje.

Há todo um investimento feito pela indústria brasileira na automação, na eliminação de fraudes e de risco. Há no Brasil hoje – a gente pode se orgulhar – com certeza o parque mais moderno de captura de transações do mundo. Ele não é o maior, porque tudo na China, comparado com a China, tem proporções diferentes. Mas 100% dos equipamentos no Brasil hoje estão preparados para a leitura de chip, o que inibe fraude. Mais de 50% estão preparados para transações sem o uso do cartão, só por aproximação. Se os senhores conhecem, com certeza, os Estados Unidos, nos Estados Unidos a maioria, quase todas as máquinas ainda usam a trilha magnética para fazer transações, sujeitando o consumidor e o estabelecimento comercial a um número muito grande de fraudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então é uma indústria complexa, que tem variáveis, uma composição de risco diferente da Argentina, que tem monopólio da adquirência. Aqui no Brasil não há, há mais de quinze adquirentes no Brasil, só para dar uma comparação.

E o regulador está atento. A gente teve grandes avanços nessa parte de regulação. Em 2013 o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória 615, que foi transformada em lei, na Lei 12.865, que deu poderes formais ao Banco Central do Brasil para regular e supervisionar toda essa indústria. Essa regulação vem sendo exercida com competência pelo Banco Central, a exemplo do que ele regula já, a área financeira.

E recentemente, para me ater apenas à questão das taxas de juros do rotativo, recentemente o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central editaram uma resolução, a 4.549, que de uma forma simplista, altera o prazo de permanência no uso do rotativo. Ela estabelece que nesse uso o prazo máximo é de um ciclo. De uma forma mais tranquila e mais coloquial, a pessoa pode ficar apenas um ciclo de trinta dias ou uma fatura usando o cartão. Após esse período, o cliente tem duas opções: ou ele não paga, ou ele tem que liquidar. Os bancos podem, não devem, os bancos podem oferecer parcelamento a essas faturas. Isso muda uma grande variável, isso altera uma grande variável na indústria de cartão. Isso altera

na indústria de cartão. Isso altera a questão da previsibilidade.

No Brasil hoje, as pessoas, quando há um limite de cartão, as pessoas podem, amortizando 15%, usar o restante das suas compras como rotativo. Ninguém sabe por quanto tempo, nem qual o valor que ela vai usar. Isso, a gente chama de imprevisibilidade. Então as pessoas podem usar um dia, dois dias, trinta dias, quarenta dias, cinquenta dias, entendido pelo Banco Central que o prazo médio do brasileiro hoje de permanência no rotativo é de dezessete dias por ano. Se a taxa fosse de 20%, nós estaríamos falando que ele pagaria no máximo 14% por ano de taxa efetiva, e não 450. Mas a taxa anualizada dá os 450, nós não estamos discutindo isso.

Essa mudança, de cara muda a perspectiva da indústria, porque se o Banco Central divulga que a taxa de inadimplência do rotativo é de 37%, arredondando, ele também apura a taxa de inadimplência fora do rotativo, que é de 7%. Então isso gera uma perspectiva de redução de custo e de risco significativa para a indústria. Mais ainda, gera uma redução de comprometimento de capital, porque sobre todo o limite de crédito aberto, o banco é obrigado a congelar, a neutralizar parte do seu capital, que ele poderia operar, fazendo outras operações de crédito. Ele esteriliza para a pessoa poder usar ou não.

Então, com essa mudança dessa regulação pelo Banco Central, o que nós fizemos? Nós estamos dando ampla divulgação a essas mudanças, colocamos um *site*, criamos aula, tudo para divulgar e tentar diminuir o nível de ruído que possa haver no consumidor, porque é uma mudança cultural, não é? Não existe essa solução em nenhum outro país da terra, do mundo. Então nós estamos tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

divulgar. Eu participei de inúmeros programas, de inúmeras entrevistas, todos os diretores das empresas, e com certeza devem estar fazendo isso ao longo do dia de hoje também, tentando explicar e mitigar as dúvidas que possam acontecer por parte do portador, para ele entender que a partir de 3 de maio, que são 30 dias após o início de vigência da circular a que me referi na transparência anterior, ele não pode mais rotativar aquilo que rotativou. Então nós temos exemplos, há toda essa mudança.

Mais do que isso, para dar transparência a isso, nós fizemos, esse *site* nosso tem acesso à página de cada um desses bancos. Isto aqui é um exemplo. Não é o *site* do banco, é a página específica do banco, em que ele apresenta os esclarecimentos aos seus clientes, na linguagem adequada a cada um dos seus públicos.

E aqui o importante, talvez o final, é: o resultado dessa mudança começa a ser observado. Ele não está ainda maduro, porque nós estamos falando, essas informações são prestadas ao Banco Central e têm um prazo. Depois de encerrada uma semana, eles têm um período de cinco dias úteis para fornecer ao Banco Central, e é só a partir disso aí que o Banco Central as consolida. E não são só informações sobre cartão de crédito; os bancos oferecem suas informações sobre todas as linhas de crédito que possuem. Por isso o grau de dificuldade de consolidação disso pelo Banco Central. Mas o resultado...

Ah, só uma propaganda: essas videoaulas têm mais de 10 milhões de visualizações.

A gente desenvolveu um sistema na Abecs para poder antecipar, ou de alguma forma tentar mostrar à sociedade os resultados que a gente espera e que a gente consegue com essa mudança, os impactos que ocorrerão na taxa de juros decorrentes da 4.549. O Banco Central já começa a divulgar essas mesmas taxas. E o resultado, a gente levanta desses seis bancos, seis dos que compõem a diretoria da Abecs, que tem dezesseis participantes. E o resultado, Senador, é que as taxas, nos primeiros três dias de abril, já caíram do patamar de

de abril, elas já caíram do patamar de 455% para o patamar de 296%, e há uma tendência de queda: ela vai continuar caindo até se consolidar. A taxa mais consolidada foi quando eu estive com o senhor que a gente, a partir da segunda quinzena de maio, já teria uma coisa mais consolidada, já teria tido tempo para que todos os ciclos, de todos os cortes, de todas as carteiras dos principais bancos já tivessem sido processados – houve alteração a partir de 3 de abril. Na semana de 3 a 7, elas já representavam, naquele universo de seis bancos, que representam mais de 90% de todo o volume de crédito, de cartão rotativo do País, já estavam na faixa de 296%. A gente crê que, a médio prazo, um, dois, três meses, as taxas vão convergir para as taxas do parcelamento de fatura, dado que se tem uma perspectiva de discussão com o regulador de todo o aperfeiçoamento da indústria, de todos, como disse o presidente do Banco Central, de todos os subsídios cruzados, e mais, com a mudança da previsibilidade que os emissores têm a partir de agora com o pagamento de suas faturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O parcelamento traz para esse setor a figura do pagamento em parcelas fixas, com que o brasileiro tem muito mais costume e que se reflete numa taxa menor de inadimplência da ordem de 7% contra 36%. Então, comparando os três primeiros dias de março do ano passado, com os três primeiros dias de abril deste ano, estamos falando de uma redução de quase 40%. A gente acredita que essa redução vai continuar acontecendo. A gente infelizmente não tem como precisar o montante, a quanto chegará, mas a gente acredita que, se houver um novo convite, Senador, mais ao final de maio ou início de junho, a gente, com certeza, estará mostrando aqui taxas de juros do rotativo muito menores do que as praticadas no período anterior, lembrando apenas o registro que, pelo próprio Banco Central, o brasileiro fica em média 17 dias/ano no rotativo e não 365.

Lamento a velocidade, a rapidez. Espero não ter sido muito rápido e ter me feito entender. Depois, a gente poderia passar para as perguntas se o senhor assim entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª. O Dr. Ricardo de Barros Vieira, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Cartões de Crédito e Serviços, Abecs.

Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Conforme nós colocamos aqui no início dos trabalhos desta audiência, colocando à disposição dos nossos ouvintes e dos nossos telespectadores, se eles quisessem, participar desta audiência, via Senado Federal, www.senado.leg.br/ecidadania, e já chegaram aqui, logo nos primeiros minutos, alguns *emails* de alguns participantes.

Sr. Decio Izidoro da Silva, dizendo que tem que baixar os juros para níveis da poupança.

O Sr. Roberto Santos, de Pernambuco, reforma tributária. Está falando da nossa tão necessitada reforma tributária também.

E, aqui, vamos parabenizar o Presidente Michel Temer, que teve e está tendo a coragem de fazer esse grande enfrentamento, que foi o controle de gastos na PEC 55, no ano passado, e como também está nas duas Casas a reforma trabalhista e a previdenciária.

a reforma trabalhista e a previdenciária. Acredito, se houver condições, também estará na pauta essa reforma tributária.

O Sr. Carlo Felipe Sardi diz:

> Houve época em que o Judiciário resolvia até decidirem que se os cartões informam os juros absurdos do próximo período "vc gasta pq quer". Bilhões em *marketing* vs auto-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

> controle. Psicologicamente é tão injusto que a discussão daria um livro. Infelizmente não há espaço, há pouco espaço.

Também Dion C. Gomes de Sá, ,da Paraíba:

> Os juros cobrados nas operações de crédito no Brasil, cartões em particular, são CRIMINOSOS. Não há como justificar um salto de 30 a 40 vezes entre o custo de captação e o cobrado pela operação. Pergunta: quando o Estado brasileiro deixará de ser cúmplice?

O Sr. Samuel de Andrade Bastos, do Rio Grande do Sul: "Gostaria de saber por que se cobram esses juros extorsivos de 500% ao ano?".

Por último, o Sr. Ronaldo de Souza, de Pernambuco, pergunta:

> Por que as pessoas que cumprem sua obrigações financeiras são punidas tendo que pagar altas taxas de juros? Por que outras pessoas não cumprem suas obrigações? Deveria ter uma diferenciação nestas taxas, que são explorativas para o POVO".

Pois bem. Continuem participando. Para nós, é um privilégio muito grande ver a participação de todos os senhores aqui, dos quatro cantos do nosso País.

Passo a palavra, então, ao Dr. Kleber José Trinta Moreira e Lopes, que não são 30% de taxa de juros, não é Dr. Kleber? São 494. É coordenador-geral de consultoria técnica e processos administrativos do Ministério da Justiça.

Com a palavra V. Sª por dez minutos. Se necessário for, fique à vontade.

O SR. KLEBER JOSÉ TRINTA MOREIRA E LOPES – Primeiramente, gostaria de dar um bom-dia a todos, principalmente às pessoas que estão nos ouvindo ou nos acompanhando aqui. Gostaria também de saudar a Mesa, parabenizar o Senador Ataídes, seja pela iniciativa, seja pelo convite. ´É um tema, como pôde ser visto aqui, de extrema importância não só para quem está compondo esta Mesa, como para toda a população. Uma vez, até como o próprio diretor-executivo da Abecs falou, o Sr. Ricardo, vê-se a importância do tema, o quanto isso afeta toda a população brasileira, o que só ratifica a importância desta audiência. Nesse sentido, a Secretaria Nacional do Consumidor parabeniza a iniciativa de estar nesta Casa aqui discutindo um tema de tanta importância.

Antes de entrar no mérito da questão, vou falar um pouco dos números que a gente tem, que a Secretaria Nacional do Consumidor, por meio dos Procons e por meio também da população, a gente tem sobre essa temática. Antes de falar desses números, é importante fazer, primeiro, uma breve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

diferenciação entre os dois grandes sistemas que a gente tem. A gente tem o chamado Sindec, Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, composto por todos os Procons, que fazem os registros do consumidor, que está lá na ponta. A gente compila todos esses dados. Vou mostrar um pouco para vocês sobre esses dados do Sindec. E um outro sistema que a gente também tem é o consumidor.gov, que é um pouco diferenciado. Enquanto o Sindec atua através do Procon, o

Enquanto o Sindec atua através do Procon, o consumidor.gov é um sistema autorresolutivo, em que o próprio cidadão pode entrar, pode acessar a internet, pode acessar um aplicativo e pode fazer aí as suas reclamações às empresas, e aí não são todas as empresas que estão no consumidor.gov, mas apenas as empresas que quiseram aderir a essa plataforma e quiseram de maneira extremamente voluntária resolver os conflitos. Então, esses são os dois grandes bancos de dados que a gente tem, e só fiz uma breve diferenciação.

Aí, só para vocês também entenderem um pouco, o Sindec, que é o banco de dados que tem os Procons, está nos 26 Estados e no Distrito Federal; está em toda a Federação. São 733 unidades de atendimento. Ele está em 639 cidades, para se ter uma ideia do tamanho, da robustez desse banco de dados. Em 2016, foram quase 2,5 milhões de atendimentos realizados por meio desse banco de dados. Aí, dentro desses bancos de dados, olhem que formação interessante: aqui, são as reclamações dos próprios consumidores – 25% dos assuntos, dos segmentos em que houve reclamações em 2016, foram relacionados a assuntos financeiros, só ratificando a importância desta audiência. Depois, vou quebrar um pouco mais os assuntos financeiros. Mas, olhem, só perde aqui, na verdade, para telecomunicação, que também tem uma problemática muito forte. Mas os assuntos financeiros ficam em segundo lugar.

Dentre esses assuntos mais demandados em 2016, a gente quebrou especificamente... Aí, vamos ter, em primeiro lugar, a telefonia celular, com 13%; a telefonia fixa; e, em terceiro lugar aqui, já se vê o cartão de crédito, com 7,3% das demandas em 2016, e o próprio consumidor tendo problemas com esse instrumento aqui, bem como bancos comerciais, com 6,2%.

A gente também fez uma quebra aqui por empresas, os fornecedores mais demandados em 2016. Há uma evolução aqui, fazendo o comparativo entre 2014, 2015 e 2016. Aqui, vê-se a evolução do HSBC e do Bradesco, que está em primeiro lugar no ano de 2016, mas, em contrapartida, vê-se uma diminuição de demandas, caso se faça um comparativo com 2014, 2015 e 2016. Aí, vem o Itaú, em segundo lugar, em 2016, com 75 mil reclamações; depois, vem a Caixa, seguida do Santander, Banco do Brasil. A informação interessante do Banco do Brasil é que se consegue ver aí um aumento no banco de dados, caso se compare com 2014, 2015 e 2016. Mas é só para ter uma ideia. Essa apresentação está disponível para todos, mas é um número importante. Eu não vou adentrar nos outros, mas é para vocês verem a evolução no que tange aos fornecedores mais demandados dentro do setor financeiro nos anos 14, 15 e 16.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Dentro do setor financeiro especificamente – aqui, é um recorte apenas do setor financeiro –, a gente foi ver quais eram os grandes problemas do setor financeiro, e aí, só ratificando novamente a importância desta audiência, em primeiro lugar, está cartão de crédito, com 28% dos assuntos mais reclamados, seguido por banco comercial, financeiro, cartão de loja e seguros.

Dentre esses problemas, a gente dividiu: qual é o problema específico de que esse consumidor está reclamando dentro do setor financeiro? Em primeiro lugar, sem dúvida alguma, cobrança indevida ou abusiva. Vai depender de cada caso. Depois, questões contratuais, seja o não cumprimento, uma alteração, uma irregularidade, uma rescisão contratual. Em terceiro lugar, um cálculo na forma de prestação em atraso, e, em quarto lugar, um cálculo, a prestação e a taxa de juros, que é justamente o que a gente está aqui... Ou seja, o consumidor está indo ao Procon também reclamar desse tipo de demanda, da forma como é feito esse cálculo, a taxa

da forma como é feito esse cálculo, a taxa de juros... Isso também já demonstra um lado, que é um encaminhamento. A gente já vai chegar um pouco no final, mas aqui você já consegue ver que, em diversos momentos, o consumidor sequer tem conhecimento da sua taxa de juros e ele sequer sabe como utilizar esse crédito. Então, de fato, uma das formas que se pode ter para combater isso, é informação. O consumidor historicamente desconhece como utilizar esse crédito. Algumas vezes... Aí, o direito a essa informação pelo consumidor e a clareza que os bancos ou os administradores dão para esse consumidor são muito importantes, porque aquele consumidor, ao receber a sua fatura de cartão de crédito e olhar de maneira exacerbadamente grande o valor mínimo e não o valor total da fatura, isso já lhe informa quase, de maneira psicológica, que ele deve pagar apenas o valor mínimo e não o valor maior. Então, esse tipo de informação, esse tipo de clareza e essa boa-fé dos cartões são imprescindíveis para uma saúde financeira desse consumidor e também para a saúde financeira do mercado como um todo.

Passamos agora para o nosso outro banco de dados. Eu falei para vocês do primeiro banco de dados, que é o do Sindec, dos Procons. Agora, vou falar do consumidor.gov. O consumidor.gov, como eu disse logo no começo, é uma plataforma do próprio consumidor. O Estado não funciona como intermediário. O próprio consumidor acessa a internet, acessa um aplicativo e faz as suas reclamações.

Aqui, é importante fazer essa diferenciação, porque o próprio perfil do consumidor é diferenciado. A gente fez uma pesquisa, e o consumidor que vai ao Procon, aquele outro consumidor, com todos aqueles outros dados que eu dei para vocês agora há pouco, ele é normalmente um consumidor mais velho, ou seja, está na faixa entre os 40 e 50 anos, na grande maioria. E a grande maioria é de mulheres, com o poder financeiro menor. Já o perfil do consumidor que utiliza a plataforma consumidor.gov, na grande maioria, é de jovens, homens, com poder aquisitivo maior. Isso só resta porque, em alguns momentos, a gente consegue ver, por conta dessa diferença do perfil do consumidor que utiliza essas duas plataformas, que, algumas vezes, há uma divergência quanto ao tipo de reclamação. Mas isso é só para vocês terem uma ideia de com o que a gente está lidando, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso é importante porque a gente também pesquisou e vê-se que a grande maioria de consumidores, hoje em dia, que utilizam o rotativo são consumidores jovens, que também não sabem utilizá-lo e acabam ficando super endividados. Isso é também outra temática muito importante.

A plataforma consumidor.gov, diferente do Sindec, que tem mais de dez anos, é nova, lançada em 2014; tem atualmente poucas reclamações ainda, porque não é muito divulgado – 673 mil, 507 mil usuários já cadastrados. E, como eu disse também, diferente do Sindec, onde se pode reclamar de qualquer empresa por intermédio do Procon, no consumidor.gov., na verdade, só se pode reclamar das empresas que se cadastraram. Então, atualmente, são 378 empresas cadastradas, o que, na verdade, representa aí quase 80% – as grandes empresas estão no consumidor.gov. – das demandas do Procon. As empresas estão nessa plataforma. Também um pouco da plataforma, para entender melhor, o índice de solução, lembrando aqui a plataforma....

(*Soa a campainha.*)

O SR. KLEBER JOSÉ TRINTA MOREIRA E LOPES – O consumidor reclama, a própria empresa está...

Se V. Exª quiser, eu posso falar um pouco mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Fique à vontade.

O SR. KLEBER JOSÉ TRINTA MOREIRA E LOPES – O consumidor reclama, a empresa responde, e o Estado, na verdade, só monitora. Ele é completamente diferente do Sindec, em que o Estado pune. Na verdade, a gente faz um monitoramento. E olhem que interessante: o Estado apenas monitorando, o consumidor apenas reclamando e a empresa, sem intermédio de ninguém – é autocompositivo –, você tem um índice médio de solução de 80%, um índice altíssimo, comparado inclusive com o Poder Judiciário

...um índice altíssimo, comparado, inclusive, com o Poder Judiciário, lembrando que quem fala se resolveu ou não é o próprio consumidor. Ou seja, o próprio consumidor, no final da demanda, diz se resolveu ou não. Então, esse índice é extremamente confiável, esse índice de solução, porque o próprio consumidor que fez a reclamação que diz se resolveu ou não. O percentual de reclamações resolvidas é de 99,6%, praticamente todos. O prazo médio de resposta que a empresa vai responder a esse consumidor é de pouco mais de seis dias, e a nota quem dá é o próprio consumidor, numa escala de 1 a 5. A média da plataforma como um todo é de 3,3, uma média muito alta, lembrando que aqui são apenas as partes se entendendo. Dentro desse segmento, vocês podem ver que a telecomunicação no Sindeq representava um número muito menor. Aqui, no *consumidor.gov,* as telecomunicações, o número de reclamações por telecomunicação é muito maior, 47%. Quase 50% de todas as reclamações do *consumidor.gov* é em face das operadoras de telecomunicação. Porém, os bancos continuam em segundo lugar, os bancos e financeiras, com 23% das reclamações dentro da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

plataforma *consumidor.gov*. A gente fez um recorte apenas desse setor, bancos e financeiras, para ver como está o índice dessas operadoras. O índice médio está um pouco abaixo do geral, mas continua relativamente bom, de 76%. O percentual de reclamações respondidas está melhor do que o médio, 99,8%. O prazo médio é de sete dias, um pouco acima, mas ainda está bom. A nota média do consumidor está bem mais baixa, de 2,9. Então, esses dados são para vocês verem um retrato do setor financeiro. Nos assuntos mais reclamados aqui você vai ter 10% sobre cartões de crédito/débito e loja. Dentro do setor financeiro, o assunto cartão de crédito é relativo a 40%, uma problemática sim que o consumidor enfrenta. Dentre esses problemas do setor financeiro, o grande problema sobre o qual o consumidor vem à plataforma reclamar é a dificuldade na renegociação de dívidas, no parcelamento dessa dívida. Em segundo lugar será a cobrança de tarifas, taxas, valores não previstos. Em terceiro lugar, o cálculo dos juros, que está representando 9% dentro do setor financeiro. A gente fez um retrato dos fornecedores mais demandados dentro da plataforma *consumidor.gov*. Aqui você vai ter o Itaú/Unibanco com 22%, o Bradesco, a Caixa, o Santander, o Banco do Brasil.

Por fim, já me encaminhando para o fim, algumas reflexões que a gente entendeu importantes. A primeira delas, se a gente está falando aqui das altas taxas de juros, é que uma das formas que se tem para diminuir essa taxa de juros é a transparência da informação para o consumidor. O consumidor deve ter a capacidade, e isso é muito difícil, de fato é um papel importante inclusive do mercado, ele deve ter a capacidade de comparar, de comparabilidade entre as taxas de juros. O consumidor não sabe, infelizmente, utilizar o crédito ainda porque ele tem pouca informação. O mercado tem um papel também fundamental em dar essa informação, até para a saúde financeira do mercado como um todo, onde ele possa comparar as taxas de juros, vendo também a questão do valor da fatura, o valor mínimo, como já coloquei aqui, a forma como chega ao consumidor, ao ver a fatura. Será que ele, ao colocar o valor da fatura mínima, colocar um valor maior, colocar o valor que ele tem de pagar todo em um número menor, será que isso está dando clareza ao consumidor a importância de pagar o valor integral? Será que, na fatura do cartão de crédito, o fornecedor não poderia colocar que existem outras taxas...

...o fornecedor não poderia colocar que existem outras taxas menores e que utilizar o rotativo não é a melhor forma que se tem, só em casos muito curtos ou quando o crédito é muito menor, o valor que ele vai ficar? E nesse sentido outro ponto de reflexão é a educação para o consumo. O mercado tem feito algumas questões de educação para o consumo, mas a gente ainda tem muito a melhorar na educação para o consumo. O consumidor, em diversos momentos, e aí quando fala em educação para o consumo não é apenas para o consumidor, mas também para que o mercado faça uma gestão melhor dos riscos, porque a gente vai ter, sim, casos... Os juros são uma moeda. Ou seja, se eu tenho muito risco, eu vou aumentar os juros, se eu tenho pouco risco, diminuo os juros. É assim que o mercado funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por fim, uma última reflexão. Fico, na verdade, muito feliz no Senado para parabenizar. Existe uma PL do Superendividamento, já passou no Senado, atualmente está no Senado. É um tema muito importante. Eu vi os números do Ricardo falando das pessoas, que o número era muito pequeno, do crédito que ficava à disposição do imobiliário e do cartão de crédito. De fato, se você pegar um crédito imobiliário, a exposição da minha renda é muito maior, até porque os imóveis são muito mais caros, diferentemente do cartão de crédito, se eu fizer um comparativo da minha renda, do que gastei para comprar um imóvel e do que gastei no meu cartão de crédito. Porém, é importante a gente não ver a renda como um todo e, sim, o que vai gerar o meu superendividamento. Apesar de eu gastar muito mais para a compra do imóvel e muito menos na fatura do cartão de crédito, você vai ter, dentro daquele percentual de 2%, 3%, pessoas, e não estou falando do endividado normal, porque o endividado normal vai ter um percentual para o imóvel e um percentual menor para o cartão de crédito, o que é supernatural. Estou falando aqui do superendividado, daquela pessoa que ficou com tantas dívidas que sequer consegue ter o subsídio mínimo para sobreviver. Esse superendividado, diversas vezes, vai ficar assim em face do cartão de crédito, porque ele não soube utilizar bem os juros e chegou num ponto em que os juros ficaram tão grandes que viraram uma bola de neve, não conseguindo mais utilizar. Nesse sentido, nós temos diversas formas de educação para o consumo. Vai começar a Semana Nacional da Educação Financeira, muito importante. A Escola Nacional de Defesa do Consumidor tem inúmeros cursos para que esse consumidor saiba utilizar o crédito, saiba como fechar as contas no final do mês. Isso também é muito importante. A gente faz um trabalho, mas é importante também que o mercado saiba isso. Ele já faz um trabalho, mas que ainda melhore nessa forma de educação para o consumo. Eu fico à disposição. Novamente parabenizo a iniciativa. A Secretaria Nacional do Consumidor vê com bons olhos isso.

Agradeço e me coloco à disposição dos Senadores e dos ouvintes, para qualquer dúvida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Dr. Kleber José Trinta Moreira e Lopes, Coordenador Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos do Ministério da Justiça. Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana. Nós temos aqui nossas divergências políticas, mas admiro muito esse Senador da República, extremamente atuante. Sempre traz temas de extrema importância para o nosso povo, para o seu Estado, o Acre, inclusive sobre o problema dos cartões de crédito, não é, Senador Jorge Viana? Eu já assisti V. Exª, diversas vezes, no plenário do Senado Federal, chamar a atenção sobre essas taxas de juros dos cartões. Senador Jorge, logo no início, eu disse que aqui temos tantas atribuições que...

...atribuições que não temos condições de estar em todas as comissões. Mas, eu disse, na abertura desta grande audiência hoje, Senador Jorge Viana, que é de extrema importância para o nosso povo e também para nós, Senadores, a respeito do cartão de crédito... Eu fiz, logo no início, um comparativo das nossas taxas de juros. Na América do Sul, pegando o México, que tem uma taxa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

juros de cartão de crédito em torno de 23% ao ano, Chile, 24,90% ao ano, Venezuela 29% ao ano, Colômbia, 30,45% ao ano, Argentina, 43,29% ao ano, Peru, 43,7%, e nós chegamos, no mês passado, com 494%. Ou seja, é algo que não dá para o consumidor brasileiro entender. Eu aqui agradeço a explanação do Dr. Kleber, que disse que – e fiquei surpreendido, Dr. Kleber – as reclamações com relação ao sistema de cartões de crédito só perdem para telefonia no Brasil, que é uma coisa bárbara, uma coisa inexplicável! Tenho ido aos Estados Unidos e a outros países e, quando chego ao Brasil, vejo que o nosso sistema de telefonia está em centésimo lugar no mundo. E aí, então, Senador Jorge Viana, fico surpreendido. O Dr. Ricardo, representante da ABECS, fez aqui uma belíssima apresentação. Antes de passar a palavra a V. Exª, porque o Senador sempre tem a sua fala garantida, e depois vamos passar a palavra para a Drª Sônia. Eu convidei, Senador Jorge Viana, o Dr. João Pedro Paro, da Mastercard do Brasil, o Rômulo Dias, do Banco Bradesco América Express, o Eduardo Gouveia, da Cielo, o Fernando Teles, do Visa, o Rodrigo Cury, do Santander, o Cesário Nakamura, do Brasdesco Cartões, o Marcos Vaz, que é Diretor dos Cartões Itaú, o Rogério Magno Panca, que é do Banco do Brasil, o Fábio Lenza, que é da Caixa Econômica, e Cláudio Monteiro, que é da Associação. Pois bem, eles não puderam, Senador Viana, disseram que não viriam, mas eu agradeço muito porque ao Presidente, ao Diretor da ABECS, Dr. Ricardo de Barros, que fez, realmente, uma brilhante explanação. Eu já passei para o Dr. Ricardo uma relação de perguntas que ao final vamos dirigir a ele. Estamos aguardando, acabou de chegar aqui mais uma participação do Rafael Lopes Silva, de Mato Grosso, que diz o seguinte: não é normal permitir uma taxa de juros tão alta em um país com inflação baixa e com tamanha desvalorização salarial. Trata-se de escravizar o povo de forma legalizada e negligenciada pelos agentes públicos, onde os donos são os bancos e as financeiras. Eu passo, Senador Jorge Viana, a palavra a V. Exª. Depois, então, vamos ouvir a nossa última convidada, a Drª Sônia Amaro. Quer fazer uso da palavra, Senador?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Ataídes, pela presidência desta...

...pela presidência desta Comissão, pela luta que tem também em muitos pontos em que estamos de absoluto acordo, como esse a que estamos nos referindo. Este mês tivemos a notícia, divulgada pela imprensa, mas somente num dia, de que tínhamos alcançado outro recorde perverso, da mais alta de juros da história para uso de cartão de crédito. Primeiro, de alguma maneira, levam-nos a criar uma relação de absoluta dependência com um instrumento importante nos tempos de hoje, o próprio cartão de crédito. Depois que se cria essa dependência, nós nos vemos às voltas com algo que não tem nenhuma explicação, uma taxa como essa. Eu lamento. Como bem falou V. Exª – já é a terceira comissão, eu tenho mais uma pela manhã, pois a nossa Bancada é pequena e eu acho que tenho de fazer jus ao salário trabalhando no limite do possível –, acho que é da maior importância esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria cumprimentar os convidados, o Dr. Ricardo Barros, o Dr. Kleber, de quem consegui ouvir uma parte da apresentação. Peço desculpas à Drª Sônia Amaro, que certamente vem falar também um pouco a partir do interesse dos consumidores nesta audiência pública. Mas, isso é gravado, passa na Rádio Senado, na TV Senado. Eu não poderia ficar fora de uma discussão como essa. Hoje pela manhã, Senador Ataídes, no rádio, foi divulgado o lucro do Unibanco no primeiro trimestre, que teve aumentados seus ganhos em 20%. Na maior crise de desemprego, de miséria que o país está vivendo nos últimos anos, o Banco conseguiu um lucro, no trimestre, de mais de R$ 6 bilhões. Obviamente, está explicado o porquê disso acontecer neste país. Como é que nós trabalhamos numa Nação como a nossa para pagar mais de R$ 500 bilhões de juros ao ano? E não aparece um único Presidente do Banco Central, e não estou falando deste Governo, mas de todos os Governos, um Ministro da Fazenda que diga: se temos um déficit que passou de R$ 100 bilhões, mas temos de pagar quase R$ 600 bilhões de juros, será que não tem – como a gente faz no dia a dia – alguém que possa mediar, negociar isso? Não estou falando de calote, de moratória, estou falando de relação de um país que tem um potencial, uma capacidade de sobrevivência como o Brasil, de vencer crises, e vamos vencer mais esta, não é possível que não tenha alguém que possa propor isso. Não, é a mesma receita: escraviza a população, danifica os que têm menos para os que estão no topo ganharem lucros como esse. Acho que banco vive em função dos seus ganhos, mas tem de ser dessa maneira? Então, como é que nós explicamos para um cidadão comum que ele tem de pagar juros, se usar o seu cartão, usar aquilo que o cartão oferece? Ele tem de pagar 494% de juros do dinheiro que ele utilizar e precisar fazer jus a usar algum crédito. Eu estava olhando na Internet, onde há situações mais graves ainda, Presidente, Senador Ataídes, porque os cartões de crédito têm bandeiras diferentes. Eu estava vendo aqui que tem uma bandeira de cartão da Saraiva, livraria, da Petrobras, OI, Chevrolet Card, que chegam a...

Chevrolet Card, que chega a 649% de juro ao ano. Isso aqui também ninguém sabe que cada bandeira tem suas regras, cada bandeira tendo suas regras, e se esconde. Isso é escondido da população.

Estou falando de 18% ao mês e não acontece nada. Ministro da Fazenda não faz nada. Banco Central não faz nada. O Senado está trazendo aqui o assunto, Comissão de Fiscalização está trazendo o assunto. Vamos levar para o Plenário. Vamos fazer quantas audiências foram necessárias, porque, no mínimo, nos tempos atuais, as pessoas deveriam saber quanto que correm o risco de ter cobrança de juro se fizerem alguma compra e não pagarem.

Agora, tem uma outra mudança também na primeira, no parcelamento, uma alteração contra o usuário, contra o consumidor. Eu espero que a Drª Sonia possa também falar um pouco disso, desse aspecto que eu estou trazendo, quer dizer, que são bandeiras diferentes, com regras que podem chegar ao ponto de, nós estamos achando que é 494%, não, 600%. Eu peguei por acaso aqui. Eu estou pegando e estou citando o nome das companhias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui, está dizendo que cartões parcerias – Petrobras, Saraiva, Oi, *Chevrolet Card* – chegam a 649,78% ao ano. Mas têm outras situações também. Clientes, porque eles fazem uma diferenciação também pelo tamanho do cliente. Dependendo, se eu uso até R$50 mil, é uma taxa de juro que se cobra. Se é acima de R$50 mil... E, aí, essas taxas também passam de 500% para clientes, olhe bem, clientes com investimentos até R$49 mil, 511%. Quer dizer, mais pobre, paga mais. Aí, clientes com investimentos acima de R$50 mil, aí, cai para 487%.

Então, veja que é uma situação perversa. O mais pobre paga mais caro, o que tem menos, paga muito mais. Quem tem mais... Só que é uma situação tão gritante que não tem, todos nós somos vítimas. Eu tenho quatro cartões de crédito. Eu tenho que administrar uma conta minha, do meu Gabinete do Senado. Moro aqui, moro em Rio Branco. É inacreditável. Aí, eles falam: "Olha, nós não vamos cobrar a taxa anual", depois de muita luta. Só que se renova todo ano. Quando eu olho, está sendo descontada minha taxa anual. Eu digo: "Mas vocês disseram que não..." "Ah, mas isso foi o ano passado. Esse ano tem que negociar de novo". É inacreditável. É sempre contra a gente.

Então, eu queria parabenizar V. Exª pela audiência e acho que nós deveríamos encontrar uma maneira nessa Comissão, se tivermos de trazer o Presidente do Banco Central aqui, nós precisamos mudar essas regras. Elas são draconianas, elas destroem. A pessoa se sacrifica para ter o seu salário, para ganhar um pouquinho, é levada a gastar, é levada a consumir, por propaganda, por oferta de todo tipo de vantagem e sequer é esclarecido a ele que "olha, dependendo da bandeira que você pegar, você vai pagar uma taxa de juro muito maior do que a normal", que já é algo que envergonha o nosso País.

Então, cumprimento, peço desculpas aos convidados, o propósito nosso não é fazer um confronto direto com eles, nem mesmo ao Dr. Ricardo de Barros Vieira, que vem aqui falar em nome de uma série de organizações que trabalham com cartão de crédito, porque eu tenho

de organizações que trabalham com cartão de crédito, porque eu tenho uma admiração tão grande, eu adoro gestão, só para concluir, fiz vários cursos. Cartão de crédito é uma das coisas mais interessantes que tem no mundo, Senador Ataídes, é um modelo que chamamos na área de gestão de caórdico. Caórdico é o caos com ordem.

Então, cartão de crédito onde é que é a sede? Como é que é isso? É porque é um mecanismo muito interessante, onde eu posso comprar qualquer coisa, em qualquer país do mundo, a qualquer hora, em qualquer dia, usando um cartão. Então, é muito interessante, mas o mau uso que está sendo feito e o lucro que se está buscando fazer no uso desse algo interessante, porque uma pessoa simples, do interior do Acre, pode estar lá, numa mercearia e passar seu cartão e comprar, e um bacana, milionário, bilionário pode estar não sei onde e também comprar.

Eu sempre usei isso como uma referência de gestão. Isso é uma coisa interessante para a gestão, mas faço bem uma ressalva: como gestão, cartão de crédito é uma coisa fantástica, que é o caórdico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Têm muitas teorias de gestão, eu gosto muito dessa área, que trabalham isso, o caos com ordem. Quando a gente consegue fazer essa combinação, é muito interessante, é muito moderno, é muito contemporâneo e o cartão vem de longe.

Por isso que quem é o dono?

Mas, aí, a gente pega uma ideia interessante, algo que é uma referência de gestão, depois, transforma em algo que é uma referência de como não se deve estabelecer uma relação comercial entre cidadãos, não se deve fazer, não é possível.

Então, volto a repetir: hoje, o Unibanco anuncia um lucro recorde, 20% de crescimento, R$6 bilhões num trimestre, às custas da miséria, da exploração, do roubo, porque isso é um roubo, é um assalto e nenhuma autoridade faz nada, nem o Banco Central, nem o Ministério da Fazenda e ainda bem que o Senado está, pelo menos, dividindo aqui com a opinião pública, com os consumidores, trazendo autoridades.

Agradeço, mais uma vez, ao Dr. Kleber, porque trouxe aqui, que é da Secretaria do Ministério da Justiça que trata desse tema e pelo menos expôs os problemas. Mas cabe a nós, eu acho que, com a nossa prerrogativa, lutarmos para não aceitarmos esse absurdo e fazermos algo para pôr fim a esse abuso que os brasileiros vivem em relação a juro de cartão de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Exª, Senador Jorge Viana, e o parabenizo pelas belas colocações que o senhor fez, V. Exª fez, com relação a essa taxa de juros.

Também vamos realizar, me parece que na semana seguinte, uma outra audiência pública, a que V. Exª também tem chamado muito a atenção, que é a cobrança por parte das companhias aéreas de bagagem, porque o Supremo Tribunal, essa semana, agora, suspendeu aquela liminar e que as companhias, então, voltaram a cobrar.

Senador Jorge Viana, me permita fazer aqui um ligeiro comentário.

Eu estou nessa Casa há aproximadamente cinco anos e há cinco anos, eu sou empresário, há cinco anos que eu vejo o problema dessa taxa exorbitante cobrada pelos bancos com relação a cartão de crédito.

Eu confesso, nesse momento, que eu me sinto culpado de até hoje, evidentemente que pessoas como V. Exª têm chamado a atenção para esse tema, até hoje o Senado Federal, nós que somos representantes do povo, até hoje nós não fizemos nada efetivamente, Senador Jorge Viana, para mudar esse quadro.

Então, neste momento, eu me coloco como um culpado, porque solução eu tenho certeza de que há, através de uma CPI, através de audiências, várias audiências, uma CPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de audiências, várias audiências, uma CPI – por que não uma CPI? –, ou qualquer outra manifestação que seja indicada para o caso.

Eu, repito, eu não deveria ter deixado chegar a até onde nós chegamos, porque a partir de agora eu tenho certeza de que nós vamos olhar esse caso com mais atenção e nós temos que mudar esse quadro. Nós não podemos deixar, e eu aqui volto a repetir, ao Senador Dário, que acabou de chegar, veio de outras Comissões com certeza, o Senador José Medeiros, dois Senadores, também extremamente atuantes e competentes nessa Casa, eu fiz aqui só uma comparação, Senadores, a respeito dessas taxas de juro, aqui, na nossa América do Sul e com o País, com o nosso Brasil: ao ano, o México cobra 23% ao ano; Chile, 24,9%; Venezuela, 29%; Colômbia, 30,45%; Argentina, 43%; Peru, 43%; o Brasil, 494% ao ano, e agora essa informação que eu não tinha, por exemplo, da Saraiva e Oi e Petrobras, que ultrapassam os 600%.

Isso para mim, eu não sou criminalista, mas para mim isso é crime – eu não uso nem extorsão. Nós precisamos ver o por que disso e, agora, o Senador Jorge Viana nos traz também essa informação da lucratividade, da rentabilidade do Itaú, no trimestre, de 20% – 20% – para um País como o nosso, que está em retração de PIB.

Eu sou empresário e eu não sei se hoje nós temos alguma empresa no Brasil que consegue ter uma rentabilidade líquida de 3%. Eu desconheço – eu desconheço –, e, de repente, aqui, está com 20% de rentabilidade. É claro que tem que ter rentabilidade. Agora, alguma coisa está errada, Senador Jorge Viana, e é exatamente para isso que nós estamos aqui.

Eu acredito que agora, Senadores, nós temos que tomar alguma decisão com relação a esse tema. Não dá. Tem a história agora do rotativo, de 30 dias, que o Dr. Ricardo colocou muito bem aqui para nós, mas ainda não basta – ainda não basta. Mas nós vamos achar uma solução.

Eu vou passar a palavra para a Drª Sonia, mas se os Senadores quiserem fazer uso da palavra, ou fazem depois... Depois.

Então, eu passo a palavra à Drª Sonia Amaro, que é advogada de relações institucionais da Proteste Associação de Consumidores.

Com a palavra, Drª Sonia.

Nós falamos dos dez minutos, mas eu ratifico, se passar, ultrapassar, também não há problema.

Muito obrigado.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª SONIA AMARO – Bem, eu quero dizer bom dia a todos e agradecer imensamente o convite que foi feito para que eu pudesse estar aqui hoje representando a Proteste, que é uma associação de consumidores.

Quero cumprimentar meus colegas de Mesa, Dr. Ricardo, Dr. Kleber.

Bom, e eu quero também iniciar a minha breve explanação, até porque nós já tivemos aí várias contribuições interessantes a respeito do tema, inclusive do Senador também, que nos trouxe aqui algumas informações importantes.

Então, veja, eu quero iniciar minhas palavras aqui dizendo o seguinte: a Proteste já vem, há muito tempo, adotando várias medidas em relação a essa questão dos juros que são cobrados, principalmente no rotativo do cartão de crédito.

Em 2015, nós, inclusive, levamos uma proposta ao Banco Central, em que, por escrito, nós entregamos, pessoalmente, na época, a um dos Diretores do Banco Central, uma proposta que foi elaborada por nós lá, na Proteste

que foi elaborada por nós lá, na Proteste, no sentido de realmente limitar os juros que são praticados. Por quê? E, aí, eu vou, claro, fundamentar, inclusive, o porquê de nós sermos contrários aos juros que são praticados hoje no mercado.

Então, levamos essa nossa proposta, que consiste, na verdade, em limitar estes juros que são cobrados, para que eles deixem de ser realmente extorsivos, então, para que haja limitação e que ele fique, no máximo, até o dobro do CDI, que é aquele certificado dos depósitos interbancários, o que representa, em média, 28% hoje, em média.

E, aí, eu quero também fazer um comentário aqui com relação a esse dado que a gente tem, de 490%. Aliás, esse é um dado, inclusive, da Proteste no último levantamento que nós fizemos. Esse é a média praticada, é a média. Então, nós temos conhecimento de que realmente existem casos em que são praticados juros bem maiores, bem superiores a esses 490%.

Bem, agora, quero, lógico, aqui, dizer qual é o fundamento, por que que nós entendemos que realmente isso fere os direitos do consumidor. Essas taxas de juros acabam ferindo o direito do consumidor.

Bom, primeiro, por quê? Porque a gente tem que lembrar aqui que a proteção do consumidor, na verdade, é um direito fundamental. Ou seja, a proteção do consumidor é tratada na nossa Constituição Federal. Então, vale dizer: todos aqueles direitos e princípios estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor são mandamentos constitucionais.

Então, veja, o Código de Defesa do Consumidor, quando fala, quando estabelece princípios, ele estabelece a necessidade de que haja ali a boa-fé, a transparência na relação, de que haja, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

certeza, deve haver também, os interesses devem ser compatíveis, ou seja, você não pode criar um desequilíbrio enorme entre a relação que existe entre consumidor e fornecedor, você não pode ter um desequilíbrio enorme e que é isso que está existindo hoje.

Então, veja, nós precisamos fazer valer esses princípios estabelecidos no Código Defesa do Consumidor. Precisamos assegurar ao consumidor que realmente o seu direito seja respeitado. Então, é por isso que nós entendemos que os juros praticados hoje ferem os direitos do consumidor.

Por isso que levamos essa proposta, em 2015, ao Banco Central. Reiteramos essa proposta, posteriormente, quando tivemos aí, já, o novo Diretor do Banco Central assumindo, aliás, o novo Presidente do Banco Central assumindo a autarquia. Ratificamos essa proposta, levamos essa proposta, inclusive, à própria Câmara, também, de Deputados, em que nós explanamos os motivos pelos quais nós acreditamos que realmente é uma forma de minimizar ali os impactos que se tem, principalmente, na questão hoje, como o Dr. Kleber aqui muito bem mencionou, nós não temos simplesmente uma questão de inadimplência. A gente tem uma questão de superendividados no Brasil e, certamente, um dos responsáveis por esse superendividamento no Brasil é, sem dúvida alguma, o cartão de crédito.

Então, por isso é que deve haver, no entendimento da Proteste, uma limitação dessas taxas de juros que são praticadas no mercado.

Bem, agora, rapidamente, eu quero comentar aqui, claro

Rapidamente, eu quero comentar aqui, claro, a Proteste, acompanha não só o que acontece no mercado mas nós fazemos estudos, levantamentos, e nós também acompanhamos e temos ciência aqui da resolução que foi publicada no início do ano pelo Conselho Monetário Nacional, que alterou as regras do rotativo no cartão de crédito. É a resolução que foi mencionada pelo Dr. Ricardo aqui a 4549 agora de 2017, que entrou em vigor inclusive em abril não é, Dr. Ricardo?

O que acontece? A nossa principal crítica em relação a essa medida do Banco Central, e a gente sabe que o objetivo dessa medida foi justamente minimizar os impactos desses juros extremamente abusivos que são praticados hoje pelas administradoras, mas a nossa principal crítica é a seguinte: A partir do momento que a resolução não cita qual é a modalidade de crédito que tem que ser oferecida ao consumidor depois daquele período de 30 dias, ela não estabelece, ela deixa ao exclusivo critério da instituição oferecer para o consumidor uma outra modalidade de crédito desde que os juros praticados sejam inferior aos juros do rotativo hoje.

Então veja, a gente sabe que, na prática, dificilmente vai haver mudança significativa para o consumidor. Por quê? Porque nós também conhecemos muitas vezes o que é feito no momento em que o consumidor não paga o total da sua fatura. Ou seja, muitas vezes a instituição oferece já ao consumidor um pagamento parcelado daquele valor que não foi pago na sua integralidade. E esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

juros que são praticados quando a instituição oferece esse parcelamento, segundo os nossos levantamentos, eles giram em torno de 240% ao ano.

Então veja, certamente, 240% é inferior em média aos 490%, em média, ao ano que é cobrado do consumidor, mas ainda assim é extremamente alto, são juros extremamente altos ainda. Então a nossa principal crítica quando saiu essa resolução foi justamente essa, ainda que saibamos que o objetivo foi minimizar e tentar reduzir um pouco esses juros, sabemos que na prática dificilmente isso vai acontecer de forma significativa para o consumidor.

Então, esse foi o motivo inclusive que, assim que foi publicada a resolução e mesmo antes de ela entrar em vigor, nós da Proteste, também indo ao encontro do que o Dr. Kleber falou aqui, em relação à educação para o consumo, a Proteste então, de imediato, se manifestou dizendo sobre a preocupação que nós temos de informar ao consumidor que muito embora tenha havido uma alteração nas regras do rotativo do cartão de crédito, ainda assim ele precisa tomar muito cuidado. Ou seja, no posicionamento da Proteste, o que nós informamos e o que nós orientamos ao consumidor é sempre pagar todas as suas despesas no dia do vencimento da fatura.

Caso contrário ele não vai conseguir, ele vai se endividar, ele vai entrar numa dívida que vai virar uma bola de neve, como a gente diz, popularmente e ele possivelmente, não simplesmente vai ser um consumidor ou um cidadão inadimplente, mas sim, possivelmente ele vai se tornar ali o que a gente chama de um cidadão superendividado.

E isso nos preocupa bastante. Então é por esse motivo que, em todas as oportunidades que temos

em todas as oportunidades que temos, inclusive em material que nós elaboramos e disponibilizamos no nosso *site,* nas redes sociais, nós chamamos a atenção para esse fato e orientamos o consumidor que realmente, claro, o cartão de crédito é uma maneira muito fácil, muito ágil e a tendência do mundo moderno sempre é cada vez mais utilizar o cartão de crédito, mas desde que ele realmente faça um planejamento, que ele coloque suas despesas na ponta do lápis, ele faça um planejamento mensal das suas despesas, das suas contas e que ele consiga dessa forma efetuar o pagamento de todas as despesas que ele fez no cartão de crédito no dia do vencimento da fatura, caso contrário ele realmente vai ter problemas muito sérios.

Então essas são as minhas minhas breves palavras e, claro, estou aqui à disposição dos senhores caso haja alguma dúvida e posso eventualmente prestar algum esclarecimento a esse respeito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço à Doutora Sônia Amaro, advogada de relações institucionais da Proteste, Associação dos Consumidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aqui chegou mais uma participação de um telespectador nosso, Wellington da Silva, do Amazonas. O Brasil todo está participando aqui, Senadores, desta audiência de extrema importância.

O Wellington diz o seguinte. Tempos atrás, como universitário, recebi a proposta de um cartão de crédito que, devido a frustrações financeiras, não tive condição de honrar com os pagamentos, logo o valor da fatura reajustado, devido ao alto custo do juros aplicados e o acordo proposto pelo banco, não foi razoável.

Eu indago os meus colegas Senadores, eu estou aqui com algumas perguntas a fazer, principalmente ao Doutor Ricardo, se eu já posso dirigir as perguntas? Eu até passei por escrito, porque são dez perguntas, para facilitar a resposta, se eu posso já fazê-las ou os meus colegas pretendem fazer primeiro? Fiquem à vontade.

Posso fazer?

Então vamos lá.

Mais uma vez, agradecer a presença de todos.

Pois bem, a proibição da usura tem origem não apenas nos mandamentos religiosos datados de mais de 2.000 anos. No Brasil temos uma tradição de limitação de juros extorsivos já a partir dos anos 30 com a chamada Lei da Usura, que define como sendo ilegal a cobrança de juros superiores ao dobro da taxa legal ao ano, atualmente a taxa SELIC. A mesma legislação também estabeleceu o limite corrente de 1% para a cobrança de juros de mora. Essa preocupação também ocupou o constituinte brasileiro original, que estipulou a cobrança de juros real máximo de 12% ao ano no País, independentemente do teto estabelecido. O objetivo é evitar a cobrança exorbitante que ponha em perigo o patrimônio pessoal, a estabilidade econômica e sobrevivência pessoal do tomador de empréstimo. Lembrando que o nível de inadimplência no rotativo do cartão de crédito flutua na ordem de 30 a 35% do volume total de crédito concedido, constituindo um problema social relevante.

No atual momento de crise econômica e social, com forte desemprego, nossa preocupação a esse respeito é ainda maior,

é ainda maior, e em contrapartida, como sabemos, o juro médio cobrado no rotativo do cartão ultrapassa a casa dos 500%, com bancos cobrando valores muito altos.

Então a primeira pergunta que eu faço ao doutor Ricardo é: Qual é o seu entendimento sobre o conceito de juros abusivos e da prática do crime de usura? Qual é o nível de juros que, em sua visão, Doutor Ricardo, se encaixaria no conceito do crime de usura? A pergunta já está com V. Sª por escrito.

Segundo, pesquisa internacional mostra que o Brasil é o terceiro País em quantidade de transações com cartões, cerca de 28,7 bilhões. Atualmente, há 4,5 milhões de maquininhas espalhadas em 3,6 milhões de estabelecimentos comerciais credenciados, avançando aceleradamente nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cidades do interior do País. Diante desses números tão grandiosos, os varejistas questionam a ausência de normas que facilitem o ingresso de novos participantes no mercado brasileiro. Há indicação de que nos Estados Unidos o mercado de credenciadoras conta com algo como cem empresas atuando, o que garante a prática de um preço muito menor cobrado do lojista. Já no Brasil os arranjos de pagamento dos cartões estão praticamente concentrados em modelo liderado por empresas criadas pelas cinco maiores instituições financeiras do País, como o duopólio Cielo/Rede dominando o mercado, com poucas empresas independentes atuando.

Três perguntas, Doutor Ricardo. Além da questão da escala do investimento para ingressar nesse complexo sistema, a falta de flexibilidade dos órgãos reguladores impede uma alteração estrutural do mercado e das tarifas praticadas.

Segunda. Como convergir aos níveis de tarifas internacionais?

Terceira. O custo do cartão está ligado com a chamada verticalização da indústria de cartões no Brasil? Ou seja, com as instituições financeiras detendo toda a cadeia do negócio, baseada na interligação entre os emissores e detentores das bandeiras dos cartões e as credenciadoras ou adquirentes?

Esse fato foi apontado pelo Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes — Abrasel, como determinante na redução da concorrência, o que se traduz em tarifas elevadas para o lojista e o consumidor.

A terceira pergunta deste bloco. A inadimplência é comumente citada como a principal causa para defender o atual nível de juros nos cartões de crédito no País. Entretanto, a partir do final de 2015, observamos a queda da inadimplência no rotativo frente ao aumento dos juros no rotativo do cartão de crédito no mesmo período, o que contesta a relevância da inadimplência na determinação das taxas de juros. Aqui eu faço só uma pequena explanação.

Em 2015

só uma pequena explanação. Em 2015, tínhamos uma inadimplência na ordem de 40% para uma taxa de juro de 430% de média ao ano. Em 2016 uma inadimplência em torno de 36% para uma taxa de juro média de 470,6 ao ano e, em 2017, nesses cinco ou quatro meses, uma taxa aproximadamente de 34% para o rotativo de 490% em média.

A pergunta, Doutor Ricardo, é a seguinte. Qual é a verdadeira explicação para o nível atual de juros no cartão de crédito? Repito, qual é a verdadeira explicação para o nível atual de juros do cartão de crédito?

Quarta, na verdade a inadimplência média atual no rotativo do cartão de crédito, em torno de 34% ao ano, é muito superior à inadimplência média das demais modalidades de crédito no País, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gira na faixa de 6%. Uma das explicações é o próprio nível dos juros cobrados no cartão de crédito, o que levou o CMN a limitar a cobrança de juros no cartão de crédito por 30 dias a partir de abril, já citado aqui por todos.

Trata-se de medida com amplo alcance social, pois um em cada dez titulares de cartão de crédito usam o crédito rotativo. Eu para mim inclusive era mais, Drª Sônia, acho que é mais um pouco não é?

Após essa medida a Caixa Econômica já anunciou que reduziu as suas taxas do rotativo de até 7 pontos percentuais conforme a modalidade. De acordo com o banco, as taxas que íam de 11% a 17% ao mês, agora variam de 8% a 11% ao mês. Entendemos que a medida certamente contribuirá para a redução da inadimplência e o incentivo ao consumo. Entretanto não recebi notícia específica sobre o comportamento desses demais bancos.

Eu faço cinco perguntas com relação a esse item Dr. Ricardo. Primeira, qual é a faixa de juros que o BB, o Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander estão praticando no cartão de crédito?

Segundo, para a Caixa Econômica Federal esse nível de juros que ainda atinge 277% ao ano, na modalidade mais cara tornou pouco atrativo operar no rotativo do cartão de crédito.

A terceira, qual é a representatividade do negócio, cartão de crédito, para o resultado de cada banco?

Quarta, a limitação recente do uso do rotativo está pressionando as margens dos bancos com cartões de crédito?

A redução dos juros está sendo compensada por medidas como aumento de tarifas ou redução de isenção de tarifas, redução de limites dos clientes e pressão pelo fim das compras parceladas sem juros, como forma de reequilibrar a relação entre custos e despesas no negócio?

E a última deste bloco: O senhor não acha que a falta de competição no setor permite a prática de juros sem limite algum, como ocorre hoje no País? Não lhe parece que o risco dessas operações explica pouco nível dos

...operações explica pouco o nível do juros, sendo irrelevante para explicar a quedas do juros?

5ª – Os lojistas brasileiros pagam cerca de 5% de taxas às administradora de cartão, enquanto que nos países europeus a média é de 2%, sendo os dados do Banco Central.

Nos Estados Unidos, o percentual é ainda menor: 1%. O Brasil cobra 6% dos lojistas só para o uso da máquina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu pergunto ao Dr, Ricardo: O que explica essa diferença, Dr. Ricardo? O que falta no Brasil para vermos a convergência do custo do cartão aos padrões internacionais?

Segunda, o que significa a cobrança do lojista de uma taxa de 6% no crédito? O risco de inadimplência é tão maior no Brasil do que no resto do mundo, levando os bancos a concederem cartão de crédito sem a devida análise de risco do cliente?

6ª – Especificamente no mercado financeiro não se pode negar que a rentabilidade do sistema é extremamente elevada e os juros exorbitantes. Nesse contexto, os pequenos lojistas têm dificuldade de acesso a capital de giro. Sabemos disso. A cada dois anos, fecham praticamente 80% das nossas micro, pequenas e médias empresas.

Uma operação de crédito específica para esses logistas consiste no adiantamento das faturas de cartão de crédito, também conhecida como aquisição de recebíveis do cartão de crédito – eles têm que adiantar, que antecipar – constituindo uma forma de conceder capital de giro a pequenas empresas.

Hoje, esse tipo de operação representa parte expressiva da lucratividade das empresas credenciadoras. Todavia, nessa operação de fornecimento de capital de giro ao pequeno logista, o risco parece explicar pouco os jurados cobrados na prática.

É importante sublinhar que essa operação, diferentemente das demais operações de crédito, não tem risco de inadimplência, pois a figura do emprestador se confunde com a do devedor. Ou seja, nessa operação a credenciadora está apenas pagando antes do prazo uma dívida que ela tem com o logista.

Como as vendas são majoritariamente por cartão de crédito, e o lojista recebe somente 30 dias depois da venda, o lojista recorre ao adiantamento das faturas de cartão de crédito.

Essa operação, diferentemente das demais operações de crédito, não tem risco de inadimplência, pois o arranjo de pagamento garante o recebimento dos créditos ao lojista, que vai ao banco por meio da adquirente apenas adiantar uma dívida que está baseada a partir de seus próprio clientes.

Essa operação, segundo o relatório de operações de perto do BC, Banco Central, está com taxa de juros média de mais de 45%, com *spread* de 33 pontos percentuais em relação à taxa básica da economia.

Sabemos que uma das justificativas das instituições financeiras para o elevado *spread* do Brasil é exatamente o alegado diferencial da inadimplência em relação...

...alegado diferencial da inadimplência em relação aos países mais desenvolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entretanto, em razão da estrutura dessa operação em que, por definição, não há inadimplência, essa não pode ser usada para explicar os juros.

A conclusão obvia é que há baixa competição nesse segmento, só há essa explicação.

Duas perguntas, Dr. Ricardo: Como os senhores avaliam o nível de juros nessa operação específica, onde a inadimplência não é o subterfúgio? O que o Legislativo, assim como o Banco Central, o Cade e o sistema Procon podem fazer na concorrência no setor.

Eu aproveito para dizer também aos nossos convidados, ao Dr. Kleber e à Drª Sônia, que se quiserem responder alguma das perguntas que eu estou formulando – e estou quase concluindo – fiquem à vontade.

Como esta aqui, por exemplo: A segunda pergunta desta questão nº 6, Doutor Ricardo. Quais outros motivos precisam ser considerados? A baixa competição nesse segmento?

A sétima: Recentemente, foi veiculada na mídia a informação de abertura de inquéritos no Cade para averiguar práticas anticompetitivas. O Cade apurou, entre aspas, "indícios da ocorrência de possíveis práticas restritivas da concorrência por parte de bandeiras, arranjos, credenciadores e bancos, especialmente aqueles com estrutura verticalizada, em detrimento de credenciadoras menores.

As três condutas analisadas, quais sejam, primeiro, exclusividade na captura de bandeira; segundo, recusa na leitura da agenda de recebíveis de credenciadoras menores e, terceiro, discriminação no uso dos equipamentos de captura multiadquirência (Pimpades).

Embora distintas, parece ser instrumento para a consecução do mesmo objetivo, ou seja, manter a posição dominante de Cielo e Rede no mercado de credenciamento, em benefício próprio e dos bancos que as controlam.

Pergunta, Dr. Ricardo: Nesse cenário, quais são as ações específicas voltadas para promover a maior competitividade no setor que parecem ser indicadas?

8ª – Parece haver um problema com a regulação da cessão de recebíveis de cartão de crédito. Atualmente, os Lojistas que querem antecipar a receita futura advinda dos recebíveis de cartões de crédito, só poderiam fazê-lo por meio do banco emissor do cartão, o que limita a concorrência na oferta desse tipo de crédito.

O Cade já abriu inquérito administrativo Em desfavor do Bradesco, do BB e Itaú, com o objetivo de avaliar a recusa desses bancos em ler a agenda de recebíveis de credenciadoras concorrentes de suas controladoras, Cielo e Rede.

A regulação poderia dispor que a empresa que tenha esses recebíveis possa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

....tenha esses recebíveis possa passá-los a qualquer outra instituição financeira credora.

Parece-me que, como esses são créditos da empresa com o risco de não recebimento próximo a zero, o seu uso como garantia em um mercado mais competitivo, mais concorrido pode gerar alguma redução do custo de empréstimo para capital de giro, principalmente para as empresas de menor porte que seguram o emprego em nosso País.

Eu gostaria de ouvir a posição de V. Sª e das credenciadoras, é evidente, a esse respeito. Parece-me uma medida saudável para o mercado como um todo. Sendo assim, o que é preciso fazer para tornar isso realidade?

Estamos já chegando à última.

Parece que o fim da exclusividade levou... São tantas perguntas, Senador Dário Berger, Senador José Medeiros, Senador Jorge Viana, são tantas perguntas cujas respostas o povo precisa saber, que uma audiência só é pouco. É lamentável.

Mas eu já estou concluindo. Parece-me que o final da exclusividade levou as maquininhas a aceitarem, na prática, mais do que uma bandeira, mas a totalidade de bandeiras disponíveis no mercado. Daí que o estabelecimento comercial ainda precisa ter mais que uma maquininha para realizar transações de todas as bandeiras de cartão de crédito, de débito e de crédito.

Eu pergunto, então Dr. Ricardo: O que está faltando para mudar essa realidade? Quando os estabelecimentos comerciais poderão utilizar apenas um equipamento para realizar as transações de venda com cartão de crédito de bandeira em nosso País?

O problema não é só do consumidor, é também dos nossos lojistas.

A última: O Banco Central emitiu uma circular em dezembro de 2017 definindo o prazo para que os instituidores de arranjos – eu acho estranho essa palavra "arranjos" – de pagamento às bandeiras implantem a compensação e a liquidação financeira de pagamentos com o cartão seja centralizada em câmara unificada, que ocorrerá até 4 de setembro de 2017.

Então, a última pergunta é: Qual é a visão do mercado a respeito? Como está esse processo para cada uma das operadoras? Quais vantagens serão criadas para o sistema como um todo?

A Drª Sônia disse que, lamentavelmente, os clientes recebem o cartãozinho de crédito em sua residência, mas ele não sabe, Senador Jorge Viana, o que ele está pegando; que tipo de empréstimo ele está fazendo.

Ele nem sabe que é um empréstimo. E ele tem sede de consumo, o nosso povo tem sede de consumo. E aí ele vai consumir e vai ser consumido. Ele vai consumir e vai ser consumido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essas são as perguntas que já estão já estão nas mãos do Dr. Ricardo...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Passo a palavra ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu queria pedir licença a V. Exª para eu fazer um breve comentário e acrescentar talvez um mais um questionamento, porque V. Exª, pelo que eu...

...mais um questionamento, porque V. Exª, pelo que eu percebi, já esgotou todas as perguntas e os questionamento que nós poderíamos fazer.

Entretanto, esse é um assunto que me chama muito a atenção. Chega às raias do inacreditável que um país como o Brasil, com as diferenças sociais e as desigualdades em que se encontra, possa praticar abusos dessa natureza.

Nós estamos trabalhando hoje com uma taxa de juros de 490%, em média. Francamente, eu não posso acreditar.

O primeiro questionamento que eu quero fazer, Senador Ataídes – V. Exª é empresário e conhece o ramo das finanças – é por que os bancos públicos não agem no sentido de intervir no mercado, praticando uma taxa de juros adequada, forçando, vamos dizer assim, as instituições privadas a efetivamente baixarem a taxa de juros.

Isso porque, pelo que eu percebi – cheguei atrasado aqui e justifico porque está acontecendo uma ampla audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na questão relacionada ao Funrural, que é outro problema sério que nós vamos enfrentar doravante –, eu percebi que o Senador Jorge Viana de certa forma abordou esse tema, e os senhores também, no sentido de mencionar a lucratividade das instituições bancárias, única e exclusivamente com cartão de crédito.

Essa é uma pergunta... Eu imagino, se eu fosse Presidente da República chefe do Banco Central ou Ministro da Fazenda, se não existiria... Ou então este País é regido realmente pelo capital, sem nenhum interesse de facilitar a vida da população brasileira.

Outra questão que eu acho que é importante ressaltar... Eu tenho discutido e debatido muito essa questão do juros, da taxa Selic. E nós percebemos, Senador Ataídes, prezado Presidente, que a inflação caiu vertiginosamente nos últimos meses. Veio até para o centro da meta.

Acho que, se eu não me engano, está menor do que a meta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A taxa é 4,04% para esse doze meses.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – E a meta é 4,5%.

Então, veja bem, a inflação caiu e o juros não caíram proporcionalmente. Os juros praticados continuam sendo exorbitantes. Se eu não me engano, estão na ordem de 6% reais, ou mais: 6% ou 7%. Mais ou menos dentro desse... Vamos arredondar, porque eu não sou economista e não sou matemático, mas acompanho com atenção essa questão.

Bem, veja só: eu sempre entendi que a taxa de juros, Senador Jorge Viana, sempre me foi colocada para mim, que não sou economista, no sentido de que ela é necessária para controlar a inflação. Com a taxa de juros elevada você tem esse mecanismo importante de controle...

tem esse mecanismo importante de controle da inflação. Só que a inflação, eu sempre entendi também que a inflação é decorrente da demanda. Quando tem mais procura do que o produto na prateleira, a tendência do produto é aumentar.

Bem, dentro desse contexto, não é o que está acontecendo no Brasil de hoje, porque hoje o poder de compra do brasileiro está completamente defasado. Nós não estamos adquirindo mais nada, e a inflação caiu, e a taxa de juros não cai também na mesma dimensão que deveria cair.

Bem, com isso, gerou-se uma dívida bruta, uma dívida pública bruta de cerca de R$4 trilhões e 500 bilhões. Olha só, o problema disso – Senador Jorge Viana, Senador José Medeiros, Senador Ataídes Oliveira e prezados convidados – não é o tamanho da dívida, porque os Estados Unidos, o Japão têm uma dívida muito maior do que a nossa. O problema é o custo da nossa dívida; tanto é que Estados Unidos, Japão e outros países endividam-se para investir em obras de infraestrutura, fomentar a economia, gerar oportunidade de emprego e infraestrutura. Por quê? Porque o custo da dívida nos Estados Unidos chega a 1% aproximadamente; no Japão, menos de 1%, e no Brasil 17%. Aí não tem como sobreviver.

É só pegar execução orçamentária de 2016, de 2017, e nós vamos verificar ali, na prática, a olhos vistos, que aquela matemática não fecha, entendeu? É só pegarmos os números maiores que nós vamos observar onde precisam ser feitas reformas emergenciais e rápidas para que não incorramos, vamos dizer assim, em uma insolvência na qual o País efetivamente já se encontra.

Concluindo, eu quero só fazer aqui... Eu não acredito – gostaria de que os senhores checassem, quero pedir para a minha assessoria checar –, porque eu, outro dia, peguei um dado interessante com base em uma taxa de juros do cartão de crédito, em torno de 450%. Se eu, hoje, dia 3 de maio, deixar um saldo devedor no cartão de crédito de R$1 mil – pensa bem, Senador Jorge Viana –, em maio do ano que vem, no dia 3 de maio do ano que vem, eu vou estar devendo mais de R$4 mil, Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fora os teus mil.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É. Daqui a cinco anos, eu estaria devendo R$1.131.549. Em cinco anos! Em cinco anos R$1 mil vira R$1.130.000 E em dez anos vai para a casa dos bi, porque isso é juro composto, é capital em cima de capital, e é aquela bola de neve. Iria para R$1.280.000.000. Então, R$1 mil, em dez anos, a dívida do cidadão estaria em R$1 bilhão.

Eu queria ter R$1 mil para emprestar para alguém a essa taxa de juro para, daqui a dez anos, ficar bilionário. Aí é fácil de ficar rico, ficar milionário. É a especulação financeira. Não é possível que a gente trabalhe com esse dado. Então, eu quero pedir para se checar esse dado, porque chega às raias do inacreditável. Essa é que é a grande verdade. Quando a gente transforma a teoria em

prática e em números é que a gente se dá conta do quanto isso representa para a sociedade brasileira, Senador José Medeiros.

E eu queria fazer essa exposição, mas fundamentalmente agregar à sua pergunta, Senador Ataídes, a questão da intervenção do Poder Público, dos bancos públicos que não têm finalidade do lucro, e, sim, o desenvolvimento econômico e social do Brasil, para que, se isso é possível, se isso não é possível, se isso é inconstitucional, se não sei o que e tal, porque eu tenho essa curiosidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Medeiros, vou passar a palavra para o Senador Jorge Viana. Senador Medeiros, nós somos novinhos aqui na Casa, mas eu tenho dito aqui, nossos convidados, que esta Casa é muito rica. Você vê o Senador Dário Berger dizer que não é economista e chega com essa fala improvisada. Tão importante esta pergunta: por que os bancos públicos não fizeram o equilíbrio dessa taxa de juros? Por quê? Porque é o corporativismo. Isso está errado.

Então, parabenizo V. Exª. Senador Jorge Viana, esse é um Senador sabido que nós temos aqui na Casa, e tantos outros. Vamos deixar ele falar primeiro? Então vamos. Com a palavra Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só mais uma vez, queria cumprimentar o Presidente Ataídes pela nossa iniciativa aqui, da Comissão, e é uma oportunidade que nós temos. Eu mesmo entrei agora mesmo, e não sei por que cargas d'água, porque eu entrei no *site* do Itaú para ver taxa de juros e, daqui a pouco, liga-me um número não identificado, perguntando, dando o nome de uma senhora, perguntando se esse telefone era de uma senhora. Não é possível! Nós vivemos em um Big Brother mesmo. Você não pode entrar, que alguém já aciona você do outro lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas é interessante. Aí eu vou lá – e acho que é o Dr. Ricardo de Barros – eu vou apresentar um projeto. Já estou organizando, porque todo encontre como este tem que ter alguma consequência. Eu não posso mudar a taxa de juro, mas eu posso fazer a defesa do consumidor.

Aí eu entrei na página. Taxa de juros do cartão de crédito do Itaú. Aí você lê a primeira página; você não acha nada sobre taxa de juros de cartão de crédito do Itaú. Aí, quando vai lá, ele disse: "Não, mas se você quer saber a sua taxa de juros, você entre no *site*, dá tua conta, vai lá, não sei onde, não sei onde, não sei onde, que você vai saber." Aí diz o outro: "Mas também se você não tiver acesso à internet, você pode telefonar para a maquininha, falar com alguma máquina, e a máquina talvez vá te responder." Mas não está escrito. Porque não está escrito? Para enganar o consumidor.

Por que tem coisa mais importante, quando a gente vai pegar alguma coisa emprestada ou fazer uso de um crédito, do que saber quanto que eu vou pagar? Tem coisa mais importante? Ora, eu vou pegar, estou precisando gastar R$10 mil no meu cartão de crédito. Eu preciso saber quanto que eu vou pagar e quando. Não tem, não oferece, não dizem, escondem. Isso é crime!

Eu estou já engatilhando, vou apresentar um projeto. Tem que estar explícito. Se você pegar, vai ter que pagar taxa média de juros do banco, do cartão do crédito. Está lá, abre com isso. Eu peguei um empréstimo aqui, no Banco do Brasil, precisando de um dinheiro. Peguei um empréstimo. Quando eu vou pagar, eu pago, pago, pago. Mas o que está acontecendo? Por que essa taxa é tão alta? Por que eu estou pagando uma prestação tão alta, não amortizo? "Não, é porque aqui nós incluímos um seguro." Seguro de quê? Eu não contratei seguro.

Tive que entrar, era um seguro de R$35 mil que tinha. Eu tinha contratado sem ter contratado.

Então, eu acho que tem situações em que o Senado pode intervir. Esta Comissão de Fiscalização e Controle pode fazer esse serviço de utilidade pública ao usuário, ao consumidor.

Aí não é nada. O banco está querendo cobrar aquilo lá, mas ponha que está cobrando. Eu vou sair de banco em banco, vendo qual é o cartão de crédito, qual é a bandeira melhor. Acabei de ler que tem uma bandeira de cartão de crédito que cobra 641% de juros, e nós estamos falando que o médio é 494%. Ora, tem variação. Deixa que possamos escolher, deixa o consumidor.

Mas, para que isso ocorra, nós vemos em tempo real. Bastava eu... Eu procurei, olha que eu procurei aqui, entre, entrei em outro *site* do próprio Itaú. Não, eu quero saber a taxa de juro de cartão de crédito cobrada pelo Itaú. Não consegue, você não consegue, porque eles não oferecem. Ele te remete para um outro caminho. Aí dizem: "Não, mas também pode chegar na tua conta, na fatura." Aí já vem com a fatura, aí já era, aí já foi.

Então, isso não pode acontecer. Tem uma entidade que trabalha com cartão de crédito. Nós estamos vivendo no século XXI, tem que estar na folha de rosto! Eu estou fazendo aqui uma denúncia e vou tomar uma atitude, vou apresentar um projeto em que se exija a apresentação no primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

plano da folha de qualquer *site*, de qualquer informe sobre linha de cartão de crédito, só para ver que é possível fazer alguma coisa em defesa do consumidor, do cidadão.

Agora, gente, nós temos aqui vamos ao banco, falamos com o gerente, o gerente nos atende. Agora, a ampla maioria do povo brasileiro não tem isso, não sabe como manusear, não tem acesso a uma informação. É com essa ampla maioria que nós estamos querendo...

Eu ouvi aqui, a Drª Sonia falou que a maior parte, se eu entendi direito, do endividamento do cidadão brasileiro está vinculado – ou uma grande parte, ou a maior parte – a uso de cartão de crédito. Se V. Sª pudesse fazer algum comentário, aprofundar um pouco mais isso, como é que é isso quais os valores. Porque eu estou fazendo aqui de valores de trilhão, nós estamos falando de valores de trilhão, trilhão de reais! Não sabemos, só quando pensamos no Orçamento do Brasil que chegamos à conta do trilhão, e o endividamento dos brasileiros passa de meio trilhão de reais, salvo engano, pendurado aí a cartão de crédito. São números importantes de nós sabermos, porque aí começamos a saber para onde está indo o dinheiro do brasileiro.

O Senador Dário, com muita propriedade, falou aqui na queda da inflação. A queda da inflação é resultado – com todo o respeito, não é só a taxa de juro alta, a mais cara do mundo – do empobrecimento dos brasileiros, que não têm dinheiro para comprar. A classe média não está trocando o carro, não estão vendendo o carro; não está comprando eletrodoméstico, ninguém vende linha branca; não está tendo crédito no banco, ninguém compra casa, ninguém reforma a casa. Com isso a inflação foi derrubada, mas do pior jeito. Sim, emagrece-se passando fome. Era melhor um jeito de fazer uma dieta que não tenha que passar fome, o que pode ter consequências graves.

Então, caiu a inflação, foi para o centro da meta, está indo para baixo do centro da meta por falta de demanda. E é engraçado ver os economistas, uns articulistas aí metidos a serem os donos da verdade, agora falam tanta bobagem, porque eles não conseguem assumir. Não é em parte é! Em parte é, não, gente, a inflação caiu porque o povo está comprando menos!

E um outro aspecto que o Senador Dário também trouxe é a taxa de juro, que estava 14,5%, caiu um pouquinho,

mas a inflação caiu muito. Então, cresceu a taxa de juros no Brasil, gente; não diminuiu. Nós estamos, qualquer um que pegar empréstimo hoje, vai pagar muito mais caro do que há um ano, do que há dois anos, porque a taxa de juro real aumentou.

Então, para mim, eu queria concluir aqui dizendo que acho que esta Comissão, Senador Ataídes, pode cumprir um papel que é uma área em que eu tenho trabalhado. Hoje à tarde eu vou falar sobre preço de passagem aérea, porque aconteceu... As companhias aéreas, não só... Olhe bem, no mesmo movimento contra o consumidor, abre a imprensa hoje: houve uma liminar liberando a cobrança de bagagem, e, imediatamente, as companhias mudaram também o peso das bagagens, muitas já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mudaram. A partir de agora, quem for comprar não vai poder levar uma mala de 32 quilos mais; é limitada a 23 quilos. Isso é hoje, notícia de hoje.

Eu ontem fui comprar as minhas passagens antecipadas, porque, como Vice-Presidente do Senado, sem falsa modéstia, mudamos as regras para os Senadores, que podemos comprar passagem antecipada, pedir o reembolso e depois provar que voou. Antes dessa regra eu tinha que comprar passagem, voar e depois pedir o reembolso. O que acontecia? O Senado gastava milhões de reais por ano a mais, porque comprar passagem na hora de voar, você compra mais caro. Então, nós mudamos a regra para comprar com antecedência. Eu que fui lá, fuçar até fazer. Só que eu fui comprar minhas passagens para o próximo mês, para este e para o próximo mês, que vem o recesso em julho: R$2 mil uma passagem de ida para Rio Branco, R$2 mil de volta, R$4 mil. Aí vou ter que pagar mala, pagar R$2 mil para ir em média. Eu, comprando passagem antecipada, e não acontece nada!

Nós aprovamos uma resolução aqui, no Senado, tomamos uma decisão falando: "Olha, não entra em vigor a cobrança de malas, de bagagem, porque podíamos começar isso na ponte aérea Rio-São Paulo. Podemos, eu não sou radical de nada. Podemos experimentar, ver se é melhor para o consumidor. São Paulo-Brasília, ida e volta, temos muita gente que chega de manhã e volta de tarde, mas aí você pega um País continental com o nosso e põe uma regra só. No Norte e no Nordeste, ninguém vem do Acre para São Paulo para ficar um dia e voltar no mês dia. Não dá nem tempo, a gente perde uma noite. Só de 24 horas em 24 horas é que tem voo para o Acre, para o meu Estado.

Então, Senador Ataídes, eu acho que esta Comissão aqui começa bem quando trazemos este tema aqui. Atende o interesse de todos os brasileiros sobre taxa de juros. Depois nós vamos fazer audiência sobre bagagem, sobre preço de passagem aérea, sobre a falta de concorrência para uso.

Agora, nos bancos eu não consigo entender. Claro que temos os conglomerados, que vão comprando uns aos outros, e não temos saída. E o pior dos mundos, eu concluo definitivamente com isso, é saber que tem muitas bandeiras de cartão e que isso é uma armadilha. Se você cair na bandeira errada, achando que está para o posto de gasolina, você pode estar tendo uma taxa de juros muito maior, como acabei de falar aqui, que a própria Petrobras – pelo menos é o que eu li agora, no Google –, a Oi e a Saraiva, a taxa de juros cobrada por eles passa de 600%, 640% ao ano, quando você usa o cartão e não consegue ter a liquidez dentro do prazo.

Era isso. Eu espero que haja uma última coisa. É o seguinte: uma manifestação dos senhores. Por que os outros países têm uma taxa tão baixa para uso de cartão de crédito, e a nossa é a mais alta do mundo? Por quê? O que nós temos que fazer? É porque brasileiro tem que sofrer esse tanto, porque é uma maldição ser desta País tão bonito, tão belo por natureza? Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Só um ligueiro comentário, Senador Jorge Viana. Eu não consigo, às vezes, entender

consigo, às vezes, entender a cabeça desses nossos grandes banqueiros, ou seja, se cobrarem uma taxa de juro decente, eles não vão perder rentabilidade porque vai haver um número muito maior de consumidores, é a famosa lei de mercado. Agora, o que estão fazendo é matando a vaquinha de leite. Vai matar a vaquinha, e ela não vai conseguir continuar dando leite.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente, olha, sabe quem é o banqueiro mais rico do mundo? É o Safra.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sabemos, ele está entre os homens ricos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Claro! Ele está no País que faz isso com os consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Que é maravilhoso. E a falta de transparência. O problema do Brasil é a falta de transparência em todos os segmentos.

Eu concedo a palavra, com todo o prazer, ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento aqui todos os Senadores e convidados que estão hoje nesta reunião.

Presidente Ataídes, eu creio que esta Comissão vá se tornar uma das principais do Senado, primeiro, porque V. Exª é aguerrido quando pega um tema para tratar e, segundo, porque hoje o nosso consumidor fica meio um pouco à deriva, sem voz praticamente, não tem muito onde recorrer.

Eu, por exemplo, já vou aí para o Cabo da Boa Esperança, já estou chegando àquela idade, mas eu sou de uma época que você ia à feira, Senador Jorge Viana, comprava 10 litros de farinha e levava para casa 10 litros de farinha. O mundo foi evoluindo, e aí você contrata, por exemplo, um pacote de internet que lhe promete tantos gigas ou tantos megas. Você pode ter certeza de que você não vai levar aquilo para casa. Você nunca vai usar. Pode colocar, pode aferir que você não vai conseguir levar aquilo.

Então, lógico que nós estamos tratando aqui da questão do cartão de crédito, mas me faz lembrar de alguém – não me lembro se foi Chico Buarque, mas foi um brasileiro – que disse: onde se reúnem dois ou três sempre tem uma conspiração contra o todo.

Mas o caso é que as empresas que mais são utilizadas – vamos dizer assim – pelo consumidor, se você for olhar são as que menos bem trata o consumidor – vamos dizer assim –, que menos primam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu diria que é uma... Eu não sei se é uma coisa nossa ou se isso é no mundo inteiro, mas eu, desde que li aquela história da galinha dos ovos de ouro, eu tinha na cabeça que você tinha que alimentá-la bem para que ela possa continuar botando aqueles ovos, mas nós como os consumidores somos muito maltratados.

Vi entrevista. Agora não me lembro o dono da montadora, que veio aqui, no Brasil, e o jornalista brasileiro, fazendo análise geral sobre o valor, o preço pago pelos automóveis no Brasil – e era uma disparidade com os outros países –, perguntou: "Mas por que essa diferença?" Ele falou: "Porque o brasileiro paga." Nós pagamos. Por que um Camaro, por exemplo, aqui custa as raias do absurdo e, em outros países, é preço de carro popular quase? Então, fica aqui essa pergunta: e nós pagamos por quê? Bom, pagamos porque nós não temos outra alternativa. Nós não tínhamos até agora uma comissão no Senado para ficar vendo essas coisas. Eu creio que vamos evoluir.

Aí vamos aos bancos públicos, por exemplo.

Eu vou falar uma coisa: se houvesse um céu e um inferno para os bancos, os bancos públicos não iriam para um lugar diferente dos outros bancos. Eles se tornaram a mesma coisa. A lógica deles é a lógica totalmente fora do objetivo para o qual foram criados, totalmente monetária.

Cito, por exemplo: no meu Estado, há uma rodovia muito importante que foi concessionada. Foi feito o edital, toda a safra é exportada por aquela rodovia, é escoada, e estava tudo certo, mas, com o advento da crise, da Lava Jato e essa coisa toda, o BNDES, que tinha, em tese, um compromisso de fazer o empréstimo para que aquela obra saísse, falou: "Não, eu estou com risco de mercado. O valor caiu, e a crise deu. Já não posso mais." Espere aí, meu irmão! Que história é essa? Você tem que olhar o todo, o País. Nós estamos falando do Estado que é o maior exportador de carne, o maior exportador de grãos, fez 27% da safra nacional este ano. "Não, não posso. Não posso." Então, eles se comportam como... Eles não têm diferença nenhuma. É entesourar.

Quando a gente começa a falar, nós vamos lembrando de outros fatos: esse que foi falado pelo Senador Jorge Viana, aí vêm os seguros, que aí os gerentes têm metas e os funcionários também. Eu trabalhei em banco. Quando você não cumpria a meta do mês, tinha vez que você implorava para aquele seu cliente amigo: "Rapaz, compra-me um seguro aqui, faz um empréstimo, pelo amor de Deus. Não é que eu quero te emprestar, eu quero vender o seguro."

Então, nós precisamos falar mais desse segmento.

Parabenizo-o por estarmos tratando desse assunto porque essa conta... Eu venho da área da Matemática, e, em Matemática, a gente, às vezes, provava pelo absurdo. Então, você prova o absurdo para ver. Essa conta que nós fizemos, que o Senador Dário Berger fez, pode ser chamada pelos economistas de conta de padeiro, mas, no frigir dos ovos, a gente tem que fazer essas contas. Eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

procurando aí alguém para eu emprestar R$1 mil, empresto-os por 10 anos pela metade do juro, aliás. Eu não quero, eu empresto por 200% só.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É o Sr. Safra. Vamos emprestar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente.

Então, Senador, já encerrando, eu penso que nós estamos próximos a dar uma guinada porque isso tem um limite. Isso tem um limite. Chega a um ponto que não dá. Hoje não tem mais como as próprias instituições esconderem porque fica parecendo aquela história do Garganta Profunda norte-americano do escândalo do Watergate. Ele falou: "Siga o dinheiro", e, quando a gente olha, o dinheiro é muito, não cabe, parece a barreira de Mariana que explode.

O certo é que a mensagem que fica é assim: poxa, a gente cansou. Você sabe por que a gente cansa também? É de ser maltratado porque você vai a um banco, por exemplo. Digamos que você... Hoje é quase tudo feito pela internet, mas, quando você vai a um banco, mesmo antes do advento da internet, você via aquela fileira de caixas, dois ou três funcionando, e você na fila, horas e horas na fila. Quer dizer, você não é bem tratado. Você remunera bem e você é simplesmente um número. Dois ou três que tenham uma conta bacana... Na minha cidade, um sujeito ganhou na Mega-Sena sozinho. Ele disse que passava horas na porta da Caixa Econômica, às vezes, para fazer aqueles trabalhos de

questões trabalhistas, FGTS, essa coisa. Aí ele sozinho ganhou na Mega-Sena, Senador Ataídes, e disse que nunca foi tão bem tratado. Foram buscá-lo em casa, aquela coisa toda. Então, há alguns que ainda são, mais a grande maioria do nosso pessoal é muito maltratada. E não são só os bancos.

Eu acho que nós vamos ter oportunidade, Senador. Eu acho que não faço parte desta comissão, mas, se V. Exª permitir, serei cliente assíduo aqui, usuário assíduo das discussões porque elas tratam de problemas do hoje. Não é uma coisa abstrata o que vamos discutir aqui, o sexo dos anjos; nós vamos tratar de problemas que estão afligindo a nossa população.

Mas queria agradecer a presença Dr. Ricardo, do Dr. Kleber e da Drª Sonia e, lógico, parabenizar V. Exª, todos os Senadores que participaram e aqueles que nos assistiram.

Vou fazer uma propaganda aqui do Portal e-Cidadania, que um mecanismo extraordinário. Eu não sei se foi criado na sua gestão quando o Senador Renan Senador, Senador Jorge, mas é um instrumento extraordinário para a população participar e ter quase uma atividade de parlamentar pela interatividade com o Senado Federal.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Senador José Medeiros, e seja bem-vindo, Senador. V. Exª é muito assíduo na Casa, e temos espaço ainda aqui como titular e como suplente. V. Exª vai contribuir muito.

Esse Portal e-Cidadania, desde o início que nós começamos aqui os trabalhos de hoje, já tivemos diversas participações dos quatro cantos do nosso País.

Aqui acabaram de chegar mais duas do Sr. Daniel Silva, de Minas Gerais:

> A Caixa Econômica está dificultando o fornecimento de faturas anteriores do cartão de meu pai. Preciso das mesmas, pois quero negociar o valor, e a Caixa só fornece a fatura anterior; as outras mais antigas, a Caixa se recusa a fornecer. Acreditando que isso é totalmente errado.

Vai na linha de V. Exª, José Medeiros: serviço de péssima qualidade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só mais uma coisa: eu gostava muito de filme de faroeste, por isso que eu estou falando que eu estou ficando velho, Senador Jorge Viana. James Stewart é um ator que fez muitos desses filmes. Ele chegava à fachada de um banco certa feita e falou: "Acho que vou abrir um banco", e o amigo dele falou: "Mas de que precisa para abrir um banco?" Ele falou: "De uma garrafa de café e um bando de otários."

Há hora em que a gente entra no banco e se sente aquelo otário. Eu me lembro do filme.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas outro participante: Wellington da Silva, do Amazonas. Diz o seguinte: "Tempos atrás, como universitário..." Eu já até li. Este aqui eu já tinha lido. Wellington, eu já tinha lido a sua mensagem.

Passo, portanto, a palavra ao Dr. Ricardo para que ele então possa, de uma forma bem clara, responder as nossas indagações que são perguntas de todo o nosso povo.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Senador, obrigado.

Eu vou tentar lembrar de todas as perguntas e, se esquecer de alguma, por gentileza, me ajudem.

Começando pelo Senador Jorge Viana, a colocação que ele fez tentando esclarecer. O senhor disse de um endividamento de meio trilhão de reais e que o cartão seria parte. Perdoe-me.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Movimenta por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Só pegando um dado público do Banco Central, o total de crédito aberto a pessoa física no Brasil, em dezembro de 2016, era de R$1,56 trilhão, dados do Banco Central. O cartão de crédito rotativo correspondia a

R$38 bilhões desses R$1,56 trilhão. Ele representa 2% do volume de crédito aberto a pessoa física. Informações do Banco Central.

Eu não estou dizendo que, pontualmente, o Ricardo, o Pedro, a Maria não possam estar endividados com o cartão, mas eles representam 2% do volume de crédito aberto a todas as pessoas físicas, e o dado não é da minha associação, não é da ABECS, é do Banco Central do Brasil.

Com relação a que o senhor procurou no *site* e não achou a taxa de juros, quer dizer a ABECS tem um *site* em que ela divulga as tarifas cobradas, para evitar, para propiciar aquilo que o Dr. Kleber falou de comparabilidade.

O Banco Central do Brasil exige, por norma, que todas as instituições financeiras divulguem nos seus *sites*, junto ao Banco Central, nas suas agências, em todas as faturas e em todos os extratos as taxas de juros cobradas. Mais do que a taxa de juros, ela exige que seja divulgado o custo efetivo da transação. Então, em todos os *sites* de todos os bancos, por dever de regulação do Banco Central. Se algum banco não estiver fazendo, com certeza, basta uma informação dessa ao Banco Central e vai direcionar a área de supervisão dele para exigir o cumprimento.

Eu falo isso com alguma tranquilidade porque, por mais que não seja simpática a atividade de instituições financeiras, elas são cumpridoras da legislação, como regra. Então, com certeza, as taxas estão divulgadas dentro daquilo que é regulado pelo Banco Central. Se não é tão amigável, talvez fique isso como observação para que as instituições financeiras evoluam, melhorando a acessibilidade – se a palavra é essa – às informações, mas as informações são, por regulação, mandatórias, são obrigadas a sua divulgação.

Tentando juntar várias perguntas e algumas observações – e por isso que eu acho que corro o risco de me perder –, todas as informações que estão na fatura, diferentemente do que alguns possam acreditar, foram discutidas e aprovadas junto ao Ministério da Justiça, à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor e ao Banco Central do Brasil. Então, a informação que existe na fatura de pagamento mínimo está no exato tamanho e na exata dimensão daquilo que foi combinado e acordado com essas instâncias. E mais ainda: em toda e qualquer fatura de cartão de crédito, todos os emissores de cartão incentivam, diferentemente do que se possa imaginar, o pagamento integral da fatura e nunca o pagamento mínimo ou o uso do rotativo. Aliás, é desincentivado o uso do crédito rotativo. Tudo isso é em função de diversos acordos, contratos e documentos aprovados com os diversos reguladores.

Senador Dário, perdoe-me se eu não consegui responder a sua colocação, mas há um outro dado. Eu concordo com o senhor. Se a gente fizer um raciocínio de que R$1 mil, um ano depois, R$4,5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mil; dez anos depois – eu não guardo –, R$1 milhão; cinco anos depois, R$1 milhão; dez anos depois, R$10 milhões – eu não estou com os números –, mas é um exercício matemático. O Senador está correto em fazê-lo, mas o prazo médio de o brasileiro ficar no rotativo, divulgado pelo Banco Central do Brasil, são 17 dias/ano. Há alguns exemplos que a gente pode... São 17 dias/ano. Significa que ele não é hipossuficiente. E veja mais: primeiro, é impossível; depois de 90 dias, ninguém pode ficar no rotativo porque essa dívida é transferida para créditos em liquidação. O banco compensa sempre como prejuízo, daí a perda de 37%, dita pelo Senador Ataídes, o Presidente, de inadimplência no rotativo, dado também divulgado sobre Banco Central.

Sobre o endividamento, eu lamento. Na minha apresentação consta que o endividamento do brasileiro está na ordem de 40%

e, sem o cartão, ele continua em 40%. Quer dizer, é porque é uma questão matemática: 2% não podem endividar 98%. É o peso relativo, e não é porque se tira o crédito imobiliário, retirando-o cai, não; ele representa 2% do volume de crédito. Pontualmente, o Ricardo pode estar endividado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O senhor podia?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não é querendo polemizar. Aí não é porque o senhor está manipulando – eu tenho muito respeito –,mas é que, dependendo do enfoque que é dado, eu peguei alguns dados.

Eu não estou falando de volume de crédito, estou falando assim: o movimento dos brasileiros com cartão de crédito – está na sua apresentação – foi de R$1,076 trilhão. Ponto. Isto foi o que os brasileiros tiveram movimentando cartão de crédito: R$676 bilhões, em crédito, e, no débito, R$400 bilhões. Em 2016, passou para R$1,144 trilhão. Aí o senhor pega e põe: não, mas de crédito mesmo só são R$36 bilhões, 2%.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Eu não tinha entendido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu estou colocando que dinheiro dos brasileiros circulando nos cartões de crédito passa de R$1,144 trilhão. Você põe, nesse movimento aqui, a mais alta taxa de juros da história do mundo. Se o brasileiro errar e cometer algum ato falho, ele está liquidado, ele não vai conseguir pagar mais nunca a dívida, como bem colocou o Senador Dário.

O brasileiro, claro, está usando só 17 dias. Coitado! Se pudesse, quem é que não usaria três meses, seis meses para resolver as suas contas? Mas é proibitivo. Só essa conta que eu estou falando: o cartão de crédito movimentou, em 2016 – V. Sª trouxe os dados –, R$1,144 trilhão dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Então, Senador, desculpe-me. Eu não tinha entendido a sua colocação, eu associei com o crédito, questão de endividamento.

Desse R$1,2 trilhão, arredondando, uns R$500 bilhões são débitos, são com as transações de débito, então elas são liquidadas imediatamente na conta do cliente. Então, sobre essa não há qualquer financiamento. Sobre os outros R$700 bilhões, eu quis dizer ao senhor – também está na apresentação – que 85% de todas as faturas são liquidadas no vencimento. Então, 85% desse valor não há qualquer parcelamento, e há uma série de outras informações sobre o comportamento do brasileiro.

O resultado é que, mesmo consumindo R$700 bilhões, a outra informação continua válida: só R$38 bilhões foram financiados pelo rotativo dos R$700 bilhões. Então, só R$38 bilhões estão sujeitos a essa taxa de juros, que eu não estou aqui defendendo que ela seja baixa, média ou alta; eu estou dizendo que só R$38 bilhões, de um total de R$700 bilhões dos números que o senhor está colocando...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Nos outros países é menos.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – É porque os mercados não são iguais, Senador. Por exemplo, eu estava aqui... O senhor não tinha chegado, e a gente tinha colocado. Os mercados são totalmente diferentes. As receitas e as despesas são diferentes em todos os países.

Por exemplo, foi citado aqui que o comércio no Brasil paga taxas, nos Estados Unidos, de 2% – perdão, Senador –, 5%. A taxa média no Brasil cobrada do comércio é de 2,55%. Aí compara-se com a taxa média nos Estados Unidos que seria de mais de 1%, só que lá a fraude, a inadimplência do cartão não fica no banco, ela fica no comércio, 30% dela. Então, quanto se compara realidades e modelos de negócios diferentes, os resultados podem não ser precisos. O que a gente tem feito junto com regulador – e isso tem avançado muito – é discutir o modelo como um todo.

O Presidente do Banco Central, Dr. Ilan, colocou uma agenda BC+ em que um dos itens é *spread*, e a gente está discutindo toda

spread e a gente está discutindo toda a indústria, todas as coisas, porque, por exemplo, o prazo que se paga ao comércio de 30 dias – e o comércio reclama – é o prazo que é repassado 100% para o portador brasileiro pagar a fatura sem juros. 75% de todo o volume de crédito transacionado no cartão daqueles 700 bilhões, Senador, não há nenhuma cobrança de juros para o portador brasileiro. Nos Estados Unidos, 75% de tudo o que se consome no cartão de crédito têm cobrança de juros. E não é cobrança dos juros da data da fatura, é da data da compra. Ele é retroativo. Então, são mercados diferentes, realidades diferentes. Ninguém se escusa de não discutir, mas tem que discutir a indústria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

como um todo, com todas as suas variáveis. Ela tem imperfeições? Claro que tem. Ela é um modelo dinâmico. Ela é nova no Brasil, nova, mas uma das mais modernas do mundo.

Se o Senador Presidente fez algumas questões sobre a abertura, concorrência, eu vou tentar, de alguma forma, já comentá-las. Há dez anos você tinha duas adquirentes no Brasil: a VisaNet, RedeCard, hoje CLRede, mas não é porque aqui as pessoas combinaram isso, não. É porque, naquela realidade, naquele momento, no Brasil, existia uma regra mundial de bandeira que quem emitisse Visa não podia emitir MasterCard. Então, quem transacionasse com uma bandeira não podia transacionar com outra. Então, no Brasil, criaram-se duas. Esse modelo foi desenvolvido a partir disso. O Banco Central já atuou nisso. Hoje existem só associadas à Abec mais de 15 empresas que fazem a captura, outras empresas, a exemplo de CieloRede, GetNet e uma série de outras empresas. Se fosse um mercado em que não houvesse nenhum tipo de competição, a gente não ouviria novos entrantes entrando no mercado brasileiro.

O senhor fez uma pergunta sobre a leitura de agenda. Essa resolução do Banco Central do final do ano passado, a Circular 3.765 do Banco Central, dá prazo até quatro de setembro para que todas as recebíveis de todas as transações de todas as credenciadoras estejam num único ambiente. A gente chama isso de grade única. É um apelido que a gente colocou. Estarão em quatro de setembro. Há um esforço gigantesco de todas as credenciadoras, e não são só as grandes, não, de todas elas, de todos os emissores, e a ? escolhida foi a CIP, tudo sob supervisão do Banco Central.

Então, dia quatro de setembro, haverá uma grade única e todos os recebíveis estarão lá e cada um poderá fazer as antecipações, de acordo com a sua necessidade e os bancos poderão ofertar de acordo com seu apetite, seu esquema de escoragem. E a taxa é pública. O Banco Central a divulga. Então, o cliente vai ter o poder de escolher e fazer as suas operações. Hoje pode ser feito, e não é com o banco emissor, é com o banco que detém a conta do estabelecimento comercial.

Eu estou tentando correr, vou cometer alguns erros. A indústria tem grande preocupação com a educação financeira, tem grande preocupação com a educação financeira, tanto que eu mostrei num *site* da Abecs só divulgando a 4.549, que estabelece 30 dias de prazo de permanência do rotativo. Nós fizemos videoaulas e há mais de dez milhões de acessos. Eu fiz reuniões com diversos Procons. Na reunião de todo o Procon do sul, sudeste, se não me engano, que aconteceu em São Paulo, eu fui discutir. Nós estamos rodando o País. Eu fui a diversos programas de auditório – e veja que não sou simpático para ir a esse tipo de coisa – entanto explicar. A gente tem grande preocupação com o consumidor, porque a gente entende que ele é o nosso cliente. A gente tem que prestar um serviço de qualidade e essa preocupação os bancos refletem nos seus *sites,* em todos há explicação sobre a nova regra e ela não obriga, Drª Sônia, porque, se o Banco Central obrigar o financiamento, ele vai assumir o risco. Se der inadimplência, por uma questão legal, você pode cobrir. Se alguém o obrigar a emprestar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Se alguém o obrigar a emprestar, se houver inadimplência, você pode cobrar de quem o obrigou. Mas eu desconheço e gostaria que fosse dito quais são os casos em que os grandes emissores, que representam 99% de todo o crédito aberto neste País, em que casos eles não oferecem possibilidade de parcelamento de fatura. Primeiro, que seria um exercício de perspectiva, porque a possibilidade de financiamento começou a acontecer dia três, hoje, três de maio, porque hoje é o 30º dia a partir de três de abril. É quando a primeira fatura da nova regulação tem que ser liquidada. Então, a informação que eu tenho é que todos os bancos associados à DEC pelo menos estão oferecendo diversas oportunidades alternativas de parcelamento. A que taxa? A taxa vai tender... A taxa não é tirada de uma caixa. A taxa é resultado de um punhado de coisas. A gente pode achar que ela é alta, baixa, média. A gente não está satisfeito com isso. Tem gente que acha que é pouca a taxa que recebe da poupança. Poderia ser mais. Tem gente que gostaria, como o telespectador, que se cobrasse no cartão da taxa da poupança. É relativo. Mas ela é resultado de uma conta matemática de riscos, custos e diversas outras coisas. Ela tende, com essa nova resolução do Banco Central, a fica no mesmo patamar que as taxas do parcelamento de fatura, que são taxas todas com um dígito e um dígito anualizado não dá mais que 210% ao ano. Então, a tendência máxima dessas taxas no curto prazo é de atingir esse percentual. Você está garantindo? Eu não estou garantindo, porque ninguém discute preço na Abecs. A gente obtém as informações.

Quanto à outra colocação que foi feita, segundo a pergunta que o senhor fez, que a Caixa divulgou a taxa dela de 200, até onde? Eu não posso falar por todos. Eu cometeria algum equívoco, eu não citaria todos. Mas, como a gente está acompanhando taxas dos seis bancos que estão representados na Diretoria da Abecs, que são Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa, City e Santander, todos esses divulgaram em seus *sites* as taxas que irão cobrar a partir de quando. Então, tanto o Banco do Brasil como a Caixa, como Bradesco, como Itaú, como Santander e com City – eu estou me restringindo aos seis que estão na Diretoria da Abecs – divulgaram as datas e as taxas que vão praticar para o rotativo a partir de três de abril. E estou citando só esses porque teria dificuldade em nominar todos, mas todos têm seu *site*. Naquele *link* que eu mostrei – está na minha apresentação –, se os senhores entrarem naquele *link* que há dos bancos citados, naquela página, há todas as explicações sobre isso e muito provavelmente as taxas que eles vão praticar para os diversos tipos de clientes, porque não é uma taxa única para todos os clientes. A taxa é uma consequência. Se eu tenho mais risco com o Ricardo,eu vou cobrar dele uma taxa diferente de que tenho com o Senador Presidente desta comissão. Depende. O risco é uma coisa de cada cliente e não é uma regra única.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Ricardo, permita-me uma intervençãozinha, aproveitando o privilégio de ter a presença do Senador Jorge Viana? Eu gostaria de propor antecipadamente para o Dr. Ricardo, que é o representante de toda essa cadeia de cartões de crédito, aqui na presença da Drª Sonia e do Dr. Kleber, se teria condições, Dr. Ricardo, de a gente sentar com esses administradores, fazer uma reunião aqui com o Senador Jorge Viana, para conversar, para ver se a gente consegue reduzir essa taxa cobrada nesses rotativos de uma vez por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

todas. O senhor vê essa possibilidade ou nós vamos ter que procurar outros meios, porque me desculpe

procurar outros meios, porque me desculpe eu estar antecipando. Eu ia fazer essa pergunta no final, mas eu estou preocupado com o Senador Jorge Viana. Eu não sei até que momento ele pode estar aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós vamos ter a segunda etapa da comissão?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos, vamos, sim.

Entendeu, Senador Jorge Viana? Eu gostaria que essa questão de repente poderia ser resolvida numa reunião nossa, fora inclusive de audiência pública para a gente baixar drasticamente esse juro. V. Sª vê essa possibilidade ou não, Dr. Ricardo?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Senador, eu posso garantir pela indústria que ela está sempre aberta a discutir, a conversar, porque é uma indústria cumpridora das suas obrigações neste País. A primeira redução que foi aquela noticiada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, se eu não me engano, ou pelo Ministro da Fazenda de uma expectativa de redução da taxa do rotativo em mais de 50% vai se concretizar no mês de abril. Então, a partir desse patamar, a gente pode sentar e discutir. A gente acredita que já está encaminhada, mas não tenho dúvida de que, convidada, a indústria conversará com imenso prazer com esta Casa, com os Srs. Senadores com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, faz essa intermediação para nós, Dr. Ricardo, e nos dá esse retorno com a brevidade possível.

O senhor está com a palavra.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Senador, eu estou tentando sintetizar algumas perguntas, que eu fiz várias anotações.

O senhor falou de cobrança de 6% ao lojista. Veja,como eu acabei de definir aqui, a taxa divulgada pelo Banco Central cobrada do estabelecimento comercial é de 2,55 no crédito e 1,51 no débito. Se houver a questão de possibilidade de fazer antecipação de recebíveis, eu disse também para o senhor, a grade única que entrará em quatro de setembro foi uma regulação objeto de normatização do Banco Central do Brasil e ela vai acontecer em quatro de setembro e isso vai ficar totalmente exposto. Todos vão poder enxergar a agenda de todos. O que não vai tirar é o direito do comerciante de escolher onde ele quer ter sua conta bancária e onde ele quer fazer o crédito. Ele é sempre livre arbítrio dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diferentemente do que foi colocado, não é uma operação de risco zero. Se os senhores lembrarem, aliás, vai vir à discussão nesta Casa a questão da Lei de Falências. Se os senhores lembrarem o último banco quebrado, quando um banco quebra, o risco é de quem? O risco de pagar? Por exemplo, o Ricardo é cliente do banco que quebrou, ele paga o seu cartão naquele banco, o banco já está em processo de intervenção pelo Banco Central. Aquele dinheiro vai para o comércio – porque aquele dinheiro é para pagar uma tarifa de uma compra que eu fiz – ou ele vai para a massa? Dependente do que é, a legislação hoje não garante que o dinheiro vá para o comércio. Independentemente disso, em todas as quebras – e o último, se não me engano, foi o Banco Cruzeiro do Sul –, a indústria garantiu aos lojistas 100% do recebimento. Ou seja, a indústria assume 100% do risco e procura se equilibrar financeiramente.

O senhor perguntou também se tem impacto financeiro nessa medida a redução dos juros. Não tenha dúvida de que tem. Veja bem: o lucro do que eventualmente o banco, que foi divulgado aqui que ele teve, não foi um lucro com operações de cartão de crédito. Foi um lucro de toda a instituição financeira, inclusive as operações de cartões de crédito. Os senhores não tenham dúvida de que a operação de crédito não é uma operação com esse margem de resultado que permita todos os tipos

que permita todos os tipos de flexibilização. O que está permitindo a redução da taxa de juros do rotativo é a mudança de regulação do Banco Central, porque a indústria tem convicção de que a taxa de inadimplência do rotativo, que está em 35, 37%, vai cair para patamares de pessoa física, em torno de 7%. Isso, além da previsibilidade, um consumo menor de capital e outras coisas é que permitem a redução da taxa de juros de dois dígitos para um, sejam esses dois dígitos em que patamar for, seja esse um em que patamar for. Se os senhores também olharem, taxa média existe. O Banco Central divulga a taxa de todas as instituições financeiras. Existe instituição financeira que cobra só 80% ao ano. Ela é pública. Existem outras que cobram, como o Senador disse, 640. E fazendo só justiça, não que eu tenha que defender a Saraiva ou a Petrobras ou a Chevrolet, nos cartões existem poucas figuras. Existe a bandeira ou o instituidor de arranjo que põe as regras de funcionamento dele no mundo. Existem os emissores que é quem emite, assume o risco de crédito, quem financia. Existem as empresas, como Cielo, Rede, Get, Stone, que capturam as transações e existem comércios e consumidores. Esses cartões ditos de Petrobras, Chevrolet, Saraiva são cartões emitidos por algum banco com alguma bandeira. E quem define as taxas de juros de rotativos é sempre quem assume o risco, são sempre as instituições financeiras, nunca as bandeiras, nuncas as credenciadoras. Elas não têm. Bandeiras ou instituidoras de arranjo, credenciadoras não têm qualquer compromisso, qualquer comprometimento, qualquer ascendência ou participação na definição de taxa de juros de quem quer que seja.

Competição. Vou tentar falar um bocadinho do Cade. Quer dizer, a Abecs não é causa...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Ricardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Nós estamos aqui realmente num bate-papo importantíssimo. Então, mais uma vez, peço desculpa por intervir nas respostas de V. Sª, mas eu queria dar uma informação ao Senador Jorge Viana. Eu estou aqui com um balancete do Banco do Brasil com relação a cartão de crédito, a rentabilidade que o Banco do Brasil teve no ano de 2016: 13,6%, 13,3% no ano. Ou seja, não há negócio nenhum neste País que tenha um retorno desses. Eu só queria fazer essa intervenção. Mais uma vez, peço desculpa. Pode continuar.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Eu voltar a dizer para o Senador: infelizmente, talvez eu não tenha feito uma abertura. Eu não posso falar por mim uma instituição. Eu falo pela Abecs. Então, se é um ponto específico contra uma instituição, eu posso levar para que ela se manifeste. Eu só posso falar sobre tendências de mercado, porque a Abecs não discute preços, nem condições negociais. Mas eu vou levar a observação ao Banco do Brasil e ele, com certeza, convidado pelo senhor já pelas nossas conversas, não se furtará a comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senador Jorge Viana, eu gostaria tanto que os bancos tivessem mandado os seus representantes. Poderia ser um técnico. Depois eu gostaria de conversar com V. Exª com relação a este assunto, viu, Senador Jorge Viana?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Com relação ao Cade, o Cade não tem nenhuma decisão sobre que não haja concorrência. Ele abriu um processo de investigação a partir de denúncias feitas por uma ou duas empresas. Ele tem um processo de investigação e, nessa questão concorrencial, ele tem outra discussão de um processo antigo em que ele fez um acordo, mas não existe qualquer decisão. A gente não tem dúvida de que, ao final, o Cade vai entender que não nenhuma ação

Se houvesse, em dez anos, nós sairíamos de duas empresas adquirentes no Brasil para mais de 18. Só associada à Abecs eu tenho mais de 15.

Então, existe descontentamento? Com certeza, existe descontentamento. Existem teses não pacificadas? Existem teses não pacificadas. Há, por exemplo, empresas que acreditam que todas as máquinas colocadas por outras empresas no Brasil inteiro devem capturar para elas sem custo nenhum as transações, porque ela entende que isso é a chamada interoperabilidade. Mas ela não investiu, ela não comprou, ela não instalou, ela não mantém. Mas ela quer que capture para ela. E há empresas que não concordam com isso. A gente não tem dúvida de que o Cade vai reconhecer no final que quem investiu tem que ter no mínimo um incentivo ou um retorno sobre seu investimento, sob pena de nunca mais investir. É a mesma coisa de eu não ter banco e querer usar gratuitamente toda a rede de agências de banco sem pagar nada por isso.

Então, isso tem um custo. A gente espera que o Cade, ao final, entenda que tem que haver um mínimo de retorno sobre os investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A gente acredita que existe competição no mercado brasileiro. A parte de emissão está muito espelho, ela é muito conforme com a parte de instituições financeiras, ela está muito espelhada. Na parte de credenciadoras, o crescimento é assustador, sete vezes nos últimos dez anos, multiplicou por sete o número de adquirentes nos últimos dez anos e, na área de bandeiras, lembrando aquela questão da máquina que capturava todas, há dez anos, 90% desse problema estava resolvido por um acordo entre a indústria e o Banco Central, que permitiu que todas as máquinas capturassem Visa e MasterCard. Como Visa e MasterCard são 90% do mercado, você teria 90%. Mas faltavam 10. Se tinha 10% do Cobasi. O Banco Central, junto com a indústria, trabalhou nos últimos dois, três anos. Eu participei dessas tratativas na gestão do Presidente Ilan, na gestão anterior, participei dessas discussões e, em julho, não há 100%, mas, dos 10% que faltavam, nós teremos mais 8% já compartilhados. Isso porque não é tão simples assim. Há muito desenvolvimento de tecnologia por trás daquilo e, mais, há uma negociação de preços entre agentes privados. Todas as bandeiras serão capturadas em todas as máquinas? Não, porque o próprio modelo de regulação do Banco Central diz que arranjos fechados ou bandeiras com volume de transação até determinado valor, se não me engano, são R$5 bilhões/ano dispensados disso. Ele está focando as energias, o pareto no principal. Ele vai transformar, em julho já, a interoperabilidade, a capturável pelo mesmo 98, 97% de todo o volume e, a partir daí, devagarzinho, vão centrando as restantes, 100%, lembrando que, em lugar nenhum do mundo, nem nos Estados Unidos, 100% das bandeiras são capturadas em 100% das máquinas. Isso é um processo, porque há negociação também entre agentes privados e, se ele forçar, ele pode facilitar ou dificultar a posição da negociação de um ou outro. Então, ele está regulando, está acompanhando isso com muito carinho. A gente presta conta periodicamente ao regulador. A gente acredita que houve uma evolução muito grande da indústria a partir da regulação. A gente apoiou e apoia todas essas iniciativas de que eu falei da grade única. A gente apoiou a Medida Provisória 615, aprovada por esta Casa e transformada na 12.865. Não que fosse importante a gente apoiar ou fosse *sine qua non*, mas porque a gente entendia que a regulação, no momento em que você põe regras mais firmes, mais perenes para a indústria, ela ajuda a atrair investimento, ajuda a tornar as regras mais claras, os marcos regulatórios mais claros. Então, a gente sempre apoiou. A gente não tem nenhuma dificuldade com regulação, não tem nada. O que a gente gostaria - e agradecer mais uma vez

e gostaria de agradecer mais uma vez o espaço, é ter a possibilidade de explicar que a indústria tem 600 notícias boas: ela reduz a sonegação; ela ajuda a formalização do País; ela ajuda a segurança; ela diminui os custos do Brasil, uma vez que dinheiro custa, e as transações de cartão não exige que o comerciante faça crédito, mas ela tem uma notícia ruim, que estamos tratando aqui, o mote desta Comissão, da audiência de hoje, que é o rotativo.

Queria só tentar fazer uma pequena pausa, para beber uma água, e dizer o seguinte: o resultado de toda essa regulação, de todo esse esforço das indústrias, se refletiu nas taxas que mostrei ao senhor, ao final dessa transação. Em 30 dias, elas recuaram quase 40%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos dizendo que as taxas médias, que estavam em 490 – se não me engano, dados do Banco Central –, passam para 290, nos primeiros três dias. E, a partir daí, elas tendem fixar-se ao redor de 200, 210. A gente só vai ter que esperar mais 30, 60 dias, para ver como isso evolui.

Não sou a pessoa mais correta, Senador, por não ter formação jurídica, para dizer qual o meu conceito de juros abusivos. O pouco que sei é que a lei da usura não se aplica a instituições financeiras. E, fora das instituições financeiras, elas estão limitadas à lei da usura, ou seja, duas Selics, numa leitura mais atual do que seja isso.

Tenho certeza de que os bancos gostariam de emprestar a menor taxa possível, porque se consegue alavancar mais empréstimo, mas não é só desejo. É preciso haver risco. É preciso haver retorno, porque, mesmo bancos, como o Banco do Brasil, têm acionistas privados. Ele não é 100% Governo. Eles têm acionistas que aplicam o seu dinheiro e esperam ter um retorno sobre esse capital, assim como os investidores, os bancos privados.

Não sei qual seria a taxa. Acho que a taxa é resultado de risco, é resultado de margem de retorno, é resultado de uma série de variáveis como inadimplência.

Estou querendo dizer aqui que a taxa de 450 é justa? Cada banco tem de explicar a sua própria taxa. Posso dizer que as taxas praticadas em abril trazem a taxa de rotativo média para algo como 240, 250.

É esse o número que o senhor vai ver em maio, talvez, em junho, já veja 220, 210. É uma tendência de uma experiência que está sendo construída junto com o regulador, porque, volto a falar, essa experiência de rotativo com um prazo fixo de 30 dias não existe em nenhum lugar do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Ricardo,

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por que somente agora os senhores tomaram essa decisão de reduzir essa taxa de juros do rotativo? Por que somente agora?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Senador, primeiro, não houve decisão da ABECS de redução da taxa de juros. Houve uma edição de uma norma que mudou as condições do produto. Essa mudança das condições do produto – se o senhor conversar com o Dr. Ila, o Dr. Reinaldo e o Dr. Damazio, que são os diretores do Banco Central – é uma mudança de regra prudencial. Ela gera as condições, para que o rotativo seja administrado de outra forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A partir de 30 dias, Senador, ele vai ser parcelado em parcelas fixas. Ele vai ser como um crédito pessoal, um parcelamento de fatura normal. Ele não é mais imprevisível. Ele tem um valor de parcela. A taxa está embutida, negociada previamente, num valor fixo por um prazo determinado.

Então, a expectativa de inadimplência é infinitamente menor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O tipo deste novo financiamento V. Sª não sabe explicar-nos aqui, conforme a Drª Sonia colocou, ao final

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O tipo deste novo financiamento, V. Sª não sabe nos explicar aqui? Conforme a Drª Sonia colocou, ao final desse rotativo, se ele não der conta de pagar, ele vai ter de procurar o banco para fazer, então, um novo empréstimo. O senhor não sabe ainda a modalidade?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E esse percentual da taxa de juros? V. Sª já sabe?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sabe?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Sei o seguinte. Todos os bancos que eu citei aqui, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Caixa, Santander e Citi – estou me atendo a esses porque estão na diretoria da ABECS –, já divulgaram as taxas que vão praticar, inclusive no parcelamento de fatura. O que eu disse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – No parcelamento dessa fatura. Porque o cliente só tem duas opções: ou ele liquida ou não liquida. Se ele liquida, ele tem dinheiro – ótimo –; se ele não liquida, ele pode pagar uma parte e pegar um financiamento, mas ele não pode usar mais o rotativo além daqueles 30 dias. Então, todos os bancos oferecerão... Eu fiz até uma provocação: eu desconheço o banco que não oferece...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – E essa taxa, o senhor tem conhecimento dela?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Elas foram divulgadas pelos bancos. O que eu escuto... Eu não sei a taxa de cada um, mas elas foram divulgadas. O que eu escuto de todos eles, de todos esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

seis, é que elas, em curto ou médio prazo, tenderão a um dígito. Se já começaram em um dígito agora...

Ah, não! A do parcelamento? Ela é de um dígito. Ela já é, e continuará sendo, de um dígito. Ela já era e continuará sendo...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas o senhor não sabe...

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Cada banco... Ela varia de banco a banco.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Uma média?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Varia. O Banco Central divulga. Se não me engano, ela está em 158%, 170% ao ano. Se eu não me engano, já estava nesse patamar. Eu não tenho de cabeça, mas essa informação é pública, está no *site* do Banco Central. A taxa do rotativo é que cai para um dígito. Essa outra já está há algum tempo em um dígito, e todos vão oferecer.

Dizer "todos vão oferecer" pode parecer uma frase muito definitiva, mas ninguém sabe se não vão oferecer, porque começam a oferecer hoje. Esse seis que eu mencionei para V. Exª é que já publicizaram e garantiram que vão oferecer parcelamento nas faturas de todos os seus clientes cujas faturas vençam a partir de hoje, 3 de maio, e eles representam mais de 90% de todo crédito concedido a pessoas físicas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Ricardo...

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Os nossos ouvintes talvez não consigam entender o que o senhor está nos dizendo. O senhor está nos dizendo aqui que, com essa nova modalidade, agora, do rotativo, vai cair para um dígito a taxa de juros do cartão. Mas como, se estão a falar, e o senhor mesmo colocou, que deve cair de uma média de 494 para 250? Como é que a gente divide isso aí por 12 e chega a um dígito?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Nove por cento ao mês capitalizados dão 210, 220.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Ah, capitalizados.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Capitalizados, o juro é composto.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então os juros são compostos?

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – São compostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então é bom que os nossos ouvintes...

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Estou fazendo uma conta de padeiro aqui, de cabeça, pode haver erros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então vamos até fazer aqui: 270 divididos por 12. Nós vamos achar uma taxa bruta de 22,5% ao mês. Então não é um dígito.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Não é um dígito se a gente dividir...

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Não, desculpe, Senador, não. Duzentos e setenta divididos por doze...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Duzentos e dez por cento... Nove por cento capitalizados dão duzentos e dez.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Isso, mas aqui é o seguinte...

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Duzentos e dez são nove por cento.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas quando você pega a taxa de 270 e divide por 12 – para o nosso telespectador ter uma noção melhor –, chega a isso. Ou seja, se nós pegarmos uma hipótese de uma taxa de um dígito, de 9%, e capitalizarmos, vamos chegar, então, a 210 ou 220.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Sim, 210, 220.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Era isso que eu queria que o nosso ouvinte e o nosso telespectador entendessem.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, esse um dígito, na verdade, quando você capitaliza ele... Nós vamos chegar a uma taxa, aproximadamente, de 22%, 23%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Mas, novamente: o brasileiro só fica 17 dias no rotativo, e agora só pode ficar 30, hein? Então, nós podemos anualizar, mas ele só pode ficar 30. Ele não pode... Ele não pode ficar um ano não, ele só pode ficar trinta. É a mesma coisa da tarifa...

Eu fiz um comentário – espero que me permita repeti-lo –, que foi o seguinte. Eu e meu amigo chegamos ao aeroporto vindo hoje de São Paulo. Eu pego um táxi e venho para o Congresso: vou pagar R$45 ou R$50 de táxi. Ele pega o táxi e quer ir para Manaus. O erro é da tarifa ou do instrumento? O que o Banco Central está falando nesse negócio é que não tem jeito mais de pegar esse táxi e ir para Manaus. O táxi só serve para 30 dias, o crédito rotativo só serve por 30 dias, e é uma taxa que tende para um dígito. Depois disso, ele não pode ficar no rotativo, não tem como. Podemos até anualizar, mas ele não tem como ficar, ele tem que sair para um parcelamento ou liquidar a dívida. E essas taxas de parcelamento estão em 150, 170 desde lá de trás e devem continuar nesse patamar. É isso que eu quero dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Dr. Ricardo, quando V. Sª coloca que os clientes dos cartões de crédito permanecem em média 17 dias no cartão rotativo... A coisa não é bem assim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É, mas o que o Banco Central está dizendo e V. Sª está colocando diz respeito àqueles que têm condições de pagar. Agora, e os milhões que não deram conta de pagar dentro desses 17 dias médios e que hoje estão com seus nomes sujos no País e não têm condições de ir ao boteco ou à venda comprar um quilo de arroz a prazo? Aí, esse número – eu vou buscá-lo – é elevadíssimo – acredito até que a Drª Sonia deva ter algo a respeito desse número. Os 17 dias que o Dr. Ricardo coloca parecem um número bacana, mas, na verdade, essa indústria que V. Sª colocou matou a galinha dos ovos de ouro no nosso País e matou muitas galinhas dos ovos de ouro. Era isso que eu queria colocar.

A SRª SONIA AMARO – Senador, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Por favor.

A SRª SONIA AMARO – O Senador Jorge Viana também havia feito um comentário a respeito. e eu fiquei, inclusive, de trazer também um dado aqui importante.

Lembrem que eu mencionei que a Proteste elaborou uma proposta, que nós chegamos até a submeter ao Banco Central, de limitação dos juros. Fizemos isso após termos feito um estudo para verificar quais as taxas estavam sendo praticadas naquele momento. Era muito importante levar esse subsídio, mesmo sendo ao Banco Central, era importante levar todos esses elementos. Na época, inclusive, nós levamos uma pesquisa que foi feita pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Essa pesquisa foi feita com cerca de 18 mil consumidores de todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

capitais dos Estados e do Distrito Federal. Bem, o percentual de famílias que relataram ter dívidas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros alcançou 62%, sendo que o rotativo do cartão de crédito foi apontado como responsável pelas dívidas de 77,2% das famílias. Esse foi um dado que nós levamos, na época, junto com outros elementos e com a nossa proposta ao Banco Central de limitação, realmente, dos juros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Drª Sonia.

Retorno a palavra ao Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – É só um comentário.

A ABECS faz uma pesquisa só, com o Datafolha, há quatro anos, com um *tracking* mensal. Fora disso, nós nos valemos de informações do Banco Central do Brasil. Pesquisas... Eu sei que tantos por cento estão endividados... Eu sei que tantos por cento estão endividados... Eu só não tenho a informação objetiva, Senador. Se o negócio de cartão fosse tão ruim para o portador, ele não cresceria em número de usuários, em número de estabelecimentos que o aceitam, em volume de transações, em substituição de outros meios de pagamento. Eu acho que o produto só cresce se ele for bom para todas as partes. Se ele for bom só para uma parte, as outras partes tendem a não acompanhá-lo.

Eu não estou discutindo as informações. Eu acho que temos pesquisas para todos os gostos. A pesquisa da ABECS diz que só 10% dos portadores de cartão que fazem compra usam o rotativo e, mesmo assim, 86% liquidam as suas faturas. E são institutos tão sérios quanto os citados pela Drª Sonia, o Instituto Datafolha é tão sério quanto. Então, depende da amostra.

Essa pesquisa da ABECS é feita em todos os Municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, é uma amostra com mais de 4 mil pesquisados com uma margem de erro de 3% – eu posso mandar todos os dados para a Comissão –, é uma pesquisa com mais de 4 anos com *tracking* mensal. Como não varia muito, nós acabamos de passar para *trackings* trimestrais, porque ela mantém esses percentuais ao longo dos últimos 4 anos, e é pesquisa feita diretamente com os consumidores. Então existem informações que não... O que eu quero dizer é que...

Ninguém discute que, pontualmente, a taxa de 450 é muito alta. Ela já está em duzentos e alguma coisa – eu mostrei, mas não me lembro – com essa medida do Banco Central. Com certeza, com a disposição do Banco Central do Brasil de discutir os diversos outros – usando as palavras do Presidente Ilan – subsídios cruzados que existem na indústria, ou seja, os prazos que se dão ao portador para pagar a fatura e que, se paga atrasado, demora a pagar o comércio; a não cobrança de juros sobre 75% de tudo o que é transacionado com o cartão de crédito, diferentemente de outros países; e cobrança só sobre 5%... Isso que o Presidente Ilan chamou de subsídio cruzado, essa possibilidade de discussão, essa abertura para a discussão de todos os parâmetros de todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

variáveis da indústria, é que eu creio que vai permitir a continuidade da evolução dessa indústria, e ela vai continuar sendo cada vez mais importante para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço a V. Sª, Dr. Ricardo.

Pergunto à Drª Sonia e ao Dr. Kleber se eles querem fazer um comentário final.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta, Drª Sonia, a V. Sª, que é advogada da Proteste, que é a seguinte. A Proteste tomou alguma decisão com relação a todos esses anos, sem ser essa propositura que a senhora acabou de colocar? Refiro-me, por exemplo, a uma ação coletiva. Eu estou ausente do Direito há 30 anos, então perdoe a minha ignorância jurídica, mas gostaria de saber se já se chegou a propor alguma ação coletiva, ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao consumidor com relação a esses juros tão exorbitantes?

A SRª SONIA AMARO – Não, a Proteste não moveu nenhuma ação judicial a esse respeito. O que nós fizemos, até porque acreditamos que haja aí um melhor caminho do que partir para uma discussão no Poder Judiciário, através de uma ação civil pública... Achamos que o melhor caminho realmente seria... Achamos que o melhor caminho realmente seria a regulamentação. Foi por isso que nós, na época, elaboramos essa proposta e a submetemos ao Banco Central. A ideia é uma regulamentação, mas ela pode também partir de uma iniciativa legislativa. Na época fizemos essa proposta ao Banco Central, mas realmente não tivemos êxito, não foi aceita pelo Banco Central como regulamento. Mas, sim, achamos também que é bastante viável que haja outra iniciativa legislativa que possa realmente resultar numa limitação, talvez, dos juros, ou pelo menos numa redução significativa.

Há outro ponto que eu queria mencionar aqui, que é o seguinte. Quando eu falei a respeito da nova regra do rotativo do cartão, e eu mencionei uma das críticas que nós, da Proteste, fazemos a essa nova regra... É porque, na prática – é importante voltarmos a tocar um pouquinho nisso –, o que acontece é que, mesmo com essa redução, percebemos que... Aí, Dr. Ricardo, segundo nosso levantamento lá da Proteste, esse parcelamento, esse juro parcelado, está variando em 240% ao ano.

Então, mesmo assim, os senhores podem perceber que 240% ao ano são juros extremamente altos, principalmente se fizermos uma comparação com os juros praticados nesses países citados no início deste nosso encontro aqui. Quer dizer, ficam muito acima ainda se comparados aos desses países. É por isso que esperamos que haja, na prática, uma redução significativa. Caso contrário, a resolução realmente não vai cumprir o seu papel, que é a redução dos juros.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu estou indagando a V. Sª, Drª Sonia, porque a Lei 7.347, de 1985 – o assessor acabou de me entregar aqui –, é muito clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ela disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, que é o nosso caso... Está aqui, no art. 5º da lei:

> Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:
> I - o Ministério Público;
> II - a Defensoria Pública;
> [...]
> V - a associação que, concomitantemente...

V. Sª representa uma associação e, aqui no § 2º desse mesmo artigo, se diz que "Fica facultado ao Poder Público e a outras associações legitimadas nos termos deste artigo habilitar-se como litisconsortes de qualquer das partes".

Eu acho que, pegando essa decisão do Dr. Ilan, porque essa foi uma ação do Dr. Ilan... E nós não a colocamos em dúvida em hora alguma, eu sou testemunha da competência do Presidente do Banco Central. Acreditamos que essa medida do rotativo, essa resolução, muito vai ajudar os nossos consumidores que estão agonizando. Então, eu vou procurar o Ministério Público, a Defensoria Pública...

E eu pediria a V. Sª que, com base nessa lei, tomasse algumas providências para ver se consegue pegar uma parte desses bilhões que foram para esses bilionários, conforme o Senador Jorge Viana nomeou o dono do Banco Safra, que está entre as maiores fortunas do mundo... Será que não dá para a gente buscar uma parte desse dinheiro que foi tirado do quilo de arroz, do quilo de feijão desses milhões de consumidores pelo Brasil afora? Eu gostaria que V. Exª... Eu gostaria que V. Exª hoje saísse daqui e pensasse nessa ação cautelar. Pense nisso.

Dr. Kleber, quer fazer uso da palavra?

Parece que a Drª Sonia quer fazer um comentário.

A SRª SONIA AMARO – Só um comentário.

Há a Lei de Ação Civil Pública, que é essa de 1985, mas aí há o Código de Defesa do Consumidor, que estabelece uma série de possibilidades de serem questionados na Justiça os chamados direitos difusos e coletivos dos consumidores. Então, é claro que existe essa possibilidade prevista em lei, não só na Lei de Ação Civil Pública, mas no Código de Defesa do Consumidor, que veio, na verdade, tratar dessa questão também. Só queria fazer este comentário.

Claro, a Proteste tem legitimidade para propor um tipo de ação dessa natureza, mas muitas vezes a gente tem de lidar também – acho importante mencionar isso – com algumas dificuldades em termos das decisões que muitas vezes são proferidas na Justiça, também no que diz respeito ao direito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do consumidor. A gente atua nisso na prática há muitos anos e a gente sabe que, infelizmente... Às vezes a gente até consegue ter sucesso numa ação civil pública, numa ação coletiva...

Porque essa ação coletiva visa o quê? Visa proteger uma coletividade de consumidores que foram expostos de alguma forma a algum tipo de prejuízo, só que o que acontece é que essas ações, muitas vezes... É importante colocar isso porque a gente tem de dizer, na prática, como as coisas acontecem. Muitas vezes, depois de 10 anos ou até mais, a gente vai ter uma decisão favorável, só que muitas vezes não se consegue mais, efetivamente, recompensar aqueles consumidores que foram lesados em virtude daquele determinado abuso que foi cometido no mercado de consumo. Então, a gente tem também essa dificuldade prática que eu acho que é importante colocar aqui, motivo pelo qual muitas vezes é melhor optarmos por outro caminho, que seria uma regulamentação que pudesse surtir efeito para todo o mercado de consumo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Drª Sonia.

Eu já vou pedir aos nossos assessores que façam o requerimento de uma nova audiência com a Defensoria e também com o Ministério Público, porque eu não vou me aquietar com esse assunto, eu não vou me aquietar com esse assunto. Eu estou na Presidência desta Comissão de Transparência, Governança, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Portanto, nós vamos continuar tratando desse assunto.

Quer fazer uso da palavra, Dr. Kleber?

O SR. KLEBER JOSÉ TRINTA MOREIRA E LOPES – Sim, por gentileza, Presidente.

Na verdade, vou tratar só de uma das suas perguntas, que foi sobre o que o Procon – na verdade, estou aqui incluindo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – pode fazer. Na verdade, eu vim aqui falar sobre o que sistema já vem fazendo, o que já tem feito.

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tem atuado sobre essa temática em duas grandes frentes. Uma, no que tange à educação, e aí posso falar especificamente sobre o que estará acontecendo entre o dia 8 e o dia 14 de maio: a semana nacional de educação financeira, quando serão promovidas em todo o País diversas ações gratuitas de educação financeira. Qualquer consumidor pode acessar o *site* www.defesadoconsumidor.gov.br para ter acesso a toda essa programação; ele pode se informar e ter uma educação melhor sobre como se utilizar dos seus recursos financeiros.

Além disso, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor promove um curso gratuito sobre educação financeira. Os cursos são *on-line*, qualquer pessoa no Brasil pode fazê-los – através do *site*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também: www.defesadoconsumidor.gov.br. As inscrições para os cursos estão abertas, vão desde o dia 2 de maio até o dia 18. Qualquer pessoa pode entrar de maneira gratuita e fazer esse curso...

pode entrar de maneira gratuita e fazer esse curso, e há, inclusive, certificado de conclusão desse curso. Essa é uma atuação que a defesa do consumidor tem realizado no que tange a dar informação para esse consumidor para que ele possa gerir melhor o seu crédito e não caia em nenhuma armadilha. E é muito interessante isso até porque na própria fala seja do Senador Ataídes, o Presidente, seja do Senador Jorge Viana, foi dito aqui que a grande problemática que existe é a informação. O consumidor não tem informação seja do valor dos juros, seja de como utilizar esse crédito. Eu sei, Dr. Ricardo, que o mercado tem feito, sim, e eu disse isso, a divulgação da informação. Mas o que eu falo aqui é que tem que se fazer ainda mais. Eu entendo o que a ABECS fez no que tange à nova resolução. O site da ABECS está de maneira muito organizada fazendo link para as empresas. Mas o que a gente vivencia, especialmente no Brasil, um País continental, é a diferença de mercado. De fato, a divulgação que a ABECS fez para o público jovem é fantástica, com acesso à internet. O que acontece é que algumas vezes o consumidor que está tendo problemas não tem acesso à internet. Ele consegue ter acesso a essa informação de outras formas. Eu acho que a gente tem que ... E é um desafio muito grande como atuar nesses públicos tão diferenciados. A gente sabe que isso é um desafio. A gente entende que o mercado também tem o seu papel. A gente sabe que ele está fazendo isso, mas é preciso melhorar mais ainda essa informação. Esse é um braço do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Existe também um outro lado em que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor atua, porque o lado da educação é preventivo, mas existe também o outro lado que é o lado repressivo. Uma vez instado o problema ... E a gente ouviu aqui diversas pessoas, telespectadores como o Daniel Silva de Minas Gerais, o Wellington do Amazonas,que fizeram algumas perguntas. Todos eles podem procurar o órgão de defesa do consumidor mais próximo da sua casa, o Procom, a Defensoria Pública, o Ministério Público ou também podem buscar o site www.consumidor.gov.br ou baixar o aplicativo para fazer a sua reclamação e ter o seu direito garantido.

Na verdade, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tem atuado em duas grandes frentes: uma é a educação e a outra é a repressão por meio dos canais de atendimento ao consumidor.

Muito obrigado.

A Secretaria se coloca à disposição para tirar eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu agradeço a presença do Dr. Ricardo, Presidente da ABECS.

Lamentavelmente, as minhas 18 perguntas não foram respondidas, Dr. Ricardo, mas é um direito do senhor ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RICARDO DE BARROS VIEIRA – Continuo à disposição. É que eu...

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos deixar para a próxima.

V. Sª colocou que se a coisa não fosse tão boa não haveria milhares e milhares de brasileiros usando o cartão de crédito. Até concordo com V. Sª. Mas não esqueça de um quesito chamado necessidade, Dr. Ricardo. A necessidade é que faz o sap, Senador Jorge Viana? – a ir entrar nessa roleta-russa e morrer ali dentro, a necessidade.

Eu agradeço também a presença da Drª Sonia, do Dr. Kleber e espero que logo, logo estejamos novamente junto em outra audiência.

Passo, então, à segunda fase da nossa reunião, agradecendo a todos.

Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Leitura de avisos.

Leitura de Avisos, Ofícios e demais documentos recebidos na comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº GP 89, de 2017, Aviso nº 284, de 2017, Aviso nº 723, de 2017, Aviso nº 14, de 2017, OFS 14, de 2016, AVS 38, de 2016, AVS 41, de 2016, AVS 50, de 2016, AVS 52, de 2016, AVS 54, de 2016, AVS 55, de 2016, AVS 56, de 2016, AVS 57, de 2016, AVS 58, de 2016, AVS 4, de 2017, AVS 5, de 2017, AVS 8, de 2017 e Aviso nº 298, de 2017.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros desta comissão, com *links* para o acesso aos seus conteúdos, de forma que as Srªs e os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejarem.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

objetivo de debater o papel dos bancos e das empresas transportadoras de valores do país nos casos de corrupção apurados na operação Lava Jato. Com a participação dos seguintes convidados:

- Ilan Goldajn, Presidente do Banco Central do Brasil;

- Pedro Moreira Salles, do Itaú Unibanco S.A., Presidente do Conselho Diretor da FEBRABAN (Federação Brasileira dos

Bancos);

- Marcos Emanuel Torres de Paiva, Diretor Presidente da ABTV (Associação Brasileira de Transportadores de Valores);

- Antonio Gustavo Rodrigues, Presidente do COAF Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu acredito que o Sr. Ilan possa mandar um representante.

O requerimento é de minha autoria e está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, está aprovado o Requerimento nº 19 do item... Este aqui eu estou retirando de pauta? Esse Requerimento nº 19 eu estou retirando de pauta.

ITEM 3

OFÍCIO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Indicação do senhor Rodrigo Octávio Orair, para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente, órgão do Senado Federal.

Autoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Após a leitura do relatório será concedida vista coletiva automática nos termos do Art. 383, inciso II, alínea "b" do RISF.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É de minha autoria. Eu havia coloca a Senadora Gleisi Hoffmann. V. Exª quer fazer neste momento?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu faria, porque eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, só a leitura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Faço com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Então, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu penso que esta matéria é da maior importância, parte de um entendimento. Inclusive a proposição é de autoria de V. Exª, que preside a comissão e relatoria da Senadora Gleisi.

Faço, então, a leitura *ad hoc*. Nós nos referimos à indicação da Comissão de Fiscalização de Transparência, Governança,

de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sob o Ofício nº 1, de 2017, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, Presidente da Comissão, que indica o Sr. Rodrigo Octávio Orair para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado Federal.

Encontra-se para exame desta Comissão o Ofício nº 1, com essa indicação. Nos termos do art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 42, de 1º de novembro de 2016, sem implicar limitação ou exclusão das competências atribuídas aos órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle, compete à Instituição Fiscal Independente (IFI): divulgar estimativas de parâmetros e variáveis; analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais. Enfim, um conjunto de atribuições que estabelecemos aqui no Senado Federal.

Eu vou, obviamente, abrir mão de fazer uma leitura mais detalhada, mas o indicado é especialista em Macroeconomia, Política Fiscal, sendo autor de diversos estudos relativos às finanças públicas nos níveis centrais e subnacionais, bem como sobre as relações entre finanças públicas, distribuição de renda e desenvolvimento.

Convém ressaltar que esses estudos têm sido requisitados e utilizados pelo Ipea, pelo Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas da União. A título de exemplo, vale citar as estimativas de carga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tributária fornecidas anualmente ao TCU e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, os quais incluem essa estimativa nos documentos denominados, respectivamente, Contas do Governo da República e Carga Tributária no Brasil.

Vale ressaltar também, aqui já passando um pouco mais para a conclusão, observar que o currículo do indicado atesta que o Sr. Rodrigo Octávio Orair não atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que foi indicado, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Nunca possuiu, até o presente, parentes que exerçam atividades vinculadas a sua atual atividade profissional. Nunca possuiu participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas não governamentais. Não possui ações judiciais, enfim, cumpre todos os requisitos legais.

Diante do exposto, entendemos que esta Comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Rodrigo Octávio Orair para ser conduzido ao cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, nos termos do inciso III, §2º, do art. 1º da Resolução nº 42, de 2016, com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 3, de 2017, ambas do Senado Federal.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Agradeço, Senador Jorge Viana. E concedo, então, vista coletiva, como é regimental, vista coletiva por cinco dias. E eu vou verificar aqui com o nosso secretário se na semana seguinte já façamos, então, essa sabatina. Precisamos, sim, desse moço, do Dr. Rodrigo Octávio Orair para compor esse nosso Instituto.

...esse nosso instituto. São vários projetos aqui, Senador Jorge Viana, não terminativos. Os relatores não se encontram, portanto, eu vou deixar para a próxima.

Eu gostaria, Senador Jorge Viana, eu tenho dois requerimentos aqui, como é de praxe nas nossas comissões – eu não gosto muito dessa coisa extrapauta, mas estou com dois requerimentos aqui de minha autoria para colocar, com relação ao Sistema S. Nós vamos ter de falar sobre a contribuição sindical do trabalhador, que a Câmara acabou de excluir, como também as contribuições sociais que mantêm as empresas do Sistema S –, eu estou pedindo aqui extrapauta um requerimento de auditoria junto ao Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar, Sescoop, ABDI, Apex Brasil e Sebrae.

Eu estou querendo ver realmente quem é que paga o pato, está certo. Eu quero saber onde estão esses 30 bilhões que vão a esses cofres. Eu peço, então, auditoria nos balanços patrimoniais, as disponibilidades financeiras, Senador Jorge Viana, que hoje estão superiores a 25 bilhões, receitas efetivamente arrecadadas nos últimos anos, arrecadação direta e respectivo repasse ao Sesi e Senai, e outras receitas, como aplicação financeira, aluguéis, enfim.

Eu coloco em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, aprovado o requerimento.

Outro requerimento também de minha autoria.

Esse primeiro aqui é ao TCU, ao Tribunal de Contas da União. Ou seja, requeiro auditoria junto ao TCU e também junto ao Ministério da Transparência, antiga CGU. Também peço auditoria junto às entidades do Sistema S com relação:

1. Balanços patrimoniais, em âmbito nacional e regional;

2. Disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016;

3. Receitas efetivamente arrecadadas nos anos auditados:

- Via Instituto Nacional do Seguro Social e Secretaria da Receita Federal do Brasil, comparando as informações com o informado pelas entidades em seus balanços patrimoniais;

- Arrecadação direta e respectivos repasses pelo Sesi e Senai regionais feitos via Siafi às entidades nacionais congêneres;

- Outras receitas, tais como:

4. Despesas, principalmente as classificadas nas rubricas publicidade, patrocínios, eventos, comunicação social e similares, como: jornalismo, relações públicas, marketing, etc;

5. Transferências de recursos às federações e confederações a título de participação na aquisição de imóveis de uso comum;

6. Folhas de pagamento de pessoal;

7. Percentual de gratuidade na oferta de cursos e treinamentos, que hoje é muito baixa;

8. Transparência do Sistema;

9. Investimentos em áreas que não dizem respeito à natureza das atribuições originais dessas instituições.

Esse requerimento também está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, estão aprovados os dois requerimentos.

Encerro esta reunião agradecendo a todos, especialmente ao Senador Jorge Viana, que esteve o tempo todo conosco.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia trinta de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e José Medeiros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Thieres Pinto e, ainda, dos Senadores não membro José Pimentel e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 109/2016, de autoria do Senador José Medeiros. Finalidade: Debater sobre: "A Audiência de Custódia no Brasil". Participantes: Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP; Paulo Rubéns Parente Rebouças, Promotor de Justiça do Estado do Piauí, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Marcelo Azevedo, Representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Eduardo Pereira de Siqueira Campos, Representante da Polícia Rodoviária Federal; Edmar Martins, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal; Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República e Membro Titular da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Marcos Faleiros da Silva, Juiz de Direito do Juízo Militar, Membro do Tribunal Regional Eleitoral e Titular da 11ª Vara Criminal de Cuiabá; Carolina Costa Ferreira, Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB e Professora de Direito Penal e Processual Penal do UniCEUB; José Naaman Khouri, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso; Hugo Leonardo, Vice-Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa-IDDD, representante da Rede de Justiça Criminal ONG. O Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Subtenente Gonzaga. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: Enviar à Câmara dos Deputados a Ata e vídeo desta Audiência para instruir o Projeto. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da Palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos; e para constar eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa lavrei a presente ata que será lida e assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dezessete minutos do dia três de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Thieres Pinto e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Eduardo Amorim, Ricardo Ferraço, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, João Capiberibe, Romário e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 13/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater sobre o Tema: "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência". Participantes: Pedro Curi Hallal, Professor, Reitor da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS; Roberto Leher, Professor, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Marcelino Conti de Souza, Representante do Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro; Frei David Santos OFM, Diretor Executivo da EDUCAFRO; Vicente de Paula Almeida Junior, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – MPF; Poran Potiguara, Estudante de Engenharia Florestal da UnB; representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e da Comissão Nacional dos Estudantes Indígenas. A Senhora Presidente conceda a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Jonas Valerio Araujo Bispo dos Santos, Universidade Federal de Santa Catarina; Delza da Hora Souza, Universidade Federal de Santa Catarina; Maria Eldiane S. de Senado Federal, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e aos estudantes Wagner Alves de Moraes; Gabriel Alex Pinto de Oliveira; Álvaro Bastos; Samuel Emílio; e Júlia Angel Santos de Sousa. A Senhora Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Solicitar ao MEC informações sobre os índices de abandono da faculdade por parte dos cotistas; que analise a possibilidade de recebimento da bolsa destinada aos estudantes cotistas negros e de baixa renda diretamente por eles, bem como que reforce a fiscalização das políticas de cotas e SISU, sobretudo no que tange aos beneficiários. Fazem uso da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Wellington Fagundes. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu peço desculpas aos senhores, porque entendi que seria às 9h30. Eu já pedi que as minhas audiências sejam às 9h30. Sendo às 9h, então, não me considero atrasada; não me considerem atrasada. (*Risos.*)

Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 13, de 2017, de minha autoria para debater sobre o tema "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários, perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. (*Pausa.*)

Vamos chamar nossos convidados para compor uma Mesa, porque são seis. Então, o primeiro convidado é o Frei David Santos, o que me instigou a fazer esta audiência. (*Palmas.*)

Convido Marcelino Conti de Souza, Representante do Movimento Negro Unificado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

O Prof. Roberto Leher, Professor Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (*Palmas.*)

Pedro Curi Hallal, Professor Reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS). (*Palmas.*)

Vicente de Paula Almeida Junior, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. (*Palmas.*)

Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira – já nossa conhecida, porque, em muitas audiências, esteve aqui conosco debatendo esses assuntos –, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. (*Palmas.*)

Quando eu vinha para cá, eu fui interrompida para fazer uma introdução desta audiência na TV Senado. Então, o pessoal já está sabendo que ela está acontecendo. E a pergunta era o porquê desse título "Compromisso com a Permanência". É que na minha terra se diz que quem tem os olhos fundos, como eu tenho, chora cedo; começa a chorar mais cedo, que é para as lágrimas poderem cair no tempo certo. Então, é exatamente a ideia desse título: prevenir, porque, com todos os cortes acontecendo, não sejam as cotas a pagarem o preço.

A gente sabe que – por muito tempo, a gente aprendeu que promover igualdade era tratar todo mundo igual, mas depois a gente foi percebendo que promover igualdade era tratar desigualmente os desiguais – não se pode tratar todo mundo igualmente se nós temos muitas diferenças que precisam ser consideradas. Então, a gente viu aí que o acesso ao ensino superior, a garantia do acesso ao ensino superior é muito recente, e a gente precisa manter essa garantia, principalmente às pessoas que eles chamam de minoria: negros, quilombolas, indígenas. E a cota foi um instrumento de promoção de igualdade, apesar do preconceito que ainda há sobre cotas, mas cota é exatamente um instrumento da promoção da igualdade onde há desigualdade.

Quando a gente luta aqui pela cota das mulheres no Parlamento – que conseguimos aprovar no Senado, mas está dormindo lá na Câmara –, é exatamente por isso, porque nós somos só 13 mulheres entre 81 Senadores, e a gente precisa que se estabeleçam cotas para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

a gente possa ocupar essas cadeiras, mas com legitimidade de gênero; que a gente tenha esse direito, que infelizmente não é reconhecido.

A gente percebeu também que a cota nas universidades talvez foi o setor que mais avançou para negros e para a escola pública, aquela cota. E, por isso, o ataque às universidades; e, por isso, a reforma do ensino médio não é para outra coisa, é para tirar os nossos meninos da escola pública, das universidades públicas federais e estaduais.

Então, a gente percebe, nos índices, que praticamente metade dos alunos já são da escola pública, e isso não interessa à elite brasileira, isso incomoda a elite brasileira, que sempre foi a dona das vagas nas universidades públicas. Estudavam nas escolas particulares os filhos, mas na hora da universidade iam para a pública, porque era quem passava no vestibular. E, por isso, a gente precisa estar atento para denunciar a questão da reforma no ensino médio que muita gente está comprando como uma coisa muito boa, porque a propaganda é boa, mas a gente precisa ver isso.

Os meninos vão escolher o quê, se 70% dos Municípios brasileiros têm uma única escola de ensino médio? Visitei dois Municípios sábado e fiz essa pergunta, só é uma escola. Como é que ele vai escolher? Ele vai estudar onde que a Secretaria de Educação mandar. Então, é preciso que a gente esteja atento a essas coisas para poder rebater, para poder discutir pelo menos, porque a verdade é que não é que a gente ache que o ensino médio está uma maravilha; a verdade é que seria preciso ser discutido com quem realmente faz a educação, lá no chão da escola, e não há professor neste País que tenha discutido a reforma do ensino médio.

Então, sei que estou fugindo do tema das cotas, mas é porque a educação tem tudo a ver. E precisamos estar atentos, porque os cortes que foram feitos agora podem refletir, exatamente como tudo neste País, nos mais pobres. A reforma da previdência – podem olhar –, em nenhum momento, atinge os ricos; atinge só os pobres, e a gente está cansado de ver o pobre pagar a conta; está na hora de a gente reagir.

Então, cotas não só para negros, mas para todos os segmentos que estão contemplados, que precisam, têm que ser bandeira também junto à questão da previdência, junto a todas as outras questões. Porque há reforma trabalhista, reforma que não acaba mais; terceirização, que já foi aprovada, que já foi sancionada. E a gente vai ver as consequências depois. Então, é nesse sentido que a gente está fazendo esta audiência, para que não só os interessados, as pessoas mais diretamente ligadas, mas toda a população brasileira perceba, sinta a necessidade da existência da continuidade da política de cotas neste País, que foi, sem dúvida, um instrumento de promoção de igualdade.

Dito isso, quero começar. Nós temos o representante do MEC. E acho que o representante do MEC deve ser ouvido primeiro. Não é?

Cadê o representante?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – É o primeiro.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É o primeiro.

O Professor...

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Vicente de Paula.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vicente de Paula.

Pode ser assim, ou o senhor tem muita pressa? Pode ouvir todo mundo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Pode.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ótimo.

Então, vamos ouvir primeiro as entidades e as instituições, e vamos, depois, passar para o MEC.

Pode começar, Frei David?

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixe só eu explicar para quem nunca veio aqui. Há um reloginho ali, que vai marcar os dez minutos, e, quando faltar um minuto, ele tocará um toque não muito agradável – já tentei muito suavizar –, e, aí, haverá mais um minuto, mas há sempre uma tolerância. Eu fico controlando aqui a tolerância para não extrapolar, para a gente terminar no horário combinado e estabelecido.

Então, Frei David, com a palavra.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senadora, demais participantes, para nós é uma alegria cumprimentar a senhora, mulher, Senadora, cumprimentando todos os participantes, reitores que compõem esta Mesa, porque esta audiência para nós é histórica.

Confesso a vocês que, como brasileiro e como lutador, há 40 anos na educação... Há 40 anos, Senadora, a gente trabalha na luta pela educação universitária, que é o nosso foco. O problema está em todas as áreas, mas o nosso foco é na educação. E a nossa avaliação é a de que Fernando Henrique Cardosos foi muito frágil em ver bolsa-permanência, moradia e alimentação para o povo; Lula avançou, poderia ter avançado mais; Dilma manteve, e não avançou, como esperávamos; Temer está precisando de muita ajuda nossa, porque estou muito preocupado com o que estou vendo por aí, e tenho certeza de que, quando o Ministro manda o secretário dele, o diretor dele estar aqui conosco, é porque ele quer, então, ouvir os nossos clamores e, quem sabe, apresentar uma situação que a gente não está sabendo, de novidade que vem por aí.

Portanto, com esse cenário, Senadora, eu pensei muito essa noite e mudei meu estilo de apresentação. Fiz o eslaide – aí está – por uma permanência estudantil que dê dignidade aos universitários negros e negras. Mas, antes, queria chamar três universitários para virem aqui na frente. Por favor, Delza, Jonas e Maria. Eles vão relatar o que estão sentindo lá dentro. A partir daí, então, a gente vai dar continuidade.

Podem vir aqui. Podem começar.

A SRª DELZA DA HORA SOUZA – Bom dia!

O meu nome é Delza, tenho 21 anos, sou estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. O que me traz aqui hoje é essa luta que a gente está travando neste momento por mais cotas pela permanência estudantil. A gente tem visto um cenário bastante calamitoso nas universidades federais como um todo; estudantes universitários negros evadindo, voltando para suas casas, largando as suas vagas nas universidades por falta de permanência estudantil. A gente acredita que isso não pode continuar desse jeito. É nesse sentido que a gente veio trazer não somente os nossos relatos, mas também conversar com o Ministério da Educação e de certa forma exigir que os nossos direitos de acesso à educação pública, gratuita, de qualidade, sejam, de fato, efetivados, sejam, de fato, garantidos aos estudantes. (*Palmas.*)

O SR. JONAS VALÉRIO ARAÚJO BISPO DOS SANTOS – Bom dia a todos aqui presentes!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O meu nome é Jonas, sou acadêmico de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina. Eu sinto a oportunidade de estar presente aqui como uma chance para nós, juventude negra, de expor a nossa realidade, porque tenho certeza de que não estamos sozinhos. O que acontece comigo e com muitos estudantes negros cotistas na Universidade Federal de Santa Catarina é algo de caráter malicioso, porque, de forma geral, estamos entrando pela porta da frente, e saindo pela porta dos fundos.

A questão do ingresso do jovem negro na universidade federal se dá com ele estando presente na instituição, na academia, porém, as condições de permanência se tornam uma luta a ser travada diariamente. Desde o acesso à bolsa estudantil, o que favorece a permanência desse estudante, é totalmente esquecido e deixado de lado o contexto do jovem brasileiro negro ou negra. É tomado como exemplo de ser humano comum um modelo que não nos contempla: esquecem que somos oriundos de comunidades periféricas, esquecem que nós temos demanda de trabalho, temos família, temos filho.

Eu, como exemplo de estudante que faz um curso de período integral, como vou me manter, se não posso trabalhar, afinal, o curso de Psicologia já designa algo destinado à elite? Automaticamente, se eu não posso trabalhar, se eu excluo essa possibilidade, eu não tenho também o acesso à possibilidade de uma bolsa que garanta a qualidade do meu estudo. E não é todo estudante que tem a capacidade e essa força psicológica de bater o pé no chão e resistir, como poucos de nós temos conseguido, e a evasão continua.

Então, como vai ficar, no final de tudo, a ideia dessa política de ações afirmativas e cotas? No final, vai ser justificado que não deu certo e que a população afro-brasileira não acatou. Mas, por que não deu certo? Por que não acatou? Como ficou a situação desses jovens, homens e mulheres, que estavam ali dentro?

A nossa permanência está difícil. Eu, realmente, vou terminar como iniciei: entramos pela porta da frente, e saímos pela porta dos fundos. (*Palmas.*)

Os problemas são os mais diversos, desde o racismo institucional, o que desmotiva a nossa permanência. Por exemplo, eu acordo todos os dias às 4h da manhã, para me fazer presente à aula – faço uma viagem de duas horas todos os dias –, e é difícil você não ter algo que te assegure a qualidade do seu estudo. Que tipo de profissionais estão formando, se, para a gente poder estudar, já é uma luta diária, se a gente não tem a certeza se vai conseguir estar na aula no dia seguinte? Enfim, gente... (*Palmas.*)

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – Primeiramente, bom dia a todos!

Bom dia à Mesa!

É um prazer imenso estar diante de vocês e um prazer maior representar todos os universitários negros e pobres deste País aqui, tendo o direito de falar com vocês. Eu concordo plenamente com tudo o que os meus amigos falaram anteriormente. A permanência não está sendo tirada; ela está insuportável! Casos e mais casos de estudantes, meninas, tendo de se prostituir. Eu, por exemplo, tenho de vender chocolate no metrô para pagar a minha passagem.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Nossa!

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – Sim, eu vendo chocolate no metrô! Os meus professores compram chocolate de mim. Amigas minhas vendem farofa na fila do refeitório.

Onde isso é digno? Como poder ter uma qualidade de ensino se a gente tem de se preocupar em chegar à faculdade? Como fazer isso? Como ter cabeça para estudar se a gente precisa se preocupar com a família que está em outro estado passando necessidade? Como não se preocupar se a gente tem de trabalhar de manhã ou à noite para se manter, já que a gente não recebe os nossos direitos, que estão na Constituição, que cada vez mais são retirados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com essas novas reformas, eu me vejo a ponto de largar a minha universidade. Eu sou acadêmica de História na Unirio, estou no segundo período, e me vejo sendo ajudada por amigos para poder sobreviver no Rio de Janeiro, para poder continuar, para poder realizar o sonho da minha família. Sou a primeira da família a entrar numa federal, o que sempre foi um sonho. Aí você fala: consegui, entrei. E para se manter? Como fazer? É muito difícil falar em nome de todos, porque as histórias são tão tristes...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – ... são tão difíceis de contar, porque eu não consigo não lembrar das histórias dos meus colegas, dos relatos existentes há muito tempo. Isso não é só na federal de Pelotas, isso não é só na minha, na Unirio, não é só na federal de Santa Catarina; é em todas as federais. Como ele mesmo falou, a gente entra pela porta da frente superorgulhoso, e toma um chute, porque a gente é expulso; a gente não sai de mansinho, a gente está sendo expulso das federais.

Eu trabalhava de 5h da tarde até às 5h da manhã, para chegar à faculdade às 8h. Isso não é justo! Não há como eu concorrer de igual para igual! Então, é preciso pensar nisso, pensar nas histórias...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – ... de pessoas como eu e como muitos outros. (*Palmas.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Conclua, por favor, rapidamente.

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – Diante do que já foi exposto nesta manhã, tantas são as dificuldades que os estudantes negros e pobres enfrentam nas universidades federais, eu queria dizer mais, que a gente precisa tirar daqui hoje no mínimo a segurança de que vão ser regulamentados critérios para que assistentes sociais, para que as universidades federais, ao terem autonomia de gerarem os seus próprios editais para concorrer ao auxílio de bolsa estudantil, não extrapolem, que levem em consideração a realidade desses estudantes, porque a gente vê uma série de documentos sendo exigidos, documentos esses que estudantes negros e pobres não têm condição de apresentar. São essas burocracias que impedem que hoje os estudantes estejam acessando os benefícios. Então, a gente está aqui hoje para dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARIA ELDEANE SOBRAL DE SENA – ... que não vai aceitar nenhum direito a menos. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Então, nessa dimensão, os quatro depoimentos...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Um minuto, Frei David.

Eu iria passar a palavra às partes depois, exatamente porque a gente tem de ouvir quem está presente. Então, os meninos falaram. Para não consumir o tempo do Frei David, vou considerar que eles fizeram uma fala, e vou lhe dar o tempo da sua fala. (*Palmas.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Marcados os dez minutos do Frei David.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FREI DAVID SANTOS – Agradeço à Senadora, porque, realmente, a nossa fala sempre deve ser iluminada pela dor dos estudantes. Então, a partir dessa dor, o que peço carinhosamente ao MEC? O meu irmão Vicente está aqui representando o MEC, onde já estive por seis anos seguidos lutando por bolsa, lutando por um programa de Bolsa Moradia, Bolsa Permanência, com dignidade. Mas, infelizmente, todos os ministros com quem me reuni me deram a mesma resposta: "Não há dinheiro. Não há verba. O dinheiro vai para a universidade pelo PNAES, e a universidade é quem cuida dessa parte."

Então, o que solicito ao MEC, por meio do Prof. Vicente, aqui presente? O nosso pedido é de que o MEC garanta, automaticamente, o Bolsa Permanência, sem nenhuma humilhação, sem pedir documento algum, a todos os jovens que entrem pelas cotas, naquela cota, porque a cota de 50% tem quatro subcotas. Uma delas, Senadora, é para aqueles jovens cuja renda é bem baixa, de um salário mínimo e meio. Jovens negros e jovens brancos com um salário mínimo e meio de renda são os mais vulneráveis.

Então, para mim, é humilhante quando o MEC sabe que esses alunos passaram por um processo, porque são de baixa renda, e ainda permite que as universidades os humilhem, exigindo um caminhão de documentos para poder garantir a bolsa. E, quando eles levam esse caminhão de documentos, Senadora, a universidade dá a resposta para eles – se eles ganharam ou não a bolsa – três meses depois. E aí, nesses três meses, grande parte abandona a faculdade por não ter condições de permanência. Então, esse é um erro grave.

Segundo ponto que solicito ao MEC: que o MEC reveja esse método, e eu falo especialmente para esses alunos de um salário mínimo e meio, de baixa renda. É o seguinte, eu elogio o MEC por ter um programa de bolsa para quilombolas e indígenas – quilombola e indígena recebem um cartão do MEC. Então, o dinheiro não vai para as universidades; o dinheiro vai direto do MEC para a conta do aluno. Com isso evita problemas.

Qual o tipo de problema? Nossa! Todos vocês sabem que as universidades estão falidas – estão falidas! O MEC cortou o dinheiro das universidades. Então, se queima o ar-condicionado do laboratório de biologia, que tem material que não pode ficar sem ar-condicionado, o reitor é obrigado, a administração da universidade é obrigada a pegar dinheiro de onde houver e consertar o ar-condicionado. O PNAES – que é o dinheiro que vai para a assistência estudantil – cai na conta única da universidade. Então quem é a vítima? Os estudantes, os estudantes.

Então, a gente pede encarecidamente ao Prof. Vicente que leve para o nosso irmão, Ministro Mendonça Filho, essa proposta de que o dinheiro para os alunos cotistas de um salário mínimo e meio saia do MEC direto para o cartão do aluno, a exemplo, como já é para o quilombola e para o indígena. Para nós, se o MEC fizer isso daí, se o Mendonça Filho fizer isso aí, ele está sendo sensível à realidade do povo. Porque esse é o grande problema: queremos um Ministro que entenda o drama dos pobres, e o mais grave ainda: em um momento em que se fala em as universidades serem pagas.

Como é que vai ficar a nossa situação de pobres nessa universidade? E olhem só vocês, pessoal: quando não entrava pobre na universidade, estava tudo tranquilo, de graça para os ricos. Na hora em que nós negros conseguimos cotas, o poder estabelecido, classe dominante, começa a criar várias estruturas para nos expulsar da universidade. Fiquem atentos com isso aí, essa reforma da universidade aí, querer que a universidade seja paga é uma coisa perigosa, se não for um estudo sério que garanta a nós pobres, nós negros, a nossa permanência sem passar por essa humilhação.

Também queremos pedir ao nosso querido irmão Vicente, que está aqui representando o MEC, que seja mais rígido na monitoria e na fiscalização dos alunos que vão para as universidades via Sisu. Grande parte é fraude. Pegamos um caso de um aluno que pegou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contracheque da empregada dele, pegou o endereço da empregada dele e entregou na universidade para o curso de Medicina como baixa renda. E entrou! A universidade deixou o cara entrar! Se não fosse o movimento social denunciar, a gente estaria com essa vaga perdida. O movimento social denunciou, a universidade foi muito lenta em agir. Quando ela agiu foram dois anos depois – o cara com dois anos de Medicina frequentados, tirando a vaga do negro.

E aí, na Justiça, gente, eu vi uma coisa com que até hoje eu me arrepio. Como há juiz injusto! Como este Brasil tem juiz injusto! O juiz pegou esse caso... Olhem só, imaginem vocês, ali há um armazém com seis sacos de feijão. Eu vou lá e roubo 20 sacos: cada noite eu roubo dez sacos. Na terceira noite, eu sou preso. Roubei, então, duas noites, 20 sacos, e há lá 80 sacos. O juiz vai me julgar: "Está bom! Olha, você roubou 20 sacos? O.k. Fique com esses 20 sacos para você e não roube os outros 80, não!". Esse julgamento é honesto? Lógico que não.

Assim foi o juiz. O juiz pegou esse aluno branco, que roubou a vaga do negro, frequentou dois anos, e falou – no despacho do juiz –: "Olha, nos seus dois anos,... Você, então, pega a sua transferência e vai concluir em outra faculdade particular. E você não pode ficar nessa faculdade mais."

Foram ao reitor: "Reitor, o juiz tirou o aluno branco da nossa vaga. O senhor faz um edital para botar um negro aí no lugar." "Ah!, já passou, foi o vestibular tal, e não há jeito..." E a vaga ficou perdida. Quem perde é o Brasil! Quem perde é o povo negro!

Então, os reitores precisam ser mais sensíveis, com editais emergenciais, na medida em que a vaga for sendo vagada, desocupada, quando a denúncia vem. Só que eu peço aos reitores e peço ao MEC que criem métodos de monitoria e fiscalização para que não precise o desenvolvimento social largar os seus afazeres e ir fiscalizar em cada sala de aula o rombo que está havendo nas vagas das universidades.

E volto a dizer: o Sisu está mandando jovens para as universidades, esses jovens vão com documentação falsa e esses jovens, além de serem ricos e mentirosos, ganham bolsa-permanência porque apresentam documentos de pobre. Levam o endereço da empregada doméstica deles, levam o contracheque da empregada doméstica deles da favela e, com isso, então, eles estão roubando nossa vaga.

Também faço, aqui, um apelo à nossa irmã Senadora Regina para que solicite esclarecimento via oficial ao MEC, com referência ao seguinte: que o MEC revele, com precisão absoluta, os altos índices de abandono da faculdade por parte dos cotistas. Para nós, é gravíssimo, e o MEC esconde esses dados. Até agora, eu não tive acesso; pedi umas três vezes, e esses dados não chegaram a nós.

Então, queremos ter direito de acesso a esses números e queremos que o MEC... Primeiro, é o abandono das vagas de negros e brancos pobres; e, segundo, é o abandono das vagas em geral, que também é escandaloso. Eu fui a uma universidade federal, no curso de Física, em que entraram 50 alunos, e, no último ano, havia quatro alunos só na sala de aula. E o Reitor não fez, nas transferências externas, ao longo daqueles cinco anos,... Se havia lá 20 vagas disponíveis, botava duas vagas só da transferência externa. Aí, eu fui perguntar a um diretor de um departamento por que não botava todas as vagas disponíveis, e ele falou: "Frei, se o diretor de Física botar as vagas que realmente estão vazias, ele está declarando ser um péssimo administrador." Então, ele vai e mascara! Mascara! Se, no curso dele, entraram 50, saíram 20, ele não bota as 20 vagas disponíveis para o povo, para a transferência externa; bota só duas, três, quatro, e, com isso, vai essa mascaração das universidades. Então, eu peço aos reitores bons, honestos, dignos que não permitam que os diretores de faculdades e departamento façam essa maldade com o dinheiro público e conosco, os pobres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós estamos, portanto, Senadora, com muitas demandas. E, com certeza, na abertura final, quero colocar outros desafios para podermos sentir o que o MEC vai falar, porque, para mim, dependendo do que o MEC falar, temos muito o que conversar.

(*Soa a campainha.*) (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Frei David.

Passamos a palavra ao representante do Movimento Negro Unificado, Marcelino Conti.

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – Bom dia a todos e todas! A bênção aos mais velhos e aos mais novos.

Eu queria primeiro colocar para você o meu lugar de fala. O meu lugar de fala hoje aqui é o Movimento Negro Unificado, eu sou militante do Rio de Janeiro. O Movimento Negro hoje está com 39 anos de luta contra o preconceito racial. O David coloca para a gente aqui a luta dele de 40 anos pela educação, e, juntamente com isso, também está a luta contra o racismo, nós estamos lutando contra isso. E já era para a gente ter resolvido muitas coisas, e a gente não conseguiu avançar.

O Brasil tem o racismo mais sofisticado da galáxia. É impressionante, gente! É impressionante como esse racismo estabelece o lugar, hierarquiza a tua posição e onde você vai estar. Há uma mulher negra do meu lado esquerdo, há um sacerdote negro do meu lado esquerdo, e nós estamos cercados por brancos nesta mesa, não é? Eu queria ter aqui um reitor negro do meu lado; eu queria ter aqui um representante do Ministério da Educação negro do meu lado, ou uma negra do meu lado. (*Palmas.*)

Eu queria ter aqui o representante do Ministério Público Federal negro ou negra do meu lado.

Gente, esses espaços têm que ser nossos também! Nós construímos esta Nação. E aí eu estou na base dos 53 anos, com 33 anos de carreira, e eu já estou com alguns "chegas" na minha vida. O primeiro "chega" são as análises simplistas dos fenômenos sociais. A gente precisa analisar que esta situação de desigualdade precisa ser percebida pela sociedade, que ela é construída historicamente. E aí eu não posso atribuir a uma pessoa que ela seja incapacitada ou oprimida pelas estruturas dessa sociedade.

Eu quero também dar um "chega" para aqueles que desconsideram que as necessidades sociais hierarquizam socialmente as pessoas. Não podem ser reduzidas a desejos ou expectativas individuais, queridos. Eu não posso simplesmente colocar uma regra e dizer assim: quem correr mais chega; aquele que se capacitar mais chega, quando eu amarro na perna dessa pessoa uma bola de ferro e a mando correr. Eu não posso admitir que as universidades não reconheçam a dimensão subjetiva do sofrimento, da impossibilidade de se fazer sentir parte dessa universidade, a questão do pertencimento dos nossos alunos. E eu não posso permitir, MEC, mais, nos meus 53 anos, que a implantação da política de ação afirmativa seja da forma *laissez-faire,* permitindo omissão diante das fraudes que tiram vagas de quem são detentores dos direitos; a gente não pode mais permitir isso.

E chega também de políticas públicas que reconhecem como inclusivas, mas que na realidade só reforçam a desigualdade racial, uma vez que estão a serviço dos interesses hegemônicos. Entrar pela porta da frente, e sair pela porta dos fundos, marca uma vida. Chegar a uma universidade, e perceber lá que as condições materiais não o permitem continuar ali naquele espaço, marca uma vida. E marca com uma forma de sofrimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Falar de negro na universidade. A gente fala de exclusão e inclusão, fala de autonomia e pertencimento, fala de permanência material e simbólica. Sobre a permanência material, os meninos já deram um *show*. Eu quero falar agora da permanência simbólica, gente.

Nós precisamos ter mudanças epistemológicas dentro das nossas universidades. E essas mudanças partem a partir de uma coisinha simples: onde estão os intelectuais negros? Onde estão? E por que eles não são usados nas nossas grades curriculares? Onde estão os nossos professores negros nas universidades? Chegar a uma universidade onde você não encontra nenhum professor negro. Como se dá isso? Em determinados cursos, se você olhar para o lado, também você não vai encontrar outro negro estudando com você, porque existem ali pessoas que se autodeclararam negras sem serem negras e pardas, e a universidade não fez nada.

Dessa permanência simbólica, então, que eu quero falar. Dessa permanência em que eu chego a um espaço onde eu sou aceito pela minha pluralidade, pela minha diversidade, onde eu não preciso estar provando a cada dia que eu sou o melhor, o melhor, o melhor, o melhor e o melhor. E, quando eu perguntar para um professor, ele me responda sem o cinismo, sem aquela risadinha no cantinho da boca. E, quando eu chegar dentro de um espaço, eu seja tratado igual a qualquer outro.

E aí, parece que o tratamento que é dado para um negro, mesmo no refeitório, no bandejão da universidade, é diferente do que é dado para outro. A melhor carne na hora de ser servida é servida para outro, não é servida para ele. A pessoa cumprimenta o outro que passa, mas, quando você passa, não o cumprimenta. É isso.

E aí os negros precisam se juntar em coletivos. Aqui, quantos coletivos há nas universidades de vocês, e quanto vocês recebem para conversar com eles? Há uma necessidade de conversa com eles. Se vocês sentarem ali, perderem uns minutos da tarefa de vocês de gestão, vocês vão descobrir coisas importantíssimas no funcionamento, ou melhor, no desfuncionamento da universidade, porque são eles que sentem mais ainda essa disfunção da estrutura organizativa dessa instituição.

Os nossos institutos federais, as nossas instituições federais de ensino superior estão deixando a desejar. E aí a desculpa é forte, é forte. Dinheiro. Não há dinheiro para bancar tudo. E não se consegue materialmente fazer a permanência desses alunos, e são muito poucos os que são atendidos.

(*Soa a campainha*.)

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – Pelo menos a permanência simbólica precisa ser atendida. E, para fazer a permanência simbólica, não se precisa de dinheiro, não se precisa de dinheiro. Para aceitar o outro, não se precisa de dinheiro. Para tratar bem o outro, não se precisa de dinheiro. Para respeitar o outro, não se precisa de dinheiro, não precisa.

É isso. Essa é a minha fala hoje. (*Palmas.*)

Me deram mais um tempinho para fechar. Que bom! Eu fiquei preocupado aqui em cumprir.

Então, queridos, eu queria, para fechar aqui, agradecer a essa negra que está aqui do meu lado, Regina Sousa, Senadora, está Senadora, por ter me achado e por ter me dado essa oportunidade de estar aqui nesta mesa hoje, me sinto honrado. Mas eu sinto também que este é o meu lugar. Aqui e agora é o meu lugar. (*Palmas.*)

Me sinto preparado para estar aqui, me sinto pronto para estar aqui, e eu vejo o potencial em cada um dos negros e negras que estão aqui na frente para chegar mais longe do que eu cheguei. E esse meu lugar de fala aqui, do Movimento Negro Unificado, deve permanecer no coração de vocês também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Marcelino.

Convido o Prof. Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para fazer seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO LEHER – Muito bom dia a todas, a todos!

Conforme destacou o Frei David, é uma audiência muito importante. Parabenizo a nossa Senadora Regina Sousa, pela convocação desta audiência pública para um tema que não pode permanecer silenciado.

Reivindico lutas que foram desenvolvidas nos últimos 50 anos, até muito mais do que isso, no que diz respeito à democratização da universidade, mas particularmente faço menção ao trabalho de Florestan Fernandes, que, a meu ver, foi muito militante nessa causa, particularmente quando estávamos lutando pela Lei de Diretrizes e Bases, uma mudança na perspectiva da educação brasileira.

E faço uma saudação também ao Marcelino, a todos que..., à Duprat, enfim, ao Vicente, que estão compartilhando esta Mesa.

Nós temos uma mudança geracional na universidade. Quem está na universidade federal hoje não é mais a mesma composição social que existia meros dez anos atrás. E 65% dos estudantes que estão na universidade hoje são estudantes que representam a primeira geração a conseguir chegar a uma universidade pública – 65%!

Eu vou apresentar alguns indicadores do estudo que foi feito pela Andifes, que é a nossa entidade dos reitores, sobre a composição social por meio dos dados do IBGE e também da própria universidade. Nós temos uma mudança muito profunda na participação da juventude negra, de estudantes que vêm da escola pública. Temos um elemento importantíssimo, a meu ver, que tem aspectos político-simbólicos de enorme envergadura, que é a presença de uma juventude que lutou muito em condições adversas, uma juventude talentosa, uma juventude militante, que chegou à universidade. Isso tem um peso simbólico enorme para o País. Em um momento muito difícil para o mundo do trabalho, temos aí a terceirização, todas essas mudanças que degradam o mundo do trabalho. E já foi destacado pela Senadora uma reforma do ensino médio que vai criar itinerários em que, para a maioria da juventude, o itinerário não leva à universidade. (*Palmas.*)

E 66% dos nossos estudantes hoje, de todas as 63 federais, têm renda média familiar de até 1,5 salário mínimo. Portanto, são os estudantes que fazem jus à assistência estudantil do PNAES. Desses 66%, 81% têm renda familiar média de um salário mínimo. Se pegarmos os estudantes do Norte e Nordeste, 76% têm renda de até 1,5 salário mínimo.

E aqui temos a renda média dos estudantes. Nordeste: renda média familiar, R$710; Norte, R$716; Sul, R$1.036; Sudeste, R$1.050. Enfim, a média geral de R$916, ou seja, a grande maioria dos nossos estudantes têm renda média inferior ao corte do PNAES.

E 54% são cotistas, a escola pública, das estudantes mulheres. São negros, indígenas, são mulheres. E 54% dos cotistas são mulheres. A renda, em torno de R$650. Quilombolas mais baixo, R$490. Os indígenas aldeados e mulheres, R$463. E 12% das nossas estudantes têm filhos. No Norte, chega a 20%, e 36% estão trabalhando, como já foi feito depoimento.

Nós temos hoje 48% dos estudantes federais autodeclarados negros. Aí, temos a questão, que já foi destacada, das fraudes, mas há uma mudança evidente. Passamos de um patamar de, considerados os dados IBGE, a nomenclatura do IBGE, 132 mil para 354 mil pardos, entre 2003 e 2014, e de 27 para 92 mil pretos, o que mostra um percentual ainda muito baixo, embora tenha havido um crescimento muito significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E o peso da escola pública foi determinante, 60% desses estudantes vêm de escola pública, sendo que, no caso dos pretos, 76% vêm da escola pública; 84% dos nossos cotistas têm renda familiar de até três salários mínimos; 65% estão com escolarização superior a seus pais.

Observem que nós temos uma política hoje frágil, porque tudo o que diz respeito à assistência estudantil é um decreto, não é uma lei. Portanto, muda governo, mudam prioridades e, portanto, não temos garantia de que isso é uma política de Estado e de concepção de Nação. (*Palmas.*)

Outro grande problema é que a verba do PNAES não acompanhou a mudança social da universidade – eu vou mostrar isso para vocês –, e temos graves desarticulações nas políticas públicas com Enem, Sisu e cotas. Ou seja, com o Sisu, nós temos mobilidade, e a mobilidade é uma conquista democrática. No entanto, o estudante que vai para uma cidade como o Rio de Janeiro, por suposto, não consegue sobreviver com as condições de assistência – temos o depoimento da nossa estudante da Unirio.

Observem que, sobre as verbas do PNAES, nós temos: em 2014, R$742 milhões; 2015, R$843 milhões; 2016, o dado não ficou completo, a gente não tem essa informação precisa, a não ser o que está na LOA; mas 2017 é menor 3,2% do que está na LOA de 2016, na lei orçamentária, sendo que não foi corrigido pela inflação. Ou seja, por baixo, a verba do PNAES é 10% menor do que a de 2016, no momento em que nós temos a mudança social tão profunda.

Aqui, temos os indicadores da UFRJ. Então, até, entre zero e um salário mínimo e meio, nós temos aproximadamente 20% dos estudantes e aqui vamos ter, com mais de 20 salários mínimos, 6% dos estudantes, o que confirma que a grande maioria dos estudantes das universidades públicas não são os chamados ricos, tal como tem saído muitas vezes na mídia.

Observem que nós na UFRJ temos para bolsa-auxílio... O verde que está aqui embaixo é o número de estudantes que nós estamos atendendo. A renda que nós temos hoje de corte para os estudantes é de R$410. Ou seja, enquanto a lei diz que a renda de corte é um salário mínimo e meio, nós estamos fazendo um corte hoje em torno de R$400, não conseguimos atender a partir de R$400.

A bolsa-moradia, observem como que o verde está ali, embaixo, e a solução de bolsa não resolve o problema de estudante. Tem que haver alojamento, e não há reforços para alojamentos. (*Palmas.*)

Porque um estudante com R$460 ou R$600, dependendo da universidade, não consegue sobreviver numa cidade como o Rio de Janeiro.

Então, com esses rápidos indicadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LEHER – ... eu estou argumentando que, de fato, temos uma mudança de perfil social, e nós não podemos fazer um balanço daqui a 20 anos de que tivemos um genocídio intelectual nas nossas universidades. (*Palmas.*)

Daqui a 20 anos, nós temos que fazer um balanço de que a universidade brasileira tem a cara do povo e, sobretudo, a universidade brasileira assegura a todos que têm um rosto humano a sua condição de intelectuais.

Reivindico que nós possamos fazer mudanças epistemológicas profundas na universidade. É preciso fazer uma crítica ao eurocentrismo, à forma de produzir o conhecimento. (*Palmas.*)

Àquele que coloca como padrão civilizatório a Europa liberal capitalista, enfim, branca, mas para isso nós precisamos das lutas dentro da universidade também. E assegurar a condição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da juventude negra dentro da universidade é o elemento estratégico, assim como a das populações indígenas. Manter agora economicamente os estudantes é a nossa tarefa política imediata para fazermos as lutas político-teóricas, epistemológicas nas nossas universidades.

Então, basicamente, seria isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Leher.

Nós temos a presença do Senador Wellington Fagundes, e, assim que sentir necessidade, o Senador tem prioridade de falar, porque sempre têm outras atividades em outros recantos deste Senado. Então, se quiser falar pode dizer. Mas eu posso passar para outro agora, não é? O senhor vai ficar aqui para ouvir um pouco.

Então, vou passar a palavra para o Prof. Pedro Curi, Reitor da Universidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO CURI HALLAL – Bom dia a todos e a todas!

É um imenso privilégio participar dessa atividade, participar, especialmente, representando aqui uma universidade que tem sido notícia no País inteiro pela questão exatamente que está sendo discutida aqui hoje. A Universidade Federal de Pelotas, em novembro do ano passado, excluiu, cancelou a matrícula de 24 alunos do curso de Medicina, após passarem por uma verificação de uma comissão que os considerou não sujeitos de direito dessas vagas. (*Palmas.*)

Nós assumimos a Universidade Federal de Pelotas em janeiro desse ano, e é importante, e a minha fala vai ser focada nisso, que cada item que é discutido aqui seja levado à exaustão, para que a gente consiga vencer cada pequena barreira, para que tenhamos esse princípio, que, no nosso programa de gestão, e que a Senadora muito bem mencionou, é maior do que um princípio da igualdade, mas, sim, um princípio de equidade na realidade das nossas universidades.

Então, para que vocês tenham uma ideia, e eu acho importante dizer isso, a Universidade Federal de Pelotas, ao cancelar a matrícula de 24 alunos que estavam no meio do curso de Medicina, se tornou alvo de uma judicialização de que vocês não têm a menor ideia. Todos os dias nós recebemos pelo menos dois, três, quatro documentos, necessitando de que sejam prestadas informações, para justificar o que foi feito na Universidade Federal de Pelotas.

Então, é importante que todos que estão aqui saibam que essa batalha, para que as vagas sejam preenchidas efetivamente pelos sujeitos de direito, é muito mais árdua do que simplesmente uma comissão. E nessa luta espero que eu possa contar com todos vocês, ajudando na linha argumentativa de que essas vagas efetivamente foram ocupadas por pessoas que não deviam ocupá-las. (*Palmas.*)

Embora o foco dessa atividade seja em permanência, eu gostaria de discutir um pouco de acesso aqui. E eu gostaria de discutir acesso por dois motivos: o primeiro é lembrar que hoje nós temos dois níveis nos quais o acesso eu diria que está funcionando bem. Nós temos um acesso bom em termos de cotas raciais na graduação e nós temos um bom acesso nos concursos de servidores técnico-administrativos e docentes. Mas nós temos dois outros espaços em que o acesso continua problemático.

O primeiro deles não é exatamente o acesso, mas é a atuação das universidades públicas no ensino médio, para estimular que os estudantes negros submetam-se aos processos seletivos das universidades. (*Palmas.*)

Não adianta só haver política de cota. Tem que se estimular, como disse muito bem o Frei David, que as pessoas entendam que aquele ambiente está aberto para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, por último, eu quero falar muito sobre a política de cotas na pós-graduação brasileira, que continua sendo um tema deixado de lado completamente. De nada adianta ou pouco adianta a gente ter política de cotas para graduação e para concurso de servidor se a gente não tiver política de cotas institucionalizada na pós-graduação, porque só vira servidor... (*Palmas.*)

Especialmente quanto ao servidor docente no Brasil, só vira servidor docente quem tem mestrado e doutorado. E eu já ouvi, muitas vezes, que: "Não, mas na pós-graduação não precisa mais de cota. Já houve a igualdade no momento do acesso a graduação." E esse equívoco é um equívoco que não pode ser disseminado.

Em primeiro lugar, o racismo não para depois que se entra na universidade. E, em segundo lugar, talvez mais grave, mais grave do que isso, seja que esse mecanismo de que a graduação pode, e a pós-graduação não pode, reproduz exatamente o modelo que o meu colega Marcelino, também professor de universidade federal, falou: "Ah!, a graduação pode, mas pós-graduação, não. Pós-gradução é para um outro grupo da sociedade."

Então, dia 26 de abril, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas vai votar uma resolução de institucionalização de uma política de cotas para todos os programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PEDRO CURI HALLAL – E, nessa votação, é muito importante a participação de todos vocês, por militância, por conhecimento, para que não deixemos que visões conservadoras da pós-graduação impeçam que a Universidade Federal de Pelotas consiga implementar uma política de cotas que não seja exclusiva de alguns programas. Quase todas as universidades brasileiras têm alguns programas que têm políticas de cotas. Eu me arrisco a dizer que acho que nenhuma universidade brasileira tem hoje política de cotas institucionalizada em todos os programas de pós-graduação.

Sobre a questão da permanência, para não repetir o que os meus colegas de Mesa já falaram, o que eu queria deixar bem claro aqui é que a política de permanência tem sido focada, e com toda a razão nessa fala, até pelas nossas dificuldades, na parte assistencial da permanência. E a parte assistencial da permanência inclui bolsa-moradia, auxílio-alimentação, todos os benefícios. Mas eu gostaria de submeter a essa plenária aqui que a permanência também envolve as bolsas acadêmicas e, nas bolsas acadêmicas, nós não temos nada próximo de equidade racial nas universidades brasileiras. Eu quero que a gente estude as bolsas de iniciação científica, as bolsas de extensão, as bolsas de monitoria, para a gente ver se a gente está próximo da equidade racial lá. Então, eu gostaria de propor mais essa dimensão sobre o debate.

Sobre a questão da permanência como um todo – e o Vicente está aqui representando o MEC –, para mim o grande desafio nessa questão da permanência é que a gente tire moradia e alimentação da equação e do recurso do PNAES. Para mim, hoje, o valor de PNAES que a UFPel recebe, e acho que na UFRJ deve ser parecido, a Unirio, ele seria suficiente para que a gente tivesse uma boa política de permanência desde que moradia e alimentação fossem assegurados num orçamento completamente separado. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO CURI HALLAL – Quando o Frei David requisita que seja separado o recurso e entre direto na conta dos alunos, é exatamente por isto: porque hoje os R$12,75 milhões que a UFPel recebe de PNAES são gastos exclusivamente com moradia e alimentação. E aí nós não conseguimos dar nenhum outro tipo de auxílio de que os nossos estudantes tanto precisam em termos de transporte, saúde, creche para as mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, é importante que seja compreendido que as universidades que têm déficits – e quase todas as federais têm em relação à moradia – precisam de um auxílio do MEC, para que a gente, primeiro, resolva o problema da moradia e, depois, então, tenha liberdade de uso do recurso do PNAES.

E eu vou deixar os últimos dois minutos da minha fala para tratar de duas coisas que têm me sensibilizado bastante nos últimos meses desde que eu assumi, lá na Universidade Federal de Pelotas, o nosso grupo. Primeiro é a questão da comunicação, especialmente a comunicação sobre os sujeitos de direito das cotas; porque quando as pessoas, os alunos da Universidade Federal de Pelotas, que agora estão sendo submetidos à banca desde o começo da matrícula, quando eles são reprovados pela comissão, dá para identificar claramente dois grupos entre os reprovados: existe um grupo dos alunos que eu vou tentar não rotular muito fortemente, mas os alunos que tentaram se passar por algo e fazer jus a alguma coisa a que eles não tinham direito. Mas existe, sim, um grupo de estudantes, e nós temos que levar a sério esse assunto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO CURI HALLAL – ...que não estão bem esclarecidos sobre a questão das cotas. E esses estudantes, dependendo da região onde eles moram, eles se consideram pardos, então sujeitos de direito. E claramente, pela interpretação atual do tema, eles não são. E muitos deles estão tendo dificuldade, na hora da escolha, de marcar a autodeclaração. Então, eu acho que a gente não tem que ignorar esse problema; a gente tem que levar ele a sério e divulgar cada vez mais quem são, efetivamente, os sujeitos de direito, os sujeitos negros que têm direito às cotas.

E na última parte da minha fala eu gostaria de dizer que eu estou falando aqui no lugar de um reitor de uma universidade federal, branco, e que, ao longo da sua trajetória... Veio de uma família de nível socioeconômico, no mínimo, médio, médio alto. Mas eu gostaria de submeter a esta plenária e gostaria de submeter à apreciação de vocês que existe uma questão de representação, e a questão de representação sensibiliza todos nós. Mas existe uma questão também de priorização. E eu gostaria de submeter a todos vocês que existem pessoas brancas que estão dispostas a lutar por essa causa junto com vocês. Não nos excluam da luta! (*Palmas.*) Porque vários de nós, e aqui há dois reitores que são brancos – e eu tenho certeza, pelo que eu conheço da trajetória do reitor da Federal do Rio de Janeiro, e posso falar também por mim –, esses dois reitores – e há vários outros – estão sensíveis e dispostos a lutar por essa causa. Então, não considerem que estamos do outro lado; nós estamos do mesmo lado, e gostaríamos muito de atingir a equidade racial nas universidades federais brasileiras, que precisam – e eu não vou deixar de dizer isso – ser...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO CURI HALLAL – ... mantidas no Brasil. A gente está toda hora tendo dificuldade de manutenção das universidades federais, e precisamos que elas sejam mantidas, e o Ministério da Educação precisa estar sensível às universidades federais, porque, com os cortes de orçamento que estamos sofrendo, o caminho não é muito bom para nós. E nós precisamos de uma sensibilidade maior do Ministério da Educação para a causa da universidade federal, assim como existe sensibilidade com a causa das universidades comunitárias. As federais estão precisando de muito auxílio do Ministério da Educação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Prof. Pedro Curi, Reitor da Universidade Federal de Pelotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós passamos agora à Drª Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão no Ministério Público Federal. (*Palmas.*)

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Bom dia a todas e todos. É um prazer estar aqui com vocês.

Agradeço à Senadora Regina o convite, Frei David, pela lembrança do meu nome, e, como todos se apresentaram, também me sinto na obrigação de dizer aqui o meu local de fala: eu sou do Ministério Público Federal e, desde que lá ingressei, eu trabalhei numa câmara de questões indígenas e quilombolas e, portanto, nesse espaço do pluralismo, nesse espaço de reconstrução de uma sociedade que se reinventava a partir de 1988 e, portanto, também uma militante pelas cotas. (*Palmas.*)

E pelas cotas principalmente, num começo, nas instituições de ensino. Por quê? Quem é do Direito sabe que qualquer direito fundamental tem uma dimensão subjetiva, mas tem também uma dimensão objetiva. Com as cotas não é diferente: elas podem ser uma por ação afirmativa para permitir o ingresso de determinadas pessoas, mas elas são um elemento fundamental para a transformação das instituições que herdamos, principalmente as instituições escolares, que foram instituições constituídas a partir de um modelo, como foi dito aqui, branco, masculino, heterossexual, cis, capitalista, urbano, eurocêntrico e que criou uma epistemologia a partir desse centro. Então, a partir do momento que nós temos uma Constituição que abre espaço para todas e todos, enfim, que inaugura uma sociedade efetivamente plural, nós precisaríamos de ter instituições de ensino que vocalizassem esses inúmeros saberes que estavam ocultos, que estavam invisíveis na sociedade dominados por esse saber, como eu disse, de caráter hegemônico.

Basta lembrar, por exemplo, que nós precisamos de uma lei para que as instituições de ensino começassem a ter como obrigatórias – e até hoje ainda não são oferecidas em todos os níveis, principalmente nos níveis superiores – a história da África e dos afrodescendentes, assim como a história indígena – são muitas as dificuldades que nós temos nesse sentido. Eu não sei se vocês se lembram – militantes do movimento negro lembram – o quanto foi difícil trazer para as faculdades de Medicina, e tornar essa disciplina importante, a questão da anemia falciforme, que atingia especificamente, e mais severamente, a população negra.

Lembro também de um programa da Fundação Ford, porque os povos indígenas tiveram consciência de que, se não fossem eles a cuidar da sua própria saúde, com a noção de corporalidade, valorizando os saberes dos pajés, eles não teriam jamais uma assistência adequada à saúde. A Fundação Ford concedeu umas bolsas, no início da década de 90, exatamente para permitir que profissionais da saúde, na área de Medicina e Enfermagem, se formassem e retornassem para as suas aldeias e pudessem reproduzir esse conhecimento.

Então, as instituições de ensino são centrais exatamente para a gente desconstruir esse saber monolítico e hegemônico que herdamos. Não é por outra razão que até hoje *Caçadas de Pedrinho* é um livro que está aí, constando da biblioteca escolar, de forma absolutamente acrítica, sem uma nota explicativa que diga por que Tia Nastácia, num determinado momento, é tratada como macaca. E esse livro tem uma nota explicativa para dizer que caçadas são alguma coisa antiecológica, mas, enfim, com relação ao segmento negro, nenhuma explicação. Então, nós temos – é isso que o Prof. Roberto diz, o Prof. Marcelino diz – que ter mudança epistemológica. E para isso é preciso que esses vários aportes entrem nas instituições escolares e depois se disseminem. Como foi dito aqui, o ingresso é um momento só dessa política. É um momento importante, mas está longe de cumprir o objetivo dela, que é a ocupação dos espaços, é a transformação de todas as instituições, de todos os espaços institucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Como foi dito aqui, toda vez que as cotas atingem um patamar diferente, seja nas universidades, como é o caso da pós-graduação, seja no concurso público, como é o caso da promoção, elas encontram obstáculos: "Não, mas espera aí, já garantimos ali um momento" – esquecendo que o objetivo não é só do sujeito de direito, cotista; o País é de toda uma sociedade que se quer transformar.

E para isso eu volto aqui ao que foi dito pela Senadora Regina: é preciso investimento. Por isso que a nossa Constituição tem, logo no início, como um dos seus objetivos principais, a erradicação da miséria, da pobreza e das desigualdades regionais e sociais. Por isso que me preocupa enormemente o rumo que nós estamos tomando, primeiro, com a aprovação da emenda constitucional do teto de gastos. Nós sabemos que políticas públicas para a transformação de uma sociedade exigem um investimento grande, e especialmente nessas áreas sociais. Então, como é que nós vamos ficar se, nos próximos 20 anos, nós vamos ter uma limitação no investimento desses recursos? Me preocupa muito a reforma da Previdência quando, considerando o tempo de contribuição e a idade para aposentadoria, ela vai significar que o ingresso no mercado de trabalho tem que se dar muito cedo e, por isso, as pessoas estarão sendo afastadas da escola em idade muito precoce, provavelmente não entrando na universidade. Quem essa reforma atinge? Certamente, os segmentos historicamente excluídos desta sociedade. Então, é preciso estar atento porque são reformas que estão avançando sobre direitos. A mesma coisa ensino médio, ensino voltado para o mercado de trabalho, também como uma forma de tirar da área nobre da educação segmentos historicamente excluídos.

Foi aquilo para o que o Prof. Roberto chamou atenção: nós temos que estar atentos para não permitir nenhum retrocesso, nenhum direito a menos. São direitos conquistados... (*Palmas.*)

A Constituição de 1988 tem um núcleo que é imutável. E eu espero, e acredito que vocês devam também estar presentes nos tribunais, no Supremo Tribunal Federal, que reformas que avancem sobre direitos sejam declaradas inconstitucionais.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se for possível...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Regina, eu gostaria aqui de registrar a minha presença elogiando o trabalho de V. Exª aqui nesta Casa, onde já convivemos. Aprendi a admirá-la, pela sua ternura, pela sua educação e pelo seu jeito humilde de ser.

Então, V. Exª, que assume esta Comissão substituindo o Senador Paulo Paim, com certeza sabe da responsabilidade que tem, porque ele é um dos Senadores mais atuantes nesta Casa. E esta Comissão, necessariamente, sob a batuta do Paim, tem que se reunir no mínimo duas, três vezes por semana. E ele está aqui presente todos os dias da semana, principalmente nesse trabalho que é a obrigação, o compromisso maior da CDH. Mas principalmente pela sua experiência como educadora, eu tenho certeza de que V. Exª dará prosseguimento a esse trabalho feito pelo Senador Paulo Paim.

Eu quero dizer que sou do Mato Grosso. Daqui a pouco também nós vamos ter uma audiência pública no plenário, onde vamos estar homenageando a IBM, os cem anos da IBM no Brasil. Mas lá no Mato Grosso nós temos uma história e, sempre que é possível, eu faço questão de colocá-la, porque a nossa primeira capital não foi Cuiabá, foi Vila Bela da Santíssima Trindade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vila Bela da Santíssima Trindade foi uma cidade projetada em Portugal para ser a primeira capital da costa fluvial brasileira, exatamente para manter aquela região como um torrão brasileiro. E lá essa cidade foi toda construída pelos negros, e ainda é uma cidade cuja grande maioria da população é formada por negros – e, olha, muito bonitos! Lá cada mulher se diferencia exatamente pela força da raça, e os homens também, da mesma forma.

Mas eu quero lembrar Tereza de Benguela. Tereza de Benguela foi uma negra, escrava, que resolveu, pela sua força de mulher, tomar aquilo como um reinado. E reinou durante quarenta anos, fazendo com que a nossa capital mato-grossense, Vila Bela da Santíssima Trindade, tivesse todo o histórico da resistência, mas da resistência da mulher. Naquela época, imaginem como era!

Então, eu vejo que até hoje nós estamos aqui discutindo um tema desse no Brasil, a questão das cotas. Toda vez que se vai discutir ou votar isso, a discussão é bastante heterogênea. Mas eu penso que não há outra forma, quando há uma desigualdade tão grande, se você não buscar mecanismos para propiciar que as pessoas tenham pelo menos o acesso. E aqui o tema colocado é exatamente o das cotas nas universidades, mas acima de tudo eu acho que é a discussão, o compromisso da permanência, porque não adianta a cota se não houver permanência... (*Palmas.*)

E a permanência se dá não é pela intelectualidade, não é pela capacidade de desenvolvimento do aprendizado, é muito mais pelas condições para que as pessoas possam estar ali.

E nas nossas universidades – eu me formei em uma universidade pública e sei disso – há a força da discriminação. Eu ouvi o reitor falando e justificando: "Eu sou branco". Então, a força de dizer "eu sou branco" para dizer que eu também apoio. Por quê? Porque eu acho que o subconsciente está mostrando que eu preciso dizer que eu apoio, porque pode ser que não acreditem ainda.

Então, eu quero aqui também ainda lembrar da minha geração. Eu sou nascido em Rondonópolis, Mato Grosso, me formei em Mato Grosso do Sul. Mas, da minha geração, nós só temos um companheiro, que eu conheça, formado doutor na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – e eu quero fazer aqui desta audiência pública também uma homenagem a toda a minha geração –, que é o Prof. Walfredo Brito, que é o único da nossa turma, da nossa geração, formado doutor na Universidade Federal de Mato Grosso. E sei que foi com muita dificuldade, ele vem de uma família muito grande, de negros. O pai dele também foi o primeiro doutor da nossa cidade. Ele era farmacêutico, mas naquela época era o médico da cidade. E a minha mãe, inclusive, que morava na roça – eu faço questão de dizer –, ela estava muito doente e estava começando a surgir a cidade. Aí, chegou lá um mascate, um vendedor, e falou para o meu pai: "Você tem que levar essa mulher senão ela vai morrer. Está começando a surgir ali uma cidade e lá chegou um doutor muito afamado" – era o Dr. Conrado Sales Brito, um farmacêutico que tratou da minha mãe. E ao chegar à cidade, depois de viajar a cavalo, depois de ir batendo a barriga na cabeça do arreio, a criança já tinha morrido, e ela estava muito fraca. E foi exatamente essa família, e aí eu faço questão de registrar, porque foi exatamente daí a origem também da minha família naquela cidade de Rondonópolis.

E também eu quero aqui lembrar – faço questão também de colocar – o nome da esposa do meu 2º Suplente de Senador, Prof. Manoel Motta, filósofo da Universidade Federal de Mato Grosso, do PCdoB. A sua esposa, a Profª Luzia Aparecida do Nascimento, também é uma negra e a gente tem dado todo o apoio lá no sentido do fortalecimento de uma ONG, que á a Unegro, que é a união de negros por igualdade e que tem feito um grande trabalho naquela região. Então, acho que essa causa é uma causa de todos nós, e não precisamos registrar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

somos brancos para defender a busca da igualdade no Brasil, mas, se for necessário, vamos ter que falar, para que as pessoas não façam essa discriminação que às vezes acontece.

Então, eu desejo aqui à nossa Presidente, Senadora Regina, muito sucesso, não só nesta audiência, mas, claro, em todo o seu trabalho aqui. E eu creio que será mais uma oportunidade, enfim, para buscarmos essa condição igualitária. Agora, no Dia Internacional das Mulheres, eu fiz questão, no meu pronunciamento, de dizer que nos Estados Unidos ainda vai demorar 200 anos para as mulheres terem condições de igualdade com os homens no caminhar das coisas; no Brasil, demorará 500 anos ainda se não tivermos ações concretas para que isso possa acontecer.

Então, parabéns a todos vocês por estarem aqui discutindo. Eu acho que é com a discussão que vamos encontrar os melhores caminhos. E os nossos irmãos índios também, eu tenho que fazer... Porque Mato Grosso foi o primeiro Estado em que criamos a Universidade dos Povos Indígenas. Então, é um Estado que ainda...

Na semana passada, estivemos lá, no Vale do Araguaia, discutindo a questão de uma BR, mas discutindo, acima de tudo, o respeito àquela comunidade Marãiwatsédé que foi criada com muita dificuldade, mas os índios estão lá também e precisam de apoio, porque, às vezes abandonados, só a terra não é suficiente. Então, eu me lembro da minha cidade também, Rondonópolis, lá nós temos os povos indígenas. A origem foram os bororos, e lá estávamos tendo uma mortalidade infantil muito grande. Fomos ver o que era: os índios estavam tomando água contaminada do rio. Conseguimos lá um recurso não tão expressivo para perfurar um poço artesiano, levar energia elétrica, resolver o problema da mortalidade infantil e, claro, logo após os índios reivindicaram também a televisão, reivindicaram a geladeira, porque eles estavam ali totalmente integrados com a comunidade. Não adianta fazer muro, porque hoje vírus não respeita muro, as doenças estão integradas. Então, é preciso, acima de tudo, que criemos condições humanas para os nossos irmãos índios, que, para o Mato Grosso, são muito importantes, dado o volume de terras que eles lá têm – mas às vezes a fome também está presente.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Wellington Fagundes.

E aproveito para dizer-lhe que nós temos um compromisso com os indígenas, que eles foram ao meu gabinete, uns caciques lá do Xingu, e uma das coisas que eles pediram foi exatamente energia elétrica, mas não querem qualquer energia, eles querem energia solar, questão ambiental. (*Palmas.*)

Então, nós dois vamos ter que tentar abrir uns caminhos para levar energia solar para os nossos indígenas.

Eu pedi permissão para o Dr. Vicente, professor – não sei se o senhor é professor, mas deve ser, geralmente nessa área é assim –, para o ouvirmos daqui a pouco. Não sei de quem foi a falha – se foi minha, eu peço perdão –, mas não colocamos um indígena entre os convidados aqui, mas eles estão aqui, e vamos chamar o Poran Potiguara, estudante de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília que representa a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e a Comissão Nacional dos Estudantes Indígenas. Então, vamos chamá-lo aqui para fazer uma fala. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PORAN POTIGUARA – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer o convite, Senadora, e informá-la também que de fato havia um convite, mas não houve o retorno. Então, houve um problema de comunicação, mas nada que impeça que nós possamos estar aqui hoje nesta audiência tão rica para a pluralidade do País.

Eu fui incumbido de falar em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib, e ao mesmo tempo aproveito para dizer que também falo em nome da Comissão Nacional de Estudantes Indígenas.

Dentro do tema, "Permanência nas Universidades", vou falar um pouco da permanência indígena. Eu quero começar de um ponto: nós até hoje ainda somos invisibilizados dentro das universidades, a ponto de o próprio Inep não ter dados exatos de quantos somos; de quantos formados somos. Enfim, os próprios dados da Andifes, apresentados pelo Prof. Roberto, mostraram um pouco isso. Falou-se apenas de um único tópico, que se referia a um percentual, em relação a valores para mulheres indígenas aldeadas. Para os demais contingentes, a gente não tem dados que expressem a presença indígena no ensino superior hoje no Brasil. Eu considero isso uma falha grave, porque nós existimos; estamos nas universidades, fazemos pesquisa também; realizamos eventos. Estamos indo agora para o V Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, que será realizado na Bahia, que reúne em média mais de 700 indígenas anualmente – e ainda não existimos!

Falando de permanência, eu considero que houve um avanço financeiro. Já foi dito aqui na Mesa que a permanência não é só o financeiro, mas no financeiro houve um avanço significativo quando se criou Programa de Bolsa Permanência, que atendeu estudantes indígenas de baixa renda e, mais especificamente, indígenas e quilombolas de todo País.

É importante relatar, porque você tinha realidades de estudantes que entravam, mas não acessavam programas de permanência específicos das universidades devido a um problema que um dos professores aqui na Mesa colocou: a falta do conhecimento da existência do direito do indivíduo de acessar determinado programa.

Eu gosto de falar sempre isso porque meu pai se formou pela Universidade do Federal da Paraíba em Geografia e ele não teve direito a uma bolsa. Eu ressalvo que ele não teve direito a uma bolsa na universidade porque ele não sabia que tinha direito àquela bolsa.

Então, existe? A gente sabe que existe, porque estamos dentro do meio acadêmico, mas quem chega de uma realidade de comunidade, de aldeias indígenas, que não tem muita informação – e a informação não é repassada diretamente para quem precisa –, acaba não acessando os programas por falta de conhecimento deles. E o Programa de Bolsa Permanência veio para suprir essa necessidade.

Então, em nível de Brasil, eu diria que os povos indígenas conseguiram obter avanços em relação à permanência financeira. Mas, como foi dito, a permanência financeira não é a única solução, não é a solução para toda a permanência dentro da universidade.

Enfrentamos problemas tão complicados, tão preconceituosos... A gente costuma dizer que, nas universidades, existe um racismo institucional impregnado, que vai desde o colega de classe até a reitoria; até as repartições que tratam diretamente com o indígena, com o quilombola, com o negro, com o LGBT, com as minorias.

A prova disso é que, na Universidade de Brasília, onde eu estudo, a cada... Eu me lembro muito bem, eu sou egresso de um convênio que existia com a Funai, Funai-FUB, a Fundação Universidade de Brasília, em 2004, que tinha uma vigência de 10 anos. Eram vagas específicas.

Eu me lembro muito bem que, até 2013, existiam... A gente costuma falar que existiam quatro grupos na Universidade de Brasília considerados vulneráveis: havia o Grupo 1, que era o mais vulnerável; havia o Grupo 2, que era o intermediário entre os vulneráveis; o Grupo 3, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

não era vulnerável; e existiam os indígenas, que não faziam parte de nenhum desses grupos. Então, você tinha grupos que tinham direito a bolsas ou isenção para alimentação no RU, mas os indígenas não tinham direito porque simplesmente eram indígenas.

Então, você vem para o espaço acadêmico, para o espaço do saber, em que se discute a educação, em que se discutem direitos iguais, em que se pensa, onde se disseminam os professores do Brasil das escolas do ensino médio e do ensino fundamental e, mesmo assim, nos tratam ainda como algo que não existe. Nos tratam com esse racismo institucional que vai para o Brasil afora. A gente sabe que, nesses 500 anos – eu costumo dizer isso – de história brasileira, a grande ideia sempre foi nos integrar à sociedade, mas não nos integrar como cidadãos de direito indígenas.

E aí fica o desafio, porque a gente tem relatos, Senadora e demais presentes, de universidades em que as assistentes sociais, grandes responsáveis por minimamente assegurar um atendimento que garanta a permanência, não sabem lidar com o indígena.

Eu lembro de uma amiga que foi assistente social na Universidade de Brasília que dizia o seguinte. Quando ela via chegando os indígenas, ela dizia: "O que eu vou fazer? Como eu vou lidar..." E aí eu digo: gente, nós somos seres humanos também, nós temos dedos, temos mão, temos cabelo, temos pernas, andamos, falamos, pensamos. Eu não entendo por que o Brasil nos trata com essa indiferença absurda. E isso se reflete diretamente nas universidades: somos tratados como exóticos.

E aí, quando vamos brigar por direitos que assegurem a permanência digna, não o financeiro, mas o direito a uma monitoria específica para sanar a defasagem do ensino médio, fundamental e primário, porque a gente sabe que existe no País... A gente sabe que o ensino da capital é diferente do ensino da cidade do interior; que vai ser diferente do ensino de uma aldeia. Mas, quando chegamos à universidade, somos obrigados a ouvir o professor dizer: "Aqui dentro você é um aluno como qualquer outro".

Ou seja, esse saber eurocêntrico não leva em consideração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORAN POTIGUARA – ...quem você é de fato; não leva em consideração a sua especificidade, o seu modo de ensino e de aprendizado.

Na aldeia não há... Se eu vou pescar amanhã, por exemplo, eu não vou passar o dia hoje todo estudando a teoria de qual peixe vou encontrar no rio, sobre qual anzol vou usar, sobre que linha vou usar, qual flecha ou como vou atirar. Não, a prática é junto com a teoria. Então, o ensino se dá de forma diferente.

Mas, quando se chega à sala de aula, os doutores, os PHDs da vida, dizem: "Aqui você é igual a todo mundo; aqui você vai ter que se adequar à minha realidade". E essa realidade é muito distante da realidade que você viveu, em que foi criado.

E aí, penso eu, a permanência, para de fato ter sucesso, ela vai precisar começar sanando os problemas financeiros, porque por muitas vezes você é obrigado – eu já passei por isso e tenho colegas que já passaram por isso e, tenho certeza de que neste plenário aqui há também irmãos que já passaram por isso – a decidir se você vai almoçar ou se você vai para a universidade... (*Palmas.*)

...ou se você vai à aula ou se você vai conseguir um local para morar. Então, ela deveria iniciar pela questão financeira: sana o financeiro. Vamos dar boas condições de moradia ao estudante. Condições de se manter nas capitais não é fácil, e a gente sabe que as universidades hoje, em grande parte, estão nas capitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em segundo lugar, eu penso que ela deveria tratar mais dessa questão do aprendizado social. "Calma aí. De onde você veio?"

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORAN POTIGUARA – "Eu vim de uma determinada região." "Como foi seu ensino? Você teve química?"

Há estudantes nossos aqui na universidade que não tiveram química durante toda a sua vida, não tiveram física. Mas isso não é culpa dele, não é culpa desse individuo não ter tido matemática lá no ensino médio na sua aldeia. Não é culpa dele, é culpa do Brasil, é culpa do modelo de educação brasileiro, que não é igualitário. (*Palmas.*)

E aí você chega à universidade e ouve que tem de saber integral, tem de saber derivada, e o professor não está nem aí se você não aprendeu, se você não viu isso no seu ensino médio.

Não estou colocando isso como um problema, gente. Estou colocando isso para dizer que, para que possamos de fato ter uma universidade igualitária, precisamos corrigir a educação lá na base. Então, tem que ser uma correção desde o primário, desde a educação primária.

E aí não vejo como errado – peço desculpas, Senadora, por ter passado do tempo – que um estudante que não teve, digamos, determinadas disciplinas no seu ensino médio ou fundamental queira aprender ao chegar à universidade. Não acho errado, porque as universidades são instituições de ensino também. Então, elas têm o dever de ensinar, é obrigação delas ensinar. Como se fará isso? Acho que a gente tem que discutir cada caso, cada especificidade. O que não podemos é dizer: "Ah, não sabe matemática, nunca viu matemática, reprovou lá a quantidade x, foi desligado da instituição, teve que voltar para sua casa" – e vamos entrar para a estatística daqueles que não deram certo, é isso que tem acontecido.

Infelizmente, usam a meritocracia para dizerem: "Você não é capaz de estar aqui, seu povo não é capaz de estar aqui porque você não sabe isso". Mas não tratam de ensinar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORAN POTIGUARA – Então, quero dizer que é um desafio a permanência. Para os povos indígenas, é um desafio em dobro, porque existem povos que não falam português. Conheço estudantes que aprenderam português com 17 anos, mas são obrigados a responder a prova em português, a interpretar em português, a ler em português.

Então se, de fato, almejamos uma permanência igualitária e que possamos manter essa pluralidade dentro das universidades, que possamos também pensar em políticas que visem as especificidades de cada um.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Poran.

Agora sim, vamos passar ao Sr. Vicente de Paula Almeida Junior, Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Quero dizer ao senhor que, como o conteúdo aqui foi bem intenso e extenso, o senhor vai ter mais tolerância do que os outros. Então, não se preocupe, porque sei que o senhor vai precisar abordar mais coisas a partir das falas que ouviu aqui.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Bom dia.

Quero agradecer a oportunidade de estar presente nesta audiência pública à Senadora Regina Sousa. É um prazer e, ao mesmo tempo, um privilégio poder discutir e debater um assunto de grande relevância para toda nossa comunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento todos da Mesa. É um prazer conhecê-los e discutir igualmente assuntos pertinentes aos nossos interesses.

Gostaria só de fazer uma observação, Marcelino: sou filho de pai negro. (*Palmas.*)

As aparências enganam, não é? Tenho a pele clara, mas sou filho de negro, meu pai se chama Vicente de Paula Almeida.

Trabalho numa secretaria que contém três diretorias, uma diretoria que cuida da saúde da rede federal; uma outra diretoria que atua especialmente com os recursos de custeio e capital das universidades federais; e a diretoria, da qual faço parte, que diz respeito às políticas e programas relacionados à educação superior. Entre outros programas, trabalhamos com o PNAES, com o Bolsa Permanência, além de acompanhar também a aplicação da Lei de Cotas, a Lei nº 12.711.

Trouxe alguns eslaides apenas para subsidiar a nossa reflexão. Não se faz política pública, especialmente política pública educacional, sem informações e sem dados. Acredito que essas informações ajudam a clarear o debate, bem como subsidiar o nosso próprio raciocínio.

Como todos nós sabemos, a Lei 12.711, conhecida como a Lei de Cotas, garante 50% das vagas para os estudantes oriundos das escolas públicas no Brasil. Dentro desses 50%, a lei estabelece 50%, ou seja, metade, para alunos com renda *per capita* bruta familiar de até, ou igual, um salário mínimo e meio. Dentro dessa renda, se estabelecem as faixas de acordo com a cor e a raça, de acordo com o percentual informado pelo IBGE em cada unidade da Federação. Esse é mais ou menos um resumo do funcionamento da Lei de Cotas, como vocês bem conhecem.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 7.824, também de 2012, e agora uma nova lei introduziu um novo dispositivo alterando os arts. 3º, 5º e 7º da Lei 12.711, pelo qual também reserva cotas para pessoas com deficiência. Então, é algo que estamos ajustando para o próximo processo seletivo do Sisu, que é o nosso Sistema de Seleção Unificada, sistema por meio do qual as universidades federais, por meio de adesão voluntária, participam e ofertam as suas vagas.

Os resultados sistematizados a partir desse sistema nos mostram que a lei está sendo cumprida. Já atingimos no ano... Ela foi pensada, na sua implantação, de uma maneira gradual, estabelecendo para até agosto até 2016 o cumprimento de 50% da reserva de vagas.

Pois bem, podemos observar nessa transparência que, no ano de 2016, do total de oferta de vagas, 51% foram destinados ao cumprimento da lei. Desse percentual, ou seja, das 123.989 vagas – isso nós vamos divulgar por meio de relatório, Senadora –, 63% já dizem respeito aos pretos, pardos e indígenas, aquilo que está previsto pela lei. Então, esse é um bom sinal, é um bom indicador de que não só a lei está garantindo a oferta de vagas, mas que essas vagas estão sendo ocupadas pela comunidade.

Pois bem, essa lei, evidentemente, como foi muito bem destacado aqui, alterou o perfil do estudante brasileiro nas universidades federais. Então, é evidente que uma lei, por si só, não garante a oferta e a ocupação. É necessário garantir as condições materiais para que essa intenção expressa na lei, essa garantia expressa na lei, seja, de fato, efetivada.

Sabemos que não basta uma política pública ser eficaz e eficiente, ela também tem que ser efetiva, isto é, produzir aqueles resultados que ela pretende alcançar. Nesse sentido, o Ministério da Educação possui dois grandes programas que visam acolher, assistir e garantir a permanência desse novo perfil na universidade pública federal brasileira. Quais são esses programas? O PNAES e o Programa de Bolsa Permanência.

Os recursos previstos para o PNAES são descentralizados diretamente para as universidades federais, na unidade orçamentária delas. Atualmente, de acordo com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

informações prestadas pelas universidades federais – e isso está escrito na Lei Orçamentária Anual, a LOA de 2017, vocês podem observar lá –, há uma previsão de mais de dois milhões de auxílios para o PNAES, Programa Nacional de Assistência Estudantil, no ensino superior. Isso está na Ação 4002, é uma ação orçamentária prevista em PPA e contida anualmente na LOA, na Lei Orçamentária. Portanto, é uma ação específica que deve ser cumprida. Os recursos lá destinados são, por lei, fiscalizados, auditados pelos órgãos de controle, além dos próprios órgãos de controle da universidade, como as auditorias, as procuradorias ali presentes. É um recurso que não pode ser destinado para outra finalidade a não ser essa.

Além do PNAES... Só uma informação quantitativa aqui para vocês: no ano de 2016, foram destinados mais de R$940 milhões para o programa. Em 2017, está previsto na Lei Orçamentária, estamos colocando mais de R$987 milhões para o programa. Em 2015, esses recursos chegaram ao montante de R$843 milhões. Então, no histórico do programa, Senadora, há um crescimento em relação aos investimentos para o programa. Se considerarmos desde a existência dele, 2011 para cá, nós vamos observar um crescimento de mais de 114%.

O outro programa, que eu já mencionei, é o Programa Bolsa Permanência. Ao contrário do PNAES, o Bolsa Permanência é um recurso que o Ministério da Educação destina diretamente ao estudante, por meio de cartão. Para o estudante, é destinado um recurso de R$400; para o estudante indígena e quilombola é destinado um recurso de R$900. Desde sua implantação, o programa também vem recebendo recursos consideráveis e crescentes. Só para termos uma ideia: no ano de 2016 foram investidos mais R$127 milhões para o programa. Em 2017 temos uma previsão – prevista também na nossa Lei Orçamentária – de mais de R$146 milhões. Atualmente nós atendemos, por meio do programa, mais de 22 mil estudantes, dos quais – podemos ver na transparência – 15.578 estudantes; indígenas, 5.170; quilombolas, mais de 1.800 estudantes. O recurso previsto, como falei, em LOA tem como base legal tanto o decreto que instituiu o PNAES, o Decreto nº 7.234, bem como a Portaria MEC/FNDE nº389.

A transparência seguinte demonstra o volume de recursos investidos ao longo dos anos, ou seja, desde 2013, quando foi implantado o programa. Então, chegamos, para termos uma ideia, ao montante, em 2016, de R$127 milhões, sendo que, para 2017, R$147 milhões. Então, aqui estão os dados, e eu procurei separar esse volume investido por estudante quilombola, estudante indígena estudante.

Então, o Ministério da Educação tem feito um esforço enorme e, nesse sentido, o nosso Ministro Mendonça Filho é muito sensível ao programa no sentido de garantir as condições, os recursos necessários para a continuidade e o fortalecimento do programa. Nós sabemos que, sem isso, não é possível que o estudante possa estudar com tranquilidade, ter excelente desempenho acadêmico, com eficiência, com eficácia, aquilo que nós esperamos de todos nós.

Então, Senadora, apesar de todas as dificuldades socioeconômicas em que se encontra o nosso País, no Ministério da Educação, para vocês terem ideia, os recursos que dizem respeito a esses programas, por enquanto, não foram afetados. E eu tenho certeza de que não o serão.

Só para dar um dado do nosso orçamento: apesar de todas as dificuldades, o nosso orçamento em 2017 é superior em R$4,4 bilhões em relação ao exercício de 2016. Então, sinto-me bastante confortável para dizer que o orçamento previsto para o programa vai garantir os auxílios e as bolsas para todos os estudantes, conforme o Ministério da Educação vem monitorando e acompanhando.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada ao Sr. Vicente, representante do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos o hábito de abrir um pouco também para pessoas, principalmente entidades, mas não me chegou nenhuma relação de entidades presentes, outras que não sejam a Educafro e o Movimento Negro. Se houver entidades...

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Movimento por Moradia, o Movimento Estudantil, a Associação de Advogados...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A secretaria está aqui, pode pegar. Se não, vamos abrir inscrições, cinco inscrições, porque também temos um tempo para encerrar – é de praxe, porque há uma solenidade também no plenário. Então, vamos abrir cinco inscrições. Depois eu volto para cada um da Mesa ainda.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Senadora, é possível que Mesa faça pergunta ao MEC? É que estamos meio incomodados com a fala do MEC. É possível que a Mesa faça perguntas ao MEC primeiro e, depois, a...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Espere só um instantinho, enquanto a secretaria pega os nomes. Os primeiros... Cadê a Mariana?

Vamos encaminhar as cinco inscrições do plenário. Eu vou passar para quem da Mesa quiser fazer alguma pergunta, mas com tempo limitado, viu, Frei?

O SR. FREI DAVID SANTOS – Está bem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Porque a volta é mais curta do que o começo.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Com certeza.

Prof. Vicente, os dados estão aí.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um instantinho. Prof. Vicente, anote e, no final, faça uma resposta só, certo?

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Os dados do MEC está aí, mas temos várias preocupações. O próprio Prof. Vicente mostrou que as cotas foram crescendo a cada ano, o número de pobres entrando na universidade, e o valor de dinheiro que ele mostrou crescendo é pífio, é quase nada em relação aos novos problemas que chegaram. Primeiro ponto.

Segundo ponto: como é que ele explica a monitoria e a supervisão do MEC com referência à aplicação da verba na universidade? Por exemplo, eu conheço uma universidade que pegou esse dinheiro e alugou ônibus para os times de futebol e de basquete, quer dizer, para alunos de classe média alta saírem de uma cidade, de um Estado, e viajarem por três Estados para disputarem um título de futebol. Saiu desse dinheiro, enquanto o jovem pobre não tinha onde morar.

Portanto, para nós, você não respondeu à pergunta central: o MEC está disposto a rever o programa de modo que garanta, assim como você está garantindo, a indígenas e quilombolas que o dinheiro saia do MEC para o cartão do aluno? A nossa proposta é: solicitamos que você veja com o Ministro se ele aceita uma audiência conosco para amanhã ou para depois de amanhã. Queremos só isto: que o dinheiro para todo pobre, negro e branco, que ganha até um salário mínimo e meio saia direito do MEC para o cartão do aluno.

E a outra coisa é dizer que, quando você fala em estudantes, você não revelou um fato bastante delicado: aqueles estudantes a que ele se refere são aqueles *boys* que estudam cinco horas na faculdade. É tudo *boy* praticamente, quase não há pobre ali, e quase tudo é fraudado.

Para você ter uma ideia, Prof. Vicente, sobre a falta de o MEC fazer uma auditoria séria nas universidades, basta dizer que agora a UFF – eu quero parabenizar a UFF – no ingresso agora do vestibular, pegou quase 200 alunos para conferir a autenticidade da declaração. Olha só, Prof.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vicente: dos 200 alunos que ela chamou para conferir a autenticidade da declaração, ela reprovou 70,6% como fraudadores.

Antes não havia essa averiguação, e essas verbas de moradia e de permanência iam para fraudadores que se declaram pobres mentirosamente, declaram-se negros mentirosamente. Então, além de serem ricos, roubam o dinheiro do pobre, porque essa verba está indo para eles, e o MEC não está fazendo uma fiscalização, uma auditoria nesse problema aí.

Prof. Vicente, o Jonas – pena que ele não falou isso com a clareza que eu queria que ele falasse, com a clareza com que ele falou para nós na nossa avaliação – está há mais de um ano na faculdade esperando bolsa moradia. Jovem pobre da periferia do Nordeste, e não tem a bolsa até hoje, de moradia nem de alimentação. Veja que absurdo!

Maria, você está há quanto tempo na faculdade já?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Ou seja, as universidades estão usando a administração para oprimir os pobres! Então, eles inventam documento, inventam entrevista, botam agendamento para daqui a dois, três meses, e, com isso, o pobre está na dificuldade.

E eu queria saber do senhor, Prof. Vicente, como resolver esse problema. As universidades falam que, quando o PNAES manda esse dinheiro para lá, esse dinheiro é para um leque de atividades da universidade. E é aqui que está o problema: quando a universidade pega um dinheiro para muitas coisas, ela, a universidade, o setor administrativo, tem que ver aqueles problemas que são mais graves, como, por exemplo, o dos laboratórios. E aí aquele problema que é grave para nós, negros, nem sempre é prioridade da universidade.

Então, pedimos, pelo amor de Deus, que saia de ser um programa de universidade e passe a ser um programa de Estado, não de governo e não de universidade. As bolsas para moradia e alimentação precisam deixar de ser um programa de governo, precisam deixar de ser um programa de universidade, para serem programas de Estado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Frei David.

Alguém mais da Mesa quer fazer alguma indagação? Mas agora são 3 minutos, viu?

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Eu posso fazer uma pergunta? Gasto 3 segundos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Só um minuto. Ele está querendo responder.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – A pergunta do Frei David já contém uma série de questões.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então o senhor responde e depois voltamos para a Mesa.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Pode passar.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, o Marcelino aqui.

Pode falar. No máximo 3 minutos, viu, Marcelino?

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – Primeiro eu queria dizer que a minha fala parece que causou algum desconforto e, se causou desconforto, cumpriu o objetivo da minha fala mesmo. (*Palmas.*)

O meu lugar de fala é lugar de um negro que lutou muito, que teve de lutar duas vezes mais do que qualquer outra pessoa para assumir o lugar em que eu estou, tive de matar um leão a cada dia para provar a minha capacidade. E aí é muito fácil... Eu posso pegar qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

um dos que eu mencionei como brancos aqui, nesta Mesa, ir ali fora e dar sinal para o táxi, e vamos ver para quem o táxi vai parar, se vai ser para mim ou para eles. É fácil! (*Palmas.*)

Então, a minha vida foi pautada em luta o tempo inteiro, e as dificuldades estavam nessa marca que eu tenho, da minha ancestralidade, de ser negro. Isso para mim é o meu motivo de luta e o meu motivo de estar aqui hoje.

Bom, eu queria colocar duas coisas.

O racismo é um problema de todo mundo, sim, mas eu quero dizer para vocês o seguinte: as fórmulas que vocês estão organizando, essa disputa dentro da universidade, está para os negros, e queremos que seja pelos negros e com os negros. Queremos participação nesse processo inteiro. Queremos participação junto às políticas que estão sendo colocadas pelo MEC, ele faz sem perguntar, sem questionar os movimentos negros. E aí não vou falar só em nome do Movimento Negro Unificado, que é a entidade que eu estou representando, mas há outros movimentos negros que precisam ser ouvidos pelo Governo, pelo Estado, pelas instituições federais de ensino superior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – Falar que atingiu a lei das cotas, que conseguiu completar, eu quero falar o seguinte: precisa fazer uma fiscalização nesse acesso. O acesso está sendo feito... Falar que atingiu a meta da lei... Nós temos lá tanto, tanto, tanto, tanto. É número, beleza. Só que esse número não é a realidade. Chega a uma turma de medicina de qualquer faculdade federal e vê lá, tira uma foto; chega a uma turma de engenharia e tira uma foto daquela turma, vê se lá estão representados visualmente os negros e negras e pardos e pardas da população brasileira. Não estão. Então, dizer em número, sem ir a campo, sem perceber como está sendo operacionalizada a lei, não vale para mim. Aí está passando para a questão da improbidade administrativa. Aí, eu quero pedir para a Duprat: Duprat, tem que entrar, o Ministério Público tem que ser o nosso aliado nesse processo. (*Palmas.*)

Tem que ser, tem que ser, tem que ser. Aonde não estiver funcionando, o Ministério Público tem que ir lá para fiscalizar.

É isso. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Marcelino.

Passo a palavra para a Drª Débora Duprat. Depois o Prof. Roberto.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Prof. Marcelino, só dizendo que existe no MEC um ofício do Ministério Público cobrando informações sobre Pnaes. Até agora, mais de um mês, não obtivemos resposta.

Mas, em relação aos dados apresentados, eu queria saber do representante do MEC, muito rapidamente: esses valores tanto de Pnaes quanto de Bolsa Permanência são valores orçados ou valores executados, até 2016?

A segunda coisa é que o decreto do Pnaes prevê a transferência mediante apresentação de projeto pelas universidades... Sim, de plano de trabalho, plano de execução, uma pactuação. A fiscalização é exercida em relação ao que as universidades, as instituições apresentam, porque são tanto as instituições de ensino superior quanto os Institutos Federais de Educação.

O SR. ROBERTO LEHER – É importante precisar como esses recursos chegam às universidades. Esse recurso vai para o orçamento da instituição, mas é uma rubrica específica que tem destinação específica. Esses recursos são muito cuidadosamente auditados pela CGU e pelo Tribunal de Contas, e deve ser cuidadosamente auditado sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas existe uma questão objetiva: 90% dos recursos do Pnaes, como a universidade recebe, no mínimo, são para pagamento de bolsas. Não sobram 10% para investimento, que é a questão decisiva da assistência estudantil.

Eu gostaria de reiterar que – e aqui eu tenho uma fraternal discordância com o Frei no que diz respeito às prioridades de investimento –, sem restaurante universitário e principalmente sem alojamento, não há solução.

A bolsa é um mecanismo que ajuda o estudante, é óbvio. Mas os nossos estudantes da UFRJ, com a bolsa com que vivem, estão morando em áreas conflagradas no Complexo da Maré, porque não têm como pagar algo diferente fora dali ou da Vila Residencial. Não sobra dinheiro para construir novos restaurantes e não sobram recursos para investimentos em construção ou reforma de moradia.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – E tem de sair do Pnaes isso? É um absurdo!

O SR. ROBERTO LEHER – Mas a verba disponível para fazer esse tipo de investimento é a do Pnaes, e deveria assegurar isso.

Volto a reiterar uma informação da UFRJ: a renda de corte que nós atendemos hoje em quase todas as nossas modalidades de bolsa é de R$400 – R$400!

A informação de que o recurso, nominalmente, é 3,5% menor vem do trabalho feito com o Prof. Paulo Barone com a Comissão de Orçamento da Andifes, e era o valor não corrigido. E mesmo que esses fossem os valores executados, de 940 para 877 não cobre nem a inflação. Esse é o problema. Na prática, quando temos o máximo de recebimento de estudantes, estamos com os recursos estagnados e com tendência decrescente, sem recursos para o investimento.

O investimento hoje – inclusive, essa é uma linha que os reitores têm trabalhado com o Ministério – deve entrar numa outra rubrica, para que possamos fazer... (*Palmas.*)

... as moradias e os restaurantes universitários, porque nenhum estudante pode ter uma vida universitária se não puder se concentrar, se não puder ter uma vida universitária plena, de estar fazendo pesquisa, de estar vivendo plenamente, de maneira intensa e arrebatadora, a vida universitária. E, com fome ou viajando horas, sem moradia, por suposto que os estudantes não podem ter essa vida.

Acho que temos de redimensionar o debate hoje de o que é assistência estudantil. O modelo de bolsas não cobre as demandas e não responde às demandas reais que temos hoje nas universidades.

Acho que eu gostaria de enfatizar essa linha de trabalho, porque a racionalidade de que bolsa vai resolver tudo, a meu ver, hoje, não dá conta das demandas reais, inclusive dos movimentos coletivos estudantis, que estão lutando, dentro das nossas universidades, por esses direitos. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Tem a palavra o Prof. Pedro, Reitor da Universidade Federal de Pelotas.

O SR. PEDRO CURI HALLAL – Bem, na verdade, muito do que eu ia dizer foi contemplado pela fala do meu colega Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro agora, mas há um pedaço da fala do Prof. Roberto que deve ser interpretado e entendido por todo mundo com muito detalhe.

Se nós fizermos uma linha contínua do zero até o valor do salário mínimo... Vamos todos pensar juntos: há uma linha do zero até o valor do salário mínimo. As universidades federais estão precisando estabelecer um ponto de corte nesse meio. Não precisaria haver, porque o correto seria que essas pessoas todas estivessem sendo contempladas pelo Pnaes. O que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sendo dito na UFRJ é que esse ponto que está sendo estabelecido não está perto do 1.500; esse ponto está sendo estabelecido no 400. Na Universidade Federal de Pelotas, se nós fôssemos cortar igual, pelo percentual – porque o que nós temos feito há anos na UFPel, tanto na gestão anterior quanto na nossa, é cortar mais para frente e usar outro pedaço do orçamento para atender assistência estudantil, porque falta demais –, o nosso corte seria em R$236, e não em R$400, pior ainda do que a UFRJ.

Então, é importante que fique claro que o que tem chegado para a política de bolsas, basicamente, não tem sido suficiente. E, por isso, eu fiz aquela provocação, que agora foi reforçada, de que, na minha concepção – e acho que na concepção da Andifes seria parecido –, o recurso de custeio das bolsas, que é o recurso que hoje chega no Pnaes, deveria ser mantido com acréscimos anuais, desde que moradia para todos os estudantes em situação de vulnerabilidade e alimentação para todos os estudantes em situação de vulnerabilidade fossem garantidos por fora disso. Nesse caso, o recurso do Pnaes seria suficiente para a gente trabalhar com essa nova realidade das universidades públicas. Do contrário, exigir investimentos e custeio ao mesmo tempo é totalmente impossível.

E, na prática, o que vai acontecer é que a UFPel vai seguir – a UFPel e outras – usando recursos do Pnaes pagando auxílio-moradia, usando quase todo o nosso recurso para pagar auxílio-moradia, quando, se fizéssemos um investimento de construir um condomínio estudantil para todos esses estudantes, o custeio seria usado para outra coisa, e a gente conseguiria fazer permanência de verdade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Pedro Curi.

Eu queria perguntar ao Prof. Vicente, porque nós temos cinco pessoas inscritas, certamente vamos tocar no assunto em relação ao MEC: o senhor tem disponibilidade de tempo para ouvi-las e depois fazer uma resposta só?

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR (*Fora do microfone.*) – Posso fazer algumas considerações a respeito das perguntas aqui colocadas...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E depois espera que eles falem. Então, tudo bem.

Com a palavra o representante do MEC, Sr. Vicente de Paula.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Obrigado.

De fato, a aplicação dos recursos é um desafio, sobretudo porque, de acordo com o decreto, são as universidades que fazem essa definição, bem como são as universidades que definem a metodologia para a seleção dos estudantes. Embora o decreto deixe claro em seus incisos em que podem ser aplicados os recursos – por exemplo, moradia, auxílio-transporte, entre outros, além da própria alimentação –, a aplicação e seleção disso tudo fica sob responsabilidade das universidades. E observamos que há uma metodologia muito variada. Cada universidade tem adotado uma forma de selecionar, uma forma de aplicar esses recursos.

O Ministério da Educação está levantando os estudos, estamos trabalhando em cima dos dados para verificar essas discrepâncias e, se possível, estabelecer uma forma um pouquinho mais padronizada que contemple as diferenças e as necessidades. Esses recursos são auditados e acompanhados pela CGU e pelo TCU, bem como pelos órgãos de controle e de deliberação das universidades.

Então, não se pode fazer qualquer coisa com esses recursos. E não se faz. O que nós temos que trabalhar é o aperfeiçoamento da política, o aperfeiçoamento do programa, para que esse recurso chegue, de fato, para quem precisa, nos mesmos moldes que o decreto estabelece. Isso é um ponto importante de ser salientado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além disso, o produto do Pnaes, naquilo que o MEC descentraliza para as universidades, não diz respeito a bolsa, mas sim a auxílios concedidos. Então, observamos nas universidades, de modo geral, que um mesmo estudante pode receber dois, três, quatro, cinco auxílios, dependendo da seleção que a universidade faz. Nós já observamos que, numa mesma universidade, um aluno na mesma faixa de renda recebe de R$800 a R$1 mil e outro aluno na mesma faixa recebe R$400.

Então, é isso que queremos dialogar com a universidade, com os reitores. E esse trabalho está sendo feito. Os reitores estão bastante sensíveis a essa questão, de modo a aperfeiçoar, como eu falei, a política. Nós temos que encontrar uma metodologia que fortaleça a política e não que a pulverize. Essa é a nossa intenção.

É importante lembrar também que os recursos para o Pnaes são definidos a partir de uma matriz orçamentária. Essa matriz orçamentária encontra respaldo legal num decreto de 2010. É ali que estão contidos alguns critérios para a definição do bolo orçamentário destinado ao programa. Não é um ato impositivo, deliberativo, fechado a quatro paredes, do Ministério da Educação. Isso é feito junto com os reitores. E lá naquele decreto estão contidos todos os parâmetros, que, aliás, devem ser melhorados, aperfeiçoados e discutidos – discutidos, principalmente.

Segunda coisa que eu gostaria de frisar: os estudantes indígenas e quilombolas – agora trocando o programa, lá no Bolsa Permanência, aquele programa que a gente paga via cartão, Frei David – não são obrigados pelos normativos a cumprir a carga horária de cinco horas, está bem? Estou falando somente para deixar isso bem claro e não ocorrer nenhuma confusão aqui.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Eu me referia àqueles outros estudantes...

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Exatamente.

Só para completar o que foi dito aqui: em relação aos números informados, por exemplo, desses auxílios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – ... existe uma dificuldade até para obtenção das informações. O Ministério da Educação, em agosto do ano passado, elaborou dois instrumentos para que as universidades informassem com precisão o quantitativo de auxílios concedidos, inclusive, Senadora, por CPF. Entretanto, até a semana passada, existia universidade que ainda não havia entregado esses relatórios. Precisamos desses relatórios para poder enxergar a questão e encontrar as dificuldades, para, como falei aqui – e não é retórica reforçar – aperfeiçoar. Não existe política pública que não possa ser aperfeiçoada. Então, nós precisamos desses dados, porque quem executa isso é a ponta, e a ponta é a universidade. E a Constituição dá prerrogativa, dá autonomia legal, administrativa e financeira para que elas atuem desse modo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Porém, com responsabilidade, que é o que elas estão fazendo.

Vamos lembrar que as universidades têm autonomia, mas não têm soberania. É diferente. Não vamos confundir também esses termos. Por isso é que o Ministério da Educação solicitou essas informações e está cobrando firmemente, para que nós façamos um estudo e o divulguemos a toda a comunidade.

Em relação ao relatório do Ministério Público, Drª Deborah, nós já encaminhamos a resposta. Eu não sei por que não chegou às suas mãos ainda, mas isso já foi respondido, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

como o relatório previsto para entregar à Comissão que vai acompanhar a aplicação da Lei de Cotas, que também já foi produzido. Estamos convocando, vamos publicar os nomes, para que acompanhem, junto conosco, nesse esforço de entender cada vez mais a política pública estabelecida por lei.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Vicente.

Agora vamos passar à participação do Plenário. São cinco inscrições.

Começamos com o Wagner Alves de Moraes, da Educafro.

São três minutos, ouviu?

O SR. WAGNER ALVES DE MORAES – Bom dia a todos da Mesa.

Meu nome é Wagner Alves de Moraes. Eu sou da Educafro, formado em Direito e também em Educação Física. Estou aqui para debater também esse assunto da questão das cotas.

O que eu vejo, por exemplo, no programa, são alguns nós críticos na questão da gestão desse recurso destinado à bolsa. E eu vejo que é necessário destravá-los, de forma eficaz e com medidas legais. E acho que, nesse aspecto, têm que ser acionados os órgãos de defesa, a Casa fazedora de lei, porque, se o problema é legal e o MEC tem que seguir uma cartilha, tem que seguir uma lei, um decreto, e não pode fugir dele, então tem que ser mudada a lei, incluindo algumas necessidades aqui, porque o que está acontecendo, de fato, é que os estudantes não estão recebendo num tempo hábil. Então, eu vejo que existe uma necessidade urgente, quando o estudante ingressa, fazendo a sua matrícula na própria universidade, de que ele seja informado de fato. Não pode acontecer como aconteceu com o seu pai, com o pai do querido Poran, que fez uma faculdade de Geografia sem o conhecimento – só foi informado depois. Não pode acontecer como no caso do Jonas, que só depois de seis meses foi informado de que teria direito à bolsa.

E a necessidade do estudante, quando ele ingressa, é emergencial. Então, eu acredito também que, nessa mudança estrutural, deveria ser pensado num valor a mais, nesses primeiros três meses de ingresso, para suprir essa necessidade, porque ele tem uma despesa para se adaptar ao local. Eu sei que há questões geográficas também, de universidade para universidade, de Estado para Estado, dos valores da bolsa, mas eu acho que isso tem que ser muito bem equacionado, quando for tratado dos pontos legais para o MEC poder aplicá-la. Mas o dinheiro tem que chegar de forma eficiente.

Outra coisa que eu vejo aqui é a questão dos cursos que estão sendo abordados, porque, de fato, o dinheiro está entrando e está sendo destinado para alguns cursos que são de cinco horas, e muitos fazem cursos com carga horária diferente. Isso acaba afetando. Eles ficam fora de um critério.

Eu também coloco aqui uma questão que foi abordada pela Drª Deborah, que nós temos, de certa forma, que ocupar todos esses espaços. O ingresso, neste momento, na universidade visa isso.

Parabenizo também os reitores das universidades, o Prof. Pedro Curi e o Prof. Roberto, pelas medidas que já estão em curso no sentido de ajudar, de tomar medidas afirmativas concretas, tendo uma sensibilidade pontual nesse sentido.

Encerro. Essa era a minha palavra. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra Gabriel Alex Pinto de Oliveira.

O SR. GABRIEL ALEX PINTO DE OLIVEIRA – Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar a todos da Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa. Agradecemos a oportunidade de podermos discutir essas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O meu nome é Gabriel. Eu sou advogado e sou membro da Educafro. Então, eu vou abordar mais as questões efetivas da lei.

Foram citados muitos números, muitos dados, e eu queria entender e que o MEC pudesse explicar quais são as medidas efetivas para fazer com que a Lei de Cotas realmente exista, porque não adianta o aluno entrar e não sair da faculdade. Foram apontados números de entrada, mas eu quero saber dos números de evasão desses estudantes, porque, a partir do momento em que você não dá as condições efetivas para que esse estudante se mantenha na faculdade, ele nunca vai se formar.

O que as leis de cotas trouxeram é justamente a equalização dentro das carreiras, ou seja, a gente precisa de advogados e médicos formados, a gente não precisa de pessoas que entraram num curso de Direito ou de Medicina para depois desistir no meio do curso. A gente sabe que a maioria dos estudantes não aguenta o primeiro ano e acaba desistindo, porque não tem a efetividade dentro dos direitos que são pertinentes a ele pela legislação, não chegam os recursos no prazo correto, ou seja, demoram três, quatro meses para você conseguir o auxílio. Depois de três, quatro meses sem comer, acho que ninguém sobrevive. Então, a gente precisa de medidas efetivas. Quais são essas medidas e quais medidas efetivas estão sendo tomadas nesse sentido?

Outra questão: a Lei 12.711, de 2012, traz a questão de um prazo de dez anos para que essas cotas sejam efetivadas e depois seja repensado se serão mantidas ou não. A gente tem um prazo curto. Eu infelizmente acredito que elas não vão ser renovadas, porque já foi uma luta muito grande para a gente conseguir que essa lei fosse aprovada. Então, as medidas têm que ser tomadas com urgência. A gente não pode ficar esperando os estudos serem apontados. A gente precisa que as medidas sejam tomadas efetivamente, ou seja, hoje, amanhã. A gente não pode esperar mais dois anos, três anos, porque o prazo de dez anos vai vencer, e a gente não sabe se ainda vai ter a ajuda dessa lei. (*Palmas.*)

Nesse sentido, eu gostaria de saber como será essa expansão do Pnaes, porque já foi visto que ele não é o suficiente. Então, se o Governo Federal tem alguma medida de redirecionamento de recursos – a gente sabe que existem muitos recursos parados em outros setores –, gostaríamos de saber se vocês já estão pensando em uma alternativa. Vocês estão querendo cortar os direitos de previdência, fazer ajustes em vários setores. Eu queria saber se esses reajustes vão beneficiar a educação.

Por fim, eu gostaria de saber se o MEC acha que é mais interessante efetivamente prestar esse compromisso com os estudantes e fazer com que esses valores cheguem aos estudantes ou se ele prefere responder por ações de indenização, porque, a meu ver – desculpe-me, a Drª Duprat pode me corrigir –, no momento em que eu tenho direito ao acesso a esses valores, mas esse direito não chega a mim e eu tenho sofrimentos físicos e psicológicos, eu tenho direito a indenização por danos morais. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Gabriel.

Vamos ouvir Álvaro Bastos.

O SR. ÁLVARO BASTOS – Primeiro, muito bom dia. Quero parabenizar o pessoal da Mesa. Eu sou Álvaro Bastos, sou estudante e falo em nome da Educafro.

Primeiro, gostaria de fazer uma contribuição breve. Na verdade, não necessariamente é uma contribuição, mas uma sugestão para todos da Mesa refletirem. Acho que é importante, em relação ao transporte. Há um programa do ministério federal que é o de transporte para a escola. Por que não tentar expandi-lo às universidades? Essa é uma questão para todos aqui pensarmos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação ao Pnaes, deve-se... Acho que é muito importante pensar na possibilidade de desvincular necessariamente a bolsa que vem para a permanência e a bolsa que vai para outras questões da universidade. Isso é fulcral, é fundamental fazer essa separação exata.

O outro ponto que devo perguntar – essa questão vai diretamente para o representante do MEC, o Sr. Vicente de Paula – é em relação à Portaria 13, em relação ao ingresso ou à indução das cotas nos cursos de pós-graduação, questão levantada ali pelo Reitor da Universidade de Pelotas. O art. 4º fala da criação de um grupo de trabalho para monitorar a fiscalização dessa portaria. Essa portaria já foi publicada no *Diário Oficial* nº 90, do dia 11 ou dia 12 de maio de 2016.

Até agora não se tem nenhuma informação. Eu queria saber se esse grupo de trabalho já foi criado e, se estiver sendo criado, em que pé está. Por favor, passem-nos essa informação.

Em relação às fraudes, às cotas. Pergunto para o MEC também, porque logicamente o MEC está diretamente ligado a isso, mas também se estende aos reitores das universidades. Em que medida as universidades vêm enfrentando a questão das fraudes? Logicamente temos aqui o exemplo da Universidade de Pelotas e da Universidade do Rio de Janeiro também, mas acho que é importante reiterar essa fala, para que outros eleitores que obviamente estejam ouvindo ou assistindo a essa audiência, de alguma forma, também tenham acesso a essa informação. A minha pergunta diretamente: qual o modelo que vocês adotaram em relação às comissões antifraude? Por favor, expliquem-nos também.

Por último, eu gostaria de saber... Na verdade, gostaria de analisar um pouco mais sobre o Pnaes em relação ao desvio de finalidade. Ou seja, é uma bolsa que vem voltada para a permanência estudantil, mas está sendo enviada para outra finalidade.

E aí, como estudantes de Direito, neste caso, a gente tem que pensar que pode estar-se incorrendo em improbidade administrativa. Isso pode gerar muitos processos, inclusive, para o MEC e também para as universidades. Logicamente, eu gostaria que todos da Mesa, de certa forma, mas especificamente o MEC, se debruçassem um pouco sobre a questão.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Álvaro.

Com a palavra o Samuel Emílio.

Não está?

O SR. SAMUEL EMÍLIO MELO – Bom dia! Primeiro, gostaria de agradecer a abertura dos componentes da Mesa neste diálogo.

Gostei muito da introdução que muitos de vocês fizeram sobre o lugar de fala. Eu cheguei até aqui porque, no ano passado, desisti, abandonei a faculdade pública para me dedicar à causa do movimento negro, para me jogar, tentar resolver esses problemas, e esse é o local de fala onde me encontro hoje. Porque acredito que, a partir do momento em que a gente começa a subir e mais gente não vem conosco, a gente precisa encontrar soluções para colocar mais gente dentro desse barco.

E, nessa linha, há mais de dez anos, a Educafro entendeu e percebeu que os nossos Ministérios, a nossa gestão pública estava muito distante da nossa população, estava com um abismo imenso com relação à comunicação e não estava fazendo nenhuma política pública para ajudar a comunidade negra, a comunidade pobre. Desde então, o Frei Davi, junto com toda a Educafro, traz ônibus e ônibus a Brasília para se reunir com todos os órgãos que são necessários, para comunicar a vocês que esses problemas existem e continuam existindo. Então, faz mais de dez anos que todo mundo aqui em Brasília tem ciência disso e ignora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acreditamos muito que, a partir do momento em que temos noção do problema e não conseguimos encontrar e investir energia para resolver esses problemas, conscientemente, nós estamos sendo preconceituosos com essa população, estamos excluindo essa população de benefícios e estamos sendo, no nosso caso, racistas declaradamente. Esse pessoal, todo mundo que está aqui nessa assembleia, no sábado, saiu, começou a se organizar, fez aí o bolo de fubá, fez o suco de caju, porque não tinha dinheiro para comprar alimentação na estrada, viajou o domingo inteiro, saiu da periferia de São Paulo, deve ter acordado às 4h para conseguir pegar o ônibus às 7h e chegar aqui nesta segunda-feira.

É isso que o povo preto tem que fazer para conseguir se comunicar com os brancos que estão no poder. E a gente vem aqui para exigir de vocês, que chegaram ao Ministério da Educação. Se têm competência para fazer isso, para chegar a esses cargos tão altos, também têm competência para resolver os problemas das fraudes que entram nas faculdades ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL EMÍLIO MELO – ... para resolver o problema do Pnaes, para resolver o problema da Bolsa Permanência, que, até o ano passado, conseguia atingir os jovens que não eram quilombolas e indígenas diretamente e, a partir desse ano, misteriosamente, não pode mais.

O MEC é capaz de resolver esses problemas e não o está fazendo. Então, isso é improbidade administrativa, sim. O MEC precisa ser denunciado, com certeza, e a gente vai lutar por isso enquanto for preciso para beneficiar esse monte de gente que veio aqui ter voz para lutar por um pouco de direito ao estudo, que era para ser para todo mundo.

E, mais uma vez, moradia e alimentação, como o nosso amigo Roberto falou, são extremamente necessárias em todas as ocasiões. Isso precisa, sim, ser uma política de Estado. Quando isso não acontece em nível nacional; quando, na Universidade Federal de Pelotas, 24 alunos são expulsos por fraude nas cotas e o MEC não constrói uma política nacional de combate às fraudes, isso é improbidade administrativa, sim. (*Palmas.*)

Era só isso. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Samuel.

Vamos ouvir a Júlia Angel Santos de Sousa.

A SRª JÚLIA ANGEL SANTOS DE SOUSA – Bom dia. É uma honra estar aqui e ter esta oportunidade de ter uma voz ativa. O meu nome é Júlia Angel, tenho 20 anos, sou estudante de Ciências Sociais na UERJ, sou cotista negra. Venho mais fazer um apelo a todos aqui presentes, inclusive aos dois Reitores conscientes brancos. Eu gostaria de pedir à Justiça do Estado do Rio de Janeiro para sequestrar o dinheiro dos impostos e priorizar esse dinheiro para pagar as dívidas da UERJ, retornando, dessa forma, a estabilidade e a funcionalidade dela. (*Palmas.*)

Precisamos dos nossos direitos básicos, começando pela educação. A população pobre, não só a negra, mas a branca, exige a educação, que é o que o Governo nos nega 24 horas por dia. Temos de resistir. A UERJ é isso. A UERJ, é vida, é diversidade, é resistência. Porque a UERJ resiste 24 horas. Ela é uma comunidade unificada para mudar vidas. Vidas! E não apenas para o povo elitizado ir lá espezinhar, tornando-nos inferiores, como tentam nos fazer ser. A UERJ resiste! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Retornamos a palavra à Mesa. Vamos tentar ficar nos três minutos. Eu estou no horário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, cada um vai fazer o complemento que quiser fazer. Então, três minutos, com alguma tolerância.

Antes, quero dizer que nós tivemos a participação da sociedade, através do e-Cidadania e do Alô Senado, de 137 pessoas. Não dá para ler todos. Vou ler somente duas, uma contra e uma a favor. Quero dizer para vocês que a grande maioria é contra cota, dizem até algumas coisas assustadoras, que não vou ler. Então, vou ler uma contra, do Eduardo Pereira de Abreu, de Minas Gerais, que diz: "Sou contra as cotas para negros, pois acredito que eles têm capacidade de estudar sem necessidade de preferência. Para mim, fazer separação entre as raças é racismo". Leio agora o posicionamento de Élvio da Natividade Dias, também de Minas Gerais, Estado que participou mais, está mais ligado na audiência. Ele é a favor das cotas e diz: "Blindar os olhos para a desigualdade racial histórica no Brasil parece confortável para aqueles que desconsideram as ações afirmativas como a reparação real ao povo negro, fulminado pelo preconceito e racismo, hoje criminalizados na Constituição Federal não por acaso. Acordem!" (*Palmas.*)

Então, agora, vamos voltar para a Mesa.

Professor Pedro, você pode começar?

O SR. PEDRO CURI HALLAL – Então, rapidamente, vou tentar relatar o que a Universidade Federal de Pelotas aprendeu com a questão das fraudes que foram identificadas.

A primeira coisa é que a comissão que vai ser constituída, que vem sendo constituída agora regularmente nas universidades federais, tem que ser selecionada por meio de edital. É uma dica bem operacional, mas isso foi utilizado como argumento de defesa dos candidatos – "Ah, mas essa banca foi selecionada por indicação e deveria ter sido selecionada por edital". Então, a partir de agora, todas as bancas são feitas por edital, a nomeação para a comissão que avalia a autodeclaração.

A segunda: que fique muito claro e que se pense muito bem em todo o procedimento e no rito recursal. E nós temos aqui especialista do Ministério Público que pode nos dar uma aula sobre isso. Mas uma coisa com a qual nós, na universidade, eventualmente não somos habituados é todo o rito de recursos possíveis.

Então, se o candidato foi reprovado pela comissão, ele tem agora direito, lá na UFPEL, a recorrer à própria comissão, formada por outros integrantes. Então, há outros grupos na comissão que refazem a análise. Se ele foi reprovado nas duas vezes, então ele pode recorrer ao órgão superior da universidade. Então, há um rito de três possíveis recursos para garantir a ampla defesa, e isso tem facilitado bastante o processo.

A terceira coisa é treinar essa comissão, é efetivamente identificar que o que importa é fenótipo e treinar a comissão. E pode parecer bobo eu dizer isso para esta comunidade, porque todo mundo sabe isso, mas na própria universidade nós tivemos problemas com isso no passado. Eventualmente, a comissão perguntando sobre pertencimento; a comissão perguntando se o candidato conhecia alguma celebridade negra, se o candidato frequentava algum clube. E isso acabou enfraquecendo o nosso próprio argumento em alguns casos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO CURI HALLAL – ... porque era fenótipo que era para ser avaliado, e não pertencimento. Então, essa é uma terceira dica.

E a quarta dica, que talvez seja a mais importante de todas, é que os movimentos sociais têm um papel essencial nesse debate. Não esperem das universidades – eu estou falando por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma – que a gente tenha força sozinho para lidar com isso, com todos os problemas que nós temos. Os movimentos sociais precisam nos ajudar, precisam estar atentos.

E, na Universidade Federal de Pelotas, se algumas injustiças estão sendo reparadas, esse mérito não é da administração da Universidade Federal de Pelotas, esse mérito é dos movimentos sociais. Foram os movimentos sociais que conquistaram que a Universidade Federal de Pelotas reavaliasse aqueles casos e muitos outros. Nós temos agora pelo menos quatro denúncias de servidores, tanto técnicos administrativos como docentes, que entraram pelo sistema de cotas e que hoje estão sendo denunciados. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra Marcelino, representante do Movimento Negro Unificado.

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – Eu quero responder ao nosso internauta aí que falou sobre a questão das cotas. Eu também concordo com ele. Nós, negros, somos capazes. É só nos dar oportunidade. (*Palmas.*)

É só nos dar oportunidade. Porque esse que é o detalhe: eles nunca deixam a gente chegar. Amarram as nossas pernas, colocam muros, colocam... A partir do momento em que a gente chega, está lá provado que, no final da graduação, o nosso CR, o coeficiente de rendimento, é maior do que muitos dos não cotistas. Nós estamos disputando lá em cima.

Também ficou provado que, quando a gente sinalizou que se aceita preto em uma pós-graduação em Direito na Universidade Federal Fluminense, eles chegaram para competir. Eles chegaram para competir e ganharam. Isso que é mais sensacional.

Então, querido Eduardo, nós queremos te dizer que nós concordamos com você – nós negros somos capazes. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Passo a palavra para o Professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO LEHER – É importante que todos conheçam como funciona o sistema de bolsas, pelo menos na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

As bolsas mais importantes que nós temos dizem respeito à moradia, com um valor aproximado de R$600, que é insuficiente e inviável. Temos o auxílio-geral, que decorre das condições econômicas. É uma bolsa hoje de R$460, que pode ser cumulativa no caso, por exemplo, do estudante que está num alojamento, ou mesmo que recebe a bolsa permanência, porque a bolsa permanência é para que o estudante possa morar em algum lugar, e ele precisa comer, ele precisa se transportar, enfim.

Então, nós temos, de fato, bolsas cumulativas, e elas são necessárias, porque não basta dizer para o estudante: bom, estamos aqui criando alguma modalidade de apoio para a moradia, vire-se.

A nossa reflexão eu acho que é necessária para encaminharmos, inclusive, politicamente a questão da assistência estudantil. Primeiro, temos que convertê-la em lei. Insisto, não pode ser um decreto. Segundo, temos que ter políticas para construção de moradia e restaurantes universitários.

Os critérios que as universidades usam são permanentemente critérios que são escolhas de Sofia, porque como nós vamos fazer cortes quando chegamos a R$380 ou R$400? É óbvio que há uma produção da injustiça. E isso cria, de fato, uma burocracia, porque é a escolha que a universidade vai ter que fazer. Vai dar bolsa para quem se não tem o recurso, não é?

Então, eu acho que esta audiência de hoje – eu concluo com isso – tem um mérito extraordinário, porque ela recoloca no debate político brasileiro um tema crucial, que é justamente um tema geracional. Mudamos. Ainda que existam fraudes etc., é visível que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

universidade tem outro perfil social hoje. É óbvio que ela tem. E nós não podemos permitir o genocídio intelectual dessa juventude. Eu insisto nisso.

Por isso que precisamos manter a pauta da assistência estudantil, porque há anos os cálculos do Fórum de Pró-Reitores já indicavam que a ordem de grandeza de recursos é R$2,8 bilhões. Isso há três anos! E nós estamos aqui empantanados em torno de R$980 milhões. Com esses recursos, não asseguramos a necessária assistência estudantil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO LEHER – E na autodeclaração é muito importante que os representantes – e essa é a nossa interpretação – do movimento negro participem da avaliação. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Professor Roberto.

Vamos passar para a Drª Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para as suas considerações.

A SRª DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA – Eu vou ser muito rápida, eu vou pegar uma observação do Gabriel a respeito do prazo de validade da Lei de Cotas, os dez anos, e depois a reavaliação. Nós estamos exatamente na metade desse prazo, com cinco anos da lei. Seria, talvez, um momento interessante para o MEC fomentar uma grande discussão do que precisa corrigir nesse rumo. Eu acho que, na metade do caminho, já é possível a gente verificar equívocos, acertos. Enfim, isso numa discussão ampla. Nós não podemos temer a participação popular.

Então, a Administração Pública, hoje em dia, está informada pelo princípio da participação social. Numa sociedade plural, ela não consegue antecipar situações. Para todos nós eu acho que há muito de novidade, digamos assim; nós mudamos a reconfiguração de uma sociedade, dos espaços sociais. Isso tudo eu acho que era muito importante de ser avaliado.

Então, é uma proposta que eu deixo aqui, enfim, para o MEC, e também contando aí com o apoio das universidades, dos estudantes e das estudantes cotistas. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, professora Deborah.

Nós passamos para o professor Vicente de Paula, representante...

O SR. FREI DAVID SANTOS – Faltou a minha fala.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ah sim, Frei David! Desculpa, Frei David.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Acontece!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Deixei-o por último e esqueci.

O SR. FREI DAVID SANTOS OFM – Ah, faltou também o Poran, nosso irmão indígena!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Está certo. Desculpe!

O SR. FREI DAVID SANTOS – Eu quero parabenizar, se a senhora me permite, o Senador Capiberibe, porque ele entrou com o Projeto de Lei nº 160, que altera a Lei 9.096, de 1995, que dispõe sobre o Fundo Partidário, determinando uma verba para candidatos negros! (*Palmas.*)

Bem, aqui eu quero partilhar com o meu irmão Vicente que nos ajude: Vicente, meu irmão, nós mandamos, há 30 dias, para o nosso Ministro Mendonça Filho, um pedido de audiência para hoje, amanhã ou depois. Entregamos a ele seis opções de horário. Estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aguardando que ele nos responda. Nós temos disponibilidade de desmarcar outro compromisso para acertar com ele hoje, amanhã ou depois ainda.

E aí, qual é a nossa angústia, Vicente? Eu sei que você é uma pessoa do bem e você pode nos ajudar nesse ponto de tentar agendar com ele essa reunião, porque nós queremos falar com ele o seguinte. Diante de todas essas angústias, precisamos de ver o coração dele a favor de nossa causa. Por exemplo, tem rodado nas universidades do Brasil inteiro quase... Gente, Vicente, meu irmão, reitores que vêm falar: do Frei David, só dos negros que pedem bolsa moradia e alimentação aqui na minha faculdade, de cada cem, eu não consigo atender quinze! Ora, gente!

O SR. MARCELINO CONTI DE SOUZA – A UFF é isso!

O SR. FREI DAVID SANTOS – A UFF é isso também? É mais um caso aí. É mais um caso aí.

Então, professor, meu irmão Vicente, a coisa é seríssima, é preciso ver por que é que não está acontecendo isso. E aí, professor Vicente, é com muita dor... Em algumas universidades do Brasil – até estou meio, assim, emocionado ao falar isso aí –, reitores e funcionários que cuidam de bolsa moradia falaram: "Frei David, eu, como assistente social, tenho visto" Drª Deborah, é duro demais! "Frei David, eu tenho visto jovens se prostituírem, rapazes e moças, por não terem dentro da universidade bolsa moradia, estão se prostituindo para poder garantir moradia e alimentação." Estão se prostituindo!

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Porque o Estado está falho! Está omisso! Meu irmão querido, meu irmão Vicente, nos ajude, porque há vidas atrás. Vidas! Há futuro atrás aí.

Vicente, meu irmão, também queria lhe pedir um favor. A gente está se sentindo até discriminado, porque todas as entidades e membros do Conap (Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Prouni) já foram legitimados com seu novo representante. A Educafro mandou seu novo representante desde dezembro. E já são quantos meses? Quatro meses, e o MEC não legitimou ainda o representante da Educafro na vigilância do Prouni. Por que só nós ficamos de fora?

Então, a gente pede a você, carinhosamente; acho que foi algum erro administrativo que parou o ofício em algum lugar.

A Educafro faz um apelo. Nós sabemos que nós somos um incômodo, mas esse incômodo é por amor ao Brasil e por amor a vocês, administradores. A nossa pressão, sincera e verdadeira, ajuda vocês a fazerem uma boa administração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Então, a gente solicita ao Vicente que leve ao Ministro Mendonça Filho que a Educafro se dispõe, se candidata para a vaga na comissão das cotas, nas federais, de vigilância; a Educafro se candidata na vigilância. Há vários advogados prontos para compor a comissão para acompanhar a execução da Portaria 13 do Mestrado, do Doutorado, que está parada. Meu irmão Vicente, vocês, MEC, deram a ela 90 dias para cumprir a Portaria 13 e nem 5%, Drª Débora, cumpriu essa portaria. E eu digo à senhora que vamos dar mais uns 30 dias ao MEC e, se este não cumprir, vão abrir improbidade administrativa contra o Ministro ou quem quer que seja. Porque não é aceitável que o Ministro assine uma portaria dando 90 dias, que as universidades não a cumpram e que fique por aí mesmo. Isso é inaceitável.

Obrigado. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Frei David.

Vamos ouvir o Poran Potiguara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, estudante de Engenharia Florestal da UnB.

O SR. PORAN POTIGUARA – Eu só quero reforçar que nós estamos em total comunhão com todas as falas apontadas pelos irmãos negros aqui e vivemos as dores também bem semelhantes.

E, de fato, fazer permanência na universidade e lutar pela permanência não é fácil. Muitas vezes, você é tachado como um chato por quem está lá na administração porque você quer o direito apenas de estudar. Mas, infelizmente, você não é visto dessa forma; você é visto como o chato que briga demais.

E, aí, Prof. Vicente, eu queria sair daqui com o compromisso de que o MEC convocasse uma reunião nacional com os estudantes indígenas de diversos Estados do Brasil para discutir a permanência indígena nas universidades, porque vem justamente tocar em pontos de que já falei antes: do problema da língua materna; do choque cultural que há, principalmente em relação às formas de ensino; do fator social de sair de sua comunidade para vir morar numa capital, algo totalmente distante. E a gente tem discutido isso nas universidades, mas, infelizmente, não tem havido a presença do MEC. Isso não é de agora, já faz mais de cinco anos que a gente discute isso pelo menos aqui na Universidade de Brasília. E aí eu lembro que havia uma comissão de acompanhamento do programa que existia antes, do convênio FUB/Funai, e o MEC nunca foi presente em nenhuma universidade.

Então, a gente sente, de fato. Queremos construir, não somos empecilho. Queremos apenas fazer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PORAN POTIGUARA – ... a coisa acontecer com nossa presença, para que não seja uma política para os indígenas, mas sim com os indígenas.

E aí eu gostaria de também fazer uma ponderação. Na Universidade Federal do Tocantins há uma normativa interna que proíbe um estudante que recebe bolsa permanência de receber qualquer outra bolsa, inclusive de pesquisa. Então, temos relatos de estudantes que conseguiram o Pibic remunerado e tiveram que optar entre o Pibic ou a bolsa permanência – estudantes indígenas.

Então, faço essa denúncia pública, falo com propriedade, porque minha namorada é de lá, estuda na UFT, e ela que passou isso. Inclusive, no dia 9, eu acho, vai haver uma reunião para decidir.

E eu acho isso outro absurdo: os estudantes da UFT vão decidir se o recurso do Pnaes vai ser usado para bolsas ou para outras coisas, em uma reunião do conselho da universidade.

É necessário rever, sim, a Bolsa Permanência, levar em consideração todos esses critérios aqui abordados pelos companheiros.

Eu me lembro de que, no comecinho no Programa Bolsa Permanência, só existiam no Brasil dois ou três cursos que conseguiam ter cinco horas diárias de aula. Depois de dois anos, o número de cursos aumentou. Enfim, eu acho que houve uma encheção de currículo para, de fato, alguns, digamos, *boys* conseguirem acessar.

E quero dizer que é preciso também se levar em consideração o custo de vida, quando for pensar essa nova forma da Bolsa Permanência. Porque eu digo: R$ 900,00, sendo indígena, quilombola, para quem sai de sua comunidade, como eu saí do interior da Paraíba para vir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

morar em Brasília sem conhecer ninguém, sem ter um apoio familiar que dê uma hospedagem solidária, é muito pouco.

Então, se vai haver uma reformulação do programa da bolsa, eu queria que fosse levado em consideração orçamentária o custo de vida de determinados locais do País. Por exemplo, no Rio de Janeiro, ele é alto; em Brasília, é alto, assim como em outras capitais. A gente não pede que diminua, mas que se pense em aumento, de fato, para que venha favorecer, dar condições necessárias – psicológicas principalmente – para que o estudante possa ir para a aula não preocupado porque vai ser despejado, ou porque não vai ter um local para morar, ou porque tem que pegar três ônibus, porque vem do único local em que consegue moradia acessível tendo em vista os valores previstos na Bolsa Permanência. Que a gente possa pensar isso. E eu aguardo o compromisso de a gente fazer uma discussão, em nível nacional, sobre a permanência dos indígenas nas universidades. Não tem sido fácil.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Agora, sim, o Professor Vicente de Paula, do Ministério da Educação, para suas considerações.

O SR. VICENTE DE PAULA ALMEIDA JUNIOR – Como consideração final, pelo adiantado da hora, acho que nós temos que discutir e amadurecer tecnicamente, juridicamente, socialmente, a questão da seleção, a questão da metodologia que as universidades utilizam para selecionar os estudantes.

Temos que implementar – e isso já está em curso –, para nos ajudar, o acompanhamento da política, a comissão prevista na lei. Já solicitamos os nomes dos representantes da Funai, do próprio Ministério da Educação e da CPIR. E temos que pensar também as formas de repasse. Estamos aí trabalhando com os reitores para pensar formas para que a gente consiga atender a necessidade das universidades.

Então isso, sem dúvida nenhuma, vai requerer esforço de todos nós, não só do Ministério da Educação, mas de toda a comunidade, das comissões, dos estudantes, das universidades, enfim, para que a gente consiga introduzir as modificações necessárias. Mas sem o estudo, sem os dados que nós estamos coletando e esperamos receber de todas as universidades, isso fica pouco difícil. Então, a partir desses dados, dessas informações que nós estamos coletando, estamos acionando diferentes órgãos para que a gente tenha isso com clareza e possa aperfeiçoar a política.

Algo já nos sinaliza positivamente, o fato de estarmos avançando na reserva de vagas; chegar aos 51%, isso é importante. A questão da ocupação; não basta reservar, como frisei no início da minha fala, mas ocupar essas vagas, e os dados indicam que estão sendo ocupadas. Isso já é um ponto positivo também que a gente precisa destacar. E o fato de garantir os recursos para que os estudantes consigam concluir de uma maneira satisfatória o seu curso. E o Ministério da Educação está empreendendo muito esforço para garantir esses recursos e dar as condições a todos os estudantes.

Era isso que eu gostaria de colocar como consideração final, Senadora. E, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Prof. Vicente de Paula. Vamos para os "finalmentes", como a gente diz.

Primeiro, quero dizer que a audiência tem o papel de despertar a discussão. Este é o principal papel da audiência, porque vocês viram aqui a participação. Muita gente está assistindo, principalmente numa segunda-feira, quando é exclusiva para esta comissão a TV Senado. Então, foi transmitida a reunião ao vivo. Daqui a pouco ela vai lá para o plenário porque vai haver uma audiência – acho que já começou também –, uma solenidade. E também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

porque ela vai ser repetida. Se vocês acompanharem, ela vai ser repetida. Geralmente à noite eles repetem, se não hoje, mas na semana, à noite, geralmente se repetem as audiências aqui da Comissão de Direitos Humanos. Então isso é um papel importante que se cumpre.

E quando a gente falamos a palavra "permanência", é o duplo sentido mesmo, a permanência da política, porque o Ciência sem Fronteiras já foi. Então, é a permanência da política também e do aluno na universidade.

Os encaminhamentos a gente até tentou fazer aqui agora. Mas, como as falas foram tão ricas, a gente pode captar mais alguma demanda. Mas acho que o próprio Prof. Vicente de Paula deve ter notado que a reunião girou em torno muito da questão das informações, de ter uma informação bem concreta e dados críveis de entrada, saída, de abandono, de conclusão e de destino – para onde foi um índio; voltou para a aldeia; ficou onde; arranjou trabalho; foi para a pós-graduação. Quer dizer, são importantes esses dados. É importante pensarmos esse instrumento de ter esses dados.

E a outra questão foi a questão da individualização das bolsas também, porque vimos nas falas que é uma demanda permanente, e a fiscalização dos beneficiários da fraude, fiscalizar a fraude que ocorre.

Um dia desses, passou uma reportagem imensa. Não sei nem se era para poder denegrir a política de cotas que passaram. Certa emissora passou um tempão falando da fraude que há nas cotas, principalmente raciais. E, para fazer justiça, eu quero dizer que o pessoal se colocou contra a cota racial, mas a favor da cota social, da questão da renda, não foi totalmente contra tudo.

Então, a comissão vai fazer todos esses encaminhamentos. Íamos até fazer hoje, mas acho que dá para incluirmos mais alguns dados. No caso, tudo é para o MEC. E vamos ver no que podemos ajudar, mas eu acho que há o encaminhamento da luta também, acho que não podemos deixar. Temos instrumento, temos legislação para ser cumprida, e se também não estivermos de olho, não estivermos lutando, ela não é cumprida. E há o Estatuto da Igualdade Racial.

E precisamos estar cobrando, porque o processo legislativo – não quero desanimar ninguém – é lento. Então, vocês falam que tem que haver uma lei, que tem que virar lei o decreto, mas é lento. Eu vou dar um exemplo para vocês. No ano passado, começamos a discutir, nesta Comissão, eu trouxe o tema para cá, a população de rua. E aí descobrimos que havia um projeto de lei tramitando, do Senador Paim, de 2006; saiu do Senado em 2009, e ainda hoje está na Câmara sem andamento. Tentamos já, descobrimos onde está, descobrimos com quem está. Agora estamos esperando colocar na pauta da Comissão ainda. Então, quando será que vai para o Plenário? E é uma população também a que temos que dar atenção, a maioria é negra, já está comprovado, e é uma população invisível – o IBGE não conta porque não tem endereço. E estamos aqui querendo provar que eles são cidadãos de direito, que têm que ser contados, que têm que ter direito a políticas públicas e que também têm direito a morar na rua se eles quiserem. E estamos com esse debate, vamos retomá-lo este ano. Isso para vocês sentirem como o processo legislativo é demorado. Não podemos esperar só por ele. Vamos encaminhar o que tiver que encaminhar aqui de legislação, mas não joguemos toda a nossa aposta, vamos à luta cotidiana também. Há algumas vitórias, principalmente quando temos reitores nas universidades que têm essa abertura para discussão, para ouvir, e o próprio MEC também, com certeza.

Se o Frei David aqui insistir em uma audiência, tenho certeza de que o Prof. Vicente vai conseguir essa audiência para o Frei David com o Ministro.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – Oba! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Regina Sousa e Ângela Portela, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Maria do Carmo Alves, José Medeiros, João Capiberibe, Romário, Magno Malta e, ainda, dos Senadores não membros Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Wilder Morais, Eduardo Amorim, Humberto Costa, Romero Jucá e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Thieres Pinto. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, adiadas a discussão e votação do Projeto. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - SUGESTÃO Nº 10, de 2015 que: "Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa, com e sem Incentivos, nos Programas de Desestatização dos Governos Neoliberais." Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - SUGESTÃO Nº 7, de 2016 que: "Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa"." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 100 de 2016, que trata da realização de realização de audiência pública para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", visando a inclusão dos seguintes convidados: da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE-EAD." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater a Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates de modo a constituir suficiente reflexão, no curso do debate com especialistas e entidades relevantes no campo, sobre a conveniência da continuidade da imunidade tributária das instituições religiosas." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 24 de 2017 que: "Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco." Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, que a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos seja convidada a apresentar o Plano de Trabalho e as disposições orçamentárias do seu ministério no Plenário desta Comissão." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23 de 2017 que: "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência Pública conjunta com as comissões de Educação, Cultura e Esporte e Assuntos Sociais, com vistas a debater a decisão do Governo Federal de contingenciar os recursos do Programa Mais Médicos e esclarecer a mudança da ação orçamentária de “despesa primária obrigatória” para “despesa primária discricionária”, contida na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25 de 2017 que: "Reque, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debate e lançamento da campanha “50 For Freedom” (pela Liberdade) da OIT, que pretende promover a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Combate ao Trabalho Forçado." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26 de 2017 que: "Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

erradicação do trabalho escravo no ano de 2017." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27 de 2017 que: "Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública de encarceramento no ano de 2017." Autoria: Senadora Regina Sousa. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Às onze horas e cinquenta e dois minutos a Senhora Presidente passa a presidência à Senadora Ângela Portela. Às onze horas e cinquenta e sete minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra os Senadores: Hélio José, Regina Sousa, José Medeiros, João Capiberibe e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Regina Sousa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da oitiva da 10ª Reunião da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos à pauta não terminativa.

Item nº 12.

Os senhores acessam no computador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª, se fosse possível. Eu tenho que instalar a Comissão Senado do Futuro – eu vou, inclusive, ser indicado para Presidente dela –, e eu gostaria, se V. Exª permitir, de fazer a leitura e ter a aprovação desse requerimento que eu fiz sobre a importância da discussão aqui dos direitos humanos relacionados à célula-tronco. Se for possível, porque eu vou ter que sair. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador, desculpe a demora.

Se o Senador Medeiros... Eu já tinha anunciado que seria o item 12, mas acho que, como o requerimento é uma coisa rápida...

Pode ser? É que o Senador vai para outra Comissão.

É um requerimento extrapauta.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta. Aqueles que concordam permaneçam como sem encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento do Senador Hélio José.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Nº 24, de 2017

Requer, com amparo no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso II, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco.

Autoria: Senador Hélio José.

O Senador sugere que, para a referida audiência, sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

1. Chefe de pesquisa sobre células tronco na Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, o Dr. Ricardo Ribeiro;

2. Representante do Ministério da Saúde;

3. Representante do Conselho Federal de Medicina.

Passo a palavra ao Senador Hélio José para encaminhar o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, esse requerimento vem ao seio da Comissão de Direitos Humanos exatamente por causa do sofrimento de várias pessoas que tinham uma vida normal e, de repente, da noite para o dia, deparam-se com uma situação de deficiência quase que definitiva, salvo alguns transplantes de medula e algumas intervenções que tiram a pessoa da situação de paraplégico para não paraplégico.

Como queremos fazer esse debate muito mais voltado à situação dos direitos humanos e formas de acharmos saídas para que possamos apresentar uma legislação adequada para melhor atender e amparar essas famílias, estou propondo este debate aqui no seio da Comissão. Creio que ele será muito profícuo em nível das questões dos direitos humanos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o Requerimento nº 24, de 2017, do Senador Hélio José. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, peço vênia a V. Exª e quero agradecer a V. Exª e aos demais Senadores aqui presentes. São 11h26min, e vou, então, para a instalação da outra Comissão.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador José.

Item nº 12.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 7, de 2016

Sugere "Proibir, expressamente, o corte ou a diminuição da velocidade por consumo de dados nos serviços de internet de Banda Larga Fixa".

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para ler o seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 7, de 2016, resultado da Ideia Legislativa nº 49.269, do Programa e-Cidadania, que propõe a proibição, de forma expressa, do corte ou da redução da velocidade por consumo de dados nos serviços de acesso à internet por conexões de banda larga fixa. A Sugestão, apresentada pelo cidadão Alessandro de Almeida Cyrino da Silva, recebeu o apoiamento de mais de 20 mil pessoas no período de 13 a 18 de abril, razão pela qual se converteu em matéria passível de análise por esta Comissão.

Na descrição do problema de que trata a ideia legislativa apresentada, é citada a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (PROTESTE), que aponta que a prática pretendida pelas operadoras dos serviços de banda larga fixa, qual seja a interrupção do serviço ou a redução da velocidade dos acessos após o consumo da franquia de dados mensalmente contratada, trará prejuízos aos consumidores. De acordo com a justificativa desenvolvida, além do aumento dos preços cobrados dos usuários dos serviços, a prática aventada teria o objetivo de privilegiar os serviços de telefonia, dados e TV por assinatura das próprias operadoras, em detrimento de concorrentes como o Skype, o WhatsApp e o Netflix.

Ante a situação reportada, foi sugerida a proibição da suspensão do serviço ou da redução da velocidade das conexões por consumo de dados, tanto nos novos contratos quanto nos contratos vigentes, sob pena de multa da operadora em benefício do consumidor lesado.

Dispõe o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que compete à CDH opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de vinte mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do RISF e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 7, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Cabe lembrar que as sugestões são analisadas por esta Comissão de forma preliminar; caso aprovadas, transformam-se em proposições de sua autoria e passam a ter tramitação regular, submetendo-se à apreciação das comissões pertinentes.

No mérito, a Sugestão nº 7, de 2016, veio em resposta à intenção tornada pública por grandes operadoras de conexão fixa à internet de alterar o modelo de comercialização do serviço, estabelecendo uma franquia de volume de dados para seus consumidores. Ultrapassada a referida franquia, os usuários ficariam sujeitos à cobrança por volume adicional de dados, à redução da velocidade ou até mesmo à suspensão do serviço.

As operadoras argumentam que o serviço de acesso à internet é prestado em regime privado, que lhes assegura o direito de modelar suas estratégias de negócio, o que é fundamental para alavancar a competição e garantir a sustentabilidade da banda larga no Brasil.

Salientam que o tráfego gerado pela internet cresce exponencialmente, demandando vultosos investimentos em infraestrutura, e que o setor de telecomunicações no Brasil está perdendo a atratividade, apresentando um índice declinante do retorno sobre o capital investido, tanto em razão do preço da banda larga fixa, que caiu 70% nos últimos cinco anos, quanto da elevada carga tributária que onera o segmento.

Afirmam ainda que as franquias de banda larga fixa já são uma realidade em outros países do mundo, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, pois a ausência de limitação gera distorções que comprometem a qualidade do serviço e provocam injustiça, levando a que o usuário que usa pouco a internet acabe por subsidiar aquele que faz uso intenso da rede.

A Agência Nacional de Telecomunicações, por sua vez, decidiu impedir, por tempo indeterminado, que as empresas adotem essas práticas.

Em que pesem aos argumentos lançados pelas operadoras, o tema em questão não pode deixar de ser analisado sob a ótica do consumidor, que, afinal, paga a conta e não pode ter cerceado o seu direito de acesso à internet.

Nesse sentido, cabe salientar que, na oferta de serviços de telecomunicações, a relação contratual entre fornecedor e comprador é caracterizada como uma relação de consumo, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, aprovado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Nesse contexto, a imposição pelas provedoras de novas cláusulas contratuais que preveem franquia de dados na banda larga fixa está sendo contestada por órgãos de defesa do consumidor, em vista das consequências danosas que podem causar aos usuários. A possibilidade de interrupção inesperada do serviço, a queda na velocidade quando atingido o limite da franquia e a dificuldade de avaliar o real consumo de dados podem configurar violação ao Código de Defesa do Consumidor. Conforme alertado pelos órgãos de defesa do consumidor, as prestadoras não apresentam embasamento fático devidamente comprovado que justifique tal alteração ou que demonstre que ela estimularia alguma melhoria na qualidade do serviço prestado. A eventual limitação da internet fixa pode ser considerada, assim, nos termos do art. 39, incisos V e X, do CDC, abusiva e arbitrária.

Ou seja, a inclusão das novas cláusulas, prevendo um limite de dados a serem consumidos mensalmente sem qualquer alteração positiva ao consumidor no valor cobrado pelo serviço,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

torna-se excessivamente onerosa ao consumidor, especialmente em um contexto onde o usuário está cada vez mais dependente de tecnologia e aplicações suportadas pela internet.

Em outras palavras, ao impor a franquia de dados, as prestadoras podem tornar o serviço de acesso à internet extremamente mais caro e em alguns casos até inviável, condicionando os consumidores a comprar pacotes adicionais de dados ou alterar completamente seu comportamento de uso da rede e consumo de dados, auferindo assim vantagem manifestamente excessiva.

Da forma pretendida, a prática poderá criar uma segregação entre os usuários. Ou seja, somente quem possuir melhores condições financeiras estará apto a desfrutar de todo o conteúdo da internet. O usuário com menos recursos teria de fazer um controle mais rígido de uso, evitando acessar conteúdo *streaming* para que não fosse tolhido de receber mensagens de texto no WhatsApp até o final de seu ciclo de franquia, por exemplo.

Nesse contexto, entendemos a relevância da Sugestão nº 7, de 2016, e a importância de que seu pleito seja convertido em medida legislativa capaz de contemplá-la. Em que pese haver várias iniciativas na mesma linha no Senado Federal, cabe a esta Comissão também incentivar o uso do Portal e–Cidadania, as sugestões e a ampla participação popular.

Diante do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 7, de 2016, na forma do seguinte Projeto de Lei do Senado, para que passe a tramitar como proposição desta CDH.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É esse o voto, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos ao item nº 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas".

Autoria: Senador Telmário Mota.

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Ele é terminativo. A gente faz a leitura para, quando houver quórum, a gente votar.

O Senador João Capiberibe está com a palavra para ler o seu relatório.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio (Funai) para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

O autor justifica a iniciativa com fundamento no consenso técnico e acadêmico que indica ser mais correto identificar os índios como povos, reconhecendo sua identidade étnica e cultural e sua autonomia como sujeitos de direitos coletivos, bem como sua relevância, no nosso caso, por serem eles uma das três principais matrizes formadoras do povo brasileiro.

identificar os índios como povos, reconhecendo sua identidade étnica e cultural e sua autonomia como sujeitos de direitos coletivos, bem como sua relevância, no nosso caso, por serem eles uma das três principais matrizes formadoras do povo brasileiro.

A proposição foi distribuída com exclusividade à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para análise em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

À primeira vista, o tema da proposição pode parecer muito simples, mas enreda aspectos políticos, culturais e constitucionais que não devemos desconsiderar.

Há quem receie reconhecer os índios como povos, por entender que o único povo de nosso País é o povo brasileiro. Essa correspondência automática entre um Estado e apenas um povo remete a uma ideia importante, mas um pouco antiquada, da teoria do Estado, mais especificamente o conceito de Estado nacional, que foi muito importante para a afirmação política de nações significativamente distintas, no final da Idade Média na Europa. A identidade nacional foi fundamentada em diferenças políticas e culturais, inclusive religiosas, mas passou a perder relevância, conforme a homogeneidade étnica foi diluída pelos fluxos de pessoas e de ideias. Migrações e diásporas foram propiciadas por guerras, doença, fome, expurgos, aumentando a heterogeneidade interna dos povos que viviam num mesmo país.

Tentativas de criar artificialmente uma unidade nacional, mediante rejeição, perseguição, expulsão ou eliminação de minorias consideradas indesejáveis pelo povo supostamente autêntico de um Estado resultaram em alguns dos episódios mais lamentáveis da história da humanidade. A Inquisição, a Noite de São Bartolomeu, o genocídio do povo armênio e o Holocausto são tristes exemplos de tentativas de se forjar unidade nacional artificialmente, à força, temperada pelo sangue de minorias e pelo ódio xenófobo. Mesmo que tenhamos, pelo menos, e a muito custo, tirado lições importantes desses episódios, traduzidas atualmente na consciência humanitária que ainda lapidamos coletivamente, as ideias de Estado nacional e de unidade do povo de um mesmo país estão profundamente arraigadas.

A existência de uma única nacionalidade política brasileira não impede a constatação do fato de que somos um País plurinacional. A união política que o Império nos legou, derrotando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diversas revoltas autonomistas ao longo do século XIX, não é incompatível com o reconhecimento das diversas identidades que compõem o povo brasileiro. Desde os índios e quilombolas, passando pelos caipiras, sertanejos, gaúchos, ribeirinhos e colonos, até os habitantes mais cosmopolitas das nossas metrópoles, somos todos brasileiros. Nossas diferenças não impedem nossa união e são fonte de grande riqueza para o Brasil.

A Constituição Federal de 1988 fala em "populações", "comunidades" e "grupos" indígenas, refletindo concepções predominantes da época em que foi elaborada, mas não é incompatível com o avanço do entendimento da condição indígena, refletida na Convenção nº 169 da Organização

na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já promulgada no Brasil com *status* de norma constitucional, que uniformiza o tratamento dos indígenas como povo. A adoção dessa nomenclatura tem sido sistematicamente adotada no nosso ordenamento jurídico, mas falta atualizar o nome do principal órgão responsável pela política indigenista federal.

Assim, não identificamos vedação constitucional explícita à iniciativa, vemos fundamentos lógicos que sustentam sua constitucionalidade.

Passo ao voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016.

Este é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o relatório.

Senador José Medeiros, para discutir.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, Senador João Capiberibe, a posição do Governo, como Vice-Líder do Governo, é contrária por alegar o vício de inconstitucionalidade conforme o art. 61, §1º, que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis de criação e extinção de ministérios e órgãos da Administração Pública.

De acordo com o projeto do Senador Telmário Mota, a Funai passaria a ser outro órgão, deixaria de existir como Funai e passaria a ser Fundação Nacional dos Povos Indígenas, portanto, FNPI.

Essa é a posição do Governo. E, como a própria Constituição diz que cabe ao Executivo essa medida, essa iniciativa, vemos que haveria um vício de iniciativa nessa proposta.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Srª Presidente, não é absolutamente claro que a Constituição vede iniciativas parlamentares nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como nós não vamos votar esse projeto hoje, eu sugiro que façamos a discussão numa próxima oportunidade, até porque estou com uma certa dificuldade de também debater.

Eu gostaria de dizer o seguinte: a vontade do Governo não pode prevalecer sobre a vontade do Parlamento. Então, cabe uma longa discussão sobre esse tema, que sugiro que seja feita numa próxima oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Capiberibe. Inclusive, esse projeto é terminativo e, numa votação, nós vamos ter muito mais Senadores aqui discutindo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A discussão do relatório ficaria para a próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A discussão ficaria para o dia da votação, quando teremos mais Senadores.

É considerada feita a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Na verdade, o nome sugerido pelo Senador Telmário é muito feito, Senadora Regina. Fica também impedido por uma questão estritamente estética.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Fonética.

Vamos aos requerimentos. Peço ao Senador Medeiros que... Vou ler

...os requerimentos, aí eu peço, Senador Medeiros, que... Vou ler os seus, mas depois tenho de ler outros meus, por favor.

Requerimento nº 14, de 2017.

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 14, de 2017

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 100 de 2016, que trata da realização de audiência pública para debater "a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências", visando a inclusão dos seguintes convidados: da Sra. Elizabeth Guedes – Representante da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP, e do Sr. Ricardo Holz – Representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE-EAD.

Autoria: Senador José Medeiros

Senador José Medeiros, passo a palavra para V. Exª encaminhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual item, Senadora Regina?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, já foi aprovada a audiência. V. Exª está incluindo mais pessoas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É o item 14?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Requerimento nº 14, item 13.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – O item 13 foi agora do Senador Capiberibe, não foi?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Item 13, Requerimento nº 14.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Requer, nos termos do art. 58, §2º, II e V da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 100 de 2016, que trata da realização de audiência pública para debater a problemática do curso de graduação em enfermagem, oferecido por meio da modalidade de educação a distância (EaD) e suas diversas consequências, visando a inclusão dos seguintes convidados: da Sra. Elizabeth Guedes, representante da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e do Sr. Ricardo Holz, representante da Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância (ABE-EAD).

É esse o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, acho que não precisaria nem encaminhar, porque ele já é consequência de outro. É só inclusão de nomes. Então, em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 20, de 2017

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater a Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senador José Medeiros

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para encaminhar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Esse requerimento, Senadora Regina, é justamente porque há uma demanda muito grande em toda a sociedade, principalmente nos setores de segurança pública, todos aqueles do art. 144 da Constituição Federal. São servidores que não têm segurança se vão ficar fora ou não dessa reforma, porque parte do pessoal do art. 144 já está fora da reforma. Eles querem debater, querem saber, querem se informar. Com a dificuldade de todos virem aqui, eu me propus ir até a cidade de Rondonópolis para debater o assunto.

de virem todos aqui, eu me propus a ir até a cidade de Rondonópolis para debater o assunto com eles e, obviamente, com toda a sociedade que queira tratar do tema,

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 15. Requerimento nº 21, de 2017.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 21, de 2017

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates de modo a constituir suficiente reflexão, no curso do debate com especialistas e entidades relevantes no campo, sobre a conveniência da continuidade da imunidade tributária das instituições religiosas.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Com a palavra o Senador José Medeiros, para encaminhar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Regina, Presidente desta Comissão, esse tema tem gerado... Ele veio para a Comissão na forma de uma sugestão legislativa e tem suscitado os mais variados debates. É um tema polêmico, porque a sugestão tem como objetivo tributar as entidades religiosas de qualquer culto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, as instituições religiosas espíritas, evangélicas, católicas têm alegado que, se forem tributadas, essas instituições ficarão praticamente impedidas de fazer assistência social. A igreja católica, por exemplo, tem dito que é a instituição religiosa que mais faz serviços sociais na América Latina, assim como os espíritas, os evangélicos.

Então, é um debate que suscita os mais diversos argumentos e para que possamos tomar uma deliberação mais fundamentada é que estamos propondo esse ciclo de debates, para chegarmos a um relatório mais de acordo com a vontade popular.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O senhor há de convir que é um tema polêmico, e se preparar para a presença massiva de muitas...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Esse é o tipo de projeto do qual a gente não tem como não sair chamuscado – para qualquer lado, você... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com certeza.

Mas o senhor vai indicar depois as pessoas, não é? Os convidados.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como sou autora, passo a Presidência ao Senador José Medeiros, mas, se V. Exª quiser declinar, já temos aqui a Senadora Ângela, que está ao meu lado. Eu sei que o senhor tem outros compromissos. (*Pausa.*)

Pode ser? Então, o Senador José Medeiros declina.

Passo a Presidência à Senadora Ângela Portela, porque sou autora dos requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual é o requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Os requerimentos nºs...

Vou ler os requerimentos, Senador.

Requeiro, nos termos regimentais, que a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, Desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos, seja convidada a apresentar o plano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalho e as disposições orçamentárias convidada a apresentar o plano de trabalho e as disposições orçamentárias do seu ministério no plenário desta Comissão.

ITEM 17

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 22, de 2017

Requer, nos termos regimentais, que a Ministra de Estado dos Direitos Humanos, desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos seja convidada a apresentar o Plano de Trabalho e as disposições orçamentárias do seu ministério no plenário desta Comissão.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Esse é o requerimento.

Tem outros aqui. Vamos ler os demais.

Vamos logo votar esse requerimento aqui que convida a Ministra de Direitos Humanos.

Concedo a palavra à Senadora Regina, para encaminhar.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nem precisa de encaminhamento, porque é praxe as Comissões convidarem os ministros da pasta – ainda hoje teremos um na CDR –, para apresentarem o plano de trabalho, até para a gente também se planejar, passar para as entidades ligadas a direitos humanos o que o Governo prevê para o ano de 2017.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 22, de 2017, da Senadora Regina.

Próximo requerimento, também de autoria da Senadora Regina:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Assuntos Sociais, com vistas a debater a decisão do Governo Federal de contingenciar os recursos do Programa Mais Médicos e esclarecer a mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde, com os seguintes convidados: Conselho Nacional de Saúde; Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; Conselho Nacional de Educação; Conselho Federal de Medicina; Confederação Nacional de Trabalhadores de Saúde; representante do Ministério da Saúde; representante do Ministério da Educação; representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ITEM 18

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 23, de 2017

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência Pública conjunta com as comissões de Educação, Cultura e Esporte e Assuntos Sociais, com vistas a debater a decisão do Governo Federal de contingenciar os recursos do Programa Mais Médicos e esclarecer a mudança da ação orçamentária de "despesa primária obrigatória" para "despesa primária discricionária", contida na Unidade Orçamentária do Fundo Nacional da Saúde, do Ministério da Saúde.

Autoria: Senadora Regina Sousa

Concedo a palavra à Senadora Regina para justificar o seu requerimento.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, é um requerimento que já foi aprovado nas duas outras comissões. Como é conjunta, é de praxe aprovar nas três, mas a audiência é uma só – na Comissão de Educação, na CAS, só faltava aprovar aqui na de Direitos Humanos. Agora, nós estamos aprovando e a data vai ser escolhida de comum acordo.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo é esse?

Requerimento:

Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, para debate e lançamento da campanha "50 For Freedom" (pela Liberdade) da OIT, que pretende promover a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Combate ao Trabalho Forçado.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 25, de 2017

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debate e lançamento da campanha "50 For Freedom" (pela Liberdade) da OIT, que pretende promover a ratificação pelo Brasil do Protocolo de Combate ao Trabalho Forçado.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Com a palavra a Senadora Regina, para justificar o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, esse requerimento é do Senador Paim, mas o Senador Paim hoje teve um mal-estar e está sendo medicado. Ele pediu que eu subscrevesse, para poder aprovar, para a gente poder compatibilizar datas para tantos requerimentos que temos aqui de audiências públicas. Então, eu subscrevi e defendo que a gente o faça, porque o Brasil é signatário de várias convenções da OIT, e a gente precisa discutir o assunto dessa proposta.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos mais dois requerimentos aqui da Senadora Regina:

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado, seja avaliada a política pública para erradicação do trabalho escravo no ano de 2017.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, de 2017

Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública para erradicação do trabalho escravo no ano de 2017.

Autoria: Senadora Regina Sousa

E o outro requerimento, nos termos do art. 96-B, do Regimento, seja avaliada a política pública de encarceramento no ano de 2017.

ITEM 21

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, de 2017

Requer nos termos do art. 96-B do RISF, seja avaliada a política pública de encarceramento no ano de 2017.

Autoria: Senadora Regina Sousa

do Regimento, seja avaliada a política pública de encarceramento no ano de 2017.

São requerimentos da Senadora Regina.

Passo a palavra à Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, essa é aquela avaliação que toda comissão tem que fazer, para a qual aguardamos sugestões.

O Senador Paulo Rocha sugeriu essa do trabalho escravo, e eu sugeri a do encarceramento, porque têm muito a ver com a Comissão de Direitos Humanos esses temas. Então, temos que fazer essa avaliação e nomear os relatores. Inclusive, sugerimos relatores aqui: para a avaliação da política de combate ao trabalho escravo, o Senador Paulo Rocha – na verdade, o requerimento seria dele, se ele estivesse aqui, mas não pôde vir –, e para a avaliação da política do encarceramento, a Senadora Ângela Portela. Então, poderíamos votar os requerimentos em conjunto. Se houver quem queira discutir...

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Agora, eu repasso a Presidência da Comissão à Senadora Regina.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Em votação o Requerimento nº 22, de 2017, que trata da vinda da Ministra Desembargadora Luislinda Dias de Valois Santos, para apresentar o plano de trabalho e as disposições orçamentárias do seu Ministério no plenário desta Comissão. Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Queremos colocar também em votação os dois requerimentos para a discussão das duas políticas públicas, que foram lidos agora pela Senadora Regina.

Em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os dois requerimentos da Senadora Regina.

Passo a palavra agora para a Presidente da Comissão, a Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu queria também aprovar os dois relatores. Foi a sugestão que recebi. Se houver alguém mais que queira se apresentar para relatar... Os que recebi foram: sobre a política de combate ao trabalho escravo, o Senador Paulo Rocha; e sobre a política do encarceramento, a Senadora Ângela Portela.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os relatores das políticas públicas que nós vamos avaliar: para a política de combate ao trabalho escravo, o Senador Paulo Rocha; e para a política de encarceramento no Brasil, a Senadora Ângela Portela.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e dois minutos do dia seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência eventual do Senador José Medeiros, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Thieres Pinto e, ainda, do Senador não membro José Pimentel. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RDH 155/2016, de autoria do Senador José Medeiros. Finalidade: Debater "a Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Gerson Silva, Representante da Fundação Getúlio Vargas – FGV; Kaizô Iwakami Beltrão, Representante da Fundação Getúlio Vargas - FGV; Eric Tatsuya Ota, Representante da Fundação Getúlio Vargas - FGV; Marcelo Fernando Bórsio, Representante da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF; Pedro da Silva Cavalcanti, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF; Edmar Martins, Coronel, Corregedor-Geral da Polícia Militar do DF; Sandro Torres Avelar, Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - FENADEPOL; Janio Bosco Gandra, Presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis - COBRAPOL; Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Elias Miler da Silva, Coronel, Diretor da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME; Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF; Héder Martins de Oliveira, Sargento, Vice-Presidente da Associação Nacional de Praças – ANASPRA; Marcele Alcântara de Almeida, 2ª Vice-Presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF – SINPOL. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos Deputados Federais Subtenente Gonzaga e Major Olímpio. A reunião é suspensa às onze horas e cinquenta e dois minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Fazem uso da palavra as Senadoras Regina Sousa e Fátima Bezerra e o Senador José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador José Medeiros
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e oito minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Paulo Paim. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater as "Reformas Previdenciária e Trabalhista" e os efeitos para as pessoas idosas e para as pessoas com deficiência. Participantes: Lívia Barbosa, Professora e Pesquisadora da Universidade de Brasília - UnB; Edna Aparecida Alegro, Representante do Comitê Brasileiro de Entidades Representantes das Pessoas com Deficiência – CRPD; Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal; Carlos Ferreri, Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB; Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga, Conselheira do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS; Luciana Jaccoud, Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Moisés Bauer Luiz, Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência - CONADE; Diego Cherulli, Conselheiro Jurídico da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal - FAP/DF; Paulo Lino Gonçalves, Diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Carlos Machado Ramos, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP; Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP. O Senhor Presidente concede a palavra para as seguintes pessoas: Maria do Carmo Tourinho, Presidente da Associação Brasileira de Autismo; Marisa Furia Silva, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde – CNS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Autismo; Hebert Claros, Representante da CSP Conlutas; Joaquim Santana Neto, Representante do Conselho Federal da OAB no Conade; Anaildes Campos Sena; Alberto Pereira, 1º Vice Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil; e Júlio César Lopes, Assistente social do INSS, membro da Comissão Nacional de assistentes sociais da Fenasps. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e sete minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Cidinho Santos, Wellington Fagundes e ainda os Senadores não membros, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Vicentinho Alves e Flexa Ribeiro. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 3/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater as "Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nos efeitos para os policiais e para os professores. Participantes: Diana Dias Sampaio, Economista da Universidade Federal de Santa Maria – RS e representante do ATENS Sindicato Nacional; Kleber Luiz da Silva Junior, Assessor Institucional da Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG; Gabriel Magno Pereira Cruz, Diretor e Coordenador da Secretaria de Políticas Sociais do SINPRO-DF; Ícaro Cavalcanti, Coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Jesus Castro Caamaño, Coordenador-Geral de Recursos Humanos da Polícia Rodoviária Federal - PRF; Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE; Luís Antônio de Araújo Boudens, Presidente Nacional da Associação dos Policiais Federais - FENAPEF; Décio Bruno Lopes, Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP; e Deolindo Paulo Carniel, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Regina Sousa e José Medeiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e treze minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e Telmário Mota, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marta Suplicy, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, José Medeiros, Sérgio Petecão, Romário, Magno Malta, Cidinho Santos, e ainda os Senadores não membros, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro, Humberto Costa, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixa de comparecer o Senador João Capiberibe. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Romário e Angela Portela. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.** ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 650, de 2011 que: "Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, de 2011 que: "Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, de 2011 que: "Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 411, de 2015 que: "Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2016 que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a obrigatoriedade de oferecimento de serviço de orientação sobre aleitamento materno." Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Sen. Regina Sousa (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015 que: "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas." Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Sen. Ângela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta, aprovação das Emendas nº 2 e nº 3, do Senador Paulo Paim e prejudicialidade da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 126, de 2016 que: "Altera a Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o uso de símbolos desprovidos de caráter pejorativo na identificação de pessoa com deficiência e de idoso." Autoria: Senador Waldemir Moka. Relatoria: Sen. Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, de 2012 que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências." Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, de 2016 que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas"." Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2016 que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - SUGESTÃO Nº 10, de 2015 que: "Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa, com e sem Incentivos, nos Programas de Desestatização dos Governos Neoliberais." Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL. Relatoria: Sen. Paulo Paim (*Ad hoc*), substituiu Sen. Fátima Bezerra. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, nos termos do Projeto de Lei do Senado que apresenta, para que passe a tramitar como proposição de autoria da CDH. ITEM 12 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28 de 2017 que: "Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater acerca da falta de médicos peritos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)." Autoria: Senador José Medeiros e outros. Resultado: Aprovado, com a inclusão dos superintendentes do INSS de Roraima e do Rio Grande do Sul. ITEM 13 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para debater e instruir a relatoria do PLS nº 31/2017 que "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para estabelecer prazo máximo para a conclusão do procedimento de adoção após o início do estágio de convivência"." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM 14 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30 de 2017 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal (CF), combinado com os arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para discutir a federalização da segurança pública, incorporando as polícias civis à Polícia Federal, unificando as polícias militares em uma Polícia Militar da União e unificando os corpos de bombeiros militares em um Corpo de Bombeiros Militares da União." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2016 que: "Acrescenta ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso." Autoria: Senador Zeze Perrella. Relatoria: Sen. Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM EXTRAPAUTA 16 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o "Dia Internacional da Mãe Terra." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 17 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A situação dos Polos Navais do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul"" Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33 de 2017 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater " Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários"." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os seguintes Senadores: Regina Sousa, Paulo Paim, Telmário Mota, Romário e Angela Portela. Às onze horas e cinquenta e um minutos a senhora Presidente passa a presidência ao Senador Telmário Motta. Às onze horas e cinquenta e oito minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e um minuto; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Regina Sousa
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 11ª e 14ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Os seus relatórios, Senador, chegaram depois da pauta feita, mas podemos incluí-los extrapauta.

Estão me informando aqui que há um pronto.

Vamos incluí-los extrapauta, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, não sei se vamos esperar mais alguns Senadores chegarem para iniciar a pauta, senão eu queria aproveitar esses minutos para pedir pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não. Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Presidenta, aproveitar este momento aqui na Comissão de Direitos Humanos. V. Exª trabalhou junto comigo, o Senador Telmário também, para que conseguíssemos as 62 assinaturas para instalar a CPI da Previdência. Nós estamos chegando ao dia 24, quando completará um mês que as assinaturas foram entregues e, infelizmente, ainda há alguns partidos – não vou nominá-los aqui para não criar constrangimento hoje, mas amanhã vou ter que falar – que ainda não indicaram os seus representantes na CPI. Só faltam dois ou três partidos que têm direito à indicação indicarem os seus representantes.

Então, eu queria aqui, de público, fazer um apelo aos partidos que ainda não indicaram os seus representantes na CPI para que o façam para que possamos, ainda durante o mês de abril, instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai debater, discutir e mostrar ao Brasil quem são os grandes devedores da Previdência, quem sonega, quem vai na linha da fraude, quem desvia o recurso que recolhe do trabalhador e não o repassa, quem de uma forma ou de outra cria esse constrangimento nacional de que é preciso fazer a reforma da previdência.

Não é preciso fazer a reforma da previdência nos moldes em que este Governo está propondo. Nós podemos, sim... O Governo que retire a reforma da previdência e a trabalhista. Aí, partimos de um outro patamar decente, porque essa proposta é totalmente indecente. Poderemos, sim, aprofundar o debate sobre reformas; não só essa, mas a reforma tributária, a reforma política, eleitoral e partidária, uma nova assembleia nacional constituinte, como eu acho que seria o caminho para termos, de fato, um outro patamar em matéria da estrutura social, política e econômica do nosso País.

Eu faço este apelo de público. Só faltam três partidos indicarem. Todos os outros já indicaram. Que indiquem os seus representantes na CPI. Como eu digo sempre, quem não deve não teme. Nós podemos saber nessa CPI quem são os 500 maiores devedores. Fala-se do Bradesco, fala-se do Itaú, fala-se do Banco do Brasil, fala-se da Caixa Econômica Federal, fala-se dos grandes frigoríficos aí, da carne fraca ou carne podre. Não estou eu classificando, mas estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dizendo que não pagam à Previdência. Fala-se de quase R$3 bilhões que, só no serviço público, as empresas terceirizadas que atuam na área pública não repassam para a Previdência, nunca repassaram. Então, este é o momento de nós chegarmos ao entendimento claro, nítido e transparente de que a Previdência não é deficitária.

E quero dizer, Srª Presidente, com todo respeito àqueles que pensam de forma diferente, que o que aconteceu ontem aqui – cerca de mil policiais civis estavam aqui na frente do Congresso manifestando-se contra a reforma da previdência e a trabalhista – o Congresso tem de entender. Eles estão cutucando o tigre com vária curta, estão cutucando o povo. Vão querem o quê? Que o povo brasileiro fique quietinho, de bracinho cruzado, em casa, esperando o vampiro chegar e sugar o sangue dele? É isso o que eles vão fazer. O vampiro vai chegar, vai sugar o sangue e vai embora. Vão tirar todos os direitos do trabalhador do campo, da cidade, da área pública, da área privada, vão tirar aposentadorias especiais dos policiais, que dão suas vidas para defender nossas vidas e nosso patrimônio; vão tirar das professoras, que nos dão a alma, o coração, o ideal, a vida e o sentimento para sermos aqueles homens e mulheres que vão estar dirigindo este País amanhã? Claro que não!

No Paraguai, foi muito pior do que aqui. Todo mundo sabe que foi, e não é preciso eu repetir. Não estou pregando a violência, mas parem com essas duas reformas. Eu avisei muito tempo atrás que isso iria acontecer e já começou. É a segunda vez que a Câmara dos Deputados é invadida. Ontem, não foi invadida por detalhes, porque eles não quiseram, senão teriam invadido a Câmara e o Senado.

Até porque – eu quero fazer este depoimento também – a própria Polícia Militar de Brasília foi solidária à Polícia Civil para evitar um confronto. Para evitar um confronto, ela foi solidária, foi chamada e não veio. Isso vai acontecer em todo o País, e vamos ter uma grande greve geral no dia 28 contra essas duas reformas.

Então, mais uma vez, faço um apelo ao atual Presidente da República, provisório, para que retire essas duas reformas. Tenha uma luz – vamos, como se diz, acender as lamparinas do bom senso – e retire essas duas propostas de reforma, tanto a da previdência quanto a trabalhista. Você está incendiando o País. Quem está incendiando é você, Presidente. Não são os policiais civis, não são os militares, não são os estudantes, não são os sindicalistas. Quem está incendiando o País é você. Não há um País do mundo... Ontem eu li a comparação com quem fez uma loucura de tal irresponsabilidade como essa.

É esse o apelo, Sr. Presidente, que estou fazendo.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim. V. Exª tem toda a razão na questão da CPI, porque já passou do limite. Acho que temos de começar a dizer isso.

A gente está com um problema nessa Legislatura. Olhe só para aquele quadro lá. Tem bancada que não tem nenhum participante na Comissão de Direitos Humanos. Vou ter, também, que dizer isso da tribuna, dizer que tem gente para quem os direitos humanos não são importantes. Não é possível, a esta altura, não terem indicado pelo menos um membro para vir aqui. A gente sabe que há dificuldades de quórum, ainda mais hoje que a CCJ tem um assunto palpitante – quem está presente está lá.

Então, nós vamos para a pauta, para um item da pauta não terminativo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Presidente, só uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu verifiquei que desde outubro de 2015 a gente não está tendo votações aqui nesta Comissão por conta de falta de quórum etc. Queria dar uma sugestão. E se a gente mudar para uma terça-feira, às 9h? Digo isso porque, neste horário, nós estamos concorrendo com a CCJ, que está votando a questão...

Qual é a questão que está sendo votada lá? O abuso de autoridade.

Então, naturalmente, esta Comissão, que é tão importante... Fiz questão, inclusive, de ser titular dela, acho que tem tudo a ver com a vida da gente. O Senador Paim a conduziu com muita maestria e V. Exª também. Acho que nós poderíamos pensar em uma outra data para esta Comissão trabalhar, para que possamos trazer... Olha a escassez de Senadores hoje aqui! É uma sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aproveito que hoje é o dia 19 de abril, Dia do Índio, para cumprimentar todos os indígenas em nome do Senador Telmário, que, além da origem indígena, também é um lutador pelas causas indígenas em nosso País. Parabéns, Senador!

V. Exª tem razão, agora não encontramos aqui... Nós já votamos um projeto terminativo, por incrível que pareça, este ano. Mas, para conseguir achar um horário compatível... Na verdade, todas as comissões estão se concentrando na terça e na quarta. Então, está difícil achar um horário que se compatibilize, em que as pessoas possam vir para as reuniões. A gente precisa achar essa data, esse horário. A gente vai ver aí, vai fazer um mapa das comissões para ver onde é que há mais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Romário...

Só um minuto, se me permite, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ...Senadores disponíveis para a gente poder marcar um horário que seja melhor para todos e para que possa andar a Comissão. Os projetos estão parados, os terminativos, por conta de falta de quórum.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero lembrar ao Senador Romário que há um projeto brilhante dele. Fiz a sua leitura na CAS, mas também não deu quórum em função da CCJ. Ele vai ser votado na outra semana. Está aí o projeto. É o projeto que trata, não é Romário... Estava lá lotado de estudantes, de professores da UnB. Quero dizer que foi muito aplaudida lá, Romário, essa sua iniciativa, da qual tive a alegria de ser Relator, por sua indicação inclusive.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia, Presidente. Bom dia Senadores e Senadoras. Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paim, vindo de V. Exª, tenho certeza de que teremos grande êxito. Com certeza, semana que vem, estarei presente lá para venceremos mais essa luta. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que agradeço. Um abraço, Romário.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Os itens da pauta. Só há um projeto não terminativo na pauta e há um extrapauta que a gente vai colocar aqui para votação.

A Relatora é a Senadora Fátima Bezerra. É uma indicação.

ITEM 11
SUGESTÃO Nº 10, de 2015

Concede anistia aos ex-empregados de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, demitidos sem justa causa, com e sem Incentivos, nos Programas de Desestatização dos Governos Neoliberais.

Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL.
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.
Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na verdade, é a Sugestão nº 10, de 2015.

Eu gostaria de saber se o Senador Paim poderia relatar *ad hoc* esse projeto da Senadora Fátima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Paim para fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc* – Sugestão nº 10, de 2015.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta, Senadora Regina Sousa, a Relatora principal é a Senadora Fátima Bezerra.

Passo a ler o relatório por ela feito. Vou direto ao início do relatório e, consequentemente, à análise.

Vem ao exame desta Comissão a Sugestão nº 10, de 2015, da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL.

A sugestão contém minuta de proposição legislativa que "visa conceder Anistia aos ex-empregados demitidos Políticos com ou sem incentivo, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista sob o controle da União, dentro do entendimento que o respeito ao Empregado Público Concursado foi atacado no seu ambiente de estada".

A minuta de proposição é composta por oito artigos, dentre os quais se destacam as seguintes previsões:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

– o art. 1º prevê a anistia e a reintegração dos ex-empregados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que foram demitidos com e sem incentivos, sem justa causa e sem acordo coletivo;

– o art. 2º estabelece que a reintegração ocorrerá mediante apresentação de requerimento fundamentado no prazo de 180 dias contados a partir da data da publicação da Lei oriunda da proposição;

– o art. 3º dispõe que os empregados reintegrados ocuparão os mesmos empregos por eles ocupados anteriormente ou emprego compatível;

– o art. 4º estabelece uma ordem de prioridade de retorno ao trabalho de acordo com a situação dos empregados reintegrados;

– o art. 5º prevê que o retorno ao serviço é condicionado à devolução do incentivo, se registrado na rescisão;

– os arts. 6º e 7º dispõem que a anistia só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno do empregado à atividade e que as despesas decorrentes da anistia correrão à conta das dotações orçamentárias de cada entidade;

– o art. 8º estabelece o início de vigência da lei na data de sua publicação.

Análise.

O ponto central da sugestão sob exame reside na questão da estabilidade dos empregados das empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista), cuja relação empregatícia é disciplinada pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Segundo o documento da ANPP, esses empregados possuiriam uma "estabilidade atípica", decorrente de especificidades da sua relação com as empresas estatais.

Com efeito, prevê o art. 173 da Constituição Federal de 1988 que o regime jurídico das empresas públicas e das sociedades de economia mista deve, no que toca às obrigações trabalhistas, ser o mesmo daquele das empresas privadas.

Apesar dessa previsão constitucional, os empregados de empresas estatais se submetem a várias regras administrativas especificas.

O relatório, Srª Presidenta, é longo, e ele fala, inclusive, de uma medida provisória. Fala também que, mais recentemente, em 2005, os Deputados Inácio Arruda e Daniel Almeida apresentaram o Projeto de Lei no 6.528, voltado a disciplinar a reintegração dos funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos no período de 1995 a 2003.

No âmbito da referida proposição, a então Deputada Vanessa Grazziotin apresentou, em 2006, parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados, posicionando-se de forma parcialmente favorável à anistia aos ex-empregados da CEF.

Atualmente, o projeto encontra-se em análise na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, sob relatoria do Deputado Luiz Fernando Faria.

Nesse quadro, vê-se que a minuta de proposição trazida na sugestão formulada pela ANPP reforça um saudável debate sobre possíveis injustiças ocorridas quando do desligamento de empregados de empresas estatais.

Obviamente, há vários aspectos do tema – como as categorias de ex-empregados que fazem jus à reintegração e as regras sobre devolução de incentivos eventualmente recebidos na demissão – que merecem uma discussão profunda antes de uma decisão final do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

De toda forma, o Parlamento é o local adequado para que essa discussão se desenvolva de forma profícua e para que, exposta ao debate público, a proposta possa amadurecer e, eventualmente, se converter em parte do ordenamento jurídico nacional.

Dessa maneira, diante da evidente relevância do tema, e atendidos os requisitos formais de admissibilidade previstos no Ato nº 1, de 2006, da CDH, deve a sugestão ser aprovada, com pequenas correções para aprimorar a redação de alguns dispositivos.

Por fim, ressalte-se o caráter preliminar do exame ora realizado, devendo a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito da proposta serem analisados nas comissões pelas quais tramitar a proposição.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação da Sugestão nº 10, de 2015, para que passe a tramitar como projeto desta CDH, nos termos da proposta aqui descrita.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim, Relator *ad hoc* da Sugestão nº 10, de 2015.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se concordam com a inclusão do projeto extrapauta, projeto do Senador Paulo Paim.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, de 2016

Acrescenta ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso.

Autoria: Senador Zeze Perrella.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidenta Senadora Regina Sousa, e Senador Telmário Mota, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 468, de 2016, de autoria do Senador Zeze Perrella, que se propõe a acrescentar ao Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, da qual tenho a satisfação de dizer que fui o autor – medidas urgentes de proteção para os casos de violência doméstica contra o idoso.

O art. 1º da proposição enuncia seu objeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 2º, por sua vez, altera o caput do art. 43 do Estatuto do Idoso, enunciando as situações que tornam aplicáveis as medidas específicas de proteção ao idoso.

Na sequência, o art. 3º do PLS acrescenta o art. 45-A ao Estatuto do Idoso. Tal dispositivo se propõe a prever as medidas urgentes de proteção em favor do idoso. Para esse fim, prevê que, na hipótese de o idoso ser vítima de violência, poderão ser concedidas medidas como afastamento do ofensor, suspensão de visitas, e substituição do curador ou da entidade de abrigo. A proposição ainda prevê medidas de proteção ao idoso afetado em seu patrimônio, bem como a possibilidade de aplicação conjunta das medidas urgentes e das medidas específicas de proteção.

Ao final, em seu art. 4º, o PLS prevê prazo de vacância de noventa dias.

Na justificação da proposta, o autor relata que o desrespeito ao idoso brasileiro é quotidiano, em que pese o envelhecimento contínuo e crescente da população nacional. Nesse sentido, tendo em conta que o meritório Estatuto do Idoso não previu medidas de proteção urgentes, a proposição ora analisada visa a impedir que o enfrentamento à violência contra a pessoa idosa venha a fracassar. Tais medidas, baseadas na Lei Maria da Penha, permitirão ao juiz de direito adotar providências que socorrerão, com a devida urgência, o idoso frente ao seu agressor.

Após a análise da CDH, a proposição seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

De acordo com o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH deve opinar sobre matéria que diga respeito à proteção aos idosos, o que torna regimental o exame da proposição.

Registramos, ainda, que o PLS nº 468, de 2016, não padece de vício de inconstitucionalidade.

O PLS busca acrescentar a previsão de medidas urgentes de proteção em acréscimo às já existentes medidas específicas de proteção.

As medidas específicas de proteção, já previstas no Estatuto do Idoso, dão uma proteção genérica em favor do idoso quando seus direitos forem ameaçados ou violados.

Já as medidas urgentes de proteção, que se intenciona acrescentar ao Estatuto do Idoso mediante esta proposta, trazem um catálogo de proteção ao idoso que sofrer violência. Tais medidas urgentes, sempre deferidas por juiz de direito, são concedidas em desfavor do agressor, de forma a fazer cessar a violência sofrida pelo idoso. Note-se que a violência tem de ser causada por familiar, curador ou representante de entidade de atendimento, de forma a diferenciar a violência causada por ofensor próximo ou por ente do qual dependa o idoso da causada meramente por situação fortuita – essa já estaria contemplada no Estatuto do Idoso.

É de se registrar e louvar que as medidas urgentes podem ser concedidas de maneira conjunta às medidas específicas, sempre que a segurança do idoso ou as circunstâncias o exigirem.

Entendemos que o projeto em tela é altamente meritório, pois soluciona o problema da atual proteção deficiente ao idoso, que não tem proteção específica para o caso das corriqueiras agressões que sofre. A proposição, assim, vem a sanar tal deficiência, estendendo aos idosos a mesma proteção devida já assegurada às mulheres pela Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2016, de autoria do Senador Zeze Perrella.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Paim.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Telmário para discutir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim pela relatoria e também o autor do projeto, Senador Zeze Perrella, como sempre pensando na minoria.

Com esse projeto, os idosos terão proteção para o caso de violência doméstica. Sem nenhuma dúvida, é um projeto meritório, que merece realmente a apreciação desta Casa e a nossa aprovação.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Projeto 468, de 2016, de autoria do Senador Zeze Perrella e relatoria do Senador Paulo Paim.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da CCJ, em caráter terminativo.

Nós temos requerimentos na pauta, mas, como são todos do mesmo autor, que não está presente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Srª Presidente. Na linha dos requerimentos, seguindo a sua orientação, eu peço pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, por falha minha, e não da assessoria – estou aqui conversando com eles já...

Eu estive visitando o Polo Naval lá de Rio Grande, que, na época do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, tinha em torno de 30 mil trabalhadores, mas agora está resumido a aproximadamente 5 mil. Estive na cidade e percebi que há um verdadeiro desespero daquela população, porque o próprio Presidente da Petrobras, que quero convidar para essa audiência que vou propor, disse que a Petrobras não tem interesse nenhum mais em produzir as plataformas aqui no Brasil.

Isso atinge diretamente não só Rio Grande, que é uma cidade do sul do Rio Grande do Sul que antes do Polo Naval era considerada a prima pobre da capital e, depois do Polo Naval, virou a prima rica. Agora voltou a ser a prima pobre, porque eles desmontaram totalmente o Polo Naval, acabaram com o Polo Naval.

A população, num evento de que participei lá, um evento na praça, se dirigia ao palanque e chorava. O Prefeito Lindenmeyer fazia todas as argumentações corretas, à altura da situação. Eu me lembro também do Benito, que é o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, com lágrimas no rosto lembrando essa tristeza e muito indignado com tudo o que eles estão fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Presidenta, eu queria que a gente aprovasse hoje um requerimento, porque é uma questão de direitos humanos, da situação dos polos navais, não só de Rio Grande, mas também de Niterói e de outros Estados, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, porque há um desmonte total.

O Presidente da Petrobras – por isso quero convidá-lo a vir – disse o seguinte: "Não, vamos produzir em Cingapura, sim, porque lá é mais barato." Onde está a responsabilidade social de uma empresa como a Petrobras ou como o BNDES por exemplo? Onde está a preocupação com as nossas divisas? Onde está a preocupação com o emprego? Onde está a preocupação com aquilo que nós podemos arrecadar e eles é que vão arrecadar lá fora? Onde está o social?

Então, nós queremos muito fazer uma grande audiência pública. E já digo a V. Exª que teria de ser no Nereu Ramos, porque com certeza os trabalhadores dessa área – e eu fui metalúrgico –, cuja maioria é de metalúrgicos, de todo o Brasil, virão para cá. Eles virão a pé, de bicicleta, de carreta, a cavalo, os que puderem virão de avião, mas eu quero que o Governo mande aqui o Ministro da Indústria e Comércio, o Ministro do Trabalho, o Ministro da Fazenda, o Presidente da Petrobras. E vamos chamar também, claro, as centrais, federações, confederações, o empresariado. Será que o empresariado nacional numa hora dessas fica quietinho? Na hora de apoiar as reformas da previdência e trabalhista eles estão aqui aos mil, ameaçando inclusive com isso e com aquilo – e com propaganda mentirosa na televisão paga por eles. E como é que em uma hora dessas, de defender a indústria nacional, eles não se posicionam? Ou estão fazendo que não enxergam a situação do Polo Naval? Fazem que não enxergam a situação do calçado, que nesse ano e meio foi praticamente todo destruído – falava-se em 11 milhões de desempregados, hoje fala-se em 20 milhões, em um ano e meio.

Presidenta, esses são os argumentos e, se V. Exª concordar, nós votaríamos esse requerimento e, em seguida, eu encaminharia à Mesa os dados, com a devida justificativa, que eu apresentei neste momento aqui.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k., Senador.

Como é extrapauta... Nós temos dois extrapauta então, o seu e outro de minha autoria.

Eu vou consultar sobre a inclusão extrapauta e depois a gente vota.

Mas nós temos um da pauta ainda, que foi subscrito agora; é do Senador Medeiros, mas foi subscrito pelo Senador Telmário. Ele estava na pauta. Vamos votar primeiro o da pauta, item 12.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, de 2017

Requer, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater acerca da falta de médicos peritos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Autoria: Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A autoria é do Senador José Medeiros e do Senador Telmário Mota, que o subscreve.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota para encaminhar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente Senadora Regina, esse Requerimento nº 12, do Senador José Medeiros, é da maior importância. Ele quer debater a falta de peritos no INSS e convoca pessoas voltadas, naturalmente, para a região dele. Ele quer que se debata a falta de médicos peritos no Instituto Nacional do Seguro Social.

Ao subscrever esse requerimento, gostaríamos que também fosse incluído o Superintendente do INSS do Estado de Roraima. Tenho certeza de que esse também é o sentimento da Senadora Ângela Portela, porque ela sabe que Roraima precisa de peritos nesse setor. Portanto, eu queria pedir a aprovação dos nossos pares para que possamos incluir a presença do Superintendente do INSS do Estado de Roraima para debater a ausência de médicos peritos no INSS.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Srª Presidente, eu só quero elogiar a iniciativa de ambos os Senadores, pois essa ausência dos peritos é gravíssima. Virou moda dizer o seguinte: "Não, 80% dos que estavam no auxílio por invalidez eu mandei para casa". Para casa, porque trabalhar não vão, porque não têm onde trabalhar.

Calculem alguém que estava há três, quatro anos, com auxílio invalidez, está com sequelas graves... E eu recebo centenas de denúncias nesse sentido. Não têm mais aonde ir, vão para a empresa, e o perito diz que não tem lugar para ele na fila. Aí ele não volta, fica sem receber da Previdência e da empresa.

A mesma coisa acontece no caso dos aposentados por invalidez, é da maior gravidade isso também. Por isso, se me permitirem – eu apoio, naturalmente, esse requerimento –, eu gostaria que nós fizéssemos – porque tem de ser em dois momentos, até devido à gravidade – um outro momento para discutirmos com os peritos, com o pessoal da Previdência, esta situação de eles estarem mandando, que nem gado para o matadouro, as pessoas que estão aposentadas por invalidez e que estão com auxílio-doença. São milhares de casos. E eles falam aquilo com uma arrogância... É como se estivessem fazendo um bem. Que bem? Estão matando a nossa gente e dizem que é um bem. Ora, se efetivamente existe fraude, que vá responder quem a fez, mas não dá agora para começar a liberar e ganhar um certo bônus pelo número de perícias que eles fazem olhando a pessoa e mandando para casa. Eu quero ver isso. Eu não sou perito, mas vou chamar aqui especialistas na área para discutir com eles.

Então, eu endosso esse requerimento, e vamos também, se V. Exª permitir, aprovar simbolicamente um segundo requerimento – primeiro faremos esse –, porque eu acho que tem que ser em dois momentos, pela gravidade. Aprovaremos esse e, depois, um outro para discutir essa situação, que está inclusive em uma MP – a MP, se não me engano, 767.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu voltarei aqui; me avisem, por favor, que eu venho. Eles querem oficializar essa história de simplesmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

acabar com o direito à aposentadoria por invalidez e com o direito daqueles que têm auxílio-doença.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Srª Presidente...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Srª Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Perdoe, Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pois não, pode falar, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Ainda na mesma linha do Senador Paulo Paim, eu acho que, se a gente, ouvindo esses superintendentes e esses técnicos, não chegar aqui a um bom termo, é necessário convocar até o ministro a vir aqui trazer os esclarecimentos necessários.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – O.k., mas em um segundo momento. Fica aprovada a ideia e, aí, redige-se depois se se vai fazer em dois momentos, se se vai fazer duas mesas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se V. Exª permitir a sugestão da assessoria: que viesse também, já nesse primeiro momento, porque são dois momentos, o superintendente do Rio Grande do Sul.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Regina, eu também quero apoiar o requerimento elaborado pelo Senador Telmário Mota. É uma discussão muito importante, e penso que todos nós aqui na Comissão de Direitos Humanos, sob a liderança do nosso querido Senador Paulo Paim, vamos poder fazer um debate bem qualificado em relação a essa questão.

Eu gostaria muito de aqui mencionar o item 9, que infelizmente é um projeto terminativo, de autoria do nosso querido Senador Telmário Mota, que trata de autorizar o Poder Executivo a alterar o nome de Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Hoje seria um dia muito importante pela simbologia, o Dia do Índio, 19 de abril. Seria simbólico e importante que a Comissão de Direitos Humanos pudesse analisar e aprovar essa iniciativa do Senador Telmário Mota, que atende a reivindicação dos povos indígenas do Brasil e de Roraima.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Infelizmente, Senadora – até já homenageei o Dia do Índio em nome do Telmário, por causa da origem indígena dele –, já foi lido o relatório, que é terminativo, mas a gente está com dificuldade de trazer as pessoas para...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Claro.

E o Senador Telmário Mota nasceu lá no Teso do Gavião, uma comunidade indígena lá do Município de Normandia, onde ele é muito querido, muito respeitado. Então, este aqui representa muito bem neste dia histórico, 19 de abril, o Dia do Índio.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – É verdade, Senador Paulo Paim. É onde eu sou bem querido e a Senadora Ângela é a mais votada! Para V. Exª ver o tanto que ela é querida no meu Estado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, como se elegem dois Senadores, se eu estou lá, eu voto nos dois.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Inclusive eu voto nela, inclusive eu voto nela, sou eleitor dela. Eu voto na Senadora Ângela.

E seria importante sim, sem nenhuma dúvida, hoje, comemorando o Dia do Índio... Eu estava vendo aqui os números, que não são nada agradáveis, não há muita coisa a comemorar. São 517 anos de resistência. Eu estava vendo alguns números aqui que me deixam triste, Senadora Ângela. V. Exª, que tem um trabalho muito voltado, sem nenhuma dúvida, para a comunidade indígena...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Telmário, se o senhor me permite interrompê-lo um pouco para votar o requerimento...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sim, pois não.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A gente acabou não votando o requerimento. Depois a gente passa a fazer o comentário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidenta, só seguindo uma orientação do autor: já que o relatório foi lido, eu peço vista, porque na próxima semana ninguém vai pedir vista. Então, já peço vista, a partir do relatório que já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Do projeto que já foi lido, da Funai.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Peço vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Vista concedida.

Votação do Requerimento nº 28, do Senador José Medeiros, subscrito pelo Senador Telmário Mota.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com adendo do Senador Paulo Paim.

Depois passamos para os comentários. É importante falar da questão do Dia do Índio hoje, Senador, vou passar para o senhor, mas vamos só terminar esses requerimentos.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se concordam com a inclusão de requerimentos extrapauta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos dois requerimentos extrapauta. Um deles é do Senador Paulo Paim, que é o que ele já justificou inclusive, já o fez oralmente, que é a questão da Petrobras, dos estaleiros, a questão do conteúdo nacional.

EXTRAPAUTA
ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 32, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A situação dos Polos Navais do Brasil, especialmente do Estado do Rio Grande do Sul"

Autoria: Senador Paulo Paim.

Então é só para votar.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O outro requerimento é de minha autoria, nº 31, de 2017.

Como eu sou a autora, convido o Senador Telmário, o nosso índio, a presidir nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, enquanto a senhora ainda está aí: há um segundo também, que eu fiz de forma oral, que está sendo encaminhado, que é aquela questão específica da situação da Previdência e da forma como eles estão afastando do benefício aposentados por invalidez.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Incluído nesse outro? Ou é um segundo requerimento?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Então vamos votar o segundo, e o senhor redige...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, exato.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É sobre a questão da perícia, mas o afastamento das pessoas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O afastamento das pessoas.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Para ficarem em casa, não é isso?

Então, o senhor redige, e fica já...

EXTRAPAUTA
ITEM 18
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, de 2017

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater " Perícia Médica e Revisão dos Benefícios Previdenciários".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Aprovado.

Passo a Presidência ao Senador Telmário Mota.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Primeiro, muito obrigado, Senadora Regina.

EXTRAPAUTA
ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 31, de 2017

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para debater sobre o "Dia Internacional da Mãe Terra.

Autoria: Senadora Regina Sousa.

Concedo a palavra à Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A ONU estabeleceu o dia 22 de abril como o Dia Internacional da Mãe Terra. Esse é um tema recorrente, do qual a Igreja Católica vem tratando neste ano – a Campanha da Fraternidade foi sobre os biomas brasileiros –, e é um tema a que a gente dá pouca importância. Parece que não é um debate importante, mas a gente sabe que tudo gira em torno disso. Se o Planeta se acaba, acaba a vida na Terra, todas as espécies de vida, desde o insetinho menor às pessoas. Então, é importante que a gente fomente esse debate cada vez mais, para que as pessoas compreendam o perigo que a Terra está correndo com o tratamento que se está dando a ela. Então, a gente está propondo esse debate para ampliar o debate da Campanha da Fraternidade, ir além, tratando da Terra como um todo, não só dos biomas brasileiros.

Então, estou propondo essa audiência. Posteriormente, vêm a data e os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O requerimento é importante, Senadora Regina, sem nenhuma dúvida, até no contexto, Senadora Ângela, do que nós estamos debatendo hoje, que é a questão dos povos indígenas.

Daqui a pouco, nós vamos ter a plenária e vamos poder discutir.

Sem nenhuma dúvida, quem olha para a terra com amor, como uma parte que integra a sua própria vida, são os povos indígenas. Eles não olham a terra para se locupletar, eles não olham a terra para vender, eles olham a terra como uma parceira de vida, a água cristalina, a fauna, a flora. Enfim, ele tem uma integração natural com a terra, o indígena. E é graças exatamente a essas reservas que nós temos que hoje nós temos a certeza e a segurança de preservar a nossa natureza, os nossos rios e as nossas matas por muito e muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso às vezes é pouco compreendido. Ontem mesmo, no meu Estado, a Governadora teve necessidade de se afastar e assumiu no seu lugar o vice. Esse camarada tem uma história de violência contra os povos indígenas e já não deixou por desejar. Ao assumir, como o juiz tinha concedido a demarcação de algumas terras para começar daqui até cinco anos... E o Secretário do Índio Dilson Ingarikó, sendo indígena ingarikó – a Senadora Ângela o conhece muito bem porque ele foi, inclusive, do Partido, do PT, foi Vereador pelo PT –, comemorou essa vitória. O Governador, ao ver isso nas redes sociais, fez uma demissão sumária, dizendo que ele, em outros tempos, deveria ser fuzilado.

Então, veja a gravidade: um Governador de Estado, embora de forma interina, assume um mandato, demite um secretário indígena e diz que, a seu ver, esse camarada, por estar comemorando uma vitória, o que é muito peculiar e é muito natural, deveria ser fuzilado. Então, quer dizer, quando o cara tem direito a sua terra tem que ser fuzilado! Na verdade, tem que ser fuzilado é esse Governador, porque ele se envolve em corrupção. Os ladrões de colarinho branco também deveriam ser fuzilados – claro que de forma bem grosseira.

Obrigado.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Passo a Presidência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ainda sobre o tema.

Aproveito a sua presença na Presidência.

Olha, eu aprendi na vida, Telmário, Senadora Ângela e Senadora Regina Sousa, porque eu já estou com 67 anos de idade, e eu cansei de ouvir aqui, dentro do Congresso, que quem trata de índio, de negro, de cigano, de deficiente, das mulheres que sofrem tanto... E eu diria, então, esses – digamos – não defendem políticas que lhes dão voto porque seria uma burrice. Eles estão enganados porque nós somamos tudo e nós temos a maioria: brancos pobres, negros, índios, ciganos e mulheres, nós somos a maioria. Mas o que eles não sabem é que não estamos perseguindo votos, nós defendemos causas.

Por isso, quero cumprimentar vocês três aqui, porque são Senadores que defendem causas, não defendem coisas para ganhar votos. É isso que eles não entendem. Eu calculo, ao vocês chegarem a uma aldeia indígena, como eu chego a uma aldeia quilombola, no Rio Grande do Sul, o carinho, o abraço, o beijo, a energia, a festa que eles fazem. Isso não tem preço. Isso não tem preço. Quando se chega a uma universidade, com aquela molecada, sejam brancos, sejam negros, sejam índios, é enorme o carinho que eles dedicam a cada um de nós. Então, aqueles que não têm o mínimo de sensibilidade, de política humanitária, não lembram dos povos indígenas, esses defendem coisas, esses não defendem causas.

Por isso minhas palmas a vocês três, porque vocês merecem. Tenho uma alegria enorme de ser parceiro dos três nessa caminhada da vida.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Ainda nessa sua fala, completando: sem nenhuma dúvida, quando você defende uma causa, com certeza vai para a casa, coloca a cabeça no travesseiro e se sente feliz por ver toda essa estrutura que é o Senado brasileiro, que é o Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E quero aqui sempre reiterar e parabenizar o quadro do Senado brasileiro, não só o quadro efetivo como o quadro temporário, pelo seu profissionalismo, pelo seu compromisso com o Brasil, dando ao Parlamentar, Senador, toda uma oportunidade de desenvolver um belíssimo trabalho.

Se todos que viessem para cá viessem com esse sentimento de fazer as políticas públicas, aproveitassem esse quadro do Senado e aqui se desenvolvessem nesse sentido, Senador Paim, nós não estaríamos numa crise ética, numa crise moral, nós não estaríamos numa crise econômica, não estaríamos numa crise tributária, nós estaríamos num país muito melhor do que é o nosso País, o Brasil.

Mas, lamentavelmente, essas aves de rapina, esses parasitas, esses sanguessugas, esses oportunistas, esses corruptos, ladrões, vagabundos, pilantras vêm e acabam enganando a população, aqui ocupando esses cargos e maculando uma Casa importante do Poder Legislativo, que é o nosso Senado, e o Congresso como um todo.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Senadora Regina, eu também quero...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Ângela com a palavra.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Também quero me manifestar para repudiar a atitude arbitrária e preconceituosa do Vice-Governador de Roraima, em exercício, que demitiu o Secretário do Índio Dilson Ingarikó e todo o seu grupo de indígenas, que atuam com muita competência e com muita dedicação na Secretaria Estadual do Índio. É uma intolerância à defesa que eles fazem das suas terras, das suas lutas, dos seus direitos. Como não permitir que Dilson Ingarikó festeje uma luta que ele acredita vitoriosa? Então, é uma atitude extremamente preconceituosa.

E aqui, na Comissão de Direitos Humanos, eu quero me posicionar, juntamente com o Senador Telmário Mota, contrariamente a essa decisão, lamentando profundamente essa atitude extremamente grave e que mostra uma perseguição implacável com os povos indígenas de Roraima.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Ângela.

Só para concluir, ainda nesse tema, lembro que nós temos audiência pública no dia 26 para tratar da luta dos indígenas por direitos humanos. Estamos com problema de local. A gente havia pedido um auditório, nos foi negado, e ainda estamos tentando resolver, mas, de qualquer forma, não resolvendo, será neste plenário aqui mesmo, dia 26, quarta-feira.

Um acampamento indígena vai ser montado aí a partir de segunda. E, na quarta, teremos a audiência aqui no Senado. Estávamos tentando fazer num auditório, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, mas parece que está havendo um problema no... Acho que é também questão de medo, aquelas coisas que eles têm aí. Ainda mais depois de ontem, aí é que eles vão negar mesmo o auditório, mas a gente vai fazer de qualquer forma a audiência pública. Vamos botar um telão para eles onde eles estiverem, alguma coisa a gente vai fazer para garantir a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Para concluir mesmo, já que estamos no tema indígena: eu recebi, no meu gabinete, vários caciques do Xingu. Trouxeram várias reclamações, é um canto de lamento quando você escuta os indígenas – pena que nem todo mundo os escuta. Tentei achar os Senadores do Estado do qual eles vieram, mas não os encontrei. Queria tentar levá-los a esses gabinetes.

Mas eles disseram uma coisa importante, que a gente precisa ter... Para não ficar também só na audiência pública, para ter alguma coisa mais concreta... Eles disseram que o homem branco leva tudo de ruim para a aldeia – cigarro, cachaça, droga, doenças, agrotóxico – e não leva coisa boa. Eles pedem educação e saúde, mas pediram uma coisa em relação à qual eu acho que seria possível juntar uma força-tarefa para viabilizar: índio quer energia, mas energia limpa, energia solar por exemplo. Eu tenho a impressão de que não é tão caro viabilizar esse projeto. Eles têm uma hora de energia por dia, de gerador a óleo diesel, queimando diesel – só uma hora por dia de energia.

Então, acho que poderíamos abraçar essa causa como uma luta nossa também, porque é uma coisa concreta que a gente pode tentar buscar onde estiver. Não é possível que... Algum ministério, talvez o Ministério de Minas e Energia, algum ministério tem que ter um jeito de levar a placa solar, que hoje está muito comum no Brasil. Isso já não é uma coisa tão difícil nem tão cara mais como era antes. E a gente sabe que a garantia da energia solar é de 20 anos no mínimo – para mostrar como é seguro. Então, a gente poderia abraçar esta causa aqui na Comissão: como levar para os indígenas a energia solar?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 01 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Regina Sousa e João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Passa-se à realização da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 8/2017, de autoria do Senador João Capiberibe. Finalidade: Debater sobre as "Agressões aos direitos dos povos indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) relatados no livro: Os fuzis e as flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura". Participantes: Rubens Valente, Jornalista, autor do livro: "Os fuzis e as Flechas - História de sangue e resistência indígena na ditadura"; Gilberto Vieira dos Santos, Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário - CIMI; Claudemir da Silva, Cacique da Etnia Xetá - PR; Antonio Fernandes Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Gustavo Kenner Alcântara, Procurador da República e Secretário Executivo da 6ª Câmara de Coordenação de Revisão do Ministério Público Federal; Sônia Guajajara, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Maria Angelita Airumã da Silva; Daiara Tukano; Júnior Xucuru Povo Xucuru – PE; Paulo Guarani; Martins da Silva; e Quenes Gonzaga. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: enviar ofício ao Ministério da Justiça para que não haja o contingenciamento de despesas destinadas à Funai e a benefícios para os povos indígenas; realizar Audiência pública sobre demarcação de terras. O Senhor Rubens Valente se compromete a encaminhar possível documentação de interesse público à Comissão sobre violações perpetradas contra povos indígenas durante o período militar. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Fazem uso da palavra os Senadores João Capiberibe e Regina Sousa. Às dez horas e cinco minutos a Senhora Presidente passa a presidência ao Senador João Capiberibe. Às doze horas e vinte e nove minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência à Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Regina Sousa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 17 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2017, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quatorze minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença da Senadora Regina Sousa. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento RDH 9/2017, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Direito trabalhista e contrato de trabalho dos trabalhadores terceirizados do Senado Federal". Participantes: Maria Isabel Caetano dos Reis, Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal; Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho, Coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET; Rosângela Rassy, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT; Frederico Goepfert Junior, Secretário de Controle Externo de Aquisições Logísticas do TCU; Mauro Rodrigues de Souza, Representante do Ministério do Trabalho; Waldemiro Livingston de Souza (Peixe), Presidente da APRESEFE e Representante dos Terceirizado do Senado Federal; Ezequiel Sousa do Nascimento, Assessor da Liderança do PPS na Câmara dos Deputados, especialista em Trabalho e Previdência; Celso Dias Neves, Embaixador da Paz do Parlamento Mundial de Segurança e Paz; Genivaldo da Silva, Presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas; Paulo Lino Gonçalves, Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – SINAL; e Alexandre Caso, Representante da INTERSINDICAL. O Senhor Presidente fez o seguinte encaminhamento: realizar audiência pública sobre o massacre ocorrido no dia 19 de abril de 2017, em Colniza-MT. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2017.

Às dezoito horas do dia vinte e sete de março de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Pedro Chaves e Hélio José. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença o Senador não membro Thieres Pinto. O Presidente declara aberta a Reunião e faz pronunciamento sobre este painel do ciclo de debates. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Realização do 1º Painel: "Tempestade ou Calmaria? A Configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a Atuação do Brasil. - A ordem que emergiu com o fim da Guerra Fria e da relativa rigidez bipolar; - O período posterior aos ataques de 11 de setembro de 2001; - Iniciativas do Brasil nos planos do Multilateralismo, da Geopolítica e da Segurança Internacional; e - A soberania brasileira frente aos desafios da Ordem Internacional.". Participantes: Sr. Embaixador Rubens Barbosa, Sr. Embaixador Gelson Fonseca Júnior e Prof. Dr. Eduardo Viola. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Senhor Alejandro Borda Rojas, Embaixador da República da Colômbia; Senhor Tara Prasad Pokharel, Embaixador da República Democrática Federal do Nepal; Senhor José Kinn Franco, Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia; Senhor Veljko Lazic, Embaixador da Sérvia; Senhor Nabil Adghoghi, Embaixador do Reino do Marrocos; Senhor Ahmed Fahkri Al Assad, Ministro-Conselheiro do Estado da Palestina; Senhor Juan Pozo Álvarez, Primeiro-Secretário da República de Cuba; Senhor Jaime Andrés Cortés Monroy Rojas, Primeiro-Secretário da Embaixada do Chile; Senhor Rodrigo Fonseca, Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores; Senhora Jaqueline Gil, Assessora Política da Embaixada da Nova Zelândia; Senhora Abigael Emma Adhiambo Ogada-Osir, Terceira-Secretária da Embaixada da Austrália; Senhor Adédodja Eustache Ibikounle, Adido civil da República do Benin; e Senhora Ministra Gisela Maria Figueiredo Padovan, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque e o Senador Jorge Viana. O Presidente registra questão de internauta enviada pelo portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares e ao internauta participante. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e nove minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 1ª Reunião do Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", que foi aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 1, de 2017, desta Comissão, em 17 de março de 2017.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores, o sistema internacional pós-Guerra Fria tem passado por significativas e intensas transformações nos últimos anos. O mundo assistiu atônito ao ano de 2017 iniciar-se com a única superpotência do Planeta sob novo governo, com mudanças nos rumos tanto das políticas públicas domésticas quanto da política externa.

De fato, os especialistas ainda têm dificuldades de prever as ações do Presidente Donald Trump na condução das relações exteriores de seu país. Se existe uma palavra que poderia resumir esse início de governo em Washington, é imprevisibilidade.

Na Europa, ainda surpreendida com a recente consulta popular que estabeleceu a saída do Reino Unido da União Europeia, discutem-se os destinos do bloco, que, ao completar, em 2017, 60 anos de fundação, passa pelos momentos mais críticos de seu processo de integração. De fato, os nacionalismos afloram, por motivações relacionadas à crise econômica e ao colapso do modelo da social-democracia e do Estado de bem-estar social, fundamentos da unidade europeia e norteadores do modelo de desenvolvimento da região desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estaria a maior e mais bem-sucedida experiência de integração no século XX prestes a naufragar? É uma pergunta.

Os destinos da Europa também parecem incertos, com as pontes constituídas pelos partidários da integração sendo substituídas por barreiras erguidas por movimentos nacionalistas e eurocéticos. Repita-se: nunca, em sua história, o bloco europeu esteve diante de desafios tão marcantes à sua existência.

A crise do modelo europeu de integração também suscita questionamentos sobre o multilateralismo nas relações internacionais e a viabilização dos processos regionais de integração. Nesse contexto, indaga-se se existe espaço para grandes alianças regionais, como é o caso do Mercosul, criado em 1991, sob a égide de um projeto de integração e desenvolvimento das democracias sul-americanas.

O acordo de livre comércio da América do Norte (NAFTA) e o acordo transpacífico se veem ameaçados diante de fortes críticas por parte do governo Trump. Já a Aliança do Pacífico, composta por países da América Latina, que tem se desenvolvido rechaçando alternativas bolivarianas, parece identificar oportunidades de crescimento e de novos acordos com as recentes mudanças em Washington. Qual o futuro dessas alianças? É outra pergunta.

Se o regionalismo parece perder força nas relações internacionais, o multilateralismo tampouco é percebido como solução. Assim é que organizações prestigiosas, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Estados Americanos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte também passam por momentos de reestruturação e de busca de alternativas para seus modelos de processo decisório. Nesse contexto, não são poucos os que criticam os foros multilaterais e defendem a alternativa bilateral como a melhor para os Estados modernos conduzirem as relações entre si.

No campo da economia internacional, crise ainda é uma palavra que se encontra no cotidiano de muitos países, inclusive das nações mais desenvolvidas. Como lidar com um sistema econômico internacional no qual as turbulências abalam os mercados e o protecionismo ganha espaço em detrimento do livre comércio, as diferenças regionais se ampliam, a distância entre ricos e pobres se alarga e as instituições internacionais parecem frágeis na busca de soluções conjuntas?

Nas esferas política e social, desafios deste início de século estão relacionados ao desemprego em muitos países, à queda do nível de renda das pessoas, a conflitos étnicos e ao crescimento do nacionalismo. Reflexo direto dessas questões é a crise da legitimidade da classe política em várias partes do globo, paralelamente ao surgimento de alternativas percebidas como radicais e algumas vezes contestatórias da democracia. Estaria o modelo democrático ocidental passando por um momento de questionamento da sua eficácia como melhor alternativa para orientar os rumos da vida dos cidadãos? Põe-se aqui uma nova indagação.

Indubitavelmente, crise gera insegurança. No plano internacional, a questão da segurança ocupa um papel de destaque na agenda dos Estados. E, se as chamadas novas ameaças, como o crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

organizado, a guerra cibernética e o terrorismo, ocupam papel de destaque na agenda sobre segurança internacional, também o fazem ameaças tradicionais relacionadas aos Estados, da guerra comercial ao conflito armado, passando pela espionagem, disputas fronteiriças e pela interferência de uns países em assuntos internos de outros. Daí a necessidade de tratar desses assuntos e da preparação dos setores de segurança, defesa e inteligência, para que o Brasil possa se posicionar adequadamente no concerto das nações. E, como a segurança e o desenvolvimento não podem ser dissociados, fundamental que se conheçam e se discutam as oportunidades e os obstáculos ao crescimento econômico, social e político do País.

Afinal, segurança e desenvolvimento são aspectos essenciais à soberania nacional. Pergunta-se, por exemplo: Em que condições se encontra a defesa nacional do Brasil? Quais as oportunidades e os desafios para o estabelecimento de uma indústria nacional de defesa moderna, autônoma e competitiva no campo internacional? Que parcerias podem ser estabelecidas para o desenvolvimento de nossa indústria de defesa e qual o papel dos investimentos em tecnologia nesse contexto? O que pode ser trazido dessa indústria, em termos tecnológicos, para o setor civil? Continuamos claudicando em termos de segurança nacional e defesa.

Fundamental à existência soberana de qualquer Estado é também o conhecimento de como atuam e quais são os interesses de outras potências no cenário internacional. Assim, entendemos relevante discutir como se conduzem atores como a Rússia e a China, bem como aqueles que se mostram como outros parceiros interessantes do Brasil, tanto em termos comerciais quanto geopolíticos. Destaque deve ser dado para o conjunto dos chamados BRICS (Brasil, Índia, China e África do Sul) em suas relações internacionais. Também nações que podem se consolidar como parceiras e, ainda, nossos aliados tradicionais merecem atenção.

Entre os principais temas da agenda internacional de nossos dias está certamente a questão das migrações. A Europa, por exemplo, tem presenciado fluxos de pessoas que chegam àquele continente fugindo de guerras, da miséria e da violência. Esses imigrantes têm despertado tanto a solidariedade quanto a repulsa por parte dos europeus, em uma atmosfera de medo, ignorância e desconfiança – tudo isso culminando em conflito, em uma crise social sem precedentes na Europa unificada.

Medo, desconfiança e ignorância também se mostram presentes na maneira como muitos imigrantes são vistos na maior economia do planeta. A situação dos estrangeiros, em particular dos imigrantes ilegais, agravou-se em 2017 nos Estados Unidos em razão das medidas mais rígidas do novo governo daquele país para tratar da questão.

Meio ambiente é outro tema que deve ser considerado ao se discutir relações internacionais e soberania, particularmente no caso do Brasil. Como se encontra o sistema internacional desde que o Brasil sediou, há 25 anos, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), e, mais recentemente, com a Rio+20? Que avanços e eventuais retrocessos poderá haver no campo ambiental? Vivemos em um mundo mais sustentável em 2017? E como se posicionam as grandes potências neste contexto?

É sobre esse cenário internacional de instabilidade, insegurança e incerteza – mas também de grandes oportunidades para qualquer país que esteja disposto a ocupar um papel de destaque e a liderar outras nações nessa tormenta – que pretendemos tratar na série de painéis que hoje se inicia, intitulada "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?" Trata-se de um ciclo de conferências promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal sobre temas variados relacionados ao seu campo de atuação. Para tanto, estão sendo convidados especialistas de renome provenientes da sociedade civil, com o objetivo de apresentar sua perspectiva e contribuir para o debate no Parlamento. O objetivo, como se vê, é o de jogar luzes em todos os cenários possíveis.

Assim, entre os palestrantes teremos diplomatas – optamos por convidar aqueles que, com vasta experiência e reconhecimento, não estejam mais ocupando postos do Governo –, acadêmicos, jornalistas, pesquisadores e profissionais que têm em relações internacionais e defesa nacional seu objeto de estudo e reflexão. Nesse sentido, buscamos estabelecer temática abrangente, com os principais assuntos da agenda internacional e de defesa que entendemos interessantes para discutir sobre o Brasil e o mundo, nesta época de dilema para estender pontes ou erguer barreiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal inicia hoje, portanto, o ciclo de painéis de debates de 2017 intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Conforme já divulgado, os painéis ocorrerão quinzenalmente, sempre às segundas-feiras, às 18h, neste plenário da Comissão. Como se trata de evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião pela TV Senado e a Rádio Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

O painel de hoje aborda o tema "Tempestade ou Calmaria? A Configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a Atuação do Brasil". Para participar como palestrantes, foram convidados o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o professor da Universidade de Brasília, Dr. Eduardo Viola, os quais tenho o prazer de cumprimentar e convidar para fazer parte da Mesa dos trabalhos, agradecendo antecipadamente a presença de cada um. (*Pausa.*)

Mais uma vez, Srs. Embaixadores, Sr. Professor, obrigado pela participação. Agradeço também às Srªs e Srs. Senadores e às autoridades aqui presentes.

Esclareço que cada palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição inicial, prorrogáveis por dois minutos, enfim, aquele blá-blá-blá que os senhores já conhecem, mas que aqui fica um pouco mais flexível.

Então, os palestrantes terão tempo para responder e assim por diante. Isso será bem flexibilizado.

Durante essa fase de debates, a Presidência transmitirá também aos palestrantes as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Por fim, é importante dizer que ao fazer o convite aos nossos palestrantes de hoje, enviamos como uma provocação para as palestras e os debates alguns tópicos que poderão norteá-los. Naturalmente, apenas uma agenda tentativa, mas os senhores palestrantes terão total liberdade de discorrer sobre os temas que julgarem convenientes e que estejam de alguma forma vinculados ao título que nos conduz ao painel de hoje.

Então, para o tema de hoje, "Tempestade ou calmaria, configuração da ordem internacional contemporânea e atuação do Brasil", apresentamos os seguintes tópicos de abordagem: a ordem que emergiu com o fim da Guerra Fria e da relativa rigidez bipolar; o período posterior aos ataques de 11 de setembro de 2001; iniciativas do Brasil nos planos do multilateralismo, da geopolítica e da segurança internacional; e a soberania brasileira frente aos desafios da ordem internacional.

Para dar início aos nossos trabalhos deste painel, passo a palavra ao Embaixador Gelson Fonseca Júnior.

Tem a palavra V. Exª, Embaixador.

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR – Muito obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Para mim é uma honra estar nesta sala para conversar sobre questões que são importantes e relevantes para o nosso futuro. Quero louvar a sua iniciativa, porque numa conjuntura tão complicada e difícil como a que estamos vivendo, a necessidade de debate e de reflexão sobre o que está acontecendo evidentemente se impõe.

Também queria dizer da minha alegria de estar compartilhando esta Mesa com o Embaixador Rubens Barbosa, amigo de muitos anos, profundo conhecedor das questões econômicas e comerciais e, mais do que isso, um ativador do debate sobre relações do Brasil com o mundo. Também estou feliz da vida em estar aqui com o Professor Viola, participando de outro seminário. Tem sido sempre um prazer ouvi-lo.

O meu tema será a ordem. Dessas várias sugestões que foram propostas, vou me fixar na história da ordem.

No dia em que o Trump assumiu a Presidência dos Estados Unidos, um assessor da Marine Le Pen disse que o mundo deles está entrando em colapso e o nosso está começando a ser construído. Então, a pergunta é que mundo é esse deles? Esse mundo está efetivamente entrando em colapso? Que parte desse mundo está entrando em colapso? E a outra pergunta é que mundo é esse que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão pretendendo construir. Quer dizer, existe uma ideia de ordem nas concepções do Trump e da Le Pen, etc? Ou não? É simplesmente uma atitude contra alguma coisa?

Para começar a discutir essas ideias, eu queria dizer duas coisas muito simples e elementares sobre o que é a ordem internacional, de que se compõe essa ordem internacional.

Basicamente são dois elementos. Em primeiro lugar, são instituições, normas, regras, etc. que têm a ver com o comportamento dos Estados. E essas instituições, normas e regras são criadas pelos próprios Estados, umas mais formais, outras menos formais, etc. Agora, para que essas regras?

Essencialmente, se nós olhamos para a história das relações internacionais contemporâneas, especialmente no mundo ocidental, essas regras têm dois objetivos fundamentais. O primeiro objetivo é a própria preservação do Estado: garantir a soberania, etc. A segunda dimensão dessas regras é garantir a paz, estimular o processo de cooperações que assegurem a paz entre os Estados. São esses os dois componentes da ordem.

Na história recente, há dois momentos em que essa ideia de ordem se imaginou que ia ser plenamente realizada. Quer dizer, iam se instituir normas, e essas normas teriam força para, enfim, manter a paz e assegurar a cooperação entre os Estados. Esses dois momentos foram, o primeiro, depois da Segunda Guerra Mundial, quando se criou a ONU. E o segundo momento é justamente no fim da Guerra Fria.

Esses dois momentos têm alguma coisa de parecido e muita coisa de diferente. O que eles têm de parecido? Eles têm de parecida a ideia de que ia haver uma base política para que uma determinada concepção de ordem pudesse prevalecer. Isso era fundamental. A ordem internacional, como todos sabem, não depende de uma polícia. Não existe uma polícia. Quem garante a ordem são os desordeiros. Um paradoxo dessa ordem talvez seja este: quem faz a ordem também faz a desordem.

Então, quando é que os Estados podem... Por que se imaginou que nesses dois momentos essa ordem ia ser garantida? Por duas razões parecidas. Quando termina a guerra, a suposição é de que os vencedores da guerra iam manter algum tipo de aliança que havia prevalecido na vitória contra o nazismo. E esse consenso era a base, era o pilar político dessas normas, instituições e etc. que iam garantir a paz. O eixo que organiza esse processo é justamente as Nações Unidas. No segundo momento, o pós Guerra Fria, há também a ideia de que ia nascer um determinado tipo de consenso, diferente do primeiro, que permitiria que o que a ONU não conseguiu realizar, então se realizasse.

A diferença fundamental entre um momento e outro é que naquele primeiro momento os Estados sentiram a necessidade de criar uma instituição, que foi as Nações Unidas, na esteira da Liga das Nações. Não é a primeira instituição internacional que visa a garantir a paz, etc., mas tem esse objetivo. No segundo momento, não se fala em instituição, porque a ideia era de que aquelas instituições que tinham se estabelecido em São Francisco , em 46, 47, eram suficientes. O problema seria simplesmente colocá-las para funcionar.

E por que é que havia essa ilusão de que, naquele momento, então, elas iriam funcionar? Porque o diagnóstico da fragilidade da ONU nasceu do fato de que, logo depois que a ONU foi criada, começou uma disputa ideológica entre as superpotências: comunistas de um lado – ou socialistas de um lado –, liberais de outro, e isso paralisou a ONU. Então, essa posição é a de que, no momento em que não há mais conflito ideológico, está tudo resolvido. Vamos tocar o barco e a ONU vai funcionar plenamente.

Nesse diagnóstico – eu não queria entrar muito em detalhes, enfim, discutir isso –, há umas tantas qualificações: primeiro, a ONU não fica paralisada durante a Guerra Fria. Ao contrário: ela intervém em vários processos internacionais, até nos mais complexos, como o do Oriente Médio. É uma resolução do tempo da Guerra Fria, a Resolução nº 242, que funciona até hoje como um parâmetro para a solução dos problemas do Oriente Médio. Além disso, as superpotências se entendem. O exemplo máximo disso é o Tratado de Não Proliferação. Mas, ao mesmo tempo, aquelas regras são violadas constantemente: a União Soviética invade a Tchecoslováquia, invade a Hungria; os Estados Unidos invadem a República Dominicana... Enfim, essas potências pecam, mas não pecam em um aspecto. O primeiro aspecto em que eles não pecam é que, de uma certa maneira, aquela estrutura que havia sido criada serve como um campo de negociação que facilita aquilo que é a grande proeza deste tempo, o fato de as grandes potências não entrarem em guerra. Não é a ONU que garante isso, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o equilíbrio de poder, etc., etc., mas a ONU ajuda nesse processo em determinadas circunstâncias, inclusive facilitando negociações diretas entre as superpotências.

Então, esse é um panorama muito simplificado, muito simplista, dessa fase da Guerra Fria.

Mas, além desse elemento de que a ONU ajuda nesse processo de evitar que as superpotências, as potências europeias, as grandes potências entrem em conflito direto, há um segundo elemento que eu considero um pouco esquecido, mas acho que devemos lembrar. É o seguinte: as regras foram violadas constantemente, mas havia uma espécie de homenagem que o vício prestava à virtude: não havia um questionamento fundamental daquelas instituições. De uma certa maneira, a União Soviética podia violar, um dia, a soberania da Hungria, mas no dia seguinte ela prestava uma homenagem à ONU e defendia aqueles princípios todos. Enfim, havia uma aceitação mais ou menos hipócrita, mas havia uma aceitação daquelas regras, o que dava uma certa força de legitimidade àquele processo, àquelas instituições, àquelas regras, enfim, aos fundamentos daquela ordem.

Bom, o que acontece com o fim da Guerra Fria? Como eu disse, há uns três ou quatro elementos que caracterizam esse momento e caracterizam o otimismo desse momento. O primeiro era um raciocínio, talvez um pouco simplificado, de que no momento em que termina aquilo que era o grande bloqueio para que a ordem instituída pela Organização das Nações Unidas prevalecesse plenamente – que era a Guerra Fria –, então tudo bem: a ONU vai funcionar a pleno vapor, plenamente. Aquela ordem, aquele modelo de ordem iria funcionar plenamente. Mas o pacote não era só o fim da Guerra Fria. Havia outros elementos nesse pacote.

Um dos elementos era a ideia de que o processo de globalização avançava e, na medida em que esse processo avançava, as ligações entre os países se tornavam mais densas. Isso quase obrigaria, naturalmente – ou induziria naturalmente –, a regras universais para lidar com comunicações, para lidar com economia, etc., etc., etc. É uma coisa curiosa... Se vocês lembram, a internet nasce como um projeto militar. Mas, a partir do momento em que a globalização se impõe, ela se transforma num projeto universal, comum, etc. Então, a ideia de que você poderia compartilhar coisas universais estava embutida nesse processo de globalização e isso completaria, do ponto de vista da economia, da justiça social, etc., as vantagens que o fim da Guerra Fria havia assegurado.

Há um outro fator que compõe essa nova concepção de ordem, se você quiser, ou pelo menos essa nova perspectiva de ordem, que é a ideia, ligada à globalização, de que uma série de valores universais poderiam, então, completar essa noção de ordem. A noção de ordem começa para assegurar a preservação e a integridade territorial do Estado, etc., etc., etc., mas ela vai ganhando uma série de acréscimos. Então, é a proteção internacional e universal de direitos humanos, é o meio ambiente, é o combate ao narcotráfico, a não proliferação... Enfim, a ordem fica mais complexa, digamos assim, exatamente porque naquele momento se imaginava que, com o fim da Guerra Fria, o consenso que iria nascer das potências iria funcionar, e iria funcionar muito bem. O grande modelo é o repúdio à invasão do Iraque no Kuwait. Foi exatamente isso. As potências do Conselho de Segurança se juntaram e colocaram o Iraque para fora do Kuwait. Mas é óbvio que esse processo não funcionou: o mundo é um mundo, hoje, complicado, por muitas razões.

Então, eu vou tentar sugerir três ou quatro elementos que explicariam porque não funcionou; porque talvez, naquele momento, no fim dos anos 80, princípio dos 90, quando essa concepção tão otimista sobre o processo internacional se consolidou, por que essa concepção não foi adiante?

Eu acho que, em primeiro lugar, por uma razão que tem a ver com a história do mundo, as situações de poder não são estáticas, elas mudam. E isso é percebido, em primeiro lugar, pelos próprios Estados Unidos.

Qual é a ideia? Já que os Estados Unidos passam a ser o grande polo de poder, fala-se no momento unipolar e essa coisa toda, a ideia era a de que os Estados Unidos pudessem exercer uma espécie de hegemonia benigna. Os Estados Unidos eram a incorporação desses bons valores, estariam dispostos a comandar as potências na direção da realização desses valores. Se a gente ler textos desse período de 1989, 1990, 1991, o que se fala não é em oposição à União Soviética, é na integração da União Soviética, é na integração da Rússia, vários textos não só eram americanos, mas do Solano, enfim, de grandes personalidades do mundo ocidental.

Essa hegemonia benigna supunha umas tantas coisas do ângulo americano. Uma delas era, por exemplo, a extensão da NATO. Já que nós somos os hegemônicos bons, quanto mais países estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incorporados nessa ideia, melhor. Então, uma das primeiras providências pós fim da Guerra Fria foi ampliar a NATO. Ampliar a NATO significava o quê? Significava incorporar os antigos países que ou estavam dentro do império soviético ou eram parte da zona de influência soviética. É claro que a Rússia não gostou e reclama disso desde o primeiro momento. Quer dizer, há uma célebre discussão para saber, quando se negocia um acordo – acho que foi em 1992 –, se os americanos tinham prometido formalmente ou não ao Gorbachev que eles não iam estender à OTAN. É claro que foi uma conversa privada, não há registro, não há WhatsApp, não há nada dessa conversa. Os russos continuam dizendo uma coisa, e os americanos continuam dizendo outra. O primeiro dado é esse. Essa situação serve aos Estados Unidos, como hegemônico, para consolidar evidentemente sua reação.

O segundo elemento, que também é óbvio, é o negócio do crescimento da China, que, em 1994, era a décima economia do mundo e passa a ser a segunda em poucos anos. Evidentemente, o crescimento da China vai exigir da própria China que ela se expanda, que ela vá buscar matéria-prima na África, que ela vá afirmar sua hegemonia diante daquelas ilhas que ela compartilha ou não compartilha com o Japão. Também é outro fator que perturba aquela ideia original, que supunha que houvesse um consenso que vai se dissolvendo ao longo desse período.

Outro processo que acontece, nesse momento, é um pouco paradoxal. Os Estados Unidos têm essa situação privilegiada, são a maior potência militar do mundo. Os gastos militares americanos equivalem, mais ou menos, à soma dos cinco países seguintes. Enfim, há uma diferença descomunal em matéria de modernização de armamentos, etc, etc.

Agora, eles, de repente, percebem que aquilo não serve para muita coisa. A história dos Estados Unidos depois do fim da Guerra Fria é uma história de tentativas de solução de problemas, em várias regiões do mundo, que simplesmente não funcionam, porque o instrumento militar não é suficiente para resolver – isso vale para a Bósnia, vale para o Kosovo –, ou resolve depois de muita negociação.

Outro problema também é que o que era claro na Guerra Fria deixa de ser claro agora, porque esses conflitos que começam a surgir são conflitos em que ou todo mundo é bom ou todo mundo é ruim, são conflitos em que não há claramente, como havia na Guerra Fria, um lado bom e um lado ruim. Isso tem o efeito paradoxal, acho eu, no caso dos Estados Unidos, em que o processo não significava vitória, não havia ganhos estratégicos. Então, a sociedade americana começou a dizer: "Alguma coisa está errada, vamos *retrench*, vamos diminuir as nossas linhas de ação." Isso não é de agora. Acho que o Trump simplesmente exacerba uma atitude que vem de muito tempo. Eu me lembro de que – eu fui Embaixador na ONU durante algum tempo – um dos problemas que nós tínhamos, naquele tempo, era fazer com que os americanos pagassem as cotas. Eles não queriam pagar, era um esforço enorme para convencê-los a isso.

O que acontece hoje em dia? Eu acho que estou aqui no finzinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR – O que acontece? O que era suporte daquela ordem, que era uma espécie de consenso entre as superpotências... As potências hoje quem são? China, Rússia, Índia. Esse consenso é muito difícil de se formar, porque se criou uma série de pequenos ou grandes conflitos. Eles têm concepções de mundo diferentes – outro assunto de que nós vamos falar.

Então, aquela ordem de que o tal francês falava é essa ordem. Refazer as bases políticas dessa ordem é muito complicado. As normas estão aí, a ONU continua, mas vai se fragilizando, na medida em que não há um processo político que empurre e dê sustentação àquela organização naquelas normas. Esse é o grande desafio que nós vamos ter agora.

De que maneira isso vai se organizar? Não se sabe se vai se organizar à maneira do século XIX, com processo de equilíbrio de poder. É pouco provável, porque o processo do século XIX era um processo europeu, as disputas eram territoriais e não havia talvez o que é positivo hoje, que entre esses países, China e Estados Unidos, existem parcelas de rivalidade, mas existe muito interesse comum. Boa parte do dinheiro americano está na China, os investimentos chineses nos Estados Unidos são importantes.

É muito difícil que isso escale e se transforme em guerra, mas, ao mesmo tempo, as pessoas começam a ficar preocupadas. Noutro dia, eu estava lendo uma matéria de que, na Suécia, estão reconstruindo os abrigos nucleares. Com qualquer chispa que aconteça em Taiwan, qualquer coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

errada, os americanos – dizem – podem desencadear um processo. Na primeira guerra, não havia internet, mas se desencadeou em questões de semanas. Com internet, se você tem um problema parecido, é muito mais complicado.

Bom, então é isto o que eu queria dizer: a ordem é complicada, a sustentação política dessa ordem é complicada. E o que me preocupa, voltando àquela observação que eu tinha feito em relação à Guerra Fria, é que há uma espécie de intenção de desprestigiar esses organismos nessas atitudes ideológicas de direita, quer dizer, a ideia do Trump, enfim, de não pagar mais a ONU, de sair do conselho de direitos humanos. Então, os Estados Unidos, que, de certa maneira, com todos os problemas que tiveram, foram o grande campeão dessas causas, passam a ser o adversário dessas causas. Quem é que vai defender essas causas no mesmo nível? Então, a rigor, essas propostas ideológicas mais de direita, nacionalistas, são nacionalistas e xenófobas. A ideia de que as grandes potências tinham uma responsabilidade internacional, além da responsabilidade que eles têm de defender os interesses nacionais, está se dissolvendo. Como isso vai se reconstituir eu não sei.

Eu fico por aí. Não vou falar de Brasil, porque o Rubens, eu acho, vai tocar nesse ponto, mas eu me lembro de uma frase de um filósofo alemão que diz o seguinte: o problema do presente horrível não é o presente horrível; é você não saber como sair dele. O meu medo, olhando para a ordem internacional, com os dados que a gente tem hoje, é justamente este: como a gente sai desse mundo? Não tem uma receita fácil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Gelson Fonseca, pela sua explanação.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, Prof. Viola, eu gostaria de nominar, ao agradecer-lhes a presença, os senhores: S. Exª o Embaixador da República da Colômbia, Sr. Alejandro Borda Rojas; S. Exª o Embaixador da República Democrática Federal do Nepal, Sr. Tara Prasad Pokharel; S. Exª o Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. José Kinn Franco; S. Exª o Embaixador da Sérvia, Sr. Veljko Lazic; S. Exª o Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; o Sr. Ministro Conselheiro do Estado da Palestina, Sr. Ahmed Fakhri Al Assad; Sr. Primeiro-Secretário da República de Cuba, Sr. Juan Pozo Álvarez; Primeiro-Secretário da Embaixada do Chile, Sr. Jaime Cortés-Monroy Rojas; Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Rodrigo Fonseca, da assessoria política da Embaixada da Nova Zelândia, ou melhor dizendo – eu fiz aqui uma confusão –, Sr. Rodrigo Fonseca, Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores, sim, e Srª Jaqueline Gil, assessora política da Embaixada da Nova Zelândia.

Muito obrigado a V. Exªs pela honrosa presença no dia de hoje.

Com a palavra o Sr. Dr. Prof. Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA – Muito obrigado, Presidente Collor. É uma honra para mim estar novamente aqui.

Lembro que participei, penso, umas três ou quatro vezes, no seu período anterior como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, de debates quinzenais, no período de 2011-2012. E acho que são muito produtivos, muito importantes.

É também um grande prazer compartilhar a Mesa com os Embaixadores Gelson Fonseca e Rubens Barbosa.

Eu vou falar sobre a situação mais do presente. Então, o que está acontecendo hoje, em 2017? Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que nós temos duas forças profundíssimas no sistema internacional atual, no mundo contemporâneo. Uma força cada vez mais profunda de desenvolvimento da globalização. Alguns autores chamam isso, como Parag Khanna, por exemplo, de hiperglobalização – a passagem da globalização para a hiperglobalização. De outro lado, forças também profundas de reação, de resistência a essa aceleração da globalização.

As forças de desenvolvimento da globalização são fundamentalmente forças econômicas e tecnológicas – não apenas, mas aí radica o poder fundamental. Há forças de resistência à globalização, de reação, algumas sendo de antiglobalização, mas há forças que não chegam a ser de antiglobalização, mas são de, digamos, frear a globalização de algum modo. Essas forças são mais político-culturais se comparadas com o peso econômico e tecnológico das primeiras forças.

Bem, o que penso que é fundamental do mundo atual, da ordem internacional atual, é a aceleração da revolução tecnológica. Isso é algo que às vezes, no Brasil, nós temos dificuldade para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

compreender em profundidade, porque o Brasil não está no centro, está atrasado com relação a essa revolução tecnológica.

E, nesse momento – eu diria, nos últimos três, quatro anos –, o eixo dessa revolução tecnológica é agora a aceleração da revolução da inteligência artificial. A revolução da inteligência artificial é muito recente, mas deu um passo muito grande. Nós falamos de algoritmos, de Big Data faz poucos anos, embora eles estejam penetrando em todas as dimensões de nossas vidas.

Durante vários anos, o eixo dessa revolução da inteligência artificial é o *machine learning*, o aprendizado das máquinas, mas um aprendizado relativamente lento. Nos últimos anos, nós temos o processo de desenvolvimento que se chama *deep machine learning*, aprendizado profundo das máquinas, redes neurais, um processo no qual se acelerou o que vários autores pensavam que seria ainda uma questão de algumas décadas.

Então, nós estamos agora, por exemplo, segundo a maioria dos analistas, a uma distância de dez a quinze anos, em que nós teremos a inteligência artificial equivalente à inteligência humana média.

E rapidamente nós iremos para o desenvolvimento de uma inteligência artificial que é superior à inteligência humana média. Isso é algo fascinante e assustador para todas as pessoas. Muitas pessoas vivem as consequências disso, mas não têm muita consciência ainda do que está acontecendo.

Nós vivemos os últimos três séculos basicamente, pelo menos desde a grande Revolução Científica, do século XVI e XVI mais a Revolução Francesa, todo o desenvolvimento de uma cultura centrada no humanismo, na centralidade da humanidade, como sendo o centro da vida na Terra. Isso superou o que eram anteriormente as religiões. Basicamente, as religiões continuaram existindo? Continuaram existindo, obviamente, mas o fundamento das sociedades, as religiões como fundamentos surgiram todas em sociedades rurais, em sociedades agrárias. As grandes religiões, particularmente monoteístas, antes eram religiões animistas, anteriores à Revolução Neolítica.

Então, a capacidade durante toda essa fase do humanismo, a capacidade de a humanidade cooperar aumentou extraordinariamente, esse é o diferencial decisivo da humanidade, do *Homo sapiens* sobre as formas anteriores de vida. Uma capacidade extraordinária de cooperar, que foi aumentando, aumentando e aumentando até chegar a uma escala gigantesca. Hoje, a intensidade, o escopo, a extensão da globalização atual supõe uma cooperação gigantesca da humanidade. Essa cooperação atinge graus que são assustadores para muitas pessoas. Destroem a estabilidade da realidade que era sentida e percebida como relativamente estável, lenta, digamos. Ou seja, a realidade hoje é uma realidade de transformação muito acelerada. Para dar uma ideia, por exemplo, a história da ciência até recentemente é uma história de produção de conhecimento a partir de dados estruturados. O que produz inteligência artificial? A produção de conhecimento a partir de dados não estruturados. A partir da internet e depois da internet das coisas nós citamos no mundo de aceleração, a produção permanente de dados. Então, isso é algo com que até recentemente a ciência não estava acostumada e pensava que era longe de poder se chegar. Por exemplo, produzir conhecimento a partir de dados não estruturados. Mas isso é possível com *machine learning* e *deep machine learning*. Por exemplo, em 2016 os dados produzidos pela humanidade equivalem a todos os dados produzidos na história prévia da humanidade.

Em 2014, a previsão era de que durante 2015 e 2016, a cada dois anos todos os dados produzidos seriam equivalentes a todos os anteriores na história da humanidade. Em 2016 e em um ano. Neste momento, a previsão é de que, em 2020, a cada mês se produzam dados equivalentes a toda a história prévia da humanidade. Se você diz "ah, tudo bem, mas o que significa isso?", esse é um lugar. Os dados em si mesmos não dizem nada. O que é decisivo, de outro lado, é o *machine learning* ou *deep machine learning*, a capacidade de processar dados não estruturados. Isso é uma revolução absolutamente superior a qualquer coisa prévia, à Revolução Industrial, à Revolução Neolítica, às armas nucleares e mesmo ao surgimento da internet.

Turing, na década de 50, previu que as máquinas seriam mais inteligentes que os homens. Einstein achou que isso seria impossível. Turing é o famoso cientista britânico que quebrou a criptografia alemã. Ele foi decisivo na vitória da guerra e foi uma tragédia da democracia ocidental, porque foi condenado por homossexualismo em 1952 e depois se suicidou. Há um belo filme sobre a história dele. De fato, ele tinha razão. Hoje, todos os cientistas concordam que ele tinha razão, e não Einstein.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, o que nós temos? Um mundo onde a capacidade... Cada vez mais nós temos uma circulação gigantesca de informação. Então, classicamente, por exemplo, na década de 90, de 2000, a globalização se entendia como uma aceleração muito grande, uma aceleração recente, digamos, da circulação de bens, bens materiais, serviços, pessoas e também informações. O ponto é que agora a proporção da circulação de dados, de informações sobre o total de circulação, dos fluxos de circulação de matéria, energia e informação, cresceu extraordinariamente a proporção de circulação de informação. Então, isso e a capacidade da humanidade de processá-las.

O impacto mais profundo disso... São vários impactos. Primeiro, na vida cotidiana das sociedades é uma rápida destruição dos empregos convencionais. Isso aconteceu já antes em todas... Já houve resistências antes contra a revolução industrial inglesa, por exemplo, destruidoras de máquinas. Vários estudos mostram hoje que, em dez anos, 50% dos empregos atualmente existentes, das profissões existentes não existirão mais. Serão criados novos. Essa é a lógica do desenvolvimento tecnológico. Mas, nesse caso, a multiplicação da produtividade gerada pela inteligência artificial faz com que exista praticamente a certeza de que haverá muito mais destruição de empregos do que produção de novos empregos. É por isso que, por exemplo, hoje se torna cada vez mais geral no mundo a discussão sobre a necessidade de uma renda básica universal, que é algo muito mais profundo do que o Bolsa Família, em função de sociedades onde a produtividade econômica aumenta constantemente e a proporção de pessoas; quer dizer, a produtividade do trabalho qualificado é altíssima, mas o trabalho qualificado é para uma proporção da sociedade.

Não é uma hiperminoria, 1%, 2%; é mais do que isso, mas está longe de ser para a totalidade das pessoas. Então, isso é um fator muito importante do profundo mal-estar nas sociedades desenvolvidas com relação à globalização. É a destruição de empregos clássicos e a destruição da possibilidade de novos empregos, mesmo empregos degradados com relação aos empregos anteriores. E como a circulação gigantesca de informação afeta profundamente as psicologias individuais e a psicologia coletiva e cria uma sensação de incerteza gigantesca, digamos. Tudo muda permanentemente. Tudo se desmancha permanentemente.

Então, essa é uma consequência profunda do momento que estamos vivendo e da reação que nós temos nas sociedades, a reação contra a globalização, que, por exemplo, claramente se manifesta nos movimentos nacionalistas xenófobos na Europa e manifestou-se nos Estados Unidos na eleição de Trump. Isso não quer dizer que Trump tenha força para – nem estou falando de parar a globalização – nem sequer de diminuir o ritmo da globalização, porque as forças econômicas e tecnológicas são muito mais profundas, e elas não são controladas por ninguém. Há atores centrais dessa força, por exemplo, o Silicon Valley, claramente, mas o Silicon Valley se reproduz hoje por vários lugares do mundo, digamos assim, e não apenas na Califórnia. Então, o que era originalmente um lugar localizado, hoje, é uma metáfora para dizer muitos lugares do mundo, inclusive muitíssimos na China e no norte da Europa.

Então, essa extraordinária força da globalização, que gera essa resistência, gera uma sensação de discursos do tipo nacionalista, como Jean-Marie Le Pen, ou seja, de "vamos destruir a globalização", "estamos fazendo um movimento nacionalista que acaba com a globalização, ou que vai redesenhar profundamente o mundo".

Eu sou das pessoas que pensam, como muitíssimos analistas obviamente, que nós vivemos uma grande incerteza no sistema internacional, mas que as possibilidades de movimentos nacionalistas erodir significativamente, mudar o rumo da globalização é muito baixa. Não digo que seja impossível, porque não é, mas é baixa. Inclusive, por exemplo, se nós vemos o discurso de Trump nas eleições e o que ele pode fazer realmente. Vejam toda a coisa sobre o discurso isolacionista de Trump, por exemplo, e o que ele realmente está fazendo na presidência. Está certo?

Então, vejamos outra coisa. A China hoje tem uma elite, a grande maioria da população, que acredita profundamente na globalização. Por quê? Porque eles são os principais beneficiários da globalização dos últimos vinte anos. Então, imaginem, na Conferência de Davos, um presidente da China falando de evitar o quarto escuro do protecionismo. É um negócio que você não imaginaria. Obviamente que do lado russo, sim. Penso que isso sim. A Rússia é uma sociedade ressentida, as elites são profundamente ressentidas. Ao invés de adaptar-se à globalização, eles se adaptam à periferia, tentando refreá-la. Há toda uma perspectiva geopolítica obsoleta, porque, como disse Parag Khanna,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

hoje, a geopolítica existe mais do que nunca, mas não é a geopolítica das fronteiras, é a geopolítica da conectividade, isto é, as cidades, os países, o seu poder se mede pelo seu grau de conexão com o resto do mundo, conexão de infraestrutura física, material, seja portuária, viária, ferroviária, aeroviária, aeroportos, seja pela conectividade informacional. A quantidade de pessoas que usam banda inteligente de internet e a quantidade de agentes econômicos que têm alta capacidade de produzir algorismos inteligentes. Em última instância, vamos dizer que toda inteligência artificial supõe uma inteligência humana, que produz algorismos inteligentes, porque toda essa capacidade computacional gigantesca, na nuvem, que nós temos hoje, que é o fundamento do que se chama quarta revolução industrial, tudo isso requer cientistas, operadores inteligentes, que façam perguntas inteligentes aos dados. Aos dados, se não se faz perguntas inteligentes, você pode rodar um computador com uma potência gigantesca, inclusive computação quântica – que não está muito longe, inclusive –, mas se não há pergunta inteligente, não há um produto significativo.

Eu diria que nós temos, hoje, três polos fundamentais no mundo: Estados Unidos, União Europeia e China, sendo claramente a China um polo muito ascendente, um polo superengajado na aceleração da globalização, porque é beneficiário da globalização. Vocês me perguntarão: "Mas como, se ao mesmo tempo a China, como tem um regime autoritário, teme a circulação livre de informações?" E é verdade. Hoje, calcula-se que dois milhões de chineses estão dedicados ao filtro da internet internacional. Isso é real. Ou seja, há um medo muito grande, na elite chinesa, sobre a circulação de informações. Mas pesa muito mais a dinâmica econômico-tecnológica, processo para o qual a China está muito bem preparada, entre outras coisas, porque está desenvolvendo os seus Silicon Valleys. A China de hoje não é a de dez anos atrás, assim como no que se refere às mudanças climáticas.

Há anos, víamos sobre altas emissões da China. Hoje, a China é a vanguarda mundial do desenvolvimento de energia solar fotovoltaica e em qualquer momento vai começar a competir, inclusive, em rede inteligente em baterias com Estados Unidos e Alemanha, o Norte da Europa.

Então, nós temos a China claramente engajada na globalização e nós temos o núcleo dos Estados Unidos, o núcleo corporativo dos Estados Unidos, cujo coração fundamental é o Silicon Valley dos Estados Unidos, totalmente engajado na globalização, e mesmo uma parte da indústria fóssil, mesmo que não engajada na descarbonização, também engajada na globalização. Digamos, o Rex Tillerson, Presidente da Exxon, a Exxon é totalmente, não é favorável à descarbonização na economia mundial, mas, sim, é favorável também à globalização.

Existem, obviamente, setores de população americana que são contrários à globalização, mas são setores muito fracos e são uma resistência muito precária, pobre, que se interessa parcialmente – parcialmente – na eleição de Trump. E, depois, nós temos na Europa, todo o norte da Europa está sendo também muito bem-sucedido em termos de aumentar a produtividade da economia, de incorporar profundamente a quarta revolução industrial, a revolução da inteligência artificial.

Esses são os polos do mundo. A Rússia contesta isso, é uma potência contestadora, e perdedora, com certeza, a única coisa que tem são armas nucleares basicamente, capacidade de destruir o mundo, tem, sem dúvida nenhuma, e, se alguma possibilidade exista de que isso aconteça, nós não temos garantia, obviamente, digamos, mas a Rússia representa absolutamente o passado.

Eu afirmo isto, porque é muito comum encontrar na mídia alguns analistas que falam que não, a Rússia é como um poder ascendente, como a capacidade de ser *driver* do sistema internacional. A única coisa que a Rússia tem capacidade neste momento é de tentar resistir à profundidade do desenvolvimento da hiperglobalização, mas representa absolutamente o passado.

É o oposto da China. A China representa o presente e o futuro, inclusive, há um problema em relação, vamos dizer, todos nós que amamos a democracia, digamos, que é o seguinte, e essas são coisas de que não teria tempo de falar agora, mas por causa desta aceleração da revolução da inteligência artificial, que a China tem condições, inclusive, de incorporar em várias áreas, muito mais que Estados Unidos, porque Estados Unidos têm limites, como uma sociedade mais baseada no indivíduo, de privacidade que a China não tem. Por isso, por exemplo, na Medicina, na pesquisa genética isso já se está mostrando claramente, digamos, está certo?

Então, até em algumas áreas, a China pode ir muito na frente nesse sentido, e a ideia de que não era possível uma sociedade desenvolver-se com uma vasta classe média sem democratizar-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

politicamente está em questão hoje. Pode ser que continue sendo verdade – tomara que continue sendo –, mas qual é o problema? Estas profundas transformações econômico-políticas criaram uma desfuncionalidade na democracia estruturada no Estado nacional com as instituições que nós temos do Estado nacional do tipo de como existe a democracia representativa, a Câmara dos Deputados, o Senado, várias outras coisas, digamos, ela é disfuncional, ela não consegue processar decisões na velocidade das transformações econômico-tecnológicas, está certo?

Então, aparece uma, inclusive, apatia em relação à democracia. Então, você tem forças antidemocráticas no mundo ocidental hoje, mas nem são tão fortes quanto as forças apáticas. Crescem as tensões eleitorais, por exemplo. Veja bem, na França, na próxima eleição, a única possibilidade de Marine Le Pen ganhar as eleições é que no segundo turno há uma quantidade de muita gente dos partidos tradicionais – o Partido Republicano e o Partido Socialista já os tem, por exemplo. Se já não os tivessem, com certeza Marine Le Pen não ganharia nunca. Acho que a probabilidade é baixíssima, mas segundo os analistas o perigo de uma Marine Le Pen, ou seja, a quantidade de gente que vai se desinteressando, a apatia em relação à democracia.

Então, isso aí são perguntas gigantescas, porque é algo totalmente novo. É do tipo: que transformações a democracia representativa precisa? Profundas? Não apenas no Brasil, obviamente, mas em todo o mundo democrático, para ela se tornar funcional, para ela se tornar correspondente com a dinâmica profunda, tecnológica e econômica. São perguntas muito difíceis de responder. Não há...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO VIOLA – ... são debates decisivos, uma pergunta muito difícil de responder. Bom, eu concluo por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao professor Dr. Eduardo Viola pela sua apresentação, e passo em seguida a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado, Presidente, pelo convite. Eu vou direto ao assunto. Vou me beneficiar dos comentários que foram feitos pelos dois palestrantes que me precederam. Eu vou tratar dos desafios para o Brasil neste mundo em transformação, que foi dito aqui. Eu tinha alguns comentários sobre o pano de fundo disso, que é a ordem internacional, mas vou fazer dois, três comentários, muito rápidos, sobre essa questão da ordem internacional. A primeira: que essa ordem internacional, ou a desordem internacional em que nós vivemos, representa, justamente, o resultado dessas grandes mudanças do mundo e de tudo que está acontecendo, que foi descrito em detalhes aqui, e que afetam o que eu digo que é a velha ordem. A atual ordem é a velha ordem internacional.

Se a gente for ampliar um pouco o que o Gelson mencionou, quer dizer, eu acho que essa ordem que está superada, ou que está em processo de superação, começa lá atrás, no século XVII, com a Paz de Vestfália, quando surgiu o Estado, a nação; passa pelo Tratado de Viena, quando se criou o concerto europeu, e mais modernamente, como ele mencionou, passa por 45, com a criação das instituições; passa por 89, 1989, quando cai o muro de Berlim, e passa na minha opinião, também, por 1991, quando da invasão do Iraque, da primeira invasão do Iraque, os Estados Unidos declararam que foi criada uma nova ordem, e era a ordem unilateral americana. Em todos esses eventos, desde a Paz de Vestfália até 1991, com os Estados Unidos, essas decisões, esses fatos que geraram mudanças importantes no mundo, foram decisões de um pequeno grupo de países, de países desenvolvidos, que colocaram para nós todos, para o resto do mundo, visões geopolíticas e conceitos que estão hoje sendo questionados.

Quer dizer, porque há a emergência, como foi dito aqui, do resto do mundo. Não são aquelas mesmas nações desenvolvidas, mas novos polos de poder. Que conceitos são esses que estão sendo questionados? Foram mencionados aqui alguns, mas lembro a questão da soberania, as áreas de influência, a lógica territorial, ou mesmo o conceito do Ocidente, a questão do equilíbrio de poder. Todos esses conceitos dessa velha ordem estão sendo hoje questionados.

Essa mudança, no sistema internacional, foi acelerada em consequência das mudanças que ocorreram desde a queda do muro de Berlim, com o fim da União Soviética. Essas mudanças, como foi dito aqui, são derivadas desse profundo processo de globalização, dessa aceleração tecnológica, das comunicações, da emergência da Ásia, do fim da bipolaridade. Isso afeta o processo decisório dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países e os países todos procuram defender os seus próprios interesses. A definição do que vai emergir como uma nova ordem internacional vai incluir um número muito maior de países, que vão contribuir para a formação dessa nova ordem, na minha visão.

Essa nova ordem é inserta, como foi dito aqui, na área política, na área econômica, na área comercial e na área da segurança e da defesa, como vou comentar ao longo da exposição. Essas incertezas – tudo isso o que está acontecendo – vão determinar um reexame desses conceitos que mencionei, dessa visão geopolítica, para refletir a necessidade das demandas que surgiram com a nova realidade global. Essa é que é a realidade.

Como é que se insere o Brasil nesse reexame desses conceitos e nessa visão geopolítica que foi muito bem mencionada aqui antes? Acho que o Brasil passou a enfrentar desafios da ordem interna e desafios da ordem externa, dentro desse cenário em grande transformação, em grande mudança, por causa dessas razões que nós mencionamos aqui. Em termos de desafios internos – e não vou entrar em detalhes nisso – vou apenas mencionar... Depois, de os senhores quiserem, a gente pode discutir. Hoje o Brasil enfrenta grandes desafios internos, com a crise econômica, com a crise política, com a crise ética, com o esforço de reajuste econômico, de austeridade, de crescimento. O desequilíbrio da economia hoje é derivado de equívocos na política econômica dos últimos anos. Nós perdemos competitividade. Acho que esse é um dos mais dramáticos desafios que o Brasil hoje enfrenta, que é o de restabelecer a sua competitividade sistêmica, na área da economia, da produção, do comércio exterior.

Também um outro desafio é a desindustrialização que o Brasil está sofrendo nesses últimos anos. É uma desindustrialização precoce que está gerando muitos problemas para a indústria, para o emprego, enfim, por todos esses problemas que a gente sabe.

Um outro grande desafio é o comércio exterior, por uma série de razões que eu vou mencionar depois. Mas nós vamos ter que enfrentar esse desafio com grande destemor, porque vai haver, na minha visão, mudanças profundas na economia para que o Brasil possa enfrentar esse desafio também nessa área do comércio exterior.

Quanto à questão do combate à corrupção, a impunidade, estamos vendo, em casos recentes, como isso influi na economia, no comércio exterior. E nós temos que também aqui passar o Brasil a limpo. É uma mudança importante.

Em resumo, desses grandes desafios internos vai emergir uma nova agenda, e eu completo a minha apresentação com essa nova agenda, com essa visão de futuro. Qual é a nova agenda que sai a partir, em parte, desses desafios internos e, em parte, dos desafios externos?

Nos desafios externos, o que a gente pode dizer é que a única certeza é a incerteza. Todas as áreas que a gente analisa, tanto na área política, na área econômica, na área comercial, na área de segurança e defesa – como eu vou procurar mostrar –, a incerteza é muito grande e torna muito difícil, para os formuladores de política externa, de política comercial, você se ajustar a esses grandes desafios.

Alguns foram mencionados aqui. Quer dizer, você tem hoje – eu vou mencionar de passagem, não vou entrar em detalhes –, na área da política internacional, a criação do Estado Islâmico; as guerras que continuam na Síria, no Iraque; a guerra – não declarada – entre Israel e Palestina; a questão dos refugiados; a questão do nacionalismo, que foi mencionado aqui, da xenofobia. Você tem as novas ameaças que colocam em xeque muitos conceitos de defesa: o terrorismo, a segurança cibernética. A nova atuação da Rússia que estamos vendo agora no Oriente Médio. Apesar de ter perdido muita força, muita presença no cenário Internacional, ela se recolocou em algumas áreas e, no Oriente Médio, ela está como uma força importante.

Há o papel da China, que foi muito bem mencionado aqui; a crise do multilateralismo, das grandes instituições que foram criadas em Bretton Woods depois do fim da guerra – o Fundo Monetário, o Banco Mundial –, a OMC, sobretudo, de que eu vou falar mais aqui na área comercial, e o próprio G20.

Nós estamos vendo agora, nesses dias, o G20 sendo questionado pelos próprios Estados Unidos. E o curioso é que, em todas essas instabilidades que eu vou mencionar aqui, os Estados Unidos têm um papel importante, porque, como foi dito aqui, a presunção é de que os Estados Unidos fossem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pouco o garantidor dessa nova ordem que emergiu depois da guerra. Mas essa ordem vem sendo questionada, inclusive, pelos Estados Unidos.

Um outro aspecto é a insegurança no cenário econômico. Depois da crise de 2008, houve um problema grande em termos de crescimento da economia mundial, em termos de crescimento do comércio internacional.

Eu acho que a insegurança, hoje, do cenário internacional deriva em boa parte das medidas que foram anunciadas pelo Governo Trump: a questão da redução dos impostos, a desregulamentação, a expansão fiscal com a questão da infraestrutura, o crescimento eventual do déficit público, o fortalecimento do dólar, a taxa de juro do FED, o próprio liberalismo econômico americano sendo questionado por medidas protecionistas e pressão sobre as empresas americanas. Então, essa insegurança no cenário internacional começa com o novo governo americano por todas essas razões. Continua com a situação na Europa. Quer dizer, não só o crescimento da Europa – que começa agora a se recuperar, mas esses anos todos foi muito baixo –, agora, com a crise, com a saída da Inglaterra, a negociação do Brexit, com o Reino Unido, eventualmente, saindo e aumentando a insegurança nessa área econômica, com a possível saída do Reino Unido, da Escócia, as eleições na França e na Alemanha, a crise da Grécia, as dificuldades da Itália. Tudo isso gera, juntamente com a insegurança das políticas americanas, uma insegurança grande trazida pela Europa.

Por outro lado, temos uma situação um pouco melhor este ano. Não foi assim nos últimos anos, mas está sendo um pouco melhor agora, com a volta, o crescimento dos países emergentes, que são os novos polos de poder – é o caso do Brasil e o caso da Rússia –, que voltam a sair da recessão, a crescer, complementando o crescimento forte da Índia e da China.

Outro cenário de insegurança na área econômica é a volatilidade do preço das *commodities*, que é muito importante para todos, inclusive para o crescimento dos países. Então, a variação é muito grande, o crescimento do preço do petróleo, sobretudo, como houve no passado. E, no caso da *commodit*y, se cai muito, ameaça a estabilidade dos países, gerando também essa insegurança na área econômica. E também a instabilidade financeira.

Nós sabemos da situação difícil por que passa a China com empréstimos que não são pagos. A China cresce, mas é um crescimento que tem sempre uma sombra de dúvida quanto à questão financeira. Também a Itália, que está com um problema financeiro muito grande. E também agora, com o elemento novo, essas políticas ou anúncios de políticas nos Estados Unidos de desregulamentação, sobretudo na área financeira, porque, se a regulamentação que foi colocada no lugar, na economia americana, por causa da crise, das bolhas, de tudo que foi feito e gerado na crise nos Estados Unidos, como a bolha econômica, com tudo que ocorreu, agora, com essa desregulamentação, vai aumentar a insegurança também, de novo, na área econômica dos Estados Unidos.

Esse reordenamento produtivo global cria também uma grande insegurança para as empresas, para os países e, agora, nós temos... Amanhã até estou publicando um artigo no *Estado* sobre uma nova política industrial da China, anunciada agora no começo de março, no congresso do partido, e uma explicitação do 13º plano quinquenal da França, sobre uma fantástica revolução na política industrial da China, que privilegia mais de dez setores e com 300 bilhões de yuan para financiar as empresas.

E não vou entrar em detalhe aqui, mas essa política vai obrigar as empresas chinesas a produzir 80% de tudo o que é consumido, nessa área tecnológica e na área industrial, na China, com conteúdo nacional de 40%, passando depois para 70%. Isso terá um efeito global, vai afetar as empresas industriais da Europa, dos Estados Unidos, do Brasil, de todos os países.

E, um último ponto também de segurança no cenário econômico, essa revolução energética, que estamos vendo, com o *shale oil*, nos Estados Unidos, na área de meio ambiente, com o Acordo de Paris. Enfim, uma série de áreas que influenciam na segurança do cenário econômico.

Há incerteza também na área comercial. Os senhores sabem que, no começo deste século, no fim do século passado, o comércio internacional estava crescendo a dois dígitos. O Brasil quadruplicou o seu comércio exterior, de 2002 a 2012, 2013, quando o comércio internacional se expandiu brutalmente. Hoje, nesses últimos cinco, seis anos, a partir da crise de 2008, o comércio internacional se expande abaixo da produção global. E o ano passado cresceu a menos de 2%. E neste ano, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

projeção da OMC é um crescimento de 1,6%. Isso reflete uma grande incerteza também nessa área, agravada pela crise do multilateralismo, como falei, no caso da OMC. A OMC está perdendo a sua capacidade de negociação dos acordos comerciais e também ameaçada agora por causa dos Estados Unidos, eventualmente não querendo se submeter às regras do mecanismo de solução de controvérsia, a própria função de reguladora do comércio de juiz, de justiça, para dirimir dúvidas no setor, nas brigas comerciais, porque a OMC tem essa função de órgão de solução de controvérsia.

Além disso, na área dessa crise da OMC, temos um crescimento do protecionismo, que vem de 2008 para cá, por causa do grande desemprego que havia nos Estados Unidos, na Europa, e esses países passaram a adotar medidas restritivas. E agora os Estados Unidos estão ameaçando colocar o que eles chamam lá de *border tax*, quer dizer, é um imposto de importação, que vai incidir sobre todos os produtos. Se eles fizerem isso, estamos falando de uma alíquota de 20%, vai afetar todo mundo, todos que quiserem exportar para os Estados Unidos vão ser afetados por essa taxa. Os Estados Unidos são o maior mercado importador do mundo.

Além dessas incertezas todas, você tem uma grande incerteza na negociação comercial com assinatura desses acordos, mega-acordos, o TPP, a parceria transpacífica, que está suspensa porque os Estados Unidos retiraram a assinatura do acordo. Mas, acho que não está morta. Não acredito que os Estados Unidos, o *establishment* americano, as empresas americanas, vão deixar que esse acordo desapareça, porque esse acordo foi moldado segundo o interesse americano. Depois posso entrar em mais detalhes disso.

Então, mesmo o Nafta, que foi questionado agora pelo Trump também, não acredito que vá desaparecer; vai haver pequenos ajustes, mas gera uma incerteza grande. No TPP são 12 países. O Nafta é o Canadá e o México, incerteza nesses países todos. Na Europa, são 28 países que vão ter que renegociar os acordos com o Reino Unido. Então, dentro do que a gente está conversando sobre as incertezas, vocês têm uma ameaça do Trump de armar, desenvolver uma guerra comercial e cambial com a China, com o Japão, com a Alemanha, pela manipulação cambial e o efeito dentro do comércio.

Além dos acordos multilaterais que eu mencionei, também os acordos bilaterais. Eu acho que uma das saídas do TPP, para ele vigorar, vai ser a renegociação desse acordo bilateralmente pelos Estados Unidos, e eu acho que eles vão fazer isso, a começar com o Japão, que foi um dos objetivos comerciais dos Estados Unidos.

No TPP também entra outra consideração. É um acordo com uma forte matiz geopolítica, porque era um acordo para excluir a China ou diminuir a importância da China da região, e agora, se esse acordo não for levado adiante, a China passa a ter – já está negociando um acordo, o RCEP lá, um acordo de comércio com 16 países da região, inclusive com alguns que estão no TPP.

Então, nós temos aí esses aspectos todos e também, dentro dessas grandes transformações por que passou a economia global, o comércio global, as cadeias produtivas globais, as cadeias produtivas de valor, o comércio entre as companhias. Mais de 60% do comércio global hoje é feito entre companhias com cadeias produtivas, que é um grande desafio para países com o Brasil.

No caso da China, já mencionei aqui, essa grande incerteza, não só por causa dos questionamentos que os Estados Unidos estão fazendo, tanto a ameaça de colocar uma taxa adicional sobre os produtos exportados pela China quanto pela questão que não está resolvida, de considerar a China como uma economia de mercado. Os Estados Unidos e a Europa não aceitam isso, e a China já começou a questionar isso no caso da Europa. Ela não quis questionar ainda os Estados Unidos, mas vai acabar questionando. Como vai ficar isso? Como vai ficar a questão do câmbio? Como vai ficar essa questão do *made in China*? Em 2025, essa nova política agressiva, sofisticada, política industrial que vai absorver tecnologia de ponta, vai absorver empresas do mundo inteiro para produzir para o mercado chinês e também para o mercado internacional, substituindo as empresas industriais do mundo inteiro.

E a China está tomando medidas também. Além desse acordo plurilateral, o RCEP, ela criou um regime regional de investimento, um banco asiático de infraestrutura.

Criou também um banco dentro dos BRICS, um novo banco de desenvolvimento, está criando um grande investimento na rota da seda, *one belt, one road initiative,* a iniciativa de uma estrada, de um cinturão, que é a rota da seda, com grandes implicações no comércio da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, finalmente, nesse diagnóstico, na descrição das incertezas globais, há a incerteza na área de segurança e de defesa. Quer dizer, nos Estados Unidos, agora com a mudança do governo, incentivar a luta contra o terrorismo. E nós estamos vendo a mudança de posição dos Estados Unidos na guerra da Síria: interferiu diretamente com soldados, com equipamentos, interferindo na guerra, uma mudança de posição que vai acabar criando maior instabilidade ainda na região.

Na questão da proteção da fronteira, nos Estados Unidos, com repercussão na questão dos vistos, na questão da negação dos refugiados, no aumento dos recursos orçamentários para as Forças Armadas, a expensas do Departamento de Estado, da política externa e do meio ambiente, 10% a mais nas dotações orçamentárias para as Forças Armadas. Sem falar da insegurança que gerou a atitude americana em relação à OTAN, que está sendo corrigida, mas ele ainda continua cobrando, gerou uma insegurança muito grande na Europa.

Eu já mencionei aqui a questão da Síria e o papel importante que a Rússia teve para tentar terminar a guerra. Foi suspensa, há um período de suspensão nas áreas controladas pelo governo e pela Rússia, mas não nas áreas controladas pelos rebeldes com a interferência norte-americana.

Já foi mencionada aqui a questão da insegurança em relação à China, o telefonema que o Presidente Trump deu para o líder de Taiwan, se continua, ou não, a política de uma só China, como é que fica essa situação. Sem falar da criação dessa ilha no Mar do Sul da China, e a instabilidade que gerou naquela região.

A questão do Irã, como é que vai ficar o acordo que foi feito para controlar o programa nuclear do Irã, como é que vão ficar as sanções que foram colocadas ao Irã, como é que vai ficar a questão da política de mísseis do Irã, que agora foi penalizada de novo pelas potências ocidentais?

A questão do México, como é que vai ficar essa questão da fronteira, a construção do muro? O Trump, em uma das conversas mais soltas que ele teve com o líder mexicano, falou que se o México não conseguia controlar os "*bad hombres",* os homens maus, que ele poderia mandar uns soldados lá para ajudar. Quer dizer, são sinais de grande insegurança, aumenta a insegurança nessas áreas.

Na Ásia, também, a questão da Coreia do Norte, como é que vai ficar? Agora o Tillerson, o Ministro do Exterior dos Estados Unidos, disse que todas as opções estão sobre a mesa, inclusive um ataque à Coreia. Como é que fica a China se houver um ataque à Coreia do Norte? São temas muito importantes que estão na ordem do dia.

E, finalmente, a questão de Israel e da Palestina, como é que vai ficar isso nos próximos anos?

Então, esse é o quadro geral do que é hoje a insegurança, as transformações na ordem internacional.

Eu vou dedicar agora o que resta do meu tempo aqui para falar sobre o Brasil. Como é que o Brasil se insere nesse contexto? Como é que nós deveremos reagir? Porque, na minha opinião, o Brasil não está, até aqui, reagindo adequadamente a tudo isso que está acontecendo.

Como nós sabemos, nos últimos anos, a agenda externa perdeu importância, foi relegada a um distante segundo plano, tanto na política externa quanto na política de comércio exterior. E isso é uma das primeiras medidas que nós estamos tendo que corrigir. Nos últimos meses, o Itamaraty voltou a ter algum espaço. Houve um fortalecimento institucional grande do Itamaraty, com verbas para pagar as dívidas externas, dos organismos internacionais, colocar em dia o custeio do Itamaraty, o pagamento das coisas mais elementares porque no Itamaraty não tinha dinheiro. Fortaleceu-se também a parte institucional com a ida da Apex e da Camex para a estrutura do Itamaraty. E foi eliminada a influência ideológica, partidária na formulação da política externa, que gerou, na minha visão, muitas distorções.

Mas isso é apenas o começo para fortalecer o Ministério do Exterior e organismos que regulam o comércio exterior porque muito ainda está para ser feio. Nós estamos apenas começando um longo caminho para que o Brasil se atualize e possa responder adequadamente a esses desafios todos, em todas essas áreas. O Brasil, a gente se esquece, no meio de tanta crise, tanto pessimismo, a gente se esquece de que o Brasil antigamente brigava para ser uma das cinco maiores potências econômicas do mundo. Hoje a gente briga para ficar entre as dez. Mas o Brasil é uma das dez maiores economias do mundo.

E eu fiquei muito impressionado no último mês com duas referências do *The Economist* sobre o Brasil. A primeira, uns meses atrás, quando se discutia, a capa era: um insurgente na Casa Branca. Era o Trump chegando e mostrando as mudanças que estavam acontecendo no mundo. Isso que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

discutiu aqui era o primeiro editorial do *The Economist*, mostrando tudo isso: a globalização, as ameaças, incerteza, instabilidade e tal. E aí, dizia o que se esperava das nações desenvolvidas e tal. E aí, no último parágrafo, assim sem nenhuma outra referência, no meio dessa crise toda que nós estamos vivendo aqui, da perda de competitividade, de tudo que a gente está vivendo, dizia o seguinte, textual: e o Brasil tem que assumir a liderança na região, na América do Sul.

Quer dizer, o mundo inteiro vê o Brasil como uma potência que não está respondendo a esses desafios. E agora, nessa semana passada, na capa da *The Economist* sobre uma pequena melhora da condição econômica, do crescimento econômico no mundo, está lá um balão com o Brasil, porque o Brasil sai de 4,5% de recessão para 0,5% positivo. O Brasil e a Rússia saíram da recessão e estão entrando de volta no crescimento.

Isso é visto pelo mundo como uma coisa importante. Nós aqui estamos tão embrenhados aí nas crises que a gente está vivendo, que a gente não se dá conta de que o mundo espera do Brasil alguma posição.

Então, eu vou comentar rapidamente algumas coisas sobre a política externa e outras coisas sobre o começo exterior. Evidentemente, não vou esgotar o assunto aqui. Vou tratar três, quatro áreas em cada um dos setores e a gente depois pode aprofundar.

Na área externa, então, eu acho que o grande desafio nosso é restabelecer o papel do Itamaraty como principal formulador e executor da política externa e reinserir o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior. São dois grandes desafios que o Brasil está enfrentando. Em termos de política externa, como eu disse, a gente começou a enfrentar os problemas institucionais. Eu acho que agora, com recursos, com a transferência da Apex, a gente não sabe se a Camex vai continuar ou não no Itamaraty, mas enfim, com a mudança que houve, você deu mais força para o Itamaraty participar do processo decisório interno.

E, em termos de política externa, nós vamos ter que mudar ênfases e prioridades. Por exemplo, eu vou destacar apenas três, quatro pontos aqui. Primeira questão: como o Brasil deve ou pode ou deve retomar a iniciativa aqui na região. Essa referência do *The Economist* é importante porque, se os senhores olharem para os BRICS – a China, a Índia, a Rússia e o Brasil –, dos quatro grandes países, o único país que não tem hoje, tinha talvez até certo ponto no passado, mas hoje já não tem é uma política ativa aqui na região. O Brasil ficou, na minha visão, a reboque dos acontecimentos durante muito tempo e a gente vai ter que rever isso e passar a ter uma política ativa aqui na região.

Isso quer dizer não só as relações bilaterais e a integração regional. Quer dizer, hoje, na prática, nós estamos sem relações nem com a Venezuela nem com Cuba. Nós não temos embaixador em Caracas nem em Havana. E eles também não têm relações com o Brasil. Como é que o Brasil vai enfrentar esse desafio? É um desafio para o Brasil.

Na parte de integração regional, nós estamos sem iniciativas. Você tem aí o Mercosul, que está começando a ser reavaliado. A gente espera que, agora que Brasil e Argentina estão falando a mesma linguagem, a gente consiga reativar o Mercosul, fazer o Mercosul voltar às suas origens, como um instrumento de liberalização do comércio, de abertura de mercados.

E como o Mercosul vai ampliar as suas – eu vou falar isso no comércio exterior –, mas como vai ampliar a rede dos acordos. Porque o Mercosul, nesses últimos anos, ficou isolado, totalmente isolado porque o Mercosul é um acordo, um tratado de cooperação econômica e comercial.

São importantes a área política e a área social, já existiam antes também. Quando eu fui coordenador do Mercosul, a gente tratava disso, não era que não existia. Já existiam, no começo do Mercosul, a prioridade social e a prioridade política, mas não era a única atividade do Mercosul; a atividade do Mercosul era abrir mercado e liberalizar o comércio.

Para não falar em outras áreas aqui da região, como segurança e defesa e os interesses do Brasil na defesa da integridade territorial com a fronteira – nós tivemos durante muitos anos um conflito na Colômbia, agora estamos com uma situação delicada na Venezuela – o Brasil vai ser afetado. O Brasil está, enfim, de maneira moderada na OEA procurando ajudar o processo interno da Venezuela porque, se houver uma crise na Venezuela – nós já temos 30 mil refugiados que vão e vêm da Venezuela no Brasil – e vierem 50 mil, Roraima não tem condição de atender. É um problema humanitário, é um problema de direitos humanos e vai ser um problema econômico para o Brasil, uma situação que saia do controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, aí, nessa questão da região, na área comercial e na área política, nós temos que retomar a iniciativa e formular propostas concretas, a começar pela integração física que é uma área que para o Brasil é estratégica e não estar sendo levada em consideração. Quer dizer, se a gente pensar que a Ásia hoje, com tudo isso que a gente disse da Ásia, é o principal parceiro comercial do Brasil e a China é o principal parceiro comercial do Brasil, passando os Estados Unidos, passando a Europa, nós não temos um porto no Pacífico para escoar a produção brasileira. Toda a nossa produção que vai para a China ou vai pelo sul ou vai pelo Panamá. Isso, na minha visão, é uma deficiência de política. Nós não soubemos prever isso que aconteceu e nem reagimos ao que já estar acontecendo. Qual é a iniciativa do Brasil para aumentar e ter um corredor de exportação para produtos agrícolas e produtos minerais que a gente produz e vão para a China? Que eu saiba, não existe.

Então, há outro fator também que a gente não se dá conta aqui na região porque o Brasil é quase 70% de tudo o que ocorre aqui na região. Você tem aqui na região hoje, com influência, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a França e a Inglaterra. Não preciso entrar em detalhes, os senhores entendem o que eu estou dizendo. Todos eles têm uma presença aqui na região. Qual é a posição do Brasil? Qual é a atitude do Brasil em relação a isso? É uma coisa que está em aberto.

Então, este é o primeiro aspecto: é a questão regional, a presença do Brasil política, econômica e financeira com todos os seus vizinhos e na integração regional. Fala-se agora na questão do Mercosul negociar com a aliança para o Pacífico. Eu vou mencionar isso depois quando eu falar de comércio exterior. Isso é um grande desafio, como eu vou mostrar, para o Brasil e para os países do Mercosul.

Segundo, nós vamos ter que ampliar o alcance da política externa. Por muitos anos, os países desenvolvidos foram relegados a segundo plano, e nós perdemos tempo em buscar tecnologia, buscar inovação.

Nós temos que mudar isso e dar prioridade aos países que possam atender a nossa necessidade de tecnologia, de inovação: fazer a reaproximação com os Estados Unidos, fazer uma avaliação dos outros países, o que a gente pode obter da União Europeia, do Japão. Agora estão falando de fazer um acordo do Japão com o Mercosul. Além de fazer uma reavaliação, porque por muito tempo prevaleceu a ideia do sul-sul, que é a mesma coisa da política brasileira de desenvolvimento, de relações com os países em desenvolvimento. Sempre o Brasil atuou na área dos países em desenvolvimento. Agora, a prioridade do sul-sul continua, não é que vai acabar, continua a prioridade da negociação com os países em desenvolvimento da África, aqui, da América Latina e de outros lugares. Agora, não pode é ser a única prioridade, deixando para o segundo plano os países desenvolvidos; tem que ser ao mesmo tempo, tanto com os desenvolvidos como com os países em desenvolvimento.

A outra área é o restabelecimento de uma voz mais ativa nos organismos internacionais no tocante aos temas globais. Quer dizer, direitos humanos, meio ambiente, nesses novos temas, segurança cibernética, terrorismo, o Brasil tem uma voz importante. É impossível conceber, eu, como, Diplomata, ex-Diplomata, é impossível conceber que, sendo o Conselho de Segurança uma prioridade na política externa brasileira – foi assim, já é assim há mais de 20 anos –, como é que o Brasil fica fora do Conselho de Segurança por 30 anos, vinte e tantos anos? Saiu, é notícia pública aí: a última vez que o Brasil foi para o Conselho de Segurança foi em 2010. Agora, para voltar para o Conselho de Segurança, tem que ficar na fila, e nós estamos na fila para entrar em 2032, 2033! Como é possível acontecer uma coisa dessa?! É isto que eu digo: levantar a voz do Brasil e voltar a participar.

Agora está começando a discussão aqui sobre a entrada do Brasil na OCDE. Eu sou favorável, estou defendendo isso há muito tempo – depois a gente pode discutir isso aqui. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) é um organismo, uma organização sediada em Paris que congrega, que define regras. E o Brasil tem que voltar a ser um país normal e jogar pelas regras que são aceitas por todo mundo. A OCDE seria um freio a políticas fora da ortodoxia que só existem no Brasil, entendeu? Então, são temas importantes desses órgãos internacionais em que o Brasil está fora.

E a última coisa nessa área de política externa que eu acho importante, que tem a ver aqui com a Comissão também, é que havia uma total desconexão entre política externa e defesa nacional. A Comissão aqui é de Relações Exteriores e Defesa. Eu sempre defendi que houvesse uma íntima associação e coordenação entre política externa e defesa nacional. Agora, pela primeira vez na história, há coisa de meses, houve uma reunião de nível ministerial, entre o Ministério da Defesa e o Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das Relações Exteriores. Há muitos temas, e já mencionei a questão da fronteira, a questão do Conselho de Defesa dentro da Unasul, o fortalecimento da indústria de defesa aqui no Brasil e na região e as implicações sobre política externa. Enfim, há uma série de áreas aqui que a gente pode mencionar nesse setor que são muito importantes.

Em relação ao comércio exterior agora, para terminar. Eu acho que a ida da Apex e da Camex para o Itamaraty foi muito importante. A criação da Apex no MDIC, em termos de racionalidade econômica, comercial, financeira, de custo não tinha muito sentido. Quer dizer, o Governo brasileiro mantém embaixadas e setores comerciais em todos os países, nos consulados, e você tinha uma outra estrutura no MDIC que competia para fazer a mesma coisa. Era um gasto duplicado, havia divergências, passaram quatro anos aí sem se falar, era uma confusão tremenda. Agora, para dar um exemplo concreto, a Apex e o Itamaraty se entenderam, e na China, por exemplo, em que as instalações da Embaixada não permitem uma ampliação da Secom para incluir a Apex e a Apex tem, em Pequim, instalações adequadas, o setor comercial da Embaixada vai se mudar para onde está a Apex, muito melhor instalada. E no caso da Rússia é o contrário: a Embaixada está melhor instalada do que a Apex; vai fechar a Apex, e a Apex vai para a Embaixada. São racionalizações de trabalho importantes.

No caso da Camex é outro problema. Eu sempre defendi o fortalecimento da Camex, que nunca teve influência grande porque estava muito pulverizada, estava no terceiro escalão do MDIC, e agora passou a ser presidida pela Presidência da República. Todos os outros órgãos estão no MDIC, e a Secretaria Executiva, que não tem poder decisório, apenas assessora, fica no Itamaraty. Foi muito fortalecida. E agora vamos aguardar a decisão que vai ser tomada, se vai ficar no Itamaraty ou volta para o MDIC.

Em termos de integração regional, eu já mencionei a questão do Mercosul. Quer dizer, por algum tempo, aqui, no Brasil, se falava da opção sul-americana, que a gente não devia buscar uma opção isolada no mundo, mas através do conjunto da América do Sul. E o que a gente viu nesses últimos anos foi não uma integração regional; foi uma desintegração regional. Quer dizer, você tem o grupo bolivariano, você tem a Aliança do Pacífico, você tem o Mercosul. Como casar isso, como reduzir esses desencontros? O Brasil pode ser um fator importante para evitar essa desagregação aqui na região. Eu já mencionei essa ideia de fazer um acordo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Também vamos ter que examinar como o Brasil vai reagir, como o setor privado vai reagir ao que vai acontecer em 2019. Os senhores devem estar sabendo disso. Se os acordos negociados no âmbito da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) até 2019, quer dizer, se houver o aprofundamento das margens de preferência para liberalizar o comércio e se todos os países cumprirem isso, na América do Sul, em 2019, nós vamos ter uma área de livre comércio – livre comércio, zero de tarifa. O Brasil já deu livre tarifa para todos os países da América do Sul, mas os outros países da América do Sul, nem todos deram para o Brasil. Então, se houver o aprofundamento dessas preferências tarifárias para o Brasil, nós vamos ter uma área de livre comércio.

Como fica o Mercosul? Como fica a questão de regra de origem? Como fica a posição do Brasil? Como ficam as regras de compras governamentais, investimentos, tudo isso? Ninguém está pensando muito sobre o que fazer, e é uma questão muito importante.

Nós precisamos desenvolver, na minha visão, uma nova estratégia de negociação comercial. A gente pode entrar em mais detalhes depois, mas é uma estratégia nova de negociação multilateral na OMC; regional, aqui no hemisfério; e bilateral, com esses acordos no âmbito da Aladi. Quer dizer, nós temos de pensar, o Brasil tem de pensar como aproveitar essas cadeias produtivas que mencionei, que é uma das mudanças grandes que ocorreram no comércio internacional. Como fazer cadeias produtivas regionais para integrar os outros países ao redor do Brasil, que é o grande mercado da região? Então, temos de quebrar o isolamento nas negociações comerciais.

Enquanto o mundo inteiro... Se os senhores entrarem no *site* da OMC, vão ver que o mundo inteiro, nesses últimos 15 anos, negociou mais de 400 acordos; o Brasil negociou três: Israel, Autoridade Palestina e Egito. Dos três, só um está em vigor, o acordo com Israel; os outros não estão em vigor. Isso temos de mudar, temos de abrir as negociações com outros países na região e fora da região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Finalmente, a questão na área desses grandes acordos é a questão dos BRICS. A gente pode discutir isso depois também. O Brasil não está aproveitando o fato de a gente estar ao lado da China, da Rússia, da Índia e da África do Sul, como um grupo que agora eu acho que não tem... Eu sou dos poucos que acreditam nos BRICS. Eu acho que foi uma das decisões corretas que foram tomadas no Governo anterior. A institucionalização dos BRICS é um *plus*, é um mais para o Brasil que não estamos aproveitando. Como fazer para aproveitar isso?

Finalmente, como conclusão, a visão do futuro. O que temos de fazer? Na minha visão, o que o Brasil deveria fazer dentro desses desafios todos, dentro desses atrasos todos? Dentro de tudo que a gente falou aqui, o que o Brasil deveria fazer? Acho que o grande desafio nosso nessa agenda externa é o Brasil encontrar o seu lugar no mundo, compatível com o que deve desempenhar uma das dez maiores economias do mundo. Há uma expectativa de que o Brasil exerça um papel. Então, essa mudança não pode ser mais adiada.

Hoje, a definição dos nossos reais interesses... O que a gente quer da relação com os Estados Unidos? O que a gente quer com a relação com a China? O que a gente quer da nossa relação com a União Europeia, com os vizinhos aqui da região, com os BRICS? Isso tudo, na minha visão, não está resolvido, não está respondido. Esse é o grande desafio. E não é só do Governo, do Itamaraty, do MDIC; é da classe política também, do Congresso, que tem um papel a desempenhar; da academia, que agora está muito mais aberta às discussões sobre política externa. Nós temos de começar a discutir isso.

Aqui no Brasil a gente é muito bom de diagnóstico, mas, quando chega a hora de fazer... O que temos de fazer, levando em conta o diagnóstico? O que a gente tem de fazer? Quem discute isso? Não se discute. Assim, acho que a Comissão pode ter um papel importante nesta agenda do que fazer, qual é o nosso interesse, incluindo, como disse, a academia, a classe política, o Congresso, os empresários, além dos representantes governamentais. Nós temos de definir, na minha visão, uma nova agenda.

Ao discutir o que queremos para o Brasil no novo cenário internacional, teríamos de examinar, entre outras coisas... Vou mencionar três ou quatro coisas aqui, mas há muito mais para fazer. Vou mencionar o que acho que é mais importante para o Brasil neste momento. Primeiro, temos de integrar o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia global e do comércio internacional. Isso significa que a gente vai discutir uma série de coisas, reexaminar uma série de coisas dentro dos desafios internos.

Segundo, o Brasil, na minha visão, tem de assumir efetivamente a liderança na América do Sul, de acordo com os interesses brasileiros. Não é por isso ou por aqui; é segundo os interesses brasileiros. Interessa ao Brasil que a Argentina cresça, que a Venezuela se estabilize, que o Peru cresça. O Brasil tem que contribuir para isso positivamente, porque interessa ao Brasil. Não é porque a gente faz solidariedade; é porque interessa ao Brasil. Nós temos de assumir efetivamente esse papel de liderança, na minha visão.

Essa teoria, no Itamaraty, é muito discutida. Eu penso assim e falo lá há muito tempo, mas não é consenso, ao contrário. A liderança que menciono não é nem de dominação nem de hegemonia; é defender os nossos interesses, incluindo o desenvolvimento dos países da região, o que é bom para o Brasil. Então, essa é uma posição importante, e pouca gente tem clareza sobre esse aspecto. Se o Brasil não faz nada, acontece o que aconteceu. A gente fica a reboque; os outros defendem o interesse. Defenderam muito bem os interesses deles, e o Brasil ficou a reboque, em muitos casos, na minha opinião, contra o interesse brasileiro.

A terceira nova agenda é, como disse, ampliar a voz do Brasil nos organismos internacionais e a gente ter posição sobre comércio, mudança de clima, não proliferação, direitos humanos, terrorismo, segurança cibernética, sobre os refugiados, o que implica ampliar a coordenação interna do Itamaraty, porque esses temas não são temas só do Itamaraty, não só temas de política externa. Quando a gente fala de segurança cibernética, é o Ministro da Defesa, é o da Ciência e Tecnologia, e o Itamaraty tem de fazer a coordenação disso.

E temos de voltar a participar do Conselho de Segurança, de que ficou totalmente fora nesses últimos tempos. Para os senhores terem uma ideia, o Brasil vai ficar fora do Conselho de Segurança, se nada for feito para remediar isso e a gente só voltar em 2032, 2033, nós vamos ficar mais tempo fora do Conselho de Segurança do que durante o regime autoritário dos militares, que, por decisão política, não quiseram participar do Conselho de Segurança. Por vinte anos o Brasil não participou do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Segurança, porque ficava exposto a críticas de fora. Agora, por uma decisão nossa, porque foi por uma omissão nossa, nós estamos fora do Conselho de Segurança por 22, 23 anos.

Outro ponto é colocar fim ao isolamento do Brasil nesses entendimentos comerciais, nas negociações bilaterais e nos acordos com megablocos. Por que isso vai ser importante, inclusive com desdobramentos na política econômica e na política comercial interna? Porque, como os senhores devem acompanhar, todos os acordos comerciais que estão vigor nos últimos anos, sobretudo esses negociados pela União Europeia, pelos Estados Unidos, pela Coreia, pelos países mais desenvolvidos, todos esses acordos têm regras novas negociadas fora da OMC. É um dos aspectos da crise da OMC. E essas regras que vigem no TPP, na negociação do Canadá com a União Europeia, da Coreia com a União Europeia, da Coreia com os Estados Unidos, essas regras mudam totalmente a negociação comercial.

A negociação comercial, hoje, não é mais uma negociação de desgravação tarifária, de redução tarifária, como foi no âmbito da Aladi até aqui. E nós ainda estamos presos a essa ideia da desgravação tarifária – agricultura, indústria, serviço, diminui a tarifa. Isto aí está superado. As regras hoje incidem sobre compras governamentais, sobre investimento, sobre propriedade intelectual, sobre regras trabalhistas, meio ambiente. Sem falar em uma atualização nas regras tradicionais de barreiras não tarifárias, de regras sanitárias, fitossanitárias, enfim, todas essas regras que são normais nos acordos. Elas foram redefinidas.

Quem é que aqui no Brasil está pensando em discutir efetivamente que regras são essas, o que foi incluído no acordo da União Europeia com o Canadá, do TPP, 12 países, com os Estados Unidos, com o Japão, com esses países todos, e comparar essas regras com as regras internas nossas, com o sistema jurídico brasileiro, para ver se elas são compatíveis ou não? Porque elas vão ter profundas modificações.

Se o Brasil quiser – é política oficial do Governo – sair do isolamento e ampliar os acordos comerciais... Nós estamos no meio da negociação... Começou na semana passada a negociação com a União Europeia. Eu não tenho informação do que aconteceu nessa última reunião, mas estou certo de que a União Europeia vai introduzir várias dessas regras na negociação, porque essa negociação nossa dura já 15 anos e começou na cooperação política, econômica, redução de tarifas e tal. Agora, não. Agora são regras, com convergência regulatória.

A gente sabe o caos que são aqui no Brasil essas regras de várias agências e tudo que está acontecendo – inclusive, vimos agora, nessa questão da carne, colocando em questão a fiscalização sanitária –, porque a preocupação lá fora é com o consumidor. Aqui no Brasil, a gente não fala muito nisso, mas a preocupação lá fora desses acordos todos é com o consumidor, e nós vamos ter que embutir isso no nosso pensamento.

Então, essas questões são muito importantes, e eu acho que a consequência disso, se o Brasil algum dia vier a se inserir nessas negociações comerciais, a participar dos fluxos dinâmicos de comércio, das cadeias produtivas, é que o setor industrial brasileiro vai precisar se preparar. Não está preparado.

Eu estou como Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp há 12 anos e sei o que estou falando. O setor industrial brasileiro precisa se adequar a essas novas realidades. E, para falar de dois setores que estão sendo questionados pela OMC, o setor automotriz e o setor eletroeletrônico... Há um caso na OMC contra a política industrial brasileira e pouca gente está se dando conta disso. A política industrial brasileira foi questionada pela União Europeia e pelo Japão nessas duas áreas. Mas, dependendo de como evoluir isso, outras áreas poderão ser afetadas. E, pelo que a gente sabe até aqui, o relatório preliminar do *Panel* da OMC que está examinando esse caso votou contra a política industrial brasileira. Nós vamos ter que modificar essa política para nos adequarmos à OMC.

Então, nós vamos ter que fazer uma reestruturação que reforce esses setores, porque o setor industrial, como os senhores sabem, nesses últimos anos, foi muito afetado.

Os senhores sabem que, em 1985, o setor industrial representava 25%, 26% do PIB brasileiro, hoje representa 10%. O País está, como eu disse, se desindustrializando; estão fechando, gerando desemprego. Então, vai haver a necessidade dessa reestruturação com o desenvolvimento de novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parcerias – vamos ter que incorporar novas parcerias – e especialização nas áreas em que o Brasil é mais competitivo.

Eu acho que, dificilmente, nos próximos anos... Não estou falando agora, estou falando com uma visão, como disse, de futuro, de médio prazo. Em 10, 15 anos, o panorama industrial no Brasil vai ser totalmente diferente. Como foi dito aqui, o mundo vai ser outro, e aqui no Brasil vai ser outro também. E nós temos que começar a nos ajustar a isso. Vamos ter que desenvolver – isso já está começando a ser pensado – programas de assistência e de ajuda a essas empresas. Nós vamos ter que pensar nisso para podermos nos ajustar a essas grandes transformações que ocorreram no mundo.

Então, eu acho que o grande desafio... Nós temos, como eu disse, o desafio interno de colocar a economia em ordem, voltar a ter competitividade, aprofundar essas reformas importantes que estão sendo discutidas aqui no Congresso. Essas reformas são apenas o começo se quisermos efetivamente modernizar o País – a reforma tributária, a reforma trabalhista, a reforma da previdência. Dentro de uma visão de médio e longo prazo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBENS BARBOSA – ... em que o Brasil possa voltar a crescer, a se inserir no mercado internacional, elas têm que ser aprovadas e, depois, no novo governo, a partir de 2018, aprofundadas.

Eu acho que isso vai ser muito importante para que o Brasil possa voltar a ser competitivo, voltar a participar como deve, como uma das dez maiores economias do mundo, no cenário internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa, por esta bela explanação que fez a respeito da inserção competitiva do Brasil nesse novo cenário internacional, nessa ordem internacional que está aí sendo criada.

Eu gostaria de aduzir aos nomes que já foram aqui citados, dos senhores embaixadores e senhores representantes das missões diplomáticas no Brasil que comparecem à nossa audiência pública de hoje, também a presença da Srª 3ª Secretária da Embaixada da Austrália, Srª Abigael Emma Adhiambo Ogada-Osir; do Sr. Adido Civil da República do Benin, Sr. Adédodja Eustache Ibikounle; da Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Itamaraty, Srª Ministra Gisela Maria Figueiredo Padovan.

Passarei às perguntas de S. Exªs os Srs. Senadores.

O primeiro inscrito é S. Exª o Senador Cristovam Buarque; em seguida, o Senador Jorge Viana.

Por favor, com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Boa noite! Boa noite a cada uma e a cada um.

Senador Collor, quero parabenizá-lo pela volta desses seminários, como tivemos aqui durante a Presidência anterior de V. Exª nesta Comissão. Quem assistiu – e muitos devem ter assistido – pela televisão deve ter visto a riqueza do que ouvimos aqui e das provocações feitas.

Quero, em primeiro lugar, dizer que vale a pena muito transcrever essas palestras e distribuí-las. E chama a atenção para o catálogo de perguntas que fez o Embaixador Rubens. Eu, que só comecei a contar no final, somei 35 perguntas, mas deve haver umas 90.

Creio que suas perguntas são muito oportunas, para ver se descobrimos como orientar o processo, mas é aí que entra a dificuldade. Estava olhando o título "Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Será que a pergunta não seria "Como conviver no caos?" Porque o que escutamos e vemos hoje – aí, a fala do Eduardo foi a mais enfática – é que estamos sem bússolas. O norte muda de lugar. Então, vamos passar um tempo em que nem pontes, nem barreiras vão funcionar. Vamos ter que improvisar. Aí, vou fazer duas perguntas nesse processo.

Primeiro: é possível imaginar uma ordem ou nós devemos nos preparar para o caos? E com um objetivo: o de evitar a catástrofe, porque caos não é sinônimo de catástrofe. Numa catástrofe, morremos; no caos, conseguimos viver.

Caos nas nações que vão definir o rumo? A China cresce ou, de repente, surgem outras. Caos na decisão de um Presidente da República, como o dos Estados Unidos, de mudar tudo. Amanhã, pode ser o Presidente da França, da Alemanha, da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, vamos viver um período de grande dificuldade. E, aí, é que entra a dificuldade de tomar decisões, porque as tomamos, olhamos no curto prazo, e tudo vai acontecer num certo médio prazo imprevisível.

Por exemplo, as discussões hoje: previdência e terceirização. Estamos discutindo – vamos pegar um exemplo desse conceito mais amplo de terceirização – se se deve ou não substituir táxi por Uber, mas já existe carro sem motorista. Então, as nossas discussões estão vindo muito atrasadas.

Estamos discutindo se há ou não idade mínima e se essa idade mínima é de 65 anos, quando, daqui há 20 anos, a expectativa de vida pode estar em 90 anos. Aí, já não vale mais essa nossa definição de 65 anos. Sabemos é que não dá para ficar sem idade mínima.

Tudo está indo tão depressa que fica difícil imaginar como vamos fazer. No caso da Previdência: daqui a pouco, vamos viver 100 anos, mas com um problema, pelo que o próprio Eduardo disse: sem que os jovens tenham emprego.

Então, tudo o que fizermos de reforma, dentro de poucos anos – e vamos ter de fazer, vamos ter que procurar conviver no caos –, é com a consciência de que as regras são provisórias. Vamos ficar sem empregos e com velhos demais. E como vão ser as decisões que tomamos?

Aí, a segunda pergunta: qual é o papel da política e dos políticos hoje? Há muito tempo venho dizendo que há três dificuldades grandes para fazer política hoje. Uma é que fazemos política nacional, mas o mundo ficou global. Então, nossas decisões valem pouco.

Na semana passada, um delegado, junto com um jovem juiz e mais alguns, fizeram uma investigação, com um papel muito bom, no sentido de parar a corrupção, e os chineses ficaram sem carne, nós ficamos sem emprego, sem dólares, durante algum tempo – e nem sabemos por quanto tempo mais. Ou seja, o caos se espalha por uma coisa bem local.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E já foram soltas. É verdade! (*Risos.*)

Então, estamos vivendo um período de uma dinâmica global, mas o nosso trabalho é nacional. E pior: a eleição é paroquial. Por exemplo, eu estava fazendo as contas de quantos votos perdi por estar aqui, ao invés de estar na Ceilândia, em Taguatinga, conversando com o pessoal na Rodoviária, fazendo palestra na Universidade daqui, porque o voto é ali, mas o problema é aqui. Aqui é onde vamos encontrar a solução. Esse é um problema.

O outro é do curto prazo. Nós trabalhamos no curto prazo, no imediato, olhando a próxima eleição. E as coisas acontecem num caos em direção a um tempo mais longo; ou tempo ficou tão dinâmico que não dá para esperar pela próxima eleição também. São os dois problemas que acontecem: somos eleitos com um programa e, de repente, surge outro, porque as coisas avançaram.

Aí, vou mais longe, meu caro colega Eduardo Viola. Quanto tempo ainda vai durar o Parlamento? Será que a inteligência artificial não nos vai fazer obsoletos? Um imenso computador – imenso na memória, porque pode ser deste tamanho aqui – reunindo todos os habitantes do mundo, tomando decisões *on-line* e levando em conta o longo prazo. Obviamente, as regras morais deveríamos pretender defender.

Quanto tempo o Parlamento será como é hoje, com eleição a cada quatro ano, quando poderia ser já *on-line*? Não estou falando da democracia direta, porque ela é muito prisioneira do imediato. Estou falando de tomar decisões imediatas, com o olhar a longo prazo, que não sabemos como fazer ainda. Mas a inteligência artificial pode resolver isso. Recebemos os dados, essa inteligência artificial faz uma análise, devolve, porque vão trazer muitos problemas, e faz-se outra consulta.

Então, do ponto de vista da política, porque o senhor falou dos vários aspectos da evolução rápida, do acúmulo de informações e do manuseio das informações. São dois fatos que aconteceram nas últimas décadas e explodiram nos últimos anos: o acúmulo de informações e a capacidade também quase infinita de manuseio das informações.

Então, por quanto tempo ainda nós vamos fazer política de maneira muito parecida com a que se fazia na Grécia antiga? Só que lá era na praça; agora, a gente faz dentro do Parlamento. Lá era para a cidade; agora, a gente tenta fazer para a nação – isso depois dos séculos XVIII e XIX, quando surgiram as nações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Essas são as perguntas, Presidente.

De qualquer maneira, fico preocupado de estar passando uma mensagem pessimista. Mas não é pessimista; é angustiante, porque o que vier, provavelmente, para as gerações futuras terminará sendo bom, mas esse período de transição vai ser muito difícil. E eu temo – voltando aqui para dentro – porque nós estamos com uma dificuldade a mais – e, aí, não é mundial, é nossa: um processo de sectarização que nos impede de construir pontes entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós estamos querendo construir pontes no mundo, mas hoje não há pontes aqui entre nós. E nós ficamos todos paroquiais. Não temos cardeais que nos ajudem a pensar e, depois, repassar. Ficamos paroquiais todos nós. Paroquiais regionais ou paroquiais de grupo, que nos apoia e que nos elege. E cada um querendo o seu, sendo que o mundo é algo muito maior do que a soma de cada um de nós. Essa é a diferença. O Brasil é maior do que a soma dos 200 milhões. Até porque no Brasil a gente tem que contar os que vão nascer ainda.

Diante disso, esses seminários são muito importantes, mesmo que a gente fique com mais perguntas – graças, sobretudo, ao Rubens, que trouxe boas perguntas. E eu acho que é tempo de perguntas, por isso que eu gostei da sua fala. Mesmo que a gente saia com mais perguntas do que respostas, pelo menos a gente sai percebendo que há um desafio muito forte pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra, agora, ao próximo inscrito, S. Exª o Senador Jorge Viana, que é Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Presidente, colegas Senadores, todos que estão aqui neste importante painel do ciclo de debates, eu queria, de modo muito especial, cumprimentar os ilustres convidados, pessoas que realmente têm uma contribuição a dar: o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o Prof. Dr. Eduardo Viola. E, mais especialmente, quero cumprimentar V. Exª, Presidente, por ter trazido de volta esses debates, como bem disse o Senador, colega, Cristovam e o Senador Pedro Chaves também, que estão aqui.

Peço desculpas porque só há um voo do Acre de dia, para sair de lá – foi o que eu peguei –, e ele chega aqui às 18h30. Então, fiz um malabarismo para chegar o quanto antes. Que bom que deu tempo! E assim vou fazer sempre que possível.

Eu queria cumprimentar o Senador Cristovam, que foi muito feliz quando devolveu as perguntas. Eu, semana passada, fiz um discurso também fazendo perguntas do plenário, sobre se tem lógica o que estamos fazendo no Brasil. Eu procurei lógica e não vi lógica nenhuma, em tudo o que está ocorrendo, desde o que nós entendemos como golpe parlamentar, as consequências dele, a situação, o caminho que nós estamos pegando.

E eu não tenho nenhuma dúvida sobre um aspecto: acho que foi muito feliz o título, mas ele cabe muito bem para nós. Nós estamos precisando derrubar as barreiras que criamos entre nós na sociedade e construir pontes novamente. Nós já tivemos esse momento. O Brasil está precisando fazer isso internamente. Há um verdadeiro ódio de setores contra setores. Eu não estou aqui tirando quem tem culpa ou quem não tem culpa. Ontem já houve um movimento contrário, ao revés, de que as pessoas que foram para as ruas já não vão mais, porque já não confiam naqueles que as chamaram para ir. Isso não significa que o outro estava certo. Mas o nosso País está precisando disso. Nós estamos inseridos no mundo; no mundo que nós disputamos.

Então, eu não vou obviamente me prender muito às questões internas, mas fiquei chocado de ver que, depois de algo que mexeu muito com o papel do Brasil no mundo – essa questão da carne fraca mexeu com a força do Brasil, do agronegócio brasileiro no mundo, e nós disputamos um mercado complicado, com grandes competidores –, ontem, o juiz mandou soltar os últimos três que estavam presos. Quer dizer, fica muito claro que houve mais do que uma precipitação. Pode ter havido aí um abuso de autoridade de pessoas que usurparam competências, que não tinham, de outros setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Li também o relatório do Ministério da Agricultura, que diz que até agora não encontraram absolutamente nada, nas auditorias que estão fazendo, de que a carne consumida no Brasil ou produzida e processada no Brasil põe em risco a população. Mas o estrago e o prejuízo já estão feitos. Eu ouvi o Senador Pedro Chaves falando sobre isso em A Voz do Brasil.

É um absurdo nós seguirmos nessa marcha da insensatez, em que a gente destrói primeiro, ganha as manchetes dos jornais, para depois ver se há uma notícia mesmo, se de fato ocorreu aquilo. Então, acho que é um caso clássico, que precisava ser investigado, e, se alguém cometeu abuso de autoridade, que seja punido. Não estou prejulgando ninguém. Mas é um prejuízo enorme para o País, depois de passar décadas tentando construir uma imagem, um posicionamento no mercado internacional de proteína animal, por exemplo.

Mas eu queria aqui, com todo o respeito, fazer um certo contraponto, porque não peguei os outros dois convidados, só tive o privilégio de ouvir o Embaixador Rubens Barbosa, com quem tenho o privilégio da convivência e da amizade.

V. Exª, inclusive, falou que nós temos de ter um bom diagnóstico da situação. Eu acho que, com todo o respeito, nós temos – e é normal – divergências sobre o que ocorreu no Brasil ou o que deveria ter ocorrido nos últimos anos, mas eu queria fazer um contraponto pondo outra visão, arvorando-me. Não sou embaixador – quem me dera –, nunca me especializei na área. Sou um brasileiro, um curioso, alguém que tenta ver, que torce pelo Brasil, que trabalha pelo Brasil, como meus colegas. Mas eu faria uma leitura um pouco diferente.

Nós tivemos o período do governo do Presidente Fernando Henrique, que foi um período importante. Ele promoveu – e eu falo isso sendo do PT –, ele deixou um legado importante. Não me prendo só ao Plano Real, mas há outras medidas que ele adotou, e eu o respeito por isso, eu o admiro por isso. Acho que ele e o Presidente Lula, mais recentemente, são os dois grandes líderes que nós tivemos. Um ficou oito anos governando, e o outro ficou oito anos governando. Eu falei para ambos isso, e falo.

Mas, na época, por circunstâncias a que ele até se referiu esta semana, dizendo que não teve tanta sorte no cenário econômico, mas, durante os oito anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que tem uma política muito próxima dessa que o Embaixador Rubens Barbosa defende, nós tivemos, depois de oito anos – estou falando de economia –, um déficit de US$8 bilhões. O saldo de oito anos foi um déficit no Brasil, com um saldo de reserva de US$16 bilhões. Esse foi o resultado de oito anos.

E o Presidente Lula, alguém que saiu de Garanhuns, pau de arara, mas que tinha andado o mundo inteiro, um autodidata, que conhece talvez mais que ninguém os líderes mundiais, pois tinha andado o mundo inteiro, fez uma agressiva política externa. E isso eu queria dizer por uma questão de justiça, para constar nos *Anais*, pelo menos, outra versão, porque eu acho que são muito importantes esses debates.

Ele andou o mundo inteiro. Acho que nunca tivemos um Presidente que tenha visitado tantos países como o Presidente Lula. E ele foi vender o Brasil. Mas não é vender no sentido de deixar o Brasil lá, vendendo barato, como agora estão fazendo, no pior momento, vendendo tudo que nós temos. Ele foi levar a competência, a capacidade e os produtos brasileiros a todos os continentes do mundo. Ninguém andou tanto, como Presidente da República, quanto o Presidente Lula.

Eu fiz uma viagem com ele, atravessando o Atlântico, num teco-teco. Esse avião que arrumaram aí deveria ter sido um avião com maior dignidade para a Presidência da República, mas a imprensa criticou tanto, que compraram um A319, um teco-teco que precisava abastecer dentro do Brasil para ir à Europa. E chegava lá, passava algumas horas, e ele pegava o teco-teco e voltava, descendo na Ilha do Sal, depois descendo em Recife, para chegar a Brasília, de volta. Eu fiz duas viagens dessas com ele, gastando infinitas horas, da Europa para a Índia, com ele também.

E o resultado desse pau de arara, desse Presidente que andou, foi um pouco diferente nos seus oito anos. Quando terminou, ele havia deixado um superávit na balança comercial de US$300 bilhões, resultado do trabalho dele, do nosso governo, do Estado brasileiro. E as nossas reservas passaram, em 2014, para US$376 bilhões. Eu acho que isso tem de ser registrado, sinceramente.

E isso não ocorreu por que a política estava errada. Quem valorizou mais o Itamaraty do que o Presidente Lula? Quem abriu mais embaixadas? Qual foi o resultado disso? OMC. Nunca havíamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sequer pensado em disputar. Na FAO, fomos reeleitos! Isso é resultado de uma política externa. Estou falando da economia e estou falando de política.

Eu não posso achar que o Brasil não fez grandes acordos. E o BRICS, em junho de 2006? Há algum acordo mais importante feito no mundo, na última década, do que o BRICS? Quem o fez? Brasil, China, Rússia e Índia. E, em 2011, para colocar um S, acrescentou-se a África do Sul. Foi o nosso País que fez isso, gente! Isso é a nossa história. Nós não podemos deixar isso barato. Não existe um acordo mais importante, nas últimas décadas, do que o BRICS. E foi o Presidente Lula quem o promoveu, junto com China, com as lideranças da Rússia e, obviamente, da Índia. E, em 2011, acrescentamos a África do Sul.

Eu queria também fazer um brevíssimo paralelo com os vizinhos. Eu acho muito grave isso que o Embaixador Ricupero nos trouxe. O Brasil não pode seguir sem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Embaixador Rubens Barbosa. Mil desculpas!

O que o Embaixador Barbosa falou é muito sério. Nós não podemos ficar sem embaixador na Venezuela e sem embaixador em Cuba.

Quando nós começamos essa história, em 2002, o comércio do Brasil com a Venezuela, Senador Cristovam, era de US$600 milhões. Nós tínhamos isso com as nossas exportações para esse país. Quando chegamos a 2012, isso já estava em US$5 bilhões. Eu não posso desprezar, achar que foi pouco o que nós fizemos! E agora não temos embaixador lá, eles também não o têm aqui. Isso é grave!

Sobre o Mercosul, quando o Presidente Lula assumiu, o comércio que nós tínhamos com o Mercosul era de US$4 bilhões; em 2013, estava em US$32 bilhões, gente! Eu vou desprezar isso na hora em que eu for analisar a ordem internacional, estender pontes ou erguer barreiras? E por que é tão satanizada a presença do Brasil no Mercosul, ou a política do Brasil com o Mercosul? Nós saímos de US$4 bilhões e passamos para US$32 bilhões em uma década. Que país conseguiu isso? Tivemos mil problemas na região; temos mil desafios. A situação hoje é mais grave, é muito mais grave; eu não posso deixar de considerar a situação em que estamos vivendo.

Eu só queria, então, para concluir, Sr. Presidente, fazer o registro – acho que é uma questão de justiça –, numa sessão como esta, de que V. Exª, quando assumiu a Presidência, no pouco tempo que teve, foi muito forte nessa área. V. Exª promoveu mexidas no comércio brasileiro que, até hoje, estão registradas como o primeiro passo que o Brasil deu para tentar sair de uma situação em que vivíamos numa zona de conforto há décadas. Falo de V. Exª, Presidente Collor. E acho que o Presidente Lula foi quem deu o salto e materializou isso.

Eu não posso deixar de considerar que o que nós temos de fazer de novo não pode, pelo menos, deixar de lado aquilo que a gente usou. É um *slogan*, é uma caracterização, mas a gente sempre falava que a política do Presidente Lula e a do primeiro mandato da Presidente Dilma, porque ela não conseguiu fazer o segundo, eram altivas e ativas. Eu acho que essa é a posição do Brasil.

Eu li um livro outro dia que trazia um estudo feito em Harvard, Presidente Collor e Prof. Cristovam, meu querido professor e reitor. O estudo trazia dados científicos sobre o que é melhor para um jovem que quer estudar nas melhores universidades do mundo. Nesse estudo científico, perguntaram a vários jovens: o melhor é você ser um peixe pequeno num lago grande ou um peixe grande num lago pequeno? Ou seja, o melhor é você disputar Harvard e lá ser um peixe pequeno, porque lá o lago é grande, ou você disputar uma universidade que está em terceiro lugar ou em quarto lugar no *ranking*, onde o lago é menor, onde o lago é pequeno, e você ser um peixe grande lá? O estudo de Harvard sobre isso é bem objetivo: é muito melhor tentar ser um peixe grande num lago pequeno do que ser um peixe pequeno num lago grande.

Eu acho que há uma diferença. O Presidente Lula fez essa política de tentar ser um peixe grande num lago pequeno. O nosso País defende sempre que a gente tem de estabelecer uma relação com os Estados Unidos, com não sei quem, porque falar com os vizinhos, falar com o mais pobre, conviver com os que são iguais a gente, isso não é coisa de... Aí tentam nos colocar numa posição, e acho que vamos construir isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Talvez, o Presidente Lula estivesse tão certo, que o Presidente Obama falou: "Esse é o cara!" Talvez tenha sido o maior reconhecimento numa reunião que um chefe de Estado pudesse ter.

Então, eu queria só deixar aqui uma pergunta para o debate. Nós estamos vivendo num mundo em que nós temos a agenda da mudança do clima, ou seja, acabamos de fechar o maior acordo das nações, com o compromisso de reduzir as emissões e de mudar o modelo de produção e de consumo. Está havendo a crise da imigração, que é gravíssima, que atinge a Europa mortalmente. Ela está vindo um pouco dali, daquelas regiões mais próximas da Europa e da África, mas, quando ela começar a vir da Ásia – pode ser que isso aconteça; não sei o que vai acontecer –, quando diminuírem os empregos no sudeste da Ásia, poderá haver algo com que o mundo não conviverá.

Passaram 50 mil pessoas no Acre em três anos – isso ocorreu no Acre, na fronteira do meu Estado –, entre haitianos, entre senegaleses, e vinha gente de tudo quanto era lugar. Ontem, vi no Fantástico duas mães que fugiram com os filhos, para se afastarem de maridos violentos. Elas entraram pelo Peru e pelo Acre, no Brasil, e estão escondidas dos maridos perversos; pelo menos é assim que elas colocam. Então, nós estamos vivendo isso.

Acabei de vir de uma viagem do Oriente Médio. Nós fomos lá. O Estado Islâmico é algo que... Aquilo que aconteceu em Londres foi o que vi em Israel. Disseram: eles não vão ter exército, não vão estar organizados. Com ações individuais, em qualquer lugar, pega-se um caminhão e se passa por cima de pessoas; pega-se uma arma, e se atira nas pessoas. Essa é a guerra nova. O Papa está dizendo que é a Terceira Guerra Mundial, que já estamos vivendo.

Quanto ao Estado Islâmico, há uma aliança de 68 países enfrentando o Estado Islâmico, usando *drones, e* dez são países árabes. Estão destruindo de longe os Estados Unidos, numa retaguarda. Então, estamos vivendo isso.

Na guerra da Síria, vi que cinco Estados da região estão desaparecendo. Provavelmente, na palestra que vamos ter aqui, vamos poder fazer esse debate. O Presidente Collor está nos ajudando e assumiu o protagonismo de realizá-la.

Temos o desafio da China, que impõe mudanças em todos nós, no mundo inteiro, com seus produtos, com sua agressividade, com seu desenvolvimento. Estive lá por 15 dias este ano.

Há um caso de que V. Exª, Embaixador Rubens Barbosa, falou e com que eu concordo plenamente. A China quer fazer um investimento de US$50 bilhões aqui no continente, quer fazer uma ferrovia para ter um porto, para sair do Canal do Panamá, para não ficar refém de ninguém, para ter a sua ferrovia saindo daqui, e essa ferrovia sobre a qual eu fui lá discutir não tem endereço aqui em Brasília. Esta semana, tive reunião com a Embaixada da China, e eles não têm um endereço para discutir um investimento dessa magnitude, porque não há ninguém no Brasil interessado em discutir como é que se faz um acesso para a China levar os nossos grãos e os produtos de que eles precisam e trazer os importados. É tipo o canal ferroviário deles. É claro que eles vão investir. Esse é um aspecto.

Estamos vivendo a crise da União Europeia. Nesta semana, houve uma crise danada, com a França discutindo se sai ou não. Este é o mundo de hoje. E o Reino Unido está com a decisão já tomada.

Temos o governo Trump e temos, para completar, Sr. Presidente, uma revolução dentro da revolução, que é a revolução tecnológica que estamos vivendo. Diziam que o 5G sairia daqui a dois anos. Estive agora num encontro em Barcelona, no Mobile Congress. Haverá o 5G em uma semana. Quanto à inteligência artificial, quem lê a entrevista do CEO do Google na *Veja* nesta semana vê em que era estamos entrando, Senador Cristovam.

Agora, isso tudo está acontecendo simultaneamente, e nós, no Brasil, estamos tentando nos destruir. Há instituição que está destruindo o Congresso Nacional. O Congresso Nacional está em frangalhos. Nunca esteve dessa maneira a política, que é saída para a crise. Quando houve o abalo em 2008 nos Estados Unidos, imediatamente chamaram o G8, o G20, os políticos, os líderes para acharem uma solução. Não foram chamados os economistas.

O nosso País vive este drama hoje aqui com a criminalização absoluta da política. Ao invés de consertarmos o que está errado, estamos destruindo tudo, e não sei para onde vamos.

Então, acho que este debate é da maior importância. Para mim, é um privilégio ouvir o Ministro Rubens Barbosa. Lamento não ouvir os colegas e os demais convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que, sobre o que aconteceu no Brasil na última década e meia, deve ser pinçado também o quanto de positivo nós tivemos ao longo desse período, o quanto há de positivo! Podemos ter muitas críticas ao governo de que faço parte, ao PT, mas, se nós minimamente não reconhecermos o quanto o Brasil cresceu no cenário internacional, o quanto bem se posicionou, eu acho que nós vamos, no mínimo, cometer um erro histórico de avaliação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Eu adicionaria aqui as perguntas que chegaram de fora, mas eu resumiria com uma delas, dirigida a todos os senhores palestrantes. É a seguinte: "V. Exªs acreditam que Trump e sua política externa são ameaça à paz e à segurança internacionais?"

Eu começaria, então, ouvindo o Prof. Dr. Eduardo Viola.

O SR. EDUARDO VIOLA – Muito obrigado pelas questões, pelas reflexões.

Senador Cristovam, colega, eu achei interessante esse título alternativo, ou seja, se é possível conviver no caos ou como conviver no caos.

Apesar de poder parecer que o que eu falei tem um tom pessimista – há todo um lado de incertezas e de transformações gigantescas, que são fascinantes e assustadoras ao mesmo tempo, essa é a realidade; não dá para dizer que é uma coisa ou outra –, eu penso que a humanidade, neste início do século XXI, vive uma situação muito superior à que viveu em toda a história prévia, se nós analisarmos a quantidade de mortes em guerras, por exemplo. É claro que, quando a gente se concentra em determinados países, em determinados lugares, a situação é terrível, mas, se nós vermos em termos *per capita* a situação mundial, de fato, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a proporção de pessoas mortas em guerra é baixíssima se comparada com a de toda a história prévia da humanidade. A proporção de pessoas mortas violentamente, apesar do peso que a morte violenta tem no Brasil, seja de trânsito ou de criminalidade, na média humana, a proporção de morte violenta é baixíssima se comparada com a verificada em toda a história prévia da humanidade. A renda *per capita* tem subido, na média, extraordinariamente. Então, há um progresso humano muito importante.

Uma coisa que quero destacar é o seguinte: o momento mais difícil da humanidade foi a Guerra Fria. Na Guerra Fria, estava tudo preparado para uma guerra nuclear global a qualquer momento. Inclusive, poderia haver uma guerra nuclear por acidente, e não apenas por escalada. E, de fato, a humanidade conseguiu evitar uma guerra nuclear. A Guerra Fria não terminou em uma guerra nuclear global. Isto está hoje, de algum modo, no DNA da humanidade: a capacidade de evitar situações extremas.

Então, a minha resposta a sua pergunta é: sim, é possível conviver no caos. Eu vejo que as forças da globalização, da interdependência, da associatividade e da cooperação, no mundo, são muito profundas, em relação às forças mais reativas, que levariam a uma escalada de nacionalismo geopolítico clássico e, eventualmente, à guerra. Eu acho essas forças muito menores.

Agora, nós temos problemas novos. O problema de a destruição de empregos ser superior à criação de novos empregos é um problema gravíssimo para o mundo todo, em graus diferentes, em diversos países do mundo. Para nós, aqui, pode ser muito grave. Por exemplo, nós estamos vendo um desemprego muito alto justo no momento em que se acelera a revolução da inteligência artificial. Então, qual é o ponto? Quando olhamos pelo retrovisor, vemos que esta é uma crise econômica como outra, mas que depois o emprego voltará. A pergunta é: nós temos de ler esta crise à luz da revolução da inteligência artificial? Digo isso porque ela também está conosco aqui no Brasil, sem a menor a dúvida, mesmo que numa escala muito menor do que a que se precisaria. Então, com certeza, há um desemprego estrutural. Por causa da inteligência, mesmo que haja um crescimento econômico significativo, o desemprego estrutural tende a ser, provavelmente, por causa dessa revolução da inteligência artificial, muito significativo.

Sobre os Parlamentos e a política, há uma defasagem quanto ao modo com que se faz política no mundo hoje. Por isso, há crises nas democracias, com a disfuncionalidade crescente das democracias, com a separação crescente da sociedade com relação aos políticos profissionais. Isso, no Brasil, é extremo, mas, em geral, ocorre em todo o mundo. Digamos que não é um problema apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileiro. E tem a ver com o fato de que as instituições políticas nacionais estão longe de se adaptar às transformações profundas na economia, na tecnologia, nas comunicações.

Eu imagino o quê? É claro que a inteligência artificial pode ser um instrumento extraordinário para favorecer consultas muito mais rápidas para a sociedade, para se tomarem decisões muito mais inteligentes, porque serão baseadas em conhecimento muito mais consistente. Isso precisaria acontecer. Por enquanto, no mundo, isso está acontecendo pouco. Só acontece de fato, claramente, nos países nórdicos. Os países nórdicos têm incorporado uma dinâmica, por exemplo, nos Parlamentares e nos demais, de consulta *on-line* praticamente sobre os seus constituintes e os demais, o que gera outro tipo de democracia representativa, que é bastante eficaz. Mas eles são o cume da evolução da humanidade. Para o resto da humanidade isso é muito mais difícil. Então, eu não sei até onde isso é possível.

Penso que o Parlamento vai continuar existindo, mas será muito diferente do que é hoje. Isso não ocorrerá em 30 anos, em 40 anos ou em 50 anos, mas será muito mais rápido. Na verdade, os políticos brasileiros precisariam tomar consciência da profundidade da crise, para propor a reforma das instituições, as reformas de bens públicos universais de longo prazo, e não apenas como se faz aqui e acolá, dizendo quem se elege e quem não se elege, quais são os partidos. A profundidade da crise, talvez, seja uma janela de oportunidade extraordinária para o Brasil, para fazer uma atualização profunda de suas instituições. Isso requer que se separe do imediato e que, inclusive, construa pontes, como falava o Senador Viana. Essa construção de pontes supõe que se reconheça como funciona profundamente a democracia brasileira existente hoje. Ela tem de mudar em um grau de profundidade muito, muito alto. O debate sobre isso é de extraordinária complexidade.

Finalmente, sobre a questão se a política externa de Trump ameaça a segurança internacional, quero dizer que é uma política agressiva. Comparada com a de Obama, certamente ela cria mais turbulência. Mas ela ameaça muito menos que visões que enfatizam muito a personalidade de Trump, o discurso de Trump, o discurso eleitoral, e que não enfatizam a lógica da economia americana, do mundo das corporações americanas, que são corporações transnacionais – e parte fundamental delas é de ponta, com altíssima produtividade. Inclusive, falo da estrutura institucional, pois a democracia americana é cada vez mais disfuncional, sem a menor dúvida.

De qualquer modo, a capacidade de Trump governar e fazer o que falou durante a campanha eleitoral é limitada. Se vocês veem a presidência de Trump, vocês vão ver isso. Por exemplo, ele pode detestar a OTAN, detestar a aliança ocidental e amar Putin e a Rússia por razões conhecidas e desconhecidas, que estão entrando em investigação, mas a realidade é que o sistema americano como tal tem uma lógica própria profunda que faz com que a OTAN continue, sem a menor dúvida – não tenho a menor dúvida de que a OTAN continua –, e com que a política de sanções à Rússia também continue, até que a Rússia mude sua política em relação à Ucrânia e à Crimeia. Isso não muda.

Trump queria extraordinariamente mudar isso? Vejam bem: Trump ameaçava com imediatas declarações de manipulação de *currency* da China, de toda uma política superagressiva com a China, mas a realidade do que ele pode fazer é muito diferente, porque, se ele faz uma política superagressiva com a China, ele dará um tiro no pé gigantesco sobre a estrutura econômica americana, sobre o mundo corporativo americano e também sobre o chinês, claramente. Então, por mais que ele queira, ele está contido. Há riscos nisso. Ele tem o controle dos botões nucleares, mas não seria nada estranho que já existam operadores colocando filtros na capacidade de ele dar comandos no sistema nuclear. Isso aconteceu no momento em que Nixon estava mais enlouquecido, quando ele queria bombardear Hai Phong, quando ele queria fazer um bombardeio por saturação em Hanói e em Hai Phong, no Natal de 1972. Então, não é bom, é uma ameaça à segurança internacional a presidência de Trump, mas muito menos do que circula em avaliações simplistas por aí.

Termino resumindo, dizendo que a ordem internacional está em transformação profundíssima. Como eu dizia ao Embaixador Barbosa, a velha ordem praticamente não existe mais. Há outra ordem aí, e as instituições dessa ordem são diferentes. O multilateralismo que nós conhecemos também está erodido profundamente pela profundidade da hiperglobalização.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Eduardo Viola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Gelson Fonseca Júnior.

O SR. GELSON FONSECA JÚNIOR – Muito obrigado, Presidente.

Concordo com o Viola, em sua eloquência, e, ainda que eu dele discordasse, eu não teria eloquência suficiente para discordar. Então, concordo.

Do que o Viola disse, eu queria chamar a atenção só para dois temas. Em primeiro lugar, ele fala, por exemplo, que há certos comportamentos que se enraizaram na atitude dos Estados, das grandes potências, das potências nucleares. Um deles é o receio de usar a arma nuclear. Isso, evidentemente, cria um limite para esse caos, porque o maior caos no sistema internacional é a guerra. Enfim, há muita guerra, há guerra na Síria, no Afeganistão, no Iraque, etc., mas o que aconteceu durante a Guerra Fria, uma espécie de autocontenção das superpotências, acho que, de certa maneira, vai continuar. Acho pouco provável que os conflitos entre os Estados Unidos e a Rússia ou entre os Estados Unidos e a China escalem. A tensão pode aumentar, mas há um limite para esse processo.

Em relação à ideia de caos, eu acho interessante a sugestão do Senador Cristovam de que podemos conviver no caos, mas o caos nunca é tão caos quanto a gente imagina. Que caos é esse? Qual é o limite desse caos? Eu acho que um dos limites é este: você descarta uma guerra entre as superpotências. Isso já diminui muito a sua concepção de caos. Se isso estivesse incluído como uma possibilidade do sistema, aí, sim, a perspectiva de caos seria maior. E, se houvesse a guerra, o caos seria absoluto, os grandes Estados acabariam, fulminados por uma guerra nuclear. Esse é um ponto.

Outro ponto é se o Trump ameaça ou não ameaça a segurança internacional. Ele não quer ameaçar; ao contrário, a atitude dos Estados Unidos tem sido uma atitude, pelo menos no discurso dele, de se engajar menos nos processos internacionais. Na medida em que ele se engajasse, supõe-se que ele seria menos ameaçador para a segurança internacional. O discurso é um discurso de contenção: "A OTAN não serve muito, não vamos nos meter no Oriente Médio, enfim."

Agora, a coisa mais fácil de se fazer hoje em dia em relação ao sistema internacional são perguntas e respostas e identificação de problemas. São muitos problemas. Por várias razões, está se desenhando uma transição cujos contornos são difíceis de se definir. Muito mais difícil de se definir é o que vai acontecer. Quer dizer, se hoje é difícil se definir para onde vão os Estados Unidos, que é um fator essencial no processo internacional, imaginem o resto!

Então, era isso.

Muito obrigado. Foi um prazer ter participado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Gelson Fonseca Júnior, pela sua participação na noite de hoje.

Por fim, passo a palavra a S. Exª o Sr. Embaixador Rubens Barbosa para dar resposta às indagações formuladas.

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu vou começar pela pergunta do Trump. Eu concordo com o que foi dito aqui. Eu acho que, primeiro, está muito cedo para a gente fazer uma análise sobre os efeitos da política que ele vai implementar e se isso representaria uma ameaça para a paz e para a segurança. Segundo, eu acho que essa pergunta leva em consideração o que foi feito pelos últimos governos democratas. Mudou a agenda. O Trump é um representante – se bem que não o é historicamente – do Partido Republicano. A agenda do Partido Republicano é outra, totalmente diferente. O Trump introduziu, depois de mais de cem anos... O antecessor do Trump na política que ele está adotando foi o Andrew Jackson, que foi um presidente do fim do século XIX, que era isolacionista. Ele achava que tinha de resolver as coisas internas e que os Estados Unidos não deveriam se meter. Naquela época, os Estados Unidos não eram a potência que são hoje, mas ele já tinha essa posição. E o Trump está dizendo isso. Quando ele diz que vai colocar os Estados Unidos em primeiro lugar, tudo o que ele falou vai na direção da diminuição da participação americana. A mesma crítica ele faz à OTAN.

Agora, na realidade, as coisas são diferentes. Concordo também – vivi por cinco anos nos Estados Unidos e acompanhei de perto a política americana – que a força do *establishment* americano é muito grande. Então, o que aconteceu agora na Síria, com essa volta da posição contra a política americana, em que levaram soldados e tal, é um *establishment* militar. As promessas dele em relação à China, de punir a China, de estabelecer restrições e tal, não vão acontecer, porque o *establishment* representado pelas grandes companhias, pela opinião pública e pela mídia vai impedir. Agora, quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à política da previdência social, quanto ao Obamacare, ele não conseguiu agir, porque o *establishment* americano, democrata, junto com alguns republicanos, impediu.

Então, não sou daqueles que acham que ele é uma ameaça e que ele vai fazer... Agora, a gente tem de reconhecer que ele tem uma personalidade que você pode dizer que é diferente. Quer dizer, ele é ele. Entendeu? Ele vai continuar falando, tuitando. Agora, na prática, acho que as políticas que ele vai implementar vão estar dentro do interesse do *establishment*. Ele se elegeu criticando o *establishment,* mas o *establishment* está tomando conta da política dele, como a gente viu nas últimas votações. Então, a gente tem de dar um pouco mais de tempo, mas acho que ele vai acentuar um pouco essa tendência isolacionista dele.

Aí entra em questão outra coisa que é muito discutida também nos Estados Unidos, no meio acadêmico. Há uma percepção, que a pergunta embute, de que, se os Estados Unidos não têm uma posição forte, não têm uma liderança forte, é o caos. Há muita gente que acha isso. No meio acadêmico, há estudos. Então, é aquela coisa de os Estados Unidos serem um país indispensável, de que, se não houver os Estados Unidos, o mundo vai entrar em caos, vai haver guerra. Isso tudo é uma visão que parte do pressuposto não isolacionista, mas que parte do pressuposto dos outros presidentes que achavam que os Estados Unidos deveriam ter uma posição mais forte, chegando ao Bush, logo em 1991, como eu falei, ao unilateralismo. O excesso disso é chegar ao unilateralismo: os Estados Unidos decidem, e os outros que cumpram! Eu acho que essa pergunta embute um pouco essa percepção da presença e da importância dos Estados Unidos no mundo, quando o que o Trump está dizendo é que eles querem defender o emprego lá dentro, defender a empresa, defender os interesses dos Estados Unidos em primeiro lugar, o que representa uma contrafação desse engajamento americano.

Com relação a alguns comentários do Senador Cristovam, acho que uma das coisas que eu deveria ter dito no meio da apresentação é que, na minha percepção, está cada vez mais tênue, se é que já não desapareceu, o limite entre a política econômica, a política comercial interna e a agenda externa. O exemplo que foi dado aqui, o da carne, é um deles. Hoje, o Trump coloca um *border tax* nas importações, e isso tem repercussões no mundo inteiro. Aqui no Brasil, nós não temos essa percepção, nós achamos que a gente é grande, que a gente é um País quase autossuficiente, que tudo que a gente fizer aqui a gente resolve, independentemente do que acontece no mundo. O que procurei mostrar aqui é que não é bem assim, ou seja, isso vai se acelerar pela rapidez das transformações. O problema é que, no Brasil, as coisas acontecem com dez anos, com vinte anos de atraso. As ideias, as filosofias, as ações vêm com muito atraso. Por razões históricas – não me cabe aqui mencioná-las –, no fundo, apesar de tudo, somos muito conservadores nas posições, por uma série de razões, na minha visão, distorcidas.

Eu acho que o que está faltando no Governo, no meio político, primeiro, é um conhecimento mais aprofundado do que está acontecendo no mundo e das repercussões disso para o Brasil, para vocês poderem tomar decisões internamente. Segundo – e aí é generalizado –, ninguém pensa a médio e longo prazo. Eu até entendo, porque a gente viveu muitas crises. O empresariado está vivendo da mão para a boca e tem de fechar a conta no fim do mês. Mas mesmo a Academia, mesmo a classe política e até alguns órgãos do Governo deveriam pensar nisso. É muito difícil você pensar a médio e longo prazo, e nós temos de fazer isso, porque, com essas transformações todas, com essa percepção de que o mundo está mudando, de que está acontecendo isso, você vai ter de reagir a isso, você vai ter de tomar medidas.

O problema que a gente está vivendo hoje aqui no Brasil é que a gente está se recusando a discutir as coisas, em parte por causa dessa divisão que existe, dessa radicalização interna. Quer dizer, não há discussão. Se você for falar que a gente tem de se inserir no mercado internacional e que, para isso, você precisa adotar algumas medidas aqui menos defensivas e tal, você divide, não há discussão. Eu acho que o grande problema que a gente enfrenta hoje é que as pessoas se recusam não a implementar políticas alternativas, mas a discutir o que interessa ao Brasil, porque, no fundo, o que vale é o interesse brasileiro. A gente está procurando, a maioria das pessoas pelo menos, defender o interesse nacional. A gente não consegue discutir isso sem uma visão partidária ou ideológica.

Eu criei uma revista que se chama *Interesse Nacional*. Eu fiquei muito influenciado, nos Estados Unidos, pela discussão que os políticos fazem. Você não vê um discurso sério lá sobre previdência,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre qualquer coisa, em que eles não falem sobre o interesse nacional. É claro que cada um vê o interesse nacional de alguma maneira, mas, pelo menos, você procura discutir não em termos partidários, em termos pessoais, mas em termos do país. Você pode ter a visão diferente que você quiser, mas a visão é o país, o que é melhor para o país. A gente não tem isso aqui e não tem essa noção de que está desaparecendo essa distinção entre política externa e política interna, sobretudo na área econômica e comercial, e não há esse pensamento estratégico.

Para finalizar, não quero polemizar com o Senador Jorge Viana, mas faço dois breves comentários. Eu concordo inteiramente com a avaliação dele se ele se limitar ao primeiro mandato do Presidente Lula. O ativismo da política externa, nesse primeiro mandato, deve-se, em grande parte, à ação do Presidente, não do Itamaraty. Estou sendo institucional: não foi uma ação do Itamaraty, mas do Presidente. Mesmo no primeiro mandato, uma das críticas que eu fiz – fiz um comentário que embute uma crítica – foi que o Itamaraty, a instituição, perdeu a capacidade de formular e de executar a política externa. A política externa não era nem formulada nem executada no Itamaraty, era formulada e executada no Palácio, não no Itamaraty. Então, eu acho que isso é uma coisa institucional que é importante a gente levar em conta.

Segundo, acho que para a gente reconhecer... Eu reconheci aqui o BRICS, eu citei especificamente o BRICS como uma das coisas mais importantes feitas na gestão Lula e na gestão Amorim. Eu tenho muitas críticas ao Itamaraty do Amorim, mas isso eu acho que é uma das coisas mais importantes que ele fez, eu reconheço de público e reconheci aqui. Agora a política externa, no primeiro mandato do Presidente Lula, que produziu esses resultados que foram mencionados, só foi possível porque a economia estava estabilizada e estava crescendo, e o comércio internacional e a economia internacional estavam bombando. A partir de 2008, de 2009, quando houve a crise internacional e a crise aqui no Brasil, acabou a política externa.

Por isso, eu digo que, quanto ao primeiro mandato, concordo inteiramente. E explico: o Presidente, pessoalmente, se envolveu, outras pessoas no Palácio se envolveram, e a economia internacional favorecia isso, mas não favoreceu com Fernando Henrique nem favoreceu no segundo mandato e com a Dilma, quando havia uma situação complicada internacionalmente.

Eu teria outras coisas para falar, mas fico por aqui. Quanto ao primeiro mandato, concordo, mas com esta restrição: a formulação e a execução da política externa não cabiam ao Itamaraty, não foram feitas pelo Itamaraty. E as decisões, por causa disso, adquiriram matiz partidário e ideológico, o que, na minha visão, foi contra o interesse geral do País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu perguntaria aos Srs. Senadores se desejam fazer mais alguma pergunta, algum comentário.

Muito obrigado.

Agradecendo, mais uma vez, a participação de S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores e dos representantes das missões diplomáticas aqui presentes, especialmente de nossos palestrantes, o Embaixador Rubens Barbosa, o Embaixador Gelson Fonseca Júnior e o Prof. Dr. Eduardo Viola – agradeço muito a presença de todos –, informo que o próximo painel de debates, o Painel 2, ocorrerá no dia 10 de abril, na segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "O fim da *pax* americana. Donald Trump e a ordem internacional". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Ministro e Embaixador Celso Lafer, o Prof. Dr. Creomar de Souza e o consultor Dr. Joanisval Gonçalves.

Antes de encerrar os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa ordinária, a se realizar no dia 30 de março, na quinta-feira próxima, às 9 horas, neste plenário.

Agradecendo a todos pela presença e pela audiência, declaro encerrada a presente reunião.

Muito boa noite!

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2017.

Às nove horas do dia trinta de março de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Roberto Requião, Jorge Viana, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Valdir Raupp, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Medeiros e Armando Monteiro. Registra presença o Senador Thieres Pinto, não membro desta Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicado sobre o Brexit e sobre a política ambiental americana. Passa-se à PAUTA: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que "Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Ronaldo Caiado, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela rejeição da matéria. INVERSÃO DE PAUTA: o Presidente consulta os membros presentes desta Comissão sobre a postergação da deliberação do item 2; aprovada. ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2017, de autoria do Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel."O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia." É designado relator *ad hoc* o Senador José Medeiros, a quem o Presidente concede a palavra para a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 5) MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos." O Presidente concede a palavra à relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7 de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL), a reativação dos trabalhos do Grupo Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Brasil-Argentina, aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, em 23 de fevereiro de 2016, quando a vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, visitou o Senado. Esse interesse bilateral foi reafirmado, na recente visita do presidente Maurício Macri, a Brasília, no dia 7 de fevereiro último. Destaco o trabalho exemplar dos embaixadores Sergio Danese, do Brasil, em Buenos Aires, e Carlos Magariños, da Argentina, em Brasília, empenhados igualmente nessa agenda. Requeiro, portanto, à Vossa Excelência que a CRE encomende ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), com sede no Rio de Janeiro, a sugestão de uma pauta prioritária, considerando que essa instituição é liderada por ex-embaixadores que conhecem bem os interesses bilaterais, a saber: José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja. Por fim, reitero, nesse processo, a inclusão de questões ligadas à defesa sanitária e vegetal por conta do protagonismo global dos dois países, no agronegócio." Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8 de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, subscrito pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Cristovam Buarque, que "REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública desta Comissão para debater o tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos estados fronteiriços, com a presença dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República." Aprovado. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9 de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Jorge Viana, que "Realização de audiência pública para tratar das perspectivas e realidade do Oriente Médio, análises sobre o mundo árabe e as ações extremistas de organizações terroristas e do Estado Islâmico. Para tanto sugerimos a participação do jornalista e professor universitário licenciado pela Universidade de Tel Aviv, Sr. Henrique Cymerman Benarroch. Sugerimos que também sejam convidados os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal (CREDN)." Aprovado. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2017, de autoria do Presidência da República, que "Encaminha à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO MOSCA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Jorge Viana, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente registra a presença do Deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN/Tocantins) e do Deputado Joaquim Passarinho (PSD/Pará). O Presidente faz a leitura de comunicados sobre o terrorismo na Europa, exercícios militares na Ásia, OEA e a crise na Venezuela e acordo Mercosul-União Europeia. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das duas reuniões anteriores a esta, que ficam dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicados.

Panorama internacional – Brexit.

A entrega da carta da Primeira-Ministra britânica, Theresa May, ao Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, invocando o art. 50 do Tratado de Lisboa, que criou a União Europeia, deu início, ontem, aos dois anos previstos para as negociações até a saída completa do Reino Unido daquele bloco.

Dirigindo-se ao Parlamento britânico, Theresa May disse aos seus pares que este é um momento histórico do qual não haverá retorno, pois seu governo estava agindo de acordo com o desejo democrático do povo britânico e com a posição clara e convincente do Parlamento. O início do processo é resultado, como se sabe, do referendo realizado em junho passado, quando a maioria dos britânicos optou por debater a União Europeia. Ironicamente, tanto a Primeira-Ministra May quanto os líderes dos principais partidos, como o Trabalhista e o Liberal Democrata, fizeram campanha contra o Brexit.

Para Martin Wolf, editor e principal comentarista de economia do *Financial Times*, a notificação do governo britânico à União Europeia sobre sua intenção de sair "foi um grande momento em uma tragédia: será uma tragédia para o Reino Unido, mas também para a Europa". Ele diz que "essa é uma maneira terrível de comemorar o 60º aniversário da União Europeia".

Na sua opinião, mesmo se as negociações para a saída caminharem bem, a decisão de deixar o bloco terá consequências enormes para o Reino Unido. Isso porque, economicamente, perderá acesso favorável àquele que é, de longe, seu melhor mercado; politicamente, criará grandes tensões no Reino Unido e na Irlanda e, estrategicamente, removerá do Reino Unido o seu papel nos conselhos da União Europeia. Para o especialista, o Reino Unido será mais pobre, mais dividido e menos influente.

No entender de Wolf, a saída do Reino Unido é também uma tragédia para a Europa, pois o país tem sido há muito tempo o porta-estandarte da economia liberal e da política democrática. É uma das duas potências militares mais fortes no continente. Tem ligações estreitas com os países de língua inglesa. Tem uma perspectiva mundial. Tem sido, pelo menos até agora, pragmático. Seus pontos de vista sobre o que beneficiaria a União Europeia (o Mercado Único e sua ampliação) e o que a prejudicaria (a moeda única) estavam certos.

Ele acredita que somente alguém ignorante da história sonharia que a Europa seria mais próspera, estável, influente, democrática e liberal se o bloco se rompesse em 28 fragmentos nacionais. O sistema de Estados-nações provou, repetidamente, ser instável. Neste caso, com os Estados Unidos cada vez mais distanciados, o colapso da União Europeia poderá resultar em uma disputa pela hegemonia entre a Alemanha e a Rússia ou, pior, um pacto entre elas à custa de vizinhos mais fracos. Se a União Europeia efetivamente sobreviver, acredita Martin Wolf que a Alemanha dominará o bloco, mas que os alemães não querem isso. E pergunta: por que o desejariam os britânicos?

Apenas um dia antes de o governo britânico dar início ao processo do Brexit, o Parlamento escocês aprovou, por 69 a 59 votos, a proposta da Primeira-Ministra escocesa, Nicola Sturgeon, de realizar um segundo referendo pela independência da Escócia do Reino Unido, antes de o país deixar a União Europeia.

Segundo ela, o referendo é necessário para que a Escócia possa decidir que caminho seguir após o Brexit. Mas o governo britânico já disse que irá bloquear a consulta popular escocesa até que o processo do Brexit tenha sido completado. A Primeira-Ministra Theresa May, que se encontrou com a colega escocesa na segunda-feira, em Glasgow, repetiu que “esta não é a hora” para um referendo.

Os escoceses rejeitaram a independência do Reino Unido por 55% a 45%, num referendo em 2014, mas Nicola Sturgeon acredita que, com o voto pelo Brexit, ocorreu uma mudança das circunstâncias e, por isso, os eleitores da Escócia deveriam responder novamente sobre a questão da independência do Reino Unido.

Os eleitores escoceses votaram maciçamente contra a saída do Reino Unido da União Europeia (62% a 38% contra o Brexit). A Escócia tem o *status* de região autônoma, com seu próprio governo e Parlamento, mas deve submeter-se ao governo britânico em última instância, em especial para a realização do referendo por sua independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na análise do Prof. John Curtice, da University of Strathclyde, em Glasgow, a realização do referendo antes de 2021 – quando haverá novas eleições regionais – dependerá, em parte, do que dirão as pesquisas de opinião, tanto a respeito do princípio de se convocar tal referendo, quanto como estará a questão da independência entre os eleitores. E também de como o Brexit será visto: um processo bem-sucedido ou um fracasso. E tudo isso, na opinião do Professor, é "extremamente incerto".

Também nesta mesma semana em que o governo britânico formalizou a saída do Reino Unido da União Europeia, uma pesquisa da consultoria IHS Markit revelou que, agora, 53% dos britânicos acreditam que o divórcio trará efeitos negativos para a economia nos próximos dez anos – em julho passado, um mês após o referendo que definiu a separação, os pessimistas eram 42%. A proporção dos que acreditam numa melhora caiu de 39% para 29%.

Na consulta popular de junho, 51,9% dos britânicos apoiaram o divórcio da União Europeia. Houve uma reviravolta no apoio de dois segmentos decisivos para aquele resultado: o dos mais idosos e o dos mais pobres. Os mais velhos (de 55 a 64 anos) passaram do otimismo para o pessimismo entre uma pesquisa e outra.

A população mais pobre do Reino Unido, o único grupo então entusiasmado com o Brexit, agora passou a ter menos esperança. Estão nesse grupo trabalhadores com renda anual inferior a 15 mil libras anuais (cerca de R$58 mil).

Segundo o economista-chefe da IHS Markit, Chris Williamson, "os que trabalham no setor público tornaram-se mais negativos do que aqueles empregados no setor privado". Por sua vez, o grupo dos jovens, entre 18 e 24 anos, permanece como o mais pessimista quanto à saída do Reino Unido da União Europeia e ainda acentuou essa tendência na pesquisa desta semana, passando de 10,2% para 37,3%.

Sobre a política ambiental americana, um rápido comentário.

Ao assinar anteontem um decreto que reverte a maior parte das regulações ambientais criadas por seu antecessor, Barack Obama (o Plano de Energia Limpa), o Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que sua administração "está declarando o fim da guerra ao carvão".

O decreto de Trump não tem força para retirar os Estados Unidos do acordo climático de Paris, mas pode fazer com que, na prática, as metas previstas no pacto não sejam alcançadas, o que atraiu críticas de especialistas por todo o Planeta.

O Diretor do Centro de Pesquisa para Políticas Ambientais e de Energia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Christopher Knittel, questionou "como os Estados Unidos poderão, a partir de agora, pedir a outras nações com problemas ecológicos, como China e Índia, que adotem cuidados mais amplos ao meio ambiente?"

De acordo com Trump, o objetivo da medida é conseguir independência energética no país e criar empregos na exploração de carvão, mas o Diretor do Programa de Economia Ambiental da Universidade Harvard, Robert Stavins, um dos maiores especialistas em política climática dos Estados Unidos, contesta essas afirmações. "Nós não importamos carvão. Esse decreto não tem nada a ver com independência energética". Sobre a geração de empregos, o economista Stavins também é cético. Diz ele: "Os empregos da mineração de carvão estão declinando há décadas, principalmente por mudanças tecnológicas, como a mecanização, que aumentaram a produtividade do setor, e, recentemente, em razão dos preços do gás natural, mais barato e mais limpo, que o tornaram muito mais competitivo que o carvão, além da baixa demanda da China".

Por sua vez, o economista da Universidade de Wyoming, Robert Godby, concorda que a mecanização impedirá a criação de empregos para os mineiros. Diz ele que "as novas minas não contratarão. Veremos um aumento na produção e uma redução no número de vagas", concluiu o professor.

Passamos à pauta da nossa reunião de hoje, agradecendo, desde já, a presença de S. Exªs os Srs. Senadores e a Srª Senadora.

Passamos ao item nº 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Dispõe sobre a comercialização, a estocagem, o processamento, a industrialização, o acondicionamento e o trânsito, no território nacional, de produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados de outros países, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela rejeição do projeto

Observações:

1. A matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 14 e 21/03/2017.

Na presente data, o Senador Ronaldo Caiado apresenta novo relatório.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Ronaldo Caiado para proferir o seu relatório.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, passo direto à análise do projeto.

Ressaltamos, inicialmente, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina o PLC nº 49, de 2015, por força das atribuições estabelecidas nas disposições do inciso II do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere competência à Comissão para opinar sobre comércio exterior.

Queremos, em mais essa oportunidade, reconhecer a importância da iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze, sempre atento e firme na defesa do agronegócio brasileiro.

É fundamental destacar que acolhemos a Proposição na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a visão e a determinação de defender os interesses do agronegócio brasileiro – naquilo que concerne aos riscos de introdução de pragas e doenças de difícil controle no território nacional –, e para corresponder às preocupações da sociedade em relação ao risco de intoxicações alimentares advindas da ingestão de produtos importados sem uma criteriosa fiscalização e controle. Aliás, essas foram também as preocupações que nortearam a iniciativa da matéria na Câmara dos Deputados pelo Deputado Luis Carlos Heinze.

Com efeito, em apertada síntese, o PLC nº 49, de 2015, exige que os produtos nas formas *in natura* ou semiprocessada sejam submetidos à:

a) análise de resíduos de princípios ativos de agrotóxicos ou afins, micotoxinas ou outras substâncias tóxicas, atestando o laudo ou certificado que, se existentes, tais resíduos não excedem os limites máximos estabelecidos em regulamento;

b) inspeção sanitária relativa a produtos de origem vegetal ou animal, conforme o caso, atestando o laudo ou certificado a inexistência de infecções ou infestações por patógenos ou parasitos.

No mérito, a Proposição busca elevar o controle de resíduos e da inspeção sanitária em todos os produtos agropecuários, seus derivados e subprodutos, importados nas formas *in natura* ou semiprocessadas.

Ademais, a Proposição estabelece também que o cumprimento dessas exigências será comprovado por meio de laudo técnico ou certificado firmado por profissional legalmente habilitado e define sanções e penalidades para o caso de infração às disposições estabelecidas, que vão desde multa, condenação e inutilização do produto, suspensão de autorização, registro ou licença, cancelamento das mesmas, interdição temporária ou definitiva do estabelecimento, até a destruição dos produtos irregulares, o que poderia garantir maior segurança ao processo de internalização dos produtos de que trata o PLC. Ainda no que tange ao mérito, entende-se que a Proposição inova o marco legal.

Quanto à forma, para atendimento à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n° 107, de 26 de abril de 2001, faz-se necessário ajustes referentes à consolidação das leis e outros atos normativos.

Observe-se que, no que se refere à constitucionalidade do PLC, o Parlamento detém competência para propor legislação a respeito de produção e consumo, conforme art. 24, inciso V, da Constituição Federal (CF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Entretanto, não poderíamos deixar de agradecer aos representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério de Agricultura e Reforma Agrária e do Ministério da Indústria e Comércio, que se dispuseram a discutir exaustivamente o mérito da matéria em audiências públicas e contribuíram de forma significativa para nos fazer entender, pelos mais diversos ângulos, os riscos advindos de uma eventual aprovação do PLC nº 49, de 2015, a despeito dos melhores propósitos que amparam a iniciativa.

Foi a discussão sem preconceitos ou dogmas que nos levou a rever a posição que adotamos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na ocasião em que relatamos a matéria.

Expandimos o debate, inserimos os aspectos técnicos e jurídicos dos acordos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e, ao fim, prevaleceu o exame de mérito que respeita a estratégia comercial do agronegócio brasileiro, em sua luta por maior inserção internacional e ampliação de seus mercados.

A despeito do mérito inicialmente festejado na Proposição, o que agora se pondera com ênfase, sobre as disposições propostas, é acerca da real possibilidade de contencioso, tecnicamente amparado no princípio geral da não discriminação – fundamento principal do posicionamento contrário, também expresso pelo Itamaraty em Nota –, do qual decorre a aplicação de dois princípios específicos: I) tratamento nacional, e II) cláusula da nação mais favorecida.

Em suma, o princípio do tratamento nacional evoca tratamento isonômico entre produtos similares de origem estrangeira e aqueles produzidos internamente. Por sua vez, a cláusula da nação mais favorecida estabelece que toda parte-contratante deve dispensar às demais partes tratamento não menos favorável àquele dispensado aos produtos de qualquer outro país.

Ilustrativamente, menciona-se que o Acordo sobre Implementação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, aprovado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, determina, em seu artigo 2º, que as medidas sanitárias ou fitossanitárias não devem arbitrariamente ou injustificadamente promover discriminação entre os produtos oriundos do país importador e os importados, nem ser aplicadas de modo que resultem em restrições disfarçadas ao comércio internacional.

Nesse contexto, corroboramos integralmente o posicionamento do Itamaraty, manifestado em nota técnica, no sentido de reconhecer que o PLC nº 49, de 2015, apresenta – abro aspas – "problema de incompatibilidade com o princípio do tratamento nacional, ao qual o Brasil está obrigado pelos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) e do Mercosul, o que pode gerar questionamentos de ordem legal, tanto no âmbito regional quanto no multilateral, abrindo a possibilidade de instalação de procedimentos de solução de controvérsias que poderiam levar o País a sofrer sanções comerciais por parte de importantes mercados consumidores de produtos brasileiros" – fecho aspas.

A decorrência naturalmente esperada da aprovação do texto seria, como bem observa o Itamaraty, o enfraquecimento da posição brasileira de questionar, abro aspas, "no âmbito da OMC, medidas fitossanitárias que não se conformam às regras multilaterais e que distorcem o comércio mundial em detrimento da competitiva indústria agroexportadora nacional", fecho aspas.

Como agravante, observamos também que a aludida inobservância do princípio do tratamento nacional se encontra explicitada no Projeto, nos termos das disposições que asseguram que o ônus do controle de resíduos e da inspeção apenas se aplicariam a produtos importados, não a seus similares domésticos.

Restou demonstrado que o PLC nº 49, de 2015, no que tange à inobservância do princípio do tratamento nacional, fere padrões normativos consolidados pela Organização Mundial do Comércio, pela Organização Mundial de Saúde Animal e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Assim, procede, no nosso entendimento, a preocupação do Itamaraty no sentido de que – abro aspas – "a aprovação do Projeto de Lei traria prejuízos às relações políticas e comerciais do Brasil com seus vizinhos, uma vez que as novas exigências serão fatalmente encaradas como restrições disfarçadas ao comércio e um retrocesso brasileiro nos temas mencionados" – fecho aspas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na matéria em exame, entendemos que o elemento central a prevalecer, de forma madura e responsável, é que o Estado brasileiro conscientemente respeita os acordos internacionais que assina e seu ordenamento jurídico acolhe, por força de regras constitucionais, as determinações advindas dos tratados e acordos com a mesma força manifesta nas leis aprovadas nas Casas do Congresso Nacional e sancionadas pelo Presidente da República.

Nesta visão, não interessa ao produtor doméstico a aprovação de medidas normativas que contrariem acordos e princípios de comércio internacional, posto que isso colocaria o País em estado de insegurança jurídica, que pode gerar, inclusive, a responsabilização internacional do Brasil por fóruns internacionais de comércio, a exemplo da OMC, expondo a economia nacional a sanções comerciais nos mais importantes mercados consumidores do mundo.

Por todo o exposto vê-se que o PLC nº 49, de 2015, vai de encontro ao regramento do comércio internacional, razão pela qual merece nesta Comissão de Relações Exteriores a sua rejeição, pela afronta evidente a normas internacionais às quais o Brasil está vinculado e interessa salvaguardar, como a melhor forma, inclusive, de resguardar a produção doméstica contra medidas internacionais protecionistas que apresentem o mesmo viés identificado na proposição.

Voto.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do PLC nº 49, de 2015.

Sr. Presidente, eu quero também informar a todos os nobres pares do nosso intuito, e está aqui a nossa colega que presidiu a Comissão de Constituição e Justiça à época em que discutimos essa matéria, Senadora Ana Amélia. Também ontem tive a oportunidade de falar com o nobre Deputado Luis Carlos Heinze e explicar a ele das notas, dos informativos que chegaram a nós, muito bem alicerçados dentro da documentação da OMC e do Mercosul e também de todos os acordos de que o Brasil é signatário, dizendo a ele que essa preocupação fez com que nós tomássemos essa decisão de não criar nenhuma situação de embaraço ao Governo, já que o objetivo inicial era no sentido de prevenir qualquer contaminação, sendo que, no projeto original, foram citadas várias pragas que foram internalizadas no Brasil e que realmente são de origem dos países da América e também da Europa e da Ásia, tudo isso trazendo um custo altíssimo para a agropecuária brasileira.

Mas já que o Governo brasileiro se sujeita a essas regras que foram expostas aqui pela OMC, pela Organização Internacional de Epizootias e pelo controle sanitário internacional, nós não iremos, de maneira nenhuma, criar mais este impasse e, muito menos, criar dificuldades para que, então, sejamos cada vez mais exigentes dentro das regras internacionais, pedindo que realmente esses parâmetros definidos por eles sejam realmente aplicados no momento em que nós importamos os produtos.

Infelizmente, Presidente, é importante que se diga também que – aqui, às vezes, a memória é curta em relação a esses fatos –, quando o Brasil apresentou qualidade na produção, apresentou seu respeito ao cumprimento das normas do Código Florestal, por ser o código mais avançado do mundo, sofremos barreiras sanitárias por muitos anos. Esse é um ponto que deve ser realçado. Nós fomos vítimas de um processo em que, durante anos e anos, impediram a entrada de nossos produtos, sempre nos penalizando com dúvidas ou suposições sobre a nossa mercadoria; principalmente o setor de proteína foi vítima dessa prática desleal com os produtores brasileiros.

Diante do momento em que vivemos, de todo o relato feito e de toda documentação exposta pelo Itamaraty e pelo Ministério da Indústria e Comércio, nós realmente concordamos com a rejeição do Projeto de Lei nº 49, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze.

Eu faço aqui, ao encerrar, uma declaração de reconhecimento ao apoio de um nobre colega que, dentro da Câmara dos Deputados, é indiscutivelmente o maior destaque na defesa da agropecuária brasileira. Sei dos objetivos reais que o moveram a fazer e a propor este projeto no sentido de proteger não só a agropecuária brasileira como também os consumidores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Ronaldo Caiado.

Pela ordem de inscrição, o primeiro orador inscrito é o Senador Antonio Anastasia. Em seguida, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor.

Bom dia, Srª Senadora, Srs. Senadores.

A minha palavra será muito rápida, Sr. Presidente. É tão somente para cumprimentar o Senador Ronaldo Caiado, tendo em vista que, na semana passada, discutíamos exatamente esse tema e recebíamos os alertas vindos especialmente do Ministério das Relações Exteriores, dentro do modo claro e cristalino como o eminente Relator colocou em seu novo relatório.

Queria tão somente cumprimentá-lo. Sabemos dos bons propósitos que moveram o Deputado Luis Carlos Heinze ao apresentar a proposta, mas, lamentavelmente, a regra internacional não permite. Então, quero somente fazer esse cumprimento e dar parabéns ao parecer do nosso Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Para discutir, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, caros colegas Senadores, de fato, a lógica prevaleceu, e os compromissos internacionais do Brasil, vinculado à OMC, prevaleceram no entendimento extremamente responsável e competente do Senador Ronaldo Caiado.

É verdade também o que ele disse sobre essa matéria ter sido apreciada na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao tempo em que eu a presidia. Chamamos uma audiência pública em que os representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e também do próprio Ministério da Agricultura a abordaram, de forma unânime, no tom do voto agora concluído pelo Senador Ronaldo Caiado.

É preciso também lembrar, como bem disse o Relator, que as razões que fundamentaram a iniciativa do parlamentar do meu Estado, Deputado Luis Carlos Heinze... A grafia é quase como a da famosa mostarda americana, que agora pertence a um grupo brasileiro. E, tanto ele lidou com a questão como foi um produtor de arroz, que o chamam de Luís Carlos "Rice" – arroz em inglês. Ele é chamado assim exatamente pela sua ligação ao tema.

Sr. Presidente, é precisamente na área do arroz que produtos defensivos agrícolas, de uso proibido nessa lavoura no Brasil, são empregados por países vizinhos no âmbito do Mercosul. E como a comercialização do arroz, no Brasil, se dá preferencialmente no meu Estado – o Rio Grande do Sul é o maior produtor do grão, respondendo por cerca de 60% da produção nacional, produzindo um arroz irrigado de alta qualidade –, então, o objetivo foi exatamente o de que não seria justo um tratamento diferenciado, porque o que é proibido aqui é liberado em países vizinhos. E a alegação é a defesa da saúde.

Ora, se nós não podemos usar e se compramos um produto em cuja cultura se utilizou esse defensivo aqui proibido, o Deputado Luis Carlos Heinze construiu esse projeto que, em seu parecer, o Relator – claro, pelas razões já explicitadas aqui e que não me cabe repetir – conclui pela rejeição, considerado o compromisso internacional que tem o Brasil como membro da OMC, e essas regras são muito rigorosas. Não poderíamos correr o risco de uma admoestação ou de uma penalização em relação a uma legislação que ferisse essas mesmas regras.

Contudo, Sr. Presidente, pondero ser necessário que o Poder Executivo tome as cautelas necessárias para que, na importação de produtos de origem agropecuária, seja animal ou vegetal, sejam observados os cuidados de verificar a sua procedência e qualidade sanitária, para que nós, consumidores brasileiros, sejamos protegidos. E, ainda, para evitar o risco de introdução no País de alguma praga que já foi erradicada e que poderia ser reintroduzida por falta desse cuidado fitossanitário.

Esse é o meu posicionamento, cumprimentando o relatório do Senador Ronaldo Caiado e a iniciativa do Deputado Luis Carlos Heinze. Afinal, uma Casa democrática tem que caminhar pela trilha da lógica.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório pela rejeição do projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Quanto ao item 2 da pauta (Mensagem nº 4), S. Exª o Senador Jorge Viana, que é o Relator, comunicou que está chegando e pede que, com a aquiescência de V. Exªs, deixemos esse item 2 para mais adiante.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com essa postergação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aguardaremos, então, a chegada de S. Exª o Senador Jorge Viana.

Passemos ao item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 17, de 2017, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel. O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Trata-se, Sr. Presidente, de Ministro natural do Rio de Janeiro, filho de Antonio Rebello Meira de Vasconcellos e Maria das Neves Meira de Vasconcellos.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Itamaraty em 1976. Em sua carreira, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1977 e promovido a Segundo-Secretário em 1979, a Primeiro-Secretário em 1986, a Conselheiro em 1992, a Ministro de Segunda Classe em 1998 e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

Exerceu diversas funções que constam do relatório. Para economia processual, permitam-me citar tão somente os cargos no exterior.

Citaria que foi Encarregado de Negócios na Embaixada em Abu Dhabi (1987), tendo exercido funções também na Embaixada em Washington (1991-1994); na Embaixada em Ottawa (1994-97); Consulado-Geral em Nova York, como Cônsul-Geral Adjunto (1994-2004); Embaixada em Bangkok (2010-2014) e Embaixada em Abu Dhabi (2014), novamente, como Embaixador.

Recebeu diversas condecorações.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, o Estado de Israel conta com população de 8,17 milhões de habitantes, sendo 75% judeus e 25% árabes, e seu PIB nominal é da ordem de quase US$300 bilhões, sendo uma república parlamentarista. Sua capital é considerada Jerusalém, mas a decisão não é reconhecida pela comunidade internacional. O Brasil, como os demais países da comunidade internacional, mantém sua Embaixada em Tel Aviv.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o recém-criado Estado de Israel em 1949. Em episódio, aliás, muito conhecido de todos pela participação efetiva do Brasil naquele momento.

O Brasil tem uma posição muito firme na questão do conflito entre judeus e palestinos, defendendo sempre a solução dos dois Estados.

Sob o ponto de vista econômico, no que diz respeito às relações comerciais entre Brasil e Israel, a balança comercial é deficitária para o Brasil, havendo larga presença de empresas israelenses atuantes em nosso País, inclusive no setor de indústrias de defesa.

Israel foi o primeiro país de fora da América Latina a ter um Acordo de Livre Comércio com o Mercosul. O Decreto Legislativo nº 936, de 2009, que aprovou o Acordo, determina que o Brasil negociará, no âmbito do Comitê Conjunto, a exclusão dos bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais "submetidos à administração de Israel" a partir de 1967 (territórios ocupados).

A pauta exportadora brasileira para Israel concentra-se em *commodities*, com os açúcares liderando a lista de produtos mais exportados pelo Brasil. A carne congelada – agora motivo de tanta polêmica –, que durante anos ocupou a primeira posição na pauta exportadora do Brasil para Israel, segue distante dos volumes exportados em 2008 e 2010. Além dos açúcares e da carne, o Brasil exporta para Israel soja em grãos, plásticos, madeira, café, chá e calçados. E o Brasil, de outra parte, importa de Israel adubos, químicos, aviões, máquinas mecânicas e elétricas.

Portanto, Sr. Presidente, diante da natureza da matéria ora apreciada e do relatório do conhecimento de todos, são essas as considerações a serem feitas neste momento no âmbito do presente relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – É vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desculpe.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do seu relatório.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Indico, não estando presente S. Exª o Senador Lasier Martins, Relator *ad hoc* S. Exª o Senador José Medeiros. Relatório pronto para deliberação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador José Medeiros para, como Relator *ad hoc*, ler o relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Colbert Soares Pinto Junior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Colbert Soares Pinto Junior é filho de Colbert Soares Pinto e Anna Marisa de Sylos Soares Pinto e nasceu em Porto Alegre em 27 de agosto de 1962. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988. Ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2008, quando defendeu a tese intitulada "A doutrina bolivarista: origem, forma atual e possíveis implicações para a política exterior brasileira".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1990, ascendeu a Conselheiro em 2006; e a Ministro de Segunda Classe, em 2008. Ambas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de chefia na Divisão de Serviços Gerais, de 2005 a 2007; Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 2007 a 2010; e Chefe de Gabinete da Subsecretaria de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial, de 2015 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Segundo-Secretário na Embaixada em Caracas, e de Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, de 2010 a 2015.

Foi galardoado com a Ordem de Rio Branco, grau de Comendador, e Ordem de Mérito da Defesa, grau de Oficial, ambas em 2008, e com a Medalha Mérito Santos Dumont, em 2010. Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República da Zâmbia, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Zâmbia é um país localizado na região do centro-sul da África, com 752.614km² e população de 16,21 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto calculado por poder de compra em 2015 foi de US$62,458 bilhões, o que lhe propicia um PIB-PPP per capita de US$3.835. O índice de desenvolvimento humano em 2014 ficou em 0,586, o que coloca aquele país em 139º lugar no *ranking* mundial.

As relações diplomáticas entre Brasil e Zâmbia foram formalmente estabelecidas seis anos após a independência do país africano, em 1970, com a criação da Embaixada do Brasil em Lusaca, cumulativa com a Embaixada em Nairóbi, Quênia. A Embaixada brasileira residente em Lusaca foi aberta em 1982 e fechada em 1996, quando os assuntos relativos à Zâmbia passaram a ser tratados pela Embaixada em Harare, Zimbábue.

A Zâmbia abriu Embaixada residente em Brasília em 2006 (única representação do país na América Latina) e, no ano seguinte, o Brasil reabriu sua Embaixada em Lusaca.

Embora o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 1980 tenha criado a Comissão Mista Brasil-Zâmbia, sua primeira reunião só ocorreria em agosto de 2008, em Lusaca, em nível de Subsecretário/Vice-Ministro. A I Comista abordou temas de cooperação em agricultura, saúde, educação, segurança, esportes e energia. Dentre as demandas de cooperação então apresentadas pelo lado zambiano, destacaram-se o desenvolvimento da cultura cafeeira e do setor algodoeiro, a transferência de tecnologia para a produção de álcool de cana, a capacitação de policiais no combate ao narcotráfico e no patrulhamento de fronteiras.

A primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro à Zâmbia ocorreu em julho de 2010, e, quatro meses mais tarde, em novembro, o Presidente Rupiah Banda visitou Brasília como retribuição. Na visita do Presidente Lula, foram assinados os seguintes acordos bilaterais:

- Memorando de Entendimento sobre estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas;

- Memorando de Entendimento no Campo de Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Humanitária;

- Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva;

- Acordo de Cooperação Cultural;

- Acordo de Cooperação Educacional;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico;

- Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.

Durante a visita, também foram assinados cinco ajustes complementares ao Acordo de Cooperação Técnica de 2008, que previam projetos nas áreas de HIV/AIDS, capacitação profissional, produção de biocombustíveis, apoio ao setor de saúde e medidas sanitárias.

Entre 2005 e 2015, o modesto comércio bilateral entre o Brasil e a Zâmbia avançou cerca de 100%, de US$9,8 milhões para US$20 milhões. Em 2016, contudo, os resultados apontam forte retração, com corrente total no valor de US$8,916 milhões. A queda responde a uma baixa nas importações brasileiras, concentradas em produtos de cobre, e resultou na reversão do resultado da balança comercial bilateral, que, em 2015, foi favorável à Zâmbia (US$9,38 milhões) e que, em 2016, é superavitária para o Brasil (US$8,615 milhões).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Zâmbia em 2016 foram: pneus (30,57% de participação no total), *dumpers* para transporte de mercadorias (30,26%) e aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas (4,7%). A quase totalidade das importações corresponde a produtos de borracha vulcanizada (46,91%) e circuitos para aparelhos elétricos (39,33%).

Vale ressaltar, por fim, que a mesma disposição de se aproximar do Brasil tem-se mantido com a assunção de Edgar Lungu ao cargo de Presidente naquele país – em um primeiro momento para um "mandato-tampão", após o falecimento de Michael Sata, em 2014, e posteriormente confirmado em eleições realizadas em setembro de 2016. Desde então, autoridades do país têm declarado considerar o Brasil o "mais importante parceiro na América Latina", com o qual a Zâmbia "teria muito a aprender".

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, as considerações aqui exaradas cingem-se ao escopo de relatório.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador José Medeiros pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. Relatório este para a escolha do Sr. Colbert Soares Pinto Junior, Ministro de Segunda Classe da Diplomacia Brasileira, para Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, como já anunciou o Presidente, a indicação é do Sr. Fernando Luís Lemos Igreja. Lamentavelmente não é meu parente – Lemos.

Ele nasceu aqui em Brasília, uma coisa também rara, pois, em geral, são nascidos em outros Estados. É candango, portanto, o indicado para os Emirados Árabes.

O Fernando Luís Lemos Igreja nasceu em 17 de janeiro de 1965, na cidade de Brasília. É filho de João Igreja Filho e Maria Raimunda Lemos Igreja.

O indicado é graduado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Frequentou, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1986, onde também concluiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Curso de Altos Estudos em 2008, ao final do qual defendeu a tese com o título de "A Argélia revisitada. Um estudo de caso de promoção comercial".

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1987 e Segundo-Secretário em 1994. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2000; Conselheiro em 2005; Ministro de Segunda Classe em 2009; e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Ao longo de sua carreira, podem ser destacadas diversas funções, como as de Cônsul-Adjunto em missão transitória no Consulado-Geral em Chicago (2000-2001); Primeiro-Secretário em missões transitórias nas Embaixadas em Paris e Praga (2002); Primeiro-Secretário na Embaixada em Paris (2002-2005); Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado, e Encarregado de Negócios na Embaixada em Argel (2005-2008); e Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Boston (2008-2011).

Foi agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras, a exemplo da Ordem Nacional do Mérito, Itália, no grau de Cavaleiro (1991); Ordem de Rio Branco, Brasil, também no grau de Cavaleiro (1993); Comendador da Legião de Honra, França (2014); Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, Brasil (2015).

Ainda de acordo com o que prega o Regimento Interno, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os Emirados Árabes Unidos (EAU), o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Federação de sete Emirados, os Emirados Árabes Unidos têm o islamismo como religião oficial, sendo praticada por 76% (setenta e seis por cento) da população. A lei islâmica é importante fonte de Direito. O Conselho Federal Nacional é a maior autoridade do país e é responsável pela escolha do presidente. Os Emirados Árabes Unidos contam, ainda, com parlamento unicameral, de caráter essencialmente consultivo.

Após servir de rota comercial que ligava Oriente Médio ao Sul e ao Leste da Ásia, durante o processo de expansão marítima europeu do século XVI, desenvolveu-se intensa atividade de pirataria na região, repreendida pelos britânicos que instituíram protetorados britânicos. A economia local, até meados do século XX, passou a ser baseada em comércio, pesca e extração de pérolas. Na década de 1930, foram iniciadas as primeiras sondagens geológicas na região e, em 1962, ocorreu a primeira exportação de petróleo a partir do protetorado britânico de Abu Dhabi.

Após a retirada do governo britânico, por volta de 1971, a renda proveniente da indústria de hidrocarbonetos viabilizou investimentos em infraestrutura e qualidade de vida, o que tornou o país um dos principais centros financeiros, comerciais e empresariais da região, bem como um destino turístico popular. Nas últimas décadas, tem-se buscado diversificar a economia, com iniciativas como a criação de diversos fundos de investimentos. A população é formada por 80% a 85% de imigrantes. Esses aspectos fazem dos Emirados Árabes Unidos o país culturalmente mais aberto do Golfo.

O país tem investido em sofisticado mecanismo de segurança nacional desde a criação da federação dos Emirados Árabes Unidos, o que o tornou dependente do apoio norte-americano nessa matéria.

Brasil e Emirados Árabes Unidos estabeleceram relações diplomáticas formalmente em 1974. Nos campos econômico e político, a relação bilateral experimentou aprofundamento desde os anos 2000, com grande número de visitas oficiais. A intensidade dos vínculos econômicos bilaterais, a importância dos Emirados Árabes Unidos tanto como consumidor final quanto como redistribuidor regional para produtos brasileiros, bem como o fato de serem considerados *hub* aéreo e turístico internacional, além da pujança de seus fundos de investimentos explicam o fortalecimento das relações entre ambos os países.

Ademais, os Emirados Árabes Unidos contam com a maior comunidade brasileira da península arábica: entre 7 e 10 mil brasileiros – alguns são gaúchos, Sr. Presidente –, sendo em sua maioria profissionais qualificados com seus familiares (empresários, empregados de companhias aéreas e instrutores de esportes). Em 2015, os Emirados Árabes Unidos foram visitados por mais de 60 mil brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vale registrar, porém, a percepção do Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, que, em seu relatório final de gestão no Posto de Abu Dhabi – é quem está indo agora para Israel, como lido no relatório pelo Senador Anastasia –, destacou o pouco progresso nas relações políticas bilaterais, diversamente do que ocorreu com as relações nos setores privados. Segundo o embaixador, "as dificuldades em avançar as relações entre os dois países decorrem da insistência emirática em assinar dois acordos: um para evitar a dupla tributação (ADT) e outro para proteção de investimentos. Sem a assinatura desses dois acordos, o lado emirático efetivamente se recusa a negociar quaisquer outros instrumentos de cooperação bilateral".

No âmbito comercial, os Emirados Árabes Unidos, desde 2008, são o segundo parceiro médio-oriental do Brasil, atrás apenas da Arábia Saudita. O comércio total entre os países superou, em 2015, a cifra de US$2,9 bilhões.

Em 2000, foi de US$300 milhões. No intercâmbio bilateral, o Brasil contabiliza históricos superávits em seu favor, tendo o superávit do ano de 2015 alcançado o montante de US$2 bilhões. Combustíveis e óleos minerais dominam a pauta das importações brasileiras. As exportações do Brasil para os Emirados são dominadas por produtos agrícolas, principalmente carnes (24% das exportações Brasil-EAU em 2015) e açúcares (16%) e minérios (9%). São também significativas as exportações de produtos de maior valor agregado, como máquinas e aços (4%).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Esse é o voto, Sr. Presidente, elogiando e desejando sucesso ao indicado, o Ministro Igreja.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia, pela apresentação do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 7, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Senador Fernando Collor de Mello (PTC-AL), a reativação dos trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, aprovado pelo Senado Federal, por unanimidade, em 23 de fevereiro de 2016, quando a Vice-Presidente argentina, Gabriela Michetti, visitou o Senado. Esse interesse bilateral foi reafirmado, na recente visita do presidente Maurício Macri, a Brasília, no dia 7 de fevereiro último. Destaco o trabalho exemplar dos Embaixadores Sergio Danese, do Brasil, em Buenos Aires, e Carlos Magariños, da Argentina, em Brasília, empenhados igualmente nessa agenda. Requeiro, portanto, à Vossa Excelência que a CRE encomende ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), com sede no Rio de Janeiro, a sugestão de uma pauta prioritária, considerando que essa instituição é liderada por ex-embaixadores que conhecem bem os interesses bilaterais, a saber: José Botafogo Gonçalves e Marcos Azambuja. Por fim, reitero, nesse processo, a inclusão de questões ligadas à defesa sanitária e vegetal por conta do protagonismo global dos dois países, no agronegócio.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: *a presente matéria foi lida na reunião de 23/03/2017.*

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 8, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública desta Comissão para debater o tráfico de drogas, armas e pessoas nas áreas de fronteira, em razão da guerra entre facções nos estados fronteiriços, com a presença dos seguintes convidados, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prejuízo de outros nomes: Secretário-Geral das Relações Exteriores do Itamaraty; Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; Secretária Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Foi subscrito o requerimento por S. Exª a Senadora Ana Amélia.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Realização de audiência pública para tratar das perspectivas e realidade do Oriente Médio, análises sobre o mundo árabe e as ações extremistas de organizações terroristas e do Estado Islâmico. Para tanto sugerimos a participação do jornalista e professor universitário licenciado pela Universidade de Tel Aviv, Sr. Henrique Cymerman Benarroch. Sugerimos que também sejam convidados os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara Federal (CREDN).

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Jorge Viana

Observações: Na reunião do dia 23/03/2017, a Srª Senadora Ana Amélia e o Sr. Senador Jorge Viana apresentaram oralmente este requerimento, o que torna a matéria pronta para deliberação.

As Srªs e os Sr. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último item da pauta.

Tendo em vista que S. Exª o Senador Jorge Viana ainda não chegou, vamos fazer, então, indicando S. Exª o Senador Fernando Bezerra como Relator *ad hoc*, a leitura da Mensagem nº 4, de 2017, em caráter não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO MOSCA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Tendo em vista a ausência do Senador Jorge Viana, como dito anteriormente, indico S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho para a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o indicado nasceu em 10 de dezembro de 1965, na cidade de Ribeirão Preto-SP. É filho de Ary Geraldo de Souza, político em sua cidade natal, e Ophélia Mosca de Souza. Descende de clássica família de imigrantes italianos. Em 1898, seu avô materno veio, nas primeiras levas de imigrantes italianos que fugiam da fome que tanto massacrava o Sul da Itália, buscar uma melhor sorte no Brasil. Veio, sozinho, com uma malinha na mão, e aqui se casou com uma brasileira, construindo uma bela família que tem o indicado como seu membro.

Eu vou fazer uma interrupção, com a permissão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a chegada de S. Exª o Senador Jorge Viana, eu consulto o Plenário se S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho pode passar a leitura do relatório, ele que foi indicado *ad hoc*, ao autor do relatório, Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com essa mudança na leitura do relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Fica devolvido o relatório, portanto, a quem originalmente o redigiu.

Senador Jorge Viana, por favor, com a palavra V. Exª para a leitura do relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo e aos colegas também, inclusive pelo conteúdo do início da reunião, V. Exª trazendo a questão da mudança climática, o posicionamento dos Estados Unidos – pude acompanhar hoje cedo. Tive outro compromisso também, como temos todos. Acho da maior importância que esta Comissão sempre faça isso que V. Exª está trazendo: discutir os temas com que o mundo está se deparando, além das tarefas que temos aqui, que não são poucas. Quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra e aos demais colegas pela confiança.

Essa indicação, para mim, tem uma simbologia. O nome que nós estamos apreciando é de um grande servidor do Itamaraty, que trabalha numa área que V. Exª inclusive conhece muito bem e com algumas coincidências: ele iniciou o trabalho quando V. Exª era Presidente da República, trabalhava no Cerimonial do Itamaraty, e daí para frente nunca mais deixou de trabalhar nessa área. Só que quem trabalha nessa área – que parece não ser tão importante – lida diretamente com o poder ou com os líderes do poder, e aí já tem um desafio tremendo. Eu conversei muito com ele sobre isso, sobre como é ficar tanto tempo perto de quem decide, de quem tem... Ele falou uma frase que eu procurei pôr no relatório: "É ter muita clareza de que você não faz parte do poder." (*Risos.*)

Eu achei muito boa essa manifestação do nosso indicado, que será sabatinado aqui. Mas eu trago isso para dividir, porque realmente é uma atividade... Imagine alguém que fica quase o dia inteiro, a noite, as viagens todas, próximo do líder. Ele fez isso durante muitos anos. E eu fiz questão de conversar com ele, de não fazer só um relatório formal, porque eu procuro entender um pouco a vida das pessoas, a atividade que desempenharam, e achei por bem compartilhar um pouco disso.

E às vezes também se é prejudicado na carreira porque se trabalhou e serviu a algum governo. Isso nós temos que mudar no Brasil, seja para um lado, seja para o outro. Eu sei que com V. Exª aqui, que esteve no governo, que tem suas... Eu já vi muitas vezes as manifestações de V. Exª. Nós não vamos permitir nunca que isso aconteça aqui, seja qual for o profissional que esteja aqui! É uma carreira de Estado, como disse aqui o Senador Armando.

Então, talvez esse exemplo... Eu também vi quando tivemos o *impeachment*, ele ficou... "E agora?" Fica-se esperando, e é uma espera que não cabe, porque são bons e grandes profissionais, senão não estariam nos postos em que estavam, não é? E ele ficou feliz com a indicação. Eu faço esse preâmbulo aqui porque acho importante, foi resultado das conversas que eu tive com ele. Eu disse: "Quando indicarem você, eu quero, se puder, candidatar-me a ser seu relator." E assim hoje estou fazendo.

Então vou seguir.

Em 1984, aos 18 anos, o Sr. Renato Mosca veio para Brasília. Ele disse para mim: "Eu peguei a mala, minha família é lá do interior de São Paulo, e vim para cá, começar uma vida nova." Então, ele veio para cá em 1984, para estudar Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Ele se graduou Bacharel em 1988. Após, iniciou sua carreira diplomática – durante o governo de V. Exª, como bem disse – e logo foi indicado para o Cerimonial do Itamaraty, obviamente auxiliando o chefe do Cerimonial. Ele trabalhou muito tempo com o Embaixador Valter, por quem tenho um respeito muito grande, que serviu no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e ele me falava que aprendeu muito com o Embaixador Valter, que era chefe do Cerimonial e o foi durante muito tempo.

Mais especificamente, ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1990. Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1991 e promovido a Segundo-Secretário em 1996. Tornou-se Primeiro-Secretário em 2002, Conselheiro em 2006, Ministro de Segunda Classe em 2010 e Ministro de Primeira Classe em 2015.

Em 1995, como falei ainda há pouco, o chefe do Cerimonial da Presidência da República era seu superior hierárquico, e para lá o indicado também foi. Trabalhou com o Fernando Henrique Cardoso do ano 1995 a 1997; depois com o Presidente Lula de 2003 a 2007; e com a Presidente Dilma de 2011 a 2016, sendo dela o chefe do Cerimonial. Então, realmente alguém que viveu muito próximo dos líderes que tivemos nas últimas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Sr. Mosca é uma das pessoas mais experientes nesta área e que viveu nela. Ressalto o que eu falava para ele sobre a importância de ele ter, como profissional, servido ao País, procurando ajudar da melhor maneira possível.

Em 2010, o indicado defendeu a tese "Uma visão brasileira do processo de reforma da FAO e da sua busca de centralidade na governança mundial em alimentação e agricultura: perspectivas e propostas de ação", aprovada como conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Entre os cargos que assumiu no exterior, cumpre destacar: Segundo-Secretário nas Embaixadas em Washington e na Cidade do México; Conselheiro na Representação Permanente do Brasil junto à FAO – talvez daí veio a inspiração para sua tese; e Ministro-Conselheiro comissionado na Embaixada em Caracas. O Sr. Renato Mosca chefiou, ainda, inúmeras delegações brasileiras em missões oficiais tanto no Brasil quanto no exterior. Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o indicado foi assessor do Cerimonial de 1993 a 1995 e, depois, de 2002 a 2003. Depois, assumiu a chefia do Cerimonial.

O Ministério das Relações Exteriores anexou a mensagem presidencial, que faz parte do meu relatório, fazendo a indicação do Sr. Mosca para a República da Eslovênia.

Conversei muito com ele sobre essa indicação. É um país pequeno, mas com uma importância muito grande. Tem ainda uma relação muito pequena com o Brasil, mas tem um potencial extraordinário. Eu falava para ele, na conversa que tivemos, como seria bom se, além das tarefas que os representantes do Governo brasileiro nos países com que temos relações já têm a cumprir, por exemplo, definíssemos uma política em que cada embaixador ou indicado estabelecesse e mandasse para o País, depois de estudar bem as relações comerciais ou culturais, quais seriam os três ou quatro aspectos mais importantes que poderiam ser trabalhados na relação entre o Brasil e o país onde atua o embaixador. Quer dizer, estabelecer metas, tarefas para quem é indicado. Certamente isso mudaria muito, porque poderiam vir metas a serem alcançadas inclusive do ponto de vista da economia.

Aqui está o Senador Armando Monteiro, que foi Ministro e deixou um legado fundamental. Eu, com todo respeito aos que pensam diferentemente, penso que o legado mais importante da crise que ficou foi o saldo da balança comercial. E o nosso Senador Ministro criou as condições, trabalhou os fundamentos desse resultado que o Brasil agora colhe.

Nós estávamos com uma balança comercial negativa, e ele fez um trabalho muito competente, intensivo, de modo que, então, o Brasil voltasse a ter US$40, US$50 bilhões de saldo na balança comercial, apesar da política de câmbio que tem criado esse ambiente. Isso é muito importante e é isso que nos ajuda a enfrentar, inclusive, os tempos difíceis que nós estamos vivendo.

Pouca gente fala sobre isso, mas sempre que eu posso, seja aqui, nas Comissões, seja no plenário, eu o faço.

Destaco, por fim – e, aí, só relembrando, Sr. Presidente –, que, nas reuniões que tive com o indicado, conversamos sobre a missão da representação diplomática brasileira, que era o que eu estava aqui tentando expressar. Um país como a Eslovênia, que tem uma população estimada de 2,1 milhões habitantes, mantém uma importante cooperação comercial com o Brasil concentrada em apenas dois produtos: farelo de soja e café em grão. Vejam só: apenas dois produtos!

É óbvio, pois, que o novo Embaixador tem uma tremenda oportunidade de ampliar esse portfólio e fazer com que nós o ampliemos. E, certamente, se formos pensar, veremos o quanto cada embaixador tem a fazer diante da gama de produtos que o Brasil pode oferecer em suas relações comerciais, mesmo em países como a Eslovênia, que, como ele dizia, tem registrado também muitos avanços na área de tecnologia etc.

Então, se 96% das exportações brasileiras estão vinculados a esses dois produtos – repito: farelo de soja e café em grão –, então, na sabatina de S. Exª, teremos a oportunidade de indagá-lo a respeito.

Falamos também sobre a importância de o Brasil ampliar e diversificar a sua balança comercial com a Eslovênia, evidentemente que em produtos importados por aquele país e nos quais somos competitivos. Então, a minha proposta era a seguinte: imaginem o Embaixador chegar lá e estudar o que a Eslovênia importa do mundo inteiro e em quais desses produtos o Brasil é competitivo. Assim, poderemos oferecer que o Brasil substitua alguns fornecedores dessas importações.

Assim, Sr. Presidente, diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as minhas considerações, e ressalto que S. Sª cumpriu todos os requisitos exigidos para uma indicação como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

De modo que, obviamente, o meu relatório é pela aprovação da indicação, e eu faço essa leitura criando condições para que tenhamos, quando V. Exª designar, a sabatina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O primeiro orador inscrito é S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho; e, em seguida, falará o Senador Armando Monteiro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu não tive a alegria de fazer a leitura completa do relatório, mas ainda bem, porque o Senador Jorge Viana seria, de fato, a pessoa mais adequada para fazê-la aqui, nesta Comissão, apresentando o Embaixador Renato Mosca de Souza.

Eu só não poderia me furtar de dar um testemunho: eu tive o privilégio de conviver com o Embaixador Mosca no período em que fui Ministro de Estado no primeiro governo da Presidenta Dilma e posso aqui testemunhar a excelência do servidor que é o Embaixador Renato Mosca. À frente do Cerimonial da Presidência da República, pude ver os seus cuidados com os preparativos das viagens, das cerimônias. Trata-se de uma pessoa do mais fino trato, de uma educação a toda prova, sempre muito cavalheiro, paciente e buscando sempre a melhor harmonia e a integração nesses eventos e nessas solenidades.

Portanto, é uma alegria estar hoje aqui como Senador e poder não só sabatinar mas, certamente, aprovar o Embaixador Mosca para essa missão representando a República Federativa do Brasil lá na Eslovênia.

Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho.

Com a palavra para discutir Sr. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria também, Presidente, me associar, secundando a manifestação do Senador Fernando Bezerra para dar um testemunho, eu que integrei o segundo governo da Presidente Dilma e pude também conviver com o Embaixador Mosca. Quero dar um testemunho do profissionalismo, da elegância, da forma sempre muito... Da civilidade, em suma, um profissional, alguém que tem, através de uma carreira de Estado, servido ao País de forma exemplar. Portanto, eu quero também me associar, manifestando esse reconhecimento.

Mais uma vez, agradeço às sempre generosas avaliações do Senador Jorge Viana, que me cumula sempre com essa atenção, embora eu não mereça – devo dizer – as referências que ele fez, tão impregnadas dessa amizade que nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a sua S. Exª o Senador Armando Monteiro.

Com a palavra, ainda, para discutir S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não poderia deixar igualmente de registrar os meus melhores encômios à indicação do Embaixador Mosca. A despeito de meu Partido ser de oposição ao então governo da Presidente Dilma, tive, como governador do Estado de Minas Gerais, um relacionamento institucional muito profícuo com o governo, em especial com o Embaixador Mosca, chefe do Cerimonial de Sua Excelência a Presidente da República em diversos eventos.

Tanto assim que tive a oportunidade, sendo testemunha da sua capacidade, do seu empenho, do seu zelo, de lhe conferir a mais alta honraria de Minas, a grande Medalha da Inconfidência, em 2013, exatamente por reconhecimento ao seu trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na sabatina farei questão de registrar novamente esse excelente quadro do Itamaraty, mais um que vai certamente servir muito bem o Brasil na República da Eslovênia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Continua o Senador Cristovam.

Senador Cristovam, muito obrigado a V. Exª pela presença. Com a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sou mais um a me somar às referências, mas numa outra posição, como professor do Instituto Rio Branco, onde ele esteve e, como sempre, como todos aqueles que passaram pelo Instituto, deixou uma marca bastante positiva. Eu já fui professor em muitos lugares, mas não tenho dúvida em dizer que ali foi o lugar onde encontrei os alunos mais motivados, preparados e com a cabeça mais aberta para debater os temas do mundo. Por isso, fico muito satisfeito com a indicação do Embaixador Mosca.

Creio que ele vai fazer um bom trabalho, e não apenas, como disse o Senador Viana, no que se refere a incentivo, incremento do comércio e tudo isso, mas mesmo em todas essas outras funções que os embaixadores têm de incentivar intercâmbios bilaterais do Brasil com o país, na área cultural, na área científica, e também de estar numa posição de observação do que acontece no mundo. A Eslovênia é um país pequeno, mas está numa posição muito importante nessa crise mundial que é a migração hoje, dos carentes do mundo – seja de paz, seja de pão – em direção ao norte, onde não há a carência de pão e onde existe certa tranquilidade, salvo as ameaças terroristas hoje em dia.

Eu creio que ali é um ponto de observação importante para o Brasil, nos fóruns internacionais, tomar posição sobre essa crise humanitária, essa tragédia que vai durar muito tempo, em que os povos do mundo tentam imigrar para a abundância e encontram barreiras em vez das pontes que o senhor trouxe aqui como discussão na segunda-feira passada à noite. Então, meus cumprimentos.

Quero também aproveitar e pedir para subscrever a proposta do Senador Jorge Viana apresentada aqui para discutirmos os problemas das fronteiras.

Senador, acho muito oportuna a sua iniciativa e gostaria que me permitisse ser um dos subscritores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Cristovam.

Para fazer um adendo ao relatório já apresentado por S. Exª o Senador Jorge Viana, eu lhe devolvo a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Presidente, pela gentileza. Eu não podia deixar de agradecer às palavras dos colegas e, como bem colocou V. Exª, fazer uma ressalva.

V. Exª iniciou a reunião hoje aqui tratando da questão do clima, da biodiversidade, da relação da atividade humana com a natureza, e eu achei isso da maior importância, já que entrou um tema na Ordem do Dia. Vou ler daqui a pouco o editorial de ontem do *The New York Times* sobre a medida do Governo americano.

Estou propondo para semana que vem, na Comissão do Clima, aqui neste auditório, quarta-feira, às duas e meia da tarde, uma audiência para discutirmos o que está ocorrendo e qual a chance de termos o cumprimento do acordo de 2015 em Paris depois de um dos países mais importantes nessa temática decidir que vai mudar a matriz energética para uma matriz mais suja. Eu ouvi V. Exª falando que muitos estudiosos dizem que não há geração de emprego, como se está prometendo, com a volta a se intensificar a geração a partir do carvão. Enfim, foi muito feliz V. Exª de ter colocado esse tema, tanto que ele é objeto de uma reunião que vamos fazer na próxima quarta-feira, não só para ver Estados Unidos, mas Alemanha, e há outros países que nós temos que ver.

Tratando disso, a Eslovênia tem 0,004% do território do mundo, mas tem 1% da biodiversidade do Planeta. Esta é uma ressalva: 1%! A metade do país, pequeníssimo, é de florestas intocadas ainda, uma raridade na Europa. Então, vejam que não é qualquer coisa. E eles estão trabalhando muito na área de desenvolvimento tecnológico.

Eu queria ainda fazer uma ressalva, com a permissão de V. Exª. O Sr. Renato Mosca – ele está ali atrás – veio a várias reuniões. Há várias reuniões ele está aqui – e não estávamos tratando do tema dele – acompanhando as reuniões da Comissão de Relações Exteriores. Eu pus isso no meu relatório. Pulei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essa parte, mas eu queria cumprimentá-lo por estar acompanhando os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a nossa CRE, há várias reuniões. Quisera eu que os outros indicados fizessem o mesmo. Faço questão de pôr essa ressalva, porque acho muito importante, já que é a Comissão que vai sabatiná-los, que vai ter essa oportunidade.

Eu estou trazendo elementos porque, desde que cheguei aqui, eu faço parte desta Comissão, porque aqui eu aprendo; aprendo com o que é lido, aprendo com o que é manifestado. Realmente este é um espaço muito interessante que nós temos, não é, Senador Cristovam?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone*.) – É verdade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sempre saio com algumas informações a mais do que quando chego. E procuro também colaborar com os colegas, trazendo, às vezes, a minha modesta contribuição.

Sobre o Instituto Rio Branco, o Senador Cristovam fez uma ressalva. Quando eu estava no governo, nós combinamos com o diretor do Instituto Rio Branco que os estudantes pudessem ir à Amazônia, visitá-la *in loco*, para conhecê-la, porque, depois, eles irão para o mundo, mas sem um conhecimento real. Quer dizer, para entrar no Instituto Rio Branco, eles têm que ficar por muitos anos presos aos estudos – estudando, trancados em salas, passando ali noites –, mas, depois, vão representar um país que não conhecem.

Então, nós criamos um programa junto com o Instituto Rio Branco. Eu não era professor, não tenho essa capacidade do Senador, Professor e Reitor Cristovam, mas fazia, todo ano, uma palestra para os alunos do Instituto Rio Branco. Construí muitas amizades a partir disso. Eu os levava para conhecer um pouco a realidade, as visões diferentes sobre a Amazônia, sobre o desenvolvimento. Falávamos de Chico Mendes, de desenvolvimento sustentável, de Unidade de Conservação e da nossa biodiversidade e mostrávamos que a Amazônia não era, nem de longe, problema para o País, mas, sim, uma grande vantagem comparativa. Lamentavelmente, o Brasil ainda não a enxerga assim. E eles saíam de lá maravilhados por conhecerem um pouco mais da história e da importância dos povos originários, dos nossos índios, dos trabalhadores da floresta, da biodiversidade e da Amazônia. Lamentavelmente, isso parou. Mas, todo ano, isso era obrigatório. As equipes de formação tinham de visitar vários Estados. Pelo menos no Acre, agora, isso está sendo mais esporádico, não sei se por conta de dificuldade ou da crise.

Então, faço essa ressalva.

Por último, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe pela aprovação daquele requerimento que a Senadora Ana Amélia e eu apresentamos referente ao convite para o Sr. Henrique, que é um jornalista, para que ele possa vir fazer parte dos debates que V. Exª está propondo, para discutir a crise no Oriente Médio, na Síria, mas, especialmente, questões vinculadas ao surgimento do Estado Islâmico, aos desafios que o mundo enfrenta hoje. Agora, nesta semana, ele se expressou em Londres, e nós o tínhamos ouvido em Tel Aviv, dizendo: "Não esperem mais exército armado. Vão ser ações isoladas, que vão acontecer nas capitais do mundo, nos lugares. E ninguém saberá quem é a pessoa e por que ela o fez. São ações isoladas. A ordem do Estado Islâmico é essa." E estamos vendo isso acontecer.

Por último, abusando da sua boa-fé, quero falar sobre o pedido que trago para debatermos as questões de fronteira. O meu Estado, hoje, vive o drama do crescimento do tráfico de drogas, porque estamos numa área de fronteira. Há a entrada de armas ilegais, colaborando para o agravamento da situação de violência. E, entra ano, sai ano, agora, por conta da crise econômica, o Brasil não adota uma política de segurança nas suas fronteiras que possa dar alguma repercussão. Quando há uma crise no Rio de Janeiro, fala-se que o problema, ou parte dele, está na fronteira. Nós vivemos na fronteira, na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, e sabemos bem o que é isso. É uma área em que construímos amizades e boas relações, mas também se cria ali um ambiente para o tráfico de drogas e para o tráfico de armas.

Acho que esta Comissão, que é de Defesa Nacional e de Relações Exteriores, é o espaço adequado para fazermos essa discussão, como bem lembrou o Senador Cristovam. Com muita honra, ponho a sua assinatura diante da minha.

Obrigado, Presidente, pela tolerância, por me deixar fazer mais este comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana, pela sua participação sempre ativa e muito consequente na Comissão de Relações Exteriores. Muito obrigado a V. Exª.

Ainda para discutir, tem a palavra S. Exª o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, o Governador Jorge Viana – falo Governador, porque essa foi uma ação dele naquele momento – trouxe aqui uma coisa interessante, que é a relação, na formação das pessoas, entre a prática e a teoria. Eu acho que seria muito interessante os alunos que vão ser nossos diplomatas mergulharem no Brasil ainda mais do que pelos livros.

Mas quero dizer que não só os diplomatas. Acho que os nossos alunos de universidade deveriam também ter um tempo. A velha ideia, no tempo dos militares, do Projeto Rondon tinha quer ser mais ampliada no Brasil inteiro. Mas o que eu sinto é uma resistência tremenda, porque, agora mesmo, há um projeto meu que determinaria que os alunos de Medicina das faculdades públicas ficassem dois anos no SUS depois de formados, recebendo salário direito, e ele tem uma resistência incrível por parte da comunidade universitária.

Estou falando isso para trazer outro assunto aqui. Eu conversei esta semana com dois diplomatas cubanos. E me lembrei disso, Senador Jorge, porque costumo perguntar sobre a carreira dessas pessoas, e um deles disse que tinha ficado um ano em Angola, na carreira dele. E eu perguntei: como diplomata? Ele disse: "Não, como soldado. Eu era aluno da academia, mas o meu país estava participando da luta pela independência de Angola, e eu fui para lá, como estudante de diplomacia, ver o que estava acontecendo."

Não quero recomendar isso para os nossos alunos daqui, embora tenhamos tropas no Haiti e no Líbano, pelas Nações Unidas, diferente daquelas. Valeria a pena conhecerem também isto.

Estou aproveitando tudo isso, Sr. Presidente, mudando um pouco de tema, para ver se podemos – talvez o senhor, pessoalmente – tentar ajudar a quebrar um impasse que há hoje. Nós estamos sem embaixador de Cuba – na verdade, era uma embaixadora – e vamos ficar, daqui a poucas semanas, sem embaixador em Cuba e na Venezuela. É a primeira vez, desde o reatamento das relações com Cuba, que nós não temos relações, e isso não é bom.

O senhor foi o Presidente que consolidou as relações; quem fez o reatamento foi o Presidente Sarney. Mas, logo depois, terminou o mandato dele.

Eu creio que a gente poderia, não sei se de maneira formal, talvez não, informalmente, tentar ver como se supera esse impasse que está sendo criado. Vai ser muito ruim. Nós não temos embaixador na Venezuela, nem eles têm aqui também. A Coreia do Norte tem embaixador aqui, mas nós não temos lá há mais de um ano. Isso não fica bem.

Talvez possamos conversar, e, informalmente, o Presidente da Comissão tenha um papel na solução desse entrave às boas relações entre os nossos países, que devem estar acima dos problemas ideológicos deles e nossos. As relações são entre os povos. E os governos passam, as posições dos governos se superam.

Então, não quero deixar formalizado, não quero fazer requerimento, mas apenas colocar para que pensemos se é possível uma conversa com o nosso Ministro – embora o problema também esteja lá em Cuba, foram eles que tomaram a iniciativa de tirar a embaixadora daqui. O Brasil não tirou o embaixador. O que houve é que terminou o tempo do Embaixador Melantonio, que está indo para a Grécia. Então, nós terminamos. E, de fato, enviamos um nome, mas não houve resposta deles até hoje sobre a aceitação ou não desse nome, e ele já está em outra posição, o Embaixador Fred Meyer.

Então, fica aqui uma sugestão para o Presidente, pessoalmente, na sua posição, tentar melhorar essas relações, que estão conflituosas do ponto de vista diplomático. E não falo em relações do ponto de vista político nem ideológico, mas do ponto de vista diplomático.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Acho que V. Exª tem toda razão no que tange a essa questão, especificamente em relação a Cuba e a Venezuela. Eu acho que é necessário uma reabertura de diálogo, tanto com um quanto com outro. Não é de bom alvitre que mantenhamos esse *status quo*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vamos verificar a possibilidade, levando esse apelo de V. Exª, que, de resto, entendo ser o apelo de todos os integrantes desta Comissão, a S. Exª o Sr. Ministro das Relações Exteriores, nosso colega de Senado, o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Eu tenho certeza de que S. Exª será sensível a mover todas as ações necessárias para que nós superemos esse impasse que hoje existe nas relações entre Brasil e Cuba e Brasil e Venezuela.

Nós teremos aí, em relação à Venezuela, uma questão a resolver em poucas semanas. Refiro-me à moção apresentada na OEA para retirar a Venezuela da organização. E precisamos ver qual será a posição do Brasil a respeito. Isso vem a ser muito importante, porque não penso que seja motivo para se retirar um país, que passa por dificuldades, enfim, com questões políticas internas, que aqui no Brasil merecem críticas de alguns setores, de outros nem tanto, mas, enfim, não é um motivo para se impedir um país de participar de uma organização como a OEA.

Então, são essas as questões que estão sendo ventiladas e que trazem um ambiente muito desconfortável para as relações do Brasil com os seus parceiros aqui na América do Sul, abrangendo especificamente a América Latina e o Caribe.

É necessário, acredito, que o Brasil saiba exatamente qual o seu papel neste momento por que passa o mundo e, sobretudo, que o País tenha uma visão muito clara daquilo que ele deve fazer sendo o país, não diria protagônico, mas o país que naturalmente se coloca, de forma tranquila, como um parceiro confiável e um parceiro que é considerado líder pelo Ocidente aqui na América do Sul. Enfim, que ele tome, sabendo dessa sua posição, iniciativas no sentido de dirimir esses conflitos.

Não fica bem para o Brasil se ausentar dessa discussão e desse debate. O Brasil tem que construir pontes, e essas pontes são fundamentais para o relaxamento das tensões que existem hoje e que terão reflexos no restante do nosso continente.

Mas levarei, conforme pedido, essa sua solicitação, essa sua colocação, Senador Cristovam Buarque, a S. Exª o Sr. Ministro Aloysio Nunes Ferreira, e eu tenho certeza absoluta de que S. Exª haverá de envidar, como já disse, todos os seus esforços para que ultrapassemos este desconforto hoje existente nas relações do Brasil com Cuba e do Brasil com a Venezuela.

Isso não é algo unilateral do Brasil, é recíproco. Mas acho que ao Brasil, pela sua posição, caberia a iniciativa de tentar ultrapassar esses pontos que estejam incomodando as nossas relações para que restabeleçamos, como antes, as nossas missões diplomáticas e a indicação dos nossos embaixadores.

Farei isso com muita alegria, por saber que teremos sucesso por fruto dessa sua solicitação, e trarei aqui o resultado, senão o próprio Ministro se disporá, em algum momento, a vir aqui para trazer uma boa notícia de que essas relações diplomáticas já estão devidamente reatadas e no seu melhor nível possível.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam.

Antes de concluir a nossa reunião de hoje, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Carlos Henrique Gaguim, agradecendo a sua presença em nossa reunião. Seja sempre muito bem-vindo, Deputado.

Faço alguns rápidos comunicados. O primeiro deles: terrorismo na Europa.

O mês de março de 2017 tem se caracterizado pelo aumento de atentados terroristas na Europa, superando o primeiro bimestre do ano. Até o dia 23 de março, foram registradas quatro ações terroristas contra uma somente nos meses de janeiro e fevereiro.

Contrariando a tendência de concentração de atentados no Oriente Médio e na África, neste mês a Europa foi o principal alvo. Dos cinco atos terroristas de 2017, dois não tiveram autoria identificada: França, em 3 de fevereiro, e Bélgica, em 22 de março. Na recente ação em Londres, também em 22 de março, o Estado Islâmico assumiu a autoria. Já os atentados na Alemanha, em 15 de março, e na França, em 18 de março, foram assumidos pelo grupo grego Conspiração das Células de Fogo – um nome até meio poético –, que, desde a sua criação, em 2008, já cometeu dezenas de atentados com bomba em seu país.

Essas duas recentes ações, com cartas-bombas endereçadas a autoridades da Alemanha e França, podem estar ligadas à pressão que o Fundo Monetário Internacional e a própria União Europeia vêm exercendo sobre o pacote de medidas de austeridade para reestruturar a economia da Grécia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Trata-se de um cenário que reforça a probabilidade de novas ações terroristas na Europa, especialmente em função das medidas de segurança adotadas recentemente pela Otan, como a da instalação de um quartel-general antiterror em Nápoles, na Itália.

Exercícios militares na Ásia.

A Coreia do Norte já realizou seis testes nucleares e uma série de lançamentos de mísseis afrontando sanções da ONU. Estados Unidos e Coreia do Sul confirmam o fracasso em termos de alcance do último teste, em 22 de março, que coincidiu com a realização de exercícios militares desses países na região. Ainda assim, a Coreia do Sul classificou o teste de 22 de março como "um avanço significativo" dentro do programa norte-coreano. Pyongyang não demonstra intenção de interromper os testes bélicos – Pyongyang, a capital da Coreia do Norte.

As lideranças de Pyongyang não demonstram a intenção de interromper os seus testes bélicos e aspiram desenvolver um míssil balístico intercontinental com capacidade de transportar ogivas nucleares e atingir o continente americano.

De acordo com o *The New York Times*, o governo do ex-Presidente Barack Obama vinha intensificando ataques virtuais contra a Coreia do Norte com o objetivo de sabotar os disparos dos mísseis antes ou pouco depois do lançamento.

O atual secretário de Estado do Governo de Donald Trump, Rex Tillerson, declarou o fim da política americana de "paciência estratégica" em relação à Coreia do Norte e afirmou que pode ser necessário tomar medidas preventivas contra Pyongyang. Com isso, cresce a possibilidade de os Estados Unidos realizarem ação militar para forçar a Coreia do Norte a abandonar o enriquecimento do urânio e as explosões atômicas subterrâneas. Esse cenário também reforça a possibilidade de instalação, na Coreia do Sul, do sistema antimísseis THAAD (Terminal de Defesa Aérea para Grandes Altitudes).

Em relação à OEA e à crise na Venezuela.

O Conselho Permanente da OEA (Organização dos Estados Americanos), em reunião no último dia 28 de março, decidiu, por 20 votos a favor de um total de 34 integrantes, por submeter a Venezuela a uma análise de sua situação por parte da entidade. Em que pese a radical oposição de Caracas, na prática a OEA passa a assumir a liderança regional na busca de soluções para a crise política, social e econômica naquele país.

Eu acho que caberia ao Brasil evitar que a OEA tivesse tomado essa medida, porque isso amplia esse debate em relação à crise venezuelana e coloca novamente os Estados Unidos de forma protagônica em uma solução que poderia ser resolvida aqui no nosso próprio entorno.

A decisão demonstra o crescente isolamento do Presidente Nicolás Maduro, que até então vinha conseguindo bloquear iniciativas da OEA em relação ao seu país. Nessa sessão do dia 28, apenas 11 Estados apoiaram a posição venezuelana de evitar a discussão e votação do assunto. Para o Vice-Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Samuel Moncada, aquela reunião da entidade representava uma interferência indevida nas questões internas do país, bem como uma clara violação de sua soberania.

De acordo com a opinião oficial de Caracas, além da influência dos Estados Unidos sobre a OEA, o secretário-geral da entidade, Luis Almagro, atua politicamente contra o Governo de Nicolás Maduro.

Essa medida foi tomada, e o que eu falei há pouco ainda está por acontecer, em função dessa decisão tomada no último dia 28, que seria a retirada da Venezuela do assento a que tem direito na Organização dos Estados Americanos.

Acordo Mercosul-União Europeia.

A reunião do Comitê de Negociações entre o Mercosul e a União Europeia, ocorrida em Buenos Aires no último dia 20 de março, permitiu avanços para um acordo de associação entre os blocos. A reunião teve como meta a integração em três setores: o comercial, o diálogo político e a cooperação regional.

Atualmente na presidência *pro tempore* do Mercosul, a Argentina vem trabalhando para ampliar o escopo comercial do bloco, de modo a expandir o fluxo de negociações com os mercados europeu e sul-americano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Porém, mesmo com o dinamismo imposto pelos argentinos às negociações, a efetivação de um acordo entre os blocos tende a não se efetivar no curto prazo, em virtude de questões técnicas e administrativas do Conselho Comercial do Parlamento europeu.

Além disso, o protecionismo propagado pelo novo Governo Donald Trump também possibilitou novos enlaces da União Europeia com países da região Ásia-Pacífico, cujas negociações para a efetivação de um acordo comercial encontram-se em fase de conclusão.

Nessa conjuntura, estima-se que a efetivação de acordos comerciais do Mercosul com a União Europeia ocorra somente em 2018.

Termino aqui os comunicados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Primeiro, quero saudar também o Deputado Gaguim e quero registrar a presença do Deputado Joaquim Passarinho, do PSD, do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Seja muito bem-vindo, Deputado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – S. Exª é do PSD. Não é do PSDB porque ainda não veio, mas convite ele já teve. É sobrinho-neto do Senador Jarbas Passarinho, nosso Ministro, e segue a brilhante carreira do tio-avô também, agora, como representante do povo do Pará na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Seja muito bem-vindo, Deputado. Nós tínhamos no seu tio-avô um grande líder e uma pessoa a quem, particularmente, eu dedicava uma enorme amizade e admiração. Foi ministro do meu governo. Tive a honra de tê-lo como ministro do meu governo, na pasta da Justiça, e posso dar o meu testemunho da exemplaridade com que ele se conduziu em todos os momentos, o que era uma prática constante do seu dia a dia e da sua vida.

Portanto, a presença de V. Exª aqui, apresentado por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, muito nos honra e nos traz alegria e satisfação. Muito obrigado a V. Exª pela sua presença.

Passamos, então, à discussão do parecer do Relator, Senador Jorge Viana, sobre a indicação do Sr. Renato Mosca de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a discussão.

Antes de encerrar a discussão, eu gostaria de lembrar, Senador Jorge Viana, essa sua informação de que a Eslovênia, embora seja um país pequeno, detém 1% da cobertura florestal do mundo. É isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Da biodiversidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Da biodiversidade do mundo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Tem 0,004% do território.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Tem 0,004% do território.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – E a metade do país é de florestas intactas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E é interessante também anotar que a primeira-dama dos Estados Unidos é eslovena. Nascida na Eslovênia, migrou para os Estados Unidos e hoje é esposa do Presidente Donald Trump. Talvez ela pudesse, com todo esse *background* que tem... (*Risos.*)

...do seu nascimento, influir um pouco junto ao Presidente americano no sentido de mostrar a ele que essa decisão, em relação ao carvão, pode não ser – e seguramente não é – das melhores.

Então, não havendo mais quem queira discutir...

Senador Paulo Bauer, muito obrigado – Líder do PSDB no Senado Federal aqui presente, integrante que é da Comissão –, obrigado pela sua presença.

Vamos dar por encerrada, então, a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das duas reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 6 de abril de 2017.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores nesta reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2017.

Às nove horas do dia seis de abril de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Roberto Requião, Humberto Costa, Jorge Viana, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Hélio José, José Pimentel, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, José Medeiros, Gladson Cameli e Armando Monteiro. Justifica ausência o Senador Paulo Bauer. Registra a presença o Senador não membro Thieres Pinto. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de Ofício recebido de S. Exª a Presidente da CCAI, a Deputada Bruna Furlan. O Presidente faz a leitura de comunicados. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADES: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Encaminha à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO MOSCA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor RENATO MOSCA DE SOUZA para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia, com 12 (doze) votos favoráveis. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel, com 12 (doze) votos favoráveis. O Presidente convida os Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, a tomarem assento à mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores, a serem sabatinados nesta reunião, para fazerem suas exposições. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. O Presidente comunica que será feita a eleição do membro indicado por esta Comissão para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. O Presidente informa que o procedimento é por votação secreta; e que o nome apresentado por esta Comissão é o do Senhor Senador Antonio Anastasia. É aberto o processo de votação. Usa a palavra o Senador Armando Monteiro. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Renato Mosca de Souza para resposta ao Senador Armando Monteiro. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. O Presidente registra a presença da Deputada, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), Bruna Furlan. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos para resposta à Senadora Ana Amélia. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque, o Senador Antonio Anastasia e o Senador Jorge Viana. O Presidente concede a palavra ao Embaixador Renato Mosca de Souza e, em seguida, ao Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, para respostas ao Senador Cristovam Buarque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao Senador Antonio Anastasia e ao Senador Jorge Viana. É designado Secretário da apuração dos votos das sabatinas o Senador Cristovam Buarque. É realizada a apuração dos votos. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Passa-se à 2ª PARTE – ELEIÇÃO DE MEMBRO DA CCAI: Conforme o Ofício nº005/2017-CCAI, da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), que solicita a indicação de um Membro pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para compor a CCAI; e, nos termos da alínea f do inciso III do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013 – CN, esta Comissão realizará a escolha deste Membro. É realizada a votação. É feita a apuração da eleição. O Presidente convida para atuarem como escrutinadores dessa votação os Senadores Tasso Jereissati e Cristovam Buarque. O Presidente comunica o resultado dessa eleição: o Senador Antonio Anastasia fica eleito membro indicado por esta Comissão para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI. Passa-se à 3ª PARTE – DELIBERATIVA – INVERSÃO DE PAUTA, a pedido da Senadora Ana Amélia, aprovada, passa-se ao: ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre o Aquífero Guarani, firmado em San Juan, República Argentina, em 2 de agosto de 2010." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 1) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Institui a Lei de Migração." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Tasso Jereissati, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, com as alterações apresentadas. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." Retirado de pauta, a pedido do Relator. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 209, DE 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 18 a 22 de abril de 2017, para participar como palestrante em Mesa-Redonda no V Seminário Luso –Brasileiro de Direito, que será realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 18 a 20 de abril de 2017, na cidade de Lisboa, em Portugal; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 18 a 22 de abril de 2017. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. O Presidente faz a leitura de comunicado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. O Presidente convoca as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores desta Comissão para o 2º painel de debates que realizar-se-á no dia dez de abril, segunda-feira, às dezoito horas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ofício recebido de S. Exª a Presidente da CCAI, Deputada Bruna Furlan, endereçado à Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado:

> Senhor Presidente,
> Nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 7º da Resolução nº 2 de 2013-CN, que dispõe sobre o funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), solicito a Vossa Excelência a gentileza de realizar, no âmbito desta Comissão, a eleição para o Senador que representará o colegiado junto à CCAI.
> [Continua o ofício:]
> "Art. 7º A CCAI será composta:
> .....
> III – por mais seis parlamentares, com mandato de dois anos, renováveis, nos seguintes termos:
> .....
> f) um Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, mediante votação secreta de seus membros."
> Grata desde já pela atenção dispensada.

Assina a Deputada Bruna Furlan, Presidente da CCAI.

Alguns comunicados que julgo importantes, com a permissão de V. Exªs, fazer a esta Comissão.

Panorama internacional.

Encontro Estados Unidos e China.

A expectativa, no dia de hoje, concentra-se no primeiro encontro do Presidente norte-americano Donald Trump com o líder máximo chinês, Xi Jinping. Considerada pelo próprio Trump uma reunião muito difícil, as conversas deverão ser dominadas por temas comerciais e a constante ameaça representada pelos testes nucleares da Coreia do Norte, país que conta com o apoio tácito da China.

Por sinal, a Coreia do Norte, às vésperas do encontro Trump-Xi Jinping, fez mais um lançamento de míssil balístico de alcance médio em direção ao Mar do Japão. Foi o último de uma série de testes que aquele país vem conduzindo, com o objetivo de desenvolver um míssil nuclear.

Trump e Xi Jinping deverão discutir como controlar o programa nuclear e de mísseis norte-coreanos, no momento em que os Estados Unidos aumentam a pressão sobre a China, um aliado histórico de Pyongyang, para que atue mais nesse particular. Trump disse, em entrevista recente, que Washington está pronto para agir sem a cooperação de Beijing: "se a China não resolver [o problema] da Coreia do Norte, nós o faremos", disse Trump, sem dizer como faria.

Segundo ponto do comunicado: Venezuela. Na segunda-feira, em uma derrota para o Presidente Nicolás Maduro e seus aliados na Organização dos Estados Americanos (OEA), o Conselho Permanente da instituição aprovou resolução que aplica a Carta Democrática Interamericana à Venezuela e diz ser "essencial" a "restauração da plena ordem democrática no país".

Uma informação é que essa Carta Democrática prevê uma série de etapas para sua aplicação. Não é algo que se coloque para deliberação e que se resolva imediatamente. São várias etapas que devem ser seguidas até a última delas ser levada à deliberação do Plenário. A punição máxima é a suspensão do Estado-membro, que precisa ser aprovada pelo voto de dois terços dos países, em reunião extraordinária dos Chanceleres.

A medida aprovada insta a Venezuela a garantir a separação de Poderes e restaurar a "plena autoridade" da Assembleia Nacional, além de restabelecer a ordem democrática. Também determina que a OEA tem autorização para implementar medidas diplomáticas, inclusive uma reunião de chanceleres do continente – que podem, a seu momento, decidir pela suspensão do país do organismo.

O Judiciário venezuelano, mais recentemente, acatou a recomendação do Presidente Nicolás Maduro e anulou, já no sábado, as decisões pelas quais assumia as funções do Legislativo. O recuo do chavismo devolve ao Congresso atribuições limitadas, uma vez que, há quinze meses, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parlamentares não conseguem legislar porque a justiça do país considera a Assembleia Nacional, controlada pela oposição, em desacato.

De fato, a situação da Venezuela, como todos nós acompanhamos, é dramática. Com a baixa do preço do petróleo, as receitas internacionais têm caído drasticamente e, mesmo com radical contenção de importações, a dívida externa venezuelana está em torno de US$100 bilhões, em nítido contraste com reservas de apenas US$10 bilhões, aproximadamente. Para uma dívida externa de US$100 bilhões, reserva de US$10 bilhões. Realmente, uma situação extremamente crítica. Por isso, o mercado financeiro internacional teme um *default* do País.

Na terça-feira última, acompanhamos as manifestações que lá ocorreram bem como a reunião que foi realizada em Buenos Aires, entre os Chanceleres do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai resolveram ativar a cláusula democrática com relação à Venezuela no Mercosul. A cláusula democrática foi acionada na OEA, como já dito aqui, e também os Chanceleres do Mercosul resolveram ativar a cláusula democrática, fruto do Compromisso de Ouro Preto, assinado em 1995, se não me engano, com relação à Venezuela no Mercosul, por conta da "falta de separação de poderes" e por terem diagnosticado os países integrantes do Mercosul uma "ruptura da ordem democrática" no governo de Nicolás Maduro.

A Chanceler argentina, anfitriã do encontro, a Srª Susana Malcorra, reforçou que a cláusula democrática do Mercosul não implica a expulsão do Estado em questão e, sim, um acompanhamento da situação em busca de soluções pela via do diálogo. O País já está suspenso do Bloco desde dezembro passado.

O Bloco também optou por "exortar o Governo da Venezuela a respeitar o cronograma eleitoral derivado de sua normativa institucional."

Em relação ao Paraguai, a tensão política no Paraguai se agravou na capital, Assunção, depois que protestos contra a aprovação pelo Senado de emenda à Constituição permitindo a reeleição para o cargo de Presidente da República, culminaram na morte de um jovem manifestante, atingido por disparos da polícia. Em virtude dos protestos, a Câmara dos Deputados do Paraguai suspendeu sessão marcada para sábado na qual votaria a referida emenda.

Para a oposição, a emenda é uma manobra do Presidente Horacio Cartes para se prolongar no poder de um país ainda traumatizado por uma longa ditadura, superada apenas na década de 1990. As manifestações, iniciadas na noite da última sexta-feira, tiveram violentos confrontos, e a polícia deteve mais de 200 pessoas. Os manifestantes chegaram a atear fogo no Congresso.

Os protestos começaram depois que uma maioria de 25 senadores, de um total de 45, aprovou a portas fechadas uma proposta de emenda constitucional que permitiria a Cartes, no poder desde 2013, se candidatar a um novo mandato de cinco anos nas próximas eleições, daqui a um ano.

Roberto Acevedo, que preside o Senado, afirmou que a votação de sexta-feira era inconstitucional, e pediu à Suprema Corte que a invalidasse.

Os opositores consideram a aprovação da emenda constitucional um golpe parlamentar, e pediram ao povo que resistisse. Depois da longa ditadura do General Alfredo Stroessner, entre 1954 e 1989, a Constituição paraguaia de 1992 proibiu a reeleição presidencial.

Em relação ao Equador.

No domingo, dia 2 de abril, foram realizadas eleições presidenciais no Equador, que deram a vitória ao candidato do governo, Lenín Moreno. Os resultados estão sendo contestados pelo adversário da oposição, Guillermo Lasso, que pleiteia a recontagem de votos. Porém, o Conselho Nacional Eleitoral do Equador já declarou a vitória do socialista Moreno, por uma diferença de 2,32 pontos percentuais.

Saindo um pouco do nosso Continente, tratamos da questão da Rússia.

Na segunda-feira, dia 3, houve aquele atentado terrorista numa estação de metrô matou 14 pessoas e feriu 49 em São Petersburgo. A polícia identificou um cidadão russo, nascido no Quirguistão, como o responsável pelo atentado suicida. Autoridades russas confirmaram que ele tinha ligações com radicais islâmicos.

A intervenção da Rússia na Síria é apontada como a provável causa para o país ter se tornado alvo de grupos extremistas como o Estado Islâmico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo os correspondentes do *Financial Times* em Moscou, Kathrin Hille e Henry Foy, o foco em um suspeito da Ásia Central chama a atenção para um dos principais riscos de terrorismo para a Rússia: sua intervenção militar na Síria, em apoio ao Presidente Bashar Al-Assad, convenceu muitos muçulmanos sunitas da Rússia e de outras ex-repúblicas soviéticas, que estão lutando ao lado de grupos jihadistas no conflito. Eles têm a presunção de que Moscou lhes declarou guerra, aqueles que vivem na Ásia Central.

Além disso, transformou trabalhadores migrantes muçulmanos da Ásia Central estabelecidos na Rússia, muitas vezes discriminados, em alvos mais fáceis dos recrutadores jihadistas.

Em outubro, o Presidente Vladimir Putin disse a seus colegas da Comunidade dos Estados Independentes que se estima que de cinco a sete mil combatentes originários das antigas repúblicas soviéticas estejam lutando ao lado do Estado Islâmico.

Esta madrugada, agora, a polícia russa descobriu e desativou um artefato explosivo encontrado num apartamento em São Petersburgo, onde viviam pessoas supostamente ligadas ao terrorista suspeito pelo atentado no metrô.

Vários suspeitos foram detidos, e os vizinhos evacuados. Testemunhas viram três homens saindo algemados do local.

Em relação à Síria, em reunião de emergência realizada ontem, o Conselho de Segurança da ONU discutiu o ataque químico ocorrido na terça-feira na cidade síria de Khan Sheikhoun, que matou 72 pessoas, das quais 20 crianças. Na reunião, a Rússia foi duramente criticada por outras potências mundiais, que rejeitaram a versão de Moscou, segundo a qual um ataque aéreo da Síria, aliada da Rússia, teria atingido uma fábrica de armas químicas operada por terroristas e causado a tragédia.

Sem chegar a uma conclusão, o encontro do Conselho de Segurança foi adiado, enquanto os embaixadores dos cinco membros permanentes do Conselho, aqueles que têm direito a veto – Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido –, negociam, em caráter privado, uma linguagem consensual a ser adotada pela Resolução sobre a Síria.

A embaixadora norte-americana na ONU, Niki Haley, afirmou que os ataques químicos sírios iriam continuar se nada fosse feito, e disse que "a Rússia usa a mesma narrativa falsa para desviar as atenções de seu aliado em Damasco". O enviado francês ao Conselho, François Delattre, culpou o governo de Bashar Al-Assad pelo ataque, acusando-o de "loucura destruidora".

Especialista em armas químicas, o Coronel britânico Hamish de Bretton-Gordon disse, em entrevista à rede BBC, que considera a versão russa dos eventos "muito criativa". Para ele, "a ideia de que o gás sarin poderia se espalhar após o bombardeio de uma fábrica de armas químicas é insustentável".

Enquanto isso, em Bruxelas, num encontro de 70 países doadores de ajuda humanitária para a Síria, organizado pela União Europeia, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, afirmou, ontem, que "crimes de guerra estão ocorrendo na Síria".

Passo a ler agora a declaração do Ministério das Relações Exteriores da Síria, enviada ontem a esta Comissão por sua Embaixada aqui no Brasil. É um ofício de duas páginas, das quais eu ressaltei dois parágrafos para dar conhecimento a V. Exªs.

Diz a declaração oficial do Ministério das Relações Exteriores e Expatriados da República Árabe da Síria:

> A República Árabe da Síria nega, categoricamente, o uso de gases tóxicos contra Khan Shaikhoun ou qualquer outro vilarejo ou cidade da Síria.
> E reafirma que o Exército Árabe Sírio não possui quaisquer tipos de armas químicas, não fez uso delas no passado, não pretende usá-las no futuro e sequer busca obtê-las. Já foi provado que o Exército Árabe Sírio não fez uso deste tipo de armas, nem nas piores batalhas travadas contra os grupos terroristas armados.
> A República Árabe da Síria afirma que cumpriu com todos os seus compromissos assumidos perante o Tratado para a Proibição de Armas Químicas, desde a sua adesão no ano de 2013.
> A Síria esclarece que os grupos terroristas armados e seus patrocinadores foram os responsáveis por promover tais ataques e outros, com o objetivo de acusar, posteriormente, o Estado sírio pela autoria, mesmo tendo em vista que a República Árabe da Síria forneceu à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> Organização para a Proibição de Armas Químicas, ao Conselho de Segurança e a alguns países amigos informações detalhadas e precisas, durante os últimos anos e, especificamente, através das notas apresentadas pela Síria, nas últimas semanas, sobre a ação de grupos terroristas armados para a entrada de materiais tóxicos na Síria, incluindo a província de Idleb, através dos países vizinhos, especialmente a Turquia, para que estes produtos fossem usados posteriormente. Há que se notar aqui que essa nota acusa a Turquia de estar patrocinando esse ingresso de armas e gases tóxicos em território sírio

E, do restante, não há nada a ser realçado. Então, acabo de ler a nota distribuída pelo Ministérios das Relações Exteriores da Síria, por intermédio de sua Embaixada aqui no Brasil, encaminhada a esta Comissão.

Passando ao...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimentando os colegas e V. Exª, eu tomo a liberdade de pedir pela ordem, por conta de uma notícia que eu acho que é da maior importância para o País e para a nossa Comissão – que não é só de relações exteriores, mas é também de defesa nacional.

Eu hoje, bem cedo, li uma matéria no jornal *Valor Econômico*, que está aqui na minha frente, falando que a Casa Civil da Presidência da República concluiu a proposta de um projeto que autoriza a venda de terras brasileiras para estrangeiros.

A proposta precisa ser debatida. Eu entendo que é um absurdo a maneira como ela está vindo, pois já afirma que vai entrar na Câmara dos Deputados – certamente, conhecendo o rito legislativo, viria para o Senado e a Câmara seria a Casa revisora.

Eu fico preocupado, porque ela já traz um propósito de que se pode vender até 25% das áreas dos Municípios para uma pessoa ou para uma empresa estrangeira. Nós não discutimos ainda – nem avançamos – sobre como melhor usar a Amazônia, sobre como estabelecer um uso da biodiversidade. Ainda estamos discutindo o tamanho da destruição que causamos na Amazônia todos os anos.

Eu sou de um Estado que tem 162 mil quilômetros quadrados. Nós temos Municípios brasileiros como Altamira, que tem 159 mil quilômetros quadrados, e Barcelos, com 122 mil quilômetros quadrados. Nós vamos ter a sabatina de dois Embaixadores que vão nos representar, um na Eslovênia e o outro em Israel. A Eslovênia tem pouco mais de 20 mil quilômetros quadrados – 20 mil! –, e Israel, 20 mil quilômetros quadrados também. E nós estamos, agora, com essa notícia em uma hora em que o País enfrenta uma dificuldade econômica tremenda, com as empresas nacionais em extrema dificuldade. Nós estamos pondo o Brasil à venda.

Eu não sei... Eu gostaria de deixar aqui, pedindo desculpa por esta intervenção, uma proposta de que fizéssemos, o quanto antes, uma discussão sobre esse assunto, sobre esse projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. É uma sugestão, uma proposição que eu não formalizei, mas quero pôr em discussão no momento oportuno, obviamente, porque hoje temos uma agenda a cumprir na Comissão. Mas trago esta denúncia que vou fazer hoje no plenário da Casa, mais tarde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Acho que o tema que V. Exª traz aqui à Comissão é da maior importância, é extremamente relevante. Isso tem muito a ver com a questão da própria soberania nacional. Nos moldes em que está sendo proposta essa venda de terras, parece até que o Brasil está em liquidação. Acho que é um ponto importantíssimo que devemos debater aqui, porque tem a ver com soberania, defesa nacional e com as relações exteriores.

O requerimento de V. Exª foi feito hoje oralmente. Já foi dado conhecimento a V. Exªs, integrantes desta Comissão, de seu teor. Esta Comissão aguarda a formalização por escrito desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

requerimento para que, já na semana que vem, nós possamos colocá-lo em pauta e submetê-lo à deliberação do Plenário.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço muito a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

Eu gostaria também de informar a V. Exªs que a Fundação João Mangabeira, vinculada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) acaba de lançar a edição de sua revista intitulada *Politika*. Trata essa edição da situação internacional, mostra como o mundo que nos cerca mudou. Gostaria de dizer aos senhores que é uma revista de muito boa qualidade, trata de temas muito interessantes e, naturalmente, a Fundação João Mangabeira fará com que chegue às mãos não somente dos integrantes desta Comissão, mas de todo o Congresso Nacional. Aqueles que estiverem interessados em adquiri-la ou obtê-la poderão se dirigir diretamente à Direção Nacional do Partido Socialista Brasileiro ou à Fundação João Mangabeira.

Passamos à nossa pauta do dia de hoje.

A primeira parte dela diz respeito à indicação de autoridades.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 4, de 2017
- Não terminativo -

Encaminha à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO MOSCA DE SOUZA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Eslovênia.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 30/03/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 30/03/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido a tomarem assento à mesa S. Exªs, o Embaixador Renato Mosca de Souza e o Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, a quem damos nossas boas-vindas em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Iniciando, então, concedo a palavra ao Embaixador Renato Mosca de Souza, indicado para a Embaixada do Brasil na Eslovênia.

V. Exª dispõe de 15 minutos para a sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – Exmo Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor; Exmo Sr. Vice-Presidente e Relator, Senador Jorge Viana; Exmos Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, agradecer a oportunidade de poder estar aqui para apresentar as minhas opiniões e ouvir as sugestões e a participação dos Srs. Senadores.

Serei breve na questão das informações básicas do país. A Eslovênia é um país que foi o primeiro a se tornar independente da ex-lugoslávia, em 25 de junho de 1991. O Brasil, no governo do Presidente Fernando Collor, foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Eslovênia, em janeiro de 1992, e, ainda ao final daquele ano, a estabelecer relações diplomáticas.

Conforme comentou o Relator, Senador Jorge Viana, na última reunião, e hoje também, a Eslovênia é um país pequeno, de pouco mais de 20 mil quilômetros quadrados, mas um país com 1% da biodiversidade mundial e com 60% do seu território recoberto de florestas. Um país de dois milhões de habitantes – um pouco mais, quase 2,1 milhões. Um país cuja capital, Liubliana, é uma cidade de 250 mil habitantes – uma cidade pequena para os padrões brasileiros.

No aspecto econômico, a Eslovênia tem se recuperado, nos últimos anos, da crise financeira de 2008. A partir de 2014, houve uma retomada do crescimento em níveis bastante razoáveis, 2,5%, e já se tem uma previsão de 3% de crescimento a partir de 2017. Isso tem dado muita estabilidade política e econômica à Eslovênia.

O PIB do País é de cerca de US$42 bilhões; a renda *per capita* é de mais de US$20 mil e o IDH é de 0,88, o que é considerado muito alto pelo PNUD; a Eslovênia está na 25ª posição mundial. Isso demonstra realmente que o país fez o seu dever de casa, se estabilizou politicamente, se estabilizou economicamente e tem feito todos os esforços para se desenvolver.

Do ponto de vista da política interna, o país é uma república parlamentar. Atualmente, o Estado é chefiado pelo Presidente social-democrata Borut Pahor, e o Primeiro-Ministro chefia o governo. Há uma coalizão de três partidos de centro-esquerda: o do próprio Presidente e do Primeiro-Ministro, Miro Cerar, que lidera o Partido Moderno do Centro, e dois outros, o Partido dos Pensionistas e o Partido Social Democrata.

E nesses 25 anos, a Eslovênia tem conseguido uma estabilidade política importante, com alternância democrática de poder, eleições e a divisão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que funciona muito bem. Então, é um País hoje que tem toda estabilidade, portanto, contribui muito para a Região dos Bálcãs como um mediador. O seu esforço é de buscar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento para os países dos Bálcãs, inclusive defendendo a inserção desses países na União Europeia, como foi a sua experiência.

Em política externa é exatamente isso. Após a independência, muito consciente da necessidade de se integrar aos mecanismos euro-atlânticos, a Eslovênia, já em 1992, foi aceita como membro das Nações Unidas. Em 2004, com pouco mais de 13 anos de independente, tornou-se membro da União Europeia e da OTAN, neste mesmo ano. Em 2007, adotou o euro como moeda e passou a integrar o Espaço Schengen de livre circulação de mercadorias e pessoas na Europa. Em 2010, ainda entrou para a OCDE. Então, em pouco mais de 18 anos, na sua maioridade, a Eslovênia tinha completado esse esforço de integração do país com a sua realidade, com a sua circunstância geográfica europeia.

Recentemente, nos últimos oito a dez anos, a Eslovênia tem procurado diversificar um pouco a sua política externa, aproximando-se de países emergentes como a Rússia, a Índia, a China, o Brasil mesmo. A Embaixada da Eslovênia em Brasília foi aberta em 2010 e está nesse contexto de expansão da política externa eslovena.

Do ponto de vista do relacionamento político bilateral, há uma convergência forte de princípios e valores que na prática propicia um diálogo fluido no nível bilateral, e no nível multilateral permitem ao Brasil e à Eslovênia terem uma troca mútua de apoios de candidaturas. Para citar apenas alguns exemplos mais conhecidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – ... a Eslovênia apoiou a eleição e a reeleição do Embaixador Roberto Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio; apoiou a reeleição do Prof. José Graziano para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); e outras. No Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, o Brasil também apoiou a candidatura eslovena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o Conselho de Direitos Humanos, para a Comissão de Direito Internacional e outras. Quer dizer, há uma forte convergência em política, tanto bilateral quanto multilateral.

Do ponto de vista econômico, comercial, com o Brasil, que é um ponto extremamente relevante, a nossa relação é bastante significativa. Nós temos um fluxo comercial hoje da ordem de 480 milhões, mas com superávit muito consistente e histórico para o Brasil, inclusive com grande crescimento; nos últimos 15 anos, esse superávit passou de 10 milhões para 300, quer dizer, foi multiplicado em 30 vezes.

No entanto, o mercado que o Brasil ocupa na Eslovênia, quer dizer, a parcela de mercado, é apenas 0,8 do mercado esloveno. Então, há uma latitude para crescimento, para incremento das exportações, incremento do fluxo comercial e diversificação, que eu acho que é um dos pontos importantes, porque a pauta ainda está muito concentrada em produtos agrícolas de baixo valor agregado e também concentrada em dois produtos, farelo de soja e café em grão, que respondem por 95% das nossas exportações. Eu acho que existe aí um potencial para crescimento de novos setores que se apresentam competitivos no mercado internacional da economia brasileira e um potencial para que a gente possa colocar produtos com maior valor agregado na Eslovênia. A pauta deles conosco é bastante definida em produtos industrializados de alta tecnologia, eletroeletrônicos, máquinas e farmacêuticos. Então, há um pequeno desequilíbrio nessa questão que eu acho que precisa ser corrigido com o esforço, enfim, do Governo e dos exportadores brasileiros.

Está prevista para julho ou junho deste ano a segunda reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Eslovênia. Evidentemente, caso minha indicação seja aprovada por V. Exªs e por esta Casa, essa reunião só acontecerá após a minha chegada e essa será uma ocasião importante para se discutir o incremento do comércio, todas as possibilidades, novos setores, inclusive o investimento mútuo, que tem caído nos últimos anos.

Finalmente, Presidente, se o senhor me permite, eu gostaria de acrescentar um ponto que julgo muito importante da nossa relação, que é a cooperação educacional, científica e tecnológica. Essa foi uma área sempre muito dinâmica desde o início das nossas relações bilaterais. Está hoje na Câmara dos Deputados um projeto, na verdade um acordo de cooperação no domínio educacional para ser aprovado e esse acordo será um marco para o aprofundamento da nossa relação no que diz respeito ao intercâmbio de universidades, centros de pesquisa. Mas não só é muito importante pensar também na educação fundamental e esse é um ponto que eu gostaria de mencionar. A Eslovênia hoje, desde 2005, de acordo com o estudo da OCDE, é a 13ª posição dentro do programa de avaliação, Programa Internacional de Avaliação de Alunos, o PISA. Isso significa que na Europa ela é apenas superada por dois países, a Finlândia e a Estônia, no ensino fundamental. E no mundo, dos dez primeiros países dessa lista, oito são da Ásia. Então a gente vê que há uma concentração muito forte de esforços para a qualidade do ensino fundamental na Eslovênia e isso é uma área importante de cooperação com o Brasil, para que a gente possa trocar informações e sobretudo aproveitarmos essa experiência e as boas práticas que efetivamente eles promovem.

Nós temos um acordo também de cooperação científica e tecnológica que tem permitido convênios entre a universidade, por exemplo, do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Biologia, que é o mais importante instituto público esloveno para pesquisas em biotecnologia, desenvolvimento de drogas.

Temos também convênios entre o Ministério da Educação Superior da Eslovênia e o CNPq para o lançamento de editais para pesquisa e desenvolvimento. Então, essa já é uma área que funciona muito bem, sobre a qual precisamos estar debruçados, porque ela tem um reflexo muito importante para a indústria e para o desenvolvimento do Brasil.

Em síntese, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria apenas concluir, dizendo que considero que, além das atividades essenciais do serviço diplomático no exterior, na prestação de serviço consular, de proteção e assistência a brasileiros no exterior, de divulgação cultural e de promoção da imagem do Brasil, além de todas essas questões, são três os objetivos centrais e fundamentais, que, caso eu seja aprovado, serão prioridade para mim. O primeiro deles, evidentemente, é o incremento do fluxo comercial, o incremento das exportações brasileiras e a diversificação da pauta brasileira.

Menciono, neste momento, a questão do Porto de Koper, que está situado no pequeno trecho de Mar Adriático de que a Eslovênia dispõe, mas que já é um porto muito dinâmico, com vantagens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comparativas em relação a muitos portos do norte da Europa, como o de Roterdã e o de Hamburgo, por questões climáticas, por questões de facilidade. A localização geográfica da Eslovênia é muito estratégica. O país está a 500km da grande maioria das capitais, por via terrestre, dos Bálcãs, da Europa central e mesmo da Europa ocidental. E já hoje passa pelo Porto de Koper 1,1 milhão de tonelada de produtos brasileiros, com destino à Áustria. Então, a ligação dos portos brasileiros, como o de Suap, Senador Armando...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – No Pará.

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – No Pará, em Barcarena. Poderia haver um estreitamento dos vínculos, para que o Brasil pudesse levar, com vantagem comparativa, os seus produtos para a Europa.

Em segundo lugar, buscamos o aprofundamento da questão política, do diálogo político bilateral e multilateral também, aproveitando um pouco a circunstância de convergência de princípios, que se verifica no nível bilateral e multilateral.

Não comentei sobre os princípios, porque estou procurando me ater ao tempo, mas ambos os países defendem uma preeminência do Direito Internacional, do multilateralismo mesmo, da solução pacífica de controvérsias, na defesa de temas como meio ambiente, reforma de organismos internacionais, direitos humanos, prestação de assistência humanitária, cooperação. Enfim, há um leque de princípios, valores e ações convergentes que têm produzido muita consequência de aproximação entre os dois países.

Finalmente, mas não menos importante, há a percepção de que a cooperação educacional, científica e tecnológica deve ser igualmente um foco da nossa atenção, na medida em que isso representa desenvolvimento, inovação tecnológica, transferência de inovações para a indústria e desenvolvimento da economia brasileira.

Eu agradeço muito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador Renato Mosca de Souza pela sua exposição.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, indicado para a Embaixada do Brasil em Israel.

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Quero agradecer também ao Senador Antonio Anastasia, que me deu a honra de relatar minha designação. Cumprimento os outros Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e agradeço aos meus colegas do Itamaraty que vieram hoje aqui assistir à minha sabatina.

Em 1947, na Assembleia Geral da ONU, foi votada a partilha da Palestina. Essa Assembleia Geral, que foi presidida pelo ex-Chanceler Oswaldo Aranha, dividiu a Palestina em dois Estados. Essa resolução foi aprovada pela ONU; com muita dificuldade foi aprovada pelos sionistas, mas não foi aprovada pelos palestinos.

Israel reconhece o esforço que nosso ex-Chanceler fez, e isso é um motivo de admiração de Israel pelo Brasil.

Em 1948, David Ben-Gurion anuncia a independência de Israel, que é aprovada pela maioria dos países do mundo. Então, Israel é atacado pelo exército de cinco países árabes e, nessa guerra, inclusive, ele aumenta seu território em relação ao que estava previsto no plano de partilha da Palestina.

Em 1949, Israel ingressa na ONU, é reconhecido pelo Brasil, e, em 1951, nós estabelecemos relações diplomáticas, com a criação da Legação em Tel Aviv.

De 1951 até hoje, o Brasil tentou manter uma política – em alguns momentos com mais sucesso do que em outros – de uma certa equidistância em relação a esse problema Israel-Palestina. Houve alguns pontos fora da curva, como, por exemplo, em 1975, quando o Brasil apoiou o conhecido voto sionista, que era uma resolução da ONU que condenava o racismo e considerava o sionismo como uma forma de discriminação racial. Essa decisão de política externa brasileira foi muito criticada, teve um impacto muito negativo para o Brasil em várias situações, e só em 1990, no governo do Presidente Fernando Collor de Mello, é que isso pôde ser corrigido, quando o Brasil apoiou uma resolução que revogou esse voto sionista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra fase um pouco mais negativa nas relações bilaterais foi recentemente, quando o Governo brasileiro chamou para consultas o Embaixador em Tel Aviv, em função dos ataques que Israel perpetrou na Faixa de Gaza, que destruíram a infraestrutura de Gaza. Nosso Embaixador foi chamado para consultas, e o governo de Israel teve uma reação muito negativa, e o porta-voz da chancelaria, numa declaração pública, considerou o Brasil como anão diplomático. Isso teve uma reação muito grande no Brasil, na imprensa.

Depois, o Presidente de Israel ligou para a Presidente Dilma e pediu desculpa, mas o mal já estava feito. Quer dizer, em termos de opinião pública, foi muito negativo para imagem de Israel.

Depois, no ano seguinte, pediram *agrément* a aceitação do Embaixador israelense aqui antes de fazer a consulta formal. Ele anunciou na conta do Twitter, uma coisa assim, que ele mandaria esse Sr. Dani Dayan, que era Presidente da associação dos colonos dos assentamentos. O Governo brasileiro não respondeu, e ficou uma situação, durante nove meses, muito ruim, até que eles retiraram o nome do Embaixador.

Recentemente, houve a indicação de novos embaixadores para Tel Aviv e para Brasília. O novo Embaixador de Israel inclusive já chegou aqui. Com isso, então, espera-se uma nova fase nas relações bilaterais.

As relações entre Brasil e Israel têm sido pautadas e até, eu diria, balizadas pelo conflito israelo-palestino. Eu acho que existe uma preocupação excessiva com o posicionamento do Brasil em relação a esse conflito. Caso aprovado por V. Exªs, caso aprovado pelo Plenário do Senado, eu pretendo trabalhar em uma agenda positiva. Acho que há muito a ser feito com Israel. Há um grupo de Senadores – Senadora Ana Amélia e Senador Jorge Viana – que esteve em Israel e pôde ver isso. Acho que é um país que tem desenvolvimento e *expertise* em várias áreas que são do nosso interesse – agricultura, irrigação, dessalinização, biotecnologia. Há uma lista enorme de áreas onde podemos ter cooperação não apenas acadêmica, não apenas em nível de universidades e de centros de pesquisa, mas também de parceria de indústrias. Acho que as indústrias brasileiras têm muito a ganhar em *expertise*, fazendo *joint ventures* com as israelenses, como também as israelenses têm um interesse muito grande em fazer essas parcerias com as brasileiras, para, com isso, entrar nos mercados sul-americano e latino-americano. Então, há interesse dos dois lados, e acho que a gente deve explorar isso.

O comércio bilateral, por exemplo – e ontem o Presidente Fernando Collor ficou impressionado –, é altamente deficitário para o Brasil. Em um comércio de US$1,2 bilhão, nós exportamos US$380 milhões, e eles exportam US$900 milhões. Quer dizer, há um déficit de US$500 milhões.

Então, como disse o Embaixador Renato Mosca, eu acho que existe um campo muito grande de trabalho nosso para não só aumentar as exportações, mas principalmente diversificar, porque, a exemplo da Eslovênia... E essa é a pauta do nosso comércio exterior: a gente exporta *commodities*. No caso de Israel, mais de 50% são açúcar e carne bovina, enquanto eles exportam para a gente produtos manufaturados e semimanufaturados, como partes para aviões, helicópteros; eles vendem muitos materiais de defesa. As Forças Armadas brasileiras têm uma relação muito positiva com Israel. Os militares brasileiros, em geral, têm muito respeito por Israel como um fornecedor em que se pode confiar.

Ou seja, temos de fazer um esforço para diversificar essa pauta, incluir produtos de maior valor agregado. É a mesma coisa que ele disse. Acho que isso é uma realidade para o nosso comércio exterior e, no caso de Israel, é uma prioridade. O posicionamento do Brasil com relação à crise israelo-palestina é tradicional, deve continuar. Vou ler aqui, até para não cometer nenhum erro no vocabulário usado nessa nossa posição. Agora, é claro que, em vários fóruns internacionais, aspectos dessa posição são discutidos, e isso é um pouco a nossa rotina, de organismos internacionais. Agora, por exemplo, existe uma resolução que está sendo estudada no Conselho Executivo da Unesco, que tem gerado muita discussão, sobre os sítios históricos de Jerusalém, quer dizer, embora tenhamos a nossa posição geral muito clara, em casos específicos temos que nos posicionar a cada momento.

Então, quero ler essa posição do Governo brasileiro, que é o guia para a nossa atuação nos organismos internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Governo brasileiro defende uma solução de dois Estados para o conflito Israel/Palestina, vivendo lado a lado, em paz e segurança, com base no Direito Internacional, em fronteiras internacionalmente reconhecidas e mutuamente acordadas.

O Brasil se opõe aos assentamentos israelenses nos territórios ocupados, considerados ilegais ante o Direito Internacional, especialmente nos termos da Convenção de Genebra, que proíbe a transferência de populações para territórios ocupados e da Carta da ONU, que veda a aquisição de territórios pelo uso da força.

O Brasil opõe-se também ao bloqueio da Faixa de Gaza. E, por outro lado, o Brasil também condena, com veemência, o lançamento de foguetes por grupos militantes palestinos contra civis em Israel e ataques de lobos solitários palestinos contra civis e militares palestinos contra civis e militares israelenses.

Então, essa é a posição geral, mas, como eu disse, em vários outros fóruns internacionais, nichos, detalhes disso são discutidos. Isso é algo que temos que acompanhar com muito cuidado, mas volto a dizer que, sendo aprovado, acho que as relações não devem ser reduzidas a essa crise. Acho que existe um campo muito amplo e muito positivo do interesse do Brasil em ter uma relação mais íntima com Israel. Não vou falar em encapsular – porque isso não seria possível, não é? –, mas esse problema tem que ser tratado no seu devido lugar, principalmente em organismos internacionais, para que, nas relações bilaterais, possamos ter essa relação que acho mutuamente benéfica.

Acho que agora eu gostaria, se V. Exª estiver de acordo, de estar aberto às perguntas, porque as relações com Israel são tão vastas, tão vastas, que é muito difícil condensá-las. Então, penso que, com as perguntas, poderei desenvolver mais.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, pela sua exposição.

Antes de passarmos à nossa fase de arguições, eu teria duas consultas a fazer às S. Exªs Srªs e Srs. Senadores. Primeiro, a questão da transformação – isso é constitucional e regimental – da reunião, no momento das arguições dos Srs. Senadores, em reunião secreta, sobretudo quando, eventualmente, haja indicados para países com informações sensíveis.

Dispõe o inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, que essa reunião da Comissão, na fase de arguições, será transformada em secreta.

Consulto V. Exªs se nós podemos deixar que a reunião transcorra como uma reunião aberta na inquirição, hoje, dos Srs. Embaixadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com que a nossa reunião, quando da arguição dos Srs. Embaixadores aqui presentes, seja realizada como uma reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dirijo ainda outra consulta às Srªs e aos Srs. Senadores.

De acordo com o Ofício nº 005, de 2017, aqui lido, da Presidente da CCAI, Deputada Bruna Furlan, consulto o Plenário se nós podemos, ao mesmo tempo em que formos fazer a votação dos Srs. Embaixadores, fazer também a votação para a indicação do integrante da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

Como disse, o ofício da Srª Presidente da CCAI solicita que seja feita a indicação de um membro desta Comissão para compor aquela Comissão Mista.

Consulto, pois, o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos também a referida eleição no momento em que fizermos... Como são secretas as votações das indicações dos Srs. Senadores, ou seja, são feitas pelo sistema eletrônico, e a votação do integrante desta Comissão para fazer parte da CCAI é feita por meio de cédulas, que já se encontram aqui na mesa, os Srs. Senadores, ao se dirigirem para votar na indicação dos Srs. Embaixadores, passariam pela Mesa, recolheriam a cédula e a depositariam naquela urna.

Então, se não houver objeção, se as Srªs e os Srs. Senadores estiverem de acordo, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, realizaremos, então, a escolha do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador indicado para a CCAI, informando que o procedimento, como já disse, será por votação secreta.

O nome apresentado por esta Comissão para fazer parte da CCAI é o de S. Exª o Senador Antonio Anastasia, que, com muita satisfação para todos nós, aceitou ser designado como integrante dessa Comissão em nome da Comissão de Relações Exteriores. (*Pausa.*)

Então, fica assim decidido, com a aprovação de V. Exªs.

Nós passaremos à fase de arguições, em reunião aberta, já que o Plenário assim deliberou, a despeito do que está estatuído no artigo da nossa Constituição combinado com artigos do nosso Regimento Interno do Senado Federal. Passaremos, então, em reunião aberta, a fazer a inquirição dos Srs. Embaixadores aqui presentes.

Como Senador inscrito, S. Exª, o Senador Cristovam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Não?

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Quero apenas consultar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Gostaria de saber se, ouvido o Plenário, V. Exª poderia abrir a votação para que nós pudéssemos já iniciá-la. Há vários que vão viajar ainda agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª, o Senador Flexa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Por favor, eu quero ficar inscrito, só não quero ser o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não. S. Exª, o Senador Armando Monteiro, então, é o primeiro inscrito na arguição dos Srs. Embaixadores. Em seguida, S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Indago aos integrantes desta Comissão se estão de acordo com a proposta apresentada por S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro, de que nós possamos fazer logo a abertura do painel secreto para a votação dos Srs. Embaixadores, enquanto estiverem decorrendo as indagações aos Srs. Embaixadores indicados para a Eslovênia e para Israel.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa sugestão de abrirmos o processo de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a proposta de S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro.

Declaro aberto o processo de votação de S. Exªs, os Srs. Embaixadores, e também de S. Exª, o Senador Antonio Anastasia, como membro representante da Comissão de Relações Exteriores para compor o corpo da Comissão de Controle de Assuntos de Inteligência do Congresso Nacional – é uma comissão conjunta do Congresso, com integrantes da Câmara e do Senado.

Como primeiro inscrito, concedo a palavra a S. Exª, o Senador Armando Monteiro, lembrando que os Srs. Senadores já podem se dirigir à cabine de votação para realizar a votação e também passar pela Mesa para recolher a cédula para a votação secreta do nome do Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra S. Exª, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento os dois Embaixadores aqui presentes.

Gostaria, inicialmente, de me dirigir ao Embaixador Renato Mosca.

Quero, primeiro, cumprimentá-lo pela exposição. Eu acho que você pôde, em pouco tempo, cobrir as áreas que, a meu ver, devem merecer uma atenção central no âmbito das relações do Brasil com a Eslovênia. Queria só transmitir essa nossa convicção de que podemos incrementar e qualificar o nosso intercâmbio com a Eslovênia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como bem o Embaixador já pôde nos informar, o Brasil detém uma participação modesta nas importações eslovenas, ainda que tenha um superávit muito expressivo. A pauta é extremamente concentrada, como aqui muito bem o Embaixador sublinhou. Mas é bom lembrar, por exemplo, que a China tem, para a Eslovênia, exportações que representam quase oito ou nove vezes o que o Brasil vende para a Eslovênia. Portanto, há um campo, a meu ver amplo, para que o Brasil possa ampliar as suas exportações para a Eslovênia. Portanto, eu queria apenas indagar do Embaixador Mosca como ele vê essa... Acho que seria muito interessante fazer um mapeamento no sentido de identificar logo algumas áreas que pudessem, vamos dizer, oferecer oportunidades a curto prazo. E, nesse sentido, como ele vê essa articulação com o setor empresarial aqui no Brasil.

Por outro lado, quero sublinhar aqui a importância dessa relação e da cooperação na área portuária. O Porto de Koper é realmente um ponto estratégico, sobretudo considerando que ele se situa na costa adriática e que é um porto que oferece condições de acesso e de entrada também a todo o sudeste europeu. Portanto, é um porto estratégico. Nessa segunda reunião mista de cooperação, esse tema, a meu ver, deve merecer uma atenção especial.

Quero, mais uma vez, enfatizar o grande interesse... Além do Porto de Santos, com o qual já há, me parece, uma manifestação clara de interesse de cooperação, quero reforçar esse interesse de que o Porto de Suape, em Pernambuco, e evidentemente, portos lá no Norte também possam, sim, ser contemplados nesse processo de cooperação.

Eu quero também manifestar aqui o nosso entendimento de que há um vasto campo na área de cooperação científica e tecnológica. Eu gostaria de saber, olhando também essa área de cooperação, de inovação, de *startups,* de transferência sobretudo para empresas brasileiras, como é que o Embaixador vê essa possibilidade e que iniciativas concretas poderiam já ser encetadas.

Ao Embaixador Paulo Vasconcellos, cumprimentando-o com muita satisfação, eu gostaria de dizer que Israel é um dos poucos países com os quais o Brasil tem um acordo de livre comércio. Nós temos, salvo engano até 2017, um cronograma de desgravação tarifária que vai se completar plenamente e que envolve quase 17 mil itens de desgravação se considerarmos os produtos no âmbito do acordo do Mercosul e de Israel. Que avaliação o Embaixador faz da implementação do acordo, considerando que ele já tem alguns anos? E como pode ser mais bem explorado para que o Brasil amplie a sua corrente de comércio com Israel, que hoje é de pouco mais de US$1,5 bilhão? Acho que esse comércio pode alcançar um crescimento muito significativo nos próximos anos, inclusive tendo esse acordo como um marco fundamental para a dinamização dessa relação.

Eram esses os temas. Agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Passo a palavra ao Embaixador Renato Mosca para as respostas às indagações formuladas pelo Senador Armando Monteiro.

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente Senador Fernando Collor.

Senador Armando Monteiro, muito pouco tenho a acrescentar aos comentários de V. Exª, que são convergentes com a minha apresentação. Agradeço muito esse entendimento do senhor, que, de algum modo, ratifica a minha opinião. Efetivamente, há essa questão da abertura que a Eslovênia vem promovendo nas suas relações políticas e comerciais em busca de economias emergentes, economias com as quais possa aumentar a sua relação. E o senhor bem disse que, com a China... Hoje a China ocupa 6,5% do mercado esloveno. Das importações eslovenas, que provêm basicamente de países da região, como a Áustria, a Itália, a Alemanha e a França, a China hoje é a quinta maior exportadora de produtos para a Eslovênia. Então, isso é uma demonstração clara de que nós temos um campo de trabalho importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – ... para que consigamos competir nesse mercado esloveno, que é um mercado ainda carente. Mesmo que seja de produtos de *commodities*, a Eslovênia é um país que tem um déficit líquido de alimentos, de cereais e de produtos como a carne.

Por exemplo, nessa questão da carne: não há nenhum registro da nossa balança de exportação brasileira proveniente do reino animal nem de carne processada, nós não temos comércio nessa área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a Eslovênia, e eles têm um déficit de carne suína, de aves e bovina. Eles produzem o necessário, mas há aí um caminho que a gente pode trilhar.

A articulação é fundamental com os órgãos de promoção de exportações. Eu pedi uma audiência com o diretor da Apex, tenho conversado com alguns empresários, estive na Fiesp recentemente para, exatamente, iniciar uma articulação – vamos dizer assim – em que a Embaixada seja uma facilitadora. A Embaixada, claro, tem as suas limitações, não pode fazer o serviço todo, mas é muito importante que a gente, que está no terreno, possa indicar quais são os setores que podem ser competitivos no mercado esloveno. É fundamental essa identificação.

Na segunda reunião, como o senhor comentou, que nós vamos ter em junho, esse é um dos temas da pauta. A nossa ideia é levar para a Eslovênia alguns dos setores novos da nossa relação comercial que já possam manter algum contato prévio e estabelecer algum tipo de dinâmica para a exportação brasileira, ou importação, dependendo de qual for a situação. Então, é muito importante que eles percebam que nós temos mais do que *commodities*, embora nós sejamos os maiores produtores de alimentos do mundo, é muito importante que também a indústria tenha uma parcela reconhecida nesse comércio.

E o Porto de Koper nesse aspecto é muito importante. Como eu comentei, ele tem vantagens comparativas, ele é um porto de fácil acesso, sobretudo para o Norte e o Nordeste do Brasil, para o escoamento de grãos produzidos no Centro-Oeste; para a exportação de frutas e de alimentos produzidos em Pernambuco, na Bahia, no Rio São Francisco; e também para empresas. Podemos comercializar automóveis por intermédio desse porto. Eles têm muito interesse nisso. O Cônsul Honorário da Eslovênia em Recife é muito atuante e tem vocalizado constantemente o interesse do Porto de Suape e do Porto de Koper também – é feita essa interligação – de estabelecerem um vínculo mais estreito. No Porto de Santos, o processo já está em andamento – é o maior porto exportador brasileiro, com maior volume. Tenho muito interesse em buscar contato com as autoridades do Porto de Koper, para poder dar seguimento a essa iniciativa que acho muito importante.

Da mesma forma, há cooperação científica e tecnológica. A Eslovênia é um país com altíssima qualidade tecnológica. Eles produzem máquinas, equipamentos. Eles estão inseridos na cadeia produtiva automobilística e automotiva europeia. Há uma grande exportação de autopeças para o Brasil também. Eles têm empresas de autopeças instaladas no Brasil. Há ainda produtos de precisão, produtos farmacêuticos, fármacos. Então, eles têm muita qualificação tecnológica, em nanotecnologia, em biotecnologia. É fundamental que nós aproveitemos esse potencial esloveno.

Quanto à qualidade da educação, Senador Cristovam Buarque, eu comentava durante a minha apresentação que o ensino fundamental hoje é o 13º do mundo, de acordo com o PISA da OCDE, do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, em que se avaliam alunos do ensino fundamental em leitura, em ciências e em matemática. Na frente da Eslovênia, na Europa, estão somente a Finlândia e a Estônia. Então, esse é um feito notável. A Eslovênia tem essa qualidade, sem nenhum questionamento. É um país que concentrou esforços no desenvolvimento da sua educação, e isso se reflete também no ensino superior. A Universidade de Liubliana é uma universidade muito forte, tem mais de cinco mil alunos. Nós temos, inclusive, estudantes do programa Ciência Sem Fronteiras na Eslovênia, que já provê hoje cursos em língua inglesa.

Então, não há dúvida de que essa cooperação é fundamental no nível educacional, no nível de desenvolvimento de *startups* e de *spin-offs*, que vão, efetivamente, a partir de uma associação empresa-academia ou empresa-empresa, desenvolver inovação e vão transferir isso para a indústria. O Brasil só tem a ganhar com esse tipo de iniciativa, que é muito importante para o nosso desenvolvimento.

Quanto a iniciativas concretas nesse sentido, nós estamos trabalhando para fixar uma data para a primeira reunião de cooperação científica e tecnológica. Embora nosso acordo date do início dos anos 2000 – se não me engano, foi em 2002 –, nós nunca tivemos essa reunião bilateral em cooperação científica e tecnológica, e isso é muito importante exatamente para analisar e sistematizar o mapa do caminho que podemos percorrer. Concretamente, temos de definir quais são as prioridades, quais são os interesses e em que setores do Brasil, para que a gente efetivamente possa obter ganhos.

Uma das questões que acabaram de algum modo retardando um aprofundamento foi a das restrições orçamentárias, primeiro na Eslovênia, a partir de 2008, e depois no Brasil, numa segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fase, que acabou por interromper esse lançamento de editais do CNPq e do Ministério da Educação Superior esloveno. Então, é muito importante que a gente concretamente retome esses editais. Eram uma iniciativa, uma atividade de cooperação que funcionava muito bem. Todos os anos, havia projetos de pesquisa e desenvolvimento entre esses dois parceiros.

Concretamente, nós temos também uma possibilidade de cooperação em nível fundamental com o Ministério da Educação. Que isso se transforme numa absorção de algumas experiências e de boas práticas do ensino esloveno.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador Renato Mosca.

Antes de passar a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos para responder à indagação formulada por S. Exª, o Senador Armando Monteiro, eu peço licença a V. Exªs, Srs. Embaixadores, e passo a palavra a S. Exª, a Senadora Ana Amélia, que tem indagações a fazer a ambos os diplomatas.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer, Presidente Fernando Collor.

O meu Partido faz uma convenção nacional, então tenho a obrigação da filiação partidária de estar presente nessa convenção. Então, agradeço a V. Exª, mas agradeço especialmente o cavalheirismo e a atenção dos colegas Cristovam Buarque e Antonio Anastasia, que estavam inscritos antes de mim, pela gentileza da aquiescência de me dar a preferência em função desse compromisso.

Também sou Relatora de um acordo internacional sobre o Aquífero Guarani, mas, como ele precisará de dez votos e não há quórum, eu proponho a V. Exª adiar a votação para a próxima reunião deliberativa, porque eu gostaria de ler o relatório, em função do interesse regional por essa matéria.

Presidente Fernando Collor, eu queria saudar aqui a presença da Embaixadora Leda Lúcia Camargo, uma diplomata de carreira que serviu em Moçambique, foi nossa Embaixadora em Maputo. Tinha uma relação extraordinária com a administração daquele país amigo, de língua portuguesa. Posteriormente, na República Tcheca, em Praga, foi também Embaixadora exemplar. E o último posto foi na Embaixada da Suécia, em Estocolmo, quando o Brasil fez a operação da compra dos Gripen, aviões de caça que abrem um espaço enorme para o desenvolvimento científico e tecnológico na área da defesa.

Faço questão de registrar sua presença, porque ela também trabalhou muito intensamente num projeto que teve a participação do Desembargador Daltoé, do Rio Grande do Sul, que tratava de proteger as crianças vítimas de violência na hora do depoimento à polícia e às autoridades constituídas para confirmar as agressões. Era para protegê-las nessa hora, porque às vezes havia uma segunda agressão tão grave quanto a primeira. Então, esse projeto que foi encaminhado pela Deputada Maria do Rosário na Câmara Federal teve a inspiração do Poder Judiciário e desses especialistas, especialmente – e faço questão de citá-lo aqui – do Desembargador Daltoé. Como a Rainha Silvia está em visita ao Brasil, e hoje será homenageada pelo Governo, pelo Presidente Michel Temer, com uma cerimônia no Itamaraty, o casal real da Suécia, e a Rainha Silvia preside o organismo internacional que trata da proteção às crianças, então, o Presidente hoje sanciona essa lei, que foi aprovada pelo Senado, que veio da Câmara, de autoria da Deputada Maria do Rosário.

Feito esse registro, eu queria pedir tão somente ao Embaixador Mosca, que vai para a Eslováquia... Aliás, para a Eslovênia, desculpe-me, os nomes são parecidos e as origens e as culturas são parecidas também. O meu Estado, Rio Grande do Sul, Embaixador, tem carne forte, de excelente qualidade, tem soja, tem arroz, vinhos espumantes de excelente qualidade e frutas também, maçãs de excelente qualidade. Exportamos para vários países. Então, quero que o senhor seja um representante do nosso Estado para defender esses interesses.

Ao Embaixador Paulo Cesar, queria agradecer a referência à viagem que fizemos. De fato, foi uma aula em uma semana, uma aula sobre aquela região do Oriente Médio, em que aprendemos muito. E aí também houve uma convivência de tolerância. Impressionou-me uma escola que fomos ver, para compartilhamento de uma sociedade que viva em paz. Essa escola, Presidente Collor, é para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crianças árabes e crianças judias. Então, aquilo realmente foi um aprendizado: desde a infância, aprendendo essa convivência para a paz. Além disso, ressalto toda a agenda que foi elaborada pelo Conib (Confederação Israelita do Brasil), da qual o Fernando Lottenberg é o Presidente. Foi um rico aprendizado sobre o sistema. Fico feliz que V. Exª tenha manifestado aqui o interesse de intensificar o relacionamento econômico-comercial, porque Israel é considerado hoje um país líder em *startup* ou na tecnologia e inovação. Acho que o Brasil, com a capacidade que tem, pode também estreitar essas relações.

No caso do Embaixador Mosca, também o país para onde ele vai tem uma grande *expertise* na área de educação. Nós, que temos 2,5 milhões de crianças fora da escola, podemos aprender muito. São essas as minhas...

Eu queria apenas dizer que a pergunta do Senador Armando Monteiro me contempla, porque, como sou do Rio Grande do Sul, as questões relacionadas ao Mercosul são muito caras a todos nós. Então, muito obrigada ao senhor.

Desejo aos dois muito sucesso nesse desafio profissional, servindo em duas regiões bem distintas, mas com iguais desafios a serem vencidos. Com a capacidade profissional dos nossos diplomatas, não tenho dúvida de que o sucesso virá, decorrente dessa aplicação, dessa dedicação e desse compromisso em defesa do interesse nacional.

Muito obrigada, Presidente. Obrigada, Senador Anastasia e Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Sr. Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos, de registrar a honrosa presença na reunião de hoje da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e Presidente da CCAI, a Comissão de Inteligência do Congresso Nacional, Deputada Bruna Furlan, que muito nos honra com sua presença.

Muito obrigado a V. Exª, Deputada.

Passo a palavra agora ao Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos para responder às indagações feitas por S. Exªs, o Senador Armando Monteiro e a Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Senador Armando Monteiro, pela pergunta.

O Acordo Mercosul-Israel vai completar toda a desgravação agora, em 2017. Até agora, o impacto no comércio bilateral não foi nenhum. Esperamos – e acho que a gente tem de trabalhar muito nisto – que a tendência do comércio com Israel, que é a tendência da pauta comercial brasileira – é a mesma coisa que estava dizendo o Embaixador Mosca –, possa ser alterada. Só quando chegar lá vou poder checar isso de fato, mas, pessoalmente, sou um pouco pessimista em relação ao impacto que esse acordo pode ter na mudança desses padrões do nosso comércio. Nós exportamos *commodities*, e isso é o que eles compram.

Como estava dizendo a Senadora Ana Amélia, são os produtos do Rio Grande do Sul. A carne bovina é extremamente bem recebida. Agora, nessa crise toda, a única coisa que o Governo de Israel fez foram consultas, perguntas. Queriam saber o que estava acontecendo, queriam explicações, uma coisa muito natural, mas em nenhum momento impuseram nenhuma restrição nem mesmo em relação aos 21 frigoríficos que estavam em exame aqui.

Então, vamos trabalhar. Acho que, como disse o Embaixador Mosca, também vou procurar a Apex. Acho que é uma saída. Nos Emirados Árabes, a Apex faz um trabalho excepcional. A Apex tem um escritório em Dubai – o senhor sabe muito bem disso –, onde eles têm programa de feiras excepcional, que é o grande caminho para a diversificação do nosso comércio.

Eu não sei, acho que em Israel não há esse programa de feiras, ao qual atribuo a maior importância. Acho que em Israel não existe um programa tão bom e tão abrangente como o dos Emirados Árabes, mas acho que a gente tem de procurar o Jaguaribe e tentar obter apoio para isso.

Então, acho o seguinte: há um campo muito grande. O comércio exterior de Israel é de 125 bilhões. Eles têm um superávit de apenas 2 bilhões. Lembro que o superávit com o Brasil é de 500 milhões; então, a gente contribui com 25% do superávit deles. O comércio com o Brasil é apenas 1% do total do comércio. Então, há campo, temos de trabalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas eu, não sei se o senhor vai concordar, não vejo um impacto muito grande desse acordo sobre a pauta comercial. Mas essa é uma coisa que vou ter ver com mais atenção, inclusive quais são os produtos, porque Israel é um país muito aberto, um país muito globalizado. Quer dizer, não é um país em que vamos derrubar as tarifas e vamos abrir. Temos de ver isso com calma, mas, em princípio, não vejo um impacto muito grande.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Embaixador, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Com a palavra o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Eu queria só lembrar também que gostaria de ouvir sua avaliação sobre as possibilidades de ampliação nas áreas da saúde e da segurança pública, porque acho que temos toda a área de serviços que pode também ser dinamizada.

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Uma das áreas em que Israel tem uma *expertise* muito grande é a de cibertecnologia e a de cibersegurança. Então, acho que é uma área em que a gente pode ter uma cooperação grande, porque eles são *experts* nisso – por razões óbvias –, e o Brasil tem muito o que aprender com eles. À Senadora Ana Amélia, acho que já respondi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Com a palavra S. Exª, o Senador Cristovam Buarque, e, em seguida, S. Exª, o Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra V. Exª, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um; bom dia, Sr. Presidente; bom dia, Srs. Embaixadores, Senadores e Senadoras.

Vou começar pelo Embaixador Paulo Cesar, fazendo uma pergunta de caráter geral, vamos dizer, de geopolítica e outra de relações Brasil-Israel. A pergunta de caráter geral, que me interessa, uma vez que sou um observador do que acontece ali e leio muito autores israelenses, é sobre o crescimento, ou não, de movimentos em Israel, sobretudo entre intelectuais, de crítica à postura do governo israelense no que se refere à política com os palestinos.

O Senador Collor tem feito aqui debates com o tema Pontes ou Muros no Mundo? A política de Israel é a política de muros. Não estou criticando nem dizendo que não há outra, mas estou lamentando que seja essa. Mas a minha pergunta é se esses movimentos de contestação, que procuram pontes em vez de muros, têm condições de darem certo? Pelo que o senhor observa, estão crescendo esses movimentos? A meu ver, hoje eles se limitam muito a jornais, livros e posturas intelectuais.

A outra diz respeito a nós com Israel: quais são os pontos que podemos antecipar de tensões entre o Governo brasileiro e o governo israelense? Nem falo Israel, porque os governos são todos temporários, inclusive os nossos. Quais os pontos de tensão que podemos antecipar? Tem a ver com a Palestina, tem a ver com outros problemas que não aparecem nos jornais? Recentemente, tivemos o problema da indicação do Embaixador de Israel, mas ali era impossível antecipar, ali foi um fato que ninguém imaginava. Mas eu queria saber se dá para antecipar. Onde devemos tomar cuidado na relação com Israel para que tudo corra bem, porque não é do interesse brasileiro ter tensões com Israel. O problema é que também não é de nosso interesse, bem ao contrário, termos tensões com o povo palestino, com a própria Palestina como um futuro Estado e com todos os que, em torno da visão palestina, estão no mundo e no Brasil, que são árabes, muçulmanos, simpatizantes da postura palestina. Então, são essas as duas perguntas.

Quanto ao Embaixador Renato, fico muito satisfeito de estar aqui e peço desculpas por não ter assistido à sua fala. É que está havendo uma audiência sobre a Campanha da Fraternidade, da CNBB, e eu tinha que estar presente pelas minhas relações com eles.

A minha pergunta é uma só, é uma preocupação que tenho com essa região. Qual tem sido a posição da Eslovênia no quesito da migração? Ou seja: mais uma vez, o tema Pontes e Muros. É uma posição de muros, como a da Hungria, ou é uma posição de pontes, como a que a Alemanha vem tentando adotar? Ninguém sabe até quando, mas o governo alemão vem tentando adotar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

posição. Então, qual é a posição da Eslovênia? Pergunto porque não sei. Ouço muito falar da Hungria, ouço muito falar da Grécia, mas, da Eslovênia, não tenho escutado nem lido qual é a posição deles.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Antonio Anastasia, para as suas indagações.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente Senador Fernando Collor.

Srª Senadora, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, em primeiro lugar, quero cumprimentar a ambos pelas exposições muito ricas e muito completas, que puderam, de fato, trazer a lume informações bastante adequadas sobre os países para os quais foram designados para servirem como chefes de nossa missão diplomática.

Quero, mais uma vez, cumprimentar o Embaixador Mosca, lembrando, de fato, dos tempos em que estivemos juntos – V. Exª nas funções de Chefe do Cerimonial da Presidência da República, e eu, nas funções de Governador de Estado. E foram muitas as ocasiões. Portanto, quero cumprimentá-lo pelo profissionalismo, reconhecido de todos e que o Relator da sua indicação, o Senador Jorge Viana, de maneira muito adequada, trouxe aqui no relatório que proferiu, bem como no depoimento que fez, recebendo sempre o nosso aplauso e nosso reconhecimento.

V. Exª assumirá uma posição muito importante em um país que descreveu aqui de maneira cristalina.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de conhecer, em visita, a Eslovênia e posso dizer que fiquei impressionado pelo grau de civilidade. Dizem alguns até que é o país das paisagens das caixas de bombons, de tão belo que é. Na verdade, é quase um relicário. Mas é um país que, como V. Exª disse muito bem, avançou muito e avançou rapidamente. Vejam V. Exªs que é um país que emergiu da fragmentação da Iugoslávia, quase uma guerra civil; é um país que sofreu muito durante a Segunda Guerra mundial e que alcança, agora, a despeito da sua pequena proporção geográfica, indicadores econômicos, sociais e educacionais extremamente relevantes.

É evidente que o Brasil tem muito a aprender com a experiência daquela nação. Ainda que pequena geograficamente e com uma economia, se comparada à nossa, também não tão significativa, é um país onde as oportunidades pululam. E tenho certeza de que V. Exª, com a sua experiência, com a sua dedicação, trará, de maneira muito objetiva, a possibilidade de que essas oportunidades se concretizem na relação bilateral entre o Brasil e a Eslovênia.

Lembro-me de que a Senadora Ana Amélia se referiu à certa confusão entre a Eslováquia e a Eslovênia, mas lembro que há ainda a Eslavônia, uma província da Croácia – são todos eslavos.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer da certeza que tenho de que lá desempenhará esse papel de modo muito adequado.

Em relação ao Embaixador Paulo César, de cuja indicação tive a honra de ter o Relator, como conversamos pessoalmente, pude conhecer o seu preparo.

V. Exª está sendo indicado para um país que nós também conhecemos; um país cujos problemas são sempre maiores do que os da Eslovênia, evidentemente, não só pela posição geopolítica e por toda a sua história de conflitos, mas também por tudo aquilo que todos aqueles que me antecederam deixaram muito claro. Contudo, igualmente, as oportunidades ali são riquíssimas.

V. Exª falava em recursos hídricos. Lembravam o Senador Cristovam e a Senadora Ana Amélia das *startups*. Nós temos também a questão da educação, área em que Israel é brilhante. E, igualmente, um país que sofreu – e sofre muito – não só pelas guerras constantes que aconteceram no passado, mas também por aquela situação de tensão que sabemos que, de fato, existe naquela região e em relação à qual Israel tem uma posição que acaba sendo sempre muito discutida.

Mas as posições colocadas pelo Governo brasileiro são sempre muito claras. V. Exª deixou, igualmente de maneira cristalina, qual será a sua postura, e acho que também temos muito a aprender.

Falava há poucos instantes com o Senador Roberto Requião sobre as questões hídricas aqui no Brasil e a preocupação de S. Exª sobre esse assunto; e, agora, a Senadora Ana Amélia lembra que é Relatora da questão do Aquífero Guarani. Lembro que Israel deu ao mundo a demonstração de que um deserto pode ter uma agricultura rica. Então, nós, com um país tão maior, temos muito a aprender ali também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E ao Senador Cristovam, com a preocupação que tem com a bandeira maior do seu mandato, a educação, digo que nós vemos dois países que, apesar das agruras, das guerras, conseguiram indicadores excepcionais de educação em todos os níveis, tanto na educação fundamental quanto nos níveis médio e superior, Sr. Presidente.

Então, as minhas observações são para cumprimentá-los e desejar a ambos muitas felicidades, na certeza de que teremos oportunidades concretas para aprendermos e trazermos mais desenvolvimento para o nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Antonio Anastasia.

O próximo Senador inscrito é S. Exª, o Senador Jorge Viana, a quem passo a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, é tão somente para apresentar meus cumprimentos, como fez o colega Senador Anastasia.

Eu tive o privilégio de ser Relator da indicação do Embaixador Renato Mosca de Souza. Ele, de fato, acompanhou as últimas sessões aqui, um par de sessões da Comissão de Relações Exteriores, estudou o país para o qual ele está sendo designado para representar o Brasil, deu aqui uma explanação muito adequada, muito rica de detalhes, de proposições. E o mesmo, não tenho dúvida – acabei de fazer essa viagem junto com a colega Senadora Ana Amélia –, fez o Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos.

São duas situações bem diferentes, mas eu queria fazer um brevíssimo comentário sobre a situação de Israel.

Pela primeira vez, nós vamos ter, aqui no nosso continente, o Fórum Mundial de Águas, no ano que vem. Eu, com o Senador Aloysio Nunes, participei dos últimos dois fóruns mundiais. Ele reúne mais de 30 mil pessoas envolvidas com essa temática, de governos e da sociedade civil – um foi em Marselha e o outro, o último, foi em Seul, na Coreia. E foi em Seul, na Coreia, que se decidiu, dois anos atrás, que Brasília sediaria esse fórum – Brasília está vivendo racionamento de água, por incrível que pareça!

De tudo o que pude ver, Israel talvez seja o país que mais avançou nesse aspecto, é o país que mais reutiliza água. Da água que é tratada para ficar potável, boa para consumo humano, 70% a 80% é reaproveitada. Essa é uma coisa fenomenal que o mundo não aprendeu a fazer ainda. Certamente isso tem uma conexão direta... Seria interessante uma cooperação mais intensa, deste ano até o próximo, para que, quando o Brasil sediar o fórum, quem sabe, termos um acordo, um entendimento...

O Brasil tem 12% da água doce do Planeta, mas ela é distribuída de tal maneira que você tem excesso de chuvas em alguns lugares e escassez em outros. No meu Estado choveu 1400mm em três meses este ano, em janeiro, fevereiro e março. Foram 1400mm, Presidente, destruindo pavimentos, criando uma situação... A Colômbia agora está vivendo um drama com centenas de mortos, São Paulo viveu racionamento no ano passado, em plena Mata Atlântica. Então, nós temos uma situação, com a intervenção humana, que nos impõe, no Brasil, país das águas, a definição de uma política adequada de manuseio da água.

Em Israel eu fui visitar a maior planta de dessalinização de água do mundo, algo extraordinário. Só não gostei muito porque ela é toda automatizada e praticamente não tem empregado algum. Na coleta e no tratamento da água – a Senadora Ana Amélia lembra –, há pouquíssimos, talvez dezenas de funcionários, e ela é a maior planta de dessalinização de água do mundo. É algo fenomenal: um país em pleno deserto, com 22 mil quilômetros quadrados, que é um endereço do desenvolvimento tecnológico e da inovação. Lá aprendi também que o tomate cereja é patenteado. Até hoje eles ganham muito dinheiro com esse tomate cereja que nós compramos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Universidade Hebraica de Jerusalém.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É, esse tomate.

Então, um país que era pleno deserto consegue manejar água, reutilizar água. Por onde se sobrevoa se veem reservatórios de água para reutilização. E conseguem ser uma referência da produção agrícola!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu só estou fazendo uma conexão, colocando mais esse elemento para o senhor, de que, quem sabe, uma cooperação mais direta, objetiva, na parte de água entre Brasil e Israel possa ser trazida ao Fórum Mundial de Águas, aqui em Brasília, no próximo ano. É uma sugestão de tema que faço para V. Sª.

Desejo sucesso a ambos. Acho que o Embaixador Renato Mosca, como já discutimos na apresentação do meu relatório, talvez possa criar uma jurisprudência, ou uma pedagogia, Sr. Presidente Collor, de como devemos tratar as pessoas que servem o Estado brasileiro, quando chefe do Cerimonial, junto aos líderes que o país tem, que é o caso dele. Talvez seja a pessoa que mais tempo conviveu, no Palácio, no Itamaraty, com líderes do país e que agora vem aqui e recebe o acolhimento de todos nós para poder representar o nosso País na Eslovênia. Isso é muito importante, fiquei muito honrado de ter sido o Relator do Embaixador Renato Mosca.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Renato Mosca de Souza para dar as suas respostas às perguntas feitas.

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria completar, ainda, em comentário às sugestões do Senador Armando Monteiro, que outro caminho concreto que nós precisamos percorrer é exatamente tentar acelerar a aprovação, na Câmara dos Deputados, desse acordo de cooperação no domínio educacional. Isso vai dar muita consistência, vai estabelecer um marco que vai nortear doravante a relação. Então isso é muito importante.

E também foi objeto de comentário da Senadora Ana Amélia a *expertise* na área da educação. Era exatamente isto que eu comentava na minha exposição, a necessidade de que o Brasil aproveite essa experiência eslovena, que tem sido comprovada por toda a avaliação que se tem feito, internacional, sobre o país.

Sobre o Mercosul, Senadora, eu queria acrescentar que a Eslovênia tem vocalizado muito claramente o apoio às negociações do Mercosul com a União Europeia. Essas negociações birregionais, que hoje estão em um patamar positivo. Em busca de um acordo amplo, de mútuo benefício, têm na Eslovênia um defensor. Eu acho que esse é um ponto muito importante, sendo essa negociação a prioridade que é para o Brasil, para a política comercial brasileira.

Sem dúvida, eu estarei muito atento aos produtos do Rio Grande do Sul. Eu comento que visitei, recentemente, na região de Ribeirão Preto, em Ituverava, uma pequena vinícola que produz vinhos de uva Sangiovese. É impressionante como a vitivinicultura no Brasil tem acrescentado em termos de tecnologia e de qualidade, como a senhora muito bem acrescentou, com espumantes e vinhos que são premiados internacionalmente. Então, de fato, esse nicho da vitivinicultura é muito importante porque, igualmente, a Eslovênia também tem ressurgido com uma produção de uvas e de vinhos de muito boa qualidade. Evidentemente, na Europa, a concorrência é extraordinária, tendo em vista os países do entorno. Mas, de qualquer modo, ressalto sobretudo vinhos doces que produz na região próxima à Hungria, de uvas com colheita tardia. Então, é um ponto importante. A gente podia estabelecer também um contato com as associações que defendem a questão de vinho e de uva.

Especificamente sobre a questão da imigração, Senador Cristovam, eu quero dizer que, a partir do segundo semestre de 2015 e do primeiro semestre de 2016, no auge daquele fluxo que atravessou pelos Bálcãs vindo da Turquia, a Eslovênia teve em seu território 500 mil refugiados durante o inverno, numa população de 2 milhões. Comparando, seria como uma migração no Brasil de 50 milhões de pessoas atravessando o Território. A grande maioria, evidentemente, 95%, eram refugiados em trânsito que procuravam chegar à Alemanha, chegar à França e à Inglaterra, tentavam entrar Europa adentro. Mas uma parcela muito considerável desse contingente permaneceu na Eslovênia, porque a Eslovênia, embora defenda uma posição comum da União Europeia sobre o tema, ela tem vocalizado ser contra a migração ilegal, mas não contra a humanitária. Então, ela tem acolhido, na medida das suas possibilidades, os refugiados humanitários que entram, passam pelo caminho dos Bálcãs. E a reação eslovena é de que... Fazendo parte do espaço Schengen, a Eslovênia e a Croácia são os primeiros países por onde esse contingente atravessa e, portanto, eles precisam ser triados ali para que possam seguir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adiante. Então, é uma situação muito difícil para a Eslovênia, que agora melhorou por conta desse acordo com o governo turco, que passou a controlar isso, o fluxo migratório em seu território, fechou um pouco a fronteira. Mas isso ainda é um assunto muito latente. Eles têm um fórum, o Fórum de Bled, que é um fórum – mal comparando – como Davos, para discutir as questões políticas da região e do continente. E um dos temas foi migração e segurança, porque a vertente de segurança também é muito importante quando se discute esse assunto.

Então, basicamente, é isso. Só que advoga também uma um diálogo com a Líbia, porque não é só o fluxo de migração nos Bálcãs, mas também no norte da África: existe ali uma constante travessia, pelo Mar Mediterrâneo, de imigrantes econômicos – digamos assim. Mas, de qualquer modo, a grande posição eslovena é advogar uma posição comum da União Europeia que leve em conta esses temas, que leve em conta os direitos humanos, a questão humanitária desse processo, porque, talvez, esse tenha sido o maior deslocamento de população desde a Segunda Guerra Mundial.

Quero agradecer muito ao Senador Jorge Viana, que, mais uma vez, se refere a mim com muita gentileza. Fico, realmente, emocionado. Acredito que as palavras dele devem-se mais à sua consideração do que, efetivamente, à minha capacidade. Mas, de qualquer modo, poder receber esse elogio me deixa muito envaidecido. Agradeço muito o seu relatório. Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Renato Mosca de Souza.

Passo agora a palavra ao Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos.

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Cristovam Buarque, pontes em vez de muros! Eu acho que estamos mais para muros em vez de pontes. É claro que existem grupos intelectuais e, inclusive, partidos políticos... O Knesset, que é o Congresso israelense, tem partidos num amplo espectro ideológico, desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. Então, temos partidos que têm essa posição. Há partidos que têm uma posição igualzinha à do Brasil, como eu falei. Agora, o Governo atual, a coalizão atual é uma coalizão mais à direita, é uma coalizão mais conservadora, é uma coalizão que tem demonstrado o uso da força.

A própria sociedade israelense... É muito difícil isso. Eu ainda não vivi lá, mas a própria sociedade israelense está muito contaminada por esse conflito.

Dou um exemplo recente. Existem lobos solitários palestinos que esfaqueiam os soldados israelenses. Havia quatro soldados de 18 anos, de 19 anos, e vai o israelense e esfaqueia um deles. Os outros três pularam em cima dele. Ele ficou deitado, quase desacordado, no chão. Dez minutos depois, um dos três atira com um revólver na cabeça dele. Então, o próprio Ministério da Defesa fez uma corte marcial, e o menino, em princípio, foi condenado. Mas aí houve uma reação enorme da sociedade. Li pesquisas de opinião pública, e 70%, 80% das pessoas disseram que aquilo estava errado, que o menino tinha razão, que eles são submetidos a uma pressão enorme e que não se pode exigir de um menino de 18 anos, de 19 anos, que ele se controle. Isso é fato. Estou dizendo como as pessoas pensam. Houve uma pesquisa de opinião pública. E, com base nessa reação muito grande da sociedade, houve uma apelação, e o menino pegou uma pena muito branda. Quer dizer, a própria sociedade israelense pediu isso. Isso demonstra um pouco o clima que lá existe. É claro que existem grupos intelectuais e grupos na imprensa que defendem essas pontes, mas, no momento – isto poderá mudar, não sou pessimista –, hoje, a situação não é essa.

Quanto aos pontos de tensão com o Brasil, não vejo muita possibilidade de acontecer o que aconteceu em 2014 e em 2015. É muito difícil prever, mas acho que vamos ter sempre de concordar em discordar sobre posições que o Brasil assume em relação à crise entre Israel e Palestina em organismos internacionais.

O senhor deve estar acompanhando agora, na Unesco, essa resolução sobre os sítios históricos. Há uma discussão muito grande, e vários grupos aqui no Brasil têm feito muita pressão junto ao Executivo. Então, poderá haver. Mas isso também não vai causar um dano muito profundo nas relações bilaterais. Eu acho que a gente tem que chutar a bola para frente. Os dois países podem ganhar muito nessa relação. E vai haver problemas na Unesco, no Conselho de Direitos Humanos, em vários outros lugares, mas são coisas pontuais.

Eu acho que perguntas mesmo foram só as do Senador Cristovam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senador Anastasia, mais uma vez quero agradecer as palavras do senhor, a honra que eu tive em o senhor ter sido meu Relator. E espero sua visita lá, já que o senhor não foi dessa vez. Então, o senhor tem que ir no próximo grupo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS – Claro! A todos eu agradeço essa gentileza.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Paulo Cesar de Vasconcellos.

Para complementar suas respostas, volto a palavra ao Embaixador Renato Mosca de Souza.

O SR. RENATO MOSCA DE SOUZA – Muito obrigado, Presidente Fernando Collor.

Eu queria só retomar a palavra para agradecer muito as palavras gentis do Senador Antonio Anastasia, com quem tive o privilégio de conviver efetivamente, nos cinco anos que trabalhei no Cerimonial da Presidência da República, com a Presidenta Dilma Rousseff. Ir a Minas era sempre uma alegria. E foi uma alegria redobrada quando o senhor me condecorou com a Ordem da Inconfidência. Isso eu guardo com muito carinho e muita consideração, porque, embora eu seja de Ribeirão Preto, estou quase na divisa com Minas. Minas é uma referência para nós.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Embaixador Mosca.

Não havendo mais quem queira fazer perguntas aos Srs. Embaixadores...

Consulto mais uma vez as Srªs e os Srs. Senadores se continuamos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos indicados.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo que continuemos com a reunião aberta, desta feita para fazermos a apuração dos votos, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Continuamos em reunião aberta.

Designo S. Exª, o Senador Cristovam Buarque, para atuar como secretário na apuração dos votos.

De acordo com o art. 116, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito à Secretaria que proceda à apuração. (*Pausa.*)

Comunico, portanto, a deliberação das indicações dos Srs. Embaixadores.

O Sr. Embaixador Renato Mosca de Souza para a República da Eslovênia e o Sr. Paulo Cesar Meira de Vasconcellos para o Estado de Israel, ambos foram aprovados pela unanimidade dos votos desta Comissão.

Agradeço a presença dos Srs. Embaixadores, desejando-lhes, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, êxito nessa nova fase de suas vidas. Que tenham êxito no exercício dessas novas funções! Muito obrigado pela presença e pelo brilhantismo das exposições que aqui foram feitas. Muito obrigado, mais uma vez.

Passamos agora à apuração dos votos dados ao integrante da Comissão de Relações Exteriores que fará parte também da Comissão de Inteligência do Congresso Nacional.

Vamos fazer a apuração da votação, que foi realizada por cédula, que foi realizada de forma secreta. Convido S. Exªs os Srs. Senadores Cristovam Buarque e Tasso Jereissati para atuarem como escrutinadores dessa votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a S. Exªs os Senadores escrutinadores dessa votação, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Cristovam Buarque.

Comunico o resultado da eleição de S. Exª o Sr. Antonio Anastasia, membro indicado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Meus cumprimentos a V. Exª, Senador Anastasia, a quem passo agora a palavra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria tão somente agradecer a confiança de V. Exª pela sugestão e indicação do meu nome e a confiança dos pares pela eleição.

Cumprirei lá meu mandato com rigor e com a serenidade e a responsabilidade características dos membros de nossa Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Exª, Senador Antonio Anastasia. Esta Casa se sentirá muito honrada e muito segura com a sua sempre atenta, dedicada e brilhante atuação nas diversas comissões desta Casa, também no Plenário e, agora, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do nosso País. Meus cumprimentos a V. Exª, mais uma vez, Senador Antonio Anastasia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Passamos à terceira parte de nossa reunião de hoje, deliberativa.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2016
- Não terminativo -

Institui a Lei de Migração.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Pela aprovação com as alterações apresentadas.

Informo que o Relator apresentou novo relatório em 5 de abril de 2017.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Tasso Jereissati para fazer a leitura de seu relatório. Com a palavra V. Exª, Senador Tasso Jereissati, mas, antes, pela ordem, com a permissão de S. Exª o Senador Tasso, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu invoco, de novo, a generosidade dos colegas, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, especialmente do Senador Tasso Jereissati, que é o Relator, para que eu possa, na inversão de pauta, autorizada por V. Exª e permitida pelos colegas, fazer a leitura do acordo em relação ao Aquífero Guarani, porque aí teria condição de pelo menos adiantar, como V. Exª tem sido muito zeloso no encaminhamento rápido das nossas deliberações. Então, se V. Exª aquiescer e os colegas também, eu farei a leitura antes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – À deliberação de V. Exªs a solicitação que faz S. Exª a Senadora Ana Amélia de inversão de pauta, colocando o item 3 como item primeiro da pauta, naturalmente com a aquiescência de S. Exª o Senador Tasso Jereissati, que já a deu. Passo a palavra, portanto, à Srª Senadora Ana Amélia para, como Relatora, fazer a leitura do relatório referente ao projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2017.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre o Aquífero Guarani, firmado em San Juan, República Argentina, em 2 de agosto de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores, a cópia deste acordo já está em mãos de todos os Srs. Senadores. Então, eu farei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um resumo do acordo, para dar maior celeridade, em respeito também aos colegas relatores das matérias que se seguem.

Eu vou diretamente à análise, apenas lembrando que, nos termos da Exposição de Motivos Interministerial 132, de 2015, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente, o acordo fornece a base jurídica de direito internacional para que Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai promovam, de maneira eficiente, ações no sentido da conservação e do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos do Aquífero Guarani, que se estende por territórios pertencentes aos quatro países, respeitando-se o domínio territorial soberano de cada país sobre suas respectivas porções desse recurso hídrico internacional.

O acordo em análise reconhece o direito soberano do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai sobre suas respectivas porções do Sistema Aquífero Guarani, de acordo com as disposições constitucionais e legais de cada país, reconhecendo, também, o direito de cada uma das partes de promover a gestão, monitoramento e aproveitamento sustentável desses recursos hídricos, com base em critérios de uso racional e sustentável e sem causar prejuízos às demais partes, nem ao meio ambiente.

Diante de uma nova realidade em relação à questão da água, a comunidade internacional promoveu a criação de vários centros internacionais dedicados a aprofundar o conhecimento e melhorar a gestão das águas subterrâneas, tais como o Internationally Shared Aquifer Resources Management e o International Groundwater Resources Assessment Centre, ambos programas vinculados à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura. Além disso, cumpre destacar a inclusão do tema da gestão das águas subterrâneas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito Relativo à Utilização dos Cursos de Água para Fins Diversos dos de Navegação (1997) e, também, os esforços para consolidar o Projeto de Convenção sobre o Direito dos Aquíferos Transfronteiriços (Resolução nº 63/124 da Assembleia Geral das Nações Unidas).

Na verdade, é justamente nesses aspectos todos que reside um princípio a que nos referimos, no dever de cada uma das partes, de utilizar os recursos de forma a não causar prejuízos ou comprometer a integridade dos recursos hídricos, em detrimento das outras partes. Neste ponto, sobressai-se o caráter transfronteiriço desse acordo, o que implica para as partes o dever de abster-se de adotar ações ou realizar projetos cujas repercussões se deem no território ou sobre os recursos naturais dos demais países, no caso, sobre o Aquífero. Nesse contexto, o acordo estabelece toda uma sistemática de troca de informações e de realização de consultas recíprocas sobre obras de aproveitamento e exploração desse Aquífero.

Por fim, queria lembrar que, por se tratar de um sistema único de águas do subsolo profundo, a sua conservação e defesa contra agentes contaminantes depende, obviamente, da ação concertada dos Estados partes. Em outros termos, é imprescindível que se consolide uma consciência comum e que, com base nela, desenvolvam-se políticas coordenadas voltadas à preservação desses recursos hídricos. Tal política de gestão conjunta do Aquífero Guarani abrangerá, essencialmente, conforme previsto no Acordo, permanentes trocas de informação e a realização de consultas recíprocas, sobretudo quanto aos projetos que possam afetar o aquífero, bem como quanto a projetos de utilização de seus recursos de forma adequada, sustentável, que não comprometam sua natureza e permanência. Nesse sentido, a necessidade de gestão conjunta do patrimônio hídrico compartilhado impôs, como opção única de tratamento eficaz da questão, a adoção da cooperação internacional entre as partes interessadas, resultando na celebração do presente Acordo.

Lembrando também, Sr. Presidente e caros colegas Senadores, que, dada a crise hídrica que o Brasil já enfrentou em São Paulo, no Sistema Cantareira, e agora aqui em Brasília, na capital da República, temos por este tema uma atenção redobrada e prioritária.

O voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 24, de 2017.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, preciso me penitenciar não só perante a Bancada, mas a população do Nordeste, por ter falado apenas em crise hídrica no Sistema Cantareira e no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É que nós já estamos acostumados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria dizer, Senador Tasso Jereissati, Senador Cristovam...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nós estamos acostumados com esse sofrimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...foi apenas um lapso imperdoável, talvez pelo fato de que os fortes nordestinos enfrentam a seca com bravura, destemor e uma coragem que a gente não consegue entender. Mas é preciso reconhecer que este é o problema maior daquela região tão importante para o nosso Brasil, integrado que está entre o Norte, o Sul, o Sudeste e o Nordeste, que é a maior vítima da seca ou da questão hídrica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, as minhas desculpas ao povo nordestino, ao seu Estado, Alagoas, ao Ceará, a Pernambuco, ao Rio Grande do Norte, a Sergipe, ao norte de Minas, a um pedaço da Bahia, a todos eles as minhas desculpas. Ao Piauí também, para não me esquecer de nenhum deles.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Nós nordestinos agradecemos pelo seu reconhecimento.

As Srªs e os Srs. Senadores, portanto, que aprovam o relatório agora lido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, como eu disse, o relatório favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Agora, sim, passamos ao item 1 da pauta, conforme aqui já lido, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, ao Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013, em caráter não terminativo, que institui a Lei nº de Migração. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: S. Exª o Senador Tasso Jereissati.

O relatório é pela aprovação, com as alterações apresentadas.

Informo que o Relator apresentou novo relatório em 5 de abril de 2017.

Concedo a palavra ao Relator, S. Exª o Senador Tasso Jereissati, para a leitura do seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Exmo Presidente Fernando Collor, Exmas Srªs Senadoras, Srs. Senadores, retorna a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 288, de 2013, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, na forma do Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 7, de 2016, que institui a Lei de Migração.

Fizeram um trabalho importante, bastante profundo, complementando de forma bastante relevante o trabalho do Senador Aloysio Nunes, que se dedicou muito a este projeto.

O Relator foi o Deputado Orlando Silva, na Câmara, e, como Presidente, a Deputada Bruna Furlan, tendo sido aprovado por amplo consenso no Plenário daquela Casa.

Presidente Fernando Collor de Mello, eu peço a V. Exª, se me permite, um pouco de paciência, pois existem algumas modificações importantes nesse Substitutivo da Câmara. Peço cinco minutos a mais para que possamos ler. Acho importante deixar lido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor, Senador, fique inteiramente à vontade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – O Substitutivo da Câmara não alterou as linhas gerais e a filosofia da proposição originária do Senado, mas trouxe importantes contribuições, destacando-se a supressão do dispositivo que trazia um rol de direitos da inadequada categoria de "imigrante não registrado"; acréscimo de hipóteses de visto temporário de trabalho e para realização de investimento; inclusão de dispositivo para regular residência do imigrante condenado em caso de progressão de pena; abreviamento do prazo de deportação em casos de violação a princípios e objetivos constitucionais; estabelecimento de exceção de impedimento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

deportação no caso de não haver manifestação da Defensoria Pública da União, desde que esta seja devidamente notificada; aposição de requisito para naturalização, que é o de o requerente não possuir condenação penal ou estiver reabilitado nos termos da lei; reconhecimento da competência do Superior Tribunal de Justiça para homologação de sentença penal estrangeira em caso de transferência de execução de pena e de transferência de pessoa condenada ao Brasil; remessa da tabela de taxas e emolumentos consulares para anexo à lei, quando anteriormente estava no corpo do texto; eliminação de multa que punia exercício laboral de pessoa sem documentação regular; revogação das expulsões decretadas antes da promulgação da Constituição Federal de 1988; acréscimo do art. 117 para estabelecer funções a Conselho Nacional de Migração vinculado ao Ministério do Trabalho; alteração da denominação do registro nacional, passando a ser uma referência a migrantes e não mais a estrangeiros; concessão de residência a imigrantes que ingressaram até a data da aprovação do relatório da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, ou seja, 6 de julho de 2016; inclusão do art. 120 para garantir uso de vistos válidos emitidos antes da vigência da lei; acréscimos dos arts. 121 e 122 para respeitar a legislação sobre refugiados e os tratados ratificados pelo Brasil; introdução do art. 124 para reafirmar que a privação de liberdade por motivos migratórios restringe-se aos casos previstos na lei.

Nesta fase, cabe ao Senado Federal apenas admitir emendas de redação ou acatar ou manter texto original em relação às novidades acrescidas pela Câmara dos Deputados.

Análise.

A presente proposição representa um marco na história legislativa brasileira. Desde o Império, o tema da situação jurídica do estrangeiro foi sendo versado, de um lado, a partir do dirigismo migratório, muitas vezes contra a vontade das pessoas, com a promoção do tráfico dos escravos, ou de tom discriminatório, com a preferência por pessoas de ascendência europeia. De outro lado, muitas vezes, a legislação pátria dedicou-se a acentuar as suspeitas e as ameaças que poderiam representar os estrangeiros em solo nacional, o que implicou a criminalização da imigração e em hipóteses sumárias ou arbitrárias para deportar ou expulsar estrangeiros.

O Estatuto do Estrangeiro, atualmente em vigor e que se pretende revogar pelo projeto em análise, é resultado dessa postura histórica.

Este projeto, ao contrário de todas as experiências pretéritas, é de origem do Senado Federal, e não do Poder Executivo – de origem do Senador Aloysio Nunes Ferreira –, e já passou em sua quase totalidade pelo crivo de ambas as Casas, com emblemática aprovação.

A estrutura da proposição parte da consagração do migrante como sujeito de direitos e de garantias, a considerar a mobilidade humana como um todo, o que significa contemplar o imigrante, o emigrante e o visitante.

Nesse sentido, optamos por corrigir um equívoco, a nosso ver, trazido pela Câmara dos Deputados, que incluiu como princípio a reger a política migratória brasileira a proteção ao mercado de trabalho nacional. Com as devidas vênias, essa diretriz conflita com o espírito do projeto. O mercado de trabalho não deve ser fechado e a migração é um fator do seu desenvolvimento. Brasileiros que saem, estrangeiros que entram, remessas que vêm, investimentos que chegam, capacitação e forças de trabalho e de inovação que se complementam são instrumentos que impulsionam o mercado de trabalho, ao contrário do protecionismo.

Optamos, ainda, por solucionar um problema terminológico, que perpassa toda a proposição, de como denominar as diversas normas internacionais. No documento proposto, por vezes, faz-se a menção a "convenções e tratados internacionais"; "convenções, tratados ou acordos internacionais"; "tratado internacional" ou só "tratado", denotando falha de técnica legislativa e gerando confusão. A própria Constituição Federal embaralha os termos, como demonstra a referência a "tratados, acordos ou atos internacionais" no art. 49, I, e "tratados, convenções e atos internacionais" no art. 84.

Adotamos, pois, a definição da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, promulgada no Brasil pelo Decreto 7.030, de 14 de dezembro de 2009, que é taxativa: "'tratado' significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em seguida, o projeto trata da situação documental do imigrante, como modernização da política de visto, como a facilitação de concessão de vistos para realização de negócios, turismo, atividades artísticas ou desportivas, para trabalhar, estudar, investir. Além disso, é extinto o visto permanente, passando a existir a autorização de residência, que será regrada por autoridade interna, evitando que a regularização do imigrante dependa de ações consulares no exterior. Ademais, além de manter as categorias tradicionais de residência, atualiza as hipóteses, tais como a de tratamento de saúde, acolhida humanitária, férias-trabalho, serviço voluntário, reunião familiar, beneficiário de tratados vinculados ao tema, como, por exemplo, os do Mercosul.

Outro avanço foi tratar de uma numerosa parcela de pessoas que são os residentes fronteiriços, asilados e apátridas, além de inovar ao contemplar os brasileiros emigrantes destinando-lhes um capítulo específico. Neste particular, adota-se uma visão contemporânea do fenômeno migratório, em que não se dissocia a imigração da emigração. Não à toa, conforme a ementa da presente proposição, o novo conjunto normativo deve ser chamado de "Lei de Migração", e não de imigração.

Convém ressaltar, ainda, que o assunto sobre refugiados não foi incluído nesta proposição, apesar da vinculação temática, em razão de o Brasil já possuir em vigor a elogiada Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Outrossim, o projeto dispõe sobre medidas de registro, fiscalização, impedimento de ingresso e retirada compulsória de estrangeiros. Neste particular aspecto, há previsão de três modalidades de retirada compulsória de estrangeiros, que são uma gradação quanto à gravidade da medida: a) a repatriação, aplicável a pessoas em situação de impedimento, quando chegam a aeroportos, portos ou pontos de fronteira; b) deportação em caso de situação irregular migratória já em Território nacional; c) expulsão, que está associada ao cometimento de crime, no Brasil, por estrangeiro. O projeto, além de definir critérios objetivos para essas hipóteses, igualmente vai intensificando as garantias e a ampla defesa a depender da gravidade das modalidades.

Especificamente em relação à deportação, a Câmara acrescentou §6º ao art. 48, que reduz prazo para o procedimento administrativo de deportação quando esta seja derivada de ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Esta redução da ampla defesa, em situação bastante fluida e aberta a interpretações, como o é a de agir contra princípios e objetivos constitucionais, ofende o princípio da ampla defesa.

Convém explicar que a redação original do Senado determina que não se proceda a estas medidas compulsórias de retirada do imigrante em caso de ameaça à sua vida ou à sua integridade pessoal. Já o substitutivo da Câmara acrescentou também que impediriam tais medidas a ameaça à liberdade e ainda condiciona essas ameaças a razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupo social. Consideramos deveras impróprio condicionar a proteção da vida ou da integridade pessoal do imigrante a certas e determinadas motivações.

Respeitando os estritos limites da legislação sobre a naturalização, fixaram-se os requisitos claros e objetivos para sua concessão. Atualizou-se o alcance da cooperação penal internacional, pois, além da extradição, também é contemplada a transferência de presos e a transferência da execução da pena, por vezes aproximada à extradição executória, atualmente previstas em alguns tratados. De modo conclusivo, o projeto enumera infrações e penalidades administrativas, sem punir penalmente a migração em si. O único tipo penal do projeto, que está no art. 115, é relacionado aos chamados “coiotes”, que promovem entrada ilegal de imigrantes com fim de obter vantagem econômica.

Dentre as inovações do texto da Câmara dos Deputados, merece especial referência o novo art. 117, que trata o Conselho Nacional de Imigração, que seria vinculado ao Ministério do Trabalho e, depreende-se, sucederia o atual Conselho Nacional de Imigração. Ocorre que este dispositivo inserido na Câmara padece de vício de iniciativa. Trata-se de um projeto de origem do Senado Federal, que não pode criar um órgão dessa natureza, já que encerra conteúdo sobre organização e funcionamento da administração federal e, por via de consequência, invade competência privativa da Presidência da República.

Insistimos, porém, nesse particular aspecto, em que, embora o atual Estatuto do Imigrante, que ora se revoga, contenha a instituição do Conselho Nacional de Imigração, não se está aqui a extinguir tal entidade. E nem poderia ser diferente, porque um Parlamentar não tem competência para fazê-lo. Cabe exclusivamente ao Executivo, ao Senhor Presidente da República, que já tratou do Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nacional de Imigração como parte integrante da estrutura do Ministério do Trabalho, nos termos do Inciso XXI da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que trata da estruturação dos órgãos vinculados à Presidência da República.

Que fique claro novamente: o atual Conselho Nacional de Imigração em nada é afetado pela supressão do artigo, que, reitere-se, foi excluído do texto pela única razão do vício de iniciativa.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que o sucesso desse projeto é fruto do proveitoso diálogo suprapartidário a envolver diversificados setores governamentais e da sociedade civil, ativa participação de organizações e laicas, de Ministérios de Estado, dos órgãos de segurança, do Ministério Público Federal, da Defensoria Pública da União, das empresas de transporte, de entidades empresariais e de empregados, de organismos internacionais, de especialistas acadêmicos. Como resultado, produziu-se esse ímpar instrumento normativo migratório.

Esse projeto, Sr. Presidente, honra as nossas tradições de integração e acolhimento de outros povos e raças, que forjaram a própria essência do que é a gente brasileira. Especialmente nesta quadra histórica, em que fronteiras e muros são levantados, acho que o Brasil dá um exemplo ao mundo e se recusa a caminhar para trás, avançando nos processos de globalização econômica, fundado nos princípios da soberania nacional e da dignidade humana.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 7, de 2016, com as seguintes alterações: suprimir o inciso XXIII do art. 3º do SCD nº 7, de 2016; suprimir o §6º do art. 48 do PLS nº 288, de 2013; suprimir o art. 117 e seu parágrafo único; renumerar os arts. 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125 e 126 do SCD nº 7, de 2016 como arts. 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124 e 125, respectivamente; uniformizar a referência a "tratados" em relação ao art. 3º, XVIII; art. 4º, § 1º; art. 5º, VII; art. 14, X, e demais artigos – não lerei aqui todos esses artigos –, com a redação que as Srªs e os Srs. Senadores têm disponibilizada no próprio corpo do relatório.

É esse, portanto, Sr. Presidente, o meu voto.

Obrigado pela oportunidade de fazer uma leitura tão longa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Tasso Jereissati.

Coloco em discussão o relatório lido.

Com a palavra para discutir S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, estou absolutamente preparado para votar, e favoravelmente, mas não posso deixar de manifestar a minha satisfação em ouvir esse relatório, que tem duas grandes qualidades a meu ver: a oportunidade, dado o momento, e a correção na posição sobre esse problema mundial, mas também o texto literário, que tem uma qualidade que a gente nem sempre vê nos relatórios que fazemos aqui.

Então, eu voto muito satisfeito. Eu acho que a posição é muito correta, o momento exige isso como uma resposta aos problemas mundiais, e também parabenizo o Relator pela qualidade literária do texto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados, com as alterações apresentadas.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Parabéns a V. Exª, Senador Tasso Jereissati, pelo brilhantismo do relatório aqui apresentado.

O item 2, Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 13, de 2017, a pedido do Relator, S. Exª o Senador Acir Gurgacz, em função de viagem que teve de realizar, está retirado de pauta e constará da pauta da nossa próxima reunião.

Passamos, então, ao item 4.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos, assinado na Cidade do México, em 26 de maio de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Armando Monteiro.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Armando Monteiro para proferir o seu relatório.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu tenho a satisfação de poder, neste momento, relatar essa matéria, pois trata de protocolo que, na condição de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, eu tive a oportunidade de negociar. Portanto, evidentemente, reveste-se, para mim, de um significado especial.

Quero dizer a V. Exª que a proposição não apresenta vício de constitucionalidade.

No mérito, a proposta merece prosperar, dado que incentiva os investimentos recíprocos e a internacionalização das empresas dos dois países, por meio de um ambiente institucional mais favorável e cooperativo, fundamentado na busca de prevenção de controvérsias e do fomento à segurança jurídica. O acordo atende ainda aos interesses dos investidores brasileiros, respeitando naturalmente o espaço regulatório dos dois países.

Trata-se de um novo marco para os acordos de investimentos. O seu caráter inovador está fundado em três pilares: mitigação de riscos dos investidores, fortalecimento da governança institucional e definição de agendas temáticas de cooperação e facilitação de investimentos.

Essa configuração – a nova configuração desses acordos de investimentos do Brasil – foi elaborada a partir de subsídios de importantes organismos internacionais, estudos dos mais atuais *benchmarkings* e, sobretudo, a partir de amplas consultas ao setor privado brasileiro. Esse modelo permitiu, em curto espaço de tempo, que assinássemos vários acordos dessa espécie. Por exemplo, tivemos a oportunidade de celebrar acordos análogos com outros três países da Aliança do Pacífico – o Peru, a Colômbia e o Chile – e com três países africanos – Angola, Moçambique e Malawi.

De fato, Sr. Presidente, no caso em tela, Brasil e México são as duas maiores economias da América Latina. Somados, o PIB dos dois países representa 60% do PIB da América Latina. Há um dado interessante. O nosso comércio com o México talvez seja um comércio de melhor qualidade, porque 90% do que vendemos ao México corresponde a produtos industrializados. Inclusive, o comércio automotivo com o México é um comércio muito importante para o Brasil. Além disso, o México é um importante investidor no Brasil. Há um estoque de capitais mexicanos no Brasil de mais de US$25 bilhões. Portanto, é muito importante que os dois países possam ter um marco adequado, sobretudo com um acordo que tem essas características.

Eu gostaria de aduzir ainda que esse acordo dispõe sobre o essencial dispositivo de não discriminação em relação ao investidor estrangeiro, garantindo-lhe tratamento não inferior ao concedido a Estado não parte. Evidentemente, exceções legais podem ser impostas tendo como base os nacionais, desde que gerais.

O art. 6º resguarda as partes quanto às expropriações arbitrárias. Somente poderão ser nacionalizados ou desapropriados investimentos por utilidade ou interesse público, de modo não discriminatório, com garantia ao devido processo legal e mediante pagamento de justa indenização. Além disso, medidas cautelares podem ser adotadas – é uma previsão do art. 11 –, bem como destinadas a proteção de segurança nacional, ordem pública e da ordem penal.

Igualmente, não se descuida de garantir mecanismos transparentes, objetivos, razoáveis e imparciais, que digam respeito aos investimentos. Para tanto, a publicidade de atos e regras e a troca de informações são asseguradas.

O art. 9º estabelece a livre e rápida transferência de fundos associados a investimentos em moeda de livre uso ou de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data da transferência. Tais transferências, adequadamente, podem ser restringidas em caso de falência, insolvência ou proteção dos direitos dos credores; infrações penais ou administrativas; relatórios de transferências de divisas ou outros instrumentos monetários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quero, ainda, para concluir, Sr. Presidente, referir que há traçados nesse acordo sistemas de prevenção e de solução de controvérsias. Os Pontos Focais e o Comitê Conjunto terão papel crucial para a consolidação de entendimento e para garantir o cumprimento de procedimentos estabelecidos no Acordo. Contudo, em caso de esgotamento dessa etapa sem êxito, regras sobre tribunal arbitral são também instituídas.

Não há dúvidas sobre a conveniência em aprovar tratado de tamanha virtude e equilíbrio. Essa iniciativa contribui para a estratégia da nossa política comercial em promover uma maior aproximação e integração da nossa economia com os países da Aliança do Pacífico.

Aliás, meus caros Senadores Cristovam, Tasso e Anastasia, eu vi, com muita satisfação, uma entrevista do nosso Chanceler, Aloysio Nunes Ferreira, em que ele enfatiza absoluta prioridade que a relação entre o Mercosul e os países da Aliança do Pacífico deve adquirir sobretudo neste momento.

Portanto, esses acordos, que são acordos de nova geração na área de cooperação e facilitação de investimentos, representarão instrumentos valiosos para que esse processo de maior adensamento das nossas relações possa se consolidar nos próximos anos.

Por isso, o voto é favorável ao acordo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, que acaba de apresentar o seu relatório.

Coloco agora em discussão o referido relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos à votação do relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Meus cumprimentos a S. Exª o Senador Armando Monteiro não somente pelo relatório apresentado, mas sobretudo por ter sido o arquiteto desses acordos de segunda geração aos quais estamos agora assistindo, tendo a possibilidade de tomar conhecimento de seu teor na Comissão de Relações Exteriores. Parabéns a V. Exª, portanto, Senador Armando Monteiro.

O relatório, portanto, vai ser enviado à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de passar ao último item da nossa pauta, eu gostaria de propor aos senhores integrantes desta Comissão que fosse dado regime de urgência à mensagem encaminhada com a indicação dos Srs. Embaixadores Mosca e Paulo Cesar, respectivamente, para as Embaixadas do Brasil na Eslovênia e em Israel.

Gostaria de saber de V. Exªs se podemos requerer o pedido de urgência para o envio dessa mensagem ao Plenário.

Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Totalmente de acordo. Mas gostaria de saber se não podemos também pedir urgência para o projeto de migração.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente.

Sugere S. Exª o Senador Cristovam Buarque regime de urgência para o projeto de migração, bem como também para o acordo comercial Brasil-México.

Então, essas quatro mensagens são colocadas em votação agora e à deliberação do Plenário. (*Pausa.*)

Todos de acordo.

Está concedido o pedido de urgência às mensagens aqui já referidas, mensagens de indicação de S. Exªs os Embaixadores, já aqui lembrados, para a Eslovênia e para Israel, bem como aos projetos aqui apresentados de migração e de acordo comercial, tendo como Relatores S. Exª o Senador Tasso Jereissati e S. Exª o Senador Armando Monteiro. A todos, então, fica conferido o pedido de urgência para a votação em plenário.

Vamos ao item 5, extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 209, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 18 a 22 de abril de 2017, para participar como palestrante em Mesa-Redonda no V Seminário Luso-Brasileiro de Direito, que será realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 18 e 20 de abril de 2017, na cidade de Lisboa, em Portugal; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 18 a 22 de abril de 2017.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: pela aprovação.

A relatoria está a cargo de S. Exª o Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, é com prazer que relato o pedido para a licença do nosso colega Senador Anastasia para participar, como palestrante, de mesa-redonda no V Seminário Luso-Brasileiro de Direito, que será realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, na cidade de Lisboa, em Portugal.

Encontra-se anexado ao requerimento o Ofício 701/2017-IDP, Instituto Brasiliense de Direito Público, que convida S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O requerimento fundamenta-se no art. 40 do Regimento Interno do Senado. Ele é acolhido do ponto de vista regimental, por registrar que não se encontra óbice no aspecto de mérito. No contexto da importância, não há dúvida de que trará a possibilidade de uma reflexão sobre Constituição e governança, o que faz ser muito acertada a presença do eminente Parlamentar, que proferirá palestra na mesa-redonda com o título "O presidencialismo de coalização é reformável?", que será realizada no dia 20 de abril. Além dessa notável participação, o evento discutirá temas de contemporaneidade sobre sistema político, boa governança e consolidação do constitucionalismo.

Desse modo, a ausência aqui do Parlamentar justifica-se plenamente, por essa destacável missão a ser desempenhada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação, ficando aqui, Senador Anastasia, já que está presente, o meu pedido de uma cópia do seu trabalho. Tenho a certeza de que o tema merece uma reflexão de todos nós sobre se o presidencialismo de coalizão é reformável e, como eu também acrescentaria, se o presidencialismo de coalizão permite fazer as reformas de que o Brasil necessita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao Senador Cristovam a gentileza da leitura do relatório sobre esse convite recebido do IDP e da Universidade de Lisboa para eu participar dessa mesa-redonda.

De fato, é um tema de grande desafio. V. Exª mesmo, ao ler o tema, fez uma expressão facial que demonstra a complexidade do assunto, já que V. Exª, como Presidente da República, sabe que esse nosso modelo tem as suas dificuldades. Mas vamos discuti-lo academicamente e trarei as suas conclusões juntamente às autoridades brasileiras e portuguesas que vão participar desse conclave.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Também acompanho a solicitação feita aqui por S. Exª o Senador Cristovam Buarque de obter a cópia do que lá foi debatido, discutido, sobretudo a sua apresentação, a sua participação. Acredito que será do interesse de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Meus cumprimentos e muito bom proveito nessa sua viagem.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes do nosso encerramento, eu gostaria de fazer um último comunicado, com a permissão de V. Exªs, sobre um tema que tem sido de alguma maneira bem recorrente nos meios locais: o financiamento das exportações da indústria de defesa e também a reunião da LAAD, o encontro da LAAD.

O BNDES anunciou o lançamento de uma linha de crédito para financiamento à exportação de equipamentos de defesa, com o objetivo de criar condições de concorrência com outros países e estimular o desenvolvimento da indústria desse setor, que representa 3,7% do Produto Interno Bruto, gerando mais de 30 mil empregos diretos e 120 mil empregos indiretos.

Durante a visita à LAAD (Latin American Aerospace & Defense), realizada no Rio de Janeiro, no último dia 4, o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o BNDES financiará em até 100% as exportações do setor. No caso, o crédito irá para equipamentos como cargas e cargueiros, e não para armas e munição.

"É preciso estabelecer uma política comercial para a Defesa. Por isso, estamos criando um grupo de Defesa dentro da Camex [...] que poderá criar ações coordenadas na exportação para fortalecer a indústria", disse o Ministro.

Reconhecida como sendo a maior feira de defesa e segurança da América Latina, a LAAD reúne empresas especializadas no fornecimento de produtos e serviços voltados à área de defesa, segurança pública, agências governamentais e consultorias institucionais.

Realizada em caráter bienal, a feira internacional possibilita que fabricantes brasileiros e internacionais exponham seus produtos, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

No estande do Comando da Aeronáutica, os visitantes puderam conhecer detalhes sobre seus projetos estratégicos, tais como a aeronave de superioridade aérea Gripen NG.

Além dessa, um orgulho para a indústria bélica brasileira de aeronáutica, o maior avião cargueiro desenvolvido no Brasil, o KC-390, que já é sucesso com somente dois protótipos sendo testados, já é um sucesso de interesse. Cerca de 150 países já manifestaram seu interesse de conhecer mais de perto o projeto e já se inscreveram como possíveis compradores.

E o revolucionário Programa Estratégico de Sistemas Especiais (PESE), um programa pensado de forma dual, permitindo que um mesmo satélite possa ter várias utilizações, atendendo, além da área de defesa, também as áreas de agricultura, zoneamento, controle de cidades ou segurança pública, que é o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, cuja sigla é PESE.

No campo militar, tal programa tem aplicações no Sistema Militar de Comando e controle, no Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), e no Sistema de Gerenciamento da Amazônia Sul.

Considerando relevante a realização de uma feira de tal magnitude, que possibilita a divulgação das capacidades tecnológicas na área de defesa, com derivações para as demais áreas de conhecimento e da indústria, acrescento que a referida feira ocorreu nos últimos 15 dias – encerrada agora, recentemente – e foi realizada com muito êxito, com a participação e interesse de vários representantes da indústria mundial, inclusive com a visita do próprio Presidente da República.

Encerramento.

A Presidência propõe ao Plenário da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, quando realizaremos o 2º Painel de Debates, no dia 10 de abril, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o tema "O fim da *pax americana?* Donald Trump e a ordem internacional", integrante do nosso ciclo de debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?"

Os expositores já confirmados serão o Ministro e Embaixador Celso Lafer, o Prof. Dr. Creomar de Souza e o Consultor Dr. Joanisval Gonçalves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

Contando com a presença de V. Exªs nesse 2º Painel de Debates, na próxima segunda-feira, como já foi dito, às 18 horas, neste plenário, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2017.

Às dezoito horas do dia dez de abril de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Hélio José e Thieres Pinto. Justifica ausência a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Realização do 2º Painel: O Fim da *Pax* Americana? *Donald Trump* e a Ordem Internacional. Abrangendo: Os reflexos do Governo *Donald Trump* para as relações internacionais; A política externa norte-americana; Intervencionismo e isolacionismo; As iniciativas de *containment* em relação à China e à Rússia; Campanhas militares de combate ao terrorismo; A política de *leadership from behind* e de no *boots on the ground*; e O não ao Estado Palestino. Participantes: Sr. Celso Lafer, Ministro; Sr. Creomar de Souza, Professor; e Dr. Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Embaixador Jacques Michel Moudoute-Bell, da Embaixada do Gabão; Embaixador Malek Twal, da Embaixada da Jordânia; Conselheiro Toridio de Prado, da Embaixada da Espanha; Embaixador Thomas Bvuma, da Embaixada do Zimbábue; Primeiro Secretário Juan Pozo Alvarez, da Embaixada de Cuba; Chefe de Missão Adjunto Samuel Nogma e Coronel Zhenda (Adido de Defesa), da Embaixada da Zâmbia; Ministro Conselheiro Ahmed Alasaad, da Embaixada do Estado da Palestina; Embaixador Nabil Adghoghi, da Embaixada do Reino do Marrocos; Primeiro Secretário Deji Okediji e a Especialista em Política Gabriela de Campos Teixeira Fontenele, da Embaixada dos Estados Unidos da América; Embaixador John Richardson e Cônsul e Segunda Secretária Alison Musgrove, da Embaixada da Austrália; Embaixadora Sinknesh e Jigu, da Embaixada da República Democrática Federal da Etiópia; Embaixador Manuel Tomás Lubisse, da Embaixada da República de Moçambique; Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada de Angola; Embaixador Carlos Amorín, da Embaixada do Uruguai; Secretário Conrado M. Assenza e Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da República Argentina. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente faz a leitura de Nota do Ministério das Relações Exteriores, do dia 7 próximo passado. O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares e aos internautas participantes. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje cumpriremos mais uma etapa do ciclo de debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 1, de 2017, em 17 de março deste ano. Trata-se do 2º Painel, intitulado "O fim da *Pax Americana*? Donald Trump e a Ordem Internacional".

Comunicados, ciclo de debates, relato do 1º Painel realizado a 15 dias atrás.

Ao dar início ao ciclo de audiências públicas denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na segunda-feira, dia 27 de março, o 1º Painel abordando o tema "Tempestade ou Calmaria? A Configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a Atuação do Brasil", com a participação dos Exmºs Srs. Embaixadores Rubens Barbosa e Gelson Fonseca Júnior, e do professor da Universidade de Brasília, Dr. Eduardo Viola. De acordo com o primeiro palestrante, Embaixador Gelson Fonseca, na história recente, em dois momentos se acreditou em uma ordem internacional estável, consensual. O primeiro ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). E o segundo ao término da Guerra Fria, quando com o fim do conflito ideológico se vislumbrou que as instituições poderiam funcionar plenamente. A ONU, considerou o palestrante, ajudou a evitar conflitos. As grandes potências transgrediram algumas regras, mas respeitavam as deliberações e não questionavam as instituições. A globalização tornaria mais densas as relações entre os países gerando regras e valores universais, a exemplo dos direitos humanos e do meio ambiente.

O consenso, no entanto, não se concretizou por três razões principais, afirmou. Primeiro, acreditava-se que a hegemonia militar e econômica dos Estados Unidos conduziria o consenso. Mas as situações de poder não são estáticas, e a ampliação da OTAN pela adesão de países do Leste Europeu gerou tensões com a Rússia. Em segundo lugar, o crescimento da China, que passou rapidamente do décimo ao segundo lugar no *ranking* das economias, o que exigiu a expansão da sua área de influência e interesse, especialmente na Ásia e na África. E em terceiro, os Estados Unidos perceberam que a superioridade econômica e militar não basta para garantir a solução dos problemas.

O que estamos vendo acontecer em 2017, de acordo com o segundo palestrante, Prof. Eduardo Viola, é a existência de duas forças profundas em conflito. De um lado, forças, principalmente econômicas e tecnológicas, promovendo um desenvolvimento acelerado da globalização, a chamada hiperglobalização. E, de outro lado, forças de resistência a essa globalização acentuada, essencialmente forças político-culturais.

Discursos nacionalistas em várias partes do mundo, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e manifestações xenofóbicas na Europa são exemplos da reação que ocorre contra a globalização. Mas a possibilidade de erodir o processo é muito baixa, segundo o Dr. Viola. A geopolítica vigente hoje não é mais de fronteiras, mas de conectividade, seja física, através de via, portos, aeroportos, seja de informação, afirmou o palestrante. Estados Unidos, Europa e China são os três poderes que dominam o processo de globalização.

O último palestrante, Embaixador Rubens Barbosa, explicou que a inserção do Brasil na nova ordem internacional internamente enfrenta os desafios de: superar as crises econômica, política e ética; corrigir os equívocos; e restabelecer a competitividade sistêmica e no comércio exterior, fazendo emergir uma nova agenda.

Na área externa, os desafios se caracterizam pela incerteza, dificultando a formulação de políticas, afirmou o Embaixador Rubens Barbosa. E continuou: na área econômica, a insegurança deriva em parte das medidas anunciadas pelo governo Trump, aumenta com os acontecimentos da Europa, e só é amenizada pelo crescimento dos países emergentes.

Por outro lado, a perda de força da Organização Mundial do Comércio em iniciativas da China, como a nova política industrial, com nacionalização da produção, acordos e adoção de política regional, certamente afetarão todos os países, avaliou o Embaixador Barbosa.

Na área de segurança e defesa, as situações que geram instabilidade são o aumento do orçamento militar norte-americano, o incentivo do novo Governo ao combate ao terrorismo, a política de fronteiras com repercussão na questão dos vistos, as questões do Irã e da Coreia do Norte, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mudança de atitude em relação à OTAN e a interferência direta dos Estados Unidos na guerra da Síria, asseverou.

A política externa e de comércio exterior brasileira foi relegada a segundo plano, e o Brasil não está reagindo a esse cenário, segundo o Embaixador Rubens Barbosa. Na sua opinião, nós precisamos definir o que queremos com cada interlocutor e estabelecer, como agendas, os seguintes pontos: assumir efetivamente a liderança na América do Sul, segundo nossos interesses; integrar o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia global e do comércio internacional; ampliar nossa voz nos organismos internacionais, intensificando a coordenação interna, para tomar posicionamentos; e sair do isolamento, incrementando negociações bilaterais e acordos megablocos, com regras negociadas fora da OMC, concluiu o Embaixador Rubens Barbosa.

Respondendo a questões sobre se a política externa de Trump poderia representar uma ameaça à ordem internacional – essa foi uma indagação –, o Embaixador Rubens Barbosa considerou cedo para avaliar os efeitos de sua política e que Trump manifesta uma posição mais isolacionista, mas que as ações do Presidente são contidas pelo *establishment*.

O Embaixador Gelson afirmou que a limitação a uma eventual escalada é herança da Guerra Fria e que não vê Trump querendo ameaçar a segurança, mas com um discurso de redução do engajamento internacional.

Já para o Prof. Viola, Trump promove uma política mais agressiva, mas não representa ameaça à segurança, pois tem capacidade limitada de fazer o que fala, e as instituições, a exemplo da OTAN, continuarão funcionando.

E finalizamos aqui.

Eu não li todo o relatório de como se passou a nossa última audiência e determino à Secretaria Executiva desta Comissão que dê como lidas as partes de que não foi aqui dado conhecimento. Eu apenas extraí os pontos principais.

Mas é interessante notar que esse painel, essa discussão foi há 15 dias. E hoje, 15 dias depois, vemos como mudou o cenário da política internacional, como mudou e se colocou em risco a segurança internacional, bastando, para isso, uma atitude unilateral de um país passando por cima da Organização das Nações Unidas. Ou seja, toma-se a atitude, para que depois ela seja homologada pelo Conselho de Segurança.

Segundo consta, as Nações Unidas foram criadas exatamente para impedir que ações unilaterais fossem tomadas sem que houvesse o apoio do Conselho de Segurança.

Coincidentemente, o nosso ponto para o debate da noite de hoje foi planejado há algum tempo. Não trouxemos esse tema à baila pelo que ocorreu há alguns dias, mas é um tema que está perfeitamente adequado ao momento em que vivemos, um momento que exige reflexão, ponderação, freio em certos protagonismos, e sobretudo diálogo.

Conforme já divulgado, os painéis ocorrerão quinzenalmente, sempre às segundas-feiras, às 18 horas, neste plenário da Comissão.

Como se trata de evento público e transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião, pela TV Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

O painel de hoje é denominado "O fim da *Pax* Americana? Donald Trump e a Ordem Internacional". Para este painel foram convidados e irão participar, como palestrantes, o Ministro Celso Lafer, o Prof. Creomar de Souza e o Dr. Joanisval Gonçalves, os quais tenho o prazer de cumprimentar e convidar para fazer parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de cada um, em nome de todos os integrantes da nossa Comissão. (*Pausa.*)

Mais uma vez agradeço aos senhores a participação. Agradeço também a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e das autoridades aqui presentes, notadamente dos representantes das missões diplomáticas acreditadas junto ao nosso Governo.

Cada expositor disporá de 20 minutos para sua exposição inicial, tempo que pode ser prorrogado, naturalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Presidência também transmitirá aos palestrantes, ao final de suas exposições, as perguntas que chegarem dos internautas.

Para o tema de hoje, nós colocamos aqui alguns tópicos que serviriam apenas como pontos de reflexão para os senhores palestrantes, sem querer induzi-los, em momento nenhum, a que esses pontos sejam observados.

O primeiro deles – a ação norte-americana na Síria:

- o que isso significa para o equilíbrio global;

- o reflexo dessa ação nas relações com a Rússia;

– o reflexo dessa ação em relação à Coreia do Norte – teria servido ela como um aviso àquele país?

- o papel da ONU, das Nações Unidas – para que ela realmente está servindo em momentos como estes que nós vivenciamos e que não é o primeiro? Já em outras oportunidades, países tomaram iniciativas unilaterais sem o devido consentimento ou aprovação do Conselho de Segurança. Até quando isso irá perdurar?

- os reflexos do governo de Donald Trump para as relações internacionais;

- a política norte-americana – intervencionismo e isolacionismo;

- as iniciativas de *containment* em relação à China e à Rússia;

- campanhas militares de combate ao terrorismo;

- a política de *leadership from behind* e de *no boots on the ground;*

– o "não" ao Estado Palestino.

Para dar início ao painel, eu tenho a honra de conceder a palavra a S. Exª o Ministro Celso Lafer, que irá, com seu brilhantismo habitual, fazer-nos conhecer de perto a sua visão, a sua análise sempre percuciente dos acontecimentos que de alguma forma nos atormentam neste momento.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CELSO LAFER – Obrigado, Presidente. Queria cumprimentar todos.

Queria reiterar que é uma satisfação voltar à Comissão de Relações Exteriores, participando, mais uma vez, de um ciclo de debates. O Presidente Collor, em outra oportunidade, quando chefiou a Comissão de Relações Exteriores, realizou um ciclo de debates, um conjunto de audiências públicas que foram muito instigantes e muito interessantes e que, justamente, tiveram esse mérito pelo domínio e pelo interesse que ele tem pelos temas das relações internacionais, das quais posso dar, inclusive, o meu testemunho, tendo tido o prazer de colaborar com ele como seu Ministro das Relações Exteriores, em especial no grande evento que foi a Rio 92.

São muitas as questões que o Presidente Collor colocou para nossa reflexão. Eu vou tentar, num primeiro momento, fazer uma rápida avaliação de qual é a situação mundial, tomar o seu pulso, para ver como, para um bom juízo diplomático, esse pulso da situação nos oferece também boas e melhores condições para um juízo diplomático sob as modalidades da inserção internacional do Brasil.

A pergunta geral que envolvia o debate que ora iniciamos é, enfim: pontes ou barreiras? E para entender essa pergunta sobre pontes e barreiras, eu vou passar por um histórico rápido das transformações significativas de como vem operando o mundo. Eu diria que a década de 90, que foi a do fim da Guerra Fria, das polaridades definidas leste-oeste e, nesse contexto, norte-sul, teve como evento inaugural, como todos sabemos, a queda do Muro de Berlim, e propiciou um mundo mais aberto à cooperação. Como o professor, eu diria um mundo mais grociano, com algum espaço kantiano, de uma razão abrangente da humanidade.

Se fosse necessário dar alguns exemplos, eu mencionaria, em primeiro lugar, a própria Conferência do Rio, de 1992, sobre meio ambiente e desenvolvimento, e o reconhecimento da sua relevância como tema global; a Conferência de Viena, de 1993, sobre direitos humanos, também encarada como tema global, que permitiu também ao Brasil, como na Rio 92, ter uma atuação ativa em consonância com os preceitos da Constituição de 1988; o término das negociações da Rodada Uruguai do GATT, que levaram à criação da OMC e seu efetivo funcionamento a partir de 1995, criando um espaço de cooperação e reforçando o multilateralismo comercial internacional, contendo justamente o unilateralismo; e, no âmbito regional, a ênfase de fronteira-separação para fronteira-cooperação, de que é um grande exemplo a criação do Mercosul, o entendimento com a Argentina, inclusive no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

âmbito nuclear, e as virtudes da conectividade da vizinhança e o papel do Mercosul, concebido como uma plataforma de inserção competitiva no mundo que se globalizava.

As linhas gerais da inserção do Brasil, como refletiu o Embaixador Gelson, eram a da autonomia pela participação e não pelo isolamento, num mundo que favorecia a cooperação, portanto, um mundo mais aberto a pontes do que a barreiras.

O século XXI. O que nós podemos dizer sucintamente sobre o século em que estamos inseridos? A máquina do mundo moveu-se de Grócio e Kant para Hobbes, para a guerra de todos contra todos, e a faceta preponderante é mais barreiras do que pontes. Eu acho que os ataques terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, indicaram o alcance da violência indiscriminada, que a técnica permite multiplicar em termos distintos da dissuasão nuclear, e internalizaram, pela primeira vez, as tensões do mundo no território continental norte-americano. Mostraram que é possível atuar na política internacional e na criação de tensões sem ser um Estado, o que rompe a lógica da Westfália, de um sistema internacional basicamente interestatal, que atua por meio de redes que escapam da hierarquia das cadeias de poder e permitem transpor fronteiras e territórios.

É isto que vem caracterizando a ação terrorista no mundo globalizado, que gera espaço para ações clandestinas e novos desafios para a segurança dos Estados e das sociedades. Não preciso dizer que esse é um tema de grande intensidade e persistência na agenda mundial. O que aconteceu no Egito agora, recentemente, é mais uma comprovação de um fenômeno de crescente importância e intensidade.

O segundo aspecto é o da força crescente das políticas de identidade e de reconhecimento, o que Octavio Paz chamava a sublevação dos particularismos, que coloca, inclusive, em questão a integridade territorial dos Estados – as forças centrífugas que se distanciam de uma razão abrangente da humanidade. E é nesse capítulo que temos a xenofobia, os fundamentalismos e um dos grandes dramas do sistema internacional contemporâneo, que são os refugiados, que são os expulsos da trindade Estado-povo-território, e essa Torre de Babel da incomunicabilidade. Nós vemos isso na Europa, vemos isso no Oriente Médio, com Estados falidos, e vemos a geografia das paixões sobrepujando a lógica dos interesses e a sua razoabilidade. Se fosse interessante dar um grande exemplo, o Brexit é um paradigma do que é isso que estou descrevendo, porque colocou em questão a utopia bem-sucedida da segunda metade do século XX de uma Europa unificada, em paz e prosperidade. E é claro que o potencial desestabilizador do Brexit tem repercussão geral.

Temos a crise financeira de 2008, que a partir dos Estados Unidos se alastrou para o mundo e indicou os riscos dos processos de integração dos mercados conduzidos por uma alta finança sem apropriada governança. Isso está mais ou menos latente, mas no meu entender é um problema que subjaz aos desafios do século XXI.

Há o deslocamento da dinâmica econômica para a Ásia – Índia e China –, que é uma movimentação no mundo globalizado das placas tectônicas da economia mundial; a emergência da China que, nós todos sabemos, não é só econômica, mas política, que tem a sua incidência própria na região – e voltaremos a isto na análise do problema da Coreia; o mundo, por isso mesmo, muito multipolar, mas não necessariamente conduzido ou regido pelo multilateralismo, que é o tema da ONU; e o ineditismo da era digital: o ciberespaço da instantaneidade e da multiplicação das interações, que internalizam o externo da vida cotidiana dos países de uma maneira de uma maneira que representam um desafio para a condução da política externa, ou seja, a relação entre o interno e o externo se faz de uma maneira automática e fluídica nesse ciberespaço.

E, para fazer uma última observação sobre isso, cabe lembrar uma grande observação do Raymond Aron, que dizia que o processo do conhecimento que vem trazendo a efetiva unificação histórica da humanidade não assegura a contenção ou o deslinde do drama dos confrontos de vontades numa sociedade internacional heterogênea. No nosso âmbito regional, este mundo do século XXI é mais heterogêneo e mais fragmentado, com bolivarianos e suas tensões, com essa divisão entre o Pacífico e o Atlântico, ou seja, a região também absorveu a lógica das forças centrífugas.

E, se nós quiséssemos fazer um olhar sobre o mundo atual, em matéria de política externa, o juízo diplomático não se circunscreve à tradicional lida com as asserções e confrontos de hegemonia. Está difícil organizar o conhecimento, diferenciando o estrutural do conjuntural, o peso das forças profundas e como elas ajudam como entender os eventos que vêm sacudindo o mundo. Uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dificuldades dessa nebulosa é a falta de clareza na identificação da tensão predominante iluminadora da dinâmica dos movimentos, como foi, por exemplo, norte e sul, leste e oeste, no período pré-queda do Muro de Berlim. Em síntese, esse é um grande desafio para poder enfrentar o ímpeto da desordem internacional, que a torna cada vez mais perigosa e instável.

Faço só um parêntese para dizer que o mundo, a arquitetura do sistema internacional passa pelos muitos mundos das regiões que o integram com sua lógica própria e que são afetadas pela dinâmica internacional e a sua indivisibilidade, mas que têm as suas especificidades, para dizer que nós, como país, estamos inseridos na América do Sul, somos um país de escala continental, dotado de massa crítica, que não está e não esteve no centro e no foco das tensões e instabilidades que permeiam o mundo. É o que nos diferencia do que vem acontecendo, com muita intensidade, em outras regiões, e também das especificidades de outros países de escala continental e de grande projeção, como China, Índia, Rússia, Estados Unidos e Europa da União Europeia. É o que nos dá uma margem nacional de apreciação própria para condução da política externa neste mundo instável.

Chego, então, um pouco a Trump. A campanha, a eleição e a posse de Trump foram um ponto fora da curva da tradição política norte-americana, mas teve sucesso ao granjear o apoio dos descontentes e do seu mal-estar. A tradição política dos Estados Unidos mais recente sempre levou em conta preservar e não comprometer o centro dinâmico vital, aglutinador da esperança, da liberdade e da abundância econômica. Esse centro ora se inclinou mais para a direita, por exemplo, a presidência Reagan, ora mais à esquerda, com o *"Yes, we can"* da presidência Obama, mas o *bullying* – penso eu – foi a característica da campanha de Trump e o seu discurso de posse a expressão de uma proposta de ruptura com a lógica desse centro vital.

Então, as pessoas e as personalidades, sobretudo quando estão no exercício de funções públicas de grandes responsabilidades de um país grande, como são os Estados Unidos, têm impacto. Eu acho que o *bullying* foi a maneira pela qual ele conduziu a campanha, o *bullying* foi a maneira como ele conduziu a sua vida empresarial e, como o vitorioso não tende a mudar de método, o *bullying* será a sua maneira de conduzir-se no plano interno e internacional.

O que significa esse *bullying*? Esse *bullying* também tem um componente de imprevisibilidade. Bom, neste momento inicial, ele, Presidente Trump, está testando os limites do seu poder no plano interno e no plano internacional.

No plano interno, opera esse teste em uma democracia regida por uma Constituição que estipula limites ao exercício do poder pelo Presidente, os limites dados pela separação de poderes, o federalismo que confere competências próprias aos estados-membros da união, o papel dos direitos humanos fundamentais que explicita os direitos dos indivíduos de não padecerem os desmandos do poder e o vigor de uma sociedade civil capaz de expressar posicionamentos críticos em relação às políticas do Presidente.

O teste desses limites externos está em andamento. Ele não teve o benefício dos famosos cem dias porque a reação tem sido significativa. É possível que a iniciativa que ele tomou agora em relação à Síria signifique uma dimensão que possa granjear-lhe apoios internos neste momento, mas também significa riscos na medida em que os passos seguintes não estão claros. Não vou naturalmente me aprofundar nisso, mas vou para os limites externos.

Os Estados Unidos são uma grande potência, mas não são autossuficientes nem vivem em isolamento autárquico. Participam de um mundo integrado por outros estados e sociedades, e estes, na dinâmica do funcionamento da vida internacional, vão estabelecer quais são os limites externos do poder norte-americano e como é que ele vai, Trump, como Presidente, testar esses limites.

As primeiras indicações de Trump foram uma ruptura em relação aos componentes de continuidade da política externa norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial. Quais eram esses componentes? Uma mescla de força militar, de recurso ou poderio econômico e comercial e do *soft power* da atração e da persuasão que asseguraram, mesmo com a mudança da conjuntura e o aparecimento de novos polos de poder, um espaço de primazia para os Estados Unidos na vida internacional.

É esta mescla própria que Trump questionou com o *bullying* do "*America first*". Então, "*America first*" significa sou eu e os outros não me interessam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As palavras e os gestos integram a ação diplomática e as palavras possuem, para evocar Cecília Meireles, uma estranha potência que pode ser a do sonho e da audácia, mas pode também carregar calúnia, fúria e derrota.

Então, em síntese, os gestos e as palavras do Presidente Trump carregam esses elementos de sucesso e de potencial de grande estabilidade. Ele está à vontade na afirmação de focos alternativos e pós-verdades. E isso tem consequências, dada a importância dos Estados Unidos no mundo.

A diplomacia é uma alternativa à força e, como instrumento da política externa, tanto bilateral quanto multilateral, pela qual o Presidente Trump mostra pouco apreço, pela maneira com que vem desconsiderando o Departamento de Estado, tem a sua razão de ser na necessidade dos Estados de se comunicarem e interagirem de maneira institucionalizada. A diplomacia é diálogo, não é monólogo solipsista, abre a oportunidade para a compreensão do ponto de vista dos outros do que querem e do que não podem aceitar, oferecendo caminhos para a busca de um terreno comum. O Conselho de Segurança, por exemplo, opera levando em conta o que é o aceitável, o que dá para aceitar, o que não dá para aceitar.

Pois bem, Trump está propondo quebra dessas linhas de continuidade. Toda a quebra de continuidade provoca incertezas e reações, ainda mais se não for articulada, levando em conta os outros ao inserir-se no mundo com as características que apontei: instável, permeado pela geografia das paixões e alimentado pela força centrífuga dos múltiplos particularismos, ainda mais, compromete o capital simbólico norte-americano no seu *soft power* e o tema da sua confiabilidade, porque a confiabilidade pressupõe que eu tenha capacidade de identificar o que há de previsível no meu interlocutor.

Trump, por exemplo, ao afirmar que defenderá agressivamente a soberania norte-americana em política comercial levando em conta apenas as leis do seu país, está colocando em pauta o não cumprimento de direitos e obrigações assumidas e, por via de consequência, a boa-fé dos Estados Unidos no trato da vida internacional. No documento que ele enviou ao Congresso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CELSO LAFER – ... ele diz que os Estados Unidos se reservam o direito de unilateralmente, ao arrepio das normas da OMC, que são o seu ativo, criar novas barreiras tarifárias e não tarifárias e de não cumprirem as decisões do seu sistema de solução de controvérsias, minando a confiança no sistema multilateral de comércio.

Como isso se baseia na reciprocidade de *mutual claims and intolerance*, a ascensão aos extremos, para usar uma linguagem de Clausewitz, do "*America First*", tende a provocar reações em cadeia com um efeito dominante desestabilizador para toda a ordem econômica mundial.

Exemplifiquei com o comércio, mas a linha de raciocínio cabe no campo do meio ambiente. Então, a Conferência de Paris de 2015 e a ordem executiva sobre o...

O ofensivo *big stick* em relação ao México, ao muro, terá os seus desdobramentos em matéria de antiamericanismo nas Américas. E é evidente que é no campo estratégico militar, OTAN, Ásia, Coreia do Norte, Oriente Médio, que estamos diante de um poço de incertezas. É preciso ver os desdobramentos da ação militar na Síria, a reação da Rússia e do Irã inclusive, para sabermos quais são os próximos passos em função da reação desses atores, também o que significa o posicionamento em relação à Coreia do Norte, tema de grande magnitude, na perspectiva da segurança internacional.

Enfim, para resumir e concluir, disciplinadamente, como gosta o Presidente Collor, o Oriente Médio é uma fonte de grande incerteza, Estados falidos, uma guerra civil horrorosa, refugiados em penca, conflitos regionais e internacionais. Então, Irã, Turquia, Arábia Saudita, Estado Islâmico, Israel, e naturalmente o jogo Estados Unidos e Rússia, sem falar na Europa, porque, enfim, o Oriente Médio é a vizinhança da Europa, não tem a conectividade da presença e os refugiados são um exemplo.

E há a Ásia e aí o capítulo da Coreia do Norte, que é um problema ainda de maior magnitude, porque, enfim, não se pode dizer que a Coreia do Norte se reja pela razoabilidade, mas tem armas nucleares, ameaça a Coreia do Sul, ameaça o Japão, a China é o único país que tem condições de exercer uma influência mais forte. A posição norte-americana, para ser bem-sucedida, teria que passar por um entendimento com a China. Se esse entendimento existe ou não, não sou capaz de dizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Enfim, agradeço a presença dos que tiveram a bondade de me ouvir e o convite do presidente Collor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Celso Lafer, pelas suas palavras sempre percucientes, brilhantes e esclarecedoras.

Concedo a palavra ao Prof. Creomar de Souza para as suas considerações a respeito do tema título do painel de hoje.

O SR. CREOMAR DE SOUZA – Obrigado, Presidente.

Boa noite a todos. Espero que eu esteja aqui em uma posição correta, que permita que vocês possam ouvir a minha fala. Bom, sempre é uma responsabilidade falar logo após o Ministro Celso Lafer. Então, tentarei aqui, da maneira mais correta e direta possível, versar sobre os temas que envolvem este nosso diálogo.

Basicamente, eu começo a minha fala por uma pergunta, tendo em vista que o nosso painel se baseia na ideia de perguntar se há um fim da *Pax Americana*. E aí eu faço uma derivação e pergunto se de fato existiu uma *Pax Americana*, tendo em vista referenciais teóricos das relações internacionais e da ciência política. E, nesse aspecto, nós poderíamos dizer que essa *Pax Americana*, vista como um conceito muito vinculado à ideia de hegemonia nas relações internacionais, que seria dizer o quê? A capacidade de um ator de exercer liderança sem nenhum tipo de contestação de fato pode ter existido durante um período muito curto da história recente, que coincide, em algum sentido, com a administração Bush pai, de 1989 até 1993, e que tem seu grande ápice na ação, na primeira guerra do Iraque, em que um número enorme de países, mais de uma centena de países se construíam em coalização para, de certa maneira, libertar o território kuwaitiano, mas não desalojar Saddam Hussein do poder.

Bom, tendo em vista isso, o que vai acontecer no sistema internacional daí por diante? Nós teremos processos e momentos de contestação a essa hegemonia americana. E esses processos de contestação vão se colocar em várias ordens. Em ordem discursiva, do ponto de vista de carisma. Lembremos, por exemplo, o posicionamento de Sarkozy e Schröder quando da segunda Guerra do Golfo. Vão se colocar em ordem de contestação de poderio econômico, com grande crescimento da China como um elemento de matriz econômica potencialmente grande, tentando se transformar em uma espécie de oficina planetária, fornecendo todo o tipo de gênero industrial desnecessário, mas vai se colocar também em termos de desafio de segurança. E, nesse aspecto, eu creio que valem ser destacados três pontos fundamentais. O primeiro é o renascimento da Rússia via governo de Vladimir Putin e a ideia de neoeurasianismo e um renascimento da função da Rússia como um ente libertador de um determinado pedaço da Europa, basicamente aquela Europa eslava, que não está diretamente vinculada a um componente histórico de expansão da Europa ocidental.

Um segundo ponto que deve ser mensurado também é o surgimento da Coreia do Norte, com a sua diplomacia e de comida por armas. Isso quer dizer o quê? Durante grande pedaço desse período que nós perpassamos aqui, os norte-coreanos vão barganhando acesso a recursos, sobretudo alimentos, para diminuírem a velocidade do seu programa nuclear ou, em alguns momentos, diminuírem até mesmo as suas capacidades nucleares, por assim dizer.

E o terceiro ponto, que não está vinculado a um ente tradicional das relações internacionais, tem a ver com o terrorismo. Isso quer dizer, o terrorismo de matiz religiosa vai se tornando um elemento de contestação muito forte a essa hegemonia americana, a essa *Pax Americana*, melhor dizendo, e a tudo aquilo que ela representa: globalização, livre comércio, democracia de mercado, direitos humanos e uma série de outros componentes. Isso não quer dizer que os Estados Unidos, no curso desse período que abordamos, vai estar sempre alinhado a esses valores. Nós teremos que, de um lado, surgem essas reações, e, de outro lado, surge a capacidade dos Estados Unidos, como ator de relações internacionais, de agir diante desses *inputs*.

E aí basicamente nós temos dois processos. Em alguns momentos as presidências americanas, não importando se são republicanas ou democratas, vão assumir uma postura que está muito próxima à ideia de reforçar o multilateralismo, numa espécie de *soft power,* ou melhor dizendo, depois do poder inteligente, mesclando características de força com característica discursiva. Nesse âmbito, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

podemos colocar de um lado George Bush pai, Bill Clinton e Barack Hussein Obama, mais recentemente.

De outro lado, nós temos certa dificuldade de lidar com essas contestações meramente no âmbito discursivo. Basicamente, estou falando de Bush filho e falando também agora deste momento, no qual temos Donald Trump. E aí, especificamente, porque este não é um debate de história, mas sim do momento presente, das relações internacionais, a gente dá um salto e vem para Donald Trump. É importante fazer uma primeira pergunta: o que Donald Trump significa? Na resposta a essa pergunta, eu, muito humildemente, coloco a minha resposta: Trump é uma reação aos processos de globalização. E aí, muito especificamente, precisamos entender Trump a partir de um vetor fundamental, que é o vetor de mudança. Por quê? Especificamente, no curso do tempo e no nosso imaginário coletivo, construiu-se a ideia de que mudança sempre envolve progresso ou melhoria, e isso é um mote, por exemplo, que leva, em vários países do mundo, e os Estados Unidos não fogem a essa regra, a Presidências construindo ideias de sonho, vendo o futuro como um raiar de esperança. Obama faz isso com "*Yes, we can*". De outro lado, a mudança pode significar também o resgate de valores tradicionais que em alguma medida estejam ameaçados pela ordem vigente. Nesse aspecto, Trump surge como um desafio a uma América, sobretudo à *deep* América, à América profunda, que não consegue se adaptar às lógicas de globalização. Se o Ministro me permite, vou fazer uma breve citação/plágio, cópia, daquilo que ele acabou de dizer. Essa campanha do *bullying* de Trump é construída em que ideia? Em três vertentes fundamentais. Ela é, em alguma medida, isolacionista, ela é voluntarista e ela é *anti-establishment*. Isso quer dizer que o *bullying* de Trump tem um direcionamento muito claro, o direcionamento do *bullying* para aqueles que ele considera vencedores do processo de globalização, por mais paradoxal que isso possa parecer, porque, em alguma medida, Trump também é um dos vencedores da globalização. E, nesse sentido, esse *bullying* discursivo, eleitoral, vai se manifestando numa lógica na qual alguns valores vão sendo construídos. Um marcador fundamental nessa lógica de valores é a ideia de levar os Estados Unidos, ou melhor, a América, na terminologia posta por Trump, a um passado de grandeza que em alguma medida se perdeu à medida em que as elites americanas deixaram de compactuar com o povo americano e passaram, em alguma medida, a compactuarem com interesses vistos como transnacionais.

Nesse sentido, então, o discurso vai se tornando isolacionista, em termos de matriz, com a ideia simbolicamente materializada na construção do muro, o discurso vai se tornando voluntarista, quando Trump mira o dedo para alguns atores das relações internacionais, sobretudo a China, dizendo "vocês são um problema que vamos ter de resolver esse problema", e o discurso se torna *anti-establishment* quando Trump assume a premissa de que ele não é um representante da política de Washington. Eu tive o prazer de acompanhar o processo eleitoral americano, em companhia do meu querido amigo Joanisval Gonçalves, que está aqui nesta Mesa. Recordo-me muito bem de um discurso onde Trump diz o seguinte: eu sou o primeiro *outsider* e me tornarei o primeiro *insider*. O que isso quer dizer?

Eu sou aquele que é o *anti-establishment* e, quando eu estiver no *establishment*, eu desconstruirei aquilo que o *establishment* significa. Entre o quê? Sobretudo nessa fala de Trump, dentro daquelas características que possam ser vistas como sendo negativas para a vida do americano comum.

Qual o problema disso? Se, em termos eleitorais, faz parte da regra do jogo levar o discurso a um extremo para em alguma medida seduzir as massas e conseguir o maior número de votos possível, quando você leva esse discurso eleitoral para a prática política, há um enorme problema. E qual é esse problema? Basicamente o fato de que ele gera estranhamentos que são não necessariamente bons dentro de uma lógica diplomática. E, nesse aspecto, nós temos aí que Trump, em alguma medida, não quer assinar o contrato.

Em alguma medida a gente pode lembrar aí de quando a gente fala do Rousseau e do contrato social. Quando o indivíduo nasce, ele é parte do contrato. Em alguma medida, em uma democracia como a americana, à que medida você se torna presidente, você assina o contrato. E que aspectos especificamente Trump não quer assinar no contrato? Em algum sentido, ele não quer assinar tudo aquilo que envolva um processo de cessão das suas características pessoais em relação àquilo que são as regras estabelecidas pelo *establishment*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aqui em específico a gente pode falar o quê? É o choque entre o voluntarismo de Trump de um lado e o poder das instituições consolidadas em uma grande democracia, como é o sistema político americano. E Trump vai tentar, na medida do tempo, sempre se chocar contra as instituições para levar a curso a sua agenda. Se ele vai ser bem-sucedido ou não nessa tarefa, nós dependemos de duas variáveis: a capacidade dos entes institucionais que estarão liderando cada uma das agendas e o nível de importância dado ao Trump em termos de construir discurso e despender energia para converter um determinado tipo de percepção em resultado.

Basicamente, o primeiro desses esforços, que foi a tentativa de reversão do Obamacare, foi fracassado. Isso não que Trump vai desistir e isso não significa que o *establishment* é vencedor. Significa que o processo está em aberto. Então, nós temos duas variáveis para pensar a política externa de Trump. A primeira é interna, essa que eu acabei de falar. A segunda, que é externa, envolve o quê? Um outro tipo de contrato, que traz as responsabilidades que os Estados Unidos arrogaram a si mesmos desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que envolvem basicamente segurança coletiva e fornecimento de segurança em uma série de determinados elementos. E aí, a gente pode estar falando desde os âmbitos de segurança especificamente militar até o ponto de vista de segurança discursiva, quando a gente fala de uma determinada ordem e grupo de valores internacionalmente.

E esse contrato o Trump também tem dificuldade de assinar. Por quê? Porque, em algum sentido, ele construiu uma agenda na qual ele diz: a cada dólar que nós gastamos para a segurança da Europa frente aos russos ou para a segurança do Japão frente aos chineses ou para a segurança de mais qualquer outro ente ao redor do Planeta, esse dólar é necessariamente perdido, melhor dizendo, no que diz respeito ao bem-estar de um cidadão americano comum.

Ora, esse discurso vai ter uma enorme ressonância sobretudo naqueles indivíduos que não entendem profundamente as conjunturas internacionais, os riscos bem como as responsabilidades daí geradas. Então, nós temos, em termos de agenda internacional, o quê? Uma enorme necessidade da presidência de construir uma relação na qual ele mostre internamente que ele sabe o que está fazendo, mas que externamente gere algum tipo de confiabilidade e responsabilidade.

E aí, especificamente, a gente cai no caso da Síria, antes de eu poder progredir a fala.

No caso específico do que aconteceu na Síria na última semana, dois fenômenos interessantes aconteceram. O primeiro é de ordem interna para mim, eu tive que refazer tudo aquilo que eu estava fazendo. O segundo, que envolve a conjuntura e a tomada de decisão, é basicamente que nós podemos observar o quê? Um choque entre um Presidente que construiu um discurso que era extremamente isolacionista e que poucos dias antes havia dito "Assad não é uma prioridade da política externa americana", contra, de um lado, um *establishment* político, estratégico, de defesa, que está pronto para agir e criar um tipo de conjuntura no Oriente Médio que envolva a remoção de Assad e, por consequência, um constrangimento sobre uma das últimas áreas de expansão dos russos no Oriente Médio.

Lembramos que um ponto pivotal de quando discutimos Rússia, Estados Unidos e Síria é o fato de que os russos têm uma das poucas bases que não congelam durante o inverno no litoral sírio. E esse é um ponto fundamental.

O que nós percebemos, então, ali? Percebemos que, em alguma medida, neste caso específico, Trump foi constrangido pelo *establishment* e teve que fazer duas coisas que não parecem muito comuns em termos de perspectiva de tempo e do seu próprio olhar sobre a realidade. Primeiro, teve que assumir um discurso que em alguma medida era idealista, dizendo o quê? "Olha, os Estados Unidos estão retaliando a Síria, porque eles utilizaram armamento químico contra o seu próprio povo e os Estados Unidos não podem ceder, ou melhor, permitir que esse tipo de ação seja feito internacionalmente."

O segundo elemento daí derivado é: ele teve que desalinhar uma perspectiva que era própria em relação a um dos principais entes do sistema internacional, que era a Rússia. Lembremos que a relação de Trump com os russos é um elemento pivotal da campanha eleitoral, das investigações pós-campanha eleitoral e da própria percepção que uma parte considerável do *establishment* político americano tem sobre a Presidência.

Trump e alguns dos seus assessores próximos são normalmente constrangidos acerca do nível de relação que eles possuem e de proximidade que eles possuem com o Kremlin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, no choque dessas percepções, o que é que nós percebemos ali? Que houve, em algum sentido, um processo de acomodação, no qual aconteceram duas coisas. A primeira foi: Donald Trump comunicou aos russos e aos chineses que faria o ataque. E a segunda foi: ele fez o ataque.

E, aí, nós temos dois fatos específicos: um ataque feito, quando você comunica ao outro, significa dizer que você dá tempo ao outro para quê? Para limpar o terreno. Parafraseando um velho craque da Seleção brasileira na Copa de 1958, ao ver as instruções do técnico, ele perguntou: "Está, tudo bem, Professor Feola, mas, aí, já avisaram aos russos que eu tenho que fazer isso aí e o Pelé vai fazer outra coisa?"

A ingenuidade de Garrincha traz uma grande lição para esse momento, que é: se você avisa ao outro que você vai fazer um ataque, esse ataque é de fato um ataque ou é uma obra de ficção discursiva? Eu, humilde e respeitosamente, diante da plateia, creio que esse é um ataque muito mais discursivo do que de fato um elemento que gere algum tipo de hostilidade. E qual o efeito? Nós migramos daquele elemento que é o choque restrito de hegemonias ou de interesses e passamos para um processo de acomodação, no qual todos os entes parecem satisfeitos.

Trump parece satisfeito, porque ele pode ir à frente das câmeras de TV e dizer: "Olha, eu fiz, eu fiz aquilo que o Obama não fazia", e normalmente o Trump e os republicanos usam termos pejorativos para se referirem à forma como o Obama conduzia a política externa americana.

Então, tem uma vantagem. O *establishment* político americano tem uma vantagem, que é: "Eu pude apertar o botão."

E, de terceiro ponto, uma relação que, para o Trump, é vista como pivotal, do ponto de vista pessoal, também recebe uma vantagem: porque ele fez o ataque, mas dialogou com os russos antes, não é?

Então, isso vai trazendo para nós uma complexidade que envolve entender o quê? Quais são os padrões que se mantêm e quais são os padrões que se alteram nessa lógica, na qual há uma nova presidência, e que, em âmbito discursivo, é notadamente diferente daquilo que o Obama fazia. O que é que eu estou querendo dizer aqui? Lembremos: Obama era o Presidente dos Estados Unidos que, em alguma medida, se assemelhava a um *popstar*. Todos gostavam de Obama e, em algum sentido, as pessoas se sentiam constrangidas a falarem mal de Obama. Quando nós temos Trump, Trump é o oposto disso. É o alfa e o ômega. Por quê? Porque Trump tem uma postura que é, em alguma medida, agressiva, um diálogo de *bullying*, não tem vergonha de dizer isso e nunca pede desculpas.

E aí nós temos um outro elemento aqui, que eu vou me aproveitar do fato de o Embaixador ter falado primeiro, e poder dialogar com isso: se você faz algo, e isso está dando certo, por que você vai mudar? Não vai mudar! E enquanto, em algum sentido, Trump não tiver algum tipo de revés muito grave em termos de postura, ele não vai mudar. E à medida que ele não muda, voltando à ideia dos padrões, o que é que nós podemos dizer? Que padrões se mantêm e que padrões se alteram? Em alguma medida, até o presente momento, nós podemos dizer que a ideia de *"No boots on the ground"*, pelo menos massivamente, se mantém.

A relação com a China tende a se alterar, porque o Trump tem que prestar contas dentro de casa, sobretudo com o esvaziamento dos empregos industriais nos Estados Unidos. Então, ele vai ter que trazer, em alguma medida, nem que seja simbolicamente, empregos de volta. Isso significa o quê? A Ford diz que vai transferir uma fábrica para a China, ele faz pressão sobre a Ford, e a Ford fala: "Nós vamos fazer a fábrica nos Estados Unidos". A Ford só não diz – ou diz, e o Trump não diz para as pessoas – que não existirão empregos nessa fábrica, porque ela vai ser robotizada. Mas isso é outro tema. E aí a gente vai entrar na ideia de pós-verdade, os fatos alternativos, e todas aquelas outras questões que marcam o processo de política externa.

Qual o segundo padrão que deve se manter? Um não apoio explícito aos palestinos, isso deve se manter. Porque Trump, diferentemente de Obama, não tem nenhum tipo de animosidade com o Primeiro-Ministro Netanyahu. Muito ao contrário, tem proximidade. Então, isso não deve mudar.

O que deve se alterar? Um tipo de ação mais firme no que diz respeito ao confronto com o Daesh, via bombardeio, via algum tipo de apoio, e talvez uma análise mais criteriosa dos grupos políticos aos quais os Estados Unidos têm dado dinheiro e armamento no Oriente Médio. Porque, tendo em vista a colcha de retalhos que a gente tem lá no processo, o que é que nós temos? Os Estados Unidos têm financiado grupos que, devido ao jogo de coalizões, em algum sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

horizontalmente acabam, por uma rede de cinco ou seis relacionamentos, próximos ao Daesh em algum tipo de operação. Isso tem gerado confusão na Inteligência americana, na tomada de decisão. Então, isso deve mudar.

O apoio a Israel deve continuar. O que deve se alterar? Muito provavelmente, a relação com a Rússia. Trump tem vontade de ter uma relação diferente com a Rússia. E para isso a gente precisa entender o pensamento de um dos principais assessores do Trump, que é o Stephen Bannon. E o que o Sr. Bannon tem como prerrogativa? É uma ideia que é chamada de armadilha de Tucídides, para quem leu Tucídides lá na Guerra do Peloponeso – até dou um recado aos meus alunos de Teoria na universidade: leiam a Guerra do Peloponeso –, que diz o quê? É a inevitabilidade do confronto entre duas grandes potências.

E, a partir do momento que Trump compra esse discurso, ele acredita que o confronto com a China em alguma medida é inevitável e que a Rússia tem que estar próxima dos Estados Unidos para a hora desse confronto, que ele não sabe se vai ser agora ou depois; mas, se você puder fazer agora, enquanto você ganha, um tanto quanto melhor. Então, isso talvez mude.

O protagonismo das agendas em segurança se deve manter. E o multilateralismo econômico deve sofrer uma reversão. Tudo aquilo que for ordem executiva de Barack Obama, Trump vai revogar. Tudo aquilo que for abordagem multilateral econômica que se encaixe na lógica do discurso de *bullying* do Trump, que ele possa efetivamente transformar, ele vai alterar. Por que isso? Porque basicamente ele tem que dar um recado para um tipo muito específico de eleitor: um eleitor que está concentrado em áreas menos dinâmicas dos Estados Unidos, em áreas nas quais a globalização em alguma medida não chegou de fato, nos Estados Unidos, e esse é o eleitor que dá suporte a Trump. Aí a gente pode colocar o dono de propriedade rural; o líder sindical de uma categoria que esteja em degradação, como por exemplo trabalhadores de minas de carvão; o rol de imigrantes legalizados. Esse é um vetor que as pessoas ignoram quando pensam em Trump. Não há entusiasta maior das políticas de contenção de imigração de Trump do que aqueles imigrantes que já estão legalizados, porque eles não gostam de ser confundidos com imigrantes ilegais.

Isso nos leva, então, a um ponto fundamental nessa fala e reflexão: entender em que sentido Trump consegue mudar o discurso de política externa. Em termos de fala, Trump efetivamente conseguiu dar um novo tônus à política externa americana, mas aí especificamente é um novo tônus aos âmbitos que interessam à política externa americana.

É por isso, por exemplo, que não tem nada de significativo acerca de Brasil, porque nós não estamos... Não é dizer que o Brasil está na periferia do radar, o Brasil não existe no radar. Nós não somos parte do radar, das prioridades, de nada que envolva a concepção de mundo –, para aqueles que sejam mais favoráveis ao Trump – que envolva as filosofias de mundo do Trump, se você considerar que há um nível de sofisticação nesse sentido. Nós não estamos lá presentes.

Então, há uma mudança no discurso, só que aonde não há mudança? Não há mudança em elementos fundamentais da agenda. O que isso quer dizer? Imaginemos a seguinte alegoria: a política externa americana é um grande porta-aviões nuclear navegando pelo mundo. E por mais que Trump queira apontar para outra direção, ele tem que convencer todos os responsáveis pelo mapeamento geoestratégico, que dá o norte desse porta-aviões, a dizerem que a direção é correta. E nesse sentido nós estamos falando de quê? De um número enorme de barreiras que se colocam frente a um discurso voluntarista.

Há uma série de instituições, em todas as agendas, que podem criar resistência a esse discurso do Trump, tanto via servidores públicos americanos quanto via servidores públicos eleitos americanos. Por mais que tenhamos a impressão de que o Presidente tem muito poder e comparativamente esse poder é uma realidade, de fato o Parlamento, nos Estados Unidos, tem um papel muito significativo.

E a significância do Parlamento envolve a necessidade de um Presidente – e esse ponto é fundamentalmente importante – que nunca foi afeito à política, que construiu um perfil eleitoral via confrontação e não, via concertação a ter de construir diálogo. E aí vem um ponto: se a estratégia da confrontação funcionou até hoje, em termos mentalidade, o que leva esse indivíduo a achar que deve mudar? Nada.

O que vamos precisar observar? Um processo continuado em algum sentido de desgaste desse modelo de tomada de decisão, para que, a partir daí, se possa fazer um novo modelo de tomada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decisão. E aí duas variáveis são importantes: o tempo, isso quer dizer quanto tempo Trump tem suficiente para fazer esse tipo de aprendizado; e o segundo vetor é a capacidade de o Parlamento de ter paciência para aguardar esse tipo de mudança. Caso isso não aconteça, tendencialmente o que podemos observar? Um presidente que suba o tom do ponto de vista retórico mais, mais e mais, sempre uma nota acima, mas que, de fato, em termos de posicionamento político, permanece isolado. Isso significa o quê? Não há espaço de interlocução para efetivamente levar uma agenda que vá além das ordens executivas.

E, nesse sentido, temos um exemplo recente, que é a própria presidência do Barack Obama. Lembramos o seguinte: sobretudo na parte final do segundo mandato, Obama teve enormes dificuldades com o Congresso e, à medida em que conseguia resolver os problemas que ele possuía com o Congresso, ele apelou para as ordens executivas.

Talvez vejamos agora, a partir do mesmo vetor eleitoral, que foi de mudança, ações muito próximas no que envolve o cotidiano presidencial. Isso quer dizer o quê? Uma espécie de voluntarismo. A diferença fundamental é que o primeiro voluntarismo era visto, em alguma medida, como sendo portador de valores comuns, globalizantes, progressistas; e um segundo voluntarismo, no caso do Trump, muito apegado à ideia de um determinado tipo de conservadorismo, de restauração de um tipo de passado perfeito e de defesa de determinado grupo de valores.

Eu acredito que esses são, fundamentalmente, os aspectos principais da fala e que são, basicamente, os pontos que, acredito, devem ser cobertos para esse primeiro momento.

Não sei se ainda tenho tempo ou se acabou. (*Pausa.*)

Que bom! Então, agradeço ao Presidente o direito da fala e a todos que gentilmente me ouviram.

Coloco-me para perguntas no momento oportuno.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradecendo ao Prof. Dr. Creomar de Souza por sua formulação e antes de passar a palavra ao Prof. Dr. Joanisval Gonçalves, eu gostaria de anunciar aqui a presença, nesta reunião, da Deputada Bruna Furlan, à Mesa, ao lado do Ministro Celso Lafer. Ela é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e também Presidente da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Federal.

A presença de V. Exª muito nos honra, Presidente Bruna Furlan. Muito obrigado por aqui estar conosco.

Também agradeço as presenças do Embaixador Jacques Michel Moudoute-Bell e da Embaixatriz Julie-Pascale da Embaixada da República do Gabão; Embaixador Malek Twal, da Embaixada da Jordânia; Conselheiro Toridio de Prado, da Embaixada da Espanha; Embaixador Thomas Bvuma, da Embaixada do Zimbábue; Primeiro-Secretário Juan Pozo Alvarez, da Embaixada de Cuba; Chefe de Missão Adjunto Samuel Nogma e Coronel Zhenda (Adido de Defesa), da Embaixada da Zâmbia; Ministro Conselheiro Ahmed Alasaad, da Embaixada do Estado da Palestina; Embaixador Nabil Adghoghi, da Embaixada do Reino do Marrocos; Primeiro-Secretário Deji Okediji e Especialista em Política Gabriela de Campos Teixeira Fontenele, da Embaixada dos Estados Unidos da América; Embaixador John Richardson e Cônsul e Segunda-Secretária Alison Musgrove, da Embaixada da Austrália; Embaixadora Sinknesh e Jigu, da Embaixada da República Democrática Federal da Etiópia; Embaixador Manuel Tomás Lubisse, da Embaixada da República de Moçambique e o Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada de Angola.

Agradecendo mais uma vez a presença de V. Exªs nesta nossa reunião, passo a palavra ao Prof. Dr. Joanisval Gonçalves para sua exposição.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigado, Presidente. Boa noite a todos. Eu queria saudar os presentes na pessoa da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Como as senhoras e os senhores já devem ter percebido, a minha tarefa será muito árdua, porque falar depois do Ministro Celso Lafer e do meu amigo, Prof. Creomar de Souza, é, acima de tudo, um desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Ministro Celso Lafer trouxe uma visão abrangente e acurada do cenário internacional neste momento em que questionamos se o mundo está a construir pontes ou erguer barreiras. O Prof. Creomar trouxe para nós à discussão alguns aspectos da política externa do Governo Trump. Isso quer dizer que para mim resta muito pouco a falar, mas vou buscar trazer aos senhores aqui à discussão uma abordagem relacionada muito mais à personalidade, à figura do Presidente Donald Trump.

Alguns dos meus alunos de Relações Internacionais me perguntaram o que eu estaria fazendo num painel sobre Estados Unidos, uma vez que, apesar de a minha formação ser em relações internacionais, o meu foco é, sobretudo, em defesa e em inteligência. A resposta que eu dei a eles era que é impossível falar de segurança internacional, é impossível falar de defesa sem se falar nos Estados Unidos e na *Pax Americana*. Afinal de contas, os Estados Unidos estão diretamente envolvidos como potência hegemônica no sistema internacional há pelo menos cem anos.

E aí, Presidente, me veio à lembrança – eu anotei isso – de que no dia 6 de abril de 2017, na semana passada, portanto, quando ocorreu o ataque americano à base síria, ou seja, a primeira medida de força do Presidente Trump no seu governo, marca exatamente os cem anos da declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, em 1917. Foi exatamente no dia 6 de abril de 1917 que os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha e entraram na Primeira Guerra Mundial. A gente acredita que nada acontece por acaso, e é interessante também mais esse dado sobre os cem anos precisos entre os dois acontecimentos.

Para falar do fim da *Pax Americana*, como anotei aqui, é fundamental se falar de Donald Trump e também do seu processo, do processo eleitoral de 2016. Afinal de contas, essa questão do fim da *Pax Americana* é algo que já vem de algum tempo.

Nós, como o Prof. Creomar lembrou, tivemos a oportunidade – fica aqui um agradecimento ao Departamento de Estado dos Estados Unidos da América – de sermos convidados a acompanhar durantes algumas semanas as eleições, a campanha eleitoral nos Estados Unidos. E aí nós fomos para o Estado de Ohio e pudemos participar um pouco da vida eleitoral e da vida de campanha dos norte-americanos naquele Estado.

Para aqueles que estão nos vendo pela televisão ou pela internet, a pergunta é: por que Ohio? Ohio, no sistema americano, é um dos chamados *swing states*. Se nós analisarmos as eleições nos Estados Unidos – isto tem a ver com a discussão sobre o papel dos Estados Unidos nas relações internacionais, sobre a política externa americana –, veremos que, para ganhar as eleições nos Estados Unidos, qualquer candidato tem de disputar efetivamente 50 eleições. Ele tem de estar presente nos 50 Estados, em razão do sistema político deles, e de ser atuante nesses 50 Estados. E há aqueles Estados que são naturalmente democratas, onde o Colégio Eleitoral tenderá a apoiar o candidato democrata, onde os eleitores votarão no candidato democrata – um exemplo disso é Nova York –; há aqueles Estados que são historicamente republicanos, como é o caso do Texas, apesar de o Texas estar começando a passar por uma mudança nesse sentido; e há os chamados *swing states* – alguns dizem que é onde as eleições são decididas nos Estados Unidos. A gente cita a Flórida, a Pensilvânia e o Estado de Ohio. Para se ter ideia, os únicos presidentes que perderam em Ohio na história dos Estados Unidos e ganharam as eleições nacionais foram o Presidente Kennedy e o Presidente Franklin Delano Roosevelt. Então, esses Estados vivem de forma muito intensa as eleições.

Foi nessa convivência em Ohio que eu, particularmente, descobri algumas coisas. Eu descobri um pouco mais sobre o sistema eleitoral norte-americano e, sobretudo, descobri um pouco mais sobre o Sr. Donald Trump. E foi em Ohio também que eu, particularmente, percebi que a disputa pelas eleições dos Estados Unidos não seria uma disputa tão simples e tão fácil para Hillary Clinton, como se apregoava tanto nos Estados Unidos como também no Brasil. A gente via, pelos meios aqui, pela imprensa, que parecia ser algo muito fácil a vitória de Hillary Clinton nessas eleições de 2016.

E lá, como eu dizia na época, acompanhando o dia a dia dos americanos, indo à Deep America, conhecendo um pouco mais aquela realidade, percebíamos, eu dizia isso, que Trump não estava morto – que Trump não estava morto! E lá eu também descobri outra coisa, que os dois grandes eleitores, Ministro Celso Lafer, de Donald Trump, foram Barack Hussein Obama e Hillary Diane Clinton. Eles foram, sem dúvida nenhuma, muito importantes na eleição – eu vou falar um pouco mais disso daqui a pouco – do Presidente Donald Trump.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra coisa importante sobre as eleições de 2016: Trump efetivamente venceu as eleições de 2016. Alguns dizem: "Não, foi Hillary que perdeu!" A gente vê muito esse discurso. Não, Trump conseguiu vencer as eleições; ele jogou as regras do jogo político de 2016 e venceu.

Aí a gente escuta as críticas: "Bom, mas ele perdeu no voto direto; quase 3 milhões de norte-americanos votaram a mais em Hillary Clinton." Mas aí a resposta é: não é assim que se ganha eleição nos Estados Unidos. O sistema político lá existente há mais de 200 anos estabelece que, ainda que se ganhe por maioria popular, há que se ganhar no colégio eleitoral, e foi exatamente o que ele fez.

Quem somos nós para criticar o sistema eleitoral norte-americano? O que temos que fazer é entender como funcionam aquelas regras. E, pelo visto, o Sr. Donald Trump conseguiu entender melhor do que a Srª Hillary Clinton.

Então, mais críticas infundadas nesse sentido. E eu estou buscando trazer isso neste momento, porque a gente vê muitos especialistas, e alguns especialistas de internet, falando, emitindo opinião sobre algumas dessas questões. Não há que questionar o modelo americano durante aquele processo eleitoral, do mesmo modo que nós não devemos questionar os nossos processos eleitorais, a não ser em instâncias competentes para isso, como o Congresso Eleitoral.

Eu, por exemplo, sou parlamentarista e sou monarquista. Alguns vão dizer que não é a melhor solução para o Brasil – o Sr. Creomar está concordando aqui comigo –, mas são sistemas que têm que ser conhecidos.

Enfim, o Presidente Trump venceu as eleições e foi a pessoa escolhida, dentro do sistema político americano, para se tornar o 45º Presidente dos Estados Unidos. E aí é que vem a pergunta: quem é Donald Trump e por que ele foi escolhido? Quem é, Ministro Celso Lafer, Donald Trump e por que ele foi escolhido?

E aí o maior problema daqueles que se propõem a comentar o Presidente Trump é o desconhecimento. O que mais a gente vê, de novo, são especialistas comentando o que pouco conhecem. As pessoas, inclusive cientistas políticos, internacionalistas, comentaristas de mídia e mesmo o pessoal do *establishment* norte-americano também, não conheciam Donald Trump; alguns ainda não conhecem Donald Trump, nos Estados Unidos e aqui no Brasil. E, nos serviços de inteligência – e aí eu puxo um pouco para a nossa área –, pelo mundo, Deputada Bruna, em países desenvolvidos, em países que dão atenção à inteligência, há setores que são encarregados exclusivamente de analisar perfis de lideranças, por exemplo, lideranças políticas, homens de Estado, e aí esses setores se voltam com perguntas do tipo: "Quem é essa pessoa?" "Quais suas origens?" "Quais as relações dessa pessoa?" "Quais os interesses?" "O que ela pensa?"

E quando a gente tem esse perfil desses homens de Estado, a gente começa a entender como eles decidem. Então, há setores que se encarregam disso, há setores que se encarregam de estabelecer um panorama da situação por meio do perfil do homem de Estado, afinal de contas, a gente está falando de pessoas, e o homem de Estado tem um papel fundamental na vida política de qualquer país e também nas relações internacionais.

O Ministro Celso Lafer falava das forças profundas, e eu complemento com o homem de Estado. Ideias são importantes, mas mais importante do que as ideias é ter homens e mulheres dispostos a executá-las. Para a gente ter ideia da importância do chefe de Estado, eu queria só trazer um exemplo aqui da pessoa propriamente dita, que é o próprio exemplo do Presidente Collor, na Rio 92: foi porque Fernando Collor de Mello, como homem de Estado, conseguiu atuar efetivamente na Rio 92, Presidente, que nós tivemos aquela grande quantidade de chefes de Estado, que nós tivemos aquela conferência que se tornou uma conferência marco nas relações internacionais. Certamente, se não fosse a figura, se não fosse a pessoa do Presidente Fernando Collor, a conferência seria muito diferente e muito provavelmente não teria o sucesso que teve. Daí a importância de se observar o homem de Estado, de se conhecer o homem de Estado

Portanto, é fundamental que se conheça Donald Trump. Eu anotei aqui. É fundamental que se saiba, por exemplo, ao se pensar em Donald Trump, que ele, acima de tudo, é um homem de negócios. A perspectiva de Trump vai ser sempre a de um homem de negócios. Ele está político, Presidente, agora. Ele está Presidente dos Estados Unidos, mas a formação, a vida de Trump é de um homem de negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E aí eu chamo a atenção para um outro detalhe: Donald Trump é o primeiro Presidente dos Estados Unidos da América que nunca ocupou um cargo público, que nunca ocupou uma posição no governo e que nunca foi militar, membro das Forças Armadas. Na história dos Estados Unidos, todos os outros Presidentes ou foram militares ou ocuparam cargos públicos, foram da estrutura do Estado. Donald Trump é efetivamente o primeiro *outsider*. E é isso que é importante ter em mente para se entender a figura, a personalidade de Donald Trump.

Donald Trump é um comunicador incrível, é um comunicador muito habilidoso. Nós tivemos a oportunidade de assistir a um comício de Donald Trump na cidade de Cleveland, nos Estados Unidos, e o que mais me impressionou é a maneira como ele baila – e o termo que me veio à mente na hora foi este: ele baila com as pessoas quando ele fala. Ele consegue projetar o discurso dele e envolver as pessoas. Testemunhei isso pessoalmente junto com meu amigo Creomar de Souza. Outra coisa: Donald Trump é alguém que conhece muito bem a mídia, sabe como lidar com a mídia, inclusive no cenário de confrontação, e sabe fazer com que a mídia trabalhe por ele. Fala-se nos milhões que se gastou na campanha eleitoral, em quanto Hillary gastou, em quanto Trump gastou, mas Trump tinha presença de mídia o tempo todo nos jornais. Todos os dias havia notícias sobre Donald Trump, exatamente pela maneira como ele sabia jogar e pela retórica de Donald Trump naquele processo. Ele tem presença de palco.

E outra coisa que é muito importante: Donald Trump, Presidente Collor, conseguiu falar a língua do americano médio. Ele conseguiu. E olhe que coisa interessante: um bilionário, alguém da elite dos Estados Unidos, da potência mais rica do Planeta, conseguiu fazer com que o americano médio – muitas vezes o americano desempregado – se identificasse com ele. Essa é uma jogada de mestre. O americano médio dizia: "Eu gostei. Ele se parece comigo. Ele vai fazer alguma coisa por mim." E é interessante como essa empatia foi produzida por esse bilionário junto à classe média dos Estados Unidos.

Então, como é que ele ganhou essa eleição? Se estamos em abril de 2017, e há dois anos alguém dissesse aqui, no dia 10 de abril de 2015, que Donald Trump seria o novo presidente dos Estados Unidos em 2017, iriam, no mínimo, rir dessa pessoa. Há um ano, 10 de abril de 2016, se alguém começasse, mais a fundo, a dizer que Donald Trump, que estava disputando as primárias, chegaria em 8 de novembro de 2016 a ser eleito, muita gente riria.

E esse senhor lançou a sua candidatura, e esse senhor foi derrotando sucessivamente os candidatos tradicionais republicanos nas primárias. Eu me lembro de que, há três ou quatro anos, se falava muito em Jeb Bush: seria o terceiro Bush na Casa Branca, governador da Flórida. E Bush foi um dos primeiros a cair. E aí Trump consegue, em meados de 2016, a indicação para candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos da América. E ele vai fundo na campanha.

E aqui somente um parêntese para entender Donald Trump. Donald Trump foi, durante anos, membro do Partido Democrata. Entre 2001 e 2009, ele era membro do Partido Democrata e mudou de partido algumas vezes. Inclusive, em determinado momento, era um candidato que se dizia independente. Donald Trump não é republicano de raiz, que fique claro, e isso incomoda muitos republicanos. E aí esse homem se lança em campanha – muitas controvérsias, muitas polêmicas –, e todo mundo dizia: "Não, Hillary será a nova Presidente dos Estados Unidos." E nós lá nos Estados Unidos conversávamos com analistas políticos, gente do *establishment*, gente que havia atuado em campanhas desde de Jimmy Carter, análises de todo tipo, e se dizia "é praticamente impossível que Donald Trump se torne presidente".

Há um *site* que marca, por exemplo, o colégio eleitoral nos vários Estados. Então, à medida que se vai preenchendo... Por exemplo, Florida, tantos delegados. Se os democratas ganham, eles vão ter mais. O número chave são 270 delegados para que se seja eleito, não é isso? E aí se vai marcando no *site* os Estados e somando o número de delegados.

E aí os analistas políticos, Presidente, colocavam: "Não, aqui há esse Estado, esse outro é *swing state*." E chegou um momento em que um deles, republicano tradicional, inclusive, disse: "É impossível Trump ganhar essa eleição, porque, se ele ganhar praticamente em todos esses *swing states*, mesmo assim ele perde, porque Hillary vai ganhar."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o que acontece em 8 de novembro? Ele surpreende todo mundo e se elege presidente dos Estados Unidos da América, primeiro, contra o *establishment*. Ele se elege presidente dos Estados Unidos da América reagindo a uma campanha forte feita pelo governo, pela administração Obama.

Nós fomos a um comício do Presidente Obama – comício este em que Hillary Clinton não estava presente. Para nós, isso soa muito estranho: um presidente da república em exercício indo fazer campanha abertamente para um candidato do seu partido. É normal no sistema político deles. Estivemos em comício do Vice-Presidente, Joe Biden. E era interessante ver como o Presidente Obama dizia para os seus eleitores, para as pessoas no comício: "Ah vocês não vão votar em um homem desse. É impossível que se vote em um homem desse. Esse homem não preenche os requisitos para ser presidente dos Estados Unidos". É claro que há toda uma retórica de campanha eleitoral, mas isso era dito pelo presidente dos Estados Unidos da América.

Obama foi o grande eleitor de Donald Trump, por algumas razões que o Ministro Celso Lafer assinalou e que Creomar também assinalou. Depois de oito anos de governo, de administração Obama, Presidente, uma parte significativa da população dos Estados Unidos estava cansada daquilo. Eu vou falar disso um pouco mais daqui a pouco.

Hillary elegeu Donald Trump. A dificuldade de Hillary Clinton de estabelecer uma empatia com o eleitorado era evidente, e algumas falas dela foram muito marcantes. Em determinado momento da campanha, ela diz que "*Trump doesn't fit*" – Trump não se encaixa. Ela dizia: "Ele não se encaixa, não pode ser presidente". E aí o eleitor americano interpretou aquilo da seguinte maneira: olha que bacana, ele não se encaixa; eu também não me encaixo no sistema. Ela atacou, e o eleitor simpatizou-se com aquela situação.

Em outro momento, ela falhou dizendo que o eleitor de Trump era deplorável. E aí a gente começou a ver, em cartazes e camisetas, a frase "pessoas deploráveis importam". Isso faz a diferença. Isso faz a diferença. O eleitor médio elegeu Donald Trump.

Trump venceu contra o *establishment*, contra o partido. Porque conversamos com vários republicanos, inclusive em campanha, Presidente, que diziam: "não faço campanha para Donald Trump". O partido se colocando contra o candidato à Presidência. E mesmo assim ele venceu.

E também Donald Trump venceu as eleições agindo, atuando contra os meios de comunicação; com a imprensa, com os meios indo muito forte contra esse homem. Jornais, inclusive meios de comunicação tradicionais, republicanos, começaram campanhas muito fortes contra Donald Trump. E ele, como um homem de mídia, soube lidar com isso, soube lidar com essa massa.

Então, Donald Trump se tornou, efetivamente, Presidente dos Estados Unidos da América. E, quando Donald Trump chega à Presidência, ele diz – e é uma coisa louca, porque é um bilionário: "O americano médio, a classe média voltou. A classe média está na Casa Branca hoje." Ele se tornou Presidente, e agora há críticas de todos os lados. O desconhecimento permanece, e algumas vezes a má-fé permanece.

É fundamental, agora, com Donald Trump Presidente, que se entenda, Deputado Bruna Furlan, quem é Donald Trump. Trump é uma figura paradoxal, e é importante ter isso em mente para dialogar com Donald Trump. Trump é muito paradoxal porque, apesar de ser uma celebridade, apesar de ser alguém que está na mídia desde sempre, apesar de ser uma figura muito conhecida, o Donald Trump político não é conhecido. O Donald Trump homem de Estado é um grande ponto de interrogação. Será que é possível separar o homem de mídia, o empresário do homem de Estado? Esse é um desafio para quem quer entender Donald Trump. O homem de Estado Donald Trump é completamente desconhecido da maior parte dos americanos inclusive.

Donald Trump tem uma retórica específica, que vou chamar de retórica "trumpista" ou "trumpiana". Ele tem uma retórica que é completamente diferente da retórica dos últimos presidentes dos Estados Unidos, dos últimos 80 anos. Durante muito tempo, não se dava muita atenção ao que um presidente, na figura de presidente, falava nos Estados Unidos. Isso mudou com Franklin Delano Roosevelt, que passou a usar, de uma forma muito habilidosa, os meios de comunicação da época, sobretudo o rádio.

Vale lembrar que, no fim da vida, o Presidente Roosevelt está numa cadeira de rodas, e os americanos não sabem disso. E ele fala do rádio e coloca o país e se vê envolvido e lidera o país em uma guerra mundial, até o final, até os estertores da guerra. Ele morre em abril, salvo engano, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

guerra na Europa acaba em 8 de maio – eu gosto de datas. E ele consegue lidar com isso. Os presidentes que o sucederam também conseguiram ou começaram a direcionar o seu discurso. E tudo que um presidente falava era importante porque era algo dito por um presidente.

Obama é o ápice disso. Eu costumo dizer que Obama é o triunfo do verbal, da retórica, apesar de a prática muitas vezes deixar a desejar. O Presidente Obama é muito habilidoso. O Presidente Obama é tremendamente carismático, é tremendamente inteligente. O Presidente Obama tem uma habilidade de comunicação surpreendente.

Mas, do ponto de vista prático, a sua administração sofreu sucessivas críticas no campo externo e no campo interno. Obama, internacionalmente, Presidente, é visto como um líder fraco, apresenta-se como um líder fraco. Um líder que foi responsável, por exemplo, por retirar as tropas americanas do Iraque e abrir espaço para o surgimento do Daesh, do Estado Islâmico.

Obama foi um presidente que diante da crise da Síria se manifestou agora, quando nós tivemos, há pouco tempo, há uns três ou quatro anos, o primeiro ataque com armas químicas, do Governo Assad, contra civis. Obama foi, protestou, falou, mas efetivamente fez muito pouco.

Do ponto de vista doméstico, o discurso de Obama é fascinante, é um discurso de agregação, é um discurso que ergue pontes. Porém, o americano médio não se viu representado.

E Donald Trump? Qual é o discurso? Qual é a retórica de Donald Trump? Há que se pensar em dois canais, ou em duas formas de comunicação de Donald Trump. A primeira é verbal, é a retórica. E aí Donald Trump, senhoras e senhores, é muito bom nisso. É o Donald Trump do Twitter, é o Donald Trump das redes sociais, é o Donald Trump que fala algumas vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOANISVAL GONÇALVES – ...de uma forma agressiva, é o Donald Trump que fala o que alguns diriam ser bobagem. É diferente do Donald Trump prático, é diferente do Donald Trump pragmático, é diferente do Donald Trump que assina as ordens executivas e que joga muito bem com isso. Nos dois casos, nós temos uma percepção clara de quem é Donald Trump. Aí um dado: a maioria dos americanos não liga para o Donald Trump retórico, eles estão preocupados com o que Donald Trump pode fazer, efetivamente. A mídia não sabe o que fazer porque não sabe como lidar com Donald Trump prático. E aí está a chave para entender Donald Trump.

Eu já vou concluir assinalando alguns dados. Ainda não foram cem dias de Governo Trump. A impressão que a gente tem é que Trump está calibrando as suas ações nesse primeiro período. No campo doméstico, a proposta de Trump, Presidente, é cumprir tudo o que ele prometeu, desde que não seja impedido por forças externas. Aí, por exemplo, chamo a atenção do Obamacare. Ele disse que iria pôr fim ao Obamacare. O Presidente Obama levou dois anos... Dois? Foi isso. Dois anos ou mais para construir o Obamacare no Congresso. Trump, nos dois primeiros meses de Governo, já apresentou uma proposta para derrubar, para mudar aquilo. Ele não fez nenhum esforço para derrubar aquilo. E é claro que ele não conseguiu, mesmo tendo a maioria republicana na Câmara. Mas ele, depois, vai poder dizer o seguinte: "Eu fiz, o Congresso não me deixou". A mesma coisa no que diz respeito à imigração: "Eu comecei a estabelecer as regras, o Judiciário me impediu". Então, ele está jogando.

Em compensação, a escolha do Neil Gorsuch para ser Juiz da Suprema Corte está feita e foi aprovada na sexta-feira passada. Um dos pontos mais importantes dessa administração que era discutido o tempo todo, desse Governo Trump, é quem seria indicado para Juiz da Suprema Corte, porque ali ele está com 49 anos e vai ficar, pelo menos, 30 anos como juiz conservador na Suprema Corte. Esse era um ponto importante, e ele conseguiu aprovar. Obama levou mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Reduziu o quórum, não é?

O SR. JOANISVAL GONÇALVES – Exatamente, e ter um juiz conservador na Suprema Corte. Outra coisa: os funcionários de segundo escalão, de terceiro escalão ainda não foram nomeados – estou concluindo – e, nesse caso, ele consegue jogar com isso.

Alguns dados: sempre chamo a atenção para se tomar cuidado com dados, porque as pesquisas, como vimos em 2016, podem não ser muito efetivas, mas, para se ter ideia, houve uma pesquisa no final de janeiro, Trump já havia assumido, com o eleitorado americano. Dessa pesquisa, 44% era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aprovação do Trump, índice que baixou bastante no início da sua jornada. Entretanto, o Congresso, Presidente, tinha 29%de aprovação do eleitorado norte-americano. Cinquenta e sete por cento dos eleitores, apesar dos 44% de aprovação, disseram que Trump estava fazendo um bom trabalho.

Os democratas, no Congresso, tiveram alguma coisa em torno de 31% de aprovação, e, os republicanos, 32%. E o político mais impopular dos Estados Unidos, naquele momento, era Nancy Pelosi, do Partido Democrata na Câmara. Ela tinha 19% de aprovação e 44% de rejeição. Outra coisa: 60% dos entrevistados estavam otimistas quanto ao futuro do País – é um diagnóstico da sociedade americana – e 40% pessimista, portanto. Trinta e sete por cento daqueles que respondera, que disseram que estavam otimistas, votaram em Trump. Portanto, 63% que disseram que estavam otimistas não votaram no Presidente Trump.

É claro que isso não quer dizer que está todo mundo confortável em relação a Donald Trump, mas a maioria dos americanos aprova a agenda de Donald Trump hoje. Esse é um diagnóstico que temos que ter em mente. Oitenta e seis por cento dos americanos concordaram em que há um pequeno grupo de pessoas em Washington que tomou de assalto os destinos do país enquanto o povo paga a conta. Era esse o discurso de Trump. E 86% concordam com isso.

Cinquenta e três por centos dos americanos, nessa pesquisa, disseram que acham que a mídia e outras elites exageraram quanto aos problemas do governo Trump exatamente porque se sentem desconfortáveis com as mudanças que Trump pode trazer. Setenta e cinco por cento dos americanos acham que ele promoverá grande mudança. Setenta e cinco por cento dos americanos anos acham que ele promoverá grande mudança e 63% acham que essas mudanças serão positivas.

Quarenta e um por cento dos americanos acreditam que a economia vai melhorar, e, desses 41%, 73% acham que será por causa do sucesso de Donald Trump na presidência. Um dado interessante: logo às vésperas do Obamacare, apenas 4% dos americanos achavam que o Obamacare ia bem.

Isso tudo assinala alguma coisa: que os americanos estão dispostos a dar uma chance a Donald Trump. Ele está no controle no momento. Donald Trump não é bobo. Ninguém chega, como ele chegou, à presidência dos Estados Unidos da América sendo ingênuo. Ele está no controle, e o povo americanos está aguardando para ver o resultado.

Desculpe se me estendi, mas era isso o que eu tinha a dizer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Joanisval Gonçalves por sua exposição tão elucidativa em relação às personalidades de presidente eleito americano e do ex–presidente.

Antes de passarmos às indagações que aqui nos chegaram, eu gostaria de registar também a presença entre nós do Embaixador Carlos Amorim, da Embaixada do Uruguai; do Secretário Corrado Assenza; e do Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da República Argentina. Além disso, mais uma vez, agradeço a presença da Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e Presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Muito obrigado a V. Exª mais uma vez. Deputada Bruna Furlan, por sua presença, que abrilhanta a nossa reunião de hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª por esse extraordinário trabalho de debate que tem trazido à Casa a cada 15 dias, é um momento de discutirmos, avaliarmos as relações internacionais, a conjuntura, e trilharmos novos rumos. Como está dito: estender pontes ou erguer barreiras? Essa é uma pergunta que tem que ser respondida. Eu, sinceramente, sou da turma que acha que é muito melhor estender pontes, acho que precisamos integrar cada vez mais.

Acabei de vir do México – eu estava no Parlatino – e constatei que há realmente uma perplexidade completa acerca das atitudes do Trump com relação aos países latino-americanos, inclusive com o nosso povo. Essa leitura didática, em nível de avaliação com números que o nosso consultor legislativo nos traz aqui, o Prof. Joanisval, não é de estranhar. O povo americano realmente tem uma certa xenofobia, mas só que quem trabalha é exatamente nosso povo, que lá está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhando para dar uma situação boa para os americanos: são os brasileiros, os latino-americanos, os asiáticos. Então, essa xenofobia com relação aos estrangeiros nos Estados Unidos, creio. Hoje está sendo refletiva nesses números, mas, em breve, deve ser mudada.

Essa questão de fazer muro, em pleno século XXI, entre o México e os Estados Unidos também está repercutindo muito mal em todos os países latino-americanos e com todo o povo que realmente prega uma situação normal de governar. A governança pressupõe alternância de poder; de fato, tem que se trocar. Quem é de confiança do governo que assumiu é quem deve assumir o poder.

Ele tem tido essas dificuldades lá de substituição muito mais porque, embora tenha um grande apoio interno da classe americana, que estava sofrida, coisa e tal, na visão deles, creio que a racionalidade em breve, breve, deverá prevalecer, certo? Creio que a racionalidade deve prevalecer. Até ele próprio, hoje, na minha visão, está menos radical do que estava antes de assumir o poder.

Quero cumprimentar V. Exª. Eu estava em uma audiência pública na Comissão Mista da Medida Provisória nº 759, da qual sou Vice-Presidente. Trata-se de uma medida provisória que visa resolver o problema de todas as terras, a regularização fundiária, tanto das áreas relativas ao Incra, quanto das áreas relativas à SPU, no campo, na cidade e na Amazônia Legal. Então, nós tivemos uma grande audiência pública num recinto externo ao Senado, porque o nosso grande auditório aqui, o Petrônio Portela, está fechado para obras. Assim, nós estávamos no prédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, participando dessa grande audiência, com toda a população discutindo o assunto. Por isso que só agora consegui chegar.

Estava em viagem na última semana, durante a última rodada deste ciclo, quando foi tratada, sobretudo, a crise da Venezuela, que também é um tema caro e importantes para nós. Peço até que V. Exª franqueie as notas taquigráficas com a íntegra do conteúdo do que foi aqui debatido nesse importante ciclo de debates que V. Exª está promovendo.

Eu acabei de assumir, na semana passada, a Presidência da Comissão Senado do Futuro e acho que muito do que está sendo discutido aqui, dentro de uma comissão que visa discutir o futuro da Nação, o futuro do Senado e o futuro dos povos e o que nós temos que fazer, esse levantamento que o senhor está promovendo aqui, com a visão da conjuntura internacional, é muito importante e vem muito a calhar para que, juntos, possamos aproveitar os dois ângulos de visão: de um lado, aqui, com o pé no chão, com os olhos voltados para as relações internacionais do nosso País, reconhecendo e melhor avaliando o que está acontecendo no mundo, e o que tem a ver conosco; e, de outro lado, ali, na Comissão Senado do Futuro, da qual sou Presidente, onde podemos avaliar a maneira de como trazer isso para uma discussão interna nossa aqui, a fim de podemos, de acordo com as lições aprendidas, contornar as dificuldades que temos.

Então, eu queria fazer esse relato, pedindo vênia por ter chegado um pouco atrasado, e dizer que é com muita satisfação que, como membro do PMDB na Comissão de Relações Exteriores, estamos juntos para debater os importantes assuntos que o senhor traz à baila, bem como para que as pessoas compreendam que a ausência de um ou outro Senador aqui na Casa se deve ao fato de que, realmente, a segunda-feira, ainda mais na véspera da Semana Santa, é um dia muito complicado para se ter a presença dos colegas de outros Estados. Eu, como sou de Brasília, estou por aqui mesmo, mas o deslocamento dos colegas para cá é complicado.

Quero cumprimentar a nossa querida Deputada Bruna Furlan, uma jovem na luta política, o que é muito importante, sobretudo em uma comissão tão importante como esta, de relações exteriores. Meus parabéns!

Cumprimento o nosso querido Professor Creomar Souza, da Católica, uma universidade importante para o Distrito Federal, que tem formado bons quadros. Parabéns! É uma pena que eu não tenha podido chegar a tempo de ouvir a sua palestra, mas eu vou pegar depois as notas taquigráficas para dela ter conhecimento na íntegra.

Cumprimento o nosso Ministro Celso Lafer, que é um exemplo de homem público, uma pessoa que conta com a admiração de todos nós pelo extraordinário trabalho à frente do Itamaraty. Então, trata-se de pessoa preparada para avaliar as questões debatidas aqui junto conosco. Isso demonstra o alto grau, o teor da substância, realmente, desse conjunto de debates.

Cumprimento também o nosso amigo Consultor, servidor da Casa. Também sou servidor público concursado e sei do preparo que os colegas têm, da competência que os colegas têm e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

situação de se absterem da política e colocarem os dados como são no momento que têm de ser colocados. E são dados reais, fruto de uma pesquisa do povo americano, independentemente de a sua posição ser favorável ou contrária ao Trump. Você está relatando para nós a sua situação.

Eu não sou a favor nem contra o Trump; eu sou a favor do Brasil, a favor dos povos latino-americanos e de uma integração regional. Enquanto o Trump estiver fazendo uma política que nos permita isso, estamos apoiando. Quando for contra... Eu, por exemplo, sou contra algumas coisas que ele está fazendo, porque eu acho que afrontam o povo brasileiro, afrontam a América Latina, enfim, nos afrontam como um todo, afrontam até a nossa cidadania. Então, eu creio que isso não está muito bom. Mas, quem sabe, em um futuro promissor, isso não poderá ser melhor.

Agradeço a V. Exª e peço desculpas por ter me estendido um pouco mais.

Parabéns novamente a todos que estão aqui tendo esta oportunidade de ouvir e presenciar esse debate.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, que tão bem representa no Senado da República o nosso Distrito Federal e que também vem se mostrando um combativo integrante do PMDB. Muito obrigado a V. Exª pela presença.

Antes de passarmos às perguntas, eu gostaria de reler a Nota Oficial do Ministério das Relações Exteriores, o nosso Itamaraty, sobre o assunto momentoso da última sexta-feira.

> O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada do conflito militar na Síria. Reitera sua consternação com as notícias de emprego de armas químicas no conflito sírio. Reafirma a importância de que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o ocorrido em Idlib, que levem à apuração dos fatos e à punição dos responsáveis.
>
> A solução para o conflito sírio requer diálogo efetivo e pleno respeito ao direito internacional. Nesse contexto, renovamos o apoio às tratativas conduzidas em Genebra sob a égide das Nações Unidas e com base nas resoluções do Conselho de Segurança.

Termina a nota.

Passo a fazer as indagações aos nossos palestrantes. As perguntas são endereçadas a todos os três palestrantes da noite de hoje.

A primeira delas: o Primeiro-Ministro israelense, Benjamin Netanyahu, não tinha apoio do anterior Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para a ampliação de área construída em assentamentos judaicos existentes em território palestino, mas pensava que teria total guarida do atual, Donald Trump. V. Sª acredita que a atual gestão do governo estadunidense será aliada de Israel? Até que ponto, em se tratando da questão palestina?

A segunda pergunta é a seguinte: não bastasse o referido ataque à Síria ter causado abalos geopolíticos, o que dizer da ameaça do Secretário de Estado americano, Rex Tillerson, de fazer o mesmo em relação à Coreia do Norte? Quais seriam as consequências de uma ação contra o governo de Kim Jong-um? O equilíbrio regional a envolver a China, Coreia do Sul, Taiwan e Japão estaria sob ameaça?

Terceira pergunta: qual papel está reservado à Organização das Nações Unidas e outros organismos internacionais nesta ordem internacional em que estamos inseridos? A quarta pergunta: qual a visão da política exterior de Trump em relação aos BRICS? Com o Presidente Temer, a sintonia das relações exteriores torna-se maior com os Estados Unidos do que com os BRICS?

São as quatro perguntas que nos chegaram para reflexão dos nossos ilustres palestrantes. Eu começaria dando a palavra a S. Exª o Sr. Ministro Celso Lafer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, sem fazer nenhuma avaliação. Quero fazer umas perguntas, complementando essas, para que S. Exª possa responder todas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a permissão do Ministro Celso Lafer, pela ordem, com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A pergunta para os três palestrantes seria: como amenizar a situação dos milhares de brasileiros que moram nos Estados Unidos, com esse perfil que se coloca?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como nós, latino-americanos, unimos esforços para enfrentar essa situação colocada? Como nós, terceiro-mundistas, unimos esforços para evitar que o imperialismo volte com toda força sobre os povos menos favorecidos? E essa questão da Síria, para mim, pelo menos, com essas posições colocadas, está nesse nível? Quero ouvir porque acho que ele deveria fazer. E como aumentarmos nossa interação bilateral sul-sul, principalmente com a busca de capitais dos BRICS para se investir na infraestrutura nacional dentro dessa conjuntura em que vivemos, já que realmente há uma penúria de recursos públicos? E os BRICS – sabemos porque o Brasil é sócio – tem uma significativa carteira que poderíamos trazer para investir em nosso Pais.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, por sua indagação.

Volto a palavra a S. Exª o Ministro Celso Lafer.

O SR. CELSO LAFER – Obrigado, Presidente Collor.

Agradeço também a presença da Deputada Bruna Furlan, que agrega, com a sua presença, ao trabalho de pensar e refletir. Agradeço, evidentemente, a presença do Senador Hélio José e a pergunta ampla que ele me fez.

Respondendo, pela ordem, começo pela questão que ele me colocou. Acho que o primeiro passo em relação a brasileiros no exterior e sobretudo brasileiros nos Estados Unidos, trata-se de dar continuidade àquilo que o Itamaraty vem fazendo, e vem fazendo muito bem, por sua rede consular, que é a de dar aos brasileiros no exterior toda a proteção possível, levando em conta o que a legislação dos Estados Unidos permite e encontrando caminhos para sustentar a vida e a realidade dessas pessoas. Acho que esse é um dado importante, que merece, enfim, o respaldo e que tem que ser reforçado nesse momento atual, à luz evidentemente daquilo que é a postura do Presidente Trump e daquilo que ele está tentando fazer, mas encontrando suas limitações no plano do Judiciário.

As outras perguntas são todas bastante complexas,

Eu diria que, em relação à situação na Ásia, penso que os temas: Coreia do Norte, posição norte-americana, relação da China em relação a isso, potencial de ameaça em relação à Coreia do Sul e ao Japão da reação da Coreia do Norte a uma ação militar não concertada com a China é uma situação de risco. Acho que a personalidade do Presidente Trump foi bastante discutida. Ela tem componentes de imprevisibilidade e de impulso. E esse impulso pode levar para um lado ou para o outro.

Acho que a situação na área da Ásia é das mais complexas. Acho que, em relação ao Oriente Médio, que foi também uma das questões colocadas em relação, por exemplo, ao Estado palestino, eu penso que... Enfim, uma vez ouvi um comentário de que o que diferencia a esquerda da direita, em Israel, é que a esquerda acha que o tempo trabalha contra Israel, e a direita acha que o tempo trabalha a favor de Israel. Então, o primeiro-ministro, que representa a direita, acha que o tempo trabalha a seu favor e o *status quo* o favorece. Não era essa a posição do Presidente Obama, que queria buscar uma solução para a questão israelense e palestina e que tinha, enfim, uma avaliação de que o tempo político-diplomático era favorável para isso.

Não creio que, pelas notícias que temos, essa mesma posição caracteriza a visão do Presidente Trump. Penso que ele estará confortável em deixar o *status quo* continuar, mas essa é uma avaliação que eu faço com base no que foram manifestações, até agora, apresentadas. A situação da Síria e o desenvolvimento da situação da Síria podem trazer uma mudança nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sr. Ministro, com a devida vênia, há a indagação sobre o papel que estaria reservado às Nações Unidas nessa ordem internacional.

O SR. CELSO LAFER – Essa é uma vasta pergunta, mereceria uma exposição própria, mas eu diria, vamos dizer assim, sinteticamente que a ONU é uma instância de intermediação do plano internacional. Ela não é um terceiro acima das partes, ela é um terceiro entre as partes e naturalmente atua dentro do espaço de apoio e convergência que ela consegue dos Estados.

Há uma demanda de colaboração multilateral muito significativa. A ONU atende a uma parte importante dessa demanda, sobretudo quando não alcança esses pontos mais altos, que não são controversos, mas que são tensões que chegam ao ápice do poder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Conselho de Segurança é evidentemente o órgão incumbido de lidar com uma ameaça à paz ou com situações que a colocam em questão, mas ela depende da convergência das potências que têm um poder de veto. Então, este é um momento em que essa convergência não está clara, porque também o ataque à Síria colocou em questão a situação da Rússia. E é natural que a Rússia queira negociar, em princípio, qual é o caminho que parece a ela aceitável. Eu acho que isso é também uma questão aberta.

Recorrer à ONU é sempre um caminho importante, porque, vamos dizer assim, a legitimidade tem o seu papel no plano internacional, um papel significativo. Ela é um pouco, como dizia meu amigo Gelson Fonseca, que esteve aqui, o espaço do aceitável. A ONU tem um papel significativo em colocar qual é o espaço do aceitável. É pouco diante do tamanho dos problemas, mas é, falando de maneira realista, o que está ao alcance da ONU.

Agora, devo dizer que a ONU se beneficiou enormemente com a escolha de um extraordinário Secretário-Geral. O Secretário-Geral António Guterres é um homem de grande talento, de grande experiência; é o primeiro Secretário-Geral que exerceu um posto de chefia de governo. Digo isso porque, antes, nós tínhamos diplomatas importantes, ministros de relações exteriores, mas este é o primeiro Secretário-Geral que teve esse tipo de responsabilidade, atuando não apenas no plano de Portugal, mas atuando em termos de Portugal no âmbito da União Europeia, com tudo que isso representa de caminhos e dificuldades. Ele foi também o Alto Comissário para Refugiados. Se há um tema de grande importância no plano internacional, é esse dos refugiados. Então, penso que poucas pessoas teriam tantas qualidades para reunir caminhos de construção de soluções no plano multilateral. É, evidentemente, uma avaliação que faço com base no conhecimento que tenho dele, na esperança de que isso funcione.

Dizia São Paulo – para terminar com uma frase – que "a esperança não decepciona". O momento não é de esperança, mas eu gostaria de reiterá-la.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Ministro Celso Lafer.

Agora, para responder as perguntas formuladas, passo a palavra ao Prof. Creomar de Souza.

O SR. CREOMAR DE SOUZA – Muito obrigado pelo direito da palavra para responder as perguntas.

Quero, primeiramente, saudar o Senador Hélio José, do Distrito Federal, pela presença e pela possibilidade de responder as suas perguntas. Saúdo também a Deputada Bruna Furlan, que se faz presente aqui durante a nossa fala.

Começando do final, quer dizer, das perguntas do Senador Hélio José, para, depois, tentar perpassar todos os outros quatro tópicos, eu diria que acredito que um elemento fundamental de qualquer tipo de ação que envolva – e o senhor usou esse termo – o ressurgimento do imperialismo passa por duas vertentes, Senador: a primeira é aquela muito bem expressada pelo Ministro Celso Lafer aqui, ou seja, a que envolve os usos das atribuições normais, quer dizer, a capacidade do Itamaraty, de fato, de atender um cidadão brasileiro, onde quer que ele esteja, com a maior diligência possível, respeitando os marcos legais nos quais esse cidadão brasileiro está inserido.

Do ponto de vista de ações multilaterais – e aí o senhor citou aspectos específicos da Cooperação Sul-Sul, a ação dos BRICS e outros elementos –, creio que é importante que haja um nível de concertação que transcenda os elementos retóricos e que crie marcadores fortes para a atração de investimentos. Como o senhor muito bem disse, nós temos uma dificuldade, neste exato momento, que é a exaustão de recursos públicos. Esse tipo de cenário, excetuando-se talvez a China, é algo que marca até mesmo os BRICS em termos gerais.

Então, de maneira fundamental, é necessário que se criem elementos para que nós possamos reforçar ações como o multilateralismo econômico e a expansão das matrizes de comércio, para que, a partir daí, encontremos algum tipo de elemento que gere uma reversão positiva desses recursos alocados para ações como infraestrutura física e também infraestrutura intelectual, com o fortalecimento dos elementos de educação básica e outros aspectos que fazem com que, especificamente nós, dentro dos BRICS, estejamos, em algum sentido, na rabeira de alguns indicadores de desenvolvimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, voltando aos pontos que o Presidente Collor citou, como perguntas enviadas por aqueles que nos assistem, primeiramente, agradeço o fato de as perguntas terem sido feitas, agradeço às pessoas que se dispuseram a esse exercício de democracia de dialogar conosco. Trato disso ponto a ponto.

Inicialmente, quando a gente fala da questão Estados Unidos/Israel, há dois elementos fundamentais, e o primeiro é a capacidade que cidadãos de origem judaica têm de fazer pressão dentro do *establishment* político norte-americano. Nesse aspecto específico, por mais que esse grupamento civilizacional ou esse grupamento social não seja homogêneo em termos de perspectivas políticas – há judeus mais conservadores e judeus mais progressistas –, hoje, com o Trump, há um avanço de uma percepção através da qual os Estados Unidos não devem negociar apoio enquanto, de fato, os palestinos não deem provas claras de que querem fazer a paz e que, de fato, têm a capacidade de controlar aqueles que tenham algum tipo de atribuição violenta.

Agora, especificamente falando de assentamentos, nós precisamos lembrar que, depois de um período de 20 anos sem novos assentamentos feitos, nesta semana, o governo Netanyahu autorizou um novo assentamento em terras palestinas. Diferentemente de outros momentos, nos quais esses assentamentos eram feitos também em terras de propriedade privada clara, nesse aspecto específico, está sendo usado um terreno cuja posse, teoricamente, é pública. Mas não deixa de ser marcante pelo fato de que Israel se sente confortável neste atual momento, sobretudo via liderança de um grupamento político mais conservador, de promover esse tipo de ação.

Em termos de Coreia do Norte, falando de Rex Tillerson, de Steve Bannon, do núcleo de tomada de decisões de Donald Trump, creio que aí vamos entender dois elementos que estão muito próximos àquilo que o Joanisval disse, ou seja, a capacidade que Trump tem de trabalhar e de construir ações a partir da ideia de tentativa e erro. Isso quer dizer o quê? Faz-se um teste, e se espera a consequência desse teste. Especificamente falando de Coreia do Norte, os Estados Unidos decidiram, ao menos simbolicamente, subir um pouco o tom. O que isso quer dizer? Despacharam para a região da Ásia Pacífico um porta-aviões, um pedaço da VII Frota, se não me engano, e algumas fragatas para gerar constrangimentos à Coreia do Norte.

Vamos lembrar que isso entra num elemento de construção retórica das imagens, que é muito presente também no que envolveu a ação contra a Síria. E isso é basicamente o quê? Trump faz essa ação de despachar o porta-aviões depois de ter um encontro de alto nível com o Presidente chinês. Então, o que acontece? Aquilo que possa parecer uma ameaça, em uma observação menos criteriosa, ou um ato intempestivo de alguém que não entende a política, na verdade, está costurado dentro de uma lógica na qual os Estados Unidos se mostram muito insatisfeitos com a forma como os chineses têm administrado a questão da Coreia do Norte, fazem uma negociação e dizem: "Olha, eu vou mover as peças. O que você vai fazer?" E aí você cria um grande jogo de cena que serve para o Trump em termos de respaldo e que agrada o *establishment*, porque ele vai se posicionando no sentido de dizer: "Olha, nós temos a capacidade de tomar decisões". Isso passa um recado para a Coreia do Norte de que os chineses apoiam a Coreia do Norte, mas talvez não até a p. 3; até a p. 2, tudo bem, mas a p. 3 não. Esse é um marcador.

Nisso a gente muda de nível para falar um pouco desse papel da ONU. Especificamente, a única coisa possível a se fazer nesse aspecto é concordar com o Ministro Celso Lafer. A ONU não é um ente superior a outros entes das relações internacionais. E o grande desafio da ONU, neste momento, talvez, seja o de estender pontes quando um dos principais atores das relações internacionais parece um pouco disposto a construir barreiras, simbólicas e físicas. E, nesse aspecto específico, talvez nós tenhamos a grande fortuna de, sob a liderança do Secretário-Geral Guterres, ter alguém experimentado o suficiente não só no mundo diplomático, mas também no mundo político.

É importante entender o quê? Tendo em vista que Trump não tem esse DNA de homem da política, a sua capacidade de interlocução com o mundo político se dá em termos diferentes. Isso quer dizer o quê? O *mindset* de Trump é forjado para respostas do mundo empresarial, e as respostas do mundo político, por muitas vezes, são mais lentas. E, à medida que essas respostas são mais lentas, o posicionamento daí derivado é um posicionamento de impaciência. Isso quer dizer o quê? "Eu perco o Obamacare aqui, e, então, está bom, não quero mais mexer com isso; perdi porque o *establishment* não me deixou avançar." Quando se migra para as questões de relações internacionais, ele vai dizer: "Olha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

eu não sou da mesma cepa do Presidente anterior." Isso quer dizer o quê? "Eu tenho a coragem de fazer aquilo que é certo. E, se a ONU me constranger, quando for conveniente para mim, eu passo por cima da ONU; quando não for conveniente, eu vou concertar com a ONU."

O que nós não temos exatamente claro neste momento é: em quais agendas Trump terá a vontade de perpassar ou atropelar – vamos usar o termo que vocês quiserem, com ou sem eufemismo – as iniciativas da ONU e em que sentido ele vai de fato gerar algum tipo de resultado de concertação, por assim dizer. A nossa esperança, como ente vivente neste Planeta e que não quer testar algum tipo de tendência transcendental de que exista um mundo pós-mundo, é a de que essas coisas tendam à acomodação.

Aí migro para a quarta pergunta, que é a questão da política externa de Trump para os BRICS. Efetivamente, o olhar de Trump para os BRICS não é um olhar próximo à ideia do acrônimo que cria os BRICS. Isso quer dizer o quê? Estou olhando para mercados com potencial de crescimento econômico, com que posso construir sinergias, com que posso construir parcerias, ou posso forçá-los a fazer parte dos processos econômicos globais via constrangimento?

O olhar de Trump é muito próximo a uma ideia de geopolítica. Nesse aspecto, talvez, o grande elo, aquele pode criar pontes entre Estados Unidos, Rússia e, talvez, até mesmo China, seja essa percepção geopolítica estratégica da realidade a partir do Trump. O que eu estou querendo dizer? A percepção de que há um inimigo muito maior do que aquele inimigo que eu estou vendo e a criação de laços para combater esse determinado ente. Especificamente, a gente está falando de terrorismo e da agenda de segurança, que deve prevalecer às outras.

Quando a gente desce esse nível da categoria BRICS para uma subcategoria que é o Brasil, especificamente – nisso, mantenho minha fala original –, o Brasil não está no radar dos Estados Unidos. Não somos uma prioridade neste momento. Há outros elementos que se colocam, e estaremos no limiar do meio da tabela, por assim dizer, em termos de preferências e questões do gênero.

A alteração do nível de prioridade do Brasil, em termos de agenda norte-americana, depende de duas variáveis: uma variável é a de que o Brasil consiga, em alguma medida, chamar a atenção por elementos positivos de imagem, e a segunda variável é a de que, nesse processo de construção dos quadros burocráticos em que a administração Trump tem avançado muito devagar, sejam escolhidos indivíduos que tenham um olhar privilegiado e preferencial sobre o Brasil.

Falando especificamente em política externa de Temer, creio que há um problema, e esse problema é o tempo, que é muito curto para se construir algum tipo de resultado muito efetivo em um ambiente marcado por condições endógenas complexas. Temos de lembrar que há todo um histórico que envolve a chegada da Presidência Temer ao poder e não falamos só dos aspectos políticos, mas também dos aspectos econômicos, que são um grande entrave. E há outra complicação, que é o ambiente internacional; quer dizer, as características exógenas também são muito complexas. Por exemplo, pode-se dizer que, talvez, Temer tivesse a possibilidade de construir um espaço maior de interlocução se fosse uma administração Obama. Estou me lembrando de uma conversa que eu e o Joanisval tivemos com o ex-Vice-Presidente Joe Biden, em que ele dizia: "Do nosso lado, a percepção do processo de *impeachment*, do resultado disso, é que é uma imagem positiva, a de que o Brasil não quebrou a institucionalidade da regra." Isso daria um espaço de interlocução.

Agora, hoje, o que se tem, em contramedida, quando se fala em administração Trump, é que esse tipo de agenda é muito periférica, não está no rol de prioridades no âmbito negativo – a imigração brasileira não é o foco fundamental da percepção de risco a administração Trump –, mas também não está do lado positivo. O mercado brasileiro ou as indústrias brasileiras ou a economia brasileira não passam no rol de possíveis soluções da administração Trump.

Então, creio que, tendo em vista esse olhar geopolítico, não há ainda uma percepção para uma categoria que não é necessariamente geopolítica, que é a dos BRICS. Nesse sentido, ainda se tende a pensar – pelo menos é o que os dados mostram até agora – que esses olhares, excetuando Rússia e China, tendem a ficar na periferia. Por mais paradoxal que seja, até o presente momento, a administração Trump ainda não descobriu a Índia, que é um ente pivotal da política externa americana para a Ásia, sempre visto como um elemento de contenção de iniciativas chinesas ou de drenagem de energias chinesas, quando há algum tipo de percepção de maior agressividade chinesa. A administração Trump ainda não descobriu a Índia. Isso também deve ser levado em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acredito que é isso.

Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Creomar de Souza.

Passo agora a palavra ao Prof. Dr. Joanisval Gonçalves.

O SR. JOANISVAL GONÇALVES – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senador Hélio José, pelas perguntas.

Quero agradecer aos internautas também que nos estão acompanhando e enviando perguntas.

Tenho muito pouco a acrescentar depois do que foi exposto brilhantemente pelo Ministro Celso Lafer e pelo Prof. Creomar de Souza, mas eu gostaria de assinalar que, quando se pensa em política externa de Donald Trump, há de se ter em mente que Donald Trump fará ou pretende fazer sua política externa a partir de uma percepção de política interna, a partir de uma percepção doméstica. O que estou querendo dizer com isso? Que as prioridades de Trump sempre, desde o início, foram voltadas para dentro, para a recuperação da economia, para a recuperação de um setor – e ele já começou a fazer isso, por exemplo, no que diz respeito ao orçamento –, para a recuperação do que eles percebem como uma fragilidade das Forças Armadas norte-americanas. Por mais estranho que possa parecer a alguns, as Forças Armadas americanas, nos últimos oito anos, passaram por significativos problemas, como a redução na capacidade operacional dessas Forças, inclusive. E, agora, Trump já se propôs a melhorar essa situação.

Há de se conhecer também, há de se entender a maneira como Trump percebe os grandes atores, as grandes potências no cenário internacional. Concordo plenamente com o Creomar, quando ele assinala que os BRICS, como um acrônimo, não estão no radar de Donald Trump, mas, sim, nós temos China, nós temos Rússia. Nós ainda não temos Índia, e o Brasil não existe na percepção norte-americana hoje em termos de grandes ações internacionais. Esse é um fato.

No que diz respeito às Nações Unidas, sempre acabo voltando à minha percepção de historiador. Lembro que, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Liga das Nações estava em colapso. E a Liga das Nações estava em colapso exatamente porque as grandes potências – cito a Alemanha; cito os Estados Unidos, que não chegaram a entrar na Liga das Nações; cito a Itália e o Japão – estavam fora da Liga das Nações naquele momento. A União Soviética foi excluída também.

Com a ONU é diferente. A ONU permanece como um foro, sobretudo na instância do Conselho de Segurança. O Ministro Celso Lafer foi magistral ao assinalar que a ONU não é só o Conselho de Segurança, que a ONU não é só uma estrutura de segurança, que é fundamental, mas não é só aquilo. Há toda uma estrutura, todo um sistema ONU que funciona e atua de maneira efetiva, felizmente agora com um Secretário-Geral que tem a nossa herança portuguesa. Os portugueses são muito bons em conciliação, os portugueses têm a habilidade de gerir conflitos, o que destaca Portugal, como sempre destacou e fez com que aquele país pequenininho, na periferia da Europa, se tornasse uma potência.

Bom, mas e o Conselho de Segurança? Felizmente, existe um Conselho de Segurança, em que temos os cinco grandes representados e que, no mínimo, pode servir de um foro ou de uma instância para estabelecer essas pontes, para erguer essas pontes. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, não havia isso. Hoje, isso existe, continua lá e não pode ser desprezado.

Acredito que Trump está tentando entender alguns aspectos do cenário internacional. Alta política, nos termos de relações internacionais, não é a esfera de Donald Trump neste momento. Ele vai precisar se cercar bem para poder atuar nesse campo.

O Creomar disse que não está disposto a testar se existe um mundo após este mundo, e eu vou ser esperançoso também, porque acho que, no momento, a percepção daquele Chefe de Estado vai ser no sentido de buscar, ao lidar com seus pares internacionalmente, algo como uma prudência, ao menos. Isso é demonstrado na ação na Síria.

Houve muita preocupação quando aconteceu aquilo no dia 6 de abril. Recebemos muitas mensagens: "Vai começar a Terceira Guerra Mundial, o mundo vai acabar." Eu falei: "Não." Assim que saiu a notícia, eu falei: "Os russos já foram informados disso." Logo depois, isso foi confirmado. Por quê? Porque não dá para se fazer qualquer movimento no Oriente Médio, na Síria, sobretudo, sem conversar com os russos. Essa demonstração de força na Ásia também não pode ser feita sem se combinar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os chineses. Aí nós falamos de uma concertação internacional entre grandes potências, o que, efetivamente, ainda existe. Não dá para desprezar isso.

Os primeiros movimentos de Donald Trump, prático, apesar de todo sua retórica, são de que ele está consciente de que existe esse mundo, e ele não vai dar passos imprudentes e arriscados demais. É essa a percepção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Joanisval Gonçalves.

Ao encerrar nossa reunião na noite de hoje, eu gostaria de agradecer a S. Exªs os Srs. Embaixadores que aqui se fizeram presentes e a S. Exªs os senhores representantes das missões diplomáticas já nominadas que também nos deram o prazer da sua audiência aqui.

Eu gostaria de agradecer a presença, mais uma vez, honrosa para todos nós integrantes desta Comissão, da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Deputada Bruna Furlan, que acumula, com essa função, a Presidência também da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

Eu gostaria de, muito especialmente, agradecer a participação dos nossos debatedores da noite de hoje: o Ministro Celso Lafer, o Prof. Dr. Creomar de Souza e o Dr. Joanisval Gonçalves.

Informo a todos que o terceiro painel ocorrerá no dia 24 de abril, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "O cetro do czar: o papel da Rússia na geopolítica global". Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Cel. Marco Antônio de Freitas Coutinho, ex-adido militar na Rússia; a Profª Lenina Pomeranz, da Universidade de São Paulo (USP), Doutora em Planificação Econômica pelo Instituto Plejanov, de Moscou; e o Prof. Dr. Gustavo Trompowsky Heck, Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg).

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa, a se realizar no dia 20 de abril, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Agradecemos, mais uma vez, a todos a presença e a audiência.

Dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2017.

Às dezenove horas do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Hélio José e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião, e faz a leitura de comunicados. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Realização do 3º Painel: Sob o Cetro do Czar: o papel da Rússia na Geopolítica global. Abrangendo: - A recuperação da Rússia e a influência de Vladimir Putin no sistema internacional; - O papel da Rússia como potência global; - Anexação da Crimeia; Situação na Ucrânia; Atuação russa na Síria; - A expansão da OTAN e a percepção de ameaças por Moscou; - Implicações para o Brasil da projeção de poder russa no globo; - Implicações do conflito russo-ucraniano para o Brasil. Participantes: Sr. Marco Antônio de Freitas Coutinho, Coronel do Exército e ex-Adido Militar em Moscou; Sra. Lenina Pomeraz, Professora - Departamento de Economia da Universidade de São Paulo – USP; Sr. Gustavo Trompowsky Heck, Professor Doutor Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); Sr. Carlos Fino, Jornalista correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa - RTP em Moscou (período Brejnev, Gorbatchov e queda da URSS). O Presidente convida a comporem a mesa os expositores desta Audiência Pública Interativa. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: Embaixadora Diana Vanegas, da Embaixada da República de El Salvador; Embaixador Nabil Adghoghi, da Embaixada do Reino de Marrocos; Primeiro Secretário Aleksandr Perevedentsev e Aleksandr Korendyasev, da Embaixada da Federação da Rússia; Terceiro Secretário Denis M. Shimanchuk, da Embaixada da Federação da Rússia; Primeiro Secretário Faleg Valdez Cópas, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; Segunda Secretária Célia Analia Borba, da Embaixada da República do Paraguai; Conselheiro Fabio Simeón González, da Embaixada de Cuba; Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da Angola; e o Conselheiro Giorgi Sirbiladze, da Embaixada da Geórgia.O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal e-Cidadania. Usa a palavra o Senador Hélio José. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares e aos internautas participantes. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e duas horas e quinze minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje cumpriremos mais uma etapa do Ciclo de Debates intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Regimento nº 1, de 2017, desta Comissão, do último dia 17 de março deste ano.

Trata-se hoje da realização do 3º Painel, intitulado "Sob o Cetro do Czar: o papel da Rússia na Geopolítica global".

Antes da leitura dos comunicados, eu gostaria de anunciar e, ao mesmo tempo, agradecer a presença entre nós da Presidente da Comissão de Relações e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que também é a Presidente da Comissão de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.

V. Exª, Deputada Bruna Furlan, nos dá muita satisfação e muita alegria de poder compartilhar conosco deste ciclo de debates.

Muito obrigado pela sua ajuda, Deputada.

Comunicados.

Mensagem recebida da Embaixada do Marrocos sobre a discordância entre o Embaixador do Marrocos junto às Nações Unidas e seu homólogo venezuelano durante debate sobre o financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ocorrido na última terça-feira, dia 18 de abril de 2017, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Passo a ler, resumidamente, o relatório que foi enviado a esta Comissão.

> Nova York (Nações Unidas), 19/04/2017.
>
> Durante um debate, que ocorreu terça-feira, 18 de abril de 2017, na sede da ONU em Nova York, sobre o financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Embaixador do Reino do Marrocos junto à ONU teve que responder ao Embaixador da Venezuela, quando este pediu para que levassem em consideração os "territórios ocupados", como o Sahara Marroquino, para que se possam realizar os objetivos citados.
>
> Diante de tanta hostilidade e brutalidade, o Embaixador do Reino do Marrocos se perguntou "se o representante da Venezuela não se equivocou de reunião ou de agenda ao fazer referência ao Sahara Marroquino".
>
> Ele pediu ao seu homólogo venezuelano "mais humildade e modéstia, já que não deve dar lições ao Marrocos no momento em que seu regime ataca diariamente os manifestantes pacíficos que aspiram, unicamente, ter democracia, dignidade e condições mínimas para sobreviver".

Segundo comunicado: relatório do 2º Painel de debates.

Dando sequência ao Ciclo de Painéis intitulado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", esta Comissão realizou, no último dia 20, o 2º Painel, intitulado "O Fim da Pax Americana – Donald Trump e a Ordem Internacional".

Para este debate foram convidados os Ministros das Relações Exteriores e Jurista, Celso Lafer, o Professor de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, Creomar de Souza, e o Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Joanisval Gonçalves.

O Ministro Celso Lafer, primeiro palestrante do painel, fez uma rápida avaliação da situação mundial ao recordar as significativas transformações ocorridas antes e depois da virada do século. ele citou a década de 90, que marcou o fim da Guerra Fria, das polaridades definidas no sistema Leste/Oeste e, nesse contexto, Norte/Sul, que teve como evento inaugural a queda do Muro de Berlim, propiciando um mundo mais aberto à cooperação. Diz ele: mais pontes do que barreiras. Como exemplos dessa cooperação, ele mencionou a Conferência do Rio, em 1992, sobre meio ambiente e desenvolvimento, e o reconhecimento de sua relevância como tema global, além da Conferência de Viena, em 1993, sobre direitos humanos, também encarada como tema global, que permitiu ao Brasil, como na Rio 92, ter uma atuação ativa, em consonância com os preceitos da Constituição de 1988.

E, no âmbito regional, a mudança do enfoque de fronteiras, separação pela fronteira, cooperação, de que são grandes exemplos a criação do Mercosul, o entendimento com a Argentina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

inclusive no âmbito nuclear, e as virtudes da conectividade da vizinhança e o papel do bloco regional, concebido como uma plataforma de inserção competitiva no mundo que se globalizava. Para ele, era um mundo que favorecia a cooperação, um mundo mais aberto e pontes, muito mais pontes do que barreiras.

Já no século XXI, como destacou o Ministro Celso Lafer, a máquina do mundo moveu-se para a guerra de todos contra todos, e a faceta preponderante é mais barreiras do que pontes. Para o especialista, os ataques terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 indicaram o alcance da violência indiscriminada, internalizando, pela primeira vez, as tensões do mundo no território continental norte-americano.

Para Lafer, outro aspecto é o da força crescente das políticas de identidade do reconhecimento, que colocam em questão a integridade territorial dos Estados. É nesse capítulo que se enquadram a xenofobia, os fundamentalismos e um dos grandes dramas do sistema internacional contemporâneo, que são os refugiados, os expulsos da trindade Estado/Povo/Território, e essa torre de Babel de incomunicabilidade. Isso está ocorrendo na Europa, no Oriente Médio, com os Estados Unidos, onde podemos observar a geografia das paixões sobrepujando a lógica dos interesses e a sua razoabilidade.

No campo econômico, segundo Lafer, um dos pontos que marcaram o início do século foi a crise financeira de 2008, que, a partir dos Estados Unidos, alastrou-se para o mundo e indicou os riscos do processo de integração dos mercados, conduzidos por uma alta finança sem a apropriada governança. O mundo, no entender do Ministro, tornou-se muito multipolar, mas não necessariamente conduzido ou regido pelo multilateralismo, que é o foco da Organização das Nações Unidas.

Ele ressaltou também o ineditismo da era digital, o ciberespaço da instantaneidade e a multiplicação das interações.

Para Celso Lafer, no âmbito regional, esse mundo do século XXI é mais heterogêneo e mais fragmentado, com o bolivarianismo e outras tensões e com a divisão entre o Pacífico e o Atlântico. Ou seja, a região também absorveu a lógica das forças centrífugas. Acredita o Ministro que esses são os grandes desafios para podermos enfrentar o ímpeto da desordem internacional, que a torna cada vez mais perigosa e instável.

Quanto ao novo Presidente norte-americano, Donald Trump, o Ministro Lafer definiu sua campanha, eleição e posse como um ponto fora da curva da tradição da política norte-americana, embora ele tenha todo o sucesso ao granjear o apoio dos descontentes e do seu mal-estar. Segundo explicou, a tradição política dos Estados Unidos mais recente sempre levou em conta preservar, e não comprometer, o centro dinâmico vital aglutinador da esperança, aglutinador da liberdade e da abundância econômica. No seu entender, a principal característica da campanha de Trump foi o *bullying,* e seu discurso de posse foi a expressão de uma proposta de ruptura com a lógica desse centro, que é vital.

As primeiras indicações de Trump, recordou o Ministro, foram uma ruptura em relação aos componentes da continuidade da política externa norte-americana no pós-Segunda Guerra Mundial, uma mescla de força militar, de recurso ao poderio econômico e comercial e também do *soft power*, da atração e da persuasão que asseguraram, mesmo com a mudança da conjuntura e o aparecimento de novos polos de poder, um espaço de primeira para os Estados Unidos na vida internacional.

Ao afirmar que defenderá agressivamente a soberania norte-americana em política comercial, levando em conta apenas as leis de seu país, Trump, na opinião de Celso Lafer, está colocando em pauta o não cumprimento de direitos e obrigações assumidos e, por via de consequência, a boa-fé dos Estados Unidos no trato da vida internacional.

Para Lafer, o "*America first*", de Trump, tende a provocar reações em cadeia, como um efeito dominante, desestabilizador, para toda a ordem econômica mundial.

Em relação à promessa de Trump de construir um muro na fronteira com o México, acredita Lafer que isso terá seus desdobramentos em matéria de antiamericanismo nas Américas. Porém, entende o Ministro que é no campo estratégico militar envolvendo a Otan, a Ásia, a Coreia do Norte e o Oriente Médio que estamos diante de um poço de incertezas.

Para o Professor Creomar de Souza, o segundo palestrante do painel, o sistema internacional tem se caracterizado por processos e momentos de contestação à hegemonia norte-americana. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

primeiro deles seria a contestação do poderio econômico, com o grande crescimento da China como um elemento de matriz econômica potencialmente grande.

Em seguida, o Professor citou o desafio da segurança, com suas variadas vertentes. A primeira delas é o renascimento da Rússia, via governo de Vladimir Putin, e a ideia do neoeurasianismo, reforçado pelo renascimento do país como um ente libertador da parte eslava da Europa, que não está diretamente vinculada a um componente histórico de expansão da Europa Ocidental. A segunda é a Coreia do Norte, com sua diplomacia de corrida por armas, e a terceira é o terrorismo de matiz religioso, que se vem tornando um elemento de contestação muito forte à hegemonia americana, a essa Pax Americana e a tudo que ela representa: globalização, livre comércio, economia de mercado, democracia, direitos humanos.

Corroborando a definição utilizada pelo Ministro Celso Lafer, Souza salientou que a campanha de *bullying* de Trump foi construída em três vertentes fundamentais: isolacionista, voluntarista e *anti-establishment*. Nesse sentido, afirmou o Professor, o discurso de Trump vai se tornando isolacionista, com a ideia simbolicamente materializada na construção do muro na fronteira com o México. O discurso vai se tornando voluntarista quando Trump mira o dedo para alguns atores das relações internacionais, sobretudo a China, dizendo: "vocês são um problema que vamos ter de resolver." E o discurso se torna *anti-establishment* quando Trump assume a premissa de que ele não é um representante da política de Washington.

Quanto à agenda externa, recorda o Professor que ela envolve outro tipo de contrato, que traz as responsabilidades que os Estados Unidos arrogaram a si mesmos em relação ao mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, que envolvem, basicamente, segurança coletiva e fornecimento de segurança, em uma série de determinados elementos. Esse contrato, segundo Creomar de Souza, Trump também tem dificuldade de assinar.

Segundo o Professor, o multilateralismo econômico também deve sofrer uma reversão, porque Trump tem de dar um recado para o eleitor que está concentrado em áreas menos dinâmicas dos Estados Unidos, nas quais a globalização não chegou de fato. Esse é o eleitor que dá suporte a Trump, como o dono da propriedade rural, o líder sindical de uma categoria em degradação, como a dos trabalhadores das minas de carvão, e o rol de imigrantes legalizados, que não gostam de ser confundidos com imigrantes ilegais.

Concluindo, acredita Creomar de Souza que, se Trump não tiver algum tipo de revés muito grave em termos de postura, ele não vai mudar.

O terceiro palestrante foi o Consultor Legislativo do Senado Federal, Dr. Joanisval Gonçalves, que fez uma abordagem relacionada à personalidade e à figura do Presidente Donald Trump. Ele ressaltou que Trump, acima de tudo, é um homem de negócios, que está Presidente dos Estados Unidos agora, mas cuja formação e vida são a de um homem de negócios. É que Donald Trump é o primeiro Presidente dos Estados Unidos da América que nunca ocupou um cargo público, que nunca ocupou uma posição no Governo, que nunca foi militar, membro das Forças Armadas.

Recordou Joanisval Gonçalves que Trump venceu contra o *establishment* e contra o partido, atuando contra os meios de comunicação. Como homem de mídia, Trump soube lidar com essa massa que o elegeu. O Consultor citou pesquisa realizada no final de janeiro revelando que, após a posse de Trump, 44% o aprovavam, índice que baixou bastante no início da sua jornada. Ao mesmo tempo, o Congresso americano tinha 29% de aprovação do eleitorado norte-americano. Cinquenta e sete por cento dos eleitores, apesar dos 44% de aprovação, disseram que Trump estava fazendo um bom trabalho. Ou seja, 44% disseram que não aprovavam a administração Trump e 57% disseram que Trump estava fazendo um bom trabalho – os 57% fora dos 44%. Os Democratas, no Congresso, tiveram em torno de 31% de aprovação e os Republicanos tiveram 32%. A maioria dos americanos aprova a agenda de Donald Trump. Oitenta e seis por cento dos americanos concordaram que há um pequeno grupo de pessoas em Washington que tomou de assalto os destinos do país, enquanto o povo paga a conta. Era esse o discurso de Trump, e 86% concordam com isso. Setenta e cinco por cento dos americanos acham que Trump promoverá grandes mudanças, e 63% acham que essas mudanças serão positivas. Ainda segundo a pesquisa, 41% dos americanos acreditam que a economia vai melhorar. E, desses 41%, 73% acham que será por causa do sucesso de Donald Trump na Presidência. Os dados, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

opinião de Joanisval Gonçalves, assinalam que os americanos estão dispostos a dar uma chance a Donald Trump. Para o Consultor, Trump está no controle no momento.

Terminando a leitura deste comunicado, peço licença para determinar à Secretaria destes trabalhos para dar como lido o comunicado ora feito, na íntegra, já que li apenas alguns trechos.

Iniciando a nossa pauta e conforme já divulgado, como se trata também de um evento público, transmitido pelos canais de comunicação do Senado Federal, a população poderá participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, do Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/e-cidadania.

Agradeço, mais uma vez, ao todos os internautas que têm participado com tanta atenção, com uma participação sempre muito positiva, dos nossos debates nas noites de segundas-feiras, quinzenalmente.

Acrescento, ainda, que é possível acompanhar ao vivo a nossa reunião pela TV Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas, como disse, é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

No painel de hoje, denominado "Sob o Cetro do Czar: o papel da Rússia na Geopolítica global", participam como palestrantes o Cel. Marco Antônio de Freitas Coutinho, ex-Adido Militar em Moscou, a Profª Lenina Pomeranz, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP), o Prof. Dr. Gustavo Trompowsky Heck, Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), e o Jornalista Carlos Fino, correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) em Moscou, correspondente nos períodos de Brejnev, Gorbachev, até a queda da União Soviética. Ele esteve também em Bruxelas entre 1995 e 1998, em Washington em 1998 e 2000, e destacou-se como enviado de guerra, cobrindo diversos conflitos armados na ex-União Soviética, no Afeganistão, no Oriente Médio e no Iraque. Em 2003, foi o primeiro jornalista do mundo a anunciar, com imagens ao vivo, o bombardeamento de Bagdá pelas tropas norte-americanas no Iraque. Foi a última Guerra do Golfo.

Depois da leitura de seus nomes e de suas qualificações profissionais, tenho a honra de cumprimentar a todos, desejando-os sucesso no nosso painel de hoje. Agradeço, antecipadamente, a presença de cada um.

Peço que os nossos convidados deem entrada no recinto. (*Pausa.*)

Mais uma vez, obrigado às senhoras e aos senhores pela participação. Agradeço também aos integrantes das missões diplomáticas com representação em Brasília pela presença. Agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores, bem como àqueles que nos ouvem.

Como sempre, cada um dos nossos debatedores disporá de 20 minutos para fazer sua exposição, após o quê, serão lidas as perguntas encaminhadas pelos internautas ou apresentadas pelos Srs. Senadores. O tema de hoje, como já foi anunciado, é "Sob o Cetro do Czar: o papel da Rússia na Geopolítica global", em que apresentamos, apenas para lembrança dos senhores palestrantes, alguns pontos para que possam ser, eventualmente, tratados na reunião de hoje – não necessariamente, depende daquilo que os Senhores trouxeram pronto para enriquecer o nosso debate.

Como sugestão, os temas abrangem: a recuperação da Rússia e a influência de Vladimir Putin no sistema internacional; o papel da Rússia como potência global; a anexação da Crimeia; situação da Ucrânia; a atuação russa na Síria e seus reflexos nas relações com os Estados Unidos da América; a expansão da Otan e a percepção de ameaça por Moscou; implicações para o Brasil da projeção de poder russo no globo; e implicações do conflito russo-ucraniano para o Brasil, visto que, com a Ucrânia, o Brasil sempre manteve relações, como hoje, num nível de excelência.

Antes de dar início, portanto, ao nosso painel, eu gostaria de informar uma curiosidade. Todos os nossos palestrantes da noite de hoje são fluentes no idioma russo, de modo que aqui, se estivéssemos falando para uma plateia russa, todos estariam entendendo rigorosamente aquilo que eles vão explanar e, de minha parte, só tenho que dizer *spasiba* e *dobro pozhalovat*.

Agradecendo, portanto, a presença de todos, passo a palavra à Profª Lenina Pomeranz, que irá nos brindar com a sua inteligência e com as suas notas sobre o tema que hoje nos congrega neste painel.

A SRª LENINA POMERANZ – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu já disse que eu sou muito ruim para as coisas formais. Então, quero cumprimentar a Exma Deputada, o Exmo Senador, as pessoas aqui presentes e agradecer o convite que foi feito para falar a esta selecionada, seleta plateia.

Já foi dito aqui que se vai falar sobre Ucrânia, vai-se falar sobre Síria, vai-se falar sobre as questões que estão aí, marcando a política externa da Rússia. Eu combinei aqui, com o Cel. Coutinho, uma coordenação entre nós sobre o que falar para não se tornar repetitivo e eu preferi, como professora que sou, dar um quadro mais amplo do que é a política externa da Rússia.

Para isso, eu usei um livro. Os senhores devem ter recebido o meu texto, eu imagino. Eu fiz por escrito, porque 20 minutos não dá para falar. O tema é muito complexo, e eu escolhi um livro de um analista político russo, chamado Dmitri Trenin. O Trenin é Diretor do Carnegie Endowment for International Peace, escritório de Moscou, e ele é uma pessoa muito sensata.

Esse livro é um livro muito recente, foi editado em dezembro de 2016, e, embora sendo recente, ele não abrange o fenômeno Trump. Eu quero ver se sobra um tempinho para falar aqui depois.

Eu vou tentar resumir aquilo que está no texto que os senhores receberam aí na plateia, para dizer o seguinte: o Trenin se propõe a discutir as questões relacionadas com a Rússia a partir do ponto de vista dos interesses nacionais da Rússia como a Rússia os vê. Ele entende que, se houver entendimento daquilo que a Rússia pensa ser seus interesses, pode-se chegar a acordos, entendimentos e boas relações, eliminar o conflito nas relações. Ele faz, então, uma análise muito ampla, histórica, para trás, das relações que existem entre os Estados Unidos e a Rússia.

Por que que eu escolhi o Trenin e por que que eu escolhi o tema relações Rússia/Estados Unidos? Porque hoje nós estamos vivendo... Eu já vi pela televisão, anteriormente, que nós vamos ter mais um painel que vai discutir as confusões do mundo de hoje, as dificuldades, as intempéries que marcam o nosso mundo hoje. Então, eu não vou falar muito, mas a verdade é que um dos elementos importantes dessa situação marcada do mundo hoje é o conflito que põe de um lado os Estados Unidos, no comando de uma frente ocidental, e a Rússia e a China do outro lado, de alguma maneira.

A China não é o tema do nosso painel aqui. Então, eu vou me limitar às relações Rússia/Estados Unidos, e, para isso, o livro do Trenin é excelente. Eu recomendo a quem tiver interesse no assunto que procure o livro, porque ele é muito abrangente e muito analítico. Ele oferece elementos de análise importantes, não são opiniões apenas. Não é opinião, "eu acho que". É coisa apoiada em conhecimento pleno.

O Trenin, por sua vez, faz parte daquele bloco de pessoas na Rússia, aqueles 20% da população da Rússia que preferiria uma política mais ocidental da Rússia. Ele é daqueles que torcem por uma política externa da Rússia mais voltada para o Ocidente, mas ele quer entender quais são as intenções da Rússia e quais são os interesses da Rússia.

Ele toca basicamente em três pontos. Em primeiro lugar, ele quer discutir, e isso tem a ver com o título do livro dele. Vou fazer a tradução literal do título: *Devemos Temer a Rússia?* Interrogação. *Should We Fear Russia?* Quer dizer, devemos temer a Rússia? E aí ele começa a discutir por que tememos a Rússia, quais são os elementos da política externa da Rússia que dão medo para o pessoal do Ocidente. Essa é a ideia.

E ele faz um arrazoado de tudo aquilo que seriam medos. Ele gasta boa parte do livro para discutir historicamente como é que é a política externa da Rússia e para mostrar que, na verdade, esses medos não se justificam hoje. O mundo é outro, a Rússia é outra. A Rússia hoje é um país que, embora tenha uma posição no mercado energético muito importante e domine o armamento nuclear, é uma nação empobrecida, é uma nação que não tem condições de disputar. E ele acha, mais que isso, que a Rússia nem tem vontade de fazer nada que seja uma volta à União Soviética ou criar um novo império pós-Guerra Fria. Ele diz: "Não, isso está afastado."

Agora, o que a Rússia quer? Ele pergunta: o que a Rússia quer? O que a Rússia pretende? Então, ele diz que a Rússia pretende duas coisas: manter a integridade do país, isto é, manter a Rússia unida, e, segundo, eliminar as restrições que lhe são impostas pelo sistema pós-Guerra Fria e tornar-se indispensável nas questões relativas à guerra e à paz nas áreas por elas afetadas. Em termos geoestratégicos, a Rússia considera-se um ator mundial, recusando-se a aceitar a classificação como um poder regional. Quais são os argumentos que ela usa para defender essa sua postura? Primeiro, a grande extensão geográfica, a dimensão demográfica, o fato de ela ser eurasiana – ela envolve dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

continentes –, o fato de ela estar, com a China e os Estados Unidos, entre os três grandes líderes mundiais que dominam a tecnologia militar. Então, esses seriam os argumentos.

Bom, essa é a opinião do Trenin.

Qual é a opinião dos russos? Para ouvir o que os russos acham sobre o que eles acham que eles querem, o que quer a Rússia, eu me vali do Secretário Nikolai Patrushev, que é Secretário do Conselho de Segurança e Defesa da Rússia, para ver qual é a posição deles em relação a isso. Então, diz ele que a visão do país no que concerne ao complexo quadro da segurança internacional – abro aspas – "inclui a primazia da lei internacional, a prioridade da solução pacífica de conflitos no âmbito das organizações internacionais lideradas pela ONU, a inadmissibilidade de acordos literais" – eu traduzi por literais, porque eu não achei a tradução, que seriam acordos espúrios, feitos na base do dá aqui, dá lá – "e de ações unilaterais, políticas de blocos e a não aceitação de interferências nas questões internas dos Estados soberanos" – fecho aspas.

Especificamente no que se refere às relações com os Estados Unidos, ele admite que cooperação construtiva é possível e desejável, dependendo de uma única condição: respeito mútuo pelos interesses de ambos, Estados Unidos e Rússia. No centro dessa melhoria de relações entre os dois países, ele coloca uma revisão da política da Otan em relação à Rússia.

Bom, voltando a Trenin, agora, novamente, para o terceiro tópico de que ele trata no livro, que é o de saber que resultado dá a política que está sendo usada pelos Estados Unidos na liderança do bloco ocidental em relação à Rússia, e, aí, ele toca basicamente nos seguintes pontos. Primeiro, isolamento político. Quer dizer, o bloco ocidental tenta isolar a Rússia.

Isso aconteceu já, logo com a história da Ucrânia, quando tiraram a Rússia do G8 e puseram no G7, voltou a ser G7, e a Rússia perdeu essa prerrogativa, mudaram a reunião, que ia ser em Sochi, para Bruxelas e tiraram a Rússia do grupo. Começou por aí. Depois, o Putin superou, de certa forma, o governo Putin superou, de certa forma, esse isolamento através de um ritmo intensivo de viagens que ele fez, por tudo quanto é país do mundo, e aumentou os seus vínculos com países não ocidentais.

A segunda coisa que foi usada em relação à Rússia, especialmente depois da Ucrânia e depois da Crimeia, em 2014, foram as sanções econômicas. Eu escrevi, na ocasião em que o Obama proclamou... Eu estava muito entusiasmada com o Obama em relação ao Irã e Cuba, resolvendo as situações, e, na ocasião, resolvi escrever sobre sanções econômicas e os seus resultados, e incluí a Rússia como um estudo de caso. Também aí se mostrou que a fibra do Putin é alguma coisa dura de quebrar. Por quê? Porque, na verdade, a Rússia, desde 2014, enfrenta um bloqueio econômico imenso e reage. De que maneira reagiu? Primeiro, com contrassanção e com um vasto programa de substituição de importações na agricultura.

Quer dizer, a Rússia está sofrendo as sanções econômicas – está sofrendo –, mas não exclusivamente por causa das sanções econômicas, porque a aplicação dessas sanções coincidiu exatamente com a queda brutal dos preços do petróleo, que é o principal produto de exportação da Rússia. E ela está dando a volta por cima, agora, inclusive, em que o petróleo está subindo, a Rússia já começa a dar sinais de recuperação econômica.

Eu cito no texto que os senhores têm aí para consulta que o Presidente do Banco Central e o Ministro da Economia da Rússia preveem um crescimento do PIB da ordem de 1% para 2% ao ano, entre 2017 e 2020, e uma outra instituição, que faz pesquisa contínua sobre a Rússia e os demais países que deixaram o bloco assim chamado socialista, que é o Bofit (Bank of Finland Institute for Economies in Transition), também prevê na sua estimativa, entre 2017 e 2019, um crescimento médio anual do PIB da Rússia de 1,5%.

Bom, então, isso estaria mostrando que o resultado das sanções é uma coisa que o governo está conseguindo levar, e mais. O que eu digo no meu texto é que esse tipo de sanção trouxe uma consequência a mais em relação ao apoio dado ao Presidente Putin: o nacionalismo cresceu, e o Putin é hoje avaliado em mais de 80%, positivamente, pela população, porque ele seria o defensor dos interesses nacionais da Rússia.

Então, o tiro não está... Quer dizer, eu não estou dizendo que não está dando resultados, mas não está dando os resultados que eram esperados.

Depois, ele fala também – esse seria o isolamento político, as sanções econômicas – no apoio aos países do leste e membros da Otan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse apoio que o Ocidente dá aos países do Leste, especialmente, especialmente Polônia, Hungria, República Checa, está vinculado à pressão militar sobre a Rússia. A Otan cerca a Rússia, todas as fronteiras da Rússia, e isso constitui uma pressão, digamos assim, ruim do ponto de vista dos interesses russos, cria um clima de tensão muito grande, e que levou, de certa forma, a um recrudescimento do militarismo, no sentido de uma modernização do sistema militar da Rússia e, finalmente, a própria militarização, instalação de bases em Kaliningrado, que é um enclave que fica situado em plena região da Otan.

O apoio à Ucrânia e outros Estados não membros da Otan também criou atritos, e esse é um problema que está parado, porque os acordos Minsk I e Minsk II não estão sendo obedecidos e está muito complicado, porque não depende só da Rússia, digamos assim, o cumprimento daquilo que foi decidido nesses acordos.

Depois, ele fala na guerra da informação. Aí, ele dá umas informações que a gente não conhece e eu vou tratar de fazer que as conheçamos. A penetração da internet na Rússia é da ordem de 72%, e o governo Putin usa a internet muito, para transmitir as suas opiniões a respeito das coisas. Por outro lado, a BBC TV pode ser ouvida, a cabo, nas principais cidades russas. A Radio Liberty tem um estúdio no *downtown* de Moscou e a Voz da América é livremente acessível na internet. Há um *site,* inosmi.ru, que publica traduções não censuradas de todos os artigos importantes publicados na mídia internacional sobre a Rússia e que servem de objeto para o contra-ataque e a reação da Rússia se defendendo.

Finalmente, ele conclui que essas políticas são políticas de confrontação que não levam a grandes resultados e sugere que se faça uma tentativa de diálogo e uma tentativa de conversação. Ele diz: há razões que compelem à cooperação em áreas selecionadas, por exemplo, não proliferação de armas de destruição em massa, e entendimentos entre os dois países são fundamentais para uma evolução futura militar e política na Síria contra o extremismo islâmico. E ele propõe que sejam tomadas duas ordens de medidas para superar essa situação de confronto. A primeira, ele diz: "No curto prazo, adoção de medidas de redução de risco." Por exemplo, a primeira de que ele fala, a prioridade número um seria a Ucrânia. Ou seja, evitar manobras de tropas na fronteira que separa a Ucrânia da Rússia, para evitar choques e conflitos naquela região. Evitar a instalação ainda maior de mísseis antibalísticos naqueles países da Otan, que são membros da Otan. E, depois, o que me parece mais interessante é o que ele propõe como longo prazo – médio e longo prazo. Médio e longo prazo seria o quê? Seria tratar de chegar a um novo arranjo de segurança na Europa e na Grande Eurásia.

Torna-se necessário elaborar um novo arranjo de segurança na Europa e na Grande Eurásia. O conhecido conceito de segurança precisa ser repensado, pois a tentativa de assegurá-la através da Otan falhou. O sistema transcontinental transoceânico, que está emergindo não somente na Eurásia, mas em todo o hemisfério norte, inclui três grandes poderes: Estados Unidos, China e Rússia. Há um quarto poder em evolução: a Índia; e há um número de importantes *players* regionais, como Irã, Paquistão, Arábia Saudita e Indonésia. Para ser minimamente estável, algum tipo de balanço entre os poderes regionais tem que ser estabelecido. Isso criará uma situação em que todos os elementos chaves se sentirão satisfeitos por sua segurança não ser ameaçada por outro deles. Nesse arranjo, a Rússia pode desempenhar um papel pivotal devido à sua geografia, aos seus recursos humanos e naturais, ao seu poder militar convencional e nuclear e a sua vasta experiência internacional como um *player* europeu, eurasiano e global, ao longo de vários séculos.

A situação desafia...

(*Soa a campainha.*)

A SRª LENINA POMERANZ – Continuo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

A SRª LENINA POMERANZ – A situação desafia ao Ocidente apresentar um enfoque estratégico mais amplo. Para ter qualquer chance de aceitação, o acordo de segurança transcontinental transoceânico precisa ser guiado por princípios de pluralismo político-ideológico e de respeito mútuo.

Bom, com isso eu termino a apresentação do livro do Dmitri Trenin.

Eu queria falar um pouquinho sobre a relação da Rússia depois de Trump, que o Trenin não toca, ele não fala; o livro saiu editado antes. Então, esse eu acho que vou ler rapidinho para ganhar tempo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

A SRª LENINA POMERANZ – É assim: "A política externa da Rússia e a eleição de Donald Trump para a Presidência dos Estados Unidos" – os senhores têm aí, talvez não seja o caso de eu ler.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É bom, é bom, porque a senhora está falando para o Brasil inteiro.

A SRª LENINA POMERANZ – Ah, está bom, então eu vou ler: as indicações apontadas por Trenin para a formulação de uma política do Ocidente em relação à Rússia tornam oportuna a discussão, ainda que sumária, das relações da Rússia com o novo mandatário americano. Essas relações dividem-se claramente em duas etapas: a da campanha eleitoral e a mais recente, pós-assunção do mandato.

Pode-se afirmar, no que concerne à primeira etapa, que ela foi marcada, num primeiro momento, pela exploração de eventual simpatia pessoal entre o candidato Trump e o Presidente Putin, com base em declarações de ambos sobre a possibilidade de trabalho conjunto em temas de interesse comum. Trump afirmou que via em Putin um líder nacional forte e que, embora não lhe agradasse o sistema político vigente na Rússia, ele cria que deveria haver diálogo com a Rússia e que Putin era alguém com quem se poderia conversar. Por sua vez, Putin afirmou ver em Trump uma pessoa interessante e um político competente.

Só para lembrar, isso não está no meu texto, mas é a título de relaxar um pouco: quando W. Bush assinou, ele também achou; ele olhou no olho do Putin e disse que era uma pessoa com quem se podia conversar. E depois, né? Bom, só para fazer uma piadinha.

Foi marcada, porém, num segundo momento, pela demonização da Rússia e de seu Presidente, com acusações até hoje não devidamente comprovadas, inclusive por analistas ligados aos serviços de inteligência dos Estados Unidos, de "hackear" os computadores do Partido Democrata e da própria candidata do partido, Hillary Clinton. Na avaliação da jornalista Mary Dejevsky, em artigo publicado no *Guardian*, um dos "aspectos estranhos" – entre aspas por ela –, "da por si já estranha eleição" americana foi o proeminente papel atribuído à Rússia. Em sua reação de defesa, durante uma sessão anual do Clube Valdai de Discussão entre especialistas russos e internacionais sobre a Rússia, realizada em outubro de 2011, Putin ironicamente lançou a pergunta: "Os Estados Unidos serão uma república de bananas, em que as suas eleições podem ser manipuladas?"

Entretanto, a mídia americana e internacional, a partir das acusações de intromissão da Rússia e de Putin, pessoalmente, no processo democrático eleitoral dos EUA, tornou-o inimigo número um dos Estados Unidos, mais do que o terrorismo internacional. E, mesmo que as acusações não tenham sido devidamente comprovadas, elas foram estendidas aos mesmos processos eleitorais vindouros na Europa, na França em particular. Na Rússia, não houve, aparentemente, ilusões a respeito de mudanças no precário relacionamento já entre os Estados Unidos e o país. Andrey Shushkov, professor do MGIMO – que seria o nosso Instituto Rio Branco na Rússia, forma diplomatas –, em manifestação na referida sessão do Clube Valdai, considerou – abre aspas – "A despeito de sua retórica pública positiva, Donald Trump não fez qualquer proposta particular para as relações bilaterais" – fecha aspas. O porta-voz da Presidência, Dmitry Peskov, afirmou, entre aspas: "É ingenuidade supor que a crise nas relações com os EUA pode ser resolvida de um dia para o outro" – fecha aspas. E o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, declarou, entre aspas, que: "A Rússia vai julgar a nova administração americana por suas ações e tomar os passos apropriados em resposta".

Isto é, com base nas relações de confiança e depois nas relações de acusação da Rússia, de interferir nas eleições americanas, não havia, em relação às pessoas que trabalham com as relações externas da Rússia, nenhuma ilusão a respeito de uma melhora das relações.

A segunda etapa teve início com a nomeação do corpo auxiliar do Presidente Trump e as questões que envolveram alguns dos seus nomeados com a chamada "intromissão russa nas eleições americanas" e os ditos relatórios dos órgãos de inteligência americanos e de uma empresa – CrowdStrike, contratada para atestar a qualidade do trabalho dos *hackers* – que tentasse comprovar as acusações de "hackeamento" dos computadores do Partido Democrata – E ela, de fato, acusou que o "hackeamento" teria sido feito a comando do governo russo. Não cabe aqui, por questão de tempo inclusive, a discussão sobre essas tentativas. Basta assinalar sumariamente três: William Binney, diretor técnico aposentado da National Defense Agency (NDA), dos Estados Unidos, diretor de análise geopolítica e militar mundial, afirmou que "o que sabemos no âmbito das capacidades da NDA mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a revelação dos *e-mails* resultou de vazamento, não de "hacking". II) Wayne Merry, *senior fellow* do American Foreign Policy Council, a propósito das audiências com os indicados por Trump – vocês lembram, os jornais falaram muito, houve sessões no Congresso chamando, acusando de conversação com o Embaixador russo, troca de espiões e coisas do gênero – afirma – abre aspas – "Isto tudo é *horseshit*" – não sabia como traduzir, obviamente. "É uma caça às bruxas, com paranoia e histeria em seu centro" – fecha aspas. III) A Crowdstrike, mais recentemente, retratou-se de suas conclusões, enquanto Jeffrey Carr, um consultor internacional na área de cibersegurança, afirma que o relatório produzido pela citada empresa – base de todas as acusações – é o pior de todos os que ele já leu em toda a sua vida.

Deve-se incluir, nesta segunda etapa, as sucessivas derrotas sofridas pelo Presidente Trump internamente. Na sua coluna internacional, no jornal *O Estado de São Paulo*, o jornalista Helio Gurovitz, em 16 de abril corrente, afirma que, ao completar 100 dias de governo no final deste mês, Donald Trump, dos 44 compromissos firmados no documento "Contrato com o eleitor americano", nas áreas de imigração, comércio exterior, energia, meio ambiente, gestão pública, economia, educação, saúde e segurança, até o dia 14 de abril cumprira apenas cinco, 13 estariam "em andamento", entre eles a substituição do Obamacare, a construção do muro na fronteira com o México e a suspensão da imigração de regiões "propensas ao terror". Estes percalços, segundo analistas, foram bastante responsáveis pela brusca virada na sua agenda, primordialmente voltada para a política doméstica (America First) para a política externa. E aqui começam os problemas de insegurança que dominam atualmente o cenário internacional. Neófito nesta área e sem a necessária assessoria diplomática, ao mesmo tempo que fortemente pressionado por forças que defendem o domínio da hegemonia americana no cenário internacional, partiu para uma linha de ataques militares nos alvos que seriam inimigos da América. Deixando a Rússia para depois, cabe destacar: aumento da guerra no Afeganistão contra os terroristas islâmicos, utilizando uma bomba nunca antes empregada em combate; determinação de deslocamento de porta aviões portador de mísseis para as costas da Coreia do Norte, afirmando ao presidente chinês, em visita oficial aos EUA, na primeira semana de abril, que se China não resolvesse a questão das – entre aspas – "novas provocações" da Coreia do Norte, do presidente norte coreano, os EUA resolveriam – isto é: "Se vocês não fizerem nada, nós vamos lá e acabamos com a Coreia do Norte".

No que diz respeito à Rússia, o quadro se agrava, especialmente por conta da Síria. Não tendo, na opinião quase unânime de analistas russos e internacionais, qualquer plano para a solução da crise neste país, ele atua nas condições ditadas por sua personalidade muito conhecida no âmbito internacional – impulsividade, desejo de celebridade, mostrar que é "durão" por oposição ao fraco Obama (ele está usando Obama como ponto de comparação). Isso ficou claramente explicitado: I) primeiro, pela ordem de bombardear uma base aérea do governo sírio, como represália a um atentado ocorrido na província de Idlib, na Síria, com a utilização de armamento químico, atribuindo-o, sem qualquer tentativa de averiguação, ao governo sírio. Não cabe aqui discutir este ponto – meu colega vai fazer isso –; II) segundo, pelo relativo fracasso da missão do Secretário de Estado Rex Tillerson a Moscou, por não ter efetivamente quaisquer propostas para resolver a questão da guerra civil naquele país.

Só um parêntese: Rex Tillerson é um CEO de uma das sete irmãs do petróleo, cujo nome agora eu não me lembro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LENINA POMERANZ – ExxonMobil.

O pessoal tinha muita esperança que esse Secretário de Estado fizesse uma ponte nas relações entre os Estados Unidos e a Rússia, mas ele foi para lá sem plano nenhum. E, pior, ele foi com um ultimato, que seria: os Estados Unidos querem resolver o futuro da Síria, e à Rússia cabe a seguinte opção: ou vai conosco ou fica com Assad e aguenta as consequências. Bom, quem conhece a reação do Presidente Putin...

Onde eu pus o resto? (*Pausa.*)

Conhecidas as reações de Putin a pressões, os interesses que vê na ação russa na Síria e sua extrema fidelidade aos compromissos assumidos – característica que o levou a ser escolhido por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Yeltsin quando o nomeou Primeiro-Ministro no seu lugar em 1991 –, a contradição entre as posições pode, eventualmente, conduzir a um conflito entre ambos os países, de proporções não desejadas por ninguém. É opinião de alguns analistas russos, que a situação é muito tensa e que as relações entre a Rússia e os EUA nunca estiveram em ponto tão baixo. E é perigosa para o mundo também, diante de tamanho risco, depois do conflito EUA-URSS em torno dos mísseis em Cuba, em 1962.

Diante deste quadro, é mister e imprescindível, na opinião desses mesmos analistas de relações internacionais, buscar elementos de diálogo, em torno dos aspectos consensuais das questões em disputa, para buscar uma saída diplomática para a guerra na Síria. Nos entendimentos entre o Secretário Tillerson e o Ministro Lavrov, os resultados foram na seguinte direção. Embora sem resultados palpáveis, concretos, eles resolveram manter entendimentos *on-line* entre as duas chancelarias e os dois governos no sentido dessa busca.

A quem acompanha os acontecimentos cabe continuar acompanhando para ver como serão conduzidos.

Eu teria um quarto tópico, mas, para poupar tempo, não vou fazê-lo – seriam as relações do Brasil com a Rússia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LENINA POMERANZ – Não, eu achei que não ia dar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradecendo a Profª Lenina Pomeranz por sua sempre percuciente exposição, concedo a palavra ao Prof. Dr. Gustavo Trompowsky Heck para que ele proceda a sua explanação sobre o tema que nos congrega na noite de hoje.

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – Em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exª, Senador Fernando Collor, pela oportunidade de debater um tema tão atual e, diante das informações que recebi do ciclo de debates que está-se fazendo aqui, da maior importância.

Queria também cumprimentar S. Exª, a nossa encantadora Deputada que nos honra aqui. Sem dúvida alguma, tem igual importância o debate na sua comissão na Câmara dos Deputados.

Cumprimento meus companheiros de painel e todos os presentes.

Eu entendi que seria mais interessante se eu conduzisse a exposição a partir da colocação de alguns mapas. E quero ver, sem dúvida alguma, se fico dentro do tempo, para não atrapalhar a sequência dos meus companheiros.

A primeira colocação que faço é a seguinte. Se nós analisarmos bem, com o fim da Guerra Fria houve um total abandono do Ocidente em relação à Rússia. Se me perguntassem em que momento, Senador Fernando Collor, isso teria acontecido, responderia: exatamente no pós-Primeira Guerra Mundial, em relação à Alemanha, quando também se abandonou, quando se levou, pelo Tratado de Versailles, a que a Alemanha tivesse que responder por encargos que ela não tinha como. Isso, evidentemente, só para estabelecer uma reflexão, porque me parece que o debate é o mais interessante aqui esta noite.

O que aconteceu? A emergência de uma liderança populista. Se nós analisarmos esse quadro pós-90, veremos que o que aconteceu com a Rússia foi o mais completo abandono por parte do Ocidente.

Tenho a convicção de que Putin, realmente, assume um papel de destaque e tem uma posição muito clara em relação a uma tentativa de reorganizar ou reformatar o velho Império Russo ou, se quiserem, a formatação da antiga União Soviética. É evidente e é claro que esse projeto leva a uma tese geopolítica muito clara, que é a tese geopolítica de Mackinder, segundo a qual quem dominasse a Eurásia dominaria o mundo. Vale dizer que a expansão dessa ilha do mundo, que ele chamava de Heartland... A expansão dessa ilha do mundo levaria... Quem tivesse esse domínio dominaria o mundo.

Qual foi a reação em relação a essa postura ou a essa posição? A reação foi do Ocidente e principalmente em torno daquilo que Spykman e Kennan colocaram como a Teoria das Fímbrias, com as estratégias de contenção da expansão do poder dessa Eurásia. Isso fez com que se formatasse um grande bloco militar, que foi a OTAN, para estancar esse processo, e os Estados Unidos saíram fazendo parcerias no mundo inteiro para conter essa expansão.

De certa forma, ao que nós vamos assistir, a partir dessa visualização do projeto de Putin de formatar agora uma comunidade eurasiana, é exatamente a mesma situação que se passou na Guerra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fria: a tentativa de se fazer a contenção da expansão do projeto de Putin. Como isso seria formatado? Ou como isso seria sequenciado?

Peguei aqui algo interessante. Em primeiro lugar, a Europa, de certa forma, a União Europeia, tem uma dependência fortíssima em relação ao gás natural da Rússia. Observem bem, nos tons mais acentuados, a proporcionalidade da dependência que a União Europeia tem do gás russo. E há um detalhe interessante: não sei se vocês se recordam que, quando a Rússia ameaçou fechar a torneira, a Merkel saiu correndo da Alemanha e foi à Rússia para negociar com Putin. Disse: "Como é isso? Vai fechar? Não pode fechar". Vejam bem: a Merkel saiu e foi conversar com Putin. Isso mostra a enorme dependência que a União Europeia tem da Rússia.

Aí vem uma reflexão, uma ideia que eu quero deixar para o debate. Estaria a Europa efetivamente interessada nesse confronto com a Rússia? Ontem ou anteontem, li alguma coisa interessante. Dizia-se que a Alemanha teria a seguinte posição: não vamos nos confrontar diretamente com a Rússia, vamos negociar isso, vamos tentar estabelecer um convívio saudável com a Rússia. Mas os Estados Unidos seguem com uma enorme preocupação com essa expansão de poder do projeto Putin.

É claro que o que vai provocar, ou vai acentuar muito isso, é o que se passou aqui. Havia um acordo, ou uma certa combinação não formal, de que a OTAN não buscaria agregar os países do antigo Leste Europeu – vocês se recordam bem disso. Havia uma combinação. Isso não estava escrito ou suficientemente estabelecido, mas havia um acordo. E o que a OTAN vai promover? A mais absoluta adesão dos países fronteiros à Rússia – se eu falar "União Soviética", perdoem-me, é por causa dos cabelos brancos, mas estou referindo-me, evidentemente, à Rússia.

Vejam bem, a Polônia, os Países Bálticos... Quer dizer, a União Europeia foi agregando e, ao mesmo tempo... Vamos ver ali depois, com cuidado, com mais vagar, dispondo do eslaide, como vários se agregaram e passaram a ser membros da OTAN. Isso, evidentemente, vai gerar, em Putin, algum pensamento assim: olha, estão aqui na minha esquina, estão aqui no meu bairro e não posso aceitar isso. Talvez, talvez, esteja aí alguma coisa relativa à resposta de Putin quando ele efetivamente considerou extremamente importante manter determinadas bases estratégicas – acho que o Coronel Coutinho vai falar sobre isso depois.

Mas eu diria o seguinte: para a União Soviética é extremamente importante ter bases, principalmente navais, de acesso ao Mediterrâneo. A esquadra russa só tem duas bases, e são duas bases fundamentais para ela. A primeira é Sebastopol, na Crimeia; a outra é Tartus – Tartus é lá na Síria. Ou seja, são fundamentais para a esquadra russa essas duas bases. Por isso, Putin jamais abriria mão de continuar tento a base de Sebastopol, e muito do que acontece na Síria – não mudar o poder na Síria – é exatamente para poder continuar tendo a base naval de Tartus. Esse é um jogo geopolítico, para mim, absolutamente claro.

Diante desse quadro, o que acontece – dando sequência ao temário que foi passado – em relação à Ucrânia? O que vai acontecer com relação à Ucrânia é que... As relações entre a Rússia e a Ucrânia são muito antigas, vêm lá de Catarina II. Trinta por cento da indústria do império russo estão na Ucrânia. Digo mais: ainda hoje, as grandes indústrias de material bélico estão na Ucrânia. Então, é evidente que, diante dessa aproximação, diante desse bloqueio da OTAN em relação à Rússia, não havia como a Rússia não atuar. Quando ela sentiu que a União Europeia começou a tentar buscar... O quê? Começou a tentar trazer a Ucrânia para o seio da União Europeia. A contabilidade entre o que a Ucrânia ganharia aderindo à União Europeia e o que perderia abandonando a Rússia era extremamente favorável à Rússia. A Rússia dava 70% de subsídio ao gás, para a Ucrânia. A Rússia dava subsídios. Os setores industriais compravam material das indústrias situadas na Ucrânia. Consequentemente, a Rússia não iria jamais abrir mão da Ucrânia. Outra coisa: havia a necessidade de dar uma resposta ao que Putin considerou uma ousadia da OTAN ao fazer um cerco em relação à Rússia. Eu acho que esse fato foi algo primordial nessa assunção, no caso da Ucrânia.

Mas há um detalhe interessante no caso da Ucrânia. Isso aqui seria o que existe de cidadania russa e de cidadãos russos na Ucrânia. Em tons mais acentuados em vermelho, nós temos quem fala a língua russa ou a língua nativa. Aqui, se atentarem bem: essa área em vermelho é exatamente a área mais industrial da Ucrânia. A área acima é uma área de forte influência do agronegócio, minérios. Na verdade, a União Europeia também estava de olho nesse espaço, porque ela é fornecedora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alimentos para a União Europeia – é muito forte aqui. Isso mostra até onde seria a Ucrânia e até onde a Ucrânia tinha muito de Rússia. Isso é evidente nesse quadro. E mais o seguinte – observem aqui. Quem fala ucraniano? É o bloco amarelo. Quem fala russo? Observem bem a nítida divisão. Então, quer dizer, essa parte industrial, essa parte forte, é evidentemente de interesse estratégico para a Rússia.

Quando Hollande e Merkel tentaram, de certa forma, estabelecer um novo limite, o que fizeram? Esse aqui era um projeto...Lembram-se do projeto de divisão do Hollande e da Merkel? Era esse projeto aí. Ou seja, eles aceitavam como fato consumado que o país teria que se dividir. É claro que, como falei, para a Rússia era importante Sebastopol e tudo isso, mas o que nos chama a atenção também é que é muito difícil fazer... Houve uma intervenção forte da Rússia na Crimeia e ninguém reclamou. E, aí, me perdoem: se a gente olhar bem as Nações Unidas, vê que as intervenções acontecem e fica o dito pelo não dito.

Senador, vamos estabelecer a realidade dos fatos. Eu intervenho, eu faço o que quero, eu jogo a mãe de todas as bombas e... Joguei! "Ah, foi contra o Estado Islâmico..." Isso, evidentemente, é um fato que nós não podemos... A Ucrânia esta umbilicalmente ligada à Rússia – isso é para mostrar que não havia saída.

Outro tema importante: observem os gasodutos. Passam por onde? Como é que vão abrir, como é que vão permitir a perda desse espaço com os gasodutos passando ali? Aquela tentativa de passar o gasoduto vindo lá da Turquia não foi bem-sucedida. Então, a coisa é a mesma.

Em relação ao Oriente Médio. É evidente que Putin tinha de se lançar na cena internacional. Tinha de dizer: "Olha, estou presente, estou presente com poder militar". Quando ele inicia a sua presença, quando anuncia, demonstra claramente a sua presença na Síria, ele o faz de uma forma absolutamente interessante. O recuo do Estado Islâmico na Síria e no Iraque se dá a partir do momento em que a Rússia entra na chamada guerra da Síria. Foi aí que o Estado Islâmico, Senador, começou a perder força, exatamente com a intervenção russa.

Outra coisa, a capacidade de mobilização que a Rússia demonstrou... Em 48 horas ela montou uma base com Sukhois de última geração – ali a base naval, em cima a base dos Sukhois, lá na Síria – e ocupou o espaço. Tartus é a base naval; Latakia é a aérea, onde há os aviões Sukhoi.

Então, o fato é que ela entrou no cenário, Putin entrou no cenário. Putin disse: "Olha, estou presente no Oriente Médio". O Oriente Médio é a questão do momento; é um grande enigma o que vai acontecer no Oriente Médio. É isso. Todos nós estamos diante de um grande ponto de interrogação, nós não sabemos o que vai acontecer, mas o Putin está presente.

O outro fato é que a Síria, para muitos geopolíticos, está se transformando em alguma coisa como o Vietnã, como a Guerra da Coreia, alguma coisa que pode ser um espaço para aquele teste de equipamento militar, para fazer um ensaio de... A pressão, a força do *lobby* da indústria bélica nos Estados Unidos é muito forte. Já dizia Eisenhower que o complexo industrial militar norte-americano é alguma coisa com a qual a gente tem de ter cuidado, porque, evidentemente, é muito forte.

Acho que a Rússia mostrou claramente uma posição na Síria, colocou-se presente na cena.

A reação de Trump àquele atentado com gás sarin teria sido uma contraposição? A minha visão é que Trump precisava angariar alguns pontos, algum conceito. Evidentemente, ele sentiu a oportunidade de fazer uma ação pontual contra alguma coisa em relação à qual ninguém iria contestá-lo. Ele atacou pontualmente a base que fez os lançamentos com gás sarin. Acho que esse é um ponto importante.

Diante do tempo... Acho que fica aqui uma série de colocações para refletirmos.

O ponto seria: qual a importância da Rússia no relacionamento com o Brasil? Para muitos economistas existe certa complementaridade entre Rússia e Brasil. Se essa complementaridade for efetivamente verdadeira...

A gente não pode esquecer uma coisa que é muito importante: a Rússia tem uma capacidade tecnológica avantajada. O Brasil já firmou, inclusive, alguns acordos na própria área de defesa, via Ministério da Defesa, e entendimentos com a Rússia, sempre estudou algumas compras de oportunidade de material bélico russo. Enfim, se existe, é também alguma coisa em que nós teríamos de avançar. O fato – sem perder de vista a tentativa de unificação do espaço sul-americano – é que a política externa brasileira hoje está se conduzindo para aquilo que a gente chamaria de caminho da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bilateralidade: buscar bilateralidade com alguns países. Sendo isso verdadeiro, a Rússia tem uma importância significativa nesse aspecto.

A outra coisa interessante é que, mal ou bem...

Ah, outra coisa da qual eu já ia me esquecendo: o Brasil foi o primeiro país sul-americano a estabelecer relações diplomáticas com a Rússia, em 1828, ou seja, no tempo do Império. É bem verdade – muitos poderiam afirmar isso – que nós éramos império e eles também, então a ideia seria formatar uma aliança. Mas o fato é que isso tem uma marca interessante.

Ora, se isso é verdadeiro...

Outro fato que a gente não pode esquecer é que, efetivamente, o Brasil faz parte do BRICS. Não que eu lhes dissesse que tenho absoluta convicção de que é alguma coisa pronta e acabada e que vamos ter enormes benefícios. Não, mas a Rússia tem uma...

Certa feita, num estudo geopolítico que estava sendo feito já havia algum tempo, houve o seguinte: qual a importância dessa aproximação Rússia e Brasil? E se dizia – e as grandes geopolíticas atestam isso – que três países têm recursos e capacidade de se transformarem, efetivamente, em grandes nações: Rússia, Brasil e Estados Unidos. A própria China tem uma demanda acentuada de recursos, e não é por outra razão que a China projeta poder para obter os recursos para o seu processo de desenvolvimento.

Então, eu acho que, sob esse aspecto, a Rússia, para o Brasil... A negociação com a Rússia é alguma coisa que vai acontecer, e acho que essa tentativa de bloqueio da expansão russa não é uma coisa que começou hoje. Eu mostrei a Guerra Fria, mas se pegarem Brzezinski, Kissinger, se pegarem todos eles, verão que todos eles sempre disseram que a Rússia sem a Crimeia é uma Rússia pequena, a Rússia com a Crimeia é uma outra Rússia. Ou seja, isso mostra, evidentemente, essa posição.

Senador, acho que passei um pouquinho, mas obrigado por sua benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Gustavo Trompowsky, que nos deu uma boa aula sobre a questão russa, trazendo esses eslaides que fazem com que entendamos melhor o que está acontecendo naquela região. O Prof. Gustavo Trompowsky é Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a Adesg.

Agradecemos mais uma vez a Profª Drª Lenina Pomeranz, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo - USP, pela sua explanação.

Agradecemos também em nome da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que também é Presidente da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Deputada Bruna Furlan. Em nome dela e em meu nome, gostaria de agradecer as presenças da Embaixadora da República de El Salvador, Srª Diana Vanegas; do Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; do Secretário da Embaixada da Federação da Rússia, Sr. Alexander Perevedentsev; do Primeiro-Secretário da Embaixada da Federação da Rússia, Sr. Denis Shimanchuk; do Primeiro-Secretário da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Faleg Valdez Cópas; da Segunda Secretária da Embaixada República do Paraguai, Srª Analia Borba; do Conselheiro da Embaixada de Cuba, Sr. Fabio Simeón González; do Conselheiro da Embaixada de Angola, Sr. Augusto Inácio; do Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Sr. Giorgi Sirbiladze.

Desculpem se a pronúncia não está devidamente adequada ao idioma de V. Exªs, mas muito obrigado pela presença.

Passo agora a palavra ao Prof. Coronel Marco Antonio de Freitas Coutinho.

O Professor e Coronel Marco Antônio de Freitas Coutinho foi Adido Militar em Moscou durante vários, tem uma experiência notável nesse campo e poderá jogar muitas luzes sobre as dúvidas que eventualmente ainda possam persistir depois das tão boas explanações realizadas na noite de hoje.

Coronel, V. Exª está com a palavra.

A SRª MARCO ANTÔNIO DE FREITAS COUTINHO – Excelentíssimo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão; Excelentíssima Srª Deputada Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Comissão da Câmara dos Deputados, em nome dos quais eu cumprimento a todos os presentes; Exmo Sr. Senador, Exmos Srs. Embaixadores e membros do corpo diplomático, assistência e nossos prezados companheiros debatedores da nossa Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de iniciar a minha explanação, eu gostaria de fazer uma breve ressalva. O fato de ser militar não significa que as opiniões que eu venha expressar aqui representem as posições do Exército brasileiro ou da nossas Forças coirmãs, Marinha ou Força Aérea, do Ministério da Defesa e sequer do Governo brasileiro, mas, como o Exmo Sr. Senador Fernando Collor bem disse, eu tive uma experiência bastante interessante, em um período bastante interessante da história da Federação da Rússia, que foi justamente de 2013 a 2015, quando vários dos assuntos que foram tratados aqui eu tive oportunidade de acompanhar bastante de perto. Essa seria a ressalva.

Vou fazer uma apresentação com alguns eslaides, também com alguns mapas e algumas figuras que eu acho que podem ilustrar melhor minha apresentação.

Eu vou procurar seguir esse roteiro e, até porque esta é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, vou dividir minha apresentação: em metade dela falarei um pouco de política interna e política externa da Federação da Rússia e, na segunda metade, falarei um pouco sobre o poder militar da Federação da Rússia, que é algo que ainda não foi discutido aqui, mas que pode trazer algumas considerações importantes.

Então, nessa primeira parte, vou procurar fazer uma abordagem sobre a expressão política atual do poder nacional russo e, assim, identificar essa estratégia que vem sendo adotada e que já foi comentada aqui por alguns debatedores – eu gostaria de ressaltar alguns pontos. Na segunda parte, quero realizar uma análise desse poder militar a fim de identificar as capacidades militares que podem servir de suporte a essas pretensões ou àquele interesse nacional de suporte à própria política externa da Federação da Rússia.

Antes de falar um pouco sobre a expressão política, como fiquei empolgado com alguns assuntos que foram discutidos aqui, vou falar um pouquinho também a respeito do passado.

A Federação da Rússia é um ente relativamente jovem da comunidade internacional. Ela surgiu com o fim da União Soviética, com a queda da União Soviética em 91, mas ela tem uma bagagem histórica e cultural bastante grande, lá do Império Russo, desde Rus' de Kiev, no século IX – as origens provavelmente da Ucrânia, Bielorússia foram as mesmas –, passando por todo o Império Russo e, depois, posteriormente, pela União Soviética. Então, essa bagagem política toda que legou o território que possui nos dias de hoje é bastante relevante.

No que diz respeito à expressão política, o Presidente Putin joga muito bem com esse passado. De maneira nenhuma ele abandonou aquilo que há de positivo que ele pode tirar do período do Império Russo e também, da mesma forma, aquilo que ele pode tirar de positivo da União Soviética. Ele joga muito bem com esse passado da Federação da Rússia.

Há algo que foi falado aqui também em termos de teoria da contenção e tudo mais. Até o século XIX, o Império Russo, a partir de Pedro, o Grande, era um *player* muito importante no cenário europeu, ele estava inserido no cenário europeu. No Congresso de Viena, de 1815, que decidiu os destinos da Europa após a queda de Napoleão, Alexandre II estava sentado à mesa, era um dos cinco líderes europeus que estavam decidindo o futuro da Europa naquele período – após a Primeira Guerra Mundial, isso mudou bastante de figura. Ou seja, após a queda da monarquia e a ascensão da União Soviética, surgiram, como foi falado aqui... Logo após a Primeira Guerra Mundial, surgiu aquela figura do Cordão Sanitário, que era a ideia de utilizar ex-repúblicas que fizeram parte do Império Russo – Finlândia, países bálticos, a própria Polônia também fazia parte do Império Russo, Moldávia – como uma barreira para impedir que o comunismo se espalhasse pelo restante da Europa. Então, essa já foi uma gênese da teoria da contenção. Depois, durante e após a Segunda Guerra Mundial, com as polícias que foram adotadas pela União Soviética nesse período, aí sim, efetivamente a teoria da contenção, que balizou a política americana e de seus aliados ocidentais durante toda a Guerra Fria. Na verdade, pelo que foi falado aqui, a gente acaba observando que essa teoria da contenção ainda não deixou desistir. Considerar a Rússia como um *player* europeu, como foi ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, talvez não seja o desejo da Europa ou dos seus aliados norte-americanos e de outras potências ocidentais.

Bem, essa foi só uma introdução, porque eu me empolguei um pouco com essa parte mais histórica, mas volto a falar sobre a expressão política do poder nacional russo. Vou falar sobre política interna e política externa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Presidente Putin está no poder desde 1999. Foi comentado aqui que, com a renúncia de Yeltsin, ele assumiu o seu primeiro termo com o Primeiro-Ministro. Depois ele teve mais dois termos como Presidente, reeleito que foi; depois, mais um termo como Primeiro-Ministro e, agora, está no terceiro mandato presidencial, com término previsto para 2018.

Ele lidera um partido chamado Rússia Unida – aquele lá do Urso. É um partido que advoga que não é nem de esquerda nem de direita. Ele adota uma postura chamada "centrismo político", mas, se formos analisar sob a ótica nossa, aqui do Brasil, certamente ele poderia ser muito facilmente enquadrado como um partido de direita.

Nas eleições presidenciais de 2012, na última eleição do Presidente Putin, ele obteve 64% dos votos válidos.

Aquele gráfico embaixo mostra a popularidade do Presidente Putin – aquela linha marrom – e a popularidade do governo russo, que é a linha vermelha. Isso é interessante porque mostra um certo descolamento da figura do Presidente Putin da figura geral do governo russo como um todo, essa um pouco mais ligada na figura do próprio Primeiro-Ministro Medvedev.

Esse gráfico, eu o considero bastante interessante, porque mostra eventos que aconteceram ao longo do período do Presidente Putin no governo, mas eu chamaria atenção ali para 2014, a anexação da Crimeia.

Vejam que a popularidade do Presidente Putin, que vinha beirando algo em torno de 60%, após esse evento, passou a superar 80%. Isso é algo bem característico e vem se mantendo nesse padrão até hoje.

Então, essa foi uma visão geral de como está a situação da política interna.

Naquela linha bem central ali, em 2008, é um marco na forma como o Presidente Putin conduziu as suas políticas, seja no âmbito interno, seja no âmbito externo. O que aconteceu em 2008? Primeiro, foi aquela grande crise mundial, econômica, que afetou também bastante a Rússia. O segundo foi a guerra na Geórgia. Então, até 2008, o foco principal do Presidente Putin foi na estruturação do governo da Federação da Rússia, das estruturas de governo da Federação da Rússia, lembrando que é um país jovem. O que havia antes eram estruturas de governo da União Soviética, e não da Federação da Rússia. Sequer Forças Armadas da Federação da Rússia existiam. Existiam as Forças Armadas da União Soviética. Ou seja, tiveram que ser criadas todas as estruturas de governo, inclusive as Forças Armadas.

Então, esse foi o principal foco da política interna do Presidente Putin nesse período, e também na parte econômica. Ou seja, a mudança de uma economia comunista, centralizada, estatizada, planificada, para uma economia de mercado. Isso também aconteceu, era o foco do Presidente Putin nesse período.

No que diz respeito à política interna, também nesse período, o foco principal foi justamente na tentativa de aproximação maior com o Ocidente – nesse período, até mesmo uma proposta de adesão à OTAN chegou a ser tocada pelo Presidente Putin –, e também do fortalecimento da Comunidade dos Estados Independentes, que eu vou mostrar logo a seguir aqui.

A partir de 2008, ele já esteve mais focado na questão da política externa. Ele ficou muito mais focado na questão da política externa, sobre o que eu vou comentar alguma coisa mais à frente.

Com relação a essa complexidade no que diz respeito aos países ex-integrantes da União Soviética, as ex-Repúblicas da União Soviética, esse gráfico, essa imagem mostra muito bem a complexidade disso. Como eu citei inicialmente, naquele quadrado azul é o que deveria ter sido a sucessora da União Soviética, a Comunidade dos Estados Independentes. Mas, desde cedo, e ali embaixo a gente pode ver, os países bálticos não queriam saber disso e já partiram para aderir à União Europeia, entrar para a OTAN.

No momento em que foi sugerido, no âmbito da Comunidade dos Estados Independentes, que fosse criada – é aquele quadro amarelo ali – uma organização do tratado para a segurança coletiva, ou seja, um organismo de segurança dentro da Comunidade de Estados Independentes, quatro países decidiram não aderir a isso: a Geórgia, a Ucrânia, o Azerbaijão e a Moldávia. Eles criaram um outro organismo de segurança, cujo acrônimo é GUAM, formado pelas iniciais dos nomes dos países.

Outro país, o Turcomenistão, optou pelo *status* de neutralidade, inclusive apresentou esse *status* frente às Nações Unidas. Então, ele adotou um *status* de neutralidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Geórgia, que tem particularmente um conflito muito mais sério com a Rússia, a questão da guerra de 2008 – também vou falar sobre isso mais à frente um pouco –, mas a Geórgia se posicionou totalmente fora de qualquer iniciativa que envolvesse a Comunidade dos Estados Independentes ou mesmo a Rússia.

Ali embaixo, naquele quadro vermelho, é interessante notar que o surgimento, o nascimento da União Soviética foi em cima do Império Russo. E o Império Russo era formado por províncias ou ducados, uma estrutura diferente. E ali, na gênese da União Soviética, surgiram as repúblicas socialistas soviéticas. Todos esses países foram repúblicas socialistas soviéticas.

E essa transformação de províncias ou de partes pertencentes ao Império Russo em repúblicas, com presidente, com Constituição, com seu próprio partido comunista, essa geografia não obedeceu exatamente à distribuição demográfica que havia. Não obedeceu à distribuição dos povos que ali havia e nem mesmo à distribuição geográfica dos povos que ali havia. E isso gerou tenções que não foram sentidas na época da União Soviética, mas elas só passaram a ser expostas após o fim da União Soviética.

Então aqueles países ali embaixo, naquele quadro vermelho, são regiões que, não concordando com o pertencimento à nação que lhes coube após a União Soviética... "Eu quero ser independente", ou por apoio da Rússia, às vezes, ou realmente por necessidade, por intenção de ser uma nação independente ou de não se sentir pertencente àquele novo Estado que surgiu.

Por exemplo, Nagorno-Karabakh foi fruto de uma área de fronteira entre a Armênia e o Azerbaijão. Era uma área que pertencia teoricamente ao Azerbaijão, de população de maioria armênia.

Ossétia do Sul e Abecásia são áreas de população muito específica lá, mas existem áreas dentro da Federação da Rússia que também... Existe a Ossétia do Norte, que é como um Estado da Federação da Rússia, e existe a Ossétia do Sul, que pertenceria à Geórgia, assim como a Abecásia. Esses dois Estados também foram a gênese da guerra de 2008, foram partícipes da guerra da questão da guerra de 2008 entre a Rússia e a Geórgia.

E a Transnístria é outra questão, outro enclave existente entre a Moldávia e a Ucrânia, também uma região que teria maioria russa. Mas tudo isso tem a ver com a questão de migrações forçadas que às vezes aconteceram durante todo o período da União Soviética, que levaram à existência de populações de maioria russa em muitos desses Estados.

Eu citei ali também Lugansk e Donetsk, que são Repúblicas que se proclamaram ou que tencionavam se proclamar independentes da Ucrânia – o Professor Trompowsky já mostrou aqui, na questão de Donbass. Mas isso vem sendo gerido pelo Protocolo de Minsk. A ideia é conceder um estatuto especial de maior autonomia para essas duas Repúblicas para que elas não se tornem independentes e não se juntem àquelas quatro nações lá embaixo.

Aquelas quatro nações lá embaixo fazem parte daquela comunidade pela democracia e direito das nações, que também é conhecida como sociedade das nações não reconhecidas, porque ninguém reconhece nenhuma dessas nações. Acho que talvez só a Rússia e, parece-me, a Venezuela, que também reconhece.

Bom, avançando um pouco o relógio do tempo... Foi citada aqui também a questão do avanço da OTAN etc. A gênese dessa questão da separação entre o que foi a OTAN e o que foi o Pacto de Varsóvia... É interessante citar esse tratado que foi assinado em 1990, que é o chamado Tratado sobre Forças Convencionais na Europa.

O Tratado sobre Forças Convencionais na Europa foi assinado em 1990 entre os países da OTAN e os países do então Pacto de Varsóvia, que ainda existia – o que está em vermelho é o Pacto de Varsóvia e em verde, OTAN.

Então, o que aconteceu? Qual era a ideia desse tratado? Primeiro, era eliminar... Ele foi paralelo àqueles tratados nucleares, como o SALT, mas nessa época as forças do Pacto de Varsóvia tinham um poderio muito grande, convencional, na Europa.

E essa já foi na época do então Presidente Gorbachev. Ele concedeu isso. A ideia era reduzir. Primeiro, por um lado, reduzir o poderio, a supremacia convencional do Pacto de Varsóvia na Europa e, em segundo, já em 1999, quando esse tratado foi emendado... E por que foi emendado? Porque o Pacto de Varsóvia acabou. E, quando o Pacto de Varsóvia acabou, eles já tinham um outro enfoque. Primeiro, ainda havia tropas russas em Berlim. Havia tropas russas na Alemanha Oriental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, a ideia era retirar essas tropas desses países do antigo Pacto de Varsóvia – existiam bases lá, existia um material de emprego militar lá –, retirar todos esses meios militares e tropas do ex-Pacto de Varsóvia. Por outro lado, aí sim, foi estabelecido que as tropas da Otan não entrariam naquele... Foi colocado em termos de meios, quantidade de tropas, quantidade de armamento que seria permitido em cada local daquele ali, no lado do que foi o Pacto de Varsóvia.

Então, isso foi assinado. Isso é um marco importante para a gente analisar depois consequências que isso provocou. A Rússia cumpriu a parte dela nesse tratado. Vamos ver o que aconteceu. Mais à frente um pouco eu vou comentar.

Outra coisa que aconteceu nos anos 2000 e que merece destaque aqui são as chamadas Revoluções Coloridas, que estão ali em raiozinhos vermelhos, que ocorreram em ex-Repúblicas da União Soviética, e em raios amarelos ali a chamada Primavera Árabe.

Isso tudo aconteceu mais ou menos no mesmo período, ou seja, no Norte da África, ali nos países... Na Argélia, Tunísia, Mali, Jordânia e até na própria Síria aconteceu. O que seria isso? Seriam revoltas populares cujo objetivo era tirar do poder governos autoritários que não eram alinhados aí com as potências ocidentais, substituindo-os por governos democráticos que fossem apoiados pelos governos ocidentais. Essa era a ideia geral.

Bom, existem muitos autores que consideram que os Estados Unidos atuaram diretamente nesses movimentos. Existem outros autores que consideram que esses movimentos só surgiram porque as populações ali realmente eram reprimidas e precisavam de um maior anseio de liberdade, etc. Mas, por exemplo, agora aconteceram alguns outros fatos aí recentemente. Por exemplo, foi comentada aqui a questão da Crimeia, por exemplo, ou mesmo de Donbass. Existem autores aí pró-Ocidente que dizem que aquilo ali foi uma espécie de Revolução Colorida apoiada pela Rússia.

Então, na verdade, esse quadro aí é algo que a gente tem que entender como algo que se criou e uma tendência que vem se criando ao longo do tempo. Lá no Ministério de Defesa da Federação da Rússia, eles definem essas revoluções coloridas como movimentos não militares cujo objetivo era utilizar meios políticos, meios de informações, guerra cibernética e outros meios, todos os meios possíveis com foco não militar ou com prioridade não militar para buscar a derrubada de governos, a fim de atender determinadas políticas que os países eventualmente teriam.

Então, isso é uma tendência que a gente tem que observar com relação a ligações entre as grandes potências nos dias hoje. Entender que isso eventualmente está acontecendo. Existem teorias que já estão sendo doutrinas, que já estão sendo formuladas agora, de que isso aí seria um novo tipo de guerra, chamada guerra híbrida. Isso é um comentário.

Bom, mas aí voltando à política externa. Então, eu falei ali do tratado de forças convencionais na Europa. O que aconteceu aí a partir de 2007 e qual foi a reação da Rússia após 2008? A presença de tropas da OTAN foi ocupando os espaços do antigo Pacto de Varsóvia, na Bulgária, na Romênia, na Polônia, nos Países Bálticos. E essa pressão foi aumentando, mas o auge disso aí foi em 2007, quando houve uma decisão da Otan de instalar...

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARCO ANTÔNIO DE FREITAS COUTINHO – ... o escudo antimísseis na Polônia. E esse escudo antimísseis representava basicamente um desequilíbrio do poder nuclear, aquele poder que garantiu aí a paz armada nos últimos anos da Guerra Fria, ou seja, aquele conceito de destruição mutuamente assegurado. Ou seja, se a OTAN pudesse destruir a Rússia e a Rússia não pudesse destruir a OTAN, isso era o fim do conceito da destruição mutuamente assegurada. E era uma ameaça muito grande à segurança nacional da Rússia, segundo o seu conceito.

Então, isso levou o Presidente Putin em 2015 a denunciar definitivamente esse tratado. Esse tratado foi definitivamente... Eu acompanhei de perto algumas discussões. A alegação da OTAN a respeito da instalação desses escudos antimísseis na Polônia era de que seria para conter eventuais ameaças do Irã e até mesmo da Coreia do Norte, que foi algo que a Rússia não aceitou.

Nessa tentativa de isolamento, e já foi até comentada aqui essa tentativa de isolamento da Rússia na comunidade internacional, a Rússia passou a focar outras áreas para que ela pudesse estabelecer suas parcerias internacionais. Então, lá embaixo, mais à direita, a Organização do Tratado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de Segurança Coletiva, que é aquele que eu falei que foi criado no âmbito da Comunidade dos Estados Independentes.

A Organização de Cooperação de Xangai é muito importante porque ela já é um grupo ampliado, que envolve aí a China, envolve o Paquistão, envolve a Índia. E é interessante notar que uma decisão do Presidente Trump agora recentemente beneficiou muito isso aí porque o fim da Aliança Transpacífica beneficiou e muito essa política da Rússia e da China. Particularmente da Rússia, porque a China ia se beneficiar dos dois lados. Porque a Rússia não estaria no mapa da Aliança Transpacífica. Foi algo pensado pelo Presidente Obama e ia muito em confronto com essa questão da Organização de Xangai, em uma tentativa também de isolar a Rússia.

Lá em cima, aí nos envolve diretamente, a questão dos BRICS. Em que pese aqui no Brasil a gente ter um foco da nossa política vendo os BRICS mais como um organismo econômico, mas a Rússia, além de encarar também como um organismo econômico, ela observa os BRICS como uma ferramenta geopolítica muito importante nessa busca de fugir do isolamento internacional.

Eu coloquei ali o caso G20. Foi dito aqui que a Rússia, em 2014, foi excluída do G8 em função da questão da Crimeia, em função da questão do Donbass. Mas havia um movimento das potências ocidentais de tirar também a Rússia do G20. Haveria uma reunião... A reunião que houve em 2014 seria na Austrália, em Brisbane, e o presidente da Austrália chegou a anunciar que ia ser feito um movimento para que o Presidente Putin não comparecesse em Brisbane para a reunião do G20. E foi aí que entraram os BRICS. Os BRICS se uniram, fizeram uma declaração conjunta em apoio à Rússia e em repúdio a qualquer tentativa do G20 em barrar a presença de qualquer país que fosse integrante do G20. Não citaram nem especificamente a Rússia. Mas esse recado, digamos, obteve seus efeitos e o Presidente Putin participou do G20 e a Rússia continua integrando o G20 até os dias de hoje.

Eu vou falar rapidamente aqui – sei que eu estou passando bastante o tempo aqui – sobre a questão da Ucrânia. É interessante, falando dos problemas de política externa da Rússia, nós temos que falar hoje da Ucrânia. Esse mapa aí mostra como é que foi a evolução da Ucrânia ao longo dos séculos, desde o núcleo central ali. Mas, ao longo dos séculos, aconteceram diversas coisas, particularmente no Império Russo e na União Soviética, e a Ucrânia foi aumentando seu espaço territorial.

Então, aquela área que está em rosa ali foi adicionada à Ucrânia no momento em que a Ucrânia entrou como República Socialista Soviética. É uma área de maioria russa conhecida como Novorossiya. Toda essa área aí tem população de maioria russa. Aquela área verde mais clara foi acrescida à Ucrânia no período imperial, no período do Império Russo. São populações eslavas não russas nem ucranianas, mas ali há os letões. Ali já foi Letônia um dia. E não era população ucraniana originalmente.

E aquela área verde mais escura foi adicionada à Ucrânia já ao final da Segunda Guerra Mundial. Aquele Tratado Molotov-Ribbentrop que o Stalin assinou com o Hitler em 1939, antes da Guerra, foi cumprido. Na verdade, essa área aí, na última conferência entre os grandes líderes europeus, o Stalin disse: não, eu quero, o limite da União Soviética vai ser o limite do Tratado Molotov-Ribbentrop. E foi aceito pelas potências. Então, aquela área ali foi adicionada à Ucrânia ao final da Segunda Guerra Mundial. Área de população polonesa.

Então, vejam a complexidade. Naquela área ali embaixo, que é a Crimeia, que foi adicionada em 1954 para a Ucrânia, originalmente eram os tártaros da Crimeia, mas nessa época já vivia população de maioria russa também na Crimeia. A gente vai comentar isso. Então, essa é a complexidade de gerir a Ucrânia.

A área amarela era o que era Ucrânia. Aí, são realmente os ucranianos de origem, desde Rus' de Kiev, desde o século IX. Bom, dito isso, o que levou à crise com a Ucrânia. Uma iniciativa do Presidente Putin de reforçar essa questão da União Eurasiática foi uma questão central na política ucraniana até 2014. Havia uma corrente que pregava a entrada na União Europeia e uma corrente que pregava que a Ucrânia entrasse para a União Eurasiática.

O que aconteceu em 2014? O Presidente Yanukóvytch decidiu pela União Eurasiática em detrimento da União Europeia. Essa decisão do Presidente Yanukóvytch gerou aqueles famosos incidentes ou conflitos que houve ali na praça Maidan, que é aquela foto que está ali embaixo. Aquele conflito foi crescendo de tamanha forma, muito explorado pela mídia. Tem gente que acha aí que isso aí foi uma Revolução Colorida porque a embaixadora dos Estados Unidos para a União Europeia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

passava ali distribuindo *cookies* para as pessoas lá. Eu imagino isso em um movimento aqui na nossa Praça dos Três Poderes, algum embaixador de outro país vir distribuir alguma coisa, incentivando aquelas pessoas a permanecerem ali. Isso aconteceu exatamente nesse local.

E isso gerou o quê? A derrubada do Presidente Yanukóvytch. O Presidente Yanukóvytch foi derrubado do poder, um golpe de Estado, com o apoio da União Europeia, com o apoio dos Estados Unidos. Como o senhor disse aí, o senhor comentou, os fatos na política externa são esquecidos rapidamente, mas isso foi o que levou a toda essa confusão da Crimeia, toda a questão de Donbass, tudo surgiu nesse momento aí.

O principal fruto dessa confusão toda – houve a questão do Donbass também, que eu vou citar mais à frente – é a questão da Crimeia. A Crimeia é essa península ligada muito tenuemente ali à Ucrânia, por uma passagem apenas, e não tem ligação nenhuma com a Rússia. Mas o que há de importante na Crimeia para a Rússia? A frota do Mar Negro. A Crimeia é importante para a Rússia desde Pedro, o Grande. Um dos objetivos da política externa de Pedro, o Grande, era conquistar a Crimeia, que na época pertenceu ao Império Otomano, aos turcos. E ele conquistou e montou lá a base de Sebastopol, que era a sede da frota do Mar Negro, que é a mais importante da Marinha Soviética.

Com o fim da União Soviética, gerou-se uma grande polêmica envolvendo a questão da Crimeia. Nesse jogo de interesses que ocorreu, existiam três atores envolvidos: as potências ocidentais, que não queriam que a Ucrânia fosse um país independente sendo uma potência nuclear. Caso a Ucrânia não renunciasse ao seu *status* de potência nuclear entregando seu arsenal para a Rússia, a Ucrânia seria a terceira maior potência nuclear do mundo hoje em dia. Então, ia ser oposição dos Estados Unidos. Ucrânia podia ser independente desde que não tivesse armas nucleares. A posição da Rússia: manter a frota do Mar Negro. Tudo o que a Rússia queria era manter a frota do Mar Negro e, para isso, ela precisava da Crimeia. E a posição da Ucrânia é que queria ter sua independência reconhecida.

Nessa negociação, foi feito um tratado, um *status* especial da Crimeia em que parte da Crimeia foi cedida a Rússia mediante pagamento anual de US$96 milhões – o Prof. Lenina saber melhor do que eu – a ser paga com desconto no gás fornecido da Rússia para a Ucrânia. Isso se manteria até 2042. Na última negociação que foi feita desse tratado, boa parte da Crimeia pertenceria à Rússia até 2042.

Com a questão toda da derrubada de Yanukóvytch, o que a Rússia visualizou claramente? A Ucrânia iria entrar para a União Europeia. A Ucrânia, logo a seguir, iria entrar para a OTAN, e a Rússia perderia sua base da frota do Mar Negro. Esse era o grande temor da Rússia em todo esse acidente aí.

Bem, o fato é que aconteceu aquele referendo. A população era de maioria russa. O referendo apontou para que a Crimeia fosse incorporada à Rússia. E isso realmente aconteceu e gerou todas essas confusões aí de, como se diz, sanções contra a Rússia e tudo o mais.

Quanto ao caso de Donbass, o Professor já falou bastante sobre isso, eu não vou entrar em mais detalhes, mas eu vou ganhar um tempo aqui pulando esta parte, porque também é uma área de maioria russa, também em decorrência da queda do Presidente Yanukóvytch. Tudo começou na queda do Presidente Yanukóvytch.

Vou falar rapidamente aqui da Síria. Duas coisas que eu gostaria de destacar: primeira, a questão dos curdos e turcos da Síria. É um percentual populacional bastante expressivo na Síria e que traz a Turquia diretamente para esse conflito, contra os curdos. Por incrível que pareça, os curdos são apoiados pelos Estados Unidos e combatidos pela Turquia. E os turcos da Síria fazem parte daqueles rebeldes moderados apoiados pelos Estados Unidos e Turquia.

No que diz respeito à religião, destaco a questão dos xiitas, que são 13% da população, mas que dominam seja a política, seja as Forças Armadas e, como são xiitas, trazem para o centro do conflito os iranianos e os iraquianos.

Há também a questão da distribuição das bases. O professor também já falou: Base de Tartus lá em cima. Hoje há três bases áreas principais: Latakia, Bassel Al-Assad e Damasco.

Naquele quadro mais embaixo ali, onde estão os meios navais, é a distribuição dos meios da Rússia. Ela mantém 10 a 15 embarcações de guerra na área durante todo o tempo. Os Estados Unidos também mantêm seus meios. Mas eu tenho uma ligação aqui com o Brasil, que é a nossa fragata patrulhando as costas do Líbano no meio de toda essa confusão.

Aquele quadro mais embaixo mostra a distribuição, quem controla a Síria hoje em dia. A área vermelha é controlada por Bashar al-Assad. As áreas verdes são os chamados rebeldes moderados, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

são apoiados pelos Estados Unidos e também pela Turquia. Os turcos da Síria são aquela verde mais lá em cima. E o que está em amarelo são os curdos, que são apoiados pelos Estados Unidos, mas combatidos pela Turquia. Em cinza, temos aí o Estado Islâmico. Provavelmente, a Síria nunca mais vai ser um país só. Eu acho dificilmente que existam condições políticas para que um dia a Síria volte a ser um único país.

Quanto à questão do ataque químico em Khan Sheikhun, as alegações dos Estados Unidos... Khan Sheikhun é aquela área dentro da área verde ali que está marcada no mapa. A base aérea que foi atacada é Shayrat. A alegação dos Estados Unidos é que um ataque aéreo a partir daquela base havia lançado agentes químicos sarin em Khan Sheikhun, que fica na província de Idib.

Ali já são algumas fotos de apurações. As apurações iniciais mostram que dificilmente aquela cratera ali teria sido provocada por um explosivo de bomba de aviação, aparentando mais ser um explosivo improvisado. Mas isso está sendo investigado. A Síria, desde 2013, faz parte do acordo da ONU de restrições a armas químicas e isso está sendo investigado lá. Mas aparentemente as primeiras investigações demonstram certa dificuldade de mostrar que isso aí teria sido um ataque químico.

Essa postura mais ativa da Rússia no combate ao terrorismo internacional tem levado o terrorismo islâmico a encarar a Rússia como alvo compensador. Então, houve ataque em Volgogrado em 2013, às vésperas das Olimpíadas de Sochi; a derrubada de um avião de passageiros em Sharm el-Sheikh, no Egito, em outubro de 2015; o assassinato do Embaixador russo na Turquia, em 2016; e agora recentemente esse atentado em São Petersburgo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARCO ANTÔNIO DE FREITAS COUTINHO – É, são os mais importantes.

Rapidamente – eu sei que eu estou muito avançado no tempo –, vou falar a questão do poder militar. Também eu disse que, em 2008, aconteceu o conflito com a Geórgia. O conflito com a Geórgia mostrou para o Presidente Putin que suas Forças Armas estavam totalmente sucateadas. Em que pese a guerra ter sido vencida pela Rússia, a Geórgia também era um país que tinha sido oriundo da União Soviética e suas Forças Armadas não estavam muito melhor que da Federação da Rússia. E isso mostrou para o Presidente Putin – dá para ver ali daquela sucata toda na foto mais embaixo – que algo precisava ser feito com suas Forças Armadas. A partir de 2008, ele decidiu investir pesadamente em defesa. Este gráfico mostra a evolução dos gastos com defesa de 2005 a 2014. Hoje mesmo verificamos um dado de um organismo internacional, uma ONG que monitora o orçamento de defesa do mundo inteiro: em 2014, estava em volta de US$40 bilhões o orçamento de defesa; em 2005, eram cinco bilhões. Hoje, segundo esses dados dessa ONG – eu não posso confirmar aqui – está algo em torno de US$65 bilhões. É uma prioridade muito grande para reequipamento. Então, este eslaide mostra que esses investimentos estão sendo feitos em várias áreas: doutrina, comando e controle, logística, operações especiais, guerra cibernética, e por aí vai.

A ênfase tem sido dada ao material russo e a meta desse plano é a substituição de 100% do material soviético até 2025.

Aqui mostra alguns exemplos de materiais estratégicos que foram recentemente incorporados ao arsenal russo. Não vou entrar em maiores detalhes. A questão, por exemplo, dos mísseis de cruzeiro. Recentemente, os Estados Unidos utilizaram mísseis Tomahawk contra a Síria. A Rússia já tinha feito isso em 2016. É uma evolução muito grande. A Rússia também detém esse tipo de míssil e, em 2016, ela o utilizou para atacar o Estado Islâmico. Como aquele mapinha mostra, a partir do Mar Cáspio, a uma distância de 1.500 km, foi feito um ataque com mísseis similares a esses Tomahawk de que os Estados Unidos dispõem.

Para encerrar, este mapa mostra a questão dos mísseis balísticos intercontinentais de última geração. Este é o que já está operacional. Eu chamo atenção para aquele mapa ali. A partir de três pontos diferentes da Rússia, é possível com esses mísseis atingir qualquer ponto do globo terrestre.

Então, finalmente, a minha conclusão – desculpem o adiantado do tempo – é que aquelas áreas ali que eu lancei são as áreas geopolítica principal da Rússia hoje em dia. A Europa Oriental... Não citei a questão do Ártico. Mas o Ártico é extremamente importante na política. Merecia uma reunião desta aqui só para falar da questão do Ártico. O Mar Negro, o Oriente Médio, banhado ali pelo Mediterrâneo, e o Pacífico também. Até 2015, a expressão militar da Federação da Rússia, convencional, espacial e eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diria até nuclear, constituirá um suporte efetivo para a política externa, adquirindo capacidade – a Rússia no caso – para projetar poder para qualquer área do globo. E os principais óbices para essa estratégia seriam, primeiro, a capacidade da indústria de defesa russa de ter que desenvolver todas as tecnologias sensíveis necessárias para que ela substitua todo o material soviético para um material novo; segundo, a crise econômica de que a Profª Lenina comentou aqui.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Coronel Marco Antônio de Freitas Coutinho, que foi Adido Militar durante vários anos em Moscou e se dedicou profundamente ao estudo desse país amigo do Brasil.

Eu passo agora a palavra ao jornalista Carlos Fino, que foi correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) em Moscou, no período dos governos Brejnev, Gorbachev e até recentemente, e também participou de várias guerras no Afeganistão, no Irã, no Iraque, sempre tendo uma posição de proeminência no jornalismo, tendo dado furos internacionais durante a sua permanência nessas áreas de conflito.

Passo a palavra ao jornalista Carlos Fino para a sua explanação. Muito obrigado pela sua vinda aqui.

O SR. CARLOS FINO – Sr. Presidente, Fernando Collor de Melo, Srª Deputada Bruna Furlan, muito obrigado pelo convite, que muito me honra.

Eu estou esmagado pelas intervenções que foram aqui feitas, por duas razões: porque eu estou no Brasil há uma dezena de anos, trabalhei na Embaixada de Portugal aqui no Brasil e acabei por ficar. Estou morando em Brasília e estou afastado em geral dessa problemática. Essas exposições aqui foram uma reciclagem muito interessante porque me fizeram reviver muitos dos acontecimentos em que eu estive também presente e sobre os quais relatei para Portugal e, em alguns casos, também para o Brasil, através da TV Cultura de São Paulo e da CBN.

Em face daquilo que foi aqui dito, eu não posso acrescentar muito mais. O que eu posso fazer é salientar alguns pontos que merecem ser sublinhados e que já foram aqui ditos.

Antes disso, eu gostaria de fazer uma referência ao diplomata sob a égide do qual nós aqui nos encontramos nesta sala, que é o luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, o homem do Tratado de Madri e que está, na época, no século XVIII, curiosamente, no momento em que acontece um fato curioso e que é pouco conhecido. É o seguinte: no final do século XVIII, depois da Independência da América e com o momentâneo apagar da força do Império Britânico, que sempre foi o império que tutelou Portugal, a Rússia, que era justamente um ator, como já aqui foi dito, na política europeia, fez uma tentativa da aproximação a Portugal. Durante 50 anos, no século XVIII, os embaixadores russos na Europa, em Haia, manifestavam e manifestaram à diplomacia portuguesa que gostariam de entabular relações. Mas a diplomacia portuguesa, desconfiada, chegou inclusive a pensar em enviar uma missão secreta à Rússia para averiguar qual seria o motivo por que os russos queriam estabelecer relação com Portugal. Isso para já frisar que não é nova essa desconfiança, esse temor, esse misto de medo e, ao mesmo tempo, de fascínio em relação à Rússia. É uma coisa já antiga.

E, curiosamente, quem toma a decisão contra a inércia da diplomacia portuguesa é Catarina II, mulher que assume o trono da Rússia e que designa finalmente um Embaixador para Portugal. E Portugal é obrigado a tomar medida de resposta e coloca então um Embaixador em São Petersburgo. E para quê? Pois muito simplesmente a Rússia, detectando a fraqueza momentânea britânica, conseguiu justamente, junto da diplomacia portuguesa, chegar a isto: a um acordo militar, um acordo de cooperação militar mútua, no final do século XVIII, entre Portugal e Rússia, que não funcionou. A Espanha atacou Portugal logo a seguir, e a Rússia não mandou os cinco mil homens ou os oito mil homens que tinha prometido. Portugal, em contrapartida, mandaria, se houvesse alguém que atacasse a Rússia, alguns vasos de guerra.

Mas, enfim, só para sublinhar que esse fascínio em relação à Rússia, essa intervenção da Rússia no cenário político europeu, como foi aqui justamente sublinhado, é antiga, ao mesmo tempo que é antigo esse fascínio e esse temor em relação ao que querem os russos. Afinal, o que querem os russos? O que quer a Rússia? Eu acho que quer respeito. Putin quer respeito. E a questão não é só Putin. Se nós formos ver... Eu fiz uma pequena sondagem para ver quando é que começou esse afastamento que rapidamente se instalou nas relações entre a Rússia e o Ocidente a seguir ao fim da União Soviética. Foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

já com o próprio Yeltsin. Foi já, mesmo, na fase de maior aproximação entre Rússia, de Yeltsin, e de Kozyrev, que era o Ministro das Relações Exteriores do kremlin, que chegou para assinar um acordo de parceria com a Aliança Atlântica e não assinou justamente porque, no mesmo dia, a Aliança Atlântica fazia saber que tinha um plano de expansão para o Leste Europeu, contrariamente ao que tinha sido combinado entre Gorbachev e Helmut Kohl.

Depois disso, depois já do Yeltsin, houve outros momentos que são emblemáticos. Um deles é Primakov, que vai a caminho dos Estados Unidos, através da Irlanda, e, quando sabe que os Estados Unidos se preparam para bombardear Belgrado, interrompe a viagem e fala com Al Gore ao telefone. Al Gore concorda que é melhor adiarem porque os americanos queriam fazer o mesmo que Trump fez agora com os chineses, isto é, terem uma visita e, ao mesmo tempo, bombardearem um aliado ou um amigo de visita. Primakov interrompeu a viagem e voltou a Moscou.

Então, parece-me que estamos, de fato, a assistir a uma retomada da geoestratégia do Mackinder. É ela que nos oferece talvez a melhor leitura para percebermos o que se passa com a Rússia. Não é uma questão de um dirigente russo ou outro, é uma questão, de fato, geoestratégica global, que tem a ver com a tentativa de tomada dessa grande região que está entre o Volga e o Rio Yang-Tsé ou entre os Himalaias e o Ártico. Quem controlar essa zona, quem controlar a ilha controla o mundo

E há outro livro que vale a pena ser referido aqui, também já foi, que é o do Brzezinski. Vale a pena ler porque está lá toda a estratégia americana que tem sido aplicada até hoje. E o objetivo principal, embora com o objetivo nobre de expandir a democracia, é impedir a Rússia de voltar a ser um império e, para isso, tirar-lhe a Ucrânia. E, para isso, transformar, então, a Rússia em uma ponta para expandir a democracia até o Pacífico e, ao mesmo tempo, conter a China.

Então, eu acho que esta leitura é que nos permite ver... Mas continua a ser... Mesmo depois dessa redução, a expansão russa é incrível, de fato, porque ela... Mesmo depois da redução estratégica a que a Rússia foi submetida, com a supressão dos países bálticos e de toda a Europa do leste e desses países da Ásia Central, ainda hoje a Rússia é o maior país do mundo em termos territoriais. E não é uma potência menor, como disse Obama, continua a ser uma grande potência em termos de território, em termos de acesso ao Ártico, em termos populacionais – 145 milhões –, embora com dificuldades demográficas, e em termos de riquezas naturais – parece que é o país com as maiores riquezas naturais. Então é, de fato, um país de grande importância geoestratégica mundial e naturalmente não pode ser tratado como se fosse um país menor, um país de segunda importância.

Portanto, para sublinhar, já o Yeltsin falava – e o período do Yeltsin foi quando existiu maior aproximação entre a Rússia e o Ocidente – que havia o perigo de estarmos a entrar em uma paz fria, que é isso que estamos vivendo agora, não é? E isso tem naturalmente perigos, tem naturalmente muitos perigos, porque é uma potência nuclear e está na situação em que esteve a Alemanha no fim da Primeira Guerra Mundial. E isso é perigoso. Isso é perigoso.

Então, seria naturalmente desejável que voltássemos àquele período inicial de final da guerra fria em que se imaginou candidamente que iríamos, sim, poder assistir ao desarmamento; as grandes somas que são gastas em despesas militares poderiam ser aplicadas para combater as doenças mundiais, para combater a fome, etc. Podíamos ao menos recuperar algo desse espírito e entabular pelo menos alguma negociação entre o grande bloco ocidental, que são os Estados Unidos, a Europa, a Austrália, o Japão e a Nova Zelândia, e o outro bloco, que já, entretanto, se formou, como vimos aqui, dos países que se reagruparam depois do fim da União Soviética. Porque há certamente campos em que quer um bloco, quer outro poderiam cooperar, evitando os perigos a que temos assistido nos últimos anos, como no caso da Síria, que permitiu a expansão do Estado Islâmico, ou no caso da Ucrânia, que permitiu o reacender de grupos de tendência claramente neo-nazi.

Então, para bem da Europa e para bem do mundo, seria bom que essas grandes questões fossem reequacionadas não em termos de guerra fria, de isolar o urso e de cutucá-lo, mas de tentar algum tipo de colaboração que diminuísse as tensões e nos afastasse do perigo de uma catástrofe nuclear.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao jornalista Carlos Fino pelo sublinhar que deu em alguns pontos que foram aqui tratados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Enfim, nós avançamos bastante aqui na explanação. Está já um pouco tarde. Várias perguntas nos chegam dos nossos internautas. Foram selecionadas aqui algumas, que eu gostaria de passar aos senhores palestrantes.

A primeira delas é à Profª Lenina Pomeranz. Pergunta feita por Clarice Rocha, de Sergipe. Muito obrigado pela sua participação. Ela indaga qual deve ser o posicionamento do Brasil em relação às ações russas na Ucrânia e na Síria, tendo em vista a importante parceria comercial Brasil-Rússia, principalmente sendo a Rússia uma das grandes importadoras de carne e de alimentos brasileiros, e a cooperação no BRICS. Essa é a primeira pergunta.

Eu vou adiantando a pergunta aos outros, com a permissão da professora.

A segunda pergunta para o Cel. Marco Freitas, esta de Luiz Otávio Campos, de Minas Gerais. Qual a importância da Rússia para a Europa Ocidental em termos energéticos? Acho que essa aqui já foi de alguma forma respondida.

S. Exª o Senador Hélio José, que nos dá a honra e o prazer da sua presença na noite de hoje, traz aqui também algumas questões, mas pediu que, primeiro, desse preferência às perguntas formuladas pelos nossos internautas, e eu estou seguindo o que S. Exª solicitou.

A terceira pergunta é de Guilherme Friezzera Loyola, do Distrito Federal. A configuração política doméstica da Rússia permite um alto grau de previsibilidade das ações do país nos campos de segurança ou defesa, principalmente as suas instituições, ou o seu comportamento é fortemente ligado à personalidade do presidente? Essa pergunta seria ao Prof. Trompowsky, e eu a passaria às suas mãos. Por favor.

A outra seria de Thiago Henrique Ferreira Zoroastro, de Minas Gerais. Pode ainda o Brasil exercer papel de liderança no mundo atual? Com a atitude dos políticos e da população, não. Mas isso pode ser diferente se for o interesse da Nação. Não somos adivinhos das necessidades das pessoas, mas, se pudéssemos estender pontes, poderíamos mudar a situação. Essa é para o jornalista Carlos Fino, por favor.

A outra pergunta é de Filipe Rezende de Oliveira, também de Minas Gerais. Já fiz essa? Não. Estamos diante de um ressurgimento da Guerra Fria, agora ambidestra, com os mesmos protagonistas, partindo apenas do viés econômico a fim de construir pontes? O BRICS aparece como o caminho retilíneo para a abrangência russa no Oriente, África do Sul e América do Sul? Deixo essa aqui também com o Cel. Marco Freitas, por favor.

E, finalmente, aqui, depois da seleção... Há várias outras perguntas aqui de internautas, mas eu peço desculpas a vocês que nos assistem. Pelo adiantado da hora, nós demos preferência às mensagens que nos chegaram mais cedo.

As perguntas de S. Exª o Senador Hélio José são duas. A primeira delas: o Presidente Vladimir Putin...

Não sei se V. Exª gostaria depois de fazê-las pessoalmente. Então, vou deixá-las aqui. Depois, pessoalmente, V. Exª faça as indagações.

Em primeiro lugar, a Profª Lenina Pomeranz, para iniciar as respostas às perguntas formuladas pelos nossos internautas.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O senhor não acha que eu poderia, até para nós ganharmos tempo, pelo adiantado da hora, fazer a minha fala rápida e a pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Presidente.

Desculpa, Drª Lenina, é para a gente tentar ganhar tempo...

A SRª LENINA POMERANZ – Por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... porque a hora já avança e amanhã será um dia muito duro para nós nesta Casa. E começa cedo, muito cedo. Nós aqui, amanhã, às 7h30 da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado.

Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Fernando Collor, e a Deputada Bruna Furlan por este ciclo de debates altamente esclarecedores, altamente importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Brasil faz parte desse conjunto chamado BRICS, em que a Rússia é um ponto fundamental nesse conjunto de discussão e de acordo, uma potência mundial que tem problemas muito similares aos do Brasil. E a gente precisa conhecer os problemas da Rússia para poder melhor resolver os problemas do Brasil. Então, nisso aí só já ganha um ponto muito grande.

Quanto ao problema de infraestrutura que o Brasil atravessa, também a Rússia enfrenta vários problemas de infraestrutura. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, e sabemos o tanto que a Rússia pena com relação a uma série de questões.

A similaridade e as desigualdades que existem na Rússia são muito prementes também no Brasil. Então, estudar o *case* Rússia e o *case* Brasil é muito similar: países que vêm crescendo, em desenvolvimento.

A Rússia foi uma potência mundial, mesmo esquartejada em grande parte, e continua sendo uma potência mundial em extensão de terra, uma potência nuclear, com direito a veto na ONU, com uma série de questões e com crises econômicas similares às do Brasil. Então, só aí já valeu a pena está aqui ouvindo e pegar aqui as questões dos demais conceitos.

Agora, na situação que vivemos hoje, o BRICS tem fundos a serem investidos. O Brasil é componente dessa questão do BRICS. Como V. Sªs enxergam a forma de como nós Parlamentares, o Brasil e o Governo podemos contribuir para que recursos dos BRICS – mesmo com toda essa crise que existe nos países "a", "b", "c" e "d" que compõem os BRICS, os cinco países, cada um com suas problemáticas que existem, e por isso é bom entender de cada um –, como nós podemos, de fato, viabilizar a que os fundos dos BRICS possam ser investidos no Brasil, para podermos superar nossos problemas de infraestrutura e da geração de empregos? Essa é uma questão importante.

Outra questão importante: como o Brasil – resumindo a pergunta que eu dei por escrito para vocês – e como é que a Rússia, por exemplo, nessa posição... Todo mundo sabe do legado sírio e turco no Brasil. É só pegar nossas cidades brasileiras que os nossos *hermanos* sírios e turcos fundaram, fizeram as várias ruas comerciais, garantiram a base de sustentação em várias dessas cidades brasileiras. Cito Anápolis, bem pertinho, e Taguatinga, no Distrito Federal. Todo o comércio é base síria, turca e libanesa. Como fica essa crise da Síria no contexto de nós brasileiros, que temos uma relação histórica também com a Síria e com o pessoal dessa área e que vive aqui? São milhares de sírios descendentes que vivem aqui. Quanto a essa posição da Rússia e dos Estados Unidos meio assim na contramão da situação da solução russa, como a gente poderia, como a Rússia, no entendimento de vocês, pode ter uma inflexão mais adequada para solucionar de forma adequada essa crise na Síria para ver se a gente supera?

Todo mundo viu ali a dificuldade da Síria, inclusive com a afirmação sua de que não enxerga mais a Síria como uma nação unida por um bom tempo. Eu espero que isso não aconteça. Espero que ou o Bashar consiga fazer maioria ou saia. Uma das duas situações precisa acontecer para haver paz na Síria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – E, para concluir, Presidente Collor, das duas perguntas minhas escritas, eu prefiro fazer a genérica, que já está escrita na mão de vocês. Se vocês puderem lê-las e, depois, me fazerem a resposta, eu prefiro.

Aproveitando este finalzinho de tempo, eu queria que vocês, com a experiência que cada um vivenciou na Rússia em momentos distintos, nos dessem sugestões de como a gente aqui pode colaborar para superar a crise momentânea que nós vivemos no nosso País. Nós temos uma crise colocada e instalada, com reformas com dificuldades de serem colocadas, com momentos difíceis. E a população brasileira está descrente.

Estamos caminhando para uma greve geral dia 28, e com certeza vai ser uma greve geral muito forte, independente de a gente querer ou não querer. Eu quero o melhor para o meu País. Mas vai ser uma greve geral muito forte no nosso País, o que vai gerar um certo desconforto.

O Presidente Temer cada vez mais vê sua Base fragilizada, e nós precisamos superar essa questão. Então, o que V. Sªs, na experiência que têm do contexto russo, nos sugerem para ajudar a gente a superar essa questão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente Collor, desculpa ter superado um pouquinho o tempo, mas eu espero que eu tenha contribuído, mesmo não lendo minhas perguntas e tendo feito umas mais genéricas, para o pessoal ficar mais à vontade para nos ensinar um pouco mais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Hélio José, sempre colaborando com os nossos trabalhos e jogando as suas preocupações para que nós todos possamos refletir sobre elas.

Muito obrigado a V. Exª mais uma vez pela sua participação.

Agora, sim, passo a palavra à Profª Lenina Pomeranz.

A SRª LENINA POMERANZ – A primeira pergunta, eu agradeço à pessoa que fez, de Sergipe, uma senhora, uma mulher, que perguntou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª LENINA POMERANZ – Clarice Rocha; muito obrigada pelo seu interesse, pela sua pergunta.

Eu acho que a posição do Brasil em relação à Ucrânia e à Síria deve ser a da busca de uma solução pacífica e diplomática para o problema. O Brasil pode ajudar no contexto das Nações Unidas. E o Brasil pode ajudar fazendo relações amistosas, procurando intervir nas negociações e tendo uma posição muito clara de que ninguém deseja que o conflito se acirre e que a gente chegue a uma situação de guerra no mundo. Seria preciso que o Brasil usasse toda sua influência, toda sua amizade nessas relações tradicionais, como o professor falou, em favor de negociação. Eu acho que nós temos, de todo jeito, que evitar a guerra e fazer todo um empenho. Com a posição que o Brasil tem, exatamente pela importância das relações comerciais – e não só comerciais –, ele deve influir para que se chegue a uma solução diplomática do conflito, tanto num lugar, como no outro. Não é fácil, mas nós podemos contribuir com uma posição muito firme a favor dessa postura.

Sobre os BRICS, Senador, eu, faz um tempo, não mexo mais com isso, mas as últimas pesquisas que eu fiz sobre o BRICS são de que a rigor o financiamento que existe de BRICS é feito através do Banco de Desenvolvimento, que foi criado junto aos BRICS – o Brasil faz parte –, que tem uma Presidência rotativa, e o Diretor Executivo é o nosso Paulo Nogueira Filho, um brasileiro que está lá. O problema é que os recursos são poucos, e eles seguem uma linha de prioridade em termos dos projetos que são apresentados.

Eu não sei se nós... Não sei qual é o critério de prioridade que será adotado para financiamentos que são encaminhados ao banco, mas deve haver algum critério de prioridade para selecionar os países que mais precisam, e é um esquema que se desenvolve como qualquer banco de desenvolvimento. Não sei se eu respondi à sua questão.

A terceira – não sei se foi o senhor também: como é que a Rússia pode influir na questão interna brasileira? Eu acho que ela não deve se meter, concretamente. Eu acho que essa é uma questão que tem de ser resolvida pelos brasileiros. Esta é a minha postura.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – A pergunta foi no seguinte sentido: como é que a vivência que vocês tiveram da situação russa, que é similar à nossa, pode contribuir para que nós aqui, os brasileiros, possamos ajudar a superar a crise?

A SRª LENINA POMERANZ – Posso esclarecer, rapidinho?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

A SRª LENINA POMERANZ – A vivência que eu tive na Rússia foi uma vivência particular. Eu fiz o meu doutoramento lá, no tempo da União Soviética, e de uns anos para cá, desde Gorbachev, eu estudo a Rússia e o processo de transformação na Rússia. Eu hesitaria em dizer que a situação na Rússia é idêntica à nossa; não é. A nossa é uma situação distinta, inclusive por conta do próprio regime político que existe na Rússia hoje. Então, acho que não são experiências transportáveis, assim simplesmente, e continuo achando que quem tem de resolver os problemas internos do Brasil somos nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado à Profª Lenina Pomeranz pelas suas respostas.

Passo a palavra ao Cel. Marco Antônio Coutinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE FREITAS COUTINHO – Obrigado, Sr. Senador.

Eu também vou respondendo às quatro perguntas que me couberam.

Inicialmente, para Luís Otávio, que fez uma pergunta pela internet sobre a importância, em termos energéticos, para a Europa. O Prof. Trompowsky comentou muito bem aqui a questão do gás, mas eu vou destacar um aspecto específico a respeito da Federação da Rússia: o fato de a Rússia ser uma potência energética. Ela pode não ser, talvez, a maior potência industrial do mundo; ela pode não ser, talvez, a maior potência agrícola do mundo; mas ela é uma potência energética. Ela tem energia nuclear, ela tem energia hidroelétrica – quase os níveis que o Brasil tem –, ela tem petróleo e gás – uma das maiores reservas de petróleo e gás –, ela tem outros minérios que podem ser utilizados, como o carvão, por exemplo. Então, a Rússia é uma potência energética, e ela utiliza isso. Respondendo à pergunta do Luís, a maior demanda para a Europa, hoje, é a questão do gás, que é utilizado lá para aquecimento das residências. Existe toda uma demanda europeia para esse produto que a Rússia tem para vender. Mas o que eu gostaria de destacar da Rússia para o mundo é o seu papel de potência energética.

A segunda pergunta foi do Felipe Rezende de Oliveira: se estamos vivendo um ressurgimento da Guerra Fria. A Guerra Fria teve um componente ideológico muito forte, mas hoje a gente vê que talvez não fosse só o componente ideológico – talvez o componente ideológico fosse parte do problema. A ideologia acabou, mas a Guerra Fria... Na verdade, como o senhor bem disse aqui, nós estamos vivendo talvez a paz quente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª MARCO ANTÔNIO DE FREITAS COUTINHO – A paz fria. Então, o componente ideológico acabou, mas, quanto às questões geopolíticas, o Mackinder – muito bem lembrado aqui nas nossas discussões – está aí para nos lembrar da importância daquela região para o mundo. E as outras potências todas aí... A gente fala de multipolaridade, unipolaridade, bipolaridade. Eu creio que a Rússia quer ser simplesmente um polo. Se é multi, uni ou bi, não interessa muito; ela quer ser um polo do poder global.

Bem, Sr. Senador, vou procurar responder alguns dos seus questionamentos, Senador Hélio José. Com relação aos fundos, com relação ao BRICS, vou falar de uma maneira mais abrangente com relação aos BRICS. Talvez eu não sirva de bom exemplo para falar sobre a posição do Brasil com relação aos BRICS, mas posso falar da posição da Rússia em relação aos BRICS. Talvez a gente possa servir de exemplo.

O BRICS para a Rússia... Eu já falei aqui a questão da importância política e geopolítica para a Rússia, mas também, no que diz respeito ao aspecto econômico, o BRICS é muito importante para a Rússia, e outros organismos multilaterais, porque a Rússia, negociando diretamente com a China, que é um vizinho poderoso, sempre vai estar em desvantagem. Então, negociar com a China, no âmbito, por exemplo, do BRICS ou da Organização para Cooperação de Xangai, é sempre mais vantajoso para a Rússia.

Então, isso talvez possa ser um ensinamento para nós aqui. O senhor falou da questão dos investimentos. Hoje, eu creio que quem tem recursos disponíveis para investimento em nível mundial é justamente a China. E essa parceria, vamos dizer, caiu em nosso colo. Talvez não por nossa vontade, mas caiu no nosso colo, e hoje nós somos parceiros da Rússia no BRICS, o que é algo geograficamente bastante improvável. Talvez, nós devêssemos utilizar melhor esse órgão, não apenas olhando para o aspecto econômico, porque acabam se tornando mais difíceis, mas, olhando sob o aspecto geopolítico, talvez as consequências venham um pouco mais no longo prazo, mas certamente chegarão.

Com relação às sugestões da experiência nossa lá na Rússia, eu diria que a Rússia e o Brasil, em termos de nível de desenvolvimento, em termos de economia, não são muito diferentes. Em termos de território, também, a Sibéria é muito parecida. As dificuldades logísticas na Sibéria são muito parecidas com as dificuldades logísticas que a gente vive, por exemplo, aqui na Região Amazônica – dificuldade de transporte, dificuldade de ocupação. Só que uma é o inferno verde, a outra é o inferno branco, mas as dificuldades são as mesmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu acho que a Rússia tem um diferencial em relação ao Brasil que não é nada disso, é a questão da cultura. O investimento em cultura lá vem desde Pedro, o Grande, desde Catarina, a Grande, talvez até mesmo antes. Eu acho que nós temos que investir em cultura, em educação aqui no Brasil muito fortemente, caso a gente queira reverter diversos problemas que nós temos no nosso País, talvez no médio e longo prazo.

Bom, seria isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Cel. Marco Antônio Coutinho.

Passo a palavra ao jornalista Carlos Fino.

O SR. CARLOS FINO – Sr. Presidente, muito obrigado.

Estou respondendo ao Thiago Henrique Ferreira Zoroastro, de Minas Gerais. "Pode ainda o Brasil exercer papel de liderança no mundo atual?" Bem, eu acho que sim, que pode, se quiser. Para isso, eu acho que o Brasil não deveria abandonar o projeto de ser um membro permanente do Conselho de Segurança. É uma ideia que vem, pelo menos, desde Getúlio Vargas e que tem sido perseguida pela diplomacia brasileira. Seria no momento muito importante que o Brasil conseguisse isso e continuasse a trabalhar nessa direção. E acho que tem basicamente que arrumar a casa e acreditar mais em si mesmo, sem se questionar permanentemente sobre a sua própria identidade. Valorizar os elementos positivos da sua identidade, e não desvalorizar os elementos positivos da sua própria identidade.

Acho que isso aí será um ponto muito importante para o Brasil se afirmar no mundo, porque já tem, goza de uma grande admiração. Em geral, o Brasil tem uma boa imagem externa, não é? O que não pode é deixá-la perder.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, desculpe-me. Eu só gostaria de ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Carlos Fino, jornalista que nos brinda com a sua presença aqui.

Pela ordem, com a palavra, S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Carlos Fino, eu gostaria de ouvir do senhor a sugestão sobre a minha segunda pergunta. Se não quiser falar sobre os fundos, o senhor fique à vontade. A minha pergunta foi: como a experiência que o senhor vivenciou na Rússia pode contribuir, de uma forma ou outra, dada a similaridade entre os dois países, para nós superarmos a crise que vivemos hoje no nosso Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Professor.

O SR. CARLOS FINO – Eu também acho, como já foi dito pela professora e pelo tenente-coronel, que as realidades podem ser aproximadas, podem ter alguma coisa de similar, como já chamou a atenção o Gilberto Freyre, mas são distintas, e as experiências não são facilmente transponíveis. E já foi aqui sublinhado o aspecto que me parece importante, de fato, que é esse grande investimento na cultura. A Rússia tem uma grande tradição nessa área, e isso pode fazer a diferença. Faz, certamente, a diferença.

Esse investimento na cultura, esse ultrapassar dos pontos fracos que o Brasil tem nessa área, como essa ida de jovens do ensino médio, o não aproveitamento até o final, é um ponto que precisa ser desenvolvido, tal como a questão das infraestruturas, a exemplo da infraestrutura de transporte. Nisso há alguma similitude, mas aqui é diferente. Aqui há outras condições.

Eu não sei até que ponto eu posso transmitir uma experiência para ser utilizada facilmente. Acho que os pontos que foram ditos aqui são fundamentais: a cultura, as infraestruturas e a questão da educação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Prof. Carlos Fino.

Antes de passar a palavra ao Dr. Gustavo Trompowsky, eu gostaria de agradecer aqui àqueles internautas a cujas perguntas não teremos tempo de responder, como o Fernando Paim, de Pernambuco, que fez aqui duas perguntas; Antônio Marcos Rocha, da Bahia; Sérgio Rodrigues Soares, do Rio de Janeiro; Doriane Cardoso Barreto, do Rio de Janeiro; Rafael Thomas Schinner, do Rio de Janeiro; Mauro Scoralick, de Minas Gerais; William Rodrigues, do Distrito Federal; William Rodrigues, novamente, do Distrito Federal; Marcos Leonardo Bandenburger Hoppe, de Minas Gerais; Wilton Teixeira Valpassos, do Distrito Federal; Cristina Gaspar Cristina, do Acre; Gunter Prange, de Santa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Catarina; Rosemary Martins de Oliveira, do Distrito Federal; Bruno Caffe, de Pernambuco; Gabriel de Ataíde Barreto Pereira, de Sergipe; Sílvia Benevides Noel, de Pernambuco; Emily Lobo Ferreira da Silva, de Mato Grosso do Sul; Roberto Delvaux Assis, do Rio de Janeiro; Antonio Carlos Jurema da Silva, do Rio de Janeiro; Adonis de Paula Muniz, do Rio de Janeiro; Cristina Engler, do Rio Grande do Sul; Diego D'Antônio, da Bahia; Álvaro Luiz Ahrends Braga, do Rio de Janeiro; Cleo Costa, de Minas Gerais; Louraine Soares, do Rio de Janeiro; Fátima Ferreira, do Rio de Janeiro; Lindnaldo Vasconcelos Crispiniano, da Paraíba; Edson Genske, do Rio Grande do Sul; Walmensy Nilber Palheta da Silva, do Amazonas; Sílvia Regina de Azevedo Alves, do Rio de Janeiro; Caetano Amorim, de Minas Gerais; Milena Guardiola, de Santa Catarina. Muito obrigado a todos vocês.

Há um ponto em comum nessas indagações e afirmações que foram feitas aqui, que é algo interessante para que nós possamos raciocinar, pensar, ponderar, avaliar, porque são pessoas de diferentes Estados, e acredito que sejam relativamente jovens. Aqui maciçamente, no entremeio das perguntas que já foram parcialmente respondidas, no cerne dessas perguntas, há algo que é o que eu disse que nos faz pensar. Todos dizem: "Erguer barreiras, erguer barreiras, erguer barreiras."

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Erguer barreiras significa essa postura adotada pelo Presidente Trump de se isolar do resto do mundo, ou seja, no protecionismo comercial e até mesmo no protecionismo de proteger a população em relação à questão de migração, o que reflete um pouco esse receio pelo que as pessoas, eu deduzo, estão vendo nas televisões, enfim, esses migrantes, coitados, que estão saindo fugidos das suas terras, das suas localidades em função de uma guerra que não lhes pertence, que não é deles, entrando pela Europa, andando, atravessando o Mediterrâneo e morrendo, inclusive crianças, com cenas tão pungentes a que nós já assistimos.

Então, isso é algo que nos faz pensar – algo que nos faz pensar –, porque o erguer barreiras ou estender pontes é exatamente no sentido de definir o que nós queremos, nós brasileiros: estender pontes da amizade, da confraternização, da cooperação internacional, do fortalecimento dos mecanismos multilaterais e bilaterais, da relação com outros países, ou queremos construir barreiras, erguer barreiras no sentido de afastar todas essas outras possibilidades?

Mas esse é o tema desse nosso ciclo de painéis, que vai nos levar até o final do ano. E nós viremos sempre debater aqui, para esclarecermos alguns pontos e, talvez, ou mudarmos as nossas ideias ou ajudarmos a esses que assim pensam a mudarem também a sua concepção de mundo. É um mundo que sai de uma globalização para uma posição isolacionista. De que nos adianta nos isolarmos do resto do mundo, e até que ponto?

E daí a influência da eleição americana, em que isto foi *leitmotiv* da campanha do presidente americano: *America for the americans*; *America first*. Ou seja, e aquela questão também do muro lá do México, que se vai construir. Enfim, essas coisas todas fortaleceram, pelo que nós lemos aqui hoje, na consciência desses que estão contribuindo e colaborando com o debate, cujos nomes aqui já foram lidos, essa consciência, esse receio de que o que está acontecendo ao mundo leve o Brasil – pelo menos para as pessoas que aqui participaram via internet – a se isolar do restante, talvez com receio do que isso signifique.

Eu acredito que nós não temos que ter receio de nada, nós temos que continuar abertos. O Brasil é um país amigo, é um país fraterno. Agora acabou de ser votada aqui no Senado, no Congresso Nacional, a Lei da Migração, uma lei que reestrutura inteiramente a antiga Lei dos Estrangeiros, que vem lá do século passado e que mostra o Brasil como um país fraterno, amigo, que está de braços abertos. O Brasil é construído... Como disse aqui S. Exª o Senador Hélio José, a nossa grandeza nós devemos muitos aos imigrantes que nós recebemos aqui, em todas as etapas da nossa existência. Então, acho que não podemos ter receio disso.

Agradeço a participação dos internautas e convido-os para que continuem participando dos outros debates, porque é um tema recorrente, até porque é o tema título do nosso ciclo de painéis: estender pontes, estender a mão, mostrar sermos um país amigo, que busca consenso, que busca apaziguar, busca a paz. Estender pontes ou erguer barreiras?

Então, dito isso, passo a palavra...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, só uma consideração breve.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de cumprimentar V. Exª pela sabedoria da escolha dessa questão, o que já falei antes, e dizer que eu, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, até me inspirando nessa questão que o senhor coloca, vou fazer uma série de debates futuristas aqui com relação ao mundo que se aproxima.

Inclusive, quero cumprimentar essa criação da Comissão Senado do Futuro que foi o e-Cidadania. A gente verifica que todo mundo está fazendo todos esses pedidos e essas informações *on-line* para nós aqui, colaborando de forma efetiva com o trabalho nosso no Senado. Isso foi uma criação da Comissão da qual eu sou Presidente aqui no Senado, que é a Comissão Senado do Futuro. A gente vai fazer uma série de debates futuristas com relação às energias renováveis, com relação à questão do meio ambiente, com relação à questão da nova sistemática democrática, e esse grupo de debates que V. Exª está promovendo aqui é altamente rico; uma coisa contribui para a outra.

Eu gostaria de dizer para o nosso nobre Dr. Gustavo Heck que as duas perguntas que fiz por escrito aqui são muito relativas à situação do senhor, que é um homem experiente, vivido na área militar.

Quanto ao incidente ocorrido com relação ao Embaixador russo e a questão de toda essa sistemática que vem ocorrendo de pressão contra a Rússia, o senhor acha que isso vai influenciar de alguma forma a posição da Rússia com relação à Síria, contribuindo para ver se a gente chega a uma situação mais negociada? É importante ouvi-lo porque essa é a "praia" de que o senhor tem um conhecimento profundo.

E também com relação... Que nem a Rússia, nem os Estados Unidos, nem o Brasil, ninguém quer guerra, confronto, confusão. Há a questão do conflito iminente entre os Estados Unidos e a Coreia do Norte, por causa de toda essa pressão em cima do Japão, em cima da Coreia do Sul, etc. Como é que o senhor acha que a Rússia, sendo uma ótima parceira da Coreia do Norte, mesmo com essa dificuldade que hoje tem o Trump, o regime russo, como a Rússia pode contribuir para evitar que esse barril de pólvora estoure?

Além da minha pergunta crassa aqui, quero ouvir a opinião do senhor sobre como o senhor, com a sua experiência, acha que a vida lá na Rússia pode contribuir aqui para nós. Que sugestões o senhor nos traz?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Hélio José, mais uma vez, pela sua contribuição.

Passo agora a palavra, com muita alegria, com muito orgulho, ao Prof. Dr. Gustavo Trompowsky Heck, que é Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

Com a palavra V. Sª, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – Senador Hélio José, eu vou até pedir licença ao nosso Guilherme Loiola, que me formulou uma questão, mas falo da questão dele, de certa forma, ao abordar tanto a sua indagação inicial como a sua segunda indagação, que S. Exª o nosso Senador Fernando Collor passou-me para tomar conhecimento da mesma e que agora de viva voz V. Exª colocou.

Em primeiro lugar, eu acho que, quanto à questão do fomento e dos investimentos do banco dos BRICS, como foi muito bem colocado pela professora, a capacidade de financiamento dele ainda é muito pequena, o que leva a outra consideração. Hoje, um banco que aparece e que tem muita força é o banco chinês, o banco asiático, porque o banco chinês, inclusive, está abrindo a possibilidade de financiamento até mesmo para a União Europeia.

Outra coisa, Senador, que é importante: a China detém mais de US$3 trilhões de títulos da dívida americana. A capacidade de manejo da China com recursos é gigantesca. E a China tem a visão geopolítica de expansão, de projeção de poder, que foi muito interessante no sentido de que ela procura abrir investimentos em infraestrutura, ou seja, para garantir a circulação da riqueza, garantir a circulação de seus produtos no mundo inteiro.

Deixe-me só pegar o mapa da África hoje. O senhor vai ver que a África está toda comprada pelos chineses. E quando eu digo que ela está comprada...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – É no bom sentido.

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – ... é no bom sentido: ela comprou ativos. Ela não veio só buscar os produtos; ela comprou ativos. E comprando ativos ela detém o controle.

Então, esse vai ser um financiamento muito mais... O banco chinês está muito mais estruturado. A professora lembrou bem: o Paulo Nogueira Batista, na semana passada, fez um artigo falando do banco, animado com a possibilidade. Mas o banco chinês tem uma força considerável.

Aí, o senhor faz aquela questão da Rússia, em relação ao Bashar al-Assad, quanto a mantê-lo. Primeiro, eu continuo insistindo aqui. O Cel. Coutinho colocou e reafirmou em alto e bom som – e ele, como adido militar, nos dá a segurança da informação –: a Síria é estratégica para a Rússia. Por quê? Porque a base naval do Mar Negro está situada ali, dentro do Mar Negro. Consequentemente, ele tem que passar pelo Estreito da Turquia. A base da Síria está dentro do Mar Mediterrâneo. Consequentemente, a capacidade de circulação dele é fantástica.

É claro que hoje acho que o Senador certamente vai trazer aqui ao debate – e foi sugerido também – a questão do Ártico. O Ártico hoje está começando ou já é navegável, algo que não acontecia até então. Então, a Rússia hoje também já tem um acesso pelo Ártico.

E por que manter o Bashar al-Assad? Pela experiência que as intervenções de Bush mostraram. O que aconteceu com as intervenções norte-americanas no Oriente Médio?

Derrubei o...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – O Kadafi.

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – ... o Kadafi. Senador Fernando Collor, quem manda hoje na Líbia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – Derrubei Saddam Hussein. Quem manda hoje no Iraque? Ou seja, a estratégia norte-americana, a capacidade norte-americana de utilização do seu poder militar, isso ela sabe fazer. Mas ela se perdeu no pós. Quer dizer, o que fazer depois de tomar pé na situação? Então, a Primavera Árabe, tudo isso é perigosíssimo.

Quer dizer, a tentativa norte-americana de desestabilizar... Primeiro, tentar impor democracia no Oriente Médio, no mundo árabe, eu deixo isso para as considerações do jornalista, da professora. Perdoe-me a expressão, mas é um sonho de uma noite de verão.

Então, para ele é importantíssimo manter o Bashar al-Assad, por quê? Eu vou tirá-lo, e quem vem?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – O que vai acontecer? Qual será o amanhã? Então, essa posição dele é uma posição tranquila em relação a essa... E não vai abrir mão.

Quanto à questão do terrorismo, é importante não esquecer que Putin tem a questão do terrorismo dentro da Rússia. Então, ele sabe do impacto que isso pode, efetivamente, provocar; essa visão de que os Estados Unidos querem derrubar o Bashar al-Assad. Eu ousaria dizer que a Rússia não vai abrir mão de tentar manter o Bashar al-Assad no comando da Síria.

Com relação ao outro ponto, a por que a gente não está se dando conta. Eu acho que o nosso querido jornalista, hoje brasileiro, que nos honra muito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – Nós debatemos muito pouco a Rússia. Nós nos fechamos por conta de um momento ideológico – mantemos uma posição no outro bloco, e não no bloco da União Soviética – e nos esquecemos de debater a Rússia. E não falo no debate sobre a Rússia no meio universitário, nos grandes *think tanks*. Nós nos esquecemos de debater a Rússia, nós nos afastamos do debate sobre a Rússia. E a Rússia não é uma nação emergente. A Rússia não nasceu hoje. A Rússia tem toda uma bagagem, toda uma tradição. E nós temos de começar a estudar, realmente, a Rússia. Eu acho extremamente importante isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tinha destacado, só para relembrar, que os grandes estudos geopolíticos mostram três países com recursos naturais sustentáveis: Brasil, Rússia e Estados Unidos. Então, vejam como é importante a posição da Rússia nesse cenário geopolítico mundial.

E até que ponto, que lições poderíamos tirar da Rússia, trazer como experiência para o Brasil? Há um detalhe que não foi aqui colocado, mas que eu acho extraordinário: Senador, a dívida pública da Rússia não chega a 18% do PIB. Repito: a dívida pública da Rússia não chega a 18% do PIB, Senador Fernando Collor; é de dezessete vírgula qualquer coisa. Esse é um dado extraordinário!

A segunda: houve o bloqueio econômico em torno dela, por causa da Crimeia, e ela ficou pressionada etc. Mas, quando ela teve de fazer uma mobilização militar, ela o fez como se fosse uma potência com enormes recursos. Não esqueçamos que hoje ela está numa linha – e o coronel mostrou isso –, uma linha que hoje em defesa é muito forte, extremamente forte. Quer dizer, ela não está se negando a garantir o exercício de poder, tendo um suporte militar. Então, eu acho que isso é extremamente interessante para a gente examinar como a Rússia tem importância para a gente.

Em relação ao urânio, há um dado que é conhecido. Três países têm reservas de urânio e capacidade de enriquecimento de urânio – três países: Brasil, Rússia e Estados Unidos. Então, isso é um detalhe extremamente importante nesse contexto.

Segundo: nós deveríamos nos envolver? Eu penso que não, Senador. Com a permissão de V. Exª, eu acho que o Brasil não deve se envolver diretamente em nenhuma dessas questões, tomando partido de A ou B, porque o Brasil tem uma riqueza e tem uma favorabilidade que nós, brasileiros, por vezes não nos damos conta, Senador. Observe essa plateia que está aqui, Senador. Todos certamente, um ou outro não será, mas a maioria é brasileira. Qual é o tipo étnico do homem brasileiro? Se o senhor me definir aqui hoje e agora; se eu lhe perguntar qual é o tipo étnico do cidadão brasileiro, o senhor não vai me definir, porque nós somos um pouco de tudo. Então, em um mundo em que está em conflito a questão das etnias, em um mundo em que está em conflito a questão religiosa... Veja o sincretismo religioso brasileiro. Eu sempre, nas minhas apresentações, tomo o exemplo da Bahia. Aí, eu digo: Senador, na Bahia, o sujeito comunga de manhã, depois à tardinha vai para uma igreja evangélica, porque adora um bom papo, e no fim de noite ele vai para o Candomblé, porque ninguém é de ferro. Mas ontem o exemplo se deu no Rio de Janeiro: o sujeito foi rezar na Igreja de São Jorge e, saindo da igreja, havia um pai de santo fazendo passe para ele. Isso é o Brasil. Então, é um País que foi abençoado, porque tem uma etnia, porque tem uma diversidade extraordinária. Talvez seja o único país do mundo com essa capacidade. Talvez o senhor não encontre, Senador Hélio José, o senhor não encontre isso. Então, nós temos que aproveitar isso.

E aí, vem a grande questão – é magistral essa chamada do ciclo de debates aqui: nós, brasileiros, vamos erguer barreiras? Nós, brasileiros, vamos entrar nessa? Nós nem sabemos como construir muro! Estou dizendo o muro político, separatista. Temos grandes engenheiros, mas eu estou dizendo um muro... O Brasil jamais vai construir muro e nem pode, porque um País com a dimensão do Brasil, com as riquezas que ele tem, com essa capacidade de entrar na cena mundial através do diálogo... Em qualquer lugar do mundo a que o senhor chegue e em que diga que é brasileiro, qual é a reação, Senador? Está aqui o Senador Fernando Collor, que conhece bem isso. Qual é a reciprocidade? É um sorriso, um largo sorriso ao brasileiro. Então, é um País que jamais vai poder erguer barreiras. No que ele puder administrar conflitos, sem tomar posição para essa ou aquela posição, o fará exatamente em função de quê? Em função de que nós temos aqui uma enorme diversidade: temos muitos sírios, temos muitos russos, temos muitos italianos, também temos americanos. Nós temos que saber administrar esse convívio, com essas favorabilidades, que nos são extremas.

Então, em relação ao nosso Guilherme, que fala do campo da segurança e defesa, eu acho que a Rússia tem, sim, e mostrou um papel – eu gostei muito da colocação do nosso jornalista –, e ela quer ser respeitada. Quer dizer, ela foi abandonada e, de repente, apareceu e disse: "Olha, eu estou aqui. Eu não sou um país emergente, não sou alguma coisa que está surgindo agora. Eu tenho um acervo, eu tenho um passado, eu tenho história". Então, eu acho que tem, sim, e acho que a Rússia tem capacidade para exercer um papel de potência dentro da cena internacional, sem dúvida alguma.

Agora, acho que o Brasil tem uma ótima oportunidade, que é a oportunidade de ser um pacificador nesse mundo tão conflituoso, porque exatamente tem essas vantagens que eu coloquei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, do nosso lado, Senador Fernando Collor, nós estaremos sempre fazendo pontes, fazendo ligações.

Coreia do Norte. A Coreia do Norte é um caso que se apresenta. A China... Outra coisa: muita gente pensa que a Coreia do Norte é muito pobre. A Coreia tem vários minérios: tem urânio, tem cobre, enfim, tem uma enorme diversidade. E a China compra muito da Coreia do Norte. Mas, se a China entrar numa de abandonar a Coreia do Norte, a própria Rússia vai abrir o mercado para eles. Um conflito? Não vejo. Uma unificação Coreia do Norte e Coreia do Sul interessaria aos atores globais? Tenho minhas dúvidas.

Agora, eu tenho uma grande indagação: e qual vai ser o papel da Turquia? Repito: qual vai ser o papel da Turquia? A Turquia está virando uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – Não é, Senador? A Turquia está virando uma monarquia absolutista, vamos chamar assim – para não usar outro termo. Uma monarquia absolutista. E qual vai ser o papel dela nessa cena?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO TROMPOWSKY HECK – O Erdogan... Um professor da universidade deles, certa feita, num debate me dizia: "Professor, não se esqueça de um detalhe: o Erdogan tem na cabeça dele a tentativa do restabelecimento do velho império otomano." E é uma coisa interessante. Eu comecei a perceber que isso não pode ser descartado.

Meu Senador, vamos estabelecer pontes! Que a gente possa estabelecer pontes para tentar fazer com que os homens de decisão deste mundo vejam que não é se fechando que nós vamos conseguir reduzir as enormes desigualdades que se apresentam. Se a globalização não conseguiu resolver esses desequilíbrios, não é nos fechando que nós vamos resolver esses desequilíbrios. Certamente, é promovendo, exatamente, a ampliação desse relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Gustavo Trompowsky pela sua magistral exposição.

Eu gostaria, antes de terminarmos esse painel da noite de hoje, de agradecer mais uma vez a presença de S. Exª a Srª Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, que é também Presidente da Comissão de Controle de Assuntos de Inteligência do Congresso Nacional. Muito obrigado pela presença de V. Exª.

Quero agradecer a presença de S. Exªs: a Embaixadora da República de El Salvador, Srª Diana Vanegas; o Embaixador do Reino do Marrocos, Sr. Nabil Adghoghi; o Secretário da Embaixada da Federação da Rússia, Sr. Aleksandr Perevedentsev; o Primeiro Secretário da Embaixada da Federação Russa, Sr. Aleksandr Korendyasev; o Terceiro Secretário da Embaixada da Federação Russa, Sr. Denis Shimanchuk; o Primeiro Secretário da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia, Sr. Faleg Valdez Cópas; a Segunda Secretária da Embaixada da República do Paraguai, Srª Analia Borba; o Conselheiro da Embaixada de Cuba, Sr. Fabio Simeon González; o Conselheiro da Embaixada de Angola, Sr. Augusto Inácio; o Conselheiro da Embaixada da Geórgia, Sr. Giorgi Sirbiladze.

Agradecendo a presença de todos, gostaria de convidá-los para o 4º Painel, que ocorrerá no dia 8 de maio, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando serão abordados os temas: "Não me representam – populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos"; "Consequências das eleições presidenciais na França".

Para expor e debater os temas, teremos como convidados o Prof. Alex Canuto, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental; o professor e ex-Deputado Federal Paulo Delgado; o Prof. Lúcio Rennó, doutor em Ciência Política pela University of Pittsburgh (Universidade de Pittsburgh) e professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, além de ter sido professor da Universidade do Arizona, nos Estados Unidos da América, e também da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha.

Ao agradecer a presença, mais uma vez, de todos os que aqui estiveram, o meu *dobro pozhalovat*.

Muito obrigado. Boa noite!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Iniciada às 19 horas, a reunião é encerrada às 22 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2017.

Às nove horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores: Roberto Requião, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADES: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos, com 16 (dezesseis) votos favoráveis. Usa a palavra o Senador Jorge Viana. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação do nome do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile, com 16 (dezesseis) votos favoráveis. O Presidente convida os Embaixadores a tomarem assento à mesa. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores para fazerem suas exposições. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Lasier Martins, Ana Amélia, José Agripino, Armando Monteiro, Jorge Viana, Antonio Anastasia, Pedro Chaves e Vanessa Grazziotin. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado das votações das indicações ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário da apuração dos votos a Senadora Vanessa Grazziotin. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Pedro Chaves, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2016, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, firmado em Roma, em 30 de setembro de 2014." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Pedro Chaves, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Maláui, assinado em Brasília, em 25 de junho de 2015." É designado relator "*ad hoc*" o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." É designado relator "ad hoc" o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 15 de abril de 2015." É designado relator "ad hoc" o Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Pedro Chaves, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da matéria. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10 de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, que "REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Meio Ambiente para debater a venda de terras a estrangeiros. Hoje, a imprensa nacional divulga que teve acesso a texto elaborado pela Casa Civil para ser apresentado como substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.059, de 2012, que libera a compra e o arrendamento de terras por empresas com controle estrangeiro, sem estipular limite de área. A matéria tramita em regime de urgência no Plenário da Câmara dos Deputados. A retirada de limites para o acesso de estrangeiros a terras no Brasil gera gravíssimas repercussões sobre os interesses e a soberania nacionais. Impacta a proteção das nossas fronteiras; ameaça a gestão estratégica da megabiodiversidade nacional; cria pressões sobre os povos indígenas; e altera a dinâmica de preços das terras, de modo a favorecer a concentração de terras e de poder, além de perpetuar a desigualdade social no campo. Diante disso, solicita-se a presença dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: • Ministro do Meio Ambiente, Ministro José Sarney Filho; • Comandante do Exército, General Villas Bôas; • Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –Incra, Sr. Leonardo Góes Silva; • Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Sr. Antonio Fernandes Toninho Costa.". Aprovado. O Presidente faz a leitura de comunicado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quatro minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicados.

Visita do Premier da Espanha. Em visita ao Brasil esta semana o Presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy, reiterou o seu forte apoio às negociações de acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. O Premier espanhol reafirmou que seu país é o impulsor mais firme na União Europeia para uma aproximação comercial e também política entre as duas regiões. Lembrou o Premier espanhol que o Brasil é o terceiro maior destino dos investimentos espanhóis no mundo, só atrás dos Estados Unidos e do Reino Unido, e que, de todos os países que investem no Brasil, a Espanha é o terceiro, depois dos Países Baixos e dos Estados Unidos. Foram investidos, no ano passado, US$64 bilhões no Brasil.

Segundo Rajoy, as empresas espanholas fizeram uma aposta estratégica no futuro do Brasil, pois, nos momentos de maior dificuldade, eles demonstraram que sua aposta no País era de longo prazo. Agora, disse ele, a Espanha pode oferecer uma experiência internacional e sua liderança em setores, como infraestrutura de transportes, energia, telecomunicações e meio ambiente. Hoje, são 971 companhias espanholas no Brasil, e a Câmara de Comércio espanhola em São Paulo é uma das mais atuantes do País.

Ao mesmo tempo, a Chanceler da Argentina, Susana Malcorra, informou que o Mercosul e a União Europeia deverão voltar a trocar ofertas de liberalização em setembro próximo, na expectativa de ter um pré-acordo para ser anunciado em dezembro. A informação foi divulgada na terça-feira, depois de reuniões realizadas na Organização Mundial do Comércio, em vista da preparação da conferência ministerial que será realizado em Buenos Aires no final do ano.

Eleições na França. Ao comentar o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais na França, a comentarista Anne Applebaum, do jornal *Washington Post*, disse que, no domingo, o país se tornou a primeira nação ocidental a deixar de lado, numa eleição presidencial, a estrutura partidária que dominou a política europeia desde a Segunda Guerra Mundial, pois nem Emmanuel Macron, nem Marine Le Pen pertencem à velha *gauche* ou à velha *droite*; também não terão uma maioria parlamentar para apoiá-los nem representam uma continuação do *status quo*. Destacou a comentarista que o segundo turno francês, marcado para o domingo, 7 de maio, tem uma agenda muito clara: abertura X fechamento; integracionismo X isolacionismo; futuro X passado.

Porém, qualquer que seja o resultado final, ela acredita que Marine Le Pen e seu partido de extrema direita não irão desaparecer, pois eles refletem sentimentos que são reais, que existem em todos os países ocidentais e que agora devem ser confrontados abertamente, uma vez que representam uma genuína e poderosa ameaça à democracia liberal.

Para o cientista político Pascal Perrineau, do Instituto de Estudos Políticos de Paris, os resultados de Macron e de Le Pen significam o fim de uma época na política da França. Nas eleições anteriores sempre houve um grande confronto bipolar, ou uma grande força de esquerda e outra de direita. Isso acabou. Diz ele, continuando, que estamos caminhando para uma divisão de novo tipo, entre uma sociedade aberta, proposta por Macron, e uma sociedade nacional, de Le Pen.

O jornalista francês Gilles Lapouge ressalta que, em vez do tradicional antagonismo entre direita e esquerda, uma nova disputa divide a França, a das forças de Le Pen contra as de Macron. Por trás de Marine, segundo ele, misturam-se ideologias fascistas e uma multidão de cidadãos poucos politizados, empurrados para a Frente Nacional pelo desespero. São, entre outros, trabalhadores sem qualificação e camponeses arruinados pela modernização indefinida e perigosa do campo. Por trás de Macron, ao contrário, se alinham os cidadãos urbanos, as classes sociais abastadas, a pequena e a grande burguesia, os proprietários. São, portanto, duas Franças, o que pode deixar a coabitação explosiva.

Recorda o comentarista que, até hoje, tanto socialistas quanto direitistas eram adeptos da União Europeia. Agora Le Pen é contra o bloco, e Macron, ao contrário, é partidário, mesmo tendo a intenção de reformá-lo profundamente. A sorte da União Europeia, segundo Lapouge, depende do resultado do segundo turno. Ele acredita que, pela lógica, Macron vencerá e será Presidente da França, e a União Europeia estará salva. Mas, na opinião do jornalista, o perigo de a França ser dirigida pelos populistas e se voltar para as forças do mal não desaparecerá após o fracasso da direita e o desastre dos socialistas. A Frente Nacional de Le Pen se tornou o primeiro partido da França.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E conclui Lapouge ironicamente: "Parabéns, Hollande! Parabéns, Sarkozy!". A verdade é que Marine Le Pen conseguiu, de certa forma, retirar da antiga Frente Nacional, fundada por seu pai, Jean-Marie Le Pen, a imagem de partido fascista, embora tenha mantido uma identificação com os eleitores em temas como nacionalismo e xenofobia. Apesar da nova imagem que ela tenta dar à sua agremiação, a maioria dos franceses, 58% deles, teme a Frente Nacional e pensa que o partido representa um perigo para a democracia.

A historiadora Valérie Igounet, especialista em extrema direita, não acredita que Le Pen vencerá as eleições deste ano, mas vê a pavimentação de um caminho para a eleição de 2022, pois seus eleitores de hoje não veem mais a Frente Nacional como antissemita ou de extrema direita.

Para a revista britânica *The Economist*:

> Depois da vitória do Brexit, de Donald Trump e [...], na Turquia, de uma reforma constitucional que concentra ainda mais poderes nas mãos do presidente Recep Tayyip Erdogan, a investida contra o internacionalismo liberal chega ao berço do Iluminismo. Não é só o destino da França que está em jogo. [O que está em jogo nessas eleições, diz a revista *The Economist*, é que] a União Europeia (UE) ficará em perigo se uma de suas forças motrizes [a França] se render ao caos ou passar a hostilizar a integração do continente.

Ressalta *The Economist* que "não se deve subestimar a competência política de Macron. Em comícios e na TV, ele tem se saído muito bem. Com pouco mais de um ano de existência, [seu Partido], o En Marche!, já conta com 250 mil filiados – mais que o dobro do que o Partido Socialista." Isso em apenas um ano de existência.

Divulgados os resultados, os números mostram uma França dividida: uma urbana, que votou em Macron, o candidato pró-globalização; e outra, de pequenas cidades e regiões desindustrializadas, que votou em Le Pen. É interessante notar que é o mesmo corte da sociedade que votou também nos Estados Unidos no candidato Trump.

Nas regiões francesas, Macron saiu vencedor em sete, de um total de 13, incluindo a Île-de-France, onde se localiza Paris. Na capital, o candidato obteve 34,8% dos votos; e Marine Le Pen, 4,99%. Entre as dez maiores cidades do País, Macron superou Le Pen em oito. A nacionalista Le Pen levou a melhor no norte, nordeste, sul e sudeste da França. A primeira é uma antiga região operária e industrial que sente os efeitos da globalização, enquanto a segunda é uma região mediterrânea, que enfrenta pressão imigratória.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ipsos mostra que Marine Le Pen venceu entre operários, reunindo 37% de seus votos. Esse perfil de eleitor é o que demonstra maior adesão ao populismo, seja de direita, seja de esquerda, já que, em segundo lugar, ficou o candidato da extrema esquerda Jean-Luc Mélenchon, com 24%. A situação se inverte quando se trata de trabalhadores independentes e profissionais liberais. Macron obteve ótimos resultados entre executivos de empresas de médio e alto escalões, mobilizando 33% desse eleitorado.

A pesquisa mostra ainda que a percepção do futuro foi decisiva para a definição do voto. Pessoas pessimistas com o futuro profissional, em razão do declínio de suas atividades, tendem a votar em Le Pen, 30% delas; pessoas que trabalham em setores da economia em expansão optam por Macron, 27% delas. Seguindo a lógica, a renda também foi fator decisivo. Quem ganha menos optou pelos extremos políticos.

Outro comunicado: crise na Coreia do Norte.

A atual situação de instabilidade internacional envolvendo os Estados Unidos, a China e a Coreia do Norte deve ser analisada do ponto de vista do equilíbrio de poder, com perspectiva histórica.

A Guerra da Coreia iniciou-se lá atrás, em 1950, em plena Guerra Fria, quando tropas da Coreia do Norte, com armamentos e equipamentos soviéticos, invadiram a Coreia do Sul ultrapassando o paralelo 38, a linha divisória entre os dois países, faz com que nós nos recordemos de que, ainda durante a Segunda Guerra, a Coreia do Norte foi colocada sobre o domínio da União Soviética, enquanto os Estados Unidos controlavam a Coreia do Sul, por meio de sua estrutura militar sediada no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Verificaram-se intensos combates entre as forças apoiadas pelas duas superpotências no presente momento. Após várias derrotas, as forças aliadas aos Estados Unidos chegaram, entretanto, próximo à fronteira com a China, que passou a participar do conflito diretamente.

A Coreia do Sul passa, desde então, por fase de intenso desenvolvimento econômico e tecnológico e, a exemplo do Japão, sedia importantes forças militares americanas. A Coreia do Norte continua com regime autocrático, sob a liderança do neto de seu fundador, que era apoiado pela então União Soviética. Embora com atraso econômico, a Coreia do Norte é detentora de tecnologia nuclear, possuindo forças armadas numerosas e bem equipadas. Mesmo que tecnologicamente muito inferiores aos Estados Unidos, os militares norte-coreanos têm mísseis capazes de atingir Seul, situada apenas a 55 quilômetros do Paralelo 38, bem como o território japonês.

O desenvolvimento de armas nucleares pelo regime norte-coreano e as tentativas de aperfeiçoar os mísseis de que já dispõe para que possam transportar ogivas nucleares e até mesmo, no futuro, atingir a Costa Oeste dos Estados Unidos, tem feito com que o Governo americano pressione os norte-coreanos a abandonarem seu programa atômico. Essas pressões vão de defesa de sanções econômicas e tecnológicas a esforços diplomáticos no âmbito da ONU.

As últimas iniciativas de testar mísseis encontraram forte resistência por parte dos Estados Unidos que, neste mês – como todos nós tomamos conhecimento –, enviaram força tarefa capitaneada por porta-aviões para o entorno da Coreia do Norte. Esse envio de forças aeronavais representa uma clara mudança nas atitudes isolacionistas preconizadas pelo novo presidente americano na sua campanha e nos primeiros dias de seu mandato.

O regime norte-coreano, no entanto, mantém atitude belicosa e desafiadora, mesmo porque sua legitimidade tem como um de seus pilares a confrontação com os Estados Unidos e com a Coreia do Sul. Realiza, ademais, intensa campanha de propaganda, com demonstrações de força e mobilização popular, além de manter aceso e intensificar o culto à personalidade de seu líder, que busca aparentar destemor em relação às ameaças americanas. Essa atitude é fundamental para sua manutenção no poder, e assume um risco calculado de desafiar a superpotência a que se opõe.

Na verdade, o líder norte-coreano trabalha com duas opções básicas. O primeiro cenário contemplaria aguardar as iniciativas americanas, a que reagiria com mísseis buscando atingir a Coreia do Sul e o Japão

O ataque americano visaria a destruir suas armas nucleares e mísseis, o que é dificultado pelo fato de as armas nucleares estarem em armazenagens subterrâneas e seus mísseis serem móveis, ou seja, facilmente deslocáveis em seu território. O segundo cenário seria a iniciativa de um *preemptive attack* dos aliados dos Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão, o que necessariamente levaria à imediata reação da superpotência.

A percepção de que os americanos estariam prestes a começar uma ofensiva ou a eliminar o líder por meio de ação de comandos poderia desencadear essa reação.

Em qualquer cenário que se construa, o papel da China é decisivo. Superpotência que emerge e afirma-se rapidamente, a China tem, apesar de natural rivalidade geopolítica, uma simbiose com os Estados Unidos cristalizada na intensa relação comercial, nos investimentos americanos e na aplicação das enormes reservas chinesas em títulos norte-americanos. No entanto, a maior área de convergência de interesse diz respeito ao fato de que a China, como integrante do poder mundial formado pelos Estados Unidos, pela Rússia, pelo Reino Unido e pela França, todos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tem interesse na manutenção do *status quo*, e da estabilidade atual do sistema internacional.

Assim, embora a Coreia do Norte seja um estado cliente, sobre o qual tem grande ascendência, não interessa à China uma situação de beligerância regional que afete o atual equilíbrio. Não lhe interessa também uma desestabilização do regime da Coreia do Norte que possibilite a sua eventual reunificação com a Coreia do Sul. É impensável! É importante, para a China, que a Coreia do Norte continue como um *buffer state*, um estado tampão que não a coloque em direta confrontação com as tropas americanas ao sul do Paralelo 38. Assim, o governo chinês continuará a tentar uma influência moderadora sobre Coreia do Norte, dentro de uma política externa extremamente racional.

O Presidente dos Estados Unidos tomou, no último dia 23, a iniciativa de dialogar sobre a crise com o Presidente da China e com o Primeiro-Ministro do Japão. A Coreia do Sul, com governo interino,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não foi contactada. A China pediu moderação às partes. No caso do Japão, extremamente vulnerável a ataque norte-coreano, a população já tem sido alertada para a necessidade de se refugiar em lugares protegidos, com pouco tempo de aviso prévio, devido à sua proximidade com a Coreia do Norte.

Os Estados Unidos estão adotando uma abordagem dupla em relação a Pyongyang. De um lado, adotam iniciativas diplomáticas como a defesa de mais sanções por parte da ONU e a reiteração de gestões junto à China para exercer sua influência sobre a Coreia do Norte. De outro, reforça sua presença militar na área, com porta-aviões e submarinos, além de realizar exercícios bélicos conjuntos na Coreia do Sul. Esses esforços de diminuição de tensões esbarram, entretanto, em um fator imponderável representado pelo fato de que, tanto a liderança americana como a norte-coreana, dão ênfase à ameaça do inimigo externo como fator de legitimação de seus governos.

Passando à nossa pauta do dia de hoje.

A primeira parte é indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 30/03/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 21/03/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tomem assento à mesa S. Exªs o Sr. Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja e o Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, a quem damos nossas boas-vindas, em nome de todos os integrantes desta Comissão. (*Pausa.*)

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição será de dez a quinze minutos.

Concedo a palavra, para iniciar nossa pauta de hoje, ao Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja, indicado para nossa Embaixada nos Emirados Árabes Unidos.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Bom dia, Exmo Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Exmos Srs. Senadores da República, caros colegas que estão aqui presentes, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu agradeço ao Presidente por ter me passado a palavra, agradeço aos senhores a oportunidade e o tempo de poder fazer essa pequena exposição sobre a minha indicação para a Embaixada do Brasil nos Emirados Árabes Unidos.

Como os senhores sabem, os Emirados Árabes Unidos são um Estado formado em 1971, a partir da união de sete emirados que constituíam, antigamente, os Estados da Trégua, colônia britânica, e se constituíram, a partir desse momento, como uma federação, uma monarquia federada sob um regime republicano. O Presidente é o Emir de Abu Dhabi, o soberano de Abu Dhabi, e o Primeiro-Ministro é sempre o Emir de Dubai, uma das outras famílias que dominam os emirados.

São sete emirados que se uniram. Cada um deles tem a sua família reinante, mas todos convergem nesse sistema que dá a supremacia ao Emirado de Abu Dhabi, na pessoa do presidente dos Emirados.

O Poder Legislativo é formado por um conselho federal, que na verdade tem metade dos seus membros escolhidos pelas famílias dos chefes de cada um dos Emirados e a outra metade é eleita por um colégio eleitoral formado também por indicados pelas famílias que dominam os sete Emirados.

A função do conselho federal é de aconselhamento do Emir e não exatamente uma função legislativa. O Poder Legislativo e o Poder Executivo são, portanto, concentrados na mão do presidente da federação e do primeiro-ministro.

O Poder Judiciário é dividido. Enfim, cada Emirado tem seu próprio Poder Judiciário, tem sua própria estrutura de justiça, e para apenas alguns crimes, como o caso de terrorismo, é que há uma legislação nacional que abrange todo o País.

A partir do final dos anos 70 e início dos anos 80, sobretudo a partir dos anos 90, os Emirados passaram por um processo de enriquecimento, um processo em que os recursos que os Emirados obtinham a partir da exploração do petróleo passaram a ser investidos fortemente no país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – ... especialmente em Dubai e em Abu Dhabi, sendo que a maior produção de petróleo está no Emirado de Abu Dhabi, que, portanto, tem a base econômica do país.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Obrigado, Senador.

Então, o país, a partir desse momento, tornou-se uma potência emergente – pode-se dizer – em termos econômicos, sobretudo. Esse papel de liderança no mundo econômico foi aumentando, gradativamente, e hoje os Emirados são um país que têm um PIB de aproximadamente US$370 bilhões, um IDH bastante alto, de 0,83 – que é o 41º em termos mundiais – para uma população de nove milhões de habitantes e um território relativamente pequeno se comparado sobretudo conosco: são 83 mil quilômetros quadrados, cuja maior parte é de deserto.

O Brasil mantém relações com os Emirados desde 1974. Abrimos a nossa Embaixada, em Abu Dhabi, em 1978, e eles abriram a Embaixada, no Brasil, em 1991. A partir da abertura da Embaixada dos Emirados em Brasília, e sobretudo a partir deste século XXI houve uma intensificação na relação entre os dois países, com troca de visitas de várias autoridades. O Presidente Lula visitou os Emirados em 2003. De nossa parte, o Presidente Temer, enquanto Vice-Presidente, visitou os Emirados, em novembro de 2013, e houve várias visitas do Chanceler dos Emirados ao Brasil, mas o Chanceler brasileiro ainda não realizou nenhuma visita oficial aos Emirados. O Chanceler Celso Amorim acompanhou a visita do Presidente Lula, em 2003, mas nunca houve uma visita apenas do Chanceler brasileiro aos Emirados.

Muito recentemente, houve a última visita do Chanceler dos Emirados Árabes, em março de 2016, que foi uma visita muito importante, sobretudo, para desbloquear um pouco a agenda entre os dois países, que estava, de certa forma, afetada pelas negociações quanto ao acordo contra a bitributação, o chamado ADT. Os Emirados Árabes são um país de tributação favorecida, e, como tal, há dificuldades da nossa parte para a assinatura de um acordo contra a bitributação. Essas dificuldades, do ponto de vista político, foram ultrapassadas ou estão em processo de serem ultrapassadas, a partir da visita do Chanceler agora em março.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outros acordos foram assinados neste momento. Destaco o acordo de liberação de vistos para passaportes diplomáticos e para passaportes de serviço, que já entrou em vigor no último dia 15 de abril. Foi assinado também um acordo para a liberação de vistos de passaportes comuns. Esse está sendo enviado ao Congresso para tramitar, para poder ser ratificado pelo Congresso, se assim esta Casa considerar.

Esse é um avanço importante, porque o fluxo de pessoas entre o Brasil e os Emirados é cada vez mais intenso. Há hoje aproximadamente nove mil brasileiros vivendo nos Emirados Árabes Unidos, que trabalham, sobretudo, na área de serviços aéreos. Há muitos ex-funcionários da Varig, por exemplo, que foram contratados pela Emirates e também pela Etihad, outra companhia aérea do país. Então, há uma presença brasileira importante nessa área, desde profissionais de bordo, passando por engenheiros, por mecânicos.

Há também uma comunidade muito específica, estimada em aproximadamente duas mil pessoas, ligada à prática do jiu-jítsu. O jiu-jítsu foi descoberto por um dos filhos do Emir de Abu Dhabi, quando ele estudava na Califórnia, nos Estados Unidos. Ele se interessou pelo esporte, pela arte, e levou o jiu-jítsu para os Emirados Árabes Unidos. Hoje, o jiu-jítsu é uma disciplina obrigatória na escola, desde o primário até o estudo secundário. Portanto, há aproximadamente dois mil brasileiros envolvidos com isso. Praticamente todos os professores de jiu-jítsu do país são brasileiros.

Então, é um país, portanto, com o qual o Brasil tem grandes possibilidades de intensificar suas relações, especialmente na área econômica. Evidentemente, em função do grande potencial de investimento que os Emirados têm e da capacidade de investir em outros países, o Brasil tem se posicionado como um destino que tem interesse para os Emirados, para que eles possam investir aqui nas diversas áreas em que o Brasil tem necessidade.

O investimento emirático, em geral, dá-se em áreas de infraestrutura. Esse é o perfil do investimento emirático no exterior. Eles investem em áreas de infraestrutura e, geralmente, não assumem o controle das empresas em que investem, o que pode coincidir um pouco com o interesse nacional neste momento de buscar investimentos no exterior.

Há um grande interesse da parte deles também em cooperar na área de defesa.

Nós temos um acordo de cooperação na área de defesa assinado com os Emirados que está em tramitação no Congresso Nacional – está em tramitação ainda na Câmara dos Deputados e, em dado momento, será apreciado por V. Exªs. É um acordo não muito detalhado, mas que prevê contato, prevê troca de informações, e é o acordo mais importante do gênero que o Brasil mantém com países no Oriente próximo. Eles são interessados – na visita do Chanceler, isso ficou claro – em investir mais ainda na área de defesa do Brasil.

Quanto às questões mais delicadas, exatamente a assinatura do acordo de bitributação e um acordo para proteção de investimentos. Como eu disse, na visita do Chanceler, esse passo de superação, do ponto de vista político, foi dado. Na audiência que o Senhor Presidente da República concedeu ao Chanceler dos Emirados, ficou claro o interesse do Governo brasileiro em negociar um acordo. E a última informação que nós temos é que foi agendada uma reunião em maio, aqui em Brasília, entre as autoridades emiráticas responsáveis por esse assunto e a Receita Federal, evidentemente acompanhados pelo Itamaraty, para negociar um acordo de bitributação, contra a bitributação, que seja vantajoso tanto para nós, evidentemente, quanto para os Emirados.

A assinatura desse acordo permitirá desbloquear a negociação de um acordo de proteção de investimentos. Se não me engano, na reunião passada desta Comissão, V. Exªs aprovaram um acordo entre o Brasil e o México, um ACFI entre o Brasil e o México de proteção de investimentos. A ideia é que se discuta, que se negocie com os Emirados um acordo semelhante, porque é o modelo que o Brasil tem aplicado nas suas negociações bilaterais.

Isso feito, a expectativa é que, efetivamente, as relações entre os dois países aumentem, intensifiquem-se cada vez mais. Nós temos um comércio de aproximadamente US$2,6 bilhões por ano, com grandes possibilidades de expansão. Há 30 empresas brasileiras instaladas nos Emirados Árabes hoje em dia. O Brasil exporta, sobretudo, carnes e açúcares, mas a Embraer tem um escritório nos Emirados, então é uma possibilidade também. Enfim, acho que há um vasto campo que se pode fazer e de atuação, que eu espero, caso V. Exªs aprovem o meu nome para chefiar a Embaixada do Brasil nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Emirados Árabes. Acho que isto é o foco central da minha atuação: intensificação das relações econômicas e atração dos investimentos dos Emirados para o Brasil.

Paralelamente, há a atuação junto à comunidade brasileira. Evidentemente, uma comunidade de nove mil pessoas é uma comunidade que pode apresentar alguns problemas, mas a Embaixada tem um setor consular muito bem estruturado pelo Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, que está lá. Enfim, não há grandes problemas nessa área.

Ainda há – se V. Exªs me permitem, para terminar – a possibilidade da assinatura de um acordo de cooperação técnica. O acordo de cooperação técnica é um acordo que se está negociando em moldes um pouco diferentes de outros acordos, porque não é apenas a cooperação que o Brasil prestaria ou possa prestar aos Emirados nem vice-versa, mas é, sobretudo, um acordo para a cooperação em terceiros países. O Brasil tem uma experiência, um *know-how,* uma capacidade muito grande em diversas áreas de cooperação – em agricultura, como V. Exªs sabem – e os Emirados têm recursos que podem financiar essa cooperação em terceiros países, especialmente nos países árabes da região, países mais pobres e necessitados desse apoio, como os países da costa leste da África. Então, esse é outro campo em que as relações entre o Brasil e os Emirados também podem se intensificar.

Pelo que me lembro, acho que esse era o resumo que eu tinha para falar.

Agradeço a V. Exªs pela atenção. Muito obrigado, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimentando nossos sabatinados, os dois embaixadores, nossos colegas Senadores e Senadoras, quero ver se seria possível, tendo em vista as peculiaridades que temos às quintas-feiras, mesmo hoje com sessão especial no plenário, de várias Comissões, de, ao longo mesmo da sabatina, pudesse ser aberto o sistema de votação para que não tenhamos nenhum prejuízo de algum colega que tem um voo ou outro compromisso. Por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Acolhendo a sugestão de S. Exª o Senador Jorge Viana, coloco à deliberação dos senhores integrantes desta Comissão a proposta de declarar aberto o processo de votação para que possamos agilizar os trabalhos dentro do Senado Federal.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As Srªs e Srs. Senadores que desejarem, então, votar poderão se dirigir à cabine, para o voto secreto, localizada à direita deste plenário.

Está, portanto, aberto o processo de votação.

Agradecendo a exposição do Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja, indicado para os Emirados Árabes Unidos, passo a palavra ao nosso outro sabatinado, o Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para a República do Chile.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Muito obrigado, Presidente, por me conceder a palavra.

Muito bom dia, S. Exªs, Exmºs Senadores e Senadoras presentes na Comissão.

Eu gostaria de agradecer especialmente ao Senador Cristovam Buarque, Relator desta matéria, e também registar os agradecimentos ao Senhor Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores por esta indicação para a Embaixada no Chile.

O Chile e o Brasil têm um histórico de relações muito positivo. São relações que podemos caracterizar como densas, diversas e maduras em termos de diálogo político. Vou procurar concentrar-me em três eixos principais em que essas relações se manifestam. Em primeiro lugar, talvez, na área econômico-comercial, em que o Brasil e o Chile têm uma relação estabelecida, uma relação comercial importante, que atingiu, em 2011, quase US$10 bilhões e atualmente está em torno de US$7 bilhões devido, claro, à queda nos preços de matérias-primas e outros fatores que incidem sobre o comércio internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas essa importância do Chile também se manifesta em termos da sua importância regional, porque é o segundo maior exportador e importador; é o segundo país já em termos de comércio com o nosso País.

A economia chilena é caracterizada pela concentração em certos produtos: produtos de mineração, principalmente o cobre, frutas, vinhos, pescados, madeira. É também uma economia com um setor de serviços em expansão. É também uma economia que proporciona aos habitantes do Chile, em torno de 18 milhões de pessoas, uma renda *per capita* de cerca de US$23 mil, o que é algo, digamos assim, da faixa média para a mais alta da nossa região.

O comércio Brasil/Chile se encontra liberalizado por força do Acordo de Complementação Econômica nº 35, e o volume bilateral de comércio, que, como eu descrevi, está em torno de US$6,9 a US$7 bilhões, embora tenha caído nos últimos anos, manifesta agora alguns sinais de retomada. Os primeiros três meses deste ano mostram um aumento de 43% em relação ao ano passado.

As exportações brasileiras são concentradas também em produtos primários ou com certo grau de valor agregado, mas principalmente: óleos brutos de petróleo, que constituem, praticamente, a metade desse comércio do Brasil para o Chile; também carne bovina, tratores, caminhões, carrocerias. As empresas principais são a Petrobras, Marfrig, Scania, Mercedes, Volvo, Marcopolo, enfim, empresas que nós conhecemos bastante e que são empresas que têm já uma tradição nesse comércio bilateral.

Do lado das importações brasileiras, o destaque é para o cobre, que pega quase que US$2 bilhões dos US$2,9 bilhões; bem como pescados, como o salmão, principalmente, vinhos, frutas e adubos.

A observação aqui a fazer é que o comércio bilateral, consideravelmente concentrado nesses produtos, sofre justamente muito essas oscilações de preço que se verificam nesses tipos de produtos no comércio internacional.

Um dado interessante também na área econômico-comercial é o volume de investimentos chilenos hoje no Brasil. Esse número, de acordo com a Chancelaria chilena, é de US$27 bilhões, o que é algo bastante expressivo, mostra um movimento significativo dos agentes econômicos chilenos de investimento no Brasil e tem sido acompanhado por estruturas que buscam tornar esse investimento mais sólido e também estimular o investimento brasileiro no Chile.

Essas estruturas são fundadas, basicamente, em um acordo de facilitação de investimentos, que, inclusive, Presidente, se não me engano, está na pauta da Comissão justamente para exame. Esse acordo de facilitação de investimentos tem como Relator o Senador Pedro Chaves. Então, é algo muito atual na nossa relação bilateral.

Esse acordo de investimentos seria complementado por um acordo de serviços financeiros e por outro de compras governamentais. Então, essa estrutura visa a dar sustentação maior ainda a esse movimento de densificação nos investimentos entre Brasil e Chile.

No plano da integração física, cabe também mencionar o Corredor Bioceânico, que vem sendo tratado e preparado, de Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, aos portos do norte do Chile, que envolve Argentina, Brasil, Chile e Paraguai e que também tem sido objeto de acordos e de entendimentos entre os países.

No que diz respeito à área política, assim como à área econômica e comercial, também há uma relação densa, que se desdobra por várias vertentes. É uma relação realmente multifacetada a relação bilateral com o Chile. São países que compartilham valores importantes, valores da democracia, da valorização dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável. Isso facilita a atuação desses países e a sua coordenação nos foros internacionais.

No plano global, eu ressaltaria aqui o apoio que o Chile concede, o apoio político chileno ao pleito brasileiro de vir a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas quando reformado. A cooperação que Brasil e Chile tiveram no Conselho de Segurança, quando o Chile ocupou um assento não permanente, em 2015 e em 2016, foi uma cooperação política muito estreita. E também há cooperação Chile-Brasil e Brasil-Chile nas áreas de operações de paz das Nações Unidas, mais particularmente no Haiti, em que o Brasil exerceu o comando dessa missão e continua exercendo até o seu encerramento. Possivelmente, isso abre a possibilidade de que, em outras áreas, Brasil e Chile possam cooperar nas operações de paz. Além disso, há cooperação na área da Antártida, o que também é importante por conta da base brasileira Comandante Ferraz na Antártida – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessário o apoio no Chile, no sul do Chile –, e também no campo da defesa, em que os dois países também tem uma ampla gama de interesses comuns.

Esse potencial pode se desenvolver, é claro, ainda mais, mas, sem dúvida alguma, o fato de esses países encontrarem esse compartilhamento de valores políticos estabelece uma base muito sólida para esse desenvolvimento.

Eu mencionaria como terceiro eixo a cooperação, o entendimento e a importância da relação no quadro regional. Aqui, o que se verifica, talvez, de mais atual é um processo de diálogo e de conversações entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul. Atualmente, a Aliança do Pacífico é presidida pelo Chile, e o Mercosul, pela Argentina. A reunião que ocorreu, no início deste mês, em Buenos Aires demonstra justamente uma disposição de dialogar sobre uma convergência na diversidade, como foi colocado justamente pelo Chanceler chileno. Esse diálogo é importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – ...porque ele significa que, para os dois países, se abre mais uma frente de cooperação e de atuação conjunta, em termos de como facilitar a integração da nossa região, da região sul-americana, mais especificamente. Eu concluiria com a referência ao fato de que essa relação diversa e multifacetada tende a se expandir e a se aprofundar. E é este o desafio e o trabalho que se antepõem nos próximos anos: justamente consolidar essa relação, aprofundá-la, diversificá-la mais ainda, abrindo mais oportunidades para os dois países tanto do ponto de vista bilateral como também internacional.

Eu mencionaria a esse respeito a recente visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a Santiago e o artigo que S. Exª publicou no diário chileno *El Mercurio,* com o título "Amizade sem Limite", que é uma expressão original do Barão do Rio Branco, uma expressão espirituosa justamente porque, é claro, fala da amizade e do fato de o Brasil e o Chile não terem uma fronteira e, consequentemente, não terem questões de limites. Essa frase é muito usada e expressa muito claramente, de maneira muito eloquente, a relação, porque, de fato, é uma relação de amizade, uma relação cujos limites ainda estão por serem testados. E é isso o que se está fazendo em termos da nossa relação bilateral.

Uma menção final breve eu faria sobre o calendário político eleitoral no Chile: eleições presidenciais em novembro e posse do novo presidente em março. As últimas sondagens dão conta de uma dianteira do ex-Presidente Sebastián Piñera e de uma relativa fragmentação, no momento, no que diz respeito à coalizão Nova Maioria, atualmente no poder no país.

Essas eram as observações, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte.

Agora, passamos à fase das indagações por parte de S. Exªs os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, começando pela primeira Senadora inscrita, S. Exª a Senadora Ana Amélia. S. Exª está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente; caros colegas Senadores; caros Embaixadores, que acabam de demonstrar seu conhecimento e sua habilitação, quero, em primeiro lugar, manifestar aqui – imagino faço-o também em nome dos demais colegas – os votos de pronta recuperação ao nosso Presidente, Senador Eunício Oliveira, que foi internado nesta amanhã, acometido de uma isquemia. É muito importante que, nesta hora difícil e complexa que a vida nacional atravessa, tenhamos aqui o retorno de S. Exª o mais brevemente possível. Que S. Exª tenha pronta recuperação!

Em segundo lugar, mas não menos importante, quero dizer ao Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte que a gratidão é um sentimento muito bonito que o senhor expressou aqui em relação ao Senador Cristovam Buarque, Relator, e também ao Presidente da República, pela indicação.

Quero explicar que a ausência do Senador Cristovam Buarque é justificada. Neste momento, o Plenário do Senado Federal está realizando uma sessão de homenagem aos 50 anos da UnB. S. Exª foi reitor da instituição, foi Governador e é um exemplar educador.

Aqui está outro educador exemplar, o Senador Pedro Chaves, que se dedica a esta causa com o zelo de um homem comprometido com os interesses nacionais, sobretudo os da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, recebi essa delegação, mas a faço por conhecer muito bem o caráter e o empenho do Senador Cristovam, que foi o Relator da sua indicação para a Embaixada no Chile.

Ao Embaixador Fernando Igreja, cuja mensagem tive a honra de relatar, quero dizer que a relação com os Emirados Árabes é uma relação importante; chegou, no ano de 2015, a US$3 bilhões só no aspecto comercial. É uma região que conta com a presença de algo entre seis e nove mil brasileiros, visto que, como disse V. Exª, os Emirados nascem há 45 anos como nação pela formação de um bloco de sete países ou tribos, constituindo, assim, os Emirados Árabes Unidos.

Tenho uma curiosidade, apenas para começar: quem nasce ali como se chama? É árabe ou emirático? Qual é a designação de quem nasce ali?

Quanto à balança comercial, os Emirados parecem bastante abertos ao comércio, e o Brasil tem intensificado ações nesse sentido. No setor da aviação comercial, os profissionais brasileiros da área têm tido muito sucesso, porque o país tem hoje grandes e respeitadas companhias aéreas, com excelentes serviços. Muitos profissionais brasileiros – pilotos, copilotos e comissários de bordo – trabalham nessas companhias, o que, creio, se justifica não só pela qualidade profissional desses aeronautas, mas, sobretudo, pela abertura desse mercado tão importante.

No início deste ano, houve uma visita de importantes autoridades dos Emirados ao Brasil. Eles estão condicionando o aumento da relação bilateral, especialmente no campo econômico, à aprovação ou à criação de uma norma que evite a bitributação. Então, nesse aspecto, eu queria saber de que forma isso está sendo focado por V. Exª, que vai representar os interesses brasileiros.

Há também uma questão sobre a área consular que eu penso que seja uma deficiência. O maior número de brasileiros se concentra em Dubai ou em Abu Dhabi, e a legislação da região é muito rigorosa. Existe até pena de morte nos Emirados. Assim pergunto: quais são os principais problemas existentes nessa área? Falo não só da questão cultural. Por exemplo, eu soube que a Embaixada tem um grande problema quando um locatário não aceita que um casal alugue um apartamento se não forem formalmente casados, ou seja, a união civil não registrada não é aceita lá. Então, é preciso fazer isso. E isso chega a ser um problema consular que merece uma atenção especial. E há também a questão das relações trabalhistas, que lá são muito diferentes das que se verificam aqui no Brasil. Então, como é que o senhor pretende atuar, sobretudo nessas questões?

Também sabemos que os Emirados têm um fundo de investimentos, um fundo soberano, de muito peso econômico, mas tudo isso depende dessa questão da bitributação. Em que áreas nós podemos ter mais acesso?

Ao Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte faço uma pergunta.

O senhor, citando um artigo do nosso estimado Senador Aloysio Nunes Ferreira, nosso Chanceler, falou da frase de que há amizade ou integração sem limites, porque não temos um limite fronteiriço físico com o Chile. Então, aí há um duplo sentido. Eu queria saber se foi fora da curva a manifestação do Chile quando da crise da carne. Foi o único país da região que suspendeu as compras de carne naquele momento preciso, obrigando o Ministro da Agricultura do Brasil a ter uma reação mais enérgica, citando nominalmente o caso chileno em relação a isso. Mas, logo em seguida, o país voltou atrás. Então, isso chegou a criar algum tipo de problema?

O senhor vai chegar ao Chile num momento em que há um enxame de abalos sísmicos no Chile. Há uma sequência de terremotos de grau baixo, que os técnicos estão chamando de "enxame sísmico". Então, desejo que o senhor tenha boa sorte lá e que não haja nenhum abalo sísmico, especialmente nas relações comerciais entre os dois países.

Eu queria que houvesse só um comentário seu sobre a questão da saída dos Estados Unidos do bloco Ásia-Pacífico, do qual o Chile faz parte, e sobre o Mercosul. Quero saber se isso vai propiciar, de fato, uma boa posição.

Quero lhe dizer também, como Senadora do Rio Grande do Sul, que tenho pelo Chile um grande apreço. Acho que é um país exemplar para todos nós do ponto de vista das suas instituições democráticas, da robustez da sua economia, da forma como o país é e da valorização das mulheres também na política, porque isso é evidente, até com expressão internacional, no caso da Srª Michelle Bachelet.

Muito obrigada, Srs. Embaixadores.

Desejo aos dois muito boa sorte nos seus ofícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Passo, agora, a palavra ao segundo orador inscrito, o Senador Lasier Martins, e, logo em seguida, a S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente.

Quero começar desejando êxito aos nossos Embaixadores que nos vão representar nos Emirados Árabes e no Chile.

Eu queria particularizar minha pergunta ao eminente Embaixador Fernando Igreja ao Rio Grande do Sul.

Acho que é do seu conhecimento, Embaixador, que, justamente hoje, quinta-feira, está em Porto Alegre uma comitiva do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil. Eles estão acompanhados de representantes do Itamaraty, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Estão visitando o Rio Grande do Sul. Agora, pela manhã, visitam o Governador do Estado. À tarde, visitam o Prefeito de Porto Alegre. É uma comitiva de 14 diplomatas, entre árabes e representantes do Itamaraty.

Evidentemente, o assunto principal é a aproximação do comércio, de investimentos entre o Rio Grande do Sul e os países da Liga dos Estados Árabes. Isso, para nós, é muito importante. O meu Estado vive uma crise dolorosa sob o ponto de vista econômico-financeiro. Quem sabe teremos a oportunidade de expandir essas relações do Rio Grande do Sul com os árabes, particularmente nas exportações de carnes?

V. Exª sabe que os Estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, são os maiores produtores de frango e exportadores, e o Rio Grande do Sul se destaca nesse particular.

Então, em vez de fazer uma pergunta – pelo que percebi, V. Exª já tinha conhecimento dessa visita –, peço que V. Exª esteja aberto a melhorar ainda mais essas relações, porque, na balança comercial, o Rio Grande do Sul está em desvantagem. Nós exportamos um total US$811 milhões para os países da Liga dos Estados Árabes, mas importamos US$1,117 bilhão, conforme levantamento da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira.

Então, é apenas um pedido, em vez de uma pergunta, para que V. Exª, que tem toda a nossa expectativa de muito êxito, ajude-nos e, se puder, também nos dê uma opinião sobre a relação com a Síria, pois, afinal, é algo que preocupa particularmente aquela região.

Com relação ao Embaixador Carlos Sérgio, quero desejar-lhe muito sucesso num país que tem uma relação muito cordial com o Brasil, apesar do episódio lembrado pela Senadora Ana Amélia com relação à carne, que já foi resolvido. E nós, particularmente do Rio Grande do Sul, temos uma relação muito boa com os chilenos, uma simpatia. Quando visitamos o Chile, nós sempre somos muito bem recebidos, bem como o são aqui os chilenos também. Talvez, entre os países sul-americanos, eles sejam aqueles que têm mais simpatia, por uma particularidade curiosa, pela relação com o futebol. Muitos chilenos jogam nos clubes do Rio Grande do Sul. Isso leva a um estreitamento ainda maior.

Eram as colocações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lasier Martins.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Senador José Agripino, completando o primeiro bloco de três Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a permissão de S. Exª o Senador José Agripino, concedo a palavra pela ordem à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Como já fiz as perguntas para os nossos Embaixadores, vou ao plenário para prestar um auxílio ao Senador Cristovam, que quer vir votar. Eu preciso ir lá para presidir a sessão por uns instantes, até que ele venha aqui, para depois voltar para comemorar o aniversário da UnB. Como o Embaixador Fernando Igreja foi aluno da UnB, é o único Embaixador filho de Brasília, é o primeiro Embaixador que nasceu em Brasília, ele vai entender também a razão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu queria pedir licença a V. Exª. Eu me ausento por uns instantes até que o Senador venha votar, o que ele quer e do que faz questão, até porque o Embaixador foi aluno do Prof. Cristovam. Depois, voltarei à reunião.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia. Aguardamos o seu retorno.

Por favor, com a palavra S. Exª o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Esta Comissão fica com menos brilho com a ausência da Senadora Ana Amélia. Espero que ela volte logo.

Presidente Fernando Collor, eu queria inicialmente fazer uma observação sobre o começo desta reunião, quando V. Exª fez uma súmula dos assuntos do momento, o que acho apropriadíssimo, nota dez.

Nada mais importante do que se dissecar a situação da França, que repercute sobre a União Europeia, que tem um *link* direto com o Brexit. Esta Comissão tem de tomar conhecimento do que está ocorrendo pelas informações oficiais, pela leitura apropriada que aqui foi feita do pleito, da disputa entre Marine Le Pen e Macron, que, penso, vai ganhar a eleição. Em seguida, tratou da questão da Coreia, que está arrepiando os cabelos do mundo. É um ícone de insensatez! É preciso que a Comissão fique convenientemente informada sobre o que está ocorrendo tanto na França, com suas ramificações na União Europeia, com a eleição, quanto na Coreia do Norte. Já imaginaram um porta-aviões americano nas barbas da Coreia do Norte? Os japoneses, os sul-coreanos... Eu vi, agora de manhã, nos portais, o aparato bélico chegando à fronteira da Coreia do Sul, à área rural, e os moradores da área rural protestando contra a presença do aparato bélico, com medo da guerra. É uma inquietação monumental. Eu acho apropriadíssimo que o Presidente da Comissão traga essa informação para o conhecimento da Comissão e para suscitar o debate.

Em cima disso, quero fazer um registro curioso, na presença do Embaixador indicado para representar o Brasil nos Emirados Árabes e do Embaixador que nos representará no Chile, que são dois ícones de sucesso por razões diferentes.

Nos Emirados Árabes, eu já estive. Estive em Abu Dhabi como estive em Dubai. Em Dubai, a coisa mais bonita que eu vi foi o Burj Khalifa, que foi construído em parte com dinheiro do Emir de Dubai e concluído com dinheiro do Emir de Abu Dhabi, que exigiu que o nome do prédio, do agulhão fosse Burj Khalifa em homenagem ao dirigente de Abu Dhabi, que subsidiou com dinheiro dos Emirados Árabes a conclusão do Burj Khalifa. Eles têm uma disputa, mas um copia o modelo do outro. Eles são riquíssimos. Dubai está perdendo, os Emirados Árabes ainda estão mantendo a hegemonia financeira. São países curiosos. Como V. Exª sabe, a água de Dubai e de Abu Dhabi é água do mar dessalinizada. Imaginem nos tempos de hoje queimar petróleo – é claro que eles são engenhosos – e transformar água do mar em água doce. Eles fazem a irrigação do canteiro central da estrada entre Dubai e Abu Dhabi com água doce feita de água do mar dessalinizada queimando petróleo.

Veja aonde V. Exª vai! Comparo isso com o nosso modelo do Brasil.

É um país riquíssimo, com um PIB elevadíssimo, que importa mão de obra da China, da Índia e de países de Terceiro Mundo, que tem uma legislação segregacionista em relação a esses trabalhadores importados, que protege os nativos e importa mão de obra, pagando e não cuidando muito bem deles, não. O que é fato é que são países ricos que estão dando emprego a dois mil brasileiros: aos que estão envolvidos com jiu-jítsu, aos que perderam emprego na quebradeira da Varig. Há oportunidade de empregos lá para nós.

Então, é importante que V. Exª fique atento a esse modelo de sucesso baseado numa coisa chamada recurso natural petróleo, num modelo político curiosíssimo. O comandante, o dirigente do país é dono do país. Ele é dono! É dono de tudo! A Etihad e a Emirates são da família deles. Então, é uma coisa para se observar, fazendo uma avaliação crítica, para se tirar o proveito devido.

É uma observação que eu queria fazer para V. Exª, para que pudéssemos trocar ideias com relação a um fato que acontece no mundo, como no Chile.

Embaixador, V. Exª vai para um país curiosíssimo, na minha opinião. É o país que sedia a Cepal há anos. A Cepal é uma escola de Economia. Quando, na América do Sul, o estudo de Economia ainda era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incipiente, a catedral da preparação de economistas da América do Sul estava no Chile. Ela não estava nem na Argentina de Perón nem no Brasil de Getúlio Vargas. Esteve na Cepal, no Chile.

É um país que vive de cobre – já viveu mais; hoje, vive menos –, mas vive de coisas que eles souberam desenvolver: o vinho, o azeite, as frutas. Mas não para nisso, não. V. Exª sabe disso muito mais do que nós. Eles são bons e conseguem ganhar na competição, porque desenvolveram uma logística competente. O sistema portuário, o sistema de alimentação do porto com fruta e com vinho, a capacidade comercial deles para se entenderem com o resto do mundo, tudo isso é coisa para se observar, como é para se observar, Presidente Fernando Collor, o fato político.

A Bachelet foi Presidente, e, depois, veio o Piñera, que ganhou a eleição lindamente, que é um empresário. Em seguida, ele foi derrotado pela Bachelet. Eu não sei se o chileno está ou não arrependido. Dizem-me que a Bachelet não anda muito bem de popularidade neste seu segundo governo. E parece que os chilenos estão com saudade do Piñera, que não é um político na acepção reta da palavra, mas que deu uma boa consertada no país.

São coisas para a gente observar. E nada melhor do que um embaixador competente observar e trazer isso para nós, até porque, na minha opinião, tudo o que nós queremos ou devemos querer é que o Chile faça parte, senão oficialmente, porque eles estão, por conta dos acordos bilaterais que já têm, que são dezenas... Eles foram muito espertos. Enquanto o Mercosul ficou amarrado em si próprio e fez um ou dois acordos bilaterais, o Chile fez toneladas de acordos bilaterais e está sem caminho de volta para participar do Mercosul, pois há amarras que nos impedem de fazer esses acordos. Mas temos de trazer o Chile para mais próximo quanto possível do Brasil e do Mercosul, porque tanto o Chile quanto o Mercosul têm muito a ganhar com essa parceria.

É a sugestão que faço, com as observações...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ...que ouso fazer, desejando-lhes muito boa sorte. (*Fora do microfone.*)

Tenho certeza de que os aprovados vão fazer um bom trabalho tanto nos Emirados quanto no Chile.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, eu poderia só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador José Agripino.

Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, há um tema que é muito caro ao Senador José Agripino, que é a questão da indústria salineira.

Permita-me, Senador, lembrar, ao mesmo tempo em que me dirijo ao nosso candidato à Embaixada do Chile, que há um tema sensível, que é a concorrência do sal do Chile. Há uma medida antidumping que está vigorando e que, se não for estendida no tempo, poderá resultar em graves prejuízos para a indústria salineira brasileira.

Então, eu gostaria muito que o Embaixador pudesse depois examinar esse tema, que é tão importante para o Estado do Rio Grande do Norte.

Ademais, quero dizer, a propósito da intervenção do Senador José Agripino, que o Chile tem uma característica fundamental hoje: é um país que tem um excedente de poupança e que é um dos maiores investidores no Brasil. Há um estoque de investimentos chilenos no Brasil hoje que se eleva a quase US$30 bilhões. Portanto, é um país que tem hoje um excedente de poupança.

E aí há outro tema que não nos pode escapar neste debate, que é a discussão do sistema previdenciário chileno, porque esse sistema estimulou a formação de poupança na medida em que é um sistema clássico de capitalização. No entanto, esse sistema está em xeque recentemente porque produziu também distorções.

Então, o debate da questão previdenciária, neste momento, sobretudo na perspectiva da construção de um sistema misto que alie repartição e capitalização, pode nos ajudar muito e nos inspirar no momento em que o Brasil discute essa questão, que é tão importante e tão desafiadora para o futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Presidente, Senador Fernando Collor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado.

A propósito da observação do Senador Armando Monteiro, Embaixador Carlos Duarte, sobre esse contencioso na relação – não chega a ser um contencioso, mas é uma coisa para ser observada com muita atenção –, quero dizer que 95% do sal do Brasil saem do meu Estado, o Rio Grande do Norte, que tem a indústria salineira plantada em moldes tradicionais há mais de cem anos. O sal que sai do Rio Grande do Norte por um porto-ilha, no meio do oceano, vai por cabotagem para o resto do Brasil ou para o mundo. É sal produzido a partir da evaporação, com custos; é mecanizado, com custos. O sal do Chile é sal de mina.

Ocorre que existe um acordo bilateral entre Brasil e Chile que isenta o Chile de um imposto chamado Adicional de Frete de Renovação de Marinha Mercante (AFRMM). O produtor brasileiro, quando exporta o sal na cabotagem, seria obrigado a pagar esse Adicional de Frete de Renovação de Marinha Mercante. Sal é muito mais frete do que produto. Na hora que houver, no Chile, uma escavadeira puxando de uma mina o produto acabado, botando-o em esteira trasportadora e embarcando-o em um navio que não paga imposto, a tradicional indústria do Rio Grande do Norte se acaba em um mês. Então, ou você trabalha com a isenção de um imposto para proteger a produção nacional e os empregos do Brasil, ou o Chile, esperto como é, e já usa essa esperteza em boa medida, escava o sal de mina, embarca-o e manda-o para a indústria química, para a pecuária, para a celulose, manda-o para o Brasil e entope com o sal chileno a indústria brasileira.

O que nós fizemos e vimos fazendo há bastante tempo? A isenção na cabotagem, o que o Senador Armando Monteiro colocou com muita propriedade. E eu fico gratíssimo, porque os meus potiguares não me perdoariam se eu não fizesse essa observação a V. Exª nesta hora. E foi uma luta de meses para conseguirmos a medida provisória, que está em tramitação, prorrogando mais uma vez a isenção do Adicional de Frete de Renovação de Marinha Mercante para a cabotagem do sal, para que se estabeleça a competição.

Mas é bom que V. Exª fique alerta, porque os chilenos podem querer, a qualquer momento, encontrar caminhos de competição, é obrigação deles. E a nossa obrigação é nos protegermos, e vamos nos proteger através da ação de V. Exª aprovada lá no Chile. Temos de tomar conta da questão do sal e da capacidade de competir. Existe um acordo bilateral que dá guarida a eles. Cabe a nós defendermos a nossa produção local, o que foi muito bem lembrado pelo Senador Armando Monteiro. Renovo aqui o cuidado dele com o potencial do meu Estado. Quase eu me esqueço de alertar! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador José Agripino.

Passo a palavra, então, ao Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte, para dar respostas às indagações formuladas.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Muito obrigado, Presidente.

Vou seguir a ordem das perguntas. Em primeiro lugar, a Senadora Ana Amélia mencionou a questão da carne e o fato de o Chile ter reagido de maneira bastante firme com relação à situação da carne brasileira. Acredito que isso tem a ver com o fato de o Chile ser um país muito cioso da parte sanitária e de as autoridades chilenas seguirem essas questões de maneira muito minuciosa.

De fato, foi uma reação muito firme. Até onde eu estou informado, foi uma proibição total, que vigorou durante cerca de duas semanas. E a reação do Ministro Maggi também foi muito forte, inclusive mencionado a possibilidade de haver algum tipo de ação em relação a produtos chilenos. Mas, em seguida, as autoridades chilenas, na verdade, quiseram um esclarecimento das autoridades brasileiras, do Ministério da Agricultura, e, uma vez que receberam esses esclarecimentos, voltaram atrás nas medidas, digamos assim, mais drásticas que tinham tomado. Dessa maneira, foi uma questão que teve uma intensidade, mas que foi resolvida a contento, também pela ação das nossas autoridades. Então, é um assunto que, de fato, chamou a atenção, mas é também algo que foi tratado.

Outro ponto é o TPP (Acordo de Associação Transpacífico), a saída dos Estados Unidos, os efeitos sobre a Aliança do Pacífico. É claro que os países do Pacífico buscam compreender os efeitos dessa retirada dos Estados Unidos e também como reagir. Acredito que isso esteja no contexto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diálogo intensificado entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul. Pode haver algum efeito em termos de uma maior disposição a uma integração regional. Hoje em dia, nenhum desses movimentos é completamente isolado, e a saída dos Estados Unidos do TPP certamente estimula um maior diálogo entre as associações regionais.

Senador Lasier, sobre a questão da cordialidade e da simpatia das relações Brasil-Chile, sem a menor dúvida, eu só mencionaria que isso também tem um efeito na indústria de turismo hoje em dia, porque, hoje, quase meio milhão de brasileiros visitam o Chile anualmente. Há um número muito expressivo de chilenos que vêm para o Brasil também, não só para o Rio Grande do Sul, mas para diversos Estados brasileiros, e vice-versa: há muitos brasileiros conhecendo o Chile. É uma situação bastante recente esse nível de intercâmbio turístico, e isso também gera uma série de oportunidades para empresas brasileiras e chilenas na área de hotelaria, de restaurantes etc. Passo ao terceiro ponto. O Senador Agripino começou mencionando a Cepal, com toda a propriedade, é claro. Eu não pude mencionar isso muito aqui por causa do tempo. Sim, sem a menor dúvida, a Cepal teve toda a importância que o Senador destacou em termos do pensamento econômico latino-americano, mas eu apontaria o fato de que hoje continua a sua relevância num aspecto muito importante também que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aprovados nas Nações Unidas. Há uma série de parâmetros que medem o grau de desenvolvimento econômico-social de países, e há uma série de metas a serem atingidas.

A Cepal, na implementação dessa agenda, que se chama Agenda 2030, negociada no âmbito das Nações Unidas, tem um papel muito relevante a desempenhar. Ou seja, essa reflexão, esse pensamento da Cepal continua a se manifestar nos dias de hoje, e eu ressaltaria a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como sendo o quadro em que nossos países hoje muitas vezes se medem para ver o quanto já atingiram ou o que podem atingir no que diz respeito a essas metas. E essas metas não são só relativas a países em desenvolvimento, mas atingem todos os países do mundo, são metas globais, inclusive em termos de desenvolvimento sustentável, de meio ambiente, de padrões de consumo para países desenvolvidos, ou seja, é uma agenda ampla. Eu vejo a Cepal muito envolvida nessa implementação também.

A questão do sal o Senador Armando Monteiro mencionou também.

Inclusive, eu deveria mencionar, Senador, a sua participação como Ministro no Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone.*) – Está na pauta da reunião de hoje aqui.

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Sim, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Exato, exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Exatamente.

Eu dizia justamente que é um dos elementos da densificação da nossa relação para o lado dos investimentos, como o senhor mencionou, com a cifra de quase US$30 bilhões – são US$27 bilhões ou US$28 bilhões – de investimentos chilenos aqui.

A questão do sal, sim, é algo preocupante, e nós vamos continuar examinando, para vermos até que ponto podemos assegurar a competição correta nessa área também.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE – Sim, exato.

Senador Agripino, isto é algo que podemos seguir, manter: as consultas e os diálogos sobre esse assunto. (*Pausa.*)

O último ponto, que é a previdência, foi também levantado pelo Senador Armando Monteiro.

Acredito que esse assunto é muito importante hoje no nosso País e que a experiência chilena, como o senhor apontou, tem relevância. Isso diz respeito à experiência de um país vizinho, um país da região, um país com problemas que podem não ser exatamente iguais aos do Brasil, mas que, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dúvida, são muito relevantes para o momento em que se vive. Esse é um exemplo de área em que se pode também aumentar, densificar o diálogo, aprender mais com o tipo de experiência que o Chile tem e com os efeitos disso, que podem ser positivos, como o senhor apontou, em termos de uma poupança muito significativa, mas também, eventualmente, com algumas distorções que isso possa ter gerado.

Agradeço, SR. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte.

Agora passo a palavra ao Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Obrigado, Presidente. Obrigado, Srs. Senadores, pelas questões.

Em primeiro lugar, na minha apresentação, não fiz o devido agradecimento à Senadora Ana Amélia pelo relatório.

A senhora foi minha Relatora. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Acho que é melhor ser Embaixador do que ser Senador. É mais fácil. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Muito obrigado, de qualquer forma, Senadora, pelo relatório.

Respondendo às questões que a senhora colocou, em primeiro lugar, o gentílico que o Itamaraty consagrou para quem nasce nos Emirados é emirático.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para o senhor ter uma ideia de como é a atenção das pessoas, uma jovem de Porto Alegre, Nadia Abdel Mustafa, está acompanhando a reunião e mandou-me dizer que, em português, se pode chamar também emiradense ou emirático, que é a forma oficial de se chamar. Ou seja, fico impressionada com o grau da instantaneidade.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, agradeço-lhe muito, mas há também esse conceito de emiradense.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Pode ser emiradense também. O.k.!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Nadia, que está acompanhando a reunião da Comissão de Relações Exteriores, presidida pelo Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Em relação ao comércio, à intensificação do comércio, como a senhora mencionou, o comércio chegou a US$3 bilhões em 2015. Em 2016, houve uma redução, provavelmente em razão do preço das *commodities*, da queda do preço de *commodities*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Mas, de qualquer forma, é um comércio intenso. O Brasil exporta, sobretudo, açúcar, carne de frango e óxido de alumínio para os Emirados. Exportamos aproximadamente US$600 milhões de açúcar em 2016, o que constitui pouco menos de 1/4 das nossas exportações. Aproximadamente 1/5 das nossas exportações é de açúcar. E importamos óleos e derivados de petróleo, evidentemente, e fertilizantes. Mas a balança comercial é muito favorável ao Brasil, que exporta por volta de US$2 bilhões e importa US$300 milhões a US$400 milhões dos Emirados. O petróleo ocupa 80% ou mais do que nós importamos dos Emirados Árabes.

Então, a balança comercial é muito favorável ao Brasil. Evidentemente, a ideia é manter a balança comercial dessa maneira, dentro dos interesses dos dois países, e, talvez, intensificar mais a área de atração de investimentos. Acho que esse é o grande desafio nos Emirados.

Como a senhora mencionou, eles têm um fundo soberano de aproximadamente US$1 trilhão e investem no Brasil pouco mais de US$500 milhões. Então, a razão é muito pequena, e há a intenção de que, evidentemente, isso aumente. A maneira de fazer isso passa, em primeiro lugar, pela tentativa de negociação destes dois acordos, o contrário à bitributação e o de facilitação de investimentos. As autoridades dos Emirados ligam um ao outro, querem, primeiro, negociar o de bitributação, para que se possa, depois, negociar o de facilitação de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto à bitributação, houve um avanço do ponto de vista político na visita do Chanceler. Talvez, durante um ou dois anos, esse assunto tenha bloqueado um pouco a relação entre os dois países, porque não se caminhava nessa negociação, mas, agora, com essa visita, isso se desbloqueou. Há uma vontade política de ambas as partes de negociar. Do nosso lado, a Receita Federal, evidentemente, tem seus argumentos técnicos, mas há uma disposição da Receita de superar isso. E, do lado deles – eles estavam um pouco numa posição, talvez, mais confortável, na medida em que eles é que têm o capital, eles é que vão investir ou não, e há o resto do mundo para se investir –, houve uma mudança também nessa posição. Eles aceitaram mandar uma missão para o Brasil, que deve vir agora em maio, no início de maio. Ontem ainda, conversando com um colega responsável por esse assunto no Itamaraty, ele me disse que a agenda da reunião deve ser ultimada entre hoje e amanhã. Então, a reunião se dará na segunda semana de maio, em Brasília, com as autoridades dos Emirados responsáveis por essa área, com a Receita Federal e com a participação do Itamaraty.

Se conseguirmos superar isso, se essa negociação for adiante, como espero que vá, já que há disposição política de ambas as partes, em seguida virá o acordo de proteção de investimentos ou de facilitação de investimentos. Aparentemente, há uma muito menor resistência da parte deles. Seria um acordo mais facilmente negociável com eles. A expectativa é a de que, havendo sucesso nessa negociação, se possam assinar esses acordos ainda neste ano. Há um convite para que o Ministro Aloysio Nunes visite os Emirados em novembro deste ano. Há uma previsão de uma reunião de consultas políticas entre o Brasil e os Emirados também em novembro deste ano. E o Senhor Presidente da República recebeu um convite do Primeiro-Ministro para que visite os Emirados no primeiro trimestre do ano que vem. Evidentemente, esses acordos estão na base dessas visitas. O trabalho da Embaixada será todo no sentido de tornar possível a assinatura desses acordos e, portanto, a visita do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Senhor Presidente da República no início do ano que vem.

Acho que, do lado da Embaixada, já há um trabalho que começou a ser feito lá, mas que terá de ser intensificado, evidentemente, que é o de identificar exatamente as áreas no Brasil para as quais os investimentos dos Emirados viriam, para que se tenha bem claro qual é o nosso interesse em atrair esse investimento, para, evidentemente, com isso, termos maior segurança de que negociaremos um acordo que, efetivamente, trará um benefício para o Brasil. Então, acho que esse é o desafio nessa área da Embaixada neste momento.

Quanto à questão dos brasileiros, não há muitos relatos de problemas com a comunidade brasileira lá. Evidentemente que, numa comunidade de aproximadamente 9 mil pessoas, há alguns problemas na área consular. Porém, o choque cultural, de uma certa maneira, é absorvido na medida em que as pessoas já sabem que se trata de um país que tem características culturais muito próprias, muito diferentes das do nosso País, e as pessoas já vão com uma predisposição positiva, talvez, para, enfim, se adaptarem aos problemas que possam surgir nessa área.

Há algumas questões trabalhistas, sobretudo na contratação dos instrutores de jiu-jítsu. Essa é uma questão que tem sido tratada pela Embaixada junto ao Governo dos Emirados. Então, é uma questão que existe, mas que já vem sendo tratada há algum tempo. Já se conseguiu, para usar um jargão diplomático, encapsular isso no âmbito das relações diplomáticas entre os dois países, as relações bilaterais, ou seja, isso não é um irritante das relações bilaterais, mas é uma questão que tem que ser permanentemente trabalhada.

Eu me arrisco a pensar que, eventualmente, possa haver um incremento do número de brasileiros nos Emirados – e, consequentemente, de eventuais problemas – com a liberação dos vistos, com o acordo que foi assinado. Uma vez aprovado pelo Congresso Nacional e entrando em vigor, pode ser que haja, logicamente, com a isenção dos vistos, enfim, uma possibilidade muito maior de ir para os Emirados.

Mas, de qualquer maneira, até onde eu entendo, a Embaixada está muito bem estruturada na área consular. Enfim, eu já mantive alguns contatos aqui com os nossos colegas da área consular e, se aprovado, evidentemente, levarei instruções aqui da Subsecretaria de Assuntos de Comunidades Brasileiras para saber exatamente como lidar com esse tipo de problema quando lá estiver.

Enfim, acho que essas eram as questões da Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria, Sr. Presidente, antes de S. Exª encerrar a sua exposição, dizer que fico agradecida, mas queria fazer duas referências apenas. Uma, que a representante dos Emirados no Brasil é uma mulher, o que é particularmente alvissareiro esse aspecto. A Embaixadora Hafsa, ela tem um nome bastante longo, como os árabes usualmente têm, composto por vários nomes juntos: Embaixadora Hafsa.

O outro aspecto é que, no setor de açúcar, a exportação pega o Sudeste e o Nordeste, mas, no setor de carnes, pega o Sul do País. E, lá, o sistema de abate é um sistema que segue a religião muçulmana. Então, tudo isso é observado. E não só a questão da carne de frango, mas dos miúdos de frango que são exportados em grande escala para aquela região.

Outro ponto é que os grupos representados pela Abicalçados, que é a entidade que trata do setor calçadista, já esteve presente em algumas feiras em Dubai, que hoje é um *hub* de feiras também, para negociar exportações de calçados, setor no qual estamos muito bem preparados, como é o caso do Rio Grande do Sul.

Então, peço apenas o seu apoio e a sua atenção para isso. Não vou pedir apoio para os vinhos, porque, nesse aspecto, a situação é mais complicada. Existem restrições às bebidas alcoólicas. Mas quero dizer ao senhor que lhe desejo muito boa sorte na sua missão e que cuide bem dos calçados brasileiros, da carne brasileira, do açúcar brasileiro, enfim, de toda a pauta que nos interessa.

Por fim, quero cumprimentá-los pela escolha de uma embaixadora para representar os Emirados Árabes em Brasília.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja por suas respostas às indagações formuladas.

Agradeço, mais uma vez, a S. Exª Senadora Ana Amélia.

Dando sequência, passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr Presidente.

Quero, rapidamente, cumprimentar o Embaixador Carlos Duarte e o Embaixador Fernando Igreja pelas exposições. O Embaixador Carlos Duarte estava servindo nas Nações Unidas, na representação brasileira, e certamente fará um extraordinário trabalho, procurando criar uma fronteira viva entre o Chile e o Brasil, saindo daquela situação, que é interessante até.

Quero me referir basicamente ao Embaixador Fernando Igreja, porque o acordo, salvo engano, entre os Emirados e o Brasil foi firmado agora em março de 2017. E é muito importante que isso agilize e facilite a emissão de vistos.

Eu até quero, Senadora Ana Amélia – V. Exª, que também usa muito as redes sociais – e Presidente Collor, dizer que consultei a situação de vistos entre os Emirados Árabes e o Brasil. Imediatamente, os aplicativos de acesso que tenho começaram, todos eles, a soltar propaganda de Dubai. Então, realmente estamos vivendo um *big brother*. Fiz uma consulta no Google, e mudaram todas as propagandas que vêm no meu acesso: passaram a ser ofertas para Dubai, várias propagandas, sem que eu tenha falado nada com ninguém.

O que eu queria pôr é um exemplo típico da dificuldade que ainda temos da entrada e saída para os Emirados Árabes. Participei de uma missão, com o saudoso Senador Luiz Henrique e o hoje Chanceler Aloysio Nunes, e ficamos parados no aeroporto de Dubai, por muito tempo, porque tínhamos passaporte diplomático. Se tivéssemos um passaporte normal, de brasileiros, não entrávamos, porque é muito burocrático. Eles têm uma história de entrada única e entradas múltiplas.

Fui para Doha, para a COP, com o Senador Aníbal, à época, e, por acaso, ele tinha um visto de entrada única. Ele entrou, fomos para o Qatar, mas, quando voltamos, para fazer a escala, já houve outro problema, porque o visto dele era de entrada única.

Então, parece pouca coisa, mas eles acabaram de pôr o A380, com voo diário, já tínhamos, para São Paulo com ligação para Rio de Janeiro e Argentina. Acho que, quanto a esse acordo – e faço essa observação aqui nesta Comissão –, é de grande importância entrar a eficácia desse acordo. Esse acordo foi assinado, salvo engano, fui consultar aqui nossa assessoria, em março. Agilizamos muito, desde o Senador Luiz Henrique, Senador Aloysio, a entrada e aprovação dos acordos aqui no Senado Federal. Mas peço ao Presidente da Comissão, já que estamos hoje sabatinando e certamente aprovando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indicação de V. Sª para representar o Brasil, que possamos acompanhar pela Comissão esse acordo, que deve vir para o Congresso Nacional, para darmos agilidade.

É muito séria a situação de vistos para brasileiros nos Emirados. É muito séria, muito burocrática e deve ter regras claras. Nesse dia, ficamos mais de duas horas no aeroporto, era uma delegação de Senadores. Tivemos de acionar uma rede de amigos e achar um *sheik* que estava em Nova Iorque para intervir. Obviamente, ele não foi muito bem tratado pelo funcionário que havia parado os Senadores que foram lá visitar a planta da BRF Foods. A BRF Foods implantou uma planta em Abu Dhabi, que é uma conquista do Brasil. Processar alimentos naquela região que tem uma série de regras foi uma coisa fantástica. A Senadora Ana Amélia, eu e o Senador Ferraço estivemos na inauguração da planta, mas nós fomos na época em que estava em construção.

Então, há aí uma perspectiva de negócios e de fluxo de pessoas, mas ainda é muito burocrática a parte de vistos, apesar de eles sempre recepcionarem muito bem os brasileiros.

Há outro aspecto que queria, embora eu tenha de me ausentar, era um comentário de V. Exª sobre um ponto. Diminuiu bastante, mas nós tínhamos reclamação no mundo inteiro – Estados Unidos, Brasil, Europa – sobre a maneira como operários que trabalhavam nos Emirados, onde a maioria da população é de estrangeira, eram tratados. Eu cheguei a ver – e é lamentável – os tais contêineres, onde havia pessoas vindas do Sudeste da Ásia, para trabalhar, em situações absolutamente precárias, em situações degradantes. Elas ficavam em contêineres de aço em pleno deserto e trabalhavam em períodos muito longos, recebendo salários muito baixos. Sei que lá há uma diferença muito grande no trato com os nativos. Por isso, talvez a Primavera Árabe não tenha ocorrido nesses lugares primeiro. Eles têm uma questão cultural de que aqueles que são descendentes do guia, que são parentes não podem ser afetados. Mas, talvez uma área importante, porque ninguém quer isso.

Eu vi que Dubai tem planejamento de 50 anos, mas mudaram bastante. Mas gostaria, se pudesse, que fizesse um comentário nesse aspecto, aspecto que todos nós devemos levar em conta, porque não é possível que um dos lugares que mais progrediram do ponto de vista material e econômico faça isso em cima de situação absolutamente precária de quem trabalha e de quem constrói essas mudanças.

Eram essas as duas observações, além dessa de, se pudermos, trabalharmos aqui na Comissão o monitoramento, o acompanhamento desse acordo, porque, se há um país, uma região muito importante para que tenhamos esse acordo de facilitação de visto são os Emirados Árabes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Jorge Viana. Sobre a solicitação de V. Exª à Mesa no sentido de acompanhar a evolução do aprimoramento dos vistos de brasileiros para o ingresso nos Emirados Árabes Unidos, já está determinado à Secretaria-Geral para fazer esse acompanhamento e informar a V. Exª e à Comissão do seu resultado.

Passo a palavra, em seguida, à S. Exª Senador Antonio Anastasia e, logo após, ao Senador Pedro Chaves.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srª Senadora, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores.

Interessante, Presidente, ao ouvir a exposição de ambos, extremamente cristalinas e translúcidas, e as indagações de nossos pares, a observação que me vem à mente é a de duas nações em regiões tão distintas do mundo, com culturas, trajetórias, etnias, religiões muito diferentes, mas, como foi aqui observado também pelo Senador José Agripino, com uma característica comum: são nações, Presidente Collor, que se abriram ao mundo sob o ponto de vista econômico e se globalizaram. Conseguiram, com a globalização, uma inserção econômica muito forte.

Lembro-me de que V. Exª, ao exercer a Presidência da República, teve a coragem de dar o primeiro passo no Brasil para abrir o nosso mercado. O Brasil era muito fechado àquela época, e V. Exª conseguiu, sendo reconhecido por todos hoje como aquele que deu o passo fundamental.

Mas nós não avançamos tanto como deveríamos ter feito. E percebe-se que o Chile, nosso vizinho, ainda que não limítrofe, na América Latina, América do Sul, e os Emirados Árabes, na posição estratégica que detêm na península arábica, ambos se inseriram de maneira estupenda dentro desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mercado globalizado internacional e levaram melhorias expressivas à qualidade de vida de sua gente. Basta visitar ambos os países para percebermos os avanços que tiveram, não só em infraestrutura, mas também em indicadores de educação, de saúde, de cultura e mesmo de benefícios, de lazer para ambas as populações. Então, são exemplos a serem seguidos, e me parece, eminente Presidente, que a função dos Embaixadores também é esta: conseguir essa ponte para que o Brasil se inspire através de cooperação e perceba o que foi feito.

A questão logística que foi feita nos Emirados Árabes Unidos, especialmente em Dubai, é algo impressionante, à semelhança do que fizeram em Singapura. Então, temos de aprender. E lá, como disse há pouco nosso Embaixador Igreja, com um fundo de US$1 trilhão para investimentos pelo mundo afora, e nós recebermos a quantia praticamente inexpressiva de 500 milhões, é praticamente nada. Por que motivo? Não é culpa deles, é culpa nossa. Nós não temos ainda – e tenho insistido nisso aqui ao longo de meu mandato – uma segurança jurídica necessária para investimentos, um ambiente negocial apropriado, amigável para receber investimentos expressivos desse fundo soberano e de outros tantos, porque oportunidade de investimentos em infraestrutura nós temos aqui às mãos cheias.

E tenho a mais serena convicção de que o Governo, imbuído desse propósito e com uma ação efetiva do Itamaraty com seus Embaixadores nessas nações – e os Emirados Árabes se destacam como um ponto de lança importante –, propiciará condições de reverter recursos importantíssimos para nossa infraestrutura cada vez mais deficitária, cada vez mais prejudicial à realidade, ao cotidiano e à vida, à faina diária dos brasileiros.

Portanto, eu queria fazer mais é esse apelo a V. Exª, ao exercer a função de Embaixador nos Emirados Árabes Unidos, de tentar demonstrar a nossa capacidade, as nossas melhorias institucionais, para sermos hábeis, capazes de receber esse recurso, inclusive com bons projetos na área de infraestrutura, e, é claro, como bem mencionou a Senadora Ana Amélia, de receber também as nossas exportações, porque são nações que, ainda que não sejam tão populosas, são portas de entrada importantes para mercados, por exemplo, do subcontinente indiano, Presidente Collor, onde nós temos bilhões de habitantes, na Índia, no Paquistão, em Bangladesh, que têm ali uma relação comercial muito próxima. Pode ser de fato um *gateway* para as nossas exportações, não só de sapatos, alimentos, tecidos, mas também de outros bens.

Em relação ao Chile, Embaixador Carlos, eu queria agradecer a visita de V. Exª, sempre tão gentil, cumprimentá-lo ao tempo da Embaixada na Índia, quando ajudou muito Minas Gerais. Minas Gerais tem uma relação com a Índia muito próxima, em razão de investimentos siderúrgicos expressivos que a Índia tem em nosso Estado e outros interesses na área de tecnologia. V. Exª teve uma atuação muito brilhante, e eu permanentemente agradeço, ao tempo de meu governo.

E, na qualidade, eminente Presidente Collor, de Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade entre o Brasil e o Chile, eu comentava com o Embaixador Carlos Duarte que nosso Embaixador do Chile no Brasil, D. Jaime, tem uma fixação correta com a questão do corredor estratégico interoceânico que ligaria o Brasil, através de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, até os portos do norte do Chile. E, para isso, há a necessidade da construção de uma ponte, e essa ponte, de fato, tornou-se praticamente um nó górdio a ser desbastado. E, por isso, quem sabe, o Embaixador Carlos Duarte será o Alexandre Magno agora, que vai desbastar esse nó, de tal modo a que possamos construir essa ponte.

Há um grande esforço nosso junto ao Governo brasileiro, Presidente Collor, porque é uma ponte que não custa muito, uma ponte orçada em R$300 milhões. O investimento para o Tesouro brasileiro não é uma quantia exorbitante e vai permitir para o lado paraguaio – e posteriormente argentino e chileno – a exportação de muitos bens para o Oceano Pacífico, que é um oceano cada vez mais integrado a economias dinâmicas do mundo. Então é um ponto fundamental da relação bilateral entre ambos os países, e tenho certeza de que o Embaixador será cobrado amigavelmente – como eu também sou – dessa ponte e teremos um trabalho conjunto para tentar, no prazo mais exíguo possível, que ela se transforme em uma bonita realidade. E, ao mesmo tempo, é claro, a proximidade que aqui foi dita: a identidade cultural, a amizade em todos os sentidos.

Lembro-me, inclusive, do famoso episódio do último baile do Império em homenagem à guarnição naval e chilena que nos visitava naquela famosa data, a guarnição do Almirante Cochrane. Em honra a ela que foi feito o último baile da Ilha Fiscal. Isso demonstra a amizade, talvez também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decorrente de uma certa rivalidade à época entre o Brasil e a Argentina, e da Argentina com o Chile. A geopolítica de então nos aproximou muito e essa tradição permaneceu.

Tenho certeza de que V. Exª fará também no Chile um belíssimo trabalho, seguindo a trajetória que, aliás, é característica e típica dos servidores do Itamaraty, que honram o Brasil onde quer que estejam.

Então, a ambos Embaixadores os meus cumprimentos e votos de muitas felicidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Embaixadores, é com muito prazer que uso da palavra e parabenizo ambos os Embaixadores, o Fernando e o Embaixador Carlos, pela exposição muito clara em relação ao trabalho que se vai fazer nos países em que vocês irão representar o Brasil.

É importante que mudou muito hoje a função do Embaixador nos diversos países, deixou de ser meramente uma representação do país para ser um indutor de desenvolvimento, é aquele que faz realmente a ponte entre os dois países. É fundamental que haja uma ousadia, uma forma muito mais efetiva no sentido de descobrir nichos que possam aumentar, intensificar mais esse processo de importação e exportação, principalmente exportação dos produtos brasileiros.

No caso específico dos Emirados, eu acho que nós estamos muito tímidos ainda. É fundamental que a gente possa aprofundar ainda mais essa relação principalmente na área de infraestrutura. Eu acho que lá ainda é bastante carente nesse sentido. Eu vejo com um certo pessimismo a falta de empresas brasileiras que possam efetivamente trabalhar e gerar receita para este país. Então, eu, na verdade, consultaria os Embaixadores nesse sentido, para que a gente possa pensar sempre que o Embaixador é o representante e é o indutor do desenvolvimento mais na área econômico-financeira e em outras áreas importantes.

Quanto ao Chile, estou tendo o prazer de relatar o acordo entre Brasil e Chile que vai facilitar muito as relações. O Chile investe no Brasil, investiu em 2016 US$28 bilhões, que corresponde a 25% das exportações, o que foi muito bom.

E, por outro, eu sou de Mato Grosso do Sul e conheço muito bem Porto Murtinho e o anseio que nós temos de fazer a Bioceânica entre Porto Murtinho e Iquique, no Chile, que vai abrir as portas para o Oceano Pacífico e vai facilitar mais de 7 mil milhas para a gente chegar até a Ásia. Vai ser realmente não só para o Chile, mas para todos os países do Pacífico. Então, esse é um dado importante.

E falou muito bem o nosso querido Senador Anastasia sobre o problema da ponte. Não é isso? Temos que resolver o problema de uma ponte. Seria inaceitável que continuássemos com esse impasse. E tenho certeza de que vamos conseguir avançar.

E quero dizer que essa união entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul é muito bem-vinda, vai gerar novos mercados para todos nós, e o Brasil está de portas abertas para isso.

Era só isso o que eu gostaria de acrescentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin, encerrando, assim, as inquirições dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras aos Embaixadores que ora são sabatinados.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Fenando Collor.

Quero cumprimentar aqui os Embaixadores Carlos Sérgio e Fernando Luís, e dizer que lamento não ter assistido às exposições iniciais, porque estava em outro evento que também está havendo aqui no Interlegis sobre reforma previdenciária. É exatamente, porque estou com este tema ainda na cabeça, que farei a V. Sªs alguns questionamentos sobre a situação do Chile.

O Chile foi um dos primeiros países a aderir ao sistema neoliberal, e muitas foram as reformas ocorridas desde a época de Pinochet. Entre essas reformas, está a reforma da previdência, que à época

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ficou conhecida como a "Mercedes-Benz da previdência". Lá disseram que todos os problemas seriam resolvidos, acabaram com o sistema de repartição.

Porque nós sabemos que o sistema previdenciário não é apenas uma questão de matemática; é o maior programa social que qualquer nação pode ter. Isso é o que caracteriza o sistema de Previdência Social. Mas, enfim, na década de 80, o Chile acabou com isso e privatizou o seu sistema. E 10, 15 anos depois, eram mais de 30 empresas privadas atuando nesse segmento da previdência. E o que a gente vê hoje? Recentemente, foram mais de 2 milhões de pessoas às ruas de Santiago, protestando, porque o sistema está colapsado, o sistema faliu. Hoje, a maioria das pessoas recebe, em média, R$760 de aposentadoria – R$760!

Eu levanto isso, porque estamos aqui prestes a votar uma reforma. Ontem, já se foi a reforma trabalhista. Com a denominação de que temos que entrar nos tempos modernos, estão rasgando a CLT. Ou seja, o moderno é trabalhador não ter direito, é ficar ao bel-prazer do mercado. Então, eu pergunto ao Embaixador Carlos Sérgio se o senhor vem analisando um pouco essa situação do Chile em relação à Previdência Social e quais as saídas que se pode haver.

Em relação aos Emirados Árabes, eu acho que tive já a oportunidade, aqui nesta mesma Comissão... Não sei há quanto está lá o Embaixador atual, quanto tempo ficou, mas acho que tivemos um debate importante aqui sobre Emirados Árabes. Lá, o sistema político é único. Na realidade, a representatividade popular é um pouco do faz de conta. Um pouco, não, é totalmente do faz de conta, porque a democracia lá, o Parlamento de lá é como que nomeado. Não é? Então, como é que, quanto a isso, o senhor pode não expressar qualquer juízo de valor, mas falar rapidamente aqui como é que funciona ou se há perspectivas de mudanças, de algum avanço, a fim de a democracia estar mais presente?

É engraçado que os norte-americanos classificam os países de amigos e não amigos, e geralmente em cima de análises sobre os direitos humanos e a democracia. E os Emirados Árabes são um dos maiores parceiros dos norte-americanos, daqueles que dizem defender muito a democracia. Enfim, gostaria que o senhor pudesse – e, repito, não quero o expor a nenhuma situação delicada –, mas que apenas relatasse um pouco como é que funciona o Parlamento, as eleições, e se há perspectiva para que haja mudanças no sistema da representatividade naquele país.

Obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo a palavra ao Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Srs. Senadores.

Se V. Exªs me permitem, eu vou voltar apenas um pouco atrás às questões do Senador Lasier Martins e do Senador José Agripino. No caso, o Senador Lasier Martins comentou da visita ao Rio Grande do Sul que acontece nestes dias do Conselho de Embaixadores Árabes aqui em Brasília, para tratar exatamente das relações entre os países da Liga dos Estados Árabes e o Estado do Rio Grande do Sul. Efetivamente, nós tínhamos conhecimento da visita desse grupo.

Infelizmente, por razões outras, por razões pessoais, a Embaixadora dos Emirados Árabes não pôde acompanhar essa visita; ela não está em Porto Alegre hoje; se não me engano, ela está fazendo visita ao Estado do Piauí; se não me engano, está no Norte do Brasil, hoje, no Nordeste, enfim. Mas evidentemente que – e pelo que também comentou a Senadora Ana Amélia – eu terei todo o empenho, lógico, de acompanhar. E o que a Embaixada puder fazer para defender e incrementar o comércio de todas as regiões do Brasil, e, lógico, no caso Rio Grande do Sul, a indústria de calçado e a indústria da carne...

No caso da indústria da carne, a presença já é bastante marcante lá. Mas, enfim, há espaço, lógico, para que isso aumente. A instalação da BRF Foods, lá nos Emirados, certamente é uma vantagem a mais do Brasil nesse mercado, não só para os Emirados, como para toda a região. V. Exªs sabem que o Brasil tem excelência na produção da carne halal, enfim, que é a carne que eles consomem lá, o método de fabricação da carne halal. Lógico que isso será fator de atenção.

O Senador José Agripino mencionou a questão da dessalinização e como eles dessalinizam a água, usando os recursos de petróleo, e fez a sugestão de que a Embaixada esteja atenta aos avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nos Emirados, quanto à questão da utilização dos recursos naturais e também à questão política. No caso dos recursos naturais, eu apenas lembraria também que, além desses projetos, como o de dessalinização da água, utilizando a energia do petróleo, nos Emirados, existe a Masdar, que é uma grande indústria – na verdade, é uma pequena cidade, nos subúrbios de Abu Dhabi – que é conhecida mundialmente por ser uma cidade que utiliza 100% de energias limpas. Eles têm toda uma preocupação em pesquisar o desenvolvimento da produção de energia por meio de fontes limpas, sobretudo energia nuclear e energia solar, e um pouco a eólica também, mas sobretudo a energia solar. É grande a atenção que Masdar dá a isso. Masdar é uma empresa e é também uma instituição de ensino associada ao MIT, de Boston, que abre vagas para alunos brasileiros. Há hoje 15 bolsistas brasileiros na Masdar, que trabalham e estudam na área de energias renováveis. Acho que é uma experiência impressionante: é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, que tem 97 bilhões de barris de petróleo de reserva, mas tem essa preocupação de buscar energias renováveis. Essa talvez seja uma das áreas em que o Brasil pode buscar não diria cooperação; diria que possa ser uma área de observação para a Embaixada.

Também nessa área, em Abu Dhabi está sediada a Irena, que é um organismo internacional que lida com energias renováveis do qual o Brasil não faz parte. Há estudos sendo feitos no Ministério de Minas e Energia no Brasil para a eventual adesão do Brasil a esse organismo. E é evidente que, se o Brasil aderir, se houver uma decisão – que necessariamente passará por V. Exªs também – de aderir à essa organização, esse será mais um ponto de observação para a Embaixada no que diz respeito à discussão das energias renováveis no mundo hoje.

Acho que isso, de fato, é um ponto importante e, se V. Exªs me permitem, eu uniria a questão política, para a qual chamou atenção o Senador Agripino, à questão da Senadora Vanessa Grazziotin sobre o sistema político. Efetivamente, o sistema político é único. É uma federação de monarquias constituída pelo sistema republicano cujo Presidente é o emir de Abu Dhabi e cujo Primeiro-Ministro é o emir de Dubai. Então, é um acordo entre os sete emires, entres os sete principados – talvez possamos dizer assim –, que conformam os Emirados e que dividem, portanto, poder entre si, essas famílias, ou esses clãs, que dominam o país.

O Conselho Federal Nacional seria o órgão legislativo. Na verdade, é mais um órgão de aconselhamento do emir do que legislativo. O Poder Legislativo, na verdade, está concentrado nas mãos do Presidente, do Primeiro-Ministro e do gabinete de Ministros que governam o país. Mas ele é, de fato, formado, 50%, por membros das famílias reinantes nos sete Emirados e 50% eleitos por um colégio eleitoral cuja formação é decorrente de indicação das famílias dos sete Emirados.

Há um processo de modificação. Há um início de processo de modificação. Parece que eles estão discutindo uma reforma em que seja possível o voto, para 50% desse conselho, mas não será permitida a constituição de partidos políticos. Não há partidos políticos, as candidaturas serão individuais e serão votados para esse conselho.

De qualquer maneira, Senadora, acho que o sistema – como a senhora falou, independentemente de críticas ou não ao sistema – é um sistema único. Ele permite a existência dos Emirados. Toda a negociação feita em 1970, final dos anos 60 e início dos anos 70, para permitir que os então Estados da Trégua, que eram uma colônia inglesa, se tornassem um Estado soberano, passou necessariamente por essa acomodação entre essas forças, esses emires, esses pequenos principados, os príncipes que formavam aquela região.

A partir dessa negociação se permitiu constituir um Estado que há quase 50 anos existe como Estado soberano e é um ponto de equilíbrio regional muito importante. É uma região tensa no mundo, mas eles constituem um ponto de equilíbrio. O próprio desenvolvimento econômico veio acentuar esse equilíbrio e permitir que aquela região esteja em paz. Toda a Costa Leste da Península Arábica está em relativa paz: Bahrein, Catar, Emirados, Omã. Então, é o acordo que foi possível ser feito para que o país existisse e se mantivesse em paz.

Isso leva também à questão levantada pelo Senador Jorge Viana, da presença dos operários estrangeiros lá. Esse sistema político funciona para a população local, para os emiráticos, para aqueles que são nacionais daquele país, cuja população é 15% da população do país, o qual tem 9 milhões de habitantes e 15% é de emiráticos. Então, é 1,4 milhão de pessoas. Essas pessoas são submetidas a esse regime do qual se beneficiam, tanto política quanto economicamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O grosso da população é formado de operários que vêm do mundo todo. Não só operários, mas, enfim, também diretores de empresas que vêm do mundo todo. Apesar de ter havido, no passado, questões quanto ao tratamento, as relações trabalhistas que eram difíceis no Estado, nos Emirados, eu entendo que há um processo de reavaliação de tudo isso e um processo de melhoria da situação dessas populações.

Eu digo isso, porque, recentemente, em janeiro – se não me engano – deste ano, o Primeiro-Ministro visitou a Índia, num processo de grande aproximação com aquele país. E o ponto central da aproximação entre os Emirados e a Índia era exatamente a questão dos indianos que vivem nos Emirados e são basicamente operários submetidos a condições menos favoráveis, digamos assim. Na medida em que há um entendimento entre os dois países, em que há uma aproximação muito grande entre os Emirados e a Índia, pois estabeleceram uma aliança estratégica entre os dois países, essa questão vem sendo tratada, e eu imagino que no futuro haverá uma constante melhoria dessa situação.

Esse processo todo de aperfeiçoamento do sistema deles talvez seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Esse processo todo, um processo que acho que leva ao aperfeiçoamento do sistema, talvez seja exatamente uma das coisas a serem observadas, como o Senador Anastasia mencionou, do que é bem feito nos Emirados. Lógico, como qualquer país, eles têm os seus problemas, têm as suas questões, e há essa busca de tentar aperfeiçoar os seus sistemas. É lógico que a Embaixada fará a observação disso e colherá as informações que forem necessárias e que possam ser úteis para os nossos processos também de aperfeiçoamento no Brasil.

V. Exª, Senador Anastasia, mencionou a questão de logística. Eu acho que, efetivamente, essa é uma área fundamental, na qual o Brasil pode buscar cooperação. Um dos interesses dos Emirados é exatamente investir na área de infraestrutura, na construção de vias – portos, aeroportos –, investir no processo de privatização dos aeroportos brasileiros, ferrovias. Eles têm interesse em investir nisso. E talvez, nesse processo de atrair o investimento emirático, nós possamos também estabelecer canais de cooperação na área de logística e ver como podemos nos beneficiar da experiência que eles têm nessa área.

Certamente, Senador, seguirei a sua orientação de estar atento a todo esse processo e a todo o esforço que se faz de atração dos investimentos e de demonstrar que o Brasil é um país seguro para o investimento estrangeiro.

Finalmente, o Senador Pedro Chaves mencionou a atuação do Embaixador como um indutor de atração de investimentos e de promoção das empresas brasileiras lá. Eu lembraria apenas que nos Emirados há uma quantidade grande de feiras internacionais. Este ano, em novembro, haverá a Fial – que é uma feira de produtos alimentícios, uma feira muito importante – para o Oriente Médio. Então, a participação brasileira já foi confirmada, e o Brasil certamente, enfim, a Embaixada certamente estará pronta para atender ao investidor brasileiro, à empresa brasileira que queira se promover e, enfim, estar presente lá nos Emirados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – E a questão dos vistos, que o Senador Jorge Viana...

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Sim, a questão dos vistos – perdão, Presidente. É verdade; o Senador Jorge Viana mencionou a questão dos vistos.

Quanto aos vistos em passaportes diplomáticos e vistos oficiais, o acordo já está em vigor. Entrou em vigor no dia 15 de abril. Então,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Aquele problema não existe mais?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Não existe. Em relação a passaporte diplomático e oficial, não há mais problema. Se eu for aprovado, V. Exªs estão todos convidados, evidentemente, a visitar os Emirados, e não terão nenhum problema com visto. Como portadores de passaportes diplomáticos, não haverá nenhum problema para a entrada no país, enfim, quantas vezes forem necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, nós acompanharemos, sim, a questão dos vistos em passaportes comuns, porque isso passa pela tramitação aqui no Congresso, até a ratificação do acordo. Então, a questão dos vistos e dos passaportes comuns, sim, ainda depende de ratificação do Congresso. Isso, sim, nós acompanharíamos lá e, até que aconteça, até que o acordo seja efetivamente ratificado, a Embaixada estará atenta a qualquer cidadão brasileiro que chegue lá e, enfim, tenha qualquer tipo de problema na passagem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Embaixador, pelo que entendi da pergunta do Senador Jorge Viana em relação aos vistos, o caso específico citado por ele foi relacionado ao passaporte diplomático, que tinha dois tipos de entrada. Esse problema está superado?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Esse problema está superado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Em relação ao turista normal, com passaporte normal, ele sofrerá também qualquer tipo de constrangimento desse tipo ao ingressar?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Em relação ao cidadão brasileiro portador de passaporte comum, turista normal, já foi assinado o acordo de isenção de visto, mas esse acordo tem de ser apreciado pelo Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Congresso Nacional?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Já está aqui?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Ainda não. Pelo que entendo, a Presidência da República ainda terá de mandar para Câmara dos Deputados, e a Câmara para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Embaixador.

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O senhor dá por encerradas as suas respostas?

O SR. FERNANDO LUÍS LEMOS IGREJA – Sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço os Srs. Embaixadores Fernando Luís Lemos Igreja e Carlos Sérgio Sobral Duarte pelas suas explanações, pelas suas explicações e respostas às indagações formuladas.

Dou por encerrada, portanto, a sabatina.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta, mas consulto às Srªs e aos Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta, para fazer a apuração dos votos dos indicados.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que permaneçamos com a reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim designo S. Exª Senadora Vanessa Grazziotin para atuar como Secretária, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento interno do Senado Federal.

Alguma objeção, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

Solicito, portanto, à Secretaria que proceda à apuração, que será feita pelo sistema eletrônico. (*Pausa.*)

Resultado.

Os Sr. Embaixador Fernando Luís Lemos Igreja, indicado para os Emirados Árabes, e o Sr. Carlos Sérgio Sobral Duarte, indicado para a República do Chile, foram ambos aprovados pela unanimidade dos votos dos integrantes desta Comissão.

Desejando êxito em suas respectivas missões, agradeço a presença dos Srs. Embaixadores e passaremos à segunda parte desta reunião.

Tenham êxito nesta nova missão que lhes é confiada. (*Pausa.*)

Segunda parte da nossa reunião deliberativa.

Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mensagem nº 3, de 2017. Não terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Sr. Fernando Luís Lemos Igreja...

Eu quero agradecer aqui, mais uma vez, à Secretaria desta Comissão pela grande gafe que me proporcionou neste momento.

É este aqui:

ITEM 2 - 2ª PARTE
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 88, de 2016
- Não terminativo -

Aprova o texto do Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, firmado em Roma, em 30 de setembro de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves para proferir seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso bom-dia!

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2016 (PDC nº 434, de 2016, na origem), que aprova o texto do Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, firmado em Roma, em 30 de setembro de 2014.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 88, de 2016, cuja ementa está acima epigrafada, lida pelo Relator.

A Presidente da República, pela Mensagem nº 590, de 29 de dezembro de 2015, submeteu ao crivo do Congresso Nacional o texto do Ajuste Complementar Técnico ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, Relacionado à Cooperação no Campo Aeroespacial, firmado em Roma, em 30 de setembro de 2014.

Na exposição de motivos, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, é destacado que o Ajuste Complementar deverá constituir marco importante na cooperação bilateral, em razão, entre outras, da previsão de transferência de tecnologia (desde que necessário para a realização dos objetivos do Ajuste) nas áreas de planejamento e produção dos sistemas previstos no instrumento jurídico. Chama-se atenção, ainda, para a participação do Ministério da Defesa na elaboração do texto, bem assim na aprovação da sua versão final.

O Ajuste, conforme indicado nos *consideranda*, tem em conta os benefícios e as vantagens recíprocas resultantes da criação de parcerias industriais estratégicas entre as indústrias de ambos os países. Esse quadro permitirá, ainda segundo o texto de abertura do tratado, o desenvolvimento conjunto, a transferência ou a cessão de tecnologias decisivas de segurança e de defesa, bem como troca recíproca das capacidades industriais de defesa nacional.

Para tanto, pretende-se desenvolver a cooperação entre as partes de modo destacado nas seguintes áreas: espaço, guerra eletrônica, veículos aéreos não tripulados, treinamento de pilotos e pesquisa-inovação.

O texto estabelece, ainda, quais serão os métodos de cooperação, a saber: intercâmbio de informações, transferência de conhecimentos, cessão e transferência de tecnologia e desenvolvimento e produção conjunta de sistemas.

Cada parte do acordo assegurará que a transferência de tecnologia, realizada em conformidade com o ordenamento jurídico das partes, cobrirá as seguintes áreas: planejamento e desenvolvimento, bem assim produção dos sistemas que são objeto do ajuste. É previsto, no art. 4, o intercâmbio de pessoal entre os dois países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O art. 5 institui o Comitê de Coordenação, que será responsável pela aprovação, supervisão e controle da implementação dos projetos do Ajuste Complementar Técnico. Referido dispositivo estabelece, por igual, as principais atribuições do Comitê de Coordenação e indica que ele será constituído por representantes das Forças Aéreas da Partes e, quando necessário, de outras organizações.

O art. 6 trata da propriedade intelectual do resultado das atividades intelectuais que surgirão como resultado do Ajuste. O art. 7, por sua vez, prescreve que o ajuste não acarreta obrigações financeiras às Partes.

O art. 8 dispõe sobre a segurança das informações sigilosas. Nesse sentido, ele estipula que as partes notificarão uma à outra, por meio do Comitê de Coordenação, sobre a necessidade de preservar o sigilo da informação ou de outros dados relacionados à cooperação. Já o art. 9 fixa os procedimentos para visita de representantes de uma das partes às entidades que atuam no setor de Defesa sob a jurisdição da outra.

As taxas, os direitos alfandegários e outros ônus semelhantes serão regulados pelas legislações nacionais das partes, conforme prevê o Artigo 10.

O acordo traz também dispositivos sobre responsabilidade civil (art. 11) e solução de controvérsias, que deverão ser equacionadas por meio de consultas e negociações diretas entre as Partes (art. 12).

O art. 13 dispõe sobre emendas ao ajuste e o art. 14 trata da duração (indeterminada) e da denúncia (por escrito e por via diplomática com produção de efeitos 90 dias após o recebimento da respectiva notificação).

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria veio para esta Casa e foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise da matéria.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

A temática do ajuste em análise reveste-se de extrema relevância. Suficiente ressaltar que entre seus objetivos encontram-se: o desenvolvimento e produção de sistemas de satélite; o desenvolvimento conjunto de um veículo lançador de satélites; a implementação de um centro de suporte operacional de guerra eletrônica para gestão de banco de dados, a geração e validação das bibliotecas; o estudo, desenvolvimento e produção conjunta de sistemas táticos não pilotados.

Vê-se, pois, que o tratado bilateral sob apreciação está em perfeita consonância com os desafios que a defesa de um país enfrenta no momento presente. E mais, o ajuste antecipa, em importante visão prospectiva, o aperfeiçoamento de campos do conhecimento sensíveis à segurança do nosso País. Somem-se a essas circunstâncias os benefícios que a cooperação bilateral objeto do ajuste há de produzir para a pesquisa científica brasileira.

Portanto, sua internalização é medida não apenas necessária, mas urgente.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 2016.

Sala da Comissão, 31 de março de 2017

Senador Fernando Collor, Presidente.

Senador Pedro Chaves, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação do relatório.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Perdoe-me, Senador, mas gostaria de aduzir que estive em contato com o Tenente-Brigadeiro Rossato, na semana passada, quando ele explicou detalhadamente esse acordo extremamente importante, uma vez que a Itália é um dos poucos países da Europa que estão dispostos a transferir tecnologia para o Brasil e vice-versa.

Então, esse acordo vai agregar muito às Força Armadas, na defesa nacional, e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sem dúvida.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório lido por S. Exª, o Senador Pedro Chaves, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passamos ao item 3.

ITEM 3 – 2ª PARTE
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 3, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Maláui, assinado em Brasília, em 25 de junho de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador José Pimentel.

Indico, como Relator *ad hoc,* S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

O relatório é pela aprovação. Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª apregoou, trata-se do texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Maláui, África, assinado em Brasília, em 25 de junho de 2015.

O texto do relatório disseca, em minúcias, qual é esse acordo, em seus diversos artigos.

Na sua análise, que é o ponto relevante e fulcral, que nos interessa, aponta bem que é o ato internacional pelo qual as partes pactuam regras mútuas para fomentar a cooperação e o fluxo de investimentos entre si, Brasil e República do Maláui. Trata-se de instrumento moderno e inovador, apoiado em três pilares: mitigação de riscos, governança institucional e agendas temáticas para cooperação e facilitação de investimentos.

São criados, quanto à governança institucional, são criados pontos focais, ou *ombudsmen*, em cada Estado parte. A tais instâncias caberá prover condições aos investidores da outra parte, que sejam propícias aos negócios contribuindo para a superação de dificuldades pontuais.

Esses mecanismos adotados não são previstos apenas para a solução de controvérsias, mas preferencialmente para a sua prevenção, por meio do diálogo e da negociação no âmbito dos pontos focais e do comitê conjunto previsto nesse acordo. Também é previsto o recurso à arbitragem.

Também é digno de nota o aspecto relevante do acordo relativo ao envolvimento do setor privado, que participou de sua negociação por meio de consultas com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com da Ministério da Fazenda.

Destaco, ainda no relatório, Sr. Presidente, que, diferentemente de outros acordos internacionais sobre investimentos, o ato internacional em tela consagra a responsabilidade social corporativa, determinando que os investidores deverão se empenhar em realizar o maior número possível de contribuições ao desenvolvimento sustentável do Estado anfitrião, por meio da adoção de práticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

socialmente responsáveis, respeito aos direitos humanos, incentivo ao desenvolvimento do capital humano e fortalecimento da capacidade local, como consta no Art. 9º.

Em suma, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo do Brasil e o Governo da República de Maláui propiciará, conforme esclarece a exposição de motivos que o acompanha, "maior divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios, um conjunto de garantias para o investimento e mecanismo adequado de prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias", aspectos estes de extrema importância para a expansão internacional e o fortalecimento de empresas brasileiras no exterior.

Passo ao voto.

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª Senador Antonio Anastasia, pela leitura do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passamos ao item 1 da segunda parte da nossa pauta.

ITEM 1 – 2ª PARTE
MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Srª ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Pedro Chaves.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este parecer é relativo à Mensagem (SF) nº 3, de 2017 (Mensagem nº 705, de 2016, na Casa de origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Srª Ana Maria Pinto Morales, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer da Srª Ana Maria Pinto Morales, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Zimbábue.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.

A indicada nasceu em 13 de agosto de 1949, em Santo Ângelo (RS). Ingressou na carreira diplomática em 1979 e tornou-se Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 2006. Em 2009, passou para o Quadro Especial da Carreira. Formada em Piano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendeu mestrado em Políticas Públicas Internacionais na Johns Hopkins University (Washington-DC/Estados Unidos). No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a dissertação intitulada "O NAFTA e o comércio de bens e fluxo de investimentos para o México: Lições para o Brasil", em 2006.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacam-se as de Chefe da Divisão de Fronteiras e Coordenadora-Adjunta da Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações, entre 2006 e 2007, e de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral da América do Sul, de 2007 a 2008.

No exterior, a diplomata teve função de Encarregada de Negócios em Harare, no período entre 1992 e 1995; foi Conselheira na Embaixada do México, de 2003 a 2006; Ministra-Conselheira na Embaixada em Lima, entre 2008 e 2011; e é atualmente nossa Embaixadora em Lusaca, Zâmbia, desde 2011.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Zimbábue. O documento apresentado dá ampla história sobre o Zimbábue, sobre a sua população, mostrando que é um país de 390.580km^2, com 12,7 milhões de habitantes. Seu Produto Interno Bruto calculado pelo poder de compra foi de US$28,10 bilhões, em 2015, o que lhe propicia um PIB-PPP *per capita* de US$2.096. O Índice de Desenvolvimento Humano em 2014 era relativamente baixo, estava em 0,509, o que colocava o país em 155º lugar no *ranking* mundial.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Zimbábue em 1980, no próprio dia da celebração da independência do país, e abriu Embaixada residente em Harare em 1987. O Zimbábue abriu Embaixada em Brasília, em agosto de 2004, sua primeira representação residente na América do Sul.

Em setembro de 1991, o Presidente Fernando Collor visitou Harare. Em 1992, o Presidente Robert Mugabe esteve no Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92). Em setembro de 1999, Mugabe retornou ao Brasil para visitar a Embraer, em São José dos Campos, e discutir questões relativas ao combate à Aids, à reforma agrária e à política africana.

O comércio bilateral entre o Brasil e o Zimbábue apresentou crescimento de 158% entre 2006 e 2015, evoluindo de US$11,6 milhões, no primeiro ano da série histórica, para US$29,9 milhões em 2015. Nos dois últimos anos, contudo, as trocas comerciais acumularam forte queda de 57,7%. O saldo comercial entre os dois países mostrou comportamento errático, alternando momentos superavitários e deficitários para o lado brasileiro.

Após sofrer déficit de US$48,4 milhões em 2013, o Brasil contabilizou, em 2014, superávit de US$34,7 milhões em transações comerciais com o Zimbábue. Em 2015, porém, a corrente comercial mostrou saldo negativo de US$7,6 milhões. No acumulado de janeiro a agosto de 2016, o intercâmbio brasileiro com o Zimbábue sofreu forte decréscimo, limitando-se a US$1,7 milhão, o que significou retração de 92,5% sobre a mesma base de 2015. O aludido decréscimo deveu-se, sobretudo, à substancial diminuição das importações, muito embora as exportações brasileiras para o Zimbábue também tenham perdido dinamismo. O resultado do comércio no período foi superavitário para o Brasil em US$1,6 milhão.

O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre ambos os Governos foi celebrado em 10 de setembro de 2006, mas ainda não foi ratificado.

No âmbito das relações bilaterais, em 2012, destacou-se a realização da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Zimbábue, que ocorreu no período de 13 e 14 de setembro, em Brasília. Foram apresentadas demandas nas áreas de desenvolvimento urbano e habitação, pequenas e médias empresas, empoderamento de jovens, esportes e turismo.

No que diz respeito à sua política externa, há pontos delicados a se observar. Por décadas, Robert Mugabe foi considerado um líder regional renomado e respeitado, chegando a mostrar ambição de medir forças com a África do Sul enquanto seu país era ainda a segunda maior economia da África Austral.

Após o pleito presidencial de 2002, em que Mugabe se sagrou vitorioso, Estados Unidos e União Europeia impuseram sanções unilaterais ao país (restrições de viagens, congelamento de ativos e embargo de armas), sob alegação de irregularidades no processo eleitoral. No mesmo contexto, o país foi suspenso, em 2002.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em discurso na 71ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2016, Mugabe classificou as sanções de "ilegais e injustificadas" e as responsabilizou pelo colapso econômico, financeiro e social do país. Segundo Mugabe, o Zimbábue vem sendo punido "por exercer o princípio da independência soberana" resguardado pela própria Carta das Nações Unidas.

O prolongado isolamento imposto pelas potências ocidentais levou Mugabe a reforçar o discurso anticolonialista e pan-africanista, que já fazia parte da plataforma de seu partido desde a década de 1980.

Como estratégia de política externa, o Zimbábue voltou-se cada vez mais para a Ásia, em política conhecida como *"Look East Policy"*. A China está entre os parceiros prioritários do país, embora muitas empresas chinesas no Zimbábue sofram constantes críticas por suas práticas trabalhistas e ambientais. Em dezembro de 2015, o Presidente chinês, Xi Jinping, foi ao país em visita de Estado, ocasião na qual foram assinados 12 acordos, estimados em US$4 bilhões. A missão ocorreu pouco mais de um ano após visita de Mugabe à China, quando já haviam sido assinados nove outros acordos.

No que toca ao nosso País, a disponibilidade brasileira em cooperar com o Zimbábue é muito bem vista pelas lideranças zimbabuenas. O então Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai chegou a dizer que seu país não teria "nada a aprender com as grandes potências e tudo a aprender com o Brasil". No plano multilateral, o Zimbábue compartilha interesses comuns com o Brasil, em especial a democratização das grandes organizações internacionais.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, devendo essa apreciação cingir-se ao escopo de relatório, nos termos regimentais.

Sala da Comissão,

Senador Fernando Collor, Presidente

Senador Pedro Chaves, Relator

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Chaves, que fez a leitura da indicação da Srª Ana Maria Pinto Morales para o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, na forma regimental.

ITEM 5 – 2ª PARTE

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 15 de abril de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Pela aprovação.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Antonio Anastasia.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como já foi anunciado por V. Exª, trata-se do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 15 de abril de 2015.

Na realidade, esse acordo foi assinado anteriormente entre os dois países ainda em 2007, todavia, houve a superposição da aprovação no Brasil da Lei da Transparência, a Lei nº 12.527, que impediu a aprovação do acordo original, firmado em 2007, entre o Brasil e a Espanha. Daí, foi determinado em diligência aqui, no Congresso, que novo acordo fosse assinado, e assim foi feito. Portanto, foi estabelecido um novo acordo, já em 2015, adaptando-o ao conteúdo da Lei Nacional de Transparência, como aqui foi mencionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O relatório, portanto, aponta e registra a relevância que tem um acordo dessa natureza, tendo em vista que a questão do sigilo das informações hoje em uma sociedade globalizada é muito importante.

Há no relatório toda a discrição relativa ao conteúdo, demonstrando os deveres de cada parte e determinando também a possibilidade das suas alterações e das suas emendas.

É importante observar que os acordos de proteção de informação classificada são instrumentos que visam a estabelecer regras e procedimentos para segurança de informações trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas. Em contexto de globalização, pois, torna-se estratégica a proteção das informações sigilosas, tendo em conta que subsiste uma estrutura próspera de vazamentos e de espionagem que pode acarretar sérios transtornos às autoridades governamentais, risco à segurança das nações, bem como danosos prejuízos às suas economias, notadamente no sensível setor de alta tecnologia. É ao que nós assistimos, lamentavelmente, pelo noticiário internacional à larga.

Nesse sentido, o Brasil tem procurado expandir a sua rede de acordos da espécie, já firmados com Portugal (2005), Rússia (2008) e Suécia (2014), incluindo também no campo militar, como explica o acordo relativo a medidas de segurança para a proteção de informações militares sigilosas firmado com os Estados Unidos da América.

Em suma, Sr. Presidente, estamos a apreciar um instrumento de cooperação bilateral que atende aos interesses nacionais, na medida em que dará fundamento jurídico para a proteção de informações sigilosas trocadas entre as partes, fortalecendo, assim, o relevante intercâmbio Brasil-Espanha e expandindo a nossa rede de acordos bilaterais dessa importante e nova espécie instrumental.

Considera-se, portanto, que o presente acordo se coaduna com os princípios constitucionais que regem as nossas relações internacionais, particularmente com o princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, prescrito no inciso IX do Art. 4º de nossa Lei Maior.

Voto.

Ante o exposto, o voto do relatório é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2017, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço, mais uma vez, a deferência de S. Exª o Senador Antonio Anastasia pela leitura de mais um relatório, pedindo-lhe um pouco mais de paciência, porque mais um relatório será solicitado a S. Exª, que, com tão boa vontade, vem contribuindo decisivamente para o êxito dos nossos trabalhos. Muito obrigado a V. Exª.

Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao projeto.

A matéria irá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 4.

ITEM 4 – 2ª PARTE
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 13, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Constou da Pauta em 06/04/2017.

Mais uma vez, indico – com a aquiescência e a deferência de S. Exª – S. Exª o Senador Antonio Anastasia como Relator *ad hoc*.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É, com honra e prazer, que cumpro a determinação de V. Exª na leitura deste relatório, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, nação irmã do Caribe, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. Trata-se de um acordo de natureza cultural que tem por objetivo o estímulo e a troca de experiência e conhecimento nos campos gerais das artes visuais, música, dança, educação cultural, museus, restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural; preservação do patrimônio cultural imaterial; produções literárias; bibliotecas e arquivos; transmissão radiofônica, cinema e televisão; direitos autorais e direitos conexos. Portanto, todos os elementos da área cultural estão contemplados nesse acordo, que consta de 17 artigos e prevê também uma comissão mista para acompanhar a sua execução.

O referido Acordo foi firmado, como V. Exª mencionou, em 2010, por ocasião da Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (Caricom). E vale lembrar que o parágrafo único do citado art. 4º da Constituição Federal determina que a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Assim, promover a cooperação cultural entre as duas nações, tal como pretendido pelo acordo, é, sem dúvida, ferramenta efetiva para se alcançar os objetivos desses mandamentos constitucionais.

Não há qualquer vício de juridicidade ou qualquer irregularidade no acordo. Ao contrário, ele cumpre todos os requisitos constitucionais e legais.

Estamos certos, em conclusão, que a aproximação em nível cultural entre os dois povos abre espaço para o conhecimento recíproco, permitindo, a partir daí, novos laços e instrumentos na área econômica, política, comercial e tecnológica. Isso porque o conhecimento prévio de valores culturais entre os povos pode indicar e facilitar, no entendimento recíproco, uma vinculação mais adequada na cena internacional, facilitando a busca de estratégias comuns acertadas de aproximação nos diversos campos.

Desse modo, o voto, Sr. Presidente, exatamente por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2017.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela leitura e apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao projeto, que seguirá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6 – 2ª PARTE
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 36, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Pedro Chaves.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Pedro Chaves, para a leitura de seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 36, de 2017, que aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, assinado em Santiago, como foi dito, em 23 de novembro de 2015.

A mensagem veio acompanhada de Exposição de Motivos nº 21, de 26 de fevereiro de 2016, dos Ministérios das Relações Exteriores, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documento em que é destacada a atuação conjunta dos três ministérios, em consultas com o setor privado, tendo resultado no presente acordo.

O acordo é composto por seis partes – isso é bastante importante. Essas partes definem, na verdade, cada um dos pontos.

A primeira traz definições e dispõe sobre âmbito de aplicação do instrumento. Assim, no art. 2º, é explicitado que o objetivo do acordo é facilitar e promover o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um marco de tratamento para os investidores e seus investimentos, e de governança institucional para a cooperação, assim como mecanismos de prevenção e solução de controvérsias.

A segunda parte refere-se ao tratamento outorgado aos investidores e seus investimentos. Os investimentos dos investidores da outra parte serão realizados em conformidade com o ordenamento jurídico interno da parte que os admitiu.

Nós temos também um ponto importante na terceira parte, em que constam disposições sobre: i) troca de informação entre as partes (sobre oportunidades de negócios e requisitos de investimentos); ii) tratamento da informação protegida; iii) interação com o setor privado; iv) cooperação entre organismos encarregados da promoção de investimentos; v) consultas e negociações diretas para a prevenção de controvérsias; e vi) arbitragem entre as partes, para o caso de a negociação direta não ser suficiente para a solução da controvérsia

Na quarta parte, o Comitê Conjunto desenvolverá e discutirá uma Agenda para Cooperação e Facilitação de Investimentos.

A quinta parte apresenta as disposições gerais e finais. O acordo entrará em vigor 90 dias após o recebimento da última notificação. É prevista a revisão geral da aplicação do acordo pelo Comitê Conjunto após dez anos de vigência.

O acordo conta, ainda, com três anexos. O Anexo I, sobre Arbitragem entre as Partes. O Anexo II tem por objetivo excluir determinadas situações previstas em legislação doméstica chilena do âmbito de aplicação do acordo. Por sua vez, o Anexo III reserva ao Banco Central do Chile o direito de manter ou adotar medidas de conformidade com o ordenamento jurídico interno para zelar pela estabilidade da moeda e o funcionamento normal dos pagamentos internos e externos.

Finalmente, vamos aqui analisar que o Chile tem investimento de 25% no Brasil, o que na verdade enseja esse acordo que é extremamente importante para os dois países.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PDS nº 36, de 2017.

Relator: Pedro Chaves.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação de seu relatório.

Coloco, agora, em discussão o relatório apresentado por S. Exª Senador Pedro Chaves. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório, favorável, apresentado por S. Exª Senador Pedro Chaves permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 7.

ITEM 7 – 2ª PARTE

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Meio Ambiente para debater a venda de terras a estrangeiros. Hoje, a imprensa nacional divulga que teve acesso a texto elaborado pela Casa Civil para ser apresentado como substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.059, de 2012, que libera a compra e o arrendamento de terras por empresas com controle estrangeiro, sem estipular limite de área. A matéria tramita em regime de urgência no Plenário da Câmara dos Deputados. A retirada de limites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para o acesso de estrangeiros a terras no Brasil gera gravíssimas repercussões sobre os interesses e a soberania nacionais. Impacta a proteção das nossas fronteiras; ameaça a gestão estratégica da megabiodiversidade nacional; cria pressões sobre os povos indígenas; e altera a dinâmica de preços das terras, de modo a favorecer a concentração de terras e de poder, além de perpetuar a desigualdade social no campo. Diante disso, solicita-se a presença dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Comandante do Exército, General Villas Bôas;• Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA; • Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –Incra, Sr. Leonardo Góes Silva; • Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Sr. Antonio Fernandes Toninho Costa; • Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

Autoria: Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Temos dois itens extrapauta.

O primeiro deles:

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 286, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 6 a 13 de maio de 2017, a fim de atender missão oficial a países do sul da África. Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunica que estará ausente do País no período de 6 a 13 de maio de 2017.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves para a apresentação do seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se da autorização do Senador Antonio Anastasia para se ausentar do País, no período de 6 a 16 de maio, a fim de atender missão oficial a países do sul da África. Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunica que estará ausente do País nesse período.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional requerimento, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, de autorização para se ausentar dos trabalhos da Casa de 6 a 16 de maio de 2017, a fim de atender a missão oficial a países do sul da África. Nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunica que nesse período estará ausente do País.

Análise da matéria.

O requerimento fundamenta-se no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, e, especificamente, a autorização requerida está prevista no inciso I do §1º, combinado com o §4º, que expressa a necessidade de ser ouvida, nos casos de desempenho de missão no exterior, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Observada a regimentalidade, registramos a inexistência de quaisquer óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa à proposição.

Voto.

Ante o exposto, em face das adequações regimentais e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 286, de 2017.

Pedro Chaves, Senador Relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Outro requerimento extrapauta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 11, de 2017

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos desta Casa, no período de 15 a 19 de maio de 2017, com o propósito de participar de missão oficial aos Estados Unidos da América, a convite Consulado-Geral do Brasil em Nova York. A viagem tem por finalidade conhecer as políticas públicas desenvolvidas na área de meio ambiente e combate às mudanças climáticas, no estado de Nova York. O itinerário será cumprido por meio de encontros com autoridades e visitas a entidades, com o intuito conhecer as iniciativas desenvolvidas e implementadas neste setor. Além disto, participarei no dia 16 de maio de 2017, a convite da Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, da cerimônia de premiação do "Person of the Year Awards", reconhecida com um dos mais importantes eventos da agenda bilateral dos dois países. Comunico ainda, nos termos do artigo 39 - inciso I, que no período de 11 a 21 de maio de 2017, estarei ausente do país.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Concedo palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento tem por fundamento o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal. No caso, o pedido insere-se no previsto no inciso I do §1º, combinado com o §4º, nos termos em que o requerimento é submetido a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como V. Exª apregoou na solicitação, trata-se de viagem em missão oficial aos Estados Unidos a convite do Consulado-Geral em Nova York.

Acolhido do ponto de vista regimental, cabe registrar que não se encontra óbice também no aspecto de mérito do requerimento. É de extrema relevância que o Senado se faça representar pelos seus membros em discussões internacionais relacionadas às questões ambientais, buscando conhecer novas políticas públicas de combate às mudanças climáticas.

A matéria também tem fundamento no inciso III do art. 55 da Constituição Federal, que faculta ao Parlamentar deixar de comparecer às sessões ordinárias da Casa a que pertencer desde que em gozo de licença ou em desempenho de missão por esta autorizada.

Trata-se, dessa maneira, do efetivo exercício da chamada diplomacia parlamentar, que engrandece o papel do Poder Legislativo e promove a democracia.

Voto.

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela aprovação do requerimento de autoria do Senador Fernando Bezerra e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para o seu processamento em plenário, como previsto no Regimento Interno da Casa.

Assino como Relator, Senador Antonio Anastasia.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Antonio Anastasia pela apresentação do seu relatório.

Coloco agora a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco ainda as Srªs e os Srs. Senadores membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 4 de maio de 2017.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2017.

Às nove horas do dia quatro de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Antonio Anastasia, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADES: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação, com 11 (onze) votos favoráveis. ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação, com 11 (onze) votos favoráveis. O Presidente convida os Embaixadores a tomarem assento à mesa. Usa a palavra o Senador Cristovam Buarque. O Presidente concede a palavra a cada um dos Embaixadores. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Lasier Martins, Armando Monteiro, Antonio Anastasia, Pedro Chaves e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores para respostas aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração, do resultado das votações das indicações, ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário da apuração dos votos o Senador Flexa Ribeiro. Sabatinas realizadas com indicações apreciadas. Passa-se à 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda." É designado relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Pedro Chaves, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa, assinado em Moscou, em 14 de dezembro de 2012." É designado relator *ad hoc* o Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinada em Brasília, em 22 de novembro de 2004." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 6) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 7) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, celebrado em Nova York, em 19 de dezembro de 2011." É designado relator *ad hoc* o Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. Usa a palavra o Senador Antonio Anastasia. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, que fica dada como lida e é aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicado sobre lançamento de satélite.

O Brasil lançará hoje, entre 7h31 e 20h19 o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, o SGDC-1. Trata-se de projeto de quatro anos, viabilizado pela parceria entre a Embraer e a Telebras, que formam a empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A. O lançamento ocorrerá no Centro Espacial de Kourou, na Guiana Francesa, por meio do acoplamento de satélites do foguete Ariane 5, que o levará até a órbita da terra. A empresa Arianespace será a lançadora do satélite.

O evento permitirá a entrada do Brasil no seleto grupo de países que operam satélites geoestacionários próprios, composto por Estados Unidos, Rússia, China, Índia e mais alguns poucos países europeus.

O Brasil já possui dois outros satélites geoestacionários em órbita – o StarOne C1 e o StarOne C2. A diferença é que este terceiro satélite a ser lançado hoje será o primeiro a ser operado exclusivamente por técnicos brasileiros e em Território nacional, a partir de centros de controle instalados em Brasília e no Rio de Janeiro. Esse é um dado fundamental, pois permitirá o uso do equipamento para comunicações estratégicas sigilosas. Para o Ministro da Defesa Raul Jungmann, o satélite também vai permitir uma grande melhoria na fiscalização das nossas fronteiras.

Construído pela Thales Alenia Space da França, o SGDC-1 possui cinco metros de altura e pesa seis toneladas. O satélite ficará estacionado a cerca de 36 mil quilômetros da superfície da Terra e cobrirá todo o Território brasileiro e parte do Oceano Atlântico, sob a coordenação da Telebras, em conjunto com o Centro de Operações Espaciais da Força Aérea Brasileira.

Além do uso em comunicações militares e em segurança nacional, o SGDC-1 irá ampliar a oferta de banda larga em todo o Brasil, especialmente nas regiões mais remotas. Isso será possível já que o equipamento vai operar a banda X, faixa de frequência destinada exclusivamente ao uso militar, correspondendo a 25% da capacidade total, e na banda KA, que será usada pela Telebras para banda larga, representando 75% da capacidade do satélite.

Segundo comunicado: cem dias do governo Trump.

Donald Trump chegou à Casa Branca prometendo mudar a política norte-americana e transferir o poder "de volta ao povo". Para o jornalista da BBC em Nova York, Nick Bryant, o que ficou claro, desde a sua posse, há pouco mais de cem dias, é que Trump mudou a Presidência mais do que a Presidência o mudou. O vocabulário usado por Donald Trump, assim como quase todas as suas políticas, é basicamente o mesmo do candidato Trump, que levou para a Casa Branca a mesma linguagem "básica" que caracterizou sua campanha, ainda de acordo com o jornalista Nick Bryant, da BBC em Nova York.

Continua ele indagando como um presidente super-rico, à frente de um ministério super-rico, consegue se manter como um herói da classe trabalhadora no importante cinturão da ferrugem, que abarca vários Estados – da costa norte ao meio-oeste – afetados pelo declínio econômico e populacional, degradação urbana, devido ao desaparecimento da outrora poderosa indústria tradicional. Lá, seus apoiadores dizem: "ninguém trabalha para um homem pobre". É o que diz o jornalista Nick Bryant.

Apesar disso, pesquisa recente do Instituto Gallup sobre taxas de aprovação dos quatro últimos Presidentes dos Estados Unidos após os primeiros cem dias no cargo mostra que Trump tem bem menos apoio que seus recentes predecessores: Barack Obama tinha, nesse mesmo período dos primeiros cem dias de governo, 65% de aprovação; George W. Bush, 62%; Bill Clinton, 55%, e Donald Trump, 41%. Outra recente pesquisa, porém, revela que 96% dos eleitores de Trump continuam a apoiá-lo.

Ressalta o jornalista que, nesses cem dias de Trump, foi possível perceber onde o poder na América verdadeiramente se encontra e como o sistema de pesos e contrapesos do sistema norte-americano opera na prática. Isso porque o poder de Trump tem sido continuamente constrangido pelas demais esferas de governo, como no caso do juiz federal que suspendeu a ordem executiva que bania a entrada, nos Estados Unidos, de cidadãos de sete países de maioria muçulmana, obrigando-o a acatar a decisão da Corte – com o sistema de pesos e contrapesos operando como o quiseram os fundadores da Nação, impedindo, assim, uma crise constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O mesmo se aplica ao novo plano de saúde, o Trumpcare, que substituiria o Obamacare – mas, dessa vez, ele foi impedido pelo Congresso, onde Trump não conseguiu assegurar nem a maioria simples, numa Casa dos representantes controlada pelos republicanos. O Congresso também barrou o financiamento para a construção do muro na fronteira com o México, uma de suas mais controversas promessas de campanha.

Constrangido pelo Congresso, pelas Cortes e seu próprio partido, até o momento essa não tem sido uma presidência imperial. Pelo contrário, tem sido uma presidência inibida, na qual Donald Trump tem tomado conhecimento dos limites de seus poderes executivos – conclui o analista.

Durante a campanha, a visão da política externa de Trump foi uma coleção de propostas controversas ou contraditórias. Na Presidência, segundo outros analistas, as controvérsias continuam.

Como prometido, Trump retirou os Estados Unidos da Parceria Transpacífica e começou a rever o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – o Nafta.

Porém, recentemente ele admitiu o valor da Otan, por ele tanto criticada durante a campanha. Com relação à China, Trump suavizou sua posição e parece ter voltado atrás com sua promessa de considerar o país um manipulador de divisas ou de impor taxas de importação a produtos chineses. Em vez disso, ele está pedindo a ajuda da China para resolver o problema da Coreia do Norte. Os Estados Unidos enviaram – como todos nós fomos informados já – navios de guerra para a região e instalaram um polêmico sistema antimísseis na Coreia do Sul – o que não agradou os chineses.

O Conselho de Segurança da ONU – por falar desse tema – vai discutir, amanhã, a adoção de novas medidas para conter os programas nuclear e de mísseis daquele país, da Coreia do Norte.

Por fim, Donald Trump e Vladimir Putin concordaram em pressionar por um cessar-fogo para acabar com a guerra na Síria. Os dois Presidentes conversaram por telefone, nesta semana, pela primeira vez depois que os Estados Unidos atacaram uma base aérea do governo da Síria, no mês passado, após a morte de mais de 80 pessoas devido a um ataque com armas químicas, no dia 4 de abril, na cidade de Khan Sheikhoun. Após o ataque norte-americano à Síria, as relações entre Putin e Trump ficaram estremecidas, mas agora Putin defende uma investigação completa sobre as armas químicas que foram utilizadas e condenou qualquer uso de armas químicas.

Continuando os comunicados, Venezuela.

Acuado por uma grave crise política, econômica e social que vem levando os venezuelanos às ruas em seguidos protestos contra seu governo, o Presidente Nicolás Maduro anunciou, no dia 1º de maio, de surpresa, a convocação de uma Constituinte para, entre outras coisas, reformar a Assembleia Nacional — atualmente nas mãos opositoras —, classificada por ele de "podre".

A oposição considerou a medida um golpe de Estado, acusou Maduro de tentar adiar a realização de eleições e prometeu resistir. Juristas criticaram o sistema de escolha de Deputados por comunas, que disseram ser antidemocrático. O anúncio mergulhou o país num grau ainda maior de confusão e de incerteza.

Ontem, a Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano anunciou uma medida de ajuda humanitária no valor total de US$10 milhões – é um anúncio incipiente – ao povo venezuelano para, de alguma forma, dar uma colaboração ao que eles chamam de uma crise humanitária que está ocorrendo naquele país e para também defender a democracia na Venezuela.

Como último comunicado: a hora da verdade na França.

Os dois candidatos à eleição presidencial francesa, Emmanuel Macron e Marine Le Pen, colidiram suas ideias no debate de ontem à noite. Para o jornal francês *Le Figaro*, o debate "foi um diálogo de surdos, impossível, que mostrou as posições irreconciliáveis dos candidatos". Ainda segundo *Le Figaro,* o debate do segundo turno das eleições – que ocorrerão no próximo domingo – foi de uma brutalidade inédita e, por diversas vezes, não teve nível, mas o candidato do En Marche, que é o Macron, dominou sua adversária nas questões econômicas.

Convidados a se manifestar pela internet, durante o debate, dois terços dos internautas participantes da consulta disseram optar pela abstenção ou pelo voto em branco no próximo domingo, assustados com a brutalidade e o nível do debate. Até ontem, os eleitores indecisos somavam 18%.

Para o correspondente da BBC em Paris, Hugh Schofield, o debate mostrou "a agressão de uma demagoga, o veneno e as observações mesquinhas de Le Pen, planejadas para atingir o âmago de seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

adversário". E revelou "a racionalidade cartesiana de Macron, um brilhante tecnocrata francês". Esse já revela aqui a sua posição.

Para ele, não existe a menor semelhança entre os dois candidatos, diametralmente opostos: suas personalidades colidem, suas políticas colidem e eles se abominam um ao outro.

No debate, aponta o comentarista britânico, Macron e Le Pen prestaram um grande serviço, ao mostrar a grande divisão de nosso tempo: não a divisão entre a esquerda e a direita, mas entre a nação e o mundo. É um debate que ecoa muito além das fronteiras da França, e, por isso, esse "confronto" entrará para os anais.

A esse propósito, em um debate, a Marine Le Pen, em certo momento, disse que os franceses não tivessem nenhuma dúvida de que a França seria governada, de qualquer maneira, por uma mulher: ou por ela ou pela Angela Merkel.

Na última reviravolta de sua política para a União Europeia, Le Pen incluiu a adoção de uma "moeda dupla" – essa é uma questão confusa – se for eleita Presidente. A França terá o franco francês de volta, ao mesmo tempo em que manterá a moeda europeia, que seria renomeada de Euro para ECU. A imprensa francesa revela que há, na realidade, uma rixa interna pelo poder no Front Nationale, entre o vice-líder de Marine Le Pen, Florian Filippot – que quer ter o franco de volta –, e a sobrinha da candidata, Marion Maréchal-Le Pen, que quer manter o Euro. Por isso, os franceses terão ambos.

O programa de governo de Marine Le Pen, como ressalta o jornal *Le Monde*, propõe também uma rápida renegociação – esse é outro ponto extremamente curioso até pelo otimismo – com a União Europeia. Isto é, um "Frexit" – uma versão francesa do Brexit da Grã-Bretanha. Nos cálculos de Le Pen, caso eleita, isso deverá acontecer dentro de meio ano, ou seja, seis meses, e dará de volta à França sua "soberania". Achar que poderá sair da União Europeia e resolver todos os problemas em seis meses, acho que é extremamente otimista.

Macron foi considerado o vencedor do debate. Pesquisa feita pela BFMTV logo após o encerramento do programa revelou que o adversário de Marine Le Pen foi "o mais convincente" na opinião de dois terços (ou 63%) dos entrevistados. Quando perguntados sobre qual candidato foi o mais honesto, o mais alinhado com os valores dos eleitores e o que tinha os melhores planos para o país, os entrevistados também apontaram Macron. A pesquisa ouviu 1.314 pessoas, maiores de 18 anos, que assistiram ao debate.

Sobre o Brexit, saliento que a Primeira-Ministra britânica, Theresa May, acusou políticos europeus de fazerem "ameaças" contra o Reino Unido para tentar influenciar os resultados das eleições gerais, marcadas para o próximo dia 8 de junho. As declarações da Primeira Ministra foram feitas ontem, após voltar de um encontro com a Rainha Elizabeth II, no Palácio de Buckingham.

A Primeira-Ministra escocesa, Nicola Sturgeon, disse que achou "irresponsável" da parte de Theresa May tentar "envenenar" as relações com a União Europeia. E fontes oficiais de Bruxelas classificaram a acusação de May de "pura fantasia".

A declaração de May veio no mesmo dia em que o Secretário do Brexit do Reino Unido, David Davis, e o negociador-chefe do Brexit pela União Europeia, Michel Barnier, pareciam discordar sobre o custo da "conta do Brexit" que o Reino Unido deveria pagar quando deixasse o Bloco. Segundo Bruxelas, esse custo seria de 100 milhões de euros.

Para a analista política e editora política da BBC, Laura Kuenssberg, o comentário de Theresa May mostra, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza, pois nenhum líder político quer ser visto como um "capacho". Quando o Reino Unido falava duro, como membro da União Europeia, os outros não tinham outra escolha a não ser ouvir. Mas agora que o Reino Unido está de saída – prossegue Laura Kuenssberg – o incentivo para que os outros ouçam o que o país tem a dizer – ou façam a sua vontade – é bem diferente.

Agradecendo, mais uma vez, a presença das Srªs e dos Srs. Senadores à reunião de hoje, damos início à nossa pauta deliberativa.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora ANA MARIA PINTO MORALES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República do Zimbábue.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 27/04/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do Senhor COLBERT SOARES PINTO JUNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Zâmbia.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador *ad hoc* José Medeiros.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 30/03/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Dito isto, convido para que tomem assento à mesa a Srª Embaixadora e o Sr. Embaixador, para participarem da sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, enquanto se aproxima a Embaixadora e o Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não sei se é oportuno... Esses seus relatórios na abertura das nossas ações são extremamente positivos como uma análise do que está acontecendo no mundo. A maior parte disso nos informa bastante bem, mas nós não temos muito o que fazer. Mas dois dos assuntos que o senhor trouxe eu creio que em algum momento merecem uma reflexão nossa. O caso da França é uma reflexão mais teórica sobre o fim dos partidos tradicionais, mas sobre o caso do Trump valeria a pena, em algum momento, esta Comissão se debruçar, junto com o Governo, para pensarmos o que vai acontecer no Brasil. Já falamos disso aqui alguma vez. Alguns dizem que pode ser muito benéfico para o Brasil, na medida em que México, Chile, os países do Pacífico vão ser preteridos no comércio internacional e a gente pode tirar proveito; outros acham que não e que o fechamento dos Estados Unidos será ruim para todos.

E o segundo é a Venezuela. Será que a gente pode ou não discutir aqui as consequências da quase guerra civil que já há lá? E se isso durar mais algum tempo, se amanhã tropas estrangeiras entrarem ali? E não é impossível, de um lado e de outro.

Então, é apenas para perguntar se, no caso das análises que o senhor fez – e não é agora o momento, obviamente –, a gente poderia, talvez nas segundas-feiras, como o senhor tem feito, debater esses dois problemas que estão acontecendo fora do nosso Território, mas que têm relações diretas com o Brasil: o governo novo nos Estados Unidos e o impasse a que se assiste, com violência crescente, na Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Perfeitamente, Senador Cristovam Buarque. Suas observações são, como sempre, lúcidas e oportunas. Nós incluiremos, a seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pedido, nos próximos painéis que esta Comissão vai oferecer a cada 15 dias, às segundas-feiras, às 18h, aqui no plenário da Comissão, essas suas observações – realmente o que causará o governo Trump às nossas relações não somente com os Estados Unidos, mas aqui, no nosso continente, bem como a questão da Venezuela, que nos preocupa.

Um dos temas de um dos painéis que estarão por vir fala a respeito de migração. Nós estamos vendo um fluxo migratório importante na fronteira da Venezuela com o Brasil, mais especificamente no Estado de Roraima. Mais de 100 mil venezuelanos já ingressaram em Território brasileiro como asilados políticos ou, enfim, como fugidos da situação de calamidade por que passa aquele país, inclusive com a população passando fome.

Então, a sua sugestão está acatada. Nós a incluiremos nos painéis que se seguirão a este que na próxima segunda-feira realizaremos, que será muito importante porque coincide de ser, esse painel, realizado no dia seguinte ao resultado das eleições presidenciais na França. A eleição se dará no dia 7, domingo, e o nosso painel, que tratará do tema "Não me representam", trataremos também das consequências das eleições presidenciais na França, no dia 8, segunda-feira, às 18h.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Voltando à nossa pauta deliberativa do dia de hoje, eu passarei a palavra à Embaixadora Ana Maria Pinto Morales, indicada para a Embaixada do Brasil no Zimbábue, para a sua exposição preliminar a este Plenário. S. Exª disporá de dez minutos para a sua exposição.

A SRª ANA MARIA PINTO MORALES – Exmo Sr. Presidente Fernando Collor; Exmo Sr. Relator, Senador Pedro Chaves; excelentíssimos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sinto-me particularmente honrada com a designação para servir como Embaixadora do Brasil no Zimbábue; e, particularmente, sinto-me honrada com a oportunidade de estar aqui, perante os senhores, para expressar minhas impressões, minhas percepções sobre as relações entre Brasil e Zimbábue.

Em 2011, eu estive nesta Comissão, com a sua Presidência, naquele momento, e foi aprovada então a minha indicação para servir como Chefe da Embaixada na Zâmbia, onde eu tenho servido desde então. Venho desenvolvendo a minha experiência na África e espero continuar servindo ao Brasil nesses países onde nós temos uma herança e uma história comuns, e devemos dar muita prioridade a nossas relações com eles, em função justamente desses interesses comuns, dessa história comum, que muito nos orgulha a todos nós, brasileiros.

Caso seja aprovada a minha indicação para o Zimbábue, será a segunda vez que eu sirvo nesse país. Estive como encarregada de negócios por 15 meses durante a minha estada de 1992 e 1995. E me encantou muito o País.

Eu pedi, expressei o meu interesse em voltar ao Zimbábue e tive a sorte de esse interesse ser respondido positivamente. E aqui estou como candidata a novamente servir naquele país, que eu considero um dos países mais interessantes da África Austral, quem sabe do continente.

As dificuldades econômicas que enfrenta atualmente o país não negam de toda maneira o potencial maravilhoso que ainda existe: a infraestrutura, a agricultura, a educação do povo, que chegou a ter 96% de alfabetizados, e hoje está um pouquinho abaixo pela crise – a crise atingiu muito o setor educativo também, entre outros. Então, é muito difícil ser positivo, principalmente entre a população zimbabuense; é difícil eles manifestarem um otimismo, mas as causas, as razões para sermos otimistas são muito claras, muito evidentes: é um país com uma forte infraestrutura, uma agricultura, uma riqueza natural muito grande, em todos os sentidos. Há analistas, como o eminente Eric Bloch, que é do Zimbábue, que aponta setores que já estão ou que se mantêm contribuindo para a permanência do país como uma economia viável: a agricultura, a manufatura, o setor de turismo e, naturalmente, o setor mineiro, que é muito forte.

Na agricultura, o país conta com 20 milhões de hectares de terras aráveis. É um privilégio. É um país que foi o celeiro da África Austral até os anos 90, até o final do século passado. Hoje, as atividades estão contraídas, por motivos políticos e que influenciaram muitíssimo a decadência econômica do país. O país chegou a ser um grande exportador de milho, trigo, outros grãos, algodão, tabaco – quando eu estive no Zimbábue, o país era o terceiro maior produtor de tabaco do mundo, o Brasil, o segundo, e os Estados Unidos, o primeiro – e conta com 2 milhões de trabalhadores capacitados à agricultura. Quer dizer, as condições estão lá, plenas condições para uma recuperação. Acho que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

temos que ter essa visão, como representante do Brasil lá, de oportunidades que deverão surgir no momento em que a situação econômica e política permitir.

No setor mineral, é gritante o grande potencial. Eles têm umas reservas, talvez segunda ou terceira reserva de ouro e platina, diamante – recentemente, foi descoberta uma grande reserva de diamante –, carvão, cromo, níquel, lítio, gás metano, esmeraldas... É muito forte. Então, a sociedade zimbabuense está aguardando que esse setor se revitalize para poder, realmente, contribuir como deve à recuperação da economia no país.

O turismo é outra área muito importante. Eu estive lá nos anos 90 e conheci a infraestrutura. Fiquei encantada com a segurança, a capacidade, a qualidade do pessoal, do serviço da infraestrutura. Havia voos constantes para todos os pontos turísticos; as estradas eram excelentes. Tive uma impressão magnífica. Em 2014, o Zimbábue foi considerado o melhor destino turístico mundial. Em 2014, em plena crise! O potencial de criação de emprego é fantástico.

Por último, a questão das manufaturas. É outro setor que deverá ter uma sustentabilidade e contribuir para a inclusão social. Então, é outro setor.

Não quero deixar de mencionar o nosso Programa Mais Alimentos, que é o centro da nossa atuação em cooperação técnica. O Zimbábue terminou a primeira fase desse empréstimo do Proex, que está transformando a agricultura no Zimbábue.

O próprio Presidente Mugabe, em uma celebração, um evento, em um desses projetos – são 176 projetos no país –, chegou a dizer: "Este país, Brasil, está nos ajudando." Ou, como é típico do Presidente Mugabe, atacar os países ocidentais, atribuindo a responsabilidade pela crise aos países ocidentais devido às sanções. Mas, no caso do Brasil, a nossa situação é privilegiada hoje. Nós somos um grande país parceiro. E esse projeto transformou de tal maneira os locais, principalmente nas terras áridas, onde o agricultor pobre se concentra, desde a época colonial. Ele recebeu só terras áridas; daí o problema agrário no Zimbábue, que é um caso muito específico.

Se viajarmos pelo interior, vamos ver verdadeiros oásis verdes, magníficos – nosso projeto. Então, esse projeto é a menina dos olhos da nossa Embaixada. A Embaixadora anterior fez um trabalho magnífico junto às autoridades, com a contraparte brasileira. Nós vendemos, com empréstimo concessionário, maquinaria e equipamentos para irrigação. E eles realmente estão produzindo além do previsto; estão doando e comercializando. Então, é uma fonte de renda, não só serviu à subsistência e à eliminação do grande perigo de insegurança alimentar no país, que é um perigo iminente e constante. Um país de exportador passou a importador e a gastar fortunas. O governo hoje diz que, pela fortuna que gastamos para importar alimentos, deveríamos replicar a experiência com o Brasil. O Brasil hoje é o parceiro privilegiado do governo zambiano.

Há muito o que fazer, mas acho que as oportunidades virão, principalmente em infraestrutura para nossas empresas. Hoje, com as sanções, que não são contra o país, mas contra pessoas ligadas ao governo... As sanções não podem ser consideradas responsáveis pela crise. As sanções que os Estados Unidos e os europeus aplicam são a pessoas, mas há o discurso de que seriam os responsáveis pela grande contração econômica.

Temos muito o que fazer, mas temos muito o que observar, porque haverá muitas oportunidades, e será bastante interessante estarmos muito atentos. O Zimbábue voltará a ser um dos países com uma economia das mais fortes da África, do continente como um todo.

Eu vou deixar agora... Acho que abri oportunidade para muitas perguntas, que ouvirei com o maior prazer.

Agradeço muito ao Sr. Relator a minha presença aqui e ao Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Srª Embaixadora Ana Maria Pinto Morales, pela sua exposição.

Passo a palavra agora ao Embaixador Colbert Soares Pinto.

Dez minutos, V. Exª dispõe para sua exposição.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Muito obrigado.

Inicialmente, gostaria de dar um bom dia a todos, saudar o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, todos os membros da Comissão, o público aqui presente, colegas do Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Gostaria também de fazer uma especial saudação a minha mulher que está aqui presente, Ilma. Muito obrigado pelo apoio e inspiração em todos os momentos.

Faço um especial agradecimento ao Senador Lasier Martins pelo trabalho de relatoria da minha sabatina. Muito obrigado.

A África é o segundo maior continente do mundo em extensão territorial e é o segundo maior continente do mundo em densidade demográfica. É o primeiro continente do mundo em número de países. São 54 países, e a Zâmbia, que é um deles, está localizada na porção meridional da África e não está entre os maiores países da África nem entre os menores.

A Zâmbia não tem saída para o mar. É um país mediterrâneo cercado por oito vizinhos. Faz fronteira com o Zimbábue, ao sul, assim como com Botsuana, com a Namíbia, com Moçambique, todos estes ao sul. Faz fronteira, ao leste, com Maláui; ao norte, com a República Democrática do Congo; e, a oeste, com Angola. Portanto, faz fronteira com dois países de língua portuguesa: Angola e Moçambique.

A Zâmbia tem uma população que, em 2015, foi registrada como da ordem de 16 milhões de habitantes; atualmente, está estimada em 17 milhões. Lusaca, a capital, concentra 10% dessa população.

A Zâmbia é um país ainda predominantemente agrário e rural. Sessenta por cento da população do país estão concentrados nas áreas rurais, e 40%, nas áreas urbanas. É um país com um índice de pobreza ainda bastante elevado, em torno de 54%, mas 76% dessa pobreza estão localizados nas áreas rurais, e em torno de 23% ou de 24%, nas áreas urbanas.

A taxa de analfabetismo na Zâmbia ainda é bastante elevada também: em torno de 38%, 30% para os homens e em torno de 47%, 48% para as mulheres.

É um país que está classificado na lista de desenvolvimento humano no nível médio. Tem um Índice de Desenvolvimento Humano considerado médio: 0,579. Está classificada no 139º lugar na lista.

Na Zâmbia, não obstante esse quadro que poderia induzir a certo pessimismo, temos de analisar também outros aspectos que são como fortalezas do país. Eu ressaltaria, nesse sentido, o que nós podemos depreender da evolução política na Zâmbia. A Zâmbia tem 52 anos – vai fazer 53 anos – como nação independente e, por 75 anos, teve o domínio colonial britânico. Portanto, é uma nação jovem ainda. Passou à condição de nação independente vindo de uma situação muito desfavorável, porque a Zâmbia foi, assim, como o patinho feio da região, porque os investimentos de infraestrutura se localizavam sobretudo no Zimbábue, em função da proximidade do Zimbábue com a África do Sul e com as saídas pelos portos da África do Sul. Então, a questão logística toda, o *hub* logístico, ficou no Zimbábue. Quando a Zâmbia se tornou independente, isso se tornou uma grande dificuldade, superar esse obstáculo foi uma primeira preocupação do governo – isso em 1964.

A Zâmbia tem uma diversidade étnica enorme, são 73 etnias dentro do país, e, desde o princípio, na independência da Zâmbia, o lema lançado pelo Presidente Kenneth Kaunda, que presidiu o país durante 27 anos foi "Uma Zâmbia, uma nação". Ou seja, havia a preocupação de construir uma unidade dentro das diversidades. Por isso é importante salientar o fato de que, nos 53 anos de independência da Zâmbia, o país caminhou de forma pacífica, teve um processo político que nunca degenerou para um estado de violência. Essa é uma característica que, a meu ver, nos aproxima, é uma afinidade que temos entre o Brasil e a Zâmbia, e é uma fortaleza do país essa capacidade de articulação e de composição interna.

Desde o princípio, a Zâmbia foi uma república presidencialista, desde a sua independência. Ela é dividida em dez províncias; ela tem os poderes plenamente constituídos e independentes; o Legislativo é unicameral, composto por 156 membros eleitos pelo voto direto, e oito mais que são indicados pelo Presidente; tem um quadro de ministros e cargos de nível ministerial de 29, são 29 cargos. Cerca de um terço desses cargos é ocupado por mulheres, a Vice-Presidência do país é exercida por uma mulher, e a Zâmbia está representada no Brasil por uma mulher. Isso também é significativo. Acho que também é outra marca que nos aproxima: é um país tolerante com as etnias, tolerante com as diferenças. Então, esses aspectos são como fortalezas, a meu ver, e são afinidades com o Brasil.

A Zâmbia está no seu sexto Presidente na sua vida como nação independente. O Presidente Edgar Lungu acaba de vencer eleições. O início do seu mandato de cinco anos começou em setembro do ano passado, depois de um curto período em que ele exerceu um mandato tampão, para o qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também foi eleito, decorrente da morte do Presidente Michael Sata, em 2014. Então, de meados de 2014 até setembro de 2016, houve esse período de mandato tampão. A partir de setembro do ano passado, o Presidente Edgar Lungu tem cinco anos de mandato pela frente. Ele foi eleito com uma margem de mais de 100 mil votos de diferença para o seu principal opositor, e com uma maioria confortável no Parlamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Então, a meu ver, as condições políticas na Zâmbia, no momento, são favoráveis para se começar um trabalho com o novo governo.

No campo da economia, a Zâmbia – é importante dizer – é muito dependente do cobre, que representou, desde o princípio da colonização da Zâmbia, o principal interesse das nações ocidentais naquele país, e representa em torno de 75%, ou quase isso, das exportações da Zâmbia.

Essa dependência do cobre torna a Zâmbia muito vulnerável às flutuações do mercado internacional. O cobre já teve momentos de grande valorização, num passado não muito distante. Pouco antes da crise de 2008, tivemos um pico dos preços do cobre no mercado internacional, chegando em torno de US$8,5 mil a tonelada; depois, tivemos um declínio muito acentuado, para um retorno ainda mais forte, em 2011, quando subiu a quase US$10 mil a tonelada, e de novo uma queda, de uns três anos para cá. Atualmente, o preço situa-se em torno de US$5,7 mil.

Essas flutuações atingem fortemente a economia da Zâmbia e provocam instabilidades. O governo está em vias de negociar, nesse momento, um acordo com o FMI. Os acordos com o FMI sempre são delicados, porque impõem compromissos internos no país, no sentido de induzir uma reestruturação do país. E esses compromissos provocam, muitas vezes, insatisfações, ou atingem a popularidade política. Mas a Zâmbia, nesse momento, precisa desse acordo, está negociando esse acordo.

A relação dívida/PIB da Zâmbia é de 35%. Alguns indicadores são positivos, a inflação está controlada, hoje em dia está em torno de 7%, e temos a perspectiva desse acordo com o FMI, o que dará um novo alento ao país para atender compromissos internacionais de seus credores e ter maior capacidade renovada de investimento, de captação de recurso no mercado internacional para investimento na infraestrutura e na capacitação humana do país.

Eu encerraria, então, minha exposição com apenas um comentário sobre a agenda de trabalho da Embaixada, caso minha indicação seja aprovada pela Comissão.

Acho que temos condições de trabalhar no sentido do adensamento das relações com a Zâmbia, temos alguns projetos de cooperação técnica que podem ser desenvolvidos, há um grande interesse da Zâmbia na área de bioenergia. Há propostas de firmar memorandos de entendimento nessa área. Estamos também com uma perspectiva de ter um projeto na área de alimentação escolar e um acordo de reestruturação da dívida com o Brasil. Esse acordo já está pronto para ser assinado. Precisaríamos apenas, juntamente com os colegas no Ministério da Fazenda e o Governo da Zâmbia, de combinar uma data para a assinatura do contrato, que resultará no perdão de 80% da dívida da Zâmbia com o Brasil, a dívida total é de US$112 milhões, e o restante, que são US$22 milhões, serão pagos pela Zâmbia em duas parcelas.

Uma última palavra sobre, ainda no contexto dessa agenda de trabalho, o grande interesse da Zâmbia na visita do seu Chanceler ao Brasil. Essa visita já foi objeto de conversas e temos uma boa perspectiva de realizá-la ainda este ano. Eu, caso aprovado, trabalharei nesse sentido de procurarmos, então, viabilizar essa visita e, em torno dessa visita, montarmos uma agenda substantiva, que inclua a assinatura de atos que virão reforçar a relação bilateral.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto, indicado para a Embaixada do Brasil na Zâmbia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Há uma sessão especial no plenário do Senado Federal em homenagem ao ex-Governador da Bahia Lomanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Júnior. Eu gostaria de solicitar a abertura do painel de votação para que a gente possa também fazer presença lá no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho solicita colocar à deliberação do Plenário a abertura da votação dos senhores sabatinados.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura a partir de agora da votação eletrônica permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está, portanto, sendo dado início agora ao processo de votação dos Srs. Embaixadores indicados, respectivamente, para as Embaixadas do Brasil no Zimbábue e na Zâmbia.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Dando início às inscrições para o uso da palavra, a primeira inscrita é S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, caros colegas Senadores, caros Embaixadora e Embaixador, eu quero, com a vênia dos colegas, dizer que a República de Piratini está muito bem representada: uma Embaixadora de alta qualidade, nascida em Santo Ângelo, na região missioneira do meu Estado; e também o Embaixador Colbert Soares Pinto Júnior, gaúcho de Porto Alegre. Então, hoje, a República de Piratini está se fazendo presente.

Queria cumprimentá-los pela exposição feita e colocar aqui uma curiosidade: a Embaixadora Ana Maria falou com muito entusiasmo sobre o Zimbábue, mas eu li, há pouco tempo, uma notícia divulgada pela Bloomberg News e publicada pelo jornal *O Globo,* dando conta da informalidade da economia naquele país. Eles têm até um problema com a moeda. Às vezes, usam o dólar; às vezes, um bônus a que se atribui valor monetário. Mas é um bônus, um papel, às vezes moeda, onde vai escrito "tantos dólares", moeda americana. Eles não têm uma moeda de estabilidade.

E a informalidade na economia chega a tal ponto, caros colegas Senadores, que, agora, o Banco Central do Zimbábue estuda a possibilidade de incluir, entre as garantias dos pequenos financiamentos, gado: cabeças de boi, de ovelha, animais. Então, é uma ideia... E não só animais. A Embaixadora foi muito clara ao falar do potencial da área agrícola, no seu peso na economia do país, mas também pensam em aceitar como garantia automóveis, geladeiras, televisores, liquidificadores. Então, claro, são recursos. Fala-se que a economia mudou muito e que é preciso o Banco Central de lá se ajustar a essas necessidades locais.

Ainda sobre essa questão da moeda, indago: com relação ao turismo, a que a senhora deu um destaque também muito grande, essa informalidade não impactaria nesse setor? Como é que o turista lá tem segurança para circular?

Ainda: em que áreas nós podemos, especialmente o nosso Estado, que é um Estado agrícola também, cooperar com o país onde a senhora irá nos representar?

Embaixador Colbert Soares, o senhor falou que, na Zâmbia, a diferença foi de 100 mil votos para o Presidente eleito em 2016 – em agosto foi a eleição, ele assumiu em setembro. Qual o eleitorado de lá para podermos quantificar se essa é uma diferença... Porque o noticiário de uma rádio italiana, a Rádio Vaticano, quando o líder da oposição perdeu a eleição para o Presidente atual, disse que este foi preso em uma operação policial, à noite, por estar fazendo uma oposição talvez mais radical, e, aí, fala-se exatamente que a diferença entre os dois foi por uma margem muito pequena, ou seja, 100 mil votos. Então, depois, eu queria que o senhor falasse sobre isso.

E há um grande debate no país sobre a saída da Zâmbia do Tribunal Penal Internacional, e o líder da oposição, que perdeu a eleição, é, digamos, o fomentador disso, alegando que se gasta muito dinheiro do país, recursos que precisariam ser aplicados em outras frentes importantes.

Então, são apenas essas curiosidades. E um comentário também, como o senhor disse, na questão da bioenergia, que talvez nós tenhamos, com o nosso Rio Grande do Sul, parcerias com a Zâmbia.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, eu quero, em primeiro lugar, meus caros colegas, dizer da satisfação de estar aqui, porque a sensação que fico de estar nesta reunião é de que o barco continua, o Brasil vai em frente, apesar da perplexidade geral, apesar do desfuncionamento que nós temos hoje, como vimos ontem, na Câmara, apesar da incapacidade nossa, dos líderes, de convencermos o povo, o Brasil de que é preciso fazer as reformas que estão aqui. Apesar de tudo isso, nós estamos discutindo, a força do Senado, que são poucos países que têm, numa sabatina de dois embaixadores para países que são vistos como pequenos, em que poucos países do mundo têm embaixada. E eu insisto que isso é uma grande qualidade do Brasil: estar presente em todos os lugares. Então, eu fico aqui com a sensação de que tudo isso está num pântano político, num terremoto econômico, mas o Brasil vai, e com projetos de grandeza, de não desprezar ter representante no Zimbábue e em Zâmbia. Não sei quantas embaixadas tem em cada um, mas eu acho que o Brasil tem que fazer todo o esforço para manter suas embaixadas em todos os países onde temos, e não é porque vai trazer comércio, é porque traz dimensão nacional, traz projeto nacional, traz rumo.

Ontem tivemos uma conversa, eu e o Presidente Collor, e eu falava que tenho impressão de que o que mais sinto falta hoje, no Brasil, são duas coisas: coesão e rumo. A coesão não vem desta sabatina, mas esta sabatina, com esses dois países e com o Senado sendo ouvido pelo Poder Executivo, é parte pequenininha da ideia de um rumo: queremos estar presentes no mundo – e, aliás, é preciso aqui fazer sempre registro: nós devemos isso sobretudo a Fernando Henrique Cardoso e Lula, eu acho que eles dois foram os Presidentes que disseram: "Olha aí, nós estamos presentes no mundo."

Dito isso, eu vou fazer comentários exatamente para os dois, com pequena diferença para cada um, porque estão na mesma região, países parecidos, apesar de que um hoje está numa crise muito mais profunda que outro. Se há informações do papel da China nesses países e se isso não é preocupante para nós, não só porque é o enfraquecimento dos outros países que não sejam a própria China – e aí não temos que defender os outros, mas o Brasil, que tem um projeto de longo prazo de estar na África, como parceiro. Lembrem-se de que, no passado distante, chegou-se a imaginar que Brasil e Angola seriam um só país, separados pelo Atlântico, mas uma nação. Chegou-se a pensar isso.

Então, o Brasil tem uma visão de que a África é um continente próximo, e isso a gente deve um pouco à visão dos militares durante o regime militar. Eles tiveram essa visão, estiveram presentes, enfrentaram até os Estados Unidos em alguns momentos, como no apoio à independência de Angola. A China tem crescido, e eu queria ver informações.

Mas um detalhe que me preocupa – tenho uma pessoa trabalhando comigo nesse sentido, um aluno – é se eles estão caminhando para produzir soja nesses países. Eu tenho insistido, especialmente com o Governador de Mato Grosso do Sul, e ainda mais com o de Mato Grosso, que pode vir a acontecer com a soja o que aconteceu no passado com a borracha. Belém e Manaus estavam talvez entre as cidades mais ricas do mundo; de repente, a borracha foi para a Malásia, e elas viraram cidades sem a riqueza de antes.

Eu sinto, meu caro Senador Pedro, que isso vai acontecer, se nós não cuidarmos, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, essa região toda da soja. Isso aí está na metade do caminho para a China, comparada com o Brasil.

Não é que eu queira com isso impedir que produzam lá, até porque serão produtores brasileiros, não só chineses. Há produtores brasileiros, empresários, já indo para lá, e é natural, capital é isso. Eu acho é que Mato Grosso do Sul e Mato Grosso deveriam começar a investir no pós-soja. E aí vai ser alta tecnologia. Eles têm que transformar essa região em uma espécie de Silicon Valley, para que, no futuro, produzam algo cuja concorrência dependa do conhecimento, e não da terra.

Então, a minha pergunta é se há informações sobre investimentos chineses lá em geral. A minha assessoria falou que a China fechou 246 novos acordos só em 2016, na Zâmbia, no valor de US$50 bilhões, o que para lá é muito dinheiro. Então, em geral, como é que está a China entrando? E, segundo, o risco de eles produzirem um dos produtos que são a base hoje da nossa economia, que é a soja. O nosso agronegócio teria uma concorrência extremamente difícil de vencer, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tecnologia, nós próprios vamos vender para eles, da Embrapa, que está no mercado. O capital virá proximamente da China. E uma parte importante do custo, nós sabemos, é a parte logística, pela má qualidade do transporte dentro do Brasil e pela distância em relação à China. Essa é a minha pergunta.

A outra pergunta, sobretudo no caso do Zimbábue, um país pelo qual, anos e anos atrás, quando eu era reitor, tive certo carinho, porque tinha uma das mais antigas e melhores universidades da África – eu tenho acompanhado e parece que hoje não está mais naquelas condições –, é se há um espaço para ocuparmos na cooperação cultural, científica, tecnológica, com o Zimbábue e com a Zâmbia também. Eu insisto no Zimbábue porque conheço um pouco da história e do que existe lá. E na Zâmbia eu não conheço, a não ser o nome do Presidente de 27 anos, que é uma figura tão importante na história da África, para o bem ou para o mal, mas é um nome marcante.

Então, essas são as minhas perguntas. E eu concluo só com uma referência que eu sempre dizia aos meus alunos no Instituto Rio Branco: se vocês quiserem melhorar o currículo, arranjem um lugar em Londres, mas se quiserem melhorar a biografia, arranjem um lugar na África. Vocês vão melhorar as biografias de vocês, tenho certeza. E espero que ajudem a melhorar com isso a história do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, saúdo os conterrâneos, a Embaixadora Ana Maria, que vem da nossa região das Missões do Rio Grande do Sul; e o Embaixador Colbert, que vem de Porto Alegre. Isso significa que não apenas o Brasil está bem representado, mas honrosamente o nosso Rio Grande do Sul está indo pelo mundo, para ajudar seguramente no desenvolvimento, desbravando principalmente os países da África, que têm as dificuldades conhecidas.

Eu fiquei bem impressionado com a descrição da Embaixadora Ana Maria, porque ela está com muita disposição, com muito otimismo, e isso é ótimo, porque vai para um país em relação ao qual nós temos pouco conhecimento. Ficamos sabendo muito mais hoje pela preleção que ela nos apresentou.

Mas tenho uma curiosidade, Embaixadora: pelo que pesquisamos, há quatro anos, o Brasil através do BNDES, concedeu um crédito de US$90 milhões para o Governo de Robert Mugabe, para a compra de equipamentos agrícolas. Mas, pela pesquisa, há dúvida: será que esta verba foi realmente aplicada para a compra de equipamentos agrícolas, que seriam da indústria brasileira? E a cogitação que faz a notícia é de que, sendo um país de um Presidente que lá está há 36 anos, será que não se aplicou essa verba para manter o regime de opressão?

É evidente que pedir um pronunciamento desses a uma diplomata é muita ousadia, porque a característica do diplomata é tomar cuidados, ainda mais quando está indo para determinado país. De modo que, com a habilidade que lhe é própria, consulto se pode também averiguar se a nossa verba brasileira foi bem aplicada ou está sendo bem aplicada.

E para o meu prezado Colbert, cuja família conheço um pouco: também pela pesquisa feita, pediria mais uma opinião. É que, segundo notícias, até o fim deste mês de maio, está em andamento na Zâmbia uma consulta pública sobre a saída do país do Tribunal Penal Internacional, que é sabidamente uma organização de defesa dos direitos humanos – e já houve tentativa da África do Sul; acabou não conseguindo sair. Isso não pode prejudicar o comércio? Ainda mais, com um bom Embaixador que teremos agora, temos evidentemente interesses em estabelecer as melhores relações comerciais do Brasil com a Zâmbia. Mas se essa pesquisa, que é de iniciativa do Presidente da Zâmbia, desconfiado de que, na verdade, os processos lá são mais instalados, segundo a alegação do Presidente que motivou essa pesquisa pública, essa consulta pública, seria um descontentamento com uma perseguição mais aos dirigentes do país, e não por outra razão. Então, gostaria mais de uma opinião do nosso Embaixador Colbert.

São essas duas simples perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lasier Martins.

E passo a palavra, para oferecer respostas às indagações formuladas, à Embaixadora Ana Maria Pinto Morales.

A SRª ANA MARIA PINTO MORALES – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria, primeiro de tudo, agradecer as muito gentis palavras dos Exmos Senadores que me dirigiram perguntas, pelas observações sobre a nossa origem gaúcha. Somos gaúchos, sim. Sabemos onde termina o Brasil e começa o país vizinho. Somos muito brasileiros!

Realmente, o Itamaraty está a pleno vapor, estamos trabalhando muitíssimo, e eu estou – não posso esconder – muito entusiasmada em voltar ao Zimbábue e continuar a minha missão. Eu tenho uma tendência – os senhores vão entender. Eu sou Embaixadora na Zâmbia. Então, eu tenho uma tendência a responder as perguntas dirigidas ao meu colega, mas vou me ater ao que se refere ao Zimbábue.

Senadora Ana Amélia, eu gostaria de lhe informar que, realmente, a situação monetária é muito crítica. Houve uma substituição... Como há uma escassez muito grande de moeda, foi instituída, após a hiperinflação dos anos 2008 e 2009... Em 2009, foi instituída a cesta de moedas. A mais forte é o dólar americano; a segunda, o rand, da África do Sul; e há outras moedas também utilizadas no mercado interno. Mas há uma escassez, há uma fuga de capital muito grande, principalmente em função da indigenização e do fechamento de muitas empresas. Hoje algumas estão reabrindo, mas há uma contração tão forte, uma fuga de capital, e o governo ficou sem divisas e com um problema com os bancos internacionais muito sério. Ele instituiu, criou os bonds. É um papel, uma moeda de que, na verdade, há quem discuta o lastro. Há quem diga que não há esse lastro. O lastro seria o empréstimo com o Afreximbank de US$200 milhões. Esse seria o limite do valor a ser emitido. Começaram com notas com um valor de face muito pequeno, muito baixo, mas elas estão praticamente sendo utilizadas. O escambo é geral, realmente, e a informalidade é de mais de 80% da economia.

O país está nessa situação em que é muito estimulado – e aí vem o turismo – o uso do cartão de crédito. Então, é amplamente utilizado no país, e é estimulado cada vez mais o uso de meios eletrônicos para pagamentos. Então, o turismo fica um pouco resguardado nesse sentido.

O país realmente está sofrendo muitíssimo. Agora, pagou toda a dívida com o FMI, mas o FMI não entra em nenhum novo programa com o país enquanto não houver pagamento aos demais bancos internacionais. E a questão é bastante delicada. O Afreximbank promete organizar certos empréstimos-ponte de mais de US$800 milhões para ajudar os 1,8 bilhões de dívida externa com os bancos que ainda restam. Pagaram US$109 milhões ao FMI, então zeraram com o FMI, mas não podem ter nenhuma ajuda do FMI. Mas foram levantadas as sanções do FMI. Agora, o país tem acesso a um *trust fund* para o combate à pobreza. Ele estava fora disso.

Então, há uma flexibilização, mas ainda não está entrando nenhum investimento dos grandes bancos, não há nenhum dinheiro novo entrando no país. E o país necessita disso para poder importar combustível, alimentos, medicamentos, que são, na verdade, as três áreas prioritárias para a importação. Essa é uma situação realmente dramática.

Senador Cristovam Buarque, realmente, como eu disse, nós estamos entusiasmados com a nossa presença na África. Vamos continuar lutando muito pela cooperação, pelo aumento da cooperação. Fizemos muito na Zâmbia, mas houve uma contração da nossa capacidade financeira de implementar as novas fases dos projetos. Estamos com esse projeto na área agrícola.

Quanto à China, realmente a China é muito importante para todos os países africanos. Eu considero, pessoalmente, que a China necessita dessa válvula de escape, pela imensa população que tem. Há mais de 10 mil chineses instalados no Zimbábue. Eles estão muito fortes na mineração e nos pequenos empreendimentos. A agricultura é um caso muito especial. A grande produção agrícola estava nas mãos dos brancos rodesianos, não estava nas mãos dos chineses. Mas os chineses prometeram agora – eles acabam de prometer; isso ocorreu há pouco meses, em agosto do ano passado – um investimento em agricultura e em habitação e, principalmente, a construção do novo Parlamento. O Parlamento não comporta mais as suas atividades em Harare. Então, prometeu US$46 milhões.

Então, a China está se movendo, mas está muito cuidadosa com relação à questão da titularidade da propriedade aos estrangeiros. Hoje, há um problema seriíssimo de titularidade da terra, que foi retirada dos fazendeiros brancos, mas que não foi totalmente transferida para os novos proprietários, que, na verdade, são muitas pessoas ligadas aos veteranos de guerra, muitos ligados ao partido do governo e a população carente da área rural. O que acontece é que não há uma produção agrícola importante da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A China está muito cuidadosa com a indigenização, com essa lei introduzida pelo governo do Zimbábue de que, com mais de US$500 mil de capital, nenhuma empresa pode ser controlada por estrangeiros. Então, essa indigenização fez com que 19 das 20 empresas japonesas, por exemplo, se retirassem. Então, essa obrigatoriedade... Na mineração, por exemplo, de diamante, agora, existe uma grande corporação do governo, uma estatal que domina totalmente e controla a produção de diamante, que estava nas mãos de russos e de chineses. Todos, agora, estão sujeitos a uma estatal do governo, o que faz com que eles tenham agora muita cautela. A preocupação hoje da China é não expressar total apoio à manutenção do Partido ZANU-PF no governo. A China tem muito cuidado, mas está lá. É o único país que enviou seu premiê, desde os anos 90, a visitar o país, foi o premiê chinês. Nenhum outro país visita. O país está num isolamento completo. A China está lá, mas está cuidadosa. Temos que ver que ela é importante. Ela está muito preocupada com a questão da indigenização. Então, vamos observar oportunidades de cooperação também na área de turismo e na área de agricultura. Vamos observar, porque, em algum momento, a economia vai ter que se restabelecer. É um país que tem um potencial que não pode ser destruído, que não foi destruído em sua totalidade.

Quanto à questão do nosso empréstimo, Senador Lasier Martins: o nosso empréstimo está sendo muito bem monitorado. Nós já recebemos a primeira parte. São 15 anos de implementação do projeto Mais Alimentos, de US$96 milhões. A primeira fase terminou no ano passado, 33 mil foram reembolsados. É com dinheiro da produção agrícola... O pequeno produtor que recebeu maquinário, que desenvolveu a sua autossuficiência e pôde participar do mercado local, comunitário, ele devolveu, ele pagou pelos insumos, e o banco... Foi muito complicado o pagamento dos juros dessa primeira parcela por falta de divisas, por falta de acesso aos meios internacionais, às instituições internacionais. Nesse caso, o governo fez um esforço elogiável. Nós elogiamos muitíssimo, mas nós estamos monitorando.

Por exemplo, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário envia missões e faz levantamos e avaliações da eficácia do projeto. No caso de todas as missões que nós enviamos de Brasília, o resultado foi positivo. Então, o dinheiro, o empréstimo, está sendo realmente utilizado para os seus fins.

Houve, sim, muitas denúncias na época de que o Brasil estava apoiando a permanência do Presidente Mugabe. Não procede isso. Ele está muito feliz com a nossa participação, como não poderia deixar de ser, mas nós estamos apoiando o pequeno agricultor zimbabuense que está passando fome, e nós conseguimos transformar a área rural do Zimbábue.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado, Embaixadora Ana Maria Pinto Morales.

Pela ordem, S. Exª o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente, é um brevíssimo comentário.

Eu queria me congratular com os dois Embaixadores e, a propósito dessa avaliação que a Embaixadora faz do Programa Mais Alimentos, eu queria dizer que é uma experiência, Senador Lasier, muito bem-sucedida de cooperação econômica, com imensos ganhos para o Brasil do ponto de vista da nossa projeção nos países africanos e com resultados fantásticos. Quero também referir que esse programa vincula fornecimentos da indústria brasileira. Todos os implementos agrícolas, tratores, etc., são fornecidos a partir do Brasil.

Portanto, é um programa que, por suas características, não é um dinheiro que se entrega ao governo de um país, mas é algo que se vincula a um programa relacionado com agricultura familiar, vinculando insumos, bens de capital produzidos no Brasil. Portanto, é um bom exemplo de que se pode fazer cooperação com excelente resultado e a um custo, me permita, relativamente pequeno para a projeção que dele deriva para os interesses do Brasil.

Portanto, eu queria me congratular com a Embaixadora por essa sua lúcida exposição e dizer que, em relação a sua missão, além desses aspectos que foram aqui já discutidos, a questão da indigenização realmente coloca uma situação muito difícil porque foram expropriados ativos de companhias internacionais e até hoje existe aí um quadro que desfavorece qualquer perspectiva de retomada de investimentos externos no país. Além disso, mesmo identificando esse potencial agrícola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fantástico que o Zimbábue tem, remanescem essas questões de titularidade das questões fundiárias, que são tão importantes para deslanchar um programa agrícola de maior expressão.

Então, eu me congratulo.

Eram essas as observações.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, pela complementação das informações prestadas pela Embaixadora.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Obrigado. Agradecendo o interesse dos Srs. Senadores pela exposição que eu apresentei sobre a Zâmbia, respondo, então, às perguntas da Senadora Ana Amélia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Embaixador Colbert deu um dado da luta das Senadoras mulheres. O senhor mencionou que um terço na área do poder, a Vice-Presidente e a Embaixadora são mulheres.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – São.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Essa participação, esse ativismo das mulheres na Zâmbia se deve à cultura do país ou a políticas públicas de empoderamento, de estímulo para uma participação maior no Parlamento ou na administração pública?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Sim, começando, então, pela última pergunta.

Eu acredito, Senadora, não tenho dados firmes sobre esse ponto, mas eu acredito que seja um pouco devido a ambas as coisas. Eu acho que há uma presença cultural forte da mulher e acho que há também uma preocupação no governo, inclusive, há um ministério de gênero no governo da Zâmbia. Então, acho que há uma preocupação nesse sentido, e vemos diversas mulheres – como eu disse – ocupando cargos que chegam à proporção de um terço do Executivo, dos cargos de nível ministerial. Então, eu acredito que seja devido a ambas as coisas.

Não obstante, a gente vê que ainda há uma defasagem em termos de educação formal entre as mulheres e os homens. Isso se reflete naquele índice de alfabetização que eu mencionei, que é bastante superior para os homens. O índice de alfabetização masculina é hoje em torno de 70% e o das mulheres chega a algo em torno de 50%. Então, há uma diferença grande. Também temos que entender que a Zâmbia é um país muito agrário, muito rural. Acredito que essa diferença é uma projeção dessa realidade, de uma realidade em que há ainda um número insuficiente de escolas na área rural, e a população rural é dominante no país. São estruturas normalmente mais tradicionais, em que a mulher tem um papel importante na comunidade e aprende funções tradicionais. Portanto, isso se reflete ainda. Acho que a tendência é que esse quadro evolua para uma isonomia cada vez maior, uma igualdade cada vez maior entre os gêneros.

Em relação à diferença na quantidade de votos na última eleição, o número bruto eu não tenho, mas posso dizer que foi em torno de 3% – três. Então, é uma margem que não é grande, mas tampouco é tão pequena, ela é significativa. Temos que entender que essa reação ao questionamento em relação ao resultado das eleições não é novidade na Zâmbia. Isso costuma acontecer. Sempre que essa margem é um pouco estreita, há esse tipo de reação. Isso acompanhamos na história...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Então, o que ocorre é que a reação do governo Lungu foi muito forte. Houve uma provocação, de fato, do seu opositor, Hakainde Hichilema, chamado de HH, popularmente alcunhado assim. Isso se deu em um contexto de uma festividade importante na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Zâmbia, em que o Presidente estava se deslocando por via terrestre, e o Hakainde Hichilema ocupou a estrada com um comboio de 70 carros, justamente no momento em que o comboio presidencial precisava se deslocar para chegar ao seu destino. Isso gerou uma reação muito forte por parte do governo.

Se olharmos o passado recente da Zâmbia, vamos ver que essa tendência de reação do governo, tentando judicializar a questão, não é novidade. A tendência, posso dizer, é de que essas ações não prosperem. A Zâmbia tem um Poder Judiciário que é bem estruturado, independente, com razoável nível de independência, também com presença de mulheres. No meu entender, essa ação não vai prosperar; ela vai gerar uma irritação, porque é uma tática de revide, digamos assim, mas não deverá prosperar.

Houve, de fato, um abuso no emprego da violência com a invasão do domicílio do opositor ao Presidente, o que está sendo muito criticado e tem gerado, inclusive, notícias, como a senhora bem mencionou, na mídia internacional; contudo, a tendência, a meu ver, é que não prospere.

Também a tendência é de que se acalmem os ânimos. O que se vê, tradicionalmente, na Zâmbia, é que, depois de uma eleição disputada, há um resfriamento das questões e parte, inclusive, muitas vezes, dos políticos daquele partido que foi derrotado acaba sendo cooptada pelo governo. Então, eu acho que a tendência é esta: os ânimos se acalmarem, amainar a situação e termos um período de cinco anos mais tranquilos pela frente.

Em relação à questão da bioenergia, num primeiro momento, Senadora, o que se contempla é a assinatura de acordos de cooperação para o desenvolvimento da bioenergia na Zâmbia, sobretudo nas áreas de produção de etanol de cana – a Zâmbia já produz cana – e de biodiesel.

Quando ao biodiesel, o projeto que foi montado pela FGV, prevê que o biodiesel seja produzido a partir do cultivo da soja – e entro aqui na questão levantada pelo Senador Cristovam. Então, o projeto seria desenvolver o cultivo da soja para, daí, entrar na produção do biodiesel

E a Zâmbia solicitou também à FGV o desenvolvimento de um terceiro projeto para a geração de eletricidade a partir da queima de biomassa. Esse projeto está sendo montado.

Como eu disse ao final da minha apresentação, eu acho que esses temas dos memorandos de entendimento nessa área de bioenergia devem ser olhados com cuidado e acompanhados com cuidado pela Embaixada, de forma a tentarmos preparar esses instrumentos para serem assinados, oxalá em breve, durante a visita do Chanceler da Zâmbia ao Brasil.

No que se refere ao Tribunal Penal Internacional, eu vou responder então a sua questão juntamente com a pergunta do Senador Lasier Martins.

De fato, haverá uma consulta sobre esse tema, que se prende a uma questão maior, a uma política em nível africano. Existem vários líderes africanos que não são simpáticos ao Tribunal Penal Internacional, e a Zâmbia tem uma presença importante na União Africana. O Presidente Edgar Lungu foi reeleito – ou seja, está no seu segundo mandato – Presidente do Conselho de Paz e Segurança da União Africana. As credenciais que tem a Zâmbia, de país pacífico, de uma democracia multipartidária já de algumas décadas, credenciam o país a aspirar a essas posições e, na União Africana, então, o Presidente Lungu preside esse conselho.

Eu acho – isso é uma opinião minha – que essa consulta atende as preocupações, as inquietações, nesse contexto maior da política africana. Quero crer que o governo da Zâmbia de fato não dará consequência, ou não atuará militantemente no sentido de retirar a Zâmbia do Tribunal Penal Internacional, porque seria um movimento contraditório, a meu ver, com o momento do país, que negocia um acordo com o FMI – necessita desse acordo –, busca investimentos estrangeiros, busca condições para ter acesso a investimentos estrangeiros. Acho que isso iria no sentido oposto desse movimento que a Zâmbia está pretendendo fazer. Então, a minha impressão é de que isso vai atender a esse jogo da cena política em contexto africano. O futuro próximo nos dirá se eu estou certo ou não.

Passo agora às perguntas do Senador Cristovam sobre o papel da China. A sua inquietação, Senador, realmente procede no sentido de que a China tem uma presença muito importante. No caso da Zâmbia, a China é um parceiro quase de primeira hora da independência do país; talvez possa dizer um parceiro de primeira hora, porque a Zâmbia contou com investimento da China num momento difícil da sua vida como nação independente, devido à ruptura de relações com Zimbábue, que na época se chamava Rodésia e havia feito sua independência um ano depois da Zâmbia, mas uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

independência com outras características, feita pelos rodesianos brancos. Então, havendo essa oposição de sistemas e de mentalidades ali, houve uma ruptura pela qual a Zâmbia deixou de se valer do território do Zimbábue para escoar sua produção mineral, e ela precisou montar uma infraestrutura rumo ao norte, rumo à Tanzânia, para escoar a produção pelo Porto de Dar es Salaam.

Nesse momento, a China foi muito importante, porque viabilizou a construção de uma ferrovia que os ingleses tinham orçado num valor impossível para a Zâmbia – a China fez por um terço desse valor. Isso marcou desde o início uma presença forte e decisiva da China no desenvolvimento da Zâmbia. Não tenho os números do estoque de investimento da China na Zâmbia, mas ela investe em infraestrutura – isso é importante –, inclusive em mineração, em projetos de mineração, exploração de cobre e de outros minérios.

Há um detalhe. Tem havido alguns problemas com as relações trabalhistas nas minas chinesas, os trabalhadores zambianos se queixam disso. Por vezes se queixam até em nível judicial sobre o sistema de trabalho aplicado pelas companhias chinesas, mas isso, pelo que sei, tem sido contornado.

De fato, a presença da China é importante. Agora, eu não tenho muita preocupação no sentido de possível competição por espaço com o Brasil, porque o Brasil ainda tem uma presença muito pequena na Zâmbia. A Vale opera uma mina de cobre na Zâmbia, mas é um investimento relativamente pequeno nesse setor. O investimento da Vale está em torno de US$400 milhões, o que, nessa área de mineração, não representa um investimento de grande envergadura. É uma *joint venture* com uma empresa sul-africana e com a participação da empresa estatal da Zâmbia.

Temos oportunidades de investimento para o Brasil em outras áreas, como na construção civil por exemplo. A Zâmbia pretende construir uma usina hidrelétrica, uma nova usina. Já existe uma em funcionamento, que é a de Kariba, e a Zâmbia pretende construir uma segunda usina hidrelétrica sobre o Rio Zambezi, que faz fronteira entre a Zâmbia e o Zimbábue. Toda a fronteira sul entre a Zâmbia e o Zimbábue é feita pelo Rio Zambezi. E a Zâmbia pretende construir uma segunda usina hidrelétrica ali. Algumas construtoras brasileiras já entregaram cartas para o governo da Zâmbia anunciando o seu interesse em participar da licitação internacional. Por isso eu responderia desta maneira, Senador. É uma presença importante, sem dúvida, é o principal parceiro comercial da Zâmbia, mas o Brasil ainda precisa conquistar mais terreno na Zâmbia. Não vejo que a presença da China possa criar algum tipo de barreira para o Brasil. Em relação à soja, eu toquei nesse ponto. No que se refere à Zâmbia, existe um projeto. Não há uma cultura, um cultivo tradicional na Zâmbia. O que a Zâmbia produz mais é milho. Inclusive é autossuficiente na produção de milho e exporta milho. É a sua principal *commodity* agrícola. Ela exporta milho. Em torno de 3% da sua pauta de exportações é de milho. A soja seria uma proposta, um projeto para se poder gerar biodiesel, produzir biodiesel a partir dela. A soja é interessante porque, além de ser uma *commodity* de alto valor no mercado internacional – o Brasil tem muita experiência na produção da soja com alternância de cultivos –, dependendo de como se faça o cultivo, ela pode conviver com outras culturas, como o sorgo, o girassol, plantando alternadamente. Isso a gente vê acontecer em muitas áreas no Rio Grande do Sul. Eu vi acontecer até mesmo na Bolívia, onde eu servi, com produtores brasileiros que levaram esse *know how* para a Bolívia, produtores do Sul do Brasil.

Havia outra pergunta... Cooperação educacional. Na área de cooperação educacional, o que é importante neste momento é que nós temos um acordo tramitando aqui na Câmara dos Deputados. Está na Comissão de Relações Exteriores da Câmara um acordo de cooperação educacional com a Zâmbia. Esse acordo permitirá aos estudantes da Zâmbia terem acesso a vagas em universidades do Brasil, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. Esse será um instrumento muito importante de cooperação e de aproximação entre os países. Há um interesse já manifestado pelo reitor da Universidade da Zâmbia em um intercâmbio de alunos e de professores com alguma instituição de ensino superior no Brasil. Vamos trabalhar...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior.

Passo a palavra agora a S. Exª o Senador Antonio Anastasia e, em seguida, a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

V. Exª tem a palavra, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, primeiro cumprimento-os pelas exposições muito ricas que ambos fizeram.

Terei, eminente Presidente Fernando Collor, a oportunidade, nesta semana, com autorização desta Comissão, de acompanhar S. Exª o Chanceler Aloysio Nunes exatamente à África Austral. Não aos dois países que estão aqui representados – a viagem se refere à Namíbia, Botsuana, Malawi, Moçambique e África do Sul. Lamentavelmente, até pelo tempo, que evidentemente é exíguo, é impossível a ida à Zâmbia e ao Zimbábue, mas isso demonstra de fato, em primeiro lugar, a preocupação que tem o Governo brasileiro com os países tão importantes do sul da África. Além disso, evidentemente, a presença do Chanceler, convidando um Parlamentar para acompanhá-lo, juntamente com a equipe do Itamaraty, reflete a intenção de estreitar esses laços, especialmente em razão da queda do movimento econômico, que foi muito notável entre o Brasil e esses países ao longo da última década – nós retroagimos, em indicadores, se não me engano, ao ano de 2002, 2003. Por isso mesmo, é fundamental essa recomposição.

Eu queria fazer, portanto, essa observação vestibular, Sr. Presidente, certamente para demonstrar o interesse que tem o Brasil no sul da África, na África Austral, até porque lá estão dois grandes países de língua portuguesa, como foi bem notado aqui – a Zâmbia mesmo faz fronteira com ambos, tanto Angola quanto Moçambique.

No caso da infraestrutura, na visita a Moçambique, faremos a visita para a inauguração, me parece, do Corredor de Nacala, que é um investimento da Vale em Moçambique, que servirá a Malawi e também à Zâmbia, para exportações de corredor ferroviário, que atende às questões de carvão, de cobre e, eventualmente, de grãos. Ou seja, é uma presença brasileira já expressiva e que deve se adensar ao longo, oxalá, dos próximos anos.

Então, certamente, a presença dos Embaixadores, com seu dinamismo e seu empenho, irá facilitar muito esse trabalho da presença política, mas, sobretudo, econômica. Inclusive S. Exª o Presidente Collor, a seu tempo, também visitou os países da África Austral, demonstrando esse empenho, essa necessidade de o Brasil se aproximar, até porque essa proximidade geopolítica é mais próxima da África Austral do que da África do norte, por razões não só culturais, pela presença da Angola e Moçambique, mas até pela proximidade física, que nos aproxima mais desses países do que daqueles da África Subsaariana ou mesmo da África mediterrânea, que é a África do norte, ou do Magreb propriamente dito. Desse modo, fica a observação de que são, portanto, postos fundamentais, relevantíssimos.

Bem lembrou o eminente Senador Cristovam que a presença da China nos faz uma concorrência, porque cada país tem sua esfera de atuação, mas leva preocupação ao Brasil, que tem de ter uma presença ali mais forte, porque são mercados consumidores potenciais para os nossos produtos manufaturados. Há não só a questão da cooperação agrícola e educacional, mas, fundamentalmente, há a questão de abrir mercado para produtos brasileiros, que têm ali certamente um mercado muito positivo, que, com certeza, poderá ser incrementado ainda mais com essa aproximação.

Com o objetivo de ganhar tempo, Sr. Presidente, eu me dirijo à eminente Embaixadora Ana Maria para indagar dela, de maneira muito sucinta, porque a eminente Embaixadora, até com a experiência que tem na região, por ter servido já no Zimbábue, ser Embaixadora na Zâmbia, e voltar agora ao Zimbábue, conhece a região de maneira especial. A que ela atribui, de maneira singela, essa crise no Zimbábue? Há a própria referência de V. Exª de uma infraestrutura, de uma situação, até um passado recente, tão positiva, ao contrário do quadro atual que, conforme o relato de V. Exª, é praticamente dramático. Atribui-se isso ao regime do Presidente Mugabe, à sua quase tirania, como dizem os periódicos? Não faço aqui juízo de valor, mas as críticas internacionais ao seu regime levaram ao isolamento do Zimbábue e a essa decadência econômica, que faz tanto sofrer ao seu povo? Então, seria esse o motivo? É uma curiosidade que submeto à eminente Embaixadora.

Ao Embaixador Colbert – acho que é Colbert a pronúncia certa, até em homenagem ao nosso ministro de Luis XIV, o mago das finanças do século XVIII –, é tão somente a mesma observação: que, no momento em que nós façamos esses investimentos – eu citei o Corredor de Nacala, em Moçambique, Malawi e Zâmbia –, é o esforço que teremos para abrir esse país, que é um país que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma situação democrática mais sólida, para receber os nossos produtos manufaturados, porque tem um mercado consumidor expressivo, com quase 20 milhões de habitantes, o que é um número bastante razoável para um dos mais de 50 países africanos, como V. Exª mencionou.

A ambos, boa sorte e felicidades em postos tão importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores Ana Maria e Colbert Soares, eu tenho três perguntas para cada um, mas é coisa muito rápida.

A primeira é para a Embaixadora Ana Maria. Segundo dados apresentados pelo Itamaraty, o comércio bilateral entre Brasil e Zimbábue exibe um comportamento inconstante, com fluxo variável: de 2006 a 2015, experimentou incremento de 156%, e forte queda de 57,7% nos dois últimos anos. Como a Diplomacia brasileira avalia esse quadro?

Segunda pergunta: que avaliação V. Exª faz de ações de cooperação com o projeto bilateral Mais Alimentos? Segundo o relatório da gestão da Embaixadora Márcia Maro da Silva, esse projeto, além de prover a segurança alimentar das populações beneficiadas, também tem gerado renda com a comercialização de excedentes produzidos. Mais concretamente, qual a contrapartida recebida pelo lado brasileiro a partir dessas ações?

E a terceira e última pergunta quanto ao Zimbábue: considerando ser o Zimbábue um país que conta com grandes riquezas naturais, notadamente detentor de vastos recursos naturais, que ações diplomáticas, dado o contexto da instabilidade política local, são possíveis ou podem vir a ser adotadas pelo Itamaraty para fomentar investimentos de empresas brasileiras naquele país? Quais os limites dessa atuação diplomática?

Agora, três perguntas para nosso querido Embaixador Colbert.

Primeira. Segundo o Itamaraty, a Embaixada brasileira residente em Lusaca foi aberta em 1982 e fechada em 1996, quando os assuntos relativos a Zâmbia passaram a ser tratados pela Embaixada em Harare, no Zimbábue. Em 2007, porém, o Brasil reabriu sua Embaixada em Lusaca. No ano anterior, a Zâmbia abriu a Embaixada residente em Brasília. Como a abertura de Embaixadas residentes impactou nas relações bilaterais entre Brasil e Zâmbia?

Segunda pergunta: que perspectivas surgem para as relações bilaterais com a assinatura do contrato de reestruturação da dívida da Zâmbia com o Brasil, lembrando que o acordo de reestruturação prevê o abatimento de 80% do montante total de US$112 milhões?

Terceira pergunta: quais os principais desafios que V. Exª vislumbra caso tenha sua indicação confirmada para assumir o posto em Lusaca?

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

O próximo Senador inscrito é S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Srª Embaixadora Ana Maria Morales, Sr. Embaixador Colbert Junior, eu quero, primeiro, desejar sucesso na nova missão que a senhora e o senhor vão assumir dentro em breve.

Quero fazer, Presidente Collor, apenas uma indagação.

Nós aprovamos aqui, no Senado Federal, a Resolução nº 39 – e aí a pergunta, tanto para a Embaixadora Ana Maria, que era ou é a Embaixadora na Zâmbia, quanto para o Sr. Colbert, que vai assumir. Essa Resolução nº 39, de 2016, autorizava a reestruturação da dívida da Zâmbia com o Brasil, algo em torno de cento e poucos milhões de dólares, e autorizava, inclusive, a anistia de 80% dessa dívida. No Brasil, o Senado autorizou essa renegociação. O prazo que foi dado nessa Resolução nº 39 do Senado para que o acordo fosse firmado, de 540 dias, expira no início de 2018 e não se tem notícia – pelo menos, eu gostaria de ter – do andamento, se seguiu em frente, em que posição se encontra hoje.

Eu pediria, então, essas informações tanto da Embaixadora como do Embaixador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior para oferecer resposta aos Srs. Senadores.

O SR. COLBERT SOARES PINTO JUNIOR – Muito obrigado.

Começando pela pergunta, pela colocação feita pelo Senador Antonio Anastasia, a respeito do Corredor de Nacala e da importância de buscarmos adensar a presença do Brasil na área comercial com a Zâmbia.

O Corredor de Nacala resulta de um acordo entre o Malawi e Moçambique. Há o interesse de que a Zâmbia venha a ser incluída nesse acordo. Isso não será feito num primeiro momento, no entanto, porque os textos desse acordo tomavam por base um acordo anterior já firmado entre o Malawi e Moçambique. Mas há um interesse de que a Zâmbia venha participar, ser parte desse acordo, que se transformaria num acordo tripartite para utilização da estrutura do Corredor de Nacala. A Zâmbia precisaria fazer uma complementação da sua estrutura física para poder se unir ao Corredor de Nacala. Isso representará, no futuro, quando a Zâmbia vier a ser parte desse acordo e desse mecanismo, sem dúvida, um barateamento das importações. Isso vai ser muito importante para nós, para os nossos exportadores, porque o que se prevê é que o Corredor de Nacala venha produzir um barateamento de até 60% do custo das mercadorias importadas por esse país. Então, isso, sem dúvida, abrirá uma oportunidade de negócio importante para o Brasil. O Brasil tem todas as condições de ocupar um espaço muito maior nesse comércio bilateral com a Zâmbia. Nós vemos que o comércio ainda é muito modesto, está num patamar ainda muito modesto. Tivemos, em 2016, um comércio totalmente superavitário para o lado brasileiro, mas de apenas US$8,7 milhões, o que é muito pouco. O Brasil é o 38º exportador para a Zâmbia, algo assim, e temos total condição de ocupar espaço, porque produzimos muita coisa de que eles precisam. Temos um parque industrial, estamos produzindo manufaturas e já estamos vendendo: vendemos caminhões, automóveis, vendemos máquinas agrícolas. Nós temos condições de ocupar uma fatia maior nas importações da Zâmbia. Temos que pensar também que seria importante importar um pouco mais da Zâmbia. Temos importado basicamente cobre e cobalto. Agora, parece-me, em relação ao Corredor de Nacala, que os resultados não serão assim tão imediatos porque a Zâmbia ainda precisará ser chamada a aderir a esse acordo, mas, sem dúvida, isso está no horizonte e abrirá uma oportunidade para alavancar esse comércio.

Agora, passo às perguntas do Senador Pedro Chaves. O Senador mencionou a reabertura da embaixada em Lusaca a partir de 2007 e perguntou sobre o impacto que teve essa reabertura, como avaliamos o impacto da reabertura.

Senador, depois da reabertura da embaixada em Lusaca, pela primeira vez o Brasil realizou uma visita presidencial na Zâmbia, em 2010. Quer dizer, 40 anos depois de termos iniciado relações diplomáticas com a Zâmbia, em 1970, conseguimos fazer uma visita presidencial à Zâmbia. Isso só foi possível porque tínhamos uma embaixada lá, seguramente. Esse é um primeiro dado.

No âmbito da reabertura da Embaixada na Zâmbia, tivemos todo um momento de reaproximação com o país até chegar a esse ponto de reabrir a Embaixada. Assinamos, em 2006, no ano em que a Zâmbia abriu a sua Embaixada aqui, em Brasília, e que foi marcado pela visita do Chanceler da Zâmbia ao Brasil, o Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Em 2010, quando houve a visita presidencial à Zâmbia, foi possível, com base nesse acordo já assinado, no bojo desse novo ciclo, digamos, de relacionamento com a Zâmbia, assinar uma série de instrumentos de cooperação. Assinamos um memorando de entendimento para o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas, assinamos memorado de entendimento para cooperação esportiva, também cooperação no âmbito da nutrição, alimentação e cooperação humanitária, e assinamos diversos ajustes complementares ao acordo de cooperação que havia sido assinado em 2006.

Então, a reabertura da Embaixada em Lusaca permitiu tudo isso, bem como a abertura da Embaixada da Zâmbia aqui permitiu essa maior aproximação. Graças a isso, nós já tivemos diversos programas de cooperação com a Zâmbia que eu não tive oportunidade, pela exiguidade do tempo, de mencionar na minha exposição inicial. Nós colaboramos, temos cooperado com a Zâmbia em diversas áreas: combate ao HIV-Aids, formação de pessoal na área médico-hospitalar, ou seja, formação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

corpo de enfermeiros do Hospital Universitário da Zâmbia, em Lusaca, e outros acordos. Temos, em andamento, um acordo na área de sanidade animal, em que coopera a Universidade de Viçosa. Então, tudo isso foi possível com a reabertura da Embaixada em Lusaca e com a abertura da Embaixada da Zâmbia no Brasil.

Quanto às perspectivas de estreitamento dessas relações, como eu mencionei, há uma agenda de trabalho possível e desejável, caso eu venha a ser confirmado para a Embaixada na Zâmbia. Então, tudo isso é possível; vejo como uma decorrência ou como um resultado positivo da reabertura da nossa Embaixada lá.

O senhor perguntou a respeito dos principais desafios. Eu acho que o desafio principal é justamente colaborar com a Zâmbia para adensar o relacionamento bilateral de modo a que possamos ter uma diversidade de temas sendo tratados com aquele país e poder avançar em diversas frentes: na frente comercial, na frente de cooperação técnica, de cooperação humanitária, na frente cultural e educacional.

Os desafios são um pouco esses, ou seja, nós vencermos as barreiras que, às vezes, surgem. Por exemplo, houve uma descontinuidade de parte da Zâmbia no diálogo, durante um certo tempo recente, por conta da morte do Presidente Sata, o que é compreensível. A morte do Presidente Sata, em 2014, gerou um impacto, o país teve que se reorganizar, houve eleições que foram muito disputadas. Então, há um pouco esse tipo de desafios, enfim, de monitorarmos a situação e percebermos os melhores momentos para podermos ser mais propositivos nessa relação.

Eu acho que este é um momento em que nós podemos ser propositivos, devido à situação política favorável, como eu mencionei.

O senhor também comentou sobre a Resolução 39, sobre a reestruturação da dívida. O Senador Flexa também comentou sobre reestruturação da dívida, o acordo a ser assinado com o Brasil para a reestruturação da dívida, que expira em março. Temos um prazo que expira em março do ano que vem.

Como mencionei ao final da minha apresentação, parece-me que, se nós conseguirmos realizar a visita do Chanceler da Zâmbia ao Brasil, teríamos aí um momento importante em que poderíamos aproveitar para fazer a assinatura desse ato. A ideia é que essa visita aconteça este ano. Obviamente, as coisas não estão necessariamente vinculadas. É possível fazer a assinatura sem necessariamente haver a visita do Chanceler, mas seria o momento mais auspicioso para isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior.

Passo a palavra à Srª Embaixadora Ana Maria Pinto Morales.

A SRª ANA MARIA PINTO MORALES – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador Anastasia, V. Exª mencionou a questão da crise. Eu vou partir diretamente para a resposta a essa sua pergunta.

Eu não posso deixar de um pouco aproveitar, um pouco utilizar certos argumentos do governo do Zimbábue. A crise começou com um tipo de colonização. Uma colonização em que o povo nativo, o zambiano, foi impedido de ter acesso às terras aráveis, férteis, significou um grande desafio para o novo governo, de 1980. Com a assinatura do Tratado de Lancaster House, as mãos do Presidente Mugabe foram amarradas por dez anos. Qualquer reforma agrária teria que ser... A questão agrária é central para a crise, por isso começo por aí. Ele ficou amarrado por dez anos, impedido de fazer a reforma agrária como ele desejava.

Naturalmente, há a questão política. Ele tinha um compromisso com seu povo de tornar mais igualitário o acesso às terras aráveis. Não conseguiu até 1990. De 1990 a 2000, houve invasões, houve tentativas, houve compensações. No acordo por ocasião da independência, a Grã-Bretanha se comprometeu a cobrir indenizações, a financiar indenizações. Mas, a partir do momento em que houve muita violência na tomada das terras, a Grã-Bretanha se recusou a cumprir essa parte do acordo, o governo zimbabuano deixou de indenizar os fazendeiros brancos que iam perdendo suas terras.

Em 2000, ele passou uma nova lei que simplesmente o isentava de pagar qualquer compensação. A partir daí, a crise começou a ficar mais aguda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A crise é em função de certas políticas, sim, do governo, e é em função também de fatores externos. É um exportador de *commodities*. No momento em que os preços internacionais das *commodities* começam a cair, naturalmente o país sofre.

Houve uma fuga com essa política agrária, essa política da posse de terra, com relação à titularidade de terras. Tornou-se mais intensa a crise, a fuga de capitais se intensificou naturalmente, o país começou a perder muito investimento. E o investimento não surgiu, começou a cair muitíssimo.

Como eu já expus, a indigenização é um fator importante, é uma política de inclusão, é uma promessa de campanha também, de *affirmative action*, ação afirmativa de inclusão social.

E há outro grande fator financeiro: as contas públicas sofrem muitíssimo com o grande peso da carga salarial, da folha de pagamento aos funcionários públicos.

Há uma política adotada, que foi, num certo sentido, positiva, mas que agora levou o país a pagar um preço muito alto: é em relação à educação. O povo foi profundamente educado, foi um dos povos mais educados de todos os países africanos, mas, com isso e com o desemprego, ele não teve acesso ao capital. Era educado, não tinha emprego, foi absorvido pelo Estado. E uma base eleitoral muito importante para o presidente atual é o funcionalismo público, o setor militar e os grandes fazendeiros – quem recebeu as terras retiradas dos fazendeiros brancos. É muito complexo, mas é bastante claro, a situação é: mais de 76% do orçamento vai para o funcionalismo público, para o pagamento de salários. E o país não tem esses recursos, ele tem um déficit orçamentário muito grande. A crise tem fatores externos, mas tem fatores internos sim; há muita política econômica por interesses políticos. Então, não se pode negar que há esse fator, sim, político, causador da crise econômica.

Senador Pedro Chaves, sobre o comércio bilateral. O comércio bilateral é flutuante, extremamente flutuante, mas o fator financeiro é fundamental. O Brasil exporta maquinários, mas importa produtos primários. Nós temos um déficit nos últimos anos que se acentua, flutua bastante. Mas a questão é que o pagamento de importações para o Zimbábue é muito difícil atualmente; então, afeta o comércio como um todo, e particularmente o comércio com o Brasil.

Quanto à contrapartida do Projeto Mais Alimentos: a primeira é a projeção brasileira. O Brasil hoje tem uma projeção especial no Zimbábue em função dessa transformação que nós estamos provocando no setor agrário. Segunda: a nossa penetração como exportador de maquinários agrícolas e de tecnologia agrícola. Então, este é um fator fundamental e é uma contrapartida muito importante, e abrirá caminhos para outras oportunidades, sem dúvida.

Limitações à nossa ação diplomática. As limitações são as causadas pela crise. Temos dificuldades para operar. Há muito interesse de investidores brasileiros em Moçambique, por exemplo, e também em investir no Zimbábue. Impossível no momento. Mas estão interessados na Zâmbia, têm ido procurar muito a nossa Embaixada na Zâmbia. Há um interesse em se projetar em outros países vizinhos a Moçambique, mas por enquanto é bastante limitada essa possibilidade. Mas é um ponto de observação muito importante para o Brasil, para a nossa Embaixada. É um corpo diplomático grande. Muitas embaixadas se moveram, algumas, da Zâmbia para o Zimbábue. É um ponto de observação muito importante.

O Presidente Mugabe ainda é uma figura importante e com projeção regional. Isto é outra questão importante de acompanhar: o andamento, a evolução da crise zambiana.

Sobre a dívida externa zambiana, Senador Flexa Ribeiro. Na verdade, o Zimbábue não tem uma dívida com o Brasil, mas é que o senhor dirigiu a pergunta aos dois. Eu devo apenas dizer que o interesse do governo zambiano é pagar a dívida em duas parcelas. É o que está possibilitado pela resolução. Mas o interesse é utilizar recursos do orçamento deste ano e recursos do próximo. Portanto, não fará nada antes do final do ano. Por isso o aparente silêncio. Mas, em todos os contatos de alto nível que eu tive sobre o assunto, o interesse é imenso. O Brasil teve uma projeção com esse perdão prometido da dívida externa, mas eles necessitam utilizar recursos de 2018, da segunda parcela, que não será este ano. Então, eles precisam mais ou menos esperar o final do exercício e o início do seguinte. Então, antes do final do ano, não poderá ser assinado o acordo de reestruturação.

Eu gostaria de mencionar a questão energética, uma vez que Zâmbia e Zimbábue estão juntos nesse projeto da construção de Batoka Gorge. É um projeto muito delicado, um projeto tecnicamente muito difícil por tratar-se de uma garganta. Não há um espaço para o reservatório. Então, há um problema técnico e o problema financeiro do lado do Zimbábue. Na Zâmbia também. Nós temos duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresas brasileiras que expressaram interesse, mas existem dezenas de chinesas. Então, não podemos ter... Nós temos que observar muito bem isso. Segundo o embaixador... Por isso não mencionamos quais são as brasileiras, porque um colega chinês não menciona quais são as chinesas. As chinesas, na verdade, são centralizadas, são...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA MARIA PINTO MORALES – É uma situação própria da China. Há várias interessadas. Mas há o problema técnico e o problema financeiro. Isso vai ainda demorar um bocado. Mas é muito importante para a cooperação bilateral. Existe uma autoridade para o Rio Zambezi, para explorar e para a construção dessa usina hidrelétrica, mas ainda há muitos passos pela frente. Ainda não se iniciou o processo de licitação. O Zimbábue tem muito interesse, mas, quando vier o momento que permitir a recuperação econômica do Zimbábue, ele tem outras prioridades, como a reforma das suas envelhecidas usinas elétricas, como a reforma e a recuperação da sua infraestrutura rodoviária e ferroviária, que sofreu com a crise. A indústria precisa de investimentos. Os próprios zimbabuenses manifestam interesse amplo, em primeiro lugar, em outros setores para a recuperação. Batoka Gorge não parece ser a prioridade no momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço à Srª Embaixadora Ana Maria Pinto Morales e ao Sr. Embaixador Colbert Soares Pinto Junior pela resposta oferecida às indagações formuladas pela Srª Senadora Ana Amélia e pelos Srs. Senadores aqui presentes.

Indago se algum Senador deixou de votar, se já podemos dar por encerrado o processo de votação eletrônico. (*Pausa.*)

Está parecendo que todos já votaram.

Declaro encerrado o processo de votação.

Consulto as Srªs e Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos indicados, já que temos ditames legislativos dizendo que, a partir de agora, a reunião poderá ser secreta. Mas indago se podemos continuar com a reunião aberta.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, dado por encerrado o processo de votação, designo S. Exª o Senador Flexa Ribeiro para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico a deliberação das indicações dos Srs. Embaixadores.

A Srª Ana Maria Pinto Morales, indicada para a República do Zimbábue, foi aprovada por unanimidade, bem como o Sr. Colbert Soares Pinto, indicado para a República da Zâmbia, também foi aprovado por unanimidade.

Desejando êxito, em nome de todos os integrantes desta Comissão, em suas respectivas missões, agradeço a honrosa presença da Srª Embaixadora e do Sr. Embaixador em nosso recinto no dia de hoje.

Passaremos à segunda parte da nossa reunião. (*Pausa.*)

Vamos ao item 1 da segunda parte da nossa reunião deliberativa.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Srª ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

Autoria: Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Relatoria: Senador José Agripino.
Relatório: pronto para deliberação.
Observações: *1) leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*
Indico S. Exª o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*.
O relatório está pronto para deliberação.
Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, faço, com muita honra, a leitura do parecer do Senador José Agripino como Relator ad hoc.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Eliana Zugaib, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, a indicada nasceu em 10 de agosto de 1951, na cidade de Marília, São Paulo. É filha de Bechara Zugaib e Vera Yazbek Zugaib.

Em 1973 graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/SP.

Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD - IRBr) em 1981, sendo nomeada Terceira Secretária em 1982 e promovida a Segunda Secretária em 1987. Tornou-se Primeira Secretária em 1995, Conselheira em 2002, Ministra de Segunda Classe em 2006 e Ministra de Primeira Classe em 2011, sempre por merecimento. Em 2005 defendeu a tese "A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu Significado para a Diplomacia Sul-Americana do Brasil", aprovada com louvor como conclusão do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE - IRBr).

Dentre as funções que ocupou na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Chefe da Coordenação de Divulgação (2006), Chefe da Divisão de Promoção do Audiovisual (2006), Diretora do Departamento Cultural (2008), e Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral, em 2011.

No Exterior, serviu, entre outros postos, na Embaixada em Paris (1988); na Embaixada em Praga, como Encarregada de Negócios, (1993); na Embaixada em Londres (1998); Embaixada em Buenos Aires (2003) e na Delegação Permanente junto à Unesco (2014 até o presente).

A diplomata em apreço foi agraciada com as seguintes condecorações: Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil (1988); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Cavaleiro (1988); Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial (2008) e Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2013).

Em 2007 publicou o livro "A Hidrovia Paraguai-Paraná", pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), Brasília, DF.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Irlanda, cumprindo, ademais, o disposto no parágrafo único do art. 1° do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse país, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil.

A Irlanda conta com população de 4,76 milhões de habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) Nominal da ordem de US$ 283,7 bilhões (2015) e PIB *per capita* de US$60,361 mil, todos em dados de 2015. É interessante observar, também, que em matéria de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Irlanda ocupa a sexta colocação em 188 países, sendo a expectativa de vida de sua população de 80,9 anos e índice de alfabetização de 99%.

As relações diplomáticas entre Brasil e Irlanda foram oficialmente estabelecidas em 1975. Dados, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de 2016, colocam a Irlanda como o 18º destino das exportações brasileiras para países membros da União Europeia. Já se considerarmos as exportações provenientes de países da União Europeia, a Irlanda ocupa a 16ª posição. Em 2016, o intercâmbio comercial atingiu a cifra de US$ 683 milhões, com saldo desfavorável ao Brasil. Entre as exportações brasileiras com destino à Irlanda destacam-se peças para aeronaves, minério de alumínio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

carnes e café, enquanto que o Brasil importa daquele país sobretudo medicamentos, produtos de saúde e de informática.

No tocante aos investimentos, os do lado brasileiro concentram-se no setor de tecnologia de informação, ao passo que os capitais irlandeses estão dirigidos aos setores de agronegócio e alimentos, nutrição esportiva, serviços de informação sobre crédito, embalagens e produtos para o setor de petróleo.

A cooperação nas áreas de educação, ciência e tecnologia ganharam franco impulso com o Programa Ciência sem Fronteiras, que estimulou o intercâmbio entre as comunidades acadêmicas dos dois países, tendo a Irlanda recebido, entre 2013 e 2016, cerca de 3.387 estudantes em nível de graduação e de pós-graduação. É interessante destacar, ademais, o extraordinário crescimento da comunidade brasileira na Irlanda, tendo aumentado em 700% o número de brasileiros naquele país entre 2002 e 2011. O interesse de jovens brasileiros em estudar inglês na Irlanda tem contribuído para a mudança do perfil e da dimensão da comunidade brasileira em território irlandês.

É importante assinalar que a Irlanda, tendo aderido à União Europeia em 1973, atribui à adesão ao bloco importância decisiva para as transformações econômicas e sociais experimentadas pelo país nos últimos 40 anos. A adesão contribuiu também para melhorar as relações de Dublin com Londres, razão pela qual o país acompanha com atenção o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, que poderá produzir considerável impacto sobre a política externa irlandesa e particularmente sobre a dinâmica das relações entre os dois países.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

S. Exª o Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu achava que a gente apenas lia, mas posso fazer algum comentário sobre a Embaixadora?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Por favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero dizer que a conheço e considero sua indicação uma dessas que honram o Governo que a faz e o Brasil. Ela desempenhou um papel muito importante até agora na Unesco e, na Irlanda, não tenho dúvida, o Brasil terá uma excelente Embaixadora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida, então, vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Pedro Chaves.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves para a leitura de seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso bom-dia.

Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 8, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) nº 8, de 2017, o qual aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 346, de 3 de novembro de 2014, foi encaminhado o texto do referido acordo para ser apreciado pelo Congresso Nacional. Na Exposição de Motivos nº 87, de 19 de fevereiro de 2014, assinada pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Educação, é assinalado que o acordo estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

Análise da matéria.

O art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal prevê, entre as competências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

Quanto à juridicidade, não verificamos vícios no PDS.

Por igual, inexistem óbices de natureza constitucional para aprovação da matéria: ela atende o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. Além disso, a aplicação da legislação nacional é resguardada quando necessária, como no caso de reconhecimento e revalidação de diplomas ou do sigilo de documentos e informações.

No mais, vale registrar que o acordo prevê cooperação educacional de forma abrangente. A possibilidade de intercâmbio, por exemplo, é franqueada a professores, alunos, pesquisadores, especialistas. É admitida cooperação nos campos de educação geral, profissional e de adultos. Ademais, é estimulada a cooperação entre instituições de ensino superior da Áustria e do Brasil no âmbito dos programas de cooperação educacional e de pesquisa da União Europeia. Permite-se, com isso, cooperação que extravasa os limites da relação bilateral.

Vale lembrar que o Brasil passa por um momento crucial no que diz respeito a seu sistema educacional. Recentemente, adotamos o Plano Nacional de Educação, que fixou metas, diretrizes e estratégias de política educacional para o decênio 2014-2024. E, já neste ano de 2017, foi aprovada a reforma do ensino médio, a qual propõe a flexibilização da grade curricular.

Nesse sentido, a aprovação e ratificação de acordos de cooperação como este que ora examinamos ocorrem em boa hora. A implementação desse Acordo poderá proporcionar troca de experiências inestimável.

Por derradeiro, cumpre registrar que, por se tratar de um Acordo-Quadro, o instrumento internacional em exame traz somente as bases sobre as quais a cooperação se desenvolverá. Desse modo, muito se poderá fazer para dar concretude a seus termos, sendo a Comissão Mista a possível figura central desse processo. Cuida-se, portanto, de terreno fértil para o intercâmbio educacional e científico entre os cidadãos e instituições de Brasil e Áustria.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do PDS nº 8, de 2017.

Senador Fernando Collor, Presidente.

Senador Pedro Chaves, Relator.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves, pela apresentação de seu relatório.

Coloco agora em discussão a matéria.

Com a palavra S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Apenas para dizer que fico satisfeito com um acordo na área de educação entre o Brasil e a Áustria, um país que realmente tem muito a contribuir. Estava em tempo de termos um acordo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado o relatório, favorável ao projeto, que vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa, assinado em Moscou, em 14 de dezembro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador José Agripino.

Relatório: Pela aprovação.

Indico mais uma vez, e agradeço pela sua deferência, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc*. O relatório é pela aprovação.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, faço mais uma vez a leitura do parecer do Senador José Agripino como Relator *ad hoc*.

A Presidência da República, nos termos do disposto no art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, da Constituição Federal, submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação em Defesa, assinado em Moscou, em 14 de dezembro de 2012, por meio da Mensagem nº 248, de 7 de julho de 2015.

A Mensagem foi aprovada na forma de decreto legislativo formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que ora chega à Casa Revisora, depois de aprovado também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa.

O Acordo sobre Cooperação em Defesa entre Brasil e Rússia contém dez artigos.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

Na Exposição de Motivos da Mensagem, EMI nº 00070/2015 MRE MD, assinada em conjunto pelos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa, é destacado que o Acordo tem por objetivo o "desenvolvimento da cooperação em assuntos de defesa com base na reciprocidade e no interesse comum", devendo constituir um "marco importante na cooperação bilateral na área de defesa" e contribuir para o estabelecimento de "novo patamar de relacionamento" entre o Brasil e a Rússia. A Exposição de Motivos é encerrada destacando que o "Acordo contém cláusula expressa de garantias que assegura respeito aos princípios de igualdade soberanos dos Estados, de integridade e inviolabilidade territorial e de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, em consonância com o estabelecido pelo Art. 4º da Constituição Federal". É relevante para o papel de destaque que o Brasil pretende ocupar no cenário internacional que o nosso País adira a medidas que colaborem com a segurança global, com destaque para as que colaborem com o desenvolvimento de relações nos campos de medicina e cultura militares; com a manutenção de paz e a realização de operações de paz das Nações Unidas; e com o emprego e cooperação de sistemas técnicos e equipamentos de defesa.

Em relação ao procedimento de denúncia do Acordo, a forma adotada – mera notificação com prazo de carência para produção de efeitos – está em conformidade com o respeito à soberania dos Estados-Partes. Por sua vez, o condicionamento da entrada em vigor do Acordo às normas internas de cada País mostra-se, igualmente, em harmonia com o princípio de respeito à soberania estatal.

As cláusulas pactuadas no Acordo não implicam risco à defesa ou soberania do Brasil. Ao contrário, elas são favoráveis ao sistema de defesa nacional e causam reflexos positivos para a imagem do Brasil no plano internacional, razão pela qual o Congresso Nacional deve se mostrar favorável à ratificação deste Acordo de Cooperação em Defesa.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2017, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra a V. Exª para a leitura e apresentação do seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, o Acordo tem por objetivo desenvolver atividades que possam contribuir para melhorar o conhecimento recíproco e a difusão das respectivas culturas.

O Artigo XIII prescreve que será estabelecida uma Comissão Mista para o acompanhamento do pactuado. No Brasil, a Comissão será coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores; já em São Cristóvão e Névis, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O Acordo traz também dispositivos que disciplinam o trânsito de participantes oficiais em projetos.

Eventual controvérsia entre as Partes no tocante ao Acordo serão equacionadas pela via diplomática.

A matéria foi inicialmente apreciada e aprovada pela Câmara dos Deputados e agora cabe a nós, aqui, fazermos a avaliação final.

Conforme o inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes a atos e relações desse tipo.

Não há vícios de constitucionalidade na proposição, que observa o inciso I do art. 49 e o inciso VIII do art. 84 da Constituição Federal. Além disso, o inciso IX do art. 4º da Carta Magna prevê que o Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos.

No mérito, a temática do Acordo reveste-se de extrema relevância.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 23 de 2017 e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque pela apresentação do seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 23, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinada em Brasília, em 22 de novembro de 2004.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Concedo a palavra a S. Exª para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exª apregoou, trata-se do texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a presente Convenção, composta de um texto principal e de um Protocolo adicional, foi elaborada em novembro de 2004, como resultado de negociações entre a Secretaria da Receita Federal e seu correspondente russo. Uma primeira versão já foi examinada e aprovada pelo Congresso Nacional de forma incompleta, sendo necessário o reexame da matéria pelo Legislativo.

De acordo com o Parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Átila Lins, e que analisou os documentos encaminhados junto com a Mensagem nº 249, de 2015, a primeira versão a que se refere a exposição de motivos foi submetida ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 437, de 2005, tendo sido os textos da Convenção e do Protocolo aprovados pelo Parlamento brasileiro por meio do Decreto Legislativo nº 376, de 2007. Contudo, destaca o referido Parecer, antes de proceder à ratificação e promulgação da referida Convenção, o Poder Executivo constatou que o texto desse instrumento, incluso seu Protocolo, tinha sido encaminhado de forma incompleta. Em razão disso, o texto convencional foi reencaminhado para uma nova apreciação legislativa, agora escoimado da referida incorreção.

Portanto, a matéria já foi aprovada no âmbito da Câmara dos Deputados e encaminhada ao exame do Senado Federal.

O ato internacional em apreço é composto de 30 (trinta) artigos e do Protocolo. Segue o modelo padrão de atos dessa natureza que vinculam nosso país a outras tantas soberanias, aplicando-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

No que concerne aos impostos visados pela Convenção, trata-se do imposto de renda brasileiro e dos impostos russos sobre lucros das organizações e sobre as pessoas físicas.

O relatório aponta o teor de cada artigo, e eu passo à leitura...

A leitura é desnecessária, porque constam já do relatório os diversos artigos.

Vamos à análise da referida convenção e tratado.

Análise.

O tratado busca estabelecer regras para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda e o imposto russo sobre o lucro das organizações. Com isso, está a contribuir para maior transparência tributária e maior cooperação entre as administrações tributárias. Em última análise, contribui para o comércio e o investimento bilateral. Afinal, evita que a mesma renda, de uma mesma pessoa, física ou jurídica, seja tributada nos dois países. Objetiva, por igual, combater a elisão fiscal e o eventual uso abusivo da própria Convenção.

Importante reiterar que a Convenção segue o modelo de Convenções sobre a matéria que já passaram pelo crivo do Congresso Nacional. Note-se, também, que Brasil e Rússia são membros do Grupo BRICS (junto com China, Índia e África do Sul) e que, com a eventual entrada em vigor da Convenção, o Brasil passará a contar com tratados de dupla tributação firmados com todos os demais membros desse relevante foro de países emergentes e cuja concertação é de extrema importância para a sociedade internacional.

As tecnicidades, convém assinalar, foram objeto de análise profunda dos especialistas nas administrações de cada Parte, análise esta também feita pelas Comissões da Câmara dos Deputados, com destaque para a Comissão de Finanças e Tributação. No mérito, pois, observamos que a Convenção em análise é, assim, conveniente aos interesses nacionais.

Voto.

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação e leitura do seu relatório.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 25, de 2017, a matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 26, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Alterando a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 15 de outubro de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

À semelhança do relatório anterior, este também tem por objeto a questão de evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, neste caso com a República da Índia. Sendo assim, tendo o mesmo conteúdo, passo à sua respectiva análise.

Análise.

Conforme esclarece a Exposição de Motivos EMI nº 00279/2015, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, a atualização do Artigo 26 da Convenção por meio do presente Protocolo reflete compromisso assumido pelo Brasil no âmbito do Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e aberto a países membros e não membros, do qual o Brasil participa por decisão presidencial em reunião do G20.

Visa, ainda, segundo o mencionado documento, a coibir as práticas de elisão ou planejamento fiscal agressivo, objetivo especialmente relevante no contexto internacional atual de busca de maior transparência tributária e de maior cooperação entre as administrações tributárias das nações.

Portanto, é inegável o valor das alterações pretendidas, pois buscam, em última análise, aumentar o âmbito e a efetividade da troca de informações entre os fiscos nacionais, adequando a convenção em apreço às diretrizes atuais da cooperação internacional em matéria tributária.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Por todo o exposto e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2017.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado a V. Exª, Senador Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estejam favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável, ao Projeto nº 26, de 2017, Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências que couber.

A conjugação está certa, Senador Cristovam, quando digo "...para as providências que couber"? (*Risos.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. *Fora do microfone.*) – Boa pergunta. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Acho que está. Infinitivo, não é isso?

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) –

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, celebrado em Nova York, em 19 de dezembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Relatório: Pela aprovação.

Indico S. Exª o Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc*.

Passo a palavra a S. Exª para apresentação do relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, o referido acordo cria procedimento de comunicações individuais para que o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU receba petições que tratem de violações à convenção sobre esses direitos.

A Parte I trata da competência dos Direitos da Criança. A Parte II dispõe sobre o procedimento de comunicações. Não serão admitidas comunicações: i) anônimas; ii) que não sejam por escrito; iii) que configurem abuso do direito ou sejam incompatíveis com as disposições da Convenção ou de seus Protocolos; iv) referentes a questão examinada pelo Comitê ou por outro procedimento internacional de investigação ou solução; v) manifestamente infundadas ou com fundamentação insuficiente; vi) referente a fatos anteriores à vigência do Protocolo; vii) ou apresentadas após o prazo de um ano, a contar do esgotamento dos recursos internos. Há, ainda, dispositivos sobre a transmissão de comunicações.

A Parte III dispõe sobre o procedimento de investigação.

Na Parte IV constam as disposições gerais.

Não foram recebidas emendas.

Não verificamos vícios em relação à juridicidade da proposição.

No que se refere ao exame de sua constitucionalidade, a proposição atende aos dispostos constitucionais.

Entre os destinatários das normas de proteção dos direitos humanos, há que se reconhecer que as crianças constituem grupo extremamente vulnerável, de modo que devem ser cercadas o máximo possível por instrumentos destinados a resguardar seus direitos, o que busca esse acordo.

Assim, mediante a adoção do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo a um Procedimento de Comunicações, é aperfeiçoado esse sistema de proteção.

Ainda que o Protocolo sob exame tenha caráter complementar em relação às instâncias nacionais e que o procedimento investigativo previsto para apuração de violações graves ou sistemáticas dependa da colaboração do Estado Parte, deve-se registrar que ele reforça o compromisso assumido pelos Estados signatários.

Vale, por fim, registrar que a aprovação desta matéria pelo Senado virá em momento oportuno, na esteira da recente aprovação, em Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2017, da Deputada Maria do Rosário, que estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência.

Diante de tudo isso, em face das considerações, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, pela apresentação do seu relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 27, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Sª o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De maneira muito rápida. V. Exª, na fase inaugural desta Comissão, como nos demais dias, faz um relatório e uma panorâmica nacional, como mencionou o Senador Cristovam, muito apropriados, e eu não poderia deixar de passar desta reunião a preocupação, que foi dele e também minha, com a questão da Venezuela, endossando aquilo que V. Exª manifestou no início da reunião, uma situação dramática e que, nesta semana, chegou mesmo às raias do absurdo com o anúncio de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte sem o voto popular.

Eu queria fazer este registro porque isso fere o primado básico do Direito Constitucional Internacional, que é a força do Poder Constituinte Originário, que reside exatamente no eleitor, no povo, em cada cidadão. "Uma pessoa, um voto" é um primado muito antigo que está sendo desrespeitado, pelo que percebemos, na Venezuela.

Então, eu queria cumprimentar V. Exª por trazer o assunto a lume e, de fato, manifestar o meu apoio exatamente aos eventos que V. Exª cuidará de realizar aqui para debater, entre tantos assuntos, este, que é muito relevante e preocupa todos os brasileiros, que é a situação política institucional da República, irmã e vizinha, da Venezuela.

Muito obrigado, e desculpe-me por fazer esta interrupção no final da reunião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Ao contrário, Senador. Eu é que agradeço a V. Exª a mais do que oportuna intervenção, lembrando a sugestão já aqui apresentada por S. Sª o Senador Cristovam Buarque e acolhida por esta Mesa, que acolhe agora também essa ratificação feita por V. Exª e que fará integrar em um dos próximos painéis das segundas-feiras esse tema, para nós aqui tratarmos e debatermos com acadêmicos, com pessoas interessadas no assunto e, sobretudo, comprometidas com o processo democrático, sobretudo no nosso continente.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Faço a convocação da próxima reunião para dar seguimento ao nosso ciclo de debates denominado "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras?".

Convoco ainda as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 8 de maio, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 4º Painel de Debates sobre o tema: "Não me representam: populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos. Consequências das eleições presidenciais na França".

Lembro que, no dia 8 de maio, estaremos exatamente em cima de um momento muito importante que terá ocorrido no dia anterior, dia 7 de maio, com o resultado da eleição presidencial na França.

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Prof. Alex Canuto, Presidente da Anesp (Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental); o ex-Deputado Federal Paulo Delgado; e o Prof. Lucio Rennó, Mestre em Ciência Política pela UnB, Doutor em Ciência Política pela University of Pittsburgh e Pós-Doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center da SUNY Stony Brook e no German Institute for Global and Area Studies, em Hamburgo, na Alemanha.

Convido todos a participarem dessa nossa reunião. Inclusive, ressalto a participação dos internautas, que, como sempre, são muito bem-vindos. Agradeço, mais uma vez, aquela colaboração que sempre engradece nossos trabalhos e nos ajuda a deslindar alguns dos temas aqui tratados.

Agradecemos, mais uma vez, a presença de todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores nesta reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 08852F04001B318D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2017.

Às dezoito horas do dia oito de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Ana Amélia, Hélio José e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 4º Painel: "Não me representam": populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos. Consequência da eleição na França. Abrangendo: Efeitos da recente onda populista nos EUA e na Europa. Seria essa onda uma tendência firme ou apenas movimento passageiro? Crise de legitimidade política e a insatisfação com governos e com o estamento político. Participantes: Sr. Alex Canuto, Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP); Sr. Paulo Delgado, Ex-Deputado Federal, Professor e Sociólogo, Pós-graduado em Ciências Políticas; e Sr. Lucio Rennó, Mestre em Ciência Política (UnB), Doutor em Ciência Política (University of Pittsburgh) e Pós-doutorado no Latin American and Caribean Studies Center da SUNY Stony Brook e no German Institute for Global and Area Studies, em Hamburgo, Alemanha; Sr. Mathias Alencastro, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e Especialista em Política Europeia e Africana. O Presidente convida a comporem a mesa os expositores, e concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra a presença das seguintes autoridades: Sr. Nabil Adghoghi, Embaixador do Marrocos; Sr. Milan Cigán, Embaixador da República da Eslováquia; Sr. José Kinn Franco, Embaixador do Estado Plurinacional da Bolívia, acompanhado do Sr. Faleg Valdez Cópas, Primeiro Secretário, e do Sr. Fernando Crespo, Segundo Secretário; Sr. Assah Koffi A. Maxime, Encarregado de Negócios da Embaixada do Togo; Sr. Hendrik Roggen, Conselheiro da Embaixada do Reino da Bélgica; Sr. Augusto Inácio, Conselheiro da Embaixada da República de Angola; Sr. Juan Pozo Alvarez, Primeiro Secretário da Embaixada de Cuba; Sr. Ilya Lutski, Terceiro Secretário da Embaixada da República da Belarus; Sr. Stephen Saideman, Encarregado de Assuntos Internacionais da Carleton University do Canadá. O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal e-Cidadania. Usa a palavra o Senador Jorge Viana e a Senadora Ana Amélia. O Presidente concede a palavra aos expositores para respostas aos parlamentares e aos internautas participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e catorze minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje, cumpriremos mais uma etapa do Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na forma do Requerimento nº 1, de 2017 – CRE, em 17/03/2017.

Trata-se do 4º Painel, intitulado: "Não me representam!": populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos. Consequências das eleições presidenciais na França.

As eleições ocorreram, como todos nós estamos informados, no dia de ontem.

Comunicados.

Dando continuidade ao ciclo de audiências públicas denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras", a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na segunda-feira, dia 24 de abril, o 3º Painel, abordando o tema "Sob o Cetro do Czar: o papel da Rússia na Geopolítica Global", tendo como palestrantes o Cel. Marco Antônio de Freitas Coutinho, ex-Adido Militar em Moscou; a Profª Lenina Pomeranz, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo; o Prof. Dr. Gustavo Trompowsky Heck, Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra; e o Jornalista Carlos Fino, correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa em Moscou durante os governos Brejnev e Gorbachev, até a queda da União Soviética.

A primeira palestrante, Profª Lenina Pomeranz, destacou que são as relações entre os Estados Unidos da América e a Rússia que, ao lado da China, de certa forma, delimitam o quadro geopolítico contemporâneo.

O foco da temática relativa à Rússia na mídia ocidental – segundo ela – demoniza Vladimir Putin, entendendo como agressiva sua política externa. Neste contexto, informou ela, para alguns analistas russos e americanos, nunca as relações entre os dois países estiveram num nível tão baixo.

No livro *Should we fear Russia?*, o autor Dmitri Trenin se propõe a discutir as questões relacionadas com a Rússia a partir do ponto de vista dos seus interesses nacionais e como ela os vê. Discutindo historicamente a política externa do país, Trenin mostra que os medos que o Ocidente tem da Rússia hoje não se justificam. O mundo é outro, a Rússia é outra. A Rússia pretende duas coisas – segundo ela: manter a integridade do país e eliminar as restrições que lhe são impostas pelo sistema pós-Guerra Fria, tornando-se indispensável nas questões relativas à guerra e à paz nas áreas por ela afetadas. Essa é a opinião do Trenin, resumiu a professora.

O apoio que o Ocidente dá aos países do Leste, especialmente Polônia, Hungria e República Checa, está vinculado à pressão militar sobre a Rússia.

A segunda coisa que foi usada em relação à Rússia, especialmente depois da Ucrânia e da Crimeia, em 2014, foram as sanções econômicas. Esse tipo de sanção trouxe uma consequência a mais em relação ao apoio dado ao Presidente Putin: o nacionalismo cresceu, e Putin é hoje avaliado positivamente pela população em mais de 80%, porque é visto como defensor dos interesses nacionais da Rússia.

Na Rússia, não houve, aparentemente, ilusões a respeito de mudanças no precário relacionamento com os Estados Unidos, asseverou a palestrante. O porta-voz da Presidência, Dmitry Peskov, afirmou: "É ingenuidade supor que a crise nas relações com os EUA pode ser resolvida de um dia para o outro." E o Ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, declarou que: "A Rússia vai julgar a nova administração americana por suas ações e tomar os passos apropriados em resposta".

O segundo palestrante foi o Prof. Gustavo Trompowski. Diz ele que, exatamente como ocorreu no pós-Primeira Guerra Mundial em relação à Alemanha, com o fim da Guerra Fria houve um total abandono do Ocidente em relação à Rússia. O que aconteceu? A emergência de uma liderança populista, asseverou ele.

Tenho a convicção de que Putin assume um papel de destaque e tem uma posição muito clara em relação a uma tentativa de reorganizar ou reformatar o velho Império Russo ou, se quiserem, a formatação da antiga União Soviética. Esse projeto remete à tese geopolítica de Mackinder, segundo a qual quem dominasse a Eurásia dominaria o mundo, lembrou o Prof. Trompowski.

A reação do Ocidente, explicou o palestrante, se deu em torno daquilo que Spykman e Kennan colocaram como a "Teoria das Fímbrias", com as estratégias de contenção da expansão do poder dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eurásia. Para estancar esse processo, se formou um grande bloco militar, a Otan, e os Estados Unidos saíram fazendo parcerias no mundo inteiro para conter essa expansão.

Havia um acordo, uma combinação não formal, de que a Otan não buscaria agregar os países do antigo Leste Europeu, e a Otan promoveu a mais absoluta adesão dos países fronteiros à Rússia. Para a Rússia é extremamente importante ter bases, principalmente navais, de acesso ao Mediterrâneo. As duas únicas bases de que dispõe são Sebastopol, na Crimeia; e Tartus, na Síria. Por isso, nesse jogo geopolítico, elas são absolutamente fundamentais, e Putin jamais abriria mão de Sebastopol, e muito do que acontece na Síria visa exatamente continuar tendo a base naval de Tartus, ressaltou o professor.

No caso da Ucrânia, o balanço entre o que esta ganharia aderindo à União Europeia e o que perderia abandonando a Rússia era extremamente favorável à segunda, pois a Rússia dava 70% de subsídio ao gás fornecido e comprava material das indústrias situadas na Ucrânia. Além disso, existe muito de cidadania russa na Ucrânia, pois na faixa sul-leste, justamente a mais industrializada, há predominância de população de língua russa, enquanto a predominância da língua ucraniana ocorre no centro e oeste do país, área mais agrícolas. O interesse estratégico da Rússia na parte industrial é evidente, enquanto a parte agrícola é grande fornecedora de alimentos para a União Europeia.

Diz ele: estaria a Europa efetivamente interessada nesse confronto com a Rússia? A União Europeia A União Europeia tem uma dependência fortíssima em relação ao gás natural da Rússia, responde ele. Quando a Rússia ameaçou fechar a torneira, Merkel saiu correndo da Alemanha e foi à Rússia para negociar com Putin.

O Prof. Trompowski considera que o Oriente Médio é a questão do momento. "Todos nós estamos diante de um grande ponto de interrogação, nós não sabemos o que vai acontecer, mas o Putin está presente", disse ele.

Finalizando, o Prof. Trompowski elencou alguns aspectos que conferem importância às relações do Brasil com a Rússia, enfatizando a capacidade tecnológica russa, a política de acordos bilaterais, os BRICS, e a teoria que diz que os únicos três países com recursos e capacidade para se tornarem efetivamente grandes nações são Estados Unidos, Brasil e Rússia.

O terceiro palestrante, Coronel Coutinho, iniciou sua exposição traçando um rápido retrospecto histórico da Federação Russa, enfatizando a capacidade de Putin de jogar com esse passado em sua atuação política.

O Presidente Putin está no poder desde 1999. É líder do partido chamado Rússia Unida, que advoga não ser nem de esquerda nem de direita, adotando uma postura chamada "centrismo político", mas que, sob a nossa ótica, poderia ser muito facilmente enquadrado como um partido de direita, resumiu o Coronel. Em 2014, com a anexação da Crimeia, a popularidade do Presidente Putin, que vinha beirando algo em torno de 60%, passou a superar os 80%, se mantendo nesse padrão até hoje.

Até 2008, o foco principal do Presidente Putin foi na estruturação do governo da Federação da Rússia, das estruturas de governo, das Forças Armadas da Federação da Rússia em substituição às estruturas antigas da União Soviética. Esse foi o principal foco também na parte econômica, ou seja, a mudança de uma economia comunista, centralizada, estatizada, para uma economia de mercado e também no fortalecimento da Comunidade dos Estados Independentes. No que diz respeito à política externa, também nesse período, o foco principal foi justamente na tentativa de aproximação maior com o Ocidente, quando até mesmo uma proposta de adesão à OTAN chegou a ser tocada pelo Presidente Putin, ressaltou o palestrante.

Em 1990, disse o Coronel, com o fim de reduzir a supremacia convencional do Pacto de Varsóvia na Europa, foi assinado o Tratado sobre Forças Convencionais na Europa. Já em 1999, quando o Pacto de Varsóvia acabou, o Tratado foi emendado, com foco na retirada das tropas e meios militares russos dos países do antigo Pacto de Varsóvia, e foi estabelecido que as tropas da Otan não entrariam naqueles países. A Rússia cumpriu a parte dela nesse tratado.

Diante da tentativa de seu isolamento na comunidade internacional, a Rússia passou a focar outras áreas para estabelecer suas parcerias internacionais. Assim, a Organização para Cooperação de Xangai é muito importante porque envolve a China, o Paquistão e a Índia. O fim da Aliança Transpacífica, decidido pelo Presidente Trump, beneficiou muito essa política da Rússia e da China,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pois foi algo pensado pelo Presidente Obama, que confrontava essa questão da Organização de Xangai, em uma tentativa também de isolar a Rússia, analisou o palestrante.

Segundo o Coronel, o Brasil vê os BRICS mais como um organismo econômico, mas a Rússia, além do aspecto econômico, vê os BRICS como uma ferramenta geopolítica importante na busca de fugir do isolamento internacional.

Para o palestrante, a questão da Ucrânia decorre de seu processo de formação. Uma iniciativa do Presidente Putin de reforçar a questão da União Eurasiática foi central na política ucraniana até 2014. O Presidente Yanukóvytch decidiu pela União Eurasiática em detrimento da União Europeia, o que deu origem aos conflitos da Praça Maidan. O Presidente Yanukóvytch foi derrubado do poder, num golpe de Estado com o apoio da União Europeia e dos Estados Unidos. A Ucrânia, logo a seguir, iria entrar para a Otan, e a Rússia perderia sua base da frota do Mar Negro. A população era de maioria russa. Houve um referendo que decidiu pela incorporação da Crimeia à Rússia.

Na questão Síria, disse o palestrante, os curdos, que representam 10%, e os turcos com 5% da população, trazem a Turquia diretamente para o conflito. No que diz respeito à religião, os xiitas, que são 13% da população, mas que dominam a política e as Forças Armadas, trazem para o centro do conflito os iranianos e os iraquianos. Provavelmente, a Síria nunca mais vai ser um só país, concluiu o Coronel Coutinho.

A partir de 2008, alertado pela guerra com a Geórgia, Putin decidiu investir pesadamente em defesa. O orçamento de defesa que, em 2005, era de US$5 bilhões, em 2014, atingiu US$40 bilhões e hoje, segundo dados de uma ONG que estuda o tema, está em torno de US$65 bilhões. A meta é, até 2025, a substituição, com ênfase em material russo, de 100% do material soviético. Nos últimos anos, foram incorporados e tornados operacionais mísseis de cruzeiro e mísseis balísticos intercontinentais de última geração, com os quais, a partir de três pontos diferentes da Rússia, é possível atingir qualquer ponto do globo terrestre, informou o palestrante.

Em sua conclusão, o Coronel relacionou a Europa Oriental, o Ártico, a região do Mar Negro, o Oriente Médio (banhado pelo Mar Mediterrâneo) e a região do Oceano Pacífico como principais áreas de interesse geopolítico da Rússia.

Citando fato ocorrido com a diplomacia lusa – agora estamos tratando do que disse o quarto palestrante –, ainda no século 18, o último palestrante, jornalista Carlos Fino, reiterou que, assim como é antiga a intervenção russa no cenário político europeu, é antigo este misto de fascínio e medo do ocidente em relação à Rússia.

O objetivo principal de toda a estratégia americana que tem sido aplicada até hoje, embora com o objetivo nobre de expandir a democracia, é impedir a Rússia de voltar a ser um império e, para isso, tirou-lhe a Ucrânia.

Afinal, o que querem os russos? O que quer a Rússia? Indaga o palestrante. E ele diz: Eu acho que a Rússia quer respeito. Putin quer respeito.

O ex-presidente Boris Yeltsin falava que havia o perigo de estarmos entrando em uma "paz fria", que é isso que estamos vivendo agora. E esse cenário tem naturalmente muitos perigos, porque a Rússia é uma potência nuclear e hoje está na situação em que esteve a Alemanha no fim da Primeira Guerra Mundial. E isso é perigoso, segundo ele.

Seria bom que essas grandes questões fossem reequacionadas, não em termos de guerra fria, de isolar o urso e de cutucá-lo, mas de tentar algum tipo de colaboração que diminuísse as tensões e nos afastasse do perigo de uma catástrofe nuclear, concluiu Carlos Fino.

Houve, depois, respostas às perguntas que foram formuladas. Foram várias, fundamentalmente dentro daquilo que já havia sido explicitado pelos palestrantes que aqui compareceram.

Determino, portanto, agora, à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores para dar como lido este relatório na sua íntegra.

Segundo comunicado.

O Marrocos saúda a adoção da Resolução nº 2.351 pelo Conselho de Segurança.

A resolução prorroga, por um ano, o mandato da Minurso, no âmbito estrito das suas atividades atuais, segundo o comunicado, observando que a resolução converge em vários pontos com as avaliações e recomendações do Secretário-Geral das Nações Unidas, contido no seu último relatório ao Conselho de Segurança datado deste ano de 2017, que tem o número S/2017/307.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, o Conselho de Segurança reafirma, claramente, os parâmetros do processo político, tal como definidos desde 2007, nota ainda o Maeci. Este processo deve ser guiado pelo "realismo e espírito de compromisso", levar em conta os esforços feitos pelo Marrocos desde 2006, e considerar a primazia da iniciativa marroquina de autonomia, que o Conselho elogiou novamente pelos esforços "sérios e credíveis" na base de sua formulação.

Além disso, acrescentou o comunicado à resolução que reitera a dimensão regional do conflito sobre o Sahara marroquino e especifica a responsabilidade dos países vizinhos, particularmente da Argélia.

Assim, o Conselho de Segurança, apoiando a chamada do Secretário-Geral, sublinhou que "a Argélia e a Mauritânia podem e devem dar apoio significativo para este processo", salientou, ainda, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

E, para enfatizar que há responsabilidade da Argélia, também foi confirmada sua posição em relação ao censo da população nos campos de Tinduf. Na verdade, o Conselho, pelo sexto ano consecutivo, recorda a importância do censo e "insiste para que sejam feitos esforços nesse sentido".

O Marrocos tem toda a esperança de que as outras partes envolvidas, dentro destes parâmetros claramente definidos pelo Conselho de Segurança e à luz das suas responsabilidades bem definidas, se posicionarão ativamente e de forma construtiva para acabar com essa disputa regional.

O Marrocos espera, também, que sejam reunidas as condições para um processo de recuperação real, disse a fonte.

Neste contexto, o Reino do Marrocos reitera seu compromisso de trabalhar para alcançar uma solução definitiva no âmbito da iniciativa de autonomia, conclui o comunicado.

Iniciando a pauta do dia de hoje, conforme já divulgado, lembro que no painel de hoje o tema é: "Não me representam!": populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos.

Participam desse painel, como palestrantes: o Prof. Alex Canuto; o ex-Deputado Paulo Delgado; o Prof. Dr. Lucio Rennó; e o Prof. Dr. Mathias Alencastro, os quais tenho o prazer de cumprimentar. Inicialmente, cumprimento mais uma vez a Deputada Bruna Furlan, que é Presidente da Comissão de Relações e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e, cumulativamente, Presidente da Comissão de Assuntos de Inteligência do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Exª, Deputada Bruna Furlan, mais uma vez, pela honrosa presença de V. Exª nesses nossos painéis, desejando-lhe continuado êxito e sucesso nas suas atribuições.

Ao mesmo tempo, convido, portanto, os integrantes a que já me referi para que entrem no recinto e façam composição da Mesa. (*Pausa.*)

Mais uma vez, obrigado aos senhores pela participação.

Agradeço também às Srªs e aos Srs. Senadores, agradeço às autoridades pela presença.

Vamos passar a palavra aos nossos palestrantes.

Esclareço que cada palestrante disporá de 15 a 20 minutos para sua exposição inicial. Após o que serão abertos os debates e as perguntas das Srªs e dos Srs. Senadores, bem como dos internautas, que têm tido uma participação em nossos painéis de relevância, com perguntas muito pertinentes aos temas que vêm sendo tratados, mostrando a vontade com que vêm querendo participar mais ativamente do que se discute nas Casas do Congresso Nacional. Mais uma vez, obrigado a todos vocês, internautas, telespectadores e ouvintes da Rádio e da TV Senado, aqueles que nos vêm dando o prestígio da sua participação nas noites de segunda-feira, sempre a partir das 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores. Passo a palavra, portanto, para iniciar o nosso debate, ao professor, ao sociólogo e ao Deputado Federal que muito orgulhou este Congresso Nacional, especificamente a Casa da Câmara dos Deputados, no período em que teve oportunidade de, com seu brilhantismo, ajudar a construção de um Brasil justo e próspero.

Com a palavra o Deputado Federal e Prof. Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO – Boa noite a todos, senhoras e senhores.

Presidente Collor, é um prazer atender ao seu convite, ao convite da sua equipe da Comissão de Relações Exteriores, do Senado Federal. Meus colegas debatedores, Deputada Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, a sugestão que a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal nos faz é de discutir o seguinte tema: "Não me representam: populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos". Seria essa uma tendência firme ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apenas um movimento passageiro? É uma crise de legitimidade política e insatisfação com governos e com o estamento político? Qual o significado do momento político atual no mundo?

É extremamente relevante, Sr. Presidente, que esse debate ocorra no dia do armistício, porque 8 de maio. Foi o dia em que a Europa assinou a paz que terminou com a Segunda Guerra Mundial. E hoje sai também o resultado oficial das eleições na França, a mais esperada eleição na Europa nos últimos dois, três anos, em virtude talvez nem tanto da França, da gloriosa e charmosa, França, mas da irritante Inglaterra.

A Inglaterra se comporta como ilha em muitos momentos da história e não tem se dado mal. O comportamento da Grã-Bretanha, de reagir, às vezes, às chamadas ondas hegemônicas na Europa se revelou um comportamento ousado, mas de muita responsabilidade histórica, como ocorreu com a grande e isolada liderança do seu Primeiro-Ministro Winston Churchill durante mais de cinco anos na Europa, até conseguir convencer os Estados Unidos de que o risco do governo alemão daquela época era um risco que atingia o mundo todo.

Mesmo assim, quero me arriscar a dizer, Presidente e colegas, que o que fez os Estados Unidos entrarem na guerra não foi nenhuma questão humanitária; o que fez os Estados Unidos entrarem na Segunda Guerra Mundial não foi nenhuma preocupação com imigrantes exilados; foi o fato de terem sido provocados de maneira inesperada e ousada pelos japoneses. Acho que se o Japão não tivesse invadido os Estados Unidos, provavelmente o governo americano do Presidente Roosevelt, à época, teria dúvidas de oferecer a base industrial americana para a fabricação dos equipamentos que faltavam à Inglaterra e que levou ao fim da guerra na Europa.

Da mesma maneira, a política de pacificação dos anos 30, levada a efeito pelo governo da Alemanha, governo nacional socialista da Alemanha, era uma política de largo apelo europeu. E só começou a ser contida quando atravessou fronteiras sem declaração de guerra. Um dos pontos altos do processo de civilização, por mais contraditório que seja, é o fato de um país declarar guerra ao outro, e não atravessar suas fronteiras de maneira intempestiva, voluntariosa e agressiva.

A nossa região é muito festejada no mundo porque, na nossa região, não se atravessa fronteira nacional há mais de cem anos. Exércitos não atravessam fronteiras na América Latina, e os últimos que atravessaram fomos nós, no século XIX.

O terrorismo atravessa fronteiras sem declaração de guerra, o terrorismo atravessa fronteiras por ar, por mar, por terra, por satélites, por meios eletrônicos e pela internet. Esse é um fenômeno completamente novo em relação àquele que ocorreu na Europa, e é esse fenômeno, para mim, que está por trás desses fatos que fizeram com que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aqui, do Senado Federal, de maneira muito vinculada à conjuntura internacional, convocasse esse tema "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", que é uma dúvida que, muitas vezes, a diplomacia brasileira infelizmente tem.

Há a confirmação da vitória do Emmanuel Macron por dois terços dos votos – mas houve abstenção de 25% da França, um em cada quatro franceses não votou em ninguém, o candidato que a França precisava ter. E foi, mais ou menos, a forma pela qual foi escolhido candidato, ou seja, ele se tornou um candidato com essa característica de ser o de que a França precisava. Esse impulso francês para a integração da Europa veio em virtude especialmente do sinal negativo à integração que a Inglaterra deu com o plebiscito que tirou a Grã-Bretanha da Europa.

A França não se comporta diferente da maneira como se comportam os espanhóis, se comportam os italianos em relação a partidos políticos e representação social. Esse movimento que o nosso Macron fez já tinha sido tentado por Sarkosy, esse jeito novo de inventar um nome para esconder um partido, esse jeito de esconder ideias para poder ampliar o número de eleitores. Isso contaminou a Espanha, contaminou a Itália.

A Itália tem um palhaço como candidato a Presidente da República. É um homem engraçado, é um homem bom. Aqui, na América Latina, há um Presidente cuja maior virtude que se divulga é o fato de morar em um sítio e ter um fusca, por não haver tratores no sítio dele e por ser honesto. Veja se isso pode se tornar currículo para governar países relevantes, tendo em vista que essas são questões que deveriam fazer parte da rotina das pessoas! Mas esse mundo do *vanity fair*, que deu origem ao Emmanuel Macron, é muito interessante. Ele é muito rico. Ele é sócio do Rothschild, e isso para um francês é fantástico. A família é muito rica, perseguida pela Alemanha. Ficou rico nessa sociedade, é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

progressista, mas é também um conservador, é jovem e é casado com a professora. Há coisa mais interessante no mundo?

Em um mundo em que os velhos se casam com mulheres jovens, a França liberou as mulheres idosas para se casarem com os jovens. Essa é uma mudança de comportamento subjetivo, que teve uma influência espetacular no perfil desse senhor e enfraqueceu o perfil da Le Pen. Ela, muito austera, muito conservadora, estava na busca dos mais antigos valores franceses, contra a Europa, a favor do euro, querendo ressuscitar uma França que não existe mais. De repente, vem um garoto, que continua uma tradição.

Todo mundo se lembra de que o ex-Presidente do FMI, o Strauss-Kahn, não conseguiu ser candidato a presidente da França por um problema relacionado a essas relações indevidas, de candidatos em véspera de eleição. Ele promete regionalizar o desejo europeu e fazer voltar a França a ser adulta, apesar de dividia, homogênea e desigual.

A França terá muita dificuldade de ter uma influência internacional como teve. A França é pequena. Dentro da Europa, é um país grande, mas é pequena. A França não deixa a Turquia entrar na Europa, e um dos motivos subjetivos, que ela não declara, é que a Turquia é muito grande. Mas a Turquia é muito amiga da França. Aliás, é um absurdo, porque quem joga a Turquia para a ultradireita e joga a Turquia para o radicalismo é a indiferença da Europa em recebê-la em seu território. Quem veste a burca na Turquia é a Europa, é a vaidade da Europa. Istambul sempre foi uma capital europeia, a Turquia sempre foi um país admirado pelo mundo todo e pelos europeus.

Então, espero que ele agora abra o olho, olhe para o lado da Turquia, e a atraia para o lado da Europa, que ele a pacifique, que fortaleça o setor mais democrático da Turquia.

O enigma que parou Le Pen – e não acho que seja provisoriamente como a imprensa está dizendo; jornais como o *El Pais* e o *Le Monde* estão falando que pode ser provisório; aqui no Brasil *O Globo* fala isso, o *Estadão* fala isso – é que ninguém sabe a hora em que a pólvora se oferece ao fogo. E ela ofereceu um pouco de pólvora. O discurso dela é um discurso de pólvora, é um discurso que hoje já não tem mais força, nem em países divididos como a Argentina, como o Brasil, países onde a fricção e a irritação dentro do sistema político são muito grandes. Não fale em pólvora perto de um povo esquentado.

Então, a saída do mundo é pelo centro, a saída do mundo é a moderação. E, do outro lado, um dos fenômenos que vem revelando isso para mim muito claramente é o deslumbramento do Donaldo Trump nos Estados Unidos. Por quê? Porque, queria ou não, os analistas políticos do mundo todo consideram que os Estados Unidos são o único Estado do mundo empenhados em transformar, de certo modo, o mundo à sua maneira. A China não faz isso mais ou não faz isso ainda, parou de fazer isso. Todos os outros Estados que querem transformar o mundo à sua maneira são Estados pequenos e são Estados altamente radicalizados, mas por razões doutrinárias de origens diversas do que a origem que faz os Estados Unidos imaginarem que são os líderes da história e imaginarem que são um país que tem uma estrutura moral – evidente, uma estrutura moral, com muita arma, muita tecnologia e muita capacidade de dissuasão e de enfrentamento. Mas é um país cuja força é baseada em um convencimento da nação. Há um Estado da nação Estados Unidos, e seja ele governado por um Obama, como foi bem governado, segundo meu ponto de vista, seja ele governado por um Clinton, pelos Bush ou governado agora pelo nosso Donald Trump.

Por que acho que ele é um deslumbrado que está surpreendendo os Estados Unidos e pode surpreender o mundo? Ele arrastou o Presidente chinês, por exemplo, para um *resort* de sua propriedade. Não foi para nenhum prédio da Casa Branca, do patrimônio do Estado americano. E ali ficou conversando com ele provavelmente sobre a Coreia do Norte, onde há um rapaz jovem, cheio de armas, que acha que pode fazer coisas que não vai conseguir fazer, mas atrapalha o raciocínio do mundo.

Ao que tudo indica, o líder da China, que é um homem preparado, 20 anos de preparo para chegar aonde chegou, foi fisgado pelo jeito de ser do Trump. E, aí, com paciência – e é uma regra da história que devemos levar sempre em conta, quem opera o sistema internacional, quem discute relações internacionais – e por etapas todas as feridas podem sarar. Nenhum país precisa ser inimigo a vida inteira, nenhum país precisa entrar em confronto com outro a vida inteira. Na Europa, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exemplo, nos Bálcãs, nunca se pacifica, porque são feridas que vêm lá da Primeira Guerra Mundial e que podem ser corrigidas.

Mas o que o nosso Trump disse ao Xi Jinping, pelo que pude ver, é que sua filha, Ivanka – não sei se vocês conhecem –, uma jovem publicitária, inteligente, sagaz, que teria dito nas redes sociais, porque hoje as campanhas são ocultas no mundo todo: "Podem votar no meu pai, deixem os exageros dele comigo". E muita gente deixou o Trump passar, pensando: "Nós falamos com essa menina". E ela provocou um fenômeno tão forte e psicológico na cabeça do Xi Jinping e da sua mulher que chamaram uma equipe de televisão da China para que ela fizesse uma saudação às mulheres da China. A *The New Yorker,* que é uma revista austera americana, de esquerda, moderna, ficou muito desconfortável e chegou a escrever que é perturbador que a jovem loira apareça como modelo de feminismo para toda uma geração de mulheres chinesas. Ou seja, a esquerda e os formadores de opinião estão perdidos com a retórica de brota do Twitter.

Há um outro tipo de cidadão influenciando o mundo, há um outro tipo de pessoa incontrolável, atrevido, grosso. É uma pessoa grossa solta no mundo. Só que você não quer que essa pessoa grossa se torne o seu líder no seu país. É preciso processar os meios de comunicação, os *facebooks,* as internets, de maneira civilizada. E isso o Trump deixou para essa sua menina, como, às vezes, o Obama, em alguma dificuldade, entregava para Michelle. O Clinton entregou para a nossa Hillary, e a HIllary foi surpreendida com a presença do Trump nesse movimento que fez, com alguns confrontos que ninguém quer enfrentar hoje, que é o seguinte confronto – arrisco-me a dizer aos senhores e senhoras e peço desculpas ao Lúcio, que é professor formado na Alemanha, um homem muito culto nessa área, estudou Heidegger e todos os grandes alemães. Marx, Engels, toda aquela turma de lá: a ideologia serve para um jovem escolher, mas a ideologia não serve para um adulto compreender.

A esquerda do mundo não está conseguindo entender o que está ocorrendo na cabeça das pessoas. Será que as pessoas, Presidente Collor, querem ser partidárias? Será que as pessoas querem ser de sindicatos? Será que as pessoas querem ser de organizações seculares? A maior organização secular do mundo é o cemitério. Ali, você fica e não sai mais. Por que as pessoas não podem mudar?

E aí pego um terceiro caso: a França com esses partidos que não têm nome, com esses movimentos, esses candidatos que vão juntando características de uma peça que o povo está falando e de que está precisando. Constrói-se em dois anos um candidato para ser presidente de um país. Digo às senhoras e senhores: o Presidente do Brasil está sendo construído, mas não está sendo construído por nenhum dos candidatos que está aí. Não me perguntem, não tenho bola de cristal, sou um cientista político, vamos dizer assim, mas é visível que está sendo construído no inconsciente coletivo do Brasil e na alma do Brasil uma pessoa totalmente diferente da que esteve aí.

O Presidente Collor sabe, ele foi construtor de um grande personagem dos anos 90, que empolgou o País. O Presidente Lula empolgou o País por quase 30 anos. O Brizola, quantos anos empolgou o País?

Esses movimentos que constroem líderes têm, hoje, um componente oculto que não existia e que começou a existir a partir dos anos 2000 de maneira muito forte: a internet, as redes sociais, o Facebook, o Twitter. O Brasil tem 160 milhões de pessoas com opinião, dos 200 milhões de habitantes, com opinião hoje, agora, neste momento, dando opinião sobre tudo.

O terceiro caso, para encerrar: George Soros. Ele é um bilionário interessante: xingado e consagrado tanto pela esquerda como pela direita, ganha dinheiro principalmente com aquilo que critica. Ele percebe que uma determinada coisa recebe uma crítica, ele processa essa crítica de maneira inteligente, manda sua equipe estudar aquele tipo de fenômeno inesperado no negócio dele ou em um determinado movimento que ele está fazendo em alguma direção, vai lá, aposta ao contrário e ganha.

Seu principal *playground* agora, experimental, é a Hungria, país em que nasceu. De tanto ajudar a Hungria, minou os propósitos do regime comunista da Hungria. Vocês sabem que comunistas repelem gestos de consolo. Eles não suportam que alguém pareça que está estendendo a mão para eles se aquilo significa reciprocidade, que é a coisa que muitos políticos não aceitam. Eles aceitam uma rua de mão única, mas não aceitam reciprocidade.

Aí, ocorreu a seguinte questão: ele deu uma bolsa para um rapaz chamado Viktor Orbán, nos anos 80, na universidade que ele criou, em Budapeste, a Universidade da Europa Central. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Harvard do Soros em Budapeste. Esse Viktor Orbán recebeu a bolsa, estudou, se formou e se tornou Primeiro-Ministro da Hungria. Seu primeiro ato foi fechar a universidade. Aí, o George Soros percebeu que ia aumentar o número de matriculas na sua universidade, mas ele não sabia que ia ter passeata a seu favor na Hungria. Olhem que coisa! É o único país do mundo em que um milionário criticado tem passeata a seu favor, pela esquerda, contra um governo de extrema esquerda, que é o mais reacionário e devorador de ideias novas do mundo, que é atualmente o governo da Hungria. É de considerar a Le Pen uma criança de colo o que esse rapaz pensa, o Viktor Orbán. Enfim, deixo três ideias e três personagens do mundo atual, que, acho, estão envolvidos em três situações.

A função prognóstica desapareceu da análise política e virou bola de cristal nas pesquisas de opinião pública. O interesse analítico sobre o que e como ocorreu foi suplantado pela curiosidade de descobrir o que vai acontecer. Vou dizer a vocês uma coisa: não há mais tempo ou interesse para a previsão do futuro no mundo, mas acho que continua em vigor o de sempre, os chamados ciclos longos de Kondratiev, um grande economista que dizia que depressão econômica e mudanças sociais andam juntas e que, de 15 em 15 anos, de 20 em 20 anos, as sociedades mudam.

Ou seja, o que está havendo, hoje, na Europa e nos Estados Unidos não é o destino final nem da Europa nem dos Estados Unidos; é o fim de um ciclo, onde Estados centralizados diminuíam a tensão no mundo entre as pessoas comuns, porque criavam a tensão entre os líderes mundiais.

Hoje, com os Estados ultradescentralizados e o fim das grandes superpotências, o conflito está no mundo das pessoas comuns, tanto que, hoje, o maior subproduto dos problemas mundiais é o número de expatriados, de imigrantes exilados, que é muito maior do que depois da Segunda Guerra Mundial. Ou seja: um mundo centralizado, um mundo dominado por superpotências provoca menos migrações; um mundo de Estados nacionais fechados e pequenas fronteiras expulsa mais gente de casa.

Esta é a grande contradição, a meu ver, do mundo atual, e é essa contradição que está fazendo as pessoas comuns pensarem na própria vida e esquecerem os grandes formuladores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao professor e sociólogo Paulo Delgado, ex-deputado federal que participou de trabalhos importantes nesta Casa do Congresso.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua lúcida explanação.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Dr. Mathias Alencastro.

O SR. MATHIAS ALENCASTRO – Muito obrigado, Presidente Collor.

Agradeço o convite da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É um grande prazer estar aqui com vocês hoje.

Eu vou elaborar sobre onda populista, porque as eleições francesas marcam um momento muito importante nesse processo. Depois, na fase de perguntas e respostas, eu espero poder comentar os detalhes das eleições francesas.

A minha intervenção de hoje é bastante otimista na verdade – talvez mais do que deveria. O fato é que o argumento que eu quero elaborar aqui é que a vitória do Emmanuel Macron colocou fim a uma ameaça que parecia muito real no final do ano passado, qual seja, a instalação de um eixo de regimes, que eu chamaria de étnico-nacionalistas, entre os Estados Unidos, a França e Rússia, que colocaria em xeque sistema internacional, as Nações Unidas e a União Europeia em particular.

Esse desenlace é muito favorável, na minha opinião, para os países do sul e para o Brasil em particular.

A consequência, em termos analíticos, do fim dessa onda populista é que os resultados da França mostram que as dinâmicas nacionais continuam sendo muito mais relevantes do que as grandes narrativas de globalização. Na minha opinião, tanto a chegada ao poder de Trump como o Brexit são, antes de tudo, resultados de contingências políticas locais.

No caso dos Estados Unidos, a eleição de Trump se deve a uma tripla conjunção de fatores – e vou apresentar muito resumidamente a minha opinião: primeiro, o fracasso do Partido Republicano em controlar a sua própria base, que foi radicalizada pela estratégia de oposição constante ao governo Obama. Segundo, a fraqueza da candidatura de Hillary Clinton, que não oferecia nada além da continuidade do governo Obama, mas sem o carisma e a liderança; e, na minha opinião, não foi o Trump que venceu, mas a Hillary que foi incapaz de mobilizar o eleitorado que faz a diferença no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Partido Democrata. O terceiro – e aí é mérito do Trump – foi buscar o voto das vítimas da crise financeira de 2008 em Estados historicamente aliados ao Partido Democrata, como Ohio, Pensilvânia e Michigan.

Aqui, há um fator muito importante: 70% dos empregos criados pelo Obama, desde 2008, foram sem carteira assinada. Houve uma precarização muito grande durante o Governo Obama, e foram os votos desses novos precários que foram para o Partido Republicano.

A verdade é que um funcionário com 15 anos de General Motors ou de Ford se comporta, na urna, de forma muito diferente quando ele vira motorista da Uber. E acho que é uma coisa que nós vamos ver aqui, no Brasil, em 2018.

No caso do Brexit, eu também acho que foi um acidente da história. O Reino Unido não tem cultura referendária e o acordo com a União Europeia era bastante vantajoso, porque ele tinha acesso ao mercado comercial sem a necessidade de aderir a todas as regras. Além disso, para muitos europeus da União Europeia, a presença da Inglaterra era um entrave à construção europeia.

O referendo parte de uma disputa política interna do Partido Conservador entre o Primeiro-Ministro, àquela altura David Cameron, e o seu oponente, Boris Johnson. O referendo estava agendado... O Brexit, supostamente, não era para ter acontecido. O referendo deveria ter garantido a permanência do Reino Unido na Europa, só que a data coincidiu com a explosão da crise de refugiados, que foi aproveitada pelos populistas e pela extrema direita sobretudo. Por isso, a tentativa de resolução de uma disputa partidária resultou em uma das maiores sabotagens econômicas de um país na história.

Então, realmente, é uma contingência.

Por que eu estou sublinhando essas dinâmicas nacionais? Porque eu quero desconstruir a tentativa de uma narrativa global da onda populista. Eu a acho muito pouco convincente.

A insistência na narrativa da onda populista dá a ideia de que a globalização, o populismo e a crise de representatividade são fenômenos do século XXI, e acho que todos nós aqui sabemos que não é o caso.

Voltando ao caso do populismo, acelerando aqui um pouco e entrando no caso da França, para mim – e, creio, para os observadores brasileiros entenderem os fenômenos na Europa de forma pragmática –, a diferença entre um movimento populista e um movimento que não é populista é a sua capacidade de governar, de realmente chegar ao poder e não apenas estar em uma lógica de contestação. Essa é uma definição que estou usando aqui, pontualmente, para servir a este debate.

O populismo de Trump, o Brexit e Le Pen deram provas de que não sabem governar.

O Trump, que todos anunciavam como alguém que iria alterar profundamente a forma de fazer política nos Estados Unidos, está se transformando em um presidente republicano genérico. Ele afastou os seus conselheiros mais radicais no último trimestre e está abandonando, gradualmente, as ideias mais polêmicas. Talvez uma ou outra coisa aconteçam, mas muitas das medidas... A máquina dele já é uma máquina tradicional republicana.

O Brexit está sendo negociado por um líder do Partido Conservador genérico, Theresa May, que era Ministra do governo do Cameron; os líderes da campanha do Brexit, como o Deputado europeu Nigel Farage, foram excluídos de todo o processo; e, agora, nas eleições, eles têm poucas chances de materializar a vitória do Brexit numa vitória eleitoral; muito poucos entre eles serão eleitos deputados.

A Le Pen – não sei se vocês viram o debate da semana passada – mostrou que não tinha a mínima competência para governar o país; foi de um despreparo absoluto; e o partido dela fez uma campanha amadora, sem nenhuma dúvida. Então, a prova disso é que ela ganhou poucos votos em relação ao primeiro turno.

O que assustava, realmente, nessa onda conservadora, no final do ano passado, era a capacidade de subversão das instituições de potências mundiais por uma elite que não partilhava valores universais, essa elite composta por Trump, pelo Brexit, pela Le Pen. Isso não aconteceu. Depois de um ano, nós podemos dizer que essa elite foi incapaz de transformar o ensaio e conquistar o poder a longo prazo. E é nesse contexto que a eleição do Emmanuel Macron é um marco e nos deixa otimistas.

Um ano atrás, quando o Brexit aconteceu, muita gente apostava no colapso da União Europeia, no fim da moeda do euro, na restauração das fronteiras, no regresso a uma Europa minimalista. A eleição do Macron, que ontem, no segundo discurso depois de ganhar a eleição, fez executar o hino da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

União Europeia em pleno comício – o que é um ato muito simbólico, porque, neste momento, defender a União Europeia é quase um ato subversivo, porque ela é muito impopular entre a população –, mostra ser o fim dessa tendência e, sobretudo, ser o relançamento do motor franco-alemão, que havia sido travado por disputas no começo do século XXI.

E, concluindo, o que significa a eleição do Macron para o Brasil? Significa mais abertura comercial, mais investimentos em ciência e tecnologia, mais política externa.

A exigência, para o Brasil, será a elevação do nosso padrão de cooperação internacional. A Europa vai estar mais exigente. E, aí, haverá dois caminhos: ou o Brasil pode tentar se alinhar em torno do governo Trump, que está apostando em uma regressão tecnológica e civilizatória dos Estados Unidos, retirando financiamento das agências de energia, de meio ambiente e de ciência; ou à União Europeia do Macron, que vai tentar fazer exatamente o contrário: elevar o padrão.

Então, o Brasil agora tem um panorama internacional mais claro e vai poder planejar estrategicamente em muito mais longo prazo, ao contrário do último ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Mathias Alencastro, um jovem de 33 anos que já é professor doutor e que demonstrou, sobretudo, a sua celeridade em expor os seus pontos de vista. Naturalmente, quando estivermos no momento das perguntas, poderemos obter mais ainda do Prof. Mathias Alencastro.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Dr. Lucio Rennó para a sua exposição.

O SR. LUCIO RENNÓ – Muito obrigado, Presidente Collor, pelo convite. É um prazer estar aqui.

Eu trouxe uma apresentação que, depois, posso disponibilizar para a Comissão.

Eu vou tentar tratar da pergunta central dessa proposta que nos foi feita para a discussão de hoje, que é pensar se o que nós estamos vivenciando no mundo, hoje, são novidades, são eventos que demarcam um novo momento da nossa história, ou se são fatos que já ocorreram antes e que têm um caráter muito mais cíclico, isto é, de recuperação de momentos históricos anteriores; ou ainda, como já disse, se se trata de uma nova tendência. Então, a minha pergunta inicial segue, muito claramente, aquela colocada na proposta deste encontro: vivemos, hoje, uma crise que impõe mudanças na prática política ou a recorrência de experiências anteriores?

E, aí, eu estou trabalhando, obviamente, com algumas ideias que são utilizadas na ciência política e na economia para pensar e para tentar explicar a passagem de fatos históricos. Uma delas, obviamente, está associada à ideia de ondas, de ciclos políticos que acompanham ciclos eleitorais.

Então, você tem aí essa perspectiva de que ciclos econômicos que geram processos de retração ou de expansão econômica demarcam fatos da vida política e demarcam a política eleitoral. Então, você teria, com isso, a alternância de partidos no poder dadas as suas agendas econômicas. Eu expresso esse aspecto específico: quando a economia muda, quando uma crise é sucedida por outra, com características distintas, partidos políticos distintos se beneficiam desse momento porque mais se adequam àquela situação econômica colocada.

Então, você pensa, obviamente, em elementos históricos claros: alternância entre PSDB e PT no Brasil. O PSDB com uma agenda muito clara de ajuste fiscal, que fazia sentido nos anos 90; o PT, depois, em um cenário de economia estabilizada, com uma agenda de expansão dos direitos políticos... Políticos, não; mas com a expansão da rede de benefícios sociais para a população. Então, você vê isso claramente também entre democratas e republicanos, nos Estados Unidos; entre republicanos e socialistas na França; entre CDU e SPD na Alemanha; PSOE e PP na Espanha; e assim por diante. Ciclos. A ideia de agendas econômicas que sobrepõem dadas necessidades econômicas que os diferentes países enfrentam.

E aí, Trump não seria nada mais, nada menos do que parte desses ciclos. Dentro de uma perspectiva desse tipo, ele não traria nada de muito novo; ele traria, sim, uma rejeição de parte da população americana ao modelo de expansão de direitos sociais do Barack Obama e, ainda, um resquício da crise econômica que os Estados Unidos vivenciam, apesar de muito menor agora do que aquela encontrada por Obama.

Você pode pensar também outra forma de entender esses processos históricos como de realinhamentos ideológicos, e, aí sim, a gente conversaria sobre mudanças estruturais nas preferências do eleitorado. Então, você teria um fato novo que gera uma nova coalizão, um novo conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

apoiadores para uma causa específica. Um exemplo claro disso é o Partido Democrata no sul dos Estados Unidos quando do movimento pelos direitos civis. O Partido Democrata, no sul norte-americano, era extremamente conservador. Com a mudança da política nacional, esses representantes democratas migram para o Partido Republicano, e, com isso, você tem uma cristalização ideológica muito mais clara de democratas e republicanos. Nos Estados Unidos, isso é algo que a gente vivencia hoje. O diferenciamento ideológico entre democratas e republicanos, nos Estados Unidos, nunca esteve tão claro, e esses partidos nunca estiveram tão distantes quanto estão hoje, fruto de um processo de realinhamento ideológico que ocorreu no passado.

Colegas nossos falam de um realinhamento do New Deal, obviamente com o fortalecimento de uma agenda mais social nos Estados Unidos, e que isso teria se repetido no Brasil com o lulismo. Essa, a ideia que o André Singer vem defendendo, há algum tempo, de que essa adesão a Lula seria algo novo na política nacional. Não sei se é isso. Há trabalhos que discordam dessa perspectiva, porque remete muito mais a uma perspectiva de avaliação do governo. O que orienta aí o posicionamento da população é se o governo teve sucesso ou não teve na gestão da economia e em afetar as suas vidas diárias.

Macron seria um realinhamento ideológico? Eu acho que essa é uma pergunta sobre a qual ainda precisamos debruçar-nos mais para entendermos melhor. Ele representa algo novo na política? Aparentemente, sim. Há um fato nessas eleições francesas que nós não podemos negar: nenhum dos dois partidos tradicionais chegou ao segundo turno. Eu acho que isso é emblemático.

Trump também é um *outsider* da política americana. Apesar de chegar pelo Partido Republicano, não era um homem da política americana. Então, representam – Macron mais claramente, porque talvez traga uma posição ideológica, de fato, possivelmente nova – algo novo; representam um realinhamento?

Coloco essa pergunta para debatermos.

Eu não estou ainda convencido disso. Os próximos momentos do Macron serão fundamentais, como a definição do governo. Nós temos eleições legislativas na França em um mês – não é isso? Corrijam-me se eu estiver errado. Temos a formação de um governo que, depois, pode ser reforçado ou renovado, dado o resultado eleitoral. Mas a construção do governo Macron vai ser, a meu ver, o grande indício dos caminhos que ele irá trilhar ideologicamente. Então, talvez, seja cedo para respondermos essa pergunta – ouviu, Presidente? –, talvez tenhamos de fazê-la novamente em momento posterior à eleição legislativa na França.

Contudo, há algumas ideias. Há uma perspectiva aqui no Brasil – entendo que a Senadora Marina Silva, talvez, tenha tentado defendê-la mais claramente nas eleições – que é essa ideia de uma nova política. Não sei bem o que é essa nova política. Eu acho que é algo que ainda está sendo construído, se é que está sendo construído de fato. Mas isso, talvez, representasse um realinhamento ideológico. Fica a pergunta.

A última questão é que, de fato, não estamos vivenciando nada de novo. Temos, sim, como a ideia de ciclos, essas idas e vindas de partidos, ora conservadores, ora mais progressistas, dependendo da situação política e das circunstâncias políticas e econômicas colocadas, mas temos um fato, que me parece marcante e para o qual vários estudos já apontaram, tanto na Europa, como nos Estados Unidos e no Brasil também, que é essa crise de representatividade das instituições políticas tradicionais. As pessoas já não se identificam, já não confiam no Parlamento, nos partidos políticos e nos políticos em geral. E isso vem sendo fartamente documentado por pesquisas há algum tempo.

Qual a implicação dessa crise de representatividade para a política eleitoral, para a alternância no poder de partidos e para a emergência, talvez, de lideranças populistas, entendendo aquelas como carismáticas, de fora do sistema, que trazem uma ruptura com o que havia anteriormente?

É possível que Macron possa representar algo nesse sentido. De fato, eu vou apresentar aqui alguns dados, depois, que mostram um grau considerável de insatisfação dos franceses com relação ao funcionamento do seu próprio sistema político, mais do que na Inglaterra, mais do que na Europa, mais do que nos Estados Unidos – e aí, obviamente, quando a gente compara com a América Latina, vemos que os patamares aqui são um pouco diferentes com relação a esse grau de insatisfação e de desconfiança das instituições, mas semelhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nesse caso, a gente poderia, inclusive, incluir Trump dentro dessa agenda, porque ele conseguiu destruir dois partidos tradicionalíssimos. Se bem que, agora, como o colega Mathias dizia, eu acho que há uma certa retomada do Partido Republicano sobre o funcionamento do seu sistema, mas, no início, não; ele não foi eleito assim. Ele foi nomeado como uma surpresa desagradável dentro do Partido Republicano. As elites do Partido Republicano o repudiavam. Tiveram que engolir o Trump, e, depois, ele conseguiu destruir um processo de consolidação de uma liderança democrata que parecia inevitável com a vitória da Hillary. Isso derrubou o Partido Democrata, que, agora, sofreu uma derrota relevante na Câmara dos Deputados: as mudanças no Obama Care, o sistema de saúde que foi implementado pelo Presidente Barack Obama. Essa foi uma vitória relevante dos republicamos.

Mas, talvez, Trump, naquele momento, tivesse representado uma consequência dessa crise de representatividade, buscando, aí, novidades. É óbvio que Macron e Trump são polos opostos, como foi bem salientado antes, representam coisas muito, muito diferentes, mas que podem ter surgido de fenômenos políticos, econômicos e sociais semelhantes, que é essa saturação com o funcionamento das instituições políticas tradicionais.

E aí, você tem os outros exemplos que eu mencionei aqui antes: o Podemos, na Espanha, e essa ideia de nova política, no Brasil, que trazem a ideia de um questionamento profundo dos sistemas, da ordem tradicional e do funcionamento dos partidos tradicionais.

Então, possivelmente, nós temos uma interligação entre um fenômeno que já se prolonga por muito tempo, que é essa crise de representatividade, mas, agora, com repercussões político-eleitorais tangíveis, palpáveis.

Pode passar, por favor.

Eu trouxe alguns dados. Eu não consigo trabalhar... Por isso que estou usando... Eu não consigo trabalhar sem números, sem apresentar alguns dados. Então, eu trouxe alguns dados para nós olharmos. É o início de um projeto. Eu ainda não tenho ideias muito cristalizadas sobre esses dados, mas a gente pode discuti-los aqui, o que eu acho que vai até ajudar na minha pesquisa.

São dados, neste momento, que eu colhi a partir de análises *on-line*, a partir de três *sites* muito interessantes, que eu recomendo a vocês que visitem, porque eles permitem que vocês olhem essas tendências, façam cruzamentos e assim por diante, tudo *on-line*. Você não precisa saber de análise estatística ou de gestão de banco de dados para obter os resultados que eu vou apresentar aqui.

Então, eu trouxe dados da Europa, do Eurobarômetro, dos Estados Unidos, do General Social Survey, e do Latinobarómetro, na América Latina, que são pesquisas de opinião pública com amostras representativas de todos esses países. Não são questionários idênticos, mas tratam de algumas questões que são semelhantes em todos esses casos.

Eu vou focar mais aqui na questão da Europa, até para eu não estender demais o meu tempo. De qualquer forma, eu deixo a apresentação disponível.

Então, se puder passar...

Tratei de alguns temas que são muito relevantes: a ideia de legitimidade do sistema político e de legitimidade da democracia, que é o apoio da população às regras do jogo, basicamente. Então, olhei para a avaliação da qualidade da democracia nesses países e olhei também para medidas de confiança em algumas instituições básicas do regime democrático – Parlamento, partidos políticos e Governo, ou seja, Poder Executivo, no caso de um regime presidencialista, mas Governo entendido de forma mais ampla para parlamentarismo e presidencialismo.

Então, começando com a avaliação da democracia, o próximo eslaide, se não me engano, traz resultados da França de 1973 a 2016.

Reparem que a linha amarela é aquela que indica nenhuma satisfação com o funcionamento da democracia no país. Reparem ainda como cresce aceleradamente na França, a partir de 2011, e remete a um pico que ocorreu em décadas anteriores, no começo dos anos 90 e no final dos anos 70.

Então, você já percebe um crescimento dessa insatisfação com o funcionamento do regime na França, muito diferente, como podemos ver no próximo eslaide, do que ocorre na Inglaterra, no Reino Unido, na verdade, onde se vê uma diferença clara de satisfação, ou seja, há aí, na verdade, uma predominância, neste momento, de satisfação com o regime. Peguei só os extremos: os muito satisfeitos e os muito insatisfeitos. Deixei de fora as categorias intermediárias, para facilitar a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

leitura aqui, porque quero ver justamente esses extremos. Então, a situação da Inglaterra hoje é muito diferente da situação da França de hoje.

O próximo eslaide traz dados da União Europeia como um todo. E aí a pergunta era sobre as instituições democráticas da União Europeia, se estavam satisfeitos com a forma como a democracia funcionava na União Europeia. Vê-se um pico de insatisfação também no começo dos anos 90 e no final de 2011, algo muito parecido com o que acontece na França. Ou seja, na França, a percepção do eleitor mediano francês é muito parecida, assemelha-se muito àquela do europeu, carregando muito aquela do europeu, diferente da percepção do britânico nesse caso.

O próximo ponto de que tratei foi a confiança no Parlamento. Aí, como vocês podem ver, vamos continuar com o mesmo esquema: França, Inglaterra e União Europeia.

O próximo eslaide traz os dados sobre confiança no Parlamento na França, que é baixíssima. O crescimento daqueles que não confiam é enorme, apresenta-se em índices bastantes elevados. Há um distanciamento muito grande entre aqueles que confiam e os que não confiam. Então, prevalece na França essa percepção de insatisfação com o funcionamento do seu próprio sistema. Na Inglaterra – é o próximo eslaide –, isso é bem diferente: há ainda, sim, pessoas insatisfeitas, mas numa tendência de queda, de forma contrária ao que ocorre na França. Na União Europeia, há algo que se assemelha um pouco mais ao que acontece na França. Então, vê-se que o papel da França é importantíssimo, refletindo o que ocorre na Europa, numa relação muito simbiótica com o que ocorre na Europa.

O próximo conjunto de eslaides mostra a confiança no Governo. Pode passar. A mesma coisa se dá na França, é o mesmo processo, mostrando uma crise clara de confiança nas instituições democráticas básicas, diferentemente do que ocorre na Inglaterra, como podemos ver no próximo eslaide, onde há uma tendência de queda nisso, com o aumento da confiança. E semelhante é o caso da União Europeia também, onde se percebe um questionamento, uma crise dessas instituições.

A próxima série de eslaides mostra a confiança nos partidos políticos. Aqui, a gente vê que, na verdade, França e América Latina estão muito parecidas. Há uma desconfiança gigantesca com relação aos partidos políticos. Apenas menos de 10% da população francesa, hoje, dizem confiar nos partidos políticos. Isso é muito parecido com o que ocorre no Brasil e na América Latina como um todo, como vamos ver posteriormente. Mas isso é diferente do que ocorre na Inglaterra, se bem que, nesse caso, nem tanto, não é? Também há uma desconfiança bastante grande, mas há uma margem de confiança um pouquinho maior de confiança na Inglaterra do que na França. Mas os partidos políticos não estão na agenda das preferências dos eleitores no mundo como um todo. Na União Europeia, como se vê no próximo eslaide, ocorre o mesmo tipo de situação.

No próximo conjunto de eslaides, os gráficos são um pouco mais difíceis, mas achei importante trazê-los, para a gente pautar aquilo que está preocupando mais os eleitores e os cidadãos nesses diferentes países.

Quais são os piores problemas enfrentados pelos países? Na França, está o desemprego, representado pela primeira linha lá em cima, seguido de imigração e de terrorismo crescente.

Então, você percebe aí um conjunto de preocupações da população francesa que nos ajuda a entender os temas que foram importantes nessa eleição e que, de fato, auxiliaram, sem sombra de dúvida, o crescimento da votação de Marine Le Pen, do conservadorismo de direita bastante radical, que se beneficiou muito desse cenário de desconfiança nas instituições e de crescimento da preocupação com questões econômicas, como o desemprego, e do medo do terrorismo e de crimes – é interessante que este é um item importante colocado.

Então, a França vivenciou, nesses últimos anos – os atentados terroristas são a prova mais cabal disso –, uma situação de desconforto da população acerca do *establishment*, das instituições colocadas, e um crescimento impressionante da preocupação com questões econômicas, como o desemprego, mas, principalmente, com o terrorismo e com a imigração. Está aí a equação para explicar o que nós tivemos nessas eleições deste ano. Não há como fugir dessa explicação, na minha perspectiva.

Isso é muito diferente ou um pouco diferente do que acontece na Inglaterra – é o próximo eslaide –, onde há uma queda da preocupação com o terrorismo, que já foi maior – esta preocupação cai um pouco –, mas onde o desemprego não está entre esses elementos mais altos. Então, a questão econômica, como o desemprego, é muito importante como elemento de aprofundamento das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preferências mais radicais e conservadoras da população. Esse é um sinal para 2018 também, já que estamos pensando nas eleições nacionais aqui no Brasil.

Na Europa como um todo, há um processo parecido com o da França, com essa questão também do desemprego, mas a situação econômica como um todo prevalece mais até do que elementos como terrorismo e imigração. Terrorismo, imigração e desemprego são a equação, penso, para explicar a França de hoje, conjugada com essa descrença em relação às instituições democráticas.

Pode seguir em frente, por favor. Aqui está o último eslaide que vou apresentar com relação à Europa. Vou parar aqui. Não vou apresentar os eslaides sobre os Estados Unidos e sobre o Brasil, a não ser que a gente tenha um pouquinho mais de tempo.

De qualquer forma, quanto ao apego à Europa, quanto à ideia de *attachment* à Europa – se você se sente europeu ou não. Se você olhar isso na França, é sempre maior a sensação de estar próximo da Europa do que a de não estar. Se você olhar para a Inglaterra, repare que ocorre o inverso, com uma alteração muito brusca recentemente. Então, isso ajuda a entender o Brexit um pouquinho, não é? Veja que a linha amarela representa aqueles que disseram: "Nunca me senti próximo da Europa ou apegado à Europa." É a Inglaterra falando isso, é o inglês ou o cidadão do Reino Unido falando isso. Predomina essa perspectiva. E aí, no final, há uma reversão. Talvez, com a aproximação da decisão sobre a saída, tenha havido a intensificação desse sentimento europeu na reta final desse processo, que acabou não se consolidando. Até por isso, talvez, tenha havido a ressaca que foi sentida na Inglaterra depois da decisão do Reino Unido de saída. E, na Europa como um todo, você vê uma aproximação das duas posições, mas, ainda assim, predomina uma percepção de proximidade.

Então, esse último conjunto de eslaides nos ajuda a entender um pouco, talvez, a situação da Inglaterra, a situação confusa que ela vivenciou nos últimos dois ou três anos.

Pode passar. Agora, entro um pouco na discussão sobre os Estados Unidos. Vou passar rapidamente sobre isso e sobre a questão da América Latina, porque a mensagem mais clara que eu queria deixar era essa sobre o caso francês.

Nos Estados Unidos – podemos passar os eslaides com maior rapidez, até porque a qualidade deles, infelizmente, não está muito boa, e peço desculpa –, foi abrangido o tema da confiança nos Poderes Executivo e Legislativo.

O que quero deixar pontuado sobre o caso americano é a diferença entre democratas e republicanos. A grande divisão ideológica e de visão de mundo que se coloca nos Estados Unidos hoje, mais do que raça – fiz estes cruzamentos e verifiquei –, mais do que escolaridade, mais do que renda, é a divisão entre democratas e republicanos. Ela até está associada à raça, à renda e a outros elementos, mas a divisão partidária é um amálgama das visões diferentes de grupos nos Estados Unidos. No eslaide anterior, isso ficava muito claro na relação de confiança no governo: quando um democrata está no governo, a relação de confiança do republicano quanto àquele governo é baixíssima, e vice-versa. Mas isso não ocorre em outros países, porque, em outros países, essa divisão partidária não está tão marcada, como está nos Estados Unidos. Vejam que, no caso da confiança no Congresso, que é o próximo eslaide, isso já não ocorre: eles coincidem num crescimento da desconfiança em relação ao Congresso nos Estados Unidos também. É óbvio que há patamares inferiores àquele que a gente viu na Europa e àquele que a gente vai ver na América Latina.

Pode passar, por favor.

Visões com relação ao aborto, se a mulher pode fazer aborto por qualquer motivo, aí vocês veem que as respostas "não" são predominantes, mas com uma incidência muito maior entre republicanos do que entre democratas, de novo consolidando aí posições que são partidarizadas dentro dos Estados Unidos, posicionamentos ideológicos. A gente não está falando mais de um realinhamento ideológico nos Estados Unidos. A gente está falando de cristalização de posições entre os dois partidos.

Pode ir em frente.

Quanto ao Medicare, é perguntado se o governo deve subsidiar a universalização da saúde. De novo, democrata é a favor, e republicano, contra. Trata-se da consolidação, da cristalização da partidarização da política norte-americana.

Vamos para a frente.

Quanto ao auxílio aos afro-americanos – o termo usado no questionário é *blacks* –, de novo é mostrado que democratas e republicanos têm posições muito diferentes sobre o tratamento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pode ir em frente.

E quanto à América Latina, só para concluir, alguns resultados rápidos sobre democracia, confiança no Congresso e no governo.

Pode passar.

Aqui estão todos os países. O único ponto que quero ressaltar é que a satisfação com a democracia em 2016 está abaixo de 16% em todos os países. Nenhum país passa desse patamar. Então, o grau de crítica com relação ao funcionamento das nossas instituições é bastante grande.

Próximo eslaide: confiança no Congresso. Também é o mesmo cenário: é muito baixa. Quem oscila nos dois casos é a Venezuela. Depois, vou destacar isso rapidamente.

O próximo e último eslaide, se não me engano, trata da confiança no Governo. Aí há uma variação um pouco maior, mas não passa dos 20% da população em todos os países que se dizem confiantes no seu próprio Governo.

Vamos em frente, para concluir.

Confiança nos partidos políticos: malvistos por todos. Há um percentual abaixo de 15% de confiança nos partidos políticos, o que é semelhante ao que a gente viu na Europa também. Nos Estados Unidos, não é feita essa pergunta. Reparem! Que curioso! O próprio questionário não traz essa discussão. Mas, enfim, nos Estados Unidos, como eu disse, há uma divisão ideológica um pouco mais clara, e, talvez, essa pergunta nem faça sentido lá. Pode ser isso.

Vamos em frente.

Faço as minhas considerações. Peço desculpa, se me estendi um pouquinho.

O que vejo, olhando esses dados, são poucos sinais de realinhamentos, de mudanças profundas no eleitorado que nos levem a afirmar que há uma ruptura com o que vinha ocorrendo no passado. Na verdade, há muitos padrões compartilhados e certa estabilidade no tempo de avaliações negativas, que não são positivas. Há uma estabilidade no tempo de avaliações negativas sobre as instituições políticas democráticas: partidos, Congresso, Governo. E há uma satisfação baixa com a democracia em geral. E aí há pouca variação disso no tempo. Então, há uma confirmação dessa continuidade, dessa persistência, dessa resiliência de uma crise de representatividade das instituições políticas tradicionais.

No caso, a Venezuela, na América Latina, foi um país que apresentou oscilações mais marcantes, o que tem a ver, penso, com a fragilidade das próprias instituições democráticas lá. Essa oscilação também é muito complicada.

Na Europa, como enfatizei, a França é diferente por conta da sua maior e crescente descrença e desconfiança com relação às instituições e por conta da crescente e maior insatisfação com a democracia, o que, conjugado às suas preocupações com os problemas de desemprego, de imigração e de terrorismo, ajuda muito a entender o processo eleitoral recente.

Nos Estados Unidos, não há evidência de mudanças estruturadas, de realinhamentos institucionais nos últimos anos. Na verdade, há o contrário, há a cristalização de diferenças entre dois partidos muito fortes.

São esses os pontos principais que trago para a nossa discussão de hoje, no sentido de estimular, obviamente, o debate e de baseá-lo em algumas informações atuais em série histórica de preferências da população medidas com pesquisa de opinião pública.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bom!

Muito obrigado, Prof. Dr. Lucio Rennó, pela bela exposição com que nos brindou na noite de hoje, que será seguida pelo debate. Muito obrigado, Prof. Dr. Lucio Rennó.

Passo agora a palavra ao Prof. Alex Canuto.

O SR. ALEX CANUTO – Muito obrigado.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, e, na pessoa dele, os demais componentes da Mesa.

Antes de começar, eu só queria fazer um esclarecimento. Fui convidado – e me honra muito este convite – para falar neste evento como professor, dando minha opinião pessoal, sem ter nada a ver com as entidades que represento, porque isso me dá até mais liberdade para falar. Foi colocado que é bom que haja polêmica. Então, por isso, preciso falar só a minha opinião pessoal como professor, sem envolver as entidades das quais participo. Por isso, venho para provocar o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Numa Mesa sobre crise de legitimidade na representação política do mundo moderno, venho dizer que não há crise de legitimidade. O que há é uma ampliação da legitimidade e da democracia moderna no século XXI, com a inclusão de grupos sociais que, até o final do século XX, não tinham expressão, não tinham muita representatividade ou a tinham de forma limitada e que passam a ter representatividade em governos, ganhando eleições majoritárias ou proporcionais ou pelo menos sendo bem votados.

A legitimidade existe seja no caso do Presidente Donald Trump, que foi eleito pelo voto, seja no caso de outros presidentes ou de outros ocupantes de cargos públicos que foram eleitos pelo voto. Isso significa que a maioria deseja aquilo. Portanto, eles têm legitimidade, sim, para estar nos cargos em que estão. A queixa parte de grupos que antes ocupavam esses espaços políticos e que hoje passam a não os ocupar mais, tendo de dividir esse espaço com novos atores. É o caso das tradicionais oligarquias. No caso brasileiro, há o estamento burocrático, do qual falava Raymundo Faoro.

Eles, é claro, sentem essa entrada de novos grupos. Então, daí surge o bordão "não me representam". Ora, quem é eleito para um cargo majoritário representa o grupo majoritário e o minoritário, representa ambos. A democracia pressupõe a alternância de poder, e um grupo que hoje é minoritário pode vir a ser, no futuro, majoritário. Portanto, todos são representados.

Desse processo de inclusão de novos grupos na representação política temos exemplos na nossa história, quando, no final da República Velha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me. Era para o anterior. Pode continuar.

O SR. ALEX CANUTO – Sim, é claro!

No final da República Velha, nos anos 20, havia a famosa política do café com leite, em que grupos políticos de São Paulo e de Minas se alternavam no poder. A sociedade brasileira foi se desenvolvendo, novos grupos foram surgindo: as classes médias urbanas, o operariado, o Movimento Tenentista. Quando vem o estopim da crise em 1929, não a crise econômica, mas a crise política, em que São Paulo tenta monopolizar a representação nacional, excluindo o grupo de Minas, o grupo se alia a esses novos grupos políticos, os tenentistas, os operários, a classe média, cujo representante máximo era Getúlio Vargas, e acontece a Revolução de 30. Esses grupos entram à força na representação política. Possivelmente, não temos registro da época, mas, talvez, o PRP (Partido Republicano Paulista) estivesse dizendo "eles não nos representam". Não sabemos isso, mas sabemos que é possível traçar um paralelo com o cenário político mundial dos dias de hoje. Não há uma tomada de poder pela força, mas há, sim, novos grupos se organizando e tendo acesso à representação política por um fenômeno típico desta virada de milênio, que é a internet. A internet veio para quebrar o monopólio do discurso de grupos que tinham um projeto globalista, um projeto de poder revolucionário mundial totalitário, que objetivava a hegemonia – isto vem desde a época da Guerra Fria –, e, dentro da estratégia desses grupos, existia a ocupação de espaço gramsciana, já traçada na década de 30.

Portanto, houve, principalmente na segunda metade do século XX, essa política de ocupação de espaços, daqueles espaços típicos, do que se convencionou chamar de "classe falante", que são a mídia jornalística, o *show business* e o meio artístico, o movimento editorial, as universidades e escolas. Até o final do século XX, havia grupos de pessoas, seja o grupo que ocupou, vamos chamar assim, o chão de fábrica das redações de jornais, sejam os líderes dos jornais, da mídia audiovisual, e podíamos definir o que era notícia e o que não seria notícia. Hoje, com a internet, todo mundo pode ser produtor de conteúdo e repassador. Você até produz um conteúdo, uma notícia, que cai no WhatsApp. E se aquilo vai ser repassado ou não depende de cada um. Então, a produção e o repasse de conteúdo estão muito pulverizados. Há muito conteúdo sendo produzido, que, de forma pulverizada, não atinge mais tanta gente. Antigamente, pouco conteúdo atingia muita gente. Então, há uma mudança nessa dinâmica.

No *show business*, no meio artístico, antigamente, você definia quem ia virar ou não uma estrela de cinema ou da música. Havia o jabaculê nas rádios. Hoje, uma banda grava um vídeo no YouTube, e, se aquilo ali tiver muito clique, produz-se uma nova celebridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quanto ao movimento editorial, antigamente uma pessoa sem muitos recursos escrevia um livro, e, se nenhum editor quisesse publicar, aquele assunto morria, aquilo não entrava no discurso, não entrava no debate político. Hoje, é muito barato montar um blogue, colocar ali suas ideias e participar do debate.

Então, houve uma quebra do monopólio, do discurso desse oligopólio. Só as universidades é que estão um pouco atrasadas. Ainda existe um aparelhamento muito forte. Ali ainda não houve essa quebra, mas essa quebra existe nesses outros ambientes. Portanto, esses novos grupos passam a ter representatividade e já estão elegendo representantes. Não vou colocar só o caso de Trump, que ocupa o cargo máximo nos Estados Unidos, um cargo de extrema relevância. Mas, em cargos menores também, isso acontece.

Então, os antigos grupos estão perdendo espaço. Agora, eles têm que dividir espaço com esse pessoal que está entrando, com essas novas camadas sociais. E aí vem o bordão "não me representam". Mas a gente tem de se acostumar com a alternância de poder na democracia. Todos têm de estar representados de uma forma ou de outra, não no mesmo momento temporal ou no mesmo espaço político, mas a democracia pressupõe a representação de todos os grupos sociais.

Nós vemos reflexos desse fenômeno. Há três casos: Estados Unidos, França e Brasil, possivelmente. O dos Estados Unidos não é um caso muito bom, porque foi uma eleição polarizada. Pela dinâmica dos Estados Unidos – apesar de haver 33 partidos registrados, há dois partidos fortes, duas forças políticas concentradas –, lá havia um candidato *outsider*, Donald Trump, e uma candidata do *establishment*, que era a Hillary Clinton, apoiada por toda a mídia, por todo o *show business* americano, por tudo isso. Donald Trump, apesar de ser também uma personalidade de mídia, era um *outsider*, alguém de fora do *establishment*. Então, era uma questão de *establishment* contra *outsider*. Eram duas alternativas. Então, a eleição foi polarizada. Possivelmente, nem todos os americanos que apoiaram a candidatura de Trump eram necessariamente apoiadores de suas ideias. Há muito voto negativo ali, contra a Hillary, por n razões que não me cabe aqui detalhar.

Quanto à eleição na França, não é possível traçar um paralelo com a eleição americana, até porque eles têm um sistema semelhante ao nosso de dois turnos. No primeiro turno, entre as quatro principais candidaturas, havia três com ideias liberais e semelhantes às de Marine Le Pen, que seria a mais polêmica. Havia tanto o Emmanuel Macron quanto o François Fillon com ideias liberais, até mesmo aderindo, em algum sentido, de alguma forma, a propostas de se restringir a imigração, não tão radicais como as de Marine Le Pen. Não era um discurso antimuçulmano, mas era, de alguma forma, o de limitar a imigração, o de aumentar vagas em presídios. François Fillon falava também de redução da maioridade penal na França. Então, nesse ponto, considero que Marine Le Pen, por mais que ela tenha tido uma derrota eleitoral, do ponto de vista de vencer ou não, teve uma vitória na quantidade de votos, pois ela dobrou a quantidade de votos de 2002 para cá, e, mais do que isso, teve uma vitória de pauta, porque dois outros candidatos tiveram de se aproximar do discurso dela, até por uma estratégia eleitoral, para, vamos dizer assim, não parecerem tão radicais e para tirarem votos dela – essa costuma ser, às vezes, uma estratégia que rende votos. E o quarto candidato, o Jean-Luc Mélenchon, era um esquerdista, mas também falava em saída da União Europeia.

Não é possível traçar um paralelo entre a Le Pen e o Trump por outra razão. O discurso da Le Pen é calcado basicamente em anti-imigração e no fato de ela ser, de certa forma, uma *outsider* do *establishment* político francês, mas ela também defende o Estado laico, o laicismo, e o aborto, por exemplo. E Trump, hoje – vi notícias hoje –, assinou um ato, por exemplo, dando liberdade a religiosos de manifestação política durante cultos. O Trump não tem esse laicismo. Então, há certa diferença, e não é possível traçar esse paralelo tão marcante.

Emmanuel Macron – quero pontuar aqui –, apesar de ter feito parte do governo socialista de Hollande, é um burocrata, formado na École Nacionale d'Administration (ENA), na França. Então, ele é um burocrata e lançou uma plataforma com ideias muito discrepantes do que foi a plataforma de Hollande. Então, antes de tudo, ele é um burocrata, formado pela ENA. É o terceiro ou quarto, se não me engano – acho que é o quarto –, Presidente francês oriundo da ENA. Nós temos a equivalente aqui no Brasil a nossa Enap, que ainda não produziu nenhum Presidente, só um Ministro de Estado, o nosso Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, também passou pela nossa Enap.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas, então, nós tivemos três candidaturas que, de alguma forma, não compartilhavam das mesmas ideias, uma delas *outsider* do sistema político. E, quando houve o segundo turno, não foi o segundo turno polarizado, como nos Estados Unidos, em que havia uma proposta progressista, Barack Obama/Hillary Clinton *versus* Donald Trump. Havia um candidato que a mídia, por exemplo, chamava de centrista, que era, no segundo turno, o Emmanuel Macron. Então, não é possível traçar muito esse paralelo.

Saindo agora da França e já entrando no último tópico aqui, no Brasil, o nosso caso brasileiro, no Brasil, a gente nota, é claro, um cansaço da sociedade com o estamento burocrático do Raymundo Faoro. A gente sente isso. Já com o efeito da internet, ele estourou em 2013, com as manifestações começou de uma forma difusa. Começou lá com a questão do passe, dos 20 centavos, depois não era mais só pelos 20 centavos, e começou a ser contra tudo, sem se saber direito contra o que era. Era simplesmente, e as pessoas não conseguiam expressar, contra o estado de coisas em geral.

Veio num crescente. E se vê, mesmo nas manifestações que foram polarizadas no afastamento da Presidente, que não havia uma força política canalizando, as pessoas apoiando alguma coisa; quem era a favor do afastamento da Presidente não apoiava uma força política, no máximo a Lava Jato, mas era contra o *establishment* como um todo. E não havia: "Vamos tirar isso para colocar outra coisa." Era simplesmente uma negação do *establishment*, o que pode ter reflexo no ano que vem. Em 2018, talvez, haja uma expressão nas urnas – não sei o que pode acontecer –, como consequência desse processo que vem acontecendo.

Mas eu acho que há um empecilho para uma plena, vamos dizer assim, realização desse processo, porque o nosso sistema político, eleitoral e partidário, possui alguns filtros. Ele é um sistema, da forma como está construído hoje, que favorece a construção e consolidação de oligarquias partidárias. Você tem alguns instrumentos que facilitam isso, por exemplo, você não tem no Brasil o instituto da candidatura independente, como há nos Estados Unidos. Então, as pessoas têm que, se quiserem se candidatar, buscar um partido, e, muitas vezes, a gente vê a coisa se distorcendo para uma expressão que é usada muito na mídia: compras de partidos.

Se existisse candidatura independente, não seria necessário fazer isso, mas a gente tem essa reserva de mercado, vamos chamar assim, para partidos políticos, porque os partidos, não só as candidaturas, têm que sair de partidos políticos, como têm acesso a fundo partidário e tempo de TV. O tempo de TV, eu acredito que, mais uns 10, 20 anos, ele vai perder muito a importância com a internet, a substituição da internet. A internet já está substituindo a TV aberta, a TV a cabo. O tempo de TV gratuito tende a perder a sua importância relativa.

Mas nós temos ainda o fundo partidário. Então, hoje você tem uma tremenda burocracia no Brasil para se criarem novos partidos, porque você tem dinheiro público, tem tempo de TV. Você não pode simplesmente sair dando realmente registro de partido para qualquer um. Você tem lá que juntar hoje em torno de quase 500 mil assinaturas, em torno disso, entre outros requisitos, e isso cria essa reserva de mercado.

E o argumento usado é que temos que ter estabilidade no sistema. Mas, ora, os Estados Unidos não têm financiamento de campanha eleitoral, nem de partido. Lá não há horário eleitoral na televisão, as forças políticas compram o horário como se compra para vender qualquer produto.

Na França, o Emmanuel Macron fundou um partido no ano passado, o En Marche!, que significa "em marcha", essa seria a tradução.

E nem por isso o sistema francês é um sistema, vamos dizer assim, politicamente instável, mas há esses mecanismos de flexibilidade do sistema político que permitem, de certa forma, essa ascensão de novas forças políticas. Ainda há restrição.

A Marine Le Pen, por exemplo, reclama da eleição, porque lá não há exatamente um voto distrital, mas o Parlamento na França é eleito de uma forma majoritária, e isso dificulta a Frente Nacional. Já no Parlamento europeu, em que a eleição é proporcional, a Frente Nacional elegeu oito Deputados na França. Por isso, ela consegue ter uma ascensão ao Parlamento europeu, mas não ao Parlamento francês. E lá também há as disfunções do sistema.

Mas a nossa disfunção aqui é essa reserva de mercado com que se acaba restringindo o debate político. Hoje em dia, fala-se, na minha opinião muito corretamente, em abolir o imposto sindical; diz-se que o trabalhador não tem que financiar os sindicatos, a contribuição tem que ser voluntária. E só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazendo aqui um parêntese, apesar de não estar falando pela minha entidade, o sindicato do qual sou membro da diretoria, nós não cobramos, o sindicato, a contribuição, o imposto sindical, e temos quase 90% de filiação voluntária, fechando parêntese.

Voltando para a palestra aqui propriamente dita, sim, discute-se muito corretamente. A Câmara dos Deputados aprovou, está chegando aqui ao Senado a reforma trabalhista, incluindo esse ponto. E eu questiono sobre o fundo partidário. Será que a sociedade tem que financiar os partidos, ou os partidos têm que se autofinanciarem?

Então, eu acho que temos esses instrumentos aqui no Brasil bloqueando essa ampliação da representatividade na nossa sociedade. Discute-se muito, na reforma política, voto distrital e lista fechada, mas não se discutem esses pontos. Então, eu queria, só para concluir aqui, como eu falei, provocar o debate, colocar ideias novas aqui. Eu sei que talvez seja bombardeado nas perguntas, tenho ideia de que são temas polêmicos, mas eu acho que a gente precisa debater para esclarecer isso, para aprofundar essa discussão e possivelmente buscar sempre a forma de aperfeiçoar a nossa democracia e a nossa representatividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Alex Canuto pelas suas colocações muito úteis para o nosso debate na noite de hoje.

Antes de darmos continuidade, eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Nabil Adghoghi, Embaixador do Marrocos no Brasil; do Sr. Milan Cigán, Embaixador da República da Eslováquia; do Embaixador José Kinn Franco, do Primeiro Secretário Faleg Valdez Cópas, do Segundo Secretário Fernando Crespo, todos da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; do Encarregado de Negócios Koffi Maxime Assah, da Embaixada do Togo; do Conselheiro Hendrik Roggen, da Embaixada do Reino da Bélgica; do Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da República de Angola; do Primeiro Secretário Juan Pozo Alvarez, da Embaixada de Cuba; do Terceiro Secretário Ilya Lutski, da Embaixada República da Belarus; e do Sr. Stephen Saideman, Encarregado de Assuntos Internacionais da Carleton University do Canadá. Muito obrigado a V. Exªs pela honrosa presença com que nos brindam na noite de hoje.

Antes de passar a palavra aos oradores que estão inscritos para fazerem perguntas aos palestrantes, eu gostaria de fazer algumas observações. Nós temos notado, desde o início dos nossos painéis das segundas-feiras, que várias das perguntas que chegam pelos nossos internautas – a quem, mais uma vez, agradeço pela participação – trazem uma questão que talvez não tenha ficado bem explicada e que talvez por isso sejam, de alguma forma, recorrentes essas afirmações.

O título do conjunto dos painéis "Estender pontes ou erguer barreiras" não está, como apontado em diversas dessas mensagens de internautas, relacionado tão específica e explicitamente à questão de erguer barreiras para migrantes, para imigrantes. "Estender pontes ou erguer barreiras" é no sentido mais amplo da palavra. Estender pontes, por exemplo, para a paz, e não para a guerra; para o diálogo, e não para a recusa ao diálogo; para o entendimento, e não para o desentendimento. Estender pontes é o que o Brasil, por exemplo, sempre fez ao longo da sua história, sempre procurou fazer e sempre procura fazer; é buscar o entendimento, o consenso entre as diversas nações, sempre ter uma participação ativa e altiva, no cenário internacional, no sentido de evitar conflitos. Isso significa, dentro do conceito que aqui estabelecemos e que é de uma amplitude maior do que aquela que venho observando pela participação dos internautas, o estender pontes.

Erguer barreiras não é erguer barreiras, como, por exemplo, o Sr. Trump está querendo fazer lá na fronteira do México, erguer barreiras em 3 mil quilômetros, ao custo de US$30 bilhões, separando os povos e, com isso, evitando – aí, talvez, seja essa a imagem que tenha ficado na memória de alguns – migração ou imigração ao território americano. No nosso caso aqui, quando nós colocamos o termo "erguer barreiras" é também no sentido do protecionismo comercial, porque foi um tema recorrente na campanha norte-americana do candidato vencedor ter colocado, de uma maneira muito clara, a sua vontade de fechar as barreiras, e aí as barreiras invisíveis, norte-americanas para o comércio internacional, para os parceiros tradicionais dos Estados Unidos, para isso que nós chamamos de um livre comércio entre todos os países do Planeta.

No nosso caso, por exemplo, o Brasil, até 1990, era cercado de barreiras invisíveis. Essas barreiras invisíveis é que nos impediam de ter telefone celular, quando o mundo todo já o tinha; de ter carros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que não eram carroças, porque não nos permitiam importar carros modernos para beneficiar o nosso consumidor final; nós não tínhamos computadores devido a essas barreiras invisíveis. Enfim, nós não tínhamos acesso a diversos produtos, porque, já que o Brasil era cercado dessas barreiras invisíveis, impedia-se que eles nos chegassem por intermédio de um intercâmbio, de um livre comércio. Então, erguer barreiras é também nesse sentido, evocado que foi esse tema do isolacionismo, de se fechar em torno de si próprio, pela campanha presidencial, tema esse evocado pelo candidato eleito.

Então, a nossa pergunta é a seguinte: o Brasil quer erguer barreiras também para o comércio internacional, quer ser novamente um mercado extremamente protegido, evitando com isso essa nossa inter-relação com as demais nações do mundo, num mundo que é hoje...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu próprio já me alertei que estou falando um pouco demais. (*Risos.*)

Então, é esse ponto que nós gostaríamos de explicar e colocar para os nossos internautas, que é nesse sentido, no sentido mais amplo, e não no sentido da questão da imigração. Até porque o Brasil, como todos nós sabemos, é um país que é fruto da imigração; nós somos um país multirracial, nós somos um país onde há uma miscigenação que é algo que está na raiz da nossa cultura, da nossa vida; o Brasil sempre esteve de braços abertos a todos aqueles que quiseram vir para o Brasil. E aí estão os exemplos, todos nós brasileiros temos correndo nas veias o sangue de imigrantes.

Então, no Brasil, nessa questão de imigração, nós temos alguns países ao nosso redor e outros na América Central que procuraram o Brasil, e o Brasil os recebeu muito bem. E nem por isso causou transtorno no sentido do que dizem aqui algumas colocações dos internautas de que: "[...] para não abrir as fronteiras, isso é algo de se pensar em países que estão aptos a dar suporte total a sua população, coisa que não ocorre aqui [...]." E vai por aí. São coisas que não estão colocadas nesse sentido estrito da palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Essa aqui, por exemplo: "Desde o primeiro ciclo de debates, percebo que os espectadores querem erguer barreiras sem sequer ouvir o debate." Então, é quanto à questão do sentido de erguer barreiras para evitar o processo de imigração.

Enfim, eu gostaria de, agradecendo, mais uma vez, essa enorme participação dos internautas, esclarecer – e, talvez, a culpa seja nossa. Eu peço desculpas a eles por não ter tornado mais claro, desde do início do nosso primeiro painel, que estender pontes e erguer barreiras é um sentido figurado e no sentido mais amplo da palavra. Não é erguer barreiras para evitar a imigração, mas erguer barreiras para evitar o protecionismo, para evitar que sejamos um país que, sem ter esse intercâmbio com o restante das nações do nosso Planeta, fique atrasado em termos de conquistas que a sociedade vem alcançando em função do avanço científico e tecnológico que experimentamos.

Também gostaria de acrescentar aos nomes aqui já citados e que estão presentes entre nós a Conselheira Política Tamar San Miguel Garcia, da Embaixada da Espanha, e o Conselheiro Abbah Sidi, da Embaixada do Marrocos.

Eu gostaria, agora, de fazer apenas alguns comentários e com isso embutir algumas perguntas aos senhores palestrantes na noite de hoje. Em relação à questão colocada pelo Prof. Dr. Lúcio Rennó, ele apresentou aqui vários eslaides muito interessantes que vieram a calhar no debate de hoje.

Mais uma vez, meus parabéns ao senhor, professor.

Mas ficou claro nos eslaides que, na França – vamos ficar especificamente na França, em função das eleições de ontem –, a principal preocupação dos franceses é com o desemprego, com a migração e com o terrorismo. Desemprego, migração e terrorismo, desses três pontos, desemprego e migração foram dois itens que a candidata de extremíssima direita, a Marine Le Pen, tratou com muita força e com muita visibilidade – com muita força e com muita visibilidade!

Se esse é um sentimento que domina um percentual tão elevado de franceses, como é que se explica que ela não tenha conseguido ultrapassar os 35% dos votos, porque, na realidade, ela ficou na terceira colocação: o primeiro, o Emmanuel Macron; em segundo, abstenção mais votos nulos e votos em branco, 37%; e ela veio em terceiro. Então, é algo que talvez nós tenhamos que analisar sob o aspecto de uma – nós estamos falando em *mondialisation*; os franceses falam em *mondialisation*, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vez de em globalização – *mondialisation* dessa questão do descrédito que vem da insatisfação da população da América Latina, para citar apenas o que nos foi aqui trazido, da França, da Europa, da Inglaterra em relação a essas questões.

Há hoje uma falta de esperança, uma falta de expectativa. A juventude olha para o seu futuro e não vê como se colocar nesse futuro. É como se o mundo não estivesse preparado ainda para receber essa geração de jovens que estão procurando um lugar ao sol e que não estão vendo como alcançá-lo. E essa desesperança talvez traga essa insatisfação – vejamos que coisa séria e que foi aqui também mostrada nos eslaides do Prof. Rennó – com a democracia. Com a democracia!

Então, o que nos resta sem democracia? Qual é a alternativa a um processo que não seja democrático? Um processo autoritário? Será que esses que manifestam insatisfação com a democracia e com um processo democrático estão buscando um processo autoritário como forma de solução dos problemas que estão vivendo e pelos quais estão passando? É algo que nos faz pensar.

E também na questão... Aí é mais em termos de uma pergunta. Seria interessante nós notarmos que, na França, desde o início da Quinta República, em 1958, os dois partidos principais, o republicano e o socialista, não chegaram a um segundo turno das eleições. Quer dizer, eles foram rejeitados logo no primeiro turno, e chega ao segundo turno um egresso... É um tecnocrata, uma pessoa com uma grande bagagem cultural, que é o vencedor, o Emmanuel Macron, que sai de um governo socialista como Ministro da Fazenda. Presidente este que não teve sequer condições, também pela primeira vez desde o início da Quinta República, de se candidatar à reeleição.

Então, esse candidato vem não pertencendo a nenhum partido. É outra coisa interessante que foi também observada aqui por todos os palestrantes: os partidos agora não têm mais nomes – o Partido do Macron, En Marche!; na Espanha, Ciudadanos, Podemos; aqui no Brasil, Avante, Rede, Novo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Há agora o Podemos também, diz a Presidente Bruna Furlan.

Bom, então, está havendo uma movimentação muito estranha nesse processo de afastar nomes de partidos e colocar *slogans* para evocar a mobilização popular. En Marche! é uma coisa muito marselhesa. Não é? Muito do próprio hino francês. Não é? En Marche! evoca o hino francês, que é extremamente popular não somente entre os franceses, mas no mundo inteiro.

Mas, então, como irá o Sr. Macron – aí vai a pergunta – governar a França? Ele estará, agora em junho, participando de uma eleição em que as pesquisas mostram que o seu Partido, o En Marche!, não terá condições talvez de fazer 20 Deputados. Serão eleitos – é o que dizem as pesquisas – majoritariamente socialistas e republicanos de raiz gaullista.

Então, ele vem de um governo socialista. A extrema esquerda, com o Mélenchon, já fazendo manifestações de rua contra o eleito. Como é que ele vai fazer um acordo para poder governar? Ele não poderá fazer um governo de coalizão, juntando socialistas com republicanos, porque, na França, isso é a mesma coisa de querer, nos Estados Unidos, juntar democratas e republicanos, é água e azeite, óleo, não se misturam. Então, ele vai ter que optar: vou governar com os socialistas, e aí é a continuação de um governo que, infelizmente, não deu certo – o governo de Hollande –, ou vou governar com os republicanos.

Que cenário os senhores que aqui estão – e agradeço, mais uma vez, a presença – preveem para a França diante desse possível impasse e como ele irá levar adiante todas as suas propostas numa França que reclama do desemprego, que reclama da migração e que reclama do terrorismo? O terrorismo é um tema que une todos os franceses, como une o mundo inteiro, mas sobretudo estes dois temas: desemprego e migração.

E há algum paralelo que possa ser feito entre a eleição francesa e a eleição americana? Porque ambos afastaram do espectro político os seus partidos principais: o Macron, com a sua eleição, afastando, como já disse aqui e todos sabemos, os republicanos e os socialistas; e o Trump ganhando dos democratas e afastando os próprios republicanos, que não estiveram com ele. A cúpula do Partido Republicano não esteve com ele, como também nós sabemos. Algum paralelo pode ser feito em relação a isso e o que podemos esperar das relações agora entre a França e os Estados Unidos? Estará a França mais centrada na Europa e mais objetivamente vinculada à Srª Merkel e à Alemanha, voltando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fazer uma boa, para eles, dobradinha, como foi feita anteriormente, ou estará também voltada com suas preocupações para os Estados Unidos?

Dizendo isso e daqui pouco passando a palavra a cada um dos senhores, eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana, para as suas indagações.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, convidados, queria cumprimentar e pedir desculpas também à Deputada Bruna Furlan, porque, para o voo que eu tenho, eu saí de casa ao meio-dia e só consegui chegar agora, estava viajando de avião. O nosso País é desse tamanho, tem fuso horário, tem mais uma escala, e foi o tempo que deu para chegar aqui. Mas que bom que eu pude vir, porque esse é um tema muito importante. Eu parabenizo o Presidente da nossa Comissão, Senador Fernando Collor, pela iniciativa.

Principalmente o Sr. Alex fez do jeito que pensamos em fazer mesmo, que era debater esse tema, porque acho que não há nada mais contemporâneo do que discutir um tema como esse, o que fazemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

Queria cumprimentar os embaixadores, diplomatas aqui presentes, servidores do Senado e assessores.

Eu só pude ver duas intervenções: a do Sr. Lucio e a do Sr. Alex, mas cumprimento o meu querido amigo Paulo Delgado e o Sr. Mathias.

Bem, eu fiz algumas anotações e espero aqui colaborar e, ao mesmo tempo, ouvir a manifestação dos nossos convidados.

Estamos vivendo essencialmente, e acho que não há como debater isso sem levar em conta, uma revolução tecnológica. Tivemos uma profunda mudança na maneira de nos comunicarmos. Isso veio com a internet e outros recursos decorrentes dela. Isso é um fato. Leva à quase extinção de veículos de comunicação que eram referência na sociedade – jornal escrito, por exemplo – e muda-se completamente, cada um tendo, como foi dito aqui, o seu próprio veículo de comunicação, o que põe em xeque uma série de instrumentos que fazia a sociedade se comunicar e se informar.

Nesta semana, nas páginas amarelas da *Veja*, você tem a entrevista com o Presidente da Telefônica, o Sr. José María Álvarez-Pallete. É muito interessante a entrevista, porque ele fala da tendência das coisas, do que vai acontecer neste mundo nosso do ponto de vista da comunicação. Ele fala, por exemplo, que o telefone, quando foi criado, demorou 75 anos para atingir 100 milhões de pessoas no mundo, e o joguinho Pokémon demorou menos de um mês para passar de 100 milhões de pessoas fazendo uso de um recurso. Então, é algo muito poderoso. Ele fala também que o telefone, um instrumento de que somos dependentes, vai desaparecer e vamos ter voz, a inteligência artificial, a internet das coisas, estabelecendo, enfim, uma nova relação.

Eu estou falando isso porque deve haver, sim, uma conexão muito grande sobre essa crise que estamos vivendo. Eu faço aqui um paralelo que podemos pegar no pretérito: primavera árabe, por exemplo, como se deu? Certamente, os meios de comunicação... É claro que nos perguntamos e tentamos nos informar, mas, nas monarquias, por exemplo, ela foi contornada, e, aí, entra uma questão religiosa, outros valores, mas aconteceu algo em países que pareciam impenetráveis. Então, temos o exemplo claro: a própria formação de grupos extremistas – Al-Qaeda e, agora, Estado Islâmico – que usam fortemente veículo de comunicação para chamar atenção do mundo para se impor. E rapidamente, de 2014 para cá, o Estado Islâmico já é hoje algo que está presente nos nossos pensamentos, nas nossas preocupações.

Eu não deixo de incluir nessas mudanças que estamos tendo... Por exemplo, aqui se está falando muito na França – não vou me aprofundar, nem é minha intenção –, mas, no próprio Reino Unido, agora vale o registro neste debate do movimento que está sendo feito, porque lá se estão antecipando eleições em três anos por conta de uma mudança que está ocorrendo na União Europeia. Está-se buscando o caminho de mais democracia para que se possa ver se pacifica um pouco o enfrentamento de um tema muito delicado, que é a saída deles da União Europeia.

Eu acho que não podemos passar ao largo também das eleições dos Estados Unidos, não. Não, não chegou lá. Eu vi o Sr. Alex expondo. Acho que chegou fortemente. Fala-se muito por lá, com quem se conversa, que o Presidente Trump usou muito essa ferramenta para vencer as primárias no próprio Partido Republicano, usando máquina e fazendo com que pessoas que nunca foram votar – aí, é o sentido contrário; não é de repulsa, mas é um instrumento– foram lá participar das prévias do Partido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Republicano, votaram pela primeira vez e garantiram um pensamento, um ideário que ele queria pôr em prática nos Estados Unidos.

Mas, nessa semana, nós ouvimos grupos parlamentares fazendo um movimento para tirá-lo do poder. A imprensa internacional começa a falar disso. Eu li a respeito nesta semana. Mas não tenho nenhuma dúvida de que, conversando lá e observando, há também algo que está em gestação. É visível a formação de castas, o que se pode ver em Nova York e em outros lugares: migrantes latinos fazendo determinado serviço, negros fazendo outro serviço, migrantes de outras regiões fazendo determinado serviço, e o operariado americano num descontentamento que pode explodir a qualquer tempo. Isso é dito por analistas de lá, de universidades, e pesquisadores, que colocam o que vivem.

Então, isso está contaminando todo o mundo. Temos casos como a China, que segue crescendo, com um regime mais fechado.

Mas, trazendo aqui para este nosso debate, é óbvio que eu gostaria de ouvi-los um pouco mais para saber qual é a tendência que estamos seguindo agora. O que pode acontecer no nosso País?

Sr. Presidente Collor, nós temos aqui um portal no Senado que analisa as propostas apresentadas e abre a votação para saber quantos são a favor e quantos são contrários. Estou trazendo isso porque a campeã aqui – e eu nunca fiz nenhum discurso sobre isso no plenário, nem dei entrevistas; talvez seja a segunda ou terceira vez que falo disso – é uma proposta minha. Acabei de confirmar aqui que ela tem uma votação, uma manifestação voluntária, de pessoas que foram lá e clicaram num botãozinho, no *ranking* de projetos do Senado, de 1.235.000 pessoas, que se manifestaram sobre a proposta que eu apresentei em 2015, a PEC 106, que está sem Relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Minha proposta é de redução do número de Senadores, dois por Estado, em vez de três, como nos Estados Unidos que só têm dois por Estado. Eu tenho essa proposta há muito tempo, desde que eu era prefeito ainda. Por que nós não temos um numa eleição e outro numa outra eleição? Eu não fiz discurso e apresentei isso. Não tem Relator, não saiu de uma comissão e recebeu 1.235.000 manifestações, das quais 1.228.000 são favoráveis e 7 mil contrárias. Isso mostra bem o debate que alguém está fazendo, que a sociedade está fazendo.

A próxima manifestação é uma proposta sobre aborto, Senadora Ana Amélia: que o SUS deva cobrir abortos em determinadas situações. Há 400 mil manifestações, divididas metade/metade. Então, veja que se discutiram muitas propostas de 2 milhões de assinaturas, disso e daquilo. Sobre a minha, não foi feito nenhum discurso, eu apresentei e estou propondo uma redução do número de representantes aqui no Senado e na Câmara, também 25%; seriam 386 Deputados, com consequência nas assembleias e câmaras de vereadores.

E o apelo que vem da sociedade vem com força enorme. Certamente, por uma razão ou por outra, mas o meu propósito não é enfraquecer o Parlamento; é valorizar mais. Pelo menos é a minha intenção. Fica mais difícil ser Senador, fica mais difícil ser Deputado, fica mais difícil ser Deputado Estadual, fica mais difícil ser Vereador, e a minha intenção não é diminuir o papel da democracia representativa, é fortalecê-la, diminuindo custos e criando mais dificuldades para que se entre.

Eu estou pondo essa situação porque eu acho que nós estamos vivendo uma fragilidade dos partidos, que me preocupa – todos! O que está ocorrendo com o meu Partido, o PT, com o PSDB, com o PMDB, com outras forças políticas tradicionais e que têm aí um certo pretérito é impressionante. E também tivemos as manifestações de 2013. Mas essencialmente nós estamos vivendo uma crise política tremenda, com consequências na economia e vice-versa.

E qual é a tendência do que nós vamos fazer? Ou quem vai se sobrepor ao quê? Nós estamos vivendo o fim da democracia representativa? Esse é um questionamento. Vamos ter democracia direta, substituindo? Os partidos vão ter que... O nosso Presidente falou muito bem até a respeito dos nomes, mas não são só os nomes, há uma mudança cultural nos partidos. E aqui eu não vejo nenhum movimento em nenhum partido propondo fazer essas mudanças, principalmente dos...

Eu conversei esta semana com o Presidente Lula lá em São Paulo, e eu propus isso, eu falei: "Presidente, eu acho que o PT, que está se renovando agora, tem que criar um grupo para pensar todas as mudanças e transformações, para que o PT possa ser um partido do século XXI, com todo o respeito ao histórico que tem". Mas eu não vejo os partidos trabalhando juventude, eu não vejo os partidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhando esses recursos da revolução tecnológica, e não vejo também preocupações no sentido de serem outros partidos mais atuais para poderem seguir fortalecendo a democracia.

Eu gostaria de comentários nesse sentido aqui no Brasil. Eu sei que é difícil. Mas qual é a tendência? O que pode vir diante dessa situação que nós temos, de baixíssima credibilidade dos partidos, uma demonização da política, que, para mim, é muito perigoso, feito por veículos de comunicação poderosos, por setores da sociedade? Isso é muito perigoso. O que pode vir no lugar? Ou nós entendemos que esse modelo de arranjo partidário e político venceu a validade e temos que, enfim, encontrar mecanismo de trazer, como proposta de fortalecer a democracia, a modernização dos partidos, da nossa legislação, do nosso sistema político, por exemplo. Mas eu vejo que não há consenso. Nós não sabemos nem como vamos financiar as eleições do ano que vem, mas sabemos que uma série de alternativas são nulas, porque não cabem mais diante da situação que vivemos.

Então, são muitas variáveis postas e todos nós apreensivos. E se o povo for à rua novamente, como foi em 2013? Como é que fica? Então, eu gostaria de um comentário mais focado agora no Brasil, se fosse possível, quando do retorno à palavra para V. Sªs, que são ilustres convidados aqui desta sessão de debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Fernando Collor, quero, antes, cumprimentá-lo por mais uma iniciativa que dá um enriquecimento muito grande no grau de informação pelos convidados que V. Exª tem trazido aqui. E quero agradecer a presença da ilustre Presidente da Comissão de Relações Exteriores, que enfeita a Mesa, não há dúvida.

Eu queria cumprimentar os embaixadores, que estão dando prestígio a esta audiência aqui, em um tema tão cadente, que não é apenas da França, da eleição americana, da eleição no Brasil ano que vem; certamente, nos países que aqui estão representados pelos seus embaixadores, os dilemas são os mesmos.

Eu só faço um corte para o Senador Jorge Viana: não será com lista fechada que a gente vai melhorar o conceito do eleitor sobre o sistema político.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Não estou defendendo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu estou só falando...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Igualmente sou contra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É só para...

Mas eu queria... Presidente, aproveitando para cumprimentá-lo, porque as perguntas que V. Exª fez, relacionadas ao resultado da eleição na França, abordaram três pontos: o desemprego, a imigração e o terrorismo.

Eu faço este corte agora, porque queria... A pergunta é para os convidados, até com base no título deste ciclo: estender pontes ou erguer barreiras?

Houve uma reação, para mim surpreendente, nas redes sociais, contra a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Migração.

Então, queria aproveitar, porque está dentro desse sistema: por que, na visão do Lúcio, do Paulo Delgado, do Alex e também do nosso Mathias, essa reação num País que tem, digamos, uma generosidade muito grande na acolhida.

Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que tem fronteira com a Argentina, com o Uruguai. Temos a convivência extraordinariamente construtiva e pacífica de árabes, judeus, palestinos, todos, sem falar na história da construção do nosso Estado em relação à imigração italiana, alemã, portuguesa, espanhola, polonesa, húngara.

Então, queria uma palavrinha de cada um sobre por que essa reação, hoje, na sociedade brasileira, a essa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Passo agora às respostas a todas as indagações feitas, começando pelo professor e sociólogo, ex-Deputado Federal Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO – Presidente, muito obrigado.

Senador Jorge Viana, Senadora Ana Amélia, amigos de longa data, muito obrigado pela presença.

Senhoras e senhores, acho que não há nenhum senhor do destino do mundo. Esse é um dado importante que a eleição francesa só confirma.

Quem insistir no papel de líderes tradicionais para o debate com a sociedade vai fracassar. Isso está ocorrendo em praticamente todas as instituições. Não há o poder de forjar a realidade. Você não forja a realidade com discurso político.

Quando se fala "mas Churchill conseguiu segurar o sentimento mundial de luta contra a opressão e contra o nazifacismo numa rádio, na BBC", mas ali havia um componente de solidão da Inglaterra, do Reino Unido, da Grã-Bretanha, que não tem a ver hoje com o Brexit. Aquilo é um anti-Churchill. Se Churchill estivesse vivo, provavelmente não deixaria ocorrer aquilo, porque o que houve na Inglaterra foi uma covardia do Primeiro-Ministro, porque não se pergunta ao povo tudo. A autoridade não pergunta ao povo tudo. Ela é eleita para responder. Ela tem que ter coragem de dizer: "É esse o caminho. Fui eleito, porque é esse o caminho". Mas, não, quis fazer uma demagogia de achar que é mais popular consultar as pessoas sobre os seus sofrimentos, as suas angústias, as suas dúvidas. Por isso existe a intermediação política, ou seja, porque as pessoas não têm força para sozinhas pensarem em todos os fatores que estão por trás da decisão de um governante.

Esse é o grande problema. A pessoa está lá na casa dela vendo televisão, agora está com a Internet, está no celular, está num congestionamento vendo televisão, está lendo um livro, está fazendo tudo hoje, congestionado na Marginal, em São Paulo, ou aqui na Epia, na nossa querida capital. Em todo lugar há alguém em um congestionamento agora conectado com o mundo todo, mas ele não sabe por que não se declara guerra. Mas ele quer que declare! Mas ele não sabe por que um Governo é obrigado a fazer uma determinada lei aparentemente impopular. Esse é o grande problema que fez o Hollande, um governo de esperança, não conseguir nem ser candidato; que fez os gaullistas, que tiveram importância grande na França, irem perdendo apoio na França; e vai fazendo os partidos tradicionais desaparecerem do universo. Ou seja, há uma crise na obediência voluntária ao Estado.

Ninguém foi chamado para ser cidadão, em nenhum dos nossos países, nem no nosso Brasil, nem nos países dos senhores do corpo diplomático que estão aqui, ninguém nos nossos países foi chamado para ser compulsoriamente patriota. Nós só somos patriotas voluntariamente. Todo governo que quis fazer um povo, em ordem unida, ser nacional, fracassou. Felizmente fracassou.

Então, menos confiança no discurso político, esse é um bom sinal, e mais confiança na sinceridade política, na maneira como uma pessoa colhe flores e dissabores na vida pública. Quem consegue ver isso...

Por isso que, como eu falei, o fato de esse jovem de 39 anos ser casado com uma professora de 64 anos é o mais importante da eleição francesa. Não há outro fato mais importante, porque o sentimento mais forte que existe hoje no mundo é o despertencimento, é o desamparo na velhice.

A ONU, por exemplo, atrapalha a reforma da previdência no Brasil porque insiste que terceira idade começa com 60 anos. É preciso que a diplomacia, o Itamaraty vá lá e mande a ONU parar com isso. Como é que uma pessoa de 60 anos é um velho? Isso não deixa as pessoas em casa raciocinarem com a reforma da previdência.

Ninguém no Brasil está propondo que as pessoas não se aposentem, está propondo que as pessoas não se achem inválidos novos. Não é possível uma pessoa ter medo de uma reforma que diz: você vai entrar, sim, mas vai entrar melhor com um pouco mais de idade, você não precisa entrar tão novo na aposentadoria. Não é possível que não se consiga fazer esse debate sensato com a sociedade brasileira.

Então, eu acho que as pessoas estão em dúvida, Presidente, se querem ser governadas pelos governos. Elas querem ter pai, mas elas não querem ter qualquer pai. Elas querem ter marido, querem ter mulher, querem ter filho, mas não querem ter qualquer filho, ainda que você não possa abandonar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seus filhos. As pessoas estão querendo outra coisa, e a política não está conseguindo responder ao que as pessoas querem. Por que eu acho isso? Porque a política transformou o Estado numa entidade de sacrifício. A Igreja é uma entidade de sacrifício em muitas religiões, aí as pessoas abandonaram a Igreja, porque eu vou lá para ouvir uma prece que pegue a minha alma, a minha subjetividade e me faça falar com Deus e vem um padre e solta uma nota política falando do governo. Ora, ele que procure outro lugar para fazer isso. Não estamos em guerra, ninguém está sendo recrutado para defender alguma coisa, estamos em paz, estamos na democracia.

Então, é preciso distensionar o sistema mundial para que as pessoas possam separar bem quais são hoje os inimigos do mundo. Quem hoje realmente atrapalha o avanço da democracia? Aí, a primeira coisa que eu vejo é que a França mostrou esse caminho e que a Inglaterra não mostrou. Existem dois sistemas coexistentes no mundo: um é a política; o outro é a economia. Nenhum dos dois tem uma autoridade global com capacidade de dar conta, calar a boca do mundo e dizer: "É isso que você tem que falar". Só que o sistema econômico está mais justo do que o político, porque ninguém precisa de pedir a uma empresa de celular que ela evolua, não há necessidade de elogiarmos o avião – temos que criticar a Infraero, porque o avião voa, ele melhora, ele avança, o que não funciona é o Estado, na hora de ele pousar. Ou seja, os telefones vão evoluir; se o Governo entrar, param de evoluir. A vacina vai avançar; se o Governo entrar, não sai vacina.

Esse é um fenômeno mundial, gente, não é só aqui não. Todos os países do mundo estão cansados de governo e estão cansados de governo caro, estão cansados de políticos caros. Por que esse menino do Uruguai é tão popular? Porque é um Presidente barato. Eles ficam passeando com ele aí pelo mundo todo, porque é um Presidente barato. Ninguém passeia com um Presidente rico. Agora a França pegou um menino rico, Rothschild, associado com o grupo financeiro mais sofisticado do mundo, importante e sério, um grupo perseguido. Ele faz tudo que ele tem que fazer, provavelmente olhando pesquisa de opinião, para se tornar um Presidente palatável; ele arruma um partido que não tem nome, chama isso... E o Presidente identificou bem, é um "Allons enfants de la Patrie", é um negócio "vamos lá, moçada". O hino francês é um perigo: é bom de ouvir, mas não é bom de ler, porque não tem nada daquela situação mais, aquela menina com aquelas bandeiras, em cima, o Delacroix na revolução de 1830, que é até 40 anos depois da Francesa, mas é um ambiente mais ou menos semelhante.

Ou seja, hoje três quartos da população mundial vivem em 25 países, esse é um dado para raciocinar para ver a situação que está no mundo. Esses 25 países têm mais de 50 milhões de habitantes. Nesses 25 países, estão ocorrendo as grandes transformações do mundo. E as grandes transformações do mundo têm hoje um grande e principal inimigo, e esse grande inimigo é o terrorismo. Por quê? O terrorismo não permite restaurar distinção entre combatentes e não combatentes. O terrorismo transforma a sociedade em uma sociedade militar. O terrorismo transforma a sociedade em soldados: todos morrem. O recrutamento civil que o terrorismo faz é o mais covarde do mundo. É diferente do recrutamento militar obrigatório; no voluntário, a pessoa decide ser soldado.

A maioria decide pagar impostos e ser civil, mas confia nas Forças Armadas de seu país. Aí, vem um movimento internacional, por motivos os mais difíceis de entender, porque são os mais fáceis de compreender. Os motivos mais difíceis de entender são aqueles que você só entende na hora. As pessoas mais difíceis de entender são as simplórias, são as ingênuas, são as que parecem não ter maldade, porque toda pessoa é sofisticada. Deus deu a todas as pessoas um grau de sofisticação, e você é capaz de respeitá-las e é capaz de entendê-las. O terrorista, não. O terrorista é simples. O raciocínio dele é muito simples: isso aqui está de um jeito, eu não quero isso aqui, vou fazer isso e acabar com isso aqui.

Esse movimento terrorista criou um grau de indefinição no mundo e ele detém a globalização. Ele é que está dando um grau de periculosidade excessiva ao progresso econômico. Quanto mais o progresso econômico avança, mais o terrorismo se apropria do avanço econômico. E, quanto mais a democracia abre, mais o terrorismo fecha.

Os Estados Unidos foram vítima da democracia americana. O 11 de Setembro foi uma covardia do terrorismo internacional contra um país aberto. Qual foi a consequência? Câmeras de vigilância no mundo todo. Então, não é possível as pessoas terem boa vontade com isso. Hoje, nós estamos num mundo dominado por câmeras de vigilância em todos os lugares, porque uns grupos minoritários de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

diversos países não aceitam o mundo sem superpotência. Os terroristas são reacionários: eles querem, de novo, União Soviética e Estados Unidos. Eles querem guerra fria, e nós, não; nós queremos mundo morno, democrático, estável, previsível.

Então, eu tenho muita esperança no governo francês. Por quê? Porque eu não tenho esperança nenhuma. Porque é um governo normal; é um homem normal, um jovem que estudou, esperto, capaz de captar como a França está pensando.

A mesma coisa: a incompreensão em relação ao Trump, qual é o motivo? Zombaria. A zombaria transforma uma pessoa em violenta, seja ela rica, seja pobre. A zombaria não pode ser uma forma de relação política. E zombaram do Trump. Aí, ele: "Ah, estão rindo de mim?". E foi lá para a roça um jeca-tatu americano, rico e esnobou a Nova York erudita. A outra, a Hillary, excelente pessoa. A Hillary é uma pessoa formada, capaz. O Clinton, com experiência de governo, esnobe, esnobou os Estados Unidos. Não gostava de falar com os descamisados, os abandonados da América, os imigrantes.

Então, eu acho que hoje o que está faltando é restaurar a distinção entre valores universais fundamentais, que a eleição francesa mostrou que quer restaurar, de unidade da Europa, e enfrentar as minorias que não aceitam o sistema democrático global.

Eu acho que aí é que se pode explicar um pouco isso de os brasileiros não entenderem que nós temos, sim, que abrir as portas para estrangeiros outra vez. Só que devemos abrir talvez como Dom Pedro fez, no século XIX, escolhendo áreas da economia brasileira onde as pessoas poderiam vir trabalhar no Brasil, qualquer que seja a origem dos países deles: "Aqui nós temos essa região brasileira, temos essa outra região. Você quer vir para cá com a sua família trabalhar? Nós vamos ajudar você a vir para cá". É uma migração qualificada, e não a portas abertas, em que o Brasil vire um tipo de hospital do mundo ou uma Cruz Vermelha mundial – o que também pode ser uma posição em períodos de guerra, mas, no momento, nós estamos em período de paz.

Vamos botar isto na cabeça: o mundo está em paz. Nós temos guerras regionais, nós temos guerras tribais, nós temos guerras étnicas, nós temos confrontos. Por quê? Porque nós temos armas de graça no mundo distribuídas. É preciso fazer um controle do armamento mundial, diminuir um pouco da produção. Mas o problema é uma contradição: a tecnologia de segurança e defesa produz mais avanço na tecnologia mundial do que qualquer outra tecnologia. Essa contradição não se resolve. Desde Caim e Abel que essa contradição não se resolve. O desejo de combate e de confronto no homem é maior que o desejo de paz. É uma característica do ser humano. Os governos estão aí para impedir que isso seja uma regra. É uma característica, mas não devia ser uma regra.

Então, Presidente, na minha fala, assim, embora meio a contra-apelo... Porque eu acho que o Brasil vai viver um momento muito bom em 2018, daqui até 2018, porque não existem estruturas permanentes onde se possa encaixar a história das sociedades. Não há estrutura permanente, não está nada pronto e acabado. E é evidente que eu gostaria de viver num país que ficasse pronto, mas o Brasil é igual a obra de igreja: nunca fica pronto. Então, como o Brasil nunca fica pronto, nós podemos ajudar o Brasil a arrumar melhores pedreiros, a arrumar melhores engenheiros, a arrumar melhores construtores, que respeitem a vizinhança, que respeitem o direito dos outros, a lei do silêncio, há a violência.

Há vários caminhos que o Brasil pode adotar, que eu acho que a França procurou: "Vou por aqui. Se o seu caminho que você me dá é esse aqui – é como uma poesia portuguesa –, não vou por aqui; eu vou aqui. Sigo por onde manda meu coração, que é o meio". Eu acho que o caminho é o meio. É pelo meio que as sociedades vão avançar.

Em relação à internet...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO DELGADO – Eu acho que é isso, Senador Jorge Viana. Os partidos perderam muito da influência na sociedade porque eles têm uma característica muito forte de hierarquia, burocracia e lideranças estáticas. Isso acabou.

Eu fiz até uma seleção aqui, porque eu fiquei impressionado com o número de nomes. Olha aqui: Aliança 90, Esquerda Verde – eu não sabia que existia; eu sabia que a esquerda era vermelha, mas apareceu uma esquerda verde agora na Itália –, Podemos e Ciudadanos, Movimento pela França, Frente Nacional, Republicanos em Marcha, Casa da Liberdade – vocês sabem o que era antigamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no Brasil a Casa das Liberdades fáceis –, Escolha Cívicas, Itália de Valores, Liga do Norte, Movimento Cinco Estrelas, Fiador das Listas Cívicas. O que fez o Movimento Cinco Estrelas se tornar um movimento forte na Itália? Ele nasceu com uma pessoa que passou a chancelar uma lista, em que ele dizia que ali estavam os bons da Itália. Ele chancelava a lista cívica. Imaginem se aparecer um cara desse no Brasil! Há vários que tentam: "Vou fazer um movimento e eu vou dizer quem é bom, quem é ruim", as listas cívicas. Isso são caminhos de raciocínio de enquadramento.

Então, eu acho que o Brasil vai ter que dar uma freada de arrumação na questão partidária brasileira e fazer um acordo entre os partidos talvez, um fórum de partidos. E sabe uma coisa que eu acho que o Brasil deveria fazer? Pedir ao TSE que interfira menos. Criar um fórum de partidos políticos tripartite: um pouquinho de TSE, um pouquinho de partidos políticos e um partido de organizações civis, para que se análise fundo partidário, campanha, se vai haver televisão, se não vai haver. "Não; não vai ter televisão este ano. Vamos fazer uma experiência de uma eleição sem televisão, só com debates." Como na França, tem que haver três, quatro debates, ou nos Estados Unidos, dois, quatro debates. Está faltando criatividade entre os próprios partidos políticos para analisarem o seu conteúdo.

E, é evidente, eu não vejo outra saída: tem que haver cláusula de barreira. Não se pode chamar cláusula de desempenho; é cláusula de barreira. Nós podemos ser multipartidários, nós podemos ter mais de cem partidos no Brasil, não sou contra, mas nós não podemos deixar que todos entrem no sistema nacional. Só pode entrar no sistema nacional quem tem voto. Então, é ampla a liberdade partidária no Município. Quem tiver um determinado número de votos no Município entra no sistema estadual, disputa a eleição estadual. Quem tiver um determinado número de votos no Estado disputa o sistema nacional. E, com isso, dos cem partidos, haverá sete ou oito. Isso é o sucesso do sistema eleitoral alemão. Foi isso. De certa forma, o inglês, por causa do voto distrital, o que eu não acho que sirva para o sistema nacional brasileiro.

E aí eu defendo que, nessa eleição de 2018, por causa dessas características de partidos, eleitorado e essa fragmentação doentia do sistema partidário brasileiro, que as Srªs e os Srs. Deputados e Senadores brasileiros autorizem o Deputado avulso. Vinte por cento dos Deputados poderiam ser avulsos. E os partidos políticos comunicariam à sociedade: "Eu aceito um Deputado avulso". E o que seria um Deputado avulso, um político avulso? Um político barato: "Eu aceito ser Deputado para cuidar de temas específicos". E acho que aí, se os partidos aceitassem ter avulsos, personalidades, pessoas chanceladas pelo sistema partidário – porque eu acho também que nós não encontramos ainda outra forma que não seja a partidária, e não dá tempo de fazer essa outra lei, mas pessoas chanceladas pelo sistema partidário –, uma parte da sociedade pode ser avulsa, inclusive o Presidente da República, como foi na França. Ele é um candidato avulso. Embora tenha sido Ministro da Economia, embora tenha vindo do mundo político, ele é um presidente avulso. O Presidente francês é avulso, com o charme do Presidente avulso.

Então, sou um otimista também, mas eu acho que nós estamos numa situação de mudança assustadora no sentimento mundial. E essa mudança assustadora no sentimento mundial é porque o povo está percebendo que é cada vez maior o número de regiões não operacionais do Estado e é cada vez maior o número de situações num país que não têm o controle do Estado nacional. Ou seja, há uma agenda delinquencial nos países que está saindo do controle. O terrorismo é muito bem identificado, mas há muitas outras agendas que não estão no controle.

No caso do Brasil, é só observar o sistema prisional brasileiro. Quem controla o sistema prisional brasileiro? Ninguém; os presos controlam, os encarcerados, os que estão lá dentro é que estão controlando o sistema prisional. Isso é um risco para a democracia brasileira. Em vários países, os grupos armados, a venda de armas, o tráfico de drogas, tudo isso está sem o controle do sistema nacional, na maioria dos países do mundo, criando riscos, vigilância... O excesso de vigilância privada está substituindo a vigilância pública em várias sociedades, e mesmo no Brasil, um país estruturado, organizado, um dos mais estruturados da América Latina. Hoje, a vigilância privada no Brasil já compete com a vigilância pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao professor e sociólogo Deputado Paulo Delgado pelas suas respostas.

Passo agora a palavra ao Prof. Dr. Mathias Alencastro.

O SR. MATHIAS ALENCASTRO – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só um comentário em relação à fala do Deputado: acho que vale a pena esclarecer que, ao contrário dos Estados Unidos, onde a primeira-dama tem estatuto jurídico e os eleitores elegem um casal, como a Hillary e o Bill Clinton, o casal Obama, e têm uma visibilidade pública sempre como casal, a primeira-dama francesa não tem estatuto jurídico. Portanto, ela é uma pessoa privada. A relevância política dela é nula. Depois, pode-se falar longamente sobre o papel dela, mas é tudo do fórum da vida privada, e não da vida pública, ao contrário dos Estados Unidos.

Em relação às perguntas que foram feitas, acho que já podemos antecipar que o governo Macron vai ser uma síntese dos candidatos, dos deputados republicanos, de centro-direita, e os deputados socialistas, de centro-esquerda liberais. Já existe um racha em curso dentro desses partidos entre aqueles que defendem uma reforma mais profunda do Estado e aqueles talvez mais nacionalistas à direita ou mais estadistas à esquerda. Essas dissidências internas estão se concentrando agora, e já começamos a ver um movimento de muitas lideranças desses partidos que estão batendo na porta do Emmanuel Macron, que teve a visão tática de fazer uma obstrução, de montar, digamos, um cordão sanitário entre o movimento dele e os partidos tradicionais até a sua eleição, mas obviamente ele agora é obrigado a compor, e as negociações vão começar.

O que nós vemos agora é uma tendência para uma reestruturação do sistema político francês entre uma esquerda muito mais ligada ao Mélenchon do que ao Partido Socialista.

O grande feito das eleições é que o Partido Socialista fez 8%, o candidato à presidência do Partido Socialista, enquanto o Mélenchon fez 20%. Então, há exatamente uma inversão dos resultados entre a extrema-esquerda e a social-democracia tradicionalmente. Normalmente, a extrema esquerda faz 6% e os socialistas fazem 20%. Agora, é exatamente o contrário. Então, vai haver uma tendência de cooptação da esquerda que não vai se alinhar com o Macron pelo Mélenchon, e a direita, a centro-direita vai ficar esmagada entre o Macron e a extrema-direita.

Então, existe o risco, digamos de "lepenização" da direita francesa, que vai recusar participar do governo Macron. Aí, a paisagem política seria uma esquerda mais radical do que a social-democracia francesa em torno do Mélenchon, um centro em torno do Macron, e uma direita em torno da Le Pen. Essa é a tendência. Nós vamos ver se ela vai se confirmar ou não nas eleições legislativas.

Em relação ao paralelo Trump-Macron, eu o acho muito interessante, porque as diferenças são muito maiores do que as semelhanças. O Trump é um não-político com partido; o Macron é um político sem partido. Então, na verdade, eles são exatamente o contrário.

O Trump, digamos, é uma síntese do que podemos chamar de candidatos hollywoodianos à política americana – tanto o Reagan quanto o Schwarzenegger, que foi duas vezes governador na Califórnia – e da extrema-direita americana, que criou um elo com ele, um elo até surpreendente no começo, para montar uma plataforma eleitoral e ganhar as prévias dos republicanos. O Trump presidente está se revelando muito diferente. Ele já está se afastando bastante dessa extrema-direita conspiracionista que o apoiou durante as eleições.

No caso do Macron, ele é exatamente o contrário. Ele é um puro produto da administração pública francesa, galgou todos os andares da meritocracia republicana e, ao mesmo tempo, criou um elo muito forte com o setor privado, porque trabalhou no banco Rothschild. Foi uma passagem de cinco anos na vida dele, quer dizer, muito menos relevante do que a vida dele na administração pública, mas que foi essencial para ele se apresentar como uma correia de transmissão entre o Estado e o setor privado. E foi isso que atraiu, que permitiu a ascensão muito rápida dele.

Vale a pena reiterar que a França já teve um presidente centrista nos anos 70, o Valéry Giscard d'Estaing. E o François Bayrou, que quase chegou ao segundo turno por duas vezes, hoje é uma figura chave do futuro governo Macron. Então, as novidades têm todas raízes históricas, a gente pode dizer.

Em relação à pergunta do Senador sobre o foco no Brasil. Eu não conheço quase nada de política eleitoral, mas eu acho que o que aconteceu no Brexit, com o Trump e agora na França também mostra que, apesar de as redes digitais desempenharem um papel cada vez mais importante, os instrumentos tradicionais continuam indispensáveis. O En Marche, movimento do Macron, foi muito bom para mobilizar os jovens com as redes sociais, mas os jovens, depois, fizeram política tradicional: fizeram porta a porta, organizaram eventos em pequenas cidades, discussões particulares. Foi uma política, foi uma campanha muito tradicional. No caso do Trump, foram as rádios que fizeram a diferença. Nas redes sociais, a Hillary estava liderando, porque a máquina do Obama era muito sofisticada nessa área,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas foram as rádios que fizeram realmente o trabalho de fundo de difusão das ideias do Trump. No caso do Brexit, como é sabido, foram os tabloides ingleses tradicionais, muito lidos pelos aposentados, que fizeram uma campanha constante a favor do Brexit e que fizeram a diferença no voto final. Então, inovação, sim, mas a tradição persiste ainda muito na política a meu ver.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Mathias Alencastro.

Passo a palavra agora ao Prof. Alex Canuto.

O SR. ALEX CANUTO – Muito obrigado.

Eu queria começar com os questionamentos do Senador Jorge Viana. Realmente temos talvez o que se dê para chamar de crise de representatividade, que seria a nossa sociedade não se sentindo representada pelos partidos políticos, que deveriam ser os focos de debates, de ideias, de produção de novos conceitos, de inovação de políticas públicas... Nós não temos isso hoje.

Tivemos no Brasil, talvez em caráter de exceção, não sei, talvez me fuja aqui à memória outro exemplo histórico, mas nos anos 80 até o partido de V. Exª cumpriu muito esse papel de ser um catalisador, primeiro, de voluntariado. V. Exª estava lá, com certeza viu o que era – eu fazia movimento estudantil nos anos 90 e senti um pouquinho disso aí também –, viu como catalizar voluntariado. As pessoas iam porque acreditavam nas causas, discutiam políticas públicas, e dali surgiram ideias, certas ou erradas, boas ou ruins, aí vai do critério de cada um, mas o partido cumpria esse papel.

Hoje, a gente tem que reconhecer, não é mais inovador, esse partido perdeu essa função, e nenhum outro partido ocupou esse lugar. Não é que surgiu uma ideia nova que superou. Simplesmente houve uma estagnação. E hoje quem quer discutir às vezes a política pública não procura um partido; procura ou uma organização não governamental ou quiçá alguma outra entidade da sociedade civil, movimentos que vêm surgindo, mas não está buscando... O que fazer para isso?

O único ponto que eu vejo é o seguinte: você tem hoje partidos mantidos artificialmente. Eu citei aqui na minha fala – posso estar enganado, não sou dono da verdade – que uma das coisas que sustentam partidos artificiais é o fundo partidário. Há um recurso aí para o partido se manter, há um tempo cativo na televisão para ele falar, sem ter a representatividade. Chega na hora do voto, como o voto no Brasil é obrigatório, o eleitor tem que votar aqui ou ali e acaba tendo que escolher alguma opção. Aquele partido tem uma quantidade "x" de votos, mas o quanto que ele mobiliza de militância e de voluntariado? Isso ele não tem.

Na minha modesta opinião, se não houvesse isso, os partidos só sobreviveriam se eles tivessem voluntariado. E aí, quando a gente coloca a pirâmide da representação, eu me refiro ao meio da pirâmide. Talvez o termo elite política não seja bom, mas a gente tem, vamos dizer assim, os representantes populares, a militância e a sociedade engajada no meio, e o povo embaixo. Às vezes você tem um partido artificial. Ele tem algum representante direto e depois tem votos – de alguma forma ele consegue votos, por dinheiro ou porque na eleição a população não tem opção –, mas não tem o miolo, não tem a militância.

Para ter isso, o partido precisa ser um campo que atraia, que atraia pessoas. E para isso nós precisamos que haja um decantamento na política brasileira e que só sobrevivam partidos que tenham essa característica. É a minha modesta opinião, mas eu acho que ainda há muito a se discutir, a amadurecer em propostas sobre o que fazer nesse sentido.

Comentando também brevemente as colocações da Senadora Ana Amélia, quanto à imigração, eu acho até que o ex-Deputado aqui, Paulo Delgado, colocou muito bem quando citou o exemplo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEX CANUTO – A questão que o Deputado Paulo Delgado colocou sobre D. Pedro I, que fez a imigração... D. Pedro II, perdão. Acho que a palavra é organização; era uma migração organizada. Precisamos de gente, queremos gente para trabalhar aqui. Estamos precisando para trabalhar, aqui e ali, e queremos contar com pessoas. O Brasil é formado por imigrantes, então queremos contar...

O que acho que as pessoas estão reclamando – suponho, não conheço detalhes desse movimento que aconteceu em São Paulo e, confesso, também que não li todo o projeto de lei, então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

falo mais de forma abstrata, mas imagino que o descontentamento seja porque a impressão que se passou é a de estar virando a casa da mãe joana, do tipo em que entra qualquer um.

Eu acredito, até de forma otimista, talvez – não sei se exageradamente otimista –, que a migração, a imigração organizada... A nossa sociedade tem a tradição de ser aberta a isso, até porque muitos brasileiros imigram para outros países. Miami hoje é o que está na moda, mas existem outros países para os quais brasileiros imigram. E são bem recebidos nesses locais, porque vão lá para contribuir, para absorver a cultura local. Acho que qualquer imigrante que venha para colaborar, que não venha...

O problema é que a crise econômica também sempre passa aquela sensação de que vão tomar os empregos dos brasileiros, de que vai cair o salário por oferta excessiva de mão de obra. Mas acho que, trazendo de forma organizada...

Nós temos, por exemplo, uma estratégia de ocupação da Amazônia para defesa das fronteiras. Por que não trazer imigrantes, assim como foi trazido no passado para ocupar a fronteira sul? Na época ainda colonial, o Brasil tinha Portugal com Espanha, e depois o Brasil herdou essas disputas com a Argentina e outros países. Hoje temos que ocupar a Amazônia. Isso é uma diretriz de defesa nacional. Por que não trazer imigrantes para o Brasil, para cumprir esse papel, por exemplo?

Acho que há o que se discutir em relação a isso, e há que se esclarecerem mal-entendidos, no sentido de achar que o Brasil está virando a casa da mãe joana. Pelo que pouco que vi na imprensa, também há um certo controle. Não se aceitam, por exemplo, estrangeiros que foram expulsos do Brasil. A lei não permite que se aceite de volta. Há um certo controle. E tem que haver organização. Acho que ninguém quer fazer uma festa na sua casa, para, tendo programado para 100 pessoas, virem 300, e não haver comida para todo mundo. Acho que o temor é mais por aí, na minha modesta opinião.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato ao Prof. Alex Canuto pela sua participação.

Passo a palavra agora ao Prof. Dr. Lucio Rennó.

O SR. LUCIO RENNÓ – Muito obrigado, Presidente.

Vou tentar me ater aqui às perguntas feitas pelo senhor e pelos Senadores aqui presentes. Agradeço as perguntas.

O senhor começou sua fala com uma provocação, no sentido de arguir por que Le Pen não teve mais votos do que teve de fato, dadas as circunstâncias. Eu diria que ela nunca teve tantos votos antes assim. Se olharmos historicamente, houve sim um crescimento do apoio eleitoral a essa alternativa mais radical que se coloca na França. Ela chegou a quantos? A 23%, 24% no primeiro turno, se não me engano, algo assim, comparados com os 17% que havia tido nas eleições anteriores. Há um aumento disso e, depois, um ganho residual, mas significativo, chegando-se à casa de quase 35%.

Então, é relevante. Eu não diria que não é. Isso sinaliza que é uma força que estará presente nas disputas eleitorais francesas daqui para frente e, em se dando as circunstâncias, o conjunto de fatores combinados, ela se torna um potencial, uma força eleitoral com bastante potencial dentro do cenário eleitoral francês. Então, eu inverteria um pouco a lógica do argumento. Acho que ela teve muitos votos, muito mais do que normalmente tem, dadas as circunstâncias.

A questão do abstencionismo eleitoral – não só a não presença, o não comparecimento, mas também os nulos e brancos inseridos – aumentou significativamente na França. De fato, na França, eu não conheço o histórico disso, não sei se foi muito superior ao que normalmente já é. Então, esse é outro sinal, na verdade, de que, no caso, nenhuma das duas alternativas representava os interesses daquela parcela bastante relevante da população.

Já nos Estados Unidos, o abstencionismo é muito alto historicamente. Ele não foi um fato novo, com o Trump, apesar de ele ter sido mais alto nessas últimas eleições do que em anteriores. Então, nos Estados Unidos, há uma parcela da população que não participa do processo eleitoral em torno de 35% a 45% da população. Isso não é novo nos Estados Unidos.

Por isso, eu volto a insistir, Senador, que o quadro nos Estados Unidos é de uma grande estabilidade de domínio dos dois partidos principais, os republicanos e os democratas, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cristalizam cada vez mais. E há uma parcela significativa da população que não se vê representada por nenhum desses e que, até onde eu sei, não encontrou outra alternativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, só para enriquecer.

Nesse contexto, nós tivemos o caso Sanders lá, que foi uma novidade, com um discurso completamente diferente dos dois polos que sempre se colocam. E dizem... Eu estive lá e ouvi muitos comentários de jovens, pessoas que conhecem bem falando que, se fosse ele, talvez o resultado fosse outro.

Eu queria que você comentasse um pouco como é que fica lá nos Estados Unidos um discurso completamente diferente do que a gente vê no processo eleitoral, com dois polos bem definidos, representando bem os republicanos e os democratas. Vem o Sanders, com um discurso diferente, novo e que mexeu na política dos Estados Unidos, e alguns chegam ao ponto de dizer que, se ele passa...

E ele estava pendurado nas redes sociais. Ele fez um movimento fora dos veículos convencionais – e aí vale a pena também considerar isso –, lá nos Estados Unidos, que tem tudo isso que você está pondo.

O SR. LUCIO RENNÓ – A questão do Sanders é de fato interessante, como essas eleições foram de fato interessantes, porque Trump também representa a mesma coisa. Ele não é um republicano convencional.

Então, sim, denota um grau de saturação, de insatisfação da população com o *mainstream*, o que a gente está vendo em todos os países que nós estamos analisando. Ainda assim, ambos competiram por dentro da institucionalidade partidária – isso não podemos negar –, um mais à esquerda do que é a média do partido democrata, e um mais à direita talvez do que fosse a média do partido republicano, mas ainda assim buscaram o caminho institucional. Acho que essa é uma marca que nós não podemos negar no caso norte-americano.

E aí o ponto, Senador, é que os mecanismos de intermediação de interesses nos Estados Unidos, através dos partidos políticos, são mais consolidados do que na França ou no Brasil. Então, a crise, essa dita crise de representatividade dessas instituições, é mais aguda em outras partes, eu diria, do que nos Estados Unidos, sem negar a importância da emergência de novas tecnologias de informação, de comunicação, de novos mecanismos, que são apropriados inclusive por esses partidos. De novo, partidos políticos nos Estados Unidos, como no mundo todo, têm se apropriado dessas novas tecnologias para fazer avançarem as suas agendas econômicas, sociais ou o que quer que seja.

Então, é importante mencionar. Acho que esse abstencionismo – este era o ponto que eu ia enfatizar – representa, sim, um desvinculamento da população, de uma parcela relevante da população com os mecanismos tradicionais de política. E aqui eu estou falando de uma crise de legitimidade das instituições tradicionais da política. Isso não quer dizer que não haja outros mecanismos de intermediação de interesses que possam emergir e que se voltam para uma questão muito mais de uma atuação mais direta da população, sem tantas intermediações.

O último ponto da sua fala que quero tocar é a questão, Presidente, do acordo para governar, do que será o Governo daqui para frente.

Vamos olhar de novo para o caso do Trump. Ele não consegue governar sem os republicanos. As suas posições serão necessariamente moderadas. A sua agenda será necessariamente controlada pelo *mainstream* do Partido Republicano. Foi assim na votação agora do Obamacare, em que ele ganhou por um voto. E ainda houve 20 Deputados republicanos que votaram contra – Deputados ou Senadores? Foi junto? Não. Foi na Câmara agora. A partir da intervenção direta do Partido Republicano, inclusive moldando a própria agenda de discussão, a pauta do debate sobre o sistema de saúde americano, ele conseguiu avançar algo. Não vai ser diferente para todas as demais votações, como é em qualquer regime democrático: você tem que negociar, tem que construir a sua maioria. E Macron vai ter um grande desafio na construção dessa maioria, que vai contar – eu concordo com o Mathias – com elementos da esquerda e da direita moderados. Ele vai buscar um caminho centrista óbvio. Não vejo muito como fugir disso.

Com relação à pergunta da Senadora... E não sei se respondi sua pergunta integralmente, Senador. Se não, a gente pode voltar a ela, porque o senhor fala também em revolução tecnológica, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E também democracia representativa *versus* democracia direta, talvez algum comentário.

O SR. LUCIO RENNÓ – Claro. Eu vou tomar só mais um minuto para fazer isso.

Eu acho que, sim, de fato, esses novos mecanismos de intermediação da política, que era o que eu estava mencionando, ou seja, essas novas instituições que entram entre o cidadão e o processo final de tomada de decisão tendem a ser cada vez mais superadas por mecanismos diretos de participação democrática. Eu não vejo de outra forma. O senhor cita, por exemplo, o DataSenado, que tem instrumentos interessantes de consulta, de enquetes, de consulta popular sobre votações que estão em curso.

Ora, com o aumento da facilidade de acesso à internet, por exemplo, que para mim tinha que ser livre, gratuita, rápida. O Primeiro-Ministro inglês das frases boas, Churchill, dizia que champagne tinha que ser seco, gelado e de graça. Eu acho que a internet tem que ser rápida, eficiente, estável e de graça, com mecanismos que permitem certificação digital. Você pode caminhar, obviamente, cada vez mais para um estreitamento do processo decisório, com a participação do cidadão. O PT mesmo teve histórias muito bonitas nesse sentido, com o orçamento participativo e outros mecanismos de participação popular de consulta direta, que se multiplicaram pelo País.

Então, é claro que isso está associado a uma crise de legitimidade das instituições políticas tradicionais. Não sei o quanto isso avança e com quanta rapidez. Aí eu não consigo dizer, mas certamente isso se coloca como um caminho.

Por último, Senadora, a minha percepção é de que a reação à Lei de Migração... Confesso que não acompanhei tão detalhadamente esse debate, mas vou lhe dar uma resposta a partir dos estudos que faço sobre cultura política e valores políticos no Brasil. Primeiro, eu não acho que nós somos tão abertos assim como pensamos que somos. Há estudos muito interessantes sobre discriminação baseada em região de nascimento, como nordestinos discriminados em São Paulo, por exemplo. Há estudos tradicionais sobre isso, que são interessantes de levarmos em consideração. Então, eu parto de um princípio um pouco diferente: talvez não sejamos tão abertos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIO RENNÓ – Isso. Há estudos claramente antropológicos que investigaram esses elementos, por exemplo, na periferia de São Paulo, e percebem uma rejeição muito grande, por exemplo, ao baiano, ao nordestino que vem para São Paulo.

Então, eu não exageraria muito a nossa propensão, como cultura, como sociedade, à abertura para os imigrantes. Eu partiria de um pressuposto um pouco mais conservador, infelizmente.

O SR. PAULO DELGADO – Mas, Lúcio – permita-me –, como nós fazemos com as nossas avós? Como fazemos com os nossos avós?

O SR. LUCIO RENNÓ – Como fazemos com os nossos avós? Não, eu não estou indo nesse sentido.

O SR. PAULO DELGADO – São todos imigrantes! De 80 anos para trás, todos são.

O SR. LUCIO RENNÓ – Muito bem. Mas, quando a pessoa chega a um local que não é o seu local de nascença – só estou dizendo isso –, há estudos que demonstram, no Brasil, um certo grau de intolerância a ela. Então, acho que não partiríamos de um pressuposto de que a nossa sociedade está livre desses elementos.

Nesse sentido... Eu não vou entrar no mérito da questão. Ele está me provocando para fazer isso, mas eu não vou entrar no mérito da questão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu já ia fazer uma brincadeira.

O SR. LUCIO RENNÓ – Não é um julgamento de valor; é uma constatação a partir do que eu vejo, e espero que seja...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Na academia... Há estudos acadêmicos na Antropologia... Acho que existe isso.

O SR. LUCIO RENNÓ – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu ia fazer uma brincadeira, porque eu sou da República de Piratini, e a gente acolhe todo mundo bem quando chega ao Rio Grande. (*Risos.*)

O SR. LUCIO RENNÓ – Eu não estou defendendo uma posição. Quero que isso fique muito claro. Estou relatando aqui o que estudos anteriores demonstram sobre nossa propensão à tolerância ao estranho, ao estrangeiro, que não é das mais altas.

Além disso, nós vivemos um momento hoje de crise econômica grave, e o desemprego é um problema grave, que está muito associado a reações conservadoras. Eu quero me proteger. Então, quanto mais competição eu tiver na busca do emprego, mais conservador eu vou me tornar e menos aberto a essas alternativas de inclusão.

Então, eu explicaria por aí, de novo baseado só em estudos anteriores e nessa percepção de que o desemprego leva ao fortalecimento de posições conservadoras políticas – uma mensagem clara para 2018, ouviu, Senadora?

Só isso, gente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Lucio Rennó.

Sobre essa questão dessa intolerância ou desse incômodo causado pelos nordestinos, que construíram, na realidade, sobretudo o Sudeste do País, o Norte e o Centro-Oeste, aconteceu comigo um episódio muito interessante. Eu era Governador do Estado de Alagoas e estive em São Paulo para participar de um debate na Associação Comercial de São Paulo. E eu estava já como candidato, não declaradamente, mas já com a formatação de ser candidato a Presidente da República.

Participamos desse debate, que foi muito bom, muito acalorado, muito cheio de perguntas e tal, e depois o então Presidente da Associação Comercial de São Paulo recebeu-nos na casa dele, em São Paulo; os empresários presentes e eu. Formaram-se rodinhas de conversa numa sala ampla da casa, e eu estava participando de uma conversa aqui, num círculo, e atrás um outro círculo havia se formado. Eu conversando aqui, mas prestando atenção no que eles estavam falando – eu querendo, naturalmente, captar algum tipo de elogio. (*Risos.*)

O interessante é que, em determinado momento, eu ouvi um elogio: "Puxa, mas foi ótimo o debate! É bom esse Governador. Foi muito bom!" Aí ouço outro dizer o seguinte: "Pois é, foi muito bem. Mas é uma pena que seja nordestino."

E o interessante é que, nas primeiras eleições diretas para Presidente da República, depois de quase 30 anos, os dois candidatos que chegaram ao segundo turno, os dois éramos nordestinos: o Lula e eu. Vejam que coisa!

Então, essa questão dessa intolerância, desse incômodo, ele realmente existe, é palpável – lamentavelmente, ainda é. Eu espero que, no decorrer dos anos, isso vá amainando, sobretudo pelo reconhecimento da participação do povo nordestino no crescimento e no engrandecimento do nosso País.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os Srs. Embaixadores e representantes de missões diplomáticas que estiveram aqui presentes: Embaixador Nabil Adghoghi, do Marrocos; Embaixador Milan Cigán, da República da Eslováquia; Embaixador José Kinn Franco, Primeiro-Secretário Faleg Valdez Cópas e Segundo-Secretário Fernando Crespo, da Embaixada do Estado Plurinacional da Bolívia; Encarregado de Negócios Koffi Maxime Assah, da Embaixada do Togo; Conselheiro Hendrik Roggen, da Embaixada do Reino da Bélgica; Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da República de Angola; Primeiro-Secretário Juan Pozo Alvarez, da Embaixada de Cuba; Primeiro-Secretário Ilya Lutski, da Embaixada da República da Belarus; Sr. Stephen Saideman, Encarregado de Assuntos Internacionais da Carleton University do Canadá; Conselheira Política Tamar San Miguel Garcia, da Embaixada da Espanha; e Conselheiro Abbah Sidi Sidi, da Embaixada do Marrocos.

Agradeço muito especialmente aos nossos debatedores e palestrantes da noite de hoje: Prof. Alex Canuto, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; professor, sociólogo e ex-Deputado Paulo Delgado, pós-graduado em Ciência Política; Sr. Lucio Rennó, Mestre em Ciência Política na UnB (Universidade de Brasília), Doutor em Ciência Política (University of Pittsburgh) e pós-doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center, da Stony Brook, e no German Institute for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Global and Area Studies, em Hamburgo, Alemanha; e Sr. Mathias Alencastro, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e Especialista em Política Europeia e também em Política Africana.

Teremos alguns debates aqui em que vamos tratar de temas relacionados ao nosso continente irmão, que é a África, e gostaríamos muito de poder contar novamente com sua presença aqui.

Acrescento que o assessor e o professor Dr. Matias Albuquerque foi Assessor Internacional da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Diretor de Relações Internacionais do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), que é um dos institutos mais respeitados do Brasil.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, muito especialmente de S. Exª a Senadora Ana Amélia e de S. Exª o Senador Jorge Viana, pela honrosa presença na noite de hoje; agradeço a todos aqueles que participaram conosco via Internet, via TV Senado, via Rádio Senado; agradeço também, e por fim, por ser a presença que mais engrandece a nossa reunião de hoje, a Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan, pela sua presença sempre prestigiosa e sempre nos dando muito incentivo para que continuemos com esta série de debates que estamos promovendo no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Encerradas esta reunião, eu gostaria de convidar a todos para a nossa próxima reunião, que se dará no dia 22 de maio – será o nosso V Painel –, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando será abordado o tema "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio".

Para expor e debater o tema, teremos como convidados o Ministro Marcílio Marques Moreira, o Prof. Carlos Roberto Pio da Costa e o Prof. Samuel de Abreu Pessoa.

Antes de encerrarmos os trabalhos de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião deliberativa, a se realizar no dia 11 de maio, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Mais uma vez agradecendo a todos, dou por encerrada a presente reunião.

Boa noite.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2017.

Às nove horas do dia onze de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho, Pedro Chaves, Valdir Raupp, Hélio José, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro e Tasso Jereissati. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE – INDICAÇÃO DE AUTORIDADE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda." Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à indicação, com 13 (treze) votos favoráveis. O Presidente convida a Embaixadora a tomar assento à mesa. A seguir, concede a palavra para a Embaixadora fazer sua exposição. É aberto o processo de votação. Usam a palavra os Senadores Lasier Martins, Jorge Viana, Ana Amélia, Pedro Chaves, Cristovam Buarque, Hélio José e Flexa Ribeiro. O Presidente concede a palavra à Embaixadora para respostas aos Senadores. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designado Secretário da apuração dos votos o Senador Flexa Ribeiro. Sabatina realizada com indicação apreciada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 1º de abril de 2015." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Lasier Martins, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 2) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 2, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015." É designado relator ad hoc o Senador Lasier Martins, a quem o Presidente concede a palavra para a leitura do relatório. Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à matéria. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Pedro Chaves, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 19 de agosto de 2009." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Cristovam Buarque, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. ITEM 5)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010." O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável à matéria. EXTRAPAUTA: ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE SOLIDARIEDADE às vítimas da grande fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia." Lido o requerimento. O Presidente faz a leitura de comunicado. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicados.

Em correspondência a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Geórgia, Srª Sophie Katsarava, cumprimenta esta Presidência e manifesta grande disposição para intensificação e aprofundamento das relações entre os dois Colegiados, assim como do Parlamento daquele país com o Parlamento brasileiro. Ainda, a Presidente expressa sua satisfação diante da recente intensificação das relações entre nossos países e propõe a realização de mais visitas bilaterais de alto nível, com o objetivo de debater temas de interesse mútuo.

A Srª Sophie Katsarava aproveita a oportunidade para fazer um convite de visita ao Parlamento da Geórgia, assim como para se debater questões internacionais, econômicas e de comércio, visando a cooperar mais ativamente para a aproximação de nossos países. Nesse sentido, ressalta o relevante papel desempenhado pelos grupos de amizade criados pelos Parlamentos de ambos os países. Por fim, a Presidente expressa gratidão pelo apoio à integridade territorial e à soberania da Geórgia, reiterando que tais questões permanecem na agenda de seu país.

Segundo comunicado: vistos do Emirados Árabes Unidos, questão levantada por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro na antepenúltima reunião desta Comissão.

Durante arguição do Embaixador Fernando Igreja, na 9ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ocorrida em 27 de abril de 2017, houve pergunta do Senador Flexa Ribeiro sobre a situação dos acordos de isenção de vistos com os Emirados Árabes Unidos. A esse respeito, inclusive, o Senador Jorge Viana fez também comentários e ratificou a pergunta feita por S. Exª o Senador Flexa Ribeiro. A respeito, a área consular do Itamaraty esclarece que, durante a recente visita ao Brasil do Ministro de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional dos Emirados Árabes Unidos, Xeique Abdullah bin Zayed Al Nahyan, em 16 de março de 2017, foram assinados os seguintes atos internacionais:

- Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais/especiais; e

- Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre mútua isenção de vistos para portadores de passaporte comum.

O "Memorando de entendimento sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais/especiais" entrou em vigor 30 dias após sua assinatura, ou seja, já no começo do mês de abril.

Já o "Acordo sobre mútua isenção de vistos para portadores de passaporte comum" está sendo preparado para ser levado à Casa Civil da Presidência da República, para o posterior envio ao Congresso Nacional.

Leitura de um requerimento.

> Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado o voto de solidariedade às vítimas da Grande Fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia.
>
> Justificação.
>
> A história do século XX é marcada por grandes atrocidades. Sem dúvida, a crise de escassez de alimentos que afetou diversas regiões da antiga União Soviética nos anos de 1932 e 1933 é uma delas. O episódio, que ficou conhecido como a "grande fome", ceifou a vida de milhões de pessoas pelo país, sobretudo na Ucrânia, no Cáucaso do Norte, na Região do Volga e no Cazaquistão e ainda nos Urais Sul e no Oeste da Sibéria. Em 2017, completam-se 85 anos da tragédia, que deve ser lembrada, e suas vítimas reverenciadas.

Assinado o requerimento pelo Senador Fernando Collor. Colocaremos em pauta na próxima reunião.

(É a seguinte a matéria lida:

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE SOLIDARIEDADE às vítimas da grande fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia.

Autoria: Senador Fernando Collor.)

Próximo comunicado, Coreia do Sul.

A Coreia do Sul elegeu como Presidente um defensor do diálogo com a Coreia do Norte. A eleição encerra quase uma década de domínio conservador no país. O Presidente eleito, Moon Jae-in, um ex-advogado de direitos humanos, obteve, segundo projeções, mais de 41% dos votos nas eleições de terça-feira, quase o dobro da votação de seu adversário mais próximo. A eleição é em turno único.

Segundo o correspondente do jornal britânico Financial Times, em Seul, Bryan Harris, o Presidente eleito, ex-soldado das forças especiais, prometeu uma nova abordagem em relação à Coreia do Norte, com base em negociações com o regime de Kim Jong-un, bem como em aumento de pressões sobre o país vizinho. Ele disse ontem que a Coreia do Sul precisa desempenhar um papel diplomático mais ativo na Coreia do Norte. Até agora, o país vinha sendo marginalizado pelos Estados Unidos e pela China, em meio ao vácuo de poder em Seul.

Próximo comunicado sobre a demissão do Diretor do FBI.

A demissão do Diretor do FBI (equivalente, como sabemos, à Polícia Federal americana), James Comey, pelo Presidente Donald Trump, na terça-feira, pegou Washington de surpresa, segundo o jornalista da BBC Anthony Zurcher, para quem ninguém no Congresso, nos círculos conservadores, nem no FBI tinham a menor ideia do que estava para acontecer. A inesperada demissão levantou dúvidas se Trump não estaria tentando interferir na investigação sobre a influência do governo russo nas eleições presidenciais norte-americanas.

Para os analistas, a demissão foi bastante suspeita, pois há pouco mais de uma semana, o ex-Diretor do FBI revelou, numa comissão de inquérito do Senado, que o FBI estava investigando a interferência russa nas eleições presidenciais e as possíveis ligações da Rússia com a campanha de Trump.

James Comey deveria voltar ao Senado hoje, para falar sobre "ameaças" ao redor do mundo. Trump havia enviado inúmeras mensagens pelo Twitter, chamando estas alegações de falsas e as investigações, de uma farsa com dinheiro dos contribuintes.

Trump afirmou que seguiu recomendações do Departamento de Justiça, que tem criticado o modo como Comey vinha conduzindo a investigação sobre a influência do Kremlin no processo eleitoral.

Comey é suspeito de mentir ao Congresso americano ao dizer que uma ex-assessora de Hillary Clinton enviou ao seu marido "centenas de milhares de *e-mails*" com mensagens confidenciais da ex-Secretária de Estado. O caso reforçou a desconfiança pública em relação a Hillary e pode ter influenciado na sua derrota para Trump.

O FBI, porém, corrigiu Comey. Em carta enviada anteontem à Comissão de Assuntos Jurídicos do Senado, o órgão diz que apenas "um pequeno número" de *e-mails* foram encontrados no computador do marido da ex-assessora. Os democratas acusam Comey de ter colaborado, não se sabe se deliberadamente ou não, para a eleição de Trump, ao reabrir o inquérito contra Hillary pouco antes das eleições presidenciais de 8 de novembro, num momento em que ela parecia favorita para vencer a disputa à Casa Branca.

Eleições na França.

Aos 39 anos de idade, Emmanuel Macron, o Presidente eleito da França, que toma posse neste domingo, provocou um terremoto na política francesa com a habilidade de um veterano.

Apenas um ano atrás, ele era Ministro da Economia do governo de um dos mais impopulares Presidentes da história da França, François Hollande.

Na opinião de analistas europeus, agora todos esperam que a vitória surpreendente de Macron seja o triunfo do otimismo sobre a decadência, da energia sobre a atrofia e da força de vontade sobre a resignação.

Apesar de uma abstenção de quase 26%, sua vitória de 66,1% contra 33,9% dos votos válidos contra a representante da direita nacionalista do Front Nationale, Marine Le Pen, fez de Macron um vencedor de ponta a ponta em praticamente todas as regiões da França continental e de além-mar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na realidade, a soma das abstenções e dos votos brancos e nulos (no total de 12 milhões) foi maior que o total de votos obtidos por Le Pen – 10,6 milhões.

Emmanuel Macron, agora, lutará para tentar obter maioria absoluta na Assembleia Nacional, nas eleições marcadas para os dias 11 e 18 de junho. São 577 Deputados eleitos pelo sistema distrital e voto majoritário, em dois turnos. Fundado há apenas um ano, seu movimento En Marche!, agora renomeado La République en Marche, não tem representantes no Parlamento.

Pesquisas de opinião realizadas dois dias antes do segundo turno das presidenciais sugerem que Macron e seus aliados do centrista Movimento Democrático chegarão à frente no primeiro turno das legislativas com 24% a 26% dos votos. Em seguida, tanto Os Republicanos quanto a Frente Nacional contam com 22% das intenções de voto. A extrema esquerda obteria de 13% a 15%, e o Partido Socialista, o que é algo absolutamente surpreendente, mas que reflete a impopularidade do Presidente François Hollande, apenas 9% das intenções de voto (na legislatura que se finda, os socialistas e seus aliados de esquerda tinham maioria absoluta na Assembleia).

No entanto, o sistema de dois turnos torna mais difícil a previsão do número de cadeiras para cada partido. Assim como os sucessivos acontecimentos desta semana pós eleições: a Deputada Marion Maréchal-Le Pen, sobrinha de Marine Le Pen, que detinha uma das duas cadeiras do Front Nationale na Assembleia Nacional, anunciou que deixará a política para cuidar da filha pequena – mas os analistas apontam outros motivos para sua decisão. Mesmo após sua violenta derrota no segundo turno para Macron, Marine Le Pen não tem a intenção de deixar a liderança do partido e nem de se separar politicamente de seu vice-líder Florian Philippot, de cujas políticas a Deputada Marion Maréchal-Le Pen diverge diametralmente. Considerada uma jovem brilhante, de apenas 27 anos, Marion Maréchal-Le Pen era considerada a futura líder do partido.

Por sua vez, o ex-Primeiro-Ministro de Hollande, Manuel Valls – que perdeu a indicação de seu partido para a eleição presidencial – apoiou Macron desde o primeiro turno, está ameaçado de expulsão pelos socialistas, e ainda encontra resistências dentro do movimento de Macron, ao qual gostaria de aderir e se apresentar como candidato às eleições legislativas.

A BBC de Londres listou cinco razões para a vitória de Macron na eleição francesa:

Em primeiro lugar, diz a BBC:

1. Ele deu sorte, pois enfrentou uma situação completamente inesperada, a partir do momento em que um escândalo surgido durante a campanha nocauteou o principal candidato, o centro-direitista François Fillon;

2. Ele foi perspicaz, porque poderia ter tentado concorrer pelos socialistas, mas percebeu que depois de anos no poder e com taxas de aprovação muito baixas, a voz do partido teria dificuldade de ser ouvida. Além disso, Macron foi capaz de prever uma oportunidade que ninguém mais percebeu: que não havia, na França, uma força política capaz de mudar o jogo, equivalente aos movimentos políticos que estavam surgindo na Europa – como o Podemos, na Espanha e o Movimento 5 Estrelas italiano. Em abril de 2016, ele fundou seu movimento En Marche! E, quatro meses depois, renunciou ao cargo de Ministro no governo do Presidente François Hollande.

O terceiro ponto, segundo a BBC, listando as razões para a vitória de Macron:

3. Sua campanha adotou novas estratégias – Como Barack Obama em 2008, a campanha de Macron usou algoritmos de uma empresa (a mesma que se voluntariou para a campanha do ex-Presidente norte-americano) para identificar distritos e vizinhanças mais representativos da França como um todo, tendo os voluntários de seu movimento batido em 300 mil portas. Esses voluntários não estavam só distribuindo panfletos – eles realizaram 25 mil entrevistas detalhadas, de aproximadamente 15 minutos cada, com eleitores de todo o país. Essas informações foram colocadas num banco de dados que ajudou a guiar as prioridades e políticas da campanha.

4. Ele tinha uma mensagem positiva – Havia um clima pessimista predominante na França – de certa forma, pessimista demais – e Macron apareceu com uma mensagem muito otimista e positiva. Segundo o consultor Marc-Olivier Padis, do *think tank* parisiense Terra Nova, "Macron é jovem, energético, e não está explicando o que vai fazer pela França, mas sim como as pessoas ganharão oportunidades. Ele é o único com esse tipo de mensagem", segundo o consultor.

5. Macron estava enfrentando Marine Le Pen – Ao contrário do tom otimista de Macron, a mensagem de Marine Le Pen soava negativa: anti-imigração, anti-União Europeia e antissistema. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitos ficaram alarmados com o prospecto de uma presidência potencialmente desestabilizadora e divisiva, de extrema-direita, e apoiaram Emmanuel Macron – o último obstáculo no caminho de Le Pen.

Líderes da União Europeia acreditam que a derrota de Le Pen é um forte sinal de que o nacionalismo eurocético está em decadência. Mas enquanto os populistas de extrema-direita foram derrotados na Áustria, Holanda e na França, os problemas que levaram os eleitores a apoiá-los – desemprego, imigração e medo da globalização – ainda devem ser resolvidos.

Segundo os analistas, uma questão permanece em aberto: será que Emmanuel Macron, inexperiente em política e com seu partido iniciante, vai ser capaz de formar o governo com a maioria e a credibilidade necessárias para aprovar as reformas que promete?

Dando início à nossa pauta deliberativa do dia de hoje, anuncio o item 1.

1ª PARTE
ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ELIANA ZUGAIB, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Irlanda.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro (*ad hoc*).

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 04/05/2017, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta reunião.

Convido para que tome assento à mesa a Embaixadora Eliana Zugaib, a quem damos as boas-vindas. (*Pausa.*)

Cumprimentando, mais uma vez, a Embaixadora Eliana Zugaib, permito-me dizer à senhora que dispõe de dez minutos para a sua exposição, podendo estabelecer um pouco mais de tempo caso seja necessário.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos!

Exmºs Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de manifestar a minha satisfação de retornar a esta Casa, em especial a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Gostaria também de agradecer a acolhida do Senador Fernando Collor.

Gostaria de agradecer o Ministro das Relações Exteriores e o Senhor Presidente da República pela indicação do meu nome para chefiar a Embaixada do Brasil em Dublin.

Gostaria também de agradecer ao Senador José Agripino pela gentileza de sua relatoria. Não poderia deixar de fazer também uma menção aqui à Senadora Ana Amélia e ao Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc*.

Fico muito feliz de ver aqui também a Senadora Ana Amélia, que muito me honrou com a sua relatoria quando fui indicada para a missão na Unesco.

Com isso, eu gostaria também de saudar os amigos do Itamaraty que vieram me acompanhar nesta manhã.

Com relação à Irlanda, eu começaria dizendo que, apesar das dimensões pequenas, dimensões territoriais de praticamente um pouco mais de 70 mil quilômetros quadrados e dimensões populacionais de menos de 5 milhões de habitantes, a Irlanda é um país altamente desenvolvido hoje, com um PIB *per capita* de mais de US$60 mil, uma expectativa de vida de quase 81 anos e um índice de alfabetização de 99%, dados esses que rendem ao país o 6º maior IDH do mundo.

A Irlanda é um país de história fascinante. Atravessou períodos de resistência, invasões e a colonização, sofreu com a grande fome do século XIX e veio a conquistar a sua independência em 1922, quando o Brasil já alcançava o seu primeiro século como Nação soberana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Em 1955 tornou-se membro da ONU e, em 1973, aderiu à Comunidade Econômica Europeia. E aí, nas décadas seguintes, passou a experimentar períodos de franco desenvolvimento econômico e social, que lhe conferiram o apelido de Tigre Celta.

Rapidamente, com relação à estrutura interna do país, eu diria que a Irlanda é uma república parlamentarista, bicameral, com 158 membros da Casa dos Representantes, 60 Senadores, eleitos por cinco anos. O Presidente da República, por sua vez, é eleito em voto direto, por sete anos, e com direito a uma reeleição.

O atual Primeiro-Ministro, Enda Kenny, está na segunda administração e foi reconduzido ao cargo em maio de 2016, graças a um acordo feito com a maior legenda oposicionista, o Fianna Fáil. Nessa ocasião, ele foi reconduzido também graças a uma coalizão minoritária com os independentes.

Os principais partidos são três: o Fine Gael, que é o que se encontra no poder atualmente, que é de centro-direita; há o Partido Trabalhista, que é de centro-esquerda, o Fianna Fáil, que eu mencionei, que é liberal; e o Sinn Féin, que é o nacionalista de esquerda. Mas há um crescente peso dos independentes, que foi o que permitiu essa coalizão minoritária.

Com relação à política externa, eu gostaria de destacar aqui a prioridade que o país confere ao multilateralismo, às questões atinentes à União Europeia e à constante promoção dos laços com a diáspora irlandesa no mundo e em especial nos Estados Unidos. A Irlanda reconhece que a sua adesão à União Europeia foi um elemento central para que houvesse essas fortes transformações econômicas e sociais ao longo dos últimos 40 anos, que foram advindas sobretudo do acesso ao mercado comunitário, aos fundos estruturais e à política agrícola comum. Mas foi crucial essa adesão sobretudo para o processo de pacificação da Irlanda do Norte e da reorientação das relações entre Dublin e Londres.

Diante disso, a gente pode entender a apreensão atual dos irlandeses com relação ao desligamento do Reino Unido da União Europeia, que é o chamado Brexit. E, neste momento, o país procura, dentro da própria União Europeia, fazer valer a sua situação peculiar quanto à relação entre as duas partes da ilha, de maneira que, ainda que haja o Brexit, se preserve essa livre circulação de pessoas entre as duas partes da ilha.

Agora, não se pode negar tampouco que as novas medidas da administração norte-americana também terão um grande impacto na Irlanda nesse momento e sobretudo em relação à política imigratória que vai ter naturalmente um impacto sobre os cidadãos irlandeses que vivem irregularmente nos Estados Unidos, mas também que a tônica no protecionismo econômico vai dificultar certamente a situação das grandes empresas norte-americanas que transferiram as suas sedes para a Irlanda atraídas sobretudo pela taxação corporativa favorável.

Eu, agora, passaria brevemente ao perfil da economia irlandesa e, nesse ponto, relembro aqui que a Irlanda experimentou, desde 1995, um acelerado processo de desenvolvimento econômico. Esse processo foi sustentado por um modelo de orientação liberal, com base na qualificação da mão de obra local e na baixa taxação sobre corporações, o que resultou num grande fluxo de investimentos estrangeiros para o país. Com isso, a Irlanda atraiu gigantes como a Apple, a Microsoft e outras da área farmacêutica, como a Pfizer, por exemplo. Aí a bonança se estendeu também para o setor da construção civil, que chegou a representar 25% do PIB em 2008 e que também era responsável por 20% dos postos de trabalho à época.

Tudo isso foi possibilitado pelo crédito fácil conferido pelos bancos locais. Mas, com a crise de 2008, a economia irlandesa foi fortemente afetada. Eles passaram a conhecer índices de desemprego da ordem de 14,8%. A relação dívida/PIB cresceu seis vezes, chegando, em 2013, a 120% mais ou menos. O governo, então, para fazer face à crise, tentou recapitalizar, num primeiro momento, os bancos da praça, mas foi obrigado a recorrer a empréstimos e a uma assistência financeira do que se chamou de Troika, constituída pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia. Então, foi adotado, em função disso, um forte regime de austeridade fiscal, com aumento de impostos e com redução de despesas. O país foi capaz de deixar esse programa já no final de 2013, até prematuramente.

Os resultados desse pós-crise, eu diria assim, mostraram-se muito robustos. O PIB passou a quase 7% ao ano, a taxa de desemprego baixou a níveis inferiores a 9%, e houve também o fortalecimento do modelo irlandês de impulso às exportações, com o máximo de valor agregado aos importados. Nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesma ocasião, o governo preocupou-se também com o reforço das médias e pequenas empresas, que respondem por 50% da produção e por 70% da força de trabalho. Além disso, houve uma participação maciça do setor de serviços na economia, com quase 60%.

Mas, mesmo com esse horizonte promissor, então, apresentam-se hoje incertezas, novos geradores de incertezas, como eu mencionei: por um lado, houve, de forma sistêmica, o Brexit e medidas da nova administração norte-americana, mas também a classificação pela Comissão Europeia de que a Irlanda teria dado um apoio indevido à Apple. E, ao mesmo tempo, houve um avanço nas negociações para que se uniformizasse a taxa corporativa dentro da União Europeia.

Traçado esse breve perfil do país, eu passaria agora às relações bilaterais, que foram estabelecidas em 1975. Em 1991, durante a Presidência Collor, foi estabelecida a Embaixada do Brasil em Dublin; e, em 2001, a Embaixada da Irlanda aqui, em Brasília. E o sinal da importância que o país atribui ao Brasil foram as três visitas presidenciais que houve em 1995, em 2004 e em 2012. Houve também, no ano passado, a II Reunião de Consultas Bilaterais aqui, em Brasília.

Com relação às relações comerciais, no meu entender, elas oferecem campo para um maior desenvolvimento. O saldo comercial é tradicionalmente favorável à Irlanda. Nós importamos, sobretudo, medicamentos, produtos de saúde e de informática, e nossas exportações têm tido maior participação com minérios de alumínio, carnes e também outros produtos de altíssimo valor agregado, como aeronaves, por exemplo. Nós poderíamos – eu acho que há espaço para isso – ter complementaridades entre as nossas economias para reforçar esse intercâmbio comercial. Mas eu acho que é importante também mencionar que a Irlanda tem uma estratégia de ganho de escala de empresas irlandesas no mercado brasileiro, e esses investimentos se fazem sobretudo na área de alimentos, de informação de crédito e de petróleo. Por outro lado, os investimentos brasileiros na Irlanda são ainda muito tímidos e se dão na área de tecnologia da informação.

Quanto à cooperação científica e tecnológica, a relação bilateral tem se intensificado muito nos últimos anos. De 2013 a 2016, a Irlanda recebeu algo entre 3,3 mil e 3,4 mil estudantes brasileiros de graduação e de pós-graduação. E foi realizada também em Dublin a I Semana da Ciência Brasil-Irlanda, que realmente impulsionou essa cooperação entre instituições acadêmicas. Eu diria que isso tem certo impacto na evolução do perfil e na dimensão da comunidade brasileira atualmente na Irlanda. Os brasileiros hoje constituem o maior grupo não europeu registrado no setor de imigração local, e a comunidade residente atinge hoje o nível de, praticamente, 10 mil cidadãos, o que é, no meu entender, também algo expressivo diante da população total do país.

Então, nesse contexto de aproximação entre os cidadãos dos nossos dois países, caso eu seja aprovada por este Senado, eu pretendo me dedicar muito à aproximação entre a Embaixada e a comunidade, dando ênfase aos serviços e à assistência consular.

Com isso, sem querer abusar do tempo concedido por V. Exª, eu terminaria aqui esses comentários sumários e me colocaria, então, à disposição para responder às perguntas de maior interesse das Srªs e dos Srs. Senadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado à Srª Embaixadora Eliana Zugaib.

Pela ordem, S. Exª o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação: que se pudesse abrir a votação através do painel eletrônico, pois nós temos uma sessão especial hoje, no plenário do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... sobre a reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – S. Exª o Senador Fernando Bezerra Coelho sugere aos integrantes desta Comissão que seja dada autorização para o início do processo de votação eletrônica.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o início, já de agora, do processo de votação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação eletrônica.

Com a palavra S. Exª o Senador Lasier Martins, o primeiro orador inscrito.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Flexa... E depois, com a permissão de V. Exª, Senador Lasier, já temos aqui inscritos: Senador Lasier, Senador Jorge Viana, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Chaves, Senador Cristovam, agora o Senador Hélio José e o Senador Flexa, que é o Relator.

Muito obrigado a V. Exªs.

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento a Embaixadora Eliana Zugaib. Quero dizer que a nossa Embaixadora vai para um país de muita curiosidade e reflexão. E digo isso, Sr. Presidente, porque, na minha longa atividade jornalística, tive a oportunidade de acompanhar uma missão de empresários, no ano de 1997, à Irlanda, que se transformava no tigre celta, e de constatar lá que a Irlanda foi do oito ao oitenta.

A Irlanda, que era um país quase falido no início da década de 90, partiu para a extrema liberalidade econômica, que durou cerca de dez, doze anos, para depois se transformar num país de extrema austeridade fiscal, como ouvi de passagem pela Embaixadora. Estando o país quase falido, abriu as portas para as grandes empresas internacionais durante dez anos, com benefícios fiscais extraordinários, e, com isso, teve um surto de desenvolvimento muito grande. Mas depois, como disse a Embaixadora, por volta de 2008, com crise internacional, a Irlanda voltou a cair, e hoje há uma curiosidade sobre como ela se encontra. A Embaixadora, certamente, vai observar e, com o tempo, nos dirá.

A minha pergunta é uma só, bem objetiva e diz respeito ao problema da carne, porque, há bem pouco tempo, tivemos a chamada operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que causou uma verdadeira comoção na área comercial e industrial da carne. A Irlanda foi o país mais resistente com relação às importações da carne brasileira; chegou a propor à União Europeia, em março passado, embargo imediato de todas as importações de carne do Brasil.

Então, eu queria saber da Embaixadora Eliana como está a situação, o que falta fazer e o que S. Exª pretende fazer nesse sentido, já que, para nós, a exportação de carne é muito importante para a nossa balança comercial.

É a minha única pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Lasier Martins.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, os colegas Senadores e Senadoras, e a Embaixadora Eliana Zugaib.

Eu queria, antes de me dirigir à sabatinada, cumprimentar V. Exª. Eu acompanhei, hoje de manhã, os comunicados, e, dentro deles, um que levantei aqui no debate que fizemos com o Embaixador dos Emirados Árabes – um indicado nosso para os Emirados Árabes – relativo a vistos, seja de passaporte comum, seja a serviço ou mesmo do corpo diplomático entre Brasil e Emirados Árabes.

Acho muito importante registrar a iniciativa rápida e eficiente de V. Exª de buscar a informação e já compartilhá-la conosco. Eu estava acompanhando. O fato é que essa questão que envolve vistos de brasileiros para os Emirados Árabes já tem a solução dada, tivemos a missão aqui. Já está em vigor, conforme V. Exª tornou público hoje, a facilitação para trabalho e também do corpo diplomático, além de que o fim da exigência de vistos para os dois países para passaporte comum está dependendo só da Casa Civil da Presidência da República.

Acho que é muito importante. Era um problema sério. Abu Dhabi e Dubai são sempre pontos de passagem de brasileiros para a Ásia, trabalhando, e sempre tínhamos, recorrentemente, problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso mostra que a nossa Comissão também pode ajudar muito a melhorar a relação do País, de maneira muito objetiva, mesmo sendo uma ação do Parlamento.

Cumprimento V. Exª, Presidente Fernando Collor, pela iniciativa, pela maneira rápida, eficiente e competente com que agiu em cima de um questionamento que eu fiz da bancada, num dos encontros nossos de debates, que ocorrem sempre às segundas-feiras.

Eu queria, cumprimentando a nossa indicada, dizer que eu não tive o privilégio ainda de ir à Irlanda, mas é um país muito importante, por todos os aspectos, não só porque é parte da história viva da Europa, também é base de formação da ocupação dos Estados Unidos e, enfim, de outros países, e também sempre foi um espaço de conflitos, de graves conflitos.

Tem-se algumas teorias de que nós estamos vivendo uma crise civilizatória, Senador Cristovam, e crise civilizatória não tem precedentes. Então, nós não temos... Fica difícil pensar, mas outras crises podem ser analisadas para nos ajudar a evitá-las agora, no presente. Crise religiosa e de degradação econômica, a Irlanda viveu muito isso. Eu gostaria de ver o comentário de V. Sª, porque hoje a Irlanda tem o 11º IDH do mundo, é um país que superou, ou perto disso, pelo menos, depende das consultas, é o 6º. Melhorou ainda mais do tempo que eu fui fazer a consulta.

E o que nós buscamos hoje, no mundo? Desenvolvimento humano, melhorar a educação, melhorar a economia. Eu queria um comentário de V. Sª aprofundando um pouco isto: como é que um país que viveu conflitos onde irmãos irlandeses se matavam por questões religiosas e por outras questões, como é que um país como a Irlanda, que vivia também um pouco à sombra e, ao mesmo tempo, no conflito com a Grã-Bretanha, consegue superar situações como essa, e especialmente na área da educação? A Irlanda, aqui sem nenhuma ofensa, era tida como o país dos burros, dos miseráveis na Europa, e apostou muito em educação, como fez a Coreia do Sul, como fez a Espanha, como fez o Chile, e superou, definitivamente, essa fase. Inclusive, eu recebi, uma época, faz muito tempo, quando eu estava no Governo ainda, um documentário que me foi passado por um amigo, uma reportagem feita em uns monumentos em Dublin que mostram várias pessoas em esculturas de bronze, demonstrando como era o país: um povo miserável, sem nenhuma cultura, sem nenhuma formação educacional, a ponto de ter uma ação pejorativa dessas, de ser conhecido como país dos burros, dos miseráveis. E foi apostando na educação que eles superaram isso, que a Irlanda superou isso.

Para mim, eu acho que era importante se V. Sª pudesse aprofundar um pouquinho mais isso, sobre o conflito que dividiu a Irlanda, sobre os conflitos que a uniram à Grã-Bretanha. Agora estamos vivendo a saída – e é um país importantíssimo da União Europeia – do Reino Unido. Como é que fica isso, e, obviamente, vinculado à superação que a Irlanda conseguiu materializar para todo tipo de conflito, e o pior deles é um irlandês matar outro irlandês, por conta de situações religiosas ou mesmo de miséria econômica, e chegar a ponto de alcançar ser o 6º país do ponto de vista do IDH, do Índice de Desenvolvimento Humano, com uma renda *per capita* que eu acho que deve estar perto de US$50 mil, ou passa disso, que é algo que todo país almeja.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, caros colegas Senadores, cara Embaixadora Eliana Zugaib. Muito obrigada, primeiro, pelas referências feitas por V. Exª.

Eu, como Senadora aqui, fico sempre muito bem representada pelas mulheres de uma carreira que nós apreciamos tanto, pela qualidade que os profissionais da Diplomacia brasileira têm. Na semana passada, aqui fizemos uma sabatina à Embaixadora que vai para Zimbábue e, hoje, a da senhora. Então, penso que é o ativismo feminino em áreas de carreiras de Estado, se assim podemos chamar.

V. Exª fez uma abordagem geral e me deu a curiosidade, talvez, aí sim, pelo vezo jornalístico: que razões haveria para justificar uma comunidade brasileira tão grande na Irlanda? A senhora falou em cerca de 10 mil pessoas, brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lembro ter lido notícias de que muitos do Estado de Goiás, por trabalharem em atividades da área agroindustrial, da indústria de carne, seriam, pela sua experiência, por sua *expertise* e conhecimento operacional nessa atividade, mão de obra especializada – se isso de fato acontece.

O colega Senador Lasier Martins abordou a questão da carne. A Irlanda sempre é um concorrente para a carne brasileira, sempre foi. E, em momentos bastante críticos da disputa comercial global, a Irlanda sempre teve... Quando discutimos o Código Florestal, há cinco anos, havia sempre uma cobrança de que o Brasil produzia carne, desmatando a Amazônia ou áreas importantes.

Aqui está um dos Relatores do Código Florestal, e a gente percebeu, claramente, uma campanha de hostilidade, tentando contaminar o debate em relação ao assunto.

Esse é um problema brasileiro. Nós temos que resolver. Não podemos aceitar desmatamento para exploração, porque já temos áreas suficientes, áreas degradadas, que podem ser reaproveitadas.

Então, como essa questão da carne pode... Se já está resolvida, e o prejuízo que aconteceu aqui.

Há uma outra área, Embaixadora Eliana, que é a área... A Irlanda desenvolveu projetos. Há uma empresa, que está explorando no Chile, na área de produção de energia eólica. E, nessa área, que é de alta tecnologia, o Brasil está hoje, também, com um bom espaço de exploração nesse setor. Que espaço teremos para isso?

Finalmente, Embaixadora, a Irlanda do Norte, até 2005, alimentou com o IRA, o Exército Revolucionário Irlandês, uma... Defendia a luta armada. E hoje recrudesce o movimento da reunificação da Irlanda à luz do Brexit, que é a saída da Inglaterra da União Europeia.

Então, se há risco de um recrudescimento na região, uma eventual retomada de violência ou se isso será de forma pacífica.

E o Mercosul e o Brasil, nesse mercado, o que podem esperar, já que são coincidentes algumas áreas complementares, por exemplo, no setor de carne?

Muito obrigada à senhora.

Obrigada, Presidente.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Agora, passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves.

Eu vou aumentar um pouco o bloco de perguntas de Senadores, porque as perguntas têm sido muito objetivas e dá para nós ganharmos um pouco de tempo.

Com a palavra V. Exª, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srª Embaixadora Eliana Zugaib, o nosso bom-dia.

Eu teria apenas dois questionamentos. O primeiro é: o Brasil tem hoje em vigor apenas 31 tratados ou convenções internacionais para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal com países como África do Sul, Argentina, Áustria, Bélgica e outros.

Tínhamos um acordo com a Alemanha, que lamentavelmente foi denunciado, e na verdade não se conseguiu negociar outro até hoje. Aliás, depois de muitos anos, no Brasil, nesta Comissão de Relações Exteriores, foram aprovados dois relatórios de projetos cujo objetivo é evitar essa bitributação, um com a Rússia e outro com a Índia.

Ainda assim, a nossa lista é deficiente e, de sua simples leitura, veem-se omissões, como, por exemplo, a Irlanda. São dezenas de países com os quais mantemos intenso intercâmbio e não temos acordo para evitar isso.

Há alguma previsão para um acordo entre o Brasil e Irlanda sobre essa matéria?

A segunda pergunta é: quais os principais desafios que V. Exª vislumbra caso tenha a sua indicação confirmada para assumir o posto de Embaixadora na Irlanda?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

E agora passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Vou pedir permissão ao jovem que está à minha frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Sr. Presidente, Srª Embaixadora, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, apesar de todos estarem falando bem rápido, eu quero fazer duas reminiscências antes disso aqui.

A primeira, sobre o papel da Embaixadora Eliana Zugaib na Unesco. Eu acompanhei o seu trabalho e posso dizer que, apesar de o Brasil ser hoje um dos maiores, se não o maior, devedores na sua contribuição anual à Unesco, ela conseguiu manter a posição do nosso País em posição de destaque permanentemente.

Esse é o primeiro comentário.

Segundo, é uma visita que fiz à Irlanda há alguns anos e fui recebido pelo Embaixador Stelio Amarante, um grande Embaixador, hoje aposentado.

Senador Collor, eu fui à Irlanda porque eu queria ver o que houve que permitiu, Senador Jorge Viana, àquele país, que, como o senhor disse, era símbolo de atraso intelectual nas piadas nos Estados Unidos, transformar-se num dos países com melhor educação no mundo.

E eu soube, Senador Lasier – o senhor, que esteve lá –, que a razão principal foi um grande encontro, do ponto de vista político, entre sindicatos, empresários e partidos, que formaram um acordo a partir daquela data, e eram os anos 70 ainda. Os recursos seriam canalizados principalmente para a educação, ciência, tecnologia e saúde. E mudaram governos, e eles mantiveram essa prioridade.

Senador Lasier, o que é interessante dessa reminiscência, como falei, é que eu disse ao nosso Embaixador que eu queria visitar o lugar onde houve essa reunião. Essa reunião aconteceu em um castelo, numa cidade chamada Cork. E aí, Senador, eu disse que queria ir a essa cidade. O Embaixador disse que não era possível porque eu só tinha três dias e era muito longe. Havia um mapa na parede de sua sala, na Embaixada, e eu apontei e disse: "Embaixador, aqui não há nada distante, isso é uma ilhazinha." E ele disse: "Não, as estradas são muito ruins." Eu, então, disse a ele: "Embaixador, explique-me: como, num país que conseguiu esse salto na educação, as estradas são ruins?" Ele deu uma resposta, para mim, exemplar. Ele disse: "Por isso." E eu demorei a entender. Gastaram todo o dinheiro em educação e não investiram ainda nas estradas. Agora há um grande plano de construção das estradas.

Esse é um exemplo de quando um povo decide dar prioridade a um aspecto. No caso, educação. Poderia até ser outro. Eu digo isso, primeiro, para chamar a atenção: quando um país quer, ele consegue. E inclusive para dizer que apesar de todos os ajustes que eles têm feito – são duros no ajuste econômico –, eles continuam investindo em educação.

E aí eu queria dizer ao Senador Jorge Viana que, da mesma maneira que se falava da Irlanda, se fala aqui no Brasil de Portugal, com esse mesmo sentido, por causa dos imigrantes pobres que vieram. Portugal está fazendo um ajuste fortíssimo, e a educação em Portugal está superando em muito, cada dia mais, o Brasil. As piadas de portugueses não vão mais fazer sentido diante da educação que Portugal está conseguindo dar ao seu povo, apesar das decisões fortes do ajuste.

E ao mesmo tempo em que digo isso, eu concluo, Embaixadora, dizendo que, quando eu voltar à Irlanda, eu acho que desta vez as estradas vão me permitir sentir os ares de Cork e do castelo de Cork, onde essa reunião foi feita, esse grande pacto pela educação foi criado.

Dito isso, eu quero apenas dizer, Embaixadora, que a senhora vai ter um desafio. O desafio é mudar a ênfase do Ciência sem Fronteiras, que levou tantos brasileiros jovens à Irlanda, da prioridade à graduação para a prioridade à pós-graduação. Quero dizer que eu estou totalmente de acordo com essa prioridade à pós-graduação.

É claro que é bom o jovem brasileiro ir ao exterior. É bom para o Brasil, não só para ele. Ele volta sabendo que o transporte público funciona. Já é alguma coisa. Mas o investimento não traz o retorno que nós precisamos para o País, a não ser que se dê prioridade realmente ao ensino superior.

Nesse sentido, pelo que eu fui informado, a Irlanda tem um setor, que é uma agência estatal de financiamento à pesquisa, Science Foundation Ireland, que tem o Brasil como um país prioritário nas parcerias de pesquisa e educação. À Srª Embaixadora eu quero apenas pedir e sugerir que se concentre bastante nesta ideia: como podemos, a partir de agora, tirar proveito do Ciência sem Fronteiras para desenvolver de fato ciências, apesar das fronteiras, e não apenas cursos de graduação, como foram feitos nos últimos anos.

Era isso o que eu tinha para colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E uma pergunta que eu tinha preparado sobre o cenário da saída do Reino Unido e seus reflexos na Irlanda. A fala da Embaixadora já me foi suficiente. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra agora à Embaixadora Eliana Zugaib, para oferecer respostas às indagações já formuladas pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Faltam quantos para inquirir?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Faltam dois.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Dois? Será que não seria possível a gente já fazer, e ela... Por causa da...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu acho que vai ser bastante rápido, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Se os senhores concordarem...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era só também porque eu acho que cometi um ato falho de não tê-la cumprimentado pelo trabalho na Unesco. Mas muito nos enche de orgulho e de satisfação ver uma profissional do Itamaraty ou um profissional cumprindo uma missão que V. Sª cumpriu, e eu a parabenizo por isso.

E só um pequeno adendo: eu acho que a mudança que a Irlanda viveu, que o Senador Cristovam falou e que eu procurei falar, ela se traduziu também muito fortemente na cultura, na música, na arte.

E, complementando, na hora da resposta, é um tema que V. Sª conhece bem e pode falar um pouco disto, porque o nosso País precisa entender um pouco melhor isto: como é uma mudança que um país viveu, na dimensão que viveu a Irlanda, porque isso pode acontecer nas nossas cidades, nos nossos Estados, no nosso País como um todo.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jorge Viana.

Embaixadora Eliana Zugaib.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu começaria, então, aqui com a pergunta que me fez o Senador Lasier Martins: como um país falido, que aderiu à austeridade fiscal e abriu as suas portas para o desenvolvimento, atraindo as grandes empresas, encontra-se hoje.

Bom, o país hoje, como eu relatei aqui na minha apresentação, efetivamente sofreu esse grande baque da crise internacional de 2008, mas foi um país que sempre teve persistência nas políticas de desenvolvimento. E sempre, mesmo com a mudança de governos, a austeridade fiscal que foi aplicada para fazer face à crise é algo pensado não só para um momento de crise, mas é pensado também para que a superação da crise se dê de maneira sustentável.

Tanto é que este governo que está agora no poder, que tem a sua fragilidade, porque, como eu mencionei, é um governo de coalizão minoritária, para preservar a austeridade fiscal que se fará necessária, apesar dos índices que se projetam agora para 2017 – que ainda são promissores – de crescimento do PIB acima de 3%, eles se fixam muito na questão da austeridade fiscal. E, então, o que aconteceu? O governo, sabendo que haveria eleições gerais agora em 2016, para que sobrevivesse, digamos, no próximo governo que vier, a mesma política de responsabilidade e austeridade fiscal, fez um plano de longo prazo, até 2020, para que, então, cobrisse esse período em que haverá uma mudança de governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, eu acredito que essa constância que os irlandeses mantêm na sua política, tanto desenvolvimentista quanto de austeridade fiscal, é o que mantém a situação do país como ela se encontra hoje, que é uma situação de uma pós-crise promissora.

Agora, em relação ao problema da carne, realmente esse é um problema que não é algo recente nem uma reação ao que aconteceu agora no episódio da Carne Fraca. Isso é algo que faz parte até da cultura irlandesa, porque a propriedade rural e a produção rural fizeram parte muito forte da cultura do país. E foi um momento em que houve uma fragmentação muito grande da propriedade rural que fez com que a propriedade rural só subsistisse graças ao apoio seja do governo, seja da política agrícola da União Europeia. Isso se dá mais em relação à importância política também que tem o mundo rural na Irlanda.

Agora, temos que entender o seguinte: a Irlanda produz 60 mil toneladas de carne por ano, mas ela consome muito pouco disso que é produzido, quer dizer, ela produz sete vezes mais do que consome, então a garantia das exportações é quase vital para esse setor. O que acontece? Qualquer competição que haja em relação ao espaço que ela ocupa, principalmente dentro da União Europeia, é algo que é de importância capital. A Irlanda não se atém à questão, por exemplo, das qualidades competitivas da carne brasileira, mas essa obsessão – quase, se eu puder dizer – pela sobrevivência do setor é importante, porque, dentro da União...

O que acontece? O governo da Irlanda, diante desse episódio, não deixou de demonstrar que tem uma certa preocupação, sim, com essa questão, mas a reação vem muito mais do setor privado, do que do próprio governo. Eu acho que temos que buscar as complementaridades, porque se pode chegar a uma cooperação entre os países, no sentido de que, por exemplo, no setor de agricultura do leite, eles são muito competitivos, eles detêm 10% da fórmula do leite de beber do mundo e há um interesse recíproco entre a Embrapa e a sua contraparte irlandesa de estabelecer cooperação técnica nessa área da agricultura. Então, acho que é dessa maneira que poderíamos aproximar os dois países. Com relação à pergunta do Senador Jorge Viana, especialmente na área da educação: como é que se conseguiu superar a fase de um país que era um país rural, de emigração, até pelas condições de vida internas no país? O primeiro investimento que se fez em educação data dos anos 60, que foi realmente a época de inflexão, da passagem desse estado de quase calamidade para um país que hoje é um país de alto índice de desenvolvimento. Isso é porque, como eu disse, tudo é muito planejado e a Irlanda faz escolhas estratégicas. Um estudo da OCDE, em 1968, mais ou menos, apontou que o país só poderia superar essa fase se investisse em educação. Foi a partir daí que houve investimentos robustos na área de educação. Hoje a educação no país é integral. As crianças vão à escola, 40%, já aos quatro anos idade, e há a preocupação de que seja uma educação de qualidade e absolutamente completa, que seja uma educação cívica, que seja uma educação ética, que seja uma educação voltada realmente para as matérias que interessam ao desenvolvimento do país, porque a educação é encarada como um dos fatores essenciais para o desenvolvimento econômico. Hoje em dia, então, há uma ênfase muito grande na educação superior, porque eles entendem que há um fluxo de ideias novas, ideias que se acoplam também à estratégia de inovação. Então, esse foco hoje se dá também muito na educação superior.

Quanto à saída do Reino Unido, o senhor gostaria de saber de que maneira isso afetaria a Irlanda. Afetaria, obviamente, do ponto de vista comercial, porque ainda o Reino Unido é um parceiro muito forte da Irlanda, embora, com a entrada na União Europeia, ela tenha diversificado seus mercados. Não há uma dependência, mas dentro das exportações irlandesas no próprio espaço comunitário, grande parte das exportações, principalmente de carne, vão para o Reino Unido, assim como a Irlanda importa muito do Reino Unido.

O que mais preocupa com a saída do Reino Unido é justamente a questão da Irlanda do Norte, porque a paz reinante com os acordos da Sexta-Feira Santa não é uma paz definitiva. Na época, houve uma exigência por parte da República da Irlanda de que uma cláusula da Constituição de 1937 viesse a permanecer. E essa cláusula diz que a reunificação poderá ser feita desde que haja uma manifestação expressa pelas populações das duas partes da Irlanda. Isso faz com que a paz fique em suspenso. O maior temor deles é interromper essa livre circulação de pessoas. Trinta mil pessoas atravessam a fronteira todos os dias e, obviamente, isso é uma ameaça, sim, a uma possível retomada da violência.

A Senadora Ana Amélia me pergunta o que justifica a presença dos 10 mil brasileiros na Irlanda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Efetivamente, os primeiros fluxos de brasileiros que foram para a Irlanda são de pessoas que foram trabalhar no processamento da carne, mas com o tempo houve uma mudança de perfil, porque há um programa muito intenso de intercâmbio de estudantes, além do Ciência sem Fronteiras, que veio a reforçar; há uma média de 8 mil estudantes em intercâmbio. E há também outro fenômeno, que é a constituição de famílias, casamentos entre brasileiros e irlandeses que se estabelecem hoje na Irlanda.

A Irlanda é um país que atrai tanto pela educação, a possibilidade de aprimoramento na educação, quanto pelas condições que oferece de estudantes poderem trabalhar por horas determinadas. Tudo isso faz com que o país tenha esse atrativo. Com isso, a comunidade tem se avolumado.

Outra questão que acredito que tenha acabado de responder é o risco de retomada da violência à luz do Brexit. E a senhora mencionou também a questão do Mercosul.

Quanto à questão das negociações do Mercosul, a Irlanda realmente é um dos países, junto com a França, que de alguma maneira se mostraram um pouco refratários ao acordo do Mercosul, da União Europeia, o que é compreensível justamente por temor de perderem o espaço de que dispõem no mercado comunitário hoje em dia. Eu acho que há uma expectativa da nossa parte de que eventualmente a União Europeia venha ainda a apresentar, digamos, possibilidades de inclusão de novos produtos dentro dessa negociação, mas, com o Brexit agora, eu acho que as negociações ficam um pouco congeladas, porque as atenções estão voltadas para a questão do Brexit.

Não sei se deixei de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ELIANA ZUGAIB – A energia eólica... A senhora diz de um projeto de...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ELIANA ZUGAIB – ... de uma empresa irlandesa que está no Chile.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É uma empresa que está fazendo grandes investimentos no Chile para a questão da produção de energia eólica.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Essa é uma das áreas em que a Irlanda já manifestou interesse em cooperar com o Brasil, a área de energias renováveis. Então, como há esse interesse muito grande da Irlanda pelo Brasil como um país que atrai investimentos, e também por causa do ganho de escala que a Irlanda encontra dentro do Brasil, eu acho que essa é uma das áreas, um dos setores que podem ser promissores para alargar e adensar as nossas relações e cooperação.

O Senador Pedro Chaves falou aqui do acordo de dupla tributação e de evasão fiscal. Na questão da evasão fiscal, o Brasil hoje realmente tem participado muito das negociações de um futuro acordo multilateral para evitar a evasão fiscal. E a Receita Federal, há pouco tempo, incluiu a Irlanda na lista dos países de tributação favorável. Então, existe hoje essa relação que está sendo estudada pela Receita Federal. A Irlanda pediu um efeito suspensivo alegando que a tributação de 12,5% feita na Irlanda, na realidade, não é a única tributação, há outras tributações mais elevadas de trinta e tantos por cento, mas sobre a produção passiva ou o ganho de capital, e que, no fundo, se você somar tudo isso, a tributação será menor ou igual à de outros países europeus que aplicam uma taxa nominal única.

Então, a Irlanda agora está tentando negociar para ver ser consegue sair dessa lista. Obviamente eu não saberia dizer se já há algum interesse manifesto em que haja uma negociação para um futuro acordo de bitributação no caso da Irlanda.

O Senador Buarque – a quem eu gostaria aqui de fazer uma referência muito carinhosa, porque, eu devo dizer, o Senador foi a minha primeira inspiração quando assumi as minhas funções na Unesco e tivemos oportunidade de trocar informações; e aprecio muito a orientação que recebi e que, certamente, ajudou no meu desempenho na Unesco – mencionou algo que realmente é importante. Acho que todo o sucesso que a Irlanda conseguiu até hoje está pautado, primeiro, na educação e, segundo, na capacidade de fazer com que todos os setores do país se agreguem em torno de um único projeto, sejam partidos políticos, sejam sindicatos, seja a sociedade civil, que também tem um papel importante nisso. Essa continuidade, essa sustentabilidade das políticas é que garante esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sucesso. Então, esse diálogo que o senhor disse é um projeto da educação em que a própria sociedade civil, que tinha sofrido muito com as condições de vida precárias que antecederam esse período de franco desenvolvimento... Era um incentivo que vinha da própria sociedade civil, que queria ver nas gerações futuras pessoas que tivessem uma educação completa e que pudessem participar do processo mesmo de desenvolvimento do país e tornar o país um espaço de atração e de condições melhores.

Sobre o desafio do Ciência sem Fronteiras que o Senador mencionou, a prioridade... Como o Ciência sem Fronteiras agora está em fase, digamos, de descontinuidade e até 2020 ainda haverá estudantes, pelo menos na Irlanda, já há uma iniciativa da Capes para um programa voltado para ciências e justamente para o aperfeiçoamento de estudantes de pós-graduação.

É interessante, a Irlanda é um país que oferece, na área de educação, essa possibilidade de colocar os nossos pesquisadores e os nossos alunos em contato com setores de ponta, porque a educação se faz muito também em conexão com a universidade/empresa. Nós somos voltados para uma pesquisa mais teórica e a complementaridade se dá justamente nesse ponto. Eles estão voltados para a pesquisa aplicada e para o desenvolvimento de produtos. Então, eu acredito que se abre agora, com essa nova iniciativa, também uma outra possibilidade de dar continuidade a esse fluxo constante de estudantes e pesquisadores para a Irlanda voltados para a área de pós-graduação.

Não sei se deixei de responder algo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Srª Embaixadora Eliana Zugaib. Se alguma coisa tiver faltado, a senhora pode estar certa de que as Srªs e os Srs. Senadores haverão de reindagar V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Pela ordem S. Exª a Senadora Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria pedir escusas a V. Exª, aos colegas e à Embaixadora Eliana Zugaib, porque eu vou à... Estou participando da Comissão da questão da reforma trabalhista.

Mas eu queria agradecer, cumprimentá-la, desejar sucesso a V. Sª e também dizer que no Rio Grande do Sul temos uma carne tão boa ou melhor que da Irlanda, nós temos também produção que pode... Hoje a senhora citou laticínios. O Rio Grande do Sul está recebendo investimentos maciços da França para o setor de laticínios, uma área de excelente qualidade. Também temos vinhos e espumantes, especialmente espumantes. A Irlanda é uma grande produtora de cervejas de qualidade, é muito reconhecida. Eles têm uma bebida, o *Irish Coffee*. Eles não produzem café, o Brasil tem café, então, pode-se levar o café brasileiro para a Irlanda. E os espumantes do Rio Grande do Sul e os vinhos brancos são de excelente qualidade. Então, a senhora pode brindar o aumento da relação com a produção dos nossos produtos do Rio Grande do Sul.

Sucesso, Embaixadora!

Obrigada, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Hélio José, agradecendo a sua paciência e deferência. Muito obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado a V. Exª, Senador Fernando Collor, cumprimento-o pela direção do trabalho. Cumprimento a Eliana Zugaib pela escolha para ir à Embaixada da Irlanda. Acho a Embaixada muito importante, é um país que conheço, sei o potencial que a Irlanda tem, um país festivo, povo alegre, talvez porque tenham superado a questão que viviam. Realmente, quando você vê o monumento na beira do rio tem-se um choque de como era o povo da Irlanda e como é hoje. A gente percebe que o povo é um povo alegre.

Eu estive na Escócia logo em seguida à questão do Brexit e realmente vi uma grande decepção dos escoceses, como também dos irlandeses, com relação à posição tomada pela maioria do Reino Unido, uma posição apertada. A senhora já respondeu sobre algumas implicações que isso pode ter. A senhora vê alguma possibilidade de reversão? É importante a gente saber sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também sobre o turismo, que a gente conversou pouco, acho que a nossa balança de turismo... Eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Turismo (FrenTur). A gente precisava fazer um intercâmbio maior com a Irlanda, já que o povo é católico, o Brasil é de maioria católica, temos culturas bastante similares, o povo é festivo, gosta muito de esporte, gosta muito de cerveja, gosta muito de farra. É um país muito seguro, por sinal, é tranquilo a qualquer hora você sair e voltar. Como a gente poderia aproveitar essa similaridade para aumentar nosso fluxo de turismo?

Quanto à questão das energias renováveis, que a senhora menciona, realmente há uma expectativa bastante significativa de aumentarmos nosso intercâmbio, já que a plataforma continental da Irlanda é muito propícia à questão das energias eólicas, principalmente, porque o vento lá é muito bom. O Brasil tem um superávit muito grande hoje de equipamentos com alto valor agregado, motores, turbinas, produção, hélices, para a questão das energias eólicas, e o Brasil está, de fato, precisando de mais mercado para poder pôr esses equipamentos de que o Brasil, de oito anos para cá, passou a ser âncora, ponta nessa questão. Acho que a parceria com a Irlanda é altamente proveitosa nessa linha.

Nas energias de biomassa, já que a Irlanda é também um país muito rural e com muita biomassa disponível, aproveitamento do lixo, talvez poderíamos ampliar nosso intercâmbio. Sou Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, e nós sabemos da necessidade de cuidar dessa questão do desenvolvimento da infraestrutura.

Na semana em que estive na Irlanda, pude andar pelo interior, por toda a região, fui à Irlanda do Norte, voltei, fiquei em Dublin, e com todo esse tempo lá, percebo que a infraestrutura, se lá é ruim, imagine, então, a do Brasil. Aquela rodovia que liga Mato Grosso ao Pará é uma desgraceira, o maior fim do mundo. Na Irlanda, são muito boas as rodovias, muito boas mesmo. Andei de ônibus pela Irlanda quase toda, norte e sul.

Com relação à situação na Irlanda do Norte, onde estive, a gente percebe um povo triste, diferente do povo da Irlanda, um povo retraído, um povo com certa dificuldade; há amargura no ar. Será que a possibilidade desse referendo, dessa discussão para uma unificação... Como a senhora veria isso na questão de uma maior autonomia, talvez, de cada país do Reino Unido? Por que há uma inquietação. Na Escócia, eu percebi isso. Minha filha fez Ciência sem Fronteiras um ano na Escócia, então tive oportunidade de ir lá algumas vezes. Há essa inquietação também na Irlanda. Como a senhora vê isso?

E como a senhora, como nossa Embaixadora, uma pessoa profundamente conhecedora, uma pessoa que, estou olhando aqui, passou por todos os cargos, praticamente, de administração do Itamaraty, teve essa atuação importante na Unesco, com uma qualificação extraordinária, como essa experiência, por exemplo, na educação, nas relações capital/trabalho, que a Irlanda teve e que foi exitosa, como a senhora acha que pode contribuir com Brasil? Como a sua ida, como embaixadora, pode contribuir para superar o grave problema que estamos vivendo em nosso País?

Veja agora, por exemplo, a reforma trabalhista, que, daqui a pouquinho, estará sendo debatida no plenário. Houve um grande consenso das centrais sindicais e do setor produtivo brasileiro com o projeto que foi enviado à Câmara. Lá, os Parlamentares da Câmara dos Deputados, na ânsia de destruir os sindicados, danificaram o projeto de tal maneira que hoje há um enfrentamento total entre o projeto que foi aprovado na Câmara e o projeto que foi encaminhado pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo, nos deixando em uma situação complicadíssima.

Eu, sinceramente, acho que o projeto que veio da Câmara não serve, tem que se retornar ao projeto do consenso que houve entre as centrais sindicais e o setor produtivo brasileiro, que foi o projeto inicialmente apresentado na Câmara dos Deputados. Essa relação das centrais, dos sindicatos e Governo foi fundamental na recuperação da Irlanda. Como a senhora enxerga essa situação interna que estamos vivendo hoje na questão previdenciária? Sou Relator da CPI da Previdência. Como está a previdência na Irlanda? E essa questão da relação do capital? Porque acho que esse desserviço à população brasileira...

Quando há um grande consenso entre o capital e o trabalho, as centrais sindicais todas se sentam à mesa, senta também o setor produtivo, todos aplaudem, o Presidente da República manda um projeto, aí, vêm e danificam o projeto de tal forma que hoje há praticamente uma guerra civil entre os sindicatos, porque ou acabam com os sindicatos... Se for aprovado o projeto como veio da Câmara,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

praticamente as centrais sindicais e sindicados têm que fechar as portas, e isso precariza totalmente a relação capital/trabalho. Esse tipo de atitude, creio, não funciona bem.

Parece que o parlamento irlandês tem uma sintonia um pouco maior com as ações maiores do governo para superar a crise, porque, de 1960 para cá, parece um longo tempo, mas não é tão longo assim para a Irlanda ter se desenvolvido tanto, ter se tornado essa âncora que é hoje. Então, houve uma coesão de esforços, como a senhora colocou.

Vou ficar por aqui, Presidente Collor, e vou pedir desculpas a V. Exª porque tenho uma reunião com o Senador João Alberto, e eu já deveria ter ido, mas as respostas da nossa Embaixadora farei questão de avaliar, porque serão importantes para as nossas discussões na infraestrutura, no turismo e também na questão da CPI da Previdência. Vou pegá-las, depois, em vídeo, Embaixadora, a senhora me desculpe. Parabéns, que a senhora tenha sucesso total lá. Conte conosco, estamos juntos, Sou Senador de Brasília.

Uma última pergunta: tenho visitado muito o pessoal das embaixadas – fui Relator do PL 38 aqui – e sei que há uma grande crise, porque o pessoal trabalha até quatro, cinco, seis meses e não recebe os recursos das despesas que eles têm que fazer nas embaixadas. Como a experiência interna total da senhora vai ajudar o Itamaraty e esses funcionários? Resolvemos a questão de antecipar, não deixando que eles tenham que pagar com os poucos recursos que têm para, depois, receber, ficando muito tempo nessa crise. Em países ruins – não ruins, mas em condições precárias – como Zaire, Congo Belga, Kinshasa e outros, o pessoal passa muita dificuldade. Agora, em um país desenvolvido, tudo bem, a pessoa acaba dando um jeito de sobreviver. Então, pergunto: essa questão já foi superada? Ainda há essa questão? Depois, me explique essa questão.

Obrigado, vou ter que sair. Presidente Collor, desculpe, vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Helio José, por sua participação.

Com a palavra S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, Relator da indicação da Srª Embaixadora Eliana Zugaib para a Irlanda.

Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, primeiramente, Embaixadora Eliana Zugaib, quero dizer da alegria e da honra de poder ter lido, como Relator *ad hoc*, o parecer do Senador José Agripino feito sobre a indicação de V. Sª para a Embaixada do Brasil na Irlanda.

As perguntas que eu faria, Senador Collor, muitas delas ou quase todas, já foram feitas e respondidas. De qualquer maneira, eu quero perguntar à Senadora.... Perdão; como V. Exª a chamou de Senadora, eu a estou chamando assim também, talvez num exercício de premonição.

Mas, Embaixadora Eliana Zugaib, quais seriam – eu iria perguntar, mas a senhora já respondeu – os impactos na relação da Irlanda com o Reino Unido em função da saída deste da União Europeia, tal como já definido?

Parece-me, não sei, que a Irlanda não deve acompanhar o Reino Unido nesse processo. Então, eu queria, se a senhora pudesse, um detalhamento maior sobre isso.

Com relação à comunidade de brasileiros na Irlanda, sabemos que o contingente, hoje, de brasileiros é o maior entre aqueles de nacionais não europeus. Ou seja, o Brasil tem uma relação importante com a Irlanda, já que, afora os países da Europa, o Brasil é aquele que mais tem nacionais naquele país.

Em função disso, eu perguntaria se a estrutura da Embaixada do Brasil em Dublin atende a esse contingente de brasileiros para que tenham o apoio necessário da Embaixada naquele país. Refiro-me à estrutura que hoje está instalada.

E, também, o Embaixador Afonso Cardoso, a quem V. Sª vai suceder, fez um comentário de que há um, entre aspas, "déficit de conhecimento recíproco do Brasil com a Irlanda e da Irlanda com o Brasil". Então, indago: a senhora comunga desse pensamento? De que forma nós poderemos fazer com que se conheçam melhor essas oportunidades de relacionamento entre os dois países? E, nesse bojo, como a senhora vê a questão da diplomacia parlamentar?

Ainda ontem, na visita de V. Sª ao gabinete, pelo que quero aqui agradecer a sua gentileza, nós conversamos sobre isso, uma vez que eu tenho, Presidente Collor, a honra de presidir o Bloco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Brasil/Irlanda. Então, acho que há uma possibilidade de o Bloco Parlamentar fazer o estreitamento das relações entre o Parlamento da Irlanda e o Parlamento do Brasil e, com isso, avançarmos nas relações comerciais, de amizade e culturais.

Então, eu perguntaria à Embaixadora como ela enxerga esse trabalho dos blocos parlamentares em geral, mas, em especial, na relação Brasil/Irlanda.

Quero também, como os outros Senadores que me antecederam fizeram, parabenizá-la pelo seu trabalho à frente da representação do Brasil na Unesco e desejar sucesso na nova missão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra agora, para as respostas, à Srª Embaixadora Eliana Zugaib.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou começar respondendo ao Senador Flexa Ribeiro.

Realmente eu já terei falado a respeito dos impactos da saída do Reino Unido sobre a sua relação com a Irlanda. Mas eu acrescentaria que o maior impacto realmente será nessa relação entre as duas partes da ilha, que é o que mais preocupa a Irlanda neste momento justamente pelo fato de poder reavivar as velhas desavenças ou a violência que se viveu durante 30 anos e que se atenuaram com base nessa paz, que ainda é uma paz, digamos assim, em suspenso.

Mas a Irlanda já manifestou que permanecerá na União Europeia. Até porque o seu processo mesmo de desenvolvimento, que lhe conferiu o estado em que se encontra hoje, é devido em grande parte a essa abertura para o mundo, porque é uma economia de pequeno porte que naturalmente se abriu, e a sua primeira abertura se deu no espaço europeu.

Então, é de vital importância para a Irlanda hoje essa permanência no espaço comunitário. A Irlanda certamente permanecerá e não acompanhará o Reino Unido, no meu entender. Até porque já há por parte da comissão designada para estabelecer os parâmetros da saída do Reino Unido... A Irlanda até se manifestou satisfeita pelo fato de ter sido contemplada dentro desses parâmetros uma possibilidade de discussão da questão Irlanda do Norte dentro desse processo de desligamento do Reino Unido. Então, acho que isso já é um fato dado.

Agora, a questão de que os brasileiros já constituem o maior grupo não europeu é realmente algo impressionante. Dezesseis por cento dos vistos concedidos ou renovados correspondem a brasileiros neste último ano de 2016. São 18 mil vistos concedidos ou renovados nesse período de 2015-2016. Então, houve um aumento muito repentino do número de brasileiros que se encontram atualmente lá.

Então, muito provavelmente a estrutura de que a Embaixada dispõe neste momento deverá carecer de uma ampliação para que se possa dar o atendimento necessário e condigno à nossa comunidade. Mas é algo que o próprio Embaixador Afonso Cardoso já tinha levantado com o Itamaraty. E o Itamaraty certamente estará debruçado sobre essa questão para poder proporcionar os melhores meios para que possamos dar a melhor assistência consular a nossa comunidade.

O senhor falou também de déficit de conhecimento recíproco entre o Brasil e a Irlanda, questionando de que maneira podemos nos conhecer melhor. O próprio Embaixador Afonso Cardoso já iniciou um processo nesse sentido. E obviamente, se nós pudéssemos, seria através da cultura que se poderia também – e ele enfatizou muito isso – criar essa maior abertura de conhecimento entre as duas partes.

Não é tão fácil a assimilação. A música, por exemplo, é universal, mas não é tão fácil a assimilação por uma questão até da língua. Em termos de literatura, o mercado literário é muito imbricado com o mercado britânico e quase toda a edição deles se dá dentro dessa linha editorial, mas obviamente há espaço para se trabalhar melhor. Há festivais de cinema que ocorrem na República Irlandesa em que eles não apresentam, digamos, filmes brasileiros no circuito comercial, mas sempre nesses festivais há alguma participação de filmes brasileiros.

Então, eu acho que aos poucos a gente pode verificar quais são as áreas em que há predisposição por parte deles, seja na área da música, seja na área da literatura, para que haja esse maior conhecimento. E a comunidade brasileira tem ajudado muito nisso, a Embaixada também, para divulgar a cultura brasileira dentro da Irlanda. E, neste momento de restrições orçamentárias, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem realmente que lançar mão de outras formas de trazer a cultura brasileira para a Irlanda, como forma complementar de um programa cultural que já é oferecido pelo próprio Itamaraty.

Quanto à diplomacia parlamentar, eu, obviamente, fiquei muito feliz ao saber pelo senhor que esse grupo parlamentar está em fase de reinstalação, possivelmente. Creio que uma missão parlamentar dentro desse mecanismo que já existe, certamente, contribuirá, e muito, para adensar ainda mais as nossas relações bilaterais. Acho que temos aportes a levar para o Parlamento irlandês, mas também, diante da atividade do Parlamento na vida política e econômica do país, acho que haverá um intercâmbio muito profícuo, com uma possível missão que venha a se dar, à qual emprestarei todo o meu apoio, caso, efetivamente, eu seja aprovada e assuma a Embaixada.

Muito obrigada.

Agora, ainda me faltaram...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – As indagações do Senador Hélio José.

A SRª ELIANA ZUGAIB – ...as perguntas do Senador Hélio José. As perguntas se voltam muito para a questão da inquietação que possa surgir em função do Brexit. Ele mencionou aqui a inquietação na Escócia.

Acho que, na Irlanda, haverá algo um pouco à parte. Caso venha a ocorrer um plebiscito em que as duas partes da ilha se pronunciem a favor de uma reunificação, essa reunificação se dará de maneira a que a Irlanda do Norte venha a fazer parte da União Europeia automaticamente, como se deu no caso, por exemplo, da Alemanha, pois foi algo com que a própria Irlanda estava muito ansiosa, tentando influenciar para que isso acontecesse dessa maneira. Dentro desses parâmetros que foram estabelecidos agora pela Comunidade Europeia, será possível que ocorra dessa maneira, mas, ao mesmo tempo, eles se precaveram e tomaram outra decisão no sentido de que esse caso irlandês não constituirá um precedente para outros casos que venham a surgir. Talvez exista a possibilidade do caso turco-cipriota. Então, para se precaverem, eles já tomaram essa decisão.

O Senador Hélio José me perguntou sobre como superar esse problema das discussões em curso sobre a questão trabalhista e previdenciária; de que maneira o Parlamento poderia trabalhar de forma a que não houvesse essa obstrução ou essa dissociação entre os sindicatos e, digamos, as iniciativas parlamentares. Isso certamente poderá ser matéria para uma missão parlamentar, como o senhor sugeriu, de trabalhar temas dessa natureza.

Eu confesso que não conheço essa parte de maneira a dar uma resposta concreta ao Senador Hélio José, mas tenho certeza de que, em uma missão parlamentar, a gente poderá explorar essa questão. E, quando eu chegar ao posto, eu farei isso. Eu mesma entrarei em contato, já antecipando a vinda da missão, e tentarei obter essa informação e, certamente, antecipar também ao Senador Hélio José.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Obrigado à Srª Embaixadora Eliana Zugaib pelas informações trazidas nas suas respostas.

Pergunto se algum Senador deseja ainda fazer alguma pergunta à Srª Embaixadora. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira se dirigir à Embaixadora, consulto agora as Srªs e os Srs. Senadores se podemos, dentro desse processo de apuração da votação, continuar com a reunião aberta.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a continuação desta reunião no regime de reunião aberta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, designo S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e solicito à Secretaria que proceda à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Comunico a deliberação da indicação da Srª Embaixadora Eliana Zugaib para a Irlanda pela unanimidade dos votos dos senhores integrantes desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Meus cumprimentos a V. Exª, Srª Embaixadora, e os votos de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que tenha um bom e profícuo êxito na sua nova missão.

Muito obrigado pela sua presença.

A SRª ELIANA ZUGAIB – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Iniciando a segunda parte da nossa reunião, deliberativa, item 1.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 1º de abril de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Lasier Martins, para a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente Fernando Collor.

Como é um pouco extenso, vou resumir bastante, Sr. Presidente, reiterando que se trata do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 1º de abril de 2015.

O ato internacional em tela é versado em 17 artigos, distribuídos em quatro partes. Na Seção I – Disposições Gerais – é delineado o objeto do acordo, que visa, segundo o art. 1º, a promover a facilitação e o fomento dos investimentos recíprocos, buscando a intensificação e o aumento das oportunidades e atividades de negócios entre o Brasil e Angola. Determina o art. 2º que o acordo será operacionalizado pelas instituições nacionais das duas partes e pelo Comitê Conjunto a ser estipulado, bem como pelo estabelecimento de agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos e pelo desenvolvimento de mecanismos para mitigação de riscos e prevenção de controvérsias, entre outros instrumentos.

O art. 3º trata dos termos utilizados, estabelecendo que as definições sobre investimento, investidor e outras, serão reguladas pelos respectivos ordenamentos jurídicos das partes.

Faço referência ao art. 5º, segundo o qual as partes estabelecerão pontos focais ou *ombudsmen*, que terão como função principal dar apoio aos investimentos da outra parte realizados em seu país. O Brasil estabeleceu o seu ponto focal na Câmara de Comércio Exterior (Camex), enquanto que Angola estabeleceu o seu ponto focal na Secretaria de Estado para a Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Entre as competências do ponto focal, figuram as de prevenir disputas e facilitar sua resolução em coordenação com as autoridades governamentais competentes e em parceria com entidades privadas pertinentes; prestar informações tempestivas e úteis sobre questões normativas relacionadas a investimentos em geral ou a projetos específicos e relatar ao Comitê Conjunto suas atividades e ações.

Sr. Presidente, sem ler todos os artigos, vou ler a análise.

Análise.

Cuida-se aqui de ato internacional pelo qual as partes pactuam regras mútuas para fomentar a cooperação e o fluxo de investimentos entre si. Trata-se de instrumento moderno e inovador, apoiado em três pilares: mitigação de riscos; gestão institucional, agendas temáticas para cooperação e facilitação de investimentos e redução de riscos e prevenção de disputas. São fixadas garantias de não discriminação, como o princípio do tratamento nacional, cláusulas de transparência e regras específicas no que se refere aos casos de expropriação direta, de compensação em caso de conflitos e de transferência de divisas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No que diz respeito à gestão institucional, são criados Pontos Focais, ou *Ombudsmen*, em cada Estado Parte. A tais instâncias caberá prover condições aos investidores da outra parte que sejam propícias aos negócios, contribuindo para a superação de dificuldades pontuais.

Também é digno de nota o aspecto do acordo relativo ao envolvimento do setor privado que, conforme ressalta a Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, participou de sua negociação por meio de consultas com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Ministério da Fazenda. Ademais, o art. 7º reconhece expressamente a importância do papel a ser desempenhado pelo setor privado para o sucesso do acordo, determinando que as partes deverão disseminar nos setores empresariais pertinentes as informações de caráter geral sobre investimentos, a legislação vigente e oportunidades de negócios no território da outra parte.

Cumpre destacar também que, diferentemente de outros acordos internacionais sobre investimentos, o ato internacional em tela consagra a responsabilidade social corporativa, determinando que os investidores deverão se empenhar em realizar o maior número possível de contribuições ao desenvolvimento sustentável do Estado receptor por meio da adoção de práticas socialmente responsáveis, respeito aos direitos humanos, incentivo ao desenvolvimento do capital humano e fortalecimento da capacidade local (art. 10).

Em suma, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo do Brasil e o Governo da República de Angola propiciará, conforme esclarece a Exposição de Motivos que acompanha o ato internacional em apreço, "[...] maior divulgação de oportunidades de negócios, intercâmbio de informações sobre marcos regulatórios, um conjunto de garantias para o investimento e mecanismo adequado de prevenção e, eventualmente, solução de controvérsias".

Voto.

Por todo o exposto, e visto que observada a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins, pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

2ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 2, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação.

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª o Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra a S. Exª para a leitura do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado, Presidente. É um acordo semelhante ao de Angola, só que agora referente a Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015. Também é um relatório um pouquinho extenso, mas vou limitar-me a alguns pontos que me parecem são os principais.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada a esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube esta Relatoria. Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Não há nenhum vício regimental, nem jurídico, nem constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

As partes registram nas considerações, entre outras coisas, o interesse mútuo de estimular, agilizar e apoiar investimentos bilaterais, abrindo iniciativas de integração entre os dois países; o papel essencial do investimento na promoção do desenvolvimento sustentável, do crescimento econômico, da redução da pobreza, da criação de empregos, da expansão da capacidade produtiva e do desenvolvimento humano; e a importância de se promover ambiente transparente, ágil e amigável para os investimentos mútuos das partes.

O acordo sob análise é modelar. Sua estrutura, abrangência, exatidão de termos está acima da média dos tratados que esta Comissão tem apreciado. É, pois, de se felicitar os negociadores. Some-se a essa circunstância o tema objeto do tratado. O estabelecimento de acordos de cooperação e facilitação de investimentos, como o de que no momento nos ocupamos, é forma a vários títulos feliz de aproximar países, povos, culturas e economias em prol do aprofundamento dos laços de amizade e do espírito de cooperação continua entre todos os envolvidos.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2017.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Lasier Martins.

Coloco em discussão o relatório ora apresentado.

As Srªs e os Srs. Senadores que queiram discutir, por favor, apresentem-se. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

2ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Chaves para a apresentação de seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nosso bom-dia.

Trata-se do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

Relatório.

Com fundamento nos arts. 49, inciso I e 84, inciso VIII, da Constituição Federal, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 353, de 3 de novembro de 2014, o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013. Análise.

Em conformidade com a Exposição de Motivos ministerial que o instrui, o Acordo sob análise "é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades".

Para alcançar seus objetivos, o compromisso internacional prevê atividades de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação, missões de ensino e pesquisa, bem como a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem definidas *a posteriori* pelas partes.

O referido acordo constitui-se no que se denomina acordo quadro ou "tratado guarda-chuva", eis que seus dispositivos não limitam a cooperação a determinada área da educação, mas sim possibilitam a assinatura de acordos, programas e projetos específicos, inclusive diretamente pelas instituições de ensino.

Sob o prisma das relações internacionais, julgamos que o compromisso internacional regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as partes, razão pela qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Portanto, pela relevância das ações a serem desenvolvidas no campo da educação e por entender que a aprovação deste acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia trará benefícios às partes, aos povos dos dois países, além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações, a consideração é favorável ao PDS nº 7, de 2017.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2017.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Chaves.

Em discussão o relatório ora apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as providências de praxe.

2ª PARTE
ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa sobre Cooperação Cultural, assinado em Brasília, em 19 de agosto de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra a V. Exª, Senador Cristovam Buarque, para a leitura de seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, trata-se de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa sobre cooperação cultural, assinado em Brasília, em 19 de agosto de 2009.

Os Artigos I e II do acordo determinam que as partes encorajarão a cooperação entre as instituições públicas e privadas de ambos os países, buscando aperfeiçoar e incrementar o grau de conhecimento mútuo e a divulgação da cultura do outro país, levando em conta os conceitos de diversidade cultural, étnica e linguística.

São encorajadas as iniciativas que visem a promover as respectivas literaturas e arquivos por meio do intercâmbio de livros e publicações e também das experiências de conservação e restauro de antigos manuscritos e documentos.

O Artigo X determina a adoção, pelas partes, de medidas apropriadas para prevenir a importação, exportação e transferência ilegais de bens que integrem os respectivos patrimônios culturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segundo os Artigos XIII e XIV, as partes deverão facilitar a entrada, a permanência e a saída do seu território dos participantes oficiais nos projetos de cooperação,

As controvérsias porventura surgidas serão dirimidas por negociação entre as partes.

O Artigo XVI apresenta as costumeiras cláusulas de entrada em vigor, vigência e denúncia do acordo em tela.

Segundo a Exposição de Motivos, o acordo tem por objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Serra Leoa.

Análise.

Não há vícios de constitucionalidade na proposição.

No mérito, cuida-se de instrumento internacional a possibilitar a realização de ações de cooperação cultural em múltiplas áreas.

O Acordo busca estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e Serra Leoa.

Voto.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 17 de 2017 e, no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Grato a V. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª o Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2017.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa a fim de receber as providências devidas.

2ª PARTE
ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 34, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra a S. Exª para a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, o Poder Executivo submeteu à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem Presidencial nº 174/2015, de 27/05/2015, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Cooperação Cultural, assinado em Doha, em 15 de maio de 2010.

O acordo foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 23 de setembro de 2015, assumindo a forma do presente Projeto de Decreto Legislativo. O acordo foi ainda apreciado e aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário daquela Casa, antes de vir ao Senado Federal.

O referido acordo tem como objetivo promover valores culturais e estreitar os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e o Catar. As partes têm o entendimento de que a cooperação contribuirá tanto para o progresso quanto para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura de ambos os países, com o intuito de fortalecer e incrementar suas relações no campo cultural.

A parte dispositiva do acordo conta com 15 (quinze) artigos. O artigo I contempla a importância de as partes incentivarem a cooperação entre suas instituições culturais públicas e privadas com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

intuito de fomentar o conhecimento mútuo entre os dois países e a diversidade de suas culturas, motivando a participação em simpósios, seminários, conferências e reuniões sediadas nos dois países.

O acordo prevê a promoção do intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, música, teatro, dança e arquivos, além de encorajar o intercâmbio de experiências e a cooperação nos campos da proteção e conservação do patrimônio cultural.

Há o compromisso de que as partes tomarão as medidas apropriadas para prevenir a importação, a exportação e a transferência ilegal de bens de seus patrimônios culturais, respeitando suas respectivas legislações nacionais e os acordos internacionais dos quais sejam partes. Além disso, o acordo contempla ainda o incentivo a iniciativas visando à promoção de produções literárias por meio do apoio a projetos de tradução de livros, a programas de intercâmbio para autores e a participações em feiras de livros.

As partes promoverão ainda o intercâmbio de experiências nas áreas de conservação, restauração e difusão do patrimônio bibliográfico, manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos, bem como nas áreas das novas tecnologias da informação.

O financiamento das atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito deste acordo será decidido entre as partes, caso a caso, em conformidade com suas respectivas leis e regulamentos nacionais.

O acordo entrará em vigor na data da troca de instrumentos de ratificação das partes, e terá vigência de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo se uma das partes decidir denunciá-lo, a qualquer momento, desde que notificado com 6 (seis) meses e antecedência da data da denúncia, por via diplomática.

Análise.

Segundo a exposição de motivos dos Srs Ministros de Estado das Relações Exteriores, interino, e da Cultura, o acordo objetiva promover valores culturais e estreitar os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e o Catar. As Partes entendem que tal cooperação contribuirá para o progresso e o conhecimento cada vez mais amplo da cultura de ambos os países, fortalecendo e incrementando suas relações neste domínio.

A cooperação cultural é um dever e um direito de todos os povos e de todas as nações, que devem compartilhar o respectivo saber e conhecimentos, conforme Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional da Organização das Nações Unidas. Estes princípios serão aplicados dentro do respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, prevalecendo à igualdade soberana dos Estados partes.

A Constituição Federal, em seu art. 4º, inciso IX, estabelece que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, entre outros princípios, pelo da – aspas – "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" – fecho aspas.

O Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e o Catar reflete esse preceito constitucional e prevê uma série de ações a serem implementadas por ambos os países, nos diferentes campos da cultura.

O financiamento das atividades de cooperação a serem empreendidas no âmbito deste Acordo será objeto de decisão entre as partes, em cada caso concreto, e de acordo com suas respectivas leis e regulamentos.

Vale registrar que a significativa presença da cultura árabe no Brasil, em diversos campos, inclusive na formação de nosso povo, seguramente reforçará e motivará essa cooperação.

Conforme previsto no objetivo geral da Cúpula da América do Sul-Países Árabes (ASPA), que é um mecanismo de cooperação Sul-Sul e de coordenação política em foros multilaterais, é de fundamental importância a aproximação entre as lideranças políticas e as sociedades civis dos países da América do Sul e dos países que integram a Liga dos Estados Árabes.

Entre as ações de cooperação destacam-se a publicação de edições bilíngues de grandes obras literárias, a organização de mostras de cinema, o intercâmbio de informações e o desenvolvimento de projetos conjuntos entre suas respectivas instituições culturais (art. 8º do presente acordo).

Desde 2010, a BibliASPA (Biblioteca e Centro de Pesquisa América do Sul-Países Árabes) realiza anualmente, no mês de março, o Festival Sul-Americano de Cultura Árabe, evento que contempla

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

múltiplas manifestações artísticas e culturais e ocorre simultaneamente em diversas cidades sul-americanas.

Objetivamente, o acordo visa a facilitar a entrada e a saída dos participantes oficiais dos projetos de cooperação cultural, de acordo com suas respectivas legislações nacionais, e os participantes submeter-se-ão às normas migratórias, sanitárias e de segurança nacional válidas no país anfitrião e não exercerão nenhuma atividade paralela às suas funções no âmbito deste acordo sem prévia autorização das autoridades competentes da parte anfitriã. Não há dúvida, portanto, de que o presente Acordo de Cooperação Cultural em análise fortalecerá as relações culturais entre as duas nações, cumprindo assim relevante papel institucional.

Voto.

Sr. Presidente, ante o exposto e tendo em vista sua constitucionalidade e correção regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao Projeto Decreto Legislativo nº 34, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes do encerramento, um último comunicado sobre algumas tendências e movimentos recentes no plano global que acho que merecem atenção da política externa do Brasil.

A Rússia, em sua política de reaver o antigo *status* potência comparável ao da União Soviética, tem aumentado enormemente a sua atenção tanto diplomática quanto militar na Síria e região. Ao patrocinar as atuais negociações para a pacificação da Síria em Astana, com a proposta de criação de zonas de segurança, a Rússia toma a iniciativa de coordenar processo como avalista de eventual solução para o longo conflito do Oriente, especificamente do conflito sírio. Os outros dois avalistas que garantiriam esse processo seriam o Irã e a Turquia, o que mostra a diminuição da influência americana na região.

Os Estados Unidos têm visto o espaço político que ocupavam preenchido crescentemente por ações militares e diplomáticas da Rússia. Qualquer que seja o resultado das conversações de paz é relevante notar o aumento da participação russa em detrimento dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França.

Em outra vertente, a China continua a aumentar a sua presença estratégica global. Com um crescimento econômico que se manteve em torno de 7%, apesar da política de transferir ênfase para o mercado interno, o país tem investido pesadamente em projetos de infraestrutura na Ásia e na África. Deve-se destacar o ambicioso programa One Belt, One Road, que apoia portos, ferrovias, rodovias e outras obras básicas, interligando a China a pontos economicamente estratégicos na Ásia. Ao patrocinar a construção de vias de acesso a matérias-primas e de escoamento para a sua produção, os chineses estão, aos poucos, mas com muita firmeza, consolidando sua crescente liderança econômica asiática.

Na África, a China tem também direcionado investimentos para a infraestrutura, para a construção de ferrovias, de rodovias, de portos, de aeroportos e de unidades de armazenagem, com o objetivo básico de assegurar suprimento de *commodities*. Paralelamente, tem colocado ainda recursos em escolas e em estádios esportivos para mostrar uma faceta politicamente atraente na África, onde não tem tradição de presença. Como demonstração dessa ofensiva, basta dizer que, no período de 2000 a 2015, o Exim Bank chinês fez empréstimos no valor de US$63 bilhões, ao passo que o equivalente norte-americano, o Exim Bank americano, limitou-se a US$1,7 bilhão.

No plano militar, cabe registrar o lançamento do primeiro porta-aviões construído no país. Continuamos no caso da China. É a segunda belonave desse tipo da Marinha de Guerra chinesa, o que representa grande avanço, pois a outra embarcação, de origem soviética, foi adquirida da Ucrânia em 1998. Vale ressaltar também que a Força Aérea da China conta com aviões de combate não detectáveis por radar desde o ano passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já os Estados Unidos, após a eleição do novo Presidente, abandonaram, no plano militar, a postura isolacionista, preconizada durante a campanha eleitoral, e passaram a uma atitude mais intervencionista. Verificou-se ataque com mísseis Tomahawk à Base Aérea Militar na Síria, utilizada também pela Rússia, em represália ao uso de armas químicas pelo regime sírio. Houve a utilização de bomba convencional de grande potência no Afeganistão para a destruição de sistemas de túneis usados pelo Estado Islâmico e, ademais, o envio de porta-aviões e de submarinos para o entorno da Coreia do Norte, junto com exercícios com tropas sul-coreanas e com a instalação de baterias antimísseis na Coreia do Sul. Essa movimentação militar dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte foi acompanhada de ação diplomática junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Já o Japão, pressionado pelos Estados Unidos, tem reforçado a revisão de sua política meramente defensiva e passado a reequipar suas Forças Armadas. No dia 1º de maio, o porta-helicópteros da Marinha japonesa iniciou escolta a barcos militares americanos que se dirigem à região em apoio ao sistema antimísseis dos Estados Unidos na Coreia do Sul. De outra parte, o Japão tem impulsionado conversações para a manutenção, pelos membros remanescentes, da negociação da Parceria Transpacífica, abandonada pelos norte-americanos em detrimento da ênfase dada pelo governo anterior de Barack Obama a um pivô asiático.

A inclinação protecionista, atualmente em prática pelos americanos, está deixando um vácuo no chamado Pacific Rim, que pode ser ocupado pelo Japão e por outros países, como Coreia, Singapura, Malásia e, eventualmente, a própria China.

No plano estratégico, vê-se, no que diz respeito à macroestrutura internacional, um reforço da capacidade militar de atores importantes, inclusive com o aumento das dotações orçamentárias de defesa dos países da OTAN.

No plano comercial, desenvolve-se uma reorganização, impulsionada pelo protecionismo dos Estados Unidos. Esse protecionismo, exemplificado pelo lema "*Buy American, Hire American*", é contrastado pelo desenvolvimento de tecnologia de ponta, como a inteligência artificial, a impressão em terceira dimensão e a robotização, que tendem a anular a busca de emprego em setores industriais tradicionais, como, por exemplo, carvão e automóveis, que se estão tornando obsoletos muito rapidamente.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu gostaria de agradecer a presença das Srªs e dos Srs. Senadores na nossa reunião de hoje. Eu entendo muito bem o sacrifício que V. Exªs vêm fazendo para dar cabo a tantas atividades cumulativas que o Senado vem nos impondo, mas exatamente – reconhecendo o esforço que V. Exªs fazem de comparecer a uma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em um dia como hoje, em que cumulativamente se está realizando no plenário uma audiência pública sobre um tema muito candente no momento atual – isso valoriza ainda mais a presença de cada um dos senhores, que eu penhoradamente reconheço e agradeço.

Convoco os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras membros desta Comissão para a nossa próxima reunião deliberativa, agendada para o dia 18 de maio de 2017, quando também serão debatidas em audiência pública questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Força Aérea Brasileira. Para essa audiência contaremos com a presença do Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica.

Mais uma vez, agradeço a todos pela presença.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2017.

Às nove horas do dia dezoito de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Antonio Anastasia, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Pimentel, Flexa Ribeiro e José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença o Senador não membro Paulo Rocha. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Com a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Força Aérea Brasileira. Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". Participante: Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Nivaldo Luiz Rossato. O Presidente convida a compor a mesa o expositor, e concede a palavra. Usam a palavra os Senadores Pedro Chaves, Jorge Viana e Ana Amélia. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, do Deputado Federal Paulo Magalhães. Registra, também, a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, do Major Brigadeiro-do-Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Brigadeiro-do-Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, e do Brigadeiro-do-Ar Antonio Ramirez Lorenzo. O Presidente registra questões de internautas recebidas pelo portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra ao expositor para responder aos parlamentares e aos internautas participantes. O Presidente agradece a presença de todos. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE SOLIDARIEDADE às vítimas da grande fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia. " Adiado. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO (SF) Nº 220, de 2016, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos. " Adiado. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013. " Adiado. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual para a Criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil, assinado em Genebra, em 2 de outubro de 2009, e da Emenda ao Artigo IV desse Acordo, celebrada por troca de Notas entre a Delegação Permanente do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em 27 de setembro de 2011." Adiado. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, celebrado em Brasília, 9 de fevereiro de 2012. " Adiado. O Presidente faz a leitura de comunicado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ofício recebido do Ministro da Defesa, endereçado a esta Comissão, assinado pelo Sr. Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica.

> Sr. Presidente, ao cumprimentar V. Exª, passo a tratar da visita institucional que esta assessoria [a assessoria da Aeronáutica] realizará com a comitiva de Parlamentares à Base Área de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.
>
> A visita tem como objetivo apresentar à comitiva os trabalhos desenvolvidos pela organização militar em tela bem como fortalecer o relacionamento institucional entre o Comando da Aeronáutica e o Poder Legislativo.
>
> Diante do exposto, temos a grata satisfação de convidar V. Exª e os integrantes desta Comissão para participarem deste importante evento, a ser realizado no dia 25 de maio de 2017, quinta-feira, conforme os dados contidos na programação anexa.

Eu pediria aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras integrantes desta Comissão que tiverem interesse em participar desta visita à importante Base Aérea de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que, por gentileza, peçam às suas assessorias para se comunicarem com a Secretaria desta Comissão, manifestando o interesse de lá estar, no próximo dia 25 de maio, quinta-feira.

Comunicados.

Estados Unidos.

A demissão do Diretor do FBI James Casey e seus desdobramentos continuam a dominar a política norte-americana. Informações de que o Presidente Donald Trump teria pedido a Casey para dar um fim nas investigações federais sobre o ex-assessor de Segurança Nacional da Casa Branca Michael Flynn deram margem a um eventual caso de obstrução da Justiça pelo Presidente. Flynn foi demitido, logo no início do governo, por ter escondido seus encontros com o embaixador russo, ainda durante a campanha de Trump à presidência. Em entrevista, ontem, à rede de TV CBS, o senador republicano John McCain, um dos mais importantes do partido e ex-candidato à presidência em 2008, na primeira eleição do Presidente Barack Obama, disse que o caso já havia atingido o tamanho e a proporção de Watergate, o caso que veio – de que todos nos lembramos – a derrubar o ex-Presidente Richard Nixon, em 1974.

O Vice-Procurador-Geral dos Estados Unidos, Rod Rosenstein, nomeou o ex-Diretor-Geral do FBI nas administrações Bush e Obama, Robert Mueller, como conselheiro especial para as investigações do governo sobre a interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas. Rosenstein disse que, ao nomear Mueller, o fez para atender ao interesse público, que pede alguém de fora na investigação.

A nomeação de Mueller foi aplaudida por políticos da situação e também da oposição. No dia de hoje, será a vez de o Vice-Procurador-Geral depor no Congresso norte-americano sobre a demissão do ex-diretor do FBI James Casey pelo Presidente Trump, pelo envolvimento de seus auxiliares com autoridades russas durante a campainha.

Ainda nesta manhã de hoje, o *New York Times* divulgou notícias, segundo as quais, Trump já sabia, mesmo antes de tomar posse, que as atividades de seu então futuro Assessor de Segurança Nacional, Michael Flynn, estavam sendo investigadas pelo FBI. Foi revelado também que Flynn trabalhou como lobista para a Turquia e conseguiu suspender um plano militar ao qual a Turquia se opunha.

As Comissões de Inteligência do Senado e da Casa dos Representantes e a Comissão de Justiça do Senado determinaram ao FBI a entrega dos memorandos de James Casey, entre eles o que revela o pedido de Trump para encerrar a investigação sobre as ligações do ex-Assessor de Segurança Nacional, Michael Flynn, com Moscou. O Congresso também quero ouvir ex-Diretor James Casey.

Ao mesmo tempo, outro caso tem assombrado a credibilidade do Presidente. O jornal *The Washington Post* publicou matéria segundo a qual Trump teria passado informações classificadas ao chefe da diplomacia russa, Sergey Lavrov, e ao Embaixador russo em Washington, Sergey Kislyak, durante encontro na Casa na quinta-feira da semana passada.

As informações teriam sido fornecidas pela inteligência de Israel e diziam respeito a possíveis ataques do Estado Islâmico, utilizando-se de computadores portáteis a bordo de aviões comerciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ainda ontem, a imprensa norte-americana divulgou que o Presidente russo, Vladimir Putin, teria oferecido entregar ao Congresso, caso requisitado, o registro do encontro de Trump com os diplomatas russos, para provar que o Presidente dos Estados Unidos não divulgou segredos. Os dois casos continuam a assombrar a Casa Branca, e mais reações estão surgindo, tanto do lado dos republicanos quanto dos democratas.

O Congresso está investigando, ao mesmo tempo, o caso do FBI e a possível interferência russa nas eleições presidenciais de 2016. A palavra *impeachment* começa a ser pronunciada abertamente pelos especialistas, políticos e a imprensa norte-americana.

O colunista do jornal *The New York Times* Thomas Friedman não acredita que haverá um punhado de bons homens e boas mulheres eleitos pelo Partido Republicano que se levantarão contra o abuso de poder do Presidente, como seus predecessores fizeram durante o caso Watergate. Para ele, com os democratas sem poder real de governo, não haverá motim no Partido Republicano, mesmo que Trump se pareça cada dia mais com um capitão inepto e corrupto, segundo as suas palavras.

De acordo com o correspondente da BBC em Washington Anthony Zurcher, se a Casa dos Representantes tivesse maioria democrata, rascunhos sobre o *impeachment* já estariam sendo elaborados. Na realidade, não estão, pois os republicanos controlam a Casa dos Representantes – 238 contra 193 democratas – e também no Senado – são 52 republicanos, 46 democratas e dois independentes.

A grande maioria dos republicanos tem permanecido fiel ao Presidente Trump, apesar das constantes quedas nos seus índices de aprovação. Segundo as pesquisas, a média de aprovação de Trump encontrava-se em 39,9% na semana passada, antes de essas denúncias virem à tona.

Passando à nossa pauta do dia de hoje, a primeira parte dedica-se a uma audiência pública com a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Força Aérea Brasileira, em atendimento aos requerimentos de S. Exªs o Senador Roberto Requião e a Senadora Gleisi Hoffmann.

Temos a honra, portanto, de receber aqui em nosso plenário S. Exª o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Aeronáutica, a quem convido para tomar assento à mesa, desejando-lhe as melhores boas-vindas, em nome de toda esta Comissão. (*Pausa.*)

Esta reunião será realizada em caráter interativo, como as outras, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários e perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Informo a V. Exª, Sr. Comandante Rossato, que V. Exª disporá de 20 a 30 minutos, com possibilidade de prorrogação, para conclusão da sua exposição. Em seguida, abriremos a fase da interpelação por parte das Srªs e dos Srs. Senadores inscritos.

Passo a palavra a V. Exª, mais uma vez agradecendo a sua presença e lhe desejando muito bom êxito nesta boa fase que a Força Aérea Brasileira vem atravessando sob seu comando.

Tem a palavra V. Exª. **O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO** – Sr. Presidente Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores, Srs. Oficiais-Generais, senhoras e senhores, é uma satisfação muito grande estar aqui para fazer uma apresentação sobre a Força Aérea, sobre as nossas necessidades, sobre nossos planos, sobre os nossos planejamentos em relação ao futuro. É importante que não só a Força Aérea tenha esse conhecimento que todos nós temos, mas que toda a sociedade brasileira o tenha, especialmente esta Comissão. Estamos hoje aqui para isso.

Vou fazer uma apresentação, iniciando por um vídeo. Após, faço a explanação.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Bem, senhores, esta primeira transparência mostra qual é o foco da Força Aérea: existimos para servir aos interesses do Brasil, aos interesses da nossa sociedade, além de defender, obviamente, o nosso espaço aéreo.

Próximo, por favor.

Para falarmos da Força Aérea, precisamos falar alguma coisa sobre a origem do poder aéreo. Os senhores bem sabem que a humanidade andou, por milênios, em duas dimensões. E, a partir do início do século passado, com a tecnologia, com o desenvolvimento do avião, pudemos atingir a terceira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dimensão. E nessa terceira dimensão, em curto espaço de tempo, já estão envolvidos toda a sociedade, todas as nações do mundo, com aviões por todos os locais, o que mudou radicalmente o conceito de mobilidade, inclusive na parte aérea, na parte do poder aéreo.

Próximo, por favor.

Já na Primeira Guerra Mundial, menos de 10 anos após o primeiro voo de Santos Dumont em Paris, em 23 de outubro de 1906, existiam milhares de aviões nos céus da Europa, fazendo missões de reconhecimento, missões de ataque e missões de combate aéreo. Isso mudou bastante a cara das guerras a partir desse período.

O próximo, por favor.

A Força Aérea.

Dentro dessa evolução, a partir de 1941, foi criado o Ministério da Aeronáutica no governo do Presidente Getúlio Vargas. Foram reunidos todos os meios aéreos, pessoal e infraestrutura do então Ministério da Guerra, que hoje é o Comando do Exército, os meios aéreos do Ministério de Viação e Obras Públicas, que é o Ministério dos Transportes hoje, e os meio aéreos do Ministério da Marinha.

Nós vemos, ainda hoje, exemplos disso: o Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, era do Exército; e o Galeão tem, até hoje, as marcas das âncoras do tempo que era da Marinha bem como placas penduradas nos prédios oriundos da Marinha do Brasil.

O próximo.

A Força Aérea, a partir daí, adquiriu um perfil um pouco diferente do restante do mundo, por conta dessa união de meios da Marinha, do Exército e do Ministério de Viação e Obras Públicas. Então, nós tínhamos, basicamente, a Força Aérea, a Aviação Civil, que veio junto da parte de infraestrutura aeroportuária, e a parte da indústria aeronáutica, que se fez pelo pioneirismo do Brigadeiro Montenegro, que dizia o seguinte: "Um país que não tem tecnologia não conquista a sua soberania".

Essa parte foi muito trabalhada na década de 50, com o desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica, inicialmente através de acordos com os americanos, e nós criamos esse excepcional parque tecnológico de São José dos Campos.

Pode passar.

Posteriormente, a aviação civil voltou ao Ministério dos Transportes, bem como a infraestrutura aeronáutica, e a indústria aeronáutica foi privatizada. Desse modo, hoje, nós temos a Força Aérea brasileira com a sua infraestrutura e a parte de controle do espaço aéreo, que são integradas.

Próximo.

Como eu dizia antes sobre o poder aéreo, o mundo mudou muito com o advento do avião. E nós podemos falar alguma coisa sobre a evolução desse poder aéreo desde a gênese do avião até os tempos atuais.

Então, como nós dissemos, na Primeira Guerra Mundial, o avião era usado muito em observação aérea, ataque e combate aéreo. Assim mesmo, ele mudou bastante o perfil das guerras naquele momento.

Passe o próximo, por favor.

Nesse período, começaram a aparecer as forças aéreas. Inicialmente, a Inglaterra, a Grã-Bretanha, a Austrália, a Itália, a França, posteriormente o Brasil e os Estados Unidos, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Já na Segunda Guerra Mundial, pouco mais de 20 após o término da Primeira Guerra Mundial, existia uma grande quantidade de aeronaves. Já existiam, na Inglaterra, por exemplo, os famosos Spitfire e, na Alemanha, os Messerschmitt.

Já no início da guerra sobressaiu o poder aéreo, tanto que é famosa a batalha ocorrida na Inglaterra, quando a Alemanha tentou invadi-la e conquistá-la. Houve, inclusive, na época, a famosa frase de Winston Churchill: "Nunca tantos deveram tanto a tão poucos".

Isso foi no início da guerra. Logo depois, durante a guerra, ocorreram os grandes ataques à Alemanha, quando houve destruição em grande parte do território alemão, com aviões, grupos de aviões, até mil aviões, fazendo os ataques e mostrando a importância desse poder aéreo. Já no final, a guerra foi abreviada na parte do Pacífico, com o lançamento de bombas atômicas sobre Nagasaki e Hiroshima; a aviação bombardeou aquela região e abreviou a guerra, reduzindo talvez, dizem os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especialistas, a morte de centenas de milhares de soldados aliados que poderiam ter morrido na tentativa de invasão do Japão.

Mas, entre o final da Segunda Guerra Mundial e os dias atuais, muita coisa mudou, principalmente quanto ao aspecto da tecnologia – a tecnologia é fundamental para o poder aéreo. Então, a parte de comando e controle, de comunicações, a furtividade dos aviões, a capacidade de penetração, a precisão dos armamentos e a quantidade dos armamentos resultaram, já nesse período, como exemplo a guerra contra o Iraque, 1991, em um diferencial muito grande. Em pouco mais de 48 horas, toda a infraestrutura do Iraque, radares, rede de telecomunicações, as infraestruturas críticas, a defesa aérea e a defesa antiaérea foram totalmente destruídas, e isso aconteceu por causa dessa tecnologia.

A partir daí, uma quantidade muito grande de soldados das forças da coalizão invadiram o Iraque, e houve pouco mais de 200 baixas, 200 mortes, nessa invasão do Iraque. Se não fosse o poder aéreo na época, eles certamente teriam dezenas de milhares de mortes nessa invasão, porque teriam que enfrentar o iraquiano olho no olho, o que seria bem diferente da situação que eles encontraram.

Essa evolução da tecnologia permitiu que o poder aéreo se firmasse dentro da parte das guerras. E hoje ele está mais consolidado ainda, com a utilização de mísseis, satélites, aeronaves invisíveis, entre outras, e *drones*.

E, hoje em dia, então, nós temos...

A próxima.

Há exemplos aqui da força aérea, que é a maior força aérea que existe no mundo hoje, a Usaf, dos Estados Unidos, com um orçamento de US$182 bilhões. É uma força de alcance global e força global. O americano tem esse poder de se impor praticamente no mundo inteiro.

E há um projeto, como esse que está na foto, do F-35, que é um projeto de em torno de US$400 bilhões; é o maior projeto de que se tem notícia dentro da área militar na história, vamos dizer, das nossas guerras como um todo, na Terra. E existem outros projetos, como, por exemplo, aquele, só para mostrar custo: o B-2, por exemplo, que é um avião de praticamente US$500 milhões por unidade. Isso tudo mostra a importância que existe no poder aéreo, o diferencial que faz o poder aéreo, a capacidade de penetração, a capacidade de precisão, o alcance desses armamentos e os resultados que ele consegue.

Então, hoje, tirando o armamento nuclear, o maior poder dissuasório que uma nação pode ter é uma força aérea, pela capacidade de ela impor as suas condições dentro de um cenário.

Próximo, por favor.

Mas a nossa Força Aérea, Sr. Presidente, é um pouco diferente disso, porque o Brasil tem características distintas. Então, nós temos três vertentes, três responsabilidades dentro da nossa Nação: controlar o espaço aéreo, defender esse espaço aéreo e integrar este nosso grande Brasil de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, além do nosso mar adjacente.

A parte do controle do espaço aéreo, então, é uma grande responsabilidade nossa, porque nós fazemos o controle do espaço aéreo, toda a aviação civil, todas as linhas comerciais, os aviões executivos, os aviões privados, etc. Todos são feitos pela Força Aérea. E é um sistema híbrido, ele tanto faz o controle do espaço aéreo quanto a defesa aérea. Os mesmos radares, as mesmas redes de telecomunicações atendem aos dois setores. Foi desenvolvido na década de 70, consolidou-se ao longo desses anos, e hoje ele é aceito. Inclusive, é procurado por outros países qual é a nossa estrutura, para eles adotarem a mesma coisa.

Poderíamos até arriscar dizer que, durante aquela tragédia do 11 de setembro, se os Estados Unidos tivessem um sistema integrado, eles teriam menos dificuldade de identificar aquela situação.

O próximo.

Então, essa área de nossa responsabilidade, como estava no filme – não assistimos ao filme todo –, é uma área de 22 milhões de quilômetros quadrados, que compreende os nossos 8,5 milhões de quilômetros quadrados de território em terra, os 3,5 milhões de quilômetros quadrados das nossas águas adjacentes e mais 10 milhões de quilômetros quadrados de responsabilidade nossa de controle do tráfego aéreo nesse Atlântico Sul. Vai até o meridiano 10 essa nossa área de responsabilidade.

O próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como funciona o nosso controle do espaço aéreo? São quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo e mais 79 Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo. Há hoje um total em torno de 12 mil militares atendendo a esse sistema que nós temos. Então, a característica importante nesse sistema é que ele faz a defesa aérea e o controle do tráfego aéreo.

Muitos dos senhores já visitaram o Cindacta I aqui em Brasília, por exemplo. Ele tem o Controle de Espaço e tem adjacente o Centro de Operações Militares. Então, ele tem junto a mesma visualização. Ele repete, replica a visualização que ele tem no controle do tráfego aéreo dentro da parte de defesa aérea. Qualquer tráfego desconhecido, qualquer tráfego não identificado é acompanhado pela Força Aérea e interceptado, se for o caso.

O próximo.

Um ponto importantíssimo nesse controle do espaço aéreo, além das telecomunicações, é a rede de radares. Nós temos mais de 50 radares pelo Território brasileiro, distribuídos entre os nossos quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo. Eles cobrem todo o Território nacional. É claro que depende da altitude. Esta visualização aqui, por exemplo, é a 30 mil pés, onde ele cobre todo o nosso Território. Ele é importantíssimo, ele é fundamental para o nosso controle do espaço aéreo.

Nós temos um problema hoje. Nos dias de hoje, em virtude das restrições orçamentárias, em virtude dos cortes, contingenciamentos, nós não temos feito investimento, e o custeio para manter esse sistema tem aumentado. Isso acaba degradando em parte o sistema. A confiabilidade dos sistemas, a reposição dos radares, tudo isso é prejudicado. E a Força Aérea se ressente por essa falta de recursos para essa manutenção no *top* da qualidade que existe, porque o sistema brasileiro de controle do tráfego aéreo chega próximo ao que existe nos Estados Unidos e ao que existe na Europa também. É um sistema bem estruturado que atende perfeitamente às nossas necessidades, às dimensões do Brasil.

Mas essa dificuldade que nós temos dos recursos é relativamente grave para nós, inclusive porque os recursos do controle de tráfego aéreo são provenientes de tarifas, não são recursos do Tesouro, e elas são igualmente contingenciadas pela estrutura, pela conjuntura que nós vivemos hoje.

Próximo.

Apesar dessas dificuldades, nós, certamente, buscamos atender aos nossos objetivos, e uma das maneiras se dá através, por exemplo, de uma PPP.

Senador, bom dia!

Falo desta PPP que temos aqui, uma PPP de telecomunicações, talvez a grande PPP que exista hoje no Governo Federal, uma PPP estimada em algo em torno de R$160 milhões anualmente. Ela serve para gerir todas as nossas redes de comunicações. Todos esses radares que temos são integrados. Todas as nossas comunicações via satélite ou comunicações por fonia etc. são geridas por essas nossas redes.

O benefício que nós queremos obter com essa PPP é uma concentração do esforço na atividade-fim. As redes são atividades-meio; a atividade-fim é o controle do espaço aéreo. São os nossos ACCs, que são os centros de controle; o nosso controle de aproximação; as nossas torres de controle. Nós vamos substituir 68 contratos existentes em várias empresas por apenas um único contrato. Estima-se uma economia em torno de 25% dos gastos que temos hoje. Isso vai fazer com que tenhamos um melhor atendimento às demandas operacionais, porque é muito melhor tratar com uma grande empresa ou com um *pool* de empresas do que tratar com 68 contratos ou com dezenas de outras empresas. E ela consegue com mais facilidade manter o acompanhamento dessas inovações tecnológicas.

Então, esse é um exemplo de como nós estamos procurando otimizar nossos recursos, para que a nossa missão, para que a responsabilidade da Força Aérea, que é a de manter o controle do espaço aéreo, possa ser atendida. O problema que temos está realmente na parte de recursos, porque envolve segurança de voo, envolve grandes contratos de seguro. Há empresas que vêm do mundo inteiro para operar no Brasil, e temos de manter o grau de segurança adequado.

O próximo, por favor.

A outra vertente, a outra responsabilidade da Força Aérea é a questão de defesa do nosso espaço aéreo. Como dissemos antes, Srs. Senadores, temos 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da responsabilidade da Força Aérea não só o controle desse espaço aéreo todo, mas também a defesa desse espaço aéreo. Além disso, toda essa área do nosso mar, o Atlântico Sul, temos sob nossa responsabilidade.

Temos as aeronaves, temos os meios de defesa aérea, mas temos hoje uma preocupação muito grande – toda a sociedade tem esta preocupação – com o controle das nossas fronteiras. Temos hoje quase 17 mil quilômetros de fronteira. E se fala muito que nossas fronteiras são muito permeáveis tanto pelo solo – nós olhamos muito pelo solo – quanto pelo ar. Então, estamos tomando medidas para o controle do nosso espaço aéreo, da entrada do nosso espaço aéreo. Existem três dimensões: pode-se entrar tanto pelo chão quanto pelo ar.

Em certos tipos de contrabando, por exemplo, o tráfico de drogas, é conveniente para o traficante ser via aérea, porque ele coloca em um avião 300, 400, 500kg de pasta básica, o que custa três, quatro vezes o preço do avião. Cruzando a fronteira, ele entra no interior do Território, a baixa altura, e pode fazer a entrega onde quiser. Então, nós temos que fechar esse acesso que vem dos países vizinhos nessa parte de contrabando e controle das nossas fronteiras.

Próxima.

O que nós estamos fazendo? Naquela mesma rede de radares que eu apresentei anteriormente, quando nós baixamos a altitude, começa a diminuir o raio do alcance desses radares. Então, nós temos hoje essa quantidade de radares na nossa região de fronteira e, para fazer esse controle, nós colocamos aeronaves e helicópteros próximos a essa fronteira. Estabelecemos também uma obrigatoriedade de se entrar no Brasil apenas por corredores previamente definidos.

Além disso, nós colocamos também – próxima, por favor – aviões para cobrir essa região de fronteira que tem esses claros, vamos dizer, na visualização do radar. Nós colocamos radares móveis nessa região, os que nós temos, e colocamos também aviões desse tipo AEW, avião-radar, que identifica qualquer tráfego desconhecido, qualquer tráfego não identificado. Ele vê, e nós fazemos interceptações. Isso tem dado resultados. Nós, recentemente, interceptamos vários aviões.

Um aspecto importantíssimo nisso é a parte de inteligência, porque é muito grande a região, e nós temos que ter inteligência: a inteligência que vem da Polícia Federal, da própria Receita, do Exército, de todos os outros órgãos públicos que trabalham nessa região. Então, esses aviões são importantíssimos.

Hoje nós estamos sendo mais efetivos nesse controle de fronteira, porém os recursos são escassos. Esses aviões estão precisando urgentemente de uma modernização. O número deles está sendo reduzido. Sobre a ampliação de radares, como falei antes, eles precisam ser melhorados, modernizados, para termos um controle maior da fronteira.

Volto a dizer que o tráfico, o contrabando usa o caminho mais fácil. Se ele puder ir de avião, é mais rápido, há mais rotas. Ele não depende de uma estradinha; sobe como quiser. Então, nós temos que colocar barreiras. O tráfico escolhe o caminho mais fácil: ou por caminhão, ou por automóvel, ou por barcos, ou por aviões, o que houver. E nós, como brasileiros, temos que fechar toda essa região de fronteira. Para fazer isso, nós temos que ter os recursos adequados, temos que ter os meios; e, para esses meios funcionarem, os nossos recursos financeiros são necessários para que eles consigam voar.

Então, essa parte de defesa do espaço aéreo e da parte de fronteira hoje é um aspecto fundamental. E nós temos uma preocupação grande, porque a parte do espaço aéreo é responsabilidade exclusiva da Força Aérea. Nós temos essa responsabilidade. Enquanto por terra ela é dividida, não só pelas Forças Armadas, como pela Polícia Federal, Receita, polícias estaduais, nessa área é nossa a responsabilidade.

Além dessa parte de defesa das nossas fronteiras...

Próxima, por favor.

Como nós falamos anteriormente, a maior capacidade dissuasória de uma Nação são os meios aéreos – hoje, para nós, seriam os meios aéreos.

Quanto aos nossos meios aéreos para defesa do nosso Território, para falar do assunto fundamental, que é a capacidade de interceptar qualquer agressão que venha, hoje, no Brasil, nós temos uma deficiência muito grande. O nosso vetor de interceptação, o nosso vetor de ataque está em cima do F-5 e do AMX. O F-5 é um avião de mais de 40 anos de uso; ele chegou no início da década de 70, foi modernizado, mas é um avião velho com alcance limitado, embora tenha uma boa tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse projeto Gripen, que é importantíssimo para nós, demorou mais de 20 anos e foi escolhido entre três finalistas. É um projeto de US$4,7 bilhões – de ontem para hoje foi atualizado esse avião, pelas variações que existem – e envolve acordos de compensação comercial, que envolvem – como está ali escrito: absorção de tecnologias críticas – nós temos empresas, no Brasil, que receberam muitos recursos dos suecos e foi passado conhecimento tecnológico. Há em torno de 150 engenheiros e técnicos, hoje, na Suécia, aprendendo e trabalhando junto; desenvolvimento do avião biposto – esse é *monoplace*, com um piloto; há um com dois pilotos, que é desenvolvido para o Brasil, por brasileiros juntamente com suecos; e a geração de milhares de empregos no desenvolvimento desse avião.

Certamente, em qualquer exportação que venha a ser feita para outros países, o Brasil tem participação. Existe um painel dele que é totalmente inédito, só tem no F-35; mas fora o F-35, que está entrando em operação, o único avião que o terá será o Gripen. É um painel único, não é aquela porção de reloginhos; é um painel único chamado WAD.

O visor de tiro também está sendo desenvolvido pela Aeroeletrônica, uma empresa subsidiária da Elbit, no Rio Grande do Sul, que será produzido por empresas brasileiras, aqui. Então, qualquer exportação... Outros equipamentos têm um percentual muito grande do avião sendo feito pelo Brasil.

Então, essas compensações comerciais e transferências de tecnologia são importantíssimas para a Embraer, por exemplo. A Embraer é o que é hoje graças à transferência de tecnologia, principalmente na época do AMX. O italiano transferiu muita tecnologia, que permitiu que a Embraer fizesse inicialmente o Brasília, depois outros aviões como o Legacy e todos esses aviões que nós temos: o 190, o 170, e hoje o 390 também. Essa transferência de tecnologia é muito importante.

Nós temos o total de 36 aeronaves, mais armamento, mais logística. Esses aviões substituem nossos antigos Mirage, porém no futuro, não mais do que dez anos, nossos F-5 e nossos AMX deverão sair de linha simplesmente por estarem acabados. E certamente nós não mantemos uma Força Aérea com 36 aviões. Então, a substituição dos nossos F-5 e AMX, no futuro, seria por esse avião. Esta é uma regra quase mundial. Eles padronizam avião, tanto que o americano tem no F-35 a sua linha mestra de aeronaves de interceptação e de ataque. Eles têm em torno de 2.500 daqueles aviões. Então, a Força Aérea americana terá vai ter o F-35 concentrado, assim como o Gripen, na Suécia. E como nós também fizemos essa opção, ele é um avião que nos interessa muito, com bastante tecnologia e custo mais baixo em relação aos outros componentes.

O custo desse avião hoje é em torno de um bilhão, um bilhão e pouco, por ano, que é o que deve ser gasto. Na verdade, o pagamento do avião – agora ele entra no orçamento, mas o pagamento real do avião, cujo recurso o Brasil vai desembolsar – é dois anos após o recebimento da última aeronave, que será em 2024.

Os juros que foram feitos nesse contrato, através do banco sueco, que é como um BNDES deles, talvez bem menor do que o nosso BNDES, são os mais baixos que já tivemos em qualquer aquisição feita pelo Brasil. Eu não me lembro exatamente do valor, mas esse juro foi bastante baixo. Por quê? Os suecos queriam vender esse avião, e nós precisávamos desse financiamento. Eles atenderam às nossas exigências, negociações que foram feitas pelo governo à época.

Então, esse avião é importantíssimo. Mas eu lembro que, na parte de defesa do espaço aéreo, não há só ele. Nós temos o P-3, que está trabalhando no nosso litoral e que tem uma capacidade muito grande. O alcance dele é de 16 mil quilômetros. Ele vai ser equipado com um míssil Harpoon, que tem capacidade para interditar qualquer área que queiramos no Atlântico Sul. E um sistema de defesa antiaérea também, que nós não temos no Brasil. Ele trabalha junto à Força Aérea. Por causa do controle do espaço aéreo, precisamos de uma defesa antiaérea, e o Exército trabalha junto conosco nessa antiaérea, que nós não temos.

Outro sistema – não é o momento talvez agora, de imediato, de discutir, pelas dificuldades que tem o Brasil – é a utilização de aeronaves remotamente pilotadas, os VANTs, que são usados no mundo inteiro. Nós estamos apenas de uma forma embrionária utilizando os VANTs. No futuro, a geração, após esses aviões aqui, possivelmente seja de aviões não pilotados, toda com *drones*, com VANTs, que já existem no mundo inteiro.

O próximo, por favor.

Outra vertente que nós temos, outra grande responsabilidade é a parte de integrar o nosso território. No Brasil, antes da criação do Ministério da Aeronáutica, em 12 de junho de 1931, o Tenente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Lavenère Wanderley e o Tenente Casimiro Montenegro fizeram o primeiro voo em um biplano, saindo pelo interior do Brasil, na região de São Paulo, para entregar as primeiras cartas. Na verdade, quanto a essa parte de integração que eles faziam pelo CAN – até hoje o CAN (Correio Aéreo Nacional) consta da nossa Constituição Federal –, o Brasil não perdeu essa necessidade, não deixou de ter essa necessidade.

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, um dos grandes responsáveis pela integração da Amazônia foi a Força Aérea, com os Catalinas e os nossos C-47, que não existem mais há muito tempo. Mas eles foram grandes integradores da Amazônia naquela época. Há várias personalidades famosas no Brasil que viveram na Amazônia naquele tempo. Mas hoje o Brasil não deixou de ter essa necessidade. A Força Aérea não nega essa responsabilidade da integração, porque 60% do nosso Território continua naquela Amazônia sem estradas, sem ferrovias. E a nossa malha aérea é muito precária nessa região. Os senhores, que viajam pelo Brasil, sabem da dificuldade de viajar para essas regiões. Então, a Força Aérea, como órgão público, tem essa responsabilidade.

Praticamente a metade dos meios aéreos que nós temos, diferentemente de outros países – e o Senador conhece muito bem, por causa do Acre, as dificuldades que existem para atender àquelas regiões remotas lá –, são aviões de transporte e a metade dos nossos pilotos também são pilotos de transporte.

A nossa população é muito dependente disso não só na Região Amazônica, mas em outras regiões. Recentemente, por exemplo, nós fizemos um transporte de 250 médicos do interior de São Paulo para o interior da Bahia – o Senador sabe dessa história – para atenderem, em um curto espaço de tempo, milhares de pessoas pobres no interior. Só cirurgia de catarata fizeram mais de 500, e devolveram a visão a muitas pessoas humildes que teriam dificuldade de fazer uma cirurgia dessas. E foram utilizando um avião nosso. Se fossem pedir para a aviação comercial levar, ia ser muito difícil fazer isso.

A própria questão de transporte de órgãos – nós fomos muito atacados no ano passado por conta disso, injustamente aliás – é feita pela Força Aérea, porque a nossa rede comercial, a rede para transporte é muito deficitária; ela não consegue atender essa necessidade, essa carência. Quando o Presidente fez o decreto, ele permitiu que o Ministério da Saúde dissesse: "o.k., eu suporto todo o custo desse transporte", que é a parte de combustível e manutenção das aeronaves. E de lá para cá nós fizemos mais de 250 transportes de órgãos, que salvaram pessoas pelo Brasil todo. Isso é um exemplo. Há muitos outros. Na Amazônia, quando nós precisamos levar os nossos Ministros, comitivas do Congresso, outros grupos do Projeto Rondon, tudo é parte de uma responsabilidade da Força Aérea nessa integração.

Nós temos uma capacidade muito grande, e hoje nós usamos, talvez, a metade dessa capacidade pela falta de recursos, porque o custo da hora de voo tem que receber o recurso correspondente. A nossa hora de voo é barata, porque não está embutido o custo do avião, não está embutido o salário do piloto, e nós não pagamos taxas aeroportuárias. Então, quando o Governo do Acre tem que fretar um avião para levar algum doente para um lugar, ele paga três vezes o preço de um avião da Força Aérea. Nós achamos essa parte importante.

Porém, não só nossos meios...

Próxima, por favor.

Nós temos que ter a infraestrutura para atender essas aeronaves que estão voando.

Essa imagem é da década de 50 na Amazônia; como ela era.

Próxima, por favor.

Situação atual: foram feitos, nesses cinquenta e poucos anos, mais de 170 aeroportos na Região Amazônica. Esses 170 aeroportos fizeram com que, com aquele efetivo enorme que tem o Exército hoje, em torno de 26 mil homens, todas aquelas comunidades tivessem possibilidade de um melhor atendimento, porém esse recurso todo...

Próxima, por favor.

Esse recurso todo foi colocado nesta empresa: a Comara (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica), da Força Aérea, criada mais de 50 anos atrás. Ela tem uma quantidade enorme de balsas, empurradores, máquinas etc., que fizeram todas essas pistas na Amazônia. Ela não só faz as pistas, constrói as pistas, como mantém essas pistas, o que é difícil, por causa da grande quantidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

chuvas, do calor etc., do clima da Amazônia. É uma característica distinta das demais obras no Brasil, porque é preciso levar todo esse material para essa região na época do inverno, para que nos dias de verão, que são poucos meses lá, ela consiga fazer as obras. Quando termina o verão, ela para e só volta no ano seguinte.

Próximo, por favor.

O que aconteceu nos últimos anos? Nós recebemos, ao longo desses anos todos, recursos vindos do Governo Federal. Com a criação da Anac, a criação da SAC, do FNAC etc., esses recursos começaram a diminuir, e hoje a Comara... Ou nós recebemos dinheiro, Senador, ou nós vamos fechar a Comara. E em todos aqueles aeroportos nós vamos voltar...

Próximo, por favor.

Nós vamos voltar a essa situação, porque eles se deterioram rapidamente, se não se fizer a manutenção daquela região. Nós precisamos ter uma atenção.

A Comara está praticamente há dois anos à míngua, porque os recursos não vieram mais. Por que não vieram os recursos?

A próxima.

Aqui é só para mostrar como é. Nós tínhamos a lei que definia tarifas aeroportuárias. Existia uma tarifa chama Ataero, Adicional de Tarifa Aeroportuária, de 1989, da qual 20% iam para os Municípios e Estados, para aqueles aeroportos de responsabilidade dos Estados, e 80%, para o Governo Federal, sendo 60% para a Infraero e mais 40% para o Comando da Aeronáutica, que eram destinados à reforma, ampliação, aquisição de viaturas operacionais para apoio aos aeroportos, carros contra incêndio, ambulâncias, etc. O recurso vinha para dentro do Comando da Aeronáutica.

Com a extinção de Lei nº 7.920, os recursos migraram todo para o FNAC, com o contingenciamento e com os cortes, o Ministério dos Transportes, a SAC não repassa mais recursos para nós. Então, a solução que vemos hoje é fazer alguma correção através do Ministro dos Transportes para que a gente receba esses recursos.

Volte ao anterior.

Nós chegamos a receber mais de 300 milhões. Foi diminuindo, diminuindo. Nós entendemos hoje que, considerando a situação crítica por que o Brasil passa, com 100 milhões nós não ampliamos, mas conseguimos manter essa condição operacional dos nossos aeroportos na Amazônia.

Certamente, se nós não tivermos isso, toda aquela área da Amazônia vai voltar a ser aquele verde exuberante, sem ninguém lá dentro, como é o interesse, talvez, de grande parte do mundo. Quanto mais distante ficarmos, melhor, porque aquela reserva vira uma reserva internacional. E nós temos de ocupar essa área. Aqueles militares do Exército poderão ir até embora de lá, porque, depois, não haverá condições de manter, e todos os outros órgãos públicos que trabalham naquela região também. Os índios voltam a ficar desamparados e tudo aquilo que existe na Amazônia.

Nós entendemos isso como uma responsabilidade da Força Aérea, mas ela tem que ser dividida com toda sociedade brasileira. Se nós queremos isso, nós temos de colocar os recursos para manter essa nossa Amazônia com esse crescimento que nós queremos ter.

Próximo, por favor.

Um dos projetos, assim como o Gripen, importante para essa Região Amazônica é o nosso KC-390. Ele é um avião que vai substituir o C-130, que é um avião americano excepcional do qual foram feitos milhares e milhares e que temos no Brasil há mais de 50 anos. Esse avião é um avião moderno que substitui com mais velocidade, com maior autonomia, com maior capacidade de carga, com muita tecnologia. É um avião 100% nacional; em torno de 60% são conteúdos nacionais. Certamente, alguns itens não temos aqui, como, por exemplo, os motores. São os grandes produtores de motores, como a General Electric, a Pratt & Whitney e outras empresas que fazem esses motores. Eles vêm de fora.

Nós temos uma compra de 28 aeronaves prevista, a criação de em torno de 8,5 mil empregos e um potencial de exportação de US$2 bilhões. Então, ele não atende apenas o Brasil; ele tem tecnologia, ele tem exportações e gera empregos aqui dentro. Isso entendemos como fundamental.

Por praticamente dois anos, patinou esse projeto, por falta de recursos. Hoje, nós temos os recursos para manter esse avião no desenvolvimento. Devemos receber, em meados do ano que vem, o primeiro avião para a Força Aérea e, no final do ano, o segundo avião para a Força Aérea. Ele já voou mais de mil horas e agora, nos próximos dias, ele vai passar na Suécia, em Portugal, vai participar da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

feira em Le Bourget, na França, e vai fazer um *tour* pelo mundo para ser apresentado o avião, porque, para vender esse avião, tem que apresentar, tem que mostrar a sua real potencialidade. A Embraer está envolvida com isso, o nosso Ministro da Defesa também se engajou na defesa disso, porque no mundo inteiro o governo também se envolve. Não é um problema da empresa, é um problema da empresa e do governo também. Então, esse avião é importante.

Nós estamos tendo os recursos, assim como nós temos os recursos do Gripen. Nós temos que ficar atentos porque, nos próximos anos, tem-se que manter esse fluxo dos recursos, até porque, se nós não recebermos os recursos para esses projetos estratégicos – não só os nossos, como das outras Forças também –, existem multas, existe correções, existem aditivos que têm que ser feitos e aumentam o preço disso. Então, às vezes, em vez de ele não colocar o recurso, é melhor gastar o recurso, porque reduz os gastos futuros e ele tem o tempo para ser colocado no mercado. Têm janelas os aviões, esse avião tem uma janela. Daqui a pouquinho, aparece o russo – já há um andando por aí –, um japonês também, e o americano está aperfeiçoando seus aviões concorrentes a ele. Se ele perder o *timing*, depois nós esquecemos esse avião, vai servir só para o Brasil, com seus 28 aviões aqui dentro. Torna-se difícil manter um avião quando ele não tem exportações. É o caso do Super Tucano, do qual já venderam centenas desses aviões e continuam vendendo ainda pelo mundo afora. Nós acreditamos que esse avião tem o mesmo caminho.

O próximo.

Um outro projeto estratégico extremamente importante para a Força Aérea... Por que para a Força Aérea? A Força Aérea é responsável, pela Estratégia Nacional de Defesa, pela parte espacial. Assim como o Exército é responsável pela parte cibernética e a Marinha, pela parte nuclear, a Força Aérea é pela parte espacial.

Nós demos um grande salto agora com o lançamento do SGDC, no dia 4 de maio. Há uma foto aqui de algumas autoridades foram participar lá, dentro do Comando de Operações Aeroespaciais, do lançamento. Isso aqui, podem observar, oito segundos após a ignição do foguete. Ele está já estacionado numa órbita fixa, a 36 mil quilômetros. Ele está parado lá em cima. Nós temos o Centro Operações Aeroespaciais fazendo os ajustes para ele e, em torno de três meses, se não me engano, no máximo, ele vai estar fornecendo banda larga para todo o Brasil, inclusive a Região Amazônica, e a banda X, que é de uso militar. Vão melhorar muito as nossas comunicações.

Esse foi um grande passo que nós demos; até hoje, nós não tínhamos um satélite desse tipo. Já estamos com a Telebras estabelecendo os requisitos para um SGDC II (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações), o segundo, porque nós precisamos ter mais do que um satélite desse.

Porém, esse Programa Estratégico de Sistemas Espaciais não é só os satélites geoestacionários, a 36 mil quilômetros. São satélites caríssimos, cuja tecnologia é muito grande. Nós temos também outros satélites.

Por favor, a próxima.

Então eu posso dizer por que temos que investir em satélites. Que outros satélites são esses? Essa imagem aqui é dentro do Comando de Operações Espaciais, no caminho, quando os senhores vão ao aeroporto por dentro, pela Base. Há essa antena lá, de 13m de diâmetro, se não me engano, onde está sendo construído o Centro de Operações Espaciais, que opera hoje, provisoriamente, dentro do Comando de Operações Aeroespaciais, que atende perfeitamente. Então por que investir?

Próximo.

Se nós tivermos os satélites que nós não temos hoje, nós poderemos fazer o controle das nossas fronteiras, porque ele tem uma visualização através de satélites óticos, através de imagens de radar nas nossas fronteiras – não só na nossa fronteira como no nosso Atlântico também. Ele consegue identificar os navios; o navio tem um tipo de *transponder,* um codificador que informa que navio é e o que está fazendo ali. Se for desconhecido, ele identifica através de satélites. Então, há todo esse controle de fronteira. Consequentemente, coíbe evasão de divisas e crimes transnacionais, porque ele controla nossa fronteira.

Produtividade agrícola: sem dúvida nenhuma, na hora em que nós tivermos os nossos satélites meteorológicos, o nosso satélite de geoposicionamento, nós vamos melhorar muito. Hoje nós dependemos dos satélites americanos e satélites de outros lugares do mundo. Mas nós não podemos continuar a usar os outros? Podemos sim, mas nós somos dependentes deles, e o Brasil, pela dimensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que tem, perfeitamente cabe ter os nossos satélites, pelo tamanho nosso, pela, vamos dizer, potencialidade que existe no País.

Existe também o uso desses satélites que têm uma capacidade de visualização até 50cm, 70cm, até menos, para planejamento urbano, uso de terras, isso tudo é facilitado através de satélites. E, obviamente, há o desenvolvimento industrial através disso.

Nós nunca olhamos para o espaço, e o Brasil deveria ter sido um dos primeiros países a olhar para o espaço. Nós não olhamos para o espaço, e posso mostrar isso aqui pela próxima transparência.

Por favor, próxima.

A próxima transparência trata do que os países gastam em pesquisa espacial. O Brasil está com 0,006% do nosso PIB. Está ali agora a transparência: nós gastamos US$100 milhões por ano. O nosso vizinho aqui, apesar de todas as dificuldades, como o Brasil tem, gasta 1,2 bilhão por ano, ou seja, ele gasta 12 vezes mais do que nós gastamos. Os Estados Unidos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Doze vezes mais, o nosso vizinho. Ele viu essa potencialidade do espaço, ele tem satélite, está desenvolvendo até satélite geoestacionário, ele viu isso aí. A Índia, a China, a Rússia, os Estados Unidos gastam ali aquele percentual do PIB que os senhores veem, os Estados Unidos, 0,21%; a Argentina, 0,2%. Os outros países gastam bastante.

Com esse recurso que nós gastamos, certamente nós não vamos conseguir a conquista do espaço, dos nossos interesses no espaço. Nós vamos perder essa oportunidade. Aliás, nós já perdemos. Nós começamos junto com a Índia e com a China, no mesmo patamar deles, e hoje em dia eles estão com astronauta em órbita, andando pelo mundo. A Índia é o País que mais lança satélites hoje em dia para todo o mundo, e nós estamos parados no tempo. O esforço da AEB não é suficiente para sairmos.

Em consequência disso nós estamos apresentando – está com nosso Ministro da Defesa – uma visão diferenciada do espaço, um novo conceito de espaço nós estamos propondo, onde nós criaríamos um grupo executivo e um grupo, um conselho nacional do espaço, onde os recursos têm de ser discutidos e colocados na área que nos interessa, um conceito mais direto para nós termos satélite de órbita baixa, que são satélites de órbita baixa, que são satélites em torno de 600km. Próximo, por favor.

Aqui, a parte de monitoramento espacial já temos: é o Cope. Mais de cem militares civis foram à França, ao Canadá, a vários países aprender como se faz o monitoramento espacial. O controle do SGDC, que está hoje a 36 mil quilômetros, é feito por nós, totalmente pelo Brasil, mas também podemos ter outros satélites de órbita baixa, que são satélites de comunicações, satélites meteorológicos, satélites de sensoriamento remoto, satélites de navegação, de órbita baixa.

Este é o sistema que estamos propondo, de rapidamente pegar tecnologia de fora, colocar aqui no Brasil e começar a lançar os nossos satélites de órbita baixa. Tivemos, durante a Olimpíada, uma cessão de imagens de satélites israelenses de 70cm de capacidade de resolução. Ele ajudou muito no Rio de Janeiro para visualização de tudo o que estava ocorrendo embaixo. Vários ministros visitaram o Cope para ver a importância disso. E, hoje, enquanto não temos esses satélites aqui, estamos fazendo um contrato internacional em que juntamos as necessidades de todos os órgãos (Ibama, agências de água, Polícia Federal, controle de fronteiras, controle marítimo) para termos imagens enquanto não recebemos esses aqui.

O Sipam precisa, na Amazônia, satélites de imagens SAR, por exemplo, para controle da nossa região. Então, centralizamos na Força Aérea um contrato que atende a todos os envolvidos, os interessados nessa área. Então, essa parte de espaço está com o Ministro da Defesa hoje juntamente com ciência e tecnologia. A AEB também está trabalhando, e nós estamos trabalhando, para mudar a cara da visualização do espaço pelo Brasil.

Hoje estamos parados. Essas iniciativas de CBERS e outros não atendem à nossa necessidade. Ele é dual, ele atende talvez mais o civil, toda essa área, esse Brasil enorme, para controle da Amazônia, para controle de fronteiras, para controle marítimo do que à parte militar, porque também é usado na parte militar.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Saindo dessa área, apenas para conhecimento, estamos fazendo, dentro da Força Aérea – ele é um projeto estratégico – uma transformação fruto da tecnologia que temos hoje, dos meios aéreos que decorrem dessa tecnologia. Estamos mudando a nossa estrutura organizacional e atividades administrativas. Nascemos no litoral brasileiro, nascemos naquele combate aos submarinos, que afundavam muitos navios. Milhares de pessoas nossas morreram nessa costa porque tivemos nossos navios afundados. Então, tínhamos a base de Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Caravelas, toda essa região no nosso litoral. Modificamos isso, interiorizamos a Força Aérea no Brasil, e hoje temos base em Porto Velho, Boa Vista, Campo Grande, Santa Maria, Anápolis, aqui perto. Então, essa reestruturação organizacional vai fazer com que reduzamos o tamanho das bases no nosso litoral. Eles são mantidos ainda naquela região, porém como base de desdobramento. Isso vai reduzir o efetivo da nossa Força Aérea em torno de 25%. Vamos concentrar todo o nosso esforço mais na atividade fim.

A outra parte é a concentração de atividades administrativas. Fruto de computadores, fruto de novas técnicas, estamos usando processo mais modernos, em que especializamos o pessoal para trabalhar na parte administrativa. Nós vamos ter, com certeza, muito melhores resultados, com menores custos, concentrando as nossas unidades e tendo uma Força Aérea melhor do que a que nós temos.

Temos, realmente, algumas reações, mas nós, inclusive, temos vantagens com isso também, vantagens outras, além da Força Aérea. Por exemplo, no Aeroporto de Fortaleza, viabilizamos a ampliação do aeroporto porque nós concentramos as nossas unidades em Natal. A mesma coisa em Recife: nós viabilizamos a ampliação do Aeroporto dos Guararapes porque, tirando organizações nossas lá de dentro e concentrando em outros locais, nós diminuímos o nosso espaço, o que permite a ampliação do aeroporto. São dois exemplos, assim como, futuramente, ocorrerá em Salvador e como está acontecendo em Florianópolis.

Nós mantemos a nossa presença como uma base de desdobramento, mas nós permitimos outras facilidades também. Existe uma redução de custo na atividade meio, e nós concentramos isso na atividade fim. É uma grande contribuição que nós damos até para a economia de recursos, tudo isso sem perder a nossa capacidade operacional.

Sr. Presidente, era essa a apresentação que nós tínhamos a fazer.

Deixo apenas uma frase de Giulio Douhet, em 1921, nos primórdios da aviação, como fecho: "A vitória sorri para aqueles que se antecipam às mudanças das características da guerra, não àqueles que esperam para se adaptar depois que as mudanças acontecem."

Isso aqui ele dizia em relação à guerra; porém, é válido para qualquer coisa que nós estivermos fazendo hoje.

A Força Aérea procura fazer a sua parte, procura se modernizar, porque força aérea, poder aéreo está em cima de tecnologia, está em cima dos seus meios, e nós temos de estar atualizados para a defesa deste País e para manter essa parte importantíssima que é a integração nacional. Nós sabemos dessa responsabilidade para com o povo brasileiro, para com a nossa sociedade, e nós estamos fazendo o máximo que nós podemos. Nós apenas aqui apresentamos as nossas dificuldades e quais são os projetos que pensamos ser importantes para que os senhores tenham esse conhecimento.

Obrigado por esta oportunidade.

A próxima, por favor, apenas para finalizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato pela sua exposição.

Mais uma vez, fico muito agradecido pela presença do Comandante da Força Aérea na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mostrando a todo o Brasil o enorme, o imenso trabalho que vem sendo desenvolvido pela nossa Força Aérea; mostrando também as suas carências e alertando o Governo para que essas necessidades básicas que a nossa Força Aérea tem precisam ser disponibilizadas, de alguma forma, pelo Governo. Afinal de contas, é uma área estratégica, é uma questão de soberania nacional, é uma questão de avanço no campo da ciência, da tecnologia, enfim, de nós termos acesso a essas novas tecnologias e desenvolvermos aquelas que nós já possuímos, para que o Brasil esteja e, pelo menos assim, possa ser um país que se equipare aos seus congêneres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O fato de termos vizinhos nossos investindo três vezes mais do que nós, por exemplo, em um programa espacial é algo que nos preocupa, é algo que nos faz estar alertas, porque não podemos perder essa vantagem que o Brasil sempre teve e que, agora, vem perdendo.

Nós confiamos que o Governo Federal esteja atento, por intermédio de S. Exª o Sr. Ministro da Defesa, que tem sido... Esta Comissão já é testemunha do enorme interesse e do empenho que vem tendo o Ministro Raul Jungmann junto ao Governo para conseguir recursos para as nossas três Forças estarem devidamente apetrechadas para fazerem face aos grandes desafios que se encontram diante de nós.

Por isso, muito obrigado a V. Exª, Comandante Rossato, pela sua presença, pelo alerta que V. Exª faz a todos nós, integrantes desta Comissão, a todo o Brasil, e também pelo lembrete ao Governo Federal para que disponibilize esses recursos mínimos necessários para que a Força seja sempre operacional e continue sendo orgulho para todos nós, brasileiros.

Dando agora sequência à nossa audiência pública, eu passo a palavra ao primeiro orador inscrito para as indagações. S. Exª o Senador Prof. Pedro Chaves com a palavra.

Em seguida, S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente Fernando Collor de Mello, Srs. Senadores, Sr. Comandante da Aeronáutica, o nosso bom-dia. Também neste momento quero cumprimentar todos os Brigadeiros aqui presentes, Generais.

Acho que o momento é extremamente importante, e o que foi falado pelo nosso Comandante da Aeronáutica, Rossato, é preocupante. É necessário realmente que o Brasil tome uma postura incisiva, importante, com investimentos maiores na Defesa Nacional, principalmente na Aeronáutica, que tem prestado relevantes serviços desde a época do CAN (Correio Aéreo Nacional), que servia todo o Território nacional.

Eu gostaria de fazer apenas duas perguntas.

A primeira é sobre a opção do Brasil pela aquisição, pela compra das aeronaves da Suécia. Eu queria saber se foi exclusivamente por transferência de tecnologia ou se há outra razão pela qual a opção foi pela Suécia. À época, houve muito questionamento em relação a isso.

Em segundo lugar, não há como deixar de saudar o lançamento do primeiro Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), no dia 4 de maio, na base de Kourou, na Guiana Francesa. Quanto ao uso militar e governamental desse satélite, a banda X, V. Exª poderia dimensionar acerca da segurança criptográfica da comunicação, da capacidade operacional, da vida útil desse equipamento e do planejamento de sua substituição, da estrutura do Centro de Operações Espaciais principal?

É apenas isso.

Mais uma vez, quero parabenizar o Comandante pela colocação e dizer da nossa preocupação, a preocupação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quanto ao plano de investimentos. Tenho certeza de que o nosso Presidente vai envidar todos os esforços no sentido de evitar qualquer contingenciamento nesses investimentos. Já são poucos, se ainda contingenciam, fica realmente extremamente inviável o desenvolvimento das atividades da Defesa Nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Prof. Pedro Chaves.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Rossato, e todos os oficiais que o acompanham também, pessoas que eu conheço e por quem tenho grande estima.

Quero agradecer a acolhida que o senhor nos deu na última visita que fizemos à sede do Comando da Aeronáutica aqui, em Brasília. Eu tenho uma afinidade de vida, por conta de onde nasci, da região em que vivo, com todos que construíram essa bonita história da Aeronáutica brasileira. E seguem construindo, não só por conta do patrono, um grande brasileiro como Eduardo Gomes, mas só quem nasceu na Amazônia e vive na Amazônia é que consegue valorizar o quanto foi importante essa história toda construída até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu lamento, nesta exposição tão rica, tão importante que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promove, que tenha sido exatamente num dia terrível para o nosso País, senão estou certo de que teríamos aqui uma dezena de colegas Senadores e Senadoras entendendo e talvez encontrando aqui caminhos em que devemos atuar conjuntamente no Senado para não deixar que o País dê passo para trás como tem dado nessa área especificamente, tão importante. Um país continental como este nosso não pode prescindir de tratar todas as atividades ligadas à Aeronáutica de maneira diferenciada.

Ontem, a audiência de que participei, Presidente Collor, era sobre aviação, sobre regulação da aviação civil no Brasil. Foi uma audiência durante a manhã inteira, em que estava a direção da Anac, estavam os representantes das companhias aéreas, representantes de usuários discutindo por que o Brasil tem a passagem aérea mais cara do mundo, tem uma oferta de voos...

Para o senhor ter uma ideia, nós temos, do ponto de vista da proporção de bilhetes aéreos emitidos por ano no Brasil, uma das mais baixas emissões do mundo, apesar de termos saído de 30 milhões no começo do ano 2000 para 100 milhões 12 anos depois. Mesmo assim, são 100 milhões de passagens para uma população de 200. Para se ter uma ideia, em países da Europa, a proporção é mais ou menos de três vezes a população: países com 40 milhões de habitantes têm 120 milhões de bilhetes aéreos emitidos. A Inglaterra tem 60 milhões de habitantes, então tem 180 milhões de bilhetes emitidos. Na Espanha é igual; na França, igual; nos Estados Unidos são 300 milhões de habitantes e são quase 900 milhões de passagens aéreas emitidas durante o ano.

E, no Brasil, nós estamos há tempos... Só no governo do Presidente Lula que nós conseguimos que o número de usuários de avião passasse a ser maior que o número de usuários de ônibus. Eu falava ontem: os senhores das companhias aéreas não nos dão alternativa. De carro ou de ônibus, daqui até o meu Estado, são três dias de viagem. Ou vai-se de avião, ou não se vai. E o custo, eu mostrei.

Mas eu estou fazendo esse reparo, porque o Brasil não pode abrir mão de mecanismos que construiu ao longo do tempo e que eram e são fundamentais. Eu lembro bem, no meu governo, começo do governo do Presidente Lula, que nós relançamos o CAN lá em Manoel Urbano. Eu vou estar, inclusive, sábado agora no Município. Está lá a placa. Por que relançamos? Porque algumas regiões do Brasil estavam na mesma situação e estão na mesma situação que estavam 50 anos atrás, do ponto de vista da necessidade, de que a Força Aérea Brasileira é a única alternativa para ir e vir. Então, nós lançamos. Foi muito bonito, foi nostálgico, mas foi também um gesto para mostrar que nós não podemos fazer o que estão fazendo com a Comara, por exemplo.

Até reclamei, porque há um bom aeroporto lá, em Assis Brasil, com uma boa pista que nós construímos, quando eu era governador, com a ajuda do Governo Federal, em Assis Brasil. O Google não mostra, mas é na Tríplice Fronteira. Deu trabalho para fazer aquela pista, porque era numa ladeira. Antes de ser governador, eu descia no avião e tinha que rezar um pouco, dar o último telefonema, porque não sabia se daria para chegar inteiro embaixo. E a transformamos numa pista importante para a segurança nacional, importante para a soberania nacional, numa área complexa, em que se pega muita gente com tráfico de droga, enfim.

Mas o que se está fazendo com a Comara? É uma destruição total, porque eu acho que estão misturando as coisas no Brasil, está se querendo fazer uma desregulamentação geral e irrestrita, para atender o mercado, sem considerar que nós somos um país continental, nós somos um país que temos uma diferença enorme de infraestrutura na parte sul e sudeste, em relação à norte e nordeste. E isso impõe políticas diferenciadas; fundamentalmente tem que ser feito isso, sob pena de se agravarem as diferenças regionais que nós temos.

Então, sobre a história da Aeronáutica, o ITA começou na década de 50, salvo engano. Quer dizer, o que o Brasil fez na década de 50? Apostou no conhecimento, em formar pessoas. E qual é o resultado disso? Produção de avião, produção de satélite.

O Brasil é um dos poucos países do mundo... Agora vai sair um avião da Embraer, deu cria a Embraer, veio de lá. O Brasil vai agora produzir um avião que eu acho que é o E-2, que vai ter uma capacidade de transportar 157 passageiros. Isso é igual a um A-320 ou igual a um Boeing 737. Então, é o único país do mundo que tem uma companhia capaz de produzir avião. Por quê? Por causa da Aeronáutica, por conta da opção que fizemos de formar pessoas, desenvolver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu estive lá visitando o KC-390, fui lá ver o protótipo, e enche os olhos da gente. Esse avião certamente vai ser o avião que mais vai vender no mundo nessa categoria. Ele supera o Hércules, tem uma capacidade de carga maior, tem capacidade de voo, autonomia e menos problemas que o Hércules, que é um grande avião, que segue, mas é um avião que vai ser superado certamente pelo KC-390.

E a dificuldade que tivemos, o atraso que tivemos foi por conta do quê? Orçamento. E fica chocante: no ano em que o Brasil lança um satélite, em que o Governo fez um estardalhaço, deveria até ter, adequadamente, contado a história dos investimentos, inclusive do governo passado, nesse programa. E foram lá, fizeram até comemoração. Temos que comemorar, sim, porque o Brasil tem uma das mais importantes posições do mundo para lançamento, e também mais importante, às vezes, do que lançar um satélite é ter o controle sobre ele, estar no controle dele. E a parte de controle é uma tecnologia completamente diferenciada, foi mostrado aqui; sem isso, vamos ficar reféns seja dos Estados Unidos, seja de outra nação.

Mas o Brasil lança um satélite... E eu fico chocado de ver, com respeito ao Presidente: não é que seja um pouco mais, Presidente, a Argentina tem dez vezes mais recursos sendo investidos na área de satélite, que o Brasil – dez vezes! A Argentina é maior que o Brasil do ponto de vista do orçamento, do ponto de vista da população? Tem uma posição estratégica melhor que a do Brasil? Está vivendo uma crise política e econômica diferente da nossa? Não, até pior viveu no passado. Pelo menos, até ontem, até um ano atrás, no *impeachment*. Mas a Argentina estava atolada numa crise econômica que foi mais embaixo do que o país, mas consegue manter investimentos em áreas estratégicas, como de satélite porque não há como... Nós não temos telecomunicações. Não há como estar no mundo contemporâneo sem satélites.

Aí, o Brasil põe US$100 milhões, por ano – há previsão de orçamento –, 0,006% do PIB... Acho que há mais um zero ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não, é do PIB, porque vieram duas informações. E a outra é 0,1, que, comparado lá para bilhão, dá US$100 milhões, quando a Argentina tem 1,2, a Índia tem 1,2. E a Índia hoje é um endereço dessa tecnologia, como o Brasil poderia ser, dando sequência ao ITA, à Embraer, dando sequência à nossa base de lançamento em Alcântara e dando um pouco de atenção a uma área que é tão fundamental. Quando se faz investimento nessa área, está-se dizendo: olha, os negócios no Brasil vão prosperar, porque nós vamos ter melhor comunicação, vamos ter uma segurança, como endereço para o mundo.

Então, é terrível. Eu só me prendi mais a isso, mas não posso deixar de fazer essa referência em relação aos aeroportos também na Amazônia, porque são uma necessidade. Não há como. Não se pode fechar uma Comara e dizer: não, agora vai ser tudo regulamentado pela Anac, pela Infraero, vamos ter companhias. Não há essa hipótese de reparo nos aeroportos sem os recursos para se dar manutenção nas pistas.

Eu fui o governador... Não fui eu; nós o fizemos. Colocamos aeroportos nos Municípios isolados todos; concluímos, fizemos. Agora, as pessoas não morrem à míngua, não têm que fazer uma viagem de seis dias de barco, podem sair em um avião; o avião pode chegar e buscar. Mas quem vai dar manutenção nisso? Como é que vamos trabalhar isso? Com um convênio, uma cooperação, com esses recursos que tínhamos.

Já pedi à minha assessoria e acho que nós deveríamos, inclusive aqui na Comissão – é uma sugestão, Presidente –, tomar uma iniciativa. Essa é a minha sugestão, porque nós temos emendas de comissão. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional precisa identificar três, quatro, cinco, as principais prioridades que deveriam existir – no caso, estou falando exclusivamente do Comando da Aeronáutica, da Força da Aeronáutica, vamos ver as outras –, e dizer: dessas aqui, não vamos aceitar orçamentos que ponham em risco a soberania do País, que destruam um patrimônio que o Brasil construiu durante décadas. E bancaríamos isso junto ao relator do Orçamento aqui no Congresso. Nós temos essa prerrogativa.

Então, acho que tem que haver um compromisso, após uma audiência como esta, de dizer: não, recursos para satélites nós vamos ter, nós vamos construir. Não precisa ser de uma vez só, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos aceitar, como bem falou V. Exª, ficar com orçamentos menores do que vizinhos que têm menos condições do que nós temos e que não têm essa exigência que tem um país continental como o nosso.

Não há como fazer monitoramento da Amazônia sem termos... Estamos comprando imagens de satélite do Chile. Agora, o desmatamento aumentou dois anos seguidos. Como é que nós vamos fazer? Nós temos a tecnologia, temos o Inpe, mas não temos os satélites. Agora poderemos ter, mas muito precariamente ainda, com esse geoestacionário que nós acabamos de lançar. O Brasil tinha que ter dezenas de programas sendo executados.

Eu acho que a nossa Comissão pode assumir para si essa responsabilidade, com a liderança de V. Exª, Senador Collor, de tentarmos esse caminho, colocarmos uma concertação nisso, para não ficar nas costas do Ministro da Defesa ou do Ministro do Planejamento. Mas é uma questão estratégica para o nosso País. Então, esses programas que estão sendo trabalhados, que têm a defesa nacional priorizada, podem ser colocados aqui.

Era essa a minha observação. Eu só queria... Eu não posso... Nós estamos sendo acompanhados pelo Brasil inteiro. Peço desculpas a V. Exª, Presidente. Aqui eu só queria dizer poucas palavras, porque não dá para fazer de conta que não estamos vivendo esse dia 18 de maio. Estamos vivendo uma situação terrível, que beira o caos institucional, político. Ninguém é capaz de prever como as coisas estarão no final deste dia, com a eventual divulgação de áudios, vídeos, enfim. Mas, é uma situação que exige de cada um de nós o que temos de melhor. Jamais viria aqui, ainda mais na Comissão, ainda mais na Casa que me acolhe, que é o Senado Federal, para tripudiar ou fazer qualquer comentário que pudesse parecer com alguma celebração.

Acho que o Brasil, nesse momento, precisa de cada um de nós, o que temos de melhor para vencer essa crise institucional que destrói a imagem... Acabei de ouvir... Uma pessoa que trabalha comigo me mandou o que a imprensa mundial está falando sobre o Brasil hoje: é sofrível, é de chorar. Nos diminuíram moralmente diante do mundo, nos apequenaram, já estamos assim. E, internamente, é uma angústia das pessoas, de todo cidadão brasileiro, do Acre ao Rio Grande do Sul, ao Estado mais próximo do mar no Nordeste. E aqui é o centro político de poder do Brasil. Vamos ter que nos debruçarmos todos, encontrar uma saída para isso, uma saída que, numa democracia, não tem outro caminho: mais democracia. Mas também, nessa hora, temos que buscar algum tipo de entendimento para, lendo, relendo e tendo a Constituição na mão, encontrarmos um caminho para vencermos essa situação que estamos vivendo.

Mas, acho que V. Exª, inclusive como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, certamente tem um papel importante a cumprir, numa hora dessas, fazendo a interlocução com nosso Presidente. Temos que nos juntar todos.

Fico chocado, eu só não fico mais desanimado porque acho que, com o agravamento da crise, acho que essa crise ficou muito grande e ela tinha que talvez se agravar, como está se agravando, para que a gente possa pensar numa solução e não ficar falseando posições.

Foi muito delicado e perigoso o que já tivemos aqui, nesse último ano, com *impeachment*, com situações que dividiram o País e feriram a nossa democracia. Agora, estamos nos deparando com um mundo real, que alguns denunciavam, mas que alguns faziam questão de não ver. E o mundo real nos impõe agora que, independentemente de cor partidária... Porque temos colegas Senadores aqui absolutamente destruídos no dia de hoje, não sei se vão ter recuperação no dia de amanhã, estamos todos sobressaltados. Mas, não poderia deixar, pelo menos aqui, de falar essas poucas palavras, não para tripudiar em cima de ninguém, mas para lamentar que o Brasil, que estava dando certo, que estava prosperando, que estava atraindo inclusive a inveja e a competição do mundo inteiro, porque estávamos disputando o mundo há alguns poucos anos, ao invés de consertarmos o que estava errado na política, na organização partidária, na organização do Estado brasileiro, alguns resolveram destruir tudo que tinha sido feito. Até conseguiram, mas acho que agora estão à beira desse caos.

Então, para mim, é muito importante que nosso País possa se reencontrar com regras estáveis e democráticas, construir, quem sabe, uma nova governança para o dinheiro público brasileiro, com transparência nas relações público-privadas. Isso vai ter que ser necessário. Mas, essencialmente, temos que cuidar, como nessa audiência aqui, para que, mesmo nesse caos, mesmo nessa crise, a situação não se agrave e não venha a ficar ferida definitivamente, causando enormes prejuízos à soberania do País, com forças como a Aeronáutica, tendo seus recursos minguados e tendo que ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

paralisar ou, quando nada, em muitos casos, acontecendo isso, perdendo-se o *timing*, o tempo, e aí determinados projetos perdem também sua eficácia, a sua importância é diminuída.

Então, agradeço ao Presidente Collor. Acho que todos nós agora temos que – eu daqui a pouco vou sair, tenho reuniões também – encontrar um jeito de ajudar o nosso País a buscar uma saída para essa situação de absoluta gravidade que estamos vivendo e que afeta os brasileiros e a história de um País tão bonito como o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jorge Viana.

As palavras últimas de S. Exª o Senador Jorge Viana explicitam bem o momento que lamentavelmente vivemos. O momento é de extrema gravidade institucional, e nós temos que confiar no bom senso, na temperança, na capacidade de construir saídas para esse momento. Pelo menos na minha memória, eu não tenho registro de nada parecido.

Mas o Brasil é forte o suficiente, e o nosso povo, as nossas instituições são sólidas o suficiente, e as duas Casas do Congresso Nacional são responsáveis o suficiente para que nós possamos encontrar essas saídas que nos levem à retomada de um momento de paz, de tranquilidade para que nós possamos alcançar os níveis de crescimento e de igualdade social que desejamos.

Agradeço as indagações que foram formuladas.

Antes de passar à leitura de algumas perguntas selecionadas e que foram enviadas pelos nossos internautas a S. Exª o Tenente-Brigadeiro do Ar Rossato, eu gostaria de agradecer a presença aqui, nesta Comissão, no dia de hoje, do Deputado Federal Paulo Magalhães; da Deputada Bruna Furlan, que é Presidenta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – mais uma vez muito obrigado a V. Exª, Deputada Bruna Furlan, pelo prestígio que nos concede com a sua presença no dia de hoje –; aos Srs. Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez, Comandante-Geral do Pessoal; ao Major-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Chefe de Gabinete do Comandante da Aeronáutica; ao Sr. Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica e do Sr. Brigadeiro do ar Antonio Ramirez Lorenzo, Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

A todos os senhores, os nossos agradecimentos pela presença.

Como perguntas, Sr. Comandante Rossato, temos aqui a do Tiago Souto Bezerra, do Rio Grande do Norte, em que ele diz: "Tensões na Coreia do Norte colocaram as Forças Aeroespaciais da Rússia em alerta, pois a federação faz fronteira com a península. Em possível combate, analistas afirmam que uma ofensiva incluiria a destruição do sistema GPS dos EUA. Como a FAB analisa essa conjuntura geopolítica?"

Entendo que, aí, a pergunta teria mais a ver, Comandante Rossato, com o fato de, numa eventual pane do sistema de GPS dos Estados Unidos, como isso poderia afetar o Brasil.

Outro internauta, Francisco José Abreu Macedo, do Ceará: "A Aeronáutica poderia fazer revistas nos aeroportos privados?"

Uma outra pergunta: "O que os senhores acham da Base de Alcântara? Poderia o Brasil voltar a fazer lançamentos?" Acho que essa pergunta é bem interessante.

Passarei, agora, a palavra a S. Exª o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Comandante da Aeronáutica Rossato.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Presidente, obrigado.

Senador Jorge Viana, obrigado pelas palavras. O senhor tem pleno conhecimento de quais são os problemas da Amazônia, até porque nasceu lá, viveu e foi governador. E, realmente, precisamos ter cuidado. Nós não vivemos... Grande parte da população não conhece. Olhando à distância, é mais fácil; quando se está presente, vê-se a realidade que é a Amazônia. Quando qualquer um tiver que pegar um barco e andar dois dias para chegar ao destino, percurso que ele poderia fazer de avião em poucas horas, vê-se a diferença. Isso, sem contar a questão da época de secas, em que não se tem acesso também e tem de esperar o ano seguinte.

Então, essa visão da Amazônia é importante e deveria ser divulgada para que todos os brasileiros tivessem clareza sobre isso. Às vezes, até penso que a Amazônia é outro país. Fala-se da Amazônia como outra coisa, como se fosse outra região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Bem, obrigado.

O Senador Pedro Chaves falou a respeito da compra do Gripen. O Gripen nasceu há mais de 20 anos; era o FX1, e um dos concorrentes na época era o Gripen C e D, que é o modelo antigo que está voando hoje lá. Depois, foi cancelada essa compra, porque o governo não autorizou, e foi reaberta novamente. Quando se decidiu em dezembro de 2013, qual seria o avião, foi decidido pelo Gripen, que, na verdade, dos três aviões da lista tríplice enviada para o governo, era o avião que tinha a preferência da Força Aérea, porque tinha maior transferência de tecnologia, porque era de custo mais barato e tinha coisas a serem desenvolvidas ainda, como foi o caso desse painel WAD, como é o caso *biplace*, de dois lugares, aquele avião modelo diferenciado. Então, ele já era a opção no primeiro, o FX1, e no FX2, sendo que o FX2 teve outro modelo do avião, que é esse NG, Nova Geração. Essa foi a razão da escolha. Na verdade, o governo tinha três opções, mas, na época, a Presidente Dilma fez a opção pela escolha técnica: nós tínhamos escolhido esse avião, e era a nossa opção.

Claro que, se fosse o F18 ou o Rafale, nós já os teríamos aqui. Eles eram aviões prontos. Teria transferência de tecnologia? Teria, sim, em outras áreas; não no avião em si, mas teria transferência de tecnologia, pois são empresas muito grandes e têm domínio pleno dessa parte aeronáutica. Mas o nosso avião era esse Gripen NG que nós colocamos.

O senhor perguntou também a respeito do uso de satélites da banda X. A banda X entrou de carona. Já estava andando o SGC, acho que se chamava assim, Satélite Geoestacionário de Comunicações, depois entrou "Defesa" no meio, e foram colocados mais recursos, em torno de 400 milhões, e 30% desse satélite seriam por conta da parte da banda X, que é a banda que atende o sistema de comunicações militares, criptografada, etc. Ele melhora... O que nós temos hoje é alugado, essas bandas de satélite. Tudo é alugado hoje no Brasil. O Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), por exemplo, usa muitos satélites alugados.

Outro dia, uma empresa grande, não me lembro o nome agora, mudou a posição das antenas e tivemos que mudar tudo aqui no Brasil rapidamente. Ela era a dona.

Esse satélite é nosso; então, o controle é nosso, a estação de solo é nossa, a criptografia é nossa. Então, nós temos o domínio sobre esse satélite.

Essa banda X deve ter... A vida útil do satélite é de 18 anos. Há uma variação, porque ele gasta combustível, etc., mas está planejado para 18 anos o SGDC, atendendo a banda larga.

Eu entendo que o Brasil nunca mais vai deixar de ter o satélite, porque ele precisa do satélite. A Amazônia não tem banda larga. A banda larga das grandes empresas está aqui no litoral, no sul, nos grandes centros. Lá não existe banda larga. Ele vai disponibilizar essa banda larga para aqueles lugarzinhos no interior do Brasil.

Então, essa pergunta do senhor sobre a substituição do satélite, para mim nós temos que ter logo um outro satélite, no mínimo dois funcionando, até para que funcione como *backup;* em caso de uma crise ou algum problema, estaria funcionando esse satélite.

Eu entendo que satélites vieram para ficar e já deviam ter vindo há muito mais tempo, não só o de órbita alta como esses de órbita baixa, satélites que ficam a 600km, não de 35 mil, são 600km, que são satélites óticos, e nós temos condições de rapidamente nos adaptar a isso; satélites meteorológicos, etc.

Eu já entro até, inclusive aqui, nas perguntas do rapaz lá de Natal, sobre a Coreia do Norte.

O GPS é um sistema de geoposicionamento global. Existe dos Estados Unidos, existe um russo, existe um chinês, o indiano está desenvolvendo um e há um europeu. Eles não dependem de que o americano desligue. Ele pode não só desligar como ele pode inserir erros.

Durante a guerra das Malvinas já existia isso. Ele foi tremendamente deteriorado, o GPS, durante a guerra das Malvinas. Já existia essa parte de comunicações, essas coisas já existiam, não bem exatamente assim.

Então, realmente, se houver um colapso do GPS, há outros sistemas. Por isso que uma das possibilidades nossas mais à frente é ter o nosso sistema de posicionamento, porque hoje em dia os nossos tratores nas lavouras precisam do GPS. Eles funcionam hoje basicamente no GPS. Com o tratorista ou não, ele segue uma orientação do GPS. Então, se nós tirássemos o GPS, ou se ele inserisse nisso um erro grande, nós já perderíamos uma barbaridade em termos de recursos, porque eles são guiados, todos, por GPS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Tiago fez uma pergunta correta, existe realmente essa ameaça. Por isso que o europeu tem o seu, por isso que o chinês tem o seu e por isso que o indiano está fazendo o seu também, e o russo também tem o seu próprio. Eles não fizeram o deles à toa. Eles fizeram porque eles sabem da importância de se ter esses satélites.

Bom, em relação à outra pergunta do Francisco José sobre revista em aeroportos privados, aeroportos privados são responsabilidade do operador do aeroporto, mas durante as Olimpíadas, durante a Copa do Mundo, nós tivemos participação nesse controle dos aeroportos.

Em parte, tem a Polícia Federal, tem a Receita, tem o Ministério da Agricultura, tem um bocado de gente. Passar para a Força Aérea ou para as Forças Armadas a revista em aeroportos privados é uma questão um pouco vaga. Teria de dizer qual a razão. Então, a gente tem, por exemplo, cães farejadores, até por causa dos aeroportos, que foram utilizados nos casos dos presídios. Eles podem ser usados. Existem locais que já têm detectores, os raios X, e outros que não. Existe uma variação muito grande em função dos riscos. No nosso caso, é mais por questões de contrabando, etc., em outros países é por causa de terrorismo. Então, entendo que isso é um pouco vago.

Sobre a parte de Alcântara – eu poderia até ter falado aqui. Ela é uma base, hoje... É que foi perguntado também sobre Alcântara. Ela é a melhor posição que existe sobre o globo para o lançamento de satélites. Ela está pronta. Se os senhores quiserem visitar... Alguns já a visitaram. Talvez o senhor já tenha visitado. Alcântara é uma base pronta para fazer lançamentos.

Nós temos hoje três sítios, podendo aumentá-los para seis ou mais sítios. Nós temos uma questão, que é a questão quilombola, que tem de ser resolvida. Nós temos, hoje, 8 mil hectares. Foi retirado o pessoal lá de dentro e criaram agrovilas, fora. Mas temos outros 12 mil hectares onde há em torno de mil pessoas. O nosso Ministro já está tratando desse assunto junto com a Casa Civil, o Incra, para retirar essas mil pessoas e fazer as agrovilas em uma área específica, do lado de fora desses 12 mil hectares. São poucas pessoas. Se formos ver são pequenas vilas que estão lá dentro. Quando tirarem, nós ampliaremos a área e poderemos fazer mais sítios de lançamento lá dentro.

Esses sítios podem ser utilizados desde que a gente faça os tais acordos de salvaguarda que nós não fizemos com os Estados Unidos no passado. Está voltando isso aí. Segundo o nosso Ministro, até numa entrevista que deu lá em Alcântara agora há pouco, nós fazemos com os Estados Unidos, com os russos, com os indianos, com os chineses, com os italianos, com quem quiser fazer acordo de salvaguarda conosco. Todos nós entendemos, o mundo inteiro entende assim, tanto que o americano tem com os russos, o francês tem com os russos e tem com os americanos também. Nenhum abre os seus segredos de espaço com os outros países; isso aqui é meu, acordo de salvaguarda é isso. Ele está trabalhando nesse aspecto o acordo de salvaguarda. E nós temos de fazer com todos, senão ninguém vai usar a base. Quando tivermos o acordo de salvaguarda, eles vão utilizar a nossa base, vão pagar pelo uso da base. O russo lança satélites em Kourou também, o americano lança em outros lugares. Todo mundo lança nas bases dos outros, desde que com esses acordos de salvaguarda. Nós podemos ter vários sítios em Alcântara e lançarmos os satélites a partir daí.

Então, estão sendo tratados esses acordos de salvaguarda, eles precisam ser feitos. Depois, precisamos fazer os tais sítios, como foi feito aquele da Cyclone Space, com alguns problemas, e que faz parte do desenvolvimento do nosso espaço. Mas entendo que Alcântara é, dentro dessa estrutura de espaço que nós estamos propondo, um ponto fundamental. Ela está lá há mais de 20 anos pronta. É um centro espetacular, o de Alcântara. Está lá pronto esperando pelos parceiros para fazer os lançamentos.

O Sr. Fernando Collor (Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Tenente-Brigadeiro do Ar, Comandante da Aeronáutica Rossato.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia para sua indagação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, caros colegas Senadores, caras autoridades militares da Força Aérea Brasileira, faço um cumprimento especial ao nosso Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Rossato. Para nosso orgulho, Presidente, o senhor sabe do meu gauchismo aqui, ele é gaúcho de São Gabriel.

Primeiro, eu quero pedir desculpas porque tive que me ausentar para uma audiência no Ministério da Justiça, mas voltei para fazer duas observações. A primeira delas, sem dúvida, já foi aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mencionada pelo Senador Jorge Viana, é o momento que o Brasil está vivendo. Eu preciso reafirmar aqui a confiança que o Brasil tem no compromisso das Forças Armadas brasileiras com a Constituição, com a democracia.

Recentemente o Comandante Villas Bôas declarou, numa cerimônia militar, que, na Constituição, não há atalhos. Nós temos que respeitá-lo. Essa manifestação é reverenciada pela responsabilidade que a instituição militar tem revelado desde a redemocratização do nosso País, e tanto é a avaliação que as pesquisas demonstram cada vez que são consultadas sobre quais são as instituições mais respeitadas em nosso País.

O zelo profissional, o cuidado com o interesse nacional, com a soberania do nosso País foram expressos numa aula que V. Exª acabou de nos dar aqui sobre a relevância dos investimentos em tecnologia, porque o mundo globalizado hoje, no século XXI, é o mundo da tecnologia. Na área militar, a área da defesa, se não houve atenção redobrada sobre esses aspectos, perderá a revolução tecnológica e perderá também a própria soberania, na medida em que estará despreparada para esses novos enfrentamentos.

Quero dizer, então, na minha confiança, que a crise que estamos vivendo no nosso País vai depender, como até mencionou o Senador Jorge Viana, de uma atitude muito responsável, muito comprometida, para que o nosso País não se torne uma Venezuela, que vive um caos institucional. Nós não somos a Venezuela. Nós temos que pautar a nossa atitude aqui com a responsabilidade institucional que cada um tem – as Forças Armadas, o Congresso Nacional, as lideranças políticas, o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Polícia Federal. É a minha convicção. Qualquer que seja a saída para a crise, ela precisa ser pela trilha da Constituição.

Para terminar, eu queria apenas fazer um breve comentário. V. Exª falou muito da questão da relevância que tem o controle aéreo nas fronteiras. Eu concordo plenamente com V. Exª. Promovi, aqui nesta Comissão de Relações Exteriores, a primeira audiência pública sobre *drones* há quatro anos, mais talvez. Também havia um representante das Forças Armadas. E foi muito elucidativa. De lá para cá, a Anac ficou responsável pela regularização do funcionamento dos *drones*.

A Força Aérea tem, no Rio Grande do Sul, um projeto de *drones*, que está em desenvolvimento, mas, como V. Exª falou, o transporte aéreo do contrabando, do tráfico de armas, de drogas e de outros produtos, talvez até tráfico de pessoas, é muito mais barato, porque ele tem essa facilidade da mobilidade, de chegar a lugares que, por uma rodovia, como a gente viu ontem na televisão, são de difícil acesso. Os *drones* passam a ser também um veículo para esse uso. E o crime organizado hoje, aqui e no mundo, é muito mais avançado, usa tecnologias muito avançadas antes que as instituições que são responsáveis pelo controle e pela fiscalização se preparem para enfrentá-los.

Então, quero um comentário de V. Exª a respeito desse risco e também da questão relacionada aos veículos não tripulados.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª o Comandante da Aeronáutica Nivaldo Rossato.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – Senadora, obrigado pela pergunta e por lembrar que nós somos gaúchos também. Gaúcho é bairrista. Não adianta!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – É verdade! Somos da República de Piratini.

O SR. NIVALDO LUIZ ROSSATO – É a República de Piratini.

A respeito dos *drones* quero dizer que, realmente, os *drones* estão, todo dia, na imprensa, estão na pauta, vamos dizer assim, desde os *drones* pequenos, com que o pessoal fica brincando dentro de casa, até os grandes *drones*, as aeronaves remotamente pilotáveis, como se chama.

A Anac, recentemente, colocou em prática uma legislação sobre o uso de *drones*, sobre as limitações, sobre as exigências de capacitação, etc. O Decea também já tinha alguma coisa sobre isso, porque ele gera um risco nos aeroportos. Ele é, realmente, importante. Lembro que, há muitos anos, o pessoal já estava usando *drones* para levar coisas para dentro dos presídios, e o pessoal procurou impedir esse tipo de coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sabemos dessa importância e entendemos que, no futuro, a próxima geração de aviões vai ser de aeronaves não tripuladas, o que já existe no mundo inteiro. Os Estados Unidos, principalmente, utilizam *drones* armados, com reconhecimento em grandes alturas, voando por centenas de horas ao redor do globo. Eles têm condições de fazer isso porque são guiados por satélite. Nós sabemos disso.

Temos um esquadrão no Rio Grande do Sul, que, inclusive, hoje, está em Dourados, justamente no envolvimento de fronteiras, porque há equipamentos para vigilantes de solo, equipamentos de visualização, através de FLIR, por exemplo, uma câmera térmica. Eles estão sendo utilizados. A Polícia Federal também já os tem. Mas já descobrimos que o tal do *drone*, o tal do Vant é caro, não é barato. Talvez, ele não tenha um piloto, mas custa um preço razoável. Ele envolve muita tecnologia, tem de haver essas comunicações por satélite, etc. Então, ele é importante. Há alguns anos, no Rio Grande do Sul, estamos utilizando os *drones*. Estamos aprendendo com o Exército e com os órgãos da Polícia Federal, por exemplo.

Ele se associa muito à parte de inteligência. Nós precisamos ter inteligência. Não adianta haver um *drone* em cima da beira do Lago de Itaipu vendo alguém lá pescando. Tem de se saber se aquele pescador está apenas pescando ou se ele está esperando que chegue uma lancha ao outro lado com um carregamento de drogas, com contrabando, para colocar no carro dele e ir embora. Então, essa parte de inteligência está muito associada ao uso de *drones*, nessa parte militar.

Lembro que o *drone*, a aeronave remotamente pilotada, é muito importante também para a Receita Federal, para a Polícia Federal e para uma porção de outros órgãos em que nós podemos utilizar o *drone*. Entendemos que, no dia em que tivermos *drones*, em que tivermos uma central em Brasília, por exemplo, seguindo o exemplo do mundo inteiro... Ele tem controle de satélite, ele coloca o operador da PF, da Receita, do meio ambiente ou das Forças Armadas no console, controlando a missão que é de interesse dele. Então, o *drone* que nós imaginamos, o uso da aplicação do *drone* seria centrado, por exemplo, na Força Aérea com vários usuários, da mesma forma como existem os satélites também. Então, haveria o *drone* que atende às Forças Armadas, que atende ao Ibama, que atende à Receita Federal, que atende à Polícia Federal, que atende a quem quiser se interessar. Há uma cota, e ele paga por aquilo. Esse é o que imaginamos como futuro do uso. Se nós quisermos que cada um tenha o seu, vamos pagar caro. É muito melhor concentrar esse esforço, da mesma forma como estão fazendo um contrato de uso de satélites de fora.

Agora, essa parte de *drones* pequenininhos, qualquer feira ou mercado está vendendo isso, hoje em dia. Pequenininho, maior, grande... Daqui a pouco vai ter dois metros de diâmetro carregando bombas, cocaína, contrabandos. Então, entendemos que é um problema do mundo inteiro. A senhora deve ter visto, recentemente, houve um *drone* invadindo o pátio da Casa Branca e o pessoal ficou em polvorosa. O que se faz com isso? É difícil, porque qualquer garoto pega um bichinho desse e coloca voando.

Então, temos essa regulamentação e entendemos que deve ter penalidade em cima disso. Talvez sejam necessárias interferências em certas áreas, que possivelmente já existam. Depois daquele incidente na Casa Branca, possivelmente colocaram interferências para que não se consiga entrar naquela região.

Essa parte de *drones* está se desenvolvendo ainda, tanto os equipamentos quanto os controles que nós temos. O que o Decea já tinha era bom, porque ele limitava o espaço aéreo próximo a aeroportos, alturas mínimas, e a Anac fez uma regulamentação. Agora, cumprir é outra coisa, porque qualquer um compra um equipamento desse e fica perturbando.

Eu li, não há muito tempo, que um determinado cidadão pegou uma 12 e disse: "Não vai mais voar com *drone* aqui em cima da minha casa." Pegou uma arma daquela de chumbo, uma 12, mandou tiro para cima e derrubou o *drone* do outro. Então, vai acontecer todo tipo de solução para quem acha que estão invadindo a privacidade dele, que o vizinho está bisbilhotando a casa dele. Mas para isso tem uma infinidade de opções.

Então, entendo que o que a Anac fez foi correto, o que o Decea tem também, e que nós todos devemos ficar atentos a esse tipo de coisa, inclusive estimulando a nossa indústria desse tipo de equipamento remotamente pilotado, porque é um mercado muito grande no mundo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Comandante Nivaldo Rossato, pelas informações trazidas em decorrência das perguntas formuladas pela Srª Senadora e pelos Srs. Senadores.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença das autoridades que aqui acorreram para assistir à palestra e à exposição feita pelo nosso Comandante da Aeronáutica.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, proponho que deixemos a segunda parte, prevista para o dia de hoje, da reunião da nossa Comissão, para a próxima quinta-feira. (*Pausa.*)

Todos concordando, então fica transferida a parte deliberativa para a próxima reunião de quinta-feira.

Gostaria de comunicar às senhoras e aos senhores integrantes desta Comissão que, dando segmento ao nosso ciclo de debates, denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 22 de maio, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando realizaremos o 5º Painel de debates sobre o tema: "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio".

Para expor e debater o tema teremos, como convidados, o ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento e ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América, Marcílio Marques Moreira; o Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República e Professor licenciado da Universidade de Brasília, Carlos Roberto Pio da Costa Filho, e o pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas Samuel de Abreu Pessôa.

Agradeço, mais uma vez, a presença e a audiência de todos.

Não havendo nada mais a tratar, agradecendo, mais uma vez, a honrosa presença do Comandante da Aeronáutica, S. Exª o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Rossato, dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2017.

Às dezoito horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Jorge Viana, Pedro Chaves, Hélio José e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. O Presidente registra a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, convidada a compor a mesa. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Ciclo de Debates "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?". 5º Painel: Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio. A crise de 2008. Recuperação da economia americana e da economia europeia. Globalização e aumento da desigualdade. O protecionismo norte-americano: possibilidade de manutenção artificial de indústrias obsoletas. Consequências do protecionismo norte-americano e europeu para o Brasil. O Brasil e a crise econômica internacional: ameaça à soberania ou oportunidade de desenvolvimento? Participantes: Ministro Marcílio Marques Moreira, Ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América e Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; o Professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e o Professor Samuel de Abreu Pessôa, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). O Presidente convida a comporem a mesa os expositores. O Presidente concede a palavra a cada expositor. O Presidente registra e agradece a presença das seguintes autoridades: do Brigadeiro do Ar Marcos Vinicius Rezende Mrad, Subdiretor de Administração Financeira da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica; ao Brigadeiro do Ar Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comandante da Aeronáutica; ao Brigadeiro do Ar Antonio Pereira da Silva Filho, Chefe da Segunda Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; ao General de Brigada Marco Aurélio de Almeida Rosa, Assessor Especial do Ministério da Defesa; ao Conselheiro Giorgi Sirbiladze, da Embaixada da Geórgia; à Conselheira Econômica Dagmar González Grau, da Embaixada de Cuba; ao Segundo Secretário Fernando López Closs, da Embaixada da República do Paraguai; ao Embaixador Nabil Adghoghi e ao Conselheiro Abbah Sidi Sidi, da Embaixada do Marrocos; ao Primeiro Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da Argentina; e ao Sr. Ibrahim Alzeben, da Embaixada do Estado da Palestina.O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal e-Cidadania. Usa a palavra o Senador Pedro Chaves.O Presidente concede a palavra aos expositores para responder ao parlamentar e aos internautas participantes. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e um minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Hoje, cumpriremos mais uma etapa do Ciclo de Debates denominado "O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?", aprovado por esta Comissão em 17/03/2017.

Trata-se do 5º Painel, intitulado: "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais entre o protecionismo e o livre comércio".

Antes disso, alguns comunicados, o primeiro deles em relação ao Marrocos.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, no dia 28 de abril de 2017, a Resolução nº 2351, de 2017, que prorroga por um ano o mandato da Minurso.

A resolução converge com as avaliações e recomendações do Secretário-Geral das Nações Unidas, contidas em seu relatório ao Conselho de Segurança, pela Decisão S/2017/307, no qual o Senhor António Guterres recomenda notadamente "um acordo sobre a natureza e a forma do exercício da autodeterminação", o que significa que as partes envolvidas devem se afastar de tudo que é impraticável e irrealista.

Nesse sentido, o Conselho de Segurança reafirma que o processo que pode levar a uma solução política deste conflito regional deve ser guiado pelos parâmetros de "realismo e espírito de comprometimento".

A resolução da ONU reafirma também o seu apoio aos esforços "sérios e críveis" feitos pelo Marrocos e reiterou a primazia da iniciativa marroquina de autonomia que visa conceder uma larga autonomia à região, no quadro da soberania nacional e da integridade territorial.

A resolução não menciona, de forma nenhuma, a opção de referendo.

A resolução do Conselho de Segurança destaca a dimensão regional do conflito, chamando os países vizinhos, principalmente a Argélia, para cooperar plenamente e mais estreitamente com a Organização das Nações Unidas, envolvendo-se de forma mais decisiva, para colocar um fim ao impasse atual e avançar para uma solução política.

Em relação aos direitos humanos, o órgão executivo da ONU reconhece e saúda as medidas tomadas pelo Marrocos para fortalecer as Comissões do Conselho Nacional de Direitos Humanos nas regiões de Dahkla e Laayoune, e a interação contínua do Marrocos com o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

O contexto geopolítico da região foi demonstrado através dos riscos de segurança em uma região particularmente frágil e sob influência crescente de grupos terroristas e de narcotráfico.

O segundo comunicado refere-se ao nosso ciclo de debates, 4º Painel, quando tratamos do tema: "Não me representam: populismo e crise de legitimidade política na Europa e nos Estados Unidos. Consequências das eleições presidenciais na França", tendo como palestrantes o ex-Deputado Federal, Sociólogo Paulo Delgado, o especialista em Política Europeia e Africana Dr. Mathias Alencastro, o Cientista Político Dr. Lucio Rennó, e o Professor Alex Canuto.

O fato de um país declarar guerra a outro e não atravessar fronteiras de maneira intempestiva é um dos pontos altos do processo de civilização, afirmou Paulo Delgado. A política de pacificação do governo nacional socialista da Alemanha, nos anos 30, teve largo apelo europeu, e só foi contida quando atravessou fronteiras sem declaração de guerra. O terrorismo atravessa fronteiras por todos os meios, fenômeno novo que está por trás de muitos fatos da conjuntura internacional, que gera a dúvida: "construir pontes ou erguer barreiras".

Macron, pela forma como foi escolhido candidato, se tornou o candidato que a França precisava, caracterizando o impulso francês de integração da Europa diante do sinal negativo do Brexit, considerou o ex-Deputado.

O jeito novo, usado por Macron para ampliar o número de eleitores, de inventar um nome para esconder ideias e partidos, no caso do En Marche!, já tentado por Sarkozi, contaminou a Espanha e também a Itália.

Os Estados Unidos são o único grande Estado empenhado em transformar o mundo à sua maneira. A China não faz isso mais, ou ainda não o faz. Todos os demais Estados que querem transformar o mundo são pequenos e altamente radicalizados, e o fazem por razões diversas dos EUA, que são um país onde há um convencimento, um estado de nação, baseado em uma estrutura moral, muitas armas, tecnologia e capacidade de dissuasão e enfrentamento, enumerou o palestrante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

"A ideologia serve para um jovem escolher, mas não serve para um adulto compreender", asseverou o Prof. Delgado. A esquerda do mundo não está conseguindo entender o que está ocorrendo na cabeça das pessoas. Será que as pessoas querem ser partidárias, ser de sindicatos, de organizações seculares? Por que não podem mudar? Arguiu ele.

Na França, em dois anos se construiu um candidato para ser Presidente do país. O Presidente do Brasil está sendo construído, mas não por nenhum dos candidatos que estão aí. Está sendo construído no inconsciente coletivo, na alma do Brasil, uma pessoa totalmente diferente do que está aí. Os movimentos que constroem líderes têm hoje um componente oculto que só passou a existir a partir dos anos 2000, que é a internet, a rede social, o Facebook, explicou o palestrante.

Hoje, com os Estados ultradescentralizados e o fim das grandes superpotências, o conflito está no mundo das pessoas comuns, tanto que, atualmente, o maior subproduto dos problemas mundiais é o número de expatriados, de imigrantes exilados, que é muito maior do que depois da Segunda Guerra Mundial. Ou seja: um mundo centralizado, um mundo dominado por superpotências provoca menos migrações; um mundo de Estados nacionais fechados e pequenas fronteiras expulsa mais gente de casa. Esta é a grande contradição, a meu ver – segundo ele –, do mundo atual, e é essa contradição que está fazendo as pessoas comuns pensarem na própria vida e esquecerem os grandes formuladores, concluiu o Prof. Paulo Delgado.

A vitória de Emmanuel Macron colocou fim a uma ameaça que parecia muito real no final do ano passado, qual seja, a instalação de um eixo de "regimes étnico-nacionalistas entre os Estados Unidos, a França e a Rússia, que colocaria em xeque o sistema internacional, as Nações Unidas e a União Europeia, em particular", afirmou o segundo palestrante, Dr. Mathias Alencastro. "Os resultados da França mostram que as dinâmicas nacionais continuam sendo muito mais relevantes do que as grandes narrativas de globalização. Tanto a chegada ao poder de Trump como o Brexit são, antes de tudo, resultados de contingências políticas locais", disse ele. "O Brexit não era para ter acontecido, foi um acidente da história", disse ele. Continuou:

> O Reino Unido não tem cultura referendária, e o acordo com a União Europeia era bastante vantajoso. O referendo, que partiu de uma disputa política interna do Partido Conservador, deveria ter garantido a permanência do Reino Unido na Europa, só que a data coincidiu com a explosão da crise dos refugiados, que foi aproveitada pelos populistas e pela extrema-direita. Por isso [afirmou], a tentativa de resolução de uma disputa partidária resultou em uma das maiores sabotagens econômicas de um país na história.

Para o palestrante, é muito pouco convincente a tentativa de uma narrativa global da onda populista. "O populismo de Trump, o Brexit e Le Pen deram provas de que não sabem governar", segundo o Prof. Mathias. "O que assustava nessa onda conservadora, no final do ano passado, era a capacidade de subversão das instituições, potências mundiais, por uma elite que não partilhava valores universais, composta por Trump, pelo Brexit, pela Le Pen. Isso não aconteceu", afirmou ele.

> E é nesse contexto que a eleição de Emmanuel Macron é uma marca e nos deixa otimistas. Para o Brasil, a eleição de Macron significa uma abertura comercial, mais investimentos em ciência e em tecnologia, mais política externa. A exigência será a elevação de nosso padrão de cooperação internacional. A Europa vai estar mais exigente, e aí haverá dois caminhos: ou o Brasil pode tentar se alinhar em torno do governo Trump, que está apostando em uma regressão tecnológica e civilizatória dos Estados Unidos, retirando financiamento das agências de energia, de meio ambiente e de ciência, ou se alinhar à União Europeia, que, ao contrário, vai elevar o padrão. Então, o Brasil tem um panorama internacional com mais clareza e vai poder planejar estrategicamente, em muito mais longo prazo, toda a sua estratégia.

Concluiu, assim, o Dr. Mathias Alencastro.

O Dr. Lucio Rennó examinou a eleição de Macron, na França, e a de Trump, nos Estados Unidos, buscando esclarecer se as mesmas representam fatos novos no cenário político ou repetição de eventos cíclicos. Nesse sentido, avaliou ele que Trump não seria nada mais, nada menos do que parte desses ciclos. Não traria nada de muito novo e, sim, uma rejeição de parte da população americana ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modelo de expansão de direitos sociais do ex-Presidente Barack Obama e ainda um resquício da crise econômica que os Estados Unidos vivenciam". Segundo ele, "Macron representa um fato novo na política francesa, pois nenhum dos partidos tradicionais chegou ao segundo turno. A organização do governo é que indicará os caminhos que serão seguidos. O fato é a crise de representatividade das instituições políticas tradicionais; as pessoas já não confiam, seja nos Parlamentares, seja nos políticos. A insatisfação é maior na França que no Reino Unido e também nos Estados Unidos, afiançou ele.

Utilizando gráficos e dando estatísticas, o palestrante mostrou o crescimento da insatisfação com a democracia e a queda de confiança no Parlamento e no Governo ocorrida na França e na União Europeia nos últimos anos, o que não se repete no Reino Unido. Já os partidos políticos não merecem a confiança de mais de 80% da população da França e da própria União Europeia, o que se repete na América Latina e também no Reino Unido. Na França os piores problemas vistos pela população são o desemprego, a imigração e o terrorismo crescente. Na Europa como um todo, há um processo parecido com o da França, mas a situação econômica como um todo prevalece mais até do que elementos como terrorismo e imigração.

Então, a questão econômica, como o desemprego, é muito importante como elemento de aprofundamento das preferências mais radicais e conservadoras da população. Esse é também um sinal para as eleições nacionais aqui no Brasil, em 2018, avaliou ele.

Quanto à América Latina, ressaltou o Prof. Rennó que a satisfação com a democracia em 2016 está abaixo de 16% em todos os países da América Latina. A confiança no Congresso também é muito baixa, e quem oscila nos dois casos é a Venezuela. Então, o grau de crítica com relação ao funcionamento de nossas instituições é bastante grande. Há uma variação um pouco maior no que tange à confiança no Governo, mas essa confiança não passa dos 20% da população em todos os países. Já os partidos políticos são malvistos por todos, com o percentual de confiança abaixo de 13%, o que é semelhante ao que se vê na Europa, recordou ele.

Olhando esses dados, há poucos sinais de realinhamentos, de mudanças profundas no eleitorado que indiquem uma ruptura com o que vinha ocorrendo no passado, avaliou o palestrante. Há, ao longo de todo o tempo, uma estabilidade de avaliações negativas sobre as instituições políticas democráticas, partidos, Congresso e Governo, e há uma satisfação baixa com a democracia em geral. Então, há uma confirmação dessa continuidade, dessa persistência, dessa resiliência de uma crise de representatividade das instituições políticas tradicionais, concluiu.

O último palestrante, o Prof. Alex Canuto, opinou que não há crise de legitimidade; o que há é uma ampliação da legitimidade e da democracia moderna no século XXI, com a inclusão de grupos sociais que, até o final do século XX, não tinham expressão, não tinham muita representatividade, ou a tinham de forma limitada, e que passam a ter representatividade em governos, ganhando eleições majoritárias ou proporcionais, ou pelo menos sendo bem votados, disse ele. A legitimidade existe seja no caso do Presidente Donald Trump, seja no caso de outros presidentes ou de ocupantes de quaisquer cargos públicos eleitos pelo voto, pois é o desejo da maioria, lembrou ele. A queixa parte de grupos que antes ocupavam esses espaços políticos e deixam de ocupá-los, ou passam a dividi-lo com novos atores. É o caso das tradicionais oligarquias. Eles sentem essa entrada de novos grupos e daí surge o bordão "não me representam". A democracia pressupõe a alternância de poder, e um grupo que hoje é minoritário no futuro pode vir a ser majoritário e representar a ambos.

A internet, disse ele, veio para quebrar o monopólio do discurso de grupos que tinham um projeto globalista, um projeto de poder revolucionário, mundial, totalitário, que objetivava buscar a hegemonia. Até o final do século XX, aqueles espaços típicos do que se convencionou chamar de "classe falante" eram ocupados por grupos de pessoas, a mídia jornalística, o *show business* e o mundo artístico, o movimento editorial, as universidades e também as escolas. Hoje, com a internet, a produção e o repasse de conteúdo estão muito pulverizados. Há muito conteúdo sendo produzido, que, de forma pulverizada, não atinge mais tanta gente. Antigamente, pouco conteúdo atingia muita gente. Há uma mudança nessa dinâmica, com a quebra desse oligopólio, do monopólio do discurso.

Os casos dos Estados Unidos, França e Brasil, possivelmente, avaliou ele, são reflexos desse fenômeno. No Brasil, segundo disse o Professor, nota-se um cansaço da sociedade com o estamento burocrático de Raymundo Faoro. Já com o efeito da internet, isso estourou em 2013, com as manifestações que começaram de uma forma difusa, com a questão do passe, dos 20 centavos, veio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

num crescendo e passou a ser contra tudo, sem se saber direito contra o que era, se era contra o estado de coisas em geral, se era contra o *establishment* como um todo, ou somente em relação ao preço da passagem de ônibus.

O nosso sistema político, eleitoral e partidário, aqui no Brasil, segundo o Professor, favorece a construção e consolidação de oligarquias partidárias, criando empecilhos para uma plena realização desse processo. Não há no Brasil o instituto da candidatura independente. Hoje há uma tremenda burocracia para se criarem novos partidos, porque você tem dinheiro público, tem tempo de televisão, etc., instrumentos que bloqueiam essa ampliação da representatividade na nossa sociedade.

Respondendo a questionamentos, já na fase final da nossa audiência, o Prof. Paulo Delgado considerou que o que houve na Inglaterra foi uma covardia do Primeiro-Ministro, que quis fazer a demagogia de achar que é mais popular consultar as pessoas sobre os seus sofrimentos, as suas angústias e as suas dúvidas. A autoridade, segundo ele, não pergunta sempre ao povo tudo.

É preciso distensionar o sistema mundial para que as pessoas possam separar bem quais são hoje os inimigos do mundo, quem realmente atrapalha o avanço da democracia. Diz ele que vê que a França mostrou esse caminho e que a Inglaterra não mostrou.

Todos os países do mundo – continua ele – estão cansados de governo e estão cansados de governo caro, estão cansados de políticos caros. "Eu tenho muita esperança" – diz ele – "no governo francês". E pergunta: "Por quê? [...] Porque é um governo normal; é um homem normal, um jovem que estudou, esperto, capaz de captar como a França está pensando", que quer restaurar a unidade da Europa e "enfrentar as minorias que não aceitam o sistema democrático global".

As grandes transformações do mundo têm hoje um grande e principal inimigo, que é o terrorismo, afirmou o Prof. Paulo Delgado. O terrorismo não permite distinção entre combatentes e não combatentes, transforma a sociedade em uma sociedade militar. Esse movimento, melhor dizendo, seria, talvez, uma sociedade armada. Esse movimento terrorista criou um grau de indefinição no mundo que detém a globalização. Ele está dando um grau de periculosidade excessiva ao progresso econômico e, quanto mais a democracia abre, mais o terrorismo fecha.

Segundo o Dr. Mathias, respondendo também a indagações ao final da nossa audiência, Emmanuel Macron teve a visão tática de fazer uma obstrução, de montar um cordão sanitário entre o movimento dele e os partidos tradicionais até a sua eleição, mas ele agora será obrigado a compor, e as negociações vão começar. Já começaram e, parece-me, estão indo bem. Então, vai haver uma tendência de cooptação da esquerda, que não vai se alinhar com o Macron pelo Mélenchon, e a centro-direita, que vai ficar esmagada entre o Macron e a extrema-direita, de Le Pen. A paisagem política seria uma esquerda mais radical do que a social-democracia francesa em torno do Mélenchon, um centro em torno do Macron, e uma direita em torno da Le Pen. Essa é a tendência, segundo ele.

Na opinião do Prof. Canuto, temos realmente uma crise de representatividade, que seria a nossa sociedade não se sentindo representada pelos partidos políticos, que deveriam ser os focos de debates, de ideias, de produção de novos conceitos, de inovação, de políticas públicas. Hoje, disse ele, quem quer discutir a política pública não procura um partido, procura uma organização não-governamental ou alguma outra entidade da sociedade civil, como esses movimentos que vêm surgindo.

Determino agora à Secretaria da Comissão que dê como lido todo o documento que foi lido em parte.

Iniciando a pauta do dia de hoje, como já divulgado, a população poderá participar, como vem participando. Mais uma vez, agradecemos por esta manifestação de interesse em torno dos temas que aqui são tratados. As perguntas e observações poderão ser feitas pela internet, pelo Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento, ainda, que é possível acompanhar ao vivo a nossa reunião pela TV Senado, inclusive pela internet. A participação dos internautas, como já dito aqui, é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

No painel de hoje, denominado "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio", participam como palestrantes o Ministro Marcílio Marques Moreira, ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América e Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; o Prof. Carlos Roberto Pio da Costa Filho, da Universidade de Brasília, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estratégicos da Presidência da República; e o Prof. Samuel de Abreu Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), os quais tenho o prazer de cumprimentar e convidar para fazer parte desta Mesa, agradecendo antecipadamente a presença de todos. (*Pausa.*) Muito obrigado aos senhores pela participação.

Agradeço também, muito especialmente, a presença, mais uma vez, entre nós da Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputada Bruna Furlan. Muito obrigado, mais uma vez, pelo prestígio que confere a estas nossas audiências.

Agradeço também a presença do Brigadeiro do Ar Marcos Vinicius Rezende Mrad, Subdiretor de Administração Financeira da Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica; ao Brigadeiro do Ar Mauricio Augusto Silveira de Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comandante da Aeronáutica; ao Brigadeiro do Ar Antonio Pereira da Silva Filho, Chefe da Segunda Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica; ao General de Brigada Marco Aurélio de Almeida Rosa, Assessor Especial do Ministério da Defesa; ao Conselheiro Giorgi Sirbiladze, da Embaixada da Geórgia; à Conselheira Econômica Dagmar González Grau, da Embaixada de Cuba; ao Segundo Secretário Fernando López Closs, da Embaixada da República do Paraguai; ao Embaixador Nabil Adghoghi e ao Conselheiro Abbah Sidi Sidi, da Embaixada do Marrocos; ao Primeiro Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da Argentina; e ao Sr. Ibrahim Alzeben, da Embaixada do Estado da Palestina.

A todos, muito obrigado pela presença e pela participação nesta nossa audiência.

Esclareço que cada palestrante terá 20 minutos para fazer a sua exposição. Sempre será concedido um tempo extra para que concluam o seu pensamento. Após a exposição de cada um deles, a palavra será dada aos Srs. Senadores e aos participantes para fazerem as indagações que julgarem convenientes.

Durante essa fase de debates, a Presidência também transmitirá aos palestrantes as observações e perguntas que chegarem dos internautas.

Por fim, é importante dizer que, ao fazer o convite aos nossos palestrantes de hoje, como fazemos sempre a todos aqueles que têm a honra de nos conferir a sua presença nesses momentos, nós sugerimos para esses palestrantes alguns tópicos que poderão ser por eles abordados caso assim desejem.

Para o tema de hoje, "Navegando na turbulência: uma discussão sobre relações econômicas internacionais, entre o protecionismo e o livre comércio", apresentamos alguns tópicos, como: a crise de 2008; recuperação da economia americana e da economia europeia; globalização e aumento da desigualdade com aceleração do processo de globalização; o protecionismo norte-americano, possibilidade de manutenção artificial de indústrias obsoletas; consequências do protecionismo norte-americano e europeu para o Brasil, e o Brasil e a crise econômica internacional, uma ameaça à soberania brasileira ou uma oportunidade de desenvolvimento?

Para dar início ao painel da noite de hoje, concedo a palavra ao Prof. Samuel de Abreu Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) para as suas considerações.

O SR. SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Muito obrigado, Presidente, pelo convite e pela oportunidade de vir aqui compartilhar com os senhores e com as senhoras os meus pontos de vista com relação aos temas tratados no convite. Obrigado, Senadoras e Senadores.

Eu organizei a conversa aqui nos seguintes tópicos: o primeiro item é falar um pouco como eu vejo o fenômeno de globalização, o que é exatamente essa dinâmica. O segundo item, quais são os efeitos da globalização. Terceiro item, qual é o processo atual de piora da desigualdade nos países centrais, que é um processo que a gente enxerga desde mais ou menos a virada dos anos 70 para os anos 80. À luz disso, discutir a dinâmica política recente, tanto a saída da Grã-Bretanha da União Econômica Europeia quanto a eleição do Donald Trump, nos Estados Unidos, como uma dinâmica inversa em diversos países da Europa continental, que não prosseguiram na direção que parecia que iriam seguir. E elaborar um pouco por que eu vejo, por que eu avalio, o que eu acho que está associado ao Estado do bem-estar social, os motivos de a dinâmica política na Europa continental, até o momento, ter sido diferente da dinâmica política nesses países de tradição anglo-saxônica.

Termino a nossa conversa discutindo um pouco a recuperação da economia americana no pós-crise e como eu vejo que o mundo tem impactado na economia brasileira nos últimos anos, nessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trajetória de recuperação. Essencialmente discutir qual tem sido a taxa de juros, o custo de capital na economia internacional desde a recuperação, o que deve estar associado a esta redução muito acentuada do custo de capital que houve nos países centrais na última década, como isso nos impacta e quais são as perspectivas de crescimento do mundo, como o mundo está saindo da crise. Aqui, principalmente a Europa, que mudou o cenário dela nos últimos dois anos, e como isso nos afeta.

Então, esse é o plano de voo, vamos ao primeiro tema. Tema da globalização.

Quando a gente fala de globalização, há duas experiências de globalização. A primeira globalização foi um longo processo de elevação do comércio internacional e da mobilidade de capital entre os países que se iniciou mais ou menos ao fim das guerras napoleônicas e ao fim daquela eliminação, daquelas restrições inglesas ao comércio com os cereais, nas décadas de 30 e de 40 do século XIX, conjuntamente com uma série de progressos tecnológicos que reduziram muito o custo comercial: desenvolvimento do navio a vapor com casco de metal e do telégrafo. Esse pacote tecnológico mais o papel da Inglaterra, rainha dos mares, na polícia do mundo, organizando, dando ordem ao processo do comércio internacional, permitiu, ao longo de mais de meio século, um enorme processo de aumento do comércio internacional e de mobilidade de capital, ou seja, pessoas de uma região conseguindo investir suas poupanças em outras regiões. Então, este é o processo da primeira globalização. E nós fomos, como país, muito afetados pela primeira globalização. O desenvolvimento de todo o Sudeste brasileiro, liderado pela cultura do café, no Estado de São Paulo, é umbilicalmente ligado a esse processo.

Por que esse é um fenômeno novo? A gente sabe que houve globalização. O nosso país materno, Portugal, é fruto de uma grande globalização. A gente sabe que os fenícios eram povos navegadores, que comerciavam muito. O que há de diferente nessa primeira grande globalização que vem com mais intensidade nesse período da segunda metade do século XIX é que, pela primeira vez na história da humanidade, a gente tem comércio de longo curso de *commodities* em geral e de bens manufaturados em geral.

Quando eu digo "em geral", é que é comércio que não é de bens de altíssimo valor. No nosso caso brasileiro, no século XVI, a indústria da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro, que era meio o Vale do Silício daquela época, era a ponta tecnológica daquele momento, aquele produto era caríssimo. Não era um tipo de comércio que conseguia mexer nos preços como um todo dos mercados dos diversos países, eram produtos mais de consumo para altíssimas rendas. Isso mudou. Com esse pacote tecnológico que mencionei aqui, a gente teve esse processo da grande globalização, que mudou a cara do mundo, com implicações, inclusive, como agora, sobre distribuição de renda.

Naquele período, na primeira grande globalização, as periferias eram toda a América Latina e as periferias anglo-saxônicas – Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. E, ao contrário do que a gente acha intuitivamente, na verdade, o processo da primeira grande globalização gerou muito desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, do Canadá, da Argentina, de todo o Sudeste brasileiro, do Chile, do Peru, regiões que se desenvolveram muito nesse período, está associado à conexão dessas periferias do mundo ao desenvolvimento do centro, à acumulação de capital e tecnologia no centro e aos benefícios da troca e da mobilidade de capital.

A primeira grande globalização termina de maneira catastrófica com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e o mundo vem em um longo período de fechamento do comércio e da mobilidade de capital, período que vai até o final da Segunda Guerra. A gente teve a Primeira Guerra, uma grande depressão; depois, a Segunda Guerra; e um lento processo de recuperação da globalização com o pós-guerra, que se intensifica muito, com agenda liberalizante, mais ou menos de meados dos anos 70 em diante. Então, em meados dos anos 70, a gente tem um novo processo, muito assemelhado ao primeiro, de aumento de comércio internacional e de aumento da mobilidade de capital entre os países.

Uma diferença que há entre a primeira globalização e a segunda globalização é que a primeira foi uma globalização com muita mobilidade de trabalho. Qualquer pessoa que more em São Paulo sabe disso, da quantidade de imigrantes que o Sudeste brasileiro recebeu nesse período. Isso vale para os Estados Unidos, vale também para Argentina, e certamente Austrália, Canadá e Nova Zelândia constituem o mesmo caso. Por outro lado, a segunda globalização ocorre com uma mobilidade de trabalho muito menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra diferença da segunda globalização com relação à primeira globalização é que, na segunda, a gente tem comércio não só de bens finais. Tipicamente, na primeira globalização, a gente tinha a periferia exportando bens primários, seja café e açúcar no Brasil, carne e grãos no Cone Sul, o guano do Peru, e o centro exportando para a periferia bens manufaturados. Então, a gente tinha um comércio, um padrão de comércio de bens manufaturados, bens finais e *commodities* minerais e agrícolas. Na segunda globalização, a recente, existe um item novo: em função da forte queda do custo de transporte, a gente tem não só comércio de bens finais, mas também comércio de bens em processo. É possível pegar o processo produtivo de um bem – por exemplo, um carro ou um iPad ou um iPhone –, e as diversas etapas da produção desse bem ocorrerem cada uma delas em um país diferente, dependendo das vantagens comparativas e dos custos relativos da produção, de cada etapa da produção de um bem em cada local.

Isso potencializou enormemente as possibilidades de comércio e gerou os superexportadores, que são países como Taiwan e Coreia, onde exportação mais importação sobre PIB às vezes é maior do que o próprio PIB, uma realidade que no período da primeira grande globalização não existia.

Ora, a globalização tem impactos não triviais sobre a distribuição de renda. Ela gera um choque na sociedade. E isso faz todo o sentido. A gente pega essa segunda grande globalização, e junto com ela a gente vê a reemergência da Ásia no cenário econômico internacional. A gente sabe que a China teve um período áureo de desenvolvimento econômico na Idade Média – o ápice foi o século XII –, e depois uma longa decadência. E hoje a gente tem o ressurgimento da Ásia como um todo.

Isso significa, se nós considerarmos Índia e China, aproximadamente pouco mais de um terço da população mundial. Então, temos uma parcela muito grande da população mundial que, em função da globalização e desse perfil de globalização em que temos globalização de comércio de bens em processo, a incorporação de um contingente imenso de trabalhadores, inicialmente com baixa qualificação – sabemos que os asiáticos estudam muito, e em período curto de tempo aquelas sociedades conseguem mudar profundamente o perfil de qualificação da sua força de trabalho, mas inicialmente é uma força de trabalho desqualificada. É evidente que esse processo de incorporar nos mercados globais de bens e serviços uma quantidade imensa de trabalhadores desqualificados tem um impacto muito grande sobre a renda dos trabalhadores qualificados nos países centrais. Então, a segunda globalização produziu, nos países do hemisfério norte, uma piora na distribuição de renda.

Além disso, houve, ao longo desse processo, uma série de progressos tecnológicos, principalmente ligados à indústria de informação, a informática, que aumentaram muito a escala de produção, e isso gerou um efeito adicional sobre a piora da desigualdade de renda nos países. Por quê? Porque agora, para toda a categoria dos gerentes, quando a pessoa passa a ser gerente de empresa, sendo empresas globais, a remuneração dos gerentes aumentou muito. É o que as pessoas chamam do fenômeno de "o vencedor pega tudo", "*the winners take all society*". Esse é um fenômeno que acontece.

A gente vê isso também nos esportes, por exemplo. A remuneração atual do Neymar é muito maior do que a remuneração que o Pelé teve na vida dele. Por que Neymar é mais remunerado do que Pelé? Esse é um fenômeno da globalização: porque o Neymar joga na televisão, o mundo todo para a fim de ver o Barcelona jogar, e o impacto que isso tem sobre a renda do Barcelona e, consequentemente, a remuneração do Neymar é imenso. Quando o Pelé jogava, ele jogava no Santos, na Vila Belmiro, e as capacidades e as opções tecnológicas para compartilhar esse evento esportivo com uma quantidade muito grande de pessoas era muito menor.

Então, por trás do progresso tecnológico e da globalização, a gente tem, por um lado, uma incorporação de uma parcela da humanidade imensa nos mercados, e isso gera uma tendência à piora da desigualdade nos países centrais; por outro lado, nos países centrais, nós temos desenvolvimento de uma série de tecnologias que potencializam a globalização, que permitem que algumas pessoas se beneficiem demais de ter um acesso muito grande para vender seus produtos ou ofertar os seus serviços.

Mas, se é verdade que a globalização aumentou muito a desigualdade nos países centrais, surpreendentemente, a globalização reduziu a desigualdade no mundo. É um caso estranho, mas o mundo hoje é menos desigual que há 30 anos. Por que isso? Porque a desigualdade do mundo é uma combinação da evolução da desigualdade dentro de cada país com a evolução da desigualdade entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os países. E se é verdade que, nos últimos 30 anos com globalização, a desigualdade dentro dos países aumentou – mesmo nos países da Ásia, como China, houve uma tendência à piora da desigualdade –, a desigualdade entre os países caiu muito, de sorte que, se eu considerar o mundo como um país só e procurar medir a desigualdade dentro desse país, eu vou observar que houve, na verdade, uma enorme queda... enorme não, mas uma queda da desigualdade, e não um aumento.

E por trás desse fenômeno, eu tenho também um outro efeito benéfico da globalização, que é provavelmente a maior queda de pobreza da história da humanidade. É impossível olharmos para China e Índia, imaginar o que era a nossa imagem de China e Índia nos anos 60 e nos anos 70 e não reconhecer esse fato. Estamos assistindo hoje à emergência da Ásia, que, no meu entender, é um fenômeno que tem um impacto sobre a economia internacional da mesma ordem de grandeza da Revolução Industrial e da emergência dos Estados Unidos como grande economia na segunda metade do século XIX. A isso estamos assistindo hoje. E por trás desse processo de desenvolvimento da Ásia e China, temos, conjuntamente com ele, a maior queda de pobreza da história da humanidade.

Quando a gente olha o aumento da desigualdade americana, a gente tem que lembrar que não é um fenômeno de desigualdade do capital. O ano passado, ou há dois anos, foi divulgado aquele rumoroso livro daquele economista francês muito famoso, o Piketty. É um livro muito importante, um clássico, que nos chamou a atenção para o tema da desigualdade, mas, dada a forma como o livro foi veiculado, parece que ele aponta muito para a desigualdade do capital. De fato, a desigualdade da propriedade do capital é um problema, mas o fenômeno da desigualdade nos Estados Unidos, em particular, não é o de uma desigualdade de capital; é uma desigualdade de trabalho, uma desigualdade de remuneração muito elevada, das altas rendas do trabalho: dos CEOs, dos artistas, dos esportistas, dos profissionais da área médica, dos profissionais da área de direito, dos empreendedores do Vale do Silício, etc. Toda essa renda é renda do talento, é renda do trabalho, e há que se pensar com muito cuidado como a gente pode imaginar medidas para aumentar a tributação – eu, particularmente, não me oporia a termos uma agenda de aumentar a tributação –, mas é preciso lembrar que é tributação do trabalho em geral associado ao talento das pessoas.

Evidentemente, esse processo de aumento da desigualdade nos países centrais nos últimos anos gerou uma dinâmica política com que todo mundo se preocupa, que é uma certa tendência xenófoba em alguns países. Nos Estados Unidos, a gente teve a eleição do Donald Trump e, na Grã-Bretanha, houve a decisão de saída da União Europeia.

O que ocorre é que, sim, a globalização tem perdedores, e um dos temas para que nós convivamos bem com a globalização é a construção de instituições domésticas que consigam lidar bem com os impactos da globalização sobre as estruturas sociais internas de cada país, de cada sociedade. E nesse sentido parece-me que os países anglo-saxões não estão tão bem aparelhados assim. Ou seja, a globalização gerou uma enorme queda, um aumento da desigualdade. Gerou aquele fenômeno no cinturão da ferrugem: Estados que tradicionalmente eram democratas sensibilizaram-se com o discurso político – muito bem construído, aliás, como a gente viu e é sabido – do Donald Trump e apoiaram aquela proposta.

Essencialmente, os perdedores da globalização são uma parte pequena da humanidade. Como eu disse, a globalização gerou crescimento econômico, gerou enorme queda de pobreza no mundo e gerou redução da desigualdade no mundo como um todo, mas há, sim, perdedores, e os perdedores são os trabalhadores mais desqualificados ou de qualificação intermediária. Nos países centrais, eles estão procurando a sua voz.

Como a gente pode entender o fenômeno Trump e o fenômeno do Brexit? Para mim, na verdade, esses fenômenos demoraram muito para aparecer. Para mim, isso que é surpreendente. Um fenômeno eleitoral como Donald Trump: já deveria ter aparecido alguma voz política que veiculasse essa ideia. A minha interpretação para esse fenômeno é que, de certa forma, de fato a globalização é favorável para o mundo como um todo. Os economistas em geral veiculam a opinião olhando o mundo como um todo, e os economistas têm uma visão muito positiva da globalização. Eu reitero: na média e como um todo, olhando o mundo de uma visão cosmopolita, a globalização é positiva.

Isso não quer dizer que não haja ganhadores e perdedores, mas, de certa forma, é como se os economistas tivessem convencido os políticos mundo afora de que a agenda que está na cabeça dos políticos, que têm uma visão cosmopolita do mundo, é a correta; como se eles tivessem convencidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os políticos da globalização. Isso é muito claro quando a gente olha a agenda do Partido Democrata americano. Só que o problema é que as instituições políticas são nacionais, elas não são supranacionais. E aí acontece, sim, uma dissintonia entre a política e a economia, e é natural que tenha aparecido – em algum momento apareceria – uma força que responderia aos anseios dos perdedores nos países centrais.

E é assim que eu vejo o fenômeno Donald Trump; é assim que eu vejo o fenômeno Brexit. Mas esse fenômeno aconteceu na Europa, quer dizer, se nós olharmos Europa, houve aquela eleição na Áustria um tempo atrás, houve na Holanda, houve um plebiscito na Itália, agora houve eleição presidencial na França e os xenófobos não ganharam, até cresceram eleitoralmente, mas não ganharam. Portanto, podemos dizer que, se tanto Europa quantos os países anglo-saxões, a que acabei de me referir, estão expostos à mesma dinâmica de globalização, o resultado político, pelo menos até o momento, foi divergente, foi diferente nessas duas regiões, o que nos faz tentar refletir: por que motivo? Minha interpretação é de que a Europa Continental, nós sabemos, é dotada de um Estado de bem-estar mais amplo, mais abrangente, o que faz com que ela tenha que conviver com uma carga tributária maior, que tem seus efeitos colaterais sim, e um gasto de transferências maior pelo Estado, mas, por outro lado, ela constrói de forma mais ampla e abrangente os colchões sociais que vão absorver os impactos que a globalização exerce sobre o mercado de trabalho e sobre a vida das pessoas.

Portanto, a minha impressão é que essa divergência da dinâmica política nas duas regiões está associada a uma oferta mais ampla e mais abrangente de um Estado de bem-estar social na Europa Continental em comparação aos países anglo-saxões.

Evidentemente tem efeitos colaterais. A gente sabe que lugares em que o Estado de bem-estar social é mais amplo, é mais abrangente são lugares em que, em geral, a carga tributária é maior e a taxa natural de desemprego, que é aquela taxa de desemprego que mantém estável a inflação ou aquela taxa de desemprego que faz com que a taxa de crescimento do salário seja igual ao crescimento da produtividade do trabalho, é um pouco maior. Então, a gente acaba convivendo com o desemprego um pouco maior. Na vida a gente sabe, depois de uma certa idade, que não tem vida fácil, a gente tem de fazer escolhas, as escolhas envolvem custos e benefícios, mas, certamente, para enfrentar a globalização, parece que instituições como as da Europa Continental são mais construtivas.

Indo para o meu último tema, que é olhar como tem sido a recuperação da economia mundial no pós-crise de 2008 e como isso afeta o Brasil, acho que o primeiro item é o custo de capital internacional. A sociedade brasileira tem uma característica: a taxa de poupança no Brasil é muito baixa. No meu entender, a taxa de poupança é muito baixa, porque a sociedade fez uma decisão de construir, talvez um pouco antes do tempo, um amplo e abrangente Estado de bem-estar social. É o que a sociedade decidiu na Constituinte de 1988, o que ficou escrito no Texto Constitucional de 1988, e essa escolha da nossa sociedade, no meu entender, tem sido referendada ao longo dos diversos processos eleitorais. O povo brasileiro se pronuncia repetidamente a favor de um Estado grande e uma carga tributária elevada, não para intervencionismo no mercado.

Quando penso em intervencionismo, estou pensando em coisas tipo BNDES e políticas setoriais, mas, sim, para financiar um abrangente Estado de bem-estar social que gere um bom seguro-desemprego, gere uma boa saúde, aposentadoria, segurança e assim sucessivamente.

Evidentemente, esse Estado de bem-estar social tem um impacto sobre a taxa de poupança. E a taxa de poupança brasileira, no período do bônus demográfico, quando em geral aumenta, no Brasil caiu, não aumentou. E caiu porque ao mesmo tempo que nós estávamos avançando no bônus demográfico, estávamos também avançando na redemocratização, em que essa escolha da sociedade se materializou e o resultado líquido dessas duas dinâmicas foi uma redução da taxa de poupança. Hoje a nossa taxa de poupança é em torno de 15% do PIB, que é muito baixa para países que têm a demografia que nós temos.

Evidentemente, como nós poupamos muito, precisamos de capitas internacionais. Portanto, um tema importantíssimo para a dinâmica econômica do País é o custo internacional de capital. Do ponto de vista desse fato, a gente pode com segurança afirmar que o período pós-crise tem sido muito benéfico para o Brasil, porque um dos resultados da crise, por uma série de motivos – e posteriormente na parte de perguntas eu posso voltar a eles –, foi produzir um custo de capital muito baixo no mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os juros caíram aparentemente de forma estrutural, pois está associado a uma taxa de progresso tecnológico nas economias centrais, que aparentemente caiu um pouco. E também está associado a um processo de envelhecimento da sociedade. O custo de capital caiu no mundo de forma estrutural, e isso é extremamente benéfico para todos aqueles países que são demandantes de capitais, que é exatamente o caso da economia brasileira.

Outro tema importante da recuperação das economias após a crise de 2008 é como se deu a atividade econômica. Houve dois momentos: um primeiro longo momento que vai de 2009... Em 2009 o mundo todo voltou muito rápido, não só o Brasil, mas a partir de 2010 e 2011, a economia mundial soluçou e ficou rodando no nível de crescimento três, às vezes abaixo de três, muito baixo, e isso teve um impacto ruim sobre preços e *commodities,* em uma série de setores importantes para o desenvolvimento da economia brasileira.

Em particular, houve a dinâmica da Europa com suas inconsistências na união monetária – tema a que posso voltar na parte de questões, se houver interesse –, que gerou enorme dificuldade de recuperação daquela região importante para o nosso comércio. Nos últimos dois anos, essa dinâmica de crescimento da economia internacional muito baixo tem sido revertida. A Europa conseguiu equacionar boa parte dos seus problemas e há dois anos roda acima de 2% ao ano. Portanto, nos últimos dois anos, nós vivemos uma situação muito positiva. Por um lado, o custo de capital ainda continua muito baixo, e provavelmente vai se manter baixo por um bom tempo, e por outro lado, a economia mundial mostra uma força maior. Este ano, deve crescer 3,5%. Pela primeira vez começamos a rever crescimento do mundo para cima, e isso facilita a nossa vida de País exportador de *commodities*.

Essas são as minhas palavras iniciais. Muito obrigado pela atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Professor Samuel de Abreu Pessôa, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), pela sua exposição.

Passo agora a palavra ao nosso segundo palestrante, Prof. Carlos Roberto Pio da Costa Filho, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O SR. CARLOS ROBERTO PIO DA COSTA FILHO – Boa tarde, Senador Fernando Collor e demais integrantes da Mesa. É especialmente importante para mim a oportunidade de falar para as senhoras e os senhores. Quando eu fui convidado a participar desta reunião, eu ainda não era da Presidência da República, então foi uma coincidência interessante que pudesse estar aqui com outro chapéu.

Sou Professor da UnB há muitos anos e trabalho com o tema da abertura econômica, e agora o chamado à Presidência foi justamente para trazer para dentro do Estado algumas das preocupações que eu venho apresentando há muitos anos.

Estou feliz também por suceder ao Samuel Pessôa, uma pessoa que eu admiro muito e que fez aqui um grande apanhado. Não sei se o Embaixador Marcílio concorda comigo, ele já tocou em todos os pontos relevantes, fez uma aula aqui, e alguns dos aspectos que eu vou tratar aqui – eu escolhi um ponto muito específico, que é a relação entre protecionismo e livre comércio na estrutura de proteção brasileira –, beneficiam-se bastante pelo tratamento que o Samuel fez, apresentando uma visão bastante abrangente do mundo, do que nós teremos.

Eu apresentarei algumas questões recentes sobre a necessidade de repensarmos um modelo de integração da economia brasileira à economia mundial e chamaria a atenção apenas para alguns aspectos aqui que colocam essa questão na ordem do dia.

Desde 2012 nós temos um processo de integração na América Latina sob um viés muito diferente do que historicamente nós estávamos acostumados. México, Colômbia, Peru e Chile consolidam uma integração muito aberta não só na região, mas para o resto do mundo. Desde 2004, nós temos negociações do TPP envolvendo 11 países. Há aí um erro, eu coloquei IDN como sendo Indonésia e, obviamente, é Malásia, então me perdoem o erro, eu o corrigirei, mas são 12 países – Estados Unidos, México, Colômbia, Peru, Chile, Canadá, que está omisso, Japão, Singapura, Malásia, Vietnã, Brunei, Austrália e Nova Zelândia. Nós todos ouvimos recentemente também o fato de que o Presidente Trump, depois de eleito, retira os Estados Unidos desse processo. Há dúvida se essa decisão é a melhor possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Existem algumas questões aqui no Brasil que chamam especialmente a atenção: o Brasil negociou com o Peru recentemente o seu primeiro acordo de compras governamentais – um tema que, juntamente com serviços, era um tabu da Diplomacia brasileira, não se aceitava negociar. Quer dizer, compras governamentais, para quem não sabe, significa que o Estado brasileiro, nas compras de produtos especialmente, aceita uma regra seguida ou recomendada na OMC para permitir a maior concorrência possível dos outros membros da OMC, o que permite acesso a produtos a custo mais baixo e com a possibilidade de que tenham mais qualidade do que os que estavam disponíveis aqui.

O último aspecto que me parece chamar atenção para a necessidade de discutirmos a relação entre protecionismo, livre comércio e crescimento econômico é o fato de que, desde a posse do Senador Serra, e a despeito da sua substituição por seu colega Aloysio Nunes, houve uma alteração da postura pelo menos retórica do Governo brasileiro de voltar a enfatizar a necessidade de fazer acordo de livre comércio com outros países – e não apenas no plano retórico. Nós já temos aí negociações iniciadas com alguns países. Chamo especialmente a atenção para o caso do Canadá e de Israel como sendo novidades quanto a esse ponto.

O último aspecto, eu deixei realmente para chamar atenção, é algo que nós acompanhamos nas últimas semanas. Diante do discurso mais protecionista do Presidente Trump, a China passa a falar em nome do livre comércio, o que para muitos é um contrassenso, já que se esperaria da China, ou se esperaria da China, sendo um país que ainda se define como um país socialista, que rejeitasse as noções de livre comércio, que tradicionalmente são características do Ocidente capitalista. Só para a gente ter uma noção de como há uma contínua reflexão e mudança de posição interessante de vários países sobre o tema do livre comércio e da proteção.

Algo que é muito importante percebermos, quando se discute um tema tão relevante, são as obviedades das quais precisamos partir. Nunca é demais reconhecer que o comércio – e o comércio internacional em particular – é uma atividade eminentemente privada. Muitas vezes isso é esquecido. Por exemplo, quando discutimos quem ganha e quem perde com o comércio internacional, para um economista isso não faz muito sentido. Obviamente, as partes envolvidas no comércio trocam porque consideram que saem ganhando, independentemente de onde estejam localizadas.

Só para colocar isso de uma forma bastante direta, há toda uma celeuma na discussão se interessa ou não a um País como o Brasil vender *commodities* ou se colocar na economia internacional como um exportador de *commodities*. Ninguém precisa ir muito longe para reconhecer que não apenas as empresas brasileiras que exportam *commodities*, mas os seus trabalhadores e as regiões onde esses trabalhadores se localizam, ganham bastante com a exportação de *commodities*, de tal modo que não imagino que alguém saia de uma reunião com a diretoria das empresas brasileiras exportadoras de minérios, de carne, de produtos do agronegócio de uma maneira geral com a sensação de que essas empresas estão perdendo ou se empobrecendo, ao venderem aquilo que vendem para o resto do mundo.

Então, o comércio, enquanto atividade essencialmente privada, é sim um jogo de soma positiva. Toda discussão sobre se interessa ou não ao País engajar-se de uma determinada maneira ao comércio internacional é uma discussão que chama atenção justamente pelo aspecto da regulação política das atividades comerciais, o que muitas vezes traz o risco, no afã de promover um desenvolvimento mais rápido do que adviria naturalmente das interações entre os agentes privados, de se gerar justamente o oposto: entraves às atividades econômicas que promoveriam o crescimento da renda, que promoveriam tanto o que os economistas chamam de ganhos estáticos quanto, o que é ainda mais problemático, ganhos dinâmicos.

Ganhos estáticos são, essencialmente, de uma maneira simplificada, uma relação de balanço; eu vendo mais do que compro, eu economizo ao comprar mais barato um produto que, de outra maneira, eu teria que pagar mais no mercado doméstico, e os ganhos dinâmicos são: que efeitos essa economia ao importar tem sobre a minha atividade, a minha capacidade de produzir mais com menos e eventualmente baixar preço.

Infelizmente ficou no centro, mas os efeitos dinâmicos do comércio, não apenas do começo internacional, mas os que podemos simplificar como sendo ganhos de produtividade, tornam possível aquilo que todos nós desejamos tão intensamente para o nosso País e para os países, com certeza, aqui representados pelos seus embaixadores. O aumento de produtividade torna possível o aumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do lucro, o aumento do produto, o aumento dos salários, a queda dos preços, a queda dos tributos e a queda dos juros. É algo que torna possível; veja não é uma garantia, mas, sem o ganho de produtividade, a combinação desses seis elementos pelo menos é extremamente difícil e certamente improvável. O conflito distributivo fica mais acirrado, a desconfiança em relação à situação futura é maior, e, se a economia não cresce tanto, as possibilidades de terem queda de tributação se esvaem.

Então, quando a intervenção regulatória do Estado tem um impacto negativo sobre o aproveitamento de ganhos de comércio, a gente coloca em risco – e nossa história e de vários outros países infelizmente apontam para esses riscos... Na prática, a gente tem um risco de bloquear um processo de crescimento sustentável, socialmente includente e dinâmico, de crescente integração com a economia internacional.

O comércio internacional ou a liberdade de comércio tem um impacto muito significativo sobre a corrente de comércio. Ao contrário do que muita gente pensa, as exportações tendem a aumentar quando o país importa muito, exatamente porque os importadores permitem ganhos para os produtores domésticos que conseguem economizar e assim, de novo, voltando àquela minha ciranda anterior, conseguem poupar mais, investir mais, pagar melhores salários se for da dinâmica produtiva, reduzir preços e assim vender mais.

Então, sob esse ponto de vista, as regulações do comércio – e não apenas do comércio internacional, mas também da atividade econômica doméstica, que se dá essencialmente com trocas, como trocas comerciais internacionais – precisam considerar o seu impacto sobre a atividade privada e, muitas vezes, fazem justamente o oposto: prejudicam o ambiente de negócio, protegem alguns em nome de quaisquer que sejam os interesses apresentados, prejudicando todos os demais.

Prejudicando não apenas os outros setores da economia forçados a comprar mais caro o que existe mais barato no resto do mundo, dificultando ganhos estáticos, economias importantes para aumentar poupança e investimento, mas dificultando, o que é ainda pior, ganhos dinâmicos, capacidade de – seja por uma escala maior, seja por máquinas e equipamentos mais eficientes – alterar a própria lógica do processo produtivo, vinculando, por exemplo, as empresas a cadeias produtivas transnacionais, viabilizando alterações importantes na forma de produzir riqueza e onde produzir riqueza.

E, claro, quanto mais o governo estiver disposto a intervir, afetando margens de lucros de diferentes setores, alterando a própria viabilidade de algumas atividades econômicas no País, maior o risco de que esse governo venha a ser procurado e capturado por interesses privados nem sempre de forma republicana.

Há alguns dados aqui disponíveis. Infelizmente, as tabelas que nós montamos ainda estão em inglês, foram para uma apresentação recente que fizemos, para mostrar como o argumento básico de que um comércio mais aberto beneficia crescimento e beneficia mais exportação.

Nós temos aqui, à esquerda, a figura 1: Importações e exportações mundiais. E a linha que se forma ali tenta apresentar justamente a tendência mediana. Nós temos o Brasil exatamente sobre a extremidade mais baixa da linha, mostrando que o Brasil importa pouco e exporta pouco. Então, há uma clara tendência de quanto mais se importa mais se exporta, essencialmente pelos ganhos provenientes das importações.

Ali há uma evidência empírica, na figura 2, mostrando como o crescimento econômico tende a reagir positivamente à liberalização comercial. Nós temos, do lado esquerdo do gráfico, anos antes da abertura econômica, um conjunto de 24 episódios de liberalização em diferentes países. Então, 20 anos, 15 anos, 10 anos e 5 anos antes do momento zero, que é a abertura. A média do crescimento econômico está ali abaixo de 2% ao ano. E nos anos 5, 10, 15, 20 anos depois da abertura, nós temos uma média superior a 3,5%. Então, as taxas de crescimento do PIB de diferentes países tendem, em média, a crescer mais em economias mais abertas. Esse foi um fenômeno, inclusive, que não é estranho ao que se passa em países em desenvolvimento e da nossa própria região.

Bom, se o comércio mais aberto é realmente superior ao comércio fechado, ao protecionismo, por que diabos o Brasil tende a permanecer tão fechado? Em parte eu entendi ali pela comunicação de olhos do Samuel, que ele entende bem isso.

O Brasil é um dos países mais divididos na própria formação dos economistas e, certamente, dos cientistas sociais, que se tornam, depois, partícipes do debate público a respeito dos rumos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

economia ou eles próprios decisores da economia. Então, é um dos países em que se mantém uma divisão muito forte na formação, o que se expressa muito claramente na questão de compreensão de ganhos de comércio, como foi explicado antes. Nós temos uma divisão entre estruturalistas e liberais, coisa que se expressa também na sucessão de modelos de pensamento muito distintos na própria ocupação dos principais postos de comando da economia.

Há um relativo consenso no Brasil político e no Brasil econômico, tendo em vista os longos anos de proteção, de que proteger a economia é dever do Estado. Existe uma ampla aceitação dessa afirmativa, e, é claro, ela vai de encontro, é contrária à lógica apresentada até aqui como sendo aquela que promoveria crescimento sustentável em níveis mais elevados.

O Brasil é um dos países mais protecionistas do mundo em termos das restrições que impõe às importações, ao que vem de fora – eu vou apresentar alguns dados sobre isso.

E o Brasil foi, até o ano passado, o país que mais aplicou medidas *antidumping* na OMC. Fomos campeões durante dez anos de aplicação. Felizmente, isso começou a se reduzir alguns meses atrás.

A consequência disso tudo é que, mesmo em comparação com outros países em desenvolvimento – desculpem-me ali pelo s a mais –, o Brasil se destaca negativamente em aspectos como produtividade do trabalho, formação bruta de capital fixo – uma medida importantíssima para determinar não só o investimento, mas a própria produtividade –, e investimento externo direto.

Mais alguns dados, alguns fatos estilizados.

Figura 3. Em relação ao mundo: Comércio e PIB *per capita*. O Brasil está em vermelho ali. O Brasil se destaca negativamente, em comparação com o mundo todo, em termos do total de comércio como percentagem do PIB. Nós temos uma participação muito baixa do comércio, e o PIB não cresce tudo o que poderia.

Ainda em relação à comparação com o mundo: Comércio e população. Um país com cerca de 210 milhões de pessoas, nós ainda assim nos destacamos distantes da média para países do mesmo tamanho. Nós deveríamos estar em cima da reta e estamos abaixo dela.

Aqui, uma indicação de onde o Brasil está – está destacado em laranja. A comparação é com países emergentes: razão de comércio/PIB e nível das tarifas de importação. De novo, nós estamos distantes da média, que seria a reta, e estamos no limite à direita, no quadrante à direita do quadro, mostrando que nós temos altas tarifas e baixo comércio, quando os outros países em desenvolvimento que crescem mais têm baixas tarifas e alto comércio.

Comparação das tarifas aplicadas. Há duas formas básicas que a literatura chama para falar sobre proteção comercial. A proteção tarifária, por meio de impostos, é melhor do que a não tarifária na medida em que ela é transparente, ela indica exatamente que setores são mais protegidos e quanto eles são protegidos, e o impacto é óbvio, todos nós conseguimos entender o impacto de uma tarifa ou de um imposto sobre o preço do produto. As barreiras não tarifárias, que são barreiras técnicas, que vão desde questões de regulação de saúde até princípios administrativos, como o exame de similaridade a que me referi, que dificultam a importação, não necessariamente proibindo, são muito mais prejudiciais na medida em que sequer conseguimos saber qual o impacto sobre preço, quem está ganhando, quem é mais protegido. Então, de uma maneira geral, as discussões sobre comércio internacional sugerem que se eliminem as barreiras não tarifárias, mesmo que, num primeiro momento, se elevem as tarifas para manter o mesmo nível de proteção anterior à eliminação das barreiras não tarifárias.

Aqui é uma comparação do Brasil com a média mundial: tarifas efetivamente cobradas. O Brasil está sempre em linha contínua e, em linhas pontilhadas, temos o resto do mundo ou a média do mundo. Em preto, manufaturas e, em vermelho, agricultura. Não precisamos ser nenhum economista para entender por que a nossa proteção agrícola é inferior à proteção aplicada sobre importações de manufaturas. Vejam que o movimento de declínio no início dos anos 2000 se dá para os dois tipos de produto e, quando há uma subida protecionista de 2012 para 2013, ela também se dá nos dois tipos de produto, mesmo que não seja necessário aumentar a proteção agrícola, mas há um costume de distribuir proteção, inclusive para o setor agrícola.

Nós estamos muito acima da média da proteção mundial em produtos manufatureiros, e isso tem um impacto, como eu já disse antes, muito negativo sobre o nível geral de produtividade, o acesso a máquinas e equipamentos e o acesso a bens finais, que são insumos não só para as famílias, mas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

insumos também para diversos setores da economia. Um automóvel importado, por exemplo, é fundamental como instrumento de trabalho para as pequenas empresas, para os pequenos negócios. Se esse automóvel é muito mais caro, o impacto é necessariamente negativo para o processo produtivo, para o crescimento dessas empresas.

Figura 7 – Brasil: Barreiras não-tarifárias. Como eu disse, a proteção pode se dar por tarifas e por barreiras não tarifárias. A proteção tarifária do Brasil é grande tanto em termos de barreiras técnicas ao comércio quanto em termos de barreiras sanitárias e fitossanitárias. Há um crescimento do protecionismo claramente a partir dos anos 2000: em 2003, você tem um outro patamar; em 2006, um ponto fora da curva de extremo protecionismo, depois a gente tem uma pequena redução, mas continua num nível muito mais alto do que o que aplicávamos nos anos 90.

Esse não é um fenômeno apenas brasileiro, mas, como eu disse antes, o Brasil é campeão mundial na aplicação de medidas não tarifárias, especialmente, como se pode ver na figura 8, de medidas antidumping. Então, ali a gente acompanha, do lado direito da tela, o número de processos iniciados a cada ano, em vermelho, na barra em vermelho. E ali está uma média dos últimos cinco anos, do que está acontecendo em relação aos últimos cinco anos. De novo, a gente vê, ao final ali, um crescimento significativo da proteção antidumping. O processo antidumping se inicia com um pedido de investigação de uma empresa privada localizada no Brasil em relação a importações provenientes de empresas privadas estrangeiras que estariam chegando, na visão da empresa localizada no País, a um preço incompatível com o custo de produzir o próprio bem. Então, o Brasil inicia esses processos. E, imediatamente, quando se aceita uma investigação antidumping, que leva, certamente, mais de um ano, a proteção ao produtor doméstico se inicia também.

Trago mais um dado sobre a comparação da produtividade do trabalho. Aqui, mostramos os impactos desse protecionismo sobre a eficiência das empresas e dos trabalhadores brasileiros. Com máquinas mais precárias, naturalmente, a produtividade peca. Nós temos aí crescimento acumulado em produto real por trabalhador. O Brasil está em vermelho. Desculpem-me, porque isso não está claro no quadro. A mancha cinza é a média integrada dos países em desenvolvimento. Então, desde 2000, a produtividade do trabalho brasileiro está 75% aquém da verificada nos países em desenvolvimento. Nós não estamos falando dos países desenvolvidos. Isso, claramente, tem um impacto negativo sobre o custo de produzir, sobre a capacidade de barganhar o salário dos próprios trabalhadores e sobre a capacidade das empresas de baixarem preços e, por consequência, da sociedade como um todo de exigir tributação mais baixa, porque não afetaria a arrecadação governamental.

Há alguns outros dados que eu passaria. Há uma relação cada vez mais forte entre Acordos de Livre Comércio realizados por um país e a atração de investimentos externos diretos. Aqui, temos uma relação... Não se trata do Brasil, mas quero mostrar como andam juntos o número de acordos firmados no mundo, em preto, e o fluxo internacional de capitais para esses países. Então, é uma relação muito estreita. Esse é o número de acordos firmados – a apresentação ficará disponível na Comissão, para que possam recebê-la depois – entre os países do Mercosul, Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai... Aqui, o Uruguai ficou com a cor invertida. Desculpem-me! A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai deveriam estar em amarelo. Aqui é mostrado o número de acordos assinados e os países que compõem a Aliança do Pacífico. De um modo geral, os países da Aliança do Pacífico assinaram muito mais acordos, não apenas Acordos de Livre Comércio, mas também acordos referentes a temas correlatos ao comércio e que não tratam única e exclusivamente de tarifas e barreiras não tarifárias. Menos acordos assinados, menor grau de internacionalização, menor grau de segurança jurídica, menor atração de investimentos.

Aqui, um quadro que mostra – é o meu último – as áreas ocupadas pelo Mercosul. À esquerda, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e, à direita, mais acima, Chile, México, Peru e Colômbia. Há uma pequena inversão entre Uruguai e Colômbia no *ranking,* mas um *ranking* de facilidade de realizar comércio internacional. Então, nos países da Aliança do Pacífico, há facilidade para se importar, não considerando apenas as barreias ao comércio, mas também a própria estrutura do mercado doméstico. O próprio ambiente empresarial é muito maior do que no Mercosul.

Sabemos que há duas estratégicas básicas de internacionalização, e uma delas é uma abertura unilateral. O Presidente Collor e o Ministro Marcílio capitanearam esse processo, que ocorreu com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bastante sucesso no início da década de 1990, processo que teve início, apesar de mais modesto, ainda no final dos anos 80.

Uma abertura unilateral estabelece a definição de qual é a nova estrutura de proteção desejável, qual a tarifa máxima, qual é a tarifa que incide na maior parte dos produtos importados e qual é a dispersão que se aceita, que é desejável em relação à média. Estabelece um cronograma de redução gradual de tarifas, gradual não é obrigatório. É possível que essa redução se dê também de forma súbita. Isso não é aconselhado nem na literatura econômica, nem na literatura política, da ciência política propriamente dita. Estabelece eliminação de barreiras não tarifárias, em particular, no caso brasileiro, algo que parecia que tinha sido definitivamente afastado da nossa legislação, o exame de singularidade, que acabou retornando, de maneira canhestra, à prática cotidiana de proteção comercial no Brasil.

A assinatura de acordos multilaterais que aperfeiçoem nosso ambiente de negócios, por exemplo, compras governamentais a que fiz menção, mas também comércio de serviços e acordos sobre comércio de tecnologias de informação, são apenas alguns exemplos que tornariam o ambiente doméstico brasileiro e dos países do Mercosul muito mais favorável a investimentos de todas as naturezas.

A outra estratégia possível, que foi aventada desde o meu eslaide inicial, nas falas do então Ministro José Serra, é a formação de áreas de livre comércio ou áreas de comércio preferencial por meio de acordos. Mas, no nosso caso, por fazermos parte do Mercosul e haver um entendimento derivado de uma decisão do grupo Mercado Comum, do ano 2000, não estaria aberta essa possibilidade de fazermos acordos individualmente, a despeito de que o Uruguai fez um acordo, no âmbito da Aladi, com o México depois dessa decisão. Mas, de todo modo, há um razoável grau de aceitação de que não se pode sair sozinho. Então, estamos falando de acordos comerciais do Mercosul com parceiros selecionados. Os meus colegas do Itamaraty voltaram a falar com muita animação, com muita ênfase, no acordo com a União Europeia, o que é algo muito positivo, mas, além deste, existe a possibilidade de outros acordos com o Canadá, que é outro fortemente indicado.

Então, nós temos uma escolha: ou fazemos uma abertura unilateral, em que o Brasil decide que vai reduzir as barreiras que impõe às importações para benefício dos próprios brasileiros, que poderão economizar comprando mais barato o que custaria mais caro comprar aqui dentro, iniciando, assim, com esses ganhos de importação, o aumento da capacidade de investimento e, eventualmente, com os ganhos dinâmicos de produtividade advindos dele; ou faremos isso por meio de acordos regionais, como acordos bloco a bloco, Mercosul/União Europeia, ou acordo bloco/país, como Mercosul/Canadá, que é algo que se tem vislumbrado.

E, para concluir, eu queria dizer, sintetizando o que já disse aqui, que os agente localizados dentro do próprio Brasil, não apenas brasileiros, mas estrangeiros, não apenas famílias – não deixam de ser extremamente importantes as famílias –, mas também as empresas precisam aproveitar os ganhos com o comércio, tanto o doméstico como o internacional, a fim de economizar mais, acumular mais, poupar mais, investir mais, em particular para se tornarem mais produtivos e integrados ao que se passa no resto do mundo.

O Brasil é uma das economias mais fechadas do globo, o que impede o aproveitamento tanto dos ganhos estáticos aqui mencionados, quanto – e mais importante – dos ganhos dinâmicos que resultam do comércio internacional.

A abertura comercial, mesmo quando realizada unilateralmente, promove ganhos essenciais para que se possa compatibilizar o aumento da poupança, do investimento, dos salários reais com a queda dos preços, dos juros e dos tributos de uma maneira sustentável, como perseguimos nos nossos sonhos mais felizes.

E, por fim, a adoção de uma estrutura de proteção mais baixa, mais simples e mais transparente é essencial para indicar quem recebe renda de privilégio – renda que não obteria em condições normais de proteção, que o grosso da população e das empresas brasileiras não recebe –, quanto recebe e há quanto tempo recebe. Então, nós precisamos, nesse sentido, modernizar a estrutura de transferência de renda no País, diminuindo, de uma maneira geral, a transferência, especialmente aquela que é nociva ao aumento do investimento e ao aumento da produtividade geral da economia.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Nossos agradecimentos ao Professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho pela sua explanação, ele que é, hoje, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Ele, à época do nosso convite, como bem anotou no início da sua fala, não estava ainda nessa posição. Registramos isso porque nós temos sempre procurado trazer pessoas fora da órbita governamental para que o debate possa fluir, mas, pelo que todos nós assistimos, pela sua brilhante exposição, ele continua com as suas mesmas orientações, com as suas mesmas percepções da economia nacional e mundial, *vis-à-vis* a questão do protecionismo e livre comércio.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo debatedor e palestrante, eu gostaria de anotar também a presença, aqui no plenário, do Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da República de Angola, e do Terceiro Secretário Ilya Lutski, da Embaixada da República da Belarus.

Passo agora, com muita satisfação, a palavra ao Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América e ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento. Por favor, Ministro.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Muito obrigado, Presidente Collor. Muito obrigado a todos que aqui estão, pela paciência de me ouvir.

Eu acho que fui chamado aqui pelo próprio título deste seminário, que é "Navegando na turbulência". Só isso explica estar hoje, aqui em Brasília. (*Risos.*)

Porque eu, cedo, comecei navegando na turbulência ao ser Secretário Especial do Ministro San Tiago Dantas, em 1963, tentando introduzir o chamado Plano Trienal, concebido pelo San Tiago, realizado pelo Celso Furtado. E foi uma experiência de cinco meses apenas, com total insucesso, mas deixou, eu acho, um legado que foram as ideias tanto de Celso Furtado e sobretudo de San Tiago Dantas.

Depois, eu trabalhei com o prefeito, aliás governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima. E as coisas iam muito bem, mas eu, na Copeg, resolvi criar uma sociedade de desenvolvimento das comunidades, isto é, uma maneira, naquela época, moderna, ainda é hoje, de falar urbanização de favelas. Era 1968, e aí eu acho que as pessoas acharam que isso era demais, que eu estava quase comunista, de modo que eu tive que deixar, e, sendo comunista, fui trabalhar com Walther Moreira Salles. (*Risos.*)

Depois, o Presidente Sarney me chamou para os Estados Unidos, onde o Brasil era considerado incendiários de florestas, caloteiros, assassinos de mulheres e de seringueiros, e machistas, porque também matávamos as mulheres. E, graças a Deus, consegui, em quatro anos e meio, reverter isso.

Por exemplo, quando cheguei lá, pelas instruções, eu não podia nem mesmo receber as organizações de direitos humanos e de ecologia, de meio ambiente, porque isso era algo contra a soberania nacional. E nós conseguimos virar isso e colaborar na famosa reunião, a maior reunião até hoje em número de chefes de Estado, em 1992, que foi a Rio-92, que estará, no mês que vem, celebrando 25 anos. Eu até vou participar de algumas dessas celebrações.

De modo que, como eu disse, navegar na turbulência é algo difícil. Há um colega meu, o Embaixador Azambuja, que disse que, ao contrário das outras pessoas que costumam remar para ficar mais longe do Titanic, eu sozinho estava sempre navegando em direção a ele. Mas acho que isso é apenas uma introdução mais leve do que tenho que falar.

Quanto às duas exposições que me precederam, ambas brilhantes, eu acho que estou de acordo inteiramente, tanto a do Prof. Samuel Pessôa quanto a do Carlos Pio, que me disse inclusive que tinha feito a tese dele sobre o nosso período dentro da administração econômica. De modo que estou muito bem cercado aqui. Mas eu gostaria de adicionar algumas coisas antes de falar um pouco da conjuntura econômica, que ainda não foi tocada porque eu combinei mesmo com o Samuel Pessôa, com quem eu convivo muito na Fundação Getúlio Vargas, de que sou membro do Conselho Diretor há 25 anos.

Então, eu vou falar algumas coisas, rapidamente, sobre elementos que completam o que ele disse. Não o contradizem de maneira nenhuma, ao contrário, reforçam. E o que é isso? Por exemplo, ele falou dos avanços da globalização e de tecnologias, mas eu gostaria de enfatizar que houve também... O nosso colega do governo Collor, Sérgio Rouanet, data isso do fim do século XIX, mas realmente eclodiu em 1968. O que foi isso? Os costumes mudaram muito, e muito rapidamente – 1968 é um símbolo disso. Qual é o símbolo? Havia uma porta, na Sorbonne, que separava as residências dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rapazes e das moças, e essa porta foi quebrada naquele dia. Então, é realmente uma quebra dos costumes antigos.

Agora, essa quebra, essa dissolução de valores antigos ocorreu muito rapidamente, sem dar tempo a que novos valores surgissem e, sobretudo, que se refizesse, se reconstruísse uma nova hierarquia de valores.

Isso, então, criou certo vácuo, e as pessoas se sentiram um pouco sem rumo, sem uma direção para onde ir, porque não houve até hoje uma reconstrução da hierarquia de valores.

Isso foi sentido muito claramente por um dos grandes analistas desses problemas, Sigmund Freud, que em 1930 escreveu um livro clássico: *O Mal-Estar na Civilização* – em alemão, eles até falam *Kultur* (*Das Unbehagen in der Kultur*). Isto é, as pessoas se sentiam mal; havia um mal-estar. Esse mal-estar foi, inclusive, aprofundado pela criação de incertezas. Essas tecnologias disruptivas, a própria globalização transformou muito tanto a sociedade quanto a economia, a política, e não houve tempo ainda de se reorganizar isso.

Então, em 1935 – eu falei de 1930, de Freud –, o economista americano Frank Knight falou que o capitalista está preparado para enfrentar riscos. É até da própria essência do capitalismo o enfrentamento de riscos. Mas o risco tem uma parte que é calculável. E isso aconteceu – por exemplo, o Samuel falou aqui da globalização de Portugal –, mas realmente as grandes navegações começaram não só pela descoberta de aparelhos novos, mas também pelo surgimento do seguro marítimo. Esse seguro marítimo dava a quem investia em navegações, que era uma ida até a Índia, ao Brasil, à África, um mínimo de certeza. Então, o Knight justamente chamou muita atenção para esse fenômeno de que, quando o risco passa a ser muito grande, se cria a incerteza, e a incerteza leva muitas vezes ou quase sempre a uma paralisia, que, aliás, é o mais perigoso e o mais danoso, inclusive – potencialmente, é o que podemos ver hoje.

De modo que essas mudanças, eu acho, são muito importantes. E, quando se junta esse mal-estar, um ressentimento, como esse que surgiu, por exemplo, nas classes médias americanas, aquelas, enfim, que trabalhavam em carvão – o carvão está perdendo o seu papel, sobretudo na economia americana – ou conduziam bondes, ou eram datilógrafos, enfim, inúmeras profissões desapareceram de um dia para outro.

Então, algumas pessoas se adaptaram, outras não, quer dizer, outras ficaram realmente sem uma base de sustentação e criaram esse ressentimento que pode levar a uma destruição ou a uma vontade de destruir aquilo que é moderno, é clássico. Na revolução industrial, os trabalhadores destruíam máquinas. E, quando eu era Embaixador em Washington, eu vi, na escadaria do Capitólio, destruírem televisões japonesas, por exemplo, porque era uma coisa nova, eram televisões melhores, mais baratas inclusive. De modo que esse sentimento, digamos assim, de perda de rumo eu acho que é algo extremamente pernicioso e algo que realmente eu acho que faz muita falta no Brasil, que, em geral, está muito ligado também a problema de lideranças. Realmente nós precisamos ter um rumo.

Houve, no final do séc. XIX, começo do séc. XX, um grande institucionalista, professor francês, Maurice Hauriou, que dizia que qualquer comunidade, qualquer sociedade tem de ter sobretudo – quer dizer, faz até parte da própria definição de comunidade – uma ideia clara da obra a realizar. E isto, muitas vezes, eu estou vendo que no Brasil falta: essa ideia de o que nós queremos realmente? O que nós desejamos? Qual é o rumo a tomar? Isso fica claro também em relação à conferência do Pio, esse fechamento do mundo. Nós não nos fechamos apenas às importações. As importações são extremamente importantes, porque um produto importado traz, embutido nele, as novas tecnologias, que então nós podemos aprender, até pela engenharia inversa, essas novas tecnologias, mas nós preferimos, muitas vezes, nos fechar às máquinas modernas, mas, sobretudo, nos fechar às ideias novas, às ideias modernas.

O Presidente que sucedeu ao Presidente Collor dizia: "Me falam aí da modernidade, mas não sei o que é isso". Quer dizer então que, realmente, é algo extraordinário esse fechamento do Brasil não só aos produtos, mas às ideias. Dizem até que as ideias, quando ficam muito velhinhas nos Estados Unidos, na Europa, vêm para o Brasil. Nós tivemos ideias aqui da década de 50, de 60 no máximo, enquanto a demografia mudou totalmente, a sociedade mudou, a economia mudou; enfim, tudo.

Como eu disse, os valores mudaram, mas nós ficamos aqui presos a uma coisa muito fechada. Eu acho que, quanto a esse fechamento, eu daria um pouco mais de importância a um aspecto: isso nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impede de competir. A competição é algo extremamente importante; a competição com o produto importado, a competição interna, sempre que seja uma competição com a ética da competitividade, porque o que nós vimos recentemente, pelas chamadas delações, é que realmente houve muita interferência contra a competição. As empresas preferiam, em vez de competir, comprar o competidor, de modo que isso é algo muito ruim. É como se um jogador de tênis só quisesse jogar com um jogador pior que ele e não com o melhor, que é o que ele tem de fazer. De modo que...

O SR. PROFESSOR SAMUEL DE ABREU PESSÔA (*Fora do microfone.*) – Em geral com subsídio público.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – É, com subsídio público. E a competitividade diminui a produtividade, para que hoje o Samuel chamou atenção. E a produtividade, no momento, no Brasil, está estagnada há quantos anos? Há décadas, quase.

O SR. PROFESSOR SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Desde 1980.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Desde 1980. E continua estagnada. Isso é uma condenação, porque o capitalista não pode ter lucro. Portanto, tem que beber no Estado para poder investir. O trabalhador também não participa dos ganhos, de modo que é algo que realmente corrói a situação de todos os envolvidos, quer empresas, quer pessoas, quer sociedade civil.

Na nossa descrição, aqui, dos problemas, havia uma pergunta sobre se a Europa, os Estados Unidos e o Brasil já tinham se recuperado. Eu acho que a resposta é simples. Os Estados Unidos se recuperaram muito bem. Não aquela coisa fantástica de crescer como crescia antigamente, mas crescer a 3% de uma maneira consistente, criando novas tecnologias e certamente ainda estando nas fronteiras da criação de ciência, de tecnologias. A Europa, essa também – o Samuel chamou atenção – se recuperou. Não cresce talvez aos 3%, mas a 2%, e alguns países além disso; a Espanha, por exemplo, se recuperou e tem crescido mais.

Sem falar na Ásia, de onde citou a China e a Índia. Mas se poderia falar da Indonésia, da Tailândia, do Vietnã, das Filipinas que têm crescido mais ou menos a 5% ou mais. De modo que o ambiente internacional para nós é positivo. E nós também estávamos começando uma recuperação que não era dramática, mas era muito séria. Crescer no primeiro trimestre deste ano 1%, um pouco mais de 1% ou um pouco menos – o número final do IBGE ainda não foi divulgado, mas, digamos, os indicadores antecedentes do Banco Central já mostram isso – é claro que não é uma grande recuperação, mas isso tem de ser comparado com -3,6 ou -3,4. Portanto, é uma melhora de 4%, de modo que é algo bastante significativo.

Agora, eu queria dizer uma palavra final sobre o momento de hoje, porque o que nós fizemos, o que o Presidente Collor me pediu quando me convidou foi realmente assegurar uma governança – falo em governança porque o próprio Camões usa essa palavra de governo; e não de governabilidade, porque o contrário de governabilidade é ingovernabilidade. Aqui, não se está falando disso, mas se está falando de boa governança ou de má governança. E nós conseguimos, em um momento turbulento politicamente, manter e melhorar, quer dizer, manter a boa governança e melhorá-la graças à direção recebida, mas também a um grupo extremamente competente que tínhamos. Tanto o é que, dos meus colaboradores diretos, o governo Fernando Henrique Cardoso utilizou nove deles, quer como ministros ou presidentes de estatais. E, mesmo hoje em dia, as três principais empresas estatais estão sendo dirigidas por pessoas daquele grupo. Na Petrobras, não só o Presidente do Conselho da Petrobras, Nelson Carvalho, como o Presidente, o Pedro Parente; o Pedro Parente era nosso Secretário Nacional de Planejamento, e o Nelson era da Fiscalização Bancária do Banco Central. A Presidente do BNDES trabalhava conosco, a Maria Silvia, e uma das diretoras também. O Presidente do Conselho da Eletrobras, que realmente conseguiu dar a volta por cima e publicar dois balanços que não tinham sido publicados, foi o José Luiz Alquéres, também da equipe. De modo que é muito importante ter uma equipe e ter uma constância.

Lembro-me de que, quando as coisas estavam muito pretas para nós, eu falei com um amigo meu, um colega nosso aliás, Ministro das Relações Exteriores.

Embora ele seja um judeu, Celso Lafer seja um judeu muito conhecedor da Bíblia, ele me chamou a atenção para uma das encíclicas de São Paulo, a quinta encíclica, que dizia o seguinte: é preciso se alegrar mesmo em tempos de turbulência porque a turbulência exige a perseverança e a perseverança, boa virtude, acaba levando à esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Marcílio Marques Moreira, por ter evocado conceitos tão importantes e tão... Eu não diria totalmente inovadores, mas que estejam talvez no inconsciente coletivo hoje de todos e que não se tenha conseguido, até o presente momento, exprimir – isso que está no inconsciente coletivo – de forma tão concisa e precisa, como ele aqui o fez. Tem muito a ver com "Não nos representam", tratado aqui numa outra oportunidade, quanto a esses eventos de crescimento do populismo, que é fruto muito dessa insatisfação pela falta de perspectiva, sobretudo no meio dos jovens, pela falta de perspectiva em relação ao futuro, o que o futuro pode me reservar ou está me reservando. Quando ele escuta para ver o que está diante dele quando termine o seu curso, ele não encontra uma resposta que lhe traga uma tranquilidade. Como também pela própria dinâmica da economia e do processo de globalização aqueles que ficaram à margem.

Lembro-me de uma peça a que, ainda muito jovem, fui assistir, do Górki, Pequenos Burgueses. Essa peça era de uma família pequeno burguesa com os problemas do dia a dia e com os conceitos de uma família pequeno burguesa, no começo do século passado. Na família há um bêbado, que é o tio, irmão do pai ou da mãe. E ele é o único que é o lúcido naquele contexto familiar, é o único que fala coisa com coisa, coisa com coisa, que eu digo, algo de interessante, algo que jogue luz sobre aquela coisa miúda daquela discussão que se travava naquela família. Num certo momento, ele disse seguinte: "O mundo passa e quem com ele não passa fica." Eu acho que é isso que está acontecendo hoje em dia, quer dizer, o mundo está evoluindo muito rapidamente, as pessoas não estão conseguindo acompanhar essa evolução.

As pessoas foram treinadas, fizeram curso para determinada atividade, mas tanto crescimento, tantas novas informações, tanta tecnologia agregada já deixa essas pessoas, que demoraram tantos anos para chegar àquele ponto, desagregadas, em função desse avanço tecnológico. E elas ficam à margem. Isso tem muito a ver também com a falta de capacidade do próprio Estado de oferecer àqueles que vão ficando à margem desse processo rápido de evolução uma reciclagem, de oferecer, enfim, para essas pessoas uma nova oportunidade de colocação no mercado de trabalho, adaptado a essas novas técnicas.

Eu me lembro, quando Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de um debate que fazíamos sobre as reais causas da estagnação da nossa infraestrutura, sobre as causas de não termos avançado na nossa infraestrutura, na necessidade do nosso crescimento. Chegamos à conclusão, ao final de longos dois anos de debates e de audiências públicas, que o grande problema era a falta de mão de obra qualificada. Isso tem muito a ver com a questão da educação.

Há dados impressionantes de que um estudante de Engenharia ou, melhor dizendo, de que apenas metade daqueles que faziam vestibular para Engenharia e que passavam prosseguiam no seu curso, de que a metade deles, no meio do curso, desistia e ia para outra atividade, em função da falta que lhes fazia não ter tido um bom ensino de Exatas, um bom ensino de Matemática, simplificando. O que foi do ensino básico passou para o ensino médio e se agravou. E não conseguiram, pela falta desse conhecimento de Ciências Exatas, acompanhar um curso de Engenharia numa universidade brasileira – curso de Engenharia na universidade brasileira... Aqui não cito o nome das duas melhores universidades por questões óbvias. Mas, enfim, estudantes, engenheiros formados nas duas melhores universidades de Engenharia do Brasil... Um industrial que aqui esteve participando do debate, um industrial de uma empresa estrangeira, disse que, quando contratava um engenheiro no Brasil para a sua empresa, ele tinha de dar mais cinco anos de aperfeiçoamento a esse engenheiro para que ele atingisse o nível de exigência dessa empresa. Então, isso, no Brasil, tem muito a ver também com a falta de atenção, tem a ver com uma coisa que vem permanecendo no tempo: a falta de investimento na educação.

Toda essa questão foi aqui discutida muito brilhantemente pelos nossos palestrantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Sou eu mesmo me avisando que estou falando demais. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Falaram da produtividade, da competitividade. No fundo, no fundo, há a questão do fator educação, a questão do ensino. Ou o Brasil acorda para essa necessidade... E não se trata somente de dar o ensino e de deixar que as coisas aconteçam. Não! É dar o ensino e a possibilidade de acompanhar, depois, para haver essa reciclagem que evita que as pessoas fiquem. O mundo passa, o mundo avança, as pessoas vão ficando pelo meio do caminho, e culpam a globalização, quando ela significa relação de trocas, comércio internacional, troca de mútuo proveito para quem dela participa. Culpam a globalização porque, claro, alguns vão ficando, mas não é em função da dinâmica do comércio, que tem que haver; é em função de problemas estruturais que existem aqui e acolá.

A Índia, há dezenas de anos, era um país que vivia problemas muito sérios. Hoje tem o domínio nuclear, hoje tem investimentos que faz, por exemplo... Os investimentos feitos pela Índia em projetos espaciais são algo impressionante; o que a Índia faz em termos de avanços em Bangalore, por exemplo, que é um verdadeiro Vale do Silício da Índia, é algo impressionante. A China está aí, com seus enclaves, como aqui foi dito pelo Prof. Samuel. Houve um decréscimo muito grande da desigualdade no mundo nos últimos anos, sobretudo em função de essas duas potências, que são as mais populosas do mundo, terem encontrado uma fórmula para reduzir essa desigualdade. Mas a desigualdade persiste em alguns outros países como o nosso por mais projetos que se façam, os chamados de proteção social.

A melhor proteção social é dar condições àquela comunidade, àquela sociedade de não precisar mais de proteção social. É dar condições a ela de ela própria, com os investimentos que o Estado faça em educação, sobretudo começando pelo ensino básico, não precisar mais da proteção do Estado para sobreviver.

Enfim, eu gostaria muito de agradecer, mais uma vez, a participação dos nossos palestrantes.

Temos aqui algumas indagações chegadas pela internet, pelo Alô Senado, mas passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Pedro Chaves, para fazer as suas perguntas aos nossos palestrantes.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Meu caro Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fernando Collor de Mello, caríssimos convidados, Ministro Marcílio Marques Moreira, Prof. Samuel de Abreu Pessoa, Prof. Carlos Roberto Pio, fiquei impressionado com o debate e com as exposições. Foram extremamente felizes e acrescentaram muito aos trabalhos desta Comissão.

Acho que há problemas graves quando se fala em globalização, quando falamos de um ponto importante, que são as barreiras alfandegárias brasileiras, que, realmente, devem ser as maiores do mundo, porque importar é extremamente difícil.

Notamos que o Brasil precisa de um choque de gestão. Mesmo nessa turbulência, é necessário... Talvez seja na crise, no caos que a gente possa, realmente, redimensionar e replanejar o País. Eu acho que é um dado bastante importante.

Parabenizo o Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, que, mesmo nessa crise, nesse período de turbulência, continua a fazer funcionar normalmente aqui a Comissão, o que demonstra a seriedade do seu trabalho.

Eu tenho duas perguntas muito simples sobre o que foi falado aqui, mas eu gostaria que aprofundassem um pouco.

A primeira é a seguinte: com o início do governo Donald Trump, muitos analistas assinalam a possibilidade do aumento do protecionismo na maior potência econômica do Planeta. Não obstante, é grande a dependência dos Estados Unidos do comércio internacional. Como V. Sªs percebem essa questão? Os Estados Unidos têm condições de se mostrarem mais protecionistas?

A segunda é a seguinte: qual o papel do Brasil na atual ordem econômica internacional? V. Sªs entendem que o País pode aumentar a sua participação no comércio internacional? De que maneira? Mudando, na verdade, o perfil que nós temos hoje.

São apenas essas as duas perguntas que faço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Senador Pedro Chaves.

Essas perguntas são endereçadas a cada um dos senhores.

Eu tenho mais algumas indagações que chegaram, como já anunciei, pelos meios digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Houve alguma seleção, mas passo à primeira, do Sr. Alexandre Santos, do Paraná: "É possível desenvolver a indústria 100% nacional mesmo com o livre comércio?"

Depois, uma outra, de Felipe Carboneri, de São Paulo: "Acredito que toda e qualquer regulação que burocratize e dificulte o comércio entre os países deve ser removida. O liberalismo, neste caso, voltado à economia, poderia proporcionar um avanço sem precedentes à economia nacional, tornando o País globalizado comercialmente."

Ele faz aqui uma afirmação e, pelo que eu entendo, ele deseja saber se a afirmação dele procede, na visão dos senhores, ou não.

Uma outra, tratando de assunto que já foi inclusive levantado, mas, enfim... Felipe Rezende de Oliveira, de Minas Gerais: "A expansão comercial e tecnológica mundial tem acarretado alguns problemas como o desemprego estrutural. Qual o papel da educação, sabendo que o seu foco ainda tem sido formar mão de obra industrial, esta fadada ao desemprego? Por que não formar empreendedores do mundo global?"

Gostaria que os nossos palestrantes, por favor, anotassem esse rol de perguntas.

Peço ao Professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho para começar a responder.

O SR. CARLOS ROBERTO PIO DA COSTA FILHO – Agradeço as questões e inicio com a importante questão colocada pelo Senador Pedro Chaves sobre o protecionismo nos Estados Unidos.

Eu acho que o ponto importante é que o protecionismo, como foi bem dito aqui pelo Professor Samuel Pessoa e pelo Embaixador Marcílio, gera alguns ganhadores à custa de toda a sociedade. Aqueles que são escolhidos como objeto da proteção, porque recebem menos concorrência, podem elevar os seus preços, e, em grande medida, a literatura econômica e política tende a dizer que essa é a grande causa do protecionismo. Existe proteção comercial, proteção às empresas domésticas em todos os países. E a grande explicação é essa.

Há aqui na audiência algumas pessoas, alguns representantes de forças militares. A outra grande explicação é a questão da defesa nacional. Existem algumas explicações que dizem que, por razões de segurança nacional, justifica-se a proteção de alguns setores. Não está claro quais são esses setores, mas o fato é que, do ponto de vista da proteção do setor privado, quem é protegido ganha no curto prazo, mas não há como escapar do enorme prejuízo a todo o resto da sociedade, às famílias que são obrigadas a comprar mais caro o que há disponível mais barato no resto do mundo. E há outras empresas que também compram os produtos protegidos, porque não podem comprar mais barato do resto mundo. E se os custos ficam mais caros, elas tendem a repassar isso para o consumidor e a demandar proteção. Então, acaba virando uma bola de neve.

De uma maneira geral, o protecionismo tem um impacto muito negativo para o conjunto da sociedade, tanto em termos da capacidade de economizar, de poupar e de investir, mas também, o que é ainda mais importante, nos efeitos sobre a produtividade, sobre a capacidade de produzir mais com menos e de mudar de ramo, buscando sempre atividades mais rentáveis. Então, não vejo possibilidade de um protecionismo se sustentar por muito tempo sem gerar prejuízos que serão perceptíveis no aumento da inflação, no aumento do desemprego, no aumento do custo de vida, o que gera uma dinâmica realmente muito negativa, como os países que são protecionistas por muito tempo observam claramente.

Quanto à pergunta, eu acho que do Alexandre Santos, a respeito da possibilidade ou não de se construir uma indústria 100% nacional por meio do liberalismo, a ideia importante do reconhecimento dos ganhos com a interdependência, com a integração, é justamente o fato de que nenhum país precisa ter uma indústria 100% nacional. Eu acho que o cidadão comum, de uma maneira geral, tende a interpretar a indústria como sendo a produtora de bens finais apenas, então, um automóvel, uma geladeira, um computador, um celular. Mas a indústria produz uma miríade de bens intermediários, de produtos intermediários e, se o produtor dos bens finais nacional for obrigado a comprar esses produtos intermediários e as tecnologias necessárias para produzir e para montar de um fornecedor local menos eficiente, necessariamente os produtos finais serão mais caros e de pior qualidade. De tal modo que o que interessa, do ponto de vista do crescimento de longo prazo com inclusão social, é que efetivamente cada indivíduo e cada empresa possa adquirir produtos e serviços a um custo mais baixo e de melhor qualidade, independentemente da sua origem nacional. O arcabouço macroeconômico necessário para que isso ocorra sem grandes crises cambiais, sem efeitos negativos sobre a oscilação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

da taxa de câmbio, por exemplo, no caso do Brasil, já está presente. Então, o arcabouço macroeconômico já está lá: câmbio flutuante, inflação baixa, razoável equilíbrio das contas públicas. Nesse contexto, não é necessário intervenção protecionista, e os efeitos de diversificação da economia atenderão ao empreendedorismo, à capacidade e à disposição a correr risco, a investir reduzindo custos, integrando as cadeias produtivas ao que há de mais moderno no mundo. E também essa especialização vai se dar na base do que existe de vantagens comparativas aqui estabelecidas.

A última questão a que eu faria menção, o desemprego estrutural, trazendo para o que eu apresentei, assim como o Presidente Collor fez menção aqui à necessidade de educação, é que todos os projetos de maior integração das economias nacionais à economia mundial geram também prejudicados no curto prazo. Isso é absolutamente claro nessas comparações históricas. E há que haver, necessariamente, a preocupação especialmente com o trabalhador que eventualmente ficar desalojado na sua atividade produtiva para que ele possa se redirecionar para outra atividade que seja sustentável no seu próprio país.

Então, a melhor forma de acomodar efeitos eventualmente negativos de curto prazo de um processo de integração econômica é por meio da política social. A política social é extremamente importante – e a educacional e a de qualificação e treinamento de trabalhadores também são parte desse esforço – para o redirecionamento da força de trabalho às novas atividades. E aí a gente pode falar, sim, de uma ênfase inclusive nos aspectos do empreendedorismo do trabalhador, da sua disposição em atuar de maneira dinâmica no seu ambiente de trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Carlos Pio pelas suas respostas às perguntas feitas.

Passo a palavra ao Prof. Samuel de Abreu Pessôa.

O SR. PROFESSOR SAMUEL DE ABREU PESSÔA – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Pedro Chaves, pelas questões.

A primeira questão: evidentemente, o Trump pode aumentar o grau de protecionismo, é só subir as tarifas. Evidentemente, ele vai ter que convencer o Congresso disso. Por enquanto, ele não tem sido muito bem-sucedido em convencer o Congresso, mesmo a base republicana, da sua agenda. A gente tem visto que, no começo de seu governo, ele teve que retroceder em diversas agendas. E por que isso? Se a gente lembrar, logo quando houve a eleição dele... E aí há um ponto exatamente associado ao que o Prof. Carlos acabou de falar aqui. Qual foi a reação do mercado quando houve a eleição do Trump? A primeira reação foi uma forte valorização da moeda americana. Por que a moeda americana se valorizou? Exatamente porque as pessoas, fiando-se no discurso do Presidente Trump, imaginaram: "Ora, vai aumentar o protecionismo." Em um mundo de câmbio flutuante, o que acontece? Se aumentam essas tarifas de importação, como esses movimentos se compensam, o câmbio ajusta. E, de fato, você não consegue atuar como um todo na economia aumentando tarifas. Há uma compensação, o câmbio valoriza, e uma parte daquele aumento de tarifa que protegeu a produção é descontada por uma valorização do câmbio.

Nesse sentido, quando o Prof. Carlos Pio falou que nós somos dotados de instituições macroeconômicas, de uma governança macroeconômica que permite que nós abramos mais a economia brasileira, o que ele quis dizer? Ele quis dizer que abrir a economia não vai gerar problemas estruturais. Porque, às vezes, quando a gente abre muito a economia e o câmbio está errado, isso pode gerar uma desindustrialização muito grave, pode gerar um déficit externo muito grave, que pode gerar um problema de dívida externa – nós vivemos muito isso no passado. Mas, quando a gente tem uma governança macroeconômica saudável, esses movimentos se compensam naturalmente, e aí a questão de abrir ou fechar a economia deixa de ter implicações macroeconômicas e passa a ter somente implicações microeconômicas. E as implicações microeconômicas são essas que nós estamos discutindo aqui: a abertura da economia aumenta a eficiência, aumenta a produtividade e gera, no médio prazo, maiores taxas de crescimento econômico, tanto porque estimula a competição, quanto porque permite a importação de bens de capital e insumos intermediários de melhor qualidade e a um preço mais confortável.

Nós temos o exemplo, no Brasil, da nossa grande empresa exportadora: a Embraer. A Embraer exporta 100 e importa 50. Se eu quisesse que a Embraer tivesse cem por cento de conteúdo nacional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela ia exportar zero. Assim – já respondendo à pergunta do colega Alexandre, do Paraná –, a tentativa de se produzir uma economia autóctone dá péssimos resultados. É possível? É possível. Nós brasileiros já fizemos isso. Não os Estados Unidos ou a Rússia; nós fizemos. Se nós pegarmos a pauta de exportação e importação do Brasil em 1980, havia um pouquinho de petróleo, que a gente importava, trigo da Argentina e alguma coisa de química fina da Alemanha; o resto, de chip a computador, a gente fazia tudo aqui. Eram as carroças do tempo do Presidente Collor. Então, dá para fechar? Dá. Só que vai ser com uma produtividade baixinha e com uma qualidade de vida muito ruim para todo mundo.

De fato, aí há uma questão de visão de mundo. E eu volto àquele tema, àquela passagem da apresentação do Prof. Carlos Pio em que ele disse que no Brasil acontece um fenômeno – acontece em outros países da América Latina, mas no Brasil acontece com muita intensidade –, e não é um fenômeno comum: a gente tem, nas nossas escolas e na nossa formação das ciências humanas e da economia, uma prevalência muito grande de visões para as quais de fato eu acho que o tempo passou. E essas visões ficaram. E é surpreendente como elas são populares no Brasil. Cito como exemplo essa visão estruturalista, segundo a qual desenvolvimento econômico está associado ao que se produz. Não, não está. Até no passado se pensou – há toda a escola da Cepal, do Prebisch –, a gente achou isso, mas os fatos andaram, e isso foi há 70 anos. O mundo andou, a gente aprendeu outras coisas, a academia avançou. Hoje a gente tem um entendimento institucional do processo do desenvolvimento econômico, a gente sabe que desenvolvimento econômico passa por outros caminhos, passa por regras, instituições, passa por que se decide nesta Casa ao longo do tempo.

De certa forma – e essa é uma questão muito interessante –, no ciclo político passado, que começou, no meu entender, muito bem em 2003, uma gestão econômica de muita qualidade, com o passar do tempo, não sei direito por que, esse é um tema interessante, esse passado antigo foi recuperado e gerou muitos dos problemas que nós estamos vivendo hoje, que nós estamos tendo de resolver, inclusive conexões com a criminalidade. Sempre que eu crio o monopólio – e fechar economia é reduzir a competição –, sempre que a gente reduz a competição, a gente abre espaço para a corrupção e para a criminalidade. A competição, a livre entrada é um dos melhores antídotos à criminalidade.

Existe algum motivo para a gente imaginar políticas diferentes? Alguma política de intervenção estatal para desenvolver este ou aquele setor? Os Estados Unidos praticam? Praticam muito menos do que nós fizemos no passado recente e sempre – importante – associado a centro de pesquisas, a universidade e a tecnologia de ponta. Aí, sim, há alguns argumentos teóricos, algumas fases de mercado que sugerem que algum tipo de intervencionismo mais acentuado faz algum sentido, mas tudo com um desenho muito melhor e uma quantidade infinitamente menor do que nós praticamos no passado recente.

Há uma pergunta, desculpem-me, do Senador: qual o papel do Brasil? Eu acho que o Brasil é uma economia grande, muito diversificada; a gente tem uma vantagem comparativa óbvia em agropecuária; não existe nenhum problema com isso, e eu não vejo necessidade de nenhuma política para alterar isso. Nós temos que produzir política que faça com que nós consigamos fazer melhor o que a gente é vocacionado.

Evidentemente, no meu entender – e aí eu concordo integralmente com a visão do Presidente Collor –, o maior desafio da sociedade brasileira não é um desafio com o resto do mundo, é o desafio conosco, que é o desafio de construir redes públicas de educação eficientes. O que isso significa? Essa guerra a gente está perdendo – e a gente tem que pensar muito em por que a gente está perdendo. Para tornar o tema mais complexo, a gente perde não por falta de investimento, não por falta de dinheiro. É por falta de outras coisas, certamente de modelo, governança – essa área que o senhor conhece tão bem.

Num passado mais distante, lá nos anos 30, 40, 50, era, sim, falta de dinheiro, nós investimos muito pouco, investimos em educação, nos anos 50, 1,5% do PIB. Este ano investimos, nessa época agora, atualmente, 6%, o que é uma quantidade muito grande. Só para os senhores terem uma ideia, a Coreia, o governo coreano, que fez uma revolução brutal na educação, nunca gastou mais do que 3,5% do PIB. O país gastava um pouco mais, 7, 8, porque as famílias também lá investem muito em educação, mesmo as famílias de mais baixa renda, mas o setor público coreano nunca gastou mais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que 3,5% do PIB. Então o tema da educação é o tema importante, nós estamos perdendo essa batalha, no sentido de que a gente consegue pegar um garoto sem formação, que vem de uma família com um *background* cultural mais eficiente, a gente consegue colocá-lo na escola, mas não consegue fazer com que ele saia da escola com apropriação de conhecimento e de técnicas. Evidentemente, isso tem um impacto brutal no mercado de trabalho e em todo o futuro desse garoto e da sociedade como um todo.

Com isso eu encerro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado ao Prof. Samuel de Abreu Pessôa.

Passo a palavra agora ao Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Eu vou procurar responder às perguntas não talvez na mesma ordem que foram colocados os problemas, mas sim, talvez, na ordem da importância deles.

Primeiro, quero responder a uma pergunta do próprio Samuel: por que a política econômica, no decorrer da primeira década deste século, foi piorando? Eu acho que ela foi piorando não por problemas intrínsecos, não, mas por causa do sucesso que ela teve. Ela teve um enorme sucesso, porque surfou em um quinquênio absolutamente fora da curva, que foi o quinquênio 2003-2008, com os preços das *commodities* e tudo.

Por outro lado, essa política superou a crise de 2008 muito bem e acabou se acreditando que tudo isso se deu porque essa política era muito boa, então tinha que se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – ... dobrar a aposta. E não há caminho mais natural para uma derrota e para o fracasso do que o sucesso, sobretudo o sucesso não esperado e muito rápido. Isso se pode também aplicar a essas empreiteiras e outras empresas que cresceram muito rápido. Elas pensaram que eram donas do mundo. Se eram donas do mundo, também eram donas do Brasil.

O segundo ponto é esse da educação. Eu acho que ele realmente é fundamental, mas um aspecto aqui talvez não tenha sido ressaltado suficientemente. É que essa educação tem que ser contínua, a educação é um processo. Quer dizer, não é um processo em que a pessoa, no Brasil, ganha um título de engenheiro e vive a vida toda com aquele título; ele tem que ser renovado. Na Medicina, isso é óbvio. Nos Estados Unidos, o médico tem que, de cinco em cinco anos, renovar o seu estoque de conhecimentos. Mas tem que o fazer também todo ano com aqueles congressos, que, ao contrário dos congressos aqui no Brasil, sobretudo na área judiciária, que são verdadeiros... São na Bahia, nas praias, ou na Praia de Boa Viagem... (*Risos.*)

De modo que acho que é muito importante essa ideia da educação continuada ou educação processo.

Em relação aos acordos e a fechamento ou não, e ao protecionismo dos Estados Unidos, o Samuel Pessôa falou que o Trump teria que trabalhar com o Congresso, convencer o Congresso. Eu acho que ele teria de convencer também o *establishment* empresarial, que foi um grande fator da sua eleição. Isto é, ele teria que enfrentar a realidade, pois a realidade é algo muito importante. Os mais recentes insucessos aqui foram realmente inapetência de conhecer a realidade. Para isso bastaria ler Maquiavel, que dizia que o bom príncipe tem que ser um "*paziente auditore del vero*", quer dizer, um paciente ouvidor da realidade, da verdade. Ele falava inclusive da verdade real, concreta.

Quanto ao problema dos acordos multilaterais, que foram aqui também mencionados, primeiro nós fizemos uma aposta na Organização Mundial do Comércio, que seria aposta ótima, realmente; só que a realidade foi outra. A última rodada não terminou, de modo que nós recusamos acordos bilaterais ou multilaterais mesmo, mais regionais, e ficamos então sem nada. Pior, na área privada nós não nos introduzimos nas cadeias produtivas. Então, foi uma globalização truncada por essa incapacidade de se inserir nessas cadeias produtivas ou distributivas, ambas muito importantes.

Um aspecto que talvez fosse importante... Agora, nessa última discussão, a coisa veio à baila; ao lado das tarifas, o câmbio é muito importante. O governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo no primeiro mandato, foi muito produtivo, mas ele acabou usando o câmbio para estabilizar a moeda por tempo demasiado. Esse também é um dos problemas. Você encontra uma solução e em vez de se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conscientizar de que essa solução é temporária, acaba usando como contínua. Isso mesmo ocorreu depois de 2008, quando usamos uma política anticíclica que deu certo, mas que tinha de ser descontinuada, porque o mundo todo estava se recuperando e nós continuávamos estimulando apenas o consumo, e não a produção. E aí a lei da oferta e procura acabou vencendo.

Acho que são esses os pontos principais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone.*) – A pergunta do Senador já foi respondida, não é, Ministro?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Já, Excelência. Acho que sim. Não foi uma a uma, mas acho que peguei...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado, Embaixador Marcílio Marques Moreira.

Interessante que o Embaixador, no início da nossa reunião de hoje, tratou da questão da turbulência, rememorou algumas fases da sua vida em que ele sempre enfrentou turbulências, desde muito jovem. E é interessante também que colocou um fato que ocorreu quando ele, no governo Negrão de Lima, fez um projeto para a urbanização de favelas – mais ou menos, já naquela época, nos anos dos anos 60, algo revolucionário – e por isso foi chamado de comunista, diziam que era um comunista e que por isso não podia... Enfim, deixou o governo Negrão de Lima e foi convidado pelo embaixador e grande empresário, grande banqueiro, grande industrial, o Dr. Walther Moreira Salles, que era o ícone do capitalismo nacional e internacional, para trabalhar, portanto, antípoda a qualquer tipo de ideário comunista. (*Risos.*)

Ele foi convidado pelo Dr. Walter para trabalhar com ele e lá ficou durante muitos e muitos anos.

Em relação às turbulências pelas quais passou, ele, de uma forma talvez cortês, não tenha explicitado mais a grande turbulência que eu acredito tenha feito parte desse rol daquelas que ele enfrentou, que foi aquela de quando era Ministro do nosso governo. Ele falou da questão da turbulência, e eu me refiro ao período em que o nosso governo passou pelo processo do meu *impeachment*, que foi um momento de muita gravidade institucional para o País. Mas nós conseguimos – e eu digo "nós" muito mais colocando o "nós" na pessoa dos que eu aqui vou citar do que eu próprio – manter a governança do País. Com todas aquelas turbulências, que foram enormes, com todas aquelas movimentações, que foram as mais variadas e as mais abrangentes, enfim, e as mais ideologizadas, nós conseguimos manter o País no prumo, no rumo. Tanto que, no mês de setembro, que foi o mês do meu afastamento, no dia 27 de setembro, eu recebi a visita, um pouco antes, dois ou três dias antes, em audiência, do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, em que ele me dava conta de que, naquele mês de setembro, portanto, no ápice de uma crise política e institucional...

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Foi no próprio dia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Então, foi no próprio dia, não foi, Ministro?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Depois da votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Depois da votação – a memória dele me acode neste momento –, trazendo-me os números do fechamento daquele mês. E eram os melhores números do desempenho econômico do País da nossa gestão. Não foi isso?

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Fiscal e monetário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Desempenho fiscal e desempenho monetário. Então, conseguir manter isso num momento de turbulência institucional como aquela que enfrentávamos é algo que demonstra e diz muito bem desse espírito de dedicação, de patriotismo e, sobretudo, de amor à causa pública demonstrado por ministros como o Ministro Marcílio Marques Moreira, o Ministro Celso Lafer – essa era uma parte da nossa equipe –, o Ministro Célio Borja, o Ministro Sérgio Rouanet, o Ministro Adib Jatene, o Ministro Hélio Jaguaribe, o Ministro Pratini de Moraes, o Ministro Carlos Garcia, o Ministro José Goldemberg – uma equipe de primeiríssima linha que conseguiu manter o Brasil, mesmo com todos aqueles problemas, no prumo. E nós passamos a bola, como se utiliza no jargão futebolístico, redonda para o nosso sucessor, que mais adiante, inclusive, reconheceu que não fora a reforma que empreendêramos no nosso governo, o governo dele, no caso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não teria condições de implementar o Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Real, que foi um grande sucesso, que se equivocou, como disse o Ministro Marcílio, porque naquela questão do câmbio, esse é o grande equívoco em que aquele que governo incorre, tomou medidas como essa do controle de câmbio, manteve o câmbio fixo, e foi achando que a coisa estava muito bem, e disse: "vamos deixando", e isso tem prazo de validade. Não podemos perpetuar isso no tempo. É como o controle de preços, que é outra coisa atrativíssima no começo, quando se controlam os preços e se congelam os preços, mas, quando se vai sair desse congelamento... Foi exatamente a questão do Plano Cruzado. No caso do Plano Real, houve essa dificuldade de se estender um pouco mais no tempo do que devia. De modo que nesse momento ...

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA (*Fora do microfone.*) – Aí tiveram que chamar uma pessoa da nossa equipe, o Armínio Fraga, para corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Exatamente. E o chamado para corrigir foi o Armínio Fraga, que tinha sido Presidente do Banco Central, quando o Ministro Marcílio era Ministro da Fazenda do nosso governo. Foi quem socorreu nesse momento essa transição que houve quando da mudança do câmbio.

Nesse momento, portanto, de turbulência que nós todos estamos atravessando, e todos estamos muito preocupados, o que eu gostaria de deixar como uma mensagem a todos aqueles que eventualmente nos ouvem é que o momento é grave, sim, é de muita gravidade, mas nós temos que manter o equilíbrio, nós temos que ter uma postura de calma – não diria de tranquilidade, porque seria pedir o impossível; estamos todos intranquilos. Mas é necessário ter calma. Não se pode afobar nessa hora.

Não se pode inventar medida heterodoxa nessa hora. Não se pode querer, do dia para a noite, resolver uma situação que somente com a calma necessária para se fazer a devida apuração... Por mais que sejam, como alguns querem, contundentes as evidências, isso são evidências. Vamos aguardar, a seu tempo e a sua hora, com as instituições brasileiras funcionando como estão, sólidas como estão.

Seria recomendável que certas organizações não tomassem medidas de forma tão rápida e de modo inopinado, exigindo providências dessa ou daquela maneira, sobretudo instituições com muita respeitabilidade. Não é assim que se ajuda o Brasil a sair da crise em que nos encontramos. Não é dessa forma. Não é dessa maneira. Temos que ter muita calma. E à classe política é destinado um papel primordial nesse momento, porque qualquer solução que seja dada, para qualquer país que esteja vivendo em crise, dentro do processo democrático, essa solução sai pela via política, sai pela via das duas Casas de representação popular aqui no Brasil, tendo como seu ápice, nessa representação, a Câmara dos Deputados e o Senado da República. À classe política caberá, portanto, administrando essas dificuldades, encontrar soluções para que possamos sair dessa turbulência em que nos encontramos.

E, hoje, aquilo a que nós assistimos aqui foi uma demonstração de que é possível, sim, o País sair dessa dificuldade em que se encontra. O País é muito maior do que esta crise. O povo brasileiro é muito maior do que esta crise. E o povo brasileiro saberá também compreender que é necessário ter tempo, para que nós possamos encontrar as saídas devidas, dentro da Constituição, dentro do processo democrático, para essas crises institucionais que nos atingem.

Há pouco tivemos uma crise. Estamos nos recuperando dela. Temos agora, de repente, uma outra crise... Enfim, nós vamos aprendendo à medida que se vai caminhando. Então, que isso sirva também de aprendizado, para que haja uma profunda reforma política, para que esse sistema político seja inteiramente mudado. Temos que, talvez, refundar a República, para que possamos, dessa forma, também ajudar o País e dar à população brasileira uma satisfação e um caminho que carregue junto com ele a esperança e o atendimento das melhores expectativas de que o povo brasileiro precisa, necessita ter.

Agradecendo mais uma vez a presença daqueles que nos deram a honra de sua companhia: o Embaixador do Marrocos, Nabil Adghoghi; o Embaixador da Palestina, Ibrahim Alzeben; o Brigadeiro do Ar Marcos Vinícius Rezende Mrad; o Brigadeiro do Ar Maurício Augusto Silveira de Medeiros; o Brigadeiro do Ar Antonio Pereira da Silva Filho; o General de Brigada Marco Aurélio de Almeida Rosa; o Conselheiro Giorgi Sirbiladze, da Embaixada da Geórgia; o Conselheiro Abbah Sidi Sidi, da Embaixada do Marrocos; a Conselheira Econômica Dagmar González Grau, da Embaixada de Cuba; o Primeiro-Secretário Rodrigo Conde Garrido, da Embaixada da Argentina; o Segundo-Secretário Fernando López

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Closs, da Embaixada da República do Paraguai; o Conselheiro Augusto Inácio, da Embaixada da República de Angola; o Terceiro-Secretário Ilya Lutski, da Embaixada da República da Belarus; os nossos, mais uma vez, melhores agradecimentos.

Agradecimentos aos nossos palestrantes da noite de hoje: Prof. Samuel de Abreu Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV); Prof. Carlos Roberto Pio da Costa Filho, da Universidade de Brasília, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América e Ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.

Agradecendo a todos aqueles que nos deram também a satisfação da sua audiência, aos nossos internautas pelo envio das perguntas, agradecendo a todos pela participação, gostaria de convidá-los para o nosso 6º Painel, que ocorrerá no dia 5 de junho, segunda-feira, às 18h, neste plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, quando será abordado o tema "O Século do Dragão: a China e a Nova Globalização". Para expor e debater o tema, teremos como convidados: o Embaixador Luiz Augusto Castro Neves, ex-Embaixador do Brasil na China; o Prof. Doutor Henrique Altemani de Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba; e o Prof. Doutor Oliver Stuenkel, Coordenador do MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Antes de encerrarmos os trabalhos do dia de hoje, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, deliberativa, em que teremos uma audiência pública com a participação do Comandante da Marinha e Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Pereira, a se realizar no dia 25 de maio, quinta-feira, às 9h, neste plenário.

Mais uma vez grato a todos, dou por encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2017.

Às nove horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezessete, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer, José Agripino, Lasier Martins, Ana Amélia, Hélio José, José Pimentel, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Vanessa Grazziotin e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra presença o Senador não membro Paulo Rocha. O Presidente declara aberta a Reunião e faz a leitura de comunicados. Passa-se à PAUTA: AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA – Com a finalidade de debater questões ligadas a soberania nacional e aos projetos estratégicos Marinha do Brasil. Participante: Sr. Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha do Brasil. O Presidente convida o expositor a compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao expositor. Usam a palavra os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e José Agripino. O Presidente registra questões de internautas recebidas via portal e-Cidadania. O Presidente concede a palavra ao Comandante para responder aos parlamentares e aos internautas participantes. O Presidente agradece a presença de todos os participantes. Audiência Pública Interativa realizada. Passa-se à PAUTA – 2ª PARTE – DELIBERATIVA: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2017, de autoria da Presidência da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh. O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO (SF) Nº 220, de 2016, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos. " O Presidente concede a palavra ao relator, Senador Antonio Anastasia, que faz a leitura do relatório. Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação da matéria, na forma da emenda Substitutiva nº1 - CRE. ITEM 3) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013. " O Presidente concede a palavra ao relator, Senador José Agripino, que faz a leitura do relatório. Aprovado. ITEM 4) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual para a Criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil, assinado em Genebra, em 2 de outubro de 2009, e da Emenda ao Artigo IV desse Acordo, celebrada por troca de Notas entre a Delegação Permanente do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em 27 de setembro de 2011." O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Flexa Ribeiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado. ITEM 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

2017, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que "Aprova o texto do Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, celebrado em Brasília, 9 de fevereiro de 2012. " O Presidente designa Relator "ad hoc" o Senador Armando Monteiro, que faz a leitura do relatório. Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE SOLIDARIEDADE às vítimas da grande fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia. " Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado. EXTRAPAUTA – ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 13, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana, que "REQUEIRO, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater os recentes ataques cibernéticos ocorridos em várias partes do mundo no último dia 12 de maio, que atingiram cerca de 150 países e alcançaram 200 mil alvos. Aliás, noticia-se que estão em curso novos ataques cibernéticos de alcance global". É lido o Requerimento. ITEM 8) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 14, de 2017, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que "Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, com a finalidade de explicar, aos integrantes desta Comissão, a dinâmica e os procedimentos da cooperação bilateral em matéria de defesa, estabelecida entre Brasil e EUA". É lido o Requerimento. ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 15, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que "Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PROFUNDO PESAR, em razão do abominável atentado terrorista sofrido pela população de Manchester, Reino Unido, em 23 de junho de 2017, culminando na morte de 22 pessoas, dentre as quais várias crianças e adolescentes". É lido e aprovado o Requerimento. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores, que ficam dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando, eu, Alvaro Araujo Souza, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Leitura de requerimentos.

Requerimento nº 13, de 2017, desta Comissão.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater os recentes ataques cibernéticos ocorridos em várias partes do mundo, no último dia 12 de maio, que atingiram cerca de 150 países e alcançaram 200 mil alvos. Aliás, noticia-se que estão em curso novos ataques cibernéticos de alcance global.

Para tanto, requeiro que sejam convidados, como palestrantes, sem prejuízo de outros nomes: General de Divisão Angelo Okamura, Comandante de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; Maximiliano Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; José Jair Wermann, Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal.

Diante do exposto, peço aos nobres Senadores membros desta Comissão a aprovação do presente requerimento, que busca trazer para o Senado Federal o debate sobre a prevenção, o combate e os riscos dos ataques cibernéticos.

Assinado: Senador Jorge Viana.

Esse requerimento entrará na pauta da nossa próxima reunião deliberativa da mesma forma que o seguinte, que passo a ler:

Requerimento nº 14, de 2017.

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado da Defesa, Sr. Raul Jungmann, com a finalidade de explicar aos integrantes desta Comissão a dinâmica e os procedimentos de cooperação bilateral em matéria de defesa, estabelecida entre Brasil e Estados Unidos da América.

Assina: Senador Lindbergh Farias.

Comunicados.

A Lei de Migração foi, no dia de hoje, publicada no *Diário Oficial da União* sob o nº 13.445, de 24 de maio de 2017. De iniciativa do atual Chanceler, Senador Aloysio Nunes, em 2013, essa novíssima legislação representa significativo avanço na legislação migratória brasileira, tecendo, com equilíbrio, rol de direitos aos migrantes em compasso com medidas de segurança e de cooperação penal internacional.

Importa registrar que, recentemente, o projeto de lei de migração foi aprovado por esta Comissão após ter sido aprovado o substitutivo vindo da Câmara, derivado dos trabalhos da Comissão Especial, presidida pela Deputada Bruna Furlan, atual Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional daquela Casa.

Trata-se, portanto, de dia histórico a ser registrado. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar seus protagonistas, principalmente porque é extremamente raro uma lei desta envergadura derivar de iniciativa parlamentar.

Mais um comunicado. Panorama Internacional, Manchester, Reino Unido. Mais uma vez, dezenas de inocentes, entre eles crianças, foram vítimas de um atentado terrorista na Europa esta semana na cidade de Manchester, no noroeste da Inglaterra, importante cidade onde nasceu a Revolução Industrial do Século XVIII.

Em alerta máximo, a polícia britânica investiga uma rede de terrorismo por trás desse ataque. O atentado perpetrado por um homem-bomba, um estudante inglês de origem líbia, na arena de Manchester onde milhares de fãs assistiam a um *show,* já foi reivindicado pelo Estado islâmico e, das vítimas, 22 vítimas foram fatais e 67 ficaram feridas. Várias prisões já foram efetuadas em relação ao atentado e, entre os detidos, estão o pai, dois irmãos do terrorista suicida, e vai por aí.

Segundo o correspondente do jornal norte-americano *The Washington Post,* Rick Noack, Londres sempre foi vista como alvo do próximo ataque terrorista pelas agências de segurança britânicas. Durante anos, a capital do Reino Unido viveu com medo e preparou-se para um grande atentado, mas eis que, na noite de segunda-feira, explodiu em Manchester, que se tornou alvo do pior atentado suicida na Grã-Bretanha desde os ataques a ônibus e a metrô de Londres em 2005 – e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

correspondente do *The Washington Post* pergunta: "Estariam Manchester e o restante do mundo despreparados?". Enfim, é algo que temos todos que lamentar e apenas nos chamar a atenção para as medidas que devam ser tomadas para que nós evitemos que fatos como esse se repitam com tanta assiduidade como vêm se repetindo.

A Primeira-Ministra britânica, como todos nós já assistimos também, lamentou profundamente e elevou o estado de alerta para estado crítico, que é o mais alto no caso de prevenção a ações terroristas. Houve compartilhamento desse momento de tristeza por vários líderes mundiais e, num pronunciamento que a Primeira-Ministra fez e o *New York Times* publicou fotos que aparentemente mostravam o local do ataque da Arena, lá em Manchester, os investigadores britânicos reagiram com frustração, alegando que o vazamento do nome...Esse é outro fato que está acontecendo e que vem preocupando muitas autoridades de segurança no mundo inteiro que é o vazamento de informações secretas sobre questões sensíveis.

Desta feita, agora no caso do autor do atentado, o nome dele foi compartilhado em um nível *top secret* pelas autoridades da Grã-Bretanha com autoridades americanas, e, no dia seguinte a esse compartilhamento da informação, em um nível de segredo máximo, o jornal *New York Times* publicou o nome da pessoa, quando as autoridades inglesas pediram exatamente essa classificação de alto sigilo, porque estavam tentando buscar os outros nomes que estariam fazendo, e que ficou demonstrado que estavam, parte de uma rede, e a divulgação do nome, prematuramente, poderia prejudicar, como prejudicou, as investigações.

Então, esses vazamentos que estão acontecendo, de forma consecutiva, de informações de segredos, sobretudo a respeito dessas atividades de espionagem, de terrorismo, vêm causando alguma preocupação entre aqueles que fazem parte da OTAN.

Diz aqui que os investigadores britânicos reagiram com frustração à divulgação do nome, alegando que o vazamento prejudicava a relação com importantes parceiros, referindo-se aí, implicitamente, à relação com os seus parceiros do serviço de inteligência dos Estados Unidos, à investigação e à confiança das vítimas, das testemunhas e suas famílias.

Bom, fica aqui a sugestão a esta Comissão de nós enviarmos ao Sr. Embaixador da Grã-Bretanha, no nosso País, os nossos votos de condolências e profundo pesar pelo ocorrido em Manchester, em nome da Comissão de Relações Exteriores. Esse é um requerimento que faço agora, de forma oral, e que submeto à consideração dos senhores integrantes desta Comissão.

Aqueles que assim concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, será enviada essa mensagem de consternação e pesar da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal ao representante da Grã-Bretanha aqui no Brasil, em função do ocorrido em Manchester.

O outro comunicado: audiência com S. Exª, o Comandante da Aeronáutica, realizada aqui, neste plenário, na última quinta-feira, com a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Força Aérea Brasileira. Esta Comissão realizou na quinta-feira passada, dia 13 de maio, audiência pública com a participação do Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Força Aérea Brasileira.

A Força Aérea existe para servir aos interesses do Brasil, aos interesses da sociedade, além de defender o nosso espaço aéreo, afirmou o Brigadeiro Rossato. Pela capacidade de impor as suas condições dentro de um cenário, tirando o armamento nuclear, o maior poder dissuasório que uma Nação pode ter é uma força aérea, lembrou ele.

A Força Aérea Brasileira tem frente à Nação três responsabilidades: controlar e defender o espaço aéreo e integrar o Brasil com seus mais de 8,5 milhões quilômetros quadrados, além do nosso mar adjacente. O controle do espaço aéreo de toda a aviação civil, linhas comerciais, aviões executivos, aviões privados, tudo é feito pela Força Aérea. É um sistema híbrido, desenvolvido na década de 1970 e consolidado ao longo dos anos. Os mesmos radares, as mesmas redes de telecomunicações atendem aos dois setores: controle e defesa, informou o palestrante.

Importante nesse sistema, além das telecomunicações, disse o Brigadeiro, é a rede de mais de 50 radares espalhados pelo Brasil, distribuídos entre os nossos quatro Centros Integrados de Defesa e Controle que cobrem todo o território nacional. Hoje, porém, temos um problema, alertou ele. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

virtude das restrições orçamentárias, dos cortes e contingenciamentos não temos feito investimentos além do custeio para manter esse sistema. Isso acaba degradando os sistemas, prejudicando a manutenção e reposição dos radares, afetando a própria confiabilidade.

Buscando superar essas dificuldades e atender aos nossos objetivos, temos uma Parceria Público Privada de Telecomunicações, talvez a grande PPP que exista hoje no Governo Federal, informou o palestrante. Estimada em R$160 milhões anuais, servirá para gerir todas as nossas redes de comunicações, e esperamos contratá-la até o final de 2017.

O benefício que queremos obter com essa PPP, explicou o Brigadeiro, é uma concentração do esforço na atividade fim. Vamos substituir 68 contratos existentes com várias empresas por apenas um único contrato, com uma economia estimada em torno de 25% dos gastos que temos hoje. Tratar com uma única grande empresa ou com um *pool* de empresas permitirá melhor atendimento às demandas operacionais e facilitará o acompanhamento das inovações tecnológicas.

Outra responsabilidade da Força Aérea é a defesa do espaço aéreo, que compreende, além do nosso território, o nosso mar adjacente. Há também uma preocupação muito grande com o controle dos quase 17 mil quilômetros das nossas fronteiras. Temos os meios de defesa aérea, mas esses aviões estão precisando urgentemente de uma modernização e o número deles está sendo reduzido, asseverou o Brigadeiro.

Quanto aos meios aéreos para a defesa de nosso território, temos uma deficiência muito grande. O Projeto Gripen, que monta a US$4.7 bilhões, é importantíssimo, pois é um avião que foi atualizado, oferece variações, envolve acordos de compensação comercial, absorção de tecnologias críticas e a geração de milhares de empregos no seu desenvolvimento. O custo desse avião é em torno de 1 bilhão por ano. Agora ele entra no Orçamento, mas o Brasil só vai desembolsar o recurso dois anos após o recebimento da última aeronave, o que se dará em 2024. Os juros desse contrato, através de banco sueco, são os mais baixos que já tivemos em qualquer aquisição feita pelo Brasil, informou o Brigadeiro. Isso porque nós precisávamos de financiamentos e os suecos precisavam vender esse avião. E, assim, atenderam às nossas exigências. Certamente, em qualquer exportação que venha a ser feita para outros países, o Brasil terá participação, lembrou ele.

Para substituir nossos antigos Mirage, adquirimos 36 aeronaves, mais armamento, mais logística. Em não menos do que dez anos, nossos F-5 e nossos AMX deverão sair de linha, e sua substituição, por uma questão de padronização e pelas opções que oferece, deverá ser também por esse avião, informou o Brigadeiro.

Outra grande responsabilidade que temos é a de integrar o nosso território, pois até hoje o CAN (Correio Aéreo Nacional) consta da Constituição Federal. A questão do transporte de órgãos, ministros, comitivas do Congresso, grupos do Projeto Rondon e outros, tudo é parte dessa responsabilidade da Força Aérea, e a nossa malha aérea na Região Amazônica é muito precária. Praticamente metade dos nossos meios aéreos e dos nossos pilotos são aviões e pilotos de transporte.

A nossa população, não só na Região Amazônica mas também em outras regiões, é muito dependente disso, informou o Brigadeiro Rossato. A nossa hora de voo é barata, porque não está embutido o custo do avião, não está embutido o salário do piloto, e não pagamos taxas aeroportuárias. Mas hoje, pela falta de recursos, só usamos a metade dessa capacidade.

Além dos meios, ressaltou ele, precisamos ter a infraestrutura para atender a essas aeronaves. A Comara, que é a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica da Força Aérea, criada há mais de 50 anos, tem uma quantidade enorme de balsas, empurradores e máquinas, com os quais construiu e vem mantendo mais de 170 aeroportos na Região Amazônica.

Com a revogação da Lei 7.920, de 1989, os recursos da tarifa chamada Ataero (Adicional de Tarifa Aeroportuária), destinados a reforma, ampliação e equipamento dos aeroportos, migraram todos para o FNAC, que é o Fundo Nacional de Aviação Civil, afirmou o Brigadeiro.

Com o contingenciamento e os cortes, o Ministério dos Transportes e a SAC (Secretaria de Aviação Civil) não nos repassam mais esses recursos, e a Comara está, há dois anos, praticamente à míngua, disse ele. Ou seja, sem recursos para manter os 170 aeroportos que nós temos na Amazônia.

Nós chegamos a receber, continua ele, mais de R$300 milhões. A diminuição, com o tempo – isso nos bons tempos da Comara, chegaram a receber até R$300 milhões –, foi de tal sorte que em 2016 não chegou a R$20 milhões. Considerando a situação crítica por que passa o Brasil, com R$100

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

milhões, diz Comandante da Aeronáutica, nós não ampliaríamos, mas pelo menos conseguiríamos manter essa condição operacional dos nossos aeroportos na Amazônia.

Um dos projetos importantes para aquela região é o KC-390, considerou ele. É um avião de concepção e desenvolvimento 100% nacionais e com 60% de conteúdos nacionais, capaz de gerar em torno de 8,5 mil empregos e com um percentual de exportação de US$2 bilhões anuais. Temos uma compra prevista de 28 aeronaves. Ou seja, já existem encomendas do KC-390 de 28 potenciais compradores.

Mas é difícil manter um avião quando ele não tem exportações. Isso significa que é importante que nós rapidamente possamos colocá-lo em operação.

Já existem dois aviões – aí não se chamam bem protótipos, porque já estão no ar – que já estão voando em fase de testes e mais um que vai ficar pronto para ser, de fato, operacional. E, a partir daí, é importante que haja os investimentos necessários para que essas pré-encomendas sejam ratificadas pelos seus compradores, naturalmente tendo as aeronaves prontas para serem entregues a tempo e a hora.

Com o lançamento do SGDC (Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas), no dia 4 de maio, diz o Comandante da Aeronáutica que demos um grande salto na área espacial. Dentro de três meses, no máximo, ele vai estar fornecendo para todo o Brasil, inclusive para a Região Amazônica, banda larga e banda x, que é de uso militar. Vão melhorar muito as nossas comunicações. Lá estamos com a Telebras, disse ele, estabelecendo os requisitos para um SGDC 2, porque precisamos ter mais do que um satélite desse, sem dúvida.

A tecnologia de satélites, anunciou o palestrante, tem uso na coibição de evasão de divisas e crimes transnacionais, aumento da produtividade agrícola, planejamento urbano e uso da terra, acesso a informações e comunicações e traz desenvolvimento industrial.

O investimento do Brasil em pesquisa espacial é reduzido, lamentou o Brigadeiro. Isso aqui é algo que traz muita preocupação a todos nós, porque o investimento do Brasil em pesquisa espacial, segundo o Comandante da Aeronáutica, é muito reduzido – e realmente é muito reduzido –, porque o Brasil gasta US$100 milhões por ano, ou seja, 0,006% do nosso Produto, enquanto a Argentina, nossa vizinha e nosso país amigo, gasta US$1,2 bilhão, 0,2% do PIB, ou seja, 12 vezes mais do que o Brasil investe em seu programa espacial. A Argentina investe 12 vezes mais do que o Brasil no seu programa espacial. Os Estados Unidos da América – apenas para se ter um número, já que não há como comparar – gastam US$40 bilhões, o que significa 0,21% do seu Produto, e a Índia gasta US$1,2 bilhão, 0,6% do PIB.

A Base de Alcântara, pronta há mais de 20 anos, é a melhor posição que existe sobre o globo para o lançamento de satélites, afirmou o Brigadeiro Rossato. No entanto, os atuais três sítios de lançamento, que, desde que seja resolvida a questão quilombola, podem aumentar para seis ou mais, só serão utilizados por parceiros se o Brasil fizer acordos de salvaguarda.

Nós interiorizamos a Força Aérea, reduzimos o tamanho das bases no litoral e agora estamos mudando a nossa estrutura organizacional e administrativa, com foco na atividade fim, o que vai reduzir nosso efetivo em torno de 25%, informou o Brigadeiro. Tirando organizações nossas de dentro de aeroportos e concentrando em outros locais, nós viabilizamos a ampliação dos aeroportos de Fortaleza e Recife, o que também ocorrerá em Salvador e Florianópolis.

É uma grande contribuição que damos até para a economia de recursos, sem perder a nossa capacidade operacional, concluiu o Comandante da Força Aérea, Brigadeiro Rossato.

Passamos à nossa pauta deliberativa, na sua primeira parte, à audiência pública.

Esta audiência pública tem a finalidade de debater questões ligadas à soberania nacional e aos projetos estratégicos da Marinha do Brasil, em atendimento aos requerimentos de S. Exªs os Senadores Roberto Requião e Gleisi Hoffmann.

Temos a honra de receber hoje aqui, no plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha do Brasil, a quem convido para tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Esta audiência, como habitualmente, será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular dos nossos internautas pelo *e-mail* do Senado, pelo endereço da internet www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado, através do número 0800612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agradeço, mais uma vez, a participação e o interesse sempre demonstrado pelos nossos internautas e por aqueles que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado quando da realização de nossas audiências públicas e dos nossos debates realizados às segundas-feiras, às 18h, também aqui na nossa Comissão.

Informo a S. Exª o nosso Comandante da Aeronáutica, que disporá do tempo que precisar para fazer a sua explanação e trazer também a todos nós os problemas que eventualmente estejam vivenciando com a questão da Marinha do Brasil, para que esta Comissão possa se inteirar desse fato e eventualmente tomar as iniciativas necessárias para ajudar as nossas Forças Armadas a estarem sempre prontas e sempre em condições para defesa da soberania do nosso País.

Passo a palavra a S. Exª o Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Bom dia, Senador Fernando Collor, Senador Antonio Anastasia, Senadora Ana Amélia, Senador Lasier Martins, Senador José Agripino, Senador Flexa Ribeiro, sinto-me muito honrado por estar aqui hoje na qualidade de Comandante da Marinha para fazer esta apresentação que se tem repetido regularmente na Comissão de Relações Exteriores a respeito da situação da Marinha e das perspectivas. Sem dúvida nenhuma, uma sociedade madura e democrática exige a participação de todos os seus segmentos e muito especialmente do Congresso Nacional, do Senado Federal nas decisões e na formulação das políticas referentes à defesa nacional.

Então, minha presença aqui, hoje, é um motivo, para mim, de enorme satisfação e a concretização de uma esperança de que efetivamente a defesa nacional receba a prioridade que acredito ser importante para ela receber, Senador.

Muito obrigado ao senhor pelo convite. Muito obrigado por permitir que eu esteja aqui, hoje.

Na minha apresentação, a minha ideia é inicialmente falar alguma coisa sobre os seguintes pontos: o contexto marítimo brasileiro, uma concepção estratégica do emprego da Marinha, os programas estratégicos da Marinha, a situação orçamentária, algumas considerações finais. E, por fim, então, eu estaria disponível para responder às perguntas. Para qualquer coisa que eu puder acrescentar estarei disponível.

Falando sobre o contexto marítimo brasileiro, o Brasil é muito mais do que os 8,5 milhões de quilômetros quadrados em que estamos acostumados a pensar – este País tão diverso, com uma sociedade multiétnica, um desafio constante. Mas o simples fato de permanecermos unidos e de termos hoje um forte sentimento de unidade nacional, cultural, já representa um grande feito para o Brasil, acho.

Nós somos uma sociedade, todos nós nos consideramos brasileiros, e todos nós temos orgulho de ser brasileiro, num País que envolve uma enorme diversidade étnica, cultural, regional. Isso já é em si um grande desafio.

Mas o desafio é muito maior do que isso, muito mais do que os 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Nós temos também uma área equivalente a 52% do nosso território terrestre, que é a nossa Amazônia Azul – é o nosso mar territorial, que vai até 20 quilômetros de extensão. Depois nós temos a Zona Econômica Exclusiva. No mar territorial, os direitos de soberania do País são praticamente iguais ao do território. Depois da Zona Econômica Exclusiva, nós temos o direito da exploração econômica quase exclusiva dos recursos vivos e minerais existentes. E, por fim, além das 200 milhas, além dos 370 quilômetros, nós também temos direito a explorar a plataforma continental, o solo e o subsolo marinho.

Então, isso dá ao Brasil uma área adicional de 4,5 milhões quadrados. Nós vemos a parte verde escura aí. Ela é exatamente o que nós alcançamos, nos últimos 20 anos, com a plataforma continental – azul escura, desculpe-me. Foi um trabalho feito às Nações Unidas, em que nós apresentamos nossas pretensões de levantamento da plataforma continental e conseguimos 80% daquilo que pretendíamos.

Agora, estamos lutando pelos restantes 20%, apresentando novos argumentos junto às comissões técnicas da ONU, para justificar a pretensão de mais 150 mil quilômetros quadrados, a que achamos que temos direito pela geologia da região.

Então, esse é o mar que nos pertence, é a chamada Amazônia Azul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E qual a importância dela para nós? Noventa e cinco por cento do nosso petróleo, hoje, 2,4 milhões de barris diários são produzidos no mar; pré-sal, a cerca de 200 quilômetros da costa, 150 quilômetros, bem afastado, ou na Bacia de Campos. São os dois grandes campos produtores. Existem outras regiões com produções menores, mas ali é que está o forte.

Oitenta e três por cento do gás natural brasileiro – também vem 84 milhões de metros cúbicos por dia são produzidos também nas nossas bacias petrolíferas localizadas no mar.

Potencial pesqueiro. Nós não somos grandes produtores mundiais de pesca, mas milhões de brasileiros vivem da pesca. E ela representa uma parcela significativa da proteína que a população brasileira consome, principalmente em algumas regiões localizadas.

Mais do que isso: 97% do nosso comércio exterior vem do mar. Esse é um detalhe importante. Nós não somos grandes em termo de valor. Isso não representa muito. Menos de 2% do comércio mundial em termos de valor é brasileiro. Mas, quanto ao volume, em termos de carga, 10% de tudo o que é transportado no mundo ou sai ou está vindo para portos nacionais. Então, nós somos um ator muito importante na indústria marítima. Ainda que não tenhamos uma marinha mercante grande – pelo contrário; está praticamente inexistente hoje –, o transporte de cargas originárias do Brasil ou destinada ao Brasil representa quase 10% de tudo o que o mundo transporta pelo mar. Isso nos dá um papel muito relevante na indústria marítima. E isso extrapola as nossas águas jurisdicionais, vai além da Amazônia Azul. O nosso interesse é em todos os oceanos. Nós temos cargas sendo transportadas para todos os oceanos, para todas as regiões do mundo.

Da mesma forma, 90% das nossas comunicações do dia a dia, inclusive de internet, são feitas por cabos submarinos. Todas as vezes em que elas saem do Brasil, e muitas vezes mesmo dentro do Brasil, elas vão para um servidor na Europa e voltam ao Brasil. E isso não é feito por satélite, mas essencialmente por cabos submarinos. Daí a importância, mais uma vez, dos mares para o Brasil.

Cerca de 25% do produto brasileiro hoje é diretamente consequência das nossas atividades marítimas.

Para se ter uma ideia das nossas rotas de comunicações e ver como isso transcende a Amazônia Azul, aqueles 4,5 milhões de quilômetros quadrados, nós temos as principais rotas brasileiras de comunicações marítimas: o Golfo da Guiné, com nove navios; a Europa; os Estados Unidos; a rota da Ásia e do Sul da África, que é uma das mais importantes que nós temos; a do Pacífico. No total, não 600 navios mercantes controlados pela Marinha diariamente e mil barcos pesqueiros. Metade desses navios mercantes estão fora do Brasil, metade são de cabotagem. E os barcos pesqueiros, na sua maioria, estão na nossa costa mesmo.

Isso representa também um esforço para a Marinha, que é garantir a segurança dessas embarcações e controlar para ver se elas estão navegando dentro das normas estabelecidas.

Temos uma ideia também do problema geopolítico da navegação marítima. Vemos nesse quadro a densidade das trocas comerciais por vias marítimas. O Brasil não tem uma densidade muito grande em valor, mas, como eu disse, representa, no final, 10% de tudo o que é transportado no mundo.

Aqueles pontos em amarelo são os pontos focais da navegação mundial em que existem problemas, em que existe algum tipo de ameaça. Não interessa a nós brasileiros que haja qualquer problema na navegação marítima, porque, para sermos competitivos, é preciso estabilidade nesse sistema. Nós estamos muito longe do resto do mundo, e só uma navegação eficiente nos dá a competitividade. Brasil, Argentina e Chile são os três países mais afastados dos grandes centros econômicos do mundo e também das grandes crises.

Então, vemos que, no Golfo da Guiné, existe muita pirataria; ali no Suez, o problema do Oriente Médio é constante; ali, no chifre da África, a nordeste, a pirataria também e o terrorismo, na Somália e no Iêmen; o Estreito de Málaca; e depois o Mar do sul da China com várias disputas territoriais. No Estreito de Málaca também há bastante pirataria – já foi pior; melhorou bastante.

Em verde, temos outros pontos focais em que não existem tantos problemas: o sul da África, por onde toda a nossa navegação que vai para a Ásia passa; o Canal do Panamá, que está readquirindo uma enorme importância com o alargamento que sofreu – e isso vai gerar consequências inclusive mais uma vez para o Brasil, porque provavelmente vai transformar ali o arco norte do transporte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Amazônia, extremamente competitivo, para exportação para a Ásia, via Panamá –; e o Estreito de Gibraltar, que é também outra região em que há uma grande concentração de carga, de transporte.

Como eu disse, para o Brasil é muito importante essa garantia de que o sistema de navegação...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Só um minuto, por favor, Senadora.

Eu queria explicar ao Comandante da Marinha que, durante a nossa audiência pública, quando um dos integrantes da Comissão solicita a palavra pela ordem, nós temos que imediatamente passar-lhe a palavra, mas não é em função da sua explanação, é apenas porque surge alguma curiosidade.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só para completar. Certamente isso poderá vir no decorrer de sua exposição, mas qual é o porto ou a região de maior densidade dos 10% da carga marítima que é transportada? E, se 97% do comércio global são via marítima, qual é o ponto central – Europa, Amsterdã, Ásia?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Ásia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ásia.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – A China e o Japão representam grande parcela das nossas exportações, porque nós exportamos muito minério e grãos. É muito realmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – China e Japão. Obrigada.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Hoje, eu diria que são China e Japão. Mas também os Estados Unidos são um grande parceiro comercial, e a Europa é outro grande parceiro comercial.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Em quantos por cento ali?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Eu diria que 40%, 50% para Ásia, 30% a 40% para a Europa e 30% para os Estados Unidos. Mas é a *grosso modo*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Por gentileza, Comandante.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O detalhe é que nós somos... Hoje nós não temos nenhuma capacidade de influenciar ou de contribuir para a estabilidade nesses pontos focais se houver algum problema. O nosso poder naval não tem pretensões de agir na Ásia, por exemplo, apesar de que, no Golfo da Guiné, onde existe muita pirataria, nós estamos sendo constantemente solicitados, tanto pelos países da África, daqueles que sofrem os problemas da pirataria, como pelos países europeus que também têm interesse ali – é uma região muito exportadora de petróleo –, para que o Brasil assuma o controle ali do combate à pirataria, mas no sentido de treinamento das marinhas locais. É uma proposta de vários países, tendo em vista a proximidade que o Brasil tem com os países da África do oeste e, principalmente, pelo fato de estarmos todos no Atlântico Sul, um mar em que nós temos um interesse particular.

Concepção estratégica da Marinha. Em 2007 e 2008, a partir dali, nós passamos a ter a Estratégia Nacional de Defesa, que foi um documento extremamente importante para a formulação das orientações de defesa.

Antes disso a estratégia e a política de defesa eram muito concentradas nas Forças Armadas. Pela primeira vez nós tivemos realmente uma participação de todos os segmentos da sociedade, de uma forma muito intensa, na formulação da estratégia, que desde então tem sido o principal documento orientador da política de defesa brasileira.

Dentro dessa estratégia, couberam à Marinha três tarefas específicas. A negação do uso do mar, vamos dizer, é o primeiro nível, que é nós impedirmos que um adversário use o mar em benefício próprio. Isso nós fazemos muito com a utilização de submarinos. O segundo nível já é um pouco mais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos dizer, sofisticado: é o controle de área marítima em que nós impedimos um inimigo de usar o mar em seu benefício e garantimos o uso do mar em nosso próprio benefício. Para isso nós precisamos de submarinos e navios de superfície. E o terceiro estágio é a projeção de poder sobre terra. Nós podemos visualizar uma porção de situações em que é necessário que nossos fuzileiros navais, por exemplo, saiam de um grupo de navios, desembarquem para cumprir alguma tarefa e, depois, se for o caso, voltem ou permaneçam no ponto em que desembarcaram. É a projeção de poder sobre terra – resgate de nacionais em alguma área, ocupação de algum ponto de interesse. E, para isso, há um nível ainda mais sofisticado de força, em que nós precisamos de submarinos, de navios de superfície e também de uma boa força expedicionária, representada, no caso da Marinha, pelos fuzileiros navais. Então, essas são as três maneiras básicas de emprego do poder naval brasileiro.

Em cima de tudo isso, nós temos a dissuasão, que é o conjunto de todas essas capacidades. Na medida em que nós tivermos maior capacidade de negar o uso do mar, de controlar áreas marítimas, de proteger, de projetar poder sobre terra, nós também passamos a dissuadir mais, a fazer com que potenciais inimigos procurem outras formas de resolver contenciosos com o Brasil, em vez do conflito armado. Ou seja, se nós estivermos suficientemente fortes, acho que os países que vierem a pensar em ter algum conflito armado com o Brasil vão pensar: é melhor tentarmos resolver de uma forma diplomática, com algum tipo de conversação, algum entendimento.

Essa é a grande vitória da defesa: quando não há guerra; quando nós conseguimos ser suficientemente fortes para não precisarmos ir à guerra. E, de alguma maneira, bem ou mal, nós estamos há 70 anos sem fazer guerra. O Brasil, há 70 anos não participa. A Segunda Guerra Mundial foi em 1945, e foi o último grande conflito de que o Brasil participou.

E mais um detalhe interessante é que a gente sempre pensa na agressão à nossa soberania, no risco ao Território nacional, e na verdade, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial, o ingresso do Brasil se deu porque nossos navios foram torpedeados, as linhas de comunicações marítimas brasileiras foram afetadas. Nós tivemos, no espaço de um mês, pouco tempo antes de a gente entrar na Segunda Guerra, 19 navios mercantes torpedeados, e isso é que provocou a declaração de guerra do Brasil. Então, às vezes não é necessário que a gente seja invadido para que nossos interesses vitais sejam de tal maneira ameaçados que isso nos obrigue a entrar em guerra.

Então, usando essas três formas de trabalhar do poder naval – a negação de uso do mar, o controle e a projeção –, nós temos as ameaças ao Brasil, que podemos dividir em dois tipos. Há as ameaças de alta intensidade, em que nós teríamos que empregar todo o poder militar, todo o poder naval brasileiro, que seria o caso de quando se configurasse um conflito interestatal. Hoje nós não vislumbramos nenhum. Não há, graças a Deus, uma perspectiva de a gente se ver envolvido em um conflito interestatal, mas isso pode acontecer. Isso pode acontecer na medida em que os conflitos aparecem de uma forma um tanto quanto supressiva. Na Guerra do Paraguai, quatro meses antes da declaração da guerra, nós estávamos ajudando o Paraguai a reformar a fortaleza de Humaitá. Ninguém esperava que a gente fosse entrar em guerra com o Paraguai, e isso aconteceu.

E o outro aspecto de emprego do poder militar são as chamadas novas ameaças. No caso da Marinha, nenhuma delas, exceto a guerra cibernética, pode ser considerada como nova ameaça. A pirataria já existe há muitos anos, está recrudescendo agora; o terrorismo também há muito tempo que existe, em algumas épocas mais, em outras menos, mas não é novidade; o tráfico de drogas, armas e pessoas representa hoje uma importante preocupação das marinhas de uma forma geral; e a pesca ilegal. No caso do Brasil, de vez em quando nós temos esse problema. Isso existe muito em alguns outros países, porque nós não temos um potencial pesqueiro muito grande em nossas águas. Então, raramente nós temos esse problema. Mas há regiões em que a pesca ilegal representa um grande problema.

Além dessas preocupações com aquelas ameaças, nós temos uma série de outras tarefas, tendo em vista que a Marinha brasileira é uma marinha de duplo uso, ela faz a guerra, ela existe para fazer a guerra, mas também tem uma série de outras atividades – talvez múltiplo uso. Aliás, eu não conheço nenhuma Marinha que tenha uma gama de tarefas tão diversificada quanto a nossa. Realmente, é enorme o número de atividades em que nós estamos envolvidos.

Eu tenho algumas delas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Segurança da navegação e patrulha naval. Nós somos responsáveis pela segurança da navegação no Brasil, pela normatização, normas de segurança, fiscalização das embarcações, controle dos marítimos, preparação dos marítimos. Quem prepara os marítimos no Brasil é a Marinha, mesmo os oficiais de marinha mercante, os marítimos de marinha mercante. Então, essa é uma responsabilidade muito grande e que envolve um grande número de nossa força de trabalho. Uma grande parcela dela é empregada na garantia da segurança da navegação. E a patrulha naval tem a ver com a fiscalização das leis, o cumprimento das leis nas nossas águas jurisdicionais e também tem a ver com a garantia: verificar se os navios e as embarcações estão todos dentro das normas de segurança previstas.

Outra atividade em que a gente tem estado muito envolvido são as operações de paz. Ao longo dos últimos 20 anos, foram inúmeras as operações de paz de que participamos. No caso da Marinha, tivemos duas especiais: Haiti, que está agora terminando, onde temos fuzileiros navais; e o Líbano, que tem uma força naval de seis países, atualmente com sete navios – vai passar para seis –, e o Brasil comanda essa força naval já há cinco anos. Temos um almirante, um Estado-Maior lá, e o navio-capitânia é uma fragata brasileira. Esse é um esforço logístico muito grande, é um desafio contribuir para manter a estabilidade naquela região tão conflagrada do mundo, agora, por outro lado, tem trazido uma grande experiência operacional para nós. Então eu acho que os benefícios têm sido muito grandes, apesar de todos os sacrifícios exigidos. Inclusive, as nossas tripulações, os nossos homens costumam ficar nove meses fora de casa numa operação dessas.

Assistência médico-hospitalar. Tanto na Amazônia como no Pantanal, temos inúmeros navios-hospitais que participam e levam saúde a regiões em que não existem qualquer possibilidade alternativa de saúde; não existe SUS, não existe médico. Nossos navios vão a essas populações e levam a presença do Estado lá, com atendimento odontológico, médico, laboratorial, remédios. Então, é uma atividade que nós fazemos de que nos orgulhamos muito. Realmente, a gente sente um outro lado da nossa atividade tão importante.

Busca e salvamento. O Brasil, por acordos internacionais, é responsável por 14,5 milhões de quilômetros quadrados. Do Atlântico quase até a África, em qualquer acidente ali, cabe a nós fazer o entendimento aos náufragos e buscar salvamento, evacuação aeromédica. É um serviço que envolve custos elevados sem dúvida nenhuma. Por outro lado, dá uma grande satisfação saber que estamos salvando vidas, que estamos garantindo a segurança. É comum nós termos situações quase extremas: uma evacuação aeromédica, com um navio que está a não sei quantas milhas da costa; nós mandamos um navio com helicóptero, no limite de lançamento do helicóptero; ele vai até lá, quase acabando combustível, e volta; e nós trazemos aquele que está necessitando de evacuação médica para a terra para ser atendido. No final, quando essa pessoa é salva, dá-nos uma satisfação muito grande, mas isso envolve custos grandes. Um navio fazer isso quatro, cinco vezes é realmente um salvamento bem caro; é uma UTI móvel extremamente cara, mas necessária.

Pesquisas e atividades científicas. Essa é outra atividade importante para a Marinha. Todos conhecem bem a Antártica, que é o carro-chefe. Nós temos a Estação Antártida, que está sendo reconstruída, vai ser reinaugurada em março, mas na verdade nunca interrompeu. Depois do incêndio, nós continuamos com os chamados módulos emergenciais e conseguimos, durante todo esse período, entre o incêndio e a reinauguração no ano que vem, estar com todas as atividades científicas sendo conduzidas normalmente nessa estação emergencial e com os dois navios que nós mandamos à operação no período de outubro a março todo ano. Essa atividade é uma parceria: a Marinha entra com o esforço logístico, com toda a carga, vamos dizer, de logística, de transporte, de manutenção; e cabe ao MCTI e ao CNPq conduzir as pesquisas, coordenar os diversos projetos de pesquisa que são feitos lá.

Mas essa não é só a única atividade de pesquisa que nós temos na Marinha. Nós também temos, nas Ilhas Oceânicas, em Trindade e lá no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, grupos de cientistas que são totalmente apoiados pela Marinha e que conduzem trabalhos científicos muito interessantes. Agora, estamos caminhando para a inauguração de uma nova estação científica em Fernando de Noronha. Com isso, todas as nossas ilhas oceânicas passarão a ter estações científicas e serão apoiadas pela Marinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Também a Marinha faz pesquisas na área de campo nuclear. Lá em Aramar, temos bastantes. Temos dois Institutos de Pesquisa: o Instituto de Pesquisa da Marinha, no Rio de Janeiro, e o Instituto Paulo Moreira, mais dedicado a pesquisas oceanográficas ali na região de Cabo Frio.

Então, são atividades que nós desenvolvemos, em que temos um envolvimento e que têm dado bastante resultado. A história da Marinha está associada a isso. O Almirante Álvaro Alberto, que foi o fundador do CNPq, hoje reconhecido como um dos grandes pesquisadores que o Brasil teve no século XX, fez sua vida toda na Marinha. Todo o seu trabalho foi em função da Marinha. Outra atividade que nós temos no nosso dia a dia – foram nove ou dez vezes este ano, ou seja, nos últimos 12 meses – é a garantia da lei e da ordem. Os senhores acompanham melhor do que eu e sabem as diversas ocasiões em que nós estamos sendo acionados para suprir necessidades decorrentes de alguma incapacidade das forças de segurança locais.

E, por fim, contribuir para o desenvolvimento nacional é outra área que nós temos. A grande contribuição que nós fazemos na Marinha é a construção naval, é a construção dos nossos programas de construção. Junto com o poder naval que nós temos que ter e ao receber navios modernos, navios novos, nós também trazemos empregos, trazemos desenvolvimento tecnológico, trazermos um grande arraste tecnológico a partir dessas atividades. Nós sempre procuramos construir navios; de alguma maneira a Marinha tem incentivado.

E um detalhe... Eu vou dar essa informação, Senador, mas não é uma informação em que eu possa entrar em maiores detalhes, porque eu ouvi essa história durante uma palestra, mas me marcou muito, e eu sempre falo. No século XX, dos grandes 15... Quem falou isso foi um almirante, foi o primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia da Marinha. Ele não entrou em maiores detalhes, e na época eu não prestei muita atenção àquilo, não me aprofundei, então não consigo hoje dar maiores detalhes, mas ele falou uma coisa que eu achei interessante: dos 15 grandes saltos tecnológicos que o Brasil deu de desenvolvimento nessa área industrial, no século XX, 13 foram diretamente ligados às atividades das Forças Armadas – Exército, Marinha ou Aeronáutica –, como é o caso da Embraer ou o do computador Cobra. O primeiro computador brasileiro foi o Cobra, que foi bancado pela Marinha para suas fragatas. Então, foi criada uma indústria de computadores, que até hoje... Está no Banco do Brasil, se não me engano, essa indústria. Então, houve sempre um trabalho pioneiro das Forças Armadas no desenvolvimento nacional, no desenvolvimento de novas tecnologias, no avanço dessa tecnologia. Isso é um detalhe, e a Marinha participa disso.

Para fazer frente às concepções estratégicas estabelecidas pela Política de Defesa Nacional, pela Estratégia Nacional de Defesa, e para cumprir essas tarefas, nós estamos tendo que nos modernizar, nos reestruturar em dois campos, tanto no campo do pessoal como no campo do material.

No campo do pessoal, hoje nós temos três – vamos dizer – vertentes de modernização.

A primeira é procurar atrair os melhores profissionais, porque nós temos que operar reatores nucleares, temos que manter mísseis, ou seja, o nível de tecnologia que temos a bordo de um navio de guerra hoje é muitíssimo elevado, e temos que ter técnicos em eletrônica muito gabaritados, técnicos em turbinas, em motores. Ou seja, é uma sofisticação que exige que a gente seja capaz de atrair o que há de melhor na juventude brasileira para as Forças Armadas, e para isso é importante que a gente tenha uma competitividade. Nós temos que oferecer condições de carreira que façam com que esse jovem capaz e com potencial se anime a vir para as Forças Armadas. Então, essa é uma das nossas maiores preocupações hoje, e o nosso sistema de proteção, o nosso sistema social todo visa manter essa competitividade – vamos dizer – das Forças Armadas, da Marinha, frente a outras carreiras.

A segunda parte da reestruturação tem a ver com a redução de pessoal. Eu acho que hoje a nossa Força, com a modernização, os novos processos de gestão, de condução da Força, exige uma reengenharia, e nós pretendemos reduzir 12 mil militares até 2030, aproximadamente 15% do efetivo. Isso vai ser anualmente, em torno de mil por ano. A gente tem como manter uma boa capacidade, a eficiência da Marinha e, ao mesmo tempo, com novos processos, reduzir o número de militares. É a nossa contribuição para a economia, para a redução das despesas governamentais.

Na verdade, desses 75 mil homens, cerca de 17,5 mil são fuzileiros navais. Esses nós não vamos diminuir. O esforço desses 12 mil serão retirados de outros corpos e quartos. Os fuzileiros navais estão incluídos ali, mas não sofrerão redução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Outra maneira de nós aumentarmos a eficiência ou economizarmos recursos no Orçamento da União é aumentar a proporção de militares temporários. Acho que as três Forças estão caminhando mais ou menos na mesma direção: reduzir a proporção de militares de carreira, que depois se aposentam e continuam recebendo a aposentadoria, e depois há a pensão das viúvas. Então, se nós fizermos com que o militar fique na Marinha de oito a dez anos, para ele é bom, pois se formou numa profissão, numa escola técnica, numa universidade, entra para a Marinha, adquire experiência e se aperfeiçoa, produz bastante para a Marinha, porque nós precisamos de gente jovem trabalhando lá, e, com oito anos de serviço, vai embora, vai para o mercado de trabalho, mas já com outro cabedal, com outra experiência, e também nunca vai representar a carga, vamos dizer, para o sistema de saúde, para o sistema de proteção social das Forças, porque ele vai sair antes do tempo de pensar em se aposentar.

Então, essa é uma maneira que nós temos de contribuir com o atual esforço do Governo de reduzir as despesas chamadas de previdenciárias. No nosso caso, nós não participamos desse sistema, mas seria a maneira que nós temos de contribuir para isso e de diminuir a parcela da rubrica de pessoal no custo das Forças Armadas, da Defesa.

Além desse sistema, nós temos outra perna, que é a parte material. Nós temos quatro grandes programas da Força: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos; o Programa Nuclear da Marinha; o programa de construção das corvetas Classe Tamandaré; e a obtenção da capacidade operacional plena.

Eu vou falar primeiro na obtenção da capacidade operacional plena, porque nos outros eu vou me aprofundar mais. A nossa esquadra é uma esquadra antiga. Nossos navios estão todos muito antigos. Eles precisam de um esforço muito grande para serem operados em plena capacidade ou com o mínimo de degradação possível. Isso é obtido através de um esforço dos nossos estaleiros, das nossas bases navais, e tem que haver um aporte de recursos muito grande, o que, com as restrições orçamentárias dos últimos anos, aumentou cada vez mais. O passivo foi crescendo, e hoje nós estamos com uma série de deficiências e temos que ter um plano específico para recuperar a nossa capacidade operacional ou recuperar os navios, que já estão antigos, mas que são os que nós temos, e eles têm que operar bem.

Dos outros três programas eu vou falar um pouco mais agora. O primeiro deles é o programa de submarinos. Nós, em 2008, fizemos um acordo de alto nível com a França e, a partir dali, nós pudemos desenvolver e construir. Estamos em construção de cinco submarinos: quatro convencionais e um nuclear. Quanto aos quatro convencionais, o primeiro fica pronto no ano que vem e representa um grande *upgrade*. Nós já construímos submarinos no passado, mas perdemos essa capacidade, lamentavelmente, e agora estamos tentando recuperar. É um projeto extremamente ambicioso, que envolve muita transferência de tecnologia e que, além da construção, está nos permitindo passar a desenvolver ou a fazer o projeto do submarino propriamente dito. É um belo desafio, e nós temos esses quatro. Em 2018, Senador, nós teremos o primeiro lançamento; e, depois, os outros três a partir de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – E o da Classe Tupi vai desaparecer?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Por enquanto também não. É um navio que está dando certo. Então, eu acho que a gente ainda dura até 2030 com eles.

Então, na década de 20, nós teremos... (*Fora do microfone.*)

Na década de 20, nós teremos uma força de sete e, a partir de 2023, de oito submarinos mais ou menos. Depois eles vão... Mas, durante a década de 20, eles ainda vão estar operando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – E teremos o Álvaro Alberto, que é um submarino nuclear, cujo início da construção está previsto para 2020. Nós já fizemos o projeto – acabou agora o projeto dele, a primeira parte do projeto –, e ele envolve uma série de desafios muito grandes. Para a construção do submarino, propriamente dita, os franceses estão nos ajudando, mas o reator nuclear, como nós vamos ver adiante, é um trabalho só nosso.

Em paralelo ou junto com os submarinos, nós estamos construindo o estaleiro – em que se constrói o submarino – e a base em que eles vão ficar. É um projeto extremamente sofisticado de base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

naval, de estaleiro, ali em Itaguaí, muito interessante. O senhor pode ver ali os submarinos em construção na parte que já está pronta do estaleiro. Em julho eles vão sair desse galpão que o senhor está vendo à direita e vão passar para aquele galpão ali na esquerda. É uma base que eu tenho esperança, pelo tamanho, pelo porte que isso adquiriu, que esse estaleiro e essa base adquiriram, de que muito possivelmente ela vá muito além desses quatro, cinco submarinos ou de base dos submarinos. Provavelmente outros navios passarão a utilizar essas instalações aí pelo tamanho e pela capacidade que elas têm.

É um grande progresso e vai nos dar grande possibilidade de avançarmos muito na área de construção naval, de manutenção de meio, já que hoje nós estamos um pouco limitados pelo Arsenal de Marinha, que fica no centro da cidade do Rio de Janeiro, uma localização que nos limita muito, que nos dificulta muito.

O segundo projeto é o Programa Nuclear da Marinha. E aí eu diria que, mais do que um programa nuclear da Marinha, esse deveria ser o programa nuclear do Brasil, porque a possibilidade de o Brasil se beneficiar das diversas atividades que estão sendo executadas ali é muito grande. Nós temos um lado referente ao ciclo de combustível nuclear, porque ninguém vai nos vender combustível nuclear para operar um submarino. Então, nós tivemos que desenvolver todas as etapas, desde a mina de urânio, que já existia e que se vai exportar, até a pastilha. Tudo é feito ali naquela instalação que o senhor está vendo do lado esquerdo. É um grande desafio. A parte laboratorial já foi toda completada, nós já temos toda a capacitação técnica para produzir as pastilhas de urânio, e agora estamos na fase final de construção das instalações industriais propriamente ditas. Nós não podemos usar a INB porque o acordo com a Alemanha impede a INB de nos fornecer. Então, tem que ser tudo ali.

E o laboratório de geração nucleoelétrica é o reator nuclear, propriamente dito. Também é uma enorme quantidade de atividades, de peças a serem desenvolvidas, a serem fabricadas, sistemas de controle, sistemas de vapor, caldeira e turbina, uma série de coisas que nós estamos construindo ali. Inicialmente, nós teremos um laboratório em terra, um reator em terra. Depois, passaremos para um reator no mar, submarino. Deve ficar pronto, o primeiro, em 2020. Vamos já começar a qualificar, a fazer os testes todos e corrigir, de modo que, depois, a gente faça o reator nuclear no mar.

Mas, junto com esse programa – por isso que eu digo que é programa nuclear do Brasil –, nós temos outras possibilidades. Agora mesmo, semana passada, assinamos com o MCTI o desenvolvimento do projeto do Reator Multipropósito Brasileiro para fármacos. É um outro campo de desenvolvimento da nossa política nuclear a que eu acho que a gente tem que estar muito atento, e temos uma série de outros. O potencial da indústria nuclear é muito grande daqui para a frente, cada vez maior. Cada vez mais ela estará presente no nosso dia a dia. E o que nós estamos fazendo em Aramar permite que pensemos em contribuir para o Brasil em uma porção de outros desenvolvimentos nessa área.

No Programa Nuclear da Marinha, o Prosub, hoje, nós temos 3,6 mil empregos diretos e 12 mil indiretos. Já chegamos a ter 6 mil diretos. São centenas de indústrias, centenas de universidades, gente estudando no exterior. É muita gente mesmo e muitas atividades, muitas indústrias participando do programa, e isso é um arrasto tecnológico muito grande. Quero lembrar que esses jovens que estão ali provavelmente são muito capazes, brilhantes, preparadíssimos. A opção para eles era sair do Brasil, provavelmente. Se eles não estivessem aqui, eles estariam trabalhando. Então, esse é outro benefício. Nós somos uma opção para essa juventude extremamente bem preparada, brilhante, que não teria capacidade de se desenvolver profissionalmente se não tivessem um programa desse apoiando. Esse é um outro aspecto.

E a corveta classe Tamandaré, aí eu peço muita ajuda do Congresso, Senador, porque realmente é um programa novo. Nossa força de superfície está muito velha. Nossas fragatas têm 40 anos de idade; nossas corvetas, 28. Um navio de guerra é feito para durar 25 anos. Estamos com navios de 40 anos, 38 anos – essa é a média. Está acabando. Quando eu entrei na Marinha, tínhamos 18 navios de escolta. Hoje, nós estamos com 10 e 11, todos nessa idade. Nós precisamos de uma força de superfície nova. Nós precisamos substituir esses navios, porque não podemos prescindir dessas fragatas, dessas corvetas.

E aí, a gente está com o projeto da corveta classe Tamandaré, que aparece aí, que é um projeto que é uma evolução da classe Barroso, que foi uma corveta feita no Brasil. Essa será construída no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

também, com índice de nacionalização bem grande. E o projeto exige aproximadamente R$700 milhões por ano para que a gente possa desenvolver isso. É dinheiro – a Marinha é cara. Agora, quando a gente vê o orçamento nacional de tudo, isso não é muito dinheiro para um país que tem um orçamento, que pretende ter uma defesa compatível com o seu tamanho.

Temos também mais dois projetos, esses já mais a longo prazo. Um é o navio-aeródromo, já que o nosso navio-aeródromo São Paulo está dando baixa. E o outro são os navios oceânicos de patrulha, porque, com o pré-sal, principalmente, nós precisamos ter navios que operem – são navios simples, que não precisam ser muito sofisticados – a 150, 200 milhas da costa, por muito tempo, fazendo serviços de patrulha, apoiando ali aquela região das plataformas, exercendo comando e controle do tráfego marítimo. Então, precisamos de alguns desses navios também.

Então, essas são as necessidades da Marinha, mas eu acho que isso seria mais a médio prazo. O mais urgente para nós são as corvetas e a continuação do programa do submarino, que é um programa que não tem retorno. Nós já gastamos tanto dinheiro nos submarinos que interromper agora seria muito prejudicial.

Aí temos o valor dos investimentos na Marinha nos últimos anos. O senhor vê que é uma variação muito grande. Neste ano, se não houvesse contingenciamento, nós receberíamos, para investimento, R$2,340 bilhões, essencialmente para o programa de submarinos e o programa nuclear. Não há nada para as corvetas. Eu digo que a Marinha precisa, Senador, para se modernizar, para manter uma Marinha, não digo hoje, mas daqui a dez ou quinze anos, balanceada, uma Marinha compatível com o Brasil, com a projeção internacional do Brasil, nós precisamos, por ano, o total de R$3,2 bilhões a R$3,4 bilhões. Nós recebemos R$2,340 bilhões. Mais R$800 milhões por ano nos dariam essa capacidade de construir a esquadra que precisamos ter. Então, são R$3,3 bilhões por ano, não é muito. Aí realmente, com esse problema do orçamento, há dificuldade, mas de alguma maneira precisaríamos desse dinheiro, porque, senão, nossa esquadra de superfície vai desaparecer em pouco tempo.

No problema das discricionárias, a Marinha, mais do que nenhuma outra, sentiu muito a perda dos recursos em verbas discricionárias. Isso nos afeta principalmente naquela capacidade operacional. Um reparo de uma fragata hoje custa de R$80 a R$100 milhões. Então, quando a gente tem que gastar um bilhão, é caro. Um bilhão para combustível, para munição, para adestramento, para todas as escolas, para os hospitais é muito pouco dinheiro para as necessidades da Marinha, para se manter. Então, a gente fica cortando, fica cortando, deixa de fazer um reparo, deixa de fazer uma manutenção, deixa de botar um navio no mar para fazer um treinamento, e aí vai degradando, degradando e a força vai caindo pouco a pouco. Daí a necessidade de termos...

Esse é o contingenciado. Muito possivelmente eu espero que, se não houver o contingenciamento ou se eles descontingenciarem o valor que está previsto, nós teremos um bom reforço orçamentário neste ano. Mas, no momento, a nossa situação é extremamente delicada e preocupante.

Presidente Fernando Collor, essa é a Marinha. Eu apresentei ao senhor os nossos principais projetos estratégicos, as nossas angústias, as nossas necessidades e a nossa crença de que nós podemos contribuir para o futuro deste País. Nós, como defesa, nas nossas atividades subsidiárias, com todas aquelas tarefas que eu mostrei ao senhor, temos o sentimento de que é a nossa contribuição para construirmos o País que nós sonhamos, o País que eu acho que nós merecemos.

Eu tenho a plena certeza de que este País, no dia em que começar a crescer e a atingir aqueles patamares de desenvolvimento que nós sabemos que são possíveis, vai precisar, cada vez mais, de um poder naval compatível com seu tamanho, com seu peso internacional, um poder naval moderno e um poder naval que sirva e, ao mesmo tempo, contribua com esse crescimento, mas também garanta esse crescimento frente a qualquer ameaça.

Essa é a nossa grande perspectiva, é a nossa esperança e a certeza plena de que a Marinha do Brasil tem como contribuir com o Brasil em todos os sentidos da nossa nacionalidade, tem como contribuir para que o Brasil realmente atinja aquilo que a gente sabe que ele pode ser.

E o nosso trabalho diuturno, dos nossos oficiais, dos nossos marinheiros é um trabalho que permite que muitas outras atividades sejam desenvolvidas pela Nação: a exportação pelo mar, a importação; também nós contribuímos garantindo a segurança da navegação, assistência médica na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Amazônia e uma porção de outros pontos em que nós estamos no nosso dia a dia, muitas vezes, com o sacrifício do pessoal afastado de casa, exigindo da família constantes mudanças de um lugar para outro, e isso também, às vezes, dá problemas, a mulher não pode trabalhar ou o marido não pode trabalhar, porque estão sempre se mudando.

Então, esses são fatores reais do nosso dia a dia, mas tudo isso, nós acreditamos que vale a pena, porque nós acreditamos que o Brasil vale a pena.

Então, eu quero dizer que eu agradeço seu convite, a possibilidade de estar aqui presente, agradeço a presença dos Senadores para me ouvir e espero que, de alguma maneira, os senhores possam contribuir com a Marinha do Brasil também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito grato ao Almirante de Esquadra, Comandante da nossa Marinha, Eduardo Bacellar Leal Ferreira, pela sua explanação.

Gostaria de cumprimentar também a todos aqueles que se fazem presentes na manhã de hoje à nossa Comissão: ao Vice-Almirante Sydney dos Santos Neves, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; ao Vice-Almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha; ao Contra-Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Diretor de Gestão de Programas da Marinha; ao Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha; ao Contra-Almirante André Luis Ferreira Marques, Diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha e ao Sr. Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

E agora, passando às indagações dos Srs. Senadores, passaria a palavra a S. Exª o Senador Antonio Anastasia e, em seguida, a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro e, logo após, S. Exª o Senador José Agripino.

Tem a palavra V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Fernando Collor. Meus cumprimentos aos pares aqui presentes. Cumprimento especial ao eminente Comandante da Marinha, Almirante Eduardo Ferreira e todos aqueles que integram a alta comissão dos negócios da Marinha aqui presentes, acompanhando o Comandante.

Em primeiro lugar, eu queria, mais uma vez, agradecer, Comandante, a gentileza de seu convite, quando estive no seu Comando em um almoço relativamente recente, onde pude, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, também apreender – como renovei aqui nesta manhã – ensinamentos profundos sobre a situação da nossa Marinha, uma situação que nos orgulha muito pelo seu passado heroico, pelas condições, principalmente tecnológicas, do avanço que alcançou, mas que também nos preocupa em razão das lacunas, especialmente orçamentárias, que hoje perfazem uma grave mazela, não só da Marinha, mas de diversas outras políticas públicas, mas que, no caso da nossa defesa marítima, é muito delicada.

A demonstração, por si só, da idade das nossas fragatas e corvetas é uma demonstração clara, de fato, de uma deficiência gravíssima. E nós sabemos que, se essa situação hoje é relativamente tranquila, num futuro médio, nós não sabemos o que pode ocorrer.

Então, evidentemente, é uma preocupação que o eminente Comandante traz a esta Comissão e que nós, Parlamentares, temos a obrigação de enfrentar, identificando fonte de recursos, e certamente terá desta Comissão uma total acolhida, sob a Presidência do eminente Senador Fernando Collor, que conhece, de maneira total, esse problema e essa angústia.

Aproveito, Sr. Presidente, para manifestar, igualmente, em adendo ao que o eminente Comandante aqui demonstrou: tive a oportunidade, na semana retrasada, de acompanhar S. Exª o Chanceler Aloysio Nunes numa missão à África, a diversos países.

Essa missão nós começamos pela Namíbia, onde a Marinha brasileira goza de um prestígio inexcedível, na medida em que é a Marinha brasileira que forma a Marinha da Namíbia, assim dizendo.

E, lá, com a conversa com o Ministro da Defesa da Namíbia – e também com Ministros da Defesa de outros países a que fomos –, percebemos que o prestígio da Marinha brasileira é muito forte. Isso nos enche de orgulho e demonstra a nossa capacidade de cooperação. E essa capacidade também acaba sendo tolhida pela ausência de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fomos ao último país, exatamente São Tomé e Príncipe, um país também lusófono, onde a presença da Marinha também está se iniciando agora. Estivemos com o Sr. Primeiro-Ministro, e lá, de fato, igualmente, a demanda é grande.

A nossa Marinha tem todas as condições de suportar e dar apoio a essas nações, e, sob o ponto de vista geopolítico, é de muito interesse para o Brasil a proximidade delas, não só pela localização face a face, pela questão da importância do Atlântico Sul, mas, sobretudo, pela vinculação política da presença, de fato, brasileira.

Então, a Marinha tem uma presença internacional que muito nos apraz e, entre as Armas, evidentemente, entre as Forças, é aquela que tem uma flexibilidade, uma mobilidade maior para tanto.

A demonstração que faz aqui o eminente Comandante é muito clara. A nossa Marinha está preparada, tem nos seus oficiais, praças e cientistas pessoas do mais alto intelecto, mas que, lamentavelmente, claudicam, hoje, exatamente pela ausência de recursos, drama que, hoje, lamentavelmente, povoa diversas outras áreas governamentais.

Então, é o esforço de todos nós na recuperação do País, para que, com o fim da crise econômica, também os tributos possam correr, de maneira mais célere, para o Tesouro Nacional e possam sustentar essas políticas.

Quero levar ao eminente Comandante e a todos aqueles que o acompanham os meus cumprimentos.

Não há formulação. Eu percebo...

Só quero fazer um derradeiro adendo, eminente Presidente, sem querer me alongar além do meu prazo de cinco minutos, exatamente para cumprimentar, porque me pareceu muito criativa essa ideia do pessoal, na medida em que especialmente a tecnologia hoje é feita pelas pessoas mais jovens. No momento em que a Marinha atrai recém-formados, que ficam lá por oito anos e que depois saem, isso de fato acaba sendo uma diminuição do custo de pessoal, por outro lado, uma agregação de conhecimento de pessoas jovens e uma renovação constante, porque, do contrário, haveria não diria uma esclerose, mas uma perda dessa renovação de tecnologia.

Então, foi muito criativa essa política e merece o nosso aplauso, os nossos encômios.

Eminente Comandante, meus parabéns. E terá, certamente, desta Comissão, sob a Presidência do Senador Collor, todo o apoio necessário, nesses diversos projetos, todos eles relevantíssimos para a soberania e para o interesse nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor; Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha; Srs. Senadores, quero também saudar toda a sua equipe do Comando da Marinha, que aqui se faz presente.

Almirante, a Marinha, já reconhecida por todos nós, tem um papel da maior importância em nosso País. Para nós, amazônidas, a Marinha é mais importante ainda.

Eu quero, aqui, saudar o Vice-Almirante Alipio Rodrigues da Silva, Comandante do 4º Distrito Naval, que é o representante da Marinha em nossa região. Eu diria, e o poeta já definiu, que, na Amazônia, os nossos rios são nossas ruas. Então, nós navegamos na Amazônia. Em função disso, a Marinha tem um papel importantíssimo. Como o senhor colocou na sua exposição, há a questão também do atendimento da população ribeirinha na área de saúde, no atendimento que a Marinha faz com navios-escola, navios de atendimento de saúde.

Eu ouvi atentamente a sua exposição, e o senhor já fez referência ao projeto do submarino nuclear e disse que o avanço nos dispêndios já executados leva à continuidade do projeto. Acredito que não haja retorno para ele. Não há retorno, mas, quanto à transferência de tecnologia dos franceses para o Brasil, essa tecnologia está sendo realmente transferida?

Perguntaria também, Almirante, como colocou o Senador Anastasia, a preocupação de todos nós com o envelhecimento da frota da Marinha, com as corvetas de 30 anos, 40 anos. Não tem sido, ao longo do tempo, feito o acompanhamento tecnológico adaptado a essas corvetas? Elas estão realmente já defasadas no avanço tecnológico ao longo desse tempo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Preocupa a todos nós também a questão orçamentária. O senhor demonstra aí uma curva descendente dos recursos alocados a cada ano no Orçamento, chegando à metade daquilo que já foi colocado à disposição. Precisamos estar juntos aqui na formação do Orçamento da União, apoiando realmente as necessidades orçamentárias da Marinha.

Por último e, para mim, de uma importância extraordinária, eu gostaria de ouvir do senhor, Almirante, como se encontra hoje a instalação da segunda frota naval.

Alguns anos atrás, Presidente Collor, eu tive a oportunidade de conversar a respeito – o Ministro da Defesa era o Ministro Nelson Jobim –, quando a instalação da segunda esquadra estava realmente em evidência, vamos dizer assim. E, àquela altura, Almirante, os locais de instalação dessa segunda esquadra, que, pela leitura da sua exposição, tem o objetivo de defender a Amazônia... Então, ela teria que ser instalada na foz do Amazonas, na entrada do rio. E nenhum Município, nenhuma localidade da foz do Amazonas – Belém estava incluída, Val-de-Cães, mas não tinha condições de atender. E nós, então, sugerimos ao Ministro, pedimos que ele incluísse o Município de Chaves, na Ilha do Marajó, para que pudesse também ser estudado como uma possível base da segunda esquadra naval.

E aí foi realmente colocado como uma opção. Havia outras opções, inclusive fora da Amazônia, no Maranhão, no Ceará, até no Rio de Janeiro tentava-se, Presidente Collor, instalar essa segunda frota naval. Depois deixou-se de falar. Eu acho que ela saiu do radar. Eu gostaria que o Sr. Comandante pudesse dizer a nós, amazônidas, como é a instalação, se ela continua como projeto para ser implantado e, sendo assim, em quanto tempo a gente voltaria a falar sobre a questão. Obrigado pela sua presença até aqui e pelas informações que nos foram repassadas na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

Gostaria de passar também agora ao Sr. Comandante da nossa Marinha algumas das perguntas que nos chegaram.

De Marcelo Marcon, do Rio Grande do Sul, que diz: "O Brasil já teve umas das Maiores marinhas do mundo. Como andam os investimentos em porta-helicópteros, porta-aviões, submarinos e destróieres?"

Uma outra indagação vem do Rio de Janeiro, de Eduardo Martins: "Quais são os grandes projetos da Marinha do Brasil neste momento? E como vai o andamento destes projetos? A Marinha tem intenção de aquisição de novos navios de superfície devido à idade de sua frota?" É algo de que V. Exª aqui já tratou, mas se tiver algo a adicionar, por favor, fique à vontade. "Temos algum projeto próprio de navios de superfície além da corveta Tamandaré?"

Outra indagação aqui, do Jaime de Araújo, do Distrito Federal: "Devido à crise financeira que o País está enfrentando, a Marinha deveria investir o seu dinheiro na compra de *corvette* [deve ser corveta] *type* 054 A e submarino de fabricação chinesa, pois a China pode facilitar o financiamento para o Brasil."

São essas as perguntas. E eu passaria agora a V. Exª a palavra, para oferecer as respostas às indagações formuladas.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

Começando pelo Senador Antonio Anastasia, realmente, Senador, a Marinha brasileira tem participado muito ativamente da construção das Marinhas da África do oeste. Nós temos, como o senhor assistiu lá na Namíbia, um grupo muito grande de fuzileiros navais, de marinheiros, de oficiais, preparando. Os primeiros militares, oficiais de marinha da Marinha da Namíbia foram formados aqui, no Brasil. Desde então, praticamente a totalidade dos marinheiros e oficiais que hoje constituem a ala naval da Namíbia estudou aqui, no Brasil. E nós continuamos lá, formando o pessoal, formando o corpo de fuzileiros navais, participando do dia a dia.

Mas não é só na Namíbia. Em São Tomé também nós estamos muito ativos. Nós temos um intercâmbio muito grande com Cabo Verde, que é uma ilha muito estratégica ali, em frente a Senegal, Dacar, naquela região próxima mesmo, não é a meio caminho, está muito mais perto da África do que do Brasil, mas é uma região extremamente focal do Atlântico Sul, nós temos bastante relacionamento com Cabo Verde, com Angola; procuramos... Já tivemos mais com a Nigéria, agora diminuiu um pouco, mas existe realmente com o Senegal. Nós recentemente estivemos lá, fazendo um treinamento para a Marinha deles no combate à pirataria, que é uma preocupação muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, nós estamos nessa região muito ativos, e é o nosso mar. Nós temos que cuidar do Atlântico Sul antes que outras potências extrarregionais se aproximem e venham fazer aquilo que não estamos fazendo.

Então, há uma preocupação. Nós temos realmente uma participação grande. E o Obangame Express é um exercício multinacional feito no Golfo da Guiné anualmente para o qual eles estão pedindo cada vez mais a nossa presença mais ativa, em que nossos navios de Marinhas mais desenvolvidas treinam as Marinhas menos desenvolvidas da região no combate à pirataria, o que hoje é um grande problema.

O Golfo da Guiné parece estar produzindo em torno de 5 milhões de barris de petróleo por dia, todos exportados para os Estados Unidos e para a Europa. E grande parte disso é roubada na pirataria. Realmente, é muito confuso esse aspecto lá de segurança, de navegação, tanto no sentido de segurança de acidentes, como no de segurança de roubos, de pirataria. E aí temos como contribuir, e temos feito isso. Obviamente, há limitação porque há até o problema de falta de recursos. Nós não podemos mandar um navio para lá para permanecer lá, porque é caro. Mas há, vamos dizer, uma decisão estratégica da Marinha de fazer o maior esforço possível para preservar esse relacionamento e essa participação.

Senador Flexa Ribeiro, agradeço suas palavras, sempre muito gentis.

Quanto à construção do submarino, ao programa de submarinos, o forte do programa... Ele só se justifica... Na verdade, não é que ele só se justifique por isso, mas uma das principais razões de nós termos escolhido os franceses foi a possibilidade de transferência de tecnologia. Isso está sendo feito. Obviamente, é uma via dupla. Transferência de tecnologia, eles têm que nos passar, mas nós temos que cobrar deles. Se nós não nos mostrarmos sequer capazes de receber, nós nem vamos perceber que não estamos recebendo a tecnologia que poderia ser transferida. Então, há um esforço constante de cobrança, de verificação, de checagem, de pegar gente boa para ir para lá para eles verem o que podem aprender. Eu acho que está havendo essa transferência nesse programa. Eu tenho esse sentimento de que, de uma forma geral, o programa está sendo extremamente benéfico ao Brasil na medida em que mais de 400 técnicos e engenheiros nossos já foram para a França para aprender lá diversos projetos, diversos processos.

Agora, em relação ao reator nuclear, eles não nos ajudam, ninguém nos ajuda. O reator nuclear é uma obra nossa, e isso é difícil, obviamente. Nós estamos avançando. Às vezes, temos alguns problemas, porque é muita tecnologia envolvida, é um desafio muito grande. Os sistemas de controle, aquelas... É tudo muito sofisticado. Estamos trabalhando com energia nuclear, núcleo de átomos, eletromedições infinitesimais... Isso é um belo desafio também. Então, nesse nós estamos avançando. Eu acho que é outro benefício do programa, e esse é totalmente autóctone. Ninguém nos... Pelo contrário. Nós temos dificuldades às vezes porque até atrapalhar, se puderem, outros países atrapalham. Isso é um desafio grande. Mas estamos avançando nisso também.

O senhor falou sobre a modernização das fragatas. Realmente, no ano 2000, no final dos anos 90, elas sofreram a chamada "modernização de meia vida". Seis fragatas classe Niterói. Elas, na verdade, teriam que ter sofrido isso na década de 80, mas sofreram na década de 90, quando já tinham 25 anos, na época em que já deveriam estar dando baixa. Então, agora, passados 15 anos, outra vez, elas já estão no limite. O que foi instalado nelas no final da década de 90 ou no início deste século já está totalmente ultrapassado. Essa é uma área que evolui muito rapidamente. Agora, são navios que estão aí operando. Lá no Líbano nós estamos com uma fragata hoje. Navios bem cuidados, há um esforço muito grande, mas realmente já deram o que tinham que dar. Então, a gente tem de pensar em substituí-los.

Segunda frota: há uma necessidade estratégica. Uma força naval perde, mais ou menos, 10% de seu poder de combate a cada mil quilômetros de distância da base. Se ela não tiver um apoio logístico muito bom vai perdendo por sua própria incapacidade de fazer reparos, de se reabastecer. Então, é importante que a gente tenha uma base naval no Norte do Brasil. É mais importante até, em curto prazo, do que ter os navios da segunda esquadra, porque isso a gente pode mandar para lá. Se tivermos algum problema lá, a gente manda os nossos navios que estão no Rio de Janeiro para operarem a partir do Norte do País, mas é preciso que haja uma boa base naval capaz de prover esse apoio logístico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A tendência, Senador, no momento, é a de que a gente vá para São Marcos, lá para a Baía de São Marcos. As condições lá facilitam a operação de navios. O problema do Rio Amazonas é típico lá daquela região: são os troncos. Troncos batem no sonar. Tem muito. Um navio de guerra tem muitos apetrechos embaixo da linha d'água. Qualquer pancada nesses navios mais sofisticados inutiliza, por exemplo, a capacidade antissubmarina dele, o sonar dele, uma porção de coisas que há embaixo. Então, a tendência é que a instalação da base naval seja em algum lugar da Ilha de São Marcos. Já há um terreno lá que nós estamos escolhendo.

Agora, as nossas instalações em Belém continuarão. Não existe a mínima possibilidade... O que nós temos em Belém não há como transferir para outro local, tem de ser em Belém, exatamente pela capacidade de operar dentro do Rio Amazonas. Isso está crescendo. Temos mais navios hoje. Com todas as dificuldades orçamentárias da Marinha, se existe uma área em que nós crescemos, apesar de tudo, foi a nossa operação na Amazônia, tanto em Manaus como em Belém. Nós temos mais navios lá hoje do que tínhamos há 20 anos, navios maiores, navios mais capazes, temos mais gente operando. Recentemente foi criado o 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas, lá em Belém. Foi uma evolução do grupamento. Era um grupamento de fuzileiros navais e passou a ser um batalhão de fuzileiros navais. Então, existe a permanente preocupação de termos em Belém, na sede do 4º Distrito Naval, com o Almirante Alipio Jorge, bastante... de estarmos bem atuantes naquela região e mantendo uma boa capacitação. Agora, a base naval de apoio logístico, para navios de oceano, que vão para mar aberto, essa deverá ser lá no Maranhão, tudo indica. Essa é a indicação atual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Permita-me, Presidente.

Comandante, entendo a justificativa da instalação na Baía de São Marcos, mas defendo a necessidade de o nosso País, de a União, dar um olhar diferenciado para a Amazônia e em especial ao arquipélago de Marajó.

O arquipélago do Marajó, Presidente Fernando Collor, compreende 16 Municípios que formam o arquipélago e que têm uma dificuldade enorme de desenvolvimento. Ou seja, o Estado, por si só, não tem condições de levar uma política de desenvolvimento para o arquipélago. Lá estão Municípios... Lamentavelmente, o Município de menor IDH do País é o Município de Melgaço, lá na Ilha de Marajó. São 500 mil brasileiros que habitam aquela região, e sem nenhuma expectativa de desenvolvimento, a não ser que haja um programa federal para o desenvolvimento da região.

Alguns anos atrás, o então Presidente Lula esteve no Arquipélago de Marajó e fez o lançamento bombástico de um plano de desenvolvimento do Arquipélago do Marajó, um investimento de R$6 bilhões. Nada foi feito em seguida. Isso traz uma situação, para nós paraenses, de ver que estamos abandonados pelo processo de desenvolvimento para aquela região. E a 2ª Esquadra Naval seria, talvez, o grande alavancador daquela região, porque você juntaria a questão da defesa da região, porque a segunda frota é para defender a Amazônia, a entrada do rio.

Presidente, se formos ler a exposição que leva à solicitação da implantação, parece que ela foi feita para dizer "é aqui, é aqui na entrada do Amazonas". Por isso eu sugeri o Município de Chaves. Ele fica de frente para o Atlântico. Então, essa questão de estar na saída dos navios, eu acho que poderia ser... E eu pediria ao Sr. Comandante, quando voltar às condições de pensar na implantação, que a gente pudesse reavaliar, porque eu acho que você vai unir a questão da defesa com a questão de desenvolvimento para a população que lá está.

Eu acho que seria uma oportunidade ímpar de dar um apoio à população da Ilha do Marajó.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Senador, o senhor está... A vocação marítima, ribeirinha... Quer dizer, não é marítima porque é tudo decorrente do rio; o Estado do Pará é muito grande. Eu posso, acrescentando alguns dados ao senhor, dizer que o Canal do Panamá recentemente foi expandido. Então, tudo indica que a Região Norte do Brasil vai ser muito beneficiada por essa expansão, porque vai ficar muito mais barato exportar via Norte do País, e depois, pelo Panamá, para a Ásia, do que sair dos portos do Sudeste pelo Sul da África até chegar à Ásia.

Então, essa é uma vantagem competitiva muito grande, e a gente já está percebendo pela quantidade de terminais que estão sendo construídos, de firmas que estão interessadas em exatamente viabilizar que aquele Arco Norte atinja a plenitude de sua capacidade. Isso mostra bem a vocação do Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Da mesma forma, a Marinha está muito presente lá. Recentemente, um dos poucos... Eu só tenho feito lamentavelmente é dar baixa em navios, Senador, porque são navios velhos. Uma das poucas coisas que mais me orgulhou foi que eu consegui ativar o Batalhão de Operações Ribeirinhas de Belém. E, como eu disse, é um dos locais onde a Marinha cresceu nos últimos anos, exatamente no Comando do 4º Distrito Naval, na área de Belém.

Então, o senhor pode estar certo que nós temos uma preocupação e entendemos perfeitamente a enorme importância tanto de Belém, do Estado do Pará, para a Marinha, como da Marinha capaz de contribuir para o Estado do Pará e para aquela região toda.

Estamos muito atentos a isso. Eu vou voltar a estudar, vou ver... Há uma série de aspectos envolvidos.

Mas, como o senhor disse, é uma coisa muito para o futuro. No momento, não temos qualquer condição de começar a construção de uma base naval, a construção de uma segunda esquadra. Então, o que temos de presente é realmente a nossa participação.

A participação do Estado do Pará na Marinha tem sido crescente, nos últimos anos. O senhor esteja certo. Temos o Ciaba lá, que foi recentemente modernizado, ampliado, uma excelente escola de conceito internacional. E, diga-se de passagem, um elogio: os oficiais de Marinha que saem do Ciaba são muito elogiados, não só pelo preparo, mas principalmente pelo espírito, pela maneira como se comportam nos navios, têm um conceito muito elevado, é uma turma muito boa que vai a favor da Região.

Então, o senhor considere que a Marinha está atenta a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Senador Flexa, alguma...

Muito obrigado a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

E passo a palavra a S. Exª, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Obrigado, Sr. Presidente. Ministro Leal Ferreira, gostaria que V. Exª soubesse que é sempre com muito orgulho – eu falo por mim – que recebemos comandantes das Forças Armadas, porque entendo que os senhores são funcionários públicos exemplares que tanto orgulham o País, como fazem muito pelo País. Então, é com respeito que recebemos sempre comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Eu, particularmente, como potiguar, acho que V. Exª sabe que Natal sedia um distrito naval, e fui governador duas vezes e sempre tive as melhores relações com o comando naval, desde a época em que Natal, no Rio Grande do Norte, não era comando de distrito naval. Então, temos uma certa intimidade com os assuntos da Marinha. E, pelo fato de ter, acho que é importante que a gente converse um pouco.

Sou um orgulhoso, por exemplo, da Aeronáutica, que termina provocando ou produzindo que a Embraer seja um expoente na indústria brasileira, agregadora de tecnologia e exportadora de tecnologia, e é um padrão que existe e que puxa para cima o conceito do Brasil na constelação internacional dos países.

A mesma coisa é a Marinha. Estava vendo, não sabia, a construção de uma NaPaCo, de 500 toneladas, com um projeto brasileiro e construído integralmente no Brasil.

Mas eu queria me ater à questão do submarino nuclear. Submarino, para nós leigos, tem uma diferença fundamental em relação a navio. Navio é de superfície, ele é o elemento de ataque ou de defesa, mas ele é visível. O submarino leva a vantagem de ser, pelo menos por um período de tempo, invisível. É o que diferencia o submarino convencional do atômico. O convencional fica invisível por um certo tempo, mas tem que vir à tona para reabastecer, enfim, para providência de ordem logística. O submarino atômico pode passar muito mais tempo submerso.

Nós estamos avançados em matéria de construção de submarino. Agora, entre submarino e submarino atômico há uma diferença, e entre o submarino atômico e o submarino atômico capaz de lançar míssil há diferença maior ainda. Parece-me que poucos países do mundo detêm tecnologia para ter o submarino atômico, que exige projeto e exige um reator.

Sei que ninguém transfere tecnologia de reator. Ou você desenvolve, ou você não chega lá. Só a Índia, me parece, que conseguiu, através de alguma manobra, comprar a tecnologia e ter a produção do propulsor através de compra, que não é o caso do Brasil, que está a braços com o desenvolvimento de uma tecnologia local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria de saber em que ponto se encontra isso, porque o nosso objetivo é ter o submarino nuclear e chegar a um submarino nuclear capaz de lançar o míssil, que é a última etapa em matéria de domínio de tecnologia. Eu gostaria de conhecer um pouco mais disso daqui por uma razão simples: é que isso daí talvez seja o grande ícone em matéria de desenvolvimento tecnológico que a Marinha pode agregar na pesquisa de um objetivo, que, para ser atingido, vai envolver um mundo de descobertas ou de domínios tecnológicos.

Não é só na Marinha. Quando a NASA desenvolve foguetes, produz tecnologia que nós usamos dentro da nossa casa. A mesma coisa quando a Marinha desenvolve a tecnologia de um submarino nuclear com lançamento de míssil, vai produzir para o conhecimento do Brasil e dos brasileiros de um mundo de coisas interessantes ao dia a dia dos brasileiros.

Era a pergunta que tinha a fazer, com a manifestação de respeito à Marinha do Brasil e de cumprimentos especiais à atuação dos senhores dentro do interesse do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito bem, Senador. Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino. E passo a palavra ao Comandante da Marinha do Brasil, Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado, Senador.

Os submarinos convencionais que nós já fabricamos no passado são as Classes Tupi. O Presidente estava comentando agora. Na época, nós fizemos; são submarinos alemães. O projeto era deles, nós montamos aqui no Brasil. Foi um grande passo que o Brasil deu na época, na década de 1980, década de 1990, e evoluímos bastante.

Lamentavelmente, a própria conjuntura, as dificuldades do Arsenal de Marinha, o problema orçamentário, nós interrompemos isso. E aí, uma geração de técnicos que sabia construir submarinos, que tinha aprendido a construir submarinos se aposentou, saiu e nós tivemos que recomeçar tudo de novo. Isso é uma das grandes dificuldades da base industrial de defesa brasileira, é a irregularidade nos projetos, nos recursos, e a gente está sempre recomeçando.

E começamos com esses quatro submarinos convencionais, já na base que está sendo feita em Itaguaí. E a base avança um pouco na frente da construção do submarino, de modo que, quando chega uma determinada etapa, em que o submarino tem que se mexer, tem que ser movimentado com um galpão, aquele galpão está pronto. Quando aquele galpão tem que sair de lá para um outro local, aquele local ficou pronto e nós estamos avançando com a construção.

E essa construção, esse submarino é um projeto francês, é o Scorpène. Qual é a grande vantagem que o francês nos ofereceu ao fazermos o submarino? É que, junto com isso, viria a transferência de tecnologia para o submarino nuclear, sem contar o reator. Então, do Scorpène nós podíamos avançar para o submarino nuclear, evoluir. Eles nos ajudariam nesse projeto.

Obviamente, é um contrato que foi feito mediante troca, mas isso está sendo feito dessa maneira. E nós acabamos recentemente o projeto, a fase básica do projeto do submarino nuclear. Agora em janeiro, junto com os franceses, nós acabamos. Estamos agora no chamado interfaces, em que a gente está se preparando para a etapa seguinte, que é exatamente o detalhamento do projeto e o início da construção do submarino nuclear. Isso deve acontecer em 2020.

O submarino nuclear em si já representa um grande avanço para a gente, mesmo que não lance mísseis balísticos. E talvez não seja o momento para a gente desenvolver isso, porque também exige a necessidade estratégica do meio.

Um submarino que lança torpedo para atacar navios, que chamamos de submarino de ataque, desse nós precisamos agora, porque nos defende, nos protege e garante a negação do uso do mar e o controle da área marítima, de que falei.

Agora, o submarino lançador de míssil é projeção de poder sobre terra. Em vez de mandar fuzileiros, a gente lança mísseis. Foi o que aconteceu agora com a Síria, que o americano lançou não sei quantos mísseis de cruzeiro na Síria. É um exemplo típico desse tipo de projeção com armamento. Hoje, é uma coisa muita cara, uma sofisticação muito grande. Não sei se, no momento, nós temos um problema estratégico que justifique a gente gastar tanto dinheiro nessa última fase do projeto que, como o senhor disse, é a mais evoluída, é a mais sofisticada. Mas só chegar ao submarino nuclear de ataque, que lança torpedos, que garante a negação do uso do mar já é um grande avanço para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e vai trazer inúmeros benefícios em termos de arrasto tecnológico para o Brasil e, como também o senhor bem disse, benefícios colaterais.

Hoje, se existe a indústria naval brasileira, começou com o arsenal de Marinha. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro tem mais de 250 anos de idade. Então, já vínhamos construindo na década de 50. Com Juscelino Kubitschek, foi dada uma grande evolução, iniciou-se o programa de estaleiros, aí veio a Ishikawajima para cá, o Estaleiro Mauá, a Verolme e, desde então, com altos e baixos, a gente tem avançado na indústria naval e tem conseguido. Mas sempre com a Marinha de alguma maneira participando ou tendo algum incentivo da Marinha, algumas encomendas militares, que são bem diferentes das encomendas civis. E tudo isso produz o que o senhor falou, o arrasto tecnológico e benefícios colaterais.

E acho que esse submarino vai trazer isso. Já está trazendo. O reator multipropósito, por exemplo, já vai ser o resultado do desenvolvimento que estamos tendo no reator nuclear para submarino. Para esse reator multipropósito nós acabamos de assinar o contrato – a Amazul é uma companhia nessa área – com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, o desenvolvimento do projeto vai ser feito pelo mesmo pessoal que está desenvolvendo o reator nuclear do submarino. E ele vai produzir uma série de fármacos para os quais já não há opção. Nós não temos. Alguns países estão deixando de produzir esses fármacos, e nós precisamos deles. E esse reator multipropósito vai nos dar isso. É um exemplo típico do benefício colateral decorrente de um desenvolvimento na área militar.

Então, o senhor está com toda razão quando fala que a indústria de defesa traz outros benefícios além da própria defesa. O microcomputador, o relógio, toda essa parte de processador, tudo veio a partir do desenvolvimento da área de defesa ou na área aeroespacial também. Sempre foi e é uma característica da indústria. O radar começou em aplicações militares. Hoje, está na vida civil, e uma série de outros exemplos como esse.

Quanto à ligação da Marinha com o Rio Grande do Norte, o senhor está com toda razão. Também é outro lugar em que prezamos muito a nossa presença, na sede do 3º Distrito Naval. O 4º Distrito Naval é em Belém e o 3º Distrito Naval é no Rio Grande do Norte. Temos lá uma base naval, um grupamento naval, uma área muito importante para nós. Estamos muito presentes no Rio Grande do Norte em todos os sentidos. E a área marítima controlada pelo Rio Grande do Norte é o nosso maior território marítimo brasileiro. Nenhum distrito tem uma área marítima tão grande quanto a área do 3º Distrito Naval. E é no calcanhar ali. Todo navio que vai para a Europa e para os Estados Unidos passa ali em frente. É uma área crítica para a gente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Só uma observação final, Presidente. É uma sugestão e uma reflexão.

Nós temos hoje dois projetos de alta tecnologia em curso. Um é o Gripen, é o supersônico, em uma combinação de esforços do Brasil com a Suécia, com a Saab. Há o compromisso, e por isso aqui o Brasil fez uma opção pelo Gripen, de transferência de tecnologia e de fabricação do Gripen para o mercado de uma área geográfica próxima ao Brasil, onde o avião seria fabricado no Brasil e vendido pelo Brasil. Isso é um *must* em matéria de parceria, de troca de tecnologia e de somação de esforços no interesse comercial e no interesse de desenvolvimento científico e tecnológico.

A mesma coisa está ocorrendo entre Brasil e França no que diz respeito ao submarino nuclear. Eu não vejo, honestamente, em termos pragmáticos, objetivos visíveis no horizonte próximo, de tanta consequência prática como o Ministério da Ciência e Tecnologia destinar recursos privilegiados para projetos dessa natureza, porque eles têm alcance imediato, eles têm resultado concreto, e estarão sendo destinados recursos para gente que tem, primeiro de tudo, conhecimento de causa, tem objetivos claros, tem uma tradição de perseguição de objetivos.

É uma coisa que eu deixaria para reflexão da Comissão: é olhar esses projetos de alto desenvolvimento científico e tecnológico, o Gripen na Aeronáutica – no Exército deve ter coisa semelhante –, o submarino nuclear na Marinha, como objetivos de investimento para marcação de gols no plano de afirmação científica e tecnológica do País e de absorção de tecnologia para difusão em benefício do dia a dia do brasileiro e do resto do mundo. São coisas que devem...

Eu acho que esse é um argumento em cima de coisas que estão acontecendo, um argumento prático e que deve ser usado. De minha parte, eu tranquilamente aplaudiria iniciativas dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro que é importante você mandar brasileiro para fazer curso no exterior, para desenvolver tecnologia aqui, ali e acolá em certos nichos, mas esses são macro nichos de desenvolvimento científico e tecnológico muito bem tocados, com um padrão ético irretocável e que merecem, na minha opinião, todo o apoio do Governo do Brasil.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Agradeço o apoio do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Passo de novo a palavra ao Comandante da Marinha.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Muito obrigado, Senador, pelo incentivo. Realmente seria uma boa opção para a Marinha do Brasil se ela pudesse receber recursos nesse sentido para desenvolver alguns projetos tecnológicos dela. Seria uma boa. Nós teremos muito onde usar esses recursos, temos sempre gente. Nossos engenheiros, que estão aqui assistindo, estão sempre cheios de ideias, cheios de projetos.

Nós temos o cidadão, Jaime de Araújo. Jaime de Araújo: "Devido à crise financeira que o País está enfrentando, a Marinha deveria investir o seu dinheiro na compra de corvette type 054 A e submarino de fabricação chinesa, pois a China pode facilitar o financiamento para o Brasil." É uma nova maneira. Tradicionalmente, sempre temos trabalhado com o mundo ocidental, com os países europeus e os Estados Unidos na obtenção de armas mais sofisticadas. Realmente. Mas, de qualquer maneira, nós abrimos agora para as corvetas. Na primeira chamada para a construção das corvetas nós chamamos... Fizemos uma chamada geral, por edital, publicamos no Diário Oficial.

Encerrou-se na semana passada e vinte e uma empresas se mostraram interessadas em aderir ao projeto da corveta, inclusive algumas empresas chinesas. Então, agora nós vamos começar a conversar para chegarmos à conclusão de qual vai ser a empresa que será escolhida para a construção desses navios, com o requisito de que seja feito no Brasil. Quer dizer, nós não pretendemos construir navio nenhum no exterior. Eles terão de vir ao Brasil e construir o navio aqui no Brasil. As chinesas, né?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL. *Fora do microfone*.) – E o que tem nessa Corveta 054?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Esse é um tipo de corveta que eles estão oferecendo, mas deixamos em aberto. Nós temos o nosso projeto de corveta, que é a Classe Tamandaré. Existe em um projeto que foi desenvolvido pelo Brasil e, depois, a Ficantieri, da Itália, contribuiu, fez o aperfeiçoamento, fez correções. Agora nós estamos com um projeto bem definido da nossa corveta. É exatamente para não haver a possibilidade de: "Não, tinha uma corveta melhor e mais barata". Nós estamos na chamada do edital para as companhias participantes e abrimos a possibilidade de eles oferecerem os seus próprios projetos e nós vamos, então, escolher depois aquele que tiver o maior custo benefício. Nós temos o nosso projeto que é a base, é a referência. Agora, se alguém apresentar um projeto que atenda com as mesmas características e que venha a ser mais barato nós estamos abertos para conversar. Agora, o mais importante é que venha a ser construído no Brasil. Isso vai exigir a associação da empresa estrangeira que tem o projeto, que tem o *know-how*, com algum estaleiro brasileiro para que, juntos, eles construam. É uma maneira de trazer essas empresas para reativar um pouco a construção naval no Brasil.

A outra pergunta é de Marcelo Marcon: "O Brasil já teve uma das maiores Marinhas do mundo. Como andam os investimentos em porta-helicópteros, porta-aviões, submarinos e *destroyers*?" Bom, o Brasil realmente já teve, em algumas fases de sua história, grandes Marinhas. Mas é sempre de uma forma cíclica, sai de um período de uma excelente Marinha e logo a seguir passa por um período terrível porque não existe aquela continuidade. A falta de ameaças claras faz com que a gente sempre rapidamente esqueça a prioridade que é eventualmente dada à Marinha.

Mas o investimento em porta-helicópteros e em porta-aviões é a terceira prioridade da Marinha. A primeira são os submarinos, depois as corvetas e, finalmente, temos de ter um substituto para os porta-aviões. Uma esquadra, para fazer aquele controle de áreas marítimas ou de projeção de poder sobre terra, precisa de uma aviação embarcada, de uma aviação capaz de defender contra ameaças aéreas ou de fazer ataques ao solo a partir de um porta-aviões. Então, que isso é importante para a Marinha é. No momento, nós estamos dando baixa no porta-aviões São Paulo. Mostrou-se inviável a recuperação do São Paulo. É um navio que já tem quase 60 anos de idade. O custo do reparo do São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Paulo seria duas vezes maior do que a obtenção de um navio novo. Mas o custo de obtenção de um navio novo também é muito caro. Então, nós não temos ainda dinheiro para comprar. Precisamos ter, mas no momento não há como obter um porta-aviões, o que nos faz falta.

Dentro das prioridades também não adianta ter um porta-aviões sem antes termos as corvetas, porque elas são a proteção do porta-aviões no mar. Então, a primeira prioridade é obter a corveta. Depois disso, quando a gente equacionar esse problema, a gente vai tentar obter o porta-aviões. Essa é a nossa situação.

Os submarinos e os Destroyers nós estamos tendo. Quer dizer, Destroyer é um nome diferente, corveta, mas é todo mundo da mesma família. Corveta, fragata, Destroyers são nomes diferentes para o mesmo tipo de navios. São parecidos, há poucas diferenças entre eles. Então, o nosso projeto de corveta está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu pediria um minuto da atenção de todos.

Pela ordem, passo a palavra a S. Exª Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – A indagação que eu ia fazer acabou de ser respondida pelo eminente Comandante, que era exatamente a questão do porta-aviões. E me parece que agora esse navio de docas, multiuso, o Bahia se prestará, nesse interregno, até temos o novo porta-aviões, como uma espécie de sucedâneo, ainda que menor.

E, por curiosidade tão-somente, Comandante, com a desativação do porta-aviões São Paulo, qual será a nau capitânia de nossa armada, doravante?

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – O Bahia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O comunicado que nós faríamos, Senador Antonio Anastasia e eu, é que o Presidente da República acaba de revogar o decreto que ele baixou ontem sobre o estado... Há um nome específico...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – O decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) acaba de ser revogado pelo Sr. Presidente da República.

Por favor, Comandante.

O SR. EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA – Uma pergunta de Eduardo Martins: "Quais são os grandes projetos da Marinha do Brasil neste momento e como vai o andamento desses projetos? A Marinha tem intenção de aquisição de novos navios de superfície, devido à idade de sua frota? Temos algum projeto próprio de navio de superfície, além da Corveta Tamandaré?

Quanto aos grandes projetos, como eu falei: em primeiro lugar, o submarino, o programa nuclear, e o projeto das corvetas. Temos ainda o projeto do porta-aviões, mas este está ainda inicial e depende de recursos. Não é a prioridade maior da Marinha no momento, mas é uma preocupação. E os navios-patrulha, que são navios mais baratos, simples que, tendo um dinheirinho sobrando, a gente compra um aqui e outro lá.

"Projeto próprio de navio de superfície além da Corveta Tamandaré." A Corveta Tamandaré é o principal projeto de navio de superfície que nós temos. Mas, obviamente, nós temos outros projetos, tipo o navio-patrulha. O navio-patrulha é um navio simples, que tem requisitos de navio mercante. Ele é feito para operar próximo ao litoral, no máximo a 200 milhas da costa, com atividades e também tarefas mais simples: patrulha naval, de inspeção, fiscalização no mar territorial; eventualmente, controla uma área para permitir alguma ação, mas não são navios complicados, são navios bem baratos.

Nós temos projetos e, às vezes, sobra um dinheirinho no orçamento, a gente inicia a construção. Têm sido compras de oportunidade, de acordo com as circunstâncias.

No momento, nada está sendo construído sentido, porque estamos totalmente sem dinheiro. Mas já houve épocas em que a gente sempre construía um ou dois navios por ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Eu indagaria se há mais alguma pergunta que os Srs Senadores desejem fazer ao nosso Comandante da Marinha, o Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ao Senador Armando Monteiro, obrigado pela sua presença, cumprimentando nosso Comandante da Marinha.

Então, não havendo mais indagações a fazer e respondido também aos internautas, agora, ao final, pelo Comandante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, agradecemos mais uma vez a presença dos senhores que se fizeram aqui representar ou pelas suas próprias presenças.

Agradecemos ao Sr. Vice-Almirante Sydney dos Santos Neves, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; ao Contra-Almirante José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, Chefe de Gabinete do Comandante da Marinha; ao Sr. Contra-Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Diretor de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha; ao Sr. Contra-Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, Diretor do Centro de Comunicação Social da Marinha; ao Sr. Hussein Kalout, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e ao Sr. Contra-Almirante André Luis Ferreira Marques, Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

Agradecer, mais uma vez, ao Comandante Almirante-de-Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira pela sua presença.

Quero dizer e fazer minhas e da Comissão as palavras aqui colocadas por S. Exª Senador José Agripino da honra que todos nós temos de receber os comandantes das nossas Forças Armadas nesta Comissão, que é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E que o interesse da nossa Comissão, ao mesmo tempo que seja trabalhar para manter o País um território onde reine a paz, a concórdia e o consenso nas suas relações com os países, não somente aqueles que são fronteiriços e fazem parte do nosso Continente, mas em relação a todo e qualquer país do mundo, que é também de nosso interesse mantermos as nossas Forças Armadas prontas para qualquer tipo, qualquer eventualidade, como força de dissuasão, como disse aqui o Comandante da Marinha, o que é absolutamente importante para nós, porque a isso se agrega a questão do desenvolvimento científico e tecnológico, muito bem sublinhado por S. Exª Senador José Agripino, e muito colocado aqui, de forma enfática, pelo Comandante, quando ele disse que dos 15 maiores avanços tecnológicos alcançados pelo Brasil, nas últimas décadas, treze desses avanços vieram de estudos oriundos de desenvolvimento de tecnologias oriundas das nossas Forças Armadas.

Sem dúvida é algo muito importante para o desenvolvimento do Brasil como um todo, sobretudo nessa área onde a competição se faz mais acirrada do que em qualquer outro momento da nossa história, que é essa área do desenvolvimento científico e tecnológico, que as nossas Forças Armadas têm também muito a contribuir.

Muito obrigado, Senhor Comandante pela sua presença. Foi com muita satisfação e com muita honra que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu a sua visita, para fazer a explanação aos nossos integrantes e a todo o Brasil.

Muito obrigado.

Dando continuidade a nossa reunião de hoje, passamos à segunda parte da reunião, deliberativa.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2017
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO TABAJARA DE OLIVEIRA JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O relatório está pronto para deliberação.

Concedo a palavra a S. Exª Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação do Sr. João Tabajara de Oliveira Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular do Bangladesh.

É competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O Sr. João Tabajara de Oliveira Júnior é filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Fragelli Tabajara de Oliveira.

O indicado é graduado em Direito pela Universidade de Brasília. Frequentou, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1985, onde também concluiu o Curso de Aperfeiçoamento do Diplomata, em 1996, e o Curso de Altos Estudos, em 2012.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1986. Por merecimento, chegou a Segundo-Secretário em 1993; Primeiro-Secretário em 1999; Conselheiro em 2005; e Ministro de Segunda Classe em 2012.

Ao longo de sua carreira, ocupou diversas funções, com destaque para: Assistente do Departamento Consular e Jurídico (1988-1991); Chefe da Coordenadoria-Geral de Assuntos dos Estados Unidos e Canadá (2007-2009); Chefe da Divisão de Informação Comercial (2009-2012); Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação (2012-2015). No exterior, serviu na Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias (1992-1995); na Embaixada em Praga (1995-1998); na Embaixada em Paris (2001-2004); Embaixada em Kuala Lumpur (2004-2006). Desde 2015, encontra-se na Embaixada em Luanda como Ministro-Conselheiro.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Popular do Bangladesh, com informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Cuida-se de república parlamentarista, com parlamento unicameral. A configuração territorial atual de Bangladesh data de 1947, ano da separação indo-paquistanesa. Ao fim da colonização britânica, surgiram a Índia hinduísta e o Paquistão muçulmano, subdividido em Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental, os quais eram separados por cerca de dois mil quilômetros de território indiano. Contradições internas e o conflito com a Índia tornaram o cenário propício ao fortalecimento de movimentos nacionalistas no Paquistão Oriental na década de 1960. Em 1971, foi proclamada sua independência como Bangladesh.

No início da década de 1990, o país passou por processo de redemocratização após ser governado por sucessivos regimes militares. Hoje, entre os principais desafios de Bangladesh estão a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social, a construção de infraestrutura urbana e de transportes, bem como o combate ao extremismo religioso e à violência de gênero.

Vale dizer que Bangladesh está entre os países de menor renda per capita e é um dos países de Menor Desenvolvimento Relativo. Aliás, convém registrar que Bangladesh integra o grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília, em novembro de 2011, resultante de parceria do Governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentação.

As relações diplomáticas entre Brasil e Bangladesh se estabeleceram em 1972.

Na última década, as trocas comerciais entre Brasil e Bangladesh experimentaram aumento constante. A partir de 2011, ultrapassou a cifra de US$ 1 bilhão, sempre com saldo favorável ao Brasil. O maior volume da série histórica do comércio bilateral foi registrado em 2015, tendo alcançado o valor de US$1,3 bilhão. Os principais itens de exportação de Bangladesh são artigos têxteis e juta.

De importação, são açúcar, milho, algodão e óleo de soja, com participação crescente de itens industrializados, como material de defesa, cilindros e autopeças.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V.Exª, Senador Flexa Ribeiro, que acaba de fazer a leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2016
- Não terminativo -

Dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, em decisão terminativa, à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Concedo a palavra a S. Exª Senador Antonio Anastasia para a apresentação do seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vem à consideração desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 220, de 2016, cuja ementa já foi apregoada por V. Exª.

O projeto em análise é composto de quatorze (14) artigos. Como informa seu resumo, ele dispõe sobre o cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e das decisões ou sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos. A proposta legislativa em apreciação outorga efeitos jurídicos imediatos, no âmbito do ordenamento interno brasileiro, às decisões vinculantes e às sentenças do sistema interamericano de proteção. Estipula, também, que a União será dotada de orçamento específico para cumprir as decisões ou sentenças de que trata o projeto de lei (art. 1º). Empresta as decisões ou sentenças a condição de título executivo judicial (art. 2º).

O projeto estabelece, ainda, na esfera da execução direta administrativa, a competência da Advocacia-Geral da União para instaurar e impulsionar, de ofício, o procedimento administrativo (art. 3º). Fixa prazo para a instrução do procedimento administrativo (art. 4º).

Institui, por igual, o direito de regresso da União contra seus agentes ou contra qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado, Estado, Município ou Distrito Federal, cujos agentes, nessa qualidade e independentemente de dolo ou culpa, causarem a violação de direitos humanos, ou não impedirem sua produção quando tinha o dever jurídico de fazê-lo (art. 6º).

O texto determina, também, a criação de conselho deliberativo para a apreciação dos procedimentos estabelecidos no projeto. Designa, além disso, sua composição e determina sua competência (art. 11).

Na justificação, o autor do projeto recorda que não há em nosso ordenamento jurídico instrumentos para implementar, de modo imediato, decisões internacionais adotadas contra o Brasil no campo da responsabilização internacional por afronta às normas de direitos humanos a que nosso país esteja vinculado. Observa que diante desse vácuo normativo o Brasil sempre teve que improvisar para atender suas obrigações internacionais.

Registra, por igual, que o PLS adota soluções oferecidas por outras iniciativas parlamentares. Em relação às indenizações, a proposição incorpora dispositivos do Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2010, de autoria do então Deputado José Eduardo Cardozo. Já no tocante à inclusão de eventual sentença da Corte Interamericana entre os títulos executivos judiciais contemplados no Código de Processo Civil, o texto se inspirou no Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2009, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho.

No prazo regimental, o PLS nº 220, de 2016, não recebeu emendas. A matéria foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, após ser analisada nesta Comissão, será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

submetida ao crivo das Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

Análise.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O projeto em apreço centra suas atenções no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. No ponto, é oportuno recordar que sobressaem nesse sistema quatro tratados: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Carta da Organização dos Estados Americanos também de 1948, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Protocolo de São Salvador (1988). Dentre eles, o principal instrumento normativo é a Convenção, conhecida, por igual, como Pacto de São José da Costa Rica.

Acreditamos que o projeto acerta em disciplinar no plano normativo interno as obrigações assumidas pela República no campo do direito internacional dos direitos humanos.

Nesse sentido, é válido recordar que esse ramo do direito das gentes expandiu-se de modo notável nas últimas décadas. A Carta das Organizações das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), bem como inúmeras normas internacionais vocacionadas à proteção internacional de direitos da pessoa humana são testemunho desse superlativo avanço. A anuência dos Estados à normatização internacional nessa matéria afasta a legitimidade de eventual alegação "de domínio exclusivo do Estado" ou "de afronta à soberania estatal". Essa invocação está superada.

Na linha desse desenvolvimento, o conjunto de direitos e faculdades assegurador da dignidade do indivíduo passou a se beneficiar, em tempos contemporâneos, de garantias internacionais institucionalizadas. É perceptível, nesse sentido, a crescente vinculação dos Estados a mecanismos internacionais judiciais ou quase judiciais, que examinam petições de vítimas de violação de direitos humanos, interpretam o direito envolvido e determinam reparações apropriadas, de cumprimento obrigatório pelos Estados, que a eles se vincularam.

Conforme essa forma de proceder, o Brasil sujeitou-se a diferentes instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. No momento presente, o Brasil está vinculado aos seguintes sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, que contemplam a possibilidade de internalização de eventuais decisões e sentenças:

1. A já mencionada Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

2. Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

3. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

4. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

5. Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

6. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

7. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos.

8. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Percebe-se, desse modo, que nosso País está ligado, por vínculo jurídico, a mais de um sistema de proteção de direitos humanos com possibilidade de emanar decisões vinculantes e sentenças de cumprimento obrigatório pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, o projeto em apreço é salutar. Cuida-se daquilo que a doutrina anglo-saxã denomina de legislação nacional de implementação de decisões internacionais ("*enabling legislations*").

Esse o quadro, a proposta objetiva dar consequência aos vínculos assumidos por nosso País, de maneira destacada perante o sistema interamericano de direitos humanos. Parece-nos, no entanto, que o texto pode ser aperfeiçoado para contemplar os demais sistemas de proteção aos quais o Brasil esteja vinculado e que, por tal ou qual maneira, produzem decisões vinculantes ou prolatem sentenças obrigatórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Dessa forma, estimamos que seria mais adequado lançar mão de instrumento legislativo genérico. Cuidaríamos das hipóteses convencionais identificadas, bem como outras a que o Brasil venha a aderir ou ratificar no futuro. Não haveria, com isso, a concentração em único sistema de proteção. Com as modificações sugeridas em forma de substitutivo, a lei cuidaria da implementação doméstica de decisões e sentenças internacionais prolatadas pelos sistemas aos quais o Brasil esteja vinculado.

Outro aspecto proposto no substitutivo é a elaboração de texto mais enxuto. Nessa ordem de ideias, desnecessário, à primeira vista, a criação do conselho deliberativo para apreciação dos procedimentos estabelecidos no diploma.

O excesso de pormenores em legislação nova pode oferecer campo para tropelias não consideradas pelo legislador. Para tanto, devemos ter presente que, até o momento, não enfrentamos grandes desafios no cumprimento da maioria das sentenças proferidas contra o Estado brasileiro. Isso parece exato ao menos no que tange à reparação pecuniária. O pagamento de eventual indenização compensatória a vítimas de violação de direitos humanos tem sido feito com razoável desembaraço, dada a sua equiparação a obrigação alimentar.

Os maiores desafios estão nos comandos extrapecuniários acaso existentes nas decisões ou sentenças internacionais. Assim, a possibilidade de esses atos estipularem obrigações de fazer ou de não fazer para além do mero pagamento de indenização. Nesse sentido, por exemplo, a abertura de posto médico ou escolar; a soltura de preso; a investigação e, sendo a hipótese, a imposição de sanção a violadores de direitos humanos; a necessidade de legislar.

Outra dimensão a considerar é a circunstância de que, para o direito internacional, eventual responsabilização do Estado por violação de direitos humanos alcança qualquer fato imputável a ele. É, pois, indiferente saber se a violação de direitos humanos foi ocasionada por ato judicial, legislativo ou executivo. Para o direito das gentes, o ente responsabilizado por afronta a determinada obrigação internacional não é esse ou aquele Poder, mas sim o Estado em seu conjunto. E mais, o eventual "ato" de um dos poderes da República é mero "fato" para um tribunal internacional.

Essa observação é importante já que muitas vezes a prestação não pecuniária transcende a esfera do Poder Executivo. Nesse sentido, obrigação de legislar ou de modificar determinada decisão judicial.

O primeiro caso apresenta, de início, o desafio de o Executivo interferir na elaboração legislativa, tarefa exclusiva do Legislativo. Entre nós, contudo, subsiste a possibilidade de adoção de medida provisória – art. 62, da nossa Carta Magna. A relevância e urgência estariam configuradas tanto em relação ao tema – proteção de direitos humanos – quanto na necessidade de observação das prescrições do direito internacional. Entretanto, como o nome indica, a medida é "provisória", depende, de toda maneira, de anuência do legislador.

Já a derradeira hipótese apresenta desafios importantes como, por exemplo, a alegação de respeito à coisa julgada para afastar a responsabilização do Estado por violação de direitos humanos.

Para além disso, constata-se que nem sempre os profissionais do direito interno têm a sensibilidade, a experiência e o conhecimento para lidar com a implementação de decisão ou de sentença internacional. Dentre os motivos podemos indicar justamente a ausência em nosso ordenamento jurídico de diploma legislativo como o que agora se propõe. Assim, por exemplo, a indicação clara de que eventual ação judicial de implementação de decisões ou de sentenças internacionais terá prioridade sobre todos os outros atos judiciais, com ressalva dos processos de mandado de segurança e *habeas corpus*.

Outro aspecto relevante relaciona-se com detalhes do processo civil doméstico. Nesse sentido, podemos mencionar o fato de que decisões vinculantes ou sentenças internacionais de direitos humanos não podem deixar de ser cumpridas, mesmo diante de alegação de prescrição, decadência, coisa julgada, anistia, leis ou qualquer outro óbice. São, portanto, desafios que o substitutivo busca, de tal ou qual forma, enfrentar.

Tais as circunstâncias, estamos em que o PLS nº 220, de 2016, é necessário na medida em que busca preencher vazio legislativo. Há, no entanto, possibilidade de aperfeiçoamento. Como mencionado, a matéria poderia ser considerada em seu aspecto geral. Dessa maneira, ela não ficaria adstrita ao sistema interamericano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O substitutivo apresentado retira da proposta original a criação de um Conselho Deliberativo. Evita-se, com isso, o estabelecimento de instância burocrática, que certamente trará consigo as vicissitudes e idiossincrasias humanas, para não falar em custos. A proposta de instituição de um colegiado pode, por óbvio, ser contemplada mais adiante, tendo em conta a experiência adquirida na aplicação da lei. Some-se a isso o fato de que o Ministério Público é, no papel de fiscal da lei, o guardião do cumprimento, em nosso território, dos tratados a que a República esteja vinculada.

Dessa forma, parece-nos que a louvável proposta do Senador Randolfe Rodrigues pode ser ampliada. Para tanto, como dito, elaboramos minuta de emenda substitutiva de forma a aperfeiçoar a bem-vinda iniciativa.

Voto.

Em conclusão, opinamos que o PLS nº 220, de 2016, é louvável no mérito e merece prosperar, acrescentando não haver sido nela encontrado óbice algum de natureza constitucional e de juridicidade ou que atente contra o Regimento Interno do Senado Federal. Entretanto, tendo em atenção as observações feitas, votamos pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva, que segue apresentada.

Eu me dispenso, a não ser com orientação diversa de V. Exª, Sr. Presidente, de ler o substitutivo, já que ele consta do processado.

Fico à disposição, evidentemente, para qualquer esclarecimento.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Antonio Anastasia, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável na forma da Emenda nº 1 desta Comissão, substitutiva ao projeto de lei do Senado nº 220, de 2016.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para o prosseguimento de sua tramitação.

Item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 12, de 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/05/2017.

Concedo a palavra a S. Exª para a leitura do relatório.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto foi remetido pelo Presidente da República ao Congresso Nacional com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, com vistas à apreciação do Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

Ou seja, o objetivo é permitir que acompanhantes, familiares de ocupantes de função na Embaixada do Brasil em Gana possam trabalhar. Esse é o objetivo claro.

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos e de outros empregados lotados em missão oficial sejam autorizados a exercer atividade remunerada no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado, em condições de igualdade com nacionais e uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos do Acordo.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: cônjuges; filhos solteiros menores de 21 anos, sob a guarda de seus pais; filhos solteiros menores de 25 anos que estudem em instituição de ensino superior reconhecida por cada Parte; e filhos solteiros, sob a guarda de seus pais, portadores de deficiência física ou mental. Nesse ponto, alerta-se para o erro de grafia do Acordo, que no art. 2, menciona "cônjuge", ao invés de cônjuge. É um detalhe de redação.

Todo o meu parecer refere-se à regulamentação, com as restrições e com as autorizações. Foi distribuído previamente. É um acordo clássico, não vejo nenhuma dificuldade e o nosso voto, pelo que aqui está exposto e pelo que está escrito no voto, é pela aprovação, com adequação legislativa e regimental. É pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2017.

É o nosso voto, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador José Agripino.

Coloco em discussão o relatório apresentado por S. Exª Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2017.

A matéria segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual para a Criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil, assinado em Genebra, em 2 de outubro de 2009, e da Emenda ao Artigo IV desse Acordo, celebrada por troca de Notas entre a Delegação Permanente do Brasil perante a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em 27 de setembro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/05/2017.

Indico S. Exª Senador Flexa Ribeiro como Relator *ad hoc* desta matéria, cujo relatório é pela aprovação.

Passo a palavra a V. Exª, Senador Flexa Ribeiro, para apresentação do relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, faço a leitura do parecer do Senador Pedro Chaves como Relator *ad hoc*, por indicação do Presidente Fernando Collor.

Vem para análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 18, de 2017, cuja ementa já foi anunciada pelo Presidente Senador Fernando Collor.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 389, de 17 de novembro de 2014, submeteu-se ao crivo do Congresso Nacional o texto do Acordo de entre a República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual para a Criação de um Escritório de Coordenação dessa Organização no Brasil, assinado em Genebra, em 2 de outubro de 2009.

A exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Fazenda, esclarece que o tratado em análise foi assinado pelo Representante Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Carvalho de Azevêdo, e pelo Diretor-Geral da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), Francis Gurry, bem como a emenda ao Artigo 4 do referido instrumento, celebrada por troca de notas entre a Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e a OMPI, em 27 de setembro de 2011.

É ressaltado, ainda, que a assinatura do Acordo constitui importante passo para a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe e a OMPI, com vistas à promoção de objetivos comuns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

em matéria de desenvolvimento no domínio da propriedade intelectual. Ainda segundo a exposição de motivos, o Acordo fixa as condições para o funcionamento do Escritório da OMPI no Rio de Janeiro, cuja presença dinamizará ainda mais as relações de cooperação entre o Brasil e a Organização.

O Acordo estabelece o escritório da OMPI no Brasil ("Escritório da OMPI"), nos termos de seu Artigo I. O artigo subsequente prescreve que o Escritório gozará dos privilégios e imunidades idênticos àqueles concedidos às agências especializadas das Nações Unidas. O Artigo III trata dos funcionários do Escritório da OMPI. O Artigo IV dispõe sobre privilégios fiscais. O Artigo V, por sua vez, cuida das disposições finais. Nesse sentido, indica que o ato internacional em análise vigerá por período de seis anos; e estabelece que eventual controvérsia referente ao tratado em questão será resolvida, de modo amigável, por negociação entre as Partes.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara dos Deputados, a matéria foi encaminhada para esta Casa e despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde me coube a relatoria.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Além disso, o art. 4º, inciso IX, da CF, prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A assinatura e posterior ratificação do Acordo está, assim, em consonância com esse comando constitucional.

As Partes registram nos *consideranda* os benefícios que a promoção do desenvolvimento no domínio da propriedade intelectual pode acarretar aos interessados; bem como destacam o desejo de reforçar a cooperação entre os países da América Latina e do Caribe na consecução de objetivos comuns em matéria de desenvolvimento no campo da propriedade intelectual.

Tendo em atenção esse contexto, o tratado em apreciação visa a consolidar essa aspiração. O tratado em apreciação visa a consolidar essa aspiração. Nesse sentido, o Acordo disciplina o regime jurídico de instalação física de uma representação da OMPI no Território nacional. Cuida-se, assim, daquilo que os estudiosos do direito dos tratados denominam de acordo de sede. Nessa ordem de ideias, observa-se que o texto não destoa do que é usual nesse campo.

Para além disso, o acordo favorece maior interlocução com os demais países tanto da América Latina quanto do Caribe nas questões de que se ocupa a OMPI.

O voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2017.

Só uma observação, Presidente Fernando Collor: à época do tratado, lá em 2009, o nosso representante era o Sr. Roberto Carvalho de Azevêdo, hoje Presidente da Organização Mundial do Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Diretor-Geral da OMC.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Isso, Diretor-Geral da OMC

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E reeleito, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Reeleito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – E agora reeleito. Muito bem lembrado, Senador Flexa.

Agradeço a V. Exª pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 19, DE 2017
- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras, celebrado em Brasília, em 9 de fevereiro de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. A matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/05/2017.
Indico S. Exª Armando Monteiro como Relator *ad hoc* do relatório, que é pela aprovação.
Com a palavras S. Exª Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de matéria da mesma espécie da que foi relatada pelo nobre Senador José Agripino, ou seja, é um decreto celebrado entre os governos do Brasil e de Honduras que visa a, fundamentalmente, garantir ou possibilitar o trabalho remunerado por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. Tal possibilidade é sempre condicionada, obviamente, a expedição de autorização específica por parte do Estado do País onde o diplomata esteja acreditado.

O exercício de atividade remunerada por parte de pessoal dependente implica revogação da imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa às questões decorrentes da referida atividade.

É importante assinalar ainda que os dependentes que exerçam atividade remunerada deverão cumprir as obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da atividade, ficando naturalmente sujeitos à legislação aplicável a pessoas físicas residentes no Estado acreditado.

Dessa forma, Sr. Presidente, não identificamos vício de juridicidade, tampouco a existência de óbice de natureza constitucional. Além disso, destacamos ainda que a celebração nesse termo confere eficácia à norma constitucional segundo a qual a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Permitir que os dependentes de pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico possam exercer atividade remunerada é meio de viabilizar que os membros da família possam permanecer reunidos no local da missão, sem necessidade de buscar fontes de renda ou de ampliação da experiência profissional em lugar diverso ou distante. É importante destacar que o acordo não atenta contra normas domésticas das partes, a exemplo daquelas previstas para reconhecimento de revalidação de diplomas obtidos no exterior ou daquelas que reservam vaga de emprego aos nacionais.

Por derradeiro, não temos dúvida de que acordos desta ordem contribuem para a troca de experiências importantes e enriquecedoras no âmbito laboral.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do referido decreto legislativo.

É esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Moderador/PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Armando Monteiro, pela apresentação do relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2017.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 6 da pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 12, DE 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado VOTO DE SOLIDARIEDADE às vítimas da grande fome que assolou, há 85 anos, a Ucrânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senador Fernando Collor

Observações:

1. A matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/05/2017.

A justificação.

A história do século XX é marcada por grandes atrocidades. Sem dúvida, a crise de escassez de alimentos que afetou diversas regiões da antiga União Soviética nos anos de 1932 e 1933 é uma delas – do século passado. O episódio, que ficou conhecido como a "Grande Fome", ceifou a vida de milhões de pessoas pelo país, sobretudo na Ucrânia, no Cáucaso do Norte, na Região do Volga e no Cazaquistão, e ainda nos Urais Sul, e no Oeste da Sibéria. Em 2017, completam-se 85 anos da tragédia, que deve ser lembrada, e suas vítimas reverenciadas.

Autoria, Senador Fernando Collor.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a matéria.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Convoco as Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão para nossa próxima reunião deliberativa agendada para o dia 1º de junho de 2017.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo, mais uma vez, a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, e dos nossos convidados, declaro encerrada presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas do dia quatro de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Roberto Muniz, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Pedro Chaves, Armando Monteiro e Thieres Pinto. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Romero Jucá, Raimundo Lira, Ângela Portela, Paulo Rocha e Otto Alencar. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2016** que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015** que altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Sen. Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** A matéria é reencaminhada ao relator, Senador Lasier Martins, para análise da emenda oferecida em turno suplementar. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-163, no trecho de Cuiabá (MT) a Miritituba (PA). **Autoria:** Senador Wellington Fagundes e outros. **Resultado:** O requerimento é aditado pelo Senador Wellington Fagundes para incluir o trecho Rondonópolis-Cuiabá, subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro e aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de diligências por esta Comissão, nos dias 11 e 12 de maio, na BR 435, nos municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena; e na BR 174, entre os municípios de Vilhena e Juína, para debater as obras dessas rodovias e da ferrovia entre Sapezal/MT e Porto Velho/RO. **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de audiência pública para debater os resultados da sanção da Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

131, de 2015, que alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção". **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13 de 2017 - Não Terminativo –** que requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater ações de investimentos por parte do Bando Nacional do Desenvolvimento em Infraestrutura, com foco no setor de saneamento básico. **Autoria:** Senador Roberto Muniz e outros. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

(Texto ainda não revisado.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comunicado.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento de carta da Associação Brasileira dos Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros, entidade sediada em Santo André, São Paulo. A associação protesta contra a possibilidade de prorrogação por mais 70 anos, sem processo de licitação, dos prazos de autorização e concessão para exploração de áreas portuárias, entre as quais a localizada no Porto de Santos. Segundo a associação, essa demanda teria sido formalizada junto ao Governo Federal pela Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegários. Além de protestar sobre a eventual adoção dessa prorrogação, a carta sugere a abertura de um foro de discussão com as entidades representativas do setor e os agentes públicos envolvidos no processo.

Cópias desse documento encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Temos, na primeira parte, a sabatina.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2016

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCELO VINAUD PRADO para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *1. Em 28/03/2017, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, em atendimento ao art. 383 do RISF;*

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Marcelo Vinaud Prado, indicado ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço e registro a presença de todo o time da ANTT que se faz presente hoje na nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura, acompanhando o Dr. Jorge Bastos, que também se faz presente, Diretor-Geral da ANTT.

Informo ao indicado que o tempo destinado à exposição será de 20 a 25 minutos, com tolerância de cinco minutos.

Ao final da exposição, a palavra será concedida às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Marcelo Vinaud, indicado para a ANTT.

Mais uma vez, seja bem-vindo a esta Comissão, Dr. Marcelo!

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Sª já foi conduzido e, agora, está sendo sabatinado para a sua recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Seja bem-vindo!

V. Sª dispõe de 20 a 25 minutos.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

Senhoras e senhores, bom dia!

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, e de agradecer a Sua Excelência pela mensagem enviada ao Senado Federal com a minha indicação para a recondução ao cargo de diretor.

Cumprimento o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Eunício Oliveira, a quem agradeço pelo encaminhamento da indicação a esta Comissão.

Cumprimento o Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Eduardo Braga, a quem também gostaria de agradecer pelo pronto encaminhamento do rito que permitiu o momento desta sabatina.

Cumprimento o Sr. Relator da minha indicação, Senador Acir Gurgacz, Vice-Presidente desta Comissão, a quem agradeço pela presteza em tornar disponível o parecer da relatoria para avaliação dos demais membros da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento também as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes, os diretores e colegas da Agência Nacional de Transportes Terrestres aqui presentes, os demais presentes e também os telespectadores que nos assistem pela TV Senado e pela internet.

Em 24 de junho de 2015, tive o privilégio de ser sabatinado por esta douta Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal para ocupar o cargo de diretor da ANTT, agência da qual sou servidor efetivo desde 2005. Naquela ocasião, tive oportunidade de apresentar minha trajetória acadêmica, técnica e profissional, bem como de discorrer sobre minhas experiências como servidor público e gestor, as quais julgo terem sido de grande valia durante minha atuação no mandato de diretor.

Neste momento em que pleiteio a recondução ao cargo, pretendo centrar minha explanação no relato de ações concretas que vêm sendo orquestradas pela ANTT no sentido de dar cumprimento à sua missão institucional, notadamente no que diz respeito a tornar disponível adequada infraestrutura de transportes terrestres para a sociedade. Posso afirmar que estou e estarei diretamente envolvido e compromissado com essas ações, tanto como diretor quanto como servidor de carreira da agência.

Inicio mencionando, especificamente, o desenvolvimento do planejamento estratégico da agência, que, para o ciclo atual, é composto por 16 objetivos estratégicos desdobrados em 31 iniciativas, entre as quais encontram-se, por exemplo, os programas de outorga de novas concessões rodoviárias e ferroviárias e a melhoria do processo de fiscalização de ambos os setores.

Em função dessas iniciativas estratégicas, a ANTT elaborou e vem implementando seu planejamento regulatório, ação que executa com o auxílio da aplicação de ferramentas voltadas à melhoria da qualidade regulatória. Em suma, temos procurado não apenas planejar a atuação do órgão nos campos tático e operacional como também temos envidado esforços no sentido de assegurar que as ações regulatórias sejam adequadamente planejadas e dotadas da mais alta qualidade técnica.

Nesse âmbito, destacamos a existência da Agenda Regulatória da ANTT, a adoção da Análise de Impacto Regulatório como requisito para edição de atos normativos para o setor e o fomento à participação social efetiva e de qualidade no processo regulatório.

Falando especificamente da Agenda Regulatória, podemos dizer que se trata de instrumento de planejamento que indica os projetos prioritários que podem alterar o mercado regulado, seus objetivos e cronograma de implementação. A Agenda Regulatória propicia, portanto, maior segurança ao setor regulado e aos usuários na medida em que dá publicidade ao planejamento regulatório da agência, possibilitando a ampliação de prestação de contas do controle e da participação social e conferindo previsibilidade à atuação regulatória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Agenda Regulatória da ANTT é composta de cinco eixos temáticos, dentre os quais destacamos dois afetos a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura: um voltado especificamente à exploração da infraestrutura rodoviária federal e outro dedicado ao transporte ferroviário de cargas. Esses dois eixos comportam 16 temas a serem desenvolvidos no biênio 2017/2018, que, vale destacar, estão perfeitamente alinhados com as iniciativas estratégicas anteriormente mencionadas.

No eixo temático concernente à exploração da infraestrutura rodoviária federal, temos vários temas sendo trabalhados.

O primeiro deles é a análise de risco em concessões rodoviárias. Essa iniciativa busca debater os riscos a que estão sujeitas as outorgas realizadas pela ANTT, a possibilidade de aprimoramento dos novos instrumentos de outorga e se não há desequilíbrio entre a remuneração e os riscos assumidos pelas concessionárias. O objetivo é desenvolver metodologia para agenciamento e análise de riscos relacionados aos projetos de concessões rodoviárias, compreendendo os processos de identificação, de avaliação, de análise e de monitoramento de riscos, desde a concepção do projeto de investimento até a sua efetiva operação.

Outra ação importante é a designação de Organismos de Avaliação de Conformidade no âmbito dos projetos de infraestrutura das concessões rodoviárias reguladas pela ANTT. Essa iniciativa busca desenvolver um modelo de habilitação de empresas com experiência no processo de avaliação de conformidade dos projetos de infraestrutura relativos aos contratos de concessões rodoviárias outorgados. O objetivo é aumentar o nível de qualidade dos projetos de infraestrutura por meio da melhoria dos procedimentos de análise e aprovação, garantindo maior harmonia com as normas técnicas e requisitos estabelecidos pela ANTT.

Outra ação a ser citada é o desenvolvimento da metodologia de cálculo do tecnicamente chamado Fator X. Essa iniciativa pretende desenvolver mecanismos regulatórios que visam a replicar o efeito dos ganhos de produtividade do concessionário, ou seja, o que ele consegue ter de ganho de eficiência, e a repartir isso com a tarifa, com a modicidade tarifária – é exatamente como ocorreria caso o agente regulado operasse em um mercado competitivo –, ou seja, parametrizar o Fator X e repassá-lo ao usuário, através da métrica para apuração dos ganhos de eficiência e produtividade.

Outra ação relevante é a revisão sobre o conceito de Polos Geradores de Tráfego, critérios para elaboração, apresentação e análise de estudos e projetos. Essa iniciativa busca estabelecer, por meio de resolução da ANTT, procedimentos padronizados para elaboração, apresentação e análise de estudos e projetos relacionados aos polos geradores de tráfego nas rodovias federais concedidas, debatendo a consolidação e a revisão de todos os normativos em um único instrumento, diminuindo a quantidade de pedidos de revisão de estudos.

O objetivo é minimizar os impactos negativos, principalmente quanto ao nível de serviço da rodovia e à segurança dos usuários, bem como melhorar a definição das competências dos agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

envolvidos, padronizar a elaboração, a apresentação e a análise de estudos e de projetos, além de garantir critérios técnicos para os estudos e projetos dos polos geradores de tráfego e de definir, de forma clara e objetiva, os procedimentos administrativos e técnicos que abordam o tema, promovendo isonomia no tratamento dado às concessionárias e a terceiros.

Essa ação tem a ver com uma situação corriqueira na ANTT, que são os pedidos de inclusão de pequenas obras e de grandes obras. O sentido é dar maior transparência. Há um mecanismo para analisar esses pedidos e para dar o retorno adequado tanto a quem está pedindo quanto a quem vai ter de executar a obra.

Há uma ação de revisão que trata de infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual. Essa iniciativa busca promover a revisão da Resolução ANNT nº 4.071, de 2013, que trata das infrações sujeitas às penalidades de advertência...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, com a permissão do Dr. Marcelo Vinaud...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É só uma questão de procedimento, Dr. Marcelo. Eu queria pedir a palavra pela ordem rapidamente. Depois, V. Exª continua a sua exposição.

Eu queria pedir para abrir o painel, pois há muitas comissões, e os Senadores estão vindo e votando. O relatório já é de conhecimento. V. Exª já fez o relatório na semana passada, e todos já conhecem o currículo do indicado. Creio que todos já estão aptos a votar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Atendendo ao seu pedido, peço para abrir o painel de votação, para que possamos iniciar a votação.

Obrigado, Senador Raupp.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Outra ação que está em discussão, promovida pela Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, é a metodologia para reversibilidade de bens e impostos das concessões ao poder concedente. Cabe esclarecer que, com o iminente fim das concessões da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, esse tema ganha importância estratégica para o sucesso das futuras concessões rodoviárias.

Já no eixo temático concernente ao transporte ferroviário de cargas, são verificadas importantes ações em andamento, tais como a adequação dos procedimentos para registro de acidentes ferroviários, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de informação de acidentes bem como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



permitir a adequada análise dessas informações, com o intuito de mitigar riscos de acidentes no futuro.

Há uma ação de revisão da resolução ANTT que trata dos procedimentos para a obtenção de autorização para execução de obras na malha objeto da concessão. Essa iniciativa busca promover a revisão da Resolução ANTT nº 2.695, de 2008, a fim de disciplinar, de forma mais eficiente, os procedimentos a serem adotados no âmbito das concessões de serviços públicos de transporte ferroviário, para a obtenção das autorizações de atividades, projetos e investimentos, o acompanhamento da sua implementação e seu respectivo recebimento. O objetivo é conferir maior celeridade e eficiência aos procedimentos de autorização de atividades, projetos e investimentos no âmbito do transporte ferroviário concedido, fomentando os investimentos no setor e reduzindo os custos administrativos da ANTT. Espera-se, também, criar mecanismos para acompanhamento e recebimento de atividades, projetos e investimentos, com vista a conferir segurança jurídica ao ambiente regulatório.

Outra ação importante é a revisão da resolução que trata da operação de direito mútuo de passagem e de tráfego mútuo. Essa iniciativa busca promover a revisão dos procedimentos relativos ao compartilhamento da infraestrutura ferroviária e de recursos operacionais, com o objetivo de permitir a realização do compartilhamento da infraestrutura com os operadores ferroviários independentes.

Outra ação é a de revisão da resolução ANTT que trata das metas de produção por trecho e das metas de segurança. Essa iniciativa busca adequar a Resolução ANTT nº 3.696, de 2011, para promover melhoria de procedimentos bem como adequá-la ao novo contexto de metas por trecho e às disposições relativas à apuração e aplicação de penalidades. O objetivo é promover a harmonização de dispositivos de normativo anterior com o atual contexto das outorgas de transporte ferroviário e adequar dispositivos vigentes à realidade operacional da ferrovia.

Outra ação é a revisão da resolução que trata do Plano Trienal de Investimento das concessões ferroviárias, previsto em contrato. Essa iniciativa busca revisar os procedimentos para apresentação dos Planos Trienais de Investimento no âmbito das concessões de transporte ferroviário de cargas, debatendo mecanismos para conferir maior eficiência e efetividade ao instrumento regulatório. O objetivo é incrementar a governança regulatória e reduzir a assimetria de informações no setor regulado.

Há a ação de revisão da Resolução ANTT nº 4.348, de 2014, que trata da prestação de serviços por Operador Ferroviário Independente (OFI). Essa iniciativa busca promover a revisão do disciplinamento da prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura por detentores de delegação para prestação de serviços ou exploração da infraestrutura de transportes terrestres, debatendo formas de adequar o regulamento às atuais



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

políticas públicas sobre a compra e venda de capacidade operacional nas ferrovias e como deve se dar a negociação do acesso ao sistema ferroviário federal.

Além das iniciativas de regulação envolvendo as concessões rodoviárias e ferroviárias, é importante destacar também que o processo regulatório da agência está cada vez mais calçado nas boas práticas regulatórias, de forma que essa agenda regulatória cujas ações relatei é implementada com enorme grau de transparência e com fortalecimento cada vez maior de participação social. É possível a qualquer interessado acompanhar o desenvolvimento do tema e preparar-se de maneira tempestiva e adequada para participar ativamente dos processos de participação social. Em outras palavras, são previamente disponibilizados os estudos e fundamentos que nortearão as ações regulatórias e são concedidos aos interessados oportunidades e múltiplos canais de comunicação para manifestarem seus pontos de vista, suas demandas e seus entendimentos acerca daquela matéria.

É inegável que uma ação regulatória construída com a participação ativa de todos os agentes por ela abrangidos – usuários, mercado regulado ou entidades governamentais – terá mais chance de ser bem-sucedida no alcance de seus propósitos, na medida em que permite a incorporação das demandas e expectativas sociais e de mercado no planejamento e gestão regulatórios.

Ainda nesse intuito de assegurar maior qualidade de suas ações, adotou-se recentemente na ANTT a obrigatoriedade de realização da Análise de Impacto Regulatório em todos os procedimentos constantes da agenda regulatória citada.

Convém esclarecer que a Análise de Impacto Regulatório constitui uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte da diretoria na escolha da melhor opção regulatória quanto à edição de atos normativos e decisórios. Por meio dessa valorosa ferramenta, são cumpridas as etapas de instrução processual de forma organizada, possibilitando que seja explicitado o problema que se pretende solucionar e que sejam discutidos e sopesados os impactos das possíveis ações a serem adotadas. Ao final, o que se obtém com a adoção da Análise de Impacto Regulatório é uma ação mais efetiva, que implica menor custo regulatório ao mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Estou terminando, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Quero só pedir para o pessoal que está lá no fundo que fique um pouco mais em silêncio, para que a gente possa ouvir o nosso visitante.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – A utilização das ferramentas de Análise de Impacto Regulatório tem nos ajudado muito a refletir sobre eventuais efeitos adversos das nossas ações regulatórias e orientado a adoção da opção mais adequada a cada situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Também estão sendo promovidas ações no sentido de capacitar a agência para monitorar os resultados efetivos de suas ações regulatórias, verificando, na prática, quais foram os impactos observados e identificando eventuais oportunidades de redesenho das ações regulatórias, não apenas em função desses impactos, mas também por força de alterações não previstas no ambiente econômico, político e social do País. Será possível, então, corrigir o rumo das nossas iniciativas com base em um rígido processo de acompanhamento e de avaliação, fechando, assim, o chamado ciclo regulatório.

Finalmente, cabe ressaltar que todas as iniciativas de aprimorar o desempenho da regulação e da fiscalização da ANTT dentro do universo regulado visam, primordialmente, ao fiel cumprimento da legislação vigente e ao fiel cumprimento dos contratos de concessão sob a tutela da agência reguladora, estabelecendo, assim, um marco de segurança institucional e jurídica para todos os entes regulados e provendo para a sociedade o valor da cidadania em forma de serviços de transportes terrestres adequados.

É por estar comprometido com o desenvolvimento e com a efetivação desses pilares da regulação de serviços de concessão de infraestrutura que eu me submeto à avaliação desta Comissão, entendendo que tenho muito a contribuir no cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Agradeço a oportunidade e me coloco à disposição das Senadoras e dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pela ordem...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quero me inscrever para fazer perguntas ao nosso sabatinado, ao nosso Diretor Dr. Vinaud.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador! V. Exª está com a palavra, é o primeiro inscrito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar o Dr. Marcelo Vinaud, que é, de fato, uma pessoa que, ao longo do seu primeiro mandato, demonstrou muito compromisso e muito competência, procurando bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

orientar as ações do DNIT. Ele tem merecido o reconhecimento não só dos Parlamentares do Senado Federal, mas também de todo o Congresso Nacional.

Há depoimentos muito favoráveis de governadores de Estado. Quero dar um testemunho do apreço que o Governador de Pernambuco, Paulo Câmara, tem pelo Dr. Vinaud. Há muitas propostas e projetos que ainda precisam ser concretizados em Pernambuco, como é o caso do Arco Metropolitano, da conclusão da BR-101, da ampliação da BR-232, da duplicação da BR que vai de São Caetano a Garanhuns. O fato é que todos reconhecem a competência, o zelo, o cuidado e a dedicação com que o Dr. Marcelo Vinaud tem se desincumbido de sua missão como diretor da nossa ANTT.

Na realidade, eu trouxe aqui três perguntas para encaminhar à apreciação do Dr. Vinaud. Passo, na sequência, a fazer essas indagações.

A ANTT, Dr. Marcelo, já hoje responde por 21 concessões de rodovias, totalizando quase dez mil quilômetros de extensão. Essa malha tende a ser expandida nos próximos anos, ampliando o desafio da ANTT na fiscalização e na regulação. Isso aponta para a necessidade de fortalecimento da agência nos próximos anos. Eu indago: quais os principais desafios a serem enfrentados pela agência? Ela possui recursos e estrutura suficientes para cumprir sua missão institucional?

A segunda pergunta decorre dessa primeira. Tendo em vista as dificuldades de alocação de recursos no Orçamento, com a necessidade crescente de realização de investimentos para o crescimento econômico poder ser retomado, tudo aponta para que novos leilões de concessão de infraestrutura de transportes terrestres sejam realizados. Quais são as expectativas para essas novas concessões?

Aí vem a nossa cobrança de Pernambuco em relação às concessões que poderão ser feitas em relação ao Arco Metropolitano, em relação à BR-232, em relação à BR de São Caetano até Garanhuns. São três grandes pleitos fundamentais para o desenvolvimento do Estado que estão em estudo pelo Governo Federal. Eu gostaria de saber se, nesses estudos preliminares, a ANTT já identifica a viabilidade para que essas três possíveis novas concessões possam ser oferecidas ao mercado.

Finalmente, indago quais os principais pontos da agenda legislativa da ANTT hoje e como esta Casa poderia contribuir para aumentar a demanda por investimento de infraestrutura terrestre no Brasil, ou seja, quais são os gargalos que são identificados pela ANTT para atrair, digamos, o maior interesse dos investidores de concessão, seja no Brasil, seja fora do Brasil, para que a gente possa, através do instrumento da concessão, de fato, atender a essa demanda crescente de melhoria, qualificação e ampliação da nossa malha rodoviária terrestre, que é uma exigência cada vez maior, tendo em vista a ampliação da nossa frota e o crescimento da nossa economia.

Portanto, são essas três perguntas que deixo para o nosso Diretor da ANTT, Dr. Marcelo Vinaud. Eu o cumprimento, mais uma vez, pelo desempenho com que se houve durante o seu primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mandato. E, agora, certamente, contará com o apoio desta Casa para um segundo mandato à frente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Fernando Coelho.

Se os Srs. Senadores concordarem, nós vamos ouvir três Senadores e depois ouviremos a resposta do nosso sabatinado.

Passo a palavra ao Senador Hélio José para fazer suas colocações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu quero cumprimentar S. Exª o Presidente Senador Acir Gurgacz, os demais Senadores aqui presentes e o nosso querido Marcelo Prado, colega de profissão, servidor público concursado de alto gabarito e responsabilidade. Quero cumprimentar aqui também o Jorge e toda a diretoria da ANTT.

Quero dizer, Marcelo, que temos plena confiança no seu trabalho, na sua formação, na sua experiência – foi duríssimo o concurso público que você, outros colegas e eu enfrentamos para entrar para trabalhar – e na desenvoltura com que você vem fazendo o seu trabalho ao longo do tempo.

Consequentemente, nem quero fazer perguntas, porque estou contemplado com as perguntas que foram aqui colocadas pelo Bezerra e pelos demais colegas. Quero só desejar-lhe sucesso e dizer que, aqui, no gabinete 19 da Ala Teotônio Vilela, você conta com um amigo, com um parceiro, com um colega de profissão. Que você continue honrando cada vez mais a nós, os analistas de infraestrutura, nesse trabalho importante que você desenvolve na ANTT!

Obrigado. Sucesso lá!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Hélio.

Com a palavra, agora, o Senador Wilder Morais para fazer suas colocações.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Também cumprimento o Marcelo Prado, cumprimento toda a diretoria da ANTT.

Seguindo as mesmas orientações do nobre colega Hélio José, o nosso Estado de Goiás também se sente muito acolhido pela sua pessoa na ANTT e por toda a diretoria.

Quero desejar-lhe sucesso. Conte com nosso apoio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wilder.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, quero saudá-lo, em nome de todos os companheiros da Comissão.

Também saúdo o Marcelo, que hoje está aqui na condição de sabatinado, mas com a experiência já de vir para uma recondução.

Quero cumprimentar o Jorge Bastos, o Mário, que está aí, a diretoria. Enfim, aqui está toda a retaguarda do Marcelo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Ele está aqui bem apoiado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Está muito bem apoiado. Isso é sinal de que ele vem fazendo um bom trabalho.

A gente tem acompanhado esse trabalho na ANTT. É claro que uma recondução traz a experiência de quem já viveu. Como ele é uma pessoa da casa, acredito mais ainda que ele poderá ajudar muito, principalmente neste momento, que, creio, é o momento de maior dificuldade, porque estamos nessa situação em que continuamos com a insegurança jurídica.

Quanto as concessões que foram feitas, infelizmente, Sr. Presidente, essas concessões estão todas com dificuldades. É importante a gente relatar quais são essas dificuldades. Por isso, sou autor de uma PEC, exatamente para que, no Brasil, a concessão seja uma política de Estado, e não uma política de governo. Não se pode, por quórum não qualificado, mudar uma regra do jogo. Caso contrário, a cada governo, pode-se, de acordo com o ministro, com a sua visão, ou com a do próprio Presidente, mudar aquilo que contratualmente já está pactuado por 25 anos, por 30 anos.

Hoje nós vivemos essa questão das concessões no Brasil, de modo geral com problemas, principalmente em relação aos financiamentos. Houve uma expectativa à época – e eu me lembro bem, porque participei, efetivamente, das audiências nesta Casa –, muitas audiências foram feitas, e os ministros também sempre disseram que problema de recurso não haveria. Ou seja, o BNDES financiaria as concessionárias, inclusive com uma carta, não de obrigação, mas uma carta-compromisso, que foi elaborada à época dos contratos.

Quero aqui colocar, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transporte e Armazenagem, que é claro que, no Brasil, nós temos hoje o nosso transporte calcado principalmente no meio rodoviário, e isso causa um prejuízo muito grande para a população brasileira, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

número de acidentes no Brasil é algo impressionante. Há mais mortes no trânsito brasileiro do que em muitas guerras mundo afora, exatamente porque nossas estradas estão abarrotadas, e a maioria delas não são estradas duplicadas. Por isso a nossa ansiedade e o apoio aqui da Comissão de Infraestrutura no sentido de que possamos agilizar essas concessões.

Quero falar especificamente da concessão da BR-163 no meu Estado. O Presidente conhece isso muito bem, porque também estamos lutando para a concessão da BR-364. A nossa concessão, a concessão da BR-163, é da divisa de Mato Grosso do Sul a Rondonópolis. Aí é onde ela recebe a sobreposição da BR-364. Logo mais na frente, na Serra de São Vicente, recebe também a sobreposição na BR-070, até Posto Gil, e lá elas se dividem novamente. Portanto, parte da BR-364 também está nessa concessão. Daí ela vai até Sinop, a BR-163.

Quando começaram as obras da concessão, com a chegada, com a batida do martelo, eu me lembro bem de que os nossos três Senadores de Mato Grosso, eu, o Senador José Medeiros, o Senador Blairo Maggi, à época, aqui também na Comissão, todos nós estávamos apoiando e aplaudindo. Quando começaram as obras, exatamente na presença da Presidente Dilma, na época, como Presidente da República, quando foi inaugurar o terminal da Ferronorte em Rondonópolis, a gente suscitou a discussão para, inclusive, as obras começarem de sul para norte. E começaram as obras, Sr. Presidente, em ritmo extremamente acelerado, com mais de mil máquinas novinhas lá trabalhando. Foi o maior volume de aplicação de massa asfáltica da história do Brasil.

Portanto, aquilo representava uma esperança muito grande. Principalmente no caso do trecho de Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil. Dada essa sobreposição das três BRs, nós temos ali o maior volume de acidentes frontais do Brasil, segundo a Polícia Rodoviária Federal. Não vou deixar de repetir isso aqui porque é uma forma também de chamarmos a atenção da própria população que nos assiste e das autoridades. Lá a gente diz que é um trem de pneu, ou seja, é muita carreta, uma atrás da outra.

Nesta semana, eu vi o filme de uma nova carreta que foi autorizada no Brasil, com 16 eixos. É algo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E com cem toneladas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Cem toneladas!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cem toneladas, 16 eixos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E não são cem toneladas, não; são 99,9 toneladas, para o pessoal não pensar que é zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem aquela fominha, não é? São cem toneladas oficialmente, e espero que não a coloquem, essa tal de fominha, porque aí será um problema sério.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Essa carreta de 16 eixos, então, é muito mais longa, o que representa muito mais possibilidades... Qualquer veículo pequeno que for aventurar-se numa travessia, o risco será maior ainda.

Ou seja, a indústria está se modernizando, o Brasil está autorizando a modernização e as licenças – a ANTT, inclusive, as autorizou –, mas as estradas nossas não são compatíveis com o ritmo de modernização. A grande maioria dessas estradas não está em condição ideais para a trafegabilidade.

No caso da BR-163, aquilo representava uma esperança. O Mato Grosso é um Estado que cada vez mais aumenta sua produção. A gente tem registrado os maiores índices de produtividade do mundo. Repito aqui: o Mato Grosso hoje tem capacidade de produzir tudo o que produz o Brasil em termos de agropecuária, porque nós ainda temos muitas fronteiras agrícolas. Só na região do Araguaia, Sr. Presidente, são aproximadamente cinco milhões de hectares disponíveis para a agricultura, sendo que desses não chega à metade o que está hoje já em agricultura. Ou seja, há muita área. Só essa região tem condições de produzir tudo o que produz o Brasil.

Sr. Presidente, como estamos em processo de votação, se V. Exª quiser me chamar a atenção pelo tempo, não há problema porque eu já votei. Não sei quantas pessoas V. Exª pretende ainda...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Já há o quórum para apurar a votação, mas não é esse o ponto. Vamos debater...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas eu acho que é bom, o Marcelo merece mais votos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – E também precisa nos contemplar com essas informações que V. Exª coloca neste momento, que são importantes para as nossas estradas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas não quero aqui também abusar. V. Exª tem todo o direito de me cortar, porque já estou excedendo realmente no tempo. Estou querendo contextualizar uma situação, Sr. Presidente.

Então, na BR-163, tudo aquilo representava uma esperança. O produtor fez sua parte, aumentou muito a produção. Até conseguimos também inverter um pouco da saída da carga através dos portos do Arco Norte, principalmente Miritituba. Isso até aliviou a parte sul. Se não fosse isso, aí, sim, estaríamos no caos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas o mais importante que quero colocar aqui, Sr. Presidente, é que a concessionária hoje passa por todas as dificuldades, não só a concessionária de Mato Grosso, mas todas elas. Por exemplo, para a de Mato Grosso do Sul o BNDES também não liberou os recursos necessários; pelo que sei, liberou parte do recurso ponte, e não 100%. No caso Mato Grosso, além de não liberar nada do recurso ponte, ou melhor, além de não liberar nada do recurso definitivo, a longo prazo, só liberou parte do recurso ponte – a mesma coisa se deu no Mato Grosso do Sul – e já está cobrando juro. A empresa tem de fazer um investimento alto, e essa empresa, é claro, pertence ao grupo Odebrecht, que está em todas essas situações. Essa concessão pertence também ao Brasil e ao Mato Grosso, independentemente de quem sejam os sócios.

E aí é importante a gente estar... Já estive no BNDES em muitos momentos cobrando. O BNDES colocou uma posição tácita: não vai liberar recurso enquanto não mudar o controle acionário. Tudo bem, só que lá nós temos uma concessão que está vigente. Parte das obras foi feita, inclusive atendendo de acordo com o prazo da concessão, só que a manutenção, em função disso, está totalmente parada. Aí isso começa a causar uma revolta na população, com razão, porque quem está pagando um pedágio não pode passar por buraco na estrada, e temos alguns trechos...

Fui até informado agora pelo Diretor-Geral, Dr. Jorge, que um trecho de Cuiabá a Rosário estava atrasado, e, como o DNIT não tinha recursos, passou-se esse trecho para a concessionária. Agora, voltou o trecho para o DNIT. Felizmente, esse trecho está licitado já. Então, isso abre a possibilidade de que o DNIT tome uma providência o mais rapidamente possível. Mas lá, devido ao volume de carretas, é incrível o que acontece! Levamos o Diretor-Geral lá. Em 15 dias, 30 dias depois, a estrada estava praticamente acabada, devido ao volume dessas carretas.

Então, o nosso apelo aqui, Sr. Presidente, é no sentido de que, primeiro, não dá para esperar, a meu ver, a mudança do controle acionário. Se formos esperar por isso, em quanto tempo isso vai acontecer? Não sei se o Marcelo consegue responder isso. Acredito que nem ele tenha condições de responder, porque é uma negociação que vai acontecer entre empresas. Daí, Sr. Presidente, vem a nossa preocupação com a manutenção dessa estrada.

No Estado do Pará, houve uma interrupção por causa de um atoleiro por uma semana, e foi um caos no Brasil. O Presidente da República diretamente fez uma interferência. Nessa região, não pode acontecer isso.

Acredito, Sr. Presidente, que o pior é a desmoralização do sistema concessionário no Brasil, porque, quando você paga um pedágio, você o está pagando para estar em uma estrada boa, mas, além disso, está pagando serviços, como guincho, médicos, paramédicos, telefone a tantos metros, ou seja, todo um serviço que é prestado pela concessionária.

Então, Sr. Presidente, quero aqui trazer essa preocupação, porque nós também somamos com a Bancada de Rondônia e queremos ver a concessão da BR-364, que é importante para Mato Grosso, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante para Rondônia, é importante para o Brasil. Se nós desmoralizarmos o sistema, se isso acontecer, quem vai acreditar em fazer uma nova concessão da BR-364, indo para Porto Velho, e em qualquer alternativa que teremos?

Então, quero me somar à angústia de V. Exª, que, em muitos momentos, tem falado, repetido, mostrado e lutado por essas obras da concessão, pela necessidade de fazer a concessão, como também a concessão da Ferrogrão, que é também uma importante ferrovia. Temos de fazer a intermodalidade, ou seja, hidrovia, ferrovia, estradas e tudo mais.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, ler três perguntas que foram feitas através da assessoria e que acho importante registrar. Acho que há tempo para o Marcelo respondê-las.

Qual o papel da ANTT no desenvolvimento do Arco Norte? Minha pergunta está relacionada ao fato de que produtores e indústrias da região têm investido pesadamente nos últimos anos em terminais do Arco Norte, que engloba Norte e Nordeste do País. A solução de mais esse gargalo, acesso aos portos do Arco Norte, irá beneficiar em especial os produtores de grãos do norte de Mato Grosso, os maiores produtores do Brasil, mas também, é claro, Rondônia, Pará, todo mundo.

Está é a segunda pergunta: quanto à rodovia BR-163, produtores, exportadores e caminhoneiros continuam enfrentando muitas dificuldades para escoar mercadorias. Grãos, fibras, proteína animal e algodão estão entre os principais produtores que passam pelo tortuoso trajeto. Pergunto: o que a ANTT, em conjunto com o Ministério dos Transportes, pode fazer para que esse gargalo logístico possa ser amenizado, ou melhor, para que esse gargalo possa ser resolvido em definitivo?

Faço a terceira e última pergunta. Em Mato Grosso, a BR-163 está concedida à iniciativa privada, sob a concessão da Rota do Oeste. São 850km que cortam 19 Municípios, entre Itiquira, na divisa de Mato Grosso do Sul, e Sinop, no total da extensão. A Rota do Oeste é responsável pela duplicação de 450km, e os outros 400km são de responsabilidade do DNIT. Pergunto: a concessionária vem cumprindo os prazos estabelecidos junto à ANTT? Falo dos prazos da construção, porque, às vezes, a população não conhece o que está previsto nos compromissos da concessionária. É claro, como eu falei aqui, que a manutenção, infelizmente, não está ali. Mas, em relação aos prazos, minha pergunta se deve ao fato de que a concessionária deveria cumprir o plano de duplicação nos primeiros cinco anos da concessão iniciada em março de 2014.

E ainda faço esta pergunta: a continuidade estaria sofrendo com atraso devido a problemas com financiamentos e licenças ambientais? Qual a sua visão sobre essa questão específica?

Faço ainda, é claro, esta pergunta: se o Ministério Público, através de uma ação, suspender a cobrança do pedágio, como ficará, em médio prazo, essa situação? Quem vai fazer a manutenção da estrada? O DNIT não tem contrato de manutenção, fora esse trecho de Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil – falo do contrato de obra e manutenção. Para o restante, não existe contrato; é da concessionária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Se isso acontecer e se for feita uma nova licitação, Sr. Presidente, com certeza, até fazer a licitação, nós vamos demorar mais quase um ano. Então, essa é a minha preocupação, e acho que é a preocupação também dos usuários.

Ainda, só concluindo, quero aqui deixar meu testemunho também do papel e da importância das agências, principalmente da Antaq, que é uma agência só com três diretores. A ANTT tem cinco diretores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Cinco.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – São cinco diretores. Penso, Sr. Presidente, que temos até de apoiar que essas duas agências tenham mais estrutura, porque o quadro de funcionários ainda é muito pequeno diante do tamanho do Brasil e da necessidade de atuação na fiscalização, na prevenção e em tudo mais.

Ontem, eu vi uma matéria sobre a questão da carta-frete. Então, para a empresa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senador, o seu tempo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ...fiscalizar tudo isso não é fácil – não digo para a ANTT.

Então, fica aqui o nosso apoio no sentido de estruturação.

Quero parabenizar o Dr. Marcelo. Tenho certeza da sua competência. Ele vai estar agora com o mandato de quatro anos e vai ter muito mais tempo de planejar e de fazer, devido a essa necessidade, o fortalecimento da agência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Antes de passar a palavra para o Marcelo Vinaud, também faço duas colocações ao Dr. Marcelo, para que S. Sª possa responder a todos de uma única vez, já que não há mais ninguém inscrito.

Falo sobre o transporte irregular que existe no País. São empresas clandestinas, piratas, que põem em risco a vida de muitas pessoas. Há empresas, inclusive, que, às vezes, possuem liminar, mas que não cumprem o regimento ou não cumprem as leis da ANTT. E, ao não cumprirem a fiscalização,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sem o acompanhamento da agência, essas empresas realmente põem em risco o sistema e põem em risco a vida de muitas pessoas. O que a ANTT está fazendo para coibir essa situação? As empresas piratas estão completamente sem autorização; para algumas, inclusive, há essa questão da liminar, mas elas não obedecem às leis da ANTT, causando um desequilíbrio econômico entre as empresas que estão autorizadas e que, ao estarem autorizadas, pagam os impostos devidos, seguem o regimento e o regulamento da ANTT e, é claro, têm um custo maior por isso, por terem uma qualidade melhor da frota de ônibus etc.

Outra situação é relativa à concessão da BR-364. Qual o modelo que está sendo pensado para a duplicação da BR-364 e para a concessão? Entendemos que, com a dragagem do Rio Madeira, que será feita este ano, haverá um aumento muito grande do transporte de grãos entre Porto Velho e Itaquatiara, através da hidrovia do Madeira. Automaticamente, como toda essa produção chega a Porto Velho através da BR-364, também será duplicado o transporte de grãos, de produção agropecuária que chegará a Porto Velho. Então, pergunto: qual o modelo que está sendo feito para a concessão? Há um prazo já, embora já tenhamos marcado uma audiência pública em Porto Velho no dia 28 para discutir esse tema?

Eu gostaria que V. Sª avançasse um pouco em relação a isso, pois, nesta semana, anteontem, passei na BR-364 e constatei que ela está completamente esburacada. E há uma coisa interessante: serviços foram realizados há um ou dois anos, mas hoje a BR-364 está completamente destruída, toda esburacada entre Pimenta Bueno e Cacoal principalmente, e, entre Ouro Preto e Ariquemes, não é diferente. A situação é gravíssima, temos de ter uma emergência inclusive para iniciar a restauração antes da concessão. Não dá para aguardar a concessão para consertar a BR-364.

São essas duas questões que peço a V. Sª que responda. Passo a palavra a V. Sª para dar as respostas, com o tempo que quiser para responder a todos os Senadores.

Obrigado.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Muito obrigado, Senador.

Primeiramente, agradeço a deferência dos Senadores e espero ter um desempenho à altura caso eu seja reconduzido ao meu próximo mandato.

Eu gostaria de comentar as colocações do Senador Fernando Bezerra quanto à infraestrutura da ANTT e aos recursos que ela tem disponíveis para realizar sua missão, quanto às expectativas que temos para as novas concessões e à nossa agenda legislativa, vamos assim dizer.

A agência é uma autarquia especial, que tem 15 anos, ou seja, é uma entidade muito nova, que, na minha visão, tem uma responsabilidade muito grande na medida em que a estrutura de transportes no País vem sendo concedida. O Senador colocou que temos 10 mil km, mas eu gostaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de corrigir, dizendo que, após a segunda e terceira etapa, passamos de 4 mil km para 14 mil km, mantendo a mesma estrutura interna tanto de fiscalização quanto de apoio à regulação.

Esse fato, embora tenhamos nos empenhado em sermos mais eficientes, principalmente com as questões que relatei na minha leitura, na organização da agenda regulatória bem como na transparência dos processos, é sempre muito difícil, na medida em que temos cada vez mais trabalho e em que os recursos estão limitados praticamente ao último concurso que nós tivemos em 2010. É impossível fazer regulação e fiscalização sem pessoas, por mais que se invista em tecnologia. A ANTT tem trabalhado nisso, tem feito grandes investimentos na parte de fiscalização, principalmente na fiscalização rodoviária, em termos de tecnologia, mas nós precisamos de cabeças pensantes e precisamos também evoluir na medida em que os desafios aumentam.

Como novos desafios em termos de concessão de rodovias, nós temos agora a iniciativa do Governo, especificamente da Secretaria do Programa de Parcerias e Novos Investimentos, o PPI, onde várias infraestruturas foram agora validadas para concessão. Isso representa um desafio, dada a vivência que nós temos das últimas concessões, principalmente da terceira etapa.

Quanto à questão da agenda legislativa, neste momento nós temos um projeto de lei, que está em tramitação, que busca reforçar o papel institucional das agências, inclusive garantindo recursos. Então, aproveito o momento para pedir o apoio desta Comissão no sentido de olhar para as agências e de lhes dar apoio em termos de recursos e de pessoal técnico e qualificado, porque os desafios vêm aumentando, a situação macroeconômica do País varia, e nós não temos, hoje, os recursos adequados, na minha visão, para cumprir a tarefa como nós gostaríamos, embora haja empenho. Tenho que aqui ressaltar que a ANTT detém hoje um quadro técnico de excelente qualidade. Não falo isso por pertencer a ele, não, mas por acompanhar o trabalho dos meus colegas no dia a dia.

Já entrando aqui nas questões colocadas pelo Senador Wellington Fagundes, posso dizer, Senador, que realmente as concessões da terceira etapa tiveram...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Antes de V. Sª responder as minhas perguntas, como já estava aqui, eu quero registrar também a presença do Sr. Sérgio Lobo, que é diretor da ANTT, assim como eu já havia citado o Sr. Mário Rodrigues, a Srª Elizabeth Braga, que também estão aqui. E cito ainda, principalmente e em primeira ordem, a presença daquela manda no nosso Diretor Marcelo, que é a Srª Fernanda Valim, que está ali prestando muita atenção e, com certeza, apoiando S. Sª neste momento. Por isso, preferi falar, para que a emoção possa lhe trazer ainda mais inspiração.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As concessões da terceira etapa, realmente, sofreram problemas de financiamento e também com as condições macroeconômicas que levaram, a gente pode dizer, a um descompasso no cumprimento dos contratos.

Sendo objetivo, o custo de propriedade, hoje, de se alterar esses contratos, para o País e para o usuário, seria bastante alto. Creio eu que a melhor solução, hoje, seria um caminho de reprogramação dessas obras, no sentido de dar maior viabilidade ou condições para as empresas que ali estão atuando. Contudo, definir isso não é papel da ANTT. Essa é uma questão de política pública.

Como coloquei na minha explanação, a ANTT tem de prezar o bom cumprimento dos contratos, gerando segurança jurídica ao concessionário.

Entendo que esse assunto esteja sendo discutido no Governo. Ele deve ser prontamente encaminhado, porque não só a concessão da BR-163, que está hoje com a Rota do Oeste, como também as outras concessões estão em dificuldade, mesmo as que conseguiram algum financiamento com o BNDES.

Há de se observar também que a condição de financiamento sempre foi um risco das concessionárias. Essa é uma questão que deveria ter sido observada desde sempre no Plano de Negócios. Embora a ANTT seja sensível à questão e esteja atenta, buscando soluções, nessa questão, a concessionária tem de buscar oferecer à agência reguladora soluções dentro do escopo do contrato e tem de buscar junto ao Governo, que determina as políticas públicas, caminhos adequados, para que possamos encontrar soluções.

O grande problema é que, se hoje essas concessões forem devolvidas e forem novamente à licitação, o custo de propriedade para fazer isso é muito alto em termos de tempo e de recursos. Lembro que não são rodovias que estão prontas para serem analisadas e concedidas. São rodovias que hoje estão com o concessionário lá. Isso envolve a saída do concessionário. Então, o custo de propriedade desse tipo de ação e o custo regulatório são muito altos. Nós entendemos que o Governo está sensível a essa situação e tem procurado a agência no sentido de obter orientação técnica. A agência está se movendo também, dentro da sua competência e dentro dos limites do contrato, no sentido de tentar resolver isso. Acredito que deve haver um deslinde ainda neste semestre.

Quanto à questão do Arco Norte que o Senador colocou, a ANTT tem desenvolvido estudos tanto na parte de cooperação internacional quanto com outras entidades, notadamente a Antaq, o Ministério dos Transportes e o DNIT, no sentido de prover melhorias no Arco Norte, porque é de entendimento técnico que as três vertentes do Arco Norte – a Ferrovia Norte-Sul; a hidrovia do Tapajós, com a possível implementação da Ferrogrão, a BR-163; e a hidrovia do Madeira, principalmente após a dragagem, tornando o fluxo de navegação mais perene – vão compor, sim, o corredor estratégico do futuro da produção de grãos do País, sem tirar nenhuma importância hoje da rodovia que atende ao Porto de Santos, que é muito importante para o País e que, durante muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tempo ainda, vai ser uma opção estratégica. Mas o desenvolvimento do Arco Norte, tecnicamente, quase por gravidade, é a saída mais adequada. A ANTT está atenta a isso, tem promovido diversos estudos e discussões com a Antaq e com o Ministério dos Transportes.

Nós acreditamos que, por meio das informações técnicas oferecidas ao Governo, principalmente no que concerne aos corredores e aos gargalos, teremos concessões adequadas. Acredito que a BR-364, em pouco tempo, a partir do momento em que os estudos estiverem finalizados, também deve ser contemplada nesse cenário, para viabilizar o corredor do Arco Norte, que hoje, como o Senador Wellington bem colocou, está sendo feito na raça. Trata-se hoje da operação em Mirituba e da operação rodoviária na BR-163, que hoje está sob a tutela do DNIT.

Bem, Senador, em relação ao transporte rodoviário de passageiros, eu estou há 12 anos na ANTT, mas eu sou oriundo desse mercado, trabalhei em empresas na iniciativa privada, na parte de transporte rodoviário de passageiros, de cargas e logística. E a questão do transporte pirata, mesmo o transporte pirata travestido em operações acobertadas por liminares, é um problema sério no País. A ANTT tem uma batalha incansável contra esse tipo de transporte. Para isso, além de ações de inteligência voltadas a operar a fiscalização da maneira mais eficiente possível, há também campanhas junto com a Polícia Rodoviária Federal e com outras entidades de conscientização do passageiro quanto ao problema sério que é a utilização desse transporte, porque isso não envolve simplesmente a passagem mais barata. Nós temos notícias de duas semanas atrás de que uma criança de 11 anos foi sequestrada em Ipameri, Goiás, e foi levada para Oeiras, no Piauí. O sequestrador utilizou-se de transporte pirata para chegar até essa cidade. Então, não há nenhum tipo de controle. Toda essa rede de transporte que aparentemente parece simplesmente oferecer um serviço de baixa qualidade, sem segurança e barato, na realidade, promove uma série de outras consequências que são indesejáveis para a sociedade hoje.

A ANTT está atenta a essa questão. Nós estamos implantando um sistema nas empresas regulares que é um monitoramento chamado Monitriip, no qual nós vamos obter o posicionamento de todos os ônibus interestaduais em tempo real. O que isso traz de melhoria quanto ao transporte pirata? O ponto que detecta o transporte regular, formal, também verifica que ali houve a passagem de um veículo não regular. Com isso, o trabalho da inteligência vai ser muito mais efetivo no sentido de poder interromper essas viagens.

Nós estamos trabalhando também – não citei isto no eixo da Agenda Regulatória – na questão de uma resolução de perdimento desses veículos utilizados – isso tem previsão legal – para esse transporte irregular, no sentido de realmente limitar a atuação do pirata, atacando diretamente no bolso dele. A agência tem observado isso. Isso é foco da nossa agenda regulatória.

Contamos com o apoio do Legislativo. Sabemos que V. Exª milita nessa área, para que haja um transporte mais adequado no País. A ANTT tem sido incansável nessa fiscalização, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhado nisso. Eu pessoalmente, que vim da área e entendo essa problemática bem, procuro apoiar todas essas ações sempre que possível.

Voltando à questão da BR-364, os estudos estão sendo finalizados. É importante que haja uma sinalização de políticas públicas quanto à priorização dessa concessão. Realmente, nós trabalhamos junto com a Antaq, em todas essas questões que envolvem o transporte multimodal, para entender como essa operação é dada. E a questão da dragagem do Rio Madeira realmente traz uma importância maior para a BR-364.

Bom, eu tecnicamente acredito que deve, sim, haver alguma proposta de concessão à medida que esse corredor se estabeleça.

Acho que, a princípio, seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Sr. Marcelo Vinaud por suas explanações.

Lembro aos nossos Senadores, aos nossos pares, que entendo que os diretores das agências não devem ter indicações políticas; é importante que sejam pessoas do quadro, que conheçam a agência, que conheçam o trabalho. V. Sª já foi indicado pelo governo anterior e é indicado novamente por este outro Governo, o que mostra que não há interferência política, mas, sim, a meritocracia. Eu entendo que isso é importante para o nosso País. Todos aqui estão apoiando essa sua indicação exatamente por conta desse fato.

Como o Senador Flexa está na frente, eu passo a palavra a S. Exª e, depois, ao Senador Wilder. Pois não Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu posso ceder a vez para o Wilder. Pelo menos, eu vou aprender: você vai falar e eu aprendo.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Os jovens têm preferência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É verdade.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – É o seu caso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, nosso indicado à Direção da ANTT, Marcelo Prado, Srs. Senadores, eu tive que me ausentar para ir à CMA, que estava em processo de votação para a eleição do Presidente e instalação de seus trabalhos, mas esse processo foi adiado. Ouvi a exposição do Senador Wellington Fagundes sobre a 163.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A 163, todos nós sabemos, é uma rodovia que começa em Cuiabá e termina em Santarém. Então, o Pará complementa o traçado da 163 para que sirva de escoamento para a produção dos grãos do norte de Mato Grosso. Além disso, hoje o Pará já está participando também da produção de grãos em três polos.

Eu perguntaria o seguinte. O Dr. Marcelo fez, ainda agora, uma observação sobre o Arco Norte. O Pará hoje é, eu diria, cobiçado, por todos aqueles que querem exportar a sua produção, como porto de maior proximidade com os mercados consumidores – depois de Vila do Conde, é o mais próximo dos Estados Unidos, da Europa e da Ásia, indo pelo Canal do Panamá. Todos os portos estão se deslocando para o Pará. Hoje deve haver... Além dos que já estão em funcionamento em Vila do Conde, que já está saturado inclusive, há outros em Mirituba, em Santarenzinho e na própria cidade de Santarém.

Agora, é importante que o Governo dê prioridade à 163. É lamentável que essa rodovia, de tamanha importância para o Brasil – não é nem para o Pará; é para o Brasil –, não seja priorizada. Faltam 170km para ser concluída.

Em uma ocasião em que eu estava com o Presidente Temer, eu disse a ele: "Presidente, o senhor pode passar para a História sendo o Presidente que completou a 163 e a entregou em todo o seu trajeto. De Cuiabá até Santarém está pavimentada, faltam 170km, priorize, faça agora neste ano a metade, e a outra metade inaugure até o final de 2018."

O que vimos há algum tempo, e não estamos livres de repetir, foram aquelas imagens com quilômetros de carretas e de bitrens na 163, porque um pequeno trecho estava atolando os carros, não passavam. Aí, mobilizou-se todo o sistema de segurança, de apoio, DNIT, Governo do Estado do Pará, que teve que ir para lá garantir a trafegabilidade.

Os caminhoneiros, dois deles, fizeram uma declaração – ouvi, Senador Acir – de que estavam se recusando a fazer frete pela 163. Eles estavam preferindo ir para o Sul e voltar, naquela incongruência de voltar para trás para depois vir para frente de novo. Iam para Paranaguá e Santos e, além de estarem sufocados, aumentava-se a distância para levar aos mercados consumidores.

Como o Senador Wellington falou, em Mato Grosso, há uma parte já concedida, inclusive com a duplicação do trecho. No Pará, também existe a possibilidade de haver uma concessão para a estrada. Não sei como será feita, porque é preciso, ali, fazer várias ações. Na passagem dos trechos urbanos, tanto na sede dos Municípios, como foi em Novo Progresso, como foi nos Distritos que temos, tais como Castelo de Sonhos e Moraes Almeida, tem que se fazer a segregação da rodovia.

Fiz um projeto, e aprovamos em primeiro turno, semana passada, definindo que, em todas as rodovias federais, quando atravessarem a sede dos Municípios ou de Distritos, tem que haver a segregação da rodovia, fazer postas laterais para que não haja acidentes, perda de vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, perguntaria ao Dr. Marcelo: como se encontra hoje a concessão do trecho do Estado do Pará da 163? Ele está avançando?

Agora, temos também no Pará, e tenho estado frequentemente na ANTT, Senador Acir – aqui saúdo todos os diretores da agência, em nome do Presidente Jorge Bastos – para tratar da ferrovia. Temos uma ferrovia, projetada pelo Governo do Pará e Fepasa, que liga Santana do Araguaia, lá embaixo, no limite com o Tocantins, ao Porto de Vila do Conde, passando por Marabá. Essa ferrovia está sendo estruturada, já existe um consórcio interessado em participar da PPP para a concessão do trecho, inicialmente, que vai de Marabá a Vila do Conde. Em uma segunda etapa, ligaria Santana a Marabá, complementando.

Existe uma ferrovia – todos nós conhecemos –, a Norte-Sul, que também tem um trecho ligando Açailândia a Vila do Conde. Nós mantivemos entendimentos tanto com a ANTT quanto com o Governo, com o Ministro Moreira Franco, e ele retirou o trecho da Norte-Sul entre Açailândia e Vila do Conde, passando a adotar, no programa do Governo, a Fepasa, a ferrovia estadual. Então, basta ao Governo Federal conceder 48km, ligando Açailândia à Fepasa, para, com isso, ser feita a interligação de toda a Norte-Sul com o porto de Vila do Conde, que é o destino final.

Então, eu perguntaria também a V. Sª se na ANTT foi feito esse estudo e se lá se chegou também a essa mesma posição em relação à Secretaria que trata dos investimentos privados do Ministro Moreira Franco.

Por último, Senador Acir Gurgacz, eu faria um pedido a V. Exª: como já se encontra na Secretaria da Comissão a mensagem com a indicação do Dr. Francisval Mendes para compor a Diretoria da Antaq, então, se possível, que V. Exª indicasse o relator para essa mensagem, a fim de que fosse feita a leitura do relatório e, em seguida, a sabatina do Dr. Francisval Mendes. A Antaq tem três diretores e, hoje, está com apenas dois. Desse modo, nem deliberar ela pode, e os processos todos estão suspensos.

Assim, eu pediria a V. Exª que designasse logo o relator para que a gente possa, na reunião da próxima semana, ler o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem, Senador Flexa Ribeiro. Eu falarei com o Presidente Eduardo Braga para que ele possa designar o relator para a matéria o mais rápido possível. O Senador Eduardo Braga continua...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O Senador Eduardo Braga, que chega hoje à tarde, continua convalescendo da cirurgia a que foi submetido na semana passada; porém, assim que chegar, deverá resolver essa questão e designar o relator, o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra ao Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu também, na mesma linha do nosso Senador Flexa, quero dizer da importância da indicação do Sr. Francisval Mendes. A Antaq, que só tem três diretores, está só com dois. Assim, fica também o registro dessa solicitação para que o nosso Presidente designe o relator dessa indicação.

Eu tive que sair para a CMA também, Marcelo, mas deixo aqui os meus elogios a você, goiano que é.

Nós temos, hoje, um projeto, capitaneado pelo nosso Governador, juntamente com o Governador do Distrito Federal, que é o trem, o famoso Trem-Pequi, que liga Goiânia a Brasília, passando por Anápolis. Então, tivemos a oportunidade de, há menos de um mês, fazer uma visita a toda a Diretoria da ANTT, e o que a gente tem é que está sendo feito o termo de referência para fazer uma consulta pública e colocar isso em votação. Então, Senador Acir, vai ficar muito fácil você nos visitar em Goiás, principalmente no meu aniversário agora. Quero ver se, até no ano que vem, a gente consegue fazer esse trem.

A segunda indagação é relativa à questão da licitação da Ferrovia Norte-Sul. Está havendo agora a licitação dessa concessão. Quero saber também se isso está previsto para este ano.

Eram essas as minhas perguntas, Marcelo. Os votos dos goianos você sabe qual é, devido ao seu talento e à sua competência, com certeza. E é de carreira.

Como bem disse o nosso Presidente, nas indicações, há aprovação política, mas, no seu caso, isso se dá pela meritocracia, pelo fato de você ter capacidade. Então, meu voto é para que você permaneça e nos ajude muito, para que possamos tirar nosso Trem-Pequi do papel e fazer o desenvolvimento da infraestrutura no nosso Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Wilder Morais.

Passo a palavra ao Senador Elmano Férrer, para fazer suas colocações.

Aguardamos, então.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Estão em uma reunião do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Estão numa reunião do Bloco...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... o Senador Elmano Férrer e o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. *Fora do microfone*.) – Elmano!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª está com a palavra, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI. *Fora do microfone*.) – Para falar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – O senhor pediu para fazer a sua inscrição aqui. (*Risos*.)

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Era para marcar a frequência. Estou brincando, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Então, está bem.

Não havendo mais quem queira fazer questionamentos, passo a palavra ao Dr. Marcelo Vinaud.

O SR. MARCELO VINAUD PRADO – Primeiramente, sobre as questões colocadas pelo Senador Flexa Ribeiro, quero dizer que a questão da BR-163 é uma questão que a gente considera um pouco controversa no sentido do planejamento do Arco Norte. Lembro que, no PNLT (Plano Nacional de Logística e Transportes), editado pelo governo da época, de 2011 para 2012, essa rodovia era considerada uma rodovia de ligação, ou seja, existia já uma concepção do que seria hoje a Ferrogrão, e essa rodovia serviria como uma rodovia de apoio, e não como uma rodovia com a finalidade com que ela é utilizada hoje, para o transporte intensivo rodoviário de grãos, para o transporte rodoviário de cargas.

Essa concepção mudou já no final do outro governo. Considerou-se que seria viável – foi a primeira iniciativa que nos foi passada, que foi passada para o órgão regulador – tomá-la como uma rodovia passível de concessão. Nós iniciamos os estudos. Os estudos foram elaborados, mas sempre considerando a questão da Ferrogrão. Dentro desse contexto, os estudos, no primeiro momento, não mostraram viabilidade. Esses estudos foram interrompidos.

Tecnicamente, entendo que a manutenção da via hoje é a única saída existente. Por mais que a Ferrogrão esteja no plano e seja prioridade do Governo, e hoje é também prioridade da agência no sentido de dar encaminhamento aos estudos e a audiências públicas... A ferrovia inicia no Porto de Miritituba e Santarenzinho, que é o mais adequado. Ou seja, a gente entende que, mesmo levando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dez anos para se construir a ferrovia, a cada 100km que forem concebidos, ela já passa a atender e a propiciar a diminuição do fluxo de veículos na BR-163. Não há como hoje se viver ou se propiciar o transporte via Mirituba sem a BR-163.

Da parte da ANTT, nós temos toda a condição de retomar os estudos, porém isso depende de uma iniciativa de política pública, de priorização, no caso, do Governo, para que ela volte a constar da nossa lista de concessões a serem realizadas. Pessoalmente – conheço a região, trabalhei na região, na iniciativa privada, antes de estar na ANTT –, entendo que é primordial que ela seja mantida de maneira adequada.

A questão da Fepasa, como, no caso, é uma ferrovia de iniciativa estadual, a ANTT tem acompanhado os estudos. Inclusive, no nosso grupo que estuda transporte multimodal existem iniciativas de estudo para integração modal das ferrovias, no sentido de dar maior viabilidade e transporte adequado. A questão é que hoje não há uma priorização do Governo em relação a essa interligação. Nós aguardamos, então, uma iniciativa nesse sentido para que os estudos possam ser feitos.

A questão já colocada pelo Senador Wilder, o Trem do Pequi. Eu sou goiano, tenho minha preferência, embora seja uma preferência pessoal. A ANTT está empenhada em fechar o termo de referência para que haja a audiência pública. Essas tratativas estão céleres junto ao Estado de Goiás. Nós acreditamos que ainda este semestre nós tenhamos essa audiência pública.

Quanto à questão da Norte-Sul, que também foi colocada, a área técnica da ANTT está terminando os estudos, em consonância com a PPI. A audiência pública, com toda a documentação técnica, está prevista agora para maio. Nós temos bastante confiança de que vamos cumprir esse prazo.

A princípio seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado ao Dr. Marcelo Vinaud.

Pois não, Senador Elmano. Agora V. Exª está pronto.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Agora estou pronto. É apenas uma solicitação que queria fazer a V. Exª, no sentido de designar relator para a indicação do Dr. Francisval para a Antaq.

É uma indicação que está aqui há mais de 30 dias, e nós gostaríamos de fazer essa solicitação, considerando também que o Rio Parnaíba, um rio que já foi navegável. Quando nós fomos Secretário de Planejamento do Estado do Piauí, fizemos um estudo desse rio para examinar a viabilidade de um resgate da navegação, estudo feito por uma instituição japonesa, Jica, através de uma outra subsidiária dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nós temos interesse nessa questão. Daí por que solicitamos de V. Exª a designação de um relator para a indicação do Dr. Francisval para a Antaq.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Eu já fui informado aqui pelo nosso universitário-mor, assim batizado pelo Garibaldi Alves, de que hoje à tarde o Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Braga, estará aqui e deverá despachar no sentido de nomear o relator para essa importante missão, que é ser o Diretor da Antaq. Já está aqui a indicação e creio que a partir de amanhã nós já saberemos quem é o relator e poderemos, enfim, a partir daí, ter o relatório lido e a sabatina feita aqui na Comissão de Infraestrutura.

Não havendo mais quem queira se posicionar, vamos encerrar a votação, abrir o painel e proclamar o resultado.

Foram 15 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Por unanimidade, a matéria vai ao plenário do Senado Federal para seguimento de tramitação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, tradicionalmente a gente tem buscado dar celeridade aqui a esses processos. Eu quero, inclusive, parabenizar a Comissão, até o Senador Garibaldi Alves, porque, quando começamos, sob a sua Presidência, nós tínhamos muitas agências incompletas... A interinidade traz uma certa indefinição, às vezes, nas decisões das agências.

Então, como tem acontecido aqui, eu gostar de pedir a V. Exª, como Presidente, a possibilidade de enviar ainda hoje para o plenário, porque poderíamos votar ainda hoje. Foi consenso, ou seja, todos votaram favoravelmente. Se pudéssemos enviar ainda hoje para o plenário, eu acho que daríamos celeridade também a essa indicação, ou seja, a sua nomeação em definitivo.

Mas também quero que fazer um apelo a V. Exª em relação à Antaq. Como já foi falado por esses companheiros, a Antaq é a única agência só tem três diretores. Com dois diretores, não há o voto de minerva. Com isso, fica mais complexo fazer qualquer deliberação e o Presidente tem que fazer isso *ad referendum* acho que não é bom para o melhor funcionamento.

Inclusive, conversei já com o Senador Eduardo Braga, mas ele estava com problema de saúde. Claro, vamos não só torcer, mas fazer as nossas preces aqui para que ele possa realmente se recuperar. Pela informação que tivemos, ele deve estar hoje... V. Exª já colocou isso. Caso ele não possa estar, V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Exª poderia pedir autorização para que se faça essa indicação. Tenho certeza de que o Senador Braga quer fazer o mais rápido possível também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Como é uma indicação do meu Partido – ele é do Mato Grosso e já se falou tanto aqui dos portos do Arco Norte, da questão da nossa infraestrutura –, eu acho que é fundamental essa indicação, porque há muitas concessões, muitos projetos principalmente com relação ao Arco Norte. Mas, na verdade para o Brasil todo, para o setor portuário é fundamental que a gente dê agilidade às renovações de concessões, às prorrogações. É muita demanda – como eu já disse aqui – para as agências, principalmente para a ANTT e para a Antaq. Quanto à Antaq, não sei se é menor ou maior, mas, na importância, acho que as duas são quase iguais.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem. Nós levaremos essa demanda ao Presidente Eduardo Braga. É importante que se coloque que todas as agências estão completas com a indicação de Marcelo Vinaud e da Antaq. São as duas únicas diretorias que faltam para deixar todas as agências 100% completas com as suas diretorias. Então, levaremos também esse pleito ao Senador Eduardo Braga.

A matéria estará, meia hora depois do término desta reunião, na Presidência, à disposição para ser votada ainda hoje, se o nosso Presidente Eunício concordar. Falaremos também com o Presidente Eunício para que ele possa colocar em pauta hoje – e peço às Srªs e aos Srs. Senadores que nos ajudem a conversar com o Senador Eunício –, em votação hoje à tarde ainda...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – E nós queremos. Teremos agora a reunião de Líderes, e V. Exª, como Líder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Isso. Estaremos lá.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Vamos pedir a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – A urgência está concedida, e vamos levar ao Presidente.

Agradeço a presença do nosso amigo e colega, Dr. Marcelo Vinaud Prado, desejando-lhe sucesso. Acredito que a votação não será diferente no plenário, já que tivemos aqui a unanimidade, sinal de que o seu trabalho tem sido reconhecido por todos aqui do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Também agradeço a presença de todos os funcionários da agência, além dos Diretores Sérgio Lobo, Mário Rodrigues, Elizabeth Braga e também do Diretor-Geral Dr. Jorge Bastos. Saúdo a presença da Srª Fernanda Valim, que é esposa do Marcelo.

Desejamos sucesso, Marcelo, e que você continue nessa toada. Tecnicamente falando, a ANTT precisa de muita ação, e o Brasil precisa dessas ações da Agência Nacional de Transporte Terrestre. Parabéns pela sua votação! Essa unanimidade aqui representa, de fato, o seu trabalho até aqui feito à frente da Diretoria da agência. Parabéns!

Vamos para a segunda parte da nossa reunião da Comissão de Infraestrutura.

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 702, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 28/03/2017 foi aprovado o substitutivo oferecido ao projeto;

2. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;

3. Nos termos do artigo 282 do RISF, não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.

A matéria encontra-se em turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

Em 3/4 foi apresentada Emenda nº 2, de autoria do Senador Valdir Raupp, que ainda não recebeu parecer do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria será encaminhada ao Relator, Senador Lasier Martins, para que seja oferecido relatório sobre a Emenda nº 2.

Com a ausência do Relator, nós não temos o que fazer. Nós temos que enviar essa emenda ao Relator para que ele possa proferir o seu relatório. Portanto, na próxima reunião deliberativa da Comissão, serão feitas as votações nominais do substitutivo em turno suplementar e também da Emenda nº 2.

Assim será feito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Acir...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Com a palavra, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu só quero informar a V. Exª, aos meus pares e ao Relator que conversei com o Senador Valdir Raupp sobre a emenda que ele apresentou. De nossa parte, não há nada contrário à aceitação da emenda. A questão, como V. Exª disse, é na próxima semana o Relator acatar a emenda do Senador Valdir Raupp para que nós possamos, então, votar em segundo turno o projeto, que é muito importante.

Estava tratando, agora mesmo, com o indicado para Diretor da Antaq dessa necessidade de se fazer a segregação das rodovias federais quando atravessam os núcleos urbanos dos Municípios, sede dos Municípios, ou Distritos nesses Municípios. É isto que o projeto define que seja obrigatório: ao ser construída uma rodovia federal, que se faça essa segregação.

Então, a emenda do Senador Valdir Raupp só acrescenta isso ao projeto para que fique sem nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem.

Item nº 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR-163, no trecho de Cuiabá (MT) a Miritituba (PA).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros

Consulto o Autor ou alguns dos Senadores presentes se gostariam de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Aprovado o requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não; para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Nós estamos aqui andando rápido, mas não faltará tempo, e eu lhe dou a palavra para discutir sem nenhum problema. Só queria aproveitar a presença dos senhores para aprovarmos o requerimento, e continuamos a discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É pela aprovação!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sem problema. V. Exª tem...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É pela aprovação. Eu só quero parabenizar o Senador Wellington...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu quero parabenizar o Senador Wellington por propor que seja feita uma diligência para que possamos, trafegando pela BR de Cuiabá até Santarém, verificar o estado em que ela se encontra. Isso é muito importante, Senador Wellington, até porque a 163 está, como se diz, na ordem do dia, é motivo, como falei ainda há pouco, de matérias nos jornais da televisão e impressos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria, se o Senador permitisse, de subscrever o requerimento em conjunto com o Senador Wellington Fagundes, porque a BR-163 une muito mais agora os Estados de Mato Grosso e Pará, porque estão umbilicalmente ligados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Da minha parte, só ajuda e reforça esse requerimento, Sr. Presidente.

Eu gostaria de convidar, inclusive, V. Exª, porque é da região também. Rondônia, Pará, Mato Grosso, temos todos o mesmo objetivo, que é aumentar a produção, aumentar a riqueza da região.

Na BR-163, tivemos esse problema do atoleiro. Acho que daqui a 60 dias cessam as chuvas, mas temos que ir lá também para averiguar o andamento das obras de asfaltamento, porque, senão, no ano que vem, poderemos ter problemas iguais. Por isso, é importante a presença da Comissão de Infraestrutura, e faço questão já de convidar a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu farei questão de estar presente.

Faço também uma colocação, Senador Wellington e Senador Flexa. Uma questão que precisamos avaliar novamente ou continuar sua discussão é a qualidade do asfalto que está sendo feito no País. Com relação à BR-364, já fizemos diligências, estivemos juntos, com o Senador Raupp junto conosco, os Deputados Federais, o Diretor-Geral do DNIT, e olhem: foi feita uma restauração da BR-364 entre Pimenta Bueno, e Cacoal, e Ji-Paraná, e Ouro Preto. Não aguentou uma chuva até hoje. Vêm as águas, vem uma chuva, e parece que é de açúcar aquele asfalto que fizeram nesse trecho. Então, é preciso bater nessa tecla, porque o dinheiro é gasto, o investimento é feito, e o trabalho não é recebido conforme o planejamento e o projetado.

Temos aqui hoje essa demanda da BR-163, a demanda, de novo, da BR-364. É todo ano, e todo ano são investidos milhões para a restauração.

Convido, entendo que é oportuno, para visitarmos outro trecho da BR-163 que está sendo feito com concreto. Entendo que é importante a nossa visita também a esse trecho da BR-163, no Estado do Paraná, para que possamos fazer com que nossas estradas do Norte sejam feitas com aquela qualidade de serviço, a do asfalto de concreto, dando uma garantia de 20 anos sem problemas na estrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entendo que é importante a nossa visita para constatar *in loco* a qualidade do serviço que está sendo feito na BR-163. Que essa qualidade seja vista também na BR-163, no Norte, e na BR-364. Vou fazer o levantamento detalhado do local para que possamos fazer essa diligência da nossa Comissão.

Convido os Srs. Senadores, para que a gente possa fazer a visita à BR-163, no Norte, e à BR-163, no Sul, para que a gente possa seguir com a construção das nossas rodovias, mas com outra qualidade. Não dá para aceitar o que está sendo feito ou o que foi feito na BR-364. Foram gastos milhões, e está lá o serviço malfeito.

Nós debatemos essa questão na Comissão de Serviços de Infraestrutura quando o Presidente Collor estava presidindo esta Comissão. Foram feitas diligências, foram refeitas as obras. Também quando o Presidente Garibaldi a estava presidindo, nós fizemos as diligências, mas não se resolveu o problema. Os buracos estão em toda a BR-364, inclusive nas áreas que já foram feitas e refeitas. Ela não aguentou uma chuvarada. Estamos saindo das chuvas na Amazônia, não saímos ainda. Continua chovendo. Está no final a chuva, mas os buracos estão... Está impraticável o trânsito na BR-364.

E aí se coloca a culpa nos caminhões, como se os caminhões não fossem objeto da construção das estradas. V. Exª colocou aqui, há pouco, a autorização de um novo caminhão de 16 eixos, com capacidade de transportar cem toneladas. Isso não implica a questão de estragar as rodovias, pois é feito o balanceamento. Por isso, ele tem cem toneladas e 16 eixos, para que haja uma melhor distribuição e não afetar, assim, as rodovias. Precisamos que haja uma melhor qualidade das rodovias. Esse é o grande ponto.

Convido todos, então, a fazerem essa visita a esse outro trecho da BR-163.

Vamos ao item 3.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pode-se votar já. Quero fazer uma consideração em cima dessas posições aí.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passamos ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 9, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requer a realização de diligências por esta Comissão, nos dias 11 e 12 de maio, na BR-435, nos Municípios de Pimenteiras, Cerejeiras, Colorado do Oeste e Vilhena; e na BR-174, entre os Municípios de Vilhena e Juína, para debater as obras dessas rodovias e da ferrovia entre Sapezal/MT e Porto Velho/RO.

Autoria: Senadores Valdir Raupp e Acir Gurgacz e outros.

Consulto se algum dos Senadores gostaria de se manifestar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, da mesma forma, essa estrada tem uma importância muito grande para Mato Grosso, porque ela vai interligar uma vasta região, que será uma nova fronteira agrícola.

O trecho de Juína a Vilhena, ou de Vilhena a Juína, do lado de Rondônia, já está asfaltado. Agora, na nossa região, falta asfaltar um pequeno trecho. Nós conseguimos recuperar essa estrada há quatro ou cinco anos. Ela estava totalmente intrafegável. Estava totalmente intrafegável! E o abastecimento de Juína se dá muito através de Vilhena, principalmente no que diz respeito a combustível e tudo o mais.

A BR-174 foi federalizada no ano passado, ou melhor, no governo passado e também está no PAC. Foi um trabalho que fizemos de forma bastante intensa. Nós conseguimos colocá-la no PAC. O governo do Estado, num convênio, está ultimando os projetos, para que essa estrada também seja asfaltada. Então, a BR-174, de Juína a Colniza, está nesse processo. Agora, de Juína a Vilhena, ela é fundamental, e eu gostaria, inclusive, de fazer também, de subscrever esse requerimento.

E aí, Sr. Presidente, como tratamos aqui sobre tudo o que se refere a estradas, eu quero aqui mostrar à nossa população – se a TV puder pegar aqui; não sei –, Senador Flexa, isso, que foi o que aconteceu anteontem, na BR-158, que liga também a região do Araguaia ao Pará. O Pará está todo asfaltado, só não as pontes, as pontes estão com problema. Está asfaltado, faltando as pontes, e isso por questão ambiental. No Mato Grosso, temos muitas estradas nessa situação. Faz-se o asfalto, e as pontes continuam de madeira. Olhem só a situação que fica uma ponte nessas condições!

Então, está intrafegável hoje a BR-158, e, claro, com o rio passando pela estrada. Temos todos os problemas. Por isso, é importante que a questão do desmatamento seja feita com todo o critério, para não acontecerem problemas como esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aí, Sr. Presidente, quanto esse bom exemplo que V. Exª acabou de citar da questão do pavimento rígido em concreto, nesse requerimento, eu gostaria de aproveitar, porque, ao visitar a BR-163 em Mato Grosso, nós temos esse bom exemplo. O trecho entre Rondonópolis e Cuiabá, na verdade, são três trechos: Rondonópolis-Jaciara; de Jaciara à Serra de São Vicente, este trecho... A Serra de São Vicente, no passado, já foi feita em concreto; agora, de Jaciara até a Serra de São Vicente, que foi licitada por RDC (Regime Diferenciado de Contratações), isso é importante que a população saiba, nesse sistema, cabe à empresa fazer o projeto executivo e encontrar a melhor solução para que se faça uma estrada de melhor qualidade.

Esse foi um avanço que tivemos, porque, no passado, o Tribunal de Contas ia lá, averiguava. Se a empresa conseguisse um processo tecnológico, digamos, mais moderno e conseguisse diminuir o preço, o Tribunal queria retirar o lucro da empresa, porque ela havia conseguido aplicar uma tecnologia melhor. Hoje, não. Com RDC, cabe à empresa encontrar a melhor solução, inclusive o melhor preço para ela, ou seja, ela tem um preço definido, ela tem que fazer uma estada naquelas condições, mas ela pode melhorar a estrada, desde que o preço não aumente. E é o que aconteceu nesse trecho de Rondonópolis a Jaciara. A construtora que ganhou por RDC, ela está fazendo toda a restauração em concreto, ao mesmo preço da licitação.

Então, se houver tecnologia, se houver competência, é possível fazer uma estrada com melhores condições. O que V. Exª mencionou: claro que há problema também quanto ao material. Lá nós temos uma fábrica de cimento nova, aliás, duas fábricas, e, como aumentou muito o preço do asfalto, então, encontrou-se essa alternativa. Inclusive, o trecho também de Serra de São Vicente a Cuiabá deverá essa mesma empresa assumir, e também a proposta é que se faça em concreto.

Então, seria uma boa alternativa para que a Comissão também conhecesse *in loco*. E é importante dizer ao mesmo preço da licitação oriunda dá para fazer a capa em asfalto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem!

Eu sugiro que nós façamos uma emenda nesse seu pedido para fazermos essa visita na 163, que já está, em que já foi aplicado esse cimento rígido...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Está encostado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – É próximo e depois passamos à 163, mais ao norte, onde precisa ser executada obra.

Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, se V. Exª aceitar e o Senador Wellington, queria fazer, queria aditar mais um trecho para nós irmos visitar.

É incompreensível a falta de atenção do Governo com as estradas federais no meu Estado. O Pará hoje é a rota de escoamento, como falei anteriormente, que aumenta a competitividade da produção de grãos do nosso País. Mas nós não queremos, Senador Wellington... Antigamente se dizia ver o apito do trem passando; hoje, acho que o trem nem apita mais. Então, não queremos ficar assistindo nem o trem nem as carretas passando pelo Estado do Pará sem que seja trazido algum benefício para o Estado, para que o Estado possa acelerar seu desenvolvimento econômico e social.

Então, a BR-158 e a BR-155 no Estado do Pará, outro eixo de exportação para o leste do Pará, encontram-se em estado deplorável. Quero aqui falar em nome daqueles que produzem no sul do Pará, dos Prefeitos e Vereadores que estão mobilizados todo o tempo, 24 horas, para que a BR-158 e a BR-155 possam ser recuperadas e tenham trafegabilidade. Essas pontes que o Senador Wellington mostrou, no Pará, são chamadas de pontes assassinas, porque ocorrem acidentes com carretas e com perda de vidas. É lamentável isso!

Com relação ao que V. Exª comentou, V. Exª tem toda razão sobre a questão da qualidade da pavimentação dessas estradas. Isso pode acontecer por dois motivos. Primeiro, pelo dimensionamento da plataforma não ter sido feito levando-se em consideração o tipo de transporte que iria trafegar. Hoje, trafegam bitrens que levam 80 toneladas de grãos nessas estradas. Então, tem-se de ver se o pavimento foi dimensionado para isso.

Segundo, é a qualidade do serviço executado. Para isso, o Senador Wellington falou do RDC, mas chegou a ser feito – e acho que por aí deveriam caminhar as contratações... A contratação feita pelo DNIT teria de ser para execução do pavimento e sua manutenção por cinco anos, ou seja, a empresa que fizesse a pavimentação responderia pela qualidade do serviço durante cinco anos, porque, se houvesse algum rompimento, se abrisse alguma cratera, ela teria a obrigação contratual de corrigir. Aí, ela pensaria duas vezes se faria um serviço de qualidade para que, ao longo dos cinco anos, não tenha manutenção dispendiosa ou se voltaria ao longo desse tempo recuperando tudo aquilo que fez com qualidade inferior. Acho que poderíamos tentar isso.

Queria aditar, então, que nós possamos fazer uma diligência na BR-155 e na BR-158. Assim, cobriríamos, Senador Wellington, todos os possíveis eixos de escoamento da produção nas rodovias federais que ligam o Mato Grosso ao Pará.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Eu entendo que esta inclusão deve ser feita no item 2, na visita da BR-163.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos em discussão... Estamos discutindo o Requerimento nº 9, nos dias 11 e 12, para visita nos Municípios de Pimenteiras e Cerejeiras, que são coisas que não dão para serem mantidas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Acho que é impraticável, por causa da região. O que o Senador Flexa está propondo é à 158,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Exato.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... que liga a região do Araguaia ao Pará, porque ela é fundamental. Acho que seria melhor um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Entendo que não é compatível, porque as distâncias, quando se fala do Amazonas, da Região Norte...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Fale isso para Brasil, Presidente! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Na Região Norte, as distâncias são muito grandes. O Pará é muito grande. O Mato Grosso também é muito grande em extensão realmente, e as dificuldades são muito grandes.

Sugiro, realmente, que façamos outro requerimento, Senador Flexa, para que façamos uma diligência especificamente na 158. Aí, teremos tempo; senão, não haverá condições de fazermos todas as visitas ao mesmo tempo.

Antes de passar a palavra ao Senador Jorge Viana, coloco em votação o requerimento para visitarmos Vilhena, Colorado Oeste, e a 174, Vilhena a Juína, e também a discussão da ferrovia entre Sapezal e Porto Velho.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora, sim, passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e aos colegas também.

Estava aqui ouvindo atentamente a explanação de V. Exª, do Senador Wellington Fagundes e do Senador Flexa, e isso me preocupa muito. Considero muito acertado o que estamos tratando. E V. Exª é proponente de um requerimento para que se faça a audiência pública, para que faça a visita, e eu o subscrevi aqui com o Presidente Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora, vejo que a situação acontece na 163 e em outras rodovias importantes, como colocou o Senador Flexa Ribeiro. Aquilo que V. Exª trouxe sobre a BR-364 é gravíssimo. Estamos falando da rodovia que dá acesso do Mato Grosso para Rondônia, de Rondônia para o Acre. Sem ela, comprometemos o abastecimento daquela parte mais ocidental da Amazônia. É muito grave.

E o custo, hoje, do transporte já está influenciando muitíssimo. O Brasil tem uma queda de inflação; na nossa Região, não. E a queda é por demanda; diminuiu a demanda. No nosso caso, o custo de transporte pesa muito em todas as mercadorias e encarece tanto os produtos que exportamos quanto os que precisamos importar.

Estou fazendo um levantamento fotográfico da situação da BR-317 e da 364 no Acre. Entre Sena Madureira, Feijó, Manoel Urbano, especialmente estas últimas, Feijó-Tarauacá e Tarauacá-Cruzeiro do Sul, a situação é de absoluta calamidade. Há um risco enorme de a BR-364, que já foi pavimentada, virar a 319, ou seja, desaparecer, ser fechada exatamente no período em que o DNIT abre um escritório no Acre, que era algo que buscávamos. Quer dizer, agora temos representação do DNIT no Acre, e a estrada nunca esteve tão ruim.

No geral, acho, sinceramente, que moramos numa região que chove muito. V. Exª disse: "Como é que acontece aquilo com aquele asfalto?" Ficam pessoas, às vezes, sem conhecimento da causa, fazendo denúncias, colocando as coisas por um viés errado, mas, se não tivermos um planejamento mínimo do DNIT, do Ministério dos Transportes, para fazer as ações no tempo certo, vão jogar dinheiro fora, vão jogar dinheiro fora, porque mexer com terraplanagem, num período errado, na Amazônia, não vai funcionar; a capa asfáltica vai derreter, e vamos ter só mais gasto de recursos.

O que me estranha é o fato de o Governador Tião Viana tinha trabalhado a liberação – R$250 milhões. Depois, entram outros políticos no meio, querendo tomar benefícios. Passa-se o período adequado para se fazer a licitação. Quando esta sai, é período de chuva; e nós temos um risco agora de a BR-364 ter desbarrancamento, ter interrupção.

Estou referindo-me à parte do Acre. Estou fazendo um levantamento detalhado, fotográfico, para que possamos fazer uma denúncia consistente. E o apelo é um só: o DNIT precisa – não estamos falando de dez rodovias; estamos falando, pelo menos, de duas ou três, que são fundamentais na região – fazer um planejamento. Às vezes, até com menos recursos, mas, com mais planejamento, é possível dar uma melhor trafegabilidade a ela.

Volto a repetir: às vezes, vão-se gastar menos recursos, mas, se se gastar mais tempo no planejamento, vamos conseguir atravessar os períodos de excesso de chuva. Choveu na região de Rio Branco este ano 1,4 mil milímetros em três meses. Onde acontece isso? Não há rua ou rodovia que resista. Uma rodovia, como a 317, na região de Assis Brasil, Epitaciolândia, Brasileia, Xapuri, Rio Branco, o acesso de Rio Branco até o aeroporto, que também está precisando de uma atenção para Sena Madureira, que vai a Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, não pode passar por aquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, estou aqui fazendo um apelo, uma cobrança, e vou trazer a denúncia para o DNIT, no sentido de que a chegada do escritório ao Acre parece até que piorou a situação.

Quero apoiar o representante do DNIT; quero colocar-me à disposição, mas precisamos mudar, porque a BR-317, especialmente a BR-364, não aguenta mais um inverno como foi esse – chamamos de inverno o período de chuvas –; não aguenta mais um período de chuva como esse, porque ela vai será interditada por absoluta irresponsabilidade do Governo Federal, dos gestores públicos, que não estão levando em conta todo o investimento feito. Sem manutenção, o investimento será levado pelas águas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito bem colocado, Senador Jorge Viana. São duas questões importantes: é a época de se executar e que tipo de serviço vai ser executado. Não podemos colocar na Região Amazônica, onde há uma chuva diferente, um clima diferente – muita chuva e muito sol – a mesma qualidade com que é feito em São Paulo, no Paraná, no Nordeste. São questões diferentes, e temos tecnologia para isso.

Agora, é preciso que se estude e planeje adequadamente, para que se coloque, ali na nossa região, um asfalto diferente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sim, um material diferente. Talvez a solução seja o concreto, o pavimento rígido, para que a gente possa ter um retorno, porque não dá para aceitar que, todo ano, seja refeita a nossa rodovia. Todo ano, são gastos milhões de reais, para se fazer o mesmo serviço.

Na esteira do que foi dito pelo Senador Flexa Ribeiro, entendo que todos os contratos tenham a garantia do construtor. Essa garantia tem de ser executada. O contrato com defeito não é simplesmente fazer a rodovia, sem a garantia do serviço que foi feito. Há, sim, garantia do serviço que foi executado. O serviço tem de ser executado através do DNIT.

Então, fica aqui a nossa colocação, um pedido ao DNIT, no sentido de que as empresas reexecutem o serviço malfeito, porque não dá para entender como uma rodovia pode aguentar apenas uma chuvarada. Não é aceitável, porque foram gastos ali alguns milhões de reais nos últimos anos. Temos que ter essa providência. Fica aqui o nosso pedido ao DNIT. Ontem de manhã, eu estive no DNIT, mas infelizmente não encontrei nenhum diretor do DNIT para debater esse assunto da BR-364, essa situação lamentável em que ela está.

Nós esperamos que, no dia 28 de abril, nós tenhamos esse debate, em Porto Velho, junto com o Diretor-Geral do DNIT, para que algo seja feito, em caráter de emergência, com relação à BR-364 não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

só no Estado de Rondônia, mas também no Estado do Acre, como muito bem colocou o Senador Jorge Viana.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater os resultados da sanção da Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, oriunda do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 131, de 2015, que alterou a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do pré-sal e a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela "condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção".

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em votação o requerimento.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos um requerimento extrapauta do Senador Flexa Ribeiro, o Requerimento nº 13, de 2017.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no Plenário dessa Comissão, com o objetivo de debater ações de investimentos por parte do Bando Nacional do Desenvolvimento em Infraestrutura, com foco no setor de saneamento básico.

Autoria: Senador Roberto Muniz e outros

Para tanto, sugerimos que sejam convidados: Drª Maria Silvia Bastos Marques, Presidente do BNDES; Dr. Roberto Tavares, Presidente da Aesbe; Dr. Gilberto Peralta, Presidente da ABDIB; Dr. Santiago Crespo, Presidente da ABCON; e Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subscrevem aqui o Senador Roberto Muniz, o Senador Flexa Ribeiro e também o Senador Eduardo Braga, que faz parte do requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para completar, nós aprovamos aqui o requerimento que V. Exª, o Senador Wellington e o Senador Eduardo Braga subscreveram, sobre a audiência para tomarmos conhecimento da conclusão do estudo de viabilidade da ferrovia ainda com parâmetros chineses. Ficou aprovado, mas, como nós vamos ter convidados estrangeiros, eu estou compatibilizando para que não haja despesa para o Senado a presença deles, no Brasil, agora em abril, e não necessariamente precisa ser no dia e no horário em que a Comissão se reúne, eu queria fazer um apelo à Secretaria, no sentido de que encontrássemos uma data compatível com a presença desses convidados de fora – porque eles é que precisam –, para que não haja custo algum para o Senado e, assim, se possa fazer a audiência, que é, no fundo, uma solicitação da Frente Parlamentar, que apoia a ferrovia. Então, eu consultaria os colegas da Coordenação – essa seria uma ideia – sobre o dia que seria mais adequado para que pudéssemos estar aqui, aproveitando...

Tive uma audiência com o Embaixador chinês, e os técnicos chineses estarão aqui durante o mês de abril. Então, seria muito importante... Sei que regimentalmente há prerrogativa, quando há convidados estrangeiros. Acho que seria possível compatibilizar.

Eu só queria fazer um apelo para que, com a Secretaria da Comissão e com a Presidência, pudéssemos achar um melhor momento para fazermos, ainda em abril, essa audiência, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Eu sugiro a V. Exª que indique o dia. Entendo que seria mais prático V. Exª se reunir com os convidados e nos indicar qual é o dia ideal para que possamos fazer essa audiência pública, pois ela é de importância muito grande para todos nós. Então, sugiro que V. Exª indique qual é o dia apropriado, tendo em vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – ... a importância dos convidados para essa audiência pública. Então, já devolvo para V. Exª a indicação dos dias possíveis para fazermos essa audiência.

Antes de encerrarmos, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 11 de abril, terça-feira próxima... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes, em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Roberto Muniz e do Senador Eduardo Braga.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora, sim, antes de encerrarmos, convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 11 de abril, terça-feira próxima, às 9h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, agradecendo a presença dos nobres Senadores.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Fátima Bezerra, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Otto Alencar, Roberto Muniz, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Raimundo Lira, Ângela Portela, Ricardo Ferraço, Wilder Morais e Vanessa Grazziotin. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18 de 2017 - Não Terminativo -** que requer a realização de audiência pública para debater ações que visem a solução do impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do Estado do Amazonas. **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de audiência pública para discutir causas e soluções para a crise hídrica do Distrito Federal, comparando-a com a crise ocorrida no Estado de São Paulo, de 2014 a 2016. **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12 de 2017 - Não Terminativo –** que requer, em aditamento ao RQI 24/2015, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes. **Autoria:** Senador Wilder Morais. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR–158, no trecho Vila Rica (MT) a Redenção (PA), e da BR-155, no trecho Redenção a Marabá (PA). **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15 de 2017 - Não Terminativo –** que requer, em aditamento ao RQI nº 7, de 2017, que seja incluído como convidado um representante do Ministério das Relações Exteriores, para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica). **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a realização de audiência pública para debater a construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, em Machadinho do Oeste – RO. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17 de 2017 - Não Terminativo –** que requer aditamento ao Requerimento nº 7, de 2017, da Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Jorge Viana, também subscrito pelos Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Wellington Fagundes, para inclusão do Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na audiência pública para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica). **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19 de 2017 - Não Terminativo –** que requer a inclusão da BR 364, entre os municípios de Cacoal e Vilhena, nas diligências previstas no Requerimento nº 9/2017 – CI. **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Resultado:** O requerimento é subscrito pelo Senador Acir Gurgacz e aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos RQI 7/2017, de autoria do Senador Jorge Viana e outros; RQI 15/2017, de autoria do Senador Romero Jucá; e RQI 17/2017, de autoria do Senador Jorge Viana. **Finalidade:** Debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica). **Participantes:** Bi Qiang, Representante da China Railway Eryuan Engineering Group Co. - CREEC; Bruno Nunes Sad, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Maurício Alves da Costa, Primeiro Secretário - Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A partir da aprovação da ata, faremos uma rápida aprovação dos requerimentos aqui apresentados para que possamos, logo a seguir, iniciar a audiência pública de acordo com o requerimento aprovado por sugestão do Senador Jorge Viana, que trata de uma importante obra de infraestrutura em parceria com empresas chinesas, aqui no Brasil, e que, com certeza, é de muita importância para a infraestrutura e para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Passemos ao primeiro requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater ações que visem a solução do impasse de fornecimento de gás entre a Petrobras e a Amazonas Energia nas térmicas do Estado do Amazonas, com os seguintes convidados:

– Presidente da Eletrobrás;

– Presidente da Petrobras;

- Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia;

- Secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia;

- Diretor Presidente da Amazonas Energia-Distribuição;

- Diretor Presidente da Amazonas Energia, Geração e Transmissão; e

- Diretor Geral da ANEEL.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

Consulto se algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria se manifestar, coloco o requerimento em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para discutir causas e soluções para a crise hídrica do Distrito Federal, comparando-a com a crise ocorrida no Estado de São Paulo, de 2014 a 2016.

Sugere como convidados:

– Dr. Maurício Ludovice, Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB);

- Dr. Jerson Kelman, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP);

- Dr. Oscar Cordeiro Netto, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (UnB);

- Representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES);

- Representante da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH); e

- Dr. Celso Bastos, Engenheiro Civil Município Britânia (GO).

Autoria: Senador Wilder Morais.

Consulto se o autor ou algum dos Senadores presentes deseja se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 12, de 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requer, com base no que dispõe o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a ampliação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (SUBMINERA) para cinco membros titulares, com respectivos suplentes a serem indicados pelo Presidente da Comissão de Infraestrutura nos termos regimentais.

A Subcomissão permanecerá dedicada a estudar e acompanhar o setor de mineração brasileiro, a realizar diagnósticos dos problemas, suas causas e efeitos e a apresentar soluções técnicas e operacionais e aperfeiçoamentos na política setorial da mineração, assim como a formular proposições de competência do Poder Legislativo.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Atendendo a solicitação do autor do requerimento, a matéria será retirada de pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência, com a presença de membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de verificar in loco o estado de conservação da BR–158, no trecho Vila Rica (MT) a Redenção (PA), e da BR-155, no trecho Redenção a Marabá (PA).

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Consulto se o autor ou algum dos Senadores presentes desejam se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 15, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Solicita, em aditamento ao RQI nº 7, de 2017, que seja incluído como convidado um representante do Ministério das Relações Exteriores, para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica).

Autoria: Senador Romero Jucá.

Consulto se alguns dos Senadores aqui presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 16, DE 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater a construção da Usina Hidrelétrica de Tabajara, em Machadinho do Oeste – RO, com a participação dos seguintes convidados: Fernando Coelho Filho, Ministro de Minas e Energia; Tito Cardoso de Oliveira, Diretor-Presidente da Eletronorte; Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo, Presidente do Ibama.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Consulto se o autor ou alguns dos Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 17, DE 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer aditamento ao Requerimento nº 7, de 2017, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Jorge Viana, também subscrito pelos Senadores Acir Gurgacz, Eduardo Braga e Wellington Fagundes, para inclusão do Secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na audiência pública para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica).

Autoria: Senador Jorge Viana.

Consulto se o autor ou alguns dos Srs. Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, coloco-o em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encerrada a votação dos itens...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Rapidamente, Sr. Presidente, queremos apresentar um requerimento extrapauta, para anexá-lo ao que já aprovamos, ao Requerimento nº 9, de 2017.

Nos termos regimentais, requeiro a inclusão da BR-364, entre os Municípios de Cacoal e Vilhena, nas diligências previstas no Requerimento nº 9, de 2017, desta Comissão, já aprovado.

Então, era só para fazer essa inclusão, a pedido do Senador Raupp. Eu o subscrevo também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senador Acir, acolho a sugestão de V. Exª.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 19, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos regimentais, requer a inclusão da BR-364 entre os Municípios de Cacoal e Vilhena nas diligências previstas no Requerimento nº 9, de 2017, desta Comissão, já aprovado.

Autoria: Senador Valdir Raupp e Acir Gurgacz.

Ouço o douto Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo quem se manifeste ao contrário, submeto à aprovação o Requerimento nº 19, de 2017.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encerrada, portanto, a Ordem do Dia, daremos continuidade agora à nossa reunião, com a audiência pública prevista, de acordo com requerimento aprovado nesta Comissão.

A audiência pública é interativa. Antes de iniciarmos a audiência pública, eu gostaria de informar que a população poderá participar de nosso debate, enviando perguntas e comentários aos convidados.

Os cidadãos que queiram participar da audiência pública podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Daremos, portanto, início à audiência pública.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o relatório final do estudo de viabilidade técnica e econômica da Ferrovia Transcontinental (Bioceânica), em atendimento aos seguintes requerimentos: Requerimento nº 7, de 2017, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Eduardo Braga, Acir Gurgacz e Wellington Fagundes; Requerimento nº 15, de 2017, de autoria do Senador Romero Jucá; e, finalmente, Requerimento nº 17, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana.

Para debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, que aproveito e convido para que tomem assento à Mesa: o Sr. Bi Qiang, representante da China Railway Engineering Corporation; Bruno Nunes Sad, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e o secretário Maurício Alves da Costa, da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores, que, por razões superiores, está com um pequeno atraso e ainda não chegou a esta audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Acabou de chegar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a chegada do secretário Maurício Alves da Costa, estamos, portanto, com a Mesa completa.

Informo que os convidados dispõem de 15 minutos para a sua apresentação. Após as exposições, a palavra será concedida às Srªs e aos Srs. Senadores, conforme ordem de inscrição.

Haverá tradução simultânea. Estamos apenas fazendo um pequeno ajuste.

Com a palavra o Sr. Bi Qiang, representante da China Railway Engineering Corporation.

V. Sª tem a palavra por 15 minutos.

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea.*) – Exmo Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, bom dia!

Sou o responsável chinês, o engenheiro geral do Estudo Final de Viabilidade da Ferrovia Transcontinental. Estou muito contente de ter sido convidado para fazer uso da palavra.

Quero pedir desculpas porque foram convidados três representantes, mas, por causa do visto, outros dois não conseguiram viajar. Pedimos desculpas. Eles estão lamentando muito porque perderam esta excelente oportunidade de estudar, aprender e experimentar o churrasco brasileiro.

Na China, em frente a minha casa, há uma churrascaria brasileira, mas é muito diferente do verdadeiro churrasco brasileiro. A churrascaria brasileira em Pequim, na China, é falsa, mas ele não é falso.

Estamos muito alegres de ver que o Brasil, Peru e China, através de muitos grandes esforços, concluíram esse estudo final de viabilidade. Estamos muito satisfeitos de ver que muitas personalidades importantes do Brasil estão promovendo a construção da infraestrutura do Brasil, que é superimportante para o desenvolvimento econômico-social do País. Isso já está provado no mundo inteiro.

Permita-me fazer uma prévia apresentação sobre o estudo final. Vou falar de quatro capítulos. Primeiro, vamos a uma retrospectiva sobre o processo de estudo. Segundo, os principais resultados do nosso estudo. Terceiro, os principais empecilhos que encontramos. Finalmente, nossas sugestões para o futuro trabalho.

Essa Ferrovia Bioceânica foi determinada e proposta pelos Chefes de Estado dos três países. Em 2015, o ministério do planejamento da China, o ministério de comunicações e o ministério brasileiro assinaram um memorando sobre essa ferrovia e começamos o estudo de viabilidade, presidido pela nossa empresa, a CREEC. E o Brasil e o Peru colaboram muito para viabilizar esse estudo.

Conforme os procedimentos, determinamos três fases. A primeira fase é o estudo inicial.

Entregamos o primeiro estudo em agosto de 2015, o estudo intermediário em março de 2016 foi concluído e o terceiro, estudo final, foi entreguei em outubro de 2016. E após a entrega desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudos e a parte brasileira analisar os nossos estudos, fizeram propostas muito construtivas. E nosso grupo de especialistas aperfeiçoou esse estudo conforme as propostas, sugestões brasileiras.

Durante todo esse processo, o grupo especialista chinês colaborou estreitamente com o grupo correspondente do Brasil, que fez grandes contribuições. Em 2015, acompanhou todos os especialistas chineses para fazer vistoria durante toda a rota proposta de 5 mil quilômetros e forneceu uma grande quantidade de informações de transporte, de leis, econômicas e sociais. Também fizeram uma inspeção ambiental sobre a rota. A parte brasileira fez um estudo legal sobre a rota e fizemos várias reuniões de intercâmbio técnico e legal. No ano passado, o Sr. Senador Viana chefiou uma delegação oficial do Brasil para visitar nossa empresa em Chengdu.

Igualmente, o governo chinês dá muita importância a essa obra. Fizeram auditoria sobre nosso estudo, houve três reuniões. Chamaram o órgão de consultoria de engenharia mais prestigiado da China, junto com outros dez órgãos governamentais, para fazer a revisão do nosso estudo. E também o chefe do departamento de planejamento do ministério de planejamento e reforma da China visitou duas vezes o Peru.

Agora, temos o mesmo desejo do Brasil para promover essa obra para melhorar as condições de transporte do Brasil. Mas agora continuamos enfrentando uma série de desafios.

Essa rota começa em Campinorte, rumo a oeste, entrando até o território peruano, atravessando o mato, a selva amazônica, com comprimento total de 4.900 quilômetros. Tem uma dimensão muito grande, é por isso que foi um trabalho imenso para fazer esse estudo.

Segundo, encontramos muitas áreas delicadas, sensíveis, tanto no Brasil como no Peru. Existe uma série de limitações legais. As restrições legais em relação ao ambiente, proteção ambiental, são muito grandes. E também sabemos que está espalhada nessa área amazônica a diversidade biológica e há muitas proteções, tanto ambientais como indígenas, que chamam a atenção internacional. É por isso que, no estudo, temos que dar muita importância à avaliação ambiental.

Por outro lado, no trecho peruano, especialmente se escolher a linha sul, existem muitas dificuldades geológicas. A obra vai ser muito difícil, porque tem que atravessar a serra andina. Existem muitos altos e baixos, desabamento, deslizamento, desmoronamentos muito espalhados e numerosos. É por isso que temos de escolher uma rota segura e econômica na parte peruana. Não é fácil.

Por outro lado, existem especificações técnicas diferentes entre os dois países. No Peru, a bitola é 1,4 metros e no Brasil é 1,60. Por causa da diferença da bitola, tem que construir uma estação de troca de eixos. Tecnicamente não é empecilho. Internacionalmente, entre China, Rússia e Cazaquistão temos estações de troca de eixo, mas essa troca de eixo vai aumentar o custo de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outro problema é o volume transportado através dessa rota. O volume é muito grande, por isso exige bastante dessa ferrovia. Por nossa previsão, em 2025, 14 milhões de toneladas de produtos vão sair do Brasil pela via do Pacífico, e em 2030, vai aumentar muito: 31 milhões de toneladas vão para o Pacífico e 19 milhões vão para Atlântico. É por isso que a capacidade de transporte dessa rota tem que ser muito alta. Outro problema: o estudo tem que atender tanto leis brasileiras como peruanas e chinesas. É por isso que temos que ser muito minuciosos, cuidadosos.

O estudo encontrou seis empecilhos e desafios, mas, através da cooperação entre os três países... Esse estudo foi bastante completo, multidisciplinar e satisfatório.

Essa ferrovia, atravessando a Região Amazônica e a serra andina, achamos que é viável para a economia brasileira, especialmente para Centro-Oeste, Rondônia, Mato Grosso, Goiás. Vai impactar muito favoravelmente para a economia do Centro-Oeste do Brasil, fornecendo uma via muito fácil e rápida. Pode também se comunicar com a Ferrovia Norte-Sul e com a Fiol, constituindo um vaso sanguíneo muito fluido tanto para o Pacífico como para o Atlântico.

Todas as regiões ao longo dessas vias terão um fácil acesso às exportações, terão aumento de empregos e promoção do desenvolvimento econômico.

Além do mais, esse estudo vai ser um exemplo legendário para a cooperação internacional, porque se trata de uma obra de cinco mil quilômetros que atravessa todo o Continente, comunicando vários países. É um estudo sistemático único no mundo até agora.

Esse é um sucesso conjunto dos três países e politicamente muito significativo.

Mesmo assim, através de estudos, encontramos vários empecilhos, que não serão resolvidos de uma vez. Precisamos fazer maiores esforços. Em primeiro lugar, o Peru não está decidido sobre a rota que será percorrida em seu território. Segundo o orçamento, o custo da obra é bastante alto.

Terceiro, temos de encontrar especificações únicas e normas comuns no projeto, mas acho que, através do esforço das três partes, podemos resolver esse problema de definição das normas técnicas. Quarto, existem riscos de impacto ambiental, e existe risco comercial, porque a mercadoria transportada é quase única: minério e grãos. Não é muito barato. Nas obras na região andina, existem riscos de engenharia. Por isso, temos de pensar minuciosamente.

Nosso grupo, nossos especialistas, a fim de promover e viabilizar essa obra, querem fazer uma proposta, para se concluir, primeiro, a parte da ferrovia que se comunica com o Atlântico, porque, em primeiro lugar, toda essa rota vai servir para o Brasil e para o Peru; principalmente para o Brasil. No comércio internacional, para se comunicar com o Pacífico, na verdade, tanto para ir para o leste como para o oeste, para se comunicar com o Pacífico e com o Atlântico, a distância geográfica é quase a mesma para se chegar à Ásia. Mas ir pelo Atlântico é mais fácil. Fizemos a previsão de orçamento, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimento: se se comunicar, primeiro, com o Atlântico, a rentabilidade é maior e o investimento é menor.

Tudo isso nos orienta a pensar que, prioritariamente, é melhor começar a obra da ferrovia Ásia-Atlântico, que é mais valiosa. A obra é mais simples, o prazo da obra é curto e o retorno de investimento é rápido.

No trecho 4 da ferrovia, já tem sido feito um trabalho de preparação. Através desse trecho 4, vamos poder ligar diretamente a Ásia leste e a Ásia norte. Essa obra vai facilitar isso. Também existem condições objetivas favoráveis para a ferrovia comunicando-se com o Atlântico. É por isso que continuamos analisando as condições objetivas e identificando os problemas dessa obra.

Queremos fazer a proposta para a seguinte fase: já que a ferrovia do Brasil pretende se comunicar com o Atlântico e com o Pacífico, desejamos que o Governo brasileiro possa fazer todo tipo de propostas, até de financiamento, sobre a obra. Com certeza, a China vai querer usar. Se o Governo brasileiro chegar a um acordo com o Governo chinês, podemos constituir uma empresa estatal, *joint venture*, para continuar promovendo esta obra. Já gastamos muito dinheiro neste estudo. Gastamos quase US$50 milhões e, na seguinte fase, o investimento vai ser maior. Por isso precisamos de uma empresa conjunta ou de estabelecer um fundo de investimento para esta obra.

Segundo, queremos colaborar com a parte brasileira na construção da ferrovia, comunicando Campinorte até o Atlântico.

Terceiro, a China não conhece muito bem as condições legais e as condições de engenharia e de orçamento do Brasil. É por isso que gostaríamos de receber as planilhas e os balanços das obras concluídas de ferrovias do Brasil para termos uma base na análise do orçamento e tentar diminuir ao máximo o orçamento.

Temos visto que na Fiol o Governo brasileiro tem trabalhado muito e, na verdade, essa ferrovia faz parte da Ferrovia Bioceânica. A Fiol já está sendo construída e na seguinte fase, podemos iniciar três trabalhos: primeiro, vamos concluir a Fiol, comunicando o Centro-Oeste com o Atlântico; na segunda fase, de Campinorte a Porto Velho, vamos concluir o estudo de viabilidade e construção; terceiro, de Campinorte ao Acre. Ou seja, vamos concluir essa obra em três fases.

Depois de terminar a parte brasileira e começar a ter rentabilidade, vamos impulsionar o Peru a aceitar a continuação da obra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecemos a participação do Sr. Bi Qiang, representante da China Railway Engineering Corporation, pedindo desculpas aos senhores e às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

senhoras que não tiveram acesso à tradução simultânea, por limitação física do equipamento e da infraestutrutura disponibilizada aqui no Senado da República.

Passamos a palavra ao Sr. Bruno Nunes Sad, Diretor de Infraestrutura de Logística da Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por iguais 15 minutos.

O SR. BRUNO NUNES SAD – Bom dia a todos.

Primeiramente, queria agradecer o convite do Senador Eduardo Braga, coordenador dos trabalhos, e dos demais Senadores aqui presentes. É um prazer estar aqui representando o Ministério do Planejamento, para dar um parecer quanto ao andamento do projeto, um *feedback* em relação aos trabalhos realizados até então e as perspectivas de continuidade.

Eu acho que o resumo foi muito bem elaborado pela parte chinesa em relação ao acordo, ao protocolo assinado entre os dois países.

Meu objetivo aqui é dar a visão tanto da área técnica – no caso específico, a EPL, a nossa Empresa de Planejamento e Logística, que tem trabalhado na revisão dos projetos – quanto a do Ministério dos Transportes, que tem supervisionado todo esse trabalho em conjunto com o Planejamento. E também dar a visão da questão orçamentária do setor de ferrovias, que é mais sob a gestão do nosso Ministério, assim como falar um pouco da qualificação da Fiol dentro do PPI, que é a proposta chinesa de dar início pela saída do Atlântico.

Vou perpassar os principais pontos colocados, de forma a deixar bem claro o nosso principal desafio no projeto. Além dos elencados aqui na exposição, a gente tem um que fica, talvez, soberano em relação a todos, que é a questão da financiabilidade do projeto.

É um projeto muito audacioso. Vocês viram que são 5 mil quilômetros de ferrovias. Ele tem um grande mérito, que é promover a integração completa do País. Assim como a Ferrovia Norte-Sul interligará, futuramente, do Norte até o Sul do País, esse projeto pode viabilizar a cruz, isto é, ligar todo o Leste ao Oeste do País e fazer uma integração realmente completa do nosso País. Então, o Planejamento vê com muitos bons olhos o projeto e quer dar continuidade ao trabalho, mas tem de colocar os desafios que estão postos.

Quanto à financiabilidade, a gente também vê que é necessário segmentar por trechos. O volume de investimento elencado é muito robusto. O estudo chinês é conservador no sentido de majoração de valores e de tecnologia de engenharia. Assim, a gente já se predispõe a viabilizar o acesso aos estudos solicitados, aos balanços da Valec, para mostrar a nossa realidade de custos de projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Foram feitos comentários, durante todo o processo, no sentido de tentar compatibilizar a tecnologia chinesa com a tecnologia brasileira. Talvez não tenham sido tão bem-sucedidos no sentido de já sair um único estudo, mas é de grande valor o estudo apresentado no sentido de mostrar a capacidade de carga tanto do trecho brasileiro quanto do peruano. Mas, como eu estava falando, a financiabilidade é um desafio. Para implementar o projeto todo de uma vez, a gente viu que não há retorno financeiro. E a gente não conseguiu prospectar nenhum investidor, neste momento inicial, no sentido de que ele entrasse com o capital e tivesse o retorno no prazo médio esperado.

O Planejamento tem algumas possibilidades de ataque ao projeto, que eu queria trazer aqui ao debate dos Srs. Senadores. A primeira é a questão de iniciar com o orçamento público, dado que a gente não tem um investidor. Se um investidor assim existisse, a gente poderia classificá-lo no PPI, o projeto todo, e colocá-lo em licitação pública, para, assim, poder apoiá-lo, sem questão de buscar outorga, nada disso. Apoiar a construção do projeto buscando as licenças ambientais que a EPL já faz, buscando viabilizar financiamento e outras ferramentas que o Governo tem à sua disposição. Como o investidor ainda não está claro neste primeiro momento, talvez a primeira frente de ataque seja por meio do orçamento público.

A Fiol, que é o lado atlântico que a parte chinesa trouxe como mais viável, já está qualificada no PPI, na primeira resolução, e deve ir para licitação em breve. Ela já foi, salvo engano, 70% concluída pela Valec, e há uma mina de ferro lá bem caracterizada no sentido de ser uma carga âncora para dar viabilidade ao financiamento. Então, esse encaminhamento já está sendo feito pelo PPI. É possível fazer a licitação no curto prazo.

Em relação ao trecho oeste da Ferrovia Norte-Sul, a nossa visão preliminar é de que será necessário fazê-lo, inicialmente, por orçamento público. E qual é o espaço orçamentário que a gente tem? Hoje, a gente aplica anualmente entre R$1 bilhão e R$2 bilhões em ferrovias no âmbito do Governo Federal. Com a licitação da Ferrovia Norte-Sul, prevista para o final deste ano e início do ano que vem, e com a licitação da Fiol, a gente pode trabalhar junto à Valec o início da construção. Estou trazendo como uma proposta a ser debatida, não está fechado no âmbito do Governo. A gente pode trazer como uma nova frente de atuação da Valec o porto em Porto Velho, fazendo a construção do porto em direção ao interior, no sentido de ir capturando a soja. E, à medida que os trechos forem entrando em operação, eles podem viabilizar a construção de outros trechos.

Então, repetindo, a Valec vai, de certa forma, estar um pouco ociosa a partir do momento em que a gente vender a Ferrovia Norte-Sul e a Fiol. Ela poderia atacar essa próxima frente como um desafio. E, quanto mais você constrói, mais perto fica a viabilidade de uma concessão no futuro. Essa é uma possibilidade de ataque.

Outra possibilidade que também não concorre e pode ser vista em conjunto é a questão da oportunidade agora das prorrogações das concessões existentes – elas vão ser prorrogadas por 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anos. O regramento dessa prorrogação está em trâmite aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. O Relator é o Deputado Sergio Souza, da MP 752, que permite a construção de malha nova a partir do excedente econômico da prorrogação dos 30 anos. O que isso significa? Significa que, se porventura for necessário, pode ser elencado o uso de recursos privados dessas concessionárias hoje existentes para construir essa malha que ainda não existe e, assim, torná-la o que a gente chama de projeto para um *future*, assim como a Fiol é, pois tem 70% construídos. Essa parte pode começar a ser feita no lado brasileiro com um recurso que virtualmente não precisa ser revertido para outorga. Com a aprovação desse projeto de lei de conversão – o relatório já está pronto lá –, seria possível fazer a construção por meio do recurso e da tecnologia do parceiro privado. E aí a gente começaria a atacar, sempre do porto para o interior, tanto o lado do Atlântico quanto o lado do Pacífico.

Nesse interstício, o que o Planejamento se compromete a ir fazendo? A gente está trabalhando junto aos órgãos competentes a questão dos licenciamentos ambientais, que é um desafio – realmente, é uma região sensível à parte ambiental –, e a questão do ajuste de engenharia, dados os *feedbacks* que a gente passou para a parte chinesa, da necessidade de adequação à nossa tecnologia nacional. E também a parte –talvez o MRE queira colocar um pouco – de acordo em relação ao trecho peruano. Não sei se ficou muito claro. Não há definição exata, no lado peruano, de qual vai ser o trecho primeiramente desenvolvido.

Então, basicamente, esses são os pontos que capturei aqui da apresentação. Coloco-me à disposição para sanar eventuais dúvidas e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo a participação do Sr. Bruno Nunes Sad, passo a palavra ao Secretário Maurício Alves da Costa, da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra V. Sª, por igual tempo de 15 minutos.

O SR. MAURÍCIO ALVES DA COSTA – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, senhoras e senhores, minha fala vai ser um pouco mais breve, até para ela não ficar redundante.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite, em nome do Itamaraty e do Chefe da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos, Ministro João Carlos Parkinson de Castro, que se encontra em Buenos Aires para a reunião do Conselho de Infraestrutura e Planejamento da Unasul nesta semana e por isso não pôde estar presente.

Como contribuição do Itamaraty, eu vou fazer um breve histórico do processo de elaboração do estudo, tentando colocar um pouquinho mais a perspectiva política, dado que a questão técnica é de responsabilidade do Ministério dos Transportes, da EPL, da Valec e do Ministério do Planejamento.

Foi por ocasião do encontro dos representantes do BRICS e dos países sul-americanos em Brasília, no dia 16 de julho de 2014, que os presidentes do Brasil, da China e do Peru declararam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

interesse em cooperar para o estabelecimento de uma conexão ferroviária bioceânica, passando pelo Brasil e pelo Peru, conhecida aqui como a Ferrovia Transcontinental.

Em novembro de 2014, o Brasil, representado pelo Ministério dos Transportes, o Peru, pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, e a China, pela NRDC, assinaram um memorando de entendimento que formalizou a criação de um grupo de trabalho trilateral responsável pela realização dos estudos básicos para discutir a viabilidade técnica, econômica e ambiental dessa futura conexão ferroviária.

Em janeiro de 2015, a China propôs a assinatura de memorando de entendimento com o propósito de definir os parâmetros que deveriam nortear os estudos preliminares de viabilidade da Ferrovia Transcontinental. Esse estudo discriminaria as competências do Peru, do Brasil e da China. Esse memorando de entendimento foi assinado em 19 de maio de 2015, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro chinês ao Brasil. A cerimônia de assinatura contou com a presença do Embaixador do Peru em Brasília, e as cópias foram assinadas depois pelo governo do Peru, em Lima, além das assinaturas no Brasil.

Em cumprimento do cronograma de trabalho que foi estabelecido nesse memorando de entendimento, foram realizadas visitas de campo, no Brasil e no Peru, as quais o representante chinês aqui à mesa colocou na apresentação. O propósito dessas missões foi realizar o levantamento técnico que permitisse identificar o melhor traçado para a ferrovia, considerando notadamente os impactos ambientais, as dificuldades topográficas, as áreas de potencial comercial e econômico e as condições portuárias. Além disso, foram realizadas videoconferências daqui do Brasil, do grupo técnico brasileiro, tanto com o lado peruano quanto com o lado chinês.

Entrando agora no ponto aqui colocado pelo Bruno, representante do Ministério do Planejamento, em novembro de 2015, chegou a haver um acordo entre o Governo brasileiro e o governo peruano sobre qual seria o traçado no Peru. Infelizmente, ao longo de 2016, em função inclusive da mudança de governo no Peru, o lado peruano reabriu essa discussão. Basicamente, ele reabriu esse debate, e o traçado agora se encontra realmente indefinido. E essa reabertura da discussão do traçado, principalmente, e também de questões relativas ao financiamento pelo lado peruano, que ocorreu em 2015, tornou-se, então, digamos, um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento do projeto pensando na saída pelo Pacífico, que é o que leva à solução de faseamento do projeto para se ter primeiro a saída pelo Atlântico.

Além disso, desde a mudança do governo no Peru, desde que assumiu o Presidente Pedro Pablo Kuczynski, no meio do ano passado, em julho de 2016, tem-se um relativo afastamento do governo peruano do projeto, que está bastante refletido em declarações à imprensa relativas às dúvidas que o governo tem. O Governo brasileiro chegou a cogitar fazer novas gestões de negociação com o governo peruano, mas, até em função da assunção do novo governo e de toda a tomada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conhecimento do estado das coisas e formação de posição, até o momento ainda não se fez esse gesto por não se ter considerado o momento político ainda apropriado. Não significa que isso não possa acontecer nos próximos meses.

Concluindo, nos termos, então, desse segundo memorando de entendimento, que foi assinado em maio de 2015, que resultou nesse estudo que foi apresentado aqui pelo representante da CREEC, os relatórios intermediário e final foram entregues no ano passado e receberam vários comentários e alguns reparos técnicos do lado brasileiro, os quais foram comunicados aos técnicos chineses e posteriormente à Embaixada da China no Brasil, por meio de ofício encaminhado pelo Ministério dos Transportes, em março de 2016, que encaminha, então, uma ata da reunião técnica brasileira com todos os comentários relativos ao estudo, tanto em relação aos reparos que o Governo brasileiro faz, quanto a algumas necessidades. Portanto, o estudo, de acordo com esse documento aqui e de acordo com a ata do lado do grupo técnico brasileiro, foi considerado, por enquanto, concluído, mas ainda não vinculante ao Brasil.

Alguns dos pontos que constam da ata – já foram levantados aqui – têm relação com a questão do transbordo na fronteira, têm relação com o uso das normas técnicas chinesas no estudo, e não das normas técnicas brasileiras, as questões ambientais tanto no trecho brasileiro, quanto no trecho peruano. Mas, ao longo do debate, a gente pode colocar alguns mais desses pontos aqui, ancorando-nos basicamente no texto da ata do grupo técnico brasileiro.

Concluo por aqui; minha apresentação era breve para não ficar redundante.

Estamos à disposição para responder as perguntas dos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo a participação do Dr. Maurício, vamos passar a palavra aos Srs. Senadores, prioritariamente aos autores do requerimento, que são os Senadores Jorge Viana e Wellington Fagundes, mas eu gostaria de pedir vênia a V. Exªs para registrar a nossa posição: da importância que vejo desta obra para não apenas o Brasil, mas para a América do Sul, no sentido de nós podermos abordá-la como sendo uma obra prioritária em nosso País.

Desnecessário relembrar que recentemente testemunhamos cenas, que se repetem praticamente todos os anos, da dificuldade que temos para o escoamento da nossa grande safra de grãos em nosso País – este ano, mais uma vez, tivemos uma produção recorde.

Testemunhamos caminhões atolados – aumentando o custo –, dificuldades para o escoamento dessa safra, o que, sem nenhuma dúvida, representa uma necessidade e uma prioridade para um desafio que reconheço grande, mas que poderá trazer grandes benefícios para a economia brasileira, para a economia da América do Sul e para a economia mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, quero aqui deixar registrado o reconhecimento por este Presidente da importância e da prioridade que esta obra deveria ter dentro do cenário de desafios que o Brasil vem enfrentando – um cenário ainda de retomada do nosso crescimento. Acho que essa obra, sem dúvida nenhuma, é uma obra que deve ter prioridade, a que nós devemos aqui, na Comissão de Infraestrutura, dar todo o apoio e toda a atenção para que possamos superá-la.

Passo, portanto, a palavra ao Senador Jorge Viana, como autor deste requerimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Caro Presidente, Senador Eduardo Braga, colegas Senadores, Senadoras, queria registrar a presença do Deputado Raimundo Angelim, do Acre, Deputado Federal que está aqui conosco e que também faz parte da frente.

Nós criamos, Sr. Presidente, em 25 de agosto de 2015, uma frente parlamentar com 200 assinaturas, envolvendo Deputados, Senadores, com uma coordenação do Senador Wellington, do Senador Acir Gurgacz e minha também, no sentido de acompanharmos a discussão desse projeto, buscado apoiar essa iniciativa, que vinha de 2014, da assinatura de um acordo entre o Governo da China, o Governo do Brasil e o Governo peruano.

Eu queria cumprimentar o Dr. Bruno, o Dr. Maurício, pelas exposições que fizeram, porque relataram o que ocorreu até aqui, situam bem tudo que andou no Ministério do Planejamento e Itamaraty; claro, também o Bi Qiang e todos que estão representando as empresas e o governo chinês.

Quero lamentar, porque havia dois convidados mais que viriam na apresentação do estudo de viabilidade, mas, por questões de visto – e essas são as dificuldades que ainda temos no nosso País na relação com outros países –, não chegaram a tempo, não conseguiram, para estar nesta audiência pública.

Nós constituímos a frente. Tivemos audiência em setembro de 2015 com o Ministro Nelson Barbosa, que, na época, era o Ministro do Planejamento; tivemos reuniões com o embaixador chinês; tivemos também audiências aqui com o representante da Valec, da EPL, com empresários; recebemos visita de delegação chinesa com empresas que trabalham nessa área; tivemos uma missão, no ano passado, de que eu tive o privilégio de participar, a convite da Universidade de Pequim, para visitar toda a cadeia produtiva vinculada à ferrovia – quem produz os vagões, quem trabalha com construção de ferrovia, quem trabalha com planejamento, os órgãos do governo que trabalham com a perspectiva de planejamento e até de financiamento. Isso foi muito importante.

Obviamente, acompanhamos, com expectativa, a conclusão dos estudos de viabilidade.

Já foi colocado aqui que já foram gastos US$50 milhões. A CREEC, que é um grupo chinês, está à frente desse trabalho. Nós estivemos na sede deles lá na China, e eles trazem agora o que seria uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

primeira fase desse estudo de viabilidade concluído, em que ainda há muitas dúvidas e muitas definições a serem tomadas, seja do ponto de vista governamental, seja do ponto de vista técnico.

O nosso País é um país que tem algumas contradições que precisam ser corrigidas, uma delas diz respeito a ferrovias. Quer dizer, nós somos um dos maiores produtores de grãos do mundo – isso deve crescer fortemente nas próximas décadas – e temos uma infraestrutura absolutamente precária, como bem colocou V. Exª, que tem colegas Senadores do Pará, do Mato Grosso, nós do Acre, outros da Bahia.

A situação no Brasil é vexatória. Toda malha de infraestrutura rodoviária e também ferroviária foi feita no litoral. Toda ela foi feita no litoral. E a nossa produção de grãos está fortemente hoje no Centro-Oeste, no meio do País. E nós nem começamos a discutir o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia, dos produtos florestais que uma região como a Amazônia pode oferecer. Até agora, nós só discutimos desmatar ou não desmatar e não usar.

Quando eu estou participando de uma audiência como essa, eu estou preocupado com a minha região, em como é que encontramos um sistema modal de transporte que seja adequado do ponto de vista ambiental, de carga e de passageiro. Com a evolução que nós temos hoje... Eu pude ver, na China, a rapidez com que eles constroem ferrovias, a quantidade de trens de alta velocidade. Mais de um terço dos trens de alta velocidade do mundo já está na China hoje. É inacreditável que uma viagem de Xangai até Pequim, mais de 800km, você faça em poucas horas. E são quase dezenas de viagens por dia, com milhões de passageiros sendo transportados. Eles, ao mesmo tempo, têm hoje um acúmulo muito grande na parte de cargas, como também de passageiros. Um país continental como o nosso não pode prescindir de ferrovia.

O triste de tudo isso é que, em 1852, o Brasil começava a construir ferrovia. Todo o sistema de transporte, no Brasil, até 1930, era baseado em ferrovia para carga brasileira. Depois, na década de 50, abandona-se completamente. O Brasil tinha uma das maiores extensões de malha ferroviária do mundo. O Brasil era um dos países mais avançados nesse aspecto. Hoje nós estamos aqui discutindo como retomar isso.

Acho da maior importância, e nós não podemos... Independente dos problemas que possam ter a Transnordestina, a Norte-Sul, são ferrovias que têm que ser trabalhadas, têm que ser conduzidas, não importa por que governo, para o bem do País. Agora uma ligação leste-oeste no nosso País, ligando o Atlântico ao Pacífico, é fundamental e já há uma parte dela feita. Aqui a proposta é de concluir a ligação com o Atlântico para o lado leste; seguir com os estudos rumo ao oeste, chegando até Porto Velho, numa segunda etapa; depois de Porto Velho, indo pelo Acre, até a divisa com o Peru; e depois a outra etapa dentro do Peru.

Eu, sinceramente, queria aqui concluir dizendo que é a oportunidade que nós temos. Não acredito que, neste momento e nem nos próximos dois, três, quatro, cinco anos, o Brasil tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condição de discutir financiamento de uma obra desse porte, mas já há por parte da China disposição de ela financiar, de ela criar os mecanismos, a engenharia financeira. Acho que isso nos impõe tratar desse tema agora, mesmo diante da crise.

Todos nós sabemos e discutimos que o grande mercado que existe é a Ásia, no mundo inteiro, seja para importar, seja para exportar. É a Ásia hoje. Foi-se o tempo da Europa. Hoje é a Ásia. E a ligação que nós temos do Atlântico é toda via Canal do Panamá. Essa ferrovia é um outro canal ferroviário que se criaria, fazendo essa conexão de todo o Centro-Oeste brasileiro e do Atlântico com o Pacífico. Isso não é pouca coisa. É uma nova geografia econômica que estaríamos construindo.

Lamento que hoje, por parte do Governo Federal... Apesar de termos tido uma assinatura do Estado brasileiro com a China, essa ferrovia precisa ser mais bem tratada, mais bem posicionada dentro do Ministério dos Transportes, do Planejamento, dentro do Governo, para que ela tenha consequência. Acho que esta audiência vem nesse propósito.

Concluo definitivamente. Para mim, a nossa Frente Parlamentar deve cobrar do Governo Federal que estabeleça um nível elevado de prioridade para esse projeto, que é um projeto que se paga e não vai trazer endividamento para o Brasil; é um projeto que ajuda a fazer a integração do País, ajuda a criar um sistema de transporte que não causa os danos ambientais como o rodoviário causa, por exemplo, especialmente na Amazônia.

Faço só um reparo. Não sei se era possível ter o mapa. Há uma discussão muito importante – são, pelo menos, quatro preocupações que vi no estudo de viabilidade. Não sei se é possível voltar com o mapa da ferrovia. Uma das preocupações é a ambiental; uma outra, técnica. Do ponto de vista ambiental, quando chega à ligação de Porto Velho – que é aquele ponto próximo daquela descida azul, um pouco mais à frente e em cima, acho que é Porto Velho. Salvo engano, ali é Porto Velho – com o Acre. Na hora em que entra no Acre, eu vi uma preocupação que foi colocada com a questão ambiental. Eles descem com a ferrovia até o lado peruano, mas aí eu acho que isso agrava a questão ambiental, porque, quando desce com ela, vai para as cabeceiras dos rios, vai para a área dos índios isolados. O ideal, no caso do Acre, é fazer...

Eu poderia ir até ali. (*Pausa.*)

Salvo engano é neste ponto aqui. Aqui está o Estado do Acre. Aqui está Rio Branco. Quando desce aqui, esta é uma região em que há índios isolados e nascentes de todos os rios. Aí, obviamente, será um problema seríssimo. São as nascentes dos rios que ficam na divisa do Acre com o Peru. São nove rios. O ideal era que se desse continuidade, seguindo o trajeto da BR-364, em que não haverá problema ambiental nenhum no licenciamento. É uma área em que já há uma ocupação e deixaria intacta essa região toda. Dessa região aqui, você viria para cá. Inclusive, pode ficar mais curto o trajeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E não se passaria nessa região, que é muito sensível do ponto de vista ambiental: é o centro de origem das espécies vegetais e animais, há os índios isolados não contactados, boa parte da população indígena do nosso Estado fica nessa região também. Então, o ideal seria que se pensasse num trajeto seguindo a BR-364 até Cruzeiro do Sul e ali fazendo essa conexão. Veja que ficaria mais reto, mais perto, e uma região muito mais fácil de ser trabalhada, porque não são as cabeceiras de rios. É uma sugestão que depois vou apresentar formalmente para a equipe técnica. (*Fora do microfone.*)

Entendo que isto ajudaria no licenciamento ambiental: seguir de Rio Branco até Cruzeiro do Sul, evitando passar nas nascentes, nas cabeceiras dos rios, onde há um grande contingente dos povos indígenas, onde há índios isolados, que são índios não contactados. No Acre há um verdadeiro patrimônio, que nós cuidamos com muito zelo – já são áreas demarcadas.

Eu acho que, aí sim, na tentativa de descer para passar pelo Peru, você agrava a situação do licenciamento ambiental; e, se mantiver seguindo o caminho da BR-364 até Cruzeiro do Sul fica mais perto, e acho que muito mais fácil de ser licenciado, e você teria um sistema que daria, inclusive, suporte para manutenção da BR-364, já que de Rio Branco até Cruzeiro do Sul não há pedra no Acre. Não há pedra nenhuma, é um solo diferenciado e com sérios problemas de suporte. Agora, já na região de Cruzeiro do Sul do lado peruano, você já tem condição de buscar pedras.

Então, é uma sugestão que eu faria para o Ministério do Planejamento. Em uma breve consulta feita ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil sobre que opções seriam mais viáveis, certamente o Ministério do Meio Ambiente – ou qualquer órgão ambiental – vai dizer que essa sugestão que eu estou dando é a mais adequada do ponto de vista ambiental.

E quero crer também que do ponto de vista técnico, do ponto de vista econômico, ela vai ficar mais fácil de ser trabalhada, porque ela entra paralela a BR-364 até Cruzeiro do Sul, e certamente será mais curto o trajeto do que essa descida para as cabeceiras dos rios e para uma região muito sensível do ponto de vista ambiental, que nós temos a obrigação de preservar e conservar.

Obrigado.

Mas queria parabenizar os chineses e o governo chinês pela realização do estudo, porque eu acho que já está bastante avançado. Lamentavelmente nós, no Brasil, não temos o conhecimento do quanto avançou, e estamos tomando nesta audiência que V. Exª, Senador Eduardo Braga, promove. E nós todos da Frente Parlamentar, que apoiamos a ferrovia, tivemos o privilégio de sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao Senador Jorge Viana e ao passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes, eu quero registrar a participação pelo e-Cidadania do Sr. Emerson Caco, do Rio de Janeiro, que diz que acredita ser perfeitamente viável o transporte ferroviário no Brasil, em função de que "o transporte rodoviário é extremamente mais caro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

poluente". Sem falar que diminuiria em boa parte o estrangulamento do transporte de cargas que vemos quando das grandes safras de grãos no nosso País. E ele dá uma outra sugestão.

Além de essa ferrovia escoar as nossas cargas das grandes safras, etc. e até mesmo se integrar à Zona Franca de Manaus – o que seria interessante imaginar, até pela viabilidade econômica do projeto, com sistemas modais –, ele lembra que esta ferrovia também poderia ter caráter para o turismo, usando, portanto, o exemplo do que se faz em outras ferrovias mundo afora, onde se combina o transporte de carga, produção econômica, etc. com uma outra atividade extremamente interessante na geração de emprego, renda e desenvolvimento, que é o turismo.

Então, eu agradeço a participação do Sr. Emerson Caco.

Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de registrar e agradecer, já que tive a informação de que V. Exª já fez a distribuição do relator da Antaq, que é uma agência com apenas três diretores que, tendo só dois, não tem o voto minerva. A partir deste momento, tenho certeza de que rapidamente haveremos de votar aqui.

Também quero registrar o seu restabelecimento. Todos aqui ficamos apreensivos, dado o seu problema de saúde, mas felizmente V. Exª está completamente restabelecido, até conversamos ali há pouco.

É importante dizer, porque não foi dito aqui antes: esta audiência também foi requerida pelo Senador Acir Gurgacz, porque ele estava dirigindo aqui na sua ausência. Então, é importante...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – É importante, peço escusas inclusive ao nosso Senador Acir Gurgacz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Até porque também é um dos lutadores pela viabilidade dessa ferrovia.

Sr. Presidente, até por ser de Mato Grosso, que está no centro do Brasil – Barra do Garças é a cidade polo da Região do Araguaia e centro do Brasil, divisa de Goiás com Mato Grosso –, só essa região do Araguaia tem mais de 4 milhões, só do lado mato-grossense, de hectares abertos, prontos para incrementar a produção das *commodities* agrícolas, assim como também a região norte de Mato Grosso, cuja produção está sendo escoada principalmente, como V. Exª colocou aqui, pela BR-364 e também por todos os portos do Arco Norte.

Está aqui o Senador Flexa: para nós a BR-158 é extremamente importante para chegar aos portos de Itaqui, no Maranhão, e do Pará. É importante a BR-163, porque também, da mesma forma, é o Pará que integra toda essa nossa região. É claro que está hoje um pouco mais isolado o Acre – daí a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

necessidade de estarmos fazendo aqui o nosso trabalho – e Rondônia – o Senador Raupp também tem sido lutador e faz parte da nossa frente.

Acho que já faz uns 12 anos que eu estive na China pela primeira vez e, quando fomos lá, a nossa conversa era para se falar no trem-bala. Falava-se muito no trem-bala. Quando lá nós apresentamos essa Bioceânica ou Transoceânica, percebemos que os olhos dos chineses brilharam – e eu já falei aqui em outro momento da importância que teria a ferrovia de integração nacional, como essa ferrovia.

Então, eu fico aqui feliz pelo que foi apresentado, que ficou num ponto pacífico: ela é viável, ela tem viabilidade técnica e econômica. Claro que algumas modificações, durante o projeto executivo, serão necessárias, mas principalmente ela tem a viabilidade econômica. Se ela tem essa viabilidade econômica, cabe, principalmente a todos aqueles interessados, buscar exatamente o financiamento para que isso seja feito.

Como eu ia dizendo antes, por Mato Grosso estar no centro, claro para nós... Eu achei aqui bastante importante, quando foi apresentado pelo Sr. Bi Qiang, que está se preocupando em fazer uma integração daquilo que já existe, da Fiol, da Norte-Sul. Para Mato Grosso, inclusive, temos a ferrovia Ferronorte, que está hoje parada em Rondonópolis. Hoje já estamos discutindo a Ferrogrão, que, com certeza, é uma ferrovia que tem uma viabilidade muito grande. De forma isolada, a Ferrogrão já pode funcionar muito bem, mas imagine se, daqui a 10, 20, 30, 40 anos, nós conseguirmos fazer a integração de todas essas ferrovias, ou seja, interligar o Porto do Itaqui, no Maranhão, com o centro do Brasil, interligar Santos com o centro do Brasil, o centro da produção nacional, porque vamos cada dia mais...

Só na região norte de Mato Grosso, neste ano, já tivemos uma supersafra. Por isso, é o tal dos males que vêm para bem aquele problema que acabou ocorrendo na BR-163, no Trairão. Da mesma forma, há 15 dias, também tivemos uma ponte, na BR-158, em que o excesso de chuva transbordou o rio e a acabou levando. Então, naquilo que, a princípio, pode parecer um problema, na verdade, nós somos a solução, porque essa Região Amazônica toda pode incrementar a produção de alimentos para talvez nós falarmos até em duplicação de ferrovias, como é o caso da ferrovia Ferronorte, em que hoje a empresa Rumo já está fazendo um trabalho no sentido de duplicar a capacidade da ferrovia, que de Mato Grosso chega até São Paulo. É uma ferrovia nova, moderna, mas, em São Paulo, há muitos gargalos, que são exatamente as travessias urbanas, que fazem com que uma ferrovia que funciona com uma velocidade bastante grande no Mato Grosso, com economia de combustível muito grande, chegue a São Paulo e acabem acontecendo esses gargalos que impedem que ela possa transportar a carga já existente no Mato Grosso. Então, hoje, para se construir ferrovia, não é mais uma expectativa de carga, não. A carga já está instalada lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Também como Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenamento, da mesma forma, eu tenho me preocupado, porque outro grande problema no Brasil é o armazenamento. Toda a mercadoria tem que sair em uma hora só, e quem é prejudicado é o produtor, porque ele está lá derramando o seu suor, às vezes até o seu sangue, e não tem a opção de dizer que quer vender agora e para onde vai vender. Ele é obrigado a vender, às vezes, só para aquele que está especulando ali na hora e quer comprar, inclusive, a sua produção antecipada através do financiamento.

Dito isso, Sr. Presidente, eu vejo que o que nós temos que fazer aqui... Penso, Senador Viana, que isso aqui é um projeto que eu diria que não é mais único da nossa frente. Ele é da própria Comissão em si. Acho que, na Comissão, com a sua especificidade, nós podemos fazer com que, nesse trabalho, tenhamos que inclusive como metas, algumas visitações, enfim, um calendário para, durante todo o ano, podermos avançar, cobrando do Ministério do Planejamento, cobrando do Ministério dos Transportes, enfim, de todos aqueles entes.

Eu quero, ao encerrar, Sr. Presidente, dizer que vejo ainda no Brasil o grande problema da insegurança jurídica. O Brasil fez algumas concessões – concessões de aeroportos, concessões de rodovias –, e as concessões quase todas estão com problemas exatamente por falta da segurança jurídica.

Por exemplo, a BR-163, que foi concessionada tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul: a empresa do Mato Grosso está com problema; a do Mato Grosso do Sul não; só que a do Mato Grosso do Sul também não está tendo a liberação do financiamento, como foi comprometido pelo Governo.

E para nós é extremamente importante que uma obra como essa – que é o que está acontecendo hoje lá – não fique paralisada. Nós queremos é avançar no Pará, quem sabe duplicar no Pará também, concluir no Pará os 180km que faltam, mas também não se pode deixar uma obra daquela parada. E o pedágio está sendo cobrado. Não se pode permitir que se cobre o pedágio e nem a manutenção esteja sendo feita, porque o BNDES está cobrando antecipadamente o empréstimo de curto prazo. Ou seja, não foi feito um empréstimo de longo prazo.

Eu, inclusive, sou autor de uma PEC, a PEC 39, que eu gostaria rapidamente de colocar. Essa PEC visa exatamente fazer com que a mudança de um contrato não possa ser feita por decreto ou decisão do governo do momento; isso tem que ser uma política de Estado. Então, a nossa PEC visa exatamente a isto: para que seja mudado qualquer contrato – e principalmente os contratos de concessões, que são de longo prazo – tenha que ser com quórum qualificado.

Aproveito esta audiência pública aqui para alertar a todos os companheiros também – e como Líder do Bloco Moderador, inclusive quero colocar isso na nossa reunião lá hoje – sobre a necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de colocar essa PEC em votação. Colocá-la na pauta, porque acredito que a segurança jurídica é que vai permitir que possamos, inclusive, buscar dinheiro lá fora para projetos tão grandiosos como esses.

Mas aqui eu também quero parabenizar, em nome de todos os Senadores, esta audiência aqui. E quero manifestar a nossa fé, principalmente por saber que já demos alguns passos.

E aí, Presidente, sob a sua Presidência, que é da Amazônia, que conhece os problemas da Amazônia, foi Governador do Amazonas, sabe inclusive os melhores caminhos, eu tenho certeza e espero que a gente possa, este ano ainda... E aí não vamos pensar em anos chineses, que são de 2 mil anos no mínimo, nós queremos pensar no imediatismo e na necessidade de o Brasil poder produzir alimento para o mundo rapidamente. Esse trabalho aqui é fundamental para o Brasil, mas, sem dúvida nenhuma, penso que é fundamental para todo o mundo, que hoje precisa muito de alimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a participação do Senador Wellington.

Queria aqui consultar o Senador Flexa, porque eu tomei conhecimento de que o Senador Acir é um dos autores do requerimento...

Portanto, cumprindo a praxe e o Regimento da Casa, eu passo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, com a anuência do Senador Flexa Ribeiro.

Por favor, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Braga. Cumprimento V. Exª e agradeço pela presteza em marcar rapidamente esta audiência pública, que é da maior importância para todos nós, assim como esta obra é importante não só para o Brasil, mas para a América do Sul.

O Brasil, que é o país que tem a maior economia da América do Sul, fortalecerá ainda mais a sua economia com a concretização dessa obra ligando a América do Sul à Ásia. É uma questão política muito importante, já que o Brasil é o líder não só político, mas econômico também, e terá um incremento muito grande na sua economia com a execução dessa obra não só para os Estados do Sul, mas principalmente para nós, do Norte, o Estado de Rondônia, o Estado do Mato Grosso, e o Estado do Amazonas também, que terá a ligação através da ferrovia e com a hidrovia do Madeira, fazendo com que toda a produção já existente na Zona Franca de Manaus possa chegar ao seu consumo com um custo menor, com essa interligação da América do Sul com a hidrovia do Madeira e com essa ferrovia. Com certeza, vai atrair mais investimento, pois terá um produto mais competitivo.

O fato é que nós estamos vendo a iniciativa privada fazendo investimentos altos na sua produtividade e, dessa forma, aumentando bastante a produção de grãos e carne no Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especialmente na Região Norte. Isso vem acontecendo há muitos e muitos anos. Nós estamos vendo, a cada ano, batermos o recorde de produção, tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul, em Rondônia, no Acre. A indústria, da mesma forma, investindo e aumentando a sua produção na Zona Franca de Manaus. E isso não acontece com relação ao Governo.

Nós precisamos de que haja investimento na infraestrutura para que possamos dar vazão a essa produção. As nossas estradas não têm mais condições de fazer esse transporte, de dar vazão a essa produção. É uma necessidade brasileira hoje de investimento em ferrovias – transporte de cargas, transporte de passageiros para o turismo, como muito bem colocou aqui essa pessoa do Rio de Janeiro que enviou o seu comentário. Ou seja, o Brasil não pode mais ficar dependente apenas das nossas estradas. Por isso, entendo que é importante essa ferrovia.

Já fizemos várias reuniões, diligências, já estivemos com o embaixador junto com os Governos dos Estados do Acre, de Rondônia e do Mato Grosso, em Ji-Paraná, assinando um protocolo de intenções na tentativa de ajudar o Governo brasileiro a resolver todas as questões ambientais que possam estar ligadas aos nossos Estados, seja no Acre, em Rondônia ou no Mato Grosso, por onde passará essa ferrovia.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Bruno: em que pé nós ficamos agora? O estudo já está feito. Já foi detectado que ela é, tanto técnica quanto economicamente, viável.

Com relação à questão ambiental até Porto Velho, eu não vejo problema, assim como o Senador Jorge Viana colocou que até Cruzeiro do Sul também não, porque, ao lado da BR-364, já há uma área destinada à construção dessa ferrovia, assim como, do outro lado, há uma área destinada para a duplicação da BR-364.

Ou seja, não há nenhum problema ambiental que venha a interferir ou que venha a atrapalhar.

E o que eu achei interessante na sua fala, Bruno, é que nós discutimos, por várias vezes, que o importante é você trazer a ferrovia de Porto Velho para o interior, não ao contrário, porque ao contrário você só vai poder se utilizar da ferrovia quando ela chegar a Porto Velho. E ao contrário, Senador Eduardo, Presidente, nós poderemos utilizá-la a cada 200km, para poder utilizar já a ferrovia. Então ela já começa a ser viável antes da sua conclusão.

Então a minha pergunta é só em que ponto nós estamos agora, Bruno, o que vamos fazer e qual o próximo passo, já que o estudo técnico e econômico já está concluído.

São essas as minhas colocações. Obrigado, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, para ganhar tempo, para pegar carona na fala do Acir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... um minuto só, para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E eu prometo depois não usar mais a palavra.

Senador Acir, eu estava lá presidindo uma medida provisória, fiquei lá amarrado, não consegui chegar aqui. O Relator não chegou lá também para me substituir. Mas eu acompanhei a distância e ouvi que estão falando primeiro a saída para o Atlântico, para depois falar no Pacífico. Eu até acho que a saída para o Pacífico vai ser um pouco lenta, de um pouco de dificuldade, por causa do Peru; mas aquele trecho de Sapezal a Porto Velho, a que V. Exª se referiu, é o trecho viável no momento.

Assim como estão fazendo a Ferrogrão, de Sinop a Miritituba, o trecho de Porto Velho a Sapezal, Porto Velho-Sapezal, Sapezal-Porto Velho, pode-se trabalhar em duas, três frentes, não importa se começa em duas frentes, uma de Porto Velho para Sapezal, outra de Sapezal a Porto Velho, outra de Vilhena, mas é o trecho viável no momento, que logo, logo vai dar 10, 15 milhões de toneladas. Eu não vejo, e o Senador Jorge Viana sempre tem falado: "Vamos levar até Porto Velho. Depois discute até o Acre, até o Pacífico." Então esse primeiro trecho é o que nos interessa no momento.

Eu estou vendo aqui, Senador Acir, a coisa escapar, assim como escapou o gasoduto. E o Governador na época, Eduardo Braga, foi quem mais lutou e tirou o gasoduto de Porto Velho... (*Risos.*)

E tirou o gasoduto de Porto Velho. Eu estou vendo agora...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Não é verdade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu estou vendo agora o Blairo Maggi...

Não, porque Manaus, claro, tem 3 milhões de habitantes, tem um parque industrial de 400 indústrias, lógico. O apelo para o gasoduto de Urucu a Manaus foi mais forte do que Urucu-Porto Velho. Então perdemos, Rondônia perdeu o gasoduto.

Agora estou vendo o Ministro Blairo Maggi, da mesma forma, lutando com unhas e dentes para levar a Ferrogrão de Sinop a Miritituba, e mais uma vez a Sapezal-Porto Velho-Lucas do Rio Verde-Porto Velho está ficando preterida.

Então, se não trabalhar, se o Ministério do Planejamento, o Ministério lá do Moreira Franco – como é que é? –, de logística lá, a EPL, não nos ajudarem...

Porque eu estive na Valec semana passada, fui lá tirar dúvidas na Valec. Cheguei lá e fiquei desanimado, Senador Acir, mas desanimado. Aí o presidente da Valec jogou, não foi nem uma ducha de água fria, foi um balde de gelo nessa nossa ferrovia, sabe? Não há projeto pronto, diz que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudos que a China fez não ficaram bons, que isso não ia dar certo agora, que não sei o que lá. Olha, foi um balde de gelo.

Então, se o Ministério do Planejamento e a EPL não nos ajudarem, a Ferrovia Porto Velho-Sapezal não vai sair. Infelizmente... Eu sou muito otimista, não sou pessimista, não; mas tenho que jogar com a realidade. Hoje tenho que trabalhar com a realidade. Se o Governo, se não houver interesse político do Governo Federal...

E quando a China veio aqui e ofereceu ao Brasil US$54 bilhões para obras de infraestrutura, eu falei: "O Brasil não vai dar conta dos projetos, o Brasil não vai preparar os projetos, o Brasil não vai receber esse dinheiro." Dito e feito. O Brasil não recebeu nada ainda e corre o risco de não receber nada desse investimento que a China estava disposta a investir no Brasil por falta de vontade política, por falta de projetos competentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Antes de passar a palavra ao representante do Ministério do Planejamento, Dr. Bruno, para poder responder à indagação, V. Exª gostaria antes de ele se manifestar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu tenho um compromisso, tinha às 10h30, no Ministério de Meio Ambiente de instalação de um grupo de trabalho muito importante para o Pará. Então, eu gostaria de fazer a...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu atendo o apelo de V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – ... mas eu gostaria apenas, a bem da verdade, porque palavras soltas hoje criam graves e sérias repercussões, de repor a verdade com relação ao que disse o Senador Valdir Raupp.

Eu, quando Governador do Estado do Amazonas, efetivamente lutei muito para a viabilidade da infraestrutura do gasoduto até porque era fundamental para a geração de energia no nosso Estado. Até então, praticamente 100% da geração de energia elétrica do Amazonas era promovida por queima de óleo diesel ou por óleo combustível. E veja, Senador Raupp, antes da chegada de V. Exª aqui, aprovamos um requerimento para uma audiência pública com praticamente todas as autoridades do setor elétrico e do setor de energia porque o Amazonas está neste momento sofrendo sanções em função de uma decisão, a meu ver, equivocada da Aneel de desligamento de usinas a gás em função de que ela retira da tarifa o custo de geração a gás, retira do orçamento da Eletrobras e da Amazonas Energia e penaliza o Estado do Amazonas com o desligamento da térmica de Aparecida, com o desligamento da térmica de Mauá e, mais, uma usina nova de 600MW térmica a gás não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conseguia ser comissionada porque a Aneel não autorizada a Petrobras entregar o gás para o comissionamento dessa energia. Apenas com decisões judiciais é que isso está sendo possível. Veja a que ponto chegamos neste País! E, se nós tivéssemos a essa altura gasodutos em Manaus e em Porto Velho, eu asseguro a V. Exª que o abastecimento que é feito hoje pelo tráfego das duas usinas hidrelétricas que o Estado de Rondônia ganhou, seja Jirau, seja Santo Antônio e as interligações de linhas de transmissão que interligam o Estado de Rondônia hoje a todo o setor elétrico brasileiro não teria sido viabilizada se o gasoduto fosse construído até Porto Velho porque, a partir daí, a matriz energética de Porto Velho seria 100% de gás natural sem haver gás natural para abastecer ambos os Estados.

Então, apenas para repor e não ficar aqui parecendo que o Amazonas, que quando governamos o Amazonas, o Amazonas teria sido um fator impeditivo. Ao contrário, acho que a orientação da matriz energética possibilitou o Estado de Rondônia, a partir de então, ter não apenas a hidrelétrica de Samuel, mas mais duas hidrelétricas, um sistema de interligação com o sistema nacional do setor elétrico com linhas de transmissão extremamente importantes, os trafos que hoje solucionaram um problema inicial, estrutural que penalizava o Estado de Rondônia foram substituídos, o número de circuitos que nós temos hoje no bipolo que liga o Estado de Rondônia ao setor elétrico brasileiro.

Tudo isso foi possível graças à definição de uma matriz elétrica e de energia para o Estado de Rondônia que não a de gás natural. Apenas para que amanhã a gente não acabe tendo uma repercussão, seja na imprensa, seja onde for, de forma equivocada. Sei o quanto o Senador Valdir Raupp luta pelos interesses do Estado de Rondônia e luta pela infraestrutura não apenas ferroviária, rodoviária, mas também no setor elétrico. V. Exª esteve inúmeras vezes no Ministério de Minas e Energia quando eu era Ministro de Minas e Energia, por exemplo, lutando por Tabajara. Inclusive, um dos requerimentos aprovados no dia de hoje foi exatamente de uma audiência pública sobre a hidrelétrica de Tabajara, apresentado por V. Exª e aprovado por esta Casa.

Atendendo à solicitação do nosso Senador, peço vênia ao Dr. Bruno e passo a palavra ao nosso Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço, Senador Eduardo Braga. Quero saudar V. Exª e os nossos convidados, o Sr. Bi Qiang, da CREEC, o Bruno Sad, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e o Maurício da Costa, do Ministério das Relações Exteriores. A audiência pública de hoje é da maior importância para o Brasil. Essa linha férrea ligando a Transoceânica, ligando o Atlântico com o Pacífico, é um projeto de uma envergadura muito grande. Como disse o Sr. Bi Qiang, ela tem de ser feita em trechos.

Eu lembro aqui, e quero aproveitar a presença do Senador Raupp, que, em 2008, Senador Eduardo Braga, quando estava sendo feita a revisão do Plano Nacional de Viação, o Relator foi o Senador Eliseu Resende, sendo o Senador Valdir Raupp o Relator no plenário do Senado, eu fiz duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

emendas. Uma emenda corrigindo a Norte-Sul, que no projeto original terminava em Belém, e havia um erro crasso, porque ela tinha de terminar em Vila do Conde, em Barcarena. Então, fiz essa correção, que foi acolhida. Fiz outra que projetava no Plano Nacional de Viação a ferrovia que ligasse Cuiabá a Santarém. Ou seja, uma ferrovia que fosse paralela à BR-163. Naquela altura, os meus Pares disseram: "Mas, Flexa, se a estrada ainda é um sonho, imagine a ferrovia." Eu disse: deixa aí, fica no Plano Nacional de Viação que, quando ela vier a ser viável, já estará projetada. Essa não foi atendida pelo Senador Eliseu Resende. Eu pedi ao Senador Raupp que acolhesse a sugestão como emenda de relator, que era ele, no plenário. E ele o fez. Então, quero aqui, de público, agradecer ao Senador Raupp, pois a Ferrogrão já existe no Plano Nacional de Viação desde 2008.

O que o Senador Jorge Viana falou é perfeito. Lá na década de 50 fez-se uma escolha equivocada, de você tirar a malha ferroviária e colocar a rodoviária, o que levou o País... O meu Estado tinha a Ferrovia Belém-Bragança, que foi desativada.

Até hoje aquela ferrovia está na memória dos paraenses.

Mas há outro sistema de transporte, o Brasil precisa acordar e iniciar sua implantação, que é o hidroviário. Então, nos modais de transporte, você tem o hidroviário, o ferroviário e o rodoviário. Eles não competem entre si, eles se complementam. Então, o ferroviário vai acabar com o rodoviário? Não vai. O hidroviário vai acabar com o ferroviário? Também não vai. Então, nós estamos, agora, avançando e muito no ferroviário e temos que iniciar o hidroviário. Eu sonho que, um dia, a gente possa navegar internamente no Brasil, fazendo uma interligação, que é viável pela engenharia, da Bacia do Amazonas com a do Prata. Então, você passa navegando pelo Brasil, com eclusas, uma obra de engenharia de vulto, mas possível. Para os bisnetos do Senador Eduardo Braga isso pode se tornar uma realidade. Nossos bisnetos.

Mas quero dizer aqui que tem o apoio nosso – e falo em nome dos paraenses – para que possamos implantar o mais rápido possível essa Transoceânica.

Mas vou me ater aqui ao Sr. Bi Qiang, que fez uma observação. Eu pediria que voltasse àquela transparência em que ele mostra as duas bifurcações da Transoceânica: uma saindo por Barcarena e outra saindo pela Fiol, por Ilhéus. (*Pausa.*)

É uma que tem os dois ramais, as duas opções de saída para o Atlântico.

É essa aí.

O Sr. Bi Qiang, na sua apresentação, saiu ali de Campinorte, em Goiás, com uma saída lá por cima, por Barcarena, e outra saída aqui para o leste, por Ilhéus, na Bahia. Ele disse, em sua fala, que acredita que deve se iniciar construindo essas saídas; depois, fazer por outros trechos até se alcançar Rondônia; e, depois, fazer a saída pelo Peru, que ainda precisa ter um estudo mais avançado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu perguntaria ao Sr. Bi Qiang: eu não sei se a CREEC é uma empresa privada na China ou é uma empresa estatal do estado chinês. O Estado do Pará tem projetado uma ferrovia que já faz parte, hoje, do programa de infraestrutura do Governo, que o Ministro Moreira Franco... Lamentavelmente, eu não tenho essa ferrovia para poder projetar, Senador Eduardo Braga, mas ela está totalmente no Estado do Pará e é paralela à Norte-Sul, que ligaria Açailândia a Barcarena.

Então, o que nós conversamos com o Governo Federal, e ele já aceitou, é não fazer o trecho da Norte-Sul de Açailândia a Barcarena, usar o trecho da Fepasa de Marabá a Barcarena e criar um ramal ligando Açailândia à Fepasa e, com isso, evitaríamos gastos em duplicidade para uma mesma finalidade.

Então, eu queria depois, Sr. Bi Qiang, ter uma oportunidade de conversar com V. Sª para colocar a seu conhecimento esse projeto da Fepasa. É um projeto que já está com a sua viabilidade econômica definida, está no processamento de licenciamento ambiental, sendo feito o EIA/RIMA, e o Governo do Estado do Pará busca agora, exatamente, completar o conjunto de investidores para que possa fazer o leilão da concessão dessa ferrovia, uma ferrovia com o ramal ligando Açailândia a Fepasa, de 58km, deve girar, no primeiro trecho, porque lá são dois trechos, de Marabá a Vila do Conde, uns 700km de ferrovia, com carga já definida. Então, não há problema de carga.

O segundo trecho dela, que vai ligar Marabá a Santana do Araguaia, lá, no limite com o Tocantins e Mato Grosso, seria uma segunda etapa. Como disse o Senador Wellington Fagundes, todo o escoamento da safra de grãos do norte de Mato Grosso, e também, já, o Pará já é, já começa a produzir grãos em três polos, e um deles é essa região do sul nosso, escoa hoje pelas rodovias do Pará. Tanto a 158, quanto a 316, a 158 leva à Vila do Conde, direto, e a 316 leva a Mirituba, onde todas as *tradings* estão com portos em construção e alguns já em operação, e a Santarém também.

Então, eu gostaria de passar às mãos do Sr. Bi Qiang e depois, se possível, ter com ele uma conversa para que ele possa assistir à projeção do projeto pelo Secretário de Desenvolvimento do Estado do Pará, Sr. Adnan Demachki, que poderá dar a V. Sª os dados todos sobre a Fepasa.

E agradecer aqui ao Ministério do Planejamento, do Ministro Dyogo, e ao Ministérios das Relações Exteriores e ao Ministro Moreira Franco, ao acolherem a Fepasa também, já, dentro do programa das ferrovias do Governo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e, por igual modo, passo a palavra ao Senador Roberto Muniz e, ao cabo da participação dos Senadores, quando da manifestação dos nossos representantes aqui, tanto do Governo brasileiro, quanto da empresa chinesa, eles responderão às indagações apresentadas pelos Srs. Senadores.

Com a palavra, o Sr. Roberto Muniz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pela ordem.) – Querido Presidente, pela ordem, pedindo compreensão do colega.

Nós temos a iniciativa da Frente Parlamentar, eu não sei se V. Exª poderia permitir, após o Senador Roberto, que nós pudéssemos ter pelo menos dois minutos, três, do Deputado Angelim, só para que ele também pudesse trazer...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Claro, com o maior prazer.

Mas, antes, o Senador Elmano Férrer está inscrito. Assim que o Senador encerrar, passo a palavra ao eminente Deputado.

Com a palavra o Senador Roberto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, inicialmente queria parabenizar todos os requerentes desta Comissão, que trouxeram, mais uma vez, este debate.

Quero saudar também o seu retorno. Ficamos felizes, aqui, com a sua presença.

Quero dizer que, no dia 29/6/2016, tivemos uma audiência aqui, na Comissão de Infraestrutura, quando da Presidência do Senador Garibaldi, e estavam presentes o Mario, Presidente da Valec; o Anderson Lucas, da EPL; Guilherme Bianco, da Sepac; Dino Batista, do Ministério dos Transportes; e o Sr. Bi Qiang, que gostaria que ele ouvisse.

Então, no dia 29/6 estavam essas pessoas, mais o Bi Qiang – e, à época, na placa dele, estava escrito "engenheiro chefe".

Aí eu disse, Presidente, como engenheiro que somos: "Agora as coisas andam." Havia muita gente falando dessa obra, e veio uma pessoa falar como engenheiro chefe dos engenheiros da China. Isso fez uma baita diferença, Senador, porque, nove meses depois, nós temos aqui um relatório final.

À época – eu queria só resgatar algumas questões –, na apresentação feita pela CREEC, a Fiol não apresentava. Ela não estava como uma possibilidade para a Ferrovia Transcontinental, por incrível que pareça.

E tive que me levantar e disse: "Olhe, gente, neste País, com a crise em que estamos [e essa crise não passou], em que não temos dinheiro, negar a existência da Fiol e tentar empurrar o Estado do Rio de Janeiro como a saída do Atlântico é, sem sombra de dúvida, um contrassenso ao momento que estamos vivendo." Nada contra o Rio de Janeiro, nada contra quem faz os projetos, mas é claro que isso nos levaria a esses números que aqui estão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quero só, primeiro, Presidente, agradecer ao Bi Qiang e à equipe deles trazer coisas simples, que o Brasil precisa ter: racionalidade, pé no chão; e trazer o que chamamos de chá de eficiência, ou seja, onde já há recurso investido, é melhor terminar o que já se tem.

A Fiol tem 70% dos recursos já investidos pelo Governo Federal, numa parceria com os governos locais. Aí, sem sombra de dúvida, não por ser baiano, mas a possibilidade de fazer uma interligação entre a Fiol e a Norte-Sul é, sem sombra de dúvida, a certeza de que chegaremos à Ferrovia Transcontinental.

Não vejo saída, se não for primeiro pelo Atlântico e depois a gente caminhar num óbvio caminho mais para o centro do Brasil.

Então, primeiro quero parabenizar, porque, depois de nove meses, Senador Elmano, aconteceu uma coisa clara: o óbvio ficou óbvio.

Quero saudar a obviedade desse achado vindo da China, já que nós não conseguíamos fazer isso aqui no Brasil.

Então, eu queria dizer que nós da Bahia, o Governador Rui Costa, o Vice-Governador João Leão, que foi quem iniciou esse sonho lá atrás, o sonho de um professor da Escola Politécnica, de fazer essa ligação Oeste-Leste, nós conseguimos, a Bahia conseguiu, junto com o Governo Federal – à época o Presidente Lula foi muito importante para estabelecer essa obra como prioridade no Brasil. Acho que isso nos traz a certeza de que esses recursos que estão alocados lá pela Valec sejam algo importante.

Então, faço uma pergunta ao Dr. Bruno, parabenizando-o por sua palavra e a do Dr. Maurício. Pergunto: não em prejuízo do futuro do Brasil, mas fazendo essa ligação com o Rio de Janeiro, fica claro que a Transcontinental passa a incorporar a Fiol como Transcontinental ou vamos ficar brincando, dizendo que temos a Transcontinental e que vai para o Rio de Janeiro? Deve haver essa retomada de consciência para que a Norte-Sul e principalmente a Fiol sejam incorporadas como o início das obras da Transcontinental, porque isso gerará um importante reforço de estratégia para a finalização das obras, que já se encontram em 70%.

Eu acho que isso é de fundamental importância para que tenhamos nesse final, nessa reta final, um marco dizendo: "Os estudos aconteceram. Ficou claro, pelos números aqui colocados, que o Atlântico gera para o Brasil e para os investidores uma taxa de retorno muito mais apetitosa para atrair investimentos: 7,45% contra 2,29% e com um tempo de retorno de 19 anos em média, e não de 37 anos, que seria o dobro do tempo investido.

Então, eu gostaria que saíssemos daqui pelo menos com essa definição clara: a Transcontinental, hoje, parte da Fiol e vai chegar em Porto Velho. E aí sugiro, logo depois disso, estabelecido isso como marco, dividirmos essa situação. Poderíamos fazer um grupo de trabalho – e eu gostaria, Dr. Bruno, de solicitar ao senhor uma audiência e, depois, trazer o Secretário de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Planejamento do Estado da Bahia, para que incorporasse e concatenasse todas as ações que estão sendo feitas também pelo Governo do Estado.

Nós tivemos também oportunidade, Presidente, de receber o Embaixador Chinês, juntamente com grande delegação, na Bahia, que percorreu a Fiol pessoalmente. Senador Jorge. O Embaixador chinês percorreu a Fiol, saiu daqui de Brasília em um ônibus e depois em diversos carros – ele e uma equipe com mais de dez engenheiros –, e chegaram a Salvador. E é claro que ele deu uma sorte e um brilho especial para a segunda-feira de carnaval...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Não é possível!

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Pois é, e tivemos a oportunidade de recebê-lo na Bahia, depois dessa viagem longa.

Ele saiu por todo o trajeto, ele e o Vice-Governador João Leão. Foi depois recebido pelo Governador Rui Costa, pela Senadora Lídice também – eu estava presente. E viu-se que essa seria a melhor estratégia para enfrentamento. Então, a primeira questão seria essa da incorporação da Fiol, da Transoceânica, para que iniciemos esses trabalhos. A segunda seria fazer talvez grupos de trabalhos distintos, para que essa questão da Fiol e também da Norte-Sul tenha uma celeridade, a fim de que possamos fazer isso em tempo mais breve possível, junto também já, depois, com a solicitação do Senador Jorge Viana.

Era isso que eu queria falar, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço a participação de V. Exª e passo a palavra ao Senador Elmano Férrer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu estou inscrito, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – V. Exª está inscrito. Como V. Exª se ausentou, eu havia...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Elmano Férrer é o nosso decano. É um Veín Trabalhador. Vamos ouvi-lo primeiro.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Respeitemos a idade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Meu querido Presidente, demais Senadores, cumprimento todos os palestrantes e peço permissão para fazer uma colocação um pouco diferente do projeto. É apenas uma preocupação que tenho com relação a uma série de projetos já iniciados e paralisados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos, no governo da década de 80, a Norte-Sul. Parece-me que foi o governo José Sarney. Temos agora, no governo Lula, há dez anos, a Transnordestina. Se voltarmos um pouco mais no tempo, chegamos à Transamazônica, que é uma rodovia transversal. Nasce em Cabedelo, lá em João Pessoa, em direção ao extremo limite do Estado de V. Exª com o Peru.

Então, com a permissão dos nossos ex-Governadores aqui, V. Exª, do Amazonas; o Jorge Viana, do Acre, e o Raupp, de Rondônia, e os próximos Governadores – temos muitos aqui... E que retorne ao Acre, V. Exª. Há todas as possibilidades. Então, a minha preocupação, meus nobres – eu me dirijo ao Planejamento, ao Bruno – é com o fato de que iniciamos um grande projeto em um grande governo em uma época passada e, depois, voltarmos a novos projetos, como se não existissem projetos importantes, como esse projeto da Transnordestina, que está paralisado e que diz respeito ao Piauí, ao Estado de Pernambuco e ao Estado do Ceará, para tirar os grãos produzidos ali, numa região onde foi criado um programa, o Matopiba. Logo depois, acabou-se com esse programa.

Quer dizer, há essa descontinuidade em ações importantes do nosso País. Deixamos, abandamos obras e iniciamos uma outra. Essa é um desafio. Nós vamos entrar numa região desconhecida, a Hileia Amazônica, quando se deveria dar prioridade não à ferrovia ou rodovia, no passado, mas, sim, à hidrovia. E, como disse aqui o nosso Senador, há sempre meios de transporte complementares.

É uma observação que eu faço com grande preocupação, que diz respeito, Bruno, à falta de planejamento neste País. Cada governo tem suas ideias, seus planejamentos, e não temos neste País planejamento de longo prazo, haja vista os grandes projetos que nós abandonamos ao longo da nossa história recente. Iniciamos novos projetos, como este, que é um desafio, é importante para o Amazonas do meu querido Eduardo Braga, é importante para o Acre, é importante para Rondônia. Enfim, é uma integração entre dois oceanos, e é uma rodovia tão problemática, que tem o nome Bioceânica ou Transoceânica.

Então, eu queria, nesta oportunidade, externar esta minha preocupação com a descontinuidade de grandes e importantes projetos inter-regionais. Quando se concedeu a Ferrovia Norte-Sul, ou a Transnordestina, do Brasil central, quer dizer, rodovias importantíssimas... Saiu Wellington Fagundes, mas a grande produção do Estado de Mato Grosso não tem como ser escoada. Lá nos cerrados do Piauí, nós estamos com problemas gravíssimos! O que é mais importante? É o que nós temos hoje, os problemas que nós vivenciamos hoje ou os que teremos no amanhã?

Então, meu nobre amigo, Presidente Eduardo Braga, eu não queria fazer perguntas... Aliás, eu quero fazer ao Bruno. Que ele me responda: esses projetos que nós iniciamos há dez anos, no caso, a Transnordestina; a Norte-Sul, na década de 80, no governo do Sarney; e eu não queria nem voltar na década de 70, mas é importante também a Transamazônica, que corta vários Estados do Nordeste e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Norte do País, como explicar isso, esses planejamentos? Como é que os senhores assimilam essa falta de planejamento?

É a intervenção que nós queríamos fazer, meu nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço ao Senador Elmano Férrer e passo a palavra ao Senador Hélio José e, em seguida, ao nosso querido Deputado do Estado do Acre, que nos dá a honra da sua presença.

Por favor, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar nosso Presidente, Senador Eduardo Braga, cumprimentando também Maurício Alves da Costa, Secretário da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério das Relações Exteriores (MRE), nosso querido Bi Qiang, do CREEC, representação da China aqui no Brasil, da ferrovia, e nosso Bruno Nunes Sad, Diretor de Infraestrutura de Logística do Ministério do Planejamento.

Eu acho que o nosso nobre Senador Veín Trabalhador – esse é o apelido que todo o Piauí conhece e sabe, Jorge Viana, não é nenhum depreciativo, porque o Piauí sabe e conhece, e é assim que ele gosta de ser chamado, não é isso? –, Elmano Férrer, honrou-nos compondo a ala do PMDB aqui do Senado Federal. Essa questão da falta de planejamento é essencial, Bruno, e você, que está numa das secretarias mais importantes do Ministério do Planejamento, que tem a carreira de Analista de Infraestrutura, carreira da qual eu faço parte. Fiz concurso público para nela ingressar, talvez um dos concursos mais difíceis que houve da última safra de concursos. Foi necessário fazer provas discursivas, redações e entrevistas e fazer ainda uma prova oral para poder ser admitido no concurso para essa carreira, que significa o planejamento nas áreas de infraestrutura nos 15 ministérios da infraestrutura nacional. Os integrantes dessa carreira se encontram numa situação de zumbis na Esplanada dos Ministérios, com algo entre 40% e 45% de evasão pelo fato de o governo não ter agido de forma adequada quando da sua inclusão na área pública. E você sabe que você tem essa mão de obra nos 15 – não apenas em um – ministérios da infraestrutura nacional distribuída em grande escala pelo Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades, Ministério dos Transportes e Ministério da Integração Nacional e Secretaria dos Portos, e sabe que o Governo fez um acordo com essa categoria de sanar o problema, que foi através da Exposição de Motivos 223, encaminhada e assinada pelo Ministério do Planejamento, mas que não foi cumprida em sua plenitude.

Nós temos uma emenda à Medida Provisória nº 765 – sou membro da Comissão que analisa essa medida, por isso não estive aqui; está havendo uma audiência pública lá e outra na CDH. Quero dizer para você: é importante uma ação sua no sentido de que o Governo cumpra acordo. Acordo é bom somente quando é cumprido por ambas as partes. Quem fez o acordo de cá cumpriu sua parte do acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos procurando trabalhar para evitar os 45% de evasão. Então eu gostaria, dentro dessa necessidade de planejamento, que você, Secretário, se posicionasse junto ao Ministro Dyogo, porque não dá para ficar nessa briga de carreira só porque o Dyogo é Gestor, faz parte de outra carreira, é especialista em políticas públicas. Querer impedir que os Analistas de Infraestrutura sejam equiparados – isso seria o correto desde o início, conforme acordo feito pelo Governo – não é correto. O Governo fez acordo? Tem que cumprir o acordo. A minha emenda está lá para ser atendida na Medida Provisória 765. Espero contar com a sua vênia.

Sobre a questão específica, meu nobre Senador Braga. Realmente é fundamental essa interligação do centro, do norte, do sul e do oeste com essa saída transoceânica. Então, quero cumprimentar a China, que tem grandes fundos, principalmente dos BRICS, que pode investir em nosso País. O nosso País tem um potencial imenso para escoar essa safra.

Eu sou Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. Queremos dar total apoio a essa questão. Temos condição tranquila de evoluir, de fazer com que haja um grande desenvolvimento no Brasil. Além de poder escoar toda essa safra de soja e outras safras de minérios, poderemos fazer todo esse intercâmbio com a China e com outros países, teremos condição de bem aproveitar nosso potencial.

Acho que colaborações importantes, como a do Senador Jorge Viana – ele saiu daqui –, contribuem para o projeto. Cada pessoa aqui do Brasil, cada Senador, quer muito que esse projeto seja uma realidade. Então, as contribuições que o Jorge Viana trouxe com relação à questão ambiental vêm ao encontro da viabilização do projeto, assim como as outras contribuições dos nossos nobres Senadores de Rondônia e do Mato Grosso.

Eu queria, só para colaborar, ir direto às três perguntas que quero apresentar.

Qual é o impacto da recente expansão da capacidade do Canal do Panamá, bem como da construção futura do Canal da Nicarágua sobre a viabilidade econômica do projeto em discussão. Quero saber se isso impacta alguma coisa e como podemos trabalhar para garantir que a Transoceânica não seja subjugada com esses dois grandes projetos mundiais, também das Américas.

Via de regra, as ferrovias são investimentos que se justificam quando a capacidade de ligação rodoviária se encontra esgotada. No caso em tela, há uma ligação rodoviária pela BR-317, a Carretera Interoceanica, que, segundo consta, é ainda bastante subutilizada. Muitos problemas que afetam a viagem por caminhão, como altitude e burocracia nas fronteiras, podem afetar os trens. Como mitigar esse risco? Queremos saber como os trens não terão problema para fazer a travessia dessa região, que é uma região também complicada.

O Governo Federal sofre uma falta crônica de pessoal qualificado – é a pergunta que eu fiz para o Bruno – para a discussão de projeto dessa magnitude. Sabemos das atuais dificuldades para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

contratação de engenheiros experientes e para a valorização das carreiras de infraestrutura. Como isso pode afetar o projeto?

Então, Bruno, é necessário você responder nossa questão e também dizer como nós, analistas de infraestrutura que estamos espalhados e somos todos servidores do Ministério do Planejamento, com toda a nossa experiência no Ministério dos Transportes e em outros ministérios, podemos colaborar para tornar real essa importante obra para o nosso País.

Eu queria agradecer o nosso Eduardo Braga por trazer esse assunto tão importante à discussão aqui e dizer ao nosso representante do Ministério das Relações Exteriores que cheguei a propor aqui uma agência nacional de atração de negócios, uma ABN, uma proposta indicativa para o Governo porque o que acontece?

A Apex se preocupa em exportar; temos aquela comissão das indústrias que só se preocupa em defender corretamente as indústrias nacionais e não temos uma comissão de atração de capital. E os grandes fundos, como o BRICS, fundos arábicos, fundos americanos, têm. No Brasil, com esse potencial imenso para investimento em infraestrutura, como poderíamos melhor incrementar a atratividade desses fundos, inclusive propiciando aos engenheiros e ao governo chinês, que têm fundos para investir, oportunidade para aproveitarem esse potencial brasileiro e investirem aqui? Como vocês, no Ministério das Relações Exteriores, estão trabalhando essa questão? A ideia era o Ministério da Indústria e Comércio junto com Ministério das Relações Exteriores construírem essa Agência Brasileira de Negócios para podermos, especificamente, nos concentrar para trazer investimentos dessa magnitude para o nosso País.

Obrigado.

Forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo ao nosso Senador Hélio José, passamos a palavra ao Deputado, representando o Estado do Acre.

O SR. ANGELIM – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, os Senadores Jorge Viana e Acir Gurgacz, que são os autores com os demais Senadores deste requerimento, V. Exª, Senador Eduardo Braga, os nossos palestrantes, e, especialmente, o nosso visitante Bi Qiang.

Sr. Presidente, em um País com as dimensões territoriais como o Brasil e com o vazio que ainda existe no nosso centro de rodovias e ferrovias, um projeto dessa magnitude da Transcontinental não deveria ser apenas uma prioridade das Bancadas do Norte e do Centro-Oeste e nem do Governo, mas um projeto de Estado brasileiro pela sua prioridade e importância para o nosso País. Por outro lado – é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um juízo meu –, há um equívoco histórico, Senador Acir Gurgacz, pelo modelo rodoviário, e o Governo brasileiro há décadas fez essa opção.

Parece-me uma posição equivocada pelo alto custo dos transportes de cargas que um modelo rodoviário tem, quando temos uma bacia hidrográfica riquíssima, extensa; Além disso, temos a possibilidade de ferrovias, que seriam de um custo muito mais em conta. Daí a ineficiência ultrapassada do nosso sistema modal brasileiro.

Por outro lado, eu gostaria aqui de ressaltar que me parece que a China está muito avançada nos estudos dos projetos, o que não vejo do lado brasileiro. Daí a demanda da China, da criação desse fundo para o financiamento do restante do projeto, projetos executivos e básicos. Daí a importância de que estejamos todos unidos nesta Casa Legislativa, no Congresso Nacional, para que possamos demandar a priorização dessa Transcontinental.

Agora, deixou-me muito triste quando, no dia 13 de março, num debate com o Ministro da Agricultura Blairo Maggi, lá com as Federações do Estado do Acre, foi perguntada a sua opinião sobre a execução dessa ferrovia. E ele disse assim – abre aspas: "Eu não diria impossível, mas bem difícil de se concretizar, a não ser que a China pague quase tudo." Eu acho que devemos ter uma, não digo unanimidade, mas devemos estar juntos para defender um projeto com essa magnitude. Eu não sou do imediatismo, do oportunismo. Vai demandar tempo, mas que possamos concretizá-lo. Não por beneficiar só a minha região, o Acre, mas por beneficiar uma região altamente produtiva como o Centro-Oeste, como aqui a parte do Norte, passando por Rondônia, e principalmente, o Brasil precisa urgentemente priorizar a construção de ferrovias cruzando os nossos Estados brasileiros.

E no último minuto, Sr. Presidente, com a sua vênia, quero passar ao Presidente da Frente Parlamentar de Ferrovias da Câmara, o Deputado Pedro Uczai. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com prazer ouvimos o Presidente da Frente Parlamentar, pela Câmara dos Deputados. Por favor.

O SR. PEDRO UCZAI – Obrigado, Senador Braga, pela generosidade. Colegas Parlamentares, Senadores e Deputados, palestrantes.

O avião atrasou. Eu estava com muita curiosidade de assistir a este momento histórico aqui nesta Casa, com a exposição dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental da empresa chinesa. Por isso, estou aqui. Vim também para cumprimentá-los e ao Senado da República, Casa que pensa o Estado brasileiro.

Não é possível imaginar o futuro sem ferrovias, porque a ferrovia, estamos mais do que convencidos, é um transporte mais barato, é um transporte mais seguro, é um transporte ambientalmente sustentável, é um transporte que induz o desenvolvimento para o interior deste País,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gerando possibilidades e oportunidades para um País que é continental. E inclusive as ferrovias contribuem para melhorar as condições das nossas rodovias.

Se isso é verdadeiro, projetos dessa grandeza, de colocar o Brasil numa relação internacional e bioceânica, do ponto de vista de geopolítica e estratégia de desenvolvimento, são fundamentais. Então, eu queria referendar esse ponto.

O segundo ponto: a opção política de um Governo brasileiro, e eu tenho insistido ao longo desses últimos anos, qual é a espinha dorsal e que País queremos?

Na minha avaliação, a Norte-Sul é a ferrovia fundamental e central para o futuro do País – e depois dela, os demais projetos ferroviários – não só porque liga Belém ao extremo sul, mas pelo interior de Santa Catarina, pois grande parte da perspectiva histórica se fazia pelos litorais do País, e se interiorizava um eixo ferroviário, que faz as suas relações com os demais modais.

Segundo, permite o casamento não só de produção para exportação, mas também para a industrialização do interior deste País, porque há projeto ferroviário que é para mandar *commodities* para o estrangeiro, mas há projetos ferroviários que, além de mandar *commodities*, também vendem e transportam produto de alto valor agregado.

Então, quando ligamos a soja e o milho, o farelo e também proteína animal – e a nossa região é a mais desenvolvida da América Latina do ponto de vista agroindustrial – não queremos vender para a China só milho e soja; queremos vender também proteína animal para deixar o emprego aqui, a indústria aqui, a tecnologia aqui, o desenvolvimento industrial também aqui no Brasil. Portanto, o projeto ferroviário vai ter uma opção prioritária para uma ou outra direção. Ou vai ser complementar, porque queremos industrializar o interior deste país e também exportar produto industrializado, ou vamos nos especializar nos traçados ferroviários para exportar *commodities* de baixo valor agregado, de baixo salário produzido no Brasil, e transformar esses produtos nos países do mundo. Essa é a segunda observação que está colocada.

A terceira e última – não vou me estender, pela sua generosidade, não vou ocupar mais tempo – eu já questionava, no Governo anterior, a fragmentação da política estratégica ferroviária brasileira. É importante ter aqui o Ministério do Planejamento, mas, quando se fala em ferrovias no País, você fala em que órgão do Governo? Na EPL? Na Empresa de Planejamento e Logística, que é a responsável pelo projeto ferroviário brasileiro? É o Ministério dos Transportes ou é a Valec? É essa fragmentação impede efetivamente....

Eu convivo na Região Sul em que há projeto da EPL, projeto da Valec e projeto do Ministério dos Transportes, mas não se juntam. Daqui a pouco, se não cuidar, vai haver bitola diferenciada nos três estudos do mesmo Governo. Estou brincando, mas essa crítica, que não estou fazendo aqui, neste momento conjuntural, venho fazendo ao longo da experiência junto ao Governo. Então, temos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

juntar um projeto estratégico, como são as ferrovias, para que, quando a China quiser conversar, saiba a quem procurar: a EPL, a Valec ou o Ministério dos Transportes?

Quando se fala do ponto de vista técnico, quem vai tocar, quem vai construir? Essa fragmentação dificulta, efetivamente, a construção de um projeto integrado, intermodal e também integrado ao ferroviário. Acho que esse é um passo necessário, fundamental, do ponto de vista do Estado brasileiro.

Eu não gostaria de lembrar o Senador Blairo Maggi, mas, como o Angelim lembrou aqui, lamentavelmente, ele esteve na nossa Região e também se referiu à impossibilidade de construir ferrovia para o Sul do País, como a Norte-Sul. Eu acho que a conjuntura não pode impedir que se pense estratégica e estruturalmente o País. Experiências ferroviárias da China, e não tenho dúvida de que é uma das melhores engenharias do Planeta, que pode ser uma parceira estratégica do Brasil, industrializando e também vendendo *commodities*.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Nós que agradecemos a participação de V. Exª.

Passaremos, agora, às respostas e considerações finais dos nossos palestrantes.

Portanto, passo a palavra, primeiramente, ao Sr. Bi Qiang para que ele possa fazer suas considerações finais e também responder às perguntas apresentadas por diversos Senadores à empresa chinesa e ao estudo apresentado na manhã de hoje.

Com a palavra o Sr. Bi Qiang, por favor.

O SR. BI QIANG (*Tradução simultânea*.) – Em primeiro lugar, quero responder algumas perguntas sobre a ampliação do Canal do Panamá, em que sentido vai afetar o projeto. Como engenheiro, o Canal do Panamá está acima da Ferrovia Transcontinental. É mais uma garganta. E acreditamos que a ampliação do canal do Panamá vai contribuir para a exportação do Brasil.

Em relação a transportes multimodais, hoje existe uma grande falta de capacidade de transporte. A combinação de três modais não vai aumentar rapidamente essa capacidade. Por isso, essa ferrovia oceânica não vai ser afetada pelos diversos modais.

E a ferrovia em relação à estrada de alta eficiência, segura e econômica. Podemos ver que todos os países desenvolvidos possuem uma malha ferroviária desenvolvida. Nos últimos 30 anos, por que a economia da China cresceu rapidamente? Porque a China investiu muito na malha ferroviária. Construímos 100 mil quilômetros de ferrovia, incluindo trem-bala. Mas existe um único órgão do Governo que faz planejamento da malha ferroviária na China. É a Companhia-Geral de Ferrovia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional da China que define os traçados de todas essas ferrovias, para evitar a fragmentação das ferrovias.

A malha ferroviária da China foi se ampliando de leste a oeste. Nesse sentido, é parecido com o Brasil. O leste da China está ao lado do Pacífico, que é mais desenvolvido, e o oeste é menos desenvolvido. No Brasil, também: leste é mais desenvolvido, e o centro-oeste, ao lado da cordilheira andina, é menos desenvolvido. Por isso, essa ampliação da ferrovia de leste a oeste vale também para o Brasil.

Realmente, concordo muito com a observação dos Srs. Senadores em relação à fragmentação dos órgãos do Governo sobre o planejamento de ferrovia, porque isso atrapalha o uso mais eficiente das verbas.

Estou muito honrado de participar desta reunião e de ter esta oportunidade de intercâmbio com os Srs. Senadores.

Nossa empresa é uma empresa estatal, e nossa matriz é uma das 500 maiores empresas do mundo. Acredito que a Ferrovia Bioceânica e também outras obras propostas para o Brasil poderão atrair investimentos chineses. São obras brasileiras, mas, politicamente e historicamente, o governo chinês sempre está disposto a apoiar a construção das obras no Brasil. Logicamente, é uma sugestão nossa. Não podemos interferir nas decisões brasileiras.

Com o apoio da parte brasileira, já temos concluído o estudo de viabilidade. E esses sucessos se devem ao esforço conjunto de ambas as partes.

E futuramente os especialistas chineses estão dispostos a colaborar com especialistas brasileiros, para que essa obra possa sair do papel e contribuir para este momento econômico do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço as considerações finais do Sr Bi Qiang, a sua participação nesta audiência pública na qualidade de palestrante.

Passo a palavra ao Dr. Bruno Nunes Sad, representante do Ministério do Planejamento, para as suas considerações finais e também as respostas de indagações de alguns dos nossos Senadores.

O SR. BRUNO NUNES SAD – Primeiramente, eu gostaria de agradecer novamente a oportunidade de trazer a posição do Ministério do Planejamento.

Em relação às perguntas, elenquei as que pude anotar e se porventura eu esquecer alguma... Vou respeitar a ordem em que elas foram endereçadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Do Senador Acir, sobre o "e agora, o que vem?", dado que o estudo foi apresentado e está em mãos. Vimos o problema de atacar o bloco da ferrovia como um todo. Já há um consenso de que o trabalho vai ter que ser por trechos e, de preferência, naqueles em que há uma carga que sirva como âncora como viabilizadora do investimento na região em temos de tornar operacional, o quanto antes. o processo.

Acho que passei rapidamente na minha explanação, mas a nossa ideia é que agora apareceu ainda mais forte, a partir do apontado nesta audiência pública, que, com a licitação da Fiol, com a licitação da Ferrovia Norte-Sul, os trechos preparados, a Valec vai ficar relativamente ociosa no que concerne ao seu papel de construtora de malha ferroviária.

A gente vê, agora mais claramente que nunca, que é essa frente de Porto Velho em direção ao interior parece a próxima fronteira a ser atacada pela empresa estatal, de forma que o investimento público ali alocado, que hoje gira em torno de 1 a 2 bilhões por ano, historicamente, possa iniciar – de preferência do porto para o interior para que vá gerando capacidade operacional e receitas durante o processo – ele possa, no futuro, ligar a Ferrovia Norte-Sul e ligar a Fiol, que já está na resolução da PPI como obra prioritária na esfera Federal – foi na Resolução 01.

Então, vemos que, ao mesmo tempo em que as cargas que alavancam o projeto, que são soja e minério, ainda não são suficientes para fazer um projeto *greenfield* agora. Você já trazer um investidor para fazer o investimento total, de toda a Bioceânica, essas cargas vão servir como propulsoras do projeto por trechos.

Em relação aos estudos, colocado na pergunta do Senador Valdir Raupp, conversamos com a Valec previamente a essa audiência em relação à possibilidade de ela complementar os estudos no trecho Porto Velho-Sapezal, dado que ela já tem os estudos de Sapezal até Campinorte, adaptando os estudos recebidos da comitiva chinesa, no sentido de que possa também tornar público um EVTEA e patrocinar esse projeto, de forma que possamos trabalhar na construção do projeto como um todo, apesar da restrição orçamentária nos atrapalhar nesse primeiro momento o início da obra de imediato na região.

Então, em relação à carga, o que eu tinha para dizer é isso. Apesar de os grãos do minério estarem patrocinando o projeto, vemos também como uma importância geopolítica. Talvez o MRE possa complementar melhor do que eu, porque não vemos apenas como um corredor de exportação de grãos. Também pode ser utilizado para passageiro, pode ser utilizado para fomentar uma indústria que esteja necessitando de uma logística para escoamento. Tudo isso deve ser incorporado ao estudo, que, no momento, ainda não existe. No momento, o estudo de demanda buscou ver a carga hoje existente e no sentido da expansão da planta agrícola e de minérios. Então, nesse sentido, eu vejo que é a próxima frente de ataque da Valec, como empresa de engenharia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Flexa Ribeiro referiu-se à questão da Fepasa, que é um projeto realmente todo do Pará, com a conexão na malha Norte-Sul. Ele é um projeto cuja viabilidade econômico-financeira já foi elencada, devido às minas da região. Para fazer o primeiro trecho, até a Norte-Sul, e, depois, o segundo trecho, no Sul do Pará, acho que o material já foi encaminhado para o representante chinês para avaliar a questão da viabilidade e do interesse em entrar no projeto.

Em relação às colocações do Senador Roberto Muniz, que eu pude anotar, trata-se do uso da Fiol como o corredor logístico de acesso ao Atlântico da própria Ferrovia Bioceânica. O estudo que a delegação chinesa nos apresentou veio da Ferrovia Norte-Sul até o escoamento pelo Peru. Na nossa visão, é fundamental que a Fiol seja vista como a parte complementar do crucifixo, do corredor logístico bioceânico. Como os portos da Região Sul já estão bastante engargalados, nós temos vários projetos de resolução de problemas de conflito em malha urbana e, ao mesmo tempo, de expansão de áreas portuárias. Nós vamos como prioridade a Fiol ser essa questão do canal.

E já me ponho à disposição para realizar os trabalhos em separado, num subgrupo, para relação a viabilizar a Fiol. Como bem colocado, o trecho de Caetité até Ilhéus já está 70% concluído. A viabilidade já é clara, e a proposta do Governo Federal, por meio do PPI, é equipar para licitação o quanto antes. Está sendo preparado para isso e, no futuro, para poder fazer a integração de todos os trechos.

Em relação às questões colocadas pelo Senador Elmano Férrer, em relação a projetos iniciados e ainda não acabados, entendi que havia um enfoque muito grande na Transnordestina. No final de março, nós criamos um grupo de trabalho, de que eu sou um dos coordenadores, juntando todos os Ministérios envolvidos, para que a empresa, a CSN, e a Transnordestina tenham um canal único de comunicação para colocar suas angústias. Há uma tarefa árdua agora em relação a conseguir tirar a cautelar que o TCU apresentou, que impede a alocação de recursos públicos no projeto enquanto algumas dúvidas em relação a custo da obra, uso e fontes não forem resolvidas. Mas traz grande preocupação para o Governo Federal, para o Ministério do Planejamento, viabilizar essas obras não acabadas. No caso da Transnordestina, temos uma expectativa de que, desse grupo, surja uma solução boa para a retomada a todo vapor da obra.

Eu tive até oportunidade, semana passada, de estar na Câmara dos Deputados falando sobre a ferrovia, sobre os próximos passos: em 60 dias a gente espera ter um relatório consolidado. Mas, na nossa visão, isso não impede que a gente também trabalhe o futuro. A Ferrovia Bioceânica é o futuro que a gente vê de integração nacional, desenvolvimento regional e de complementação da malha logística brasileira. Então, a gente quer tratar em frentes complementares esses projetos.

Em relação aos pontos colocados pelo Senador Hélio José, realmente, no estudo não foi tratada a questão de conflito com a expansão do Canal do Panamá e do futuro Canal da Nicarágua. O impacto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

talvez tenha que ser refinado junto à EPL e à Valec para saber a questão de carga, roubo de carga, ou rota de fuga nesse sentido.

Quanto à questão do pessoal, dos analistas de infraestrutura, era uma carreira que estava sob a gestão da nossa Secretaria no momento que eu estava lá. O Ministério do Planejamento avocou para a Seges, a Secretaria de Gestão, a questão de organizar todas as carreiras de infraestrutura. É uma carreira em que a gente trabalha muito junto. A minha equipe é formada por vários analistas de infraestrutura. Está ganhando cada vez mais expressão dentro do Governo, dado seu grande uso também no PPI, no Projeto Crescer, está sendo fundamental para poder elaborar os projetos. Eu vou levar ao Ministro Dyogo a sua preocupação com a questão da equiparação em relação ao ciclo de gestão e à emenda na MP em andamento.

Em relação à questão colocada pelo Deputado Angelim, de viabilização da ferrovia, e à preocupação quanto às declarações do Ministro Blairo, a gente realmente tem essa questão da financiabilidade como um desafio, mas a gente acha que a nossa estratégia de ataque pode ser vencedora no sentido de que, a partir do momento em que a gente consiga o recurso orçamentário, que o espaço orçamentário que hoje a Valec tem para a Ferrovia Norte-Sul e para a Fiol seja desonerado por meio de concessões públicas, a gente consiga alocar na região que hoje aparenta ter mais viabilidade econômica, que é Porto Velho até Sapezal. E, com isso, a gente vai gerando receita, e essa receita permite a expansão e o ataque dos trechos, conforme a gente consiga priorizar.

Sobre a fragmentação da política estratégica em relação aos vários órgãos, é um desafio que a gente tem no Governo, dado o histórico. O DNIT tem um papel importante dentro do Ministério dos Transportes, fazendo a parte de intervenção urbana. A gente recentemente aprovou uma ata do GPAC que cuida das obras que estão na esfera do DNIT, remanejando vários recursos para que seja possível o ataque nas intervenções urbanas lá no DNIT.

Sobre o papel da EPL e da Valec, a gente vê a Valec como a nossa grande propulsora do investimento ferroviário, um orçamento robusto dentro das nossas limitações orçamentárias, e a EPL como planejadora e atual articuladora do PNLI. Dentro do possível, o Planejamento entra coordenando eventuais arestas no relacionamento entre esses órgãos.

Assim como fizemos a Transnordestina para a criação de um grupo de trabalho específico, porque lá ainda há um financiamento, Ministério da Integração, FDNE, Finor, estamos fazendo esse papel de integrar e eventualmente coordenar essas áreas cinzentas de participação.

Praticamente, salvo engano, eram esses pontos que ficaram em aberto. E o Planejamento se põe à disposição para detalhá-los em audiências futuras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu agradeço a participação do Dr. Bruno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo a palavra ao Dr. Maurício Alves da Costa para suas considerações finais, bem como para as respostas relativas à participação dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO ALVES DA COSTA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria começar me referindo à colocação do Bruno sobre a questão política e geopolítica. Do nosso ponto de vista, a Ferrovia Transcontinental não deve ser tratada meramente como um corredor de exportação, que leva produtos e traz produtos para dentro do Brasil, mas como um corredor de desenvolvimento e de integração. Esse entendimento é importante, principalmente para a inclusão, a entrada, o aumento da vontade política do Peru para a viabilização do projeto pelo Pacífico. Se se consolidar, do lado peruano, o entendimento de que o Peru é apenas um ponto de passagem, que a ferrovia apenas passa para levar e trazer produtos, vai ser muito difícil que o Peru se integre ao projeto definitivamente. Então, esse é um ponto importante. A ferrovia, do nosso ponto de vista, deve ser tratada como um corredor de integração e não apenas como um corredor de exportação.

Respondendo ao Senador Hélio José sobre a questão dos investimentos, sobre a agência de investimentos, como diz uma frase famosa no Brasil: eu não sou capaz de opinar sobre isso em relação à posição do Ministério. Entretanto, o Ministério das Relações Exteriores tem uma unidade responsável sobre o tema de investimentos e captação de investimentos, que é a Divisão de Investimentos, ligada ao Departamento de Promoção Comercial do Ministério. Então, existe uma unidade no Itamaraty que, dentro evidentemente de todos os limites legais e orçamentários, faz o trabalho de captação de investimentos.

Por último, eu queria agradecer o convite, a participação do Ministério, da nossa unidade, a Celac, que é a unidade responsável, no Itamaraty, pela discussão e acompanhamento de todos os projetos de infraestrutura na América Latina, especificamente na América do Sul. Além da Ferrovia Transcontinental, nós discutimos e acompanhamos o Corredor Ferroviário Bioceânico Central com a Bolívia e o Corredor Rodoviário Porto Murtinho, Iquiqui, com o Chile. Esses são os três grandes projetos que nós temos acompanhado entre outros.

Queremos nos colocar à disposição. Sempre que a Comissão de Infraestrutura precisar ou quiser saber a opinião do Itamaraty, nós vamos estar a postos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradeço ao Dr. Maurício.

Por fim, agradeço a presença dos nossos convidados, que contribuíram enormemente com esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero agradecer, de forma muito especial, ao Sr. Bi Qiang, que compareceu trazendo a esta Comissão informações que reputamos importantes. Quero cumprimentá-lo pela execução e pela conclusão desses estudos preliminares porque, sem nenhuma dúvida, demonstram a viabilidade do ponto de vista de uma obra estratégica, de uma obra que, como já foi dito, tem repercussões não apenas no ponto de vista da exportação, mas também na interiorização do desenvolvimento macroeconômico e social, agregando valor aos nossos produtos. Agregam, sem nenhuma dúvida, o Brasil como uma liderança regional e como um ponto, na logística internacional, extremamente importante não só pela produção de grãos, mas pela produção de bens industrializados, na agregação de bens com valor, na parte da mineração, no semielaborado, no elaborado. Portanto, uma obra que tem um contexto estratégico não só no desenvolvimento nacional, mas no desenvolvimento regional e com um papel na integração da macroeconomia internacional.

Agradeço a participação do Sr. Bi Qiang, também dos representantes do Ministério do Planejamento e das Relações Exteriores, bem como a participação dos nossos Senadores e dos nossos Deputados que abrilhantaram a nossa audiência pública.

Convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada dia 25 de abril, próxima terça-feira, às 9h.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia quinze de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores João Alberto Souza e Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp, Ângela Portela, Regina Sousa, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Thieres Pinto, Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Tasso Jereissati, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2017/2018. É recebido apenas uma indicação, somente para Presidente, da Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Eleita, por aclamação, presidente a Senadora Fátima Bezerra. A eleição do Vice-Presidente fica adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Alberto Souza

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Havendo número legal, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2017/2018, nos termos do disposto no art. 88, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa... Nós só temos a indicação aqui para Presidente, que é a Senadora Fátima Bezerra. O Vice-Presidente nós elegeremos, já sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, na próxima reunião.

Consulto os Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, tendo em vista uma única indicação.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Não havendo objeção, declaro eleita e empossada a Senadora Fátima Bezerra para Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (*Palmas.*)

Eu convido a Senadora Fátima Bezerra para tomar assento à mesa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu quero primeiro agradecer ao Senador João Alberto, saudar aqui os nossos colegas Senadores integrantes da Comissão, os demais convidados e quero muito rapidamente primeiro agradecer a escolha do meu nome para presidir esta Comissão, agradecer, inclusive, o fato de ter sido eleita por unanimidade. Quero aqui também, mais uma vez, destacar o meu agradecimento aos companheiros e companheiras da minha Bancada, Senadora Ângela, que fizeram a indicação do nosso nome. Mais do que isso, quero aqui registrar o gesto da Bancada do Partido dos Trabalhadores daqui do Senado de promover a valorização da mulher na política, quando, neste biênio 2017/2018, indica para liderar a Bancada uma mulher, a Senadora Gleisi Hoffmann, bem como, no que diz respeito às Comissões Permanentes – que, de acordo com o Regimento, coube ao Partido dos Trabalhadores indicar – também, mais uma vez, promoveu o incentivo e a valorização das mulheres na política quando indicou a Senadora Regina, aqui presente, para presidir a Comissão de Direitos Humanos, junto com o Senador Paim, e indicou a mim para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Segundo, Senador Elmano, quero aqui dizer do nosso sentimento de alegria, de honra de, num primeiro mandato de Senadora, portanto, no meu terceiro ano legislativo, já estar tendo a oportunidade de presidir uma das comissões que reputo uma das comissões mais importantes da nossa Casa, do Senado Federal. Afinal de contas, trata-se de uma comissão que vai abordar o tema da questão do desenvolvimento regional e do turismo. E tratar desse tema, principalmente nesses tempos que nós estamos vivendo de recessão, de estagnação econômica, de desemprego, de cortes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de investimentos, de retirada de direitos.Tratar desse tema neste momento que o País vive é muito importante, Senador Elmano, por essas políticas que o País enfrenta hoje, essa realidade nacional que o País enfrenta pelo quanto de reflexo ela tem para as nossas regiões, para os nossos Estados, para o País como um todo.

Vejam bem a situação fiscal dos Estados; uma situação extremamente difícil. Os Estados, não só o Rio Grande do Norte, como vários outros Estados, hoje, sequer estão tendo condições de garantir em dia o pagamento dos seus servidores; investimentos nem pensar; a precarização no campo das políticas públicas idem também, notadamente na saúde, na educação e na segurança. Não é à toa que, hoje, o País amanheceu em mais um dia de protesto frente a toda essa realidade que está aí colocada, especialmente, inclusive, no que diz respeito à questão da reforma da Previdência e da reforma trabalhista.

Mas, de forma muito breve, o que eu quero aqui dizer para os senhores é que o nosso desejo é fazer aqui uma gestão compartilhada. Comissão de Desenvolvimento Regional, então isso diz respeito ao desenvolvimento regional como um todo, porque nós não podemos pensar política de desenvolvimento nacional desassociada da política de desenvolvimento regional; vice-versa também, nós não podemos pensar política de desenvolvimento regional desassociada da política de desenvolvimento nacional.

Certamente os grandes temas estão aí, repito, a nos desafiar, desde a questão da realidade, da situação fiscal que os Estados vivem, à questão do petróleo, do gás, da energia, a própria situação pela qual passa a Petrobras e o reflexo que a situação da Petrobras hoje está tendo para o País em matéria de desindustrialização, inclusive com seus reflexos dramáticos para a Região Nordeste, como é para o meu Estado, o Ceará, Bahia, Pernambuco e outros.

Assim como, por exemplo, outro tema muito importante, Senadora Regina, é a questão da gestão dos recursos hídricos – não só no que diz respeito a essa grandiosa obra que é a transposição das águas do São Francisco e o quanto ela demanda para que a gente possa estar atento daqui para frente no que diz respeito à entrega ainda do eixo norte, que falta, que vai beneficiar inclusive o Ceará e o Rio Grande do Norte – mas, sobretudo, no que diz respeito ao uso dessas águas, como é que vai se dar exatamente a gestão no que diz respeito ao uso dessas águas e a quem, de fato, exatamente ela beneficiará, além do grande benefício que ela trará, claro, que é a segurança hídrica do Nordeste. O próprio tema do turismo também, o tema da aviação, da infraestrutura aeroportuária, etc.

Então, é com esse sentimento, repito, que a gente assume a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, esperando corresponder à confiança aqui dos meus pares para que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo possa dar a sua contribuição no que diz respeito ao enfrentamento dessa realidade dramática que o País vive hoje, repito, de estagnação econômica, de desemprego, de cortes de investimentos, e os seus reflexos para as demais regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e todas. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Fátima Bezerra e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Ângela Portela, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Thieres Pinto, Eduardo Lopes, Ronaldo Caiado, Paulo Paim e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: 1ª Parte - Reunião administrativa. Finalidade: Definição do funcionamento da comissão, em especial quanto a data e horário de início das reuniões. Resultado: Reunião administrativa realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado um Ciclo de Debates nesta comissão, com participantes e subtemas a serem definidos pelos integrantes deste colegiado, objetivando discutir o papel do Desenvolvimento Regional e do Turismo no Brasil." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de avaliar o andamento das obras sociais derivadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIS), uma vez que as obras da transposição demandam a remoção de comunidades inteiras, cabendo ao Poder Público a adoção de uma séria de medidas preventivas e protetivas no sentido de preservar os direitos das pessoas afetadas pelas obras." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6 de 2017 - Não Terminativo - que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7 de 2017 que: "Requer a realização de ciclo de debates sobre o desenvolvimento da região amazônica e a MP 757" Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento Nº 8, de 2017 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública para debater “Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos estados do Norte e Nordeste" Autoria: Sen. Regina Sousa. Resultado: Aprovado. 3ª Parte - Lançamento da publicação. Finalidade: Lançamento da publicação referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2016, no âmbito da CDR, cujo tema foi "Avaliação de Política Pública da Aviação voltada para o Desenvolvimento Regional". Presidente: Senador Davi Alcolumbre Relator: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Não realizada. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Ângela Portela, Lídice da Mata e Regina Sousa. Após dispensa de sua leitura, a ata da 1ª reunião é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 1ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, junto com as notas taquigráficas.

Vamos à fase dos comunicados.

Recebemos o Aviso nº 63, Seses-TCU-Plenário, do gabinete da Presidência do TCU, de 13 de fevereiro de 2017, encaminhando cópia do Acórdão nº 177/2017, proferido pela Corte do Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo do Tribunal de Contas nº 0212252016/18.

O acórdão trata de auditoria realizada na Eletrobras Distribuição Roraima, com o objetivo de analisar a qualidade dos serviços, as ações adotadas para evitar perdas elétricas, a capacidade gerencial e a saúde financeira da entidade. Como consequência dessa auditoria, o Tribunal de Contas da União, por seu Plenário, acolhendo as razões apresentadas pelo Relator do processo, recomenda que a empresa em questão adote diversas providências com vista à melhoria dos serviços.

O referido aviso ficará na Secretaria de Apoio da CDR à disposição dos interessados.

Recebemos o Ofício nº 51, de 2016, de 3 de novembro de 2016, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná, subscrito pelo Presidente daquela instituição e despachado a esta Comissão pela Presidência do Senado Federal, dando conta da aprovação de uma moção no sentido de destacar a importância da manutenção de políticas públicas referentes ao Território brasileiro, em especial aquelas que envolvem os profissionais afeitos ao Sistema Crea/Confea, com a ordenação territorial no campo e nas cidades.

Recebemos o Ofício Circular nº 020, de 7 de novembro de 2016, da Câmara Municipal de Manacapuru, no Amazonas, subscrito pelo Presidente daquela instituição e despachado a esta Comissão pela Presidência do Senado Federal, dando conta da aprovação de requerimento de autoria do Vereador Francisco Fernandes Bezerra, para que o Congresso, por suas Casas Legislativas, aprove a criação de novos Municípios na Região Norte, em especial no Estado do Amazonas.

Queremos também aqui dar conhecimento aos nossos pares, nesta primeira reunião deliberativa da nossa Comissão, de que contamos aqui com a presença da Senadora Lídice, que vai assumir comigo o desafio de coordenar os trabalhos desta importante Comissão neste biênio 2017/2018. Digo isso porque a Senadora Lídice foi indicada pelo seu Partido, o PSB, num acordo de Liderança aqui, na nossa Casa, para assumir a Vice-Presidência.

Senadora Lídice, quero dizer que fico muito honrada com a presença de V. Exª na coordenação dos trabalhos, pela sua história, pela sua trajetória, pelo mandato brilhante que V. Exª desempenha, seja como Deputada Federal – tivemos a oportunidade de atuar juntas na Câmara dos Deputados –, seja agora como Senadora da Bahia. É uma Senadora do Nordeste, é uma Senadora do Brasil, repito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de muita atuação, que conhece bem os problemas do Brasil e, em especial, os problemas da sua Bahia, do meu Rio Grande do Norte e do nosso Nordeste.

Quero passar, inclusive, a palavra para V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Bom dia!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia, Senador Moka!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, Senador Moka!

Senadora Fátima, é com satisfação que me coloco para ajudá-la nesta Comissão. Tenho uma participação desde o primeiro ano do Senado na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, vinculada a essas duas questões, com a compreensão de que o turismo é um vetor fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso País em todas as regiões. Essa é uma pauta comum no Brasil, seja o litoral do Nordeste; seja o Pantanal, do Senador Moka; seja a força da nossa Floresta Amazônica, no Norte; sejam também as características turísticas, tão fortemente conhecidas, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Fazemos discussões sobre a pauta de desenvolvimento das regiões de fronteira no nosso País e mesmo sobre as questões que se relacionam com o desenvolvimento de cada região brasileira.

Em especial, no nosso caso, ressalto a vivência com o Semiárido, que é um grande desafio para o povo nordestino e para o Brasil, mas que, cada dia mais, se caracteriza não como um problema, mas como uma possibilidade de solução. Com inovação tecnológica e com muita dedicação, estamos criando hoje, em diversas áreas de grande dificuldade anterior para desenvolverem-se, soluções importantes para o desenvolvimento da nossa terra, como é o caso do Semiárido, onde temos um grande parque eólico, que, neste momento, marca a vida nacional, inclusive no seu Estado.

Então, creio que esta é uma Comissão que tem uma responsabilidade muito grande em discutir o desenvolvimento do nosso País.

Quero realçar a presença feminina também grande na nossa Comissão, com a presença aqui da Senadora Ângela, da Senadora Regina. Os que participam desta Comissão...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Estão aqui os admiradores também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aqui, há os admiradores e a presença sempre enriquecedora do Senador Moka, que é um Senador muito presente e realmente comprometido com toda a discussão que travamos aqui.

Então, quero lhe agradecer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Moka, V. Exª está em minoria, neste exato momento, aqui. Somos quatro mulheres e um Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu convivo com essa minoria na minha casa. Tenho três filhas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu já conheço essa situação minoritária do Senador Moka. Por isso, ele é especial na sua relação com as mulheres aqui, no Parlamento.

Senadora, vou ter de sair daqui a pouco, porque estou participando de um seminário sobre doenças raras. Há um projeto de lei sobre doenças raras aqui. Inclusive, vou destacar o projeto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

acabamos de aprovar no Senado, de autoria do Senador Moka, da Senadora Ana Amélia, do Senador Walter Pinheiro, que marca um momento singular de fortalecimento da pesquisa científica em nosso País. Espero que, em breve, a Câmara dos Deputados possa torná-lo realidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimentamos, mais uma vez, a Senadora Lídice.

Quero, portanto, aqui, dizer para os nossos pares da Comissão, o Senador Moka, a Senadora Ângela, de Roraima, a Senadora Regina, do Piauí, da nossa disposição, tanto a minha como a da Senadora Ângela, de fazermos um trabalho, Senador Moka, de forma compartilhada, numa gestão verdadeiramente colegiada.

Esta Comissão, como disse a Senadora Lídice, é de Desenvolvimento Regional e Turismo. O destaque do turismo é por todos nós reconhecermos o caráter estratégico que tem o turismo, Senadora Ângela, como política de desenvolvimento regional, como uma das áreas, sem dúvida, geradora de emprego e de distribuição de renda em todo o País.

Nesta Comissão, vejam bem, desenvolvimento regional é um tema muito estratégico, muito estruturante, porque não há como você pensar numa política nacional de desenvolvimento, sem que ela esteja associada às estratégias e às políticas de desenvolvimento regional, ou vice-versa, pois não há como pensar políticas de desenvolvimento de caráter regional, sem que elas estejam acopladas a um projeto de desenvolvimento nacional, que é o projeto que todos nós queremos, de emprego, de distribuição de renda, de crescimento da economia, de investimentos, de inclusão social.

Então, o desenvolvimento regional nos leva a dar centralidade nesta Comissão a temas fundamentais, fundantes do processo de desenvolvimento econômico e social de um país e de suas regiões, como a energia, o petróleo, o gás, a questão dos recursos hídricos. Hoje mesmo, já vamos apresentar aqui requerimentos nessa direção.

Senador Moka, aqui tratamos de temas como a situação fiscal em que os Estados se encontram neste exato momento. Muitos Estados não estão conseguindo sequer pagar ao funcionalismo. Ou seja, são tempos em que, infelizmente, temos o desemprego, inclusive com uma agenda de retirada de direitos. Temos essa estagnação econômica ainda.

Mas o que quero colocar, repito, é que nossa Comissão cumpra sua missão, que é a de ser um espaço para fazermos o bom debate, o debate qualificado e programático, para que possamos dar a nossa contribuição, como Senadores e Senadoras, aos nossos Estados, às nossas regiões e, consequentemente, ao nosso País.

Quero, inclusive, dizer que passaremos para cada Senador aqui, tanto titular como suplente, um relatório com as 15 matérias, Senadora Regina, que estão aguardando designação de relatorias. Vamos passar isso, para que vocês possam, enfim, fazer as escolhas de acordo mais com o olhar do mandato. Também aqui quero acrescentar que estão prontas para votação cerca de 17 proposições legislativas. E temos ainda, do exercício anterior, cerca de nove pedidos de audiência pública. Certo?

Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra, mesmo na ausência de S. Exª, eu gostaria de aplaudir a indicação da Vice-Presidente, a Senadora Lídice da Mata. Acho que isso é importante. Houve até um equívoco: o pessoal do Partido teria mandado para cá o meu nome, quando, na verdade, a minha indicação era para a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde fui indicado para Vice-Presidente. Eu disse para a Senadora Lídice da Mata que, se eu tivesse de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

disputar com a Senadora, eu abriria mão, primeiro devido ao respeito e depois porque sei da sua dedicação e do seu trabalho. Houve, isso sim, o interesse de ser membro, pelas razões que V. Exª já colocou.

No meu Estado, diferentemente do Nordeste, a situação mais crítica que nós temos, entre outras, para a qual eu chamaria a atenção, é a região de fronteira. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, tem uma fronteira de mais de mil quilômetros, sendo que 800 quilômetros são de fronteira seca. Na verdade, você atravessa uma rua, uma avenida, e já está em outro país, no caso o Paraguai. Quanto a isso, o Ministério da Integração Nacional tem, especificamente, dentro de suas atribuições, formas de ajudar. Às vezes, fala-se muito em se colocar lá segurança, repressão. Tudo isso é importante, mas, na minha avaliação, o mais importante é você levar para esses lugares investimentos, sobretudo, na área de educação, de inovação, de informação. Estamos criando um centro de tecnologia, de inovação e informação em Ponta Porã exatamente com o objetivo de qualificar a mão de obra, sobretudo, do jovem, que é uma presa muito fácil para o chamado crime organizado.

Então, eu gostaria que os membros desta Comissão... Com a Senadora Ângela já tivemos oportunidade, nesses seis anos, de conviver, assim como com a Senadora Regina, na Comissão de Assuntos Sociais também. Convivemos com a Senadora Regina mais recentemente. Mas estarei presente aqui.

Eu queria levantar só uma questão para a discussão aqui. Nós estamos com um problema: todas as Comissões estão pegando, na quarta-feira, o mesmo horário, ou seja, 8h30, 9h, e nós somos poucos. Por exemplo, há a CAS, e atuo na CAS e na CCT também. Então, na Agricultura, nós fizemos um pedido, que o Presidente aceitou, e vamos fazer a reunião à tarde. "Mas não passa ao vivo na televisão." Fico preocupado, Senadora Fátima Bezerra, com o quórum, porque, se não prestarmos atenção nisso, nos projetos terminativos... Digo isso pela experiência de já ter presidido a Comissão de Assuntos Sociais. Na hora em que você precisa do quórum presente, não do quórum virtual, você tem muita dificuldade. Então, ficamos divididos nisso. Se pudéssemos ter um horário, se pudéssemos chegar a um dia, a um horário que fosse compatível para a maioria... O ideal seria todos nós indicarmos dia e hora, para que V. Exª pudesse, a partir daí, olhando essas sugestões, ver aquela que tende a um maior número de convergência. Mas é apenas uma sugestão. É claro que o dia que o Plenário decidir será o dia em que estarei presente.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Quero dizer que para nós é muito importante a presença de V. Exª nesta Comissão, pelo que já conheço da sua trajetória, da sua seriedade, do seu compromisso com a ação político-parlamentar, em defesa do seu Estado, em defesa do Brasil, e pela sua trajetória nessa área da temática do desenvolvimento regional.

Fico muito feliz com sua presença aqui entre nós.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai contribuir muito para o trabalho da nossa Comissão.

Senadora Ângela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senadora Fátima, quero parabenizá-la pela Presidência desta Comissão tão importante, a de Desenvolvimento Regional e Turismo, assim como a nossa Vice-Presidente, Senadora Lídice da Mata. Certamente, são duas Senadoras muito comprometidas, muito dedicadas, que vão dar a esta Comissão um dinamismo muito grande, porque é uma Comissão importante que visa ao desenvolvimento das regiões.

Sou uma Senadora da Região Norte, do extremo norte, na fronteira com a Venezuela, Roraima. Lá temos sérios problemas de falta de investimentos do Poder Público central para o nosso desenvolvimento. Inclusive, eu gostaria aqui de aprovar requerimentos, para que pudéssemos debater, nesta Comissão, um grave problema que aflige o nosso Estado.

Roraima é hoje, Senadora Fátima, o único Estado isolado do sistema elétrico nacional. Temos uma luta de cinco anos para que Roraima seja integrado. Inclusive, houve um pregão em 2011 na Bovespa, para que fosse construído o Linhão de Tucuruí, que sai do Pará, que vem até Manaus e que, de Manaus, vai até Boa Vista. Esse pregão foi desativado. A empresa que ganhou o pregão, a Alupar/Eletronorte, desistiu por conta dos graves problemas, dos entraves que ocorreram durante a realização da obra.

O governo da Presidenta Dilma deu passos largos, inclusive conseguiu a carta de anuência da Funai, porque o Linhão de Tucuruí passa pela reserva indígena do povo waimiri atroari. É necessário para a construção dessa obra uma negociação com os indígenas. Com o Governo atual, infelizmente, voltamos à estaca zero, à estaca zero!

Então, é preciso trazermos esse debate aqui, porque se trata do desenvolvimento de uma região do Estado que está isolada.

Senadora Fátima, o Governo, na terça-feira passada, lançou um grande programa de investimento no setor elétrico nacional que vai beneficiar 16 Estados da Federação, que vai investir R$13 bilhões nessa interligação do sistema elétrico desses 16 Estados, mas, lamentavelmente, para a nossa surpresa, para a nossa decepção, o único Estado da Federação que ainda não está interligado ficou fora.

Então, nós vamos trazer esse debate para esta Comissão, porque é um debate que precisa ser feito, porque a Comissão de Desenvolvimento Social e Turismo visa a isso. Não podemos deixar o Norte do País, que é uma Região isolada, uma Região esquecida do Poder central, continuar nessa condição.

Nós vamos aqui apresentar um requerimento para discutir a interligação do Norte no sistema elétrico nacional. Certamente, teremos um bom debate. Com o nosso trabalho, contando com a compreensão da Bancada do Norte, vamos pressionar o Governo Federal para que se sensibilize sobre a importância de tornar o Estado de Roraima um Estado viável economicamente e socialmente.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cumprimento a Senadora Ângela. Sem dúvida alguma, a Comissão terá toda a disposição, Senadora Ângela, de aprovar os requerimentos, para que possamos fazer o debate de temas tão importantes, tão estratégicos, como o que V. Exª acaba de mencionar. Tema que diz respeito à questão da energia é fundamental, é imprescindível para o processo de desenvolvimento.

Com a palavra a Senadora Regina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu quero me associar ao que o Senador Moka falou – até vi que estava na pauta discutir o dia e a hora da reunião –, porque, infelizmente, aqui se convencionou fazer tudo na quarta-feira, mas temos as terças-feiras, as quartas-feiras e as quintas-feiras, para distribuirmos isso melhor. Também estou num monte de comissões e não dou conta de ir a todas elas. De meia em meia hora, tenho de estar em uma comissão, e a gente não participa de nada.

Esta Comissão é muito importante para o bom debate. Eu mesma vou querer pautar aqui a questão da seca, do Semiárido, porque uma coisa que estou percebendo que está voltando muito, com muita força, é o carro-pipa, que era uma coisa que a gente estava tentando eliminar, mas, de repente, a nossa população já está dependendo de novo do carro-pipa no Sertão nordestino. Então, a gente precisa discutir isso e as soluções e tecnologias que possam amenizar aquilo lá, porque está sério. Apesar de estar chovendo, a gente chama de "seca verde", porque chove, mas não se colhe nada. Agora em abril, não vai mais chover.

Então, a gente precisa fazer essa discussão. A gente precisa ter um tempo para debater essa questão. Esta Comissão é de muita importância exatamente para a gente apontar as soluções.

Então, temos as terças, as quartas e as quintas. Por que concentrar tudo na quarta? Seria interessante achar um momento melhor para a gente ter um espaço. A CAE já começou ali, outras daqui a pouco começam, e a gente fica com as reuniões esvaziadas. Isso não é bom.

Então, associo-me ao Senador Moka, para acharmos um momento melhor para fazermos a reunião da CDR.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, eu agradeço. Tanto V. Exª como o Senador Moka trazem a preocupação com relação à questão do horário e à forma como vamos ajustar. Nós estamos examinando isso, porque, de fato, tanto às terças como às quartas, há realização de reuniões das comissões permanentes. Mas, objetivamente, o que deve nos mover é o esforço que tenhamos de fazer para ajustarmos o horário mais adequado, tendo em vista a disposição, a vontade e o reconhecimento que temos sobre a importância desta Comissão, pelo tema de que ela trata. Então, Senador Moka e Senadora Regina, vamos ficar muito atentos a isso.

Considerando a questão do tempo, eu queria agora, rapidamente, passar à fase deliberativa, no que diz respeito à discussão e à votação de alguns requerimentos que já foram apresentados.

Primeiro, há um requerimento de nossa autoria.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 1, DE 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, §2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado um Ciclo de Debates nesta Comissão, com participantes e subtemas a serem definidos pelos integrantes deste colegiado, objetivando discutir o papel do Desenvolvimento Regional e do Turismo no Brasil.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos seguir comunicando a nossa pauta deliberativa no que diz respeito à questão dos requerimentos.

Portanto, o primeiro requerimento, como eu falei, trata desse ciclo de debates de caráter mais geral, objetivando discutir o papel do desenvolvimento regional e do turismo no Brasil. Esse requerimento, Senador Moka, está mais abrangente, para que, depois, cada Senador possa ajustar ou direcionar para um tema mais específico.

Leio o segundo requerimento, que requer a realização de audiência pública com o objetivo, Senadora Regina, de avaliar o andamento das obras derivadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 2, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de avaliar a retomada e o andamento das obras físicas do Eixo-Norte e do Ramal do Apodi que beneficiam os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba e também as obras sociais derivadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PIS), uma vez que as obras da transposição demandam a remoção de comunidades inteiras, cabendo ao Poder Público a adoção de uma séria de medidas preventivas e protetivas no sentido de preservar os direitos das pessoas afetadas pelas obras.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Vamos avaliar a retomada do Eixo Norte, que é o eixo que vai levar as águas para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, para parte da Paraíba também. Há o objetivo também de avaliar o andamento das obras sociais, uma vez que essas obras demandam a remoção, inclusive, de comunidades inteiras, cabendo ao Poder Público a adoção de uma série de medidas preventivas e protetivas no sentido de preservar os direitos das pessoas afetadas pelas obras.

O terceiro requerimento é de convite ao Ministro de Estado de Integração Nacional.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 4, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Também há um requerimento de convite ao Ministro de Estado das Cidades.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 3, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Cidades para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Igualmente, há um requerimento de convite ao Ministro de Estado do Turismo.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 5, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

E também julgamos pertinente um convite ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 6, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Esses requerimentos de convite aos Ministros se constituem uma ação de praxe em todas as Comissões ao retomarem os trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não vi o convite ao Ministro da Integração Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi o primeiro que citei.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Acho que todos eles são importantes, mas, sem dúvida alguma...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas ele é o mais...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...esse Ministério tem uma ligação muito grande com o tema.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza. Concordo com V. Exª, tanto que ele foi o primeiro requerimento entre os de convite aos Ministros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essa é a nossa pauta deliberativa. A terceira parte...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Fátima...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou passar a V. Exª, Senadora Regina, mas a terceira parte da nossa reunião de hoje vai ser destinada ao lançamento da publicação intitulada *Avaliação de Política Pública da Aviação Voltada para o Desenvolvimento Regional,* que foi referente à avaliação das políticas públicas no ano de 2016, feita no âmbito da nossa Comissão, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre e a Relatoria do Senador Wellington Fagundes.

Queremos, depois, definir com a Comissão um calendário para a divulgação do trabalho, o que ainda não foi feito.

Senadora Regina com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Eu gostaria – acho que deve estar por aí um rascunho – de propor um requerimento extrapauta, se fosse possível.

Temos um tema que está palpitante no Brasil inteiro, a reforma da Previdência. Ontem, eu estava lendo alguns dados e vi que tratamos da reforma da Previdência atingindo só as pessoas, os direitos humanos, mas há a questão também do desenvolvimento. Eu estava lendo uma reportagem que diz que, em 69% dos Municípios brasileiros, o dinheiro que circula no Município é maior do que sua receita corrente. No meu Estado mesmo, entre dez, há três Municípios em que a receita da Previdência é maior. Então, temos de ver isso, porque isso impacta muito na economia local. Fui a Municípios em que o prefeito disse assim: "Senadora, o dinheiro circula aqui do dia 25 ao dia 10, dia de pagamento dos aposentados."

Eu gostaria de aprovar o requerimento extrapauta, para fazermos um debate sobre esse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senadora Regina. Inclusive, nós já havíamos apresentado aqui também, e já me somo a V. Exª para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza!

Podemos apreciar isso já nesta manhã de hoje – V. Exª tem toda razão –, pelo impacto que isso tem para a economia dos Municípios.

Quero também dar conhecimento do requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha. S. Exª requer a realização de ciclo de debates sobre o desenvolvimento da Região Amazônica, na cidade de Manaus, com os membros desta Comissão, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação de governadores de nove Estados que compõem a Região, das lideranças e dos órgãos envolvidos com a Zona Franca de Manaus, bem como para discutir as taxas de controle de incentivos fiscais e a taxa de serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Suframa, propostas pelo Governo por meio da Medida Provisória nº 757, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, DE 2017

- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de debates sobre o desenvolvimento da Região Amazônica e a MP 757.

Autoria: Senador Paulo Rocha.

Há também o requerimento que já mencionei de audiência pública com o objetivo de avaliar o andamento das obras derivadas do projeto de transposição do São Francisco.

Vou passar a palavra ao Senador Paulo Rocha para defender o seu requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, a justificativa já é autoexplicativa. Portanto, peço os votos de todos. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Regina, o Senador Paulo Rocha poderia assumir aqui a Presidência?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, Senador Paulo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos... (*Risos.*)

Vamos dar uma participação aqui aos homens, não é, Senadora Regina?

Vou passar a condução dos trabalhos ao Senador Paulo Rocha, uma vez que vou apresentar os meus requerimentos, ou seja, fazer aqui a discussão e a defesa dos nossos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Aos nossos assistentes aqui quero dizer que, no PT, elas começaram a brigar por 30% e, depois, passaram para 50% e que, agora, nós já somos minoria. (*Risos.*)

É claro que são grandes Senadoras as nossas duas companheiras aqui! Cumprem um importante papel como representantes dos seus Estados.

Então, passo a palavra à Senadora Fátima para defender os seus requerimentos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo, primeiramente, eu queria pedir a aprovação dos nossos pares para essa audiência pública com o objetivo de avaliar os andamentos das obras derivadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Mais uma vez, destaco aqui a importância de nós fazermos esse debate, pois se trata de um projeto grandioso.

Nós lá estivemos no último domingo, com a presença do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff. V. Exª, que lá estava, viu aquela bela festa, com toda aquela emoção, pelo reconhecimento, Senadora Regina, que o povo nordestino tem do valor humano e do caráter social que tem aquela obra, um sonho acalentado há mais de um século. Graças à ousadia e à determinação do Presidente Lula, essa obra saiu do papel.

Todavia, é importante que nós façamos o acompanhamento, e o acompanhamento diz respeito às obras físicas, como, por exemplo, a conclusão do Eixo Norte, obra esta que está parada e que precisa ser retomada imediatamente, porque, sem ela, as águas não chegarão ao nosso Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Norte, ao Estado do Ceará, bem como à outra parte da Paraíba. E queremos aqui destacar o desafio que é a questão das obras sociais.

Nesse sentido, Senador Paulo Rocha, quero, inclusive, ressaltar que, na nossa justificativa, nós mencionamos que, no ano de 2016, uma comitiva da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) realizou uma caravana para acompanhar os empreendimentos hídricos que compõem o Projeto de Integração do Rio São Francisco, dialogando com as comunidades afetadas, ouvindo os seus temores e reivindicações.

Portanto, é extremamente importante que esta Comissão se aproprie do assunto e elabore um diagnóstico realista sobre a situação das comunidades afetadas pelas obras de transposição, avaliando, inclusive, se a política de congelamento dos investimentos públicos empreendida pelo Governo Federal e a estadualização do ajuste fiscal trarão algum impacto para as obras e as comunidades afetadas.

É de nosso conhecimento que o plano básico é composto pela construção de dois imensos canais, ligando o Velho Chico a bacias hidrográficas menores do Nordeste, bem como a seus açudes, levando água para 390 Municípios dos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, beneficiando uma população de 12 milhões de nordestinos.

No meu Rio Grande do Norte, por exemplo, a previsão de as águas do São Francisco chegarem ao nosso Estado é dezembro deste ano, e isso acontecerá com a perenização do Rio Piranhas-Açu. Isso significa que as águas do rio, que nascem na Serra do Piancó, na Paraíba, devem ser represadas pela Barragem de Oiticica, antes que elas desemboquem na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório do nosso Estado.

A outra forma em que a água chegará ao Rio Grande do Norte será com a construção de um sistema denominado Ramal Apodi, uma etapa da obra que faz parte do chamado Eixo Norte da transposição. Por esse ramal, as águas deverão correr por canais, túneis, aquedutos e barragens, totalizando 115,5km de extensão. Para isso, estima-se que 857 propriedades terão de ser realocadas ou que os donos terão de ser indenizados, em 13 Municípios da Paraíba, do Ceará e do próprio Rio Grande do Norte.

Em solo potiguar, as obras da transposição afetarão famílias nos Municípios de Luís Gomes, de Major Sales e de José da Penha, por onde o ramal passará, até chegar ao açude público de Pau dos Ferros, de onde as águas partirão até Angicos, já na região central do nosso Estado. Ao final do percurso, 44 Municípios devem ser beneficiados.

Portanto, diante da grandeza dessa obra e da importância que tem para a vida, para o desenvolvimento do Nordeste, é de fundamental importância nós discutirmos e avaliarmos o andamento das obras sociais derivadas do Projeto de Integração do Rio São Francisco. É por essa razão que peço o apoio dos nobres pares que fazem parte desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para a aprovação deste requerimento e para a realização desse ciclo de debates.

Os convidados e as convidadas, Senador Paulo Rocha, serão oportunamente informados à Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Aqueles que concordam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não há quórum para deliberação.

Sobre o tema, Presidenta, eu queria dar uma sugestão. Foi muito debatido esse processo da transposição do Rio São Francisco, e sempre questionavam muito esse uso da água do São Francisco, etc., embora apenas 1% das águas do rio vá para a transposição. Mas, de certa maneira, havia esse questionamento. Então, qual é a sugestão? Eu acho que a Presidenta Fátima Bezerra deveria unir esforços com a Comissão de Meio Ambiente, que, parece-me, ainda não foi instalada – ou está sendo instalada –, para que nós fizéssemos audiências públicas ou um ciclo de debates ao longo do Rio São Francisco, focando a questão da revitalização do Rio São Francisco. Trata-se de uma coisa que o Senador da Bahia Otto Alencar tem levantado muito na Comissão do Meio Ambiente. Eu acho que seria algo oportuno as duas Comissões fazerem um ciclo de debates nas principais cidades localizadas à beira do Rio São Francisco, para tratar da revitalização. Ao longo do rio, desde a Serra da Canastra, em Minas Gerais, há um reclamo muito grande das populações. Há grandes cidades à beira do Rio São Francisco que têm problemas, inclusive, de saneamento, pois se joga esgoto no rio, etc.

Acho que seria oportuno, com a Comissão do Meio Ambiente e com a Comissão de Desenvolvimento Regional, fazer um ciclo de debates ao longo do rio para chamar a atenção das nossas autoridades, sejam as dos governos estaduais ao longo do rio, sejam as do Governo Federal, porque me parece que, quando foi levantada na época do governo Lula a questão da transposição, quando ela foi definida, paralelamente a isso, houve uma proposta de investimentos na recuperação das bacias dos afluentes do Rio São Francisco. Acho que era oportuno que nós da Comissão aprovássemos um ciclo de debates nesse sentido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senador Paulo Rocha! Eu acato a sua sugestão, até porque o tema é muito pertinente também à Comissão de Meio Ambiente do Congresso Nacional. Esse tema da revitalização do Rio São Francisco é muito importante, porque o próprio nome já coloca a questão da revitalização pelo quanto isso vai dar sustentabilidade ao rio, proporcionando, portanto, o uso sustentável dessas águas.

O projeto original, concebido no governo do Presidente Lula, já trazia toda essa definição. Isso envolve investimentos fortes na questão do saneamento ambiental, na questão do tratamento dos esgotos, na questão das matas ciliares, enfim, no assoreamento dos rios, na questão da limpeza. Isso foi muito, muito, muito debatido. Então, é importante que possamos trazer isso à Comissão de Meio Ambiente, pela pertinência do tema. Portanto, a Comissão de Meio Ambiente vai poder contribuir muito para essa discussão, para que possamos potencializar melhor esse debate, dar mais eficácia ao debate, fazendo exatamente a audiência conjunta.

Eu quero aqui, mais uma vez, também lembrar aquilo que coloco no nosso requerimento, que é o desafio no que diz respeito à questão das obras sociais, porque não é só a obra física. A obra física é fundamental, decisiva. Por exemplo, eu aqui falei do Eixo Norte, que, infelizmente, foi paralisado. Essa obra tem de ser retomada imediatamente pelo quanto ela vai assegurar que as águas do São Francisco, de acordo com o projeto original, cheguem ao Rio Grande do Norte também, cheguem ao Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Além da questão do Eixo Norte, eu também destaquei, no nosso Rio Grande do Norte, outra obra física que precisa ser construída, que é a construção do sistema denominado Ramal do Apodi, por onde também entrarão as águas do Rio Grande do Norte. O Ramal do Apodi não foi sequer, até o presente momento, licitado.

Dessa forma, Senador Paulo Rocha, quero concordar com V. Exª. Vamos acionar a assessoria da nossa Comissão, para que possamos propor à Comissão de Meio Ambiente também a iniciativa de realização desse debate, para que façamos um debate conjunto.

Enquanto estamos aguardando o quórum, eu queria também aqui fazer a defesa dos requerimentos, Senador Paulo Rocha, que apresentei em nome de toda a Comissão, de convite de ministros.

Primeiro, requeiro o convite ao Ministro de Integração Nacional, pois é a Pasta que tem uma ligação mais ampla e mais forte com o tema do desenvolvimento regional. Queremos, portanto, o apoio dos nossos pares para que possamos trazer aqui, o mais brevemente possível, o Ministro da Integração, o Ministro do Turismo, o Ministro das Cidades e o Ministro dos Transportes.

Devolvo a palavra ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu proponho que V. Exª anuncie a defesa de todos os seus requerimentos, para que os aprovemos em bloco, uma vez que deu quórum. Vamos aproveitar o quórum para aprová-los em bloco, já que, pelo que estou vendo, não há nenhum questionamento em relação aos requerimentos. Inclusive, houve a intervenção do Senador Moka de que era fundamental a presença desses ministros aqui para apresentarem seus planos de trabalho.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador Paulo Rocha!

Então, peço aos nossos pares a aprovação do requerimento de audiência pública para tratar das obras físicas e sociais do São Francisco, bem como do ciclo de debates que vamos promover nesta Comissão, tratando do Brasil e das políticas de desenvolvimento regional, e dos requerimentos de convite aos Ministros da Integração, das Cidades, do Turismo e dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-os em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Retoma a Presidência a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha, agora, passo a palavra a V. Exª, para que V. Exª possa fazer aqui a discussão do requerimento de sua autoria que trata da realização de ciclos de debates sobre o desenvolvimento regional.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, falo sobre o fato de a minha região da Amazônia ser motivo de medidas provisórias também aqui. Acho que os governos, reiteradamente, para resolverem o problema do desenvolvimento da nossa região, têm usado as medidas provisórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora mesmo, há três medidas provisórias que tratam dessa questão, uma sobre a Zona Franca de Manaus e duas que tratam de reservas, APAs, etc. É muito importante a região de Tapajós, no Estado do Pará, onde há uma questão que envolve a discussão ao longo da BR-163.

Então, peço a aprovação desses projetos que estou propondo. Que a Comissão faça um debate em Manaus ou aqui, não há problema, mas que convide os oito governadores da região da Zona Franca. Chama-se Zona Franca de Manaus, mas, na verdade, é uma zona franca que envolve oito Estados. Com exceção do Pará, todos os Estados da Amazônia estão envolvidos na chamada Zona Franca. Nesse sentido, estou pedindo para fazer uma audiência pública com oito governadores, para discutirmos, de modo geral, o desenvolvimento da nossa região.

Por isso, peço aos meus pares que aprovem esse requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta, para que seja feita a sua imediata votação. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do requerimento, passamos à sua deliberação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paulo Rocha, eu pediria a V. Exª para assumir, mais uma vez, a Presidência da Comissão, porque temos um requerimento de nossa autoria e da Senadora Regina.

A Senadora Regina já se encontra na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, tenho de fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem a palavra V. Exª para defender o requerimento.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 8, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública para debater "Os impactos da reforma da Previdência na economia dos Estados do Norte e do Nordeste".

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha, esse requerimento também é muito importante, porque trata do debate de um tema que está galvanizando a atenção de todo o País. É o tema da reforma da Previdência, que não só traz impactos do ponto de vista do corte, da retirada de direitos sociais fundamentais dos servidores e de amplas parcelas da população brasileira, como as mulheres, as trabalhadoras rurais, as professoras, as policiais, etc., mas que também traz um impacto direto para a vida dos Municípios, para a economia dos Municípios, pelo quanto representa a previdência rural em matéria de renda para a maioria dos Municípios brasileiros.

Nesse aspecto, como ela vem sendo pouco debatida no Congresso Nacional, julgamos que é importante essa audiência pública para esclarecer os efeitos deletérios dessa reforma em um País com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discrepâncias de desenvolvimento humano em suas regiões, sobretudo nas regiões economicamente mais deprimidas.

Então, Senador, sem maiores delongas, peço o apoio dos nossos pares, para que, repito, possamos fazer esse debate. Só para se ter uma ideia, Senador Paulo Rocha, a previdência social influencia a redução das desigualdades regionais e promove o desenvolvimento municipal.

Galiza e Valadares, ao avaliarem a arrecadação e a despesa da previdência social por Municípios ordenados pelo PIB *per capita*, concluem que a previdência social atua como mecanismo de redistribuição de renda dos Municípios mais ricos para os mais pobres.

Portanto, a previdência reduz a desigualdade de renda, tanto que, entre 2003 e 2012, houve significativa redução do Índice de Gini. Estimativas do Ipea de 2015 indicam que quase 30% dessa queda decorreram das transferências de renda, na forma de pagamento de aposentadorias e pensões pelos Estados, ou seja, a previdência fomenta a agricultura familiar e combate o êxodo rural. A aposentadoria e as pensões para os trabalhadores rurais, segurados especiais, funcionam como seguro agrícola, fomentando a agricultura familiar e contribuindo para fixar a população ao campo. Para se ter uma ideia, a proporção de jovens que permanece no campo, por exemplo, aumentou de 60%, na década de 80, para 85% na década passada, demonstrando que tais benefícios contribuem para as melhorias das condições de vida dos jovens.

Então, quero concluir, só chamando a atenção. Como V. Exª sabe, infelizmente, a proposta de reforma da Previdência que aí está tem um impacto violento para o setor rural quando não só eleva a idade mínima para 65 anos, mas também acaba com a distinção entre mulher e homem – não é, Senador Paulo Rocha? –, afetando duramente as trabalhadoras rurais, que começam a trabalhar muito mais cedo. Na verdade, a proposta de reforma da Previdência praticamente vai inviabilizar a previdência rural não só da agricultora e da trabalhadora rural, mas do trabalhador rural também. Por quê? Porque ela exigirá que, a partir de agora, o trabalhador rural e a trabalhadora rural... No caso, a mulher terá de trabalhar dez anos a mais! Imaginem as condições em que vivem as trabalhadoras rurais, as agricultoras, expostas ao sol, com toda a dureza que é a vida no campo! Então, elas terão de trabalhar dez anos a mais, com 49 anos de contribuição, com um detalhe: terão de agora contribuir mensalmente para a Previdência. Isso é impossível, diante da realidade do campo, da realidade do setor rural deste País! É impossível querer que os trabalhadores rurais e as trabalhadoras rurais contribuam mensalmente. Isso é completamente inviável!

Então, o que isso vai significar? Só explicando, isso vai significar um brutal corte de aposentadorias País afora e vai afetar duramente a economia dos Municípios pelo quanto representa a receita da previdência rural. Em muitos Municípios País afora, essa receita é maior do que o Fundo de Participação dos Municípios.

Por considerarmos esse tema muito relevante é que queremos aqui trazer a representação dos prefeitos, a representação dos trabalhadores, enfim, chamando o Poder Público, para que possamos aprofundar esse debate na Comissão e buscar, cada vez mais, alternativas para que proposições como essa – não é, Senador Paulo Rocha? – não prosperem aqui dentro.

É por isso que peço o apoio dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inicialmente, indago aos Senadores e Senadoras sobre a inclusão do mencionado requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Todos concordaram.

Em discussão.

Senadora Fátima, com o aumento do salário mínimo além da inflação e com os projetos de inclusão social que aconteceram nos últimos 13 ou 14 anos no Brasil, provenientes dos governos populares, essa questão da aposentadoria e outras foram injeções fundamentais para o desenvolvimento do comércio, principalmente nos Municípios menores do nosso interior. Como a senhora já se referiu, a entrada desse dinheiro é maior em 69%, nos Municípios brasileiros, que o repasse do FPM para os nossos Municípios.

Então, é fundamental que a previdência seja debatida com ampla repercussão na sociedade brasileira. Que fique claro que nós nunca fomos contra a reforma da Previdência, uma vez que, quando estávamos no governo, nós também a propusemos! Mas a questão da previdência tem de ser mais atualizada no processo em que avança o tempo, para que melhore a vida das pessoas etc., etc.

O problema é que essa reforma da Previdência, na verdade, tem uma concepção: primeiro, ela tira direitos, ela retira direitos já conquistados. A senhora se referiu, no caso, aos trabalhadores rurais e às trabalhadoras rurais. Houve um período de grandes mobilizações e de luta do povo, principalmente dos trabalhadores rurais, para incluir na Constituição brasileira, na Constituição de 1988, essa questão do direito à previdência, uma vez que os trabalhadores e as trabalhadoras rurais não tinham direito sequer a essa conquista, que os trabalhadores urbanos já tinham conquistado há séculos. Foi com essa mobilização dos trabalhadores rurais que se incluiu isso na Constituição brasileira. Havia apenas lá o que a gente chamava, na verdade, de auxílio-funeral, que, na época, parece-me, era de meio salário mínimo, quando o trabalhador o recebia. A gente o chamava de auxílio-funeral. Então, essa foi uma grande conquista.

Essa reforma da Previdência está colocando por terra essas conquistas, esses avanços. Por isso, é uma reforma que mexe nas conquistas, nos direitos dos trabalhadores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Depois, ela abre espaço para avançar a previdência privada no nosso País, favorecendo os rentistas, os bancos, que são donos das previdências privadas.

Por isso, é fundamental que a gente mobilize a sociedade e, agora, neste caso, os prefeitos, para que chamem a atenção para isso por meio de debate nas câmaras municipais. Os nossos vereadores têm de provocar esse debate nas câmaras municipais, mostrando o prejuízo e o retrocesso que essa reforma provocará aos nossos Municípios do nosso grande interior do nosso País.

Portanto, coloco em votação o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha, eu queria corroborar a análise que V. Exª faz.

Só para se ter uma ideia, estudos realizados pela Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) revelaram que, em 3.875 Municípios brasileiros – portanto, são 69,6% do total de 5.566 Municípios brasileiros –, o montante de transferências monetárias da seguridade social em 2010 foi superior ao montante das transferências pelo Fundo de Participação dos Municípios. Vou repetir: em 3.875 Municípios, os recursos que foram movimentados através da Previdência foram superiores aos recursos que movimentaram a economia derivados do FPM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso, Senador Paulo Rocha, um tema desses – concluo – merece de uma comissão que se intitula de Desenvolvimento Regional toda a nossa atenção. Nós temos de trazer para cá, repito, não só os prefeitos, mas também os mais diversos representantes das comunidades, das cidades. Temos de chamar o Poder Público, porque não podemos, de maneira nenhuma, deixar prosperar uma proposta com uma lógica de tanta exclusão social, como é essa proposta de reforma da Previdência, que atinge o conjunto do povo trabalhador brasileiro e, em especial, a vida dos pequenos Municípios, pois ela vai derreter a previdência rural no nosso País se prevalecerem essas regras que eles estão propondo.

Obrigada, Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Por fim, Presidenta, antes de retornar a Presidência a V. Exª, eu queria dar uma sugestão. Talvez, em articulação com a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos... Acho que, no início de abril – não sei bem a data, o dia –, haverá, de novo, a Marcha dos Prefeitos. Como eles sempre trazem uma pauta para o Congresso, eu queria sugerir que as duas Presidentas entrassem em contato com a confederação, para que, como haverá um ciclo de debates nesses dias, o Senado Federal, através das duas comissões, vá ao Plenário deles para mostrar, com esses números e com esses dados, o efeito da chamada reforma da Previdência nos nossos Municípios. Acho que é um grande momento para a gente se sintonizar com os prefeitos e conscientizá-los da perda e do impacto na economia de cada Município que trará essa reforma da Previdência.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Paulo Rocha, a sugestão já está acatada por nós, a sugestão que V. Exª acaba de fazer.

Nós queremos colocar que o lançamento da publicação *Avaliação de Política Pública da Aviação voltada para o Desenvolvimento Regional*, que seria feito na terceira parte da nossa reunião pelo Senador Wellington, fica transferido para a próxima reunião deliberativa, na próxima semana, quando também vamos realizar a eleição para a designação para Vice-Presidente desta Comissão, que é a Senadora Lídice da Mata.

Nada mais havendo a tratar, convido os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a próxima reunião.

Muito obrigada a todos e a todas.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e nove minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Elmano Férrer, Waldemir Moka, Hélio José, Valdir Raupp, Humberto Costa, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Thieres Pinto, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, João Alberto Souza, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Maria do Carmo Alves, Sérgio Petecão e Ciro Nogueira. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9 de 2017 que: "Solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a construção do Linhão do Tucuruí e a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional de energia elétrica." Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: Aprovado. Observações: Aditado pela autora para incluir, no rol de convidados, a Governadora do estado de Roraima, senhora Suely Campos. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental." Autoria: Deputado Weliton Prado. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação da matéria com 04 emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CDR pela aprovação da matéria com as emendas 1 a 4-CDR. ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14 de 2017 - que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública em forma de ciclo de debates no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a situação em que se encontra o Programa de Revitalização do Rio São Francisco." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Observações: Aprovado com alterações da autora e do Senador Antônio Carlos Valadares a serem submetidas à apreciação do Plenário da Comissão na próxima reunião deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 5 -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13 de 2017 - que: "Requeiro, nos termos do art. 90, Incisos II e XII, a realização de Seminários Regionais para a oitiva de representantes dos setores governamentais e da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759, de 2016, a regularização fundiária rural e urbana." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11 de 2017 - que: "Requeiro, nos termos regimentais, seja retificado a ementa do Requerimento nº 8, de 2017 (EXTRAPAUTA), de 22 de março de 2017, para realização de uma Audiência Pública cujo tema é debater "Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos pequenos municípios das regiões Norte e Nordeste" excluindo-se, portanto, o tema "Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos estados do Norte e do Nordeste"." Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15 de 2017 - que: "Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, § 2º, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso VI, 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2017, estejam contidas as políticas de "segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste". Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Eleição. Finalidade: Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2017/2018. Resultado: Eleita, por aclamação, a Senadora Lídice da Mata. 3ª Parte - Lançamento de Publicação. Finalidade: Lançamento da publicação referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2016, no âmbito da CDR, cujo tema foi "Avaliação de Política Pública da Aviação voltada para o Desenvolvimento Regional". Presidente: Senador Davi Alcolumbre. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Realizado o lançamento da publicação. Usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Elmano Férrer, Hélio José, Valdir Raupp e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados.

Recebemos o Aviso nº 15/2017-Aspar/GM/MTPA, encaminhado pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Maurício Quintella Lessa, em que apresenta as informações solicitadas no Requerimento de Informação nº 766/2016, de autoria desta Comissão, a respeito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional. O referido aviso ficará na Secretaria de Apoio da Comissão à disposição dos interessados.

Recebemos correspondência da ABBTUR (Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo) entidade que defende a categoria, propondo que a Comissão de Desenvolvimento Regional abrace a luta pela valorização dos turismólogos.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião vai ser dividida em três partes: a primeira parte, deliberativa, para discussão e votação das matérias constantes da pauta publicada; a segunda parte, para eleição do cargo de Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – a Senadora Lídice, que já está presente; e a terceira parte, destinada ao lançamento da publicação intitulada *Avaliação de Política Pública da Aviação Voltada para o Desenvolvimento Regional*, referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2016 no âmbito desta Comissão, sob a presidência do Senador Davi Alcolumbre e com a relatoria do Senador Wellington Fagundes.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ângela, sobre o item 1 da pauta, eu queria só avisar, comunicar aos nobres pares que o Ministro Hélder Barbalho confirmou presença e, portanto, estará conosco na quarta-feira da semana que vem. A vinda do Ministro se insere no contexto da aprovação dos requerimentos que, na última reunião da nossa Comissão, aprovamos, como de praxe no início dos trabalhos legislativos, para convidar os Ministros que têm uma relação direta com a temática das Comissões para que aqui venham e possam discorrer sobre as diretrizes e metas gerais das suas pastas. Nesse sentido, o primeiro a estar conosco será o Ministro Hélder Barbalho. Em seguida, nós vamos ter o Ministro do Turismo; depois, o Ministro das Cidades e o Ministro dos Transportes.

Com relação à vinda do Ministro na próxima quarta-feira, eu queria só pedir a compreensão dos nossos pares. Em que pese o fato de que o tema de S. Exª sejam as diretrizes e metas gerais, na semana passada pontuamos que ele deveria dar um destaque para a questão da transposição do São Francisco, Senadora Ângela; tanto é que foi aprovado, inclusive, requerimento de nossa autoria nessa direção. Então, para deixar claro: o Ministro, na quarta-feira da semana que vem, vai se deter... É evidente que ele vai falar de outros assuntos relacionados à sua Pasta, mas o tema central da vinda dele na quarta-feira vai ser o projeto do São Francisco. Nesse sentido, quero, inclusive, colocar para os Senadores e Senadoras que tenham interesse que podem procurar a Secretaria da Comissão; estamos expedindo convites

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para vários segmentos que querem participar: igrejas, representações de sindicatos de trabalhadores rurais.

Na quarta-feira, Senadora Lídice, estão vindo principalmente os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará, Senador Valadares, levando em consideração a preocupação que esses Estados têm neste exato momento com relação à questão do eixo norte, que não foi iniciado ainda, de maneira nenhuma. E as águas, para chegarem ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, passam pela construção do eixo norte.

Então, esse vai ser o mote central da nossa audiência na próxima quarta-feira. Daí a participação maior desses Estados.

Concedo a palavra à Senadora Lídice.

Senador Valadares também.

Senador Elmano, seja bem-vindo.

Senadora Regina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, Senadora Fátima e todos os nossos pares nesta Comissão.

Eu quero saudar as iniciativas de V. Exª. Compreendo e concordo em que o centro da vinda do Ministro seja a transposição, mas apresentei, Senadora, um requerimento no sentido de que pudéssemos fazer um seminário com dois ciclos, inclusive, dois debates: um, com a presença do Ministro Helder Barbalho e também o Ministro José Sarney Filho, para discutir outra vertente da questão do Rio São Francisco, que é a sua revitalização.

Eu acho fundamental a discussão da transposição. Essa é uma realidade, e ela, ao já começar a dar resultados, leva a que a demanda sobre esse tema aumente. E poderemos acompanhar o conjunto da obra e as cidades que estão em expectativa de receber água. Creio que é indispensável também diante da crise hídrica que enfrentamos no País como um todo.

Há dois anos, tivemos o principal e mais importante, do ponto de vista econômico, Estado da Federação, São Paulo, o mais rico dos nossos primos – porque nós somos os primos pobres, o Nordeste –, vivendo uma grave crise hídrica, de abastecimento. E, agora, temos a Capital do País, o Distrito Federal, Brasília, também enfrentando uma situação de abastecimento complexa.

Por isso, Srª Senadora, caríssima amiga, proponho que, no momento seguinte, façamos esse debate – e acho que são dois debates mesmo –, com a presença do Ministro da Integração, juntamente com o Ministro do Meio Ambiente, para que possamos discutir a revitalização do Rio São Francisco em seus diversos aspectos. E, num segundo momento, teríamos a presença, claro, do Ministro Jader Barbalho, que talvez fizesse – Helder, desculpe, é o filho – com que não tivéssemos a presença da Codevasf. Mas, no momento seguinte, para detalhar essa discussão, creio que seria interessante a Codevasf estar presente nem que seja como convidada para o segundo momento. Digo convidada, não se pronunciando, mas integrando a mesa também. Teríamos as presenças do Sr. Anivaldo de Miranda Pinto, Presidente da Diretoria Executiva do Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco; Drª Luciana Khoury, Coordenadora das Promotorias de Justiça da Bacia do São Francisco; Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA; Sr. Antenor de Oliveira Aguiar Neto, Coordenador do Projeto Águas do São Francisco da Universidade Federal de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Creio que esses dois debates dariam conta de aprofundar o tema da revitalização, que tem muito a ver com transposição, mas são dois momentos diferentes. Já está na pauta o nosso requerimento. Eu apresentei uma substituição desse requerimento, dando mais completude a ele. Gostaria que posteriormente nós o aprovássemos e que V. Exª pudesse, já que o Ministro vem agora, dar um tempinho, umas duas reuniões, e a voltássemos a debater o São Francisco, que é o rio da unidade nacional, o rio da salvação do Nordeste brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, eu a parabenizo pela sua iniciativa. Quero dizer que o seu requerimento já se encontra aqui na mesa. Portanto, queremos indagar os Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta. (*Pausa.*)

Então, estão todos de acordo. O requerimento será apreciado na reunião de hoje.

Parabenizo-a, porque V. Exª tem toda a razão. A temática do São Francisco é extremamente complexa. Nós estamos discutindo, quarta-feira, uma vertente literalmente concreta, que é a parte da obra física. Volto a dizer: o Rio Grande do Norte, o Ceará e a própria Paraíba, também, estão todos muito apreensivos, porque o eixo norte não foi construído ainda. A obra, inclusive, foi paralisada no ano passado, e está sendo retomada agora. A previsão do calendário é que seja entregue em dezembro. Essa outra vertente que V. Exª traz é extremamente importante, que é a vertente da revitalização, que vai desembocar em um grande debate: as obras sociais. Então, parabenizo a iniciativa de V. Exª. Vamos apreciar ainda nesta reunião de hoje.

Vou passar a palavra ao Senador Valadares e em seguida à Senadora Ângela, que tem um requerimento presente aqui na mesa. Mas a Senadora Lídice pediu a palavra ainda.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Era só para acrescentar que no eixo norte... Eu queria lembrar também do eixo sul, que é a obra em que a Bahia é doadora, na medida em que o rio atravessa toda a Bahia. Mas a Bahia também quer receber as águas do Rio São Francisco no eixo sul da obra, que faz uma intervenção extremamente importante na Bahia para levar a água do São Francisco aonde não a temos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Com a palavra o Senador Valadares. Em seguida, passaremos para a Senadora Ângela.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra, inicialmente, quero me somar às preocupações da Senadora Lídice da Mata com relação à revitalização do Rio São Francisco, que é um tema sempre recorrente nesta Comissão e, mais de perto, aqui no Senado Federal, que aprovou uma PEC, chamada PEC da Revitalização, criando um fundo de revitalização, que se encontra há muitos anos na Câmara dos Deputados, sem uma definição.

Apesar disso, o atual Governo criou um programa denominado Novo Chico, com vistas a dar apoio a um projeto de revitalização do rio, com aporte de recursos da ordem de R$19 bilhões.

Essa revitalização, a meu ver, que está sendo iniciada pelo atual Governo – outras tentativas também já foram feitas nos governos anteriores –, tem que ser acompanhada por esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Acredito que a Comissão de Desenvolvimento Regional, que tem V. Exª como Presidente, que é uma das maiores lutadoras para que o transporte das águas do Rio São Francisco seja efetuado para o eixo leste e também para o eixo norte, que é a transposição... V. Exª também luta pela revitalização, tanto que, nesta semana, conversamos – eu, V. Exª e o Senador Humberto Costa –, sobre a possibilidade da criação de uma subcomissão nesta Comissão.

Com a experiência que adquiri ao longo dos anos – fui Presidente desta Comissão – acho que, com as iniciativas que estão sendo tomadas por V. Exª, de ouvir o Ministro, um novo requerimento que foi apresentado pela Senadora Lídice no sentido de fazer um seminário, tudo isso incorpora ações que poderiam ser executadas pela subcomissão. De sorte que, pessoalmente, acho desnecessária a criação de uma subcomissão, até para não abstrair ou não tirar atribuições da própria Comissão, que são muitas. Em virtude da dificuldade de reunião, fica difícil reunir a Comissão e a subcomissão. Ora, já temos uma comissão toda estruturada para discutir vários assuntos, vários temas, inclusive o da revitalização.

Eu estava com o requerimento pronto, como havia combinado. O Senador Humberto Costa, acho que já deu entrada no requerimento dele de criação de uma subcomissão. Eu avalio que seria melhor criarmos um grupo de trabalho, um grupo parlamentar de acompanhamento da revitalização e também da transposição. Essa é a sugestão que dou a V. Exª.

Eu quero apoiar integralmente a ideia da Senadora Lídice da Mata. Votarei certamente favorável ao seu requerimento para que façamos esse seminário. Tenho certeza de que V. Exª, com o dinamismo que a caracteriza, fará seminários não somente aqui, mas no Nordeste, nas regiões que esta Comissão representa não só na área do desenvolvimento regional, como também do turismo. Já quero me autoconvidar para acompanhar V. Exª nessas reuniões que fará pelo Brasil afora.

Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Valadares, agradeço a contribuição de V. Exª, considerando, inclusive, que V. Exª traz uma experiência, a mais importante, Senador Ângela, porque presidiu os trabalhos desta Comissão, Senadora Lídice. S. Exª, portanto, conhece mais do que nós os desafios com relação à questão do quórum, tendo em vista que, na nossa Comissão, as reuniões se dão exatamente no dia de quarta-feira, que é o dia de maior mobilização do ponto de vista da pauta legislativa aqui no Congresso Nacional.

De forma que as observações que V. Exª faz com relação à subcomissão, eu as considero pertinentes. Tenho conversado inclusive com o Senador Humberto Costa, que já apresentou um requerimento extrapauta, e penso que não teremos problema em chegar a um entendimento com S. Exª. Em vez de criar uma subcomissão, Senadora Ângela, poderíamos criar o que o Senador Valadares está propondo aqui, Senadora Regina: um grupo parlamentar para o qual seria definida uma coordenação, para que possamos dar foco a um tema que necessariamente – eu sabia disso – ia mobilizar esta Comissão, que é a segurança hídrica e a gestão dos recursos hídricos, que têm hoje, no São Francisco, o principal foco, Senador Elmano, pelo que representa a obra do São Francisco para o Nordeste e para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, Senador Valadares, vamos conversar com o Senador Humberto para consensualizar e, em vez da subcomissão, criarmos esse grupo parlamentar para dinamizar bem essa agenda, realizar uma boa agenda durante este ano e no ano seguinte.

Muito obrigada pela sugestão. Seguramente a Comissão vai, sim, realizar atividades nos Estados através de seminários, audiências públicas.

Passo a palavra agora à Senadora Ângela para apresentar o seu requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Solicita a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a construção do Linhão do Tucuruí e a integração de Roraima ao Sistema Interligado Nacional de energia elétrica.

Autoria: Senadora Ângela Portela

Concedo a palavra à Senadora Ângela, para fazer o encaminhamento do requerimento.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Obrigada, Senadora Fátima.

Apresento esse requerimento com a mesma preocupação que vejo aqui da Senadora Lídice, do Senador Valadares e de outros Senadores com relação a obra tão importante para o Nordeste, que é a revitalização do Rio São Francisco. Eu nasci no Ceará e sei da importância da revitalização dessa grande obra estrutural para o combate à seca, para o desenvolvimento da Região Nordeste, mas como sou do Norte, Roraima, apresento este requerimento para trazer as autoridades para debatermos a integração de Roraima no sistema elétrico nacional, a construção do linhão de Tucuruí.

Roraima hoje é o único Estado da Federação que está isolado do sistema elétrico nacional, Senadora Lídice, o único.

A Eletrobras, no governo da Presidenta Dilma, realizou um pregão para a construção do linhão de Tucuruí, que vem de Manaus até Boa Vista, a nossa capital, mas, lamentavelmente, diante das dificuldades dos órgãos federais, esse consórcio foi dissolvido. A Presidenta Dilma foi ao Estado de Roraima, conseguiu sanar as dificuldades burocráticas impostas pela Funai e o Ibama, mas o consórcio já havia sido dissolvido. Por essa razão, a obra do linhão de Tucuruí, que interliga Roraima ao sistema nacional, está praticamente no zero, parada.

O Governo Federal, o Governo Temer, há uma semana, lançou um grande programa de investimento na área de energia elétrica. Dezesseis estados da Federação serão contemplados com esses recursos de quase R$13 bilhões, e o meu Estado de Roraima ficou fora desse programa de investimento.

Considerando que é o único Estado que está isolado, é inconcebível que o Governo Federal mantenha esse isolamento no sistema elétrico nacional. Setenta e cinco por cento da nossa energia depende do Linhão de Guri, na Venezuela. Considerando as grandes dificuldades por que a Venezuela passa, tivemos uma redução drástica na concessão de energia, 30% vem das usinas termoelétricas. São quatro usinas termelétricas, que gastam combustível em valores muito elevados e oferecem uma energia cara e precária. Nosso Estado vive em constante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

apagão elétrico. Onde é que já se viu um estado da Federação ainda ter duas, três, quatro horas de racionamento de energia?

Por essa razão, queremos aprovar, aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, esse requerimento para discutir a integração de Roraima ao sistema elétrico nacional e convidar o Fernando Bezerra Coelho Filho, que é o Ministro de Estado das Minas e Energia; Antonio Fernandes Toninho Costa, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai); Suely Araújo, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Haroldo Eurico Amoras dos Santos, Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima.

Quero também, Srª Presidente, saber da possibilidade de incluirmos mais um representante do governo de Roraima, para trazer aqui as negociações que estão sendo feitas entre o governo do Estado e a aldeia indígena dos waimiris-atroaris – por onde passa a obra do Linhão de Tucuruí.

Um dos principais empecilhos para a retomada das obras é exatamente a negociação com os indígenas waimiris-atroaris, porque 122km do traçado da construção do linhão passam pela reserva deles. Por essa razão interessante, a Funai e o governo do Estado estão trabalhando nas negociações para a passagem do linhão dentro da reserva indígena.

Obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Senadora, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O requerimento da Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ângela.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Muito bem. Quando da votação do requerimento da Senadora Lídice, eu tenho uma sugestão a dar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o da Senadora Ângela, Senador Valadares.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Item 2 da pauta. O projeto é de autoria do Deputado Goulart e Relatoria do Senador Davi Alcolumbre. Como ele não se encontra, esse item fica, portanto, adiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(É a seguinte a matéria adiada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015

- Não terminativo -

Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Goulart

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo

Observações:

- Em 03.08.2016, na 14ª Reunião da CDR, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

- A matéria seguirá para a apreciação do plenário do SF;

)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos para o item 3. O projeto é de autoria do Deputado Weliton Prado e a Relatoria é de minha autoria. Eu pediria à Senadora Lídice, por favor, que viesse aqui até a mesa para conduzir os trabalhos, para que eu possa apresentar a minha Relatoria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, de 2015

- Não terminativo -

Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.

Autoria: Deputado Weliton Prado

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela aprovação da matéria com 04 emendas que apresenta

Observações:

- A matéria foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE.

- A matéria seguirá para a apreciação do plenário do SF;

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Srª Presidenta.

O projeto dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.

A proposição, Senadora Lídice, é por demais meritória. Quero aqui destacar que o projeto de lei teve toda a preocupação de assegurar as condições adequadas de uso dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ensino fundamental, com o afastamento de fatores de risco que possam comprometer a integridade física de seus usuários.

A proposição estabelece a obrigatoriedade de vistoria anual e de manutenção preventiva semestral, com a imposição de penalidade de multas, etc.

O projeto de lei, como já mencionei, é altamente meritório tendo em vista a necessidade de promover o uso correto e seguro dos equipamentos presentes nos parques infantis, sejam eles localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, ou em estabelecimentos de educação.

Então, por isso, por considerar o projeto extremamente meritório, peço a aprovação dos nossos pares, Senadora Lídice.

É de autoria do Deputado Weliton Prado.

Mais uma vez, deixo claro que o projeto, Senadora Ângela, é exatamente para disciplinar as normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental. Inclusive, o que motivou o autor a apresentar essa proposição foi, infelizmente, aquilo de que todos nós temos conhecimento: tragédias e mais tragédias que vez por outra acontecem.

Então, é um espaço de uso coletivo, inclusive muito voltado principalmente para a população infantil, para a população adolescente. Daí considerar realmente pertinente essa proposição no sentido de que tenhamos regras e uma legislação muito mais dura e muito mais eficaz no que diz respeito à manutenção e ao acompanhamento do uso desses equipamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k. Muito meritório o projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria, com quatro emendas que apresenta.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação do Plenário do Senado Federal.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Antes de seguir para os itens da pauta, devolvo a Presidência dos trabalhos à Senadora Fátima Bezerra para que possa dar continuidade.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, agora, vamos para a terceira parte destinada aos requerimentos extrapauta começando, Senadora Lídice, exatamente pelo Requerimento nº 14, de sua autoria.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública em forma de ciclo de debates no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a situação em que se encontra o Programa de Revitalização do Rio São Francisco.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria:

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria de apresentar um adendo ao requerimento da Senadora Lídice da Mata que, além da questão relacionada à revitalização do Rio São Francisco, se inclua um item para que possamos debater aqui nesta Comissão um item importante que abrange dois Estados da Federação brasileira: o Estado da Bahia e o Estado do Sergipe. Trata-se do Projeto Xingó, que é um projeto de 290km começando na Bahia, em Paulo Afonso, passando por Santa Brígida e penetrando no Estado de Sergipe, nos Municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo chegando até Nossa Senhora da Glória. É um projeto de grande envergadura, que tem o objetivo de levar para o sertanejo água para beber, dessedentação animal e também usos múltiplos da água do Rio São Francisco.

Eu gostaria, então, de incluir nesse requerimento da Senadora este item e, se possível, incluir ainda um outro, muito embora não se trata de uma obra direta do Governo Federal, mas tem recursos do Governo Federal que é o Canal do Sertão de Alagoas. Esse Canal do Sertão tem uma extensão de 250km e começa em Delmiro Gouveia e vai até Arapiraca. Repito, trata-se de uma extensão de 250km e já tem mais de 100km prontos. Como o investimento é maciço do Governo Federal e apenas 10% é a contrapartida do Governo do Estado, seria também importante que incluíssemos mais essa obra. Quer dizer, seriam: Canal do Xingó, que abrange o Estado de Sergipe e da Bahia, e o Canal do Sertão que, sem dúvida alguma, é uma obra monumental que vai ajudar em muito o desenvolvimento regional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Valadares.

Passo a palavra agora à Senadora Lídice da Mata...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...para que ela possa inclusive se posicionar frente às sugestões que o Senador Valadares acaba de apresentar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, considero que essas sugestões enriquecem a nossa proposta. Já tínhamos conversado aqui, o Senador Valadares e eu. S. Exª me consultou, eu acho que esse Projeto Xingó é muito importante e, na oportunidade, Srª Presidente, nós poderíamos, até em vez de fazermos apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

a audiência aqui, levar à Bahia e Sergipe a Comissão coordenada por V. Exª e discutirmos esses projetos com a comunidade em Alagoas.

Seria um momento importante da nossa Comissão apresentar-se nessa discussão do São Francisco.

Então, concordo integralmente. Como já tive oportunidade de justificar, na apresentação do requerimento, a nossa proposição, espero o apoio dos nossos Pares.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, Senador.

Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar V. Exª e a nossa querida Lídice da Mata, assim como o nosso querido Senador Valadares.

Acho que é correta essa audiência pública com a amplitude colocada, de aproveitarmos, inclusive, a presença do Ministro para discutirmos essas questões como um todo. E, numa primeira oportunidade posterior a isso, quero discutir especificamente a hidrovia do Tocantins e outras questões que não vou propor agora porque o tema já está amplo. Só quero lembrar que é importante a discussão colocada pela nossa nobre Senadora Lídice da Mata, complementada pelo Senador Valadares.

Cumprimento, efusivamente, a nossa querida Senadora Ângela Portela pela solicitação de audiência pública relativa à construção do Linhão Tucuruí/Roraima. Eu participei, fiz o EVT desse projeto no Ministério das Minas e Energia quando estava lá como servidor, há quase seis anos, totalmente viável, numa região totalmente antropizada, onde não há nenhum problema para passar. É questão de fazer os acertos finais com os indígenas da região e viabilizar a obra que, inclusive, já teve até aporte, porque o que foi contratado à época não dá mais para construir o Linhão.

Então, devemos ouvir, fazer a audiência pública sobre esse importante tema, que, sabemos, dará paz ao sistema de Boa Vista, de Roraima, será fundamental. Então, cumprimento V. Exª, cumprimento também a Senadora Lídice da Mata. Concordo com o proposto por ela, complementado pelo Senador Valadares. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Antes de passar ao regime de votação, Senadora Lídice, pediria que sua assessoria formalizasse os acréscimos que foram apresentados pelo Senador Valadares, como também a sugestão que V. Exª apresenta, a possibilidade de que essas audiências possam se dar nos respectivos Estados.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Farei isso imediatamente, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos agora outro requerimento extrapauta, de autoria da Senadora Regina. É de autoria do Senador Paulo Rocha, subscrito pela Senadora Regina. Como está subscrito pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Regina, nós vamos colocar em votação, tendo em vista que há uma regra adotada nesta Comissão, bem como em todas, de não colocarmos matérias em apreciação cujos autores não estejam presentes, não é, Senador Elmano? O Senador Paulo Rocha encontra-se em uma atividade.

O requerimento está subscrito pela Senadora Regina, que tem a palavra.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 13, de 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 90, Incisos II e XII, a realização de Seminários Regionais para a oitiva de representantes dos setores governamentais e da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759, de 2016, a regularização fundiária rural e urbana.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria:

Relatório:

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É que ele não se sentiu bem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Ele pediu para subscrever, antes ele também subscreveu, porque é um tema, é a Medida nº 759, que trata da regularização fundiária. Ela está em discussão e é um tema que geralmente gera conflitos, é solo urbano. Ela trata das duas coisas: área rural, de reforma agrária, e área de ocupação do solo urbano. São dois temas sensíveis, que geram muitos conflitos.

Então, é importante – porque também não é igual em cada Estado, em cada região –, que façamos esses debates regionais. A princípio parece muito, mas vamos fazendo. Aqui mesmo, no requerimento, diz "tanto quanto possível". Começamos fazendo um em cada região; depois, se der...

Mas é muito importante que essa medida provisória seja do conhecimento das pessoas envolvidas nos temas, porque já havia um processo, desde governos passados com um regramento, e agora se muda totalmente o regramento. É preciso, pelo menos, que as pessoas conheçam e que possamos debater com as entidades envolvidas, com os proprietários, com todo o mundo essa medida provisória. Como a medida provisória já entra em vigor, é preciso que debatamos. Por isso é que esse requerimento está colocado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senadora Regina. Parabenizamos também o Senador Paulo Rocha por essa iniciativa. Eu aproveito também para subscrever.

Na reunião da semana passada ele aqui já apresentava a ideia da necessidade da realização desses debates em torno da Medida Provisória nº 759, que, como V. Exª menciona, não trata de um tema qualquer; trata de um tema extremamente complexo, que é a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da regularização rural e urbana, a regularização fundiária. Esse é um tema muito palpitante mesmo, um tema que merece, no mínimo, um debate muito transparente com todos os segmentos que serão afetados. Então, quero parabenizá-la por isso..

Vamos para o regime de votação.

Indago aos Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta e imediata votação. (*Pausa.*)

Todos de acordo, vamos passar agora...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora! Só um...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – É sobre MP 759. É que há uma comissão que já está tratando desse tema. Eu acho que seria importante fazermos esse debate lá na Comissão já.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Veja bem, Senador Medeiros: entendo que não há incompatibilidade entre a iniciativa aqui proposta e a Comissão. Pelo contrário, uma vez viabilizado o debate, a realização dessas audiências aqui, iremos procurar a própria Comissão para haver uma integração. Está o.k.? Certo?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria... Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E até porque, só para um esclarecimento, é que, no caso de medida provisória, as comissões, Senador José Medeiros, regimentalmente não têm a prerrogativa de fazer o debate nos Estados. Então, esse debate pode ser feito através das Comissões Permanentes, mas, naturalmente, entrando em contato com a própria comissão instalada aqui, já na nossa Casa, que trata do assunto. Evidentemente vamos convidar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Srª Presidente, eu sou membro da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 759 e vejo que o Paulo tem razão: é um assunto bastante complexo, vai tratar de toda a Amazônia Legal – é a região dele, pois o Paulo é do Pará – e vai tratar de uma série de outras questões, como, no caso Brasília, que é a cidade que eu represento, vai tratar da situação da vida de mais ou menos um milhão e meio de famílias do Distrito Federal. Então, é uma medida que, quanto mais debates tivermos sobre ela e mais entendimento tivermos, melhor.

Como eu creio que o debatido aqui e o proposto pelo nosso nobre Senador Paulo Rocha e o apresentado aqui pela nossa nobre Senadora Regina não conflitam com o calendário que nós hoje vamos definir, porque hoje nós teremos reunião da MP nº 759. Nós teremos lá, no mínimo, quatro audiências públicas – foi isso que eu já conversei com o Senador Romero Jucá, que é o Relator da MP, enquanto eu sou o Vice-Presidente da Comissão Mista que a analisa. E eu, sinceramente, acho que todo debate que houver paralelamente à discussão que nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fazer sobre a 759 só tem a colaborar para nós podermos aprimorar o relatório que dali vai sair, que é fundamental para o Brasil todo, porque essa medida provisória, para a senhora ter uma ideia, ela teve 759 emendas.

Então, Senador Medeiros, com toda a vênia, eu concordo com a sua colocação, pois vai haver todo um circuito de debates a respeito da situação, mas um debate a mais, feito por uma comissão da nobreza da Comissão de Desenvolvimento Regional, eu acho que só tende a colaborar.

E quanto o espírito do Paulo, no caso da Medida – e ele também é membro titular da Comissão Mista que analisa a medida –, eu creio que visa exatamente trazer mais subsídios para colaborar com a solução da medida provisória.

Então, eu queria dizer que concordo com o proposto pela nossa nobre Senadora Regina Sousa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Hélio José.

Em votação, o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos para o segundo requerimento extrapauta, também de autoria da Senadora Regina Sousa.

Antes, porém, indago aos Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta e imediata votação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual requerimento que é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Nem é propriamente um requerimento... É porque realmente são esses os trâmites, mas é só uma correção do requerimento anterior, pois houve um erro na digitação e a gente está só corrigindo uma frase.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Estava "os impactos da previdência na economia dos Estados do Norte e do Nordeste, e a gente está corrigindo para "dos pequenos Municípios", que é o que a gente está querendo votar.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Senador Medeiros, na verdade, esse requerimento já foi aprovado na semana passada, é de minha autoria e da Senadora Regina.

Como isso é uma Comissão de Desenvolvimento Regional, considerando os estudos que têm sido publicados e que revelam o impacto que terá a questão da reforma da previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

frente ao conjunto dos Municípios, especialmente os pequenos Municípios. Isso se uma das proposições contidas na reforma da previdência for aprovada, que é a de mudanças drásticas na questão da previdência rural.

Então...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Exato.

O IBGE, inclusive, tem estudos que revelam que, em 69% dos pequenos Municípios do Brasil, a renda pela aposentadoria que circula no Município é maior do que a renda do Município.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Maior do que a do repasse do FPM.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Maior do que o repasse do FPM.

O Deputado Estadual, do PT do meu Estado, Deputado Fernando Mineiro, publicou um estudo essa semana com relação ao Rio Grande do Norte. O impacto é assustador. Ou seja, corrobora o estudo que o IBGE divulgou.

O impacto é assustador na medida em que a circulação monetária em decorrência da Previdência rural é infinitamente superior à circulação monetária em decorrência do Fundo de Participação dos Municípios. Daí, exatamente, a preocupação no que diz respeito à proposta da reforma da previdência, por tudo aquilo que já vai sendo debatido em todo o País, pelo quanto ela vai suprimir de direitos sociais fundamentais enfim

Repito: como esta é uma Comissão de Desenvolvimento Regional, imagine, isso é um item muito importante para que nós discutamos aqui, no âmbito da nossa Comissão; trazendo, inclusive, a representação dos prefeitos e das diversas entidades.

Pergunto...

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora Presidente, é só para corrigir, assim, porque a gente... Quanto à redação me parece que ficou parecida: "o efeito na economia dos pequenos Municípios..."

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – "... dos Estados do Norte e Nordeste". É esse o texto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Então, indago dos Srs. Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta e a sua imediata votação. (*Pausa.*)

Havendo concordância, coloco em votação o requerimento.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 11, de 2017
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos regimentais, seja retificado a ementa do Requerimento nº 8, de 2017 (EXTRAPAUTA), de 22 de março de 2017, para realização de uma Audiência Pública cujo tema é debater "Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos pequenos municípios das regiões Norte e Nordeste" excluindo-se, portanto, o tema "Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos estados do Norte e do Nordeste".

Autoria: Senadora Regina Sousa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Bom; e o último item extrapauta, Senadora Lídice, para, em seguida, a gente passar para a eleição da Senadora Lídice, que vai ser nossa Vice-Presidente, diz respeito a uma proposição de nossa autoria, a respeito da política pública que cada Comissão tem o direito e a obrigação de fiscalizar, nós estamos trazendo como proposição, Senadora Lídice, segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste. Por tudo que, enfim, está cada vez mais chamando a atenção da questão da gestão dos recursos hídricos, da segurança hídrica, entendeu?

O Brasil, inclusive, para vocês terem uma ideia – e eu nem sabia –, em 2018, Senador Hélio José, vai sediar o Fórum Mundial da Água. Então, a ideia era que nós pudéssemos aproveitar que o tema da da política pública fosse a gestão das águas, a questão da segurança hídrica. Como o Senado dispõe de bons consultores, de bons especialistas, nossa Comissão, assim, pode dar uma contribuição para a discussão desse tema.

Então, indago dos Senadores presentes sobre a inclusão do mencionado requerimento como item extrapauta e a sua imediata votação. (*Pausa.*)

Havendo concordância, coloco o requerimento em votação.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, § 2º, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso VI, 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2017, estejam contidas as políticas de "segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste".

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E, agora, nós vamos proceder à terceira e última parte da nossa reunião, que é a da nossa Vice-Presidente.

Pelo entendimento já mantido com os partidos, foi registrada, até o presente momento, a indicação, para Vice-Presidente, da Senadora Lídice da Mata.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre se podemos proceder à eleição por aclamação, tendo em vista a indicação única.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Então, horário eleitoral não vai ter? (*Risos.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Peço e agradeço o voto de todos os Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estando todos de acordo e não havendo objeção, declaro eleita e empossada a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. (*Palmas.*)

A Senadora Lídice está com a palavra, já agora eleita.

Antes, quero agradecer também ao Senador Hélio José – ouviu, Senador Hélio José – que, embora inicialmente também tivesse a pretensão de colocar o seu nome para concorrer à Vice-Presidência, foi compreensivo e está, portanto, apoiando o nome da Senadora Lídice, que acaba de ser aqui aclamada por todos nós.

Dispensa comentários a trajetória da Senadora Lídice, a sua atuação competente. Já disse a ela, e volto a dizer, que isso aqui será uma gestão colegiada, uma gestão compartilhada.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Agora o discurso de posse.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora, sente-se aqui à mesa para a gente fazer a foto. (*Pausa.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia a todos e a todas as companheiras aqui presentes.

Eu gostaria de agradecer o apoio recebido de todos os partidos. Esta é uma composição que se dá com base na proporcionalidade, mas precisa do apoiamento de todos os partidos para que os acordos aconteçam em cada Comissão.

Quero agradecer especialmente o apoio do Senador Hélio José, do PMDB, que disputará uma outra posição na Comissão de Meio Ambiente.

Quero falar da importância desta Comissão. Participo desta Comissão, Srª Presidente, desde o primeiro ano do meu mandato. Só no ano passado, em função do desejo de outros Senadores do meu partido de integrarem esta Comissão, eu fiquei na suplência, mas, mesmo assim, tentando acompanhar o movimento desta Comissão porque ela trata de dois temas que considero fundamentais: um é o desenvolvimento regional, o outro é o turismo.

Quanto ao desenvolvimento regional, embora nós estejamos falando que aqui se trata, Senadores, muito do Norte e do Nordeste, porque são duas regiões consideradas mais frágeis, vulneráveis em seus índices sociais e econômicos em nosso País, de fato, esta Comissão trata do desenvolvimento regional do Brasil, da necessidade de nós igualarmos esse desenvolvimento regional. Então, o Centro-Oeste também recebeu, em muitos momentos, a atenção e o debate desta Comissão, mesmo o Sul e o Sudeste, por outras razões. Acho que, portanto, está é uma Comissão que trata do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O segundo aspecto é que esta Comissão também trata de uma outra temática que eu, como Senadora, como Deputada, mesmo como Prefeita de Salvador, trato há muito no meu mandato: o desenvolvimento do turismo nacional.

Esta é a comissão que trata da política do turismo em nosso País, uma política que acompanho há muito tempo. Eu própria fui Relatora, aqui, da análise das políticas de infraestrutura turística no Brasil e creio ser esse um tema indispensável para analisarmos, porque o turismo é importante para o desenvolvimento de todas as regiões.

É importante para o Centro-Oeste, que começa a despontar com a sua capacidade turística, com a capacidade do seu Pantanal e de suas cidades. Para o Nordeste, porque esse é, sem dúvida nenhuma, um vetor importante do desenvolvimento do Nordeste. Mais recentemente, após o início do Prodetur, aquela região tem se beneficiado desse programa como um instrumento de fortalecimento da infraestrutura turísticas dos nossos Estados. Também assim o Norte do Brasil, que é um grande atrativo se nós soubermos usá-lo devidamente para atrair o interesse do visitante internacional pelas nossas florestas e, portanto, pela riqueza ecológica que aquele pedaço do Brasil tem. E, ainda, o Sul e o Sudeste do Brasil... Hoje, o Sudeste é a principal porta de entrada do turismo internacional e do turismo de negócios. O Sul do País, com uma fronteira rica com a América Latina etc.

Portanto, nós temos também a intenção de discutir aqui essas políticas, como elas impactarão no desenvolvimento do nosso País. Eu pretendo, inclusive, na próxima reunião – e já estou discutindo com a assessoria da Senadora Fátima Bezerra –; apresentar uma proposta para um debate sobre o turismo aqui ao longo dos nossos trabalhos.

Volto a agradecer o apoio de todos os companheiros e colegas desta Comissão, que, aliás, embora alguns mudem, no fundamental se mantem um núcleo que é muito ligado às questões do desenvolvimento regional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Fátima Bezerra, Presidente desta Comissão, eu queria, em breves palavras, parabenizar todos os Senadores por esse voto eu diria tão qualificado de aclamar a Senadora Lídice nossa Vice-Presidente.

Isso não é confete. Acompanhei o trabalho da Senadora Lídice na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a morte de jovens, da qual, aliás, a Senadora Fátima participou, e vi o comprometimento de S. Exª, assim como também pude ver o comprometimento de S. Exª nesses dois anos em que estou aqui no Senado.

Aprendi a respeitá-la muito, embora, em determinados momentos, estejamos em campos diferentes. Mas V. Exª engrandece este Senado e está merecidamente representando muito bem, junto com a Senadora Fátima Bezerra, esta Comissão.

Então, são essas as minhas palavras. E quero dizer que Mato Grosso também se orgulha de V. Exª estar aí, porque tem muitos admiradores lá.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Senadora Fátima, eu também quero parabenizar a Senadora Lídice da Mata pela Vice-Presidência desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, por sua atuação aqui no Senado Federal.

S. Exª tem uma vida inteira dedicada ao desenvolvimento das regiões todas do Brasil, mais especialmente da Região Nordeste.

Nós observamos suas falas, o seu trabalho, o seu comprometimento com o Estado da Bahia, e, certamente, essa dupla – a Senadora Fátima Bezerra na Presidência e a Senadora Lídice da Mata na Vice-Presidência –, daremos, com a participação de todos os componentes desta Comissão, um dinamismo muito forte e uma isonomia maior na discussão do desenvolvimento das regiões.

Eu, particularmente, venho a participar desta Comissão agora e vou trazer as questões do Norte do Brasil para que sejam debatidas e conhecidas pelos demais Senadores das outras regiões.

Parabéns, Senadora Lídice.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Srª Presidente, eu queria...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Ângela.

Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu queria também manifestar a alegria por ter não só a Lídice da Mata como Vice-Presidente, mas aproveitar também – porque não estive nas reuniões anteriores – para manifestar o meu contentamento por termos duas grandes líderes regionais à frente desta Comissão e que deverão enfrentar desafios pela importância das finalidades desta Comissão.

E, aproveitando a oportunidade, quero dizer da minha grande preocupação com relação ao regionalismo. Hoje, nós temos o trópico úmido no Norte do País, temos o Semiárido aqui no Nordeste, temos o Pantanal e os cerrados aqui no Centro-Oeste, como temos regiões mais desenvolvidas no extremo sudeste e Sul e Sudeste do País. Daí que, quando a nossa Presidente manifestou o desejo de priorizar questões relacionadas aos recursos hídricos, que há em excesso na Região Norte e são escassos na Região Nordeste, eu vejo que é um desafio maior.

Quando me recordo que, no passado, tínhamos a Sudam – como ainda hoje temos –, embora esvaziada, como a Sudene; no Nordeste, também esvaziada, e a Sudeco, no Centro-Oeste, que saiu dessa letargia da pobreza do Norte e do Nordeste e se agiganta neste País com a produção de grãos e geração de divisas, vislumbro o momento tão difícil que nós atravessamos.

Então, com esta Comissão, hoje, tendo, como Presidente, a Fátima Bezerra, e a Lídice, como Vice-Presidente, duas inquestionáveis lideranças, creio que temos todos motivo de muita alegria. E vejo que as mulheres, que têm lutado muito por espaços neste País... Estou ao lado da Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a minha querida e estimada Regina. Isso traduz a grandeza e a importância das mulheres no cenário nacional.

E, hoje, vejo o partido da nossa Fátima com outro talento, uma liderança, a Gleisi Hoffmann, na liderança do partido aqui no Senado da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quero só me congratular com as duas, embora hoje seja o dia da nossa Vice-Presidente, mas eu não havia me manifestado com relação à nossa querida Fátima.

Temos grandes responsabilidades e desafios – concluo – para retomar o desenvolvimento regional em nosso País.

Não somos um país de identidade edafoclimática ou até mesmo de costumes e tradições; somos um país continental e que temos que ver essa questão da diferença das regiões. E esse é o grande desafio.

Aproveito a oportunidade para dizer que apresentamos, na semana passada, um projeto de lei, Senadora Lídice, com relação ao Rio Parnaíba. Enquanto o São Francisco, o Velho Chico, é um rio de integração nacional, o Rio Parnaíba é um rio genuinamente nordestino. Onde os Estados do Tocantins, Bahia, Piauí e Maranhão, se unem na fronteira, ali, então, nasce o Parnaíba com 1.485km de extensão, e é um rio que está morrendo também, a exemplo do Rio São Francisco.

Então, em relação à bacia hidrográfica do Rio Parnaíba, a exemplo da preocupação de toda a bancada da Bahia, de Sergipe, de Alagoas e Pernambuco têm com relação ao Velho Chico, nós e outros também, como a Senadora Regina e o Senador Ciro, estamos envolvidos, juntamente com a bancada de Senadores do Maranhão, voltados para abrir essa discussão com relação à revitalização, à salvação do Rio Parnaíba.

Então, parabéns à nossa Presidente e à nossa vice-presidente desta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço, Senador Elmano, em meu nome e em nome da Senadora Lídice. Sua participação aqui nesta Comissão será muito valiosa, pelo quanto V. Exª tem se dedicado também ao tema da questão do desenvolvimento regional.

Com a palavra a Senadora Regina e, em seguida, o Senador Raupp.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É exatamente para, além de parabenizar a Lídice, colocar que esta Comissão tem um desafio grande porque, durante muito tempo, a gente ouviu, aprendeu que promover igualdade era tratar todo mundo igual. E foi nessa que o Nordeste foi ficando. Promover igualdade é tratar desigualmente os desiguais, ou seja, há que se fazer a diferença.

Esta Comissão tem essa tarefa de fazer a diferenciação das regiões e ver os problemas que são inerentes a cada uma. Os do Sul, certamente, não são os problemas do Nordeste. Não que se vá abandonar o Sul, mas é preciso que a gente dê uma mão para as outras regiões se igualarem um pouco com as que já estão mais avançadas.

Então, eu as parabenizo, desejo um bom trabalho e também quero dizer que isso é muito significativo na questão do empoderamento das mulheres nesta Casa. Então, quem sabe, num futuro próximo, a gente tenha uma presidenta do Senado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina, que enfrenta também um desafio agora de presidir uma outra comissão muito importante, que é a Comissão de Direitos Humanos.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra, vice-Presidente, Senadora Lídice da Mata, ao tempo em que as parabenizo pela Presidência e pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vice-Presidência desta Comissão, respectivamente... Aliás, acho que é a primeira vez que duas Senadoras presidem uma comissão, na titularidade e na vice. E é muito importante a ascensão das mulheres no Parlamento, nas comissões e nas Mesas da Câmara e do Senado.

E eu queria, Srª Presidente, pedindo desculpas por não ter estado na reunião de instalação da Comissão, perguntar se, por acaso, alguma das Srªs ou algum dos Srs. Senadores fez algum convite para que o Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, viesse a esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, Senador. Nós já providenciamos o convite, não só para ele como para os demais ministros cujas pastas têm uma relação direta com o tema da Comissão. Portanto, já enviamos convites ao Ministro Helder Barbalho, ao Ministro do Turismo, ao Ministro dos Transportes e ao Ministro das Cidades.

O Ministro Helder Barbalho é o primeiro, estará vindo quarta-feira. Só que, na quarta-feira, o foco da participação dele aqui será a questão do São Francisco, mais precisamente a retomada das obras da transposição do São Francisco, em especial do chamado Eixo Norte, e as suas adequações socioambientais. Tanto é que, na próxima quarta-feira, nós vamos ter aqui uma delegação do Rio Grande do Norte, uma delegação do Ceará, da Paraíba e de Pernambuco.

E vamos dar sequência a isso, porque, hoje mesmo, aprovamos o requerimento da Senadora Lídice para nova vinda do ministro da Integração, bem como de outras autoridades, porque, no segundo debate...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim; e também com o Ministro do Meio Ambiente, para nós fazermos um debate acerca do São Francisco sob uma outra vertente, que é a questão da revitalização.

Mas, enfim, ele será o primeiro, já vem na próxima quarta-feira. Em seguida, nós vamos marcar a nova vinda dele, considerando que – e V. Exª há de entender –, pela grandiosidade que tem o projeto do São Francisco, vai merecer muito a atenção aqui desta Comissão, evidentemente que sem prejuízo, de maneira nenhuma, dos outros temas a serem tratados, considerando a grandiosidade deste País continental que nós somos.

O Ministro das Cidades também já tem uma data prevista?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dia 26.

Nós estamos, portanto, agendando o Ministro do Turismo e vamos trazer também o Ministro dos Transportes.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – E eu queria sugerir também – de repente posso encaminhar um requerimento – um convite ao Ministro da Defesa, porque, sobretudo a Região Norte, e eu sei que também tem muita demanda do Norte...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É engraçado que esta Comissão é formada mais por Senadoras e Senadores do Norte e Nordeste, porque são as regiões que mais precisam da integração, do apoio. Eu não vejo defendendo a integração regional Senadores de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, desses Estados mais ricos. São sempre os Senadores das regiões mais isoladas, o Nordeste e o Norte do Brasil, que se preocupam mais com essas questões.

Então, é importante a vinda desses Ministros para eles poderem explanar para a gente quais são as ações dentro dessas áreas mais desassistidas do nosso imenso Brasil.

Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O. k., Senador Raupp.

Como os requerimentos que tratam da vinda dos demais ministros aqui mencionados por mim já foram aprovados, eu sugiro que V. Exª formalize um requerimento para que o Ministro da Defesa também venha. E V. Exª tem razão. É pertinente que ele venha a esta Comissão para falar das metas e diretrizes de sua pasta.

V. Exª, portanto, formalize o requerimento na próxima reunião.

Bom; como o Senador Wellington chegou, nós vamos, Senadora Lídice, dar sequência ainda aqui à nossa reunião concedendo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para que ele faça aqui o lançamento da publicação intitulada *Avaliação de Política Pública da Aviação Voltada para o Desenvolvimento Regional*, referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2016 no âmbito desta comissão, que foi sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre e teve como Relator o Senador Wellington.

Antes de passar a palavra a V. Exª, Senador Wellington, quero comunicar que esta Comissão acaba de aprovar o tema da política pública a ser tratada no ano de 2017. Aqui, por consenso, nós decidimos que as políticas públicas a serem analisadas são as da área de segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste.

Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, Senadora Fátima, eu vou tentar ser breve, fazendo aqui a apresentação desse trabalho.

Chegando ao término do biênio à frente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo que tive a satisfação de presidir – isso quem diz é o Presidente Davi Alcolumbre –, devo, por dever de ofício parlamentar, enaltecer o trabalho desenvolvido cujo resultado, plenamente satisfatório, encontra-se minudenciado no Relatório de Atividades Desenvolvidas pela CDR no Biênio 2015-2016, que poderá ser consultado na página da Comissão (http://legis.senado.leg.br/comissoes).

Os resultados alcançados mostraram-se significativos e expressivos, na medida em que corresponderam às mais legítimas aspirações da sociedade, cujo sentir da CDR elencou-as como prioridades, discutindo e deliberando sobre elas. Essa sensibilidade denota fina identidade entre seus membros (titulares e suplentes), servidores e funcionários, sem os quais não transcorreria com a eficiência, harmonia e objetividade registradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, isso aqui é o início, o preâmbulo e a posição do Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado.

E também eu quero aqui dizer que o Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional é um passo necessário para o estabelecimento de uma malha aérea que atenda de forma satisfatória o interior do País e a Região Amazônica, em especial.

Na avaliação de políticas públicas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, constatamos os seguintes problemas no desenvolvimento do programa: a necessidade de regularização dos aeroportos, pistas e reformas, autorizações e alvarás. Segundo, os problemas técnicos e financeiros enfrentados pelos Estados e Municípios.

Ainda recomendei ao Poder Executivo atuar sobre aeroportos e linhas aéreas regionais que tenham viabilidade econômica e naqueles que justifiquem sua operação por questões sociais de integração nacional ou mesmo defesa do território nacional – o brasileiro, claro.

Para os aeroportos potencialmente viáveis economicamente, o mais recomendável seria a concessão à iniciativa privada, concessão essa realizada em blocos regionais. Esse é o modelo em estudo no Estado do Mato Grosso, o meu Estado, e também já manifestamos muito isso à SAC, conversamos com o Ministro Wellington Moreira Franco, com o Ministro dos Transportes, e há, na verdade, um interesse muito grande, porque temos alguns aeroportos estratégicos, como é o caso do de Cuiabá.

O aeroporto de Cuiabá está no centro geodésico da América do Sul, no centro do Brasil. É o segundo maior aeroporto em área – são 720 hectares –, um aeroporto que poderia ser perfeitamente um aeroporto de integração ali da nossa região, do Mercosul. Infelizmente eu digo que o Brasil, ali a nossa região, está praticamente de costas para esses países vizinhos lindeiros, como a própria Bolívia e todos os outros países. E isso não é bom, porque fica lá a fronteira abandonada, não há uma vigília, e aí só fica a questão do narcotráfico. Então, eu penso que fazer a aviação aérea integrando esses países seria fundamental também para a nossa economia.

O aeroporto de Várzea Grande, como eu disse, além de todas essas características, está praticamente ali no centro, ligando Cuiabá a Várzea Grande com toda a infraestrutura, e poderia ser um aeroporto comercialmente muito viável. E, claro, a nossa ideia seria fazer exatamente um lote incluindo o aeroporto de Rondonópolis, o aeroporto de Barra do Garça, o aeroporto de Sinop e Alta Floresta, que poderiam ser em uma mesma ligação.

Os aeroportos deficitários devem ser incluídos nos blocos regionais, desde que haja economia de escala ou recebam recursos a fundo perdido do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil). No Estado de Mato Grosso, por exemplo, esse programa já beneficiou o Município de Barra do Garça com voos comerciais. Hoje mesmo vou estar aqui em audiência com a Prefeita de Sinop, quando estaremos discutindo exatamente a possibilidade de mais voos chegarem àquele aeroporto, mas ainda temos algumas dificuldades na aprovação dos equipamentos da aviação aérea.

E aí, Srª Presidente, eu gostaria até de, se possível, apresentar aqui um requerimento para que a gente possa ter aqui na Comissão o pessoal que faz essas autorizações de equipamentos, porque, pelo que a gente sabe, é muito pouca gente. Em algumas regiões, por exemplo, Sinop,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

tem que vir o pessoal de Manaus; em Rondonópolis tem que vir o pessoal do Rio de Janeiro. Então, até marcar uma audiência e poder conseguir fazer a vistoria às vezes demora demais.

E a gente não pode perder tempo, até porque o aeroporto tem a função também de salvar vidas. Quantas pessoas precisam viajar urgentemente tanto a negócios como, às vezes, por uma doença, e fica lá, não pode decolar. Na minha cidade mesmo, Rondonópolis, a maioria dos voos não consegue pousar de madrugada exatamente pela falta de funcionamento dos equipamentos que estão lá, prontos, disponíveis, comprados pela prefeitura, e não têm a autorização, não estão legalizados.

Então eu penso que nesse assunto da aviação regional – embora haja esse estudo concluído–, seria muito importante que, sob a sua presidência, Senadora Fátima Bezerra, a gente pudesse discutir mais amiúde de que forma nós podemos melhorar a implantação da aviação regional.

Por exemplo, na Região Amazônica, agora mesmo está se falando muito da BR-163, uma estrada de mais de mil quilômetros: será que não seria oportuno, ao construir a estrada, também já se fazer pequenos aeródromos? Ficaria muito mais barato. E um aeródromo pequeno não exige tanto recurso. No entanto, se for para contratar uma empresa para ir lá, especificamente, é claro que fica muito mais caro.

Então, tudo eu vejo como logística, tudo como transporte: seja de passageiros, seja pelo caminhão, seja pelo ônibus, seja pelo trem, seja pela hidrovia. É claro que a gente não pode deixar as coisas serem feitas assim de forma dispersa, mas acho que o Brasil poderia otimizar muito recurso.

Então, é nesse sentido que apresentamos aqui o relatório. Espero que tenha contribuído com esta Comissão e me coloco aqui como parceiro na sua Presidência, para que nós possamos também cumprir outras missões.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Wellington, eu quero parabenizá-lo, repito, pela relatoria, pelo bom trabalho que foi feito.

Concordo com V. Exª e, inclusive, até sugiro que V. Exª pudesse apresentar um requerimento para que nós possamos dar sequência ao trabalho da Relatoria que foi feito, porque é um tema muito importante. A questão da aviação regional – imagine! – é um tema estruturante do ponto de vista de logística, de infraestrutura, para promover o desenvolvimento das nossas regiões, o desenvolvimento do nosso País. É bom lembrar, inclusive, a relação direta que esse tema tem com a questão do turismo, que é uma outra vertente muito importante, promotora de geração de emprego, de distribuição de renda em nosso País.

Então, enfim, sem maiores delongas, vamos apresentar um requerimento para que nós demos sequência a esse debate, trazendo aqui, inclusive, os representantes do Governo. Vamos detalhar: como é que anda? Parou no meio do caminho o plano de desenvolvimento da aviação regional?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Para o programa da aviação regional que foi lançado pelo Governo seriam 270 aeroportos, e até agora a coisa está no papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é, pois é. Programa é o que não falta: é no meu Estado, é no Estado do senhor, é em todo canto. No Rio Grande do Norte, por exemplo, nós temos a segunda cidade do nosso Estado, que é Mossoró: é inaceitável uma cidade do porte de Mossoró até hoje não dispor de uma infraestrutura aeroportuária adequada à altura, para promover não só o desenvolvimento de Mossoró, da região, mas do Estado e do Nordeste. Nós temos uma outra região, também muito importante, carente de uma boa infraestrutura aeroportuária que é Caicó, na região do Seridó – outra região muito importante do nosso Estado.

Mas isso não é uma realidade apenas, repito, do Rio Grande do Norte: isso é uma realidade dos demais Estados. E, portanto, vamos realizar, vamos apresentar o requerimento para realizar audiências públicas aqui, para que nós possamos cobrar – não é? – do Governo como anda o chamado Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Nada mais havendo a tratar, eu convoco os Senadores para a próxima reunião da CDR a realizar-se na próxima quarta-feira, com a presença do Ministro da Integração, Helder Barbalho, mais uma vez destacando aqui o tema central da próxima quarta-feira vai ser a questão do São Francisco, das obras do São Francisco, com foco na realização das obras do Eixo Norte e suas adequações socioambientais.

Volto aqui a afirmar que expedimos convite, Senador Wellington, para os governadores, bem como para os secretários e para as assembleias legislativas do meu Estado, Rio Grande do Norte, da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco.

Destaco aqui, inclusive, o papel que os legislativos estaduais têm desempenhado no acompanhamento e na luta pela obra da transposição das águas do São Francisco. Ainda na semana passada, em Natal, houve uma reunião conjunta dos Deputados Estaduais do Rio Grande do Norte com os Deputados da Paraíba, ocasião em que eles cobravam, portanto, da Bancada Federal de cada Estado iniciativas no que diz respeito ao andamento dessa importante obra que é o São Francisco.

Portanto, respondendo já as reivindicações das assembleias legislativas, nós já estaremos realizando – repito –, na próxima quarta-feira, essa reunião aqui, com a presença do Ministro Helder Barbalho.

Acrescentamos ainda que, claro, nós estamos convidando representantes dos sindicatos patronais, dos sindicatos dos trabalhadores e dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Estamos convidando também a CNBB, pelo quanto a Igreja se envolve com este tema: a questão da segurança hídrica e a gestão dos recursos hídricos; e a ASA, que é a Articulação Semiárido.

Os convites já foram expedidos.

Encerro, portanto, dizendo da nossa expectativa de que possamos, na próxima quarta-feira, realizar aqui um bom debate, um debate com proposições claras e com resultados claros.

O que nós queremos aqui é conversar e indagar ao Ministro da Integração como anda a obra do São Francisco, precisamente a obra que diz respeito à questão do Eixo Norte, que vai levar as águas do São Francisco para o Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Vamos encerrar a presente reunião e vamos fazer uma foto com o Senador Wellington com relação à divulgação da relatoria da política pública que foi a aviação regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências das Senadoras Fátima Bezerra e Lídice da Mata, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Dário Berger, Humberto Costa, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira, José Medeiros, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Airton Sandoval, Wilder Morais, Eduardo Amorim e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Thieres Pinto. Comparecem, também, o Deputado Federal Felipe Maia, o Deputado Estadual Jeová Campos e a Senhora Kênia Régia, Presidente da CODEVASF. Passa-se ao expediente: Audiência Pública Interativa. Participante: Helder Barbalho, Ministro de Estado da Integração Nacional. Finalidade: Apresentar as ações do Ministério da Integração Nacional para os próximos dois anos, em atendimento ao Requerimento nº 4/2017-CDR, de autoria da Senadora Fátima Bezerra. Após a exposição do convidado, fizeram uso da palavra os Senadores Waldemir Moka, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Cássio Cunha Lima, José Pimentel, José Agripino e Humberto Costa; e também os seguintes convidados: Dom Jaime Vieira Rocha, Arcebispo de Natal; Marcondes Gadelha, ex-Senador e ex-Deputado Federal; Fernando Mineiro, Deputado Estadual do Rio Grande do Norte; Ângela Maria Paiva Cruz, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Wyllys Abel Farkatt Tabosa, Reitor do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN; José Mairton Figueiredo de França, Secretário-adjunto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte; e Dom Antônio Carlos Cruz Santos, Bispo de Caicó/RN. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos aos nossos comunicados.

Recebemos o Aviso de nº 126, do Gabinete da Presidência do TCU, de 24 de março de 2017, encaminhando cópia do Acordão nº497, de 2017, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União. O acordão trata de relatório de auditoria operacional no âmbito de fiscalização de orientação centralizada, realizada na Eletrobras Distribuição Rondônia, com o objetivo de analisar a qualidade do serviço prestado e a higidez econômica, financeira da companhia.

O aviso ficará na Secretaria de Apoio da Comissão de Desenvolvimento Regional à disposição dos interessados.

No dia 19/04, iremos realizar a audiência relativa ao requerimento para debater Os Impactos da Reforma da Previdência na Economia dos Pequenos Municípios dos Estados do Norte e Nordeste.

Até o presente momento, temos os seguintes convidados: o Sr. Guilherme Delgado, representante do Ipea; o Sr. Eduardo Tadeu, Presidente da Associação Brasileira dos Municípios; Antônio Rodrigues de Sousa Neto, Secretário de Planejamento do Estado do Piauí; Esther, representante da Secretaria de Planejamento do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Gll Carlos, Prefeito de São João do Piauí, Presidente da Associação Piauiense de Prefeitos; e o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

A audiência pública tratará da reforma da previdência de dos impactos na vida dos Municípios.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 09, de 2017, a degravação da presente reunião para que aquilo que aqui for falado pelo Ministro e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a ouvirmos, em audiência pública, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Helder Barbalho, que já está conosco, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal. O Ministro vem aqui para falar sobre as principais diretrizes e metas da sua Pasta, mas com o foco na obra do São Francisco, foco precisamente na questão do Eixo Norte.

Peço ao Senador Garibaldi Alves Filho e ao Senador Valadares que conduzam o Ministro até a Presidência da nossa Comissão. (*Pausa.*)

Queremos, inicialmente, agradecer a presença do Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. Queremos, desde já, agradecer a presença das demais autoridades que atenderam ao nosso convite e também agradecer a presença dos nossos Senadores. Cumprimento o Senador Cássio Cunha Lima, da Paraíba, o Senador Valadares, lá do Sergipe, o Senador Waldemir Moka, lá do Mato Grosso, o Senador Garibaldi Alves Filho, lá do nosso Estado, e ...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – E Mato Grosso do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mato Grosso do Sul, Moka.

Ex-Deputado Federal Marcondes Gadelha, seja bem-vindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Queremos aqui saudar a presença dos reitores das nossas instituições de ensino lá do Rio Grande do Norte, da Professora Ângela, Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; do Professor Wyllys, Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com muita satisfação, quero registrar aqui a presença da nossa Deputada Federal Zenaide Maia, lá da Bancada do Rio Grande do Norte; da Presidente da Codevasf, Kênia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Kênia Marcelino.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos já registrar aqui a presença da Igreja, de D. Jaime, de D. Mariano e de D. Antônio, que acaba de chegar. São Arcebispos, Ministro, lá do meu Estado. D. Jaime é lá de Natal, Rio Grande do Norte, D. Mariano é de Mossoró.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – D. Jaime é de Campina Grande também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É de Campina Grande também. D. Antônio é lá de Caicó, do Seridó.

Já começo, Ministro, dizendo que a presença da Igreja aqui, para nós, é muito importante porque me lembro de que, no ano passado, a Igreja lá no Nordeste coordenava e liderava uma caravana que passou pelo Rio Grande do Norte, pela Paraíba, pelo Ceará, com o intuito de acompanhar as obras do São Francisco, obras para as quais todos nós reconhecemos a determinação, a ousadia, do Presidente Lula, que afinal de contas, foi quem tirou a obra do papel e permitiu que a gente estivesse, enfim, realizando esse sonho. Mas o fato é que a presença da Igreja, repito, é importante porque a Igreja tem participado, pelo trabalho social que faz. Essa caravana era liderada pelos Bispos do Nordeste, no ano passado, no chamado acompanhamento da obra.

Segundo, Ministro, nós conversamos com V. Exª, inclusive, na semana passada, quando a Bancada Federal do Rio Grande do Norte lá esteve, na quarta-feira – anteriormente o senhor também já tinha estado, com uma representação da Bancada do Nordeste, em uma audiência articulada pelo Senador Garibaldi Filho –, e nossa expectativa aqui, além evidentemente de ouvir o senhor falar sobre os principais desafios da sua pasta, é o São Francisco, o chamado Eixo Norte. É através do Eixo Norte que as águas chegarão ao meu Estado, ao Rio Grande do Norte, chegarão ao Ceará e à parte da Paraíba. Nós queremos que a população do Rio Grande do Norte e do Ceará possa celebrar e ter a mesma emoção que estão tendo os nossos conterrâneos lá de Monteiro quando da chegada das águas através do chamado Eixo Leste, contemplando já parte importante da população paraibana.

Queremos, portanto, dialogar com o senhor. Nossa expectativa é a de que tenhamos aqui o máximo de informações, em termos de uma agenda, de um cronograma concreto com relação à questão do Eixo Norte.

No caso do nosso Estado, o Rio Grande do Norte, as águas chegarão lá por duas frentes. A primeira é o Piranhas-Açu, do qual o senhor vai falar aqui. Com a perenização do Rio Piranhas-Açu, nós vamos contemplar uma importante região do nosso Estado que é a região do Seridó – não é, Deputada Zenaide? –, uma região de grande densidade populacional. É lá no Seridó onde está sendo erguido também mais um grande reservatório hídrico, que é barragem de Oiticica, que era outro sonho que o Rio Grande do Norte, especialmente os seridoenses, acalentavam. Essa obra, inclusive, é filha do São Francisco. Ela faz parte do complexo do São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Mas as águas do São Francisco não adentrarão no Rio Grande do Norte somente pelo Rio Piranhas-Açu. Elas também têm de entrar, Senador Cássio, por outra frente, que é o chamado canal do Apodi, importante demais para nós do Rio Grande do Norte. O canal do Apodi e a barragem de Santa Cruz vão trazer segurança hídrica para outras regiões de grande densidade populacional que são a região oeste, a região médio oeste e a região alto oeste. São regiões que concentram – o Senador Garibaldi Filho sabe disso demais – praticamente metade dos Municípios do nosso Estado. E há uma grande apreensão por parte, repito, da população lá de Apodi, de Paus dos Ferros e de toda aquela região com relação à obra lá do canal do Apodi para que, aí sim, tenhamos o projeto do São Francisco contemplando de maneira global a população do Rio Grande do Norte.

Então, vamos dialogar com o senhor acerca, também, da questão do canal do Apodi, bem como sobre as demandas da Paraíba e do Ceará.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – É apenas para dizer que, além de Deputado, como a senhora saudou o nosso Marcondes Gadelha, ele é também ex-Senador e está voltando à Casa para a satisfação de todos nós. Além disso, é pai do Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, convivi com ele como Deputado Federal, por isso é que o estava saudando assim. Mas seja muito, muito, bem-vindo.

Antes de passar a palavra para o Ministro, queremos registrar, já com muita satisfação, a representação da Assembleia Legislativa do meu Estado. O Deputado Gustavo Fernandes, o Deputado Fernando Mineiro. Peço que chegue aqui os nomes dos demais Parlamentares.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Renato Gadelha

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Renato Gadelha, da Paraíba.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Federal Veneziano.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Guilherme Almeida.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputado Jeová.

Por favor, pediria à assessoria para preparar cadeiras aqui para os nossos convidados.

Quero agradecer a presença da representação da Assembleia Legislativa do meu Estado e da Paraíba. Aqui, de público, quero já fazer um registro – viu companheiro e Deputado Fernando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mineiro? – sobre a contribuição muito importante que as Assembleias Legislativas lá do meu Estado, o Rio Grande do Norte, e da Paraíba, Ministro, vêm dando nessa luta em prol da transposição do São Francisco, pelo quanto têm se articulado. Comissões especiais, no âmbito dessas assembleias, têm sido instaladas. Eles vêm, como representantes da população nos seus respectivos Estados, desempenhando um papel muito, muito importante mesmo. Ou seja, é o Rio Grande do Norte aqui unido em prol dessa luta tão importante, é a Paraíba, é o Nordeste unido, para que possamos, enfim, celebrar, o mais brevemente possível, a conclusão da obra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Diga, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Se a senhora me permite, eu cometi um grande equívoco, porque atribuí a paternidade do Ministro ao Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Eu sou amigo do pai dele.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – O pai dele é o nosso Senador Jader.

O SR. MARCONDES GADELHA – Eu fui colega do pai dele.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, eu confesso que fiquei aqui... Eu confesso que fiquei aqui sem entender.

O SR. MARCONDES GADELHA – Eu também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que revelação é essa? (*Risos.*)

O SR. HELDER BARBALHO – Imagine eu!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu fiquei sem entender que revelação é essa. (*Risos.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Em matéria de equívoco, foi o maior que eu já cometi na minha vida. (*Risos.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É um mico, o chamado mico.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador, é que eu acho que na hora, enfim, trocou: como o pai do Ministro é nosso colega, Senador aqui, Jader Barbalho, que é pai do Ministro Helder, mas enfim, então, Ministro, vamos passar...

Nós queremos registrar a presença do presidente da OAB lá do nosso Estado, Dr. Paulo Coutinho. Seja muito bem-vindo. O que eu não estou entendendo é essa letra aqui. (*Pausa.*)

Queremos também aqui registrar a presença da sucursal da OAB lá em Pau dos Ferros, Drª Viviane. Que é de Drª Viviane? Seja bem-vinda.

E o vice-prefeito de José da Penha – que é de Junior? Vice-prefeito Junior, obrigado pela presença. Já estamos aqui conversando com o Ministro porque já vamos deixar indicado no segundo semestre a gente fazer uma nova rodada de audiências públicas, e dessa vez vai ser no Rio Grande do Norte, na Paraíba e no Ceará.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está o.k. Vamos levar lá para o Oeste.

Queremos registrar toda a equipe, a presença, além da presidente da Codevasf, de demais integrantes, Ministro, aqui, que formam lá a equipe do Ministério da Integração.

Mas, Ministro, queremos agora, com muita alegria, passar a palavra a V. Exª.

O SR. HELDER BARBALHO – Bom dia às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, registro a satisfação de estar aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional. Cumprimento a Presidente, Senadora Fátima, agradecendo seu convite e, claro, a autoria do requerimento; cumprimento o Senador Garibaldi, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Waldemir Moka, o Senador Cássio Cunha Lima. Da mesma forma, cumprimento e agradeço ao Senador Dário Berger a sua presença, o prestígio de poder participar deste dia da Comissão. Cumprimento os Deputados Federais aqui presentes: Deputada Zenaide Maia, o Deputado Veneziano Vital do Rêgo, Deputado Beto Salame e, em sua pessoa, cumprimento o Senador Paulo Rocha também, aqui presente, do meu Estado; o ex-Senador e ex-Deputado Marcondes Gadelha. Cumprimento os deputados estaduais das diversas representações da nossa Federação, aqui presentes. Em nome do Deputado Renato Gadelha, da Paraíba, cumprimento os deputados estaduais aqui presentes. Cumprimento a Igreja, que prestigia este momento: D. Jaime, D. Mariano, D. Antonio – a participação das representações religiosas é fundamental na mobilização, na interação, na interlocução de obras de tamanha envergadura e políticas públicas determinantes para o desenvolvimento regional. Cumprimento a Ordem dos Advogados do Brasil; os prefeitos e prefeitas aqui presentes, portanto, a todos que prestigiam este momento.

Quero dizer, Senadora Fátima, que venho acompanhado da presidente da Codevasf, Kênia Marcelino; da mesma forma, dos secretários que compõem o organograma do Ministério da Integração Nacional, no sentido de aqui podermos, da maneira mais eficiente possível, responder e cooperar com os esclarecimentos que esta Comissão porventura sugerir; também venho acompanhado do secretário executivo Mário Ribeiro, na pessoa de quem cumprimento todos os colaboradores do Ministério da Integração Nacional.

Eu dividi a apresentação, Senadora, em diversos eslaides que demonstram as políticas públicas que cabem ao Ministério da Integração – claro, sabendo que as obras estruturantes, a política hídrica, é aquilo que mais mobiliza esta audiência pública. Mas, entendo, há um momento em que o requerimento sinaliza o desejo de conhecer a política de desenvolvimento do Ministério da Integração Nacional. Eu o fiz de maneira mais completa e tentarei ser o mais objetivo possível.

Inicio pelos fundos regionais e incentivos fiscais do Ministério da Integração Nacional, já que é de nossa responsabilidade tanto os Fundos Constitucionais – e aí leia-se FCO, FNE e FNO; sendo FNO, Fundos do Centro-Oeste; FNE, Fundos do Nordeste e FNO, Fundos do Norte, cujas políticas projetam uma oferta de recursos na ordem de R$40,8 bilhões, que estão garantidos sem qualquer risco de contingenciamento, já que a formação desses fundos estão vinculados ao IPI e ao Imposto de Renda. A projeção para 2018, e é uma estimativa, é chegar a R$42,5 bilhões. Essas são ações operadas por bancos públicos. O FCO pelo Banco do Brasil; o FNE pelo Banco do Nordeste e o FNO pelo Banco da Amazônia.

Os Fundos de Desenvolvimento, compostos nas regiões através do FDCO (Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE); e o FDA o Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Desenvolvimento da Amazônia), estimam, para o ano de 2017, R$3,4 bilhões e, para 2018, T$4,7 bilhões. Lembro que em 2018 haveremos de apresentar a Lei Orçamentária a ser discutida pelo Congresso Nacional.

Dentre as ações da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos, está: elaborar políticas de governança dos Fundos, ampliar a uniformização do prazo de vigência dos benefícios dos incentivos fiscais, recriar um incentivo adicional de frete para renovação de marinha mercante, ampliar o prazo para que pessoas jurídicas possam fazer a opção da aplicação do imposto devido aos fundos de investimento. São outras duas linhas: Finam e o Finor; estabelecer condições de renegociação das dívidas de operação dos fundos, lembrando que, no final do ano passado, com a aprovação, em medida provisória pelo Congresso Nacional, conseguimos fazer a renegociação das dívidas até dezembro de 2011, que se transformou na Lei nº 13.340.

Porém, esse benefício de renegociação é restritivo às operações rurais. E agora estamos dialogando, inclusive com a criação de grupos de trabalho da Região Norte, da Região Centro-Oeste e da Região Nordeste, com representantes de entidades de classe rural, comercial, industrial, para que possamos desburocratizar os fundos e também, claro, buscar extrair o desejo da construção do melhor ambiente propício para o desenvolvimento regional e, dentre isso, está a possibilidade de nós também fazermos renegociação para operações urbanas.

Outra importante diretriz é estabelecer orientações gerais dos Fundos Constitucionais e dos Fundos de Desenvolvimento, divulgar os fundos. Inclusive, iniciamos ontem a caravana do FCO, e o Banco do Brasil estará percorrendo dezenove cidades do Centro-Oeste para divulgar a Caravana do FCO. O FNE já está sendo feito, através do Banco do Nordeste, e o Banco da Amazônia também já inicia as suas caravanas para que possamos ir até as cidades polo de cada região do Brasil, mostrando as atratividades dos fundos e, a partir disso, ampliar a adesão e cumprirmos a nossa meta de atendimento.

Pretendemos também criar mecanismos para aumentar a eficiência e aplicação dos recursos dos fundos, como citei há pouco, inclusive dialogando com a iniciativa privada nesse sentido; flexibilizar e desburocratizar os atos legais que normatizam os fundos, propor a revisão da atualização da legislação, consolidar as normas relativas aos fundos fiscais e a renegociação de debêntures, que também é um outro foco importante das atividades dos fundos regionais.

Passando para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, temos – e essas ações são as ações centrais: rotas da integração, Água para Todos e também as ações dos observatórios de desenvolvimento.

No Água para Todos, trabalhamos com o foco em cisternas de consumo, sistemas coletivos de abastecimento, perfuração de poços, pequenas barragens, sistemas coletivos de abastecimento, cisternas de produção e *kits* de irrigação.

O que está aprovado no Orçamento de 2017 é um montante de R$58, 775 milhões e, em 2018, nós estamos projetando para esse conjunto de ações um montante de R$60 milhões. Lembro que isso é exclusivo a ações do Ministério da Integração Nacional. Não contam aí iniciativas similares que sejam realizadas pela Codevasf, que sejam realizadas pelo DNOCS, que são parceiras que trabalham junto conosco, mas que atuam com a sua estratégia em paralelo.

A nossa meta em 2017 é implantar 5.412 cisternas; 300 sistemas, 50 barreiros, dois açudes, 60 poços. Em 2018, é implantar 72 sistemas, cem barreiros e 147 poços. O nosso objetivo é ampliar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acesso de água para consumo humano. Aí é importante, é foco central a área rural. Eles são os nossos clientes dessa ação do Água para Todos.

Nós temos outra iniciativa importante que envolve desenvolvimento regional, que são as inclusões produtivas: fortalecer a cadeia produtiva a partir de rotas que foram debatidas e discutidas em diversas regiões, inclusive buscando diversificar para que todas as regiões possam se enxergar a partir da cultura do cultivo, da cultura produtiva.

Com a ação do fomento a rãs produtivos locais ou ovinocaprinocultura, apicultura, fruticultura e também o açaí, a piscicultura, a bovino cultura leiteira, confecções e tecnologia da informação.

A estrutura está em cinco cadeias produtivas, destacando a cadeia do cordeiro, a cadeia do mel, a cadeia do açaí, do leito e do peixe. Nós temos aprovado em Orçamento, para o ano de 2017, R$47 milhões 675 mil. E projetamos, para o Orçamento de 2018, 48 milhões.

Continuando nas ações de desenvolvimento regional, é importante termos foco para a viabilização do ambiente de atração. Falava, na política de incentivo, sobre o ambiente tributário, o ambiente da desburocratização, o ambiente fiscal, aqui viabilizando o ambiente físico e destacando o processo logístico.

Nós, dentro das ações de desenvolvimento regional, temos a viabilização de recursos para logística, que envolvem pavimentação, construção e recuperação de estradas vicinais, rodovias, pontes, passagens molhadas, ancoradouros e flutuantes; obras civis, como construção, reformas e ampliação de mercados municipais, matadouros, unidades de processamento, laboratórios, currais, centrais de confinamento, como também tanques escavados para o processo de piscicultura; aquisição de equipamentos e insumos, como tratores, caminhões, tanques-rede, tanques de resfriamento de leite, aquisições de diversos utensílios envolvidos no cultivo, melhoramento genético e, com isso, multiplicação de sêmens e embriões de qualidade; e a atividade de serviços, como projetos e estudos que possam subsidiar novos fortalecimentos de cadeias produtivas.

Nessas ações, nós temos uma que envolve emendas parlamentares, a 7K66, que, no ano de 2017, recebeu o prestígio parlamentar com a destinação de R$744 milhões. Nós continuaremos trabalhando no sentido da execução dessas emendas, inclusive para termos credibilidade, Senadora Fátima, Senadora Lídice, e prosseguirmos, em 2018, com um volume significativo. E criamos uma nova ação, que é a ação chamada 7X27, de promoção do desenvolvimento regional, que se agrega à iniciativa das emendas e que é de execução direta do Ministério da Integração, no montante de R$530 milhões para o exercício 2017, replicando a nossa expectativa para o exercício 2018.

Prosseguindo com as nossas parcerias, nós hoje trabalhamos com alguns órgãos externos, instituições com *expertise* em consultorias, em apoiamento. Destacam-se FAO, REDE e novamente FAO, na parte de irrigação. Nós temos FAO, desenvolvimento regional; e REDE, cooperação técnica, muito voltada à irrigação – parte também da irrigação com a FAO. E temos com o IICA um acordo de cooperação técnica para a transferência de perímetros públicos de irrigação e também o projeto Interáguas, que envolve o Banco Mundial. O montante desses recursos que estão vinculados à fonte 0148 é de R$32,697 milhões para o exercício 2017, e nós estimamos ampliar isso de forma significativa para 2018.

É importante registrar que há a possibilidade de utilização desses recursos para pré-projetos, projetos básicos, projetos executivos e EVTEAs de obras estruturantes, no sentido da ampliação da cobertura da funcionalidade hídrica nas regiões atingidas principalmente no Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos outra política importante que é a faixa de fronteira, com um olhar específico para as regiões de fronteira do Brasil, buscando criar instrumentos de cooperação transfronteiriça, desenvolver sistema de informação nas faixas de fronteira, além de reuniões da CDIF; planos de ação para cumprimento de recomendações do Tribunal de Contas da União, com políticas públicas específicas para a área de fronteira; cidades gêmeas do Brasil com os nossos países fronteiriços; e também os núcleos estaduais de fronteira.

Indo para a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, que naturalmente é aquela que gera maior preocupação e atenção por parte desta audiência pública, eu pedi para que nós pudéssemos falar um pouco sobre transposição do São Francisco – Eixo Norte e Eixo Leste –, sobre as obras estruturantes que compõem todo o sistema São Francisco e sobre outras obras estruturantes que garantem chegada de água às regiões.

Dentro do Programa de Integração da Bacia do São Francisco, nós temos, em azul, o Eixo Norte, à esquerda, e o Eixo Leste, à direita, e temos as artérias, em laranja, que são diversas frentes de obras ou de projetos, cuja execução está prevista num período curto e médio, conforme a estratégia de funcionalidade da chegada da água do São Francisco.

Prosseguindo, é importante destacar o porquê do caminho das águas, e vou falar disso um pouco mais adiante. Nós tomamos uma decisão de gestão, tanto no Eixo Leste quanto no Eixo Norte, de dividirmos as obras, focando no caminho das águas e deixando obras complementares para um segundo momento, em função da urgência e da emergência de garantirmos que a água possa chegar às regiões. Desta feita, é importante que nós separemos... Por exemplo, nós fizemos a inauguração do Eixo Leste no mês passado, mas ainda continuam obras complementares. O que nós fizemos foi a chegada da água, na verdade, até o Município de Monteiro, na Paraíba. Essa estratégia, que foi profundamente exitosa no Eixo Leste, nós vamos replicar no Eixo Norte, ao momento da retomada das obras do Eixo Norte na Meta 1N, e já estamos fazendo isso nas Metas 2N e 3N, que continuam em execução com relação ao Eixo Norte.

Com relação ao Eixo Leste, há algumas imagens aqui da chegada da água a Monteiro, na Paraíba, uma festa absoluta, um momento de absoluta emoção da população do Nordeste. No Eixo Leste, nós estamos com 98,08% da obra concluída.

É importante registrar esse ponto – vejo aqui o Senador Cássio e os nossos queridos representantes do Rio Grande do Norte – e é importante que deixemos claro aqui, porque há um sentimento muitas das vezes de descrença, Deputado Marcondes Gadelha, da viabilidade, da funcionalidade, Deputado Veneziano. Primeiro, a água não ia chegar a Monteiro. A água chegou a Monteiro. Depois de chegar a Monteiro, disseram que a água não ia chegar a Campina Grande.

Então, pedi para fazer essa foto, porque, depois de Monteiro, já passamos duas barragens: a barragem de Poções e a barragem de Camalaú, e nós já estamos a 12,6 quilômetros a partir de Camalaú, no rumo do Boqueirão, que é o principal açude que abastece a região metropolitana de Campina Grande.

Quero aqui inclusive dizer às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, dentro do nosso prazo, que é até o dia 25 de abril, faremos chegar água do Rio São Francisco ao Boqueirão, trazendo tranquilidade hídrica para a região metropolitana de Campina Grande. Isso particularmente me deixa muito feliz, porque assumimos o compromisso de que iríamos entregar a obra em março, e entregamos a obra em março. Assumimos o compromisso de que chegaríamos com água, ainda no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mês de abril, até o Boqueirão. E a nossa previsão é de que até o dia 25 de abril a água chegará ao Boqueirão.

Hoje, estamos com a média de seis metros cúbicos e, com a vazão do Camalaú, quatro metros cúbicos, mas nós estamos com nove metros cúbicos de passagem lá em Monteiro, com todas as 12 bombas das seis estações de bombeamento do Eixo Leste, todas em plena operação.

Portanto, dentro daquilo que nós estabelecemos, está absolutamente de acordo.

Com relação ao Eixo Leste, nós já inauguramos, agora no último dia 10 de março, o caminho das águas. São 217 quilômetros; a execução física, 98,1. Nós estamos em teste e comissionamento, inclusive a licença do Ibama é teste e comissionamento. Esse é o termo que está estabelecido dentro do cronograma com a Agência Nacional, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. E a nossa previsão é de que, em 2017, nós estaremos concluindo também as obras complementares.

Pedi para fazer um destaque com relação a algumas obras que compõem a funcionalidade do Eixo Leste.

A Adutora do Pajeú, que está sendo executada pelo DNOCS, a nossa expectativa é de concluir essa segunda etapa ainda em 2017.

A Adutora do Agreste, que está sendo executada pelo Governo do Estado de Pernambuco, com recursos oriundos do Ministério da Integração Nacional, estamos também trabalhando para que a mesma possa ter funcionalidade já em 2017.

A Vertente Litorânea Paraibana está sendo executada pelo Governo do Estado da Paraíba, com recursos do Ministério da Integração Nacional. E, apesar de estar acima do Boqueirão, posterior ao Boqueirão, chegará até a Vertente Litorânea da Paraíba. Portanto, também sendo beneficiada com as águas do São Francisco.

O Eixo Norte. Aqui, sem dúvida alguma, aquele que chama maior atenção no sentido da preocupação. É importante registrar que o Eixo Norte compõe três blocos de obra, três lotes de obra que, na nossa estrutura interna, são consideradas três metas: a meta 1N, a meta 2N e a meta 3N. As metas 2N e 3N já estão em fase de *checklist,* praticamente conclusas, ainda em obra. Portanto, é um equívoco dizer que as obras do Eixo Norte estão paralisadas. Não! As metas 2N e 3N estão em atividade. A meta 1N, que estava sob a liderança da empresa Mendes Júnior, no momento em que foi declarada inidônea pelo Ministério da Transparência, à época Controladoria-Geral da União, se viu inviabilizada de prosseguir com condições financeiras para tocar a obra e comunicou unilateralmente ao Ministério da Integração Nacional que não mais havia condições de prosseguir a obra.

O que fizemos? Fizemos, no mesmo dia inclusive, expediente ao Tribunal de Contas da União para que informássemos naquele expediente o ocorrido e pedíssemos ao Tribunal de Contas da União um assessoramento para tomada de decisão no sentido de garantir a transparência, a eficiência e eficácia do processo.

O Tribunal de Contas da União foi absolutamente sensível, porém se viu impedido de textualmente esclarecer de qual decisão administrativa deveria embasar a tomada assertiva do Ministério por conta de ser uma determinação interna do Tribunal não tratar sobre caso concreto e apenas sobre tese. Como se tratava este caso de um caso concreto, o Tribunal de Contas não poderia se manifestar. Mas ali inclusive questionamentos ao Tribunal de Contas da União: o que faremos? Convocamos o Exército? Buscamos convocar uma das empresas que estava na obra, fazendo adicional de contrato? Faremos uma contratação emergencial com dispensa de licitação? Faríamos... A segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

colocada não era possível, porque a licitação não teve segundo colocado. Ou faríamos uma nova licitação?

Lamentavelmente, em alguns momentos, existiu uma postura precipitada de alguns atores, e compreendo a angústia de ver a água chegar, mas entendeu que o Ministério da Integração deveria fazer uma dispensa de licitação. E aí, confesso, assumo pessoalmente essa decisão, tomei a decisão de não fazer dispensa de licitação, porque não entendo que deveria ser a atitude correta, num montante de R$560 milhões, fazer uma dispensa de licitação.

Tomamos a decisão de fazer uma nova licitação. Isso fez com que cumpríssemos o rito de identificar a remanescência do contrato que estava naquele momento sendo interrompido. Mantivemos o Tribunal de Contas informado a todo instante e relicitamos a obra. E estamos na previsão.

E vou informar aqui, mantivemos a previsão dentro do cronograma estabelecido. Houve um pedido de impugnação de edital às vésperas do certame. Nós não acolhemos a demanda apresentada por uma das concorrentes, continuamos o certame.

Na última quinta-feira, o Tribunal de Contas da União não acolheu o pedido de suspensão da licitação, pedido este solicitado por uma das empresas partícipes ao certame. Portanto, inclusive a decisão do Tribunal de Contas da União, da última quinta-feira, reforça de que, sob o olhar das informações que possui, o certame está dentro do processo de normalidade, porém, o Tribunal de Contas, como é absolutamente de praxe, solicitou algumas informações para o ministério e as informações estão sendo entregues ao Tribunal de Contas da União até o dia de amanhã.

E aí outra tomada de decisão de ordem administrativa minha, nós poderíamos ter concluído esta etapa do processo de licitação ou a manutenção da habilitação da terceira colocada, que já foi habilitada, ou a revisão desta decisão, o que nos levará a chamar o quarto, quinto, sexto e sétimo colocados – já que foram sete – até que haja um vencedor.

Entendi que, ao invés de fazer o pronunciamento na última segunda-feira, que era o prazo inclusive estabelecido em edital, internamente a comissão de licitação solicitou mais um prazo, porque nós vamos, primeiro, responder ao Tribunal de Contas da União para, depois, fazermos qualquer conclusão administrativa, para que não pareça que o ministério está tomando decisão de maneira açodada, sem sequer responder antes ao Tribunal de Contas da União.

Ontem, perdão, na segunda-feira, fiz visita ao Ministro Relator, comunicando a ele os procedimentos. O Ministro Relator comunicou, da mesma forma, que se o Tribunal de Contas tivesse enxergado qualquer razão teria suspendido o processo e que o pedido de informações é um rito normal, que, inclusive, eles vão recepcionar as nossas respostas e isto transcorrerá dentro do rito de apreciação, como há centenas, milhares de processos que correm hoje no Tribunal de Contas da União.

Mas nós vamos, primeiro, responder ao Tribunal de Contas da União para, posterior a isso, nós fazermos a declaração ou da homologação da habilitação ou da desabilitação da terceira colocada. Isto ocorrerá amanhã, muito provavelmente. Este é o prazo que nós combinamos, inclusive com o Tribunal de Contas da União. O que ocorrerá provavelmente amanhã, a habilitação ou a desabilitação. No cenário habilitação, a partir da manifestação da comissão de licitação, o gestor do contrato, que é o Secretário de Infraestrutura Hídrica, terá cinco dias para concordar ou discordar daquilo que a comissão de licitação estará informando. Se ele concordar, assina-se contrato, pode-se fazer a ordem



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de serviço, no caso da habilitação. Se ele discordar da habilitação, obviamente que continua o processo interno e retorna-se para a verificação deste contraditório. Da mesma forma, se houver desabilitação, o rito é semelhante.

Portanto, informo, de maneira transparente e clara, como estão os procedimentos a respeito do processo, da Meta 1N do Eixo Norte.

A Meta 1N do Eixo Norte envolve 140km, vai de Cabrobó, na captação da água no reservatório de Xingó e vai até o reservatório Jati, na divisa de Pernambuco com o Ceará. Estas são as ações que compõem o trecho 1, a Meta 1N, que hoje está com 92,3%.

É importante registrar que a funcionalidade para o Estado do Ceará depende exatamente da chegada da água no reservatório Jati. O trecho 2 são 120km, vai do Jati até Engenheiro Ávidos, com 98% da sua conclusão.

Eu vou voltar aqui, é importante registrar, sob o aspecto da funcionalidade do Eixo Norte. No Rio Grande do Norte, a funcionalidade, quando chegar até o Rio Grande do Norte, pela calha do rio Piranhas – e, aqui, a calha do rio Piranhas vai beneficiar tanto a Paraíba quanto o Rio Grande do Norte. Portanto, nós temos, por meio natural, o benefício da chegada da água até o Rio Grande do Norte.

Nós estamos trabalhando na necessidade de um difuso no reservatório de Morros para ampliar esta funcionalidade.

A Paraíba, o benefício será pelo reservatório de Morros, também no rio Piranhas, como também nos reservatórios Boa Vista e Caiçara. Ao Ceará, os benefícios, entregando no Jati, interliga com o cinturão das águas, obra financiada pelo Ministério da Integração e executada pelo Governo do Estado do Ceará, como também benefício – e eu vou falar mais adiante – através de curso natural pelo rio Boa Vista e também rio Porcos. Ao Pernambuco, reservatório Tucutú, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Negreiros e Milagres.

Aqui são os reservatórios que nós estamos executando obras e que serão necessárias obras nesta composição da garantia de passagem de água. Nós estamos com obra no Castanhão, no Epitácio Pessoa, Poções e Camalaú e temos outros 24 açudes que compõem este portfólio.

Estas são algumas obras estruturantes do Eixo Norte, que são importantes que possamos esclarecer, porque, de fato, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há uma dissonância de calendário entre o Eixo Norte e o Eixo Leste e as artérias que fazem com que a funcionalidade seja plena. Isto é público, não cabe aqui buscar razões pelas quais houve essa dissonância de calendário, o ideal seria que estivessem todas as obras estruturantes, que compõem o sistema São Francisco, prontas ao tempo dos dois grandes eixos, porém, nós temos que correr contra o tempo e fazer o exercício orçamentário financeiro para garantir que as obras possam, o mais rápido possível, acontecer.

No Eixo Norte, listando as principais ações, nós temos Ramal do Entremontes. Nós estamos com um projeto executivo concluído. Cinturão das Águas. Nós estamos em obra através do Governo do Estado do Ceará. Ramal do Salgado. Nós temos o projeto executivo também finalizado. Ramal do Apodi. Nós devemos concluir o Ramal do Apodi, o projeto executivo no prazo de dois meses. Esse é o prazo que está estabelecido pela nossa equipe. Sei que isso é uma preocupação premente da Bancada do Rio Grande do Norte. Os Senadores estiveram comigo, os Deputados Federais da mesma forma, representantes da sociedade civil. Portanto, o prazo do Ramal do Apodi é que em dois meses nós estejamos concluindo o projeto executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E aí, é importante registrar: nós temos que fazer um exercício orçamentário. E aqui quero dividir com os colegas, já que todos temos o mesmo desejo, todos temos o mesmo objetivo, nós temos que somar esforços para garantir, seja neste momento, seja nos anos vindouros, que possamos garantir a composição orçamentária com emendas de comissão, com emendas de Bancada, para que tenhamos um ambiente, um cenário orçamentário-financeiro que viabilize.

Ramal do Piancó. Ramal do Piancó é um desafio que tem sido apresentado pela Bancada da Paraíba, perdão. A Bancada da Paraíba tem apresentado a demanda do Ramal do Piancó. Nós contratamos o EVTEA, o estudo de viabilidade através de uma parceria do Banco Mundial, o Programa Interáguas. E a previsão é que em outubro nós estejamos com esse relatório apresentado por parte do Banco Mundial e, a partir daí, possa ser feito ou um processo de RDC, que seria uma licitação que compõe projeto executivo, licenciamento e execução de obra, ou nós fazermos o detalhamento da construção do projeto executivo para posterior licitação da execução de obra.

Eu tenho dialogado com os Senadores da Paraíba, com os Deputados Federais do Estado da Paraíba no sentido de que nós possamos inclusive tomar a decisão. Vamos aguardar outubro a manifestação do Banco Mundial ou é possível, conjuntamente os esforços do Mistério da Integração e da Bancada junto ao Governo Federal, para que se viabilize a antecipação do calendário do Ramal do Piancó.

Aqui, rapidamente uma informação sobre cada uma. Adutora do Pajeú: 78% concluído, a previsão outubro de 2017 estarmos com isso pronto. E aí, voltando agora para o eixo leste. O eixo leste compõe, como obras estruturantes, o Ramal do Agreste e a Adutora do Agreste. E aqui é importante registrar. A Adutora do Agreste está sendo executada pelo Governo do Estado de Pernambuco e o Ramal do Agreste, que seria ou será executado, perdão, pelo Governo Federal, nós inclusive chegamos a dar ordem de serviço.

Aqui o Senador Armando acho que é o único representante de Pernambuco neste momento. É importante destacar que nós precisamos, para viabilizar que haja em paralelo à Adutora do Agreste a obra do Ramal do Agreste, nós precisamos construir com a Bancada. Por quê? Porque a Bancada fez uma emenda de Bancada impositiva para o Ramal do Agreste e, posterior a isso, solicitou um remanejamento dessa emenda para fortalecer a Adutora do Agreste. Portanto, isso faz com que o calendário do ramal do Agreste precise ser debatido e dialogado o Ministério da Integração com a Bancada de Pernambuco.

Já falei sobre a vertente litorânea. E nós temos uma outra obra estruturante importante que capta água em Itaparica, que é o Canal do Sertão Alagoano. É uma obra também muito importante, que vai levar água desde a captação, em Delmiro Gouveia, em Alagoas, levando até Arapiraca, uma área importante no centro do Estado de Alagoas.

Essas são informações de empenho e pagamento.

Eu queria destacar outra questão, antes de entrar na Defesa Civil. Como eu sei que estamos sendo prestigiados muito fortemente peala Bancada do Rio Grande do Norte aqui, pela sociedade do Rio Grande do Norte, que está aqui muito firme, quero falar sobre a Barragem de Oiticica.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu já ia exatamente indagar V. Exª sobre Oiticica. Até porque V. Exª sabe que ela é filha do São Francisco. É uma obra importantíssima, faz parte de todo o complexo do São Francisco no nosso Estado. Com a palavra, Ministro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HELDER BARBALHO – Perfeito. A Barragem de Oiticica é uma execução que está sendo feita com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Nós liberamos em janeiro R$5.600 milhões, em fevereiro R$10.600 milhões. Nesse momento, a obra está em andamento. Nós não temos qualquer saldo devedor com relação à Barragem de Oiticica. Agora, a operação da execução da obra é feita pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Tiveram alguns problemas na obra, que já foram solucionados. Nós tivemos problemas de termo de conciliação extrajudicial, problemas com movimentos sociais. Foram necessários alguns desenlaces de problema, mas hoje a obra está em andamento e inclusive nós não temos qualquer fatura apresentada pelo Governo do Estado, neste momento, que esteja pendente da manifestação financeira por parte do Ministério da Integração Nacional.

Secretaria de Defesa Civil. Nós agimos com resposta, com emergência e temos um programa importante que é operado pelo Exército brasileiro, que é o programa Operação Carro-Pipa. Nós fazemos uma descentralização orçamentária para o Exército e o Exército contrata um volume que hoje se aproxima de 6.950 carros-pipa espalhados por diversas unidade da Federação, que fazem o atendimento rural para a população atingida pela seca.

Esses são alguns Estados que nós destacamos que consomem um maior valor, praticamente todos, 6.895, beneficiando 3,5 milhões de brasileiros com um volume mensal bastante significativo de 98 milhões.

Esta é uma curva de avanço da Operação Carro-Pipa. Nós temos tido uma elevação inclusive de custos, por conta de a capitação ficar mais distante, isso tudo tem sido levado em consideração pelo Exército brasileiro. Nós temos um conjunto de obras emergenciais que estão sendo feitas com diversos Estados do Brasil, e é importante que se registre: nós não agimos em ação espontânea; nós somos instados a agir na atuação de emergência.

Portanto, o Estado federado, o Município demandante solicita o benefício, e a Defesa Civil enquadra, avalia se está de acordo com as normas que compõem as atribuições da Defesa Civil e faz a liberação a partir desse conjunto de informações. Vou dar um exemplo: nós liberamos para o Governo do Distrito Federal, no mês passado, 55 milhões para capitação da água no Lago Paranoá, apresentado o projeto pela Caesb, e eles já licitaram, já vão iniciar a obra, para evitar inclusive o que já estava ocorrendo, já está ocorrendo, na verdade, no Distrito Federal, que é racionamento em algumas regiões do Distrito Federal.

Portanto, não tem qualquer distinção de região, qualquer distinção outra que não seja efetivamente uma demanda apresentada com os subsídios de informação nesse sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Faltou ali Sergipe.

O SR. HELDER BARBALHO – É porque, na verdade, nós estamos fazendo mais as ações de obra. Como, no caso de Sergipe, nós temos intervenções diretas nossas, que envolvem apoio de carro-pipa...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Dragagem do Rio São Francisco.

O SR. HELDER BARBALHO – E a dragagem que é da Codevasf. Aqui não está... Aqui é só Sedec.

Nós fizemos, no caso da Codevasf, Senador, nós liberamos o orçamento para a Codevasf, nós descentralizamos para a Codevasf, e a Codevasf foi a executora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – A executora.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu não me envolvi na apresentação da Codevasf, porque, se tiver alguma pergunta, a Kênia vai ter o privilégio de vir aqui para embelezar a mesa e poder prestigiar as mulheres, que ainda estão em minoria, mas no momento em que ela for chamada aqui passarão a estar em equilíbrio ou em maioria.

Esta é, portanto, a apresentação que eu fiz. Nós temos outras informações, é claro, mas tentei ser o mais sucinto possível, para não cansá-los e não perder a atenção e o privilégio da audiência das Srªs Senadoras, dos Srs. Senadores, agradecendo, mais uma vez, a esta Comissão o privilégio do convite e, claro, o privilégio da presença de tantos que entenderam importante este momento.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom, nós queremos agradecer aqui, mais uma vez, o Ministro que acaba de fazer aqui a sua exposição, falando das diretrizes gerais e dando um foco conforme o esperado sobre a questão do São Francisco Eixo Norte.

Vamos passar agora, imediatamente, para a participação aqui dos Senadores e Senadoras e dos nossos demais convidados.

Antes quero aqui registrar, com muita satisfação, a presença da companheira, Senadora Lídice da Mata, que divide comigo essa tarefa honrosa, missão honrosa, que é coordenar, nesse período de 2017 e 2018, os trabalhos daqui, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Queremos ainda registrar, com satisfação, a presença do meu colega de Bancada, o Senador José Agripino, lá do nosso Rio Grande do Norte, Senador Armando Monteiro, lá de Pernambuco, Senador Elmano, do Piauí, o Senador Ataídes Oliveira, o Senador Ciro Nogueira, o Senador Paulo Rocha, o Senador Ronaldo Caiado. Os demais já falei. O Senador Cássio, que, aliás, está aniversariando hoje, Cássio. Parabéns, muita saúde, viu! O Senador Valadares, aqui presente, o Senador Garibaldi, o Senador Dário, seja muito bem-vindo.

E queremos ainda aqui dizer da nossa satisfação também em registrar a presença do Deputado Federal Felipe Maia, coordenador da nossa Bancada lá do Rio Grande do Norte, a presença dos Deputados Federais, além do Deputado Veneziano, também do Deputado Hugo Motta, do Deputado Wilson Santiago Filho. Mais uma vez aqui, também registro a presença de mais integrantes da Igreja. A Igreja veio aqui com uma grande delegação, viu, Ministro Helder. Além dos nossos três arcebispos aqui, D. Jaime, D. Mariano e D. Antônio, nós temos também a presença de Padre Murilo, pároco lá Parnamirim, também do Padre Julio César, lá do Rio Grande do Norte, de Francisco Teixeira, da Ceapac, da Província do Rio Grande do Norte; de Damião, também coordenador do Ceapac da Província do Rio Grande do Norte, do querido Padre Ivanoff também, lá do Rio Grande do Norte, e a presença dos representantes da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Deputado Fernando Mineiro, Deputado Gustavo, e da Paraíba, Guilherme, Jeová e do Deputado Renato Gadelha.

Bom, nós vamos passar – Deputada Federal Zenaide Maia, que, desde o início, encontra-se aqui presente – agora, imediatamente, a palavra para os Senadores e nossos convidados. Quero ainda informar que as participações dos cidadãos e cidadãs em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211. Ainda acrescento, agradeço à TV Senado, que está transmitindo ao vivo a presente audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós já temos aqui uma sequência de inscritos, e o Senador Garibaldi Filho, que vai ter que se ausentar agora, em função de uma agenda, inclusive com o Arcebispo lá do nosso Estado, o D. Jaime. Então, eu começo concedendo a palavra ao Senador Garibaldi Filho.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Muito rapidamente, apenas vou apor uma proposta, submeter à Comissão, que possamos fazer em bloco de três, talvez, Senadores, o que agiliza o tempo e facilita as respostas do Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito!

Quero só pedir a aquiescência de vocês, porque, como o D. Jaime, o Arcebispo, vai ter que acompanhar o Senador Garibaldi Filho, que depois do Senador Garibaldi Filho pudéssemos conceder, claro, a palavra a D. Jaime. Em seguida, nós continuaremos ouvindo os Senadores e vamos abrir para a sociedade civil, para a Assembleia Legislativa, para representante, para as demais representações aqui presentes na nossa audiência.

Senador Garibaldi Filho, permita-me apenas lembrar aos Senadores que temos muitas pessoas que desejam se pronunciar além dos Parlamentares. Assim, se possível, que nós observemos o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Cinco minutos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar a Presidente da Comissão, a Senadora Fátima Bezerra; cumprimentar a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente da Comissão; cumprimentar o Ministro Helder Barbalho, não apenas pela presença, mas pela exposição que foi de uma clareza muito grande, foi uma exposição didática e, eu diria, foi uma exposição que trouxe tranquilidade pelo empenho pessoal do Ministro e de toda a sua equipe aqui presente.

Eu gostaria de cumprimentar o Arcebispo D. Jaime Vieira, de Natal, Rio Grande do Norte; D. Mariano Manzana, Arcebispo de Mossoró; D. Antônio Carlos, Bispo de Caicó. Esta é uma audiência abençoada.

Eu diria também da minha satisfação de ter aqui a presença da Deputada Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte; ter a presença do Deputado Felipe Maia, que é o Coordenador da Bancada, e que representa aqui os membros da nossa Bancada na Câmara Federal.

Cumprimento o Senador Marcondes Gadelha... E não vou cumprimentar mais não, porque já cometi um equívoco e não quero correr o risco.

Desculpe, Marcondes, é brincadeira!

O SR. MARCONDES GADELHA (*Fora do microfone.*) – Os seus cumprimentos são sempre bem-vindos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Eu quero cumprimentar os deputados estaduais aqui presentes: Fernando Mineiro e Gustavo Fernandes, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Norte. Se houver outro, perdoe a omissão, porque se trata aí não apenas de um equívoco, mas de perda de votos.

Eu quero cumprimentar os padres que estão aqui presentes. Vou me arriscar aqui, porque há muitos padres: Pe. Murilo, Pe. Júlio César, Pe. Ivanoff, de Caicó. E, se houver outro padre, Nossa Senhora que me perdoe! (*Risos.*)

Então, o meu caro Senador José Agripino, companheiro de Bancada e de luta, que está aqui presente. A Senadora Fátima, quero cumprimentá-la, porque ela não é apenas aqui a Presidente da Comissão, mas ela é a autora do requerimento de convite ao Ministro Helder, ao arcebispo, aos bispos e a todos os que estão aqui presentes, do Rio Grande do Norte.

Não deixa de ser uma presença que, eu diria, cumprimentando os Senadores paraibanos – o nosso Valadares e o nosso Cássio vão me perdoar agora –, é majoritária, a do Rio Grande do Norte.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Mas isso não é culpa minha, é culpa da Senadora Fátima.

Eu quero, nesse instante, cumprimentar o Senador Armando Monteiro, que deverá voltar, e quero, nesse instante, dizer, falar, não resta dúvida, ao Rio Grande do Norte.

Dizer, Ministro, que o Rio Grande do Norte não deixa de estar com certa preocupação e é muito legítima, porque o Rio Grande do Norte se envolveu muito nessa obra. Na verdade, quando da realização do projeto, era Ministro – naquele tempo – do Desenvolvimento Regional, e era Ministro Aloysio Alves. Isso no governo Itamar Franco.

Depois, tivemos a presença do Ministério da Integração, do Ministro Fernando Bezerra, com a sua equipe, com os nossos companheiros, eu diria, de trabalho: o Rômulo Macedo, o Paulo Varela, o Bira Rocha. E, na verdade, essa obra iniciada no governo do Presidente Lula, continuada pela Presidente Dilma, teve agora a inauguração do seu ponto culminante no Eixo Leste, com a chegada das águas em Monteiro, na Paraíba.

E eu queria, inicialmente, perguntar ao Ministro... Claro, nós fomos surpreendidos pelo fato de que houve um problema com relação à empresa Mendes Júnior – não sei se foi essa a empresa – e isso representou o que o nosso Ministro Helder Barbalho já nos explicou aqui. Eu perguntaria ao Ministro se, diante dessas dificuldades de ordem legal, o Rio Grande do Norte poderia ter ainda a expectativa – eu sei que é uma pergunta que não é fácil de responder – de ter as águas do Sistema Piranhas chegando ao Rio Grande do Norte ainda este ano?

A outra pergunta que quero fazer ao nosso Ministro Helder Barbalho é se, na verdade, com a execução do projeto do Ramal do Apodi, que também é tão importante quanto o Sistema do Rio Piranhas, há uma obra cujo valor estimado é de R$2 bilhões, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sim; R$1,9 bilhão.

Assim, gostaria de saber se, diante de um cenário otimista, vamos dizer assim, do ponto de vista de emendas de bancada, de emendas de comissão, de emendas individuais, se nós poderíamos, quando poderíamos ter – V. Exª me perdoe – mas, estou querendo, não que V. Exª tenha bola de cristal, mas, estou querendo saber, dentro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – É um exercício de esperança, não é?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Pronto! O nosso Ministro Armando Monteiro disse que se trata de um exercício de esperança. E, no caso do Ministro, eu diria que é um exercício de confiança no Ministro. Que tenhamos o início das obras, em 2018.

E gostaria, para terminar, para dar oportunidade aos colegas, e gostaria de saudar os colegas de todos os Estados, gostaria de perguntar: as obras complementares, qual é a responsabilidade dos governos estaduais, qual é a participação, se é que ela já foi dimensionada, em termos percentuais, ou que podemos aqui configurar a responsabilidade dos governos estaduais.

E, por último – a gente sempre diz por último e vai avançando – por último, queria perguntar ao Ministro, porque ainda faltam R$8 milhões para a construção do sistema adutor de Caicó, no Seridó, para termos uma maior segurança hídrica com relação a esse sistema, se isso já está sendo diligenciado pelo nosso Ministro Helder Barbalho e toda sua equipe.

A equipe do Ministro Helder Barbalho está aqui e quero fazer uma menção especial a todos eles pelo trabalho que exercem juntamente ou ao lado ou tendo como comandante o Ministro Helder Barbalho.

Agradeço à Senadora Fátima Bezerra e agradeço a todos os que me ouviram. E realmente a sugestão do Senador Cássio Cunha Lima é uma sugestão muito oportuna, mas, o que acontece é que, na verdade, a audiência é às 11h.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – V. Exª tem mais um tempo.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Tenho mais um tempo. Se quiser incluir outro Senador nessa rodada, acho que a senhora pode incluir.

Muito obrigado, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Garibaldi Filho, pela sua importante participação com os questionamentos e perguntas extremamente pertinentes.

Eu pediria às Srªs e aos Srs. Senadores, conforme já havia feito – e, em seguida, temos a Senadora Lídice, o Senador Cássio, o Senador Caiado, o Senador Valadares etc. –, a aquiescência para que, como o Arcebispo D. Jaime vai acompanhar o Senador Garibaldi, de passarmos a palavra ao Arcebispo D. Jaime.

O SR. FELIPE MAIA – Senadora Fátima, deixe-me só fazer uma questão de ordem para entender o funcionamento da Comissão.

Os Senadores estão inscritos, D. Jaime vai usar da palavra em função dessa audiência com o Senador Garibaldi... Então, em que momento entrarão os convidados e os Deputados aqui presentes que gostariam também de debater este importante assunto para o Nordeste brasileiro?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai ser depois, com a concordância dos Senadores, estamos aqui quebrando um protocolo, porque, enfim, o Regimento é um regimento muito engessado, quando se trata de audiência pública com a presença de ministro de Estado, o Regimento não faculta a palavra a outros integrantes que não sejam os Parlamentares daquele Colegiado, no caso do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entretanto, como é de praxe, com a concordância aqui dos nossos nobres Pares da Casa, o que vamos fazer? Vamos propor que, a cada dois Senadores, a gente possa abrir a palavra, seja para os Deputados Federais aqui presentes, para os Deputados Estaduais e para a representação da sociedade civil.

Já temos inclusive aqui uma lista aguardando inscrições na Mesa.

O SR. FELIPE MAIA – Então, inscreva-me, Senadora. Faça o favor de me inscrever.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo, Deputado Felipe Maia. V. Exª estará inscrito.

Mas, vamos rapidamente passar a palavra para o arcebispo de Natal, D. Jaime, antes registrando aqui também, com muita satisfação, a presença do Dr. Mairton França. Mairton que é o Secretário Adjunto de Recursos Hídricos lá do nosso Rio Grande do Norte.

Registrar a presença aqui também do Senador José Pimentel, do Ceará, que acaba de chegar.

D. Jaime, com a palavra.

O SR. D. JAIME VIEIRA – Muito obrigado, Senadora Fátima, presidente desta Comissão tão importante para o povo brasileiro, para todos aqueles que integram o Congresso Nacional.

Meus cumprimentos e a gratidão por esta oportunidade. Meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Ministro Helder Barbalho, da Integração Nacional, e as demais pessoas e autoridades que integram a Mesa da Presidência desta Comissão, como também meus cumprimentos muito cordiais a todos os Exmos. Srs. Senadores, Deputados Federais, também aos nossos Deputados Estaduais do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de todos os outros Estados do Nordeste aqui presentes.

Peço a permissão para seguir a cuidadosa saudação do Senador Garibaldi que, com muito zelo, faço questão e é muito importante citar os nomes, não quero correr o risco de não cumprimentar alguém, mas fico feliz por aquela oportunidade. Estamos aqui, cumprimentando meus irmãos Bispos de Mossoró e de Caicó, D. Mariano e D. Antônio Carlos, estamos aqui por força de uma reunião que aconteceu em Natal, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, com a participação de Deputados da Paraíba, que aqui estão, e ali surgiu a Carta de Natal.

Recomendo que a Presidente desta Comissão, a Senadora Fátima, se ainda não chegou às mãos do Sr. Ministro, que faça chegar a Carta de Natal porque é um resumo das reivindicações lá manifestadas a respeito do Eixo Norte, como nós ouvimos aí a exposição.

Quero dizer que saio daqui com esperança e agradecendo a oportunidade de ver detalhadamente este projeto das águas do São Francisco, o Eixo Leste e o Eixo Norte, que nos trouxe aqui em defesa dos interesses do nosso Estado do Rio Grande do Norte, também da Paraíba e dos outros Estados do Nordeste, do Ceará, isso porque nós vemos que seria fundamental a conclusão do Eixo Norte com essa preocupação.

Sem entrar em maiores detalhes, tenho a impressão de que os senhores têm uma responsabilidade muito elevada no que diz respeito a exigir e monitorar o cumprimento ou a execução das obras complementares como, por exemplo, a questão do saneamento básico, porque, caso contrário, nós vamos ter rios, mas não rios e, sim, esgotos a céu aberto, e os deveres de casa, que desde o início do projeto do São Francisco, a revitalização etc. que não aconteceram, nós estamos vendo que são altamente prioritários porque senão a água do São Francisco, tão bonita, tão santa, na concepção do próprio São Francisco de Assis, vai descendo difusamente pela calha dos rios e recebendo esgotos. Quase que seria é um pecado gravíssimo contra a mãe água, a nossa irmã água

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

não zelarmos por essas obras de saneamento básico. São obras complementares. Então, isso para nós é fundamental.

Depois, perdoem-me falar assim a questão das obras complementares, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. D. JAIME VIEIRA – .... eu, estando nesta Comissão, para mim, é um privilégio e uma oportunidade muito rara podermos, como pastores do povo de Deus, como bispos, vendo todo o caminhar do nosso País.

Eu vi ali com reverência a antiga mesa da Presidência do Senado, ainda no Rio de Janeiro. Só um exemplo para vermos como nós temos tanta responsabilidade sobre o povo brasileiro e sobre a realidade em que nós nos encontramos. Eu via que aqueles móveis belíssimos tinham o seu acabamento pela mão de obra de presidiários do presídio do Rio que, com a supervisão dos técnicos das melhores lojas da época do ramo, ali desenvolviam. Então, só para vermos também como essa questão presidiária é algo tão grave que nos assusta.

Então, diante desta oportunidade de estarmos aqui, vejo a responsabilidade desta Comissão pelo desenvolvimento do Nordeste. Muito bem citou o Senador Garibaldi que é uma obra de anos e décadas, a obra do São Francisco. Os padres do Rio Grande do Norte, no final da década de 50, início da década de 60, foram a Paulo Afonso para conhecer *in loco* o projeto da hidrelétrica, a Usina de Paulo Afonso, que garantiria a energia elétrica para o Nordeste. Naquela época, o Rio Grande do Norte tinha ficado excluído do projeto e, com aquele trabalho e sensibilização dos Deputados, dos homens públicos da época, o Rio Grande do Norte foi incluído, graças a Deus.

Agora, nós estamos indo lá, como fomos o ano passado, a Caravana do São Francisco, para vermos as obras da transposição. Dentro desse aspecto e desse gancho de memória e de realidade nacional, preocupa-me e eu tenho impressão de que ao Sr. Ministro Helder Barbalho, certamente.

Mesmo com as dificuldades que se constatam no tempo presente, mas me doeu o coração em ver um dia desse uma reportagem nas redes de televisão sobre a Transnordestina. Tenho a impressão de que eram uns 70 ou mais de 100 vagões de trem, carregados de brita, adormecidos em cima dos trilhos, locomotivas modernas também ao relento e tudo parado. Eu vejo que o Ministério Público tem o dever de identificar tudo aquilo que possa se constituir desvio de algum modo de proceder em relação à obra, mas, pelo amor de Deus, não penalizem o Brasil nem o seu povo paralisando totalmente a obra porque fica lá, entregue à própria sorte, deteriorando-se. Quer dizer, então, as etapas.

Desculpem-me eu falar isso, mas eu sou nordestino, brasileiro. Acredito no nosso País e mais ainda no Nordeste.

Agradeço muito esta oportunidade. Certamente, os meus irmãos bispos terão oportunidade. Eu vou ter que sair com o Senador para ir ao Ministério da Cultura. Eles irão também falar algo, mas estamos aqui em defesa do povo nordestino, dos interesses dos nossos Estados e a questão hídrica, porque, como sabemos, o nosso maior reservatório Armando Ribeiro Gonçalves está apenas com 18% da sua capacidade. De 2,4 bilhões de metros cúbicos, temos apenas 18%.

Então, a minha palavra é esta.

Eu agradeço muito a deferência e o protocolo me permitir falar para poder me retirar, mas meus cumprimentos a esta Comissão com tantos Senadores, ministros, Deputados e os que vieram do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Grande do Norte que aqui estão, trazendo esta contribuição como cidadãos, como religiosos nós bispos, mas também como cidadãos brasileiros.

Eu parabenizo a reunião que estamos vivendo, esta audiência e o trabalho do Sr. Ministro que detalhou tão bem todo o projeto.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Arcebispo D. Jaime. Mais uma vez, agradecemos aqui a presença de toda a Igreja.

Como são 10h20, dá tempo ainda de D. Jaime e o Senador Garibaldi Filho ouvirem a resposta do Ministro.

Nós, seguindo aqui o roteiro pactuado, vamos passar a palavra agora à Senadora Lídice, que é Vice-Presidente da nossa Comissão; em seguida, nós temos o Senador Cássio e o Senador Caiado; depois, faremos uma nova rodada.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, eu gostaria de sugerir que fossem quatro, inclusive porque eu vou ter que ir para a Comissão de Justiça. Eu seria o quarto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª. Um bloco de quatro. Agradeço.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E nós vamos intercalando com a participação de representantes de outras instituições.

Com a palavra, a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia a todos! Eu queria saudar e agradecer a presença do Ministro aqui, cumprimentando todos os Senadores, Deputados, representantes da Igreja Católica, que tem uma histórica vinculação inclusive com o Rio São Francisco. Talvez o nome do Rio São Francisco lhe dê uma condição de um DNA de doação permanente. O Rio São Francisco é o rio que garante a vida de boa parte do Nordeste brasileiro, garante, através da produção da alimentação, do abastecimento para uso humano, para uso animal, para produção. Atravessa todo o Estado da Bahia, nascendo em Minas Gerais e agora chegando a lugares mais distantes das margens do São Francisco através da obra da transposição.

Eu, Ministro, que sou baiana, compreendo a presença aqui tão grande do Rio Grande do Norte, que se trata de uma obra que vai impactar diretamente o Estado e um prestígio à Presidente da Comissão, que é do Rio Grande Norte, a presença de um Senador tão importante como o Senador Garibaldi, que foi inclusive Presidente da nossa Casa.

Mas, para a Bahia, a questão da revitalização é uma questão central, até porque nós compreendemos que, sem a revitalização, a obra da transposição será transformada numa obra no futuro inócua.

Eu tive a oportunidade de apresentar um requerimento que já foi aprovado para que V. Exª volte aqui, nos dê essa alegria de poder discutir com mais detalhe a obra da revitalização. Por isso, eu vou me ater apenas ao registro de que, para nós, este é o debate central. O Senador Valadares, que é um Senador pelo nosso pequeno Estado de Sergipe, tem um projeto a esta altura na Câmara de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco. O Senador Otto Alencar tem também propostas importantes para esta matéria e considera ponto central do seu mandato a discussão da revitalização. E eu própria tenho projetos nessa direção para os quais vou também solicitar o apoio de V. Ex. Tenho um projeto que já está na Câmara, já aprovado no Senado, que transforma o Plano Nacional de Revitalização do Rio São Francisco num política pública permanente, garantindo que os recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água do Rio São Francisco sejam aplicados prioritariamente na recuperação das áreas degradadas, estabelece também que sejam criadas e ampliadas unidades de conservação em áreas essenciais para a produção na água da bacia hidrográfica.

Também apresentamos proposta ao Ministério de Meio Ambiente para formação de um corredor ecológico no Rio São Francisco. E tenho um projeto em parceria com o Senador Valadares de incorporação da Bacia do Vaza-Barris na Codevasf, que é um assunto também do interesse do Ministério de V. Exª. Ex.ª Mas tudo isso eu pretendo tratar na audiência em que queremos ter o prazer do retorno de sua presença.

Como V. Exª tratou do orçamento para Pernambuco da obra de transposição, eu vou me dar a ousadia de também tocar numa questão orçamentária, até porque queremos aqui nesta comissão tratar do orçamento e ser solidários com o Ministério da Integração Nacional, para que nós possamos fazer emendas indispensáveis ao seu desempenho naquele Ministério.

(*Soa a campainha.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Vou finalizar. O orçamento de V. Exª teve um corte de 32,4% e eu queria entender onde que vai ser cortado, quais os projetos e se a Transposição do Rio São Francisco vai ser atingida por esse corte.

Também na questão da transposição, há discussão e alguma informação sobre o Eixo Sul, que é o eixo que atinge exatamente a Bahia, buscando nos beneficiar um pouco mais do Projeto de Transposição, já que nós somos doadores, trazendo de volta o Rio São Francisco para garantir o atendimento do abastecimento em nossa importante região, chegando até à cidade de Jacobina.

Também, Sr. Presidente, aproveitando e proporcionando a perenização do Rio Vaza-Barris e Itapicuru no sertão baiana essa transposição.

Eu queria, nesta sequência, solicitar que seja garantida a liberação dos recursos para a operação carro-pipa para os Municípios nossa na Bahia. A Bahia hoje já tem cerca de 106 Municípios em situação de emergência, por falta de água. Agora com novos decretos feitos pelo Governador, já chegam a mais de 200, com mais de quatro milhões de pessoas afetadas. Além disso, nós estamos aguardando a liberação de 30 milhões para que o Estado possa mitigar os efeitos da severa seca que assola todo o Nordeste e, neste momento, exatamente neste momento, nós estamos vivendo o efeito oposto, que é o resultado de fortes chuvas que acontecem no sertão baiana em um sentido muito positivo, porque fortalecem os nossos rios, mas, em outro sentido também, trazendo grandes dificuldades para algumas cidade, como a cidade de Lajedinho, que esta semana foi bastante prejudicada, Canarana, cidades em que, em três horas, choveu mais de 150 mm, Jequié, Jaguaquara, Itaquara, Nova Triunfo, Alagoinhas, cidade de onde eu venho, não nasci, mas me criei naquela importante cidade do nosso Estado. Esses municípios todos estão aguardando o apoio da Defesa Civil Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu queria que V. Exª, já que está aqui presente hoje, pudesse dar uma palavra de garantia de socorro a esses Municípios baianos. Aguardamos também que possamos ter informação em relação à transposição do Eixo Sul e que possamos ter a ideia de como esse corte de mais de 32% no seu Ministério pode atingir a transposição ou não. Mas tenha a certeza do apoio desta Comissão para superar essa dificuldade, até porque o Ministério da Integração Regional é o principal Ministério desta Comissão, da atribuição nossa, da interação nossa. Compreendo que não é um Ministério apenas de integração do Nordeste ou do Norte, mas é de integração nacional, embora haja a expectativa certamente daquelas regiões do País que não se sentem integradas ao desenvolvimento do Eixo Sul/Sudeste desta Nação. Então, nós, nordestinos e nortistas, certamente, temos um carinho maior pelo Ministério de V. Exª. Seja bem-vindo a esta Comissão!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Imediatamente, passo a palavra ao Senador Cássio Cunha e, em seguida, ao Senador Caiado e à Deputada Zenaide, para fecharmos esse bloco e passarmos a palavra para o Ministro.

Queremos registrar, com satisfação, a presença de mais um Senador nordestino, o Senador Humberto Costa, de Pernambuco.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Fátima, Presidente desta Comissão; Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente; Sr. Ministro Helder Barbalho; Srs. Senadores, já saudados e cumprimentados, permito-me cumprimentar todo o Clero que aqui se faz presente na pessoa de D. Jaime, hoje Arcebispo de Natal, para a nossa alegria até bem pouco Bispo Diocesano de Campina Grande.

Quero saudar o Deputado Marcondes Gadelha e cumprimentar os Deputados Renato Gadelha, Guilherme Almeida e Jeová Campos, cujas presenças agradeço e que representam neste instante a Assembleia Legislativa da Paraíba.

O vaticínio de São Francisco se confirmou: "É dando que se recebe." De forma injusta, profundamente injusta, o Rio São Francisco será olhado depois de doar. O Brasil tem uma dívida histórica com o Velho Chico, e, como nos ensinou o Santo São Francisco, é perdoando que se é perdoado. E aqueles que detêm, Senadora Lídice, a honra, a glória e a felicidade de ter o Rio São Francisco em seu território haverão de perdoar o Brasil por essa dívida histórica.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Perdão, não! Nós queremos...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – E, ironicamente, será dando que o São Francisco vai receber.

Faço a primeira participação, Sr. Ministro, pedindo que V. Exª possa trazer uma exposição sobre o projeto Novo Chico. Eu acho que é muito importante na sua fala trazer informações a esta Comissão sobre o projeto Novo Chico, que tem por objetivo revitalizar o rio, melhorar a quantidade e a qualidade de suas águas, para que a profecia do São Francisco se confirme: "É dando que se recebe." Foi preciso que o São Francisco doasse a outras partes do Nordeste para poder receber essa atenção histórica que o Brasil lhe deve.

Além disso, Sr. Ministro, eu gostaria de trazer, de forma muito, muito sincera e de maneira renovada, uma palavra pública de reconhecimento ao trabalho de V. Exª. Aqui, todos nós sabemos que muitos contribuíram para essa obra, o que já foi dito em discursos e em entrevistas, mas este é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

instante, na sua presença, de reconhecer e enaltecer sua diligência, sua competência, sua dedicação, seu esforço, sua determinação, seu empenho pessoal. Estendo esses elogios a toda a sua equipe, que, de forma absolutamente integrada, como é o objetivo do seu Ministério, fez acontecer a retomada das obras do Eixo Leste na velocidade necessária. Enquanto isso não acontecia, havia um sentimento de verdadeiro pânico na Paraíba, como ainda hoje acontece no Rio Grande do Norte e no Ceará, com a expectativa da chegada do Eixo Norte. Portanto, de forma muito escolhida, de maneira absolutamente verdadeira, receba, acolha e transmita a toda a sua equipe este reconhecimento por esse notável trabalho.

Eu tenho 30 anos de vida pública, Ministro. Já fui três vezes Prefeito e duas vezes Governador, fui Deputado Constituinte, fui Superintendente da Sudene, Deputado Federal e, poucas vezes na minha trajetória como homem público, testemunhei um trabalho tão comprometido e tão dedicado como o que V. Exª vem fazendo. Então, esse reconhecimento esta Comissão deve fazer, porque, de fato, é justo, é merecido.

Tenha a certeza de que da nossa Comissão V. Exª terá total apoio, ao lado de sua equipe, para conduzir esse trabalho que vem realizando, o que não fica no caso da Paraíba apenas, na transposição do São Francisco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Quero registrar, porque quem sabe pedir tem de saber agradecer, como me ensinou meu pai, nosso poeta Ronaldo Cunha Linha, os mais de R$180 milhões investidos em obras de adutoras no nosso Estado, sem falar em mais de R$1 bilhão investido no projeto das vertentes litorâneas, projeto idealizado e concebido ao tempo em que fui Governador, projeto licitado pelo Governador José Maranhão e iniciado no atual Governo de Ricardo Coutinho, já em abril de 2011. Quatro meses depois que o Governador Ricardo Coutinho assumiu o Governo, ele já estava dando início à obra, o que naturalmente aponta, de forma clara, que já havia um trabalho prévio com a participação decisiva do Ministério.

Além disso, temos o sistema da Nova Camará, o sistema de abastecimento do Retiro, de Pocinhos. Agora mesmo, o DNOCS inicia as obras em Piancó, em São José de Piranhas, em Pilões, em Diamante, em Boa Ventura e, provavelmente, também em Mato Grosso, resolvido o problema do manancial para abastecimento, em São José do Rio do Peixe. Temos, enfim, obras que se espalham por toda a Paraíba, que nem sempre são reconhecidas localmente por ações também do Governo Federal, devido aos embates políticos que acontecem.

Mas é muito importante que esse registro também seja feito, para que possamos tornar público aquilo que, muitas vezes, de forma desleal e proposital, é escondido da população da Paraíba. Não fosse a participação do Ministério da Integração com um aporte de recursos vultosos, essas e tantas outras obras de construção de cisternas, do Programa Água para Todos e de adutoras não estariam sendo realizadas.

Mas quero deixar, além do pleito de uma exposição, mesmo que breve, sobre o projeto Novo Chico, a renovação do apelo para que possamos ter a construção do ramal Piancó-Coremas, que já foi alvo da exposição de V. Exª.

Chegamos, Senador Garibaldi, a Mauriti, no Estado do Ceará, e, com uma extensão de não mais que 25 km, é possível fazer um canal, um ramal até o Município de Conceição, para que, no açude de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Condado, possamos perenizar o Rio Piancó, levando água até o sistema Coremas-Mãe d'Água e, naturalmente, beneficiando assim também o Rio Grande do Norte, já que o Açude Coremas-Mãe D´Água é que pereniza para o Rio Grande do Norte.

Além desse Ramal de Piancó, Sr. Ministro, há um pleito antigo da região de Cajazeiras, para que, a partir do Açude Bartolomeu, em direção à Várzea do Arroz, nós possamos fazer outro ramal. Deixarei para uma oportunidade mais específica de uma audiência própria sobre o tema para renovar esse apelo.

Portanto, para respeitar o tempo, agradeço a presença de V. Exª, mais uma vez felicitando-o, junto com toda a sua equipe, por todo esse notável trabalho. Estaremos sempre solidários a essa ação, agradecidos por este momento, para que nós possamos continuar esse trabalho em defesa do São Francisco, que, finalmente, após dar, haverá de receber a atenção que lhe foi devida durante séculos e séculos.

Muito obrigado, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Senador Cássio pela participação.

Vamos passar a palavra agora para o Senador Caiado, fazendo um apelo ao Senador Caiado sobre a questão do tempo, para que o Ministro possa responder imediatamente esse primeiro bloco.

Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Cumprimento a Presidente, Senadora Fátima Bezerra; o Ministro Helder Barbalho; todos os colegas Senadores e Senadoras; os que nos visitam neste momento também aqui; o Arcebispo e todos os acompanhantes.

Quero, em primeiro lugar, fazer coro aqui com as palavras do nosso Senador Cássio Cunha Lima.

Reconheço, Ministro, em todo momento em que solicitamos uma audiência, uma informação, a presteza de V. Exª, achando um horário impossível entre uma agenda e outra, sempre nos atendendo, para buscar uma solução.

Neste momento, Sr. Ministro, trago a V. Exª um assunto de gravidade ímpar. É um assunto que acompanho de longa data. Sou nascido em Goiás, mas a minha ligação é muito forte também com o Nordeste. Com isso, posso dizer a V. Exª que acompanho essa matéria de longa data. O fato diz respeito aos fundos constitucionais, Sr. Ministro.

Quanto aos fundos constitucionais, V. Exª coloca na apresentação uma projeção, para o Centro-Oeste, de R$10,5 bilhões; para o Nordeste, de R$27 bilhões; para o Norte, de R$5 bilhões, totalizando R$42 bilhões. Estamos assistindo a uma total deformação do fundo constitucional. O fundo constitucional tem um objetivo que os Constituintes deram: o de poder enfrentar as dificuldades regionais e as diferenças regionais. A que estamos assistindo, Sr. Ministro? Nós estamos assistindo a um fundo constitucional que repassa um dinheiro ao nordestino ou ao cidadão do Centro-Oeste ou do Norte com uma taxa que não é uma taxa de retorno para proteger o fundo, mas que é uma taxa de agiotagem praticada por bancos. Um banco hoje repassa a uma taxa de 9,75% para o custeio ou para investimento. É um dinheiro que não vai afetar a meta fiscal, que sai do Imposto de Renda e do IPI e que cria um fundo para ser da competitividade, do desenvolvimento, da oportunidade de emprego e da arrecadação ao mesmo tempo. E a diferença é de meio ponto percentual!

Levo isso ao conhecimento de V. Exª, como V. Exª é um Ministro dinâmico, para que V. Exª teste o que vou dizer. Nós estamos hoje em Goiás com a maior feira do Centro-Oeste brasileiro, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Tecnoshow. Normalmente, são investimentos da ordem de bilhões reais. O que acontece? Neste momento, não há nenhum produtor, seja do Centro-Oeste, do Norte ou do Nordeste, usando a linha de crédito do FCO, do FNE ou do FNO. Se ele vai fazer hoje qualquer investimento a longo prazo, ele está com uma taxa de juros de 9,25%. A meta do Governo é derrubar a taxa de juros. Ora, esse cidadão, daqui a 15 anos, quando terminar o investimento dele, o pagamento, estará devendo cem vezes mais do que aquilo que ele adquiriu.

Ou seja, V. Exª tem a garantia legal de que o dinheiro dos fundos tem de ter um diferencial substantivo da taxa que é aplicada. Isso não está no contrato, Sr. Ministro. Então, o cidadão, para fazer hoje um empréstimo para investimento nas demais atividades, não vai, de maneira alguma, arriscar-se. Se amanhã o Governo disser que a taxa Selic vai baixar cada vez mais e se estou com 9,25% fixados na operação, é lógico que, se amanhã a taxa Selic chegar a 7%, 8%, 9%, o setor beneficiado pelo FCO pagará um juro positivo.

V. Exª pode constatar, no Norte e no Nordeste, principalmente, o grau de inadimplência dos fundos constitucionais, tanto é que V. Exª já prevê aqui uma revisão da renegociação. Por quê? Porque, quanto à taxa *del credere* dos bancos, quanto à taxa de juros, não há nenhuma compatibilidade entre o dinheiro tomado num banco, onde há a carteira rural e o dinheiro do compulsório, e aquele dinheiro definido na Constituição como sendo um dinheiro específico para combater as desigualdades.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Nós estamos ampliando as desigualdades, porque estamos levando todos os cidadãos do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste a um grau de inadimplência completa, ao poderem ter um empréstimo pelos fundos constitucionais. Então, é algo que está realmente na contramão daquilo que está ocorrendo hoje.

V. Exª disse que realmente as ações são itinerantes, para podermos emprestar o dinheiro. Eu posso dizer a V. Exª que, quanto à ida do Banco do Brasil à cidade de Rio Verde, em Goiás, o resultado foi zero, Sr. Ministro. Ninguém vai tomar um dinheiro nessa faixa de juros, com esse prazo, sem nenhuma garantia de que haverá um gatilho, de que haverá uma diminuição, de que haverá uma segurança de que ele possa ter acesso a esse crédito e sobreviver na atividade da agropecuária, da agroindústria e de outras áreas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Finalizando, sabendo da capacidade de V. Exª, Sr. Ministro, em responder rapidamente a essas demandas todas, eu pediria a V. Exª uma atenção especial a um Brasil que vai colher hoje a maior safra de todas as épocas. Só para V. Exª ter ideia, com todos esses problemas que tivemos na área da comunicação, hoje, uma saca de soja de R$80 vale R$52, e uma saca de milho cai a valores de R$19, porque o Governo não terá caixa para garantir o preço mínimo.

É fundamental que V. Exª direcione esse dinheiro também para a parte de armazenamento. São 70 milhões de toneladas de grãos que não terão como serem estocados no Brasil hoje. O Governo não tem capacidade de estoque. O mercado internacional está em baixa e, sem dúvida alguma, um investimento dessa proporção, com essa taxa de juros, inviabiliza totalmente a atividade do setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu solicito a V. Exª que peça uma radiografia real do que está ocorrendo hoje no setor, seja no Norte, no Nordeste ou no Centro-Oeste, e possa reavaliar a distribuição desse dinheiro, para que realmente eles tenham a finalidade específica de combater as desigualdades, sem ficar fazendo caixa de banco, como estamos vendo hoje em dia, cobrando taxa de *del credere*, taxas de juros incompatíveis, transformando o que é incentivo fiscal em agiotagem fiscal. Essa é a realidade que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eram as formulações que eu gostaria de fazer a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço a participação do Senador Caiado.

Vamos passar a palavra, imediatamente, ao Ministro, para ele dar as respostas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu pediria a V. Exª que ouvisse quatro Senadores, uma vez que sou Relator na Comissão de Constituição e Justiça, para eu não ter o desprazer de me retirar sem fazer a pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador Valadares. Eu pediria a sua compreensão, porque já ouvi exatamente quatro Senadores. Conforme o que foi pactuado aqui, nós ouviríamos um bloco de Senadores e uma representação da sociedade civil. Então, já ouvimos quatro Senadores. Vamos passar agora a palavra imediatamente para o Ministro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senadora Fátima, eu não pude...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em seguida, vamos começar com um bloco de mais quatro Senadores e com uma representação da Assembleia Legislativa, o Deputado Fernando Mineiro.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senadora Fátima, eu sei que estou sendo impertinente, mas eu não sairia com minha consciência tranquila se não prestasse uma homenagem aqui à memória do Monsenhor Expedito Medeiros, que foi um grande lutador em favor do Caminho das Águas, da transposição também do Rio São Francisco.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma homenagem justa e merecida, Senador Garibaldi Filho, à qual nós nos associamos.

Com a palavra o Ministro Helder.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, eu fui o primeiro inscrito, mas, em função de que várias Comissões estão funcionando simultaneamente, tive de me ausentar por um tempo, para voltar à Comissão de Assuntos Sociais. Eu só queria que V. Exª pudesse me reinscrever.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É o que estou pedindo. Fui o primeiro a chegar à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Foi, sim, com certeza, Senador Moka. V. Exª está reinscrito.

O SR. HELDER BARBALHO – Senadora Fátima, agradecendo os questionamentos que foram colocados pelos Senadores, buscarei ser o mais objetivo possível.

O Senador Garibaldi questionou a respeito da chegada das águas no Rio Grande do Norte e também sobre os prazos do Ramal do Apodi. A nossa previsão é a de que, não havendo qualquer interrupção no âmbito da assinatura do contrato e da ordem de serviço, portanto estabelecendo um novo capítulo de retomada efetiva da meta 1N, possamos estar com o Caminho das Águas pronto até dezembro no Rio Grande do Norte.

É claro que o esforço da chegada da água será muito similar ao do conjunto de ações do Eixo Leste, onde não esperamos estarem todos os açudes cheios para fazer o sangramento no canal subsequente, para que haja uma concomitância muito próxima entre estar pronto o Caminho das Águas e a água evoluir na sua chegada.

Nós temos, no Eixo Norte, um número menor de estações de bombeamento – são apenas três –, mas temos açudes que são profundamente amplos, maiores, inclusive, do que os reservatórios e os pulmões, no caso, do Eixo Leste. Mas a estratégia de bombeamento que fizemos, com a participação e com o apoio da Sabesp, no Eixo Leste, deve se reproduzir no Eixo Norte, o que permitirá uma aproximação desse prazo.

Com relação ao Ramal do Apodi, nós estaremos com o projeto executivo pronto no prazo de dois meses, e aí nós teremos que fazer um exercício conjunto com a Bancada do Rio Grande do Norte e com o Ministério da Integração Nacional. A participação do Senador Agripino, de V. Exª, da Senadora Fátima e de todos os Deputados Federais será fundamental, para que estejamos em condições de avançar durante 2017 para consolidar o processo licitatório em 2018, se possível a tempo de ainda, ao final do primeiro semestre, dar a ordem de serviço para o início das obras do Apodi.

Agora, volto a dizer que tudo depende de dois fatores: orçamento e funcionalidade. Inclusive, isso eu não estou neste momento ainda em condições de responder, porque o projeto executivo não está pronto, mas o fato funcionalidade é decisivo, porque hoje o processo de autorização e de garantia de empenho passa por uma revisão em que é necessária a totalidade do empenho, pelo menos de etapas funcionais. E aí, com o projeto executivo pronto, nós teremos respostas sobre essas funcionalidades que possam garantir o início das obras.

Com relação às obras complementares – aí eu gostaria, inclusive, de responder a V. Exª e a D. Jaime – , temos as nossas responsabilidades, que é garantir a entrega da água para os Estados. E aí lê-se o que são obras complementares. Nós temos obras complementares na transposição, que são as nossas responsabilidades, e nós temos obras complementares que são funcionalidades e artérias que compõem o sistema e que estão sendo executadas pelos Estados e também por nós, mas a maioria pelos Estados. É fundamental, portanto, que haja esse acompanhamento do que é responsabilidade do Governo Federal e do que é responsabilidade dos Governos estaduais. A entrega da água se dará para as companhias credenciadas pelos Estados. Nós não somos a parte que entregará a água na torneira. Quem entrega água na torneira é a operadora estadual. Nós entregamos a cota preestabelecida em 2005, quando da outorga da Agência Nacional, e, a partir daí, os Estados fazem essa entrega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sobre a adutora em Caicó V. Exª questionou. Já está pronta a adutora em Caicó. Já estamos em fase de teste para levar à região do Seridó o atendimento com a adutora de engate rápido. Houve uma solicitação de ampliação, e essa solicitação de ampliação não impede a operação que já está em fase de teste, para que possamos adicionar ao projeto original. Portanto, estamos trabalhando em duas frentes, e a Defesa Civil está analisando essa solicitação do DNOCS de ampliação.

Com relação ao que o D. Jaime colocou – isto tem muito a ver com o que também a Senadora Lídice e o Senador Cássio abordam, o processo de revitalização e de preservação ambiental de todo esse conjunto de ações hídricas –, nós temos dois fatores na revitalização: o fator quantidade de água e o fator qualidade de água.

Eu não gostaria de fragilizar o requerimento da Senadora Lídice. Deixarei para apresentar o projeto Novo Chico no momento da minha vinda aqui referente ao requerimento da Senadora Lídice, mas o trabalho da qualidade da água, fundamentalmente, é saneamento, para que, efetivamente, possamos garantir que a bacia do São Francisco – é claro que o ideal é que toda a bacia esteja com a universalização do saneamento – e também as regiões que estarão a jusante e que receberão essas águas possam ter o tratamento devido. Mas volto a trazer a responsabilidade conjunta do Governo Federal através do Ministério das Cidades, através da Funasa, através da Codevasf, com a participação de Municípios e também dos Estados.

Com relação à Transnordestina, sobre a qual D. Jaime questionou, há uma decisão do Tribunal de Contas da União. O Ministro Walton Alencar fez a suspensão e a proibição de qualquer novo repasse para a Transnordestina, e disso depende a retomada das obras. Elas não estão sob a responsabilidade da minha Pasta, mas o Ministério da Integração tem a interface a partir dos recursos de financiamento.

Inclusive, o último repasse para a Transnordestina, D. Jaime, aconteceu em janeiro. No dia 16 de janeiro, nós liberamos R$152 milhões através do Finor para a Transnordestina. Hoje nós teríamos condição, e já tenho um relatório atualizado vindo de Recife, de liberar mais R$152 milhões, que é ressarcimento que a TLSA teria direito a receber. Porém, nós dependemos da decisão do Tribunal de Contas da União de permitir nova liberação de recursos para a transposição.

Senadora Lídice, eu já falei da revitalização. Voltarei aqui para apresentar o programa Novo Chico. Acho que seria muito conveniente – não sei se é possível fazer um adendo ao requerimento – convidar também outros atores a estarem aqui. O programa Novo Chico transcende outras Pastas, o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas, o DNIT...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós incluímos...

O SR. HELDER BARBALHO – Que bom!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com licença! Nós incluímos o Ministro do Meio Ambiente e poderemos incluir...

O SR. HELDER BARBALHO – Acho que a Agência Nacional de Águas é muito importante...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto! Poderemos incluir.

O SR. HELDER BARBALHO – ...bem como o DNIT, porque existe uma pauta de dragagem que está sendo demandada, o Ministério das Cidades e a Funasa, que envolvem, junto com a Codevasf, o processo de qualidade da água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passo depois para o gabinete de V. Exª, inclusive, todos os atores que construíram conosco o Plano Novo Chico.

Com relação ao Eixo Sul, Senadora, nós já temos o anteprojeto concluído, com um investimento de R$25 milhões. Ele foi concluído agora, no último dia 30 de setembro. Há uma emenda de relator da ordem de R$12 milhões para o projeto executivo. Então, nossa expectativa é a de podermos acionar essa emenda, para que seja feito o projeto executivo do Eixo Sul, beneficiando a Bahia.

Com relação às obras de combate à seca, Senadora, quanto a esses R$30 milhões, estamos dialogando, a Defesa Civil está dialogando com o Estado no sentido de alimentar as dúvidas que ainda constam da aplicação desses recursos de combate à seca para fazer o atendimento integral.

Com relação ao carro-pipa, nós estamos recebendo as demandas e respondendo as demandas – ora são demandas atendidas pelo Exército, ora são demandas recebidas pelo Estado ou pelos Municípios –, de acordo com o perfil do atendimento: quando é urbano, geralmente o Estado e o Município cobrem; quando é rural, o Exército cobre.

Com relação ao orçamento do Ministério, quero tranquilizar, dizendo que, mesmo com o contingenciamento, as obras da transposição estão preservadas. Nós estamos, sim, fazendo todos os esforços no sentido de construir a compatibilidade com as restrições e a agenda desafiadora que já pude aqui citar.

Eu queria agradecer ao Senador Cássio as palavras. Saiba que é com absoluto orgulho que ouço V. Exª. Parabéns pelo aniversário de V. Exª! Que Deus lhe permita muitos anos de contínua luta em favor do seu Estado e em favor do Brasil!

O Novo Chico apresentarei no momento oportuno.

Sobre o Ramal do Piancó já tivemos a oportunidade aqui de fazer a apresentação. Estou certo de que vamos conseguir construir o melhor caminho com a Bancada.

Senador Caiado, eu gostaria de dizer que sua fala é absolutamente oportuna, absolutamente oportuna. Acho que cada um que compõe o Governo tem a responsabilidade de defender seus pensamentos, suas causas e suas agendas. Agora, é claro, existem pautas que são transversais. Inclusive, vou passar às suas mãos o aviso ministerial que fiz ao Ministério da Fazenda, compactuando absolutamente com aquilo que V. Exª disse.

Os juros que estão vigentes agora, por deliberação do Conselho Monetário Nacional, estabelecem, para o senhor ter uma ideia, para investimentos em bens de capital e para demais investimentos, inclusive capital de giro, para micro e pequenas empresas, no Norte e no Nordeste, 8,55% e, no Centro-Oeste, 9,5%. O aviso dado pelo Ministério da Integração Nacional solicita juros de 5,46% para o Norte e para o Nordeste e de 8,58% para o Centro-Oeste. Para os médios, são 8,55%, e a nossa proposta é de 5,46%. Para o Centro-Oeste, é de 9,5%, e a nossa proposta é de 8,58%. Para os grandes, são 10,14%, e a nossa proposta é de 6,43%; para o Centro-Oeste, é de 11,26%, e a nossa proposta é de 9,55%.

Para o custeio isolado, para capital de giro isolado e para operacionalizações comerciais, a proposta é de 13,08%; nossa proposta é de 8,34% para o Norte e para o Nordeste. Para o Centro-Oeste, a proposta é de 14,54%; nossa proposta é de 11,46%. Para os médios, são 13,08% para o Norte e para o Nordeste e de 14,5% para o Centro-Oeste, de acordo com a proposta do Conselho, que está vigente. A nossa proposta é de 8,34% e, para o Centro-Oeste, é de 11,46%. E, para o grande, é de 15,23% a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

proposta vigente para o Norte e para o Nordeste e de 16,9% para o Centro-Oeste; a nossa proposta é de 9,65% para Norte e Nordeste e de 12,77% para o Centro-Oeste.

Para atividades incentivadas no Norte e no Nordeste, a taxa é de 7,65% para micro, pequenos e médios e de 8,50% para o Centro-Oeste. A nossa proposta é de 4,92% para Norte e Nordeste e de 8,04% para o Centro-Oeste. Para os grandes, a proposta vigente é de 9,05% para Norte e Nordeste e de 10,09% para o Centro-Oeste. A nossa proposta é de 5,77% para Norte e Nordeste e de 8,89% para o Centro-Oeste.

Com relação ao FDNE e ao FDA, a proposta vigente é de 7,35%. A nossa proposta é de 4,7% no tipo A. No tipo B, são 7,75%, e a nossa proposta é de 5%. No tipo C, são 8,15%, e nossa proposta é de 5,30%. No tipo D, são 8,6%, e nossa proposta é de 5,6%.

Para o FDCO, a proposta vigente é de 8%, e nossa proposta é de 7,35%. No grupo B, são 8,5%, e nossa proposta é de 7,63%. Para o grupo C, é de 9% a proposta vigente, e a nossa é de 7,91%. No grupo D, são 9,5%, e a nossa proposta é de 8,20%.

Portanto, tenho discutido isso com os Senadores que atuam de maneira mais ativa, como V. Exª e o Senador Armando. O Senador Fernando Bezerra Coelho tem sido um lutador dessa causa. Inclusive, eu soube que ontem ele fez um pronunciamento em cima dessa tese.

Ontem, recebi o Deputado Júlio, que é coordenador da Bancada do Nordeste, tratando desse assunto, e o Deputado Guilherme Coelho, também tratando desse assunto. Acho que todos devem construir o convencimento.

Nós, do Ministério da Integração, formalizamos a nossa opinião para o Ministério da Fazenda, para o Conselho Monetário Nacional. Inclusive, o Senador Eunício também tem lutado muito por essa causa. Acho que todos podemos dialogar na busca do convencimento, dentro dessa lógica de que os fundos constitucionais e os fundos de desenvolvimento precisam, efetivamente, ser plenamente atrativos, para que gerem interesse, para que, consequentemente, haja a sua efetividade.

Espero ter contribuído com as respostas a V. Exªs.

Muito obrigado, Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Ministro Helder.

Nós vamos iniciar...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu posso ter acesso a esses documentos, Ministro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senador Caiado! Os documentos serão entregues a V. Exª.

Nós vamos imediatamente iniciar um novo bloco, seguindo a ordem de inscrição, com a participação do Senador Valadares.

Peço à Senadora Lídice para coordenar os trabalhos aqui, neste exato momento.

Quero registrar a presença aqui de mais um integrante da Bancada Federal do Rio Grande do Norte, que tem participado intensamente dessa luta do São Francisco, o Deputado Federal Walter Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Srª Presidente, Senadora Lídice da Mata; Sr. Ministro Helder Barbalho; Parlamentares federais e estaduais aqui presentes; Srª Presidente da Codevasf, Drª Kênia Marcelino; servidores do Ministério da Integração e da Codevasf aqui presentes; Sr. Ministro, desde a descoberta, por Américo Vespúcio e André Gonçalves, do Rio São Francisco, em 1501, no dia consagrado a São Francisco de Assis, o velho Opará, o Velho Chico, como nós o conhecemos tão carinhosamente, tem sido uma dádiva permanente, constante, que nos foi oferecida pela natureza. O Rio São Francisco é fonte de vida e de riqueza.

V. Exª, na sua palestra, ao mostrar o andamento das obras de transposição, criando perspectivas e novas realidades, trazendo felicidade para o povo do Eixo Leste e do Eixo Norte, está demonstrando aquilo que eu falei no início: o Velho Chico é fonte de vida e de riqueza. A transposição é um fato extraordinário, sem dúvida alguma, e irreversível, o que torna consagradora essa obra iniciada pelo Presidente Lula, passando pela Presidente Dilma, sendo tocada com muita ênfase e com muita responsabilidade pelo Governo do Presidente Temer. Cumpre-nos, sem dúvida alguma, a tarefa gigante de não atrasar a obra e de entregar às populações beneficiadas, o mais rápido possível, as águas do Velho Chico.

Ao lado da transposição, o Ministério da Integração e a Codevasf têm atuado, sem dúvida alguma, com muita eficiência, em vários Estados. Os perímetros irrigados de Petrolina e de Juazeiro são exemplos edificantes da riqueza que é trazida para dois Estados da nossa Federação.

O Canal do Sertão Alagoano, tocado pelo Governo do Estado, recebe a ajuda substancial do Ministério da Integração, com verbas que são transferidas anualmente, com a ajuda da Bancada Federal.

Recentemente, surgiu um projeto que sacudiu e sacode a alma do sergipano, que cria novas esperanças para o sertanejo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...que é o projeto Xingó, o do Canal de Xingó.

V. Exª agiu em duas oportunidades, ao transferir para o projeto ou pré-projeto R$6,7 milhões e, agora, ao transferir para o projeto básico o que for necessário para iniciá-lo e para terminá-lo, para desembocá-lo na obra propriamente dita.

Então, minha palavra é tão somente para dizer que o Estado de Sergipe conta com seu estímulo e com seu apoio para a realização desta grande obra, que é o projeto de Xingó. Os passos estão sendo dados, e a realidade vai acontecer, acredito, a partir do próximo ano. Quero dizer a V. Exª que a Bancada está unida em torno desse projeto e vai colocar já uma emenda impositiva neste ano, para que V. Exª, juntamente com a Presidente da Codevasf, possa tocar essa obra inicialmente.

Ao final, ratificando o que disse a Senadora Lídice da Mata, o projeto da revitalização é a segurança hídrica de que nós precisamos, com o qual os Eixos Norte e Leste continuarão a ser beneficiados para todo o sempre. A revitalização é um projeto, um programa de V. Exª. O Plano Novo Chico haverá, sem dúvida alguma, de devolver a esse rio toda a recuperação que ele merece, porque, na realidade, em muitos lugares, o rio está morrendo. V. Exª, ao assumir o projeto da revitalização, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dúvida alguma, está transformando o Velho Chico num manancial permanente em defesa e em benefício do Nordeste e do nosso Brasil.

Agradeço a V. Exª. Meus parabéns pela sua exposição!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senador Valadares. Foi mera coincidência que eu tenha assumido a direção dos trabalhos quando V. Exª ia falar, meu querido amigo e parceiro de Bancada.

Quero anunciar os próximos inscritos: o Senador Agripino, o Senador Ataídes, o Senador Moka, o Senador Armando Monteiro. Esses são os que estão na lista que a Senadora me passou. Certamente, daqui a pouco, ela voltará. Se houver necessidade de algum ajuste, certamente ela coordenará isso.

Com a palavra o Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Presidente Lídice, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Ministro Helder Barbalho, porque já o considero um parceiro, parte importante da solução. A solução passa pelo projeto, pelo comando, que é de S. Exª, e por dinheiro.

V. Exª já participou... Creio que esta é a quarta reunião que nós fazemos. Fizemos uma reunião com o Presidente Temer e com os Senadores da região. Tivemos duas reuniões no seu gabinete, objetivas, quando V. Exª mostrou absoluto interesse no projeto como um todo. Demonstrou interesse e conhecimento de causa. Esta é a quarta reunião, que reputo muito importante porque dela faz parte a sociedade civil. Está aqui, ao meu lado, o Bispo de Caicó, D. Antônio Carlos. Está aqui D. Mariano, que é o Bispo da cidade onde nasci – ele está aqui atrás –, e D. Jaime, Arcebispo de Natal, afora outras autoridades.

De que nós precisamos? Precisamos tirar proveito desta reunião. Eles vieram de longe. Vieram alguns padres, vieram representações da sociedade civil de vários Estados. E eles vieram aqui fazendo esforço, comprando passagem, gastando dinheiro, trazendo, com sua presença, o prestígio e a ideia. E nós temos de ter consequência.

Ouvi uma coisa nova que não tinha ouvido ainda, pela palavra de V. Exª, que é o prazo para a conclusão do projeto do Ramal Apodi. A minha obrigação é a de falar pelo Brasil, mas também a de falar pelo meu Rio Grande do Norte.

Já estou convencido de que é uma questão de tempo a água do São Francisco chegar à Barragem do Açu. E mais importante do que a água chegar à Barragem do Açu é perenizar o Rio Piranhas-Açu.

Para o senhor ter uma ideia, eu colhi agora com D. Antônio Carlos os dados que ele me fornecia *on-line* dos níveis das Barragens Mãe D'água, Coremas, Itans e Açu. A Barragem do Açu é a que está com melhor nível, está com 18%. As Barragens Coremas e Mãe D'água estão entre 4% e 5%. A Barragem de Itans, que abastece a cidade de Caicó, está com menos de 2%. Essa é uma cidade polo da região do Seridó. Fico imaginando: se faltar água em Caicó, qual vai ser a alternativa? Não há alternativa. Carro-pipa? Não há como! Então, a perenização do Rio Açu vai dar garantia permanente de água para Caicó, para toda a região e para dois Estados, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A mesma coisa se dá com relação ao Ramal Apodi. O Ramal Apodi, mais do que levar água para a Barragem de Santa Cruz, que é outra fonte, que é uma espécie de seguro-água para o meu Estado... O meu Estado tem dois seguros-água: um é a Barragem de Santa Cruz, outro é a Barragem do Açu. A Barragem de Santa Cruz vai receber água pelo Ramal Apodi, que, mais do que receber água do São Francisco, vai fazer com que o Rio Apodi fique perene. Esse é o grande benefício, é o grande sonho. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Rio Grande do Norte vai ter dois rios importantes perenes. A marca fundamental vai ser a perenização desses rios, que vai levar a um nível seguro e confiável as duas principais fontes de água do Estado, afora as outras que existem; neste momento, algumas têm um pouco de água, e outras, não. Mas, com a chegada do inverno, já existe um pouquinho de água, mas as fontes, não.

Como cinco anos de seca mostraram a vulnerabilidade do nosso Estado em relação à água, eu acho que desta reunião a gente tem de tirar algum proveito. Esta é a proposta que quero fazer à Senador Fátima, que quero cumprimentar pela iniciativa desta reunião: nós temos de armar um plano estratégico com V. Exª. Se, em dois meses, o projeto do Ramal Apodi ficar pronto, a gente vai ter condição de discutir se vai constar ou não aquele famoso túnel que vai custar uma nota preta, cabeluda, ou se vai haver uma alternativa qualquer que barateie isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Em quanto fica? Quais são as alternativas de custo para o Ramal Apodi? E aí entra o compromisso. Eu, por exemplo, vou propor à Bancada... Todos os anos, fazemos reunião e elencamos as emendas de bancada. A minha emenda de bancada, neste ano, vai ser para a transposição do São Francisco, para o Ramal Apodi. Vou propor que todos os 11 façam suas emendas de bancada – é uma proposta que vou fazer – destinando seu volume para a transposição do São Francisco.

Segundo, que a CDR, em que há emendas de bancada, eleja, entre elas, uma emenda de bancada para o Ramal Apodi, para a transposição do São Francisco! E podemos nos juntar a V. Exª para colocarmos, num esforço conjunto com o Relator, o maior volume possível de recursos no Orçamento Geral da União, para somarmos o esforço dos Parlamentares potiguares com as emendas coletivas.

A emenda que acho que a Senadora Fátima vai ter tranquilamente determinação de fazer nas emendas da Comissão é uma emenda para o Ramal Apodi, e a outra é para colocarmos recursos no Orçamento. Com isso, a gente sai da dúvida para uma perspectiva segura de construção desse ramal.

De resto, agradeço a V. Exª pelo interesse, pelo espírito público, pela abertura. Não houve uma única oportunidade em que nós pedíssemos uma audiência e que V. Exª não concedesse no ato. Então, isso é um trunfo: a sua boa vontade é um trunfo que nós carregamos. De resto é nos juntarmos para tentar chegar a uma consequência prática.

E agradeço a presença dos bispos que vieram de Mossoró, de Caicó e de Natal, para trazer, com a sua presença, o interesse na solução de um problema que é fulcral pelo o nosso Estado.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador José Agripino.

E, além da presença da Igreja, aqui também agradeço a presença das universidades, da nossa Reitora...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Senadora, desculpe, lembrou muito bem. Discretamente, a Reitora Ângela, está ali atrás, só registrando e anotando. Cumprimentos à presença dela e dos Deputados Estaduais Mineiro e Gustavo Fernandes, que também se fazem presentes nesta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato. E o Prof. Wyllys, o nosso Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos passar, imediatamente, para o Senador Ataídes.

Mas quero só adiantar aqui para o Senador José Agripino e para os demais Parlamentares que já está decidido: uma das emendas desta Comissão será destinada para o Eixo Norte, para a transposição do São Francisco, para o Eixo Norte com o foco na questão do Ramal do Apodi. O Ministro aqui foi bastante claro. Em dois meses, ele entrega o projeto executivo que diz respeito à obra do Canal do Apodi.

Já existe uma estimativa de recursos, Senador José Agripino, de 1,9 bi – 1,9 bi! E essa obra provavelmente terá uma duração de dois a três anos. Daí, a urgência de ela começar.

E nós temos que trabalhar nessa direção, além de todo o esforço, sem dúvida nenhuma, que a Bancada Federal vai fazer. Mas uma das emendas aqui, com certeza e com a concordância da nossa Vice-Presidente e dos demais pares – não é, Senador Valadares? – desta Comissão, uma das emendas vai ser carimbada para o Canal do Apodi.

Imediatamente, concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Sr. Ministro Helder Barbalho, eu percebo que, esse planejamento, com todas essas ações para 17 e 18, é um pouco tímido em termos orçamentários, mas estamos num momento realmente de contenção de gastos. A PEC 55 estabeleceu e, lamentavelmente, temos que transferir esse controle de gastos também para infraestrutura tão necessária ao nosso País. Mas eu percebi, Ministro Helder Barbalho, logo quando cheguei, na apresentação de V. Exª, me chamou muito a atenção a sua forma didática e objetiva de apresentar esse projeto de ações. V. Exª mostrou, acima de tudo, conhecimento; mostrou vontade de fazer, e está fazendo.

Eu tenho dito, Ministro, ao longo do tempo que estou nesta Casa que o problema do Brasil não é só a corrupção; é a má gestão: pessoas erradas nos lugares certos. Eu venho da iniciativa privada, e nós temos que ter pessoas certas nos seus lugares certos.

Eu não conhecia V. Exª, mas eu quero parabenizá-lo pelo trabalho que V. Exª está fazendo diante dessa grande pasta que é a da integração; também a sua equipe. Eu estou muito contente em ver esse jovem Ministro à frente dessa pasta. Os desafios lá, não só os orçamentários, mas os de execução são grandes.

Hoje, eu estou presidindo, Ministro, a Comissão Especial que acompanha as obras inacabadas e paralisadas no Brasil. Nós temos mais de 20 mil obras paralisadas, obras de ferrovias. Eu escutei aqui um Senador falando aqui sobre a Transnordestina, a nossa Ferrovia Norte-Sul, e vários projetos de irrigação Brasil afora em que foram gastos milhões e bilhões de reais estão paralisados. Eu pretendo, inclusive, fazer logo um convite a V. Exª para vir a esta nossa Comissão que está acompanhando essas obras, para que V. Exª nos traga, a nós e ao povo brasileiro, mais informações com relação à transposição do Rio São Francisco.

Temos que parabenizar, sim! Eu sou um grande crítico do Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Eu acho que talvez eu seja o mais crítico aqui nesta Casa, mas essa decisão, essa ação do Lula na transposição do Rio São Francisco tem toda a minha admiração.

É lamentável que o que foi acordado, de que, até 2012, estaria atendendo toda essa população, infelizmente não tenha acontecido, como também não tenha acontecido, Ministro, salvo melhor juízo, até hoje, que alguém da integração tenha vindo aqui à esta Casa, principalmente para trazer essas informações tão preciosas que V. Exª nos trouxe hoje. Como é que se encontra a região leste a sul?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quando é que nós vamos concluir? Que dia que nós vamos ter água para o povo de uma forma bastante responsável e contundente?

Eu confesso que eu fiquei extremamente feliz e satisfeito com as suas exposições. Vou agora me debruçar em cima desse planejamento de ações para que possamos, então, cobrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... mais evidentemente desse jovem Ministro que está disposto a fazer. Isto é muito importante para o nosso País: pessoas competentes, honestas e que tenham coragem e vontade de fazer. Eu não tenho dúvida de que V. Exª está fazendo e vai fazer um grande trabalho à frente dessa pasta, e o povo brasileiro vai, sem dúvida nenhuma, nos quatro cantos do nosso País, principalmente no meu querido Estado do Tocantins, vai lhe agradecer.

A Senadora Lídice tocou num ponto fundamental que é a revitalização dos nossos rios. Isto é de extrema importância, Senadora Lídice, Vice-Presidente desta Comissão – importantíssimo! Nós não podemos só tirar; nós também temos que doar, nós também temos que dar. Então, revitalização é com o que temos que nos preocupar também.

E, finalmente, desejo muito sucesso para você, Ministro, e a sua equipe.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós agradecemos a participação do Senador Ataídes.

Imediatamente, nós vamos passar agora...

Senador Moka, por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra; Senadora Lídice da Mata, nossa Vice-Presidente; Ministro Helder Barbalho. Conheci esse jovem Ministro acho que ainda menino. É uma convivência de muito tempo. Já no Ministério da Pesca, vi a capacidade, a determinação de S. Exª e sua capacidade de gestão, hoje aqui demonstrada.

Não tenho conhecimento, não sou da região específica, mas vejo que V. Exª, quando fala, fala de uma forma direta, concreta, que isso vai ser entregue até o dia tal; que os recursos têm que vir além do Ministério, que tem que haver a participação da Bancada. Nós temos de fazer com que isso chegue à área econômica.

Eu e o Senador Ronaldo Caiado somos os únicos do Centro-Oeste aqui – o Ataídes é do Tocantins, que é mais do Norte do que do Centro-Oeste. E o Centro-Oeste fica sempre naquela coisa de que é a região que, por ser uma grande produtora de grãos, de carne, não precisa tanto. Quero dizer que isso em parte é real, mas o Centro-Oeste precisa de um apoio justamente para a sua região que é produtora.

Quando Ronaldo Caiado fala desses juros, principalmente do Centro-Oeste e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, é real. No ano passado, o Fundo Constitucional ficou com R$3 bilhões sem serem emprestados. E por que ficou com R$3 bilhões sem serem emprestados? Porque não havia tomador. Por que não havia tomador? Porque os juros que seriam cobrados impediam aquele que queria investir de tomar o recurso. Então, acho que àquela fala do Senador Ronaldo Caiado V. Exª já respondeu. Eu vou estar com ele e ver aqueles números mais de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É verdade que há um esforço do novo Superintendente do Banco do Brasil. Eles estão fazendo essa caravana do Fundo Constitucional no sentido de estimular para que não fiquem esses recursos parados. Acontece que há essa história do *del credere*. O Banco do Brasil ganha. No nosso caso, não temos banco regional, mas são 3%. Então, R$3 bilhões parados ali e 3% para administrar não são um mau negócio, também, para o Banco do Brasil. Há tudo isso que precisa ser colocado.

Mas quero, ao encerrar a minha palavra, passar a V. Exª... Na verdade, a Bancada do Mato Grosso do Sul, para mostrar o seu interesse na rodovia 165... Aqui eu faço um parênteses para os colegas. É que, no Ministério da Integração Nacional, é onde se trata, também, dos problemas de fronteiras. E essa MS é uma integração, uma rodovia que integra toda a região da fronteira. Nós temos de, além da repressão, levar desenvolvimento, nós temos de levar luz. E essa rodovia de integração da Sul Fronteira é, sem dúvida nenhuma, uma coisa importante.

Vou passar a V. Exª, ao mesmo tempo em que o parabenizo, o pedido da Bancada do Mato Grosso do Sul, do três Senadores, dos oitos Deputados Federais, dizendo que essa é a emenda de bancada escolhida como prioridade para Mato Grosso do Sul. Existe a 419, mas trata-se do Ministério dos Transportes. Essa é de responsabilidade do Ministério de V. Exª.

Muito obrigado.

E parabéns pela exposição aqui do Ministério da Integração!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Senador Waldemir Moka pela sua participação. O Senador está entregando aqui o ofício, em nome da Bancada Federal do Mato Grosso do Sul.

Imediatamente, passo a palavra agora ao Senador Armando Monteiro, de Pernambuco.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado.

Queria cumprimentar o Ministro Helder Barbalho e também, Ministro, fazer desde já um reconhecimento à sua ação, que tem sido muito diligente, muito proativa e muito competente. Portanto, quero fazer aqui também, publicamente, esse reconhecimento.

Ministro, minhas questões basicamente já foram aqui, de alguma maneira trazidas, mas queria pontuar aqui a preocupação no caso, por exemplo, dos recursos. Acho que nós temos aí um quadro fiscal muito difícil. Vimos aí o anúncio do Governo de que se fará um contingenciamento muito expressivo, este ano, que alcançará, inclusive, o PAC, R$10,5 bilhões do PAC estão aí indicados para corte. Além disso, há outros investimentos que decorrem de emendas parlamentares e de outras fontes que também estariam susceptíveis, dependendo da execução do orçamento, a serem alcançadas.

V. Exª disse – e tomei boa nota – que os recursos da transposição propriamente ditos estão assegurados. Mas nós sabemos, especialmente os pernambucanos, que para termos, no futuro, um mínimo de segurança hídrica, dependemos fundamentalmente de obras complementares à transposição. Por exemplo, embora reconhecendo que a obra do Eixo Leste é fundamental e que chegou à Paraíba, a Monteiro... Por exemplo, até agora só um Município de Pernambuco, que é o Município de Sertânia, se beneficiou nesse primeiro momento com a conclusão das obras do Eixo Leste.

Nós ficaremos agora na dependência do Ramal do Agreste, que vai captar recursos lá no reservatório de Barro Branco, lá em Sertânia, trazendo as águas para o açude de Ipojuca, lá em Arcoverde, que fica no sertão central de Pernambuco. A partir daí, da adutora do agreste, pode chegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à região que tem hoje um problema hídrico dramático, em Pernambuco, que é a região agreste, ou seja, é uma região da maior densidade populacional e que tem expressivas atividades econômicas que são muito demandantes de água, e neste momento sofre de forma muito forte os efeitos severos dessa estiagem.

Nós ficaremos agora na dependência do Ramal do Agreste, que vai captar recursos lá no reservatório de Barro Branco, lá em Sertânia, trazendo as águas para o açude de Ipojuca, lá em Arcoverde, que fica no sertão central de Pernambuco. A partir daí, da adutora do agreste, pode chegar à região que tem hoje um problema hídrico dramático, em Pernambuco, que é a região agreste, ou seja, é uma região da maior densidade populacional e que tem expressivas atividades econômicas que são muito demandantes de água, e neste momento sofre de forma muito forte os efeitos severos dessa estiagem.

Aí é a nossa preocupação, quer dizer, como compatibilizar esse quadro de restrição orçamentária ao cronograma, ao andamento, ao avanço físico, ao avanço mínimo dessas obras complementares e, no caso, o Ramal do Agreste, a Adutora do Agreste, especialmente. Por exemplo, o Ramal sofreu uma série de percalços e de atrasos, e só agora nós licitamos o projeto, aquele recurso que se destina ao projeto executivo, mas essas duas obras ainda vão demandar quase R$2 bilhões, ou seja, se levarmos em conta as necessidades do Ramal e do que falta ainda para concluir a Adutora do Agreste. Na Adutora do Agreste nós estamos mais ou menos aí a uns 50%, um pouco menos de 50%, da execução do projeto.

Então, a primeira pergunta é: como podemos assegurar um mínimo de recursos para garantir a continuidade dessas obras, que são absolutamente essenciais para internalizar em Pernambuco os benefícios do projeto da transposição?

E o outro ponto, Ministro, diz respeito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... a esse tema que foi, já, aqui trazido, de forma até candente, pelo Senador Caiado, e eu queria me associar a ele. V. Exª sabe que o Nordeste do Brasil sofreu de forma mais severa os efeitos dessa crise econômica, porque nossa região é mais dependente de transferências governamentais. Ou seja, se é verdade que a economia do Nordeste cresceu, durante aquele período expansivo da economia, a taxas superiores à média nacional, é verdade também que agora, nesse quadro recessivo, e até depressivo, nós sofremos mais os efeitos da crise econômica, e isso se reflete, inclusive, numa estimativa feita agora, recentemente, Senadora Lídice, de que tivemos aí uma taxa negativa do PIB – média de 4,3% – nesse último período. Ou seja, ficamos acima da média da queda do produto a nível nacional.

Então, temos de um lado esse problema da diminuição das transferências governamentais, que afeta diretamente a taxa de investimento da economia; e, se a isso somarmos o fato de que os fundos constitucionais que representam a fonte fundamental para prover recursos de investimento de prazo mais longo, se temos taxas absolutamente incompatíveis com as taxas de retorno dos projetos, nós estamos, por assim dizer, sem dois elementos que são fundamentais para dar um mínimo de propulsão à economia da região.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Vejam o que vai acontecer esse ano: depois de toda essa mobilização, reduzir em meio ponto percentual a taxa dos fundos, a taxa média. Ora, a projeção de queda da taxa básica de juros até o final do ano é de 3,5 pontos percentuais. Então nós estaremos diante da seguinte situação: a taxa básica, ao final do ano, vai alcançar 8,75%, e nós estamos com dinheiro para investimento a taxas superiores, ou muito próximas, ou superiores a essa taxa básica.

Então, é algo absolutamente inadequado, e há uma rigidez, há um componente de rigidez, na medida em que é uma taxa fixa, não é uma taxa que esteja atrelada a um indexador. O que significa dizer que os ganhos que nós esperamos em relação à queda da inflação não se transferem de forma automática para os mutuários de financiamento do FNE. Portanto, há necessariamente – eu fico satisfeito de saber que a proposta do Ministério da Integração me parece absolutamente adequada para essa visão da taxa que deve ser oferecida a uma região que tem características estruturais diferentes, mas acho que temos que promover uma ampla mobilização das Bancadas do Nordeste,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... do Centro-Oeste e do Norte, para que possamos ter taxas mais compatíveis, ou minimamente compatíveis, com as exigências de regiões que ainda têm um descompasso no seu processo de desenvolvimento.

Então, em resumo, eram essas as questões, e eu queria também, Ministro, fazer aqui um reconhecimento a sua equipe, cumprimentando aqui a nossa Presidente da Codevasf, a Drª Kênia, registrando também a atenção que ela sempre dispensa aqui aos assuntos...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ... dos Parlamentares.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Armando Monteiro. Esse tema que V. Exª acaba de destacar aqui também, a exemplo de outros Senadores, do papel dos fundos constitucionais, conversando aqui com a Senadora Lídice, para contribuir com esse debate, vamos trazer para discussão aqui na nossa Comissão, até porque é uma Comissão muito pertinente. Não é? Afinal de contas, a Comissão de Desenvolvimento Regional precisa pensar o Brasil e as políticas de desenvolvimento regional, considerando ainda todo o perfil de desigualdades sociais, de desigualdades regionais. Então, convido V. Exª para se somar a nós para que a gente possa também trazer esse tema para debate na nossa Comissão.

Vamos agora, imediatamente, passar a palavra para o Senador José Pimentel, do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Srª Presidenta desta Comissão, Senadora Fátima Bezerra; Sr. Ministro Helder Barbalho; eu quero começar registrando que, no dia 30 de novembro, tivemos, aqui na Comissão de Infraestrutura, uma audiência muito parecida com essa, em que o nosso Ministro trazia todo um cronograma, e, observando aqui a sua exposição, dá continuidade àquele calendário que ali era registrado.

Ao lado disso, tivemos várias outras conversas envolvendo os Senadores do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco, sobre o cronograma desses dois grandes eixos. E queria começar registrando que este rio, que era o rio da discórdia na Região Nordeste, entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estados doadores e os Estados receptores, hoje é o rio da integração regional. Nós tínhamos, até 2003, 2004, um embate político muito forte; embate envolvendo as comunidades, os Parlamentares, o Executivo, o Judiciário e os movimentos de igreja. Mas Luiz Inácio Lula da Silva, com a sua habilidade, conseguiu atender às demandas justas dos Estados doadores da Bahia, de Sergipe, de Alagoas, de Minas Gerais e também aos interesses legítimos e necessários da região do Nordeste Setentrional, que beneficia 12 milhões de pessoas.

Na minha igreja, a Igreja Católica, havia discórdia entre os Estados doadores e os Estados receptores. Chegamos ao ponto de um dos nossos bispos fazer 29 dias de greve para que a integração não acontecesse. Mas, felizmente, a nossa igreja da região receptora do Nordeste Setentrional compreendeu isso, e hoje apaziguamos as nossas comunidades e estamos em outro nível de debate.

Em relação aos dois eixos – o Eixo Norte e o Eixo Leste –, foi construído um cronograma para que eles andassem juntos, ou seja, em fevereiro de 2017, as águas chegariam a Paraíba e também ao Estado do Ceará. No cronograma do Eixo Leste, como V. Sª já expôs, não houve nenhum impasse, e, efetivamente, o que foi planejado aconteceu em fevereiro de 2017. Lamentavelmente, em junho de 2016, a empresa Mendes Júnior, que tratava do trecho 1 do nosso eixo, o Eixo Norte, resolveu abandonar a obra, e, a partir dali, iniciou-se outro calendário para que se pudesse licitá-la e viabilizá-la.

Eu estive, no mês passado, com V. Sª, que apresentava todo o calendário de homologação dessa licitação. O meu pedido seria que V. Sª pudesse, mais uma vez, detalhar aqui como está o processo de licitação do trecho 1 do Eixo Norte.

A segunda questão que eu quero abordar é a taxa de juros do Fundo Constitucional do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Historicamente, Ministro, nós temos uma insegurança muito grande, porque fica a critério do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central essa oscilação da taxa de juros, sem nenhum critério objetivo para que possam fixá-la. Nós chegamos ao ponto, em 2016, de essa taxa de juros ser maior do que a taxa de juros praticada no mercado. Foi isso que levou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... o FNE a deixar de aplicar um 1,5 bilhão, em 2016, na Região Nordeste e nas outras duas regiões – algo em torno de R$3 bilhões. Por conta disso, esta Casa aprovou, numa medida provisória, uma regra objetiva de fixação da taxa de juros, que tem como teto a taxa de juros praticada pelo BNDES, levando em consideração as desigualdades e delegando, como V. Sª faz, as sugestões, para que o Conselho Monetário Nacional possa aprová-las. Nós entendemos que, se não houver pressão das nossas Bancadas apoiando as suas iniciativas, dificilmente a Fazenda vai atender ao que é justo, como essa taxa agora apresentada.

Por isso, nós deveríamos, todos os Senadores da Região Nordeste, da Região Norte e da Região Centro-Oeste, elaborar, com a coordenação da nossa Comissão, um manifesto ao Ministro da Fazenda, pedir uma audiência ou convidá-lo para vir aqui para entregarmos essa manifestação, porque não é justo, particularmente no caso da nossa região, que está saindo de uma seca de cinco anos, em que tivemos que parar toda a nossa economia, haver uma prática de juros maior do que aquela que se pratica nas regiões mais produtivas do Brasil.

Por isso, Srª Presidente, Fátima Bezerra, eu deixo a sugestão de que, com a coordenação de V. Sª, nós possamos elaborar esse documento, a partir da lei aprovada no Senado Federal e na Câmara e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sancionada pelo Senhor Presidente da República e que traz esses fundamentos, com a sugestão do Ministério da Integração Nacional sobre a taxa de juros, e que possamos levar isso diretamente ao Ministério da Fazenda, porque é lá que as coisas terminam sendo definidas, com todo o apoio do nosso Ministro Helder Barbalho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador José Pimentel, sugestão já acatada. Vou pedir, inclusive, à assessoria que entre em contato com a assessoria de V. Exª para que nós comecemos a trabalhar esse manifesto. Na ocasião em que entregarmos em mão esse manifesto ao próprio Ministro da Fazenda, que já tenhamos também uma data definida de continuidade do debate aqui, na nossa Comissão de Desenvolvimento Regional.

Nós vamos passar a palavra agora ao Deputado e ex-Senador Marcondes Gadelha e, em seguida, ao Deputado Fernando Mineiro e à representação das nossas universidades.

Ministro, vamos ouvir agora as demais representações, para que possamos devolver a palavra a V. Exª e concluir os trabalhos da presente audiência pública.

Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA – Ministro Helder Barbalho, eu quero me juntar ao coro de admiração, de respeito e de gratidão pela sua ação, pelas suas iniciativas.

Quero dizer que me comove, de uma forma muito especial, o fato de V. Exª, tendo saído de uma região que se caracteriza exatamente pela profusão das águas, pela superabundância de rios, de córregos, de igarapés, ter a sensibilidade de perceber exatamente o outro lado da moeda, a penúria, a escassez de água e abraçar essa causa com toda a determinação, com toda a força e com conhecimento de causa.

O nosso Nordeste Setentrional, ao reverso da sua região, tem apenas 3% das águas deste País. Receba também o preito de gratidão, de reconhecimento e de admiração pelo seu trabalho.

Ministro, eu queria, brevemente, reforçar aqui a posição do Senador Cássio Cunha Lima em relação à necessidade da construção do Ramal do Piancó, que vai servir à Barragem de Coremas, lá na Paraíba. E me permita ser enfático, Ministro: o fato de a Barragem de Coremas não estar incluída no projeto descaracteriza, desnatura conceitualmente a transposição de águas do Rio São Francisco, porque a transposição de águas do Rio São Francisco, conceitualmente, é um sistema de manejo integrado de barragens. O papel das barragens é fundamental, é fulcral nessa história toda. E até me parece que o DNOCS estava adivinhando que um dia haveria transposição quando construiu as grandes barragens do Nordeste. Sem essas barragens, o sistema ficaria manco e não funcionaria adequadamente. Nós teríamos uma dificuldade muito grande de implementar esse projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, se não tivéssemos essas barragens.

Ora, acontece que a Barragem de Coremas é de longe a maior barragem da Paraíba, respondendo por quase 50% de todo o estoque hídrico do Estado. Somando todas as outras barragens, dá um volume parecido com o de Coremas. E seria inaceitável que um projeto que é de integração de barragens, de manejo integrado de barragens não incluísse a maior barragem do Estado da Paraíba, que, além de servir a Paraíba, uma região enorme dentro da Paraíba, serve ainda o Rio Grande do Norte, porque o Rio Piancó se encontra com o Rio Piranhas, que vai para a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves lá em Açu. Então, essa barragem é de uma importância estratégica imensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas não é só essa questão, Ministro. É que incluirmos o maior número de barragens e de grandes barragens, de preferência, no sistema dá mais funcionalidade e eficácia ao uso das águas. V. Exª há de convir comigo que, no estabelecimento das vazões dos dois eixos, de uma forma especial do Eixo Norte, a atitude do Governo foi de extrema parcimônia. Nós temos apenas 16 metros cúbicos por segundo de água para servir a quatro Estados: Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Vamos convir que essa vazão é extremamente pequena, com um equilíbrio muito delicado entre oferta e demanda de água.

Para V. Exª ter uma ideia, o projeto original de transposição do Ministro Mário Andreazza contemplava uma vazão de transporte de 300 metros cúbicos por segundo. Hoje, a vazão contínua do Eixo Norte vai ser de 16 metros cúbicos por segundo – 99, quando Sobradinho estiver vertendo –, o que é uma vazão muito pequena.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Aí, é preciso levar às últimas consequências esse conceito de manejo integrado de barragem. Por quê? Porque nós podemos ter, em cima dessa situação de escassez, de penúria e dessa oferta tão pequena que vem pelo Eixo Norte, ganho adicional de água, utilizando dois princípios fundamentais e irrecorríveis: o primeiro é a complementariedade dos ciclos hidrológicos da Bacia do São Francisco com o Nordeste Setentrional. Quando chove no Rio São Francisco, é quando nós estamos na seca, com a maior escassez no Nordeste Setentrional, e vice-versa. Quando o Rio São Francisco está com as suas vazões menores, é quando nós temos chuva, porque, bem ou mal, ainda chove na nossa região, e isso tudo converge para o ponto fulcral dessa história toda que é a utilização do conceito de sinergia hídrica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Quanto mais barragens nós tivermos, mais ganharemos por não perdermos por evaporação. Então, essa Barragem de Coremas, sendo a maior do Nordeste, nos permitirá um ganho adicional daquela água que, de alguma forma, se perderia por evaporação. Mas, estando integrada a barragem no sistema, nós teremos um ganho adicional. E isso não é uma coisa de pequena monta, Sr. Ministro, porque essa quantidade de água vai soltar uma grande parte já em Entremontes, Pernambuco, e vai ter de servir ao Ceará, ao Rio Grande do Norte e à Paraíba, incluindo, mais adiante, o Ramal do Apodi. Então, vamos ter de levar às últimas consequências, aos detalhes, às minúcias, ao extremo zelo o aproveitamento dessas barragens.

Quero reforçar esse apelo do Senador Cássio e pedir a V. Exª para encurtar o caminho burocrático até nós chegarmos ao projeto executivo. Com todo o respeito ao papel do Banco Mundial, que financiou os primeiros estudos de transposição no Brasil, eu indago a V. Exª se não seria possível ou se temos, necessariamente, de aguardar esse trabalho de consultoria do Banco Mundial para iniciarmos a elaboração do projeto executivo. E aí podemos acelerar os passos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC - PB) – Insisto neste ponto: há uma expectativa muito forte lá na Paraíba em torno dessa questão da Barragem de Coremas. E digo a V. Exª que, sem ela, o projeto fica desnaturado do ponto de vista conceitual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradecemos a colaboração e a participação do ex-Senador e ex-Deputado Marcondes Gadelha, ao tempo em que fazemos um apelo aos demais oradores e oradoras, enfim, aos convidados que vão participar ainda do nosso debate que, a exemplo do apelo que fiz aos Parlamentares para a observância do tempo, igualmente renovo para os nossos convidados e convidadas em função do horário.

Senador Valadares, V. Exª vai ter de sair agora em função da reunião da Mesa. Eu queria, antes que V. Exª saísse, adiantar que um dos encaminhamentos desta presente audiência pública vai ser a criação de um grupo parlamentar. E por que quero dizer isso na presença de V. Exª? Porque a ideia inicial do Senador Humberto foi uma subcomissão. V. Exª ponderou e sugeriu que nós criássemos um grupo parlamentar. Quero dizer a V. Exª que esse grupo parlamentar está criado.

Será um grupo parlamentar para acompanhar as obras do São Francisco como um todo, tanto as obras físicas quanto as obras sociais, onde está incluído, sem dúvida nenhuma, um tema extremamente importante que será objeto da próxima audiência pública que é a questão da revitalização. O Ministro já adiantou que vai deixar para falar do projeto Novo São Francisco quando da realização dessa audiência pública, proposição da Senadora Lídice.

Então, eu quero só dizer, aproveitando a chegada do Senador Humberto, que nós estamos acolhendo a ideia do Senador Humberto desta subcomissão sob a forma de um grupo parlamentar. Inclusive, eu acho que o Senador Humberto e o Senadores Valadares, com a aquiescência dos demais pares, poderiam coordenar esse trabalho em que vamos integrar a esse grupo parlamentar representação de outras instâncias dos Legislativos estaduais, Guilherme, e de instituições da sociedade civil. De uma forma bem objetiva, para que serve esse grupo? Não é um grupo a mais, não, é para trabalhar. Para que serve ele? É para que, em conjunto com a coordenação da Comissão de Desenvolvimento Regional, nós possamos exercer aquilo que é prerrogativa nossa, que é o nossa função fiscalizadora, a função mobilizadora, Senador Valadares, e já sairmos daqui com um calendário de realização de audiências públicas nos Estados. Inclusive, o Ministro já acolheu a nossa sugestão. Nós queremos, no segundo semestre, percorrer todo o Nordeste com a realização das audiências públicas, para que possamos, repito, exercer o nosso papel de acompanhamento.

Eu perguntaria ao Senador Humberto se poderíamos ouvir o Deputado Fernando Mineiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Humberto, por favor, V. Exª com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos esperar o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos esperar.

Nós vamos ouvir o Senador Humberto. Em seguida, nós temos o Deputado Fernando Mineiro e D. Antônio e vamos ouvir a nossa Reitora da UFRN, o Reitor do IFRN... Eu perguntaria se mais...

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vai. Eu vou ouvir agora os demais para encerrar, Senador Armando. Nós vamos agora pedir brevidade, ouvir todo mundo e passar a palavra ao Ministro para ele responder.

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inicialmente, bom dia a todos os Senadores e as Senadoras, Srª Presidenta!

Sr. Ministro, bom dia, um prazer recebê-lo aqui! V. Exª sempre é uma pessoa muito distinta, muito atenta e muito acessível.

Eu gostaria de tratar com V. Exª sobre algo que é motivo de preocupação para todos nós: onde nós vamos poder estabelecer a universalidade ou não do acesso, a democratização do acesso e também dos custos. Eu gostaria de saber qual o desenho que está sendo pensado por V. Exª, na condição de Ministro da Integração Nacional, para o processo de gestão do uso dessas águas: se isso vai caber a alguma instituição do Governo Federal, se isso vai ser feito em conjunto com os governos estaduais, se alguma empresa será criada para tal, se a própria Codevasf vai assumir essa responsabilidade, a maneira como V. Exª pensa essa gestão.

Eu o agradeço. Eu não sei se alguém já fez essa pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pergunta extremamente pertinente, Senador Humberto.

O Deputado Estadual Fernando Mineiro, representando aqui a Assembleia Legislativa, representando aqui a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. E acho que Mineiro vai falar também em nome da Paraíba.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Nós fizemos uma aliança da Paraíba e do Rio Grande do Norte, uma nova Confederação do Equador ali.

Eu quero cumprimentá-la, Senadora Fátima, agradecê-la pelo convite e parabenizá-la pela iniciativa. Eu acho que a participação plural nesta audiência diz bem do sucesso desta audiência e da objetividade do debate.

Eu serei bem breve. No Dia Mundial da Água, no dia 22 de março, nós realizamos na Assembleia do Rio Grande do Norte uma reunião de trabalho em que elaboramos, Ministro, a Carta de Natal, assinada pelos Parlamentares da Paraíba e do Rio Grande do Norte, pelos representantes da Igreja Católica e também pelo Governo do Estado. Aqui estamos eu e o Deputado Gustavo Fernandes, do Rio Grande do Norte, representando a Assembleia; estão aqui também os Deputados Jeová Campos, Renato Gadelha e Guilherme Almeida, representando a Paraíba.

Dentro do que foi dito, eu gostaria só de levantar dois detalhes, Ministro, sobre as questões que foram apresentadas, porque até o documento que nós vamos entregar ao senhor aqui, a Carta de Natal, contempla os quatro pontos que o senhor já falou aí. Primeiro, é a questão da licitação; depois, são três pontos bem objetivos.

O primeiro deles é a questão do canal que leva da Barra de Cajazeiras para Engenheiro Ávidos. Quando o senhor apresentou o quadro do Eixo Norte, está lá escrito: "Definindo projetos de Cajazeiras para Ávidos." A questão é que existe um debate de que se faria um canal ou o desassoreamento do rio, porque, se não chegar a Engenheiro Ávidos, não terá como beneficiar uma parte da Paraíba e não chegará ao Açu-Piranhas. Então, eu gostaria de saber desse detalhe. Qual é a solução para isso? Há um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

custo. Na verdade, ele não estava incluído no projeto mais geral. Então, para nós, é fundamental saber disso.

A segunda questão, que está no nosso documento também, é sobre o Ramal Apodi. Nos estudos, o Ramal Apodi vai até o Açude Angicos, na região de José da Penha. Para que se chegue à Barragem de Santa Cruz, para abastecer e perenizar o Rio Apodi-Mossoró, há mais um espaço aí de 40km. Então, a minha questão é: no detalhe, no projeto executivo, o senhor sabe informar se está contemplado até chegar à Barragem de Santa Cruz? Inclusive, há um debate de se fazer a transformação de uma adutora ou de um túnel que passa ali, que está previsto. Então, há esse debate.

A terceira questão, que o Deputado Gadelha já apresentou aqui e que o Renato tem falado, é sobre o Coremas. Existiria possibilidade de antecipar? O Ramal Apodi já está em projeto executivo, sendo concluído, mas nem o projeto executivo do Piancó há elaborado. Então, a questão: existe possibilidade de antecipar? Eu quero reforçar isso.

Esses três pontos constam da nossa carta, e gostaríamos de entregar, em nome da Assembleia do Rio Grande do Norte, da Assembleia da Paraíba e da Diocese, ao senhor, para poder dialogar.

Eu gostaria de sugerir a esse grupo de trabalho, Fátima – porque há implicações específicas em cada Estado –, que se façam subgrupos para trabalhar nos Estados. E o Rio Grande do Norte tem que prestar atenção a esses dois detalhes: o detalhe para Caiçara e Ávidos, porque, senão, não chega ao Piranhas-Açu; e o detalhe se vai até Angicos e José da Penha ou se vai até Santa Cruz, porque há influência no desenrolar do projeto como um todo. É isso.

Muito obrigado.

Parabéns, mais uma vez, Senadora Fátima!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Deputado Fernando Mineiro, mais uma vez...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor, entregue bem rapidinho o documento aqui.

Seguimos imediatamente com mais três inscritos que nós temos.

Queremos passar a palavra agora à Profª Ângela, nossa Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A SRª ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ – Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar a Presidente desta comissão, a Senadora Fátima Bezerra, e a nossa Vice-Presidente, a Senadora Lídice. E em nome delas, eu quero cumprimentar todos os Senadores, todos os Parlamentares aqui representados, do Estado do Rio Grande do Norte, da Paraíba e também dos outros Estados, como vimos aqui. É a grande reunião da integração nacional.

Quero cumprimentar cordialmente o Exmo Sr. Ministro de Estado Helder Barbalho, os colegas aqui e nosso colega Reitor Wyllys, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

Nós aqui estamos representando as instituições de ensino e pesquisa, certamente não só do Rio Grande do Norte, mas dos outros Estados do Nordeste.

Cumprimento D. Jaime e, em seu nome, toda a representação da Igreja. Cumprimento os Parlamentares aqui presentes e as instituições também presentes nesta brilhante reunião, pela qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

eu parabenizo a Comissão de Desenvolvimento Regional e elogio a disposição para discutir esse tema, que, meu caro Ministro, penso que precisamos estar com essa pauta renovada.

E nós estamos aqui, como instituição de ensino superior, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico, mostrando a nossa disposição na construção das soluções para o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Todos sabem que as universidades e os institutos no Brasil têm dado uma importante contribuição à geração de conhecimento de tecnologia no sentido estrito e, no sentido social, tem vindo originariamente e majoritariamente dessas instituições, principalmente as instituições públicas – as federais, as estaduais e algumas municipais.

Eu poderia demorar um pouco aqui enumerando diversas contribuições, inclusive para o debate sobre a transposição do São Francisco, mas convergimos e divergimos, construímos soluções e fico até feliz de lembrar aqui, pela lembrança do Senador de que a Igreja também divergiu no Brasil, inclusive sobre a transposição do São Francisco. É na divergência e na convergência que nós construímos o futuro do nosso Brasil.

Então, eu quero aqui reiterar, Senadora Fátima, Ministro Helder Barbalho, essa contribuição que as universidades vêm dando para o desenvolvimento econômico e social do País. Eu poderia, como eu disse, enumerar diversos, milhares de projetos com os quais contribuímos, mas só para falar do Rio Grande do Norte eu cito um exemplo, que certamente resultará, para o Rio Grande do Norte, uma grande diferença no futuro.

Falo aqui, por exemplo, de 86 planos de saneamento básico que estão sendo realizados com a ajuda, com a parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte bem como das outras instituições de ensino, para que, em um futuro bem breve, 86 Municípios do nosso Estado tenham o seu saneamento básico implementado e executado, com assessoria técnica, científica e tecnológica das nossas universidades.

Nós temos lá um fórum de reitores das instituições públicas e nós queremos aqui, como presidente desse fórum, juntamente com o Reitor Wyllys, reiterar o nosso apoio para os projetos futuros de desenvolvimento via Ministério da Integração e também aqui das Comissões do Senado. E nos propomos a nos somar a esse grupo Natal-Nordeste-Brasil para um futuro mais seguro e mais sustentável.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada, Profª Ângela.

Nós queremos rapidamente agora passar para o Prof. Wyllys, que é o reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte, o nosso IFRN.

Com a palavra.

O SR. WYLLYS FARKATT TABOSA – Bom dia a todos.

Rapidamente, quero saudar a Senadora Fátima Bezerra e agradecer o convite para participação desta solenidade, desta audiência. Saudar a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente e saudar o Ministro Helder Barbalho, ao qual já parabenizo pela forma didática, aqui já dita, da sua exploração.

Talvez a minha fala aqui, Sr. Ministro, Srª Senadora e Srs. Senadores e Parlamentares, seja um pouco destoante da proposta, mas eu quero ser bem objetivo. Em números, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte hoje é uma instituição que está com 21 *campi*, 131 cursos de formação inicial e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

continuada, em dezessete Municípios, com abrangência de todos os Municípios. Nós temos estudantes de todos os Municípios do Rio Grande do Norte.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte hoje tem 3 mil servidores e 34 mil estudantes. A rede federal hoje tem mais de um milhão de matrículas. O que isso tem a ver com a transposição do Rio São Francisco? Esse instituto, que recentemente participou de uma conferência, na verdade, um prêmio no México, foi premiado em primeiro e terceiro lugares em Infomatrix com ações, com projetos nos *campi* da Zona Norte e no Campo Santa Cruz.

Esse instituto hoje participa, Ministro, com tudo isso que a gente está falando – para ser bem breve, já que o tempo está acabando –, mas está ameaçado de sofrer uma redução nos seus investimentos. O instituto participa desde 2012 do Programa Esplanada Sustentável, que deve ser de conhecimento de V. Exª. Tem feito todo o dever de casa no seu custeio, nos seus contratos e principalmente na economia de recursos naturais.

Hoje é um instituto que vai ter, até o final do ano, todos os seus 21 *campi* com uma usina fotovoltaica, que representará 2,1MW de pico por mês de geração fotovoltaica de energia. Isso dá 30% do consumo da nossa instituição. E tem feito também na área água, tanto na rede de coleta de água de chuva como também no tratamento de efluentes para reúso da água, porque é uma instituição tecnológica.

No entanto, isso tudo está ameaçado, Sr. Ministro, Srs. Deputados, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, pelo contingenciamento dos nossos orçamentos. Para se ter uma ideia, nós do Instituto Federal do Rio Grande tivemos uma redução orçamentária de 26% de 2016 a 2017, um quarto do seu orçamento. Aliado a isso, hoje só está chegando de orçamento um dezoito avos, o que representa uma redução de 30%. Isso é insustentável para qualquer gestão pública, sem contar que investimento é praticamente zero.

Então, nós queremos, Sr. Ministro, fazer um apelo a V. Exª para conversar com o Ministro da Educação, o Sr. Ministro Mendonça Filho, que é lá do Estado de Pernambuco, que retire essas instituições federais de ensino superior desse contingenciamento, porque nós não vamos sobreviver. Para que possamos continuar investindo em coleta de água pluvial, em estações de tratamento de efluentes para reúso de água, para que possamos, dessa gota d'água no oceano, dessa gota d'água na transposição do São Francisco, poder beneficiar a todos esses estudantes. Da nossa Pau dos Ferros estava aqui o Prefeito Leonardo Rêgo, que só está sobrevivendo hoje com água por conta da Barragem Santa Cruz do Apodi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WYLLYS FARKATT TABOSA – Então, eu faço o apelo a V. Exª, assim como eu faço o apelo a todos os Parlamentares da Bancada do Rio Grande do Norte e da Bancada federal do Nordeste brasileiro. Da nossa Bahia, Senadora Lídice, do Instituto Federal baiano, Instituto Federal da Bahia, no nosso Instituto Federal do Sertão Pernambucano e de Pernambuco, e dos demais Institutos Federais de Sergipe e dos demais Estados.

É um apelo que eu faço, em nome dos meus colegas reitores, que hoje estão reunidos lá, na reunião do Conif.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade à Senadora Fátima Bezerra por poder aqui me expressar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu agradeço o Prof. Wyllys.

Antes de passar a palavra para o representante do Governo do Estado e Dom Antônio fechar, dando as bênçãos de conclusão dos nossos trabalhos, só muito rapidamente, mais uma vez agradeço, Profª Ângela, tanto a sua presença como a de Wyllys, porque elas têm um simbolismo para nós muito importante, é a presença da universidade. A universidade e o IFRN são instituições estratégicas, parceiras da promoção do desenvolvimento econômico e social do nosso Estado e de todo o Nordeste. Digo inclusive, acrescento aqui que, desde já, as universidades e o instituto, tanto do Rio Grande do Norte como dos demais Estados, já estão convidados para integrar esse grupo parlamentar, pelo quanto de contribuição as instituições no campo da educação têm a dar, como vêm dando, no tema do desenvolvimento nacional e no tema do desenvolvimento regional.

Com relação ao que você coloca aqui, Prof. Wyllys, da preocupação não só do IFRN, mas da rede de educação profissional e tecnológica em todo o País, assim como também da rede de ensino superior público em todo o País, com o contingenciamento – afinal de contas, passamos recentemente por uma PEC que congela os gastos pelos próximos 20 anos –, ou seja, sobre a preocupação no que diz respeito ao plano, à continuidade, Senador Humberto, do Plano de Expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, bem como do ensino superior, quero só dizer a vocês que isso será objeto de uma audiência pública. Nós já apresentamos um requerimento, e vocês serão convidados, bem como outras representações e o próprio MEC. Nesta Comissão de Desenvolvimento Regional, através de iniciativa nossa e da nossa Vice-Presidente, já apresentamos um requerimento para focar o debate...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... no Brasil e a questão do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica e do ensino superior.

Nós vamos passar agora para o Governo do Estado e para a Igreja, para encerrar e devolver a palavra ao Ministro, Senador Armando, pedindo a sua compreensão, porque, enfim, é muito importante a presença da sociedade civil.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – É o tempo do Ministro, Senadora, porque, de resto, nós estamos fazendo...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos passar agora...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – ...considerações que são pertinentes.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo. Eu estou dando esclarecimentos, permita-me. É isso mesmo. Esta é uma audiência tão importante que, quanto mais tempo tivermos aqui, melhor para o Nordeste e melhor para o Brasil

Passo, imediatamente, a palavra ao representante do Governo do Estado; em seguida à Igreja, e, imediatamente, Senador Armando, nós devolveremos a palavra ao Ministro para responder as indagações dos senhores e senhoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA – Sou, eu? Então, bom dia! Bom dia a todos! Queria parabenizar a Senadora Fátima pela reunião de hoje, pela audiência; cumprimentar a Senadora Lídice e o nosso Ministro Helder Barbalho, aliás, não somente o Ministro, mas também agora um parceiro bastante importante nas obras de infraestrutura que são necessárias para que cheguemos à segurança hídrica no Rio Grande do Norte.

Queria cumprimentar aqui os bispos D. Antônio, D. Jaime e D. Mariano, os Senadores do Estado que estão presentes e as demais autoridades já nomeadas.

Eu queria ser bem rápido. A primeira questão é quando falamos em Eixo Norte. Condicionou-se sempre a colocarmos o Ramal do Apodi como uma obra complementar, uma obra outra que não fizesse parte do Eixo Norte. É bom voltar ao ponto original do nosso projeto da transposição do São Francisco como sendo o Ramal do Apodi uma espécie de Meta 4, digamos, uma Meta 4N. O Eixo Norte só estará concluído quando o Ramal do Apodi também estiver concluído. Essa é uma questão que eu gostaria de que voltasse às nossas conversas nos discursos que fazemos a respeito da transposição do São Francisco.

Agora, eu vi que poucas pessoas falaram aqui – acho que especialmente o Senador Humberto Costa falou – a respeito das questões relacionadas à gestão. Ministro, até o ano passado, em agosto, havia um grupo de trabalho interministerial que estava debruçado em discutir essas questões relacionadas à gestão. Queria até ser solidário a todos os que o parabenizaram pela agilidade que tem dado à execução e às obras da transposição do São Francisco. De fato, conseguimos perceber essa maior agilidade, essa maior rapidez com que as obras estão hoje sendo executadas.

Gostaria de que hoje focássemos um pouco mais, já que as obras estão já, conforme a sua excelente apresentação, bem encaminhadas, na questão da gestão. A questão da gestão hoje é um grande problema que precisa ser discutido. Por exemplo, a questão de competências entre gestões de rios estaduais em que as águas federais do São Francisco passarão. Digo isso especialmente com relação ao Rio Piranhas, entre Ávidos e o portal de entrada no Rio Grande do Norte, que é lá, no Município de Jardim de Piranhas.

Uma outra questão que eu gostaria de colocar é como andam os projetos de recuperação das barragens. Sabemos que várias barragens vão sofrer agora processo de recuperação. Como andam esses projetos? Em que nível que andam? Não vi isso na sua exposição em nenhum momento – talvez tenha perdido quando o senhor possivelmente tenha falado a respeito desses projetos.

E a outra questão – a última, prometo – é com relação aos portais de medição dessas águas do São Francisco. Como estão sendo planejados? Nós temos aí um decreto de 2006 e uma resolução da Agência Nacional de Águas, em que os locais onde esses portais serão implementados já estão definidos. A questão é como que será medida essa água.

Daí a importância, Sr. Ministro, de nós retomarmos as reuniões do Conselho Gestor do PISF, que também estão paralisadas desde o ano passado.

Eu agradeço a oportunidade.

Bom dia a todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pedimos que contribuam com o silêncio para a conclusão. Por favor, pedimos a colaboração para concluirmos aqui os nossos trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passamos agora a palavra a D. Antônio, Arcebispo de Caicó. E imediatamente, devolveremos a palavra ao Ministro para as respostas e a conclusão da nossa audiência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CRUZ SANTOS – Quero fazer dois apelos e, ao mesmo tempo, um pedido, o que termina sendo quase a mesma coisa.

Primeiro, nesses três anos em que estou no sertão, sou carioca, mas sou filho de alagoanos, de Penedo, surpreendeu-me o sertão que eu encontrei. Temos que reconhecer que o Nordeste nos últimos anos melhorou. Com esses cinco anos de seca, se não tivéssemos projetos como Um Milhão de Cisternas, nós estaríamos numa situação muito difícil.

Em 2014 e 2015, através do Seapac, eu participei de muitas inaugurações de cisternas. E, no ano passado, nós sentimos que houve uma grande queda. E não sei como está esse ano. Então, um apelo: que a gente continue esse projeto, porque a gente não sabe quando é que a gente vai acabar com essa crise hídrica.

O segundo apelo vai na linha daquilo que a Senadora Lídice da Mata já disse sobre a revitalização do Rio São Francisco. O ano retrasado, na nossa Diocese, no Dia Mundial de Desertificação, nós estivemos com D. Mauro Morelli, que tem sido um batalhador por isso, sobretudo pensando na nascente do São Francisco, lá na Serra da Canastra. E a gente fica com essa preocupação: se a gente não cuidar da revitalização do São Francisco, pode ser que a transposição seja muita energia, e a gente vá colher poucos frutos.

E, por fim, sobre a Barragem de Oiticica, porque está dentro da minha Diocese, a gente sente a dor e o sofrimento daquele povo da Barra de Santana. É um sonho de mais de sessenta anos daquele povo. Assim como a transposição do São Francisco é um sonho do Império, a Barragem de Oiticica é um sonho de mais de sessenta anos. E a gente sente muitas vezes o povo desanimado, porque são tantas promessas, tantas promessas. E eu digo para que a gente não mate o sonho desse povo. Nós estamos falando de vidas, de histórias.

E a pergunta que eu faço ao senhor, Ministro: estão garantidos os 45 milhões que estão planejados para este ano, mesmo com todo esse momento de corte de gastos? Há garantia desses 45 milhões para a Barragem de Oiticica?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigada, D. Antônio.

Passamos agora a palavra ao Ministro para responder às indagações dos Senadores e dos demais representantes da sociedade civil.

O SR. HELDER BARBALHO – Eu creio que desta terceira rodada, iniciando com o Senador Valadares, a respeito do Canal do Xingó, nós de fato já fizemos a construção junto com a Codevasf para iniciar o projeto executivo nos próximos meses. E temos a expectativa de, tendo isso na nossa carteira, trabalharmos conjuntamente com a Bancada de Sergipe e também dos Estados adjacentes, no sentido de viabilizar para que esse braço de transposição também possa beneficiar o Estado de Sergipe.

O Senador Agripino se reportou ao Ramal do Apodi. E não apenas ele. Inclusive quero festejar a iniciativa do Senador Agripino, da Senadora Fátima, do Senador Garibaldi e de toda a Bancada do Rio Grande do Norte, que sinalizam com a perspectiva de viabilizar emendas.

De fato, da mesma forma se faz necessário que a estratégia seja de diálogo e construção no Ramal do Xingó com Sergipe, no Ramal do Apodi com o Rio Grande do Norte e no Ramal do Piancó

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

com a Paraíba, porque são três obras estruturantes dentro dessa composição de funcionalidades da transposição do São Francisco.

Com relação ao Ramal do Apodi, abordou esse tema o Senador Agripino e também o fez o Deputado Estadual Fernando, representando não apenas a Assembleia Legislativa da Paraíba, como também a do Rio Grande do Norte.

É importante registrar que no projeto que está sendo concebido – e no prazo de dois meses deveremos ter informações conclusas – deve-se preservar a estratégia do túnel que está sendo pensado. Portanto, já respondendo a essa posição.

Com relação à viabilização orçamentária e financeira, nós teremos que construí-la para o exercício muito provavelmente de 2018, até porque em 2017 não há qualquer emenda prevista no Orçamento para a execução do Ramal do Apodi. Então o nosso dever de casa será concluir o projeto executivo, apresentá-lo aos atores interessados, debater e discutir eventuais ajustes que entenderem e preparar para que no Orçamento de 2018 possamos estartar o processo de construção do Ramal do Apodi, que também foi abordado pelo Secretário Mairton.

Eu diria até, meu caro Mairton, que, quando você cita que o Ramal do Apodi é o trecho 4, eu iria mais adiante. Acho que na transposição existem dois eixos centrais, duas artérias alimentadoras e um conjunto de artérias receptoras que serão continuamente agregadas no sentido de viabilizar a funcionalidade. Inclusive isso reforça ainda mais, no momento em que se decide que o São Francisco é o grande rio da integração nacional e, de maneira muito específica, regional, a necessidade de cuidarmos da sua revitalização o quanto antes. Já estamos absolutamente atrasados. Deveríamos ter feito a revitalização antes de iniciar a transposição. Perdemos esse momento. Subsequente a isso, não foi feito durante as obras da transposição, mas não temos que ficar em estado catatônico, a constatar e não reagir. Então nós temos que agir no sentido de garantir a revitalização para que se assegure o objetivo central desse projeto, que é garantir, para a bacia e para as demais regiões, o benefício efetivo das águas da transposição.

Prosseguindo. Voltando aos demais Senadores, agradeço as palavras do Senador Ataídes.

Senador Moka, já vou levar o assunto da emenda da estrada da região de fronteira do Mato Grosso do Sul.

Com relação à abordagem feita pelo Senador Armando, quero dizer, Senador Armando, que, de fato, nós vamos ter que construir conjuntamente a solução financeira para as duas grandes e importantes obras, Senador Humberto, do Estado de Pernambuco: o Ramal do Agreste e a Adutora.

Nós tínhamos um planejamento, que era trabalhar, em paralelo, a continuidade da Adutora, executada pelo Governo do Estado, e o Ramal do Agreste, sendo executado por nós. Nesse sentido, nós fizemos algumas tratativas orçamentárias com o Planejamento e estamos aguardando uma resposta do Ministério do Planejamento no que diz respeito à suplementação dessas ações. O que já está posto neste momento é a solicitação da Bancada de que uma emenda de R$160 milhões, que estava destinada e aprovada no orçamento de 2017 para o Ramal do Agreste, que a mesma pudesse ser transferida para a Adutora do Agreste.

Eu não sou daqueles que imaginam que o Poder Executivo tenha o direito ou a autoridade de interferir numa deliberação que é do Parlamento. E, desta feita, respeitando a decisão da Bancada, nós acolhemos e fizemos a comunicação, no prazo devido, fazendo a transferência da decisão da Bancada, que a princípio era para o Ramal do Agreste para a Adutora do Agreste. Isso transmite para a Adutora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Agreste uma segurança bastante considerável do avanço das obras. Hoje nós não temos qualquer passivo com o Governo do Estado nessa transferência de recurso, mas claro que isso dá uma certeza, uma segurança de um avanço e uma funcionalidade ainda maior com relação à Adutora do Agreste, que já tinha uma dotação de R$81 milhões e agora tem mais R$160 milhões. Então, estamos falando num horizonte de segurança, sem falar nas ações de suplementação de mais de 240 milhões assegurados para a Adutora do Agreste.

Com relação ao ramal, nós demos a ordem de serviço do projeto executivo e de obra – uma coisa conjunta. O projeto executivo já está pronto –, mas nós estamos aguardando o posicionamento, por parte do Ministério do Planejamento, com a retirada da emenda, para efetivamente sabermos qual é o cenário final do Ramal do Agreste para o ano de 2017. Essa é a realidade efetiva das duas grandes, importantes e estruturantes obras do Estado de Pernambuco.

Ao Senador Pimentel – eu já havia dito anteriormente, mas faço questão de repetir –, sobre a licitação do Eixo Norte, a previsão é de que estejamos, até o final desta semana, na fase de conclusão, Senador Wellington, no sentido de podermos ou referendar a decisão inicial da Comissão de Licitação, que habilitou a terceira colocada, ou desabilitar.

Essa é uma decisão que deve ser tomada nas próximas horas, muito provavelmente ainda esta semana. A partir dessa tomada de decisão, nós temos dois cenários. Se houver o cenário da habilitação, da concordância da habilitação, assinatura da ordem de serviço; se houver desabilitação, nós passaremos ao chamamento da quarta colocada, para fazer a verificação da apresentação de documentação, de acervos que estejam em concordância com o edital.

Com relação à taxa de juros, eu já me reportei a respeito desse assunto tanto com o Senador Pimentel quanto com o Senador Armando e com o Senador Caiado.

Sobre a Adutora do Piancó, citada aqui pelo Senador Cássio, pelo Senador Marcondes Gadelha, citada por outros representantes do Estado da Paraíba, eu tenho conversado com a Bancada da Paraíba, Senador Marcondes, a respeito do assunto. Inclusive, nós tivemos uma reunião com o Presidente da República e com toda a Bancada de Deputados Federais e Senadores da Paraíba, na qual foi colocado, por parte da representação congressual da Paraíba, a importância da Adutora do Piancó. Eu os informei do *status* atual. O *status* atual é: até outubro, nós estaremos recebendo o Eveteia, por parte do Banco Mundial, para contratação do projeto executivo. A partir daí, contratação do projeto executivo para a Adutora do Piancó.

A sua pergunta é: pode se antecipar isso? Eu cheguei a conversar com a Bancada, inclusive sugerindo que a Bancada pudesse se reportar ao Relator-Geral do Orçamento e ao Ministro do Planejamento, no sentido da possibilidade de rever, da mesma forma que a Bancada de Pernambuco fez a revisão e mudou a emenda de uma ação para outra, que possa fazer isso. Agora, nós não temos recurso do Ministério da Integração Nacional para antecipar esse projeto executivo; dependeria dessa composição com a Bancada para que isso possa ser antecipado. A nossa equipe está absolutamente sensível a isso, mas, no rito do que está planejado pelo Ministério da Integração, até seria um sombreamento de iniciativas – nós temos um contrato com o Banco Mundial, e o objeto desse contrato é a confecção do Eveteia. Eu precisaria comunicar ao Banco Mundial a retirada desse pleito para um novo objeto a ser contratado. Então, essa decisão precisa ser tomada pela Bancada, nesse sentido. Portanto, possibilidades existem, agora a composição precisa ser consorciada entre o Ministério e a Bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Humberto, muito oportuno o seu questionamento com relação à gestão da transposição. Nós temos que fazer uma narrativa, relatando um pouco a memória do que está combinado. O que está combinado é que, quando as obras estiverem prontas, o Ministério da Integração Nacional transfere o ativo para gestão da Codevasf. A Codevasf é o ente público que está com a responsabilidade de receber este ativo e, consequentemente, poder fazer a gestão das águas do São Francisco, em concomitância com os Estados da Paraíba, de Pernambuco, do Ceará e do Rio Grande do Norte.

O que estamos fazendo? Como a operação está em fase de comissionamento e de operação prévia, esta operação ainda está sendo feita pelo Ministério da Integração Nacional. Temos uma equipe que está responsável por isso, para garantir que haja funcionabilidade para que nós, ao momento em que estiver pronto, possamos transferir à Coodevasf.

Em paralelo a isso, fiz um expediente para o BNDES e fiz um expediente para a agora Secretaria de Governo, até então PPI, ao Ministro Moreira Franco, para que possa ser estudada pelo BNDES a viabilidade econômica de uma possível gestão privada. Portanto, está em fase absolutamente preliminar de estudo, por parte do BNDES. No momento em que o BNDES tiver o posicionamento e a resposta, isso será internalizado no Governo para uma posterior decisão neste sentido. O *status* atual é preservar a Codevasf ao momento em que ela receba este ativo, quando as obras estiverem prontas.

Qual é a *deadline* disso? Março de 2018. Março de 2018 é a *deadline* de estar o ativo completo, inclusive porque março de 2018 é o prazo que estamos discutindo em paralelo – inclusive já um pouco respondendo ao Mairton – neste processo de gestão inclusive o custeio desta operação, já que existe um termo assinado, lá em 2005, em que os quatro Estados que estão com suas cotas a serem entregues dentro do que a outorga da agência estabeleceu estarão começando a custear as águas e esta operação.

Espero ter respondido a V. Exª.

Voltando ao Deputado Fernando, já respondi com relação ao túnel do Apodi. Com relação a essa ligação Caiçara-Engenheiro Ávidos – ou Avidos, a nossa previsão é de que esse projeto deve estar pronto em julho de 2017. É um projeto simples, é uma intervenção pequena, e a nossa expectativa é de que, ao momento em que isso esteja pronto, nós consigamos viabilizar a execução, para que aumente...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São 6km.

O SR. HELDER BARBALHO – Exatamente. São 6km de intervenção, para que aumente inclusive a capacidade de funcionalidade do Eixo Norte.

Já respondi também com relação à antecipação.

Reitora Ângela, sobre saneamento. Esse é um processo extremamente importante. Agora é um processo que precisa envolver, no Governo Federal, o que é a Bacia do São Francisco com a Codevasf, o que são Municípios até 50 mil habitantes com a Funasa e acima de 50 mil habitantes com o Ministério das Cidades, para que efetivamente essa parceria com os Municípios e os Estados possam ampliar a cobertura de saneamento, e, claro, a participação da universidade é fundamental.

Inclusive, parabenizo a iniciativa da Funasa de fazer essa parceria com a Universidade do Rio Grande do Norte. No meu Estado, há a parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia. Tenho certeza de que com os demais Estados da Federação estas parcerias são importantes na confecção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desse plano, porque isso é um ativo que chega para as prefeituras, fundamental para que efetivamente se construa um novo patamar de cobertura de saneamento.

Professor Wyllys, eu levarei ao Ministro Mendonça. Essa não é uma área de atuação do Ministério da Integração, mas tenho certeza de que o Ministro Mendonça está sensível à construção do equilíbrio entre a condição financeira e as demandas apresentadas não apenas aos Institutos Federais, mas também a todas as instituições de ensino superior.

Mairton, eu já me reportei ao Apodi.

Nós vamos prosseguir as discussões com relação à gestão.

Com relação à recuperação das barragens, nós estamos fazendo a Barragem do Castanhão; Camalaú está em obras e Poções está em obras. Para Armando Ribeiro Gonçalves, a nossa previsão é de que neste momento as coisas comecem a acontecer; estamos no estágio inicial. Coremas/Mãe D'água também está em fase inicial. Armando Ribeiro Gonçalves no Rio Grande do Norte; Coremas/Mãe D'água na Paraíba. Na Paraíba também São Gonçalo está em fase inicial; há o Castanhão no Ceará e o Epitácio Pessoa. Todas essas obras não são de execução do Ministério da Integração, mas do DNOCS, que tem essa responsabilidade.

Há 24 açudes que compõem de forma estratégica o complexo transposição. A nossa meta é recuperar todos esses 24 açudes, até porque esta é uma condicionante de contrapartida para a parceria com os Estados. Dentre as responsabilidades do Governo Federal, além da execução da obra da transposição, nós temos que fazer com que esses açudes estejam aptos para a tranquilidade de passagem de água da transposição. Inclusive, no momento seguinte, será facultado aos Estados receber desses açudes. Cada Estado poderá receber desses açudes para internalizar ao seu patrimônio, ao ativo da sua estratégia hídrica.

D. Antonio, com relação a Oiticica, nós estamos atuando em diálogo com o Governo Estadual. Já conseguimos desembaraçar todos os problemas que causaram a interrupção das águas. Neste momento, o fluxo está dentro da normalidade. A nossa previsão é de que o Estado vai executando, encaminha para nós, que repassamos aquilo que está sendo executado para o Estado, dentro da normalidade, para o cumprimento do exercício de 2017 e 2018 consequentemente.

Com relação à revitalização eu já citei. Inclusive nós vamos prosseguir com mais detalhamentos sobre a revitalização na audiência fruto do requerimento da Senadora Lídice.

Com relação às cisternas, o programa de cisternas está dividido através da Codevasf. A Codevasf está atuando na instalação de 6.500 cisternas em 57 Municípios.

Além disso, temos a participação, de maneira muito ativa, por parte do MDS. O MDS lançou, inclusive no Estado de Alagoas, no final do ano – salvo engano, ali pelo dia 27 de dezembro de 2016 –, um conjunto de iniciativas que envolvem 130 mil cisternas neste primeiro momento. Dessas 130 mil, 110 mil só para o Nordeste, só que a operacionalidade está sob a responsabilidade do MDS, do Ministro Osmar.

Se o senhor desejar qualquer informação a respeito desse cronograma e dos Municípios que serão beneficiados, eu estou à sua disposição no sentido de mediar a informação junto ao MDS.

Queria, concluindo a minha fala, agradecer, mais uma vez, a esta Comissão, Senadora. Eu espero, sinceramente, ter tido aqui a clareza de informar às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, aos Deputados Federais aqui presentes, aos Deputados estaduais, à sociedade civil, à Igreja, de maneira profundamente bem representada, às instituições de ensino, à OAB, às entidades de classe que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também prestigiaram este momento. Para mim, é profundamente satisfatório e, claro, nos engrandece ao momento em que o prestígio dessa sessão reporta o quanto o Congresso Nacional entende, é sensível e tem colaborado para que as ações de oferta hídrica, de segurança hídrica para o Nordeste e, claro, de desenvolvimento regional para o Brasil sejam importantes.

Para encerrar, quero dizer àqueles que sofrem com a seca – e fruto desse sofrimento traz consigo, muitas das vezes, a descrença – que tenhamos fé em que conseguiremos fazer todas as ações que cabem ao homem, que cabem à mulher no sentido de garantir aos brasileiros dignidade a partir da água.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos aqui, antes de concluir os nossos trabalhos, propor a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reuniões da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Queremos ainda, Sr. Ministro, dizer que vieram várias perguntas pelo e-Cidadania, que é o portal nosso, do Senado, que serão encaminhadas à assessoria de V. Exª.

Quero aqui agradecer a presença do Ministro e de toda a sua equipe. Ministro, para nós essa presença foi muito importante pela objetividade que V. Exª teve em dialogar – não é, Senadora Lídice? –, em responder aqui aos questionamentos, às indagações tanto dos Parlamentares como da representação da sociedade civil. Quero registrar aqui também o esforço que V. Exª e toda sua equipe vêm fazendo em prol do desenvolvimento à frente da sua Pasta e, Senador Valadares, agradecer a presença da Codevasf, com a Drª Kênia, e de toda a equipe.

Quero concluir mesmo dizendo o seguinte: nesta audiência de hoje, tanto eu como a Senadora Lídice ficamos muito felizes. Primeiro, pela participação. Eu acho que o maior ganho, o ponto mais positivo desta audiência de hoje foi a representatividade que tivemos aqui, ou seja, tanto os Parlamentares, o Nordeste aqui unido, como a sociedade civil acolheram o nosso convite e aqui estiveram.

Eu peço uma salva de palmas para todas e todos nós. (*Palmas.*)

Segundo, quero renovar aqui o convite para que tanto os Parlamentares como a sociedade civil se integrem às propostas aqui já aprovadas. Primeiro, Senador Valadares, o grupo parlamentar vai ter um representante de cada Estado nordestino. Neste grupo parlamentar, Deputado Fernando Mineiro, queremos integrar os representantes dos Legislativos estaduais, bem como de instituições como a Igreja, das universidades, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do setor empresarial etc. Esse grupo parlamentar vai ter uma função que lhe é peculiar: é a função fiscalizadora e mobilizadora, para que possamos acompanhar todos os desdobramentos da obra do São Francisco, seja ainda a fase que diz respeito às obras físicas, como tratamos aqui hoje – o Eixo Norte, os Ramais de Apodi, de Piancó, de Xingó, que chegam ao conjunto do Nordeste –, sejam também as obras sociais, que serão também objeto de debate da próxima audiência.

Terceiro, queremos, ainda neste semestre, já definir um calendário de realização de novas audiências públicas. Desta vez, nos Estados. E o Ministro irá conosco, já se colocou aqui à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos ajustar a agenda da Comissão naturalmente com a agenda do Ministro, para que as novas audiências públicas, Senadora Lídice, possam se dar exatamente nos Estados.

Por fim, quero dar conhecimento, Ministro, de que, por iniciativa minha, da Senadora Lídice e de todos que compõem este Colegiado, aprovamos aqui recentemente um requerimento em que resolvemos escolher como tema central de política pública a ser avaliada no ano de 2017 o tema de segurança hídrica e gestão de uso das águas, com foco especialmente na Região Norte e na Região Nordeste, por conta das especificidades que têm: a escassez do Nordeste e a abundância do Norte. A Região Norte, que é a Região do Ministro, tem problemas de eficiência de uso dessa água.

Esse tema da segurança hídrica e da gestão de uso das águas vai ensejar, por exemplo, aprofundar o debate que a Senadora Lídice traz da revitalização do São Francisco.

Por fim, todo esforço que esta Comissão fará, Ministro, é na parceria em busca do orçamento, em busca dos recursos financeiros, porque não adianta ter o projeto executivo, se não tivermos o orçamento. Esse orçamento tem que estar assegurado, e a Comissão será parceira: vai destinar emendas de comissão e, assim como já foi sugerido aqui, todas as Bancadas do Nordeste, através das emendas parlamentares, vão se somar a esse esforço em busca do orçamento e dos recursos financeiros suficientes.

Com essas palavras, declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a disposição do Ministro e de todos em comparecerem à nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia doze de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Regina Sousa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Antonio Carlos Valadares, Thieres Pinto e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Elmano Férrer, João Alberto Souza, Humberto Costa, Paulo Rocha, Ataídes Oliveira, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16 de 2017 - que: "Nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Senhor Raul Jungmann, Ministro da Defesa, para informar e explicar o desenvolvimento atrelado a Região Norte do país." Autoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado com alterações oferecidas pela Senadora Fátima Bezerra, ampliando o objeto do RDR para "Diretrizes e metas do Ministério com enfoque para o norte e nordeste". Observações: Subscrito pela Senadora Fátima Bezerra. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17 de 2017 - que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Política de Gestão dos Aeroportos abordando os seguintes aspectos: apresentação dos aeroportos recém leiloados (Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis), novos leilões previstos, critérios técnicos para a escolha de aeroportos a serem leiloados, balanço de investimentos e receitas nos aeroportos administrados pela Infraero e a política de gestão de aeroportos de pequeno porte (aviação regional), com as presenças do Sr. Dário Rais Lopes, Secretário de Aviação Civil; Antonio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero e os representantes das Concessionárias Fraport, Vinci Airports e Zurich Airport." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado com alteração sugerida pela autora: leia-se "apresentação dos PROJETOS dos aeroportos recém leiloados". Observações: Subscrito pela Senadora Fátima Bezerral. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18 de 2017 - que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a nova Política de Cobrança de Bagagens com as presenças do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas e o Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19 de 2017 - que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento Regional com as presenças Sr. Paulo César Miguez de Oliveira, Professor da Universidade Federal da Bahia; Sr. Marcelo André Carvalho, Diretor-Geral da Rio Criativo; e as Sras. Ana Carla Fonseca e Claúdia de Souza Leitão, Consultoras e Especialistas em Economia Criativa." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20 de 2017 - que: "Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2017, que trata da realização de Seminários Regionais para a oitiva de representantes dos setores governamentais e da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759, de 2016, a regularização fundiária rural e urbana, visando a inclusão de mais um evento assim descrito: 12. Seminário Regional Sul II. Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis." Autoria: Senador Dário Berger. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pelo Senador Antonio Carlos Valadares. ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21 de 2017 - que: "Requer, nos termos dos arts. 90, II e V, e 93, II, combinados com o art. 40, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2017, aprovado no dia 29 de março, a inclusão da Presidente da Codevasf, Kênia Régia Anasenko Marcelino, no Ciclo 2 de debates para discutir o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e o acompanhamento do Programa Novo Chico bem como a realização de visitas técnicas desta Comissão aos Projetos Xingó e Canal do Sertão nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado com a alteração sugerida pelo autor: "Visitas técnicas ao complexo hidrelétrico de Paulo Afonso/BA". ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias; revoga as Leis nºs 2.661, de 3 de dezembro de 1955, e 4.458, de 6 de novembro de 1964; e dá outras providências." Autoria: Deputado Goulart. Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos do substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins as receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, de saneamento básico, e de fornecimento de energia elétrica a consumidores localizados em Município com índice de desenvolvimento humano igual ou inferior a oitenta por cento do índice médio brasileiro." Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que Institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, para conceder isenção do Imposto de Importação aos insumos, às máquinas e aos equipamentos necessários à produção na Zona Franca Verde." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Sen. Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 24 de 2017 - que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a realização de uma audiência Pública para debater a importância da Educação para o Desenvolvimento Regional, no dia 17 de maio de 2017. Os nomes dos participantes a serem convidados serão apresentados posteriormente." Autoria: Senadora Fátima Bezerra. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pelos Senadores Antônio Carlos Valadares e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicados.

A CDR recebeu do Ministério da Fazenda cópia do Aviso nº 103, de 6 de abril de 2017, pelo qual o Sr. Ministro de Estado da Fazenda encaminha ao Senado Federal proposta ao Requerimento de Informações nº 768, de 2016, de autoria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, referente ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

O assunto objeto do requerimento de informações foi submetido, na órbita do Ministério da Fazenda, à Secretaria do Tesouro Nacional, que se manifestou sobre os itens de sua competência e sugeriu, ao final, fossem as questões relacionadas ao Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional encaminhadas pelo Senado Federal ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação para mais esclarecimentos.

O referido aviso está à disposição das Senadoras e dos Senadores na Secretaria da Comissão e já foi disponibilizado na internet, na página da Comissão.

A Comissão recebeu do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão o Ofício nº 22, de 11 de abril de 2017, pelo qual o Sr. Ministro de Estado do Planejamento encaminha ao Senado Federal resposta ao Requerimento de Informações nº 767, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, referente ao Programa de Desenvolvimento de Aviação Regional.

O assunto objeto do requerimento de informações foi submetido, na órbita do Ministério do Planejamento, à Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, que emitiu a Nota Técnica nº 4.485 concluindo, em relação aos pontos específicos de sua atribuição, que o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) não tem envolvimento com as subvenções econômicas do programa, razão pela qual não haverá interferências no processo licitatório das rotas regionais, como preceitua a Constituição Federal, e o programa está em fase de planejamento e regulamentação. O referido ofício já está à disposição das Senadoras e dos Senadores na página da Comissão na internet.

Foi designada como Relatora da avaliação de política pública a ser elaborada por esta Comissão a Senadora Lídice da Mata. O tema da política pública selecionado para o ano de 2017 é a segurança hídrica e a gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste, conforme aprovado pelo Requerimento nº 15, de 2017. Portanto, Senadora Lídice, estará sob a sua incumbência e responsabilidade proferir, coordenar todo o trabalho durante este ano no que diz respeito à política pública a ser avaliada. Acho que todos nós da Comissão de Desenvolvimento Regional fomos muito assertivos em escolher o tema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da segurança hídrica – não é verdade? –, pelo quanto este tema está cada vez mais a despertar preocupação na agenda, das pequenas às maiores cidades do País.

O Ministro das Cidades, Ex^mo^ Sr. Bruno Araújo, comparecerá a esta Comissão no próximo dia 26 de abril. Ele virá, em atendimento ao requerimento de minha autoria e da Senadora Lídice, apresentar em audiência pública as ações do seu Ministério para os próximos dois anos.

No tocante à vinda do Ministro das Cidades, Senadora Lídice, o Ministério fez uma sugestão no sentido de fazermos, se possível, uma audiência conjunta da Comissão de Desenvolvimento do Senado com a Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara. Consultamos lá os Parlamentares, que não fizeram nenhuma objeção – gostaram, inclusive, da ideia. Portanto – confirmo aqui com a assessoria da Comissão –, eles virão como convidados e, naturalmente, aqui terão direito à palavra. Então, nós vamos fazer essa audiência conjunta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é deliberativa e se destina à discussão e votação de matérias.

Temos um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de autoria do Senador Valdir Raupp, para que seja convidado o Sr. Raul Jungmann, Ministro da Defesa, para informar e explicar o desenvolvimento atrelado à Região Norte do País. Como o Senador Valdir Raupp não se encontra, fica adiada a apreciação do requerimento.

Passamos agora ao item 2, que é o requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata que propõe a realização de audiência pública para debater a política de gestão dos aeroportos. Eu vou conceder já a palavra à Senadora Lídice da Mata, para ela fazer o encaminhamento do requerimento à discussão.

(Matéria não lida:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Política de Gestão dos Aeroportos abordando os seguintes aspectos: apresentação dos projetos dos aeroportos recém leiloados (Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis), novos leilões previstos, critérios técnicos para a escolha de aeroportos a serem leiloados, balanço de investimentos e receitas nos aeroportos administrados pela Infraero e a política de gestão de aeroportos de pequeno porte (aviação regional), com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as presenças do Sr. Dario Rais Lopes, Secretário de Aviação Civil; Antonio Claret de Oliveira, Presidente da Infraero e os representantes das Concessionárias Fraport, Vinci Airports e Zurich Airport. (ementa alterada durante a 5ª reunião em 12/04/2017)

Autoria: Senadora Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Fátima, nossa Presidente, caros companheiros, há na pauta o item nº 2, o item nº 3 e o item nº 4, que são requerimentos meus. O item nº 2 trata de um tema muito importante para uma das funções temáticas desta Comissão, que é o turismo.

Eu apresentei um requerimento para que nós pudéssemos realizar uma audiência pública para debater a política de gestão dos aeroportos, abordando os seguintes aspectos: apresentação dos projetos dos aeroportos recém-leiloados. Quero acrescentar essa palavra "projetos" aí, porque está "apresentação dos aeroportos". Apresentação dos projetos dos aeroportos recém-leiloados: Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e Florianópolis. Foram leilões que diversas empresas internacionais ganharam, e é muito importante que nós possamos ter uma ideia, os Srs. Senadores que representam seus Estados e a população em geral, de quais são os projetos, pelo menos a ideia geral, mesmo que inicial, do que é que cada uma dessas empresas tem com o projeto para esses aeroportos.

V. Exª sabe que não se trata apenas de uma obra física. Há uma mudança na forma de organização, de gestão. Nós temos, em cada aeroporto desse, um sistema de comercialização, de comércio. Eu participei muito dessa luta, há dois anos, quando a Infraero resolveu mudar o seu sistema de gestão desses comércios dentro do aeroporto. Aliás, eu fiz até à época uma ironia que aconteceu num período em que a Presidente Dilma insistia em que houvesse uma concentração de esforços em vender o produto nacional, e nós tivemos implantados em todos os aeroportos brasileiros uma só empresa que vende produtos estrangeiros, com preço alto, porque não é sem tarifa de importação, dando uma certa impressão de que se estava tratando de produtos mais baratos, e unificando uma política de venda de produtos não brasileiros em todos os aeroportos do Brasil.

Essa questão da comercialização é uma questão muito importante, porque ela diz respeito à necessária visão de que o turista que vem para o Brasil deve vir também para consumir o nosso produto, especialmente para consumir o nosso produto, para poder aumentar a capacidade de deixar aqui uma parte dos seus recursos. Então, é com essa ideia.

Novos leilões previstos, critérios técnicos para a escolha de aeroportos a serem leiloados, balanço de investimento, receitas nos aeroportos administrados pela Infraero, e a política de gestão de aeroportos de pequeno porte, especialmente da aviação regional. Para tanto, nós apresentamos a solicitação de que estejam presentes como convidados o Sr. Dario Rais Lopes, Secretário de Aviação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Civil, e os representantes das Concessionárias Fraport, Vinci Airports e Zurich Airport, que são as empresas ganhadoras. Além disso, Antônio Claret de Oliveira, presidente da Infraero.

É, portanto, uma Mesa de debates sobre turismo, Senador Valadares, para que nós possamos discutir aqui os novos modelos de gestão dos aeroportos que foram leiloados e conhecer os planos da Infraero para os próximos aeroportos.

Srª Presidente, como encaminhamento, nós vamos apreciar um a um ou V. Exª quer que eu leia todos os requerimentos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu acho que nós já temos quórum – cumprimento o Senador Valadares, que acaba de chegar. Então, acho que nós podemos fazer o seguinte: V. Exª já faria a leitura dos três requerimentos, e depois nós apreciaríamos em bloco. É mais objetivo.

Matéria não lida:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a nova Política de Cobrança de Bagagens com as presenças do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas e o Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, Secretário Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Matéria não lida:

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento Regional com as presenças Sr. Paulo César Miguez de Oliveira, Professor da Universidade Federal da Bahia; Sr. Marcelo André Carvalho, Diretor-Geral da Rio Criativo; e as Sras. Ana Carla Fonseca e Claúdia de Souza Leitão, Consultoras e Especialistas em Economia Criativa.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Está bem.

Segundo requerimento: requer, de acordo com a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado, a realização de uma audiência pública para debater a nova Política de Cobrança de Bagagens, com as presenças do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; do Sr. Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas; e do Sr. Arthur Luis Mendonça Rollo, secretário nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

Esta é uma outra discussão na área do turismo que considero fundamental, Senadora Fátima. Quer dizer, são duas coisas: de um lado, a nova gestão dos aeroportos; de outro lado, uma nova política tarifária que pretende ser definida pela participação da Anac com as empresas aeroportuárias. É uma medida que está causando muita repercussão naqueles que embarcam diariamente, como nós, mas também em todos os passageiros que viajam para férias, para negócios. Acho que é o momento de a Comissão buscar esclarecer essa questão o máximo possível.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, se me permite, quero cumprimentá-la também por mais essa importante iniciativa e agregar a esse debate a decisão das empresas no que diz respeito à definição dos horários. Com uma série de mudanças, as demais capitais do Nordeste, neste exato momento, estão extremamente prejudicadas pela diminuição de voos que as companhias que atendem essas regiões acabam de fazer. É um absurdo! Quer dizer, isso está trazendo transtorno para a vida de centenas de milhares de pessoas. É preciso haver respeito, até porque as passagens são cobradas a custos bastantes elevados – e, afinal de contas, são concessões públicas. Não se pode aceitar, de maneira nenhuma, que decisões dessa natureza sejam tomadas, repito, sem um mínimo de debate e sem levar em consideração as necessidades reais da população do ponto de vista de deslocamento.

Volto a dizer a V. Exª: a mudança de voos, neste exato momento, com relação a Natal e, enfim, à maioria das capitais do Nordeste foi drástica, dificultando fortemente o deslocamento via aeroportos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Digo isso só para agregar ao debate que V. Exª está sugerindo. E tomo mais a liberdade, inclusive, de sugerir que nós possamos fazer essa audiência pública o mais urgente possível.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Além disso, Presidente e Senador Valadares, há outra questão em pauta nesse debate do turismo. Há o anúncio de uma medida provisória do Governo Federal no sentido de aumentar a participação no capital das empresas internacionais no Brasil, numa política que se costuma dizer de céu aberto. Ou seja, hoje é obrigatório o máximo de 47%, e vai passar a ser de 100%, quando, na verdade, hoje todas as "empresas brasileiras" – entre aspas – já estão com sócios majoritariamente estrangeiros. A TAM passou a ser Latam, não é mais uma empresa nacional, o é apenas contabilmente; e, nas outras, também a tendência é fazer isso. Eu não tenho uma posição, em princípio, contrária a isso, não. Eu só acho que é preciso haver uma contrapartida de uma política que permita, principalmente, que as passagens baixem e a qualidade do serviço cresça no Brasil.

Finalmente, cara Presidente, eu tenho outro requerimento em que eu gostaria de fazer uma mudança maior – peço a atenção dos meus assessores para isso –, que é uma audiência pública para debater a economia criativa como estratégia de desenvolvimento regional. Eu quero mudar para que fosse um seminário com duas audiências públicas. A primeira audiência pública seria essa para discutir a economia criativa. Eu já fiz, em 2015, uma audiência semelhante, mas insisto nessa temática, porque acho que a economia criativa é um vetor essencial do desenvolvimento do mundo neste momento, e o Brasil precisa entrar e tem um talento imenso para entrar nesse vetor de desenvolvimento.

Quero, inclusive, a assinatura de V. Exª nesse novo requerimento, porque nós podemos retirar esse requerimento, aprovar a ideia geral e apresentar a proposta de seminário. Eu peço a parceria de V. Exª, porque, num primeiro momento, numa primeira mesa, nós discutiríamos isto: a economia criativa como estratégia de desenvolvimento regional, com a presença do Sr. Paulo César Miguez de Oliveira, professor da Universidade Federal da Bahia; o Sr. Marcelo André Carvalho, diretor-geral da Rio Criativo; e as Srªs Ana Carla Fonseca e Cláudia Sousa Leitão, consultoras especialistas em economia criativa.

Na segunda mesa, Senadora, a senhora estaria envolvida diretamente, como uma paraibana, apesar de representante do Rio Grande do Norte, porque será uma mesa específica, voltada a discutir a economia criativa do São João do Brasil. Essa é uma temática fundamental para o Nordeste brasileiro e para o Brasil como um todo, já que existem, nesse período de junho a julho, férias populares no Brasil inteiro, mas no Nordeste, a partir do dia 13 de junho, quando começa o Santo Antônio.

O Santo Antônio, o ápice, que é o São João, e depois o São Pedro fazem um calendário de festas juninas populares com intenso impacto na vida econômica dos nossos Estados. Por isso, eu queria modificar o conteúdo desse requerimento e pedir o apoiamento, a assinatura do Senador Antonio Carlos Valadares, porque Aracaju tem São João muito expressivo; de V. Exª, pois, além da sua terra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

natal, a Paraíba – um São João que, principalmente em Campina Grande, é uma referência no País inteiro –, também o Rio Grande do Norte...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim. Mossoró Cidade Junina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mossoró, e outras cidades...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Um dos são-joões mais bonitos do País. Há também em Açu e em diversas outras cidades no Rio Grande do Norte.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente. Na Bahia nós temos mais de 200 cidades que têm. Algumas, as cinco mais importantes, nós certamente teremos oportunidade de ver aqui.

Nós tivemos neste fim de semana, na Bahia, um fórum nacional do forró, que teve a presença do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Paraíba, de Pernambuco, da própria Bahia, de Sergipe – produtores culturais e forrozeiros desse pedaço querido do Nordeste... (*Falha na gravação.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de serra mesmo, legítimo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

Então, é com essa intenção que eu queria aprovar esse requerimento. Acho que esse poderá ser um debate em que teremos a presença de toda a Bancada do Nordeste, entusiasmada para que a gente prepare um bom São João no Nordeste brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, parabenizo V. Exª por essa iniciativa e pelas demais iniciativas extremamente oportunas. Sugiro a V. Exª – como nós vamos aprovar o requerimento agora – que encaminhe esses acréscimos que V. Exª faz aqui à Comissão, sob a forma de aditivos.

Com relação aos outros dois requerimentos, a questão do plano de aviação regional, a questão da gestão dos aeroportos, dos investimentos, a questão das medidas, enfim, tomadas pela Anac, também quero parabenizá-la, até porque esse é um tema de fundamental importância pelo caráter estratégico que tem a infraestrutura aeroportuária no nosso País para a promoção do desenvolvimento.

V. Exª, no seu requerimento, acertadamente, mencionou os aeroportos que estão neste momento no processo de privatização, como Salvador, Fortaleza e outros, mas quero também subscrever o seu requerimento e fazer um aditivo para que nós possamos discutir o Plano de Aviação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Regional, como V. Exª aqui menciona, que são os aeroportos de porte médio. Isso é um grande problema ainda constatado no Brasil, principalmente na Região Nordeste e na Região Norte.

No Rio Grande do Norte não se justifica, de maneira nenhuma, Mossoró, com o perfil que tem – a segunda maior cidade do Estado, fronteiriça ali com outro Estado, que é o Ceará –, não dispor de uma infraestrutura aeroportuária minimamente adequada para atender à população e ao desenvolvimento de toda aquela região. Assim também é outra região importante do nosso Estado, o Seridó. Mas esse não é um problema só no nosso Estado – o é no restante do Nordeste e do Norte.

Também quero pautar nesse debate a situação do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, que é a nossa porta de entrada do ponto de vista do acesso aéreo.

Mas, enfim, parabenizo-a pelas iniciativas aqui.

Em votação o requerimento. São os itens 2, 3 e 4 da pauta.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós temos o item 5, que é do Senador Dário Berger, sendo que o Senador Valadares subscreveu o requerimento; e o item 6, depois, que é de autoria do Senador Valadares.

Portanto, Senador, eu concedo a palavra a V. Exª e sugiro que V. Exª possa fazer a apresentação tanto do item 5, que V. Exª subscreve, que é de autoria do Senador Dário Berger, quanto do item 6, que é de sua autoria.

Com a palavra o Senador Valadares para apresentar aqui o requerimento que trata da realização de seminários regionais para discutir a Medida Provisória nº 759, que trata da regularização fundiária rural e urbana.

Matéria não lida:

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 20, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2017, que trata da realização de Seminários Regionais para a oitiva de representantes dos setores governamentais e da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759, de 2016, a regularização fundiária rural e urbana, visando a inclusão de mais um evento assim descrito: 12. Seminário Regional Sul II.

Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

Autoria: Senador Dário Berger

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Requerimento:

> Nos termos do art. 58, §2º, incs II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado [...], solicito aditamento ao Requerimento nº 13, de 2017, que trata da realização de Seminários Regionais para a oitiva de representantes dos setores governamentais e da sociedade civil, movimentos populares, técnicos do setor bem como acadêmicos vinculados ao tema central da Medida Provisória nº 759, de 2016, a regularização fundiária rural e urbana, visando à inclusão de mais um evento assim descrito:
> [...] Seminário Regional Sul II.
> Local: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.
> Senador Dário Berger.

Eu subscrevi esse requerimento, significando que apoio integralmente a proposição.

O outro requerimento também?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem dúvida nenhuma.

Com a palavra o Senador Valadares para a apresentação do item 6.

Matéria não lida:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requer, nos termos dos arts. 90, II e V, e 93, II, combinados com o art. 40, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2017, aprovado no dia 29 de março, a inclusão da Presidente da Codevasf Kênia Régia Anasenko Marcelino, no Ciclo 2 de debates para discutir o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e o acompanhamento do Programa Novo Chico bem como a realização de visitas técnicas desta Comissão aos Projetos Xingó e Canal do Sertão nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares **O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 21, de 2017:

> Requer, nos termos dos arts. 90, II e V, e 93, II, combinados com o art. 40, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2017, aprovado no dia 29 de março, a inclusão da Presidente da Codevasf Kênia Régia Anasenko Marcelino, no Ciclo 2 de debates para discutir o Programa de Revitalização do Rio São Francisco e o acompanhamento do Programa Novo Chico bem como a realização de visitas técnicas desta Comissão aos Projetos Xingó e Canal do Sertão nos Estados da Bahia [...].

Eu queria apenas fazer uma correção na redação: em vez de ser "visitas [...] desta Comissão aos Projetos Xingó [...]", nós colocaríamos "visita desta Comissão ao início do futuro Canal de Xingó em Paulo Afonso", porque lá é onde se inicia a obra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Ótimo. Em vez de serem visitas técnicas, seria "visita desta Comissão..."

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Visita desta Comissão, vamos dizer, ao ponto inicial...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Ao ponto inicial.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... onde será feita a tomada d'água do futuro Canal de Xingó. E também uma visita ao Canal do Sertão.

Entendeu, Srª Presidente? Vamos fazer uma redação melhor, uma vez que o Canal de Xingó está apenas em projeto. No próximo ano, possivelmente a partir do meio do ano, é que o Governo Federal poderá dar início a essa obra.

Agradeço a V. Exª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Valadares, cumprimento V. Exª pela apresentação dos dois requerimentos, destacando, inclusive, aqui, o requerimento que trata da questão do Rio São Francisco – do Programa de Revitalização – e do acompanhamento do Programa Novo Chico, bem como a realização dessas visitas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Senadora Fátima.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Somente para complementar a informação que trago através do pedido contido no requerimento: o Canal de Xingó, que contempla dois Estados – o Estado da Bahia e o Estado de Sergipe –, tem, no seu anteprojeto, um traçado que atende aos dois Municípios, aliás, aos dois Estados. Como eu falei, Estado da Bahia, nos Municípios de Paulo Afonso e de Santa Brígida, numa primeira etapa; chegando ao Estado de Sergipe, nos Municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, numa extensão de 114km. E a ideia da Codevasf é iniciar esse projeto concomitantemente nos dois Estados: 10km no Estado de Sergipe e 38km no Estado da Bahia, iniciando-se pela construção de um viaduto, ou melhor, por um túnel de 1,9km de extensão, por onde vai passar a água do Rio São Francisco a caminho de Santa Brígida e depois ao Estado de Sergipe.

É uma obra fundamental para fornecimento de água ao Sertão baiano e ao Sertão sergipano e também para dessedentação animal e irrigação

É uma obra que vai custar, na primeira etapa, mais ou menos, R$900 milhões.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – E as duas Bancadas terão que se reunir, ainda neste ano, para colocar emendas impositivas em favor desse projeto. Nesse sentido, já estamos entrando em contato...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... com os Senadores da Bahia, a partir da Senadora Lídice da Mata, que apoia esse projeto, e também com a Bancada de Sergipe. Esperamos que essas duas Bancadas reunidas possam contemplar os dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estados com esse projeto de natureza estruturante, que vai ajudar, e muito, a milhares e milhares de pessoas. Mais de 270 mil pessoas serão beneficiadas com a realização dessa obra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabenizo o Senador Valadares.

A Senadora Lídice ainda quer fazer algum comentário?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Não, dou todo apoio.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lembro, inclusive, que a iniciativa do Senador Valadares se associa à iniciativa da Senadora Lídice, que tem um requerimento aqui já aprovado para nova vinda do Ministro Helder Barbalho aqui, quando nós vamos discutir exatamente o tema do programa de revitalização do São Francisco.

Segundo, Senador Valadares, quero parabenizar V. Exª e toda a sua assessoria, porque o requerimento hoje aqui apresentado, que vai ser aprovado logo em seguida, é uma demonstração clara dos encaminhamentos que nós tiramos aqui, na quarta-feira passada, quando esta Comissão deliberou que a obra do São Francisco, pela importância que tem, seria uma das principais prioridades da nossa Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Então, V. Exª está dando concretude ao que nós discutimos aqui, na semana passada, quando traz aqui uma proposta que vem na linha do acompanhamento *in loco*, de visitarmos os Estados da Bahia, de Sergipe e de Alagoas.

Lembro, antes de passar à apreciação, que isso também se soma, Senadora Lídice, a outra proposição que nós aprovamos, na quarta-feira passada, que é um grupo parlamentar de acompanhamento das obras do São Francisco, no caso dos Estados que vão receber as águas, até porque, na semana passada, nós tratamos do Eixo Norte, que precisa ser entregue ao Rio Grande do Norte, porque, senão, o Rio Grande do Norte não será contemplado com as águas do São Francisco, assim como o Estado do Ceará, assim como parte da Paraíba. No chamado Eixo Norte, além da Bacia Piranhas-Açu, por onde entrarão as águas para o Rio Grande do Norte, cuja obra está prevista para ser concluída em dezembro, nós temos outro desafio, que é o canal do Apodi, que vai beneficiar outra região.

Quero só colocar que a iniciativa do Senador Valadares se soma a essas outras iniciativas que a Comissão vem tomando para que, repito, esta Comissão, que trata de desenvolvimento regional, dê

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

conta, no âmbito do Legislativo, da função que lhe cabe, que é fiscalizar e acompanhar essas obras tão importantes.

Em discussão o requerimento.

Em discussão o item 5 e o 6, com as alterações propostas pelo Senador Valadares. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aqui voltar ao item 1, de autoria do Senador Valdir Raupp, que eu estou subscrevendo e que trata de convite ao Sr. Raul Jungmann, Ministro da Defesa, para aqui tratar das metas e diretrizes da sua pasta que dizem respeito à Região Norte do País, e eu aqui acrescento a Região Nordeste.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 16, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal c/c art. 90, inciso III e art. 397, § 1º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convidado o Senhor Raul Jungmann, Ministro da Defesa, para informar e explicar o desenvolvimento atrelado a Região Norte do país.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Aliás, eu gostaria de fazer o seguinte aditivo ao requerimento: que possa vir a esta Comissão, a exemplo dos demais, o Ministro – até porque é o Ministro da Defesa – Raul Jungmann, para falar das principais metas e diretrizes da sua pasta para o Brasil, e que possamos dar foco à Região Norte e à Região Nordeste. Esse é o aditivo que faço. Como estou subscrevendo, é um aditivo que estou fazendo.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação, com as alterações propostas por mim, que estou subscrevendo o requerimento.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos agora encerrar a presente reunião, antes convocando os Senadores para a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, a realizar-se na próxima terça-feira, 18 de abril, às 8h30, para analisarmos os impactos da reforma da previdência na economia dos pequenos Municípios dos Estados do Norte e do Nordeste, nos termos do Requerimento nº 8, de 2017, de minha autoria e da Senadora Regina. Desculpem, será às 14h.

Nós queremos neste momento, Senador Valadares e Senador Flexa, saber de V. Exªs se nós poderíamos incluir extrapauta um requerimento de minha autoria, subscrito por outros Senadores – inclusive, se V. Exªs quiserem subscrever também... Na verdade, é um requerimento que propõe, Senador Valadares, a realização de uma audiência pública para debatermos o tema "educação e desenvolvimento regional".

Explico aos senhores e senhoras: diante de todo esse momento de dificuldades pelo qual passa o País – cortes de investimentos, etc. –, V. Exªs sabem que a educação está sendo duramente afetada. E a essa audiência nós queremos trazer os reitores das escolas técnicas, bem como os reitores das universidades. Já mantivemos contato tanto com o Conif, que é o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de todo o País, as chamadas escolas técnicas, bem como com a Profª Ângela, que vem a ser a presidente da Andifes, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. E também vamos convidar, Senador Flexa, a Abruem, associação que representa as universidades estaduais de todo o País.

Qual é o nosso intuito? O nosso intuito é fazer um debate aqui sobre como está a consolidação da expansão tanto da educação profissional como do ensino superior, bem como a sua continuidade diante das metas do próprio Plano Nacional de Educação, que prevê, até 2024, expandir a oferta tanto no ensino superior como na educação profissional.

Então, sem maiores delongas, consulto V. Exªs para incluir extrapauta o requerimento, e nós veremos a data.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Fátima Bezerra, todos os Senadores, da nossa parte, não há objeção, até porque o requerimento de V. Exª diz respeito ao interesse de todos nós. A questão do desenvolvimento passa pela educação, pelo incentivo à inovação, ciência e tecnologia. Então, acho que nós podemos colocar extrapauta para que ele possa ser aprovado ainda nesta reunião.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Flexa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em votação a inclusão extrapauta.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, agora, em votação o requerimento.

Aqueles Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Bom, eu adianto aqui à assessoria da Comissão que nós vamos discutir depois a data, bem como os convidados e as convidadas para a presente reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senadora Fátima...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Por favor, V. Exª vai fazer a leitura do requerimento para ver os convidados que virão para a audiência?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Discutiremos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Posteriormente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – posteriormente, Senador Flexa.

De qualquer maneira, por exemplo, já adianto o Conif e a Andifes. O Conif representa os reitores e reitoras das escolas técnicas de todo o País, e a Andifes representa os reitores e reitoras das universidades públicas. Essas são as duas principais instituições convidadas. E, evidentemente, a presença do Ministro da Educação, que esperamos ter aqui para travar esse diálogo conosco e com a representação dessas instituições.

Naturalmente, nós vamos reforçar junto às assessorias e aos Parlamentares para que mobilizem os reitores e reitoras dos seus Estados para comparecerem nesse dia.

O.k., Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – O.k.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já que nós temos quórum, eu proponho agora a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Um bom dia a todos e todas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Uma Feliz Páscoa, Senadora, a todos os integrantes da Comissão e aos nossos colaboradores que nos ajudam aqui.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade, Senador Flexa. Uma Páscoa de muita paz para todos e todas nós e para o Brasil!

(*Iniciada às 09 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia dezoito de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Paulo Rocha, Regina Sousa, José Pimentel, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Valadares, Wellington Fagundes, Ronaldo Caiado e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Humberto Costa, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira e Lídice da Mata. Passa-se à pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RDR 8/2017, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra, Regina Souza e Paulo Rocha; e RDR 11/2017, de autoria da Senadora Regina Sousa. Finalidade: Debater "Os impactos da Reforma da Previdência na economia dos pequenos municípios das regiões Norte e Nordeste". Participantes: Sr. Guilherme Delgado, Economista; Sr. Max Telesca, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da ANFIP; Sr. Gilmar Dominici, representando a Associação Brasileira de Municípios. Usam da palavra a Senadora Regina Sousa e o Senador Antônio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como já temos quórum suficiente, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo recebeu convite do Deputado Federal Herculano Passos, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo do Congresso Nacional, que se encontra em funcionamento desde 2015, para um café da manhã, no qual se dará a reinstalação do Colegiado com nova estrutura. O evento terá lugar amanhã, quarta-feira, 19 de abril corrente, a partir de 8h, no salão *vip* do Restaurante Senac, no 10º andar do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

Ao iniciar nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 09, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos Anais desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a debater os impactos da reforma da previdência na economia dos pequenos Municípios das Regiões Norte e Nordeste, atendendo ao Requerimento nº 08, de 2017, de minha autoria e de autoria da Senadora Regina Sousa, do PT do Piauí, que já se encontra aqui presente, subscrito também por outros Srs. Senadores e Senadoras.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá direito a dez minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos na nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão; e Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

Estão presentes já os seguintes convidados, a quem, desde já, agradeço em meu nome e em nome da Senadora Regina e que convido a comporem a Mesa: Sr. Guilherme Delgado, economista com uma trajetória de excelência no Ipea; Sr. Max Telesca, representante da Confederação Nacional dos Municípios; e Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, Senadora Regina, eu queria fazer breves considerações.

Primeiro, quero fazer o registro de que, desde maio de 2016, quando a Presidenta Dilma Rousseff foi injustamente afastada por um golpe parlamentar, quando o Sr. Michel Temer assumiu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

comando do Governo Federal de forma ilegítima, temos assistido a uma constante e sistemática retirada de direitos da população brasileira. Após diversas medidas, como o corte dos orçamentos que eram direcionados pela Constituição para as áreas de educação, de saúde e de assistência social – eu me refiro à Emenda 95, de 2016, antiga PEC 55, de 2016, aprovada em dezembro daquele ano –, o Sr. Michel Temer escolheu penalizar essa e as futuras gerações, ao propor uma profunda reforma da previdência social que desconsidera todas as características de um País que avançou muito durante os governos Lula e Dilma, mas é evidente que é um País que ainda guarda um perfil de muitas desigualdades sociais e regionais.

Hoje, inclusive, têm sido anunciadas pela imprensa algumas alterações na reforma proposta inicialmente, alterações essas que constarão na relatoria da Comissão Especial da Reforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, a ser apresentada oficialmente amanhã. Mas é bom que se registre que os recursos que o Relator está apresentando são o resultado, antes de tudo, de uma intensa mobilização social, por considerar o quanto essa reforma é excludente e violenta.

Portanto, é com esse sentido que tanto eu como a Senadora Regina estamos promovendo este debate, por termos clareza de que a Previdência Social tem um papel fundamental na redução das desigualdades sociais e regionais, principalmente ao pensar as especificidades do trabalho rural, da agricultura familiar, das dinâmicas dos grotões e dos interiores do País, que são muito diferentes do trabalho e da aposentadoria na cidade. A Previdência nos Municípios é financiada de duas formas, pelos recursos do Governo Federal direcionados à Previdência e pelo Fundo de Participação dos Municípios. Esse fundo é composto por 22,5% do que o Governo Federal arrecada com Imposto de Renda e com Imposto sobre Produtos Industrializados e é distribuído conforme o tamanho dos Municípios.

Segundo estudos da Anfip, aqui representada, das 5.566 cidades brasileiras, 3.875 têm benefícios previdenciários do Governo Federal como sua maior fonte pública de renda. Isso significa que, se não fossem os benefícios da Previdência, a maioria dos Municípios brasileiros estaria em situação de calamidade, já que não conseguiria financiar a previdência de seus cidadãos por conta própria. Eles dependem do Governo Federal para isso. Portanto, não é exagero de maneira nenhuma afirmar que a Previdência Social do Brasil segura a economia na maioria dos Municípios brasileiros e tem um efeito de redistribuição de renda importantíssimo. Só em janeiro de 2016, por exemplo, os benefícios previdenciários resultaram na injeção de R$5,6 bilhões na economia brasileira.

Eu quero aqui, Guilherme, Max e Romero, para ilustrar essas considerações iniciais que faço, dar conhecimento de um estudo que o Deputado Estadual Fernando Mineiro, do PT do meu Estado, Rio Grande do Norte, fez sobre o impacto da reforma da Previdência na economia local. O estudo direcionado para o Rio Grande do Norte é intitulado "A reforma da previdência é um golpe na economia dos Municípios". Ele lista aqui Município por Município, os valores arrecadados da Previdência, os benefícios previdenciários *versus* os valores arrecadados do FPM. Só para ter uma ideia – o ano que ele usou como base para esse estudo foi o de 2016 –, o estudo prova que a Previdência no Rio Grande do Norte pagou R$6,634 bilhões em benefícios urbanos e rurais nos Municípios do Rio Grande do Norte, um valor bem superior aos R$2,435 bilhões do Fundo de Participação dos Municípios transferidos às prefeituras.

O Rio Grande do Norte tem hoje 167 Municípios. Desses 167 Municípios, constatamos que, em 73 Municípios, os benefícios da Previdência superaram os valores do FPM e que, em outros 20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Municípios, os valores são praticamente equivalentes. Outro dado que me chama a atenção, Senadora Regina, é que, até mesmo nos Municípios maiores, que, portanto, têm uma economia menos dependente da Previdência, o prejuízo será grande. Eu me refiro, por exemplo a Natal, capital do Estado. A Previdência, em 2017, pagou R$1,7 bilhão contra menos de R$300 milhões do Fundo de Participação dos Municípios.

Então, o que nós queremos aqui discutir? Sobre o que queremos refletir? É que, ao dificultar o acesso aos benefícios da Previdência, o Governo vai diminuir consideravelmente a quantidade de dinheiro em circulação nos Municípios, com graves consequências em termos de prejuízos econômicos e sociais. Isso vai se refletir nas vendas do comércio, na demanda por serviços, agravando cada vez mais o quadro do ponto de vista social.

Ontem, eu conversava, inclusive, com alguns prefeitos e parlamentares do Rio Grande do Norte, alertando para essa situação, porque, repito, a proposta de reforma da previdência apresentada por Michel Temer dificulta o acesso à aposentadoria, dificulta o acesso, por exemplo, à previdência rural. É bom lembrar que, além de aumentar a idade mínima da trabalhadora rural, outro item igualmente grave é o que quer que agora a agricultora e o agricultor paguem uma contribuição mensal à Previdência. Isso é de uma insensibilidade sem tamanho! Refiro-me à insensibilidade, por se desconhecer, ignorar e desprezar a realidade da agricultura familiar no nosso País, a realidade e a vida do agricultor e da agricultora – não é, Pedro? –, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte. Repito, isso revela um imenso desprezo, uma insensibilidade sem tamanho, ao se achar que agricultores e agricultoras teriam condições de fazer uma contribuição mensal para poderem ter direito a uma aposentadoria justa e digna. Ainda acrescento aqui que não é verdade que o agricultor e a agricultora não contribuam para a Previdência, eles contribuem. Há uma contribuição anual, de acordo com a produção.

Igualmente, há o Benefício de Prestação Continuada. É de uma insanidade sem tamanho! Vejam que foi com o advento do estatuto das pessoas da terceira idade que nós conseguimos, naquela época, algo que foi fruto de muita luta – e o Presidente Lula sancionou: as pessoas passaram a ter direito ao Benefício de Prestação Continuada a partir dos 65 anos de idade. Ele é concedido para as pessoas com deficiência e para os idosos de baixa renda. Pois bem, o que o Governo faz agora? O Governo simplesmente eleva a idade mínima para 70 anos e ainda acha pouco, pois quer desvincular esse Benefício de Prestação Continuada do reajuste do salário mínimo. Repito, isso terá um impacto violento na vida das cidades, principalmente na vida dos pequenos Municípios, porque o que estará por trás disso será o aumento da exclusão social. Está por trás disso a retomada do aumento da pobreza, processo esse, ninguém pode aqui negar, que vinha sendo enfrentado nos últimos anos, nos governos Lula e Dilma, com as políticas de inclusão social que foram adotadas e que tiraram milhares de famílias da linha abaixo da pobreza.

Então, esse é um assunto muito sério. Não estamos aqui inventando dados, de maneira nenhuma. Estamos trazendo este debate aqui à luz de dados reais, de estudos que estão sendo feitos. Por isso, está aqui, por exemplo, a Confederação Nacional dos Municípios, entidade que representa os Municípios pelo País afora. Por isso, está aqui o Ipea, uma das instituições de maior credibilidade pela qualidade intelectual, pela qualidade técnica que tem o instituto, reconhecido em todo o País, assim como a Anfip, pela legitimidade que têm os auditores da Receita Federal do Brasil.

Portanto, vocês poderão aqui dar uma importante contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Repito: eu e a Senadora Regina propusemos este debate para alertar também a população brasileira para mais esse ataque que a proposta de reforma da previdência do Governo ilegítimo que está aí traz para a cidadania do povo brasileiro.

Senadora Regina, V. Exª quer ouvir o pessoal e depois se colocar?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – São só três convidados?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Eu os escuto e, depois, falo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está certo.

Então, vamos passar a palavra, imediatamente, para o Sr. Guilherme, economista do Ipea.

O SR. GUILHERME DELGADO – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Senadora Fátima, que, aliás, é minha conterrânea. Eu sou do Rio Grande do Norte também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que legal!

O SR. GUILHERME DELGADO – Eu vou tentar me situar nos dez ou quinze minutos que me couberem. Optei por não apresentar PowerPoint, porque, na realidade, tenho visto muitas exposições na Câmara e no Senado com esse recurso em curto período de tempo em que as pessoas correm, e, de repente, ninguém entende o que ela está falando ou o que está vendo lá. Então, vou falar, e o texto desta apresentação estará disponível. Anotações da palestra e um texto maior, que eu tinha feito antes, sobre previdência social e desenvolvimento rural irão apoiar os argumentos que vou colocar aqui. Mas as informações, de qualquer forma, estarão disponíveis para quem quiser acessar.

Antes de falar dos impactos da reforma da previdência, vamos falar dos impactos da previdência na economia dos Municípios, porque essa é, digamos, a grande virtude da mudança constitucional de 1988, e essa virtude produzirá um efeito de inclusão no Brasil inteiro.

Na realidade, se esta reunião chamasse representantes das Regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e de outras, veríamos que, em todo o Brasil, há um impacto desse sistema em todos os Municípios. Nas Regiões Norte e Nordeste, esse impacto é mais pronunciado e mais relacionado à previdência rural, que é inaugurada em 1988. Portanto, como temos no Nordeste, nos nove Estados do Nordeste, o bioma Semiárido e uma forte concentração de agricultura de subsistência em todos os Estados, o bioma Semiárido pega a maior parte dos benefícios previdenciários rurais do Nordeste, que é metade da previdência rural brasileira. Metade da previdência brasileira rural está nos nove Estados do Nordeste. Portanto, quem for pleitear, em 2018, mandato eletivo tem de dar um pouco contas ao Semiárido a respeito da tramitação dessa reforma, porque é a partir da Constituição de 1988 que o Semiárido, a agricultura de subsistência entra no seguro social. Até então, ela estava fora, como de resto estivera fora toda a agricultura familiar brasileira do antigo INPS-INAMPS.

O INPS-INAMPS era uma instituição que tinha toda a sua virtude, mas que foi forjada para as categorias estratégicas do operariado urbano. Nunca se constitui um estudo de previdência dos trabalhadores rurais. Nunca! Essa instituição vai ser criada, de forma precária, com o Funrural, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito mitigada, pois pagava meio salário mínimo apenas ao cabeça de casal, num regime inflacionário sem correção etc. É só com a Constituição de 1988 que o regime de economia familiar entra de direito na previdência; ao entrar de direito, viabiliza-se o acesso das regiões mais pobres e dos setores mais pobres de todas as regiões do Brasil, porque pobre não existe só no Norte e no Nordeste, mas, sim, no Brasil inteiro. Portanto, tem de se pensar em impacto regional, em impacto social regional.

Então, se na Região Nordeste temos a inclusão desse amplo espectro de agricultores familiares – quebradores de coco, quilombolas, agricultores de subsistência, assentados da reforma agrária etc –, na Região Norte temos o acesso dos chamados povos da terra, das águas e das florestas, que nunca poderiam entrar na previdência social do velho regime, no regime do INPS-INAMPS, que era restrito ao assalariamento ou ao profissional autônomo. Não cabia o rural real brasileiro. Portanto, para esses nove Estados do Nordeste e sete Estados da Região Norte que estamos aqui focando, em especial para a zona rural e para os Municípios de até 50 mil habitantes, temos um efeito de inclusão social significativa, válido para o Brasil inteiro e, em particular, para esses Estados.

Eu vou só citar um dado para dar ideia do que houve em termos de inclusão previdenciária em 25 anos. Pois bem, falo dos benefícios rurais. Estou só me referindo aos rurais, mas isso vale para os urbanos também. Em 31 de dezembro de 1991, quando praticamente ainda não haviam entrado em vigor as regras da Constituição, eram de 4,080 milhões de benefícios herdados do antigo Funrural, percebendo um valor equivalente a US$22 por benefício, porque era meio salário mínimo restrito ao cabeça de casal. Esse valor de US$22 equivale a algo como R$80 pagos a um aposentado ou pensionista. Na realidade, era uma forma ultramitigada de se dar uma esmola, mas não era realmente um seguro social.

De 1991 a 2017, esse sistema de seguro social rural vai de 4 milhões a 9,4 milhões de benefícios. Isso representa, em 25 anos, um acréscimo de 132%. E o valor unitário do benefício vai de US$22 a US$300. Portanto, quando você cumula o efeito físico com o efeito econômico da valorização do salário mínimo, da vinculação ao salário mínimo, que é o critério constitucional, realmente, para essas regiões mais pobres, para esses setores ligados à agricultura familiar de subsistência, à agricultura dos povos da floresta, isso tem um impacto muito significativo. A evidência empírica é muito forte. Eu gastaria muito tempo do meu escasso tempo para demonstrar isso aqui para os senhores, mas a evidência de que são Municípios pequenos é muito clara e direta. Eu mostro um pouco. Peguei algumas estratificações.

No Nordeste, o Estado de menor incidência dos benefícios na área de 50 mil habitantes para menos, que era o Maranhão, tinha 64% de benefícios concentrados nesses Municípios, e o de maior incidência, que era o Rio Grande do Norte, tinha 82%. Isso se deu em 1994, mas depois essa situação se mantém. Ou seja, o beneficiário da previdência é uma figura que, mesmo mudando para uma sede municipal e acessando serviços sociais de que, em geral, na zona rural, ele não dispõe, se mantém na economia dos pequenos Municípios, de forma que essa injeção de renda real previdenciária advinda do efeito cumulativo físico... Efeito cumulativo físico é o aumento de 132%. O efeito de aumento do valor dos benefícios é muito maior.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GUILHERME DELGADO – São 1.200% de incremento do salário mínimo, em termos reais, medido em dólar.

Portanto, acho que já gastei dez minutos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pode continuar.

O SR. GUILHERME DELGADO – Como eu só falei da previdência, aliás eu só falei da economia dos Municípios de forma muito genérica, eu tenho de ir ao segundo ponto da Mesa, que são os efeitos da PEC.

A PEC do ponto de vista da previdência social – não vou falar do setor público, que não cabe aqui – e da previdência rural desestrutura completamente. Ela tem nove regras, não é uma só, nem duas. Vejo que o Relator está preparando certa melhoria, mas a gente tem de ver as regras cumulativas. São nove regras cumulativas, algumas péssimas, outras muito ruins, outras ruins. Então, se tirarmos duas ou três regras péssimas do ponto de vista da igualdade e da distribuição e se mantivermos uma muito ruim ou ruim, isso não resolve a questão. Mas, em específico, para a economia dos pequenos Municípios, para a economia da previdência rural, eu citaria três regras que são fortemente desestruturantes.

Primeiro, há a já sabida unificação das idades, que pega em cheio a previdência rural, até porque não se trata de idade mínima, mas de idade única. São dois conceitos distintos. A idade mínima é um conceito previdenciário até com certo sentido – depende da idade, evidentemente; não pode ser a idade de Matusalém também –, mas a idade única não; com a idade única se faz tábula rasa das diferenças do mercado real de trabalho. E o mercado é real, não é teórico.

A segunda regra que é muito ruim para a previdência social rural – em geral, é ruim para todo mundo – é o tempo de contribuição mínima de 25 anos. Hoje, na própria EM que está exposta na PEC, está dito que os segurados rurais têm dificuldade de comprovar 15 anos; eles apelam para os juizados, porque não conseguem os comprovantes. O homem rural não é homem de guardar documento, não tem essa cultura. Agora, amplia-se para 25 anos! Realmente, isso torna inexequível a própria idade única.

Mas uma regra específica para o rural, que é fortemente expulsiva daqueles grupos sociais que mencionei inicialmente como incluídos, é a regra da contribuição compulsória individual monetária mensal de 5% do salário mínimo por indivíduo da família. Imagine, em nosso Semiárido, que está há cinco ou seis anos com seca, você expelir o segurado da previdência porque ele não vai todo mês ao Banco do Brasil para depositar R$200 para ele, para a mulher e para os dois filhos! Ele não vai porque não tem. E o sentido da previdência é a proteção social aos riscos incapacitantes do trabalho. A questão de ter ou não ter capacidade contributiva é uma questão de igualdade, que tem de ser resolvida em outra esfera.

E há os povos da terra, das águas e da floresta, que é o grupo amplo de arranjo de economia familiar do Norte. Ou seja, eles têm de gastar dois ou três dias de canoa ou de barco para se deslocarem a uma agência do Banco do Brasil e fazerem uma contribuição, que é uma contribuição muito cara, muito onerosa, além de ser muito distante. Esse é outro fator de expulsão do segurado especial da previdência.

Na realidade, a única razão que está posta para essa regra não é uma razão previdenciária. Aliás, o próprio Secretário da Previdência já declarou que o que se vai arrecadar com isso são migalhas. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

objetivo é expelir o segurado especial da previdência, porque, quando ele não contribui, ele perde a condição de segurado e, perdendo a condição de segurado, não pode requerer benefícios não só de aposentadoria, porque não completa os critérios, mas outros vários.

Em resumo, para preservarmos os ganhos de igualdade social, de justiça social, de desenvolvimento humano que essas regiões experimentaram e experimentam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME DELGADO – ...há 25 anos, concluindo minha fala, eu diria que, para a manutenção do sistema de previdência social rural – da previdência social em geral, mas da previdência social rural – nas Regiões Norte e Nordeste, é essencial o equilíbrio social regional, que tantos ganhos teve depois da Constituição de 1988, principalmente dos anos 2000 para cá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Guilherme pela importante e qualificada contribuição que traz ao debate.

Vamos passar a palavra, imediatamente, ao Sr. Max Telesca, Consultor da CNM (Confederação Nacional de Municípios), aqui representando o Presidente Paulo Ziulkoski.

O SR. MAX TELESCA – Muito obrigado, Srª Presidente. Eu agradeço, em nome da Confederação Nacional de Municípios e em nome do Presidente Paulo Ziulkoski, a oportunidade de trazer a visão do municipalismo brasileiro acerca da reforma da previdência que se está propondo no Congresso Nacional.

Vou, então, diretamente ao ponto. Primeiramente, a Confederação Nacional de Municípios é favorável à reforma da previdência, entendendo que a previdência tem de ser reformada, deixando de maneira bastante clara isso. Na justificativa, na justificação da reforma, existe uma parte em que se fala do bônus demográfico brasileiro, que estaria acabando, do envelhecimento da população. Todas essas realidades, a Confederação Nacional de Municípios compreende que são intransponíveis, elas existem, e, portanto, a reforma da previdência é inadiável realmente.

A questão é, aqui trazendo o enfoque para o nosso tema desta audiência pública: os Municípios brasileiros – esta é a realidade, não se tem como negar também –, principalmente os pequenos Municípios da Região Norte e Nordeste do Brasil, são bastante dependentes dos benefícios previdenciários, como já falou nosso anterior palestrante. Então, apesar de a Confederação defender uma reforma ampla, ela entende que esse tema da audiência pública de hoje é muito importante e não pode passar batido, tem de ser realmente objeto de bastante preocupação das autoridades que estão propondo a reforma da previdência.

Aqui estão alguns dados que já foram passados. Dessa maneira, vou repassá-los de forma rápida, porque realmente o tempo é curto.

São dados do próprio governo em 2008: os benefícios pagos pela previdência superaram o repasse do FPM em mais de 60%, na época, em 2008, de 5.568 Municípios. Hoje a Confederação está estimando em quase 70% esse repasse, essa ultrapassagem.

Há outro dado que nós temos: os benefícios do Regime Geral da Previdência hoje representam mais de 25% do PIB de algumas cidades, especialmente as cidades menores.

A própria Anfip está aqui representada, e uma fala de um dos seus Presidentes mostra que os benefícios pagos pela Previdência Social são o principal motor da economia em sete de cada dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Municípios do Brasil. Portanto, há uma realidade que deve ser observada com bastante carinho e com bastante preocupação, a realidade dos pequenos Municípios brasileiros, em especial das Regiões Norte e Nordeste. Sou de uma cidade do interior e lembro que, há muito tempo, a economia funcionava do dia 30 ao dia 5, porque era quando a aposentadoria caía. Estou falando do interior do Rio Grande do Sul, há mais ou menos 20 anos. Lembro que a economia funcionava do dia 30 ao dia 5 e que, depois, o Município parava porque não tinha mais economia funcionando. Estou falando da década de 90.

A CNM também vê com preocupação a questão do aumento da idade mínima para o Benefício de Prestação Continuada e também vê com bastante preocupação a questão do aumento do tempo mínimo, de idade mínima para a aposentadoria rural, como nosso palestrante anterior falou, a idade única. Então, a CNM também entende que essa é uma questão bastante importante de ser observada porque ela vai impactar de forma importante dentro da realidade das economias locais.

É isto exatamente o que eu estava falando: a CNM entende que uma reforma restritiva, como a do texto original da PEC 287/2016, terá efeitos significativos nessas microeconomias. E o que nós estamos sugerindo? Aqui, Presidente, há uma questão bastante importante: essa reforma deveria, se realmente passar um texto parecido... Eu não sei, mas amanhã vem um substitutivo. Eu até recebi hoje o texto do substitutivo, mas ainda não tive tempo de observar. Mas, se realmente for feito algo parecido com o texto original, a CNM considera bastante importante que venham, junto com essas medidas, projetos compensatórios de fomento e desenvolvimento dessas microeconomias, mais especificamente. E isso é o mais importante para nós, da Confederação, neste momento, porque falamos aqui sobre a economia local, mas é importante também entender, Presidente, que os Municípios brasileiros, especialmente os do Norte e do Nordeste, não aderiram a isso, não fizeram a implantação dos regimes próprios de previdência social, ou, se fizeram, fizeram muito pouco, algo não significativo, somente algo em torno de 23%.

Então, são esses pontos de mudança que beneficiariam a saúde financeira e atuarial dos RPPS. Aí nós estamos falando com relação ao caixa dos RPPS, nós estamos falando agora com enfoque não da economia local da cidade, dos munícipes, das pessoas que moram na cidade, dos trabalhadores, mas, sim, sob o ponto de vista do... E aqui esse é um dado bastante interessante, porque essas medidas, em tese, beneficiariam a saúde financeira e atuarial dos RPPS, mas olhem o que acontece: embora essas medidas eventualmente pudessem trazer benefícios, como os pequenos Municípios brasileiros, especialmente os Municípios do Norte e do Nordeste brasileiro, não implantaram os RPPS e estão hoje ainda jungidos ao Regime Geral da Previdência, mesmo com essas eventuais melhorias na saúde financeira e atuarial dos RPPS, os Municípios não iriam ter nenhum tipo de benefício – digo dos Municípios, dos caixas dos fundos próprios de previdência.

Então, o que a CNM está sugerindo? A CNM sugere que, se eventualmente passar uma reforma como essa, ela seja acompanhada... Vejam aqui o quadro da adesão ao RPPS: no Norte, são 23,8% dos Municípios; no Nordeste, 28,3%; no Sudeste, o percentual sobe para 32%; no Sul, 46%; e, no Centro-Oeste, 67% de RPPS. No Brasil, ainda é pequeno: 36,4%. Então, Norte e Nordeste implantaram pouco o RPPS. Portanto, mesmo com essas regras mais restritivas, que, em tese, beneficiariam os fundos – nós estamos falando de pecúnia, e não do trabalhador –, os Municípios, os fundos não receberiam nenhum tipo de benefício, mas, pelo contrário, ficariam impactados com as medidas que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

restritivas dos benefícios e não teriam nenhum tipo de retorno com relação ao equilíbrio financeiro e atuarial.

Aqui, por exemplo, há o dado do endividamento. Estamos entrando já em outra parte da nossa fala, que é a questão da necessidade que essa reforma tem... Nós estamos perdendo uma grande oportunidade de fazer um refinanciamento dessa dívida. No Nordeste, são 5.545 parcelamentos. São 5.545 parcelamentos, não são 5.545 Municípios, até porque nem existem. Essa é uma amostra de 634 Municípios que apresentaram o relatório de gestão fiscal, foram dados que nós conseguimos coletar. Então, isso equivale hoje a uma amostra de 11,4%.

Quanto aos parcelamentos de 2014, são 5.545 parcelamentos – isso quer dizer que são vários parcelamentos por Município.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAX TELESCA – Esses parcelamentos equivalem a 23% da receita corrente líquida do Município. Portanto, a dívida é praticamente impagável hoje. Por quê? Aqui vai haver um dado importante também, que é a relação do endividamento com o FPM e o Fundeb. E a gente sabe que os Municípios menores são aqueles que são mais dependentes dos repasses do FPM e do Fundeb. Portanto, quanto mais dependente do Fundeb e mais dependente do FPM, maior é a dívida do Município.

Então, os pequenos Municípios estão altamente endividados e não conseguem pagar as suas dívidas, porque o financiamento que ocorreu em 2013 agora começou a dar frutos. Este dado aqui eu vou pular. Este é o dado para o qual eu gostaria de chamar atenção: quanto às retenções no FPM relativas aos parcelamentos, vemos que o último refinanciamento foi muito ruim, mas houve uma ampla adesão. Essas dívidas, praticamente impagáveis, geraram o bloqueio e o zeramento.

Portanto, ficou assim: em 2015, houve 8,78% de retenção e, em 2016, 8,11%. Agora, quando é que estourou o endividamento? Nesse ano e no ano passado. Em 2014, 759 Municípios tiveram ao menos um repasse zerado. Esse número aumentou para 1.144 e 1.450 em 2015 e em 2016. Foi quando o parcelamento teve um acréscimo de juros, eu não sei exatamente dizer qual, mas foi quando piorou o parcelamento.

Para concluir, Srª Presidente, a Confederação entende que tem de ser feita a reforma, mas observa que os pequenos Municípios vão sofrer muito, especialmente os do Norte e do Nordeste. A economia local vai sofrer com essas regras mais restritivas que estão sendo propostas pelo Governo. Não há dúvida disso.

Houve um esquecimento, digamos assim, das realidades regionais, e, se for aprovada a reforma, ela deve vir acompanhada de fomento à economia, à microeconomia. Mas a Confederação Nacional de Municípios tem este trabalho de tentar também que os Municípios, os caixas dos fundos e dos Tesouros tenham um refinanciamento dessas dívidas.

Acho que caiu minha apresentação. É a última.

Eu ia falar sobre o reparcelamento. Na Medida Provisória 766, está sendo proposto um reparcelamento dessas dívidas. Essa seria uma forma de compensar, eventualmente, se viesse a passar esse texto, os Municípios, com esse reparcelamento das dívidas previdenciárias municipais.

É isso, Srª Presidente. Agradeço muito a oportunidade de expressar aqui a visão da Confederação Nacional de Municípios sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu agradeço a participação de Max Telesca, representando aqui a Confederação Nacional de Municípios.

Vamos passar a palavra agora para Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip.

Quero, rapidamente, registrar a presença de Gilmar Dominici, que é Secretário Executivo da ABM, que vai também fazer uma apresentação, bem como a presença de Pedro Lopes de Araújo, que é do meu Estado e que é Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais da Fenafisco, e de Wanúbia Lima, jornalista também da Fenafisco.

Com a palavra Romero, Presidente da Anfip.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Senadora Fátima Bezerra, Senadora Regina Sousa, é uma satisfação participar deste debate para contribuir um pouquinho, até pela *expertise* da Anfip, que, há cerca de oito anos, fez uma primeira edição de uma publicação que se tornou referência, que fazia exatamente o cotejo entre quanto se distribuía de previdência para os beneficiários do INSS, de recursos para os beneficiários do INSS na jurisdição de cada Município brasileiro, e o quanto se recebia de FPM no âmbito de cada Município. E se percebeu, obviamente, a importância da previdência.

Onde é que passa o eslaide? Não está passando.

A primeira noção é relevantíssima: sabemos o tamanho da previdência brasileira, o que é o grande debate do momento. Amanhã, nós teremos o parecer do Deputado Arthur Maia sobre a PEC 287. Aí mostramos a Previdência como um todo, um conjunto do que é arrecadado, do que é pago de benefícios no âmbito de cada esfera de debate.

Então, no âmbito do INSS, no Regime Geral, há um conjunto de R$355 bilhões de arrecadação e de R$402 bilhões de benefícios, só cotejando contribuições sobre a folha ou vindas dos servidores públicos. Depois, a Previdência Rural arrecada R$8 bilhões, com R$113 bilhões de benefícios. Depois, vêm a União, os civis e militares da União, e embaixo estão os Estados e os Municípios.

Num primeiro momento, percebe-se que, nos regimes próprios dos Municípios, há uma situação superavitária. Logo adiante, nós vemos o quê? Vemos não só números, nós vemos pessoas. Os Municípios já empregam no âmbito de seus regimes próprios e pagam benefícios para um total de três milhões de pessoas, entre ativos e inativos. Então, a reforma não mexe só com a economia dos Estados ou com a economia dos Municípios, mas mexe essencialmente com a vida de cada um desses trabalhadores dos Municípios.

Além disso, há quase 1,7 milhão de servidores municipais ou trabalhadores nos Municípios que não estão vinculados a regimes próprios; são aqueles 3.491 Municípios que ainda não constituíram o seu regime próprio. Então, ao fim e ao cabo, quase cinco milhões de brasileiros envolvidos nos Municípios serão afetados pelas regras da reforma. Então, não se pode simplesmente dizer assim: "Somos radicalmente a favor dessa reforma."

Nos Estados, nos regimes próprios dos Municípios, há 3,1 milhões de pessoas, como já mostramos, sendo que pouco mais de 500 mil pessoas já estão aposentadas ou são pensionistas. Ao mesmo tempo, o Governo, para diminuir as pressões na sua base, empurra para diante a reforma, envolvendo Município e Estado. Parece-me uma franca inconstitucionalidade, pois, se se abrir essa possibilidade, nós teremos regras diversas em cada um dos cinco mil Municípios ou até nas 27 unidades da Federação.

Aí só mostramos os Estados onde já temos a previdência complementar instituída. Vemos que muito poucos Municípios, exceção feita às capitais, já instituíram sua previdência complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Temos convicção de que temos de fazer ajustes na previdência em função da evolução demográfica, em função de uma série de problemas no campo das fontes de financiamentos, de elevadas renúncias. No subsistema rural, há um desequilíbrio. Não temos uma estrutura muito ágil de fiscalização e não recuperamos celeremente os créditos da dívida ativa. Mas não podemos simplesmente pagar o preço do desgoverno. Nos Estados e Municípios, temos regramentos não feitos ainda dos regimes próprios ou feitos de forma tardia.

Durante muito tempo os Municípios se apropriaram dos valores descontados dos servidores que foram para o caixa único e, na maior parte deles – obviamente, na maioria maciça –, não há previdência complementar.

Só para desmentir o que o Governo fala de rombo da previdência, há um "sincericídio" no *site* do Ministério da Previdência. Na parte inferior do *site*, há perguntas e respostas sobre a reforma, e o próprio Governo responde de onde vêm os recursos da Previdência Social. Simplesmente diz que há um rombo, mas aí ele desmente o rombo. Ele diz que, para manter o regime próprio geral de previdência, que é o do INSS, não deve ser cotejada somente a contribuição da folha com o conjunto dos benefícios, tem-se que cotejar o conjunto das contribuições que estão lá no art. 195 da Constituição: Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, as loterias...

Portanto, o próprio Governo desmente o Governo. E, quando ele dá uma pedalada constitucional e mistura aposentadorias dos servidores públicos na seguridade, também está dando outra pedalada, porque ele mesmo reconhece que o que mantém os regimes próprios de previdência, inclusive os municipais, não são os recursos da seguridade, são os recursos vindos da contribuição do servidor público ativo, aposentado e pensionista e do ente federativo. Portanto, isso é lá do âmbito do art. 40 da Constituição, da organização do Estado, e não do nosso Estado do bem-estar social que está no Título da Ordem Social.

A Anfip publicou, já em 2008 e depois em 2012, esse documento em que atesta exatamente o que a própria Senadora adiantou aqui. No Rio Grande do Norte, a maioria dos 167 Municípios sobrevive dos benefícios pagos pelo INSS, que os aposentados e pensionistas que mantêm a economia dessas cidades.

No cenário nacional, a situação também se repete. Em 2012, em 71% dos Municípios brasileiros o valor repassado pela previdência era superior ao repassado para o FPM. E, no resumo de 2014, em 70% dos 5.568 Municípios, o valor do repasse supera o FPM e em 82% deles a arrecadação municipal. No último número, está muito claro que em alguns Estados a participação dos benefícios, na economia municipal, no PIB municipal, supera 50%. Ali, nós temos em Condeúba, na Bahia, 66%; em Paulistana, no Piauí; e Barra do Mendes; em Santo Antônio, no Rio Grande do Norte, e em Valença do Piauí, todos acima de 50% do PIB municipal o volume de recursos repassados pelo INSS na jurisdição do Município.

A economia, as cidades que mais dependem, inclusive, dos repasses da previdência. Num levantamento feito há poucos dias, no Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros recebe 3,3 vezes mais recursos da previdência do que vem da sua própria receita corrente; do Piauí, Valença do Piauí, também. Então, vejam a importância de algo que é extremamente estranhável que a Confederação Nacional de Municípios venha aqui defender. Vão apresentar um documento em que o Sr. Paulo Ziulkoski, meu conterrâneo, ex-prefeito de Mariana Pimentel, vem ser taxativo em defender a reforma, quando nós temos que ter uma visão extremamente crítica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E um dos grandes impactos é exatamente este: a importância dos benefícios rurais nas economias, em especial do Nordeste. Os benefícios rurais são fundamentais e, no momento em que o Governo começa a taxar o trabalhador rural a promover uma medida que encaminha para um êxodo rural maior, criando uma desestruturação da economia familiar,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – ... nós, com certeza, vamos ter um impacto na economia desses Municípios. E aí eu critico, trago para o debate a posição da CNM, em que o seu Presidente diz apoiar incondicionalmente a reforma, principalmente pelo fato de que o dinheiro que entra no Município do INSS não gera ISS. Ele só vai para ICMS, vai para os outros, mas não percebe que os outros tributos todos são gerados a partir daí.

Nós temos, em função desse movimento de compra de produtos, de contratação de serviços, que a arrecadação aumenta de Cofins, de Contribuição Social sobre o Lucro, de Imposto de Renda, de IPI, etc., e isso vai vir como retorno ao Município. Então, me parece uma visão extremamente reduzida e, lamentavelmente, o documento que a CNM oferece ao Presidente da Comissão fala 40% no apoio à reforma e quase 60% na busca de um parcelamento ou refinanciamento das dívidas dos Municípios. Preocupa saber que a representação do municipalismo brasileiro defende, de forma relativamente fechada, uma reforma que é perniciosa para sua própria economia.

Então, senhores, este é o debate que queremos colocar. Lembro também que a Anfip tem sido atacada por apresentar o contraponto à reforma, mas nós vamos continuar nessa luta, obviamente, tentando colaborar não só na Câmara, mas depois, quando a reforma chegar no Senado, contribuindo para este debate que é fundamental, porque estamos mudando e colocando nas mãos de 513 Deputados e 81 Senadores a mudança na vida dos cidadãos brasileiros, de mais de 200 milhões de brasileiros.

Essa é a nossa contribuição, Senadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero agradecer ao Romero, Presidente da Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) pela importante contribuição que tem dado também ao debate.

Nós vamos agora passar a palavra...

A Senadora Regina, quer já se pronunciar?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Eu quero.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k., Senadora Regina.

Com a palavra a Regina Sousa, coautora comigo do presente pedido de realização desta audiência.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero cumprimentar os convidados.

A gente tem debatido muito a previdência sob os vários aspectos que a gente pode segmentar, tanto que esta Comissão é de Desenvolvimento Regional. "Por que se está discutindo previdência?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas Comissão de Desenvolvimento Regional tem que se preocupar com o desenvolvimento das cidades, principalmente as pequenas, as mais pobres. Então, tem tudo a ver a discussão ser feita nesta Comissão.

A gente já discutiu em outras Comissões, destacando professores, destacando policiais, mulheres... A gente está fazendo um debate exatamente para ver os vários segmentos, onde eles se encontram, para poder unificar as lutas, inclusive porque nós somos defensores das lutas das categorias e dos segmentos envolvidos.

Então, a primeira questão da reforma, o primeiro pecado é que ela trata igualmente os desiguais. Isso não é promover igualdade. Você promove a igualdade tratando desigualmente os desiguais, senão eles nunca vão se igualar. Então, ela trata igualmente os desiguais. Já é o primeiro pecado.

Tratando especificamente dos Municípios – e aí já fica inclusive para anotação da confederação e dos outros convidados também –, a gente precisa pensar no subliminar também, não é só dizer o trabalhador em si ou o trabalhador rural em si. Veja bem, você faz essa proposta para o trabalhador rural. Quais são as consequências logo de cara? Isso eu vi nos Municípios em que ando e aí já faço aqui também uma questão ao representante da confederação: se essa é a opinião dos Municípios, dos prefeitos... Porque onde tenho andado ainda não encontrei um prefeito – e olha que já andei muito no meu Estado – a favor desta reforma. Eles apontam exatamente essa questão do trabalhador rural, que os pequenos Municípios – já foi dito aqui, não precisamos mais citar números – sobrevivem com a aposentadoria rural.

Mas você exige isso do trabalhador rural, uma coisa que ele conquistou em 1988, você exige que ele contribua. Qual é a primeira consequência? Digamos que um na casa faça um esforço danado e contribua. Porque aqui há matérias inclusive que a *Folha* fez, visitando Municípios em que entrevistou um mundo de gente e a pessoa diz que, para pegar um dinheirinho, tem que caminhar a pé não sei quantos quilômetros para dar uma diária, encontrar alguém que esteja precisando do trabalho dele, ele deixa a roça e vai fazer uma diária para pegar um trocado.

Mas, vamos dizer que ele consiga juntar dinheiro para pagar. Mas vai ser um na casa. E os outros? Então, a primeira consequência é que os meninos e as meninas não vão mais querer trabalhar na roça. Se eles olham para frente e dizem: "Eu não vou me aposentar." Na roça se começa cedo. Eu sou da roça e comecei, com sete anos eu já plantava feijão, milho... Começa-se cedo, aí ele olha para frente e diz: "Eu não vou me aposentar?" Ele não vai continuar a profissão do pai dele e da mãe como trabalhador rural, como agricultor familiar. Ele vai buscar na cidade uns bicos no subemprego, mas pelo menos ele vai ter a ilusão de que vai contribuir para a previdência e um dia vai se aposentar. Na roça, ele não vê essa perspectiva.

Então, como consequência disso diminui a produção da agricultura familiar. É preciso ver essas coisas também: diminui a produção da agricultura familiar, vai diminuir. Já tem diminuído, porque hoje os meninos que tiveram mais oportunidade para estudar já não querem ficar na roça, imaginem com essa perspectiva de futuro que ele tem.

Então, quer dizer, diminui a produção. Diminuindo a produção, aumenta o preço da comida, porque a comida da gente vem, na sua maior parte, da agricultura familiar, o feijão com o arroz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quer dizer, há toda essa cadeia que tem que ser analisada. Por isso que, quando a gente fala essas coisas nos Municípios, os prefeitos entram na discussão. Faço sempre um debate deixando que entrem na discussão prefeitos e vereadores e eles colocam isso.

A *Folha de S. Paulo*, o UOL fez uma matéria lá no meu Piauí, em Paulistana. Ele entrevistou um agricultor aposentado, mostrando como ele mudou de vida, saiu da extrema pobreza e ingressou pelo menos nos pobres, porque ele conseguiu inclusive pagar um poço à prestação, tem água. Ele entrevistou um que vive só do Bolsa Família, ainda não tem... Ele perguntou, ela vai contribuir? Tirar do Bolsa Família para contribuir? E ele entrevistou o dono do comércio lá, um comércio maiorzinho da cidade, ele entrevistou o dono da farmácia e todo mundo dizia a mesma coisa: "Aqui funciona a partir do dia 25 até o dia 10, depois pode fechar as portas, não vende mais nada." Entrevistou o prefeito da cidade. Quer dizer, todo mundo está percebendo a consequência disso, mesmo considerando que, na época, ele não será mais o prefeito. Daqui a alguns anos, ele não será mais o prefeito, mas está pensando na cidade, no desenvolvimento e crescimento da cidade dele. As cidades vão regredir, porque quem contribuiu para diminuir a extrema pobreza nas cidades do Semiárido principalmente foi a aposentadoria rural. O Bolsa Família botou um pouco de comida na mesa, e a aposentadoria deu independência ao trabalhador. Ele consegue respirar melhor quando consegue essa aposentadoria.

Então, fico preocupada quando ouço que a Confederação de Municípios é a favor da reforma como ela veio. Aí há questão da previdência complementar própria. Primeiro, não é preciso reforma para o Município fazer sua previdência, há muitos Municípios que já a fizeram.

E tenho um pé atrás com essa previdência própria para os pequenos Municípios, porque o que tenho visto é que chegam lá umas pessoas vendendo a ideia e ajudando a implantar, depois vão embora. Ganham dinheiro, vão embora, e os prefeitos ficam lá com a previdência própria. E quem administra é a prefeitura, porque ele bota lá uma pessoa da confiança dele para administrar. E, na hora em que ele se aperta – e é sempre, porque a prefeitura está sempre apertada –, ele mexe naquele dinheirinho. Há um monte de prefeitos enrolados na Justiça já por conta do uso do dinheiro da previdência ou então do não repasse da parte da prefeitura. Quando ele não vai buscar o dinheiro do fundo, ele usa aquele que ele teria que repassar: "Ah!, esse mês não dá, porque tenho que pagar os professores, tenho que pagar os vigias, e esse mês não vou repassar." Ele pensa que no mês seguinte vai repassar, mas vai acumulando uma dívida com a própria previdência. Já há um monte de prefeitos devendo a previdência própria, e olhem que ela é nova.

Portanto, tenho um pé atrás com previdência própria. Acho que uma cidade grande pode ter. Teresina, por exemplo – há aqui um que foi prefeito – acho que tem consolidada a previdência própria, penso. Mas, em cidades pequenas, tenho muita preocupação com a previdência própria, com a sua viabilidade, porque, no futuro, vão ter uma dívida igualzinha à que têm hoje com o INSS.

Acerca dessa dívida, o INSS tem o poder de bloquear, deixa o Município com fome, mas bloqueia a parte que lhe cabe, mas a dívida cresce mais e o Município pede um refinanciamento, faz tudo de novo, em duzentos e tantos meses, e torna a atrasar. É o que vemos. E os grandes devedores também não pagam, porque ficam esperando um dia em que o Estado está precisando muito de dinheiro e chama para fazer um Refis e parcelar a dívida porque está precisando de dinheiro.

Então, há explicação para o Bradesco, Itaú, Santander dever a previdência? Não há, com os lucros que vemos, que publicam aí. Estão esperando um benefício. Quer dizer, não convence essa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A reforma, como um todo, não estou dizendo... Há ajustes a fazer, inclusive cobrar, inclusive depositar. A primeira coisa que se deveria fazer é primeiro depositar todo o dinheiro que tem que ir para o caixa da previdência, depois ver quanto vai dar, para, depois, ver de que reforma precisamos. Temos uma CPI para ser instalada, e vamos querer exatamente saber não para fazer palanque, mas para estudar o caixa da previdência para ver se é verdade, para ver quem está com a razão. Há muitos números. Até um tempo desses, ninguém questionava a Anfip. Agora, como há uma PEC tramitando, questiona-se a Anfip. Então, vamos ver, vamos botar os números, vamos contratar uma auditoria externa e vamos estudar a previdência nessa CPI para ver realmente onde está o furo. Se houver, vamos sentar e pensar a reforma de que precisamos, e não jogar um pacote que foi discutido com banqueiros, com seguradoras. É só olhar a agenda do Sr. Marcelo Caetano, olhar com quem ele se reuniu de julho a setembro, é só olhar o mercado de previdência, que já aumentou, parece, em 20%. Já aumentou o mercado de previdência privada. Então, sempre o interesse dos ricos. A questão é esta: por que o pobre tem que pagar sempre?

Deixo esses questionamentos, essas considerações. Se há alguma coisa a responder, depois vocês respondem no decorrer do debate.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Regina, pela participação como sempre tão competente e qualificada que V. Exª faz.

Quero registar a presença do Senador Valadares.

Temos o Sr. Gilmar Dominici, Secretário Executivo da Associação Brasileira de Municípios, a quem vou passar a palavra. Antes, pergunto ao Senador Valadares se S. Exª quer dar uma palavrinha agora ou depois.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, agradeço a V. Exª pela oportunidade. Eu estava em outras Comissões, inclusive na CMO, que está, neste momento, sem o número legal de componentes dos partidos. Mas tive que comparecer na condição de mais antigo da Comissão, o que demandou um certo tempo para eu chegar aqui. Peço desculpas a V. Exª e aos convidados.

Enalteço a iniciativa desta Comissão em debater assunto tão polêmico como é o da previdência, notadamente a previdência municipal, tão desconhecida do Senado, do Congresso Nacional e da própria sociedade brasileira;

Fala-se muito na previdência da União, mas pouco se fala da previdência dos Municípios, cujas dificuldades vêm se acentuando ao longo dos anos. Eu já fui prefeito, comecei minha vida política como prefeito, e, na época, não existia essa dificuldade que existe hoje para se criar um fundo e lhe dar sustentabilidade, garantindo, assim, a aposentadoria dos servidores da prefeitura. Na época, eu só tinha um cargo em comissão, quando eu era prefeito. De lá para cá, as prefeituras encheram, lamentavelmente, seus quadros não só de servidores concursados, mas também de cargos em comissão. Isso, sem dúvida alguma, contribuiu para inchar a máquina administrativa e gerar mais obstáculos a um bom equilíbrio fiscal nas prefeituras. Quero saber da Mesa, talvez seja através do Sr. Vilson Antonio Romero, Presidente da Anfip, se há algum dado relacionado aos Municípios do Estado de Sergipe, algumas informações. Quero me inteirar uma vez que represento o Estado, da situação da previdência reinante nos Municípios de Sergipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agradeço a todos.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senador Valadares.

Vamos fazer o seguinte: passar a palavra para o Gilmar, Senador Valadares e Senadora Regina, e imediatamente voltamos a palavra aqui para a Mesa, até porque a Senadora Regina fez questionamentos tanto ao Romero quanto ao Max. Ele vai usar a palavra, porque houve questionamento também em relação à posição da CNM.

Com a palavra o Gilmar, que representa aqui a Associação Brasileira de Municípios.

O SR. GILMAR DOMINICI – Saúdo a Senadora Fátima Bezerra, a todos da Mesa.

É uma satisfação estar aqui representando a Associação Brasileira de Municípios na discussão de um tema tão importante como esse.

Faço questão de ressaltar que esse debate da reforma da previdência sob o enfoque dos Municípios não está sendo tão comentado e tão debatido como deveria ser. Por isso, é muito importante esse momento. Além do que foi falado aqui, acho importante ressaltarmos outro problema grave com relação à reforma da previdência.

Vemos aqui o impacto que a previdência tem na economia dos Municípios. Agora, há outro detalhe importante, que tem a ver com os Estados do Norte e Nordeste, que são Estados com baixa arrecadação própria. São cidades com receitas próprias muito baixas, com base de arrecadação baixa, com problemas de capacidade de gestão, que fazem com que as receitas dos Municípios sejam baixas, altamente dependentes de transferências constitucionais. Essa é uma realidade que todos nós conhecemos.

Sabemos que, com a mudança da previdência, principalmente nesses Municípios que têm economia rural, vamos ter um contingente muito grande de desempregados e de trabalhadores que dependem da prefeitura. Então, ela vai ser prejudicada por conta da queda na arrecadação, da queda no comércio e, ao mesmo tempo, vai ser sobrecarregada por conta de ter que atender a essas demandas sociais, que vão ficar em aberto em razão do fato de que se vai diminuir o número de pessoas que estão recebendo. Muitos vão estar desempregados, porque já atingiram uma idade em que não conseguem trabalhar. O trabalhador rural, como sabemos, tem dificuldades de, principalmente no Nordeste, altas temperaturas, situações completamente diferentes das de outras regiões do País, e irão atrás da prefeitura para poderem ser atendidos.

Então, a prefeitura vai ter queda na arrecadação, na movimentação da economia local, e, ao mesmo tempo, vai ter que atender a demandas desses trabalhadores que vão ficar desempregados e vão ficar dependentes de políticas públicas municipais muito mais do que são hoje. Acho que esse é outro ponto importante.

Vamos ver, se olharmos os relatórios dos últimos dois anos – esta semana a revista *Multi Cidades* trouxe os dados – a queda de arrecadação do FPM e de outras transferências dos Municípios. Houve queda, pela primeira vez, no Imposto sobre Serviços, uma queda acentuada. Tudo isso recai sobre os Municípios, porque eles dependem dessas transferências ou dessa arrecadação própria para fazer frente às suas contas. Estamos vendo que, com a reforma da previdência, teremos um impacto negativo na economia dos Municípios e uma sobrecarga nas prefeituras municipais, que vão ter que atender a essas demandas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há outra observação, da Senadora Regina, com que eu gostaria de concordar. Fui prefeito de Franca, São Paulo, de 1997 até 2004. Na época, tentei aprovar a criação de um regime próprio de previdência em Franca. Felizmente, a Câmara Municipal não aprovou.

Hoje muitos Municípios estão em situações que V. Exª relatou aqui, porque, mesmo tendo a restrição do certificado de regularidade previdenciária, temos muitos Municípios que vão fazer o quê? Na hora da dificuldade, vão financiar o seu déficit cortando o repasse dos fundos municipais de previdência. Então, são esses pontos que acho importantes serem colocados. A ABM estará à disposição para debater e continuar discutindo.

Quero, mais uma vez, parabenizá-las, principalmente as Senadoras aqui, por terem pautado esse tema. Acho importante os Municípios e as entidades municipalistas refletirem mais sobre o que significa isso. É claro que um olhar de dizer: "Quanto mais restrição houver, vai dificultar para os regimes próprios, e facilitaria para os Municípios", vamos dizer assim, nos faz pensar qual o custo disso, dos reflexos da diminuição do número de aposentados e das demandas que citei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILMAR DOMINICI – Então, acho que acerca disso tudo é importante refletirmos, e estamos à disposição.

Parabéns a todos pela iniciativa! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço ao Gilmar também por sua importante contribuição.

Vamos agora passar a palavra para a Mesa, a começar por Vilson Romero, para responder os questionamentos do Senador Valadares e da Senadora Regina. Em seguida, Max também.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – V. Exª me permite, Senadora Regina e Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – É que vou ter que me retirar para uma nova reunião.

Eu gostaria de ouvir a explicação de V. Sª.

Agradeço.

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Como eu não trouxe um detalhe específico sobre Sergipe, mas sabemos que há duas vertentes: uma é o grande endividamento dos Municípios com o INSS e a outra é a importância do repasse a cada um dos setenta e poucos Municípios do Estado, me comprometo a, nesta semana ou, no mais tardar, no início da próxima, enviar ao gabinete de V. Exª, Senador. Vou pedir para a nossa equipe providenciar esse levantamento e repassá-lo a V. Exª. Perfeito?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VILSON ANTONIO ROMERO – Muito obrigado.

A Senadora Regina falou muito claramente sobre a desigualdade da reforma, e é um fato. Outro enfoque que foi pouco tratado é o fato de que a reforma abre a possibilidade de que os fundos de previdência complementar nos Municípios sejam negociados com o mercado. Disso ninguém lembra. Será que os senhores prefeitos estão tão ambiciosos de poderem negociar no mercado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

aposentadoria daqueles que ganham um pouquinho mais acima do teto do INSS? Esta possibilidade é extremamente nefasta.

Já estamos olhando com desconfiança a Funpresp, a possibilidade de os fundos municipais aderirem à Funpresp. Eles, que têm governança regrada, controle de Previc, mas imaginem se a cada Municípios for se vincular uma corretora ou um banco de investimentos para poder colocar lá todo o recurso oriundo daquilo que o servidor que ganha um pouquinho mais carreia para a sua aposentadoria. Então, essa porta aberta que a PEC originalmente traz é muito mais preocupante também. Obviamente, temos que continuar esse debate. Há um longo caminho ainda. Foi recém-instalada a comissão especial, mas, com certeza, a serenidade e o exercício do debate farão com que o movimento municipalista tenha uma visão um pouco mais crítica dessa reforma, não simplesmente buscando, digamos assim, minorar os problemas decorrentes do endividamento com o INSS, que é pesado, a gente sabe, mas também olhando para todo o conjunto dos servidores que será atingido, bem como a movimentação da sua economia, não somente com o olhar na arrecadação do ISS, mas do conjunto de tributos que, depois, origina o Fundo de Participação.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra, agora, o Sr. Max Telesca, representando aqui a Confederação Nacional de Municípios.

O SR. MAX TELESCA – Obrigado, Srª Presidente.

Só para falar sobre a questão de os prefeitos defenderem. A questão é que acorrem, diariamente, à Confederação Nacional de Municípios dezenas de prefeitos com problemas gravíssimos de endividamento. Eu estou aqui pegando o gancho do nosso representante da Anfip: não é que o endividamento é pesado; o endividamento vai inviabilizar as prefeituras, mas isso é bastante significativo quando o próprio Ministro do Tribunal de Contas da União, o antes Senador Vital do Rêgo, diz o seguinte no final do ano passado... Colho aqui o que foi divulgado pela imprensa no final do ano passado, uma entrevista que ele deu, dizendo que o acórdão do Tribunal de Contas determinou à Casa Civil que realizasse uma reforma da previdência nos RPPSs.

> O Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, afirmou que o sistema de previdência social nos Estados e Municípios é uma verdadeira bomba relógio, o que demonstra a necessidade de uma reforma previdenciária.

Então, na verdade, o que tem acontecido? Eu trouxe aqui um dado da Confederação: 1.450 Municípios estão com o FPM zerado neste início de ano. E 1.450 Municípios são, praticamente, a quarta parte dos Municípios brasileiros, ou melhor, são mais que uma quarta parte, pois são 26% dos Municípios brasileiros que, hoje, estão com o FPM zerado no início do ano. Isso também vai gerar um impacto na economia local.

E isso significa o quê? Significa menos investimentos e, mais do que isso, significa o que é mais básico: a prefeitura não vai ter como pagar salário. Já está acontecendo isso em Porto Alegre – e fui servidor do Município de Porto Alegre. Porto Alegre, todo mundo sabe, está parcelando salários. Imaginem então o que acontece com o pequeno Município!

Então, a questão da dívida previdenciária deve ser observada, sim, mas em conjunto com essa reforma. A Confederação Nacional de Municípios entende também o viés do gestor, que conhece a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realidade local e sabe que a microeconomia vai sofrer em determinado ponto. E o que está acontecendo agora? Vai faltar dinheiro para pagar salários. São 1.450 Municípios com o FPM zerado no início do ano.

A dívida com a previdência é a seguinte, ou seja, a dívida com as dívidas das contribuições previdenciárias – e é um cálculo bastante simples. Vocês vão se lembrar de que, na década de 90, fazia-se o mesmo cálculo, quando se comprava um apartamento no Brasil pelo FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais). A parcela era pequena. Então, quando se faz, hoje, um parcelamento junto ao INSS, a parcela que o Município paga – e muitas vezes não consegue pagar, porque vai ter que refinanciar – é corrigida por um determinado índice, mas o saldo devedor é corrigido por outro índice.

Então, em 2013, foi feito esse parcelamento, e a dívida, hoje, quando se vai... A parcela não consegue abater o saldo devedor. E, quando se chega ao final do parcelamento – quem chegar ao final do parcelamento, porque isso é praticamente impossível neste momento –, há ainda a pagar três vezes o valor da dívida.

Então, o que a Confederação Nacional de Municípios busca é, sim, uma visão para a dívida previdenciária, porque vai estourar, já estourou, e isso não é que vai ser pesado, mas inviabiliza o sistema da previdência municipal, sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos passar a palavra, agora, ao Guilherme para as suas considerações gerais.

Em seguida, eu vou fazer também as minhas considerações, Senadora Regina, para, então, nós encerrarmos a presente audiência.

O SR. GUILHERME DELGADO – Bom, eu havia entendido o tema desta palestra... Mas é bom, porque, no desenrolar, a gente vê outras questões. Eu havia entendido que nós tínhamos de tratar da Previdência Social, porque o Regime Geral de Previdência Social é aquele que tem vínculo com a seguridade social e tem objetivos de natureza equalizadora do ponto de vista social. A previdência do setor público tem outra conotação, tem outra construção institucional; é a previdência dos chamados estamentos burocráticos do Estado, muito diferenciados e que têm, digamos assim, alguns direitos e alguns privilégios. Portanto, a gente tem que separar o joio do trigo. Em terceiro lugar, há a previdência privada, que a PEC também introduz lá. Mas Previdência Social, previdência do serviço público e previdência privada são três conceitos distintos. Se a gente chamar tudo que é previdência e colocar num bolo só, cria uma confusão razoável.

Vejam só: a questão da vinculação da previdência do serviço público à previdência complementar privada, que é um tema do qual eu nem tratei, porque não tem nada a ver com a melhoria da qualidade da economia dos Municípios. Não tem nada a ver! Vejam bem! E não tem nada a ver com resolução do desequilíbrio fiscal. Pelo contrário, no curto prazo, você agrava o desequilíbrio fiscal, porque você renuncia – o ente estatal, seja ele a União, os Estados ou os Municípios – à contribuição dos servidores públicos acima de R$5.531 e renuncia à contribuição estatal a um fundo de previdência complementar privado, ao mesmo tempo em que os inativos ficam todos sob a responsabilidade do setor público.

Então, você tem um interregno de 35 anos de acumulação de contribuições estatais para um ente que já está endividado. Como é que isso é solução do problema fiscal? Essa é uma parte do problema. Isso resolve o problema dos fundos privados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho, sim, que existe um problema nas previdências dos Estados e Municípios, mas não é essa equação que está na PEC que resolve. Portanto, eu nem tratei desse assunto, porque eu acho que isso não tem nada a ver com igualdade social; isso tem a ver com acumulação financeira para financiar fundos de infraestrutura, se for o caso, ou para outros objetivos. Agora, do ponto de vista da Previdência Social, que é o Regime Geral de Previdência Social, cujo piso é um salário mínimo e cujo teto é de R$5.531, aí sim, porque aí estão concentrados 70% dos benefícios de um salário mínimo e, no caso da Previdência Rural, 99%. Aí, sim, nós temos uma clara relação da economia previdenciária com a economia dos Municípios pequenos, dos pequenos agricultores, etc.

E acho, para finalizar, porque senão fica uma outra exposição, que o objetivo "coesão nacional" – e nós estamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado Federal – é o objetivo básico da Previdência Social, ou seja, é manter, do Oiapoque ao Chuí, o mesmo sistema de Previdência Social, igual e geral. Já as previdências do setor público são diferentes: cada Estado tem a sua. Mas a Previdência Social é única; e é a única que tem o objetivo de equidade social. É para isso que você cria as contribuições da seguridade.

Então, eu acho que a gente tem que separar o joio do trigo. Essa é a discussão de coesão nacional; essa é a discussão de equilíbrio federativo; essa é a discussão de representação regional. E a Casa para dar a última palavra é esta aqui. Não é por qualquer razão que os nove Estados do Nordeste e os sete Estados da Região Norte, 16 Estados ao todo, congregam aqui a maioria da representação do Senado, ou seja, eles têm a responsabilidade de pensar do ponto de vista de equilíbrio federativo, e é por isso que a representação aqui é diferente da que se verifica na Câmara.

Fico por aqui. Já falei muito.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos, mais uma vez, agradecer aos convidados que aceitaram o nosso convite. Consideramos o debate que se travou aqui extremamente importante, debate este que terá continuidade – não é, Senadora Regina? –, até porque nós não estamos tratando de um tema qualquer; nós estamos tratando de um tema que é muito caro à vida do povo brasileiro, a previdência do Brasil.

Hoje, pela manhã, por exemplo, nós participamos de um debate cujo tema era a reforma da previdência e seus efeitos sobre os policiais e sobre os trabalhadores em educação. E, lá, a Profª Bia dizia que, por mais legítima que seja a preocupação, hoje, das mulheres, dos policiais, dos professores, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, porque a proposta de reforma da previdência do Governo Michel Temer ataca ainda mais duramente esses segmentos, não obstante isso, não se trata aqui de uma disputa entre categorias. Na verdade, trata-se aqui de uma disputa do ponto de vista de garantir o direito sagrado do povo brasileiro a ter a sua aposentadoria digna e justa. Lembremos, Prof. Guilherme, inclusive, que é por meio da Previdência Social do Brasil, que ainda está longe de ser a previdência ideal, que mais de 90 milhões de pessoas, de norte a sul, têm direito à sua sobrevivência.

Então, vejam bem: quando nós trazemos esse debate aqui sobre qual o impacto que essa mudança que o Governo quer fazer no sistema nacional de aposentadoria do povo brasileiro, nós o fazermos pensando exatamente sobre qual o real impacto real que essa reforma vai gerar na vida de cada cidade, na vida de cada família, na vida dos Estados, na vida da Nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esta aqui é a Casa do contraditório. É importante que a Confederação Nacional de Municípios esteja presente para expressar o seu ponto de vista, assim como a Associação Brasileira de Municípios, mas, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, juntamente com a Senadora Regina, eu quero aqui dizer que o nosso objetivo aqui é exatamente alertar para as consequências drásticas que essa reforma trará para a vida dos Municípios brasileiros, em especial dos pequenos Municípios. E por quê? Porque, como foi colocado aqui, os benefícios pagos pela Previdência Social são o principal motor da economia em sete de cada dez Municípios do País. Não fossem os benefícios previdenciários, a maioria dos Municípios estaria na barbárie.

A Previdência Social pública brasileira é o maior sistema de redistribuição de renda do mundo. O impacto nas pequenas cidades, com menos de 50 mil habitantes, como nós verificamos aqui – e a Senadora Regina falou com muita propriedade –, será gigantesco. Então, eu acho que nós temos aqui a responsabilidade de compreender. Vejam bem: ninguém está aqui negando o debate sobre os ajustes que precisam ser feitos; agora, o que nós não podemos aceitar, de maneira nenhuma, é que, de repente, esses ajustes sejam feitos, o ajuste fiscal ou qualquer outro, às custas do sacrifício do povo brasileiro.

Eu fico assim, às vezes, imaginando, Senadora Regina, que somente neste momento estranho que o País vive, de ruptura democrática, de um governo que não entra pela legitimidade do voto na urna, é que se poderia fazer tal coisa da maneira como se está fazendo.

Os números do Ipea que o Prof. Guilherme apresentou aqui são muito claros. Ou seja, se você pensar, com esse sistema de proteção social, antes de 1988 e a partir de 1988, perceberá o quanto o Brasil avançou como um Estado que não pode abrir mão, de maneira nenhuma, da defesa da cidadania, da defesa da dignidade; um Estado que não pode abrir mão, de maneira nenhuma, do seu papel de proteger direitos sociais fundamentais da sua população.

Então, é nesse sentido que também quero dizer aqui o seguinte: com todo o respeito, lamento profundamente a posição da Confederação Nacional de Municípios. Acho que a CNM deve parar para refletir melhor sobre isso, até porque essa posição que a CNM está apresentando aqui não reflete, de maneira nenhuma, o que a gente está constatando pelo Brasil afora. Pelo contrário, são os prefeitos e prefeitas com as mãos na cabeça, imaginando, repito, o impacto violento que isso terá na economia das suas pequenas cidades, da bodega da zona rural, Regina, da mercearia e do pequeno mercadinho da cidade, de repente, se a gente tiver de passar por uma catástrofe social como essa que seria a adoção dessas regras. É você praticamente inviabilizar direitos sociais, como o Benefício de Prestação Continuada e como o direito à previdência rural, à aposentadoria do trabalhador rural.

Então, o que precisamos fazer aqui? Digo isso só para concluir. Vejam bem: temos insistido que, quando fazemos a crítica à proposta de reforma da previdência, tanto do ponto de vista do método, quanto do ponto de vista do seu conteúdo, não fazemos a crítica pela crítica, até porque temos clareza de que há outras saídas que deveriam ser adotadas, como a Anfip e várias entidades, inclusive, têm colocado, como, por exemplo, uma política econômica que estimule o crescimento da produção e o emprego, ampliando a arrecadação; a revisão do fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas; e a revisão das isenções previdenciárias para as entidades filantrópicas. Enfim, há várias alternativas para, se necessário for, fazer o equilíbrio atuarial, ou seja, lá o que for preciso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que nós não podemos de maneira alguma aceitar, repito, é uma proposta que vêm ancorada numa mentira, a de que há déficit, a de que há rombo, o que não existe. Por que o Governo fugiu até agora, por exemplo, da CPI da previdência? Porque essa seria uma boa oportunidade para aprofundarmos o debate. O que não podemos aceitar, concluo mesmo, é uma proposta que tem uma lógica de muita desumanidade, de muita crueldade.

Prof. Guilherme, hoje, aqui, o senhor disse uma coisa que sempre tenho adotado no debate que temos feito sobre a previdência. É impressionante e, por que não dizer, um insulto querer estabelecer uma regra única para um país do tamanho do nosso, com todas as desigualdades que este País traz do ponto de vista social, do ponto de vista regional, como colocamos no debate aqui em curso!

Então, agradeço a todos e a todas.

Nós vamos tirar, Senadora Regina, desta reunião, desta audiência pública, um comunicado, uma nota, para que possamos distribuir para as Câmaras Municipais, para os movimentos sociais, para a confederação, para a Associação Brasileira de Municípios. Que possamos divulgar essa nota País afora, chamando a atenção para o que foi feito aqui, mostrando o impacto gigantesco que essa reforma trará para a economia das pequenas cidades, pela regra totalmente injusta que ela adota.

Mais uma vez, chamo todas e todos para cerrar fileiras. Acho que uma proposta como essa não pode prosperar de maneira alguma. Seria muito bom se, no dia 28 de abril, quando, mais uma vez, os movimentos sociais, os movimentos populares, amplas parcelas da sociedade estarão nas ruas lutando contra essa proposta de reforma, mais e mais prefeitos, Gilmar, pudessem aderir também a essa mobilização, porque o que estamos defendendo aqui é a cidadania das cidades, é a cidadania do nosso povo, para que ele tenha direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando-os para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se no dia 26 de abril do corrente ano, às 10h, com a presença do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que apresentará as ações da pasta para os próximos dois anos.

Esta Presidência, mais uma vez, agradece a disposição dos convidados em comparecer à nossa Comissão.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Fátima Bezerra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Hélio José, Elmano Férrer, Waldemir Moka, João Alberto Souza, Romero Jucá, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Ângela Portela, José Pimentel, Davi Alcolumbre, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Lídice da Mata, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: Criação de Grupo de Trabalho com o intuito de acompanhar as obras da integração das bacias do Rio São Francisco, definição de seu plano de trabalho e cronograma. Resultado: Realizada a reunião. A secretaria de apoio da CDR aguarda a indicação de senadores membros que desejem compor o GT. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22 de 2017 - "Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que planeja promover demissão de funcionários e reduzir sua rede de atendimento e de serviços nos estados e municípios." Autoria: Senador Paulo Rocha. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pelas Senadoras Lídice da Mata e Fátima Bezerra. Acrescido no rol de convidados o nome do Sr. José Aparecido Gimenes Gandará, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos de Trabalhadores dos Correios. ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23 de 2017 - "REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR para debater a abertura de 100% do capital das companhias aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro." Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pela Senadora Lídice da Mata. ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 25 de 2017 - "Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realize diligências na forma de Ciclo de Debates de modo a constituir suficiente reflexão, no curso do debate com especialistas e entidades relevantes no campo, sobre o uso do gás natural no processo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso. Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento, a ser realizado, preferencialmente, em 28 de maio de 2017, no Auditório da Assembleia Legislativa de Mato Grosso." Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 26 de 2017 - "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2017, que solicitou a realização de audiência pública para debater a importância da Educação para o Desenvolvimento Regional, a ser realizada no dia 17 de maio do corrente, seja convidado o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco – Univasf, o Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima, ou de representante por ele indicado." Autoria: Senador Armando Monteiro. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pela Senadora Fátima Bezerra, com a alteração da data de realização para o dia 31 de maio de 2017. ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 27 de 2017 - "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a Economia das Festas Juninas." Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. Observações: Subscrito pela Senadora Fátima Bezerra. Acrescido no rol de convidados representante do evento "Mossoró Cidade Junina". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Fátima Bezerra

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em virtude da impossibilidade do comparecimento do Sr. Ministro das Cidades à 7ª Reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Extraordinária, desta Comissão, esta foi cancelada. Na realidade, ele me ligou ontem, Senadora Lídice, adiantando que o Presidente da República, em função do interesse que eles têm na aprovação da reforma da Previdência... O Ministro das Cidades foi um dos escolhidos para ser exonerado nesta quarta-feira.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Nesta rodada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nesta rodada.

Naturalmente, é claro, na hora em que ele é exonerado, não faz sentido, de maneira alguma, ele vir aqui, à Comissão. De pronto, nós a cancelamos, e eu solicitei a ele que pudesse, o mais urgentemente possível, através da sua assessoria, apresentar uma nova data, para que nós retomássemos a audiência. E, assim, ele se colocou inteiramente à disposição.

Esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que, portanto, não pode prescindir de maneira nenhuma de travar o debate com uma Pasta de tamanha importância para o desenvolvimento regional, que é exatamente o Ministério das Cidades, até pelas atribuições que tem o Ministério das Cidades nas políticas de mobilidade urbana, de saneamento, de habitação etc.

Enfim, eu disse a ele que daria conhecimento à Comissão, e ele ficou, através de sua assessoria, de entrar em contato com a nossa assessoria para definir uma data mais breve.

Diante disso, a 8ª Reunião, Extraordinária, que ocorreria logo após a audiência do Sr. Ministro das Cidades, tem a sua numeração alterada.

Dessa forma, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Como temos número regimental para a realização da presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Esta Presidência solicitou ao Ministério da Integração um parecer técnico com informações oficiais sobre a retomada das obras da primeira etapa do Eixo Norte do projeto de integração do Rio São Francisco, conforme tomamos conhecimento pela imprensa, inclusive a do meu Estado, de que as obras dessa etapa estão previstas para serem retomadas ainda nesta semana.

Quero ainda aqui acrescentar que, ontem, Senadora Lídice, tivemos uma nova informação que nos deixou bastante preocupados: depois de o Ministro anunciar que, no chamado Eixo Norte, a obra estaria sendo reiniciada, ontem, à noite, a imprensa noticiou que uma das empresas que participou do processo licitatório entrou formalmente com um novo questionamento e que o Tribunal de Contas da União suspendeu, portanto, a retomada do início da obra, o que fez com que nós, hoje, enviássemos um novo ofício ao Ministro da Integração Nacional.

Inclusive, se a assessoria do Ministério da Integração Nacional estiver aqui presente, eu gostaria que nos ajudasse, para que essa resposta chegasse o mais breve, o mais urgentemente possível a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Comissão, mostrando em que pé realmente se encontram, neste exato momento, as condições do ponto de vista técnico para a retomada da obra do Eixo Norte, uma obra importantíssima, que vai levar a água do São Francisco para o Rio Grande do Norte, para a Paraíba e para o Ceará.

Aproveito aqui também para registrar as manifestações recebidas pelo e-Cidadania relativas à vinda do Ministro das Cidades, Bruno Araújo, que serão respondidas por ele em data oportuna. Quero registrar os nomes de Luiz Carlos Martins Ribeiro, de São Paulo; Rose Tayar; Nilcea Rodrigues; Octavio, entre outros. Repito: em momento oportuno, quando da vinda do Ministro, nós traremos aqui as perguntas formuladas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é destinada a tratar sobre a criação do Grupo de Trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com o intuito de acompanhar as obras de integração das bacias do Rio São Francisco, com a definição tanto do seu plano de trabalho quanto do seu cronograma de funcionamento; a segunda é destinada à deliberação de requerimentos.

Vou só dar conhecimento, Senadora Lídice, e faremos o debate na próxima reunião... V. Exª está lembrada de que, quando daquela audiência pública para tratar da questão da obra do São Francisco, precisamente no que diz respeito à retomada do Eixo Norte, naquela ocasião, nós aqui propusemos, e foi aceito por unanimidade, a criação de um grupo parlamentar de trabalho para acompanhar as obras da integração das bacias do São Francisco. A nossa ideia é a de que, primeiro, o grupo seja integrado, obviamente, pelos Senadores e Senadoras que demonstrarem e desejarem participar; depois, a de que o grupo tenha também a participação de representantes do Ministério Público, da Igreja e das Assembleias Legislativas, pelo quanto as Assembleias Legislativas têm desempenhado um papel muito importante no acompanhamento da obra do São Francisco. Então, esse é o formato da Comissão, contando com a participação também de uma representação do Ministério da Integração Regional. Esse é o formato da Comissão.

Eu pediria à assessoria da nossa Comissão, Senadora Lídice, se V. Exª concordasse, que nós já remetêssemos ofícios para os demais Senadores, dando ciência da proposição de criação do grupo parlamentar, para que pudéssemos receber a indicação dos Parlamentares que queiram fazer parte do grupo parlamentar, para que pudéssemos também oficiar as Assembleias Legislativas, para que pudéssemos oficiar a Igreja, enfim, para que tenhamos a constituição desse grupo o mais urgentemente possível.

Quero lembrar à assessoria da Comissão que ficou deliberada naquela audiência pública a realização de audiências públicas, desta vez inclusive nos Estados, no que diz respeito ao Eixo Norte, que compreende Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. E temos outra vertente a ter seu acompanhamento, que foi proposição da Senadora Lídice, que é a vertente que trata exatamente da revitalização da Bacia do São Francisco.

Então, Senadora Lídice, podemos encaminhar dessa maneira, para que os Senadores que desejem participar possam fazer sua inscrição, para que, repito, esse grupo parlamentar seja instalado o mais breve possível, porque nós queremos realizar essa rodada de audiências públicas. Coloco aqui para a Comissão que, a partir de 1º de junho, nós já queremos fazer essa rodada de audiências públicas.

Encerrada esta primeira parte da reunião, vamos dar início à segunda parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo de autoria do Senador Paulo Rocha. Ele aqui se encontra? (*Pausa.*)

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 22, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que planeja promover demissão de funcionários e reduzir sua rede de atendimento e de serviços nos Estados e Municípios.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Presidenta, quero lhe dar minhas congratulações. Seja muito bem-vinda após essa viagem importante que V. Exª fez para participar do Parlasul, onde foi também integrar a organização do seminário sobre educação entre os países que integram o Mercosul.

Eu queria, cara Presidente, subscrever esse requerimento do Senador Paulo Rocha, que me pediu isso, porque ele não vai poder estar aqui presente.

Considero que é um debate importante que podemos fazer também aqui, já que se trata de uma empresa que tem uma capilaridade muito grande no País inteiro e, portanto, dentro do contexto do desenvolvimento regional.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, igualmente, eu me associo à iniciativa de V. Exª e subscrevo o requerimento. Parabenizo o Senador Paulo Rocha.

Acho que uma Comissão como esta, que trata de desenvolvimento regional, não pode de maneira nenhuma ficar alheia a mais uma medida desastrada do Governo Federal, que são os planos, que estão em curso, de privatização dos Correios. Trata-se do desmonte, na verdade, de uma instituição que o Brasil inteiro reconhece, pela importância estratégica que ela tem, assim como pelo caráter social que ela tem. É inaceitável isso! É inaceitável mesmo!

Então, parabenizo o Senador Paulo Rocha e subscrevo também o presente requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero também, Senadora, acrescentar o nome do Sr. José Aparecido Gimenes Gandara, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o acréscimo proposto pela Senadora Lídice da Mata, para que faça parte também do debate...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual é o nome, Senadora Lídice, que a senhora propôs? É o Sr. José...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – José Aparecido Gimenes Gandara.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.! A Assessoria tomará as providências para oficiá-lo do convite.

Vamos para o item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 23, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater a abertura de 100% do capital das companhias aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro.

Autoria: Senador Jorge Viana

Como o Senador não se encontra presente, a Senadora Lídice, por favor, poderia...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Posso, posso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Posso subscrevê-lo, sim, com o maior interesse.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu o subscrevo, Senadora.

Nós já tivemos a iniciativa de aqui propor a realização de uma mesa-redonda, de uma audiência pública para tratar sobre a situação dos aeroportos brasileiros, sobre os novos projetos de aeroportos; sobre a aviação nacional e regional, com a vinda aqui de diversas entidades para debater a questão do ICMS; e também sobre as novas tarifas que as empresas pretendem cobrar pelas bagagens. Agora, este tema está sempre presente na discussão quanto ao desenvolvimento do turismo, na discussão com as empresas sobre sua sobrevivência, especificamente: a ideia, como se costuma dizer, da abertura de 100% do capital das empresas brasileiras de aviação ao investimento estrangeiro. Esse é um debate que o Governo está colocando, está anunciando, e acho que esta Comissão tem tudo a ver com essa discussão. Independentemente de ser uma opinião contra ou a favor, nós não podemos deixar de debater a questão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senadora Lídice!

Em discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O item 3 é de autoria do Senador José Medeiros. Como ele não se encontra presente aqui, vamos passar para o item 4, que é de autoria do Senador Armando Monteiro. Como ele também não se encontra, nós vamos passar para o item 5, que é de autoria da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 27, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II e V da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) com a finalidade de debater a Economia das festas juninas.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Concedo a palavra à Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, nós já aprovamos aqui outra audiência. Eu queria propor que esta audiência se juntasse à outra, que foi a audiência sobre economia criativa e desenvolvimento regional, para que nós transformássemos isso num seminário com duas mesas-redondas: a primeira já foi aprovada, e a segunda seria esta, para tratarmos da economia criativa das festas juninas em todo o Brasil, especialmente no Nordeste.

Solicito a presença do Sr. Domingos Leonelli, Presidente do Instituto Pensar, na Bahia, ex-Secretário de Turismo da Bahia e ex-Presidente do Fornatur (Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo); do Sr. Paulo Tear, produtor cultural e organizador que tem grande conhecimento sobre a organização das festas juninas no Brasil; do Sr. Carlos Oliveira de Brito, que, há algum tempo, vem solicitando que nós pudéssemos trazer a esta Casa e a esta Comissão a discussão sobre a organização das quadrilhas juninas no São João brasileiro, sobre a força desse movimento e sobre toda a sua cadeia produtiva e que é Presidente da Confederação Brasileira de Entidades de Quadrilhas Juninas (Confebraq); da Srª Edilane Oliveira, produtora do São João do Cerrado, que ocorre em Brasília; da Srª Catharine Bento Brasil, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande; e do Sr. João Melo Neto, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Economia Criativa de Caruaru.

Estas são algumas das principais referências de cidades que têm experiências positivas muito bem desenvolvidas de arranjo produtivo do São João no Brasil: Campina Grande, na Paraíba; Caruaru, em Pernambuco; Brasília, com o São João do Cerrado. Essa visão mais geral do que é o São João do Brasil pode ser representada tanto pelo depoimento do ex-Secretário Domingos Leonelli como pela participação do Sr. Paulo Tear, com a experiência do São João privado que ocorre na Bahia, também com as festas que chamamos "festas de camisa", com muito sucesso, além da discussão com a Confederação Brasileira de Quadrilhas Juninas.

Era isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, quero parabenizá-la e pedir a V. Exª para eu subscrever também o presente requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida, isso muito me honra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero pedir a V. Exª para fazer um aditamento ao seu requerimento para que nós possamos trazer aqui também um representante do Rio Grande do Norte.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida!

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós temos o Mossoró Cidade Junina. Mossoró é a segunda cidade mais importante do Rio Grande do Norte, e o Mossoró Cidade Junina, sem dúvida alguma, insere-se no calendário das festividades juninas em nível nacional como um evento de cunho popular muito importante, que, a exemplo do que ocorre nos demais Estados, vem passando por muitas dificuldades. Isso se dá não só lá. Açu é outra cidade que desenvolve um São João muito tradicional, como também São José de Mipibu e várias outras cidades.

Enfim, sem maiores delongas, quero parabenizá-la pela iniciativa e pedir a V. Exª para aditar a presença de um representante do Rio Grande do Norte.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sem dúvida. É uma grande contribuição que V. Exª dá. A senhora pode indicar alguma associação ou uma pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu já acrescentei aqui a representação do movimento Mossoró Cidade Junina, que acho indispensável para que tenhamos um quadro mais completo de todo o Nordeste.

A sua assinatura, certamente, honra-me muito, cara Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigada, Senadora Lídice.

Em discussão o presente requerimento. (*Pausa.*)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Senador Medeiros quer pedir para voltar o item. Vamos fazê-lo, Senador.

Aprovado o requerimento constante do item 5.

Permita-me também, Senador José Medeiros, antes de passar à discussão do requerimento de V. Exª, voltar ao item 4, de autoria do Senador Armando Monteiro. Trata-se de requerimento que estou subscrevendo. Na verdade, apesar de o Senador Armando Monteiro não estar aqui, o requerimento dele é um requerimento de aditamento. Ele pede apenas que seja convidado o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima, ou um representante por ele indicado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 26, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2017, que solicitou a realização de audiência pública para debater a importância da Educação para o Desenvolvimento Regional, a ser realizada no dia 17 de maio do corrente, seja convidado o Magnífico Reitor da Universidade Federal do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vale do Rio São Francisco (Univasf), o Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima, ou de representante por ele indicado.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Na verdade, é um requerimento de aditamento, para que a Univasf possa participar de uma importante audiência pública, já aprovada por esta Comissão, que tem data para acontecer, dia 31 de maio, quando nós aqui traremos o debate sobre educação e desenvolvimento regional com foco na continuidade e expansão da educação profissional e tecnológica e do ensino superior, tendo como horizonte o Plano Nacional de Educação.

O Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) já foi contatado e vai participar. A Andifes, que é o colegiado que reúne os reitores e reitoras das universidades públicas de nosso País, vai participar. A Abruem (Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais) deve ser contatada também para participar. Nós vamos fazer um debate muito importante, repito, acerca de um tema essencial, fundante para uma política de desenvolvimento nacional e inclusive regional, que é o tema da educação.

Então, consulto os Srs. Senadores e Senadoras se querem discutir o presente requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós o colocamos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a ressalva de que a audiência não será realizada no dia 17 de maio do corrente, mas no dia 31.

Vamos passar agora ao item 3, de autoria do Senador José Medeiros.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 25, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realize diligências na forma de Ciclo de Debates de modo a constituir suficiente reflexão, no curso do debate com especialistas e entidades relevantes no campo, sobre o uso do gás natural no processo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso.

Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento, a ser realizado, preferencialmente, em 28 de maio de 2017, no auditório da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Autoria: Senador José Medeiros

Passo a palavra a V. Exª, Senador José Medeiros, para que faça a discussão e apresente o objetivo do seu requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Srª Presidente, Fátima Bezerra, minha conterrânea, esse requerimento se dá pelo fato de que nós já temos um gasoduto ali, um ramal que liga a Bolívia ao Mato Grosso, mas nós sentimos que há a possibilidade de Mato Grosso implementar uma política mais desenvolvida que possa contemplar o Estado de forma mais importante. Nós sentimos que começou, nos idos de 2004 e de 2005, a se desenvolver a política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

do gás, mas hoje ele está praticamente subutilizado, e o que nós queremos é discutir isso, para que possamos incrementar a matriz energética de Mato Grosso por meio desse debate.

Nós temos a possibilidade de fazer isso, e, nesse requerimento, solicito que, se possível, eu fique como representante para fazer esse debate lá, logicamente sempre convidando todos a que possam comparecer também, porque esse debate se refere a todo o Brasil.

É esse o tema do requerimento, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabenizo o Senador José Medeiros.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabenizo o Senador José Medeiros, porque, sem dúvida, esta Comissão tem de trazer o debate sobre estruturas fundamentais para o desenvolvimento, como é o tema do gás, a proposição em tela aqui, assim como a questão do petróleo e a questão da energia.

Então, está aprovado o presente requerimento.

Senador José Medeiros e Senador Elmano – principalmente o Senador Elmano, que é do Nordeste –, permitam-me dizer que dei conhecimento à Comissão de que vamos remeter aos Senadores e às Senadoras do Nordeste que desejem participar daquele grupo parlamentar para acompanhar as obras do São Francisco... É claro que, se outro Senador também quiser participar, ele será bem-vindo. É evidente que o foco maior é a questão do Nordeste. Nós pedimos aos Senadores e às Senadoras que desejem participar do grupo que o façam urgentemente, porque queremos agora, em maio, instalar esse grupo, uma vez que, a partir do início de junho, Senador Elmano, vamos começar aquela rodada de audiências públicas pelos Estados do Nordeste.

Eu disse, inclusive, agora há pouco, da nossa preocupação, porque, quando daquela audiência pública bastante exitosa, com a presença do Ministro da Integração Nacional, Dr. Helder Barbalho, ele deu conhecimento aqui do calendário de retomada do Eixo Norte do São Francisco. O senhor sabe que é por lá que vão chegar as águas ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, a Pernambuco e à Paraíba. Pois bem, a imprensa anunciou que a obra seria retomada nesta semana, mas, ontem, tivemos uma notícia muito ruim: uma das empresas que participou do certame licitatório entrou com uma ação na Justiça, e a Justiça concedeu uma liminar, suspendendo a obra novamente. Então, tudo isso nos preocupa muito. Certamente, uma das empresas alegou que teria sido preterida em alguma coisa, mas o fato é que a ordem de serviço estava para ser dada nesta semana. Ontem, tomamos conhecimento, através da imprensa, de que a liminar foi aceita e de que mandaram suspender a obra novamente.

Mas eu estou oficiando o Ministro, pedindo a ele esclarecimentos. Com certeza, o Ministro deve estar se empenhando para tentar resolver isso, porque o fato é que há prazo, há data e há dia para as águas chegarem a esses demais Estados; o prazo é dezembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Enfim, esse é apenas um motivo a mais para que a gente possa instalar esse grupo parlamentar o quanto antes, porque, além das obras físicas, esse grupo também vai acompanhar outra obra muito importante, que é a questão da revitalização da Bacia do São Francisco, que diz mais respeito ainda aos chamados Estados doadores.

Estou só dizendo isso porque seria muito bom que pudéssemos contar com sua participação.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Sobre o assunto, minha nobre Presidente, eu quero informar que fiz parte desse grupo de trabalho, no ano passado, juntamente com os Senadores Humberto Costa, Raimundo Lira e, parece-me, Jorge Viana. Então, seria interessante... Eu declinaria, uma vez que esse eixo não atinge o nosso Estado, o Estado do Piauí, mas eu sugeriria que os Senadores do Rio Grande do Norte – que não fizeram parte, parece-me, do grupo anterior –, do próprio Ceará, da Paraíba e de Pernambuco, ou seja, desses Estados envolvidos, tivessem prioridade, para que os Senadores tivessem uma participação mais efetiva.

Outro comentário, minha nobre Presidente, eu queria fazer agora: eu estive lendo o requerimento do nobre Senador Armando Monteiro, quando trata da Univasf, convidando o Magnífico Reitor daquela universidade regional de Petrolina. Quero dizer que eles têm uma unidade em São Raimundo Nonato, onde há o Parque Nacional da Serra da Capivara e a Fundação Museu do Homem Americano. A Univasf mantém um curso na área de Arqueologia na cidade de São Raimundo Nonato. Então, eu queria só me associar ao requerimento, embora tardiamente, porque cheguei atrasado, e me associar ao nobre Senador Armando Monteiro no que se refere ao convite do Magnífico Reitor da Univasf, para prestar alguns esclarecimentos nesta Comissão.

De outra parte, como é do conhecimento da nobre Presidente, nós temos um projeto em tramitação, que está aqui na Casa, que trata também da revitalização do Rio Parnaíba, em que falta a designação do relator. Nós gostaríamos, apenas a título de sugestão, considerando que o Rio Parnaíba une os Estados do Maranhão e do Ceará, aliás, do Piauí, que, sendo possível, tivéssemos, na relatoria, um Senador ou Senadora do Estado do Maranhão, no caso um Senador. Parece-me que quem tem assento aqui, como membro, é o Senador João Alberto.

É apenas uma sugestão, porque seria uma soma de esforços dos dois Estados, para que nós ficássemos voltados não somente para a revitalização do Velho Chico, mas também para a do Rio Parnaíba. Os estudiosos ambientalistas estão muito preocupados com a situação do rio, que está em processo de degradação, sem falar dos rios tributários, os afluentes pelo lado do Piauí.

Então, esse era um apelo que eu queria fazer à nobre Senadora no sentido de fazer a designação do relator desse nosso projeto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Elmano, sua sugestão já está acolhida. Pode, inclusive, conversar com o Senador João Alberto. Nós vamos designá-lo como Relator desse importante projeto de lei de V. Exª que trata da revitalização também de outra bacia hidrográfica muito importante do nosso País, que é o Rio Parnaíba. É muito importante a iniciativa de V. Exª.

Eu quero, inclusive, pedir isso à assessoria da Mesa. Quero comunicar aos Srs. Senadores que, para os projetos de lei que não têm relatorias indicadas ainda, nós estamos definindo a proposição desses relatores e relatoras, obviamente membros da nossa Comissão, ao longo desta semana. A sugestão já está acolhida. Nós vamos oficiar o Senador João Alberto para relatar o seu projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aproveito também, Senador Elmano, para sugerir que V. Exª possa ser porta-voz, junto com a Senadora Regina, do convite para que os reitores das universidades públicas do Piauí se preparem para vir participar do nosso debate, no dia 31 de maio, numa quarta-feira, quando nós vamos discutir educação e desenvolvimento regional, tendo como foco a questão das escolas técnicas e das universidades. Então, V. Exª pode...

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Eu acolho...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ...o convite e, inclusive, vou fazer um esforço. Tenho um relacionamento com os magníficos reitores tanto da Universidade Federal e da Universidade Estadual quanto do Instituto Federal de Tecnologia. Tenho certeza de que, sendo possível...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – ...traremos os três aqui. Eu tenho certeza de que todos virão, com muito prazer, dar uma contribuição.

Creio, minha Presidente, que temos de nos voltar mais para essas universidades regionais. Sabemos que a universidade de Mossoró, no Estado onde V. Exª nasceu, a Univasf, de Petrolina, e outras universidades regionais têm um papel muito importante no que se refere à dramática situação que atravessa o Nordeste, principalmente o Semiárido. Agora, com os organismos regionais, não só a Sudene, mas a própria Sudam... Não sei se a Sudeco, do Centro-Oeste, ainda exige... Então, creio que nós temos de retomar aqui uma política regional de desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Nós somos um Estado, todos nós sabemos, com dimensões continentais, mas com regiões bem características, bem definidas. Nós temos a Amazônia, no trópico úmido, onde a própria Embrapa tem um centro de recursos, que é o CPATU. No Nordeste, há o Centro de Pesquisa do Trópico Semiárido. Aqui, no Cerrado, há um centro específico que trata das questões dessa região dos Cerrados. Temos também o Pantanal, que é outra realidade. Mas tivemos um retrocesso desde Celso Furtado. Aliás, tivemos um interregno muito importante na história do regionalismo no Brasil.

Então, nós temos o dever, em se tratando da Comissão de Desenvolvimento Regional, de retomarmos políticas regionais de desenvolvimento. Há setores fundamentais em programas nacionais, mas as peculiaridades regionais devem prevalecer.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. ELMANO FÉRRER (PMDB - PI) – Só a título de esclarecimento, vou propor oficialmente uma discussão aqui sobre a transposição do Tocantins – são apenas 200km – para o Rio São Francisco. No Rio São Francisco, não há só problemas nas suas nascentes, nos seus afluentes, no assoreamento. Enfim, as demandas são não só para a agricultura, mas para as bacias, para as barragens para a geração de energia, ou seja, nós vamos ter problema. Aliás, nós já estamos tendo problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há mais de 20 anos, levantou-se no Senado a questão relativa à transposição do Rio São Francisco para quatro Estados do Nordeste. Então, temos de começar, minha Presidente, a discutir a interligação da bacia hidrográfica do norte do País com os rios que já morreram e que estão morrendo, com os rios periódicos na Região Nordeste. Essa é uma proposição que nós vamos fazer *a posteriori*.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Senador Elmano.

Eu quero só, portanto, reforçar a importância desse debate sobre educação e desenvolvimento regional. Inclusive, Senadora Lídice, queremos aproveitar também para reforçar junto a V. Exª que V. Exª também já seja portadora do convite aos reitores ou reitoras tanto das nossas universidades públicas como do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. A data já está definida, é dia 31.

Na verdade, nós precisamos zelar, e muito, por essas instituições, é evidente, pelo caráter estratégico que elas têm para a promoção do desenvolvimento. Por que nós temos de zelar por elas? Porque elas passam, neste exato momento, Senador Elmano, por muitas dificuldades. Infelizmente, são tempos de Emenda 55, que congelou os investimentos pelos próximos 20 anos.

Para V. Exª ter uma ideia, Senadora Lídice, na semana próxima, por exemplo, reitores e reitoras me procuraram dizendo que, se não for feita alguma mudança por parte do Governo Federal, há universidades já ameaçadas de fecharem as portas, a partir agora do meio do ano, por falta absoluta de custeio. Não estamos falando aqui de investimento, mas de custeio.

Então, veja, o Congresso Nacional não pode, de maneira nenhuma, ficar inerte, passivo diante de uma situação dessa. É nosso dever, é nossa obrigação, até porque há o Plano Nacional de Educação, com metas, inclusive, a serem cumpridas. E nada melhor, Senador Elmano, do que trazer aqui as próprias lideranças, ou seja, os reitores, os gestores dessas importantes instituições, e o MEC, como nós vamos trazer, e travar exatamente esse diálogo. Nós não podemos deixar que essa situação se agrave mais para além do que ela já está, sem dúvida, agravando-se.

Eu ainda quero, em nome de todos nós que fazemos a Comissão de Desenvolvimento Regional, saudar a Marcha pela Ciência, desenvolvida nesse último domingo no Rio Grande do Norte, em Natal, e em várias capitais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Também houve em Salvador e em todo o Brasil, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ela ocorreu em todo o Brasil.

Isso é importante, porque a marcha tem o objetivo de sensibilizar a sociedade para um tema que dispensa comentários pela importância estratégica que tem, que é a questão da ciência, da tecnologia, da inovação, sobretudo diante deste momento por que estamos passando, ou seja, o orçamento da ciência e tecnologia foi simplesmente dilapidado com um contingenciamento de mais de R$4 bilhões, com prejuízos incalculáveis para o País.

Então, fica aqui, em nome da Comissão de Desenvolvimento Regional, a nossa saudação às entidades, a todos e todas que se empenharam na realização da marcha em defesa das ciências nesse último domingo. Eu também dela participei em Natal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião para quarta-feira da semana que vem, no horário regimental de 9h.

Retificando, a reunião será realizada na próxima quarta-feira, às 8h30.

(*Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE ABRIL DE 2017.

Às quatorze horas e doze minutos do dia doze de abril de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Thieres Pinto, Pedro Chaves, José Pimentel e Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Regina Sousa, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 241-GP/TCU, subscrito pelo Ministro Raimundo Carreiro, Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 189/2017-TCU-Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 016.631/2016-1, que trata de monitoramento da implantação das determinações e recomendações exaradas no Acórdão nº 453/2014-TCU-Plenário e no Acórdão nº 493/2015-TCU-Plenário - Auditoria Operacional no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Após a apreciação de requerimentos, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 5, de 2017, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes e Ivo Cassol, destinada a tratar da Vigilância Sanitária Brasileira e de Assuntos Correlatos à Crise Verificada na Cadeia Produtiva de Proteína Animal, com a participação do Sr. Josélio Andrade Moura - Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária (SBMV); Sr. Cezar Amin Pasqualin - Primeiro Secretário da Federação Nacional dos Médicos Veterinários (FENAMEV) - representante do Sr. José Alberto Rossi, Presidente da Federação Nacional dos Médicos Veterinários (FENAMEV); Sr. Sebastião Costa Guedes - Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária (ABRAMVET); Sr. Emílio Carlos Salani - Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN); Sr. Ariel Antônio Mendes - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); Sr. Ari Crespim - Assessor da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) - representante do Sr. Antonio Jorge Camardelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC); Sr. Benedito Fortes de Arruda - Presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). Os Senadores Wellington Fagundes, Ivo Cassol, Pedro Chaves, Waldemir Moka e José Medeiros fazem uso da palavra. O Senador Waldemir Moka ressalta que a Audiência Pública poderá melhorar a qualidade e a eficiência da vigilância sanitária. O Senador Wellington Fagundes solicita que a Consultoria Legislativa do Senado Federal prepare sugestões, resumo e sinopse da Audiência Pública para encaminhamento ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e que os senhores palestrantes auxiliem com sugestões para o aperfeiçoamento da legislação. A Comissão aprova extrapauta os seguintes requerimentos de audiência pública: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater questões relacionadas ao Censo Agropecuário 2017. Autoria: Senadores Ana Amélia e Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Ivo Cassol. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 8, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Autoria: Senador Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 9, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Autoria: Senadores Ronaldo Caiado e Ivo Cassol. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado, subscrito pelo Senador Ivo Cassol. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE ABRIL DE 2017.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ronaldo Caiado, Romero Jucá, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Pedro Chaves, José Maranhão, José Pimentel, Hélio José, Lindbergh Farias e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Regina Sousa, Dalírio Beber, Eduardo Amorim, Lasier Martins, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício ASN/EN/026/17, subscrito pela Sra. Marlene Moreira, Executiva Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE), solicitando a participação do Sr. Luís Almeida Tavares na audiência pública destinada a debater questões relacionadas ao Censo Agropecuário 2017. Após a leitura do expediente, com o acolhimento do pleito, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 6, de 2017, de sua autoria e do Senador Ivo Cassol, destinada a debater questões relacionadas ao Censo Agropecuário 2017, com a participação do Sr. Paulo Rabello de Castro - Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e Sr. Luís Almeida Tavares - Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE). O Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia fazem uso da palavra. A Senadora Ana Amélia, com o apoio do Senador Waldemir Moka, sugere que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária assuma o compromisso com o reforço orçamentário de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para a conclusão do Censo Agropecuário 2017. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE ABRIL DE 2017.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos, Rose de Freitas, Romero Jucá, Ângela Portela, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Pimentel, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senadores Regina Sousa, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Lasier Martins e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o encaminhamento do Ofício nº 38/2017-CRA, subscrito pelo Senador Ivo Cassol, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer, solicitando que seja considerada a possibilidade de revogar o Decreto nº 9.004/2017, a fim de que a Secretaria de Aquicultura e Pesca retorne ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Após a apreciação de requerimento, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 55, de 2016, apresentado como conclusão do Parecer 945/2016, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o AVS nº 32/2016, que encaminha cópia do Acórdão n° 1328/2016-TCU-Plenário, destinada a avaliar causas e consequências dos principais gargalos para a liberação de carga conteinerizada nos portos brasileiros, bem como verificar o andamento das providências recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com a participação do Sr. Fernando Mendes - Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (VIGIAGRO/MAPA); Sr. Hamilton Caputo Delfino Silva - Secretário de Controle Externo no Estado de São Paulo do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Ronaldo Lázaro Medina - Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF); Sr. Marcelo D'Antona - Membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres de Uso Público (ABRATEC). Os Senadores Wellington Fagundes e Ivo Cassol fazem uso da palavra. A Comissão aprova extrapauta o seguinte requerimento de audiência pública: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 11, DE 2017 – EMENTA: Requer a realização de Audiência Pública destinada a instruir o PLS 379/2016, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

Comunico à Comissão que esta Presidência encaminhou Ofício nº 38, de 2017, destinado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Michel Temer, solicitando a Sua Excelência que considere a possibilidade de revogar o Decreto nº 9.004, de 2017, a fim de que a Secretaria de Aquicultura e Pesca retorne ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 55/2016-2017 da CRA, de iniciativa do Senador Wellington Fagundes, pelo Mato Grosso e pelo Brasil, que tem por finalidade avaliar causas e consequências dos principais gargalos para liberação de carga conteinerizada nos portos brasileiros, bem como verificar o andamento das providências recomendadas pelo Tribunal de Contas da União constantes do Aviso nº 32, de 2016.

Informo à Comissão que esta audiência pública foi aprovada como conclusão do Parecer nº 945, de 2016, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Aviso nº 32, de 2016, de auditoria do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.328, de 2016, que trata de auditoria operacional para avaliar os principais gargalos para liberação de carga conteinerizada em portos da Região Sudeste.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Sr. Fernando Mendes, Auditor Fiscal Federal Agropecuário e Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Hamilton Caputo Delfino Silva, Secretário de Controle Externo no Estado de São Paulo do Tribunal de Contas da União; Sr. Ronaldo Lázaro Medina, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; Sr. Marcelo D'Antona, membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec) e Diretor da Empresa Santos Brasil Participações S.A.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, Senador Wellington Fagundes, gostaria de ler o Requerimento nº 11, de 2017.

> Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, destinada a instruir o PLS 379/2016 que se encontra sob minha relatoria. O Projeto visa disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.
> Solicito que para a referida audiência sejam convidadas as seguintes autoridades:
> - Secretário de Defesa Agropecuário, Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel;
> - Diretor Geral da ADEPARÁ, Sr. Luciano Guedes; ¿ Coordenador de Defesa Agropecuária da CNA, Sr. Décio Coutinho;
> - Consultor da CNM, Sr. Mário Nascimento; ¿ Presidente do CONSEAGRI, Sr. Ernani Polo;
> - Consultor da CNM, Sr. Mário Nascimento;
> - O economista Rafael de Freitas Cabral;
> - Representante da CNI;
> - Representante da FONESA;
> - Representante da OCB;
> - Representante do SEAD.
> Sala da Comissão,
> Senador Flexa Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Ao mesmo tempo, peço ao Marcelo que veja com o Senador Flexa se há como reduzir esse número de convidados, porque começamos as audiências todos os dias às 14h e, com dez pessoas para discutir, pode chegar o horário da Ordem do Dia e não termos o sucesso que queremos. Mas, se S. Exª achar que tem de ser os dez, vou respeitar.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido para tomarem assento os nossos convidados. O Sr. Fernando Mendes, Auditor Fiscal; o Sr. Hamilton Caputo Delfino Silva, Secretário de Controle Externo no Estado de São Paulo do Tribunal de Contas da União; Sr. Ronaldo Lázaro Medina; e Sr. Marcelo D'Antona. Sejam bem-vindos!

Antes de passar a palavra ao Senador Wellington, eu gostaria de informar aos nossos convidados que eles terão oito minutos para explanar sobre sua área e, após a pergunta do Senador autor deste requerimento e dos demais Senadores, terá a palavra para discutir o assunto.

Com a palavra o nosso Senador do Mato Grosso e do Brasil Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Ivo Cassol, quero cumprimentá-lo em nome de toda Comissão e agradecer a presença de todos e que já foram chamados à mesa.

Para não delongar, vamos diretamente a esta audiência pública, que visa a avaliar as causas e consequências dos principais gargalos na liberação de carga conteinerizada nos portos brasileiros.

Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados, o Tribunal de Contas elaborou o Aviso nº 32, de 2016, visando avaliar as causas e consequências dos principais gargalos na liberação de carga conteinerizada nos portos da Região Sudeste. A proposição foi submetida a esta Casa, e fui indicado para relatá-la no âmbito desta Comissão.

Ao tomar conhecimento do problema, confesso que fiquei bastante decepcionado com a morosidade observada nos procedimentos pertinentes indicados no documento produzido pelo TCU, que faz recomendações à Receita Federal e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando sanar o problema. Percebi que a demora apontada afeta não apenas a logística de cargas conteinerizadas na Região Sudeste, mas, consequentemente, o transporte desse tipo de carga em todo Território nacional. Dessa forma, sugeri que o objeto desta audiência pública abrangesse também os portos das demais regiões do País.

No Brasil, os processos de liberação de cargas duram, em média, seis dias para a exportação e quinze dias para a importação. Isso implica mais estoque de produtos em trânsito, ou seja, mais caminhões para transferência de cargas e maior custo de armazenagem. As empresas do ramo, diante da incerteza dos prazos, observam seus estoques se avolumarem, o que resulta em perda de competitividade.

Pela análise do referido aviso do TCU, a conclusão a que chegamos é que dois gargalos respondem pela maior parte do maior atraso na liberação de contêineres nos portos. O primeiro refere-se à tramitação da Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA), documento da Receita Federal do Brasil (RFB), que permite o transporte de carga do terminal portuário para os demais recintos alfandegados para que nesses se possa proceder à sua nacionalização. Os problemas principais são a exigência da presença do servidor da RFB para inserir os dados do caminhão e as numerações do contêiner e do lacre manualmente, a tramitação física de documentos até a alfândega e também a impossibilidade de o importador antecipar o preenchimento da Declaração de Trânsito Aduaneiro para movimentação imediata até os recintos alfandegados.

O segundo se refere ao processo de inspeção de embalagens pelo Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Não há critérios objetivos para seleção, e as sanções pelo descumprimento de normas de sanidade vegetal são considerados irrisórias. Seria necessária uma lei para tratar da vigilância agropecuária internacional, porém o anteprojeto pertinente se encontra em elaboração no Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento há mais de dez anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

No intuito de reduzir os prazos de liberação das cargas conteinerizadas em todo Território nacional e, consequentemente, diminuir o custo Brasil, é que requeri a esta Comissão a realização da presente audiência pública. Quero agradecer a presença dos convidados e conto com a inestimável colaboração de V. Exªs para chegarmos, pelo melhor caminho, a uma solução eficiente e rápida para retirarmos esse entrave da economia brasileira.

Pelo que sabemos também, cada dia que passa, a carga conteinerizada tem sido a alternativa mais usada, a ponto de ouvirmos falar da aplicação dos contêineres em todo tipo de carga, inclusive as cargas de grãos e outros. Essa é a grande evolução, inclusive com grandes navios. Enfim, tudo isso eu gostaria que fosse objeto das colocações dos expositores, até para que esta nossa audiência pública seja um meio a ser utilizado para a explicação não só do que está acontecendo no presente, mas principalmente como será no futuro.

Fala-se muito em contêiner para cargas mais especializadas, mas eu gostaria de ouvir da parte de V. Sªs sobre o futuro, em termos de transporte de carga conteinerizada no Brasil e no mundo. Estamos adiantados? Temos mais o que fazer? Enfim, que vocês possam aproveitar a oportunidade para nos esclarecer, até porque cada audiência pública realizada aqui vira um documento. A nossa Consultoria vai analisar tudo isso, e poderá ser produzida até uma separata – temos adotado essa prática. E, inclusive, todos os expositores poderão, posteriormente, contribuir com esse documento.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer imensamente V. Exª e dizer do dinamismo da nossa Comissão sob sua Presidência. Entendo que o Brasil está ganhando muito com isso.

Resolver os entraves de logística é fundamental para que possamos melhorar a produção agropecuária no Brasil. V. Exª é de um Estado produtor e sabe a importância dessa questão da logística nos custos, principalmente na nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço ao autor do requerimento.

Pode ter certeza, Senador Wellington, de que temos um custo Brasil muito caro. Infelizmente, quem acaba pagando a conta é o consumidor e, ao mesmo tempo, o produtor. Por quê? Na logística que temos, com os gargalos que temos, é importante diminuir a nossa burocracia, seja no comércio da carne ou da soja, por exemplo. Eu entendo – já fui prefeito e governador – que muitas vezes se criam dificuldades para depois se venderem facilidades.

Há muitas áreas do setor público, tanto municipal como estadual ou federal, em que há dez trabalhando em uma sala e, se for mandada a metade embora, não fará falta. Mas, infelizmente, a estabilidade acaba segurando, enquanto na iniciativa privada se trabalha com menos. Mas, mesmo assim, há muitos profissionais do Poder Público municipal, estadual e federal competentes e sérios, mas há outros que, se facilitar, ainda querem um concurso para se contratarem mais cinco ou seis. Então, essa é uma dificuldade.

Ao mesmo tempo, onde pudermos diminuir o gargalo e sermos competitivos em nível nacional e internacional – nas exportações, por exemplo – será importante, porque, caso contrário, perderemos mercado. Assim, o produtor deixa de ganhar, deixa de haver dinheiro circulando, deixa de existir. Então, o quanto puder diminuir, melhor.

Os nossos convidados se encontram presentes, conforme a solicitação de V. Exª, Senador Wellington.

Vou passar a palavra para o Auditor Fiscal Federal Agropecuário, Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, Sr. Fernando Mendes, que terá oito minutos.

O SR. FERNANDO MENDES – Senador Ivo Cassol, Senador Wellington, colegas da Mesa, Dr. Hamilton, Dr. Marcelo, colega de batalhas diárias aqui, Dr. Medina, o Ministro da Agricultura compartilha integralmente o discurso do Sr. Presidente Ivo Cassol.

O Ministro Blairo tem defendido arduamente essa desburocratização, a simplificação de procedimentos no sentido de dar dinâmica maior às nossas exportações, em especial dos produtos do agronegócio brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando falamos de importações, somos grandes importadores de insumos agrícolas. Então, nossos agrotóxicos, fertilizantes são importados, assim como sementes e mudas. Se a dinâmica da importação também está comprometida, de uma forma ou de outra, o agronegócio, o produtor rural, lá na ponta, vai sentir os reflexos desses custos.

Nesse esforço de desburocratizar e de simplificar procedimentos, tem havido, por parte do Governo Federal, um esforço coordenado de diversos atores nesse sentido. Receita Federal, Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Ministro da Agricultura e Anvisa estão, vamos dizer, de mãos dadas, articulando soluções para que a dinâmica na liberação aduaneira seja melhor.

Eu destacaria uma iniciativa recente coordenada pela Receita Federal chamada Operador Econômico Autorizado em que se dá um tratamento diferenciado para as empresas que apresentam um histórico de conformidade, de *compliance*, diante das exigências que o Governo Federal impõe. Eu destacaria, ainda, a iniciativa do Portão Único de Comércio Exterior, coordenado pelo MDIC e pelo Ministro da Fazenda, através da Receita Federal, com a colaboração dos demais órgãos anuentes, em que as informações passam a estar disponíveis de forma mais ágil e mais rápida, e a tomada de decisão por parte do agente fiscalizador se torna mais eficiente. Então, acho que a preocupação da Comissão é adequada e vem sendo respondida, em certa medida, pela Administração Pública, pelo Poder Executivo.

Especificamente com relação ao trabalho conduzido pelo TCU, eu gostaria de destacar a qualidade do material produzido e a relevância em termos de contribuição, para que a gente possa melhorar nossos procedimentos. Eu destacaria quatro pontos que foram indicados como recomendações.

A proposta da lei de sanidade agropecuária já foi elaborada pelo Ministério da Agricultura e encontra-se atualmente na Casa Civil, aguardando encaminhamento para o Congresso Nacional. É uma lei que trata de todos os aspectos de sanidade agropecuária na área vegetal do País. Eu tenho impressão que isso vai ter um impacto muito grande, um tema que certamente será objeto de discussão aqui na Comissão.

Um segundo ponto seria a lei que trata especificamente da lei de vigilância agropecuária internacional. Já existia um texto preliminar com a proposta, que, como o Senador destacou, vem sendo discutida há mais de dez anos, mas, quando a gente trata de vigilância agropecuária internacional, a gente está tratando de agrotóxico, que já tem uma lei específica, de fertilizantes, que já tem uma lei específica, de sanidade vegetal, que já tem uma proposta de lei específica. Então, é um tema muito delicado no sentido de apresentar, eventualmente, sombreamentos entre legislações diferentes. Então, não saiu em dez anos, porque, de fato, é um tema delicado, mas está sendo tratado pelo Ministro da Agricultura, dentro da Secretaria de Defesa Agropecuária, e a gente acredita que, quem sabe, até o final do ano esteja disponível na Casa Civil essa proposta.

Um terceiro tópico tratava dos procedimentos específicos com relação à fiscalização de embalagens em suporte de madeira. A norma era de 2004, na época em que foi feito o levantamento. Ela já foi revisitada, discutida com o setor privado e, publicada em 2015, começou a valer em 2016, entrou em vigor em 2016. É uma norma atualizada. Como toda norma sempre precisa estar em discussão e pode, sem dúvida, ser aprimorada. Mas é uma norma moderna, que prevê a figura do gerenciamento de risco, sendo a norma que nos atende hoje em relação à embalagem em suporte de madeira.

O quarto tópico seria justamente com relação à demanda de informática. O Ministério da Agricultura hoje, para impedir a entrada de pragas e doenças na área agropecuária no País, está presente em 110 unidades – são portos, aeroportos e unidades de fronteira espalhadas em todas as Regiões do País. Para que haja uma harmonização de procedimentos adotados pelas nossas equipes de fiscalização, é imprescindível a presença de sistemas de informática que nos auxiliem nesse sentido.

Essa também foi uma recomendação do TCU, de aprimorar essa ferramenta. Trago a notícia de que esta semana houve já a liberação do recurso para viabilizar uma parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, junto com a Universidade de São Paulo (USP), e o cronograma é para até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dezembro esse sistema já estar em operação. Então, já estamos prevendo ferramentas de gerenciamento de risco que vão dar uma dinâmica muito maior na execução da fiscalização.

Então, acho que, por parte do Ministério, seriam essas as palavras iniciais.

Agradeço ao Senador Ivo Cassol e ao Senador Wellington pela oportunidade de estar aqui discutindo o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Fernando.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, eu só quero fortalecer, Dr. Fernando: leve nosso abraço a toda a equipe do Ministério da Agricultura, especialmente para o Ministro Blairo Maggi, que, além de estar hoje no cargo de Ministro, é Senador, foi Governador de Mato Grosso, e, no momento em que nós tivemos um problema, nós tínhamos o homem certo no lugar certo. Ao mesmo tempo, colocou a sua credibilidade para poder defender o nosso Brasil, defender o nosso produto, quando a concorrência mundial, na verdade, quer destroçar. O Blairo Maggi e toda a sua equipe foram esplêndidos. Além disso, também, ao Coronel Novacki, que é o Secretário-Executivo, que sempre está junto, ao lado do Blairo Maggi e de vocês, por toda a equipe, que teve sabedoria e humildade, Senador Wellington, ao estar destravando a burocracia, especialmente no setor produtivo.

Infelizmente, nos debatíamos com situações, com legislação ultrapassada, obsoleta, e o pessoal que entrava lá, entrava para fazer política, e o Blairo entrou para trabalhar, entrou juntamente com a equipe para poder diminuir a burocracia – e sem tirar a fiscalização, de maneira nenhuma. Fiscaliza-se, mas diminui-se a burocracia no meio de tudo isso, e quem ganha com isso é a população, ganha-se agilidade, ganha a produção, ganha todo o sistema.

Estão de parabéns! Eu fico feliz com isso. E tenho certeza de que o que está faltando nessa questão de contêiner, ou conteinerizado, como se diz, também se vai facilitar ainda mais esse trabalho. Então, leve nosso abraço e o parabéns a toda a equipe que foi formada pelo Senador Blairo Maggi e pelo Coronel Novacki.

Também está presente junto com a gente o Sr. Paulo Campani, Auditor Fiscal Federal Agropecuário e Coordenador-Geral substituto no Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, e o Sr. Francisco Sadi, Auditor Fiscal Federal Agropecuário, também responsável pelos assuntos de área vegetal. Portanto, sintam-se em casa, sejam bem-vindos.

Nosso próximo convidado é o Sr. Hamilton Caputo Delfino Silva, Secretário de Controle Externo no Estado de São Paulo do Tribunal de Contas da União.

Seja bem-vindo e fique à vontade no seu tempo. Obrigado.

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – Ex^mo^ Sr. Presidente Ivo Cassol, Ex^mo^ Sr. Senador Wellington Fagundes, demais autoridades presentes, demais componentes da Mesa, senhoras e senhores, minhas saudações. É uma satisfação muito grande estar aqui, nesta Comissão, ter recebido esse convite para esta oportunidade de participar aqui. Para o Tribunal, para o TCU, constitui uma das mais nobres missões prestar esse auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo.

Eu havia me programado para fazer uma apresentação sobre os principais tópicos do trabalho do TCU. Vou passar de forma bem rápida para que possa fazer...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Se V. Sª julgar importante, nós queremos aqui, como eu disse, ouvir tudo que for útil para esclarecimento, porque essa área também, eu creio, não é uma área de muito conhecimento por parte da população, principalmente dos produtores das *commodities* agrícolas. Então, conforme o entendimento de V. Sª, não vamos aqui limitar o tempo com rigidez.

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – O.k. Agradeço ao senhor.

Então, nesse trabalho, nós, da Secretaria – eu sou Secretário no Estado de São Paulo do TCU –, realizamos um trabalho que denominamos auditoria operacional nos gargalos para liberação de carga conteinerizada nos portos da Região Sudeste. Esse trabalho está dentro de uma série de trabalhos do próprio Tribunal, com foco em gargalos de infraestrutura e corredores logísticos. O TCU já fez trabalhos focando em gargalos no corredor sul, no corredor de exportação norte e trabalhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

focando em gargalos físicos de infraestrutura, obras que precisam ser feitas. Esse nosso trabalho teve o foco principal na questão do corredor de exportação, nas operações de exportação e importação, com foco em procedimentos dessa natureza e que têm impacto no custo Brasil. Foi comentado aqui pelo Senador Wellington Fagundes, e essa foi a nossa preocupação.

Essa é uma preocupação fundamental do TCU nesse tipo de atuação. O TCU atua em várias frentes, e uma delas é mediante a realização de auditoria operacional, que visa a melhoria das políticas públicas, contribuir para a melhoria da política pública, contribuir para a melhoria da prestação do serviço público. No caso, a gente tem mesmo, dentro do Brasil, uma situação que é grave, no sentido de um elevado custo tanto para o exportador como para o importador. Então, o TCU, ciente disso, vem fazendo essa série de ações e programou também esse trabalho.

No caso, a nossa equipe procurou conversar com vários agentes. Está aqui ao nosso lado o Marcelo, que é da Abratec. A nossa equipe tem contato com as várias associações, com os vários terminais portuários, com agentes exportadores, com importadores, com o próprio porto, com a clientela do porto. A gente fez contato com todos eles, inclusive com a academia, com a Esalq e, conversando na Esalq, a gente teve acesso a alguns documentos que mostram que o custo de transporte é o mais importante de toda a cadeia de exportação.

Em visitas que fizemos aos terminais portuários e conversas com todos os operadores, analisando a própria operação do terminal, nós começamos a identificar alguns problemas. Existe uma publicação da própria Receita Federal que fala que o tempo médio de liberação de carga, assim como comentado pelo Senador Wellington Fagundes, o tempo médio de importação no Brasil é de 15,5 dias; para exportação é de seis dias. Para vocês terem uma ideia, a média no exterior dos portos de classe A mundial são três dias de importação. Então, nós estamos numa situação que é bem longe do que seria ideal. Há muito o que se fazer.

A partir disso, partindo da identificação de que existe uma relação muito estreita entre a ineficiência na liberação de cargas e o próprio custo de transporte... Por quê? Se você tem ineficiência na liberação, você tem o pátio dos terminais ocupado, você tem os caminhões demorando muito ali, dentro do pátio, você tem uma baixa produtividade de caminhão. Isso tudo é custo. Há uma série de outras implicações que importam em custo na eficiência do terminal, mas também custo para o importador e para o exportador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT. *Fazendo soar a campainha*.) – Congestionamento.

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – Exatamente, congestionamento também, isso é abordado no nosso trabalho, a questão de vários desses caminhões também serem liberados ao mesmo tempo, isso gera congestionamento no horário de saída e questões parecidas.

Então, o objeto da auditoria foi avaliação dos principais gargalos para liberação da carga conteinerizada nos portos da Região Sudeste. A gente não quis só olhar o Porto de Santos, a gente também viu o porto do Rio de Janeiro e o porto de Vitória, para ter uma avaliação que desse uma representatividade maior. E o foco foi: ver, nesse processo de liberação de contêineres de cargas, quais são questões que são relevantes e impactantes, que processos de trabalho são relevantes e impactantes e que eventuais proposições de melhoria do TCU podem contribuir efetivamente para o ganho de eficiência, com redução do custo Brasil.

Nós identificamos nesse trabalho – e o trabalho concentrou nisso – três principais questões. Primeiro, como comentado, uma questão que envolve a Receita Federal, de trânsito aduaneiro: o procedimento utilizado para o trânsito de contêineres ainda não nacionalizados para recintos alfandegados fora da zona primária dos portos, a Declaração de Trânsito Aduaneiro (DTA). O que é isso? Muitos dos contêineres que chegam, o importador não os nacionaliza no próprio terminal, ele adota procedimentos no sentido de que esse contêiner saia dali e vá para um armazém que se denomina zona secundária, que é um armazém fora da área do porto, e ele é nacionalizado lá. A Receita Federal tem um procedimento específico que envolve esse processo, que envolve também a Declaração de Trânsito Aduaneiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O outro, como comentado pelo Fernando, evolve o procedimento da inspeção de embalagens e suportes de madeira, que é um procedimento a cargo do Vigiagro, e uma outra questão que foi abordada nesse trabalho também é a cobrança, por parte dos terminais portuários, do THC 2 quando do envio da carga para recintos alfandegados fora da área do porto e seus possíveis efeitos anticoncorrenciais e nocivos aos usuários. Essa questão específica, dentro do TCU, teve um tratamento em separado. Esse processo ainda está correndo dentro do Tribunal, então, não vai ser objeto da minha fala aqui. A minha fala vai se concentrar nos dois primeiros pontos porque eles foram objeto de uma deliberação do Tribunal nesse processo.

Então, quando se olhou para a questão do procedimento de trânsito aduaneiro, o trabalho se concentrou em analisar que medidas podem ser adotadas para conferir maior celeridade a esse trânsito aduaneiro sob essa modalidade da DTA – existem outras modalidades de trânsito aduaneiro. E se identificaram basicamente três questões que seriam passíveis de melhoria:

– O fato de haver uma exigência de entrega física de documentos na Alfândega. Então, após a chegada do navio, o importador ou despachante tinha, na época, que levar documentos físicos, em papel, à Alfândega.

– A restrição ao registro antecipado da DTA-pátio (antes da atracação do navio). Quer dizer, o importador, o despachante, antes do navio chegar, de forma a antecipar todo o processo, não podia dar entrada nessa documentação e fazer o processo andar antes.

– Necessidade de atuação presencial de servidor da Receita no processo de liberação, no dia do trânsito, que foi identificado que não estava agregando muito ao processo.

A equipe comparou esse processo de liberação de carga para a zona fora do porto com outro processo da própria Receita de liberação de contêineres nos terminais, para armazéns que estão na própria zona portuária, que seguem um procedimento que é denominado DTe (Declaração de Transferência Eletrônica). Ao fazer essa comparação, que, na verdade, envolve procedimentos de ordem física muito semelhantes, o que se constatou é que, em média, um caminhão que entrava no terminal para tirar um contêiner e levar para um armazém que estaria fora da zona portuária levava, em média, quatro horas e meia. Já no outro, em que o caminhão chegava para tirar um contêiner semelhante, mas esse contêiner ia para um armazém dentro da área portuária, esse procedimento levava só cinquenta minutos.

Por que isso? Porque nesse outro procedimento a entrega de documentos é por via eletrônica; quando o contêiner chega, o terminal já sabe para onde esse contêiner vai, então ele já aloca esse contêiner de forma a facilitar seu trânsito, e é tudo via sistema. Não há, nesse caso, necessidade de atuação presencial, física, de um servidor da Receita. Então, foi utilizado esse outro procedimento como parâmetro e, pegando essa diferença de horas – num caso, quatro horas e meia, no outro, cinquenta minutos, isso dá três horas e quarenta minutos – e pegando dados em termos de hora parada de caminhão, só fazendo esse exercício bem mais simples, já se chega num impacto estimado de cerca de R$17 milhões sobre o custo de transporte, por ano, apenas no Porto de Santos, isso sem falar nos demais custos envolvidos.

Em função das constatações, o Tribunal fez essas recomendações à Receita Federal: priorizar e garantir recursos para implementar a anexação eletrônica de documentos ao processo de liberação de contêineres por DTA; promover alterações em normas e sistemas de tecnologia para permitir que o registro da DTA-pátio seja realizado antes da chegada dos navios e também promover alterações em normas e sistemas de tecnologia para, nos processos de liberação de contêineres por DTA, transferir para os terminais portuários a responsabilidade pela inserção em sistema dos dados do caminhão, quer dizer, sem a necessidade da presença, da atuação física do servidor da própria Receita.

No outro caso, em que se examinou o processo de trabalho a cargo do Vigiagro, o processo de separação dos contêineres para fazer a inspeção das embalagens e suportes de madeira, o trabalho realizado pela fiscalização identificou também três fatores determinantes para a ineficiência do processo. O primeiro, como comentou o Fernando, é a questão da legislação desatualizada. Essa legislação, para fins de imposição de sanções... Para vocês terem uma ideia, é um decreto de 1934,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

que tem lá valores de multa que, em função de todas as atualizações monetárias, hoje são praticamente irrisórios. Então, na verdade, não há...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – ... uma forma de se aplicar sanções e, com isso, inibir a prática indevida. O que é a prática indevida? É o país de origem não fazer o tratamento fitossanitário na madeira a que seria obrigado.

Com destaque do seguinte: o Tribunal já havia feito um trabalho no Vigiagro em 2004, e saiu uma deliberação em 2006 que já recomendava ao Ministério da Agricultura que procedesse à atualização legislativa de forma a propiciar ao Vigiagro, ao órgão incumbido dessa fiscalização, instrumentos para poder aplicar as devidas sanções.

Um segundo ponto foi a questão da ausência de critérios objetivos de análise de risco para seleção de contêineres a serem inspecionados. E o que é isso? O que se constatou? E volto a dizer: nós trabalhamos com três portos, o Porto de Santos, Rio e Vitória, e você tinha situações bem díspares entre esses portos. Na verdade, todo o critério de seleção dos contêineres que seriam inspecionados dependia do *feeling*, da sensibilidade do auditor que estava lá. Então, identificou-se uma oportunidade de melhoria nesse sentido, que seria mediante a instituição de critérios de análise de risco, que, na verdade, é a sistemática utilizada nos portos ao redor do mundo.

No caso, havia uma queixa muito grande por parte de todos os operadores e dos importadores também no sentido de que estaria havendo uma sobrefiscalização, um percentual muito grande de contêineres separados para fiscalização. À época, a média de contêineres que eram separados para fiscalização no terminal de Santos... Imaginem, o terminal de Santos é o maior, ele é responsável por quase um terço da balança comercial brasileira. Então, de todos os contêineres que chegavam lá, em média, 50% eram separados para fazer essa inspeção. Foi feita uma simulação, usando um estudo que utiliza uma ferramenta de análise de risco e, com base nessa simulação, identificou-se que, em se aplicando uma ferramenta de análise de risco, poder-se-ia reduzir esse percentual, essa quantidade de contêiner separado para inspeção em mais de 40%. Então, só pegando isso e também fazendo um exercício, atribuindo... Porque cada deslocamento desse contêiner para inspeção é objeto de cobrança de uma tarifa pelo terminal junto ao importador. Só pegando o que poderia ser reduzido em termos de seleção de contêineres a serem fiscalizados caso se utilizasse um procedimento de análise de risco e multiplicando pelo valor da tarifa, gerou-se uma estimativa de economia anual potencial de cerca de R$40 milhões.

E uma outra questão que foi abordada também no trabalho foi a questão de ausência de padronização mínima de inspeção de *pallets* e suportes de madeira nos portos brasileiros. Por que isso? Em Santos, havia esse procedimento que gerava esse percentual de, em média, 50% dos contêineres serem separados para inspeção. Em compensação, em Vitória, o percentual de contêineres que eram separados era inferior a 2%. Isso traz um risco alto, altíssimo, é uma situação que foi considerada, no nosso trabalho, como uma situação até alarmante, na medida em que você tem uma legislação que busca assegurar esse controle sanitário, mas, na verdade, num determinado porto, 98% dos contêineres que estão entrando não estão sendo fiscalizados. Isso gera uma preocupação muito grande.

Então, em função dessas constatações, o TCU determinou ao MAPA, Ministério da Agricultura, três providências. Primeiro, que encaminhasse, em 60 dias, o comprovante de encaminhamento à Casa Civil dos anteprojetos para substituição desse decreto de 1934, bem como desse que cria a lei da vigilância agropecuária internacional.

Determinou que se enviasse também um plano de ação que contemplasse a atualização da IN 4/2004 para permitir a utilização de critérios de análise de risco para a seleção de contêineres a serem inspecionados.

E uma última: também um plano de ação com cronograma de implementação, que tem a ver com o que o Fernando comentou da questão da informatização, do módulo "embalagem de madeira" nesse SIGVIG – SIGVIG é o sistema informatizado utilizado pelo Vigiagro – em cada porto. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esse plano de ação tinha que conter as etapas, prazo e o nome dos responsáveis, bem como o prazo final para implementação.

O que nós já recebemos de informação por parte tanto da Receita como do Ministério? O TCU profere as suas deliberações e nós, como unidade técnica, fazemos o monitoramento do cumprimento dessas determinações.

Então, no caso da Receita, nós recebemos uma comunicação informando que aquelas três recomendações que foram proferidas pelo TCU, pelo acórdão do Tribunal, serão integralmente atendidas quando da efetiva implementação de um projeto que se encontrava em curso, que visa permitir a utilização do Lacre Eletrônico para Monitoração Aduaneira (LEMA). Não vou entrar em maiores detalhes porque nós temos aqui um representante da Receita Federal, que poderá detalhar mais em que consiste esse procedimento.

Por parte do Ministério da Agricultura, nós recebemos também uma comunicação em que dizia que haveria o encaminhamento do anteprojeto de lei da vigilância agropecuária internacional à Casa Civil no prazo de 90 dias. Esse documento que a gente recebeu é do ano passado. E um segundo ponto foi que houve essa edição de uma nova instrução normativa, já mencionada aqui pelo Fernando, que substituiu a IN MAPA 4, e houve, sim, uma evolução neste sentido: ela passa a prever a seleção de contêineres a serem inspecionados com base em análise de risco e estabelece critérios de análise de risco a serem adotados para essa seleção.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – Então, isso é um avanço identificado.

Em relação à questão da informatização, a informação que nos chegou foi de que, a despeito do esforço da Coordenação Geral do Vigiagro e da já comprovada eficiência desse módulo implementado dentro do sistema, apenas os Portos de Santos/SP e de Imbituba/SC haviam aderido à utilização do sistema. E é colocado que a efetiva implementação do módulo depende do interesse do operador portuário, diante da ausência de previsão legal quanto à obrigatoriedade da prestação de informação dessa natureza. Isso é preocupante, porque aí remete também ao próprio anteprojeto de lei, que ainda não foi enviado para a Casa Civil.

Eu quero ressaltar que essa questão é uma questão de suma importância para o Tribunal. O acompanhamento do cumprimento dessas recomendações e determinações vai ser feito pela nossa unidade técnica com prioridade, e a gente deve entrar em contato tanto com o Ministério da Agricultura como com a Receita Federal para que sejam atualizadas essas informações em relação a como está esse processo no momento atual.

Eu agradeço e me coloco à disposição para algumas questões que a gente possa esclarecer posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Imediatamente, vamos dar sequência, passando a palavra ao Sr. Ronaldo Lázaro Medina, Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF).

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – Sr. Senador Ivo Cassol, eu gostaria de, na pessoa de V. Exª, cumprimentar os membros desta Comissão. Também cumprimento o Sr. Fernando Mendes, do Vigiagro; o Sr. Hamilton Caputo, do TCU; o Sr. Marcelo D'Antona, do setor privado; as senhoras e os senhores.

Inicialmente, vou fazer algumas considerações sobre o tema. O tema desta reunião, desta audiência é da mais alta relevância, então parabenizo a Comissão pela preocupação e o esforço no tratamento desse assunto, que é de interesse nacional e que importa diretamente para a competitividade não apenas da agricultura, mas de todos os setores econômicos brasileiros.

Logística significa custos; logística significa incerteza. Portanto, o tratamento, a utilização dos processos logísticos é essencial para a redução de custos, a redução das incertezas nos processos de negócios e, portanto, o aumento da competitividade.

Dito isto, eu gostaria de dizer que nós, a Receita Federal, juntamente com a Secretaria de Comércio Exterior, o Vigiagro, a Anvisa, o Ministério da Defesa, a Polícia Federal, e vários outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

órgãos que têm alguma intervenção nos processos de comércio exterior, estamos hoje e já há alguns anos firmemente empenhados em um grande projeto de integração e de otimização do comércio internacional, que hoje é um programa de governo dos mais importantes, que é o Programa Portal Único de Comércio Exterior. Dentro desse programa, como o Dr. Fernando Mendes já fez referência aqui, há um grande esforço de integração, modernização, harmonização de procedimentos que permitam um tratamento mais célere, menos custoso a todos os processos logísticos, tanto na importação quanto na exportação, e que aproveitam todos os operadores do comércio exterior.

Então, esse é um primeiro elemento: o envolvimento, o compromisso da Receita Federal com a melhoria dos processos logísticos e com o sucesso desse grande programa de governo que é o Programa do Portal Único de Comércio Exterior. Programa este que já fez algumas entregas. Inicialmente, uma medida de transparência permitiu o acompanhamento dos processos de despacho aduaneiro através de aplicativos de *smartphone* que permitem aos operadores acompanharem a evolução dos seus despachos nos portos, nos aeroportos, permitindo-lhes ter informação em tempo real para que possam tomar medidas efetivas para acelerar o processo logístico.

Outra entrega importante é a recepção digital de documentos. Até o final de 2014, se não me engano, nós tínhamos praticamente todos os documentos que eram recepcionados nos despachos aduaneiros em papel, o que é logisticamente complexo. Por quê? Porque alguém tem que levar um papel a uma repartição, e isso envolve tempo. E a circulação do papel envolve também sempre algum problema numa repartição qualquer, mesmo dentro do setor privado. Para o papel sair de uma sala e ir para outra, é preciso que alguém faça isso, ou seja, é um processo que não é automático. Então, com a recepção eletrônica de documentos, também a distribuição desses documentos passou a ser toda automatizada, dando celeridade aos processos. Isso é também mais uma entrega do Programa Portal Único de Comércio Exterior. E, por fim, agora em março, uma entrega que é a Declaração Única de Exportação, vai viabilizar a consolidação do documento chamado Registro de Exportação (RE) também em um único documento, integrado com o sistema de controle de carga na exportação. Todo esse processo novo vai reduzir tempo e custos e vai oferecer mais certeza, transparência em todo o processo de exportação.

Até o final do ano, nós temos algumas entregas também, dentro do portal, relacionadas a importação. Mas isso está fora do objeto aqui da nossa discussão. Vou-me referir a elas, eventualmente, apenas se necessário.

Mas, enfim, no tocante aqui ao tema, basicamente, que é o tema do trânsito aduaneiro, da chegada de contêineres aos portos, e que não são desembaraçados nos portos, são transportados para outros recintos em pontos interiores do País para posterior despacho de importação, nós temos efetivamente vários problemas apontados aqui no relatório do TCU. A Receita Federal reconhece esses problemas. É um sistema antigo, construído ainda na década de 90, com uma plataforma tecnológica de então, muito difícil de ser alterado.

Nós estamos promovendo todo o processo de modificação do trânsito aproveitando o projeto do Portal Único de Comércio Exterior. Por exemplo, a Declaração de Importação vai ser também uma Declaração de Trânsito. Então, nós vamos ter os processos todos modificados a partir também do Portal Único de Comércio Exterior. E isso vai dar também agilidade, celeridade a todo o processo.

Mas falando pontualmente, para ser objetivo, três pontos o TCU destacou em seu relatório – aliás, um trabalho muito benfeito. Primeiro, recepção de documentos. Hoje, como eu disse, no trânsito, ainda a recepção é documental. Nós estamos trabalhando para que ela tenha o mesmo tratamento dos demais documentos do despacho aduaneiro tanto na exportação quanto na importação, que é a recepção digital de documentos. Ou seja, é uma entrega de documentos que é feita por escaneamento dentro da própria empresa. Não há nenhum esforço de transporte desses documentos. Isso não está restrito a horários de funcionamentos de repartições públicas ou horários de funcionamento do terminal portuário. Enfim, a recepção eletrônica de documentos é, de fato, uma novidade aplicada já na importação e exportação e que vai ser aplicada também para o trânsito aduaneiro. Está em processo. Esperamos até o final deste ano ter isso concluído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há também uma proposta de se permitir que o início do despacho do trânsito, ou seja, o registro da Declaração de Trânsito possa ocorrer ainda antes de a carga ser desembarcada no porto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – Isso também está em processo. Nós chamamos isso de "despacho sobre águas". Até o mês de setembro nós devemos entregar o despacho sobre águas para as importações ordinárias, ou seja, aquelas que são desembaraçadas no próprio porto onde desembarcam. Mas também isso vai beneficiar os trânsitos aduaneiros. Então, temos um processo em franco desenvolvimento para isso.

Com relação ao terceiro ponto, o problema é que a inserção de dados do veículo e do lacre nos contêineres para terem início os trânsitos aduaneiros até hoje é feita pelos funcionários da Receita Federal, ou seja, dois fiscais da Receita Federal, nos portos. Isso hoje representa um gargalo em face do movimento de contêineres, do movimento de cargas, que cresceu e vem crescendo ao longo dos anos. Uma solução lá da década de 90 acabou se tornando ultrapassada em face do crescimento exterior em duas décadas. Então, há necessidade de isso ser alterado, de fato.

Estamos trabalhando. Há um projeto em que há duas alternativas. Uma é exatamente esta do lacre eletrônico, em que o lacre sinaliza a lacração, a informação do lacre. Automaticamente, através de um receptor de antena no terminal, permite-se o início automático do trânsito. E também a antena do destino permite captar a chegada do veículo. Ou seja, não há necessidade de intervenção humana no processo. Então, para isso, de fato, existe um projeto.

Existem também outras possibilidades de tratamento quando não é necessário usar lacre eletrônico – esperamos que seja a maioria dos casos –, que é a informação oferecida, introduzida no sistema pelo próprio depositário, ou seja, pelo próprio responsável pela operação do recinto aduaneiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – ... tanto na partida quanto na chegada do contêiner.

Então, de fato, existem esses processos que estão sendo desenvolvidos para entrega ainda este ano.

Temos umas dificuldades de ordem financeira como todos os órgãos têm. Na semana retrasada, tivemos um corte, um contingenciamento de mais de 40% em nosso orçamento, e isso tem acontecido ano após ano, o que tem dificultado o nosso programa de trabalho, muitas vezes, atrasando projetos. Mas, enfim, persistimos e devemos, sim, este ano pelo menos ter a recepção eletrônica de documentos no trânsito e o despacho sobre águas. Pelo menos, desses três pontos, acho que conseguiremos chegar ao final do ano com dois deles entregues.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade, Senador, e encerro aqui a minha participação se não houver nenhum outro questionamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Na sequência, então, com a palavra o Sr. Marcelo D'Antona, membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres de Uso Público e também Diretor da Empresa Santos Brasil Participação S.A. (Abratec).

O SR. MARCELO D'ANTONA – Boa tarde a todos.

Eu quero começar cumprimentando o Senador Wellington; o Senador Ivo Cassol; o Secretário do TCU Hamilton Silva, aqui presente; o Dr. Fernando, representante do Ministério da Agricultura; o Dr. Medina, Subsecretário da Receita Federal do Brasil; e os demais colegas aqui do setor privado e membros da Administração Pública.

A Abratec é uma associação brasileira de terminais de contêineres nos portos organizados do Brasil. O Senador Wellington chegou a fazer um comentário de que é uma atividade pouco conhecida, a dos exportadores e importadores, do público em geral. Por conta disso, eu vou me permitir me deter um pouco explicando o que nós fazemos, o que nós somos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A Abratec é uma associação que congrega empresas privadas, de capital nacional, de capital estrangeiro, de combinação entre essas duas modalidades, com membros, com sócios, associados em todas as regiões do País. Então, há associados da Abratec em todos os portos. Empresas de vários portes: empresas que operam um terminal de contêiner, empresas que operam dezenas de terminais de contêiner no teatro global, mundo afora. Então, é uma entidade que congrega uma variedade de experiências bastante interessante.

A melhor definição que já ouvi de um terminal de contêineres é que é um sistema de transferência de cargas intermodais. É uma coisa simples. A gente tem que pegar a carga que vem de um navio e distribuí-la para caminhões, para trens e para os veículos que vão levar as cargas aos seus destinos. E, na mão da exportação, é o contrário, é receber a carga a partir de vários modais terrestres e colocar essa carga em um navio que vai entregá-la nos vários mercados globais. É uma atividade simples. E quanto menos impacto e quanto menos custo ela causar, melhor. Então, é bom que a gente não seja conhecido. É sinal de que a gente não está causando muito problema para ninguém, por enquanto.

O nome do nosso jogo hoje é eficiência e capacidade. Eu digo isso porque há duas tendências simultâneas. A primeira delas é o incremento da conteinerização das cargas, que foi citada pelo Senador Ivo Cassol. É uma realidade. Cargas que, no passado, não se imagina que fossem ser transportadas em contêineres, por conta do custo e das inconveniências do transporte de contêineres – pequenas quantidades, oferta pouco abrangente –, hoje são maciçamente embarcadas em contêineres. Por exemplo, o açúcar, a produção de açúcar é cada vez mais exportada em contêineres; cerais, o milho é cada vez mais embarcado em contêineres. O fato é que, de modo geral, nos portos, a gente vem observando que a tendência é o crescimento da conteinerização das cargas, dos volumes de cargas conteinerizadas movimentadas nos portos brasileiros. Isso vem crescendo sempre, ano a ano.

No Porto de Santos, por exemplo, a gente vem observando que, nos últimos anos, a cada ponto de variação no nosso PIB, a cada ponto de crescimento da nossa economia, a movimentação de contêineres cresce mais do que a movimentação da economia naquele período. Se o PIB cresce 1%, o movimento de contêineres cresce entre 2,5% e 3%. Essa tendência é de décadas e continua se acentuando.

Outra tendência é o aumento na oferta da disponibilidade dos navios que transportam esses contêineres. Há um processo hoje de emprego de navios cada vez maiores em busca de ganhos de custo, economia de escala, basicamente. Na década de 90, os navios que operavam no Brasil tinham capacidade de transportar, cada um deles, alguma coisa em torno de 4 mil, 5 mil contêineres. Hoje, navios com capacidade para 18 mil contêineres fazem as rotas globais. E esses navios já começam a chegar aos portos brasileiros.

Então, os terminais de contêineres têm que estar preparados para atender a demandas de movimento de contêineres cada vez maiores, ano a ano, e operar navios cada vez maiores, ano a ano. Isso implica em demanda de áreas cada vez maiores, que não estão disponíveis. A atividade de um terminal de contêiner tem um custo elevado, é uma atividade de capital intensivo, que demanda berços de atracações, que demanda pátios para empilhamento e armazenamento de contêineres, e o custo social, ambiental, financeiro de disponibilizar essas áreas para os portos é sempre muito alto e crescente. Então, a oferta de áreas para as instalações de contêineres é limitada. A oferta de berço é limitada. Como a demanda é crescente, a solução é a eficiência. Você tem que aumentar sua eficiência para conseguir lidar com esses movimentos maiores.

E aí eu queria fazer um agradecimento especial e apontar a qualidade do trabalho que o TCU realizou nos portos da Região Sudeste. O trabalho foi feito com um detalhismo, com uma profundidade muito grande, e o diagnóstico que saiu dali – os problemas apontados, mas principalmente o valor das soluções ali apontadas – é muito bom.

Um comentário que eu queria fazer é que o diagnóstico foi feito com base no trabalho de 2014. De lá para cá, em função até mesmo das recomendações que o TCU fez, houve uma conjunção muito favorável... O Dr. Medina chamou de entregas, não é? Os órgãos intervenientes do comércio exterior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e Comércio, todos eles arregaçaram as mangas, foram trabalhar em conjunto e trouxeram soluções que já têm hoje seus efeitos práticos.

Um exemplo disso é que, na época em que o trabalho foi feito, Dr. Hamilton – não sei se recorda disso –, se apontou que o Ministério da Agricultura tinha um percentual de seleção de contêineres para conferência extremamente elevado, 50%. De lá para cá, o Ministério da Agricultura – o Dr. Fernando comentou isso – implementou um sistema, o Sigvig...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO D'ANTONA – ... o sistema de gerenciamento das operações do controle sanitário, e esse percentual de inspeção, que era de 50%, caiu para 20% hoje. A nossa experiência hoje está em torno de 20%. Eu atribuo isso, sem dúvida nenhuma, às ferramentas de gestão de risco que vocês devem ter implementado e começado a usar.

Eu estou me estendendo um pouco além do tempo. O fato é o seguinte: eu queria trazer uma mensagem positiva. A situação de 2014, comparada à situação de 2017, não é a mesma, houve sensíveis melhorias. E eu tenho certeza de que, se o diagnóstico fosse feito novamente, o acompanhamento – aliás, é parte do trabalho do TCU fazer esse acompanhamento –, poderia se identificar que houve melhorias concretas. E nós, como operadores dos portos, percebemos esses efeitos no dia a dia.

Essa era a mensagem que eu queria trazer inicialmente. Continuamos aqui na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Queremos aqui esclarecer que estamos no *site* da Comissão de Agricultura...

O Presidente chegou. Já vou convidá-lo para estar aqui.

O *site* é: senado.gov.br, no YouTube.

Sr. Presidente, antes de retornar a Presidência a V. Exª, eu queria agradecer o trabalho dos servidores da Casa: Consultor Henrique Salles Pinto, que será o responsável por elaborar o material posteriormente; Marcelo Varella, que é o Secretário da Comissão; Leomar Diniz, Secretário Adjunto, Itamar Melchior Junior, Assistente; a Stephany Gois, também Assistente da Comissão; Cleber Fernandes, que é analista legislativo, da Liderança do PR; e também a minha assessora assistente Jéssica Detoni.

Temos aqui várias perguntas.

Sr. Presidente, V. Exª...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu tenho aqui algumas perguntas que foram feitas e vou tentar fazê-las logo em bloco, para sermos mais rápidos.

A participação de Claudio Miranda, do Rio de Janeiro: "Nosso país é capitalista e temos que concorrer com outros países em iguais condições".

Aí ele quer se referir aos principais gargalos para liberação de carga conteinerizada nos portos do Brasil. E diz: "Eu penso que há necessidade da modernização do sistema". Isso já foi aqui abordado, mas cada um pode fazer o comentário posteriormente.

"Fomentar o modal ferroviário para escoamento da produção" – isto é o que diz Raphael Aquino, do Distrito Federal.

Há a participação do Jonas Severo, do Rio Grande do Sul: "Quando o processo fica por demais burocratizado a ponto de necessitar um despachante para realizar a operação e onde tudo é taxado, fica exposta a necessidade de melhorias no processo."

Também há a participação do Eugenio de Jesus Bastos, também do Rio de Janeiro, na mesma linha, no sentido de fomentar a modernidade no processo.

Eu creio que citei aqui o Cláudio Miranda, do Rio de Janeiro. E há ainda o Ricardo Brasil, de São Paulo: "Você acha que é interessante para uma Petrobras, para as concessionárias de pedágios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incentivar os modais ferroviárias e fluviais? Neste País, sempre terá a luta pelos próprios interesses. Por isso que vemos hoje esses escândalos. Obra no rio e em estrada de ferro não gera propina."

Não tem muito a ver com o nosso tema, mas há outra pergunta aqui também de José Eduardo Guilhaumon, de São Paulo: "Privatizar todos os portos brasileiros urgente! Essa é a solução!"

Mateus Pereira Martins: "Melhorar as estradas. Esse é o principal gargalo. É triste ver caminhões atolados, transportando soja, em estradas abandonas, esquecidas. Grande desperdício de mão de obra, de bons negócios e de riqueza." Esta aqui é de Mateus Pereira Martins.

De Leo Santos, do Maranhão: "Excesso de papelada, mau estado de conservação das estradas encarecendo toda a logística, burocracia e 'chefias' sem fim devem ser totalmente eliminadas. Na verdade, entre os burocratas, funcionários públicos e 'zelosos' integrantes da máquina estatal não há *experts*."

Lucimar Galvão, de São Paulo: "Nosso País se tornou extremamente burocrático e pouco funcional. Tudo é difícil, e as leis só complicam e encarecem a vida do pobre e do trabalhador honesto. Nada é feito para melhorar os transportes, ruas conservadas, vias fluviais, ferrovias, etc."

Aqui ainda temos também presente o Sr. Paulo Campana, auditor fiscal federal, se quiser usar a palavra, e o Francisco Sadi, auditor fiscal federal agropecuário. Ele é responsável pelos assuntos da área vegetal. Se quiserem se manifestar... Se não, já passamos aqui a palavra.

Eu gostaria de convidar o Presidente para assumir novamente o seu posto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Fica a critério dos convidados responder ou não essas perguntas feitas pelo Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, nós tínhamos aqui duas perguntas, elaboradas pela Consultoria, que eu creio que foram respondidas pelos que aqui já se manifestaram.

Todos que estiveram aqui nos orientaram sobre toda essa angústia que é modernizar os nossos portos e, é claro, trazer mais competitividade às nossas exportações. Mas o que me traz aqui também ânimo é ver nas falas que nós estamos conseguindo fazer o dever de casa, inclusive na participação aqui do Marcelo, reconhecendo o papel do Governo.

Então, eu creio – inclusive, é alguma colocação da crítica – que nada melhor do que o processo que tivemos aí da carne fraca. Acho que foi uma demonstração, porque nós tivemos já audiências aqui, do que eu disse aqui nesta própria Comissão: há males que vêm para bem. Foi uma oportunidade de o Brasil mostrar para o mundo... Porque esse problema não foi de fora para dentro, foi de dentro para fora, ou seja, foi provocado pelo próprio Brasil. E aí foi uma demonstração que nós tivemos. Quero registrar também o trabalho do Ministério da Agricultura, como um todo, mas a liderança do Senador Blairo Maggi, como experiência, de conduzir a equipe e, também, de forma rápida, ir ao mercado mostrar que não era nada daquilo. Talvez tenha havido algum exagero na hora de se colocar uma notícia, mas nós tivemos a oportunidade de mostrar que o Brasil tem uma indústria altamente competitiva. Nós exportamos hoje para centenas de países, temos uma indústria frigorífica extremamente forte, uma cadeia produtiva, desde a base, do produtor – do pequeno ao grande produtor –, mas principalmente um sistema integrado no Brasil, que é um exemplo também no mundo. Tudo isso fortaleceu e mostrou para o mercado externo e também para o consumidor brasileiro que nós temos produtos de qualidade.

Precisamos avançar, claro; temos muito o que avançar. Mas, quando se fala em uma inspeção, é claro que vêm os questionamentos. Lá na ponta: tem direito de ter o leite vendido ambulante? Não. Mas você tem que ter tudo no supermercado, com código de barra? Eu penso que tudo é um processo de evolução, e cada vez mais se demanda a necessidade de uma inspeção, a questão da vigilância sanitária, a questão da saúde. E, quando a gente fala de saúde, é saúde humana e animal, porque a coisa está entrelaçada. O alimento tem que ser produzido com qualidade, e, para se produzir com qualidade, ela tem de existir também desde o início, da produção até a semente que se vai produzir para produzir o produto, do alimento que vai para o animal – a gente fala tanto da proteína animal para alimentação humana, mas também para os animais domésticos – enfim, e tudo mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Penso que tudo isso aqui que estamos discutindo é exatamente aquilo que é a capacidade do Brasil de inovar e de melhorar. E, por isso, penso que a fala de todos vocês vêm em uma mesma mão, em uma mesma linha. Ou seja, o papel do Tribunal de Contas é estar investigando, averiguando. Mas eu conversava ali, rapidamente, com o Fernando, e ele dizia que o número de contêineres que são fiscalizados está diminuindo. Por quê? Porque está aumentando a credibilidade do serviço e também está aumentando a responsabilidade, eu diria. Quem vai exportar um produto sabe da responsabilidade do nome da empresa, se aquele produto que está lá é de qualidade, porque ele pode, amanhã, sofrer embargo lá fora, enfim.

Então, eu tenho aqui muito mais como consideração da minha parte e gostaria de ouvir a todos – cada um teve oportunidade de falar, em função das perguntas também –, principalmente pelo documento que nós vamos produzir aqui, da nossa consultoria. Após isso, nós vamos, inclusive, mandar *e-mail* para todos para que vocês possam contribuir com esse material a ser finalizado. Então, eu gostaria de ouvir aqui, inclusive, se há alguma pergunta que vocês possam estar fazendo entre vocês mesmos. De repente, uma coisa pode ser esclarecimento da outra.

Mas eu fiquei bastante... Aqui as perguntas seriam inclusive na cobrança: por que tanto tempo? Por que dez anos para se chegar a uma legislação? O Dr. Fernando já respondeu, de forma indireta, mas pode ser feita a finalização, até em termos de esclarecimento, para o nosso documento.

Então, Sr. Presidente, agradeço aqui, da minha parte, a tolerância e, inclusive, a presença de V. Exª aqui. Estava um barulho danado ali, e eu perguntei para o nosso Secretário da Comissão o porquê, se havia algum microfone a mais. Não; é a instalação da CPI da Previdência, que está ali, agora, já começando então com o barulho. Eu penso que no Brasil nós temos que nos modernizar em tudo, claro, mas é através do diálogo e, principalmente, da valorização do trabalho de cada um. Não pode o setor privado estar competindo com o setor público. O setor privado precisa do setor público, e o setor público precisa, é claro, da produção, porque é assim que a gente vai gerar emprego e valorizar também a garantia, o selo de garantia do nosso produto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu agradeço ao autor do requerimento e também a presença dos convidados.

Comunico que, no dia 13 de maio de 2017, próxima quarta-feira, às 9h, no auditório Petrônio Portela, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, realizará uma audiência pública com a finalidade de debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Informo ainda que, no dia 9 de maio do corrente ano, às 15h, o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, agendou reunião naquele Ministério com a presença deste Senador – quero aproveitar e convidar o Senador Wellington Fagundes, e também fica o nosso convite para o Senador Moka, para o Senador Raupp, enfim, para os demais Senadores que fazem parte desta Comissão e que queiram participar dessa audiência com o Ministro da Fazenda, juntamente com o Presidente da CRA, que sou eu – e também do Deputado Sergio Souza, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, bem como do Deputado Luis Carlos Heinze, que também vai estar presente. Estaremos juntos para debater com o Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, sobre esse assunto que hoje, infelizmente, tem tirado o sono não só dos produtores de soja do Mato Grosso, Senador Wellington, mas também da pecuária brasileira, dos produtores de frango, dos produtores de arroz, enfim, de suínos, do Brasil inteiro.

Porque havia sido suspenso... Imaginem hoje esses agricultores, que já vêm no vermelho... Porque hoje o produtor de soja tem uma defasagem no preço. Quem vendeu no futuro a soja vendeu a R$86, e quem está vendendo agora está vendendo a R$58. Quer dizer, são praticamente R$30 por saco a menos. Sem contar também que, depois dessa operação carne fraca, o boi no meu Estado, que estava R$135, R$136 a arroba, chegou a R$140, veio para R$118 a arroba. Sem contar para trás também os altos e baixos do agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas essa receita extra vem na contramão da história. Eu não sabia, mas o Funrural, uma parte do Funrural vai para a Confederação Nacional da Agricultura. Isso é um absurdo! Desculpe-me o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que depende dessa secretaria, mas zero ponto não sei quê eu sei que vai para a Confederação. E ela fez *lobby*, fez trabalho para que se mantivesse. Isso é um absurdo! Então, não dá para concordar, quando, na verdade, tinha que ser o inverso.

Então, nós temos que, aqui, nesta Casa, Senador Wellington, acabar com esses repasses. Da mesma maneira que, na reforma trabalhista, os funcionários têm que tirar um dia do suor para passar para os sindicatos, então fica opcional. Não vai ser diferente também para as confederações. É por isso que há tanta manifestação neste Brasil. Porque há muito dinheiro nos caixas para ficar fazendo a movimentação.

Além disso tudo, eu queria aproveitar, antes de encerrar os trabalhos, para informar que, no último dia 17, nós estivemos no distrito de Rio Pardo, a praticamente 300km de Porto Velho, inaugurando a energia naquele distrito; uma rede de transmissão da cidade de Buritis, no Estado de Rondônia, para Rio Pardo.

Rio Pardo, para quem não conhece, era a Flona do Bom Futuro. E, na época da construção da usina de Jirau, nós cedemos uma área do Estado e fizemos permuta para regularizar, para deixar assentadas mais de cinco mil famílias que estavam lá dentro.

Ao mesmo tempo, quero agradecer ao nosso Presidente da Eletrobras Rondônia, em nome do Luiz Marcelo e também do Efraim, que colocou a equipe juntamente com o Luiz Henrique, que é o Presidente que responde pelas seis empresas deficitárias – Rondônia, Amazonas, Acre, Piauí, Roraima e também Alagoas –, que não pôde estar presente no dia.

Nós inauguramos a energia, Senador Wellington, e tivemos que subir em cima de uma cadeira para poder falar com o povo, porque a energia caiu. E eu até brinquei que nós íamos voltar lá para poder inaugurar a energia novamente.

Então, agradeço a toda a população daquele distrito, de que eu fui um grande defensor, como Governador do Estado de Rondônia. Eu me desloquei de carro – foram quase três horas para poder sair de Porto Velho para ir lá –, como também o Senador Raupp e o Deputado Luiz Cláudio, que também esteve junto com a gente, representando a Bancada federal. Nós estivemos lá presentes, junto à comunidade, onde a alegria estava estampada, nos quatro cantos daquele distrito, daquela região.

Então, à população de Rio Pardo, que vai assistir depois a esta audiência que nós fizemos hoje aqui, quero deixar o nosso abraço. Que o povo de Rio Pardo continue contando com o Senador Ivo Cassol. Eu sempre fui parceiro e vou continuar sendo parceiro para que a gente possa levar aos locais mais difíceis, mais distantes, especialmente, as necessidades que a população tem, como energia, estrada, saúde, educação e tantas outras coisas.

Portanto, é um distrito de Porto Velho, mas eu torço para que aquele distrito de Rio Pardo vire, no futuro, um Município, como também Extrema. Para se ter ideia, Extrema, em Rondônia, Senador Wellington, fica a 360km de Porto Velho, na divisa com o Acre – que tem Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre –, e, ao mesmo tempo, há uma balsa para passar. São quase quatro, cinco horas de viagem de Porto Velho para lá. É um distrito, como também, no Pará, existe Tailândia, na região do Jaru, que tem que virar Município, e nós, infelizmente, não o conseguimos até agora. Provamos várias vezes, mas na época o Presidente Lula e a Presidente Dilma vetaram os nossos projetos de criação de novos Municípios, com número de habitantes a mais e com condições.

A gente vê isso com tristeza, porque eu sempre digo o seguinte: é melhor um Município pobre do que um distrito miserável, dependendo muitas vezes do Município sede, que não dá condições nem para estrada, nem para saúde, nem para educação. E a reclamação no Rio Pardo é muito grande quanto ao atendimento de saúde, quanto à escola, quanto a atendimentos do próprio Estado e do próprio Município. Eu sei que o prefeito de Porto Velho, o Prefeito Hildon, está no começo – ele estava lá representado pelo Vice-Prefeito, Edgar do Boi, que está levando essa reivindicação. O Prefeito Hildon assumiu o mandato faz poucos dias, poucos meses, mas a gente está torcendo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que ele tenha sucesso e para que a gente possa diminuir as dificuldades e também os problemas que acabam atrapalhando o desenvolvimento daquela região.

Portanto, quero aqui agradecer ao nosso convidado, deixar o meu abraço a todos eles aqui e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Vocês querem fazer alguma consideração final?

O SR. FERNANDO MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, a palavra fica com o Fernando, por no máximo dois minutos, porque às 16h começa a Ordem do Dia, e nós temos que encerrar a audiência.

O SR. FERNANDO MENDES – Senador Ivo Cassol, Senador Wellington Fagundes, eu gostaria só de agradecer o convite. É uma satisfação poder estar aqui discutindo. Eu acredito que, em meio a um período de tantas dificuldades, para nós é uma satisfação poder sentar à mesa e discutir, ter notícias boas. Eu acho que hoje aqui o TCU levantou problemas que havia; o depoimento do Marcelo D'Antona, que representa a iniciativa privada, reconheceu os avanços que têm sido alcançados; e, no discurso da agricultura e da Receita Federal, uma agenda positiva de ações sendo implementadas até o final do ano. Então, fico feliz de poder discutir avanços e notícias positivas ao longo deste ano.

Eu gostaria de abordar um detalhe que foi levantado pelo TCU, que é a questão de legislação. Nós temos dois marcos legais que precisam sair da gaveta, que são a Lei de Sanidade Agropecuária...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MENDES – ... e a Lei da Vigilância Agropecuária Internacional. Acho que a Comissão de Agricultura talvez seja um fórum interessante para propor isso.

Quando a gente fala de sanidade agropecuária, a gente está falando de Helicoverpa, que incomodou muito na soja e tem incomodado; a gente fala de ferrugem asiática; de Cydia pomonella, que afeta a cadeia da maçã, que gera emprego, gera divisa; a gente fala de mosca-da-carambola, que está entrando lá pelo Norte, pelo Estado do Amapá, e que, se acessar a região do Vale do São Francisco, vai trazer prejuízos enormes. Então, é uma legislação que é de grande interesse da Comissão de Agricultura, e talvez este seja um fórum interessante para retomar-se essa discussão – o projeto está lá na Casa Civil.

Politicamente, a gente dá um suporte. O Ministro da Agricultura está à disposição para retomar essa discussão e poder colaborar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Dr. Fernando.

Hamilton, mais alguma consideração?

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – Sim, rapidamente.

Fazendo referência às perguntas lidas pelo Senador Wellington Fagundes, todas elas se reportaram a problemas que nós sabemos existentes dentro do País: o problema do modal ferroviário, o problema da burocracia, a necessidade de melhoria das estradas; falou-se até em privatização das administrações portuárias, o que a gente entende como uma ineficiência das administrações portuárias. E quero dizer que nós, o TCU, estamos atentos a esses problemas. Nós fizemos esse trabalho, e quero aqui deixar bem claro que o trabalho foi realizado em clima de extrema parceria com os órgãos, com o Ministério da Agricultura, com as unidades da Receita Federal, até pelo próprio objetivo do trabalho, que é tentar trazer oportunidades de melhoria, fazer um diagnóstico e propor melhoria.

Foi comentada também a questão do Portal Único de Comércio Exterior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON CAPUTO DELFINO SILVA – ... e dessas várias iniciativas que estão em curso. Nós do TCU também temos essa percepção que foi trazida pelo Marcelo. No nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

acompanhamento, junto ao porto, a gente tem a informação de que melhorou, sim, o processo. Então, nós temos realmente esse otimismo, mas temos muito por fazer. A gente tem que continuar mesmo mapeando quais são os problemas, tentando identificar os nossos direcionamentos. E, da parte do TCU, a gente vai continuar acompanhando todos esses processos de melhoria que estão em curso, como a própria implementação do Portal Único de Comércio Exterior, que é um projeto bem interessante. Nós vamos continuar fazendo isso.

Por fim, quero agradecer essa oportunidade, agradecer a iniciativa do Senador Wellington Fagundes e parabenizá-lo por esta oportunidade em que pudemos estar aqui apresentando os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Valeu!

Marcelo, quer também fazer suas considerações finais?

O SR. MARCELO D'ANTONA – Rapidamente.

Na mesma linha de convergência de esforços, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui apresentando a nossa visão e agradecer ao Poder Legislativo, ao Senador Ivo Cassol, ao Senador Wellington, principalmente, o fato de o Legislativo se juntar a esses esforços, nessa posição bastante colaborativa, inclusive com a contratação de uma consultoria para aprofundar os diagnósticos e a solução. Esse esforço é muito bem-vindo. Agradecemos por ele.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Nosso último convidado.

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – Senador Ivo Cassol, novamente agradeço a oportunidade de estar presente nesta audiência e, mais uma vez, parabenizo a Comissão pela escolha do tema, que é um tema nacional, estratégico para o País. Quero também agradecer a companhia e a lucidez dos colegas que compuseram a Mesa, que fizeram intervenções bastante objetivas e esclarecedoras.

Eu gostaria de ressaltar um ponto que talvez nenhum de nós tenha falado antes. Nesse projeto do Programa Portal Único de Comércio Exterior, nós tivemos uma novidade na forma como ele nasceu e foi conduzido, que foi uma estreita cooperação do setor público e do setor privado, através de várias das entidades que participaram ativamente do mapeamento dos processos que vigoram no comércio exterior. Elas foram fundamentais para mostrar como as coisas de fato acontecem no comércio exterior; como é a teoria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO LÁZARO MEDINA – ... e como é a prática. E, a partir do mapeamento dos processos, é que nós, dos diferentes órgãos públicos, estamos conseguindo remodelar esses processos, inclusive com a cooperação do setor privado, ou seja, detectando os gargalos, detectando os nossos pontos fracos, detectando os pontos que são, digamos, complexos, buscando a simplificação. Quer dizer, nós estamos em um processo de aprendizado muito interessante, e é muito louvável que o Legislativo acompanhe tudo isso; acompanhe e possa trazer a sua contribuição, a sua visão crítica de todo esse processo.

Então, são essas as lembranças que eu gostaria de fazer aqui, e mais uma vez agradeço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Agradeço a participação dos nossos convidados.

Mais uma vez, agradeço a Deus e deixo um abraço a todos os amigos e amigas dos quatro cantos, dos rincões brasileiros, especialmente do meu Estado de Rondônia, que continuam, quando vão à igreja, ou mesmo em casa, nas suas orações, sempre pedindo a Deus que nos abençoe, que nos dê muita saúde e paz; do restante nós corremos atrás.

Um abraço e obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE MAIO DE 2017.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia três de maio de dois mil e dezessete, no Auditório Petrônio Portela, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a participação da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dário Berger, Paulo Rocha, Dalirio Beber, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Rose de Freitas, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Ana Amélia, Pedro Chaves, José Pimentel, Hélio José, Gladson Cameli e Alvaro Dias e dos Deputados Sergio Souza, Nilson Leitão, Jerônimo Goergen, Luis Carlos Heinze, Luiz Cláudio, Afonso Hamm, Major Olimpio, Celso Maldaner, Alceu Moreira, Carlos Henrique Gaguim, Valdir Colatto, Evair Vieira de Melo, Hélio Leite, Adilton Sachetti, Cajar Nardes, Marcos Montes, Jair Bolsonaro, Izaque Silva, Fausto Pinato, Francisco Chapadinha, Dilceu Sperafico, Carlos Melles, Dulce Miranda, Renato Andrade, Júlia Marinho, Luiz Nishimori, Newton Cardoso Jr, Beto Salame e Luana Costa. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Fátima Bezerra, Regina Sousa, Acir Gurgacz e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica o agendamento da audiência com o Sr. Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, a se realizar no dia 9 de maio do corrente ano, às 15 horas, no 5º andar do Bloco P do Ministério da Fazenda, para tratar do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Após a comunicação, o Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 8, de 2017, de autoria do Senador Ivo Cassol, e pelo Requerimento (RRA) nº 9, de 2017, de autoria dos Senadores Ronaldo Caiado e Ivo Cassol, destinada a debater os possíveis efeitos no agronegócio brasileiro do recolhimento, por parte do empregador rural pessoa física, de contribuição para o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com a participação do Deputado Nilson Leitão - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA); Sr. Maurício Negreiros Velloso - Representante da Associação Nacional da Pecuária Intensiva (ASSOCON); Sr. Julio Cesar Busato - Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); Sr. Marcos da Rosa - Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL); Sr. Péricles Salazar - Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO); Sr. Jeferson da Rocha - Presidente da Comissão de Direito Agrário e Questões do Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil em Santa Catarina (OABSC); Sr. Valdecir Sovernigo - Representante da A Voz do Campo; Sr. Paulo Storbel - Advogado da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), representante do Sr. Márcio Lopes de Freitas - Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sr. Ernani Polo - Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Agricultura (CONSEAGRI); Sr. Nabhan Garcia - Representante do FUNRURAL NÃO; Sr. Sávio Rafael Pereira - Secretário Substituto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Leonardo de Andrade Rezende Alvim - Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Tributária e Previdenciária da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda (MF), representante do Sr. Henrique de Campos Meirelles, Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Estado da Fazenda (MF); Sr. Chico Maia - Representante Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL). Os Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos, Flexa Ribeiro e as Senadoras Ana Amélia, Simone Tebet e Rose de Freitas e os Deputados Sérgio Souza (PMDB/PR) – Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Nilson Leitão - Presidente da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA), Jerônimo Goergen (PP/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Luiz Cláudio (PR/RO), Hélio Leite (DEM/PA), Afonso Hamm (PP/RS), Major Olimpio (SD/SP) e Celso Maldaner (PMDB/SC) e os Srs. Joel Lobato - Presidente do Sindicato Rural de Xinguara (SRX) e Zequinha Marinho – Vice-Governador do estado do Pará fazem uso da palavra. O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, por sugestão do Senador Valdir Raupp, comunica que solicitará audiência ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, Michel Temer, para tratar do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com a participação das Comissões de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e de representantes de diversos setores da agricultura. O Senador Ronaldo Caiado anuncia a apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 132/2017, que concede remissão e anistia totais para os produtores rurais pessoas físicas em relação às contribuições sobre a comercialização da produção rural, inclusive juros de mora, multas de mora e de ofício. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE MAIO DE 2017.

Às quatorze horas e sete minutos do dia dez de maio de dois mil e dezessete, na Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Ivo Cassol e do Senador Roberto Muniz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Dalirio Beber, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Pedro Chaves, Antonio Carlos Valadares, José Pimentel, Hélio José, Vicentinho Alves e Eduardo Lopes. Deixam de comparecer os Senadores Elmano Férrer, Dário Berger, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ronaldo Caiado, Lasier Martins, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Ivo Cassol, dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 11, de 2017, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 379/2016, que Disciplina o Repasse de Recursos Federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para apoio às ações de Defesa Agropecuária, com a participação do Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sra. Graciane Castro - Chefe da Divisão de Apoio à Governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Leomar Luiz Prezotto - Consultor em Agroindústria da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD); Sr. Inácio Afonso Kroetz - Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA); Sr. Décio Coutinho - Coordenador de Sanidade Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Mário Nascimento - Consultor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Sr. Armando Castro - Diretor de Pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Sr. José Guilherme Tollstadius Leal - Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI), representante do Sr. Ernani Polo - Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Agricultura (CONSEAGRI). Os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra. O Sr. Presidente, Senador Ivo Cassol, informa que a audiência com o Sr. Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, anteriormente agendada para às 15 horas do dia 9 de maio do corrente ano, no 5º andar do Bloco P do Ministério da Fazenda, para tratar do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com a participação dos Presidentes das Comissões de Agricultura do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e do Secretário da Receita Federal, Sr. Jorge Rachid. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADOR IVO CASSOL
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 30ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 11, de 2017, da CRA, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, e tem por finalidade debater o Projeto de Lei do Senado Federal nº 379, de 2016, de autoria do nosso companheiro, parceiro, Senador Roberto Muniz, que disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio de ações da defesa agropecuária. Informo que a proposição ora em análise foi apresentada em 19 de outubro de 2016, distribuída para esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e será encaminhada, posteriormente, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Comunico que o Senador Flexa Ribeiro é o Relator da matéria e requerente também desta audiência. A assessoria dele já nos comunicou que ele vai atrasar uns minutos, mas mesmo assim nós, com autorização também dos nobres colegas, vamos dar sequência à audiência pública.

Participa como nosso convidado o Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal e representante do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri), Sr. José Guilherme Leal. Por gentileza, já pode vir fazer parte da Mesa. Não chegou ainda?

Nós vamos fazer em duas partes aqui. Portanto, vão ser oito convidados. Nós vamos fazer primeiro com quatro e, depois, vamos substituir os membros da Mesa.

Por gentileza, Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel, Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Seja bem-vindo! Leve o nosso abraço ao grande parceiro, companheiro, Senador da República, Blairo Maggi, e também ao Coronel Novacki.

Quero dizer que, para nós, é um motivo de alegria e satisfação não pelo Senador da República que está lá, mas pela pessoa do Senador Blairo Maggi, pela autonomia que ele tem de exercer essa atividade como Ministro da Agricultura do nosso Brasil em um momento de crise. No momento em que foi colocada a operação Carne Fraca, ele colocou seu nome, sua credibilidade, construída com a sua família, em tantos e tantos anos, em risco. E, graças a esse trabalho eficiente e competente, nós tivemos um resultado imediato e conseguimos demonstrar para o Brasil e para o mundo que nós brasileiros fizemos o dever de casa.

Nós aqui, Roberto Muniz, fizemos a defesa do nosso rebanho de sanidade animal, nós fizemos o nosso controle. Eu fiz isso quando era Governador, Luis, do Estado de Rondônia. Recebi na França, em 2003, a certificação de livre de febre aftosa com vacinação – 8 anos à frente –, sempre fazendo parceria com o Ministério. E não foi diferente com o Governador Blairo Maggi, hoje Senador e hoje Ministro da Agricultura.

Então, leve o nosso abraço a esse arrojado, determinado Ministro da Agricultura, que está percorrendo os quatro cantos do Brasil. Então, leve o nosso abraço ao Ministro Blairo Maggi, a toda a sua equipe, que está destravando o Brasil da burocracia. Infelizmente, alguns dentro do setor público continuam exercitando a burocracia, muitas vezes dificultando para poder valorizar ou contratar mais gente, quando, na verdade, dá para diminuir e dá para ser mais eficiente em todas as atividades.

Também nosso convidado o Consultor em Agroindústria da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, Sr. Leomar Luiz Prezotto. Já está presente ou não? Também está presente. Por gentileza, também faça parte da Mesa.

Também eu quero aqui cumprimentar e dar as boas vidas ao Sr. Luiz Pinto de Oliveira. Está aí presente também? Se já estiver, por gentileza. É Diretor-Geral da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. (*Pausa.*) Vamos para próxima Mesa. Sr. Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa). Por gentileza, pode fazer parte aqui da Mesa também. Já é conhecido de velhos carnavais.

Sr. Mario Augusto Ribas do Nascimento, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios. Faz parte agora do primeiro bloco ou do segundo bloco? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Do segundo bloco. Então, daqui a pouquinho vai fazer parte também.

Queria cumprimentar o Sr. Armando Castro, Diretor de Pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

Quem vai fazer parte, o Armando ou o Bruno?

Sr. Bruno Lucchi, Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura (CNA).

Marcelo, por gentileza: é o da CNA que vai fazer a participação agora? Está presente? (*Pausa.*)

Décio? Mas eu tenho aqui o Bruno. Então, foi trocado aqui, e a Mesa não passou para mim o nome. Então, por gentileza, Décio, por favor, venha fazer parte da Mesa aqui. Foi substituído, e não foi passado para este Presidente que Preside esta Comissão neste momento. Então, venha fazer parte aqui. Seja bem-vindo também, Décio.

Portanto, nossos convidados, sejam bem-vindos!

Nós vamos dar oito minutos para cada convidado e, posteriormente, quando vierem as perguntas, a gente vai ter mais para as respostas. Mas, antes de passar para o primeiro convidado, eu queria passar a palavra aqui para o Senador Roberto Muniz, autor do projeto que disciplina o repasse.

Então, contigo, para debater, Roberto. Preciso dizer que é uma alegria, uma satisfação para o Brasil, Bahia e Rondônia, ter V. Exª não só nesta Comissão de Agricultura, mas também aqui no Senado Federal, fazendo a diferença, especialmente no setor que segura este Brasil nessas crises, nesses momentos, que é o agronegócio, que é o setor produtivo, que é o setor privado.

Quero cumprimentar também o sempre parceiro nosso, Senador pelo Mato Grosso do Sul, mas Senador nosso do Brasil, que é um grande defensor também da pecuária, da agricultura, é um grande guerreiro junto com a gente, o humilde Senador Moka. Pode ter certeza, Senador Moka, de que a população tanto a Bahia, com o Roberto, quanto o Estado do Mato Grosso do Sul, com você, estão bem representados aqui no Senado Federal. Portanto, fico feliz de ter a presença de vocês sempre junto com a gente.

A palavra é do Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senador Ivo Cassol, é um prazer grande essa oportunidade de estarmos juntos aqui, debatendo um projeto que acho que tem um alcance social inigualável. Nós estamos falando do Brasil que dá certo. Este Brasil, o Brasil agropecuário, é o Brasil que dá certo, é o Brasil que conseguiu romper todos os obstáculos necessários para criar um desenvolvimento e hoje é, sem sombra de dúvida, representante do que mais moderno se está gerando.

Eu quero, primeiro, dizer que para mim é uma honra muito grande colocar o projeto para ser submetido aqui à apreciação dos Senadores e de todas essas instituições, porque eu acredito na agropecuária porque acredito nas suas instituições.

A gente consegue, Senador Moka, ver o carinho que a população tem principalmente quando, nos últimos dias, houve a questão daquela amaldiçoada Operação Carne Fraca, em que a gente percebeu que a população se mobilizou dizendo que não poderíamos chutar ou colocar à margem algo que funciona tão bem no nosso País, que é a agropecuária. E, com isso, a gente inicia essa conversa dizendo que esse projeto tem a ideia de a gente dar um seguro-garantia de que as ações de defesa agropecuária vão melhorar cada vez mais.

Esse projeto vai ao encontro de um anseio, Presidente, de diversas instituições e pessoas com as quais, ao longo da minha vida pública, tive oportunidade de conviver como Secretário de Estado da Agricultura da Bahia, de que nós tínhamos avançado em diversos setores no Brasil. Por exemplo, o setor de educação e o setor de saúde já se relacionam de uma maneira mais eficiente; os Estados se relacionam com o Governo Federal e com os Municípios de uma forma mais eficiente; os recursos fluem através de fundos constitucionais em que não há o processo burocrático. E a ideia desse projeto é diminuir esse processo burocrático, afastar a má política, que através de convênios, muitas vezes, estabelece pesos diferentes entre Estados que deveriam ou ser mais bem contemplados ou não necessitar daqueles recursos.

Então, a gente quer criar, com esse projeto e esse debate, indicadores matemáticos que possam levar a uma partilha desses recursos de forma mais justa e que possam fazer com que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

recursos fluam de uma maneira na qual as incertezas não cheguem à defesa sanitária do nosso País. É este o objetivo: fazer com que esses recursos tenham esses indicadores claros; que a partilha seja feita; que o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, tenha também a capacidade de parte desse recurso alocar de acordo com o que ele entenda que é melhor naquele instante para fazer enfrentamento a alguma crise que aconteça no sistema de defesa; e que nós tenhamos um sistema de defesa.

Que esse seja o primeiro passo – é esse o nosso objetivo, Presidente – e que, depois, nós possamos juntos ir buscar uma fonte de financiamento permanente para essa política pública. Este primeiro momento não é o de buscar as fontes. Este primeiro momento é de dizer que "nós estamos preparados para um novo momento". Então, esse projeto de lei prepara o Brasil para esse novo momento e, depois, temos que, todos nós – o Senado, os governos, as instituições que aqui estão presentes – nos unirmos para buscar recurso, como outros setores produtivos no Brasil fizeram. Que a gente vá buscar recurso, porque a defesa agropecuária é o seguro- garantia do futuro deste País.

Então, era isso que eu queria dizer e ouvir os nossos convidados, que entendem disso muito mais, Senador, do que eu, que sou um simples engenheiro civil e que estive à frente daquela Pasta, de que me orgulho muito, principalmente dos muitos amigos que fiz lá no Estado da Bahia e fora da Bahia.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Roberto Muniz, nosso Senador.

Quero dizer que, quando fui governador do Estado de Rondônia, de 2003 a 2010, nós fizemos vários convênios, Senador Moka, com o Ministério da Agricultura, especialmente nessa área de defesa sanitária animal. E convênios com valores grandes, maiores.

Eu fico muito triste, Luis, que o Estado de Rondônia, nosso Governo do Estado de Rondônia, infelizmente, tenha feito convênio com o Ministério da Agricultura muito pequenininho pela necessidade que Estado tem. Eu vejo a dificuldade que nós temos lá com 1.470km de faixa de fronteira. Nós temos dois barcos que foram comprados na época, adquiridos com convênios para poder fazer esse controle – avião, hidroavião também foram comprados com recursos caros –, e hoje, infelizmente, a gente vê os nossos escritórios do Idaron, no nosso Estado de Rondônia, que não estão conseguindo sequer atender o produtor. O produtor da minha cidade, Rolim de Moura, e de Brasilândia que fez a vacinação, Moka, poucos dias atrás, está indo ao Idaron, ficando três dias para poder documentar e legalizar a vacinação que fez dos seus animais. Para tirar o documento do Idaron para transportar gado está com dificuldade.

Eu falo isso porque tenho um assessor que também é pecuarista, uma pessoa que está comigo, Salomão da Silveira, que teve um problema sério, na semana passada, porque não conseguia sequer fazer o registro documental. Então, vejo com tristeza quando o Ministério está de porta aberta para poder ajudar os Estados a controlar, a não deixar...

Eu acho o seguinte, não é só para o Estado de Rondônia. Quando estou falando do Estado de Rondônia, falo com propriedade, porque fui governador e não perdi nenhum recurso; os valores que a gente buscava sempre eram maiores. O que me deixa triste é que muitos Estados só se mexem quando a água – desculpem a expressão – bater na bunda. E aí é tarde demais. Então, nós não podemos de maneira nenhuma – e aqui serve para todos os Estados da Federação brasileira – esperar acontecer nada errado, para vir correndo ao Senado, atrás dos Senadores, atrás dos Deputados, e lá no Ministério da Agricultura, como se a solução viesse num passe de mágica. Não é assim que funciona. Então, precisa-se precaver.

Portanto, a toda a equipe do Idaron, em Rondônia, no passado tínhamos uma parceria muito grande com Fefa, que, infelizmente, por questão política, acabaram desestruturando. O Fefa era de iniciativa privada e custeava, Luis, naqueles locais de difícil acesso, de faixa de fronteira com Amazonas, com Mato Grosso, e, por questões políticas, cortaram e, de uma maneira ou outra, criou-se essa aporrinhação e quem perdeu, infelizmente, foi o Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, eu espero que o Governador do Estado de Rondônia cutuque a equipe dele do Idaron. Quem comanda é quem puxa. É igual banco: eu falo que o melhor banco é aquele que tem o melhor gerente. Então, quem puxa para a frente é cada agência, que tem cutucar sua equipe. A equipe é ótima, a equipe é boa, há pessoas boas, competentes, trabalhadoras. Você conhece, Luis. Então, a gente espera que ele não fique aqui buscando R$1 milhão, porque, para vir buscar R$1 milhão aqui e buscar R$10 milhões, o trabalho é o mesmo. A burocracia para se liberar R$1 milhão e liberar R$10 milhões é a mesma, ou liberar R$20 milhões, R$30 milhões é a mesma.

Então, quero já falar: venha aqui com a boca grande para pegar equipamentos novos, máquinas, veículos novos, para poder dar um resultado mais imediato, para não correrem riscos, de maneira nenhuma, esses Estados mais pobres, de faixa de fronteira, amanhã ou depois, por causa de uma questão de sanidade animal. Então, quanto mais a gente puder combater, prevenir é o melhor remédio que há.

Como o Luis Eduardo, que representa o MAPA, tem um compromisso, nós vamos ouvi-lo primeiro. Depois, como a assessora dele está aqui, se houver alguma pergunta, ela é tão boa de trabalho quanto ele.

Então, a gente vai passar a palavra, por enquanto, para o Luis Eduardo, do MAPA, por oito minutos.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador.

Na verdade, eu fico muito feliz de começar falando, logo depois Senador Roberto Muniz e do senhor, e obviamente com a presença do Senador Moka, porque vocês contextualizaram muito bem o momento que a defesa agropecuária está vivendo aqui. Nós temos vários padrinhos hoje aqui, no Congresso Nacional, que têm pensado a defesa agropecuária de uma maneira mais sistêmica, mais, vamos dizer assim, longeva, olhando para o que a gente realmente quer.

E eu não quero necessariamente falar que é em função de um caso específico que tem acontecido, desse episódio recente que aconteceu, da carne, porque na verdade a gente vem trabalhando nisso já há algum tempo, não é, Senador Moka? A gente já vem pensando, e eu tenho vindo a esta Comissão várias vezes falar um pouquinho de vários assuntos. E, de um ano ou um ano e meio para cá, muita coisa aconteceu, e eu quero crer que isso é resultado de uma corrida de bastão. Aqui eu divido a Mesa com dois ex-chefes meus – o Dr. Inácio, que foi Secretário na década de 2000, e o Dr. Décio, que foi meu chefe no ano retrasado –, que fizeram toda essa construção, participaram da construção da Defesa Agropecuária, que comemora, com a nossa Secretaria, este ano, 40 anos. Então, nós estamos comemorando, no ano de 2017, 40 anos de Secretaria de Defesa Agropecuária.

Eu queria lembrar que essa é uma comemoração importante, mas esse é um trabalho que nós fazemos silenciosamente, que muitas vezes só é descoberto quando acontece esse tipo de crise. E eu acho que o Senador Ivo Cassol foi muito feliz em colocar: nós não podemos comprometer esse patrimônio que é a sanidade agropecuária brasileira – seja saúde animal, sanidade vegetal, em todos os seus aspectos, na idoneidade dos insumos, na idoneidade dos produtos – em função da falta de uma estratégia política para poder sustentar tudo isso.

Alguns anos atrás, eu era Secretário substituto do Dr. Décio Coutinho, e ele me deu a oportunidade de vir a esta Comissão apresentar pela primeira vez para os senhores o Plano Nacional de Defesa Agropecuária, que foi lançado, então, há dois anos. Nesse plano, logo depois, nós tivemos a relatoria do projeto da Política Nacional de Defesa Agropecuária, que também está tramitando nesta Casa, de autoria do Senador Dário Berger, tudo fruto de um processo que foi apresentado dois anos atrás, que estimulou que o Congresso Nacional começasse a debater esse assunto.

Muito se vem tratando desse tema. E eu pedi para a minha equipe, juntamente com os assessores parlamentares, fazer um mapa de calor, de onde estão os projetos de lei, para a gente poder tentar organizar isso em um grande mosaico, Presidente, a fim de que a gente possa de fato implementar, nessa chamada integração dos projetos de lei, a Política Nacional de Defesa Agropecuária.

O que me trouxe aqui, a convite do Senador Flexa e do Senador Roberto Muniz, obviamente, aqui da Comissão, é falar um pouquinho desse projeto, que é uma peça de um quebra-cabeças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

complexo, que é a defesa agropecuária. Trata-se de uma iniciativa supernecessária, que já vinha sendo pensada no Executivo, mas que não ganhou a força de um projeto como esse, do Senador Roberto Muniz, que é a proporcionalidade, através de se repensar o Pacto Federativo que foi colocado na Constituição de 1988 para repasses para essa área de defesa agropecuária.

Ora, em outros modelos que nós temos na Federação, nós temos esses repasses garantidos, seja do ponto de vista constitucional, seja de leis ordinárias. Para a defesa agropecuária, isso parte – eu não vou dizer explicitamente que da boa vontade de ambas as partes, do órgão federal ou do órgão estadual – de projetos estruturados de ambas as partes e da conveniência momentânea de determinados eventos sanitários.

Então nós passamos cinquenta anos tentando erradicar a aftosa. Estamos na iminência – não é, Dr. Décio? – de, no ano que vem, erradicar com vacinação no País. Essa é uma vitória de centenas de profissionais durante cinquenta anos aqui no País, e isso não pode obviamente ser comprometido por causa, por exemplo, de uma fragilidade orçamentária em 2017 ou em 2018. Então a gente precisa avançar de maneira sólida, de maneira perene nesse processo. Então essa é a lógica que nos traz aqui.

Comentando um pouquinho sobre esses aspectos, aspectos críticos do projeto, Senador Roberto, especificamente, eu acho que existem: a criação de métricas específicas para o repasse de recursos. É a grande virtude do projeto, ou seja, se debruçar sobre a matemática que envolve a questão dos repasses, seja ela construída pelo IBGE, seja ela construída por outros indicadores que vão fazer com que a importância da agropecuária para o Estado represente, então, a sua fatia do bolo para poder ser colocada.

Mas não só isso, haja vista o Estado de Rondônia, que outrora não era um Estado importante do ponto de vista agropecuário, mas se tornou e que, por falta de uma política, talvez, de longo prazo, hoje carece de profissionais, por exemplo, para poder ocupar os frigoríficos que há no Estado. O Estado não acompanhou, por exemplo, a própria política de desenvolvimento que ele mesmo ofereceu. O Ministro Blairo fala isso com muita clareza. O Estado, nas décadas de 70 e 80, estimulou as pessoas a ocuparem as áreas, e hoje, no século XXI, não há políticas que consigam manter aquele investimento que foi feito durante todo esse processo.

Então, ao mesmo tempo em que isso tem tramitado no Congresso, aqui no Senado, nós temos um grupo de trabalho permanente dentro do Ministério da Agricultura, que é a Câmara Temática do Suasa, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. O Secretário de Defesa Agropecuária é o Presidente nato; então, eu estou como Presidente, mas essa cadeira não é minha, é do Secretário de Defesa, e ele tem colocado esse tema como uma discussão dentro da temática da Câmara do Suasa.

Existem pontos que a gente gostaria de sugerir, Senador, para poder ajustar esse modelo, porque usar as próprias métricas que foram usadas foi um grande pontapé inicial, mas alguns ajustes finos em função de riscos iminentes, por exemplo, de fronteira – a monilíase, por exemplo, que é uma praga vegetal, não animal, que está na beirada de Rondônia, pode ser um indicador, por exemplo, de maior repasse.

Uma outra virtude do processo é estabelecer o que a gente chama de certa gordura, porque, além dos indicadores normais, a Secretaria de Defesa Agropecuária poderia ter certo recurso ali para poder fazer algum ajuste fino, alguma compensação não medida, como, por exemplo, o Estado do Amapá, que é um Estado que não tem um potencial ainda, como não tinha no passado Rondônia, mas que amanhã poderá ser o maior produtor, por exemplo, de bubalinos das Américas, porque é um núcleo de potencial. E qual é o risco que isso representa? Qual o investimento em defesa agropecuária que o Estado precisa fazer antes de vir a ser realmente um produtor e ter suas próprias ferramentas de retroalimentação financeira? Então esse é um indicador.

Nossa equipe está coordenada lá pela Drª Graciane, que vai ficar aqui depois que eu sair. Ela tem pensado sobre como contribuir com relação a esses números.

Outro ponto que eu acho que já comentei é o do Pacto Federativo. As três instâncias hoje da Federação precisam realmente repensar sua forma de relacionamento. O relacionamento tradicional que o Ministério tem é com o Estado, por meio dos convênios que nós vimos operando nos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quarenta anos. O SUS, por exemplo, opera com Municípios. Será que no modelo da defesa agropecuária, cujo cerne é a parte de saúde e sanidade, saúde animal e sanidade vegetal, o Município estaria totalmente envolvido ou mais o Estado? Já na questão da inspeção – estou aqui com o meu presidente da Confederação dos Municípios –, já é um outro modelo, em que foram experimentadas determinadas ações de harmonização, por exemplo, com coequivalência, e infelizmente ainda não tiveram o sucesso que a gente esperava nesse modelo.

E não menos importante, Senador – a gente precisa comentar isto; eu sei que o senhor falou para deixar quieto, para deixar para outro momento –, é que a gente está definindo como vai ser a partilha de uma herança que ainda não existe. Então, a gente precisa realmente ter em mente – e é por isso que o Plano de Defesa Agropecuária é um plano ousado – que ele pensa, em cima de um universo de longo prazo, a chamada sustentabilidade financeira da Defesa. A Defesa consegue se pagar, Senador Moka. Consegue se pagar perfeitamente, seja com os fundos privados, com a experiência de fundos privados, no caso de aftosa em diversos Estados, ou mesmo com as próprias Cartas de Serviços que a Secretaria de Defesa Agropecuária, que é uma agência... A maior agência das Américas de defesa agropecuária é a SDA, não sei se os senhores sabem. Nós somos maiores que a AFIS, nos Estados Unidos, somos maiores que o FSIS; nós somos a maior agência de defesa agropecuária das Américas. E a gente consegue se pagar, desde que a gente consiga ter essa Carta de Serviços pensada e, vamos dizer assim, repartida com os Estados no que compete. Lembro que a defesa animal e vegetal, essa parte que é a mais de direta ação não é, normalmente, coordenada pelo Ministério. O Ministério é um grande coordenador nacional estratégico; quem opera isso são os Estados, através da cooperação das agências estaduais de defesa agropecuária.

Então, em linhas gerais, é mais ou menos isso.

Eu também lamento, Senador, que a gente tenha hoje o repasse de recursos restrito, muitas vezes, a valores que remontam em média R$1,5 milhão por Estado. Alguns Estados são um pouco mais ousados, mas porque também são pressionados por isso, como o Estado do Amazonas, que é um Estado que ainda precisa dar alguns passos para a erradicação da febre aftosa. Então, a gente acaba concedendo um pouco mais de recursos para esse investimento. Mas é pouco para sustentar uma defesa agropecuária tão complexa.

Obviamente, hoje o orçamento que a Defesa, que a própria Secretaria tem no modelo atual não permite que eu faça os repasses do jeito que eu gostaria de ver a defesa agropecuária no futuro.

Por isso, Senador, vamos em frente no projeto. Fazemos ajustes finos, mas não descanse enquanto a próxima peça do tabuleiro, que é a sustentabilidade da defesa, não for mexida também.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Quero agradecer a participação do MAPA, por intermédio do Luis Eduardo, e dizer, Secretário, que, para se liberarem os recursos, os Estados também têm que ser eficazes, têm que ser competentes quando fazem seus projetos. Se não fizer os projetos e solicitar o dinheiro, com certeza, o Ministério... Se, com projeto e tudo pedido, já, muitas vezes, é recortado, imagina se não fizer a solicitação! Então, é isso.

E aqui, juntamente com a gente, temos a presença do Deputado Federal Luiz Cláudio, do Estado de Rondônia, que foi meu Secretário de Agricultura no Município de Rolim de Moura e foi Secretário de Agricultura do Estado de Rondônia também. Fizemos vários projetos nessa área de agricultura, de pecuária, fizemos o projeto Inseminar, quando levamos de 900 mil litros de leite por dia – não é, Deputado Luiz Cláudio? – para três milhões de pessoas, Moka. E hoje a gente vê que nossos programas foram todos por água abaixo, infelizmente. Lá havia, no nosso Estado, os programas do projeto Inseminar. Havia a Emater, que fazia o programa do Pró-Leite. Lá havia; agora não tem mais.

Então, Deputado Luiz Cláudio, é uma alegria ter aqui, junto com a gente, o senhor, que é um grande defensor e um grande guerreiro do setor agrícola e pecuário não só do Estado de Rondônia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas de todo o Brasil. Então, é uma satisfação tê-lo junto com a gente, assim como o Senador Pedro Chaves.

Agora, o próximo convidado nosso é o Leomar Luiz Prezotto, Consultor de Agroindústria da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

V. Sª tem oito minutos.

Por gentileza.

O SR. LEOMAR LUIZ PREZOTTO – Boa tarde, Senador Cassol, demais colegas da Mesa e demais pessoas presentes.

Primeiro, gostaríamos de cumprimentar a iniciativa do Senador Roberto Muniz. Esse é um tema que nos preocupa há muitos anos, não é, Inácio? Há muito tempo nós temos discutido sobre a questão do financiamento do sistema, porque, sem recursos, sabemos todos nós que é impossível fazer um trabalho e muito mais um trabalho da importância que tem esse, que mexe, vamos dizer, com dois focos fundamentais: de um lado, a segurança sanitária, que tem uma relação direta com a saúde dos consumidores e, de outro lado, o desenvolvimento da agropecuária, e, no nosso caso da Sead, com todo o interesse que temos, em função do nosso público beneficiário, que é da agricultura familiar.

Nesse sentido, gostaria de dizer que, no último Censo do IBGE, 300 mil famílias responderam que fazem algum tipo de processamento e que têm algum nível de renda oriundo desse processamento. Eu não quero dizer que essas são agroindústrias instaladas, implantadas, os portes que elas têm ou não têm, mas são famílias que estão processando. Se somarmos o número de registros que nós temos nos serviços de inspeção, seja federal, estadual ou dos Municípios, nós estamos muito longe, muito distantes desse número, e isso quer dizer o quê? Primeira coisa: de um lado, podemos ter um risco de segurança sanitária; de outro, nós temos aí um mundo de pessoas trabalhando, produzindo de alguma maneira, vendendo de alguma maneira, não sabemos de que forma, e no mercado informal.

Então, nesse sentido, a iniciativa é realmente louvável, tem uma importância tremenda.

Nós fizemos uma leitura do projeto e, oportunamente, na reunião do Comitê do Suasa, do Sisbi/Suasa, chamado pelo MAPA – o Luiz Rangel acabou de comentar –, desse fórum, nós inclusive fizemos algumas sugestões ao projeto. E eu vou falar muito rapidamente aqui de uma delas, que é o que nos preocupa bastante, Senador. É a inclusão dos Municípios na partilha. Eu sei que está previsto já na ementa do projeto; em alguns artigos, está inclusive citado o Município como um dos envolvidos no tema. Porém, quando chega lá adiante, no momento da partilha, os Municípios estão fora da partilha, da proposição inicial, pelo menos, aqui no projeto de lei.

Da mesma forma, eu chamo a atenção não só quanto aos Municípios individualmente, mas também para os consórcios de Municípios, que já estão inclusive previstos na regulamentação do Suasa, como uma das formas de a instância local se organizar para aderir ao Suasa inclusive. Então, nesse sentido, estamos sugerindo, de fato, a inclusão dos Municípios e consórcios de Municípios na partilha da proposição, conforme ela está colocada aqui.

Em consequência disso, naturalmente, também a fórmula aqui apresentada no projeto deve ser revista para contemplar essa sugestão nossa. E volto a frisar a importância que têm os Municípios. Se eu lembrar de novo essas 300 mil famílias, muitas delas estão em cima do fio da navalha, como a gente diz, e podem hoje estar ainda produzindo alguma coisinha e, amanhã, podem não estar mais produzindo, porque, cada vez mais, há necessidade de nós trabalharmos com segurança sanitária, e todos os órgãos que estão envolvidos com esse tema buscam claramente combater a comercialização informal de alimentos. E, claro, por uma questão de segurança sanitária.

Então, muitos desses estão propensos a sumirem do processo produtivo, e isso é o que nos preocupa. O Município é a unidade local do Suasa que realmente tem condições de abraçar esse público da agricultura familiar de pequena escala. É essa célula do Suasa que tem condições de abraçar esse público. Por quê? Não é no SIF que eles vão se registrar. O próprio sistema Suasa prevê na sua legislação que, cada vez mais, a descentralização da execução da inspeção esteja lá no Município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Estados também vão continuar fazendo inspeção, mas também não é o Estado o principal serviço a dar cobertura a esses tipos de empreendimentos de pequeníssima escala. São os Municípios. Inclusive, na própria descentralização prevista no Suasa, também o Estado é o coordenador, no nível do seu território, da inspeção, mas a execução, em longo prazo, prevê isso, que o Estado seja complementar onde não existe o serviço municipal. Então, seguindo pela própria lógica do que está previsto no Suasa, mais ainda está justificada a necessidade de os Municípios e consórcios estarem aqui dentro dessa partilha.

Só lembrando ainda em dados, se eu citar também a Declaração de Aptidão ao Pronaf, a DAP, nós temos uma base de dados e, há dois anos, em um levantamento que fizemos, mais de 130 mil famílias também declararam que fazem processamento. Então, não só dialogando com o Censo do IBGE, mas também com os próprios números que a nossa DAP apresenta.

Um outro comentário que talvez seja importante também ainda, na medida do possível, fazermos algum ajuste é na lógica do funcionamento do deslocamento dos recursos. Nós temos um bom exemplo no Brasil que é o SUS. E, é claro, vocês vão lembrar e eu vou concordar com vocês que o SUS está previsto na própria Constituição Federal. Então, aí existe uma pequena diferença. E o repasse fundo a fundo que acontece no SUS acho que pode ser, mesmo considerando esse elemento de estar previsto na Constituição e o nosso caso da inspeção não estar previsto na Constituição, mesmo considerando isso, nós devemos olhar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEOMAR LUIZ PREZOTTO – ... com atenção essa forma como é feito o repasse fundo a fundo dentro do Sistema Único de Saúde, onde está também o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que também faz o papel de controle sanitário dos produtos de origem vegetal, de uma parte dos produtos de origem vegetal, vamos dizer assim.

Então, nesse sentido, nós chamamos atenção. Sabemos que existe um fundo já constituído, no âmbito do MAPA, da agropecuária brasileira. E parece, pelas informações que o MAPA nos passou na última reunião da Câmara, que ainda existe legalmente esse fundo. Então, quem sabe, ele poderia ser o embrião até para nós colocarmos em prática essa louvável iniciativa, Senador. E nós partilhamos do interesse e do compromisso de fazer acontecer com alguns reparos, como a gente colocou.

E nos colocamos inclusive à disposição para passar essas sugestões que nós temos formulado ao Senador, embora também já tenhamos passado ao próprio MAPA. Não recebemos uma resposta efetiva, se é que foi já repassado, se essas sugestões chegaram a sua pessoa, mas nós podemos repassar na sequência dos trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação, Leomar.

Nós vamos passar a palavra, agora, para o Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), Sr. Inácio Afonso Kroetz.

Com a palavra por oito minutos.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Boa tarde a todos.

O nosso reconhecimento e agradecimento por receber este convite. Estamos honrados em poder contribuir com esse louvável Projeto de Lei nº 379.

Meus cumprimentos ao nobre Senador. É uma satisfação, mais uma vez, estar com o Senador Moka, aqui, também, quero fazer esse registro.

Tive o prazer, na época da estruturação do serviço em Rondônia, de estar ou como Diretor ou como Secretário da Defesa Agropecuária deste País. E sou testemunha ocular daquelas embarcações; inclusive, voei naquele hidroavião, para ver como funciona o serviço lá. Muito bom.

Também me cabe dirigir a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, porque, para ser Presidente desse Fórum, tem de ser dirigente de alguma agência. Então, sentimos na carne também como dependemos, muitas vezes, de recursos. Por menores que sejam, são muito importantes para nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não vou entrar em detalhes, porque aprovo tudo que foi dito antes, aqui. Não vou chover em cima do molhado, porque tudo que foi dito aqui é muito pertinente. Vou, então, em outros pontos que temos que ver... Vou deixar este material aqui à disposição, depois a gente também vai encaminhar...

Isto aqui é só para dizer que, realmente, vigilância, coordenação, informes nosográficos... É um mundo de trabalho que a gente tem que executar na instância intermediária, que é essa relação que a gente tem, desde a Organização Mundial da Saúde, dos códigos e regulamentações do CIPV.

Nós somos as agências de defesa agropecuária. Lidamos diretamente com a Secretaria de Defesa Agropecuária via superintendência ou diretamente e, assim, também atuamos nos Municípios, juntamente com o setor privado, para garantir que o território seja habilitado, porque... Sr. Senador e Governador de Rondônia, nenhuma planta foi habilitada para exportação, antes de o Estado ter feito lá seu trabalho em sanidade, está certo?

Então, sempre se leva isto em consideração: se não houver uma boa defesa no Estado, não há nenhuma planta que se exporta.

Só no caso do frango, o Paraná exportou, no ano passado, US$2,35 bilhões, 35% do País.

Então, a gente tem que considerar que a defesa é, realmente, um ponto importante – animal, vegetal e inspeção.

E as legislações realmente são às vezes... Elas se entrelaçam, às vezes são confusas, às vezes são incompletas. E tem que ser realmente dada uma injeção de ânimo.

Nós, do Fonesa, dos 27 Estados, chefes do serviço em 27 Estados, orgulhosos, hoje podemos representar isso e dizer: estamos muito felizes, porque vai desaparecer esse entremeado, vai vir uma folga muito boa para nós, e vou provar por quê.

Primeiro, vamos só tomar como exemplo: a zonificação quanto à febre aftosa só foi possível devido aos convênios lá do Bird de 1994 e 1995, quando nós começamos no Ministério da Agricultura a trabalhar como Diretor.

Foi até devolvido dinheiro, porque o Estado não tinha capacidade de aplicar tanto dinheiro que havia. Por isso, eram grandes na época. Era uma facilidade passar dinheiro para o Estado? Sim. Havia dinheiro, mas o Estado não estava capacitado a aplicá-lo adequadamente também.

E a confusão do Siconv – o Jonas está aqui e é testemunha ocular disso –, vive esse drama. Os Estados tinham muitas amarrações para poder também fazer acesso a esse dinheiro. Esse dinheiro existe, é difícil de achar.

Assim, também, a peste suína clássica: esse zoneamento só foi possível, esse reconhecimento só foi possível devido aos recursos.

A inspeção não anda, o Sisbi não anda, está insípida, incipiente, desculpe, a presença das inspeções municipais e estaduais no Sistema Brasileiro de Inspeção, cuja lei é de 1994 e o Decreto de 2006. E não anda porque não tem estrutura para atender todas as exigências que esse programa exige dos Estados e dos Municípios, principalmente.

Só para ter uma ideia, eu trouxe um eslaide de cada atividade para ver como as características foram tão felizes e os indicadores foram tão felizes, tão exatos... Porque vejam como há diferenças entre Estados... A zonificação para doença, a zonificação também de população animal... Vejam como é o setor de aves!

Eles têm muitas características, os Estados têm muitas diferenças. Elas são atendidas dentro desse projeto de lei. Está de parabéns o Senador, autor desse projeto de lei, está de parabéns por ter atendido todas essas características que estão aí para serem atendidas.

Agora eu chamo a atenção, eu faço uma pausa para ver este quadro. São 22 Estados. A aplicação dos recursos em defesa à pecuária pelos Estados, em 2016.

Nós fizemos aqui nesta mesma mesa, nós já fizemos uma apresentação de 2014 e projeção para 2016. Essa é a real de 2016, em 22 Estados. Cinco não conseguiram enviar em tempo e eu fechei ontem de noite, e até hoje de manhã, fechei a conta. Vejam aí: R$1.556.232.290,00. É a última linha embaixo, em amarelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Os Estados aplicaram, 22 Estados, se fizer uma regra de três chega nos 27. Com quanto participou a União? Com 32 milhões. Equivale a 2,07% dos recursos para cumprir ações delegadas desde a década de 70 aos Estados, para que eles cumpram os programas nacionais.

Senador, é realmente muito pouco. O senhor falou que atualmente é muito pouco. Mas também já há alguns anos vem isso. A dificuldade de participar desse bolo... Ele está mal distribuído. E olha a diferença entre Estados! Há Estados que têm investimento zero, porque simplesmente não têm recurso para investimento. Gasta tudo em custeio.

Custeio é o custeio e a folha, que os Estados gastam aí. Alguns têm o setor privado, que participa. Em outros o setor privado não participa. A contrapartida do convênio e o próprio convênio. Então, um total de 1,589 bilhões é aplicado anualmente em 22 Estados. Faltam ainda outros cinco.

O que nós temos a acrescentar? Primeiro, é um financiamento estável e oportuno dos programas nacionais e estaduais de defesa dos Estados. Nisso nós precisamos ter regularidade e nós não podemos colocar dinheiro do convênio, porque o último convênio que eu tenho é de 2013 para o Paraná, e eu já estou no quinto termo aditivo e o dinheiro não vem. E não dá um milhão por ano. Quer dizer, a dificuldade é muito grande realmente.

A transferência, fundo a fundo, em substituição aos convênios? Maravilha! Nós todos desejamos isso. Os 27 Estados desejam isso. Agora nós pedimos uma inclusão de uma alíquota proporcional, considerando as aplicações estaduais em defesa agropecuária em exercícios anteriores.

O meu tempo está acabando e eu quero dar um exemplo. No primeiro ano da vigência da lei seria uma alíquota proporcional ao aplicado no exercício anterior, da forma como foi apresentado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – No segundo ano, uma alíquota proporcional à média do biênio anterior. E do terceiro ano em diante, a alíquota proporcional à média das aplicações do triênio anterior, e assim sucessivamente, para reconhecer o esforço que cada Estado faz quando aplica; para ele ser também estimulado a continuar aplicando, e com isso ele vai obtendo também mais recursos. Não só os outros indicativos, mas como esse indicativo também. Esse é um indicador muito importante.

Excelência, eu gostaria que, em nome do Fonesa, o senhor acatasse essa possibilidade, fizesse uma análise disso. E tenho a contribuir também na redação da página terceira, inciso I, físicos e territoriais, letra "b".

Quando fala em "área de fronteiras internacionais", fala em extensão de fronteiras internacionais em quilômetros quadrados. Parece-me que há um erro aí.

Então, seria uma área... E aí seria importante também considerar o grau de risco dessa extensão de fronteira, porque há fronteiras que não têm risco, porque têm barreiras naturais; há outras que não tem.

Por exemplo, o Rio Madeira, o Rio Paraná também é uma barreira natural, o Sertão também é uma barreira natural. Qual é o risco? Seria a critério do MAPA uma situação de maior ou menor risco? Poderia servir também para ajudar a dirimir essa dúvida.

E na página 9, apenas a letra j=4 pertence ao item "Parâmetros técnicos demográficos", e não aos "físicos e territoriais", como está aí. Eu posso fazer isso por escrito, em nome do Fonesa, depois.

Mas eu quero dizer que cada Parlamentar nós convidamos a participar dessa cruzada a favor da defesa agropecuária nacional, quer seja na aprovação do projeto de lei, quer seja na criação do fundo...

E que haja substância no fundo também. Aí que vale muito trabalho profissional depois, vale muito trabalho parlamentar para que não se tenha somente o projeto de lei aprovado, mas tem que ter o fundo e recursos para o fundo, porque os Estados têm fundo para receber, a maioria tem. Agora, é preciso ter dinheiro no fundo para que ele realmente faça a diferença, porque 2% do que os Estados investem em defesa é muito pouco para a carga da União, para nós podermos fazer um trabalho melhor.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

O Deputado Luiz Cláudio tinha deixado uma pergunta aqui, e o Secretário, na verdade, a assessora Graciane, que o representa, já está passando para mim a resposta: "Quando será liberada a exportação de carne bovina de Rondônia para a Europa?"

Ela está me respondendo que tecnicamente já está tudo aprovado. Só está faltando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A votação em plenário e fazer a parte política. De repente, o pessoal tem alguma coisa que quer também em troca do Brasil.

Então, a gente espera que vocês consigam o quanto antes liberar também, porque é mais uma porta que se abre para o Estado de Rondônia, como para os outros Estados, que também já foram liberados.

Por que essa diferença, Senadores? Porque cada Estado faz o seu trabalho de controle e de defesa da sanidade animal. Uns são liberados antes, outros depois, posteriormente.

Portanto, nós estamos na bica para que Rondônia também seja contemplada como os demais Estados.

O próximo convidado participar e usar a palavra por oito minutos é o Sr. Décio Coutinho, Coordenador de Sanidade Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Com a palavra V. Sª.

O SR. DÉCIO COUTINHO – Boa tarde, Presidente.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil agradece o convite que foi feito por esta Comissão do Senado e se sente muito orgulhosa e satisfeita de poder participar da discussão de um projeto da importância desse projeto para a agropecuária brasileira.

Senador, pode ter certeza que a iniciativa do senhor, eu não diria que veio na hora certa porque a hora certa poderia ter vindo um pouquinho mais atrás. Nós já estaríamos discutindo outras situações. Mas vem em um momento que ainda é de muita importância. Parabéns pela iniciativa do senhor.

O projeto é um projeto consistente, o projeto é um projeto interessante e que vai dar, acima de tudo, o que nós consideramos o mais importante, que é dar característica técnica para o repasse dos recursos aos Estados da União brasileira, porque ele vai tolher a possibilidade do ajeitamento de repasse de recurso por influência a, b, c, d, e ou f. Ele vai dar características técnicas.

Há que se discutir algumas situações com relação ao que foi elencado? Não tenha dúvida, a Mesa aqui, de uma forma muito competente, já arguiu algumas situações e já fez algumas ponderações que são extremamente importantes, e nós apoiamos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil apoia todas essas posições.

Há que se ter recursos para os Municípios? Há, naquelas atividades em que o Município é envolvido na atividade de defesa agropecuária, porque existem atividades em que ele é envolvido e atividades em que ele não é envolvido. Então, isso tem que estar claro, para que não se repassem recursos ao Município que não tem atividade para uma série de situações.

Há que se levar em consideração a capacidade de aplicação dos recursos pelos Estados? Mais do que nunca, mas também nós temos que levar em consideração que, muitas vezes, nós temos Estados que não têm aptidão para a agropecuária, mas que são Estados fundamentais em ter aporte de recursos para programas específicos e situações específicas de combate ou erradicação de uma praga ou de uma doença. Então, isso precisa ser considerado.

Há necessidade, como disse o Secretário Luis Rangel, de uma forma muito positiva, de que se tenha o que ele chamou de gordurinha, mas que se tenha um percentual que possa ser manejado pela Secretaria de Defesa Agropecuária, no atendimento às situações extraordinárias e temporais. Então, o produtor entende que, neste momento, o senhor foi de uma lucidez e de uma felicidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muito grande em propor o tema. A discussão de pequenos ajustes faz parte do processo e, com certeza, será feito por todos os segmentos que têm esse interesse.

Mas, Senador Ivo, eu acho que nós precisamos ter, como disse o Dr. Inácio, que é um dos grandes sábios da defesa agropecuária neste País, nós precisamos discutir o processo de distribuição ou de repasse desses recursos em cima de uma matriz constante. Nós não podemos mais continuar a discutir processo de recurso para os Estados sem saber quanto é o montante do ano que vem. Não há continuidade nas ações, e essa continuidade não existe porque nós não temos uma programação financeira definida ano a ano, com antecedência.

Nós temos um jogo da sorte. Esse ano vai ser tanto. Vai contingenciar quanto? Não sabemos. Vai liberar esse contingenciamento quando? Não sabemos. E aí quando chega ao final do ano... Eu trabalhei no Serviço de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso durante a minha vida inteira, aposentei-me no ano passado, cansei de vir para Brasília, só com passagem de ida e sem passagem de volta comprada, para ficar nos corredores, aproveitando para ver quanto é que estava sobrando em cada plano, para ir lá apresentar um projeto, na última hora, para ter um pouquinho mais de recursos. Isso não tem lógica, isso não é atividade de defesa agropecuária. A atividade de defesa agropecuária é muito maior, ela é contínua nos 365 dias do ano, 24 horas por dia.

Nós não podemos continuar discutindo um orçamento... Pasmem! O orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é o 14º orçamento da União. Olhem como é a atividade agropecuária neste País, a quantas famílias, como o colega colocou ali há pouco, atende? E é o 14º do País. Então, nós precisamos de uma matriz desse recurso. E nada melhor do que o fundo, sabem por quê? Se a gente for verificar, hoje, as ações de defesa agropecuária, são, em 99,9% da atividade, cobertas pelo produtor brasileiro. O produtor brasileiro paga os impostos, o produtor brasileiro paga os serviços de defesa dos Estados, as taxas de prestação de serviços das agências e o produtor coloca ainda os fundos privados à disposição da atividade de defesa agropecuária. Então, isso, junto com o novo fundo, em que vão entrar recursos da área da indústria, da área de prestação de serviços da agropecuária, de insumos, tem que ir para um único fundo, para que esse único fundo fique financiando totalmente a defesa agropecuária brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÉCIO COUTINHO – Então, é muito importante haver esse projeto de importância técnica para o repasse dos recursos. Mas é tão ou mais importante que nós tenhamos, na verdade, a garantia desses recursos para que possamos ter uma atividade contínua e duradoura.

A CNA gostaria de fazer um pedido a esta Casa, ao Senado brasileiro: que pudesse ser feita a reunião ou pelo menos colocados à mesa, mapeados, todos os projetos que dizem respeito a partes da atividade de defesa agropecuária para que a gente pudesse sentar, discuti-los e formatá-los dentro de uma grande ação, simultaneamente à resolução de todos eles, para que a gente não fique discutindo uma parte agora e daqui a pouquinho outra, daqui a pouquinho outra, daqui a pouquinho outra. É importante que a gente possa juntar isso e discutir tudo de uma vez só, porque, com certeza, a atividade de defesa agropecuária é, sem dúvida nenhuma, uma das atividades mais importantes na agropecuária brasileira.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, Sr. Décio Coutinho.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer aos nossos quatro convidados e convidá-los para fazer parte da Mesa.

Então, gostaria que trocassem de lugar para que a gente possa convidar o restante, o Sr. Mário Augusto Ribas...

Senador Moka, alguma...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª vai colocar agora para os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, há mais três para serem ouvidos. Mais três; em seguida, vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Sugere alguma coisa?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não. É que eu tenho realmente um compromisso...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quer fazer alguma pergunta já?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É muito objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode fazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero dar uma contribuição.

Eu ouvi o Décio, o Rangel, agora está a Graciane aí, o Inácio e o Leomar, e não é de agora que se tem essa dificuldade, Décio. Você já passou por lá, o Inácio já passou por lá, o Leomar não passou, mas conhece, sabe, e a Graciane conhece o que eu estou falando.

O primeiro problema nosso é o seguinte: vem o Orçamento para cá, e você vai correndo e vê o do Ministério da Agricultura, o pouco que vem para o Ministério... E não estou falando deste Governo, porque isso é de muito tempo. Um setor que só de carne – só de carne – gera em torno de 8 bilhões de exportação.

Então, agora, recentemente, o setor promoveu um superávit; pagou todo o déficit dos outros segmentos e ainda propiciou um superávit ou de 24 ou de 34. Aí eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Trinta e quatro. Veja como isso é importante.

Aí você vem e corre lá no Orçamento e vai ver quanto veio do Governo no Orçamento, na LOA (Lei Orçamentária Anual), destinado para a vigilância sanitária. Todos os anos, a gente tem que brigar para aumentar, na Comissão Mista do Orçamento, o valor para a vigilância sanitária.

E alguém colocou – acho que foi o Inácio – a proporção com que o Governo Federal contribui para que você mantenha esse serviço nos Estados.

Então, o Rangel foi muito feliz quando ele disse que a primeira coisa que vamos ter que arrumar, antes de discutir os critérios, é o dinheiro que vai ser distribuído, porque isso que se tem é realmente... Você vai ver a dor de cabeça se não tivermos um critério extremamente técnico e capaz de ver isso, como disse aqui o Décio, como disse o Inácio e o próprio Leomar.

Por exemplo, no meu Estado de Mato Grosso do Sul, nós temos uma fronteira seca com o Paraguai e com a Bolívia. E nós sabemos, por exemplo, que o Chaco paraguaio é um foco endêmico de aftosa. Se não é, pelo menos era. E nós, numa brincadeira dessa, ficamos lá 18 anos sem poder fazer nenhum tipo de exportação. Então, o fundamental, eu se fosse V. Exª, não precisaria, não, é o Rangel, é o Décio, é o Inácio, o pessoal que tem essa vivência, porque a dificuldade, meu caro Presidente, Ivo Cassol, vai ser encontrar o critério que os Parlamentares de Rondônia vão achar que seja coerente quando comparado com o recurso que vai para o Rio de Janeiro, ou para São Paulo, ou outros Estados. Essa será a dificuldade.

E aí o Décio foi muito... Tem que olhar. Quais os Municípios? Eu também sou favorável que se faça diretamente, fundo a fundo, como já se faz no SUS. Só que o SUS está organizado. Existe lá a Comissão Bipartite, depois a Comissão Tripartite. Então, isso já está estruturado. Mas nós vamos ter que...

Agora, sobre o critério, meu caro Roberto Muniz, eu quero contribuir com V. Exª. Esse critério vai ter que ser extremamente técnico, e aí nós vamos ter de colocar, realmente, a experiência do Inácio, do Décio principalmente, do Rangel, do Leomar e de outros que vão dar suas contribuições aqui para chegarmos num critério técnico.

Definido o critério, as pessoas podem até não concordar, mas vai haver um critério e o critério vai ser técnico. Eu acho que essa vai ser a única forma de fazer um projeto dessa envergadura, dessa importância, tramitar. Senão, vai ficar aquela coisa: "Não, mas o coeficiente para os Municípios do meu Estado tem que aumentar", e V. Exªs conhecem essa briga. Isso não é fácil. Mas a necessidade é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que faz o sapo pular. Então, nós vamos ter que encontrar esse critério, e aí eu quero parabenizar e me desculpar por não poder ficar mais no debate.

Mas quero dizer da importância que tem a iniciativa do Senador Roberto Muniz. Eu ainda não me debrucei sobre o projeto, mas a minha primeira preocupação, eu dizia para ele, aqui: nós vamos ter que ver o critério. Esse critério é que vai ser o... Porque, achando o critério, o resto, depois, Inácio, Décio e Leomar, nós damos conta de fazer. E brigar.

Por exemplo, todo ano, a primeira coisa que se faz é o contingenciamento. Não se pode contingenciar recurso de vigilância sanitária! É preventivo! Porque, se não houver o dinheiro lá, depois que entrar a doença não adianta mais! Então, é por isso que eu quero parabenizar V. Exª e me desculpar, meu Presidente, por não poder... Eu tenho realmente que... Foi duro de marcar essa audiência, então eu não posso perder.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Está certo. Mas, antes de passar para o Senador Roberto, quero agradecer a participação do Senador Moka.

Moka, é importante a sua participação, pelo conhecimento. E, quando você levanta essa questão, e não é diferente. Enquanto os Estados investiram na sua equipe – não só no custeio, também no investimento – 1,556 bilhão, o Governo Federal investiu 32 milhões. Quer dizer, é muito pífio, muito pequenininho perante toda essa demanda que há pela frente. Então, nós precisamos, sim, buscar um entendimento, um mecanismo para que não seja contingenciado. Depois que virar o balde, como diz o ditado, e der uma doença, não adianta querer buscar alternativas, porque não se resolve do dia para a noite.

A questão de sanidade animal... É a repercussão que vocês viram aqui: uma falsa situação que aconteceu, como a da Carne Fraca, em que havia um ou dois frigoríficos e praticamente parou todo o sistema produtivo do Brasil, do agronegócio, imagina quando acontece, como aconteceu no passado lá no seu Estado, Moka, que deu um problema de febre aftosa, na divisa com o Paraná, não sei onde. Automaticamente, os caras já botam um cordão – um cordão, não –, botam uma porteira, botam uma corrente, e nós estamos na frigideira.

Portanto, a sua participação é fundamental, e o Roberto Muniz, nosso Senador, e eu queremos contribuir também. E aproveitar, só o senhor aguardar um minuto.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aproveito para fazer alguns esclarecimentos. Olha só, Senador Moka, primeiro, quero parabenizar todos, porque acho que a ideia desse projeto é mobilizar. Agora, só queria destacar algumas questões.

Essa questão da objetividade dos indicadores, eu queria dizer que uma coisa que está assentada no Brasil é a distribuição de recursos através dos indicadores do FPE (Fundo de Participação dos Estados). Então, aqui está um técnico que pegou a mesma modelagem do Fundo de Participação dos Estados que está assentada já na política. Ninguém inventou nada. Existe...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas que é profundamente injusta, e a gente não consegue modificar em função dos critérios.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aí, agora, a gente criou dez indicadores. Certo? Os dez indicadores são maleáveis. E é por isso que eu acho que deveria entender um pouco mais. Aí, quero agradecer muito as palavras de Inácio, porque a gente foi buscar não os indicadores de dentro do FPE, a gente pegou o mesmo modelo matemático, com indicadores da agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero só fazer uma observação: não fiz crítica...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Não, não. Eu sei.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... e fiz questão de dizer que eu não tinha olhado o projeto. Eu só estava... Agora, pode ser que V. Exª já tenha encontrado o critério. E aí, eu vou só...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Veja só... Eu não estou dizendo que são esses critérios só e apenas. Eu estou dizendo que esses critérios levaram a indicadores que pessoas que trabalham com esses valores por alguns anos no País viram que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

têm uma distribuição que tem uma lógica. E eles são pouco sensíveis a variações. Exemplo: físico-territoriais, então, a área plantada foi levada em conta e têm um indicador vindo do IBGE. Entendeu, Décio?

Extensão de fronteiras internacionais – está errado aqui, porque está como quilômetro quadrado, e é quilômetro. Só que aí vem uma situação de risco, que é um indicador que pode ser acoplado também. Imóveis rurais cadastrados, que são através do Cafir. Na questão dos indicadores técnico-demográficos, rebanhos bovinos registrados por cabeça, galináceos registrados, rebanhos suínos, população rural. No econômico, valor-produto de produção das lavouras, exportação agropecuária e a participação do pessoal ocupado na agricultura familiar.

Ou seja, a gente conseguiu construir, Presidente, alguns critérios que... É claro que cada um pode ter o seu. Eu não estou dizendo que são dez, esses dez, mas eu tenho uma convicção de que, se você acrescentar dois aqui, não vai mudar muito estatisticamente, porque, infelizmente, o desempenho da agropecuária também é homogênea naquilo a que cada Estado se propôs. Essa é uma questão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só para contribuir no que o Inácio disse, por exemplo, um critério importante é o seguinte: ver o quanto os Estados, no caso, ou os Municípios, estão investindo na vigilância sanitária, porque isso é fundamental para estimular também...

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu botei aqui: esse é um indicador fundamental, que é quantos Municípios têm esse investimento já, para que isso seja uma contrapartida interessante. A outra questão que eu quero só ressaltar é: a gente constituiu, dentro dos 100%, 20% que o Governo Federal teria – se isso é suficiente ou se não é suficiente... –, para que a própria Secretaria Nacional de Defesa pudesse criar esse manuseio, porque ela, hoje, está com 100%. A gente está querendo criar critérios objetivos, mas dando a ela essa possibilidade de fazer essa flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fazendo soar a campainha*.) – Flexibilização.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É 100% de R$32 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Hoje é.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Aí existe uma terceira questão que é muito importante. Todas as vezes em que a gente vai discutir sobre fundos com o Governo Federal, a gente barra a discussão técnica. Então, eu parti de uma coisa diferente: a minha proposta é fazer primeiro a discussão técnica para que os políticos e as instituições se mobilizem para fazer com que o fundo de agropecuária, que existe e que está adormecido, possa ser resgatado.

E, aí, eu abri uma possibilidade, Leomar, que é a possibilidade de os políticos, os Deputados Federais, os Senadores poderem, através de emendas, atender inicialmente os Municípios, até que a gente estruture algo mais complexo, do que isso do que está sendo proposto aqui, para fazer essa distribuição. Por quê? Se ele está distribuindo R$32 milhões para os Estados, imaginem o que o Governo Federal tem dado aos Municípios? Nada.

Então, se a gente criar complexidade para discutir isso agora, como é que a gente vai ficar? Parado no que o Governo Federal deseja: ele quer que a gente fique parado, discutindo um fundo em que, neste momento de recessão, ninguém vai colocar dinheiro, ninguém vai tirar dinheiro de outros setores.

Então, seria melhor a gente fazer a discussão sobre critérios técnicos e trazer, Décio – aí, eu acho que é muito importante –, critérios técnicos objetivos para que a gente veja o setor de defesa agropecuária como uma política pública, e não como um favor público entre entes federados. E, com isso, a gente dá robustez à política pública, para, num segundo momento, todos sabendo como estão essas distribuições, a gente buscar um aumento desse fundo. Entendeu, Sr. Presidente?

É somente para orientar...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado pela participação dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Vou convidar para fazer parte da Mesa – gostaria que os nossos convidados que estão na mesa fossem substituídos – o Armando Castro, Diretor de Pesquisa da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); o Sr. Luiz Pinto de Oliveira, Diretor Geral da Adepará, se estiver presente, convido para também fazer parte aqui; também o Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, que também já chegou. Seja bem-vindo! Pode sentar-se e fique à vontade aqui. E acho que é isso aí.

Mas eu queria aproveitar também esta oportunidade para cumprimentar... Com certeza, Senador Roberto Muniz, há algumas pessoas em Rondônia, em nome do Vidal da Implemaq, que é um empresário, um pecuarista e um lutador constante, pois é o Presidente do Fefa (Fundo Emergencial de Febre Aftosa) em nosso Estado de Rondônia. Ele vem lutando para que, pelo menos, se mantenha de pé o fundo, para cobertura dos locais de difícil acesso. Então, em nome do Vidal da Implemaq, eu quero deixar o meu abraço a todos os pecuaristas, que, de uma maneira ou de outra, sempre ajudaram e contribuíram para que o Estado Rondônia, hoje, seja reconhecido como livre da febre aftosa.

Eu também queria aproveitar aqui, em nome do Fernando Pinto, que é um profissional do Governo Federal, é da cidade de Vilhena, em Rondônia, foi um dos grandes responsáveis pelo controle, pela aplicação e, ao mesmo tempo, pelo resultado do nosso trabalho em defesa de sanidade animal do Estado de Rondônia... Ao Fernando Pinto eu levo o meu abraço. É um grande entusiasta não só como profissional veterinário, mas como profissional. Então, em nome dele, eu quero levar o meu abraço a todos os que fizeram parte desse trabalho, quando fui Governador do Estado de Rondônia, e vêm fazendo até hoje no Estado de Rondônia.

Eu também queria aproveitar a oportunidade e convidar aqui o nosso Senador Roberto Muniz. Por gentileza, Senador Roberto Muniz, eu gostaria que o senhor presidisse agora a Mesa para ouvir os nossos demais convidados. Eu tenho uma audiência marcada fora, às 15h30. Então, vou pedir licença para os nobres amigos e colegas Senadores aqui e vou passar ao nosso companheiro, Presidente da Comissão de Agricultura a partir deste momento em que me substitui. Roberto Muniz, bom trabalho com os nossos convidados!

O próximo aqui é o Mário. O Mário está na Mesa? Está aqui. É o Dr. Mário, depois é só o senhor dar sequência. E o pessoal da Casa aqui ajuda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Dando continuidade aos trabalhos, eu queria passar a palavra para o Sr. Mário Augusto Ribas do Nascimento, Consultor da CNM.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Eu gostaria de saudar o nosso Senador que preside neste momento a reunião, Senador Roberto Muniz, que é o autor do PL 379, de 2016; também aqui o José Guilherme e o Armando, meus companheiros de Mesa e que vão se pronunciar posteriormente.

Primeiro, Senador Roberto Muniz, eu gostaria de parabenizá-lo, da mesma forma, em nome da Confederação Nacional dos Municípios. O Paulo Ziulkoski me ligou e pediu pessoalmente que eu viesse aqui trazer essa mensagem no sentido de levantar essa questão do financiamento, do repasse de recursos aos Municípios no que se refere à questão de ações de defesa agropecuária. É fundamental para o País uma ação, uma atitude, uma lei que regule essa questão, essa matéria.

Eu gostaria de colocar, neste momento, também aquilo... Eu escutei atentamente aqui o que falaram os nossos antecessores que se manifestaram, muito bem abalizados os questionamentos. E quero dizer que essa questão da defesa agropecuária, nós entendemos e os Municípios entendem, que é fundamental para o País – é fundamental para o País –, para a economia do nosso País, e não vem sendo tratada ao longo dos anos. Nós verificamos quando há um tratamento adequado, quando se verifica o orçamento. Não vem sendo tratada, ao longo dos anos, de acordo com a importância que ela merece. Não vem sendo tratada de acordo com a importância que ela merece, porque não temos orçamentos condizentes com essa importância.

Aqui falou o Inácio, do Fonesa, comentou e colocou os números, não é preciso mencionar mais, mas a gente percebe claramente um discurso ressaltando a importância da defesa da agropecuária nacional, da sanidade, da vacina contra aftosa, da inspeção sanitária, mas, na prática, recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

efetivos nós não verificamos. Uma ação nacional, uma ação estadual, as ações dos Estados e dos Municípios são importantes. Tudo o que o Município pode fazer na ponta, evidentemente, que não é necessário o Estado realizar ou a União realizar. Então, é preciso definir as participações.

E, sobre a sua lei, o senhor comenta, fala, inclusive, na proposta em relação às atividades de vigilância e defesa sanitária vegetal, vigilância e defesa sanitária animal, inspeção e classificação de produto de origem animal e vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos, inspeção do produto de origem animal, fiscalização de insumo dos serviços usados na atividade agropecuária. Então, uma série de atividades que compõem um grande projeto nacional, programa nacional de defesa agropecuária.

Então, nós concordamos da mesma forma que tem que haver, deve haver o repasse fundo a fundo para Estado e para os Municípios para dar segurança àqueles que investem nas atividades de defesa da agropecuária, seja qualquer uma dessas que citei aqui anteriormente. O Município certamente não vai trabalhar em todas essas atividades mencionadas aqui no §2º do art. 3º. Ele vai receber por isso, ele tem que ter segurança de que vai haver recurso para ele trabalhar.

Hoje foi instituído o Suasa em nível nacional, e no que se refere à questão da inspeção sanitária de produto de origem animal, poucos Municípios no Brasil aderiram ao Sisbi. E por que poucos Municípios aderiram ao Sisbi? Seria muito mais fácil na ponta o Município realizar a inspeção sanitária. Poucos, porque não há financiamento, não há recursos garantidos para o financiamento. É tudo em cima do Município.

E hoje, a União não tem recursos, os Estado não têm recursos, os Municípios também não têm recursos para contratar. É preciso criar fonte de financiamento, é preciso criar uma forma de repasse de recursos permanentes para Estados e Municípios, e não de forma extraordinária, eventualmente um repasse.

Por isso que nós não concordamos, Senador. Achamos que até pode haver os convênios, mas achamos muito mais definitivo, uma ação estratégica, se nós tivéssemos critérios claros, critérios que contemplassem os interesses de todas as esferas de governo, Federal, estadual e municipal, mas critérios definitivos. E que o Município pudesse ter a segurança de que, se ele investir em inspeção, investir em defesa agropecuária, ele vai ter o retorno desse investimento. Aí o Município vai investir, aí o Município vai aderir ao Sisbi, criar um sistema mais elaborado, tecnicamente bem construído de inspeção municipal e ações de defesa agropecuária.

O País é um país extremamente grande, é um país que depende muito das ações de defesa da agropecuária. É como a saúde da população, defesa agropecuária é saúde da população. Temos o SUS que financia a saúde no Brasil, os repasses estuais e municipais, fundo a fundo. Se não for igual ao SUS, pelo menos uma semelhança de acordo com aquilo que o Município atuar, naquilo que o Município realmente executar lá na ponta nas ações de defesa agropecuária.

Então, nós queremos deixar o nosso registro, o nosso reconhecimento, Senador Roberto Muniz, por essa ação. É uma ação estratégica, fundamental. Os Municípios todos do Brasil têm como pauta prioritária a defesa agropecuária e a inspeção sanitária.

Inclusive, aguardo a Marcha a Brasília dos Prefeitos, que convido a todos a participarem aqui, na semana que vem, no dia 15 a 18 de maio. Mais de 5 mil prefeitos e gestores presentes, 8 mil participantes na grande marcha em defesa dos Municípios.

Essa é uma pauta prioritária do municipalismo brasileiro. E os Municípios querem atender essa demanda, sabem da importância. Nós não podemos correr risco na nossa exportação, no nosso mercado interno em relação à defesa agropecuária. Nós temos que ter garantia. Para isso é preciso haver recursos. Nós verificamos a importância quando há orçamentos claros, definitivos, permanentes para a defesa agropecuária.

Então, ressalto aqui a nossa posição de poder construir junto com V. Exª esse PLS, discutir mais amplamente, definir os critérios claros de repasse de recursos permanentes, se possível de fundo a fundo, que seria o ideal, para dar tranquilidade para que os Municípios dessa forma invistam em seu sistema de defesa agropecuária, em seu sistema de defesa de inspeção sanitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A União não tem condições de contratar, é difícil; para o Estado também é difícil; para os Municípios também é difícil. Agora, se nós tivéssemos os recursos, evidentemente que nós contrataríamos, os Municípios contratariam e executariam as ações que são mais dificultosas para a União e para os Estados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Então, para encerrar, eu gostaria de deixar esse nosso pronunciamento aqui em nome da Confederação Nacional dos Municípios. Os nossos cumprimentos do nosso Presidente Paulo Ziulkoski mais uma vez ao senhor, ao Senador Ivo Cassol pela presença, que acabou de se retirar.

E os senhores contêm com a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) para construir esse PLS de forma que atenda aos interesses maiores do nosso País, do Brasil, no que se refere à questão da defesa agropecuária, que é fundamental, é questão de vida ou morte para a economia do nosso País, a defesa agropecuária, a inspeção sanitária. E é preciso nós termos recursos garantidos para essa área tão sensível da produção nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Queria parabenizar o Dr. Mário. Leve um abraço ao nosso Presidente da CNM. Eu fui prefeito da cidade de Lauro de Freitas. Participei muito dos encontros, das reuniões dos prefeitos. A CNM faz um papel muito importante na disputa dos recursos públicos e na busca da descentralização das políticas que ainda estão muito presas aqui ao Governo Federal. Então, leve esse abraço.

Estou fazendo aqui uma inversão com o Sr. Luiz Pinto de Oliveira, para que faça o fechamento. É Diretor da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará.

Então, vou passar a palavra ao Dr. Armando Castro, que é Diretor...

Desculpe, botaram aqui o nome errado. O certo é Dr. José Guilherme Leal, Secretário de Estado de Agricultura do Distrito Federal. Primeiro, vou passar a palavra para o Dr. Armando, para que, depois, o Dr. José Guilherme Leal possa fazer o fechamento.

O SR. ARMANDO CASTRO – Boa tarde!

Cumprimento o Senador Roberto Muniz, agradeço pelo convite da Comissão.

Cumprimento os meus colegas de Mesa.

A instituição que represento, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, é uma autarquia vinculada ao Governo do Estado que cumpre o papel que o IBGE e o Ipea cumprem em nível nacional.

Eu vou apresentar de forma muito breve o método estatístico definido para o critério de partilha do Projeto de Lei 379.

A inspiração para o método foi, como o Senador antecipou, o método do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que considera a participação de cada Estado no total do Brasil por indicador. E lhe atribui pesos. Portanto, o grande desafio nosso foi definir esse conjunto de indicadores – o Senador já antecipou alguns, e os pesos a partir de uma discussão mais aprofundada com técnicos da área de agro.

Pode passar, por favor.

Os parâmetros físicos e territoriais contemplaram primeiro o indicador de área plantada. Então, é considerada a participação de cada Estado no total de área plantada no Brasil, e aqui está o *ranking*, uma informação do IBGE. Então, isso foi fundamental, que todos os indicadores fossem comparáveis entre os Estados a partir de bases robustas, indicadores confiáveis construídos com a periodicidade que permitisse os cálculos. Então, o *ranking* da área plantada, consideramos as fronteiras internacionais, portanto, a participação de cada Estado no total de quilômetros de fronteira internacional. O *ranking* dos imóveis rurais cadastrados, então, nós temos aí o total por Estado e o percentual de cada Estado do Brasil, que é um indicador que entra para o cômputo geral do método de partilha. Dentro de indicadores técnicos e demográficos, nós consideramos o rebanho de bovinos, consideramos o *ranking* de rebanho dos galináceos e também dos suínos. Consideramos entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

critérios demográficos a população rural de cada Estado. Nos econômicos, entra o valor bruto da produção de lavouras, entra também a exportação de agronegócios, lembrando que é a participação de cada Estado no total do Brasil, e entra o *ranking* dos ocupados na agricultura familiar, ou seja, a proporção que cada Estado tem no total de pessoal ocupado na agricultura familiar.

Esses são os indicadores inicialmente discutidos que aparecem no projeto de lei, e o método de cálculo, como eu mencionei, se inspira no fundo de participação, onde são atribuídos pesos para a participação de cada Estado no total do Brasil por indicador, então, a formulazinha aqui do índice de partilha. E os pesos, uma provocação inicial, eu acho que esse texto não entrou no projeto de lei, que define 30% para os indicadores físicos e territoriais, 35% para os parâmetros técnicos e demográficos, 35% para os parâmetros econômicos, dividido aí pelos indicadores específicos de cada uma das dimensões consideradas.

Então, é isso.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Muito obrigado, Dr. Armando.

Agradeço também ao Secretário de Planejamento do Estado da Bahia e Vice-Governador, João Leão; à Presidente Eliana Boaventura; ao nosso Secretário de Estado Vitor Bonfim, que participaram conjuntamente; a todos os técnicos Adab (Agência de Defesa Agropecuária da Bahia). Então, queria, de público, aqui agradecer, porque esse projeto foi feito ouvindo todos os técnicos e todos que são operadores do cotidiano do sistema de defesa agropecuário lá do Estado.

Eu queria, finalmente, passar a palavra e pedir desculpas a José Guilherme por ter lido aqui diretamente, e não ser visto aqui o seu nome, para você fazer as considerações finais.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Boa tarde!

Cumprimento o Mário e o Armando, que compõe a Mesa. E já cumprimento o Senador Roberto Muniz e o parabenizo pela iniciativa de apresentação do projeto e dessa condução da discussão. O Senador esteve no Conseagri, na última reunião do Conseagri e tivemos a oportunidade de discutir com o Secretário do Estado, Armando também, a proposta.

Estou aqui representando o Conseagri. O nosso Presidente, Secretário do Estado do Rio Grande do Sul, Ernani, não pôde estar presente, pediu para que pudéssemos fazer a representação.

E, de pronto, já coloco que Conseagri apoia o projeto, e vou explicar por quê, e solicita realmente que o Senado Federal dê sequência na sua tramitação, logicamente seguindo o trâmite das comissões, as análises, para que a gente possa ver esse projeto da indo à Câmara e, depois, a possibilidade da sanção.

Acho que, há três pontos aqui importantes. Um já foi bastante falado – o Décio comentou bastante –, a questão do volume de recursos disponíveis para a defesa agropecuária, que a gente discute, é o financiamento de todo o sistema de defesa agropecuária. O outro é a forma de estabelecimento das parcerias e dos repasses de recursos hoje entre o Governo Federal e as unidades da Federação. E a outra parte é em relação aos critérios da distribuição do recurso disponível.

Logicamente o PL aqui não vai conseguir resolver o problema do volume da necessidade de recurso para um bom funcionamento do sistema de defesa agropecuária do Brasil. Mas ele aponta aqui soluções para as outras duas questões, ou seja, uma forma mais simples do repasse de recurso, e hoje nós trabalhamos com convênio, que é o que a lei nos permite. E estamos tratando de uma lei que propõe uma situação diferente de uma forma mais simples. Então, isso é extremamente importante.

E, para a gente não ficar preso nas questões se isso pode ou não pode, logicamente o Senado tem toda condição de analisar essa questão, mas queria fazer um paralelo: a lei que criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural inovou ao colocar um instrumento específico de possibilidade de repasse, entre a matéria e o *status,* similar ao que está colocado aqui. Essa lei já está em vigor e esses instrumentos vão começar a ser praticados, se tudo der certo, ainda no primeiro semestre desse ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E a proposta condiciona critérios técnicos de distribuição, mas também estimula e condiciona a existência dos planos plurianuais de defesa agropecuária, de atenção saindo da área agropecuária, que é muito importante você vincular o recurso a um planejamento e a estruturação. Então, dito isso, o Conseagri apoia o mérito do projeto.

Temos algumas sugestões de aperfeiçoamento, no nosso entendimento. Vou passar aqui rapidamente. O primeiro, vou na questão dos parâmetros dos critérios. E acho que cabe aqui a discussão, Senador, acredito que o trabalho que está colocado está muito bem feito, e já têm provas, têm hipóteses já testadas, mas que podem ser aperfeiçoadas. Mas, talvez possamos deixar na lei os parâmetros, que estão aqui, como parâmetros mínimos, deixando a possibilidade de acréscimo por meio de regulamento. E a fórmula, mesmo já tendo uma boa estrutura e uma base teórica, que ela possa ir para o regulamento.

E por que isso? Porque é uma coisa muito inovadora, de um assunto muito complexo e que possivelmente vai necessitar de aperfeiçoamento. No decreto, no regulamento... Apesar de termos alguns embates com o Ministério da Agricultura, nós temos confiança na capacidade técnica de condenação para que se possa estabelecer nos fóruns já existentes esses critérios e, no aperfeiçoamento, que a gente possa avançar no aperfeiçoamento dos critérios, inclusive nas fórmulas e nos pesos. Então, essa é uma proposta, vamos dizer, que mexe um pouco mais com a estrutura do projeto, mas concordando com o que está feito. Entendemos só que na fórmula poderia vir parte aqui ao regulamento.

Há outras questões que eu vou passar aqui muito rapidamente. Aqui há uma proposta, no teor da redação do §4º do art. 2º: a vedação da utilização de recursos para despesa de custeio obrigatório em caráter continuado. Logicamente, está se pensando na questão do pagamento de pessoal, que realmente não deve ser previsto. Mas existem outras despesas de custeio em caráter obrigatório que são utilizados pelos órgãos de defesa. Se a gente deixar essa vedação, nós podemos ter um engessamento. Talvez tenhamos que estudar uma redação melhor, que não dê esse engessamento. Esse é um ponto.

Outro é a questão da prestação de conta, que está prevista aqui como mensal. Eu acho que a gente vai ter um custo de transação muito grande em uma prestação de conta mensal. Talvez isso possa ser mais espaçado. Se nós tivermos um sistema eletrônico de apoio nessa prestação de contas, podemos trabalhar com uma periodicidade semestral. A gente pode ter uma flexibilidade, mas também uma condição de quem está repassando o recurso ter um acompanhamento mais de perto em termos da sua execução.

Em relação às contrapartidas, talvez a gente pudesse simplificar o art. 5º, deixando aí uma referência às previsões da LDO, sem entrar em muito detalhamento, porque todo ano há na LDO uma limitação e uns parâmetros em relação a contrapartidas, e a gente talvez pudesse trabalhar assim dessa forma.

Então, essas são as principais sugestões do Conseagri. Nós nos comprometemos a apresentar um relatório por escrito com essas contribuições. Também estamos fazendo esse diálogo provocado pelo Ministério da Agricultura, mas reforço que temos total apoio ao projeto e o desejamos. E contem com o Conseagri para que ele possa, aí à frente, realmente virar uma lei que vai ordenar essa parte da distribuição de recursos, vinculando-a a parâmetros técnicos e a acompanhamento de desempenho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Queria também agradecer a todos os secretários de Estado que se debruçaram sobre esse debate, José Guilherme. Leve ao nosso presidente do Conseagri o respeito e a admiração muito grande que eu tenho pela instituição, da qual fiz parte também.

Quero dizer, de forma objetiva, finalizando aqui este primeiro momento – depois vamos abrir para algumas perguntas –, que fico muito feliz, porque eu acho que a gente conseguiu movimentar, em uma tacada, um sentimento que traz um pouco da história do setor agropecuário.

Eu ouvia sempre esse sentimento de que nós precisávamos colocar critérios mais objetivos no setor de defesa agropecuária. E, quando eu cheguei aqui ao Senado, estava havendo uma reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nesta sala com o Ministro Blairo Maggi, nove meses atrás, e estavam aqui os luminares da agropecuária do Brasil. Eu não sou um agropecuarista, eu sou um engenheiro civil, que tive a oportunidade de acompanhar o setor durante a minha passagem como Secretário de Estado. E aqui estava o Ministro Blairo Maggi, a Ex-Presidente desta Comissão, a Senadora Ana Amélia, o Senador Moka, o Senador Caiado, o Senador Pedro Chaves, diversos Senadores que acompanham a vida, o cotidiano da agropecuária no Brasil por muito tempo. E o nosso Secretário Nacional, o Dr. Rangel, colocou a dificuldade que havia em relação à ação, à atividade de defesa. Aí eu pedi licença a todos, a licença poética que todo baiano tem, primeiro de poder arriscar, e foi isso que a gente fez. Fomos buscar dentro de um pouco da experiência que tive como Secretário de Estado e muito do que os nossos colaboradores, funcionários públicos do Estado da Bahia, têm nesse setor, para que a gente pudesse construir um arranjo que não respondesse a todos, a todas as perguntas, mas a essas perguntas basicamente.

Eu acho, Guilherme, que você foi muito sucinto para finalizar, porque, quanto à questão do volume dos recursos, este é um momento muito difícil de a gente atacar a questão, de a gente ampliar um fundo. E aí a gente começa a discutir sempre que há falta de recurso e não estabelece critérios que possam colaborar para que as políticas públicas se aproximem dessa necessidade da agropecuária. Exemplo: há recursos de outros setores que poderiam estar sendo colocados na agropecuária, como, por exemplo, os das emendas orçamentárias dos Deputados e dos Senadores e das Bancadas e da própria Comissão de Agricultura, mas nós não temos onde colocar essas emendas se quisermos colocar na defesa agropecuária. E nós podemos, por meio desse projeto, abrir aí uma janela inicialmente para essas emendas, para que fossem colocadas nos Municípios ou nos Estados. Então, isso já ia atrair novos recursos – poderá, se aprovado esse projeto, atrair novos recursos. Mas eu acho que o nosso objetivo é que esse projeto enfrente essa questão do critério para que esses números possam aparecer, como apareceram os números que foram trazidos aqui pelo Dr. Inácio, de que apenas 32 milhões são distribuídos para os Estados. E aí, se a gente começa a discutir o que os Municípios vão ganhar neste instante, eles já não ganham nada.

Então, o que é que a gente precisa? Acho que a gente precisa chegar a um determinado momento em que a gente inicie o processo de discussão, veja o que é de responsabilidade dos Municípios e tente encontrar como eles participam. A gente pode criar um critério de 20% ser para o Governo Federal, para o Ministério da Agricultura, e que 5% seja para os Municípios, até para a gente iniciar esse processo, mas que nós tenhamos... A ideia, o *animus* dessa lei é que esses recursos estejam distribuídos em critérios.

Quanto a esses critérios que foram colocados aqui pelo Guilherme também, uma coisa muito importante é que, no projeto de lei, essa modelagem ficou como um anexo. Então, esse modelo é um anexo. Os indicadores, sim. E acho também que nós poderíamos acrescentar que aqueles são os parâmetros mínimos, podendo avançar novos parâmetros que se somem a isso, e que o Ministério possa fazer disso um modelo que parte de dez parâmetros e que ele possa ampliar.

Todo o estresse matemático que nós fizemos dentro do sistema, todas as vezes que fizemos até esse estresse no próprio Ministério, a margem de variação não chegou a 5%, porque esses critérios, esses dez indicadores são tão robustos, que todos os outros seguem uma mesma lógica. Qualquer outro que você possa fazer ser um anexo a esse critério vai ter uma margem de força muito pequena, porque esses são os dez critérios mais robustos.

Então, nós tivemos a oportunidade de ampliar a quantidade de critérios, mas, depois, voltamos, porque ele não tinha – como posso dizer o termo técnico? –, ele não criava um desvio padrão muito grande. Então, é uma questão de matemática mesmo. Quando o indicador é robusto e você acrescenta mais um, não necessariamente há uma mudança. Só se a gente mudasse o olhar: se a gente não olhasse mais os fatores territoriais, não olhasse mais os fatores econômicos, não olhasse mais os fatores que foram elencados como importantes. Mas acho que colocar isso como um critério mínimo é muito importante porque facilita a evolução do processo como um todo. Esse olhar do Município é também muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu quero deixar claro que, quando vocês lerem, há um momento em que a gente fala muito do planejamento. O Suasa foi a base disso. Então, todos os Estados terão que apresentar os seus planos. Ou seja, nós partimos do planejamento existente hoje no Estado brasileiro. Nós não fizemos aquela história de "nunca antes na história deste País", não. Fomos visitar tudo o que já existia e conseguimos fazer com que esse projeto de lei abraçasse isso.

Então, eu queria até fazer uma defesa... Claro que quero dizer que os recursos são poucos, mas o Governo Federal... Quando a gente fala em 2%, o valor é muito pequeno, mas, se você levar em conta que os Estados no Brasil têm uma capacidade de investimento muito restrita, porque eles gastam muito dinheiro nas atividades meio... Se você tiver 10%, 15%, 20%, e a gente for ampliando isso num horizonte de cinco ou dez anos, se a gente conseguir estabelecer que esses recursos são para investimento... Por isso aquela nossa preocupação, entendeu, Guilherme? Eu acho que você coloca uma coisa muito interessante, que é o debate sobre o caráter continuado da despesa, mas a gente fica sempre com receio, porque, todas as vezes em que o Governo Federal amplia alguns recursos, o Estado brasileiro e os Estados pegam esses recursos para colocar na atividade meio. Nós gostaríamos que esses recursos do Governo Federal estivessem a serviço da atividade fim, de investimento. Então, eu acho que 2% é muito pouco, mas acho que avançar para 10, para 15 ou para 20, com essa ideia de fazer investimentos, pode ser alguma coisa com muita responsabilidade em relação a esse fator tempo.

Queria anunciar a chegada do Senador Flexa, que é o Relator da matéria, o que nos honra muito.

Então, quanto a essa ideia do caráter continuado, é só termos um pouquinho de cuidado. Acho que cabe a gente mandar e colocar o Senador Flexa como receptor de todas essas propostas que foram colocadas. Concordo plenamente que a prestação de contas mensal é, sem sombra de dúvida, um ônus muito grande. Eu não quis foi me afastar muito do que acontece hoje quando temos os convênios. E eu não queria também amedrontar os técnicos do Governo Federal. Se uma coisa é feita mensalmente, e a gente disser que tem de ser semestral ou anual, isso pode criar uma reação muito grande.

Eu tentei estabelecer isso, porque já é uma forma de relacionamento através do Siconv. Se nós pudermos e o Governo Federal entender também que, a partir desse projeto, nós poderíamos fazer semestral ou até anual, acho que isso facilitaria enormemente essa relação, desburocratizando essa relação entre Estados e Municípios no futuro e, hoje, entre Governo Federal e governo do Estado.

Então, acho que é importante – para repassar a palavra ao Senador Flexa – dizer que se pode colocar essa questão muito importante. O projeto de lei encara o planejamento do Estado e dá visão de médio e longo prazo para a defesa agropecuária. É isso que o projeto deseja.

Segundo, ele deixa de fazer com que a relação entre Governo Federal, governo do Estado e Municípios se dê de forma medieval, em uma forma de relacionamento que só se dava muitos anos atrás em outros setores. O setor de educação e o de saúde e outros setores também, como a própria agricultura, já se relacionam fundo a fundo. Certo? Então, a gente enfrenta a questão da forma e da simplicidade.

Outra é a questão de um critério objetivo, e o projeto de lei propõe esse critério objetivo.

Sobre a questão do volume do recurso, eu entendo que, se fizermos uma mistura dessas questões enfrentadas com o fundo ou com o volume do recurso, nós vamos ter uma dificuldade muito grande de nos movimentar neste instante junto ao Governo Federal, pela falta de recursos.

Além disso, nós já temos um fundo existente. O setor agropecuário tem um fundo existente, que está adormecido em berço esplêndido. Acho que este projeto aqui vai fazer com que o olhar... Rompendo essas dificuldades, ultrapassando esses obstáculos, a gente vai rapidamente chegar de novo... Vamos pegar aquele fundo, que está lá adormecido, e trazer até esta Casa o debate do Fundo Agropecuário.

Então, era isso que eu queria falar.

Passo a palavra para o Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Cumprimento o Presidente, Senador Roberto Muniz, os senhores convidados, os que já aqui se pronunciaram nesta segunda Mesa.

Quero primeiro pedir desculpas, Senador Roberto Muniz, porque houve – vamos chamar assim – um imprevisto, uma reunião na Fazenda sobre o Funrural.

É um assunto que também diz respeito ao setor. Estamos buscando uma equação para solucionar a questão, após o julgamento no Supremo que tornou a cobrança do Funrural constitucional. Isso abriu um passivo para as empresas, para os produtores, estimado em... Ninguém tem ainda um número fechado. Há várias contas, mas é algo em torno de 15 bilhões, porque se vem cobrando o que não foi feito ao longo desses anos todos. Estava na pendência sobre se seria ou não constitucional. Inclusive, alguns, cobertos por uma liminar da Justiça, não estavam recolhendo ou estavam recolhendo em juízo.

Por isso, lamentavelmente, eu não pude aqui escutar todas as palestras. Mas vou fazer a leitura, pela degravação que a Comissão vai poder colocar à disposição, para que eu possa me inteirar de tudo que foi dito aqui, e para, num breve espaço de tempo, concluirmos o parecer, a fim de que possamos pautar a matéria na Comissão de Agricultura.

Esse projeto do Senador Roberto Muniz é da maior importância não só para o setor, mas – eu diria – para o Brasil, porque trata da questão da sanidade tanto animal como vegetal.

Eu sei da luta do meu Estado, o Pará, que tem o quarto ou quinto maior rebanho bovino do País, para que pudéssemos colocá-lo como Estado livre de aftosa por vacinação. Então, foi um trabalho a longo prazo.

E a fórmula do projeto do Senador Roberto Muniz equaciona logo a questão da distribuição dos recursos dentro de critérios – que hoje não existem. Hoje eles são aleatórios.

Eu estive, Senador Roberto Muniz, em audiência com o Ministro Blairo Maggi e, na oportunidade, conversei com ele a respeito do projeto de V. Exª. E deve ter vindo aqui o Secretário do Ministério na questão da defesa. Ele disse: "Olha, Flexa, esse projeto do Roberto é importantíssimo. Eu só quero que a gente possa conversar para ver – e o Senador acabou de tocar exatamente no assunto – qual vai ser a questão dos recursos para que a gente possa fazer essa distribuição", porque, no projeto, V. Exª não define a fonte para isso.

O Ministério tem uma fonte de recursos, a qual ele administra sem haver essa regulamentação que o projeto do Senador define agora. E ela é importantíssima, porque não é o caso do Senador, não é o caso de alguns Ministros, mas outros podem fazer essa distribuição à vontade, vamos dizer assim, unilateral. Então, você pode definir algo para um e menos para o outro. Se houve uma regulamentação, como propõe o Senador Roberto, ficam definidos os critérios de como o recurso vai ser distribuído.

V. Exª colocou aí o fundo que existe, que está adormecido. Então, vamos estender essa conversa para que a gente possa definir como colocar um fundo, se é que é possível, conversando com o Ministro Blairo, e tentar, ao final, ter um projeto que não só defina a forma de distribuição, mas defina também a fonte, para que esse apoio da defesa animal e vegetal possa ser feito.

Então, Senador Roberto Muniz, reafirmo o meu pedido de desculpas, mas farei a leitura com atenção de todas as participações dos nossos convidados. Tão logo eu tenha feito isso, já na próxima semana podemos nos reunir, Senador Roberto, e ir ao Ministro Blairo para que, dentro dessa sugestão dele, nós possamos também, se possível, encontrar uma solução. Nós vamos de qualquer maneira, quero dizer a V. Exª, pela importância do seu projeto, dar andamento com o parecer proximamente pautado na Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Agradeço as palavras do Senador Flexa.

Fico muito feliz, Senador Flexa, que V. Exª seja o Relator. Sei do seu compromisso com a causa da agropecuária, da amizade que conseguimos construir aqui durante esse pouco tempo e, principalmente, da competência e da agilidade com que o senhor atua aqui dentro desta Casa.

Então, fico muito feliz e tenho a convicção de que esse projeto está em boas mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O José Guilherme quer dar uma palavrinha.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Só um esclarecimento. Quando a gente fala da prestação de contas, ela é entendida como uma prestação de contas ampla, como está sendo feita aqui, com os relatórios de cumprimento de metas e uma série de pontos que estão no art. 6º. Mensalmente, eu acho que vai haver um custo de transação muito alto.

Agora, quanto à execução orçamentária e financeira, via modelo Siconv, com o OBTV, que é totalmente transparente, somos favoráveis. Se for possível que esses recursos tenham a mesma execução, e que você tenha um acompanhamento de onde cada despesa vai sendo lançada, não há problema nenhum; nós somos até favoráveis à manutenção.

Agora, a prestação de contas pressupõe que vai haver uma avaliação do ente concedente, e, se isso ficar mensal, nós vamos sobrecarregar com um custo de transação talvez não necessário, se for uma prestação de contas ampla.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu só queria aproveitar também para, ao finalizar, dizer que tivemos aqui a participação de vários cidadãos brasileiros, através do e-Cidadania, como o Marcos José de Moraes de Campos, lá do Acre.

Ele pergunta: "Quando vamos ter um sistema de rastreabilidade efetivo para controlar por completo os movimentos de animais?" Então, veja que é uma necessidade. Ele diz aqui que trabalha há mais de 30 anos na cadeia da carne e acha incrível que, sendo o Brasil o maior exportador de carne do mundo, ainda não tenha um sistema de rastreabilidade, que realmente funcione.

De Minas Gerais, Lucimar de Carvalho coloca: "Estarei acompanhando esse tema tão importante para a nossa área de agricultura. O repasse é importante para que a atividade seja realizada corretamente, contribuindo assim para um sistema cada vez mais eficiente."

Luis Carlos, de Sergipe: "Sobraria muito mais dinheiro para repasses se diminuíssemos os custos públicos do nosso país."

Então, são vários cidadãos brasileiros que acompanham, hoje, a gente aqui neste momento.

Eu queria, para finalizar, agradecer a todos que participaram ou através do e-Cidadania.

Quero agradecer também, pessoalmente, ao Dr. Mário Augusto Ribas do Nascimento e agradecer à Confederação Nacional dos Municípios o apoio ao projeto que foi colocado aqui.

Quero agradecer ao Dr. Armando Castro, que representa aqui os técnicos lá do Estado da Bahia, a oportunidade de trabalharmos juntos e dizer que conseguimos fazer um projeto que fez com que o setor se movimentasse. Acho isso muito importante.

Quero agradecer ao Secretário de Estado da Agricultura aqui no Distrito Federal e Vice-Presidente do Conseagri, o Dr. José Guilherme Leal; agradecer o apoio público que o Conseagri deu ao projeto, Senador Flexa, dizendo que vai trazer contribuições pontuais, mas que apoia a tramitação do projeto, da mesma forma que a CMN.

Quero agradecer também muito ao Sr. Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fonesa (Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária); agradecer as palavras de louvor ao projeto, a defesa que foi feita aqui, com muito mais sabedoria do que eu pude fazer, com números importantíssimos – queremos ter acesso a esses números, Dr. Inácio, para que a gente possa ainda mais respaldar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Já estão aqui; vamos passar para o Senador Flexa. Agradeço todas as considerações que V. Exª colocou.

Quero agradecer ao Dr. Luiz Pinto de Oliveira; ao Dr. Bruno Lucchi, da CNA; também ao Dr. Leomar Prezotto, que esteve presente; e ao Dr. Décio, que aqui representa a Confederação Nacional de Agricultura, do nosso amigo e Presidente João Martins. Quero agradecer as palavras também, o apoio ao projeto e dizer que temos que de fazer essas modificações – cujas sugestões foram aqui todas coletadas –, que, com certeza, vão ser fruto de muito trabalho e suor do Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Não havendo mais nada a falar, eu queria agradecer a todos e dizer que estamos agora nas mãos do Senador Flexa Ribeiro, para que faça um relatório pujante, que possa trazer a agropecuária e a defesa agropecuária para a agenda nacional. É esse o nosso desejo e de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 8 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Ivo Cassol, Thieres Pinto, Pedro Chaves, Eduardo Lopes, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, João Alberto Souza, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT 1/2017, de autoria do Senador Otto Alencar, destinada à apresentação, pelo Exmo. Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Gilberto Kassab, das ações do Governo Federal na sua área de atuação. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, o Excelentíssimo Senhor Ministro Gilberto Kassab; Elton Santa Fé Zacarias, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; André Muller Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Maximiliano Martinhão, Secretário de Inclusão Digital e Internet do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Álvaro Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Tarcísio Cunha, Diretor de Gestão de Entidades Vinculadas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Antônio Loss, Presidente da Telebras; Juarez Quadros, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; José Raimundo Braga Coelho, Presidente da Agência Espacial Brasileira - AEB; Guilherme Campos, Presidente dos Correios; e Paulo Roberto Pertusi, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senadores Pedro Chaves, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Omar Aziz, Flexa Ribeiro e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza agora, em 29 de março.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que estamos realizando hoje esta audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2017, CCT, da minha autoria, e aprovado em plenário, com o objetivo de ouvir o Exmo Sr. Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, que irá apresentar as ações do Governo na área de sua atuação. E convidamos, então, para comprar a Mesa, o Vice-Presidente desta Comissão, o nobre Senador Waldemir Moka. E destacar a presença dos Senadores Valdir Raupp e Pedro Chaves.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentário ou pergunta podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e no Alô Senado, através do número 0800-612211. Durante o curso da audiência, o Presidente também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários questionados e enviados pelos cidadãos que assistem a esta audiência pública.

E eu quero destacar, entre os diversos convidados, as presenças do Secretário-Executivo do Ministério, Elton Santa Fé Zacarias; do Chefe de Gabinete, Carlos Takahashi; da Secretária de Radiodifusão, Vanda Bonna Nogueira; do Secretário de Telecomunicações, André Müller Borges; do Secretário de Inclusão Digital e Internet, Maximiliano Martinhão; do Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Alvaro Prata; do Diretor de Departamento de Políticas e Programas de Ciências, Sávio Raeder; do Diretor de Gestão de Entidades Vinculadas, Tarcísio Cunha; do Presidente da Telebras, Antonio Loss; do Presidente da Anatel, Dr. Juarez Quadros; do Presidente da AEB, Dr. José Raimundo; do Presidente dos Correios, Guilherme Campos; do Presidente da CNEM, Pertusi.

E outras autoridades, pessoas que compareceram para ouvir das políticas públicas que serão desenvolvidas neste ano, através do Ministro Gilberto Kassab.

Eu tenho a honra de recebê-lo aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, até porque é um amigo de longa data, de mais de 30 anos de convivência pessoal e política, pelo qual tenho grande respeito e admiração. E, como tal, eu passo a palavra ao Dr. Gilberto Kassab, para que ele possa expor aqui as ações que serão desenvolvidas pelo Governo Michel Temer nesse setor.

O SR. GILBERTO KASSAB – O que é muito triste é que o Otto é meu amigo há quase 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nunca tivemos nenhum problema; sempre com uma ótima convivência.

O SR. GILBERTO KASSAB – Podiam ser só dois anos, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato! (*Risos.*)

O SR. GILBERTO KASSAB – Quero aqui registrar a imensa satisfação de estar aqui com os senhores, nesta Comissão, manifestar minha profunda alegria, profunda satisfação de, ao estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fazendo esta primeira visita neste ano a esta Comissão, encontrar aqui, na Presidência da Comissão, o Senador Otto Alencar, que dispensa apresentações, mas sempre vale a pena registrar, uma das pessoas da vida pública do Brasil com melhor currículo, com serviços extremamente relevantes prestados ao seu Estado, a Bahia, tendo ocupado, no seu Estado, na Bahia, muito possivelmente, todas as responsabilidades que um homem público pode enfrentar, pode ocupar, em uma longa carreira, e neste momento servindo o seu Estado e o País na condição de membro desta Comissão e Presidente dela.

Não poderia deixar de reconhecer e agradecer ao Senador Lasier Martins, que passou o bastão ao Senador Otto e foi Presidente desta Comissão no ano que se encerrou, e também fez um trabalho muito importante e muito cooperativo com o nosso Ministério, o MCTIC, onde, ao longo do ano, tivemos uma série de assuntos tratados, soluções encontradas no trabalho em conjunto com esta Comissão. Então, eu deixo aqui meu reconhecimento ao Senador Lasier Martins, assim como todos os nossos colegas de Ministério, pelo trabalho, pelos Senadores que o acompanharam ao longo do seu mandato. E tenho certeza absoluta de que não será diferente com o Senador Otto, junto com seus colegas aqui, nesta Comissão.

Tomei a liberdade, Senador Otto – até porque eu acho que é bastante adequado, por conta de não estarmos já no primeiro ano da Legislatura –, de convidar toda a nossa equipe aqui presente, para que, após uma rápida manifestação minha, cada um pudesse se apresentar em dois minutos, três minutos, de uma maneira muito sintética... Porque a Comissão tem outros assuntos, e hoje aqui é muito mais um reencontro após o recesso, para que possamos reiniciar, sob a sua Presidência, a parceria e os trabalhos que temos em conjunto.

Uma mera sugestão, desculpe o atrevimento, é que poderíamos convidar até para compor a Mesa o Presidente da Anatel, que está aqui presente, o Juarez Quadros, se o senhor permitir. Não sei se o regimento... Fazendo as vezes do Presidente, e que aquela cadeira pudesse ficar vazia, porque, depois da minha manifestação, vamos convidando um a um, para que seus colegas, que são novos nesta Comissão, pudessem conhecê-los, para que tivessem uma relação direta. Todos vocês sabem que é um ministério parlamentarista. Eu vim do Parlamento. Eu, ao longo da minha vida, já fui vereador, deputado estadual; nesta Casa, neste Congresso, Deputado Federal duas vezes, e sei a importância do Congresso Nacional, tendo vivido a sua importância, as suas parcerias com o Executivo.

Nesta Casa, em especial nesta Comissão, todos nós nos sentimos muito à vontade para desenvolver os trabalhos em conjunto.

Iniciando essa breve apresentação, esse breve reencontro, quero registrar o feliz momento que vive o Brasil, o Governo, na questão da ciência, da tecnologia e das telecomunicações, independentemente da conjuntura econômica, muito difícil ainda, porém com expectativas de uma sensível melhora ao longo dos próximos meses. Ainda ontem, conversando com o Ministro Meirelles, ele nos apresentou um número extremamente positivo. Na sua visão, no último trimestre deste ano, comparando com o último trimestre de 2016, nós provavelmente teremos um crescimento no mínimo de 2,7%, trimestre com trimestre, não ano, de janeiro com dezembro. Isso quer dizer que nós vamos fechar o ano crescendo 2,7%, possivelmente iniciando 2018 crescendo 2,7%, o que é extraordinário para um País que até há pouco estava com um saldo negativo no seu crescimento, no seu desenvolvimento.

Então, sabendo dessa circunstância, dessas dificuldades, as nossas atribuições, responsabilidades, vivemos momentos bastante favoráveis. Aqui, vendo o Raimundo, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agência Espacial Brasileira, fazendo de lá para cá, quero dizer para vocês que, no campo da Agência, no campo do Ministério, na parceria com o Ministério da Defesa, nós estamos na iminência, isso acontecerá dentro de alguns dias, de lançar o primeiro satélite brasileiro. Todos vocês sabem, é apenas para registrar o que significará isso para o Brasil e para o nosso Governo: significará que nós teremos uma capacidade de oferecimento de banda larga para a sociedade brasileira equivalente a mais que o dobro do que as operadoras hoje oferecem, todas em conjunto. Significa dizer que o nosso Ministério da Defesa terá, até por conta de convênios assinados, a disponibilidade de banda larga para monitorar as nossas fronteiras para enfrentar o contrabando, para enfrentar o tráfico de drogas. Além da disponibilidade de banda larga para que a gente possa oferecer a melhoria da qualidade dos serviços ao Ministério da Educação, liderando ações junto a todos os Estados, a todos os Municípios brasileiros.

Senador Omar Azis, satisfação em aqui tê-lo.

E da mesma maneira no campo da saúde. E mesmo assim, teremos uma ociosidade de banda larga para cumprir todos os nossos compromissos no campo social, quando dos entendimentos firmados para a contratação da compra desse satélite.

Depois, tanto o José Raimundo quanto o Elton poderão... E o Loss principalmente, o Presidente da Telebras – desculpa, Loss –, que é o responsável na Telebras pelo programa.

Senador Caiado, prazer reencontrá-lo.

A empresa que é responsável pelo lançamento do satélite. Poderá também o Loss... Nessa ordem: Loss, José Raimundo e Elton poderão falar um pouco, de maneira resumida, sobre o que significa e como estamos vivendo as vésperas desse lançamento, que era para ter acontecido esta semana, mas por conta de uma greve nas Guianas, nós tivemos a sua postergação.

Vendo lá atrás o Levi, que é o Presidente da entidade que congrega todas as operadoras de telecomunicações do País, vale a pena registrar o notável momento em que vivem as telecomunicações no Brasil.

Há a iminência de aprovar um importante projeto, que é a nova Lei Geral de Telecomunicações, já aprovada na Câmara, sendo discutida nesta Casa, que permitirá ao Brasil, quando transformarmos o modelo de concessão em autorização para comunicação fixa – depois o André, que está aqui presente, vai, com muita propriedade, em rápidas palavras, traduzir o que significará isso para aqueles que não têm conhecimento – ter um volume de investimentos sem recurso do Tesouro, realizado pelas operadoras, muito significativo, trazendo estabilidade ao setor, trazendo motivação para investimento e, com isso, modernizando o sistema de telecomunicações.

Vejo lá o Brigadeiro Pertusi, que hoje, transitoriamente, está à frente da CNEN, que tem a responsabilidade de desenvolver políticas públicas no campo das ciências, mas, principalmente também, comandar duas empresas importantes, a INB e a Nuclep, que têm investimentos, em especial no campo da Marinha, muito expressivos e muito importantes para o Brasil. O André preparou um resumo sobre as principais atividades que estão sendo desenvolvidas e o que poderá acontecer na sua secretaria ao longo deste ano.

O Alvaro Prata dispensa apresentações. Secretário de Tecnologia e Inovação no Ministério, um dos mais experientes quadros da atual gestão do Ministério, já ocupou todas as responsabilidades importantes no Ministério. Foi reitor da Universidade de Santa Catarina e hoje nos ajuda muito trazendo a sua experiência e, mais do que isso, o seu trabalho à frente da secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Vanda, que fez um golaço ontem – o Presidente Temer sancionou a nova Lei Geral de Radiodifusão, modernizando o sistema, trazendo desburocratização, trazendo modernização à área – e que tem feito um trabalho notável. Ela que já foi da área pública e, depois, por alguns anos, ficou na iniciativa privada e, a meu convite, veio para assumir essa secretaria e faz um trabalho notável.

O Loss – já falei – vai falar um pouco da Telebras aqui. E o Elton é o maestro de todas as ações do Ministério, numa parceria comigo, em que, a quatro mãos, tocamos o Ministério. Ele, na área administrativa; eu, na área do desenvolvimento de políticas, pública e institucional.

E o Juarez, que dispensa apresentação aqui. Há anos ou décadas, frequentando esta Casa, frequentando este Congresso, debatendo políticas públicas. Já foi ministro, um extraordinário ministro; já ocupou todos os cargos no Ministério das Comunicações e, num gesto muito inteligente do Senado, que escolheu uma pessoa que não é ligada a ninguém, mas é ligada a todos; não é ligada a nenhum partido, mas é ligada a todos os partidos, faz um trabalho como qualquer Presidente de agência tem que fazer: independente, com autonomia e – mais do que isso e tão importante quanto isso – com conhecimento.

Então, Presidente, vou sugerir que, em rápidas palavras, se o senhor permitir, o André, em dois minutos, de lá ou daqui, possa fazer as suas principais observações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convidar o André, para que ele possa falar daqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Presidente, não há pressa, não. Pode ficar tranquilo que...

O SR. GILBERTO KASSAB – Eu também não, posso ficar dois dias aqui.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...esse é um assunto de alto interesse. Quero, inclusive, ouvir...

O SR. GILBERTO KASSAB – Secretário de Telecomunicações, André Borges.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero, primeiro, ouvir o Dr. Antonio Loss...

O SR. GILBERTO KASSAB – Não, André Borges, Secretário de Telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depois eu gostaria de ouvir...

O SR. GILBERTO KASSAB – Depois, o Loss. E, depois, o Raimundo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E também o Dr. José Raimundo.

O SR. GILBERTO KASSAB – Para fechar a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Essa questão do satélite. Interessa muito saber com detalhes essa questão do satélite.

Eu queria...

O SR. GILBERTO KASSAB – Tem um espaço no satélite, se alguém quiser colocar algumas pessoas para acompanhar a viagem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, eu queria inclusive informar aqui ao Ministro Kassab e a toda a sua diretoria, que se encontra aqui, que esta Comissão aprovou como política pública, para este ano, o trabalho na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

expansão da banda larga. Creio que deve acontecer em outros Estados, mas no meu Estado, por exemplo, a maioria, a grande parte das escolas públicas não dispõem ainda de banda larga, como deve ser em outros Estados, no caso do Amazonas, de outros Estados da Federação. Então, nós vamos trabalhar como política pública deste ano a expansão da banda larga.

O SR. GILBERTO KASSAB – E é importante, Senador Otto, registrar o seu trabalho como Relator da nova Lei Geral de Telecomunicações, que permitirá atingir esses objetivos, em um trabalho e em um relatório muito bem elaborado, que passou a ser referência para todos nós nas discussões de todo o País.

Eu estou vendo agora, eu não tinha observado o Tarcísio lá, que prestou um extraordinário serviço conosco. Muita experiência, coordena as ações de acompanhamento de todas as instituições vinculadas, as empresas vinculadas aos nosso Ministério, e o Max, que é o nosso Secretário de Informática, também aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há pouco, Ministro Kassab, eu conversava com o Dr. Eduardo Levy, da SindiTelebrasil, sobre esse projeto, que foi aprovado na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional. Foi feito um requerimento para o Plenário, e eu acredito que o Presidente da Casa, o Senador Eunício Oliveira, a qualquer momento, pode pautar para que seja discutido, com muita transparência, no Plenário do Senado Federal, para que possa ser avaliado, aprovado ou rejeitado. O que não pode é, de maneira nenhuma, deixar um projeto de tal importância para o Brasil não ser pautado. Tanto que eu conversei há pouco com ele e sugeri ao Dr. Levy que ele marcasse uma audiência com o Presidente da Casa, para ver a possibilidade de pautar. Posso contar até com o apoio de V. Exª, pautar e discutir com toda a transparência o projeto de lei que modifica a Lei Geral das Telecomunicações, que veio da Câmara – projeto do Deputado Daniel Vilela –, e nós aqui fizemos o relatório, aprovamos por unanimidade na Comissão Especial, e agora deverá ser levado ao Plenário.

Mas eu quero passar a palavra ao Dr. André Borges, para que faça a explanação.

O SR. ANDRÉ MULLER BORGES – Muito obrigado! Bom dia a todos!

Para abreviar a explanação e indo direto ao assunto, eu diria que na Secretaria de Telecomunicações a principal missão é levar a banda larga para o centro das políticas públicas. Até hoje, nas telecomunicações, por força um pouco da Lei Geral, que, por esse motivo, necessita ser revisada e está sendo objeto de uma adequada revisão, no fundo, está sendo preservada na sua estrutura, mas está havendo a devida modernização. E o foco, portanto, é parar de olhar para a universalização de telefonia fixa, que, aliás, é alguma coisa que está universalizada e está em decadência, está com uma redução de número de acessos e está fora do interesse e do foco de toda a população.

Então, é dessa forma que estamos desenvolvendo e terminando agora a elaboração de um novo plano de conectividade nacional, fazendo o mapeamento das necessidades de investimento, para deixar todo o Brasil conectado. Vamos levar redes de transporte, de fibra ótica, assim como de Rádio IP de alta capacidade, para fazer a conexão de todos os Municípios do País, sem qualquer exceção.

Além disso, vão ter investimentos de 4G em Municípios com uma população com menos de 30 mil habitantes; vamos implantar também 3G em distritos populosos de Municípios, que não têm previsão de atendimento; assim como levar rede para áreas carentes de grandes Municípios, porque, por exemplo, todos imaginam que São Paulo é um Município muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

servido e não tem qualquer problema de conectividade. Isso não é verdade. Há várias comunidades carentes onde a infraestrutura de rede é bastante precária.

Os industriais, os empresários dizem que atravessando o Rio Pinheiros ou o Rio Tietê, você já não tem Banda Larga no outro lado. Então, assim, essas insuficiências precisam ser corrigidas. Então, nesse próximo mês, devemos encerrar esse plano e apresentá-lo; na verdade, o mapeamento. Estamos também trabalhando na revisão das políticas públicas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – ...

O SR. ANDRÉ MULLER BORGES – Pronto. Está combinado. O plano será apresentado aqui nesta Comissão, nesta Casa. E vamos fazer uma revisão de todas as políticas públicas em telecomunicações, para determinar essa prioridade de investimentos: levar rede para onde a rede não existe; dar prioridade para a rede de transporte, para que essas redes de transportes tenham como prioridade também atender Municípios que tenham demanda, pela parte dos provedores regionais, que tenham demanda da parte de políticas públicas de projetos, que estão aprovados, que poderiam ser implementados, que somente necessitam da rede de transportes.

E para Municípios que são contemplados com o programa, que está sendo revisado agora, de cidades inteligentes, que consiste numa rede de acesso municipal, que liga os principais órgãos públicos e que, além de prover essa capacidade, essa infraestrutura de Banda Larga, também vai prover uma camada de serviços própria de cidade inteligente. Então, gestão de segurança, gestão de iluminação, gestão de tráfego, isso tudo que está sendo falado.

E essa política também acho que seria interessante podermos apresentá-la aqui. Ela será objeto de uma consulta pública e, depois desse debate, deverá ser implementada nessas linhas.

Então, acho que, de certa forma, o maior trabalho nosso será no plano de conectividade, na revisão das políticas públicas levando a Banda Larga para o cerne, e no novo projeto de cidades inteligentes, que a gente espera realmente multiplicar, até contando com emendas parlamentares para isso.

Obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu poderia fazer duas perguntinhas enquanto ele está na mesa, porque depois ele vai sair?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está inscrito e já pode fazer a pergunta.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Muito obrigado.

Sr. Ministro, Srs. Secretários, Srs. Senadores...

O SR. GILBERTO KASSAB – Todos vão ficar aqui, Senador. Salvo o Elton, que vai ser o próximo a se apresentar, todos vão ficar aqui até o final.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas ele pode fazer...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Lá no meu Estado, há cidades com mais de cem mil habitantes, onde a internet é péssima. Cito o exemplo da cidade de Ariquemes. Tem a cidade do nosso Governador Confúcio Moura, Ministro Kassab. A internet lá é péssima. Tem áreas da cidade em que até as indústrias e o comércio têm dificuldade.

Outra questão é a dos provedores de internet. Eles têm um convênio com as empresas de energia elétrica para usar as redes, mas agora a Eletronorte suspendeu e eles estão no ar. Várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

regiões do Estado estão em uma situação... Ligam para mim todos os dias, e eu converso também com os diretores da Eletronorte todos os dias, e não se resolve o problema.

A gente poderia chamar esse pessoal da Eletronorte para ver como é que se consegue resolver isso. Eles estão cancelando os convênios e não estão dando uma alternativa para resolver o problema desses provedores de internet .

O SR. GILBERTO KASSAB – Coincidentemente eu tenho uma reunião com o Ministro Bezerra, agora de manhã ainda, e depois eu peço para o André e o Juarez me balizarem um pouco, para que a gente possa ainda hoje lhe telefonar para dar uma posição.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Ótimo. A última questão são os distritos. Nós temos distritos lá com 20, 30 mil habitantes sem o sinal da telefonia móvel celular. As empresas... A Claro até firmou um convênio com governo do Estado para colocar telefone nessas cidades. Colocou em algumas, mas nas outras – já faz 3, 4 anos – não coloca.

O SR. GILBERTO KASSAB – Aqui já é via rápida: está aqui o Diretor da Claro, o querido Dr. Fabinho.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Então, foi na veia. Essa foi na veia.

O SR. GILBERTO KASSAB – Via rápida aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu ia ligar para a diretoria da Claro para ver o que está acontecendo, porque em algumas localidades eles colocaram, e em outras, não.

O SR. GILBERTO KASSAB – O Fábio é muito expedito, sempre muito pronto e nos atende. Ele é diretor de relações institucionais...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vou conversar com ele.

O SR. GILBERTO KASSAB – E, com certeza, vai lhe visitar para...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Está vendo? Já estamos resolvendo os problemas.

Obrigado! Muito obrigado!

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, André.

Elton. O Elton só vai...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Por favor.

O SR. GILBERTO KASSAB – Ele tem uma reunião depois me representando e vai ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Secretário-Executivo, Dr. Elton.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Otto, Ministro, colegas.

Bom, eu sou Secretário-Executivo do Ministério e, abaixo do Ministro, ajudo a coordenar as ações administrativas dentro do nosso Ministério. O Ministério é um ministério bastante interessante: ele tem espalhado uma constelação de organismos, enfim. Eu acho que, na área de comunicações, na área espacial, os secretários que cuidam das atividades finalísticas do Ministério estão todos aqui, então eles podem dar maiores detalhes nossos projetos.

Mas eu queria fazer esta Comissão atentar para – até para que ela possa nos ajudar no devido momento – o fato de que hoje a área de ciências está com um processo de envelhecimento muito forte. A idade média nos institutos de pesquisa hoje gira em torno de 50, 60 anos de idade, a caminho de aposentadoria. Então, nós precisamos construir maneiras de termos uma renovação de quadros na área científica do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Acho que essa é uma questão importante que precisa ser colocada. Nós temos aí muita gente... Eu tenho enfrentado muitos pedidos de aposentadoria agora. Enfim, essa é uma questão que eu acho que precisa ser debatida.

Do ponto de vista de grandes projetos do Ministério para este ano, eu acho que temos que viabilizar duas coisas – não estão aqui as pessoas que cuidam disso –: o reator de Luz Síncrotron, do CNPEN de Campinas, que é um projeto de mais de R$1,5 bilhão e tem condições de ficar pronto até o final do ano que vem, e nós estamos tentando viabilizar orçamento para que isso aconteça; e outra questão é colocar de pé o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro, pelo menos deixá-lo projetado, para que ele possa iniciar a sua construção o ano que vem, e aí também nós estamos tentando fazer a viabilização.

Então, do ponto de vista do Ministério, nós consolidamos praticamente a fusão com o Ministério das Comunicações. Acho que as grandes feridas hoje estão curadas e temos os desafios de colocar esses projetos da área científica de pé e essa questão de pessoal.

Acho que essas são basicamente questões que cabem assim à Secretaria Executiva enfrentar.

O SR. GILBERTO KASSAB – Muito bem lembrados pelo Elton esses dois projetos de fundamental importância para a pesquisa e para a ciência no Brasil. Eles serão referências para as parcerias do Brasil com todos os países que têm na ciência o seu principal pilar para o desenvolvimento.

A questão orçamentária é uma questão de curto, médio e longo prazo que precisa ser equacionada, e o apoio e a discussão, nesta Comissão, do tema vai nos ajudar sobremaneira para encontrar a solução.

O SR. ELTON SANTA FÉ ZACARIAS – Era isso.

Agradeço.

O SR. GILBERTO KASSAB – Obrigado, Elton.

Loss é o Presidente da Telebras.

Senador Lasier Martins, já tive oportunidade aqui de registrar a sua atuação como Presidente desta Comissão e aqui testemunhar o excelente trabalho que o senhor fez à frente desta Comissão no ano passado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. *Fora do microfone.*) – Bondade sua.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Lasier.

O SR. ANTÔNIO LOSS – Bom dia a todos.

É um grande prazer estar aqui falando sobre esse grande projeto que a Telebras vem desenvolvendo no sentido de levar telecomunicações a todo o Brasil.

É importante promover essa iniciativa de contar o que a Telebras vem fazendo, porque esse satélite é o primeiro satélite que vai cobrir todo o Território nacional, da Cabeça do Cachorro ao Chuí, com banda larga de altíssima velocidade e com uma capacidade superior a qualquer outro satélite hoje em órbita.

Além disso, completando o que o Ministro falou recentemente, nós vamos promover a soberania do Brasil, porque 30% da capacidade de satélite já está disponível para a defesa, que vai cobrir todas as nossas fronteiras, além de expandir a cobertura do Atlântico Norte ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Atlântico Sul. Então, nós vamos ter uma nova forma de fazer cobertura da soberania do Brasil e proteger o nosso mar, a Amazônia Azul, a Amazônia Legal e todas as nossas fronteiras.

A Telebras também pauta as suas ações no fornecimento de redes fixas, para que a gente possa levar a combinação da internet via satélite e, ao mesmo tempo, levar a internet física aos Municípios e fazer a complementação dessa cobertura.

Outro grande projeto também, feito a braços fortes, é o cabo submarino. Nós temos trabalhado em conjunto com o Ministério para conectar o Brasil com Lisboa e criar também mais um projeto estratégico de conexão do Brasil com o mundo.

Então, são grandes projetos estruturantes que a Telebras está assumindo o compromisso de completar neste exercício, sendo que o mais breve de todos é o lançamento do satélite, que deve acontecer nos próximos dias e que vai levar a cobertura de banda larga a todos os Municípios brasileiros. Assim que ele for lançado, nós teremos um período de seis meses, algo muito curto dentro deste exercício ainda, e a gente já vai estar operando e podendo alcançar qualquer distrito, qualquer Município no Brasil, podendo levar inclusão social, digital e essa competitividade citada recentemente, que é uma necessidade da cidade, dos Municípios e distritos no Brasil. Nós vamos estar iluminando o Brasil com o nosso satélite, dentro de seis meses, ainda este ano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O senhor poderia explicar por que só depois de seis meses? Não estou entendendo. Lança o satélite, só depois de seis meses, só para entender aqui.

O SR. ANTÔNIO LOSS – Nós estamos todos curiosos. Esse é um trabalho feito há muitos anos. O satélite tem toda uma questão técnica entre ser lançado, entrar em órbita e ser operado, para que ele comece a operar. A vida desse satélite vai durar 18 anos. Depois de lançado, depois desse período em que ele vai ser controlado, colocado numa órbita geoestacionária a 36 mil quilômetros, ele fica numa posição em que ilumina o Brasil todo nos próximos 18 anos, fornecendo serviços a todos os brasileiros. Esse período inicial é quando os nossos técnicos ficam fazendo todos os ajustes necessários, para que ele fique na posição certa e para que a gente tenha confiança de que vai funcionar nos próximos 18 anos, prestando excelentes serviços de banda larga.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – É agora, né?

O SR. ANTÔNIO LOSS – Agora. O lançamento será nos próximos dias, na segunda quinzena de abril.

O SR. GILBERTO KASSAB – Era para ter acontecido, Senador Flexa, nessa semana. A Guiana entrou em greve. Possivelmente, em torno do dia 15.

Senador Otto, seis meses, mas três meses apenas para o satélite se acomodar no espaço, nesse trabalho de colocação que o Loss citou.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O satélite não é um satélite baixo?

O SR. ANTÔNIO LOSS – É um satélite de posição geoestacionária. Ele fica fixo a 36 mil quilômetros, de órbita alta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Os baixos têm dificuldade quando o tempo está ruim, não é isso, Loss? Nós temos dificuldade. As pessoas tentam vender alguns baixos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. GILBERTO KASSAB – E não conseguiriam abranger todo o território nacional.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não conseguem, principalmente na nossa região.

O SR. GILBERTO KASSAB – Tanto é que a fronteira toda da Amazônia vai ser coberta.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – E o papel das empresas para... Não adianta iluminar o Município se não houver distribuição dessa internet. E as empresas brasileiras hoje atuam da seguinte forma: elas fazem investimento a partir do momento em que há lucro. Por exemplo, quando a Oi trouxe – e gastou uma fortuna, financiada pelo BNDES no governo passado – a internet da Venezuela – aliás, levou quase dois anos para passar numa área indígena –, chega lá o ponto, mas não há distribuição. A distribuição é feita onde tem poder aquisitivo: "Aqui eu vou fazer, porque vou fazer investimento, e, nesse investimento, vou ter retorno".

Qual vai ser a política do Governo brasileiro, do Ministério, em relação a esse tipo de comportamento? Para que você tenha um tratamento igual para qualquer segmento da sociedade. Ah, não se faz investimento! A gente fica aqui reclamando. Há pouco, o Senador Raupp falou da Claro. É simples: o investimento que eles vão fazer, colocando as antenas lá, gerará um lucro que não vale a pena. Ele tem a concessão, mas não faz o investimento, tanto é que, em Estados como o Amazonas...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Senador Aziz, só um apartezinho: e aqueles fundos milionários ou bilionários?

O SR. GILBERTO KASSAB – Aí é outra questão. Primeiro, é muito inteligente a observação do Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Deixe-me só colocar aqui essa questão, até pela prática. Não adianta falarmos em teoria. Estou falando aqui sobre o que vivemos no dia a dia.

Muitas vezes, é impossível levar para comunidades professores que tenham qualificação em matemática, em português, em ciências, em física. E aí o ensino à distância é de uma importância muito grande. Mas ensino à distância só funciona se a internet for boa, correto? Aí nós temos esta dificuldade: encarecimento, uma série de coisas. E não há, sinceramente, nenhuma boa vontade por parte das operadoras no Brasil hoje. Não adianta me dizer que há porque não há. E também não há nada para que possamos cobrá-los e eles possam fazer, porque é a lei do mercado.

Eu fiquei muito preocupado ontem quando ouvi falar em privatizar os Correios – muito preocupado. Para a nossa região, isso é um desastre, porque lá também vai existir a lei do mercado. Chega no aeroporto de Manaus, no Eduardo Gomes, uma correspondência para ser levada a 2,5 mil quilômetros de Manaus, para o Município de Envira, por exemplo. Uma empresa particular não vai fazer mesmo. O Governo hoje faz, mesmo tendo prejuízo, um grande serviço na nossa região, com banco postal e com uma série de benefícios, mas essa é uma outra discussão, Ministro Kassab, que precisamos ter, é lógico.

Antonio, não adianta eu ter iluminação, correto? A iluminação só é muito pouco para chegar à atividade do cidadão. Não adianta ter. Hoje tem-se, por exemplo, a iluminação feita pelo gasoduto que liga Coari-Manaus, mas os Municípios por onde passa o gasoduto Coari-Manaus não estão iluminados, porque não há investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando eu era Governador, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do meu Estado fez uma parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Fizemos um investimento e colocamos lá os pontos iluminados, mas do ponto iluminado para chegar à casa do cidadão é outra conversa. Então, é importante o satélite? É importante o satélite. Mas isso não acontece só na minha região; vai acontecer na Bahia, no Mato Grosso, ou em qualquer lugar do Brasil – vamos deixar claro –, porque existe a lei de mercado. Para investimento, eu quero retorno; não quero ter prejuízo. Vou gastar milhões para fazer a iluminação de um Município de dez mil habitantes e não vou ter esse retorno, que só acontecerá daqui a 50 anos? A empresa não fará, não tem jeito. Temos de comprometê-las. Hoje, a dificuldade é grande para fazer funcionar o celular. Aqui em Brasília, por exemplo, 3G e 4G não funcionam. Na minha região também, há áreas em que não funcionam 3G e 4G. Se acontecer qualquer coisinha e der problema numa antena, não funciona nada; dá pane. Estamos falando de telefonia celular.

Então, pergunto: qual é a política que vamos adotar depois de fazer um investimento tamanho desses, colocando um satélite para servir o Brasil? Quais seriam as nossas preocupações em relação a levar realmente esse serviço à população mais carente.

Eu estou falando da mais carente. Isso acontece também em Municípios grandes, em bairros mais afastados, que é onde o poder aquisitivo é menor. Isso acontece em bairros das grandes cidades; não é só no interior, não. Isso acontece em Belém, isso acontece em Manaus. Aos bairros mais carentes, nós temos mais dificuldade de levar internet. Eu falo isso porque é de uma importância muito grande.

Esse ministério é um ministério estratégico. Hoje, para mim, é um dos ministérios mais estratégicos para planejamento, para investimento em pesquisa, para investimento em tecnologia. A gente não pode ficar atrás. Já é um grande passo colocar o satélite para funcionar, mas só o satélite funcionando não vai beneficiar as pessoas que estão aqui embaixo. Ele precisa ter uma política nossa de exigir contrapartidas para que a gente possa colocar. Essa é a grande preocupação que eu tenho, Loss, em relação a funcionamento depois.

O resto, parabéns. Eu acho que, sobre o Ministro Kassab, não é surpresa para mim ele ter esse tino empreendedor, de realmente fazer um trabalho. Não é nenhuma surpresa, eu o conheço, sei do valor administrativo que o Ministro Kassab tem e sei da equipe. Eu já estive com você e estive com o Dr. Juarez Quadros, excepcional profissional, e os outros companheiros que estão aqui, de quem eu não tenho o que reclamar, do atendimento e das vezes que eu o procurei, da forma rápida para a gente agir e melhorar algumas situações.

Mas essa é uma preocupação que eu tenho, de como vai funcionar na prática. Só o satélite não coloca a internet para funcionar nas comunidades, nos bairros e nos Municípios, onde quer que seja nas cidades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, eu tenho uma relação aqui de Senadores inscritos. Nós vamos ouvir as pessoas, os técnicos que o Ministro Kassab nos trouxe para, depois, os Senador fazerem as suas intervenções, porque eles vão ficar aqui para responder, para que tenha uma regra a ser seguida e nós possamos ter... São vários Senadores – tem o Pedro Chaves, tem o Moka, tem o Raupp que já fez intervenção, tem Omar, Flexa Ribeiro, Hélio José, Lasier. Mas eles todos vão ficar aqui para responder, como falou o Ministro Kassab.

O SR. GILBERTO KASSAB – Bom, só fazendo uma observação em relação ao que o Senador Omar, com muita propriedade, colocou. Antes, eu queria registrar também a presença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do Carlos Ayupe, coordenador, secretário da nossa controladoria, e do Guilherme Campos, que acaba de chegar, o nosso Presidente dos Correios.

O nosso modelo de telecomunicações – e ninguém aqui nesta sala conhece tão bem como o Juarez Quadros –, desde o seu início, está capenga. As observações do Senador Omar Aziz estão carregadas de justificativas, de acertos.

A começar do Fust, o Senador Raupp lembrou bem. Desde o início, o modelo de privatização previa o Fust, que são bilhões e bilhões de reais arrecadados para, justamente, corrigir, não essas distorções, mas os buracos que as operadoras não são obrigadas a cumprir contratualmente. Elas não são obrigadas, tinha um limite.

Registrar que, no governo Fernando Henrique Cardoso, a maior marca da sua gestão foi a das telecomunicações, foi uma transformação radical. E, hoje, nós temos a oportunidade de dar um segundo passo, para que possamos, efetivamente, mais uma vez nos nivelarmos ao que há de melhor qualidade no mundo inteiro.

E, para isso, nós contamos com três instrumentos, Senador Omar, para atender justamente essa demanda que não é atendida hoje: primeiro, o satélite, com oferta gratuita; segundo, a lei geral, cujo Relator aqui nesta Casa é o Senador Otto, e que precisa realmente, no entendimento político desta Casa – pois ninguém está questionando o mérito –, levar ou não para o Plenário, para que possa ser votada.

Isso significará, por parte das operadoras, um compromisso, aí, sim, de bilhões e bilhões de reais de investimento em banda larga, por conta da compra do patrimônio e por conta da mudança do modelo: de concessão para autorização. Com certeza, os Senadores estão atentos a essa questão, que é importantíssima.

O terceiro, o Fust. Vai aqui uma sugestão. Eu sugiro que esta Comissão debata, Senador Otto, uma lei que impeça o contingenciamento do Fust, mas, para que não possamos prejudicar o País, vamos fazer com que essa lei tenha vigência a partir de 2020. Com isso, não será benefício próprio – eu não serei Ministro, você não será Presidente aqui, parte dos Senadores talvez não esteja aqui, o Governo, possivelmente, será outro. É uma decisão de Estado, não de Governo, para que possamos, a partir de 2020, qualquer que seja o governo, contar com esse recurso, porque é esse recurso que visava, desde o início, a atender a essas ponderações do Senador Omar Aziz. Não dá para contingenciar. Esse modelo está capenga desde o seu início – o Juarez sabe disso –, porque o Fust era justamente para atender esse buraco, mas, há quase 30 anos, o Fust é contingenciado. Aprova-se uma lei – não tem interesse pessoal de ninguém, nem político, nem partidário, nem de Governo. Não é justo que seja a partir de 2019, porque um novo governo já no seu primeiro ano não contaria com esse recurso, mas qualquer candidato saberia que, a partir do segundo ano, não teria o contingenciamento do Fust.

Não há país que consiga se desenvolver se não tiver banda larga, se não tiver internet à vontade no mundo de hoje. Não há sistema de saúde, sistema de educação e sistema de segurança, não há jovem que consiga estudar, não há família que consiga ter uma relação harmoniosa, seja para assistir filmes em seu entretenimento, seja para suas relações familiares. Isso é fundamental para qualquer país. E o Fust hoje é a grande lacuna no nosso sistema de telecomunicações.

Agora, eu não acho correto – todos nós somos brasileiros, sabemos que vivemos uma conjuntura econômica difícil – fazer a sua vigência a partir de agora. Vamos fazer no médio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prazo. O tempo passa rapidamente. Aí, sim, nós vamos preencher essa lacuna, que vai estar, simultaneamente, convivendo com o satélite já em céu de brigadeiro e com a Lei Geral de Telecomunicações com as operadoras cumprindo o que vai rezar o novo modelo de autorização. Com isso, nós vamos, com certeza, Senador Omar Aziz, atender a todas as demandas, porque esse é o modelo que daí estará completo.

Obrigado, Loss.

Agora, o Zé Raimundo, só para completar o assunto da Agência Espacial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO KASSAB – Depois do Max? Por que tem muita coisa a ver com telecomunicações, para fecharmos o assunto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GILBERTO KASSAB – Isso. Exatamente. O empresário vai saber que, em 2020, vai ter esse recurso. Fica essa sugestão para esta Comissão liderar essa discussão e, eventualmente, se julgar adequada, aprovar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Bom dia a todos.

Antes, eu queria cumprimentar o Senador Presidente da Comissão e o nosso Ministro, também não esquecendo o Senador Lasier, que está aqui em frente, que nos propiciou uma reunião desta Comissão no Parque Tecnológico de São José dos Campos, no final do ano passado, exatamente para discutir o Programa Espacial Brasileiro.

Em primeiro lugar, eu queria dar um destaque excepcional para essa iniciativa de desenvolver um satélite brasileiro de comunicações voltado principalmente para aquilo que é estratégico na nossa Nação e nos garante a segurança, que é a comunicação do nosso Ministério da Defesa, comunicação essa que sempre foi considerada estratégica, apesar de, ao longo desses últimos 30 anos, estar em mãos de serviços prestados por empresas outras que não brasileiras.

Esse é um esforço que conta com a nossa iniciativa desde os anos 80, quando estávamos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e gritávamos forte contra essa preocupação. Não contra essa preocupação, mas a favor da preocupação, em benefício de uma solução exclusivamente nacional.

Então, tomamos essa iniciativa com muita coragem, investimos recursos razoáveis para programas espaciais brasileiros. Todos sabem que programa espacial em qualquer nação do mundo precisa de recursos. Então este Senado sabe disso. Essas coisas que colocamos lá no espaço, principalmente aquelas que nós não temos condições de ir lá consertar, são muito caras.

Agora, esse programa do SGDC, primeiro, eu não chamo de SGDC. Chamo de SGDC 1. Apesar de a vida útil desse satélite ser da ordem de 18 anos, ele é apenas o primeiro. Este é o compromisso que nós temos que sair daqui firmando, que este é apenas o primeiro satélite de comunicações geoestacionárias para prestar serviços a nossa Nação. Temos que nos comprometer como uma família. Sempre é assim na nossa área espacial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que mais me alegrou hoje foi saber do interesse e do início de uma fase de conhecimento dessa área que é extraordinário. Imagine, o nosso Ministro, por exemplo, não é da área. Vocês viram a segurança dele ao falar sobre satélites nesse momento? E os nossos Senadores, que não têm, muitos deles, nada a ver com satélites, falando sobre satélites de órbita baixa, como o Senador nosso da Amazônia? E satélite de órbita geoestacionária?

Sem essa consciência, sem esse conhecimento da sociedade brasileira, cadê a sensibilidade para tomar decisões corretas? Isso é o que mais nos alegra num momento como este, principalmente a mim, que sou parte daquela classe de idade média de 50 a 60, porque já tenho 73. Eu já ultrapassei a idade média das pessoas que operam esses sistemas no Brasil hoje, na área espacial. Então, isso é de uma alegria fantástica! Saber que os nossos Senadores, inclusive o nosso Senador Valdir Raupp, que é primo do nosso colega Marco Antônio Raupp, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, que foi Diretor do INPE por muitos anos comigo, por exemplo, saber que eles têm o interesse de entender o que significa, qual é a diferença entre um satélite de órbita baixa e um satélite de órbita geoestacionária, etc.

Vocês não imaginam a alegria e a emoção com que eu presencio esta reunião de hoje, assim como também, Senador Lasier, aquela iniciativa sua de levar essa reunião lá para São José dos Campos, para o Parque Tecnológico de São José dos Campos, onde só se fala em inovação, em destruição construtiva. Então, isso é fantástico, principalmente para as pessoas de cabelos grisalhos como eu.

Então, eu queria dizer o seguinte: nós temos que começar a falar sobre SGDC como sendo o primeiro. Portanto, eu acrescento SGDC1, certo? Porque nós temos logo que começar a pensar, Ministro, a partir de agora, no SGDC2, no SGDC3 e assim por diante, na família. Isso não é um elemento isolado de uma família, viu, Senador? E o senhor vai ter todos os serviços de que precisa sendo prestados, porque, inicialmente, principalmente, esse satélite foi exclusivamente voltado para as necessidades do povo brasileiro. Portanto, é um compromisso do Governo brasileiro. Qualquer medida que transfira isso para outras iniciativas não é compatível com a ideia inicial. Ela pode ser compatível com o processo, mas não com a ideia inicial.

Outro aspecto que me comove também – e eu poder falar sobre isto uma reunião como esta – é um modelo de gestão que foi utilizado para isso. Quantos ministérios estão envolvidos nessa iniciativa? Ministério das Comunicações antigamente, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa. Portanto, olhem só a diversidade de interesses, está certo?

Como foi resolvida a gestão para essa iniciativa com tantos interessados? Gestão coletiva integrada. Não é possível, por causa das necessidades isoladas de cada departamento, traumatizarmos a gestão do Programa Espacial Brasileiro. Essa é uma demonstração de competência excepcional do povo brasileiro: gestão integrada do sistema, assim, como exemplo, nós temos a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas, que é coordenadora do ponto de vista executivo. Isso também é comovente: a capacidade que o povo brasileiro, que o Governo brasileiro teve ao dar essa demonstração da importância da gestão coletiva para assuntos de interesses de vários segmentos da sociedade.

Então, eu queria constar aqui que não poderia deixar de fazer a constatação dessa capacidade que nós temos. Vejam o seguinte, o que está envolvido? Está envolvido aquilo que é mais objeto de toda a cobiça do mundo inteiro, que se chama diversidade. É um mundo. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

somos um País com diversidades excepcionais. Olhem para os nossos biomas, por exemplo. E a nossa criatividade, que compete com a nossa diversidade. Isso é o que chama a atenção do mundo inteiro. Só para terem uma ideia, Senadores, Ministros, entre a semana passada e esta semana, nós tivemos duas iniciativas de países estrangeiros sobre o Programa Espacial Brasileiro, a necessidade que eles acham de cooperar conosco: uma do Japão e outra da Holanda, Ministro, que ocorreu ontem, lá na Agência Espacial, com todo seu Ministério presente e tudo o mais.

Sabe qual é a ideia que nós temos? Seguinte: na cooperação com outros países, primeiro, o objeto tem de ser de interesse mútuo; segundo, temos de trabalhar juntos – desenvolvimento conjunto –, porque aí a preocupação com transferência de tecnologia, por exemplo, diminui muito. Ao trabalharmos juntos, nós temos aquilo que é o outro conceito, a absorção automática de tecnologia. Então, é isso que interessa aos povos dos outros mundos, haja vista a nossa relação com os alemães, de 45 anos, e a nossa relação com os chineses, de 30 anos – com quem nós desenvolvemos os nossos satélites de observação da Terra.

Não pensem, colegas Senadores e Ministro, que a única coisa importante para estar no espaço é o satélite de comunicações; não é, não. Principalmente os satélites de observação da Terra fazem uma união de esforços que nos fornece todas as informações necessárias para governarmos o nosso País com dinamismo e com efetividade. Por exemplo, o tema escolhido na reunião de ontem com a Holanda é um tema chamado agricultura de precisão, Senador. Estava lá um representante do Governo do Mato Grosso, que ficou emocionado com essa decisão, porque, enquanto os holandeses começaram a trabalhar em agricultura há 6,5 mil anos – há 6,5 mil anos, quando eles iniciaram os seus trabalhos em agricultura, nem havia ainda uma sociedade de agricultura constituída –, nós só demos atenção a isso há cerca de 20 anos! Há cerca de 20 anos, o cerrado não tinha agricultura, porque achavam que o cerrado não era próprio! Hoje, o que nós temos no cerrado? Vai viajando daqui, na BR-020, até a Bahia, para você ver! É agricultura para todo lado, devido a quê? Ao conceito novo de agricultura de precisão, que importou três coisas importantes, incorporou três coisas importantes: primeiro, planejamento; segundo, gestão eficiente; e terceiro, e principal, tecnologia de alto nível. Eu sempre me emociono quando falo de questões como essas, que são do interesse do Brasil, do povo brasileiro.

É claro que eu vou deixar aqui, por causa disso, das prioridades que nós temos neste momento, de falar sobre o programa espacial brasileiro como um todo, mas eu queria dizer o seguinte: nós, hoje, temos compromissos com o domínio de tecnologia nessa área, em todos os seus segmentos. Hoje nós temos satélites que fazemos há 30 anos com os chineses, satélites de observação da Terra, Senador, que são excepcionalmente importantes para o desenvolvimento das nossas ações aqui no Brasil – não só para compromissos do Governo, principalmente, mas também para compromissos de empresas privadas.

O SR. GILBERTO KASSAB – Um dia, Raimundo, se o Senador Otto e os Senadores entenderem que é adequado, o senhor poderia vir aqui especificamente para falar sobre o programa espacial brasileiro.

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Exatamente.

Eu só queria dizer, Ministro, o seguinte: aproveitando essa oportunidade do satélite geoestacionário, além de termos resolvido isso da forma mais adequada possível, nós criamos um conceito; botamos para funcionar aqui no Brasil um conceito inovador que se chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

empresa integradora, que é uma empresa constituída pelo capital da Telebras e pelo capital da Embraer. Isso é uma coisa excepcional. Não é *prime contractor*, como existe no resto do mundo: é empresa integradora, cuja responsabilidade é, primeiro, integrar os sistemas necessários, portanto satelitais, em primeiro grau; e, segundo, fazer parte da integração para permitir a sustentabilidade da nossa base industrial na área espacial. Com isso, eu termino.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Olha, eu queria parabenizar o Dr. José Raimundo pela explanação. O Dr. José Raimundo colocou muito bem, como um bom brasileiro, um patriota...

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Um nordestino.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – De onde?

O SR. JOSÉ RAIMUNDO BRAGA COELHO – Do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é. Sou da Bahia. E há outros aqui do Nordeste também. Mas o senhor me convenceu pela sua maneira de colocar as coisas. E espero convocá-lo depois, convidá-lo, para que o senhor venha aqui fazer uma explanação mais detalhada, como falou o Ministro Kassab.

O Ministro Kassab me passou uma informação que eu queria passar a todos, a de que esse satélite foi construído na França, e cem técnicos brasileiros participaram da sua construção, com treinamento, ou seja, vai haver uma transferência de tecnologia aqui para o Brasil. E custou somente 2,7 bilhões, que é muito pouco para o que vai servir ao nosso País. Portanto, o Ministro Kassab, com a sua competência, tem procurado agir nessa ação de modernização das telecomunicações.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É uma área que eu conheço bem. Você operar agricultura de precisão significa que você vai colocar menos sementes em lugares mais certos, mais bem localizados. Quer dizer – o Rio Grande do Sul tem muito essa agricultura de precisão –, é uma economia muito grande. E o rendimento disso aí é muito grande. É um retorno enorme. Então, só para colaborar com o que foi dito aqui. É fundamental para o produtor brasileiro que ele possa ter acesso à chamada agricultura de precisão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero convidar o Dr. Maximiliano, Secretário de Inclusão Digital e Internet.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Bom dia, Senador Otto Alencar. Bom dia, Senador Waldemir Moka, Ministro Kassab, Presidente Juarez Quadros, Srªs e Srs. Senadores. É uma satisfação estar aqui. Eu queria, antes de falar especificamente da minha área, como eu tenho experiência na área do satélite e também em alguns trabalhos que a Secretaria de Telecomunicações, do André, está fazendo, queria lembrar algumas coisas que têm sido feitas no Ministério e que são relevantes para a inclusão digital. Primeiro, quero dizer que lá na Telebras, junto com um grande esforço de diversas instituições públicas, a Telebras vem desenvolvendo dois projetos, Senador Omar, muito importantes: um é o Amazônia Conectada, que o senhor conhece bem; e o outro é o Xingu Conectado.

E o que foi importante para viabilizar esse projeto que leva a internet nessas cidades remotas, pequenos Municípios, foi exatamente você criar um consórcio de entidades públicas que estão suportando o projeto. Nesse projeto, o Amazônia Conectada, já foi lançado um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trecho de fibra ótica entre Coari e Tefé. E agora as Forças Armadas estão concluindo a contratação do projeto que vai de Coari até Manaus.

Por que eu faço questão de lembrar isso? Porque foram detectados problemas técnicos no cabo que existe no gasoduto entre Coari e Manaus. Nesse cabo foram detectados problemas.

Por isso, será lançado um outro cabo via rio, que é uma grande inovação brasileira. A gente sabe que os canais de comunicação na região do Amazonas são os rios. E você vai desenvolver fibras óticas colocadas no fundo do leito do rio, que foi o caminho encontrado para vencer as barreiras geográficas e ambientais que existem para desenvolver a fibra ótica nessas regiões.

E, sobre essa mesma iniciativa, agora, a gente vem conversando com o Exército, por meio do rio. E aí eu talvez possa estar me equivocando sobre o nome do rio, mas, se eu me lembro bem, é o Rio Branco que chega até Roraima, até Boa Vista. Por meio do Rio Branco, você chegar com fibra ótica até Boa Vista, de forma a vencer o problema que o senhor já mencionou, relacionado a atravessar a área de reserva indígena que existe entre Manaus e Boa Vista.

E é importante mencionar também que isso foi detectado numa reunião que o Ministro Kassab realiza com frequência de todos os secretários estaduais de ciência, tecnologia e inovação. E, nessa oportunidade, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima levantou essa questão: "Olha, é um problema grave lá, que é a internet que está vindo da Venezuela, que está aquém das nossas necessidades. A gente precisa arquitetar uma nova solução para o nosso problema." A partir daí é que veio essa questão.

Um complemento que eu queria fazer em relação ao satélite, para conhecimento dos Srs. Senadores, é que, nesse projeto do satélite – o Prof. José Raimundo mencionou bastante, mas é importante mencionar –, foi constituída uma empresa chamada Visiona, uma empresa nacional, controlada com capital nacional, entre a Telebras – o Presidente Loss está aqui – e a Embraer, que foi a empresa que integrou o satélite e que formou essas pessoas que o Ministro Kassab mencionou.

Nesse projeto, foi possível a gente dar um primeiro passo e ter uma empresa aqui no Brasil capaz de desenvolver tecnologia espacial, chamada Visiona, está lá no Parque Tecnológico de São José dos Campos. E também seria importante os Senadores, numa oportunidade, estarem lá em São José dos Campos para conhecerem o trabalho, porque essa empresa se capacitou com a qualidade de toda a aviônica que a Embraer já tem. Essa empresa agora é uma empresa capacitada para desenvolver projetos de satélites.

Bem, feitas essas considerações, eu queria falar, então, sobre a minha área específica dentro do Ministério, que é a política de informática. Lá, nós temos como grande legado dos trabalhos que me antecederam no Ministério a Lei de Informática. A Lei de Informática é uma política de incentivo ao desenvolvimento tecnológico na área de informática no País, na fabricação de equipamentos, na produção de equipamentos de informática no Brasil. É uma lei que emprega mais de 120 mil pessoas, é responsável por mais de 400 centros de pesquisa no Brasil, emprega mais de 20 mil pesquisadores e é uma lei de que a gente cuida dento da secretaria. Mas isso é legado.

No momento em que o Ministro Kassab nos convidou, ele pediu que eu apresentasse um plano de trabalho para ele sobre o que a gente faria na Secretaria de Política de Informática. E a proposta que eu fiz para ele foi de capturar os benefícios da banda larga. Então, a banda larga é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante, mas a gente precisa capturar esses benefícios. Os negócios brasileiros, a indústria brasileira, o comércio brasileiro precisam fazer uso da internet.

Existem pesquisas, hoje, que indicam que 90% das pequenas e médias empresas têm acesso à internet, mas a internet não faz parte do processo de prestação de serviço, de fabricação, de geração econômica dessas empresas. Então, quando o Ministro Kassab me convidou para assumir a Secretaria, eu propus a ele que nós desenvolvêssemos, então, o que nós estamos chamando no Ministério de Estratégia Digital Brasileira. Queremos estabelecer uma política para que, como o senhor mencionou, Senador Waldemir Moka, a agricultura brasileira possa se beneficiar do processo de digitalização. Que políticas nós precisamos criar, para que isso aconteça no grande negócio – e já se está fazendo isso –, mas também na agricultura familiar? Então, isso é o que estamos chamando de Estratégia Digital Brasileira. Para isso, estamos elaborando um projeto chamado Plano Nacional de Internet das Coisas. Estará pronto até setembro.

Eu acho também, Senador Otto Alencar, com a vênia do Ministro Kassab, que seria importante, em algum momento, nós termos a oportunidade de trazer o Plano Internet das Coisas, para conhecimento dos Srs. Senadores.

Trabalhamos, dentro da Secretaria, com *startups*. O mundo digital é um mundo que tem baixa barreira à entrada e permite que pessoas que têm ideias transformem essas ideias em negócios. Nós temos experiência, no programa de *startups* do Ministério, em que criamos uma grande parceria público-privada, na qual o Ministério entrou com R$1 e o setor privado entrou com outros R$3, para formar empresas do mundo digital. O Governo entrou com R$1, e o setor privado entrou com R$3. Então, é a grande oportunidade que nós temos.

Por fim, para que isso tudo aconteça, um tema que eu considero importante é o tema da privacidade. Existe uma discussão, dentro do Senado Federal e também da Câmara dos Deputados, relacionada à lei de proteção de dados pessoais. Mais e mais as informações digitais permitem coletar informações do cidadão. Nós precisamos criar um equilíbrio entre a privacidade e a oportunidade de inovação e geração de negócios.

Então, esses são os temas principais que estamos trabalhando na Secretaria e vamos ter a maior satisfação de trabalhar junto com os Senadores, para desenvolver essa agenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Omar...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Veja bem: todos aqueles que fizeram uma pequena explanação têm muito a nos informar. Todos. Sem exceção, todos têm alguma informação a mais. Como o tempo é curto, e nós temos outras Comissões, Ministro Kassab, para participar, e, conforme V. Exª sugeriu há pouco, Senador Otto, eu acho que nós poderíamos fazer isso com dois membros de cada vez, porque, com vários, não haverá como debatermos o assunto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – É, ou um de cada vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos reuniões toda semana. Quer dizer, tirar meia hora, 40 minutos para nós debatermos especificamente um tema do Maximiliano, do Juarez, de outros companheiros que se apresentaram aqui... Não é preciso que o Ministro Kassab esteja presente – é lógico –, até porque ele tem outras coisas, mas seria importante. E aí nós poderemos, realmente, Maximiliano, discutir essa questão pontual sobre internet, banda larga, sei lá...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... colaborar.

Quanto àquela proposta de que o Ministro Kassab falou, sobre o Fust – e o Senador Otto está fazendo um relatório sobre a questão do... Eu acho que em 2020, daqui a três anos... Eu não diria que vamos descontingenciar tudo em 2020, mas eu acho que para uma parte, agora, nós poderíamos propor já um descontingenciamento. Uma pequena parte. Não dá para esperar.

Nós estávamos vendo – eu e o Guilherme, aqui – o satélite há pouco mencionado. Ele custou em torno de 2,7 bilhões. É lógico que fazer um novo satélite, o segundo, vai custar um pouco menos, porque muito do que gastamos agora não será gasto no próximo satélite, mas não dá para esperarmos mais dez anos para fazer isso. Correto? Nós temos que trabalhar e ter esse fundo, para poder investir nessas questões. Parte disso para ser investida em satélite, parte disso para ser investida... Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Há o Fistel também, não é? Existem outros fundos.

Acontece que todos os fundos, Presidente Otto – e não é só dessa área, não –, estão contingenciados. Até o fundo da Suframa, de Manaus, que é uma besteira de nada – dá 300, 400 milhões/ano –, é contingenciado, para vocês terem uma ideia. Então, não adianta o Senado e o Congresso criarem algum tipo de artimanha para você ter recurso, para fazer investimento, porque o Governo vai lá e fica com esse dinheiro. É tipo o pai que dá todo mês uma mesada e o filho vai guardando aquela mesada. Chega um dia, a mesada do filho sumiu. Aí o pai: "Eu peguei a tua mesada porque eu estou precisando, para fazer isso aqui." Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª vai fazer alguma pergunta ao...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Não, não vou fazer. A proposta é que nós possamos fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas eu pergunto se algum Senador quer perguntar ao Max.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, o Senador Pedro Chaves está inscrito e optou por fazer, como propôs o Omar, uma pergunta ao Dr. Max.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está inscrito e perguntará depois.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Estou inscrito e esperando a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estou indo pela ordem, aqui, porque o Pedro Chaves foi o primeiro a se inscrever.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acatei a proposta do Senador Omar e, pela ordem de inscrição, o Senador Flexa Ribeiro, como tal, sendo flecha, quer ser rápido, mas o Pedro Chaves está na frente.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Quanto à questão do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC), este foi lançado com o objetivo de atender prioritariamente ao Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), na faixa destinada ao uso civil. Mas, de acordo com o modelo de negócios apresentado pela Telebras, o Governo ficará com apenas 20% da capacidade civil do satélite. O restante da capacidade será ofertado no mercado privado, em procedimento de chamamento público, centrado na obtenção do maior preço, sem a fixação de metas de atendimento ou de contrapartida social.

A pergunta é fácil: a destinação de 80% da capacidade do satélite da Telebras, do mercado privado, não põe em risco os objetivos fundamentais do PNBL, de promover a inclusão digital e de reduzir as desigualdades regionais, atendendo a escolas públicas e comunidades mais distantes e carentes que não despertam interesse de empresas privadas de telecomunicações?

O SR. GILBERTO KASSAB – Eu vou sugerir que o Loss responda a essa pergunta, depois que os outros falarem.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – E tenho uma segunda pergunta, que é bem rápida: o Senado Federal aprovou, recentemente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 174, de 2016, que proíbe a implementação de franquia de dados nos planos de banda larga fixa. No Governo, parece que ainda não há consenso em relação ao tema.

Pergunta: qual é a posição do Ministério de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações em relação ao modelo de comercialização da internet fixa?

São essas duas perguntas.

O SR. GILBERTO KASSAB – Essa questão, depois o André vai responder, a segunda, mas eu lhe afirmo que o Governo tomou decisão e é contra a limitação.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, está ótimo.

O SR. GILBERTO KASSAB – Álvaro Prata. Tomei a liberdade de chamar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Quem vai responder ao Pedro Chaves...

O SR. GILBERTO KASSAB – É o Loss e o André, mas deixe o Prata falar. Depois, no final, eles...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Álvaro Prata, por favor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

Eu queria fazer uma sugestão de que nós pudéssemos dar resposta aos questionamentos em globo, porque senão nós vamos precisar sair para outras comissões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está certo. Pode ser. Deixe o Dr. Álvaro terminar de falar. Faremos em globo.

O SR. ÀLVARO TOUBES PRATA – Bom dia.

Inicio saudando o nosso Ministro Kassab, o Senador Otto Alencar e os demais Senadores.

Em breves palavras, trato aqui de algumas ações e programas relacionados à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do nosso Ministério.

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do nosso Ministério tem a grande missão de aproximar o nosso bom conhecimento científico – e sabemos que o Brasil detém conhecimento científico – do nosso setor industrial.

O Brasil é um país raro, porque é um dos poucos países que, detendo o conhecimento científico, não faz uso de uma maneira ampliada do conhecimento científico para o benefício da competitividade e do desenvolvimento tecnológico. Os índices de competitividade e inovação do Brasil não estão refletindo bem esse aspecto.

A nossa Secretaria trata disso em dois pilares: um pilar de apoio à inovação, criando programas e instrumentos. Menciono alguns desses programas e instrumentos. Por exemplo: os ambientes de inovação, a política de parque tecnológico, a política de incubadoras de empresas, o fomento ao empreendedorismo tecnológico.

Um passo importantíssimo e recente dado pelo Ministério é a criação da Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que tem a ambição de fazer para o setor industrial aquilo que a Embrapa fez para a agricultura e a pecuária. A Embrapii, apesar de muito recente, tem feito isso com um desempenho muito grande.

Então, esse braço da nossa Secretaria cuida desses programas e instrumentos sem descuidar do ordenamento jurídico, do ordenamento legal.

Dois desafios grandes estão sendo finalizados. Um é a elaboração do decreto que regulamenta o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, muito tratado nesta Comissão. E é importante fazer referência ao Senador Lasier, que muito contribuiu para isso. O Ministro, brevemente, irá anunciar esse tão esperado decreto que regulamenta o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Outro aspecto dessa preocupação da nossa secretaria é a lei do bem, essa lei que possibilita que as empresas utilizem parte do imposto que seria devido para investimento em pesquisa e desenvolvimento. E hoje há uma preocupação muito grande de que essa lei seja ampliada, tenha um escopo e uma facilidade melhor de uso.

Pois bem, há também o braço da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação que cuida de tecnologias estruturantes e estratégicas. Estamos falando aqui dos benefícios do satélite. O ilustre Prof. José Raimundo, Presidente da Agência Espacial Brasileira, mencionou esse aspecto importante de qual é a participação nossa, do Brasil, na fabricação de satélites, na concepção de satélites?

Essa é uma preocupação do País do ponto de vista de desenvolvimento tecnológico e inovação. Nós queremos... Hoje, nós tratamos aqui dos grandes benefícios de um satélite geoestacionário como esse. Se nós analisarmos esse satélite como um equipamento de seis mil quilos, de 5,8 mil quilos, seis toneladas, enorme, que precisa ser fabricado e colocado no espaço, temos condições de fazer isso? É a nossa ambição poder fazer isso? É claro que sim. Para isso, precisamos qualificar os nossos laboratórios, qualificar os nossos pesquisadores, e dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

condição de que o setor industrial brasileiro possa fabricar o seu próprio satélite, de lançar o seu próprio satélite e assim por diante.

Então, o braço da nossa secretaria que cuida das tecnologias estruturantes e estratégicas trata disso. É a questão da indústria aeroespacial, da indústria de defesa e de tantas outras: biocombustível, bioeconomia. Começamos a falar aqui das biorrefinarias, embora não tenhamos usado esse nome, porque do mesmo modo que as petroquímicas são refinarias que nos trouxeram tantos produtos, a modernidade nos empurra em direção às biorrefinarias, às energias renováveis, a esse grande avanço que o Brasil tem feito na energia eólica, na energia solar. Mais e mais utilizamos a energia eólica.

Há essa preocupação com os nossos minerais estratégicos e com os materiais estratégicos. Mencionamos aqui as energias eólicas. Quando nós vislumbramos um gerador de energia eólica, na parte de cima sempre há a hélice e uma grande estrutura, que é daquele tamanho porque precisamos, naquele gerador, de um ímã que é feito de material convencional, e se nós utilizássemos os elementos terras-raras, que são elementos que temos em abundância... Terras-raras não quer dizer que são raras, quer dizer que a gente pega um caminhão de material e tem pouquinho desses elementos nesse caminhão, mas há em abundância, no Brasil, para as nossas necessidades. E nós ignoramos a utilização mais ampliada das terras-raras, como por exemplo para fazer ímãs permanentes, os quais eu mencionei, que permitiriam que os nossos geradores eólicos fossem de menor tamanho.

Duas tecnologias importantes, também, que são tratadas e hoje são motivo de muita atividade na nossa secretaria, são as nanotecnologias, tão importantes para o desenvolvimento tecnológico. Tudo que nós fazemos hoje, que requer um desenvolvimento tecnológico mais refinado, mais apurado, faz ou fará uso de nanotecnologia. E outro aspecto que tem sido trabalhado na nossa secretaria, de uma maneira muito ampliada também, tocado aqui brevemente pelo nosso Secretário Max, em função da internet das coisas, é a revolução 4.0, é a nova revolução industrial.

É a manufatura avançada. É a nova maneira de fazer as coisas, na qual fábricas, indústrias bem instrumentadas, robotizadas, com sensores, com boas tecnologias podem operar de uma maneira mais eficiente.

Então, esse é o breve relato, Senador, das atividades da nossa secretaria e das nossas preocupações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Convido o Dr. Tarcísio Cunha, Diretor de Gestão de Entidades Vinculadas.

O SR. TARCÍSIO DE BASTOS CUNHA – Muito bom dia.

Eu gostaria de saudar o Ministro Kassab. Em nome do Senador Otto, cumprimentar todos os Parlamentares presentes.

Um pouco diante de tanta novidade, de tanta boa notícia que os meus colegas antecessores trouxeram, eu vejo diminuta não a nossa importância, mas a nossa significância dentro do que o Ministério tem hoje. A nossa diretoria é responsável hoje por dar cabo da nova lei das estatais, que passa por uma reestruturação normativa e de acomodação societária que o Governo resolveu implementar em todas as suas empresas.

Lá são sete empresas que estão subordinadas à diretoria, e a gente vem tentando, nessa primeira etapa, cumprir os compromissos da lei que estão no para-brisa da Procuradoria-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Fazenda, que de fato é a detentora das ações do Estado nessas empresas, e esperamos chegar até 2018, para quando está programado todo o rito de mudança estatutária dessas empresas.

Senador, acho que é simples o que a gente tem para trazer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concluiu, não é?

Convido a Drª Vanda para falar sobre radiodifusão.

A SRª VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA – Bom dia, senhores. Eu gostaria de cumprimentar, através do Senador Otto, todos os Senadores da Casa; através do Ministro, os meus colegas de Ministério; e cumprimentar também todos os senhores e as senhoras que estão aqui presentes.

A minha secretaria trata primordialmente de rádio e televisão. As grandes motivações, hoje, da nova gestão do Ministro Kassab se resumem nos seguintes itens: primeiro, desregulamentação e desburocratização da área, para terminar com o fluxo de processos que se encontram há décadas dentro do Ministério. A desregulamentação já começou ontem, quando a Medida Provisória nº 747 transformou-se em lei, derrubando a anuência prévia institucional para a transferência indireta das outorgas.

A partir de hoje, as emissoras de rádio e televisão poderão transferir suas cotas ou ações, e as fundações transferirem para novos diretores, sem a anuência prévia do Ministério. Isso não quer dizer que não haverá fiscalização, porque depois do prazo de 60 dias registrado no órgão competente, a entidade deverá apresentar ao Ministério o documento registrado, acompanhado de documentos necessários.

Esse é um grande passo, porque transbordam nas prateleiras do Ministério vários processos em que existem casos de transferência para familiares, morte com transferência para filhos, que devido à burocracia, estavam há quase décadas presos nas prateleiras para serem analisados.

Outro ponto que é prioridade dentro do Ministério, além da desburocratização, é a desregulamentação. Nós estamos ultimando com os patamares hierárquicos de aprovação de atos. A Secretaria delegando para os diretores, os diretores delegando para os coordenadores-gerais, para que o processo ande o mínimo possível.

Nós já contratamos uma empresa, a Totvs, que é responsável... Já fez um projeto para nós nesse sentido, e já estamos começando a diminuir o fluxo dos processos, o caminho do processo dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Outro ponto de grande importância, grande relevância dentro da secretaria é a migração das rádios AM para FM. A onda média, principalmente a onda média de âmbito local, devido à sua própria instalação, ao custo da instalação e da manutenção desse serviço de radiodifusão sonora por um pleito do gestor, que foi atendido na gestão passada e dada continuidade nessa gestão, é migrar as ondas médias para o serviço de FM, que terá acesso às melhores plataformas, como *smartphones* e *tablets*, além de ser um serviço de execução mais em conta.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação está fazendo uma migração itinerante, indo para todos os Estados do Brasil, *in loco*, realizando assinatura dos aditivos dos contratos dessas empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra plataforma dessa secretaria é a migração do sistema analógico para o sistema digital. Hoje será assinada a portaria fechando o sistema analógico de São Paulo. Já foi feito em Rio Verde e Brasília.

Por fim, outra grande metodologia que a secretaria está adotando é com relação à análise dos processos. Nós estamos priorizando assuntos para que os processos tenham mais vazão e continuidade de procedimentos dentro da legislação vigente. Essas são as principais... São milhares de plataformas, mas esses são os principais veios que a secretaria está observando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a participação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Diga, Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu tenho um compromisso agora, no Ministério da Fazenda, com hora marcada às 10h30. Eu queria só, rapidamente, aproveitando a presença de V. Sª aqui na Mesa, Drª Vanda, cumprimentar V. Exª pela audiência pública; cumprimentar nosso Ministro Gilberto Kassab pela apresentação de toda a equipe. É uma pena ser tão corrido, tão rápido, não podermos debater com cada um assuntos tão emblemáticos e tão importantes para o País, como há aqui questões de banda larga, de radiodifusão e outras que a gente poderia estar colocando. Mas temos o rito, temos tempo para cumprir.

Nesta Casa, hoje, tudo é corrido demais. São várias Comissões funcionando ao mesmo tempo. Eu mesmo fui ali na CAS, fui na CDR, voltei para cá. Então, quero dizer para V. Exª, Ministro Kassab, que mais uma vez V. Exª demonstra o seu compromisso cidadão, compromisso com o País, trazendo toda sua equipe para debater abertamente.

Ontem, fizemos um gol de placa com relação ao projeto que foi sancionado da Medida Provisória 747, principalmente com adesão das rádios comunitárias, colocadas nos artigos lá, e resolvemos uma situação grave, que eram 1.300 rádios comunitárias que iam ficar fora do ar caso não fizéssemos isso.

Eu gostaria, Drª Vanda, de conversar com a senhora sobre esse tema na semana que vem. Eu vou ao Ministério, quero conversar sobre mais outros temas das rádios comunitárias. Sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista das rádios e TVs comunitárias do País e, aqui no Senado, nesta Comissão, era o Vice-Presidente anterior, e debatemos muito essa questão das comunicações e sabemos da importância de tudo que está sendo colocado.

Otto, desculpe-me demorar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem problema. É que havia uma relação de outros Senadores que estavam na frente de V. Exª, que é o último inscrito. Eu permiti a fala, mas existia aqui um rito para ser seguido. Mas foi quebrado o rito, eu concedi a palavra a V. Exª.

Vou convidar a Brigadeiro Pertusi para que faça sua explanação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Enquanto o Pertusi chega, Otto, quero só deixar por escrito as duas questões que eu ia fazer sobre banda larga para, depois, o Kassab encaminhar para que a pessoa responsável por banda larga responda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. V. Exª pode entregar à Secretária da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Egli. Obrigado a todos.

Kassab, desculpe-me, eu tenho que sair.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Tem a palavra o Brigadeiro.

O SR. PAULO ROBERTO PERTUSI – Senador Otto, bom dia; Ministro Kassab, Srs. Senadores, colegas de Ministério, senhoras e senhores presentes, é uma satisfação muito grande estar aqui neste momento. Meu nome é Paulo Roberto Pertusi. Eu acabo de assumir, em caráter interino, a Comissão Nacional de Energia Nuclear e vou fazer um breve resumo das atividades da comissão.

Mas antes disso, a pedido do Ministro, eu gostaria de mencionar rapidamente os institutos de pesquisa e as organizações sociais ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em cuja gestão eu exercia minha função anterior até semana passada. É muito importante que nós falemos rapidamente a respeito desses institutos, que são os órgãos do Ministério que desenvolvem no País a pesquisa, o desenvolvimento de todos os assuntos relacionados à ciência e tecnologia.

Então, o Ministério tem 16 institutos espalhados pelo Brasil todo e também, vinculados a ele, possui seis organizações sociais. Eu não vou aqui listar todas, mas eu gostaria apenas, a título de exemplo, de citar alguns desses institutos e organizações. Foi mencionado aqui pelo Prof. José Raimundo, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, o famoso Inpe. É ligado ao Ministério. O Impa (Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada), no Rio de Janeiro, que faz a famosa Olimpíada da Matemática, junto com o Ministério da Educação, é outra organização importante vinculada ao Ministério. O Observatório Nacional, por exemplo, é do Ministério. O Inpa, da Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, que já tem outro foco, na biodiversidade, na Floresta Amazônica e em pesquisas nessa área também, importantíssimas, em termos de ecologia, em termos de meio ambiente, não é? A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é a rede que une todas as universidades do Brasil e outros institutos e centros de pesquisa com internet de altíssima velocidade, possibilitando, então, que os nossos pesquisadores e cientistas possam trocar informações; o CNPEM, em Campinas, que foi citado pelo Prof. Prata com o acelerador de luz Síncrotron, de altíssima tecnologia.

Então, todas essas organizações desenvolvem um trabalho... Vou citar aqui também a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), que faz o fomento da pesquisa para passar para a indústria, a fim de que a indústria possa, então, desenvolver e colocar no mercado aqueles produtos, aquelas tecnologias que foram pesquisadas, desenvolvidas nos nossos institutos.

Esse é um universo fantástico, de grande utilidade para o País e pouquíssimo conhecido da população em geral, mas que tenho certeza que os Senadores conhecem, terão grande interesse em conhecer porque prestam um serviço fantástico ao País.

Senador, se eu tenho mais dois ou três minutos, eu vou falar rapidamente agora sobre a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), uma autarquia naturalmente vinculada ao Ministério, que tem a responsabilidade, a função de coordenar toda a área nuclear do País. Entre as suas funções, estão a regulação, o licenciamento e a fiscalização de todas as instalações que tenham qualquer emissão radioativa. Então, a comissão licencia e fiscaliza desde equipamentos de raios X nos hospitais, equipamentos que fazem radioterapia, nas indústrias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que usam produtos que emitem radiação, até as usinas nucleares; as de Angra dos Reis, por exemplo, são controladas, fiscalizadas pela comissão.

A comissão propõe as políticas públicas do País na área nuclear. Ela faz também pesquisa e desenvolvimento, Senador. A comissão tem institutos que pesquisam a área nuclear no País e que dão formação nessa área. Fazem curso de graduação, doutorado, pós-doutorado, etc., assim capacitando nossos pesquisadores nos assuntos relativos à energia nuclear. Faz a pesquisa de radiofármacos, que é um tema muito caro à população porque são os produtos que vão possibilitar fazer os exames com isótopos radioativos em clínicas e hospitais Brasil afora e, em alguns casos, também fazer tratamento nessa área. Então, tudo isso é controlado pela comissão.

A comissão representa o País nos foros internacionais, na Agência Internacional de Energia Atômica e em outros organismos que controlam o uso pacífico da energia nuclear no mundo e ao qual o Brasil se submete por força dos acordos internacionais.

Também, como o Ministro Kassab colocou, a comissão é a controladora de duas empresas públicas muito importantes, uma delas a Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.), que é a responsável, é quem tem a capacidade de produzir mecânica pesada. Ela faz o casco dos submarinos brasileiros, inclusive o submarino nuclear, mas ela tem uma capacidade muito grande, que a nossa indústria pode aproveitar, de produção muito sofisticada de aço e ligas avançadas, e que nós temos também a oportunidade de exportar para o mercado internacional. Então, é uma empresa que precisa ser incentivada para que ela seja mais utilizada tanto internamente como para poder exportar, trazendo divisas para o País. E temos a INB (Indústrias Nucleares do Brasil).

Essa indústria é responsável pela prospecção, pela lavra de urânio no Brasil e pelo enriquecimento de urânio para ser usado nas nossas usinas nucleares, por exemplo. Então, é outra indústria estratégica ligada ao nosso Ministério.

Para finalizar, Senador, eu gostaria, aproveitando essa oportunidade que me foi dada aqui nessa tão importante audiência pública para tratar de todos esses assuntos, de frisar três pontos muito rapidamente, para cujo desenvolvimento nós solicitamos especial apoio do nosso Senado.

O primeiro foi colocado aqui pelo nosso Secretário-Executivo: é o Reator Multipropósito Brasileiro. O Reator Multipropósito é um projeto que está em andamento, mas que vai possibilitar ao País ter o domínio da tecnologia de produção de energia, de geração de energia a partir do urânio, de materiais radioativos. E é um projeto que vai ter outros propósitos também, propósitos científicos e médicos. O senhor sabe, as usinas hoje são projetos estrangeiros. Então, com esse reator, o Brasil vai ter condição de produzir sua própria energia, a custo barato, muito seguro. É um projeto que, então, necessita o apoio do nosso Senado.

A produção de radiofármacos é feita pela CNEN através, principalmente, do instituto localizado em São Paulo, o Ipen, que produz praticamente todos os radiofármacos que são usados nos hospitais, nas clínicas Brasil afora. Há outros laboratórios também ligados à CNEN que fazem a produção, mas a grande concentração é em São Paulo. Como o Secretário Elton colocou, nossos técnicos e pesquisadores estão se aposentando, e nós não podemos parar a produção disso, senão a área de saúde do Brasil para também nessa área.

Eu sei que a questão de concurso público tem todo um cenário que tem que ser olhado, mas nós temos que ter alternativas, enfim, criativas para contratar pessoas, ou através de concurso ou através de outros meios, para que não pare a produção de radiofármacos no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E finalmente, eu gostaria de propor, de submeter à consideração dos senhores que continuasse essa discussão, que já ocorreu aqui no Senado várias vezes, sobre o uso de energia nuclear, porque há muito desconhecimento da população em geral, e é importante que nós conversemos, discutamos e tenhamos o aval do Senado e do Congresso, de maneira geral, para o uso pacífico da energia nuclear.

Era isso, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem dúvida, esse é um assunto importante. Hoje fizemos uma preliminar, o torneio início, mas nós teremos mais depois e convidaremos cada um dos senhores para que possamos debater tema por tema que foi aqui discutido, de alta importância.

Eu queria passar a palavra ao Dr. Juarez, da Anatel.

Dr. Juarez, a maioria das perguntas que foram feitas aqui no e-Cidadania vem em torno do projeto que nós relatamos aqui. O Sr. Adilson, de Santa Catarina, pergunta por que passar tantos bilhões para as telefônicas quando a saúde precisa de recursos. Eu gostaria que V. Exª, que conhece bem o tema e é responsável por essa área, pudesse explicar ou começar a explicar ao Adilson que não se está passando recurso para nenhuma telefônica, para quebrar esse conceito errôneo que foi colocado para a população de forma incorreta, sem ser verdadeira.

O SR. JUAREZ QUADROS – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Tentarei ser bastante breve na resposta.

Respondendo a pergunta do Sr. Adilson, de Santa Catarina, o tal valor bilionário, de R$100 bilhões, é um valor que representa o custo de aquisição dos bens. Esse valor consta nos documentos que estão de posse no Tribunal de Contas. São informações da Anatel, sim, mas é a tal questão: se formos usar o valor residual, do tal valor de R$100 bilhões, que está também na documentação de que o Tribunal de Contas dispõe, veremos que ele é menor que R$18 bilhões.

Mas o nosso Senador Otto Alencar, que tem estado também muito perto da questão – já tivemos oportunidade de subsidiá-lo a respeito – relatou muito bem o projeto de lei na Comissão aqui, no Senado. O projeto não determina que será o valor de R$100 bilhões ou de R$18 bilhões, e, sim, em disposições próprias, que o critério será o critério por fluxo de caixa descontado, em que os bens reversíveis, mesmo que totalmente depreciados, ou seja, já contabilmente valendo zero, se geram receita até o final da concessão, que será 2025, pelo fluxo de caixa, terão seus valores considerados para, então, saber qual a diferença da migração ou da adaptação da concessão para a autorização.

Infelizmente, esse valor salta aos olhos quando se grita, se explana bastante a respeito de R$100 bilhões. É claro que não há nenhuma doação a nenhuma operadora, e elas, inclusive, não serão obrigadas a migrarem. Se pretenderem continuar explorando o serviço em regime de concessão e não de autorização, elas ali permaneceriam. E aquelas que aceitem fazer a adaptação dos contratos de concessão em autorização terão contrapartida, ou seja, obrigações.

O Sr. Senador conhece bastante a respeito, porque também outra disposição que está no próprio projeto de lei é que não será nem ato do Poder Executivo ou sequer da Anatel a obrigação de contrapartida, ou seja, garantias firmes que garantam, sim, aqueles investimentos que sejam determinados com diretrizes do Poder Executivo e provavelmente também porque, no nosso País, políticas públicas podem ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Com base nessas diretrizes, essas empresas terão que assumir a responsabilidade da obrigação de contrapartidas, que serão as garantias. E, ao final da execução dos projetos, que elas assumam com investimentos. Se eventualmente elas não cumprirem, serão executadas nas garantias que forem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero só acrescentar que, de forma incorreta, os Senadores, à época do projeto, Roberto Requião e Vanessa Grazziotin, em uma entrevista que deram, ambos faltaram com a verdade, porque disseram que, no bojo do projeto, havia um artigo que eximia as empresas de multa. Não existe nenhum artigo no projeto que vai eximir nenhuma empresa de pagar as multas, até porque as multas são cobradas pela Anatel e através da Anatel, pela estrutura organizacional que tem a Anatel. O projeto não tem nenhum artigo que vai eximir qualquer empresa de telefonia de pagar suas multas. Digo isso só para complementar o que V. Sª falou.

O SR. JUAREZ QUADROS – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode continuar, se quiser.

O SR. GILBERTO KASSAB – O Juarez aproveita e faz a sua exposição em relação à Anatel, os principais problemas, de maneira sumária. Depois, o Guilherme Campos encerra.

O SR. JUAREZ QUADROS – Bom, já estou convidado, Senador, por V. Exª para vir à Comissão, falta somente marcar o dia. Então, eu virei...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos marcar para que V. Sª possa fazer sua explanação.

O SR. JUAREZ QUADROS – Mas, de maneira sucinta, só aproveitando a oportunidade, as prioridades da Agência – é claro que falar em dez prioridades ou cem prioridades significa que não há prioridade alguma, ou seja, a prioridade é administrar e estabelecer prioridades – seriam poucas, ainda que os temas e as questões sejam muitos. Poderemos ouvir aqui, faço então, como chamamos ou chamávamos no nosso tempo de "ir ao cinema no bairro", um anúncio dos filmes da semana. Então, eu diria que poderei vir aqui para falar de agenda regulatória, poderei vir para falar da questão que se apresenta, que é a banda larga. Os Srs. Senadores, quando vão ao gabinete da Presidência da Anatel, não pedem mais orelhões, ninguém pede mais um telefone fixo; todos pedem banda larga seja no domicílio, seja na empresa, seja na escola, ou seja, essa é a grande demanda. O Senador Moka também percebe totalmente essa demanda, essa necessidade.

Então, eu diria, em linhas gerais, que o que estou tentando na Anatel, com o concurso dos demais conselheiros – somos cinco conselheiros –, e é a prioridade nossa, é regular o mínimo necessário e desregular o máximo necessário, para, realmente, dar foco, sim, às questões.

Há pouco o Senador Valdir Raupp aqui comentava a questão da infraestrutura para atender a Região. Estavam outros Senadores aqui da Região Norte, Centro-Oeste ou Nordeste, e o Senador Flexa é um dos baluartes nessa questão. O fato é que aquilo que o Senador Raupp falou há pouco, sobre a Eletronorte, procede, ou seja, as empresas usam bastante a infraestrutura do setor de energia elétrica. E, quando há uma falha em um sistema elétrico, isso acaba afetando também o sistema de telecomunicações.

Eu tive a chance, a oportunidade de ter sido diretor de coordenação de operações da então Telebras, por cinco anos – está aqui o Levy – e, quando tinha um problema entre Foz do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Iguaçu e São Paulo, eu corria, porque ele era diretor da Embratel, e perguntava o que estava acontecendo na rota. Ele tinha que dar explicação ao então diretor da Telebras. Então, hoje, na Anatel, também usando dessa experiência, sei quando ocorre, e, quando há realmente uma interrupção lá na Eletronorte, que vai de Porto Velho a Rio Branco ou que vai de Cuiabá a Porto Velho, agimos. A essa altura, tenho a informação antecipada, porque a operadora de telecomunicações que está tendo ali seus circuitos – claro que seus usuários vão sofrer as consequências – comprometidos aciona de imediato, pelo menos para termos a informação.

O Senador Flexa sabe da atenção até porque muitos dos senhores aqui já sabem – são os colegas da Escola de Engenharia na Federal do Pará –, e ele tem uma demanda que devo a ele. Quando da sabatina, aqui na Comissão de Infraestrutura, ele falou do Distrito de Altamira, mas, Senador, não consegui resolver ainda o problema. É claro, é questão de telefonia celular, mas que, no fundo, não é só o celular. Por trás, está a questão da banda larga. Não adianta hoje levarmos aos distritos, ou às sedes municipais celulares de segunda geração ou até o de terceira geração. Hoje, o pessoal já sabe ver no aparelhinho se ele está realmente com terceira geração ou com quarta geração. Então, todos nós queremos é banda larga e, de preferência, com quarta geração. Já debatemos bastante isso, mas creio que na minha vinda, atendendo ao convite do senhor, poderei debater melhor. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero convidar o meu prezado amigo, Presidente dos Correios e Telégrafos, Guilherme Campos, para que ele possa fazer também sua explanação, ele que talvez tenha, dentro do Ministério, encontrado o maior pepino, o maior abacaxi para descascar, porque os Correios e Telégrafos têm um passivo enorme, Postalis e companhia limitada. Em 2015 e 2016, fizemos audiência pública, a Secretaria que eu comandava, de Fiscalização e Controle, e vimos o rombo que têm os Correios e Telégrafos, ao longo de décadas. Portanto, V. Exª pode falar a respeito.

O SR. GUILHERME CAMPOS – Bom dia, senhores, Senador Otto, Senador Moka, Senador Pedro Chaves, Senador Flexa. É um prazer estar aqui na Comissão presidida pelo Senador Otto, junto com o nosso Ministro Kassab e todos os membros do Ministério.

Falar dos Correios é falar de uma grande empresa do Brasil, uma grande empresa. E, nesse ambiente em que estamos conversando aqui hoje, estamos falando de dois mundos: o mundo da tecnologia do passado, que era sintetizado nos Correios. No passado, a comunicação entre pessoas, instituições e empresas era feita através da correspondência. Era o papel que trafegava através de toda organização dos Correios e chegava de mão em mão. Isso era no Brasil e no mundo, e é do tempo, como sou filho e neto de comerciante, de quando o comércio funcionava de segunda a sexta das 8h até 18h e sábado até o meio-dia. O jornal não saía às segundas-feiras. Gerente de banco tinha alçada. Era uma época que não existe mais. Hoje, passamos por toda uma revolução tecnológica, e esse impacto vem diretamente às empresas postais, quer seja aqui no Brasil, quer seja no mundo. Todas elas sofreram esse impacto.

A grande diferença entre os Correios brasileiros e os de outros países é que a percepção e a atuação para encarar essa nova realidade lá fora começou há muito mais tempo, 15, pelo menos dez anos. Aqui, no Brasil, esse movimento não ocorreu. E, agora, estamos em um processo de rapidez para que essas mudanças aconteçam. Cada um dos países lá fora achou uma solução para os seus correios: serviços financeiros, atuação em logística, balcão de atendimento de relação com o cidadão dos diversos órgãos de governo espalhados pelos seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

países. Cada país achou uma solução ou uma cesta de soluções para aproveitar tudo aquilo que os correios têm tanto aqui no Brasil como no mundo, e a principal delas é a presença nacional.

Os Correios brasileiros estão presentes nos 5.570 Municípios do País, com 6.500 agências próprias, 4.500 agências comunitárias e 1.000 agências franqueadas. E agências espalhadas pelo Brasil inteiro, nas cidades e distritos, como o seu Distrito de Itabatã, no Município de Mucuri, Senador Otto, no extremo sul da Bahia. Ali, uma agência faz toda a diferença para aquela comunidade, uma comunidade que está focada na indústria do papel, onde o Distrito é maior que o Município. Vejam a diversidade e a atuação dos Correios e como eles têm de estar presentes. Mas têm que achar uma nova fórmula para a sua sobrevivência.

Quando nós tivemos a oportunidade de sermos indicados pelo Ministro Kassab e sermos nomeados pelo Presidente Michel Temer, com a missão de recuperação dos Correios, nós passamos a encarar essa necessidade de atualização, reestruturação e mudança da empresa; muito foi feito, muito foi feito mesmo! Com cortes expressivos nas suas despesas, cortes nas suas estruturas de pessoal, de que nós podemos destacar que, no ano passado, não fosse por nossa intervenção direta na contenção dos custos, o prejuízo estimado de R$2 bilhões poderia ter chegado a R$3 bilhões. Só pela economia, pela ausência do gasto, foi um movimento muito representativo. E, a partir do final do ano passado, com a vinda de uma empresa de consultoria que nos ajuda a reestruturar a empresa, uma empresa de consultoria que tem experiência na atividade postal e que participou dos grandes serviços de reestruturação dos correios do mundo, nós passamos a ter a oportunidade de ir por atalhos, não termos que inventar nada, mas aprender com os erros dos outros e aplicar aqui na nossa empresa. E isso está sendo feito.

Senador Otto, quando nós chegamos aos Correios, a previsão era de que o nosso dinheiro acabaria era setembro. Bom; chegou setembro e conseguimos jogar essa projeção para janeiro. Chegou janeiro e conseguimos jogar para meados deste ano. E estamos indo assim, dia a dia, num esforço de reestruturação, que é o grande desafio dentro da empresa.

Os Correios são a empresa estatal mais antiga do País, com 354 anos, e foi concebida, teve a sua gênese no monopólio dos serviços postais. Isso, no passado, permitiu à empresa ter um resultado fantástico. A empresa tinha um caixa muito expressivo, teve administradores que foram exemplo para o mundo. Os Correios brasileiros foram paradigma mundial. Vou citar aqui o nome mais expressivo nesse processo: Coronel Botto. O Coronel Botto esteve à frente da empresa e ali promoveu uma grande estruturação, sendo, depois, levado à UPU, a União Postal Universal – a Fifa dos correios. É a associação que congrega todas as empresas postais do mundo. E ele lá ficou por décadas. Para os senhores verem a representatividade de um presidente desse porte.

Houve, na sequência, outro grande presidente, Senador Otto, um conterrâneo seu: Rocha Lima. Ele foi um grande inovador, foi o grande responsável por uma das grandes parcerias público-privadas deste País: as franquias dos Correios. Ele implementou essas que são, hoje, um grande sucesso dentro dos Correios.

Duas perguntas, Ministro Kassab, me fazem quando eu faço visitas Brasil afora: como é que vai ficar para retomar o padrão de serviço dos Correios? Vai demorar um pouquinho, mas nós vamos ajustar. Estamos no caminho. E a segunda: como é que eu faço para ter uma franquia dos Correios? Todo mundo quer ter uma franquia dos Correios. Sinal de que não é tão ruim assim. Estamos passando por dificuldades, mas o negócio é bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, nessa mudança do monopólio postal, concebido dentro do ambiente estatal, onde essa atividade está acabando, fazendo um paralelo com o que foi dito há pouco, o monopólio postal está para os Correios assim como a obrigatoriedade de orelhões está para o sistema. No passado, era tudo; hoje, é nada.

Quando foi a última vez que vocês falaram de um orelhão? Tenho certeza que foi antes da última vez que vocês receberam uma carta de alguém – uma carta que não seja de origem comercial ou judicial. A carta entre pessoas é, cada vez mais, menos.

Quando foi a última vez que vocês receberam um cartão postal?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME CAMPOS – Muito tempo, muito tempo.

Mediante essa constatação da diminuição da atividade do monopólio, os Correios têm de achar a sua nova oportunidade de estar presente. E nós estamos indo, primeiramente, à vertente mais aderente à sua atividade.

Os Correios, ao longo de toda a sua história, sempre fizeram logística, só que era a logística do papel. Você fazia a logística para entregar uma correspondência. A nossa migração natural é, pois, para a logística da encomenda, inserida nesse mundo muito maior que é o mundo anterior, que é o mundo do comércio eletrônico, é o mundo da troca de encomendas entre pessoas e empresas.

Os Correios estão focados e firmemente voltados para esse mercado, com a alteração, neste ano, da sua política comercial, deixando a empresa muito mais ágil e competitiva, principalmente nos mercados mais competitivos. Essa, a primeira grande transição.

Há as conversas com o Governo Federal – e aqui até peço a ajuda dos Senadores – para que nós possamos promover, dentro do Governo Federal, a ideia de fazer do balcão dos Correios o grande balcão de atendimento do Governo Federal com as pessoas. Não é preciso criar nada. Não precisa criar nada, absolutamente nada! Está lá, tem que ser usado, tem que ser aproveitado por todos os Ministérios e rentabilizado por isso. É um jeito de manter a sustentabilidade dos Correios. Essa é mais uma das ações que nós estamos empreendendo.

Temos o exemplo recente, ligado aqui com a área, que é o Correio Celular, que começou neste mês de março e já é um grande sucesso. É um grande sucesso na nossa querida São Paulo, a capital do Estado, onde, por meio de uma parceria com o chamado MVNO, nós, Correios, passaremos a comercializar *chips* para celular. Inicialmente, serão comercializados *chips* pré-pagos, começando pelo Estado de São Paulo; em seguida, Brasília, Belo Horizonte, interior do Estado de São Paulo e, até o final do ano, em três mil cidades espalhadas pelo Brasil. É uma grande atividade que vem sendo um grande sucesso até agora, e com muita alegria eu digo isso para os senhores.

Todavia, nós temos de encarar aqui um grande desafio, que é o das pessoas que trabalham nos Correios. Tudo aquilo que foi conquistado por meio dos acordos coletivos de trabalho, ao longo dos últimos anos, a respeito de salários e benefícios são conquistas que, no cenário do passado, no cenário do monopólio, eram viáveis e eram possíveis de serem arcadas pela empresa. Hoje, dentro desse novo cenário, dentro desse novo mundo, essas benesses, esses benefícios, que fogem – fogem muito – da média das empresas públicas e fogem muito mais ainda da média das empresas privadas, são impossíveis de serem mantidos pela empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O assunto da pauta de agora, lá nos Correios, onde nós estamos conversando com os 38 sindicatos e as duas confederações, é o plano de saúde. Só fazendo um paralelo, para se ter uma dimensão do que representa o impacto do plano de saúde no orçamento da empresa, no prejuízo de 2015, de R$2,1 bilhões, que é quase um satélite – não é, Ministro? –, o plano de saúde representou R$1,6 bilhão. Dos números, que ainda estão sendo finalizados, de 2016, quando o prejuízo foi da ordem de R$2 bilhões, o plano de saúde representa R$1,8 bilhão.

É um plano de saúde que atende todos os funcionários dos Correios, seus dependentes, cônjuges e pais; um plano em que a empresa entra com 93% e os funcionários com 7%. É impossível de se manter isso dentro do orçamento da empresa! E isso está sendo discutido.

Hoje à tarde, nós temos uma reunião com uma confederação importante. Tivemos uma reunião a respeito do mesmo tema, na segunda-feira, com a outra confederação; e teremos, na quinta-feira, mais uma reunião para finalizar a negociação, que foi constituída a partir do acordo coletivo do ano passado, do nosso plano de saúde.

A empresa pondera, coloca e reafirma: não quer acabar com o plano de saúde – não quer! –, mas, nos moldes de hoje, é impossível de ser mantido.

Temos de ter inteligência e grandeza, para que esse assunto seja negociado entre as partes, porque aí dá para se chegar a um acordo. Mas, diante de um cenário de intransigência por parte dos representantes dos trabalhadores, nós teremos de tomar as vias judiciais, levando ao Tribunal Superior do Trabalho essa demanda, a partir do não fechamento de um acordo a respeito do tema, até sexta-feira, dia 31. Com certeza, teremos de fazer esse movimento, em função da sobrevivência da empresa.

O plano de saúde dos funcionários dos Correios está matando os Correios. Este é o assunto mais importante que temos neste momento. Eu o compartilho aqui com os senhores.

Agradeço a oportunidade de estar aqui, neste ambiente tão importante, como é a sua Comissão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria parabenizar o Dr. Guilherme Campos, Presidente dos Correios, pela explanação que fez. Inclusive, ele a fez de improviso. Parabéns pelo improviso! Mostrou em poucas palavras a situação que os Correios e Telégrafos estão vivendo. Temos de procurar, de alguma forma, encontrar a saída.

A nossa Comissão está à sua disposição, para, a qualquer momento, discutirmos com mais profundidade todas essas questões, como discutimos na Comissão de Fiscalização e Controle.

Eu queria que o Dr. Loss pudesse responder ao questionamento do nobre Senador Pedro Chaves, de Mato Grosso do Sul.

Depois, falará o Senador Moka.

O SR. ANTÔNIO LOSS – Senador Pedro Chaves, esclarecendo a sua pergunta, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações é dividido em duas partes: defesa e comunicação. Cem por cento do espaço da defesa estão reservados para o Ministério da Defesa, e toda a gestão, todo o protocolo, todo o controle será feito por brasileiros, com toda a segurança, pelo Ministério da Defesa. Setenta por cento da outra parte do satélite farão a banda Ka, com a maior cobertura de banda Ka do Brasil. Em todo o Território brasileiro, sem exceção, vamos estar presentes. Isso não é exagero. Essa é uma técnica. Esta foi uma escolha da Telebras: tornar o Brasil igual e acessível para todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esses lotes que estão sendo feitos para a comercialização viabilizam que, em cada região do Brasil, em cada ponto do Brasil iluminado pelo nosso satélite, possa haver até quatro competidores simultaneamente, e todos terão a obrigação de cumprir o PNBL. Esse edital está em aberto, está em construção junto com a sociedade.

A gente compreende que toda a colaboração que estamos acumulando nos leva à melhor solução de comercialização para esse satélite. Com certeza, estaremos levando inclusão social e digital e competitividade para todos os pontos do Brasil, através do maior satélite de cobertura de banda Ka. Este é um orgulho que a Telebras e seus colaboradores trazem no peito: brasileiros levando a maior cobertura de satélite em banda Ka para o Brasil.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Têm sido veiculados na imprensa os 20% e os 80%. Isso, na verdade, então, é falácia?

O SR. ANTÔNIO LOSS – O edital está em construção.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, pois não!

O SR. ANTÔNIO LOSS – Mas todas as regiões do Brasil terão quatro competidores simultaneamente. Isso se dará em cada ponto do Brasil.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Entendi.

O SR. ANTÔNIO LOSS – Isso vai estimular todo o serviço de educação e de saúde para as empresas, para a agricultura. Esse é o nosso grande trunfo nesse modelo.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Já mantive educação a distância. Eu tinha, na verdade, 30 mil alunos, e tudo era feito via satélite. E era banda Ka. Eu a alugava de terceiros. Na verdade, é um espetáculo. Acho que isso vai resolver o problema do País mesmo.

Fico muito feliz ao saber que, na verdade, a utilização do satélite será otimizada e que ele vai ser utilizado quase exclusivamente pelo Brasil. Isso, para nós, é importante, porque seria muito desagradável se o Poder Público delegasse e comercializasse a maior parte do satélite. Sei que essa parte é importante para financiar o próprio uso do satélite, mas é muito importante que ele realmente seja um instrumento de políticas públicas. Isso é fundamental para nós, não é?

Mas está ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria passar a palavra agora ao Senador Waldemir Moka, que tem alguns questionamentos a fazer. Ele pode se dirigir a qualquer um dos técnicos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, Senador Otto Alencar; meu amigo Deputado Federal Guilherme Campos, hoje Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Ministro Kassab, quero ser bem específico e tratar de dois pontos. Desculpem-me se eu, talvez, fale alguma coisa que possa parecer desconhecimento.

Existem cidades – vou citar uma – como Bonito, no meu Estado, que funcionam razoavelmente bem. Mas, em determinados momentos, em função da beleza da cidade, há uma superpopulação. Não precisamos ir longe: em Salvador, no Carnaval, há uma superpopulação. Quando tivermos esse satélite, o problema da superdemanda vai ser amenizado? Isso vai permitir que essas cidades, quando desses eventos, tenham um poder maior de comunicação?

Em Bonito, por exemplo, determinadas operadoras pegam bem – não sei dizer qual delas –, mas há operadoras que, praticamente, não... Dependendo da operadora do seu celular, você não consegue falar. E é uma cidade que é cartão-postal do meu Estado, tratando-se de turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A segunda pergunta...

O SR. GILBERTO KASSAB – Espere aí! A primeira é dirigida a Loss e ao André, com um minutinho para cada um.

O SR. ANTÔNIO LOSS – Primeiramente, nosso País é continental. Temos esse privilégio. E cidades bonitas como a sua, no momento de pico da estação, na época de verão ou de turismo, acabam tendo esse problema de internet. Mas, enfim, o que temos neste País continental é que a nossa rede hoje cobre parte do País, mas o satélite vai cobrir todo o Brasil. No modelo de edital que estamos fazendo, cada região do Brasil vai ter quatro competidores simultâneos, o que vai promover que situações como essa sejam eliminadas ou diminuídas, para levarmos mais igualdade ao serviço de telecomunicações.

O SR. GILBERTO KASSAB – André.

O SR. ANDRÉ MULLER BORGES – Entendo que as operadoras também têm de fazer um trabalho de revisão do dimensionamento da rede, para atender a essa sazonalidade. Uma cidade como Bonito, no entanto, idealmente, teria turismo o ano inteiro. Então, teria de haver uma revisão da dimensão da rede. Por exemplo, quanto à tecnologia, o satélite vai ajudar, porque vai ser mais uma infraestrutura que vai disponibilizar capacidade de rede.

Outro ponto que vai ajudar bastante é a utilização da faixa de 700MHz para a prestação do serviço 4G. Isso vai melhorar bastante a qualidade e a percepção da qualidade do 4G no local.

Além disso, o número de antenas instaladas no Município é bastante importante também. Não sei se lá existe esse problema, essa dificuldade na instalação de antenas, mas, se houver, a retirada dessas barreiras, certamente, também ajudará na melhora dos serviços.

A pauta da dimensão da rede é uma coisa sobre a qual a gente vai conversar com as operadoras, porque essas ocorrências também são resolvidas pontualmente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu posso afirmar à população de Bonito – e não digo só de Bonito ou de Rio Verde; tenho certeza de que o Otto também gostaria de afirmar isso – que, daqui para o final do ano, esses eventos... É que dobra a população. Bonito é uma cidade pequena, mas, durante o verão, a população dobra.

O SR. GILBERTO KASSAB – Senador, depende muito da aprovação no Senado essa nova Lei Geral. As operadoras terão uma capacidade de investimento muito grande, se essa Lei Geral for aprovada, trazendo essa modernização.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, de qualquer forma, eu quero deixar essa preocupação.

A segunda pergunta tem a ver com o meu Estado, o Mato Grosso do Sul – é meu e do Senador Pedro Chaves –, que tem 1,6 mil quilômetros de fronteira. É impossível guardá-la, de forma repreensiva, só colocando homens. E lá há o maior número de contrabando de drogas. Tratando-se do Paraguai, é a maconha. E a outra parte da fronteira é a Bolívia, com a entrada de cocaína. Digo isso sem falar também do contrabando de armas pesadas.

O SR. GILBERTO KASSAB – Outro dia, tive a oportunidade de assistir ao Ministro Raul Jungmann, na Defesa. O seu Estado vai ser um dos mais beneficiados pelo satélite, por conta da atuação intensa que terá o Ministério da Defesa após o satélite estar em funcionamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Era para isso que eu queria pedir prioridade, porque, para combatermos a criminalidade na fronteira através dessas informações que o satélite pode gerar, nós temos o Sisfron, que vai detectar isso e interligar, levando exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao desenvolvimento. E uma das coisas que o seu Ministério... Prestei atenção ao que o Secretário falou aqui sobre o Centro de Tecnologia, de Inovação e Informação.

Há 20 anos, Foz do Iguaçu, que faz fronteira com o Paraguai, tinha o mesmo problema que hoje Ponta Porã e aquela região têm. Fazem fronteira Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Mas Itaipu bancou, vamos dizer assim, a implantação de um Centro de Tecnologia, de Inovação e Informação. Você entra nesse centro e anda de carro com motor elétrico que os alunos do Centro de Tecnologia fazem.

Então, penso que uma das formas de se combater o contrabando, sobretudo nessa região de fronteira é levar para lá os Centros de Tecnologia, de Inovação e Informação, porque se tira a cidade das páginas policiais e a coloca exatamente no ponto de estar gerando pesquisa, inteligência, inovação e informação. E o nosso jovem deixa de ser – porque você começa a qualificar essa mão de obra – presa fácil para o chamado crime organizado.

Eu acho que esse satélite tem que ter... O Ministério da Ciência e Tecnologia, na parte de centros tecnológicos, tem que ter essa preocupação com as áreas de fronteira. E aí eu não falo só no meu Estado; eu falo de todos os Estados que têm a fronteira.

Não adianta querer combater droga nos morros do Rio de Janeiro ou nos canaviais de São Paulo, se não se evitar a entrada, principalmente das drogas e de armamento pesado, que acabam transformando o crime organizado numa coisa muito maior que o poder defensivo das nossas polícias.

Eu queria registrar isso, que é muito importante para o Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto; Ministro Gilberto Kassab; nosso Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka; Senador Pedro Chaves.

Quero, Ministro, em sua pessoa, saudar a todos os colaboradores do seu Ministério e dizer que existem Ministérios que são importantes para a Nação, vários deles são imprescindíveis, mas o Ministério que V. Exª comanda, para mim, é o mais importante de todos, porque vai construir o Brasil de amanhã. Não há como nós avançarmos para um País de Primeiro Mundo se não priorizarmos ciência e tecnologia, inovação e comunicação. São os três, eu diria, esteios, para que possamos avançar e passar desse patamar.

Eu já tive a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia, e, como fez o Senador Lasier, como faz o Senador Otto, trazer para a discussão a ciência, a tecnologia e a inovação, porque, como a comunicação é a que tem maior, vamos dizer assim, interesse, ela tomava conta da pauta da Comissão. E o Senador Otto, também com essa mesma linha, dá espaço e privilegia ciência, tecnologia e inovação, sem, evidentemente esquecer a área da comunicação.

Presidente, fiz questão de ficar aqui, estou indo à CCJ, indo à CAS, mas sem perder aqui a oportunidade de ter essa troca de informações com o Ministro. Primeiramente, Ministro, sobre uma questão geral. Lamentavelmente, nós – e eu me incluo, porque sou, neste caso, minoria – legislamos como se o Brasil fosse um país unitário, ou seja, o que serve para São Paulo, o que serve para o Rio de Janeiro serve para o Acre, serve para o meu Pará. Isso não é verdade – isso não é verdade! Nós temos que ter tratamento diferenciado para essas regiões que têm a sua condição econômica e social diferenciada das demais, e não fazermos, Ministro, nada mais do que justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Se voltarmos ao século XIX, lá atrás, Belém tinha uma economia mais forte do que São Paulo. Então, São Paulo foi construído com o esforço de todos os brasileiros – todos os brasileiros! E, hoje, representa quase 50% do nosso País. Portanto, nada mais justo do que aqueles que se desenvolveram com o esforço das outras regiões possam agora também ajudar a retornar e desenvolver essas regiões. E não será feito se não houver um tratamento diferenciado.

E vou exemplificar, para que possamos ter uma ideia pontual já e exemplar. Quanto à questão que foi tratada aqui pelo Senador Raupp, pelo Senador Omar Aziz, sobre a internet e mesmo sobre a comunicação, a telefonia móvel, porque, hoje em dia, não se fala mais em telefonia fixa; ninguém mais trata sobre isso. Há um caso curioso sobre um amigo meu que presta serviço. Ele disse assim, uma vez: "Senador, mandei desligar meu telefone fixo." E eu disse: "Mas por que você fez isso?" É porque eu pago uma taxa sem usar. Eu deixo no cadeado para não ter despesa. Eu pago uma taxa de, se não me engano, R$ 41, e estou pagando sem usar. Aí eu pego o meu telefone móvel e só recebo; como sessão espírita, só recebo. Eu não chamo. Mas todo mundo se comunica comigo para eu ir prestar o serviço."

Então, essa é a realidade, o avanço da tecnologia.

E, lá na nossa Amazônia, Ministro, eu acho que a questão do satélite é primordial. Sem o satélite, não há como você ter banda larga; não há como você ter telefonia móvel, porque, se você levar fibra ótica... Vou citar só um exemplo: de Belém para Castelo de Sonhos, que dista, da sede do Município a Altamira, 1,1 mil quilômetros – não é de Belém, é da sede do Município de Altamira para o Distrito de Castelo de Sonhos, são 1,1 mil quilômetros. E lá estão 20 mil brasileiros paraenses, brasileiros trabalhando para desenvolver a...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador, qual é a extensão territorial de Altamira? O senhor sabe, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Se lá dista 1,1 mil...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quilômetros?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – De distância em linha reta.

Altamira, segundo dizia a nossa prefeita anterior, era o maior Município do mundo – do mundo! E ela falava isso com muita vibração, ênfase, com orgulho.

E como nós vamos resolver? A licitação da quarta geração de telefonia móvel determinava que é isso que é importante. O Estado não pode ser nem máximo nem mínimo; ele tem que ser o Estado necessário. Então, ele tem que ir aonde a iniciativa privada não vai pelo interesse de resultado, que é certo e tem que ser mesmo, senão quebra. Mas, neste momento, o Estado tem que entrar e tem que garantir o atendimento naquelas regiões onde não há viabilidade econômica.

Então, a quarta geração de telefonia móvel, além de obrigar a empresa, pelo contrato, a colocar telefonia móvel na sede do Município, que isso a terceira geração já fazia, ela estendeu também a obrigatoriedade de levar a telefonia móvel até 30km da sede do Município, num raio de 30km.

Ora, em 30km no Estado de Sergipe, vamos passar por não sei quantos Municípios; na Bahia, serão menos; no Mato Grosso, já há o mesmo...; no Mato Grosso do Sul, há o mesmo problema do Pará. Mas 30km na Amazônia, é fundo de quintal – é fundo de quintal! Não dá para você imaginar que se vá... Eu estou dando um exemplo: 1,1 mil quilômetros da sede do Município de Altamira para Castelo de Sonhos, lá quase no limite com Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, como resolver isso? O Governador Simão Jatene, alguns anos atrás, conversando comigo, para encontrarmos uma solução para levar a telefonia móvel a uns 40 a 50 Distritos que hoje têm uma população, um eleitorado e uma economia maior do que a própria sede dos Municípios, estão prontos para se emanciparem... E lamentavelmente nós já aprovamos aqui no Congresso duas leis regulamentando a emancipação. A primeira o Presidente Lula vetou; a segunda a Presidente Dilma vetou; e agora não está tramitando a terceira. Então, espero que a gente consiga aprová-las, porque, há 18 anos, não se criam mais, não se emancipam mais Municípios no nosso País. Era certo retirar das Assembleia? Sim, porque não havia regulamentação. Mas, feita a regulamentação, pode-se retomar a criação de Municípios.

Então, naquela altura, eu fiz uma reunião na Anatel com o então Presidente da Anatel João Rezende, parece-me, em todas as companhias de telefonia móvel. E pedimos para que elas dessem um orçamento de como colocar telefonia móvel em 40 Distritos. O orçamento que veio foi de mais de R$50 milhões, porque não daria como avançar.

Castelo de Sonhos, então, fez um desafio a mim, e eu não consegui vencê-lo. Senador, nós colocamos a torre, bancamos a torre, bancamos o equipamento, e garantimos a compra de 5 mil linhas – 5 mil linhas! –, e nenhuma companhia de telefonia móvel se interessou em fazer a operação do sistema, porque o resto todo seria bancado pela coletividade. Então, é preciso, Ministro, que se faça um ajuste nessa legislação de tal forma que isso possa atender o Brasil como é na realidade, diferenciado, com problemas que não são iguais em todas as regiões.

Nós estamos tratando de um assunto que é importante. Agora, o meu amigo, o meu companheiro de escola, o Juarez Quadros teve que se ausentar. Está havendo, me parece, V. Exª pode confirmar, uma migração das multas que a Anatel tem contra as empresas de telefonia móvel, para elas serem revertidas em investimento. Isso está sendo gestado. É importante isso, porque as multas, por si sós, parece-me, pelo que ouço dizer, são impagáveis, chegam a bilhões de reais. Então, fazer a migração da multa para investimento é importante, mas eu lhe pediria, Ministro, quando fosse definida essa migração, que esses investimentos fossem também ou mais ainda para essas áreas desassistidas. Ou seja, vamos tratar de forma diferente os que são diferentes também.

O SR. GILBERTO KASSAB – É fundamental a aprovação desse projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Modelo de concessão para autorização. Nós estamos de acordo com isso, vamos avançar na...

O SR. GILBERTO KASSAB – É muito importante, tenho certeza de que o Presidente Eunício deve estar sensível ao tema, que haja uma solução. Ninguém questiona o mérito; alguns questionam, é natural, é legítimo, ninguém precisa pensar da mesma maneira, mas a grande maioria do Senado, pelo que eu percebo, assim como a Câmara, é a favor do projeto no seu mérito. Então, é preciso resolver a questão do encaminhamento para que se defina logo. É a solução para essas suas corretíssimas e inteligentes observações.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Os universitários estão me passando aqui: Altamira é um Município brasileiro localizado no Estado do Pará – isso a gente não tem nem dúvida –, na Região Norte do País. Até 2009, foi o maior Município do mundo em extensão territorial, com uma área de 159.695 quilômetros quadrados, maior que dez Estados brasileiros, além do Distrito Federal e vários países, como Portugal, Islândia, Irlanda, Suíça, entre outros. Isso é só para contextualizar Altamira na sua dimensão geográfica de território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essa questão dos investimentos, Ministro, por favor, vamos ver se a gente faz um direcionamento.

Eu quero só fazer mais duas colocações, Presidente Otto Alencar.

A primeira para o nosso Deputado Guilherme Campos, Presidente dos Correios. Os Correios são um patrimônio do nosso País. É uma pena que esse governo de 14 anos que aí esteve tentou acabar com o Brasil, como o Brasil é maior do que a capacidade de desvio que eles tinham, não conseguiu, mas, lamentavelmente, colocou várias empresas – como os Correios, a Petrobras também é um patrimônio nosso – na situação em que se encontra.

Eu, há mais de três anos, Ministro, fui procurado por um amigo meu lá no Pará, em Belém, funcionário dos Correios. Ele me trouxe algo que me espantou à primeira vista: um comunicado dos Correios dizendo simplesmente o seguinte: que, a partir do comunicado, os funcionários tinham que fazer um desconto extra, a mais do que já faziam, para o Postalis, para o fundo de previdência, que não me lembro quanto – eram 18% –, era um número enorme. Eles vieram comigo e disseram: "Senador, olhe isso aqui. Com essa contribuição extra para cobrir o rombo do Postalis...", que, àquela altura, era de bilhões – R$5 bilhões, R$6 bilhões –, não me lembro quanto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – R$8 bilhões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – R$8 bilhões. "... nós vamos pagar esse valor, 18%, e mais a contribuição corrente. Então, vamos ficar sem salário."

Eu vim a Brasília, fiz um requerimento na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e fizemos uma audiência pública. Talvez, não sei, mas me parece que foi a ponta do *iceberg* para levantar todos os desvios de todos os fundos de pensão. Todos estavam naquela situação em que se encontrava o Postalis.

Então, espero, Deputado Guilherme Campos, que, com o Ministro Kassab, nós todos torcemos, e, naquilo que estiver ao nosso alcance, conte conosco para que os Correios possam ter a sua capacidade de prestação de serviço e serem o que já foram. Os Correios tinham credibilidade não só no Brasil, como foi colocado aqui, mas internacionalmente.

Como é que se entende, Presidente Otto, uma empresa que tem o direito só, única, de levar as correspondências que entre em dificuldade. Não tem como.

E, por último, Presidente e Ministro, fiz um levantamento aqui e vou deixá-lo para V. Exª. Há mais de seis anos, venho aqui em todas as reuniões em que os ministros da Ciência e Tecnologia estiveram presentes. Em todas, fiz um apelo, e todos se comprometeram a atender ao meu pedido, e nenhum o fez. Eu espero, Ministro Kassab...

O SR. GILBERTO KASSAB – Vou me esforçar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... que o senhor também faça o compromisso, mas cumpra esse compromisso.

Eu me refiro à instalação, em Belém, de uma unidade do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Seria o único na Amazônia. E por que Belém? Porque Belém já tem, no seu Departamento de Física, na Universidade Federal do Pará, os cursos de mestrado e doutorado. Então, já há um avanço. Por que Universidade Federal do Pará? Porque ela já disponibilizou uma área de 10 mil metros quadrados para que lá fosse construída a unidade do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Por que na universidade? A Bancada do Pará se dispôs a colocar emendas no Orçamento para que haja recursos para que o centro fosse construído, mas, enquanto isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se realiza, a universidade disponibiliza espaço físico e até apoio administrativo para que se comece a instalação do CBPF na Amazônia e no Pará.

Já passaram aqui todos os diretores do CBPF, e são favoráveis à instalação do centro: o Prof. Ricardo Galvão, o Prof. Fernando Lázaro, o Prof. Ronald Shellard. Eu trouxe aqui, Ministro, uma correspondência do Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas encaminhada ao Secretário Executivo, Dr. Elton Zacarias, que esteve aí. E há outra do Reitor da Universidade Federal do Pará, Dr. Tourinho, endereçada a V. Exª, Ministro, mostrando exatamente isto: o diretor favorável à instalação e o reitor disponibilizando tanto a área quanto o apoio necessário para que seja instalada. Então, peço a V. Exª...

Nós temos um problema sério. Temos dificuldade no atendimento com radioterapia no tratamento do câncer, porque, para você credenciar uma unidade de radioterapia no Ministério da Saúde, são exigidos dois físicos nucleares por unidade instalada. Ora, nós temos no Pará um físico nuclear e temos quatro unidades do Estado, fora as privadas, de radioterapia. Então, nós não vamos nunca nos cadastrar para que possamos receber a média e a alta complexidade do Ministério da Saúde, que retorna para o Estado... Então, o Estado tem que bancar com o Tesouro, por essas dificuldades.

Então, faço um apelo a V. Exª. Espero que V. Exª, como os demais...

O SR. GILBERTO KASSAB – Assumo o compromisso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Dito e feito.

O SR. GILBERTO KASSAB – Eu vou pedir para o Dr. Sávio, que está aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Obrigado, Presidente.

O SR. GILBERTO KASSAB – ...representando o Secretário Jailson, que visite V. Exª em seu gabinete para recuperar todo o histórico desses estudos e depois peça para o Jailson trazer para que possamos avaliar – está bem, Sávio?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Espero que Castelo de Sonhos tenha os sonhos realizados pelo Ministro Kassab!

Eu queria passar a palavra ao Ministro para suas considerações finais a respeito da audiência pública...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. GILBERTO KASSAB – Eu vou ser bastante breve, porque nós temos uma cerimônia agora, às 11h30min, para o desligamento do sistema analógico na cidade de São Paulo e em toda a região metropolitana, e já estão todos nos esperando lá no gabinete.

Registro a imensa satisfação de estar aqui, agradecendo o convite do Senador Otto e dos Senadores, com a nossa equipe toda aqui presente, porque é fundamental essa ação emblemática. O Ministério e os principais colaboradores com as principais atribuições estão aqui presentes deixando claro que estaremos, ao longo de todo o ano, à disposição sempre que convidados ou convocados para estarmos aqui presentes – ou para recebê-los lá –, para que possamos juntos, Poder Legislativo e Poder Executivo, cumprir essa importante pauta da ciência, tecnologia, inovação e das comunicações em nosso País.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria me referir aqui a todos os que encaminharam perguntas através do e-Cidadania. Não tivemos tempo, o tempo foi escasso. Todos os que encaminharam perguntas poderiam mandar para o...

O SR. GILBERTO KASSAB – Para o Takahashi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...Ministério...

O SR. GILBERTO KASSAB – Aos cuidados do Chefe de Gabinete Takahashi.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...aos cuidados do chefe de gabinete, para que todas as perguntas sejam respondidas. Mandem um *e-mail* para lá para obterem resposta. Ele vai responder todas as perguntas, porque não deu tempo neste momento. Teremos outras audiências públicas sobre os temas todos que foram aqui discutidos e, consequentemente, nessas audiências públicas, poderemos responder àquilo que não foi possível responder hoje.

Quero agradecer a presença do Ministro Kassab e de todos os seus auxiliares e a todos que participaram e declarar encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dois minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Airton Sandoval, Hélio José, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves e Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ângela Portela, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Thieres Pinto e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT." **Autoria:** Deputado João Colaço. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 758, de 2015** que: "Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação, com a Emenda que apresenta. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 30, de 2014** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 17, de 2016** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 25/2016, referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicações e Participações S. A., nos Municípios e cidade que menciona." **Autoria:** Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC, INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 3 de 2017 - Não Terminativo** – que requer "...nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para debater assuntos da área de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Álvaro Toubes Prata, Secretário da área de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC; Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Política de Informática do MCTIC; Ruben Delgado, Presidente da Softex e Sen. Walter Pinheiro, Secretário de Educação da Bahia" **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 251, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 261, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DE CORINTO - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 294, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE JUNQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO JALAPÃO - ADCPDJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado da Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FORMOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa da Serra Negra, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

RÁDIO CARMO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2016** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e quarenta minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. As atas aprovadas serão publicadas no *Diário Oficial do Senado*, juntamente com as notas taquigráficas.

Temos o item 1, cujo Relator, Cristovam Buarque, não está presente e informou seu pedido para retirar de pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Autoria: Deputado João Colaço

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2017.)

O item 2 é um projeto do Senador Romário que busca isenção de impostos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 758, de 2015

- Não terminativo -

Autoriza a dedução de doações destinadas à pesquisa científica básica do Imposto sobre a Renda devido e altera as Leis nos 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e 9.532, de 10 de dezembro 1997.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação, com a Emenda que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Pergunto ao Senador Flexa Ribeiro se S. Exª vai relatar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, solicito a V. Exª que retire de pauta o projeto para reexame. Eu vou fazer um novo exame do parecer e retorno tão logo faça esse estudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Julgo esse projeto importante porque trata de dedução de doações destinadas a pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

científica básica do Imposto de Renda, alterando a Lei 9.250, de autoria do Senador... V. Exª pede a retirada de pauta, o que nós acatamos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – É de autoria do Senador Romário, o parecer é favorável. Só peço que possamos deixá-lo para a próxima reunião, semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 3 também é da Relatoria do Senador Cristovam Buarque, que não está presente. Não temos quórum para deliberação.

O item 4 é do Senador Hélio José, que também não está presente. É um projeto que encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, um comunicado de alteração de controle societário de empresa jornalística de radiodifusão referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada... (*Pausa.*)

Bom, não temos quórum ainda para deliberação. Os projetos são terminativos.

Há um requerimento de minha autoria, o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 3, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para debater assuntos da área de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Álvaro Toubes Prata, Secretário da área de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTIC; Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Política de Informática do MCTIC; Ruben Delgado, Presidente da Softex e Sen. Walter Pinheiro, Secretário de Educação da Bahia

Autoria: Senador Otto Alencar

Vamos fazer uma vez por mês uma audiência pública sobre temas importantes. Os Senadores podem sugerir os temas, se assim o desejarem: Senador Pedro Chaves, Senador Valdir Raupp, Senador Flexa Ribeiro, Senador Hélio José, que acaba de chegar. Agora, já temos quórum para deliberação. S. Exª pode relatar o item 4.

Já que temos quórum para deliberar, vou colocar o requerimento de minha autoria para essa audiência pública na próxima quarta-feira.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento é para audiência pública na próxima quarta-feira, com o Dr. Álvaro Prata, Dr. Maximiliano Martinhão, Dr. Ruben Delgado, Presidente da Softex, e Senador Walter Pinheiro.

Quero agradecer a presença do Senador Hélio José, sempre cioso das suas responsabilidades. Eu o conheço das Comissões de que participamos juntos. Passo a S. Exª a relatoria do item 4.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 17, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 25/2016, referente à transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicações e Participações S. A., nos Municípios e cidade que menciona.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do

Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de

Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e

Comunicações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k, Excelência.

Primeiramente, quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Otto Alencar, bem como os demais membros da Comissão. É com muito orgulho que colaboro com esta Comissão tão importante. Inclusive, no próximo dia 27, teremos uma audiência pública com as rádios comunitárias, o que é muito importante. Nós estamos tentando ver se o Ministro e todas as pessoas que discutem a temática das rádios comunitárias estarão presentes.

Quero cumprimentar o Senador Otto pela audiência pública da próxima quarta-feira.

Passo ao relato do Parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 25, de 2016, que comunica a transferência indireta da concessão de serviço de radiodifusão de sons e imagens outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A., nos municípios do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, Estado de São Paulo; Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais; Recife, Estado de Pernambuco; e, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 17, de 2016 (OFC nº 70, de 2016, na origem), que encaminha a Mensagem nº 355, de 2016, e da Exposição de Motivos nº 111, de 2 de fevereiro de 2016, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

Vamos direto ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 17, de 2016, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 17, de 2016:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Assinam o Sr. Presidente e o Sr. Relator.

Então, Sr. Presidente, este é o parecer pelo sobrestamento da matéria para que se obtenham essas informações, a fim de que possamos sobre ela deliberar de forma definitiva.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Relatório do Senador Hélio José.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Hélio José.

Nós vamos agora para os itens que são terminativos, e eu vou ler em globo...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, o senhor me dá licença para ir lá, porque o Ministro da Integração Nacional está me aguardando na CDR.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Há dois de V. Exª aqui. V. Exª poderia...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, são quatro. Não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas é só o voto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só o voto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, é porque é terminativo. V. Exª daria o parecer para quando tivermos quórum qualificado para tanto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Na hora, Sr. Presidente, se o senhor está pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o PDS 357, de 2015; 351, de 2015; 355, de 2015; e 65, de 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vamos lá, nosso Presidente querido!

Eu vou direto ao voto, então. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, pode ir direto ao voto.

(Matéria não lida:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE JUNQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Vou só ler o cabeçalho e vou direto ao voto.

Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2015 (nº 69, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 357, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Junqueiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

(Matéria não lida:

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Outro parecer de projeto de decreto legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2015 (nº 71, de 2015, na Câmara dos Deputados), terminativo, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura da Comunidade de Marília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 351, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura da Comunidade de Marília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

(Matéria não lida:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO JALAPÃO - ADCPDJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2015 (nº 1.646, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão (ADCPDJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 355, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Jalapão (ADCPDJ) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

(Matéria não lida:

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado da Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É o último relatório, Sr. Presidente, é do Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 65, de 2016 (nº 303, de 2015, na Câmara dos Deputados), terminativo, que aprova o ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado do Paraná.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 65, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses quatro votos são todos pelo parecer positivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Nós não temos quórum para a deliberação de matérias terminativas, mas quero informar V. Exª de que o requerimento de V. Exª, já aprovado, de audiência pública com as rádios comunitárias já está agendado para o dia 27 de abril, uma quinta-feira. Portanto, essa informação eu queria passar a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp para que possa relatar o PDS 27, de 2016, e o PDS 28, de 2016.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quais são os números, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O PDS 27, de 2016, e o PDS 28, de 2016.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – O item 18 também é meu. Posso relatá-lo e depois os outros?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato, itens 17 e 18 – PDS 27, de 2016, e PDS 28, de 2016.

(Matéria não lida:

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CARMO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, item 17.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 27, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Carmo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

(Matéria não lida:

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Item 18.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 28, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Divinópolis Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Parecer favorável nos itens 17 e 18.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O parecer do Senador Valdir Raupp é favorável.

Os itens não serão votados porque são terminativos; virão na próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O item 3 é do Senador Cristovam Buarque. Também não está presente. E os itens 6, 7, 8 e 9, da mesma forma, são de autoria de Senadores que não estão presentes. Itens 14, 15 e 16... Portanto, eu não vou passar a relatoria *ad hoc*, vamos aguardar uma próxima reunião.

Há um requerimento do Senador João Alberto solicitando informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Ministro Gilberto Kassab. É não terminativo, mas nós vamos aguardar. As informações serão encaminhadas pelo Ministério para, a partir daí, solicitar ao Senador João Alberto o seu relatório para apreciação e votação aqui na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

Não está presente aqui, mas eu pergunto aos Srs. Senadores: nós escolhemos como política pública, com a definição, a execução dos programas relacionados com a expansão da banda larga no Brasil. O Senador Jorge Viana, conversando conosco, solicitou, e nós aceitamos, que ele pudesse ser o Relator dessa política pública. Pergunto aos Srs. Senadores se existe alguma objeção a que o Senador Jorge Viana possa ser o Relator. Eu estou indicando. Percebi que o Senador Flexa Ribeiro tem interesse sobre isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Otto Alencar, acho que a indicação de V. Exª na Presidência é acatada por todos os membros da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou dizendo que uma indicação do nosso Presidente, Senador Otto Alencar, é acatada por todos os membros da CCT.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas, quando V. Exª me olhou um pouco sisudo, achei que existia alguma divergência. A única que quero aqui neste Senado é não ter a divergência das melhores amizades que eu construí aqui, meu prezado e ilustre Senador Flexa Ribeiro. Por sinal, meu cliente de ortopedia. Já ficou 80% bom, faltam 20%. Ele disse que desses 20% só vai acertar as contas comigo no êxito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E a consulta foi pelo SUS.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pelo SUS. Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Então estou tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Estão faltando 20%.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A recíproca é verdadeira da relação de mais do que amizade, de irmandade com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – V. Exª vem de um Estado festejado por todos os brasileiros. Não é à toa que falamos aos baianos: "Meu rei." Devo me referir a V. Exª dessa forma: Meu rei, continue fazendo a indicação que nós vamos aprovar por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Então, submetendo a V. Exªs a indicação do Senador Jorge Viana para a relatoria da política pública deste ano, seria a expansão da banda larga no Brasil, sobretudo nas escolas públicas e nas universidades públicas. Espero que possamos avançar.

Pedi um levantamento a minha assessoria para que nós pudéssemos levantar os recursos que existem nos fundos – como o Fust, por exemplo – que podem financiar esse investimento em banda larga.

Na verdade, o Governo tomou a decisão – não é coisa de agora, isso já vem do governo Dilma Rousseff – de não aplicar em favor dos brasileiros esses recursos que estão nos fundos constitucionais. Isso acontece em vários Ministérios. Por exemplo, no Ministério do Meio Ambiente, existe o Funclima, que tem recursos suficientes para começar a revitalização do Rio São Francisco, e esses recursos estão paralisados, sem aplicação. No Fust também temos recursos para a aplicação na expansão da banda larga, das comunicações. Há várias áreas de sombra no Brasil que precisariam desses investimentos.

Então, acho que o Governo Federal incorre no mesmo erro, Senador Pedro Chaves, em que incorreu o governo Dilma Rousseff, o de não permitir que os recursos possam circular para os investimentos necessários na educação, na saúde, na informática, nas comunicações.

Vejo o Governo atual, como também o anterior, falar, às vezes, sobre a queda da inflação, dizendo que essa foi uma política atual adotada pelo Governo. A boa intenção do Presidente Michel Temer ninguém vai discutir, tampouco a do Ministro da Fazenda, mas quero dizer que a queda da inflação e o controle da inflação, na minha opinião – tenho prática na Administração Pública, já tenho uma estrada longa de 30 anos –, foram obtidos pela quantidade de brasileiros que saíram do mercado de trabalho, que perderam seus salários e que, assim, não podem consumir como consumiam quando estavam com seus salários assegurados. São 13 milhões! Então, a queda da inflação não é um troféu do Governo, da política econômica do Governo, na minha ótica, mas se deve muito mais ao desacerto da política do Governo, causando tantos desempregos, não permitindo que os recursos possam circular na economia.

O meu Estado, por exemplo, fez dois pedidos, duas solicitações de empréstimo, Senador Pedro Chaves, um pelo Banco Europeu de Investimento, para a construção de estradas na região de produção de grãos no oeste da Bahia, e outro pelo Banco do Brasil, e o Governo insiste em não querer encaminhar para a Comissão de Assuntos Econômicos essa solicitação de empréstimo de um Estado como o da Bahia, que é um Estado muito organizado do ponto de vista fiscal e que tem um débito pequeno com a União. Enquanto São Paulo tem R$220 bilhões de débito com a União, a Bahia tem R$5 bilhões de débito, porque seus governadores, ao longo dos anos, fizeram o ajuste fiscal e não foram perdulários nos gastos. E o Governo mantém

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

esses recursos, sem que os recursos possam circular. Não entendo outra forma de se obter desenvolvimento econômico e social a não ser com os recursos circulando na economia, na indústria, no comércio, na mão do povo, para que o mercado interno possa, de alguma forma, funcionar.

Então, acho que esse troféu que o Governo sustenta agora, dizendo que controlou a inflação, não foi obtido pela política econômica e financeira do Governo; pelo contrário, os juros estão muito altos na área. Isso se deu muito mais pelos 13 milhões de brasileiros que sofreram no governo Dilma e agora no Governo Michel Temer com o desemprego.

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Estou de acordo com V. Exª. Acho que a queda da inflação se deveu, na verdade, a uma queda da demanda, por falta de recursos. Na verdade, há a inflação de demanda e a inflação de custo. Neste caso, a inflação foi de demanda, decorrente dessa queda vertical da renda. Isso provoca inevitavelmente uma queda na inflação, é óbvio, porque diminui a procura pelos produtos e a tendência é realmente cair o preço dos produtos.

Por outro lado, no projeto que Cristovam Buarque pretende relatar, de 1% para os fundos de ciência e tecnologia, eu penso que nós já temos fundos setoriais, e até hoje o Governo não explicou onde está esse recurso: se está no Ministério, se está para fluxo de caixa, para problemas do País, para equilíbrio fiscal. É necessário que esses fundos setoriais destinados à ciência e à tecnologia venham realmente para os órgãos, as empresas, as universidades, porque estão realmente carentes em relação a esses recursos.

Há um estudo detalhado em relação a isso. Nós já temos fundos suficientes. Eu me preocupo muito quando a gente faz projetos dizendo que é 1% da loteria para isso, meio por cento para aquilo. Isso pulveriza totalmente esse recurso, e a gente perde o controle nesse sentido.

Era isso o que eu queria falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Concordo plenamente com V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, essa questão do uso dos recursos dos fundos de forma não correta é uma discussão que atravessa e vem desde a constituição deles. É lamentável! Mudam os governos, mas a prática continua.

Então, existem projetos tramitando aqui para que se usem os recursos do Fust para implantar banda larga no Brasil. São bilhões e bilhões de reais nesses fundos setoriais, e não conseguimos avançar nisso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu tenho dito também se não há necessidade... Todas as vezes que vem o diretor de uma agência reguladora, eu faço esse questionamento, porque o que é transferido para agências reguladoras para exercerem o seu papel de regular e fiscalizar é 15%, se tanto, do que é recolhido. Então, isso é uma tributação indevida do consumidor, porque esses valores dos fundos são...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ...incorporados à tarifa. Então, se não há necessidade deles, reduza-se o valor para o necessário para as agências cumprirem o seu papel de regulador e fiscalizador, e diminuímos a tarifa. Vamos defender o consumidor.

Agora, não dá para os governos fazerem...

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Caixa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... caixa por via indireta. Quer dizer, não tributa, mas pega a tarifa e usa para o Tesouro pagar dívida ou fazer superávit primário, pagar juros. É isso que não dá.

Nós tínhamos que fazer – e V. Exª poderia comandar pela Comissão de Ciência e Tecnologia – um estudo, de tal forma a definir como poderemos alterar a legislação para que esses recursos não sejam contingenciados, a fim de que atinjam os objetivos que nós queremos de levar banda larga para todos os brasileiros, em especial para a minha Região Amazônica, o seu Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil, que são regiões em desenvolvimento. E que não possam ser contingenciados – como eu dizia –, nem utilizados pelo Tesouro para pagar os juros da dívida ou em outra aplicação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente! Eu concordo plenamente.

Isso me parece até que funciona como um imposto camuflado: você bota na tarifa e joga no caixa único do Governo para pagar os juros da dívida e para outras atividades que não aquelas mencionadas para a arrecadação desses recursos para os fundos – e são vários os fundos que têm recursos.

Eu não posso, de maneira nenhuma, ver, como acontece, – e V. Exª é de um Estado com uma dimensão territorial muito grande –, Estados sem internet, sem banda larga e com grave dificuldades. Como vai concorrer o jovem lá do Estado do Mato Grosso do Sul, da Bahia ou do Pará com os que estão aqui em Brasília, que têm acesso fácil a todas as informações? E o acesso à informação é necessário para a formação desses jovens.

Eu quero, inclusive, alertar para o fato de que – não sei se vai chegar aqui ao Senado Federal, não tenho essa certeza, e, se chegar, vou contestar fortemente –, além dessa questão, Senador Pedro Chaves, Senador Flexa Ribeiro, de o Governo não permitir que o dinheiro circule

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

nos investimentos para gerar emprego e renda, pela proposta de reforma da previdência que está tramitando na Câmara Federal, o Governo vai retirar grandes avanços sociais que já aconteceram no Brasil. Está lá incluída a desvinculação do Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência, que têm problemas – e são várias as pessoas no Brasil nessa situação. E ele quer retirar também. Então, é quase que uma perversidade para com essas pessoas, retrocedendo nos benefícios sociais em questões que são por culpa dos próprios governos, não dos atuais.

Há um passivo de pessoas com mais de 45, 50 anos que precisam desses programas sociais de compensação, porque não tiveram escola, porque não tiveram escolaridade, que não podem concorrer a uma vaga para trabalhar em uma fábrica ou no comércio, porque, a partir dos anos 90 do século passado para cá, é que as pessoas do interior tiveram condições de concluir o primeiro grau, o segundo grau, de fazer um curso básico para ter condições...

Eu me lembro, na Bahia, quando eu levava as fábricas de calçado para o interior do meu Estado, de não conseguir colocar uma pessoa com mais de 40, 45 anos para trabalhar, porque ela não tinha escolaridade, era semianalfabeta, porque não teve escola.

Então, para atender a esse passivo que foi deixado aí, iniciaram-se, já com o Presidente Fernando Henrique, que observou isso, as políticas compensatórias, como o Bolsa Escola, que depois veio a ser o Bolsa Família, e outros programas sociais. E o Governo, agora, em meio a essa crise, não pode, de maneira nenhuma, retirar isso da legislação. Já se retirou muita coisa; já se diminuiu muito o Bolsa Família, e quem sofre são os Estados que não tiveram a mesma condição que tiveram os Estados da Região Sudeste de receber dinheiro subsidiado, recursos subsidiados, a vida inteira, para o seu desenvolvimento econômico e social.

Nada tenho contra Estados mais desenvolvidos como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, mas o quadro está aí. O diagnóstico do Rio de Janeiro está aí. E, agora, para os Estados que têm o seu ajuste fiscal, que estão arrumados e querem financiamento, o Governo Federal não quer liberar esses recursos para o seu desenvolvimento econômico.

É triste ver o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso, com uma safra de soja enorme, não poderem escoar a sua produção por conta os atoleiros nas estradas. Como conviver com isso?

É o único setor que está realmente dando certo.

Portanto, esse Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência, que não tiveram oportunidade, no Brasil inteiro, de ter um trabalho, uma aposentadoria, que não são aposentados e que têm pessoas com deficiência dentro da família, o Governo Federal agora, na reforma da previdência, quer tirar. É uma coisa que absolutamente não terá o nosso apoio.

Espero que os Deputados Federais e os Senadores observem que este é um Brasil disforme. Não é todo mundo que tem o poder aquisitivo da maioria dos Municípios mais desenvolvidos e da capital aqui do nosso País, Brasília. Portanto, devemos olhar com os olhos de quem conhece o Brasil para tratá-los de forma diferente. Não se pode tratar as pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estão lá no interior do Nordeste da mesma forma que aqueles que têm escolaridade e tiveram oportunidade de estudar.

Faço até esta observação porque este momento é importante. Na minha opinião, Senador Pedro Chaves, Senador Flexa Ribeiro, a política econômica do Governo está completamente equivocada, aumentando o desemprego, segurando os recursos, não deixando que os Estados possam investir para que, circulando o dinheiro, possam avançar do ponto de vista econômico e social.

Então, faço esta observação aqui como algo que percebo no meu Estado, como os senhores também devem perceber nos seus Estados.

Não temos mais nenhuma matéria para ser apreciada nesta reunião. Então, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 5 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Cristovam Buarque, José Medeiros, Vicentinho Alves, Romero Jucá, Ronaldo Caiado e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submente à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte:** Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos RCT 3/2017 e RCT 5/2017, de autoria do Senador Otto Alencar, destinada a debater assuntos da área de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os senhores Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC; Ruben Delgado, Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – Softex, e Leonardo Euler de Morais, Conselheiro Diretor da Anatel. **2ª Parte: Extrapauta, item 1: Requerimento nº 5 de 2017 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Otto Alencar, que requer: "nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 3 de 2017, desta Comissão, de forma que seja incluído o seguinte convidado para participar da presente audiência públicas: Sr. Leonardo Euler de Morais, Conselheiro Diretor da Anatel". O requerimento é aprovado. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senador Jorge Viana. **3ª Parte:** Apresentar o Plano de Trabalho para avaliação de todos os programas relacionados à banda larga, política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do artigo 96- B, do Regimento Interno do Senado Federal. O relator designado é o Senador Jorge Viana. Após a leitura do plano de trabalho, usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e José Medeiros, não-membro da Comissão. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Desta audiência pública, nós estamos agora abrindo a reunião. E temos a honra de receber como convidado o Sr. Maximiliano Martinhão, para que venha compor a Mesa; o Dr. Álvaro Prata e o Dr. Ruben Delgado.

Nós temos aqui um requerimento para aprovar.

Convido também o Dr. Leonardo. Nós estivemos com ele, que vai ficar aqui na mesa.

Depois colocaremos o requerimento quando tivermos o quórum.

Eu quero agradecer a presença do nobre Senador Jorge Viana, um entusiasta da política pública que nós vamos encetar este ano. Ele já foi indicado como o Relator.

Vamos iniciar. Eu pergunto aos que foram convidados qual é aquele que deseja falar primeiro, que vai se retirar antes.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Senador, tanto o Secretário Max como eu temos um outro compromisso de que nós não conseguimos nos desobrigar. Eu trouxe o nosso Diretor de Inovação, o Prof. Jorge Campagnolo, que poderá fazer uma exposição mais longa e responder às perguntas.

Então eu quero fazer uma primeira apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Mas talvez o Secretário Max possa iniciar e depois eu falo umas palavras e passo para o Diretor Campagnolo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. ALVARO TOUBES PRATA – Podemos fazer assim?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode, sim.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Senador, se depois dos Secretários eu puder falar, porque eu também tenho um compromisso, e o Diretor vai ficar por eles. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Está bom.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Posso começar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Pode sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Senador, bom dia!

Em nome do Ministro Kassab, quero cumprimentá-lo e em meu nome. Saúdo sua iniciativa, como Presidente da Comissão, de realizar esta audiência pública. Cumprimento o Senador Jorge Viana também, grande parceiro das discussões sobre comunicações, estivermos juntos em Barcelona, durante o Congresso Mundial de Comunicações Móveis.

Eu trouxe uma apresentação, Senador, focando nas atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas à Secretaria de Políticas de Informática. (*Pausa.*)

Favor colocar o próximo.

O Ministério é um ministério novo, rejuvenescido. Agora, além das iniciativas que havia no passado de ciência, tecnologia e inovação, temos também as iniciativas de comunicações dentro do Ministério.

A gente sempre gosta de frisar que nesse processo de integração de dois Ministérios houve a preferência do Ministro Kassab em prestigiar a área de ciência e tecnologia, mantendo as três secretarias que existiam relacionadas à ciência e tecnologia e, no lado das comunicações, houve a extinção de uma das secretarias que havia. Então, de ciência e tecnologia nós temos a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, que dentro do Ministério chamamos de Setec; temos a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, que dentro do Ministério chamamos de Seped; e a Secretaria de Política de Informática (Sepin). Então, três secretarias focadas para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e duas secretarias relacionadas às áreas de comunicação: a Secretaria de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão.

Então, uma primeira mensagem política desse processo de integração é o privilégio que o Ministro Kassab deu para a área de ciência e tecnologia ao mantê-la como maior parte do corpo, da estrutura do Ministério. O Ministério possui mais de 16 unidades pesquisa, cinco órgãos colegiados: uma autarquia especial, que é a Anatel; duas autarquias, que é a Agência Espacial Brasileira e a CNEN, da energia nuclear; uma fundação, o CNPq; três empresas públicas; a Ceitec; a Finep, que são da área de tecnologia, e a Empresa de Correios e Telégrafos, que é voltada para a área de telecomunicações. Temos também uma empresa, uma sociedade de economia mista, que é a Telebras, e unidades centralizadas por todo o País, para fazer as atividades do Ministério.

A minha secretaria, a Secretaria de Política de Informática, até o momento da fusão, estava focada principalmente nos assuntos relacionados à Lei de Informática, de que vou falar mais adiante, aos processos de empreendedorismo digital, *startups*, formação de pessoas, ou seja, capacitação de pessoas para a área de computação e informática no País. E, nesse processo de fusão, dentro do plano de trabalho que estabelecemos com o Ministro Kassab, ampliamos as competências da Secretaria para que ela se habilitasse a tratar de uma agenda nova, importante para o desenvolvimento do País, que chamamos de Agenda Digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para isso, além de um departamento que já tínhamos, o Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital, criamos outros dois departamentos dentro da Secretaria: Departamento de Ecossistemas Digitais e Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações (TICs). Nesse Departamento de Políticas de Programas Setoriais em TICs, um trabalho que estamos realizando é estabelecer a estratégia digital brasileira e também tratar de assuntos cibernéticos. Essa é uma carência que havia no País, ou seja, um órgão cuidando de políticas para assuntos cibernéticos, mas hoje existe esse órgão colocado dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia, como coordenador. É um esforço multiministerial, com sete ministérios engajados, para estabelecer a estratégia digital e também tratar de assuntos cibernéticos.

Na parte de ecossistemas digitais, estamos fazendo um trabalho com os grandes negócios digitais. São as grandes empresas brasileiras que promovem as atividades de pesquisa e desenvolvimento e também de geração de negócios no mundo digital. Trabalhamos para criar políticas para esse setor, formação de capital humano para trabalho na área de informática e de computação e pesquisas de desenvolvimento, inovação e *software*.

A última área, em Ciência, Tecnologia e Inovação, que cuidava da informática, além de fazer a Lei de Informática, hoje está trabalhando com internet das coisas – vou ter oportunidade de falar mais adiante –, desenvolvimento da tecnologia 5G e também microeletrônica.

Primeiramente, vou falar brevemente da minha agenda, mais especificamente do trabalho de pesquisa e desenvolvimento. Vou falar sobre a Lei de Informática, sobre o Start-Up Brasil, o Plano Nacional de Internet das Coisas, o Brasil Mais TI, que é um programa de formação de pessoas, o satélite brasileiro de defesa e comunicações estratégicas e cooperação internacional, que seria o que temos de cooperação internacional para pesquisa e desenvolvimento.

Lei de Informática.

A Lei de Informática, Senador Otto Alencar, é uma lei que tem 25 anos de existência, é uma lei que promove a pesquisa e desenvolvimento na área de TICs. Por ano, em resposta ao incentivo fiscal que é dado por essa lei, as empresas incentivadas investem em pesquisa e desenvolvimento mais de R$1,5 bilhão. Esse R$1,5 bilhão é investido por mais de 600 empresas – 673 empresas – que se beneficiam da lei.

Essa lei gera mais de 135 mil postos de trabalho diretos em todo o Brasil. Inclusive, Senador, se depois o senhor quiser, nós temos todos os dados, Estado por Estado, e podemos mandar para o senhor como está isso no Estado da Bahia.

E, na parte de pesquisa e desenvolvimento, é a lei responsável por mais de 17 mil empregos de alto valor agregado que ocorrem na pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia de informação e comunicação.

Temos, em termos de instituições de pesquisa credenciadas para receber os recursos da Lei de Informática, mais de 300 instituições. Então, esse é um grande incentivo que é dado para a pesquisa brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o importante é dizer do modelo dessa pesquisa e desenvolvimento, porque é um modelo que vai ao instituto de pesquisa a partir de uma demanda do setor privado. Então, há uma integração entre a demanda por inovação do setor privado e o pessoal da área de pesquisa que está na academia, que interage com o setor privado para promover a inovação. Isso traz inúmeros benefícios; isso traz foco e *timing* para as pesquisas, de modo que é uma experiência de bastante sucesso.

Há questões que precisam ser melhoradas. Nós vimos trabalhando bastante na questão de focar essas pesquisas, de criar linhas diretrizes para a pesquisa, para não ficar tão aberto e poder, uma vez que os recursos são escassos, ter foco para obter resultados mais concretos nas atividades de pesquisa que são realizadas.

Outra atividade conduzida na secretaria é o programa de empreendedorismo digital. Esse é um programa que já roda há alguns anos dentro do Ministério. Ele cuida de buscar as ideias que surgem, seja no meio acadêmico, seja entre os empreendedores, e tornar essas ideias negócios.

Nas rodas que fizermos do Start-Up Brasil, nós tivemos mais de 2.800 inscrições, entre as quais nem todas as ideias estavam prontas para se tornarem negócios acelerados. Aquelas que não estavam prontas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Está dando o meu tempo aqui. Eu estou acelerando...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – ... mas vou acelerar ainda mais até em benefício dos demais, Senador.

Nós temos 183 *startups* aceleradas, mas a grande sacada aqui, Senador, é a forma como isso se fez e o benefício que gerou. Então, o Governo, nesse programa, investiu quase R$35 milhões, e o setor privado entrou com quase três vezes esse valor. O setor privado entrou com R$103 milhões. Então, para cada R$1,00 que o Governo colocou, o setor privado colocou R$3,00. Essa é uma parceria muito boa e que teve inúmeros resultados nesse programa no sentido de tirar gente que tinha alguma ideia, mas que não conseguia empreender – e ali está todo o processo de empreendedorismo – e tornar aquela ideia um negócio capaz de gerar desenvolvimento econômico, capaz de gerar emprego, capaz de gerar riqueza para o País.

A grande novidade, nos últimos dois anos, tem sido o desenvolvimento da Internet das Coisas. As pessoas, Senador, hoje, já acessam a internet, mas, mais e mais, as coisas estarão conectadas. Por exemplo, hoje, temos, no Brasil, algo em torno de três milhões de automóveis que estão conectados. Pelo fato de eles estarem conectados, as pessoas que têm esses veículos conectados pagam menos seguro. Pelo fato de ele estar conectado, a seguradora tem uma chance maior de recuperar o bem em caso de furto, em caso de roubo do veículo. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conexão das coisas traz inúmeros benefícios, e um deles, por exemplo, é a questão do carro conectado. Traz outros benefícios. Pelo fato de o veículo estar conectado, o fabricante do veículo consegue identificar algum problema no veículo em tempo real. Isso melhora a qualidade do serviço prestado. E veículo é só uma das vertentes da Internet das Coisas; existem outras. Mas essa é a grande novidade.

Para que a gente possa capturar os benefícios de pesquisa em desenvolvimento, geração de empregos, geração de oportunidades e de negócios no Brasil, a gente está trabalhando na elaboração de um plano. A gente espera que esse plano esteja concluído em setembro deste ano. A gente vai cuidar de analisar o impacto que a Internet das Coisas vai gerar para o Brasil; qual é o ambiente regulatório, o que precisa ser alterado no ambiente regulatório existente para o desenvolvimento da Internet das Coisas; os aspectos de infraestrutura e conectividade para os quais a gente precisa ter atenção; como promover a inovação e o ecossistema da Internet das Coisas no Brasil; quais os aspectos de investimento e de financiamento de que a gente precisa cuidar.

Principalmente, a gente acredita que o Brasil pode ser, em alguns setores-chaves, não em todos, plataforma para a prestação de serviços para o exterior. Nós temos uma forte indústria de TI, de Tecnologia de Informação e Comunicação, no Brasil. A infraestrutura de comunicação no Brasil, embora tenha alguns efeitos, é considerada, dentro das infraestruturas que geram desenvolvimento econômico, uma das melhores, de acordo com o Fórum Econômico Mundial. Se a gente juntar tudo isso e a oportunidade que a Internet das Coisas traz, a gente pode utilizar o Brasil como plataforma para a internacionalização de empresas brasileiras, para que elas possam prestar serviços no exterior.

Em outra área, a de capacitação e de formação de gente, há o Brasil Mais TI. O Brasil Mais TI é operacionalizado pela Softex. O Ruben vai dar mais detalhes sobre isso. É uma parceria entre o nosso Ministério, o Ministério da Educação, num acordo de operacionalização, e a Softex. Esse programa foi criado a partir da identificação de que, se o Brasil não fizesse nada, passaria a faltar gente para o desenvolvimento do setor de TICs no Brasil. Então, a gente criou esse programa para formar gente para o setor. Hoje, neste momento, neste ano, há mais de 550 mil cursos em andamento dentro da plataforma, há 259 mil alunos cadastrados. No Facebook, há mais de 170 mil fãs desse programa. Há 25 mil alunos realizando cursos de inglês dentro do programa. É uma plataforma que também serve para ligar a demanda por mão de obra e a oferta. Lá há sete mil currículos cadastrados e mais de 300 empresas. Todo ano, nós temos, nessa plataforma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – ... mais de 4 milhões, cerca de 4,7 milhões de *views* na plataforma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode seguir. Não sou eu não, a campainha...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Eu sei, é automática. Mas o recado é sempre dado. (*Risos.*)

Obrigado, Senador.

Uma matéria que tenho bastante orgulho de participar é o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Esse projeto, que surgiu a partir de uma demanda muito clara de banda larga e de comunicação militar, possibilitou-nos realizar algo em que tínhamos um *gap* desde alguns anos, quase mais de uma década, na área espacial. Nós conseguimos, com esse programa, capacitar mais de cem profissionais da área espacial em todos os segmentos da indústria de satélites, seja lançador, seja combustível, seja bateria, painel solar, sistemas de controle, sistemas de estabilização de satélite... Conseguimos capacitar essas mais de cem pessoas, do Inpe, da Agência Espacial Brasileira, da Telebras, das Forças Armadas, que eram recursos humanos que o Brasil detinha mas estavam chegando na fase de se aposentar. Com esse programa, conseguimos rejuvenescer a capacidade humana para a indústria espacial brasileira. Mais do que isso, foi criada a Visiona, que é uma parceria entre a Telebras e a Embraer, e essa empresa, que é privada, que gera lucros, hoje é capaz de integrar um satélite, coisa que não tínhamos desde o processo da privatização na década de 90.

Cuidamos da transferência de tecnologia. Quando pensarmos num segundo satélite brasileiro, temos hoje a possibilidade de ter um nível de nacionalização muito maior do que nós conseguimos nesse primeiro satélite, por causa de toda essa transferência de tecnologia que houve. Tivemos o desenvolvimento da indústria nacional e também tivemos ganhos tecnológicos e estratégicos com esse satélite.

Em termos de cooperação internacional para o desenvolvimento da pesquisa e o desenvolvimento na área de TICs, nós temos acordo de cooperação com a Coreia do Sul para o desenvolvimento do 5G; com o Japão, na área de televisão digital; com os BRICS, na área de comunicação; com os Estados Unidos, na área de defesa cibernética; com a União Europeia, na área de defesa cibernética, 5G, Internet das Coisas, computação em nuvem, *big data*. Realizamos, com os Estados Unidos e com a União Europeia, chamadas conjuntas, e isso é um processo muito importante de integração dos pesquisadores brasileiros com os pesquisadores de outras regiões do mundo. É uma interação que é muito proveitosa e de bastante resultado para a comunidade acadêmica brasileira. Nessas chamadas conjuntas, mais de 76 instituições brasileiras têm participado, entre universidades, centros de pesquisa e empresas.

Investimos nessas chamadas, nessa cooperação internacional mais de R$83 milhões, e é importante que, nesse investimento, para cada um real que o Brasil colocou, o parceiro, seja a União Europeia, sejam os Estados Unidos, aportou também R$1,00. Então, é um projeto de pesquisa longo, que tem sido feito já há certo tempo, mas é importante porque é uma parceria ganha-ganha para as duas partes. Os temas são esses que eu mencionei.

Para concluir, Senador, quero dizer que temos feito bastantes coisas, temos feito muitas coisas na área de pesquisa e desenvolvimento e na área de TICs, mas sempre existem desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O primeiro e mais importante desafio para o qual eu quero chamar a atenção dos Srs. Senadores é a questão da Lei de Informática. Como mencionei, tivemos grandes resultados com a Lei de Informática, mas hoje essa lei está sendo desafiada na Organização Mundial de Comércio. Em função desse desafio, que foi feito pelo Japão e pela União Europeia por entenderem que aspectos da Lei de Informática são contrários aos tratados da Organização Mundial de Comércio, talvez precisemos fazer ajustes à Lei de Informática. Aí vamos precisar contar com a participação do Congresso Nacional para que esses ajustes, caso precisem ser feitos, sejam feitos, mas com a manutenção de todos esses resultados positivos que existem em torno da Lei de Informática.

Outro aspecto que é um desafio hoje para o setor é o aspecto de tornar as TICs não apenas um meio para acessar a internet, mas um meio para melhorar a competitividade do País. Esse é um tema muito importante que a gente vem trabalhando na secretaria.

A questão de recursos financeiros para a pesquisa no País impacta menos a minha secretaria, mas é um tema em torno do qual a comunidade acadêmica tem ficado bastante apreensiva. O Ministro Kassab tem trabalhado bastante junto com a equipe econômica do Governo para resolver essa questão, mas é um tema, realmente, de que a gente precisa tratar. Certamente o apoio das senhoras e dos senhores Senadores é importante para a gente.

Paro por aqui...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – ... e elogiando novamente a iniciativa da Comissão de promover este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu é que agradeço e parabenizo V. Sª pela explanação.

Pergunto ao Senador Jorge Viana se quer apresentar algum questionamento.

Eu queria perguntar ao Dr. Max, primeiro: será iniciativa do Poder Executivo encaminhar para o Congresso Nacional a modificação da Lei de Informática, já que ela tem 25 anos?

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Então, hoje a gente tem um processo aberto, Senador, na Organização Mundial de Comércio, e esse processo deve ser julgado ao longo deste ano. A gente tem a expectativa de que, no segundo semestre, esse processo será julgado. Em função da decisão da Organização Mundial do Comércio, da forma dessa decisão, a gente terá que fazer essa proposta de alteração. Nós já temos mapeadas todas as alterações que eventualmente precisarão ser feitas, mas nós fomos orientados pelo Itamaraty a não fazer essas alterações enquanto não houver o julgamento. Então, tão logo seja feito o julgamento e a gente apresente os recursos e os recursos sejam julgados, aí será o momento adequado para a gente apresentar o projeto de lei para ajustar a Lei de Informática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, seria agora o Dr. Álvaro que falaria.

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA – Bom dia a todos.

Eu inicio saudando o Senador Otto Alencar e também o Senador Jorge Viana, agradecendo a oportunidade que nos é dada para explorar esse tema que é tão importante para nós.

Quero cumprimentar todos os colegas da Mesa, todos os presentes e, de maneira especial, os colegas do nosso Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Senador, o Secretário Maximiliano, no início da sua exposição, apresentou a estrutura geral do Ministério com as suas cinco secretarias. Eu estou à frente da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, o braço do Ministério que interage, sobretudo, com o setor industrial.

Todas as secretarias possuem funções específicas, bem definidas. A Secretaria de Política de Informática é uma distinção em relação à área de tecnologia das informações e comunicações. Os aspectos ligados às TICs são tratados especificamente na secretaria do Secretário Maximiliano e, de maneira geral, as outras áreas são abrigadas nas outras secretarias. E o braço do Ministério que se relaciona com o setor industrial está a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. A grande missão da nossa secretaria, a Setec, Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, é fazer essa aproximação do nosso setor industrial com o nosso meio acadêmico.

O Brasil é um País que possui uma produção científica e um reconhecimento acadêmico e científico que o coloca entre uma das principais nações que produzem conhecimento científico no mundo. Em algumas áreas do conhecimento, estamos muito à frente de outros países. Há algumas áreas do conhecimento em que 18% do conhecimento do mundo é produzido no Brasil.

De maneira muito ampliada, temos um sofisticado Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Esse sistema é pujante, ele se apoia em diferentes instituições e agências e em uma estrutura universitária muito forte. O que precisamos fazer mais e mais é colocar essa estrutura e esse Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia à disposição do nosso meio industrial. Então, os instrumentos, os programas da nossa secretaria visam promover o desenvolvimento tecnológico e, com isso, a inovação, para tornar o nosso setor industrial mais competitivo.

Sabemos que, enquanto os nossos números ligados à ciência brasileira são números que nos colocam no topo do mundo, em relação à competitividade, em relação à inovação, nós não temos essa mesma classificação. O Brasil não se coloca, entre os 50 países do mundo, de uma maneira ampliada do ponto de vista de competitividade, do ponto de vista de inovação, de desenvolvimento tecnológico. E esse é o quadro que precisa ser mudado, esse é o quadro que precisa ser estimulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Como é que a nossa Secretaria trata essa questão? Nós temos dois grandes pilares. Um pilar promove a inovação através de instrumentos, através de políticas, e o outro pilar foca em tecnologias específicas. Então, a promoção da inovação na nossa secretaria, no nosso Ministério se dá através de vários programas, de vários instrumentos.

Uma primeira preocupação que temos é em relação aos ambientes de inovação, então nós promovemos ambientes que favoreçam a inovação. E aí eu me refiro aos parques tecnológicos, às incubadoras de empresas. Ao longo dos anos, temos estimulado esses ambientes de inovação, e uma transformação está em curso, porque esses ambientes de inovação mais e mais abrigam a atividade empreendedora, abrigam empresas de base tecnológica, que começam a mostrar muitos resultados.

Nós temos em torno de 30 parques tecnológicos em operação, temos em torno de 30 parques tecnológicos em consolidação e temos também em torno de 25 parques em fase de projeto. Então, estamos falando aí de um cenário de perto de 100 parques tecnológicos que promoverão e promovem desenvolvimento tecnológico e inovação.

Nós temos também as incubadoras de empresas. E aí estamos falando em torno de quatro centenas de incubadoras de empresas espalhadas por todos os Estados da Federação, que promovem o surgimento de empresas de base tecnológica que, no primeiro momento, precisam ser incubadas, cuidadas, para que depois possam operar por si sós.

Este é um aspecto importante, no qual uma grande ênfase tem sido dada, neste momento, ao estímulo ao empreendedorismo tecnológico. Mais e mais nós queremos usar a criatividade da nossa população e esse estímulo de abrir novos negócios para que esses novos negócios possam ser abertos na área tecnológica. Mais e mais queremos dar condições para que as pessoas possam criar empresas apoiadas em tecnologia e que essas empresas possam ser suportadas e possam crescer.

Outro aspecto importante desse apoio à inovação se refere aos estímulos e incentivos que vêm de instrumentos específicos. Neste momento, estamos finalizando o decreto que regulamenta a Lei 13.243, conhecida como Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que visita uma série de outras leis e melhora essas leis para que essa relação entre o ambiente acadêmico e o ambiente industrial possa ser melhorada. Mais e mais nós queremos que as instituições que geram conhecimento científico possam se aproximar das instituições que geram avanço na indústria. E queremos mais e mais que o setor industrial se apoie e esteja próximo das instituições de ciência e tecnologia.

Então, esse decreto que regulamenta a Lei 13.243, conhecida como Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, vem para melhorar esse ordenamento jurídico, favorecer essa relação entre universidade e empresa e facilitar uma série de aspectos ligados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, tanto no ambiente acadêmico quanto, e sobretudo, no ambiente industrial. Esse é um instrumento forte, que mais e mais estará a serviço do nosso desenvolvimento tecnológico e da inovação.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós temos outras leis, outros instrumentos, e precisamos destacar, neste momento, a Lei do Bem, sobretudo porque, neste momento, nós a estamos revisando e ampliando os seus benefícios para um número maior de empresas. A Lei do Bem permite que uma parte do imposto que seria devido pela empresa possa ser colocado em pesquisa e desenvolvimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA – O cenário de empresas que poderiam se beneficiar da Lei do Bem está em torno de 40, 50 mil empresas, no formato atual da lei. No entanto, um número bem mais reduzido efetivamente faz uso da Lei do Bem. Nesse ano passado, nós tivemos 1,2 mil empresas fazendo uso dessa lei. É preciso, então, que a Lei do Bem possa ter o seu benefício ampliado para que mais empresas possam utilizá-la e, com isso, estimularmos a pesquisa e o desenvolvimento no ambiente industrial.

Nessa questão dos incentivos e dos estímulos, outro aspecto de preocupação da nossa secretaria se refere aos núcleos de inovação tecnológica, criados com a Lei da Inovação, lá em 2004, que na verdade são escritórios de transferência de tecnologia nas instituições de ciência e tecnologia. Novamente, o conhecimento científico que é gerado e que gera oportunidades e estimula novas tecnologias precisa ser registrado, para que as devidas propriedades intelectuais sejam protegidas, e é preciso que aqueles que detêm essas patentes possam fazer uso dessas patentes para o benefício tecnológico e a inovação.

Então, muitas das instituições de ciência e tecnologia no Brasil hoje se preocupam com a atividade de desenvolvimento tecnológico e inovação, aumenta muito o número de instituições de ciência e tecnologia, sobretudo as nossas universidades, que passam a deter esse conhecimento proprietário, mas essa transferência de tecnologia para o setor industrial, para o ambiente industrial ainda não ocorre da maneira como nós achamos que seria a mais efetiva. Então, parte da nossa missão é também estimular, dinamizar e influenciar, nos escritórios de transferência de tecnologia, nos núcleos de inovação tecnológica, para que essa ponte entre a academia e a indústria possa se dar de maneira mais efetiva.

Por fim, e sem esgotar, eu queria mencionar alguns aspectos ligados ao estímulo, à inovação que vêm dos serviços tecnológicos que são oferecidos pelo nosso Ministério, pela nossa secretaria. Há uma série de serviços, uma série de redes, uma série de preocupações com laboratórios abertos. E eu quero destacar o sistema Sibratec (Sistema Brasileiro de Tecnologia) com as suas três redes: as redes de serviço, redes de extensão tecnológica e redes de inovação. Quero destacar também a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, cuja missão é fazer no setor industrial, e ter no setor industrial o mesmo impacto que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária teve na agricultura e na pecuária nacional. Então, a Emprapii foi recém-criada, foi criada há pouco tempo e hoje já tem uma carta de projetos realizados com muito sucesso. Já são mais de 140 empresas atendidas pela Embrapii. E como funciona a Embrapii, Senador, de maneira muito eficiente? Temos pressa, então, não podemos construir, instituir e estabelecer do zero as unidades Embrapii. Então, o que a Embrapii faz é credenciar grupos qualificados, grupos que têm competência demonstrada em uma determinada área específica. Então, aqueles grupos que são qualificados, que têm infraestrutura e que já interagem com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

setor industrial são credenciados como unidades Embrapii, e a Embrapii opera a partir dessas unidades.

A Embrapii foi constituída para estimular o desenvolvimento tecnológico na empresa. Então, a empresa, conhecendo as unidades Embrapii, em suas áreas específicas de atuação, procura essas unidades para o desenvolvimento de projetos. Se um determinado projeto custa R$3 milhões, por exemplo, para ser executado, a empresa entra com R$1 milhão, a unidade Embrapii entra com R$1 milhão – não em financeiro, econômico, mas com sua equipe, seus equipamentos, sua infraestrutura – e o Governo, quer dizer, o Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações com o outro R$1 milhão. Então, para aquele projeto que lhe custaria R$3 milhões, a empresa desembolsa apenas R$1 milhão, apenas um terço do montante total.

A partir de uma série de convênios que a Embrapii tem feito e uma série de preocupações para ampliar a maneira de atender a essas empresas, esses benefícios têm melhorado. Por exemplo, Senador, se a empresa é pequena, se não tem condições de aportar esse R$1 milhão, que seria sua parte, um convênio da Embrapii como Sebrae permite que o Sebrae coloque 80% desses recursos. Então, aquele projeto de desenvolvimento tecnológico e inovação que a empresa precisaria executar para se tornar mais competitiva, para lançar um novo produto e que custaria R$3 milhões, ao final, se a empresa executar com a unidade Embrapii, ela vai desembolsar R$200 mil. Então, essa preocupação de colocar os nossos instrumentos a serviço da promoção da competitividade da empresa é um marco importante que temos perseguido.

Pois bem, mencionei essa questão da inovação de uma maneira ampliada, essa preocupação em promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação a partir de instrumentos, a partir de políticas, a partir de programas específicos, de serviços, mas há um outro braço da nossa secretaria que atua em tecnologias específicas, determinadas tecnologias, sejam setoriais, como, por exemplo, energias renováveis, como, por exemplo, minerais estratégicos, biocombustíveis.

Então, em áreas específicas, nós estimulamos o desenvolvimento tecnológico e a inovação a partir de tecnologias que são estruturantes e que são estratégicas para o nosso País. Eu mencionei aqui a questão das energias renováveis e, a partir dos nossos programas, dos estímulos que nós temos dado a isso, temos ampliado muito o uso de formas não convencionais de energia e que, mais e mais, integram a nossa matriz energética. Refiro-me à energia solar, à energia eólica e assim por diante.

Então, atuamos promovendo o desenvolvimento tecnológico e a inovação em alguns setores específicos.

Há a preocupação de podermos também nos qualificar, como País, nas tecnologias ditas habilitadoras e convergentes. São tecnologias modernas, atuais e transversais a todas as áreas ou a diversas áreas do conhecimento no contexto de desenvolvimento tecnológico e inovação. Por exemplo, a nanotecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Hoje, há uma grande revolução em curso ligada à nanotecnologia, e o Brasil precisa ter um sistema nacional de nanotecnologia, como tem o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia, com laboratórios de referência, laboratórios associados, com uma qualificação muito grande em nanotecnologia e sendo colocados à disposição do setor industrial, para que possa absorver essa nova tecnologia e, com isso, se tornar mais competitivo.

Outro aspecto ligado às tecnologias habilitadoras e convergentes, dentre outros, é a questão da indústria 4.0, da nova revolução industrial, da manufatura avançada. O Secretário Max mencionou a Internet das Coisas, com vários desdobramentos, e um dos desdobramentos ligados à Internet das Coisas é a manufatura avançada, a manufatura aditiva, que contempla uma série de tecnologias específicas ligadas à parte de robótica, ligadas à parte de sensores, ligadas à parte de atuadores, Então, neste momento, estamos preparando, juntamente com o MDIC, um programa nacional de manufatura avançada, onde o Ministério estimulará e definirá diretrizes para essa área tão importante, que trará novos desdobramentos para o nosso setor industrial.

Quero mencionar também algumas tecnologias ditas estratégicas, como a energia nuclear, as tecnologias nucleares. Hoje, nós usamos o conhecimento da área nuclear para a geração de energia, para a propulsão, para a área médica, mas há muito o que fazer com a área nuclear a partir do ordenamento da área nuclear e o estímulo também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ÁLVARO TOUBES PRATA – ... a diferentes aspectos e desdobramentos dessa tecnologia.

Quero mencionar também a área aeroespacial, que é um aspecto de bastante enfoque na nossa secretaria, bem como a área da defesa de uma maneira geral.

Então, a forma de atuação da nossa secretaria, que é o braço do Ministério que se preocupa e interage fortemente com o setor industrial, é se apoiar nesses dois pilares, que é o estímulo à inovação, criando ambientes, criando instrumentos, e se apoiar em tecnologias específicas.

Com isso, Senador, é importante que se diga que o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e as parcerias que temos feito cada vez mais entre os Ministérios e os diferentes atores da nossa sociedade – temos interação com a Confederação Nacional da Indústria, com os Estados, com as fundações de apoio à pesquisa nos Estados, com organizações diversas, com agências, com instituições – têm nos permitido trabalhar muito em conjunto em prol do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Agora, é claro que uma estrutura de ciência, tecnologia e inovação, sobretudo uma estrutura complexa como a nossa, uma estrutura que precisa considerar as dimensões do País, que precisa considerar a sua economia, que precisa considerar a sua população, precisa ser irrigada. Sobretudo em momentos de dificuldade, em momentos em que o País tem de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

opções, é importante lembrar que ciência, tecnologia e inovação são investimentos e que, ao fazermos esses investimentos no presente, geramos benefícios no futuro.

Então, considerando que a parcela do nosso orçamento disponibilizada para a área de ciência, tecnologia e inovação é uma parcela relativamente pequena, quando nós a comparamos com o investimento que outros países fazem, países que são referência nessa área, é importante que possamos finalizar, sobretudo lembrando a esta Casa, lembrando aos senhores a importância de se manter esse investimento constante na ciência, na tecnologia e na inovação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, vi que alguns dos convidados vão ter de sair. Fiz questão de ouvir pelo menos os dois que são responsáveis por operar as políticas públicas na área que é objeto desta audiência pública.

Aproveito para parabenizar V. Exª, Senador Otto, Presidente da Comissão, pela iniciativa de trazer para o Senado Federal esta audiência pública.

Aproveito agora a presença dos dois convidados, pedindo-lhes desculpas, para solicitar que eles não saiam daqui sem que eu possa fazer uma manifestação que entendo ser importante.

Nós estamos vivendo, desde o dia 30 de março, o anúncio de um corte no orçamento de ciência, tecnologia e inovação de 44%. Nós ouvimos aqui o Dr. Maximiliano colocando suas intenções, os projetos, os propósitos. Acabamos de ouvir o Dr. Álvaro também falando na mesma linha. Mas temos de trazer para esta audiência o que já é público: hoje, o orçamento da área de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil é o menor dos últimos 12 anos. O Governo atual, de Michel Temer, deu um corte no orçamento de 44% e fez do orçamento de uma das áreas mais importantes e mais estratégicas para um país que queira pôr os pés no século XXI, a área de Tecnologia e Inovação, o menor dos últimos 12 anos. Faço um questionamento: como essas políticas serão implantadas com um orçamento desse tamanho?

Veio o anúncio do fim do Ciência sem Fronteiras, e reclamamos. A comunidade científica brasileira chamou de "bomba atômica" a notícia do corte do orçamento. A comunidade científica falou isso.

A revista *Nature*, que é a revista mais importante ou uma das mais importantes do mundo tratando de ciência, tecnologia e inovação, traz uma matéria, no dia 3 de abril, sobre esse corte. E acho que tem todo sentido, porque o Presidente, Senador Otto, trouxe a audiência para discutirmos e passarmos para a comunidade científica, para nossos estudantes, para os centros de pesquisa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu fui Relator da Lei de Ciência e Tecnologia, nós acabamos de estabelecer regramentos que possibilitam o País avançar nessa área. Eu debati aqui, quando o Governo, o atual Governo resolveu pôr fim ao Ministério da Ciência e Tecnologia, nós fizemos uma audiência pública aqui com o Ministro Kassab, e ajudamos, com essa audiência pública, a empoderar a ciência e tecnologia do ponto de vista da estrutura do Estado brasileiro.

Mas, depois dessa sequência de fatos, nós temos um agora que é definitivo: dinheiro, recursos. Esse corte, um país como o nosso não suporta. Vai atrasar o Brasil por décadas. Quem diz isso é a comunidade científica, não sou eu.

Eu queria, só rapidamente, para poder, depois, quem sabe, ouvir uma manifestação dos representantes do próprio Ministério, que são responsáveis pelas políticas, citar o físico Luiz Davidovich, Presidente da Academia Brasileira de Ciências:

> O novo orçamento é uma bomba atômica contra a ciência brasileira. [...]
> Ele adverte que os cortes prejudicarão a pesquisa e o desenvolvimento nas próximas décadas. "Se estivéssemos em guerra, poderíamos pensar que essa era uma estratégia de uma potência estrangeira para destruir nosso país. Mas, em vez disso, somos nós fazendo isso para nós mesmos."

Isso diz o Presidente da Academia Brasileira de Ciências. Ele também, junto com a Drª Helena Nader, tão conhecida nossa, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, escreveu, de forma preventiva, uma carta ao Presidente Michel Temer e ao Dr. Henrique Meirelles.

O Dr. Henrique Meirelles parece o dono do feirão. Ele manda bombas contra o Brasil e os brasileiros toda semana, e parte do Congresso, subordinada, liga o estopim e acende a bomba.

Eu estou indo, daqui a pouco – vou pedir desculpa – fazer parte de uma comemoração no Comando do Exército Brasileiro. Estão com uma proposta de vender as terras brasileiras. Eu vou lá conversar com o Comandante do Exército, que é um nacionalista. Estou fazendo um apelo ao que há ainda de sobra de nacionalismo dentro de nós. Nunca o povo brasileiro esteve numa situação de pobreza... Porque saímos do pleno emprego para o pleno desemprego, desmonte da indústria, isso tudo em nome de um falso moralismo também. E agora, na hora em que o brasileiro está sem dinheiro, em que o industrial está quebrado, em que o comerciante está falindo, vamos pôr à venda as terras brasileiras.

O Município de Altamira, Sr. Presidente Otto, tem 159 mil quilômetros quadrados. Meu Estado tem 162 mil, mas Israel tem 20 mil quilômetros quadrados. A Bélgica tem 30 mil quilômetros quadrados. E na lei que veio do Palácio do Planalto, do Brasil que está à venda, um estrangeiro pode comprar – eles falam que é só uma parte – até 25% de um Município, do território de um Município, mas, de uma cidade, pode comprar até 40%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, foge do assunto a questão de terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só estou trazendo o desmonte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu trago de volta e agradeço a lembrança de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu acho que deveríamos discutir...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está bem, eu só estou querendo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... a pauta da audiência pública.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só estou querendo ilustrar, Sr. Presidente, até porque não há nenhum outro debatedor e estamos num espaço importante aqui – a gente tem pouco espaço também para colocar algumas coisas –, só estou querendo ilustrar que o corte de 44% no orçamento da área de ciência e tecnologia não é uma ação isolada, é parte de um plano que está destruindo o nosso País.

Voltando para cá, apesar de achar que é muito relevante... O que adianta discutirmos ciência e tecnologia se não vamos ter mais o País, se um estrangeiro pode comprar tudo e todos neste País, pode comprar 40% de uma cidade deste País? É o que o Governo está propondo, e ninguém faz nada. Provavelmente vão aprovar isso aqui no Senado e na Câmara.

Então, eu queria voltar para cá e dizer que o apelo que eles fazem ao mesmo que está propondo a venda do País, ao Dr. Meirelles e ao Presidente Michel Temer, é para que se leve em conta a área de ciência e tecnologia como uma área estratégica, mesmo num período de crise. E o resultado foi o corte de 44%, que torna o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia o menor dos últimos 12 anos. Eu queria saber que política...

Eu estou acabando... Apresentei para a Comissão ontem à noite... Ele me designou Relator de uma das matérias importantes: fazer avaliação de políticas públicas de banda larga. Eu apresentei o meu relatório ontem. Como é que nós vamos... Nós temos, Sr. Presidente... Nós não chegamos ainda no 3G em boa parte dos Municípios brasileiros, nem no 4G, estamos discutindo Internet das Coisas, e aí vem um corte desse tamanho no orçamento da ciência e tecnologia!

Para onde é que estamos indo? Vamos ter que propor o fechamento da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal por inanição, por não ter o que debater? Não, isso não, porque ciência e tecnologia têm que estar empoderadas aqui. A vinda de V. Exª para cá, Senador Otto, certamente vai fazer com que esta Comissão seja ainda mais respeitada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seguindo o trabalho de outros que vieram e deram a sua contribuição. Mas, para mim, com todo respeito, porque sei que V. Sªs não têm culpa...

Mas eu gostaria que os senhores fizessem um comentário pelo menos sobre o seguinte. Como ficam a ciência, a tecnologia, a inovação, o 5G, Internet das Coisas, inteligência artificial? Como é que fica isso quando o Governo resolve destruir o orçamento da ciência, da tecnologia e da inovação?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, eu vou entrar no debate com V. Exª, se me permite.

É claro que concordo em parte com as colocações de V. Exª. No entanto, eu creio que esse quadro de crise instalado hoje, no atual Governo... E eu, como V. Exª, votei contra o *impeachment* da Presidente Dilma, o meu voto foi um voto muito claro. Mas, com oito ou nove meses de governo, não se pode colocar na conta do Governo toda crise econômica que está aí. Quando o Presidente Michel Temer... E eu não tenho nenhuma participação no Governo Michel Temer, eu não indiquei cargos nem desejo cargos, meu Partido tem o Ministro Gilberto Kassab, mas eu não tenho participação no Governo. Eu tenho atuado com muita independência, inclusive na crítica ao Governo, mas não se pode chegar e colocar na conta do Governo toda a crise que está instalada aí.

Quando o atual Presidente – ao qual tenho feito muitas críticas, inclusive na área econômica – assumiu, já encontrou o quadro de desemprego de 11 milhões de brasileiros – está em 13 milhões –, já encontrou a crise econômica, encontrou também a inflação, as dificuldades orçamentárias.

V. Exª fala da área de tecnologia. Eu cheguei aqui em 2015 e passei dois anos, quase, ao lado da Presidente Dilma para iniciar a transposição do Rio São Francisco, que está morrendo, e a Presidente não mandou um real para a transposição do Rio São Francisco, que é tão importante como tantas outras coisas de que V. Exª falou. Então, não há como falar, de forma correta e real, que esta crise depende única e exclusivamente do atual Governo. Repetindo – e eu tenho independência porque não tenho cargo no Governo e não apoio o Governo –, o que existe, o que está instalada aí é uma crise já de muitos anos, que vem-se arrastando, por falta de lideranças no Congresso Nacional, na política nacional, para sentar à mesa e tomar uma decisão, tirando os *slogans*, as palavras formadas, as frases feitas, tipo "fora Lula", "fora FHC", "fora Dilma", "fora Michel Temer", e alguém que possa liderar uma união nacional para encontrar um caminho, as soluções para o povo brasileiro. A crítica pela crítica não vai resolver absolutamente nada. Essa é a minha convicção.

E a política do atual Ministro...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – V. Exª está dizendo que estou fazendo a crítica pela crítica?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não. Estou dizendo a crítica de maneira geral. Não é V. Exª, estou falando da crítica de maneira geral, tanto que falei em um processo de união nacional.

Então, hoje a política econômica do Ministro Henrique Meirelles é a mesma política econômica do Joaquim Levy da época da Presidente Dilma. É a mesma coisa. Nós aprovamos aqui no Congresso Nacional matérias encaminhadas naquela época, como a modificação do abono salarial, do seguro-desemprego, do seguro-defeso, várias matérias foram aqui aprovadas nesse sentido. A reforma da previdência era uma coisa também de que se falava na época.

Na verdade, não estou me dirigindo a V. Exª pela crítica que está fazendo. Estou falando de maneira geral. Nós não temos lideranças nacionais que possam dizer "vamos deixar de lado o partidarismo da esquerda, da direita, do centro e vamos sentar à mesa e encontrar uma solução para o Brasil". Esse seria o caminho ideal para os 13 milhões de desempregados que estão aí. Se o Governo atualmente tem feito coisas de que discordo, discordo e tenho falado isso permanentemente.

Por exemplo, quanto à política econômica do atual Governo, encetada pelo Ministro da Fazenda Henrique Meirelles, quero dizer que estão colocando na conta deles o controle da inflação. A inflação não está assim em consequência da política do Governo não! A inflação está controlada porque foram desempregados 13 milhões de consumidores que consumiam e não consomem mais. Diminuiu a demanda por produtos. Essa é a grande realidade.

Então, o que digo é que não se pode dizer que o atual Presidente da República, a quem faço muitas críticas... Realmente não estava preparado para assumir o Brasil na crise em que ele encontrou. Não estava preparado. Tem inseguranças, toda hora tem insegurança. Até insegurança em nomear pessoas, porque não se admite que um Governo com nove meses nomeie Ministros e oito Ministros saiam do Governo por denúncia de corrupção. Isso é uma vergonha para o País, envergonha o Governo. E há outros que estão também na mesma situação. Então, acho que ele não estava preparado para isso, mas dizer e botar na conta do Governo atual que tudo que acontece – o corte do Orçamento, as dificuldades orçamentárias, a inflação, a falta de recursos – é só devido a esses nove meses, absolutamente! Aí eu discordo. Acho que é uma coisa que já vem de muito tempo, pelos desacertos econômicos que vêm acontecendo.

O Presidente Lula deixou, entregou o governo à Presidente Dilma com 43% da dívida pública em relação ao PIB; a Presidente entregou com 68%, e agora está com 70%. A culpa é do Michel Temer? Não. A culpa é da política errada da desoneração lá atrás. Desonerou na hora errada, fez benesses, segurou as tarifas de energia, congelou o preço do combustível e criou essa situação toda. Não é fácil, não.

Eu sou, por exemplo, de formação, cirurgião, mas há muito tempo não opero, minha última cirurgia foi em 2009. Portanto, estou completamente desatualizado, e o doente não confia mais em mim. Nem eu quero operar o doente, porque sinto insegurança para fazer isso. Mas quero dizer a V. Exª o seguinte: este é o caso de um paciente que está na UTI, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

traumatismo em todos os lugares, com pouca possibilidade de ter condições de sobrevivência e que foi entregue a um governo inseguro, que não resolveu até agora, e nós precisamos ter um caminho para resolver. Como? Com um grande acordo nacional para a solução do desemprego, para o controle da inflação, para o desenvolvimento econômico e social.

Por exemplo, a reforma da previdência não contará com o meu apoio em hipótese alguma. Não pode o Governo querer que um brasileiro contribua 49 anos. Não pode querer o Governo dar uma receita única para quem está sentado, aqui em Brasília, em um gabinete com ar-condicionado e dizer que a expectativa de vida é a mesma do interior do Piauí. Não existe isso. Não vai contar com o meu apoio. Tenho independência para essas coisas, para chegar e votar.

Então, o Governo quer fazer reformas num momento em que não há menor condição de fazer, até porque ele não tem muita legitimidade. Para fazer a reforma que quer fazer, teria que ser eleito pelo povo brasileiro, e acho que o momento será depois de 2018, com um Presidente da República que eu espero que tenha condições de ser uma pessoa que não esteja ligada a nenhuma denúncia de corrupção em delação premiada, que tenha integridade moral para encarar o povo brasileiro e fazer as reformas, porque o Brasil precisa delas.

Portanto, eu falo isso porque V. Exª puxou para um lado que não tem absolutamente nada a ver com a audiência pública de hoje, falando sobre terras que serão vendidas, sobre a questão econômicas. Então, não é um contraponto discordando. Eu acho que nós deveríamos continuar aqui debatendo a questão.

Em relação a esse corte no orçamento, concordo com V. Exª, é um absurdo se cortar 44% do orçamento de ciência e tecnologia. Já vi manifestações no meu Estado, por parte da sociedade científica da Bahia, a respeito de pensar numa situação dessa natureza. Recebi aqui, agora, manifestações de usuários que assistem à TV Senado relatando o mesmo tema – como se cortar. Como se capacitar, como falou aqui o Max, pessoas para essa atividade se não há recursos para a capacitação; se cortaram tantos e tantos cursos que poderiam ser realizados? Eu concordo. Agora, eu não posso é ouvir que se tem que colocar na conta do atual Governo todas as mazelas, todos os males que o Brasil tem agora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu gostaria que V. Exª me desse ao menos um minuto, já que fui... Sem atrapalhar.

Voltando, o que eu fiz, e acho que está bem dentro do debate, Presidente Otto... É que soberania nacional tem tudo a ver com ciência e tecnologia. Eu estou afirmando que o Governo está agindo contra a soberania nacional. Fazer o que estão propondo, a liberação geral de mineração na Amazônia, tem toda conexão com ciência e tecnologia. Isso é mexer na soberania do nosso País. Converse com o comandante do Exército, converse com dirigentes das nossas Forças, e eles vão colocar a preocupação com isso.

Eu só estou fazendo uma conexão dessa história do "Brasil à venda" – e não estou botando tudo na conta... V. Exª sabe muito bem as críticas que tive ao segundo mandato da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Presidente Dilma – não ao primeiro; ao segundo mandato dela –, mas também não deixo de reconhecer que houve uma verdadeira sabotagem, com aqueles que não aceitaram o resultado das urnas. Desde 2014 para cá, o País é que está pagando a conta por isso. E aí há vários culpados, e todos nós somos parte da solução. Então, nisso, eu tenho acordo.

O que eu queria mais reforçar é que acho que, em uma audiência como esta, V. Exª, que é do mesmo partido – e eu sei da sua independência – do Ministro da Ciência e Tecnologia, ou nós mudamos... Como nós vamos trabalhar, discutir banda larga e não ter coragem de mudar aquilo que o governo da Presidente Dilma não mudou e outros governos não mudaram, que é usar um recurso que o contribuinte, que o usuário paga, como o Fust, que nós temos, para poder financiar banda larga no Brasil? Então, soluções há.

Agora, o que eu queria deixar claro – e para concluir mesmo – é que todos nós, ou como administradores do próprio salário que ganhamos ou da casa que temos ou da vida que levamos, sabemos que cortar orçamento e reduzir despesa é fazer escolhas. Agora, o que não dá é para fazer uma escolha que danifica o País durante décadas. Cortar 44% do orçamento da ciência e tecnologia é danificar várias gerações no País. Por que não se faz escolha? A farra das emendas, por exemplo, no Congresso segue. Agora são emendas impositivas. Grandes prioridades... Eu tento tratar as minhas, porque fui prefeito e governador, com muita prioridade, dentro dos programas dos Municípios, dentro dos programas do Estado e dentro do programa do próprio País. Mas aqui nós temos bilhões por ano. E, olha, nós estamos falando de um orçamento de 5 bilhões para ciência e tecnologia. Cinco bilhões! Aí, se você corta 2 bilhões desse orçamento, quase 2,5 bilhões, não há como se fazer ciência e tecnologia em um país continental como o nosso. Simples assim.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo. Nisso eu concordo com V. Exª.

Aliás, quando o Ministro Kassab esteve aqui, nós questionamos – e ele questionou também – essa situação no Governo Federal, e não é de agora, já é de muito tempo. Esses fundos todos, como é o caso do Fust, por exemplo, todos esses fundos de financiamento da atividade científica são retirados para o caixa único do Governo. O governo anterior fazia isso, e o atual faz isso, a mesma coisa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Para ter superávit.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato, para fazer o superávit. O atual faz a mesma coisa. Os fundos, por exemplo, do Ministério do Meio Ambiente – como o Fundo Clima, um fundo que tem recursos para revitalização, para trabalhar o meio ambiente, para recuperar –, todos também são usados para superávit. Então, essa é uma prática antiga que deveria acabar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O que o Congresso Nacional deveria fazer, eu penso nisso, é uma legislação para não permitir que se retirem recursos desses fundos, porque, na verdade, quem paga é o consumidor; está na tarifa. O dinheiro que entra para o Fust está na tarifa; o usuário é que paga. E ele paga para quê? Para receber o benefício do investimento para melhoria das condições de todos os setores da atividade da ciência, da tecnologia e da comunicação. Mas ele não recebe isso de volta. Esse é o Brasil de antigamente, que precisa ser corrigido agora. É o que se está fazendo.

Eu creio que é um momento de mudança no Brasil. Acho que teremos que mudar, até porque, se há uma coisa útil a este País agora, e que está sendo feita com grande utilidade, é a independência, que eu sempre vou defender, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos dos Estados, da Polícia Federal. Aliás, na minha vida, Senador Jorge Viana, tive o maior aliado no meu Estado: Ministério Público. Esse é o meu maior aliado. Tanto que não votarei uma letra de lei para mudar aquilo que está na legislação atual e que dá independência ao Ministério Público, de investigar, de denunciar e de procurar que todos possam cumprir a lei. Então, se há uma coisa positiva é a ação do Ministério Público. E há outra mais positiva ainda, que é a atual Operação Lava Jato, que, espero, chegando ao final – e seja concluída rapidamente porque o Brasil não vai aguentar mais dois ou três anos de Lava Jato, que prejudica muito a economia, pela insegurança jurídica e política que provoca no Brasil –, tenhamos um País em que as coisas possam caminhar dentro da legislação. Repito: de tudo que achei na minha vida para chegar até hoje aqui sem nenhum problema e ter administrado tudo no meu Estado (Secretário três vezes, Governador, Vice-Governador) devo a uma instituição chamada Ministério Público, que é o fiscal da lei. Tem dúvida na formação de um edital de licitação? Se tem, consulte o Ministério Público. Tem dúvida na homologação de uma licitação? Consulte o Ministério Público. Se ele disser "não faz", não faça porque você está errado e não está cumprindo a lei.

Portanto, acho que é um momento único em que podemos avançar muito para o futuro do País. Sei que V. Exª é um homem de bem, um homem honrado, até porque, para ter a história de V. Exª, precisa ser testado, não é? Porque tomar conta de cofre vazio qualquer um toma, mas governador de Estado, Senador, prefeito são os que têm capacidade e formação moral para seguir em frente e ter a cabeça erguida permanentemente.

Portanto, é uma situação em que concordo plenamente com V. Exª.

A questão das terras, chegando aqui, pode ter certeza de que estarei ao seu lado para votar contra a venda das terras brasileiras. Não precisamos disso. Precisamos é de ter condições de colocar o povo brasileiro nas terras para produzir, como está produzindo agora o agronegócio, que é um setor que tem dado bons resultados para o País.

Não sei se o Max ou o Álvaro podem responder o porquê dessa incisão cirúrgica...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – E como vão fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... no orçamento da ciência e tecnologia. Passo a palavra para V. Sª responder.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Obrigado, Senador Otto e Senador Jorge Viana.

Não vou fazer considerações sobre a situação do corte especificamente. A situação certamente é grave, como o senhor já mencionou, como o Senador Otto já mencionou. A comunidade acadêmica está mito apreensiva com esse tema.

Quero resgatar um pouco da história curta da minha experiência no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, que talvez seja um pequeno alento e um sopro de esperança. Quero dizer que, no ano passado, o orçamento do Ministério estava abaixo do orçamento deste ano. O orçamento do ano passado, com corte, estava em torno de R$4 bilhões. Houve um processo de repatriação de recursos, que possibilitou ao Ministério galgar um orçamento suplementar. Então, no ano passado, houve uma articulação política do Ministro, com apoio da comunidade acadêmica, um esforço conjunto feito sob a liderança do Ministro com a comunidade acadêmica – para resgatar do orçamento, para além daquilo que estava previsto na LOA, algo em torno de R$3 bilhões no ano passado.

Mais do que isso: conseguimos, para o orçamento deste ano, em termos de discussão de LOA, de Lei Orçamentária, aumentar a proposta em 30%, o que foi, vamos dizer assim, um privilégio do Ministério da Ciência e Tecnologia dado pela equipe econômica. Então, a proposta inicial da LOA era 30% menor do que a que saiu, em função de toda uma articulação política que houve da parte do Ministro para melhorar o orçamento da Pasta.

É um fato que a gente está nessa situação, mas eu não tenho dúvida de que a gente precisa adotar algumas ações de curto e de longo prazo. No curto prazo, o Ministro está engajado, como eu mencionei na minha fala, em conversar com a equipe econômica para encontrar caminhos em meio às adversidades ainda este ano, provavelmente no segundo semestre. E, no longo prazo... Não sei se o senhor se recorda, Senador Jorge Viana de que o Ministro lançou uma ideia aqui na nossa última audiência pública. Nós estamos numa situação de dificuldade fiscal. Na última audiência pública, o Ministro fez a seguinte sugestão, direcionada à preocupação do senhor relacionada ao desenvolvimento da banda larga e à aplicação dos recursos do Fust. Ele mencionou: "Olha, gente, nós estamos passando por este momento, que é um momento difícil, e seria muito difícil também que, imediatamente após 2018, já chegasse uma desvinculação dos recursos desse fundo. Mas a gente poderia pensar, aqui no Congresso Nacional, em uma proposta legislativa para que, a partir de 2020, os recursos do fundo não fossem contingenciados." E, aí, eu dou uma contribuição minha: se a gente for progredir nessa discussão... Porque, aí, o Governo que viria a partir de 2018, Senador, contaria, num primeiro momento, com esses recursos e teria tempo para concluir o processo de recuperação do déficit fiscal que estamos vivendo.

Essa foi a formulação que o Ministro fez aqui na audiência, mas não tenho dúvida de que, se nos sentamos, nós podemos pensar outras ideias. E uma ideia que eu coloco para contribuir



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o debate é sobre a forma de execução desses fundos. Por exemplo, o fundo do setor elétrico é gerenciado pelas próprias empresas; com obrigação de desenvolvimento e pesquisa, com um conselho gestor público, que dá as diretivas desse fundo, mas não há recolhimento para o Tesouro. Em não havendo recolhimento para o Tesouro, o nível de execução é superior a 90%.

Então, se a gente for pensar numa proposta, como foi mencionada...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se o Presidente Otto me permite, no caso do Luz para Todos, foi uma solução de um recurso que já estava na conta de luz de todos. E o Presidente Lula disse: "Olha, por que não usar?" No caso, agora, de criarmos as condições para avançar nesse segmento, sabemos que existe o dinheiro. O problema é que, neste e em outros governos, ele está sendo usado para pagar juros da dívida. Ele pode ser usado para fazer o bem comum, para poder ajudar o Brasil a avançar nessa área, porque é um recurso que é recolhido a partir do consumidor, do usuário.

Então, acho que até olhando um pouco para o que houve no Luz para Todos, podemos fazer algo escalonado: uma parte começa a vir em um ano, outra parte no outro. Porque, sem isso, não há como pensar em plano de banda larga, pensar em o Brasil avançar.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Isso. Para concluir, Senador Otto, Senador Jorge Viana, a gente deve pensar nessa proposta que foi lançada pelo Ministro, fazer essa proposta legislativa e pensar em uma forma de operacionalização desses planos que seja realmente executável. Lembrando: numa ação de curto prazo, o Ministério está engajado com a equipe econômica para rever esses cortes; e uma ação de médio prazo é a gente pensar nessa proposta legislativa.

Acho que essas são ações concretas que esta Comissão, Senador Otto Alencar, pode e tem a capacidade de promover como uma contribuição efetiva, tanto para o lado da banda larga quanto para os projetos relacionados a ciência, tecnologia e inovação.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a sua explanação, Dr. Maximiliano.

Senador Jorge Viana, o que sugiro a V. Exª – sei do seu compromisso com o Brasil e, sobretudo, com o seu Estado, o Acre – é que nós poderíamos estudar aqui com a assessoria jurídica do Senado, com o apoio até, talvez, dos membros da Anatel e do Ministério, e fazer um projeto, apresentar um projeto no Senado que impedisse que esses recursos do Fust e dos fundos possam ser direcionados para pagamento da dívida ou até para fazer superávit. No meu Estado, em uma época, nós criamos um fundo de combate à pobreza, e esses recursos são vinculados realmente à aplicação só em combate à pobreza; não podem ir para o caixa único do governo. Então, vamos estudar, eu e V. Exª...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – E a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente, a Comissão aqui pode pedir a assessoria do Senado – o próprio Dr. Leonardo se propõe a nos ajudar. Vamos fazer um projeto e encaminhar esse projeto, para que esses recursos do Fust e desses fundos, que são alimentados pelo consumidor – e o consumidor não recebe absolutamente nada em troca em avanços –, possam ser direcionados só para aplicação em atividades científicas, na expansão da banda larga... Enfim, vamos trabalhar. Eu já começo a partir de hoje a pensar nisso, em como fazer de acordo com a legislação e se a legislação nos permite isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Inclusive, no plano que apresentei a V. Exª, a pedido, que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu não li ainda.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... designou, eu estou propondo exatamente isto – senão, não faz sentido –, que é rever a política do trato com os fundos.

Acho que essa sua ideia de a Comissão assumir um pouco essa tarefa de dialogar com o Congresso é o caminho que nós temos, porque é mais um Ministro pedindo... Eu entendo o papel do Ministro Kassab. Tenho respeito por ele, tenho um bom trato com ele. Agora, eu sei: só estou pondo o guizo no gato, lá no Ministério da Fazenda, porque eu acho que eles estão fazendo um corte, e corte para economizar a gente tem que saber fazer. V. Exª sabe, como cirurgião, que tem que cortar no lugar certo. Se cortar no lugar errado, vai dar problema.

Então, acho que essa área que nós trabalhamos – ciência, tecnologia e inovação – é fundamental. O Brasil tem quantas mil patentes por ano? São 3 mil, 4 mil patentes. Outros países têm 30 mil por ano. Vários países da Europa têm 30 mil patentes por ano; nós estamos em 3 mil. Nós estamos atrasados! Precisamos recuperar o terreno perdido. É nesse propósito a minha intervenção. É uma denúncia do corte, sim – é um posicionamento político meu –, mas há também aqui a busca de solução, que V. Exª, Senador Otto, está trazendo.

Eu só quero pedir – não há outro jeito –, eu tenho que pedir desculpas, porque estou indo a uma solenidade, pois assumi o compromisso. Hoje há uma solenidade no Comando do Exército, e eu fui um dos Senadores que confirmou. Quero ir lá encontrar o General Villas Bôas, porque vou tratar desse projeto entreguista da venda de terras, vou tratar agora. Então, peço licença, mais licença ainda aos convidados, porque é um desrespeito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª, então, vai se retirar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu preciso, mas... Diga!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, é porque está aqui a proposta de trabalho de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se eu ficar um pouco mais vou me atrasar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Há uma pergunta aqui que é bem pertinente, é de um usuário que está nos assistindo agora, Jucirene Pereira Ribeiro: "Na atual conjuntura sobre exploração tecnológica e inovações, porque não se vê tanto apoio quanto deveria nessa área, principalmente porque existem jovens com potenciais elevadíssimos?"

O Max falou que, na Secretaria dele, há recursos para instrução. Então, vou passar depois para que possa responder...

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – O senhor quer que eu já comente agora ou quer que eu mande a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, você manda a resposta.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – A gente prepara a resposta e manda para a Secretaria da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Aproveitando que temos quórum qualificado, eu apresento aqui um requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 5, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 3 de 2017, desta Comissão, de forma que seja incluído o seguinte convidado para participar da presente audiência pública:

- Sr. Leonardo Euler de Morais, Conselheiro Diretor da Anatel.

Autoria: Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Sr. Leonardo já está aqui!

Mas, Senador Jorge Viana...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E é servidor nosso, é um servidor da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Álvaro vai ter que sair, o Max...

Eu vou pedir a V. Exª: se V. Exª desejar, que leia, então – não sei se há tempo hábil –, a sua proposta de trabalho. Assim tomaremos conhecimento dela e, depois, V. Exª pode se retirar para a solenidade. As coisas no Exército sempre começam, no mínimo, com uma hora de atraso, pode ficar tranquilo. (*Risos.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Vou falar isto para o General: que um general do Senado, com todo respeito, falou isso.

Eu queria, então, agradecendo...

Presidente Otto, o nosso Vice-Presidente e V. Exª me designaram Relator dessa matéria, que é o Plano de Trabalho de Banda Larga. No fundo, nós estamos tratando de políticas públicas, ou da avaliação de políticas públicas. E essa avaliação de políticas públicas é uma atividade realizada pelos Parlamentos das principais democracias que temos no mundo – acabei de citar V. Exª, Senador Moka –, e o nosso Regimento Interno, então, incorporou também a avaliação de políticas públicas.

Obviamente, estamos falando para o exercício de 2017 na Comissão de Ciência e Tecnologia. No fundo, me foi dada a oportunidade de sugerir audiências, de sugerir temas para que a Comissão possa deles tratar ao longo deste ano. Os programas serão avaliados sob a perspectiva dos desafios impostos pelas tecnologias que irão conformar o nosso futuro e escrever mais um capítulo da história da revolução digital – estou me referindo à conexão de quinta geração, 5G, à Internet das Coisas, à inteligência artificial.

Em nosso País, os esforços que nós implementamos até aqui para modernizar a nossa infraestrutura de redes, com um Plano Nacional de Banda Larga e incentivos, a massificação de acesso às redes móveis de terceira e quarta gerações não foram bem sucedidos. Basta mencionar que apenas 1.814 Municípios, 33% do total de 5.479, são atendidos com rede 4G. Então, apenas 1.814 de 5.479 são atendidos com 4G, e 575 não são atendidos nem com 3G ainda. Estamos vivendo essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A velocidade que temos hoje... Vamos trabalhar na busca, com a Internet das Coisas, de termos uma velocidade de 100 megas. Ontem, conversava com o dirigente de uma operadora, e ele falava que no Brasil é menos de 10 – menos de 10! Então, é uma situação gritante, quando a maioria dos países ou boa parte dos países desenvolvidos é acima de 30 megas. Há uma disparidade enorme. Não tem jeito, tem de ter investimento, tem de ter recurso, tem que ter decisão política.

E acho que a presença de V. Exª, Senador Otto, vai nos ajudar, porque nós temos duas missões: recuperar o terreno que perdemos e seguir avançando, porque as inovações e as mudanças nesse setor são absurdas e não podem ser tratadas anualmente; elas têm de ser tratadas em um espaço temporal muito menor.

Acho que temos que ter também o empoderamento da agência. Nós temos lá o Dr. Juarez Quadros, com um quadro técnico qualificado, independente, que sabe mediar o interesse do usuário com o interesse do País.

Eu aproveito para cumprimentar o Dr. Leonardo, o que eu não tinha feito ainda de maneira direta. Está aqui também o Chileno, como chamamos o Ruben Delgado, que trabalha numa área estratégica, que é a de estímulo a que empresas possam crescer nessa área.

A gente está vendo os avanços, como quando fomos à feira em Barcelona e pudemos constatá-los.

A ideia nossa aqui é trabalhar com os temas que foram apresentados – Internet das Coisas, inteligência artificial –, mas nós também precisamos... E é isso que finalmente queria apresentar – não vou fazer a leitura de toda a proposta –, talvez o maior de todos os desafios: desenvolver capital humano voltado para inovação e para o empreendedorismo digital.

Eu falava ainda há pouco que os jovens precisam estar aptos a trabalhar em uma economia cada vez mais digital, para que o País possa aproveitar as oportunidades que serão geradas por essa formação. Então, a ideia, Presidente Otto, é que a gente também possa ter audiências, como esta de hoje, mais focadas também em o que estamos fazendo para que o nosso jovem possa ter a sua *startup*, possa entrar em um mercado que vai fazer desaparecer muitas atividades e profissões e que vai permitir o surgimento de outras muitas que nem conhecemos, que não sabemos como serão, mas que virão.

Nós, por exemplo, na parte de patentes depositadas nos Estados Unidos, temos o Japão com 1 milhão de patentes, Alemanha com 400 mil, Reino Unido, 165 mil; França, 153 mil; Coreia do Sul, 152 mil; e o Brasil, 3,6 mil. Então, é óbvio que, se não investirmos fortemente na nossa juventude, na capacidade que o brasileiro tem, nós não vamos tirar o nosso País de uma situação dessa. Porque, realmente, como é que nós podemos avançar, um país com 200 milhões, que tem uma diferença, do ponto de vista de patentes, de um milhão de patentes, 400 mil, 150 mil, para 3,6 mil no nosso País? Acho que isso combina bem com esse propósito de apostar no capital humano, na nossa juventude, nos nossos estudantes, e isso a gente está trazendo na ideia dessa revisão de políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É preciso estar atento também para o fato de que – repito – muitas profissões serão extintas e outras tantas até então desconhecidas surgirão. Eu trago isso no plano. É fundamental que o desenvolvimento e a incorporação dessas novas tecnologias passem a ocupar a centralidade da estratégia digital brasileira. Para tanto, é absolutamente necessário dar prioridade à formulação de políticas públicas por meio do estabelecimento de metas em um horizonte temporal.

Se nós quisermos fazer, não podemos ter um plano de banda larga que não tenha prazos bem definidos, porque ficaremos nessa situação de que mais de 500 Municípios não têm sequer 3G. Nós tínhamos um Plano Nacional de Banda Larga, mas só alcançaram, até agora, 4G 1.800 Municípios. São situações... Ou se coloca no tempo e se faz a contabilidade para ver se há dinheiro, ou então não vai dar certo. E eu sempre trabalho com essas objetividades. Então, é pôr no horizonte temporal.

Também é necessário rever – aqui, Senador Otto, vale muito o debate que estávamos fazendo – a política de aplicação dos recursos dos fundos setoriais para garantir o indispensável suporte financeiro à modernização tecnológica do Brasil.

Nós temos saída. Não é olhar para o orçamento nem olhar para... É olhar para um arranjo legal que temos, para uma arrecadação que fazemos, e aí, sim, ter uma decisão política, da qual o Congresso pode ser o protagonista. Obviamente, é preciso combinar também com o Executivo, tem que haver esse entendimento mínimo, mas acho que V. Exª pode capitanear isso ao longo deste ano. Este é um ponto fundamental que trago. O Ministro Kassab já falou aqui, acabamos de recolocar esse ponto. Isso para mim é fundamental. E o exemplo é um só, o Luz para Todos, que ocorreu nos governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Fizeram uso de um recurso que estava na conta de luz de todos nós, e isso fez com que dezenas de milhões de famílias que viviam na escuridão virassem consumidores, ajudassem no crescimento econômico.

Neste caso aqui é uma necessidade estratégica, nos fizeram dependentes disso. Nós hoje somos dependentes; ninguém vive mais sem isso. Agora, não nos deram as condições para que tivéssemos o desenvolvimento adequado para um país continental como o nosso. Hoje, quem tem um pré-pago paga mais caro do que quem tem o pós-pago, não há uma cobertura universalizada, e também temos um sério problema de qualidade. Temos três coisas para atender: melhorar o custo, universalizar – acho que o Dr. Leonardo vai poder fazer isso –, e ter qualidade. São três ações que eu trago no bojo da proposta de avaliação. Isso é muito importante.

E faço a conclusão. A avaliação será realizada pela consolidação e análise das informações coletadas por diversos meios, e traremos aqui. Nós vamos ter que ter muitas e muitas audiências públicas nesse sentido.

E eu trago, como é estabelecido no próprio Regimento Interno, uma sugestão de um conjunto de audiências públicas, em que nós vamos poder fazer avaliação das políticas públicas e, ao mesmo tempo, apontar caminhos para enfrentar essa situação, começando com esta de hoje, que eu já incluí no plano. Acho que ela é uma... Nós estamos fazendo aqui um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de entender um pouco como é que fica o nosso País com corte de orçamento, com falta de definição maior de algumas políticas públicas e com um reclame geral, porque, se existe uma área em que há um reclame muito grande, é essa a área. O usuário reclama muito, e nós podemos, trabalhando com a Anatel, e trabalhando aqui com o Congresso Nacional, trabalhando com as operadoras, trabalhando com as empresas, trabalhando com as universidades, com os centros de pesquisa, nós podemos avançar.

Então, Sr. Presidente, eu trago o cronograma com audiências públicas que vão se estender até o mês de setembro. E apresento, obviamente, essa proposta que pode ser emendada, pode sofrer adendos para que os colegas que compõem esta Comissão, coordenados por V. Exª e o Senador Moka, que é o nosso Vice-Presidente, possam, então, pôr em prática esse relatório que eu apresento. E queria aqui registrar que foi feito com ajuda dos colegas consultores do Senado, e eu ainda estou esperando a colaboração do Senador Walter Pinheiro, meu querido amigo, que ficou, inclusive, de vir hoje, mas certamente teve um problema que o impediu de vir; mas eu vou pedir a ele que dê uma colaboração nessa proposta que eu apresento, porque ele assumiu esse compromisso comigo, quando eu peguei essa relatoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, parabenizo V. Exª e destaco aqui o compromisso de V. Exª com a Amazônia Conectada, com o Xingu Conectado, com o Acre Conectado, porque, sem nenhuma dúvida,...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Os tambores...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... os tambores de comunicação lá da floresta serão substituídos pela banda larga, pela telefonia móvel – sem nenhuma dúvida!

Então, eu coloco em votação a proposta de plano de trabalho do nobre Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Primeiro, me desculpo, mas hoje eu não tinha como não comparecer a uma frente parlamentar de transportadores, de transporte. E tive que ficar lá, eu sou Vice-Presidente. Mas vejo que – não sei se foi explicado – todos os anos a Comissão elege um item que vai ser tratado aqui através de várias audiências públicas. E isso, no final do ano, é votado e é dado como uma contribuição ao setor, no caso, ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministro esteve aqui e disse que, com a colocação do satélite já na órbita geoestacionária, ele dava um prazo. Estabeleceu que, em torno de seis meses, nós teríamos condições de ter esse satélite, e esse satélite possibilitaria uma abrangência muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maior. E falou de todos os Municípios brasileiros, inclusive, de distritos, o que me deixou muito satisfeito.

Eu queria pedir ao Senador Jorge Viana que, nessas audiências, a gente pudesse trazer o usuário, porque é importante que a gente ouça o usuário. É o usuário que tem que vir aqui e falar quais são as principais dificuldades que ele tem. E principalmente este usuário jovem que tem isso como ferramenta.

Eu acho que nós estamos vivendo um período de transição. Quem comanda esses Ministérios, essas coisas normalmente é uma geração que não tem muita afinidade com essa coisa da tecnologia, da modernidade. Então, é preciso técnicos como vocês que possam estabelecer esse intercâmbio. Agora, nós temos que dar poderes ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu assino embaixo do que o Senador Jorge Viana está falando, porque, se nós não fizermos isso, daqui a dez anos, nós vamos ter uma defasagem tão grande em relação ao mundo, que vai ser difícil eliminarmos. Então, eu acho que o momento é este, e é preciso, então, dotar o Ministério das ferramentas de que ele precisa. Na hora, sobretudo, de fazer o orçamento do País, é preciso lembrar que essa área é fundamental para um país que pretenda ser moderno e que queira se inserir principalmente numa economia globalizada, sem falar da área de aprendizado, porque, hoje em dia, tudo está aí.

Então, eu parabenizo a proposta do Senador Jorge Viana. E acho que, Presidente, Senador Otto Alencar, é por aí mesmo que nós... E, claro, a contribuição do nosso amigo, seu e meu, Walter Pinheiro, é inestimável, ele que sempre foi aqui um porta-voz desse setor.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Era só para dizer que as duas observações que V. Exª faz, inclusive, estão aqui. Nós não estamos definindo nenhum convidado. Então, na hora em que formos fazer as oito audiências, certamente essa sua observação será muito pertinente de trazemos, porque é um serviço, tudo está vinculado aos usuários, e é muito importante. E, também quanto ao satélite, já está previsto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª, então, vai acolher aqui a proposta dele?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em uma audiência pública, serão convidadas as pessoas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sim, nós não definimos nenhum convidado. Então, veja bem, quando formos fazer, vamos levar em conta, e eu assumo o compromisso, como Relator da proposta, de sempre, nas audiências pertinentes, termos aí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós vamos encher aqui a nossa sala com a juventude.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Em algumas audiências, certamente é muito necessário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É importante.

V. Exª acolhe.

Então, coloco em votação, com a proposta aditiva do Senador Moka, a proposta de trabalho do Senador Jorge Viana.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a política pública para este ano, que será o estudo da expansão da banda larga no Brasil.

Eu passo a palavra ao Dr. Leonardo e, depois, ao Dr. Ruben.

O Dr. Ruben Delgado é um amigo da Bahia, dos melhores quadros desse setor. É Presidente da Softex e tem colaborado muito ao longo dos anos. Acho que o Dr. Ruben não tem nenhum outro compromisso, pode ficar até mais tarde. Depois, eu quero ouvi-lo, até porque eu tenho um grande respeito pela sua capacidade técnica e também pela sua história de compromisso com o setor.

Com a palavra o Dr. Leonardo Euler.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Muito bom dia a todos.

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar o Presidente desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Otto Alencar. Na pessoa de V. Exª, Senador Otto, eu cumprimento todos os integrantes desta Comissão, em especial o Senador Waldemir Moka, o Senador Jorge Viana, que estava aqui presente, que sempre discutem aqui, com muita propriedade, as iniciativas legislativas que são necessárias para promover a importância da ciência, da tecnologia, das inovações e da comunicação na realidade brasileira.

Cumprimento também todos os integrantes da Mesa, tanto aqueles que já me precederam, como aqueles que os substituíram.

O título da apresentação, Senador – eu começo aqui, ainda no primeiro eslaide –, tem como premissa para esta Comissão que eu tenho convicção, extrema convicção de que, ainda que nós formulemos uma agenda digital ou uma estratégia digital, por mais bem formulada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que seja essa agenda digital, a implementação dessa agenda depende necessariamente de infraestrutura de telecomunicações. Caso contrário, podemos ter a melhor agenda digital, a melhor estratégia digital desenhada, mas, se não tivermos uma infraestrutura de suporte de telecomunicações, essa agenda digital, essa estratégia digital certamente não será exitosa. Ou seja, essa infraestrutura de telecomunicações é condição *sine qua non* para o êxito de uma política, de uma agenda digital que permita, então, ao País avançar não só em termos de produtividade, tendo desenvolvimento no foco de desenvolvimento da questão das TICs, mas também avançar na questão da inclusão digital, que é um fator preponderante atualmente para a própria inclusão social.

E é por isso que eu destaco nesse debate a importância do aprimoramento do marco legal das telecomunicações. Algumas questões já foram ditas em relação aos fundos, por exemplo. E eu quero trazer algumas outras questões também.

E, para falar dessa importância, trago essa frase do ex-Secretário-Geral da UIT (União Internacional de Telecomunicações), um dos órgãos talvez mais antigos da ONU, em que ele fala que, no

> século XXI, a preços acessíveis, redes de banda larga ubíqua serão tão críticas para a prosperidade econômica e social como as redes de transportes, água e energia. Não só a banda larga proporcionará benefícios em todos os setores da sociedade, mas também ajudará a promover o desenvolvimento social e econômico [...].

Então, eu acho que essa é uma frase emblemática, com que eu já começo, então, quando a gente fala de ciência, tecnologia e inovações, destacando que é necessária uma infraestrutura de suporte, que hoje é uma infraestrutura diferente das outras infraestruturas de outros setores regulados, porque tem uma dinamicidade tecnológica que a permeia muito diferente de outros setores.

E, para falar disso também, eu sempre gosto de destacar um estudo que, na minha opinião, é emblemático ou paradigmático do próprio Banco Mundial que atestou, por robustos testes econométricos, que o aumento da penetração da banda larga em 10% gera um incremento do PIB de 1% em média. E esse efeito é ainda maior em países em desenvolvimento, Senador, como o Brasil. E aí eu coloco não só o estudo do Banco Mundial, mas o estudo de outros atores, de outros acadêmicos que atestam a mesma relação de causalidade entre penetração de banda larga e crescimento econômico.

E, mais do que crescimento econômico, banda larga significa desenvolvimento econômico. Na medida em que há esse acesso à internet – e não existe acesso à internet em banda larga sem infraestrutura de telecomunicações –, sendo a internet, então, o principal motor de inovação de que se tem notícia nos últimos tempos, não existe internet, então, sem banda larga; não existe banda larga sem uma infraestrutura de telecom adequada. Então, é necessário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Esse fluxo de informação aumenta; o fluxo de inovação aumenta; e, consequentemente, o acesso ao capital financeiro, o empreendedorismo, que, como o Max diz aqui, é a valorização do próprio trabalho, gerando, assim, um círculo virtuoso na economia. E, quando a gente fala também de banda larga, a gente fala de conectividade de saúde. A partir do momento em que você tem mais informação, e essa informação flui melhor entre os agentes, você tem mais prevenção, através dessa ferramenta, um diagnóstico melhor, um tratamento que pode ser, muitas vezes, feito com telemedicina, e para isso precisa de rede e até de monitoramento. Por exemplo, nos casos da zika que ocorreram no Brasil, o *big data* e outras informações desse tipo podem ajudar a identificar melhor os focos da doença, e isso passa por, sem dúvida nenhuma, tecnologia, inovação e comunicações.

Sobre educação, nem preciso dizer, a internet fornece acesso a fontes de educação enormes. Doutorando em economia, assisto, em várias áreas, a aulas de MIT em outras universidades fora, que são aulas que os professores simplesmente disponibilizam no YouTube. E isso faz toda a diferença na educação, na medida em que um aluno pode ter acesso a muitos mais conteúdos e também os professores podem ter melhores conteúdos para ministrar suas aulas. Então, o impacto da banda larga, o impacto de telecom é transversal em todos os setores da economia. E aqui eu só estou colocando como exemplo a questão da saúde e a questão da educação.

E aí, já entrando na questão do marco legal das telecomunicações, eu acho importante esclarecer isso, conforme a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a Lei 9.472, 1997, os serviços de telecomunicações se classificam em dois regimes: o regime público e o regime privado. No regime público, você tem obrigações de universalização e de continuidade; você tem uma regulação tarifária, são tarifas, e não preços.

E aí, hoje em dia, o único serviço prestado em regime público é a telefonia fixa. Por quê? Porque, quando da desestatização do setor de telecomunicações, culminando na privatização da Telebras, a universalização da telefonia fixa era o grande desafio, haja vista que, em 1997, nós ainda declarávamos no Imposto de Renda as linhas telefônicas, e era um grande desafio. Eu acho que, nesse sentido, a privatização foi muito bem-sucedida, porque conseguiu universalizar a telefonia fixa.

Entretanto, hoje em dia, os serviços mais demandados pela sociedade são prestados em regime privado. No regime privado, baseado nos princípios constitucionais, na atividade econômica, eu tenho preços, e o regime não é de concessão, é de autorização. É importante destacar isso: estar no regime privado não significa ausência de carga regulatória; pelo contrário, a carga regulatória é bastante equiparada entre os dois regimes. E é justamente nesse regime privado em que os maiores alcances, os maiores benefícios, o maior desenvolvimento do setor de telecomunicações aconteceu nos últimos tempos.

Por exemplo, a telefonia móvel celular é prestada no regime privado. Na Anatel – e aqui também considero como título de exemplo, Senador Waldemir Moka –, em 2007, e eu participei ativamente disso, nós fizemos o primeiro edital, o Edital 002, de 2007, para faixas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

radiofrequência para serviços de terceira geração de telefonia celular. Naquela ocasião, existiam no Brasil apenas primeira e segunda geração de serviço de celular. E o Brasil, como os senhores conhecem muito melhor que eu, tem 5.570 Municípios; àquela época, 5.565. Desses 5.565, havia um conjunto de 1.836, lembro os números, Municípios que não tinham acesso a nenhuma telefonia celular, nem de primeira geração, nem de segunda geração, quanto menos de terceira, obviamente, àquela época.

Nós fizemos o quê? "Olha, empresas, se vocês querem levar a São Paulo capital, São Paulo interior, Sudeste, vocês vão ter que levar também a regiões do Norte do País, do Nordeste." Dois anos depois, Senador Waldemir Moka, todos os Municípios estavam cobertos com telefonia móvel celular, ainda que não com a competição que nós queremos, ainda que não... Como o Senador Jorge Viana, nós queremos que esses Municípios cheguem a 4G. Mas eu digo, como exemplo emblemático, que onde deixamos de arrecadar, caso licitássemos, apenas, digamos assim, o filé, esse benefício social, em contrapartida, é quase imensurável. E nós temos um grande desafio ainda de levar essa tecnologia também para os distritos, e não só para os Municípios, haja vista a demanda que existe nesses distritos e haja vista justamente o aumento de produtividade gerado por meio de telecomunicações da economia.

E aí eu coloco um contexto muito importante. O Senador Otto Alencar conhece bem esse contexto, porque foi o Relator de uma matéria muito importante aqui no Senado Federal, o Projeto 79, de 2016.

Atualmente, na telefonia fixa, que, como eu disse, é prestada no regime público, nós temos um usuário que perde importância relativa, ninguém mais hoje quer telefonia fixa, apenas poucas pessoas. Digo que o conjunto de usuários que depende exclusivamente da telefonia fixa, como acontecia antigamente, diminuiu; hoje eles preferem outro serviço, serviço com mobilidade e com banda larga, por exemplo, banda larga móvel. E significativos avanços em termos de cobertura de voz foram alcançados por outros mecanismos que não a telefonia fixa, como o próprio celular. É essa própria história que eu contei do edital de licitação que Anatel promoveu em 2007. E a telefonia fixa, então, já não dispõe – esse é outro diagnóstico – das condições de atratividade e de essencialidade que outrora tinha.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Então, você tem uma perda de atratividade da concessão, e esse diagnóstico é a própria obsolescência da telefonia fixa.

Em 2025, Senador Waldemir Moka, findam os contratos de concessão da telefonia fixa. E aqui nós temos um contexto muito particular do setor de telecomunicações, que é muito diferenciado de outros setores de infraestrutura, porque, no setor de telecomunicações, você tem uma convergência tecnológica, o que significa que essa mesma rede de telecomunicações, que antes era utilizada apenas para suportar a prestação de telefonia fixa, com os aprimoramentos ópticos, sobretudo nas pontas das redes de opticalização, a própria tecnologia ADSL, que foi surgindo, essa mesma rede começou a suportar a prestação de outros serviços,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com a banda larga, consequentemente o acesso à internet, como também a telefonia móvel, na medida em que as antenas, as ERBs, são conectadas por infraestrutura física.

E aí nós temos um problema que gera uma insegurança jurídica. Vencendo em 2025 esses contratos, existe uma divergência grande que gera insegurança jurídica e trava investimentos no setor e que se dão em razão do alcance do instituto da reversibilidade. Ou seja, o que vai reverter para o Estado quando acabar o contrato de concessão em 2025? Vai ser toda essa fibra que apenas 1%, ou menos, é trafegado a telefonia fixa, e o resto é banda larga móvel ou banda larga fixa que já estão no regime privado? Então, as empresas ficam com insegurança de investir por não saberem exatamente qual será o alcance desse instituto da reversibilidade. Isso gera desincentivo aos investimentos e consequentemente prejudica o País no aumento da penetração da banda larga e, consequentemente, nos seus efeitos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico que eu mencionei anteriormente.

Então, para ilustrar, Senador, se o setor de telecomunicações fosse esse navio – permita-me a ilustração – e nós quiséssemos que esse setor de telecomunicações evoluísse no sentido de investimento, num mar de investimentos, o atual marco das concessões seria uma âncora para isso. Ele está travando investimentos no setor, é preciso dizer isso. E um novo marco regulatório, com uma nova base legal, é necessário para conduzir esse barco na direção de investimentos. E o PL 79/2016, que está aqui na Casa, é fundamental para isso. Ainda que possa haver... Eu acho que tem-se discutido, e tem sido o PL 79, talvez por desconhecimento, muitas vezes, taxado de algumas coisas que ele não representa em absoluto; não representa perdão de multas, nada fala de perdão de multas; não representa doação de bens; representa uma oportunidade para o País sair desse contexto de insegurança jurídica e avançar.

Qual é a ideia grande desse PL? A ideia é que, de maneira breve, em síntese, digamos assim, as empresas concessionárias poderão migrar para o regime privado. Mas, à medida que elas migrarem, nós vamos valorar quantos bilhões elas teriam como, digamos, bônus para migrar, tanto em decorrência dos bens reversíveis quanto por outros ônus da concessão que deixam de existir; não se trata apenas dos bens reversíveis.

Então, o PL já prevê que essa diferença do fluxo de caixa vai ser exigida; por exemplo: investimentos em banda larga nas áreas em que não há atratividade econômico-financeira, ou seja, nas áreas em que a iniciativa privada jamais iria se não por esse projeto.

E essa é justamente a ideia. Por exemplo, se nós falamos aqui de uma área de Jorro na Bahia, que o Senador Otto Alencar conhece muito bem, ou de uma área do Caldeirão do Morro, na Bahia também, esses distritos poderão ser alcançados através desses recursos, com tempo adequado. Então, as empresas – e isso vai ser tudo reduzido a termo – serão cobradas por levar banda larga, que é o que a sociedade efetivamente demanda, a essas áreas que não detém atratividade econômico-financeira. É disso que o projeto essencialmente trata. Ele não trata aqui de entreguismo, de doação de bens, como foi erroneamente divulgado. Inclusive, fiquei muito feliz em ver artigos de renomados estudiosos brasileiros, tanto da área de economia, como o ex-Ministro Maílson da Nóbrega, defendendo esse PL, assim como outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

jurisconsultos de enorme peso no Direito Administrativo, como o Prof. Caio Mário. Todos, na verdade, divulgando artigos para que seja desmistificado o propósito desse PL e a sua importância para o Brasil.

É relevante dizer que, com a aprovação da lei, as coisas não vão acontecer. Aqui, o legislador está oportunizando que as concessionárias e o poder concedente possam sair do equilíbrio ineficiente e gerar mais investimento na economia. E todo esse investimento, toda a precificação vai ser devidamente acompanhada pelo TCU. Por isso, coloquei ali que a AGU participará deste processo e o TCU, como órgão de controle. Não existe aqui nenhum, de maneira alguma, entreguismo. Acho que esse debate tem de ser feito, como o Senador Otto colocou, com bastante racionalidade, sem maniqueísmos, sem extremismos, para que possamos avançar.

Eu queria dizer também que esse projeto não é algo do Governo atual. O PL foi proposto em outubro de 2015. No ano seguinte, em abril de 2016, foi emitida uma portaria do então Ministério das Comunicações. Estava lá o Ministro André Figueiredo, que coloca ideias exatamente no mesmo sentido do PL. Posteriormente, a Presidenta Dilma expediu um decreto, em maio, que instituiu o Programa Brasil Inteligente, que também se encaixa perfeitamente no PL tão bem relatado na Comissão de Desenvolvimento Econômico pelo Senador Otto Alencar.

Como eu disse, esse processo vai passar pelo TCU em mais de um estágio, haverá etapas. Se aprovado, pretende-se contratar também mais de uma consultoria para fazer a devida precificação disso – pelo menos duas consultorias –, de modo que não haja nenhuma dúvida, que não paire nenhuma dúvida sobre a adequada precificação desse rearranjo do contrato de concessão, da adaptação do contrato de concessão para o termo de autorização.

Então, como falei, esse projeto significa uma oportunidade de atração de investimentos. Atrair investimentos e dinamizar esse setor significa uma solução de política pública regulatória equilibrada, uma solução que atende o interesse público, dá a estabilidade regulatória necessária para essa atração de investimentos e promove a expansão da banda larga naquelas áreas em que há menor atratividade econômico-financeira.

Eu estou falando muito rapidamente, Senador, desculpe-me, porque sei que o tempo é limitado.

Quero dizer que esse projeto significa efetivamente inserir a banda larga no centro da política pública. Por isso, eu deixo aqui o número desse projeto, Senador Waldemir Moka, que a Anatel entende que é importante para o País. O Ministro Kassab também já deu declarações importantes sobre esse projeto. É importante dizer que, a partir do momento em que o Ministro Kassab assumiu o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ele compreendeu a importância desse projeto e esse projeto ganhou uma nova dimensão que, como eu disse, vai poder inserir a banda larga no centro da política pública.

Outras questões foram aqui levantadas, como os fundos, que são iniciativas legislativas extremamente importantes. Existem algumas em relação ao Fust, mas também não é só o Fust.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há a questão do Fistel, que é preciso endereçar melhor. Se queremos a Internet das Coisas, que tem como tecnologia central, ou nodal, a M2M (*Machine-to-Machine*), como o Max comentou aqui há pouco, precisamos que não haja um Fistel tão oneroso para esse mundo de Internet das Coisas. Como ainda não começou essa tecnologia da comunicação entre máquinas, é importante que isso já não comece onerado, porque, se isso começar onerado, primeiro, vai prejudicar o seu desenvolvimento e, depois, sabemos como é a realidade com o Ministério da Fazenda: o País tem contingências fiscais, então é difícil. Temos que equilibrar essas contingências fiscais com as políticas públicas. Portanto, é bastante importante que tenhamos em conta essa questão.

Por fim, também a questão do satélite, que o senhor colocou muito bem, no caso, o SGDC. Eu tive a oportunidade de relatar uma matéria na última reunião do Conselho Diretor da Anatel, que confere mais 500MHz à banda Ka, para aplicação em satelitais, justamente para essas regiões mais remotas, Senador, que, às vezes, dependem de uma capacidade satelital, que tem ganhado muita escala, tem ganhado muita capacidade e, portanto, é uma iniciativa importante para o Brasil. Nos últimos anos, a Anatel promoveu diversas licitações para conferir posições orbitais para satélites e eu acredito muito no potencial.

É igualmente importante desonerar o que chamamos de VSATs, que são aquelas pequenas antenas satelitais de recepção do sinal satelital. O usuário tem que pagar R$200 para a instalação de cada antena dessa; depois, todo ano, R$201; em termos de taxas de fiscalização de funcionamento, mais R$100. Isso evidentemente prejudica a expansão da banda larga via tecnologia satelital justamente nessas áreas mais remotas, que carecem de maior infraestrutura de telecomunicações.

Agradeço a oportunidade, agradeço o convite e fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero agradecer e parabenizar o Dr. Leonardo. Está liberado, se tiver algum compromisso agora.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Vou ficar esperando o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vai ficar esperando.

Essa questão que ele colocou da Lei Geral de Telecomunicações, da alteração do Projeto 79, de 2016, realmente eu relatei e acredito que é um projeto importante. Tive a preocupação de ler toda a auditoria do Tribunal de Contas da União. Chegaram a dizer que o projeto isentava as empresas de multa; não existe nenhum artigo, nenhum inciso, nenhum parágrafo que isente de multa, absolutamente.

E a avaliação que foi dada de público do valor atual de R$130 bilhões não corresponde à realidade. O próprio Tribunal de Contas não avalia por um preço alto, que é um valor alto, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



é de quase R$17 bilhões, que seria, com toda a segurança, dentro do projeto, investido na expansão da banda larga no Brasil, o que seria uma coisa importante.

Está aqui no Senado Federal. O Presidente Eunício ainda não pautou essa matéria para ser discutida, conforme requerimento feito no plenário. Eu acho que seria importante discutir, porque seriam investimentos importantes agora para a expansão da banda larga no Brasil.

Então, agradeço e passo a palavra ao Dr. Ruben Delgado, que é representante...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador Otto, seria importante, em vista até da polêmica criada, que as próprias empresas... Ele citou aí gente capacitada que escreveu artigo mostrando a importância, mas é fundamental que o setor diretamente envolvido saia em defesa, porque aqui fizeram um carnaval – meia dúzia de Senadores, a bem da verdade – dizendo que o projeto foi votado às pressas e que se estava fazendo doação. Então, eu acho que isso precisa ser... E não há ninguém com mais autoridade do que a Anatel e o próprio segmento organizado, as empresas que operam o sistema. Não há nada disso.

Isso aqui só vai melhorar, porque aí o Plenário precisa... Há que se entender que, no Plenário, com raríssimas exceções, não há ninguém com menos de 50 anos – 50, 60, daí para cima. E não estou dizendo que esse público não entenda, mas não domina o conhecimento dessa geração que está vindo aí. Então, eu acho fundamental que isso seja colocado da forma mais direta e mais didática possível, porque, às vezes, as pessoas não conseguem entender, não conseguem acompanhar. Dependendo da geração, não conseguem mesmo.

É só uma observação nesse sentido, que eu acho fundamental até para sair em defesa de quem relatou. Eu particularmente sou suspeito, só sou colega duas vezes, nós dois somos médicos, mas eu acho que não houve nada de errado com o relatório do Senador Otto Alencar, mas foi feita uma...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Distorceram os fatos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... coisa que não corresponde à veracidade dos fatos. E seria oportuno que, quando da votação da discussão disso daí, viessem pessoas capazes de... Não é nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nós poderíamos – inclusive, eu acato a indicação de V. Exª, Senador Waldemir Moka – realmente fazer aqui um convite para que, na Comissão, pudéssemos discutir, trazendo pessoas até indicadas pela própria Anatel, pelo setor, para debater o assunto e, a partir daqui, de alguma forma, fazer uma provocação ao Presidente da Casa, Senador Eunício Oliveira, para que essa matéria...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quem sabe uma audiência pública conjunta da CCT e da CCJ, para onde o projeto foi remetido – a título de sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Vamos pensar nisso.

Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Obrigado, Presidente, Senador Otto.

Eu queria apenas congratular a proposição do Senador Moka. Eu acho que realmente nós não podemos ter receio do debate. É um projeto importante para o País. Que se faça o debate necessário, até com as pessoas que eventualmente são contra, para que nós possamos esclarecer os pontos. Quero dizer que, na minha opinião, quanto mais tempo nós perdermos em aprovar esse projeto... É como se tivéssemos um gelo de investimento derretendo, e quem perde é o País.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E a projeção é que, em 2025, esse patrimônio todo deverá valer absolutamente...

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Nada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... nada.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Ou o Estado pode até ter que amortizar as empresas, ressarci-las.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Estado vai ter que ressarcir as empresas...

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Os investimentos não amortizados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os investimentos não amortizados. Quer dizer, é uma coisa de uma incoerência tão grande! Quer dizer, às vezes, na busca de uma popularidade, de buscar densidade eleitoral, fazem-se informações completamente distorcidas e inverídicas, o que é um hábito da política brasileira que, tenho absoluta certeza, nem V. Exª tem nem eu tenho, porque sempre meu pautei por aquilo que posso dizer com convicção e com verdade.

Passo a palavra ao meu prezado amigo e Presidente da Softex, Dr. Ruben Delgado.

O SR. RUBEN DELGADO – Muito obrigado, Presidente Senador Otto Alencar, Senador Moka.

Inicialmente eu queria fazer dois avisos. O Senador Walter Pinheiro me mandou uma mensagem dizendo que, ontem, ele foi ao extremo sul da Bahia com intenção de vir a Brasília ontem à noite mesmo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu dei falta a ele aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RUBEN DELGADO – Deu falta, não é? (*Risos.*)

Ele pede desculpas e diz que realmente gostaria de estar aqui. Mandou uma mensagem para que eu transmitisse a V. Exªs.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria que você mandasse um abraço, porque o Senador Walter Pinheiro é um grande amigo, uma pessoa por quem eu tenho profundo respeito.

O SR. RUBEN DELGADO – Todos nós.

O segundo é que o Jorge Viana me chamou de chileno, e eu queria também esclarecer. Realmente, Senador Otto, eu nasci no Chile, mas, como dizem na Bahia, para ser baiano não precisa ter nascido na Bahia. Então, com muito orgulho, sou baiano e luto pela terra e pela tecnologia.

Eu queria dar outra visão: o desenvolvimento tecnológico e inovação é muito inteligente porque deixa um tema transversal. Aqui foram várias pessoas abordando temas muito inteligentes e, evidentemente, eu vou dar uma outra leitura, uma leitura de economia, uma leitura de oportunidade do País.

Não preciso dizer... Estou vendo vários colegas e todos sabemos o que aconteceu. Eu queria realmente que entendêssemos, nesta Comissão, que a única forma rápida de mudar a economia de um País, de um Estado ou de uma cidade é através da tecnologia de informação.

Existem vários exemplos no mundo. Não estou discordando, em hipótese nenhuma, do que foi colocado agora, mas uma agenda digital não necessariamente precisa de infraestrutura. Por exemplo, a Índia se posicionou no mercado como a grande fábrica de *software* do mundo. Então, todo mundo sabe que a economia da Índia mudou graças às fábricas de *software*. Várias comissões aqui já foram visitar Bangalore, já foram visitar Chennai, e, no entanto, ela não é um país fibrado.

Isso não quer dizer que estou contra. Evidentemente, para mim, é fundamental, é básico V. Exª ter infraestrutura de telecomunicações, senão nenhuma outra indústria se desenvolve e muito menos o social. Portanto, estou totalmente de acordo com essa agenda e parabenizo aqui todos os que falaram antes de mim, porque estamos todos alinhados.

Também, como exemplo, podemos dizer que houve posicionamentos de Israel, Senadores, como o grande celeiro de *software* e não de desenvolvimento de sistema. E não é qualquer *software:* é *software* de defesa. Resultado: todo mundo que precisa de *software* de defesa vai para Israel. Já houve comissão aqui indo para a Israel ver *software* de defesa. E, assim, Irlanda e outros países. E, assim, Estados e Municípios. Nem sei o partido da prefeitura de Florianópolis, mas ela modificou... O seu secretário hoje é um empresário – acho que até hoje está lá – que foi da Acate, que é a Softex de Florianópolis. E simplesmente transformou Florianópolis numa cidade digital. E a maior contribuição de ISS daquela cidade vem das empresas de TI, é o número um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Também não preciso dizer o que Pernambuco fez. Pernambuco colocou a metade da Celpe em investimentos em TI, onde a Softex Recife teve realmente uma ação muito forte. Portanto, realmente é essa a indústria que pode modificar a economia de um País; é essa a indústria que pode modificar, porque pode dar realmente não só modernidade, mas trabalho, emprego e renda para todos.

E o que é que nós temos feito? Eu realmente gosto de elogiar e não de criticar. Desde FHC até o Governo atual, temos visto algumas atitudes, mas temos perdido realmente algumas oportunidades. Todos sabem que, quando nasceu a urna eletrônica, Senador Moka, o Brasil foi o primeiro lugar onde se fez uma eleição 100% informatizada. E o que é que nós ganhamos com isso? Era para o Brasil estar fazendo eleições informatizadas para o mundo inteiro, Senador Otto, mas nós perdemos essa oportunidade. Hoje nós não somos o melhor, nós fomos o melhor. Também em época de banco, vocês se lembram bastante, o sistema bancário brasileiro era o melhor do mundo, talvez até pela troca de moeda, pela instabilidade – não importa, tecnologicamente era o melhor do mundo. E aí eu pergunto: o que nós ganhamos com isso? Nós temos as melhores empresas de *softwares* para bancos do mundo. Essas oportunidades, nós estamos perdendo. E por que é que nós as estamos perdendo? Nós as estamos perdendo por causa de uma coisa chamada posicionamento.

Hoje no mundo existe um grande *shopping center.* Esse *shopping center* se chama mercado de tecnologia da informação. É nesse mercado onde as lojas que estão lá fornecem os maiores ricos. Segundo a revista *Forbes*, dos cinco, os três maiores estão lá; dos vinte, dez estão lá. Portanto, é a melhor economia para se ganhar dinheiro. E quando falo em ganhar dinheiro, eu digo o País. E o que é que nós estamos fazendo nesse grande *shopping*? É o problema. Os países têm se posicionado, as empresas têm se posicionado, mas nós, infelizmente, ainda não nos posicionamos.

Nos governos anteriores, nos governos FHC e Lula, não houve uma política, houve uma política um pouco mais tímida; no governo Dilma houve a definição dos ecossistemas digitais, que para mim foi um excesso, eram quatorze ecossistemas digitais. Quatorze ou doze?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBEN DELGADO – Treze, perfeito, faz sentido.

Treze ecossistemas digitais é muito. Nós não podemos ser bons em treze coisas. Nós não podemos ser bons em treze coisas. Então o Brasil tem que se posicionar em alguma coisa que os outros países venham comprar na mão da gente.

E aí há exemplos. Se você pega, por exemplo, a Lei de Informática, como foi muito bem colocado aqui por Max, vê que a Lei de Informática vem de demanda do setor privado, ela pega a demanda do setor privado. Se, no lugar de demanda do setor privado, fossem demandas do País, se aquele dinheiro todo que nós usamos, da Lei de Informática, fosse direcionado para *agribusiness*, por exemplo, ou para *software* de governo, ou para qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coisa, hoje nós seríamos o celeiro de *agribusiness* do mundo, e todos os países viriam comprar *software* de *agribusiness* aqui.

O que nós estamos fazendo? Infelizmente, ainda estamos transformando o País num consumidor de tecnologia. Em tudo que foi falado até agora, nós consumimos tecnologia, e, como consumidores de tecnologia, nós nos distanciamos cada vez mais dos países do Primeiro Mundo. Portanto, acerta a Cepim quando trata de uma agenda digital, que seria a nova política que vem aí. Acerta totalmente a Cepim ao tratar desse assunto, ao chamar os parceiros e os protagonistas da área de TI e formar uma agenda digital que seja de 10, de 15, de 20 anos, que não seja de dois anos.

Também você vê... Todas essas ações que foram colocadas têm que mirar alguma coisa. Eu digo claramente que, se você colocar os Estados Unidos... Olha o posicionamento americano! Existe um problema nos Estados Unidos que se chama educação. A educação... Não sei se vocês sabem, mas 50% dos candidatos a mestrado e doutorado nos Estados Unidos são de fora. E por que os Estados Unidos não entram em colapso educacional? Simples, eles acharam a solução. A solução se chama H1B, o visto para gênios. É o visto que serve como um ímã para a atração de pessoas. Serve totalmente como o então...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUBEN DELGADO – Um estudante nosso, aqui, evidentemente, vai para os Estados Unidos, faz mestrado, faz doutorado e fica lá. Eu não preciso dizer que nós somos bons, gente! Nós temos pessoas brasileiras em todas as empresas do Vale do Silício! Em todas as empresas! Um sobrinho do Senador Otto está lá. É isso o que nós queremos para o nosso País? Ficar exportando? Gente, essa briga nós já perdemos. Essa briga realmente nós já perdemos, e nós estamos exportando gente.

Então, de que forma a gente consegue recuperar isso? A gente precisa, hoje, de uma formação muito grande de engenheiros, muito grande de mestrandos e de doutores para fazer ciência e tecnologia neste País. E não só isso: base de pirâmide também. As empresas reclamavam aí de uma vacância de cem mil vagas. Nós fizemos o Brasil Mais TI, operado pela Softex. Os números apresentados por Max respondem a essa necessidade de base de pirâmide e, sim, são 300 mil alunos. Vai ser lançado agora o Brasil Mais TI 2.0, com acessibilidade, evidentemente, para pessoas com deficiência, que deve ser lançado já na semana que vem, para a base de pirâmide. Também não é suficiente.

Nós precisamos de empreendedores. Vocês não sabem o que foi o *Start-Up* Brasil. O *Start-Up* Brasil foi um sucesso tão grande... Nós ganhamos – inclusive, o Max esteve lá –, no ano passado, o prêmio da segunda melhor iniciativa de governo pela Enap, Escola Nacional de Administração Pública. O Max foi bem claro: para cada real investido pelo governo, três reais da iniciativa privada. Ora, nós hoje temos *startup* – o Gontijo sabe – que tem seu *software* na Nasa. Na Nasa! Empresas que foram vendidas que têm *funding* de R$16 milhões e que eram de fundo de quintal! Esse programa tão bem-sucedido é o caminho mais curto para a produção desses empreendedores, dessas pessoas que querem e que vêm fatalmente transformar o Brasil, só que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a gente precisa fazer disso uma verdadeira indústria de novas empresas gerando riqueza. É por isso que eu digo que realmente é o caminho mais curto para mudar o País.

Não preciso vender aqui – todos vocês conhecem muito bem – que todas as profissões serão impactadas, todos os negócios serão impactados, não só com M2M, IoT, BigData, computação quântica. Todos os negócios serão impactados, e o país que vai vencer é aquele que for mais rápido na aplicação das suas políticas públicas. Esse é o país que vai vencer.

Nós temos pessoas competentes, nós temos vontade. O que precisamos é acelerar as políticas públicas. É por isso que a importância desta Comissão é tão grande e, aí, eu parabenizo realmente o Senador Otto, amigo, por ter aceitado e por ter assumido esse compromisso. O Senador Jorge Viana disse "precisamos defender o orçamento do MCTI". Não tenho autorização nenhuma para falar em nome de ninguém do MCTI, mas tenho certeza absoluta de que desde o motorista, o *boy* até o Ministro concordam com isso. Todos concordam que uma falha, um corte de 44%, será paga pelas próximas gerações e será um atraso para as nossas empresas que querem entrar nesse mercado.

Senador Moka, vou dar números da Apex para V. Exª. Essa área é tão boa, tão boa que, em dez anos, nós multiplicamos por 20 o número de exportações. Que área fez isso? De R$100 milhões para R$2 bilhões de exportação? Se eu tivesse R$1 eu investia nessa área, porque, em uma década, consegue exportar por 20. O nosso programa, que é um acerto também da Apex, a qual estou elogiando, simplesmente é responsável por um terço das exportações brasileiras na área de *software* e serviço de TI. E isso sem um direcionamento claro, e isso sem uma indústria clara, sem um posicionamento do tipo "olha, nós vamos ser uma fábrica de *software*, vamos ser um ecossistema digital de *agribusiness*, de segurança". Então, realmente, é uma área promissora, é uma área que todos reconhecem como tal.

Uma fala que é interessante vocês entenderem é que, na crise de 2008, lá na Inglaterra – viu, Senador Otto? –, houve um contingenciamento geral. Todos os ministérios foram contingenciados, tiveram seu orçamento contingenciado, menos ciência e tecnologia. A Inglaterra entendeu que o único Ministério que não deveria ser contingenciado era ciência e tecnologia. Realmente, isso é importante.

Evidentemente que eu tenho que falar um pouquinho sobre o que a Softex faz. A Softex é uma OSCIP privada, o seu conselho, na maioria, é público; ela tem uma ligação muito forte com o MCTI e com a Sepin – eu arriscaria dizer que é uma ferramenta de aplicação de políticas públicas do Ministério da Ciência e Tecnologia – e atende exatamente esses problemas que estou colocando, de desenvolvimento dessa indústria de TI, das empresas, das pessoas, e de forma transversal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RUBEN DELGADO – Quanto é importado? Qual é a participação da indústria brasileira? Nós perdemos, a balança é desfavorável. Posso trazer esses números, mas não trouxe hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Uma das políticas públicas aplicadas que nós fizemos foi quando nós atendíamos à aérea de defesa, depois do efeito Snowden. Não sei se vocês sabem, mas nós não tínhamos nenhum antivírus brasileiro cujo *engine*, cujo motor fosse brasileiro. Evidentemente, isso deixa o país vulnerável. V. Sªs leem e sabem, por exemplo, a potência que outros países têm numa guerra cibernética. Imaginem, numa guerra cibernética, poder parar todas as ruas, todas as luzes, tudo que anda por aí. Foi necessário o desenvolvimento de uma *engine,* de um motor de busca, de um motor de defesa. Nós fizemos, em PID, um antivírus, através de empresas, 100% brasileiro, um *firewall* 100% brasileiro.

Na área de capacitação, já falamos do Brasil Mais TI. Na área internacional, junto com a Apex, também já falei os números. Em relação ao Start-Up Brasil, o Max já colocou os números também. Esse é exatamente o diferencial de que a gente precisa. Temos o Observatório Softex, que faz estudos. Por exemplo – talvez V. Exª se interesse, Senador –, nós analisamos ecossistemas digitais. Então, o que lançamos no mês passado foi o ecossistema de agrobusiness. Eu vou mandar alguns exemplares para serem distribuídos entre os Senadores. Ele analisa um ecossistema de agrobusiness para a área de TI, com fornecedores, com demanda, com oferta, com necessidades, para que, realmente, esse ecossistema possa se estruturar. O nosso desejo é que essas escolhas sejam feitas, mas, enquanto isso, estudamos alguns ecossistemas.

Na área de investimento, operamos o BNDES, a metade do Prosoft vem da operação de Softex. Nós já fomos responsáveis pela consolidação das maiores empresas de TI que hoje rodam no Brasil, empresas de US$1 bilhão. Nós fizemos isso, mais de R$3 bilhões já passaram nesse processo de consolidação do Prosoft. Portanto, é um instrumento de operação de políticas públicas muito interessante, que responde, que está à disposição de vocês para discutir exatamente o posicionamento que essa indústria deve ter do ponto de vista de economia, do ponto de vista de como aproveitar essa oportunidade, Senadores, que transforma países. Volto a dizer, é a forma mais rápida de transformar países, de transformar Estados e Municípios. Não trouxe só exemplos de fora, trouxe exemplos também do Brasil.

Portanto, eu queria, mais uma vez, agradecer e me colocar à disposição, rapidamente, pois tenho que pegar um avião. Agradeço, realmente, Senador, e coloco-me à disposição para debater cada ponto desses. Acho que esta Comissão deve enxergar também a TI como uma oportunidade para o país, como uma oportunidade para transformar não só a indústria, mas a sociedade.

(*Soa a campainha*.)

O SR. RUBEN DELGADO – A tecnologia da informação como ferramenta de desenvolvimento do país é pauta Sepin, é pauta Softex, é pauta em que esta Comissão pode nos ajudar bastante.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quero agradecer ao Dr. Ruben Delgado, que é baiano, tem toda a formação de baiano. Até o sotaque já está baiano. Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria, de alguma forma, atender aqui ao usuário Lucas Souza, que faz uma pergunta. Eu pediria ao Dr. José Gontijo que respondesse. O senhor pode ler a pergunta e responder, porque ele deve estar nos acompanhando agora.

O SR. JOSÉ GONTIJO – Obrigado, Senador Otto.

Senador Moka, não sei se o senhor se recorda, eu o conheço da época de Deputado lá em Mato Grosso, em uma audiência que a gente fez lá na Câmara Municipal. E, desde então, o senhor tem trabalhado bastante na área de ciência e tecnologia. Então, é uma satisfação estar aqui com o senhor também.

Bom, o Lucas Souza pergunta se o MCTIC tem algum projeto além de regulação, que é, conforme ele afirma aqui, a única atividade que todos percebem da Sepin. Eu acho que o Ruben foi bem claro aqui, e o secretário também. Várias atividades que estamos fazendo vão muito além de regulação. Regulação é uma atividade, do ponto de vista de telecomunicações, muito aderente ao Stel e à Anatel e influencia bastante as questões de TIC. Mas, dentro da Sepin, a gente tem o Plano Nacional de Internet das Coisas, que atua nas questões econômicas, questões de capacitação, questões regulatórias, óbvio, tem que passar por isso. E temos a Anatel para nos auxiliar nisso. Há a Agenda Digital Brasileira, que vai definir os rumos do futuro. Então, a gente entende que não são as únicas atividades. Temos empreendedorismo, incentivo ao desenvolvimento de *software* e capacitação em TICs em todos os setores, por exemplo, com o ensino a distância e com o Brasil Mais TI. Então, a gente entende que há várias ações em andamento que não só regulação. Por exemplo, a área de microeletrônica tem vários centros de pesquisa, várias *design houses* projetando, mais de mil profissionais preparados para projetar chips no Brasil, com tecnologia nacional. Várias indústrias se estabelecendo no Brasil, com investimentos. Cada fábrica dessa é um US$1 bilhão. Então, isso está acontecendo.

Ele pergunta também em relação ao que aconteceu com o Brasil Mais TI e o Start-Up Brasil. O Max apresentou os resultados passados, e o Ruben acabou de apresentar para vocês o que vai acontecer e vai continuar acontecendo, que é capacitar a população não só em nível de mestrado e doutorado. Eu ouso, até para fazer uma provocação: por que não colocar programação no ensino fundamental? Ainda que a gurizada vá para a área de agronomia, medicina, para outros setores da economia. Com a digitalização de todos os setores produtivos, se ele souber programar, vai poder olhar para a cultura da cana-de-açúcar, da soja e saber que a programação pode lhe auxiliar a tornar aquilo mais eficiente. Então, isso está na agenda da Sepin, como fazer isso acontecer.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Hoje há uma coisa chamada agricultura de precisão.

O SR. JOSÉ GONTIJO – Exatamente.

Aí, dentro do Plano Nacional de Internet das Coisas, que a gente está trabalhando, houve consultas públicas, estamos com um trabalho muito próximo com o BNDES, com participação, inclusive, da Anatel e Softex, e buscamos chegar a todo esse ecossistema de forma que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

coloque TIC não como uma vertical. O Ruben usou o exemplo da Inglaterra, e eu trago, fazendo analogia, para o setor de TICs no Brasil. TIC não é uma vertical, não é um tema específico para a gente apoiar. Ele é transversal a todos os setores econômicos, todos os setores de serviço. Então, ao apoiá-lo, você evolui todos os setores de uma maneira homogênea e permite que o Brasil consiga avançar muito mais. Acredito que esse seja o nosso posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero agradecer ao Dr. José Gontijo.

Pergunto se algum Senador quer fazer algum questionamento.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não é um questionamento, Senador Otto Alencar. Eu comentava algo aqui com o Senador José Medeiros, que não é da minha geração, evidentemente. É só olhar a cor do cabelo dele e o rosto, para ver que é um jovem. Mas eu quero dizer para você que essas siglas... É preciso que vocês entendam que a maioria não tem isso, porque isso faz parte do dia a dia de vocês. Então, quando se cita uma sigla, é importante explicar, porque ele não entende, ele não está habituado até com esse linguajar. Eu não sei se sou só eu. E olha que eu não sou tão desinformado. Mas é como se eu e o Otto aqui começássemos a usar uma linguagem estritamente médica, porque as pessoas que não detêm o conhecimento têm dificuldade.

Então, eu acho que é isso. E, segundo, eu concordo com o que diz o chileno – permita-me, é só provocação – ou baiano. Então, não tenho a menor dúvida disso: quem não acompanhar isso, o país que não acompanhar isso, nos próximos cinco, dez anos, está fora mesmo. Não há como. Nós vamos ser sempre importadores de tecnologia, ao passo que, pelo que eu entendi, nós temos gente capacitada, gente inteligente, capaz de gerar a tecnologia. Ao invés de sermos importadores, temos condições até de ser exportadores dessa tecnologia.

Agora, nós precisamos fortalecer esse segmento. E o fortalecimento disso passa por um convencimento de Parlamentares, sobretudo na hora do Orçamento. Eu acho que é fundamental dizer da importância que tem para o País um investimento nessa área. E acompanhar isso de perto, mostrando a importância da evolução.

O Caiado, um dia desses, disse o seguinte: não vai levar cinco anos, dez anos, os tratores não terão mais o tratorista. É verdade isso. Agora, isso aí vai tirar emprego? Vai, mas vai gerar muito emprego também, e empregos mais qualificados até. Agora, você precisa preparar essa mão de obra qualificada.

Vou dar um exemplo: Foz do Iguaçu é uma cidade, do outro lado, Ciudad del Este. Há um tempo, você ouvia falar de Foz do Iguaçu sempre nas páginas da delinquência, de drogas. A Itaipu, que é a empresa lá, implantou lá um Centro de Tecnologia, de Inovação e Informação. Eu estive visitando, porque nós temos Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, e, do outro lado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Pedro Juan Caballero. Vira, mexe, nós estamos vendo em Pedro Juan quase que um filme de faroeste.

Eu estou tentando implantar ali um Centro de Tecnologia, de Inovação e Informação para qualificar a mão de obra do jovem, porque lá virou até uma universidade esse Centro de Tecnologia, eles têm carro com motor elétrico, desenvolvido pelos próprios alunos de lá.

Não é à toa que, no *ranking* de professores, Foz do Iguaçu, se não está no topo, é o primeiro lugar em termos de qualidade de ensino, de professores.

Quer dizer, quem está contribuindo para isso? É o centro de tecnologia, de inovação e informação. Imagine se fosse possível instalar isso em todas as regiões brasileiras, sobretudo naquelas da região de fronteira. Imagine a importância que tem esse sistema no controle de contrabando, de droga. Imagine isso atuando desse jeito. Nós teríamos realmente, só na área de segurança, uma grande contribuição a dar a este País.

Então, quero finalizar, Senador, agradecendo.

Sou daquela geração... Máquina com mais de três botões eu tenho dificuldade de operar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Creio que não, Senador Moka. V. Exª está em plena forma.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, Senador Moka, o caso é que ele é modesto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Muito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Nascido ali na fronteira, comporta-se como mineiro.

Penso que hoje a nossa reunião aqui exemplifica bastante como é visto o setor no Brasil inteiro.

Esta Comissão era para estar lotada, dada a importância do tema. A gente nota que o Senador Otto, que é Presidente, faz de tudo para trazer bons temas, mas o assunto não apaixona muito. As pessoas não se tocaram ainda da importância que ele tem, embora esteja na frente das vistas, porque hoje você chega ao restaurante, o prato de comida está lá, e está todo mundo teclando, todo mundo usando a tecnologia. Você consome tecnologia o tempo inteiro. Aqui no Senado mesmo, nós estamos com *notebooks*, está tudo *on-line*. Ao mesmo tempo, parece que a gente se satisfaz em ser apenas consumidor disso.

Eu vi uma frase, certa feita – não lembro o pensador –, que diz o seguinte: tem gente que sabe que a história aconteceu, outros a veem acontecer, e outros a fazem acontecer. Nós poderíamos muito bem estar fazendo a história acontecer. Penso que demos vários passos atrás,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como se não bastasse termos ficado naquela reserva de mercado, naquela época, o que nos atrasou bastante.

Mas tenho uma preocupação maior, que remete... Vou mexer agora, um pouco, com o Estado da Bahia – embora isso não seja aconselhável com o Senador Otto à mesa. A Bahia já foi um grande centro econômico do Brasil. Hoje o cacau já não é essa coisa toda, mas já foi. Isso saiu, inclusive, em filmes, em novelas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Daí a expressão: "Ele é cheio do cacau!"

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cheio do cacau! Exatamente por causa disso.

Olinda já foi um grande centro econômico do Brasil por causa da cana-de-açúcar, aquela coisa toda; no Vale do Paraíba, o café.

E eu me preocupo, porque tem tudo a ver com o meu Estado e com o Estado do Senador Moka, porque agora nós somos soja, grãos, aquela coisa toda, agricultura, agropecuária. E estamos cantados em verso e prosa. Neste ano, Mato Grosso está com 27% da produção nacional – 27%! Isso é muito... Há muitos números, está cantado em verso e prosa, contribui com não sei quanto da balança comercial. Sim, mas temos que olhar para a história: a Bahia já foi muito mais que isso; Olinda já foi. E o que aconteceu? Não produziram conhecimento. O Brasil, eu vejo que ele não incentiva tanto a produção do conhecimento.

Eu fico preocupado porque vou de Rondonópolis a Cuiabá, Senador Otto, e há poucos dias estava parada a pista. Eu pensei: deve ser algum acidente. Bem, andei, andei, e não havia nada de acidente. O que era? São 200km em que há tanta carreta que, daí a pouco, vai parando o trânsito. O que ocorre? Eu fiquei pensando: você lota um bitrem de 9 eixos de soja, e uma caixinha de celular, desse tamanho, com 10 celulares vale mais do que um bitrem daquele. Conhecimento! Conhecimento encaixotado em uma caixinha.

O Vale do Silício, na Califórnia, produz conhecimento. E aí eu fiquei pensando: Detroit produzia automóveis. Nossa, produzia automóveis... Aquela coisa toda! Detroit, hoje, é uma cidade fantasma, e o Vale do Silício está aí. Cada um de nós não vive sem uma porcaria dessas – porcaria no bom sentido, porque facilita a nossa vida.

Os aviões, hoje, todos são tecnologia pura. E por que a gente não participar disso?

Nós fazíamos parte dos BRICS. Eram os emergentes: Brasil, China, Índia, Rússia, África do Sul. E o que me incomodava era que, embora o Brasil estivesse bem economicamente no *ranking* daqueles países, na época do bum econômico aqui, nos indicadores de educação nós estávamos lá atrás.

O que aconteceu? A Índia, hoje, vende serviços, vende conhecimento para o mundo inteiro. Boa parte dos *call centers* norte-americanos estão na Índia; boa parte do imposto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

renda dos norte-americanos é feita na Índia; boa parte dos programas da Microsoft etc. são feitos onde? Na Índia. Eles produzem conhecimento.

E nós temos dificuldade, lá em Mato Grosso, Senador Otto, de encontrar operadores para essas máquinas um pouco mais modernas. Então, esse é o nosso desafio.

Por isso eu digo da importância desta Comissão de Ciência e tecnologia. Eu brigo toda vez para poder estar aqui, porque precisamos fazer com que o País entenda que nós não vamos a lugar nenhum... Dizem que, quando você não tem um projeto, você vai fazer parte do projeto de alguém, e eu temo que a gente vá ficar vendendo arroz a preço muito barato.

Para finalizar, a minha preocupação é que já está sendo transferida tecnologia. Até nós mesmos estamos ensinando a África a plantar, porque ela tem um clima um pouco parecido com o nosso, só que fica na metade do caminho do nosso principal comprador, que a China. Esse é, eu diria, o grande desafio que nós temos.

Muito obrigado, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador José Medeiros, parabenizo V. Exª. Concordo plenamente.

Acho que não há nenhum outro debatedor que queira questionar.

Quero agradecer a presença de todos os nossos convidados, parabenizá-los pelas explanações bem conscientes...

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS (*Fora do microfone.*) – Posso fazer uma consideração final?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O Leonardo quer fazer uma consideração final.

Vou passar a palavra a ele.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – V. Exª me permita, porque tenho que fazer um reconhecimento, um mea-culpa.

O Senador Waldemir Moka colocou muito bem: paradoxalmente, nós somos de uma área de comunicação, mas às vezes nos comunicamos mal. V. Exª tem toda razão quando coloca que nós temos que usar menos jargões e talvez nos comunicarmos de uma maneira mais direta.

Eu queria agradecer também os comentários do Senador José Medeiros e dizer que eu acho que, no final, a gente tem que enxergar a questão da agenda digital, de uma estratégia digital de maneira mais holística, em sua completude. Não se trata só de TI ou só de comunicações. São TICs. Então, são condições, como eu disse, *sine qua non*, todas as duas. Não são condições que concorrem entre si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, obviamente é importante também estimular a demanda. Daqui a pouco, talvez, o sistema de educação brasileiro não vai poder prescindir mais de alunos que estudem programação. E a inclusão digital passa não só pela oferta, concordo, mas pela demanda também. Agora, como eu sou um adepto da escola institucionalista, que é mais atrelada à ortodoxia econômica, acredito um pouco na lei que diz que a oferta cria a demanda. Por isso, eu destaco sempre a importância da estrutura de telecomunicações para o País.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Eu, antes de encerrar a reunião, tendo sido alcançado o quórum regimental, nobres Senadores, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* junto com as notas taquigráficas.

Portanto, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 08 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 6 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Valdir Raupp, João Alberto Souza, Hélio José, Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Omar Aziz, Ivo Cassol, Lídice da Mata, Pedro Chaves, Vicentinho Alves e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - OFICIO "S" Nº 30, de 2014** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 48, de 2015** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2015, de que trata o PDC nº 672/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Sul de Minas S.A., no município de Varginha - MG." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 36, de 2015** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 7/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

da Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Descoberto - GO. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 40, de 2015** que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Cataguases Ltda., no município de Cataguases - MG." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013** que: "Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, de 2013** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 7 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE JUNQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO JALAPÃO - ADCPDJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado da Paraná." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CARMO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2016** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à LEGAL-CAT CATANDUVA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Adélia, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 251, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 261, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DE CORINTO - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nº 294, de 2015 que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka (*Ad hoc*), substituiu Sen. Gladson Cameli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 187, de 2015** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM IEMANJÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 314, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE PASSAGEM DE MARIANA – PRIMEIRA CAPITAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 59, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA FORMOSA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa da Serra Negra, Estado do Maranhão." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CCT. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO SOM DAS ÁGUAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 217, de 2015** que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO FM PÉ DE CEDRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro (*Ad hoc*), substituiu Sen. José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga permissão à DMP DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coari, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2016** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO BELAVISTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2016** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES TIRADORES E DESCASCADORES DE COCO DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piaçabuçu, Estado de Alagoas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ABA – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ÁGAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 6 de 2017 - Não Terminativo** - que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para debater assuntos da aeronáutica e discussão do Programa Espacial Brasileiro. À oportunidade, serão convidados o Exmo. Sr. Nivaldo Luiz Rossato e demais indicados pelo Comando da Aeronáutica." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Srs. Senadores, eu tive a preocupação, na reunião anterior, de dar uma olhada nos fundos que podem financiar todos os serviços que estão com demanda reprimida no Brasil, o que, realmente, é um caso em que o Governo... Aliás, os governos; não é só o Governo atual, mas os anteriores também faziam isso, ou seja, pegavam o dinheiro desses fundos para fazer caixa para formar o superávit. Enfim, esses recursos não eram aplicados.

Agora, o interessante é que a legislação é muito clara ao dizer que esses fundos, todos eles, têm aplicação determinada, de acordo com a lei, ou seja, não há o cumprimento da lei. Assim é com o Fistel, que é o fundo que se destina a custear as despesas realizadas pelo Governo Federal no exercício da fiscalização em telecomunicações e custear o desenvolvimento dos novos meios e técnicas para o exercício da fiscalização, tendo como principal fonte de receita as taxas de fiscalização, de instalação e de financiamento e recebe 50% das receitas de outorga de concessões, permissões e autorizações, bem como as receitas provenientes da aplicação de multas.

Depois vem o Fust, que é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 9.998, de agosto de 2000, para financiar a implantação de serviços do setor, especialmente para a população carente. É exatamente essa população carente que não dispõe desses serviços. Então, está bem claro na lei. Trata-se de serviços que não seriam normalmente prestados por companhias privadas em razão dos custos de implantação e do baixo retorno.

O Ministério das Comunicações é encarregado de formular as políticas para orientar a aplicação do Fust. À Agência Nacional de Telecomunicações compete a fiscalização. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recursos, por essa lei, devem ser aplicados de acordo com o Plano Geral de Metas de Universalização, tendo como objetivos prioritários: o atendimento a localidades com menos de 100 mil habitantes e comunidades de baixo poder aquisitivo; a implantação de serviços telefônicos em escolas, bibliotecas e centros de saúde; a implantação de redes digitais e de informação... Enfim, a lei, aprovada neste Congresso Nacional, é para que esses fundos possam financiar exatamente aqueles setores onde nós temos, hoje, uma demanda reprimida desses serviços, onde há área de sombra para telefonia móvel, para banda larga etc.

Eu estou preparando um projeto – não sei se já está pronto...

Já deu entrada, não é Cíntia?

Trata-se de um projeto para obrigar que esses recursos sejam exclusivamente aplicados com essa finalidade de universalizar esse serviço.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Presidente, V. Exª fala uma realidade, cria-se fundo, leva-se esse fundo para criar superávit primário e se contingencia esse recurso, e esse recurso não é utilizado na finalidade para que foi criado o fundo.

Nós estamos discutindo uma medida provisória em que existe uma cobrança de taxas no Distrito Industrial de Manaus que serviriam para dar manutenção à Suframa e também ajudar os Estado da Amazônia em que está a Suframa implantada. Só que eu fiquei sabendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não permite que a gente possa fazer uma lei que não contingencie. Então, nós teríamos que mudar a LDO.

Quanto à proposta, mesmo que não seja 100% desse fundo, mas nós poderíamos garantir o percentual, mudando a LDO. Eu acho que V. Exª pode tomar a frente dessa questão. E eu ontem fiquei preocupado, eu falei, então, não adianta a gente se expor, criar um fundo, criar taxa, criar isso, e o Governo utilizar esses recursos em outras prioridades que não sejam as prioridades que V. Exª tem colocado.

Então, acho que esta Comissão poderia tomar a iniciativa para que a gente pudesse fazer aqui um projeto, discutir com os Senadores, depois com a Câmara dos Deputados, e que fossem modificadas as diretrizes da LDO em relação a essas taxas, porque senão todos os anos: "Ah! Estamos em crise, não dá para usar esse recurso, vamos usar esse recurso, vamos contingenciar, vamos usar para fazer superávit ou vamos usar em outra região." É isso que vem acontecendo sistematicamente. E não é de agora, não; isso vem desde muitos e muitos anos; não é no governo do PT, ou do PMDB, ou do PSDB; é uma coisa que vem acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, a proposta que faço a V. Exª, Senador Otto, é para que a gente discuta essa questão da LDO, não só para esses fundos que V. Exª coloca com muita prioridade, mas há outros fundos que também são utilizados dessa forma. O empresário ou o trabalhador recolhe esse recurso, mas ele não é utilizado naquilo que seria a proposta inicial, para que o recurso fosse investido.

Então, eu faço esse aparte para V. Exª, para dizer que não basta a gente colocar, porque não vai passar, se a gente não mudar a LDO.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, apenas para contribuir com o Governador, é importante ver quem de nós aqui da Comissão de Ciência e Tecnologia faz parte ou vai fazer parte da Comissão Mista de Orçamento, porque a LDO tem que ser discutida e votada lá. Então, por exemplo, acho que recursos para pesquisa em ciência e tecnologia não poderiam nunca ser contingenciados. Por exemplo, recursos da Embrapa, recursos de vigilância sanitária não poderiam ser contingenciados.

Então, eu acho que essas coisas, só tentando contribuir, Governador, acho que seria bom – infelizmente, eu fiz parte o ano passado da Comissão, e este ano eu não faço parte –quem fizer da CMO levantar esse debate lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu devo estar na CMO, e eu concordo com essa tese, eu acho que é importante. Também o nosso nobre Senador Raupp deve estar na CMO e, acho, o nosso Nobre Senador Pedro Chaves. Então, a gente, com certeza, encampa essa tese.

Eu acho que a ciência e a tecnologia realmente precisam de investimento e não, de cortes. E nós precisamos trabalhar no sentido de propiciar o avanço das energias limpas, das novas tecnologias, de um País com melhor qualidade de vida.

Então, era só para poder confirmar, nobre Senador Omar Aziz, que a gente concorda com essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, eu quero associar-me à preocupação do Presidente com relação ao não encaminhamento dos recursos desses fundos todos, não só os ligados à telefonia, à questão da internet, banda larga. Na realidade, todos esses fundos são constituídos por recursos pagos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pelos consumidores, porque estão computados nas tarifas. Eles só são transferidos para a sua finalidade – no caso da Anatel, o Fustel, os outros fundos – em uma ordem de 10%, 15%; o resto fica no Tesouro para ser utilizado no pagamento de juros, superávit primário.

Na realidade, como tenho dito aqui, Presidente, existem vários projetos nesse sentido de que esses recursos tenham que ser feitos fundo a fundo, não devam passar pelo Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como é o Fundo Nacional de Saúde, como é o Fundeb, a mesma coisa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pronto. Exatamente. Como todos eles, vai fundo a fundo, porque aí não tem como a União reter isso no Tesouro. Ou então, isso é importante, sejam reduzidos das tarifas. Se não há necessidade de se ter o valor que hoje está sendo tributado, se só precisam de 15%, que se reduza nas tarifas, porque aí nós estamos indo contra a defesa do consumidor.

Então, quero parabenizá-lo. Vamos tentar novamente. Não se trata aqui, como dizia o Senador Moka, dos recursos para inovação, para tecnologia, não é isso. São fundos que são definidos para a fiscalização, para as agências de gerenciamento dos serviços transferidos para a iniciativa privada e para o Fust, que é ao que V. Exª se refere, a questão da banda larga, porque existem projetos há muito tempo que estão parados. Nós aprovamos aqui, e estão na Câmara sem ir à mesa.

Mas parabéns pela iniciativa de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quero apenas dizer ao Senador Flexa Ribeiro que eu não confundi, apenas quis acrescentar, por exemplo, vigilância sanitária, que é uma coisa importante e que a gente só consegue quando da votação da LDO. E só vale para aquele ano. No ano seguinte, temos que votar outra vez. Então, é a mesma coisa de recursos para a Embrapa, para pesquisa – só se consegue no ano que se vota a LDO. No outro ano, já não vale mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Eu concordo plenamente com as colocações. Acho que nós temos condições de estudar um caminho aqui, uma legislação que possa, de alguma forma, fazer a mesma coisa, como é o Fundo Nacional de Saúde, como é o Fundeb.

É o mesmo caso dos fundos do Ministério do Meio Ambiente. São vários fundos que têm vários recursos, e são desviados os recursos, não são aplicados na preservação ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Há comunicados que vou ler agora.

Recebemos do Presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, o Aviso nº 189, do TCU-Plenário, que encaminha cópia do Acórdão nº 749, proferido pelo Plenário daquela Corte, que trata da auditoria operacional decorrente da solicitação do Congresso Nacional acerca da arrecadação e aplicação de recursos dos fundos de telecomunicações.

Então, vem a calhar exatamente aqui. É a auditoria que foi feita, que nós vamos encaminhar aos gabinetes de todos os Senadores para que possam tomar conhecimento da aplicação desses fundos. O Tribunal de Contas da União faz uma auditoria que eu creio que vai, de alguma forma, mostrar o que nós estamos levantando aqui e o encaminhamento desses recursos para finalidades estranhas à arrecadação do que está contido na legislação, na lei.

Igualmente, recebemos do Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, José Múcio Monteiro, o Aviso nº 45-TCU-2ª Câmara, que encaminha cópia do Acórdão nº 3235/2017, proferido pela 2ª Câmara daquela Corte, que trata da prestação de contas anual dos gestores da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agregado às contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o exercício de 2014. Outra auditoria importante.

Passemos à pauta.

O Senador Omar Aziz, que chegou antes de mim à Comissão, pediu que eu invertesse a pauta, e eu vou atendê-lo, para que possa fazer seu relatório.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à DMP DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coari, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, foi um grande lapso chegar antes de V. Exª, não acontecerá novamente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não há nenhum problema.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O senhor sabe que quem cedo madruga Deus ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lá no Sertão, que tem pouca água, onde eu nasci, diz-se o seguinte: quem chega cedo é que bebe água limpa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quero pedir a compreensão dos colegas Senadores, principalmente do Hélio, que tem 24 projetos.

Eu vou ficar aqui, Senador Hélio, para que a gente possa manter o quórum.

Relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 102, de 2016 (nº 517, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à DMP Design Marketing e Propaganda Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coari, Estado do Amazonas.

É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório do Senador Omar Aziz. É um projeto de caráter terminativo, estamos com sete Senadores, faltam dois para completar o quórum, vamos aguardar enquanto...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – O Senador João Alberto já está vindo, e estou atrás do Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois bem, então, vamos ao item 1, que é do Senador Cristovam Buarque, que não está presente. Eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro que pudesse relatar *ad hoc* esse projeto.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 30, de 2014

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 12/2014, de que trata o PDC nº 2.458/2006, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento do Projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vou ler o parecer do Senador Cristovam Buarque como Relator *ad hoc.*

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Riviera Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio Verde, Estado de Goiás.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 30, de 2014, que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014, acompanhada do Despacho de 23 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos do Ministério das Comunicações nº 175, de 3 de maio de 2011.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias.

A matéria foi anteriormente apreciada pela CCT, em 22 de março de 2016, quando a Comissão aprovou o Requerimento nº 217, de 2016, solicitando ao então Ministro de Estado das Comunicações informações complementares para subsidiar a deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

As respostas ao citado requerimento foram recebidas por meio do Ofício nº 45.838/2016/SEI-MCTIC, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.506/2016/SEI-MCTIC, de 9 de novembro de 2016.

A análise, Sr. Presidente.

O Requerimento nº 217, de 2016, da CCT, solicitava, em seus itens IV e V:

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Embora a Nota Informativa nº 2.506/2016/SEI-MCTIC indique que encaminharia anexos os documentos – abro aspas – "Outros (origem externa) comprovante de nacionalidade" – fecho aspas – e – abro aspas – "Outros (origem externa) SIACCO – Sociedade em outras outorgas", esse material não foi localizado na documentação.

Dessa maneira, a apreciação da matéria ainda carece de algumas das informações anteriormente solicitadas.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 30, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Algum Senador deseja discutir a matéria? (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, eu coloco em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que encaminha para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o parecer para análise.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nós temos oito Senadores presentes, e, provavelmente, segundo informação do Senador Omar Aziz, deve estar a caminho o Senador João Alberto.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – E Ivo Cassol também.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E Ivo Cassol.

Então, vou encaminhar para leitura os PDSs que estão aqui, que são de caráter terminativo. Pode ser que tenhamos o quórum e, consequentemente, a votação.

Começamos, então, pelos itens 7, 8, 9 e 10. Aliás, esses já foram lidos; até o item 12 foram lidos – são do Senador Valdir Raupp e do Senador Hélio José.

(Matérias não lidas:

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 357, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE JUNQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Junqueiro, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO JALAPÃO - ADCPDJ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lizarda, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Califórnia, Estado da Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CARMO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 28, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIVINÓPOLIS LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 05/04/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.)

O item 13 é do Senador Acir Gurgacz; o item 14, de Cristovam Buarque, e o item 15 também.

Eu pediria ao Senador Omar Aziz, então, que pudesse *ad hoc* ler esses relatórios.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o item meu é o último dessa pauta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vou conceder a palavra a V. Exª para leitura. Vamos inverter aqui, e passo a palavra a V. Exª para ler, então, o último item: nº 27.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É porque, muitas vezes, é feito por ordem alfabética...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sem dúvida. Fizemos isso com Omar Aziz e o faremos com V. Exª também. Pode ler.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pode ler.

Item nº 27, PDS nº 25, de 2015. Senador Waldemir Moka.

Matéria não lida:

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ABA – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ÁGAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tenho medo, porque a lista às vezes é feita por ordem alfabética, e o meu nome é Waldemir Moka. Mas aqui vocês podem me chamar de Abigail. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pelo menos Alberto, mas Abigail?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Abigail, porque aí não tem jeito de não ser o primeiro.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, o meu é o nº 25.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 27, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O relatório, Sr. Presidente, é da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2015 (nº 1.152, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Aba (Associação Beneficente Ágape) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2015 (nº 1.152, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ABA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 25, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 25, de o PDS nº 25, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à ABA (Associação Beneficente Ágape) para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Palma, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, está encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria não será votada por falta de quórum qualificado.

Passo a palavra ao Senador Hélio José, já que ele tem dois itens.

O SR. PEDRO CHAVES (*Fora do microfone.*) – Depois o 25.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Depois o 25.

O Hélio José solicitou primeiro e, depois, o Senador Pedro Chaves. São dois.

Peço ao Senador Hélio José que vá direito ao voto.

São os itens 18 e 19, o PDS 187, de 2015, e o PDS 314, de 2015.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 187, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM IEMANJÁ Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só vou fazer uma introdução e vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode ir direto ao voto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Trata-se da outorga da Rádio FM Iemanjá Ltda. para executar de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade e Salvador, Estado da Bahia, seu grande Estado, nobre Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se é Iemanjá não podia ser em outro lugar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 187, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Iemanjá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Onde é isso? É em Salvador?

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 314, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE PASSAGEM DE MARIANA – PRIMEIRA CAPITAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Em Salvador.

Segundo parecer, Sr. Presidente, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Distrito de Passagem de Mariana – Primeira Capital, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 314, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Distrito de Passagem de Mariana – Primeira Capital para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lidos os relatórios do PDS nº 187, de 2015, e do PDS nº 314, de 2015, as matérias estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senado que queira discutir, está encerrada a discussão.

Essas matérias ficam aguardando quórum para votação.

Agora passo a palavra ao Senador...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só um esclarecimento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Os itens 2, 6, 7, 8, 9 e 10, que são da minha autoria também, todos foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram lidos. Já havia comunicado aqui ao Plenário a leitura desses itens.

Senador Pedro Chaves.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Excelência.

(Matéria não lida:

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO BELAVISTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto da renovação de autorização da outorga à Associação Comunitária de Radiofusão Belavistense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 94, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Senador Otto Alencar, Presidente. Senador Pedro Chaves, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Fica também aguardando o quórum qualificado.

Eu passo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – É o item 26, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 26, PDS 62, de 2016.

(Matéria não lida:

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES TIRADORES E DESCASCADORES DE COCO DO MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piaçabuçu, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 62, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores, Tiradores e Descascadores de Coco do Município de Piaçabuçu, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piaçabuçu, Estado de Alagoas, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Lido o relatório do PDS 62, de 2016, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Também fica aguardando o quórum para a votação.

Passo a palavra ao Senador Hélio José para relatar o Ofício 48, de 2015.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – O.k., nobre Excelência. É o item 2 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 2 da pauta.

(Matéria não lida:

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 48, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 19/2015, de que trata o PDC nº 672/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Sul de Minas S.A., no município de Varginha - MG.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pelo arquivamento.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso. Então, vou direto ao que se trata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 19, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Televisão Sul de Minas S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 48, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Televisão Sul de Minas S.A., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Varginha, Estado de Minas Gerais.

Esse é o voto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Essa é uma matéria de caráter não terminativo e, como tal, pode ser votada.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

Senador Hélio José, V. Exª...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É o item 6?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 6 é também de V. Exª.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LOURENÇO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Calçoene, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a palavra V. Exª.

É também não terminativo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Vamos lá, rapidinho também.

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo... Esse é em caráter terminativo, Excelência.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É não terminativo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tudo bem.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 253, de 2013 (nº 998, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Lourenço para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Calçoene, Estado do Amapá. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Ao voto, Excelência.

Em vista do exposto, opinamos pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS 253, de 2013, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

REQUERIMENTO Nº , DE 2016.
Nos termos do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Isso.

Esse é o voto, Excelência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do PDS 253, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Como nós já temos quórum qualificado, nós vamos pedir que o Senador Moka seja Relator *ad hoc* dos itens 13 a 17.

V. Exª pode ler só o voto, Senador Moka.

(Matérias não lidas:

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 100, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à LEGAL-CAT CATANDUVA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 251, de 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 261, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DE CORINTO - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 294, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2016 (nº 506, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à LEGAL-CAT Catanduva Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Adélia, Estado de São Paulo.

O voto, Sr. Presidente, é favorável à aprovação do ato que outorga a permissão à Legal-Cat Catanduva Comunicações Ltda.

O Relator é o Acir Gurgacz. Eu sou apenas o relator *ad hoc*.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É nominal? (*Pausa.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu acho que o senhor poderia colocar em bloco para votarmos todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O Plenário pode decidir se quiser votar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Porque já lemos aqui os relatórios.

Eu consulto ao Plenário se poderíamos também considerar todos como lidos, para podermos votar em bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ainda falta a leitura de dois. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, vamos colocar em votação? (*Pausa.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nós concordamos em bloco. Só para assegurar, anuncie em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vou anunciar.

É o PDS 251, de 2015; o PDS 261, de 2015; o PDS 294, de 2015; o PDS 49, de 2016; o PDS 29, de 2016; o PDS 217, de 2015; o PDS 148, de 2015; e o PDS 102, de 2016, também do Senador Omar Aziz. Todos, então, foram anunciados aqui, os outros já tinham sido lidos.

Eu vou considerar como lidos todos. O Plenário concorda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(Matérias não lidas:

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 251, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VIÇOSO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Viçoso, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 261, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E SOCIAL DE CORINTO - ASCCOR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Corinto, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 294, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESCOLA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ubá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TELEVISÃO SOM DAS ÁGUAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lambari, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 217, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO FM PÉ DE CEDRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LIBERDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 102, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à DMP DESIGN MARKETING E PROPAGANDA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Coari, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O Relator *ad hoc* do 13 a 17 foi o Senador Moka; e do 20 até o 23, o Senador Flexa Ribeiro. Então, todos foram lidos. Não falta absolutamente nenhum.

Repetindo, já tinham sido lidos da outra vez os itens 7, 8, 9, 10, 11 e 12 e os outros, do 13 até o 27.

Vamos aguardar um pouco para que ele possa preparar o painel para votação.

O item 20, que é do Senador Flexa Ribeiro, tem duas emendas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, só para saudá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho desta Comissão. Eu, mesmo como suplente, nós estamos recebendo o boletim, o *Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação*, que é muito importante, porque temos a dimensão do trabalho que foi realizado na reunião anterior.

Quero parabenizá-lo também pela audiência pública que aconteceu na quarta-feira passada, recebendo o Ministério das Ciências e Tecnologia, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e a Associação para a Promoção de Excelência de Software Brasileiro (Softex), que debateram os atuais desafios enfrentados pelo setor.

Esse é um debate essencial para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. E eu quero parabenizar a atuação de V. Exª no sentido de democratizá-lo cada vez mais.

Vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço, Senadora Lídice da Mata.

Eu queria informar às Srªs e aos Srs. Senadores que, ontem à tarde, fui a uma audiência com o Comandante da Força Aérea Brasileira, Tenente-Brigadeiro Rossato, conversar sobre a questão da implantação do plano espacial, que é uma coisa superimportante e nova para o Senado discutir.

Esse plano espacial envolve investimentos para o Brasil avançar de uma forma significativa nesse setor. Acho que é uma matéria que, aqui, no Senado Federal, nunca foi discutida com mais detalhes.

Consultei o Tenente-Brigadeiro Rossato se ele poderia vir ao Senado com a sua equipe para falar sobre essa questão do plano espacial e o satélite que vai ser lançado dentro de pouco tempo – não o foi ainda por causa de uma greve que aconteceu. Ele se colocou à disposição para vir aqui e falar sobre a questão do plano espacial e o controle, inclusive, das nossas fronteiras, mostrando o que a Aeronáutica e a FAB podem fazer nesse sentido. Acho que isso interessa todos os Senadores do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, enfim, de toda essa fronteira vasta do Brasil.

Vou fazer um requerimento para marcar uma audiência pública para que toda a equipe que está à frente desse plano espacial no Brasil venha à Comissão para colocar, de forma clara, quais são as ações que possam servir nesse sentido.

Está aberto. As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só para comentar essa questão. Para nós da Amazônia, é muito importante essa questão, porque todo o transporte do que é produzido na Zona Franca de Manaus tem a rota pelo Rio Amazonas até Belém; depois, segue por estrada principalmente ao centro-sul do País e ao Nordeste também. Portanto, é muito intenso esse transporte. Com isso, aconteceu a pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, nessa questão de controle e divisões, principalmente com a Marinha, que faz a fiscalização da Capitania dos Portos e mesmo nos barcos ou *roll-on,* que é o modo de transporte principal, é fundamental que haja os avanços dessa tecnologia, para que façamos chegar a nossa navegação o controle mais eficaz no combate à pirataria, que é muito forte lá no Pará, com violência e mortes de produtores e trabalhadores envolvidos na intensa navegação do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Paulo Rocha, ano passado tive a oportunidade de ser indicado pelo meu Líder, Senador Omar Aziz, para ser o Relator Setorial da Defesa. E tive a preocupação de conversar com todos os comandantes militares, os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Na conversa com o Comandante da Aeronáutica, tive informação de que faltavam recursos. Nunca destinaram recursos para essa finalidade. E nós colocamos no ano passado, para ampliar toda a capacidade e a aquisição de radares de fiscalização em toda a fronteira. Este ano, a Aeronáutica terá condições, no orçamento, de fazer esses investimentos, esses avanços. Considero muito importante.

Não creio que se vá fazer nenhum investimento mais importante no Brasil para controlar a contravenção, o tráfico de drogas, todas essas ações que são verificadas na região de fronteira do que se investir nas Forças Militares para a fiscalização por terra, pelo mar e pelas águas das fronteiras que nós temos aqui no Brasil.

Se algum Senador for indicado para ser Relator Setorial da Defesa, talvez ele possa ampliar esses recursos no Orçamento, para que sejam recursos que possam ser utilizados, não contingenciados. Esse contingenciamento nos preocupa muito, porque, se realmente esses recursos forem contingenciados, não vai adiantar absolutamente o nosso esforço no ano passado para colocar esses investimentos nas três Forças do nosso País.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive eu dou uma sugestão, Presidente, para V. Exª, no sentido de que, combinado com as Forças Armadas... O Senador Omar Aziz sabe disso, porque foi Governador do Estado que cobre a maior área de fronteira, que é o Estado do Amazonas. E a atuação do Exército, com seus vários quartéis ao longo das fronteiras... Seria fundamental criarmos aqui uma comissão, combinando com eles, para fazermos inclusive uma visita. Aliás, o Exército tem um programa de visitas, mas, como iniciativa da Comissão, nós teríamos esse olhar.

O Rio Amazonas, que é um grande rio, importante para o nosso desenvolvimento sustentável, ambiental, etc., é também um escoadouro de drogas e de tantas coisas que vêm para o nosso País, provocando a violência nas grandes cidades do nosso País. Então, seria boa uma iniciativa desta Comissão, uma comissão de Senadores, combinando com as Forças Armadas, para fazermos uma visita ao longo dos principais espaços ocupados pelas Forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Armadas, quer seja Marinha, Aeronáutica, mas principalmente o Exército, que cobre toda a fronteira das nossas regiões lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, para contribuir com o debate e com o Senador Paulo Rocha, que conhece profundamente tanto o Estado do Pará como o do Amazonas, já que é uma pessoa que tem uma relação muito forte ali com a gente, e para contribuir com V. Exª.

A gente, às vezes, se torna repetitivo. Quem assiste a gente sabe, esse Senador só fala disso. Mas a gente fala e, enquanto não resolver, nós temos que falar sobre o assunto. Não adianta a gente fugir de uma realidade.

Veja bem, a iniciativa de trazer para cá membros da Aeronáutica – nós sabemos agora que a gente não lançou o satélite porque lá no Maranhão teve aquele problema, então nós estamos usando a Guiana para lançar o satélite.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Guiana Francesa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – A Guiana Francesa, porque era lançado naquela base do Maranhão, e aí houve um problema na base. E agora há greve na Guiana Francesa, e a gente atrasou seis, sete meses para lançar um satélite importante para a nossa região.

Nós temos que ver também essa questão. O que está faltando lá no Maranhão? É recurso para a gente voltar a ter nossa base funcionando? Nós temos que nos aprofundar nessa questão.

Mas, quando o Senador Paulo Rocha fala sobre a questão de narcotráfico, pirataria, ali no estreito entre Amapá e o Pará, é assalto, morte, no Amazonas todo. E é de conhecimento do Ministério da Justiça, tanto esse Ministro como os outros têm conhecimento. Eu tentei – e discuti com a Polícia Federal, com o diretor e com membros da Polícia Federal – criar uma Polícia Federal hidroviária, Senador. Fui aconselhado a não o fazer. E os técnicos e pessoas especializadas dentro da Polícia Federal disseram: se nos conseguirem tecnologia e uma quantidade de duzentos homens, a gente tem condições de fechar todas as nossas fronteiras. Agora, sem tecnologia, infelizmente, isso não vai acontecer.

Eu sugiro, Senador Otto Alencar – e eu marquei até – uma audiência. Quem quiser acompanhar, para esta audiência será convidado o Comandante do Exército General Villas Bôas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

já foi Comandante Militar da Amazônia, é um profundo conhecedor das nossas fronteiras, profundo conhecedor e apaixonado por aquela região.

Há vontade política do Exército, da Aeronáutica e da Marinha para ajudar; não há problema. Veja bem, não há problema. O que falta realmente são recursos para que a gente possa fazer esse monitoramento.

E o que o Senador Paulo Rocha coloca é uma preocupação muito grande, porque, quando uma carga dessa que é roubada, muitas vezes há morte e jogam as pessoas no rio. É um negócio que parece que é de outro mundo. A gente está acostumado a ver essa pirataria nos mares, mas há na Amazônia. Furto de combustível e para quê? Isso ajuda o narcotraficante, com combustível, com alimentação, com uma série de benefícios que se levam ao narcotraficante, que, depois, se volta contra a sociedade.

Nós tivemos muita discussão aqui, Senador Otto Alencar, acadêmicas. Nos dois últimos anos foram muito acadêmicas. Eu acho que nós temos que manter a discussão acadêmica, mas partir para a atividade-fim das questões.

Eu questionei muito aqui. O projeto é bom, o programa é bom, mas o custo-benefício é que não está chegando ao povo brasileiro. Falo do Ciência sem Fronteiras.

Eu fiz um relatório sobre o Ciência sem Fronteiras, eu não sou contra o programa, mas acredito eu que essas pessoas que estão sendo financiadas pelo Estado têm que dar o retorno, não é fazer o intercâmbio cultural. O cara passa sete, oito meses no Canadá, foi para festa, foi para *rave*, mas absolutamente sem nenhum conhecimento prático para a sociedade brasileira.

Eu não sou contra. As pessoas podem até interpretar: "Olha, o Omar está criticando." Não, eu estou criticando a forma como está sendo conduzida. Temos que levar pessoas para trazer conhecimento para o Brasil. Nós não vamos ter esse conhecimento do dia para a noite. É uma questão de tempo, de décadas. E nós temos esse início.

Por isso, Sr. Presidente, quando V. Exª coloca aqui que quer trazer para discutir lá na atividade fim, lá onde realmente a gente pode ajudar a população, eu só quero parabenizá-lo por essa iniciativa. E a gente tem que trazer mesmo.

E a questão, Senador Paulo Rocha, acho que eu, V. Exª e outros companheiros da nossa região precisamos... Olha, Amapá tem esse problema, Pará tem esse problema, Rondônia tem esse problema, Amazonas tem esse problema. Roraima pouco, porque em Roraima realmente não há uma navegação forte. Só a partir do momento que entra ali no Amazonas, aí há.

Eu quero, sinceramente, participar desse debate que é muito importante para a nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero só passar aqui para o Senador Paulo Rocha, e demais Senadores, Senador Omar Aziz, o mais interessado nessa matéria, que o Tenente-Brigadeiro Rossato, que é o Comandante da FAB, ontem me informou que vai fazer os investimentos para modernizar toda a base de Alcântara, com os recursos que já estão assegurados no orçamento.

E, como eu falei antes, se algum Senador for designado ou tiver oportunidade de ser o relator setorial da defesa, é importante conversar com o Ministro da Defesa e com os comandantes das forças para, de alguma forma, continuar a alocar esses recursos que acho de fundamental importância para a segurança do nosso País.

Vou proclamar o resultado.

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram 10 votos a favor; nenhum voto contra.

Estão aprovados todos os itens que foram relatados, não terminativos, com as emendas de nº 1 e nº 2, referentes ao item 20.

Senadora Lídice da Mata; depois, Senador João Alberto.

(Matéria não lida:

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 40, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Cataguases Ltda., no município de Cataguases - MG.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pelo arquivamento.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes mesmo de ler o meu relatório, quero destacar a importância dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

discussão que V. Exª colocou em relação à base de Alcântara que, num passado próximo, foi dirigida pelo baiano Sérgio Gaudenzi. Acho que é uma discussão que realmente esta Comissão tem que acompanhar e de interesse estratégico para o Brasil.

Sr. Presidente, passo a relatar o item 4.

Trata-se de projeto sobre o Ofício "S" nº 40, de 2015, da Câmara dos Deputados, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 11/2015, que comunica a transferência indireta de concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, Multisom Rádio Cataguases Ltda., no Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 11, de 2015, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de controle societário da Multisom Rádio Cataguases Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados, por meio do Ofício "S" nº 40, de 2015, Ofício nº 68, de 2015, na origem, que encaminha a Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, acompanhada do despacho de 27 de maio de 2010 e de Exposição de Motivos nº 127/2010-MC, de 26 de março de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária, além de declarar que a consultoria jurídica daquela pasta manifestou-se favoravelmente à transferência, por entender que os novos sócios preenchem as qualificações exigidas pelas normas que regem o serviço.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.111, de 2015, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.366, de 2015, ao Ministro de Estado das Comunicações.

As respostas ao mencionado requerimento estão contidas na Nota Informativa nº 2.090/2015/SEI-MC e foram encaminhadas por meio do Ofício nº 11.223/2016/SEI-MC, do Ministério das Comunicações.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, pelo colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária, datados até 31 de dezembro de 2010, serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança no quadro societário da Multisom Rádio Cataguases Ltda. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, oriunda da Presidência da República.

Por sua vez, a documentação encaminhada pelo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do Ofício nº 11.223/2016/SEI-MC, atende ao disposto no Ato Normativo nº 2, de 2011, desta CCT, e comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga, sobretudo quanto à concentração de outorgas e à nacionalidade dos proprietários da Multisom Rádio Cataguases Ltda.

O voto, portanto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 40, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Multisom Rádio Cataguases Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora por ondas médias no Município de Cataguases, Estado de Minas Gerais. É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Matéria não lida:

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 36, de 2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 7/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão Ltda., no município de Santo Antônio do Descoberto - GO.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pelo arquivamento.)

Com a palavra o Senador João Alberto, para o item 3 e para o item 5. São dois itens.

V. Exª pode ir direto ao voto, se for o caso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, no item 3, o voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, em que se pede o arquivamento, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 36, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário do Sistema Centro-Oeste de Comunicação e Radiodifusão Ltda., concessionário de serviços de radiodifusão em ondas médias no Município de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás. Pelo arquivamento.

Sr. Presidente, eu lerei logo o item 5, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) –

(Matéria não lida:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 173, de 2013

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião do dia 05/04/2017.)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu vou ao voto, Sr. Presidente, porque o parecer já é de conhecimento de todos.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 173, de 2013, nos termos do art. 335 do RISF.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 173, de 2013 (nº 817, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cubatão, Estado de São Paulo:

I – quantas outorgas do serviço de radiodifusão de sons e imagens estão em operação no Município de Cubatão?

II – o Município de Cubatão tem condições, sob o ponto de vista econômico, de acomodar uma nova emissora de televisão?

III – a interessada possui porte econômico compatível para a instalação e a manutenção de uma emissora de televisão no Município de Cubatão?

IV – a composição societária e de controle da emissora pode caracterizar infração aos limites legais de propriedade dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens?

Sr. Presidente, esse é o requerimento que nós fazemos, para que se possa prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador João Alberto.

Em apreciação o Ofício nº 36, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em discussão. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a ser parecer da CCT.

O item 5, o nobre Relator João Alberto vai pelo sobrestamento, encaminhando ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. Então, vai constituir parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do PLS nº 73, de 2013, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Então, está aprovado o relatório do Senador João Alberto.

Eu quero colocar em votação um requerimento da nossa autoria.

REQUERIMENTO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, para debater assuntos da aeronáutica e discussão do Programa Espacial Brasileiro.

À oportunidade, serão convidados o Exmo. Sr. Nivaldo Luiz Rossato e demais indicados pelo Comando da Aeronáutica.

Autoria: Senador Otto Alencar

As Srªs e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Foi aprovado o requerimento.

Será marcada uma data para essa audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Amanhã teremos aqui uma audiência pública que é um requerimento de autoria do nobre Senador Hélio José que se destina a debater a situação atual das rádios comunitárias no Brasil.

Agradecendo a presença dos Senadores e das Senadoras, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 55 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2017, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às oito horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Hélio José, Fátima Bezerra e Regina Sousa, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Pedro Chaves. Comparecem os Senadores Ronaldo Caiado e José Pimentel, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Waldemir Moka, João Alberto Souza, Ângela Portela, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento RCT 43/2016, de autoria do Senador Hélio José, destinada a debater a Situação Atual das Rádios Comunitárias no Brasil. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, Marcus Vinicius Paolucci, Assessor Técnico da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL; Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - ABRAÇO NACIONAL; Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; Divino Cândido, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do DF - ABRAÇO DF. Justifica a ausência Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República da 4ª Região. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às doze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de abril de 2017.

Audiência pública.

Srªs e Srs. Senadores, iniciando o trabalho da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento Requerimento nº 43, de 2016, da CCT, de minha autoria, aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pelo Plenário da CCT, com o objetivo de debater o tema Situação Atual das Rádios Comunitárias no Brasil.

Convidamos então para compor a Mesa de expositores seguintes convidados: Sr. Divino Cândido, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do DF (Abraço-DF). (*Palmas.*)

O Sr. Geremias dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Nacional). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Geremias.

Sr. Marcus Vinicius Paolucci, Assessor Técnico da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (*Palmas.*)

O Sr. Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador de Radiodifusão Educativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Quero anunciar a presença honrosa entre nós do nosso querido Deputado Robinson Almeida, Deputado Federal do PT da Bahia. (*Palmas.*)

Obrigado pela presença, Robinson.

Dando continuidade.

Justifica ausência em razão de compromissos previamente assumidos o Il^mo^ Sr. Domingos Sávio Dresch da Silveira, Procurador Regional da República da 4ª Região, Ministério Público.

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Você, do Brasil, que está nos ouvindo, repito, pode participar *on-line*, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou através do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que assistem à audiência.

Passaremos, então, à exposição pelos convidados e, ao final, às Srªs e aos Srs. Senadores presentes na ordem de inscrição.

Cada expositor terá um tempo de 10 a 12 minutos para sua apresentação.

Antes de passar a palavra, quero, em primeiro lugar, desejar melhoras ao nosso Presidente da Casa, que teve uma isquemia cerebral nesta madrugada, desmaiou, está internado.

Segundo informação do boletim médico, nosso nobre Presidente Eunício Oliveira está passando bem.

Eunício é uma pessoa que tem colaborado muito, colaborou muito com a gente na Medida Provisória nº 747, que foi uma lei que incluiu as rádios comunitárias, que não estavam incluídas. Essa importante conquista da renovação das outorgas. O Senador Eunício Oliveira está convalescendo, neste momento, no hospital. A informação que se tem do boletim é de que ele está bem. Quero desejar a ele toda recuperação possível, porque esta Casa precisa muito da tranquilidade, precisa muito da respeitabilidade e do trabalho que o nosso nobre Presidente, Senador Eunício Oliveira, vem fazendo aqui como Presidente do Senado e do Congresso Nacional.

Quero também dizer aos colegas que ontem o meu Partido, o PMDB, me deu a honra de me designar para Relator da CPI da Previdência (CPIPREV). Essa CPI vai trabalhar intensamente para poder desmistificar esse rombo da previdência. Então, quanto a esses quase 150 bilhões que falam de rombo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nós temos que ver de onde vem isso, quem é o culpado disso, como é que se pode recuperar a previdência sem, de preferência, onerar os trabalhadores. Eu, como servidor público concursado, tenho consciência de que nós, servidores públicos, sempre recolhemos religiosamente as nossas contribuições no contracheque e não somos responsáveis por rombo de previdência.

Então, nós precisamos analisar com todo cuidado, com toda acuidade essa questão, ouvindo todas as versões, ouvindo o Governo, ouvindo a oposição, ouvindo a situação, ouvindo o ex-Ministro da Previdência, ouvindo o movimento sindical, ouvindo o movimento social, ouvindo trabalhadores rurais, ouvindo mulheres, ouvindo todo mundo, porque não vamos ter condição de fazer um retrocesso sem haver uma motivação muito justa para que ele aconteça. O retrocesso é mexer em regra do jogo quando o jogo já começou. Para mim, quando eu entrei no jogo havia regra, o jogo tem que terminar na mesma regra. Está certo? Até falava isso, está aqui o Deputado que é do PT, fui Vice-Líder aqui no Senado da Presidente Dilma, ela também ia fazer a reforma da previdência. E a gente lá defendia: "Tudo bem, vamos fazer qualquer discussão da Previdência, mas preservando o direito adquirido de quem já está trabalhando." Quem vai entrar no trabalho, está sujeito a novas regras, de quem já está no trabalho tem-se que discutir com cuidado a situação. Porque quem já está no trabalho já entrou numa regra vigente. Não é? Então, a mesma coisa, a gente espera que, com toda essa discussão que está havendo das reformas, a gente chegue a uma situação em que seja possível não se prejudicar, não se lesar quem já tenha direitos adquiridos, quem já entrou, para mim, numa regra já definida.

Eu lembro muito bem que a Portuguesa de Desportos, que ganhou para estar na primeira divisão, na bola, no jogo, hoje tá na quarta divisão, praticamente destruída. E o Fluminense, no tapetão, foi colocado na primeira divisão. Isso causou, então, a um time maravilhoso, a Portuguesa de Desportos, praticamente a destruição porque hoje está na quarta divisão. Muito dificilmente a Lusa – a velha Lusa do Enéas –, com tantos jogadores espetaculares como o Dener, o Paulo Borges e outros do Brasil, poderá se recuperar.

A gente precisa minimamente ter respeito às regras estabelecidas. Como servidor público, o que eu puder fazer para que esta CPI da Previdência seja a CPI mais transparente possível, que se possa ouvir todos da melhor forma possível, eu o farei.

Então, nós vamos começar hoje aqui ouvindo primeiro o Governo. Exatamente depois das considerações se inverte. Então, vamos ouvir o Governo que, na minha visão, deu um passo importante na questão da Medida Provisória nº 747, quando da inclusão das rádios comunitárias, que não estavam no texto original. Foi uma luta incessante. Eu, como Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista das Rádios e TVs Comunitárias me senti muito honrado por ter podido contribuir muito nessa questão.

Então, vamos ouvir o Governo. Eu vou fazer uma rápida fala provocativa sobre o tema. Eu só acho – viu, pessoal da Abraço? – que, se nós pudéssemos ouvir primeiro a Abraço-DF, depois os dois do Governo e depois a Abraço Nacional ficaria melhor. Porque a Abraço colocaria suas reivindicações, seus pleitos via Abraço local, depois a Abraço Nacional podia arrematar algumas sugestões. Porque a gente aproveita melhor a presença da Anatel e aproveita melhor a presença do MCTI, para colaborar com o objetivo comum, que é discutir a problemática das rádios comunitárias. O.k.? Tudo bem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não, vai começar... Na minha proposta, começa pelo Divino Cândido, aí vêm os dois do Governo, em seguida, depois a Abraço Nacional. Inverto só este aqui.

Vou fazer minha fala aqui e rapidamente passo ao Divino Cândido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É com muita alegria que recebo as senhoras e os senhores aqui hoje para o debate. Tenho certeza de que será uma discussão muito importante a respeito da situação das rádios comunitárias no Brasil. A importância desse setor para o País se consolida na defesa de valores fundamentais para nossa democracia: liberdade de expressão, inserção social e desenvolvimento regional.

Tenho muito orgulho de exercer hoje o cargo de Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista das Rádios Comunitárias do Brasil e o faço na certeza de que dessa forma defendo não somente os representantes das rádios, como igualmente boa parte da população brasileira, em especial aquela que parece mais vulnerável, que mora longe das grandes cidades e tem dificuldade para acessar os serviços básicos. Não há dados precisos sobre a quantidade de pequenas emissoras no País, mas estima-se que haja algo em torno de dez a doze mil delas, a grande maioria funcionando na ilegalidade. Entre as que têm licença para funcionamento a situação também não é simples, falta estrutura, falta apoio, falta fonte de financiamento e isso é a nossa grande motivação para o debate aqui hoje.

Senhoras e senhores, recentemente obtivemos uma importante vitória aqui no Congresso Nacional, conseguimos, após o trabalho conjunto de Parlamentares e representantes da sociedade civil inserir as rádios comunitárias no novo marco regulatório do setor de radiodifusão. As melhorias não foram poucas.

A Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, resultado da conversão da Medida Provisória nº 747, de 2016, aumenta sobremaneira o prazo disponível para o pedido de renovação da concessão ou da permissão do serviço de radiodifusão. Agora, em vez de um período que variava entre três a seis meses antes do fim da outorga, as entidades terão doze meses para solicitar a renovação. Isso sem contar que a outorga fica mantida de forma provisória até a decisão sobre o pedido caso atrase. As entidades que não solicitaram a renovação no prazo previsto serão notificadas pelo Governo para se manifestarem em até 90 dias. Esse item foi uma grande conquista. Estou vendo ali o nosso querido Presidente da Rádio Comunitária de Samambaia, tão importante, que estava na iminência de perdê-la; o Sr. J. Rodrigues, daqui, de Brasília, Presidente da Rádio Comunitária do Paranoá, uma importante rádio, que também estava na iminência de ser perdida; no nosso nobre Monteiro, Presidente da Rádio Comunidade Ceilândia, nossa maior cidade do Distrito Federal, que também estava na iminência de perder a Rádio porque tinha perdido esse prazo.

Portanto, agora, com essa solução, o Brasil inteiro, 1,3 mil rádios comunitárias no Brasil, teve a oportunidade de sobrevida, de recuperação, para continuarem a fazer o bom trabalho que fazem, prestando esse serviço em todo nosso País.

O texto também simplificou a análise das alterações contratuais ou estatutárias das rádios nos casos de mudanças dos objetivos sociais o do controle societário. Não é mais necessária a anuência do Executivo, agora basta comunicar ao setor competente. Além disso, as concessões já vencidas serão regularizadas, bastando para isso que as entidades façam o pedido no próximo trimestre.

Essas parecem modificações simples, meramente burocráticas, mas elas representam um progresso de suma importância para o setor. Os senhores aqui bem o sabem: caso a proposta não fosse aprovada, pelo menos, 1/4 de todas as rádios comunitárias do Brasil estariam ameaçadas.

Essas foram conquistas recentes importantes para o setor.

Mais ainda: é preciso muito mais nobres colegas. Estamos aqui hoje com o propósito de mapear os avanços ainda necessários e os esforços que devem ser empreendidos.

Nesse sentido, acredito que, entre nossos temas aqui hoje, devemos discutir as alterações já feitas e as necessárias na lei federal que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, a Lei nº 9.612, de 1998: o financiamento público das rádios comunitárias, o aumento das frequências por Município, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crescimento da potência dos transmissores, o Plano Nacional de Outorgas, além de outros tópicos importantes para o debate.

Eu mesmo visitei recentemente a cidade de Bertioga e estive no Sistema de Comunicação Costa Norte. Lá, há o problema da Serra do Mar, que não permite ter grande alcance. E nós precisamos fazer aquele segundo ponto para que o raio de abrangência seja atingido. E, assim, há outros e outros problemas.

Temos rádios comunitárias que são o único meio de comunicação em cidades perdidas nesses rincões brasileiros, que precisam ter uma condição de alcance um pouco maior para que todos os munícipes possam ouvir, saber e se informar do que está passando. São pessoas que, muitas vezes, estão sem nenhum tipo de informação, E assim por diante.

Estou seguro de que, em um cenário de carência de estrutura e recursos, o Poder Público deve servir como um aliado, permitindo a continuidade e o aprimoramento do relevante serviço prestado pelas rádios comunitárias no País. Disso depende, em especial, a população das pequenas cidades brasileiras, que têm nessas emissoras sua principal fonte de informação e participação.

Ontem, na Comissão Senado do Futuro, da qual sou Presidente, aprovou-se um requerimento que apresentei para a realizar uma audiência pública para debater quais as medidas legislativas necessárias para garantir o futuro das rádios comunitárias. A Comissão Senado do Futuro da qual sou Presidente objetiva discutir todos os assuntos futuristas. Consequentemente, é uma garantia de que as rádios comunitárias terão uma condição digna de vida, terão condições de fazer o seu trabalho, condição de bem comunicar, condição de levar aquelas informações que as rádios comerciais não têm interesse em levar, condições de divulgar os pequenos mercados, as pequenas quitandas, as pequenas farmácias que não têm condições de serem anunciadas nas rádios comerciais. Então, são regramentos que temos que discutir, além de propiciar formas mediante as quais as rádios e TVs comunitárias possam sobreviver.

Na Comissão Senado do Futuro, estaremos dando continuidade a esse debate. Os senhores e as senhoras estão convidados a essa reflexão importante naquela Comissão. Esse debate que estamos realizando aqui servirá certamente como importante introdução para a Comissão Senado do Futuro,

Desde já, agradeço a participação de todos. Quero que se sintam em casa, trazendo suas reivindicações e propostas. Por isso, abrirei – não é comum, não é praxe, não é regimental –, de minha lavra, além dos Parlamentares, cinco falas, devidamente ordenadas e devidamente propostas, que colaborarão com o debate. Estou aqui com a direção nacional e com a direção local, que me passarão quem são essas cinco falas, e eu as encaminharei para que possamos complementar esta importante audiência pública. Começando o nosso debate, de dez até doze minutos, a campainha vai tocar, exatamente aos oito minutos, aos nove minutos.

Eu gostaria de passar a palavra ao nosso querido Sr. Divino Cândido, um simples vigilante, mas um comunicador nato, uma pessoa que conheço de longas datas. Ele é diretor-geral da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do DF, a Abraço-DF, e hoje é coordenador e presidente da Rádio Líder, do Recanto das Emas, cidade do DF, que passa de cem mil habitantes, e tem um trabalho prestado extraordinário.

Sr. Divino Cândido, aos nove minutos, a campainha tocará, e você terá ainda, no máximo, mais dois ou três minutos para concluir. Obrigado.

O SR. DIVINO CÂNDIDO – Primeiramente, bom dia a todos vocês, aos comunicadores. Agradeço, em nome de Brasília, ao Senador Hélio José pela coragem de enfrentar essa discussão. Sabemos, Senador Hélio José, que, na Medida Provisória nº 747, V. Exª teve um papel fundamental para a inclusão da regularização no que se refere à anistia das rádios comunitárias – 1,3 mil rádios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quero agradecer à Mesa, ao pessoal da Anatel, ao pessoal do Governo, do Ministério das Comunicações. Agradeço também a esse povo que veio aqui. São vários Estados que estão aqui em defesa das rádios comunitárias, em defesa, como V. Exª colocou, Senador, da sobrevivência.

Quero colocar, mais à parte, o Distrito Federal – vou deixar o Geremias mais na questão nacional –, o que passamos aqui no Distrito Federal, a situação da nossa sobrevivência, que, na realidade, não é diferente da de outros Estados. Na realidade, aqui em Brasília, há um difusor maior, porque as cidades-satélites são quase ligadas umas às outras. E temos esse problema do sombreamento, a frequência que vive se chocando e, na realidade, chega-se a um momento em que ninguém ouve. Na realidade, quem sai prejudicado nessa história é a comunidade, que não ouve. Não consegue ouvir a rádio que, muitas vezes, quer ouvir porque não pode. Não é questão de antena, de aumento de potência, não. Na realidade, existe a divergência, o sombreamento.

Queremos, do Governo – o Senador Hélio José é da base aliada do Governo – uma medida provisória porque dá para mudar essa situação. Que venha por medida provisória. Fizemos essa discussão na Medida Provisória nº 747, e o próprio Governo (o Jucá e outros) se comprometeu. Fizeram o compromisso na questão das rádios comunitárias.

O que estamos passando é o seguinte: não podemos ter financiamento público porque há uma dificuldade tremenda. É igualzinho o seguinte: o filho nasceu, mas ninguém sabe quem é o pai, quem é a mãe. Ninguém sabe, então ele fica jogado por aí. Nós estamos desse jeito. Nascemos, nos criamos, foi uma dificuldade conseguir a concessão, mas, na questão da sobrevivência, estamos passando uma situação difícil. Há rádios, muitas vezes, fechando, deixando de funcionar porque não têm condições de pagar aluguel, muitas vezes o aluguel atrasado três, quatro meses. Está desse jeito aqui no Distrito Federal, Senador, está desse jeito. Então, precisamos de financiamento.

Precisamos também do avanço na questão do aumento da potência. Acho que isso é fundamental na discussão. Mas não adianta só aumentar a potência se não houver os canais, porque apenas aumentar, aumentar vai continuar a mesma coisa. É como um colega meu fala: "Você vai ficar batendo chifre, Divino". Desse jeito não dá.

Queremos agradecer aqui, mais uma vez, ao Senador Hélio José pela iniciativa de chamar esta audiência pública, pela responsabilidade de saber do compromisso que as rádios comunitárias têm com a comunidade, porque elas vão à ponta, levam a informação à ponta, diferentemente daqueles que levam e manipulam. São as grandes mídias, e infelizmente isso acontece. Estamos aí.

Agradeço, primeiro, a Deus, porque estamos aqui e, mais uma vez, ao Senador pela iniciativa de estar aqui conosco, sendo corajoso, bravo e corajoso, porque enfrentar as grandes é difícil. É difícil! Queremos só o mínimo, mas acham que estamos querendo muito. Queremos ver o aumento de potência, ver o sombreamento, porque acho que isso dá para ser resolvido junto ao Ministério das Comunicações. Isso depende não só da Anatel, mas depende também do Ministério das Comunicações, da força de vontade política para se resolver esses problemas. É isso.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu gostaria de agradecer ao nosso nobre Divino Cândido por suas palavras. Como Vice-Líder do Governo nesta Casa, já pedi ao Presidente Temer uma audiência para a Abraço nacional e Abraço local, para que possamos agradecer a Medida Provisória nº 747, para que possamos, juntos, colocar essa problemática em nome da Parlamentar Mista em Defesa das Rádios Comunitárias do País. Essa audiência com o nosso Presidente Temer está para sair.

O Congresso da Abraço está até que dia em Brasília:

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Até dia 29. Quero ver se eu ainda consigo arrumar um espaço até o dia para que façamos essa audiência pública. Se não conseguir até o dia 29, no dia em que sair a audiência – e vai sair, o problema é que essas reformas estão absorvendo o Presidente de tal maneira que ele não conseguiu agendar essa nossa audiência da Abraço, da Parlamentar Mista em Defesa das Rádios Comunitárias; estou dando essa notícia para vocês – vamos levar essa pauta e agradecer ao Presidente pela Medida Provisória nº 747. Foi um momento de júbilo para o setor. Lá não estava, à frente, a Abraço, e deveria estar, junto com a Abert, Anatel, outros órgãos e o próprio Ministério. Todos foram vitoriosos no ganho da Medida Provisória nº 747, que oi um ganho para toda a sociedade civil brasileira.

Passo a palavra agora por dez minutos.

Antes disso, quero aproveitar, prestigiando nossos ouvintes que mandam perguntas pelo e-Cidadania, e fazer algumas dessas perguntas aqui. O Sr. Adiel Camargo, do Amazonas: "Estou muito preocupado porque tenho observado que as rádios comunitárias, na maioria, não são anunciadas como tal, mas têm servido de promoção de seus políticos proprietários. Pouca ou quase nada de promoção da população. Utilidade pública quase inexistente." Então, ele fez essa observação, uma crítica construtiva a alguns que desvirtuam o uso das rádios comunitárias, que não representam o grosso e a excelência das pessoas que aqui estão.

O nosso querido Luciano Bonfim dos Santos, de São Paulo: "Como sempre mais uma ferramenta para o cidadão utilizar que por falta de fiscalização ou vontade política para que esta aconteça, é utilizada como ferramenta de autopromoção [mesmo item da citação anterior] ou pior de promoção criminosa, já que é isso que vemos muitas vezes acontecendo com promoção de políticos." Vejam aqui que não temos nenhum tipo de censura. Estou lendo aqui *ipsis litteris* o que a pessoa escreveu para o e-Cidadania. Embora, eu não concorde com ele, registro que há casos e exceções, mas estamos lendo e colocando a problemática.

O nosso Rogério Ferreira de Souza, do Rio de Janeiro: "Venho manifestar o apoio que o segmento ganhou no atual governo com a criação da secretaria de radiodifusão. A rádio, como é de fato a voz da comunidade, nosso processo 53000.015054.201105 está a uma assinatura do ministro para tornar um sonho de toda cidade [...]." Então, na verdade, ele está pedindo que o Ministro assine, ratifique essa questão. Depois, Gebrim, você, que é técnico do Ministério, pode dar um toque sobre essa pergunta do Sr. Rogério Ferreira de Souza, que falou da Secretaria de Radiodifusão; explique, depois, como está isso.

O mesmo Sr. Rogério Ferreira de Souza, do Rio de Janeiro: "É nela que o mais humilde é atendido em reclamos, campanhas de donativos e outras realizações". E é verdade. Por isso é que trabalho e defendo, com entusiasmo, as rádios comunitárias. É aqui que os mais humildes têm voz e têm oportunidades de anunciar e falar sobre suas questões.

O Sr. Marcelo Ribeiro Macedo, de São Paulo: "Podiam começar facilitando as coisas. Facilitem a criação de novas rádios locais não só comunitárias. Conheço uma que demorou dez anos para ser concedida, isso é um absurdo. É muita incompetência para um país só." Isso é o que o Marcelo coloca.

O Luiz Roberto Imparato, de São Paulo: "Sou contra rádios que não apresentem conteúdo laico, e deve ser proibido que pertençam a políticos e seus descendentes até 3º grau." Essa é a posição do Sr. Luiz Roberto Imparato.

O Sr. Martinho Magnus, de Santa Catarina: "Apoio a rádio comunitária desde que se crie um órgão que controle as programações, pois as que existem cobram caro para alguém ter um espaço, e estão nas mãos de uma pessoa, e não sob cuidados de uma comunidade". Esta é a posição do Sr. Martinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Srª Andrea Luswarghi Souza, de São Paulo: "Apoio às rádios comunitárias. Políticos devem ser proibidos de ter concessão de rádio direta ou indiretamente."

O Sr. Derovir Vitor Silva, de Pernambuco: "Mais facilidades para concessão de rádio comunitária para que o cidadão tenha mais informação, privando de cobranças, recebendo doações contabilizadas, já que se trata de rádio comunitária.

O Sr. Caio Flavio, de São Paulo: "Na região de Campinas, várias rádios vêm operando com 100% de programação religiosa, servindo à ideologia das igrejas e não da comunidade. O que fazer?" Essa é uma pergunta que ele deixa.

Ainda o Sr. Caio Flavio, de São Paulo: "O que fazer com as rádios comunitárias que, ao invés da comunidade, estão servindo à ideologia religiosa?" É uma pergunta similar à anterior.

A Srª Cristina Silva, do Rio de Janeiro: "Minha objeção se dá por conta das faixas em que funcionam. Moro no Rio e, no meu bairro, tenho dificuldade em fixar a rádio que eu quero por causa das várias rádios comunitárias que ficam interferindo no sinal de outras rádios. Não sei se são oficiais ou não."

Por último, antes de passar a palavra ao nosso representante da Anatel, a participação do Sr. Fabio Sussumu Sato, São Paulo: "Rádios comunitárias só estão servindo à ideologia religiosa e para sindicalistas se autopromoverem, quando não vivem de *marketing* casado tanto com empresas ou palanque de vereadores. Não há programação cultural, de utilidade pública ou de debate sobre a real necessidade dos bairros."

Então, essas foram as participações e sugestões que aqui chegaram.

Eu peço que, por favor, depois, seja encaminhada uma cópia para os nossos debatedores.

Eu gostaria de dizer que discordo de várias das colocações feitas, mas, como Presidente desta audiência pública, tenho que registrá-las.

Quero continuar provocando a Mesa da seguinte forma, resumidamente: o nosso grande problema, hoje, são os sombreamentos. Em algumas cidades, como aqui temos Paranoá e São Sebastião, com a frequência 98.1, que é a frequência disponível para as rádios comunitárias, o que acontece? As cidades são próximas uma da outra e as duas rádios comunitárias são totalmente licenciadas. Então, nem tico nem taco na região do sombreamento da frequência. Nós precisamos muito propiciar, pelo menos – pelo menos! –, a segunda frequência, para que a circunvizinhança não seja prejudicada.

Este é um assunto importante que precisamos debater.

Outro assunto importante que nós precisamos debater diz respeito àqueles pequenos anunciantes, os anunciantes que não concorrem com a área comercial; ou seja, que consigamos colocar na legislação uma forma para que as nossas rádios comunitárias possam receber colaboração e fazer o devido anúncio desses pequenos comerciantes que jamais irão anunciar nas rádios e TVs comerciais.

Este é outro tema importante e recorrente.

Outro tema importante e recorrente é a questão que eu coloquei. Eu estava lá na Serra do Mar e, quando você anda um pedacinho, já não consegue escutar mais nada, porque a frequência é muito baixa. Então, que nós estudemos uma forma para que esses Municípios, essas áreas que precisam de uma frequência maior, tenham a ampliação da frequência, ou ainda, que haja um mecanismo pelo qual nós consigamos ter a certeza da importância e da necessidade de ampliar a frequência ou, até mesmo, de colocar um segundo ponto de retransmissão, caso típico da Serra do Mar e de locais onde há escarpas que impedem, de fato, que a radiofrequência, que o sinal chegue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, esses e outros detalhes, como o Divino e depois os outros colegas vão colocar, são fundamentais.

Então, agradeço a presença ao Sr. Marcus Vinicius Paolucci, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), já estendendo os meus agradecimentos ao Sr. Juarez, Presidente da Anatel, e a toda a sua equipe. Com a palavra.

A campainha soará aos noves minutos, mas você poderá ter até 12 minutos.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Bom dia a todos!

Em nome do Presidente da Anatel, engenheiro Juarez Quadros, agradeço pelo convite formulado por esta Comissão à Agência Nacional de Telecomunicações para discutir tema tão relevante como é a rádio comunitária.

Quero afirmar aqui que todas as vezes que formos convidados sempre compareceremos para participar do debate qualificado neste Senado Federal.

Eu preparei alguns eslaides aqui, Senador, mas, antes de começar, quero enfatizar o seguinte: o papel da Anatel nesse tema é de cumprimento de políticas públicas. Quem faz as políticas púbicas é o Poder Executivo, a cargo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), e aprovadas pelo Congresso Nacional.

Eu propus aqui um pequeno roteiro. Vou falar um pouco sobre os conceitos de rádio comunitária, que eu acho que a maioria já conhece, mas foi o que eu preparei. Vou lalar um pouco das competências da Anatel e vou falar um pouco também sobre a atuação da Anatel no que se refere à radiodifusão comunitária. Este é o roteiro proposto.

O que vem a ser radiodifusão comunitária?

O art. 1º da Lei nº 9.612, de 1998, define o que vem a ser rádio comunitária: é a radiodifusão sonora, em frequência modulada – na faixa de FM, portanto –, operada em baixa potência, como Senador acabou de dizer, e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço.

Sei que a maioria, se não todos, já conhecem o conceito de RadCom esculpido pela lei. Eu apresento, para destacar aqui, as expressões que são basilares para a caracterização do serviço de RadCom: baixa potência e cobertura restrita. Essas expressões são de suma importância, pois implicam a atuação da Anatel em suas ações de fiscalização.

Muitas das vezes, querem aumentar a potência, mas a Anatel, como disse, tem que seguir o que está escrito na legislação, sob pena de a fiscalização estar cometendo um crime, que é muito comum, mas que não deve ser cometido por servidor público, que é o crime de prevaricação.

Então, o que vem a ser baixa potência?

A baixa potência, também definida no §1º do art. 1º da Lei nº 9.612, é o serviço de radiodifusão prestado à comunidade com potência limitada a um máximo de 25W ERP e altura do sistema irradiante não superior a 30 metros.

O que isso significa?

Significa que, ao medir a potência efetivamente irradiada, o valor não poderá ultrapassar 25W, seja no transmissor ou na antena. E por que nos dois? De acordo com portaria recente do Ministério das Comunicações, a de nº 4.334, do final de 2015, em seu art. 81, a antena transmissora não poderá ter ganho. Então, a mesma potência que tem o transmissor deve ser a da antena, já que não há ganho.

Note-se que a lei também combinou a potência a uma altura máxima da antena do sistema irradiante: 30 metros de altura. Pode ser até menor, mas nunca maior.

E o que é cobertura restrita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ora, cobertura restrita é aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade, bairro ou vila. E mais, já agora passando para o decreto que regulamentou a lei: a cobertura restrita de uma emissora de RadCom é a área limitada por um raio igual ou inferior a mil metros, ou seja, a dois quilômetros de diâmetro a partir da antena transmissora destinada ao atendimento.

Note-se que a cobertura de uma RadCom, além de estar associada a uma comunidade, deve ter um raio não superior a um quilômetro, ou seja, um círculo de dois quilômetros de diâmetro.

Passo agora para as competências.

O Decreto nº 2.615, que regulamentou a Lei nº 9.612, Lei das RadCom, estabeleceu as competências tanto do MCTIC, o antigo Ministério das Comunicações – a lei ainda fala em Ministério das Comunicações –, e da Anatel.

O que ficou designado para a Anatel?

Com relação à RadCom, no que concerne à Anatel, ficou estabelecido que ela designaria os canais – nacionais ou, na sua impossibilidade, canais alternativos. Esses canais já estão designados: é o canal 200, o 198 e também o 199. E, em casos alternativos, o 251, 252, 253 e 254. Isso no plano de RadCom.

Outro ponto que é muito importante é a certificação de equipamentos. Essa etapa, repito, é muito importante no processo, porque garante a qualidade e a segurança do equipamento para a prestação do serviço. É um ponto também muito observado na fiscalização.

Por fim, a competência da Anatel, reafirmada aqui, no que diz respeito ao uso do espectro radioelétrico, porque à Anatel compete administrar o espectro radioelétrico. E por que isso é importante? Para evitar interferências, para que haja um convívio harmônico entre todos os serviços de telecomunicações e radiodifusão que se utilizem de radiofrequência.

Em 2011, foi firmado um convênio entre o Ministério das Comunicações, hoje já representado pelo MCTIC, e a Anatel, que estabeleceu delegar à Anatel competência para fiscalizar aspectos relacionados à execução do serviço de radiodifusão, o popular "conteúdo". Refiro-me à questão da inserção de *A Voz do Brasil*, de proselitismo político, muito comum em época de eleições. Mais na frente, vocês verão a quantidade autos de infração feitos em anos eleitorais, isto é, como aumenta a questão do proselitismo político, que é vedado pela legislação.

Outra competência da Anatel... Bom; esse é um ponto que o Senador colocou aqui, importante frisar, em relação ao financiamento da rádio comunitária. Também recentemente, na Portaria nº 4.334, do Ministério das Comunicações, ficou definido o que pode ser veiculado como apoio cultural para a sustentação da rádio comunitária.

Eu friso aqui – e é importante dizer – o que configura propaganda, porque, daí, o resto pode ser veiculado pela rádio comunitária. E é isso que a fiscalização da Anatel segue em suas ações, ou seja, para fins de serviços de radiodifusão comunitária, configura propaganda ou publicidade comercial a divulgação de preços e condições de pagamento. O restante pode ser considerado apoio cultural.

Agora, vou falar um pouco sobre a atuação da Anatel no setor de radiodifusão comunitária.

Eu vou enfatizar aqui que, no final do ano passado, a Anatel soltou o novo Regulamento de Uso do Espectro radioelétrico, que a gente chama de RUE. Esse novo regulamento deu novos conceitos para determinadas situações, inclusive, no sentido de mudar a conotação de clandestinidade para apenas irregularidade técnica.

O que significa isso? Muitas daquelas situações que eram caracterizadas como crime, porque clandestinidade é crime, passaram a ser caracterizadas como irregularidades técnicas, ou seja, não é correto, mas fica apenas no âmbito administrativo, sujeitando-se a infratora à multa e às penalidades...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Soa a campainha*.)

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – ... de interrupção.

Essa é uma forma de distender um pouco a relação, porque, muitas das vezes, a Anatel era acusada de perseguição às rádios comunitárias. Eu quero enfatizar que isso nunca aconteceu, mesmo porque, conceitualmente, rádio comunitária é aquela que possui outorga, ou seja, são aqueles serviços devidamente outorgados pelo MCTIC. As demais são consideradas, como qualquer outro, não outorgadas, ou seja, um clandestino, sujeitando-se às sanções penais.

Então, vamos enfatizar o que vem a ser uso irregular e uso não autorizado de rádio frequência.

O uso irregular é aquele que fica no âmbito administrativo e o uso não autorizado, clandestinidade. Perfeito?

Então, vamos ao primeiro tema do uso irregular da radiofrequência.

O art. 52 do RUE, que é o nosso Regulamento de Uso, estabeleceu, em dois incisos, o que vem a ser uso irregular de RF.

Já tocou a campainha, não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Na situação normal, o senhor teria ainda mais dois minutos para concluir a sua exposição.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – O.k.

O inciso I desse artigo diz que, desde que respeitada a área geográfica da autorização de uso da RF ou a localização da estação e o serviço ao qual se associa a autorização de RF, o uso de radiofrequência, faixa ou canal diverso da autorizada fica caracterizado como irregularidade técnica.

Ou seja, se uma rádio usar uma frequência diversa da autorizada no mesmo serviço para o qual detém outorga, em mesma área para a qual detém outorga, não será mais considerado clandestinidade em outro canal, mas apenas uma irregularidade técnica.

(*Soa a campainha*.)

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Ou seja, tem que estar na mesma área e no mesmo serviço.

Emissora de RadCom utilizando faixa de FM comercial para executar RadCom na própria área é apenas considerada uma irregularidade técnica, desde que cumpra os demais itens da outorga, como raio de um quilômetro e potência, no mesmo sentido.

Outro ponto de irregularidade técnica, que ficou caracterizado como irregularidade técnica, é o uso de radiofrequências, de faixas de canal de radiofrequências, em conformidade com os parâmetros de autorização, mas em desacordo com características técnicas. O que isso significa? Esse é o art. 58, inciso II, da Resolução nº 671. O uso da mesma frequência para a qual se detém a outorga no mesmo serviço...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Excepcionalmente, vou lhe dar mais três minutos, porque quero ouvir todas essas questões técnicas.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Está bem. Já estou finalizando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor!

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Muito obrigado pela deferência.

O serviço na mesma área em desconformidade com as características técnicas aprovadas pela licença caracteriza-se como irregularidade técnica. O que quero dizer? Se estiver com a potência acima, não será mais considerada clandestinidade de FM, será apenas uma irregularidade técnica, desde que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

esteja na mesma área, na mesma situação. Se aumentou a potência, logicamente poderá sofrer a interrupção se estiver interferindo em outras rádios legalmente outorgadas.

Agora, mais uma vez, falo do uso irregular de radiofrequência. O uso de radiofrequência, faixa ou canal de radiofrequências adicional, na hipótese do inciso I, está sujeito à interrupção cautelar, ou seja, o uso de frequência adicional, se respeitadas as condições do inciso I, constitui uso irregular, e não uso não autorizado de RF, cabendo a interrupção imediata da estação. Esse tipo de canal adicional passou a ser previsto como infração grave e implicará uma multa alta, se for dentro do processo administrativo. É lógico que haverá ampla defesa e contraditório.

Passamos agora para a atuação da Anatel quanto ao uso não autorizado de radiofrequência. Quem não detém a outorga, em princípio, é clandestino. Este é o ponto principal: se não detém a outorga, é clandestino.

Outro ponto importante é o seguinte: se você está em desacordo com sua outorga e se você tem uma autorização de RadCom para Brasília ou para Ceilândia ou para determinada comunidade e está prestando serviço em outra comunidade, isso também configura clandestinidade, porque você tem de estar adstrito à sua área geográfica. Não pode haver a "radiodifusão de rodinha", que é muito comum.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Estou terminando. Faltam só mais dois.

Em 2016, a Anatel realizou 8,5 mil ações de fiscalização, das quais 1,8 mil tiveram o objetivo de verificar a prestação de serviço sem outorga e/ou sem autorização para uso do espectro. Esse trabalho resultou na interrupção de 463 estações não outorgadas. Mais de 15% das estações interrompidas estavam no Estado de São Paulo.

Finalizando, quero mostrar esse quadro, para vocês perceberem o seguinte: notem que a minoria das estações interrompidas tem potência igual ou inferir a 25W, o que caracterizaria a radiodifusão comunitária. A maioria, como vocês podem ver, são estações de telecomunicações nas ações da Anatel.

Outro ponto que quero destacar foi uma das questões colocadas por um ouvinte, por um debatedor: havendo alguma irregularidade, denunciem. Como a Anatel, nesse assunto, tem uma vasta gama de fiscalização, ela atua muito por denúncia.

A gente, em geral, não vai em busca de radiodifusões fora dos parâmetros. A Anatel age em função de denúncias. Havendo uma denúncia na Anatel, a Anatel tem de agir.

Era isso que eu teria para apresentar neste momento.

Agradeço a compreensão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Marcus Paolucci.

Peço uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

As palmas são extensivas ao Divino. Esquecemos de dar uma salva de palmas para o Divino.

Vamos passar a palavra ao nosso representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nosso querido Rodrigo Gebrim, Coordenador de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Meu forte abraço! Fale para a... Como é o nome da Secretária?

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Drª Vanda.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fale para a Drª Vanda que estou aguardando, na semana que vem, uma audiência com ela, para conversarmos mais sobre as questões que aqui vamos debater.

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Um abraço! Até o dia 29! Não é isso? Quero estar lá com a Diretoria da ABRAÇO, antes de a Diretoria ir embora. Que, no dia 29, ela arrume um espaço para nos receber! Está bem?

Eu esperava que ela estivesse aqui presente, não em demérito a você. Você representa, com mérito, com todas as condições, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, porque você é um trabalhador na área. Mas, pela importância do tema e pelo momento, eu esperava que ela estivesse aqui. O Ministro sempre vem aqui quando é chamado, quando é convidado para representar a Ciência e a Tecnologia. Como é que a Secretária não vem aqui, no momento que seria um momento dela como Secretária Nacional de Telecomunicações, para conversar com o setor? (*Palmas.*)

Eu gostaria que você chegasse lá e falasse isso com ela, que é uma pessoa bacana – sei que ela é uma pessoa do bem –, para ela nos receber. Você está com o meu cartão e pode retornar para a minha Secretária, que aí comunico com o pessoal da Direção da ABRAÇO, e vamos lá para conversar com ela e com vocês. Está bem?

Você tem a palavra.

É a mesma situação: a campainha vai tocar aos nove minutos, e você dispõe de mais três minutos. Se precisar de mais três minutos, não tenha dúvida de que vou lhe dar. Está bem? Pode começar.

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Bom dia a todos, Senador Hélio José, Divino Cândido, Geremias e colega Paolucci, da Anatel!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui novamente debatendo sobre esse assunto, que é tão estimado por nós também, que é a radiodifusão comunitária.

Alguns de vocês eu reconheço da última audiência pública em que estivemos aqui presentes. Algumas demandas foram levantadas naquela ocasião e, felizmente, foram satisfatoriamente cumpridas.

Naquela ocasião, a posição do Ministério era a de defender uma visão contrária à de praticamente todos vocês. Entendíamos que a questão da renovação era, sim, necessária – falo da anistia da renovação para as comunitárias –, mas defendíamos que não era o instrumento correto colocá-la na Medida Provisória 747.

Mas confesso para vocês que ficamos muito felizes mesmo de ter sido incluído um problema que foi levantado por vocês naquela ocasião. Diversos processos estavam chegando com o comunicado do Ministério de que as outorgas estavam revogadas, estavam vencidas, e de que era para interromper a transmissão imediatamente. Esse problema foi abordado também na conversão da medida provisória em lei, e isso também foi solucionado. Foi anistiado. Todas as pessoas que receberam esse tipo de comunicado podem regularizar a situação perante o Ministério das Comunicações.

Então, embora a gente tenha defendido outra posição na última audiência pública, digo que é com grande satisfação que a gente viu isso ser colocado na medida provisória, que a gente viu isso ser convertido em lei. Estamos, sim, satisfeitos com isso. Estamos muito felizes mesmo, por esse caminho que se seguiu.

Vou fazer uma breve apresentação. O intuito é o de trazer um pouco do panorama atual da radiodifusão comunitária, a visão do Ministério hoje, o que estamos trabalhando, mas o nosso maior intuito também é o de escutar vocês. Foi por meio da contrapartida que vocês nos trouxeram na última audiência pública que pudemos solucionar também alguns dos problemas que nós enfrentamos. Temos a maior boa vontade, temos um setor específico de radiodifusão comunitária no Ministério,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mas, às vezes, acontecem falhas, acontecem problemas no meio do caminho. E, se vocês não nos trazem esses problemas, nós não conseguimos, às vezes, solucionar de maneira adequada.

Com relação à legislação, como já foi falado, temos a Lei 9.612, de 1998. O serviço de radiodifusão comunitária, no ano que vem, vai completar 20 anos. É um serviço relativamente novo, mas, nesses 20 anos, houve um avanço imenso. Vou falar mais para frente de números. Tivemos um avanço imenso no setor.

A recente Lei 13.424, que foi publicada no *Diário Oficial da União* de 29 de março de 2017, trouxe o benefício da anistia, envolvendo o problema de renovação de radiodifusão comunitária que nós tínhamos.

O Decreto 2.615, de 1998, é o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária.

A recente Portaria 4.334, de 2015, foi construída juntamente com vocês também. Não sei se vocês tiveram a oportunidade de participar, à época, junto ao Ministério das Comunicações, mas a Abraço participou da construção dessa portaria. Diversas contribuições que foram trazidas pela Abraço foram incluídas na portaria. Isso é de extrema importância para todos nós. Foi uma portaria construída a duas mãos. Não foi só uma visão do Ministério. Foi uma visão que tínhamos do Ministério juntamente com a visão dos radiodifusores, por meio da Abraço, que foi incluída na portaria. Então, diversos ganhos foram trazidos com essa portaria. Vou falar sobre alguns deles mais em frente também.

Com relação ao panorama atual de outorgas, hoje temos 4.775 outorgas de radiodifusão comunitária. Só trago um pequeno comparativo, para vocês verem o quanto esse serviço andou nesses 20 anos. Comparando com a radiodifusão comercial, a radiodifusão comercial tem pouco mais de 3,5 mil outorgas de FM no País, e temos 4.775 outorgas de radiodifusão comunitária. Então, não se pode falar que não damos prioridade, que não prezamos o serviço. O número de outorgas fala por si só. Nesses 20 anos, nós conseguimos outorgar 4.775 rádios, que estão devidamente autorizadas, funcionando como devem. Esse é um benefício muito grande.

Nos últimos anos, desde 2011, quando foi instituído o Plano Nacional de Outorgas, que criou um procedimento seletivo para questões de rádio comunitária, tivemos 584 outorgas, divididas naquele panorama entre os anos. Em 2017, tivemos apenas uma, porque o processo demora um pouquinho, cerca de um ano, para ser concluído. Então, os editais que foram publicados no ano passado ainda estão em andamento, e a previsão é a de que vários deles sejam concluídos ainda até o final do ano e a de que esse número de 2017 cresça bastante.

Então, estão em análise 551 processos hoje dos editais que foram publicados em 2015 e em 2016.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero só fazer uma pergunta rápida. Desculpe-me! Por que demora um ano para concluir essa questão do edital?

Por que esse tempo tão longo?

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Isso muito se dá pelo quantitativo de processos que nós temos, aliado ao fato de a equipe que nós temos não ser tão grande. Então, com a Portaria 4.334... Esse tempo era muito maior. Antes da Portaria 4.334 – nós fizemos um levantamento –, os processos demoravam, somente dentro do Ministério das Comunicações, dois anos e meio para serem concluídos. Afora isso, eles eram encaminhados ainda para a Casa Civil e passavam um tempo na Casa Civil. Depois, eram encaminhados para o Congresso Nacional e passavam um tempo aqui também. O tempo total até se ter uma outorga de rádio comunitária era de cerca de quatro anos. Então, nós diminuímos o tempo. A expectativa é a de que, quando houver apenas processos caminhando com a nova legislação, com a nova Portaria 4.334, esse tempo caia para cerca de seis meses. Mas ainda temos esses processos novos dos editais que foram publicados em 2015 e em 2016 e temos também os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

processos antigos dos editais passados de 2011. Há processos mais antigos ainda. Temos de fazer uma força-tarefa – nós a estamos fazendo – para concluí-los o quanto antes. Então, à medida que fomos concluindo e que começarmos a trabalhar somente com os processos novos, a expectativa do Ministério é a de que o tempo de análise interna desses processos caia para seis meses. Essa é a nossa expectativa.

Não está voltando o eslaide, mas quero falar só do último dado do eslaide anterior. Hoje, 71,21% dos Municípios do Brasil possuem pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária. Isso corresponde a 3.963 outorgas em Municípios distintos que possuem pelo menos uma rádio. O nosso objetivo, de fato, é chegar a 100%. O último PNO que foi montado foi feito também para abranger as localidades que ainda não têm rádio comunitária.

Nesse sentido, precisamos bastante da ajuda dos senhores radiodifusores, dos presidentes das ABRAÇOs regionais, do nosso amigo Geremias, Presidente da Abraço Nacional, porque, em vários locais em que publicamos e em que não havia ainda nenhuma rádio comunitária, os editais foram desertos, não houve nenhum participante. Isso é falta de divulgação. Tenho a certeza de que interesse existe, mas há falta de divulgação. Às vezes, a gente faz o papel do Ministério de publicar no *Diário Oficial da União*, mas é um meio ao qual, talvez, os radiodifusores locais não tenham tanto acesso. Então, é uma dificuldade que o Ministério tem. Precisamos da ajuda de vocês, para que possamos divulgar esses editais e para que possamos atingir os interessados. Para o Ministério também é frustrante quando publicamos uma série de editais e quando não há nenhum concorrente. Para nós esse é um trabalho que é gasto desnecessariamente, e não vemos o objetivo maior sendo cumprido.

Então, com relação ao panorama atual de outorgas, nós temos 4.775 outorgas, divididas pelos Estados desta forma: há Estados com mais outorgas e outros com menos outorgas. Mas o nosso intuito é este: chegar ao ponto em que 100% dos Municípios do País tenham pelo menos uma estação de rádio comunitária.

Com relação à renovação de outorgas, novamente falo que, com a conversão da Medida Provisória 747...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – ...em lei, tivemos a grande satisfação de ver que 580 processos que estavam intempestivos e que iam perder a outorga e ser revogados voltaram novamente para o jogo, digamos assim. Então, nós notificamos todas as entidades que estavam nessa situação. Todas as entidades cujas outorgas estavam para vencer também já notificamos, com o intuito de que elas realmente tenham a oportunidade de renovar a outorga, se for de interesse delas.

Então, felizmente foi incluído esse texto na lei, e esses 580 processos que estavam perdidos foram salvos. Foi um grande avanço que tivemos. E hoje temos 1.326 processos em andamento de renovação de outorga. Alguns foram extintos, e também vai haver a oportunidade de se apresentar novamente o requerimento; e 831 processos foram deferidos já, a renovação já foi concedida e eles estão no trâmite entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações e a Casa Civil também. Esse é o panorama de renovação de outorgas.

Então, nós temos esses 2.346 processos divididos dessa forma. E, como o serviço foi criado em 1998, as primeiras renovações começaram a chegar em 2011, 2012, mais ou menos, e nós estamos tendo um *boom* agora. A vigência da outorga é de dez anos. E, agora que estão chegando realmente os processos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nesse sentido, é importante também sempre nos atentarmos ao prazo para mandar. Era um prazo difícil de ser entendido, um prazo entre o sexto e o terceiro mês para ser encaminhado. A gente mudou isso: o prazo agora é nos 12 últimos meses da vigência da outorga. Então, ficou mais fácil,...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – ... ficou mais fácil para vocês, para o Ministério.

E a gente precisa dessa comunicação também, porque, às vezes, as pessoas simplesmente esquecem que a outorga está vencendo. É importante acompanhar. E a gente tem, no Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel, o prazo de vigência da outorga, toda a questão da autorização. Ajuda. E é preciso divulgar para os radiodifusores que estão abaixo das Abraços regionais que realmente é importante eles verificarem isso de tempo em tempo, pelo menos, colocarem um lembretezinho lá de quando eles devem encaminhar os processos de renovação.

Bom, em 2011, foi criado o Plano Nacional de Outorgas. E ele foi criado com o intuito de dar uma transparência sobre os processos e procedimentos necessários para que as localidades sejam contempladas com oportunidades de novas outorgas. Por quê? Porque antes esse serviço era discricionário. A gente sabia que ocorria favorecimento, que pode ter ocorrido favorecimento, não havendo um processo justo. Às vezes, alguém tinha mais conhecidos e conseguia que o processo caminhasse mais rápido dentro do Ministério; agora, não. Desde 2011, nós temos o Plano Nacional de Outorgas...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Deixe eu falar para você, o tempo venceu, inclusive, com a prorrogação. Mas, pela importância da sua exposição, você precisa de mais quanto tempo?

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Cerca de cinco minutos, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Mais cinco minutos para ele. Vai tocar a campainha aos quatro. Ok.?

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Perfeito.

Bom, então, desde 2011, nós tornamos esse processo mais transparente – agora, há um procedimento seletivo – ao público. Os editais são publicados no *Diário Oficial da União*. Vocês podem ter acesso a qualquer processo que estiver em andamento, seja da sua seleção, da sua cidade, seja de outra cidade. É direito de qualquer um, qualquer cidadão ter acesso a esses processos, basta solicitar ao Ministério das Comunicações.

Então, quanto às estatísticas dos PNOs anteriores: em 2011, nós tivemos 431 Municípios contemplados com 88 entidades autorizadas apenas; no PNO de 2012, 717 Municípios contemplados com 62 entidades autorizadas apenas; no de 2013, 699 com 52. Então, vocês podem perceber que esse número é muito baixo – nós lançamos um PNO para 431 localidades, havendo só 88 autorizadas dessas 431? É baixo.

E esse percentual, essa constatação foi que levou a gente a fazer a Portaria 4.334, de 2015, porque nós constatamos que os processos eram muito indeferidos por problemas meramente burocrático. Às vezes, a pessoa esquecia de encaminhar um documento de identidade; esquecia de encaminhar uma declaração, e a gente simplesmente indeferia o processo, porque estava na legislação. A gente seguia a legislação; a legislação era rígida.

Então, a gente conseguiu com a Portaria 4.334 mudar isso daí. Eu vou falar disso mais à frente, mas, só para vocês terem ideia, de 33 documentos, caiu para apenas sete documentos com essa portaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, a motivação da alteração da portaria foi para trazer a desburocratização, para tirar esse conceito que a gente tinha de que a gente tinha que indeferir. Não! A gente tem que autorizar. Isso é o que a gente tem que trabalhar.

Então, o objetivo foi dar a celeridade na análise processual. Conforme eu disse anteriormente, o nosso objetivo é que daqui a um tempo a gente esteja autorizando as rádios em seis meses dentro do Ministério, e a redução de estoque processual.

Bom, com relação às medidas adotadas nessa portaria, antes eram 33 documentos, agora são apenas sete. Ela deixou de precisar a necessidade de apresentação de projeto técnico. Era uma grande reclamação que a gente tinha de que os engenheiros cobravam caro para fazer esse projeto técnico para rádios comunitárias.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Só um minutinho.

Senadora Regina Sousa, eu queria que a senhora compusesse a Mesa aqui comigo, do meu lado, aqui, por favor. (*Pausa.*)

Está bem aí?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Então, tudo bem.

Pode continuar.

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Bom, mais uma das questões que a gente trouxe nessa portaria foi deixar de exigir o projeto técnico. Ficou muito mais simples, trazendo não só celeridade, mas trazendo o princípio da economicidade mesmo para as rádios comunitárias que eram a parte mais cara que havia na questão do projeto técnico. Nós regulamentamos as situações que configuravam vínculo. E isso antes ficava num parecer da consultoria jurídica do Ministério a que nem todos tinham acesso; hoje está explícito na portaria o que é considerado vínculo para a questão de rádio comunitária; qualquer um pode entrar lá, olhar e, se tiver dúvida, procurar o Ministério.

E definimos também o conceito de apoio cultural. Essa definição do conselho de apoio cultural foi um trabalho que foi muito fruto da Abraço Nacional. Por quê? Porque antes a gente considerava muito pouca coisa para questões que eram caracterizadas como publicidade comercial. Então, praticamente tudo era caracterizado. Nesse trabalho conjunto, nós chegamos a um conceito em que fosse possível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – ... definir o que de fato era o apoio cultural. Foi aquele conceito que foi apresentado pelo Paolucci de que não pode ser divulgado preço nem condição de pagamento. Se não for isso, tudo é considerado apoio cultural.

Então, foi um grande avanço para a gente modificar. Mais do que isso necessita de uma alteração da lei, porque é um conceito que está amarrado em lei, e a gente só o definiu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – ... para ficar mais abrangente para a questão das rádios comunitárias.

Então, nessas medidas de desburocratização, nós criamos também um *e-mail* institucional próprio para tirar dúvidas dos radiodifusores; e não dúvidas de andamento dos processos, porque isso vocês conseguem ver com o atendimento ao público, mas dúvidas relativas à parte técnica ou jurídica, dúvidas quaisquer que vocês tiverem podem ser tiradas por meio deste *e-mail*: duvidasradicom@comunicacoes.gov.br, ou @mctic.gov.br. Para quaisquer dúvidas de ordem técnica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ou jurídica que vocês tiverem, basta mandar *e-mail* que a própria equipe técnica que analisa os processos vai responder.

Com relação ao PNO de 2015 e 2016, nós publicamos quatro editais. Estava previsto para publicarmos muito mais, porém, a gente foi surpreendido com o quantitativo de processos que a gente teve nesses editais. Nós tivemos, no primeiro edital, 118; no segundo, 128, 123, 127. Então, só nesses quatro editais, nós tivemos mais de 500 processos entrantes, e, se a gente não parasse em determinado momento, a gente não iria conseguir finalizar os processos no tempo que a gente estava estimando.

Foi uma medida do Ministério resolver brecar um pouquinho os editais. Eles não estão cancelados; eles estão brecados, até a gente conseguir realmente esvaziar a prateleira. Porque a gente tinha uma expectativa um pouco menor, mas felizmente houve muita concorrência, muitos processos, e a gente quer finalizá-los ou dar andamento o quanto antes, para que a gente não fique sobrecarregado. Não adianta a gente abrir editais a cada dois meses, publicar 20 editais no período, se a gente não consegue analisar, vai demorar um tempo de dois anos novamente para a gente conseguir finalizar.

Então, foi uma medida que a gente tomou. Não é uma medida que agrada a todos, mas foi pensando no bem de vocês, para que a gente pudesse andar com esses processos rapidamente, concluí-los rapidamente e a gente pudesse voltar a publicar os editais e continuar nesse ritmo com que a gente está.

Pode passar.

Bom, alguns outros motivos da suspensão dos editais: nós tivemos, no meio do caminho, também a fusão do Ministério das Comunicações com o MCTIC. Querendo ou não, muda muito, muda muita coisa, estrutura regimental, questão de pessoal mesmo, da chefia. Então, a gente teve um período turbulento que agora, felizmente, já está sanado, e já está tudo certinho.

Sobre a questão da revisão das metas para o Plano Plurianual, as metas internas mesmo do Ministério, aliada às questões de replanejamento interno que nós tivemos, e nós temos dois assuntos internos no Ministério que precisam de uma atenção maior que são de outras áreas, mas acabam contando com a parte da equipe de comunitária também para uma espécie de força-tarefa, que são os assuntos de migração de AM para FM, e migração de TV analógica para a digital. Em relação a isso, há um cronograma para ser cumprido, para desligar a TV digital no Brasil, e infelizmente nós não temos servidores suficientes para que a gente consiga dar a celeridade de que se precisa sem afetar as outras áreas. Então, internamente, a gente teve que dispor de servidores de determinadas áreas do Ministério para ajudar nessas forças-tarefas também para que a gente conseguisse cumprir o cronograma. Mas a expectativa é de que a gente consiga, ainda assim, dar celeridade e andar com os processos da forma com que a gente está planejando.

Então, para finalizar, as alterações trazidas pela Lei 13.424 foram a modificação do prazo de vigência da outorga, de quando você deve comunicar a intenção de renovação da outorga.

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – A entidade que não apresentar o pedido no prazo vai ser notificada pelo Ministério para que ela possa ainda ter mais uma chance de apresentar. E, não havendo resposta à notificação, a resposta intempestiva, aí, sim, que a gente vai abrir o processo de perempção da outorga.

Então, gente, esses são os canais que vocês têm para se comunicar com o Ministério. Novamente, falo do *e-mail* institucional, duvidasradicom@comunicacoes.gov.br, ou @mctic.gov.br, que também está funcionando. Nesse *e-mail*, vocês vão falar diretamente com a área técnica do Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quaisquer dúvidas de ordem jurídica ou técnica, podem mandar para esse *e-mail* que a própria área técnica vai responder.

Além disso, vocês podem pedir vista presencial ou audiências no Ministério. A própria equipe técnica ou a Coordenação-Geral da área vai atendê-los também. Nós não temos quaisquer restrições, basta vocês pedirem, basta se dirigirem ao Ministério que vocês serão atendidos. E vocês podem solicitar também essas audiências via correios e através do *site* do Ministério das Comunicações. Então, é isso. A gente está à disposição, a gente quer trabalhar junto com vocês.

E eu vou deixar para falar dos outros assuntos que surgiram sobre o financiamento público, o aumento das frequências, o aumento de potência, a questão da publicidade do apoio cultural, após a fala do nosso amigo Geremias, que deve trazer mais coisas nesse sentido também. E, à medida que forem surgindo dúvidas de vocês, eu vou explicando e colocando as dificuldades que a gente tem em regulamentar algumas dessas questões aqui.

E é isso. A gente está à disposição. No que vocês precisarem, podem contar conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Rodrigo Gebrim. Fui bastante tolerante por saber da importância do trabalho de vocês do MCTIC, para a gente solucionar esse importante anseio da sociedade brasileira e das rádios comunitárias.

O próximo agora vai ser o Geremias.

Mas do e-Cidadania há mais alguma questão que tenha chegado aí, gente?

Com relação àquela questão da Costa Norte, de que eu tinha falado aqui, da beira-mar e dos Municípios que têm escarpas, eu achei aqui a sugestão. A sugestão é a seguinte:

"Para a audiência sobre as rádios comunitárias dos Municípios com topografia de muitos morros, permitir um enlace [seria aquele famoso enlace] entre o transmissor e o estúdio, para permitir uma melhor cobertura da área do Município e proporcionar aos munícipes acesso às informações".

Então, sobre esse enlace, eu estava querendo lembrar o nome técnico, é que a gente precisa discutir também para resolver o problema das cidades que têm acidentes demográficos e que não permitem que as pessoas tenham alcance mais adequado.

Já falei, nós estamos tendo o prazer de receber aqui o nosso Robinson Almeida, Deputado Federal do PT, da Bahia; o nosso querido Zé Neto, Deputado Estadual e Líder do Governo no Estado da Bahia – obrigado pela presença, Zé –; a nossa querida Senadora Regina Sousa, a quem saúdo muito por estar aqui presente, geralmente o Piauí sempre dando a sua colaboração. Nós em Brasília temos o mérito de ser a segunda maior cidade piauiense do Brasil, porque Brasília tem por volta de 400 mil piauienses diretos ou indiretos, e Teresina, que é a maior cidade do Piauí, tem 1,5 milhão, 1,8 milhão, 2 milhões, mais ou menos, 1 milhão, mais ou menos; e, depois, vem Brasília; depois, vem Parnaíba, Picos, essas cidades também que são grandes e importantes no Piauí.

Pessoal, dando continuidade, vamos passar para o nosso querido Geremias, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) Nacional.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Bom dia a todos os membros da Mesa!

Na pessoa do Senador Hélio José, queremos agradecer em nome da Abraço, por ter aceitado fazer essa convocação.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Geremias, só um instantinho. Você vai voltar do zero.

Pessoal, eu estou vendo muita gente sofrendo, gravando nos seus celulares. A Comissão de Ciência e Tecnologia disponibiliza um *link*, e, ao final, esta audiência nossa, que está devidamente gravada, estará à disposição de todos, inclusive com essas importantes transparências que relatam tudo que foi citado aqui pela Anatel e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, só para vocês não sobrecarregarem os aparelhos de vocês, o Geremias volta do zero – começa agora, ouviu, Geremias?

Obrigado e desculpe.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Está bem.

Bom dia, Senador. Obrigado por ter atendido a uma reivindicação da Abraço e ter convocado esta audiência pública.

Quero agradecer a presença dos demais Senadores, Deputados Federais e estaduais; e dos companheiros que fazem do movimento de radiodifusão comunitária uma realidade, companheiros de vários Estados.

Vou citar aqui os companheiros que vieram em caravana: do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Distrito Federal, de Mato Grosso, de Rondônia, de Tocantins e de Goiás. Não sei se há outros companheiros, que chegaram depois.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Do Paraná. Ou seja, nós temos aqui uma representatividade de 15 Estados, e, com certeza, isso só vai melhorar a nossa luta. Por quê? Porque se eu fosse definir o que representa, o que significa o conceito de rádio comunitária, eu definiria com apenas uma palavra: luta. A rádio comunitária, para mim, representa luta; é luta para nascer, é luta para conseguir uma outorga de cinco, dez anos com os processos tramitando no ministério. Então, para mim – eu gostaria até de falar isso para todos os telespectadores –, rádio comunitária é luta. Esse é o grande significado.

Diante disso, eu gostaria de colocar que a primeira luta importante que tivemos no final de 2016 e início de 2017 foi tirar cerca de 1,3 mil rádios comunitárias que estavam com um processo praticamente indo para o arquivo, ou seja, indo para a extinção das outorgas. Portanto, quando o Governo baixou a Medida Provisória nº 747, simplesmente deixou de fora as rádios comunitárias, e aí nós começamos a nos organizar e a mobilizar o Brasil todo. Viemos aqui à Casa da democracia, que é representada pelo Parlamento brasileiro através dos Senadores e Deputados Federais. Conseguimos, com muita articulação, conquistar a inclusão das rádios comunitárias na MP 747, que foi transformada na Lei nº 13.424.

Os nossos companheiros da grande maioria das 4.775 rádios têm até o dia 27 de maio para apresentar a documentação para a renovação das outorgas. Então, os companheiros têm que, primeiro, fazer a alteração estatutária. Existe muito estatuto que está caduco. O pessoal criou o estatuto em 1998, 2000, e de lá para cá só o Código Civil já passou por duas modificações. Portanto, esses companheiros têm que correr, renovar o estatuto, estabelecer a questão do conselho comunitário, que é o grande princípio que nos difere de uma rádio comercial – o conselho comunitário.

Os companheiros têm que fazer as assembleias gerais, chamar as entidades representativas dos trabalhadores, dos sindicatos, da Igreja, das ONGs, do futebol, do esporte de um modo geral, e fazer com que essas entidades, que existem através de CNPJ, através de registro, façam parte do conselho comunitário e aprovem a programação. Eu já vi questionamento pela internet sobre a programação – muitas rádios fazendo exclusivamente proselitismo religioso. Não criamos rádio comunitária para isso. Hoje a maioria das rádios – a Abert nos chamava de rádio pirata –, hoje, por incrível que pareça, não é do movimento social, mas, sim, das igrejas evangélicas. Essa é uma realidade em Mato Grosso. Eu tive denúncia aqui de Brasília e me parece que é uma realidade do Brasil inteiro: há muita gente falando em nome de Deus, totalmente irregular, cometendo, inclusive, alguns crimes. Portanto, está havendo muito esse questionamento que já foi feito pelo *site* para o Senador Hélio José, que se refere ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

proselitismo religioso. Muita gente acha que essas rádios são rádios comunitárias, mas não são rádios comunitárias, a maioria delas não tem sequer um processo tramitando no ministério, MCTI.

Portanto, a gente tem que saber diferenciar o que que é uma rádio comunitária e o que que é uma rádio evangélica, que são a maioria. Em Cuiabá, por exemplo, há mais de dez rádios evangélicas no ar. E o interessante é que a Anatel sabe o endereço das rádios comunitárias, sempre está lá, fiscalizando, aplicando multa, e não sei por que razão não consegue o endereço das rádios evangélicas, que, na verdade são rádios pirata – se é que podemos colocar essa nomenclatura aqui.

Mas, de qualquer forma, quero voltar a tratar aqui do seguinte: temos hoje 4.775 rádios outorgadas e queremos, Senadora Regina, chegar a um patamar de 20 mil rádios comunitárias. Nós queremos, na nossa reivindicação, três canais de rádio comunitária por Município, queremos aumentar a potência dos transmissores. Vinte e cinco watts não é uma realidade, não contempla a realidade; nós queremos no mínimo 250 watts, e quando falamos em 250 watts, estamos preparando já, no futuro, para a rádio digital. Porque, da forma que está hoje, com a Lei 9.612, contemplando apenas uma potência de 25 watts, podemos dizer que significa que, na implantação do rádio digital, nós poderemos ficar com a outorga debaixo do braço, com a lei, mas sem espaço no espectro do rádio digital, porque 25 watts, transformado em rádio digital, fará com que os nossos ouvintes não consigam sintonizar num raio nem de 50 metros a nível da sede da emissora.

Portanto, os dirigentes de rádios comunitárias precisam estar antenados para isso, precisam começar a discutir, a fazer leitura sobre a questão do rádio digital, sob pena de, no futuro, nos pegar desprevenidos, e, de repente, aqui no Parlamento, aprovar aí... Ou pode o próprio ministério encaminhar a questão do rádio digital, e ficarmos com quase 5 mil rádios comunitárias fora do espectro do rádio digital. Portanto, temos que ficar atentos para essa demanda.

Outra questão que precisamos colocar, Senadora Regina, é o direito de formar rede de rádios comunitárias no Brasil. É um absurdo o que consta na Lei 9.612, que determina que somos proibidos, a não ser, exceto, em caso da transmissão do programa A Voz do Brasil e em casos de alguma tragédia – um terremoto e outras coisas mais que poderiam acontecer no Brasil – tomara que isso nunca ocorra. Só dessa forma é que a rádio comunitária poderia entrar numa rede.

Então, é um verdadeiro absurdo, queremos ter o direito de fazer rede, de saber o que está acontecendo no Rio Grande do Sul, o que está acontecendo no Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, ou seja, nós queremos fazer uma rede, para que o povo brasileiro realmente saiba principalmente da nossa cultura. O que nós temos hoje é praticamente uma ou duas redes de rádio colocando, de cima para baixo, a cultura da região de São Paulo e do Rio de Janeiro, e muitas rádios transmitindo essa programação no interiorzão do Brasil, coisas que não têm nada a ver com a realidade local.

Por isso, quem faz essa realidade local são as rádios comunitárias, principalmente na preservação da nossa cultura. Se a gente ficar só nessa rede nacional o que vai acontecer? Nossa cultura, com certeza, em um futuro breve, desaparecerá.

Então, nesse sentido, achamos importante essa formação da rede. Para isso, Senadora Regina, demais Parlamentares, nós precisamos alterar a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Essa lei já completou 19 anos. Ela nunca foi alterada e já está passando da hora. Sei que, se o Governo Federal quiser, ele pode, através de uma medida provisória, atender às nossas reivindicações e colocar isso na ordem do dia. Com certeza, essa é uma tarefa do Parlamento brasileiro, dos Senadores e dos Deputados Federais.

Nesse sentido, estamos, a partir de hoje à tarde, realizando uma assembleia geral da Abraço Nacional com todos esses companheiros que estão aqui. Será na quinta-feira, na sexta e no sábado. Vamos apresentar, aprovar e discutir o nosso projeto de lei de iniciativa popular que vai contemplar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tudo isso que já falei aqui: três frequências por Município; aumento da potência; formação de rede. E o principal: vivemos em um País capitalista, ninguém vive de brisa, e as rádios comunitárias precisam pagar as suas despesas fixas, como aluguel, internet, telefone e o Ecad.

O Ecad. Se tínhamos uma perseguição da Anatel há um tempo atrás, hoje a perseguição é do Ecad. O Ecad trata a rádio comunitária de uma cidade com 2 mil habitantes como se fosse uma Rádio Globo da vida. Então, é um verdadeiro absurdo. Não somos contrários a pagar o Ecad. Achamos que o autor, aquele brasileiro que compõe através do dom que Deus deu a ele, tem de receber uma contribuição através do Ecad. Agora não pode o Ecad tratar rádios comunitárias de 25 watts como se estivesse tratando uma rádio comercial de 10 mil, 20 mil, 30 mil, 50 mil watts. É um absurdo a forma como o Ecad está perseguindo as rádios comunitárias, seja através do telefone, porque estão ligando nas sedes das rádios, seja através de *e-mails*, pois descobriram os nossos *e-mails*, seja através do *site*. Nós não nos negamos a pagar o Ecad, mas não dá para pagar o Ecad da forma como querem hoje.

Até porque – e aí vem a nossa principal reivindicação –, Parlamentares, queremos ter acesso à verba pública de mídia. É um absurdo as rádios comunitárias não terem acesso à mídia que a Prefeitura tem lá no Município, a Câmara, a assembleia legislativa, o Governo do Estado, o Governo Federal. São milhões e milhões de reais destinados à publicidade do Governo Federal, estadual e municipal, e a rádio comunitária não pode ter acesso.

No Brasil, dos 5.570 Município, estamos em menos de 4 mil Municípios e 70% desses Municípios têm uma população de 5 mil a 20 mil habitantes. É justamente aí que está a rádio comunitária, que é o principal meio de comunicação de massa dessas cidades, desses 70%. Por exemplo, sou de Cuiabá. É diferente fazer rádio comunitária em Cuiabá, uma cidade de 600 mil habitantes – alguns companheiros lá estão fazendo rádio comunitária numa região de 120 mil habitantes – o que uma cidade de 5 mil habitantes. É diferente o valor que tem uma rádio comunitária para Cuiabá e numa região dessas.

É justamente essa cidade que mais precisa do seu principal meio de comunicação, e não pode ter a verba pública de mídia da prefeitura, da câmara. Então, é um verdadeiro absurdo.

Essa é uma das principais reivindicações nossa, porque não adiantou criar a Lei nº 9.612 e, depois, carimbar: "Olha, vai passar fome. Vocês não vão conseguir sobreviver" E apostaram que não iríamos conseguir sobreviver, e queremos sobreviver, estamos sobrevivendo. E mais: queremos ter mais de 20 mil rádios comunitárias no ar, que seja agora no analógico, que seja posteriormente no digital. Portanto, essas são as nossas principais reivindicações.

Com relação à Anatel, fazemos uma reivindicação que é histórica para nós, e só o Parlamento pode entrar nessa briga: anistia das multas da Anatel. Nós temos emissoras que foram perseguidas, literalmente, pela Anatel, que têm multas, que têm dívidas com multas de 10 mil, 20 mil, 50 mil e cem mil. Há rádios que estão totalmente inviabilizadas por conta da fiscalização severa que a Anatel teve.

Então, como há anistia para vários e vários... Agora mesmo, parece que vi que, na questão da contribuição previdenciária das teles, da previdenciária, estão anistiando conglomerados bancários, multinacionais, não sei quantos e quantos bilhões. Por que não anistiar as rádios comunitárias das multas que a Anatel praticou ao longo desses últimos dez, quinze anos? Portanto, essa é também é uma reivindicação nossa que, com certeza, não é um produto que possa sair do Executivo, mas, sim, aqui do Parlamento. Acho que os Parlamentares poderiam transformar essa nossa reivindicação em projeto de lei e, com certeza, terá apoio de todos os ouvintes da rádio comunitária, considerando que temos hoje quase 5 mil rádios.

Com relação também à Anatel, o governo anterior aprovou uma portaria, chamada Portaria 197, de 1º de julho de 2013, que trata dos Municípios vizinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Soa a campainha*.)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Nós temos os Municípios vizinhos que têm rádios comunitárias, mas todas na mesma frequência, então, imagina como fica a interferência.

Vou dar um exemplo lá de onde eu moro, em Cuiabá. Em Cuiabá, nós temos uma cidade de 600 mil habitantes com quatro rádios comunitárias outorgadas e temos a nossa cidade vizinha, chamada Várzea Grande, que é dividida apenas pelo Rio Cuiabá, que tem uma população em torno de 250 mil habitantes e que também tem quatro rádios comunitárias outorgadas e todas funcionando na mesma frequência – no canal 295, na frequência 105,9. Imagina como está a situação de interferência.

Foi aprovado, nessa portaria, que, em Municípios vizinhos, a Anatel poderia dedicar outra frequência diferente, até para... O que aconteceu? Encaminhamos isso junto à Anatel lá de Mato Grosso, a Anatel encaminhou para a regional de Goiânia...

(*Soa a campainha*.)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – ... e simplesmente o ofício que recebemos é de que eles não poderiam fazer isso. Ou seja, a própria Anatel não está cumprindo a legislação brasileira; nesse caso aí, a Portaria 197, de 2013, na época, do Minicom, o Ministério das Comunicações.

Eu não sei como está meu tempo, se já se encerrou.

Esse toque é um sinal? Ah! (*Risos.*)

Bom, eu posso mais um...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. *Fora do microfone*.) –

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Está bom.

Com relação ao Ministério, uma das grandes conquistas do governo anterior foi a criação do PNO, do Plano Nacional de Outorga, para áreas comunitárias. Até então nós não tínhamos. O que aconteceu? Foi deixado um legado do governo anterior do PNO até 2019. Em 2019, era para chegarmos com 6,04 mil rádios outorgadas. Significa, Parlamentares, Senadores em especial, que estamos com cerca de 1,3 mil Municípios esperando o Ministério publicar os editais, que já estão garantidas nesse PNO. É só isso que está faltando.

Entendemos a situação funcional, um monte de coisas, mas não custa nada o Ministério deslanchar a publicação desses editais. Por exemplo, o edital de 2016 não foi publicado, parece-me que é de junho de 2016. O de 2017, parece, é de agora, de abril, e também não foi publicado. Significa que vai atrasar e significa que, nesses 1,3 Municípios que ainda não têm uma rádio comunitária, vai atrasar ainda mais o processo. Considerando toda essa demanda atendida de desburocratizar, hoje apenas com sete documentos, a tramitação é muito longa dentro do Ministério. E isso trava.

Nós gostaríamos de discutir, até o Parlamento pode influenciar, que se fizesse no modelo americano. Há muita gente que gosta de falar dos Estados Unidos e tal, mas há coisas para melhorar para o movimento social e da população, e aí eles já não gostam de trazer para nós.

Por exemplo, lá você coloca uma rádio comunitária no ar e informa, no caso, digamos, à Anatel: "Olha, a comunidade nossa está com uma rádio no ar, com frequência X, no canal Y. E estamos no ar". Então, é dessa forma que é feito, ou seja, totalmente desburocratizada. E logicamente há uma legislação de responsabilidade, etc. Quem sabe, um dia a gente caminha, através do Parlamento brasileiro, para essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, nesse sentido, acho urgente hoje, pelo Ministério da Comunicação, a publicação dos editais do PNO. E também, quando o atual Governo tomou posse, retirou do Ministério mais de – do Ministério, não, retirou da Câmara Federal, já tinha passado pelo Ministério, já autorizado, foi para a Casa Civil, e a Casa Civil enviou para a Câmara – 500 processos, ou seja, mais de 500 Municípios estão sem a rádio comunitária.

Portanto, esta é uma reivindicação nossa: que mande de volta para a Câmara para começar a tramitação, para que esses Municípios, num prazo de 90 dias, possam ter funcionando a sua rádio comunitária.

Então, no mais, tenho outras coisas para falar, mas acho que vou deixar para depois, porque me parece que temos direito a mais tempo nas considerações finais.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Geremias.

Assumi aqui porque o Hélio José teve que fazer um pronunciamento, é aniversário da UnB, e o Senador Cristovam fez uma sessão solene. Então, aqui é assim, estou aqui, mas eu tinha uma entrevista com a TV Senado, que nem sei se vai me esperar. E há outras Comissões que funcionam ao mesmo tempo. A gente fica um pedaço numa, um pedaço em outra. É essa loucura, colocam as comissões nos mesmos horários.

Vou passar a palavra ao Deputado Zé Neto, que vai viajar e pediu para falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Plenária não é a mesma tolerância da Mesa não. É menos tempo, porque o Plenário vai começar a funcionar, e na hora que começa lá, eles mandam encerrar as comissões. Então, temos que economizar o tempo para todo mundo poder participar. E depois passamos para os outros que estão já inscritos.

Então, com a palavra o Deputado Zé Neto, que é Líder do Governo da Bahia.

O SR. ZÉ NETO – Primeiramente queria saudar, Senadora Regina, os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, em nome de Geremias, nosso Presidente da Abraço Nacional, e saudar os demais membros da Mesa.

Apenas quero colocar uma coisa importante, Senadora: nós vivemos um momento muito difícil em todos os aspectos; há uma crise mundial e aqui não está fácil, está muito complicado, e as rádios comunitárias são muito importantes, principalmente nesse processo preventivo educacional em vários âmbitos, como segurança pública e saúde, que são dois elementos importantes demais.

Em saúde, fundamentalmente, o papel das rádios comunitárias em todo o País tem sido algo extraordinário do ponto de vista da informação, isso com agentes comunitários, com atenção básica e todas as outras situações que requerem, evidentemente, uma ação mais direta da comunicação.

Eu pediria que a gente tivesse mais empenho nessas demandas que foram passadas pela Abraço. Acompanho esse movimento há muitos anos e, hoje, eu vim da Bahia participar deste encontro aqui, porque sei da importância das rádios comunitárias, principalmente e fundamentalmente no interior.

Eu acho que a gente está caminhando agora para uma retomada nacional do movimento. E aí, Geremias, a gente tem um papel imenso. Estou falando aqui com o Dito, falando com o Jairo, da Bahia... A Bahia, hoje, para vocês terem uma noção, está aqui com 17 cidades, 32 membros de rádios, participando aqui deste encontro.

E quero dizer a você, Rodrigo, que é do Departamento de Radiodifusão Educativa, que fosse criada uma mala direta com todas as rádios comunitárias, porque muito das informações que chegam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no *Diário Oficial da União* não chegam sequer para os órgãos do Estado, imaginem para essas rádios e para esses movimentos.

Então, queria deixar como proposta a criação... E eu queria, Jairo, como vou ter que pegar o meu voo, que a gente tratasse isso mais diretamente com você, Rodrigo. Eu vou te ligar.

Ao Robson Almeida também, que é o meu companheiro, quero saudar, Deputado Federal, que tem um trabalho superatuante nessa luta das rádios comunitárias, inclusive foi Secretário de Comunicação do nosso Estado, trabalhou muito para que a gente conseguisse avançar no que você colocou, ou seja, da necessidade de termos, nas rádios comunitárias... Evidentemente, recurso não vai cair do céu se você não tiver liberado pela normatização a possibilidade de você ter propagandas nas rádios – isso, claro, com critérios –, a gente não vai ter como buscar financiamento.

Então, eram só essas duas coisas questões, e gostaria de pedir a você que a gente evolua nisso. Vou te ligar.

Fica aqui, novamente, o agradecimento à Senadora Regina por ter concedido este espaço para que a gente pudesse fazer a nossa manifestação e dizer às rádios comunitárias da Bahia e do Brasil que a hora é de retomar com todo o vigor a luta nacional.

Vamos juntos!

Um grande abraço para todos que estão nesse momento presentes neste encontro e por tudo.

Saúdo também nossa amiga, a Senadora nordestina, Fátima Bezerra, que está aqui presente também. Ela que trata tanto das questões da educação. Estivemos na Bahia em um encontro do nosso Partido, o PT, há algum tempo. Quero aqui deixar o meu abraço para ela e dizer, nossa querida companheira, que deixo aqui, também, a manifestação de carinho, de afeto, pela Senadora Fátima, que, eu tenho certeza, tem feito uma boa luta em defesa das rádios comunitárias do Brasil.

Um grande abraço, bom dia, e que esse encontro tenha resultados efetivamente mais generosos para com aqueles que lutam no movimento social das rádios comunitárias brasileiras. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Deputado Zé Neto.

Registro a presença da Senadora Fátima Bezerra, conosco aqui.

Eu quero só fazer um comentário.

Eu também participei desse movimento desde o começo. Levei muito empurrão da Polícia Federal, na frente da rádio comunitária, para não deixar levar os equipamentos. Então, eu sei o que é isso.

Quando eu era do Sindicato dos Bancários, nós tínhamos uma rádio, a Rádio Primeiro de Maio, que foi a primeira de Teresina. Foi o sindicato que a patrocinou. Eu briguei, lá no sindicato, para aprová-la na assembleia, pois quem tinha o dinheiro era os sindicatos dos bancários. Então, para o movimento a rádio foi muito importante.

Mas também sei da dificuldade. Quer dizer: o pessoal não regulariza porque não quer. É porque são pessoas mais humildes, mais simples, e a informação não chega. Eles não sabem...Então, até fazer todo aquele protocolo, porque eles querem fazer direito, aí eles perdem prazo e tudo. Enquanto os outros, que têm as suas rádios ditas "comunitárias", têm uma facilidade danada. Nós sabemos que a influência política prevalece. Não tem jeito de negar isso. O que acontece é isso.

Quando chegamos aos Municípios, na hora em que vou dar entrevista, a pergunta que eu faço é: de quem é esta rádio? Eles inocentemente respondem: "É do Deputado fulano de tal" ou "é do Prefeito fulano de tal."

Houve uma em que fui, recentemente, onde eles disseram: "É do Prefeito, mas ele deixou a senhora falar." É assim. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Só fala quem o Prefeito deixa. Então, isso acontece hoje ainda. É uma coisa absurda, mas acontece. Eles passam por cima de tudo e eles conseguem, pelas facilidades, pelas influências, regularizar as suas rádios, enquanto aquelas, que são verdadeiras associações, não conseguem. É uma dificuldade. Isso não é de hoje, não; é de todo tempo. Não estamos culpando ninguém aqui por negócio de governo. É de sempre. Não sei o porquê.

A questão do recurso. Existe governo que paga meio de comunicação – rádio, jornal, jornalista – para não falar. Não é para falar; não; é para não falar mal. É aquela história do flanelinha: "Pago o flanelinha para não riscar o carro". (*Risos.*)

Então, existe isso, e precisamos resolver realmente. Então, eu vou me juntar aqui ao Hélio José, que me parece uma das pessoas... (*Palmas.*)

... para nós vermos o que podemos fazer para facilitar essa questão do funcionamento das rádios, que são um instrumento importantíssimo.

No meu Piauí, há lugares em que o único instrumento de comunicação é a rádio comunitária. E há Município que não tem nada ainda. Não tem nenhuma. E há Município que tem uma única e é quem faz a comunicação. Ele lê toda a notícia, tudo que sai dos outros jornais. Então, os outros jornais também ganham. Os grandes jornais deviam até ajudar e patrocinar, porque eles leem tudo o que sai nos jornais. Então, o pessoal fica sabendo das coisas através das rádios comunitárias.

Infelizmente, isso é complicado.

Passo a palavra para o Deputado Robinson Almeida, Deputado Federal pelo PT da Bahia.

O SR. ROBINSON ALMEIDA – Bom dia! Eu queria aqui cumprimentar rapidamente a Mesa, em nome da Senadora Regina Sousa; cumprimentar também o Autor da audiência pública, o Senador Hélio José; e cumprimentar todas as Rádios Comunitárias presentes aqui, de todo o País, em nome do Jeremias do Santos.

Quero dizer da importância desta audiência pública. Eu também estou com o tempo aqui muito apertado, pois temos que voltar para a Bahia agora, no final da manhã, mas eu queria apenas aqui registar a minha alegria de ver uma grande delegação baiana presente neste Congresso. Aqui estão presentes Rádios Comunitárias dos Municípios de Água Fria, de Lamarão, de Ouriçangas, de Irará, de Rui Barbosa, de Gandu, de Ilhéus, de Itatim, de Baixa Grande, de São Gonçalo dos Campos, de Lajes, de Itaberaba, de Apuarema, de Macajuba, de Anhanguera, de Piritiba, de Oliveira dos Brejinhos.

Mais de trinta pessoas da Bahia compõem essa delegação. Eu pediria até que ficassem de pé para serem identificados os baianos que vieram, com muito esforço, prestigiar esta Audiência Pública. (*Palmas.*)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Viva a Bahia!

O SR. ROBINSON ALMEIDA – O meu testemunho, Senadora, é que a Abraço Bahia tem feito um esforço muito grande no sentido de organizar o segmento. Nós estamos presentes nesse movimento regional dando apoio político, apoio institucional. Eu fui Secretário de Comunicação do governo do Estado na gestão do Governador Jaques Wagner por oito anos. Saí da Secretaria para ser candidato a Deputado e sempre tive com esse movimento uma relação de parceria institucional e política, preservando a sua autonomia e independência.

O que nós vemos, hoje, é que, apesar de a luta ter avançado em alguns pontos, as travas aqui identificadas têm que ser superadas. As travas do espectro de frequência e da potência têm que ser superadas. Contudo, a principal trava a ser superada aqui é a do financiamento. No final do mês é preciso pagar uma conta; no final do mês é preciso pagar a energia; no final do mês é preciso pagar o aluguel. E eu quero saber quem é que tem máquina de fazer dinheiro para a rádio comunitária funcionar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso mesmo, o legislador aqui foi muito perverso ao dar carta de alforria para os pequenos comunicadores, para as rádios comunitárias, mas não deu as condições de trabalho. Qual o impedimento de haver financiamento público para a rádio comunitária? O impedimento sabem qual é? É que a Abert quer o monopólio das verbas públicas. Por isso é que eles não querem que as rádios comunitárias tenham isso. (*Palmas.*)

E isso tem que ser enfrentado aqui, porque são esses poderosos, esses interesses econômicos que ontem deram cobertura a essa violência contra a nossa legislação trabalhista, que foi a reforma aprovada nessa fatídica madrugada, quando nós vivemos esse atraso social do País com relação aos direitos por mais de 80 anos, e essa mídia monopolizada é que deu a cobertura para que essa matéria fosse aprovada, como dá cobertura para as outras maldades que vêm deste Governo ilegítimo, que não teve um voto do povo e só faz aqui atrasar o desenvolvimento do nosso Brasil.

Por isso, contem comigo, contem com o nosso mandato. Se aqui há vozes do Senado defendendo as rádios comunitárias, você pode contar também com uma voz na Câmara dos Deputados para engrossar essa pauta e defender quem faz comunicação democrática no País e que são as rádios comunitárias.

Muito obrigada e desculpem-me porque tenho um voo. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – A Senadora Fátima está com tempo para presidir um pedacinho aqui? É porque tenho uma entrevista para gravar.

O Hélio está voltando.

Pessoal, eu peço desculpas. Mas já estão montando o equipamento ali, e a gente não pode deixar de ir porque isso foi marcado com antecedência.

Um abraço para todo mundo e vamos à luta.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia, pessoal!

Quero cumprimentar o companheiro Zé Neto, o Robinson, que acaba de falar.

Vamos agora passar imediatamente para o Ronaldo, da Abraço Distrito Federal.

O SR. RONALDO MARTINS – Bom dia a todos!

Quero saudar a Senadora Fátima e o Senador Hélio José, que está vindo para cá, e a todos os companheiros de rádios comunitárias que saíram dos seus Estados, dos seus Municípios para discutir um tema tão importante como esse.

Eu acho que a primeira coisa que tem de ficar clara na questão da mídia nacional é que a Abraço representa cinco mil rádios comunitárias. A primeira coisa que tem de ficar bem esclarecida é que nós representamos cinco mil rádios no País inteiro, que tem de ser respeitado como um mesmo.

Na questão da Medida Provisória nº 747, eu acho que foi o primeiro passo, nos últimos quinze anos, que a gente deu, e aí graças a um trabalho da Abraço, graças a um trabalho de todas as rádios comunitárias do Brasil inteiro. Mas isso foi apenas para resgatar o que as rádios já tinham, que era não perder as outorgas que já haviam conseguido.

O próximo passo é que o Estado, independentemente do Governo que aí esteja, da mesma forma que reconhece a Abert representando as rádios comerciais, reconheça a Abraço como o outro lado das rádios comunitárias, que têm de estar sentadas à mesa. É inadmissível que uma lei que o Governo Federal sanciona tenha dois parlatórios: no meio está o Governo Federal e, de um lado, está a Abert e, do outro lado, tem um parlatório vazio, onde a Abraço teria de estar, representando as cinco mil rádios comunitárias e não está. E isso tem um simbolismo grande para a questão das rádios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunitárias. Ou existem as cinco mil rádios comunitárias, ou não existem. E eu sei que é importante para nós.

Por exemplo, o primeiro ponto: não dá para brincar mais de rádio comunitária. Não dá para o Estado entregar as outorgas e não dar as condições necessárias para que funcione. As condições necessárias são, por exemplo, um aluguel; é, por exemplo, pagar um telefone; é, por exemplo, uma documentação que tem de ter. E a gente sabe, companheirada, que a gente só vai conseguir graças ao trabalho de união que a Abraço tem de ter no Brasil inteiro, como estamos representados aqui com mais de dezesseis Estados...

O Senador Hélio José assumiu isso, mesmo com o risco, Senador, de o senhor ser taxado como aquele que representa as rádios comunitárias e ser boicotado nos grandes veículos de comunicação. Mesmo com esse risco que o senhor corre.

Não dá para a gente sair daqui sem mandar o seguinte recado para o Ministério da Comunicação: primeiro, 25 não atende mais as necessidades de quando foram criadas em 1998. Naquela época, em 1998, era com o conceito de atender quadras comunitárias. Não dá mais para a gente não ter mais um canal de comunicação para acabar de vez a questão do sombreamento, como o Senador Hélio José e outros falaram aqui. E não dá mais para a gente não acessar a verba pública.

Eu estava fazendo uma pesquisa aqui. Só um emissora de televisão levou R$35 milhões. De R$160 milhões, as rádios levaram R$1,5 milhão só. E as rádios comunitárias levaram zero.

Então, Senador Hélio José, nós estamos aqui em Brasília, hoje, 27, 28, 29. O Geremias, nosso Presidente nacional, convocou todos nós aqui para fazer uma plenária para discutir todos esses três pontos.

E eu acho que tem que ser política do Estado, não pode ser a política do Lula, não pode ser a política da Dilma, nem do Temer, tem que ser política de Estado, tem de destinar uma percentagem em benefício de todas as rádios comunitárias, desde que se enquadrem no programa de rádio comunitária que defenda a cultura, que defenda o lazer, que defenda o esporte e que represente, de fato, aquilo para que as rádios comunitárias foram criadas.

Era esse o recado que acho que nós temos de sair daqui levando. E para a Anatel: a gente sabe que hoje, se a Anatel e o Ministério das Comunicações quiserem, podem disponibilizar de imediato mais um canal de comunicação para acabar com aquela confrontação de cidade vizinha. Nenhuma pega legal nem a outra, ou seja, fica um corredor que o morador não acessa nenhuma das rádios.

Para finalizar, quero deixar um grande desafio. Qual o desafio da Abraço? A Abraço do século XXI, que já está completando 20 anos, é que nós vamos disputar junto com a Abert o nosso lugar de quem representa cinco mil rádios.

Se o Governo abre as portas para a Abert, que representa um segmento importante das rádios comerciais, nós que representamos 5 mil rádios queremos o nosso espaço a partir de agora, e a cadeira cativa, seja em que momento esteja o Governo discutindo a questão da rádio comunicação.

Obrigado a todos.

Sou Ronaldo Martins, de Itabira. Sou do Nordeste também e moro há 30 anos em Brasília. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Embora seja proibida as manifestações, são justas. Agradeço ao Ronaldo Martins, que me dá a honra e a satisfação de ser assessor do meu gabinete. É uma pessoa do Distrito Federal, profundo conhecedor das questões dessa causa.

Então, com certeza, está colaborando muito. Colaborou muito comigo junto com a Abraço Nacional. O Geremias, com o Divino Cândido, com relação à 747, e os demais Parlamentares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Agora vamos ouvir uma Parlamentar que colaborou demais, que é a nossa Senadora do Rio Grande do Norte, Senadora Fátima Bezerra, que tem uma larga experiência e que tem colaborado muito aqui no Senado. E até na minha audiência que eu solicitei, Rodrigo, com a nossa Secretária junto com a Abraço Nacional, se a Fátima estiver aqui em Brasília, vou convidá-la para que ela possa ir conosco. Tal como a Fátima, a Regina Sousa também, outra Senadora que me antecedeu.

Até peço desculpas a vocês porque tive que me ausentar brevemente por dois motivos impossíveis de não atender. Um para votar nos nossos dois embaixadores na Comissão de Relações Exteriores e o outro para comemorar 55 anos da Universidade que me formou, que é a UnB, a Universidade de Brasília, a nossa universidade do DF. Por isso, eu peço desculpas pela minha breve ausência aqui do plenário.

Fátima Bezerra com a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Hélio José, a quem cumprimento pela importante iniciativa da realização dessa audiência. Cumprimento os nossos convidados, o Marcus Vinícius, representante da Anatel; o Rodrigo, do Ministério da Ciência e Tecnologia; o Geremias, Presidente da Abraço Nacional; o Divino, Presidente, aqui; o Diretor do Distrito Federal; e, em nome de vocês, em nome também de Thomas Sena, lá de Macaíba, do meu querido Estado, o Rio Grande do Norte; de Valtinho, lá da cidade de Currais Novos, também lá do meu querido Rio Grande do Norte, quero abraçar os demais companheiros e companheiras, as demais delegações aqui presentes, os que fazem essa rede tão importante de defesa da comunicação social no nosso País.

A presença de vocês aqui é muito importante, porque é ela que vai fortalecer todos os passos que serão dados aqui no âmbito do Congresso Nacional, em busca do atendimento das demandas justíssimas das rádios comunitárias em todo o País.

No meu Estado, Senador Hélio José, atualmente, nós temos 135 rádios comunitárias, legalizadas lá no Rio Grande do Norte, mas nem todas estão em operação devido às dificuldades de manutenção. E, dentro desse conjunto de 135 rádios comunitárias – e, repito, nem todas estão em operação –, além disso, ainda existem 15 processos pendentes de legalização. Das que estão no ar, a grande maioria delas é ligada às igrejas evangélicas.

As principais reivindicações das rádios comunitárias do Rio Grande do Norte se associam às principais reivindicações do movimento nacional, liderado pela Abraço, que são o aumento da potência das rádios – uma demanda mais do que justa, extremamente necessária; a liberação de um canal de radiodifusão comunitária por Município, porque, hoje, só temos um canal; acelerar os processos de renovação de outorgas; e o debate das verbas publicitárias governamentais.

Esse é o foco exatamente da nossa luta. Daí a importância de uma audiência como essa, daí a importância da Frente Parlamentar em defesa das rádios comunitárias.

E quero, aqui, dizer a vocês que, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores temos um compromisso sagrado com a luta em prol da radiodifusão comunitária por termos clareza do papel estratégico que ela exerce, que é o papel de garantir a informação com seriedade, com isenção, com pluralidade, de garantir o acesso à informação com responsabilidade.

Eu conversava aqui com o Wagner, da Abraço de Pernambuco, e dizia para ele: "Wagner, na sua concepção, qual é o papel mais importante da rádio comunitária?" E ele deu uma resposta aqui precisa, que é o fato da rádio comunitária ser a voz da comunidade, é para isso que ela nasceu. O dado mais relevante da presença das rádios comunitárias é o vínculo que elas devem estabelecer com a cidade, com o cotidiano da cidade; é o vínculo que ela deve estabelecer com os mais variados segmentos do contexto onde ela está inserida. Ela dá voz às pessoas; ela dá voz à população, sobretudo num país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

onde nós vivemos o oligopólio, o contexto da chamada mídia monopolizada e, na sua grande maioria, inclusive, a serviço dos interesses do grande capital; mídia monopolizada que, infelizmente, em vários momentos, assumiu papéis de grandes consequências políticas para o nosso País.

Todo mundo sabe aqui o papel, por exemplo, infelizmente, que a Rede Globo teve na época da ditadura, do golpe militar de 64, tanto é que veio pedir desculpas depois. A gente sabe o papel, inclusive, que grandes jornais de circulação nacional tiveram naquela época, um papel de conivência com os tempos de chumbo, com a ditadura militar. De igual modo não foi diferente agora, em 2016, quando o golpe parlamentar, perpetrado por este Congresso, teve na mídia monopolizado um braço fundamental para cassar um mandato presidencial legítimo naquelas circunstâncias e trazer consigo um Governo ilegítimo; trazer consigo uma agenda que é uma agenda de ataque diário à vida do trabalhador e à vida do povo brasileiro.

O Brasil está passando por um momento muito difícil, muito difícil; o Brasil está de ladeira abaixo. É emenda constitucional que congelou os investimentos pelos próximos 20 anos, que tirou educação e saúde do orçamento; é uma reforma da previdência... E o Senador Hélio José, apesar de fazer parte da Base de sustentação do Governo, tem se somado aqui no debate conosco no sentido de alertar e de se contrapor, porque essa reforma da previdência não pode prosperar de maneira nenhuma, dada a lógica desumana, de exclusão e de crueldade que ela tem pelo quanto vai suprimir de direitos sociais fundamentais. As mudanças no campo trabalhista *idem*. Vocês estão acompanhando. Estão rasgando a CLT, pois fizeram mais de cem alterações na consolidação das leis trabalhistas somente para favorecer o empresário, o patão, o empregador, e os trabalhadores e trabalhadoras que se lixem.

Eu faço essas considerações, Senador Hélio José, para, mais uma vez, ressaltar o papel importante da comunicação social, porque, infelizmente, a mídia monopolizada só mostra um lado, o que é um crime – é um crime! A informação, de acordo com a própria Constituição, tem que zelar pelo princípio da pluralidade, mas não é isso que acontece de maneira nenhuma.

Então, dessa forma, meus amigos e minhas amigas, lutadores e lutadoras em defesa da democracia, porque defender a democracia passa pela defesa de uma comunicação social com seriedade, com responsabilidade, com liberdade e com pluralidade, eu quero dizer a vocês que a gente se soma aqui ao Senador Hélio José e que não mediremos esforços, não mediremos esforços para estarmos junto aqui, para exercermos o nosso papel, para que essas reivindicações sejam atendidas por entendermos claramente o papel importante que tem a comunicação social, através das rádios comunitárias.

Eu participei de todo esse movimento com vocês. Inclusive, uma das coisas que eu lamento muito foi, durante os anos em que os governos do meu Partido estiveram à frente dos destinos deste País, a gente não ter avançado no item democratização dos meios de comunicação. Infelizmente! Nós devíamos ter avançado nesse item de democratização dos meios de comunicação. (*Palmas.*)

E, hoje, estamos inclusive pagando o preço. É claro que tenho muito orgulho – e me permita quem discorda, eu respeito – dos avanços extraordinários que os governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma trouxeram para este País em matéria de inclusão social, no campo da educação e em várias áreas, inclusive no campo da comunicação social. Mas espero que a gente traga a democracia de volta e, ao trazer a democracia de volta, Senador Hélio José, que a gente possa avançar nesse item que é regulamentar o artigo da Constituição que diz respeito à democratização dos meios de comunicação.

É inaceitável viver em um país onde os meios de comunicação estão nas mãos de quatro, cinco ou seis grupos. É um absurdo um negócio desses! E nós vivemos numa sociedade do conhecimento, aí é que a informação adquire um papel mais estratégico ainda, pela importância que tem o acesso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

informação. É um crime, repito, essa informação ser sonegada, porque é isso que acontece – e é um direito fundamental – quando, repito, a mídia é monopolizada e mostra só exatamente um lado.

(*Soa a campainha*.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou concluir dizendo o seguinte: Senador Hélio José, quando a gente olha para o retrato em nível nacional, esse oligopólio, os meios de comunicação de massa nas mãos de duas, três, quatro, cinco famílias, é o mesmo retrato País afora. É verdade ou não é? Se eu for perguntar aqui, nos Estados do Nordeste, na maioria dos Estados do País, o controle da mídia, no plano regional, também está nas mãos de duas, três, quatro famílias.

Não é assim, Sena?

Exatamente, há séculos, há décadas. Isso é muito grave.

Por isso, meus companheiros e minhas companheiras, força, esperança e confiança. Nós vamos bater na porta do ministério. Vamos lá na audiência com a secretaria, porque nós não vamos abrir mão, de maneira nenhuma, de ir em busca dos nossos direitos.

Permitam-me dizer: espero que essa sexta-feira, dia 28, quando está convocada uma greve geral, que possamos, nessa sexta-feira, fazer uma das mais belas e fortes mobilizações do ponto de vista social e popular deste País, defendendo a cidadania do povo brasileiro, contra essas reformas, defendendo a democracia e defendendo a rádio comunitária do Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Senadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte.

Passo a palavra para Fátima, da Abraço Minas Gerais, por cinco minutos, lembrando que, aos quatro, toca a campainha.

Fátima com a palavra.

A SRª FÁTIMA GOMES – Obrigada, Senador.

Eu quero cumprimentar com muito prazer e com muita emoção todos os radialistas aqui presentes hoje.

Eu faço questão de cumprimentá-los primeiro, Senador, porque, sem essa luta, não haveria essa audiência. E é uma luta de muitos anos – no meu caso, pessoalmente, 20 anos.

Quero agradecer à Senadora Fátima Bezerra. Em 2005, a Senadora convocou uma audiência pública, e eu fui expositora. Ela nos convidou pela Abraço nacional. O Dr. Paulo Fernando Silveira, que é um Juiz Federal de Uberaba, deferiu liminares na região onde atuava como Juiz Federal. Mais de 300 liminares foram deferidas para as rádios comunitárias para começar essa luta.

Eu quero, principalmente, utilizando o nosso tempo para agradecer ao Jeremias; agradecer ao Rodrigo, do Ministério das Comunicações; ao Senador, pela iniciativa; à Anatel aqui presente, e dizer que respeitamos, sim, a Anatel. Acho que houve avanços.

Nós, inclusive, não tivemos o desrespeito que eu sei que há em muitos dos nossos Municípios. Sei que há fiscalizações pontuais de propósito, e temos prova disso. Inclusive, eu já disse para fiscais da Anatel o seguinte: "Por que vocês não fiscalizam a rádio tal, que está com 17 anos de outorga vencida?" E ele disse para mim – temos isso filmado – que a Anatel é uma hierarquia e que ele estava cumprindo ordem. E eu disse: "Olha, eu denuncio agora então". E ele falou: "Não, você tem que denunciar na Anatel, porque somos uma hierarquia."

Então, respeito muito e agradeço a sua presença aqui, dizendo que estamos na luta e no debate há muito tempo. Acho que avançamos muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Cumprimento também o Divino. Cumprimento o pessoal de Minas e agradeço muito por terem atendido o meu convite, quando organizei, no Triângulo Mineiro, a nossa vinda em uma *van*. Não deu para vir um número maior de pessoas, porque todos, Senador, têm seus compromissos. Não é só a rádio comunitária, porque, como muito bem foi dito aqui, a rádio comunitária mal sobrevive. Então, os dirigentes têm dupla jornada. A grande maioria tem a direção da rádio comunitária e outro ofício para que consigam sobreviver. E não é fácil! Não é fácil manter uma rádio comunitária no ar. Todos aqui sabem disso.

Estávamos vindo na *van* e as histórias parecem ser as mesmas de todo mundo. Todos contam a mesma história.

Então, eu quero frisar muito a questão da alteração na Lei nº 9.612, porque a lei já é chamada por muitos de "lei mínima". Ela foi criada – sabemos – em pouquíssimo tempo com 25W de potência, com mesma frequência para o mesmo Município. Eu digo que essa questão da mesma frequência foi de propósito para que não funcionássemos, porque é engaiolar o microfone.

Eu digo que a informação que podemos passar – e olha, Rodrigo, eu acho que vocês têm de dar uma importância muito grande para isso –, a informação que uma entidade, que uma rádio comunitária tem para passar, por que a pessoa do outro bairro não pode ouvir? Por que, hoje, se as pessoas, com um clique, acessam milhares de rádios em todo o mundo, não podem ouvir uma rádio que está sendo transmitida pelo transmissor de FM? Por que a potência não pode ser para o Município e sim para uma vila ou bairro?

(*Soa a campainha*.)

A SRª FÁTIMA GOMES – Isso não é democratizar a comunicação.

Então, eu acho que a Lei nº 9.612 merece uma medida provisória para que consigamos alterar a questão de choque de frequência. Não é só limite de Município, porque a gente sabe que o limite do Município vai ter autorização para um outro canal, mas o Município não vai ter autorização para outro canal – é incoerente!

A gente precisa urgentemente de mais canais, para que a gente consiga transmitir a informação que a gente entende que é de grande relevância; a gente precisa de mais potência para atingir o Município, porque democratizar a comunicação, principalmente as informações locais, é o nosso foco; e a gente precisa, sim, dar sustentabilidade, porque, sem a sustentabilidade, a gente entende que é totalmente incoerente. Por que os grandes meios de comunicação podem receber a verba pública e a rádio comunitária não pode? Isso precisa ser revisto com muita atenção. E eu sugiro aqui, juntamente com o nosso pessoal de Minas, a edição de uma medida provisória, porque é o meio mais rápido.

Outra questão que eu também queria deixar para o Ministério das Comunicações é a questão das renovações. A Medida nº 747 nos deu essa flexibilização, que é a seguinte: há um prazo a ser cumprido, que é 27 de março. Muitas entidades têm que renovar os estatutos. Os cartórios exigem um prazo para conferência.

(*Soa a campainha*.)

A SRª FÁTIMA GOMES – A gente não vai conseguir cumprir esse prazo. Se passar desse prazo, temos como protocolar o estatuto alterado sem registro e com o compromisso de apresentar depois, ou a gente vai perder a outorga? A gente precisa dessa resposta.

No mais, eu quero agradecer a todos que estão aqui e dizer que foi uma luta muito grande a gente deixar, no meio da semana, os nossos compromissos para estar aqui, porque a gente sabe que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de grande importância. Para mim – eu faço parte da executiva da Abraço Nacional –, é uma luta em que a gente está conseguindo grandes avanços.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer à Fátima pelo conhecimento e pela exposição ágil e objetiva.

Muito obrigado, Fátima. Parabéns a vocês!

Eu, Senador Hélio José, que sou Vice-Presidente do Adelmo Leão, que é o Presidente da Frente, que é do seu Estado, um Deputado realmente atuante, estou à disposição para colaborar naquilo que estiver ao meu alcance.

Vamos ouvir agora o Wagner Santos, da Abraço de Pernambuco.

Você dispõe de cinco minutos. Lembro que a campainha toca aos quatro.

O SR. WAGNER SANTOS – Bom dia, Senador; bom dia a todos.

Eu vou dividir aqui o tempo junto com o nosso companheiro Ramos, que vai tocar essas questões jurídicas.

Cumprimentando o Senador Hélio, cumprimento também o nosso companheiro Geremias, Divino e todos da Mesa.

Foram colocadas aqui diversas questões relativas à rádio comunitária: flexibilização, a parte de administração, questões técnicas, mas eu simplifico tudo isso em só uma palavra, como comunicador comunitário – e, aqui, eu represento a rádio comunitária Amparo FM, de Olinda, e a Abraço Pernambuco (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária) e a Abraço Nacional: respeito às rádios comunitárias. Eu acho que é isto que tem que ser colocado: respeito às rádios comunitárias, respeito a esse veículo de comunicação, que é essencial na vida do cidadão brasileiro, hoje, nas demais comunidades.

Estava eu um dia, lá no meu Município, conversando com um amigo, e ele me perguntou: "Wagner, por que, na zona norte de Recife, há mais rádios comunitárias do que em outras regiões?" Eu falei: "Porque, na zona norte de Recife, está especificamente a concentração dos maiores bairros da periferia." É lá que as pessoas clamam. Sabe por quê? Por justiça social, saneamento básico. A rádio comunitária é a voz dessas pessoas.

É por isto que a gente clama aqui hoje aos Srs. Parlamentares, aos senhores que representam esta Instituição: respeitem mais as rádios comunitárias. Que a gente possa ser, sim, essa voz da população, mas com o respeito e com a qualidade que merece cada um, cada uma que se descolocou de seus Municípios e Estados e que aqui os está representando.

Passo a palavra ao Ramos. A gente combinou dividir as falas, porque o Ramos traz mais as questões técnicas e jurídicas.

O SR. SEVERINO GOMES DA SILVA (RAMOS SILVA) – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, gostaríamos, em nome do nosso Estado de Pernambuco, em nome da Abraço de Pernambuco, de agradecer, acima de tudo, àquele que teve a grande coragem de abrir seu gabinete e de deixar à disposição do Brasil essa reivindicação, o Senador Hélio José. É uma reivindicação mínima, Senador! É o mínimo que nós pedimos: reconhecimento social, para que possamos implementar em cada cidade, a exemplo da minha cidade, Cumaru, no Estado de Pernambuco, a 120km da capital. A cidade mais próxima com uma emissora comercial fica a 50km, e nós somos tolhidos de levar informação ao conhecimento da comunidade. Por quê? Somos rodeados por morros e não chegamos sequer a 200m.

O nosso amigo Jeremias, na coordenação nacional agora, tem levado essa luta de grande conhecimento à nossa população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu gostaria muito de que, quando recebêssemos uma carta do Marcus Vinicius Paolucci, da Anatel, nós não levássemos um susto, porque essa é uma grande preocupação nossa.

O nosso companheiro da cidade de Capoeiras foi multado por ter dito à Anatel que estava fazendo comercial. Por acaso, eles estavam passando na cidade e gravaram o cara com um microfone na rua, dizendo que a bochada dele era R$1,50. Recebeu uma multa de R$2,1 mil. Reuniram a comunidade, fizeram uma vaquinha na cidade e pagaram essa multa. Resultado: perguntem à Anatel se foi dado baixa no nome dele. Não foi dado, não, Senador. Está lá. Não há responsabilidade com esse meio de comunicação social importante que são as rádios comunitárias. Não há essa preocupação. Não foi dado baixa. Ele está recebendo cartas para responder e precisa pagar advogado para fazer sua defesa, na nossa Capoeiras.

Em Cumaru, não é diferente. Gostaria de saber, como ele falou aqui...

(*Soa a campainha*.)

O SR. SEVERINO GOMES DA SILVA (RAMOS SILVA) – ... da benesse, da bondade em relação à Anatel. Há uma pontuação com a qual nós somos classificados. Somo penalizados injustamente, minha cara Fátima, por simplesmente não haver um aterramento no transmissor. Isso é um absurdo. Deveríamos ser instruídos a colocar um aterramento, mas recebemos uma multa e uma pontuação. Depois de uma determinada pontuação, o que acontece? Nós somos impedidos de fazer a renovação. Está lá.

Por exemplo, Currais Novos – nosso companheiro Valdir está aqui –, nossa querida cidade, não aparece sequer no *script* da Anatel com uma emissora comunitária. Por quê? Um dos dirigentes lá se candidatou e não houve tempo hábil para informar à Anatel e ao Ministério das Comunicações a sua saída. Aí a Anatel, eficientemente, junto com o Ministério das Comunicações, fez o cruzamento de dados – não se sabe como –, disse que lá havia proselitismo e, de repente, cassou a concessão do rapaz.

Então, ações e atos dessa natureza ocorrem nos nossos pequenos Municípios – Municípios com 18 mil habitantes –, e a gente não tem essa voz falando para a nossa sociedade, porque tenho certeza de que todos os governos sabem da audiência que têm as rádios comunitárias.

No nosso Estado, somos 211 emissoras, 199 outorgadas, e estamos levando, porque quem fala para uma senhora, manda recado de que venha para o hospital porque sua ficha de vacinação foi alterada, somos nós. Chega a essa comunidade. Nenhuma emissora da Globo, nenhuma emissora dessas, bancada por grandes poderios políticos e aglomerações, e a gente sabe do grande monopólio, tem coragem de abrir o microfone para uma dona de casa que chega com a roupa rasgada e de sandálias. É preciso colocar paletó e perguntar, como a Senadora disse ainda há pouco, se o prefeito lhe deixou falar.

Então, são esses meios. Nós procuramos reivindicar acima de tudo o financiamento. E gostaríamos de cobrar, ilustre Senador, aí sim, e o senhor abraçou essa causa, do ilustre Romero Jucá, porque ele se comprometeu diante de todos nós a editar uma medida provisória para que pudéssemos ter a viabilidade desse recurso.

Nós não estamos criando provisões. A provisão já existe. O valor altíssimo para distribuir para as emissoras já existe. Apenas queremos participar. Vamos chamar de migalhas, apenas isso, porque nem isso temos, senhores e senhoras. Nem temos! Gostaríamos de ter essa parte para que pudéssemos, aí sim, efetivamente, fazer uma comunicação de qualidade, comprar um microfone para que a população pudesse ser ouvida do outro lado, sem chiado. É porque não temos condições. Essa é a grande verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação ao Ministério das Comunicações, para encerrar definitivamente, ilustre Senador, a gente pede atualização nos seus dados, inclusive permanente, porque nós nos abastecemos... A gente sabe da grande dificuldade dos senhores naquela Casa por conta do pequeno. E, quando colocamos uma sigla lá, nós não sabemos o que é a nossa demanda. Nós procuramos saber o que seria aquela para que possamos passar a informação. O *site* realmente não traz aquele esclarecimento necessário.

Para finalizar, mais uma vez agradeço imensamente àqueles que nos receberam, passando por aqui, Senadora Regina Sousa, Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, Cidinho, que nos deu uma força importante também no seu Estado, Jeremias, e Lúcia Vânia. São Senadores que nos abriram a porta, mas ninguém nunca fez pela comunicação social como o Senador Hélio José. Quero deixar isso registrado. Nós lhe agradecemos muito, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

Agradeço, Ramos.

Você estava inscrito, cedeu sua fala para o pessoal, Joaquim, do Sul.

Isso demonstra, gente... Todo mundo viu a importância da palavra do Ramos. Demonstra a união da Abraço. As conquistas foram frutos dessa união.

Ronaldo Martins tem sido meu assessor, meu braço direito nesse trabalho com vocês, tem andado muito, no sentido de colaborar.

Ramos, eu tenho orgulho de conceder este espaço e propiciar uma série de questões com relação a ganhos para esse setor, porque sei que esse setor de fato representa os excluídos, representa as pessoas que precisam desse trabalho de radiodifusão gratuita que o Brasil deve propiciar. Por isso precisa ter condições, viu, meu nobre? Nós precisamos dar condições, porque hoje a realidade é diferente do momento da criação das rádios comunitárias, para que elas realmente subsistam.

Por isso, o Presidente nacional do meu Partido, PMDB, Romero Jucá, Líder do Governo no Senado Federal, se comprometeu para juntos construirmos essa medida provisória.

Espero que, nesse congresso que a Abraço vai fazer, pontualmente se discutam esses temas com a profundidade necessária, para que, com essa temática em mãos, eu, como Vice-Líder do Governo na Casa, possa sentar com o Senador Romero Jucá e dizer: aqui está a discussão, a pauta que a Associação Brasileira democraticamente discutiu, dentro de um realismo. Porque também nós temos que atuar dentro de um realismo possível de execução. Nós não vamos conquistar tudo de uma vezada só, mas vamos dando passos importantes, igual demos na 747, e vamos dar agora, com esse congresso, retirando essa pauta, e sentando, e construindo essa medida provisória tão importante para resolver esses três graves problemas: a questão dos enlaces em cidades sitiadas e cercadas por escarpas e sem condição nenhuma de a radiofrequência poder conseguir, realmente, comunicar; a questão do sombreamento, porque não adianta construir esse corredor, que fica lá, perdido, nós temos que resolver essa segunda frequência; a questão de estudar a possibilidade de ampliação das frequências, no sentido de atender aquelas áreas que realmente não têm..., quilômetros e quilômetros de distância de qualquer outro veículo de comunicação, a não ser a rádio comunitária, que está lá, propiciando a informação de todos.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO (*Fora do microfone.*) – Há o financiamento público também.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Financiamento público, claro. Financiamento público é a forma de a gente conseguir garantir a sobrevivência. Então, esse financiamento público nós temos de trazê-lo, porque o Governo trabalha no sentido de fazer distribuição a todos, e está claro que hoje o setor de radiofrequência comunitário tem o seu espaço, que não prejudica o espaço das rádios comerciais, por isso que eu mantenho e tenho a minha relação ótima com a Abert, a minha relação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ótima com todos, sem nenhum tipo de dificuldade em defender as rádios comunitárias e defender esse justo direito de ter parcela nesse financiamento público. Entendeu, amigão?

Vamos ouvir aqui agora o Jairo, da Abraço Bahia, e depois, por último, para ouvir a Mesa, o Joaquim, lá da área sul. Vamos ouvir agora o Jairo, Abraço Bahia. Toca aos quatro minutos, Jairo.

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Bom, bom dia à Mesa! Eu a saúdo em nome do Senador Cidinho e também do nosso Presidente nacional, Geremias, e a todos que estão aqui presentes.

Gente, todos os que nos antecederam, já, com certeza, falaram aqui praticamente quase tudo de que nós estamos em busca, Senador, mas eu não posso deixar de ratificar o que a nossa amiga Fátima falou ali: que a nossa 9.612 precisa, realmente, dessa medida provisória. E para isso nós estamos aqui. Nós estamos aqui, trazendo da Bahia um sacrifício muito grande de um grupo de pessoas para chegar aqui para isso, para podermos, assim, Senador, mostrar o retorno para a sua pessoa, como Senador, por abrir as portas, como já foi dito aqui, para podermos dar esse pontapé inicial aqui, essa discussão, como foi dito pelo Ronaldo, com o senhor, correndo o risco de ser enfrentado por essa mídia, grande mídia, porque está abrindo esse espaço para esse diálogo. Eu quero aqui, em nome dessa turma da Bahia, que já se levantou aí, agradecê-lo por isso. Está certo?

Mas eu vou dividir o meu tempo, que é cinco minutos, aqui, com o nosso amigo Dito, que é uma das pessoas que vêm aí, também reivindicando, e já há muito tempo sofrendo aí nessa luta. Como disse aqui o nosso amigo Wagner, rádio comunitária, meu amigo Divino, é realmente uma luta. É uma luta, e nós estamos aqui para buscar isso.

Mas quero só deixar registrado aqui, para o meu amigo Rodrigo, um agradecimento ao Ministério, em seu nome, a todos que nos atendem lá. Se abrirem aí uma condição... É isso o que você falou aí: a gente enfrenta alguns desencontros. Não sei, na hora de você conseguir, precisa do Ministério. A gente faz isso para ajudar, Senador, essas pessoas a acessarem, a melhorarem essa informação, que é um canal muito bom. Quero agradecer também ao Ministério por isso.

Quanto à Anatel, doutor, quero agradecê-lo pela gerência na Anatel, que está na Bahia. Tínhamos um anterior a ele. Meu irmão, acho que o que ele tinha de gordo tinha de perseguidor. O cara, o Ornelas, meu irmão... Para o senhor ter uma ideia, minha cidade fica a duzentos e poucos quilômetros de Salvador. Ele saiu do gabinete dele, Senador, e foi à nossa cidade a pedido de um empresário de redes de rádio, tanto na Bahia quanto em Sergipe. Chegou lá, e porque não achou a licença – que estava na pasta, dentro da gaveta –, porque o rapaz não a achou, ele mandou tirar a rádio do ar. Para o senhor ter uma ideia de como funcionava.

(*Soa a campainha*.)

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Eu corria por todos os meios para saber como era que a gente fazia para tirar aquele cabra de lá. Mas, graças a Deus, chegou uma pessoa que abre as portas do diálogo. Quem estiver errado tem de ser punido. Quem estiver errado, de rádio comunitária, procure andar na linha, porque a lei tem de ser cumprida. Sou desse jeito aqui, mas quero parabenizá-lo pelo trabalho.

Deixe eu passar para o meu amigo Dito, Senador.

Quero agradecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Trinta segundos, gente.

O SR. BENEDITO BALLIO PRADO – Rádios comunitárias são um local, também, de geração de emprego e renda. Estamos brigando por isso, no Brasil. Acho que se a gente aproveitar uma medida provisória e tiver mais financiamentos, mais recursos para as rádios, vamos ter um aumento na geração de emprego e renda no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A questão do Cadsei. Pelo amor de Deus, resolvam aquele negócio lá. São aquelas siglas das quais não sabemos nada. A minha outorga é de 2014. Até hoje não recebemos nenhuma notificação de em que estado está. Ninguém entende aquelas siglas, não há explicação nenhuma. Por favor, mexam naquele negócio.

E anistia do Governo para os condenados de rádios comunitárias. Sou um deles. Não sou mais réu primário. Por uma infração administrativa, hoje – que era crime no passado –, todos foram condenados. Bastaria uma anistia do Governo para que isso acontecesse. A medida provisória poderia contemplar isso também.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Dito e ao nosso querido Jairo.

Aqui, vocês sabem que, no programa gratuito de TV para os políticos, nós temos de falar em 30 segundos. Alguns, que dividem o tempo, têm de falar em 15 segundos. Então, quer dizer, nós, comunicadores, cada vez mais temos de ser objetivos em nossas falas. Então, Dito, parabéns! Você conseguiu, nos seus 30 segundos, fazer uma bela mensagem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Era só para a gente deixar aqui que a gente enfrenta – e o nosso Coordenador Nacional já falou... Quanto a essa questão da mudança, a lei diz o seguinte: todo processo demora um bom tempo lá no Ministério. Depois de tudo pronto, isso segue para a Casa Civil. E há rádios lá, meu caro Senador, meu caro Rodrigo, que têm um ano na Casa Civil precisando de uma assinatura para seguir para o Congresso. A nossa lei diz que, indo para o Congresso, ela tem, para ser votada, três meses. Se em três meses não for votada, nós podemos pegar uma provisória.

O que é que a gente quer? Assim que vier para a Casa Civil, saia essa provisória.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Agora, passar um ano lá por causa de uma assinatura é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

Joaquim, do sul do Brasil, da Abraço do sul. É isso? Joaquim, com a palavra. Cinco minutos. Vai buzinar aos quatro.

Só apertar o botãozinho, Joaquim.

O SR. JOAQUIM ANTÔNIO DE SOUZA GOULART – O nosso bom-dia.

Eu sou Joaquim, Coordenador Executivo da Abraço do Rio Grande do Sul. Nós somos em torno de quatrocentas e poucas rádios lá com outorga e mais algumas que estão na busca.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade ao Senador e dizer que nem todos os Parlamentares assumem esse debate. Aliás, os Parlamentares vivem nas rádios comunitárias, não há problema, é importante, inclusive são figuras públicas – os Vereadores, os Prefeitos, o Deputado, o Senador, vivem nas nossas rádios comunitárias. E é importante, porque lá é um espaço importante para prestar esclarecimento e informação, e isso é um dever, inclusive, como Parlamentares. A gente tem uma relação muito afinada, muito permanente com os Parlamentares lá nos Municípios. Então, parabenizo aqui o Senador por essa disposição e outros Senadores que têm essa disposição também.

Mas eu quero pautar três coisas, quero dialogar com o Ministério, com a Anatel e, especialmente, aqui com o desafio que tenho. Na verdade, a rádio comunitária mereceria até um estudo sociológico no Brasil, porque várias coisas no Brasil avançaram – muitas coisas avançaram, outras, não –, até a própria reforma agrária, distribuição da terra, várias coisas do Brasil são possíveis de discutir. Agora, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

comunicação não é possível discutir. Primeiro, que os interlocutores do... Com a Abert, não se consegue conversar, eles só nos denunciam. Nós temos o nosso espaço livre.

Se você for aqui – eu desafio o Senado Federal –, por exemplo, do lado, na Argentina, um dos melhores sistemas de comunicação comunitária do mundo, recomendado pela ONU; há os Estados Unidos, há países do Oriente Médio que já resolveram isso.

Comunicação teria que ser, Senador, como se alimentar e tomar água. Faz parte da nossa vida! Quem não liga um rádio de manhã? Já disseram que as rádios iriam terminar e acabar. Cada vez mais a população escuta – o pedreiro, o advogado; para fazer o café, já liga o rádio. Quer dizer, é uma relação que a gente tem. O importante, Senador, neste processo... Quero dizer para o senhor e para esta Casa que nós já viemos várias vezes em Brasília, já tomamos muito cafezinho por aqui, mas avança muito pouco, avança muito pouco, e nós não queremos mais. Quero lançar esse desafio.

Fazia tempo que eu não vinha mais para Brasília, porque cansei de vir a Brasília e tomar cafezinho para discutir a vírgula não sei do quê. Nós temos que discutir o todo desse processo, é isso que nós temos que fazer, senão não avança, não serve mais para a sociedade. O importante, neste País, é que as rádios comunitárias estão no ar. A Anatel que me perdoe, o Ministério que me perdoe, estão atrasados nas nossas relações e no que nós fazemos nas nossas comunidades. Nós estamos adiantados e vamos continuar, porque não dá, nós não vamos parar nas nossas rádios comunitárias.

A Anatel não resolve o choque de frequência, a lei permite. Lá no Rio Grande do Sul, há um processo faz quatro anos. O Tribunal de Contas, Senador, do Rio Grande do Sul, agora que nós conseguimos acertar, porque... Olha só, eu vou dizer o seguinte, com essa questão de verba pública tem que tomar muito cuidado, isso depois vira Lava Jato. Não é esse o problema das rádios comunitárias, nós só queremos ter a liberdade, por exemplo, de trabalhar.

O cara lá da nossa associação, da rádio de que faço parte em Sapiranga, Rio Grande do Sul, tem a liberdade – está aqui o nosso advogado –, nós somos censurados neste País. Ele tem a liberdade de fazer o panfleto dele, na padaria dele, anunciar no carro de som, ele é sócio da associação, e ele não pode anunciar na rádio comunitária. Isso é censura. Isso tem que se denunciar para a OEA, onde for. Isso não existe, é censura.

Ganhamos os processos da Abert, do SindiRádio lá, com essa tese. Os caras queriam dizer que o Ministério das Comunicações aqui, o apoio cultural..., mas isso tinha que ser da regra normal. Qual a rádio que não tem uma programação de apoio cultural?

Lá na minha cidade há um programa apresentado em língua alemã, com música alemã, e vários outros, ao vivo. Quer dizer, nós vivemos um processo... Ainda bem que as rádios comunitárias estão no ar, mas nós sofremos muito, sofremos muito.

As pessoas – viu, Fátima? – estão cansadas, há processos, há coisas na sua vida que estão agora... A Anatel está executando, a Anatel agora mandou para a Procuradoria-Geral da República, no Rio Grande do Sul, há boi carreiro, há trator, há o fusquinha do interior, o carro sendo penhorados para pagar multa. Estão sendo executados. Agora, a Procuradoria-Geral da República está sendo executado, porque estou prestando um serviço para a comunidade; está criando um problema. Inclusive, as pessoas não entendem, pessoas simples, humildes que estão lá prestando serviço, são da associação, e chega uma notificação, procurando o carro delas para ser penhoradas. Quer dizer, há uma situação calamitosa neste País.

A única coisa importante que quero dizer aqui...

(*Soa a campainha*.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOAQUIM ANTÔNIO DE SOUZA GOULART – E o Senado acho que é importante nesse processo, todos são importantes. Mas é o seguinte: não queremos mais discutir a vírgula. Não é a vírgula, me perdoe. Nós temos que discutir o todo desse processo. Nós só queremos liberdade. Nós queremos liberdade.

Eu fiz um debate na Abert, no Ministério das Comunicações, depois o cara queria me dar um empurrão. Eu disse a ele: por que nós te incomodamos tanto? Nunca abrimos um processo contra vocês. Nós só queremos a liberdade que vocês têm. E a nossa liberdade não atrapalha a liberdade de vocês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAQUIM ANTÔNIO DE SOUZA GOULART – Se o incômodo de vocês é nós termos 5 mil rádios no Brasil, a característica e a forma de cada rádio é diferente. Nós cumprimos outro papel.

Então, quero dizer o seguinte: nós estamos no momento cansados, limitados. Agora, quero falar com o Ministério. Perdoe-me,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAQUIM ANTÔNIO DE SOUZA GOULART – ... a dele é decisão política, é decisão política, tem que se fazer. Se há menos gente, eu sei como funciona órgão público, é decisão política, é decisão política.

E outra coisa, a dificuldade de se chegar aqui a Brasília é muito grande. Seria importante o Ministério e a Anatel irem aos Estados conversar com a gente. Seria mais fácil nos reunirmos, e vocês só escutarem os problemas que temos na vida cotidiana. A nossa vida cotidiana é diferente do debate aqui no Senado. E a vida cotidiana é a vida real. E essa vida é importante para a nossa comunidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAQUIM ANTÔNIO DE SOUZA GOULART – Então, digo que o Rio Grande do Sul está com disposição para fazermos reunião regional com todas as rádios, que elas não recuarão, vão continuar no ar. Não adianta inventar coisa, porque é o seguinte: elas estão consolidadas. Primeiro, nós somos acusados de sermos um bando de bandidos, de picaretas. E, agora, nós avançamos, consolidamos isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k. Obrigado, Joaquim.

Eu vou dar um minuto – e olha que o Parlamentar só fala 30 segundos –, mas vou dar um minuto ao Davi Júnior, da Rádio Apuarema FM da Bahia.

A SRª DAVI JÚNIOR – Muito bom dia para todos aqui presentes. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa de Geremias, representante da Abraço Nacional.

Eu vou resumir muito. Até entendo a revolta do colega quando ele expressa. É revoltante mesmo. Eu vou botar só um tema.

Eu estava vindo em um ônibus, passei 40 horas de viagem para chegar até aqui junto com os meus colegas, e, nessas 40 horas, foi muito importante, porque nós discutimos assuntos da nossa sociedade, da nossa comunidade. E lá foi dito o seguinte, a rádio comunitária foi criada para não dar certo. Eu, particularmente, não acredito nisso, mas quando eu vejo assuntos relacionados...

Veja bem, apoio cultural. O que diferencia apoio cultural de comercial? Você não pode divulgar forma de pagamento nem valores, isso é uma censura, eu considero isso como uma censura; uma censura, uma perseguição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(*Soa a campainha*.)

A SRª DAVI JÚNIOR – ... às rádios comunitárias. E eu ainda disse ao colega, falei que não acredito que a rádio comunitária foi feita para não dar certo. E, através desta audiência, nós vamos, os que nos representam vão provar isso. Eu creio que, a partir de hoje, nós vamos ver...

(*Soa a campainha*.)

A SRª DAVI JÚNIOR – ... tanto a Abraço quanto as outras rádios comunitárias como um diferencial. Eu creio que essa forma de censurar a rádio comunitária, proibindo de colocar valores e formas de pagamento é um absurdo.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Rádio Apuarema da Bahia.

A Lei 9.612, de 1998, de fato deixou várias lacunas que nós estamos aperfeiçoando ao longo do tempo. O meu gabinete, o gabinete do Senador Hélio José aqui no Senado Federal, tem um mandato até primeiro de janeiro de 2019, concedido pela classe trabalhadora, foi para quem sempre trabalhei. E, como servidor público concursado, provavelmente vou colocar ainda o meu nome à disposição para os próximos pleitos, mas até lá nós ainda temos muito tempo pela frente.

E eu quero disponibilizar, se for preciso modernizar esse parágrafo na Lei 9.612. Se vocês quiserem que a gente faça um PLS, que possui um trâmite muito mais fácil, muito mais ágil, muito mais rápido, porque são apenas 81 Senadores, menores comissões, para que a gente possa tentar agilizar o expediente, vocês fiquem à vontade para discutir isso no congresso da Abraço. Se for necessário a gente pode apresentar um aprimoramento da legislação, a gente apresenta, porque eu acho que é necessário neste momento.

O Sr. Antônio Maia de Rondônia falou o seguinte:

> Nos distritos e vilas, a emissora deveria ter uma potência maior. No caso da Região Norte, as distâncias são enormes e muitas vezes a informação não chega a atender a comunidade. Particularmente na região do extremo de Rondônia, na enchente de 2014, muitos prejuízos poderiam ser evitados caso as rádios comunitárias tivessem um alcance adequado para aquela situação.

Por outro lado, aquela velha discussão, talvez de algum revoltado que teve algum prejuízo político, mas eu não estou aqui para censurar ninguém, o João Ricardo Lima, de Santa Catarina, diz: "A rádio comunitária está sendo deturpada, especificamente por políticos corruptos que usam dessa ferramenta para angariar votos em eleições. Já tive essa experiência, deveriam tirar os poderes das rádios comunitárias aos políticos."

É uma posição dele, eu acho que não tem nada a ver, eu acho que todo mundo faz política, todo mundo é político, na esquina, dentro de casa, na feira, na igreja, todo mundo está fazendo política o tempo inteiro. Não podemos jamais criminalizar a política; temos, sim, que separar os maus políticos dos bons políticos, fazer boas escolhas e definir, na hora certa, os bons rumos que o nosso País precisa tomar. As rádios comunitárias têm contribuído muito para isso, por isso que eu não tenho dúvidas em defendê-las, ajudá-las e colaborar.

Divino Cândido, V. Sª tem até cinco minutos para fazer as suas considerações finais e fazer suas últimas observações nesta audiência pública de hoje. O Divino Cândido é o nosso Presidente da Abrace do Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DIVINO CÂNDIDO – Primeiramente agradeço ao Senador pela iniciativa, mais uma vez, em chamar esta audiência pública, pela coragem de enfrentar esse monopólio que é grande, gigante, e que está aí também na grande mídia.

Agradeço também essa companheirada, essas pessoas que vieram dos Estados e sacrificaram, como a própria Fátima falou, o dia, muitas vezes, as obrigações e vieram aqui por um objetivo, na luta, Senador, em prol de acreditar no sonho, porque nós vivemos de esperança. Eu sou um cara sonhador. Só porque eu sou do Distrito Federal, não sou Juscelino, não. Não quero ser Juscelino, não. Mas sou um sonhador em acreditar na melhoria para essas rádios comunitárias, porque, na realidade, nós sofremos, Senador.

Foi dito aqui, por todos os setores, sobre a questão da burocracia e da própria fiscalização, muitas vezes, pela falta de uma interpretação. Eu mesmo sou um que é penalizado com multas. Eles foram lá e eu tinha de ter um relatório de conformidade, que, por coincidência, eu deixei em casa, mas eu estava lá na rádio. Como moro bem pertinho, eu disse: eu vou buscar. E falaram: "Que buscar o quê?" Falei: fulano, fique você aqui que eu vou buscar. Quando eu fui lá e busquei, falaram: "Não, você já está notificado aqui." Então, Há a falta de compreensão e de flexibilidade da questão que existe na Anatel. O Distrito Federal também tem esse problema.

Então, agradeço, mais uma vez, o Senador, o pessoal da Anatel, pela disposição que vocês tiveram, e o Ministério das Comunicações. Esperamos que essa medida provisória – não é Ronaldo? O Ronaldo é um grande guerreiro das rádios comunitárias – saia realmente do papel, do pensamento, e a coloquemos no papel. Que essa medida provisória seja avançada!

Eu tenho certeza de que o Senador já abraçou e abraça esta causa. É o único Senador que abriu as portas, como o próprio Ronaldo falou, para a questão das rádios comunitárias, para a comunicação, com um veículo que é tão importante para esta cidade, para o Brasil e para o mundo.

Então, agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, contemplando o Distrito Federal e todas as rádios do Brasil. Tenho muito a agradecer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado, Divino Cândido. Uma salva de palmas a você e aos ouvintes da Rádio Líder FM, do Recanto das Emas.

Como a Anatel foi profundamente provocada em conversas e o Ministério das Comunicações, vou inicialmente colocar aqui oito minutos – e a campainha toca aos sete – para vocês saberem que tem de concluir, no máximo, nos dez. O.k? Então, inicialmente, serão oito. Ela vai tocar aos sete, sabendo que têm de concluir, no máximo, aos dez. Vocês se organizem aí.

Nosso Marcus Vinicius Paolucci.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Obrigado, Senador, pela compreensão. Procurarei ser breve.

A Anatel, como ele disse, foi provocada realmente aqui. Falaram em questão de anistia, perseguição da fiscalização, choque de frequência.

Bom, vamos lá! Sobre anistia, multas – viu, Divino? –, quero colocar o seguinte: as nossas multas são transparentes. A Anatel publica a metodologia de multas, inclusive para propiciar ao infrator saber o quanto vai ser pago. A multa não é aleatória. Ela tem uma metodologia, que é pública, e passa tudo por um devido processo legal.

O que a gente nota lá é que muitas das pessoas são autuadas, e não se defendem. Aí quem não se defende admite a culpa. Isso é importante.

Então, quem tem processo administrativo na Anatel deve procurar se defender. E a Anatel escuta, sim. Ela ouve e muitas das multas são canceladas, são arquivadas, se houver fundamento na defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os meus companheiros da Anatel me disseram que em relação à anistia, existe um PL correndo na Câmara, que é o PL nº 4.549, que trata de anistia, sim, de crimes para rádio comunitária. PL de autoria do Deputado Federal Salvador Zimbaldi, de São Paulo, e que já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara e está na CCJ desde 2011. Então, há um projeto em andamento sobre anistia de crimes.

Com relação à perseguição da Anatel, eu tenho que repudiar frontalmente esse termo, Geremias, você que falou em perseguição, porque eu fui Superintendente de Fiscalização durante cinco anos e essa não é a orientação que se dá. Conheço os meus fiscais, conheço todos os Estados. Nós estamos presentes em todos os Estados. E está aí o rapaz do Rio Grande do Sul. Todos estão de portas abertas. Nós somos todos servidores públicos. Somos concursados. Eu me incluo nessa. Sou concursado também. E cumprimos a legislação.

Então, se há desvios, não compactuamos com isso. Somos cerca de 500 fiscais no Brasil. Então, não compactuamos com nenhum desvio. Denuncie. Realmente tem que haver a denúncia formal. Não podemos ficar só em boatos, em conversas. A gente não compactua com desvios.

Esse é um corpo altamente qualificado. Conheço todos os meus fiscais da época em que eu era superintendente. Fui superintendente até o final do ano passado. Hoje estou na Assessoria Técnica. Volto a repetir, não compactuamos comum desvios.

Com relação a choques de frequência, essa também é outra equipe altamente qualificada. Nós fazemos engenharia do espectro. Não sei o caso concreto, mas a engenharia do espectro é feita por sistemas altamente modernos que a gente chama de mosaico. Esse é um sistema comprado à época da Copa do Mundo, porque licenciamos mais de mil frequências no Rio de Janeiro para as Olimpíadas, porque eram vários *players*, e não tivemos nenhum problema de interferência. Isso é importante, porque é feito com muito critério e com muita parcimônia. Temos que conversar sobre o que está havendo, caso a caso, para verificar. Quanto à questão do canal, realmente temos engenharia do espectro lá e isso também tem que ser conversado.

Por fim, gente, não quero me alongar, mas gostaria de afirmar o nosso compromisso dito na abertura dos trabalhos. E, em nome do Presidente da Anatel, o engenheiro Juarez Quadros, agradeço pelo convite e coloco a agência à disposição desta Comissão, do Presidente Otto Alencar e do Senador Hélio José, que é o requerente desta audiência, e de todos vocês que queiram nos procurar. Estamos sempre abertos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. JAIRO BISPO DOS SANTOS – Presidente, nós temos uma informação da Anatel, no sentido de que há possibilidade de duas ou três frequências por Município. Se o senhor puder verificar lá no seu órgão essa possibilidade, porque isso vai nos ajudar com o Senador nessa demanda aqui.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – A lei fala num canal único designado pela Anatel para o País inteiro, que é o canal 200, mas, na impossibilidade deste, acho que já foram designados mais quatro canais, o 252, o 253, o 254 e o 255. Então, há mais canais disponíveis, sim. Agora, eu não sou da área de engenharia de espectro, mas a gente pode verificar caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Cumpri o prazo. Não é?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Cumpriu o prazo. Parabéns, não gastou tudo.

Mas, Rodrigo, não se faça de rogado. Se precisar, até dez minutos, você terá. Então, o mesmo sistema. Vai tocar aos sete e, depois, você ainda terá mais três minutos.

Rodrigo, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Talvez, pela quantidade de temas, eu vá precisar dos minutos que sobraram do Paolucci também. Mas vamos lá.

Bom, eu estava lendo aqui as questões que foram traçadas no e-Cidadania, que vieram para cá. A maioria delas trata sobre questões de radiodifusores que estão transmitindo conteúdo apenas político, apenas religioso. E eu vou dizer para vocês, é um pedido que eu faço também para que vocês divulguem para os radiodifusores e para a população local. O único meio que nós temos de combater isso é através das denúncias de vocês. Então, é impossível a gente verificar o conteúdo de 4.775 rádios comunitárias no País e ter essa gerência completa. Então, a gente trabalha por meio de denúncia.

Então, se há rádios que são puramente religiosas ou puramente políticas que estão fazendo proselitismo e tudo mais denunciem. A gente tem um setor específico no Ministério que cuida de denúncias desse tipo, e a gente está focado nessas questões. A gente tem, sim, o interesse de aproximar o conteúdo dessas rádios o mais próximo possível do que eles deveriam ser de fato, que é aberto para a comunidade, que tenha pluralidade de opinião, que a população possa de fato participar. Então, é de nosso interesse, mas nós precisamos da ajuda de vocês nesse sentido, das denúncias.

Bom, com relação à sua pergunta, Fátima, sobre a questão das renovações, eu vou respondê-la primeiro agora, porque é extremamente importante o que você perguntou. O prazo vence agora em maio, final de maio. Caso não dê tempo de registrar o estatuto ou fazer as alterações que vocês pretendem, mandem para a gente pelo menos o requerimento. Há um requerimento de renovação.

Porque o que é importante para ao Ministério? A gente não tem interesse de cassar a outorga de ninguém, de tirar a outorga de ninguém. Só que a gente precisa saber se vocês têm interesse em renovar a outorga, porque há muitas rádios, não são poucas, porque a gente comunica por *e-mail*, comunica via correio também, e não recebe resposta nenhuma. Então, essas que se declaram inertes, por conta dessa questão, nós temos a tendência de realmente retirar do ar para que seja dada oportunidade para novas rádios.

Então, caso não dê tempo de juntar toda a documentação para mandar para renovação, mande o requerimento, explique no requerimento: "A gente não mandou completo, porque o estatuto não foi registrado." O Ministério vai fazer a exigência dessa documentação faltante e vocês apresentarão quando receberem. Então, o importante é só a gente, de fato, saber que vocês querem a renovação. Então, isso daí é o que importa para a gente.

Às vezes, parece que o Ministério é mau, a Anatel é má, mas a gente está para cumprir a legislação e a gente quer também ajudar. Não tem sentido a gente abrir edital, fazer um transtorno imenso para a gente dar outorgas para as pessoas e simplesmente chegar: agora a gente quer tirar as outorgas de todo mundo. Não é esse o intuito do Ministério. A gente está aqui para cumprir o que a gente tem que cumprir mesmo.

E, falando sobre isso, iniciando um pouco agora sobre a questão das alterações que foram sugeridas na lei. Talvez, algumas das coisas que eu vou falar irão de encontro ao que vocês estão pretendendo. Mas a posição é a seguinte.

Com relação ao financiamento público, o Ministério não tem objeção nenhuma com relação a isso. Vários de vocês falaram do financiamento público. Acho que o colega Geremias falou que, no caso lá do Rio Grande do Sul, não é isso que impacta. Mas, o Ministério não tem objeção com relação a isso, desde que seja feito de uma forma transparente, de que siga realmente o que está na legislação, nós do Ministério não temos objeção nenhuma com relação a isso. Então, é só seguir o caminho certinho. Nós vamos ser apoiadores disso, não há problema algum, inclusive, com relação à restrição orçamentária para as rádios comunitárias, acho que seria uma saída interessante para que pudesse se sustentar e manter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao aumento de frequência por Município, complementando a informação do Paolucci, e, Jairo, já respondendo a sua pergunta que você disse que ficou sabendo que é possível haver três frequências por Município, isso tem que ser avaliado caso a caso. Não são todos os Municípios em que é possível haver mais de uma frequência.

Para vocês terem uma ideia, a gente tem um caso no Ministério de São Paulo, de São José dos Campos e São Bernardo do Campo, se não me engano, em que, se a gente autorizar uma rádio em uma das cidades, a outra vai ficar sem nenhuma rádio comunitária, porque não é possível incluir nenhuma frequência a mais, qualquer uma frequência.

O espectro de radiodifusão é limitado, a gente não consegue fazer mágica, aumentar e tudo mais. Então, se a gente institucionalizar isso: vamos colocar agora duas frequências por Município, vai ser possível para o Brasil inteiro. Não vai. Há casos em que não vai ser possível colocar nenhuma a mais.

Então, a gente tem que trabalhar isso com muito cuidado. É de interesse do Ministério? Claro, se a gente puder, de fato, aumentar o número de rádios, dar possibilidade para diminuir um pouco a questão de interferência, para nós tudo é válido. Agora, a gente tem que trabalhar isso com muito cuidado, porque, às vezes, não é possível mesmo. Então, não é birra do Ministério, não estamos deixando o serviço de comunitária de lado. Não, a gente tem interesse, mas, principalmente, no que tange a essa questão de frequência, tem que ser tudo muito bem coordenado, muito bem avaliado.

Só para vocês terem ideia, o assunto de migração de AM para FM, diversas rádios comerciais entraram com o pedido migração de AM para FM, e não vai ser possível migrar todas elas, porque não há espectro disponível para todas elas.

Não é só a comunitária que sofre com essa questão do espectro, é geral. O espectro é finito, planejado. A gente tem que ter uma gestão muito boa em cima disso.

Com relação à publicidade e apoio cultural. Eu entro um pouquinho na sua fala, Geremias, você esteve presente nas reuniões da desburocratização, você acompanhou quase todas elas, fez diversas contribuições – Joaquim, desculpa –, e apenas falando assim, eu não acho que vocês vêm para cá para discutir vírgulas, sinceramente não acho. O trabalho que a gente fez com relação à desburocratização, o *input* foi de vocês. A gente lançou a ideia, mas o *input* foi de vocês.

Então, vocês tinham a queixa de que a maioria dos processos eram indeferidos por problemas simples. A gente reduziu os documentos de 33 para 7. Vocês tinham a questão do apoio cultural, que nada era enquadrado como apoio cultural, era muito restrito. A gente ampliou esse conceito, a gente definiu apenas o que é caracterizado como publicidade comercial.

E à época a gente falou, inclusive foi um questionamento que foi levantado, que não poderia ir além, porque o conceito de apoio cultural está definido na lei. Então, a gente tem que alterar a lei para mudar isso. Se for para fazer uma espécie de publicidade e comercial, de fato, para a comunitária,...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – ... a gente tem que trabalhar na alteração da lei. Então, a gente ampliou o máximo que a gente conseguiu o conceito de apoio cultural, e diversas outras questões foram trabalhadas na desburocratização, diante das demandas que vinham de vocês.

A gente não está só discutindo vírgulas; a gente está indo muito além. E a gente falou que aquele era o primeiro passo para a questão das comunitárias, mas que nós estávamos já registrando as demandas e pensando nas alterações que foram sugeridas para questões da lei.

Nós estamos, sim, trabalhando. Assim como eu disse na última audiência pública, a gente tem o intuito de fazer essas alterações na Lei 9.612, a gente tem o intuito de apoiar isso, inclusive ser o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

incentivador, mas a gente precisa trabalhar cada caso. Não vai ser possível atender tudo. Essa questão das frequências é complicada, mas vamos avaliar. Se for possível, qual a objeção? Não há nenhuma.

Com relação à questão do aumento de potência, é outra coisa. Se for possível colocar mais de uma frequência por Município, se falar em aumento de potência, isso se torna um pouco mais viável, porque aí você não vai interferir na rádio que está ali do seu lado. Agora, vamos chegar a um caso em que não seja possível, que realmente a gente tenha que ficar como está. Como a gente fala em aumento de potência? A gente tem uma questão – as rádios são separadas de 4km em 4km. Você está disposto a abrir mão da sua rádio, por exemplo, para que outra possa aumentar a potência? Eu acho muito difícil.

Então, é tudo casado. A gente tem que trabalhar junto. A gente tem que trabalhar junto. A gente não está aqui no papel de mau, o Ministério não é contra isso. A gente só tem que planejar. A gente tem que planejar e ver se, de fato, é possível. Então, vamos trabalhar juntos.

Novamente: o Ministério não é o carrasco da história. A gente está aqui, a gente sempre recebeu vocês. O Jairo vai frequentemente lá no Ministério – não é, Jairo? –, então, a gente já o recebeu em várias audiências, já resolveu diversos problemas que talvez demorassem mais tempo e, pela presença, foi possível. Então, a gente está aberto a receber vocês. A gente só precisa, de fato, planejar e fazer tudo como deve ser.

(*Soa a campainha*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Agora, só falando de uma última questão...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Ah!, sim, a gente tem essa questão das áreas de sombra. O estúdio, às vezes, precisa ficar em um ponto distante do transmissor. Para isso, a gente já tem o serviço de Sarc. O serviço antes dependia de uma autorização do Ministério para ir para a Anatel, era mais burocrático. Já há cerca de dois anos que o serviço está puramente com a Anatel. Então, caso o estúdio esteja em local distante do transmissor, pode ser pedido, sim, o Sarc (Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos) e há a possibilidade de fazer esse *link*.

Vão existir áreas de sombra hoje, como está – limitado a 2km, com distanciamento máximo de 4km? Vão. Mas são casos que a gente tem que trabalhar. A gente vai vendo, vai trabalhando e vai tentando resolver cada caso desses.

É valida a luta? É válida. Acho que vocês têm que reivindicar, sim, essa questão do aumento de potência, do aumento do número de canais. A gente está aqui para tentar validar isso, tentar fazer todo o estudo juntamente com a Anatel; tentar validar e, se for possível, o Ministério não tem objeção nenhuma, porque já existem os canais destinados para rádios comunitárias. Se for possível dentro desses canais a gente planejar dois canais, três canais por Município, aumentar a potência que vai interferir num outro serviço, não há objeção nenhuma.

Por fim, eu gostaria de justificar a ausência da Drª Vanda, Secretária de Radiodifusão; ela está hoje representando o Ministro. Ela gostaria de ter vindo, mas infelizmente não foi possível, então, ela me designou para vir. Eu sou o Coordenador do departamento que cuida da parte de radiodifusão educativa, comunitária e fiscalização. Então, sei um pouquinho de cada área, da educativa também, fiscalização um pouco também, e ela me designou para representá-la aqui. Vim hipersatisfeito, já vim a outra audiência pública também, e, assim que eu chegar lá, vou transmitir a mensagem, Senador, de que o Congresso Nacional vai até o dia 29 e que vocês gostariam de uma audiência para tratar de assuntos mais específicos com ela, que é a responsável pela área hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É isso, gente. A gente está aqui para ajudar também. A gente não quer ser carrasco de nada. Então, no que for possível a gente trabalhar junto, parar com essa história de: "Ah!, o Ministério é ruim; vamos bater no Ministério. O Ministério bate na gente." Não. A gente está aqui para ajudar e, no que for possível...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Deixa eu te falar: o Senado Federal está pedindo audiência a ela e, com sua participação evidentemente, para tratar desse assunto e das situações pendentes que nós estamos verificando.

Fico muito agradecido, acho que você representa bem, porque conhece tudo profundamente. O que seria dos chefes se não fôssemos nós servidores públicos concursados para poder fazer o trabalho? (*Palmas.*) (*Risos.*)

Eu trabalhei no monitoramento do setor elétrico nacional até o dia em que assumi o mandato aqui e sei o tanto que é importante a atuação de cada servidor para que a gente evite os *blackouts*, para que a gente evite isso, evite aquilo, defina os tratamentos que as usinas, que as linhas de transmissões, para que as coisas aconteçam.

No caso do Ministério de Minas e Energia, que é meu caso, como sei que é no caso do Ministério das Comunicações. Rodrigo, você é engenheiro das Comunicações?

O SR. RODRIGO CRUZ GEBRIM – Sou Analista de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Meu colega de profissão e de concurso, Analista de Infraestrutura. Mais motivo ainda para a gente estar bem aqui. Obrigado, que bom, nem sabia que você era meu colega de profissão.

Há alguém me ligando agora num horário inoportuno.

Vamos ver aqui o nosso querido Geremias. Geremias, até por equidade, não vou dar para você os oito, dez minutos que dei para eles, porque eu tenho cinco palavras para a plenária, mas outra ali. Então, cinco minutos, mas, se você precisar e em deferência à rádio comunitária, ao Abraço Nacional, pode ter mais algum tempinho, mas cinco minutos.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Desculpe-me, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu não tenho nada contra os Deputados, mas aqui estamos no Senado Federal, aqui os Senadores da República são apenas 81. Nós somos três para cada Estado, do menor Estado ao maior Estado exatamente para garantir que toda a Federação tenha uma discussão de equidade para defender as causas dos Estados, em igualdade de condição. Por isso, que Roraima tem três e São Paulo tem três e, assim, o Brasil todo tem três. Brasília tem três e eu sou um dos três de Brasília.

Obrigado, Geremias.

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Obrigado, Senador Hélio.

Antes dos agradecimentos finais, eu gostaria de sugerir aqui, Deputado...Senador, desculpe-me... (*Risos.*)

Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Geremias, está querendo me rebaixar na próxima eleição. (*Risos.*)

Geremias, Deus não vai te ouvir! Eu vou continuar sendo Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Gostaria de sugerir, Senador, que V. Exª, juntamente às duas Senadoras que acharam importante o debate e estiveram aqui, apresentassem um projeto no Senado de anistia das multas da Anatel e da forma mais rápida para transcorrer.

Eu acho que é importante isso, apesar de ficamos sabendo que há um projeto de lei de 2011 tramitando, isso significa seis anos que está parado. Então, acho que aqui pela Casa, pelo Senado, um projeto apresentado pelo Senador Hélio, a Senadora Regina e a Senadora Fátima seria importante. Esse seria o encaminhamento.

Com relação à Anatel, nós gostaríamos que a Anatel cumprisse a lei. A Anatel é boa para chegar lá, para fiscalizar, multar, essa coisa toda, mas não cumpre a lei. Na Portaria 197, de 1º de julho de 2013, está lá bem claro: Município vizinho criar dois canais, duas frequências. Acho que há uma decisão da Anatel aqui de Brasília encomendando isso para todas as gerências da Anatel nos Estados.

Ontem nós estivemos na Anatel, numa reunião com o Conselheiro Anibal Diniz, apresentamos para ele esse pleito. Só que, lá em Mato Grosso, a Anatel de lá, juntamente com a de Goiás, não tem esse entendimento. Fizemos uma carta há uns três anos pedindo que cumprissem isso, eles mandaram uma carta dizendo que não, que não tinha nada a ver, isso e aquilo, e, na verdade, está lá. Então, como a Anatel gosta que a rádio comunitária cumpra a lei, acho que a Anatel também tem que fazer a sua parte e cumprir a Portaria 197, de 2013.

Com relação ao Ministério, acho que o Ministério tem que cumprir também a lei. E uma das leis é o PNO (Plano Nacional de Outorgas). Então, publicar os editais de 2016 e 2017, para que centenas de Municípios possam ter suas rádios comunitárias o mais rápido possível. Portanto, nós não concordamos e achamos inclusive que o Senador Hélio José e demais Parlamentares podem entrar nessa briga, exigindo que seja publicado. É só chegar e publicar o edital. Não tem nada, já está tudo pronto lá.

Outra questão: que o Ministério mande novamente todos os processos que já foram autorizados pelo Ministério de radiodifusão comunitária. São mais de 500! O que está acontecendo? Estava na Câmara, o Governo assumiu, a partir de maio, pediu de volta esses processos, com o argumento de analisar. Analisar o quê, se o próprio Ministério já tinha autorizado? Então, agora é só mandar de volta para que o prazo de 90 dias possa correr, e as entidades possam colocar suas emissoras no ar, para que possamos ter em breve as 6.040 rádios outorgadas, conforme o PNO.

Com relação também ao Ministério, essa questão da outorga, está o.k.

Vamos agora, com relação a nós da Abraço. Hoje nós temos uma assembleia geral para justamente discutir as questões que foram discutidas aqui e o encaminhamento. Nós queremos uma medida provisória? Nós queremos um projeto de lei de iniciativa popular? Quais são as nossas reivindicações, apesar de que já foi pautado aqui? Então, é isso que nós temos que discutir.

Agora, o Senador propôs também aqui um PLS, que é uma forma mais rápida de tramitação aqui no Senado. Então, nós podemos definir essas questões na tarde de hoje, na quinta, na sexta e no sábado, para que nós possamos fazer como o companheiro Joaquim colocou, que está cansado de vir aqui, fazer debate e nada avança. Gente, em fevereiro passado fez 19 anos da Lei 9.612, e ela nunca foi alterada. Já passou da hora de alterar.

Não há qualquer argumento que justifique que a rádio comunitária não possa ter acesso à verba pública de mídia. Isso é a maior covardia, o maior absurdo! Foi mais ou menos a Lei Áurea: libertou os escravos, mas não deu terra, não deu emprego, não deu nada. E aí que situação ficou? É mais ou menos como as rádios comunitárias. Criou-se a legislação, mas se falou: "Vamos criar a legislação, mas vocês não vão sobreviver".

Muito pelo contrário, hoje nós somos quase 5 mil rádios e queremos chegar a 20 mil. Essas 6.040 é planejamento do governo anterior. Nós do movimento queremos 20 mil. Nós queremos que toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comunidade indígena tenha uma rádio comunitária falando na sua língua materna, nós queremos todos os quilombolas, nós queremos todas as comunidades tradicionais, nós queremos que cada Município tenha três rádios comunitárias em três frequências. Ou seja, nós queremos encher este País de rádios comunitárias, para que nós possamos prestar serviços e, acima de tudo, a cultura brasileira e outros tipos de prestação de serviços.

Portanto, isso quer dizer o quê? Para encerrar. É luta. Eu encerrei aqui dizendo que rádio comunitária, na minha opinião, significa luta. E mais: rádio comunitária significa defesa da população brasileira.

Neste momento, nesta madrugada, acaba de ser atacada uma legislação que tem quase 80 anos de direito adquirido. Nosso avós e bisavós lutaram tanto para que nós pudéssemos ter melhores direitos, melhores dias. E nós, agora? Vamos lutar para que nossos filhos, netos e bisnetos tenham melhores dias ou vamos nos acovardar?

A rádio comunitária significa a defesa dos interesses da população brasileira, e não fazer o que a grande mídia está fazendo aí.

(*Soa a campainha*.)

O SR. GEREMIAS DOS SANTOS – Ela está coordenando o processo para acabar com a aposentadoria e com os nossos direitos trabalhistas.

Portanto, a rádio comunitária tem obrigação de estar na luta em defesa dos interesses da população, que é a sua ouvinte.

Muito obrigado.

Obrigado a todos os companheiros que vieram de outras regiões.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, Geremias. (*Palmas.*)

Obrigado a toda a Abraço.

Um minuto para a Anatel, que foi citada e quer dar a resposta. Por favor.

O SR. MARCUS VINICIUS PAOLUCCI – Geremias, eu só quero reafirmar aqui para que não fique a impressão... A Anatel cumpre a lei, sim. Como disse o Rodrigo, a engenharia de espectro é uma coisa complexa, é sistêmica e tem de ser avaliada não só no local, mas como um todo. Frequência não para, não faz curva; frequência se expande. E a Anatel preza pelo espectro como um todo. Há vários serviços, mais de cem serviços. Então, a Anatel cumpre a lei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu quero, em nome da Liderança do Governo, dizer que estamos abertos a dialogar, a avançar naquilo que foi colocado para que possamos, de repente, construir a medida provisória ou alguma situação que dê melhor conforto e melhores condições de funcionamento das rádios comunitárias.

Muito obrigado.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos aqui presentes.

Gostaria de, agora, depois de encerrada a reunião, convidar a todos para tiramos uma foto coletiva e fazermos o registro deste importante momento.

(*Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas do dia três de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Airton Sandoval, Ângela Portela, Jorge Viana, Flexa Ribeiro, Gladson Cameli, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata e Pedro Chaves. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, José Agripino, Omar Aziz e Magno Malta. Comparecem à reunião os Senhores Senadores José Pimentel, Ronaldo Caiado, Humberto Costa e Paulo Paim, não membro da Comissão. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006." **Autoria:** Deputado Rubens Bueno. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 3 Emendas que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 31, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 36, de 2014,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" 36 de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 44, de 2015,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2015, de que trata o PDC n° 1310/2004, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Contemporânea Ltda., no Município do Rio de Janeiro - RJ. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Jorge Viana. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 5 - OFICIO "S" Nº 26, de 2016,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 26/2016, referente à transferência direta para a Spring Televisão S.A., da concessão outorgada à Abril Radiodifusão S.A, para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" 26 de 2016, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 6 - OFICIO "S" Nº 46, de 2015,** de caráter não terminativo, que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

"Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no Município de Criciúma - SC." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 7 - AVISO Nº 29, de 2012,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7). " **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento. **Resultado:** Após a leitura do encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e posterior arquivamento da matéria. **ITEM 8 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 7 de 2017,** de caráter não terminativo, que requer "...nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais. Os quesitos são os seguintes: 1) Banda Larga Móvel: a) quantidade de municípios atendidos e não atendidos, com a discriminação dos dados por Unidade da Federação (UF), tecnologia (3G e 4G) e população coberta (valores absolutos e percentuais); b) para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras; c) compromissos de cobertura das operadoras 3G e 4G e respectivos critérios de aferição; d) total de valores correspondentes às multas aplicadas às operadoras do Serviço Móvel Pessoal e os montantes efetivamente recebidos nos últimos cinco anos; e) velocidade média das conexões por UF e operadora; f) dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga móvel, com as metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cinco anos. 2) Banda larga Fixa: a) quantidade de acessos nos últimos cinco anos; b) quantidade de acessos por velocidade; números de prestadores, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasil, e por UF; velocidade média por UF; c) acessos por tecnologia; d) para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras; e) dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga fixa, com metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cincos anos." **Autoria:** Sen. Jorge Viana. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 8 de 2017,** de caráter não terminativo, que requer "...nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações as seguintes informações sobre os programas relacionados aos serviços de banda larga: 1) situação atual do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e detalhamento dos projetos mais importantes em andamento, tais como o Plano Nacional de Internet das Coisas e o Plano de Conectividade Nacional; 2) planos, estratégias e metas para inserção do Brasil na nova era digital com redes móveis de quinta geração (5G), Internet das Coisas e Inteligência Artificial; 3) principais obstáculos à evolução digital e à implantação de uma política pública inclusiva que assegure, dentro de um horizonte temporal razoável, a massificação do acesso à internet, com qualidade e a preço justo; 4) mecanismos para garantir os investimentos necessários à massificação da banda larga e a inclusão digital e conectividade; 5) detalhamento dos programas Amazônia Conectada, Xingu Conectado e Cidades Inteligentes, destacando os custos envolvidos, a capacidade de transmissão e o impacto para as regiões contempladas; 6) situação atual do programa Cidades Inteligentes, planos, estratégias e metas; 7) ações para o desenvolvimento do capital humano direcionados à inovação e ao empreendedorismo digital." **Autoria:** Sen.Jorge Viana. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9 de 2017,** de caráter não terminativo, requer "...nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, relativamente à Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais. Os quesitos são os seguintes: 1) relação dos municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada município; 2) quantidade de usuários finais atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ano, desde 2010; 3) quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; 4) relação, por município, de universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação das conexões; 5) extensão e mapeamento da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010, indicando a capacidade de transmissão instalada em cada trecho; 6) descrição dos projetos mais importantes em andamento relacionados com o provimento de acesso à internet em banda larga; 7) descrição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), destacando os custos envolvidos, o processo de transferência de tecnologia, a capacidade, a cobertura, o modelo de exploração a ser adotado e o impacto na massificação da banda larga, implantação de Cidades Inteligentes e conexões 5G; 8) estudos, relatórios técnicos e avaliações que subsidiaram a alteração do modelo de exploração do SGDC e que embasaram a decisão de ofertar capacidade de transmissão a operadoras privadas, inclusive avaliações de retorno do investimento e de resultados para fins de políticas públicas, particularmente no que tange à expansão do acesso à internet pela população atualmente não servida ou servida em condições inadequadas." **Autoria:** Sen. Jorge Viana. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV, COM. E INFORMÁTICA Nº 10 de 2017,** de caráter não terminativo, que requer "...nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. (...) Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias." **Autoria:** Sen. Jorge Viana. **Resultado:** O requerimento é retirado de pauta. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2012**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao Ministro de Estado da Justiça. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta de pauta. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2016**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

CULTURAL DE MONTE AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 18 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à OCAM COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, de 2015**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 23 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2016, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 24 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO - ACRCEAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 25 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 26 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 27 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e vinte quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Passamos ao item nº 1 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Como o Senador Cristovam Buarque não está presente, passamos para o item nº 3, que tem como Relator o Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 36, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório a respeito do item 3.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Naipi Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 36, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Já tinham sido solicitadas, Sr. Presidente, informações a respeito da mudança do controle societário, só que não se atendeu ainda ao que foi solicitado. Então, estamos reencaminhando ao Ministro para que ele possa complementar as informações. Enquanto isso, o voto é pelo sobrestamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

Nós não temos quórum ainda...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...para deliberação. Portanto, a matéria ficará para análise posterior.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, eu sou Relator do item 26. Se, por acaso, não houver outros Senadores que tenham relatório antes do meu, eu pediria essa inversão, porque tenho que ir para a abertura da Comissão de Agricultura no Petrônio Portela, que acho que será a maior audiência pública da história do Senado, mais de mil pessoas estarão lá para tratar do Funrural.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Valdir Raupp, eu atendo a proposta de V. Exª para tratarmos do PDS nº 67, de 2016.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

V. Exª tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 67, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rio Forte de Apoio à Comunicação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Centenário, Estado de Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Valdir Raupp, da mesma forma: ficará para votação quando houver quórum qualificado para tanto.

Senador Jorge Viana, eu passo a V. Exª palavra para relatar o item 4, Ofício "S" nº 44, de 2015.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 44, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 15/2015, de que trata o PDC nº 1310/2004, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Rádio Contemporânea Ltda., no Município do Rio de Janeiro - RJ.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Qual é o item, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – O item 4. V. Exª é o Relator do item 4, Ofício "S" nº 44, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um minutinho.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 15, de 2015.

Relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 15, de 2015, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Contemporânea Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício "S" nº 44, de 2015, acompanhada da Exposição de Motivos nº 53, de 11 de fevereiro de 2010, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societários e diretivos da concessionária, além de declarar que a Consultoria Jurídica daquela Pasta manifestou-se favoravelmente à transferência. Então, temos o aval da Consultoria Jurídica do Ministério.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, entre outras atribuições, examinar questões atinentes a serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, a renovação e a transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 63. A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 44, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Rádio Contemporânea Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

É esse o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Jorge Viana.

Lido o relatório, aguardará também pelo quórum de deliberação.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para se posicionar sobre o item nº 6 – V. Exª pede, e eu atendo.

ITEM 6

OFICIO "S" Nº 46, de 2015

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2015, referente à transferência indireta, para outros grupos de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma Ltda., no Município de Criciúma - SC.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 67, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rio Forte de Apoio à Comunicação e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de...

Acho que eu estou fazendo o mesmo, o 26, não é? Acho que eu estou fazendo o mesmo que já havia feito antes. É o 6 agora, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – É o 6, o item 6. Ofício "S" nº 46, de 2015, acerca da alteração do controle societário de empresa jornalística e de radiodifusão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 46, de 2015, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Sociedade Rádio Hulha Negra, de Criciúma Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão em ondas médias no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nobre Senador, lido o relatório, ficará também para análise quando tivermos quórum.

Pediria ao nobre Senador Waldemir Moka que assumisse a presidência para que eu pudesse relatar um projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu sou Relator agora do sétimo, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Claro, claro, sem problema. Eu ia relatar o item 5, mas passo a V. Exª sem problema.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, não, V. Exª tem a preferência. Não, em hipótese nenhuma, Senador, pode ler o seu relatório, até porque V. Exª tem o compromisso lá da reunião que vai acontecer agora na Comissão de Agricultura, se eu não me engano, para discutir essa questão do Funrural, que é uma questão importante, acerca de uma decisão que foi dada pelo Supremo Tribunal Federal que, na minha ótica, precisa ser revista. Fui tomado de surpresa, é uma decisão que vai levar todos os produtores rurais, nessa situação em que já se encontram, ao pagamento retroativo a vários anos, que estava com pendência judicial. Eu acho que o campo não merece um tratamento dessa natureza, o Governo Federal vai ter que encontrar uma saída para essa questão. Acredito que o próprio Presidente da República possa editar uma medida provisória

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para buscar uma solução nesse sentido. Eu acho que é superimportante, eu conheço bem essa situação do campo, e é uma matéria em relação à qual eu acho que o Senado Federal tem que tomar uma decisão.

Portanto, concordo e passo a palavra a V. Exª para relatar o item 7.

ITEM 7

AVISO Nº 29, de 2012

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 1233/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de TI (TC 011.722/2010-7).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer pelo conhecimento da matéria e, posteriormente, pelo seu encaminhamento à Diretoria-Geral do Senado Federal, para fins de verificação da recomendação constante do item 9.19 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu passo direto à análise.

Trata-se do Aviso nº 525, do Tribunal de Contas da União – Plenário, de 23 de maio de 2012, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.233, de 2012, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, cujo objeto foi avaliar se a gestão e o uso da tecnologia da informação estão de acordo com a legislação e aderentes às boas práticas de governança de Tecnologia de Informação (Tribunal de Contas 011.772/2010-7).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O conjunto de recomendações propostas pelo Acórdão nº 1.233/2012–TCU–Plenário abrange a totalidade dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Judiciário, além do Ministério Público. À Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e ao TCU se propõem recomendações para que avaliem todas as orientações expedidas no referido Acórdão e adotem as medidas necessárias à sua implementação.

A Corte de Contas apresentou as seguintes as recomendações a esta Casa:

1) Item 9.19: recomendar, com fundamento na Lei nº 8.443/1992, art. 43, inciso I, combinado com o Regimento Interno do

Tribunal de Contas da União (RITCU), art. 250, inciso III, ao Senado Federal que avalie as orientações contidas no Acórdão e adote as medidas necessárias à sua implementação;

2) Item 9.44.5.5: encaminhar o estudo elaborado pelo TCU intitulado "Critérios gerais de controle interno na administração pública" à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com o objetivo de subsidiar possível anteprojeto de proposta legislativa para alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal;

3) Item 9.44.5.7.5: encaminhar cópia do Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

4) Item 9.44.5.7.6: encaminhar cópia do Acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Subcomissão Permanente de Serviços de Informática (CCTSINF) da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

Os itens 1 e 2 foram devidamente analisados pela CAE, que concluiu por encaminhar a matéria para o conhecimento pela Diretoria Geral do Senado para fins de verificação da recomendação constante do item 9.17 do Acórdão nº 1.233/2012-TCU-Plenário; e por não recomendar a proposta contida no referido anteprojeto de lei devido à existência de dispositivos que violam dispositivos constitucionais.

Em relação ao item 3, a presente matéria foi despachada para este Colegiado, que ora a aprecia.

Por fim, em resposta ao item 4, cumpre informar que a Subcomissão Permanente de Serviços de Informática desta Comissão foi extinta com a aprovação do Requerimento nº 14, de 2015 – CCT, em 14 de abril de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Voto.

Em face do exposto, opinamos pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso (AVS) nº 29, de 2012, do Tribunal de Contas da União.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, para o qual eu tomei o cuidado de pedir a orientação da Consultoria Jurídica do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, nobre Senador Waldemir Moka.

O relatório lido ficará aguardando o quórum necessário para deliberação.

Não sei se V. Exª já vai se dirigir agora para a audiência pública, eu não sei se já iniciou a reunião...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não iniciou ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode presidir aqui? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a presidência, passo a palavra ao Senador Presidente desta Comissão, o Senador Otto Alencar, para que profira seu relatório.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 26/2016, referente à transferência direta para a Spring Televisão S.A., da concessão outorgada à Abril Radiodifusão S.A., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Nobre Senador Waldemir Moka, agradeço a V. Exª.

O item 5 diz respeito ao Ofício "S" nº 26, de 2016, da Câmara dos Deputados (OFC nº 167, de 2016, na origem), que comunica a autorização de transferência para a Spring Televisão S.A. da concessão outorgada à Abril Radiodifusão S.A., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Essa matéria foi remetida ao Senado Federal com a Exposição de Motivos.

Análise.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão.

A referida transferência de outorga se dá nos termos do § 1º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

A apreciação, por este Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 2º, o ato determina que Ofícios "S" devem conter informações mínimas que permitam ao Senado Federal a verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas às transferências diretas e indiretas de outorgas.

Com efeito, diante da atribuição de fiscalizar os atos do Poder Executivo, o Legislativo deve atentar à necessidade de avaliar, inclusive, uma eventual concentração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de outorgas na localidade envolvida, bem como o cumprimento de mandamento constitucional que limita a participação de estrangeiros em empresas de radiodifusão.

De outra parte, o ato estabelece que as informações que não constem do processo sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e determina que a tramitação dos processados com informação incompleta seja sobrestada até que a resposta ao pedido de informação correspondente tenha sido recebida pela Comissão.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 26, de 2016, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência para a Spring Televisão S.A. da concessão outorgada à Abril Radiodifusão S.A., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do Decreto de 20 de outubro de 2016:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão de sons e imagens cujo controle foi transferido à Spring Televisão S.A.;

II - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós não vamos colocar em votação porque não há quórum para essa deliberação.

Passo a presidência ao Presidente Otto Alencar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu pergunto a V. Exª, consultado o Plenário, se podemos fazer uma inversão de pauta para eu relatar o item 16.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – A audiência pública da Comissão de Agricultura...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... da Câmara e do Senado, no Petrônio Portela, já iniciou, e eu tenho que me deslocar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, atendo sua solicitação. V. Exª tem a palavra.

Antes disso, eu passo a palavra ao Senador Jorge Viana para...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu sou Relator e proponente do item 8, mas estou vendo que o colega Flexa tem um problema em outra comissão. Então, concordo em fazermos a inversão.

Logo após, eu pediria para seguirmos com o item 8 da pauta, de que sou Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª tem aqui os requerimentos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Exatamente, mas, como ele tem um problema em outra comissão, eu acho que é importante atendê-lo. Eu fico no aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Item 16.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Agradeço ao Senador Jorge Viana.

Vamos ao relatório.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2016, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 32, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está encerrada a discussão.

A matéria ficará aguardando quórum suficiente para deliberação.

Senador Jorge Viana, passo a V. Exª para que possa relatar do item 8 ao item 11, que são requerimentos de V. Exª. Já que V. Exª é o Relator da política pública que esta Comissão vai levar em frente este ano, a respeito da banda larga, V. Exª pode, inclusive, se quiser, ler os relatórios e depois aguardaremos para deliberação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 7, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais. Os quesitos são os seguintes:

1) Banda Larga Móvel:

a) quantidade de municípios atendidos e não atendidos, com a discriminação dos dados por Unidade da Federação (UF), tecnologia (3G e 4G) e população coberta (valores absolutos e percentuais); b) para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras; c) compromissos de cobertura das operadoras 3G e 4G e respectivos critérios de aferição; d) total de valores correspondentes às multas aplicadas às operadoras do Serviço Móvel Pessoal e os montantes efetivamente recebidos nos últimos cinco anos; e) velocidade média das conexões por UF e operadora; f) dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga móvel, com as metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cinco anos.

2) Banda larga Fixa:

a) quantidade de acessos nos últimos cinco anos; b) quantidade de acessos por velocidade; números de prestadores, no Brasil, e por UF; velocidade média por UF; c) acessos por tecnologia; d) para cada UF, o total de municípios cobertos por 1, 2, 3, 4, 5 ou mais operadoras; e) dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga fixa, com metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cincos anos.

Autoria: Senador Jorge Viana.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 8, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações as seguintes informações sobre os programas relacionados aos serviços de banda larga:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1) situação atual do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e detalhamento dos projetos mais importantes em andamento, tais como o Plano Nacional de Internet das Coisas e o Plano de Conectividade Nacional; 2) planos, estratégias e metas para inserção do Brasil na nova era digital com redes móveis de quinta geração (5G), Internet das Coisas e Inteligência Artificial; 3) principais obstáculos à evolução digital e à implantação de uma política pública inclusiva que assegure, dentro de um horizonte temporal razoável, a massificação do acesso à internet, com qualidade e a preço justo; 4) mecanismos para garantir os investimentos necessários à massificação da banda larga e a inclusão digital e conectividade; 5) detalhamento dos programas Amazônia Conectada, Xingu Conectado e Cidades Inteligentes, destacando os custos envolvidos, a capacidade de transmissão e o impacto para as regiões contempladas; 6) situação atual do programa Cidades Inteligentes, planos, estratégias e metas; 7) ações para o desenvolvimento do capital humano direcionados à inovação e ao empreendedorismo digital.

Autoria: Senador Jorge Viana.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos a seguir relacionados, relativamente à Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), destacando que as respostas deverão ser encaminhadas, preferencialmente, em forma de arquivos computacionais.

Os quesitos são os seguintes:

1) relação dos municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada município; 2) quantidade de usuários finais atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; 3) quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras, por taxa de transmissão, em cada município, ao final de cada ano, desde 2010; 4) relação, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

município, de universidades, centros de pesquisa, escolas, hospitais, postos de atendimento, telecentros comunitários e outros pontos de interesse público atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação das conexões; 5) extensão e mapeamento da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010, indicando a capacidade de transmissão instalada em cada trecho; 6) descrição dos projetos mais importantes em andamento relacionados com o provimento de acesso à internet em banda larga; 7) descrição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), destacando os custos envolvidos, o processo de transferência de tecnologia, a capacidade, a cobertura, o modelo de exploração a ser adotado e o impacto na massificação da banda larga, implantação de Cidades Inteligentes e conexões 5G; 8) estudos, relatórios técnicos e avaliações que subsidiaram a alteração do modelo de exploração do SGDC e que embasaram a decisão de ofertar capacidade de transmissão a operadoras privadas, inclusive avaliações de retorno do investimento e de resultados para fins de políticas públicas, particularmente no que tange à expansão do acesso à internet pela população atualmente não servida ou servida em condições inadequadas.

Autoria: Senador Jorge Viana.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. (...)

Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente Otto Alencar.

Colegas Senadores e Senadoras, todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado e por outros meios que temos usando a internet, eu queria esclarecer algo que V. Exª, Presidente, anuncia que nós adotamos.

Como fazem muitos países do mundo, em 2013, através da Resolução nº 44, inseriu-se no Regimento Interno do Senado Federal o art. 96-B para que se faça, como acontece nas principais democracias do mundo, a avaliação de políticas públicas.

É um trabalho, é uma tarefa, é uma missão do Senado, do Parlamento, muito importante.

Eu faço essa ressalva porque, este ano, na Presidência de V. Exª, a decisão de política pública a ser avaliada na área de ciência e tecnologia foi a de banda larga, que é algo de maior interesse para o cidadão, para o usuário, paras as empresas, para os negócios, para os governos, para os serviços públicos.

Nós fizemos a proposta, e eu queria aqui agradecer a colaboração da Consultoria do Senado, do meu gabinete e aqui da Comissão também. Nós fizemos a apresentação também de um plano de trabalho que visa avaliar a política pública da implantação de banda larga no Brasil. É uma situação muito delicada, porque nós estamos vivendo o desafio da rapidez com que temos as mudanças, inclusive de tecnologia.

Os programas serão avaliados sob a perspectiva desses desafios que estamos vivenciando hoje, como, por exemplo, a conexão 5G, a Internet das Coisas e inteligência artificial. Estamos vivendo isso. O Brasil não pode ficar fora – como um país continental que é, com as características que tem – dessa evolução tecnológica.

E eu começo, antes de fazer a leitura dos requerimentos, nos quais eu busco informações para cumprir essa etapa do nosso programa de avaliação de políticas públicas, especificamente de banda larga, fazendo uma recapitulação de algo que colocamos em nosso projeto, em nosso plano.

Os esforços empreendidos para modernizar a nossa infraestrutura de rede, como o Plano Nacional de Banda Larga e os incentivos à massificação de acesso às redes móveis de terceira e quarta geração – estou referindo-me apenas a 3G e 4G –, não foram bem-sucedidos em nosso País. Essa é uma constatação que nós já temos, e eu passo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mostrar os números. Basta mencionar que apenas 1.814 Municípios, 33% do total de mais de 5 mil Municípios, são atendidos com 4G. Então, nós temos muitas limitações ainda, o nosso País é um país continental e tem essa quantidade de Municípios. Outros 575 sequer são atendidos por 3G.

Coloquei isso no relatório para mostrar a importância de fazermos essa avaliação, e eu já vou pular imediatamente para os requerimentos, porque, nessa fase, Presidente Otto, nós já começamos, inclusive, a fazer audiências públicas aqui, trouxemos gestores públicos para posicionarem-se e já estamos cumprindo o nosso plano de trabalho que avalia a banda larga. Estou trazendo três requerimentos e torno-os públicos com o propósito de cumprir o nosso plano de trabalho. A primeira fase é buscar informações precisas para que depois se possa fazer a avaliação.

Então, o primeiro requerimento está nos termos do §2º, do art. 50, da Constituição, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, esses são os fundamentos do requerimento. Os quesitos são os seguintes: banda larga móvel; um conjunto de solicitações que nós devemos encaminhar ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sobre o serviço de banda larga oferecido no País; quantidade de Municípios atendidos e não atendidos, com a discriminação dos dados por unidade da Federação, tecnologia (3G e 4G) e população coberta por essas tecnologias – isso é muito importante para que se possa pôr no tempo quando é que nós vamos ter alcançado, nos Municípios, nas unidades da Federação, esse serviço –; para cada unidade da Federação, o total de Municípios cobertos por um, dois, três, quatro, cinco ou mais operadoras – são informações fundamentais para que se faça uma adequada avaliação da banda larga no Brasil –; compromissos de cobertura das operadoras 3G e 4G e respectivos critérios de aferição; total de valores correspondentes às multas aplicadas às operadoras do Serviço Móvel Pessoal e os montantes efetivamente recebidos nos últimos cinco anos – eu lembro que, quando se estava discutindo o Novo Código Florestal, nós tínhamos a aplicação de multa de R$50 bilhões, na época, pelo Ibama, e apenas 1% dessas multas eram pagas; então uma coisa ou outra está equivocada, ou não se cobra ou não se deveria fazer aquele tipo de aplicação, mas aqui, no caso, nós buscamos essas informações –; velocidade média das conexões por unidade da Federação e operadora; dados relativos aos indicadores de qualidade dos serviços de banda larga móvel, com as metas e os índices alcançados pelas operadoras nos últimos cinco anos. Banda larga fixa: quantidade de acessos nos últimos cinco anos; quantidade de acessos por velocidade; números de prestadores, no Brasil, e por unidade da Federação; velocidade média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Essas informações, Sr. Presidente, constam do primeiro requerimento como parte, volto a repetir, do plano de trabalho, que visa avaliar a política pública – no caso, a banda larga no Brasil. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo requerimento... Eu posso fazer a leitura relativa aos três, Sr. Presidente, e depois ficam, obviamente, esperando a deliberação do Plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O segundo requerimento tem o seguinte teor.

> Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações as seguintes informações sobre os programas relacionados aos serviços de banda larga:
> 1) situação atual do Plano Nacional de Banda Larga e detalhamento dos projetos mais importantes em andamento, tais como o Plano Nacional de Internet das Coisas e o Plano de Conectividade Nacional; 2) planos, estratégias e metas para inserção do Brasil na nova era digital com redes móveis de quinta geração (5G), Internet das Coisas e Inteligência Artificial; 3) principais obstáculos à evolução digital e à implantação de uma política pública inclusiva que assegure, dentro de um horizonte temporal razoável, a massificação ou a universalização do acesso à internet, com qualidade e preço justo.

Eu trabalho sempre, no plano de trabalho que apresentei, com essas três variáveis: universalização do uso dessa tecnologia para todos os brasileiros, todos as regiões do País; qualidade – sem qualidade não há nenhum sentido –; e preço justo.

Não custa lembrar que hoje quem faz o pagamento pré-pago, que é o caso da maioria dos cidadãos brasileiros, paga mais caro pelo uso da internet do que quem faz o pagamento pós-pago. Ou seja, quem usa e paga depois paga mais barato do que a maioria da população, que vai e compra seu pacote, paga antecipadamente para fazer uso da internet. São questões como essa que nós vamos avaliar aqui, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, fazendo valer o interesse do cidadão brasileiro. Como em todas as partes do mundo, todos nós somos hoje dependentes desse serviço, do uso dessa tecnologia, para nos comunicarmos, para trabalharmos, para atividades empresariais, comerciais. Não há quem não tenha uma relação de dependência dessas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Por isso acho muito importante nós fazermos a avaliação de política pública levando em conta a banda larga no Brasil, já que temos tantos problemas em tantos Municípios.

Esse é o segundo requerimento, Sr. Presidente.

Ainda há um item aqui relativo à situação atual do Programa Cidades Inteligentes, plano estratégicos, metas e ações para o desenvolvimento do capital humano direcionadas à inovação e ao empreendedorismo digital. Esse é o segundo requerimento.

Vou ao último requerimento, terceiro requerimento.

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que estabelece o Regimento Interno do Senado Federal, solicitamos informações ao Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações sobre os serviços de banda larga, conforme os quesitos relacionados, relativamente à Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras).

Fizemos um específico buscando informações sobre a Telebras, porque entendemos que isso é fundamental quando vamos avaliar a banda larga no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª está no item 10, não é? É o terceiro requerimento, está no item 10.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Terceiro requerimento, exatamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Então, as solicitações são as seguintes: relação dos Municípios atendidos com o provimento de acesso à internet pela Telebras, com a respectiva data de ativação do provimento em cada Município; 2) quantidade de usuários finais atendidos; quantidade de provedores atendidos pelas conexões de acesso à internet da Telebras; relação, por Município, de universidades e todos os centros de pesquisa que tenham acesso à internet pela Telebras; extensão e mapeamento da rede de fibra óptica, ano a ano, desde 2010, indicando a capacidade de transmissão instalada em cada trecho – obviamente que serão respondidos pela própria Telebras, mas são informações necessárias para que possamos fazer a adequada avaliação da implantação da banda larga no Brasil –; descrição dos projetos mais importantes em andamento relacionados com o provimento de acesso à internet em banda larga; descrição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, destacando os custos envolvidos, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

processo de transferência de tecnologia, a capacidade, a cobertura, o modelo de exploração a ser adotado e o impacto na massificação da banda larga, implantação de Cidades Inteligentes e conexões 5G; estudos, relatórios técnicos e avaliações que subsidiaram a alteração do modelo de exploração do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações e que embasaram a decisão de ofertar capacidade de transmissão a operadoras privadas.

Essas são as solicitações, Sr. Presidente, do terceiro e último requerimento. Assim, o presente requerimento tem como objetivo permitir a execução das atividades constantes no plano de trabalho já aprovado no âmbito desta Comissão no dia 19 de abril deste ano, acrescentando-se que as informações solicitadas estão inseridas na atividade de fiscalização e de controle externo do Senado, do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 70 da Constituição.

Como resultado do trabalho, será apresentado relatório que será submetido à apreciação desta Comissão até o final de 2017, com vistas à possível elaboração de proposições legislativas para o aprimoramento da política pública de banda larga no Brasil.

Esses são os pedidos que compõem os três requerimentos e que constam no item 8 da pauta desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª teria também o item 11, que é outro requerimento de V. Exª.

Agora, como li aqui o requerimento de V. Exª, e V. Exª nomina apenas o Dr. Álvaro Prata, que é o Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, para uma audiência pública nesse sentido, eu lhe perguntaria se não seria mais apropriado consultarmos o Ministro Gilberto Kassab para saber se ele poderia indicar outros nomes, além do Dr. Álvaro. Nós veríamos com o Ministro se há outro nome que ele possa indicar para falar a respeito desse requerimento, já que vem em função de um provável corte orçamentário de 44% – poderia envolver, talvez, alguém do Ministério do Planejamento para identificar por que esse corte. Em função do que aconteceu, eu concordo plenamente com isso, até porque vai atingir todo esse setor de ciência e tecnologia, de pesquisa, que é uma coisa de que o País precisa bastante. Então, entendo que não deveríamos votar hoje esse requerimento e que deveríamos consultar o Governo para saber se teria como encaminhar outros nomes para que fosse uma audiência pública que tivesse mais consistência para chegar àquilo que V. Exª deseja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu concordo, mas queria fazer um pequeno ajuste. Acho que a consulta ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Comunicações é importante para ver se ele tem mais algum nome, mas penso que não deveríamos pôr na conta dele a eventual indicação de alguém do Ministério do Planejamento. Acho que a Comissão poderia fazer isso, nós poderíamos dar uma olhada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu me disponho a identificar alguém do Ministério do Planejamento, ou da Fazenda, que pudesse falar dos critérios usados para o corte.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode, se quiser, fazer isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou fazer, porque aí deixamos para o Ministro Kassab apenas a indicação de alguém do seu próprio Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Era mais ou menos isso que eu queria passar a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, faremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Queria destacar a presença do Senador João Alberto e também a do Senador Airton Sandoval, do Estado de São Paulo, PMDB.

Vamos colocar em votação os três...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, se V. Exª concordar, eu encaminharia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª vai encaminhar outro requerimento com outros nomes?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É, um adicional, sugerindo nomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Ficaria para a próxima reunião.

Foram lidos aqui o Ofício "S" nº 36/2014, do Senador Flexa Ribeiro; o item nº 4, do Senador Jorge Viana; o item nº 5, que eu relatei; o item nº 6, do Senador Valdir Raupp; o item nº 7, do Senador Waldemir Moka; e os Requerimentos nºs 8, 9 e 10, do nobre Senador Jorge Viana. O item nº 13, a pedido, nós vamos retirar de pauta, do Senador Omar Aziz.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade.

Observações:

)

Vou colocar em votação os itens que citei.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

São matérias não terminativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os outros itens são terminativos. Um deles foi lido pelo Senador Flexa Ribeiro, outro, pelo Senador Valdir Raupp, mas não temos quórum para a deliberação de itens terminativos.

Passo a palavra ao Senador João Alberto, para relatar os itens 19 e 20, que são também terminativos.

O nobre Senador fará a leitura, e ficará para outra oportunidade quando tivermos o quórum suficiente para a deliberação.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador João Alberto Souza.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2015 – nº 1.592, de 2014, na Câmara dos Deputados.

A análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 309, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Inúbia Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente – item 19.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª pode ler o item 20?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – O item 20 é sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2015 – origem, na Câmara, nº 1.591, de 2014.

A análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O voto, Sr. Presidente, que é pela aprovação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 370, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Caraguatatuba - Zona Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador João Alberto.

Lidos os relatórios relativos aos itens 19 e 20. Como são dois itens de caráter terminativo, ficaremos no aguardo de termos quórum de deliberação para essas duas matérias.

Como não temos agora nenhum outro item para discutir e como há aí uma audiência pública de interesse dos Srs. Senadores, eu vou encerrar esta reunião convocando outra para a próxima quarta-feira para a deliberação das matérias que não foram lidas e deliberadas hoje.

(*Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 47 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia dez de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Waldemir Moka, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Airton Sandoval, Ângela Portela, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Lídice da Mata, Cristovam Buarque e Pedro Chaves. Comparecem à reunião os Senadores José Pimentel, Ronaldo Caiado, Cidinho Santos e Vicentinho Alves, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores João Alberto Souza, Paulo Rocha, Jorge Viana, Acir Gurgacz, José Agripino, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Magno Malta. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2015**, de caráter não terminativo, que: "Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006." **Autoria:** Deputado Rubens Bueno. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as 3 Emendas que apresenta. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 2 - OFICIO "S" Nº 31, de 2014**, de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 31 de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 3 - OFICIO "S" Nº 41, de 2014**, de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 23/2014, de que trata o PDC nº 2.669/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO OESTE BAIANO LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Barreiras, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 4 - OFICIO "S" Nº 22, de 2017,** de caráter não terminativo, que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 36/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 54, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV Stúdios de Brasília LTDA, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens em Brasília, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 10 de 2017,** de caráter não terminativo, que Requer, "...nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica. (...) Face ao exposto, julgamos oportuna e necessária a realização da Audiência Pública com os seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: Sr. Álvaro Toubes Prata, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Sr. Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências; Sra. Helena Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sr. Fernando Peregrino, presidente da CONFIES; e Representante da Associação Brasileira de Agências de Fomento à Ciência e Fundações Universitárias." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** A deliberação do requerimento é adiada. **ITEM 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 11 de 2017,** de caráter não terminativo, que: requer, "...nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 10, de 2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para inclusão de representante do Ministério do Planejamento na audiência pública para debater a situação atual da ciência brasileira e o recente corte orçamentário de 44% verificado nessa área estratégica." **Autoria:** Senador Jorge Viana. **Resultado:** A deliberação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

requerimento é adiada. **ITEM 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 12 de 2017,** de caráter não terminativo, que: requer, "...nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater a política nacional de banda larga, notadamente no que tange à massificação do acesso, à qualidade e ao preço dos serviços de conexão. Para tanto, requeiro que sejam convidados: o Sr. André Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); o Sr. José Félix, Presidente do Grupo América Móvil no Brasil; o Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, Presidente do Grupo Telefônica no Brasil; o Sr. Laércio Albuquerque, Presidente da Cisco no Brasil; e a Sra. Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)." **Autoria:** Senador Jorge Viana e outros. **Resultado:** O requerimento é aprovado. **ITEM 8 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Omar Aziz. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade. **Resultado:** A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **ITEM 9 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, de 2012,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimentos de Informações dirigidos ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e ao Ministro de Estado da Justiça. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 10 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **ITEM 11 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 309, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE INÚBIA PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inúbia Paulista, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 12 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 370, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CARAGUATATUBA - ZONA SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. João Alberto Souza. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 13 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 32, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 67, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RIO FORTE DE APOIO A COMUNICAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centenário, Estado do Tocantins." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Valdir Raupp. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Cristovam Buarque. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 135, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

frequência modulada na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 17 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o Presidente adia a discussão e a votação da matéria. **ITEM 18 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, de 2015,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MONTE AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Hélio José. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 19 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, de 2015** que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o Presidente adia a discussão e a votação da matéria. **ITEM 20 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 21 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 45, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que outorga permissão à OCAM COMUNICAÇÃO DIGITAL SE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José de Mipibu, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** A deliberação da Matéria é adiada. **ITEM 22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2016,** de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estado de São Paulo." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o Presidente adia a discussão e a votação da matéria. **ITEM 23 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2016**, de caráter terminativo, que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO - ACRCEAB para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). **Relatoria:** Sen. Pedro Chaves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Senado a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pede-me o nobre Senador Pedro Chaves a inversão da pauta, para que ele possa relatar o PDS 98, de 2016.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, DE 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL EDUCATIVA E ARTÍSTICA DE BRUMADINHO (ACRCEAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: - *a matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.*

Passarei a palavra ao Senador Pedro Chaves, mas, antes, devo dizer que temos número para abrir a reunião, mas não para deliberação. Acho que hoje teremos um número reduzido em função da política partidária, devido à politicagem, tão nociva ao Brasil, que acontece hoje no Estado do Paraná, em Curitiba. Até lamento que esteja acontecendo isso no País.

Ontem, tentei comprar – aqui só estou fazendo um esclarecimento – seis livros, em Brasília, sobre a biografia de Nelson Mandela com o título *Mandela – O Caminho para a Liberdade*. Terminei de lê-lo há 15 dias. Eu ia comprar seis livros. Ia mandar um para Michel Temer e um para Renan Calheiros, porque eles estão em briga, pedindo paz entre eles, para vermos se as coisas melhoram no Congresso Nacional. Eu ia mandar outro para Moro e outro para Lula – não consegui comprar os livros –, para que os dois também pudessem entrar em paz e para que o Brasil pudesse sair da situação em que nos encontramos. Eu mandaria outro para Janot e outro para Gilmar Mendes. Aliás, ontem, Marco Aurélio Mello pediu que ambos fumassem o cachimbo da paz.

Em toda a minha história política – penso que todos os Senadores que estão aqui também acham isto –, nunca vi no Brasil uma situação de beligerância tão grande, como a que está acontecendo agora, entre os representantes das instituições públicas. Acho que têm o mesmo pensamento o Senador Airton Sandoval, o Senador Pedro Chaves e o meu amigo Waldemir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Moka sobre a situação. Estou aqui há dois anos e meio e não esperava que houvesse uma situação dessa natureza e que tudo que fosse mais importante para a imprensa, para os órgãos da imprensa e para os debates fosse apenas, única e exclusivamente, a Operação Lava Jato, que deve continuar, que deve punir aqueles que cometeram erros, atos de improbidade administrativa, desvio de recursos ou corrupção.

desvio de recursos ou corrupção. Mas, mesmo com a operação e com todas essas ações que têm levado a esses entendimentos, deveria ser permitido que o Brasil pudesse continuar crescendo, gerando emprego e renda.

Não sei o que acontece nos outros Estados, mas, no meu Estado, a Bahia, estamos numa situação em que a economia caiu bastante, em que o desemprego se ampliou demais. Entre as 1.609 obras inconclusas, inacabadas, do Governo Federal no Brasil – este levantamento nós fizemos, no ano passado, na Comissão que presidi, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle –, no meu Estado, as duas maiores obras, com grandes investimentos, estão paralisadas, a Ferrovia Oeste-Leste, com um investimento de mais R$8 bilhões, e o Estaleiro Enseado do Paraguaçu, com mais de R$2 bilhões de investimento. Elas estão paralisadas, gerando o desemprego de, no mínimo, 20 mil trabalhadores.

Eu me preocupo muito com isso. Espero que as coisas possam acontecer, de forma que o País possa vislumbrar um futuro para todos aqueles que começam agora a vida laboral. É uma preocupação muito grande. Vejo isso de uma forma que nunca pensei assistir. Inclusive, eu fui conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e, durante seis anos, só falava nos autos. Vejo hoje um ativismo judicial, a manifestação política do juiz, que deveria só falar nos autos. Nunca imaginei na minha vida que um juiz do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal pudesse se manifestar a respeito de temas políticos, completamente distante daquilo que está preestatuído no seu Regimento, na lei que ele deveria seguir.

Agora mesmo, houve essa divergência entre o Procurador Rodrigo Janot e o Ministro Gilmar Mendes, o que nos deixa muito preocupados. Aliás, hoje, há uma matéria nos jornais que mostra a preocupação do Palácio do Planalto com essa situação que estamos vivendo, chegando ao ponto de o Ministro dizer que a prisão preventiva daqueles que estão envolvidos na Lava Jato se dá apenas e exclusivamente para que aqueles que estão fazendo esses atos mantenham a popularidade diante do povo brasileiro, o que é uma coisa que achei completamente fora de sintonia com a realidade do Poder Judiciário.

Peço até desculpas aos senhores pelo meu desabafo, mas, desde ontem, eu...

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – Sr. Presidente, permita-me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Airton. Fique à vontade.

O SR. AIRTON SANDOVAL (PMDB - SP) – ...dizer que a manifestação de V. Exª, Senador Presidente Otto Alencar, é muito apropriada no momento em que nós vivemos.

Ontem, inclusive, tive a oportunidade de me pronunciar da tribuna do Senado a respeito dessa questão, envolvendo o meu Partido, o PMDB, mas no sentido de buscar apaziguar essas questões que estamos vivendo e que estão criando grandes problemas para o nosso País. São questões que poderiam ser decididas de forma simples, mas que se vão complicando, cada vez mais, ao longo do tempo.

Acho que cabe muito bem aqui aquele velho ditado popular: "Em casa em que falta pão, todo mundo briga, mas ninguém tem razão." Vamos esperar que essas coisas se corrijam, para que o nosso País entre no curso verdadeiro do desenvolvimento, do atendimento às necessidades da nossa população.

verdadeiro do desenvolvimento do atendimento às necessidades da nossa população. E eu acho que é isso que importa neste momento. As vaidades pessoais, os objetivos políticos acho que, neste momento, têm que ficar em segundo plano. O mais importante hoje é resolver as grandes questões nacionais que estão infelicitando o povo e a Nação brasileira.

Meus parabéns pela sua manifestação, que é muito importante e oportuna!

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu concordo com V. Exª, Senador Airton Sandoval.

Eu acho que até o Congresso Nacional, aqui o Senado Federal, que é a Casa Revisora e também a Câmara Alta, através do Presidente ou das Liderança, deveria fazer aqui uma reunião com os principais Líderes, para se encontrar um caminho e agilizar essas questões todas, pensar o que pode ser aprovado ou não aprovado, ouvir também de alguma forma.

Lá na Câmara Federal, o Governo tem sido até flexível nessa questão da reforma da previdência, mas na reforma trabalhista não foi flexível. Acho que aqui o Senado – ontem, eu conversava isso com o Senador Renan Calheiros e com o Senador Romero Jucá –, eu acho até que o Governo abriu uma expectativa de aceitar alguma coisa que pudesse modificar quatro ou cinco artigos da reforma trabalhista, que poderia até diminuir a tensão da relação do Governo com os sindicatos, com todos os sindicatos que estão envolvidos nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No meu Estado, eu mesmo tive reunião com alguns sindicatos sobre essa questão mesmo de acabar, extinguir, imediatamente, abruptamente, a contribuição sindical como obrigatória. Isso é uma coisa que pode levar a muitos dirigentes sindicais de várias tendências... Porque, às vezes, fica-se rotulando que o sindicato tem como posição ideológica à direita, ao centro ou à esquerda, mas todos serão prejudicados, porque todos têm compromissos a pagar, e, no momento em que deixa de haver a contribuição, é claro que eles vão deixar de arrecadar. Como vão pagar o aluguel dos imóveis, como vão indenizar as pessoas que são contratadas? Então, deveria ser dado pelo menos um prazo de dois anos para que a contribuição sindical pudesse ser obrigatória e a partir daí se extinguiria completamente. Ontem, eu discuti esse assunto até com o Senador Ricardo Ferraço, que concordou comigo, que se desse um prazo para que a contribuição continuasse e depois disso se tirasse a obrigatoriedade.

Mas eu passo a palavra ao Senador Pedro Chaves.

Quero agradecer a presença do Senador Cristovam Buarque e da minha conterrânea que chega agora Senadora Lídice da Mata.

Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o nosso bom-dia!

A propósito, eu estive no Rio de Janeiro, no sábado, e vi também o estado de calamidade em que se encontra a população carioca. Inclusive, amigos meus foram obrigados a vender o carro, vender a casa, para poder ter uma sobrevida melhor e, acima de tudo, poderem ter uma condição normal para a educação dos filhos, evitando tirá-los de escola e tudo mais. Então, é necessário, na verdade, que o País rapidamente retome o caminho do desenvolvimento, do emprego, porque o Estado do Rio de Janeiro está numa calamidade mesmo.

Bom, voltando, então, ao assunto, que é a relatoria do parecer relativo ao ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho (ACRCEAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 98, de 2016, que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

e Artística de Brumadinho (ACRCEAB) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Análise.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 98, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

É um projeto de ordem terminativa, como não há quórum qualificado, lido o relatório, ficará para oportunidade em que possamos deliberar essa matéria.

Eu pergunto se o Senador Moka tem algum projeto para ler, que vou dar prioridade.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone.*) – Sou Relator do item 22.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, V. Exª pode relatar a matéria.

É o PDS 71, de 2016.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, de 2016

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO RADIODIFUSÃO DE CESÁRIO LANGE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 03/05/2017, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O relatório.

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 71, de 2016 (nº 456, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Organização Radiodifusão de Cesário Lange Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Diante disso

Diante disso, Sr. Presidente, eu passo direto ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 71, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Organização Radiodifusão de Cesário Lange Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cesário Lange, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria ficará para deliberação quando houver quórum qualificado para tanto.

Eu passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque – e agradeço a presença do nobre Senador por quem tenho muito admiração e respeito por toda a sua história política – para relatar dois projetos. O PLC 56, de 2015, e o OFS 31, de 2014.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Autoria: Deputado Rubens Bueno

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 3 Emendas que apresenta.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.

Tem a palavra o nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, no caso do PLC 56, vou ler. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu gostaria de pedir a retirada de pauta, porque o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foram apresentadas três emendas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Três emendas. Eu tomei conhecimento neste momento. Então, eu preciso incorporá-las ao meu relatório ou dar uma razão pela qual não aceitarei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Então, eu gostaria de pedir para retirar de pauta, e trarei na próximo quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exª será atendido e a matéria será pautada para a próxima reunião, quarta-feira.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2015

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.800, de 26 de maio de 1999, e 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Autoria: Deputado Rubens Bueno

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 3 Emendas que apresenta.

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E V. Exª pode passar ao item 2, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 31, de 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 13/2014, de que trata o PDC nº 2.661/2010, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC SISTEMA PARANAÍBA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quanto ao item 2, o projeto que vem novamente ao exame desta Comissão de Ciência e Tecnologia é o comunicado de transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da SPC – Sistema Paranaíba de Comunicação Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Itumbiara, Estado de Goiás.

O processado também está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações.

A matéria já foi anteriormente apreciada por esta Comissão, em 24 de novembro.

Sr. Presidente, o Requerimento nº 1.357, de 2015, da CCT, solicitava, ao Ministério das Comunicações, em seus itens IV e V:

> IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa [...];
> V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Embora a Nota Informativa nº 2.428/2016/SEI-MCTIC indique que encaminharia anexos os documentos "Cópia dos RGs dos sócios no SEI (1080295)" e "Participação dos sócios em outras empresas"

"Participação dos sócios em outras empresas" não foi localizado na documentação.

Dessa maneira, a apreciação da matéria ainda carece de algumas das informações.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e, por enquanto, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 31, de 2014.

E acompanha o meu voto o requerimento, que eu submeto à Comissão.

> REQUERIMENTO Nº DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam novamente solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações [...]:
> I - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade [...] [em análise];
> II - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Então, Senador, Sr. Presidente, é apenas um requerimento, pedindo mais informações que estão faltando no processo, para que eu possa dar o parecer definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, o relatório é pelo sobrestamento e encaminhando ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações de mais informações a respeito da matéria.

Em discussão.

Os Srs. Senadores que quiserem discutir... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria fica para encaminhamento ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu passaria agora a palavra ao Senador João Alberto, que não está presente; Senador Hélio José, também não; Senador Jorge Viana.

O Senador Omar Aziz pediu que se retirasse a matéria de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 30, de 2011

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Apuí, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal , até que seja recebida resposta ao Requerimento de Informação nº 707 de 2016, relativo ao PDS nº 408 de 2010, que dispõe sobre a outorga de permissão à mesma entidade.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.)

Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para relatar o PDS 126 de 2015. Senador Cristovam Buarque com a palavra. É o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MAMPITUBA FM STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pelo sobrestamento do projeto, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma proposta no mesmo sentido, para analisar o ato que renova a permissão outorgada à Mampituba FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Repetindo o mesmo do processo anterior, nós fizemos solicitação de algumas informações. A resposta encaminhada pelo Ministério foi encaminhada ao Congresso, por meio da Mensagem Presidencial nº 136, de 8 de abril de 2013. Note-se, todavia, que a referida mensagem diz respeito à Portaria nº 298, relativa ao segundo período de renovação. Assim, a questão formulada não restou atendida.

Por essa razão, eu voto pelo sobrestamento da tramitação, enquanto esperamos a resposta de requerimento, nos seguintes termos.

> REQUERIMENTO Nº DE 2017
> Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja novamente solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação, referente à primeira renovação da outorga da Mampituba FM Stéreo Ltda. [...]:
> I – foi encaminhada mensagem presidencial
> I – foi encaminhada mensagem presidencial submetendo à apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 821, de 20 de dezembro de 2007, do Ministério das Comunicações?

Essa é a pergunta.

Repetindo, para dar ênfase correta a uma pergunta: foi, por acaso, encaminhada mensagem presidencial submetendo à apreciação do Congresso Nacional a Portaria nº 821, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

20 de dezembro de 2007, do Ministério das Comunicações? Essa é a pergunta, Sr. Presidente. Até lá, o sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria vai ser encaminhamento para o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Embora seja uma matéria terminativa, como vai ser encaminhada como pedido de informações, poderá ser votada.

Então, coloco em votação o item 2, lido pelo Senador Cristovam Buarque, e também o item 10.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Serão encaminhados para as informações solicitadas pelo Senador Cristovam Buarque ao Ministério.

Quanto aos outros itens, os Senadores não estão presentes, mas eu passaria a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para proferir o seu relatório sobre o PDS 32, de 2016, que é terminativo.

Nós não temos quórum para votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foi lido, já foram lidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foi lido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Estou aguardando só o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Mas não há quórum para votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu peço desculpas a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Não há de quê.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, item 15, Senador Cristovam Buarque, terminativo.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 49, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA VERDE FM DE AIMORÉS ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, trata-se da renovação de permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações à Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento naquele referido Ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o voto favorável de seu relator.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades que todos conhecem.

O meu voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 49, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio Onda Verde FM de Aimorés Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Estado de Minas Gerais, Aimorés, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

A matéria fica aguardando também quórum qualificado.

Vou passar a palavra ao nobre Senador Waldemir Moka, que é o Relator do projeto do item 22.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foi lido?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu já fiz a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Já foi feita a leitura, e ela me informou que não.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, o 22º

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, o 22º eu já li. Eu li hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Leu hoje. Eu estava dizendo, e ela disse que não. (*Risos.*)

Pois é, a Égli se enganou.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª está preocupado com Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quem?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que V. Exª está hoje preocupado com Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não, ela que... Eu falei que já tinha lido, e ela... Eu disse: já foi lido. Mas ela pensou que...

Senador Waldemir Moka, eu não estou muito preocupado com Curitiba, não. Eu estou preocupado com o Brasil. (*Risos.*)

Com o Brasilzão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – V. Exª tem razão. Eu ouvi o comentário de V. Exª. Apenas é para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Ela se enganou.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... a gente ter...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Então, eu vou passar palavra à Senadora Lídice da Mata.

É o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à INHANDAVA PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores!

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 282, de 2015 (nº 1.475, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Inhandava Promoções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva

na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 282, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Inhandava Promoções Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São José do Ouro, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Nosso voto, portanto, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão o relatório referente ao PDS 282, de 2015. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

A matéria ficará aguardando o quórum qualificado para deliberação.

Passo a Presidência ao Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, para que eu possa relatar dois projetos, os constantes do item 19 e do item 20 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Assumindo a Presidência, peço ao Relator, Senador Otto Alencar, que relate o item 19.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 368, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *a matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.*

Com a palavra o Senador Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2015, proveniente da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção do Desenvolvimento do Semiárido para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia.

Ourolândia, Senador Waldemir Moka, é um dos Municípios da Bahia que tem um dos granitos, um dos mármores mais bonitos do Brasil, o Bege Bahia, um mármore muito bem explorado no Semiárido. Sou baiano e gosto muito de Ourolândia, onde há um dos granitos mais bonitos, utilizado em larga escala na Bahia, no Brasil. E, agora, chega a rádio comunitária a Ourolândia.

Vou diretamente ao voto, depois da análise, observando que foram preenchidos todos os requisitos de lei para que a rádio possa funcionar.

Tendo em vista toda a documentação

Tendo em vista que toda a documentação que acompanha o PDS 368, de 2015, demonstra que não houve violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Promoção do Desenvolvimento do Semiárido para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ourolândia, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar, que é pela aprovação do projeto. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

O projeto fica aguardando a votação, quando se identificar a formação de quórum.

Quero também passar a palavra ao Senador Presidente e agora Relator para relatar o item 20.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 22, DE 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE SOBRADINHO - BAHIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações: *a matéria constou na pauta da reunião do dia 03/05/2017.*

Com a palavra o Senador Relator Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 22, de 2016 (nº 699, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho – Bahia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho.

Senador Waldemir Moka, Senador Flexa Ribeiro, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lídice da Mata, hoje, os Municípios que vieram para a relatoria são todos simbólicos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

primeiro é onde se encontra granito; agora, é o Município de Sobradinho, onde fica a Barragem de Sobradinho, talvez a barragem mais importante do Velho Chico, depois da de Três Marias, em Minas. Mas, de acordo com o relatório que recebemos, ela está hoje com 14,9% do volume útil. Esse volume útil nesse índice, Senador Waldemir Moka, é de uma gravidade para o Nordeste que ninguém pode sequer imaginar!

Tenho debatido muito a questão do Rio São Francisco aqui. Todos os últimos governos não corresponderam à expectativa, foram de uma irresponsabilidade gritante, não só no período do Presidente Lula – quando ele começou a transposição, ele não começou a revitalização – ou no da Presidente Dilma, que também fechou os olhos para a revitalização, mas também agora no Governo Michel Temer. Aliás, o Governo atual não tem absolutamente nenhuma culpa pelo estado em que se encontra o rio, é bom que se diga isto, mas apenas já deveria ter iniciado a revitalização do Rio São Francisco.

Com 14,9% de volume útil, a Barragem de Sobradinho, em agosto, chega ao volume morto. Mas, quanto ao volume morto da Barragem de Sobradinho, a quantidade de água é muito volumosa. São cinco bilhões de metros cúbicos de água no volume morto, e são 44 bilhões de metros cúbicos de água, quando ela está com toda a sua capacidade.

quando ela está com toda a sua capacidade.

Mas, Senador Flexa Ribeiro – lá agora há uma barragem, a de Belo Monte –, a barragem de Sobradinho, no volume morto, na Bacia de Sobradinho, já tem praticamente 30% de aterramento pelo assoreamento, pelo desmatamento das margens, pelo corrimento de areia, de argila e de outros sedimentos que provocam o aterramento da barragem. Então, é de uma gravidade enorme o que está acontecendo em Sobradinho. E, de tudo que se pode fazer pelo Nordeste hoje, a coisa mais importante seria a revitalização do rio.

Olhando aqui o projeto da Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho para exercer a radiodifusão, na análise toda do projeto, foi observado o Regimento Interno do Senado, toda a legislação que compete a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática observar.

Portanto, vou diretamente ao voto. Vendo a documentação que acompanha o PDS nº 22, de 2016, não identificamos violação da legislação pertinente. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Sobradinho – Bahia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Esse é o meu parecer, é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB - MS) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Como tem caráter terminativo nesta Comissão, o projeto aguardará o quórum qualificado para deliberação.

Devolvo a Presidência ao Presidente, Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Quanto às matérias que temos aqui para observar, para avaliar, os Senadores não estão aqui presentes.

Portanto, vou passar à leitura do requerimento do Senador Jorge Viana, que é o Relator da política pública escolhida por esta Comissão para este ano que trata de um estudo da expansão da implantação da banda larga no Brasil. Ele requer, nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública nesta Comissão em data a ser determinada. Provavelmente, será a data do dia 24 de maio. Ainda vou combinar isso com os Srs. Senadores e também com o proponente deste requerimento, que subscrevo.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ouvido o Plenário deste respeitável Colegiado, para debater a política nacional de banda larga, notadamente no que tange à massificação do acesso, à qualidade e ao preço dos serviços de conexão. Para tanto, requeiro que sejam convidados: o Sr. André Borges, Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o Sr. Igor Vilas Boas de Freitas, Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. José Félix, Presidente do Grupo América Móvil no Brasil; o Sr. Eduardo Navarro de Carvalho, Presidente do Grupo Telefônica no Brasil; o Sr. Laércio Albuquerque, Presidente da Cisco no Brasil; a Srª Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto Brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Defesa do Consumidor (Idec); e a Srª Flávia Lefèvre Guimarães, Conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste).

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Essas são as pessoas que virão para essa audiência pública.

Coloco o requerimento em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi publicado também o nome da Srª Flávia. Mas, como se trata de pessoas do setor de defesa do consumidor, optou-se apenas pelo nome da Srª Marilena Lazzarini.

Os Srs. Senadores que concordam

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vou deixar para tratar desse assunto depois, na presença dele.

Não havendo outra matéria para deliberação, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2 ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2017, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Hélio José, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Paulo Rocha, Dalirio Beber e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque e Wellington Fagundes. Comparecem os Senadores Romero Jucá, Ronaldo Caiado, José Pimentel, Vicentinho Alves, José Medeiros e Randolfe Rodrigues, não-membros da Comissão. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos do art. 96-B, do RISF, que sejam avaliados o Programa Nacional de Combate à Desertificação e a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, com ênfase nas ações, legislação e recursos orçamentários que se aplicam aos biomas vulneráveis e às medidas para evitar que o futuro desses biomas seja o de se transformarem em desertos." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 2 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater as políticas relacionadas ao futuro da democracia no país, que se orientem ao fortalecimento da participação direta da sociedade na formulação de leis, de políticas públicas e na administração das instituições públicas, observando quais os obstáculos para o desenvolvimento dos preceitos constitucionais relacionados à democracia direta e à democracia participativa, quais as medidas necessárias para que a legislação e as práticas institucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) sejam aprimoradas e quais as propostas que podem ser feitas para garantir a democratização da democracia na reforma política e eleitoral e na legislação relacionada à organização do Estado, à institucionalidade das políticas públicas e ao controle social quer das instituições, quer das políticas públicas, respeitando as opiniões majoritárias assim como garantindo os direitos das minorias e segmentos sociais vulneráveis." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado, com inclusão de convidados. **ITEM 3 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 3 de 2017 - Não Terminativo -** que: "Requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo debates, para discutir as políticas voltadas ao desenvolvimento, proteção e garantia dos direitos da juventude brasileira, especialmente no que se refere à educação de qualidade, preservação da saúde e garantia de segurança e de vida, observando os devidos recortes raciais, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gênero e sociais e quais as medidas que devem ser tomadas pelos poderes constituídos para que exista igualdade tanto de oportunidades, quanto de expectativas de futuro saudável para toda a juventude, com ênfase nas ações legislativas e institucionais que devem ser tomadas para a garantia da vida e dos direitos da juventude ante os indicativos de radical alteração do mercado de trabalho futuro em vista da incorporação de novas tecnologias nos processos de trabalho que substituirão a mão de obra humana por sistemas computadorizados e automatizados." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado, com inclusão de convidados. **ITEM 4 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo debates, para discutir o futuro das capitais e cidades de porte médio afetadas pela crise hídrica ou por restrições crescentes no abastecimento de água potável, iniciando com o exemplo do Distrito Federal, e quais as medidas que devem ser tomadas para evitar em futuro próximo a prevalência de uma crise social e ambiental provocada pela escassez de água e do inadequado manejo das fontes naturais e reservatórios artificiais e quais os instrumentos existentes para frear o processo de desertificação que ocorre em vários biomas, para verificar quais situações são originárias da ação predatória do ser humano e quais as medidas legislativas cabíveis para alterar a situação de crise." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado, com inclusão de convidados. **ITEM 5 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, pela Comissão Senado do Futuro, para debater o futuro e as tendências da comunicação social nas próximas décadas, notadamente no que se refere aos impactos das novas tecnologias e do mercado de radiodifusão sobre as Rádios Comunitárias e as formas de comunicação incorporadas ao contexto social e cultural das comunidades, em especial as áreas periféricas e vulneráveis, regiões quilombolas, de ribeirinhos e assentamentos rurais e analisar propostas para alterações legislativas necessárias para garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado, com inclusão de convidados. Nesse momento, o Senhor Senador Hélio José requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, para debater o uso do carvão, do urânio e de recursos naturais renováveis e o futuro da produção energética brasileira, convidando para tanto o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério do Meio Ambiente, a Associação Brasileira de Carvão Mineral – ABCM, a PETROBRAS, a Associação Brasileira de Infraestrutura, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura-ANEInfra." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7 de 2017 - Não Terminativo –** que requer "..., nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de Audiências Públicas, para debater como ter um futuro sem enchentes nas cidades onde hoje recorrentemente se manifestam desastres hídricos, para tanto devem ser convidados o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração Nacional, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Prefeitura de Rio Branco (AC), a Prefeitura de Joinvile (SC), a Prefeitura de Blumenau (SC), e outros indicados pelos senadores." **Autoria:** Senador Hélio José. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José

Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de abril de 2017.

Após alcançar o quórum regimental, submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As senhoras e os senhores Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial, juntamente com as notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, a reunião de hoje tem por objetivo orientar nossos trabalhos para os próximos meses. Vamos colher, em comum acordo, a política pública que será avaliada por esta Comissão durante este ano de 2017 e iremos votar requerimentos de audiências públicas sobre temas que têm relevância para a missão desta Comissão.

Em discurso proferido no plenário do Senado Federal, em 2 de outubro de 2013, o nosso saudoso Senador Luiz Henrique, primeiro Presidente desta Comissão do Senado do Futuro, reportava a recente criação da Comissão, mostrando a importância de existir um colegiado que tenha por foco estudar as tendências e preparar o Senado para o que virá.

Disse ele naquela oportunidade que até pouco tempo o futuro era considerado algo inalcançável. Por isso, Luiz Henrique dizia que era considerado normal só se debater o presente e o passado, fixando-se nas emergências. O avanço vertiginoso das ciências e das tecnologias nos trouxe conhecimento suficiente para podermos prospectar os cenários futuros, como obrigação dos líderes políticos e dos gestores públicos.

Não podemos antever com precisão, mas podemos examinar com muita segurança as possibilidades e, a partir delas, escolher quais as ações que tomaremos no presente para que o futuro desejável tenha mais chance de acontecer. Podemos examinar como se configurarão os cenários energéticos, por exemplo, e definir prioridades, inclusive legislativas, para que tenhamos um futuro de energias limpas e renováveis.

Nesta linha, nobre Senador Dalirio Beber, quero fazer um desafio a V. Exª: que a gente discuta aqui nesta Comissão do Futuro o papel das usinas termoelétricas, a carvão e nuclear, na matriz energética brasileira. Eu sei da importância deste assunto para o nosso nobre Luiz Henrique e para V. Exª, do Estado de Santa Catarina: o tanto que essa matriz gera emprego e é importante para cidades inteiras, tipo Criciúma e outras do seu Estado.

Então, eu acho que é um tema sobre o qual a gente pode, no momento adequado, fazer um rol, um ciclo de debates para poder trazer para cá técnicos especializados, para a gente poder discutir tanto a importância da exploração do nosso carvão, da geração de emprego e de energia, quanto a questão nuclear, a importância de aproveitarmos o potencial de Caetité, a importância de o País ser um dos maiores produtores do mundo de urânio e a importância de hoje, com os avanços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

tecnológicos que trouxeram segurança para questão das nucleares, discutirmos com mais cuidado, com mais acuidade essa questão aqui no Brasil. Esta Comissão, com certeza, pode ser um desafio para a gente fazer esse termo de debate.

Podemos estudar como se processam as tendências de tratamento para a nossa juventude e tentar trilhar, com o tempo, os caminhos que construam um país de liberdade, de segurança, de oportunidade para os jovens de hoje, para que possam ser adultos saudáveis e felizes amanhã.

Nesse ínterim, acabei de conversar ali com a presidente nacional da UNE, aqui da UnB, para que ela e os alunos universitários deste País possam aproveitar este espaço da Comissão Senado do Futuro para discutirmos, junto com os nossos os doutores do amanhã, que estão nas universidades hoje, caminhos para que a gente tenha um servidor público mais eficiente, para que a gente tenha uma máquina pública mais eficiente e para que nós tenhamos políticas públicas adequadas para nossa população.

Sabe, nobre Senador Dalirio Beber, a escolha dos temas que trataremos pode e deve ser feita em conjunto, a partir da colaboração membros.

Os requerimentos que hoje apresento, por exemplo, podem ser melhorados, com sugestões dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, com sugestões de outros nomes e mesmo de orientação no sentido das discussões que ocorrerão.

Aos requerimentos, meu nobre Secretário.

O primeiro é o Requerimento nº 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 1, de 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B, do RISF, que sejam avaliados o Programa Nacional de Combate à Desertificação e a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, com ênfase nas ações, legislação e recursos orçamentários que se aplicam aos biomas vulneráveis e às medidas para evitar que o futuro desses biomas seja o de se transformarem em desertos.

Autoria: Senador Hélio José

Nobre Senador Dalirio Beber, há uma grande justificativa para essa questão da desertificação: a crise hídrica que assola o nosso País. Há o risco de desertificação de regiões importantes, como toda a região do Jalapão, a região que intermeia o Tocantins e o Maranhão, regiões do nosso Nordeste brasileiro altamente produtivas, em relação a que, de vez em quando, somos surpreendidos com o alto crescimento da desertificação, regiões inclusive no nosso Pampa gaúcho ou na nossa Santa Catarina, nobre Senador, que, por formas até predatórias de exploração da agricultura, também tem avançado no sentido de a terra ficar imprópria e desertificada. Em Brasília, que é a minha cidade, sou Senador pelo Distrito Federal, estamos vivendo a questão do racionamento pela crise hídrica.

É razoável ler a justificação ou posso pular? (Pausa.)

Posso pular.

Acho que poderíamos submeter este o requerimento à votação.

Lido o requerimento, está em discussão, nobres Srªs e Srs. Senadores. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 2, nobres Srªs e Srs. Senadores.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 2, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo de palestras, debates, seminários e painéis, para debater as políticas relacionadas ao futuro da democracia no país, que se orientem ao fortalecimento da participação direta da sociedade na formulação de leis, de políticas públicas e na administração das instituições públicas, observando quais os obstáculos para o desenvolvimento dos preceitos constitucionais relacionados à democracia direta e à democracia participativa, quais as medidas necessárias para que a legislação e as práticas institucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) sejam aprimoradas e quais as propostas que podem ser feitas para garantir a democratização da democracia na reforma política e eleitoral e na legislação relacionada à organização do Estado, à institucionalidade das políticas públicas e ao controle social quer das instituições, quer das políticas públicas, respeitando as opiniões majoritárias assim como garantindo os direitos das minorias e segmentos sociais vulneráveis.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto, devem ser convidados, entre outras, as seguintes entidades: a Fundação Ulysses Guimarães – PMDB; a Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini – PDT; o Instituto Teotônio Vilela – PSDB; a Fundação Astrojildo Pereira – PPS; a Fundação Maurício Grabois – PCdoB; a Fundação Perseu Abramo – PT; a Fundação Alvaro Valle – PR; a Fundação Lauro Campos – PSOL; a Fundação Liberdade e Cidadania – DEM; o Instituto José Luís e Rosa Sundermann – PSTU; o Instituto Democracia e Sustentabilidade – REDE; a Fundação João Mangabeira – PSB; a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase); a Associação Brasileira de ONGs (Abong); o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic); o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB); a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); a Marcha Mundial das Mulheres; a União Brasileira de Estudantes (UNE) – estive com a Presidente da UNE neste instante –; a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); a Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); a Força Sindical (FS); a União Geral de Trabalhadores do Brasil (UGT); a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); a Universidade de Brasília; o jurista Fábio Konder Comparato; a SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia; o Centro Feminista de Estudos (CFEMEA); a Deputada Luiza Erundina; o Deputado Vicente Candido; o Deputado Lucio Vieira Lima; o Prof. José Geraldo de Sousa Júnior, do Núcleo de Estudos da Paz e Direitos Humanos da Universidade de Brasília; o Ministério Público Eleitoral; a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Superior Eleitoral; o Dr. Sérgio Abranches, sociólogo e comentarista da CBN; o Prof. Dr. José Álvaro Moisés, Professor Titular da Universidade de São Paulo; Prof. Dr. Sergio Adorno, membro do Conselho do Instituto de Estudos Avançados e Professor Titular da Universidade São Paulo; Dr. Sérgio Fausto, Superintendente da Fundação Fernando Henrique Cardoso. E ainda acrescentando, da minha lavra, o Subprocurador-Geral da República Dr. Franklin Costa; o Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, Ministros do STF e outras autoridades que possam bem prestar esclarecimentos, discutir, nos ajudar a discutir um Brasil do futuro, outros nomes que V. Exªs possam sugerir. Isso vai simplesmente servir para fazermos vários ciclos de debates, a partir desse relatório aqui aprovado.

Então, tanto V. Exª, Senador Valdir Raupp, quanto V. Exª, Senador Dalirio Beber, se quiserem, de pronto ou a posteriori, sugerir e acrescentar nomes a esse ciclo de debates que a gente pretende organizar na Comissão Senado do Futuro, serão muito bem-vindas as indicações de V. Exªs.

Esse é o Requerimento nº 2.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, com os adendos por mim colocados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Item 3 da pauta.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 3, de 2017
- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizadas pela Comissão Senado do Futuro Audiências Públicas, na forma de ciclo debates, para discutir as políticas voltadas ao desenvolvimento, proteção e garantia dos direitos da juventude brasileira, especialmente no que se refere à educação de qualidade, preservação da saúde e garantia de segurança e de vida, observando os devidos recortes raciais, de gênero e sociais e quais as medidas que devem ser tomadas pelos poderes constituídos para que exista igualdade tanto de oportunidades, quanto de expectativas de futuro saudável para toda a juventude, com ênfase nas ações legislativas e institucionais que devem ser tomadas para a garantia da vida e dos direitos da juventude ante os indicativos de radical alteração do mercado de trabalho futuro em vista da incorporação de novas tecnologias nos processos de trabalho que substituirão a mão de obra humana por sistemas computadorizados e automatizados.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto, devem ser convidados, entre outras entidades, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Agência de Notícias do Direito da Infância (ANDI), o Instituto de estudos Socioeconômicos (Inesc), o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), o Ministério da Justiça, o Ministério da Educação, a Campanha Nacional pelos Diretos da Educação, a Ação Educativa, a ActionAid Brasil, a Plataforma DhESCA Brasil (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), a Rede Nacional Primeira Infância; o Fórum Mundial de Educação, o Instituto C&A, a Fundação Open Society, a Pastoral da Juventude (CNBB), a Pastoral da Criança (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a Fundação Ulysses Guimarães (PMDB), a Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini (PDT), o Instituto Teotônio Vilela (PSDB), a Fundação Astrojildo Pereira (PPS); a Fundação Maurício Grabóis (PcdoB), a Fundação Perseu Abramo (PT), a Fundação Álvaro Valle (PR), a Fundação Lauro Campos (PSOL), a Campanha Reaja ou será Morto, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a Anistia Internacional (Brasil), o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), o Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (Neij) da Universidade de Brasília, a UnB-Futuro, a Fundação Oswaldo Cruz (Brasília) – Fiocruz, a Fundação Ford, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a Pastoral Juvenil Marista; e a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag.

Além disso, quero incluir o CAs da UnB, os CAs do Ceub, CAs da Católica e CAs do Iesb, para que possam constar aqui os Centros Acadêmicos dessas escolas e a necessidade de chamarmos alguns outros fóruns da juventude, que vamos acrescentar a posteriori.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passemos ao penúltimo requerimento, Requerimento nº 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4, DE 2017
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas pela Comissão Senado do Futuro audiências públicas, na forma de ciclo debates, para discutir o futuro das capitais e cidades de porte médio afetadas pela crise hídrica ou por restrições crescentes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

abastecimento de água potável, iniciando com o exemplo do Distrito Federal, e quais as medidas que devem ser tomadas para evitar em futuro próximo a prevalência de uma crise social e ambiental provocada pela escassez de água e do inadequado manejo das fontes naturais e reservatórios artificiais e quais os instrumentos existentes para frear o processo de desertificação que ocorre em vários biomas, para verificar quais situações são originárias da ação predatória do ser humano e quais as medidas legislativas cabíveis para alterar a situação de crise.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto deverão ser convidados, entre outros, a Unidade Estratégica de Água, da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal; o Diretor do Programa Nacional de Água e Energia Renovável; a Agência Nacional de Águas (ANA); a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb); a Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago); a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento (Adasa); a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília; a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH); o Programa de Pós-graduação em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos da Universidade de Brasília; o Movimento Comunitário do Jardim Botânico (DF); a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape/DF); a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF); o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); o Ministério do Meio Ambiente; o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Coaride); o Ministério da Integração Nacional; o Movimento Nossa Brasília; o Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno; o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do DF (Crea-DF); a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior do Distrito Federal (Abeas-DF); a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Distrito Federal; a Associação dos Jovens Empresários do Distrito Federal; a Associação Nacional dos Engenheiros Ambientais (Aneam); a Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (Aneinfra); a Associação Brasileira da Infraestrutura, (Abrainfra); a Associação dos Profissionais de Engenharia Ambiental (Aspea-DF); o pesquisador Jorge Werneck, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); o representante do Parque Nacional de Brasília; o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); o Departamento de Combate à Desertificação da Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; a Superintendência do Patrimônio da União e do Distrito Federal; a Superintendência do Incra-DF; a Superintendência do Trabalho no Distrito Federal.

Além disso, eu gostaria que fosse incluído também aqui o convite ao setor produtivo, que é muito impactado pela crise hídrica, como a Fibra (Federação das Indústrias de Brasília) e a Fecomércio (Federação do Comércio do Distrito Federal), e uma série de outras instituições que os nossos nobres Senadores e Senadoras, agora ou a posteriori, poderão acrescentar a esse rol de convidados para o ciclo de debates sobre a crise hídrica e a desertificação.

Em discussão o Requerimento nº 4. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Passemos ao último requerimento até este momento na Comissão.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, DE 2017

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, pela Comissão Senado do Futuro, para debater o futuro e as tendências da comunicação social nas próximas décadas, notadamente no que se refere aos impactos das novas tecnologias e do mercado de radiodifusão sobre as rádios comunitárias e as formas de comunicação incorporadas ao contexto social e cultural das comunidades, em especial as áreas periféricas e vulneráveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

regiões quilombolas, de ribeirinhos e assentamentos rurais e analisar propostas para alterações legislativas necessárias para garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão.

Autoria: Senador Hélio José

Para tanto devem ser convidadas a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço Brasil); a Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia – DF; a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); a TV Comunitária de Brasília (TVCOMDF); a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária-DF; a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE) da Universidade de Brasília; o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entre outros, conforme a indicação a posteriori dos novos nobres Senadores ou mesmo agora.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Eu gostaria de propor ao nosso nobre Senador Dalirio Beber que também aprovássemos hoje um requerimento para tratarmos no ciclo de debates da importância das energias renováveis e das novas formas de energia da matriz energética brasileira, no qual incluíssemos uma análise criteriosa da questão do carvão, da questão do urânio, da questão do lixo nos grandes centros urbanos e nas grandes metrópoles, para debatermos esse assunto.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, DE 2017

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de audiências públicas, para debater o uso do carvão, do urânio e de recursos naturais renováveis e o futuro da produção energética brasileira, convidando para tanto o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério das Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Ministério do Meio Ambiente, a Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM), a Petrobras, a Associação Brasileira de Infraestrutura, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base, a Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEInfra).

Autoria: Senador Hélio José)

Então, ficaria o requerimento feito aqui verbalmente, podendo ser, inclusive, incrementado pelo nosso nobre colega.

Eu queria propor um segundo requerimento que depende de você, eu queria que você o ouvisse.

Então, Senador Dalirio, V. Exª gostaria de acrescentar mais alguma questão nesse ínterim da questão das energias?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Não resta dúvida de que há matéria nesses cinco requerimentos aprovados aí para se trabalhar o ano inteiro pela sua importância e pela sua abrangência. Mas, com certeza, a questão do uso de fontes tipo carvão para a geração de energia elétrica eu acho que é uma preocupação. Nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Paraná – e há alguma coisa também em São Paulo –, há fontes que podem perfeitamente ser exploradas, usando as novas tecnologias que permitam, de fato, não impactar o meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

A tecnologia nacional, desenvolvida por aqui, e outras que podem ser acessadas em função daquilo que já, em outros continentes, outros países desenvolvidos praticam, com certeza, vão permitir que as reservas de carvão possam ser utilizadas tanto na geração da energia elétrica quanto na atividade econômica que passou a ser preponderante, de especial importância, para essas comunidades. No caso de Santa Catarina, no sul catarinense, a questão da mineração do carvão é de extrema importância para se manter a vida de inúmeros brasileiros que lá residem. Nós temos o caso do Rio Grande do Sul, o caso do Paraná e o de São Paulo.

Há poucos minutos, conversávamos, inclusive, com a associação brasileira da indústria do carvão, que está em permanente contato com o Ministério de Minas e Energia exatamente discutindo essa questão.

Durante o ano passado, na apreciação da Medida Provisória 735, procuramos incluir que o Governo devesse ter uma política, em nível nacional, para a utilização do carvão nesses Estados na geração de energia elétrica. Nós não tivemos sucesso na sua aceitação pelo Governo, mas queremos voltar à carga junto ao Ministério e junto ao Governo no sentido de fazer com que o País adote e incorpore essa atividade como uma política pública, naturalmente mantendo regras rígidas no sentido de que essa atividade seja garantida com tecnologia avançada, para não se criar nenhum impacto ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Senador Dalírio, eu queria agradecer a V. Exª pelo cumprimento dessa questão.

Eu só gostaria de incluir os convidados para fazerem essa discussão, que são o Ministério de Minas e Energia; o Ministério das Cidades; o Governo de Santa Catarina, que quero convidar por causa das experiências; a Prefeitura de Criciúma; o pessoal ligado ao aproveitamento da cana-de-açúcar, a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar); o pessoal ligado aos resíduos sólidos; o pessoal ligado à Agência Nacional de Energia Elétrica; e outras entidades.

Senador Dalírio, há mais alguma entidade que V. Exª gostaria de sugerir?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Eu vou acrescentar algumas em função de contatos que tenho com Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Correto. O.k.! Então, vocês complementem, e, depois, o nosso nobre Senador pode encaminhar para a Comissão.

Senador, para V. Exª colaborar com nosso outro Senador, falta apenas o último requerimento, que vou fazer verbalmente aqui.

Nós temos sofrido no Brasil – e o futuro do País tem sido ameaçado – com a questão das enchentes e das grandes cheias que têm tomado conta de algumas cidades. Então, precisamos, nesta Comissão Senado do Futuro, fazer um ciclo de debates, que quero já deixar aprovado hoje aqui, em relação a como conter as grandes cheias e as enchentes nas nossas grandes cidades brasileiras, em que a população mais pobre é que sofre.

Eu tinha pedido isso aqui exatamente ao nosso Senador Raupp, porque a cidade dele, Porto Velho, e a cidade de Rio Branco, no Acre, têm sofrido muito com as grandes enchentes do Rio Acre e do Rio Madeira, em Rondônia, o que ocorre também em várias outras partes do País, também no seu Estado, em Tubarão, no Rio Itajaí-Açu e em outros. Precisamos, em uma situação futurista, discutir a superação dessas grandes tragédias que são previsíveis todo ano. Se não tivermos as barragens de contenção, se não tivermos medidas mitigadoras, cada vez mais vão se acentuar essas questões.

Então, eu gostaria de acrescentar também como um ponto para entremearmos em nosso ciclo de debates que nós incluíssemos este último requerimento, o Requerimento nº 7, e que fosse convidado para esse debate com relação a essa questão das barragens de contenção e das medidas mitigadoras o Ministério das Cidades, o Ministério de Minas e Energia, os Governos Estaduais, a Aneel, os fóruns estudantis e outros organismos. Definiremos depois os demais nomes.

(Matéria não lida:

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 7, DE 2017

Requeiro, nos termos dos arts. 93, II, e 104-D do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado ciclo de debates, na forma de audiências públicas, para debater como ter um futuro sem enchentes nas cidades onde hoje recorrentemente se manifestam desastres hídricos, para tanto devem ser convidados o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, o Ministério da Integração Nacional, a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Prefeitura de Rio Branco (AC), a Prefeitura de Joinville (SC), a Prefeitura de Blumenau (SC) e outros indicados pelos Senadores.

Autoria: Senador Hélio José.)

Então, vou colocar os requerimentos em votação.

Em discussão os Requerimentos nºs 6 e 7, feitos aqui verbalmente por mim e pelo Senador Dalirio Beber.

Os nobres Senadores e Senadoras que queiram discutir se manifestem. (Pausa.)

Como não houve manifestação, em votação os Requerimentos nºs 6 e 7.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados os Requerimentos nºs 6 e 7.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jorge Viana, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Humberto Costa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, João Capiberibe, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Pedro Chaves. Comparecem também os Senadores Vicentinho Alves e José Pimentel, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão e Cristovam Buarque. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos: 1) Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado - Ofício nº 239/2017/CE, de 11 de abril de 2017; 2) Do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 1.104-GP/TCU; 3) Do Ministério do Meio Ambiente, Ofício "S" nº 26 de 2017 (Ofício nº 8 de 2017 do Serviço Florestal do Ministério do Meio Ambiente, na origem). Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Eleição do Vice-Presidente. Finalidade: Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente para o biênio 2017/2018. Resultado**:** foi eleito Vice-Presidente o Senador WELLINGTON FAGUNDES. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011 - Não Terminativo - que: "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Sen. Wellington Fagundes (*Ad hoc*), substituiu Sen. Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e define prazo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para exclusão de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo, em leilões de energia nova." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Sen. Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário." Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-CRA e nº 2-CRA. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 9 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos." Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 443, de 2013 - Terminativo –que: "Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo – que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo – que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2015 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. ITEM 16 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 - Terminativo –que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 17 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 11 de 2017 que: "Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente - CMA, para debater – A Exploração de Petróleo na Amazônia. Convidados: 1. Professor Ronaldo Francine Filho – Universidade Federal da Paraíba, UFPB; 2. Ulisses Martins – Vice-Presidente de Governança Cooperativa da Empresa Francesa Total; 3. Anna Carolina Lobo – Coordenadora do Programa Marinho da WWF; 4. Thiago Almeida – Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil; 5. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA; 6. Representante da Agência Nacional do Petróleo – ANP." Autoria: Senador João Capiberibe e outros. Resultado: Aprovado com aditamento na lista de convidados. ITEM 19 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 12 de 2017 que: "REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; e de Meio Ambiente – CMA para debater a venda de terras a estrangeiros." Autoria: Senador Jorge Viana e outros. Resultado: Aprovado com aditamento na lista de convidados. O requerimento foi subscrito pelo Senador Wellington Fagundes. ITEM 20 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13 de 2017 que: "Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, ouvido o Plenário da Comissão de Meio Ambiente (CMA), seja submetido à deliberação de seus membros, como Política Pública para o presente exercício, a Avalição dos Instrumentos Econômicos e Financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR)1, a Cota de Reserva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ambiental (CRA)2 e o Programa de Regularização Ambiental (PRA),3 para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 17 de 2017 - Não Terminativo - que: "Nos termos do art. 90, II; 93, II; 113; do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos reunião conjunta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CMMC e da Comissão de Meio Ambiente – CMA para debater, sob uma perspectiva mundial, o "estado da arte" na proteção constitucional do meio ambiente, com ênfase nos aspectos práticos de implementação dos direitos humanos e no chamado Estado de Direito Ambiental – concepção de adoção recente pela ONU – em Seminário Internacional, a ser realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2017, conforme programação anexa. O evento será organizado pelo Senado Federal em parceria com várias instituições nacionais e estrangeiras, entre elas o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; a Organização dos Estados Americanos – OEA; a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; o Relator-Geral para o Meio Ambiente e Direitos Humanos da ONU; a Associação dos Juízes Federais – AJUFE; e a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Vale destacar que uma sessão inteira será dedicada à aplicação prática das normas constitucionais e do Estado de Direito Ambiental no contexto dos países que compõem a Amazônia. Por fim, solicitamos o apoio dos Pares para a aprovação do presente requerimento, que tem por finalidade municiar o Parlamento e a sociedade para a tomada de decisões diante dos desafios voluntariamente assumidos pelo Brasil e demais países na COP 22." Autoria: Senador Jorge Viana e Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 16 de 2017 que: "Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do S9enado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo 'Revitalização de Bacias'." Autoria: Senador Roberto Muniz. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14 de 2017 que: "Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo 'Água Doce'." Autoria: Senador Roberto Muniz. Resultado: Prejudicado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15 de 2017 que: "Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo 'Águas Subterrâneas'." Autoria: Senador Roberto Muniz. Resultado: Prejudicado. O Senhor Vice-Presidente registra a presença de seu primeiro suplente no Senado, Dr. Jorge Yanai, dos Vereadores Claudio Freitas, de Pontal do Araguaia, Edicley Coelho, de Vila Bela da Santíssima Trindade, Gelsivane Mariano, de Porto Esperidião, Roberto Junqueira, de Porto Esperidião, Ricardo Pereira Junqueira, Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Esperidião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Davi Alcolumbre, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Alguns comunicados antes de iniciarmos a Ordem do Dia.

Documentos recebidos.

Comunico, para conhecimento dos membros desta Comissão, o recebimento dos seguintes documentos:

1 – Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, Ofício nº 239/2017, de 11 de abril de 2017, que encaminha correspondência da Confederação do Elo Social Brasil sobre o problema do lixo no Brasil;

2 – Do Tribunal de Contas da União, Aviso nº 1.104/TCU, de 16 de dezembro de 2016, em resposta ao Ofício nº 42/2016/CMA, que trata de plano de trabalho para avaliação de política pública no âmbito da extinta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

3 – Do Ministério do Meio Ambiente, Ofício nº 26, de 2017, e Ofício nº 8, de 2017, do Serviço Florestal do Ministério do Meio Ambiente, na origem, que encaminha o relatório de gestão de florestas públicas de 2016.

Os expedientes foram encaminhados aos membros da comissão por *e-mail*. Não havendo manifestação no prazo de sete dias, serão arquivados.

Segundo comunicado desta Presidência.

Comunico que, por meio de Memorando nº 8, de 2017, da Comissão de Meio Ambiente, circular, encaminhamos consulta aos membros da Comissão sobre a preferência de cada um quanto ao melhor dia e horário para reuniões da Comissão de Meio Ambiente. Recebemos manifestações dos Senadores Dário Berger, Flexa Ribeiro, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, Ataídes Oliveira e João Alberto Souza.

Pelo relatório encaminhado pelos Srs. Senadores, os horários para reunião da Comissão que haviam sido sugeridos eram: na quarta-feira, às 11h; e, nas terças-feiras, às 11h30. Saiu vencedor, na consulta feita aos gabinetes dos Senadores, este horário desta reunião – terça-feira, às 11h30 –, o qual adotaremos para todas as reuniões da Comissão, a partir de hoje, da 2ª Reunião.

Antes de iniciarmos o trabalho desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, conforme nós já tínhamos conversado aqui, eu gostaria de consultar V. Exª se já poderíamos fazer a votação da Vice-Presidência para compor esta Comissão. E eu quero me inscrever como candidato a Vice-Presidente. Já que temos quórum, há possibilidade de V. Exª colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria de consultar a Secretaria da Comissão se podemos iniciar a votação, já que só temos um nome inscrito para compor a Vice-Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

Consulto os Senadores se concordam com a indicação do Senador Wellington Fagundes e proponho que seja por aclamação a indicação do Senador. (*Pausa.*)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a aquiescência dos Senadores presentes, declaro eleito Vice-Presidente desta Comissão o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu quero agradecer-lhes, Sr. Presidente, exatamente pela confiança. Eu tenho certeza de que poderemos trabalhar juntos. V. Exª é atuante. Esta Comissão é muito importante. E gostaríamos, inclusive, de ser aí não só o seu braço direito como o braço esquerdo também. Coloco-me à disposição.

Claro que temos muitas atividades hoje, no dia a dia; acho que este horário é um bom horário na terça-feira. Eu estou também na Liderança do Bloco Moderador, mas, de qualquer forma, vou me empenhar para estar aqui, em todas as reuniões, presente, com V. Exª, com os companheiros, visto que esta área é importante, principalmente para a nossa Região – Senador Raupp está aqui –, a Região Amazônica. Nós temos uma grande preocupação em promover o desenvolvimento – todos nós, assim como V. Exª – socioeconômico e ambiental sustentável. É isso que nós queremos.

Agora mesmo temos aí a questão das ferrovias, as medidas provisórias para construção das ferrovias, tanto a Ferrogrão como também a Transoceânica e outras que são importantes para promover o desenvolvimento, mas, claro, preocupados muito com a questão do equilíbrio ambiental e principalmente de proporcionar às futuras gerações um ambiente que seja de melhor qualidade de vida.

Por isso, eu agradeço muito, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria também de cumprimentar o Senador Wellington e dizer, Senador, que será uma honra presidir esta Comissão ao lado de V. Exª como Presidente, pelos próximos dois anos.

Não tenho dúvida de que poderemos prestar um belo serviço para o País, para os nossos Estados, que compõem a Região Amazônica, e, com certeza, para a humanidade. Cumprimento V. Exª e o parabenizo por esta nova missão.

Vamos iniciar a pauta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011

- Não terminativo -

Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp para que ele faça a leitura do seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, compete à Comissão do Meio Ambiente, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente.

Com relação ao mérito, cabe observar que a energia nuclear não é submetida a problemas de sazonalidade e instabilidade na oferta e, desse modo, aumenta a segurança energética do País.

O projeto desconsidera o importante papel como fonte complementar que a energia nuclear tende a assumir nas próximas décadas, em um contexto de esgotamento dos potenciais hidrelétricos ainda não aproveitados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A termoeletricidade oferece uma complementação fundamental ao sistema elétrico brasileiro, por meio de usinas fósseis e nucleares, permitindo a regulação dos reservatórios de água diante do caráter sazonal do regime de chuvas. Além disso, a energia nuclear representa uma opção de baixo nível de emissão de gases do efeito estufa.

A instalação de novas usinas nucleares no Território Brasileiro, em adição às usinas de Angra 1 e 2, em operação, e Angra 3, que se encontra em implantação, é um dos caminhos indicados nos estudos de planejamento energético para o atendimento da demanda de energia elétrica. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, o Plano Nacional de Energia – PNE 2030, aponta a oportunidade e viabilidade do desenvolvimento de um programa nuclear, como montantes entre 4GW e 8GW adicionais à usina de Angra 3 até 2030, em empreendimentos a serem instalados na região Nordeste e/ou Sudeste, em sítios a serem definidos.

Atualmente, encontram-se em operação, em todo o mundo, mais de 400 usinas nucleares, sendo a maioria nos Estados Unidos, França, Inglaterra e países do Leste Europeu, além de outras unidades em construção.

A geração termonuclear conta com mais de 12 mil anos de operação combinada, o que permitiu o aperfeiçoamento nas áreas técnicas, humanas, organizacionais e regulatórias, possibilitando uma indústria caracterizada pela constante busca pela excelência da segurança, permitindo que os riscos inerentes sejam controlados e reduzidos a valores mínimos.

O incidente de Fukushima foi decorrência de circunstâncias excepcionais: terremoto seguido de um *tsunami*. Mesmo reconhecendo as graves consequências do incidente para a região, cumpre perceber a singularidade do desastre. Dessa forma, esse incidente produzirá consequências de grande impacto para o desenvolvimento de técnicas e políticas de prevenção de acidentes e mitigação de impactos socioambientais, que poderão ser aproveitadas pelo Programa Nuclear Brasileiro.

Os acidentes de Three Mile Island e, especialmente, Chernobyl, apesar de serem episódios graves e frequentemente citados, permitiram um processo de avaliação e avanço na segurança da energia nuclear e, consequentemente, na redução dos riscos de acidentes.

Cumpre destacar que a energia nuclear, diferentemente de outras fontes de geração térmica, à base de combustíveis fósseis, não produz impactos nocivos sobre a população e o meio ambiente por meio de poluição atmosférica ou pela emissão de gases de efeito estufa.

Embora seja louvável a preocupação do autor do projeto, a proibição almejada provocaria implicações prejudiciais ao desenvolvimento brasileiro, impedindo o aproveitamento de uma fonte energética fundamental para o futuro da matriz energética nacional.

Finalmente, a proposição interfere na capacidade do Poder Executivo de implementar as ações necessárias para garantir o atendimento energético nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Portanto, avaliamos que a aprovação do PLS 405, de 2011, provocaria implicações prejudiciais ao desenvolvimento brasileiro e comprometeria o planejamento energético em nível nacional. Por essas razões, consideramos que o PLS 405, de 2011, deva ser rejeitado.

O voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 405, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Colocamos a matéria em discussão.

Não havendo quem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Apesar de o nosso Senador Cristovam ser uma figura bastante emblemática, uma pessoa que foi reitor de universidade, que também conhece muito essa questão da ciência, da pesquisa, eu acredito que o relatório do Senador Raupp tem aqui um aspecto importante, porque, quando se define, por 30 anos, a não exploração ou proíbe-se a exploração de qualquer tipo de energia, você está fechando o País às novas tecnologias.

Eu tive a oportunidade de visitar o arsenal da Marinha, e lá foi muito bem demonstrado que o Brasil é um dos únicos países – são só cinco países – que tem a capacidade de enriquecimento de urânio por centrifugação. Lá, um dos cientistas nos apresentava, inclusive, que a solução da água do Nordeste poderia ser feita com pequenas, minúsculas bombas atômicas para resolver o problema dos poços de profundidade.

Então, quando fechamos qualquer tecnologia, pode amanhã o País estar fechado ao desenvolvimento daquilo, assim como o submarino atômico, que hoje se usa no mundo inteiro. Estamos desenvolvendo o nosso submarino atômico há tanto tempo e temos uma costa de 8 mil quilômetros quadrados, que é toda pirateada, porque não temos capacidade exatamente de proteção da nossa costa. Sem dúvida nenhuma, o submarino atômico é uma forma eficaz de poder fazer o controle das costas marinhas de países que têm essa tecnologia.

Portanto, eu entendo que o relatório vem ao encontro do desenvolvimento. Agora, é claro que tudo com controle. Não se pode falar em energia nuclear... Aliás, o Brasil usa energia nuclear até hoje, e não tivemos um acidente com as nossas usinas. Tivemos o problema de Goiânia, com o césio, com a bomba de um equipamento de raios X.

Então, eu acredito que, apesar de respeitar a intenção do Senador Cristovam Buarque, também vou na linha do Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Continua em discussão.

Senador Roberto... Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Senador Roberto, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Roberto. Depois, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Os mais velhos, primeiro, não é, Flexa?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Há isso? (*Risos.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Para discutir.) – Os mais velhos, primeiro.

Presidente, é um prazer muito grande recomeçar os trabalhos aqui, na CMA. Ficamos felizes com a assunção do senhor à Presidência da Comissão, Senador Davi. Espero que tenhamos um ano muito profícuo.

Eu quero ir na mesma linha do Senador Wellington Fagundes, corroborando o relatório do Senador Valdir Raupp. No momento em que nós estamos buscando diversificar a matriz energética, é importante não fecharmos as portas para as novas tecnologias que possam ser acessadas, principalmente numa crise muito grande em que precisaremos, num futuro próximo, fazer com que a sustentabilidade ambiental tenha um olhar muito claro na sustentabilidade dos serviços públicos também. Nós vamos ter que priorizar e talvez fazer escolhas de Sofia: o que nós vamos realmente legar para as futuras gerações.

É claro que, quando falamos em energia atômica, logo vêm os grandes problemas que aconteceram no mundo, as grandes tragédias mundiais. Por similaridade, seria algo como tentar diminuir ou extinguir os voos por questões em que tenham acontecido os diversos desastres e mortes de diversas pessoas, cidadãos, nos desastres aéreos.

Eu acho que esse debate que o Senador Cristovam traz precisa ser encarado como algo que nos oportuniza, neste momento, dizer que todos os investimentos feitos em infraestrutura não podem deixar de olhar a sua matriz de risco, tanto a matriz de risco ambiental, com o impacto que isso gera ao ambiente, quanto a matriz de risco também do que poderia acontecer em relação a esses grandes desastres. É por isso que acho que é muito pertinente esse olhar do Senador Cristovam, mas, vistos os avanços tecnológicos, vista a economia na Europa, principalmente por a geração de energia ser sustentável em diversos países com base na geração de energia através de fusão de átomos, através da energia atômica, esses países já conseguiram alcançar um nível de tecnologia que gera segurança à sociedade local.

Então, eu repito que sou também favorável ao relatório do Senador Raupp não em detrimento da proposta, mas, principalmente, entendendo essa proposta como um alerta para que, todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

vezes em que formos levar a cabo um projeto de energia atômica, sejam sempre olhadas essas questões do impacto possível gerado numa matriz de risco por um acidente nesses setores.

E é mais importante ainda que a Comissão de Meio Ambiente se aprofunde nessa questão da geração de energia, principalmente, porque nós vamos ter que diversificar muito a base da fonte de produção, vamos ter que revisitar um cenário de pluviosidade muito pequena no País. Então, nós vamos ter que retomar a ideia de algumas centrais hidrelétricas, e vai passar esse debate por aqui. Da mesma forma, o novo regime de funcionamento para essas centrais hidrelétricas, para possibilitar a permanência de vida no meio ambiente, através de uma vazão mínima dentro desses rios. Então, nós vamos ter que visitar os impactos ambientais da geração de energia eólica, e não seria diferente na geração de energia nuclear.

Por isso sou favorável ao relatório do Senador Raupp, enfatizando a importância de sempre olhar com esse olhar criterioso sobre os impactos ambientais para a geração dessa energia, pensando na sustentabilidade econômica e ambiental do processo de geração energética.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, Senador Davi Alcolumbre, nosso Vice-Presidente, eleito por aclamação, como foi o Presidente, Senador Wellington Fagundes, Srs. Senadores, eu, da mesma forma que os que já me antecederam aqui...

Essa questão foi muito debatida aqui nas Comissões do Senado Federal, tanto na de Infraestrutura quanto na de Meio Ambiente, quando do acidente lá em Fukushima, no Japão, com uma usina nuclear, em função de um *tsunami*. Naquela altura, os países da Europa suspenderam a construção de novas usinas termonucleares para que pudessem definir exatamente a questão do risco não só da geração de energia, mas e principalmente, Senador Roberto, da questão do plano emergencial de fuga, havendo um acidente. E ficou comprovado que, lamentavelmente, a usina nuclear de Angra II e a própria Angra III, que estava em complementação, não possuíam. Daí o projeto do Senador Cristovam Buarque, no sentido de não permitir, durante 30 anos, Senador Raupp, a construção de novas usinas nucleares.

O parecer do Relator, Senador Raupp, é pela rejeição do projeto. O Senador Cristovam Buarque, que se encontra em missão do Senado Federal em Madri hoje, solicita que eu peça vista para que ele possa, na próxima reunião, defender o seu projeto aqui quanto ao parecer do Relator pela rejeição. Então, vou atender ao pedido do Senador Cristovam Buarque e peço ao Presidente que, na próxima reunião, o coloque em pauta de novo, para que possamos, então, com a presença do autor, discutir o parecer do Relator pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Flexa, V. Exª tem o amparo regimental para pedir vista desta matéria.

Está concedida a vista.

Eu solicito à Secretaria que inclua a matéria na próxima reunião da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passamos para o segundo item da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, de 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Na ausência da Relatora, consulto o Senador Wellington Fagundes se pode fazer a leitura do relatório *ad hoc*. (*Pausa.*)

Acolhido o pedido da Mesa pelo Senador Wellington Fagundes, S. Exª fará a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes para fazer a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 115, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

O art. 1º do projeto acrescenta o §8º ao art. 41 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (novo Código Florestal). O referido parágrafo determina que a exploração de florestas plantadas localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal gozará, entre outros, dos seguintes estímulos: 1) isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) sobre a área do mesmo imóvel rural equivalente ao quádruplo da área explorada com florestas plantadas; 2) dedução da base de cálculo do Imposto de Renda, limitada a 20% do valor devido, no mesmo período-base, do valor correspondente ao produto da alíquota do imposto multiplicada pelo montante dos dispêndios realizados com a exploração de florestas plantadas; e 3) as taxas de juros e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

demais encargos financeiros incidentes sobre os financiamentos serão diferenciados, de forma a favorecer a expansão da preservação ambiental.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

A proposição foi encaminhada para esta Comissão e para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 115, de 2015.

Então, podemos ir diretamente ao voto, Sr. Presidente?

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar a matéria em votação.

Em votação o relatório da Senadora Vanessa Grazziotin, que teve como Relator *ad hoc* o Senador Wellington Fagundes.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável, ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, não havendo quórum, mas sendo rotina nas Comissões, perguntaria a V. Exª se é possível fazer, pelo menos, a leitura do projeto do qual sou Relator – Projeto nº 148, de 2011 –, e, na próxima reunião, havendo quórum, nós já iríamos diretamente para votação e discussão. É o item 8, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Coloco em discussão a proposição feita pelo Senador Ronaldo Caiado. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam com a inversão da pauta para a leitura do relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Aprovada.

Feita a inversão de pauta para o item 8.

Passamos ao item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-CRA e nº 2-CRA.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CRA e 2-CRA;

Passo a palavra a V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, vou diretamente à análise.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

A matéria objeto do PLS em apreço insere-se no âmbito das competências regimentais deste Colegiado, uma vez que a iniciativa legislativa se refere ao descarte e ao destino final ambientalmente corretos dos medicamentos humanos ou veterinários em desuso.

Por ser a CMA a Comissão terminativa no exame do projeto, cabe a este Colegiado manifestar-se sobre a constitucionalidade e a regimentalidade da matéria.

O projeto trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme disposto no art. 24, incisos VI e XII, da Carta Magna. Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, a iniciativa parlamentar é legitima e compete ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria. Portanto, não incorre em vício de inconstitucionalidade e injuridicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Compete, também, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar quanto à regimentalidade. A matéria se insere no âmbito de competência desta Comissão, conforme dispõem os incisos II e III do art. 102-A do Regimento Interno desta Casa.

Tampouco o projeto ostenta defeitos de técnica legislativa, eis que se ampara na boa técnica de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, a proposição é perfeitamente justificável, uma vez que preencherá importante lapso hoje percebido na Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

No Brasil, ainda não se tem uma regulamentação específica quanto ao gerenciamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de medicamentos descartados pela população. Existe uma diversidade de regulamentações e iniciativas nos Estados e Municípios com relação ao recolhimento e descarte de medicamentos inservíveis.

Nesse sentido, esse importante diploma legal inaugura verdadeira mudança de paradigma cultural, ao estabelecer, como em países da União Europeia e no Japão, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, inclusive quanto à sua disposição final ambientalmente adequada.

Em seu art. 33, essa lei impôs para fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos especificados nos incisos de I a VI a obrigatoriedade de estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

No entanto, da leitura dos incisos I a VI, percebe-se a ausência de medicamentos inservíveis. De fato, encontram-se elencados: I – agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; II – pilhas e baterias; III – pneus; IV – óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V – lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI – produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Nem uma palavra, portanto, a respeito de medicamentos como produtos passíveis de logística reversa.

Essa omissão também é sentida no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a PNRS, bem como nos diversos regramentos infralegais, a exemplo da Resolução da Diretoria Colegiada nº 306, de 7 de dezembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, ou da Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

O mérito da proposição do Senador Cyro Miranda reside, precisamente, em explicitar a necessidade de tratamento adequado ao descarte de medicamentos pela população, prescrevendo para tais produtos o instituto da logística reversa. Em outros termos, o PLS sob apreciação obriga a cadeia produtora e varejista desse ramo a responder pelo destino final ambientalmente adequado dos resíduos gerados por esses produtos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Entre os benefícios esperados da aprovação da presente proposição, pode-se esperar a redução de envenenamentos, de reações adversas e de intoxicações acidentais, sobretudo em crianças ou em populações economicamente carentes, e da automedicação – considerada pela Organização Mundial de Saúde grave problema de saúde pública. Danos ambientais, como a contaminação da água, do solo, de animais e de plantas, incluídos os de consumo humano, também deverão ser reduzidos, pois resíduos de fármacos, como antibióticos, anestésicos, hormônios, anti-inflamatórios, entre outros, não raramente possuem componentes resistentes, de difícil decomposição, que se acumulam no meio ambiente e na cadeia alimentar.

Considerando que, segundo a Anvisa, entre 10 mil e 28 mil toneladas de medicamentos são descartadas irregularmente pelos consumidores a cada ano no País, conclui-se que esses benefícios alcançarão vultosas proporções.

Também, de acordo com a Anvisa, os principais motivos que contribuem para o aumento de descarte de medicamentos são: a não implantação do fracionamento de medicamentos, a interrupção ou mudança de tratamento, a distribuição aleatória de amostra grátis e o gerenciamento inadequado de estoques de medicamentos pelas empresas e estabelecimentos de saúde.

Acrescente-se ao rol de vantagens o caráter de aderência da proposição, uma vez que saneará importante inquietação social. Com efeito, é a própria população quem primeiro reclama uma orientação legal no sentido proposto pelo PLS nº 148, de 2011. De fato, frequentemente chegam nos serviços de atendimento aos usuários do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária dúvidas e reclamações sobre como descartar corretamente medicamentos inservíveis.

Como se antevê, o PLS em análise configura-se alteração capaz de alavancar a própria efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pois otimizará o envolvimento do consumidor e da própria população em geral no funcionamento do sistema de logística reversa.

Por tudo isso, consideramos a iniciativa parlamentar não apenas meritória, como oportuna e, mais ainda, necessária.

No que concerne às emendas aprovadas pela CRA, estas versam sobre matéria estranha ao objeto do PLS, uma vez que o presente projeto de lei trata exclusivamente da logística reversa de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição das emendas da CRA e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se à ementa do Projeto de lei do Senado nº 148, de 2011, a seguinte redação:

> Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que *institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*; e dá outras providências, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Este é exatamente o relato sobre o projeto de lei. Extremamente importante ter uma alternativa para o descarte reverso de medicamentos que têm seu tempo de validade já expirado, para o qual a sociedade não tem uma política nacional definida para poder fazer com que eles não venham não só a contaminar o meio ambiente como também provocar vários acidentes, principalmente nas crianças, e intoxicação em adultos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em virtude do Projeto de Lei nº 148 ser um projeto de lei terminativo nesta Comissão, na CMA, o projeto exige quórum qualificado.

Não havendo quórum, solicito à Secretaria da Comissão que o inclua para a próxima reunião, já adiantado na segunda fase de discussão e votação, pela exigência do quórum qualificado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – O item 4 da pauta é um projeto não terminativo. Vamos colocá-lo em votação?

Vamos ler esse relatório?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Proposta feita pelo Senador Ataídes para que a gente faça a inversão de pauta do item 4.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com a inversão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passo a palavra para o Relator Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Obrigado, Presidente.

Acho desnecessário chamar a atenção do *caput* deste projeto, o qual V. Exª colocou muito bem.

Vamos ao relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente...

Essa Defesa do Consumidor, Sr. Presidente, aqui no relatório a Comissão do Meio Ambiente continua Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nós vamos regularizar isso porque esse...

O que nós fizemos, Senador Ataídes? Nós pegamos os processos depois do desmembramento das Comissões e colocamos na pauta todos os projetos, 35 projetos que tinham pareceres favoráveis oriundos da antiga comissão. Então, falta só a redação no computador aqui, mas já é Comissão de Meio Ambiente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Perfeito, Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2016, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

O art. 1º do projeto acrescenta o inciso VI ao parágrafo 2º do art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Desse modo, a proposição comina pena de reclusão de um a cinco anos quando o crime ambiental ocorrer por derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

O art. 2º estabelece que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição foi encaminhada para esta Comissão e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise, Sr. Presidente.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "a" e "f", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e ao Direito Ambiental.

Com relação ao mérito, o autor da proposição almeja reduzir o derrame de chorume por caminhões de lixo, que tem se tornado prática cada vez mais comum em muitos Municípios brasileiros. O chorume é o líquido resultante do processo de putrefação de matérias orgânicas, e o seu derramamento contamina solos e recursos hídricos.

Desse modo, apesar de a Lei de Crimes Ambientais disciplinar, de maneira genérica, o crime de poluição, torna-se necessário empregar maior empenho e coerção, para obstar o derrame de chorume e acrescentar essa conduta no rol dos crimes de poluição.

Sendo assim, consideramos que a proposição aperfeiçoa a legislação ambiental e promove a defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, votamos, Sr. Presidente, pela sua aprovação.

Diante do exposto, então votamos – ratifico – pela aprovação do aludido projeto, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Wellington.

Está em discussão o relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de pedir vista desse relatório, mas até de ouvir a opinião do Relator também, porque aqui ele fala de caminhão de lixo. Quer dizer, o lixo pode ser transportado de outras formas.

Então, já está pedido vista, mas gostaria de ouvir a opinião do Relator também sobre se for, por exemplo, um trator carregando lixo, o que é possível. Isso existe muito nas cidades, principalmente nas cidades menores. Outro tipo de veículo que não seja o caminhão, porque, quando se fala "caminhão de lixo", ele é específico.

Como aqui a preocupação é com o meio ambiente, com o derramamento do chorume por contaminar, gostaria de ouvir do Relator se isso foi questionado, mas, de qualquer forma, quero ainda estudar um pouco mais, com o pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Mas, Sr. Presidente, eu posso, como Relator, dizer que é de bom alvitre o que o Senador Wellington está nos colocando, porque aqui ficou especificamente "caminhões de lixo".

Nós podemos mudar essa redação aqui, Sr. Presidente, se assim julgar necessário. Poderíamos até suspender a vista, se V. Exª concordar, e colocar o seguinte: qualquer meio de transporte de lixos. Qualquer meio de transporte...

Eu já mudaria imediatamente essa redação: tiraria "caminhão" e colocaria "qualquer meio de transporte de lixos".

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu penso que já há muito mais. Pelo que vi, os outros Senadores querem opinar também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Ataídes...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Acho que a gente tinha que aproveitar, porque há essa questão da preocupação do derrame de chorume, mas é fundamental também que se preocupe... Quero aproveitar esse projeto, por isso eu...

Acho que se deveria manter a vista no seguinte sentido: também se envolve a proteção a quem está trabalhando com aquele lixo. Às vezes o cara trabalha ali, mas tem proteção. Não só prejudica a população com derrame do chorume, mas também quem está manipulando no dia a dia.

Trata-se daquilo que eles disseram lá para nós no Estado. Eles chamam de jerico, que é aquele tratorzinho que puxa. Não é nenhuma caçamba. É uma caçamba de madeira, com as mínimas condições de proteção.

Então, acho que deveríamos aproveitar para enriquecer mais o seu relatório e nos referir mais ao conjunto da coisa, inclusive de quem trabalha na manipulação desse transporte.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – É, Sr. Presidente, eu acho que o pedido de vista é realmente salutar.

Então, vamos discutir e, semana que vem, nós votamos. Seria o quê? Vista coletiva?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Como houve pedido de vista coletiva, a matéria voltará à pauta da próxima reunião da Comissão.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Capiberibe, que pediu primeiro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que seja retirado de pauta o Projeto 750, de 2006. Trata-se de um pedido do Senador Jorge Viana, que é o autor dessa matéria. É o item 16 da pauta.

E também solicito a V. Exª que, como eu tenho um requerimento, item 18, e sou relator do item 15, se for possível, possa inverter a pauta. Eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Capiberibe, na ausência dos Relatores, estamos invertendo a pauta, como no caso do Senador Ronaldo Caiado e do Senador Ataídes. Mas, quanto ao próximo projeto, o Relator está presente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu pedi a palavra pela ordem exatamente porque sou o Relator do próximo item. Peço para que seja retirado de pauta, para que eu possa reexaminar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Retirado de pauta o item 3, de relatoria do Senador Paulo Rocha, a pedido do Relator.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 749, de 2015

- Não terminativo -

Altera o inciso XVI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir o levantamento dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre natural não ocasionado pela ação humana ou crime ambiental de larga proporção.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, eu tenho aqui a relatoria de dois projetos, itens 5 e 6. E tenho um voto em separado do item 10, cujo Relator é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Paulo Rocha. Então, eu peço que o Senador possa permanecer presente à reunião, para que possamos, então, debater o substitutivo que apresentei. É um projeto de autoria do Senador Cássio Cunha Lima que eu reputo da maior importância. Eu discordei do parecer do Senador Paulo Rocha e apresentei um substitutivo. Quero aproveitar a presença do Senador, para que possamos debater os dois, tanto o apresentado por ele quanto o substitutivo que eu queria apresentar.

Com relação ao item 5, que trata do Projeto de Lei do Senado 154, de 2016, do Senador Hélio José, é mais ou menos parecido com aquele que foi relatado *ad hoc* pelo Senador Wellington sobre a questão da energia nuclear. Ele aqui, neste seu projeto, propõe a exclusão de novas usinas termoelétricas que utilizem derivado de petróleo, em leilões de energia nova. O meu parecer é pela rejeição. Mas o Senador Hélio José me solicitou que eu pedisse a retirada de pauta para que ele também, na próxima reunião, possa vir aqui debater o seu projeto e o meu parecer, pela rejeição.

Então, solicito a V. Exª que o item 5 seja retirado.

Quanto ao item 6, já pedi antecipadamente também a sua retirada de pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em atendimento à sua solicitação do debate sobre o projeto anterior, eu só estou votando ali, pois é terminativo o voto na Educação, mas, no momento em que entrar o Item 10, eu volto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Eu aguardo V. Exª.

Então, do item 6 eu já solicitei antecipadamente a retirada de pauta. É um projeto que eu reputo de importância, porque é um projeto oriundo do Programa Jovem Senador, aqui, do Senado Federal.

Então, os jovens do Brasil inteiro se reúnem, constituem uma Mesa Diretora do Senado Jovem Senador e deliberam sobre propostas de projetos que deverão ser então encaminhados pelo Senado às Comissões. Este é um do Projeto Jovem Senador. Acho que nós temos que incentivar esse programa e incentivar também a participação dos jovens, já com a visão de participar da discussão nos Legislativos e, neste caso, no Senado Federal.

Eu pedi para retirá-lo de pauta por solicitação também, no caso aqui, do Governo, para que pudéssemos então discutir melhor o parecer, que é pela aprovação.

Por último, é o item 10, do Senador Paulo Rocha.

Vamos aguardá-lo, e V. Exª pode atender o Senador Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A Mesa precisa anunciar o pedido de retirada de pauta para constar nos Anais da Comissão, nas notas taquigráficas.

Há a retirada de pauta do item 5, Projeto do Senado nº 154, e do item 6, Projeto de Lei nº 234.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica por fonte primária renovável e define prazo para exclusão de novas usinas termelétricas que utilizem derivados de petróleo, em leilões de energia nova.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela rejeição

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.)

Senador Capiberibe, é o item 16 ou 15?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É a retirada de pauta do item 18.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não. É o que V. Exª quer relatar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – O item 18 é o requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É o item 15.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O Senador Capiberibe solicita a inversão de pauta para que a Comissão aprecie o item de nº 15.

Senador Capiberibe, nós vamos fazer a leitura, porque ele é um projeto de lei terminativo. Vamos antecipar, assim como foi feito no projeto de relatoria do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É o item 15?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É o item 15.

Colocamos em votação a inversão de pauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra o Relator da matéria.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Presidente.

O PLS possui dois artigos. O primeiro altera os artigos 48 e 49 da Lei nº 11.445, de 2007, para incluir entre as diretrizes e os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico o incentivo à dessalinização de água do mar e das águas salobras subterrâneas. O segundo artigo constitui a cláusula de vigência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A proposição foi distribuída, inicialmente, apenas às Comissões de Assuntos Sociais (CAS); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Por força da aprovação, em 18 de junho de 2015, do Requerimento nº 617, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, a matéria foi analisada também pela CCT.

Na CAS e na CCT, foram aprovados os relatórios dos Senadores Marcelo Crivella e Cristovam Buarque, respectivamente, que passaram a constituir pareceres favoráveis das Comissões ao PLS 259, de 2015.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

Vamos à análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "a", "c" e "d", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, à preservação da biodiversidade e à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Por se tratar da Comissão incumbida de analisar o projeto em decisão terminativa, cabe a este Colegiado igualmente apreciar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS 259, de 2015, está de acordo com o art. 21, inciso XX, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa da União, a saber, a instituição de diretrizes nacionais para o saneamento básico. Desse modo, incumbe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

A iniciativa também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade. Com relação ao mérito, o autor da proposição – ao incluir entre as diretrizes da União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, o incentivo à dessalinização de água do mar e das águas salobras subterrâneas e, entre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, a adoção de tecnologias que possibilitem esses processos de dessalinização, com prioridade na alocação de recursos para o atendimento ao consumo humano no Semiárido e nas bacias hidrográficas nas quais a razão entre a disponibilidade hídrica e a demanda por recursos hídricos indicar maior escassez de água – volta-se ao atendimento de questões sensíveis como o abastecimento hídrico em regiões semiáridas, a oferta e a segurança hídricas e o estímulo ao desenvolvimento tecnológico.

A dessalinização é o processo de remoção dos sais dissolvidos na água do mar ou nas águas salobras subterrâneas, produzindo água doce, que pode ser utilizada, principalmente, para consumo humano ou para aplicações industriais.

Segundo dados apresentados na justificação do PLS, 97,5% da água existente no mundo são de água salgada e se encontram nos oceanos. Desse modo, apenas 2,5% do estoque hídrico mundial são de água doce, e desses aproximadamente 69% encontram-se congelados em regiões glaciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Assim sendo, apenas 30% da água doce (0,75% do total) estão disponíveis em porções continentais (cerca de 1% corresponde a pântanos).

Portanto, a dessalinização tem sido uma opção cada vez mais frequente dos governos para o aumento da oferta de água. Dentre as maiores plantas de dessalinização atualmente existentes, a grande maioria encontra-se no Oriente Médio, em países como Arábia Saudita, União dos Emirados Árabes e Israel.

Apesar de críticas voltadas ao alto custo financeiro que envolve essa técnica e de debates acerca do impacto ambiental gerado com a destinação dos rejeitos oriundos do processo de osmose reversa, entendemos que a proposição é meritória, pois visa a instituir diretrizes e objetivos que contribuirão para o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao processo de dessalinização. Além disso, o impacto oriundo da destinação dos rejeitos pode ser remediado mediante o aproveitamento dos rejeitos, de forma a integrá-los à cadeia produtiva local. Nesse sentido, há estudos sobre a utilização dos efluentes em viveiros de piscicultura, para irrigação de plantas halófitas cultivadas para alimentação de ovinos e caprinos.

Ademais, a proposição atenta-se à questão do abastecimento urbano no Semiárido nordestino. Apesar da deficiência de recursos hídricos superficiais, as águas subterrâneas da Região Nordeste poderiam ser exploradas, sem risco de esgotamento dos mananciais. Todavia, a ocorrência de rochas cristalinas em aproximadamente 51% da área total do Nordeste ocasiona a salinização das águas subterrâneas, o que as torna impróprias para o consumo.

Segundo pesquisas, os Municípios com piores indicadores extraem água com alto teor de sais em 70% de seus poços, enquanto nos Municípios com melhores indicadores esse percentual cai para 16%. No intuito de mitigar esse problema e viabilizar o melhor aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos, o Governo Federal e os governos estaduais têm formulado políticas de apoio à instalação de dessalinizadores no Semiárido nordestino. Em 2004, havia mais de 3 mil dessalinizadores instalados, segundo dados da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Estudo realizado em 2003, com o objetivo de obter um diagnóstico dos sistemas de dessalinização de água salobra subterrânea em Municípios da Paraíba, verificou que, em geral, os dessalinizadores encontravam-se em bom estado de conservação, e a qualidade da água purificada apresentava, na maioria das vezes, condições satisfatórias para o consumo humano.

Portanto, apesar de ações já existentes no âmbito do Executivo Federal e estaduais, como a construção de cisternas ou programas de oferta de águas, a dessalinização de água salobra é vista como alternativa complementar, a ser utilizada em localidades nas quais as opções mais baratas de fornecimento de água não puderem ser adequadamente implementadas.

E aqui no relatório eu queria lembrar a situação da comunidade do Sucuriju, na costa do Amapá, que tem enorme dificuldade com abastecimento de água para consumo humano.

Assim, as alterações pretendidas na Lei nº 11.445, de 2007, enriquecem a lei nacional de saneamento básico no sentido do incentivo à adoção da dessalinização de água, cuja importância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pode ser destacada no caso do abastecimento humano na região do Semiárido nordestino. Aí eu acrescento também na região do Sucuriju, na costa atlântica do Amapá.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2015.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Esta matéria, como anunciei ainda há pouco, precisa de quórum qualificado. É um projeto de lei terminativo. Portanto, já estamos adiantando a matéria, e será incluída na próxima reunião para discussão e votação, já feita a leitura pelo Relator, Senador João Alberto Capiberibe.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 29/11/2016, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Gostaria de anunciar também a retirada, a pedido do Senador João Capiberibe, do item nº 16 da pauta, PLS 750, de 2015.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu tenho um requerimento, que é o item 18.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Capiberibe, pois não.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – É o item 18, é um requerimento, e eu pedi inversão de pauta. (*Pausa.*)

É o requerimento nº 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Quanto a esse requerimento, Senador Capiberibe, eu gostaria de colocar em discussão a inversão de pauta, para que a gente possa votar o requerimento da Comissão de Meio Ambiente, mas eu queria propor a V. Exª a inclusão de mais dois nomes nesse requerimento. Se V. Exª aquiescer, eu tenho aqui o documento de duas pessoas que eu acho importante participar desse debate, em relação a esse requerimento.

Mas eu coloco em votação a inversão de pauta proposta pelo Senador João Capiberibe.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 11, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, na Comissão de Meio Ambiente - CMA, para debater – A Exploração de Petróleo na Amazônia.

Convidados:

1. Professor Ronaldo Francine Filho – Universidade Federal da Paraíba, UFPB;

2. Ulisses Martins – Vice-Presidente de Governança Cooperativa da Empresa Francesa Total;

3. Anna Carolina Lobo – Coordenadora do Programa Marinho da WWF;

4. Thiago Almeida – Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil;

5. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA;

6. Representante da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Passo a palavra ao Senador Capiberibe, para defender o requerimento, e gostaria de sugerir dois participantes: o Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Meio Ambiente, Dr. Márcio Félix, e o Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Jorge Marques de Toledo Camargo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Eu estou lendo aqui o requerimento do Senador Capiberibe. V. Exª acaba de aditar mais dois nomes para participarem da audiência pública. Eu gostaria de consultar o autor do requerimento se não era o caso de nós colocarmos também alguém de dentro do Ministério de Minas e Energia que tenha relação a petróleo e gás, que pudesse também vir para essa audiência pública, junto com os outros dois que V. Exª já aditou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – É isso, Senador Flexa, é o Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está ótimo. Então, estou contemplado já.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – E o Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Jorge Marques de Toledo Camargo. São dois atores que eu gostaria de convidar para a audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Correto, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP. *Fora do microfone*.) – Atendo V. Exª?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Capiberibe, com a palavra V. Exª, para defender o requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Presidente.

De 2010 a 2014, pesquisadores fizeram expedições para confirmar a existência de recifes na região da Amazônia. Durante uma recente expedição, o Greenpeace registrou as primeiras imagens subaquáticas do recife, composto por corais, esponjas e rodolitos.

A região é o lar de uma incrível biodiversidade, peixes-boi, tartarugas, lontras e comunidades que dependem desse ecossistema, devendo ser preservadas.

Contudo, a empresa francesa Total pretende iniciar suas atividades em alguns meses, razão pela qual a realização dessa audiência pública é imprescindível, visando assegurar as garantias para preservação do bioma, bem como a verificação da melhor forma de exploração.

Recebi a visita de um vice-presidente da Total, exatamente para discutir sobre a questão da presença de recifes na região, e aí combinamos de fazer essa audiência pública esclarecedora. É sabido que aquela costa – e o Senador Flexa Ribeiro a conhece muito bem – é uma das regiões que concentra os maiores cardumes do Planeta. Então, é uma preocupação muito grande. Nós precisamos do petróleo, mas precisamos também comer. Então, estamos com esta preocupação de ajustar, e, nessa oportunidade, o vice-presidente me falou que eles estão muito preocupados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estão adotando algumas estratégias diferenciadas de outras regiões, exatamente por saber da importância dessa região.

Por isso, peço a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Capiberibe, posso fazer a leitura dos convidados do requerimento original? (*Pausa.*)

1. Professor Ronaldo Francini Filho, Universidade Federal da Paraíba (UFPB);

2. Ulisses Martins, Vice-Presidente de Governança Cooperativa da empresa francesa Total;

3. Anna Carolina Lobo, Coordenadora do Programa Marinho da WWF;

4. Thiago Almeida, Campanha de Clima e Energia do Greenpeace Brasil;

5. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama);

6. Representante da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

E há os dois nomes que sugeri a V. Exª.

Quanto a esse representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, poderia ser endereçado o convite à Presidente do Ibama, a Drª Suely?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Então, vamos nomear os indicados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Da Agência Nacional do Petróleo também?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Da Agência Nacional do Petróleo, estamos colocando o Diretor de Gás e Petróleo. Já tem um nome.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Ah, então, ótimo.

Em vez de oito, nós temos sete?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso.

E o Dr. Márcio, que é o Secretário de Petróleo e Gás.

V. Exª concorda que o representante...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo quem queira discutir o requerimento, colocamos em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o aditamento feito em plenário permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria do Senador João Capiberibe, de nº 11, de 2017.

Com a presença do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Paulo Rocha, retomamos a discussão do item...?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 10

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Item 7 ou 10?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Item 10.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Retomamos a discussão do item 10.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria dialogar aqui com a Comissão. Dei um parecer contrário a um projeto do Senador Cássio Cunha Lima que trata da questão que envolve as construções do Minha Casa, Minha Vida, em que ele propõe fazer uma lei para que seja obrigada a plantação de árvores ao longo das avenidas, etc.

Meu argumento não é que eu seja contra plantar árvore, não é isso. É que acho que não se precisava de uma lei para poder fazer isso, porque as próprias construtoras já são obrigadas a apresentar o plano da construção, que envolve a questão de plantações, de meio-fio, de saneamento, etc. Então, acho que não se precisava de uma lei, seria uma abundância. No entanto, o Senador Flexa acha que a plantação deve ser obrigatória, porque nem sempre as construtoras ou os planos vêm com essa obrigatoriedade ou cumprem essa obrigatoriedade.

Então, nesse sentido, estabelecida a divergência, não vejo nenhum problema em que seja aprovado o projeto, uma vez que o que abunda não prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente, ao sair para votar na Comissão de Educação, eu tive a oportunidade de já conversar com o Senador Paulo Rocha, que colocou exatamente o que ele agora dispôs aqui na Comissão de Meio Ambiente. Na realidade, essa obrigatoriedade não deveria nem estar, como ele disse, numa lei. Deveria ser até da consciência daqueles que fazem o Programa Minha Casa, Minha Vida não deixar que as áreas se tornem um deserto.

Normalmente, os terrenos são desprovidos de qualquer cobertura vegetal, e, ao final, quando são entregues, continuam sem nenhuma cobertura vegetal. Se houvesse essa obrigatoriedade na legislação para aprovação dos Municípios, tudo bem, não haveria necessidade disso. Mas o que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

gente vê, na prática, é que esses conjuntos são entregues sem que se tenha a menor preocupação com a questão ambiental no que se refere a cobertura florestal.

O projeto do Senador Cássio Cunha Lima determina a obrigatoriedade de se colocar uma árvore em cada unidade quando é unifamiliar e cinco árvores quando a unidade é multifamiliar, ou seja, no caso de prédios.

O Ministro Bruno Araújo já tomou – eu comentava com o Senador Paulo Rocha – uma decisão da maior importância: não permitir mais construção de projetos do Minha Casa, Minha Vida com mais de 500 unidades, porque, Senador Jorge Viana, esses projetos se tornam realmente sem governabilidade depois de entregues àqueles que vão lá habitar. Eu comentava com o Senador Paulo Rocha de um conjunto no meu Estado, no Município de Santarém, de 3.200 unidades. Se você colocar uma média de cinco habitantes por unidade, você vai ter aí 16 mil pessoas; é mais do que a população de muitos Municípios em um conjunto só. Então, o Ministro Bruno determinou isso, de limitar agora a aprovação a 500 unidades. E mais, lançou o Cartão Reforma, um programa federal, que vem ao encontro do Cheque Moradia, que já está implementado em várias unidades da Federação, inclusive no Estado do Pará, com uma questão importante: tanto o Cheque Moradia quanto o Cartão Reforma dão a oportunidade, Senador Paulo Rocha, de as pessoas permanecerem no seu convívio, onde estão há décadas, ou seja, há os vizinhos, há os amigos, não são deslocados de onde estão para uma área distante, sem nenhum convívio com eles.

É importante persistir nessa questão do Cheque Moradia e do Cartão Reforma, mas não podemos descurar do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem uma amplitude muito maior. Então, ele tem que ser continuado com esta observação de aprovar o projeto proposto pelo Senador Cássio Cunha Lima de colocar uma árvore, não é muita coisa. No parecer do Senador Paulo Rocha, ele preocupava-se, com razão, de onerar a unidade. Comentei com ele que não vai haver nenhum custo maior para que você possa entregar a unidade, no caso unifamiliar, com uma árvore plantada.

Já com a concordância do Relator, nós podemos partir para a aprovação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É terminativo. Eu acho que não vai dar para votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Flexa, consultando a Secretaria, temos um entrave regimental.

Para nós votarmos o voto de V. Exª em separado, nós temos que rejeitar o voto do Relator, Senador Paulo Rocha, ou o Senador Paulo Rocha pedir o relatório dele e incorporar o voto em separado de V. Exª. Se o Senador Paulo Rocha concordar, nós colocaríamos na próxima semana e trabalharíamos para termos o quórum, já que é uma matéria terminativa.

Concorda, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Concordo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador, só vou concluir.

Então, eu solicito à Secretaria da Mesa que encaminhe para o gabinete do Senador Paulo Rocha o voto em separado do Senador Flexa Ribeiro, na construção desse acordo, para que nós possamos votar na próxima reunião da Comissão.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu apresentei um requerimento, Sr. Presidente, propondo inclusive uma audiência conjunta entre a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Meio Ambiente, para debater a venda de terras a estrangeiros, o projeto que trata de venda de terras a estrangeiros, melhor dizendo, e, salvo engano, consta na pauta.

Ao mesmo tempo, eu e V. Exª firmamos nossas assinaturas no Requerimento nº 17 propondo, em um entendimento com o Ministro Herman Benjamin, que tivéssemos aqui, na Comissão, uma audiência, um seminário internacional, nos dias 22 e 23 de maio, quando discutiríamos, numa audiência também conjunta da Comissão sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Meio Ambiente, as perspectivas mundiais, o estado da arte na proteção constitucional do meio ambiente, com ênfase nos aspectos práticos e implementação de direitos humanos e no chamado Estado de Direito Ambiental. Nós teremos, no Brasil, um número grande de autoridades internacionais interessadas nesse tema.

Eu gostaria de saber se seria possível deliberarmos sobre o Requerimento nº 12, que trata de uma audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e CMA para debater o projeto que trata de venda de terras brasileiras a estrangeiros e esse outro, que é de minha autoria e de V. Exª, como falei, a partir de um entendimento com o Ministro Herman Benjamin, para debatermos o chamado Estado de Direito Ambiental, também numa reunião conjunta, só que com a Comissão sobre Mudanças Climáticas e a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Primeiro, vamos verificar com os Senadores e Senadoras a possibilidade de inclusão do requerimento extrapauta. Depois colocaremos em votação o requerimento se conseguirmos atingir o quórum.

Feita a proposta pelo Senador Jorge Viana e encaminhada por este Senador, Presidente desta Comissão, para esse seminário que será feito pelas duas Comissões, colocamos em votação a proposta feita pelo Senador Jorge Viana e pelo Senador Davi Alcolumbre de inclusão do requerimento extrapauta para esta Comissão no dia de hoje.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a inclusão desse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria está incluída na pauta do dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inversão de pauta para o Requerimento de n º 12, a pedido do Senador Jorge Viana.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 12, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE; e de Meio Ambiente – CMA para debater a venda de terras a estrangeiros.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Jorge, autor do Requerimento nº 12.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Esse é um tema que hoje o Brasil discute. O Governo Federal encaminhou para o Congresso um projeto de lei que autoriza a venda de terras brasileiras para estrangeiros. Esse é um tema complexo e, do meu ponto de vista, diz respeito à soberania nacional. O projeto prevê algo como a venda de até 25% das terras de um Município. Fiz referência ao caso de Altamira, que tem mais de 150 mil quilômetros quadrados, onde uma empresa estrangeira ou um bilionário estrangeiro poderia comprar uma área muito maior do que a Bélgica, do que Israel, do que muitos países que têm importância e influência no mundo em que vivemos. O projeto também prevê que é possível a um estrangeiro também comprar até 40% da área de uma cidade. Eu não sei... Eu falei nas audiências que parece até que estão pondo o Brasil à venda sem consultar os brasileiros e fazendo isso num dos momentos mais delicados da economia nacional, quando todo e qualquer brasileiro passa por dificuldades econômicas, tenta vender o que têm, tenta sobreviver a esses tempos difíceis.

Eu estou propondo, Sr. Presidente, colegas Senadores, chamar aqui um grande brasileiro, que é o Comandante do Exército, Gen. Villas Bôas, para que ele possa dar opinião. Estou propondo chamar um representante do Ministério do Meio Ambiente, o Presidente do Incra e o Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Acho que é muito importante que o Senado, imediatamente, comece a debater esse projeto, que é oriundo do Executivo. E eu estou propondo que seja uma audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente, onde estamos apreciando esse requerimento.

É esse o propósito do meu requerimento, Sr. Presidente. Eu gostaria de pedir a apreciação dessa proposta que também terá que ser aprovada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que se possa realizar essa audiência pública e fazer um debate sobre o projeto que trata da venda de terras do nosso País para estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Passo já a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

Senador Jorge, V. Exª nomeia aqui o Presidente do Incra, Dr. Leonardo; o Presidente da Funai e o Comandante do Exército. Pode ser, como representante do Ministério do Meio Ambiente, a Presidente do Ibama?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Gostaria que fosse incluída, como sugestão, a Presidente da Ibama no requerimento. Solicito ao Senador Jorge Viana se pode incluir, como sugestão...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Incluo com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de assinar conjuntamente esse requerimento, dada a importância. Só gostaria de ver a possibilidade também da inclusão da Embrapa. Talvez a Embrapa, que tem tanto estudo sobre isso, pudesse também opinar. Ou a Embrapa ou outro órgão análogo, mas eu acho que a Embrapa, porque a Embrapa tem muita pesquisa, inclusive em outros países também, e, talvez, pudesse contribuir.

Fica só como sugestão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Primeiro, queria parabenizar o Senador Jorge Viana e dizer o seguinte: ele falou da complexidade. Nós, que viemos lá da Amazônia, que faz parte da Amazônia Legal – Mato Grosso, enfim –, temos que discutir muito profundamente isso. Já é muito difícil conseguir aprovar leis que deem conta dessa diversidade que é o nosso País, e, principalmente, quando envolvem a questão da terra, porque aí entra mais complexidade ainda, porque envolvem reservas ambientais, FLONAs, terras indígenas, etc.

Já no Código Florestal Brasileiro foram discutidas as terras de marinha, que ficam ao longo dos rios, lá na nossa região, não só há os grandes rios, há os igarapés, há tantas outras questões...

Eu queria – não sei quem seria o representante aí, Senador Jorge – também colocar o pessoal que trabalha a questão do desenvolvimento. Por que digo isso? Porque, por exemplo, na nossa região... Não sei qual é em Mato Grosso, mas sei bem de Tocantins e Pará, por exemplo. No Pará, para desenvolver, aprovar um projeto de desenvolvimento em terras, tem que levar em consideração os 80/20. Você sabe do que estou falando. Em Tocantins, é 65/35. Não sei quanto é lá no Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, acho que toda essa complexidade deveria vir neste debate aqui, para a gente mostrar, através deste debate, não só para a Comissão, mas para outros colegas de outras regiões, a complexidade que há nesse debate. Além do que V. Exª coloca sobre a quebra da soberania do nosso País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer a contribuição dos colegas.

Acho que poderíamos pensar um pouco melhor na ideia do Senador Paulo Rocha e do Senador Wellington Fagundes sobre quem trazer, se alguém vinculado à Embrapa, que já trabalharia essa questão que o Senador Paulo também levantou... Mas acho que falta, sim, neste debate, um representante que trate do uso da terra do ponto de vista da agropecuária, do desenvolvimento que tentamos ter no nosso País.

O que eu quero deixar aqui também é que precisamos entender melhor o que está por trás disso. Há um movimento. Ora algumas pessoas falam que conglomerados do agronegócio que penhoraram suas terras em bancos – isso são questões levantadas, não sei se têm fundamento – ou deram como garantia as terras em grandes financiamentos de centenas de milhões de reais. Essas terras foram avaliadas por um determinado valor, e, abrindo o horizonte para a venda para estrangeiros, haveria a entrada... Porque agora tudo no Brasil é vender o Brasil barato para entrar dinheiro de fora. E, com isso, então, poderiam pagar suas dívidas.

Mas, aí, e a soberania nacional? Terra sempre foi motivo de conflito. Houve agora uma chacina em Mato Grosso, com quase dez mortos, por disputa de terras. E normalmente são os pequenos, aqueles que não têm nada, que não podem nada, que são assassinados.

Eu penso que há uma soma de projetos perigosos. Um é o espaço aéreo aberto totalmente. Então, o Brasil vai deixar de ter uma bandeira para companhia aérea. Não conheço nenhum país desenvolvido do mundo que não tenha uma forte companhia aérea do seu país, com bandeira do seu país. Estão querendo acabar com isso no Brasil. Estão abrindo a exploração sem critérios, perigosamente, do subsolo brasileiro também – de novo a soberania. E agora este projeto de venda das terras do País para estrangeiros.

O que me deixa sem acreditar é que já vem com limite. Disseram: "Não, mas vai haver limite, podem comprar até 25% da área de um Município." Ora, nós temos vários Municípios com mais de 100 mil quilômetros quadrados. Um país igual a Israel tem 20 mil quilômetros quadrados. Um país como a Bélgica tem 30 mil quilômetros quadrados. Quem comprar terras lá em Altamira pode ter uma área maior do que a Bélgica.

Então, acho que não tem sentido. Nós vamos, aí sim, correr o risco daquilo que alguns temiam. Aí nós estamos vendo um governo que está pondo em prática o que se chamava de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

internacionalização da Amazônia, do Centro-Oeste, das terras do Brasil. Não é porque estamos enfrentando uma crise econômica, uma crise política, que nós vamos vender a preço de banana o nosso País. Temos que ter bom senso, responsabilidade.

E acho que o Senado, que é a Casa da Federação, a mais antiga instituição deste País, da República, tem obrigação de pôr um freio nessas propostas mirabolantes, desastrosas, que vêm de um governo que sequer foi eleito ou apresentou algum desses planos, dessas propostas para julgamento da opinião pública. Isso é terrível!

Então, eu espero, sinceramente, que possamos... Aqui eu não estou fazendo outra coisa a não ser propor que se faça essa discussão aqui com as autoridades. Eu gostaria de ver o Comandante do Exército Brasileiro, nacionalista, aberto ao diálogo, Gen. Villas Bôas, dar a opinião dele aqui. Ele, que trabalhou como Comandante Militar da Amazônia e que tanto faz para a defesa da soberania nacional. A opinião dele. Nós faríamos uma reunião conjunta entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, porque o que está em jogo é a soberania do nosso País.

Eu queria ouvir também, obviamente, um representante do Ministério do Meio Ambiente; no caso, há uma sugestão de que venha a Presidente do Ibama, o Presidente do Incra. Então, nós trataríamos aí um pouco com o detalhe da terra, na mão de quem está essa terra. Nós estamos acabando de implementar o CAR (Cadastro Ambiental Rural), que é a implementação do Novo Código Florestal.

Agora que nós temos claras quais as propriedades que temos, o que há em cada uma, como estamos usando o solo, aí resolveram botar o Brasil à venda. E, obviamente, essa ideia é muito interessante, de, além da Funai, nós identificarmos alguém, provavelmente da Embrapa, que trabalhe essa questão, como o Senador Wellington trouxe, e eu acato tranquilamente; que venha um representante da Embrapa que possa também nos ajudar nesse debate. Eu acho que ficaria muito bom, porque é uma instituição de pesquisa, que tem um conhecimento também muito amplo do que acontece em outros países, tem experiência fora do Brasil, como bem colocou o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Ainda não é o momento para discutirmos a matéria em si, mas, principalmente no Mato Grosso – como foi colocado pelo Senador Paulo Rocha, Mato Grosso está todo na Amazônia Legal – nós temos essa situação, porque são grandes propriedades, e às vezes penhoradas a uma *trading* só, que fornece. No Mato Grosso, nós temos propriedades de mais de 100 mil hectares.

Então, realmente, essa discussão, Senador, acho que vai ser extremamente oportuna. E essa discussão tem que ser longa mesmo, porque não podemos, num momento de crise, como V. Exª colocou, ter que resolver um assunto como esse. O Brasil hoje e os produtores estão endividados, e muito. Então, este é o momento em que a maioria... Os produtores estão em um momento de alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

índice de endividamento. Então, eu creio ser muito oportuno, e provavelmente isso será desdobrado em várias outras audiências. Até, quem sabe, a gente depois possa criar uma comissão especial para discutir o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, colocamos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o aditamento feito pelo Senador Wellington Fagundes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Votaremos o próximo agora, em seguida, o de número 17.

Votação do Requerimento nº 17, matéria extrapauta, de autoria deste Senador e do Senador Jorge Viana.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 17, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 90, II; 93, II; 113; do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos reunião conjunta da Comissão Mista de Mudanças Climáticas – CMMC e da Comissão de Meio Ambiente – CMA para debater, sob uma perspectiva mundial, o "estado da arte" na proteção constitucional do meio ambiente, com ênfase nos aspectos práticos de implementação dos direitos humanos e no chamado Estado de Direito Ambiental – concepção de adoção recente pela ONU – em Seminário Internacional, a ser realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2017, conforme programação anexa. O evento será organizado pelo Senado Federal em parceria com várias instituições nacionais e estrangeiras, entre elas o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA; a Organização dos Estados Americanos – OEA; a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; o Relator-Geral para o Meio Ambiente e Direitos Humanos da ONU; a Associação dos Juízes Federais – AJUFE; e a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Vale destacar que uma sessão inteira será dedicada à aplicação prática das normas constitucionais e do Estado de Direito Ambiental no contexto dos países que compõem a Amazônia. Por fim, solicitamos o apoio dos Pares para a aprovação do presente requerimento, que tem por finalidade municiar o Parlamento e a sociedade para a tomada de decisões diante dos desafios voluntariamente assumidos pelo Brasil e demais países na COP 22.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós tivemos uma audiência com o Ministro Herman Benjamin, que é talvez o jurista brasileiro mais comprometido e mais estudioso da agenda ambiental. Ele nos auxilia aqui em vários trabalhos, suprapartidariamente, em vários temas que debatemos aqui nas diferentes comissões. Ele vai receber aqui no Brasil um conjunto de autoridades, e a ideia é fazer algo que atenda também a uma concepção das Nações Unidas, de termos aqui um seminário de dois dias, um colóquio, um seminário internacional, que seria o propósito nosso apresentar nos dias 22 e 23 de maio deste ano, uma segunda-feira e uma terça-feira, para que pudéssemos discutir como ponto central o chamado Estado de Direito Ambiental. É um tema muito importante, especialmente para uma Casa Legislativa, como é o Senado, que tem a responsabilidade que nós temos. Então, a ideia era ouvir autoridades de vários países do mundo, nesse seminário, sobre o Estado de Direito Ambiental.

O propósito nosso era fazer uma abertura simbólica, rapidamente, no próprio plenário do Senado, e trazer para o auditório da Comissão de Meio Ambiente esse debate, com um patrocínio e uma organização tanto da Comissão de Meio Ambiente como da Comissão que presido, a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas.

Obviamente, nós vamos ter o evento organizado pelo Senado, em parceria com várias instituições nacionais e estrangeiras, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Relator especial da ONU para Direitos Humanos e Meio Ambiente, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação dos Magistrados Brasileiros também estariam nos ajudando, nos auxiliando na realização desse importante seminário.

Então, peço a atenção dos colegas Senadores e Senadoras. Obviamente, isso também está muito vinculado ao debate que nós temos pela frente, está vinculado ao papel que nós temos a desempenhar a partir dos compromissos que o Brasil assumiu na COP de Paris, de redução de suas emissões.

O requerimento é assinado pelo Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre, e por mim, que presido a Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas. Acho que é muito importante que aconteça esse debate aqui no Senado Federal, especialmente numa sessão conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, que eu tenho a honra de presidir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Faço das palavras do Senador Jorge Viana as minhas, como Presidente desta Comissão.

A reunião foi muito produtiva, e eu foco numa questão que, com certeza, tem um significado muito importante para esta Casa, para esta Comissão e para o nosso País. Então, nesse sentido, peço também o apoio dos Senadores e das Senadoras para que possamos aprovar esse requerimento incluído extrapauta.

Em votação o Requerimento nº 17, de autoria dos Senadores Davi Alcolumbre e Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Eu gostaria de fazer um comunicado a esta Comissão e a este Plenário. Nós recebemos do gabinete do Senador José Medeiros a solicitação de retirada de pauta do PLS 384, de 2016, do qual S. Exª é Relator.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

Autoria: Senador José Agripino

Relatoria: Senador José Medeiros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Eu gostaria de comunicar a decisão da Mesa desta Comissão, da Presidência e da Vice-Presidência, de que a Secretaria desta Comissão aceitará apenas os pedidos feitos por memorando, e não por *e-mail*, assinados pelo relator, pelo Parlamentar, pelo Senador, ou feitos aqui, regimentalmente e oralmente, na reunião, porque, senão, a gente não consegue dar uma celeridade na Comissão. Porque lá no gabinete do Parlamentar, na próxima reunião, pode ser que cheguem cinco, seis, sete, dez *e-mails* aqui, solicitando retirada de pauta, na ausência do relator, na ausência do autor, e a gente não vai conseguir dar celeridade para a votação de matérias importantes. Nesse sentido, é uma orientação para o gabinete dos Senadores que a gente possa receber a retirada de pauta por um memorando assinado pelo Senador relator ou, pessoalmente, feito pelo Senador no plenário da Comissão.

Nesse caso específico, nós vamos retirar, com base no memorando encaminhado, para, a partir da próxima reunião darmos encaminhamento a essa deliberação.

Está retirado o projeto de relatoria do Senador José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Senador Roberto está chegando?

Passo a palavra para o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença conosco, aqui no plenário, do meu primeiro suplente no Senado, Dr. Jorge Yanai. Ele, que foi Senador da República e é de Sinop, era suplente do Senador Jonas Pinheiro e veio aqui prestigiar esta Comissão.

Quero também registar a presença dos Vereadores Claudio Freitas, de Pontal do Araguaia, que está aqui conosco, e Edclay Coelho, de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Vila Bela da Santíssima Trindade é a primeira capital mato-grossense, uma capital projetada em Portugal para ser a nossa proteção da costa fluvial. Há uma longa história em que uma mulher negra, Tereza de Benguela, tomou aquela cidade, aquela região como reinado, e lá reinou por 40 anos. Tereza de Benguela, inclusive, foi tema do Carnaval, por Joãosinho Trinta. É uma cidade que tem uma população negra bastante expressiva, acredito que mais de 50% ainda, e que tem uma história muito grande. Eu tive uma expressiva votação também lá em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Quero também cumprimentar o Gelsivane Mariano, de Porto Esperidião, da mesma região, e o Roberto Junqueira, também de Porto Esperidião, além do Ricardo Pereira Junqueira, que é o Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Esperidião.

Então, já estamos aqui – o Presidente vai encerrar –, e eu quero convidá-los, logo que se encerre a reunião, a que venham aqui para a gente tirar uma foto de Mato Grosso presente na Comissão de Meio Ambiente, juntamente com o nosso Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nosso Vice-Presidente, é de conhecimento de todos os Senadores e Senadoras desta Comissão que nós tivemos um pequeno *delay* na formatação, tanto é que estamos hoje aqui, no mês de abril, na primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente, por conta da nova formatação, que foi feita na mudança do Regimento, e por conta da eleição, que se deu só na semana passada, da Presidência desta Comissão. E hoje muito feliz estou de termos, na eleição por aclamação, o Senador Wellington Fagundes como Vice-Presidente desta Comissão.

Nós temos um prazo para que a Comissão vote os requerimentos de indicação de políticas públicas para análise da Comissão para este exercício. Nós recebemos uma indicação de minha autoria e recebemos três indicações do Senador Roberto Muniz. Eu conversei com o Senador Roberto Muniz, e, para fazermos um belo trabalho e nos debruçarmos com mais propriedade, com mais tempo, com mais dedicação, podemos estabelecer até duas políticas públicas. Como o Senador Roberto Muniz indicou três e eu indiquei uma, eu conversei com o nobre Senador, que aquiesceu que escolhêssemos uma das três políticas públicas que ele irá indicar. Então, eu gostaria de fazer a leitura da minha indicação da política pública que eu passo a defender nesta Comissão e nesta reunião. Em seguida, eu passarei a palavra ao Senador Roberto para que ele possa defender o requerimento do item 23, extrapauta, da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, ouvido o Plenário da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que seja submetido à deliberação de seus membros, como política pública para o presente exercício, a avaliação dos instrumentos econômicos e financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR)1, a Cota de Reserva Ambiental (CRA)2 e o Programa de Regularização Ambiental (PRA)3, para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre.

Eu reputo este – e assim fiz esse requerimento de política pública – como um momento, Senador Jorge, em que nós teremos que discutir com o Governo Federal, com todos os órgãos ligados ao Governo Federal, as criações de reservas florestais, de parques nacionais, de parques estaduais, de parques municipais no âmbito do Território nacional, que são feitas de cima para baixo.

Eu posso falar do exemplo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, o Estado que eu represento nesta Casa. É uma área que ocupa quase 32% do território do Estado do Amapá, o maior parque do mundo de floresta tropical. O Governo brasileiro se comprometeu a fazer inúmeras compensações para o Estado do Amapá em função de esse parque atingir vários Municípios do Estado do Amapá, o que, portanto, restringe a possibilidade de desenvolvimento econômico dessa região, que é uma das regiões mais ricas do Amapá e do Brasil. Nesse sentido, se cria um parque de conservação nacional e não se dá nenhuma compensação para esses Municípios – nem o que foi combinado nas audiências, nem o que ficou expresso na criação e construção do parque.

Nesse sentido, eu proponho que possamos debater para termos um encaminhamento no final do ano em que a Comissão possa participar desse debate, logicamente, da construção de todas as áreas de preservação, as unidades de conservação do Território nacional, para que possamos, efetivamente, colocar os atores envolvidos à mesa, a fim de que eles possam dar uma resposta do porquê dessa omissão e do porquê, quando se deseja criar uma unidade de conservação... E eu quero reafirmar que não sou contra, porque acredito que nós precisamos preservar o meio ambiente, mas precisamos também dar uma destinação de forma sustentável, como foi colocado aqui pelo Senador Wellington, para atender a essas comunidades, a esses Municípios, que, muitas vezes, têm a totalidade do seu território demarcada numa área de preservação nacional, estadual ou municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu fiz essa argumentação para esse requerimento de política pública usando como exemplo o Estado do Amapá, o Estado que represento, mas sei que será uma matéria muito debatida nesta Comissão em relação às compensações feitas pelos órgãos do Governo do Brasil para a criação desses parques, porque, depois que se cria, fica ali a população à mercê das esmolas que o Governo, por bem entender, achar que deve passar a essas comunidades.

Então, nesse sentido, vamos poder discutir e cobrar essas compensações prometidas na construção de uma área de preservação, e, depois, muitas vezes, o Estado vira as costas. Já construiu, já criou, já aprovou, já publicou e, aí, esquece que lá há seres humanos, homens e mulheres, precisando do apoio. De certa forma, é você ser tirado de dentro da sua casa sem nenhum benefício, porque a pessoa já vive lá há dez, vinte, trinta, quarenta, cem anos, e o Estado brasileiro, com o poder que tem, vai, intervém naquela comunidade, naquela localização geográfica, naquela região e acaba tirando o desejo de desenvolver uma região, por conta de uma área de preservação.

Temos que compatibilizar as áreas de preservação que temos no País. E falo novamente do Estado do Amapá. O Estado do Amapá tem 72% do seu território comprometido com área indígena, parques nacionais, parques estaduais e parques municipais. Já estão comprometidos 72% do território do Estado do Amapá, dando um presente para a humanidade no que diz respeito à questão ambiental, mas o que é que o mundo e o Brasil estão dando para o Amapá por terem essa compensação?

Então, queremos aproveitar esse requerimento para debater essas questões. Essa é a minha defesa. Solicito o apoio dos Srs. Senadores.

Passo agora para o Senador Roberto Muniz a indicação do requerimento feito extrapauta para a inclusão de mais uma política pública que possamos debater neste ano nesta Comissão, esses dois temas importantíssimos para a Comissão e para o País.

Senador Roberto Muniz, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Sr. Presidente, de antemão, quero dizer que, dos três requerimentos, conforme tínhamos conversado, abro mão de outros dois. Acho que não será necessário lê-los, já que estamos abrindo mão da apresentação, e já coloco, de antemão, meu voto favorável ao seu requerimento, ao tempo em que coloco à apreciação aqui dos nobres colegas o Requerimento nº 16, de 2017.

> Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo “Revitalização de Bacias”.

Esse é um tema muito caro a todo o País, porque não estamos restringindo a uma região específica, Senador Wellington; fica aberto para que possamos discutir a revitalização de bacias hidrográficas em todo o Território brasileiro, principalmente com a grande pressão que vamos ter nos próximos anos, nas próximas décadas, devido à enorme mudança climática que estamos vendo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

uma questão muito grande da mudança dos regimes de chuvas em diversas regiões. Isso vai criar um impacto enorme no uso múltiplo da água.

Então, ao mesmo tempo que despertamos a necessidade e ampliamos o desejo do debate sobre a revitalização dessas bacias, fazemos o enfrentamento desse novo momento, desse novo ambiente em que os regimes de chuva são cada vez mais escassos em algumas regiões, mudando em outras regiões, diferentemente, a ampliação dos regimes de chuva.

Portanto, a modificação do meio ambiente, pressionado pela presença do homem, faz com que nós tenhamos, com essas mudanças de regime de chuva, uma pressão sobre o uso múltiplo da água, principalmente porque temos uma política clara dos governos e também pela necessidade do abastecimento humano de água, uma pressão sobre políticas públicas de transposição de águas de uma bacia para a outra, muitas vezes, para suprir a falta de água nessa outra bacia.

Então, visto isso, a atividade de revitalização é fundamental para que a gente possa distribuir melhor, distribuir mais, mas produzir mais e melhor, e é esse o intuito desse requerimento, para fazer com que a revitalização se dê através do replantio das matas ciliares, se dê do olhar sobre o regime do uso da água, principalmente em corpos hídricos que são afetados pela construção de barragens ou mesmo de barragens com fins de produção elétrica.

É por isso que eu coloco esse requerimento, tendo em vista que os rios brasileiros estão, Presidente, entre os maiores patrimônios ambientais que nós temos. São um patrimônio ambiental, social, econômico, e quando a gente fala em revitalização, é fazer com que esse patrimônio não pereça, não morra, como a gente tem visto muitos rios brasileiros, rios urbanos, mas também rios do interior do nosso País, ficando à míngua e tendo, muitas vezes, como o Rio São Francisco, como tem colocado diversas vezes o Senador Otto Alencar que um rio que pode matar a sede e construir uma economia local de grande poder econômico, ele está sendo colocado subordinado à sua existência a diversos projetos governamentais que passam à margem, que esquecem essa questão tão importante que é a revitalização do próprio rio.

Então, eu queria colocar e dizer também que, com isso, nós vamos poder mobilizar a rede de bacias hidrográficas... Existe uma instituição no Brasil, a Rebob, Presidente Davi, Senador Davi, que reúne todos os comitês de bacias, e nós vamos poder usufruir de toda essa mobilização que a sociedade brasileira já está fazendo, já tem *expertise* e, junto com a Agência Nacional de Águas, quem sabe, a gente possa encontrar um modelo que possa, através da avaliação dessa política pública tornar perene essa política pública para o Estado brasileiro.

É por isso que coloco à apreciação esse nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Agradecemos as ponderações feitas pelo Senador Roberto Muniz.

Esta Mesa Diretora propõe a escolha de duas políticas públicas no exercício desta Comissão para o ano de 2017, que seriam o já citado Requerimento nº 13, avaliação dos instrumentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

econômicos e financeiros disponibilizados pela União e aqueles presentes no Código Florestal para o desenvolvimento sustentável dos Estados brasileiros, e o Requerimento nº 16, Programa de Revitalização de Bacias. Ficam prejudicados os Requerimentos nº 14 e 15.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 16, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo "Revitalização de Bacias".

Autoria: Senador Roberto Muniz.

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo "Água Doce".

Autoria: Senador Roberto Muniz.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15, de 2017

- Não terminativo -

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, e em resposta ao Memo. 07/2017/CMA – CIRCULAR, de 11 de abril de 2017, requeiro que, entre as políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, seja avaliado por esse Colegiado o Programa de Governo "Águas Subterrâneas".

Autoria: Senador Roberto Muniz.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados o Requerimentos nºs 13 e 16, de 2017.

Ficam prejudicados os Requerimentos nºs 14 e 15, de 2017.

Agradecendo a presença dos assessores, dos servidores, da imprensa e dos Senadores, nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

(*Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 3 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Valdir Raupp, Dário Berger, Jorge Viana, Humberto Costa, Regina Sousa, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Roberto Muniz, José Medeiros, João Capiberibe, Cristovam Buarque, Wellington Fagundes, Cidinho Santos, Telmário Mota e Pedro Chaves. Comparecem também os Senadores José Pimentel e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Lindbergh Farias, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Ataídes Oliveira e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à administração pública federal." Autoria: Deputado José Carlos Vieira. Relatoria: Sen. Dalirio Beber (*Ad hoc*), substituiu Sen. Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CMA (SUBSTITUTIVO). ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011 - Não Terminativo - que: "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. José Medeiros (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Sem manifestação do pedido de vista, é encerrada a discussão e fica adiada a votação da matéria. ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016 que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 - Não Terminativo - que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel." Autoria: Senador José Agripino. Relatoria: Sen. José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (SUBSTITUTIVO). ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário." Autoria: Senador Cyro Miranda. Relatoria: Sen. Ronaldo Caiado. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-CRA e nº 2-CRA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 6 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012, que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo – que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo – que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2015 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Sen. Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão; ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM 13 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2014 - Terminativo – que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 18 de 2017 que: "REQUEIRO, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, na Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Meio Ambiente – CMA, entre 22 e 26 do corrente, para debater o uso de técnicas inovadoras na pesquisa médica sem animais e o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que está sob minha relatoria na CMA, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes: - Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; - Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC; - Diretor do Departamento de Pesquisa e Toxicologia da Organização Internacional Humane Society, Dr. Troy Seidle; - Representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Dra. Vânia Plaza Nunes." Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaramos aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2017.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Palmas.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Essa observação da retirada de pauta do item 10 foi do...

Informe para a Comissão.

Em função do recebimento do Memorando nº 43, de 2017, de autoria do Senador Humberto Costa...

O item 10 é o Projeto de Lei nº 232, de 2015, de relatoria do Senador Humberto Costa, o qual encaminhou o memorando para esta Comissão, conforme ficou acordado na reunião anterior. Em função do recebimento desse memorando, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator, para reexame.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

1. Sendo aprovada a Emenda, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Constou da pauta em 25/4/2017; Adiado.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, de 2014

- Não terminativo -

Dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à Administração Pública Federal.

Autoria: Deputado José Carlos Vieira

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto.

Consulto o Sr. Senador Dalirio Beber se poderia fazer a leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

Se sim, com a palavra o Senador Dalirio Beber para fazer a leitura, como Relator *ad hoc,* do item 1 da pauta.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Do relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 84, de 2014, Projeto de Lei nº 2.630, de 2007, na Casa de origem, de autoria do Deputado José Carlos Vieira, que dispõe sobre a adoção de providências visando a economizar ou a otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações que estejam sob a responsabilidade de órgãos pertencentes à Administração Pública Federal.

O PLC nº 84, de 2014, compõe-se de dois artigos. O primeiro estabelece que os órgãos da Administração Pública Federal deverão adotar todas as providências técnica e economicamente viáveis para economizar ou otimizar o uso da água nas instalações hidráulicas e sanitárias das edificações sob sua responsabilidade. Entre outras medidas, deverá ser considerada a implantação de torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios acionados manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionados por sensor de proximidade, torneiras com arejadores, torneiras de acionamento restrito para áreas externas e de serviços e bacias sanitárias com volume máximo de fluxo de seis litros, com sistemas de descarga de duplo fluxo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Segundo o PLC, os projetos para construção de edifícios da Administração Pública Federal aprovados antes da data de entrada em vigor da lei resultante, cujas obras não tenham sido ainda iniciadas, deverão proceder às devidas adaptações no prazo de 90 dias, para que as obras possam ter início. Aqueles edifícios com obras já iniciadas ou concluídas terão 365 dias para serem adaptados às novas regras estabelecidas no PLC.

O projeto prevê que os dirigentes responsáveis por edifícios da Administração Pública Federal que deixarem de adotar as providências previstas incorrerão em crime contra a administração ambiental, nos termos do art. 68 da Lei de Crimes Ambientais,Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

A proposição foi distribuída para análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e da CMA. Na CDR, o PLC 84, de 2014, foi aprovado sem alterações.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente e à conservação da natureza. Uma vez que este será o último colegiado a apreciar o PLC 84, de 2014, antes de sua deliberação em Plenário, incumbe-nos analisar os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Em relação à constitucionalidade, note-se que a proposição está de acordo com o art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa da União. Desse modo, compete ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Carta Magna. Além disso, não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A iniciativa também atende aos requisitos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, a proposição chega em boa hora. Apesar de não ter sido mais tão noticiada pela grande mídia, a crise hídrica que afetou importantes regiões metropolitanas brasileiras em 2015 pode se repetir. As previsões meteorológicas não oferecem razões para otimismo e, a não ser que ocorra, nos próximos meses e naquelas regiões, um volume de precipitação bem acima da média, é possível que tenhamos a repetição, senão o agravamento, da crise que caracterizou o ano de 2015.

Iniciativas em vista da economia de água são, portanto, mais do que bem-vindas. E nada mais necessário que o exemplo parta do próprio Poder Público Federal.

É o que propõe o PLC 84, de 2014, ao prever medidas de economia de água que transcendem os resultados imediatos nas contas de água ou de energia. Conforme salienta seu propositor na justificação do projeto, o que se intenta é "sensibilizar as administrações municipais para a importância da otimização do uso da água", criando assim, pelo exemplo, um efeito multiplicador a alcançar todo o Território nacional. E bons exemplos inspiram outros, no que contribuem para o alcance do tão desejado desenvolvimento sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

No entanto, entendemos que o projeto, se aprovado, acabará por não resultar nos efeitos pretendidos. Conforme observamos, há diversos aspectos que devem ser reparados, sob pena de os resultados previstos não serem alcançados.

A primeira questão para a qual chamamos a atenção refere-se à delimitação das edificações alvo do PLC. Segundo o art. 1º da proposição, essas serão as que estão sob a responsabilidade dos órgãos da Administração Pública federal, definição que alcança tão somente a Administração Pública federal direta. É preciso expandir o alcance da proposição, de modo a abarcar também a administração indireta, em todo o seu espectro, para que ela abranja um universo muito maior e cause o máximo impacto possível.

Uma questão ainda mais preocupante decorre das soluções de engenharia estabelecidas no §1º do art. 1º do PLC. Não consideramos prudente incluir especificações técnicas no texto legislativo, pois que tal medida dificultaria a assunção de novas tecnologias ou de soluções técnicas que venham a ser futuramente desenvolvidas. Tais especificações devem constar em regulamento, que possui caráter mais flexível, cabendo à lei tão somente o estabelecimento de orientações gerais.

Ademais, para o alcance da economia e otimização do uso da água, importa considerar não apenas a implementação de dispositivos e equipamentos hidráulicos, mas também ações de outra natureza, como a realização de vistorias periódicas com vistas à detecção de vazamentos e perdas de água, ações periódicas de monitoramento e avaliação do consumo hídrico e a elaboração de planos de logística sustentável, nos quais sejam estabelecidos meios e metas de redução do consumo.

O §3º do art. 1º da proposição também nos parece problemático sob outros aspectos. Primeiramente, porque não é o projeto que deverá proceder às devidas adaptações, como se encontra redigido no PLC, mas os responsáveis dos órgãos – estes, sim, os destinatários da norma. Tampouco nos parece razoável fixar prazo de noventa dias para proceder às alterações em projetos, medida que dependerá de alterações contratuais, cujos prazos nem sempre são previsíveis. Cremos que redação melhor seria a que propusesse que as obras de novas edificações somente terão início após feitas as adaptações de projetos previstas nesse parágrafo.

Por razões semelhantes, consideramos inadequado o estabelecimento do prazo de 365 dias para as adaptações previstas em obras já iniciadas (§4º). Tendo em vista que há obras de duração bem mais longa que esse período, seria contraproducente exigir a referida adaptação, que obrigaria a aquisição dos dispositivos elencados no art. 1º em momentos bastante anteriores à fase de acabamento das obras.

Por outro lado, é inegável que a eficácia da lei exige o estabelecimento de prazos. Do contrário, ela constituiria mera carta de boas intenções, pois que jamais sairia do papel. Nesse sentido, consideramos exequível o prazo de dois anos para que as edificações públicas ocupadas pela administração sejam adequadas à nova orientação legal e para que nelas sejam promovidos os ajustes necessários. A responsabilização administrativa, prevista na proposição, garantirá o cumprimento desse preceito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Uma realidade não considerada no PLC 84, de 2014, é a dos prédios ocupados pela administração pública, mas alugados de proprietários particulares. Não raramente essa realidade perdura por anos, ou mesmo décadas a fio, o que exige também o devido tratamento legal. Nesse sentido, importa assegurar que a administração pública somente celebre contratos de locação de edificações dotadas de equipamentos de economia e otimização do uso da água.

Ainda, consideramos excessiva a tipificação penal prevista no §5º do art. 1º do PLC 84, de 2014. A tipificação administrativa pela omissão do agente público responsável, além de suficiente para a mudança do comportamento, traz resultados mais céleres que a sanção penal.

Por último, o PLC 84, de 2014, não previu uma das medidas mais eficazes e duradouras para a efetividade da mudança de comportamento, qual seja, a realização de campanhas educativas. Sem a modificação das consciências, a administração pública remará continuamente contra a correnteza, promovendo obras e modificações físicas, de um lado, e punindo a sociedade, de outro. É preciso trazer o público para o lado da sustentabilidade, o que impõe a realização de campanhas educativas periódicas, até que os hábitos sustentáveis passem a se firmar definitivamente como reflexo de uma consciência transformada.

Em síntese, a obrigação legal de economia de água em prédios públicos proposta pelo PLC em análise é ideia extremamente válida e necessária, mas exige um maior esmero na técnica legislativa da proposição, de modo a assegurar que tanto sua abrangência quanto seu próprio objeto sejam devidamente delineados. Apenas assim se alcançarão os efeitos esperados pelo projeto.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2014, na forma da seguinte emenda:

Emenda nº - CMA (Substitutivo)
Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2014
Dispõe sobre a adoção de medidas visando à economia e otimização do uso de água nas edificações sob a responsabilidade da administração pública federal.
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º A administração pública federal adotará medidas de economia e otimização do uso de água nas edificações ocupadas por seus órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, assegurada a viabilidade técnica e econômica.
§ 1º Consideram-se medidas de economia e otimização do uso de água, entre outras, nos termos do regulamento:
I – a instalação de equipamentos que visem ao uso racional da água, ao aproveitamento de águas pluviais e ao reuso da água e que sejam, principalmente, componentes de lavatórios, mictórios, bacias sanitárias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sistemas de descarga e outros dispositivos como torneiras, chuveiros, misturadores, irrigadores, aspersores e arejadores;
II – a elaboração e a execução de programa de vistorias periódicas com vistas à detecção e ao reparo de vazamentos e à substituição de tubulações, válvulas e registros, entre outras ações de natureza construtiva ou reparadora;
III – ações periódicas de monitoramento e avaliação do consumo de água e elaboração de planos de logística sustentável com metas de redução do consumo.
§ 2º A instalação dos equipamentos de economia e otimização do uso da água será projetada e executada de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
§ 3º A falta de viabilidade técnica ou econômica referida no *caput* será atestada por meio de laudo elaborado por responsável técnico devidamente registrado em conselho profissional, que responderá por suas conclusões nos âmbitos penal e administrativo, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
Art. 2º As edificações públicas ocupadas por órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da administração pública federal serão adequadas no prazo de até dois anos, com vistas à adoção das medidas cabíveis de economia e otimização do uso de água, assegurada a viabilidade técnica e econômica.
Art. 3º A ocupação e o funcionamento de órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da administração pública federal em edificações públicas novas ou em construção apenas ocorrerão após a instalação das medidas cabíveis de economia e otimização do uso de água.
Parágrafo único. Os projetos para a construção de novos edifícios da administração pública federal, aprovados após a data de entrada em vigor desta Lei, preverão as medidas cabíveis de economia e otimização do uso de água.
Art. 4º A administração pública federal somente celebrará contratos de locação de edificações dotadas de medidas de economia e otimização do uso de água.
Parágrafo único. A renovação do contrato de locação de prédios por órgãos, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da administração pública federal é condicionada à adoção, no imóvel pretendido, das medidas cabíveis de economia e otimização do uso da água.
Art. 5º A administração pública federal promoverá campanhas educativas junto aos ocupantes e usuários das edificações de seus órgãos, autarquias,



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, para que participem das medidas previstas nesta Lei.
Art. 6º Os responsáveis dos órgãos e entidades da administração pública federal que deixarem de tomar as providências para o cumprimento desta Lei incorrerão em infração administrativa ambiental, nos termos do art. 70 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de lei nº 84, de 2014, na forma da Emenda nº 1, da CMA, Substitutivo.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Próximo item da pauta. Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011

- Não terminativo -

Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2. Constou da pauta em 25/4/2017; foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Na reunião passada da Comissão, tivemos uma discussão desta matéria, deste item, e foi pedida vista pelo Senador Flexa Ribeiro, que está ausente. Eu teria dois caminhos a sugerir. O Relator, que relata a matéria, não está presente e opina pela rejeição do projeto. O autor está aqui e deseja discutir a matéria. Não estamos com o quórum elevado hoje na Comissão para colocá-lo em votação. Se houver pedido de verificação, não teremos número para votar a verificação.

Eu queria consultar o Plenário se o colocaríamos em discussão, porque já foi feito pedido de vista e, conforme orientado pela Secretaria da Comissão, não podemos autorizar novo pedido de vista. E o Senador Flexa, que pediu vista, não está presente, nem o Relator da matéria; só o autor.

Mas eu queria dar a palavra ao Senador Cristovam para suas ponderações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu acho muito prudente e correta a sua proposta de consultar, mas agradeço também por me dar a palavra.

Este projeto já tem seis anos. Quando eu o coloquei, dizia que era uma moratória por trinta anos, e seis anos já se passaram, uma boa parte. Daqui a pouco, ele vai ser desnecessário, porque a gente vai passar os trinta anos sem ter nenhum projeto novo, provavelmente.

De qualquer maneira, quero trazer aqui minha opinião, contrária aos argumentos usados pelo Relator. O primeiro é de que a termoeletricidade oferece uma complementação fundamental. A termoeletricidade, sim, em momentos de falta de chuvas, mas a nuclear, não. São 3% apenas da oferta no Brasil, que é a nuclear.

O Item 2 da sua rejeição é a excepcionalidade dos acidentes nucleares, mas as excepcionalidades ocorrem. Ele próprio cita três: *Three Mile Island, Fukushima* e *Chernobyl.* E, quando acontece, nesse período de quase trinta anos, são extremamente graves, como se viu, especialmente no caso de *Chernobyl*, menos no caso de *Three Mile Island*, e médio no caso de *Fukushima*, mas, mesmo assim, graves. Ele coloca que não produz impactos nocivos. É verdade, é a mais limpa das fontes de energia, desde que não aconteça nenhum acidente, mas, em acontecendo, é de muita gravidade.

Eu creio que não vamos poder prescindir de energia nuclear no futuro. Por isso o que eu propus não foi uma proibição, foi uma moratória de trinta anos para novas, o que não inclui o que está acontecendo em Angra, porque ela não é nova, são usinas, projetos antigos. Esses têm de continuar. O que quero com o meu projeto é que possamos investir muito em tecnologia para resolver dois problemas: construções civis que não fiquem sujeitas a acidentes, excepcionais que sejam, e, segundo, o que fazer com o lixo nuclear, que é o grande problema.

Nós vamos pesquisar, a meu ver, o máximo e, dentro de alguns anos, sugiro que trinta anos seriam necessários, poderíamos ter uma energia nuclear que fosse, como diz o Relator, sem impactos nocivos e sem risco. O meu problema não é o impacto nocivo, que não há, o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problema é o risco. Então, eu insisto nesse projeto, que já tem seis anos, senão daqui a pouco ele vai ficar obsoleto – eu não acredito que o Brasil vá fazer novas usinas nos próximos vinte e quatro anos – , insisto que ele seja votado.

E vou mais longe. Eu acho que está na hora, Sr. Presidente, Senador Davi, de analisarmos se houve ou não algum grau de comprometimento da segurança de Angra 3 por causa das propinas. Como é que se consegue pagar propina? Aumentando o custo ou reduzindo a quantidade de concreto, reduzindo a garantia de segurança. Eu não sei o que houve em Angra. Que houve propina está comprovado em todas as delações, em todas as declarações. Precisamos saber se foi por causa do aumento do custo, para deixar uma parte para os corruptos, ou foi uma redução no grau de segurança. Eu creio que esta Comissão deveria fazer uma apuração, talvez até uma visita. Mas com uma visita não vamos conseguir perceber, pois só olhando não dá para perceber, tem-se de chamar especialistas, técnicos, para que vejam o que houve ali. Aquilo é tranquilo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se o Presidente e V. Exª me autorizarem, gostaria de dar uma colaboração.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Claro, com o maior prazer. Acho que só este debate já é bom. Só para concluir, creio que hoje, no mundo inteiro, está havendo um movimento nesse sentido, de mais cuidado, inclusive de adiamento. A Alemanha tomou a decisão de fechar as suas usinas. O Japão tomou a mesma decisão, e agora está voltando atrás, é verdade, mas chegou a tomar a decisão. É uma tendência mundial, que, a meu ver, não é permanente. Nós vamos ter de cair na energia nuclear, é uma questão de tempo, mas vamos pelo menos usar o tempo necessário para ficarmos tranquilos. Imaginem Angra, que está entre Rio e São Paulo. Qualquer tragédia que aconteça ali, como a de *Fukushima*, vai arrebentar com a população das duas maiores cidades brasileiras.

Eu sugiro, portanto... Eu insisto na aprovação do projeto de moratória – porque ainda vai para outras Comissões e ainda vai para a Câmara; quando chegar lá, já passaram os trinta anos – na construção de novas. Não é fechar a que está aí nem parar a que está em construção, em absoluto, mas é investir mais em pesquisas sobre a tecnologia, de maneira a eliminar os riscos na engenharia civil e na engenharia dos resíduos nucleares.

E eu, ao mesmo tempo, trago a ideia dessa Comissão se preocupar com a Angra 3, para saber se o que foi feito na manipulação dos custos, que levou até à prisão, por alguns dias, semanas, do Presidente da Comissão da Eletronuclear, para sabermos se a população do Rio e de São Paulo pode dormir tranquila pelas próximas décadas, apesar de ter uma usina nos seus pés, construída sob suspeita de corrupção e de propinas na definição dos gastos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Jorge Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria cumprimentar o Senador Cristovam, mas ele levanta um aspecto de que se existe ou não algum grau de comprometimento na segurança de Angra, tendo em vista o processo que investiga desvio de recursos também naquela obra.

Eu acho que nós estivemos lá no começo do mandato, numa comissão, o Senador Aloysio, o Senador, salvo engano, Luiz Henrique, eu e outros, e obviamente que uma visita não vai resolver, mas eu queria só sugerir a V. Exª, que tem levantado a questão, desde aquela época do acidente de *Fukushima*, foi por isso que nós fomos visitar Angra, o que nós podíamos fazer, talvez, fosse encaminhar um requerimento com um pedido dessa posição. Pode ser para o TCU (Tribunal de Contas da União), para que eles façam, porque eles têm tecnicamente como fazer avaliação dos custos do projeto, se há algum grau, e também podemos fazer para a Comissão Nacional que trata de energia nuclear.

Então, nós podíamos aí, quem sabe, apresentar um requerimento, aqui, na Comissão. Como nós agora não temos mais a Fiscalização e Controle, mas se trata de algo muito ligado ao meio ambiente, ao projeto a que V. Exª faz referência, e eu só queria, porque quanto a isso não pode ter nenhuma dúvida. V. Exª traz uma dúvida e nós não podemos ficar com essa dúvida.

A ida nossa lá nos deu segurança de que Angra atende às normas internacionais de segurança, mas surgiu esse fato novo, que é muito sério.

Então, quem sabe, a própria Comissão, num requerimento que nós pudéssemos apresentar, eu até subscrevo também, podíamos buscar essas informações pelos órgãos competentes, para que eles possam esclarecer ao Senado Federal se nós temos aí algum grau de comprometimento, tendo em vista as denúncias que surgiram.

Mas eu queria também, Senador Cristovam, dizer que, como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, esse é um tema da maior importância. É fato que a Alemanha abriu mão, resolveu tomar uma decisão de não ter geração, no território alemão, de energia nuclear, mas ela segue comprando de outros países vizinhos, inclusive da Bélgica. Toma-se uma decisão interna, mas segue fazendo uso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – E da França também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E da França, e muito da França. E o Japão também está revendo.

O que me preocupa também é o fato, no Governo Tramp, nos Estados Unidos, de que ele está tomando uma atitude, aí sim, absolutamente na contramão do que o mundo busca e do que nós esperamos também: ter energia renovável, ter uma energia limpa que não venha a comprometer a mudança climática, já que uma das três mais importantes vertentes que levam ou que levaram ou que estão fazendo a alteração da temperatura no planeta, uma das mais importantes é a energia. Tem também o transporte, não é? Mas, no caso dos Estados Unidos, eles estão agora na contramão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

buscando... O Governo Obama tinha se comprometido, assumido um compromisso de alcançar, ampliar a geração de energia limpa nos Estados Unidos, pondo fim ao carvão e a uma série de outras atividades que usam combustíveis, como os fósseis também, mas agora o Governo Trump está indo na contramão disso. Então, acho que esse debate que nós fazemos aqui, o Brasil tem, talvez seja um dos países que é invejável, que tem a matriz energética quase 70% renovável, e isso faz com que nos coloquemos numa posição de referência diante do mundo.

Então, eu queria mais era sugerir, porque isso daria uma dinâmica maior se apresentássemos um requerimento pedindo ao TCU um posicionamento. E eu estou sugerindo, mas o órgão que também trabalha no Conselho que reúne especialistas e que acompanham, atendendo normas internacionais a execução e a geração de energia no nosso País a partir da geração tal como temos em Angra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu creio extremamente interessante e eu prepararei e assinaremos juntos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Ok, a Mesa aguarda a indicação do requerimento para que a gente possa inclusive, se conseguir concluir ainda agora, colocarmos em votação ainda hoje na sessão esse requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não. Eu entrego para a próxima semana, a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Nós estamos num impasse aqui que eu queria decidir junto com a Comissão.

O Senador Flexa Ribeiro, na semana passada, diante de um apelo do Senador Cristovam, que não estava na reunião, fez um pedido de vista. Ele não se encontra presente hoje para devolver o pedido de vista dele. Nós não podemos retirar novamente outro pedido de vista desse mesmo projeto. Essa é a discussão. Ou nós colocaríamos em votação o projeto, mas com o parecer do relator, que é pela rejeição, e iríamos ter que consultar os votos, e que fosse simbólico, porque se tiver pedido nominal vai cair a reunião, ou eu sugeriria que nós retirássemos de pauta, de ofício, pela Presidência, para que a gente possa incluir na reunião da próxima semana, com um *quorum* mais adequado para que a gente vote a matéria, respeitando o autor da matéria que está presente e veio defender o seu projeto e respeitando o Relator que está ausente.

Então eu queria ouvir os Senadores para ver se concordam com essa sugestão da Mesa para que retirássemos de ofício pelo pedido da Presidência para discutirmos ainda mais uma semana e termos aqui novamente o autor e o relator para defender os dois lados. E que a gente possa ter um *quorum* mais qualificado para votar uma matéria de tamanha relevância para o País e para a humanidade.

Senador, está retirado de ofício o Item 2 da pauta, e eu solicito que a Secretaria e os assessores da Comissão comuniquem aos Srs. Senadores para que a gente possa, na semana que vem, deliberar essa matéria com quórum mais elevado do que o de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Passamos para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2. Constou da pauta em 25/4/2017; após leitura do relatório, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Consulto o Senador José Medeiros se S. Exª pode fazer a leitura do relatório *ad hoc* desta matéria, que é pela aprovação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Item 3.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se V. Exª me permitir, passo direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas a e f, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e ao direito ambiental.

Com relação ao mérito, o autor da proposição almeja reduzir o derrame de chorume por caminhões de lixo, que tem se tornado prática cada vez mais comum em muitos Municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O chorume é o líquido resultante do processo de putrefação de matérias orgânicas e o seu derramamento contamina solos e recursos hídricos.

Desse modo, apesar de a Lei de Crimes Ambientais disciplinar de maneira genérica o crime de poluição, torna-se necessário empregar maior empenho e coerção para obstar o derrame de chorume e acrescentar essa conduta no rol dos crimes de poluição.

Sendo assim, consideramos que a proposição aperfeiçoa a legislação ambiental e promove a defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, votamos pela sua aprovação.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2016.

É o que há, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Pedro Chaves com a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu poderia pedir vista desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não. Já foi pedida vista na reunião passada e já foi... Inclusive, já havia sido feita a leitura do relatório.

Aproveitei que o Senador José Medeiros aceitou o convite para fazer a leitura para também socializar com os membros da Comissão que não estavam na semana passada.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Eu posso fazer um requerimento para voltar a discutir daqui a quinze dias?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador, nós fizemos, na semana passada, uma orientação da Comissão no sentido de que nós só receberíamos notificação a esta Mesa se fosse um memorando encaminhado pelo gabinete de V. Exª.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – É que há um projeto mais abrangente do este, que estou achando um pouco restrito.

Mas se for essa a decisão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu acho que poderíamos votar essa matéria que está. Ela ainda vai para a CCJ, ainda vai tramitar em outras Comissões, e poderia apensar em outra Comissão.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Então está ótimo. A minha preocupação era essa, porque...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não, ela não é terminativa.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Então está bem.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu só queria também expressar aqui a minha preocupação com relação à ampliação dessas penalidades, haja vista que a própria legislação em vigor acerca de crimes ambientais já estabelece as penalidades compatíveis, na minha opinião, para esse tipo de atividade.

Deseja o autor da proposição ampliar essas penalidades para uma pena de reclusão de um a cinco anos quando o crime ambiental ocorrer por derramamento de chorume. Parece-me, com toda sinceridade, que isso é, de fato, exagerado, e a preocupação do Senador Pedro Chaves se justifica. Essa é uma questão hoje extremamente difundida e extremamente problemática, porque, em determinados momentos, isso pode ocorrer de forma indesejada pelos operadores que efetivamente estão operando essa questão do lixo e do chorume e coisa parecida e necessária.

Portanto, eu queria me associar ao Senador Pedro Chaves, que, pelo que me parece, tem as mesmas preocupações que estou aqui a mencionar, para que esse projeto pudesse ser melhor discutido, sobretudo nesta Comissão, não com o objetivo de aprovar aqui e termos outras comissões para deliberar essa matéria. Acho que temos que deliberar aqui, sim, sobre o alcance dessa alteração, sobre as suas peculiaridades específicas e sobre o que isso pode acarretar no sentido da alteração da legislação, que, no meu entendimento, já disciplina, vem atendendo.

Nunca na minha vida de prefeito – fui prefeito durante uns bons anos consecutivos – eu me deparei com uma questão dessa, que merecesse, vamos dizer assim, uma ampliação da legislação e das penalidades para esse tipo de atividade. Portanto, eu também acho que esse projeto merece uma análise mais específica e mais objetiva com relação a essa ampliação da penalidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Eu queria tentar atender em parte o pleito do Senador Pedro Chaves e do Senador Dário Berger. Que a gente encerre a discussão no dia de hoje e não coloque em votação a matéria para que ela suba como prioridade para a próxima reunião. Aí haverá mais tempo para discutir e para encaminhar regimentalmente o que cada Senador desejar fazer com essa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pode ser assim, Senadores?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Pronto.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão da matéria e adiamos a sua votação para a próxima reunião.

Passamos para o item 4. A matéria é não terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 384, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

Autoria: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador José Medeiros.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

1. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

2. Constou da pauta da 25/04/2017; retirado de pauta a pedido do relator.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador José Medeiros, para a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com sua permissão, passo direto à análise, Presidente.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, controle da poluição, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Informamos que não apreciaremos os aspectos de juridicidade e regimentalidade da proposição, por ser competência da CRA analisar o projeto em decisão terminativa. Entretanto, nos sentimos obrigados a examinar um dos aspectos relativos à constitucionalidade.

Inicialmente, cabe apontar, com relação ao mérito, que o PLS nº 384, de 2016, tem por objetivo dar impulso à expansão de energia eólica e solar e possibilitar que se capitalizem os pequenos produtores rurais portadores dos títulos de domínio, concessão de uso ou concessão de direito real de uso (CDRU). Para isso, busca alterar a Lei nº 8.629, de 1993, conhecida como Lei da Reforma Agrária.

Salientamos que a geração de eletricidade por meio da energia eólica e solar contribui para a manutenção do nível das reservas hídricas das hidrelétricas, colaborando, assim, para a preservação dos recursos hídricos, além de substituir a utilização de termelétricas, reduzindo, em consequência, a produção de CO_2, gás gerador do efeito estufa.

Todavia, observamos algumas deficiências na redação e no mérito da proposição.

Em primeiro lugar, o texto do parágrafo único proposto para o art. 21 da Lei nº 8.629, de 1993, entra em conflito direto com o texto original desse artigo – que passaria a ser o *caput* –, sendo, portanto, necessário realizar ajustes para harmonizá-los.

Além disso, a ementa do projeto não parece refletir acuradamente o teor do projeto. Com efeito, ela apresenta como facultativa a autorização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para celebração de contratos para a exploração de energias alternativas, enquanto a redação dada ao parágrafo único do art. 21 da Lei nº 8.629, de 1993, torna a referida autorização obrigatória.

Ao mesmo tempo, consideramos que, na presente forma, a proposição desvirtua a função da reforma agrária de manter a população rural no campo para conter a migração para os grandes centros urbanos e incentivar a agricultura familiar, responsável pela maior parte dos alimentos consumidos em nosso País. Dever-se-ia autorizar tal celebração de contratos apenas como forma complementar às atividades agrossilvipastoris ou extrativistas desenvolvidas no imóvel rural. Deixamos ao regulamento a especificação técnica dos limites precisos dessa complementaridade.

Dessa forma, evitar-se-ia que a exploração de energia eólica e solar se tornasse a atividade principal da área, o que contribuiria para o agricultor migrar para as cidades por ter como meio de sustento a renda obtida pelo arrendamento das terras para a produção de eletricidade.

Finalmente, do ponto de vista constitucional, a proposição determina ao órgão do Poder Executivo função específica, o que é atribuição privativa do Presidente da República. Portanto, também será necessário alterar, além do art. 1º da proposição, a ementa.

Sendo assim, consideramos necessária a alteração do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2016, por meio de emenda substitutiva que modifique a sua redação, para estabelecer como exceção à proibição geral veiculada no *caput* do art. 21 a celebração de contratos para exploração de energias alternativas de forma complementar às atividades agrossilvipastoris ou extrativistas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

desenvolvidas no imóvel rural, desde que autorizada pelo órgão federal competente para a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, na forma do regulamento.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2016, na forma da seguinte emenda substitutiva. Aí vem a emenda, justamente descrevendo aquilo que já lemos na análise.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada. O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2016, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Reforma Agrária para prosseguimento da tramitação.

Nós recebemos um memorando sobre o item 5 da pauta, Projeto de Lei nº 148, conforme estabelecido na reunião passada, o Memorando nº 39, de 2017, do Gabinete do Senador Ronaldo Caiado, pedindo a retirada de pauta do PLS nº 148, de 2011:

> Sr. Secretário,
> Venho solicitar de V. Sª a retirada de pauta do PLS nº 148, de 2011, que *altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário*.
> Atenciosamente,
> Senador Ronaldo Caiado (DEM - GO).

A matéria está retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, de 2011

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.

Autoria: Senador Cyro Miranda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta e pela rejeição das emendas nº 1-CRA e nº 2-CRA.

Observações:

1. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;

2. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1-CRA e 2-CRA;

3. Constou da pauta em 25/4/2017; Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria.

)

Recebemos também um requerimento.

Senador Jorge Viana, como V. Exª está presente na Comissão, vamos ao item 12 da pauta, que é um item terminativo.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações:

1. Constou da pauta em 15/04/2017; Adiado.

Eu indago a V. Exª se V. Exª deseja fazer a leitura do relatório para anteciparmos a matéria, para que, na próxima semana, com quórum qualificado, possamos votar já, feita a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sem dúvida, Sr. Presidente. Acho que é bem oportuno.

Fui um dos proponentes e fui membro titular de uma comissão criada para apreciar e acompanhar o desastre e o desdobramento daquele desastre que nós tivemos em Mariana.

O trabalho da comissão levou o Senador Ricardo Ferraço, que é do Espírito Santo, e o Senador Anastasia a apresentarem um conjunto de propostas que visam a dar maior segurança para as barragens e, especialmente, para as populações que vivem no entorno dessas obras. No Brasil, nós temos 17 mil barragens.

Eu fui designado Relator da matéria e apresentei 16 emendas ao projeto do Senador Ricardo Ferraço, não modificando-o – não é um substitutivo –, mas porque é uma proposta muito técnica, é preciso ter muito cuidado nos termos usados, na conceituação.

Eu queria, então, aqui fazer um registro da importância de essa matéria ter deliberação já na próxima reunião, com quórum, porque ela é terminativa aqui na Comissão de Meio Ambiente. O projeto tem como base o relatório da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens da Casa, que foi a comissão a que me referi, criada após o pior acidente já ocorrido na mineração brasileira, o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015.

A Barragem de Fundão, administrada pela empresa Samarco, rompeu-se, liberando 34 bilhões de litros de rejeitos, de minério de ferro, água e outras substâncias e materiais, e devastou grande parte da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. O desastre causou a morte de 19 pessoas e graves impactos socioambientais.

A importância que nós damos a essa matéria é pela quantidade de barragens que temos, como disse ainda há pouco: são 17 mil barragens no Brasil, e nós temos um sistema nacional para gestão da segurança dessas importantes obras.

Então, o projeto faz uma avaliação da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB) e, finalmente, propõe soluções e medidas. Procura suprir lacunas da Lei nº 12.334, de 2010, aprovada há cinco anos, que trata da segurança das barragens, das obrigações dos empreendedores e da atuação dos órgãos de fiscalização em segurança de barragens, entre outras inovações.

Cito algumas alterações previstas no projeto.

A explicitação da responsabilidade civil objetiva do empreendedor.

Também, com o meu relatório, com as propostas de modificações e a intenção do Senador Ricardo Ferraço, procuramos agilizar o pagamento de reparação.

A criação do Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens para articulação dos órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas no tema de segurança de barragens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Obrigatoriedade da contratação de seguro – e essa parte é muito importante, a maioria dessas obras não tem seguro, e nós estamos propondo a obrigatoriedade de contratação de seguro ou a apresentação de garantia financeira para cobrir danos a terceiros ou ao meio ambiente.

A obrigatoriedade de – também, de novo – contratar ou apresentar garantias financeiras para custear a desativação das barragens destinadas à disposição final ou temporária de resíduos industriais ou de rejeitos de mineração. São dois tipos de barragem, portanto, a modificação tem que levar em conta essas características.

O estabelecimento de sanções administrativas e penais para empreendedores.

A exigência, por parte do órgão fiscalizador, de que projetos de barragem de dano potencial associado alto sejam validados por profissionais independentes de notória especialização.

Criação de um comitê técnico para análise de acidentes com barragens, nos moldes do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa).

Aumento da participação da população e dos órgãos de proteção e defesa civil na execução dos planos de emergência (PAE), de forma a garantir maior efetividade nas medidas de evacuação de emergência em caso de acidente.

Criação de um canal de comunicação por meio do qual a população poderá denunciar situações de fragilização da segurança de barragens para auxílio do trabalho dos órgãos fiscalizadores.

Alteração da Lei nº 9.433, de 1997, para dotar o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) de novos instrumentos para o exercício de sua atribuição legal de zelar pela implantação da Política Nacional de Segurança das Barragens.

O projeto é meritório, porém, pode ser aprimorado com o acolhimento das emendas que apresento, elaboradas após a apreciação de sugestões das áreas técnicas, da Agência Nacional de Águas (ANA) – eu fiz questão de buscar o apoio, o respaldo da ANA (Agência Nacional de Águas), o mesmo nós fizemos com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ambos órgãos fiscalizadores do plano nacional de segurança das barragens e do Grupo de Trabalho Mineração, da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, entre outras instituições.

O voto é pela aprovação das 16 emendas com as alterações, cuja leitura plena eu entendo talvez não ser necessário fazer. Por exemplo, algumas alterações que estou propondo com as 16 emendas: reduzir de 15 para 10 metros a altura mínima do maciço de barragens; aperfeiçoar a definição de empreendedor; incluir o instituto do registro para que as centrais hidrelétricas, geradoras hidrelétricas, empreendimentos com até 3 megawatts de potência instalada se submetam à fiscalização da Aneel; padronizar a redação para "dano potencial associado alto"; definir que fique a critério do órgão fiscalizador a exigência de avaliação do Plano de Segurança da Barragem por profissionais, no caso, independentes e de notória especialização em segurança de barragens; atribuir ao Sistema Nacional de Segurança de Barragens a manutenção de informações sobre incidentes e acidentes de barragens; substituir o termo "fiscalização" por "inspeção".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqui temos também um conjunto de medidas que estou propondo, fazendo ajustes nas terminologias.

Por fim, "embargo provisório ou definitivo, parcial ou total, de obra ou atividade", estou fazendo essas alterações; modificar o valor mínimo – vejam só, Srªs e Srs. Senadores –, estou propondo a modificação do valor mínimo da multa a ser cobrada para R$1.000, no lugar de R$50. Hoje a multa é de R$50, irrisória, não possui poder coercitivo para alterar a conduta do empreendedor infrator.

Incluir as "medidas de prevenção" entre as condutas previstas no crime; substituir o termo "órgãos de proteção e de defesa civil" por "órgãos do SINPDEC", que é o sistema equivalente ao Cenipa; definir prazo de dois anos para a apresentação da garantia financeira ou seguro.

Bem, Sr. Presidente, eu citei algumas das modificações que estou propondo no PLS nº 224, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço. Penso que, conforme V. Exª está organizando, fica aqui feita a leitura, os esclarecimentos. Obviamente, na próxima reunião, quando será votada, por questão de quórum, fico à disposição para os esclarecimentos necessários.

Agradeço, Sr. Presidente. Esse é o meu parecer favorável ao projeto com as 16 emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – A matéria está em discussão.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço e também o Senador Jorge Viana pela relatoria desse projeto.

De fato, eu não me inteirei do projeto, mas percebo a sua complexidade, Senador Jorge Viana. Realmente, esse assunto que me parece que não se esgota aqui.

Dentre os vários aspectos que eu pude observar no relatório de V. Exª, me causou especial interesse aprimorar um pouco o meu conhecimento a respeito da limitação que V. Exª propõe na altura das barreiras propriamente ditas. Como falei a V. Exª, não estou exatamente inteirado da matéria, mas essa legislação que nós estamos propondo agora seria para todo tipo de barragem? Seria para hidrelétricas também ou seria só especificamente para barragens do setor mineral, em que há mineradores, como aconteceu no caso de Mariana? Porque me parece que reduzir a altura dessas barragens a dez metros, que foi o que percebi, impediria o Governo de autorizar projetos que possivelmente seriam relevantes, importantes para a economia nacional.

Essa é uma das minhas dúvidas. Não sei se V. Exª consegue explicar melhor como seria essa medida de redução, imaginando que tenha como pano de fundo uma maior prevenção para que acidentes como aquele de Mariana não voltem a ocorrer.

Portanto essa é uma das dúvidas que eu tenho. Certamente esse projeto não é terminativo aqui, não é? É terminativo aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – É terminativo. Nós estamos discutindo para votarmos na próxima semana com quórum.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Vou tentar esclarecer V. Exª, que talvez já ajude um pouco a...

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, por favor, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O que houve foi muito grave. Nós temos 17 mil barragens no País, e estamos aperfeiçoando uma lei que não alcançou Mariana, a Barragem do Fundão. Tivemos perda de vidas, 19 pessoas morreram, e um dano irreparável. Só o tempo pode recompor parte do que perdemos na bacia de um dos principais rios do Sudeste brasileiro, o Rio Doce, mas a ideia de reduzir o alcance da lei de 15 metros para 10 é para termos maior cuidado mesmo. Uma barragem de 12, 13, 14 ou 15 metros ficava fora.

Esclareço a V. Exª que, para os rigores que estamos pondo, inclusive de garantia e de seguro, só entrarão...

A lei vai abranger todas as barragens no sentido de segurança sem maiores custos, nenhum custo, só para alcance, mas as exigências que estamos fazendo são exclusivamente para barragens que estão na categoria de alto risco e dano potencial. Então só vai alcançar barragens... É um termo técnico com que os órgãos competentes já trabalham. Então, obviamente, barragens de mineração que tenham, no caso, risco alto de dano potencial.

Quando se faz a caracterização, não alcança um conjunto de milhares de barragens do Brasil que não estão nessa categoria de alto risco, seja pelo que reservam, seja do que tratam. Então, esse cuidado o projeto tem. E não vai haver maiores...

Veja bem, o que ocorreu lá? Ocorreu um acidente, não havia recursos para reparar as famílias e o meio ambiente. E ficou o Ministério Público entrando com ações.

Agora, barragens que estejam nessa categoria de risco alto e dano potencial alto para o meio ambiente e para a vida, para as pessoas, aí sim, deverão ter uma salvaguarda. Deverão ter seguro ou garantia financeira para levar em conta a categoria, senão nós não teremos o que fazer para reparar eventuais danos. Então, é com esse propósito que, com cuidado, ouvindo inclusive a Aneel e a Agência Nacional de Águas, que são as agências que trabalham com isso, nós fizemos esses ajustes, sem criar nenhum problema, nenhum obstáculo para outros tipos de barragens, que são também milhares no Brasil para a geração de energia, mas que não estão nessa categoria de alto risco e potencial dano.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem, eu me sinto satisfeito com a explicação do Senador Jorge Viana, e tira de mim uma grande preocupação, que certamente seria de V. Exª e também do Senador Ricardo Ferraço, que é um ilustre Parlamentar do Senado Federal. Só me causou uma certa espécie, porque eu me lembrei logo das maiores hidrelétricas que nós temos no mundo. Se eu não me engano, só a hidrelétrica de Itaipu tem 200 metros, ou cento e tantos metros de altura, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

maneira que esse fato me chamou bastante atenção, e eu me dou por satisfeito com a explicação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Senador Dário, se V. Exª está contemplado, nós poderemos adotar dois mecanismos sobre essa matéria de Relatoria do Senador Jorge Viana. Nós continuaríamos com a discussão; suspenderíamos a discussão da matéria, para nós tratarmos na semana que vem; concluímos a discussão com a presença de outros Senadores que possam querer debater o assunto, inclusive com a presença do autor da matéria, Senador Ricardo Ferraço, que tem interesse nessa matéria, até para aprofundar os esclarecimentos para esta Comissão, com o autor e o Relator presentes. Isso sem que V. Exª pedisse vista, porque eu estava entendendo que V. Exª tinha algumas dúvidas e poderia pedir vista. Uma coisa não prejudicaria a outra. Se a gente colocasse, deixasse ainda aberta a discussão para a semana que vem, a gente não teria o perigo de, na semana que vem, outro Parlamentar pedir vista, adiando a matéria para a outra semana.

Então, eu queria sugerir que a matéria continuasse em discussão, nós suspenderíamos a discussão da matéria e adiaríamos a votação, já que nós precisamos de quórum qualificado para a próxima semana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Se V. Exª me permite, eu acho que é adequado que façamos isso. É uma matéria complexa. É bom que a gente retome. Ela é terminativa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Isso.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E eu faço questão, inclusive, de ver se combino, V. Exª também, com o autor do projeto, que é o Senador Ricardo Ferraço. Esse projeto é resultado de uma comissão que tinha o Ricardo Ferraço, Anastasia, eu fazia parte também da comissão e que funcionou aqui no Senado para avaliar o desastre de Mariana e pensar o que fazer para que outros desastres possam ser evitados. Então, ele é muito meritório por esse aspecto, mas, de qualquer sorte, é muito importante que também tomemos todos os cuidados para que a gente não só burocratize, não só crie dificuldades, pois o que nós estamos buscando aqui realmente é trabalhar a área da segurança para as populações e para o meio ambiente, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Esse é o intuito desta Presidência, justamente para que a gente não faça o debate com a presença de poucos Senadores, não encerre a discussão. Então, nesse sentido, a gente suspende a discussão da matéria, adia a matéria por conta de ela ser um projeto de lei terminativo, e fica como prioridade para a próxima reunião. E solicito à Secretaria da Comissão que informe ao Senador Ricardo Ferraço da importância da presença dele na próxima reunião, como autor da matéria, haja vista todos os encaminhamentos colocados aqui na Comissão.

Então, não havendo número suficiente de Senadores presentes, tratando-se de matéria terminativa, fica adiada a votação para a próxima reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inclusão de item extrapauta.

Encontra-se sobre a mesa o Requerimento nº 18, de 2017, de autoria do Senador Jorge Viana.

Consulto os Senadores e as Senadoras se podemos incluí-lo para apreciação como matéria extrapauta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão da matéria extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Incluída a matéria extrapauta proposta pelo Senador Jorge Viana.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 18, de 2017

- Não terminativo -

REQUEIRO, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a realização de audiência pública, na Comissão de Meio Ambiente – CMA, entre 22 e 26 do corrente, para debater o uso de técnicas inovadoras na pesquisa médica sem animais e o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2014, de autoria do Deputado Ricardo Izar, que está sob minha relatoria na CMA, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros nomes:

- Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC;

- Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – ABIHPEC;

- Diretor do Departamento de Pesquisa e Toxicologia da Organização Internacional Humane Society, Dr. Troy Seidle;

- Representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, Dra. Vânia Plaza Nunes.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Passo a palavra ao Senador autor do requerimento, para fazer a defesa da matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só queria esclarecer para os colegas: essa matéria – eu também sou membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia – teve a Relatoria do Randolfe naquela Comissão e agora está aqui na CMA, que é de mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que nós estamos discutindo é um projeto do Deputado Ricardo Izar, da Câmara dos Deputados, de 2014. Nós estamos discutindo o uso ou não uso de animais no desenvolvimento de produtos cosméticos.

Hoje há um movimento contra o uso de animais, porque existem, inclusive, tecnologias inovadoras atestando que não é necessário fazer uso de animais para o desenvolvimento de produtos cosméticos, e a indústria de higiene pessoal, de beleza, cosméticos, é uma das que mais crescem no mundo – não é só no Brasil.

Eu peguei essa Relatoria e estou analisando com muito cuidado, porque há também movimentos no Brasil, no mundo inteiro, em defesa dos animais, que procuram evitar ao máximo o uso de animais no desenvolvimento de pesquisa. Claro, quando se trata do desenvolvimento de medicamentos, da pesquisa voltada para a saúde humana, isso tem regulamentação. Nós estamos falando exclusivamente da indústria cosmética.

Para evitar qualquer problema, eu estou propondo, antes de dar meu parecer, que se faça uma audiência pública, trazendo especialistas da área, do Governo, da indústria que trabalha com higiene pessoal, para poderem, aqui, no plenário do Senado, da Comissão, apresentar as suas razões em defesa do uso de animais nessas pesquisas. E traríamos também aqueles que, do ponto de vista técnico, científico, são contra o uso de animais, porque acham que já temos tecnologia e alternativas para isso. O Dr. Troy vai estar no Brasil nesta semana. Ele é o Diretor do Departamento de Pesquisa e Toxicologia da organização internacional que trata desse tema. Então, ele é um dos maiores especialistas do mundo nesse tema, e eu estou propondo essa data para ver se seria conciliável, para termos uma pessoa com a qualificação dele aqui no Senado, ajudando-nos a fazer esse debate. Também estamos trazendo a representante do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal.

Então, nós teremos a indústria se pronunciando, o Governo se pronunciando, técnicos especialistas na área fazendo um debate aqui no Senado para que eu possa fazer melhor juízo e, assim, apresentar meu relatório nessa matéria, que é complexa, que envolve um setor econômico importante, mas também temos de zelar pelo cuidado, pela proteção dos animais. É este o papel que eu pretendo fazer no meu relatório: levar em conta o que for apresentado e trazer um parecer que possa modernizar a legislação brasileira com relação ao que ocorre nos outros países. Mas também que a gente não venha pôr uma parcela da sociedade toda que se posiciona contrariamente ao uso de animais nesse tipo de pesquisa... Então, este é o meu propósito com esse requerimento.

Acho que é bem pertinente que a audiência ocorra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Sr. Presidente, Sr. Senador Jorge Viana, esse requerimento e esse projeto não passaram já pelo Senado? Porque eu votei contra esse projeto – eu, a Simone, se eu me lembro –, um projeto semelhante a esse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É porque ele passou na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Ah, foi lá, então, que eu votei.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Agora está aqui.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Continua em discussão o requerimento extrapauta apresentado pelo Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação o requerimento que propõe uma audiência pública com os respectivos convidados.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento. Iremos combinar com o Senador Jorge Viana a melhor data desse período que ele sugeriu no requerimento.

Eu gostaria de comunicar aos Senadores que os itens que nós temos ainda na pauta do dia de hoje são todos terminativos; ficam, portanto, adiados para a próxima reunião, na próxima semana. Alguns estão já com a sua leitura feita e encerrada a discussão; em outros, como no caso desse de Relatoria do Senador Jorge Viana, que trata das barragens, a discussão continua aberta para que a gente possa fazer um belo debate na próxima reunião e discutir essa matéria, que é muito importante para a sociedade brasileira, na proteção da sociedade.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião da Comissão de Meio Ambiente.

(*Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 4 ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2017, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e nove minutos do dia nove de maio de dois mil e dezessete, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Rocha, Acir Gurgacz, Regina Sousa, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Cidinho Santos, Telmário Mota e Pedro Chaves; presentes ainda os Senadores Romero Jucá, José Pimentel, Fátima Bezerra, Vicentinho Alves e Paulo Paim, não membros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão, Roberto Muniz e João Capiberibe. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Sen. Cristovam Buarque (*Ad hoc*), substituiu Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2011 - Não Terminativo - que: "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2016 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB." Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Sen. Jorge Viana. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - TRAMITAÇÃO CONJUNTA - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, de 2012 que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para alargar a faixa não edificável ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias." Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. – TRAMITA EM CONJUNTO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, de 2014 - Terminativo – "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos" Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição do PLS 408/2012 e pela aprovação do PLS 66/2014, na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2014 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para garantir a reprodução das cheias naturais a jusante dos reservatórios operados por agentes públicos e privados." Autoria: Senador Kaká Andrade. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo – que: "Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura." Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Sen. Valdir Raupp. Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo – que: "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Sen. Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." Autoria: Senador Eunício Oliveira. Relatoria: Sen. João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, de 2014 - Terminativo – que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Sen. Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 19 de 2017 - Não Terminativo - que: "Nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 405 de 2011, requeiro a esta Comissão solicitar ao Tribunal de Contas da União informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3, tendo em vista as denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina, nos seguintes aspectos: a) falhas no projeto ou na execução da obra; b) riscos de danos ou impactos ambientais de sua operação; e c) riscos de acidentes e danos humanitários." Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 2/5/2017.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência propõe a inversão da ordem de pauta. Consulto os Senadores se podemos inverter a ordem de pauta para apreciar o item 2, que tem relatoria do Senador Valdir Raupp, o PLS 405, de 2011?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, este é um projeto de minha autoria, que eu reputo que seria muito importante para o Brasil. Claro que pode ser uma pretensiosidade, mas não é. Eu sou favorável que no futuro a energia nuclear vai ser um instrumento fundamental, mas, por enquanto, é um instrumento arriscadíssimo, como já vimos por algumas tragédias no mundo.

O meu projeto prevê uma moratória de 30 anos para a energia nuclear. Durante os 30 anos se investiria muito em tecnologia para depois podermos fazer centrais nucleares – que acho que vamos ter que fazer – com tranquilidade.

O parecer do Senador Valdir Raupp é contrário. Eu não vou discutir, até porque não há Senadores presentes. O que eu gostaria era de pedir uma inversão para discutir um requerimento que eu fiz no sentido de que ouçamos do Tribunal de Contas se há ou não falhas no projeto ou na execução da obra de Angra 3, se há riscos de danos ou impactos ambientais em sua operação e riscos de acidentes e danos humanitários.

Eu faço isso com base... Aqui todos sabem que houve corrupção na construção de Angra 3. O presidente da empresa chegou a ser preso, um almirante, que é algo importantíssimo no Brasil. Ser almirante no Brasil é como ser Ministro do Supremo, é como ser... É um dos cargos mais elevados. Ele chegou a ser preso. E eu me pergunto: para haver propina, aumenta-se superfaturamento da obra sem mexer na segurança ou reduz-se a segurança?

Eu tenho impressão de que, antes de os Senadores darem os seus votos para o parecer do Senador Raupp, nós poderíamos estar informados se isso, de fato, trouxe ou não prejuízo para a obra de Angra 3. Então, eu gostaria de pedir a inversão da pauta, pedir que votássemos o requerimento de informações – não é audiência –, ao Tribunal de Contas. Só depois de recebermos isso é que votaríamos o parecer do Senador Raupp. Esse é o meu pedido: mudar a ordem da pauta e votarmos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Esta Presidência consulta, então, os Senadores sobre a inclusão no RMA nº 19, de 2017, como item extrapauta e também a sua apreciação antes do item 2, pois se trata de um requerimento para instrução do PLS 405/2011.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 19, de 2017
- Não terminativo -

Nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, requeiro a esta Comissão solicitar ao Tribunal de Contas da União informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3, tendo em vista as denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina, nos seguintes aspectos:

a) falhas no projeto ou na execução da obra;

b) riscos de danos ou impactos ambientais de sua operação; e

c) riscos de acidentes e danos humanitários.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Com isso, então, quero conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para fazer o encaminhamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – O meu encaminhamento é muito simples, Senador. Em princípio, eu temo profundamente por obras atuais de energia nuclear. Reconheço que é mais limpa, mas os riscos são de consequências dramáticas.

Eu quero dizer aqui, Senador, que eu fui a Chernobyl alguns anos atrás, eu fui a Fukushima, eu estive em Goiânia quando houve aquele acidente com minúsculas partículas nuclearizadas e eu vi os estragos da energia nuclear, eu li sobre isso e me assusto quando vejo obras de energia nuclear no mundo hoje. Eu creio que, no futuro, será a fonte principal de energia, mas, no presente, eu vejo dois riscos muito grandes: o risco da estrutura civil, que, no caso de Fukushima, não resistiu a um terremoto e, no caso de Chernobyl, não resistiu à irresponsabilidade dos que construíram a obra e dos que a administravam. Por isso, eu temo muito quando vejo Angra ali no meio, entre São Paulo e Rio de Janeiro, onde está uma parcela imensa da população brasileira.

Não tivemos nenhum problema até hoje e não defendo fechar, embora a Alemanha tenha fechado as centrais nucleares, e lá eles dependem muito. Aqui só 3% da nossa energia elétrica vem das centrais de Angra dos Reis, mas o que eu temo muito é que há, sim, demonstrações claras de que houve propina nas licitações de Angra 3. Isso está provado. Como eu disse há pouco, o Presidente da Eletronuclear foi preso. Não é brincadeira prender o Presidente da Eletronuclear, almirante da nossa Marinha. Não foram simples suspeitas. Essa constatação da propina é que permite uma suspeita: se houve ou não relaxamento na segurança para tornar mais fácil a empresa vencedora ganhar a licitação. Eu não estou dizendo que houve. Pode ser que, em vez de reduzir o grau de segurança pelas dimensões do concreto, tenham aumentado o custo, ou seja, um sobrefaturamento sem redução das exigências de segurança. Pode ter havido. Eu só quero apurar.

E gostaria que, antes de votarmos o parecer do Senador Raupp, que é contrário ao meu projeto, os Senadores tivessem acesso a esse requerimento. Então, nos termos do inciso VII do art. 71 da nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 405 de 2011, requeiro a esta Comissão solicitar ao Tribunal de Contas informações acerca do grau de comprometimento ou não na segurança de Angra 3, tendo em vista as denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina, buscando três itens: se houve falha no projeto ou na execução da obra; se houve riscos de danos ou impactos ambientais na sua operação futura; e se há riscos de acidentes e danos humanitários.

Esse é o meu pedido.

A minha sugestão é que o Presidente da Comissão faça o requerimento de informações ao Tribunal de Contas, que essas informações sejam distribuídas aos membros desta Comissão, e aí, sim, possamos votar o parecer do Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Cristovam, eu não sei se também seria pretensão de V. Exª, mas quem sabe a gente poderia até propor, em outro momento – V. Exª mesmo apresentando um requerimento –, uma visita desta Comissão *in loco*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Creio que seria muito interessante.

O Senador Jorge Viana, na última reunião aqui, disse que houve uma visita nesse sentido algum tempo atrás. Eu creio que sim, vale a pena uma visita, mas os olhos não percebem, até porque a obra nem existe ainda, não está pronta; e, se existisse, não dá para a gente ver se as dimensões do concreto são corretas. Eu creio que o Tribunal de Contas é capaz de nos dar informações. Mas aceito muito bem fazer a visita.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – A sugestão seria exatamente que o Tribunal de Contas fizesse todo o relatório e que esta Comissão fizesse a visita *in loco* com o próprio Tribunal de Contas, com os técnicos do Tribunal de Contas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Com muito prazer. Eu gostaria de ser incluído nessa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Isso. Mas V. Exª poderia depois, então, fazer um requerimento para...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Farei.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – E aqui nós já vamos, então, votar esse requerimento de V. Exª.

Consulto os Senadores se concordam com a proposição do requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu imagino que fica implícito o adiamento da votação do parecer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Foi aprovado, e a tramitação do PLS 405, de 2011, fica suspensa na Comissão, nos termos do inciso IV do art. 118 do Regimento Interno, para aguardar as referidas informações propostas por V. Exª no requerimento.

Determino, então, à Secretaria que encaminhe o requerimento ao TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Enquanto o Senador Cristovam analisa um outro projeto que a gente gostaria de ler, eu gostaria também de, como mato-grossense, informar a toda a população brasileira que hoje é aniversário do meu Estado: 269 anos de Mato Grosso. Mesmo após a divisão, nós ainda somos um Estado com 900 mil quilômetros quadrados. Mato Grosso tem uma população relativamente pequena, 3,5 milhões de habitantes, mas é um Estado que a cada dia tem se tornado campeão em produção, principalmente das *commodities* agrícolas, com índice de produtividade muito alto.

E é bom registrar também que a Embrapa, que fez aniversário na semana passada, foi fundamental para o desenvolvimento dessas pesquisas. Por isso, hoje, Mato Grosso tem o maior rebanho bovino, tem a maior produção de soja do Brasil, de milho, enfim, de todas as *commodities* agrícolas.

E também, nesta semana, no dia cinco, é o aniversário de Marechal Rondon, que a gente precisa aqui registrar, visto que, às vezes, Senador Cristovam, a gente vai para fora, a outros países, e vê o quanto Marechal Rondon é reverenciado. E aqui nem sempre é da mesma forma. Marechal Rondon nasceu numa localidade bem próxima de Cuiabá, em Mimoso. Lá, inclusive, foi começada a construção de um grande centro de eventos pelo Governador Dante de Oliveira e, até hoje, está lá meio abandonado.

Como ele nasceu naquela comunidade... Inclusive, eu trabalhei bastante para fazer uma via alternativa de Rondonópolis a Cuiabá. Hoje, a ligação de Rondonópolis a Cuiabá é pela BR-163, sendo que em Rondonópolis também se sobrepõe à 364 e ainda à 070 lá na Serra de São Vicente. Então, Cuiabá-Rondonópolis infelizmente é o trecho em que mais acidentes frontais existem no Brasil.

Então, a obra de duplicação está sendo feita, mas essa nova alternativa saindo de Rondonópolis, passando por São Lourenço de Fátima, Mimoso, onde nasceu Marechal Rondon, chegando a Cuiabá é a mesma distância, mas com uma vantagem: é a estrada que eu sempre coloquei como a primeira estrada verde de Mato Grosso, uma estrada em que você teria a oportunidade de, na mesma distância que tem de Cuiabá, estar contemplando as belezas do Pantanal, que é um patrimônio da humanidade.

Desses 200km, já temos aproximadamente 130km prontos. Então, o governo passado contraiu um financiamento do BNDES, um programa do MT Integrado, para levar uma via de asfalto a todas as cidades mato-grossenses. Trocou o governo, e a obra está parada. Mas eu espero e quero fazer inclusive aqui um apelo ao Governador do Estado, Pedro Taques, porque é a sociedade que está perdendo principalmente a possibilidade de valorizar o Pantanal. Então, é uma estrada que é fundamental e que já está há mais de dois anos parada, e com recursos contratados no BNDES. Então, espero que o Governador tenha agilidade para concluir essa obra. É muito importante para Mato Grosso.

E, ainda, V. Exª, como intelectual, sabe bem o que foi o papel de Marechal Rondon para interligar este Brasil todo, com o telégrafo, na comunicação e também como grande indigenista que foi. Então, por todos esses aspectos, eu quero aqui fazer a minha referência a esse momento do aniversário de nascimento do Marechal Rondon.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

E também, na segunda-feira, nós teremos o aniversário de Várzea Grande, que é onde fica o Aeroporto Marechal Rondon. Todos que vão a Cuiabá descem primeiro em Várzea Grande. E Várzea Grande está fazendo 150 anos no dia 15 de maio. A Prefeita, esposa do nosso companheiro Senador Jayme Campos, é a Lucimar Campos, e está fazendo um grande trabalho.

Portanto, eu quero parabenizar aqui também toda a população de Várzea Grande pelo aniversário de 150 anos, no dia 15 de maio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permite-me, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro, quero dar os parabéns a Mato Grosso. Eu sou um admirador do seu Estado. Eu sou um admirador por causa das belezas naturais, por causa da dinâmica econômica e por causa de que representa o desbravamento. Sou um admirador. Sou um admirador que percebe que Mato Grosso é um jovem Estado não apenas do ponto de vista político, desses pouco mais de dois centenários, quando temos outros Estados, inclusive o meu de origem, que têm até quatro, cinco séculos. Mas é um Estado que conseguiu ser hoje um dos mais dinâmicos, se não o mais dinâmico, com uma economia potente. Eu tenho uma grande admiração.

Além disso, eu acho que é um simbolismo importante que essa dinâmica se deva à ciência e à tecnologia, como o senhor lembrou, graças à Embrapa. Mato Grosso é um exemplo do papel da ciência, é um exemplo da economia do conhecimento. É interessante que é um produto primário, que a gente chama de *commodities*. É um produto primário, não é um produto do ponto de vista da inovação, como isso aqui que tem alta tecnologia e todo mundo vê porque é novo. Não, a soja como qualquer produto agrícola... Mas aquela soja produzida naquele lugar, com aqueles equipamentos, é prova de uma equação tecnológica da maior qualidade. Então, eu acho que Mato Grosso é a nossa Califórnia, comparando com os Estados Unidos, em que o desbravamento demorou a chegar e que, quando chegou, cresceu.

Por isso, eu queria olhar para o futuro. Eu tenho falado muito, já falei com o senhor, já falei com o Governador mais de uma vez, falei com o ex-Governador Blairo de que Mato Grosso precisa ser também a Califórnia daqui para a frente. E sabe como? Usando todo esse potencial econômico que conseguiu para investir e transformar Mato Grosso num centro de geração de ciência e tecnologia para o futuro. Silicon Valley do Brasil poderia ser ali. Tem todas as condições, a partir de empresas *startups,* de empresas pequenas de jovens, de incentivos aos centros de pesquisas, de uma reforma na universidade, que é necessária lá e no Brasil inteiro para que nossa universidade tenha o compromisso com a inovação.

Não sei se o senhor já percebeu, mas no Brasil um professor universitário se promove pelo número de artigos, não pelo número de patentes. Está na hora de nossas universidades prestigiarem os nossos intelectuais pelas patentes, aqueles da área científica, aqueles da área tecnológica.

Mato Grosso poderia ser uma espécie de Califórnia, daqui para a frente, no sentido de se transformar num grande centro de ciência e tecnologia. Nós temos Campinas avançando nesse sentido, Brasília tem um pouco essa pretensão, mas nenhum outro Estado tem hoje os recursos como tem Mato Grosso. A Califórnia fez isso com o ouro e depois com a produção agrícola que tem também, de maneira surpreendente, apesar de que é quase um deserto grande parte do seu território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu deixo aqui o seu recado – o senhor é um político influente, qualquer dia desses vai ser Governador do Estado – de pequenos investimentos hoje, com a perspectiva de em 20, 30, 40 anos, pois isso não se consegue de um dia para o outro, mas juntando empresas, universidades, centros de pesquisa como a Embrapa, os jovens, que estão sedentos de trabalhar nesse tipo de construção do futuro, para Mato Grosso, quando completar o seu terceiro centenário, daqui a 60, 70 anos, poder ser o grande centro brasileiro de geração de alta tecnologia. Está nas mãos da atual geração de mato-grossenses fazer isso para o futuro. Até lá, parabéns pelo aniversário.

E, para não dizer que não falei, minha admiração pelo Rondon. O Rondon eu colocaria entre talvez os dez maiores brasileiros que nós já tivemos. Desses dez, talvez ele seja o que justificasse, mais que todos, ganhar um Prêmio Nobel da Paz, pelo que ele fez: um homem que desbravou respeitando a natureza; que ocupou respeitando os índios; e que foi o veículo fundamental da grande inovação da comunicação telegráfica.

É verdade que, naquela época, já avançou tão rápido a tecnologia que, quando ele terminou de colocar os postes, já tinha surgido a comunicação sem fio – estava começando, engatinhando. Mas ele é um homem que deve estar na nossa galeria dos grandes brasileiros, e mais, dos heróis, porque ele correu risco de morte durante quase toda sua vida adulta, ao desbravar doenças como a malária, doenças em geral, até mesmo grupos indígenas que desconfiavam da chegada de brancos. Ele é talvez o nosso herói. Entre os seus produtos, está Mato Grosso, do ponto de vista do desbravamento, que por coincidência é onde ele nasceu.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu agradeço muito, em nome de toda a população mato-grossense. A minha cidade natal, Rondonópolis, tem esse nome exatamente em homenagem ao Marechal Rondon. Rondonópolis está na região sul de Mato Grosso.

Nessa linha que V. Exª coloca, nós temos ali três cidades com oportunidades já consolidadas para fazer isso. A cidade de Rondonópolis, com a criação da nova universidade federal. Nós já temos um *campus*, que funciona há mais de 40 anos, e nós estamos no processo de federalização, ou seja, da criação da Universidade Federal de Rondonópolis. Já tivemos a mensagem da Presidente da República. Já está tramitando na Câmara dos Deputados. Nesta semana, é a última comissão, a Comissão de Constituição e Justiça. Já passou em todas as outras comissões. É exatamente nessa linha que eu já até convidei V. Exª para ir a Rondonópolis quando a gente tiver consolidado a criação da universidade para, inclusive, nos ajudar exatamente nessas vertentes, que possamos fazer uma universidade inovadora, o que eu acho que é o importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Da mesma forma, temos em Cuiabá, em Várzea Grande, um grande centro de tecnologia ainda em construção; e a cidade de Sinop, cuja prefeita inclusive está aqui hoje, a Rosana Martinelli, onde temos o *campus* de pesquisa da Embrapa. É o último *campus* construído pela Embrapa, portanto o mais moderno. Então, demorou um pouco, mas chegou um *campus* extremamente moderno de pesquisa em todas as áreas, principalmente na produção agropecuária.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Gostaria muito de poder estar envolvido nesse projeto, para termos uma universidade que, mantendo as qualidades atuais, tenha as qualidades de que o futuro precisa. Nem sempre as nossas, que têm muitas qualidades, estão carregando a qualidade que o futuro exige.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu só queria lembrar que talvez Rondonópolis seja a única cidade do Brasil que tem três Senadores fazendo política lá, mesmo que não tenha nascido em Rondonópolis, porque o Senador José Medeiros é do Rio Grande do Norte. De qualquer maneira, são três políticos de uma cidade que não é a capital representando o Estado aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – Isso para nós é uma honra muito grande. Acho que é a única cidade do interior que tem os seus três Senadores residindo naquela cidade.

Eu, como filho de Rondonópolis, claro, tenho uma responsabilidade muito maior, porque a cidade cobra, principalmente essa obra da duplicação da BR-163. Já conseguimos realizar da divisa de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis e agora está sendo feito em três trechos, de Rondonópolis a Jaciara, de Jaciara até a Serra de São Vicente, e de São Vicente a Cuiabá também as obras estão começando. Essa duplicação é fundamental.

Eu quero aqui consultar o Senador Cristovam se ele pode assinar a relatoria *ad hoc* do projeto para que façamos a votação. É o item 1.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 54, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tornar crime ambiental o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos por caminhão de lixo.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa;

2. Em 25/04/2017, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

3. Em 02/05/2017, foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria.

Na reunião passada, foi pedido vista com o sentido de o Senador acrescentar não sendo caminhão de lixo, e sim todos os veículos que possam transportar, desde uma carroça, enfim, mudando isso aqui para "nos recursos hídricos transportado por veículos".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não só transportados.

Senador, primeiro, eu aceito satisfeito fazer o trabalho, digamos, burocrático de assinar, mas, mais do que isso, eu assino com satisfação o projeto do Cássio, com a relatoria do Ataídes. Isso também me traz satisfação, mas sobretudo o propósito dele, que é tornar crime ambiental jogar chorume nos recursos hídricos.

Eu cheguei, na minha juventude, estudante de engenharia, a trabalhar em usina de açúcar, em Pernambuco, e vi o que é o chorume. O chorume não é só do lixo, há também chorume de resíduos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

industriais. Nesse sentido, além das razões que eu dei para assinar satisfeito, eu fico ainda mais quando vejo a ideia de não serem só caminhões de lixo, serem todos os veículos de transporte que deixem vazar chorume.

Eu queria ir mais longe, Senador, além do transporte, eu queria também incluir aí todos aqueles chorumes que são produtos de resíduos industriais, que nem precisam de caminhão, já saem da linha de produção da indústria para um riacho por perto. Então, seria, na verdade, o derramamento de chorume no solo ou nos recursos hídricos, por transporte ou por resíduos industriais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k.

Vamos colocar em discussão para quem queira ainda discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação, com a alteração proposta pelo Relator *ad hoc*.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 54, de 2016.

Como a matéria vai ainda para a CCJ, para prosseguimento de tramitação, eu creio que, se houver algum embaraço no aspecto da formalidade, o Senador Cristovam poderá inclusive fazer a indicação para a Comissão de Constituição e Justiça.

Os demais itens da pauta são todos terminativos e não há número suficiente para votação nominal. Então, ficam adiados.

Não havendo mais quem queira falar, vamos encerrar a reunião.

Está encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão de Meio Ambiente
Comissão Mista da Permanente sobre Mudanças Climáticas

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (CMA) E DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (CMMC), DESTINADA À REALIZAÇÃO DE COLÓQUIO JUDICIAL REGIONAL PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA, NOS DIAS 22 E 23 DE MAIO DE 2017, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL E NO PLENÁRIO Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezessete, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Cássio Cunha Lima, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Cidinho Santos, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Paulo Rocha, Flexa Ribeiro, Jorge Viana; e dos Deputados Nilto Tatto e Leonardo Monteiro. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão: Senador Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência convida para assento à Mesa: o Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional; o Ministro Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; o Professor John Knox, Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente; o Juiz Jayme de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; o Juiz Roberto Veloso, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. A Presidência declara aberta a presente Reunião, em atendimento ao RMC nº 5/2017 e ao RMA nº 17/2017, para realização a realização de Colóquio Judicial Regional para América Latina e Caribe, com o seguinte tema: Constituição, Ambiente e Direitos Humanos - Prática e Implementação do Estado de Direito Ambiental. Fazem uso da palavra na abertura do Colóquio os seguintes participantes: Professora Denise Antolini (Vice-Diretora, Comissão Mundial de Direito Ambiental); Claudia de Windt (Organização dos Estados Americanos); Juíza Cristina Crespo (Ex-Presidente, Associação Internacional de Juízes, Uruguai); Juiz Jayme de Oliveira (Presidente, Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB); Juiz Roberto Veloso (Presidente, Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE); Professora Erin Daly (Faculdade de Direito da Widener University Delaware, Comitê Organizador). Assume a Presidência o Senador Jorge Viana, e é iniciada a SESSÃO I, com o seguinte tema: "Conferências Magnas: Constituições e Estado de Direito Ambiental". Fazem uso da palavra: Professor John Knox (Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente), que trata sobre: O Cenário Internacional: A Relação dos Direitos Humanos com o Ambiente; Ministro Antônio Herman Benjamin (Superior Tribunal de Justiça – STJ), que trata sobre: Modelos de Dispositivos Constitucionais Ambientais. Assume a Presidência o Senador Randolfe Rodrigues, e é iniciada a SESSÃO II, com o seguinte tema: "Perspectivas e Prioridades da Comunidade Científica e da Conservação". Fazem uso da palavra: Kristen Walker Painemilla (Diretora, Comissão de Política Ambiental, Econômica e Social), que trata sobre: Pessoas e Natureza; e John Robinson (Conselheiro, União Internacional para Conservação da Natureza - UICN, e Vice-Presidente, Wildlife Conservation Society - WCS), que trata sobre: A Crise da Biodiversidade. Às doze horas, a reunião é suspensa. Às quatorze horas e trinta minutos, a reunião é reaberta. Assume a Presidência o Senador Jorge Viana. É iniciada a SESSÃO III, com o seguinte tema: "1ª Mesa Redonda: Diálogo Comparativo sobre Interpretação e Aplicação de Dispositivos Constitucionais Ambientais". Fazem uso da palavra: Professora Erin Daly (Faculdade de Direito da Widener University Delaware); Grethel Aguilar (Diretora, Escritório Regional da UICN para México, América Central e o Caribe - ORMACC);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Juíza Fruzsina Bögös (Secretária-Geral do Fórum de Juízes para o Meio Ambiente da União Europeia, Hungria); Ministro Chifundo Kachale (Corte Superior do Malauí e Conselheiro, Comitê Malauí de Treinamento Judiciário); Ministro Paul Kihwelo (Corte Superior e Instituto de Administração Judicial, Tanzânia); Juíza Doyo Kim (Coreia do Sul); Ministro José Ignacio Vásquez Márquez (Corte Constitucional, Chile); Ministra Ragnhild Noer (Corte Suprema, Noruega); Desembargador Michael Wilson (Tribunal de Justiça, Hawaii). Às dezesseis horas, faz uso da palavra o Sr. Zhang Xinsheng (Presidente, UICN), que trata sobre: Eco-Civilização e Governança Ambiental; e Ministro Herman Benjamin. Às dezesseis horas e trinta minutos, assume a Prediência o Senador Cristovam Buarque e é iniciada a SESSÃO IV, com o seguinte tema: "Novos Princípios de Direito Ambiental: Nas Constituições e para Além Delas". Fazem uso da palavra: Ministro José Sarney Filho (Ministro de Estado do Meio Ambiente), que trata sobre: A Constituição de 1988 e o Papel do Estado na Proteção do Ambiente; Professor Nicholas Robinson (Faculdade de Direito Elisabeth Haub, Pace University, EUA); Professor Nicholas Bryner (Instituto Emmett sobre Mudança Climática e o Meio Ambiente, Universidade da Califórnia - Los Angeles, EUA); Professor Néstor Cafferatta (Universidade Nacional de Buenos Aires, Argentina); Arnold Kreilhuber (Jurista Sênior, Divisão de Direito Internacional Ambiental, PNUMA, Nairóbi, Quênia). Às dezessete horas e quinze minutos é iniciada a SESSÃO V, com o seguinte tema: "2ª Mesa Redonda: Juízes, Meio Ambiente e Acesso à Justiça na América Latina e Caribe". Fazem uso da palavra: Juíza Candice Galvão Jobim (Juíza Federal, Brasília, Brasil); Professor Louis Kotzé (Faculdade de Direito da North-West University, Campus Potchefstroom, África Do Sul); Ministro Rafael Asenjo (Tribunal Ambiental de Santiago, Chile); Desembargador Ricardo Torres de Carvalho (Presidente, Câmara Ambiental, Tribunal de Justiça de São Paulo, Brasil); Ministro Brian Cottle (Corte Suprema do Caribe Oriental, São Vicente e Granadinas); Juíza Wendy Martínez Mejía (República Dominicana); Ministro Edward Sidney Blanco Reyes (Câmara Constitucional, Corte Suprema, El Salvador); Professor Gustavo Alanis (Presidente, Centro Mexicano de Direito Ambiental – CEMDA, México). Às dezenove horas a reunião é suspensa. Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e três de maio a reunião é reaberta pela Senadora Rose de Freitas. A Presidente convida para a Mesa: Ministro Luís Roberto Barroso (Supremo Tribunal Federal – STF, Brasil); Ministro Herman Benjamin; e Senador Jorge Viana. Faz uso da palavra o Ministro Luís Roberto Barroso, para tratar sobre "Eficácia dos Dispositivos Constitucionais de Proteção do Meio Ambiente". Às dez horas, assume a Presidência o Senador Flexa Ribeiro, e é iniciada a SESSÃO VII, com o seguinte tema "3ª Mesa Redonda: Medidas Judiciais e seu Cumprimento". Fazem uso da palavra: Professora Denise Antolini (Faculdade de Direito William S. Richardson, Universidade do Havaí, EUA); Professor James R. May (Faculdade de Direito, Widener University Delaware, EUA); Professor Marcelo José Cousillas (Universidade de Montevidéu, Uruguai); Desembargador Carlos Humberto Cuestas (Presidente, Tribunal Superior de Chiriquí, Panamá); Desembargador Cândido Leal Junior (Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Brasil); Desembargador Henrique Peretti (Tribunal de Justiça, Estado de Santa Cruz, Argentina); Desembargador Antonio Souza Prudente (Tribunal Regional Federal, 1ª Região, Brasil); Ministra Damaris Vargas Vásquez (Corte Suprema, Costa Rica); Ministra Michelle Weekes (Corte Superior, Barbados). Às onze horas e quarenta e cinco minutos é iniciada a SESSÃO VIII, com o seguinte tema "4ª Mesa Redonda: Próximos Passos, Conclusões e Recomendações". Fazem uso da palavra: Professora Denise Antolini; Professora Erin Daly; Professor Louis Kotzé; Arnold Kreilhuber; Professor James R. May. Às doze horas e quarenta e cinco minutos, a reunião é suspensa. Às quatorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Desembargador Antonio Souza Prudente, é iniciada a SESSÃO IX, com o seguinte tema: "O Bioma Amazônico: um Estudo de Caso do Estado de Direito Ambiental, Direitos Humanos, e Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável". Fazem uso da palavra: Embaixadora Jacqueline Mendoza (Secretária-Geral, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, Venezuela); Ministro Duberlí Rodríguez (Ministro-Chefe, Corte Suprema do Peru); José Pedro de Oliveira Costa (Secretário Nacional para Biodiversidade, Ministério Do Meio Ambiente, Brasil); Ministro Éverton Lucero (Secretário Nacional para Mudanças Climáticas e Florestas, Ministério do Meio Ambiente, Brasil). Às dezesseis horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quinze minutos, é iniciada a "5ª Mesa Redonda: Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável: Áreas Protegidas, Reservas Indígenas, e Outros Instrumentos Legais - Uma Análise Comparada". Fazem uso da palavra: Samy Barbosa Lopes (Ex-Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Brasil); Ministro Pablo Tinajero Delgado (Corte Suprema, Equador); Ministro Cesar de Las Casas (Diretor Executivo, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, Peru); Cláudio Maretti (Diretor, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio); Juiz Paulo Anaisse (Juiz Federal, Itaituba, Pará, Brasil); Juíza Mara Elisa Andrade (Juíza Federal, Manaus, Amazonas, Brasil); José Luis Capella (Sociedade Peruana de Direito Ambiental – SPDA, Peru); Carlos Durigan (Diretor, Wildlife Conservation Society – WCS Brazil); Desembargadora Dawn Gregory-Barnes (Corte de Apelações, Guiana); Luis Fernando Macias (Presidente, Instituto Colombiano de Direito Ambiental, Colômbia); Ministra Iris Estela Pacheco Huancas (Corte Suprema, Peru); Ricardo Saucedo (Presidente, Sociedade Boliviana para Direito Ambiental, Bolívia); Raul Telles Do Valle (Instituto Socioambiental – ISA, Brasília, e Diretor, Grupo de Especialistas em Florestas da WCEL – World Commission on Environmental Law, Brasil). Às dezessete horas, assume a Presidência o Senador Cristovam Buarque, que faz o discurso de encerramento do evento, juntamente com o Ministro Herman Benjamin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, e eu, Airton Luciano Aragão Júnior, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, a presente Ata, que será assinada pelos Senadores Jorge Viana e Davi Alcolumbre, e publicada no Diário do Congresso Nacional; a íntegra do debate pode ser assistida do link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=10957

Senador Jorge Viana
Presidente da CMMC

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da CMA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

(*Texto com revisão.*)

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/73393

http://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/73423

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Declaro aberta a reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estamos com a presença, compondo a Mesa, do Exmo Sr. Senador Jorge Viana; do Exmo Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin; do Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, o Prof. John Knox; do Exmo Sr. Presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Juiz Jayme de Oliveira; e, finalizando, do Presidente da Associação dos Juízes Federais, S. Exª o Juiz Roberto Veloso.

Neste instante, pedindo desculpas pelo pequeno atraso acadêmico de 15 minutos, convido para que todos, em posição de respeito, possamos ouvir o Hino Nacional brasileiro.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB - PB) – Reunimo-nos nesta sessão especial para dar início ao colóquio internacional "Constituição, Meio Ambiente e Direitos Humanos: prática e implementação", organizado pelo Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente, em parceria com o Senado Federal. O evento conta com o apoio de várias instituições do mundo, em especial o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), a Organização dos Estados Americanos (OEA), entre outros.

Nestes dois dias, juízes e professores de dezenas de países se juntarão a representantes políticos dos três Poderes do Brasil para enriquecerem e compararem suas perspectivas sobre o movimento global de constitucionalização do Direito Ambiental.

Em nome do Senado Federal, do Presidente Eunício Oliveira, quero dar as boas-vindas a todos os participantes deste encontro, que se insere na tradição do Congresso Nacional como local de debates de alto nível sobre as mais importantes questões do nosso tempo.

Nosso Parlamento teve e tem papel decisivo na construção do arcabouço jurídico da tutela ambiental do Brasil, considerado um dos mais avançados e completos do mundo. A Constituição de 1988 nos diz, em capítulo dedicado exclusivamente ao meio ambiente, que – abro aspas, citando a Constituição – "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", fecho aspas. Aliado a outros dispositivos dispersos pelo texto da nossa Carta Magna, esse capítulo, pela primeira vez na nossa história, alçou o meio ambiente à categoria de bem protegido constitucionalmente. Esse foi o alicerce sobre o qual se ergueu o nosso Direito Ambiental, abrindo espaço para magníficas leis sobre o tema.

O Parlamento brasileiro, além das Comissões de Meio Ambiente em cada uma das suas duas Casas, ainda possui, desde 2008, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Presidida hoje pelo Senador Jorge Viana, que me ladeia, a Comissão tem intensa agenda de debates e forte interlocução com os meios acadêmicos e com a sociedade civil, demonstrando o compromisso do Congresso Nacional em contribuir para a resolução de um dos maiores desafios de nossa geração: a influência da atividade humana sobre o frágil equilíbrio climático do nosso Planeta.

E é neste ponto, senhoras e senhores, que me refiro a um silêncio que grita. A lei que não se impõe na prática como se espera, para usar uma expressão que certamente agradaria meu pai, o poeta Ronaldo Cunha Lima, é o silêncio da implementação, da execução do cotidiano dos mandamentos legais.

Não obstante todas as demonstrações de que a lei brasileira, a Constituição e o Parlamento se preocupam com o meio ambiente e com as mudanças climáticas, há milhões de vozes, na minha região, o grande Semiárido do Nordeste brasileiro, que apelam por cuidado e por ajuda, um vácuo, uma lacuna de atenção que se atrela à terra empoeirada, à água pouca, aos cactos endêmicos, chamados xiquexique e mandacaru, símbolos biológicos da minha terra, vozes com sede de água e de cuidado, que vêm da mata branca, palavra que, em tupi-guarani, se diz Caatinga, exatamente o mais esquecido dos biomas brasileiros.

A Caatinga é o único bioma 100% brasileiro e ocupa uma área de mais de 950 mil quilômetros quadrados. Possui 178 espécies de mamíferos, 591 espécies de aves, 177 espécies de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 espécies de peixes e 221 espécies de abelhas. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos da natureza para sobreviver. Abrange os nove Estados do Nordeste e chega até o norte de Minas Gerais. Na minha Paraíba, na nossa Paraíba, Ministro Herman, alcança 90% de todo o nosso território, mas nenhum número, nenhuma estatística oficial é capaz de traduzir a ligação do nordestino com a Caatinga, que transcende a já conflituosa relação do homem com o seu meio ambiente.

Se os números são mais secos que a terra que tentam retratar, socorro-me, neste instante, da prosa apaixonada do poeta paraibano por mim já citado, Ronaldo Cunha Lima, meu amado pai, que certa feita assim definiu o homem rural nordestino, abro aspas:

> Maltratado pela natureza, aprendeu a conviver com ela, tirando lições dos seus fenômenos e dos seus mistérios. O trovão é o pai da coalhada. O arco-íris é o limite entre o belo e o triste, a beleza das cores que se misturam e a tristeza do sonho da chuva que não vem mais. Acredita nas plantas e crê nas aves. O leite do pinhão mata o veneno da cobra, a casca do angico estanca hemorragia, e o ramo da arruda cura mau-olhado. O canto da acauã prenuncia a seca. A asa-branca anuncia chuva, e o carão, o festejo do inverno. [Fecho aspas.]

Temos, nessa breve citação do poeta, a mais completa definição do que significa a palavra bioma. Segundo os dicionários, por bioma entende-se uma grande comunidade estável e desenvolvida, adaptada às condições ecológicas de certa região e geralmente caracterizada por um tipo principal de vegetação. É o nordestino que, vivendo na Caatinga, a ela adaptado, não mais se desassocia da acauã, da seca, e do mandacaru, quando em "fulô", e anuncia a chuva, como diz o saudoso cantor Luiz Gonzaga.

Esquecer a Caatinga, senhoras e senhores, é esquecer o Nordeste, é esquecer esse bioma que, em razão das intensas mudanças climáticas do nosso tempo, está em acelerado processo de desertificação. Só na Paraíba, 94% das nossas terras podem se tornar desertos num processo que cientistas, lamentavelmente, dizem ser irreversível. Nos últimos 17 anos, a Caatinga foi reduzida em 11 milhões de hectares, área equivalente ao território do Estado de Santa Catarina.

A situação é verdadeiramente calamitosa e aqui deixo meu grito de alerta, convoco os estudiosos presentes, as autoridades dos três Poderes, a sociedade civil organizada, a comunidade internacional e, especialmente, os juízes a unirem esforços no sentido de jogar luz sobre essa questão. Sem isso, corremos o risco de ver desaparecer não somente um bioma, mas também um elemento formador do caráter, da cultura e da identidade de milhões de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Senhoras e senhores, dou-lhes as boas-vindas com uma mensagem de otimismo. No mês passado, o Sertão paraibano viu chegar emocionado a água do Rio São Francisco, o Velho Chico, num sopro de esperança, para uma região que, neste momento, amarga a maior seca da sua história.

E, na Câmara dos Deputados, tramita proposta de emenda à Constituição, já aprovada por este Senado Federal, que coloca a Caatinga no rol dos biomas constitucionalmente protegidos, ao lado do Pantanal, da Amazônia e da Mata Atlântica, suprimindo uma lacuna constitucional injustificável.

É com esperança, senhores e senhoras, que desejo a todos um excelente debate.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Nesta etapa dos nossos trabalhos, teremos uma breve saudação, de apenas dois minutos, dos palestrantes do colóquio, iniciando com a palavra do Prof. John Knox.

O SR. JOHN KNOX (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado. É uma honra e um prazer estar no Senado brasileiro, com um grupo tão distinguido.

Peço desculpas por falar em inglês. Eu adoraria poder falar em português, mas entendo que temos a interpretação simultânea, que vai fazer com que minhas palavras soem bem em português também.

Falarei rapidamente agora porque vou falar depois. Acho este exercício muito importante. É um importante momento na história da relação entre direitos humanos e o meio ambiente. A América Latina e o Brasil, especificamente, têm sido líderes de longa data nos direitos constitucionais e na proteção ambiental, e acho que vai fazer avançar ainda mais essa liderança.

Então, estou ansioso para ouvir essa discussão.

Agradeço, uma vez mais, pela honra de estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Para fazer sua saudação, concedo a palavra ao Ex^{mo} Juiz Jayme de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

O SR. JAYME DE OLIVEIRA – Em nome da Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade que reúne mais de 14 mil juízes no Brasil, das esferas federal, estadual, trabalhista e militar, eu queria saudar, primeiramente, a Mesa, na pessoa do Senador Cássio Cunha Lima, e também o Ministro Herman Benjamin, que foi o autor do convite para a AMB participar e apoiar.

Eu queria deixar registrado, até fazendo referência às palavras do Senador Cássio Cunha Lima na abertura, que a Magistratura brasileira aceita, sim, essa convocação para participar de tema tão relevante, porque é preciso aprofundar o debate sobre o papel do Poder Judiciário na defesa do meio ambiente. A associação, hoje, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, está adotando uma linha pedagógica que vai discutir o direito fraterno, numa linha muito ampla sobre tudo aquilo que nós podemos fazer para positivar a fraternidade no ordenamento jurídico dos Estados e, a partir dela, espraiar para todos os setores do Direito, porque, sem uma mudança cultural, sem uma concepção de que precisamos enxergar o outro, não teremos condições de avançar para a proteção efetiva dos direitos ambientais e dos direitos humanos de maneira geral. Por isso, a AMB, a partir deste ano, adotou essa linha como orientadora para suas ações no campo dos direitos humanos.

Com essas palavras, saúdo todos e desejo-lhes um grande evento.

Coloco a Associação dos Magistrados Brasileiros à disposição para os debates e todas as outras atividades que se mostrarem necessárias nesse campo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Com a palavra o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Dr. Roberto Veloso.

O SR. ROBERTO VELOSO – Bom dia a todos!

Saúdo o Sr. Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Cássio Cunha Lima; o Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; o Senador Jorge Viana, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado; o representante da ONU; e Jayme Oliveira, que é o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Quero falar da nossa satisfação de estarmos aqui representando a Associação dos Juízes Federais do Brasil para elogiar, inicialmente, a iniciativa do Ministro Herman Benjamin de trazer o Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente a este evento aqui em terras brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como disse o Senador Cássio Cunha Lima, na sua fala, o Brasil é prenhe de biomas, tanto a Caatinga quanto a Floresta Amazônica, como a Floresta Atlântica e muitos outros que fazem a riqueza, a diversidade ecológica do Brasil.

Portanto, nós, que somos juízes federais, consideramos a iniciativa da mais alta relevância. Teremos aqui, também, a convite do Ministro Herman Benjamin, dois juízes federais conversando com os senhores a respeito do meio ambiente: a Juíza Federal Mara Elisa, Juíza Federal em Manaus, titular de uma vara especializada em meio ambiente, e o Juiz Federal Paulo Anaisse, que é de Itaituba, interior do Pará, que fica no meio da Floresta Amazônica.

Com essas palavras, dou as boas-vindas a todos, externando a minha grande satisfação de tê-los no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB - PB) – Para a sua saudação, concedo a palavra à Vice-Diretora da Comissão Mundial de Direito Ambiental, Profª Denise Antolini.

A SRª DENISE ANTOLINI (*Tradução simultânea.*) – Bom dia! É um prazer e uma honra estar no Senado Federal do Brasil com todos os parceiros que estão juntos nesse esforço.

A Comissão Internacional de Legislação Ambiental faz parte da União Internacional de Conservação da Natureza. Temos milhares de membros no mundo inteiro: voluntários, acadêmicos, juízes e advogados que são apaixonados e comprometidos com o Estado de Direito Ambiental.

Então, para começar, quero agradecer a todos os nossos parceiros que conseguiram criar também esse programa, particularmente o Ministro Benjamin, embora ele não queira receber os nossos agradecimentos. Foi uma colaboração fantástica de acadêmicos, de lideranças, de formuladores de políticas e de especialistas. Estamos todos juntos aqui hoje porque estamos comprometidos a melhorar a capacidade e a eficácia tanto do Judiciário quanto de todos os seus parceiros neste esforço.

Finalmente, deixe-me dizer que o Estado do Havaí, nos Estados Unidos, que tem um ecossistema espetacular, tem um grande prazer de estar no Brasil, que tem um ecossistema ainda mais espetacular e uma cultura muito bonita. É uma grande honra estar aqui representando a Comissão Global de Legislação Ambiental.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB - PB) – Para fazer a sua saudação, concedo a palavra ao representante do PNUMA, Sr. Arnold Kreilhuber.

O SR. ARNOLD KREILHUBER (*Tradução simultânea.*) – Sr. Presidente, Senadores, Juízes, é um prazer muito especial para a IUCN estar associada a este evento tão augusto.

O que estamos discutindo aqui hoje, na verdade, é uma questão para o povo. Trata-se de saber se o povo do mundo inteiro, particularmente a partir deste colóquio, na América Latina e no Caribe, poderá exercer seus direitos ambientais, os direitos a um ambiente seguro, limpo e protegido. Hoje também é o Dia Internacional da Biodiversidade. Assim, considerando essas duas coisas, acredito que não pode haver um lugar melhor do que esta assembleia dos povos para discutir o direito dos povos e o papel dos juízes em assegurar que a lei deixe de ser apenas palavras em um papel e seja executada na prática e, de fato, traga os benefícios que todos nós queremos para os nossos povos.

Consideramos também este assunto no panorama do Dia Internacional da Biodiversidade, particularmente no Brasil, que é um dos principais pontos, um *hotspot*, na biodiversidade do mundo.

Deixem-me agradecer também aos membros da organização e a todas as organizações associadas a este evento. Tem sido realmente um grande prazer para a ONU – Meio Ambiente trabalhar com vocês, particularmente com o Ministro Benjamin, a força motriz de toda esta empreitada, para que tudo isso pudesse ocorrer hoje no Senado.

Estamos muito ansiosos para participar das discussões. Temos certeza de que vão ser muito produtivas e de que, no final do dia, teremos algo a mostrar ao povo desta região e, num contexto mais amplo, ao povo do mundo inteiro com relação aos direitos ambientais, ao constitucionalismo e à proteção do meio ambiente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB - PB) – Para fazer sua saudação, concedo a palavra à representante da Organização dos Estados Americanos (OEA), Claudia de Windt.

A SRª CLAUDIA DE WINDT (*Tradução simultânea.*) – Bom dia a todos!

Em nome da Organização dos Estados Americanos, agradeço a todos, ao Senador Cássio Cunha Lima, ao Ministro Herman Benjamin, ao Prof. John Knox, aos colegas, aos amigos, aos Senadores, aos professores, aos acadêmicos, à Comissão Mundial de Direito Ambiental.

É uma grande honra para nós ter participado da organização deste colóquio, que trata de assuntos que, de fato, formam uma confluência entre dois dos pilares da organização: o pilar da promoção e da proteção dos direitos humanos e o pilar do desenvolvimento.

Embora o assunto hoje esteja sendo tratado como um assunto inovador, na verdade, os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) têm estado sempre comprometidos com a proteção dos direitos humanos e dos direitos ambientais. Então, é um assunto que, de fato, faz parte da fibra, da genética da Organização. Assim, é um grande prazer que este colóquio, particularmente, procure um tratamento integral desses assuntos.

Como já disse tão sabiamente aquele que me antecedeu, este é um assunto que tem a ver com as pessoas. Somente através do diálogo e do intercâmbio entre os países, vamos conseguir que os procedimentos e as formas não sejam obstáculos para que tenhamos mais justiça e mais bem-estar com inclusão na nossa região.

Assim, deixo vocês com as saudações do nosso Secretário-Geral, que vai cumprimentar vocês por meio audiovisual.

Muito obrigada. Espero que possamos continuar compartilhando opiniões ao longo do dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Para fazer seus cumprimentos iniciais, concedo a palavra à ex-Presidente da Associação Internacional de Juízes do Uruguai Juíza Cristina Crespo.

A SRª CRISTINA CRESPO (*Tradução simultânea.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Para mim é um grande prazer, em nome da Ordem Internacional de Magistrados, poder participar deste evento, já que trata de um assunto transcendental para os juízes e também para os cidadãos, para os quais nós trabalhamos.

Eu gostaria de parabenizar a organização e de lhe agradecer, particularmente, em nome da organização que represento, por ter nos convidado.

Quero dizer que estamos permanentemente comprometidos em trabalhar em favor da proteção do meio ambiente e da biodiversidade.

Para aqueles de vocês que não nos conhecem, quero dizer que a Organização Internacional de Magistrados é uma organização que reúne organizações de juízes de 85 países do mundo inteiro, que podem se afiliar livremente para trabalhar e defender a independência dos juízes no mundo inteiro, uma independência judicial.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Informo a todos que esta reunião, este nosso encontro, este colóquio está sendo transmitido para todo o Brasil, ao vivo, pela TV Senado e pela Rádio Senado. A TV Senado e a Rádio Senado estão transmitindo para todo o País, ao vivo, este nosso encontro.

Na sequência, concedo a palavra à representante da Faculdade de Direito da Widener University Delaware, Profª Erin Daly.

A SRª ERIN DALY (*Tradução simultânea.*) – Bom dia! Muito obrigada.

Peço desculpas por não poder fazer meus comentários em português. É uma grande honra fazer parte deste importante colóquio hoje.

Há pessoas demais para agradecer. Portanto, vou começar simplesmente reconhecendo a orientação e o apoio fantástico do Ministro Benjamin e a incansável assistência da Profª Antolini.

Estamos particularmente gratos ao Senado e aos seus membros que estão aqui hoje, por nos ter permitido usar este espaço fantástico e também pela participação e comprometimento nesses assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Este evento é uma sequência de um evento que foi realizado, no ano passado, na África do Sul, organizado pelos meus colegas o Sr. Kotzé e o Sr. May, apoiando o trabalho do Relator Especial de Direitos Humanos e Meio Ambiente, Prof. John Knox, com o apoio indispensável e pessoal de Arnold Kreilhuber e de Angela Kariuki, da ONU Meio Ambiente.

Esse programa, ligado à conferência acadêmica Examinando Novas Fronteiras no Constitucionalismo Ambiental, foi o primeiro de uma série de *workshops* projetados para avançar em dois objetivos principais. O primeiro é o de facilitar e incentivar a familiaridade judicial dos direitos ambientais e as disposições constitucionais a respeito, fazendo com que aqueles que têm a responsabilidade de aplicar essas leis entendam melhor o trabalho. Também há a preparação de materiais que evoluem ao longo do tempo, à medida que evolui a produção geográfica, à medida que possamos ir de um lugar do mundo ao outro. Com os benefícios da discussão feita naquela ocasião e com o *feedback* que recebemos dos participantes, desenvolvemos os materiais para os quais vocês têm um enlace, pela internet, para este colóquio. Os vários exemplos que surgiram na preparação desses materiais serão discutidos durante o evento. O seu valor principal é que servirá como um recurso para o trabalho de vocês, quando voltarem para casa.

Eu gostaria de convidar vocês para entrar em contato comigo pessoalmente, em qualquer momento que quiserem, durante este colóquio ou depois. Se pudermos ajudar vocês no seu trabalho importante, será um prazer. Isso me leva ao meu último comentário.

Eu gostaria de agradecer particularmente a todos os participantes deste colóquio.

Este programa foi projetado primeiramente pelo Ministro Benjamin para assegurar o maior número de oportunidades possível para discussão e compartilhamento de experiências entre os participantes. O que nós, como acadêmicos, trazemos para esta reunião é a perspectiva transfronteiriça e uma propensão genética para ajudar a disseminar esses conhecimentos, para fazer com que o mundo seja um pouco melhor, talvez um pouco mais coeso e mais comprometido com a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos.

De fato, o que os acadêmicos fazem melhor é ajudar as pessoas a aprender umas com as outras, e é isso que nos propusemos a fazer aqui hoje.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Assistiremos agora a um vídeo com uma mensagem especial do Sr. Luis Almagro, Secretário-Geral da OEA, para este evento.

O SR. LUIS ALMAGRO (*Tradução simultânea.*) – A constitucionalização dos direitos ambientais tem sido um passo-chave para expandir os direitos para mais pessoas das Américas.

Hoje, além de comemorar a Dia Internacional da Biodiversidade Biológica, cumprimento os juízes do hemisfério e do mundo reunidos com o Relator Especial de Direitos Humanos e Meio Ambiente na ONU, na sede do Poder Legislativo do Brasil, para discutir algo essencial: a implementação e a colocação em prática desses direitos.

Nossa tarefa comum e o bem-estar dos nossos povos dependem, em boa parte, de que consigamos manter a zona de paz que temos. Nas palavras do primeiro Papa das Américas, hoje, não podemos deixar de reconhecer que uma colocação ecológica se torna sempre uma colocação social, que deve levar a justiça, para ouvir sempre o clamor da terra e o clamor dos pobres.

Nesse sentido, as decisões que, com frequência, são tomadas pelos poderes judiciais adquirem uma relevância ainda maior em resposta às pessoas que são afetadas pelas formas como são usados os recursos naturais da biodiversidade. Intercâmbio de experiências, casos práticos, encontros como estes são fundamentais para avançar em direção a um Estado de direito que assegure resultados justos e sustentáveis e que garanta os direitos fundamentais a um ambiente sadio.

É exatamente nesse sentido que, junto com a ONU Meio Ambiente, com a Comissão de Direitos Ambientais e com a União Internacional para Conservação da Natureza, forjamos uma grande aliança. Somos a primeira região do mundo com programa de capacitação judicial com relação a esses assuntos, com espaços de diálogo, de intercâmbio e de concertação entre o poder judicial, o Legislativo e o Judiciário e todos os atores.

Convido vocês a que se juntem a nós. Que continuemos juntos nesse caminho para cuidar da nossa casa, do nosso lar em comum!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. PSDB - PB) – Iniciaremos nesta etapa o ciclo de palestras.

Mais uma vez, renovo, em nome do Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, as boas-vindas a todos, com meu particular desejo de muito sucesso neste colóquio.

A partir de agora, transfiro a Presidência dos trabalhos ao Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal.

A todos bom dia! Mais uma vez, sejam bem-vindos! (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu queria cumprimentar todos, mais uma vez.

Como falou o Vice-Presidente da Casa, o Senador Cássio Cunha Lima, temos uma transmissão pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Eu queria dizer que é um privilégio, como Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso brasileiro, fazer parte deste evento, junto com o Ministro Herman Benjamin; com o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; e com um conjunto de instituições e entidades que nos ajudaram e que nos estão ajudando a realizar este importante encontro.

Hoje – isto já foi dito aqui, mas repito, até para que os que nos acompanham no Brasil inteiro possam entender – é o Dia Mundial da Biodiversidade. É uma data muito importante, estabelecida pelas Nações Unidas, e, exatamente neste dia, nós estamos iniciando este encontro no Brasil.

O Brasil é o País que sediou a Rio-92 e a Rio+20, um País que tem 20% da biodiversidade do Planeta.

Eu queria dizer, nestas pouquíssimas palavras, falando para os presentes e para os que nos acompanham, que nós, os sete bilhões de habitantes deste Planeta, ainda temos muito a descobrir da nossa própria biodiversidade. Salvo engano, há perto de dois milhões de espécies identificadas até hoje, mas alguns alegam que pode haver até 50 milhões de espécies no nosso Planeta, entre espécies vegetais, animais e microbianas.

Então, o desafio é tremendo. O crescimento populacional é tremendo. Os modelos que implementamos de produção e de consumo são absolutamente insustentáveis. O risco de ameaça que nós temos de mudança do clima é atual, presente e grave.

Este encontro aqui – volto a repetir para todos os que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado – trata do que o Ministro Herman Benjamin conversava conosco, trata do constitucionalismo ambiental. A ideia, de fato, é avançar, é discutir o Estado de Direito Ambiental.

Este importante colóquio, este encontro judicial que estamos tendo aqui sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos, Prática e Implementação reúne especialistas da América Latina. Temos também representantes do Caribe e de outros países para discutirmos aqui ordens judiciais, para trabalharmos uma análise da governança e do aparato legal ambiental. E o melhor que podemos fazer para realizar bem o debate, para que ele seja promissor, é fazê-lo numa Casa Legislativa. E o Brasil sedia este evento. Por boa coincidência de agendas e também pela conspiração do bem em favor do meio ambiente, fazemos isso exatamente no Dia Mundial da Biodiversidade.

Então, vou seguir agora.

Eu queria só esclarecer também que o Ministro Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, está a caminho, mas teve um pequeno problema. Nós esperamos que ele possa chegar a tempo.

Agradeço, pela colaboração que dá como cidadão brasileiro e como ativista da causa ambiental no Brasil, àquele que, talvez, seja a personalidade brasileira que melhor reúne todo o conhecimento da legislação ambiental, que é coautor de muitos dos trabalhos que fizemos aqui, que colaborou na revisão do novo Código Florestal Brasileiro, que tem colaborado sobremaneira para que o Brasil possa ter um aparato legal e que, mesmo sem ser Parlamentar, dá sua contribuição de jurista e de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ): o Ministro Herman Benjamin. Tenho de registrar que, sem ele, nós não teríamos condição de fazer este colóquio e de reunir tantas personalidades que honram o Senado brasileiro hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Eu passo, então, a palavra imediatamente ao Ministro Herman Benjamin, para que possa falar sobre modelos de dispositivos constitucionais ambientais, que são, de certa forma, o coração deste colóquio que estamos fazendo.

Com a palavra V. Exª, Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, agradecer a V. Exª por, juntamente com o Senador Davi Alcolumbre, organizar este importante evento no Senado Federal. A rigor, não é um evento apenas do Senado Federal, mas do Congresso Nacional, já que a Comissão sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Jorge Viana, é conjunta, é da Câmara dos Deputados e do Senado.

Eu queria também agradecer ao nosso Vice-Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, que é Vice-Presidente do Senado e Senador representando o meu Estado da Paraíba, por, juntamente com o Presidente desta Casa, permitir que a abertura deste evento ocorra neste plenário. São pouquíssimas as vezes em que isso ocorre. Raríssimas vezes, uma vez a cada dois ou três anos, este plenário é utilizado para atividades que não são estritamente parlamentares.

Então, todos nós nos sentimos profundamente honrados e estamos agradecidos ao Senado Federal, à Mesa Diretora do Senado Federal e, sobretudo, aos Senadores Jorge Viana e Davi Alcolumbre.

Eu queria, antes de passar à minha intervenção propriamente dita, dizer uma palavra absolutamente desnecessária sobre o Presidente da nossa reunião. O Senador Jorge Viana é um dos grandes especialistas que nós temos no País no tema que celebramos hoje: a biodiversidade. Ele foi Governador do Estado do Acre, que está no coração da Amazônia, dos Estados amazônicos, e que conta com a maior porcentagem de floresta nativa em pé, certamente por conta do trabalho extraordinário feito pelo Senador Jorge Viana como Governador.

O Estado do Acre é hoje um modelo de convivência entre nós, humanos, e a floresta. E isso se dá não apenas porque contamos com o Código Florestal no nosso País, mas exatamente porque há políticas de Estado no Estado que propiciam essa pacificação da convivência humana com o meio ambiente que cerca todos nós.

Portanto, como brasileiros, eu e todos nós temos muito de agradecer ao Senador Jorge Viana, que é, por formação, engenheiro florestal. Então, eu não poderia esperar outra coisa, outro comportamento do Senador Jorge Viana, embora muitos dos seus colegas engenheiros florestais ainda não tenham entendido que a missão dessa profissão tão nobre não é a de condenar os bosques tropicais a perecerem e a de substituí-los por florestas homogêneas, mas, muito ao contrário, é a de transformar a riqueza da biodiversidade que temos nas nossas florestas tropicais em algo que possa servir não apenas a gerações futuras e às presentes, mas à própria vida e à comunidade da vida como um todo.

O meu tema, assim como o do Prof. John Knox, é uma espécie de introdução a tudo aquilo que nós vamos ter no decorrer desses dois intensos dias de trabalho: a proteção constitucional do meio ambiente.

Eu escrevi um texto, que está publicado, exatamente sobre isto que vou dizer aqui. Então, portanto, peço desculpa aos brasileiros especialistas que estão aqui porque não vou inovar muito em relação a esse texto longo que está publicado.

Vou tratar apenas de dois aspectos teóricos que, para mim, são mais importantes do que nós analisarmos, entre as 200 constituições do mundo, mais ou menos, o que elas dizem exatamente e precisamente sobre a proteção do meio ambiente. Ou seja, vamos buscar entender no atacado o comportamento legislativo dessas constituições e dessas normas constitucionais.

Vou falar, em primeiro lugar, sobre os fundamentos comuns dessas normas constitucionais, porque, sem entender esses fundamentos teóricos, mas também éticos e políticos comuns, nós vamos ficar perdidos nessa floresta internacional de normas constitucionais extremamente variadas. Esses fundamentos servem para organizar o raciocínio, a compreensão e a interpretação dessas normas constitucionais, sobretudo para os juízes, mas não só para os juízes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na segunda parte, vou tratar das técnicas de constitucionalização, porque de novo aqui há muita variação e, às vezes, especificidades curiosas nos textos constitucionais, e creio que é útil organizar essas técnicas não só, de novo, para entender o que temos, mas também para criticar o que temos e para, eventualmente, propor alterações constitucionais no sentido de aperfeiçoar a técnica do texto da Constituição.

Vamos começar por alguns fundamentos comuns das normas constitucionais.

O primeiro fundamento comum, e só este já seria uma revolução na perspectiva constitucional, é o tratamento sistêmico, holístico do meio ambiente nos textos constitucionais ou, digo melhor, em alguns textos constitucionais.

No passado, nós encontramos, tanto em constituições nacionais quanto, especialmente, em constituições de Estados-membros em sistemas federais, normas constitucionais que protegiam elementos do meio ambiente. O que há de novo aqui é que nós não estamos mais protegendo os elementos e, a partir dos elementos, o todo. Nós protegemos o todo e, a partir do todo, protegemos os elementos.

Outro aspecto que se verifica em alguns textos constitucionais dentro dessa perspectiva holística é que a proteção do meio ambiente não é feita apenas ao todo e aos elementos, mas às relações existentes entre o todo com os elementos, entre os elementos e dos elementos com o todo. Essa técnica, na perspectiva ecológica, está perfeitamente correta, mas traz grandes dificuldades para os juízes no momento de aplicação dessas normas, porque o juiz não entende muito essa relação entre água e flora ou entre flora e fauna e desses elementos com o todo, que é o meio ambiente, e até mesmo com o clima do Planeta na sua perspectiva mais geral possível.

O segundo fundamento que se vê, nem sempre explicitamente, mas muito mais de forma implícita, é um compromisso, e não é um compromisso qualquer, mas um compromisso constitucional, de não empobrecer a diversidade da vida e dos hábitats na Terra. Os juízes têm de entender que essas normas não estão lá por acaso, mas elas trazem esse compromisso maior de não empobrecimento da comunidade da vida na Terra.

O terceiro fundamento é a necessidade de atualização do regime jurídico do direito de propriedade. Todas as constituições do mundo, desde sempre, desde as primeiras, tratam do direito de propriedade. Essas novas constituições, ou, se quiserem, essas novas normas constitucionais atualizam esse direito de propriedade e "ecologizam" o direito de propriedade, algo que nós vamos ver mais adiante, ao tratarmos das técnicas de constitucionalização.

Outro fundamento é uma clara opção, em muitos textos constitucionais, por processos decisórios abertos, transparentes, bem informados e democráticos. Nós podemos sintetizar esse fundamento, dizendo que eles estão embaixo de um guarda-chuva que poderíamos chamar de devido processo ambiental ou *environmental due process*, para facilitar a vida dos intérpretes.

Ou seja, aqui não se trata de normas constitucionais que visam a garantir direitos substantivos em si mesmos, mas que visam a assegurar os processos, às vezes políticos, mas também judiciais, de tratamento, de enfrentamento desses direitos e obrigações de caráter substantivo.

Finalmente, trago o fundamento que se vê muito claramente em certos textos constitucionais, sobretudo os mais recentes, com uma preocupação que é de todos nós e que é exatamente o foco deste evento: a implementação de direitos e obrigações, *compliance and enforcement*.

Então, seriam, a meu juízo, esses alguns dos fundamentos principais. Existem outros que trabalho nesse texto publicado alguns anos atrás.

Passemos agora às técnicas de constitucionalização.

Então, primeiro, há os fundamentos. Sem entender os fundamentos, o juiz não vai interpretar corretamente as normas constitucionais.

Passemos agora às técnicas, porque, também, sem entender as técnicas com suas características, com suas peculiaridades e com suas limitações, mas também com as oportunidades que elas trazem, os juízes não conseguirão aplicar corretamente ou adequadamente as normas constitucionais.

A primeira técnica, a mais conhecida, é a dos direitos fundamentais. Infelizmente, boa parte da doutrina, da *legal scholarship*, põe o foco às vezes quase exclusivo nessa técnica dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

fundamentais, como se o Estado social de direito, *the welfare state*, que é a base do nosso sistema constitucional, fosse um Estado só direito, e não de obrigações também. Ou seja, de certa maneira, transformamos o Estado de direito liberal num Estado social de direito, mas continuamos a utilizar, nos nossos trabalhos, nas nossas escolas e na Magistratura, o vocabulário próprio do Estado liberal de direito, que tem o foco quase exclusivo em direitos, e não em direitos e em obrigações. Então, *the rule of law*, o Estado de direito, repito, não é apenas uma instituição de direitos, mas esses direitos vêm acoplados a obrigações.

Deixem-me dizer uma ou duas palavras sobre essa técnica dos direitos fundamentais. É que às vezes os direitos fundamentais ambientais estão previstos de forma explícita no texto constitucional. Outras vezes, as constituições não atualizaram esses direitos fundamentais e deixam ao Judiciário a tarefa de derivar de direitos fundamentais clássicos, como o direito à vida e à saúde – é o caso, por exemplo, de Bangladesh, que está aqui, do Paquistão, da Índia –, direitos de natureza estritamente ambiental.

Agora, alguma coisa sobre a jurisprudência brasileira desenvolvida por nós, juízes a respeito deste tema.

Aqui há um grande número de decisões judiciais que tratam das repercussões, fora da Constituição, da previsão de um direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. E nós podemos sintetizar isso, essas consequências, em três, e cada uma delas precisaria de um seminário à parte para nós debatermos aqui.

Primeiro, se é direito fundamental, é direito da pessoa, mas é direito de toda a coletividade. Significa dizer que é direito irrenunciável. Eu, como cidadão, não tenho poderes para renunciar ao meu direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, porque esse direito é assegurado a cada um de nós numa perspectiva ampla, civilizatória, que é de interesse de todos.

A segunda consequência prevista ou utilizada com muita frequência na jurisprudência brasileira, que é, de certa maneira, derivada da irrenunciabilidade, é a inalienabilidade. Eu não posso alienar algo que não pertence a mim ou que não pertence apenas a mim. E isso cria um grande universo de perspectivas para aquilo que poderíamos chamar de jurisprudência criativa em torno de um modelo de técnica jurídica clássica, que é este dos direitos fundamentais.

E a terceira consequência é a da imprescritibilidade desses direitos. *The statute of limitations does not run*. Várias decisões do meu tribunal vão exatamente nessa linha de que, tal qual os ilícitos, os crimes contra a humanidade, contra os quais não se aplicam as regras de prescrição, do *statute of limitations*, aqui tampouco se pode aplicar essas regras de uma maneira automática, porque nós estamos diante de direitos que são não apenas das gerações presentes e das gerações futuras. E, na medida em que o *statute of limitations*, a prescrição, é um instrumento de gestão de direitos na perspectiva atual deste momento, nós não podemos utilizá-la para condenar, ou, melhor dizendo, para imputar uma espécie de negligência por não ter defendido seus direitos a tempo a alguém que não existe, que são as gerações futuras. Isso porque, ao final das contas, a prescrição, o *statue of limitations*, não deixa de ser uma sanção para alguém que tem um direito e não o exerceu quando poderia exercê-lo; não o cobrou perante um juiz quando poderia cobrá-lo. E como nós vamos poder aplicar essa sanção às gerações futuras, que não estão aqui?

Então, essa é uma das fundamentações – não é a única utilizada pelo meu tribunal – para entender que os ilícitos praticados contra a natureza – ilícitos civis, não criminais – não prescrevem.

E, já concluindo, a outra técnica utilizada nas constituições, com muita frequência, mas raramente mencionada na nossa jurisprudência ou mesmo nos textos dos especialistas é a dos deveres fundamentais. E vejam que a técnica dos direitos fundamentais se aplica não apenas ao Estado – há sempre, com muita frequência, uma lista de obrigações para os Estados nos textos constitucionais –, mas se aplica também às pessoas e às instituições.

A terceira técnica é dos princípios ambientais explícitos ou implícitos. Há constituições que expressamente tratam do princípio poluidor pagador, *the polluter pays principle;* algumas bem mais recentes que cuidam inclusive do princípio da precaução, *the precautionary principle;* outras que falam do princípio da prevenção – esses são princípios explícitos; da função ecológica da propriedade, *the ecological function of property rights*. Mas há princípios implícitos, e aí é que o papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do juiz se engrandece, de ler a Constituição no seu conjunto, como um sistema de valores, e chegar a conclusões de que outros princípios estão lá presentes, como, por exemplo, o princípio *in dubio pro natura* ou então outros princípios que não tenho aqui tempo de analisar.

Por último, as Constituições utilizam, às vezes, a técnica dos instrumentos de implementação. É muito comum que, por exemplo, as áreas protegidas, *protected areas*, estejam previstas expressamente na Constituição. Ou, então, outros mecanismos, como o licenciamento, *permitting*. E, aí, cada país e cada Constituição, sem muita técnica, sem muita sistemática, lista alguns desses instrumentos no seu próprio texto constitucional.

Existem outras técnicas que eu não vou analisar aqui, porque, ou se referem a programas públicos abertos – são normas constitucionais extremamente vagas –, ou então trazem objetivos públicos vinculantes, que, embora vinculantes para o Estado ou também para outros sujeitos, especialmente as empresas, são redigidos de uma forma difusa que cria uma dificuldade de implementação para nós, juízes.

Então, eu resumo as técnicas que eu quis aqui listar. Primeiro, direitos fundamentais, ora explícitos, ora implícitos. Segundo, deveres fundamentais. Terceiro, princípios jurídicos ambientais, ora explícitos, ora implícitos. E, quarto, instrumentos de implementação.

Deixei de fora várias outras técnicas porque, evidentemente, eu não tenho tempo para analisá-las e nem é necessário a uma introdução extremamente superficial como essa.

Eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Jorge Viana pela oportunidade de estar aqui e felicito S. Exª pelo seu trabalho extraordinário como Senador à frente tanto da Comissão do Meio Ambiente como da Comissão de Mudanças Climáticas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Queria muito agradecer pela colaboração na organização deste colóquio e também por trazer para todos nós uma leitura de como devemos trabalhar essa questão nas Constituições e como lidar com isso também nas leis.

Ministro Herman Benjamin, só queria que fosse dispensado... Só falta pedir para não constar nos Anais as palavras que me dirigiu, que só aumentam minha responsabilidade com esta causa, porque não somos nós que temos a causa ambiental. Penso que a causa ambiental nos tem a todos, e assim devemos seguir.

A nossa Constituição tem um capítulo e ela trabalha no art. 225 essa temática, mas já há uma jurisprudência do próprio Supremo que coloca essa temática como um direito fundamental do cidadão no art. 5º, mesmo não estando lá, exatamente também indo no sentido que nos trouxe aqui o Ministro Herman Benjamin. O próprio Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao meio ambiente, esse senso de responsabilidade que a legislação deve ter, e nós todos, está incluído, talvez, em um dos artigos mais importantes da nossa Constituição, que é o 5º, implicitamente, por conta dessa fundamentação que traz.

Eu queria imediatamente passar ao Prof. John Knox, Relator Especial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente. E informo que temos tradução, obviamente para o português, no canal 19; no canal 2, para o espanhol; e em inglês no canal 10.

Passo imediatamente a palavra, agradecendo a vinda de V. Sª e a colaboração que nos traz com o seu posicionamento. O senhor tem a palavra.

Ele vai fazer uma apresentação e vai, necessariamente, fazer uso do computador.

O SR. JOHN KNOX (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado. Vocês me ouvem?

Eu tenho uma apresentação em PowerPoint e não tenho certeza de como fazer funcionar. Seria possível que alguém me ajudasse a colocar a apresentação na tela? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Novamente, é uma honra estar aqui com todos vocês neste lugar lindo. Gostaria de agradecer ao Senador Viana e particularmente ao Ministro Benjamin por organizar este evento, com a ajuda, claro, de muitas outras pessoas.

Eu acho que, originalmente, tinham me pedido para falar antes do Antonio, mas a minha apresentação estava resistindo a ser incorporada ao sistema de computadores daqui. Então, agradeço muito pelo apoio do pessoal em me ajudar a colocá-la. Mas, na verdade, é adequado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vocês ouçam primeiro o papel das Constituições nacionais nesta questão, antes de ouvir sobre o direito internacional de direitos humanos, porque, naturalmente, as constituições nacionais tomaram a dianteira.

Eu fui indicado como o primeiro especialista em meio ambiente em 2012, na Resolução 1.910. Naquela ocasião, já tinham sido indicados relatores de direitos humanos para várias coisas, como alimentação, água e também algumas ameaças aos direitos humanos, como tortura e desaparecimentos sistemáticos. Mas havia uma resistência à ideia de que o meio ambiente e os direitos humanos tinham uma coisa a ver uma com a outra, até que, em 2012, a Comissão decidiu examinar isso mais de perto. Então, eu fui indicado mais tarde naquele ano como Relator Especial para esta causa, e me pediram que estudasse essa questão de como é os direitos humanos se aplicam à proteção ambiental.

A primeira pergunta foi por que demorou tanto tempo para que as Nações Unidas examinassem essa questão. Se vocês olharem para a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e também outros acordos de direitos humanos, vocês não ouvem nenhum tipo de referência ao meio ambiente. Houve uma lista de direitos humanos que agora tomamos como certa, como políticos, civis, direito de expressão e outros direitos sociais e econômicos, como o direito ao maior nível de saúde possível e o direito a condições adequadas de vida. Mas, se vocês olharem as Constituições, nos direitos internacionais não se fala normalmente do meio ambiente. Isso não surpreende, porque o movimento ambiental ainda não tinha surgido; veio somente depois dos anos 50, depois da adoção das leis gerais de direitos humanos.

Então, as Constituições nacionais acabaram tomando a liderança disso: 9 Constituições nacionais incluem agora o direito a um ambiente saudável. Como vocês ouviram do Ministro Benjamin, o Brasil tem uma disposição fundamental a respeito do direito a um ambiente saudável, mas não está sozinho nisso. A maior parte da América Latina tem disposições semelhantes.

No nível internacional, o que aconteceu, em vez da adoção de uma disposição única de direito a um ambiente saudável, foi a instituição de tribunais, como aqui, na Costa Rica e em muitos outros países, que começaram a aplicar direitos humanos existentes, como o direito à vida, à propriedade, à saúde e outros, para as demandas ambientais. As pessoas começaram a discutir, nos tribunais ambientais, que o dano ambiental interfere na sua capacidade de usufruir dos direitos humanos básicos, mesmo na ausência de um reconhecimento explícito da proteção ambiental. E esses corpos de direitos humanos chegaram a um acordo sobre esses dois princípios fundamentais. Chegaram ao acordo de que o dano ambiental de fato mina a capacidade de usufruir de uma vasta gama de direitos ambientais.

Em segundo lugar, de modo a proteger os direitos do dano ambiental, os Estados têm obrigações sobre as leis de direitos humanos de proteger o meio ambiente. Esses pontos podem parecer óbvios em muitos casos.

Essa é uma foto do dano feito à região do delta na Nigéria por décadas de derrames de petróleo e explosões de gás. Isso tornou a água, em boa parte, imbebível, e o ambiente ficou muito prejudicado, o que naturalmente prejudica o direito das pessoas ao ambiente saudável, ao alimento e à água.

Há outros danos que são mais indiretos. Aqui vocês têm a Ilha de Malé, capital das Maldivas, em que o aumento do nível do mar está expulsando as pessoas. As pessoas não têm para onde ir.

Outras perdas e danos ao meio ambiente também atrapalham os direitos humanos, como a perda de biodiversidade, como as abelhas. Isso nos afeta diretamente – de algumas maneiras, diretamente, de outras, indiretamente, já que perdemos a capacidade de fornecer serviços ecossistêmicos. A biodiversidade fornece esses serviços ecossistêmicos, que nós perdemos, quando perdemos as abelhas.

Então, a verdade é que nós fazemos parte da natureza e, à medida que prejudicamos a natureza, degradamos a natureza, prejudicamos também a nossa capacidade de usufruir os nossos direitos – o direito à saúde, o direito à alimentação, o direito à água. Esses direitos também estão desaparecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, os Estados também têm obrigações. Na minha pesquisa, encontrei que os órgãos de direitos humanos concordaram em que os Estados têm três tipos de obrigações: obrigações processuais, substantivas e obrigações aumentadas para grupos particularmente vulneráveis.

As obrigações procedimentais incluem o direito de avaliar os impactos ambientais, de tornar públicas as informações ambientais, de facilitar a participação nos processos decisórios, de providenciar remédios adequados para danos ambientais.

Particularmente, os Estados têm a obrigação de proteger o direito de expressão e de associação. Todos têm o direito de se opor ao desenvolvimento, de argumentar a favor de mais proteção ambiental ou de apoiar o desenvolvimento às custas do meio ambiente. Todos temos o direito de falar livremente sem medo de morrer ou medo de violência ou medo de ameaças contra nós.

Os Estados têm a obrigação de salvaguardar o direito daqueles que defendem os direitos ambientais. A Corte Interamericana de Direitos Ambientais tornou claro que os Estados têm o dever de proteger os defensores do meio ambiente, quando estão sujeitos a ameaças; que eles devem evitar colocar restrições ao seu trabalho e que têm a obrigação de realizar investigações sérias e extensas quanto a violações contra eles.

Infelizmente, eu lamento dizer que os Estados não têm conseguido cumprir essas obrigações.

O grupo Global Witness, de direitos ambientais, de proteção de direitos ambientais, fez um estudo, há dois anos, em que voltou atrás em 12 anos e simplesmente contou o número de ambientalistas que morreram, que foram mortos por causa do seu trabalho de proteção ao meio ambiente.

Encontraram mais de 900 casos nesse período – em média, duas mortes por semana. É um problema global, que existe no mundo inteiro, mas que existe, particularmente, na América Latina e no sudeste da Ásia e, particularmente, no Brasil. Mais de 400 desses assassinatos ocorreram no Brasil, nesse período de tempo.

As testemunhas globais... Esse grupo continua atualizando o seu relatório, que mostra que, em 2015, o número de assassinatos aumentou para três por semana, nos últimos anos – 85 assassinatos no último ano. E eu devo dizer que infelizmente, nesse período, o Brasil foi o que teve mais mortes.

Muitos desses assassinatos são de povos indígenas, particularmente. Isso não surpreende, já que os povos indígenas e outros que moram perto da natureza, com frequência, são os que estão mais em risco por projetos de desenvolvimento e que têm mais oposição; são os que se opõem a esses grupos de desenvolvimento, e, portanto, há mais ameaças contra eles.

Os Estados também têm obrigações substantivas. Ao contrário das obrigações procedimentais, as obrigações substantivas dão aos Estados maior poder de discrição. Ninguém espera que Gana cumpra as mesmas obrigações ou padrões ambientais que a Alemanha. Contudo, para manter um equilíbrio entre os interesses ambientais e o desenvolvimento, tem-se que ser razoável. É preciso ter certeza de que se lida com os impactos sobre o meio ambiente de atores que não são estaduais, como as grandes corporações.

É preciso levar em conta para isso normas internacionais, e é preciso, em todas as circunstâncias, tentar evitar medidas retroativas. Não se deve diminuir o nível de proteção ambiental já adotado, não se deve discriminar entre grupos. E, uma vez adotada uma norma ambiental, é preciso implementá-la. Essas são as obrigações dos Estados.

Finalmente, os Estados têm obrigações aumentadas de proteger os mais vulneráveis, em que se incluem também os povos indígenas. Os direitos humanos já deixaram claro que os Estados têm muitas obrigações nesse sentido, inclusive, a obrigação de reconhecer os direitos dos povos indígenas e de seus territórios ancestrais e de só permitir atividades extrativas ou de desenvolvimento nesses territórios com o consentimento livre e prévio e informado dos povos indígenas. Isso é exigido não só pela lei de direitos ambientais, mas é também uma boa maneira de proteger o meio ambiente.

Um estudo do World Resources Institute do outono passado mostra que áreas protegidas por povos indígenas, na verdade, têm taxas mais baixas de desmatamento. Eles fazem um trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

melhor de proteger o meio ambiente que os governos nacionais, que os governos de modo geral fazem para proteger o meio ambiente. Os povos indígenas devem ser autorizados. É preciso confiar em que eles vão proteger o meio ambiente, mas, para isso, precisam do apoio dos Estados.

Em 2015, o Conselho renovou o meu mandato por outros três anos e mudou o meu título de Especialista Independente para Relator Especial. Na época me perguntaram se isso significava uma aprovação para mim e um aumento de salário, talvez. Lamento dizer que eu não recebi nenhum tipo de salário das Nações Unidas para isso. Não lamento... Na verdade, lamento ter tido que dizer isso para minha esposa. Então, o meu salário, de fato, não aumentou. Mas eu de fato vejo isso como uma promoção, particularmente com relação ao meu mandato, porque indica que o Conselho de Direitos Humanos concorda que essas obrigações são suficientemente claras e acrescentaram ao meu mandato as tarefas necessárias para promover o cumprimento e a implementação dessas regras.

E nesse sentido eu recebo comunicações de indivíduos e de grupos de meio ambiente e de direitos humanos com relação a violações aos direitos. Eu vou aos países e ajudo, ajudo a desenvolver cursos online também.

E também tenho trabalhado com o meio ambiente e outros para promover oficinas regionais sobre a questão. Oficinas nas quais ouço experiências dos países em termos de como têm aplicado os direitos ambientais ao meio ambiente e direitos constitucionais. É o que eu disse: as Constituições nacionais estão na frente dessa questão, já que contêm normas para proteger o meio ambiente, e os tribunais têm de aumentar as suas atividades para aplicar esses dispositivos e ter certeza de que sejam efetivos.

Também quero notar que meu mandado vai terminar em 2018. O meu papel nesse mandato vai terminar. Acho até que ele vai continuar, mas alguém vai tomar o meu lugar. E, antes de terminar, no meu último relatório para o Conselho, eu vou estabelecer diretrizes básicas de orientação que vão resumir o que eu disse hoje, que vão resumir as obrigações que os Estados têm.

Então, para concluir, eu quero deixar vocês com esse pensamento. Se eu tivesse que resumir tudo o que eu aprendi nessa área, trabalhando com relação a esse mandato, pode ser resumido assim: os direitos humanos e o meio ambiente são fundamentalmente interdependentes. Um ambiente saudável é absolutamente necessário para o usufruto total de uma vasta gama de direitos humanos, e o exercício dos direitos humanos é vital para a proteção do meio ambiente; não se pode ter um sem o outro.

Eu tenho mais informações disponíveis no *site* das Nações Unidas, no meu *site* pessoal e também estou no Twitter, se vocês quiserem me seguir no Twitter. O *site* das Nações Unidas, particularmente, tem todos os meus relatórios em todos os idiomas oficiais das Nações Unidas, inclusive espanhol naturalmente. Não em português, lamento dizer, mas isso é o melhor que as Nações Unidas conseguem fazer neste momento.

E estou muito ansioso para ver as discussões que nós vamos ter nesses próximos dois dias.

Novamente agradeço muito por terem me convidado para estar aqui com vocês hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu queria cumprimentar e agradecer ao Prof. John Knox.

Na nossa programação, agora, nós faremos um brevíssimo intervalo, de cinco minutos ou um pouco mais, para que pudéssemos, às 11h – teríamos 13 minutos –, ter uma outra Mesa.

Mas eu não poderia deixar de mais uma vez deixar de agradecer ao Ministro Antônio Herman Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pela colaboração no evento; mas, de uma maneira muito especial, também cumprimento o Presidente do Senado, toda a equipe da Comissão de Mudanças Climáticas e da Comissão de Meio ambiente.

Mas, de modo muito especial, quero agradecer ao Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, que está aqui conosco, Luiz Roberto Veloso, e o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, o Juiz Jayme de Oliveira, pela colaboração que deram, pela participação nesse colóquio.

Então, vamos agora a um pequeno intervalo.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Queria agradecer a todos e a todas. Mais uma vez, cumprimentar todas as instituições e organizações que nos permitiram a realização desse evento, aqui no Senado Federal, no plenário do Senado Federal, fazendo uma referência muito especial à capacidade de tratar de tantos temas importantes do Ministro Herman Benjamin, de se dedicar ao trabalho, usando inclusive sábados, os fins de semana, como fez, ao longo das últimas semanas – sou testemunha –, para que pudéssemos ter esse evento, que é da maior importância. Refiro-me a esse colóquio, que estamos realizando aqui. E falo isso porque temos o acompanhamento das redes sociais, temos o acompanhamento também pela Rádio Senado e TV Senado desse nosso encontro.

Já está aqui ao meu lado o Senador Randolfe Rodrigues. Ele é Senador do Estado do Amapá e tem compromisso com o meio ambiente, com os direitos humanos, que são temas que estamos discutindo aqui.

Vale lembrar que estamos trabalhando com a realização deste evento pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional – Câmara e Senado –, que eu tenho a honra de presidir, também com a contribuição direta da Comissão de Meio Ambiente e do Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente, além de um conjunto de entidades que nos ajudam a realizar, obviamente tendo a Mesa Diretora do Senado permitido, numa excepcionalidade, que usássemos o plenário do Senado para esta primeira sessão nesta manhã, dando, com essa manifestação, a importância que este evento tem.

Quero agradecer à OAB, à Associação dos Magistrados Brasileiros, à Associação dos Juízes Federais do Brasil e a todas as entidades ligadas às Nações Unidas que nos ajudaram também na realização deste importante encontro.

O constitucionalismo ambiental tem-se tornado aspecto crítico da governança ambiental global e do Estado de direito ambiental. Este encontro é sobre Constituição, ambiente e direitos humanos, prática e implementação. E eu queria aqui dizer que já acertei com o Ministro Herman Benjamin, já consultei algumas instituições que nos apoiam na realização deste evento, e há um desejo nosso de, o quanto antes, tendo a colaboração do Senado, termos uma publicação de tudo que debatermos, que conversarmos aqui nestes dois dias, hoje e amanhã.

Então, eu acho que isso é muito importante. Há pouco material, por incrível que pareça, que possa orientar juízes, promotores, advogados, militantes da causa ambiental, o cidadão, professores, e acho que um evento como este, com nível internacional, com pessoas que vieram da América Latina, Caribe e de outros países, é uma oportunidade que temos. E sei que o Senado, fazendo essa publicação, estará dando também uma contribuição importante para este tema, que é muito rico, muito importante e pouco conhecido.

E eu agora aproveito e rapidamente passo a condução dos trabalhos para o Senador, bom amigo, Randolfe Rodrigues, que também é parte, e tem na sua ação parlamentar a causa ambiental e dos direitos humanos como prioridade.

Então, eu passo para ele para fazer a condução desta segunda sessão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. REDE - AP) – Bom dia a todos.

Eu queria inicialmente agradecer meu caro amigo de região, Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, pelo convite.

Nós costumamos dizer que eu e o Jorge estamos irmanados pelo rio. O Jorge é de um Estado da Federação Brasileira onde os rios amazônicos nascem; eu sou do Estado da Região Amazônica onde os grandes rios da Amazonas deságuam. Então, os rios nos irmanam e a causa comum da floresta, do meio ambiente e dos direitos humanos.

Além de agradecer ao querido Senador Jorge Viana, Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, quero também agradecer a S. Exª o Ministro Benjamin, sem dúvida, se não a maior, uma das maiores autoridades que nós temos no Brasil hoje na área de meio ambiente.

Os senhores e as senhoras conferencistas aqui e os senhores e senhoras convidados e convidadas de todo o mundo, da América Latina, do Caribe, da Europa e da Ásia que aqui estão presentes podem testemunhar isso que falo sobre o Ministro Herman Benjamin. A meu querido Herman Benjamin meus agradecimentos e minha honra em estar mediando esta Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Os conferencistas desta Mesa, os debatedores desta Mesa, a segunda Mesa deste colóquio, terão como tema Perspectivas e Prioridades da Comunidade Científica e da Conservação. Os nossos dois conferencistas da Mesa são a Srª Kristen Walker Painemilla – espero ter acertado – Diretora da Comissão de Política Ambiental Econômica e Social, que tratará sobre pessoas e natureza, e o Sr. John Robinson Conselheiro da IUCN e Vice-Presidente da Wildlife Conservation Society, que tratará sobre a crise da biodiversidade. Esses serão os nossos conferencistas, aos quais, de imediato, passo a palavra.

Vou utilizar as regras do cavalheirismo e começo com a Drª Kristen.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. REDE - AP) – Ah, com o Dr. Robinson.

Dr. John Robinson, por favor fique à vontade.

O SR. JOHN ROBINSON (*Tradução simultânea.*) – Bom dia.

Eu vou falar em inglês, com a sua permissão. Eu gostaria de agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues pela apresentação e também gostaria de pedir desculpas em nome do Presidente Zhang Xinsheng, que ainda está em trânsito, estaremos com ele em breve. Mas, em sua ausência, gostaria de falar algumas palavras sobre o IUCN, para moldar a discussão que vamos ter nesta sessão.

A IUCN é singular como organização de conservação porque há uma união de governos e sociedade civil em todo mundo com o propósito de conservação da natureza e de recursos naturais. Na sua estrutura central estabeleceu seis comissões de especialistas, e a liderança de duas dessas comissões está aqui hoje, uma é a Comissão sobre Lei Ambiental, o Juiz Antonio Benjamin é o Presidente dessa comissão, e a outra é a Comissão sobre Políticas Sociais e Ambientais, que é presidida por Kristen Walker. As metas das comissões são capturar conhecimento, informação científica, perspectivas jurídicas e introduzir isso às deliberações da comunidade de conservação.

A IUCN atualmente é formada por aproximadamente 1.300 membros, tanto do governo quanto de ONGs, e mais ou menos 16 mil membros de frentes de comissões. E essa estrutura é poderosa porque nos permite aproveitar a criatividade e experiência das ONGs, junto com o poder de autoridade de tomada decisões dos governos. E a IUCN é diferente de outros processos intergovernamentais, de outros tratados internacionais, por ter essa estrutura bicameral. Desde sua primeira reunião em 1958, a IUCN adotou mais de mil moções, que, uma vez adotadas, transformam-se em resoluções especificamente dentro das atividades da IUCN e também de outros parceiros externos. São desenvolvidas em grande medida pelas comissões, e cada uma dessas moções representa uma preocupação negociada em comum com a comunidade de conservação. Assim, as resoluções que saem do processo da IUCN são, na verdade, um consenso sobre qual é a direção da comunidade de conservação.

Eu vou usar esse marco para comentar um pouco sobre a conservação das florestas intactas e alguns desses panoramas, e vou usar algumas das resoluções desenvolvidas por nós sobre esse assunto. Existe um grande histórico de conservação, de preocupação com florestas, mas cada vez mais, ao longo dos anos, nós reconhecemos uma distinta classe de florestas: as florestas primárias – vamos falar um pouco mais sobre isso daqui a pouquinho. Em 2012, no Congresso Mundial da IUCN Coreia do Sul aprovou uma resolução fortalecendo o papel da IUCN para salvar as florestas primárias do mundo. No último congresso, no Havaí, uma nova resolução foi aprovada sobre a proteção de florestas primárias, incluindo os locais intactos.

Eu vou falar um pouco sobre isso, porque isso está enfatizando um elemento das florestas que a comunidade de conservação, de forma geral, reconhece como sendo de importância e que está sendo um pouco ignorada.

As florestas intactas têm um papel chave para a manutenção da biodiversidade, fornecendo serviços de ecossistemas dos quais a humanidade humana depende e contribuindo para o desenvolvimento das metas do Acordo de Paris, da Agenda de Desenvolvimento Sustentável e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O que as resoluções e a IUCN pedem é o estabelecimento de um processo que possa enfatizar a importância de tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu vou falar um pouco mais sobre as florestas primárias e as intactas. As florestas primárias são regeneradas, só que sem o impacto de influências intensivas humanas. Então, a sua estrutura não é degradada e a floresta mantém a sua flora e fauna naturais. Isso é o que está de acordo com essa definição de uma série de outras definições de políticas que já existem.

A floresta virgem ou intacta é uma paisagem de floresta virgem que é expansiva e que ainda não sofreu degradação nem foi fragmentada por atividades humanas, e que permanece suficientemente grande de forma tal que até mesmo esses processos ecológicos e de evolução que requerem escalas geográficas maiores continuam a acontecer em níveis naturais. Ou seja, é grande o suficiente para continuar fornecendo serviços de ecossistemas numa escala em que existe um valor, e é essa escala que o processo da IUCN identificou como sendo de importância crítica para os nossos esforços de conservação das florestas intactas ou virgens. Existem cinco grandes florestas que podem ser identificadas como tendo essa característica: a Boreal Forest, na América do Norte, a Amazônia, a Bacia do Congo e o Arquipélago do Sudeste Asiático. A extensão é algo como 12 milhões de quilômetros quadrados; 48% disso é tropical; 36% estão no Norte, e dois terços dessas florestas estão em três países – Rússia, Brasil e Canadá. Isso inclui a Caatinga, que foi identificada pelo Senador quando falou, nos seus comentários introdutórios de hoje, como sendo de prioridade nacional para o Brasil.

As florestas virgens são identificadas como sendo importantes por três razões centrais: uma, porque são uma solução natural indispensável para as mudanças climáticas; vou comentar mais sobre isso. São as principais e melhores florestas primárias que podem sustentar todos os processos ecológicos e naturais e são essenciais para a biodiversidade, culturas e vários valores. Em termos de mitigação das mudanças climáticas, as florestas mais virgens do mundo são gigantescas; são capazes de absorver pelo menos 25% das emissões anuais de carbono causadas por humanos. Ou seja, existe uma produção de carbono feita por atividades industriais. O desmatamento e a degradação, sobretudo nessas florestas mais intactas, ameaçam essas grandes fontes de carbono. Então, não somente estão fazendo o sequestro do carbono, mas também estão armazenando o carbono. Aproximadamente dez anos de todas as emissões causadas por humanos são armazenadas, e 40% dessa quantidade estão nessas florestas virgens.

Agora, elas não são somente grandes florestas, essas que eu estou comentando; elas têm uma série de características e valores. Uma é esse aspecto de sequestro e armazenamento de carbono; dois, porque têm altos níveis de biodiversidade; três, são essenciais para a sobrevivência e o sustento e identidade de culturas indígenas; quatro, são importantes para os ecossistemas de água e ancoram os processos evolucionários; e há uma série de outros valores. Vocês poderão dizer que todas as florestas têm várias dessas características, mas as florestas virgens, essas grandes florestas com esses valores que eu estou destacando têm todos esses valores num nível muito mais alto.

Isso é somente um número que surgiu a partir de um estudo do Pará, examinando o aspecto da floresta intacta *versus* biodiversidade. Uma das lições que aprendemos a partir disso é que as florestas virgens intactas têm altíssimos níveis de biodiversidade e, à medida que perdem essa característica de estarem intactas, esse nível de biodiversidade decai de forma drástica; essa queda resulta em 40% a 60% de queda de biodiversidade. Então, isso ilustra o poder desse aspecto de ser uma floresta virgem.

Nós sabemos muito sobre o que está acontecendo com as florestas virgens. Nós estamos perdendo uma série dessas florestas, devido à atividade madeireira, incêndios resultantes de desenvolvimento de infraestrutura, fragmentação devido à mineração. Entre os anos de 2000 e 2013, nós estimamos que aproximadamente 7,2% das florestas globais foram perdidas – 60% dessa perda foram em áreas tropicais; 21%, em áreas temperadas; o restante foi no Norte.

É altamente variável por região. Na África e no Sudeste Asiático, é devido às atividades madeireira e industrial que estão fragmentando essas florestas virgens. Na América do Sul, especialmente na área tropical da América do Sul, tem muito mais a ver com a expansão agrícola, a incêndios e também devido ao desenvolvimento da infraestrutura. É uma questão no Norte e uma situação semelhante também na região da Eurásia, no Norte também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, quais são as soluções para isso? Uma das soluções é claramente uma solução ampla de políticas que possa identificar a importância das florestas virgens e que defenda a proteção dessas grandes florestas. Mas eu gostaria de focar os meus comentários agora nessa parte. Um dos aspectos importantes é garantir esses sistemas de áreas protegidas para mecanismos de longo prazo de financiamento que possam fortalecer a sua gestão e a governança.

Uma das questões centrais aqui é o reconhecimento de que muito pouco da floresta virgem atualmente é área protegida. Aproximadamente 12,4% dessas paisagens de florestas virgens estão nessas áreas protegidas. Agora, as áreas protegidas mantêm esse aspecto da floresta virgem de quatro a dez vezes mais do que áreas que não estão sob proteção. Então, os sistemas de áreas de proteção incluem parques nacionais, reservas, áreas de manejo, áreas indígenas, áreas comunitárias. Enfim, toda essa gama de áreas protegidas, quaisquer que sejam os seus sistemas, fazem um trabalho muito melhor de proteção das florestas intactas, virgens.

E, se olharmos o caso do Brasil, o Brasil fez um trabalho muito efetivo no fortalecimento das áreas de proteção, no sistema de áreas de proteção, sobretudo na Bacia Amazônica. Os povos indígenas, as comunidades locais gerenciam aproximadamente 24%, devido a isso, do carbono da floresta tropical. A Amazônia armazena aproximadamente 38% disso, e os territórios indígenas amazônicos têm aproximadamente um terço. A Região Amazônica armazena mais carbono do que todas as outras áreas de florestas tropicais do mundo. Então, o financiamento e o apoio de proteção efetiva dessas áreas nativas, virgens, são essenciais para manter essas florestas assim como elas estão, virgens.

Finalmente, gostaria de dizer rapidamente algo sobre REDD, a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.

Eu comentei antes como são essenciais essas florestas virgens para o sequestro e o armazenamento de carbono, mas esses mecanismos de políticas do tipo RED, que buscam manter o carbono, são muito pouco efetivos com relação às florestas virgens, porque lidam com situações onde há um aumento de perda e onde há uma fragmentação da floresta. No caso das florestas virgens, há a divisão dela, o que de fato cria esse maior impacto. Então, esses mecanismos RED tendem a não ser tão aplicáveis a essas florestas virgens. Então, essa é uma área de políticas e de envolvimento jurídico de fato que pode ser aproveitado.

Então, garantir um futuro para as florestas virgens do mundo é uma prioridade altíssima para a UICN. Nós reconhecemos o valor das florestas virgens, nós estamos buscando mecanismos para tornar esse valor mais reconhecível e estamos buscando soluções para poder manter essa característica dessas florestas para o futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. REDE - AP) – Meus cumprimentos por vossa exposição.

Ato contínuo, já passo a palavra para a Drª Kristen Walker. Ela foi eleita recentemente Presidente da Comissão de Política Ambiental, Econômica e Social para a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), Diretora-Gerente e Vice-Presidente Sênior do Centro de Política de Meio Ambiente e Paz da Conservation International e foi anteriormente Presidente do Grupo de Especialistas sobre Povos Indígenas e Direitos Humanos da CEESP.

Então, ato contínuo, teremos o prazer de ouvir a Drª Kristen Walker.

A SRª KRISTEN WALKER PAINEMILLA (*Tradução simultânea.*) – Obrigada. Vou falar em inglês também. Gostaria de agradecer o Senador Rodrigues, o Presidente da Mesa, o Ministro Benjamin, o Senado Federal, a Comissão Global por Justiça Ambiental e todos os organizadores desta reunião. Gostaria de reconhecer também o Sr. Cláudio Maretti, que está aqui como Presidente Regional de Áreas Protegidas, é representante do ICMBio, me parece importante tê-lo aqui.

Eu sou Kristen Walker. Sou Presidente da Comissão da UICN de Direito Ambiental e Política Econômica, que representa um grande número de especialistas mundiais trabalhando sobre o cruzamento de meio ambiente e direito, que inclui todo tipo de gente – advogados, lideranças indígenas, ambientalistas e juristas. E nosso trabalho contribui muito para o trabalho da UICN, distribuindo e disseminando conhecimentos necessários para a proteção do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Particularmente, trabalhamos com relação às preocupações ambientais, sociais e de direitos humanos às populações, assegurando uma governança eficaz e eficiente dos direitos humanos e do meio ambiente. Queremos sempre ver a equidade no meio ambiente.

Perdão. Estamos tendo um problema com o som. Os vários canais estão se cruzando na cabine. (*Falha na gravação.*)

As sociedades se reúnem, então, para conservar o meio ambiente e os recursos naturais. São coisas que precisamos examinar hoje com relação aos direitos humanos.

Como John Knox disse mais cedo, a biodiversidade é necessária para os serviços ecossistêmicos, para apoiar o usufruto pleno de uma grande gama de direitos humanos, inclusive direito à vida, à saúde, à comida, à água e à cultura.

Para proteger os direitos humanos, precisamos realmente seguir adiante com as obrigações do Estado para proteger os ecossistemas e a biodiversidade. Nós sabemos que a biodiversidade no mundo inteiro está se degradando rapidamente. Isso tem grandes implicações para o bem-estar humano nas nossas gerações atuais. Precisamos ver ações mais urgentes com relação aos direitos substantivos e procedimentais, para assegurar a conservação da biodiversidade, mas também para continuar a apoiar os direitos humanos.

Há muitas questões que eu poderia tratar hoje com relação à dinâmica das pessoas e a natureza, bem como a de ações dos direitos dos povos, mas eu vou me concentrar em três áreas: a inter-relação entre pessoas e natureza; a importância dos povos indígenas e os direitos dos povos indígenas na conservação; e, como John Knox já disse, a importância crítica da situação dos defensores do meio ambiente.

Em primeiro lugar, precisamos entender claramente como as sociedades, as comunidades e as culturas interagem e dependem da natureza para seu sustento, do nível mais baixo das comunidades da floresta até o nível mais alto, até a dependência das cidades com relação a de onde vem a sua água.

Vemos um ponto de vista antropocêntrico com relação à natureza, que dá *insights* muito importantes quanto à relação do homem com a natureza, mas, com frequência, isso tem a ver com o ponto de vista econômico; não examina o ponto de vista mais amplo. Essas relações são vistas somente com relação à perspectiva econômica e à valoração na natureza. *Insights* importantes com relação à dimensão cultural, espiritual e mais humana com a natureza estão sendo negligenciados. As decisões estão sendo feitas com pouca informação.

Essas inter-relações são reconhecidas como multifacetadas, dinâmicas e incorporam usos diretos e indiretos de espécies e ecossistemas, que são fundamentados por normas enraizadas na cultura por crenças que variam muito entre comunidades e localidades. Assim, do ponto de vista de planejamento de paisagens, o desenvolvimento de incentivos e a implementação de legislação é muito importante. É importante que passemos adiante esses valores para, também, assegurar a participação daqueles que realmente importam no solo e aqueles que são mais vulneráveis às decisões.

Em Malauí, por exemplo, os sistemas alimentares têm mudado radicalmente à medida que o governo vem promovendo o plantio de variedades híbridas que têm forçado os agricultores a abandonar o cultivo de plantas tradicionais, inclusive variedades de milho tradicionais, que são ricas em micronutrientes. A variedade híbrida de milho, sabe-se hoje, é mais sensível às secas e, portanto, pode levar a mais fome. Além disso, a natureza é afetada por essas variedades híbridas, o que tem levado a uma grande insegurança. Trabalhar com as comunidades para identificação colaborativa de quais são as principais questões com relação aos seus sistemas alimentares, conhecimentos tradicionais e gestão de solo, os planos comunitários têm sido desenvolvidos para gerenciamento de meio ambiente que refletem a biodiversidade, conhecimentos tradicionais do povo de Malauí. Isso, por sua vez, tem aumentado gradualmente a resiliência das comunidades e segurança alimentar e tem também afetado as políticas.

Neste momento, eu gostaria de falar sobre os direitos dos povos indígenas e a conservação.

Este ano marca o aniversário de dez anos da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas e chegou o momento de avaliar a situação. Nos últimos anos, vimos a adoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do que é conhecido pelos governos do mundo inteiro como a inclusão e dos acordos globais de mudanças climáticas e conservação, particularmente com relação aos povos nativos, além da criação de novos mecanismos de financiamento para melhorar a proteção do meio ambiente.

Em vários países, como a Indonésia e Belize, nós temos visto o crescimento de novas legislações para proteger os povos indígenas e para ajudar a conservar a natureza através disso, além de países como a Colômbia, que têm implementado mecanismos REDD, entre outros. Temos visto, ainda, apesar disso tudo, o avanço de mineração em muitas áreas conservadas perto de comunidades indígenas, causando muitos conflitos. Nós sabemos que os povos indígenas guardam um vínculo muito forte com as suas terras por causa de questões espirituais e sentem a obrigação de conservar as suas terras por uma questão espiritual e cultural, mas, dentro da comunidade, dentro dos Estados, isso nem sempre é reconhecido, porém na comunidade de conservação, sim; na comunidade de conservação existe um reconhecimento crescente de que os povos, as terras ancestrais dos povos indígenas contêm um grande volume de biodiversidade que precisa ser conservado e que os povos indígenas tendem a protegê-la melhor que ninguém. Como disse John Knox, 24% do estoque de carbono está nessas terras. Os povos indígenas que receberam posse das suas terras tendem a conservar melhor as suas terras, então a governança dessas terras fica bem melhor.

Em 16 de julho, a Relatora Especial dos direitos dos povos indígenas apresentou um relatório sobre a conservação e direitos indígenas. Ela também notou que, apesar da grande proporção de terras indígenas protegidas, os direitos dos povos indígenas ainda têm que ser reconhecidos. Embora a proteção tenha avançado graças à UICN, seus membros, entres outros, ainda resta muito a ser feito. Os problemas não têm necessariamente a ver com a adoção de políticas, mas sobretudo têm a ver com a falta de reconhecimento de implementação dessas políticas pelos Estados. As obrigações existem, mas precisamos de mais reconhecimento, ação e implementação com relação a essas questões. Acho importante notar que a UICN, através de seu processo de resolução, tem adotado resoluções com relação aos povos indígenas, abordagens baseadas em direitos, mas também tem criado uma nova categoria de membros, reconhecendo mais ainda o trabalho muito importante dos povos indígenas junto à UICN. Mas ainda existe muito trabalho a fazer para implementar todas essas questões. A União é grande, nós continuamos a trabalhar na produção de orientações, e ajudando, sempre que possível, para implementar essas questões.

Existem muitos desafios em termos de políticas, práticas e o trabalho inter-Estados, mas estamos vendo, como John Knox já mencionou, um aumento de problemas com relação ao assassinato de defensores ambientais, que está relacionado com os direitos sobre a terra dos povos indígenas. Como John Knox disse, houve 185 assassinatos confirmados de defensores ambientais em 2015. Como ele disse também, uma boa parte deles aconteceu na América Latina.

Precisamos lembrar que as vidas dos defensores ambientais, como Berta Cáceres, que foi assassinada no ano passado em Honduras, são símbolos da coragem e do trabalho duro para proteger o meio ambiente, mas eles devem deixar de ser símbolos.

À medida que os números continuam a aumentar com relação a essas questões, não podemos simplesmente ficar de lado e ver as coisas acontecerem sem fazer nada. É preciso aumentar o nosso trabalho de defensoria e proteger esses defensores para evitar novas violações dos direitos humanos. É preciso assegurar que os culpados sejam levados à Justiça.

O trabalho de proteção da natureza tem várias facetas. Precisamos compreender a biodiversidade que devemos proteger, mas também precisamos compreender as comunidades e as dinâmicas das comunidades do mundo inteiro.

Para resolver os problemas, precisamos começar de baixo e subir até o nível de política nacional e global. Isso é muito importante para resolver a crise e para proteger os direitos humanos e a conservação.

A UICN vai continuar a trabalhar nesses problemas para proteger o meio ambiente, para aumentar a governança e para proteger os povos indígenas, que, por sua vez, protegem a biodiversidade, que, no final, pode ser a solução mais viável e menos onerosa para todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. REDE - AP) – Os nossos agradecimentos a V. Sª pela conferência.

A Mesa sente-se no dever de comunicar, pelas informações que nos chegaram, que o Sr. Zhang Xinsheng, Presidente da UICN, que trataria de Ecocivilização e Governança Ambiental, teve problema com seu voo para o deslocamento até Brasília. Em decorrência disso, como já foi esclarecido anteriormente, sua ausência está justificada nesta Mesa, nessa segunda sessão de debates do colóquio sobre meio ambiente, direitos humanos e Constituição.

Quero agradecer, sinceramente, mais uma vez, aos organizadores, às instituições organizadoras deste evento; às Comissões de Meio Ambiente do Senado Federal e à Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, cujo Presidente é o Senador Jorge Viana, meu caro amigo; ao Ministro Herman Benjamin pelo convite e pela honra de poder intermediar esta segunda Mesa de debates; aos nossos debatedores, Dr. John Robinson e Drª Kristen Walker, pelas suas conferências riquíssimas, como todas as senhoras e os senhores puderam perceber nas informações.

O colóquio terá continuidade à tarde a partir das 14h30. Nós mudaremos o local do colóquio pela parte da tarde, visto que o plenário do Senado Federal será ocupado por sessão não deliberativa desta Casa. Então, este colóquio, após o almoço, se dará no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, a partir das 14h30 – repito. Obviamente, as relações públicas do Senado Federal e o cerimonial encaminharão todas as senhoras e os senhores conferencistas para o local.

Nós faremos agora um intervalo para o almoço, que se dará no restaurante dos Senadores, aqui mesmo nas dependências do Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. REDE - AP) – O almoço é uma cortesia ofertada, como muito bem destacado e lembrado pelo Senador Jorge Viana, pelo Senado Federal.

E as relações públicas do Senado conduzirão as senhoras e os senhores até o local do almoço, que será o restaurante dos Senadores. Em seguida, conduzirão as senhoras e os senhores para o local dos trabalhos pela parte da tarde que, repito, será o Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

O cerimonial e a organização do evento também pedem que as senhoras e os senhores deixem sobre a mesa os aparelhos de tradução, que, obviamente, serão deslocados para o local onde será realizado o evento pela parte da tarde.

Mais uma vez o Senado Federal se sente honrado, Ministro Herman, com sua presença aqui e com sua prestimosa colaboração na organização desse evento.

Aliás, me permita dizer, V. Exª é um dos organizadores também e, ao mesmo tempo, para nós, do Senado, é uma honra estar junto com V. Exª organizando esse importante colóquio, esse importante evento, que, com certeza, depois terá os seus anais publicados pela Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional e será uma contribuição inestimável ao debate, contribuição que se soma à sua enorme contribuição, Ministro Herman. Nunca é demais dizer – e digo aqui em público –, para nós, brasileiros, pelo reconhecimento internacional que V. Exª tem, que V. Exª é um motivo de muito orgulho para todos nós brasileiros, para as autoridades deste País. E eu sei que os conferencistas internacionais que estão nesse evento confirmam as palavras que aqui estou dizendo.

Mais uma vez, meu muito obrigado, Ministro Herman Benjamin.

Dessa feita, declaramos encerrada essa segunda sessão de debates do Colóquio Internacional Constituição, Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Convidamos todos para o almoço.

Todos estão convidados para a retomada dos trabalhos a partir das 14h30, na Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal.

Muito obrigado.

Boa tarde.

(Reaberta às 11 horas e 14 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 53 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Boa tarde! Queria cumprimentar a todos e agradecer a participação pela manhã.

Espero que tenham tido um bom almoço. Nós não temos muitas opções, o restaurante era aquele, mas é um restaurante-escola que sempre trabalha com a culinária brasileira, e é com satisfação que retomamos.

É bom falarmos, e temos que repetir, porque estamos também gravando, e neste caso, está sendo gravado pela TV Senado e pela Rádio Senado e também pelas redes sociais: há um canal que está ao vivo para que as pessoas possam participar. Então, nós temos uma participação também daqueles que estão em qualquer parte do Brasil ou do mundo.

Declaro aberta a reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, que eu tenho a honra de presidir.

O formato mudou. Pela manhã estávamos no plenário do Senado, e aqui é uma reunião conjunta das duas comissões, uma do Senado Federal, de Meio Ambiente, e a Comissão Mista, que é do Congresso Nacional, que eu presido, sobre mudanças climáticas.

A presente reunião, repito, visa à realização do Colóquio Judicial regional para a América Latina e o Caribe, com o seguinte tema: "Constituição, Ambiente e Direitos Humanos: Prática e Implementação".

O formato que nós vamos ter aqui é de uma mesa redonda. Os convidados que estão na primeira bancada aqui na frente farão parte desta reunião, mas nós temos também aqui duas convidadas e a Profª Daly, que é facilitadora. Elas vão fazer uso da palavra, e logo após nós vamos ter a participação de debatedores.

Então eu queria dizer que esta mesa redonda que inicia a reunião da tarde traz como tema: "Diálogo comparativo sobre interpretação e aplicação de dispositivos constitucionais ambientais". Esse é o propósito desta mesa.

Volto a lembrar que estamos tendo tradução, no canal 19, em português; no 10, em inglês e no 2, em espanhol.

Então eu agradeço mais uma vez; cumprimento a todas as instituições que nos ajudaram a organizar este colóquio, fazendo sempre referência ao papel do Ministro Herman Benjamin, de nos reunir para a realização deste colóquio.

Eu vou agora organizar, e nós vamos ouvir, num primeiro momento, a Profª Daly, da Faculdade de Direito da Widener. Vou passar para ela, ela vai fazer uma exposição, e depois nós vamos ter a Srª Aguilar, que é da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

Então, com a palavra a Srª Profª Daly.

A SRª ERIN DALY (*Tradução simultânea.*) – Obrigada. Muito obrigada pela apresentação. Muito obrigada, Ministro Benjamin, por nos reunir aqui. É um prazer estar aqui e é um prazer também trabalhar como facilitadora deste primeiro painel de substância do colóquio.

Eu gostaria de fazer alguns comentários gerais sobre o colóquio. O colóquio, como vocês sabem, é chamado de diálogo sobre "Constituição, Ambiente e Direitos Humanos". E eu acho que todas as palavras são muito importantes. Quando estamos falando de Constituição, estamos falando de valores que são importantes, mas que também são vulneráveis. É isso que nós protegemos nas Constituições, o que nós achamos ser mais importante, mas também as coisas que nós achamos que vão ser ameaçadas. Temos, portanto, as Constituições de 1970, quando as ameaças ao meio ambiente estavam começando a ser reconhecidas, e as Constituições são um meio perfeito para a proteção desses direitos.

É claro, nós temos muita proteção ambiental e direitos humanos em nível internacional, temos algumas proteções em termos de estatutos e também em termos subnacionais, mas as Constituições têm um papel muito importante nessa hierarquia de proteção de direitos. Em um único documento, muitas vezes, sem priorizar ou dar privilégios, unem os direitos humanos e ambientais, refletindo a invisibilidade e a interdependência dos direitos humanos e ambientais.

As Constituições também, da forma que são distinguidas da lei, seja de nível internacional ou subnacional, têm os melhores mecanismos de cumprimento por meio dos sistemas judiciários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ativos, onde temos a possibilidade de fazer trabalhos no nível nacional, onde operam os tribunais, mas também, cada vez mais, através das fronteiras internacionais à medida que compartilhamos cada vez mais informações e experiências em eventos como este.

Portanto, Constituições, meio ambiente, direitos humanos, prática e implementação. Este colóquio foi em parte desenhado com relação ao constitucionalismo ambiental.

Essa aqui é uma cópia do livro. Vocês também têm *link* no material de vocês. Nós não imprimimos, necessariamente, por causa do meio ambiente, porque, afinal, é um livro bastante grande, de 300 páginas. Mais ou menos metade desse livro fornece uma explicação, uma narrativa e uma visão geral de alguns dos pontos principais enfrentados pelos tribunais quando estão buscando a implementação de direitos ambientais constitucionais. A outra metade é basicamente materiais de casos do mundo inteiro – e, neste caso, nessa edição, com uma ênfase na jurisprudência latino-americana.

A estrutura desse livro, vou rapidamente descrever como nós o estruturamos. O primeiro capítulo, realmente, tem um enfoque em vocês, no Judiciário, o que fazem os juízes quando estão interpretando e fazendo com que sejam cumpridos esses direitos ambientais constitucionais, quais são os tipos de temas que os juízes precisam enfrentar quando estão levando adiante esse tipo de processo com relação a esses direitos ambientais.

Em seguida, passamos para uma taxionomia dos direitos ambientais. E aqui nós basicamente catalogamos ou descrevemos os tipos de direitos ambientais que nós vemos nas Constituições do mundo inteiro. Algumas Constituições protegem direitos ambientais substanciosos, como já ouvimos hoje de manhã, em um dos comentários. Então, são, basicamente, mais comumente, na forma de dispositivos que dizem que todos têm o direito a um ambiente de qualidade, de saúde, etc., algo desse tipo. Nós também vemos, em algumas dezenas de Constituições, direitos procedimentais que são especificamente dedicados ao meio ambiente. A maioria das Constituições tem esses direitos procedimentais para acesso a uma série de questões. E algumas dezenas de Constituições têm isso especificamente relacionado a legisladores e a esse tema ligado ao meio ambiente. Então, examinamos esses aspectos todos dos direitos.

Além disso, nessa seção do livro, examinamos algumas das principais questões que são implicadas na implementação dos direitos ambientais constitucionais, sobretudo a ameaça das mudanças climáticas, mas vemos outras questões também. Algumas Constituições, especificamente, protegem os direitos da natureza de forma explícita, e cada vez mais estamos vendo tribunais constitucionais que também protegem os direitos da natureza mesmo quando não estejam presentes no texto.

Sustentabilidade também é apresentada em vários textos constitucionais. E também a conexão entre direitos ambientais e outros direitos humanos, ou seja, o direito à saúde, o direito à vida, o direito à dignidade, por exemplo, entre outros.

Em terceiro lugar, onde vemos esses direitos nesse capítulo, não somente no nível constitucional? Especialmente no Brasil, nós vemos os direitos constitucionais protegidos no nível subnacional também.

Os próximos capítulos do livro têm um enfoque sobre o trabalho em si dos juízes quando buscam implementar esses direitos constitucionais ambientais. Então, nós estamos examinando bem de perto esse processo jurídico. Examinamos, primeiro, no livro, como nós chegamos ao tribunal, questões e perguntas políticas, coisas que precisam ser levadas em consideração pelos juízes quando estão decidindo se é o momento de aceitar um caso ou revisá-lo.

Em seguida, examinamos questões de interpretação e aplicabilidade, uma vez que já estamos no tribunal vendo como fazer a leitura daquele texto constitucional e aplicá-lo aos casos que estão sendo debatidos.

Finalmente, vemos o que os tribunais fazem quando identificam uma violação. Como lidar com essa violação? Como remediá-la? Para este colóquio, nós mudamos um pouco a ordem. Nós estamos começando bem no meio. Nós vamos começar no cerne da questão do processo jurídico e temos um enfoque exatamente no que acontece quando os direitos ambientais constitucionais estão no tribunal diante de vocês apresentados em casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, neste painel, nós estamos examinando questões de interpretação e a aplicação.

Em painéis posteriores, nós vamos examinar questões sobre como remediar e questões de justiça.

Então, nesta sessão, nós estamos realmente o trabalho duro dos juízes. Então, realmente é um grande prazer ter um painel com sete juízes fantásticos, que vão compartilhar um pouco a experiência deles conosco ao lidar com esses dispositivos ambientais.

Eu gostaria de destacar, desde do início, que, em algumas das questões que nós consideramos, em algumas das questões que podem ser levantadas por alguns dos juízes que estão aqui conosco, os direitos ambientais constitucionais – e aqui estou basicamente falando dos direitos substanciais – são impressionantemente amplos e apresentam certos desafios diante do tribunal.

Eu vou deixar por aqui e vou passar a palavra à Grethel Aguilar, minha cofacilitadora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – A intenção dessa fala inicial é que se possa ter alguma provocação de temas que vamos ouvir dos debatedores.

Eu passo imediatamente para a Srª Aguilar, que é Diretora do Escritório Regional para o México, América Central e Caribe da União Internacional de Conservação da Natureza. Eu passo imediatamente a palavra para que ela possa fazer a sua exposição.

A SRª GRETHEL AGUILAR (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigada, Senador Viana.

Eu estou muito satisfeita de poder compartilhar esta Mesa com o senhor, Sr. Senador, e com a Professora Erin Daly.

Eu gostaria de começar agradecendo ao Ministro Benjamin pelo convite e pela sua liderança sempre tão marcante no desenvolvimento do Direito Ambiental. E, naturalmente, quero agradecer ao Senado Federal do Brasil por nos receber em sua Casa.

Gostaria ainda de reconhecer a presença do Presidente da UICN, que acabou de entrar, o Sr. Zhang Xinsheng.

Deixe-me falar rapidamente sobre a região na qual vocês se encontram, a América Latina e o Caribe.

A América Latina é uma região muito rica em biodiversidade. Podemos dizer que aqui temos mais de duas mil áreas protegidas, onde se encontram 40% das espécies de biodiversidade do mundo. Contém ainda 28% da água de superfície do mundo e oito dos dezessete países megadiversos de todo o mundo. Oito deles, então, encontram-se na América Latina e no Caribe.

Somos ainda uma região culturalmente muito diversa, com grupos indígenas que vêm do México até a Patagônia, e com grupos de afrodescendentes e afro-caribenhos, localizados, sobretudo, nas costas do Caribe.

Nós ainda enfrentamos alguns desafios conhecidos por muitos de vocês, como a pobreza, desafios associados ao desenvolvimento sustentável, mas, possivelmente, o que seja mais importante lembrar aqui é que vocês estão nessa região rica em biodiversidade e rica em cultura.

Considerando o tema de hoje, que é um diálogo comparativo sobre a importância da aplicação dos dispositivos constitucionais no mundo, acho que é importante lembrar que aqui, na América Latina, as reformas constitucionais para a inclusão do direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado começaram no final dos anos 80. Muitos deles também aconteceram após a Rio 92, aqui no Brasil, quando, imagino, muitos de vocês foram participar da Cúpula do Desenvolvimento Sustentável. Assim, o direito fundamental ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado já data de muitos anos, já vem sendo implementado aqui há muitos anos. E tem sido considerado como um interesse superior naturalmente. Assim tem sido colocado na maioria das Constituições políticas da América Latina e do Caribe.

A sua implementação tem sido um desafio substancial desde o começo, e a maioria dos países ainda não tem tribunais ambientais especializados na matéria. Porém, a maioria tem, sim, um grande número de juízes comprometidos que, desde os seus diversos lugares, buscam, no dia a dia, implementar o Direito Ambiental e, naturalmente, os dispositivos constitucionais dos países.

Deixe-me fazer referência a três aspectos que têm sido importantes na implementação do Direito Ambiental constitucional. Em primeiro lugar, a jurisprudência. Muitos de vocês talvez se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lembrem do começo da matéria, quando aconteceram as primeiras sentenças ambientais. Hoje temos uma grande variedade de sentenças ambientais e temos muito a aprender.

Parte dessa nova ação tem a ver, por exemplo, com a valoração econômica do dano ambiental e com a possibilidade de que os juízes de fato levem em conta essa valoração econômica nas suas sentenças e que possamos compensar, se não totalmente, pelo menos parcialmente esses danos, para haver essa compensação econômica, portanto.

Outro ponto importante também e que recentemente ganhou força é a questão de ver a natureza como sujeito de direitos, com o seu próprio direito de ser protegida.

Já houve sentenças recentemente quanto a isso na Colômbia, a última, e no Equador. E naturalmente existe aquilo que nós conversamos hoje de manhã com relação à conexão do Direito Ambiental aos direitos humanos e, particularmente na América Latina, a possibilidade de conectar o Direito Ambiental aos direitos dos povos indígenas, aos direitos das comunidades afrodescendentes e particularmente ao direito à terra, ao direito à cultura de cada uma das nossas comunidades camponesas, indígenas e negras.

Finalmente, tem havido também um grande debate com relação aos interesses difusos, e há a possibilidade de que os grupos possam acionar a Justiça mesmo que os grupos não tenham sido diretamente afetados pelos casos que estão sendo levados à Justiça.

Devo dizer ainda que, hoje em dia, os juízes – isso não vale só para os juízes da América Latina e do Caribe, senão para o mundo inteiro – enfrentam uma grande pressão. Enfrentam também um nível muito elevado de responsabilidade, pelo fato de haver projetos de desenvolvimento, alguns de desenvolvimento sustentável e outros não sustentável, todos os dias, e as demandas das comunidades, sejam comunidades camponesas, afrodescendentes ou indígenas, serem cada vez mais latentes. E nessas situações os juízes são os principais atores.

No futuro de cada um dos países e no futuro do Planeta, as pressões são tão grandes, como ouviram hoje de manhã, que há muitos líderes ambientais na região que neste momento correm perigo. As pressões das quais falamos com relação ao futuro da nossa riqueza também são muito grandes.

A primeira tem a ver com a riqueza biológica e cultural, que eu mencionei mais cedo.

Nesse sentido, eu gostaria neste momento de passar a palavra para o Senador Jorge Viana para que possamos começar realmente o painel do diálogo comparativo com relação à implementação e aplicação dos dispositivos constitucionais e ambientais.

Muito obrigada.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Eu agradeço à Srª Aguilar pela colaboração e passo a palavra imediatamente para o primeiro debatedor, Ministro Chifundo Kachale.

Por gentileza, tem a palavra.

O SR. CHIFUNDO KACHALE (*Tradução consecutiva.*) – Muito obrigado. Boa tarde.

Gostaria de expressar o meu apreço ao Presidente e ao público por me dar a oportunidade de compartilhar alguns pensamentos vindos de Malawi, no sudeste da África, a minha jurisdição.

Para o propósito desta discussão, eu vou enfatizar que a nossa Constituição, que foi formulada através de um processo muito longo nos anos 90, reconhece o direito a um ambiente limpo e saudável, e faz isso fornecendo também obrigações para o governo, a obrigação de formular políticas e leis que avancem a ambição da Constituição de assegurar um ambiente limpo e saudável.

Os dispositivos em si não necessariamente asseguram um direito "justiciável" pelas partes, no sentido do direito de levar a ajuizar causas de Direito Ambiental em si. Considerando que esse entendimento faz parte dos valores constitucionais, os tribunais do Malawi não têm hesitado em aplicar esses dispositivos amplamente para criar obrigações para o Estado de assegurar que questões de proteção ambiental e de justiça ambiental sejam cumpridas nos vários contextos.

Os casos que eu gostaria de enfatizar para os propósitos desta discussão trazem à luz o conflito a que eu acho que os palestrantes que me precederam se referiram quanto ao desenvolvimento ambiental e econômico, porque proteger o meio ambiente e todos os outros direitos reconhecidos na nossa Constituição é importante, mas existe também um dispositivo constitucional específico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com relação ao direito ao desenvolvimento, que é um direito comunitário, e não pessoal. Isso tem criado conflitos com questões de proteção ambiental.

Os tribunais têm exercido mandados de revisão judicial rígidos para assegurar o cumprimento das garantias de proteção ambiental, que não só são reconhecidas na Constituição, mas também articuladas em legislação subsidiária adicional que versa sobre coisas como avaliações de impacto ambiental e outros mecanismos que buscam assegurar que o devido processo seja aplicado aos projetos de desenvolvimento que possam vir a ter um efeito adverso sobre o meio ambiente.

Vem-me à mente três casos que eu gostaria de mencionar aqui. Esses três casos têm uma questão interessante no sentido de que os três têm a ver com a oferta de água. Enquanto no passado a oferta de água nunca tinha sido um problema no meu país, eu acho que, no contexto da mudança do clima e dos desafios criados pelo uso não sustentável dos recursos hídricos, mas também pelo desmatamento, temos hoje desafios muito sérios com relação à oferta de água, particularmente no contexto de uma crescente urbanização, à medida que o nosso país se desenvolve.

O primeiro caso envolve uma empresa australiana que veio para extrair urânio na parte norte de Malawi. Eles adquiriram a concessão de uma mina, e a comunidade local, apoiada por organizações da sociedade civil, resolveu contestar a validade e a robustez da avaliação ambiental feita para a concessão, para a outorga dessa concessão. Evidências obtidas através de pesquisas científicas mostraram que a contaminação da mina estava de fato afetando os recursos de água subterrânea, que estavam no cerne da vida da comunidade que vivia perto da mina, que dependia desses recursos hídricos não só para beber, mas também para o gado e para as plantas. A comunidade insistiu que não tinha havido providências suficientes tomadas para avaliar esses impactos no momento da outorga da concessão. Então, inicialmente, contestou-se o direito das organizações da sociedade civil de levar o caso aos tribunais, mas, quando esse obstáculo foi superado, a ação foi marcada para ser julgada no tribunal.

Isso levou a uma situação de litígio, porque o preço do urânio caiu no mercado e isso fez com que os investimentos da empresa tivessem uma virada negativa. Então, houve uma grande contestação. Alguns acadêmicos acham que, por causa desse caso em que a comunidade informada levou a um cumprimento mais rígido da legislação e da proteção ambiental, na verdade, isso já teria feito os investimentos menos atrativos, porque, inicialmente, não havia vontade de fazer um investimento de modo que avançassem os direitos ambientais à população, de qualquer jeito.

A parte interessante da história é que houve uma divisão clara na comunidade afetada, porque parte da comunidade achava que as organizações da sociedade civil estavam se intrometendo e tentando privá-los do acesso ao desenvolvimento, porque a mina estava trazendo emprego para sua parte no mundo, onde nunca antes tinham tido esse nível de emprego, e isso tinha trazido uma condição econômica bem melhor. Porém, acaba que esse caso não chegou a uma conclusão muito positiva, porque o investidor simplesmente retirou os investimentos. Isso aconteceu nos últimos meses.

Temos também o caso da população crescente na cidade de Lilongwe que fica a algumas centenas de quilômetros do Lago Malawi. O governo concedeu um contrato para que alguém instalasse uma tubulação para levar água do lago para a cidade e para todos os distritos no caminho. Mas esse projeto em si também foi freado, está parado no momento, porque há questões sérias com relação à transparência do processo licitatório e também várias partes interessadas contestaram a passagem da tubulação de água. Pediram compensação ambiental alegando um grande nível de risco ao meio ambiente, porque a tubulação teria de cortar através de floresta preciosa ao longo do caminho, e isso afetaria as moradias de muitas pessoas, que precisariam ser deslocadas por esse investimento proposto.

Não fui eu que julguei esse caso, mas o meu colega que teve de tomar uma decisão sofreu uma grande pressão por causa da magnitude, da importância política desse projeto que o Governo tinha prometido para a população. Então, os tribunais foram vistos como estando se intrometendo no desenvolvimento do país. Mas os tribunais estão só tentando assegurar que as garantias do direito ambiental sejam protegidas e que a agenda de desenvolvimento política não atrapalhe o meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Finalmente, o terceiro caso é um pouco mais interessante do meu ponto de vista, porque envolve uma situação em que uma comunidade local trabalhou sob a liderança de um membro do Parlamento que é politicamente muito ativo nesse sentido e que já tinha sido educado pela sociedade civil, pelas instituições da sociedade civil em questões de proteção ambiental, e tem os seus seguidores, na verdade, morando na montanha maior depois do Monte Kilimanjaro, o Monte Mulanje, que tem um nível de diversidade muito ilibado. É um lugar lindo!

Novamente, houve uma proposta para extrair água naquele lugar, uma captação para uma cidade que fica a cerca de 200km dali, porque essa era a fonte de água mais próxima que se considerava sustentável.

Por iniciativa desse membro do Parlamento, que, inicialmente, entrou no Parlamento de forma independente, mas, depois, se afiliou ao governo e, desde então, foi dispensado do partido, na liderança, por ser visto como um retrógrado e ter mobilizado a comunidade para se colocar contra essa captação de água, dizendo: "Por que vocês vão captar água daqui se vocês nem moram aqui neste bairro?"

Então, o principal desafio ali é que nós sabemos que esse projeto, de fato, vai afetar a biodiversidade nesse local que é tão especial na nossa paisagem.

O tribunal, inicialmente, deu a sentença de uma moratória para o projeto e agora vão examinar o caso substantivo, mas eu acho que essa questão não está mais com o tribunal neste momento. Acho que as partes estão tentando encontrar uma solução para o problema fora do tribunal. E tem havido um esforço maior para envolver o público e ficar sabendo da opinião deles a respeito do projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu queria agradecer ao Sr. Ministro Chifundo Kachale, da Suprema Corte do Malawi. É uma satisfação e uma honra ouvi-lo.

Eu vou mudar um pouco a sistemática, porque acho que não está muito adequada. Nós temos as autoridades convidadas falando de costas para o público. Então, a próxima pessoa que vou chamar viria até aqui e falaria de frente para todos. É uma sugestão da nossa Ministra Noer.

Eu convidaria agora a Juíza Fruzsina Bögös, para que possa vir até a bancada e daqui fazer a sua manifestação, por gentileza. Acho que fica um pouco melhor e mais adequado.

Só peço que haja uma limitação de tempo, porque temos um número grande de convidados que vão fazer uso da palavra. Se for possível termos um tempo mais razoável...

Estou concedendo cinco minutos e, depois, abrindo um ou dois minutos para concluir. Eu penso que seria razoável.

Ministro Paul Kihwelo, se quiser se instalar aqui, para poder organizar sua exposição...

Nós vamos ouvir, primeiro, a Drª Juíza Fruzsina Bögös, que tem a palavra agora. Ela é a Secretária-Geral do Fórum União Europeia de Juízes (e Juízas) para o Meio Ambiente e é da Hungria.

A SRª FRUZSINA BÖGÖS (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde, senhoras e senhores.

Primeiramente, eu gostaria de dizer a vocês que a minha situação seja talvez um pouco especial, porque aqui, neste momento, eu represento o Fórum União Europeia de Juízes para o Meio Ambiente, mas, além desse papel muito importante que eu tenho, eu sou juíza na Hungria e trabalho com casos ambientais no Tribunal de Administração Pública.

Sendo juíza húngara e também em um dos Estados-membros da União Europeia, isso significa que, em termos de tomada de decisão, nós precisamos levar em consideração a legislação nacional, a jurisprudência nacional, a legislação constitucional, a legislação da União Europeia, que significa a legislação primária e secundária, o que significa a Carta da União Europeia, tratados, regulações e também as decisões do Tribunal de Justiça Europeu. Além de tudo isso, claro, preciso mencionar que temos as legislações internacionais, como, por exemplo, a Convenção Europeia para Direitos Humanos e, nos casos ambientais, outra convenção relacionada ao tema. Então, basicamente, isso significa um grande desafio para um juiz ou uma juíza nos Estados-membros da União Europeia.

Na situação ideal, todas essas legislações e jurisprudências estão em harmonia umas com as outras, mas nós, juízes, sabemos que essa situação ideal raramente acontece. Isso não significa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

todas essas legislações e jurisprudências sejam contraditórias umas com as outras, mas os pontos-chaves, focais e as prioridades da legislação nacional ou da União Europeia estão em situação, às vezes, diferente.

Nesse caso, os dispositivos ambientais constitucionais ajudam muito para um juiz ou juíza, porque isso é como se fosse uma luz na escuridão do processo de tomada de decisão. Claro, os dispositivos constitucionais nunca são precisos o suficiente para operar somente com isso, como juiz, em termos de tomadas de decisão, mas isso significa que, ao lidar com casos ambientais, além do nacional e da legislação da União Europeia, sempre precisamos pensar e levar em consideração os dispositivos constitucionais, que, nos casos ambientais, acredito eu que sejam muito importantes.

Eu gostaria de destacar dois outros pontos. Um é que muitas das Constituições dos Estados-membros da União Europeia e, no caso, da Hungria também, envolvem dispositivos ambientais e também princípios, como o princípio de precaução e uma série de outros. Então, isso significa que esses princípios ambientais estão incluídos na Constituição dos Estados-membros. Isso também é extremamente importante.

A última coisa que eu gostaria de comentar com vocês é que existe um princípio que foi elaborado pela Corte Constitucional húngara alguns anos atrás que considero uma boa prática: a proibição de dar um passo atrás. Isso significa que não é possível tomar medidas de retrocesso. Uma vez outorgado, você não pode retirar o direito ambiental.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu queria agradecer à Drª Fruzsina Bögös pela sua colaboração.

Passo imediatamente a palavra ao Ministro Paul Kihwelo, Ministro da Corte Superior e Instituto de Administração Judicial da Tanzânia.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PAUL KIHWELO (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tentarei ser bem breve, tanto quanto aquele relógio que está na minha frente.

Eu tenho notícias boas e ruins para compartilhar com vocês no que se refere ao meu país. Por razões óbvias, vou começar com as notícias ruins. O ruim é que a Constituição não fornece garantias aos direitos ambientais. Em segundo lugar, no meu país não há cortes especializadas ambientais ou tribunais ambientais. O terceiro ponto é que, assim como em vários lugares do mundo, a degradação ambiental está em estágios alarmantes.

Eu estava lendo o jornal de ontem, que diz que no meu país estamos gastando um metro cúbico de madeiras florestais numa população de mais de 50 milhões. Isso significa que, num ano, estamos fazendo um desmatamento nesse ritmo bastante alarmante das florestas que estão sendo destruídas.

Isso não significa que não haja boas notícias. As boas notícias é que, apesar de a Constituição não incluir esses direitos, não garantir esses direitos, os tribunais estão usando ativismos judiciais, estão trabalhando com direitos ambientais e estão buscando que isso seja parte da Constituição. A maior parte do tempo, tem sido usado o art. 14. O art. 14 é o direito à vida e a proteção à vida. Então, os tribunais têm usado esse dispositivo de que não pode haver vida sem o meio ambiente. Portanto, os direitos ambientais são interpretados como parte disso. Assim, estão incluídos na Constituição.

Mas vemos juízes que têm viajado a vários locais e têm usado a maior parte das convenções e dos tratados que existem e dos quais meu país é membro.

Com relação ao estado de Direito Ambiental, isso tem sido feito há bastante tempo. Existe uma série de decisões de tribunais em que foi declarado que há uma conexão com os direitos humanos, a Constituição e os direitos ambientais e também com relação à suplementação do que existe na Constituição. Existiu um ato que foi promulgado. Nessa lei, o direito ao meio ambiente está sendo claramente destacado. Então, os tribunais, atualmente, estão usando esse dispositivo para proteger o direito ao meio ambiente. Devido à rica biodiversidade, tanto em termos de flora quanto de fauna, os tribunais têm destacado isso como de grande importância nesse dispositivo.

Quando alguém se apresenta diante de um tribunal e existe algum tipo de problema relacionado ao ato do Parlamento, tenho destacado de forma bastante clara que a maior parte da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sociedade civil agora pode se apresentar diante de um tribunal para proteger os seus direitos ao meio ambiente.

Era isso o que gostaria de compartilhar. Agradeço muito a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Eu que agradeço ao Sr. Ministro Paul Kihwelo, da Corte Superior da Tanzânia.

Passo imediatamente para a Drª Doyo Kim, da Coreia do Sul, que já está aqui à minha direita e tem a palavra.

A SRª DOYO KIM (*Tradução simultânea.*) – Obrigada. É uma grande honra poder compartilhar a experiência coreana com todos vocês.

A Constituição coreana teve a sua última emenda em 1987, após a revolução democrática. A nossa Constituição tem um dispositivo relacionado a temas ambientais. Está dito de forma explícita que todas as pessoas têm o direito a um ambiente saudável e que o governo é responsável por conservar o meio ambiente para as gerações futuras.

Contudo, os direitos ambientais, na Constituição coreana, foram interpretados como sendo direitos constitucionais abstratos. Isso significa que somente podem ser cumpridos depois que a legislação para a implementação desse direito seja feita. Então, nós temos algumas legislações ambientais para a implementação dos direitos constitucionais ambientais com relação à poluição do ar, contaminação do solo, avaliação ambiental e o comércio de carbono.

A pessoa tem direito a questões administrativas. Nesse sentido, temos o fornecimento de marcos e diretrizes para a formulação de legislação. Uma série de demandantes coreanos têm baseado as suas causas de ação em alguns direitos que são estabelecidos pela lei civil ou por legislações administrativas. Os tribunais coreanos são pacíficos ao reconhecer essas causas de ação diretamente com base nos direitos ambientais constitucionais. Uma série de casos explicitamente usaram a cláusula constitucional em conjunção com alguns outros direitos tradicionais. Por exemplo, alguns tribunais fazem a expansão para casos administrativos envolvendo a avaliação de impacto ambiental com relação ao direito constitucional ambiental. Em alguns outros casos civis, um tribunal proibiu construtoras de construir um grande empreendimento perto de um templo budista em Seul. Usou como base o problema da vida privada, de acordo com a constituição, mas também como sendo uma violação daquele dispositivo constitucional. Também houve já decisões com relação aos danos.

Também gostaria de mencionar alguns casos mais recentes com relação ao comércio de carbono. Há dois anos nos lançamos o sistema de comércio de carbono coreano com grandes refinarias e fabricantes para lidar com as mudanças climáticas. Nós estamos, atualmente, nas fases iniciais e as empresas estão recebendo direitos de emissão gratuitos. Algumas empresas têm tentado iniciar ações para abordar os aspectos desses direitos de emissão. O Tribunal Administrativo da Coreia não levou em consideração esses casos e os rejeitou, após a revisão de alguns dos dados e de outros critérios com base na lei administrativa sobre o comércio de carbono e nos marcos relacionados às mudanças climáticas.

Contudo, parte dessa opinião claramente tem a ver com os direitos constitucionais ambientais e com os princípios com relação aos consensos internacionais desenvolvidos na ONU. Muitos desacreditam que a agenda ambiental envolva aspectos complexos, técnicos, científicos e econômicos e que as decisões políticas em procedimentos democráticos devem ser respeitadas, assim como também a separação de poderes.

Da minha perspectiva, concordo com o princípio do procedimento democrático. Mas os tribunais coreanos não estão dispostos a abrir mão de qualquer tipo de dispositivo. Inclusive, há alguns artigos dos textos administrativos para corrigir alguns requisitos com relação ao peso das evidências, mas isso implica que os tratados internacionais e os dispositivos constitucionais podem ser usados para expandir os direitos tradicionais envolvendo o meio ambiente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Foi a Drª Doyo Kim.

Passo agora, imediatamente, agradecendo a colaboração – já está aqui na mesa –, a palavra ao Ministro José Ignacio Vásquez, da Corte Constitucional do Chile.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ IGNACIO VÁZQUEZ MÁRQUEZ (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os presentes.

Primeiro, eu gostaria de me referir de forma geral à estrutura da institucionalidade ambiental no Chile, para, de certa forma, demonstrar como é protegido, de forma geral, juridicamente, judicialmente e administrativamente, o meio ambiente. Em primeiro lugar, existe, de 2012 em diante, uma nova institucionalidade ambiental formada, em primeiro lugar, pelo Ministério do Meio Ambiente, do ponto de vista administrativo. E tem um serviço de avaliação ambiental, um serviço de biodiversidade e áreas protegidas e que está em processo de operação, está contemplado dentro dessa institucionalidade. Finalmente, existe uma Superintendência do Meio Ambiente, que é o organismo que está encarregado de fiscalizar o cumprimento desses assuntos.

Em seguida, de forma autônoma e independente, formando essa nova institucionalidade, foram criados pela lei três tribunais ambientais – um com sede em Santiago, para essa macrorregião; outro em Valdívia, para aquela outra região... Quando eu digo macrorregião, eu quero dizer que incorpora várias regiões do país. E outro, que está localizada na região do norte, Antofagasta, que é basicamente a região de mineração. Atualmente, só funcionam dois. Deveriam ter ficado aproximadamente três anos. O de Antofagasta ainda não está formado; está quase. Mas necessariamente essa criação dos tribunais ambientais foi um passo bastante importante em relação à judicialização dos conflitos ambientais, tanto no âmbito administrativo como também nos casos por dano ambiental.

Essencialmente, foi uma iniciativa que causou certo receio do ponto de vista da estrutura judicial, porque eles não são somente autônomos da administração, mas também são autônomos do Poder Judiciário, ou seja, funcionam à margem do Poder Judiciário. São tribunais de primeira instância e que estão sujeitos à superintendência da Corte Suprema.

Agora, se passarmos à outra estrutura de garantia, digamos, fora da estrutura organizacional, é importante lembrar que a Constituição de 1980 consagrou de forma precoce no nosso ordenamento jurídico, com a proteção ao meio ambiente, no art. 19, nº 8º, o direito de viver num ambiente livre de contaminação, de poluição, estabelecendo o dever do Estado de preservar a natureza.

Então, esse é um elemento bastante importante que acredito que possa constituir, de forma muito sintética, um avanço em termos de ter esses direitos não somente como tais, no sentido de ter uma perspectiva privatista e individualista do direito ao meio ambiente, mas também a partir de uma perspectiva social e também numa perspectiva de entender os direitos como deveres, isto é, entender que, para cada direito, existe um dever correlativo. E esse é um dos aspectos mais importantes da jurisprudência e da doutrina, que deve ser incorporado.

Não é fácil entender esses aspectos de direitos e deveres. Nós podemos entender isso como direitos subjetivos, mas não temos entendido isso tão claramente com relação aos direitos sociais, econômicos e culturais.

Então, nesse sentido, acho que existem elementos importantes que possam servir para a jurisprudência tanto da Corte Suprema, no exercício também de controle dos atos, das resoluções judiciais, mas também do Tribunal Constitucional. Também cabe assinalar que não há uma grande jurisprudência da parte do Tribunal Constitucional, porque não chegaram muitos casos ainda. Nós ainda temos uma escassa jurisprudência, nós temos poucos casos, alguns de inaplicabilidade, particulares – basicamente, 90% ou mais são de particulares.

Então, o que é mais importante no Tribunal Constitucional e algumas jurisprudências, o que mais tem se destacado é estabelecer que a propriedade cumpre uma função social, e essa função social, entre outras coisas, inclui preservar a natureza. A partir daí, é possível desenvolver uma jurisprudência que proteja o meio ambiente e a natureza e que sempre tenhamos ministros que sigam essa linha e que também tenham a perspectiva ou a visão que não seja estritamente privatista, apesar de a Constituição abrir as portas e estabelecer essa dupla função de direitos e deveres da propriedade, mas entender também que, com relação ao meio ambiente, esse direito e esse dever também estão contemplados e devem ser protegidos dessa maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Quero agradecer a participação do Ministro José Ignacio Vázquez, da Corte Constitucional do Chile.

E passo imediatamente para a Ministra Ragnhild Noer. Ela é da Corte Suprema da Noruega. Está aqui à minha direita e tem a palavra.

A SRª RAGNHILD NOER (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigada. É uma honra ter sido convidada para vir aqui e poder falar para tantos distintos advogados no público e também poder falar aqui no Senado do Brasil. Então, obrigada.

A maioria dos dispositivos constitucionais é relativamente nova na história da Noruega. E prever como vão ser interpretados no futuro é muito difícil. Eu acho que é interessante fazer uma comparação com aqueles que redigiram a Convenção de Direitos Humanos, depois da Segunda Guerra Mundial. Era impossível para eles prever como esses dispositivos evoluiriam ao longo dos anos. Como hoje, em muitas áreas do mundo, estão colocando limites muito grandes nos governos e nas administrações, era impossível prever, e é impossível prever isso agora.

Então, como é que vai se dar a interpretação das questões ambientais constitucionais? É muito difícil dizer, mas uma coisa que nós juízes devemos enfatizar muito é que os direitos humanos e os direitos ambientais são interdependentes. Nós já ouvimos hoje que os direitos humanos vão perder valor se nós não cuidarmos de proteger os direitos ambientais, que são protegidos pelas constituições. Se nós deixarmos que a degradação da natureza continue no mesmo ritmo que tem sido nas últimas décadas, talvez não amanhã, talvez não no ano que vem, mas, quando nós, como juízes, interpretarmos as leis ambientais, precisaremos reconhecer a importância dos efeitos de longo prazo e colocar tanto peso nos efeitos de longo prazo quanto nos efeitos de curto prazo. Embora vocês saibam que a mente humana tem a tendência de olhar sempre para o curto prazo, mas aqui estamos numa área em que os efeitos de longo prazo é que são cruciais.

Não tenho muito tempo, mas eu queria me concentrar em uma característica de vários casos ambientais. Costumam ser controvertidos e costumam envolver interesses econômicos gigantescos.

Outro dia, estava conversando com o Juiz Rafael Asenjo, do Tribunal Ambiental de Santiago do Chile. Está sentado bem ali. Ele me contou sobre um caso que ele está analisando sobre o direito de construir uma usina hidroelétrica em uma cachoeira. E o caso vem se atendendo por dois anos, agora estão na etapa final. O caso consiste de milhares de páginas versando sobre os interesses econômicos de US$5 milhões. Além disso, há sentimentos muito fortes a respeito desse caso na sociedade. Conversando com ele e ouvindo quanto trabalho eles têm tido com esse caso – claro que não sei nada sobre o resultado –, senti-me um pouco orgulhosa de ser uma juíza porque eu entendo como estão trabalhando nesse caso e, para mim, tem sido muito impressionante ver o trabalho nessa área.

Esse caso ilustra um ponto que eu queria mostrar. Pode ser autossuficiente, mas é tão importante e até mesmo mais importante nesses casos que em muitos outros casos que os tribunais e os juízes sejam independentes, que sejam bem qualificados e imparciais. Não só que o sejam, mas que pareçam ser. Eu acho que isso também tem a ver com como vamos interpretar esses dispositivos e como vamos escrever as nossas decisões. Precisamos redigir as nossas decisões para que mesmo aqueles que não são advogados possam compreender o que queremos dizer, por que chegamos à conclusão a que nós chegamos.

Assim, não devemos... Isso pode parecer não ter relação direta com a perspectiva jurídica, mas é muito, muito importante. Espero que tenhamos tempo perguntas do público porque eu tenho certeza de que vocês têm muita coisa interessante a dizer sobre essas questões. Eu vou gostar muito de saber o que vocês todos pensam sobre esses assuntos também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Drª Noer.

Passo agora, imediatamente, ao Desembargador Michael Wilson, do Tribunal de Justiça do Havaí.

V. Exª tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. MICHAEL WILSON – Obrigado, Senador Viana. Esta é a segunda vez em que tenho a honra de estar perto do senhor. Eu não sei se tive já chance de agradecê-lo pessoalmente. Esta foi a segunda vez em que eu tive a sorte de vir ao Brasil representando o Estado de Havaí, que é um lugar muito pequeno, mas o nosso procurador-geral confirmou que é, de fato, um Estado dos Estados Unidos do outro lado do oceano. Nós vemos o Brasil como um lugar que tem uma infraestrutura composta dos cientistas principais do mundo, com legisladores muito talentosos, como o Senador Viana. Isso me leva ao que disse o Ministro Benjamin. Os meus comentários vão se concentrar, de certo modo, no que ele mencionou quanto a considerar as questões éticas que estão por baixo das constituições.

Ao interpretar as constituições, sob o risco de estar sendo muito provocador, eu proponho que a interpretação das constituições com relação ao Estado de direito ambiental vai se tornar mais fácil, analiticamente, porém também mais difícil para os juízes. Porque pensem só para onde estamos indo, pensando no que disse o Ministro Benjamin.

Outro comentário dele é que uma das maiores preocupações que os juízes enfrentam no mundo inteiro tem a ver com as mudanças climáticas. Isso me lembra de que o nosso ex-Presidente mencionou que a mudança climática é a questão que vai definir este século mais dramaticamente do que qualquer outra. E nós já falamos sobre a comunidade jurídica e a comunidade científica, mas o Papa é muito importante, porque ele representa a comunidade religiosa. E ele fez uma declaração para 1,5 bilhão de pessoas com relação à mudança climática. Isso me leva à Constituição. A Constituição do Havaí é linda e inclui a beleza natural. Nós temos que proteger a beleza natural, além de assegurar um ambiente limpo e saudável.

Considerando o que aconteceu na COP 21, um acordo de 197 países que estão indo rapidamente em direção a uma catástrofe em 40 ou 50 anos, como interpretar a Constituição nesse contexto? Alguém interpretou a Constituição como sendo um direito à vida, mas sabemos que essa interpretação adquiriu mais força em nível do *common law*.

Considerando outros dispositivos, temos o caso de Urgenda *versus* Holanda. É uma empresa que está processando um país. Isso foi possível por causa da definição da COP 21 com relação ao tanto de carbono que deve ser retirado do meio ambiente com uma base científica que seja confiável o suficiente para processar um país. Com base nisso, o país não estava cumprindo com as suas obrigações de proteger as gerações futuras.

É interessante ver, para nós, nos Estados Unidos, onde os tribunais federais são particularmente conservadores, que essa análise foi adotada recentemente, no ano de 2016, por um tribunal da Corte Federal no caso Juliana *versus* Estados Unidos, um país. Um país foi processado por uma pessoa, basicamente, com os mesmos preceitos com relação a uma violação dos direitos constitucionais substantivos, porque o país não estava fazendo o suficiente para protegê-los do que o ex-Presidente dos Estados Unidos, o Papa e outros – do ponto de vista jurídico, também o Ministro Benjamin – consideraram como a questão mais séria que a Humanidade enfrenta, a mudança do clima.

Então, isso me leva ao conceito do que isso quer dizer para os juízes individuais. Nós já ouvimos de juízes que se associam aos defensores ambientais. Os defensores ambientais, assassinados a um ritmo de três por semana, estão se erguendo por algo que se baseia numa lei e precisam ir até os juízes. Os juízes são a base do futuro, eles enfrentam o que vai acontecer quando se tornar cada vez mais claro, à medida que nós formos em direção a um aumento de dois graus no clima, ou até mais, de três, coisa sobre a qual não resta dúvida agora... Quando chegarmos a três graus de aumento da temperatura, não teremos mais milho no Havaí, teremos uma catástrofe já claramente definida pela ciência. Por que vai ficar mais difícil para os juízes? Porque os juízes vão ter que aplicar remédios numa situação totalmente desconhecida para o sistema jurídico até então.

Senador Viana, eu agradeço ao seu País pela sua liderança. Nós consideramos o Brasil o País dos grandes líderes, nós que somos um Estado pequeno, e estamos muito contentes de poder trabalhar, daqui em diante, com o Instituto Judicial Global do Meio ambiente, na medida em que nós passarmos adiante pela proteção do meio ambiente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu agradeço ao Desembargador Michael Wilson essas palavras também, que nós registramos com muito carinho.

Eu sou de um Estado que, através da ação de uma pessoa muito simples, que vivia na floresta e que já tinha, na década de 80, uma percepção que o mundo demorou muito tempo para ter, de que o homem é quem dependia da natureza, e não a natureza dependia do homem... Eu me refiro a Chico Mendes, com quem tive o privilégio de conviver ainda estudante de engenharia florestal. Depois de formado, trabalhamos juntos por três anos, até que ele fosse assassinado.

Eu estive com ele dois dias antes do seu assassinato. Ele ficou em Rio Branco, esteve no meu trabalho. Nós tínhamos feito um projeto junto ao BNDES (Banco de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil) que implicava na aquisição de um caminhão para transportar produtos da cooperativa dos seringueiros extrativistas. E o Chico Mendes vivia ameaçado.

Hoje nos foram colocadas as estatísticas da violência contra líderes ambientalistas. Eu estou falando dos anos 80 no Brasil, na Amazônia. E o Chico Mendes, contra a nossa orientação e contra o ambiente que vivíamos... Ele estava passando um tempo no Rio de Janeiro para fugir dos seus assassinos, porque vivia sob ameaça. Ele estava fugindo havia muito tempo e queria passar o Natal e as festas do final do ano com sua família. Ele tinha dois filhos pequenos, a Elenira e o Sandino. Todos nós falávamos: "Não vá para Xapuri. Você não pode ir para Xapuri". E ele falou: "Não, eu vou ter que ir para Xapuri". Ele andava escoltado por três policiais à época.

Eu encontrei com ele, pedi que ficasse mais um dia em Rio Branco para ir, com o caminhão que tínhamos adquirido na instituição de pesquisa em que eu trabalhava, para Xapuri, para a cooperativa. E ele ficou mais um dia, teve mais um dia de vida.

No dia 21 de dezembro de 1988, ele pegou o caminhão, foi para Xapuri, encheu o caminhão de crianças, botou muitas crianças no caminhão, deu voltas na cidade, que é muito pequena. No outro dia, pouco mais de 24 horas depois que ele estava lá, ele foi assassinado na porta dos fundos da sua casa, quando saía para tomar banho, no final da tarde, começo da noite.

Então, nós vivemos esse drama há quase 30 anos. No ano que vem, como eu falava com o Ministro Herman Benjamin e também com a Denise, certamente, nós vamos tentar organizar um evento importante aqui no Senado, no Acre, para lembrar essa brutalidade de uma pessoa ter sido assassinada por conta das ideias que defende. Ideias que eram uma preocupação com todos, não tinham nada de egoísmo, não tinham nada de intenção de adquirir algo ou não. Ele só tinha, naquela época, uma preocupação.

Eu estou falando de 14 anos antes da Rio 92. Desculpe: quatro anos antes da Rio 92, em 1988. De lá para cá, muita coisa mudou, a legislação mudou, nós criamos muitas unidades de conservação. E acho que um seminário como este tem também uma importância grande, passados 30 anos do assassinato – talvez o mais marcante – de um ambientalista brasileiro que primeiro chamou atenção do mundo inteiro, primeiro foi capa do *New York Times*, para depois a imprensa brasileira divulgar o assassinato dele.

Parece que nós vivemos ainda uma situação muito crítica com os números que nós vimos. Eu espero que o Dr. Sammy Barbosa, que é do Ministério Púbico, ex-Procurador-Geral do Estado, que está convidado, possa também falar um pouco desse período, ele que viveu lá o combate ao crime organizado. E, com trabalho, nós conseguimos pacificar um pouco a situação no Acre. Mas o Brasil e o mundo ainda vivem esse conflito. A cada semana três pessoas que defendem o meio ambiente são assassinadas. Este foi o número que nós vimos hoje de manhã e que foi lembrado agora pelo desembargador Michael Wilson.

Então, agradeço muito a todos que expuseram.

Veja bem, nós temos um pequeno tempo, que eu não sei qual é. Poderíamos abrir para umas três intervenções. Caso alguém queira fazer algum comentário sobre os temas levantados aqui, nós ouviremos aí umas três pessoas. Basta levantar a mão e nós poderemos organizar para que imediatamente comecemos a outra mesa-redonda com o Senador Cristovam, que está a caminho daqui.

Não sei se há alguém que queira fazer algum comentário. Por favor, é só dar um sinal que nós passaremos a palavra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Por gentileza, temos ali... Eu só queria pedir que se apresentasse. Sei que também é um membro do Ministério Público.

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – Do Poder Judiciário.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Do Poder Judiciário, desembargador.

O senhor tem a palavra, por gentileza.

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – Pois não. Eu sou Antônio Souza Prudente, Presidente da Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com sede em Brasília, que tem competência para julgar todas as causas ambientais que abrangem o bioma da Amazônia, o bioma do Cerrado, o bioma da Caatinga e ainda grande parte do bioma do Pantanal Mato-Grossense.

Mas eu gostaria de destacar, depois de ouvir tantas exposições interessantes e profícuas, que a Constituição do Brasil deu um passo de gigante em relação a todas as constituições do Planeta em termos de tutela do direito humano e fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não só na norma matriz do art. 225, *caput*, que cristaliza todos os princípios dirigentes do meio ambiente equilibrado. Mas sobretudo o que eu destaco é a disposição do §1º do art. 5º da Constituição do Brasil, que estabelece nas seguintes letras: os direitos e garantias expressos nesta Constituição têm eficácia imediata. Vale dizer: nós juízes não precisamos de legislação ordinária para poder tutelar o meio ambiente equilibrado, basta que nós tenhamos coragem, que é um elemento metajurídico, e que falta muito, para que nós possamos aplicar diretamente a lei fundamental.

Quando se fala em proteção ao meio ambiente, alguém diz: "Mas não há lei". Temos – a lei fundamental, que já garante o meio ambiente em termos de eficácia plena. E temos também, eminente Senador, o novo CPC, que traz as técnicas procedimentais dos provimentos mandamentais e das tutelas específicas e que garante este dispositivo do art. 5º, §1º, da Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Desembargador, pela colaboração.

Pergunto se há mais alguém. Nós ainda temos aí pelo menos espaço para duas intervenções. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Se não, nós vamos, então, fazer um brevíssimo intervalo para que tenhamos um pequeno descanso enquanto organizamos a próxima mesa-redonda.

Então, vamos a um pequeno intervalo. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu peço a todos que tomem assento. Nós vamos retomar os trabalhos.

Antes de iniciarmos a mesa-redonda, queria dizer que ela será presidida, conduzida, mediada pelo Senador Cristovam, que já está aqui.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos. Nós temos uma situação que é ter o privilégio de termos aqui ao nosso lado o Presidente da União Internacional de Conservação da Natureza (UICN), que é o Dr. Zhang Xinsheng. Ele iria fazer uma explanação no começo do nosso evento, mas teve problema e só conseguiu chegar há pouco.

Vou passar a palavra ao Ministro Herman Benjamin, para fazer uma apresentação ou algo parecido, e vamos passar a palavra ao Dr. Zhang Xinsheng, numa excepcionalidade, porque é muito importante podermos ter o privilégio de ouvi-lo.

Ministro Herman Benjamin.

O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN – Presidente, a rigor, eu iria dizer umas palavras acerca dos palestrantes do próximo painel, mas já que V. Exª me concede a palavra, eu queria dizer que a China hoje é, para o mundo, e desde sempre – portanto, não é só hoje –, um dos mais importantes países em todas as questões ambientais.

Importante também reconhecer que a China tem assumido uma liderança em temas mundiais de proteção do meio ambiente no que se refere, por exemplo, à questão climática. Hoje, por ano, se constroem na China mais usinas de geração de energia solar e eólica do que em todos os outros países reunidos. Isso já demonstra que o discurso chegou à prática. Também no que se refere à biodiversidade, vamos citar o exemplo, talvez o melhor exemplo, do urso panda, que esteve à beira de desaparecer da vida selvagem, e hoje, com um esforço da comunidade internacional e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do governo da China, já mudou de categoria na lista vermelha. E mudou de categoria para passar de uma categoria de risco intenso para outra categoria de vulnerabilidade.

O Brasil também não fica atrás, porque temos exemplos concretos de espécies que saíram da lista vermelha. É o caso, por exemplo, do mico-leão-dourado. Quando eu estudava no Rio de Janeiro, o mico-leão-dourado integrava a parte mais vermelha da lista vermelha. E hoje não apenas mudou várias vezes de categoria, mas até saiu da lista das espécies ameaçadas de extinção.

Então, Brasil e China têm uma cooperação muito forte. São duas nações irmãs.

Por último, meu caro Senador Jorge Viana, quero realçar um aspecto de herança que nós temos da China e que não reconhecemos adequadamente, uma herança muito cara a nós juízes membros do Ministério Público do Brasil, que é a do concurso público. O concurso público é uma invenção chinesa. A China foi a primeira nação do mundo a realizar concursos públicos e desenvolveu esse método por centenas de anos. E nós estamos falando de alguma coisa que não é apenas da última dinastia, da Ming ou da Chin, é de antes. Os franceses, quando chegaram à China, depararam-se com aquele sistema extraordinário, que não era baseado em sangue, não era baseado em riqueza. Bem, depois sofreu até algumas distorções, mas no geral era uma porta de entrada, não perfeita, para aqueles que tivessem mais mérito, para aqueles que tivesse mais valor. E esse sistema foi depois copiado pela Coreia, pelo Vietnã, acho que pelo Japão também. Os jesuítas chegaram à China e viram esse sistema, e um jesuíta escreveu um pequeno livro, que está disponível na internet, sobre a China e sobre esse sistema extraordinário. Napoleão ou seus assessores leram aquilo e disseram: "Mas isso é muito bom". E a partir daí nasceu o sistema de concursos públicos, do qual eu e vários outros que estão aqui, juízes e membros do Ministério Público brasileiro, somos beneficiários.

Nós não devemos nada a ninguém por sermos juízes e promotores de Justiça. Nós só devemos ao nosso mérito. E isso é algo extraordinário no Estado de direito democrático, no *rule of law*.

Então, eu presto essa pequena homenagem histórica à China sobre algo praticamente desconhecido. E nós dizemos que foram os franceses que inventaram o sistema de serviço público, *civil service*, e também o concurso público. Não, foi a velha China, a antiga China que o fez. Portanto, aqui, um reconhecimento de alguém que se beneficia de uma inovação chinesa milenar.

Então, com isso, Presidente, eu iria, na verdade, apresentar os outros integrantes do Painel seguinte, mas já que V. Exª me deu a palavra, eu não resisto e trago uma ponta de reconhecimento histórico à nossa querida China.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Agradeço ao Ministro Herman Benjamin até por conta deste relato, que enriquece. Como eu tenho dito, todas as intervenções vão constar da publicação deste colóquio, que eu penso está tendo contribuições muito importantes pelo nível das autoridades dos convidados que temos aqui no Senado brasileiro.

Eu passo, então, para o Dr. Zhang Xinsheng, Presidente da União Internacional para Conservação da Natureza – UICN. O senhor tem a palavra.

O SR. ZHANG XINSHENG (*Tradução simultânea.*) – Obrigado, Senador Viana. Obrigado, Presidente iniciador do Instituto Mundial para o Meio Ambiente.

Colegas e amigos, boa tarde!

É um grande prazer poder finalmente estar aqui. Ano passado, quando o Instituto Mundial para o Meio Ambiente estava sendo preparado para ser estabelecido, eu também fui convidado, mas infelizmente eu não pude vir. Mas nosso Diretor Geral estava aqui.

Para mim, este aqui é um colóquio muito importante. É um colóquio que se deu não somente abordando alguns dos aspectos mais cruciais neste mundo atual, mas também pelo seu *timing* muito adequado. E é por isso que primeiro eu deveria parabenizá-los a todos, não somente os juízes e todos os trabalhadores, consultores jurídicos e conservacionistas da América Latina, do Brasil e do Caribe, mas também do mundo inteiro, por estarem aqui juntos para formar esta rede, esta plataforma de formação de redes para compartilhar ideias, experiências e preocupações, especialmente as melhores práticas, o que realmente nos preocupa e que nos está dificultando o avanço.

Acho que, para nos organizarmos com o Instituto Mundial para o Meio Ambiente... Este não somente será o primeiro deste mundo, mas o significado disso – eu acredito – é também mostrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

que os juízes e todos os trabalhadores jurídicos tenham esse alto nível de consciência e responsabilidade de saber como, por que e com quais assuntos devemos nos juntar para trabalhar juntos, buscando a justiça. E, para estabelecer esse tipo de instituto, eu também identifico outra característica que é ter todas as partes interessadas e fazer com que essas pessoas se juntem.

O tema do colóquio também aborda o tema Constituição, os direitos humanos e o meio ambiente. E acredito que, quando celebramos o ano de 2015, com tantos anos de esforços, finalmente estabelecemos a agenda de objetivos de desenvolvimento sustentável que foram adotados para 2030, em Nova York. E, finalmente, em Copenhague, Lima e Paris, em dezembro de 2015.

Lembro-me daquela noite quando finalmente conseguimos chegar a um acordo. Tantas pessoas estavam entusiasmadas e tantas outras estavam com lágrimas nos olhos. Ou seja, um futuro tão maravilhoso para nós, não somente para os atuais, mas também para os que virão no futuro, para todas as partes do mundo. Não somente para as pessoas, mas, também, de forma igual, para todas as coisas vivas, as espécies que estão presentes neste mundo e das quais dependemos.

Mas temos uma outra tendência, um outro vento, que parece vir soprando muito forte, o livre comércio, a globalização. E é até difícil, às vezes, reconhecer as mudanças climáticas como sinais nesses novos ventos. Então, de acordo com a filosofia oriental, eu penso que sempre que existiu o yin também existiu o yang, ou seja, sempre temos o positivo e também temos algo mais passivo ou mais negativo, mas essa interação que nós precisamos enfrentar na realidade. A pressão contínua da perda da biodiversidade, a degradação dos ecossistemas e os desmatamentos, todas essas questões que nos fazem pensar quão importante é o fato de vocês se juntarem aqui para conversar, não somente os juízes, mas para abordar a preocupação de todas as pessoas deste mundo e também a preocupação com relação ao futuro.

Como diz a missão da UICN, neste mundo temos que valorizar a natureza e os seus recursos. Então, o primeiro que aprendi é que essa missão é justa. A primeira palavra que eu aprendi, tudo começa com "J": justiça, juízes. Vocês, com este alto nível de consciência, detêm a verdade e podem salvaguardar este mundo para torná-lo mais justo. E quando vemos as ameaças... Agora, tantos meios de comunicação estão falando de *Big Data* e falam muito sobre a inteligência artificial, que vai substituir isto e aquilo outro, mas nós também podemos ver que há outra ameaça importante vindo, que é a lacuna entre os ricos e os pobres.

Como fazer as sociedades serem mais inclusivas? Então, de forma fundamental, nós vemos que o desafio é, na verdade, como nós podemos manter o acordo de todos os líderes em Paris de que, até 2050, a temperatura não possa alcançar um acréscimo de 2ºC.

A situação, na verdade, que estamos vendo atualmente é que não há muita melhoria. É por isso que eu acredito que este colóquio não somente é de importância crucial, mas também é algo muito oportuno.

Eu gosto muito desse título do Robinson. No discurso que ele acabou de me passar, há novos princípios do direito ambiental de e para além das constituições. Na verdade, nós estamos enfrentando um mundo completamente novo e que está mudando. Nos últimos 15 anos, passamos das metas do desenvolvimento do milênio para o desenvolvimento sustentável. Na verdade, se nós pararmos para pensar, primeiro desenvolvemos e, depois, protegemos; primeiro poluímos e, depois, limpamos. É muito custo para isso tudo que nós estamos fazendo.

Estamos vendo que a economia de mercado tem uma contribuição gigantesca, mas, ao mesmo tempo, não podemos nos esquecer de que o fundador dessa economia de mercado, Adam Smith, falou que, se a mão invisível pode trabalhar, existem duas precondições. Primeiro, que haja uma sociedade institucionalizada que possa ser ética. Qual é a importância que vemos nisso hoje? Ao ouvir vocês juízes falando, alguns de vocês ainda sentem uma grande ameaça quando realmente querem fazer um exercício em favor da justiça. Basicamente, muitos países têm Constituições para reconhecer e proteger o ambiente nos governos, no setor público ou no setor privado, mas ainda existe uma grande lacuna para essa implementação. Não existem instrumentos para, de fato, fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando fui eleito Presidente da UICN, eu também busquei alguns amigos naqueles países com os quais eu sempre trabalhei de forma muito próxima. Quando encontrei esses outros líderes, finalmente conversei com eles, que me disseram: "Bom, Xinsheng, o seu trabalho com a UICN é muito nobre, é muito maravilhoso, é muito idealista, mas agora nós precisamos enfrentar a realidade em economia, tributos e emprego". Então, como eu já trabalhei no setor privado e também no governo, eu sei quão difícil e quão enorme é essa tarefa que temos diante de nós. É por isso que eu vejo o valor, em particular, desse instituto que está sendo estabelecido e que vai ser iniciado pelo meu caro colega Antonio Benjamin e por muitos de vocês aqui que se juntaram para estabelecer esse instituto, que tem recebido um grande apoio do Senado brasileiro, assim como de outras instituições. Os juízes são os juízes.

Então, acredito que, do ponto de vista da UICN... Nós temos uma grande delegação aqui conosco: nosso Vice-Presidente, os presidentes de algumas das nossas comissões que estão aqui e também o representante regional. Acredito que nós damos muita importância a como fazer essa implementação e ao tanto que isso requer ação – ação por meio da lei. E requer dos juízes que se juntem para trabalhar em conjunto a favor disso. E vocês todos sabem que uma das três características da UICN é que o mundo é provavelmente muito complexo e sofisticado, e é sempre muito difícil juntar as diferentes partes interessadas.

E outro aspecto é que a UICN acredita no Estado de direito, a origem de várias convenções e leis – eu não vou falar mais especificamente sobre isso. Mas também somos líderes, não somente em 1948, em busca de um valor justo, valorizando e cuidando dos recursos naturais, mas também falando do valor mesmo. Como traduzir isso? O valor, para mim, não é somente no sentido normal, mas também com um sentido fortemente econômico. E é assim que nós, junto com os nossos colegas, também somos pioneiros em termos do capital da natureza. Está na hora já de aprimorar essa nossa situação.

A UICN atualmente defende buscar uma solução com base na natureza, que já foi expressa como serviço do ecossistema e regulação. E ficamos muito felizes de ter sido incluídos no Acordo de Paris e também na agenda dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Vocês se lembram que, em 1980, a UICN, junto com a Unep e WWF, nós apresentamos o nosso relatório para a ONU sobre desenvolvimento sustentável. Neste País, 12 anos depois, no Rio de Janeiro, todos os líderes se reuniram para ter aquela grande conferência do meio ambiente. A partir daquela conferência, houve uma grande esperança e um desejo de estabelecer um marco legal para implementar tudo isso. E 10 anos depois do Rio de Janeiro, vimos que na verdade não era tão promissor. Aí surgiu a Rio+20. Agora, acredito que também existe o paradoxo pós Paris.

Então, eu realmente acredito fortemente que o que é mais importante é o Estado de direito e que também, entre todos esses fatores, os juízes estão sempre no centro. E por isso eu agradeço a vocês por estarem aqui e, como a UICN, nós sempre faremos o melhor para poder facilitar e ajudá-los.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Nós já temos então...

Eu queria muito agradecer ao Sr. Zhang Xinsheng, Presidente da União Internacional de Conservação da Natureza, que nos deu este presente com a sua exposição.

Para o próximo painel, o Senador Cristovam já está aqui, está só concluindo uma entrevista. Acho que nós devemos usar a mesma sistemática que adotamos. Quem for o primeiro a falar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – São quatro. Peço que venham, então, para a mesa, porque acho que vamos poder acomodar todos aqui. Por gentileza.

O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN – Eu também queria fazer um anúncio, Presidente, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Por gentileza.

O SR. ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN – O Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, chegará a qualquer momento. Ele não pôde estar na abertura porque estava fora de Brasília e o seu voo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atrasou. Eu já lhe garanti que ele falará no momento em que chegar, então nós possivelmente teremos que interromper o próximo painel em algum momento. É claro que o Ministro esperará o palestrante que estiver falando terminar. Mas aí nós ouviríamos a palavra do Ministro e depois prosseguiríamos com a nossa programação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PPS - DF) – Boa tarde! Boa tarde a cada uma e a cada um.

Eu quero convidar os debatedores.

Em primeiro lugar, o Prof. Nicholas Robinson, da Faculdade de Direito Elisabeth Haub, Pace University, que fará a nossa conferência magna.

Os debatedores, em ordem alfabética: Prof. Nicholas Bryner, do Instituto Emmett sobre Mudança Climática e o Meio Ambiente, da Universidade da Califórnia, Los Angeles; Prof. Néstor Cafferatta, da Universidade Nacional de Buenos Aires; Prof. Arnold Kreilhuber, Jurista Sênior da Divisão de Direito Internacional Ambiental do PNUMA, Nairóbi, Quênia.

Nesta mesa são quatro. Vamos falar sobre o tema "Novos princípios de direito ambiental: nas Constituições e para além delas".

Antes disso, eu gostaria de falar aos nossos palestrantes que vejo quatro grandes desafios. Por isso, estou contente de ver uma reunião sobre isso. E há mais um desafio.

Primeiro desafio. Para termos uma ordem constitucional que considere os aspectos do meio ambiente, o primeiro desafio é político: como fazer com que a democracia, que trabalha com o curto prazo dos desejos dos eleitores e com o local em que os eleitores estão interessados, seja capaz de incorporar o meio ambiente planetário e de longo prazo? Posso dizer a vocês, como político que eu sou, que isso aqui não vai trazer nenhum voto, porque aqui eu estou discutindo o futuro e o Planeta, apesar dos aspectos locais de meio ambiente, com o lixo, com a devastação ambiental. Mas como colocar na Constituição um assunto que é planetário e de longo prazo?

O segundo é econômico: a lógica da economia continua sendo o aumento da produção, da renda, do consumo; ainda não é o bem-estar nem é o conceito de valorizar a natureza. Nós, na economia, valorizamos o que deixou de ser natureza e se transformou numa caneta, num microfone. Enquanto isso foi petróleo, antes de ser plástico, não tinha valor, a não ser sendo explorado. Como resolver esse problema lógico?

O terceiro é social: como enfrentar a crise ambiental rodeados como somos de pobreza? E ainda não conseguimos explicar a luta contra a pobreza junto com a ambiental numa só equação. Ainda parecem duas equações separadas. Como fazer a Constituição que defende o meio ambiente e a Constituição que ajuda a reduzir a pobreza?

O quarto é um conceito filosófico – antes de falar do quinto, que é outra lógica. O quarto é filosófico: nós ainda olhamos o mundo com os olhos distantes da natureza. Nós ainda não descobrimos como valorizar a natureza em si. Não apenas por razões econômicas, mas também por razões filosóficas, de uma lógica de 2,5 mil anos em que o homem se distancia da natureza.

Citados esses quatro desafios, nós temos o quinto, que diz respeito a um encontro como este. O desafio jurídico: como combinar esses desafios com esse último, de dar uma ordem jurídica que entenda como fazer a democracia levar em conta o meio ambiente e o longo prazo nos votos individuais e de curto prazo? Como haver um marco jurídico que defina os limites da economia para transformar a natureza em bens e serviços? Como enfrentar na Constituição o casamento entre a luta contra a pobreza, a luta pela erradicação da pobreza e a proteção do meio ambiente?

Esses são os quatro desafios que o desafio jurídico vai ter que enfrentar. E eu fico feliz de estar numa Mesa com pessoas com essa qualidade, esperando dar uma pequena contribuição que seja para esse entendimento e para esse enfrentamento de grandes desafios que nós temos no mundo de hoje.

Com essas palavras, passo a palavra ao professor Nicholas Robinson.

O SR. NICHOLAS ROBINSON (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Senador.

Boa tarde para vocês. É um prazer estar aqui e uma honra estar nesse colóquio internacional.

Acho que seus cinco desafios estão precisamente corretos. E a resposta quanto a como vamos lidar com a natureza política de curto prazo das eleições, como vamos lidar com a lógica de curto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prazo, de extrair riquezas da natureza, e o terceiro desafio, de como lidar com o desafio social e, depois, com o desafio filosófico e jurídico, é disso que trata esse painel, na verdade, porque estamos falando de como usar e aplicar princípios do direito que durem por longos períodos de tempo, mas que nos guiem no nosso trabalho imediato. E essa orientação é fornecida pelos tribunais e pelos legisladores.

Assim, é um privilégio estar aqui.

Agradeço ao Senado do Brasil e elogio o Senado, além do Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente, por organizar esse colóquio hoje, no Dia Mundial da Biodiversidade.

Todos os países, como já ouvimos hoje, sem exceção, enfrentam tarefas novas e desafiadoras relacionadas a como alcançar os ODS das Nações Unidas, descritos agora pelo Presidente da UICN.

A nossa tarefa vai ter que ser feita no meio de uma população crescente, em que cada vez há mais pessoas – como vocês podem ver, em volta de vocês, todas as cadeiras estão ocupadas. Temos uma crescente ameaça à biodiversidade, grande perda de animais e plantas, e ajustes aos novos fenômenos associados às mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar, eventos climáticos extremos e mudanças no ciclo hidrológico.

Ao mesmo tempo, temos novas ferramentas, temos capacidades tecnológicas incríveis, como o sensoriamento remoto, com que podemos descobrir exatamente onde está a floresta virgem, pelo mundo afora, visto que deixa um espaço. Temos ainda uma capacidade computadorizada incrivelmente ampliada para analisar os dados e comunicações instantâneas no mundo inteiro. Podemos ainda gerar eletricidade do sol, do vento e das ondas do mar; não precisamos mais de combustíveis fósseis. Tudo isso abre novos caminhos para um desenvolvimento socioeconômico novo.

Mas quem vai guiar esse processo? Vamos ser capazes de usar essas ferramentas corretamente ou não? É aí que entra a orientação ética que ouvimos do Presidente Xinsheng.

Precisamos de novos princípios do direito que novas civilizações e novos povos possam seguir. Já havíamos falado sobre isso no contexto de direito ambiental, hoje de manhã, e nosso painel hoje vai tratar disso mais amplamente, em conexão com como articular os princípios do Estado de direito ambiental.

Há muitos desses princípios sobre os quais estamos aprendendo, desde que a crise ambiental foi reconhecida. Recordemos um deles que nós hoje tomarmos como certo: a identificação do princípio do poluidor-pagador. Antes de 1972, esse princípio não era reconhecido como um princípio do direito. Um colega nosso, Henri Smets, da Bélgica, trabalhando para a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), colocou esse princípio do poluidor-pagador porque isso já era aceito nas nossas vidas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NICHOLAS ROBINSON – Cada um de nós aprende da sua mãe que deve limpar atrás de si mesmo. Então, cada um deve limpar a própria bagunça, cada um é responsável pela sua bagunça. Antes de 1972, isso era considerado uma questão ética social. Mas, após grandes catástrofes de poluição nos anos 60, 70 e 80, e que existem até hoje em muitos países, essas externalidades testaram a questão quanto aos nossos deveres com relação à poluição externa, e a questão da poluição passou a ser um princípio geral do direito. O poluidor deve pagar pela poluição e deve pagar pelos danos. Enfim, essa é a base hoje para prevenir e reduzir a poluição industrial.

Neste ano, as Nações Unidas vão ter um debate sobre como eliminar o resto da poluição dos nossos sistemas sociais e econômicos. Vão se reunir em Nairóbi para discutir essa questão.

Então, o reconhecimento desses novos tipos de princípios não é uma atividade nova. Esses princípios são inerentes à nossa vida e aos nossos trabalhos. Já estavam lá, em 1948, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi concertada. Já estavam também, em 1992, quando a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi concertada. E nós conhecemos exemplos mais antigos, como a Cláusula Martens, de 1899, com relação aos nossos instintos humanos contra a guerra.

Vocês têm diante de si um documento muito interessante que foi distribuído. É este aqui – vou me referir a ele rapidamente. Foi adotado, novamente no Rio de Janeiro, no ano passado, no 1º

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Congresso Mundial de Direito Ambiental, em abril de 2016. É uma declaração mundial sobre o Estado de direito ambiental, da UICN. É a mais nova recolocação, na nossa árdua tarefa de definir e recolocar os princípios éticos e jurídicos para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável e para conseguir uma sociedade mais justa.

O documento coloca no seu preâmbulo os problemas que nós enfrentamos e que foram reconhecidos já – não vou ler isso tudo para vocês. Depois, ele fala sobre a fundação para o Estado de direito ambiental e também coloca uma obrigação fundamental no Princípio 1, que podemos encontrar em vários instrumentos nacionais e em muitas das cento e noventa e tantas Constituições do mundo que respeitam e asseguram o direito ambiental. É a obrigação de proteger a natureza.

O princípio é o seguinte: cada Estado, entidade pública ou privada e indivíduo tem a obrigação de cuidar e promover o bem-estar da natureza, independentemente do seu valor para os seres humanos, e de limitar o seu uso e a sua exploração. Então, é um dever muito claro.

Os próximos 12 princípios detalham mais as implicações desse primeiro princípio: nosso dever de respeitar a natureza, o conceito de sustentabilidade ecológica e resiliência, a necessidade de fornecer sistemas jurídicos que permitam que nos tornemos resilientes para podermos recuperar a diversidade e estabilizar a situação depois de perturbações ambientais, porque durante as mudanças climáticas haverá muitas situações assim.

No Princípio 5, temos o princípio *in dubio pro natura*, que o Ministro Benjamin mencionou hoje de manhã.

No Princípio 6, temos a função ecológica da propriedade, porque, se temos propriedade, não é somente para nós mesmos: uma propriedade existe porque a natureza tinha a propriedade primeiro; nós somente a administramos, e precisamos usá-la de maneira sustentável.

Há, ainda, os princípios de equidade intra e intergeracional e também equidade de gênero; a participação e a atenção – que John Knox também mencionou – para grupos vulneráveis e minorias, inclusive povos indígenas e tribais e populações tradicionais; e, depois, o princípio de não regressão, mencionado pela Ministra Bögös. Ou seja, não podemos voltar atrás. Uma vez que tenhamos estabelecido um nível de proteção ambiental, precisamos sempre avançar.

Esses princípios também são elaborados em termos de como implementá-los. Obviamente, precisamos de legislação em todos os países, em todas as aldeias, em todas as subdivisões autônomas de governo. E precisamos dessas coisas para promover o Estado de direito ambiental. É extraordinário, como os juízes aqui sabem, que hoje, em mais de 50 países, temos mais de mil tribunais ambientais especializados. Ninguém pediu que esses países os criassem. Não há nenhum movimento das Nações Unidas para isso. Foi algo que cresceu organicamente, do trabalho dos advogados, juízes e legisladores em todos esses países.

E mais países estão se juntando à lista. Um que tem sido líder nisso tudo é a República Popular da China. Em junho de 2014 a Suprema Corte da China lançou uma orientação sobre como instruir os tribunais na China para poder aplicar, implementar as leis ambientais na China. A Suprema Corte notou que o Secretário-Geral Xi Jinping tinha proposto ideias sobre a sociedade que enfatizavam a necessidade de que todos nós na sociedade cuidemos das nossas montanhas, florestas, terras agrícolas, lagos, que formam a comunidade e a vida, e reconhece o desejo do povo por uma vida melhor, que é o nosso objetivo. Os tribunais clamaram para que todos os outros tribunais fornecessem uma grande garantia judicial para que as futuras gerações de chineses pudessem usufruir de uma civilização sustentável e vivível ecologicamente. E a Suprema Corte exigiu várias coisas: em primeiro lugar, para priorizar a proteção ambiental, adotar o que a lei exige em termos de proteção ambiental, prevenir o dano ambiental e também adotar o princípio de que quem causar danos deverá arcar com responsabilidade – o que, na verdade, não é mais do que "o poluidor pagará" em um contexto mais amplo.

Esses princípios já estão sendo adotados na China, e o primeiro ano em que os tribunais foram autorizados a ouvir casos (2015), houve 230 mil casos ambientais ajuizados nos tribunais da China. No ano passado, os tribunais da China ouviram 53 casos de litígio de interesse público, em que seis departamentos ambientais foram processados por negligência. De fato, o povo da China hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consegue responsabilizar os seus órgãos governamentais, através dos tribunais, por não seguirem a legislação ambiental.

Não tenho tempo para detalhar os estudos de caso. São muito interessantes os primeiros casos da China, mas são muito semelhantes aos casos que vocês já ouviram de outros tribunais, como o de Malawi e de outros países. Vemos os mesmos padrões no mundo inteiro.

Esses princípios gerais que vamos discutir neste painel começaram a ser lançados quando o Presidente da UICN e outros promoveram um conceito, junto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que se chama Cuidando do Planeta da Terra, nos anos 70 e 80. A ideia da sustentabilidade nasceu daquele diálogo. Na Carta Mundial pela Natureza, que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou em outubro de 1992, muitos desses princípios foram estabelecidos e adotados pela Assembleia Geral.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em seu relatório Nosso Futuro Comum, de 1987, o relatório da Ministra Brundtland e colegas teve um apêndice muito grande clamando por mais legislação ambiental e dando exemplos sobre o tipo de princípios ambientais que seriam necessários para promover a sustentabilidade.

Estes foram naturalmente adotados não só na Declaração do Rio, mas também na Agenda 21, que é a agenda mais elaborada, ou recomendação de implementação de um marco ambiental para assegurar que a sustentabilidade seja realisticamente alcançável. É sobre isso que vimos trabalhando desde 1992. Esses princípios e essas recomendações são o que todos nós nesta sala e colegas de todos os ramos da sociedade vimos trabalhando para alcançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NICHOLAS ROBINSON – Não fizemos tudo ainda, mas avançamos muito. E a declaração mundial sobre o Estado de direito ambiental é a última tentativa para recolocar essas colocações para que os juízes do mundo inteiro possam começar a aplicá-la nos seus tribunais. É nossa responsabilidade observar a primeira norma fundamental de proteger a natureza.

Por isso, eu quero agradecer a vocês por participarem deste colóquio histórico. Eu só posso elogiar a declaração do Estado de direito ambiental, que vai ser refinado certamente daqui em diante, mas, se pudermos adotá-la, se pudermos avançar nela, veremos o Estado de direito ambiental tornar-se uma bola, um círculo positivo que vai aumentar a resiliência à mudança climática, com certeza.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Como estava combinado, agora eu vou passar a palavra, antes dos palestrantes, ao nosso Ministro do Meio Ambiente, Deputado licenciado, que está como Ministro, José Sarney Filho.

O SR. JOSÉ SARNEY FILHO – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Quero saudar em seu nome todos os presentes aqui, neste que é um colóquio jurídico da América Latina e Caribe, "Constituição, Meio Ambiente e Direitos Humanos", e dizer que não poderia deixar de participar de um evento tão importante como este que está ocorrendo Também não poderia cometer o ato falho de não citar o Herman Benjamin, esse grande jurista brasileiro que, com a sua história, com a sua assunção ao Poder Judiciário, modificou muitas das interpretações, muitos dos julgamentos, e teve um papel muito importante na nova realidade socioambiental brasileira.

Serei muito breve, Senador Cristovam. Houve um contratempo de manhã, no entanto, eu fiz questão de ligar para os organizadores e me colocar à disposição agora à tarde.

É óbvio que, num colóquio tão importante como este, com tantos saberes jurídicos nacionais e internacionais aqui presentes, a matéria sobre a importância da Constituição Federal de 1988 já deve ter sido bastante discutida e ressaltada, mas quero rapidamente apontar alguns tópicos.

A nossa Constituição foi impregnada pela questão ambiental não apenas no capítulo que trata diretamente do meio ambiente, dos direitos difusos. O art 225, que deve ter sido bastante tratado aqui, fala:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Esse é o princípio do nosso direito difuso.

Eu tenho sempre dito que, muitas das vezes, quem assume a causa ambiental, a causa socioambiental, como eu assumi ao longo de minha vida pública, está defendendo os direitos daqueles que nem nasceram ainda.

Aqui no Congresso, nós temos tido embates importantes. O último deles foi a respeito da modificação no Código Florestal, e nós tivemos um embate muito grande com a Bancada Ruralista no Congresso Nacional, a bancada que foi eleita justamente para defender a anistia daqueles que não tinham tido a responsabilidade legal, que tinham desmatado ilegalmente, que tinham cometido crimes ambientais. E eu costumava dizer sempre assim nas discussões: é muito difícil, porque, enquanto você está defendendo os direitos difusos da sociedade, eles estão defendendo os direitos deles, individuais, o direito do bolso deles.

Então, esses embates sempre eram muito difíceis, porque eles tinham uma convicção e uma força política muito maior, já que eles se organizaram. Nós conseguimos resistir muito aqui, no Congresso, e evitamos, dessa forma, que houvesse muitos retrocessos na nova Lei do Código Florestal. É evidente que a anistia foi dada, é evidente que essa sinalização da modificação do Código Florestal resultou em um aumento do desmatamento, porque houve uma sinalização do Congresso de que a ilegalidade poderia obter êxito.

E uma das causas do aumento do desmatamento nos últimos três anos foi também o fim do comando e controle. Os senhores e as senhoras devem saber que, na Amazônia, o combate, o controle do desmatamento se dá principalmente pela vertente comando e controle. É o poder de polícia; é o desmatamento detectado em tempo real, e, quando detectado, aciona-se todo o aparato para que ele seja interrompido e para que aqueles que estiverem fazendo esse desmatamento sejam punidos.

Nos últimos três anos, nós tivemos uma grave crise política, institucional, com recessão econômica, e os orçamentos dos órgãos de fiscalização do Ministério do Meio Ambiente estavam inteiramente defasados. Tão logo eu assumi o Ministério do Meio Ambiente, essa foi minha primeira grande luta. Nós conseguimos recuperar esse orçamento e, mais ainda, adicionalmente, conseguimos recursos do Fundo da Amazônia. Com isso, a partir de dezembro do ano passado, as operações de combate ao desmatamento recomeçaram com muita força. E os dados que nós temos, que são dados ainda não oficiais, passados pelo Ibama – são passíveis de correção por causa dos filtros do monitoramento –, dizem-nos que a curva do desmatamento na Amazônia, que estava ascendente, começou a ceder, ou seja, o desmatamento voltou a diminuir.

Também é importante, nesse aspecto, frisar que comando e controle é muito importante; é importante hoje mais do que nunca para frear o desmatamento, mas não é a vertente ideal. A vertente ideal é a vertente da sustentabilidade, é a vertente que vai fazer com que a floresta em pé tenha mais valor do que a floresta derrubada. Nesse sentido também, nesse curto espaço de tempo, nós temos incentivado a criação de florestas nacionais e a exploração através do manejo sustentável. Já temos, nesses últimos 11 meses, um aumento de 20% na concessão de manejo das florestas, da exploração das florestas, o que é uma coisa muito boa.

Eu já tive oportunidade de visitar... Há ainda certo preconceito, mas acredito que isso recrudesce na medida em que se visitam essas ações. Eu fui visitar uma empresa que está fazendo plano de manejo no coração do Estado do Amazonas, ou seja, no meio da Amazônia. E lá eu pude ver. Visitei uma área que tinha sido manejada e outras áreas. Era muito difícil distinguir a área que tinha sido manejada há oito anos de uma outra área que nunca tinha sido tocada. Ou seja, você faz a exploração da floresta manejada, racional, gera emprego de qualidade para aqueles trabalhadores da região – quase a totalidade deles nunca tinha tido carteira assinada – e gera renda para os Municípios e para o Estado ao mesmo tempo em que mantém os serviços ambientais sendo prestados pela floresta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Essa é uma vertente que nós estamos intensificando, e, ao lado dela também, junto às Resex e às Reservas de Desenvolvimento Sustentável, estamos qualificando essa Unidade de Conservação. É uma Unidade de Conservação em que as pessoas moram nela. Elas vivem, tiram seu sustento dessa Unidade de Conservação – pescadores artesanais, catadores de caranguejo, de mariscos. E, quando se oferece a qualificação, sabendo que o negócio da vida deles depende do equilíbrio ecológico dali, de onde eles estão, eles mesmos preservam essas áreas. Dentro dessa vertente da sustentabilidade, essa é uma agenda a que nós estamos dando bastante incentivo, e temos tido apoios dos fundos internacionais.

Outra questão que também acho importante é falar sobre o REDD+. O Estado brasileiro – não o Governo brasileiro, mas o Estado brasileiro – e acredito mesmo que a comunidade global trabalho têm uma dívida para com a Amazônia. Na Amazônia, hoje, vivem mais de 23 milhões de pessoas, que têm que preservar 80% da sua propriedade, a qual está razoavelmente preservada. Apesar das pressões ultimamente, a Amazônia resistiu e resiste, mas até quando resistirá se nós não começarmos a dar compensações financeiras? Nós temos Estados que ainda têm 95% da cobertura florestal. Esses Estados precisam ser distinguidos. Hoje, a política é: se há um Município ou um Estado que desmata muito, você vai em cima desse Estado ou desse Município e cria uma série de situações, às vezes até de privilégios, mas aqueles que preservam não têm esse reconhecimento – não têm tido, porque, a partir de agora, eles estão tendo, por parte do Governo e por parte do Ministério do Meio Ambiente.

E nós vamos cada vez cobrar mais, nos fóruns internacionais, que se pague a compensação ambiental pelos serviços que a Amazônia presta ao mundo. A Amazônia não é o pulmão do mundo; a Amazônia é um ar-condicionado neste mundo aquecido pelo clima. A Amazônia tem o seu papel importante na distribuição do regime de chuvas em todo o sul do continente. A floresta segura a umidade que vem do oceano, amplia essa umidade, e esses ventos que batem lá nos Andes espalham essa umidade para o resto do continente. São os rios voadores, que hoje já têm cientificamente comprovada a sua importância.

Então, meus amigos, a lei foi muito importante. O Brasil tem um dispositivo legal muito bom no que diz respeito às questões ambientais. Agora, estamos finalizando uma proposta da lei de licenciamento, uma proposta importante que está sendo negociada há quase um ano, e tenho certeza de que, se não for desvirtuada, ela será uma lei que vai ajudar o desenvolvimento do País, vai dar segurança jurídica, mas, ao mesmo tempo, vai também manter os cuidados necessários num país biodiverso como o nosso.

É importante a nossa legislação, são importantes encontros como este, e espero que daqui se possam tirar lições e sugestões para aperfeiçoar o nosso processo de desenvolvimento sustentável.

Era isso, Presidente.

Muito obrigado. Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Muito obrigado, Ministro.

Agora, vou passar a palavra aos debatedores, lembrando apenas, rapidamente, a fala do Prof. Nicholas Robinson e também o que falei aqui sobre os desafios que nós temos, de que um problema na combinação jurídica dos quatro desafios é que temos tratado o meio ambiente como direito e pouco como dever.

A Constituição brasileira dá o direito ao ar limpo para todos os brasileiros e dá também o direito de todo brasileiro comprar quantos automóveis puder com a renda que tiver. Um direito se contrapõe ao outro. É óbvio que, comprando muitos carros, nós vamos ter muita poluição. Então, nós não construímos ainda um conjunto de deveres de cada ser humano, em cada país, para com o seu meio ambiente.

Ainda não definimos formas de punir o desperdício, o excesso de lixo, o gasto exagerado de água, de petróleo. Eu creio que está na combinação de direitos com deveres o grande desafio a cumprirmos no marco jurídico que permita proteger o meio ambiente.

Na ordem das apresentações, agora passo a palavra ao Prof. Nicholas Bryner.

O SR. NICHOLAS BRYNER – Boa tarde, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado, Senador. É uma grande honra estar aqui nesta reunião no Senado Federal. Eu agradeço ao Senador e a todos os outros que estão aqui, a todos os presentes e aos organizadores deste colóquio.

Como falou o Senador, eu sou pesquisador em Direito Ambiental na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Não sou brasileiro, mas, como digo a todos, eu levo sempre comigo o Brasil no meu coração. Por isso, faço a minha palestra em português.

Hoje é um dia especial para falar de nosso tema, sendo hoje o Dia Mundial da Biodiversidade. O nosso mundo está em uma crise da biodiversidade, como ouvimos hoje pela manhã, e o Prof. Nicholas Robinson acabou de apresentar a nova declaração mundial do Estado de direito ambiental, algo que saiu do Congresso Mundial de Direito Ambiental no ano passado, no Rio de Janeiro. Um dos motivos dessa declaração é elaborar quais são os princípios do direito que podem reorientar o nosso sistema jurídico e apontá-lo para a sustentabilidade.

O direito, nos tempos anteriores, infelizmente, já fez mais para perpetuar a injustiça do que a justiça. Na era do Antropoceno, em que nós estamos, em que nós seres humanos impactamos toda a vida no Planeta, não pode ser mais assim, porque o sistema jurídico, como existia, prejudica as futuras gerações, que não podem se defender. Por isso, todos os princípios de direito ambiental se encaixam na questão do Estado do direito ambiental.

O Estado de direito, *the rule of law*, abrange a ideia de que devemos todos nós ser governados por um sistema de direito de normas e padrões que se aplicam a todos igualmente. O Estado de direito inclui princípios da justiça, da imparcialidade, da transparência, da igualdade, da equidade, e para mim o Estado de direito ambiental é a ideia modesta de que esses princípios estão presentes com a mesma força na esfera ambiental. Ou seja, ninguém nem nenhuma entidade se coloca acima da lei ou se põe isento das normas ambientais. Os direitos e os deveres relacionados ao meio ambiente são reconhecidos da mesma forma que os outros direitos e responsabilidades, e isso significa a necessidade de mecanismos para a fiscalização e cumprimento efetivos da lei – *effective compliance and enforcement*. Não existe o Estado de direito sem essas coisas. E o objetivo dos princípios que estão nessa declaração mundial sobre o Estado de direito ambiental é levar a efeito a visão das normas e leis ambientais.

Como será que chegamos ao Estado de direito ambiental? Essa pergunta nos leva a construir uma nova ética que transforma o nosso comportamento – uma ética de sustentabilidade –, que reconhece os nossos limites como seres humanos, a nossa mortalidade e a natureza finita dos recursos naturais; uma ética que reconhece que sejamos parte de um ecossistema. Somos ligados, e não separados da natureza.

Nesse contexto, eu quero falar apenas de dois princípios da declaração sobre o Estado de direito ambiental. O primeiro é o princípio *in dubio pro natura*: em caso de dúvida, todo o processo ante tribunais, órgãos governamentais e outros responsáveis pela tomada de decisões, que a dúvida seja resolvida em favor da natureza. O princípio *in dubio pro natura* significa a resolução dessa dúvida em favor da mais estrita conservação ou preservação da natureza.

De onde vem esse princípio? Eu quero colocar para vocês agora uma analogia: no direito penal se reconhece que precisamos de princípios jurídicos para proteger o direito humano à liberdade e à vida. Existe, então, a presunção de inocência: *in dubio pro reo*. As regras na amostra da prova, que servem de contrapeso para com os interesses do Estado: na incerteza jurídica, se resolve a dúvida a favor do réu. É uma ferramenta jurídica para evitar o risco de dano irreversível ao direito humano.

No direito privado de contrato de comércio, reconhecemos também que, apesar de que as constituições e leis do mundo garantem a liberdade de comércio, há circunstâncias em que se torna evidente que o acordo, o contrato, é resultado de desigualdade entre as partes. Quando esse é o caso, os sistemas jurídicos desenvolvem princípios para que, na incerteza jurídica, se leiam e se interpretem os contratos em favor da parte mais vulnerável.

Onde existe o direito constitucional ao meio ambiente sustentável, como é o caso no Brasil e em vários outros países na região, deve existir também o princípio *in dubio pro natura* baseado nessas analogias. Ou seja, a vulnerabilidade do meio ambiente, da biodiversidade e o princípio geral da precaução significam que a incerteza jurídica também deve ser resolvida a favor da conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É claro que o foco do princípio é a natureza, mas o princípio, em sua aplicação, por exemplo, dentro do sistema constitucional brasileiro, é ligado aos direitos humanos, é uma ferramenta jurídica para evitar o risco de dano irreversível ao direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No caso do Brasil, o art. 225 da Constituição, que o Ministro do Meio Ambiente citou, garante esse direito e também o dever do Estado e da coletividade de preservar e defender o meio ambiente. Há, portanto, essa possibilidade de se resolverem as dúvidas, na tomada de decisões, em favor do meio ambiente.

É claro que o princípio do *in dubio por natura* não significa que nunca vai ou que nunca pode ocorrer nenhuma atividade que cause dano ambiental, assim como a presunção da inocência no direito penal tampouco significa que nenhum réu será condenado. Porém, o princípio representa a consciência de que a tomada de decisões que afeta o meio ambiente tem que ser feita de maneira certa, considerando valor da natureza em si e para com a vida humana, fazendo uma avaliação desse valor com os outros direitos, usando toda a informação necessária e usando toda a precaução, a prudência para evitar dano irreversível.

O segundo princípio de que quero falar rapidamente é a função ecológica da propriedade. Qualquer pessoa física ou jurídica, na posse ou controle de terras, águas ou outros recursos naturais, tem o dever de manter as funções ecológicas essenciais ligadas a esses recursos. A obrigação de não fazer atividades que impedem essas funções, os serviços ecológicos e a obrigação de restaurar e recompor as condições ecológicas de terra das águas ou dos outros recursos se impõem a todos os proprietários, a todos que ocupam e usam os recursos. Mesmo que os alienem, a responsabilidade continua igual, mesmo depois da venda da terra ou da água.

A Constituição brasileira, nesse ponto, ecologiza o direito à propriedade, como falou o Ministro Herman Benjamin hoje pela manhã. A Constituição, assim, criou um novo paradigma que equilibra o direito da propriedade com as consequências das nossas ações, como seres humanos, para o meio ambiente, ou seja, o princípio é básico. Ninguém pode exercer o seu direito de maneira que impeça o exercício dos direitos dos outros. Nesse ponto, o Brasil é uma referência, e a jurisprudência brasileira também é uma referência, mas, na região, há outros exemplos desse princípio nas Constituições e também na jurisprudência.

Em todos esses princípios, o papel do juiz é essencial. Dependemos dos senhores, de V. Exªs, juízes, que estão aqui. Dependemos da sua imparcialidade na aplicação desses princípios, e nós sabemos que estaremos em boas mãos.

Agradeço, mais uma vez, a todos.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Muito obrigado, professor.

Passo a palavra agora ao Prof. Néstor Cafferatta.

O SR. NÉSTOR CAFFERATTA (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde. Eu vou tratar de dois princípios: o princípio da equidade intrageracional e o da equidade intergeracional.

O direito ambiental é um novo direito. Um direito de incidência coletiva referida ao bem coletivo, o meio ambiente. É um direito revolucionário, um direito do ponto de vista processual que vem surgindo agora com base em ideias básicas como a paz, a solidariedade e a cooperação. É um direito transparente que se baseia fundamentalmente em ideias de boa-fé e ética.

O direito ambiental é um direito que faz com que os desiguais sejam igualados; iguala o vizinho, o afetado, o homem do povo, com os centros de poder político-econômico. É um direito essencialmente intuitivo, de proteção. É um direito transversal e horizontal, que penetra todas as disciplinas do direito. É um direito codificante, que apresenta novas hipóteses de trabalho.

O direito ambiental carrega os princípios de equidade intergeracional e intrageracional. A partir da emersão da questão ecológica, existe um novo sujeito de direito protegido, que são as gerações futuras. O direito ambiental representa um desafio para a ciência jurídica clássica, porque nos obriga a repensar todos os institutos clássicos do direito, a responsabilidade que deixa de ressarcir, deixa de ser econômica e passa a ser um direito de antecipar o dano ambiental, em vez de compensar pelo dano ambiental. Então, todas as peças clássicas do processo civil mudam: muda a legitimação ativa de operar, a carga da prova, a apreciação da prova, o papel dos juízes, os efeitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das sentenças, a natureza das medidas cautelares; tudo vem mudando desde que o direito ambiental ficou imerso em tudo.

O direito ambiental é um direito fundamental, mas, ao mesmo tempo, é um direito social, é um direito que luta contra a erradicação da pobreza, é um direito que defende os vulneráveis, os fracos. E os fracos da sociedade do século XXI não são somente os setores mais pobres, os indigentes, os párias ambientais – conforme foram chamados pelo Ministro Herman Benjamin, numa sentença memorável do seu tribunal, na causa dos Acumuladores Ajax –, mas também a natureza, que não somente deve ser pensada como um objeto de proteção do direito ambiental, mas, também, como um verdadeiro sujeito de direitos.

A natureza é um bem escasso, a natureza é um bem limitado, e corremos o risco de esgotar os recursos naturais na medida em que continuarmos... Conforme ensinou o Papa Francisco, nós temos que cuidar da nossa casa em comum, evitando essa corrida suicida de consumismo e a sociedade do joga fora. Então, a sociedade de risco, a sociedade da era tecnológica, tudo isso baseia-se em um direito, é um direito da sociedade líquido; é um novo direito que exige uma nova cultura jurídica.

O direito ambiental é o motor de mudança de uma nova cultura jurídica. É um direito vinculado intimamente aos direitos humanos, ao direito à vida, ao direito à qualidade de vida, ligado ao direito à integridade psicofísica das pessoas com diferentes direitos, como o direito à moradia, o direito humano à água potável. Assim, é um direito que participa das características comuns dos direitos humanos. Dali vêm as características da interdependência, da indivisibilidade e da universalidade que caracterizam os direitos humanos e participam das mesmas características que o direito ambiental.

As gerações de hoje têm uma espécie de hipoteca moral em favor das gerações futuras. Devemos deixar o mundo nas mesmas condições ou em condições melhores do que as que recebemos em favor das gerações que virão. Vem daí a importância desses dois princípios de equidade intergeracional e intrageracional.

O princípio da equidade intrageracional é o princípio da Declaração nº 1 da Declaração de Estocolmo, de 1972, e o Princípio 3 da Declaração do Rio, de 1992.

O princípio da equidade intergeracional tem relação com o propósito macro do direito ambiental, que é a sustentabilidade. O princípio da sustentabilidade está vinculado ao princípio da equidade intergeracional.

A sustentabilidade tem três dimensões imprescindíveis: a dimensão econômica, a dimensão ambiental e a dimensão social. A dimensão social aponta para a equidade intergeracional, entre gerações e dentro das gerações.

Os direitos humanos são um sistema baseado na ideia da dignidade da pessoa, e o direito ambiental está ligado à luta pela dignidade das pessoas, à questão da pobreza, da miséria, dos excluídos sociais, dos vulneráveis, dos invisíveis. Essa questão também está relacionada à questão da justiça social. O direito ambiental é um direito vinculado à justiça social, vinculado às opções preferenciais em defesa dos vulneráveis.

A pobreza implica privação de recursos, privação de capacidades, de opções de futuro. E, nesse sentido, na Argentina existe jurisprudência que considera que o dano ambiental é um dano à saúde, é um dano físico, que produz um dano à possibilidade real de as pessoas alcançarem seu projeto de vida e de desenvolvimento humano. A pobreza é a negação em si dos direitos humanos.

Assim, o direito ambiental cumpre, nesse sentido, um papel preponderante e muito valioso na defesa dos setores mais vulneráveis, os setores esquecidos da sociedade.

Finalmente, no nosso país, a Argentina, existe ampla jurisprudência em defesa do meio ambiente e em questões relativas à justiça e à acuidade intra e intergerações. Existe jurisprudência da Suprema Corte de Justiça, das províncias da Argentina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NÉSTOR CAFFERATTA (*Tradução simultânea.*) – ... e do Tribunal Superior de Justiça da nação.

Eu trabalho na secretaria de juizados ambientais do tribunal da Argentina que trabalha com a área contenciosa ambiental, causas de contenciosos de massa, particularmente com causas muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantes, como uma causa de Mendoza contra o Estado, em termos de contaminação ambiental do Rio Matanza Riachuelo, que é um exemplo muito claro da dimensão interdisciplinar do direito ambiental, do propósito de desenvolvimento sustentável e da necessidade de que os juízes e os tribunais superiores de justiça assumam um papel ativo de proteção contra danos. Um papel que parece ser do juiz, de defesa dos setores mais pobres da sociedade.

O Rio Matanza Riachuelo tem 64km de largura e atravessa 64 Municípios. Há milhões de habitantes vivendo em volta. Não há água potável. Há mais de mil favelas às margens do rio. Há também quinhentos lixões a céu aberto às margens do rio. Há uma série de questões urgentes que, em vista da falta de resposta do Poder Público, levou o Poder Judiciário a estabelecer um papel na causa e a encontrar uma solução urgente para esse tipo de situação. A jurisprudência ambiental muitas vezes é uma jurisprudência que surge devido à necessidade.

Finalmente, como minha última reflexão, os princípios são mandados de otimização – são guias de conduta; são normas jurídicas *prima facie*, em estado germinal; são janelas de ordenamento; são os pulmões que oxigenam – e constituem valores fundacionais de uma disciplina.

Assim, ficamos felizes em ver que a UICN e os vários órgãos ambientais que vêm acompanhando esse projeto sobre o Estado de direito ambiental e os princípios básicos do direito ambiental estejam levando adiante essa iniciativa.

Parabéns para todos!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, professor.

Eu passo a palavra agora ao Prof. Arnold Kreilhuber – é assim que se pronuncia?

O SR. ARNOLD KREILHUBER (*Tradução simultânea.*) – Perfeito. Eu gostaria que pessoas do mundo inteiro pronunciassem o meu nome do jeito que você pronunciou, mas posso garantir que não é o caso.

Senador, distintos palestrantes, senhoras e senhores, primeiro, eu gostaria de repetir algo que disse hoje de manhã: que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem o privilégio de estar associado a este evento, com as organizações que participam. Eu digo isso novamente esta tarde porque acho que o que aconteceu desde da parte da manhã, realmente, é uma grande junção de intercâmbios; é um colóquio em que, realmente, estamos tendo ótimo intercâmbio sobre meio ambiente, direitos humanos e Constituições.

O Senador propôs um desafio no início desta reunião. Ele nos perguntou por que as pessoas normais deveriam se preocupar. Pessoas normais que têm preocupações imediatas econômicas, pessoas no mundo inteiro que querem sair da pobreza; por que elas deveriam se preocupar com algo que foi descrito como sendo mais de longo prazo?

Eu acho que o melhor exemplo é poluição. A poluição afeta a todos. A poluição afeta aos ricos, aos pobres, aos países em desenvolvimento, aos países desenvolvidos. Qualidade do ar é uma das coisas que mais mata no mundo inteiro, com milhões de mortes anuais. O chumbo nas tintas envenena pessoas no mundo inteiro. E a qualidade da água, que também já foi mencionada, é uma grande fonte de doenças no mundo inteiro.

Eu acredito que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos deram um desafio para abordar esses assuntos, uma vez mais, no contexto econômico, social e ambiental. Então, acredito que não seja uma questão de longo prazo com que estamos lidando aqui, mas é cada vez mais uma questão imediata, de curto prazo, que precisamos abordar.

E, à medida que o senhor nos propôs esse desafio, eu dei uma olhada em alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que são relevantes para isso. ODS 3: bem-estar e boa saúde. Podemos atingir isso sem que as nossas leis ambientais, dispositivos e Constituições sejam aplicados de forma efetiva. ODS 6: água limpa e saneamento. ODS 10: a redução de desigualdades. A poluição exacerba as desigualdades. Se você já está em desvantagem, se você já sofre com poluição, com degradação ambiental, se você não tem acesso aos benefícios ambientais, e somente aos danos ambientais, a sua situação será exacerbada. E, é claro, temos o ODS 1: zero de pobreza, não deixando ninguém para trás. Eu acho que tudo isso está expressado nesses dispositivos constitucionais. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão da distribuição do ônus ambiental nas populações, no caso dos ODS, é espalhada pelo mundo inteiro.

O Estado de Direito é um conceito fundamental no centro das Nações Unidas. Tem a ver com a responsabilização com relação às leis, ao mesmo tempo com o cumprimento adequado e igual e a adjudicação dessas leis, e também a aplicação consistente com relação aos direitos fundamentais. Então, tudo o que nós queremos, em outras palavras, no que se refere a ambiente, constituições e direitos humanos.

Então, o que é tão especial com relação ao Estado de Direito Ambiental? Uma vez mais, são as pressões ambientais e nos darmos conta de que se não melhorarmos o Estado de direito no campo do ambiente, todas as outras áreas sofrerão problemas. Já não é mais uma questão isolada, que pode ser discutida sem examinar, por exemplo, os temas mais amplos que enfrentamos – paz, segurança, desenvolvimento. Meio ambiente é cada vez mais uma parte crítica disso.

Agora, isso pode ser muito claro para vocês, mas ainda assim é o caso para a ONU Meio Ambiente. Ainda precisamos enviar essa mensagem para todos, para ter certeza de que este assunto é levado a sério.

Para dar um exemplo, 40% dos conflitos nos últimos 60 anos tiveram algum vínculo com o meio ambiente, com algum recurso natural, à exploração de recursos naturais. Então, se nós pudermos melhorar a gestão dos recursos naturais, nós poderemos também reduzir o risco de conflitos e também poderemos reduzir os conflitos existentes, mitigar os conflitos existentes e ajudar as partes em conflito a saírem dessa situação mais rapidamente.

O conceito do Estado de Direito Ambiental, esse termo, tem recebido atenção em particular aqui no Brasil. Foi no contexto da Rio+20, em 2012, quando a ONU Meio Ambiente e também outros parceiros que estão aqui também hoje fizeram esse congresso para avançar nestes temas de sustentabilidade. Nesse congresso, foi destacado que, se nós não aprimorarmos o Estado de direito no meio ambiente, não teremos o progresso com todas as coisas que o pessoal do governo e da Rio+20 decidiram. Mas os governos assumiram esse desafio.

E o primeiro conselho de governança do Programa da ONU para o Meio Ambiente 2013 adotou a resolução de, pela primeira vez, num documento internacionalmente negociado, estabelecer este termo Estado de Direito Ambiental.

A violação das leis ambientais e especialmente o aumento de uma série de crimes também já foi assunto mencionado pelo Ministro do Meio Ambiente do Brasil, que, aliás, escreveu um artigo muito interessante para O*ur Planet*, a nossa revista da ONU Meio Ambiente, sobre este tema do crime ambiental. É atualmente o quarto crime organizado mais importante do mundo. E isso demonstra o desafio que estamos enfrentando. Precisamos fortalecer a implementação das leis ambientais no mundo inteiro. Os crimes ambientais afetam pessoas no mundo inteiro. Primordialmente a questão do tráfico ilegal de animais selvagem tem recebido atenção nos últimos anos, mas na verdade é muito mais amplo do que isso o crime ambiental. E nós precisamos realmente unir todas as nossas forças coletivas para este assunto.

E quem mais, além dos juízes, que não sejam juízes, não é mesmo, para ter certeza de que existe o Estado de direito no campo ambiental no final do dia? Porque, quando acontecem violações do direito ambiental no mundo, pessoas do mundo inteiro, com o propósito desse colóquio especificamente, buscam vocês, juízes, para serem os que vão tomar as grandes decisões com relação ao Estado de direito e ao meio ambiente.

E isso tem sido afirmado na segunda e terceira sessão da nossa Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que, como vocês sabem, foi criada também com a Rio+20, como sendo, digamos assim, o Parlamento Mundial para o Meio Ambiente. Isso foi reafirmado, foi reafirmado também em resoluções nessa assembleia, e especificamente com relação ao acesso à Justiça em termos ambientais, com um chamado para todos nós para aprimorar o acesso à Justiça em termos ambientais.

Essencialmente o Estado de Direito Ambiental será crítico para nós, para ter certeza de que avançamos nas nossas ambições coletivas. No momento – e nós já ouvimos isso aqui – talvez não tenhamos uma situação tão terrível, se virmos o que tem sido produzido dos 90 objetivos mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importantes. Só tivemos progresso significativo em quatro. Então, realmente precisamos arregaçar as mangas e aprimorar a aplicação do direito ambiental. É disso que se trata o Estado direito ambiental. E com uma declaração que foi aprovada no ano passado no Rio de Janeiro, a Declaração Mundial sobre o Estado de Direito Ambiental, que já foi mencionada pelos apresentadores anteriores, que disseram que, sem o Estado de Direito Ambiental, qualquer coisa que nós façamos para o futuro em termos de distribuição de ônus e benefícios ambientais não será justo, vai piorar, dificultar ainda mais para as populações que já sofrem muito. E nós todos estamos de acordo, certamente, que não podemos deixar que isso aconteça. Já foi mencionado que muitas Constituições dão direito aos seus cidadãos para que tenham direito a um ambiente limpo e seguro. E nós precisamos usar isso e capitalizar isso.

Esse é o propósito deste colóquio. E estou muito feliz com as discussões que ouvi até o momento.

Esta reunião discute os princípios que estão presentes no Estado de Direito Ambiental e também os princípios que vão surgir nesse campo para o futuro. Muitos já foram mencionados. E eu gostaria de reiterar dois, que eu pessoalmente acho que fazem com que o Estado de Direito Ambiental seja especial e talvez um ânimo um pouco diferente em comparação ao Estado de direito comum, tradicional: o aspecto intergeracional, que já foi mencionado agora há pouco, acredito eu, é o aspecto que faz com que o Estado de Direito seja verdadeiramente especial.

Nós não podemos pensar puramente sobre uma geração. Precisamos aplicar o Estado de direito a outras gerações, pensando em outras gerações. E junto com isso temos também o fato de que, quando lidamos com meio ambiente, lidamos com a incerteza científica. A ciência hoje em dia pode ser desafiada facilmente com um tuíte, mas precisamos ter certeza de que levamos a ciência em consideração; e que possamos também entender a incerteza científica em uma série de decisões. Isso está ligado à precaução, à abordagem de prevenção também quando estamos adjudicando temas ambientais.

E como já foi expressado de forma muito eloquente e, acredito eu, também de forma muito progressiva, na declaração mundial, que foi adotada ano passado, no Rio de Janeiro, o *in dubio pro natura* é, como queiram, uma evolução desta abordagem da precaução e da prevenção, quando estamos falando de abjudicação dos dispositivos ambientais.

Para avançar precisamos manter a ênfase, cada vez mais, no fato de que o Estado de Direito Ambiental é importante, de que os juízes têm um papel crítico, e que, sem os juízes, não chegaremos lá.

Nesta revista que nós temos, da Unep, esse aqui era sobre crime ambiental; publicamos na revista quatro vezes ao ano e eu disse que o Ministro do Meio Ambiente no Brasil escreveu um artigo, mas também existe um outro artigo, nessa publicação, que foi escrito pelo Juiz Herman Benjamin, sobre o papel dos juízes com relação a crimes ambientais. E ele concluiu com a situação do professor Nicholas Robinson... Então, vocês podem ver que tudo se juntou muito bem aqui, todos estão aqui. E eu vou fazer uma citação livre aqui, peço desculpas, professor. Mas é basicamente uma ilusão esperar que os juízes vão poder salvar o mundo por si só. Mas, seria ruim demais para o meio ambiente se os juízes não estivessem ao seu lado.

Então, fico muito estimulado, muito entusiasmado com este colóquio, temos que investir no Estado de Direito Ambiental, aumentar, especialmente do ponto de vista da ONU Meio Ambiente, apoiar os juízes em eventos como este, no mundo inteiro.

E estou muito interessado em ouvir o restante das discussões deste colóquio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Não tenho dúvidas de que, Senador Jorge Viana, esta foi uma Mesa que trouxe grandes luzes para a reflexão sobre o problema.

Comecei, meu caro Jorge, colocando quatro desafios: o econômico, de redefinição do conceito de riqueza; o social, de como combinar produção ambiental com redução da pobreza, de que o professor Néstor cuidou muito bem; o desafio filosófico de como valorizar a natureza quando a lógica nos afasta da natureza nos colocando com o conceito de seres superiores à imagem de Deus; e o desafio de como reunir tudo isso no marco jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Creio que as falar que aqui tivemos mostraram que, sim, é possível enfrentar estes desafios. Só quero concluir dizendo que faltou aqui a palavra "educação" ou transformação da mentalidade que herdamos da civilização industrial. Não falo apenas em educação no sentido, nas letras das contas do dia a dia, mas do ponto de vista mental. Está faltando isso.

Quanto ao fato, como foi dito, de que a poluição afeta a todos, estou de acordo, mas só quando atingimos um ponto catastrófico, como é o caso da China e de outros lugares. A educação tem que vir para cuidarmos da poluição antes da catástrofe acontecer.

Nesse sentido, eu creio que como foi colocado pelo professor Arnold, o papel do juiz tem que ser fundamental, mas só terá resultado se for antecipado pelo papel dos professores, desde a infância de nossas crianças, orientando para uma nova civilização, onde a natureza seja valorizada em si e não como um recurso natural, onde o propósito do ser humano seja o seu bem-estar, com liberdade, e não a sua riqueza material.

Mas foi um debate muito agradável. Lamento que as perguntas virão depois. Eu fui orientado de que é preciso chamar aqui para a próxima reunião. Então eu agradeço a cada um dos professores que aqui estiveram, dos pesquisadores... Para mim foi muito enriquecedor. Enriquecedor no sentido cultural, não material, e agradeço a cada um de vocês. (*Palmas.*)

Eu deveria passar a palavra para o Senador José Antonio Reguffe, mas fui informado de que ele não poderá vir e passo a palavra...

Eu posso ficar um pouco, não muito. Então eu quero...

Agradecendo a todos, eu assumo a próxima reunião, a quinta, convidando...

Muito obrigado a todos, iniciando a reunião, a quinta, com o tema Segunda Mesa Redonda de Juízes, Meio Ambiente e Acesso à Justiça na América Latina e Caribe.

Temos dois facilitadores: a Juíza Candice Galvão Jobim, Juíza Federal, aqui não está do Acre, aqui está Brasília! É acreana. Muito bem, Drª Candice. E o Professor Louis Kotzé, que é da Faculdade de Direito da North-West University, da África do Sul. São os dois facilitadores.

Temos muitos debatedores, mas eles ficarão onde estão, não é isso? E falarão da própria cadeira onde estão com o microfone que tem a mesma potência destes aqui. Ou então poderão vir aqui. Tem razão. Virão aqui um a um para o público poder assistir.

Drª Candice, por favor, tem a palavra.

A SRª CANDICE GALVÃO JOBIM – Boa tarde a todos.

Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem eu agradeço ao Senado Federal, a esta Casa, pela acolhida. Agradeço também ao comitê organizador do evento, ao Ministro Herman Benjamim, meu professor, na Universidade do Texas, de Direito Ambiental.

Nosso tema hoje é sobre juízes, meio ambiente e acesso à Justiça na América Latina e no Caribe.

Desde que o acesso à Justiça foi inserido como Princípio nº 10 da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente, em 1992, esse tema vem sendo enfrentado pelos estudiosos do Direito Ambiental e vem sofrendo uma grande evolução.

No âmbito da América Latina e do Caribe, essa questão assumiu grande importância, levando a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe a propor e coordenar a elaboração de um acordo regional, precisamente sobre o acesso à informação, à participação pública, e o acesso à justiça em assuntos ambientais, o que está em andamento com as rodadas que vêm ocorrendo nos últimos anos.

À medida que a legislação e a ação governamental na área do meio ambiente vêm retroagindo na proteção do meio ambiente, o Poder Judiciário vai exercendo cada vez mais um papel importante no controle sobre as atividades e omissões públicas e privadas lesivas ao meio ambiente.

O Poder Judiciário brasileiro – é importante que se diga – atua não só nas ações, nos atos do Poder Público, como também nas omissões do Poder Público, determinando a adoção de políticas públicas ambientais pela via jurisdicional, o que ocorreu também no sentido muito amplo, aqui no Brasil, em relação às políticas públicas de saúde. Hoje também vem ocorrendo em relação às políticas públicas ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O nosso Supremo Tribunal Federal felizmente já decidiu sobre a admissibilidade desse controle judicial das políticas públicas na área ambiental, sem que se fale em violação do princípio da separação dos Poderes.

Bom, diversos são os direitos assegurados no nosso ordenamento jurídico, mas a positivação desses direitos não traduz por si só a sua eficácia e aplicabilidade. É necessário maior acesso à justiça. E, quando se fala em acesso à justiça no sentido de Judiciário, o que se busca, em última análise, é a justiça ambiental e aqui no sentido que se contrapõe à injustiça ambiental, ou seja, o Judiciário no tema ambiental deve buscar que se faça justiça social ambiental, evitando que a maior carga dos danos ambientais decorrentes do processo de desenvolvimento seja deixada a certas comunidades mais pobres, aos marginalizados e vulneráveis.

Hoje o que se vê então é uma má distribuição dos bens e dos riscos ambientais, o que também se reflete no acesso à justiça. Por quê? Porque as principais barreiras de acesso à justiça são aquelas sentidas exatamente por essas comunidades mais pobres, marginalizadas e mais vulneráveis, como o custo do processo, a distância entre a pessoa que sofreu dano ambiental e o órgão jurisdicional, o desconhecimento da lei, essas barreiras culturais e psicológicas. Então, as pessoas menos favorecidas são exatamente aquelas que sofrem risco ambiental e que possuem as maiores barreiras para o acesso à justiça.

Quais seriam, então, as soluções para superar os entraves para o acesso à justiça e as perspectivas para a superação desses obstáculos? Especialização de varas, ampliação do rol dos legitimados a ingressar com ações coletivas? No Brasil – é importante que se diga –, o rol já é bem amplo. Nós já incluímos, além das ONGs (Organizações Não Governamentais), entes estatais independentes como Ministério Público e Defensoria Pública.

Assim como o Senador Cristovam, eu entendo que a educação e a conscientização são o ponto mais importante. Infelizmente está havendo uma má governança ambiental, já que as prioridades e preocupações estão na economia, no processo de globalização, nas crises políticas e nas crises econômico-financeiras.

O acesso ao sistema judiciário para a proteção do meio ambiente é um tema relevante no qual é necessário um grande aprofundamento.

Vamos ouvir agora, então, importantes painelistas para ver a experiência de cada um, no seu país, a respeito de tão relevante tema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado.

Eu passo a palavra ao Prof. Louis Kotzé.

O SR. LOUIS KOTZÉ (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado, Excelência, pela oportunidade de ser um dos facilitadores nesta segunda mesa redonda do dia. E, só para agregar ao que disse o Ministro, sinto-me muito honrado de fazer parte de um grupo tão ilustre quanto o que se reuniu aqui hoje. Meu colega, Profª Erin Daly, mencionou hoje de manhã que esta reunião sem precedentes, de acadêmicos, políticos e juízes, lembra a reunião que tivemos em Pretória, na África do Sul, em 2016, há quase um ano. O evento foi organizado pela Faculdade de Direito da Universidade, pela minha instituição, pela ONU Meio Ambiente e também, naturalmente, pelo Relator Especial de Direitos Humanos e Meio Ambiente, o Prof. Knox.

Naquela ocasião, tivemos a grande sorte de ter juízes da África, da Austrália e dos Estados Unidos para falar sobre questões como o papel do Judiciário em avançar o constitucionalismo ambiental e a sua agenda. E ficamos absolutamente encantados de poder continuar essa empreitada hoje e amanhã, em reconhecimento e apreço profundo pelo papel incrivelmente importante que o Judiciário do mundo inteiro joga na exploração de novas fronteiras do constitucionalismo ambiental.

A necessidade de sermos decisivos, inovadores e até mesmo radicais parece de importância crítica, à medida em que entramos na nova época do Antropoceno, uma época dominada pelos seres humanos, em que as fronteiras planetárias estão sendo cruzadas e a sobrevivência de toda a vida na Terra é guiada pelas forças supremas dos impactos humanos, como veremos nesta mesa redonda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós vamos fazer basicamente duas coisas: considerar o papel dos juízes na proteção ambiental constitucional e também falar sobre questões de como fornecer o acesso à Justiça, para que eu tenha a proteção e os benefícios do constitucionalismo ambiental. Sejamos muito claros desde o começo.

A proteção ambiental constitucional só pode ser tão forte quanto o respeito geral às regras ambientais e constitucionais em geral, derivando das noções constitucionais, da supremacia constitucional, a separação de poderes e a independência jurídica. A tarefa recai sobretudo ao Judiciário, como guardião da Constituição, do Estado constitucional e do Estado de Direito constitucional. Os juízes obtêm esse mandado de supervisão da Constituição, como todos sabem, normalmente encapsulado nas disposições constitucionais formais, como aquelas que determinam a separação dos poderes e que lhes dão poder e que elevam o Judiciário a guardião supremo da Constituição em cada país.

Igualmente importante, contudo, as constituições, através de disposições substantivas, como direitos ambientais, oferecem ao juiz um mandado amplo para assegurar que o Estado de Direito Constitucional Ambiental seja obedecido amplamente. Que os interesses ambientais e a proteção ambiental sejam assegurados.

Coletivamente, as disposições formais e constitucionais de uma Constituição que tem relação com a proteção ambiental dão aos juízes uma oportunidade única para engajar a proteção constitucional ambiental como um todo. Considerando o grande alcance das constituições e os grandes danos ambientais causados pelo setor privado, mais especificamente pelas grandes multinacionais, grandes corporações, há a necessidade de continuar aumentando o impacto e a ampliação das legislações ambientais.

À medida que entramos no Antropoceno, torna-se particularmente importante para o Judiciário todos nós aqui nos tornarmos cada vez mais os guardiões do constitucionalismo ambiental e fortalecer nosso papel em preservar o Estado de Direito Ambiental. Uma das maneiras que os juízes vão fazer isso é trabalhando a lei estatutária, os regulamentos que fazem com que consigam proteger as pessoas que procuram assegurar os seus direitos ambientais. Hoje, quase todos os países aplicam o Estado de Direito Ambiental, com leis para assegurar o amplo acesso à Justiça, porque, afinal de contas, de que adianta ter dispositivos amplos se não podem ser aplicados, se não são assegurados? É possível assegurar que esses direitos sejam realizados assegurando o acesso das pessoas à Justiça.

É preciso respeitar tantas coisas, entre elas a questão da prescrição dos direitos, entre tantas outras que fazem parte do manual de constitucionalismo das Nações Unidas, apresentado pelo professor Erin Daly, hoje de manhã. Particularmente o capítulo III, que trata especificamente da questão do acesso à Justiça. Também tratamos de vários desses temas numa publicação recente da ONU Meio Ambiente, chamada *Novas fronteiras em constitucionalismo ambiental*. E, naturalmente, essas questões aparecem na mudança de paradigmas apresentada pelo professor John Knox. Posso acrescentar que a ONU Meio Ambiente... acabou de ser lançado hoje o livro da ONU Meio Ambiente, foi lançado hoje, pode ser baixado na internet.

Então, eu vou gostar muito de ouvir a opinião destes painelistas e dos membros do público que têm tantos anos de experiência como guardiões do Estado de Direito Ambiental Constitucional e particularmente dos juízes que vão participar ativamente em assegurar o direito à Justiça.

Obrigado. (*Palmas.*) (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – ...que é um dos grandes patrocinadores de tudo isso para vir presidir, ao mesmo tempo que eu informo os debatedores.

O Ministro Rafael Asenjo, do Tribunal Ambiental de Santiago do Chile, será o primeiro a fazer uso da palavra e eu o convido para vir tomar lugar na Mesa. Também o Desembargador Ricardo Torres de Carvalho, Presidente da Câmara Ambiental do Tribunal de Justiça de São Paulo. Agradeço à juíza e ao professor Luiz, podem ficar os dois aqui, que há cadeira suficiente.

Foi um grande privilégio para mim estar presente presidindo essa reunião que acaba de terminar e vou tentar assistir, durante o tempo em que eu ainda puder ficar aqui, à continuação dos trabalhos.

Parabenizo a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Muito obrigado pela chance que me deram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Bem, eu queria, em nome do Ministro Herman Benjamin, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente e também em meu nome – eu presido a Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional –, agradecer ao Senador Cristovam pela colaboração. É um intelectual muito respeitado no Brasil, ex-Reitor da nossa Universidade de Brasília, ex-Governador de Brasília e Senador da República pelo Distrito Federal. A presença dele engrandece o nosso colóquio.

Eu faria um apelo. Nós vamos seguir esse procedimento de convidar todos que vão fazer uso da palavra para falar aqui da frente – dois. Mas nós temos outro problema que a organização me pede para solucionar. Que tentem fazer, nos cinco minutos, suas intervenções. Se puderem ficar nos cinco minutos – eu vou marcar o tempo naquele reloginho no final –, isso ajudaria, porque ainda teremos uma programação à noite, um jantar, e o número daqueles que farão uso da palavra é bem grande.

Eu queria, mais uma vez, agradecer aos nossos dois convidados: a querida amiga, Drª Candice Lavocat Jobim, Juíza Federal do Distrito Federal, e o Prof. Louis Kotzé, que já nos deram o privilégio de fazer as falas de abertura.

Com a palavra, então, o Ministro Rafael Asenjo, do Tribunal Ambiental de Santiago do Chile.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RAFAEL ASENJO (*Tradução simultânea.*) – Vou falar rapidamente sobre o primeiro tema – o papel dos juízes – e, depois, vou falar sobre duas ou três ideias sobre o acesso à Justiça que foram mencionadas.

No estado de Direito, os juízes não fazem a lei. De acordo com o sistema democrático de separação de Poderes, somente o Executivo e o Legislativo têm a responsabilidade conjunta de escrever e aprovar a lei que vira a lei do país. Essa tarefa deve incluir a revisão permanente e a melhoria, sempre que possível, quando temos os padrões da legislação existente, para, efetivamente, abordar os desafios impostos pelos impactos das atividades humanas no nosso ambiente regional local e global.

Como o Ministro Vázquez já mencionou, a Constituição de 1980, feita pela ditadura militar, incluiu dois aspectos inovadores de dispositivos ambientais. Ele mencionou a garantia de viver num ambiente livre de poluição, e o segundo é uma ação especial de proteção semelhante a um *habeas corpus*, permitindo que todos que se sintam afetados no direito àquela garantia já mencionada possam adotar medidas necessárias diante da Corte Suprema para restaurar o estado de Direito e a proteção daqueles envolvidos.

O resultado positivo da combinação de ambos dispositivos constitucionais é que de 1980 até a criação dos tribunais ambientais, mais de 30 anos, a maioria dos conflitos ambientais, na sua ampla definição, foram discutidos nos diferentes tribunais de recursos e foram decididos no nível da Corte Suprema.

Em 2012, com o Ato 20.600 que criou os tribunais ambientais, muitos dos processos que haviam sido iniciados antes em instâncias inferiores começaram a ser enviados para os tribunais ambientais.

Em Santiago, nos seus anos de atividade, já solucionou 109 casos com 55 sentenças e 21 de danos e reparos por 7 sentenças. Houve 44 reclamações e demandas que estão em processo atualmente. E a Corte Suprema e de recursos começaram a notificar, por meio de suas resoluções, por meio dos demandantes de proteção, que esta ação especial deveria ser reservada exclusivamente para casos relacionados à proteção imediata e urgente da garantia constitucional. E que os aspectos ligados a danos ambientais, a avaliação ambiental, de acordo com o que havia sido designado aos tribunais ambientais, deveriam ser revisados exclusivamente pelos tribunais especializados.

Acesso à Justiça e seus custos. No meu país não existem taxas de qualquer natureza para serem pagas diante de um tribunal ambiental. Um país com tantas desigualdades econômicas, como é o caso do Chile, o custo associado para ir a um tribunal, para receber assistência jurídica, depende do acesso que cada um tem, em termos de recursos, para poder revisar a legalidade das questões dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

impactos de serviços e os seus ministros. Em muitos desses casos, a disparidade é enorme entre a empresa que é detentora do projeto e os cidadãos das comunidades que podem vir a ser afetados por isso.

No Chile, não temos um sistema de defesa pública ambiental, como existe para o caso penal. Os advogados de interesse público são difíceis de ser encontrados em comparação ao bom serviço jurídico que é fornecido em praticamente todos os advogados privados. Quase não existem ONGs envolvidas no tema ambiental e algumas das escolas de Direito estão começando somente agora a fornecer seus serviços gratuitos de litigação para as comunidades.

Os tribunais ambientais fizeram bastante esforço para expandir as regras existentes com relação ao interesse ou às pessoas afetadas. E, de fato, apesar de o Chile não reconhecer como tal o princípio de ação pública, aceitou ampla gama de expressões para essa regra.

Por exemplo, no caso de processos de sanções, a parte que faz a denúncia automaticamente recebe a qualidade de interessado. Com relação a uma solução de impactos ambientais, é reconhecida como parte as pessoas e/ou instituições que participaram do processo de consulta pública incluído na avaliação de impacto ambiental, no nível administrativo.

Mas dois conceitos adicionais têm uma grande influência sobre a determinação necessária para o tribunal ambiental. Uma relacionada à avaliação de impacto ambiental, que é a área de influência dos efeitos ou impactos de um projeto ou atividade. Qualquer um que saia, trabalhe ou tenha propriedades ou direitos de qualquer natureza dentro daquela área, de um projeto, de um empreendimento, pode aparecer diante de um tribunal e ser reconhecido como uma parte. No caso de danos ambientais, a extensão é mais ampla, para além da sua área de influência. O tribunal reconheceu como partes pessoas ou instituições que se relacionam a um ou mais componentes ambientais do ambiente adjacente, normalmente muito maior do que a área direta de influência de tal projeto.

Finalmente, no caso de ONGs que não são relacionadas à área de influência ou ao ambiente adjacente, mas que foram criadas e legalmente registradas antes dos eventos que originaram aquele caso, que podem demonstrar que defenderam casos de interesse público, que formularam a sua capacidade de se apresentar diante do tribunal e representaram pessoas que possuam interesses e que tenham sido afetados, foram reconhecidos como parte também pelo tribunal ambiental.

Prescrição. Em caso de...

a) a possibilidade de prescrição é após cinco anos, contando a partir do momento da manifestação do dano. Essa data pode ser muito diferente daquela quando o dano foi causado ou originado.

b) no caso de infrações às regulações estabelecidas pela Superintendência Ambiental, o período de prescrição é de três anos, desde o momento de quando, de fato, foi ocasionado o ato.

Um caso especial de prescrição é o relacionado à validade da resolução de qualificação ambiental, que conclui, de forma positiva, o processo de avaliação de impacto ambiental de um projeto proposto. Após quatro anos de emissão, desde a licença ambiental, se nenhum trabalho foi feito para iniciar a execução do projeto, esta resolução de qualificação ambiental expira automaticamente e o seu conteúdo é nulo.

E, finalmente, o ônus da prova. O Chile manteve um sistema de responsabilização subjetiva de forma geral. Ou seja, há necessidade de provar quando há malícia ou culpa. Então, existem alguns casos em que se aplica: a lei de navegação, de energia nuclear e de pesticidas. Esta regra está incluída no art. 1.698 do nosso Código Civil, bastante antigo, e que, em outras palavras, estabelece que o que alega algo precisa prová-lo. Nos processos de administração, de representação diante dos tribunais, essa regra é completamente aplicável. No caso de demandas para reparar danos ambientais, essa regra pode ser modificada pela presunção de responsabilização que foi estabelecida pela lei do marco ambiental, de 1994. Este artigo simplesmente diz que existe uma presunção legal de responsabilização pelo autor do dano ambiental, nos casos de violação de leis ambientais e regulações que foram claramente afirmadas pela lei. Essa presunção, em alguns casos, foi estendida pelo tribunal para incluir a cláusula de causalidade como resultado da gravidade da violação legal.

Peço desculpas por ser tão rápido e espero ter sido claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Agradeço ao Ministro Rafael Asenjo.

E eu passo imediatamente para o Desembargador Dr. Ricardo Torres de Carvalho, Presidente da Câmara Ambiental do Tribunal de Justiça de São Paulo.

V. Exª tem a palavra, Desembargador.

O SR. RICARDO TORRES DE CARVALHO – Senador Jorge Viana, todos os presentes, é uma alegria poder estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC. *Fora do microfone*.) – Está ligado o microfone? Tem que ligar.

O SR. RICARDO TORRES DE CARVALHO – É uma alegria estar aqui. É uma explanação muito prática.

Quanto à separação de Poderes que é inscrita na nossa Constituição, nós temos uma linha que se tornou um pouco imprecisa, desde que o Judiciário adotou uma leitura expansiva da Constituição, principalmente no fundamento de que as constituições não são promessas vazias, mas direitos que devem ser reforçados de alguma forma pela Justiça. Com base nisso, o Judiciário tem se utilizado dessa leitura expansiva para preservar a autoridade de agências ambientais para regular a natureza e tem impedido ou evitado que legislação que cause algum dano entre em efeito. E tomou um papel mais ativo em dar ordens ou ordenar ou determinar à Administração que faça ou não faça determinadas coisas.

E esse tem sido um ponto de fricção com a Legislatura, no caso com o Poder Legislativo, com frequência, e com outros movimentos no Brasil que se opõem a essa leitura expansiva e à anulação ou ao não *enforcement*, à não determinação de cumprimento das leis.

Quanto ao *rule of law*, aqui ninguém duvida, ou ninguém discute o poder dos juízes para fazer cumprir a lei. O problema surge sobre o quanto se deve, que dureza se deve dar nesse cumprimento, considerando o enorme crescimento da população no Brasil nas décadas de 60 e 70, quando as leis ambientais eram quase não existentes, e a preservação era uma preservação de ninguém. Agora os juízes se veem enfrentando problemas com a preservação de áreas que foram legalmente ou ilegalmente ocupadas muitos anos atrás e a dificuldade de remover essa enorme quantidade de pessoas. Ou como aplicar as novas leis e regulamentos a áreas há longo tempo usadas para agricultura ou moradia. E como adotar os projetos de governo que envolvem produção de energia, estradas, agricultura, quando atravessam áreas preservadas.

Quanto à relação da Constituição com o ambiente, existe de fato, como foi mencionado por todos, uma fricção entre a lei, o regulamento e a larga linguagem constitucional.

E essa fricção é aumentada pela coordenação muito difícil da preservação, que significa não usar ou usar pouco, e o desenvolvimento, que significa usar bastante – a necessidade de preservar e a necessidade de alimentar e abrigar essa população crescente, também protegidas na Constituição.

Não está muito claro para nós, juízes, o que desenvolvimento sustentável exatamente significa e como e quando os juízes tenderão para um lado ou para outro. Então, nós, juízes, aqui tentamos compreender os fatos, o contexto e decidir, nos méritos de cada caso, usando a Constituição sempre como nossa retaguarda e fundamento.

Com relação ao acesso à Justiça, nós temos duas portas principais de acesso: uma seriam as ações privadas, movidas por alguém contra alguém ou por alguém contra o Governo, que é muito pouco usada – é uma hipótese rara – ; a outra porta é a nossa ação civil pública, uma lei, de 1985, que se aplica a danos ao meio ambiente, consumidores ou ofensas a direitos difusos ou coletivos, que são, dentre as várias pessoas a quem a lei permite a propositura, iniciadas, principalmente, pelo Ministério Público e, no meu Estado, também pela Defensoria Pública. Eles são isentos do pagamento de custas judiciais ou honorários de advogados. O grande problema nessas ações é o pagamento do expert, quando necessário, que é designado pelo Juiz, e não trabalha, evidentemente, de graça. Algumas medidas têm sido tomadas pela lei e pela jurisprudência para evitar, diminuir e resolver esse problema.

E a última forma de acesso à Justiça Ambiental, que nós, juízes, apreciamos, é o lado oposto. É quando o Governo autua e aplica multas e sanções a empresas privadas,...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. RICARDO TORRES DE CARVALHO – ...a pessoas, e são essas pessoas, então, que comparecem em juízo contra o Governo – ou o Governo iniciando as ações para a cobrança das multas ou ações movidas por essas pessoas privadas para anulação das sanções que foram impostas.

Apenas para dar uma ideia do volume – e me refiro aqui apenas ao Estado de São Paulo –, as Câmaras Ambientais, em dez anos, apreciaram 25 mil casos, com uma média, então, de 2,5 mil casos desses por ano. O tribunal concordou – e isso é uma opinião pacífica – que danos à natureza são de natureza permanente. Eles se prolongam no tempo e, por isso, não estão sujeitos à prescrição. No entanto, a administração tem um prazo de cinco anos para propor as ações de cobrança das multas.

Quanto ao ônus da prova, a regra geral é que aquele que afirma deve provar o fato afirmado. Mas não o fato total. Ele apenas deve provar que algo relacionado ao ambiente presumivelmente danoso foi praticado e, a partir daí, cabe ao réu provar que aquela ação que foi mencionada pelo autor não causou aquele tipo de dano. Não é correto dizer que o autor não prova nada ou que o réu prova tudo. O ônus da prova é atribuído pelo juiz...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TORRES DE CARVALHO – ...nas características de cada caso.

Finalmente, quanto a essas medidas gerais, a nossa lei confere às partes e ao juiz uma larga variedade de remédios e medidas liminares que nós podemos conceder ou determinar a qualquer momento do processo. De forma que o juiz pode ordenar o que for necessário, a qualquer momento, em primeiro grau ou segundo grau, o que for preciso para cessar e proteger o ambiente, quando os princípios da precaução e da prevenção são principalmente usados.

Muito obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Muito obrigado, Desembargador Ricardo Torres de Carvalho, pela sua contribuição. É uma honra para nós.

Eu agora convido o Ministro Brian Cottle, da Corte Suprema do Caribe Oriental, São Vicente e Grenadines, para que possa fazer sua explanação.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BRIAN COTTLE (*Tradução simultânea.*) – Muito obrigado.

Gostaria de começar estendendo as saudações do Caribe.

Quero fazer uma correção. Eu sou de São Vicente e Grenadines, mas não há Suprema Corte lá. O nosso tribunal é único no sentido de que serve como braço judicial do governo para vários países.

Ao longo da história colonial do país, seis desses países, embora hoje sejam independentes, eram colônias britânicas. Os três outros Estados servidos pelo nosso tribunal continuam sendo territórios do além-mar do Reino Unido e receberam permissão por parte do Governo do Reino Unido para utilizar a nossa Corte Suprema como governo judicial. Então, é uma instituição singular, em que nossos juízes têm de lidar com nove diferentes constituições. Os juízes fazem uma rotação pelos territórios e pelos países. Então, o juiz nunca sabe em que momento vai julgar, em que país ou em que território. Nós, naturalmente, não temos tribunais ambientais especializados. O nosso tribunal é um tribunal de jurisdição geral.

As constituições podem ser diferentes entre os países, mas os propósitos que as regem são gerais e, portanto, conseguimos tratá-las como sendo idênticas

Não há disposições específicas na Constituição que lidem com a proteção do meio ambiente. Sendo assim é preciso tomar emprestado a jurisprudência e a experiência de países representados aqui hoje para expandir a disposição ambiental do Capítulo I da nossa Constituição, de Direitos Humanos, a proteção do direito à vida. Vamos expandir isso para incluir a proteção dos direitos ambientais. Até agora não tivemos casos de litígio quanto a ameaças ambientais ou degradação ambiental. Isso pode ser simplesmente porque o público não foi sensibilizado o bastante quanto à possibilidade de ir até o tribunal para pedir reparação por danos ambientais que possam ter sofrido. Esperamos que isso mude, antes tarde do que nunca.

A sessão XVI da Constituição de São Vicente e Grenadines e as diferentes sessões das outras Constituições são semelhantes no sentido de permitir que pessoas que acham que um direito fundamental tenha sido violado ou possa vir a ser violado venham até o tribunal. Então, para você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ter acesso ao tribunal, não precisa esperar que o dano já tenha acontecido. É possível aceder ao tribunal caso você já preveja que vai sofrer um dano.

A questão de legitimação é uma questão complexa, e quando esse tipo de caso é apresentado perante o tribunal, o juiz terá de tomar uma decisão quanto a que direitos serão concedidos aos litigantes no sentido de expandir a questão da legitimação para permitir que essas pessoas possam obter acesso à Justiça. As regras de prescrição não se aplicam. E o ônus da carga é feito do mesmo modo que é feito para casos civis. Ou seja, a pessoa que alega um dano precisa provar esse dano de acordo com o equilíbrio da probabilidade.

Não estou certo de que eu possa falar muito mais a respeito do nosso lado do mundo, mas estamos felizes de estarmos aqui, muito felizes de não termos de reinventar a roda, felizes de podermos contar com a experiência dos países que nos precederam em termos de constitucionalismo ambiental. E vamos aceitar e adotar essas lições daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Convido agora a Drª Juíza Wendy Martínez Mejía, que está aqui. Ela é da República Dominicana.

A SRª WENDY MARTÍNEZ MEJÍA (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde. Muito obrigada, Senador Viana. Muito obrigada aos organizadores desse evento por dar a oportunidade de compartilhar com vocês, nesse pequeno espaço de tempo, alguns aspectos que me parecem interessantes sobre a realidade jurídica dominicana na proteção do direito ambiental.

A primeira coisa que quero enfatizar é que, de modo geral, eu acho que o principal desafio de acesso à justiça em matéria ambiental é algo que já vinha sendo assinalado pelo professor Cafferatta.

É a concepção do direito ao meio ambiente como um novo direito, que quebra todos os parâmetros e princípios jurídicos que conhecemos tradicionalmente enquanto juristas, na aplicação, na interpretação e na formulação do Direito.

Por outro lado, devo dizer que, na República Dominicana, a constituição foi reformulada no ano de 2010, e esta nova constituição, que chamamos de nova porque a sua estrutura socioeconômica mudou, bem como a estrutura formal da constituição, estabelece, no preâmbulo, como obrigação essencial do Estado, a obrigação de preservar o meio ambiente. Além disso, nos catálogos de direitos fundamentais, protegidos constitucionalmente, existe o direito ao ambiente sadio; e dentro dos direitos ambientais foi incluído o direito ao patrimônio histórico, ao patrimônio cultural e à beleza mística de um lugar, que me parece algo interessante na legislação de um país latino-americano.

Outra questão que vale ressaltar é que o preâmbulo da constituição também define o Estado da República Dominicana como um Estado constitucional e social de direito, o que implica obrigações essenciais do ponto de vista da harmonização do direito ambiental com o desenvolvimento econômico e, sobretudo, a possibilidade de que os cidadãos tenham acesso a certos serviços e que sejam serviços de qualidade.

Outra questão que me parece interessante enfatizar com relação à realidade do meu país é que, do ponto de vista de acesso à justiça, uma parte fundamental consiste na formação e na capacitação dos juízes e magistrados e diversos atores do sistema de justiça ambiental.

Refiro-me a diferentes atores do sistema de justiça ambiental, porque, na República Dominicana, a proteção do direito ambiental foi concebida com três aspectos: do ponto de vista administrativo, do ponto de vista penal e também em termos de matéria civil. Sendo que os princípios do direito ambiental se aplicam aos três âmbitos procedimentais ou processuais e de atores do sistema de justiça.

Nesse sentido, temos observado que, no processo de formação, não vale somente a formação dos juízes, mas também a formação dos diversos fatores, porque a proteção do direito ambiental, particularmente pelo princípio da precaução e pelo princípio da restauração, pode ficar em níveis diferentes do que o nível judicial, que é o caso da justiça administrativa, da sanção administrativa, é o caso também da possibilidade de usar os diversos sistemas de soluções alternativas de disputas, como aqueles que o Ministério Público tem a sua disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Nesse sentido, a Escola Judicial vem trabalhando, muito antes da concepção do direito ambiental como um direito fundamental, na capacitação dos juízes, desde 2003. Nesse processo de formação, é muito importante levar em consideração que, embora seja verdade que, em termos de direito ambiental, como já dizia um dos apresentadores que me precedeu, é preciso educar não somente a comunidade jurídica, mesmo quando do ponto de vista da Andragogia, o conceito de educar parece ser um pouco forte para os adultos, mas o nível de sensibilização que um autor do sistema de justiça precisa para compreender e assegurar o direito ao ambiente saudável é particularmente relevante.

Outra coisa que já foi dita é que, na República Dominicana, o nível de pobreza e analfabetismo poderia tornar particularmente difícil o acesso à Justiça. Lembrem-se de que nós temos uma situação particular, porque somos uma ilha.

Além disso, há outros pontos que me parecem muitos importantes, particularmente a questão dos processos formais, uma coisa que impede o acesso rápido à Justiça e a solução dos conflitos ambientais. Particularmente, isso tem um efeito na permanência de danos ambientais por muito tempo, quando não se tomam medidas oportunas.

A legitimação processual ativa em termos de direitos difusos e coletivos é particularmente importante. Porém, na República Dominicana, não existem tribunais especializados em matéria ambiental. Existe, sim, a Procuradoria-Geral da República de Meio Ambiente, que tem uma categoria geral de tribunal de apelação.

Outras questões são fundamentais também, como a norma confusa que existe quanto às questões penais e administrativas, particularmente quanto ao princípio *non bis in idem.*

E existem outros problemas que são mais complicados de explicar aqui, já que são muito detalhados. Podemos conversar sobre isso no momento de um café. Quando vocês quiserem, podem me procurar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Convido para fazer uso da palavra o Ministro Edward Sidney Blanco Reyes, da Câmara Constitucional da Corte Suprema de El Salvador.

V. Exª tem a palavra.

O SR. EDWARD SIDNEY BLANCO REYES (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde! Muito obrigado pelo convite.

Eu gostaria de tentar, neste breve tempo, abordar três temas de forma rápida. Primeiro, quero dizer que em El Salvador foi reconhecido o direito ao meio ambiente saudável na Constituição. E essa mesma Constituição diz que o direito ao meio ambiente é de interesse social.

Em segundo lugar, eu gostaria de ressaltar que, em virtude desses dispositivos constitucionais, foram criados os tribunais com jurisdição especializada para meio ambiente. E nós acreditamos que, em curto prazo, nós poderemos reverter o avanço e restaurar o problema ambiental do nosso País.

Em terceiro lugar, eu gostaria de destacar um dos problemas que é transversal e que é real e prático. Falou-se muito sobre o direito ambiental, mas também é importante falar sobre os problemas práticos. Os juízes, de forma geral, e os juízes ambientais, de forma particular, podem emitir, com todos os princípios e seus conhecimentos, as melhores sentenças, mas podem, como sempre, deparar-se com um problema, que é a execução dessa sentença. A execução da sentença é um dos verdadeiros problemas quando falamos de violações a direitos fundamentais. E quem é que deve cumprir a sentença em termos ambientais? Quando estamos buscando os responsáveis por violar o meio ambiente saudável, precisamos olhar necessariamente para os controles exercidos pelos Poderes Públicos.

Os processos de eleição de funcionários que sejam responsáveis por proteger, conservar e vigiar o direito ao meio ambiente devem ser funcionários idôneos. Acredito que deve existir uma exigência da parte dos Estados de procurar uma designação, nesses cargos importantes, de pessoas que sejam idôneas e que tenham capacidade suficiente e responsabilidade para que possam responder por cada um dos atos ou decisões que emitam. Nesse sentido, também acredito que os funcionários e servidores públicos, de forma geral, que tomam essas decisões que geralmente possam levar a violações do meio ambiente devem ter também uma responsabilidade pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A nossa Constituição também reconhece a responsabilidade pessoal dos funcionários que, com suas ações, violaram direitos fundamentais e reconhece também a responsabilidade subsidiária da parte do Estado. Uma sentença emitida recentemente reconheceu uma das vítimas e que havia sido violado o meio ambiente saudável por parte dos Ministros da Saúde e do Meio Ambiente. E, apesar de serem atos realizados há muito tempo, foi habilitado que essa vítima reclamasse pessoalmente aos ministros de então a responsabilidade pelos danos morais que foram causados pelas omissões, descuidos ou negligências nas respectivas autorizações. Trata-se de um caso de contaminação por chumbo, em que eles tinham permitido o funcionamento de uma fábrica de baterias numa zona urbana, o que acabou levando à contaminação de toda a região ao redor. E uma das vítimas iniciou um processo de amparo diante dos ministros.

O que eu quero dizer é que a execução dessas sentenças lindas, que podem ser ditas, não deveriam ficar somente no papel, e sim buscar mecanismos para que possam ser efetivas as materializações do que foi dito nessa sentença. Dessa forma, nós não podemos nos esquecer neste debate da responsabilidade daqueles que, com o seu trabalho, com o seu descuido, com a sua negligência, realizam autorizações para o funcionamento de fábricas, empresas que finalmente acabam contaminando o meio ambiente e prejudicando a saúde das pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDWARD SIDNEY BLANCO REYES – ... porque também é reconhecido que a violação do direito ao meio ambiente é pluriofensiva, porque ela também viola outros direitos e põe sob perigo a vida e a saúde das pessoas.

Nesse caso concreto que eu mencionei, dessa fábrica de baterias, foi constatado que houve um efeito sobre a saúde de mais de 200 famílias, incluindo crianças, com chumbo no sangue, e mulheres grávidas que foram afetadas, com problemas ósseos derivados diretamente do chumbo que veio dessa fábrica.

Mas aqui nós temos um problema no sentido de que essa fábrica, ao ser fechada, abandonou todos os materiais tóxicos para trás – deixou tudo lá –, os quais foram contabilizados em aproximadamente 140 mil toneladas. Isso precisa ser removido, e o Estado fala que tem falta de orçamento para poder exercer essa ação de remoção de materiais tóxicos. De acordo com as ofertas que foram feitas pelas empresas, custa 25 milhões desfazer-se desses poluentes, desses tóxicos.

O que eu quero dizer é que há grande transigência diante de uma irresponsabilidade da parte de funcionários públicos que autorizam o funcionamento de empresas que não cumprem com as regras mínimas de tratamento e de conservação do meio ambiente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Agradeço ao Ministro Edward Sidney e convido para fazer uso da palavra o Prof. Gustavo Alanis, Presidente do Centro Mexicano do Direito Ambiental.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GUSTAVO ALANIS (*Tradução simultânea.*) – Boa tarde. Obrigado pelo convite. Como dizemos no México, vou direto ao assunto para que não percamos tempo.

Como em muitos países da América Latina e do Caribe, a questão da proteção ambiental no México é reconhecida na Constituição, como também o direito humano a um ambiente saudável. Temos também um bloco convencional, através do qual os juízes e autoridades administrativas e legislativas têm que realizar os direitos humanos derivados dos tratados internacionais dos quais o México seja signatário.

Essa forma de aplicar o marco jurídico deriva da reforma constitucional dos direitos humanos de 2011, que foi pouco a pouco fazendo com que as diversas autoridades aplicassem e foi levando também a várias leis que foram publicadas depois da reforma. Entre elas, cito a lei federal de responsabilidade ambiental de 2013, que tem entre os seus objetivos garantir o direito humano a um meio ambiente saudável, através de um sistema de responsabilidade que busca a responsabilização e a reparação efetiva dos ecossistemas, sendo suficiente manifestar um interesse legítimo para acionar os mecanismos previstos na lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por outro lado, no poder judicial, os juízes, cada vez mais, emitem sentenças para proteger o meio ambiente e os recursos naturais, contribuindo ainda para a geração de jurisprudência, que tem deixado precedentes importantes para a interpretação do conteúdo e para assegurar o meio ambiente seguro.

Apesar dos avanços no marco regulatório, ainda existem importantes desafios no acesso à Justiça ambiental. Houve casos nos quais o poder judicial não conseguiu demonstrar uma completa independência, sobretudo em casos de megaprojetos. Existem diversas sentenças da Suprema Corte do México que, embora reconheçam a violação de direitos humanos fundamentais, não asseguram uma reparação dos danos ao meio ambiente, nem às pessoas afetadas, nem, por outro lado também, suspendem as obras em questão.

Nesse sentido, por exemplo, a tribo yaqui ganhou recurso para a reparação de uma sentença que não reconhecia os seus direitos num caso de dano ambiental causado pelo aqueduto Independência. Essa obra capta água do Rio Yaqui, limitando o acesso de água à tribo, uma tribo que vive no deserto, cuja saúde vem sendo afetada. Nesse sentido, a tribo vem sofrendo muito mais de doenças.

A questão também afetou a sua cultura e as suas tradições. Embora o tribunal tenha reconhecido os direitos humanos da tribo, não suspendeu a obra, que continua captando água, embora a sentença tenha sido cumprida e a obra não tenha uma autorização ambiental para ser realizada e embora também ainda esteja sendo realizado um processo de consulta aos povos indígenas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ALANIS – Essa situação é um caso de violação dos direitos humanos indígenas e também não promove a reparação de danos humanos e ambientais.

Em paralelo, importa mencionar que um fenômeno que vem aumentando, derivado do direito de acesso à Justiça, tem a ver com os problemas enfrentados pelos defensores ambientais, em termos da sua segurança. Assim, além dos obstáculos próprios de um processo jurisdicional, existe uma tendência de aumento do risco que correm os defensores ambientais. No México, o Centro Mexicano de Direito Ambiental contabilizou mais de 250 casos de agressão nos últimos cinco anos, com execuções, ameaças, assédio, criminalização. Basta lembrar que em janeiro de 2017 o Prêmio Goldman Isidro Valdenegro, defensor rarámuri da sierra Tarahumara, em Chihuahua, foi vítima desse tipo de situação. Vários grupos indígenas também foram vitimizados por participar da defesa do meio ambiente.

Finalmente, um aspecto importante no exercício do acesso à Justiça tem a ver com o acesso à informação ambiental. Ter informação permite que as pessoas saibam os seus direitos, que argumentem, que defendam os seus direitos e, nesse sentido, precisamos fortalecer o acesso à informação na região toda, através da iniciativa liderada corretamente pela Cepal, para que tenhamos na região um instrumento semelhante ao acordo Argos.

Até alguns anos atrás, o nosso País estava entre os principais impulsionadores não só do direito ambiental internacional, mas também da promoção de uma declaração com relação ao princípio 10 na região. Contudo, infelizmente, nos últimos meses, eu diria, suas contribuições têm sido limitadas e têm ido contra a tendência de alguns países da região, que têm ido mais longe, com um documento legalmente vinculante e com normas que, embora não cumpram com as normas da OEA, representam um avanço na matéria para muitos países. Isso, eu diria, é fundamental, já que, se quisermos ter uma sociedade civil responsável, com argumentos, com sustentação, e não simplesmente para causar impacto, precisamos assegurar que tenham outros instrumentos que sejam de fato eficazes e eficientes para assegurar o acesso à informação que permita que as pessoas possam ajuizar casos de forma correta e oportuna.

Termino por dizer que isso precisa realmente acontecer, porque, no final das contas, o que estamos procurando é um equilíbrio entre o crescimento, o desenvolvimento, o investimento e o crescimento do emprego, ou seja, entre todas as coisas necessárias que precisam acontecer. Mas isso precisa ser harmonizado com a proteção do meio ambiente. Por quê? Por uma questão muito simples: o que está em jogo, no final das contas, são as pessoas, o ambiente em que as pessoas vivem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a qualidade de vida das pessoas e a vida em si. Isso tudo é algo com o qual não podemos nos dar ao luxo de brincar, em absoluto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Obrigado, Prof. Gustavo Alanis.

Queria agradecer a colaboração de todos os expositores, porque conseguimos terminar um pouquinho antes do tempo. Como eu combinei com o Ministro Herman Benjamin, talvez tivéssemos espaço para ouvir, pelo menos, umas duas ou três pessoas que quisessem fazer algum comentário, desde que fosse de maneira breve, para que, em seguida, fizéssemos o encerramento.

Eu faço uma pergunta: alguma das senhoras ou algum dos senhores quer fazer algum comentário sobre o tema que estamos abordando? (*Pausa.*)

Bem, como não há interesse, pergunto se, na Mesa, alguém quer fazer algum comentário. (*Pausa.*)

Não, não há nenhum pedido para fazer uso da palavra.

Eu queria declarar encerrada a presente reunião e dar um aviso. Amanhã, reabriremos, às 9h da manhã, neste mesmo plenário, e retomaremos os trabalhos. Agora à noite, teremos uma recepção e um jantar oferecidos pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal. O jantar será na sede da OAB. Certamente os organizadores vão dar as devidas orientações para todos.

Então, está encerrada.

Pergunto se há alguma orientação. (*Pausa.*)

Nosso pessoal de relações públicas vai orientar – o Bryner vai passar uma orientação.

O SR. NICHOLAS BRYNER (*Tradução simultânea.*) – Obrigado. Desculpa.

Só para orientar. Teremos dois ônibus saindo daqui. Aqueles que ainda não foram ao Superior Tribunal de Justiça podem ir num ônibus. Depois, nós vamos levá-los para fazer um rápido *tour* antes da recepção e do jantar. Aqueles que já foram – nós estivemos lá alguns dias atrás – vão, num ônibus separado, diretamente para a recepção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

Até amanhã, às 9h.

(Reaberta às 14 horas e 15 minutos, a reunião é suspensa às 18 horas e 39 minutos do dia 22/05/2017.)

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Bom dia a todos. Quero saudar todos os que participam deste belíssimo encontro, que tem sido objeto da apreciação de vários Senadores e Deputados desta Casa, e vou declarar reaberta a reunião conjunta. Esta reunião é da Comissão de Meio Ambiente (CMA), do Senado Federal, e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, do Congresso Nacional, cujo Presidente se encontra aqui, o Senador Jorge Viana.

A presente reunião visa à realização do Colóquio Judicial Regional para a América Latina e o Caribe, com o seguinte tema: "Constituição, Meio Ambiente e Direitos Humanos: prática e implementação do Estado de direito ambiental".

Eu gostaria de convidar, mas já se encontra aqui na mesa, o nosso Ministro Herman Benjamin, que foi quem coordenou todo o trabalho, pelas mãos do qual se realiza hoje aqui. E, ao lado, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, que vai fazer a conferência. Portanto, estão todos à mesa.

Eu queria só ressaltar aqui a importância desta reunião, dizer que fui Constituinte e sei que historicamente escrevemos um capítulo sobre a questão ambiental. Os avanços que foram permitidos não contemplam a realidade que o Brasil precisa frequentar, construir e enfrentar, sobretudo pela necessidade de discutir, como faz o Presidente Jorge Viana, a questão das mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A questão ambiental é de outra Comissão que também faz parte deste trabalho, presidida pelo Senador Davi Alcolumbre. Esses aspectos práticos da implementação da legislação, tanto do comportamento quanto do cumprimento das leis, têm que falar sobre a questão de direitos humanos, tem que coadunar com o Estado de direito ambiental. E hoje é realmente o Estado de direito ambiental, porque essa pauta não é mais desconhecida dos brasileiros. Portanto, saúdo o trabalho e sobretudo a iniciativa, Ministro Herman, e saúdo o Ministro Barroso, que aqui se encontra, parabenizando o Presidente da Comissão.

Nós damos início à conferência. Eu, inicialmente, gostaria, com muito prazer, de dar a palavra, para fazer a abertura e a saudação, ao Ministro Herman Benjamin.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Obrigado, Senadora.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exª por presidir este painel, que, a rigor, é uma conferência de honra do nosso Ministro Luís Roberto Barroso, que é um amigo muito querido de muito tempo. Tanto com ele quanto com a sua mulher, temos uma irmandade de várias décadas.

Se me permite, Senadora, eu queria dizer uma palavra sobre o seu Estado do Espírito Santo, que é um dos mais bonitos do Brasil. Eu, apenas para deixar todos com água na boca, nas férias de dezembro, fui com a minha família exatamente para o Estado do Espírito Santo, para visitar o Parque Nacional do Caparaó e também o monumento natural, os chamados pontões, que são rochedos que saem do nada. Sem falar que a cidade de Vitória, a capital...

O Senador Jorge Viana, que está tão longe do mar, lá no Acre, está mais perto do Pacífico do que do Atlântico, e o Ministro Barroso, que é do Estado do Rio de Janeiro, ambos certamente concordarão comigo que a culinária capixaba é uma das mais extraordinárias do nosso País. Então, para aqueles que pretendem ficar mais uns dias no Brasil ou voltar ao Brasil, eu recomendo o Estado do Espírito Santo.

A Senadora Rose de Freitas, como ela disse, está no Congresso brasileiro há muitos anos. Foi constituinte, em 1987 e 1988 e, portanto, uma das redatoras do texto extraordinário que nós temos na Constituição de 1988, que será debatida hoje pelo meu colega Luís Roberto Barroso.

No Senado, S. Exª tem ocupado posições de muito destaque, sobretudo como Relatora do Orçamento, aliás, Presidente da Comissão do Orçamento. E todos sabem que este é um dos cargos mais importantes no Parlamento de qualquer país.

O meu amigo, grande jurista, Luís Roberto Barroso é uma dessas figuras encantadoras do Direito brasileiro e mundial. Eu o reputo um dos grandes constitucionalistas não só da América Latina,mas do mundo. Os seus livros são referências. É um convidado de eventos não só no Brasil, mas em todas as partes, e sobretudo de universidades de renome – na semana passada, por exemplo, ele estava em Oxford –, e é um grande organizador, eu diria um grande agitador intelectual, um homem de letras, mas sobretudo com uma grande preocupação com sujeitos vulneráveis e com a eficácia do Texto Constitucional.

E foi exatamente sobre isso que nós pedimos que ele dissesse alguma coisa – ele tem um livro escrito sobre a eficácia da norma constitucional, entre tantos: que trouxesse as suas luzes sobre o tema central desse nosso evento, que é precisamente compliance and enforcement e a eficácia das normas constitucionais que protegem o meio ambiente.

Queria agradecer ao Senador Jorge Viana mais uma vez, o nosso anfitrião. E, com isso, Senadora, eu devolvo a palavra a V. Exª para prosseguir.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Convidamos para a mesa o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Antes de dar a palavra ao Ministro Barroso, eu gostaria de agradecer a generosidade e o carinho pelo Estado do Espírito Santo. Não se esqueçam do que ele disse aqui sobre a moqueca capixaba, e que nós temos praia a dez minutos de Vitória, dentro de Vitória, e também a trinta minutos, temos montanhas que chegam a zero grau, com belíssimas cachoeiras e lagos. Muito obrigada pela lembrança. O povo capixaba, por essa deferência, vai agradecer muito.

Portanto, eu agradeço as palavras e gostaria que deixasse aqui os registros mais notáveis sobre esse Ministro fabuloso que é o Ministro Herman Benjamin, nas considerações do Ministro Barroso.

Eu pergunto ao Presidente se ele gostaria de fazer alguma consideração?

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Só porque eu acho que é tão importante, agradecendo e cumprimentando todos que ontem trabalharam... Trabalhamos juntos o dia inteiro.

O Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, Ministro da Suprema Corte brasileira, como bem falou o Ministro Herman Benjamin, tem publicações, é um advogado e agora um juiz da maior importância no nosso País.

Como Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, que organiza, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente e outras organizações, e também com a ajuda fundamental do Ministro Herman Benjamin, esse evento, para nós é um momento muito especial que estamos iniciando aqui, neste segundo dia, mas a presença, Ministro Barroso, de tantas autoridades aqui, Ministros da Suprema Corte, da América Latina, do Caribe e de outras partes do mundo é algo que o Senado nunca tinha recepcionado com essa intensidade, e para tratar fundamentalmente do Direito Ambiental nas Constituições, daquilo que o Ministro Herman Benjamin falava ontem com muita propriedade. Como nós podemos fazer, os juristas e nós legisladores, para trabalharmos o direito de gerações que virão, daqueles que não estão aqui para reclamar seus direitos? É um papel muito nobre que nós temos, quando cuidamos e trabalhamos em prol da proteção do meio ambiente, que, no fundo, é sinônimo de proteção à vida.

Então, para nós é uma satisfação muito grande tê-lo aqui, Ministro. Esta é uma reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. No caso, a Comissão que eu tenho a honra de presidir é do Congresso Nacional; e a Senadora Rose foi convidada para presidir esta reunião que inaugura o segundo dia deste colóquio internacional que estamos realizando aqui sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Pois não.

Passamos, então, à palavra do Ministro Barroso, que fará sua conferência ao lado do nosso Ministro, Magistrado ambientalista, Ministro Herman.

Com a palavra o Ministro Barroso.

O SR. LUÍS ROBERTO BARROSO – Prezada Senadora Rose de Freitas, prezado Senador Jorge Viana, prezado Senador Davi Alcolumbre, meu querido amigo, Ministro Herman Benjamin, meus amigos, my dear friends, queridos amigos, tenho muito prazer e muita honra de estar aqui neste evento para compartilhar algumas ideias e algumas reflexões sobre este tema de meio ambiente, Direitos Humanos e efetividade das normas constitucionais.

O Herman, como muitos saberão e conhecerão, mais do que um grande jurista e um grande juiz é um dos grandes militantes desta causa. Na vida, não basta a gente ter conhecimento, temos de colocá-lo em atuação. E ele, desde o Ministério Público e, depois, como autor, um dos coautores do Código do Consumidor, e agora como juiz, tem sido uma das inteligências mais vigorosas na tentativa – um pouco mais difícil do que seria de se esperar – de incluir as preocupações ambientais na agenda brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O Herman me dizia que todas as pessoas aqui são, de certa forma, especialistas em Direito Ambiental, e que, portanto, todos são caciques. É esquisita a sensação de falar num lugar em que todo mundo entende mais desse assunto do que eu. E acho que, como tinham muitos caciques, aos organizadores pareceu bem trazer um índio. Portanto, sou eu aqui o índio deste evento.

Outra observação que rapidamente gostaria de fazer é que finalmente eu tenho chance de falar sobre alguma coisa que não é o momento complexo que o Brasil está vivendo atualmente, de modo que variar de temas também é positivo.

Eu apenas faria um registro que considero importante, sobretudo para os nossos visitantes estrangeiros: se alguém achar que tudo vai mal, está caindo aos pedaços e que nós estamos indo rumo ao buraco, eu gostaria de dizer que é exatamente o contrário. Talvez nenhum país do mundo tenha se disposto a enfrentar os males da corrupção institucionalizada como nós temos nos disposto a fazer, com grande sofrimento para as pessoas, com grande custo econômico, mas com uma oportunidade verdadeira de mudarmos de patamar e passarmos a ser um País com novos horizontes e um novo padrão na ética pública e na ética privada.

Nós vivemos um momento de diagnóstico severo de uma corrupção que se institucionalizou e se infiltrou em toda parte; um País em que a corrupção passou a ser um meio de vida para muitos e um modo de fazer negócio para outros. Portanto, nós estamos vivendo o momento dificílimo de fazer a cirurgia extensa e profunda necessária para começar um novo País sobre novas bases, um País em que não exista tanta gente com disposição para viver com o dinheiro dos outros, com o dinheiro do povo brasileiro, com o dinheiro que faz falta para quem precisa.

Assim, não suponham um momento sequer que nós estamos rumo à banca rota. Nós estamos rumo a fazer um País que vai mudar de patamar econômico, de patamar social e de patamar ético. Eu vivo cada dia dessa crença e gostaria de compartilhá-la com todos.

O tema da minha palestra poderia ser, Herman, "Pra não dizer que não falei das flores", que é uma música que fez grande sucesso ao final ou em algum ponto do regime militar e foi um pouco um hino da superação do regime militar. Acho que nós estamos à beira de superar também um momento ruim e difícil.

A Constituição brasileira de 1988 desfruta até de um certo pioneirismo na questão ambiental. E aqui eu gostaria de fazer uma observação que considero relevante do ponto de vista mundial e do ponto de vista brasileiro que é essa ideia do constitucionalismo, e aí chegaríamos ao constitucionalismo ambiental.

O constitucionalismo democrático foi a ideologia vitoriosa do século XX. A ideia de constitucionalismo como poder limitado e de respeito a direitos fundamentais se agrega, ao longo do século XX, à ideia de democracia, de soberania popular, de governo da maioria, e faz esse arranjo institucional que hoje prevalece na maior parte dos países do mundo, que é a democracia constitucional.

Em muitas partes do mundo e no Brasil particularmente, nós vivemos um processo que muitos autores identificam como sendo a constitucionalização do direito, e que chega até o Direito Ambiental.

Aqui eu queria fazer uma observação interessante. No Brasil, como nós temos uma Constituição extremamente analítica, uma Constituição que tem 250 artigos e oito dezenas de disposições transitórias, um observador típico poderia supor que constitucionalização significa que muitos temas que seriam de Direito ordinário vieram para a Constituição. Portanto, há uma constitucionalização pela vinda de muitos temas para a Constituição, o que, de fato, no Brasil é verdade. Mas a constitucionalização significa sobretudo a ida da Constituição para os diferentes ramos do Direito infraconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A constitucionalização significa a mudança da lente pela qual se deve ler o Direito. Ela significa a leitura do Direito infraconstitucional à luz da Constituição. Significa, portanto, a leitura de todo o Direito infraconstitucional à luz dos valores constitucionais. Isso é uma revolução no modo como se pensa e se pratica o Direito. E acho que a ideia de constitucionalismo ambiental deve significar isto também, e em primeiro lugar: a leitura de todos os ramos do Direito infraconstitucional pela lente dos valores que a Constituição consagrou em matéria de Direito Ambiental e que se encontra sobretudo no art. 225 da Constituição brasileira, do qual eu leio apenas o caput, porque os senhores já terão tido a oportunidade de travar este contato.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

E aí vem um longo elenco de dispositivos.

Eu gostaria aqui de enfatizar, inicialmente, a questão do direito ao meio ambiente saudável figurar como um direito fundamental, não sem antes fazer a observação de que o tratamento dado pela Constituição brasileira nesta matéria é, na sua aparência, essencialmente antropocêntrico, colocando o homem no centro das preocupações o que evidentemente faz sentido por ser uma obra humana.

Mas quero dizer, e vou exemplificar, que a jurisprudência no Brasil, em casos importantes, tem incorporado uma visão mais biocêntrica da vida, inclusive reconhecendo algum grau de dignidade, não dignidade humana, mas algum grau de dignidade, porque relevante, tanto à fauna como à flora.

Portanto, há uma sinalização de um modelo essencialmente antropocêntrico, mas acho que temos avançado para a criação de um modelo em que nem tudo no universo deve estar funcionalizado aos interesses imediatos dos seres humanos ou do Homo sapiens.

Outra observação que eu gostaria de fazer é que, no caso brasileiro, a proteção ambiental não vem no capítulo dedicado especificamente à proteção dos direitos fundamentais. Mas também tem sido entendimento pacífico, inclusive do Supremo Tribunal Federal, que o fato de um direito não estar no elenco dos direitos fundamentais, se ele for revestido de fundamentalidade material, ele conserva essa característica, e ela prevalece sobre a sua localização topográfica no texto.

Portanto, gostaria de dizer, logo de saída, que considero que o direito ao meio ambiente saudável é um direito fundamental. E, ainda quando não fosse, pela extensão que me parece que tem, ele certamente deveria ser enquadrado na categoria que é identificada doutrinariamente como mínimo existencial. Esta é uma construção que vem sobretudo da doutrina e da jurisprudência alemãs, que reconhece que, para o desfrute das liberdades tradicionais, das liberdades convencionais, existe o mínimo de garantias sociais e existenciais que as pessoas precisam ter no tocante à habitação, moradia, alimentação e acesso às utilidades mínimas. E eu penso que, no mundo contemporâneo, a proteção ambiental e um direito ao meio ambiente minimamente saudável figura dentro desta ideia de mínimo existencial.

Portanto, e sintetizando, o fato de não estar no capítulo de direitos fundamentais não muda a sua natureza substantiva de ser um direito fundamental. E, ainda quando não fosse – e é – certamente o direito ao meio ambiente saudável integraria o mínimo existencial, o mínimo vital de que as pessoas necessitam para desfrutarem de uma vida digna.

Dizer que uma determinada situação jurídica constitui um direito fundamental significa que ela faz parte de uma reserva mínima de justiça e de dignidade a que todos os indivíduos têm direito. Portanto, o direito à preservação ambiental figura, em primeiro lugar, como um direito individual para, em seguida, ser também um direito difuso a exigir proteção coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A segunda característica que me parece digna de nota, ao se identificar a proteção ambiental como um direito fundamental, é que ele é oponível às maiorias. É um direito que decorre diretamente da Constituição tem aplicabilidade direta e imediata – portanto, não depende de intermediação legislativa – e, em muitos casos, pode ser exigido e imposto independentemente mesmo de regulamentação. Em muitos casos, eu acho que o direito ao meio ambiente pode paralisar a eficácia de normas infraconstitucionais que o contravenham. Portanto, ele é um fundamento legítimo para a declaração de inconstitucionalidade de normas que contravenham o seu núcleo essencial.

Não é desimportante nem é uma filigrana doutrinária identificar direito ao meio ambiente como sendo um direito fundamental, porque ele é oponível às maiorias; pode ser exigido diretamente com base na Constituição; ele investe os indivíduos em pretensões individuais; e, além dessa dimensão subjetiva, eles têm – os direitos ambientais – uma dimensão objetiva, a significar duas coisas: a primeira, que o Estado e o Poder Público têm deveres de proteção e podem ser demandados se não protegerem na intensidade e extensão necessárias esse direito; e, em segundo lugar, a dimensão objetiva do Direito Ambiental reconduz ao meu primeiro comentário, de que todo o ordenamento jurídico deve ser interpretado à luz da realização dos direitos fundamentais. Portanto, sempre que uma determinada norma infraconstitucional comporte mais de uma interpretação possível e razoável, ela – a interpretação a prevalecer – deve ser a que melhor realize os valores constitucionais, dentre os quais a proteção do meio ambiente.

E aqui nós chegamos a um trópico que eu considero especialmente importante: O direito ao meio ambiente saudável é um direito fundamental que, em muitas situações, concorre com outros direitos fundamentais. E, portanto, essa é uma questão delicada que nós vivemos no Brasil em mais de uma situação.

Quem acompanhou pela imprensa, por exemplo, a construção de duas usinas hidrelétricas na Amazônia testemunhou um embate entre dois valores constitucionais, ambos previstos da Constituição brasileira, que prevê mais ou menos qualquer coisa que alguém possa imaginar. A Constituição brasileira só não traz a pessoa amada em três dias, mas, fora isso, quase tudo que se procure é possível encontrar lá. E a Constituição tem uma cláusula que preconiza o dever do Estado de promover o desenvolvimento nacional, o que, evidentemente, em muitas situações, significa aumentar o potencial energético e, por outro lado, esta Constituição assegura, como acabamos de noticiar, a proteção do meio ambiente também como um direito fundamental.

De modo que, em muitas situações, direitos fundamentais têm que ser ponderados entre si. E aí, como não há hierarquia entre direitos fundamentais porque não há hierarquia entre normas constitucionais, é preciso argumentativamente demonstrar qual direito deve prevalecer num determinado caso concreto.

No caso desta discussão sobre a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, de um lado defendia-se a ideia de que a criação de uma grande represa afetaria uma área relevante, deslocaria populações ribeirinhas e produziria um impacto relevante sobre a fauna e a flora. Esses eram os argumentos de um lado; e, do outro lado, você tinha os argumentos de que a energia hidrelétrica, embora produza esse impacto ambiental, é mais segura do que algumas alternativas, como seria a energia nuclear, e mais limpa do que a alternativa dos combustíveis fósseis ou a opção por termoelétricas.

Portanto, a vida nem sempre é singela, em que as coisas possam ser decididas com a clareza de preto ou branco. E nós precisamos estar em condições de defender com argumentos, fatos, pesquisa e dados empíricos por que razão o Direito Ambiental deve ter preferência num determinado caso concreto em que esteja disputando com outros direitos. E talvez ele não possa vencer sempre, mas deverá vencer muitas vezes.

É preciso eliminar a crença de que o desenvolvimento sempre deva prevalecer sobre o meio ambiente, que é tragicamente a crença que ainda prevalece na maior parte do mundo, que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consegue distinguir adequadamente entre o que seja um desenvolvimento ou um crescimento pontual do que seja um desejável desenvolvimento sustentável que verdadeiramente possa produzir justiça intergeracional.

Então, um ponto que eu enfatizaria como um defensor da causa é: não basta o discurso, é preciso ter dados empíricos e é preciso ser capaz de oferecer projetos alternativos onde eles existam, porque, neste caso das usinas, perdeu-se a disputa argumentativa, porque a necessidade do desenvolvimento e as opções mais poluentes ou mais arriscadas prevaleceram trumped a preservação do meio ambiente. Trumped no sentido antigo, de trunfo, de prevalecer sobre – acho que a palavra vai adquirir uma nova conotação nos dias atuais.

Acho que essas são as primeiras ideias que eu gostaria de compartilhar sobre a questão dos direitos fundamentais e pontuar que o direito ao meio ambiente frequentemente é aplicado aos casos concretos em disputa, em ponderação com outros valores. Portanto, é preciso estar preparado para este debate, para um debate qualitativo porque parte do Direito hoje, num mundo complexo, nas sociedades complexas, já não é mais um direito que se encontra pré-pronto e revelado na norma, é um direito que se constrói, à luz do caso concreto, por uma disputa de argumentos. E, por isso, eu estou enfatizando essa questão da ponderação. É claro que a ponderação envolve muitas vezes escolhas trágicas, acabam-se fazendo concessões recíprocas, e, às vezes, é preciso escolhas. Mas assim é a vida. A vida é feita de algumas escolhas trágicas. Tragic Choices é o título de um livro do meu querido professor Guido Calabresi.

Eu gosto de exemplificar a ideia de ponderação com um caso concreto que me contaram. Um sujeito comprou um carro, um Opala – a história é antiga, um Opala – e aí ele colocou o Opala em alta velocidade, Senador, numa estrada de Minas, perto de Alfenas. Ele ia no máximo da velocidade, subiu uma colina, quando ela começa a descer a colina, com toda a potência do Opala, vem atravessando um enterro à estrada. Ele vê que não vai consegui frear, ele se desespera e fala assim: "Ai, meu Deus do céu, vou mirar no caixão". Essa era a escolha menos ruim que ele podia fazer diante daquela conjuntura. Assim é um pouco a ponderação: às vezes, a gente tem que escolher a alternativa menos trágica.

Estabelecido que é um direito fundamental e, portanto, um direito humano – eu estou usando aqui a expressão direito fundamental, o que, nos Estados Unidos, chamariam de direito constitucional, mas, mais tradicionalmente, os direitos humanos –, uma vez os direitos humanos incorporados a um ordenamento jurídico interno passam a ser tratados como direitos fundamentais. É apenas uma convenção terminológica.

Estabelecido que a proteção do meio ambiente é um direito fundamental, nós passamos para o tópico seguinte que é o da sua efetividade.

Quando eu comecei a me dedicar ao tema da efetividade – em algum momento da década de 80, antes, portanto, da Constituição brasileira – era um esforço para superar uma visão que era uma visão que nós havíamos importado da Europa e que era muito prevalecente na América Latina, de que as constituições não tinham aplicabilidade direta e imediata. Elas não valiam por si, elas dependiam da intermediação do legislador ordinário para dar concretização ao que se previa na Constituição. Esse era o modelo europeu tradicional, que vinha desde a primeira Constituição francesa. O constitucionalismo começa tendo como dois grandes marcos a Constituição americana de 1787 e a Constituição francesa de 1791, mas elas dão origem a modelos constitucionais diferentes. Nos Estados Unidos, desde a primeira hora, ou pelo menos desde Marbury versus Madison, que é de 1803, a Constituição é vista como um documento jurídico que pode ser aplicado diretamente pelo Judiciário para a defesa das situações ali contempladas.

O constitucionalismo europeu percorreu uma outra trajetória em que vigorava não a supremacia da Constituição, mas, sim, a supremacia do parlamento, de modo que as Constituições eram vistas mais como um documento político, uma convocação à atuação dos poderes Legislativo e Executivo. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

era a visão tradicional que prevalecia na Europa, pelo menos até a Constituição alemã de 1949, e que, na América Latina, prevalecia até o final do século. A ideia de efetividade que se construiu no Brasil nos últimos 20 anos do século passado era a ideia de que a Constituição é um documento jurídico e que as normas que nela estão previstas podem ser direta e imediatamente aplicadas pelo Poder Judiciário. E, portanto, a Constituição é um instrumento de trabalho de advogados, juízes e membros do Ministério Público. Isso pode parecer óbvio para as novas gerações, mas isso, no Brasil, é um fenômeno dos últimos 30 anos, se tanto, a Constituição como um instrumento de atuação do advogado.

A efetividade, como conceito, se conquistou a duras penas no Brasil e com resistência até do próprio Supremo Tribunal Federal, porque é mais fácil para um tribunal, diante de situações difíceis, dizer que essa matéria depende de regulamentação legislativa. Com isso, ele tira o problema do seu colo. Mas o Judiciário não está aí para tirar problemas do colo, ele está aí para resolver problemas e fazer a história avançar na medida em que isso seja compatível com as suas competências.

De modo que essa ideia de uma Constituição cujos valores fundamentais e cujos direitos possam ser judicializados e afirmados – enforced – pelo Poder Judiciário é o que está subjacente à ideia de efetividade, foi uma conquista recente e muito importante que nós obtivemos no Brasil e penso que em parte da América Latina também, onde há decisões extremamente importantes de tribunais como os da Colômbia, da Argentina e da Costa Rica, como os senhores bem saberão.

Portanto, nós conquistamos doutrinariamente a ideia de que a Constituição é dotada de efetividade, inclusive as normas ambientais, e a judicialização de direitos passou a ser um espaço de luta importante na vida brasileira e acho que da América Latina, de uma maneira geral. Essa foi, de certa forma, uma americanização do Direito Constitucional, o Direito Constitucional que passa a ser um direito judicializável e que as grandes questões podem e, em muitos casos, devem ser decididas pelo Poder Judiciário, sobretudo quando elas não são decididas a tempo e a hora pelo Poder Legislativo.

Aqui eu gostaria de fazer uma observação que talvez seja a mais importante da nossa conversa: a judicialização é um capítulo extremamente importante da concretização de direitos e representa um avanço. Porém, a judicialização não apenas não é suficiente como não pode ser considerada a forma normal de se resolverem as grandes questões nacionais. E eu gostaria de demonstrar isso por um argumento doutrinário e depois por um argumento empírico.

O argumento doutrinário é de que a judicialização... Nós, que integramos o Poder Judiciário, vivemos um mundo patológico. É que uma matéria só chega ao Poder Judiciário quando houve briga, litígio, disputas não resolvidas amigavelmente nem administrativamente. Ninguém na vida pode achar que a melhor forma de se resolverem os problemas seja a briga, seja o litígio. Portanto, a primeira observação, a judicialização é importante, muito importante, mas não pode ser vista como a forma natural de se resolverem problemas, porque onde há judicialização significa que não houve acordo, não houve composição amigável, não houve um atendimento não contencioso de uma determinada situação. E, na vida, o ideal é que se resolvam os problemas amigavelmente e não litigiosamente.

O segundo problema associado à judicialização é que juízes e tribunais nem sempre têm as capacidades institucionais adequadas. Nem tudo deve ser resolvido no Poder Judiciário. Questões como transposição de rios ou demarcação de terras indígenas geralmente serão melhor resolvidas nas instâncias políticas e técnicas, antes que no Poder Judiciário.

Acho que a judicialização é muito importante – eu mesmo fui um defensor e um militante dela –, mas, na vida, não se deve presumir demais de si mesmo, portanto, há um limite para a judicialização. Até porque – e aqui duas ações importantes – a judicialização, ou seja, a decisão de uma matéria relevante por pronunciamento de um tribunal, para ser concretizada, depende dos outros Poderes. O Judiciário não tem dinheiro nem armas. Assim, o Judiciário achar que pode resolver problemas por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

si só é uma fantasia, quando não uma pretensão. De modo que, no fundo, no fundo, a concretização, mesmo das decisões judiciais, irá depender dos outros Poderes.

Mas, ao falar de efetividade e de judicialização, eu gostaria de destacar uma questão que considero muito importante. Eu vou falar pelo Brasil, mas talvez valha para boa parte do mundo. Nós discutimos mais judicialização do que orçamento. Nós discutimos a ponta final, quando alguma coisa não foi atendida adequadamente, mas não temos o bom hábito de discutirmos no ano anterior, quando as grandes escolhas que um país precisa fazer – escolhas políticas, escolhas sociais, escolhas econômicas e escolhas éticas – são feitas, que é o momento do orçamento. O grande momento da democracia não é, evidentemente, a disputa no Poder Judiciário. O grande momento da democracia é a definição de quanto dinheiro vai para a saúde, de quanto dinheiro vai para a educação, de quanto dinheiro vai para a proteção ambiental, de quanto dinheiro vai para a publicidade institucional, essa praga brasileira que eu não sei quanto é disseminada pelo mundo que é o uso de dinheiro público para fazer propaganda pessoal de governantes. Mas, seja como for, é este o momento da disputa política: saber quanto o País está alocando para tratar da aids, quanto o País está alocando para construir hospital, quanto o País está alocando para cuidar dos índios, quanto o País está alocando para medidas elencadas no art. 225, de concretização dos direitos ambientais.

Nós nos acostumamos a discutir efetividade na ponta da judicialização, o que é compreensível, pelo menos da parte de nós, que somos advogados ou juristas em geral, e porque o orçamento é muito complicado, porque o orçamento é uma caixa-preta e porque é uma discussão que os entendidos fazem com que seja muito chata. Portanto, ninguém acaba se aproximando daquilo. Mas esse é o grande momento da democracia, porque, a partir do momento em que você diz: "Eu tenho cem para a proteção ambiental", você vai disputar a melhor alocação daqueles recursos.

Em saúde, só para fazer um parêntese, nós temos no Brasil um problema dramático, que é a judicialização da saúde, obtenção de medicamentos, de tratamentos, de remédios não registrados, tudo por decisão judicial. E nós estamos debatendo a judicialização, quando nós tínhamos que debater, com transparência, quais foram as escolhas alocativas feitas no orçamento da saúde e, se elas forem racionais e razoáveis, elas devem prevalecer e o juízo deve se meter o mínimo possível. Portanto, a falta de transparência no orçamento leva à judicialização em muitos casos.

Eu gostaria de destacar um ponto da questão ambiental brasileira. Estava imaginando, Herman, ir mais uns oito a dez minutos. Está bem?

O SR. JORGE VIANA (PT - AC. Fora do microfone.) – Essa aula pode seguir o dia todo.

O SR. LUIS ROBERTO BARROSO – Que é a questão do saneamento básico, que é talvez a mais importante política pública de saúde. Quer dizer, o saneamento básico se situa numa interseção que envolve saúde, proteção ambiental e dignidade, vida digna, em condições mínimas de higiene, em condições saudáveis. Desnecessário que eu diga aos senhores que, no mundo inteiro e por imposição da Organização Mundial da Saúde, o saneamento básico é a principal política preventiva de saúde, e acho que é uma das principais políticas em matéria de preservação ambiental, porque indispensável para impedir a contaminação do solo, a contaminação dos mananciais, a contaminação dos rios, a contaminação das praias. Por saneamento básico, estou me referindo basicamente às ações de abastecimento de água, coleta de esgotos, tratamento de esgotos antes de devolvê-los à natureza, o modo de tratar o lixo, os resíduos sólidos, e ainda também o manejo das águas pluviais. Portanto, o saneamento básico é uma política complexa, que envolve diferentes componentes, cujos traços essenciais, eu diria, são a distribuição de água, a coleta do esgoto, o tratamento do esgoto, e o modo como se tratam os resíduos sólidos, como se trata o lixo.

Nós temos problemas, no Brasil, em todas essas áreas, em todas elas. E eu anotei aqui a estatística: mais da metade dos domicílios brasileiros não têm acesso a uma rede de coleta de esgotos. O Brasil é a nona maior economia do mundo, e mais de 50% dos domicílios não têm coleta de esgoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Porém, tão ruim quanto, se não pior, é que 70% dos Municípios devolvem os esgotos à natureza in natura, sem nenhum tipo de tratamento, despejando no meio ambiente. No tocante ao lixo, mais de 50% dos Municípios despejam o lixo em vazadouros abertos conhecidos como lixões, que também produzem contaminação do solo, da atmosfera, doenças além de uma tragédia brasileira que é a das pessoas que sobrevivem recolhendo sobras nesses lixões.

Em matéria de meio ambiente, uma das principais políticas públicas deve ser uma política de saneamento básico, prioridade máxima em matéria de saúde. Por que destaquei o saneamento básico? Porque essa é uma área em que há uma judicialização relevante. E, aí, recolhi um trabalho de uma autora brasileira – foi até minha aluna, foi meu braço direito no escritório durante muitos anos, agora vive nos Estados Unidos, portanto, um artigo em inglês – em que ela faz um levantamento dos resultados da judicialização em matéria de saneamento básico, para dizer que há bons resultados. A conclusão é de que 76% dessas ações que demandavam saneamento básico em diferentes Municípios foram bem-sucedidas. Porém, embora bem-sucedidas, ela detectou alguns problemas. Para quem tiver interesse, a autora chama-se Ana Paula de Barcellos, e o artigo chama-se Sanitation Rights, Public Law Litigation, and. Inequality: A Case Study from Brazil.

Ela chegou a algumas estatísticas interessantes. A primeira e mais relevante é de que houve ações em 177 Municípios, ações bem-sucedidas, mas é um número muito pequeno, porque, segundo o levantamento dela, 2,5 mil Municípios não tinham nem coleta de esgoto, nem tratamento. Portanto, 2,5 mil Municípios não tinham, e a judicialização, a litigiosidade conseguiu atenuar ou, eventualmente, resolver o problema em 177. Isso demonstra que a judicialização, importante como seja, acaba sendo estatisticamente menos relevante dentro do universo de demandas.

A segunda constatação dela, importante, é que esses 177 Municípios em que houve a judicialização não eram os mais pobres. A judicialização é uma característica das comunidades mais esclarecidas, mais avançadas, mais ricas. Não que seja ruim, mas não se enfrenta a verdadeira pobreza com judicialização, porque nós todos, sejam os advogados, sejam os defensores públicos, sejam os membros do Ministério Público, temos a percepção do mundo e dos problemas a partir do nosso ponto de observação, que, geralmente, é um ponto de observação de classe média. Portanto, a judicialização não é o grande remédio contra a pobreza.

Mas houve uma constatação final que me deixou mais triste em relação à judicialização em matéria de saneamento: é que, embora o êxito judicial tenha sido relevante, as decisões favoráveis em grande quantidade, a execução, ou seja, a efetiva concretização da decisão correspondeu a um percentual relativamente baixo do total de vitórias, vale dizer, advogados, juízes e promotores, com frequência, se contentam em ganhar a ação, mas, no momento de efetivar a ação e concretizá-la, muitas vezes, isso não acontece.

Estou usando esse exemplo do saneamento básico para dizer que, em matéria de efetividade e normas ambientais, nesse domínio específico do saneamento, que considero um dos capítulos mais importantes, a judicialização, importante como tenha sido, é claramente insuficiente, o que nos devolve para a política, para o orçamento, para o momento anterior de se definirem estratégias de alocação de recursos.

Há um último tema que eu gostaria de destacar, já que estamos no Brasil, em matéria de proteção ambiental, que é a questão dos diferentes ecossistemas importantes que temos no Brasil. A Constituição Federal, inclusive, refere-se nominadamente a muitos deles, que incluem: Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado, Caatinga... Mas eu gostaria de enfatizar aqui a questão que talvez seja a mais importante no Brasil hoje que é a da Amazônia, da Floresta Amazônica. O Senador Jorge Viana certamente conhece mais desse tema e desse problema do que eu e do que boa parte das pessoas aqui por ser dar região.

As estatísticas em relação à Floresta Amazônica eram aterradoras; melhoraram muito, mas eram aterradoras. De 1970 a 2013, foi desmatada, na Amazônia, uma área equivalente ao território de duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Alemanhas – duas Alemanhas de desmatamento! Há um significativo esforço, deve-se dizer, de contenção do desmatamento, e, portanto, em 2014, ele fica reduzido a 5 mil quilômetros quadrados. Mas 5 mil quilômetros quadrados ainda é Brasília, que é a idade em que estamos, ainda um número excessivo. E, de 2014 para cá, a situação piorou. Infelizmente, essa foi uma matéria em que nós tivemos um atraso.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC. Fora do microfone.) – Agora está em 7.989.

O SR. LUIS ROBERTO BARROSO – Portanto, passou de 5 mil para quase 8 mil.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC. Fora do microfone.) – Era 5 mil, mas, em dois anos seguidos, aumentou, e, agora, o último número é quase 8 mil.

O SR. LUIS ROBERTO BARROSO – A pior coisa que há na vida é andar para trás. É uma sensação muito penosa a de que estávamos melhorando e começamos a piorar. Isso tem que entrar na agenda brasileira novamente.

E aqui vai a minha sugestão de um observador interessado, mas não de um expert: o Brasil e boa parte dos atores econômicos e sociais tratam a Floresta Amazônica como um passivo, como uma liability, e não como um ativo, como uma benção que recebemos, porque é provavelmente a maior reserva de biodiversidade do mundo. Tratamos a Amazônia como se fosse um problema. Acho – e precisávamos, Senador, fazer – que deveríamos reunir as melhores cabeças que se interessam por isso e conhecem o problema.

Eu fiz Direito, mas fiz dois anos e meio de Economia na minha vida. Estudei Cálculo I, Cálculo II, Matemática Financeira, Estatística I, Estatística II. Num dia, descobri que eu não era feito daquele material e fiquei no Direito. Mas eu me lembro de que o meu professor de Economia, no primeiro dia de aula – isso na década de 70, outra vida –, fazia a seguinte pergunta: "Quando é que a gente deve cortar uma árvore?" Essa era a pergunta do primeiro dia de aula, na década de 70. E, no último dia de aula, ele respondia a pergunta: "A gente deve cortar uma árvore quando for economicamente mais interessante cortá-la do que mantê-la". E possivelmente ele estava certo. Portanto, o que temos que fazer? Tornar economicamente mais interessante manter a floresta do que devastá-la.

De modo que acho que o Brasil e o mundo querem a floresta. Todo o mundo está preocupado com a floresta. Então, a floresta vale; ela é um ativo para o Brasil e para o mundo. Portanto, é preciso pensar mecanismos legítimos de compensação da Região Amazônica para que seja mais interessante manter a floresta do que fazer fazenda de gado, do que plantar soja, do que fazer qualquer outro tipo de desenvolvimento. É preciso ter um projeto de sustentabilidade para a Amazônia para fazer com que seja economicamente mais interessante ter uma política de desmatamento líquido zero. Como é impossível não se desmatar nada, deve-se ter uma estratégia de reflorestamento que compense aquilo que se está sacrificando por inevitabilidade do progresso.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC. Fora do microfone.) – Mas o ilegal tem que ser zero.

O SR. LUIS ROBERTO BARROSO – O ilegal, sim, grilagem, claro, claro. O desmatamento ilegal tem que ser zero. Portanto, o que eu acho? Precisamos criar os estímulos certos para a preservação da floresta. Eu não saberia dizer quais são, mas tenho certeza de que é possível pensar, numa riqueza daquele tamanho, em um mecanismo adequado para a preservação da floresta ser melhor do que a sua destruição.

Acho que essa tem que ser uma preocupação a entrar na agenda. Pode ser uma consultoria internacional, podem ser as melhores cabeças brasileiras para fazer um brainstorming de ideias e, depois, tentar implementá-las.

Eu falei que a vida depende de estímulos certos. Tenho um amigo – história trivial – cujo sogro morava no interior e ficou muito doente, estava em semicoma, completamente inconsciente. Ele foi visitar o sogro, tinha que trazê-lo para a cidade, que era Brasília, mas o transporte em uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ambulância seria fatal para o senhor, que já era idoso. Ele tinha condições e então fretou um avião, uma UTI aérea para transportar o sogro, que estava lá inconsciente, quase moribundo. Aí, quando levam o sogro e o colocam dentro do aviãozinho, ele percebe que está dentro do avião, abre o olho, dá uma olhada em volta e fala: "Quem é que está pagando por isso?" Quer dizer, com o estímulo certo, o homem ressuscitou, que foi a sensação de que aquilo podia estar custando mais dinheiro do que ele tivesse. Na vida, temos que criar os estímulos certos para as pessoas despertarem e tomarem suas decisões. Eu gostaria de terminar citando algumas decisões do Supremo acerca dessa matéria, que considero relevante. Houve uma decisão muito importante, em que se validou uma decisão governamental de proibição de importação de pneus, um caso historicamente importante. Foi feita uma audiência pública, inclusive, em que se discutia se esse tipo de lixo industrial, que, no entanto, convinha para determinado tipo de comércio ou indústria, a importação, mas que, em última análise, significava importar lixo de países mais desenvolvidos. O Supremo Tribunal Federal entendeu que era válida a proibição da importação, em uma disputa que envolvia livre iniciativa, de um lado, e proteção ambiental de outro, ambos valores constitucionais. Aqui prevaleceu a proteção ambiental, numa decisão que considero importante.

O Supremo tem decisões importantes em matéria de proteção animal, proteção da ética animal, enfrentando alguns costumes arraigados no Brasil, que envolviam a farra do boi, um espetáculo em que se espancava até a morte um boi que era solto nas ruas, e a multidão o açoitava. Era uma coisa primitiva e altamente cruel, mas era uma prática cultural em um determinado Estado da Federação.

O Supremo, em mais de uma decisão, validou leis de proibição da briga de galo, que era uma prática disseminada sobretudo no interior do País. E, em uma decisão mais controvertida, recente, da qual eu mesmo participei intensamente, o Supremo considerou inconstitucional, por importar em crueldade contra os animais, a vaquejada, uma prática muito popular no Nordeste do Brasil. Foi uma decisão muito apertada, de seis a cinco, que inclusive produziu uma consequência interessante ainda em curso, que foi uma tentativa de aprovação, no Senado, de uma emenda constitucional legitimando a vaquejada como uma prática cultural. Não estou criticando, estou apenas fazendo o registro, porque é uma questão interessante em que se tenta, em nome de valores culturais muito arraigados em outras partes do Brasil, superar, por emenda, uma decisão do Supremo, até porque a vaquejada tinha importância econômica em algumas regiões do País, portanto, envolvia essa delicadeza.

A verdade é que há uma progressiva conscientização de que os animais evidentemente não têm dignidade humana, mas não podem ser funcionalizados para sofrerem um tipo de crueldade evitável para fins de desfastio e lazer da comunidade. É uma luta culturalmente difícil. Quem tiver tido chance de ler um livro chamado Homo Deus, de um escritor israelense chamado Yuval Noah Harari, pôde ver que ele discute um pouco, na medida em que o Homo sapiens vai se tornando dominante no mundo, como ele passa a oprimir os animais, impor sofrimento aos animais. Estou falando para fins de entretenimento.

Há outras duas discussões que, acho, em algum lugar do futuro vão entrar na agenda, que são para fins de alimentação e para fins religiosos. Mas, neste momento, o Supremo decidiu que impor sofrimento cruel a um animal para fins de entretenimento não é constitucionalmente legítimo, o que gerou esse debate, que considero saudável em uma democracia. A matéria foi judicializada, mas acho que, em uma democracia, ninguém dá a última palavra. Numa democracia, as questões continuam abertas a debate. Portanto, sou capaz de defender o meu ponto de vista em um espaço público e sou capaz de respeitar as pessoas que professam a crença diversa. Assim é feita a democracia: às vezes, eu ganho; às vezes, eu perco, e não chuto a bola para longe se eu perder.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Agora mesmo, sou relator de uma matéria que delibera se é possível ou não usar animais em testes e experimentos para produção de cosméticos. Animais são usados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

para a produção de medicamentos. Sou Relator na Comissão de Meio Ambiente e vou deliberar sobre ela a partir de uma audiência pública. É um caso também...

O SR. LUIS ROBERTO BARROSO – Muito interessante.

Vejam, a superação do preconceito e da opressão já valeu para estrangeiros, já valeu para negros, já valeu para mulheres, para homossexuais, para transgêneros. Quer dizer, a história da humanidade é um pouco a história da superação de preconceitos e de opressão. Portanto, está hoje na agenda mundial a questão da ética animal e o quanto é legítima essa dominação que a condição humana impõe aos animais. Não é um debate moralmente fácil, nem juridicamente barato; é uma questão complexa mesmo. Alguém dirá "mas eu produzo medicamentos que salvam vidas" ou "eu produzo alimentação que mantém as pessoas vivas". Não é simples esse debate, não nos devemos iludir, mas o fato de ser complexo não quer dizer que não devamos debatê-lo e tentar encontrar soluções moralmente justas e legítimas.

Por fim, o Supremo tem uma decisão muito importante em tema de demarcação de terras indígenas envolvendo a demarcação de uma região conhecida como Raposa Serra do Sol, que, acho, foi um marco na questão indígena no Brasil.

Faço aqui um último comentário antes de encerrar: a demarcação de terras indígenas no Brasil estatisticamente, empiricamente, produz um resultado muito significativo sobre a preservação ambiental. Onde há demarcação de terras indígenas, a preservação ambiental é muito mais bem-sucedida do que onde ela não existe e, portanto, no conjunto de considerações que se deve ter nesse tema, acho que esse é um dado relevante. Demarcar terra indígena é igual a preservar áreas florestais.

Eu gostaria de terminar. Sou sempre assombrado por um texto que li, que dizia que George Washington fez o menor discurso de posse na Presidência dos Estados Unidos, com 130 palavras, e que outro cavalheiro, de nome William Henry Harrison, fez o maior discurso de posse, com mais de oito mil palavras, pronunciadas ao tempo, em uma noite muito fria e tempestuosa em Washington. William Harrison, Senador, morreu 30 dias depois, de uma pneumonia gravíssima, que ele contraiu naquela noite. (Risos.)

Considero que essa é a maldição que recai sobre os oradores que falam além do seu tempo. Portanto, aqui quero concluir para dizer que a questão ambiental, os direitos ambientais e o meio ambiente ingressaram na agenda constitucional do Brasil e do mundo como um direito fundamental, com as implicações relevantes que isso tem.

A efetivação dos direitos ambientais não pode se limitar à judicialização. Pelo contrário, ela tem que disputar espaço em um capítulo antes, que é o da elaboração do orçamento e a definição de políticas públicas e de prioridades. Evidentemente essa é uma luta que demanda tempo, paciência e perseverança como foi a luta para introduzir novos valores e superar preconceitos em relação a índios, em relação a negros, em relação a mulheres, em relação a homossexuais, em relação a transgêneros. E penso que, nesse elenco, entra a questão da proteção do meio ambiente. Como as pessoas não sofrem imediatamente o impacto da agressão ao meio ambiente, elas não conseguem ver que há, entre outros problemas, uma questão de justiça intergeracional. Não proteger o meio ambiente significa deixar o mundo pior para os nossos filhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Desculpe-me, Senadora Rose, mas imagine se fosse cacique! Ele nos dá uma aula como essa... Fico muito agradecido.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Com certeza, ele trouxe aqui reflexões importantes.

Ministro, quero registrar que V. Exª tratou de temas fundamentais, um deles a legislação não só para a iniciativa concreta e correta das leis para preservar o futuro e as gerações, a saúde, mas de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

questão fundamental, que esta Casa não enfrenta, que o orçamento não enfrenta: é a infraestrutura básica, que é o saneamento, tratamento da água, tratamento de resíduos sólidos.

Todos os governos lançam suas campanhas e não cumprem. Se pegarmos a peça orçamentária de hoje, que está dentro desta Casa, vamos ver que os recursos, Ministro, destinados à atuação efetiva da questão ambiental, da preservação da qualidade de vida, da melhoria e da perspectiva de um futuro melhor para os brasileiros, para as nossas cidades e para o nosso povo, eu diria, não chegam a 5% de consideração do Orçamento da União.

Eu quero agradecer a V. Exª. V. Exª falou da questão da judicialização, o que é muito importante. Nós vivemos em um país onde se judicializa tudo: os direitos, as leis, os deveres desta Casa. Portanto, V. Exª trouxe aqui ensinamentos e tratou de uma questão que é cara à sociedade, ao mundo, ao Planeta, que é a questão ambiental. Assim, eu só tenho a agradecer.

Registro a minha admiração e também registro, pela iniciativa do nosso Ministro, a importância que o Judiciário tem por estar inteiramente comprometido com essa questão da preservação ambiental e com o futuro do nosso País e do nosso Planeta.

Eu só tenho, pois, reitero, a agradecer.

Não sei se o Presidente gostaria de fazer algumas considerações... Mas como o Ministro tem que sair agora...

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Imediatamente, mas...

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Nós temos aqui a presença do Presidente Davi Alcolumbre.

Também quero registrar a presença do Senador Paulo Rocha, que aqui esteve, e convidar para tomar assento à mesa o Senador Flexa Ribeiro, para coordenar o próximo painel.

Antes, porém, concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Mudanças Climáticas.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Sem correr o risco de pegar uma pneumonia, sequer uma gripe, eu serei brevíssimo.

Eu quero muito agradecer a S. Exª o Sr. Ministro Luís Roberto Barroso. E tenho que agradecer também ao Ministro Herman Benjamin, pois, sem ele, nós não teríamos o senhor aqui, apesar da sua disposição de sempre.

O senhor simplificou algo que é muito complexo no mundo contemporâneo: o cuidado, o respeito que devemos ter para com o meio ambiente. Eu lido com isso há muitos anos, mas nunca havia ouvido uma tradução tão simples, que me ensinou tanto e que abriu tantas perspectivas de normativas que a gente pode fazer aqui no Senado federal.

Então, agradeço ao senhor, que deu outra dimensão, com todo respeito aos demais expositores, a este seminário, a este colóquio que nós promovemos e que vamos transformar em uma publicação. Certamente, tudo o que o senhor disse aqui será muito útil para orientar a todos nós que atuamos e militamos em defesa de um mundo melhor, com uma convivência mais harmônica entre homem e natureza.

Eu falo, às vezes, que a natureza não nos dá nada; ela pode emprestar. Porém, quem pega emprestado tem que devolver de alguma maneira. Nas relações entre homem e natureza, a natureza nunca pode sair perdendo, porque, se ela sair perdendo, é a vida que sai perdendo.

Então, Ministro, eu agradeço muitíssimo e quero dizer que, no ano que vem, nós devemos preparar um outro evento sobre um tema que aqui tratamos também, ou seja, o número de pessoas que defendem o meio ambiente e que seguem sendo assassinadas no mundo é de três por semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Assim, nós devemos fazer um evento sobre os 30 anos da morte de Chico Mendes. Acho que será um momento para nós passarmos um pouco dessa reflexão que o senhor trouxe aqui sobre o quanto avançamos e sobre o quanto ainda temos de avançar em todos os aspectos, no sentido de termos garantias de que não vamos ter mudanças no clima do Planeta, que é o tema da nossa Comissão, e, ao mesmo tempo, que encontraremos uma maneira de ter uma atividade humana, com produção e consumo, que possa ser sustentável e em padrões que não ponham em risco a vida no Planta.

Muitíssimo obrigado pela sua colaboração neste nosso encontro.

A SRª PRESIDENTE (Rose de Freitas. PMDB - ES) – Gostaríamos de convidar para estar aqui no próximo painel dessa mesa-redonda o Senador Flexa Ribeiro, esse notável e atuante Parlamentar com quem tenho o prazer de compartilhar o Plenário do Senado Federal.

Vamos passar para o próximo painel, mas, antes, queria, em nome da Ministra Michele, agradecer a presença de todas as mulheres que aqui estão, porque muito nos honra ver mulheres à frente desse trabalho.

Agradeço também, em nome do Desembargado Cláudio Leal, a presença de todas as senhoras e de todos os senhores.

Muito obrigada. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB - PA) – Bom dia a todos!

Quero iniciar a terceira mesa-redonda do nosso seminário, que tem como tema "Medidas judiciais e seu cumprimento".

Eu quero, inicialmente, agradecer o convite do Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, para moderar a terceira mesa-redonda, que, como já disse, tem por objetivo tratar do tema "Medidas judiciais e seu cumprimento".

Ressalto que o Ministro Herman Benjamin é, para todos nós, uma referência nas questões relacionadas à proteção do meio ambiente. Sua colaboração na discussão do novo Código Florestal e na elaboração da Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente foi valiosíssima. E falo isso, Ministro Herman Benjamin, como amazônida que sou. Todos nós temos preocupação com a preservação da nossa Floresta Amazônica, mas nós, que lá vivemos, temos a preocupação maior de deixar para os nossos descendentes essa riqueza que é não só de todo o povo brasileiro, mas de todo o mundo.

Sobre o tema desta mesa, preciso observar que, além de importante, me é extremamente caro. Sou membro titular da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, bem como da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – a primeira, tão bem presidida pelo Senador Davi Alcolumbre e a segunda, de Mudanças Climáticas, que funciona no âmbito do Congresso Nacional, presidida com competência pelo Senador Jorge Viana. Além disso, sendo representante do Estado do Pará no Senado Federal, tenho como um dos meus interesses primordiais a atenção ao meio ambiente.

O meu Estado possui uma das maiores áreas de floresta do mundo e enfrenta os dilemas angustiantes de conciliar a preservação dessas áreas com o respeito aos seres humanos que lá vivem, pessoas que, muitas vezes, sofrem de uma carência material assustadora e vivem em condições sociais precárias.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico acelerado, sobretudo a partir da década de 1970, trouxe questões adicionais que devem, ainda, se conciliar com uma legislação que nem sempre facilita a implementação das garantias dadas pela Constituição brasileira.

Este seminário se realiza em boa hora, inclusive porque temos a presença de especialistas de vários países que podem nos oferecer a sua contribuição para que possamos tornar a Justiça mais rápida e eficiente no que diz respeito ao meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Um dos grandes dilemas da Justiça contemporânea é a dificuldade de conciliar medidas de urgência, sempre tão necessárias, com a análise adequada dos fatos concretos, o que, sem sombra de dúvida, exige uma atenção especial dos magistrados.

Por fim, agradeço aos presentes por disporem do seu tempo, sempre escasso, para que estejam aqui com a finalidade de discutir o tema, que é tão importante para nós, brasileiros.

Antes de chamar os nossos palestrantes, quero convidar – aliás, já está aqui à mesa – a Professora Denise Antolini, da Faculdade de Direito Williams S. Richardson, Universidade do Havaí (EUA); e o Professor James R. May, da Faculdade de Direito, Widener University Delaware (EUA).

Passo a palavra ao Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Sr. Presidente, eu queria apenas realçar a importância da presença aqui de V. Exª e do Senador Paulo Rocha, ambos representando o Estado do Pará.

Só para dar uma ideia do tamanho do Estado do Pará aos colegas que não conhecem bem a geografia do Brasil, lembro que o Estado tem uma área de mais de 1,2 milhão de quilômetros quadrados, o que significa dizer que é, mais ou menos, do tamanho da África do Sul. É o segundo maior Estado brasileiro e tem uma grande cobertura florestal. E tanto V. Exª como o Senador Paulo Rocha têm uma história de convivência e de militância no sentido de proteger essa floresta.

Portanto, eu queria deixar aqui a minha homenagem, como cidadão, a V. Exª e ao Senador Paulo Rocha, que está sentado aqui à minha direita, à esquerda dos que nos veem.

Quero também registrar a presença do Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, que não pôde estar conosco ontem, tendo viajado praticamente a noite inteira para chegar às 7 horas da manhã, o Senador Davi Alcolumbre. Trata-se de um dos mais jovens Senadores da nossa República. Eu o conheço há muitos anos, ainda quando não era Senador. S. Exª vem do Estado do Amapá.

Houve uma referência aqui feita pelo Senador Jorge Viana de que o seu Estado, o Acre, tem nascentes do Rio Amazonas, mas a foz do grandioso Rio Amazonas é exatamente em Macapá, a capital do Estado do Senador Davi Alcolumbre, que preside a Comissão de Meio Ambiente do Senado, que, como eu já disse, é uma das "coauspiciantes" deste evento.

Portanto, hoje, começamos o dia sob o espírito e a influência da nossa Floresta Amazônica, que, como todos nós sabemos, é um patrimônio universal que todos nós temos a preocupação de proteger, para os amazônidas, para os brasileiros e também para as gerações futuras.

Faço, então, apenas este registro, agradecendo, mais uma vez, o apoio desses três grandes Senadores a este evento que estamos realizando.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Ministro, o endereço do Amapá é Rio Amazonas, esquina com o Oceano Atlântico.

Mas, se me permite, já que o senhor falou de uma curiosidade sobre o tamanho do Pará, eu lembro que o Amapá foi desanexado do Pará, porque esses caras pertenciam ao Pará.

Isso é para provocar ciúmes no Davi.

O SR. HERMAN BENJAMIN – E V. Ex ª sabe que a capital, Macapá, é, entre todas as capitais brasileiras, a única banhada pelo Rio Amazonas?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (DEM - AP) – E cortada pela Linha do Equador.

O SR. HERMAN BENJAMIN – Exatamente.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (DEM - AP) – É a única cidade do Planeta cortada pela Linha do Equador.

O SR. HERMAN BENJAMIN – A única capital cortada pela Linha do Equador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (DEM - AP) – Estamos no meio do mundo!

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu ressalvo isso: quem vai a Manaus acha que está visitando o Rio Amazonas, mas, a rigor, está visitando o Rio Negro, que é um afluente que, mais à frente, se encontra com o Rio Solimões para formar o Rio Amazonas.

É um pouco de geografia brasileira aqui para estimular os ilustres juízes que estão aqui, os nossos professores, a visitarem esses dois Estados que considero extraordinários.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Ministro Herman Benjamin, V. Exª colocou aqui questões da maior importância para que todos os nossos convidados possam se situar melhor em relação à Amazônia, ao Pará, ao Amapá e ao Estado do Amazonas. E, se nós fôssemos avançar nesse entendimento, fruto da "provocação" de V. Exª, nós iríamos ocupar o tempo da nossa mesa-redonda, o que não cabe, porque nós temos que ouvir V. Exª e todos os nossos convidados.

Mas quero, sobretudo, dizer do respeito que todos nós, brasileiros e amazônidas, temos pela pessoa de V. Exª, seja na questão que nós estamos aqui discutindo, seja pelo exercício da magistratura.

Eu quero dizer a V. Sªs que cada um disporá de cinco minutos para fazer a sua explanação.

Eu inicio pela Professora Denise Antolini.

Com a palavra V. Sª.

A SRª DENISE ANTOLINI (Tradução simultânea.) – Obrigada. É um grande prazer estar aqui com o senhor, Senador, bem como com alguns outros Senadores que agora estão indo embora.

A última discussão pareceu ser uma competição apaixonada para ver quem ama mais a sua terra. Foi muito legal ver isso.

Eu vou falar por alguns minutos, depois falará o Professor May; e ainda temos muitos painelistas que têm muito a dizer.

Eu também vou participar dessa competição romântica de amor à terra e vou falar um pouco sobre as ilhas do Havaí, onde eu moro.

Lá é muito pequeno. Provavelmente, todas as ilhas havaianas poderiam caber, tranquilamente, na cidade de Brasília. Mas são espetaculares! Nós as amamos tão apaixonadamente quanto vocês amam esta terra incrível do Brasil.

Agora, amarrando tudo isso aos tribunais ambientais e essa sessão sobre remédios, devo dizer que a nossa Corte Ambiental do Havaí, conforme vocês aprenderam ontem na exposição do Juiz Michael, que está sentado ali atrás e que foi instrumental no estabelecimento do nosso tribunal ambiental, está localizada no Estado de número 50 dos Estados Unidos. Nós existimos há muito pouco tempo como Estado dos Estados Unidos, e o motivo pelo qual eu menciono isso é porque o tribunal começou sem ter nenhum tipo de financiamento, sem novos poderes, sem uma sede física, sem uma logomarca, sem nada. O tribunal foi criado simplesmente como uma divisão dos tribunais existentes.

Uma parte importante do que nós estamos fazendo, do ponto de vista do Judiciário, é aumentar a gama de ferramentas no conjunto de ferramentas dos juízes para que possam lidar com os casos ambientais de forma mais criativa.

Deixem-me dar um exemplo e, em seguida, eu passo a palavra ao Professor May.

Como vocês sabem, nas ilhas, a pesca é criticamente importante. Nós temos o oceano à nossa volta e dependemos da pesca para subsistir; além disso, há corais que precisam sobreviver. Então, é muito importante que as pessoas cumpram as leis relacionadas à pesca. Se alguém pescar um peixe que não é do tamanho certo, essa pesca não é ecologicamente sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O sistema judicial atual só tem um remédio para isso: dar à pessoa uma sentença de condenação por crime. Então, no ano passado, nós permitimos que isso fosse mudado de crime para uma ofensa menos grave, que permitisse que a penalidade fosse o trabalho comunitário. Naturalmente, a ideia é permitir que as pessoas mudem os seus comportamentos, que possam se reabilitar, ao invés de introduzirmos uma pessoa no sistema penal por causa de algo assim.

Esse é só um exemplo muito pequeno, vindo de uma ilha do Pacífico, mas todos nós precisamos estar juntos e trabalhar em conjunto para melhorar o acervo de ferramentas que os juízes têm para lidar com esses assuntos ambientais.

Agora, cedo a palavra ao meu colega de Delaware, do outro lado dos Estados Unidos.

O SR. JAMES R. MAY (Tradução simultânea.) – Obrigado, Denise.

A Denise é do Estado do Havaí, o Estado de número 50 dos Estados Unidos; eu sou do Estado de Delaware, que, tenho orgulho em dizer, foi o primeiro. Dito isso, não há muita coisa a se ver por lá. Se vocês quiserem visitá-lo, conversem comigo antes. É o menor Estado dos Estados Unidos; é tão pequeno que, se alguém tiver que pedir um visto para viajar para o Brasil, provavelmente teria o visto negado.

O tópico deste painel é "remédios judiciais", e é claro que eu preciso começar agradecendo aos organizadores deste colóquio, aos meus colegas painelistas e, particularmente, a vocês por estarem aqui, porque, sem vocês, não haveria leis, não haveria argumentos e esse trabalho todo seria em vão.

Como eu disse, o tópico que nos traz aqui é "remédios judiciais", e eu vou falar sobre eles no contexto constitucional.

Vocês podem me ouvir aí atrás?

Parece bom para vocês?

Pois bem; ouvindo do Ministro o papel das medidas judiciais, dos remédios judiciais, eu me lembrei da máxima ubi jus ibi remedium, ou seja, "para cada direito existe um remédio". É claro que a minha pronúncia foi terrível. Mas, se vocês tiverem percebido, as medidas judiciais são provenientes de uma lei adequada, e essa lei, para conseguir uma reparação adequada, precisa estar adequadamente fundamentada e precisa promover a dignidade humana sobretudo. E, para isso, duas coisas: primeiro, é preciso que exista um texto; e, segundo, é preciso que exista uma gama de medidas de reparação judicial.

Se vocês quiserem ler mais sobre isto aqui – quem não iria gostar? –, recomendo duas coisas. Primeiro, recomendo o Judicial Handbook on Environmental Constitutionalism, que é o Manual Judicial de Constituições Ambientais. Eu o recomendo vivamente. Segundo, recomendo um artigo que minha colega Erin Daly e eu escrevemos em 2009 sobre a vindicação judicial de direitos ambientais, que, por coincidência, tem muito a ver com o que nós ouvimos há pouco do juiz Barroso.

A última coisa que eu queria dizer é que o Texto Constitucional é importante. Passamos muito tempo analisando as constituições, porque elas são importantes. Mas pensem no que dizem! Dizem algo sobre nós como pessoas, sobre o que vamos deixar para as gerações futuras. São, na verdade, cartas de amor para as gerações futuras. Então, as medidas de reparação são uma maneira de dar resposta a essas cartas de amor. E, a meu ver, o Judiciário deve fazer tudo o que puder para responder a essas cartas de amor, para que elas não fiquem sem resposta.

Então, quanto ao texto da Constituição, existem 12 tipos de variações de constituições ambientais, sobre as quais ouvimos desde ontem. Rapidamente, aqui vão, em 15 segundos: direitos ambientais procedimentais, procedimentos, sustentabilidade, mudanças climáticas, doutrina de confiança pública, direitos hídricos, direitos de povos indígenas, direito à informação, direito de acessibilidade e direito a medidas de reparação. Existem ainda mais variações. Acho que acabei de ganhar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

prêmio. Vemos isso na América Latina, inclusive na Argentina, no art. 41; no Brasil, no art. 225; na Bolívia, no art. 33; no Chile, no art. 19; no Paraguai, no art. 7º; na Venezuela, no art. 127. Vocês têm tudo isso nos materiais que receberam. É um material muito interessante. Na verdade, este é um material fundamental de se ler: as constituições. Pelo menos eu adoro.

A segunda coisa tem a ver com a gama de medidas de reparação que vemos na jurisprudência constitucional ambiental. Os tribunais basicamente fazem cinco coisas. Primeiro, emitem medidas de restrição temporária, para que aqueles que estão prejudicando o ambiente sejam obrigados a parar já. Exemplos existem no Brasil, na Bolívia, na Venezuela. Segundo, há liminares em que as Cortes exigem mais do que simplesmente parar de prejudicar o meio ambiente, exigem que se repare o meio ambiente. Isso existe na Venezuela, na Bolívia, no Brasil. Existem medidas assim em vários outros países. Vemos que os tribunais permitem que o Governo destrua a propriedade e prejudique o meio ambiente, com base em infrações das disposições ambientais, como ocorre no Equador, que permite a mineração com maquinário prejudicial.

Agora, quantos de vocês, que são juristas, já emitiram ordens específicas, medidas de cumprimento, para que se cumpra a legislação ambiental? Então, elas existem e têm muito potencial.

Então, há outras medidas que exigem educação, que exigem que se ensine sobre sustentabilidade, que exigem que o governo faça políticas nacionais e as cumpra, que exigem que os governos limpem os rios, que exigem a aplicação progressiva de outros direitos. Isso vale para vários campos, não só para o Direito Ambiental. Vemos também ordens para limpar áreas como a baía de Manila, como a baía do Paquistão. Em Manila, há áreas afetadas por mineração tóxica. E há outros exemplos semelhantes. Então, é mais ou menos isso. Aqui, a ideia novamente sobre as medidas de reparação é a de tentar descobrir quais são as cartas de amor das nossas constituições para as gerações futuras, para permitir que haja mais oportunidades de proteger a dignidade humana.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço à Drª Denise Antolini e ao Prof. James R. May, que são nossos facilitadores. Peço que eles permaneçam aqui à mesa, enquanto passo a palavra aos dois primeiros debatedores.

Desembargador Carlos Humberto Cuestas, Presidente do Tribunal Superior de Chiriquí, no Panamá, V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. CARLOS HUMBERTO CUESTAS (Tradução simultânea.) – Bom dia a todos!

Muito obrigado pelo convite.

Tenho aqui a representação da Corte Suprema de Justiça e dos juízes do Panamá.

Serei o mais breve possível, para que eu não tenha de ouvir o sino.

No Panamá, como nos demais países da América Central e do Caribe, também temos a proteção do meio ambiente no nível constitucional, legal, regulamentar. Temos uma Constituição que, talvez, não seja das mais recentes, mas que, no seu art. 118, fala do dever do Estado de garantir que a população viva num ambiente saudável, livre de contaminação, onde a água, o ar e os demais elementos possam satisfazer os requisitos do desenvolvimento adequado da vida humana. Também fala do dever do Estado e dos habitantes do território nacional de propiciar um desenvolvimento social e econômico que possa prevenir a contaminação do ambiente, que mantenha o equilíbrio ecológico e que possa evitar a destruição dos ecossistemas. Esse texto é dos anos 70. O Panamá tem a dívida de ter de atualizar a sua Constituição. Contudo, isso não significa que não exista uma proteção adequada, porque uma reforma de 2004 estabeleceu um parágrafo no art. 17, em que se fala dos direitos fundamentais, como o direito a um meio ambiente saudável e livre de contaminação, de poluição. São direitos ou garantias fundamentais mínimos. Entende-se que os juízes podem aplicar um bloqueio normativo, que, normalmente, está dentro da convencionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, temos, acredito eu, e podemos ter, obviamente, um marco de referência de proteção desse direito fundamental mais amplo.

Temos também uma lei geral de ambiente, que foi feita em 1998 e que levou essa questão para o nível ministerial. Foi criado o Ministério do Meio Ambiente. Antes, havia a Autoridade do Meio Ambiente, que foi elevada ao status de Ministério em 2015.

No Código Penal, o Título 13, com quatro capítulos, tipifica os crimes contra os recursos naturais, contra a vida silvestre, contra a tramitação, a aprovação e o cumprimento urbanístico e territorial e também – menciono aqui algo bem específico – contra os animais domésticos. Ou seja, não se trata somente da vida selvagem, mas também dos animais domésticos. Quem maltrata um animal doméstico pode sofrer uma pena de prisão de até seis meses; essa não é uma ofensa menor, porque está em nível penal.

Com relação à proteção em nível constitucional e legal, nós temos, em nível constitucional, o amparo das garantias constitucionais, conforme o que está previsto na Constituição, no Código Judicial, e, em nível legal, temos um contencioso administrativo de proteção dos direitos humanos. É interessante o fato de que, por um lado, a Constituição, normalmente, tem a tutela dos direitos fundamentais e de que, às vezes, também temos direitos que, digamos, são fundamentais, mas que estão no nível legal. Estamos falando de direitos "justiciáveis"; isso está na Terceira Sala da Corte Suprema de Justiça.

Eu gostaria de dizer da experiência como magistrado. Há um caso em que uma instituição privada que tinha a tarefa de cremar cadáveres fez isso em um local que era habitado. Nós, depois de nos referirmos à Constituição e ao Pacto de São Salvador – estamos aplicando aqui também normas convencionais e regionais –, fazendo a análise da Corte Suprema, revogamos esse ato, pois um estudo ambiental não havia permitido a consulta necessária, estabelecida pela lei. É preciso consultar os vizinhos, para que eles estejam informados a respeito disso. O ponto aqui é a relação, como foi dito ontem, com a falta de eficácia, às vezes, das sentenças dos tribunais. Apesar de nós termos revogado essa decisão... Não é que a autoridade não tenha atendido aquele caso ou não tenha atendido a revogação dada a partir do estudo de impacto ambiental. Mas, na verdade, continuou a situação, de fato, pois a tal empresa continuava com a cremação. E a parte afetada apresentou um incidente de desacato, que é um mecanismo que não acredito que seja dos mais eficientes, porque é necessário iniciar novamente todo o procedimento para ver se a autoridade cumpriu ou não o dever que está presente na sentença. E não é que a autoridade não o tenha cumprido. Na verdade, a autoridade ditou um ato dirigido à empresa que estava fazendo a cremação. Aqui, acho que é onde entra a questão da falta de eficácia, porque essa decisão não depende somente dos outros Poderes do Estado, mas pode depender do próprio sistema judicial. Se é ato administrativo, poderia ir para a Terceira Sala da Corte Suprema de Justiça, o tribunal onde há mais causas, porque temos o contencioso administrativo intermediário. É praticamente uma sala que recebe todos os casos do Panamá.

Então, nós precisamos refletir muito sobre isso. É necessário buscar um mecanismo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS HUMBERTO CUESTAS (Tradução simultânea.) – ... que não será o último, mas pode ser que, de alguma forma, essas decisões dos tribunais tenham maior eficácia.

Então, estou completamente de acordo com o que disse o Ministro Barroso: os tribunais, sim, devem participar dessas decisões grandes, porque, senão, a judicialização das causas, dos casos, acaba sendo inócua. Precisamos pensar em todos os tipos de decisões.

Agradeço a atenção. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço ao Desembargador Carlos Humberto Cuestas.

Passo a palavra ao Desembargador Cândido Leal Junior, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CÂNDIDO LEAL JUNIOR – Srs. Senadores, senhores professores, senhoras e senhores, falarei da experiência cotidiana de um juiz brasileiro do Sul do País que lida com problemas e com conflitos em ações ambientais.

Começo destacando a experiência do Direito brasileiro com a ação civil pública, criada pela Lei 7.347, de 1985. A ação civil pública é uma ação coletiva com legitimação ampla que foi criada por lei federal, que foi recepcionada pela Constituição de 1988 e que, nesses mais de 30 anos, tem servido para a proteção nas mais diferentes situações. Juízes e tribunais brasileiros instruem e julgam essas ações tratando dos mais diversos temas ambientais. E, ao fazê-lo, esses juízes interpretam as leis, ouvem a sociedade, tentam conciliar os interesses em conflito e, assim, criar um rico repertório de jurisprudência para consolidar direitos e deveres em matéria de meio ambiente.

Uma segunda questão que me parece importante destacar do Direito brasileiro é o papel preventivo do juiz na tutela pelo equilíbrio ambiental. Juízes e agentes ambientais devem estar atentos para essas ferramentas processuais que asseguram o acesso à Justiça enquanto se realiza o devido processo, como é o caso das medidas cautelares, das tutelas de urgência e das liminares, matéria bastante desenvolvida, em estado bastante avançado no Direito brasileiro. Sem garantia de manutenção provisória desses equilíbrios ambientais enquanto as questões são discutidas num processo que, muitas vezes, é complexo e demorado, de pouco proveito teria o Direito Ambiental para a proteção do Planeta. Por isso, parece-me que os juízes devem ser generosos, quase bondosos, ao avaliar os riscos de prejuízos de difícil ou incerteza reparação que envolvem essas questões da tutela preventiva, da tutela de emergência. Devem proteger a aparência do direito, enquanto não vierem ao processo as informações necessárias para uma decisão definitiva, para uma cognição plena.

A terceira questão que me parece importante destacar também do Direito brasileiro é a ideia da prevalência da restauração in natura sobre outras formas de recomposição ou de indenização. Quando a prevenção falha, temos de tentar recuperar e temos de recuperar da forma mais completa possível. Por isso, nada melhor do que a reparação in natura. Essas ações têm sido feitas principalmente através de ações civis públicas, que eu já havia mencionado no início. Essa reparação in natura faz com que o poluidor, o infrator ou o causador do dano suporte tudo aquilo que for necessário para o total restabelecimento do equilíbrio e das relações ecológicas rompidas. Mas aqui é preciso destacar que a reparação deve ser integral; não basta apenas que essa reparação pareça integral. Em outras palavras, aquela reparação deve guardar relação com a realidade, e não apenas com uma aparência de realidade. Todos os danos devem ser recuperados da forma mais completa possível, inclusive quanto àqueles períodos em que o ambiente esteve degradado ou enquanto as relações de equilíbrio ecológico ficaram afetadas ou impedidas pela conduta ilícita do infrator.

Daí me parece importante também destacar, além da nossa legislação brasileira bastante avançada na matéria, com essa ação civil pública, que, já há 30 anos, é utilizada e que vem evoluindo pelos juízos e tribunais, o trabalho de construção jurisprudencial que vem sendo feito pelo Superior Tribunal de Justiça, que me parece bem representado aqui, no nosso evento, pelas preciosas lições do Ministro Herman Benjamin, que sempre deu norte aos juízes brasileiros. Esse trabalho da construção da jurisprudência tem sido para nós muito importante.

Enfatizo, dessas tantas lições, aquela que diz que a possibilidade de recuperar a área lesionada não exclui, só por isso, o dever de indenizar, sobretudo pelo dano que permanece entre a sua ocorrência e o pleno restabelecimento do meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Para concluir, tentei demonstrar rapidamente como a ação civil pública ocupa papel importante no Direito brasileiro para a tutela preventiva e reparatória do equilíbrio ambiental, permitindo esse labor judicial, essa construção jurisprudencial, que já remonta a 30 anos.

(Soa a campainha.)

O SR. CÂNDIDO LEAL JUNIOR – A ação civil pública é o principal instrumento processual usado pelos juízes brasileiros para transformar normas abstratas em realidades concretas em matéria ambiental e aí abarcaria as mais diversas questões que se pudessem imaginar. É a nossa ação ambiental por excelência. Essa é a mágica, parece-me, do devido processo legal, que se aplica também aqui no Direito Ambiental e que permite tentar alcançar a justiça ambiental e fazer efetivas as nossas decisões.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço ao Desembargador Cândido Leal Junior.

Antes de passar a palavra, quero saudar, pela presença, o Prefeito Zenaldo Coutinho, da cidade de Belém, capital do meu Estado, o Estado do Pará.

Passo a palavra ao Desembargador Enrique Peretti, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Cruz, na Argentina.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ENRIQUE PERETTI (Tradução simultânea.) – Muito obrigado.

Agradeço pelo convite aos organizadores, ao Senado Federal e, sobretudo, a Antonio Herman Benjamin, grande precursor e militante do Direito Ambiental na América Latina.

Simplesmente vou comentar alguns aspectos que acredito que mais influenciam a decisão judicial no que se refere à aplicação da nossa cláusula constitucional, que é o art. 41, como já foi comentado pelo expositor que falou antes de mim. É uma cláusula que apresenta uma série de desafios à decisão judicial. Alguns têm a ver com aspectos que são especificamente estabelecidos e que foram claramente determinados pela doutrina, como, por exemplo, a operacionalidade da norma, a obrigatoriedade para o juiz de realizar ações positivas em defesa do meio ambiente. A norma, em si, estabelece que as autoridades devem prover a proteção do ambiente. E também se fala dos desafios de articular com os demais direitos, como também já foi dito pelo Ministro Barroso hoje, por meio do juízo de ponderação, com as demais garantias e direitos reconhecidos pela Constituição, basicamente com o devido processo, com o direito de propriedade.

Não obstante tudo isso, eu gostaria de comentar especificamente sobre outro grande desafio apresentado pela decisão judicial ambiental com relação à necessidade de cumprir essa obrigação que o juiz tem, porque não pode ser alegado, como já foi dito, que existe uma falta de regulamentação ou uma insuficiência de regulamentação para a aplicação da norma.

Eu gostaria de falar de dois desafios que, hoje, existem para o magistrado ambiental com relação ao cumprimento da Constituição. O primeiro se refere ao ponto de vista da dimensão temporal; o outro se refere à perspectiva da dimensão espacial. Da perspectiva temporal, surge um novo requerimento, uma nova exigência para os magistrados: a sua decisão deveria ser convincente de forma atemporal. Isto é, não somente deve haver as bases lógicas para decisões sustentadas, mas também se devem projetar essas bases lógicas, ou seja, esse sustento jurídico precisa ser projetado para o futuro. É uma questão que entra em jogo em algumas decisões judiciais que, às vezes, não estão acostumadas com essa nova visão. Mas a exigência da tutela dos direitos das gerações futuras, no cumprimento do princípio da ideia intergeracional, coloca-nos nessa situação. A nossa solidez lógica e jurídica precisa transcender os tempos, ou seja, precisa ser projetada para o futuro, de forma tal que possa manter essa força para aqueles embates que podem surgir nas gerações futuras. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma decisão tem de ser sustentável do ponto de vista lógico, jurídico e factual hoje, mas, talvez, não o seja no futuro. Esse pensamento precisa estar hoje na decisão judicial.

Outro aspecto que tem grande impacto decisivo tem a ver com a dimensão espacial. Nós também vimos isso pelas apresentações de ontem. Aqui, estou falando da perspectiva de um País federativo. A decisão de um juiz local não vai satisfazer de forma absoluta a perspectiva da necessidade ambiental se também não forem levados em consideração outros aspectos que têm a ver com a dimensão global dessa decisão. Bauman nos diz claramente que as competências e as faculdades locais são cada vez mais insuficientes para dar uma resposta lógica e eficaz à temática, à problemática globalizada – globalizada no sentido negativo, pela exacerbação do individualismo, do consumismo.

Então, nessa perspectiva, hoje, os juízes, além dessa dimensão temporal, além de terem de pensar em projetar sua decisão lógica para o futuro, também precisam pensar que a decisão judicial precisa conter, de alguma forma, algum padrão judicial que seja válido globalmente. É preciso fazer a obra local, mas pensando no global. Essa perspectiva também é única no Direito Ambiental, é uma exigência, é um desafio que hoje nós juízes temos nesse tema, nessa temática ambiental.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Muito obrigado, Enrique Peretti.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos, para fazermos um lanche, que será servido nas bancadas dos senhores e das senhoras.

Em seguida, daremos continuidade à Terceira Mesa-Redonda.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 10 minutos.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Podemos retomar os trabalhos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Antes de conceder a palavra ao Desembargador Antônio Souza Prudente, só quero lembrar a todos que este seminário está sendo transmitido, via internet, para todo o mundo e, pelo Portal e-Cidadania, para aqueles que podem interagir com os nossos debatedores.

Tenho aqui a participação de um deles, que faço questão de registrar, pelo Portal e-Cidadania, questionando aqui os debatedores. Participação de Alexandre Santos, do Paraná: "Uma das melhores formas de garantir uma proteção ambiental adequada às nossas florestas é investindo no ecoturismo, pois o meio ambiente só será realmente protegido no Brasil quando se tornar lucrativo protegê-lo." Participação de Alexandre Santos, do Paraná, a quem eu agradeço.

E passo a palavra ao Desembargador Antônio Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com a palavra V. Exª por cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – Muito obrigado, eminente Senador Flexa Ribeiro, na pessoa de quem cumprimento o seleto auditório.

Agradeço também o convite do Ministro Herman Benjamin para aqui estar representando o nosso TRF da 1ª Região, com jurisdição ambiental sobre os quatro maiores biomas do Brasil e sem dúvida do Planeta, considerando o Bioma Amazônico.

A questão relativa ao cumprimento das decisões judiciais, na minha ótica, tem raízes na disposição do §1º do art. 5º da Carta Política federal, que expressamente dispõe que os direitos e garantias expressos na Constituição do Brasil e nos tratados e convenções internacionais em que o Brasil é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

signatário têm eficácia imediata. Ou seja, a Constituição do Brasil expressamente ordena ao juiz que tome as medidas efetivas de proteção ao meio ambiente, independentemente de resoluções, portarias, etc.

A questão da eficácia das decisões judiciais também, eminente Senador, perpassa pela formação e a consciência que deve ter o juiz de ser um dos agentes de um dos Poderes da República, que são três; não são dois. O Poder Judiciário é poder republicano. Portanto, o juiz tem que estar compenetrado da sua alta responsabilidade, nos termos do art. 5º, inciso XXXV, da Carta Política federal, que o elege como um protetor de direitos, e não como um matador de direitos. Portanto, o juiz tem que estar preparado para a última prova da magistratura, que é a da legitimação popular. O juiz que não decide com esta consciência de decidir com justiça nunca será juiz. E, portanto, muitos chegam ao final da vida e nunca foram juízes, porque são apenas aplicadores e escravos da lei.

O nosso Código de Processo Civil vigente repete, com felicidade, as disposições do Código Buzaid, anterior, que em rigor tinha disposição mais expressa no sentido de tomar o juiz todas as medidas necessárias, inclusive com prisão em flagrante de quem resistisse aos provimentos mandamentais.

Quero registrar aqui que, ainda ontem, tive a felicidade de ter a notícia nos autos de uma última decisão que nós tomamos para expulsar os grileiros de Anapu, onde foi morta a Freira Dorothy Stang. Esse processo foi ajuizado em 2013, e nunca a decisão foi cumprida.

E há uma técnica também que precisa ser ensinada nas escolas da magistratura: é que as decisões mandamentais em matéria de defesa do meio ambiente que envolvem obrigações específicas de fazer e de não fazer têm que ser imediatamente cumpridas. E, na medida em que o juiz ordena a uma determinada empresa poluidora que deixe de poluir e recebe a apelação em ambos os efeitos, é inibir a eficácia do próprio julgado. E é isso que nós observamos todos os dias.

Outro registro, Presidente, que se faz necessário neste momento é a decisão histórica da nossa Corte Especial do TRF da 1ª Região, que, pela primeira vez, tem a decisão política do seu Presidente cassada por maioria expressiva no que tange à cassação da decisão política do Presidente em nível de suspensão de segurança, um instrumento fóssil dos tempos da ditadura,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – ... para inibir a eficácia da decisão da juíza de Altamira, que, por sua vez, não outorgou a licença de operação ao esqueleto de Belo Monte, que não tem a mínima condição material de funcionalidade. Belo Monte não tem sequer linhas de transmissão, e não é possível dar uma licença de operação para uma transmissão de energia virtual. Belo Monte tornou Altamira uma grande fossa a céu aberto. E é exatamente por não cumprir esta condicionante imprescindível do saneamento básico da cidade de Altamira que a nossa Corte, através de minha relatoria, cassou a decisão do Presidente e restabeleceu a eficácia plena da juíza federal de Altamira.

Era só isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Muito obrigado ao Desembargador Antônio Souza Prudente.

Passo a palavra a S. Exª a Ministra Damaris Vargas Vásquez, da Corte Supremo da Costa Rica.

V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

A SRª DAMARIS VARGAS VÁSQUEZ (Tradução simultânea.) – Bom dia a todos e todas! É uma honra estar aqui com vocês neste fórum, com especialistas na área ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Agradeço particularmente ao Ministro Benjamin, da Suprema Corte de Justiça, e também ao Senado. É muito importante para a Costa Rica estar aqui presente, e estou feliz também de ter aqui a minha conterrânea, a Diretora da UICN para a América Latina e o Caribe, a Drª Aguilar.

O Poder Judicial da Costa Rica, na pessoa do Dr. Carlos Chinchilla, especialista em matéria ambiental, está mandando os seus cumprimentos e também o seu comprometimento para fortalecer a questão ambiental para o povo da Costa Rica.

A Costa Rica é um país pequeno, com apenas 51,1 mil quilômetros quadrados. Em comparação com o Brasil, é realmente pequeno. Contudo, devido à localização estratégica do país, de acordo com dados da UICN, tem 4% da biodiversidade do mundo, ou seja, 0,5 milhão de espécies concentram-se naquele país. Isso é muito importante. Temos também um crescente controle da biodiversidade. Temos, ainda, 50 milhões de habitantes. É um país pequeno, porém, muito comprometido com os direitos ambientais.

A Constituição política de Costa Rica incluiu, em 1994, no art. 50, o desenvolvimento sustentável, o respeito às gerações futuras, o direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. Porém, o órgão constitucional, desde 1990, vinha desenvolvendo o conceito por hermenêutica jurídica, de acordo com a Constituição política material. Assim, não foi um problema para a Costa Rica a introdução da questão ambiental e da normativa ambiental desde há muitos anos.

A Costa Rica estabeleceu por lei algo que funciona há muitos anos, o Tribunal Ambiental Administrativo, que é um tribunal especializado em matéria ambiental que pertence ao Ministério de Meio Ambiente e Energia. Esse Ministério tem as suas resoluções cotadas na via administrativa. Então, embora esse tribunal esteja localizado dentro do meio ambiente, é um tribunal final para o meio ambiente e atua de ofício. Isso foi muito importante para a Costa Rica.

No caso do Poder Judicial, nós não temos ainda tribunais especializados na área ambiental, mas existe um grande comprometimento para que sejam criados. Perante essa omissão da especialização, foram projetadas matérias de especialização para que sejam capacitados os tribunais na área ambiental; uma capacitação que é dada por uma série de escolas judiciais do país.

Na Costa Rica, temos também um sistema de carreira judicial que garante a indicação por especialização, e não simplesmente por indicação política. Isso quer dizer que os juízes e as juízas são instituídos por competência.

Temos ainda o estabelecimento da área ambiental como uma questão estratégica para o país. E uma coisa que é essencial para nós é o comprometimento do órgão constitucional com a questão ambiental. A Sala Constitucional, há muitos anos, estabeleceu, de forma vinculante, ou seja, de aplicação obrigatória, que aquilo que for estabelecido nas convenções internacionais na área ambiental passará a ser direito humano, ou seja, faz uma relação direta entre as convenções internacionais e os direitos humanos, indicando que são supraconstitucionais, de tal forma que, estejam ou não ratificados pela Assembleia Legislativa da Costa Rica, por lei específica, precisam ser aplicados...

(Soa a campainha.)

A SRª DAMARIS VARGAS VÁSQUEZ – ... e estão acima da Constituição, já que outorga direitos maiores.

Assim, nós juízes somos obrigados a acatar a normativa internacional, de tal forma que as nossas resoluções precisam aplicar todos os princípios estabelecidos nas convenções internacionais. Muitos deles já foram mencionados aqui e também foram incorporados na Carta em matéria ambiental, de 1996, que recolhe os princípios mais importantes da normativa internacional da área. Assim, se alguma lei interna for contrária a essas convenções internacionais, a nossa Sala Constitucional passa a anular essa disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Deixem-me ressaltar rapidamente uma linha de jurisprudência da Suprema Corte de Justiça, perante o grande problema que temos com a execução de sentenças ambientais, que podem até ser muito boas, mas na execução já não o são. Então, temos o exemplo de que, quando existem condenações na área ambiental, é preciso estabelecer um fideicomisso para que o Ministério de Meio Ambiente e Energia possa se concentrar na recuperação efetiva do meio ambiente.

Especificamente, em um caso de vegetação ripária, enfatizou-se que era preciso investir os recursos na recuperação dessa área. E isso foi feito, então, através do tribunal, para que esses recursos não entrassem no caixa único do Estado, porque, quando isso acontece, o Estado pode fazer o que quiser com o dinheiro, e isso naturalmente vai contra o princípio da recuperação in natura. Isso é muito importante para nós. Então, agora nós conseguimos fazer com que o dinheiro vá para onde for preciso ir.

Na nossa normativa interna, nós também estabelecemos a responsabilidade objetiva por matéria ambiental. Então, nós não admitimos mais a inversão do ônus da prova em matéria ambiental. Na situação dos povos indígenas, nós respeitamos a Convenção 169 da OIT, referente aos direitos dos povos indígenas, e estamos trabalhando no desenvolvimento, de forma concertada com os povos indígenas, de um mecanismo de consulta aos povos indígenas. Isso por causa de um grande projeto hidroelétrico que estava em via de andamento na Costa Rica, mas que foi paralisado, porque não tinha sido feita a consulta aos povos indígenas. Agora, nós estamos trabalhando com esse novo projeto, respeitando as diretrizes da Corte Internacional de Direitos Humanos.

É preciso ainda respeitar a posição do Ministério Público da Costa Rica. Com relação à pesca, por exemplo, em um parque da Costa Rica que está em vias de extinção, nós conseguimos estabelecer que os povos indígenas fossem respeitados e que se permitisse que eles protegessem essa área, porque para eles essa área é muito importante para seus direitos espirituais. Então, eles protegem a pesca, e os seus direitos têm que ser respeitados.

(Soa a campainha.)

A SRª DAMARIS VARGAS VÁSQUEZ – Além disso, a nossa normativa interna não tem projetados direitos supraindividuais. Estamos trabalhando nisso. Até agora, isso não representou uma limitação na Costa Rica, porque nós temos já vários processos, inclusive com respeito ao art. 53, em que, em matéria ambiental, várias comunidades se opuseram a projetos. Um deles vocês já devem conhecer, um projeto muito famoso, que foi o caso conhecido como Crucitas.

Nesse assunto, houve uma aprovação do estudo de impacto ambiental exigido na Costa Rica para esse tipo de atividades de impacto elevado e até de médio impacto. Mas, com a resolução da Primeira Sala da Corte Superior de Justiça, essa obra foi paralisada, porque o estudo de impacto ambiental foi negado, não foi aprovado. Isso mostra o grande poder dos juízes da Costa Rica na proteção do direito ambiental.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço à Ministra Damaris Vargas Vásquez, da Corte Suprema da Costa Rica, pela sua participação em nosso seminário.

Passo a palavra à Ministra Michelle Weekes, da Corte Suprema de Barbados.

V. Exª tem a palavra por cinco minutos.

A SRª MICHELLE WEEKES (Tradução simultânea.) – Bom dia a todos!

Primeiro, eu gostaria de agradecer aos organizadores pelo convite tão gentil para participar deste colóquio. Considero uma honra e um privilégio estar aqui com vocês todos.

Barbados é uma ilha pequena e um país em desenvolvimento, com uma população de aproximadamente 285 mil pessoas. Por causa do nosso tamanho, somos mais vulneráveis do que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maioria com relação às mudanças climáticas e, no nosso caso, com o componente adicional de que somos classificados como um país com uma quantidade escassa de água. Além dos dispositivos básicos de direitos humanos, nós não temos dispositivos específicos da nossa Constituição relacionados ao meio ambiente e não temos tribunais especializados para o meio ambiente.

Neste momento, a nossa carga de casos nessa temática não torna necessário haver um tribunal dedicado a esse tema. Contudo, desde a nossa independência, governos sucessivos de Barbados têm buscado proteger o meio ambiente, reconhecendo-o não somente como um grande recurso para as gerações futuras, mas também reconhecendo a necessidade de preservá-lo por meio de políticas e mecanismos de proteção, fomentando o desenvolvimento sustentável para gerações futuras. Para tal fim, um dos exemplos mais recentes do nosso envolvimento nesse sentido tem sido o nosso atual Primeiro-Ministro, que foi membro das Nações Unidas, no Painel de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Sustentabilidade Global. Em 2012, aquele painel apresentou o relatório "Povos Resilientes, Planeta Resiliente", um trabalho que foi apoiado pelo Secretário-Geral.

O papel do Judiciário é essencial como a maquinaria de cumprimento dessas políticas. Em qualquer legislação que tenha a intenção de proteger esse recurso, os membros do Judiciário têm poderes de reparação nesse sentido. Como exemplo, sobre o ato da poluição marinha, destaca-se que nenhuma pessoa deve lançar ou permitir que seja lançado qualquer contaminante para o meio ambiente que viole qualquer padrão aplicável a condições ou requisitos especificados neste ato ou regulações. E uma pessoa que entra em contravenção em relação à seção 1 é culpada de uma ofensa, de um crime.

Na seção 16, também, fala-se que: (1) qualquer um que cometa um crime com relação à seção 3 desse ato é responsável pela primeira convicção para uma multa ou até prisão de até cinco anos ou ambos, dependendo da situação, ou até mesmo uma multa maior e tempo de prisão maior, dependendo do ato. Qualquer pessoa que comete um crime previsto nessa seção também é responsável por qualquer tipo de sentença que possa chegar até US$400 mil de multa, ou até sete anos, ou ambos, ou também até US$200 mil, ou prisão por dois anos, ou ambos.

O cumprimento de tal dispositivo, por necessidade, requer um sistema de monitoramento eficiente, cuja previsão também é encontrada neste ato, nesta lei, que dá poderes ao chefe da divisão ambiental, ao diretor, assim como também aos inspetores de controle da poluição marinha, que permitem fazer com que seja conferida essa lei. O tribunal deve colaborar com esses oficiais para garantir que a aplicação adequada dessas proteções seja fornecida.

Além disso, sobre a zona costeira, a lei referente a este tema tem condições que proíbem certas ações que possam danificar os recursos naturais, acompanhadas também por penalidades.

(Soa a campainha.)

A SRª MICHELLE WEEKES – A seção 22 destaca que, do dia 1º de maio até 2000, qualquer pessoa que colha corais em Barbados ou na região de zona econômica para o propósito de comércio, ou para exportação ou importação – de qualquer coral ou qualquer item produzido parcialmente ou totalmente por coral –, é culpado de um crime. E a penalidade para tal é: (1) qualquer pessoa que cometa um crime, de acordo com o que está já dito pela lei ou nas suas regulações, está responsável por uma multa de US$200 mil junto a, quando aplicável, um valor equivalente à propriedade que foi apreendida, ou até cinco anos, ou ambos, ou até uma multa de US$5 mil e prisão por não mais do que dois anos, ou ambos. E, na seção 26, cita-se que qualquer pessoa que retire um pedaço de coral é culpado por um crime e também pode ter a penalidade de multa e tempo de prisão.

O monitoramento e a investigação são feitos por um diretor e inspetores da zona costeira e também incluem a necessidade de colaboração entre órgãos para facilitar as denúncias.

Essa legislação à qual me referi inclui a reparação que pode ser realizada. E também temos um ato administrativo que lida com a questão de revisão judicial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A tarefa de proteção do meio ambiente requer fiscalização e expertise. É uma área de especialização crítica, e os legisladores têm reconhecido isso. Para garantir que essas legislações importantes sejam implementadas adequadamente, existe uma colaboração entre os órgãos sempre para trabalhar com essa temática. Também devo acrescentar que, além da legislação que atualmente existe, temos dois atos na temática que estão atualmente sendo redigidos. O papel do Judiciário não fica sozinho nessa busca de proteção do meio ambiente. Dentro do escopo da proteção ambiental, o Judiciário é o último bastião de proteção, mas busca o cumprimento também. É reconhecido pelo Judiciário que o trabalho de campo e a educação são essenciais para garantir que o menor número possível de pessoas tenha que ser apresentada diante de um tribunal, para garantir que possamos evitar danos irreparáveis ao meio ambiente.

E, finalmente, totalmente sem conexão alguma a tudo o que eu acabei de falar, eu não poderia deixar de convidá-los todos a irem a Barbados. Tenho certeza de que vocês vão se apaixonar com o nosso povo e com a beleza do nosso país.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço à Ministra Michelle Weekes, da Corte Suprema de Barbados. Eu acho que todos nós aceitamos o convite de V. Exª para visitarmos seu país.

Passo a palavra ao Prof. Marcelo José Cousillas, da Universidade de Montevidéu, Uruguai. Com a palavra V. Exª por cinco minutos.

O SR. MARCELO JOSÉ COUSILLAS (Tradução simultânea.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Agradeço ao Senado brasileiro, à ONU Ambiente – sua divisão de direito ambiental – e ao Ministro Herman Benjamin o convite feito para participar desta oportunidade. Tenho um prazer especial porque eu não sou magistrado nem juiz, sou professor da Universidade de Montevidéu, no Uruguai, e assessor no Ministério do Meio Ambiente. Então, é um prazer poder falar com vocês dessa temática que vincula o direito em todas as suas expressões.

Eu vou tentar dividir a minha apresentação breve em duas partes: eu vou fazer uma referência ao regime constitucional e de direitos humanos e ambientais no Uruguai; e, depois, vou fazer algumas considerações com relação a uma perspectiva de fora do exercício da magistratura.

O Uruguai tem uma Constituição de 1967. Isso quer dizer que, originalmente, não se previa, de forma explícita, referências ao tema ambiental, mas houve duas reformas posteriores: em 1996 foi incorporado especificamente o tema ambiental no seu art. 47; e, em 2004, o direito de usar os serviços de água potável e saneamento foi incluído, depois de uma reforma constitucional que foi realizada após uma iniciativa popular. Ou seja, foram feitas assinaturas, e foi apresentado um referendo para se incluir o acesso à água no texto constitucional.

A referência ambiental na Constituição reformada declara que é de interesse geral a proteção do meio ambiente. Isto é, em termos constitucionais uruguaios, a proteção do meio ambiente está um pouco acima dos outros direitos fundamentais, salvo o direito à vida. A Constituição uruguaia estabelece que a lei, por razões de interesse geral, poderá limitar o exercício e o gozo de qualquer um dos direitos fundamentais, salvo a vida, justamente. O único tema, a única temática ou matéria que a Constituição expressamente estabelece que é de interesse geral é a proteção do meio ambiente. Daí vem o poder, a importância e a transcendência que o art. 47 confere à aplicação, desde o ponto de vista constitucional e o jurisdicional.

Não obstante, o artigo reúne pelo menos três das técnicas de incorporação das quais falava ontem Herman Benjamin, porque aqui é consagrado um dever, aqui é estabelecida uma espécie de princípio in dubio pro ambiente, ou seja, dando um plus à temática ambiental, e finalmente é incluído o acesso à água.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Não aparece especificamente o direito a gozar de um ambiente saudável na Constituição uruguaia, mas essa Constituição está filiada a uma tendência, a uma filosofia naturalista, em que os direitos são inerentes à pessoa humana e à forma republicana e democrática de governo, apesar de a Constituição não deixar isso explícito. E, concretamente, o art. 332 da Constituição diz que os direitos reconhecidos nela, de forma explícita ou implícita, e as faculdades e os deveres das autoridades públicas não deixarão de ser aplicados por falta de regulamentação. Isto é, a aplicação direta desses direitos está garantida a partir da Constituição em si.

O panorama jurisdicional do Uruguai...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO JOSÉ COUSILLAS – ... não é muito volumoso. Na verdade, existem poucos procedimentos que são seguidos em matéria ambiental e menos ainda aqueles que fazem referência a temas constitucionais relacionados ao meio ambiente. Contudo, tanto a doutrina quanto a jurisprudência já reconheceram, em ações de amparo em que existia a intenção de amparar os direitos fundamentais, ações judiciais de acesso à informação, a aplicação desses direitos, inclusive por legitimação de direitos difusos.

E, para concluir, eu gostaria de pontuar três ou quatro ideias de caráter geral que são tomadas da experiência uruguaia, mas que podem ser aplicadas em outras situações provavelmente.

Primeiramente, o desafio que nós todos temos, todos os estudiosos do direito, especialmente os magistrados, para dar maior valor ao caso concreto, isto é, a sentença, a atuação judicial tem o drama, digamos, do caso concreto, especialmente os regimes latino-americanos, especialmente os regimes que usam civil law, a sentença judicial é exclusiva.

Então, quando nós fazemos uma revisão, especialmente no nível internacional, e identificamos casos, vemos casos que são verdadeiramente épicos, nós precisamos nos perguntar: como nós podemos fazer para repetir isso e levar isso para outras situações? Isso demandou um exercício exclusivo, poderoso de um tribunal, mas precisamos encontrar formas de replicar isso, de que isso possa ser usado como um modelo, de forma que a lei, a norma jurídica possa também incluir essa experiência, que foi derivada daquela sentença judicial.

Eu acho que este é o segundo drama, o segundo desafio que é proposto aos juristas: a análise do caso concreto e a análise da decisão judicial; como fazer para que tenhamos uma adequada relação...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO JOSÉ COUSILLAS – ... entre a decisão judicial e a lei? Como fazer para que esses dois pratos de equilíbrio da Justiça, que implica que o juiz seja ativo, que não seja passivo, e que, ao mesmo tempo, não se transforme num juiz pretoriano, num juiz que acredita no direito sem uma base. E aí a criatividade – não a judicial, mas, sim, a criatividade da investigação – é essencial. Por isso, eu gostaria de concluir destacando a importância da formação e da educação – a formação dos juízes. Eu acredito que é altamente saudável a iniciativa da criação e de colocar em funcionamento o Instituto Mundial para o Meio Ambiente, mas também para os demais que estão operando a Justiça. Ou seja, a Justiça tem um conjunto de operadores; pensemos que os casos que chegam à Justiça chegam porque um advogado propôs aquele caso, e, se chega à Justiça e se houve uma falha, isso acontece porque existe um órgão administrador junto com o Poder Judiciário. Ou seja, todos os operadores precisam estar convencidos da plena necessidade de proteção ao meio ambiente.

E eu concluo com uma frase ou com um lema que eu escutei uma vez, aqui no Brasil, da OAB. Ontem estivemos, à noite, jantando na sede da OAB, e a OAB disse que, sem os juízes, não há Justiça; sem Justiça, não há democracia; mas, sem advogados, não existe a possibilidade de se apresentarem processos perante a Justiça.

Muito obrigado. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Quero agradecer ao Prof. Marcelo José Cousillas, (Fora do microfone.) da Universidade de Montevidéu, Uruguai, pela sua exposição.

E aproveito para agradecer a todos que nos honraram com as suas exposições, tanto os nossos facilitadores quanto os nossos debatedores, nesta 3ª Mesa Redonda, cujo tema é "Medidas Judiciais e seu Cumprimento", do Seminário "Constituição, Ambiente e Direitos Humanos", organizado pelo Instituto Global Judicial para o Meio Ambiente – com o Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

Então, agradeço a todos, e vamos encerrar essa 3ª Mesa Redonda, para que possamos iniciar a próxima.

Muito obrigado. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Vamos dar início à 4ª Mesa Redonda do Seminário "Constituição, Ambiente e Direitos Humanos".

Esta Mesa será presidida pelo Senador Fernando Bezerra Coelho. Ele está em uma sessão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e pediu-me para que eu pudesse fazer a abertura, para iniciar a Mesa Redonda, enquanto ele chega aqui para assumir a Presidência.

Então, para compor a nossa Mesa de exposições – a 4ª Mesa Redonda: "Próximos Passos, Conclusões e Recomendações" –, convido para tomarem assento à mesa os seguintes facilitadores: Profª Denise Antolini, Profª Erin Daly, Prof. Louis Kotzé, Arnold Kreilhuber e Prof. James May.

Iniciamos as nossas exposições pela Profª Erin Daly.

V. Sª tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Passo, então, a palavra ao Sr. Arnold Kreilhuber.

V. Sª tem a palavra por cinco minutos.

O SR. ARNOLD KREILHUBER – Muito obrigado, Senador.

Estivemos discutindo mais cedo, com os facilitadores desta reunião, que gostaríamos que esta reunião fosse interativa. Chegamos ao final desse colóquio sem ter dado um estudo de caso da Amazônia. Então, Senador, com a sua permissão, nós gostaríamos, na verdade, de ouvir do público agora. Assim, nós tentaríamos reagir aos comentários dos juízes que estão no público, com relação ao que faremos, agora, com os resultados desse colóquio.

E nos ocorreu também propor três maneiras de examinar esta reunião. A primeira seria começar com os desafios.

No último dia e meio, nós discutimos alguns elementos críticos, para fazer com que o constitucionalismo ambiental fosse operacional na América Latina e no Caribe. Discutimos questões procedimentais, legitimação, estabilidade, prescrição, acesso à Justiça, acesso aos tribunais, casos de ação, remediação; nessa última reunião, medidas judiciais. E pensamos que poderíamos refletir agora sobre essas questões, no sentido de quais são os desafios que nós identificamos, para que possamos anotá-los como resultados desse colóquio. Poderíamos, então, passar para as oportunidades.

Vocês devem concordar conosco que muitos de vocês já destacaram que há muitas oportunidades que surgem das apresentações dos países em que os juízes já forneceram contribuições tremendas, no sentido de assegurar que as pessoas desta região tenham uma maior oportunidade de exercer os seus direitos a um ambiente limpo e saudável. Poderíamos, então, discutir – e eu acho que isso é algo que muitas das organizações parceiras e o comitê de organização gostariam de ver – como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

que nós podemos apoiar vocês daqui em diante: quais são as ferramentas, quais são os recursos, como é que poderíamos melhorar interações como essa que nós tivemos, no último dia e meio, no futuro; o que vocês sugerem que façamos daqui para frente. Se concordarem comigo, poderíamos, talvez, pensar nestes três aspectos: quais são os desafios que restam, quais são as oportunidades que vocês veem na discussão que nós tivemos, e que apoio vocês precisariam receber e como nós poderíamos melhorar a maneira como organizamos iniciativas como este colóquio no futuro.

Então, Senador, se o senhor me permite, eu gostaria de abrir a palavra – e, por favor, não sejam tímidos. Esta é uma oportunidade para identificar os desafios, as oportunidades e as questões nas quais vocês precisam de apoio de qualquer uma das organizações que estão apoiando este colóquio.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Eu quero agradecer aos expositores e aos facilitadores também, que acataram a sugestão para que nós abríssemos a discussão não só para aqueles que estão participando deste colóquio, mas também para aqueles que estão acompanhando por meio do portal do Senado Federal. Podem também encaminhar seus questionamentos, como S. Sª bem colocou, sobre os desafios, as oportunidades e os apoios que nós vamos aqui poder debater.

Então, está aberto o debate. Aqueles que quiserem fazer uso da palavra podem se pronunciar.

Desembargador Antônio Prudente, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – Muito obrigado, Senador.

Uma grande preocupação da Justiça brasileira – e eu peço vênia aqui para falar em nome do nosso TRF da 1ª Região – é sobre o que pertine à tutela administrativa do meio ambiente, isto é, o Ministro Barroso fez uma colocação que nos desperta uma reflexão. Disse S. Exª que há muitas questões que não precisam ser judicializadas, ou seja, a Administração há de buscar a solução. Não há dúvida. A nossa Constituição do Brasil possui a melhor tutela do meio ambiente equilibrado. É uma Constituição que cristaliza todos os princípios dirigentes do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Já na norma matriz, diz o art. 225: "impondo-se ao poder público" – e aí estabelece o princípio da oficialidade: ao Poder Público, que não é só o Legislativo, nem é só o Executivo, mas também é o Poder Judiciário – o dever de preservar e defender o meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Nesse art. 225 nós temos o §1º, que trata da eficácia desse direito fundamental. Para a efetividade desse direito humano e fundamental ao meio ambiente equilibrado, diz a Constituição que compete ao Poder Público, em primeiro plano – porque a coletividade também tem a responsabilidade social de defender o meio ambiente, mas a Constituição dá ênfase à ação do Poder Público, para não ser omisso:

Art. 225. .....

§ 1º .....

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

Ou seja, só neste inciso I nós temos um desafio ao poder de Polícia Ambiental, do Poder Executivo, sobretudo, e especificamente através dos seus órgãos, que têm o dever legal, como o Ibama, o Instituto Chico Mendes e outros, de implementar as políticas públicas necessárias à defesa do meio ambiente.

O que me preocupa – e essa é a questão –, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, é que tramita nesta Casa, que zela tanto pela proteção do meio ambiente, um projeto de lei que trata sobre o procedimento do licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. E, numa leitura ainda que sumária desse texto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Presidente, eu verifico que o art. 3º do projeto diz o seguinte: "O procedimento de licenciamento ambiental especial orientar-se-á pelos princípios de celeridade, cooperação, economicidade e eficiência, com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável, por intermédio de empreendimentos de infraestrutura estratégicos." Ele esqueceu o princípio alfa, que é o princípio da precaução – sem precaução, não é possível atingir esses objetivos, Presidente –, exatamente através de um rigoroso Estudo Prévio de Impacto Ambiental, que leva a sigla Epia – o "p" é de prévio.

Eu tenho sustentado, mas não só academicamente, na universidade – pois fundei o curso de Direito da Universidade Católica de Brasília e tenho uma linha de pesquisa nessa direção, direito e sustentabilidade –, que essa sigla Epia também deve ser aplicada ao estudo póstumo de impacto ambiental, nas mesmas linhas e diretrizes das Resoluções Conama nºs 1 e 237, de 1979, porque falta essa cultura de interpretação sistêmica da legislação que protege o meio ambiente, como no caso, por exemplo, da maior tragédia do Planeta, que foi a tragédia de Mariana. O que nós tivemos ali? Sem dúvida, uma omissão do Poder Público gritante. Só Mariana, Senador, mereceria uma Lava Jato especial para saber como essas licenças foram assim dispensadas sem o rigoroso Estudo Prévio de Impacto Ambiental. E agora? Os juízes e o nosso tribunal ficam num impasse de como prevenir que esses danos não aumentem, como remover as consequências desse dano.

E se fariam necessários também estudos póstumos, com uma equipe multidisciplinar, não com um perito isolado, como se fosse periciar uma geladeira ou um carro velho. A perícia ambiental é uma perícia complexa. E aqui o projeto assim prevê.

Mais uma observação final: o que me preocupa também nesse projeto, Presidente, é o disposto no art. 9º, que mantém uma agressão ao princípio da proibição do retrocesso ecológico, que já se cristaliza no art. 11 da Resolução Conama nº 237, que aqui se repete, e que não pode se repetir nessas letras: " Os estudos ambientais necessários ao procedimento de licenciamento ambiental especial deverão ser realizados às expensas do empreendedor [...]".

Presidente, eu instalei a Justiça Federal no coração da Amazônia, em Santarém, e vi com meus olhos como o empreendedor leva os peritos do seu interesse, nos seus jatos, e ali servem uísque importado e seus pratos de lentilha. E é o perito servindo ao patrão. Falta exatamente o princípio da imparcialidade para uma perícia isenta em prol da defesa do meio ambiente. Enquanto o empreendedor financiar o seu empreendimento através de uma perícia comprada, nós não teremos como dar efetividade a esse direito fundamental ao meio ambiente equilibrado.

O que se propõe – e este é o momento – é que se estabeleça uma norma em que o empreendedor, sim, tenha o dever de financiar o projeto, mas há de se criar um órgão gestor imparcial, que não tenha nenhuma ligação com os interesses empresariais do empreendedor, para que essa perícia ambiental, que se materializa através de uma equipe multidisciplinar, possa efetivamente dar elementos ao órgão ambiental licenciador, para que o projeto seja efetivamente implantado e com o menor impacto negativo ao meio ambiente, que deve continuar sendo equilibrado e protegido. E é por isso que a Resolução Conama é expressa: ninguém tem direito a licenciamento ambiental; ninguém tem direito adquirido para agredir o meio ambiente.

São as observações que eu faço para uma reflexão no momento de se discutir e aprovar este projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço a V. Exª, Desembargador Antônio Prudente. O projeto a que V. Exª se refere está em discussão no Senado Federal. Ele será objeto, com certeza absoluta, de um aprofundamento em audiências públicas, que o Senado fará ao colocar em discussão o projeto a que V. Exª se refere. Mas V. Exª tem razão quando coloca aqui a sua preocupação com relação à questão do licenciamento desses projetos que estão sendo colocados em execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Quando da sua fala, da sua exposição, V. Exª se referiu à questão de Belo Monte, no meu Estado, nos Municípios de Vitória do Xingu e Altamira. Eu defendo que as condicionantes das obras que venham a reduzir o impacto precedam a implantação do projeto, porque elas servem exatamente para isto: para preparar aquela localidade, aquela região onde o projeto vai ser implantado, para que receba os impactos, e não como tem sido feito. Lamentavelmente, essas condicionantes, "quando" executadas – e eu coloco o "quando" apeado porque muitas vezes não o são –, quando o são, acompanham a execução do projeto, que tem uma velocidade maior do que as próprias condicionantes.

Então, acho que esse é um debate rico, que nós teremos de fazer aqui não só no Senado brasileiro, mas com toda a sociedade do nosso País.

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE (Fora do microfone.) – Para uma observação final, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Pois não.

O SR. ANTONIO SOUZA PRUDENTE – No caso de Belo Monte, houve uma agressão total ao devido procedimento legal ambiental, porque sequer a Convenção Internacional 169-OIT foi cumprida. A oitiva prévia das comunidades indígenas atingidas com o impacto de Belo Monte não se realizou, como determina a Convenção Internacional. E o estudo prévio de impacto ambiental, a rigor, não foi prévio; foi póstumo, através de uma empresa que o Ministério de Minas e Energia à época criou, como braço estendido do governo, para realizar o PAC, o Programa de Aceleração da então presidente da República.

Portanto, as consequências de Belo Monte estão aí. O dinheiro público que deveria ser destinado a Belo Monte merece aquela indagação cômica de uma rede de televisão com esta frase: cadê o dinheiro que estava aqui? E ninguém sabe explicar. Mas a Lava Jato, com certeza, vai identificar.

Só isto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Consulto os nossos facilitadores se querem fazer algum enriquecimento à fala, ao questionamento do Desembargador Prudente. (Pausa.)

A senhora, por favor, poderia se identificar ao microfone, para ficar registrado?

A SRª WENDY MARTINEZ (Tradução simultânea.) – Boa tarde.

Sou Wendy Martinez, da República Dominicana.

Obrigada.

Eu gostaria de fazer constar publicamente uma questão que temos discutido nos bastidores com os colegas juízes, para que eu não seja culpada ou responsável por omissão, que se trata de advertir os países aqui presentes quanto à probabilidade de que, no momento em que se estabeleçam jurisdições especializadas em meio ambiente, elas possam ser misturadas com outras matérias que acabam sendo praticamente incompatíveis com relação à natureza delas. Lembro que ontem nós falamos sobre a necessidade de educar, sensibilizar com relação à especialidade da matéria. Eu ouvi, como já disse, nos bastidores, que alguns países estão atribuindo competências a tribunais especializados vinculando matérias como meio ambiente e tráfico de drogas.

Eu acho que o que se tenciona criar com uma jurisdição especializada no meio ambiente seria contraditório se nós atribuíssemos também a esses tribunais competência sobre outras matérias que, apesar de terem um assunto em comum, são totalmente diferentes, como o tráfico de espécies, de animais. Temos que entender que são questões totalmente diferentes. Quando se faz um tráfico de coisas, de substâncias ilegais, naturalmente, há alguma semelhança, porque é algo que transita fora das margens da lei. Porém, mesmo assim, são coisas distintas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, essa é uma observação para países que já adotaram tribunais especializados e também é uma sugestão para aqueles países que não adotaram essa decisão. Talvez fosse um bom momento para repensar se, do ponto de vista da política judicial, seria conveniente realmente fazer esse tipo de junção de competências, de atribuições.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Desembargador Carlos Cuestas.

O SR. CARLOS HUMBERTO CUESTAS (Tradução simultânea.) – Boa tarde.

Sou Carlos Cuestas, magistrado do Tribunal Superior do Panamá.

Conforme disse a colega da República Dominicana, que não deveriam ser misturadas jurisdições de tribunais, existe outra tendência, em alguns governos, de criar jurisdições, mas não criar tribunais especializados e passar essas matérias para os tribunais ordinários. Isso produz não só uma saturação, uma carga de trabalho muito grande, mas, muitas vezes, os juízes também não estão preparados para analisar questões tão especializadas.

Então, eu tenho uma preocupação. Fico apreensivo quando vejo análises de impacto ambiental, porque, no final, terminam sendo mais análises burocráticas e não instrumentos de precaução para a tutela ambiental. Normalmente, são análises feitas por instituições que não são verdadeiramente independentes. A corrupção nos golpeia em todos os aspectos possíveis, e, às vezes, esses relatórios de impacto ambiental, na verdade, são requisitos que precisam ser cumpridos, mas que são só passageiros.

Proponho ainda a capacitação de juízes. As matérias analisadas são muito técnicas, e nós juízes – eu me incluo entre eles – não estamos sempre capacitados para analisar relatórios de impacto ambiental sem ter ao menos um protocolo; não algo que nos dê certeza absoluta, mas que, pelo menos, nos permita ter alguma seriedade na análise. Então, acho que essas questões devem ser consideradas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Por favor, identifique-se para registro.

O SR. JOSÉ LUIS CAPELLA (Tradução simultânea.) – Bom dia.

Sou José Luis Capella, do Peru, da Sociedade Peruana de Direito Ambiental.

Vou seguir a ordem do que foi pedido: os desafios, as oportunidades e uma lista das coisas a fazer.

O desafio apresentado ontem pelo Prof. John Knox com relação aos defensores ambientais me fez refletir sobre o primeiro estudo de caso que vocês apresentaram, sobre Paul Fabien e o complexo de La Hoya – vocês têm isso no livro, na p. 90, se não me engano.

Essas são pessoas que assumiram o papel de defensores ambientais e foram perseguidas, foram estigmatizadas e, às vezes, até assassinadas. O meu país é o quarto na triste lista de defensores ambientais que já foram assassinados. O papel que essas pessoas tiveram, no meu parecer, que foram colocadas na primeira linha de defesa, foi o de exigir ao Estado, tanto nos tribunais, como também em manifestações públicas, o cumprimento da relação entre direitos humanos e o meio ambiente. E a oportunidade que continua existindo é que eles vão continuar exigindo isso, porque os povos indígenas são afetados diretamente pela poluição, pela destruição das suas terras. São usuários da floresta que dependem diretamente do que, para nós, nas cidades é algo que está muito longe. Então, isso quer dizer que existe uma grande oportunidade e uma grande consciência dessas pessoas, que vão continuar naquela primeira linha de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

E o que devemos fazer, então, considerando essa reflexão sobre o papel do constitucionalismo e o meio ambiente?

É necessário que tenhamos mecanismos inovadores, que sejam suficientes e, sobretudo, que consigam entender bem esse problema pelo qual passam os defensores ambientais, para que não desincentivem o momento de iniciar a defesa dos seus direitos.

Vou explicar brevemente. Nós temos uma plataforma chamada Alerta Ambiental, que coloca os casos da Amazônia que estão recebendo apoio por uma clínica jurídica muito pequena. Mas a quantidade de pessoas que tem acesso a esses serviços é muito pequena e, como já falou o meu colega do Chile, a quantidade de advogados que querem defender essas pessoas, que têm esse interesse de defender os seus direitos, também é muito pequena, contra os direitos que têm diante de si, que não somente são das grandes corporações, mas também são da informalidade, da ilegalidade e da corrupção. O exemplo mais claro do meu país é o garimpo, o desmatamento por agricultura e também os desmatamentos para corte de madeira ilegal.

Então, é necessário empoderar esse defensores, com mecanismos que garantam o devido processo e que possam fornecer a proteção da identidade nos trâmites deles; o impulso de ofício, ou seja, dar legitimidade para poder fazer esse trabalho de forma ativa, ou seja, que os retirem de um processo que possa colocá-los sob perigo, tanto em termos de segurança, quanto da sua vida mesmo; e, finalmente, uma implementação efetiva, porque, como eles estão colocados nessa primeira fila de defesa, eles são expostos pelo fato de que, se o final daquele julgado for favorável, o cumprimento daquilo possa talvez até mesmo deixá-los numa situação ainda mais insegura.

Então, isso é um pouco para abordar os temas que foram apresentados.

A SRª ERIN DALY (Tradução simultânea.) – Obrigada.

Os comentários anteriores levantaram uma pergunta que eu tenho para vocês, na verdade; levaram-me a pensar numa pergunta, à medida que pensamos sobre isso, e talvez elaborar um pouco mais sobre exatamente o que foi dito agora há pouco.

Quando pensamos sobre esses comentários, acho que os desafios e as oportunidades do que estamos comentando não são somente sobre como proteger o meio ambiente, mas também sobre como proteger o meio ambiente no contexto dos direitos humanos. Então, temos que entender esses dois aspectos, nesse aspecto interdependente e indivisível.

Então, eu me pergunto se de repente poderíamos pensar sobre algumas perguntas que estão sendo propostas, sobre desafios e oportunidades, à medida que pensamos sobre o meio ambiente e a forma como ele tem um impacto sobre os direitos humanos, e como os direitos humanos impactam o meio ambiente também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – É sua a palavra.

Por favor, identifique-se para registro.

O SR. GUSTAVO ALANIS (Tradução simultânea.) – Obrigado. Boa tarde.

Eu sou Gustavo Alanis, sou do México, do Centro Mexicano de Direito Ambiental.

Na minha experiência pessoal, o que eu tenho visto é que grande parte dos problemas ambientais que nós temos tem a ver com o processo de avaliação ambiental e o impacto da poluição ambiental. E isso para mim tem a ver com uma série de aspectos. Primeiro, quem são os consultores? Quem são os assessores – se é que estão fazendo um bom trabalho ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Depois, eu diria que os bons são em menor número, e há os que são ruins, os que fazem um péssimo estudo de impacto ambiental. Então, primeiro precisamos nos questionar: quem está fazendo isso? Como fazem esses estudos? E se representam os interesses ambientais, os interesses de direitos humanos ou os interesses dos que estão promovendo – o interesse econômico, interesses políticos, interesses das pessoas que estejam ao redor desse instrumento. Quem é o responsável por dar uma autorização daquele impacto ambiental? Por exemplo, no caso do México, é uma pessoa, e eu considero que deveria ser um corpo colegiado, que fosse composto por técnicos, advogados, cientistas, que pudessem dar força a uma resolução em termos de impacto ambiental.

O ideal é que isso não chegasse ao Poder Judiciário, e é por isso que nós comentamos muito hoje sobre o aspecto de prevenção. Então, acredito eu que temos uma grande tarefa pela frente, para podermos melhorar e aperfeiçoar o instrumento da avaliação de impacto ambiental.

E para efeitos do PNUMA e de outros órgãos, como também acontece com outros assuntos e já foi feito no passado, minha sugestão nessa to-do list é que se pudesse elaborar um guia que pudesse servir de base, algum modelo de instrumento de avaliação de impacto ambiental moderno, que reflita as novas realidades que temos atualmente e que seja aplicável, obviamente dentro do contexto das condições particulares de cada país, para que não haja nenhuma desculpa ou pretexto como "ah, eu não sei", "eu não conheço", etc. Então, eu acho que isso pode ser uma tarefa bem relevante nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Senhora, por favor.

A SRª MARA ELISA ANDRADE – Boa tarde.

Meu nome é Mara Elisa Andrade, eu sou Juíza Federal na 7ª Vara do Amazonas, Seção Judiciária do Amazonas.

Eu gostaria, só como sugestão, de lançar um tema que me parece atual e desafiador para nós magistrados. Como bem colocou o Desembargador Souza Prudente, a tutela ambiental perpassa as três esferas de poder: nós temos a tutela administrativa, a tutela legislativa e a tutela judicial. Tem sido muito recorrente que as omissões dos Poderes Executivo e Legislativo deságuem em pedidos de implementação de políticas públicas ambientais pelo Poder Judiciário. Isso coloca os magistrados em uma posição de protagonismo, por vezes muito criticada, e com as limitações de custo do processo, de complexidade da matéria, de demora na elaboração para que o processo fique pronto à prolação de sentença; e depois vem a fase do cumprimento da sentença, com muitas barreiras orçamentárias, técnicas.

Então, eu gostaria de levar isso ao conhecimento dos senhores para que nós todos – juízes, professores, pesquisadores – possamos dar uma atenção especial a esse tema que vem crescendo. Eu mesma, no exercício da judicatura, com muita frequência recebo pedidos que resvalam justamente nesse ativismo judicial.

O SR. ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE – Senador, eu não quero abusar, mas V. Exª me permite?

Eu tive a honra de ter ouvido aqui a minha colega Juíza Federal do Estado do Amazonas. E diante, também, da observação da Profª Erin Daly sobre focar o direito ao meio ambiente sadio como um direito humano fundamental, isso é inquestionável. Mas quero registrar que uma Juíza Federal, sua colega, brilhante, inteligente e corajosa... Porque há um elemento que é metajurídico, Presidente, que precisa ser levado em consideração. O Prof. Dinamarco, que é um grande processualista, conhecido de todos aqui no Brasil e na América, diz uma grande verdade: não basta a tutela normativa que temos no ordenamento jurídico abstrato; é preciso que tenhamos juízes corajosos, independentes e com vontade de tornar efetiva essa tutela abstrata no mundo real.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Então, o que observo é o seguinte: essa juíza, que se chama – posso citar o nome com muito orgulho – Célia Bernardes, que está lá na Floresta Amazônica defendendo o meio ambiente, teve a coragem de, juntamente com outros segmentos em defesa do meio ambiente, denunciar as suspensões de segurança abusivas das presidências do nosso Tribunal, que, incoerentemente, ao criar as varas ambientais para proteção do meio ambiente, através deste instrumento fóssil da ditadura que se chama suspensão de segurança e que V. Exªs, aqui, nesta Casa congressual, têm o dever de abolir do ordenamento jurídico brasileiro – porque isso é que emperra, sobretudo, a proteção ambiental através de uma interferência monocrática e política de um presidente de um tribunal para anular a jurisdição protetiva do meio ambiente. Essa juíza foi à Corte Interamericana de Direitos Humanos e denunciou o Brasil. Isso merece louvores.

Portanto, o Brasil hoje responde perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos a uma representação da Juíza Célia Bernardes, juntamente com outros segmentos defensores do meio ambiente, pelos abusos praticados pelas presidências do nosso TRF da 1ª Região, que cassavam sistematicamente todas as decisões protetivas do meio ambiente nas varas ambientais.

Nós estamos num contexto delicado, V. Exª sabe, neste momento histórico. Eu acho que a força-tarefa Lava Jato está prestando relevantes serviços a este País, e vai também prestar esse relevante serviço de buscar as razões determinantes dessas medidas políticas abusivas.

Era esse registro que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Agradeço, Desembargador.

Passo a palavra ao Sr. Michael Wilson.

O SR. MICHAEL WILSON (Tradução simultânea.) – Obrigado e Aloha, Sr. Presidente.

Sou Michael Wilson, do Havaí.

Os comentários que foram feitos pelo Juiz Macias e pelo Sr. Capella, pelo Juiz Gustavo Alanis, do México, e pela Juíza Mara, da Amazônia, levantam a questão, que é constante, sobre os estresses dos juízes que enfrentam o Estado de direito ambiental.

Então, num futuro possível, numa reunião futura deste tipo, talvez com um instituto mundial para o meio ambiente, talvez pudesse haver um encontro com enfoque justamente nisto: os desafios para aplicar o Estado de direito ambiental. Porque acho que todos podemos dizer – e estamos de acordo nisto – que, nessas questões ambientais, para todos os juízes, como já foi comentado pelo Ministro Benjamin e por outros líderes também, a questão principal são as mudanças climáticas. E, pelo fato de que não temos muito tempo – 40 ou 50 anos – antes de chegarmos a uma etapa catastrófica com relação às mudanças climáticas, os juízes ambientais que precisam aplicar o Estado de direito vão se deparar com um estresse crescente, cada vez mais.

E esses defensores ambientais que estão sendo assassinados talvez se juntarão a eles, juízes. Então, eu acho que o fato de termos juízes corajosos no Brasil e que estão falando aqui agora sobre os tipos de estresse que estão vivenciando serviria como uma ideia para ocasionar uma outra reunião deste tipo, para abordar o estresse, os desafios dos juízes que estão aplicando o Estado de direito ambiental. Porque essas jurisdições, como comentou o nosso colega do Peru, onde há um perigo para a transparência, para a aplicação independente do Estado de direito, são uma ameaça fundamental globalmente, porque esses defensores que têm a coragem de ir se apresentar diante do tribunal são irrelevantes se não houver um juiz que esteja empoderado para tomar as decisões. Então, eu sugiro isso como um assunto para o futuro.

E agradeço a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Obrigado, Ministro Michael Wilson. (Fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

E passo a palavra à Ministra Damaris Vásquez, da Costa Rica.

A SRª DAMARIS VARGAS VÁSQUEZ (Tradução simultânea.) – Muito obrigada.

Em relação ao que foi comentado, acredito ser importante destacar o fato de que o aspecto orçamentário que foi mencionado antes, de como dar enfoque à transparência dos orçamentos, no caso dos poderes judiciários, muitas vezes os orçamentos não são dirigidos à matéria ambiental, especialmente naqueles países onde não existem os tribunais especializados, porque não existe uma consciência suficiente com relação ao tema.

Na nossa Casa é uma área estratégica dentro do plano estratégico institucional, mas isso não é "transversalizado" para o desenho do plano orçamentário. Isso não é estranho, porque existem outros aspectos transversais, como o gênero, que também às vezes não recebem essa presença em todas as áreas. Mas é importante haver esse enfoque. E talvez especialistas de universidades poderiam dar algum tipo de capacitação àqueles que têm que fazer a elaboração e a aprovação desses orçamentos, e assim poderíamos ter uma grande contribuição.

Outro aspecto essencial é que certamente muitos dos países que estão aqui representados, incluindo a Costa Rica, têm limites orçamentários. O Poder Judiciário da Costa Rica tem acesso a 6% do orçamento nacional. Por constituição política, foi estabelecido assim, e isso garante a independência do Judiciário. Não obstante, não nos dão os 6% totalmente, o que é insuficiente para todos os desafios que temos na matéria ambiental.

Eu acredito que as instituições nacionais e internacionais que estão aqui presentes e as universidades poderiam, junto conosco, buscar uma forma de colaboração. Não sei se em termos orçamentários, mas talvez de outras formas que possam materializar essa colaboração. Um exemplo disso – e nós temos observado neste e em outros foros – é que temos documentos muito importantes que estão sendo circulados em diferentes idiomas e que são essenciais que sejam conhecidos pelos juízes de todos os países, mas muitas vezes ficam somente naqueles idiomas, não são traduzidos para os outros idiomas que estão aqui representados. E é essencial que, quando uma universidade especializada ou algum instituto que esteja vinculado a isso elabora algum tipo de pesquisa, livro, artigo, tenha também esse compromisso de traduzir para os diferentes idiomas dos países que estão aqui representados ou pelo menos integrados àquele organismo que estamos criando agora, para que possamos ter algum tipo de padronização dos nossos conhecimentos, de forma tal que, em algum momento, consigamos diminuir a lacuna de conhecimentos que existe nos diferentes países.

Outro aspecto que eu acredito ser fundamental – eu já estou terminando – é que, no caso da Costa Rica – e imagino que seja comum em muitos dos países aqui presentes também – existem muitíssimas leis. No nosso caso, somente para recursos hídricos, temos mais de mil leis sem mencionar os decretos e regulamentos. Então, possivelmente isso dificulta, pois todos os julgadores precisam conhecer todas as leis internas, assim como as internacionais. Nós todos as conhecemos, mas essa normativa interna de cada um dos países seria um importante exercício da parte das universidades que estão aqui presentes e talvez, quem sabe, trabalhando com os diferentes países que estão aqui, criar algum tipo de documento por meio do qual possamos sintetizar essas normas jurídicas para que possamos ter maior clareza em como aplicá-las.

Existe um exercício que acredito que está sendo feito em alguns países. A Costa Rica tem uma Procuradoria Ambiental muito robusta para desempenhar esse trabalho no nosso Ministério Público. É um livro que nós temos com uma publicação bastante boa, no qual temos estabelecidas todas as leis que temos na matéria ambiental e como devem atuar os procuradores do nosso País em cada um dos crimes que estão ali. É como se fosse um guia, porque, na Procuradoria Ambiental, são cinco ou seis especialistas no tema, mas não há como cobrir o país inteiro. Então, com isso, eles conseguiram fazer com que os diferentes procuradores das diferentes regiões que nós temos – é um país muito pequeno, com muitas regiões pequenas – possam padronizar a sua forma de atuar. Certamente, nós não conseguimos fazer isso com cada judicatura, por independência judicial, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

seria de grande valor para nós poder contar com algum documento que possa delinear cada uma dessas leis. Cada país tem suas próprias leis internas, e acredito que, assim, podemos compartilhar muito do que já foi estabelecido e, assim, podemos fazer exercícios individuais por países com o compromisso dos que estão representando os nossos países, mas também com o apoio de vocês, que são especialistas das diferentes universidades neste modelo ou que também dão aulas de Direito Ambiental nas universidades dos nossos países.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Eu vou conceder a palavra a mais dois inscritos e lamentavelmente porque a discussão enriquece o colóquio. Mas nós estamos premidos pelo horário. Nós temos que encerrar esta mesa às 12h45 e convidar a todos para o almoço, que será servido no Restaurante dos Senadores, como o foi ontem, para que possamos retomar às 14h30, neste mesmo local, a sequência do nosso encontro.

Passo a palavra ao senhor que a solicitou e, depois, à Srª Denise. O SR. RAFAEL ASENJO (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Senador.

Brevemente, acho que uma das questões para a qual eu chamo a atenção, como foi mencionado agora, é a possibilidade de gerar, entre os países que têm jurisdições ambientais especializadas e aqueles que ainda não as tenham uma espécie de intercâmbio sul-sul, como é chamado em nível mundial, ou seja, que, entre os nossos países, geremos oportunidades de intercâmbio, desde endereços e nomes dos juízes e dos tribunais ambientais quanto dos tribunais comuns interessados nessas questões, gerando, quem sabe, um site na página web em comum para fazer esse intercâmbio de informação. Isso sem falar dos livros, porque os livros e os relatórios, tudo isso, costumam chegar para nós muito depois, além do que muito pouca coisa foi publicada até agora sobre a matéria de tribunais ambientais, de tribunais especializados ou interessados.

Em Santiago, no nosso tribunal, nós produzimos – e vamos distribuí-lo a todos os endereços que tenhamos – um material a cada dois anos, tradicionalmente. Nós já fizemos edições de 2014 e de 2016. Na verdade, é um fórum internacional sobre justiça ambiental, sobre questões de justiça ambiental. Tivemos em novembro de 2014 e em novembro de 2016 e esperamos organizar outro, em novembro de 2018.

Então, a publicação desse fórum, com todas as participações, está começando a ser distribuída. Começamos há poucos dias, em Santiago. Eu vou levar para casa os endereços dos interessados ou de todos os participantes. Vocês vão receber convites, no momento certo, a partir do ano que vem, para participarem em 2018. É uma oportunidade muito interessante de participar de um intercâmbio de questões fundamentais, com a participação tanto de tribunais especializados quanto de tribunais gerais que têm competências ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Denise Antolini.

A SRª DENISE ANTOLINI – Obrigada, Rafael, por seus comentários, e os comentários prévios nos levam à nossa questão final: quais são os próximos passos que vocês gostariam de ver, em termos de treinamento judicial?

Vou mostrar a vocês um panfleto e vou pedir para vocês que depois se dirijam para os seus comentários finais.

Cláudia, levante a mão, por favor.

Esse flyer é da Claúdia, que é sobre o Programa de Capacitação Internacional Jurídico sobre o Estado de Direito, que vai ser de 17 a 21 de julho. A última data para participar é 12 de junho, e isso vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acontecer muito logo. É um programa de capacitação judicial muito interessante. Todos nós estamos muito interessados em ajudar, seja por parte do PNUMA ou nas nossas várias universidades.

Então, vou terminar com um comentário sobre o novo Instituto Judicial Global do Meio Ambiente. Podem levantar a mão, por favor, os que participaram das reuniões nos últimos dias. Muitas pessoas desta sala participaram da reunião do Instituto, como o Ministro Benjamin e o Ministro Michel. Vários estiveram participando e lançando essa nova capacidade judicial que tem, entre outras diretrizes, fornecer capacitação para os juízes e fornecer ocasiões para que os juízes se reúnam. Eu sei que a tarefa de ser juiz, muitas vezes, é uma tarefa solitária, e nós estamos muito felizes de poder apoiá-los.

Obrigado, Senador. Obrigada, Senado, por ter-nos dado este local para nos reunirmos com os nossos parceiros e para dar o nosso apoio ao Judiciário, que é tão crítico.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB - PA) – Eu que agradeço a todos os senhores e senhoras que enriqueceram a todos nós aqui do Senado Federal pela participação neste colóquio.

É muito importante trocar experiências, e, como foi aqui colocado, fazer os debates pelos desafios e oportunidades que todos nós teremos no enfrentamento da questão ambiental.

Eu queria, ao finalizar esta quarta mesa redonda, deixar aqui, como já o fiz, os nossos agradecimentos ao Ministro Herman Benjamin, ao Senador Davi Alcolumbre, ao Senador Jorge Viana, e colocar – farei isso oportunamente ao Ministro Benjamin e aos Senadores – que possamos organizar um outro colóquio como este em que possamos ter a presença de todos os senhores na Amazônia brasileira. Eu quero colocar aqui o convite, e o faço em nome do Governador do Pará, Simão Jatene, para que possamos em breve, e dentro da organização e do tempo, ter a presença de todos na Amazônia, no meu Estado do Pará. E eu quero sugerir aqui, porque foi citada – acho que pelo Desembargador Prudente – a cidade de Santarém, no coração da Amazônia brasileira. Até por lá.

Muito obrigado. (Palmas.)

Eu estou sendo lembrado aqui para que solicite que vocês deixem, por favor, os fones da tradução simultânea sobre a mesa, porque eles serão redistribuídos.

(Reaberta às 11 horas e 26 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 51 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Boa tarde a todos.

Recebi a honrosa incumbência de retomar os trabalhos deste colóquio na ausência justificada do Presidente desta sessão, o eminente Senador Davi Alcolumbre, que mandou comunicar, com as escusas, que se encontra em votação plenária aqui, no Senado, não podendo se ausentar no momento. Ele solicitou, então, que os trabalhos fossem reabertos sob a nossa presidência, evidentemente seguindo a pauta normal.

Portanto, declaro reaberta a reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

A presente reunião visa à realização do colóquio judicial regional para a América Latina e Caribe, com o seguinte tema: "Constituição, Ambiente e Direitos Humanos – Prática e Implementação.

Para concluir essa fala introdutória, vamos apresentar aos ilustre participantes um breve vídeo produzido pela TV Senado exclusivamente para este colóquio, no qual conheceremos iniciativas desta Casa na área ambiental e a cobertura jornalística dos temas pelo programa Ecosenado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Gostaríamos de convidar para compor a Mesa a Srª Embaixadora Jacqueline Mendoza, Secretária-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – Venezuela; a Juíza Flávia Viana, Presidente da União Internacional de Juízes da Língua Portuguesa – Brasil; o Sr. Ministro Duberlí Rodriguez, Ministro-Chefe da Corte Suprema do Peru; o Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário Nacional para a Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente do Brasil; e o Sr. Ministro Éverton Lucero, Secretário Nacional para Mudanças Climáticas e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

Todos já a postos, nos seus devidos lugares, eu passo a palavra à eminente Embaixadora Jacqueline Mendoza para fazer uso do tempo regulamentar de sua exposição.

A SRª MARÍA JACQUELINE MENDOZA ORTEGA – Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer ao Ministro Benjamin por ter me convidado e ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente deste Senado.

Gostaria de agradecer também me permitirem falar em espanhol, a minha língua materna.

Srs. Senadores, distintos participantes, autoridades aqui presentes, para a Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é uma grande honra participar da abertura deste colóquio.

O bioma amazônico, visto da perspectiva da Pan-Amazônia, é, sem dúvida, um caso de estudo particular e fundamental, no que concerne ao desenvolvimento de normas e regulamentos das legislações ambientais dos países, em matéria de direitos humanos e de desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Com base nessa afirmação, em 3 de julho de 1978 – faz 40 anos –, na cidade de Brasília, os países da Bacia Amazônica – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – assinaram o que é reconhecido como o primeiro e único instrumento jurídico regional para a cooperação amazônica, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Esse tratado foi assinado pelos oito países, com o propósito comum de unir esforços que os países vinham empreendendo em seus territórios e entre si, para promover o desenvolvimento harmonioso da Amazônia, permitindo uma distribuição equitativa dos benefícios entre as partes contratantes, para elevar o nível de vida de suas populações, de modo a alcançar o pleno desenvolvimento dos territórios e das economias nacionais.

O Tratado de Cooperação Amazônica reafirmou também a soberania dos países sobre seus territórios e recursos amazônicos e entre os seus princípios diretores incluiu a preservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Desse modo, constituiu-se como um pioneiro, precedendo a instituição do conceito sustentável que depois veio a ser lançado amplamente na reunião da Rio 92 sobre desenvolvimento sustentável. Além disso, institucionalizou o processo de cooperação regional, criando, em 1998, em Caracas, por meio da Emenda do Tratado de Cooperação Amazônica, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com sede em Brasília.

Os principais aspectos através dos quais a Bacia Amazônica destaca sua relevância no âmbito regional e mundial, além da sua riqueza hídrica, são o potencial das florestas, sendo a Amazônia considerada a floresta tropical mais ampla do mundo e reconhecida também, amplamente, pela importância no equilíbrio climático regional, continental e global.

Devido ao fenômeno de evapotranspiração, que, nas palavras famosas do pesquisador brasileiro no INPE, funciona como uma bomba biótica, a Bacia Amazônica se caracteriza ainda pela existência de uma megabiodiversidade. É habitada por populações indígenas locais, que detêm conhecimentos tradicionais de valor estratégico para uso sustentável da biodiversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Além disso, produz 20% da água doce que vai em direção ao Oceano Atlântico. Tudo isso faz com que a importância do bioma seja inegável para o mundo. Em consequência, a participação ativa dos países- membros da OTCA nos diferentes fóruns internacionais e regionais sobre questões ambientais e desenvolvimento sustentável é fundamental. Do mesmo modo que nas conferências das partes nas convenções sobre diversidade Biológica de espécies de flora e fauna ameaçadas pelo comércio, pela desertificação e tantas outras... Mas recentemente nos tornamos também parte do fórum de acompanhamento regional da implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, sem mencionar a grande contribuição que a Organização tem tido no desenvolvimento e aprofundamento das legislações nacionais ambientais e de direitos humanos.

De forma a cumprir os mandados dos países-membros e respondendo ainda a todos esses compromissos internacionais em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, a Organização priorizou e definiu as ações que hoje executa, tendo como marco a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica aprovada pelos ministros de relações exteriores no ano de 2010. Nessa agenda, a Organização incorporou uma visão transversal e multissetorial de todos os programas, projetos e atividades que a organização desenvolve. Na questão de bosques, por exemplo, florestas, a Agenda Estratégica tem sido bem-sucedida com projeto de monitoramento da cobertura florestal, que produziu até agora quatro mapas regionais de desmatamento. Além disso, abriu o uso e mudanças no uso do solo. Entre outros resultados, teve também o Atlas da Vulnerabilidade, projetos pilotos, capacitação de pessoal técnico e especialistas nos nossos países.

A Organização apresentou ainda um relatório no último Fórum das Nações Unidas de Florestas sobre a situação atual das florestas amazônicas. E em poucos meses, teremos criado um mecanismo de cooperação para o controle de incêndios florestais na Bacia Amazônica.

Outra experiência regional que foi de grande benefício para a região foi a elaboração de projetos para o uso sustentável, iniciativas de uso sustentável dos recursos hídricos transfronteiriços da Bacia Amazônica, projeto que se caracteriza por ter um forte componente de cooperação Sul-Sul, graças a organizações de excelência do Brasil, como o BNDES, a Agência Nacional de Águas, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Na área da biodiversidade, nós estamos começando a implementação do projeto regional para a gestão, o monitoramento e o controle de espécies de fauna e flora ameaçadas pelo comércio.

A matéria de proteção dos direitos humanos conta com uma agenda indígena aprovada pelos países- membros, no marco da qual se executa programa regional para a proteção dos povos indígenas isolados, em isolamento voluntário e em contato inicial, que, na sua segunda etapa, focará questões de saúde de populações indígenas de fronteira na gestão de conhecimentos tradicionais.

Quanto ao tema saúde, melhoramos a capacidade do sistema de saúde para responder os riscos e ameaças ambientais derivados das mudanças climáticas, por meio do sistema de vigilância em saúde ambiental na Região Amazônica.

Com esse propósito a OTCA preparou um guida para adaptação aos riscos climáticos na Região Amazônica da perspectiva da saúde.

Dentro da organização, os países membros sabem claramente que através dessas iniciativas e através de uma visão integral compartilhada e integrada da bacia e do bioma amazônico, poderemos contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável para as populações amazônicas, ao mesmo tempo contribuindo para a manutenção do equilíbrio climático do Planeta.

Eu gostaria de agradecer a vocês pela atenção por terem me convidado para participar deste importante evento.

Obrigada. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Após a fala da eminente Embaixadora Jacqueline Mendoza... Vou passar a palavra ao palestrante seguinte.

Mas como estamos aguardando, a qualquer momento, o retorno do Senador Davi Alcolumbre e como terei que me ausentar deste plenário tão rico de conhecimentos, porque na minha mesa, no Tribunal Federal, está aumentando o número de liminares urgentes – tenho certeza de que muitas delas em defesa do meio ambiente –, eu só queria deixar aqui um registro porque não estarei presente na fala que, tenho certeza, será brilhante e proveitosa da nossa colega Juíza Federal Mara Elisa Andrade, que já sinalizou o enfoque que deve dar sobre a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil.

Quero deixar aqui o meu registro.

E a comunhão de sentimentos e de incentivo à implementação dessa política no Brasil, que só está no papel... Sobretudo, que esta Casa congressual possa riscar da lei federal que regula a Política Nacional de Educação Ambiental um dispositivo que nega vigência e eficácia à própria lei federal, quando diz que a educação ambiental não pode integrar o currículo regular de ensino no Brasil.

Ao contrário, deve integrar. Eu acho que retirando esse dispositivo negativo nós teremos condição de implementar a educação ambiental, desde o ensino fundamental.

Passo a palavra, agora, ao próximo palestrante, o eminente Ministro-Chefe da Corte Suprema do Peru, Duberlí Rodríguez.

V. Exª tem a palavra.

O SR. DUBERLÍ RODRÍGUEZ (Tradução simultânea.) – Boa tarde a todos e a todas.

Neste processo de constitucionalização dos direitos ambientais que se deu na América Latina e no mundo, a Constituição política do Peru, de 1993, no seu Capítulo do Meio Ambiente e recursos naturais, consignou no seu art. 68 o seguinte: "O Estado é obrigado a promover a conservação da diversidade biológica e das áreas naturais protegidas."

O art. 69 acrescenta: Desenvolvimento da Amazônia.

O Estado promove o desenvolvimento sustentável da Amazônia. E nessa direção foi expedida a Lei nº 26.000, sobre conservação e aproveitamento sustentável, biológica, e também a Lei Geral do Meio Ambiente.

Como nós sabemos, grande quantidade de florestas amazônicas que estão na nossa Amazônia, em particular no Departamento de Madre de Dios, no caso do Peru.

E aqui temos, no caso, um fenômeno de depredação, por exemplo, de madeiras de espécies tão valiosas como o cedro, a copaíba e outras tantas que estão sob ameaça de extinção devido ao corte ilegal, que adquiriu dimensões de crime organizado.

Nesse tema eu gostaria de falar para o auditório. Estiveram falando agora há pouco sobre os acordos que poderiam ser feitos, e eu acredito que valeria a pena remarcar o seguinte: assim como são protegidos os defensores de direitos humanos na América Latina, por exemplo a Corte Interamericana de Direitos humanos tem várias sentenças sobre a proteção de defensores dos direitos humanos, eu acho que também poderíamos apresentar, como tema para nossa agenda, a proteção dos defensores do meio ambiente amazônico. Ultimamente 122 defensores do meio ambiente foram assassinados na América Latina, somente em 2015. Entre as vítimas, indígenas da Amazônia, temos o líder ashaninka Edwin Chota, que foi assassinado em setembro de 2014 por traficantes ilegais de madeira no limite na Região Amazônica com o Brasil.

Também sabemos que a causa principal das mortes são os conflitos devidos às indústrias de extração. E aqui vale uma pergunta talvez um pouco de conteúdo político: quais são os modelos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento que os nossos países estão seguindo? Se eles são apoiados num modelo de extração e de importação, praticamente sempre essa será a causa dos conflitos sociais, e essas questões serão sempre com relação aos problemas ambientais, assim como temos problemas de garimpo atualmente.

Então, por isso Madre de Dios neste ano vai ter um Congresso Internacional de Justiça Ambiental em novembro, e esperamos que alguns de vocês possam nos acompanhar nesse congresso.

Setecentos e sessenta e cinco mil quilômetros de área verde, quase 1 milhão de quilômetros foram perdidos pela Amazônia nos últimos vinte anos. As guerras, os atentados terroristas, como aquele que aconteceu ontem na Inglaterra, e as crises políticas, sem entender que o problema mais sério que a humanidade enfrenta...

(Soa a campainha.)

O SR. DUBERLÍ RODRÍGUEZ – ... são as mudanças climáticas. E diferentemente de outras crises, isso afetará a todos, sem exceção. E é por isso que em dado momento nós poderemos dizer que somente quando a última árvore estiver morta, o último rio envenenado e o último peixe preso é que nos daremos conta de que o dinheiro não pode ser comido.

Todos nós temos direito de ser felizes, mas para isso depende que respeitemos o meio ambiente. O homo sapiens alcançou as proporções de uma praga. E se nós queremos sobreviver, nós precisamos mudar a nossa forma de viver.

Eduardo Galeano, que, recentemente, faleceu no Uruguai e era um pensador extraordinário da América Latina, dizia que, muito recentemente, nos demos conta de que a natureza se cansa de nós, seus filhos, e de que, assim como nós, ela pode morrer assassinada.

Para concluir, vou falar devagarzinho. Como a música do Panamá: aquele que não ama a Terra não ama a sua mãe.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Passo a palavra agora ao Dr. José Pedro de Oliveira Costa, Secretário Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA – Bom dia ou boa tarde a todos. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer o convite para estar aqui neste importante encontro. Minha tarefa é um pouco diferenciada daquela relacionada aos temas que me antecederam, principalmente do Ministro Rodriguez, porque vou falar um pouco de projetos do Ministério do Meio Ambiente relacionados a uma visão amazônica integrada. Eu gostaria de ser breve para possibilitar, inclusive, perguntas para, conjuntamente, discutirmos.

Desde que o Ministro Sarney assumiu o Ministério do Meio Ambiente, nós temos trabalhado na questão de corredores e de conectividade de florestas, que é uma das maiores preciosidades que ainda temos na maior parte da Floresta Amazônica. O grande problema é que nós estamos vendo, inclusive do lado brasileiro, seções enormes de florestas serem distanciadas sem que se preocupe com essa conectividade que passou a ser uma das preocupações fundamentais, inclusive, da própria Convenção da Biodiversidade.

Na última COP da Biodiversidade, que se realizou em Cancún, no México, nós tivemos, inclusive, como um dos resultados desse trabalho uma forte indicação da necessidade de trabalharmos a questão da conectividade como um todo, no mundo como um todo. E o Ministro Sarney, lá estando, fez um evento paralelo, que contou com a presença de, praticamente, representantes de todos os países sul-americanos, falando da necessidade de nós pensarmos essa questão de continuidade de uma forma continental. Ou seja, a Amazônia não pode ser separada. Os macacos não falam nem castelhano nem português. Então, eles têm que circular entre as diversas questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

E essa questão da conectividade, que já per se é crucial para a questão da proteção da biodiversidade, se transforma em mais grave ainda quando nós falamos em mudanças climáticas. A questão de mudanças climáticas está transformando, realmente, a situação da localização das diversas plantas e animais. Isso já está comprovado cientificamente. Essas plantas e esses animais terão que se deslocar, como já se deslocaram no passado, durante a última glaciação ou finalização dela, que ocorreu há cerca de 11 mil anos. Nós tivemos um grande deslocamento com a modificação de um aquecimento de cinco graus em todo o Planeta. Nós estamos falando agora numa possível elevação de temperatura de cinco graus no prazo de 100 anos, quando, na última glaciação, isso se passou em cinco ou seis mil anos.

Ou seja, as plantas e os animais tiveram tempo de se deslocar e de se aclimatar. E não havia barreiras entre elas. Agora, nós temos barreiras, temos cidades, temos estradas, temos campos, etc. Então, a manutenção especialmente em Norte e Sul de grandes corredores passa a ser uma questão crucial para que possamos proteger a nossa biodiversidade.

E, mesmo assim, os cálculos são bastante pessimistas. Ou seja, com cinco graus de diferença, a previsão é que venhamos a perder de 30% a 40% da biodiversidade mundial, o que é uma catástrofe sob todos os aspectos, inclusive sob o aspecto humano e econômico.

Nós já temos muitas experiências a respeito dessa questão de corredores ou de conectividade no Brasil, na América do Sul. Na América Central, existe El Corredor Pantera, que está há muito tempo sendo tocado. É um trabalho excepcional, que já deu alguns frutos e que precisa de muito mais energia ainda para se solidificar.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA – Nós temos a Cordilheira dos Andes, que é um corredor natural. Nós temos as nossas Serra do Mar e Serra Geral, que são corredores naturais, sendo que a parte brasileira já foi transformada numa reserva da biosfera. Existe um trabalho de 25 anos caminhando nessa direção, que está longe ainda de atingir os seus objetivos.

E, na Amazônia, nossos prezados queridos vizinhos colombianos já propuseram um grande corredor do Atlântico ao Pacífico, na Calha Norte, corredor esse de que nós temos falado quase semanalmente com os nossos amigos da Colômbia.

Terminamos semana passada aqui uma reunião com peruanos e colombianos a respeito da implantação do Programa Arpa, Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, exportando um pouco do conhecimento que temos e que tem sido bem sucedido.

Estamos trabalhando com o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, que é o mais distinguido centro de ciências que temos aqui.

Então, há muita coisa acontecendo. Só que nós precisamos trabalhar de uma forma mais integrada, com soma de esforços.

Quando se fala em corredores, em conectividade, não estamos falando apenas em biodiversidade. A floresta, os ecossistemas atuais têm muitas funções: a função de proteger e garantir a qualidade e a quantidade de água; a questão climática, fundamental; um arcabouço, enfim, uma âncora para as populações tradicionais, especialmente as populações indígenas; existe um fator cultural, um fator econômico e um fator político. E essas coisas todas juntas se transformam num elemento muito mais forte inclusive de justiça e de paz, porque nós temos condições de trabalhar essas coisas.

E esse trabalho não pode ser feito apenas pelo Governo. É um trabalho que deve ser feito pela sociedade, pela ciência, pelos cientistas, pelas ONGs. Nós temos trabalhos que estão relacionados hoje à Unesco, à União Internacional para a Conservação da Natureza, que, enfim, é uma das patrocinadoras deste evento. Temos cooperação internacional com o Global Environment Fund,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com o Banco Mundial, com o Funbio, que está aqui representado pela Rosa, que é uma experiência muito promissora brasileira.

Enfim, não há como dizermos que isso é um projeto. Isso, na verdade, é um programa. É uma forma de pensar. É uma forma de trabalhar. É uma forma de encarar a realidade. Nós temos uma necessidade de que esse trabalho seja feito da mesma forma como, na Revolução Francesa, se fez a Declaração dos Direitos do Homem. Nós temos que ter aqui a declaração dos direitos da conectividade. Ou seja, essa conectividade que existe na Amazônia em grande parte, mas está sendo perdida, precisa ser garantida pelo que nós já temos e recuperada em outros lugares. E nós temos, inclusive, na Amazônia já instrumentos.

A questão do compromisso de Paris e várias outras possibilidades financeiras falam em recuperação e restauração. Então, essa ideia de conectividade traz inteligência a que essa recuperação seja a mais propícia possível para a finalidade que se coloca.

Eu gostaria de pedir, se pudesse, eu trouxe três, quatro slides apenas para mostrar alguns trabalhos que nós estamos iniciando ou propondo na Amazônia – não sei quem é que ficou com o meu pen drive.

Por exemplo, nós temos aqui a foz do Rio Amazonas. Esse levantamento é extremamente preliminar, mas o que vocês estão vendo em amarelo aí é a grande barreira de coral, que já é conhecida há muito tempo, mas que está agora entrando num processo de discussão pela necessidade de que seja... Enfim, há petróleo, há explorações possíveis, então nós precisamos harmonizar a exploração desta área que nós estamos vendo aí amarela com o um uso que seja sustentável.

Eu gostaria de apontar para vocês que o que está em verde, são diferentes tipos de áreas protegidas, que já existem, que já estão consolidadas, e nós temos aí os maiores manguezais do mundo, a concentração maior de manguezais, e que adentra pela Guiana Francesa – apertei o botão errado aqui –, mas, em todo caso, dá para a gente ver aqui os manguezais e dá pra gente ver que isso daqui é um trabalho... Nós estamos pensando em fazer isso junto com a Convenção de Ramsar de áreas úmidas, de aves migratórias. Como vocês sabem, a maré nessa região é mais de oito metros, chega em alguns lugares, em alguns tempos, a mais de dez metros, ou seja, há uma grande plataforma de lamaçal extremamente rica, e isso tudo já está protegido em parte. O que nos está faltando é uma visão integrada de um trabalho comum tanto do País quanto do Continente. Então, quando a gente fala em conectividade, a gente está falando também em questões que são relacionadas ao ambiente marinho.

Aqui são detalhes mostrando os manguezais, onde eles estão, em vermelho. Aqui as áreas inundáveis, que, portanto, são extremamente aplicáveis à questão de uma visão Ramsar. Aqui uma primeira mancha ao longo desses corais para que a gente comece a negociar, já estivemos na Comissão Interministerial dos Recursos do Mar e com longas conversas para aprofundar. E esse tem que ser um trabalho de soma, não pode ser um trabalho de conflito também, tem que ser um trabalho pacífico, para usar o termo do que nós precisamos.

O outro trabalho em que nós estamos trabalhando, nós estamos mexendo aqui também, resultado de uma nova iniciativa do Programa Ramsar, que criou uma comissão amazônica há cerca de três semanas em Leticia, aqui na Colômbia. Nós temos, ao longo do Rio Negro, que está marcado em azul mais escuro, praticamente toda a sua calha já protegida por áreas protegidas de diferentes modalidades, de diferentes níveis: municipais, estaduais e federais. Existe já uma iniciativa, o Prof. Carlos Durigan, que está aqui, que é conselheiro da IUCN, participa disso, ele mora em Manaus, já temos várias conversas começadas e outras para continuar – não é, Carlos? –, em que a gente quer trabalhar isso de uma forma integrada, e, possivelmente, inclusive, incluindo a parte do rio que adentra até as reservas indígenas, e já tivemos uma conversa preliminar com a nossa Fundação Nacional do Índio. E também os colombianos Martin von Hildebrand, que o senhor deve conhecer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

já esteve aqui na semana passada nesta reunião, querendo conversar uma continuidade disso em território colombiano também, que, para nós, seria um prazer.

Outra iniciativa sobre a qual estamos conversando refere-se ao que temos aí marcado em uma mancha mais clara? é o que chamamos de Pantanal mato-grossense, El Gran Chaco, parte boliviano, parte peruano, e, em sua maior parte, brasileiro.

Seguindo para o norte e para o noroeste, nós temos a calha do Rio Guaporé, que faz a divisa do Brasil com a Bolívia, que é uma área extremamente rica em biodiversidade, é quase uma continuidade de um Pantanal, só que muito menos explorado. Na reunião que nós tivemos em Letícia, conversamos com os colombianos, que se mostraram muito interessados em fazer um trabalho conjunto. Então, nós estamos trabalhando essas iniciativas. Há outras, mas eu queria dizer que essas são as principais.

O que estamos buscando aqui é uma mudança de escala divisão, ou seja, nós precisamos começar a pensar nesses grandes blocos de uma forma que seja realista em relação a que essas áreas todas têm conectividades, problemas e soluções conjuntas. Não adianta resolvermos um problema, por exemplo, só do Parque Nacional do Pantanal, que está ali em vermelho, que hoje é um sítio do patrimônio mundial, porque ele depende de toda a bacia hidrográfica.

Então, o entendimento do trabalho, que passa a ser algo que nós temos que ter como um ideário, como uma ideia... A ideia da conectividade não é apenas uma realização, mas é um conceito que tem de ser admitido por todos, e a sua aplicação tem de ser discutida com todos, porque cada passo que se dá tem alguma implicação, favorável ou desfavorável, em diferentes setores da sociedade. Ele é político e também é um pacto que precisa, integradamente e juridicamente, de uma forma justa, satisfazer os anseios da sociedade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Passo a palavra agora ao eminente Ministro Éverton Lucero, Secretário Nacional para Mudanças Climáticas e Florestas do Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

O SR. ÉVERTON LUCERO – Muito obrigado, Sr. Desembargador Antônio Souza Prudente, por meio de quem cumprimento os demais colegas da Mesa. Senhoras e senhores, boa tarde.

Eu gostaria de começar a minha contribuição a este evento retomando a citação que foi feita pelo honorável Ministro Duberli Rodriguez do pensador latino-americano Eduardo Galeano, quando disse – repito: "A natureza se cansa e pode morrer assassinada". Essa percepção é especialmente válida quando nós passamos a estudar o caso específico do Bioma amazônico e a trazer um novo elemento à consideração, que foi mencionado pelo meu colega José Pedro, que é o elemento da vulnerabilidade desse ecossistema, desse bioma: a mudança do clima.

Muitos têm a noção de que, entre as principais fontes causadoras do efeito estufa planetário, está o desmatamento. De fato, no Brasil, pelo próprio perfil de emissões do País, em que temos, da parte de energia, geração de energia, uma matriz relativamente limpa com fontes renováveis, sobretudo de fontes hidrelétricas, desponta o setor de mudança de uso da terra e florestas como um dos três setores que mais contribuem para o perfil de emissões, para as emissões do País. Os outros são energia e agricultura.

Mesmo assim, é importante ter presente que, de acordo com a ciência no âmbito global, com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, a principal fonte das emissões, portanto, a principal causa da mudança do clima, do efeito estufa, é e continua sendo a queima dos combustíveis fósseis. Portanto, as florestas acabam sendo afetadas negativamente por emissões de outras fontes, por exemplo, energia, transporte, indústria, e isso nos coloca como questão absolutamente prioritária olhar para a floresta da perspectiva da capacidade adaptativa, de como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

floresta precisa se adaptar à mudança nos padrões climáticos. Se não fizermos isso, corremos o risco de ter uma perda considerável da cobertura florestal ao longo deste século.

Para olharmos essa perspectiva da vulnerabilidade das florestas à mudança do clima, é importante entender o que se considera, quais são os indicadores, digamos assim, dessa vulnerabilidade. Segundo a ciência, três são os principais indicadores: exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação.

O que indica a exposição das florestas à mudança do clima se revela em variação nos padrões de inundações e secas, mudanças nos padrões sazonais e interferências diretas do homem sobre o bioma, com alteração do uso da terra, com a poluição ou com a exploração de recursos de modo não sustentável, sobretudo recursos minerais, como também já foi mencionado por esta Mesa.

A vulnerabilidade no componente de sensibilidade diz respeito às próprias espécies que vivem na floresta, às condições do solo, à frequência de incêndios, à incidência de pragas, à fragmentação e à conversão de áreas florestais.

(Soa a campainha.)

O SR. ÉVERTON LUCERO – Por fim, a capacidade adaptativa é muito incerta diante dos dados de que a ciência dispõe até hoje, mas, provavelmente, não é suficiente para permitir que as florestas se adaptem aos níveis previstos de mudança do clima. Como o meu colega Zé Pedro falou, na perspectiva que esperamos não se concretize de haver um aumento tão drástico da temperatura média global até o final do século da ordem de cinco graus, isso seria um cenário devastador, completamente catastrófico, as florestas e os biomas, especialmente aqueles que dependem de maiores recursos hídricos, como o bioma amazônico e as espécies que o compõem, estariam seguramente ameaçadas.

Por isso, os nossos esforços no nível global, no âmbito da convenção-quadro da ONU sobre mudança do clima, que inclui a recente adoção do Acordo de Paris, recentemente ratificado por esta Casa do Congresso Nacional brasileiro, que está indicando um esforço da comunidade internacional para que esse aumento de temperatura, até o final do século, não exceda dois graus, com esforço para limitá-lo a um grau e meio, se possível, em relação naturalmente, à média da temperatura global no período pré-industrial.

Se olharmos apenas para o aspecto da seca, que é um dos indicadores dessa sensibilidade que mencionei, a possibilidade de que a mudança do clima possa aumentar a seca na Amazônia deve ser um motivo de grande preocupação para todos, por conta da consequência com relação ao aumento de incêndios, a destruição da floresta, induzida pelo próprio clima, ou mesmo a grande conversão de áreas florestais em cerrado, savana, com fortes implicações para o próprio clima global, desestabilizando ainda mais o balanço climático.

Aqui seria importante ressaltar também a importância de práticas locais e que envolvam o fortalecimento de instituições locais e regionais para o desenvolvimento de soluções localmente apropriadas. Nesse aspecto, acredito que há um interesse particular dos operadores de Direito no sentido de construir uma responsabilidade jurídica institucional pela adaptação da floresta, tendo em conta esse cenário possível. Existe ainda uma lacuna com relação a isso, e precisamos nos debruçar mais em desenvolver essas respostas que deem o embasamento jurídico necessário para promover a adaptação.

A melhor integração das políticas de adaptação e mitigação nas florestas é absolutamente necessária de forma integrada nos níveis local, nacional e internacional.

Aqui no Brasil, temos implementado algumas políticas, tomado algumas iniciativas, formulado soluções e discutido com a sociedade, com parceiros como promover a adaptação florestal, em particular na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A própria Organização do Tratado de Cooperação Amazônico, como ouvimos aqui da sua Secretária-Geral, tem ajudado nessa formulação ao reunir os diversos países da Bacia do Amazonas para a busca de soluções conjuntas. O Ministério do Meio Ambiente tem promovido uma discussão a respeito da conectividade de paisagens e corredores ecológicos, como nos foi apresentado aqui também pelo Zé Pedro. Não preciso mencionar, entrar em detalhes.

Estamos desenvolvendo um projeto de prevenção de incêndios com base em um projeto bem-sucedido de cooperação internacional com a Alemanha, que deve resultar na construção de uma política nacional de prevenção e controle de incêndios florestais.

Temos trabalhado também a questão da regeneração da cobertura nativa de vegetação. Entre as medidas que apoiarão a consecução da contribuição que o Brasil declarou ao Acordo de Paris, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030 para múltiplos fins e restabelecer 15 milhões de hectares adicionais de pastagens degradadas também até 2030, além de promover sistemas integrados de plantação agrícola, pecuária e silvicultura.

No momento, nos dedicamos a desenvolver uma estratégia nacional para apresentar à sociedade brasileira e ao resto do mundo como o Governo pretende levar adiante a implementação dessas metas. Essa estratégia está no momento, como eu disse, em formulação e em discussão justamente com os setores da sociedade interessados, por intermédio do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que institucionalmente faz essa relação do Governo com a sociedade. Temos consciência de que há custos associados a cada uma dessas ações e esses custos, diante de uma circunstância de limitação orçamentária, tivemos, como deve ser do conhecimento dos senhores, uma emenda constitucional que limita o aumento do gasto público pelas próximas duas décadas aqui no Brasil. Portanto, nós sabemos que esse quadro não permite que nós possamos contar com custos oriundos dos cofres públicos unicamente para implementar toda essa agenda necessária.

É preciso incentivar o estabelecimento de uma economia baseada na floresta, que valorize a floresta em pé e que valorize o recurso ambiental e os serviços que são prestados pela floresta, tanto para o clima, quanto para recursos hídricos, para agricultura e, portanto, para o Planeta.

Um estudo recente que foi encomendado pela coalizão Clima, Florestas, Agricultura, estima que a recuperação desses 12 milhões de hectares a que me referi até 2030 exigiria entre US$10 e 16 bilhões. Do ponto de vista de uma economia florestal, há duas formas de olhar para esse montante: como um custo, um ônus, ou uma oportunidade de gerar empregos, atrair investimentos, aumentar as receitas do próprio Poder Público e a arrecadação de impostos. Há uma indicação de que a implementação dessa agenda pode gerar até 215 mil empregos diretos no setor florestal.

Temos ainda a perspectiva de incentivar o manejo florestal sustentável como ferramenta útil, importante, para, por meio do georreferenciamento do aproveitamento dos recursos da floresta, combater práticas ilegais.

Para concluir, eu gostaria de dizer que a adaptação da floresta, em particular do bioma Amazônico, nos oferece, portanto, essa oportunidade para melhor gestão e conservação das florestas assim como as florestas fornecem os serviços essenciais do ecossistema que contribuem para reduzir a vulnerabilidade, a mudança do clima, não só da própria floresta, mas também da sociedade além da floresta. E aí cabe destacar o setor agropecuário, que depende da manutenção da floresta para obter os recursos da natureza que permitam a continuidade do próprio negócio.

Tais vulnerabilidades não resultam de uma relação causa-efeito direto do setor florestal. Precisamos lembrar, e reitero o que falei no início, que a principal fonte de emissões antropogênicas, causadoras do efeito estufa, continua sendo o uso indiscriminado de combustíveis fósseis, e essa é a principal causa que tem efeito sobre a vulnerabilidade das florestas.

Nós temos, no entanto, boas expectativas de que as vulnerabilidades das florestas serão reduzidas se o Acordo de Paris, a que me referi, for devidamente implementado e os objetivos de limitar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

aumento da temperatura forem devidamente cumpridos. A mobilização de fluxos financeiros adequados para a gestão florestal sustentável e para o desenvolvimento de uma economia florestal resiliente é, no nosso entendimento, fundamental para o sucesso desses nossos esforços comuns.

Por aqui encerro a minha participação e agradeço muito pela oportunidade de poder contribuir para essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Agradeço as ilustres presenças dos palestrantes neste módulo.

Seguindo a programação ainda, com a graça e a oportunidade que a providência ambiental me deu, nesta visão holística do meio ambiente – isso aqui também é meio ambiente congressual – recebi aqui a determinação de continuar com os trabalhos.

Neste momento, teremos 15 minutos para discussão.

Os participantes que quiserem colocar alguma questão dentro dessa temática têm a palavra.

Para quebrar a timidez, porque na verdade eu não a tenho, peço vênia, eu gostaria logo de fazer o encaminhamento, depois dessas falas ilustres sobre a proteção do bioma amazônico. E, na linha das conclusões do Acordo de Paris, COP 21 – o Ministro Lucero sabe o quanto lutamos para estar lá presentes, representando o nosso TRF da 1ª Região –, eu gostaria, com prazer, de dar essa informação aos ilustres participantes deste evento.

O nosso Tribunal Regional Federal da 1ª Região construiu uma jurisprudência, lamentavelmente equivocada, no sentido de incentivar o desmatamento ambiental na Amazônia, na medida em que os agressores da Floresta Amazônica, ilegalmente derrubando a floresta, através de serra elétrica, trator de esteira e caminhões que transportam – a doutora sabe muito bem, os colegas da Amazônia – ilegalmente a madeira assim obtida... O nosso TFR nomeava, como fiel depositário, o próprio agente criminoso dos instrumentos do crime ambiental. E nós agora chegamos a uma reformulação dessa jurisprudência.

Não é possível devolver a arma do crime ao agressor ambiental, porque ele vai voltar a delinquir, vai voltar exatamente a derrubar a floresta. E assim temos, acredito, dado um basta a essa atividade que contribui sobremodo para o aumento do desmatamento da Amazônia e para o desequilíbrio climático do Planeta.

Portanto, aos senhores gostaria de aqui, ao fazer essa comunicação, já deixar o espaço aberto para outras perguntas. Fiquem à vontade.

Pois não, doutor, com a palavra.

O SR. PAULO ANAISSE – Eminente Desembargador, apenas complementando o que o senhor acabou de mencionar, gostaria de lembrar que a jurisprudência também do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é no sentido de que, se o instrumento utilizado na prática da infração ambiental não tiver sido apreendido em reincidência ou ainda a sua utilização não se dê unicamente para a atividade realizada da infração ambiental, a determinação inclusive é da liberação do bem apreendido administrativamente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Souza Prudente) – Essa era a jurisprudência dominante. V. Exª tem razão. E mudamos exatamente por isso, porque ninguém adquire um caminhão para declarar no órgão de trânsito que está adquirindo o caminhão para praticar crime ambiental. Portanto, essa premissa de que é necessário identificar a vocação do instrumento para o crime ambiental não se sustenta.

Ademais, a legislação ambiental é clara: o órgão de fiscalização ambiental deve nomear como fiel depositário pessoa idônea. Para ser fiel depositário tem que ter idoneidade, e não colocar uma serra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

elétrica ou um trator que derruba floresta nas mãos de um infiel depositário, que vai voltar a delinquir.

Então, essa é a nova jurisprudência da Corte. É exatamente isso que estou comunicando a V. Exª, e essas decisões estão sendo veiculadas agora na nossa Revista do TRF. Contamos com a reflexão também dos ilustres magistrados da Amazônia que aqui estão presentes.

Muito obrigado.

Os senhores têm a palavra. (Pausa.)

Então, se não há mais perguntas a serem formuladas, nós vamos dar um intervalo para o cafezinho. E, às 16h15, retomamos o trabalho. Espero que esteja aqui na direção dos trabalhos o seu titular. Se não estiver, eu vou deixar as minhas liminares aguardando um pouquinho, trabalharei mais um pouco durante a noite, e estarei à disposição da Presidência desta Casa.

Muito obrigado.

(Reaberta às 14 horas e 48 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Passamos agora, senhores, à última mesa redonda desse colóquio, com a temática sobre desenvolvimento ecologicamente sustentável, áreas protegidas, reservas indígenas e outros instrumentos legais: uma análise comparada.

Convido para tomar assento à Mesa Diretora dos trabalhos o eminente ex-Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Dr. Sammy Barbosa Lopes; também o Sr. Ministro Pablo Tinajero Delgado, da Corte Suprema do Equador; o Sr. Ministro César de las Casas, Diretor Executivo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica do Peru; o Dr. Cláudio Maretti, Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Considerando que o Sr. Presidente do Instituto Colombiano de Direito Ambiental está com o voo marcado praticamente nesse horário próximo, vamos inverter a ordem das falas nesta pauta, e eu vou passar logo a palavra a S. Exª o Dr. Luis Fernando Macias para se pronunciar.

O SR. LUIS FERNANDO MACIAS (Tradução simultânea.) – Boa tarde. Muito obrigado, Antonio, Cláudia e a equipe das Nações Unidas no Quênia pelo apoio na parte logística, e muito obrigado, Sr. Presidente, por me permitir falar antes.

Brevemente, a Colômbia, neste assunto de áreas protegidas ambientais territórios indígenas, desenvolvimento sustentável, é um país que tem uma certa tradição.

Eu vou fazer uma leitura prévia de um texto que, sempre que eu leio, me surpreende bastante. É um autor – em breve vou dizer quem é – que começa o texto fazendo referência a todo o problema do desmatamento, ao problema das águas, da instabilidade, para dizer o seguinte: as considerações anteriores não foram atendidas entre nós, e nós procedemos nesse assunto com uma grande imprevisibilidade. Temos acabado com o nosso patrimônio e, com essa conduta, temos perdido o vínculo de solidariedade com as gerações futuras. O desenvolvimento sustentável fica muito claro, mas o interessante é que isso foi escrito em 1897, por um jurista colombiano, fundador de uma universidade, em um texto que se chama: "A história e a propriedade privada na Colômbia". Foi escrito naquela época.

Nós mostramos, assim, como a Colômbia tem uma tradição no assunto. Lá para os anos 40, foi declarada uma reserva natural protegida na zona amazônica do país, chamada de Macarena. No ano de 1959, com a Lei nº 2 daquele ano, foram criadas reservas florestais em boa parte do país. Essas reservas florestais foram criadas e também parques nacionais naquela época. E, nos debates relativos a essa lei, se fazia referência a um aspecto: a necessidade de se preservar uma parte do território do país do processo de colonização que estava ocorrendo. Aquela época foi o começo de um período muito específico do país, um período de violência entre os liberais e conservadores, que terminou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mais ou menos naquela época. E, nesse momento, gerou-se uma abertura para se falar nesse tipo de assunto.

No ano de 1974, foi emitido o Código de Recursos Naturais Renováveis, consagrando as reservas florestais e as áreas de manejo especial. Essas áreas de manejo especial, posteriormente, com a Convenção de Biodiversidade, vimos que tinham as mesmas finalidades, as mesmas características que essa convenção. As áreas de manejo especial são todas aquelas que formam o sistema de parques nacionais especiais na Colômbia. Foram estabelecidos distritos de manejo integrado ou de gestão integrada, que são uma maneira de fazer o ordenamento do território, e também distritos de conservação do solo, áreas de recreação, e também de ordenamento de bacias.

Isso tudo foi criado e, depois, em 1991, com a Constituição, esses princípios que estavam no Código de Recursos Naturais passaram a ter um status constitucional. Através de cerca de 90 artigos, foi instituída uma série de disposições ambientais que protegem a biodiversidade do país, os recursos naturais do país, os parques naturais, e também concedem aos povos indígenas o direito de administrarem os seus recursos naturais.

Além disso, em consequência desses princípios e do fato de a Colômbia ter criado uma Constituição que faz referência específica a um Estado pluralista e democrático, a Colômbia também garantiu os direitos de comunidades afrodescendentes, como a comunidade raizal – de uma ilha específica, que talvez vocês conheçam –, e também foi instituída uma lei para os ciganos, os rom.

Houve sentenças a respeito dos direitos de consulta das comunidades indígenas. Os direitos das comunidades indígenas foram sustentados pelo Tribunal Constitucional, dizendo que a consulta prévia é um dos principais instrumentos internacionais para enfrentar a discriminação e promover a sobrevivência das comunidades étnicas, além de garantir a preservação dos recursos naturais por parte das comunidades.

O Tribunal Constitucional também proferiu sentenças com relação às áreas protegidas da Colômbia. Mais recentemente, no ano passado, emitiu uma sentença protegendo os umidais, as terras úmidas. E o mais interessante é que, com relação às atividades de mineração e de exploração de madeira, estas não seriam aceitáveis nessas áreas, porque iam contra a proteção ambiental, e a proteção ambiental deveria vir sempre em primeiro lugar. Portanto, não poderia haver exploração de hidrocarbonetos e mineração nessas áreas – não a exploração de madeira, mas sim de hidrocarbonetos.

Assim, a Colômbia vem fazendo muitas coisas. E isso, é claro, acabou tendo efeitos nos investimentos estrangeiros.

Mas há outro aspecto. Esse equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento tem gerado alguns conflitos nas comunidades. Fala-se que não existem garantias de investimento, mas, por outro lado, se diz muito que a proteção ambiental, como eu já disse, deve vir em primeiro lugar. Há setores da comunidade que se organizaram para fazer consultas populares e proibir as atividades de exploração de petróleo ou de mineração em seus Municípios. O argumento contrário a isso é que o subsolo é da nação, mas o tribunal reconheceu às comunidades o direito de decidir quanto a isso; de decidir se querem ou não proibir esse tipo de exploração.

Agora, é muito importante dizer que a Colômbia está, neste momento, em uma fase pós-conflito. Então, existe uma série de leis sendo estabelecidas com relação à ocupação do território, com relação a projetos agrícolas e com tudo o que tenha a ver com o processo de paz; um processo de paz que tem também muitos inimigos e que está também debilitado, pelo fato de que o tribunal teve, recentemente, uma grande mudança de magistrados, o que atrapalhou as coisas. Muitas terras que antes não podiam ser passíveis de desenvolvimento hoje foram abertas para serem exploradas economicamente, já que o processo de mobilização que existia do grupo armado, que não existe mais, agora permite que isso aconteça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

A Colômbia tem muitos desafios nesse assunto; desafios que são aqueles do desenvolvimento sustentável num momento particular da história do país. Depois de 50 anos, o país está tentando conseguir viver em uma situação de paz, em que, justamente, o desenvolvimento sustentável será o grande desafio. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Dr. Samy Barbosa Lopes.

O SR. SAMY BARBOSA LOPES – Muito boa tarde a todos, senhoras e senhores.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do eminente Desembargador Federal Antonio Souza Prudente, e dizer, Sr. Presidente, da enorme satisfação de estar aqui, nesta tarde, tendo a oportunidade de participar de um evento dessa envergadura, de dimensões internacionais. Eu não poderia, então, deixar de agradecer ao Senador Jorge Viana, Senador pelo meu Estado, o Acre, formulador do convite, e também ao meu amigo dileto, pessoal, e professor Herman Benjamin, uma personalidade de amplitude internacional na defesa do meio ambiente, na difusão do direito ambiental.

Eu fui incumbido também, agora há pouco, por telefone, da missão de apresentar as escusas do Senador Jorge Viana, que, dado o momento particular por que o País atravessa, foi convocado para uma reunião de urgência e pediu que eu manifestasse estas escusas, esta justificativa de sua ausência neste plenário.

Eu penso, Sr. Presidente, que o convite que me foi formulado para estar aqui nesta tarde e falar a uma plateia tão seleta quanto esta se deva ao fato de vir eu de um Estado que está no coração da Amazônia, o Acre, que é um Estado eminentemente florestal. Praticamente 90% do território do Estado do Acre é ainda de cobertura florestal originária. Trago, portanto, em brevíssima participação, alguns pontos de reflexão a partir desse olhar de alguém que vive a realidade amazônida, alguém que vivencia as dificuldades, os dilemas aqui debatidos ao longo deste profícuo evento.

Um desses pontos de reflexão me parece que emerge de forma muito clara, ao longo de todo este evento, que é o fato de que o problema crucial do Brasil não está na ausência, na escassez ou na baixa qualidade dos nossos marcos legais em questão ambiental, mas no desafio diário de executá-lo, de se fazer cumpri-lo, em um País que já nasceu como colônia de exploração de suas riquezas ambientais, por parte da metrópole europeia, e se desenvolveu a partir de um modelo de latifúndio, as capitanias hereditárias.

Diante disso, nós temos diversos desafios, e eu apontaria, para reflexão deste seleto Plenário, dois, como ponto de partida. O primeiro é enxergar e fazer ver-se a floresta não como um obstáculo ou empecilho ao desenvolvimento, como alguns apontam, principalmente aqueles ligados ao agronegócio, mas, pelo contrário, como uma grande riqueza...

(Soa a campainha.)

O SR. SAMY BARBOSA LOPES – ...como um grande patrimônio, fonte de riquezas, principalmente para um Estado pequeno, pobre, distante dos grandes centros produtores, dos grandes centros consumidores, dos grandes centros de poder, como é o Estado do Acre. A floresta vista como um diferencial estratégico que só nós possuímos. Temos lá o maior manancial do Planeta em termos de água potável; temos lá, como já foi mencionado hoje pela manhã pelo eminente Ministro Luís Roberto Barroso, fontes de energia renovável, de energia limpa.

Outro desafio, Sr. Presidente, não menor que esse, com que nós, principalmente na instituição que eu integro, o Ministério Público, nos deparamos diariamente e que constitui o grande dilema,...

(Soa a campainha.)

O SR. SAMY BARBOSA LOPES – ...quando tratamos desse tema, é garantir cidadania e oportunidades às populações tradicionais que residem, historicamente, no interior da floresta e vivem em perfeita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

simbiose com ela: índios, ribeirinhos, seringueiros... Hoje pela manhã, o Ministro Barroso, na aula magistral com que nos brindou, proferiu uma frase, que eu pincei, no sentido de que demarcar terras indígenas – disse o Ministro da nossa Suprema Corte – tem relação direta com a preservação ambiental.

Outras preocupações, Sr. Presidente, que foram mencionadas ao longo deste evento e que dizem respeito diretamente à história do Estado do Acre e também à nossa atuação institucional referem-se aos assassinatos de ambientalistas. No Estado do Acre, nós tivemos um fato histórico, que foi o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, que repercutiu internacionalmente. E eu tenho atuado, principalmente ao longo dos anos 90, na atuação de combate a grupos de extermínio, que existem naquela região da Amazônia, desde o final dos anos 70 aos anos 90, notadamente como efeito colateral da transição do modelo econômico do extrativismo vegetal para a pecuária na Amazônia. Então, esse é um ponto muito sensível para a Amazônia, muito sensível para o Estado do Acre e, de forma muito particular, muito sensível ao Ministério Público.

Outro ponto de preocupação que também foi mencionado ao longo deste evento diz respeito às perspectivas atuais, nesta quadra da história, de visível retrocesso em diversos temas e em diversos setores. E aqui eu elencaria, apenas a título ilustrativo, a questão indígena, a demarcação de terras indígenas, a ampliação da fronteira agrícola no nosso País, e principalmente o avanço da monocultura na Amazônia, que são temas com que nós nos temos deparado diariamente naquela região.

Então, são esses os brevíssimos pontos de reflexão que eu traria como uma modesta contribuição a este brilhante evento, mais uma vez agradecendo o convite e a oportunidade, em nome do Ministério Público do Estado do Acre, em nome de todo o povo do Estado do Acre.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Concedo a palavra ao eminente Ministro Pablo Tinajero Delgado, da Corte Suprema do Equador.

O SR. PABLO TINAJERO DELGADO (Tradução simultânea.) – Obrigado, Sr. Desembargador. Muito gentil.

Antes de mais nada, boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer o convite que foi feito para participar deste evento importante. Eu tenho certeza de que ele é de benefício para todos que estão aqui presentes.

Pediram-me que fizesse uma breve análise da situação do Equador com relação às áreas protegidas e aos territórios indígenas. Então, devo começar dizendo que o Equador é, eu acredito, um dos pioneiros da América do Sul e talvez do mundo a consagrar na Constituição os direitos da natureza. A nossa Constituição, em 2008, aprovada por consulta popular, nos arts. 71 a 74, desenvolve os direitos da natureza.

Devido ao tempo e ao espaço que temos aqui, não posso me deter em cada um desses pontos, mas posso destacar alguns dos pontos que eu considero os mais importantes, entre eles: o respeito integral à existência, à manutenção e à regeneração dos ciclos vitais, às estruturas e funções de processos evolutivos; o direito de toda pessoa, comunidade, povo ou nacionalidade de exigir o cumprimento dos direitos da natureza; o direito da natureza à restauração, independentemente da obrigação do Estado; e os aspectos particulares de indenização. Assim também, o Estado tem a obrigação de estabelecer os mecanismos mais eficazes para alcançar a restauração, assim como de adotar as medidas adequadas para eliminar ou mitigar as consequências ambientais nocivas. Assim também, é obrigação do Estado aplicar medidas de precaução e restrição de atividades que possam levar à extinção de espécies, à destruição de ecossistemas ou à alteração permanente dos ciclos naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Também devo referir-me ao fato de que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades têm o direito de se beneficiar de um meio ambiente e das riquezas naturais que os permitam viver bem. Hoje de manhã, se não me engano, falaram sobre Pachamama, que é uma visão das nossas comunidades e povos indígenas com relação ao mundo. Sobretudo, eu gostaria de destacar um fato muito importante: as comunidades indígenas, nas nossas culturas ancestrais, não podem olhar para o mundo e a natureza sem considerar o homem dentro dela, e eu acredito que no mundo ocidental – com todo o respeito eu digo isso – nós nos afastamos desse conceito. Às vezes, vemos a natureza avessada ao homem, sem considerar que nós somos parte dessa natureza.

Também é necessário referir-nos ao fato de que os serviços naturais não são suscetíveis à aprovação. Então, com relação aos territórios indígenas, também a Constituição inclui certas normas, entre elas os direitos da propriedade comunitária e suas características de serem inalienáveis, imprescritíveis.

As terras comunitárias são isentas de pagamentos de impostos e taxas. Um fato e uma obrigação muito importantes que são estabelecidos pela Constituição se referem à consulta prévia, livre e informada sobre toda ação que afete os recursos não renováveis e que possa afetar, seja de forma ambiental ou cultural.

Adicionalmente, com relação aos territórios indígenas e ancestrais, há obrigação de conservar e promover as práticas de manejo da biodiversidade e seu entorno natural, há proibição de serem retiradas de suas terras ancestrais os povos indígenas e as comunidades indígenas. E também há obrigação de manter, proteger e desenvolver os conhecimentos coletivos, a sua ciência, tecnologias e conhecimentos ancestrais.

Um dado muito interessante e muito importante é o fato de que, no dia 12 de abril de 2017, isto é, há pouco mais de um mês, foi publicado no registro oficial, no Diário Oficial, o novo Código Orgânico do Meio Ambiente, que basicamente estabelece o novo regime ambiental num único corpo legal. E, evidentemente, desenvolve esses conceitos, esses princípios que eu rapidamente mencionei aqui, constitucionais, na legislação.

O nosso Código do Meio Ambiente, nos seus arts. 37 e 54, estabelece principalmente um sistema nacional de áreas protegidas, como funcionam esses sistemas nacionais de áreas protegidas, os objetivos, os princípios, a forma de declaração das áreas protegidas, as categorias de manejo, as ferramentas para sugestão e, adicionalmente, estabelece quatro subsistemas, que são o subsistema estatal, o subsistema autônomo descentralizado, o subsistema comunitário e o subsistema privado. Assim, também regula a delegação de áreas naturais, a participação e a coordenação com a comunidade e com a população, a expropriação e a proibição de invasões; o regime de propriedade e posse estabelece um registro, um cadastro de áreas protegidas.

E três aspectos que eu acredito serem muito importantes na prática: tudo que se refere às atividades de turismo e lazer em áreas protegidas; a realização de obras, projetos ou atividades públicas de forma geral nessas áreas protegidas; e também a proibição de atividades extrativistas.

Para concluir essa minha rápida intervenção, não posso deixar de me referir a um fator muito importante: quinta que vem, depois de amanhã, no dia 25 de maio, nós estaremos cumprindo no Equador o primeiro ano do aniversário da vigência do nosso Código Orgânico Geral de Processos. Esse Código Orgânico Geral de Processos substituiu todas as normas processuais vigentes no Equador, salvo a parte penal, e juntou tudo num único documento, estabelecendo o cumprimento do mandato constitucional e o sistema oral em todas as matérias, em todas as instâncias, em todos os graus.

O Código – e nisso eu resgato o seu valor em termos do aspecto ambiental – consagra a representação da natureza e o defensor do povo, uns dos aspectos mais importantes que precisavam ser concretizados, para obter aplicabilidade das normas dos direitos da natureza. Também estabelece a impossibilidade de fazer qualquer tipo de processo contra a natureza e estabelece medidas remediadoras, restauradoras e reparadoras de danos ambientais, assim como que sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implementação seja submetida à autoridade ambiental nacional; e também proíbe a dupla recuperação de indenizações.

Obrigado, Sr. Desembargador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Souza Prudente) – Eu registro aqui a presença do ilustre Senador Cristovam Buarque, a quem convido para compor a Mesa e presidir os trabalhos daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Boa tarde a cada um e a cada uma. Lamento que os nossos dias aqui estão muito conturbados. Então, ficamos sem um Senador que pudesse presidir. Eu também estava muito envolvido numa discussão muito tensa bem pertinho, mas, felizmente, deu para chegar aqui.

Eu quero assumir essa coordenação e passar a palavra ao Ministro César de las Casas, que é Diretor Executivo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), do Peru.

O SR. CÉSAR AUGUSTO DE LAS CASAS DÍAZ (Tradução simultânea.) – Boa tarde a todos e todas.

Primeiramente, obrigado, Senador Cristovam Buarque, por me passar a palavra. Eu gostaria de saudar todos os colegas que estão presentes na Mesa e todos os que estão presentes na sala.

Agradeço ao Ministro Herman, que teve a gentileza de nos convidar para participar deste evento.

Vamos apresentar agora de tarde, brevemente, o tema "Iniciativas de conservação regional e transfronteiriça na Região Amazônica", dentro do marco da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A Secretária-Geral da Organização falou na reunião anterior e já apresentou as características principais da Organização. Eu simplesmente gostaria de destacar, com relação à importância que a Amazônia tem para a região e para o mundo, que estamos falando da maior floresta tropical que existe no mundo, estamos falando de uma região que tem grande potencial hídrico e que, devido ao seu grande tamanho, ao estado dos seus ecossistemas e à sua localização, a Amazônia é um provedor natural de serviços ecossistêmicos como a ciclagem de ventos, regulação de água e controle climático.

Estima-se que quase 10% da reserva mundial de carbono armazenado na biomassa terrestre, cujo lançamento na atmosfera podia acelerar de forma significativa o aquecimento global... Nesse território, vivem aproximadamente 33 milhões de pessoas, na Pan-Amazônia. Existem aproximadamente 385 povos indígenas, muitos dos quais vivem em isolamento voluntário, com seus próprios idiomas, e dependem quase que totalmente dos recursos naturais fornecidos pela natureza.

Apesar de seu valor relevante, grandes pressões ameaçam hoje em dia a integridade desse território, como é o caso do desenvolvimento da infraestrutura, extração de petróleo e mineração, e agroindústria, que levam à contaminação das águas, com altos níveis de mercúrio, desmatamento, deslocamento de comunidades indígenas para outros territórios e, de forma geral, à pobreza.

Mesmo quando várias experiências tentam lidar com as pressões, esforços ainda são insuficientes, de forma tal que é importante, a partir dos resultados de iniciativas bem-sucedidas de conservação como as apresentadas aqui, assim como outras que não estão presentes nos documentos desta tarde, que os países da Bacia Amazônica promovam acordos regionais e setoriais, para que o planejamento e o desenvolvimento econômico sejam baseados em princípios que garantam a proteção da Amazônia como a grande reserva de vida para os que vivem e dependem diretamente dela, assim como para o Planeta.

As comunidades da Amazônia enfrentam vários desafios e problemas para alcançar, manter e conseguir ter um equilíbrio efetivo social, econômico, ambiental e de desenvolvimento social sustentável na nossa região. Sem dúvida, isso terá repercussões no resto do Planeta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As florestas e águas amazônicas não veem fronteiras, vão além de qualquer divisão política, já que têm a interconexão de uma série de ecossistemas que, com comunidades tradicionais, indígenas e numerosas espécies de flora e fauna, fornecem serviços e funções ecossistêmicas que são fundamentais para a vida.

Num esforço para abordar esses desafios, os países da Região Amazônica se juntaram e estabeleceram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com a missão de ser um fórum permanente para o desenvolvimento sustentável na região.

Ao longo dos 39 anos desde a assinatura do tratado, os países-membros têm trabalhado para fortalecer a gestão dos sistemas nacionais de áreas protegidas, com um enfoque ecossistêmico e contribuindo para a conservação da biodiversidade num contexto regional, de acordo com a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica.

Nesse sentido, eu gostaria de compartilhar com vocês algumas das experiências bem-sucedidas realizadas dentro do Tratado de Cooperação Amazônica, que tem um trabalho constante de visibilidade e posicionamento de experiências bem-sucedidas na região, com relação à gestão de áreas protegidas na Amazônia.

Essas experiências contribuem para a implementação do convênio de diversidade biológica, especificamente o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011/2020 e as metas de Haiti, especialmente com relação ao manejo efetivo de áreas protegidas e à redução da pobreza. De forma semelhante, contribuem para cumprir os compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e, em particular, o mais recente Acordo de Paris, no que se refere à redução dos níveis de desmatamento e degradação e à manutenção das florestas como reserva de carbono.

No marco da OTCA, foi executado o Programa de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Corredor de Áreas Protegidas La Paya-Güeppi-Cuyabeno, onde são observados os resultados de esforços governamentais de coordenação dessas áreas protegidas e suas zonas de influência na fronteira entre Colômbia, Equador e Peru, que conseguiu transcender a coordenação de ações num território mais amplo, fortalecendo o manejo sustentável dos recursos naturais e a governança das comunidades locais.

O programa trinacional foi desenvolvido num território fronteiriço localizado no leste da Bacia Amazônica, numa área maior que quatro milhões de hectares. O objetivo era gerar um modo de gestão regional coordenada para a conservação e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do programa, para ter incidência sobre políticas ambientais, públicas e setoriais, de âmbito regional e nacional.

Esse programa obteve importantes resultados na conservação do bioma da Amazônia, assim como também o fortalecimento da institucionalidade e da governança local, do qual é possível destacar os seguintes resultados: foram criadas novas áreas protegidas; foi permitido, assim, em 2012, ter a declaração de áreas protegidas em aproximadamente 600 mil hectares, representadas pelas zonas de Güeppi, o novo Parque Güeppi-Sekime, e as declarações de duas reservas de comunidade Huimeki e Airo Pai, no Peru, favorecendo a conectividade ecológica e evitando o uso do solo a longo prazo.

Também permitiu insumos técnicos para as novas áreas de conservação. Isso, concretamente, é a elaboração de documentos técnicos orientados para obter o reconhecimento do complexo da Lagoa Lagartococha, na fronteira entre Peru e Equador, como um novo local Ramsar, assim como a declaração de uma nova área protegida no Rio Cocayo, localizado na zona de reserva cuyabena da produção de vida selvagem.

3 - Possibilitou a melhoria do hábitat de espécies em três áreas protegidas de influência e foram feitas estratégias para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Putumayo, com três sessões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principais: o manejo sustentável da pesca do pirarucu em Arahuana; áreas comunitárias da La Paya; e a reserva de produção de fauna em Cuyabeno.

4 – Contribuiu para o fortalecimento da institucionalidade. As instituições vinculadas fortaleceram suas capacidades operacionais e de manejo, melhorando assim o seu trabalho e articulação, e trabalho nas comunidades com outros atores locais. Destaca-se o desenvolvimento de instrumentos de gestão para dar apoio ao planejamento, monitoramento, avaliação, assim como ao plano estratégico.

5 – Foi conseguido o fortalecimento local e comunitário por meio da conciliação de territórios com 50 mil hectares de terra para as zonas de influência da reserva de produção cuyabena, de 35 mil hectares, para seis comunidades indígenas na zona do Parque Nacional de Güeppi. Também foram renovados e estabelecidos novos acordos com comunidades indígenas e de camponeses para o manejo dos recursos naturais. Também foram formulados planos no Parque Nacional do La Paya e foi lançado o ordenamento de turismo, comentário na reserva de produção Fauna Cuyabena.

Para concluir, quais são as necessidades e os desafios para o futuro que esse projeto nos apresenta? Por um lado, temos a sustentabilidade econômica. Para garantir a sustentabilidade econômica do programa, é necessário desenhar e implementar mecanismos e projetos de apoio que possam permitir o fluxo constante de recursos para a implementação do plano estratégico do programa e o plano de ação vigente.

Em segundo lugar, em termos de ordenamento territorial, é necessário avançar com os processos de articulação com os governos municipais para poder fazer os ajustes dos instrumentos de planejamento e de uso do solo que regulamentam as atividades fora das áreas protegidas.

Em seguida, há também a consolidação do mosaico para as áreas de conservação. É essencial consolidar estratégias de conservação complementares, nas áreas protegidas, como são os sistemas agroflorestais, a proteção de terras privadas, a restauração de áreas degradadas, como um meio de formar mosaicos de conservação.

É necessário fazer uma articulação de visões e de perspectivas territoriais dos atores presentes, entre os quais são citadas 107 instituições com competências e interesses no território, 131 comunidades indígenas e cento e 144 assentamentos de camponeses.

É necessário seguir com um trabalho efetivo de articulação, prevenção, controle e vigilância, fortalecendo a relação com as autoridades públicas, gerando redes de apoio social e institucional para a conservação para além do corredor. Assim, também, é necessário avançar com a geração de conhecimento. É importante continuar com as redes de pesquisadores comunitários.

Finalmente, é necessário fortalecer a articulação setorial para a sustentabilidade do território estabelecendo acordos setoriais e participando das instâncias de tomadas de decisões.

Antes de concluir essa intervenção, gostaria de destacar o esforço que tem sido feito na Secretaria Permanente da OTCA para fazer com que essas e outras iniciativas regionais sejam visíveis, para compartilhar dados e também para mostrar que os desafios que nos enfrentamos são os mesmos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PPS - DF) – Com a palavra o Dr. Cláudio Maretti, Diretor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O SR. CLÁUDIO MARETTI – Muito obrigado, Senador. Boa tarde a todos!

É uma honra para mim estar aqui representando Ricardo Soavinski, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Falo em meu nome e em nome de todos os servidores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Vou falar sobre áreas protegidas. Com esse enfoque, estarei também representando a Comissão Mundial de Áreas Protegidas da UICN, da qual sou o Vice-Presidente para a América do Sul, e a Redparques, que é a rede latino-americana de lideranças nacionais de áreas protegidas, dos sistemas nacionais de áreas protegidas.

Aprendi, neste colóquio, que a proteção da natureza se insere entre os direitos fundamentais das pessoas, dos seres humanos e que a conservação da natureza, a proteção do ambiente, é também uma forma de viabilizar a realização dos demais direitos humanos.

Nesse sentido, falar de áreas protegidas me parece fundamental porque não há nada mais eficaz, mais consistente para conservar a natureza, que a humanidade já tenha inventado, do que as áreas protegidas. As áreas protegidas, alguns creem, começaram com um parque nacional, nos Estados Unidos. Outros se lembram que havia já a proteção de recursos, como aqui mesmo no Brasil, proteção na Serra da Cantareira, em São Paulo, na Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. Antes disso, obviamente, havia reservas de caça, havia áreas das populações tradicionais.

Nós estamos hoje muito além desses paradigmas iniciais, do importante paradigma dos parques nacionais e do novo modelo que foi anunciado para o mundo no Congresso Mundial de Áreas Protegidas em Durban, há mais de 10 anos.

Esse novo modelo já incorporou que as áreas protegidas podem ser aquelas que, no Brasil, nós chamamos de proteção integral, ou também aquelas que nós chamamos aqui de uso sustentável, que não só são governos nacionais que podem criá-las ou geri-las, e que elas podem inclusive ter modelos de governança pelas populações, pelas comunidades, pelo setor privado, combinações entre governos e diferentes atores sociais.

Eu diria que, hoje, para países como o Brasil, e provavelmente é o caso de Colômbia, Peru e outros países amazônicos, que têm um esforço de constituição de um sistema significativo de áreas protegidas e que não são países bem desenvolvidos, abastados, nós precisamos ainda de um novo paradigma. Eu diria que a única solução hoje está através da conservação colaborativa, com a participação efetiva da sociedade para conseguir não só essa aproximação maior, prestar melhores serviços, mas também o apoio da mesma sociedade em momentos difíceis, inclusive alguns dos quais vivemos hoje em dia.

As áreas protegidas se definem de diferentes formas. A definição técnica de área protegida mais aceita internacionalmente é feita pela União Internacional de Conservação da Natureza, principalmente através de publicações da Comissão Mundial de Áreas Protegidas.

Nessa definição, as áreas protegidas têm que ter como objetivo a conservação da natureza, ou seja, seriam as áreas protegidas no seu sentido mais restrito de conservação da natureza ou o que, no Brasil, nós chamamos de unidade de conservação.

Na definição da Convenção sobre Diversidade Biológica, já não há essa mesma perspectiva. As áreas protegidas são aquelas que contribuem para a conservação da natureza. E, nessa perspectiva, nós entramos também no que, no Brasil, se chama de áreas protegidas ou que, no mundo, se chama de áreas protegidas no seu sentido mais lato; e, aí, incluem-se as terras indígenas, territórios quilombolas e outras áreas com território definido, com uma pretensão de gestão em permanência e com uma contribuição à conservação.

O Plano Estratégico de Conservação da Biodiversidade definiu ainda, na sua Meta 11, outros mecanismos eficazes de conservação da natureza. E esses outros mecanismos eficazes podem ser o que, no Brasil, já se incorporou dentro das outras áreas protegidas, que são, por exemplo, as reservas legais, áreas de preservação permanente e até áreas militares e outras que resultam em conservação da natureza. Faz falta, obviamente, uma medida de eficácia de avaliação se essas outras áreas que não têm como objetivo conservar a natureza estão de fato contribuindo para esse fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nós podíamos também discutir que, na verdade, essa é uma definição obviamente baseada num conceito mais ocidental, onde se pode separar o objetivo de conservar a natureza e defender as populações, comunidades locais, populações tradicionais de extrativistas, povos indígenas, comunidades quilombolas e outros. Obviamente – e a UICN tem recebido demanda dos povos indígenas –, a sua cosmologia pode prever que a conservação da natureza e os objetivos sociais, culturais e, às vezes, até econômicos são obviamente conjugados.

Não obstante, do ponto de vista da definição de área protegida para conservação da natureza, há que se questionar se essa conservação da natureza é objetivo ou consequência. Nessa perspectiva, não há uma segunda ou terceira categoria em termos de importância, mas diferentes formas de entender a legalidade, a gestão e as consequências.

A própria biologia da conservação tem defendido há muito tempo, agora consagrado novamente nas definições internacionais – por exemplo, no princípio da gestão por ecossistemas ou mesmo na conectividade, visão de paisagem que está novamente no plano estratégico da convenção sobre diversidade biológica –, que a conectividade é fundamental. A meta de conservação dos espaços terrestres e águas interiores, definida internacionalmente, é de 17%, com uma série de critérios, inclusive a representação ecológica e a equidade. Entre outros, está também a conectividade.

O Brasil se colocou a meta de 30% para a Amazônia, o que é quase o dobro do que é a meta internacional, mas, ao mesmo tempo, insuficiente para proteger a Amazônia. Não obstante, não devemos querer que a Amazônia seja conservada só através de áreas protegidas com objetivo de conservação da biodiversidade – não só através de unidades de conservação tampouco de unidades de conservação mais terras indígenas.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MARETTI – Há um sem número de populações tradicionais que não são consideradas indígenas e que fazem a gestão daquilo que nós poderíamos chamar áreas de conservação comunitária, mormente nas áreas ribeirinhas, nas áreas onde há uma ocupação mais histórica, onde há uma quantidade de pessoas que não permite essa definição de uma proteção voltada para a natureza.

Essa conectividade mais importante se torna quando pensamos em mudanças climáticas, quando pensamos não só na contribuição que a Amazônia tem que continuar prestando ao mundo em termos de redução de emissões através da redução do desmatamento, mas também em termos de adaptação. Se a Amazônia não é o pulmão do mundo, ela é aparentemente uma espécie de ar-condicionado e é o que gera, provavelmente, a dinâmica climática e aérea que promove a manutenção da chuva em grande parte do continente. Ora, isso só é feito, dizem os cientistas, quando se protegem pelo menos 60%, 70% da Amazônia em termos de não conversão. E, quando estamos falando em 60%, 70%, obviamente, temos que ter atividades para essas populações tradicionais, mas também atividades econômicas que possam manter a floresta em pé.

É importante notar que a perspectiva de que a Amazônia é um bioma internacional e que há necessidade de conectividade foi colocada e debatida no Congresso Latino-Americano de Áreas Protegidas, em Bariloche, a partir do qual a Redparques resolveu iniciar o que nós chamamos a visão amazônica. Essa visão amazônica uniu os dirigentes dos nove países amazônicos, portanto, incluindo a Guiana Francesa, à parceria com a OTCA, com o WWF e outras entidades, inclusive a cooperação da União Europeia e do governo alemão. Hoje, tem sido implementado essa visão amazônica na qual há intercâmbio entre os países. Esse intercâmbio propicia, por exemplo, a identificação de quais são as principais lacunas a se conservar do ponto de vista da representação ecológica, quais são os ecossistemas e as espécies que não estão suficientemente protegidas nos sistemas de áreas protegidas dos vários países amazônicos.

Mas há elementos que precisam ser aprofundados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Recentemente, identificamos que a mudança climática não era bem considerada na gestão das áreas protegidas individuais e nos sistemas de áreas protegidas e desenvolvemos estudos, com o apoio do WWF e do governo alemão, no sentido de identificar a vulnerabilidade não só da biodiversidade, mas do sistema de áreas protegidas e como eles podem servir à nossa adaptação às mudanças climáticas. Essa perspectiva foi traduzida, por exemplo, numa declaração da Rede Parques à Conferência da Convenção-Quadro de Mudanças Climáticas em Paris em 2015, na qual demonstrava se propunham que as áreas protegidas fossem um instrumento fundamental não só de mitigação, mas de adaptação às mudanças climáticas.

No ano passado, em 2016, tivemos a Conferência da Convenção sobre Diversidade Biológica, que enfocou justamente a questão do enfoque central da biodiversidade, o main streaming, ou seja, a biodiversidade e as áreas protegidas como melhor instrumento para sua conservação a serviço do bem-estar da sociedade, e a Rede Parques novamente produziu uma declaração à Conferência de Cancun nessa perspectiva, nos comprometendo a gerir cada vez melhor as áreas protegidas para servir o bem-estar da sociedade.

Ora, nós sabemos que as áreas protegidas são muito importantes quando são identificadas, quando são criadas. A Amazônia brasileira tem demonstrado que mesmo só a sua criação já é efetiva no sentido de desviar interesses, por exemplo, da grilagem e do desmatamento ilegal, mas, obviamente, não é suficiente.

Os estudos internacionais científicos têm demonstrado que alguns elementos são fundamentais na eficácia das áreas protegidas. Entre eles está o nível de orçamento de pessoas trabalhando...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MARETTI – ... mas também a integração na governança geral e a perspectiva de participação da sociedade local.

O Brasil tem demonstrado através de corredores e mosaicos que essa possibilidade de trabalhar numa visão territorial é positiva. A própria OTCA mencionou aqui a possibilidade de fazer isso de forma transfronteiriça.

Quando pensamos em mudanças climáticas, a noção de conectividade tem que ser ampliada. Estamos falando de conectividade não só terrestre, mas aquática e até aérea, porque qualquer definição de conectividade também se aplica à circulação atmosférica, que permite, inclusive, a sobrevivência de certos ecossistemas. Mas a governança e a participação local acredito que estejam entre os elementos principais.

O que nós temos é o equívoco, às vezes, de supor que os governos, sozinhos, vão poder gerir as áreas protegidas.

(Soa a campainha.)

O SR. CLÁUDIO MARETTI – Isso está na demanda da sociedade para os governos e na pretensão dos governos de atuar sozinhos. Por isso, precisamos de uma interpretação da legislação que permita fazer a gestão colaborativa, com parcerias. É a gestão das reservas extrativistas com as populações tradicionais que nela habitam, é a gestão das unidades de conservação em parceria com organizações da sociedade civil, é, inclusive, o turismo desenvolvido nos parques nacionais com concessões, a participação da população local nas equipes de brigadistas contra incêndio e de pesquisa e monitoramento da biodiversidade. Isso permitiria chegar mais próximo de um dos critérios da Convenção sobre Diversidade Biológica, que é a equidade.

Portanto, para encerrar, eu diria que só através de parcerias nós conseguiremos gerir melhor as nossas unidades de conservação...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CLÁUDIO MARETTI – ...e outros tipos de áreas protegidas, para servir melhor à sociedade, para que a sociedade nos apoie melhor e defenda mais essas áreas protegidas que hoje estão ameaçadas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Vamos passar a palavra agora para os debatedores, que poderão falar do lugar onde estão.

Eu vou ler os nomes para, depois, explicar o porquê: Juiz Paulo Anaisse, Juíza Mara Elisa Andrade, José Luis Capella, Carlos Durigan, Desembargadora Dawn Gregory-Barnes, Ministra Iris Estela Pacheco Huancas, Patrícia Amorim Rêgo, Ricardo Saucedo, Ministro Roberto Serrato, Raul Telles do Valle. São dez. Eu digo isso porque alguns procuraram a Mesa para dizer que têm de tomar o avião, que têm hora de sair daqui. Isso para passar a palavra, pedindo que tentemos concentrar ao máximo... A campainha vai tocar depois de cinco minutos. Claro que não vamos cortar a palavra de ninguém, se precisar de um pouco tempo mais, mas peço que não se esqueçam de que alguns dos nossos vão ter de viajar daqui a pouco e querem ficar até o final para assistirem ao encerramento.

Com a palavra o Juiz Paulo Anaisse, que é de Itaituba, Pará.

O SR. PAULO ANAISSE – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, Presidente destes trabalhos. Boa tarde a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer, em meu nome e em nome dos servidores da Justiça Federal que atuam em Itaituba, no Pará, aos organizadores deste importante evento pelo convite e pela oportunidade de mostrar, ainda que de maneira singela, a atuação da Justiça Federal no sudoeste do Estado do Pará, distante dos grandes centros urbanos e no interior da Amazônia brasileira.

Congratulo o Senado Federal pela realização deste encontro. Agradeço especialmente ao eminente Ministro Herman Benjamin pelo convite que me foi formulado. Saúdo todos os demais colegas julgadores que se encontram presentes. Saúdo também servidores, professores, pesquisadores e demais participantes que aqui estão.

Pois bem. A subseção judiciária de Itaituba, vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, possui vara única com competência geral. Entretanto, devido à posição geográfica de sua jurisdição, tem processado número expressivo de demandas relativas ao tema proposto, vale dizer desenvolvimento sustentável, unidades de conservação e direitos indígenas.

Eu preparei alguns eslaides, com algumas fotos da região, para que, de maneira mais ilustrativa, possa demonstrar a atuação da Justiça Federal no sudoeste do Pará.

Essa é nossa sede, na cidade de Itaituba, Pará. Esta é a cidade de Itaituba, às margens da calha do Rio Tapajós, conhecida como "cidade pepita" devido à exploração mineral de ouro na região.

A Justiça Federal se encontra aqui presente.

Trago um contexto territorial. Peço licença para me deslocar até mais próximo da tela. (Pausa.)

Obrigado.

Pois bem; neste ponto se encontra a cidade de Itaituba, sede da Seção Judiciária de Itaituba, com jurisdição no Sudoeste do Pará, envolvendo o Município de Novo Progresso, Jacareacanga e Aveiro.

No Estado do Pará, mencionado hoje pela manhã, de maneira mais detalhada, o Município de Itaituba, área de jurisdição da Subseção Judiciária, é o Sudoeste do Pará, exatamente nesta área, seguindo o mapa da Amazônia Legal... Exatamente nesta parte da Amazônia.

Pois bem; você pode observar por este quadro aqui embaixo a área de jurisdição da Subseção Judiciária de Itaituba, na qual existem unidades de conservação, ou seja, é praticamente toda ocupada por unidade de conservação ou terra indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, vocês têm as imagens dessas áreas verdes, que são unidades de preservação integral; as áreas em amarelo, de desenvolvimento sustentável; e essas áreas em rosa são terras indígenas. Nas áreas em branco não existe demarcação, justamente às margens da rodovia BR-163 – em seguida tecerei alguns comentários –, cuja posse da terra, a ocupação da terra nessa área é bastante valorizada devido a uma perspectiva de eventual regularização por parte da autarquia fundiária brasileira.

A maior parte da jurisdição da SJ é composta por áreas afetadas à preservação do meio ambiente. Na área, principalmente aquela área branca... O nome, inclusive mencionado na região, é a "área branca", exatamente a área que não está afetada à proteção ambiental. Na verdade, a ocupação nessa área ela é valorizada diante de uma possível e eventual regularização por parte do Incra. E exatamente por conta dessa possibilidade de regularização, inclusive para fins de reforma agrária, nós lamentavelmente testemunhamos, e é fato notório, conflitos fundiários no Estado do Pará, especificamente nessa região.

Apenas a título de informação nessa região existe uma liminar concedida pelo Juízo da Vara da Subseção Judiciária de Itaituba determinando a proteção dos defensores do meio ambiente pelas polícias locais e federal.

São diversos os processos criminais que hoje tramitam na subseção judiciária de Itaituba. Os mais, vamos dizer assim, relevantes ou mais frequentes dizem respeito à Lei de Crimes Ambientais, arts. 40 e 40-A, justamente dano à unidade de conservação.

Como vocês verificaram, há uma grande quantidade de unidades de conservação ou de área afetada naquela região, como foram bem definidas pelo orador que me antecedeu, e o dano àquela área é tipificado no Direito brasileiro como crime ambiental, nos arts. 40 e 40-A.

Existe também na Lei de Crimes Ambientais a tipificação do desmatamento sem autorização de terras públicas ou devolutas, o caso da área branca. Ou seja, embora não esteja afetada, o desmatamento daquelas áreas necessita da autorização da autoridade ambiental, e a violação dessa norma representa a violação do art. 50-A da Lei de Crimes Ambientais.

Verifica-se, também, na região, a invasão de terras públicas. Essa invasão de terras públicas, a definição desse crime, está prevista no art. 20 da Lei Agrária e se dá na denominada área branca, como verificado.

Normalmente, após a regularização por parte do Incra das áreas, o que se tem verificado muitas vezes é uma reaglutinação delas por determinadas pessoas, o que tem sido capitulado na denúncia formulada pelo Ministério Público como invasão de terras públicas.

Existe também – verificamos – usurpação de bens da União. Isso representa, justamente, a retirada da madeira. Retira-se como bem público. Por estar em áreas públicas, é considerado bem da União e, portanto, a sua retirada sem autorização viola a lei de crimes contra a ordem econômica.

Neste curto espaço de tempo, gostaria também de tecer considerações a respeito da área da BR-163 e da própria rodovia relativa à escoação da produção de grãos do Mato Grosso.

Trata-se de grãos de soja. Devido a estudo, verificou-se que a exportação, utilizando-se o transporte fluvial pela calha do Rio Tapajós até o norte do Pará, para ali ser embarcado em grandes transatlânticos para a China ou passando pelo Canal do Panamá ou mesmo para a Europa, se torna mais barata do que transportar essa soja por rodovia até o Porto de Santos ou de Paranaguá, caso em que os transatlânticos teriam que subir a costa brasileira, o que tornaria mais caro. Isso gerou uma demanda bastante grande nessa rodovia que corta a Amazônia, rodovia que é trafegada nesse transporte de Cuiabá até Santarém.

Essa rodovia... A soja é embarcada em caminhões nesses Municípios do Estado de Mato Grosso, Sinop e Sorriso, sobe até a cidade de Itaituba, na verdade, até um distrito da cidade chamado Miritituba, onde multinacionais possuem grandes silos de armazenagem dessa soja e realizam o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

transbordo da soja dos caminhões para os rios, que seguem o Rio Tapajós até o Porto de Vila do Conde, Norte do Estado do Pará, que é embarcado pelo oceano. Isso tem gerado uma pressão ambiental na região.

Aqui, essa rodovia ultimamente ocupou o espaço nos telejornais nacionais, é a produção de soja do Estado do Mato Grosso, um dos maiores produtores nacionais, seguindo até os portos de Miritituba.

Aqui são os portos, atualmente temos quatro grandes portos operados por empresas privadas, aqui são dois deles. Esses portos ficam na margem oposta da calha do Rio Tapajós.

Aqui são as barcaças empurrando as balsas, transportando a soja até o Norte.

Aqui eu convido... Só um momentinho. Na verdade, aqui é um vídeo, eu vou passar, devido ao exíguo tempo.

Uma outra questão que tem atraído a atenção dos órgãos ambientais na área é a extração de ouro, bastante tradicional na região, que tem ocorrido desde os anos 80, e não por outra razão, a cidade de Itaituba é conhecida como a "cidade pepita". Existem garimpos irregulares na região, o que suscita uma questão social importante, porque há uma grande dependência econômica da extração desse ouro no Município de Itaituba. O que nos leva, também, a uma outra questão ambiental, que é a utilização do mercúrio na extração desse ouro, para separar o ouro dos demais detritos que ali estejam. Esse mercúrio é depositado nos rios, poluindo as águas na região.

Aqui é uma trilha, essa fotografia é do nosso setor de oficiais de Justiça, trata-se de uma diligência, é um dos processos que nós atuamos lá, é uma trilha, aqui pode-se verificar que já há uma floresta com mata secundária, essa trilha dá acesso a um dos garimpos – são vários garimpos, aqui é um dos garimpos na região, em que a Justiça Federal determinou uma diligência de intimação das pessoas que ali estavam trabalhando.

A exploração do garimpo não se dá apenas dessa maneira, mas também no leito da calha do Rio Tapajós. Isso aqui é uma barcaça, essa barcaça possui bombas bastante potentes que revolvem o fundo do rio, sugando o leito do rio, passando através dos carpetes, onde o ouro fica retido, e a água é devolvido por essa tubulação que segue.

Aqui, para finalizar, é uma fotografia capturada por mim, quando navegava pelo Rio Tapajós no sentido da cidade de Santarém. Quis deixá-la aqui como uma mensagem de esperança de um mundo de paz e de respeito aos princípios e valores dos direitos humanos e ambientais. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Passo a palavra à Juíza Mara Elisa Andrade.

A SRª MARA ELISA ANDRADE – Boa tarde a todos. Exmo Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes, boa tarde.

Eu vou tentar ser breve. Na verdade, eu me preparei acreditando que eu teria um pouco mais de tempo para discutir e para expor para os senhores um pouco da realidade da jurisdição ambiental no Estado do Amazonas, especificamente na vara ambiental na qual eu atuo desde de janeiro de 2015, mas, em razão do tempo, eu vou tentar ser breve e vou fazer a leitura de algumas considerações nesse sentido.

Bom, uma das maiores preocupações sentidas durante o exercício da jurisdição ambiental é ausência de efetividade das normas constitucionais e infraconstitucionais na matéria. Apesar de a nossa Constituição consagrar normas protetivas do meio ambiente e das várias leis disciplinando o tema, ainda são muitos os desafios para a sua implementação.

Especificamente quanto ao bioma amazônico, o art. 225, da Constituição, no §4º, declara expressamente a Floresta Amazônica brasileira como um patrimônio nacional, cuja utilização far-se-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

á dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O Estado do Amazonas é o maior Estado da nossa Federação, o mais rico em biodiversidade, o que possui o maior número de etnias indígenas, o que possui uma das mais importantes bacias hidrográficas do mundo – o Rio Amazonas e todos os seus afluentes e efluentes –, a maior parcela de Floresta Amazônica ainda intacta, em razão até da geografia do Estado, e toda essa riqueza natural merece uma atenção zelosa por parte do Poder Público, que deve sempre buscar conciliar os vários interesses contemplados na Constituição.

Apesar de ser Juíza Federal há aproximadamente seis anos, só estou lotada na vara ambiental há pouco mais de dois anos e, no tempo no qual eu estou me dedicando diariamente a conhecer cada vez mais a matéria, justamente por tutelar um bem jurídico fundamental à existência humana, no meu imaginário eu acreditava que bastaria conhecer as normas e aplicá-las. Mas não, os desafios vão muito além disso.

Os litígios que estão sob a minha jurisdição frequentemente colocam em conflito vários outros interesses também consagrados pela nossa Constituição, e daí eu lanço uma pergunta: como gerar e promover o crescimento econômico, gerar empregos, promover o desenvolvimento do Norte do nosso País sem a severa destruição de nossas florestas, sem o esgotamento dos nossos recursos naturais, sem a diminuição da nossa biodiversidade? Estas são questões inquietantes no exercício da judicatura.

A 7ª Vara Federal possui 4.319 processos (dados estatísticos puxados em 30 de abril), dos quais 2.486 estão em tramitação ajustada, que é uma nomenclatura usada pelo nosso Tribunal para se referir aos processos que estão em andamento. Ou seja, existe uma parcela significativa em arquivo provisório e, na sua maioria, ela se refere às multas ambientais, naqueles casos em que ou não encontramos os devedores ou também não encontramos nenhum patrimônio para ser expropriado para fazer face a essas multas.

Então, o processo fica suspenso até que uma modificação patrimonial do executado seja levada ao conhecimento do juízo e, infelizmente, durante esse período transcorre a prescrição dessas multas.

Bom, eu tenho tramitando na vara 250 ações civis públicas. É um número muito elevado se considerado que a maioria delas envolvem questões de alta complexidade.

Eu também trabalho com os crimes ambientais e, como eu disse, com as execuções das multas ambientais que são geradas a partir das autuações do Ibama.

Preciso registrar aqui que as autuações do Ibama, com uma frequência indesejável têm como autuados pessoas humildes e de baixa escolaridade.

Outro problema que aflora é que nem sempre os efetivos exploradores da atividade agropecuária e dos garimpos são identificados na autuação do Ibama. Assim, os senhores podem concluir que fica muito difícil aplicar as normas protetivas do meio ambiente, tanto no que concerne à atividade administrativa do exercício do poder de polícia ambiental como na repressão aos crimes ambientais.

É também notório que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente), o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Funai (Fundação Nacional do Índio), a Polícia Federal e vários órgãos públicos federais e autarquias vêm sofrendo fortes cortes nos seus orçamentos, o que prejudica, e muito, a atividade que eles desempenham em relação à tutela do meio ambiente no Estado do Amazonas. Isso porque, sem recursos públicos, fica difícil fazer manutenção e aquisição de equipamentos, pagar por combustível para fazer fiscalizações, abrir concursos para mais analistas e técnicos. E a demanda existe, isso eu posso garantir aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Em relação às ações civis públicas, a maioria delas envolve licenciamento ambiental, espaços especialmente protegidos na sua maior parte, áreas de preservação permanente e unidades de conservação, e muitas também versam discussão sobre omissão do Poder Público no exercício do dever de fiscalizar obras e empreendimentos de grande envergadura, bem como a omissão no implemento de políticas públicas protetivas do meio ambiente. Aqui eu cito como exemplo várias ações civis públicas que foram ajuizadas entre os anos de 2015 e 2016 para obrigar vários Municípios do Estado do Amazonas a cumprirem o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e dar a destinação adequada aos lixões de suas cidades.

Só para concluir, com relação às minhas principais preocupações no que diz respeito a essas ações civis públicas, muito já foi dito pelos outros palestrantes. Existe uma dificuldade grande por parte dos juízes em dar efetivo cumprimento às sentenças, que muitas vezes acabam tendo um papel simbólico e declaratório. Nós temos limitações técnicas de custo do processo e várias outras. E como, muitas vezes, no polo passivo dessas ações, nós temos justamente o Poder Público, fica muito difícil conseguir implementar os comandos que estão nas nossas sentenças.

Vou abrir um parêntese... Aliás, paralelamente a essas questões da tutela judicial do meio ambiente, eu preciso destacar que reputo de extrema importância uma atuação conjunta de todos os poderes, num verdadeiro compromisso para a implementação das normas constitucionais e infraconstitucionais em matéria ambiental. O Judiciário não é a solução, sozinho, dos problemas ambientais do nosso País.

E eu penso que seja muito importante desenvolver, dentre outras políticas, educação ambiental. Sem a conscientização ambiental da população, dos jovens, da sociedade como um todo, fica muito difícil o Poder Público inclusive implementar suas políticas ambientais. Basta pensarmos que, numa cidade como Manaus, com vários problemas de infraestrutura, carências de infraestrutura sanitária, fica muito...

(Soa a campainha.)

A SRª MARA ELISA ANDRADE – ... difícil fazer obras e criar políticas sem que a população seja chamada a uma responsabilidade compartilhada, sem que ela seja conscientizada de que ela deve assumir posturas ambientais adequadas a esse projeto, que é coletivo.

Não podemos nos esquecer de que, para a formação de uma verdadeira consciência ambiental, mecanismo pelo qual a responsabilidade por zelar pelo cumprimento das normas protetivas ao meio ambiente se faz de forma compartilhada entre Estado e sociedade, é necessário acesso à informação. E aqui ganha relevo o processo de licenciamento ambiental e os cadastros ambientais, como o CAR, no caso, no Norte. Existe também, para dar subsídio legal a essa política de educação ambiental, a Lei 9.795, de 1999, que instituiu o Plano Nacional de Educação Ambiental.

Quero concluir a minha fala com as seguintes ideias: não existe cidadania ambiental sem educação, sem informação, sem formação de uma consciência coletiva da importância da proteção ambiental.

Nós vivemos tempos de exacerbadas desigualdades sociais. As externalidades negativas provocadas ao meio ambiente por determinada obra, empreendimento ou atividade são quase sempre suportadas de forma desigual e com peso maior por aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira e social. Acesso à água potável, saneamento básico, exploração da mão de obra em condições degradantes no campo ou no garimpo são só alguns exemplos dessa desigualdade. Trata-se de uma das mais perversas formas de desigualdade na nossa sociedade, por negar a essas pessoas direitos fundamentais e por inviabilizar qualquer projeto de dignidade da pessoa humana.

Muito obrigada. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Passo a palavra ao Dr. José Luis Capella, da Sociedade Peruana de Direito Ambiental.

O SR. JOSÉ LUIS CAPELLA (Tradução simultânea.) – Muito obrigado. Eu vou me juntar aos cumprimentos e agradecimentos que meus precedentes já fizeram para evitar tomar mais tempo. Eu sou do Peru e me pediram que falasse da Amazônia, de áreas protegidas e de povos indígenas.

É um país que já tem os seus 17% de áreas protegidas em seu território e que também tem um regime de titulação de povos indígenas, com 10 milhões de hectares, aproximadamente, tendo sido titulados, mas mesmo assim ainda tem uma dívida muito grande de titulação.

Particularmente, na Amazônia – eu coloquei um exemplo ali na tela –, temos departamentos como o de Madre de Dios, que faz fronteira com o Acre, e o de Pando, na Bolívia, onde 50% do território do departamento são de áreas protegidas. E uma boa porcentagem também foi concedida a povos indígenas, com títulos de terra.

Eu vou tomar em conta o que foi falado aqui nesta mesa e vou me referir a dois conceitos que já foram mencionados. Um é de coordenação colaborativa, mencionado por Cláudio Maretti, no sentido de que o papel do Estado não basta para conseguir o que queremos em um bioma, para assegurar o cumprimento à legislação. A outra coisa é titularidade, que já foi explicada. Cabe a nós, como praticantes do Direito, particularmente aos juízes, como servidores públicos que vão tratar de formalizar os espaços, conhecer a lei, saber como aplicar a lei, saber quem são os que agem com relação à lei e aplicar a lei de maneira adequada.

Um dos motivos pelos quais nós criamos, na minha organização, essa plataforma é que a única maneira de conhecer a norma é saber como a norma se comporta no território, como ela é aplicada de fato, como as pessoas a compreendem, se ela foi explicada adequadamente, se todo mundo a conhece, indo de crianças até aqueles que realizam as atividades.

Em Pando, nós vimos uma situação muito complicada. Foram criadas muitas áreas protegidas, temos muitos povos indígenas afetados, inclusive temos povos indígenas em isolamento. E, em contato inicial, nós encontramos delitos sérios que vão além do marco jurídico regular de atividades, ou seja, não têm relatórios de impacto ambiental, são atividades como mineração ilegal, exploração madeireira ilegal.

E nós criamos uma comunidade prática para a comunidade de Madre de Dios, onde nos concentramos em três delitos. Deixe-me explicar. O que vocês veem ali mais embaixo é uma área protegida. O que vocês veem de um lado é outra. E o que vocês veem em verde mais escuro são comunidades nativas, com títulos de terra outorgados para povos camponeses, para fazer turismo, para conservação. E o que acontece é que nós aprendemos que a outorga de títulos é importante e, por isso, devemos continuar fazendo isso. Porém, a ação com relação a esses títulos é mais importante ainda. Ou seja, quando a pessoa recebe o direito da terra, ela deve fazer com a terra o que ficou combinado no título da terra.

É preciso ver, portanto, como é que a conservação colaborativa vai ser construída, particularmente como vão ser formados também os corredores que juntam as paisagens. Conforme o que nós aprendermos nesses lugares, certamente vamos ver alguns fatores que são comuns a todos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIS CAPELLA (Tradução simultânea.) – Um Senador, mais cedo, mencionou um exemplo de uma norma positiva para o Brasil, que era o confisco de caminhões e motosserras que faziam parte de um processo ilegal de exploração. Porém, isso não era retornado para a área legal, para o Estado. Nós tivemos o mesmo problema no Peru. Nós fazemos o confisco de materiais, mas as pessoas das quais nós tínhamos confiscado esses materiais acabavam os recebendo de volta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Então, eu me refiro aqui a uma sociedade de aprendizagem, de conhecimento, que, se não tivéssemos tido... Se nós tivéssemos tido, melhor, na época, teríamos compartilhado conhecimentos entre Peru, Colômbia e Brasil e teria sido tudo bem mais fácil. Então, um dos desafios que nós temos, como juízes, é continuar avançando nessa comunidade de conhecimento.

E nós, que somos da área do Direito, temos um desafio adicional. Nós precisamos continuar insistindo na proteção e continuar assegurando os direitos dos usuários das florestas e dos povos indígenas e os direitos do Estado mesmo, que acaba não tendo braços suficientes para proteger as áreas protegidas, nem no meu país, nem em outros países.

E vou terminar dizendo brevemente que uma das tendências com relação à aplicação do Direito Ambiental hoje é o reconhecimento da multiculturalidade, das práticas e da vigilância comunitária que ocorrem nesses territórios. E eu acho que não se falou muito a respeito disso, mas, na verdade, não houve muito desenvolvimento do assunto nessas sessões. Eu acho que nós deveríamos aprender com as lições de outros países, de outras comunidades que aprenderam com esses seus problemas, particularmente os povos indígenas das áreas florestais onde nós trabalhamos.

Essa é uma sugestão. Eu agradeço novamente aos participantes que me precederam. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF. Fora do microfone.) – Passo imediatamente a palavra ao Sr. Carlos Durigan.

O SR. CARLOS DURIGAN – Obrigado, Senador Cristovam.

Obrigado ao Ministro Herman Benjamim pela oportunidade de estarmos aqui contribuindo neste debate superimportante que estamos fazendo nestes dias, durante o colóquio.

Para complementar algumas ideias colocadas pela conferência magna, gostaria de ressaltar alguns pontos que eu julgo que sejam de interesse e fundamentais nessa questão, quando falamos da Amazônia para além de suas fronteiras geopolíticas, a Amazônia natureza, a Amazônia gente, a Amazônia águas. E um ponto bastante importante para ressaltar é que, quando nós falamos em águas, o bioma amazônico passa de 5,5 milhões de quilômetros quadrados para 7 milhões de quilômetros quadrados, quando consideramos a bacia.

A Amazônia também tem sua complexidade em questões relacionadas à cobertura florestal, que é muito complexa e diversa. Também temos essa complexidade quando falamos de paisagens apáticas, de áreas úmidas. E mesmo a hidrologia dos rios amazônicos é bem complexa, desde os rios de águas brancas que vêm dos Andes, trazendo em si uma carga de sedimentos e nutrientes superimportantes para nutrir as várzeas amazônicas e as águas amazônicas ao longo de toda a bacia, aos rios de águas pretas e águas negras, que constituem rios ancestrais, rios muito diversos e, ao mesmo tempo, sensíveis a qualquer tipo de alteração em suas paisagens. Há também os rios de águas claras, como foi apresentado o Rio Tapajós, o Rio Xingu, rios que também são rios ancestrais e que têm em si uma carga menor de sedimentos, mas que enriquecem também essa complexidade hidrológica da bacia.

Toda essa complexidade também gera uma importância muito grande. Há esse olhar sobre a bacia amazônica, as suas águas, sobre diversidade aquática, que é a questão da produtividade. E eu destaco principalmente a produtividade pesqueira, que traz um elemento importante para as populações humanas da Amazônia, que aí constituem e vivem ao longo desses... De um total de 34 milhões a 35 milhões de pessoas que vivem hoje na região, pelo menos 20 milhões vivem ao longo dessas paisagens aquáticas e rios. E nisso se incluem grandes cidades, como Belém, Manaus, Iquitos, Letícia entre outras.

Há essa dependência que essas populações têm dos recursos que provêm da riqueza aquática da Amazônia, tanto pela questão da utilização das águas, quanto também do consumo da proteína animal que vem através da pesca, que hoje constitui uma importante fonte alimentar para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

populações amazônicas, que também constituem um elemento sensível na paisagem, tanto pela importância, quanto também pela sensibilidade frente aos impactos que nós vemos atualmente em curso.

Cito o caso do processo de implementação de infraestrutura na região, tanto relacionada à abertura de novas estradas como à construção de hidrelétricas, que de certa forma acabam por quebrar a conectividade entre esses sistemas aquáticos e barrar os processos migratórios, de espécies migratórias de peixes principalmente – hoje constituem 80% dos embarques pesqueiro as espécies de peixes migradores, e esses embarques é que vão sustentar as populações que vivem ao longo dos rios, tanto urbanas quanto rurais.

É importante destacar que, dentro desse cenário, julgamos muito pertinente e importante um olhar sobre a necessidade de construirmos mecanismos de proteção para além das unidades de conservação, e isso inclui uma discussão de nível regional que possa contemplar muito do que o Ministro Cesar havia dito em relação à necessidade de se constituir políticas para além das fronteiras geopolíticas. E nisso se enquadra a ideia de se construir modelos de gestão integrada de bacias, que é um ponto bastante importante a ser destacado quando nós falamos em águas e bacia amazônica.

Um outro ponto importante é a questão de trabalhar a gestão pesqueira como um elemento chave dentro desse processo de integração de atores.

Hoje em dia, a pesca na Amazônia emprega quase 500 mil pessoas diretamente, e se nós consideramos a pesca como um elemento do dia a dia de subsistência das populações tradicionais e indígenas da Amazônia, esse número aumenta bastante. Então, é importante trabalhar formas de integrar os diversos atores, organizações da sociedade civil, organizações de base, lideranças comunitárias, gestores, públicos, tomadores de decisão, a área jurídica dando um suporte mais do que necessário nesses processos, para que se criem formas de trabalhar a gestão pesqueira, considerando as diferentes jurisdições, e como isso pode ser feito de uma forma eficiente, considerando que os rios amazônicos extrapolam as nossas fronteiras geopolíticas.

E, para finalizar, um terceiro ponto bastante importante, que é a questão relacionada aos impactos na infraestrutura, como mencionei, que causam problemas bastante importantes do ponto de vista de quebrar a conectividade entre os rios amazônicos e, ao mesmo tempo, a infraestrutura que é estabelecida ao longo das áreas de floresta, com abertura e transformação da paisagem, causando uma série de impactos que devem ser considerados e trazer, no seu bojo, processos de compensação e mitigação que sejam, de fato, efetivos.

Hoje vemos que esses processos não têm funcionado e precisamos de uma fortaleza maior nos processos de garantir que as ações de compensações e mitigação sejam, de fato, implementadas, porque sabemos muito bem que, somado à questão da infraestrutura, temos aí um processo que já estamos sentindo na Amazônia. Quem vive e atua na Amazônia sabe bem disso. Nos últimos anos, houve um recrudescimento dos extremos climáticos, que já afeta bastante a vida de quem vive lá e, obviamente, a biodiversidade amazônica, da qual depende a vida das pessoas que lá vivem.

Então, posto isso, Sr. Senador, gostaria de mais uma vez agradecer o espaço e ficar à disposição para contribuir em outras discussões.

Obrigado. (Palmas.)

(Interrupção do som.)

A SRª DAWN GREGORY-BARNES (Tradução simultânea.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, gostaria concordar com os demais participantes e agradecer aos organizadores e patrocinadores pelo que tem sido um colóquio muito interessante e estimulante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O meu país é a Guiana. Estamos ao norte na América do Sul, e temos como fronteira o Brasil ao sul, a Venezuela a oeste, e o Suriname ao leste. Temos 83 milhas quadradas e uma população pequena, de aproximadamente 150 mil pessoas. Na América do Sul, compartilha uma história com o Caribe que fala inglês, mas é, de fato, o único país que fala inglês na América do Sul. A maior parte da nossa população vive na região costeira, e 87% do país são florestas.

A Guiana tem um marco legal forte e robusto para a proteção do meio ambiente e também para a proteção dos direitos dos povos indígenas, que, aliás, constituem 10% da população. Em 2001 um processo de reforma em grande escala da Constituição foi levado a cabo, e com um novo modelo que agora inclui os direitos de proteção do meio ambiente e direitos dos povos indígenas. Esses direitos foram incluídos depois desse processo.

No art. 25, fala-se do dever de cada cidadão de participar das atividades desenhadas para melhorar o meio ambiente e proteger a saúde da nação. O art. 36 declara que o bem-estar da nação depende de preservar o ar limpo, o solo fértil e a rica diversidade de plantas, animais e ecossistemas. Esses princípios estão incluídos entre os princípios que guiam o sistema social e econômico do país.

Para além dessas declarações, dispositivos que protegem o meio ambiente e os direitos dos povos indígenas foram estabelecidos como direitos fundamentais e recebem explicitamente o mesmo status dos direitos fundamentais tradicionais, tais como o direito à expressão, o direito à vida, o direito à liberdade pessoal etc. Assim também os direitos dos povos indígenas são descritos como direitos à proteção, à preservação e à promoção das suas línguas, à herança cultural e seu modo de vida. Isso está no art. 1.49-G da Constituição revisada.

A característica chave dos dispositivos dos direitos fundamentais é que fornece acesso, o poder de ir aos tribunais para solicitar reparação que é disponível quando há de fato algum tipo de infração ou uma ameaça à infração dos direitos fundamentais – um artigo empodera o tribunal a fornecer a remediação apropriada. O país Guiana adotou a agenda internacional em relação ao meio ambiente desde 1985, quando se tornou signatário de várias convenções regionais e internacionais. Uma ou duas podem ser mencionadas: a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, a Convenção de Basileia sobre o Controle Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e, finalmente, mais recentemente, o Acordo de Paris.

Eu já ouvi o sino uma vez, então, devido a essa restrição de tempo, vou somente mencionar duas legislações que – acredito eu – demonstram os compromissos do nosso país com relação a esses temas que temos discutido. Essas duas legislações são a Lei de Proteção Ambiental, de 1986, e outra lei, de 2006, sobre a temática.

A Lei de Proteção Ambiental foi promulgada antes da constitucionalização da proteção do meio ambiente e é um chamado para o manejo, conservação e melhoria do meio ambiente, com a prevenção e controle de poluição, avaliação do impacto de desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente e o uso sustentável de recursos naturais.

Essa lei estabelece a Agência de Proteção do Meio Ambiente, que, de acordo com algumas das discussões que temos ouvido aqui, parece muito com várias agências que já existem em outros países, mas gostaria de mencionar duas funções dessa agência. Uma é para garantir que qualquer atividade de desenvolvimento que possa causar algum efeito adverso sobre o ambiente natural seja avaliada antes de seu início e que esse efeito adverso seja levado em consideração no momento de decidir se essa atividade deve ou não ser autorizada. E a outra função que eu gostaria de destacar é: coordenar e manter um programa para conservar a diversidade biológica e o seu uso sustentável.

Não temos nenhum tribunal especializado para o meio ambiente, mas a agência em si pode iniciar os casos relacionados a esse tema, pode levar aos tribunais dos magistrados. Quando alguma pessoa for condenada por algum crime de acordo com essa lei, gostaria de destacar um poder que o tribunal tem ao impor uma remediação ou uma penalidade, gostaria de mencionar o poder do tribunal. Além

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de qualquer outro remédio ou penalidade imposta pela lei, o tribunal também pode emitir uma ordem proibindo a continuação ou a repetição do ato pelo qual aquela pessoa foi condenada.

Esses são os destaques que eu queria compartilhar da nossa lei de proteção ambiental.

Agora vou falar da lei ameríndia, que fala da proteção e reconhecimento dos direitos coletivos das comunidades ameríndias.

Uma das características é que o ato inclui dispositivos específicos para mineração – dentre outros dispositivos, mas eu quero destacar este –, na Seção VIII, que fala que um minerador que decide realizar atividades de mineração em território ameríndio, além de estar em conformidade com os requisitos da lei de mineração, também deve obter o consentimento do conselho daquela comunidade e também precisa fornecer informação a esse conselho comunitário. E é expressamente proibido que... É, na verdade, necessário que a mineradora tome todas as medidas necessárias para proteger o meio ambiente.

Peço um momentinho. (Pausa.)

Deve tomar os passos necessários para proteger o meio ambiente, para evitar danos ao meio ambiente em si, evitar a contaminação das águas subterrâneas e superficiais, para evitar também interferência com a agricultura, danos ou interrupção à flora e à fauna e também interrupção das atividades normais dos residentes. Essa é uma medida importante para proteger os povos indígenas.

E também é necessário que um acordo seja realizado entre a mineradora e o conselho comunitário, representado pelo líder, e certos aspectos podem ser incluídos no acordo, como a proteção ambiental, ou um programa de proteção ambiental, ou um plano para se livrar dos resíduos e também um plano de pagamento de compensação. E está incluída também informação – que deve ser fornecida à comunidade – com o local exato da mineração e o tempo de duração para esse processo de mineração. Então fica claro que o juiz na Guiana não precisa se preocupar tanto com os seus poderes, mas, sim, na verdade...

(Soa a campainha.)

A SRª DAWN GREGORY-BARNES – ... com a aplicação de uma abordagem livre, para poder dar efeito ao espírito da legislação e garantir que as penalidades apropriadas e as reparações necessárias sejam impostas.

Agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Eu passo a palavra agora à Ministra Iris Estela, lembrando que ainda temos, além dela, mais cinco oradores, e alguns já estão indo embora para seus aviões.

Ministra Iris Estela, por favor.

A SRª IRIS ESTELA PACHECO HUANCAS (Tradução simultânea.) – Boa tarde a todos.

Eu vou me juntar aos cumprimentos e aos agradecimentos à organização.

Ontem o Senador Cristovam Buarque nos falou de quatro desafios que, em resumo, tratam de compatibilizar os âmbitos social, econômico, jurídico e outros para assegurar a proteção ao meio ambiente ao mesmo tempo que o desenvolvimento econômico, ambos como direitos fundamentais dentro de um Estado social e democrático de direito.

E é aqui que ocorre a vinculação com os territórios das comunidades indígenas. No Peru isso acontece porque é justamente nesses territórios que se concentra uma boa parte das áreas naturais protegidas, do mesmo modo que depósitos de minerais e de petróleo. Ao mesmo tempo, sabemos que as comunidades indígenas são os melhores gestores dos recursos naturais e são os que melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os protegem. No Peru, protegem 24,5% da biomassa amazônica, sob várias categorias nas áreas naturais protegidas. Contudo um dos problemas que enfrentamos no Peru é o fato de não termos um cadastro de demarcação de terras indígenas que sirva como instrumento efetivo de conservação do meio ambiente para as políticas públicas, conforme exigido pela OIT.

Outro problema que temos é o direito fundamental à consulta prévia. Antes de 31 de dezembro de 2008, no Peru, foram concedidas concessões de hidrocarbonos em duzentos e tantos hectares de terras amazônicas. Essas concessões foram outorgadas sem consentimento e foram, depois, postergadas – foram canceladas, eu diria –, já que o Peru acabou assinando a Convenção nº 169 da OIT. Mas, apesar de ter assinado, disse que não era possível implementá-la automaticamente. Além disso, o país disse que os povos indígenas não existiam no Peru, que o Peru não tinha povos indígenas, mesmo tendo assinado essa convenção, mesmo sendo os povos indígenas parte da natureza do Peru, um povo multicultural. Além disso, o Peru finalmente reconhece os povos indígenas como sujeito, pessoa jurídica de direito.

A Constituição do Peru também garante o direito à identidade cultural dessas comunidades e reconhece o direito à autodeterminação dos povos indígenas. Tudo isso está ligado ao reconhecimento constitucional, e já se superou o conceito de ser isso uma norma política. É uma norma jurídica, com eficácia direta. E, além disso, existe lá a Lei 157 e o Decreto Legislativo 1.089, que foi criado no momento de assinar um acordo com os Estados Unidos, com relação ao regime de titulação de terrenos urbanos, algo que foi feito sem consulta prévia. Nessa situação, a jurisprudência constitucional do Peru recebeu um pedido da comunidade quéchua de San Martin, assinado por 9 mil nativos, com relação a um processo de inconstitucionalidade referente a esses processos legislativos de ordenamento territorial.

O Tribunal Constitucional assinalou... Embora não tendo declarado a inconstitucionalidade dos decretos legislativos, declarou uma sentença interpretativa reiterando o reconhecimento de um Estado multicultural e étnico. Reiterou ainda o valor da tolerância e do respeito à adversidade, bem como o Estado constitucional de direito e o reconhecimento que deve existir de um diálogo intercultural. Do mesmo modo, com relação à consulta prévia, assinalou que a interpretação desses decretos legislativos deve ser feita de acordo com as convenções internacionais e que eles deveriam entrar em efeito diretamente. Uma das coisas que se enfatizou foi o direito da boa-fé. Ou seja, o que se concertar com as comunidades camponesas deve ser cumprido.

Em termos da consulta prévia com essas comunidades, devido às suas tradições e à sua biodiversidade, à cosmovisão e aos costumes que têm, deve ser respeitada essa consulta prévia. Estabeleceu-se ainda a necessidade de alcançar um acordo, garantindo os direitos dos povos e a preservação do meio ambiente no território dos povos indígenas. Foi estabelecida também a necessidade de transparência na consulta prévia e a implementação oportuna das consultas prévias.

Vemos, assim, que o Tribunal Constitucional deu uma ferramenta de interpretação em temas de povos indígenas, com enfoque intercultural. Nesse contexto, no Peru foi editada a lei de consulta prévia e foi regulamentada também. Mas, na prática, vimos que essa lei não tem tido muita efetividade. E temos tido muitos conflitos ambientais, conforme a relatoria do povo. Nesse sentido, esses casos terminam em boa parte sendo judicializados.

Os tribunais ordinários têm dado um enfoque de leitura constitucional às questões ambientais, e muitos projetos infelizmente foram suspensos, justamente por não terem realizado consulta prévia antes de implementar o projeto. A jurisprudência, nas diferentes áreas do Peru, vem se desenvolvendo pouco a pouco, particularmente com relação a um enfoque de preservação do meio ambiente.

Voltando, então, ao meu ponto inicial, preciso dizer que, do meu ponto de vista, eu acho que não são incompatíveis o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental se todos os autores envolvidos tiverem um comprometimento ético com essas atividades e que, portanto, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

implementar o processo de negociação, o façam respeitando a igualdade, a transparência e o diálogo intercultural com as comunidades e as empresas, e as empresas agindo com responsabilidade social, internalizando o fato de que...

(Soa a campainha.)

A SRª IRIS ESTELA PACHECO HUANCAS – ... optar pelo desenvolvimento sustentável não é uma perda, e sim um investimento. Nesse sentido, é preciso não só obter uma licença formal das comunidades indígenas, mas também uma licença social.

Finalmente, eu gostaria de aproveitar esta oportunidade deste colóquio para pedir que seja tomada em conta a jurisprudência de todas as jurisdições que estão participando deste espaço acadêmico. E, quem sabe, seja interessante utilizar uma ferramenta tecnológica para que todos possamos ter um espaço para compartilhar o desenvolvimento da nossa judicatura, das nossas legislações nesse tema tão importante para que possamos melhorar o trabalho dos juízes nos nossos países.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Gracias!

Eu passo a palavra ao Sr. Ricardo Saucedo, Presidente da Sociedade Boliviana de Direito Ambiental.

O SR. RICARDO SAUCEDO (Tradução simultânea.) – Boa noite, Sr. Presidente.

Eu gostaria de estender o cumprimento que todos meus colegas já fizeram ao Senado por esse convite tão gentil e também particularmente ao Ministro Benjamin por ter tido essa iniciativa.

O que eu gostaria de fazer é resgatar parte da apresentação dada magistralmente pelo Ministro Barroso quando falou da efetividade própria da Constituição. E, para isso, eu vou usar, como provocação para a discussão, também os princípios gerais que surgiram para a promoção para o alcance da justiça ambiental, que surgiram, então, da Declaração Mundial da IUCN, com relação ao Estado de direito em matéria ambiental, no ano passado, no Rio de Janeiro.

Revisando os 13 princípios que deveriam levar adiante o estado da situação do direito ambiental, particularmente do ponto de vista constitucional – porque, a partir daí, ou se tem uma efetividade direta e própria, ou então terminam sendo desenvolvidas legislações operacionais a respeito –, então eu gostaria de falar um pouco sobre qual é o estado da situação desses 13 princípios no meu país. Tendo eu feito uma análise, a realidade é que a situação não é ruim no meu país. Na verdade, a situação está até bastante boa se formos pensar em um checklist.

O Princípio 1 está coberto com art. 342 da Constituição.

Quanto ao Princípio 2, existe uma lei específica – duas leis, na verdade: a Lei da Mãe Terra e a Lei dos Direitos da Mãe Terra.

O Princípio 3, que tem relação com o direito ao meio ambiente, está coberto desde 1992 pela Lei do Meio Ambiente e também constitucionalmente está coberto pelo art. 33, relativo ao direito fundamental, e pelo art. 108 no que diz respeito à obrigação cidadã de proteção do meio ambiente.

O Princípio 4, sustentabilidade ecológica e resiliência, está refletido no art. 380 da Constituição da Bolívia, que foi aprovada em 2008.

Quanto ao Princípio 5, in dubio pro natura, na verdade, no ano de 1996, nós já tínhamos incorporado esse princípio na legislação florestal, em que nós nos referimos ao princípio como in dubio pro bosque, pró-floresta. Ou seja, na dúvida, é preciso decidir a favor das florestas.

Quanto ao Princípio 6, função ecológica da propriedade, a Bolívia tem uma longa tradição na determinação da função ambiental e socioambiental da propriedade. Especificamente na Lei INRA,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

de 1996, se estabelece o princípio, incluindo a variável ambiental e ecológica, e é também refletida, em 2008, no art. 397.

Quanto ao Princípio 7, de equidade intrageneracional, os arts. 303 e 353 da Constituição preveem conceitos semelhantes. E falo aqui de princípios explícitos, não de interpretação implícita.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO SAUCEDO (Tradução simultânea.) – Existe uma redação muito semelhante entre um e outro.

O Princípio 8, de equidade intergeneracional, está no art. 342.

O Princípio 9, de igualdade de gêneros, no art. 306 da Constituição.

O Princípio 10, de participação de minorias, no arts. 343 e 352.

O Princípio 11, de povos indígenas, no art. 31 e nos próximos da Constituição.

E os Princípios 12 e 13 não foram incluídos, e eu não acho realmente que vão ser incluídos no curto prazo.

Além disso, temos capítulos desenvolvidos especificamente dentro da Constituição nos assuntos de meio ambiente, áreas protegidas, nações originárias, biodiversidade, recursos hídricos e terras e territórios. De fato, a referência ao meio ambiente no texto constitucional se repete 36 vezes de forma explícita.

E para complementar essa informação – eu vou acelerar um pouco –, com relação à estrutura jurídica ou judicial, perdão, constitucional, o Capítulo III dispõe sobre a criação de uma jurisdição agroambiental, formada por varas em três níveis: um Tribunal Agroambiental, equivalente ao Supremo Tribunal; depois, varas de primeira instância espalhadas pelo país. Na minha cidade, no departamento, na verdade, onde eu vivo, em Santa Cruz, há oito tribunais desses, e as competências que receberam, além das competências relacionadas com temas exclusivamente agrários, têm a ver com questões florestais e ambientais, água, biodiversidade e, textualmente falando, para práticas que impliquem perigo para os sistemas ecológicos e a conservação de espécies.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO SAUCEDO – O curioso, Sr. Presidente – com isso, eu termino e deixo uma reflexão –, é que, embora tenhamos isso há dez anos, não temos uma única sentença por parte do Tribunal Constitucional e dos tribunais de primeira instância de fundo com relação a temas ambientais. Tudo tem a ver com procedimentos administrativos: se o procedimento foi cumprido ou se não foi. Ou, então, finalmente, as partes se retiram e escolhem outras vias de conciliação ou de solução administrativa, ao invés da judicialização.

Então, de modo geral, parece-me que a situação não é ruim. Como já disse o Professor, estamos perante a revolução do Direito Ambiental e uma nova cultura jurídica. Então, acho que é um vórtice que temos aqui. Se examinarmos a coisa em contexto, nos últimos 20 anos, nós avançamos muito. Se há 20 anos nós estávamos pensando que, por favor, criassem uma lei para o meio ambiente, olhem só tudo o que temos.

Mas eu acho que a grande tarefa que temos pendente aqui é como podemos, efetivamente, assegurar que a nova revolução da nova cultura jurídica aconteça para os atores que operacionalizam o sistema judicial – advogados, juízes, procuradores – para que, de fato, ativem esses mecanismos e vejam no sistema judicial um elemento de solução real e a longo prazo para as controvérsias ambientais.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Obrigado, Sr. Saucedo.

Passo a palavra ao Ministro Roberto Serrato. Depois, terminamos com o Sr. Raul Telles do Valle.

O Ministro Serrato está presente? Eu vi que a cadeira dele aqui está vazia, então ele não está.

Então, o último debatedor é Raul Telles do Valle, do Instituto Socioambiental e do Grupo de Especialistas em Florestas da WCEL.

O SR. RAUL TELLES DO VALLE – Boa noite, Senador Cristovam. Boa noite a todos.

Eu tenho aqui a difícil missão de ser o último a falar. Estamos todos cansados, já é tarde da noite. Então, quando se é o último, é difícil falar algo novo, porque já muito se ouviu. Por outro lado, é bom porque, de fato, é possível fazer um balanço geral. E o que eu vou tentar fazer aqui é a minha visão, Senador, do que foi este colóquio de dois dias, de tudo o que se falou aqui o que mais me fez sentido e que eu acho que talvez seja um fio condutor de todas as conversas aqui.

De todas as magníficas palestras que houve aqui, ficou claro que, talvez, nos últimos 20 ou 30 anos, todos os sistemas constitucionais, sobretudo dos países latino-americanos, evoluíram e reconheceram – digamos – o direito humano, subjetivo, coletivo a um ambiente saudável. Então, todos os países que aqui falaram têm, em suas constituições, provisões que garantem o direito ecologicamente equilibrado, o ambiente ecologicamente equilibrado a todos. Existem agora tribunais, judicaturas específicas para o meio ambiente. Acho que nisso nós avançamos.

Falando, sobretudo, de Amazônia, que é o tema específico deste último painel, também ficou claro que a sociedade brasileira, a sociedade latino-americana, a sociedade mundial avançou também em reconhecer que a exploração indefinida de recursos ambientais da Amazônia – por madeira, mineração, exploração agropecuária, hidrelétricas –, ou seja, que esse grande depósito de recursos naturais pelos quais a Amazônia sempre foi vista por todos os países, que esse tipo de exploração é algo hoje não só moral e juridicamente reprovável, porque as nossas constituições garantem, de uma série de formas, um ambiente ecologicamente equilibrado, mas ecologicamente catastrófico e, portanto, economicamente estúpido.

Ou seja, aqui foi várias vezes falado do reconhecimento científico que existe hoje do papel que a Amazônia tem no equilíbrio do clima sul-americano e talvez de todo o continente americano.

Muito bem, dito isso, eu voltaria aqui às palavras do Ministro Barroso, que deu uma aula magistral hoje pela manhã, e diria que talvez o nosso próximo passo, após reconhecer o direito subjetivo ao ambiente equilibrado, seja dar este passo maior de tirar o Direito Ambiental, de tirar a proteção do meio ambiente exclusivamente do capítulo do Direito Civil, do capítulo do Direito Penal, do capítulo dos direitos individuais – acho que conseguimos avançar e podemos sair dessa trincheira – e talvez passar para uma outra trincheira, avançar e passar para o campo do Direito Tributário, do Direito Financeiro, do Direito Econômico e do Direito Internacional.

O que quero dizer com isso? Que não adianta apenas... E aqui foram faladas várias vezes as frustrações dos aplicadores do Direito em ter provisões muito bonitas em suas cartas constitucionais, em seus textos legais sobre a proteção ao meio ambiente, e não conseguir dar efetividade a isso.

Então, falando especificamente de Amazônia – aqui é um olhar brasileiro, meu, que vou colocar, mas tenho certeza de que se aplica também a outros países –, temos que avançar para políticas públicas. E aqui foi falado sobre como conseguir criar condições para utilizar e gerir bem esse patrimônio que é a Amazônia, de forma sustentável, algo que nós ainda, como sociedades, não conseguimos fazer.

Então, eu diria, colocaria aqui algumas propostas de coisas que já estão andando, mas em que talvez precisemos avançar com mais rapidez. Talvez precisemos bolar melhor, pensar melhor e evoluir.

Então, por exemplo, nesta Casa, o Senado Federal, já existe pronto para a aprovação, há anos, um projeto de lei que se chama fundo de participação dos Estados verdes. O que é isso? É um subsídio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cruzado entre os Estados mais ricos do País, do sul do País, que hoje acumulam grande parte da produção econômica brasileira, mas que dependem da chuva da Amazônia para poder produzir sua soja, da chuva da Amazônia para poder produzir energia, da chuva da Amazônia para poder dar água para seus milhões de habitantes e que poderiam, via transferência orçamentária, subsidiar os Estados da Amazônia, para esses poderem ter melhores escolas, postos de saúde, estradas e serviços públicos básicos.

Se nós reconhecermos que a chuva da Amazônia, a biodiversidade amazônica é importante para todo o País, por que não pensar numa contribuição por intervenção do domínio econômico que possa criar uma pequena taxa sobre a produção de soja brasileira, sobre a produção agropecuária brasileira, sobre a produção hidrelétrica brasileira, que acontecem em outras regiões que se beneficiam hoje gratuitamente dos serviços ambientais da Amazônia, para poder financiar o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de outras áreas florestais? Por que não pensar em algo similar a isso do ponto de vista internacional?

E a OTCA aqui faz um grande trabalho de coordenação entre os países, mas não existe ainda, do ponto de vista da Amazônia e de outras florestas transnacionais ao redor do mundo, um mecanismo de financiamento coletivo e de vários países, ou seja, multipartidário, multi-institucional e multinacional, para financiar a gestão comum desse patrimônio que é a Amazônia, que – aqui muito bem foi falado – nasce nos Andes, acaba no Atlântico e tem vários milhões de quilômetros quadrados.

Se nós avançássemos para isso, nós poderíamos ter, aí sim, recursos para podermos fazer aquilo que, digamos, é o espírito da Constituição, mas que não temos ainda instrumentos efetivos para implementar. Que é o quê? É nós termos serviços públicos de qualidade para as populações amazônicas, que possam conviver e sobreviver bem na região, com saúde, com educação, com suas necessidades básicas garantidas, sem ter que apelar para garimpo, madeireiras, grilagem de terra, exploração agropecuária.

Que nós possamos investir em conhecimento. Fala-se isto há tantos anos – pelo menos no Brasil se fala: precisamos criar novos conhecimentos. Ou seja, precisamos investir pesadamente em como utilizar em escala os recursos da floresta de forma sustentável. E nisso nós mudaríamos um paradigma, porque passaríamos a reconhecer, valorizar e aproveitar os conhecimentos tradicionais dos povos da floresta, que estão há séculos utilizando bem esse patrimônio, o que nós até hoje não sabemos fazer. E, para essa integração de conhecimentos, é preciso mais universidades, mais pesquisa, mais bolsa, mais gente sendo formada, mais gente aplicando o conhecimento em campo.

Por fim, eu gostaria de dizer aqui que precisamos também de recursos para gestão de áreas protegidas, como o Maretti colocou. Ou seja, temos um patrimônio na Amazônia, um potencial turístico gigantesco na Amazônia e, salvo engano, muito mal explorado em toda a Bacia, em toda Região Amazônica. Podemos citar aqui três, quatro, cinco lugares onde, na Amazônia, hoje existe algum tipo de exploração turística sustentável, que gere renda para a população local e que seja acessível. Isso poderia ser expandido, mas precisamos de recursos.

Então, como o Ministro Barroso colocou, nós precisamos de fato de políticas públicas, e políticas públicas precisam de recursos. Precisaríamos avançar aqui – acho que este é um grande recado que ficou – do direito subjetivo para a política pública, para o direito financeiro, para o direito orçamentário, para o direito internacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Herman Benjamin) – Bem, o Senador Cristovam Buarque foi ao plenário votar.

Não sei se todos aqui sabem, mas hoje o Senado está... Não só pela discussão política que ocorre naturalmente num Parlamento, mas o Senado está votando a reforma trabalhista, labour law, que é uma reforma que tem os aspectos, vamos dizer assim, controvertidos – sem entrar no mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Portanto, é muito difícil para todos nós termos conosco de forma permanente Parlamentares, Senadores, que estão obrigados a votar nominalmente nas comissões e também no plenário.

Eu acredito que o Dr. Cláudio Maretti deve ter apresentado as justificativas para a ausência do Presidente do Instituto Chico Mendes, Ricardo Soavinski, que teve um problema de falecimento em família e está no seu Estado de origem, no sul do País.

Pelo que eu soube, fui informado, esta sessão da tarde foi extremamente produtiva no sentido de trazer esta perspectiva do Estado de direito ambiental, dos direitos humanos para a perspectiva da realidade. E não há realidade mais desafiante do que a nossa pan-amazônica. Nós não estamos cuidando aqui apenas da Amazônia brasileira, embora o Brasil detenha – e daí a sua grande responsabilidade – mais de 50% do território da Amazônia.

Eu queria, em encerramento – sei que todos estão cansados –, agradecer, em primeiro lugar, às duas comissões que, a partir desta Casa, organizaram este evento: a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Davi Alcolumbre, que está votando também – isso eu sei porque recebo as mensagens desesperadas dos que deveriam estar aqui presidindo –, e, em segundo lugar, da Comissão de Mudanças Climáticas, que, agora todos já sabem, é uma comissão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado. Aliás, o Congresso Nacional, as duas Casas, só tem duas comissões conjuntas permanentes, a Comissão de Orçamento, como seria de se esperar e, curiosamente – e aí talvez um aspecto extremamente positivo a nos dar otimismo –, a Comissão de Mudanças Climáticas: num ano, o Presidente é do Senado; no outro ano, é o da Câmara dos Deputados. E o Relator Geral segue o mesmo sistema de alternância. O atual Presidente, eu queria agradecer-lhe em especial, é o Senador Jorge Viana, do Estado do Acre.

Minha última palavra, também de agradecimento, é a todas as instituições que estão listadas como copatrocinadoras deste importante evento. Eu não vou mencioná-las. Mas queria deixar em especial o agradecimento a John Knox, que não deixa de ser o pai remoto, por assim dizer, deste evento, porque foi ele, juntamente como os colegas do Pnuma, hoje chamado ONU Ambiente – UN Environment, e da Organização dos Estados Americanos, que tomaram a iniciativa de nos propor a realização deste evento.

Senador, estou fazendo aqui alguns agradecimentos, mas já tinha até justificado uma eventual ausência de V. Exª pelas votações nominais que estão ocorrendo no decorrer da tarde inteira de hoje, com o clima, vamos dizer assim, um tanto quente dos debates neste momento tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

Eu finalizo, Senador, dizendo que nós começamos de uma forma muito modesta na organização deste evento e terminamos com um evento gigante, que envolveu algumas dezenas de países. Por isso, eu agradeço a todos.

Meu último agradecimento é para a Profª Denise Antolini, que trabalhou com uma equipe magnífica na organização deste encontro, com outros professores, com estudantes, com especialistas. E, de uma maneira muito suave, Senador, que, de certa maneira, lembra a sua maneira de ser, a Profª Denise conseguiu reunir a todos. Portanto, agradeço ao Senado e a V. Exª.

O Senador Cristovam – é minha última palavra – foi Reitor da Universidade de Brasília, foi Ministro da Educação, se propôs a fazer uma revolução na educação no nosso País, foi Governador do Distrito Federal, mas eu me atreveria a dizer que, entre as suas maiores obras, não estão pontes, hospitais nem mesmo escolas públicas – e todas essas obras estão aí a lembrar o seu nome –, mas a criação na Universidade de Brasília do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que hoje tem o maior número de doutorados do Brasil, the largest number of PhDs in the country, em ciências da natureza. E aí, não é, Raul, nós do Direito também entramos ali; as ciências sociais, evidentemente. E eu tenho muito prazer de frequentar aquela casa e participar de bancas de doutorado, sobretudo nessas áreas que guardam interface com o Direito. Para mim, Senador, pessoalmente, essa é a sua maior obra. E ela continua viva e crescendo, com um grupo magnífico de professores, com vínculos com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

principais e mais conhecidas universidades do mundo. E tudo isso nos dando esperança de que, pela educação, como o senhor muito bem disse, pela geração de conhecimento, nós possamos, se não impedir a degradação do meio ambiente, porque não temos essa pretensão, pelo menos reduzir um pouco esse clima de violência permanente contra a natureza que nos dá a vida. Então, agradeço muito a V. Exª. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Considero um privilégio ter a sorte de estar aqui, ontem e hoje, para encerrar este encontro. Eu não imaginava isso. Meu programa desses dois dias não passava aqui, a não ser ontem à tarde, mas o Senador Jorge Viana teve que viajar a São Paulo e me pediu para estar aqui.

E eu fico muito feliz, primeiro, Ministro Herman Benjamin, porque eu não imaginava que fosse um encontro tão grande, em número de pessoas, em número de países, em número de visões. Para mim, foi uma surpresa, ontem e hoje, quando tivemos um número bastante grande de participações.

Mas a minha maior satisfação é porque o que nós estamos fazendo aqui é exatamente o que o mundo precisa neste momento. Ele falou desse Centro para o Desenvolvimento Sustentável, que eu concebi quando era reitor. Foi criado depois com a ajuda de muitas pessoas. Eu fui professor lá muito tempo. De fato, é uma coisa muito importante.

Para nós brasileiros, mais do que para os outros países, existe uma escola que foi fundamental: em Lisboa, no século XV ainda, a Escola de Sagres. Ali, foram formados os desbravadores que fizeram a grande marcha da Europa em direção à África, à Ásia e ao que veio a ser as Américas.

Eu imagino o CDS e outras instituições daquele tipo, em um encontro como este, como centro de reflexão para desbravar algo mais difícil ainda do que um barco através do oceano para encontrar uma terra. É desbravar qual é o projeto civilizatório que a humanidade deve construir daqui para frente. Nós somos pioneiros nisso. Pioneiros, primeiro, na percepção do poder que nós temos no mundo de hoje, e alguém citou aqui ontem da era Antropoceno. Esse é um poder que muitos não percebem. Nós temos o poder de manejar a geologia, o clima. Isso exige uma grande responsabilidade.

Segundo, depois da percepção desse poder do ser humano neste começo do século XXI, é a percepção de que estamos caminhando para um destino muito ruim, um destino das mudanças climáticas que podem inviabilizar a agricultura, fazer os oceanos subirem, povos e etnias desaparecerem, patrimônios naturais e culturais desaparecerem. Isso é o que o Sebastião Salgado, nosso grande fotógrafo, tenta fotografar antes que acabe e mostrou naquele livro Gênesis. Então, segundo, é essa percepção dos riscos.

E o terceiro é imaginar como será o nosso futuro, desejado. E, aí, eu quero concluir, a partir do que eu ouvi, inclusive hoje, dizer... Ontem, eu falei sobre alguns desafios: o desafio econômico; o desafio filosófico, de olhar a natureza como estando dentro dela e não de fora; social, de sermos capazes de proteger a natureza abolindo a pobreza; e o jurídico.

E aqui quero dizer dois temas que eu gostaria de ver vocês levarem. Os seminários só são bons quando levamos novas coisas. Duas coisas: consciência e deveres. Como construir uma consciência que traga para cada ser humano o sentimento de sustentabilidade, de solidariedade intergeracional, de respeito ao valor da natureza e das etnias e da consciência dos riscos do poder que a tecnologia hoje colocou nas mãos dos homens. Consciência. E é aí que entra a educação, de que você falou.

É através das crianças que nós vamos revolucionar.

Eu pensava que o Ministro fosse falar, como minha grande obra, de uma coisa que pode não ser importante para os estrangeiros, mas que é uma marca que eu deixei. É que Brasília é a única cidade do Brasil onde, para você atravessar a rua, basta fazer assim que o carro para. Nós empoderamos o pedestre, e graças às crianças. Pouca gente sabe disto. Nós educamos as crianças para que elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educassem seus pais quando eles estivessem dirigindo. As crianças, no banco de trás, diziam "tem um pedestre; é preciso parar". São as crianças que vão criar essa consciência da necessidade de sustentabilidade, porque não vamos ter sustentabilidade, mas catástrofes, da solidariedade intergeracional, que não temos ainda, a não ser com os filhos e netos, não mais que netos, do respeito ao valor da natureza e das etnias, de cada uma delas, e da consciência do risco do poder.

E aí vem minha preocupação com o trabalho dos juristas, de que a gente precisa. É como criar deveres ambientais. Porque nós temos proibições ambientais. Zelamos por reservas. Aliás, devo dizer que eu saí daqui para votar uma coisa que tem a ver com isso. Há uma reserva ecológica brasileira, e no Brasil nós temos um instrumento, que é uma espécie de ofício executivo dos americanos, que são as medidas provisórias. O Presidente determina e entra em vigor, e aí vem para cá para dizermos "sim" ou "não". E há uma que pega uma reserva ecológica e permite produção agrícola. Eu fui lá votar contra, porque eu acho que é uma temeridade fazer isso no Estado do Pará.

Pois bem. Como é que criamos deveres ambientais? Nós não pagamos impostos? Como seria um imposto ambiental, não em termos de finanças, mas em termos de não fazer as coisas? Como nós podemos sentir na lei o prejuízo que vem de uma ação depredadora do ambiente? Esse é um desafio que eu acho que fica para os juristas trabalharem. Devemos continuar com as decisões que proíbem ações depredadoras. Mas como é que a gente faz com que cada um pague um imposto pelo que consome da natureza? E eu não falo necessariamente em imposto financeiro, porque também acho que vai ser um caminho.

E, para concluir, eu quero dizer que, nesse centro que eu criei e onde eu dei aula – e eu não tenho dado –, eu defendo que a utopia que nós devemos ter para o futuro não é mais a da igualdade plena, como nós socialistas defendíamos no passado. A igualdade plena se choca com a liberdade e não promove os valores, os potenciais, os talentos pessoais de quem pode ter mais do que outros. O que eu defendo como utopia é uma linha abaixo da qual nenhum ser humano ficará do ponto de vista de acesso aos bens e serviços essenciais. Todos terão um lugar onde morar, a comida necessária. E aqui haverá um teto ecológico, acima do qual ninguém poderá consumir. Pode ser rico, pode ter renda, mas não pode ter um carro de tal tamanho, ou dois carros. No futuro eu acho que não vai poder nem ter carro privado; vai ter que utilizar serviços públicos. Então, aqui é um teto, ninguém acima; aqui é um piso, ninguém abaixo. E aqui é uma escada que permite às pessoas saírem desse consumo para esse consumo aqui, com liberdade, em um espaço de desigualdade eticamente aceitável.

Agora, para isso, para que essa escada funcione, dois fatores têm que ser absolutamente iguais para todos. Não é a roupa, não é comida mesmo, a qualidade, não é a casa onde moram, mas duas coisas têm que ser radicalmente iguais: o acesso à saúde e o acesso à educação. A desigualdade na educação não é desigualdade, é indecência, imoralidade. A desigualdade no acesso à saúde não é desigualdade, é imoralidade, é indecência. Garantidas essas duas igualdades, toleremos as outras, as desigualdades, desde que a desigualdade tenha um teto no consumo, não na renda.

Isso é o que eu acho que é um desafio. Como construir um mundo jurídico para isso? Como construir um mundo jurídico para o teto no consumo? E um mundo jurídico onde o Poder Público assegure o piso social dos bens e serviços essenciais. Esse é um desafio sobre o qual, a meu ver, vamos ter muitos anos, décadas talvez de debate, porque rompe – e aí eu falei filosoficamente – com uma mentalidade. E talvez até rompa – e eu concluo – com mais do que uma mentalidade; talvez rompa com uma estrutura cerebral do ser humano, que é individualista e é egoísta, como qualquer animal, com a diferença que nós temos poder tecnológico, e os outros não têm.

O grande escritor... Aí eu concluo.

O SR. HERMAN BENJAMIN (Fora do microfone.) – Antes de encerrar, eu queria fazer dois agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.092068/2017-35 - 00100.092068/2017-35-1 (ANEXO: 001)

Um grande escritor, décadas atrás, disse que o ser humano é um animal suicida, porque tem o lado do cérebro da lógica, que é capaz de fazer uma bomba atômica, e, do outro lado, um cérebro animal, que é capaz de usar a bomba atômica.

O ideal é que nós só tivéssemos descoberto a bomba atômica quando já tivéssemos uma mente capaz de não usá-la. E, aí, nós não a inventaríamos. Mas a história fez com que descobríssemos a bomba atômica antes de haver um espírito de paz.

O desafio de vocês, nosso, que trabalhamos esse tema, é, de fato, fazer com que o ser humano não seja suicida e que o lado da inteligência seja capaz de controlar os lados perversos da falta de uma moral. No fim, vai ser um problema de ética e um problema de mentalidade que nós vamos precisar construir.

Eu creio que um encontro como este traz, Ministro, perfeitamente, uma contribuição. E eu desejo que vocês que estão à frente transformem as falas em um texto, um texto que fique e que possa ser debatido nas escolas. E, de preferência, traduzido. Não do espanhol ou do inglês para o português e do português para outras línguas apenas, mas sobretudo traduzido da nossa linguagem de adultos para uma linguagem de crianças. É isso que está faltando: traduzir o nosso discurso de adultos para a linguagem que as crianças entendem. Porque, se elas não adotarem essas nossas ideias, elas morrerão com a gente. E o mundo não vai poder esperar muitas outras gerações antes de uma grande hecatombe, por conta do uso equivocado da tecnologia poderosa que inventamos sem uma ética reguladora que a mantenha controlada.

Eu estou feliz por ter dado a minha contribuição aqui com vocês, assistindo ao que vocês falaram e dizendo da satisfação.

E, finalmente mesmo, vocês não têm ideia de outra importância de um encontro como este. É uma importância existencial, porque ser Senador hoje é um gesto de suicídio a cada minuto no Brasil. E aqui eu vim como se fosse um oásis no pântano – não é nem no deserto. Deserto a gente enfrenta. Deserto é uma coisa até bonita. Agora, pântano é feio e perigoso.

Eu me senti aqui num paraíso momentâneo, discutindo ideias como essa com vocês. Por isso, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HERMAN BENJAMIN – Eu agradeço, Senador.

Senador, nós não poderíamos terminar de uma forma mais eloquente e mais profunda do que com as suas palavras. Portanto, eu acho que não há mais nada, a título de conclusão, a ser dito. Mas há muito a dizer em termos de agradecimento às pessoas que viabilizaram, tecnicamente, o nosso encontro.

Em primeiro lugar, os nossos intérpretes, que estão ali. (Palmas.)

Eles se escondem. São tão discretos, que não querem aparecer na sua importante missão de propiciar o diálogo nas torres de Babel. Não é uma tarefa fácil.

Vários outros, mas muitos outros servidores ajudaram na realização desse evento. Eu queria homenagear em primeiro lugar os dois secretários das duas Comissões: o Airton Luciano Aragão, da Comissão do Meio Ambiente, que está aqui... (Palmas.)

... e o Tiago Brum, da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. (Palmas.)

Veja como é bom trabalhar com o meio ambiente. Trabalharam muitíssimo e não aparentam nenhum cansaço, porque isso é um oásis.

Os dois chefes de gabinete dos Presidentes dessas duas Comissões, o Paulo Emílio Dantas, que está aqui... (Palmas.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

... momentaneamente empresado ao Senado, porque o lugar dele é como juiz, eu já disse isso a ele; eu o Paulo Boudens, que eu não sei se está aqui conosco.

Eu peço uma salva de palmas para os dois. (Palmas.)

Na equipe do Senado, o Aguirre Neto já passou aqui várias vezes, trabalhou muitíssimo com as relações públicas, e a Márcia Yamaguti, que passou também dois dias praticamente acampada aqui entre nós.

Eu peço para eles uma salva de palmas também. (Palmas.)

E, finalmente, o Danilo Garrido e o Aaron Laur, que foram, eu diria, insubstituíveis na organização desse evento. Nós não teríamos o evento se não contássemos com eles dois.

E eu peço uma calorosa salva de palmas para eles. (Palmas.)

E por derradeiro, Senador, eu acho que nós temos que agradecer a todos que estão aqui. Hoje, não me recordo se foi o Senador Jorge Viana ou o Ministro Luís Roberto Barroso que definiu muito bem os participantes deste evento. É que no Brasil nós, num sentido coloquial, quando há um encontro dessa natureza, nós dizemos: "Vamos sentar os caciques à frente e os índios atrás", de certa maneira copiando uma estrutura que não é exatamente a indígena, porque ninguém senta à frente. Então, é uma caracterização imprópria. Mas de toda sorte é assim que nós fazemos. E aqui nós não temos índios. Nós só temos caciques. Tanto é que me perguntaram: "Quem sentará à frente?". Eu disse: "Não ponham o nome de ninguém, porque todos são igualmente especialistas nas suas instituições, nos seus países, nessa questão". Cada um aqui sabe um pouco mais do que todos os outros na sua especialidade, e isto faz a riqueza de um grande debate, e é a partir daí, dos anais, que as duas comissões já se propuseram a editar.

Com estes agradecimentos, passo de novo a palavra a V. Exª para, aí sim, declarar o encerramento deste evento, se quiser encerrá-lo, porque nós podemos continuar com ele. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PPS - DF) – Eu tenho que encerrar e correr para lá.

Mas eu quero, antes de encerrar, pedir que deixem o audiofone, o headphone, é melhor, em cima da mesa e dizer, antes que o tirem – é uma palavra –, que faltou, para ser panteísta, um agradecimento à Mãe Terra. Sem ela a gente não existiria e dela a gente tem que cuidar. (Palmas.)

Estou sendo informado de que a nossa livraria... Temos aqui uma boa biblioteca e uma livraria com uma editora com muitos livros. Os que quiserem visitá-las nossa equipe vai acompanhar para vocês terem acesso a elas.

Peçam um bom desconto.

(Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é suspensa às 18 horas e 39 minutos do dia 22/05/2017. Reaberta às 9 horas e 13 minutos do dia 23/05/2017, a reunião é encerrada às 18 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3B9C85F1001B3192.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.